

# A História da Imigração e sua(s) escrita(s)

XX Simpósio de História da Imigração e Colonização



Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos  
Isabel Cristina Arendt  
Marcos Antônio Witt  
(Orgs.)



**Por ocasião do cinquentenário do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL) – 1975-2025 – estamos compartilhando com leitores e leitoras o e-book originalmente publicado no ano de 2012 em CD, resultado do “XX Simpósio de História da Imigração e Colonização”.**

**Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos  
Isabel Cristina Arendt  
Marcos Antônio Witt  
(Orgs.)**

# **A História da Imigração e sua(s) escrita(s)**

**São Leopoldo**



**2012**

© Editora Oikos Ltda.  
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau  
93120.020 São Leopoldo RS  
Telefone: (51) 35682848  
[www.oikoseditora.com.br](http://www.oikoseditora.com.br)  
[contato@oikoseditora.com.br](mailto:contato@oikoseditora.com.br)

### Conselho Editorial (Editora Oikos):

Antonio Sidekum (Ed. Nova Harmonia)  
Arthur Blasio Rambo (UNISINOS)  
Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)  
Danilo Streck (UNISINOS)  
Elcio Cecchetti (ASPERSC)  
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)  
Luís H. Dreher (UFJF)  
Marluza Harres (UNISINOS)  
Martin N. Dreher (IHSL – MHVSL)  
Oneide Bobsin (Faculdades EST)  
Raul Fornet-Betancourt (Uni-Bremen e Uni-Aachen/Alemanha)  
Rosileny A. dos Santos Schwantes (UNINOVE)

**Revisão:** Dos autores de cada artigo.

**Imagem da capa:** A derrubada, 1913, Pedro Weingärtner.

**Diagramação e arte-finalização:** Rogério Sávio Link

H673A Ahistória da imigraçãoe sua(s) escrita(s) [ebook]. / Orgs. Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos, Isabel Cristina Arendt, Marcos Antônio Witt. – São Leopoldo: Oikos, 2012.

1864 p.: il. ; color.

ISBN 978-85-7843-285-0

1.Imigração - História. 2. Cultura - Imigração. 3. Educação - Imigração 4. Política - Imigração. 5. Relações Interétnicas. I. Ramos, Eloísa Helena Capovilla da Luz. II. Arendt, Isabel Cristina. III. Witt, Marcos Antônio.

CDU325.14

Catálogo na Publicação:  
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184



## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                           |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| APRESENTAÇÃO.....                                                                                                                                         | 15        |
| <b>CAPÍTULO I – PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.....</b>                                                                                                  | <b>17</b> |
| MALA HISTÓRICA – MUSEU ITINERANTE HISTÓRIA E APRENDIZAGEM....                                                                                             | 18        |
| <i>Ângela Maria da Silva de Oliveira</i>                                                                                                                  |           |
| REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇO DE MEMÓRIAS: CASA DO IMIGRANTE –<br>SÃO LEOPOLDO, RS.....                                                                         | 32        |
| <i>Edelaine Weber Robinson<br/>Roswithia Weber</i>                                                                                                        |           |
| PATRIMÔNIO CULTURAL DE JOANETA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E<br>PAISAGEM NATURAL .....                                                                             | 39        |
| <i>Josiane Mallmann</i>                                                                                                                                   |           |
| A IMAGEM DO IMIGRANTE ALEMÃO NAS TELAS DE PEDRO<br>WEINGÄRTNER .....                                                                                      | 57        |
| <i>Cyanna Missaglia de Fochesatto</i>                                                                                                                     |           |
| MARSUL – BREVE RELATO DA EXPERIÊNCIA ARQUEOLÓGICA<br>DESENVOLVIDA NA INSTITUIÇÃO .....                                                                    | 70        |
| <i>Jefferson Luciano Zuch Dias<br/>Milene Pereira Monteiro</i>                                                                                            |           |
| ALIMENTAÇÃO: CULTURA, MEMÓRIA, TRANSMISSÃO .....                                                                                                          | 86        |
| <i>Vania Inês Avila Priamo</i>                                                                                                                            |           |
| O TRANSLADO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL: “BAIXA<br>GRANDE E POLÔNIA” .....                                                                         | 102       |
| <i>Mauro Baltazar Tomacheski</i>                                                                                                                          |           |
| “E A SEMENTE QUE AQUI PLANTARES SERÁ DE OURO NO CHÃO DE<br>ESMERALDA”: A REPRESENTAÇÃO DO IMIGRANTE ITALIANO NOS<br>MONUMENTOS NO RIO GRANDE DO SUL ..... | 114       |
| <i>Bianca de Vargas</i>                                                                                                                                   |           |
| PATRIMÔNIO OCULTO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A INFLUÊNCIA<br>MAÇÔNICA NA ARQUITETURA TAQUARENSE.....                                                            | 134       |
| <i>Maicon Diego Rodrigues [et alli]</i>                                                                                                                   |           |

|                                                                                                                                    |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| ASPECTOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA SERRA DOS TAPES .....                                                                           | 150        |
| <i>Carmo Thum</i>                                                                                                                  |            |
| ELEMENTOS CULTURAIS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA EM FOTOGRAFIAS<br>ON-LINE: O ACERVO DO PROGRAMA ECIRS/UCS .....                          | 166        |
| <i>Anthony Beux Tessari</i>                                                                                                        |            |
| O IMIGRANTE E SUAS REPRESENTAÇÕES: MONUMENTOS DEDICADOS A<br>GRUPOS IMIGRANTES NO RIO GRANDE DO SUL .....                          | 184        |
| <i>Tatiane de Lima</i>                                                                                                             |            |
| CEMITÉRIO DE COLÔNIA: O MONUMENTO MAIS ANTIGO AINDA<br>EXISTENTE DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM SÃO PAULO .....                             | 198        |
| <i>Daniela Rothfuss</i>                                                                                                            |            |
| A BUSCA PELO ESPAÇO DE MEMÓRIA: OS MONUMENTOS DOS<br>IMIGRANTES PARA O CENTENÁRIO FARROUPILHA NO DISCURSO<br>JORNALÍSTICO.....     | 213        |
| <i>Luciano Braga Ramos</i>                                                                                                         |            |
| <b>CAPÍTULO II – GÊNERO, FAMÍLIA E INFÂNCIA .....</b>                                                                              | <b>228</b> |
| O PAPEL DOS FILHOS NA DINÂMICA FAMILIAR DE IMIGRANTES<br>JUDEUS NO RIO GRANDE DO SUL (1904-1930).....                              | 229        |
| <i>Ricardo Cássio Patzer</i>                                                                                                       |            |
| ORFANI ITALIANI: CRIANÇAS E ADOLESCENTES IMIGRANTES E<br>DESCENDENTES NO JUÍZO DOS ÓRFÃOS .....                                    | 241        |
| <i>José Carlos da Silva Cardozo</i>                                                                                                |            |
| DESTINOS INCERTOS: UM OLHAR SOBRE A EXPOSIÇÃO E A<br>MORTALIDADE INFANTIL EM PORTO ALEGRE (1772-1810) .....                        | 259        |
| <i>Jonathan Fachini da Silva</i>                                                                                                   |            |
| CRIANÇAS IMIGRANTES E CRIANÇAS GERADAS DE VENTRES<br>IMIGRANTES EM TERRA BRASILEIRA .....                                          | 281        |
| <i>Maria Silvia C.Beozzo Bassanezi</i>                                                                                             |            |
| A MATERNIDADE: UM DESEJO OU UM PROPÓSITO? REFLEXÕES A<br>PARTIR DO PAPEL MATERNAL DAS MULHERES DURANTE O PERÍODO<br>COLONIAL ..... | 298        |
| <i>Denize Terezinha Leal Freitas</i>                                                                                               |            |
| A LIGA FEMININA E A IMIGRAÇÃO DE MULHERES NA COLONIZAÇÃO<br>ALEMÃ DA ÁFRICA (1884-1914).....                                       | 314        |
| <i>Ana Carolina Schweitzer</i>                                                                                                     |            |

|                                                                                                                                                                                                                       |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| AS MULHERES TEUTO-SUL-RIOGRANDENSES: A PRODUÇÃO DA<br>DISTINÇÃO SOCIAL .....                                                                                                                                          | 322        |
| <i>Marlise Regina Meyrer</i>                                                                                                                                                                                          |            |
| VOZES E SILÊNCIOS: MEMÓRIA, IDENTIDADE, RELIGIOSIDADE E<br>REPRESENTAÇÃO DA MULHER “COLONA” DO VALE PARANHANA .....                                                                                                   | 341        |
| <i>Ana Paula Moutinho Ferraz</i>                                                                                                                                                                                      |            |
| “DECLARO FIXAR RESIDÊNCIA NESTE IMPÉRIO, ADOTANDO-O POR<br>PÁTRIA E RESPEITANDO A CONSTITUIÇÃO”: A CHEGADA DE FAMÍLIAS<br>DE IMIGRANTES NA EX-COLÔNIA DONA ISABEL NOS PRIMÓRDIOS DA<br>COLONIZAÇÃO (1877 – 1879)..... | 352        |
| <i>Natani Mirele de Azeredo</i>                                                                                                                                                                                       |            |
| A INSERÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DOS IMIGRANTES ALEMÃES EM<br>SANTA MARIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX .....                                                                                                           | 365        |
| <i>Fabício Rigo Nicoloso</i><br><i>Jorge Luiz da Cunha</i>                                                                                                                                                            |            |
| SOB O OLHAR DA JUSTIÇA: FAMÍLIA, MORAL E SEDUÇÃO.....                                                                                                                                                                 | 385        |
| <i>Elizete Carmen Ferrari Balbinot</i>                                                                                                                                                                                |            |
| DOCUMENTOS FAMILIARES: A MEMÓRIA DA FAMÍLIA PIGATTO .....                                                                                                                                                             | 403        |
| <i>Liriana Zanon Stefanello</i><br><i>Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos</i>                                                                                                                                        |            |
| TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E FAMILIARES DE APRENDIZES DA<br>INDÚSTRIA DE CAXIAS DO SUL: UM EXERCÍCIO PROSOPOGRÁFICO .....                                                                                                | 419        |
| <i>Ramon Victor Tisott</i>                                                                                                                                                                                            |            |
| <b>CAPÍTULO III – RELIGIÃO E INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS.....</b>                                                                                                                                                         | <b>438</b> |
| IRMANDADE SÃO JOSÉ DE TAQUARI – HERANÇA CULTURAL<br>AÇORIANA .....                                                                                                                                                    | 439        |
| <i>Marli Pereira Marques</i>                                                                                                                                                                                          |            |
| IDENTIDADE TEUTA NO BRASIL: BUSCANDO ESPAÇO NA IGREJA<br>E NO CEMITÉRIO .....                                                                                                                                         | 449        |
| <i>Wilhelm Wachholz</i><br><i>Thiago Nicolau de Araújo</i>                                                                                                                                                            |            |
| O LEGADO SACRO ITALIANO NAS IGREJAS DE PORTO ALEGRE (1950-<br>60): EMILIO SESSA E ALDO LOCATELLI.....                                                                                                                 | 463        |
| <i>Anna Paula Boneberg Nascimento dos Santos</i>                                                                                                                                                                      |            |
| ENTRE A REZA PARA O SANTO CATÓLICO E A VELA PARA ORIXÁ .....                                                                                                                                                          | 478        |
| <i>Francielle Moreira Cassol</i>                                                                                                                                                                                      |            |

|                                                                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| O LUTERANISMO COMO FATOR DE IDENTIDADE: A COMPOSIÇÃO DA COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA RESSURREIÇÃO DE IMBITUVA – PR..... | 494 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

*Janaína Cristiane da Silva Helfenstein*

|                                                                                |     |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----|
| O DISCURSO DOS LUTERANOS “MISSOURIANOS” DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL ..... | 507 |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----|

*Sérgio Luiz Marlow*

|                                                                                                                                                                                                                                                  |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| “O FALECIDO ERA UM HOMEM MUITO TEIMOSO, DE PURA TEIMOSIA NÃO PISOU MAIS NA IGREJA NOS ÚLTIMOS ANOS”: PRÁTICAS DISCURSIVAS ENALTECENDO OU DEPRECIANDO A CONDUTA RELIGIOSA DO FALECIDO EM VIDA CONTIDAS EM REGISTROS DE ÓBITOS E NECROLÓGIOS ..... | 520 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

*Sandro Blume*

#### **CAPÍTULO IV – LÍNGUAGENS E LITERATURA ..... 537**

|                                                           |     |
|-----------------------------------------------------------|-----|
| HEINER MÜLLER E A INVOCÇÃO DA ESTRANGEIRA PRIMORDIAL..... | 538 |
|-----------------------------------------------------------|-----|

*Leonardo Munk*

|                                                                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| O TRATAMENTO DADO AO SUJEITO “BRASILEIRO” NA FICÇÃO PORTUGUESA OITOCENTISTA ..... | 549 |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|

*Giséle Razera*

|                                                                                                                                             |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| “Os (DES)ENCANTOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ ATRAVÉS DA LITERATURA”: AS MEMÓRIAS E AS NARRATIVAS SOBRE JACOBINA EM <i>VIDEIRAS DE CRISTAL</i> ..... | 563 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

*Daniel Luciano Gevehr*

|                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------|-----|
| AS CENAS DA COLÔNIA DE WILHELM ROTERMUND – LITERATURA E ETNICIDADE..... | 583 |
|-------------------------------------------------------------------------|-----|

*Isadora Teixeira Vilela*

*Leonardo H. G. Fígoli*

|                                               |     |
|-----------------------------------------------|-----|
| A FAMÍLIA WOLF NA LITERATURA BRASILEIRA ..... | 599 |
|-----------------------------------------------|-----|

*Richard Jeske Wagner*

|                                                                  |     |
|------------------------------------------------------------------|-----|
| VERGUEIRO E SUA COMPANHIA DE IMIGRAÇÃO EM VERSÃO BIOGRÁFICA..... | 612 |
|------------------------------------------------------------------|-----|

*Marines Dors*

|                                                                                 |     |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----|
| CARTAS E CORRESPONDÊNCIAS DE IMIGRANTES PORTUGUESES: PREPARATIVO DA VIAGEM..... | 624 |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----|

*Maria Izilda Santos de Matos*

|                                                                                                                                                                                     |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CARTAS DE IMIGRANTES ESPANHOIS (1911-1930).....                                                                                                                                     | 642        |
| <i>Dolores Martin Rodríguez Corner</i>                                                                                                                                              |            |
| ROMANCE-FOLHETIM: FORMADOR DE IMAGINÁRIOS SOCIAIS .....                                                                                                                             | 652        |
| <i>Greicy Weschenfelder</i>                                                                                                                                                         |            |
| MEMÓRIA MUSICAL DA CAMPANHA DA NACIONALIZAÇÃO NO VALE<br>DO RIO DOS SINOS/RS.....                                                                                                   | 669        |
| <i>Alessander Kerber</i>                                                                                                                                                            |            |
| A LÍNGUA ALEMÃ COMO MARCADOR DE IDENTIDADE ÉTNICA<br>EM SÃO LOURENÇO DO SUL .....                                                                                                   | 684        |
| <i>Paulo César Maltzahn</i>                                                                                                                                                         |            |
| A VARIEDADE VESTFALIANA NO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO<br>VALE DO TAQUARI.....                                                                                                      | 710        |
| <i>Aline Horst</i>                                                                                                                                                                  |            |
| <b>CAPÍTULO V – EDUCAÇÃO E INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS .....</b>                                                                                                                        | <b>729</b> |
| A ESTRATÉGIA EDUCACIONAL CRISTIANIZADORA/CIVILIZATÓRIA COM<br>OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, DESDE O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO<br>PORTUGUESA ATÉ A CHEGADA DOS IDEAIS POSITIVISTAS ..... | 730        |
| <i>Jasom de Oliveira</i>                                                                                                                                                            |            |
| MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO RURAL: NARRATIVAS DE PROFESSORAS .....                                                                                                                         | 745        |
| <i>Cinara Dalla Costa Velasquez.....</i>                                                                                                                                            | 745        |
| <i>Josiane Machado Carré</i>                                                                                                                                                        |            |
| MEMÓRIAS EVOCADAS: NOTAS SOBRE O GRUPO ESCOLAR DE LOMBA<br>GRANDE – NOVO HAMBURGO/RS – (1942).....                                                                                  | 765        |
| <i>José Edimar de Souza</i>                                                                                                                                                         |            |
| PROPOSIÇÕES ACERCA DOS MANUAIS DIDÁTICOS RECOMENDADOS<br>PARA O USO NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS PAULISTANAS PÚBLICAS E<br>ITALIANAS PRIVADAS, NOS ANOS INICIAIS DO SÉCULO XX .....        | 781        |
| <i>Eliane Mimesse</i>                                                                                                                                                               |            |
| ESCOLAS ELEMENTARES NAS COLÔNIAS ITALIANAS DE CURITIBA-<br>PARANÁ (1878-1930) .....                                                                                                 | 795        |
| <i>Elaine Cátia Falcade Maschio</i>                                                                                                                                                 |            |
| A RELAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE, NO CONTEXTO DA ITALIANIDADE,<br>NO PERÍODO DE 1915-1945 EM CAXIAS DO SUL/RS .....                                                                      | 813        |
| <i>Jordana Wruck Timm</i>                                                                                                                                                           |            |
| <i>Lúcio Kreutz</i>                                                                                                                                                                 |            |

|                                       |     |
|---------------------------------------|-----|
| COLLEGIO ALEMÃO DE PELOTAS-1898 ..... | 824 |
|---------------------------------------|-----|

*Maria Angela Peter da Fonseca  
Elomar Antonio Callegaro Tambara*

|                                                                                                                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| REAÇÕES DIANTE DAS IMPOSIÇÕES: AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS NAS<br>ESCOLAS LUTERANAS DURANTE O ESTADO NOVO (O CASO DA<br>ESCOLA FUNDAÇÃO EVANGÉLICA DE HAMBURGO VELHO) ..... | 840 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

*Rodrigo Luis dos Santos*

|                                                                      |     |
|----------------------------------------------------------------------|-----|
| NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO EM BARÃO/RS E DIVERSIDADE<br>CULTURAL ..... | 856 |
|----------------------------------------------------------------------|-----|

*Fernanda Rodrigues Zanatta*

## **CAPÍTULO VI – NATUREZA E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO 871**

|                                                                                            |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| TORRES E OS CONDICIONANTES NATURAIS QUE LEVARAM À<br>ELABORAÇÃO DO PROJETO PORTUÁRIO ..... | 872 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

*Caroline Strassburger*

|                                                                                                            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| LA LIBERTÀ À CORREIO RIOGRANDENSE: O COTIDIANO DOS<br>IMIGRANTES ITALIANOS NA REGIÃO DA SERRA GAÚCHA ..... | 888 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

*Esther Mayara Zamboni Rossi  
Samira Peruchi Moretto  
Eunice Sueli Nodari*

|                                                                                                |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| A PICADA TEUTO-BRASILEIRA: CAPITAL SOCIAL E COMUNIDADE EM<br>FELIPE ESSIG, TRAVESSEIRO/RS..... | 900 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

*Eduardo Relly  
Neli Teresinha Galarce Machado*

## **CAPÍTULO VII – POLÍTICA, ECONOMIA E TRABALHO ..... 919**

|                                                                                |     |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----|
| GUILHERME GAELZER NETTO, TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA DE UMA<br>LIDERANÇA ÉTNICA..... | 920 |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----|

*Evandro Fernandes*

|                                                                                                                                                                 |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| A ATUAÇÃO DE HERMANN BLUMENAU E A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO E<br>COLONIZAÇÃO: ANÁLISE DE UM NÚCLEO COLONIAL NA PROVÍNCIA<br>DE SANTA CATARINA ENTRE 1850-1880 ..... | 937 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

*Vanessa Nicoceli*

|                                                                                                                     |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| O MOTIM DE 1867: ADMINISTRAÇÃO COLONIAL, ESTRATÉGIAS DE<br>OPOSIÇÃO E OS CONFLITOS NA COLÔNIA SÃO LOURENÇO/RS ..... | 952 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

*Patrícia Bosenbecker*

|                                                                                                                                                                                         |      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS E ÉTICA DO TRABALHO: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE AS DIFERENTES NOÇÕES DE TRABALHO ENTRE TRABALHADORES (I)MIGRANTES NA CIDADE DE FARROUPILHA, RS/BRASIL ..... | 968  |
| <i>Beatriz Rodrigues Kanaan</i>                                                                                                                                                         |      |
| BREVE PERSPECTIVA A CERCA DA COLONIZAÇÃO IMPERIAL NO DEBATE PARLAMENTAR DE 1843 .....                                                                                                   | 982  |
| <i>Onete da Silva Podeleski</i>                                                                                                                                                         |      |
| AS PRINCIPAIS MOTIVAÇÕES PARA A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL – O CASO DO MARROCOS PARA A ESPANHA .....                                                                                        | 996  |
| <i>Aline Baú dos Santos</i>                                                                                                                                                             |      |
| PROCESSO DE CITADINIZAÇÃO DA EX-COLÔNIA CAXIAS (1912-1924) .....                                                                                                                        | 1017 |
| <i>Dinarte Paz</i>                                                                                                                                                                      |      |
| <i>Vania Beatriz Merlotti Herédia</i>                                                                                                                                                   |      |
| POLÍTICA INSTITUCIONAL E ETNICIDADE NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO RIO GRANDE SUL (1924 – 1945).....                                                                                    | 1032 |
| <i>Gustavo Valduga</i>                                                                                                                                                                  |      |
| “UMA MASSA DE VADIOS, UM BANDO DE DESOCUPADOS OU CRIMINOSOS”: QUEM ERAM OS MECKLENBURGUESES EMIGRADOS PARA O BRASIL, A PARTIR DE 1824? .....                                            | 1042 |
| <i>Caroline von Mühlen</i>                                                                                                                                                              |      |
| OS DEUTSCH-BRASILIANER NA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA SUL-RIO-GRANDENSE, NO FINAL DO SÉCULO XIX: UMA AMEAÇA AO PRR NO ALTO VALE DOS SINOS .....                                               | 1061 |
| <i>Paulo Gilberto Mossmann Sobrinho</i>                                                                                                                                                 |      |
| IMIGRAÇÃO NO RS – UM PROCESSO DE ADAPTAÇÃO QUE EXIGIU MUDANÇAS.....                                                                                                                     | 1076 |
| <i>Luana Bieger</i>                                                                                                                                                                     |      |
| QUAL É O JOGO? UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE O SISTEMA PRODUTIVO E O ENCOLHIMENTO DAS CIDADES DA CAMPANHA GAÚCHA .....                                                                | 1090 |
| <i>Marco Antônio Medeiros da Silva</i>                                                                                                                                                  |      |
| O COTIDIANO DO IMIGRANTE ALEMÃO EM CURITIBA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL .....                                                                                                      | 1105 |
| <i>Solange de Lima</i>                                                                                                                                                                  |      |

|                                                                                                                                                  |             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| A IGREJA DA IMIGRAÇÃO E O CAJADO DO PODER DE DOM JOÃO<br>BECKER. UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS LEMBRANÇAS<br>“CENSURADAS” DE THEODOR AMSTAD.....    | 1118        |
| <i>Alba Cristina Couto dos Santos</i>                                                                                                            |             |
| A REVOLUÇÃO DE 1923 NA LEMBRANÇA DA COMUNIDADE JUDAICA<br>SUL-RIO-GRANDENSE .....                                                                | 1134        |
| <i>Diéle de Souza Schneider</i>                                                                                                                  |             |
| IMIGRAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO NO ESTADO NOVO: DISPUTAS DE<br>MEMÓRIAS.....                                                                          | 1149        |
| <i>Bibiana Werle</i>                                                                                                                             |             |
| ABRINDO CAMINHOS, AMPLIANDO HORIZONTES: ECONOMIA E<br>POLÍTICA COMO MEIO DE INSERÇÃO SOCIAL (IMIGRAÇÃO – RIO<br>GRANDE DO SUL – SÉCULO XIX)..... | 1161        |
| <i>Ícaro Estivalet Raymundo</i><br><i>Rodrigo Luís dos Santos</i><br><i>Marcos Antônio Witt</i>                                                  |             |
| A TRAJETÓRIA DAS ATIVIDADES FÍSICAS DO IMIGRANTE ALEMÃO – O<br>TURNEN COMO ELEMENTO CULTURAL NO RIO GRANDE DO<br>SUL/BRASIL .....                | 1176        |
| <i>Leomar Tesche</i>                                                                                                                             |             |
| GIGANTE ENTRE HOMENS: REDES DE SOCIABILIDADE CONSTRUÍDAS<br>PELO NORTE-AMERICANO MILLENDER EM PORTO ALEGRE .....                                 | 1194        |
| <i>Paula Joelsons</i>                                                                                                                            |             |
| <b>CAPÍTULO VIII – CIDADES E SOCIABILIDADES.....</b>                                                                                             | <b>1214</b> |
| HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DA PRAÇA DA HARMONIA: POR<br>AQUELES QUE VIRAM E VIVERAM.....                                                           | 1215        |
| <i>Gabriela Ucoski da Silva</i>                                                                                                                  |             |
| ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE POLÍTICA NA REGIÃO COLONIAL<br>ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL (1875-1950) .....                                          | 1230        |
| <i>Paulo Afonso Lovera Marmellini</i>                                                                                                            |             |
| DO ITÁLICO BERÇO À NOVA PÁTRIA BRASILEIRA – O SEMEADOR E O<br>CULTIVO DA TERRA .....                                                             | 1242        |
| <i>Luiza Horn Iotti</i><br><i>Daysi Lange</i>                                                                                                    |             |
| CANOAS COMO UM REFÚGIO DA MODERNIDADE: NARRATIVAS E<br>TRAJETÓRIAS DE IMIGRANTES NA “CIDADE-VERANEIO” (1874-1934).1255                           |             |
| <i>Danielle Heberle Viegas</i>                                                                                                                   |             |



|                                                                                                                                                                                                                                              |             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| O AUDACIOSO PROJETO DE UM IMIGRANTE VÊNETO: ASPECTOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO SUL DO BRASIL (1878) .....                                                                                                                                     | 1269        |
| <i>Maíra Ines Vendrame</i>                                                                                                                                                                                                                   |             |
| DO EXTREMO NORTE AO EXTREMO SUL: IMIGRAÇÃO E IDENTIDADE..                                                                                                                                                                                    | 1285        |
| <i>Jaqueline Oliveira</i>                                                                                                                                                                                                                    |             |
| SOMOS TODOS ITALIANOS? A REAFIRMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE ATRAVÉS DA ANÁLISE DE UMA NARRATIVA SOBRE UM CRIME NA CIDADE DE NOVA PALMA-RS.....                                                                                                    | 1294        |
| <i>Juliana Maria Manfio</i>                                                                                                                                                                                                                  |             |
| <i>Paula Simone Bolzan Jardim</i>                                                                                                                                                                                                            |             |
| DA LETÔNIA AO BRASIL: NARRATIVA E TRAJETÓRIA DE LEJEKRIKKA, MULHER IMIGRANTE NO RIO GRANDE DO SUL.....                                                                                                                                       | 1308        |
| <i>Paula Joelsons</i>                                                                                                                                                                                                                        |             |
| NUANCES NOS DEPOIMENTOS DA PESCIANA E DA MORANESA: IMIGRANTES ITALIANAS EM PORTO ALEGRE/RS (1945-1950).....                                                                                                                                  | 1326        |
| <i>Egiselda Brum Charão</i>                                                                                                                                                                                                                  |             |
| PROJETOS E OBRAS DE SANEAMENTO EM ÁREAS DE COLONIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL DA REPÚBLICA VELHA .....                                                                                                                                         | 1348        |
| <i>Fabiano Quadros Rückert</i>                                                                                                                                                                                                               |             |
| A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO PÓS-GUERRA: LUGARES DE SOCIABILIDADE .....                                                                                                                                                                           | 1362        |
| <i>Leonardo de Oliveira Conedera</i>                                                                                                                                                                                                         |             |
| “VINHO É BEBIDA DO ITALIANO, DO ALEMÃO E DO BRASILEIRO”: ELEMENTOS PARA PENSAR A CONSTITUIÇÃO DE ITALIANIDADE ENTRE COLONOS .....                                                                                                            | 1372        |
| <i>Carmen Janaina Batista Machado</i>                                                                                                                                                                                                        |             |
| <i>Renata Menasche</i>                                                                                                                                                                                                                       |             |
| <b>CAPÍTULO IX – RELAÇÕES INTERÉTNICAS .....</b>                                                                                                                                                                                             | <b>1387</b> |
| ANA BLAUTH, FILHA DO AFRICANO JOAQUIM EDA CRIOLA EVA, EX-ESCRAVADO ALEMÃO NICOLAU BLAUTH: NOTAS SOBRE A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ESCRAVOS E SEUS SENHORES TEUTO-BRASILEIROS EM ZONAS DE IMIGRAÇÃO EUROPEIA (SÃO LEOPOLDO, RS, SÉCULO XIX)..... | 1388        |
| <i>Paulo Roberto Staudt Moreira</i>                                                                                                                                                                                                          |             |
| <i>Miquéias Henrique Mugge</i>                                                                                                                                                                                                               |             |

|                                                                                                                                                                                           |                                    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|
| ETNICIDADE E POLÍTICA NO VALE DO ITAJAÍ (SC) NA PRIMEIRA REPÚBLICA .....                                                                                                                  | 1408                               |
|                                                                                                                                                                                           | <i>Giralda Seyferth</i>            |
| CASAMENTO INTERÉTNICO ENTRE OS POMERANOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO .....                                                                                                                | 1425                               |
|                                                                                                                                                                                           | <i>Joana Bahia</i>                 |
| “NÓS” E “ELES”: IMIGRANTES ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS NA COLÔNIA NEU-WÜRTTEMBERG (1898-1932).....                                                                                        | 1442                               |
|                                                                                                                                                                                           | <i>Rosane Marcia Neumann</i>       |
| TRABALHAR E REZAR COM A FAMÍLIA UNIDA .....                                                                                                                                               | 1455                               |
|                                                                                                                                                                                           | <i>Fernanda Simonetti</i>          |
| AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA COLÔNIA ERECHIM.....                                                                                                                                          | 1470                               |
|                                                                                                                                                                                           | <i>Isabel Rosa Gritti</i>          |
| A PREOCUPAÇÃO COM OS “DE DENTRO” E A RECONSTITUIÇÃO DO ÉTHOS DE CAMPONÊS: RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA COLÔNIA ERECHIM, NORTE DO RS – 1908-1915 .....                                         | 1483                               |
|                                                                                                                                                                                           | <i>João Carlos Tedesco</i>         |
|                                                                                                                                                                                           | <i>Márcia dos Santos Caron</i>     |
| IDENTIDADES ÉTNICAS LUSITANAS NO BRASIL? NOTAS SOBRE A CATEGORIA “DE ORIGEM” E AS LUSITANIDADES NA LINHA BOM JARDIM, INTERIOR DE GUARANI DAS MISSÕES, RS .....                            | 1501                               |
|                                                                                                                                                                                           | <i>Juliano Florczak Almeida</i>    |
| A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES “NEGRAS” E “ALEMÃS” A PARTIR DE UMA CONGREGAÇÃO DA IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL, EM CANGUÇU/RS .....                                                  | 1516                               |
|                                                                                                                                                                                           | <i>Dilza Porto Gonçalves</i>       |
| ENTRE <i>EL MALÓN</i> E O ASSALTO. LIDERANÇAS INDÍGENAS, MOVIMENTOS E CONFLITOS EM TEMPOS FRONTEIRIÇOS NO BRASIL MERIDIONAL E NOS <i>PAMPAS E CAMPAÑA HISPANOCRIOLLA</i> (1849-1858)..... | 1538                               |
|                                                                                                                                                                                           | <i>Paulo Pinheiro Machado</i>      |
|                                                                                                                                                                                           | <i>Almir Antonio de Souza</i>      |
| PESQUISA ARQUEOLÓGICA NA ENCOSTA INFERIOR DO NORDESTE, BANHADA PELOS RIOS PARANHANA E DOS SINOS.....                                                                                      | 1559                               |
|                                                                                                                                                                                           | <i>Jefferson Luciano Zuch Dias</i> |

## **CAPÍTULO X – COMUNICAÇÕES E MÍDIA.....1578**

ITÁLIA X ÁUSTRIA: A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL ATRAVÉS DO  
OLHAR DOS JORNAIS EM LÍNGUA ITALIANA ..... 1579  
*Marcelo Armellini Corrêa*

O ALMANAQUE *KOSERITZ DEUTSCHER VOLKSKALENDER* NO CONTEXTO  
DA IMPRENSA DO SÉCULO XIX (1874-1890) ..... 1587  
*Tiago Weizenmann*

CINEMA ALEMÃO EM SANTA CRUZ DO SUL NAS DÉCADAS DE 1920 E  
1930: DISCUTINDO A POLÍTICA CULTURAL EXTERIOR ALEMÃ PARA O  
BRASIL ..... 1608  
*Flaviano Bugatti Isolan*

USOS DA INTERNET POR MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE E  
CIDADANIA UNIVERSAL DAS MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS ..... 1623  
*Lara Nasi*

## **CAPÍTULO XI – IMIGRAÇÃO E SUAS MÚLTIPLAS ABORDAGENS 1643**

A PRESENÇA AÇORIANA NA ILHA DA PINTADA-RS E SUAS PRÁTICAS  
CULTURAIS ..... 1644  
*Jairton Ortiz da Cruz*

O FUTEBOL COLONIAL NO RIO GRANDE DO SUL ..... 1658  
*Vinícius Moser*

*EL BRASILEÑO*: A TRAJETÓRIA DE UM IMIGRANTE ESPANHOL DO  
CAMPO AO PATÍBULO ..... 1673  
*Tiago da Silva Cesar*

COLONIZAÇÃO EM PIRATUBA NO SÉCULO XX: A BUSCA POR NOVAS  
OPORTUNIDADES ..... 1690  
*Aline Aparecida Faé Inocenti*

A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI-FREDERICO  
WESTPHALEN-RS (1917 – 1930) ..... 1702  
*Fabiana Regina da Silva*

O MAIS ILUSTRE FILHO DE SÃO LEOPOLDO: LINDOLFO COLLOR COMO  
UM DOS PRINCIPAIS SÍMBOLOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ..... 1716  
*Tiago de Oliveira Bruinelli*

AS VIVÊNCIAS DOS PERNOITES: O MOMENTO DE ESCRITA E REFLEXÃO  
DE SAINT HILAIRE EM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA (RS) ..... 1732  
*Macon Diego Rodrigues*

|                                                                                                                                                                                  |      |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA TEUTO-BRASILEIRA EM SÃO LOURENÇO DO SUL (DÉCADA DE 1980 AOS DIAS ATUAIS) .....                                                                 | 1751 |
| <i>Paulo César Maltzahn</i>                                                                                                                                                      |      |
| OS POLONESES NO RIO GRANDE DO SUL: NOVAS FONTES E TEMAS DE PESQUISA .....                                                                                                        | 1766 |
| <i>Rhuan Targino Zaleski Trindade</i>                                                                                                                                            |      |
| <i>Regina Weber</i>                                                                                                                                                              |      |
| AS INFLUÊNCIAS DA ESPANHA E HOLANDA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL .....                                                                                                        | 1779 |
| <i>Roberto Rodolfo Georg Uebel</i>                                                                                                                                               |      |
| AS VISÕES DO PADRE BALDUÍNO RAMBO S. J. SOBRE A IMIGRAÇÃO E A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL .....                                                                       | 1793 |
| <i>Ana Paula Juchem Bohn</i>                                                                                                                                                     |      |
| IMIGRAÇÃO JUDAICA NO RIO GRANDE DO SUL APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL .....                                                                                                       | 1802 |
| <i>Bruna Krimberg von Mühlen</i>                                                                                                                                                 |      |
| <i>Marlene Neves Strey</i>                                                                                                                                                       |      |
| NACIONALISMO XENOFÓBICO? REVISANDO OS PROJETOS DE NAÇÃO DA ARGENTINA E DO BRASIL E A RELAÇÃO DESTES COM OS INTELECTUAIS DOMINGO FAUSTINO SARMIENTO E MANOEL JOSÉ DO BOMFIM ..... | 1813 |
| <i>Dênis Wagner Machado</i>                                                                                                                                                      |      |
| <i>Vítor Aleixo Schütz</i>                                                                                                                                                       |      |
| A SAÚDE DO TRABALHADOR É A SAÚDE DA NAÇÃO: EUGENIA E IMIGRAÇÃO NO ESTADO NOVO .....                                                                                              | 1831 |
| <i>Elisa Paula Marques</i>                                                                                                                                                       |      |
| OS SÚDITOS DO KAISER ESTÃO ENTRE NÓS: AS CONSEQUÊNCIAS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL PARA OS ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS EM CURITIBA (1914-1918) .....                              | 1837 |
| <i>Pamela Beltramin Fabris</i>                                                                                                                                                   |      |
| DOS CAMPOS EUROPEUS AOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ: ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE IMIGRANTES POLONESES NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA-PR (1890-1914) .....            | 1856 |
| <i>Renata Sopelsa</i>                                                                                                                                                            |      |

## APRESENTAÇÃO

No ano de 1974 o Rio Grande do Sul preparava-se para comemorar diferentes datas relativas à imigração em seu estado. Entre estas estavam relativas ao sesquicentenário da imigração alemã que se faziam anunciar pelo governador do Estado, Cel. Euclides Triches. O governador instituiu, no início do ano de 1974, o *Biênio da Colonização e Imigração* para o qual nomeara uma Comissão Central. Presentes nesta comissão os senhores Germano Oscar Moehlecke e Telmo Lauro Müller representavam a cidade de São Leopoldo, o lugar de chegada dos primeiros imigrantes alemães no Rio Grande do Sul.

Entre as atividades propostas e realizadas com a participação destes cidadãos cabe aqui lembrar a que organizou o Primeiro Simpósio de História da Imigração Alemã, entre os dias 12 e 15 de setembro daquele mesmo ano, em São Leopoldo. Nessa ocasião dezenove conferencistas expuseram suas pesquisas sobre o tema. Ao final do evento uma sessão plenária decidiu que se deveria continuar a tarefa de buscar a história desta imigração com a realização de um simpósio temático a cada dois anos. A decisão tomada vem sendo cumprida e é, por esta razão, que neste ano de 2012 realizamos o XX Simpósio, não mais só de imigração alemã, mas de todas as imigrações e não mais um simpósio, mas agora um seminário internacional.

Justo neste ano de 2012 Telmo Lauro Müller, a quem rendemos nossa homenagem, nos deixou, mas sua morte não vai mudar a obra que iniciou porque a semente jogada por ele frutificou e muitos são os que aram a terra. Não é obra de um só homem.

Imbuídos desse espírito cremos que hoje há necessidade de se repensar os estudos sobre a imigração no Brasil e, no bojo desta reflexão, talvez possamos unificar estudos sobre essa temática em nosso país. Para alcançar este objetivo é importante também não perder de vista nossas características regionais, uma vez que até

agora só nos vimos em partes e, algumas vezes, o que vimos foi a parte pelo todo.

No contexto destas realizações e da existência de outros espaços onde a pesquisa sobre o tema da imigração tem se aprofundado, a publicação deste livro sobre a *história da imigração e suas escritas* é o corolário do trabalho que vimos fazendo e uma contribuição aos estudos sobre a imigração no Brasil. É também um balanço do que se escreve e de como está sendo escrita esta história em nosso país.

São Leopoldo, primavera/verão de 2012

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

Presidente do Instituto Histórico de São Leopoldo – IHSL

# **CAPÍTULO I – PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL**

# **MALA HISTÓRICA – MUSEU ITINERANTE HISTÓRIA E APRENDIZAGEM**

Ângela Maria da Silva de Oliveira<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente artigo visa relatar a experiência considerada pioneira no Museu Municipal Dona Ernestina, na cidade de Ernestina, localizada no norte do RS que desde 2006 vem sendo desenvolvido o Projeto: Mala Histórica – Museu Itinerante: história e aprendizagem. Tudo devidamente transportado em uma mala datada da década de 70. São 10 itens levados em cada visita, todos relacionados à chegada dos primeiros colonizadores de Ernestina e região. Baseado nas teorias de Paulo Freire, onde o educador acreditava no diálogo na interação, a educadora e coordenadora Ângela Maria da Silva de Oliveira leva á todos os alunos (mais de 1.200) e professores muita história e cultura. O objetivo principal é transformar o Museu Municipal Dona Ernestina em um museu diferenciado e comprometido com o resgate histórico. Levando até as instituições educacionais a história e a cultura do município, de forma itinerante. Promovendo assim, uma prática museológica e educacional inclusiva e voltada para a cidadania, através do conhecimento do passado e presente, numa visão de mundo futuro, onde a ludicidade e a sensibilidade se desencadeiam naturalmente.

*Palavras-chave:* História, Educação Patrimonial, Dialogo, Aprendizagem.

---

## **Museus e o MDE**

O conceito de museu utilizado no presente artigo é o apresentado pelo *Conselho Internacional de Museus (ICOM)*, é o que mais se identifica na perspectiva desta reflexão.

Portanto, segundo o ICOM museu

---

<sup>1</sup> Professora Graduada em História Licenciatura Plena pela Universidade de Passo Fundo-UPF, Especialização em Alfabetização: Leitura e Escrita nas séries iniciais (UPF), Pesquisa sobre: Avaliação Educacional; e Gestão Escolar e Organização Curricular pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Pesquisa sobre a Gestão Escolar no Processo de Construção de uma Escola Democrática; Professora efetiva da rede de ensino municipal de Ernestina-RS e Diretora do Museu Municipal Dona Ernestina e Coordenadora da Cultura e Turismo.



É uma instituição sem fins lucrativos, permanente, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, e aberta ao público, que adquire, conserva pesquisa, divulga e expõe, para fins de estudo, educação e divertimento, testemunhos materiais do povo e seu meio ambiente. (ICOM, 1989).

No texto “*Museu: Coisa Velha, Coisa Antiga*”, Mário Chagas, apresenta o museu como sendo resultado do senso comum, um lugar onde existem coisas velhas, objetos velhos, que o público visita. Esta é a construção da imagem de idéias a partir do vocábulo museu, segundo a pesquisa (CHAGAS, 1987).

O museu, sendo denominado como uma instituição de memória apresenta algumas ações museológicas como coletar, registrar, catalogar, classificar, registrar e salvaguardar objetos que representam testemunhos históricos que contextualizam uma época, fatos, vidas e cotidianos, refletindo, dessa forma, a sociedade do período.

No ano de 2000 foi inaugurado o Museu Municipal, que leva o nome Dona Ernestina, mãe do Primeiro Administrador da colônia de imigrantes alemães que aqui se instalaram por volta dos anos 1898 a 1910. Um espaço público, ambiente todo elaborado e organizado para abrigar a história e a memória local.

O Museu Municipal Dona Ernestina-MDE<sup>2</sup> com o objetivo de resgatar e preservar a história e cultura de Ernestina e região, vislumbrando e salvaguardando seus diferentes aspectos e contribuições. O MDE possui um acervo diversificado, com aproximadamente 700 peças, que vai desde objetos religiosos, utensílios domésticos e de decoração, instrumentos de trabalho agrícola e acervo de fotos entre outros doados pela comunidade. Que retratam desde o início de sua ocupação indígena Tapuia e jê (1666), a presença significativa da influência do imigrante alemão, na construção da nossa história até os dias atuais.

---

<sup>2</sup> Lei N. 385-98 de 02 de Julho de 1998. Cria o Museu Municipal e dá outras Providências. E a sigla MDE significa – Museu Dona Ernestina.

Numa nova concepção, os museus estão cada vez mais empenhados em desempenhar o seu papel social, desenvolvendo ações sócio-educativas inclusivas. Ampliando assim, a visão de mundo através da mudança de pensamento, contribuindo na formação para a cidadania e incentivando a busca pelo conhecimento e a valorização da história e cultura. E o Museu Municipal Dona Ernestina também vem a cada dia buscando novas maneiras de transformar o seu espaço, estático e intocável em algo mais presente e plausível aproximando o passado do presente, com um olhar voltado para o futuro.

### **Histórico da Implantação do Projeto**

O museu Municipal Dona Ernestina desde 2006 vem desenvolvendo o Projeto “Mala Histórica – museu itinerante: história e aprendizagem idealizado e executado pela professora Ângela Maria da Silva de Oliveira, historiadora e coordenadora do museu e conta com a participação da Professora Leiga Marli Cristina Worm”.

A idéia surgiu da necessidade de tornar as nossas ações educativo-culturais em algo que fosse romper com alguns paradigmas referentes às instituições museológicas. Transformando o MDE em um museu itinerante, inovador e comprometido em resgatar e preservar a história e a cultura étnica de Ernestina e região.

O Museu Municipal Dona Ernestina ao participar da 4ª Semana dos Museus, promovida pelo IPHAN em maio de 2006 se lançou num desafio primeiramente, de visitar as escolas do município. Sendo que todos os anos as escolas se programam no calendário escolar uma visita ao museu na Semana dos Museus<sup>3</sup> no mês de maio. Mesmo assim, algo começou a me inquietar – como o

---

<sup>3</sup> Semana dedica às comemorações do Dia Internacional dos Museus 18 de maio, onde os museus são convidados a participarem com programações especiais registradas e divulgadas pelo Instituto Brasileiro dos Museus. [www.museus.gov.br](http://www.museus.gov.br).

museu irá às escolas? Surgiu a idéia de utilizar uma mala para realizarmos as visitas. Como se fosse uma viagem no túnel do tempo. Com direito a uma bagagem um tanto não convencional, ou seja, objetos pertencentes ao acervo do museu. Ir ao encontro, retribuir as visitas, conhecer a realidade de cada escola, vivenciando as mesmas dificuldades de locomoção enfrentadas pelas mesmas devido à localização na zona rural e promover um contato mais próximo da história dos antepassados com o presente de forma itinerante. Divulgar a história através da “mala” desafio um tanto diferente, maneira ousada e lúdica ao mesmo tempo. Tornando o MDE em algo mais dinâmico, vivo e presente no cotidiano de inicialmente 500 alunos da rede de ensino estadual e municipal de Ernestina.

Numa versão atual, século XXI, concepção global onde a tecnologia se faz presente numa era de avanços digitais a presença de uma mala datada da década de 70 entra em cena. Promovendo mudanças de visão e até mesmo de atitudes em relação à importância da história em nossas vidas. Fatores como: pouca participação da comunidade em visitar o museu, excursões não muito freqüentes, ausência de público e a necessidade de ampliar o acervo contribuíram para de fato essa ação se concretizasse. Na íntegra o projeto vem proporcionando um despertar no interesse e um maior envolvimento por parte dos alunos, professores e comunidade. Ocorrendo assim, automaticamente a aprendizagem de forma recíproca e mútua. A valorização dos nossos antepassados acontece através do contato com os objetos de maneira concreta, fortalecendo a sensibilidade e a imaginação de cada um. E assim, a valorização dos antepassados através dos objetos dá mais vida ao Museu, pois ocorre certa magia que invade o ambiente ao tocar algo que até então era desconhecido, estimulando o diálogo, potencializando a “unidade” na diversidade “(respeitando a singularidade e a especificidades de cada um)”. Esse trabalho desenvolvido tem como base nas idéias de Paulo Freire, onde a opressão e a libertação estão presentes na educação voltada para a cidadania numa abordagem dialógica.

## **A Mala<sup>4</sup> do Tempo: é uma viagem**

Em Ernestina o tempo não para. Citando parte do texto de Hilda Agnes Hübner Flores, em *História da Imigração Alemã do Rio Grande do Sul* (EST Edições, 2004),

O tempo e à hora chegaram; Vamos viajar para a América. As carroças estão diante da porta, com mulher e filhos vamos partir! Vocês amigos e parentes; irmãos e conhecidos, Venham, apertem nossas mãos! Mas não chorem muito, não nos veremos mais, nunca mais.

Partindo para um grande desafio de preparar a mala de percorrer não o trajeto que os imigrantes alemães realizaram da Europa ao Sul do Brasil, sim, uma viagem ao nosso próprio território como desbravadores da nossa própria história.

Sendo até comparadas com a figura do caixeiro-viajante, que era muito significativa nas regiões mais afastadas das grandes cidades da época. E que levava aos mais longínquos lugares, povoados e vilarejos; mercadorias, encomendas e inclusive notícias.

A utilização de um recurso que por si só transmite a idéia de uma viagem, com características de época, em madeira, revestida em tecido e com detalhes em metais nos cantos, notoriamente com sinais do tempo e até uma alça improvisada inicia-se a viagem. Acondicionamos em uma mala datada da década de 70, em torno de mais ou menos 10 objetos pertencentes ao acervo e pré-selecionados para a apresentação e exposição ao público.

Os objetos que compõem a bagagem são selecionados, com o intuito de simbolizar utilidades de uso em uma viagem, bem como de necessidades, identificações e pertences de época. Ressaltando que os mesmos são nominados, identificados e cuidadosamente transportados por se tratar de peças raras e pertencentes às famílias doadoras. Vamos exemplificar uma preparação: um vestido de noiva

---

<sup>4</sup> Objeto não pertencente ao acervo do museu MDE e sim da minha família. Pertenceu a 4ª Filha da família Subtil de Oliveira. Ganhou de seu pai Sr. Aldino Culmann para guardar e transportar seus pertences e ir estudar no Seminário das Irmãs na cidade de Passo Fundo-RS, no ano de 1972.

de cor preto (1913) e um quadro com o retrato dos noivos, um relógio de bolso (1920), uma bíblia (1912), registro de nascimento escrito em alemão (1914) louça de pedra e o lápis de carvão (1920), um par de tamancos em madeira (1940), certa quantia em dinheiro (moeda de época), álbum de fotos, lista de nomes (parentes e amigos), uma lata de mantimentos (1945). Lembrando, que existe a preocupação de adequar os objetos de acordo com o público alvo (a idade, série e entidade)

Na programação do projeto, as visitas realizadas mensalmente e pré agendadas com as escolas. A combinação faz-se necessário com os professores para efetivar a visita do museu na escola.

A secretaria municipal de educação sempre nos incentivou em relação à idealização do projeto, mas, o grande desafio era e é o transporte. Devido o fato de algumas escolas estarem localizadas na zona rural, o transporte é fundamental para que o projeto se desenvolva. A colega Marli sensibilizada colocou a disposição o seu carro FUSCA, ano 72, cor bege para viabilizar o nosso acesso nas escolas do interior. Sendo, na cidade as visitas são realizadas a pé. Para dinamizar ainda mais a nossa chegada, o FUSCA ganha uma alteração no visual: um letreiro MDE-sigla do museu e um cartaz dizendo: “Somos todos universais”, dando um maior impacto.

### **Exemplo de Educação Popular – Patrimonial – itinerante**

Ressaltando novamente, museus são de fato locais de produção crítica do conhecimento.

Nascimento Jr. e Chagas (2006) apontam que os museus, sejam eles instalados em edifícios readaptados ou em construções erigidas para as funções museais, “podem ocupar edifícios readaptados ou em construções erigidas para as funções museais, “podem ocupar– e freqüentemente ocupam – um lugar de notável relevo no imaginário e na memória social, bem como no cenário cultural e político de determinada localidade” (p.13), além de serem também espaços de mediação cultural. Ainda afirmam que os museus estão em movimento: deixaram de ser compreendidos simplesmente como casas onde são guardadas relíquias, para tornarem-se “envolvidos com a criação, a comunicação, a afirmação de identidades, a

produção de conhecimento e a preservação de bens e manifestações culturais” (p.14).

Segundo os autores, uma museologia crítica, é a valorização dos indivíduos, da história e do patrimônio; museus como mediadores sociais, considerados “pontes entre culturas, são portas que se abrem e fecham para diferentes mundos. (...) Tanto podem servir para conformar quanto para transformar” (p.16). Vale destacar que, assim, os museus passam a atuar com um patrimônio cultural em processo, o que exige uma política pública específica, visto que são lugares abertos a acolher as “reflexões, os debates, as práticas e as poéticas características deste universo em expansão” (Nascimento Jr. e Chagas 2006, p. 15).

Partindo do princípio básico da Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 06).

Desta forma, a Educação Patrimonial em suas formas de mediação, possibilita a interpretação dos bens culturais, tornando-se um instrumento importante de promoção e vivência da cidadania. Conseqüentemente, gera a responsabilidade na busca, na valorização e preservação do patrimônio.

O processo educativo, em qualquer área de ensino/aprendizagem, tem como objetivo levar os alunos a utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição e o uso de conceitos e habilidades, na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional. O uso leva à aquisição de novas habilidades e conceitos (HORTA, 2004, p. 03).

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertarem no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Nesse sentido podemos falar na “necessidade do passado”, para compreendermos melhor o “presente” e projetarmos o “futuro”. Os estudos dos remanescentes do passado motivam-nos a compreender e avaliar o modo de vida e os problemas enfrentados pelos que nos antecederam, as soluções que encontraram para enfrentar esses problemas e desafios, e a compará-las com as soluções que encontramos para os mesmos problemas (moradia, saneamento, abastecimento de água, etc). Podemos facilmente comparar essas soluções, discutir as causas e origens dos problemas identificados e projetar as soluções ideais para o futuro, um exercício de consciência crítica e de cidadania (*ibid*, p. 03).

O projeto Mala Histórica – museu itinerante: história e aprendizagem em virtude da dinâmica utilizada, com certeza transformou a realidade do MDE e desencadeou um despertar/dimensionando um novo olhar para a museologia, através de uma educação museal.

Tendo a educação como uma das funções centrais do Museu M. Dona Ernestina. Este se caracteriza por ser um espaço de educação não-formal que tem como objeto de trabalho o bem cultural.

O MDE opera promovendo atividades baseadas em metodologias próprias que permitem a formação de um sujeito histórico-social que analisa criticamente recria e constrói a partir de um referencial que se situa no seu patrimônio cultural tangível e intangível. Considerando que o museu através do projeto proposto *Mala Histórica – Museu itinerante: história e aprendizagem* retratam as articulações afetivas, do sensorial, do cognitivo, do abstrato bem como a produção de conhecimentos.

Segundo, Paulo Freire:

(...) a educação ou ação cultural para a libertação, em lugar de ser aquela alienante transferência de conhecimento, é autêntico ato de

conhecer, em que os educados – também educadores – como consciências ‘intencionadas’ ao mundo, ou como corpos conscientes, se inserem com os educadores – educandos também – na busca de novos conhecimentos, como consequência do ato de reconhecer o conhecimento existente. (1984, p. 99).

Parece ser inevitável os museus estarem abertos as mudanças e ao público a sua sobrevivência através de suas diversidades. O MDE transformou-se e transforma a realidade conforme as necessidades e possibilidades dos diferentes momentos da sua história. Do reducionismo da historicidade a complexidade da contemporaneidade e acompanha as mudanças da própria museologia. Sendo museu histórico, coleções modestas, intocáveis, museu público, educativo e itinerante; atingindo e indo ao encontro da construção da identidade da comunidade local e regional ao reconhecimento nacional e na formação do memorial ernestinense.

### **Experiência Pedagógica – do sonho a ação**

Relatar a experiência pedagógica vivida na sua integra não é tarefa fácil e sim quase impossível.

Destaco a acolhida e a recepção do museu itinerante nas escolas é algo muito gratificante e única como educadora. Sendo que, os alunos independentes de nível de escolaridade nos abordam para saber quando será a próxima visita na classe – para saciarem a curiosidade que a mala proporciona. Esse diálogo, das peças, da história faz com que eu me aproxime dos alunos de maneira inexplicável e verdadeira. O respeito, a troca de experiências, de bagagem cultural e a aceitação para uma viagem ao tempo, abrem possibilidades de acreditarmos no resgate histórico como ponto fundamental para nossa alta afirmação de sujeitos da nossa própria história e agentes transformadores. Ressalto ainda, o carinho que os colegas professores nos dão ao abrirem as portas de suas salas de aula. Não esquecendo que após a visita do projeto fica combinado com a turma ou a escola retribuir a visita ao museu.

Penso que é importante registrar que inicialmente enfrentei algumas (poucas) dificuldades de interpretações e impressão (segundo ditado popular, é a primeira que fica) – questionamentos



em relação à utilização de uma mala – utensílio tão velho numa época tão moderna. Mas foram tão insignificantes e que motivaram ainda mais. Pois, sempre soube que os alunos estariam ali, abertos ao diálogo. E com muita dinâmica, humildade e comprometimento a compreensão e valorização consequentemente é recíproca.

Mas confesso, à medida que conto minha história de educadora (mais de 20 anos) e a forma como acredito realmente na educação, nos meus sonhos, do jeito que vejo a escola, a preocupação de ir ao encontro dos alunos e a explicação da importância do museu e nossas dificuldades, desafios e conquistas tudo se transforma. E o envolvimento de todos ocorre automaticamente, onde a história e a memória se desencadeiam naturalmente.

Para Paulo Freire, em sua pedagogia dos Sonhos Possíveis, sonhar significa

Imaginar horizontes de possibilidades; sonhar coletivamente é assumir a luta pela construção das condições de possibilidade. A capacidade de sonhar coletivamente, quando assumida na opção pela vivência da radicalidade de um sonho comum, constitui atitude de formação que se orienta não apenas por acreditar que as situações-limite podem ser modificadas, mas fundamentalmente, por acreditar que essa mudança se constrói constantemente no exercício crítico de desvelamento dos temas-problemas sociais que as condicionam. O ato de sonhar coletivamente, na dialeticidade da denúncia e do anúncio e na assunção do compromisso com a construção dessa superação, carrega em si um importante potencial (trans) formador que produz e é produzido pelo inédito viável, visto que o impossível se faz transitório na medida em que assumimos coletivamente a autoria dos sonhos possíveis (FREIRE, 2001, p.30).

E, como é rotineiro, nos textos do autor, Freire nos pede, a participar da prática educativa, a (trans) formar uma geração de alunos que tenham nítida percepção da possibilidade de gerar mudanças a partir de ações coletivas, conscientes e transformadoras. Segundo Paulo Freire “a necessidade de que educadores e educando se posicionem criticamente ao vivenciar a educação, supera as posturas ingênuas ou “astutas”, negando de vez a pretensa neutralidade”, motivação para seguir a missão proposta. Mesmo

assim, em muitos momentos pensamos em desistir, abandonar a causa, por se tratar de uma luta tão desigual, quase impossível e sem perspectiva de mudança. Vários questionamentos, pensamentos e inquietações do cotidiano diante de fatos inacreditáveis que ocorrem, e de se tratar de um órgão público voltado a salvaguardar o patrimônio cultural e comunitário. Isso tudo na nossa concepção parece não ser tão relevante ou porque realmente amamos o que fazemos, pois ainda persistimos na caminhada, com passos firmes e sonhando com um futuro promissor.

Prova disso foi à conquista do Prêmio Darcy Ribeiro<sup>5</sup> com o 3º lugar na categoria ações educativas desenvolvidas em museus no ano 2008. Aumentando ainda mais nossa responsabilidade em cada vez promover ações voltadas ao comprometimento histórico cultural. Com a conquista do Prêmio, a ida a Brasília, ganhamos mais espaços nos meios de comunicação (tele jornais, revistas, jornais e rádio) divulgando o trabalho e o nome da cidade para todo o Brasil. E até mesmo o recebimento de correspondências via correio de diversos estados nos parabenizando e apoiando nossa atitude nos emocionando. Inclusive, surgiram vários convites para a apresentação do Projeto em Escolas, Universidades e Faculdades da região, Encontros Regionais de Educação, Palestras e visita ao Consolado da Alemanha em POA<sup>6</sup>. “Com a criação do Roteiro Turístico de Ernestina: Caminhos do Lazer e da Hospitalidade” o Museu sendo o primeiro ponto turístico, ficamos ainda mais conhecidos.

Registramos que no ano de 2009 foi marcado por grandes surpresas. Confesso que muitas mudanças em nossa caminhada ocorreram inclusive à venda do prédio onde abrigava o Museu e a venda do fusca. Pelo fato de não termos prédio próprio, já realizamos duas mudança de ambiente. Situação um tanto

---

<sup>5</sup> Prêmio Darcy Ribeiro – Audiência Pública, 15-05-2008 – No Congresso Nacional Cerimonial de entrega aos ganhadores do edital Prêmio Darcy Ribeiro – 2008 <http://by108.mail.live.com/PrintShell.aspx?type=message&cpid>.

<sup>6</sup> Visita ao Consolado Geral da Alemanha em Porto Alegre-RS, apresentação do Projeto e recebidos pelo Cônsul Dr. Norbert Kurstgens 2008.

constrangedora, cenário desolador e inúmeras preocupações fizeram parte do nosso cotidiano. As perguntas que não saiam do nosso pensamento: Para onde vamos? O que fazer? Quase chegamos a pensar em desistir. Parecia ser um pesadelo, ironia do destino – um Museu com reconhecimento nacional sem ter abrigo. Destacando que o novo imóvel não possui as mesmas características arquitetônicas e conta com espaço reduzido, levamos vários meses para conseguirmos adaptarmos os objetos, não contávamos com muita ajuda. Como tudo passa, continuavam ainda os planos para o museu em especial o Projeto Mala Histórica que foi fundamental e animador para prosseguirmos a caminhada.

Sonhávamos que o projeto se expandisse para outros municípios vizinhos, mesmo sem o fusca. Onde, através da secretaria de Educação seria o elo entre as escolas e planejada mente ocorreriam às visitas e assim foi em alguns momentos. Tendo como meta, difundir a nossa idéia, sensibilizar para que outros projetos venham ser desenvolvidos e até mesmo contribuir para aquelas cidades que ainda não tenham museus, amadureçam esse pensamento sempre prevaleceu. Realizar uma grande campanha de sensibilização da importância da doação, compartilhar objetos e curiosidades para o museu e homenagear as famílias doadoras.

Segundo Nascimento Jr. “Os museus, como abrigos que são, abrigam de fato o que fomos e o que somos, mas o desafio maior dos museus é ser fonte de inspirações para futuros.” Nesse sentido, pode se falar em memórias do futuro e aproximações de gerações.

Em nossa concepção, sempre esteve presente as iniciativas de contemplar a todos os públicos indistintamente a acessibilidade, a inclusão no universo da diversidade despertando conhecimento e os tornados assim, partes deste contexto histórico.

Num futuro não tão distante, desejamos a realização de um vídeo institucional educativo, de todas as nossas ações desenvolvidas no museu e formatação de um livro – Diário dos 12 anos do museu – MDE.

## Considerações Finais

Considerando o MDE, um museu cadastrado no Sistema Brasileiro de Museus e no SEM (Sistema Estadual de Museus) e sempre participa das programações promovidas pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Sendo um museu de características específicas do interior, não se intimida em promover eventos, desenvolver atividades diversificadas e estar inserido dentro do contexto nacional. Mesmo diante de tantas dificuldades, busca incansavelmente um reconhecimento não só de políticas públicas, mas de apoio e incentivo em suas ações. Tentativas de superação de desafios e conquistas sentimo-nos a necessidade de estabelecer e encontrar mecanismos de acompanhamento, apoio e intercâmbio a trabalhos desta natureza por parte de órgãos competentes.

Lembrando que o projeto apresentado tomou proporções regionais, atingindo um público de aproximadamente 1.200 entre comunidade (escolar e geral) e conhecido nacionalmente ao longo da história. Foram significativos os impactos ocorridos na trajetória dessa experiência pedagógica, como um despertar na comunidade local de sentimentos de valorização e doações de objetos, simbolizando a representatividade das famílias. Desencadeando um aumento ainda maior nosso comprometimento frente ao desenvolvimento de ações educativas voltadas ao resgate e preservação da história dos antepassados numa perspectiva contemporânea.

Baseando-se na afirmação de Nascimento Jr. onde “Os museus, como abrigos que são, abrigam de fato o que fomos e o que somos, mas o desafio maior dos museus é ser fonte de inspirações para futuros.” Nesse sentido, pode se falar em memórias do futuro, aproximações de gerações, presenças social e referências de identidade e do bem comum.

E ainda hoje continuamos a viajar não só no pensamento e no tempo. A mala esta sempre pronta (arrumada) para levar histórias, legados e mensagens a quem nos convidar.

Entendemos que o conhecimento é universal e o projeto Mala Histórica – Museu Itinerante: história e aprendizagem é sem

dúvida uma prova de museu sem fronteiras. Retrata as articulações afetivas, do sensorial e do cognitivo do abstrato e do conhecimento intangível bem como a produção do conhecimento.

Uma característica, uma marca do Museu Municipal Dona Ernestina é compartilhar sua história e proporcionar uma educação (patrimonial e museal) mais inclusiva, democrática e cidadã.

## **Referências**

FREIRE, Paulo. *Pedagogia dos Sonhos*. UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Educação como prática de Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. *et alli. Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.

NASCIMENTO Jr., CHAGAS, Mario.. Museu e Política: Apontamentos de uma Cartografia. In: *Caderno de Diretrizes Museológicas I*. Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Artístico e Cultura, Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizontes. 2ª edição, 2006. p. 13-17.

ROCKENBACK, Silvio Aloysio; FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Imigração Alemã: 180 anos*. Porto Alegre: CORAG, 2004.

## REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇO DE MEMÓRIAS: CASA DO IMIGRANTE – SÃO LEOPOLDO, RS

Edelaine Weber Robinson<sup>1</sup>

Roswithia Weber<sup>2</sup>

*Resumo:* O presente trabalho visa apresentar um projeto de extensão universitária denominado, *Museu como espaço de ação*. O mesmo tem como um de seus parceiros a Casa do Imigrante ou Casa da Feitoria, situada em São Leopoldo, local representativo da história da imigração alemã no RS, dado que foi onde se estabeleceram os primeiros imigrantes alemães, em 1824. Atualmente, através deste projeto de extensão, tem sido desenvolvidas atividades neste espaço que visam trabalhar com a noção de que o patrimônio histórico cultural não se esgota no passado, mas têm relação com o presente. Neste sentido, a história do local que 1788 integrou um estabelecimento chamado de Real Feitoria do Linho Cânhamo, em 1824 abrigou imigrantes alemães, na década de 1940 abrigou uma escola e na década de 1980 passou a funcionar um museu, é revitalizada a partir da memória de diferentes grupos.

*Palavras-chave:* Projeto de Extensão, Museu Casa do Imigrante, Revitalização.

---

O presente trabalho visa apresentar o projeto de extensão “Museu como espaço de ação”, vinculado à Universidade Feevale, que têm por objetivo promover a valorização do patrimônio histórico-cultural através de ações que promovem atividades diversificadas voltadas para comunidade, bem como construídas com sua participação. O projeto conta com a parceria do Museu Casa Schmitt-Presser localizado em Novo Hamburgo, do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo e do Museu Casa do Imigrante que se situam em São Leopoldo. O mesmo, busca proporcionar aos

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de História da Universidade Feevale. Bolsista do Projeto de Extensão Museu como espaço de ação. E-mail: edelaineweber@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora vinculada ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e ao Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes da FEEVALE. Líder do Projeto de extensão Museu como espaço de ação.

acadêmicos dos cursos de História e Turismo a possibilidade de desenvolverem práticas, pertinentes aos seus campos, em espaços não-formais de ensino relacionadas ao patrimônio e museologia buscando acionar a valorização do patrimônio histórico-cultural a partir da dinamização desses espaços de memória. Parte-se do pressuposto de que os acadêmicos podem contribuir no sentido de construir a valorização do patrimônio-histórico cultural do museu possibilitando ações com a comunidade. Cabe destacar que muitos locais de preservação do patrimônio histórico cultural ainda encontram-se distanciados da comunidade, sendo entendidos como locais que guardam “coisas velhas”, que só se precisa visitar uma vez, ou seja, são espaços desvalorizados.

Um dos públicos alvo que o projeto visa atender é a comunidade local que vive entorno dos espaços museológicos, mas que, muitas vezes desconhece os mesmos, ou não se sente atraída para o tipo de vivência cultural que o espaço tem oferecido. Busca-se a mudança de atitude com relação à forma como os museus são vistos, construindo a possibilidade de vê-los e, sobretudo vivenciá-los como espaços da comunidade através do desenvolvimento de um sentimento de pertencimento de diferentes grupos ao patrimônio histórico cultural, contribuindo para o conhecimento dos espaços de preservação da memória e do patrimônio histórico, bem como, para a valorização dos mesmos.

Assim, esse Projeto de Extensão atua junto aos parceiros da comunidade para planejar e executar atividades, tais como visitas guiadas, trabalhos específicos com o acervo e organização de eventos. Em 2007, teve início a parceria com a Casa do Imigrante

A Casa do Imigrante ou Casa da Feitoria é um local representativo da história da imigração alemã no Rio Grande do Sul, dado que foi onde que se estabeleceram os primeiros imigrantes alemães, em 1824.

O prédio onde hoje funciona o Museu Casa do Imigrante foi construído em 1788 e, pela sua importância histórica, foi tombada como Patrimônio Histórico Estadual em 1982. Ela representa diferentes momentos da História do Estado e do município de São

Leopoldo, tendo a presença de diferentes grupos étnicos como portugueses, africanos e alemães.

O espaço foi denominado Casa da Feitoria Velha e abrigou lusos e escravos a partir de 1788 até 1824, sendo construída sob a orientação de Moraes Sarmento, inspetor da Feitoria do Linho Cânhamo, primeiro estabelecimento situado na região, antes de ser fundada a Colônia de São Leopoldo. Em 1824, os primeiros imigrantes alemães foram ali abrigados. Depois de essa propriedade passar por diferentes proprietários, foi adquirida pelo Sínodo Rio-Grandense (Igreja Evangélica no Rio Grande do Sul) e pela Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul (MÜLLER, 1984).

Conforme Müller (1984), o objetivo dessa aquisição era preservá-la pelo seu valor histórico. Em 1939, foi feita uma avaliação dos custos de uma reforma devido ao precário estado da construção. Os proprietários, sem condições financeiras de levar avante uma intervenção no prédio, decidiram transferi-lo para a municipalidade através de um termo de transferência que envolvia várias cláusulas referentes à restauração e à posterior criação de um museu dedicado à história da imigração alemã no Estado (MÜLLER, 1984). A reforma foi realizada, no entanto, a ideia da instalação do museu não foi efetivada, “(...) embora chegasse a constar numa relação de museus brasileiros” (MÜLLER, 1984, p.15).

Em 1980, a Casa da Feitoria, que em 1941 veio a pertencer à municipalidade, passou para a custódia do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Conforme Müller (1984), a Casa da Feitoria ficou abandonada depois que foi desativado o Grupo Escolar João Daniel Hillebrand, que funcionou no prédio. A solução que o prefeito Olímpio Albrecht encontrou para o local foi repassá-lo ao Museu. Assim, a Casa, bem como o terreno, foram doados ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo com a condição de que este promovesse a recuperação do prédio, sob pena de ter que devolvê-lo caso não zelasse por aquele patrimônio (MÜLLER, 1984). Através de uma mobilização do Museu, que contou com o apoio do *Jornal Vale do Sinos* e da *Revista Rua Grande*, foram arrecadados fundos para a reforma, sendo que a comemoração dos



160 anos da imigração alemã, que se fecharia no ano de 1984, serviu também como promoção.

Através da mobilização do Museu e da comunidade foram arrecadados fundos para a reforma e, ao mesmo tempo, foi sendo reunido um acervo para montar exposições no interior da Casa. Atualmente, o Museu Casa do Imigrante conta com um acervo que tematiza, através do mobiliário exposto, o ambiente colonial relacionado à memória dos imigrantes alemães.

A partir da idéia de tornar o museu como um espaço de ação, entende-se que as demais histórias e memórias que integraram a história do espaço podem ser restituídas. Recentemente os museus têm deixado de ser associados à ideia de testemunho da história, para serem considerados locais de interlocução com a comunidade. Apesar disto ser visível em alguns espaços, poucas ações efetivas tem sido realizadas nesse sentido. Através do projeto de extensão, tem sido desenvolvidas atividades neste espaço que visam trabalhar com a noção de que o patrimônio histórico cultural não se esgota no passado, mas têm relação com o presente. A seguir se apresenta ações realizadas pelo projeto.

Na época em que a Casa do Imigrante passou para a municipalidade, depois de feita a reforma, passou a funcionar ali o grupo Escolar João Daniel Hillebrand. Uma das ações do projeto foi a formatação do Evento “Venha contar como você faz parte da história dessa Casa”. A idéia desse evento surgiu pelo fato de que muitas pessoas que visitavam a Casa relatavam suas memórias do tempo em que no espaço funcionava a escola referida. Assim, foi formatado um encontro visando reunir as memórias sobre o espaço, para que se possa compor a sua história, e para isso convidamos ex-alunos, funcionários e professores do Grupo Escolar João Daniel Hillebrand. Nesse evento se pode compartilhar as histórias vivenciadas pelas pessoas que, por sua vez, fazem parte da história da Casa do Imigrante antes dela se tornar um Museu na década de 80.

Já foram realizadas cinco edições do evento, os mesmos têm proporcionado aos participantes momentos de recordações e reencontro com amigos e ex-colegas. Em algumas edições se

oportunizou o encontro de gerações, de alunos da atual Escola João Daniel Hillebrand e de ex-alunos. Os atuais alunos realizaram apresentações de teatro com as falas de ex-alunos (as quais foram coletadas em encontro anterior), tocaram instrumentos musicais, confeccionaram a arte dos convites para os ex-alunos e jogaram o jogo Tagalante (jogo o qual sempre foi comentado durante os encontros pelos ex-alunos motivo o qual nos levou a realizá-lo num encontro com a participação dos atuais alunos). Momentos que foram marcantes para os convidados do evento.

Outra frente de atuação do Projeto está na parceria com o Clube de Mães Feitoria. Atualmente a Casa do Imigrante já tem 224 anos de história e foi neste espaço que foi fundado o Clube de Mães Feitoria em 1970. O Clube foi fundado na época em que funcionava no espaço, o Grupo Escolar João Daniel Hillebrand. Após a escola ser transferida, em 1976, para outro local, o Clube também passou para outra sede, e em 1980 a Casa passou para os cuidados do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Portanto, sua criação está diretamente ligada à história do museu, de modo que o Projeto Museu como espaço de ação organizou encontros com o objetivo de oportunizar ao grupo de senhoras que integra o Clube uma reapropriação do espaço do Museu e assim estabelecer vínculos diretos com a comunidade. Notou-se que esta ação seria importante dado que poucas integrantes tinham presente a história do clube no espaço do local onde hoje é o museu. Além disso, cabe ressaltar que estas senhoras são moradoras do Bairro Feitoria, assim, sua participação no espaço se coloca como fundamental para a valorização do museu no contexto do bairro.

Foram realizados cinco encontros com as senhoras do Clube. A atividade iniciou com uma reunião formal e após foram realizadas dinâmicas onde se buscou desenvolver o sentimento de pertencimento dessas senhoras em relação ao espaço e seu acervo. Numa dessas atividades foi desenvolvida uma linha de tempo contando a história do Museu juntamente com a do Clube de Mães, fundado no espaço. Em outro encontro foi oportunizado momentos em que as senhoras estabelecessem relação com o acervo do museu a partir de suas memórias. Nesse sentido, foi possível o

reconhecimento da relação delas com o espaço. No quarto encontro se desenvolveu o roteiro das visitas guiadas, tal como havia sido programado pelos acadêmicos do curso de História da Universidade Feevale, vinculados ao projeto. A partir de então, as senhoras passaram a atuar como voluntárias no Museu, também realizando visitas guiadas com os visitantes.

Com essa ação do Projeto se obteve uma reaproximação do Clube de Mães Feitoria com o Museu Casa do Imigrante que possibilitou um reavivamento de memórias das mesmas, despertando um sentimento de pertencimento com o espaço e seu acervo. A parceria construída com esse grupo possibilitou a abertura da Casa do Imigrante para visitação nas tardes de quintas-feiras, o que antes só era possível mediante agendamento prévio.

As ações do Projeto também são desenvolvidas a partir das promoções do Ibram (Instituto Brasileiro dos Museus) que promovem a Semana Nacional dos Museus no mês de maio e a Primavera dos Museus em setembro. O Projeto de extensão participa organizando atividades voltadas aos temas propostos pelo Ibram, que tem por objetivo sensibilizar os museus e a comunidade para o debate sobre temas da atualidade. Entre as atividades realizadas nesses momentos estão oficinas com mulheres onde se utilizou uma dinâmica denominada baú de memórias, o qual comportou o acervo do museu ligado ao universo feminino, e também atividades de arteterapia no espaço do museu realizadas em parceria com outro projeto de extensão da Universidade Feevale, Arteterapia: instrumento de transformação social.

Em São Leopoldo ocorre todo ano a São Leopoldo Fest e durante a duração da mesma a Casa do Imigrante mantém suas portas abertas para visitação do público em geral e para tal conta com os acadêmicos voluntários do projeto para realização de visitas guiadas.

Com as ações realizadas pelo projeto “Museu como espaço de ação” parte-se do pressuposto de que o museu é um espaço de ação cultural que envolve a comunidade, sendo representante da memória coletiva e, portanto, espaço destinado a todos. Nesse sentido visa à possibilidade de construção de parcerias no sentido de

atuar com execução de atividades como visitas guiadas, organização de acervo e eventos, possibilitando assim que a Casa do Imigrante seja um espaço integrado na vivência de diferentes grupos.

## Referências

GIRAUDY, Danièle; BOUILHET, Henri. *O museu e a vida*. Belo Horizonte: UFMG, 1990.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Imigração Alemã: Sua presença no Rio Grande do Sul há 180 anos*. Porto Alegre, RS: EST, 2005.

\_\_\_\_\_. *175 anos de imigração alemã*. Porto Alegre: EST, 2001.

\_\_\_\_\_. *Colônia alemã: 160 anos de história*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Museu e educação: conceitos e métodos. *Ciências e Letras*. Revista da FAPA. Porto Alegre, n.31, p.3-33. Jan./jun.2002.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924/1949*. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004.

\_\_\_\_\_. *Mosaico Identitário: História, Identidade e Turismo nos Municípios da Rota Romântica – RS*. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.

# PATRIMÔNIO CULTURAL DE JOANETA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PAISAGEM NATURAL

Josiane Mallmann<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente trabalho trata sobre uma comunidade formada por descendentes de imigrantes alemães, designada de Joaneta. Este objetiva apresentar a formação desta comunidade, ligada à colonização alemã no Rio Grande do Sul bem como apresentar o seu patrimônio cultural, constituído por construções na técnica enxaimel e no estilo eclético, compreendendo um espaço temporal da segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Para desenvolver este estudo, abordamos a história da formação da Picada do Café, ocorrida a partir de 1844 e ocupada sob a forma de organização de uma *picada*, onde ao longo destas vão se instalando os colonos, que abriam sozinhos suas clareiras e onde construíam suas moradias e demais instalações necessárias à sua sobrevivência. Desta forma, a arquitetura enxaimel aparece como uma construção que foi adaptada ao ambiente em que vivia este colono, utilizando principalmente madeira existente no local, bem como a pedra grés, abundante na região. Atualmente, Joaneta apresenta uma grande quantidade destas construções, aliadas a paisagem natural, formando um conjunto que remete à história da ocupação desta *picada*.

*Palavras-chave:* Colonização alemã, Joaneta, Patrimônio cultural.

---

## Introdução

O município hoje denominado Picada Café teve sua origem numa forma de organização chamada *Picada*. Segundo Dreher (2008), a *Picada* ou *Schneise* é a forma básica de penetração na floresta, na qual se busca abrir vias, ao longo das quais vão sendo instalados imigrantes, em lotes que lhes são designados.

A partir de 1844 e através desta forma de penetração na floresta, teve início o povoamento da Picada do Café, ou Kaffeschneis. Flores (1996, p.9-10) nos apresenta fatores que

---

<sup>1</sup> Graduanda de História na Unisinos.

dificultaram o povoamento e retardaram a colonização das terras da Encosta da Serra:

- o corte de verbas ocorrido em 1830 e que interrompeu a política imigratória por alguns anos;
- A Guerra dos Farrapos canalizou as verbas para este fim;
- Arriscar-se para dentro da mata virgem implicava no confronto com “bugres” e animais ferozes;
- Medição irregular de terras ocorrida em 1827-30, o que gerou problemas e atrasou o povoamento das picadas na Encosta da Serra, como Feliz, Linha Nova e Picada do Café.

Segundo Rambo (1999, p.106) a colonização avançou mais para o norte a partir do distrito central da colônia, a chamada Picada Café. As três picadas principais desta faixa comprida de terras são: Bohnental, Schneiderstal e Holland, reunindo-se mais tarde a elas o “Riotal”, que serviu de fecho das encostas dos morros.

A localidade de Joaneta, também conhecida como “Riotal” (vale do rio), teve suas terras ocupadas e colonizadas a partir de

1870 e segundo o mapa de Ernst Müzzel corresponde a Privat Lânder. Como observa-se no mapa (ver figura 1), estas terras eram cortadas pelo Rio Cadeia e conforme Flores (1996, p.33) a documentação aponta como “terras devolutas vendidas pelo Governo Imperial”, pertencente a João de Freitas Travassos.

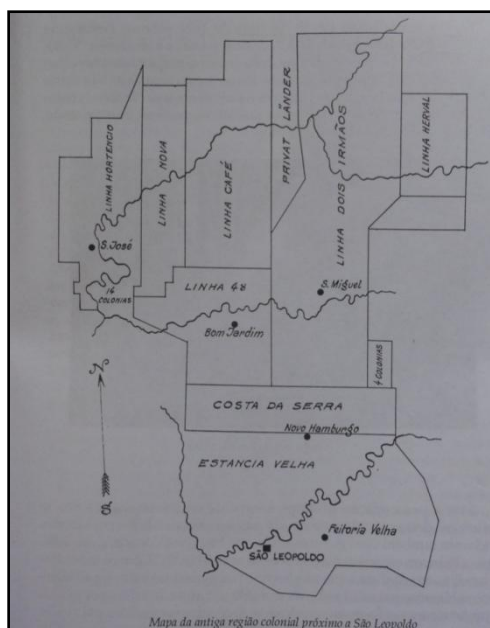


Figura 1: Mapa de Ernst Müzzel  
Fonte: “Cem anos de Germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924” (1999, p. 65)

No documento encontrado na pedra fundamental da igreja de Joaneta, consta o seguinte: “O proprietário primitivo desta picada foi Mello de Guimarães que vendeu pelo preço de um conto de réis a terra dividida com auxílio de João de Moraes em colônias individuais ... o dito de Moraes no ano de 1873 construiu sua sede aqui. Cuja mulher Joaneta Pottlaender deu nome à picada”.

João de Freitas Travassos não residia na colônia e provavelmente, em função das dificuldades, nem chegou a efetivar a compra das terras devolutas que pleiteava, ou as revendeu, pois como consta acima, Mello de Guimarães foi proprietário e loteador de Joaneta. João de Moraes, por sua vez, construiu moradia no local e casou com Joana Pottlaender, a Joaneta que legou nome ao local. Segundo Flores (1996, p.34) o loteamento de Joaneta é posterior a 1870, ano em que terminou o registro oficial das terras.

Os principais habitantes vieram de Hunsrück, na Renânia-Platinado, estabelecendo-se inicialmente à margem esquerda do Rio Cadeia, porém uma área alagadiça suscetível a inundações. Pouco depois de seu estabelecimento na região, os primeiros colonizadores cruzaram o rio e levantaram suas casas no atual distrito de Joaneta.

Em 1888, era erguida uma ponte pênsil sobre o Rio Cadeia, de modo que os colonos que tinham permanecido na margem esquerda, e os que nela depois se fixaram, se comunicassem facilmente com o povoado que se desenvolvera na margem direita. Bem como, para que as crianças pudessem frequentar o colégio de Anton Trocourt, primeiro mestre-escola da localidade (SOUZA, 1963, p.182).

Além de Anton Troucort e sua esposa Katharina Holz Troucort, demais famílias povoavam Joaneta: Utzig, Hoffmann, Adams, Schabarum, Schmidt, Jung, Holz. Outras famílias alemãs ou delas oriundas aí se fixaram: Schneider, Kuhn, Klein, Hansen, Lang, Heckler, Kaufmann, Knorst, Stoffel, Mohr, Finckler, Diehl, Klauck.

Em 9 de outubro de 1898 era lançada a pedra fundamental da primeira capela, tendo como padroeira a Santa Joana Francisca de Chantal, erguida numa pequena elevação onde atualmente se encontra a igreja matriz, em Joaneta. A capela foi elevada à

categoria de paróquia em 18 de abril de 1931, por decreto do arcebispo Dom João Becker da Arquidiocese de Porto Alegre, tendo como primeiro vigário o Pe. José Balduino Spengler. Sete anos após a instalação da paróquia, inicia-se a construção da igreja matriz que não tem seu término. Um ciclone abalou a localidade em outubro de 1940 e causou o desabamento da igreja que estava quase concluída: as sacristias já estavam prontas e a capela coberta. Em 1941 assumiu o segundo pároco, Pe. João Miguel Royer, que anima os colonos a reconstruírem a igreja matriz, que foi reedificada e inaugurada em 25 de outubro de 1942. Além da igreja, a comunidade e o pároco engajaram-se de forma voluntária para a construção da casa paroquial, em 1950. Já no ano de 1954, é fundada a escola paroquial de Joaneta, único colégio da vila.

Nos anos seguintes, surgem demais centros de interesse dos colonos, tanto de ordem econômica, como social. Em 22 de julho de 1916 é fundada a Caixa Rural, estabelecimento de crédito que funciona num sistema cooperativo. No ano de 1922, era fundado o clube recreativo de Joaneta, com o nome de “Sociedade Joaneta Rio-Grandense”.

Com o elevado aumento demográfico e econômico apresentado, Joaneta passou à sede do 9º Distrito de São Leopoldo pelo Ato Municipal nº 10, de 09 de julho de 1924. O primeiro subprefeito foi Pedro Schmidt, sucedido pelo genro José Ritter. Deste modo, Joaneta recebeu infraestrutura administrativa como a subprefeitura, a Delegacia de Polícia, a sede paroquial e o Cartório, este com jurisdição sobre Picada do Café, Jammerthal, Quatro Cantos e Picada São Paulo (FLORES, 1996, p.34).

O Decreto 7199, de 31 de março de 1938 elevou o povoado de Joaneta à categoria de Vila. No ano de 1954, foi criado o município de Nova Petrópolis, constituído pelos distritos de Nova Petrópolis, parte de Nova Palmira, parte de Ivoti e Joaneta. Sendo assim, a Vila de Joaneta ficou pertencendo ao município de Nova Petrópolis até o ano de 1992, quando Picada Café emancipou-se e foi criado o município.

Atualmente, o bairro de Joaneta apresenta-se como um dos maiores do município de Picada Café, há um grande número de



indústrias de móveis, estofado, calçados, metalúrgica. Encontramos também farmácia, mercado e padaria, escola municipal de ensino fundamental e de educação infantil, dando condições necessárias para quem vive no bairro e ao mesmo tempo, propiciando diversas migrações e formação de lotes habitacionais.

Por outro lado, Joaneta apresenta em Picada Café uma concentração significativa de casas na técnica enxaimel e no estilo eclético, formando um conjunto histórico. Estas edificações remetem a ocupação e colonização da picada Joaneta, bem como retratam a história das famílias que nelas habitaram e atualmente se constituem como lugares de memória. Da mesma forma, encontramos práticas agrícolas, religiosas e associativas que remetem a estes primeiros colonizadores, tradição que passa de geração em geração. Sendo assim, podemos afirmar que:

Mais do que um sinal diacrítico a diferenciar nações, grupos étnicos e outras coletividades, a categoria “patrimônio”, em suas variadas representações, parece confundir-se com as diversas formas de vida e de autoconsciência cultural (GONÇALVES, 2007, p. 115).

Nesta perspectiva, Gonçalves (2007, p.108) nos faz refletir sobre a noção de patrimônio como uma categoria de pensamento, que pode contribuir para o entendimento da vida social e cultural. Além de que os objetos que compõem um patrimônio devem encontrar ressonância em seu público. Desta forma, buscamos apresentar o patrimônio cultural de Joaneta, identificando elementos que retratam a história e memória de sua colonização e ocupação, além de demonstrar aspectos que constituem a paisagem natural do atual bairro.

### **Patrimônio cultural de Joaneta**

As paisagens nas áreas de ocupação colonial no estado do Rio Grande do Sul variam tanto pela nacionalidade do imigrante quanto pelas condições dos sítios onde estão localizadas. Isto torna-se evidente quando observamos e tentamos compreender os processos de ocupação.

Conforme observamos nos exemplos de povoações da antiga Colônia de São Leopoldo (ver figura 2) o núcleo de Joaneta possui uma via principal que apresenta uma aglomeração, ou seja, o centro administrativo, comercial, artesanal, escolar, religioso e social da picada. As duas outras vias, à direita e à esquerda, são transversais que nos levam para a zona rural do bairro de Joaneta e que possuem principalmente propriedades rurais.

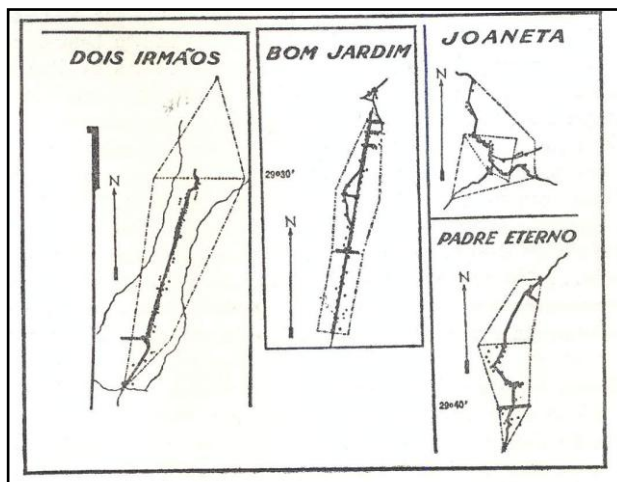


Figura 2: Povoações na antiga Colônia de São Leopoldo  
 Fonte: “A colonização alemã e o Rio Grande do Sul” (1969, p.212)

Joaneta teve sua ocupação e colonização delimitada pelo Rio Cadeia, de forma que os lotes foram medidos perpendiculares ao rio, o que difere de outras ocupações na região, como por exemplo, Dois Irmãos que teve o seu adensamento construtivo e demográfico ao longo da picada, a atual Av. São Miguel. Joaneta está localizada num dos pequenos vales que esculpem o planalto, e que guarda feições próprias, de forma que:

Apreender o seu significado através dos marcos referenciais da paisagem, dos espaços construídos, e das ações dos atores sociais que ajudaram a compor sua imagem singular, é penetrar em sua essência para ver e sentir a cidade (ALMEIDA, 2010, p.10).

Assim que o imigrante chegava em suas terras, tratava de construir o núcleo habitacional, para tanto cortava o mato e também preocupava-se em dar início ao cultivo da lavoura. Grande parte das

famílias que se estabeleceram em Joaneta dedicavam-se à agricultura e à criação de animais. Devemos considerar que desde o momento em que o imigrante chega em seu lote até a construção da “casa” definitiva há um espaço-tempo de duração variada, construindo assim abrigos provisórios de duração limitada.

Quando o colono substituiu a cabana primitiva pela casa de madeira, aquela é transformada em cozinha. Construída a casa de tijolos, a antiga moradia passa a ser a cozinha e a cabana é usada como paiol (WEIMER, 1983, p.74).

As primeiras construções de Joaneta datam da segunda metade do século XIX, período em que foi colonizada e ocupada. Em algumas propriedades, percebemos esta evolução descrita acima, ou seja, encontramos em primeiro plano a casa na técnica enxaimel, com madeiras falquejadas, panos de pedra grés e telhado em duas águas, e que mais tarde vai dar lugar a algum paiol ou servir como cozinha para a família, sendo substituída por uma residência no estilo eclético. Numa propriedade localizada na área rural de Joaneta, podemos observar de maneira significativa esta descrição:



Figura 3: Propriedade na zona rural de Joaneta

Fotos: Angela T. Sperb

A primeira edificação é na técnica enxaimel, com a fundação e panos em pedra grés, telhado em duas águas com telha de zinco, a madeira das escoras é falquejada. Atualmente é utilizado como paiol para guardar ferramentas e demais utensílios. Segundo Weimer (2005, p.66), a técnica enxaimel ou *Fachwerkbau* caracteriza-se na construção onde a estrutura consiste em um tramo de madeira aparelhada com peças horizontais, verticais e inclinadas, que em sua construção vão formando paredes e estruturas encaixadas entre si.

Posteriormente, estes quadros ou tramos são preenchidos com taipa, tijolos, adobe ou pedra.

A segunda edificação, conforme os proprietários, sempre foi utilizada como cozinha da família, possui também escoras de madeira falquejada e no seu entorno encontramos diversas pedras grés, o telhado em duas águas é de telha francesa. A terceira imagem é da edificação no estilo eclético, construída em 1927, possui sótão e telhado em duas águas com telha francesa.

Os prédios são implantados conforme as necessidades ou convivências do momento. Não se percebe nenhuma intenção plástica determinante da forma espacial. O espaço arquitetônico cresce e se transforma sem um planejamento rígido (WEIMER, 1983, p. 236).

Esta afirmação não quer nos dizer que este tipo de organização é anárquico ou desorganizado, mas a tendência geral é a individualização dos prédios em torno de um pátio central e que apresentava um eventual zoneamento em serviços agrícolas e domésticos. A separação entre a “casa” e a “cozinha” foi uma constante nas residências antigas dos imigrantes. O que nos chama a atenção é o grande número de pedras de arenito que encontramos no local, ressaltando que as pedras utilizadas no preenchimento ou vedação da edificação somente eram possíveis em locais que possuíam grandes quantidades de pedras próximas ao local da obra.

Estas propriedades rurais cultivavam principalmente milho, feijão, aipim, arroz seco, amendoim, depois transformado em óleo, além de variedades de frutas e verduras. A batata não gerava a produção desejada, pois as terras de Joaneta eram muito arenosas e pouco propícias a esta cultura. Explorar então as encostas dos morros onde a terra era mais fértil, porém íngreme e de difícil acesso foi a solução encontrada. Além disto, havia a criação de galinhas e de rebanho de gado, utilizado para o transporte das carroças, no trabalho da lavoura e no consumo da carne, leite e seus derivados.

A picada Joaneta também possuía casas comerciais, as chamadas “vendas”, que adquiriam os excedentes da produção dos colonos disponibilizando em troca os bens que não eram produzidos

na localidade, como por exemplo, sal, açúcar, louças, tecidos, botões, utensílios para a cozinha, entre outros. Os principais comerciantes de Joaneta foram os senhores Balduino Schmidt, o mais antigo; João Kuhn; Pedro Canysio Knorst; Nestor Aloys Mallmann, ao lado da igreja e que comercializava também o leite; que levavam a produção agrícola de Joaneta até as cidades de São Leopoldo e Porto Alegre de caminhão.

Balduino Schmidt também promovia bailes nas dependências de seu comércio, estas festividades eram um importante elo entre as comunidades de Jammerthal, Picada Café e Picada Holanda. Durante os anos de 1916 a 1922, possuiu o comércio com Aloisio Schmidt e após 1922 passou a administrar sozinho. Além do comércio, Balduino foi Juiz de Paz do 9º Distrito de São Leopoldo, a Joaneta, nomeação recebida pelo então Presidente do Estado do Rio Grande do Sul Antonio Augusto Borges de Medeiros. Desta forma, tornou-se um conciliador, resolvendo problemas da comunidade com seus conselhos. A edificação é composta de três unidades distintas (ver figura 4) e apresenta uma característica comum em Joaneta, a primeira unidade, da esquerda para a direita, foi transplantada de Picada Holanda para Joaneta em 1922 e pertencia a Johann Carl Schmidt. As três unidades possuem telhados em duas águas com telha de zinco e uma estrutura elevada permitindo assim um porão, com base de pedra arenito. A primeira unidade possui baldrame e escoras em madeira falquejada, no seu interior o forro e o assoalho são de madeira, além de apresentar uma porta com decorações, constituindo um trabalho artesanal que está presente também em outras edificações históricas da localidade. Ao longo dos anos, a edificação teve diversas funções: moradia, comércio e a terceira unidade abrigava a escola de educação infantil da Calçados Brochier. Atualmente, abriga o comércio local, que já modificou algumas características originais do prédio, como a substituição do assoalho de madeira por piso na terceira unidade e as escadarias que dão acesso às três unidades.



Figura 4: Antigo armazém e moradia de Balduino Schmidt, importante exemplar na técnica enxaimel e que faz conjunto com a igreja.

Foto: Jorge Luis Stocker Jr.

Além dos armazéns, outros estabelecimentos eram fundamentais para o desenvolvimento econômico da picada: as ferrarias, serrarias e moinhos. Os ferreiros de Joaneta foram os senhores Alberto Klauck, Arno Utzig e José Alberto Welter, que produziam os implementos agrícolas necessários para as lidas da lavoura como foices, facões, machados, enxadas e pás, além de colocarem ferraduras nos cavalos. Na localidade a serraria e carpintaria eram de propriedade dos irmãos Pedro Canysio e Roque Knorst onde eram produzidas tábuas para construção de casas, galpões e estrebarias, além de fabricarem móveis. José Schmidt era o funileiro da comunidade e produzia calhas, baldes, canecas e bacias. Os moinhos eram instalações indispensáveis para a colônia, uma vez que a farinha e o pão estavam presentes na alimentação das famílias. Os moinhos movidos pelas rodas d'água forneciam farinha de milho e aveia, além do óleo de amendoim. O primeiro proprietário de moinho em Joaneta foi o senhor José Hoffmann e que, às margens do Arroio Terra, atendia toda a localidade. Este moinho é citado por Gomes (1963, p.158), em estudo realizado na década de 1960 na colônia alemã de Joaneta “Um moinho movido a eletricidade serve a área. Divide-se em duas seções, uma que beneficia milho e outros cereais, e outra que transforma o amendoim em óleo utilizado na iluminação caseira”. Mais tarde, este moinho foi transferido para Afonso Bohnenberger que deu continuidade aos trabalhos. Além deste, Arno Utzig também possuía um moinho e

uma ferraria durante a década de 1940 a 1980. O moinho era atendido por sua esposa, Maria Lúcia Utzig, que além de cuidar do moinho, trabalhava na roça, cuidava da casa e dos filhos. Este é um exemplo do trabalho paralelo realizado na área colonial, onde se realizava simultaneamente várias atividades. A respeito disto, Souza nos diz:

A família joanetense constitui uma unidade de produção. Trabalha o marido, trabalha a mulher, trabalham os filhos (...) na lavoura e na criação de propriedade da família. Os braços para a atividade econômica são recrutados no próprio grupo familiar, pois os colonos, aí, não tem agregados e não empregam ninguém (...) (SOUZA, 1963, p.190).



Figura 5: Casa enxaimel que abrigou Moinho. Foto: Acervo pessoal da autora.



Figura 6: Prédio que abriga no porão antigo a Ferraria de Arno Utzig. Moinho que pertencia a José Hoffmann. Foto: Acervo pessoal da autora

A partir do desenvolvimento da picada, tanto econômico quanto demográfico, podemos constatar que isto reflete na vida social, religiosa e administrativa da população, e ao mesmo tempo, percebemos isto nas edificações no estilo eclético que passam a compor a ocupação de Joaneta.

As picadas foram um importante elo entre as antigas colônias e seus povoados, utilizando por muito tempo o transporte por meio do lombo das mulas ou as carroças puxadas por bois. Com a instalação das estradas, o transporte de caminhão passou a valorizar os produtos que tinham Porto Alegre como principal destino. Durante este trajeto, muitos comerciantes da Picada Joaneta observavam o desenvolvimento dos demais povoados, além de realizarem trocas ou compras de mercadorias. Ao observarmos as edificações que datam da primeira metade do século XX, constatamos que elas trazem elementos presentes, por exemplo, em construções históricas do início do século XX em Ivoti. A respeito do estilo eclético:

O Ecletismo se constituiu numa prática arquitetônica de grande importância histórica e cultural (...). Tratava-se, em primeiro lugar, de uma arquitetura muito popular devido, em grande parte, ao fato de que o arquiteto e seu cliente falavam a mesma língua, ambos queriam a mesma coisa. Esta situação era diferente das vanguardas modernistas, por exemplo, que praticavam uma arquitetura intelectualizada, utilizando conceitos que exigiam um nível de abstração e conhecimento que o público não possuía. Uma outra questão é que era a única arquitetura ensinada e apoiada pela Academia (COLIN, 2006).





A edificação que abrigou uma das “vendas” de Joaneta e tinha como proprietário o Sr. João Kuhn (ver figura 7), apresenta características pouco comuns encontradas em Picada Café. Além do armazém, a casa abrigava uma fábrica de queijos no andar de cima. Posteriormente, serviu como residência de diferentes famílias, tendo como proprietários os Sr. João Rauber e o Sr. Arno Utzig. É interessante ressaltar que próximo a esta edificação, encontrava-se uma casa enxaimel, bem como outra construção que servia como local para diversas famílias lavarem suas roupas. Além disto, quando os moradores de Jammerthal e Quatro Cantos vinham até Joaneta para os bailes ou missas, utilizavam o local para lavar os pés já que vinham a pé e trocavam seus chinelos por sapatos.

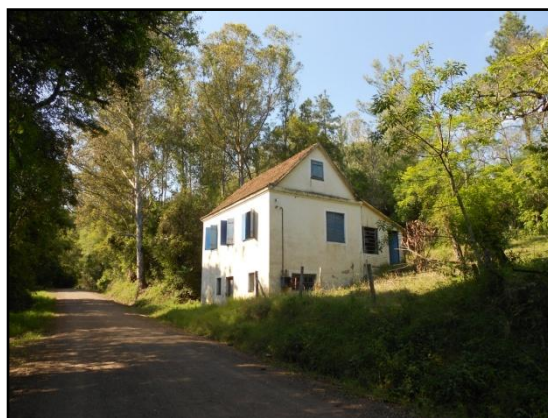


Figura 07: Antiga venda de João Kuhn e fábrica de queijos.  
Foto: Acervo pessoal da autora

Na década de 1930, Joaneta possui dois acontecimentos importantes e que retratam o desenvolvimento da mesma. A capela foi elevada à categoria de paróquia em 18 de abril de 1931, por decreto do arcebispo Dom João Becker da Arquidiocese de Porto Alegre, tendo como primeiro vigário o Pe. José Balduino Spengler. Sete anos após a instalação da paróquia, inicia-se a construção da igreja matriz, que após um temporal que a destrói praticamente por completo, é reconstruída com o incentivo do Pe. João Miguel Royer, sendo inaugurada em 25 de outubro de 1942. Além da igreja, a comunidade e o pároco engajaram-se de forma voluntária para a construção da casa paroquial, em 1950. Já no ano de 1954, é fundada

a escola paroquial de Joaneta, único colégio da vila. O pároco Royer permaneceu por muitos anos na paróquia de Joaneta, sendo lembrado até hoje pelos moradores, tanto que recebeu um santuário no interior da igreja. A igreja que tem o projeto do arquiteto Bruno Kuschick, de São Leopoldo, apresenta características comuns a outras igrejas da região, além de possuir belos vitrais, que de um lado retratam santos e de outro santas, aspecto que remete à divisão entre homens e mulheres nas missas de antigamente. Na figura 08 podemos observar este conjunto de edificações.



Figura 8: Igreja Santa Joana Francisca de Chantal e antiga escola paroquial  
Foto: Acervo pessoal da autora

No ano de 1938, o povoado de Joaneta é elevado à categoria de Vila, através do Decreto 7199, de 31 de março de 1938. Isto ocorre pelo fato da picada já possuir certa infraestrutura administrativa como a subprefeitura, a Delegacia de Polícia, a sede paroquial e o Cartório. A subprefeitura foi criada em Joaneta no ano de 1924 quando da criação do 9º Distrito de São Leopoldo, que recebeu este decreto pela localidade apresentar desenvolvimento comercial e elevado número de pessoas que moravam na picada e intermediações. A subprefeitura teve sede em duas edificações distintas (figura 9 e figura 10).



Figura 9: Edificação à direita abrigou a sub- prefeitura. Construção enxaimel à esquerda sofreu alterações nas aberturas. Foto: Acervo pessoal da autora.



Figura 10: Casa enxaimel tombada como Patrimônio Histórico Municipal, é uma das mais antigas de Joaneta e também abrigou por alguns anos a subprefeitura. Foto: Acervo pessoal da autora

A partir das décadas de 1970-80 Joaneta apresentou uma forte migração de colonos e jovens sem perspectivas de futuro, fazendo com que o comércio enfraquecesse. Por iniciativa de

moradores que ficaram preocupados com a situação econômica da localidade, a Fábrica de Calçados Brochier abriu uma filial em Joaneta em 1981, localizada em frente à Igreja. Com o passar dos anos, outras indústrias de calçados surgiram em Joaneta, bem como empresas do ramo metalúrgico, de estofados e móveis que impulsionaram o comércio, educação e habitação do bairro.

### **Considerações finais**

Dentro da perspectiva da história da ocupação e colonização da Picada do Café, a picada Joaneta teve papel fundamental, pois constituiu um importante centro administrativo desde seus primórdios, além de apresentar significativo número de “vendas”, moinhos, ferraria e serraria que impulsionaram a economia por muitos anos. Além disto, era referência para os moradores da Picada do Café, Picada Holanda e Jammerthal no que diz respeito à religião, por ser elevada à categoria de paróquia em 1931. Ainda em relação ao associativismo, quando eram realizadas festas e bailes os povoados vizinhos se deslocavam até Joaneta para participar. Esta estrutura comunitária se manteve e podemos dizer que ainda se mantém, pois existe um elo entre os moradores através de suas ligações religiosas, sociais e econômicas.

O patrimônio cultural edificado analisado neste trabalho nos demonstrou que grande parte das famílias ainda reside nestas edificações que pertenciam aos seus antepassados, portanto estão em bom estado de conservação e apresentam-se como espaços de memória dos mesmos. Nos demais prédios, constatamos que estão sendo utilizados como comércio ou como aluguel de moradia, o que acarretou em algumas modificações para a adaptação de seu uso.

Deste modo, em face das justificativas históricas, arquitetônicas e culturais apresentadas até então, em Joaneta podemos realizar um levantamento mais detalhado de seu patrimônio cultural, pois demonstra potencialidades para futuramente vir a ser tombada como patrimônio histórico. Segundo Fonseca (2003) o patrimônio cultural nos apresenta uma ampla concepção, de modo que é necessário não somente ter em vista a proteção do bem material, mas que esta ação seja precedida por

identificar e documentar, bem como por promover e difundir. Sendo assim, ocorre uma mudança de procedimentos, abrindo espaço para a participação da sociedade no processo de construção e apropriação de seu patrimônio cultural.

Neste sentido, a localização de Joaneta num vale, cercada por morros com vegetação abundante nos mostra outra perspectiva da natureza, pois possibilita compreendê-la como parte da vida humana, que testemunha as relações estabelecidas entre seus elementos. A ideia de patrimônio natural resultou da ampliação da noção de patrimônio cultural e segundo Scifoni (2010, p.208) na medida em que faz parte da memória social incorpora paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e reproduz.

## Referências

COLIN, Silvio. *Sobre o ecletismo na arquitetura (I)*. Disponível em: <http://www.vivercidades.org.br>. Acesso em: 19 de abril de 2012.

DREHER, Martin N. *Breve História do Ensino Privado gaúcho*. São Leopoldo: Oikos, 2008. Cap.3: A Imigração e a Educação Privada no Rio Grande do Sul (p. 33-53).

FLORES, Hilda A. Hübner; FLORES, Moacyr. *Picada Café*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de Patrimônio Cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (p. 59-79).

GOMES, Alba Maria B. et al. A colonização alemã na área de Joaneta. In: *I Colóquio de estudos teuto-brasileiros*. Porto Alegre: UFRGS, 1963 (p. 151-180).

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O espírito e a matéria: o patrimônio enquanto categoria de pensamento. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Rio de Janeiro: 2007 (p. 107-116).

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, v.1.

SCIFONI, Simone. Por uma geografia política dos patrimônios naturais. In: PAES, Maria Tereza Duarte (org.); OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (org.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2010 (p. 207-226).

SOUZA, João Guilherme Corrêa de. Uma comunidade teuto-brasileira – Aspectos de sua estrutura e organizações sociais. In: *I Colóquio de estudos teuto-brasileiros*. Porto Alegre: UFRGS, 1963 (p. 181-201).

VERBAND DEUTSCHER VEREINE (Ed.). *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924*. Trad. Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

WEIMER, Günter. *A arquitetura da imigração alemã: um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS; São Paulo, Nobel, 1983.

WEIMER, Günter. *A arquitetura popular da imigração alemã*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, 2.ed. rev. e ampl.

# **A IMAGEM DO IMIGRANTE ALEMÃO NAS TELAS DE PEDRO WEINGÄRTNER**

Cyanna Missaglia de Fochesatto<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente trabalho busca fazer uma análise de três obras do pintor gaúcho Pedro Weingärtner de temática regional, e que retratem a imagem do imigrante alemão no Rio Grande do Sul, no período do final do século XIX e início do XX. A análise dessas pinturas busca dialogar com a História do Estado, tentando compreender de que forma esse tipo social aparece nas pinturas, suas características, seu modo de vida, e os elementos sócio-culturais que podem ser encontrados e estudados, aliando dessa forma, Arte e História. Assim, é objetivo desse trabalho compreender por meio das narrativas pictóricas como o processo de estabelecimento – imigração e colonização alemã –, ocorreu no Estado do Rio Grande do Sul.

*Palavras-chave:* Imigrante, Rio Grande do Sul, Representação, Pedro Weingärtner.

---

## **Introdução**

O presente trabalho tem por objetivo analisar as pinturas de Pedro Weingärtner de temática regional, que abordem a figura do imigrante alemão. Assim, busca-se através da análise pictórica compreender aspectos da colonização dos imigrantes no Estado do Rio Grande do Sul, bem como sua cultura e seus costumes, aspectos esses presentes nas pinturas de Weingärtner e, que colaboram, em parte, para o entendimento, por meio desse olhar diferenciado, da formação étnico-cultural do Estado.

O estudo iconográfico das pinturas é de extrema importância para analisar as representações e conectá-las com as práticas culturais e a formação étnico-cultural do Estado que se tenciona demonstrar. Dessa forma, foram selecionadas três obras de

---

<sup>1</sup> Pós-graduanda da Especialização em Estudos Culturais da UFRGS.

Weingärtner referentes ao cenário sulista e que representam a imagem do imigrante alemão e que sirvam como material para análise. Foram, portanto, selecionadas as seguintes obras, abarcando o período de 1892 até 1898, *Kerb* (1892), *Vida Nova* (1893), *Tempora Mutantur* (1898). Voltando-se para a importância do estudo das imagens KERN (2005, p. 7-8), escreve sobre a mesma e seu simbolismo:

A imagem desde a sua origem esteve relacionada à representação e a noção do real. O próprio termo teve sua origem na palavra latina *imago* que no mundo antigo significava a máscara de cera, utilizada nos rituais de enterramento, para reproduzir o rosto dos mortos. (...) Logo a imagem emergiu tendo a função de tornar presente o ausente e dar continuidade à existência terrena.

É interessante também entender um pouco da história do pintor para assim poder compreender melhor suas obras. Pedro Weingärtner foi um pintor gaúcho, nascido em Porto Alegre no ano de 1853 e falecido no mesmo lugar, no ano de 1929. Foi, além de pintor, desenhista e gravador, tendo sua iniciação artística no próprio núcleo familiar. Dominou diversas técnicas pictóricas durante sua carreira. Passou parte de sua vida transitando entre Brasil e Europa, sendo nessa última onde viveu grande parte de seu tempo. Teve sua formação acadêmica com alguns mestres, como Delfim Câmara no Brasil e Ernest Hildebrand e Theodor Poeckh, entre outros, na Europa. Foi um artista de grande mobilidade, sendo por isso difícil identificar onde se encontrava em diversos períodos de sua vida. (GOMES, 2007).

Na Europa, pintou temas clássicos e pitorescos. Foi um dos pioneiros no que tange à pintura local, representando aspectos da vida cotidiana do colono, do gaúcho, dos seus hábitos e costumes, bem como dos cenários e paisagens do sul do país. Também pintou inúmeros retratos de familiares, amigos e políticos, como Júlio de Castilhos e o retrato de sua mãe, já em idade avançada, que ficou bastante conhecido pela intensidade da expressão da pintura, detalhe esse, que não se limita a essa obra, pois muitas das suas pinturas humanas apresentam o olhar intenso e a expressão enigmática. Parte dos seus estudos foram financiados pelo Imperador Dom Pedro II,



que lhe concedeu uma bolsa no ano de 1884, quando o pintor já morava na Europa.

Uma dos aspectos de sua pintura mais marcantes é o gosto pelo detalhe e a busca pela perfeição pictórica, principalmente na execução de telas pequenas às quais compõe com absoluta meticulosidade. Além dos estudos prévios, destaca-se pelo grande número de repetições de elementos almejando alcançar a perfeição. O detalhismo de suas cenas permite identificar vestuário, mobiliário e hábitos que dizem respeito ao modo de vida dos habitantes rurais. (GUIDO, 1956).

Teve seu mercado de vendas no Brasil voltado para São Paulo e Rio de Janeiro e, foi nesses locais, que teve grande aceitação e formou uma sólida e incontestável reputação. Expôs obras polêmicas como “A Fazedora de Anjos” e mostrou os temas regionais corriqueiros do Rio Grande do Sul pela primeira vez na história da arte brasileira. Expôs pela última vez em Porto Alegre, no salão de Outono, em 1925.

Weingärtner conviveu entre esses dois mundos, onde vivenciou esse contexto da imigração alemã, sendo relevante contextualizá-la brevemente. A primeira metade do século XIX marca o início da colonização alemã no Rio Grande do Sul. O fluxo migratório ocorreu por entradas, em parte, regulares nos anos de 1850 a 191937. Antes desse período se apresentou um tanto irregular. (SEYFERTH, 1994, p.12). O estabelecimento dos primeiros imigrantes no sul do país, dentro dessa perspectiva, favoreceu ao Estado o processo de produção e as relações de trabalhos implementados nas colônias. Dessa forma, os imigrantes europeus foram importantes para a organização de novas estruturas socioeconômicas, políticas e culturais. Em função disso, nesse processo não estava excluído a construção de uma identidade, conforme (SEYFERTH 1994, p.13):

(...) A emergência de uma identidade étnica (...) é decorrência do contato e do próprio processo histórico de colonização, que produziram tanto uma cultura camponesa compartilhada com outros grupos imigrados, como uma cultura especificamente teuto-brasileira.

A importância da vinda dos colonos para o estado sul-riograndense, é, em muito, significativa, o que torna possível pensar uma Porto Alegre dividida: antes e depois da chegada dos alemães, já que sua contribuição perpassa os aspectos culturais e sociais, abarcando o início da industrialização e a dinamização de diversos setores do Estado.

Os imigrantes aqui chegados estabeleciam inicialmente na área rural onde lhes era atribuído diversas atividades, entre elas: a construção das primeiras casas, escolas, estradas, fabricação de diversos materiais de trabalho, além de cuidar das plantações semeando e colhendo na nova terra. Ao se instalarem na zona rural do Rio Grande do Sul, eles trouxeram costumes e tradições que seriam transmitidos aos seus descendentes, no entanto, ao chegarem ao Novo Mundo seus saberes e práticas passaram por um processo intenso de modificações. Foi nesse contexto de imigração e colonização que o pintor buscou exprimir em suas telas as representações dos imigrantes, conforme afirma (AGUIAR, 2000, p. 180):

Em sua pintura de gênero, Weingärtner fundou um novo e vigoroso regionalismo na pintura brasileira representando o mundo dos imigrantes do sul do país com uma viva sensibilidade para a anedota de costume e, por vezes, com rara concentração formal, como em *Desolada*, atualmente no MASP.

Assim, partindo de três pinturas de Weingärtner: *Kerb*, *Tempora Mutantur* e *Vida Nova*, este estudo pretende, portanto, compreender a forma que o imigrante alemão foi representado por Weingärtner, e suas principais características culturais que se destacam nas pinturas. As três de temática regional podem ser consideradas testemunhos iconográficos do modo de vida local, conforme será visto a seguir.

## **O imigrante alemão de Weingärtner**

A pintura abaixo, intitulada *Kerb*, de 1892, teve grande sucesso ao ser exposta no Rio de Janeiro. Designa uma espécie de festa religiosa e familiar ao mesmo tempo. A festa do *Kerb* acabou por se incorporar como atividade característica das comunidades de

imigrantes alemães, tendo sido introduzida em território brasileiro pelos próprios colonos.



Figura 1: Kerb, 1892. Óleo sobre tela. Dim.: 75 x 100 cm. Coleção Sergio e Hecilda Fadel. Rio de Janeiro, RJ.

A festa do *Kerb* era uma das maiores festas da zona colonial alemã, tendo a duração de três dias. A organização da festividade era cuidadosamente elaborada: “Semanas antes realizavam os preparativos, reúnem-se as provisões de cozinha e confeitaria, os doces, etc. (...) No dia da festa o salão principal era adornado com guirlandas, coroas e bandeirinhas”. (WOLFF; FLORES, 1994, p. 208).

No período da festa o trabalho era interrompido e somente o que era estritamente necessário era feito – o que não era pouco –, como a arrumação da casa, para receber os visitantes que vinham de longe para participar do baile, a culinária, a decoração da festa, entre diversos afazeres. Outro hábito era o uso de roupas novas, compradas ou confeccionadas pelas próprias famílias exclusivamente por ocasião da festa do *Kerb*.

Essa festa também desempenhava um importante papel na sociabilidade dos colonos, pois além de ser um ambiente para conversar e dançar, muitas vezes ocorriam “arranjos” de casamentos ou até se fechavam negócios durante o baile. (MENASCHE; SCHMITZ, 2007, p. 2). Nos dias de festa o colono também tinha a

chance de relembrar sua terra de origem, já que das canções aos hábitos alimentares eram feitos aos moldes da tradição aprendida na Alemanha.

A pintura *Kerb* é rica em informações das cenas do cotidiano, pois representava esta festa tradicional dos colonos em Novo Hamburgo, onde eram apresentadas duas tipologias, que contribuíram para formação rio-grandense, interagindo no mesmo ambiente: o gaúcho e o colono rural. A descrição da obra, segundo (GUIDO 1956, p. 61 e 62), mostra que o pintor não teria se preocupado apenas com a descrição das indumentárias e do ambiente bem detalhado, mas também em representar esses dois tipos bem definidos.

A garrafa no teto aponta para um elemento cultural bastante interessante dos imigrantes. Ela servia como uma espécie de “elo” para aproximar os casais. Quando um homem tinha interesse em uma mulher, retirava a garrafa do lustre e convidada a moça para beber com ele, e depois dançavam e conversavam.

Muitas são as representações culturais presentes nessa cena. Os aspectos mais simbólicos referentes à representação da imagem do imigrante alemão concernem às questões – entre outras – de status, visto que o destaque em dois momentos do quadro identifica os colonos sentados à direita. As roupas finas e a postura demonstram que são colonos já estabelecidos financeiramente. Representa um espaço social, onde acontece a confraternização das diversas famílias de imigrados. Essa pintura contrasta com outra pintura que será analisada posteriormente, *Tempora Mutantur*, onde a situação dos imigrantes seria diferente, mais precária, de quem recentemente chegou ao Estado e está iniciando a vida. Contudo, esse quadro toma um sentido histórico ao representar a festa tradicional do *Kerb*, que ocorria periodicamente nas colônias alemãs, reúne as figuras distintas do imigrante e do colono e apresenta diversos fatores culturais e elementos que quando analisados e relacionados com a história demonstram aspectos – conforme já dito anteriormente –, da vida social dos imigrados alemães no sul.

Já a pintura a seguir é intitulada *Vida Nova*, do ano de 1893. Ela é posterior ao *Kerb* e representa a instalação dos primeiros imigrantes que ao chegar ao Estado de Santa Catarina, onde encontraram vastos campos a serem desmatados e tudo a ser construído, incluindo as primeiras moradias.

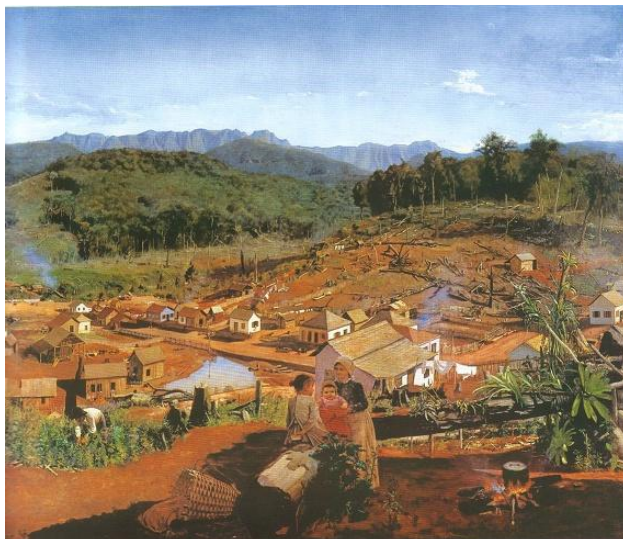


Figura 2: Vida Nova. 1893 (Nova Veneza), óleo sobre tela 120 x 160 cm. Acervo da prefeitura de Nova Veneza, SC.

Esse quadro é bastante representativo da cultura e do modo de vida dos colonos recém chegados. É possível observar o estilo de vida que levavam, a vestimenta simples – diferente daquela apresentada no *Kerb* –, a plantação e a colheita; o desmatamento necessário; o fogo de chão, etc. (TARASANTCHI, 2009, p.116) conta que:

Além das cenas rio-grandenses, o artista também nos legou importantes flagrantes da vida em outras partes do sul do país. Nas suas freqüentes viagens à terra gaúcha, Weingärtner costumava embrenhar-se pelo interior, tendo chegado até Santa Catarina. Foi lá que um dia vislumbrou o surgimento de Nova Veneza e o flagrou numa pintura magnífica que chamou de Vida Nova.

Essa obra pode ser dividida em três planos. No primeiro é apresentada uma família de colonos. Um pouco mais ao fundo

vemos um menino colhendo verduras da horta. Mais a frente uma mulher carrega no colo um bebê, que está de frente para outra criança, uma menina sentada em um tronco cortado. Ao lado delas está caída no chão uma cesta feita de palha com peças de roupas dentro, que provavelmente serão lavadas. Ainda nessa primeira parte da pintura notamos algumas árvores fazendo sombra e muitos troncos cortados, representando, novamente, o desmatamento necessário para o estabelecimento das novas famílias. Além disso, à direita está o fogo de chão com uma panela no fogo.

No segundo plano da pintura nota-se o surgimento de Nova Veneza. As casas simplórias de madeira, em sua maioria, encontram-se desorganizadas sob um chão de terra vermelha irregular, com diversos troncos de árvores cortadas espalhadas sobre o chão. No entanto, a vida no vilarejo parece ser organizada. Um pequeno açude, provavelmente utilizado para os afazeres domésticos, como lavar roupa, é visto mais à esquerda do quadro. Muitos são os varais que aparecem na pintura, com longos lençóis brancos pendurados. Quase todas as casas mostram “os afazeres de seus moradores e as atividades que desenvolvem no seu entorno”. (TARASANTCHI, 2009, p. 118).

Já no terceiro plano da pintura se pode notar uma vasta floresta de verde intenso, esperando para ser desmatada. No canto direito da pintura tem uma parte dessa floresta queimada e do lado direito uma longa estradinha de chão batido que leva até outra moradia. Bem ao fundo do cenário altas montanhas quase emendadas com o céu azul bem claro indicando ser começo do dia, e marcam a linha do horizonte.

Assim, a organização social estava amplamente vinculada ao trabalho na terra, onde a organização das colônias alemãs do Estado de Santa Catarina – conforme exemplificada na pintura *Vida Nova* –, apresenta um panorama comum também no Estado do Rio Grande do Sul.

A autora (PESAVENTO 1994, p. 199) descreve o cenário que em muitos aspectos Weingärtner reproduziu em suas pinturas *Vida Nova* e *Nova Veneza*:

Documentos da época e análises historiográficas posteriores ressaltam as dificuldades dos primeiros tempos, quando só a solidariedade vicinal foi elemento decisivo para a sobrevivência dos novos grupos que chegavam. Fotos antigas mostram patéticas cenas das primeiras famílias, adultos e crianças no meio do mato, a derrubada de árvores e a erguerem toscas cabanas.

Assim, o esforço desses imigrantes na tentativa de se estabelecer no território sulista aparece nas pinturas de Weingärtner. O retrato do imigrante como trabalhador associado ao trabalho agrícola na terra e as construções das moradias, embora simplórias, foi retratado pelo pintor. Percebe-se, inclusive, que o olhar de Weingärtner sobre os imigrantes recém chegados à Santa Catarina, e, responsáveis pela formação de Nova Veneza foram retratados de forma bastante realista.

Já a terceira pintura é uma das mais emblemáticas de Weingärtner. Intitulada *Tempora Mutantur*. Essa obra é bastante famosa e representa a dificuldade vivida pelos imigrantes recém chegados ao Rio Grande do Sul. Esse quadro teria tido sua inspiração na pintura “O Ângelus”, de Millet.



Figura 3: *Tempora Mutantur*, 1898 (Roma). Óleo sobre tela 110,03 x 144 cm. Acervo do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli. Porto Alegre, RS.

O quadro foi pintado em Roma em 1898 e tem, porém, como cenário um ambiente agreste de paisagem do sul do Brasil, numa

zona serrana de colonização. Esta pintura, antes de tudo, representa o início da colonização alemã no Rio Grande do Sul. Remete a certa melancolia, e prováveis pensamentos saudosos, nesse momento de descanso ao cair da tarde. O rosado do céu evidencia o final do dia pesaroso de trabalho braçal visível pela terra onde foram abertos sulcos para plantar as sementes. No segundo plano os troncos cortados e caídos no chão demonstram igualmente parte do esforço físico feito pelo casal ao longo do dia.

Quanto a figura feminina, ela apresenta, aparentemente, um dos primeiros dias de trabalho de sua vida, mãos que antes, a princípio, nunca haviam executado nenhuma atividade que exigisse força física. Esse detalhismo presente na obra – marca de trabalho do pintor – torna-se evidente pelos detalhes dos dois personagens da pintura. Contudo, se pode também perceber o desmatamento, necessário para a ocupação do território e construções. O cenário é um elemento importante para a interpretação dos costumes e representações do Rio Grande do Sul.

Ainda assim, não podemos deixar de notar que a pintura foi feita no final do século XIX, onde estava em voga na Europa a pintura Realista. Dessa forma, a representação dos imigrantes, desprovido de otimismo e heroicidade, também reflete a tendência artística do período e do local onde Weingärtner morava, e pintou esse quadro, a Europa.

Ao retratar *Tempora Mutantur*, Pedro Weingärtner tentou apresentar o colono como a deixar claro que eram recém chegados ao Novo Mundo, ainda utilizando as roupas de sua terra de origem e, principalmente, com a expressão de quem tem muito trabalho pela frente. Essa expressão de cansaço e o cenário do trabalho no campo tornam-se as representações mais fortes dessa pintura. Assim, o olhar do pintor sobre os colonos, conforme visto nessa obra é de pessimismo e de dificuldades enfrentadas por muitas famílias imigrantes da Europa no século XIX ao largar seu país de origem e arriscar a vida num novo local. Sozinhos, têm de começar do zero, inclusive pelo preparo do território para as primeiras simplórias construções e para as plantações – forma de subsistência dos colonos e suas famílias.



## Considerações finais

Pedro Weingärtner foi o primeiro na pintura a retratar a vida rural e cotidiana do imigrante alemão, recém chegado ao Estado. Dessa forma, sua pintura propicia um leque de interpretações sobre esse personagem, principalmente sobre os aspectos da formação da sociedade e da cultura que prevalecia entre o imigrante. As pinturas aqui analisadas exerceram em seu tempo a função de representar e consolidar no imaginário da sociedade a relevância dos imigrantes para o Estado, representados através do trabalho no campo por meio da agricultura e das primeiras construções. Atualmente essas pinturas exercem outra função na sociedade. São testemunhos de um período do passado e do modo de vida dos habitantes rurais dessa época.

Ficam evidentes elementos que ainda estão presentes na nossa sociedade, embora de forma adaptada, como o fogo de chão, o chimarrão, a arquitetura das primeiras construções de casas, as roupas, festejos locais, ambiente diversos, entre outros que puderam ser observados ao longo da pesquisa. Tudo isso pode ser dialogado com a história e com o modo de vida do Rio Grande do Sul.

Percebe-se ao longo da análise da imagem do imigrante alemão, a dificuldade que esses primeiros colonos passaram na tentativa de estabelecimento e colonização da região. O trabalho duro na terra que foi simbolicamente retratado na pintura *Tempora Mutantur*, as expressões do casal, o homem cansado e a mulher refletindo sobre as mãos calejadas deram um ar mais instigante à cena. Outras pinturas da mesma temática da imigração foram retratadas de forma menos “pesada”. A pintura *Vida Nova* apresentou o imigrante se estabelecendo no território para o início da colonização. Embora fosse no Estado de Santa Catarina, o desmatamento, as primeiras moradias simplórias, o estilo de organização social, o cenário e a ocupação em quase nada difere do que se poderia encontrar no território do Rio Grande do Sul, no mesmo período. Analisou-se também a pintura *Kerb* que trata igualmente de um momento mais positivo dos imigrantes. Trata-se de uma das imagens mais representativas da cultura do colono alemão. Retrata uma tradicional festa que foi inserida pelos

imigrantes no sul e que perdura até a atualidade. Nessas pinturas percebe-se muito da vida cotidiana dos imigrados e dos aspectos referentes à colonização do Estado.

## Imagens

WEINGÄRTNER, Pedro. *Kerb*. 1892. Óleo sobre tela. Dim.: 75 x 100 cm. Coleção Sergio e Hecilda Fadel. Rio de Janeiro, RJ.

WEINGÄRTNER, Pedro. *Vida Nova*. 1893 (Nova Veneza), óleo sobre tela 120 x 160 cm. Acervo da prefeitura de Nova Veneza, SC.

WEINGÄRTNER, Pedro. *Tempora Mutantur*. 1898 (Roma). Óleo sobre tela 110,03 x 144 cm. Acervo do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli. Porto Alegre, RS.

## Referências

AGUILAR, Nelson. *Mostra do Redescobrimento: Arte do século XIX – 19th-Century Art*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2000.

GOMES, Paulo. A gravura na obra de Pedro Weingärtner. In: TARASANTCHI, Ruth Sprung. *Pedro Weingärtner 1853-1929: um artista entre o Velho e o Novo Mundo*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

GUIDO, Ângelo. *Pedro Weingärtner*. Porto Alegre: Divisão de Cultura – Diretoria de Artes da Secretaria de Educação e Cultura, 1956.

KERN, Maria Lúcia Bastos. Tradição e Modernidade: A imagem e a questão da representação. In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXI, n. 2, p. 7-22, dezembro 2005.

MENASCHE, Renata; SCHMITZ, Leila Claudete. Agricultores de origem alemã, trabalho e vida: saberes e práticas em mudança em uma comunidade rural gaúcha. In: *VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural*, 2006, Quito. Anais do VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. De como os alemães tornaram-se gaúchos pelos caminhos da modernização. In: VASCONCELLOS, Naira; MAUCH, Claudia. (Org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: ed. ULBRA, 1994.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: VASCONCELLOS, Naira; MAUCH, Claudia. (Org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: ed. ULBRA, 1994.

TARASANTCHI, Ruth Sprung. *Pedro Weingärtner 1853-1929: Um artista entre o Velho e o Novo Mundo*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

WOLFF, Cristina Scheibe; FLORES, Maria B. Ramos. A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção de uma tradição. In: VASCONCELLOS, Naira; MAUCH, Claudia. (Org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: ed. ULBRA, 1994.

## **MARSUL – BREVE RELATO DA EXPERIÊNCIA ARQUEOLÓGICA DESENVOLVIDA NA INSTITUIÇÃO**

Jefferson Luciano Zuch Dias<sup>1</sup>

Milene Pereira Monteiro<sup>2</sup>

*Resumo:* Criado pelo Decreto Estadual 18009/66 em 12 de agosto de 1966, o Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul-MARSUL é uma Instituição da Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Rio Grande do Sul. Seu primeiro pesquisador e fundador foi Eurico Th. Miller, professor da rede de ensino estadual, realizava pesquisas na área da arqueologia no início dos anos de 1960.

O MARSUL possui entre outras as seguintes atribuições: 1- divulgar a importância do patrimônio arqueológico como parte do Patrimônio Cultural do Estado e da União; 2- Estudar a ocupação humana, 3- Proporcionar ao público em geral e a estudantes, atividades de caráter cultural ligadas à Arqueologia e/ou áreas afins. Além das atividades voltadas para a pesquisa arqueológica, o MARSUL, devido a sua implantação no contexto de uma cidade de essência germânica, desempenhou um papel importante na vida social da comunidade, abrigando exposições que relativas a etnia teuto e, também realizou trabalhos de resgate arqueológico como os que foram feitos na Casa Presser em Novo Hamburgo. Além destas ao longo de sua trajetória diversas atividades foram desenvolvidas em integração com a comunidade local e até mesmo regional. Exemplo disto, foram as participações de ternos de atiradores em mais de uma ocasião nas dependências externas do MARSUL.

---

O presente artigo apresenta de maneira geral um pouco das atividades desenvolvidas pelo Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul-MARSUL, sediado no município de Taquara, desde sua fundação até o presente momento.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História do Programa de Pós-Graduação em História-PPGH da Universidade do Vale do rio dos Sinos-UNISINOS; Professor/Pesquisador do Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara-FACCAT; Diretor e Arqueológico do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul-MARSUL. E-mail: zuch@pop.com.br.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara-FACCAT. E-mail: milene\_monteiro@gmail.com.

O MARSUL como instituição voltada à pesquisa arqueológica, conta com um dos acervos mais antigos referentes às primeiras pesquisas realizadas no Estado, executados em especial pelos arqueólogos, Eurico Theófilo Miller, a partir dos anos de 1960, Pedro Augusto Mentz Ribeiro, ao longo da década dos anos de 1970 e também por André Luiz Jacobus, a partir de meados dos anos de 1980.

Atualmente na Reserva Técnica do MARSUL, estão acondicionados diversos materiais referentes a pesquisas arqueológicas executadas entre os anos da década de 60 até 80, pelos pesquisadores acima citados, muito deste material ainda necessita ser devidamente analisado e requer a publicação dos resultados obtidos em laboratório.

Também encontram-se materiais de outros estados da federação como por exemplo do Amazonas e Mato Grosso e, ainda materiais provenientes de pesquisas realizadas por arqueólogos de diversas instituições de pesquisa do Estado que, devido ao espaço físico do MARSUL e por terem sido realizadas em conjunto com o mesmo, escolheram esta instituição para deixar acomodados o acervo proveniente de suas atividades.

Dentro da estrutura montada ao longo dos anos, fazem parte do acervo do MARSUL documentos referentes as pesquisas arqueológicas e há seu acervo, que contém, manuscritos, datiloscritos, mapas, fotografias e croquis. E também uma biblioteca especializada em arqueologia, com alguns títulos dentro do campo da antropologia, da história e biologia.

Em termos físicos, o espaço do MARSUL também é destinado a acomodar a cultura material proveniente das mais diversas pesquisas, como por exemplo do resgate de projetos de obras de engenharia, realizados pela Arqueologia Pública, por instituições e/ou empresas que não possuem espaço para acondicionar estes acervos.

Com relação ao desenvolvimento da arqueologia, temos várias sínteses que fazem periodizações, umas mais abrangentes outras mais sistêmicas. Entre as diversas histórias produzidas,

destacamos a de André Prous (1992), que faz um grande levantamento bibliográfico a respeito dessa trajetória, desde seu momento inicial até próximo da atualidade. Esse autor destaca quatro circunstâncias as quais passou a Arqueologia Brasileira, situando seu início, ou melhor, o primeiro período, no ano de 1870, e finalizando em 1910, ocasião em que a Arqueologia possuía um caráter amador, impulsionado pela curiosidade de algumas pessoas. O segundo período, ou período intermediário está localizado entre os anos de 1910 e 1950.

Entre 1950 e 1965 ocorre o terceiro período, chamado por ele de formativo da pesquisa moderna. Neste, no ano de 1961 é aprovada a Lei n.3924 que regulamenta as questões referentes aos sítios arqueológicos, sua conservação e pesquisa. Finalmente após 1965 temos o quarto período, denominado de pesquisa recente no Brasil, estendendo-se até o ano de 1982, quando o referido pesquisador conclui seu trabalho a respeito desta temática. Neste último período, temos a implantação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA, em junho de 1965, que tinha como principal objetivo registrar a ocorrência de sítios arqueológicos de cunho pré-histórico no território brasileiro.

Inicialmente este Programa deveria durar três anos, mas foi prorrogado por mais dois anos. Estava sob coordenação de Clifford Evans e Betty J. Meggers, ambos do Smithsonian Institution, de Washington, Estados Unidos. Além de verbas americanas, o Programa era financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisas-CNPq e aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Pela primeira vez tinha-se proposto fazer, através do PRONAPA, um programa científico unificado dentro do território nacional, com exceção da área amazônica, que já vinha tendo intervenções arqueológicas por vários pesquisadores estrangeiros.

E foi neste contexto que vemos surgir o MARSUL, em acordo firmado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Eurico Theófilo Miller, professor da rede de ensino estadual, que realizava pesquisas na área da arqueologia no início dos anos de 1960, na região do município de Taquara e posteriormente em outros

locais do Estado e até mesmo da Federação, doou seu acervo em troca da criação de uma instituição voltada ao ensino e pesquisa da Arqueologia. Desta maneira, temos a criação pelo Decreto Estadual 18009/66 de 12 de agosto de 1966, do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul-MARSUL, Instituição da Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Rio Grande do Sul-SEDAC.

Inicialmente o MARSUL esteve sediado na própria residência de Eurico Theófilo Miller, e a seguir, durante 12 (doze) anos em um frigorífico abandonado. Em janeiro de 1977, a partir da doação de um terreno por parte da Prefeitura de Taquara, o MARSUL, foi transferido para sua atual sede na estrada RS 020, no Km 54, na gestão do então Governador Dr. Sinval Guazelli, tendo como Secretário da Educação e Cultura o Prof. Airton Santos Vargas e o Prefeito Municipal Dr. Alceu Martins.

Em seu acervo, encontramos vestígios deixados pelas populações nativas pré-coloniais, caracterizadas por serem pertencentes a grupos de caçadores-coletores e pescadores, que estão entre os grupos humanos mais antigos encontrados no nosso Estado, respectivamente conhecidos pelas seguintes designações, Tradição Umbu, Tradição Humaitá e Sambaquianos. E por posteriormente por Grupos horticultores e ceramistas, que cronologicamente, ocuparam o espaço antes habitado pelos caçadores-coletores e pescadores, seja de forma que os primeiros assimilaram os segundos, ou simplesmente ocuparam um espaço no qual já não haviam outros grupos humanos e que são conhecidos como Tradição Tupiguarani, Tradição Taquara e Tradição Vieira.

Também temos como parte integrante de seu acervo, todo um conjunto cultural diversificado, resultado da pesquisa arqueológica executada como dissemos anteriormente em outros estados e até mesmo outros países da América do Sul e do Norte.

É somente nos últimos anos, mais especificamente, no ano de 2001, que temos a incorporação ao acervo do MARSUL de objetos relacionados ao período histórico. Estes vestígios arqueológicos são pertencentes a 12<sup>a</sup> Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, com sede no município de Porto Alegre. A maioria do acervo esta composta por

de vestígios provenientes dos Sete Povos das Missões entre eles os pertencentes às Reduções Jesuíticas de São Nicolau, São Miguel, São Lourenço e São João. E também de materiais relacionados a “Casa Presser”, localizada no município de Novo Hamburgo.

Parece estranho, vemos um Museu como MARSUL, ser implantando em uma região na qual a colonização é essencialmente de origem germânica, não possuir em seu acervo, vestígios da cultura material relacionada a esta ocupação. Mas quando vemos a história do desenvolvimento da arqueologia, percebemos como funcionou a dinâmica do surgimento e implantação do MARSUL.

Em primeiro lugar, como relatamos os MARSUL, originalmente a Instituição nasceu ligada ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas-PRONAPA, cujo um dos objetivos principais era o registro da ocorrência de vestígios na forma de sítios arqueológicos pré-históricos. E em segundo lugar, destacamos que a prática da hoje conhecida Arqueologia Histórica, que dedica-se a pesquisar os períodos mais recentes de nossa história tendo como base os registros escritos e investigando as construções como por exemplo, dos primeiros engenhos, atafonas, só começa a tomar forma a partir dos anos de 1980. Contudo no MARSUL, faltam profissionais que se dediquem a esta área do conhecimento.

Outro fato é que desde o ano de 2008, o Museu encontra-se fechado para a visitação, devido a uma série de problemas que foram verificados ao longo dos anos. Atualmente esta Instituição conta somente com as atividades do arqueólogo responsável por administrar e executar as atividades ligadas a manutenção do acervo existente na Instituição, com o auxílio de uma estagiária do Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara-FACCAT. Existem planos para reforma e revitalização do prédio que abriga a exposição, reserva técnica e salas técnicas como a de tombo e de análise de material.

Apesar da situação atual, como Instituição dedicada a Pesquisa Arqueológica, o MARSUL possui entre outras as seguintes atribuições:



1- divulgar a importância do patrimônio arqueológico como parte do Patrimônio Cultural do Estado e da União;

2- Estudar a ocupação humana, através do cadastramento de Sítios Arqueológicos. Ampliando seu acervo, através da classificação, da catalogação, da restauração e da conservação do material, mediante uma análise sistêmica que compreende os seguintes passos:a- Treinamento de estagiários, sob a forma de supervisão curricular, através de atividades de laboratório;

b- Levantamento do respectivo acervo;

c- Catalogação, acomodação e registro documental destes materiais;

d- Produção acadêmica sob a forma de redação e publicação de relatórios e/ou artigos;

e- Manutenção e montagem de exposições (permanente e itinerante);

f- Atendimento a escolas;

g- Elaboração de um projeto de capacitação de professores do ensino fundamental e médio.

3- Realizar colaborações técnico-cultural, intercâmbio com Instituições afins, beneficiando arqueólogos, museólogos, profissionais das áreas afins e estudantes de outras Instituições;

4- Proporcionar ao público em geral e a estudantes, atividades de caráter cultural ligadas à Arqueologia e/ou áreas afins.

Com base nos pressupostos mencionados acima é que desde a década dos anos de 1960, e conforme já descrito, o MARSUL realizou diversos estudos e pesquisas em várias localidades. De maneira sucinta apresentamos a seguir parte da trajetória destas pesquisas realizadas na Instituição, tanto de cunho científico, quanto pedagógico e até mesmo na interação com a comunidade.

As pesquisas nos sítios da Região Amazônica, Santa Catarina e em 927 sítios arqueológicos de nosso estado foram realizadas por Eurico Theófilo Miller, nos primeiros anos atividade do MARSUL. Entre os anos de 1969 até 1972, Pedro Augusto Mentz Ribeiro

(falecido), pesquisa e registra nos Catálogos do MARSUL, 101 sítios arqueológicos dispersos nos vales dos rios das Antas, Caí, Jacuí, dos Sinos e Taquari. E ainda investiga e registra diversos sítios arqueológicos no litoral de nosso Estado.

A partir dos anos de 1980, André Luiz Jacobus, passa a exercer o cargo de responsável técnico da Instituição e realiza diversos trabalhos de cunho arqueológico como por exemplo, a pesquisa realizada entre os anos de 1995 e 2000 na qual o MARSUL desenvolveu um projeto arqueológico no município de Santo Antônio da Patrulha denominado Programa Arqueológico de Santo Antônio da Patrulha-PASAP, em convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul-URFGS, através de seu laboratório de arqueologia. Este projeto estava subdividido em três partes, compostas por pesquisas com caçadores coletores, agricultores ceramistas e a formação da sociedade nacional (séculos XVIII, XIX e XX) é o único projeto de caráter arqueológico que contempla a parte da pesquisa relacionada com a Arqueologia Histórica.

Além de Santo Antônio da Patrulha, este projeto também abrangeu partes dos municípios de Taquara, São Francisco de Paula, Rolante, Riozinho, Caraá, Glorinha, Osório e Maquiné. Nestas localidades, entre as décadas dos anos de 1960 e 1970 já haviam sido registrados 57 sítios arqueológicos, destes 52 tem seu registro feito por Miller e os 5 restantes por Mentz Ribeiro. Ao longo da execução do PASAP, foram registrados outros 61 sítios, sendo 41 caracterizados como sendo sítio pré-colonial e os 20 restantes do tipo histórico, remetendo a ocupação por parte dos imigrantes açorianos e posteriormente, seus descendentes e de pessoas vindas de outras partes do Brasil.

No ano de 1994 o MARSUL deu apoio institucional a um projeto de arqueologia pública, realizado na rodovia RST-453/ERS-486, conhecida como “rota do sol”, nos trechos que abrangem parte da Serra Gaúcha (Caxias do Sul) até o Litoral Norte (Torres), tendo o arqueólogo Francisco Noelli, registrado 4 sítios históricos e posteriormente as pesquisadoras Maria Luiza F. Monteiro de Barros e Valquiria de Carla Alves, realizaram um trabalho sistêmico de

resgate em um dos sítios arqueológicos registrados anteriormente. Aqui foram identificados alguns registros pertencentes a etnia alemã.

Desde o ano de 2006, o atual arqueólogo e diretor da Instituição, Jefferson Luciano Zuch Dias, desenvolve um projeto de pesquisa intitulado “Projeto de Investigação Arqueológica do Vale do Paranhana”, a premissa deste projeto é ter um melhor entendimento a respeito dos mecanismos utilizados pelas antigas populações nativas, acerca da ocupação e dispersão realizada por estes grupos antes da ocupação europeia que se inicia no século XIX consistindo principalmente de imigrantes alemães. Na região estudada encontramos vestígios de três (3) grupos distintos; representado pelas Tradições Umbu, Taquara e Tupi-guarani, ao todo temos 53 registros destes grupos, que foram realizados por Miller e Mentz Ribeiro, ao longo de suas pesquisas, anteriormente já citadas.

Como dito anteriormente, falta no MARSUL, um arqueólogo que realize a pesquisa histórica da região, para resgatar esta memória que por enquanto está registrada, nos livros e documentos oficiais.

Além do campo da pesquisa arqueológica, o MARSUL também está voltado para a divulgação do conhecimento científico para o público em geral, mais especificamente ao público estudantil, através de suas ações educativas. Contabiliza-se que desde sua abertura ao público em 8 de novembro de 1980, já visitaram a Instituição cerca de 130.000 pessoas. Em 2008, último ano em que o MARSUL recebeu diversos visitantes sendo registradas a presença de 1229 pessoas de diferentes cidades da região, de outros municípios do Estado e até mesmo visitantes de outros estados da Federação. A partir do mês de agosto daquele ano, o então responsável técnico da Instituição encerrou as atividades de visitação ao museu, devido há falta de condições, nas instalações hidráulicas e de luz. Ainda assim, o MARSUL recebeu visitas entre os meses de agosto a dezembro de 2008 e até mesmo no mês de fevereiro do ano de 2009, antes de ser fechado oficialmente ao público. E hoje aguarda por uma reforma que revitalize seus espaços e amplie seu quadro funcional, para que possa atender as novas

demandas da Pesquisa Arqueológica e também na nova organização Museológica que se vem sendo aprimorada nos últimos tempos.

Como forma de divulgação externa, o MARSUL teve alguns itens de seu acervo exposto em duas ocasiões, em exposições organizadas pela Fundação Bienal de São Paulo. Uma delas entre novembro de 1984 a janeiro de 1985, chegando esta mostra a ser realizada na cidade de Paris, França. E entre os meses de abril a julho de 2000, em virtude das comemorações dos 500 anos de Descobrimento do Brasil, a mesma fundação realiza outra exposição e, como ocorreu na vez anterior, parte da mesma foi exposta na cidade de Londres, Inglaterra.

Além da exposição permanente, a Instituição realizou também exposições temporárias, como por exemplo, a que ocorreu entre os meses de janeiro e fevereiro de 1994, que conjuntamente com outras instituições realizaram no Centro de Estudos Costeiros Limnológicos e Marinhos-CECLIMAR da UFRGS, sediado na cidade de Imbé, uma grande exposição sobre as populações que viveram na planície costeira desde o município de Torres até a barra do Chuí.

Entre dezembro de 1992 e janeiro de 2001 o MARSUL manteve uma exposição com acervos do período pré-colonial e do período histórico de sítios arqueológicos, registrados no município de Santo Antônio da Patrulha, sendo sediada no Museu Municipal Caldas Junior.

Dentro da proposta da ação educativa, foi elaborada e montada no ano de 1996 uma Exposição Itinerante, denominada “o Marsul vai a escola”, percorrendo a quase totalidade dos municípios do Estado. Recentemente esta exposição que estava cedida para a Quinta da Estância, uma fazenda destinada a atividades pedagógicas e de turismo rural sediada no município de Viamão, retornou às dependências do MARSUL, para conferência e também para ser reestruturada.

Além dos exemplos citados, ainda podemos listar diversas atividades como cursos, seminários, simpósios, que além da pesquisa arqueológica foram realizadas nas dependências do

MARSUL, ao longo dos anos, como por exemplo, o “I Seminário de Estudos Arqueológicos do Rio Grande do Sul” realizado no ano de 1981; neste mesmo ano, no período de 15 de agosto a 12 de setembro, foi realizado um curso intitulado “Curso de Introdução à Arqueologia”; no ano de 1984, a Instituição sedia uma “aula prática”, a mesma estava vinculada ao “Curso de Tecnologia Lítica”; neste ano também é efetuado no MARSUL o “Seminário sobre Ecologia Cultural”; em julho de 1985, temos o “Curso Básico de Arqueologia”; em janeiro de 1987, outro curso, intitulado “Curso de Curadoria de Acervos Arqueológicos”; é realizado nas dependências do Museu e também realiza-se o “IV Simpósio Sul-Riograndense de Arqueologia”; no ano de 1989 o MARSUL foi sede do 1º Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul; no ano de 1993 são realizados o “VII Simpósio Sul-Riograndense de Arqueologia” e o “I Fórum de Arqueologia do Cone Sul”; temos o Encontro Regional de Cultura na Terceira Idade, no ano de 1996; a 1ª Semana de Expressão Cultural do MARSUL, realizada em 2003.

Ao longo do ano de 2006 temos diversos eventos realizados nas dependências do MARSUL em conjunto com a comunidade como os festejos dos Grupos de Atiradores; a participação de representantes do MARSUL no Desfile da Semana Farroupilha; e ainda nas comemorações dos 120 anos de taquara, realizada na câmara de vereadores municipal, a Instituição fez-se presente com sua exposição itinerante; o mesmo aconteceu na Feira do livro municipal.

Além destas atividades, o MARSUL também realizou em conjunto com a FACCAT, uma palestra sobre populações indígenas; e nos anos de 2006 e 2007 também em conjunto com esta Instituição de Ensino Superior, realiza duas edições de cursos de capacitação em ensino de arqueologia, para professores dos ensinos fundamental e médio.

De todo o acervo acondicionado na Reserva Técnica do MARSUL, até o presente momento estão tombados 1193 artefatos, outros 2700 itens já se encontram separados para o devido tombamento. Contudo, ainda restam muitas peças a serem separadas das coleções de sítios arqueológicos para o devido tombamento.

Pode-se destacar ainda que o acervo e a documentação existente no MARSUL também ajudou nos trabalhos acadêmicos de diversos pesquisadores ao longo da elaboração de seus trabalhos de conclusão de curso, suas dissertações de mestrado e teses de doutorado. Além disso, com base no acervo da instituição diversas outras publicações foram produzidas ao longo dos anos. Entre elas, a publicação de um guia sobre cerâmicas tupiguarani redigido no ano de 1984 pelos pesquisadores José Proenza Brochado e Fernando La Salvia.

Um outro exemplo seria a publicação no ano de 2008 no livro *Raízes de Taquara*, de um artigo elaborado por André Luiz Jacobus intitulado “a contribuição do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul para a formação de profissionais em arqueologia” e do autor do presente artigo sobre Projeto de Investigação Arqueológica do Vale do Paranhana.

Até pouco tempo atrás era costume da população do município e até mesmo de outras localidades, desfrutarem do espaço no entorno dos prédios do Museu, nos finais de semana quando eram realizadas partidas de futebol, ou quando as famílias simplesmente passeavam pela área sorvendo seu chimarrão sob as sombras de árvores como açoita-cavalo, amoreira, figueira, ingá, ipê-amarelo, jambolão, pitangueira, entre outras.

Para finalizarmos a presente publicação, inserimos algumas opiniões de pessoas da comunidade que freqüentaram e em alguns casos ainda utilizam o espaço do MARSUL. De forma informal, registramos a opinião de cinco pessoas com das quais tomamos conhecimento de que freqüentaram o espaço da Instituição.

Nosso primeiro registro é de uma pessoa que nascida em fins da década de 1970, começa a freqüentar o Museu no início dos anos de 1980. Costumava ir pelo menos uma vez por mês geralmente aos domingos, para fazerem piqueniques. O ambiente evocava uma imagem de reunião de família, de cultura e de diversão. Segundo suas considerações, haviam atividades a serem realizadas dentro e fora dos prédios que compunham o espaço físico da Instituição. Este espaço era valorizado pelas pessoas da comunidade. Deseja volta ao local e encontrá-lo como era antes, acrescenta ainda que se tiver

filhos, pretende levá-los para desfrutarem do local como faziam seus pais.

O segundo relato vem de uma pessoa que nasce nos anos de 1980, e em meados daquela década, já freqüenta o Museu, pois sempre morou nas proximidades da atual sede do MARSUL. Segundo nos relatou, ia todas as semanas em diversos dias. Conforme nos diz, tinha a visão de um espaço “selvagem”, pois tinha contato com animais e plantas que não via com freqüência. Geralmente era seu avô que lhe acompanhava e tinha o hábito de brincar próximo de um dos açudes que na época tinha em seu centro uma pequena ilha com um macaco vivendo no ambiente. Segundo nos contou, era divertido ficar por ali, chamando a atenção do primata, até que ele saía e tentava lhe perseguir. É uma atividade que nunca esqueceu. De acordo com suas impressões, via o espaço dividido em dois, do lado de fora dos prédios reconhecia o local com um parque, para o lazer; já no interior dos prédios que continham a exposição e no prédio administrativo, achava um ambiente solene devido aos materiais expostos e as dimensões do espaço. O que mais chamava sua atenção na exposição eram as urnas funerárias que continham restos de sepultamento, no local onde hoje abriga a Reserva Técnica do MARSUL. Na atualidade lamenta a situação em que se encontra, principalmente o prédio de exposições, mas seu desejo é vê-lo novamente com seu “ambiente solene” ativo e recebendo visitantes.

O terceiro depoimento é de uma pessoa que trabalhou com o Prof. Eurico Th. Miller. Nascida na década de 1950, freqüentou a antiga sede do Museu, nos anos de 1960, quando a Instituição ainda estava localizada na casa de Miller. Sente-se como parte de história, pertencendo a ela, pois ajudava nas pesquisas de campo e nas atividades de laboratório, estando sempre em contato com o Prof. Eurico. Para ele, desde aquela época, via o Museu como um espaço de história não só local, mas também abrigo para a história de outros lugares, devido ao acervo que era gerado a cada nova pesquisa. Quando ocorre a transferência para o atual espaço, começar a passar menos tempo desenvolvendo as atividades de pesquisa, devido a distância principalmente. Conforme nos relatou, percebia que

algumas pessoas viam o trabalho desenvolvido no MARSUL com desconfiança, pois aquele tipo de pesquisa era pioneira na época; já outras mesmo sendo uma ciência incipiente já tinham um respeito e a tratavam com seriedade. Na atualidade desconhece a situação do Museu, por afastar-se do convívio e do contato com o MARSUL. Segundo nos relatou, algumas pessoas que vieram a administrar a área acabaram por desvirtuar sua essência. Ficou sabendo de que a Instituição estava novamente tentando recuperar suas atividades rotineiras, quando de nossa conversa e torce para que aquela “essência” que descreveu, volte a Instituição.

Nosso quarto relato é de uma pessoa nascida na década de 1970, mesmo morando próximo da atual sede do MARSUL, só começa a frequentar o espaço nos anos de 1990. Quando criança ia uma vez por mês, geralmente nos finais de semana. Recordasse das boas e divertidas partidas de vôlei e futebol que eram realizadas aos finais de semana, por pessoas que vinham de muitos lugares do município. Nos relatou ainda que tem o Museu como um espaço de história e que anseia para que ele volte a ser como no passado.

O quinto registro é de uma pessoa nascida na década de 1950. Esta pessoa começa a frequentar o espaço da Instituição somente a partir da década de 1970, quando se muda para a cidade. Ao longo dos anos de 1980, nos informou que era costume de sua família e alguns amigos, acamparem na área do Museu por cerca de trinta dias. Durante o dia desciam para o centro de cidade para trabalharem e regressavam no final de tarde para descansar e aproveitar a área, tanto externa quanto interna do MARSUL. Nos disse que mesmo ficando trinta dias acampados no pátio da Instituição, todos os dias visitavam a exposição montada no Museu. Todos gostavam da estrutura na época e hoje lamenta o estado de abandono. Mas vê que a situação esta se encaminhando para uma retomada das atividades rotineiras do MARSUL, como já foi antes. Avalia ainda que o espaço, pelo menos a área do entorno dos prédios, esta melhor cuidada do que na época em que frequentava o espaço do Museu.



## Referências

DIAS, Jefferson Luciano Zuch. Projeto de investigação arqueológica do Vale do Paranhana. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel & SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann (org.) *Raízes de Taquara*. Vol. II. Porto Alegre: EST, 2008, p. 1461-1470.

EVANS, Cliford. Introdução. In. SIMÕES, Mário F. (editor) Programa Nacional de Pesquisas arqueológicas – Resultados Preliminares do Primeiro Ano 1965-1966. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, *Publicações Avulsas* nº 6, 1967. p.7-14.

JACOBUS, André Luiz. A contribuição do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul para a formação de profissionais em arqueologia. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel & SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann (org.). *Raízes de Taquara*. Vol. II. Porto Alegre: EST, 2008, p. 1470-1477.

MILLER, Eurico Th. Pesquisas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul. In. SIMÕES, Mário F.(editor) Programa Nacional de Pesquisas arqueológicas – Resultados Preliminares do Primeiro Ano 1965-1966. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, *Publicações Avulsas*. nº 6, 1967. p.15- 38.

RENFREW, Colin & BAHN, Paul. *Arqueología: teorías, métodos y práctica*. Madrid: Ediciones Akal, S.A., 1993. p. 107-156.

ROUS-POIRIER, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. (Ed) *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 05*. Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, 1991.

SOUZA, Alfredo Mendonça de História da Arqueologia brasileira. *Pesquisas: Antropologia* n.46, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1991.

## Algumas imagens que fazem parte da história do MARSUL:



Figura 1: Professor Eurico Th. Miller, idealizador e fundador do MARSUL. Fonte: acervo MARSUL.



Figura 2: Vista Lateral do Prédio de Exposições e Reserva Técnica do MARSUL. Foto: acervo MARSUL.



Figura 3: Vista parcial da Reserva Técnica do MARSUL. Foto: Jefferson L. Z. Dias.



Figura 4: Arqueólogo e diretor do MARSUL, realizando o trabalho de separação dos objetos pertencentes ao Sítio Arqueológico RS-S-502. Fonte: acervo pessoal.

# ALIMENTAÇÃO: CULTURA, MEMÓRIA, TRANSMISSÃO<sup>1</sup>

Vania Inês Avila Priamo<sup>2</sup>

“(...) elhombre es un omnívoro que se nutre de carne, de vegetales y de imaginari (...)” Claude Fischler

“Comida é presente, é passado, é futuro. *Comida é memória, é identidade.*” Juliana Cristina Reinhardt

*Resumo:* O presente trabalho está sendo escrito baseado em pesquisas preliminares que serão posteriormente aprofundadas na dissertação de mestrado do PPGH da Unisinos. Pretendemos aqui entender a alimentação como um legado cultural e, portanto, um patrimônio imaterial das comunidades. Esta alimentação, quando carregada de significações para quem a consome passa a ser chamada de comida e esta, por sua vez, quando transmitida de geração para geração forma uma tradição alimentar. Podemos, assim, perceber a questão do gosto também como parte desta tradição alimentar. Essa comida que faz ou fez parte da tradição alimentar das comunidades pode ser um forte elemento de atração turística, dentro do segmento do turismo gastronômico, este uma das vertentes do turismo cultural. Dentro do possível, vamos levar esta discussão para o município de Nova Hartz/RS, que será objeto de estudo da dissertação.

---

O presente trabalho está sendo escrito baseado em pesquisas preliminares que serão posteriormente aprofundadas na dissertação de mestrado do PPGH da Unisinos. Pretendemos aqui entender a alimentação como um legado cultural e, portanto, um patrimônio imaterial das comunidades, assim como a possibilidade de inserção do alimento no contexto do turismo cultural, buscando, dentro do possível, levar esta discussão para o município de Nova Hartz/RS, que será objeto de estudo da dissertação.

---

<sup>1</sup> Trabalho realizado para disciplina Cultura, Memória e Patrimônio, do mestrado do PPGH da Unisinos, para os professores Dra Eloisa H. Capovilla da Luz Ramos e Dr Jairo Rogge.

<sup>2</sup> Mestranda do PPGH da Unisinos, Diretora do Museu Histórico de Nova Hartz

Entendendo a alimentação como patrimônio cultural intangível, desejamos iniciar este artigo trazendo uma breve discussão sob o viés da legislação a partir do governo de Getúlio Vargas que, dentro de uma política de construção da brasilidade “encomenda”, através do então Ministro da Educação Capanema, um ante-projeto de lei a Mario de Andrade, que organize as questões referentes à área da cultura. Essa solicitação é feita em 1936 e neste mesmo ano o ante-projeto está concluído. Ele continha uma proposta pensando, inclusive nas manifestações culturais populares, na língua, no folclore e propondo o registro dos bens de natureza imaterial. Mario de Andrade entendia o tombamento de uma forma diferenciada da que na prática aconteceu depois da promulgação do Decreto-Lei e que, de uma maneira geral, continua acontecendo. Sobre isso, Chagas escreve que para Andrade o tombamento “(...) *não congela o bem cultural; ao contrário, garante sua pulsação. (...) no caso dos bens intangíveis, estabeleceria mecanismos variados para proteção e preservação do bem, sem, contudo, bloquear sua dinâmica (...) considera o bem de interesse social, cuida do seu registro e mantém a referência cultural.*” (CHAGAS, 2009, p. 105). Porém, em função do “golpe” do Estado Novo, essa legislação é criada através do Decreto-Lei 25/37 sancionado por Vargas em 30 de novembro de 1937 sendo bem mais “acanhado” do que a proposta vanguardista de Andrade, restringindo-se ao patrimônio material, e na prática voltado para a preservação daquelas edificações que representavam o que no período e para o Governo Vargas eram entendidas como representativas da identidade nacional. Assim, vamos ter tombados basicamente edificações católicas, portuguesas e oficiais.

Entendemos que os critérios de seleção do que vai ou não ser “patrimonializado” nem sempre são claros e discutidos com a comunidade. É fácil compreender que essa discussão não tinha espaço, principalmente durante o Estado Novo quando foram realizados os primeiros tombamentos, e que o Brasil vivia a “ditadura” da Era Vargas. Num período em que se buscava forjar a identidade da nação, era o próprio governo quem decidia os mitos fundadores desse povo e o que poderia representá-lo. Muito pertinente com o que estamos defendendo, Álvarez escreve que o

patrimônio cultural é uma construção social, que se produz através de muita negociação, onde a exclusão e a seleção fazem parte do processo, sendo, portanto, também, uma construção histórica, “(...)que se crea a través de um proceso en el que intervienen tanto los distintos intereses de las clases y grupos sociales que integran a La nación, como las diferencias históricas y políticas que oponen a los países.” (ÁLVAREZ, 2002, p.11/12)

Passados mais de 50 anos, em 1988, é aprovada uma nova Constituição Brasileira em que essa discussão é bastante ampliada. No seu artigo 215, ela reconhece e garante a proteção das “(...) manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.” e no artigo 216 é que o patrimônio imaterial vai ser contemplado pela primeira vez na legislação brasileira. Ele estabelece que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A discussão sobre o patrimônio imaterial<sup>3</sup> se intensifica nos anos 90, quando o IPHAN comemora seu sexagésimo aniversário,

---

<sup>3</sup> De acordo com a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, promovido pela UNESCO em Paris, em 17 de outubro de 2003, patrimônio imaterial são “(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos os reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos, em função do seu ambiente,

mas vai entrar na pauta oficial de discussão de maneira mais efetiva através da aprovação do Decreto 3551, de 04 de agosto de 2000 que institui o registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. A discussão sobre o que pode ser patrimonializado vem ganhando corpo e grupos antes alijados da participação vem se colocando, criando um fenômeno que de acordo com Álvarez, Pierre Nora vai classificar de “inflação” do patrimônio, referindo-se a uma “explosão” que acabou colocando em pauta, diria eu, o particular/local do patrimônio: de conceitos amplos, calcados na nação, no tangível, no visível a um conceito de patrimônio “reivindicado”, intangível, simbólico. (ÁLVAREZ, 2000, p11/12).

No caso de Nova Hartz, a discussão mais ampla com relação ao patrimônio cultural de uma maneira geral, começou a pouco mais de uma década, após a fundação do Museu Histórico de Nova Hartz<sup>4</sup>. Apenas em 29 de agosto de 2011, foi aprovada a lei municipal 1577, que dispõe sobre a Política de Tombamento do Patrimônio Cultural do Município. Até o momento nenhum imóvel foi tombado. A única medida protetiva é a listagem dos imóveis de interesse histórico, aprovada como anexo do Plano Diretor do Município.

Interessante nos darmos conta de que toda a discussão acerca do patrimônio girou por muito tempo em torno do patrimônio cultural tangível. Porém, os argumentos utilizados para que os tombamentos fossem realizados eram (e são) majoritariamente em torno do patrimônio imaterial, ou seja: tomba-se uma edificação pelo seu valor arquitetônico, mas também pelo que foi vivido e pelo que representou para a comunidade ou para um determinado grupo num determinado momento. Também se deixa de tomar em função destes mesmos argumentos.

---

*de sua interação com a natureza e de sua historia, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultura e à criatividade humana.” (p3, 2003)*

<sup>4</sup> O Museu Histórico de Nova Hartz foi fundado no dia 03 de dezembro de 1999.

Por outro lado, quando passamos a fazer o registro dos bens culturais imateriais ou intangíveis, a materialidade está presente, ou seja: ao tombar, por exemplo, o acarajé, estamos procurando proteger o “saber-fazer”, mas a comida acarajé é material, é palpável. Pensando em um alimento típico de Nova Hartz, o beiju<sup>5</sup> é um excelente representante para ser tombado. Se assim procedêssemos, estaríamos desejando preservar o saber-fazer, o conhecimento a cerca da produção deste alimento, a memória, as vivências, as recordações, as emoções vivenciadas pelas pessoas ao consumirem este alimento. A comida beiju, no entanto, é material, é alimento, tem forma, tem gosto, tem cheiro. Preservando o saber-fazer, garantimos que esta comida possa continuar a ser feita e consumida por outras gerações, ainda que com adaptações em função das mudanças que vão acontecendo e que obrigam a adaptar ou “modernizar” ingredientes da receita original e os utensílios utilizados.

Tomando, ainda, como exemplo para reforçar o que estamos defendendo, o programa da UNESCO denominado “Tesouros

---

<sup>5</sup> Robert Lowie assim descreve o processo da produção do beiju pelas mulheres indígenas da floresta tropical: “*Para preparar a mandioca amarga o tubérculo é raspado, esmagado e esfregado numa tábua com espinhos (espinhas de peixe, dente de cotia ou pequenas pedras pontiagudas). A polpa resultante é esmagada com a mão e colocada em uma cesta cilíndrica para apertar a massa (tipiti). Com uma alça superior e uma inferior. A alça superior é presa no esteio da casa e um tronco grosso é passado através de alça inferior e é feita a pressão nesse tronco. A Mulher senta na parte livre do tronco e isso contrai a cesta, diminuindo o seu diâmetro. O ácido venenoso escorre através dos orifícios da cesta e é aparado num vaso. A massa esmagada é estendida em uma pedra, onde é esfregada por uma mão de pilão, obtendo uma pasta. Esta pasta resultante é colocada em uma placa de cerâmica em forma de panquecas chamadas “beiju”. (...)*” (in OLIVEIRA, 2009, p 18/19) Em Nova Hartz o beiju se incorporou de tal forma à culinária local, que é tido como um alimento tradicional pela população em geral, já que há mais de 140 anos está incorporada a alimentação das suas famílias. Adaptações foram feitas em relação a produção indígena: em vez de todo o processo de ralar e prensar descritos por Lowie: aproveitava-se a mandioca que era ralada e prensada nas atafonas, pegando a massa antes que ela fosse para o forno de torrefação. Também era acrescentado um recheio nessas “panquecas” de beiju, especialmente o açúcar de cana e depois o açúcar com canela.



Humanos Vivos” cujo objetivo principal é o de preservar e reconhecer “(...) oficialmente o valor dos “mestres” e assegurando-lhes condições para transmissão, às nova gerações , do “saber fazer” que mudaram ao longo do tempo.” (ABREU,2009, p83.), não deixando morrer as tradições e vendo as pessoas como patrimônios vivos. Participando deste programa, a França criou o sistema “Mestres das Artes”. Estes “Mestres” são “(...) pessoas que encarnam, (...), as competências e as técnicas necessárias para o andamento de certos aspectos da vida cultural francesa e para a perenidade de seu patrimônio cultural material.” (ABREU, 2009, p87.). Lá, um Conselho escolhe um “Mestre da Arte”, cujos conhecimentos e habilidades estão ameaçados de desaparecimento, oferecendo-lhe condições financeiras para que transmita o seu saber fazer a um aluno. Isso garante que esse conhecimento raro não desapareça, dentro de uma perspectiva de que preservar é transmitir. Então, o que se quer preservar não é o chapéu, o móvel, os vitrais, mas a forma como eles são feitos, aliando a tradição a inovação, os valores que eles representam para a sociedade francesa.

Desta forma, algumas discussões acerca da validade da divisão entre patrimônio material e imaterial estão em pauta<sup>6</sup>, pois há quem defenda que o material e o imaterial sejam inseparáveis. Entendemos que embora conceitualmente possamos separar o material do imaterial e didaticamente isso seja importante, na prática esta separação é impossível. Corroborando com o que escrevemos, no documento que dispõe sobre a política de salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil para o período de 2003 a 2010, encontramos a seguinte afirmação: “*Se, do ponto de vista conceitual, a distinção entre patrimônio material e imaterial é discutível, do ponto de vista da preservação essa distinção se mostrou necessária.*” (IPHAN, p. 19). Ou seja, esta separação nos conceitos foi e é importante para que haja a discussão, o debate aconteça, para chamar a atenção sobre o patrimônio imaterial. Mas é importante

---

<sup>6</sup> Ver Rubem George Oliven, 2009, p 81, In CHAGAS, Mario; ABREU, Regina (org). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

pensar que o tangível e o intangível são tão somente patrimônio cultural, cuja importância está centrada em tudo aquilo que ele representa para um dado grupo, num dado momento.

Dentro deste conceito de patrimônio intangível a alimentação vem ganhando terreno por seu viés simbólico e representativo das identidades. Tanto assim que um dos primeiros bens de natureza imaterial tombados como patrimônio nacional pelo IPHAN foi o Acarajé, na Bahia, por representar a cultura e a identidade dos baianos.

Neste trabalho, usaremos definições diferentes para alimento e comida. Entendemos alimento de uma forma mais geral, mais ampla, e a comida como aquele elemento escolhido, definidor de identidades, diferenciador de grupos, que traz consigo sentimentos de pertença. DaMatta (1986, p.46) brilhantemente os diferencia. Para ele

(...) Alimento é tudo aquilo que pode ser ingerido para manter uma pessoa viva; comida é tudo que se come com prazer (...) O alimento é algo universal (...) que diz respeito a todos os seres humanos (...) Mas a comida é algo que define um domínio (...) ajuda a estabelecer uma identidade, definindo (...) um grupo, classe ou pessoa.

A comida é uma escolha cultural: escolhemos onde, com quem, como e o que comemos. Ressaltamos, ainda, que essa diferença entre alimento e comida não é consenso. Nós, porém, compartilhamos com DaMatta este entendimento.

Embora, como menciona Santos (2005) “*O alimento constitui uma categoria histórica*” já que a tradição alimentar serve como “*espelho de uma época*”, revela mudanças e continuidades sociais e culturais, usos, costumes e hábitos de um determinado período, a maior parte dos estudos nesta área é realizada especialmente por antropólogos. A maior parte dos estudos nesta área é realizada especialmente por antropólogos e dão à comida um status de construtor/fortalecedor da identidade e da pertença. Entendem eles, que a comida faz com que as pessoas se sintam fazendo parte de um determinado grupo. Neste sentido Pilla (2005) e Santos (2005) escrevem que o alimento/comida que vai à boca não é

neutro. Ele é carregado de significados, permeado pela cultura de quem o consome, “(...) *é capaz de influenciar a construção da identidade (...)*daquele que o ingere.” (PILLA, 2005, p. 56) e DaMatta escreve que

(...) a comida (com suas possibilidades simbólicas) permite realizar uma importante mediação entre cabeça e barriga, entre corpo e alma, permitindo operar simultaneamente com uma série de códigos culturais que normalmente estão separados, como o gustativo(...)o código de odores (...)o código visual(...)e um código digestivo, (...). (DAMATTA, 1986, p. 43)

Pensando na comida como um patrimônio imaterial, podemos dizer que o seu valor como tal está no saber-fazer e na sua transmissão de geração para geração. Esta transmissão do saber-fazer carrega consigo a transmissão do gosto, do gostar da comida que está sendo consumida e isso, por sua vez, vai criar uma tradição alimentar de um determinado grupo. Vamos, nos parágrafos que se seguem, através de conceitos e exemplos buscar clarear estas ideias de gosto e de tradição alimentar. Podemos começar nos utilizando, por hora, do exemplo do pão.

Reinhardt (2000) afirma que o pão, que é o alimento sagrado, alimento simbólico, aquele que Jesus partiu e fez dele seu corpo, que está na oração “... *o pão nosso de cada dia nos dai hoje* ...” e é difundido por toda a humanidade, era e é diferenciador de classe social: o pão branco era o pão dos ricos. , que tinham condições de comprar a altos preços a farinha de trigo. Aos pobres restava fazer pão preto, com farinhas menos nobres, mais baratas, produzidas na própria propriedade. Os pobres usavam misturas de outros grãos, como o centeio, a cevada e a aveia ou mesmo outros produtos, como no caso dos imigrantes de origem alemã no RS, que vão fazer o pão de milho ou vão misturar outros ingredientes produzidos nas suas terras como o aipim, a batata, a abóbora. Em Nova Hartz, indiscutivelmente o pão de milho e de aipim eram os que estavam mais presentes nas mesas das famílias e ainda hoje são uma tradição alimentar. Em entrevistas realizadas com moradores mais antigos da cidade, os relatos do “pão branco”, feito com farinha de trigo utilizado somente em datas especiais, como o Natal, a Páscoa e o

Kerb são constantes. Com o passar do tempo, torna-se costume consumir determinada comida e ela, como se diz popularmente, “cai no gosto” de um determinado grupo.

Gimenes escreve que para Bourdieu (1983)

o gosto caracteriza uma propensão e uma aptidão à apropriação material e simbólica de uma determinada categoria de objetos ou práticas classificadas e classificadoras, constituindo a fórmula generativa de um estilo de vida. Este, por sua vez, corresponde a um conjunto unitário de preferências distintivas (...). Neste sentido, integrantes de grupos sociais tendem a compartilhar certas aptidões de escolha (gosto) que terminam por conectá-los, tornando-os passíveis de serem reconhecidos como tal, inclusive no plano das decisões alimentares. (BOURDIEU in GIMENES, 2009, p. 11)

Portanto, o gosto é uma construção social. Algo já aprendido e apreendido na infância, influenciado pelas seleções feitas pelo grupo familiar. Em geral, aquilo que nos é estranho ao paladar, que não faz parte da nossa tradição alimentar, é considerado ruim ou, no mínimo, “estranho”. Ainda, segundo Gimenes,

“(...)o indivíduo exercita seu paladar, sua preferência individual por esta ou aquela comida, mas o faz dentro de um quadro sancionado culturalmente que lhe diz dentre quais alimentos ele pode escolher, tendo em vista que o gosto alimentar é construído em um arcabouço cultural que orienta as escolhas individuais(....)”(GIMENES, 2008, p44)

Continuando a usar o exemplo do pão, Reinhardt e Silva escrevendo sobre as tradições alimentares e a etnicidade entre os descendentes de imigrantes alemães em Curitiba/ PR discorrem sobre a broa de centeio. Segundo os autores, “*ela é um meio de trazer sentimentos, memória, identidade, história.*”(REINHARDT; SILVA, 2008, p1) Trata-se de um pão de centeio que, embora seja uma tradição alimentar para os curitibanos descendentes de imigrantes alemães, é mais caro e não acessível a pessoas de renda menor. Pensando no que escrevemos anteriormente houve, então, uma inversão: o que fora pão dos pobres hoje é consumido por classes mais altas. As classes mais baixas preferem, por uma questão financeira ou de gosto, consumir o pão branco. E aqui, mais uma

vez, podemos pensar no conceito de gosto, mostrando que ele é uma construção cultural e que está bastante ligado ao imaginário: acabou sendo passado de geração para geração que o pão branco era o ideal de pão a ser consumido e isso ficou internalizado, tido com uma verdade incontestável ao passo que “acostumou-se” a comer a broa, que outrora era o único pão a que tinham acesso.

Essa “inversão”, se assim podemos chamar, do gosto e do consumo, pode ser percebida na região metropolitana de POA, da qual Nova Hartz faz parte. Como nas demais cidades da região, ela também foi colonizada por imigrantes alemães e o pão de aipim ainda é um produto tradicional, nas suas mesas, consumido diariamente por inúmeras famílias. Na capital gaúcha ele está sendo “(re)descoberto” por padarias mais sofisticadas, como noticiado no site da RBS:ClicRBS, em que a renomada padaria “Barbbarella Bakery”, do bairro Moinhos de Ventos passou a produzir e vender o pão de aipim. A proprietária da loja, Ana Zita Fernandes, foi buscar a receita junto a familiares de descendência alemã, de Pareci Novo/RS. O pão de aipim vendido a um preço bem mais alto, por ser um alimento “exótico” na cidade grande, é costumeiramente consumido nas cidades menores, especialmente de colonização alemã. Em Nova Hartz, quem quer comer um pão de aipim, assado em forno de barro, pode ir até a feira dos agricultores e comprar. Para algumas dessas famílias de Nova Hartz, por exemplo, status é colocar na mesa para as visitas um pão de farinha de trigo para comer. É o alimento que vai sendo ressignificado.

Tanto o gosto é uma questão cultural que, de acordo com Reinhardt, ao mesmo tempo em que no Brasil colonial os ricos consumiam o pão branco, os pobres muito a contra-gosto o substituíam pela farinha de mandioca e posteriormente pelos pães feitos à base de outras misturas, os índios “(...) *repudiavam a farinha de trigo por ser indigesta(...)*”(REINHARDT, 2000,p52) preferindo consumir a mandioca e a farinha de mandioca. Assim, podemos entender o gosto alimentar, e, portanto, as escolhas alimentares, como uma forma de nos diferenciarmos dos outros, como uma forma de alteridade e de identidade.Reforçando isso, Álvarez escreve que desde que sai da horta até chegar a boca o alimento sofre um

processo de patrimonialização. “*Los individuos y los grupos construyen patrimonio a través de la colección de objetos y mensajes (incluso los culinarios) con los cuales se identifican ante sí y los otros. Con ellos se erige La tradición y se definen gustos.*” (ÁLVAREZ, 2002,p19)

Esta comida que é diferenciadora de grupos, que define e é definido por identidades, que relaciona-se a alteridade dos grupos sociais é também transmitida e ensinada de geração para geração e os seus

(...) significados, dentro da própria lógica da dinâmica cultural, podem ser alterados ou adaptados, sem que sejam perdidas, no entanto, determinadas características e conteúdos que garantam seu reconhecimento.(...) se mantém como tradição culinária por se tratar de uma iguaria que é degustada e preparada por gerações e que possui um vínculo com um contexto cultural maior. (GIMENES, 2009, p. 19)

É classificada por Gimenes como “*tradição alimentar*”. Portanto, a tradição alimentar pode estar vinculada a um consumo simbólico onde lembranças “vivenciadas” ou “herdadas” vêm à tona quando a comida é consumida ou quando o é em função dessas lembranças, dessas memórias. Nesse caso, segundo Santos (2005) esta comida é um alimento-memória. Reinhardt escreve que “*(...) a transmissão de receitas, de tradições culinárias, passadas de geração em geração, conserva uma memória dos antepassados.*”(REINHARDT, 2007, p29). Neste sentido, podemos entender que a tradição alimentar traz o passado para o presente, faz com que ao consumir determinados alimentos o indivíduo rememore vivências e sensações, afinal, quantas vezes não nos deparamos com afirmações do tipo: essa comida tem o gostinho da casa da vó; ou essa comida tem gosto de infância; tem gosto de fazenda...

Pensando na comida como traço identitário que diferencia grupos, DaMatta escreve que “*(...)a comida tem o papel de destacar identidades e, conforme o contexto das refeições elas podem ser nacionais, regionais, locais, familiares ou pessoais (...)*” (DAMATTA, 1987, p. 22). No caso do Brasil, indiscutivelmente o feijão com arroz é um alimento consumido em todo o território

nacional, mesmo com as variações no preparo do mesmo, portanto uma comida nacional que nos define como brasileiros.

Na pesquisa que estamos realizando para a dissertação de mestrado, queremos descobrir os pratos tradicionais<sup>7</sup> de Nova Hartz, entender como eles estão inseridos no dia-a-dia da comunidade novahartzense e como poderiam se destacar num contexto de turismo cultural. Entendendo que um bem só pode ser considerado um patrimônio se assim for entendido pela comunidade, estamos realizando uma pesquisa junto aos moradores para identificar que alimentos são tradição alimentar familiar e podem ser considerados alimentos tradicionais da cidade. Até o presente momento temos cerca de 3/5 das entrevistas que pretendemos realizar e uma das coisas que nos chamou atenção nelas é que em cerca de 60% delas o arroz e o feijão aparecem como prato que faz parte da tradição alimentar, ainda que a pergunta tenha sido sobre receitas tradicionais, passadas de geração para geração. Depois dele, aparecem outros alimentos que estão ligados a tradição alimentar do lugar de onde o indivíduo veio: se de Nova Hartz e região (batata, cuca com linguiça, carne de porco assada, entre outros) ou se de outras regiões do estado (“revirado de feijão”, “carijó”, entre outros).

Isso nos leva a pensar que talvez aqueles alimentos que poderiam ser considerado também um atrativo ligado ao turismo cultural e dentro dele no segmento de turismo gastronômico não sejam mais alimentos tradicionais na maioria das mesas dos moradores da cidade, se constituindo, portanto, num alimento típico, voltado para o comércio cultural. Outra conclusão que podemos tirar

---

<sup>7</sup> Entendemos por comida tradicional de um determinado local aquela que faz parte da tradição alimentar dos moradores, que foram passando de geração para geração e que ainda está presente em suas mesas, seja no dia-a-dia, seja em momentos de festas/comemorações. Por comida típica entendemos aquelas que ainda que tenham feito parte da tradição alimentar da comunidade não fazem mais parte do seu cotidiano. Ela aproxima-se mais do exótico e geralmente é mais utilizada pelo turismo gastronômico por ser diferente, por funcionar como elemento diferenciador de um destino turístico.

de momento, é que mesmo com os regionalismos<sup>8</sup> e a forte referência a tradição alimentar dos descendentes de alemães, o arroz com feijão faz parte dos hábitos alimentares e da tradição alimentar dos novahartzenses. Estes hábitos se inserem num contexto de unificação alimentar que define o “ser brasileiro”. Ressaltamos que para ter-se conclusões definitivas se faz necessário dar prosseguimento e analisar qualitativamente e quantitativamente os resultados da pesquisa aqui mencionada.

A UNESCO, quando do lançamento do Projeto Turismo Cultural na América Latina e Caribe, em 1996, alerta para a necessidade de reflexão e organização do turismo gastronômico, de forma a dar visibilidade a esse patrimônio e “(… )convertir el patrimonio culinario em verdadera experiencia cultural para locales y extranjeros visitantes, así como una fuente importante de recursos(...) [e] definíalas recetas de cocina como um bien cultural tan valioso como un monumento.” (ÁLVAREZ, 2002, p13).

Assim, a UNESCO se alia a busca pelo planejamento e pelo reconhecimento da alimentação como patrimônio cultural intangível, vendo no turismo uma possibilidade de proporcionar uma experiência cultural para os locais e para os turistas através de pratos, tradicionais, valorizando a cultura local e gerando renda para as comunidades.

A atividade turística ainda é incipiente em Nova Hartz, mas uma das coisas marcantes é que cada vez que se organiza uma atividade festiva na cidade, que tem a ver com as tradições culturais dos descendentes de imigrantes alemães, a comida é motivo de encontro e se destaca. Os moradores identificam o Sr. Paulo Becker e sua família, proprietários de restaurante, como aqueles que realmente sabem fazer a comida “tradicional alemã”. Assim, se for comemoração do Dia do Colono (25 de julho), almoço da Kolonie

---

<sup>8</sup> Gimenes define gastronomia regional “como o conjunto de saberes-fazeres que englobam ingredientes, técnicas culinárias e receitas que são dispostas em um panorama relativamente coerente, delimitado geograficamente e passível de ser reconhecido como tal.” (P17,2009)



Hartz Fest<sup>9</sup>, as festas de Kerb, os bailes da linguíça e a comida estiver a cargo da família Becker, as famílias vão porque sabem que vão encontrar a batata cozida, a salada de bucho, as saladas azedas, a carne de porco, a massa caseira, o aipim cozido, a cuca e, claro, o churrasco de gado.

A título de conclusão, cabe reforçar a importância do estudo da alimentação como um patrimônio cultural intangível, como traço forte da cultura de determinados grupos, formador de identidade, reforçando o sentimento de pertencimento ou de exclusão e como peça fundamental para compreender as transformações sociais pelas quais passam os grupos humanos.

## Referências

ABREU, Regina. “Tesouros Humanos Vivos” ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção do “Mestre da Arte”. In CHAGAS, Mario; ABREU, Regina (org). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ÁLVARES, Marcelo. La cocina como patrimonio (in) tangible. Primeras Jornadas de Patrimonio Gastronómico. Revista Temas de Patrimonio Cultural 6, 2002. Disponível em <http://www.buenosaires.gov.ar>. Acesso em 13/06/2012

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CHAGAS, Mario. O pai de Macunaíma e o patrimônio Espiritual. In CHAGAS, Mario; ABREU, Regina (org). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

---

<sup>9</sup> Maior festa do município, que realizou sua 11ª edição neste ano. Acontece nas duas primeiras semanas de julho, com o objetivo de festejar o Dia do Colono. Porém é uma festa eclética, que luta para preservar a herança cultural dos descendentes de alemães, colonizadores da cidade.

DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco. 1986. Disponível em <http://www.iphi.org.br>. Acesso em 13/04/12.

\_\_\_\_\_. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. In: *O Correio*. Rio de Janeiro, v. 15, nº 7, jul. 1987.

GIMENES, Maria Henriqueta Sperandio Garcia. O uso turístico das comidas tradicionais: algumas reflexões a partir do Barreado, prato típico do litoral paranaense (Brasil). *Revista Turismo & Sociedade*. Curitiba, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br>. Acesso em 23/05/12

\_\_\_\_\_. *Cozinhando a tradição: festa, cultura e história no litoral paranaense*. Tese (Doutorado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em <http://dspace.c3sl.ufpr.br>. Acesso em 14/03/2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. IPHAN. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org>. Acesso em 23/05/2011.

\_\_\_\_\_. Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois - Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil 2003 – 2010. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 10.10. 2011

OLIVEIRA, Kátia Ferreira de. *Atafona e Moinho Henkel*. Nova Hartz. Rs – Estudo Sobre o Patrimônio Material e Imaterial. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, 2009.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. “Gosto e Deleite: Construção e Sentido de um *Cardápio Elegante*”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 42, p. 53-69, 2005. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br>. Acesso em 25/05/2012

REINHARDT, Juliana Cristina. “História e alimentação: uma nova perspectiva” *Revista Vernáculo*. n 3, 2000. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br>. Acesso em 16/06/2012.

\_\_\_\_\_. *Dize-me o que comes e te direi quem és: alemães, comida e identidade*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000. Disponível em <http://www.poshistoria.ufpr.br>. Acesso em 25/04/2012

REINHARDT, Juliana Cristina; SILVA Victor Augustus G. *A broa nossa de cada dia: memória e identidade das gerações curitibanas*. 2008. Disponível em <http://www.abant.org.br>. Acesso em 05/06/2012.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 42, 2005. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br>. Acesso em 03/04/2012

CLICRBS. <http://pioneiro.clicrbs.com.br>. Acesso em 03/07/2012

## O TRANSLADO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL: “BAIXA GRANDE E POLÔNIA”

Mauro Baltazar Tomacheski<sup>1</sup>

Resumo: Num primeiro momento poderia existir a noção que um determinado patrimônio está intimamente ligado a um espaço geográfico e humano. Entretanto, a noção da “diáspora”, representa um desafio a tais limites, algumas, como os judeus, sobrevivem a quase dois mil anos de migrações. Entretanto, outras, como a africana, se mesclam tanto ao novo ambiente, ao ponto de serem reconhecidas como um dos patrimônios mais representativos que formam a cultura brasileira. Neste estudo optamos por apresentar o processo do estabelecimento de uma memória e patrimônio polaco<sup>2</sup> na colônia da Baixa Grande em Santo Antônio da Patrulha – RS e o surgimento da personalidade polaco-brasileiro.

*Palavras-chave:* Patrimônio, Memória, Imigração, Polacos.

---

Existe uma crença incomum que determinados elementos poderiam guardar o passado de maneira com que este se atualizaria no presente. Estes elementos teriam algo que Le Goff (1994, p.17) apresenta como sendo as raízes indo-européias *wid* e *weid* que no sânscrito formam a palavra “*veitas*”, cuja uma das traduções poderia ser: *aquele que vê ou é testemunha de algo*. No grego antigo essas mesmas possibilidades parecem estar contidas no radical “*histor*” que é presente na palavra “*história*”, deste modo o exercício da história é ser testemunha e ter presenciado algo. Desta maneira, os elementos que guardam o passado e comunicam o mesmo para o presente são agentes históricos, cuja matriz privilegiada é a memória e o patrimônio, seja este, material ou imaterial.

---

<sup>1</sup> E-mail: [maurobt@gmail.com](mailto:maurobt@gmail.com).

<sup>2</sup> Utilizo o termo ancestral “polaco”, em oposição ao galicismo “polonês”, que foi criado pela diplomacia na cidade de Curitiba, tendo como objetivo afastar-se do preconceito e ostracismo que sofria a comunidade polaca no Paraná. Sendo que tal assunto é debatido amplamente na Tese de Ulisses Iarochinski defendida na Universidade Jagellônica de Cracóvia que é uma das mais antigas da Europa.

O idioma polaco também apresenta a raiz indo-européia cuja palavra “*widziec*” possui os mesmos radicais em comum com o sânscrito “*veitas*”. Desta forma, podemos acreditar que a palavra “*história*”, adotada durante a vigência do latim como língua e norma culta na Europa durante a Idade Média e Moderna, configura-se nos mesmos termos das demais línguas de origem Européia.

Desta maneira, a Polônia apresenta hoje visões do passado, e testemunha também, a história formada por um amplo leque de opções, que compreende desde campos de concentração nazista, Czestochowa, Cracóvia, Zakopane, Wadowice e outros que são tanto patrimônios locais, como universais. Por outro lado, a universalização do idioma polaco e a onipresença da Igreja Católica criaram um sentimento de pertencimento no exato limbo geográfico que separa a Rússia ortodoxa do norte da Alemanha protestante. Esse limbo criou, durante os séculos, uma noção fluída das fronteiras étnicas, lembrando em muito a observação de Fredrik Barth sobre pertencimento e alteridade (POUTIGNAT, 1997, p.195-197).

Percebe-se que fica delimitada a questão do patrimônio, seja ele material ou imaterial, como testemunhas da história e, por isso, formadores dos espaços de memória que podem ser de pedra e cal, e, ainda, a nota musical interrompida de uma corneta que ecoa na praça do mercado de Cracóvia, de hora e em hora, sendo transmitida, todas as noites, através das rádios para todas as cidades, aldeias e localidade da Polônia. Esta música que é cortada no meio da sua execução é uma lembrança das invasões dos mongóis durante a Idade Média, que varreram o Estado Polaco, e serve de lembrança da situação precária da Polônia na geopolítica da Europa. Assim, um patrimônio imaterial ou material, pode estar sempre atual em seu discurso, não sendo apenas testemunha de um passado distante e quase esquecido, mas sendo a essência de uma nacionalidade.

### **A velha Polônia e o novo lugar de memória**

Entretanto, a nossa proposta é estudar um caso particular, onde um grupo relativamente pequeno de imigrantes transladou, recriou e fez uma releitura do local de afirmação da etnicidade, a

partir da recriação da memória e dos patrimônios materiais e imateriais. Esse processo começa em meados de 1890, quando na chamada “febre brasileira”<sup>3</sup>, os emigrantes polacos embarcaram no porto de Bremen rumo ao Brasil. Nesse exato momento o camponês diarista que vivia sob a tutela e leis de um “senhor de terra”, deixa esta condição antiga e, secular, e se torna algo completamente novo. Seu recente contato com as grandes cidades alemãs e os grupos de emigrantes de outras origens que embarcavam no mesmo navio, molda uma personalidade nova, agora não é o “senhor de terras russo” que define o seu destino e, sim, o grande comércio marítimo mundial que transporta tanto pessoas como mercadorias.

O quanto da Polônia essas pessoas levavam? Materialmente quase nada e no imaterial o idioma polaco, a religião representada pelo quadro da Virgem Negra com o Menino Jesus de *Jasna Góra*<sup>4</sup>, alguns livros de oração e algum outro ícone ou quadro religioso. Consta que a primeira providência tomada pelos imigrantes, ao chegarem ao local definitivo da colônia, é a construção de uma cruz, onde se reuniam aos domingos para recitarem o terço e demais orações, tendo em vista que a assistência religiosa e a presença de padres na comunidade era algo muito raro e, quando acontecia, geralmente eram padres teuto-brasileiros que não compreendiam o idioma dos fieis.

Naturalmente, o sentimento mais recorrente entre essa geração de imigrantes era a saudade de uma Polônia de formato muito peculiar, que era a família extensa, a aldeia, a igreja, o cemitério e a paisagem que conheciam há séculos. Muitos sentiam falta do movimento de peregrinação a Czestochowa que ocorre todos os verões e mobiliza a maioria das paróquias do país. Temos que ter a noção que ver, sentir, estar e rezar diante do ícone de *Jasna Góra* era uma das atitudes que mantinham a comunidade unida, e formavam o sentimento de uma nação polaca, apesar de estarem

---

<sup>3</sup> Movimento de emigração ocorrido na Polônia, durante o ano de 1890, motivado pela propaganda brasileira de passagens grátis e financiamento de terras.

<sup>4</sup> *Jasna Góra*, ou seja, Monte Claro, que é a elevação sobre a qual está construída o Santuário da Virgem Negra na cidade de Czestochowa.

fisicamente ocupados, especialmente durante a perseguição do czar russo aos católicos de rito latino<sup>5</sup> e bizantino<sup>6</sup>.

Como imigrantes católicos, uma das primeiras providências, quando tiveram condições, foi construir um local adequado para a celebração da missa, esse primeiro prédio foi feito usando encaixes de madeira típicos da Polônia e, pregos de metais, não foram usados. Junto ao mesmo, surgiu o cemitério com os tradicionais limbos para as crianças não batizadas e espaços para os suicidas. Porém, diante da rarefeita presença de padres para atender a comunidade, corria-se o risco de que os domingos e dias santos perdessem a sua força de aglutinar a comunidade. Já acostumados na Polônia durante a perseguição aos católicos a esconderem e, ao mesmo tempo, manterem a suas crenças por meios próprios, os imigrantes passaram a se reunir todos os domingos e dias santos de guarda para rezarem a oração do *terço* e outras em comunidade, sendo que muitos caminhavam mais de três horas a pé para participarem desse evento semanal.

Diante disso, um italiano percebeu o potencial do local e abriu uma bodega, próxima a capela. Depois das obrigações religiosas, os imigrantes e descendentes, reuniam-se para conversar, fofocar, vender, comprar, organizar os mutirões; as moças olhavam para os rapazes e vice-versa e se bebia muita cachaça, ou melhor, “wodka”. Deste modo o espaço religioso permitiu a criação de um ambiente onde as redes sociais eram fortalecidas e tecidas, o que preparava espaço para eventos de sociabilidade.

Assim a vida da comunidade girava em torno da capela, da venda, da escola, do cemitério e a geração nascida no Brasil não conhecia outro espaço onde podiam ser polacos, que não fosse a

---

<sup>5</sup> Católicos de rito latino é o grupo representado pelo clero e fiéis da maioria dos países católicos, como Espanha, Alemanha, Itália e outros cuja peculiaridade maior é o celibato obrigatório para os padres.

<sup>6</sup> Católicos de rito bizantino é o grupo representado pelo clero e fiéis descendentes de grupos de ortodoxos que no século XVI voltaram à comunhão com Roma e a obediência ao papa. Possuem liturgia, calendário, regras, direito canônico próprio e uma das peculiaridades é a presença e a ordenação de padres casados.

Baixa Grande. Sendo que no ano de 1924, existiam 420 imigrantes e descendentes organizados em 37 ramos familiares extensos. Apesar de ser um lugar pequeno o mesmo mantinha relações comerciais com Santo Antônio da Patrulha, Taquara, Osório, Mariana Pimentel, Porto Alegre, Paraná e, por carta, até a Segunda Guerra Mundial, com a Polônia, não sendo raro que existisse o intercâmbio de valores em dinheiro entre os dois continentes, especialmente quando se tratava de questões e herança, demonstrando que nunca existiam lugares isolados (WITT, 2008).

No final do ano de 1930, a comunidade se dividiu em diversos partidos a favor e contra a construção de uma nova capela de alvenaria. Existiam grupos que queriam a mesma, cerca de sete quilômetros do local atual, e, outros, que a mesma fosse feita toda em madeira. Não desejo ampliar a discussão sobre esse momento, mas demarcar que estamos tratando de um grupo de seres humanos, onde a concórdia é rara e a discórdia rotina. Neste universo seria oportuno fazer cruzamentos com as observações do Professor Marcos Justo Tramontini (2003), mas isso é algo que não abordaremos de forma ampla neste momento particular.

### **Primeiro movimento de reação à perda do patrimônio**

O “Estado Novo” de Vargas e sua “Campanha de Nacionalização” retraiu a sociabilidade na colônia, tendo em vista que a prática religiosa era vigiada na capela, com o uso obrigatório do português. Os imigrantes e descendentes optaram em realizar suas orações em polaco e em suas casas, aos domingos. Sendo assim, as reuniões dominicais, não ocorriam mais e, a presença de clientes na bodega, restringia-se aos raros dias de missa.

Durante esse período o objeto de culto mais caro aos polacos, o *ícone de Jasna Góra*, é retirado de dentro do espaço da capela, e a veneração do mesmo é colocada no ostracismo. Passado esse período conturbado a comunidade recebe a visita de um dos tantos padres polacos que se exilaram no Brasil, depois da Segunda Guerra Mundial. Sendo que este incentiva novamente o culto do ícone e lança as bases de uma festa em homenagem a Virgem Negra com o Menino.



Nesse momento, que pode ser situado entre os anos de 1940-1950, se inicia, de forma consciente, uma releitura do universo polaco na Colônia da Baixa Grande. Naturalmente se esperava que a festa em questão fosse celebrada no dia 15 de agosto, que é a data da celebração de *Jasna Góra*, e ponto principal das peregrinações ao santuário na Polônia.

Mas a comunidade optou pelo último domingo anterior aos dias de Todos os Santos, data que ocorre na segunda quinzena do mês de outubro. A informação mais recorrente é que se desejava marcar a chegada dos imigrantes que ocorreu em novembro de 1890 e, ao mesmo tempo, a possibilidade de se homenagear os mortos da comunidade que estão sepultados no cemitério. Desta forma, o que foi levado em consideração no momento da definição da data da festa não foram critérios de uma Polônia ancestral e distante, mas os fatos e as pessoas que marcaram a construção da comunidade local.

Assim, podemos supor que o imaterial pode ser negociado tendo como balizas as maneiras da comunidade perceber a sua própria história. Quinze de agosto era uma data que não tinha mais sentido no Brasil, porém, a data da chegada das primeiras levadas de imigrantes ao local é um divisor de águas que por si compreende uma nova forma de contar ou apresentar o “ser polaco”.

De uma maneira bem articulada precisamos perceber que essa Polônia que os imigrantes e descendentes se reportam não existe mais, é uma visão congelada do espaço e tempo do século XIX. A nação Polônia seguiu sua trajetória no continente europeu, e sua atualidade apresenta alternâncias e continuidades que pouco ou nada tem de relação com esse universo que foi congelado, transportado e transmitido pelos imigrantes de 1890. Naturalmente, em ressonância às outras comunidades, que se intitulam teuto-brasileira, ítalo-brasileira, nipo-brasileira, afro-brasileira e outros, ousamos expor o presente grupo de descendentes como polaco-brasileiros.

Lógico que, uma das duas nacionalidades unidas por um hífen são percebidas por muitos como em eterno conflito. Mas se alguém pedir a tradução de polaco-brasileiro se faz necessário dizer que *é um brasileiro nato descendente de imigrantes polacos*. Sendo

que no caso dos descendentes oriundos da Baixa Grande, se faz absolutamente necessário observar que sua referência do que é ser polaco, não está na Polônia e, sim, na capela, no cemitério, nas paisagens, nas celebrações religiosas e festivas da sua comunidade de origem. Sendo que este conjunto material e imaterial está dentro do Brasil, e não foi apenas uma construção de imigrantes polacos, mas de toda a diversidade de grupos e pessoas que formam a nação brasileira.

Sendo exaustivo na nossa observação, afirmamos que quando um descendente se apresenta como sendo “polaco”, ele não está necessariamente se identificando com a nação polaca do ano de 2012, mas de forma segura identifica-se com o jeito de ser brasileiro que existe ou existiu na Baixa Grande. Esse sentimento filial é percebido nos mais velhos da comunidade que fazem questão de deixar recomendado que o seu lugar de sepultamento seja no cemitério da Baixa Grande. Não sendo raros os que já possuem seu túmulo devidamente construído e preparado para esse momento particular, sendo uma característica básica da maneira de encarar a morte que os imigrantes trouxeram na bagagem.

### **A reação à ameaça de perda do patrimônio no século XXI**

No ano de 1990, junto da festa da Virgem Negra de *Jasna Góra*, se comemorou o centenário da imigração e, neste momento, muitos diziam que não existia mais o que recordar, que não existia memória, pois os imigrantes que eram “guardiões” da mesma estavam todos mortos. Entretanto, no ano 2000, um grupo de pessoas se reuniu com o objetivo de incentivar a cultura e sentimento polaco da comunidade. O primeiro passo deste grupo foi criar um monumento em homenagem às 37 famílias que se estabeleceram em definitivo no local, sendo que o mesmo foi inaugurado em 2006 pelo cônsul polaco de Curitiba.

Junto a isso, organizou-se a “Festa do Imigrante Polonês” que é realizada de dois e dois anos, junto à festa de Nossa Senhora do Monte Claro e que foi rebatizada pela comunidade de “Festa dos Polacos”. Nesse momento posso perceber um paralelo entre o momento do “Estado Novo” e o ano de 1990, tendo em vista que

eram momentos onde o patrimônio, a memória e a cultura polaca corriam sérios riscos. Essas situações levam a uma reação por parte de determinados setores da comunidade, num primeiro momento se cria a festa de Nossa Senhora do Monte Claro e no contexto do ano de 2000, cria-se a “Festa dos Polacos”, que na sua organização transcende a comemoração meramente religiosa, porém, criada e mantendo o momento desta religiosidade na estrutura do evento.

A “Festa dos Polacos” se tornou o momento onde se reúnem descendentes de todo o Vale dos Sinos e Grande Porto Alegre, com a participação ativa de pessoas de outras etnias. Apesar de ser um evento recente o mesmo está se transformando e um momento peculiar de sociabilidade, porém existe o risco do mesmo se transformar em apenas mais um evento para arrecadação de fundos para a comunidade. Afirmamos isso diante do fato de que, determinadas pessoas radicadas ainda no território da Baixa Grande, não perceberam que o objetivo principal é uma festa tipicamente polaca. Tendo em vista que para este grupo os lucros deveriam ser maximizados.

Entretanto, o mesmo grupo, ampliados de pessoas que pensaram a “Festa dos Polacos”, começou a perceber que a capela, o cemitério, as festas, as celebrações e os cantos e orações em polaco que, algumas pessoas ainda dominavam, deveriam receber um tratamento especial na ideia principal que, preservar é transmitir. Com muita dificuldade conseguiram convencer as outras pessoas da importância do conjunto de sepulturas de imigrantes ainda existentes no cemitério. Devido à questão de financiamento o processo é gradual, entretanto, determinadas pessoas adotaram sepulturas antigas ou ajudaram a identificar o nome de falecidos cujas sepulturas não mais existiam.

Quanto às orações e cânticos, existe um processo de apropriação deste bem imaterial por parte de alguns supostos “guardiões da memória”, fato percebido, sobretudo no momento que determinadas pessoas tentam organizar um “coral polaco” e buscam esse conhecimento e são sistematicamente boicotados. Entretanto, com o avanço da Internet, existe a possibilidade de conseguir a letra e melodia de antigos cantos polacos. Tendo em vista que a Polônia

ainda é muito conservadora em matéria de liturgia e cantos do século XIII, que ainda são populares, especialmente as *kolendas* que são músicas do período natalino.

Novamente a capela se torna objeto de disputa entre a comunidade, pois tanto a prefeitura de Riozinho, o clero e a maioria da comissão organizadora da “Festa dos Polacos” deseja o tombamento da mesma. Fato que sofre boicote de determinadas pessoas da diretoria que acreditam que o tombamento do mesmo é um ato que irá retirar eles do comando e da propriedade da capela. Todavia, se faz necessário um processo de esclarecimento e paciência em relação a este grupo, pois foram eles os opositores a realização do monumento e a festa.

Da mesma maneira, algumas pessoas perceberam a possibilidade de registro como patrimônio imaterial da festa de Nossa Senhora do Monte Claro, mas o restante da comunidade ainda não compreendeu como isso pode ser feito, pois para eles não é pedra e cal.

Nesse processo podemos perceber que apesar de ser o ponto de referência deste grupo de brasileiros natos descendentes de imigrantes polacos, a Baixa Grande ainda está no processo de pré-reconhecimento deste potencial que é brasileiro por excelência. Notadamente, as reações contrárias ao estabelecimento formal deste patrimônio são perfeitamente percebidas no universo de pessoas que não abandonaram a colônia nos anos de 1970 e 1980. Deste modo, pode ser percebido que a atitude ativa em prol deste patrimônio material e imaterial é do indivíduo que sofreu confrontos diretos no seu pertencimento à comunidade polaca, que é exatamente o grupo da “diáspora”.

É esse grupo que faz a trajetória dos imigrantes que olhavam saudosistas para uma Polônia distante que havia ficado além-mar, longe de tudo e de todos, mas presente na mente dos mesmos. Hoje, quando esse grupo da “diáspora” olha para Baixa Grande o faz necessariamente como lugar de memória e de testemunho do seu modo de serem brasileiros. Sendo que, ao contrário dos imigrantes, tal sentimento pode ser resolvido com uma viagem de uma ou duas

horas de carro, ainda que, muitas pessoas após se aposentarem, optaram em voltar para o local.

Desta maneira é uma questão em aberto se o polaco-brasileiro teria esse mesmo sentimento de pertencimento a um lugar, uma memória, um patrimônio material e imaterial caso fosse visitar a Polônia de hoje. Necessariamente conhecemos algumas situações de pessoas que não foram apenas visitar como turistas, mas que residiram na Polônia durante determinado período, algumas vezes, por muitos anos. Sendo que, sistematicamente perceberam diferenças intransponíveis entre a sua maneira de ser polaco-brasileiros e os polacos natos, ainda que nenhum momento fossem identificados como sendo polacos, e, sim, *brazylijski*<sup>7</sup>.

### **A diversidade religiosa e a capacidade de conviver**

Neste momento entra uma questão muito peculiar apresentada por alguns desses polaco-brasileiros que tiveram contato com a Polônia e que explicaria muitas das singularidades da Baixa Grande. Os polaco-brasileiros não eram um grupo exclusivamente católicos romanos, mas a maioria pertencia a essa religião, o que não deixa de refletir uma grande diversidade religiosa e cultural em território polaco no momento da imigração. Desta maneira, o imigrante polaco transmitiu ao polaco-brasileiro que, este, não deveria se importar com os pensamentos e religiões de seu vizinho e, sim, com a sua própria maneira de acreditar.

As raízes dessa cultura de tolerância e convivência devem ser procuradas na história polaca, que, desde 1010 foi a nação que melhor acolheu os judeus na Europa, seguido do Cisma Ortodoxo e os reconhecimentos dos direitos dos protestantes que voltaram a serem votados no Parlamento, sendo responsáveis inclusive pelas escolhas dos reis polacos. (IAROCHISNKI, 2000, p. 16-29).

Porém, durante o transcorrer da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, alguns eventos mudariam radicalmente esse

---

<sup>7</sup> Brasileiro.

cenário. Tendo em vista que a grande maioria dos judeus foram mortos nos campos de concentração pelos nazistas comandados por Hitler; os ortodoxos e bizantinos foram subjugados pelos socialistas soviéticos e Stalin. Já num segundo momento, o Estado Socialista Polaco, comandado por Moscou, provocou a fuga dos protestantes para a Alemanha Ocidental e os judeus sobreviventes se dirigiram para Israel.(MINISTÉRIO, 2004, p. 17).

Desta forma, ousamos considerar que esse conjunto de pessoas era um patrimônio vivo que mantinha um patrimônio material e imaterial completamente singular, e, que em menos de uma década de história, desapareceu completamente do território polaco. Afirmamos isso ao perceber que ainda é possível encontrar a pedra e cal destas comunidades, mas o sentido do patrimônio imaterial, dado especialmente para as igrejas protestantes que foram transformadas em templos católicos, não é original. A continuidade foi perdida e o que existe são pequenos nichos como a comunidade judaica que era constituída com mais de três milhões de pessoas. Atualmente, não ultrapassa o número de dez mil pessoas. Os protestantes, que eram um milhão, antes de 1939, no momento com a chegada de outras Igrejas é de menos de cento e cinquenta mil pessoas, aos quais poderiam ser somadas 140 mil Testemunhas de Jeová.

O que estou querendo apresentar ao citar tais dados? Necessariamente que a Polônia tinha uma cultura de convivência religiosa muito plural e tolerante, e, atualmente, 97% das pessoas são ligadas a um grupo religioso, sendo essa filiação necessariamente católica romana de rito latino. Isso gerou um sentimento de profundo triunfalismo religioso que considera a Polônia um território exclusivamente católico, sendo que não são raras as atitudes de discriminação das pessoas acatólicas e uma homofobia generalizada com riscos sérios à integridade física e vital. Por sua vez, a geração pós-1989 se afasta da esfera de influência da Igreja, fazendo com que seja considerável a presença de pessoas sem-religião nessa faixa etária.

Essa capacidade de conviver com o diverso, a Polônia perdeu. Entretanto, a Colônia da Baixa Grande sempre conviveu

com a diversidade religiosa, seja entre seus membros ou grupos étnicos vizinhos. Sendo que, atualmente, a maioria de polaco-brasileiros reside no território do Vale dos Sinos e Grande Porto Alegre, onde existe grande diversidade de credos e crenças. Assim, a maioria destas pessoas convive e conjuga perfeitamente o seu credo católico com a convivência com essas outras comunidades.

Desta maneira, podemos afirmar que, um patrimônio é o saber e a capacidade de conviver com o diverso, é uma herança da Polônia do século XIX, que se manteve e foi atualizada no território brasileiro. Sendo que, esse saber viver e conviver são uma capacidade desconhecida atualmente na Polônia, mas que é a ordem do dia entre os polaco-brasileiros oriundos da Baixa Grande. Assim, essa capacidade de convivência e de manutenção da alteridade e pertencimento talvez seja a maior herança recebida de uma Polônia que não existe mais, porém, é a referência dos polaco-brasileiros.

## Referências

IAROCHINSKI, Ulisses. *A Saga dos Polacos. A Polônia e seus Emigrantes no Brasil*. Curitiba, Edição do Autor, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Editora UNICAMP, 1994.

MINISTÉRIO, dos assuntos exteriores. *Polônia de Bolso*. Varsóvia, Edição Própria, 2004.

POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FERNAT. *Teorias da Etnicidade*. Seguido de Grupos Étnicos e Suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo. Editora da UNESP, 1997.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A Organização Social dos Imigrantes*. A Colônia de São Leopoldo na Fase Pioneira 1824-1850. São Leopoldo. Editora UNISINOS, 2003.

WITT, Marcos Antônio. *Em Busca de Um Lugar ao Sol*. Estratégias Políticas – Imigração Alemã – Rio Grande do Sul – Século XIX. São Leopoldo, OIKOS, 2008.

# **“E A SEMENTE QUE AQUI PLANTARES SERÁ DE OURO NO CHÃO DE ESMERALDA”: A REPRESENTAÇÃO DO IMIGRANTE ITALIANO NOS MONUMENTOS NO RIO GRANDE DO SUL**

Bianca de Vargas<sup>1</sup>

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo fazer uma breve análise de três monumentos ao imigrante italiano no Rio Grande do Sul, a fim de compreender quando estes monumentos são erguidos e como o imigrante pioneiro foi representado. Como objetos de estudo, selecionamos o Monumento Nacional ao Imigrante em Caxias do Sul, que representa um imigrante italiano apesar deste possuir caráter nacional, o Monumento ao Imigrante Italiano de Silveira Martins e o Monumento ao Imigrante Italiano em Bento Gonçalves. Para que a análise dos monumentos se tornasse possível utilizamos fotos pessoais e da internet, assim como utilizamos uma bibliografia pertinente às questões de monumento, imigração, memória e representação. Nesta pesquisa, verificamos que os monumentos em homenagem ao imigrante são geralmente construídos em datas comemorativas à chegada dos primeiros imigrantes no Estado e que a simbologia presente nas obras representa um imigrante trabalhador, que venceu através do trabalho.

*Palavras-chave:* Monumento, Representação, Imigrante Italiano.

---

O estudo aqui apresentado está focado na representação que os imigrantes receberam nos monumentos em sua homenagem no sul do Brasil.

Os monumentos escolhidos foram: o Monumento Nacional ao Imigrante em Caxias do Sul, o Monumento ao Imigrante Italiano em Silveira Martins e o Monumento ao Imigrante Italiano em Bento Gonçalves. Dois dos três monumentos foram erguidos como homenagem aos italianos e o terceiro homenageia todas as etnias vindas para país. Apesar de termos encontrado mais monumentos

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.



semelhantes, escolhemos estes três por suas características individuais. Os monumentos escolhidos se localizam em três das quatro antigas colônias italianas no estado.

Para fazer o levantamento quantitativo e informativo dos monumentos utilizamos, primeiramente, ferramentas de busca da *internet*, procuramos entrar em contato com as prefeituras e demais órgãos relacionados das cidades e quando possível fomos até a cidade.

A presença do imigrante é significativa no estado, no entanto, nos chamou a atenção a maneira como estes imigrantes foram retrados nos monumentos, pois são inúmeras as obras referentes a imigração de europeus no Rio Grande do Sul, mas são poucas as obras que utilizam como suporte os monumentos feitos pela geração futura aos pioneiros. Diante deste quadro, o presente trabalho vai se inserir na temática da imigração, porém iremos olhar o imigrante sob uma perspectiva pouco utilizada, assim optamos por trabalhar a representação do imigrante através dos monumentos, pois “os monumentos são um dos suportes mais nítidos e socialmente compartilhados da memória coletiva” (FREIRE, 1997, p. 45).

Quando falamos em representação utilizamos o conceito de Chartier, especialmente quando o autor diz que “a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objecto ausente através de sua substituição por uma imagem capaz de reconstruir em memória e de o figurar tal como ele é” (CHARTIER, p. 20). Um monumento ao imigrante, então, se refere a uma ausência, a ausência do imigrante fundador, mas que devido a sua importância se faz necessário fazer reviver a imagem deste ser tão importante na construção do estado Rio Grandense.

Para definir o que é monumento vamos nos apoiar nas concepções de Le Goff:

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men-*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde, ‘avisar’, ‘iluminar’ ‘instruir’ (...) Atendemos às suas origens filológicas, monumento é tudo aquilo, que pode evocar o passado, perpetuar a recordação (...) o *monumentum* tende a especializar-se

em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. (LE GOFF, 1996, p. 535).

Entendemos que os monumentos são construídos para suprir a falta de algo ou de alguém importante em seu meio e que não está mais presente, mas que precisa se fazer perene e estar sempre vivo na memória das gerações futuras. Eles, portanto tem um papel rememorativo e comemorativo para uma sociedade.

Monumentos são escolhidos como formas de homenagem por seu caráter de gratidão e de perpetuação do passado, servindo para “preservar algo, tendo, portando, uma função comemorativa, ritualística”. (FREIRE, 1997, p. 97). Tomando esta premissa como norte verificamos que os monumentos em homenagem ao imigrante são erigidos para transmitir uma mensagem e para avocar um sentido de emoção em uma sociedade.

Destinado a transmitir uma mensagem, o monumento tende a não ser neutro. Seus criadores o planejam para passar uma imagem.

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele trabalha e a mobiliza pela mediação da efetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2006, p. 18).

Para Pierre Nora(1984), monumentos fazem parte do que ele chama de *lugares de memória*. Esses lugares surgem na medida em que não possuímos uma memória permanente e na medida em que o progresso se tornou mais importante do que preservar o passado, por isso precisamos criar esses lugares, para que eles se tornem marcos memoráveis na comunidade em que estão inseridos, dando uma “ilusão de eternidade” (NORA apud FREIRE, 1997, p. 188). Os

monumentos aqui estudados se tornariam assim um local de comemoração de uma memória que foi resgatada.<sup>2</sup>

É necessário lembrar que estamos falando de um tipo específico de monumento, que é o monumento ao imigrante. Por isso se faz necessário relatar um pouco sobre a chegada destes imigrantes ao Rio Grande do Sul e o papel que desempenharam no estado.

Escolhemos a região Sul do Brasil, “na medida em que verificamos que a região recebeu um número significativo de imigrantes desde o século XVIII” (RAMOS, 2011, p. 176). Dois dos monumentos escolhidos referem-se à etnia italiana que veio para o país por volta do último quartel do século XIX, e o terceiro abarca todas as etnias, mas representa um casal imigrante italiano, por isso iremos nos ater à vinda deste grupo<sup>3</sup>.

Em fins do século XIX a Itália passava por transformações devido a recente unificação pela qual o território passara. O novo Reino estava desestruturado, com problemas econômicos e fervilhando desigualdades.

Esse cenário se tornou favorável para os agentes que promoviam a vinda de imigrantes para o Brasil. Para o Rio Grande do Sul vieram cerca de 100 mil italianos que emigraram em sua maioria de regiões do norte e nordeste da Itália.

A ida até essas áreas destinadas às famílias não era fácil e muitos imigrantes que antes estavam felizes com a nova pátria passaram a amaldiçoá-la. E quando finalmente se fixavam, encontravam falta de preparado para recebê-los, havendo queixas de todo os tipos, desde falta de alimentos a maus tratos.

Precisamos também entender o que é um imigrante e qual papel este desempenha na sociedade em que está inserido. Para definir o que é um imigrante nos apoiamos em Sayad: “um imigrante

---

<sup>2</sup> Resgatada porque já estava sendo esquecida.

<sup>3</sup> Os estudos sobre a imigração italiana foram elaborados a partir de autores como Walter José Faé, Lucia Lippi Oliveira, Paulo Possamai, Cleci.

é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em transito” (SAYAD, 1998, p. 54). Os imigrantes homenageados nos monumentos estudados aqui não tem este caráter provisório, mas sim, de fixação, de colonização, porém a concepção do autor ainda é válida para este estudo, pois estas pessoas que vieram para o Rio Grande do Sul se caracterizaram pelo árduo trabalho, já que vieram não só para colonizar, mas também para desenvolver economicamente a região.

Este emigrante que se torna imigrante precisa semoldar à nova cultura na qual está se inserindo. Ao chegar no novo destino ele refaz sua vida e querendo ou não ganha uma nova identidade. Podemos perceber através da historiografia do Rio Grande do Sul que ao imigrante é destinado um papel de trabalhador. Isso fica claro neste trecho de Faé (1975)

É difícil, ou quase impossível sopesar tudo o que realizou em terras gaúchas o homem estrangeiro. Em verdade, o imigrante traz uma contribuição que é relevante: ‘ a que incrementa novas atividades, a que cria novas possibilidades de desenvolvimento econômico e social, a que estimula a formação de riqueza, a que cria condições para o estabelecimento da classe média, tanto no meio rural como posteriormente no meio urbano. (FAÉ, 1975, p. 14.).

A par de desenvolver os conceitos pertinentes à pesquisa, para alcançar os objetivos propostos pretendemos também responder às seguintes questões: quais imagens dos imigrantes que são recorrentes nos monumentos estudados e em que época foram construídas estas homenagens?

Os monumentos ao imigrante aqui trabalhados vão funcionar como lugares de memória, lugares de comemoração e rememoração de uma memória que já se foi.

Esses monumentos são construídos a partir da memória coletiva da comunidade em que estão inseridos e são quase sempre construídos e financiados por iniciativa do Estado, mas também ocorre da comunidade pedir sua construção que geralmente esta relacionada com alguma data comemorativa, como centenários ou sesquicentenários da imigração.

## Caxias do Sul

Em 1949, quando a região se preparava para a comemoração dos 75 anos da colonização italiana foi lançada a ideia da criação de um monumento que transmitisse o caráter do imigrante italiano.

A notícia foi transmitida via rádio por Luiz Campagnoni, presidente da comissão pró-monumento, e logo se iniciaram os preparativos para a construção do monumento que primeiramente representaria somente o imigrante italiano, mas que passou a representar todas as etnias imigrantes vindas para o Brasil.

Junto com Luiz Campagnoni faziam parte da comissão o Tte. Artermín Karan, o Pe. Ernesto Brandalise, o Cap. João Evangelista Mendes Rocha, Elvion Marcon, Duilio Gianella e Reinaldo De Carli.



Fotografia 1 – Monumento Nacional ao Imigrante. Fonte: Foto da autora. 2011

Para a construção do monumento foi aberto um concurso de maquetes em 1950 para determinar quem seria o artista desta obra de arte e o ganhador foi o escultor pelotense Antonio Carangi.

Cinco anos após o anúncio o monumento estava sendo inaugurado, no dia 28 de fevereiro de 1954 durante os festejos da tradicional Festa da Uva. A solenidade contou com a presença do Presidente da República Getúlio Vargas, do governador do estado

Ernesto Dornelles, o prefeito da cidade Euclides Triches, dos embaixadores de diversos países europeus e asiáticos, da Comissão pró-monumento, da Rainha da Festa da Uva, demais autoridades e do grande público.

A obra monumental pode ser dividida em três partes:

- Casal de imigrantes;
- Obelisco com três painéis fixados;
- Cripta que hospeda o museu da imigração;

O casal feito em bronze pesa 2.920 quilos e mede cerca cinco metros e foi fundido na Metalúrgica Abramo Eberle S/A<sup>4</sup>, o obelisco mede 20, 96 metros de altura com três baixos-relevos contendo alegorias fixadas ao seu comprimento. Já a cripta abaixo, onde funciona o museu, tem 250 metros quadrados e suas paredes são revestidas com mármore branco, doados pela Itália.

O Monumento fica no bairro Petrópolis e foi construído na margem da BR 116, principal rodovia do país, na época.

Em uma análise mais detalhada vamos apresentar o Monumento em partes individuais. O primeiro elemento é o casal:

---

<sup>4</sup> Comprada em 1886 pelo imigrante Giuseppe Eberle, a Empresa era inicialmente uma funilaria, administrada por sua esposa Gígia, que produzia artigos, como canecos, baldes, lamparinas ou seja, artigos necessários para o cotidiano dos primeiros colonizadores, gerando um lucro certo. O segundo filho do casal Abramo aprendeu com a mãe o ofício de funileiro e ali viu uma oportunidade de prosperar. Quando Giuseppe fica mal de saúde e cogita vender a funilaria, Abramo, com então, 16 anos, comprou a funilaria, pois não se via como um agricultor. Abramo conseguiu expandir os negócios pelo país transformando a funilaria em uma grande metalúrgica, que já chegou a figurar entre as maiores metalúrgicas do Brasil nas décadas de 1940 e 1950. Ao morrer em 1945, Abramo Eberle deixou a cidade de Caxias do Sul em luto, devido ao prestígio que tinha com população. Em 1949 quando houve a concepção de um monumento em bronze que homenageasse o imigrante italiano não havia lugar mais significativo para tal serviço, pois a Abramo Eberle S.A representa o esforço do imigrante italiano em progredir nesta terra.

Fragmentando este conjunto temos à esquerda uma representação da mulher pioneira: A mulher imigrante está usando trajes típicos de uma imigrante da época da chegada dos primeiros colonizadores: ela usa um vestido, sobre os ombros carrega um xale e um lenço envolve sua cabeça. Os traços dela foram pensados para transmitir “a renúncia e o espírito de sacrifício, valores morais” (Jornal O Pioneiro. Caxias do Sul. 27 de fev. 1954. p. 13.). Nos braços ela carrega uma criança representando a família e o pensamento da época sobre concepção. Acreditamos que a criança está presente na obra para causar uma sensibilidade nas pessoas. De acordo com Pesavento (2006) “a sensibilidade se expressa como uma forma de reação dos sentidos, através de emoções e sensações” (PESAVENTO, 2006, p. 161), assim além de representar a mentalidade da época, a presença desta criança também se faz presente para emocionar, tocar quem visita o monumento.

No livro “*A Nação brasileira ao imigrante*”: construção de um referencial para Caxias do Sul, as autoras descrevem a mulher imigrante da seguinte forma “as mulheres suas companheiras, junto à terra, à casa, à mesa, à cama e à prole. Extensa prole; quanto mais filhos melhor. Garantia-se, assim, um futuro promissor em mão-de-obra.” (ALVES, CAVAGNOLLI, 1995, p. 01). Ou seja, a presença da mulher pioneira neste Monumento quer dizer que esta teve um papel tão importante quanto o homem, sua presença foi tão necessária para construção do país quanto a presença masculina.

O homem imigrante tem traços sérios, está usando um casaco e por cima uma capa. Sobre seu ombro direito ele carrega uma enxada, que é seu material de trabalho. Seu pé esquerdo está em cima de uma pedra e sua mão esquerda está levantada na altura da testa, como se protegendo os olhos do sol para poder olhar o horizonte e a nova vida que o aguarda. Segundo o jornal O Pioneiro seus traços representam “o vigor e o espírito resoluto” (Jornal O Pioneiro. Caxias do Sul. 27 de fev. 1954. p. 13.) do imigrante.

A presença da enxada na obra deixa clara a importância que este instrumento de trabalho teve na vida destes imigrantes que se destacaram na região pela agricultura.

Atrás do casal fica um obelisco<sup>5</sup> que mede 20,96 metros e pesa 603. 360 quilos. Nele se destacam três placas de granito em baixo-relevo, fixadas ao seu comprimento, cada uma contando uma parte da trajetória dos imigrantes. Perto do topo do obelisco há fixado a data “1875”, ano em que os primeiros imigrantes italianos chegaram ao Brasil. A bandeira brasileira tremula em seu topo.

Ao longo do obelisco estão fixadas três alegorias feitas em baixo relevo no granito que mostram de forma resumida a trajetória do imigrante italiano na região. Dispostas de baixo para cima contam:

- A chegada dos imigrantes;
- A superação dos pioneiros pelo árduo trabalho;
- A integração dos imigrantes com a Pátria e homenagem à Força Expedicionária Brasileira (FEB) (ALVES, 1995, p. 8).

A primeira placa retrata a chegada dos imigrantes à região e o seu primeiro contato com o índio. Em um cenário com árvores e plantas, parecendo mata fechada, um índio seminu se destaca segurando um arco. O índio tem uma expressão séria e parece olhar o grupo de pioneiros de cima. À direita está um grupo de seis pioneiros que parecem estar divididos em dois grupos. No primeiro grupo todos estão voltados para frente e uma jovem mulher que segura uma foice lidera o grupo. Seus trajes são iguais ao da mulher retratada no monumento em bronze, atrás dela vem um homem jovem segurando um machado e ao seu lado está uma mulher mais velha que tem umas das mãos no ombro da mulher mais jovem. O segundo grupo esta de lado, olhando para o índio, os três homens estão segurando machados, o homem que fecha o grupo se destaca

---

<sup>5</sup> O obelisco é um monumento que surgiu no Egito Antigo. “Habachi explica que o obelisco é um monumento de pedra única com quatro lados, terminando com uma pequena pirâmide chamada piramideon denominada THEKENU no Egito.” (SARAIVA, 2006, p. 23) De acordo com Saraiva (2006) o obelisco pode tomar forma e significado diversos de acordo com a comunidade que vai erguê-lo. Sua construção pode estar ligada com superioridade, poder, triunfo.



por estar com os olhos fechados e por estar com uma das mãos sobre a testa, indicando cansaço. Fechando a cena do grupo de pioneiros vem um animal que indica ser um burro trazendo no lombo uma carga.

Esta placa mostra, então, a chegada os pioneiros à colônia. Em todo o grande conjunto o índio aparece somente nesta placa e parece que ele está em um plano diferente dos demais, parecendo não haver integração entre estes dois grupos.

A segunda placa mostra a triunfo do imigrante através do trabalho, no caso agrícola, pois há presença da uva<sup>6</sup> e do trigo na imagem.

Na alegoria estão dois homens descalços que carregam cestos de uva sobre os ombros e a cena dá a entender que eles estão carregando os pesados cestos em uma subida. Em segundo plano está uma mulher carregando ramos de trigo. Ela veste roupas iguais as das outras mulheres presentes no conjunto: vestido, xale e cabeça coberta.

A imagem mostra que homens e mulheres trabalhavam na lavoura juntos, mas que o homem ficava com o serviço mais pesado e a mulher se ocupava com tarefas mais “simples”.

O Jornal O Pioneiro do dia 27 de fevereiro, descreve a última placa como a “integração do imigrante no Espírito da Pátria (homenagem à Força Expedicionária Brasileira)” (Jornal O Pioneiro. Caxias do Sul. 27.02.1954). A placa mostra um oficial apertando a mão de um imigrante, que na outra mão segura um machado. Atrás deste primeiro imigrantes está uma mulher: ela tem um lenço sobre a cabeça e tem as mãos juntas como que em prece, e em um das mãos ela carrega um terço. Do último homem só aparece a face. A cena do fundo mostra árvores e no centro da placa tem um altar com um Jesus na Cruz, ou seja, civismo e religião estão ligados.

---

<sup>6</sup> A viticultura foi um setor desenvolvido pelo imigrante italiano no estado, sendo hoje uma marca das regiões colonizadas por italianos.

Esta placa tem uma ambiguidade, pois além de mostrar a integração com o Espírito da Pátria ela também pode se referir à reconciliação do imigrante com a nova Pátria após as perseguições sofridas pelos italianos durante a Segunda Guerra.

Ao longo desta análise notamos alguns elementos que se repetem nas três placas: a natureza está sempre presente nos cenários, a mulher está caracterizada da mesma maneira. Os imigrantes passam uma mensagem de esforço, na primeira placa estão desmatando a mata fechada, na segunda estão colhendo os frutos do árduo trabalho na terra e na última placa um dos imigrantes está com um machado, indicando que o trabalho nunca acaba, que o imigrante está constantemente trabalhando.

Abaixo do conjunto fica a cripta, onde funciona o Museu Nacional do Imigrante. Em cima da entrada está escrito a frase *à nação brasileira ao imigrante*. A presença desta legenda se deve a Lei 1.801, de 2 de janeiro de 1953 feita pelo Presidente da República Getúlio Vargas, onde o Artigo 2º diz:

O empreendimento de que trata o artigo anterior será considerado o Monumento Nacional ao Imigrante, homenagem do povo e do Governo aos bravos pioneiros da colonização do país, reconhecimento da Pátria à colaboração do bom imigrante, e terá inscrito, no seu pórtico, a seguinte legenda: A Nação Brasileira ao Imigrante. (RAMOS, 2011, p. 187).

A porta da cripta é feita de bronze e nela contém uma encenação da chegada de uma família imigrante sendo recebida por um dos promotores da imigração, Luiz Antonio Feijó Júnior. O agente está apertando a mão de um imigrante pioneiro, que na outra mão carrega um machado, atrás deste vem duas mulheres, sendo uma mais nova que carrega uma criança de colo nos braços e segurando as suas saias tem um menino. Para fechar o grupo aparece uma mulher mais velha, possivelmente uma avó. Acompanhando a família aparece um animal de carga, importante naquele contexto. Abaixo da cena da chegada figura no bronze um trecho do poema Exortação do paulista Cassiano Ricardo.

## **Silveira Martins**

Silveira Martins foi a primeira cidade da Quarta Colônia<sup>7</sup> a receber imigrantes. A cidade fica localizada na região Centro Ocidental do estado, a poucos quilômetros de Santa Maria.

Foi abrindo caminho através da densa mata que os primeiros imigrantes chegaram à Quarta Colônia, em 19 de maio de 1877. Os novos colonizadores vieram em sua maioria da região italiana do Vêneto.

A região recebeu uma primeira leva de aproximadamente cem famílias que foram alojados inicialmente no Barracão de Val de Buia. Lá os primeiros colonizadores encontraram uma infraestrutura precária, descaso das autoridades e péssimas condições de higiene, ocasionando o surto de uma peste, que provocou a morte de dezenas de imigrantes.

No centenário da imigração italiana para a região em 19 de maio de 1977 foi preparada a construção de um monumento que homenageasse os colonizadores e que homenageasse àqueles que morreram ali vítimas da peste que assolou os primeiros meses dos colonizadores. O local escolhido para a construção do monumento foi justamente no local onde se localizava o barracão que os abrigou na chegada.

Na comissão de construção do monumento estão: Ivo Cattani, Newton Cecil Guerino, Antônio Isaia, Adi João Forgiarini, Mário Bonella, Eli Francisco Eccel, Heraldo Menezes Amman, VitélioAndrea Antoniazzi Celestino Biacchi, Virgílio Della MeaBiazus, Pe. Silvio Germano Rockembach, Irmã Gertrudes Maria Savaris, Valentim João Aita, Vitor Moraes. Do projeto arquitetônico participaram os arquitetos Florência Della Mea e Sérgio Fayh. Do projeto estrutural fazem parte: Sabino Dalla Costa, Luis da Silva, Otávio Tondolo, Luis Antônio de Linhares, Amauri Piazentin e a Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras – CINTEA.

---

<sup>7</sup> Entendemos por Colônia o território onde os imigrantes italianos se assentaram. A Quarta Colônia de Imigração Italiana localiza-se na região central do estado.

O conjunto que integra o monumento tem uma forma de gôndola e funciona, também, como um mirante. No espaço foram construídas quatro colunas que representam as outras colônias italianas do estado, Dona Isabel, Conde D'Eu e Caxias. A primeira coluna se alonga e toma a forma uma cruz, representando a religiosidade e a fé dos imigrantes. Seguindo estão duas colunas que medem cerca de um metro e meio. A quarta coluna se estica e se alonga, tendo fixada em si um alto relevo.



Figura 5 – Monumento ao Imigrante Italiano de Silveira Martins. Fonte: <http://www.ipernity.com>. Acesso em: 07 abr. 2012.



Fotografia 2 – Detalhe do Monumento. Fonte: Foto da autora. 2011.

A fotografia 2 mostra um homem de idade sentado segurando uma enxada com uma mão, enquanto a outra ele passa sobre os ombros de um menino que carrega um livro.

Essa é uma escultura simples, sem muitos detalhes, mas que transmite uma mensagem clara e mostra o legado que os primeiros colonizadores quiseram deixar para as gerações futuras: que é a partir do trabalho e do conhecimento que se constrói com futuro promissor, que foi através do trabalho e através do conhecimento que eles venceram todas as dificuldades que encontraram nesta nova terra, assim, “através da memória, o futuro também é projecção de antigas esperanças”. (CATROGA, 2001, p. 53).

Já que a representação é aquilo que se põe no lugar do outro, a mensagem que o Monumento ao Imigrante de Silveira Martins quer transmitir eternizando um imigrante com uma enxada não mão é que ele venceu nesta terra pelo trabalho agrícola e que este é o seu legado: vitória através do árduo trabalho.

### **Bento Gonçalves**

No ano de 1875, Bento Gonçalves fazia parte da Colônia Dona Isabel. É neste ano que começa a vinda de imigrantes para a região, no dia 24 de dezembro. Os imigrantes que lá chegavam ficavam hospedados em barracões aguardando até que a terra fosse distribuída. A maioria dos imigrantes chegou do Vêneto, da Lombardia, de Trento e do Friuli.

Em 2005 a região estava comemorando os 130 anos da chegada dos primeiros imigrantes à colônia e é em meio a esse cenário que ocorreu a inauguração do Monumento ao Imigrante Italiano no dia 11 de outubro do mesmo ano. A cerimônia ainda contou com a presença de autoridades trentinas.

O monumento se localiza na Praça AchylesMincarone. É todo feito de bronze e no total pesa 121 toneladas e possui 18 metros de comprimento. A obra foi financiada pela Secretaria Municipal do Turismo e custou 360 mil reais. Para a escolha do artista foi aberto um edital e oito artistas concorreram, mas o vencedor foi o uruguaio erradicado em Porto Alegre Gustavo NackleNeffa.

Segundo o *site* da prefeitura de Bento Gonçalves o monumento “homenageia o esforço e o trabalho de tantos homens e mulheres que dedicaram sua vida pra construir a grandeza do município de Bento Gonçalves” (PREFEITURA DE BENTO GONÇALVES: <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/>. Acesso em: 30 mar. 2012.).



Figura 6 – Monumento ao Imigrante Italiano em Bento Gonçalves. Fonte: <http://www.turismopelobrasil.net>. Acesso em: 29 mar. 2012

Ao olhar para o monumento fica clara a justificativa que consta no *site* da prefeitura para a sua construção, pois Gustavo Nackle conseguiu concretizar um monumento que transmite o esforço e as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, tornando este, sem dúvida o momento mais dramático encontrado durante a pesquisa. A obra deixa clara a dificuldade que os imigrantes encontraram ao ter que percorrer os cerca de 80 km de chão acidentado que havia entre São João do Montenegro, onde chegavam pelo rio Caí e seu destino final na Colônia Dona Isabel.

O Monumento ao Imigrante Italiano é um monumento longo, muito expressivo e contém muitos detalhes. Nele há a presença de dois bois, uma carreta, diversos objetos e oito pessoas, sendo: duas mulheres, uma menina e cinco homens.

Fazendo a frente do grupo retratado está uma jovem mulher segurando um lampião para iluminar o caminho, o que mostra que as famílias enfrentavam a noite ou pode como se ela estivesse iluminando o futuro que os aguarda, ela também esta segurando uma haste, indicando que precisava de um apoio para andar pelo caminho

acidentado. Atrás da mulher vem dois homens também de aparência jovem ajudando a puxar os bois com o auxílio de cordas. Os homens apresentam uma feição dura, mostrando esforço, seus cabelos estão no rosto, como que colados pelo suor e seus corpos mostram estar puxando algo muito pesado. Em seguida aparecem os dois bois que os homens estão puxando. A forma como os bois foram retratados mostra a dramaticidade da obra, pois transmite o fardo que estes animais estavam carregando.

Na carreta estão presentes duas mulheres, uma sentada aparentando ter mais idade e a outra aparenta ser uma criança e está em pé apontando para o horizonte, para o futuro que os aguarda. Enquanto a menina aponta, a mulher mais velha a está olhando e tem um dos braços envolto na cintura da menina, como que para segurá-la. Na carreta em que elas estão contém uma cadeira, dois bancos, dois garrafões, um baú, dois barris, um menor e outro maior, duas pás e três hastes. Esses poucos objetos representam a bagagem que os imigrantes trouxeram para o a nova Pátria, por mais simples que sejam estes objetos, eles mostram como os italianos que vieram para o país eram pobres e que estes objetos, então, eram seus bens mais preciosos.

Fechando o grupo estão três homens que empurram a carreta, dois auxiliam empurrando as rodas e um terceiro auxilia com um cajado, como se a carreta estivesse atolada. Seus corpos foram esculpidos de uma maneira que mostra que eles estavam fazendo uma grande força ao empurrar a carreta, indicando a dificuldade que era ir de um local, onde a altitude era menor que 50 metros para um local onde altitude era de quase 700 metros acima do nível do mar.

O Monumento ao Imigrante Italiano de Bento Gonçalves mostra uma imagem um pouco diferente dos monumentos analisados até o momento. Aqui o foco não foi mostrar o imigrante como trabalhador, mas sim como desbravador, que enfrentou as adversidades da região. Porém mesmo que o imigrante aqui não esteja com instrumentos de trabalho nas mãos, este instrumento aparece na carga, pois eles precisariam deste mais tarde.

O trabalho que apresentamos trata da representação do imigrante italiano em monumentos, no Estado do Rio Grande do

Sul. O norte para este trabalho foram as seguintes perguntas: quando estes monumentos foram erguidos e quais imagens são recorrentes nos monumentos ao imigrante? Para responder a estas perguntas buscamos inicialmente destacar os conceitos básicos com os quais queríamos trabalhar nestas construções simbólicas. Assim, o conceito de memória nestes monumentos está ligado à data de sua construção, isto é, a construção dos monumentos está ligada com a memória na medida em que as obras desde estudo foram construídas nos aniversários de 75, 100 e 135 anos da imigração italiana do estado a fim de reforçar essa memória imigrante. Ao mesmo tempo em que marcam uma memória tais obras de arte são também elevados à condição de patrimônio imigrante. Entendemos patrimônio como um bem público, cujo valor social se deve ao seu caráter memorável, ou seja, é um bem digno de ser preservado. Contudo, os monumentos à imigração que estudamos são, sobretudo, representações dos grupos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, porque uma representação sempre ocupa o lugar de um ausente.

Notamos ao longo do trabalho que as regiões onde ficam as antigas colônias que abrigaram os imigrantes italianos procuram reforçar sua identidade em diversos setores (econômicos, políticos, sociais e turísticos). Neste último estão inseridos os monumentos de que falamos. Os três monumentos apresentam em seu conteúdo um caráter pedagógico, pois neles são salientadas as dificuldades que estes imigrantes passaram ao desembarcar no Brasil a fim de levarem uma vida melhor que na Itália recentemente unificada. A presença da enxada e de outros materiais de trabalho agrícola nos monumentos selecionados serve também para mostrar para as novas gerações o legado que os pioneiros da região deixaram, ou seja, é uma clara mensagem que foi através do trabalho constante que os imigrantes conseguiram prosperar. Verificamos, também, que os monumentos foram erigidos como forma de gratidão, ao imigrante pioneiro que teve de enfrentar mata fechada para chegar ao seu local de destino e o esforço que fizeram os mesmos para desenvolver a região.

Apesar das semelhanças encontradas nos três monumentos deste estudo, cada um deles tem suas particularidades. O Monumento de Caxias do Sul representa todas as etnias, mas ressalta



nitidamente o imigrante italiano. Já o Monumento de Silveira Martins traz dois novos elementos. Além do trabalho nele figuram um livro segurado por uma criança. Dando a entender que não é somente pelo trabalho que se vence, mas que o conhecimento é fundamental para prosperar, e a criança seria o futuro, é nela que os pioneiros depositam seu legado. E o Monumento de Bento Gonçalves destoa dos demais, pois retrata a chegada dos imigrantes pioneiros na Colônia. Ele consegue transmitir a dificuldade que era transitar pela região até então pouco explorada. Porém se o elemento trabalho não é muito explorado o apuro pelo qual estes imigrantes passaram fica claro, ou seja, aquele imigrante que enfrenta quaisquer adversidades para chegar ao seu destino e assim se restabelecer.

O imigrante italiano foi representado no Estado como aquele que luta que trabalha que vence.

Ao concluirmos queremos destacar que os imigrantes italianos foram reapresentados nos monumentos erigidos em sua homenagem em diferentes momentos de sua história (aniversário da imigração nas cidades) quer como trabalhadores incansáveis, como agricultores ou mesmo como visionários de uma outra vida, na América.

## **Fontes**

Jornal Diário do Nordeste. Caxias do Sul. 27 de fevereiro de 1954.

Jornal O Pioneiro. Caxias do Sul. 27 de fevereiro de 1954.

## **Figuras**

Figura 1 – Disponível em: <http://www.ipernity.com>. Acesso em 29 de março de 2012.

Figura 7 – Disponível em: <http://www.turismopelobrasil.net>. Acesso em: 29 de março 2012.

## Referências

ALVES, Eliana Rela, CAVAGNOLLI, Anelise. “*A Nação brasileira ao imigrante*”: construção de um referencial para Caxias do Sul. Caxias do Sul, 1995.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

CHARTIE, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: EDUSP, 2006.

FAÉ, José Walter. *Italianos no Rio Grande do Sul: 1875/1975*. Americana: FOCAM, 1975.

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC; Annablume, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: UNICAMP, 1990.

PESAVENTO, Sandra J. Na contramão da vida: Razões e sensibilidades dos filhos malditos de Deus (Antônio Ragado, Benjamim o Degolador, João Foguista). In: ERTZOGUE, Marina H.; PARENTE, Temis Gomes. *História e Sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006.

PREFEITURA DE BENTO GONÇALVES. Disponível em: <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/>. Acesso 30 de março de 2012.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. Portas e Placas de Bronze. Disponível em: <http://www.caxias.rs.gov.br>. Acesso em: 04 de julho de 2011.

PREFEITURA DE SILVEIRA MARTINS. *Silveira Martins, Berço da Quarta Colônia*. Disponível em: <http://silveiramartins.rs.gov.br>. Acesso em: 28 de abril de 2012.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. De bagagem cultural a patrimônio urbano: museus e monumentos à imigração no Sul do

Brasil. In: HERÉDIA, Vania Beatriz M. RADÜNZ, Roberto (Orgs.). *História e Imigração*. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

SARAIVA. Marcia Raquel de Brito. *Pinduricalhos da memória: usos e abusos dos obeliscos no brasil (séculos XIX, XX e XXI)*. 2007. 228 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades ibéricas e americanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2007.

SAYAD, Abdelmalk. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

# **PATRIMÔNIO OCULTO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A INFLUÊNCIA MAÇÔNICA NA ARQUITETURA TAQUARENSE**

Maicon Diego Rodrigues<sup>1</sup>

Artur Passos

Camila Gusmão

Cristina Munari Marques

Eduardo Sprandel Rodrigues

Grazielle Felix Pinotti de Souza

Igor da Silva Marques

Juliano de Oliveira

Taiara Grazielle Schmidt

Tauane Romaica Friedrich

Victor Schell da Silveira

Ygor Coltz de Albuquerque

## **Considerações Iniciais**

Preservar a memória de fatos, pessoas ou ideias, por meio de construtos que as comemoram, narram ou representam, é uma prática que diz respeito a todas as sociedades humanas. É, pode-se dizer, um universo cultural e é essa função memorial que está por trás da noção de monumento em seu sentido original.

Marcia Sant'anna

A pesquisa “Patrimônio oculto: simbologia na arquitetura taquarense” surgiu de uma proposta da escola na qual pertencemos, onde uma feira multitemática foi proposta a estudantes e professores tendo como eixo as quatro grandes áreas de conhecimento. O grupo formado nesta pesquisa contempla estudantes da Segunda Série do Ensino Médio que por afinidade à disciplina resolveram pesquisar

---

<sup>1</sup> Licenciado em História na Faccat (2010) e mestrando em História na Unisinos (2012), bolsista PROSUP-CAPES e professor do Colégio Santa Teresinha (Taquara- RS). Grupo de pesquisa formado por estudantes da turma 221 do Ensino Médio do Colégio Santa Teresinha.

elementos ligados à história do município, todavia, os estudantes com seu espírito de inovação estavam dispostos a estudar algo que até então não havia sido observado por historiadores locais; os símbolos maçônicos encontrados nos ornamentos de edificações da zona urbana da cidade. Assim, analisar novos objetos de pesquisa possibilita ao estudante a reflexão sobre o papel da história na construção da sociedade à qual pertence.

Logo, o patrimônio arquitetônico taquarense possibilita a construção de um novo enfoque sobre a história, a sociedade e a cultura taquarense no decorrer da sua história. Através destas edificações e detalhes buscar-se-á analisar a importância do patrimônio arquitetônico do município, a simbologia relacionada a este patrimônio, além do papel de entidades e personagens na história de Taquara. Ressaltamos que a ideia de patrimônio aqui abordada ancora-se na reflexão de José Newton Coelho Meneses sobre monumento histórico, por entendermos que estes prédios rememoram coisas do passado da sociedade local, papel fundamental no processo de bloqueio da ação do esquecimento e em um processo de educação patrimonial acerca do patrimônio que a cidade possui.

(...) o sentido de monumento deriva de seu significado em latim: *monumentum*, palavra, por sua vez, derivada de *monere* (“lembrar”). Aqui, então, monumento é aquilo que é digno de memória e comemorar (memorizar com; no coletivo). Ele é “edificação” que dá sentido a um processo educativo e revela as intenções da instituição educadora; apresenta informação essencial para que acontecimentos, ritos, crenças, saberes não sejam esquecidos. A sua forma de apresentar a informação não é neutra, pelo discurso que comemora um fato caro a determinado grupo social ou comunidade. O monumento, assim, busca tornar viva a memória de algo importante e identitário socialmente (MENESES, 2006, p. 31).

Com isso a pesquisa tem por finalidade analisar as simbologias e representações construídas na/sobre o patrimônio arquitetônico do município, sob o viés dos estudos de representação social e memória. Questiona-se o seguinte:

*O município de Taquara possui um acervo arquitetônico notório, sendo que em algumas destas edificações vislumbram-se*

*detalhes, ou melhor, ornamentos. Alguns deles são semelhantes, e são identificados em várias destas construções. Todavia, ao observar estes detalhes encontrados nestas construções emergem questionamentos sobre seus significados, e se estes ornamentos constituem-se como símbolos de entidades consideradas “secretas” existentes no município.*

O texto que segue versará sobre aspectos da história do município, sobre a origem e caracterização da maçonaria e por fim, a análise do patrimônio arquitetônico existente na cidade. O resultado deste trabalho está sendo apresentado à comunidade escolar e taquarense. De forma parcial, sempre que novos dados são conhecidos, buscamos divulgá-los, no intuito de fornecer uma nova forma de entender sua história e sua sociedade.

### **Um maçom fundou Taquara: o papel de Tristão José Monteiro na história do município**

A análise da história de Taquara não pode se desvincular do processo de imigração que ocorreu no Rio Grande do Sul a partir de 1824, quando colonos alemães chegam a São Leopoldo. Com o passar do tempo, as frentes de expansão da colonização alemã se irradiam para várias direções, uma delas indo para noroeste, alcançando assim a região do atual município de Taquara. Essas frentes de expansão movimentavam-se devido à necessidade de busca de novas terras. Já que as famílias aumentavam, era imprescindível que novas colônias fossem abertas. Assim, chegamos ao processo de doação da sesmaria a Antônio Borges de Almeida Leans por Dom Diogo de Souza, cujas terras abrangiam o território que conhecemos como sendo a cidade hoje de Taquara. Almeida Leans construiu nestas terras a Fazenda do Mundo Novo, entretanto, passado um tempo, este foi encontrado morto no Rio Guaíba em Porto Alegre. A fazenda foi vendida pela viúva Libânia Correa Leans a Tristão Monteiro, que visava à criação da Colônia do Mundo Novo, empreendimento particular de colonização alemã, o que fez, em sociedade com Jorge Eggers. Todavia, mesmo antes do início do processo de colonização, a sociedade de ambos passava por um mau momento financeiro. Para resolver isso, Eggers fez uma

viagem para a Europa, no intuito de conseguir um empréstimo. Mas enquanto isso, Monteiro engravidou a esposa de Eggers, que no retorno, descobrindo o fato cometeu suicídio. Tristão Monteiro, então, compra a parte da sociedade da viúva Margarida Eggers, tendo assim, a posse do Mundo Novo, logo começou a expandir suas terras, comprando diversas fazendas que atualmente são lugares conhecidos como Sapiranga, Rio da Ilha, Santa Christina do Pinhal, entre outras regiões. A partir disso, os lotes começaram a ser vendidos aos colonos alemães, que buscavam se estabelecer nesta região.

Assim Tristão Monteiro contribuiu para a execução dos planos do governo imperial. Em 1854, foi declarada a existência de 106 famílias na Colônia do Mundo Novo. A maioria dessas famílias tinham suas culturas voltadas para a produção agrícola de feijão, mandioca, arroz, milho, fumo e outras. O trabalho era realizado com o auxílio de forças de tração movidas pela água ou pelos animais. O colonizador relata no seu diário uma certa preocupação com a modernização e a exportação para as suas atividades, um pensamento pioneiro na mudança social.

Na região onde atualmente é o centro da cidade, percebemos a atuação do fundador do município no que refere-se ao ponto de estudo desta pesquisa. Tristão Monteiro doa alguns terrenos onde hoje tempos importantes instituições e espaços da cidade, como a Prefeitura, as Igrejas e a Praça Marechal Deodoro, espaços que denotam símbolos que remetem ao seu pertencimento à maçonaria.

Com o passar do tempo, o município de Taquara se desenvolve, a população aumentou, buscou novas tendências econômicas e sociais, procurou segui-las, mesmo que, às vezes, esquecendo sua própria história. Por isso, as memórias devem permanecer e serem escritas para que no andar social não sejam perdidas, pois acreditamos que não há futuro sem passado.

## **A Maçonaria através dos tempos**

Segundo a obra “Arquivos secretos do Vaticano e a Franco-Maçonaria” de José A. Ferrer Benimeli, o surgimento da sociedade

maçônica tem suas origens incertas apontando o estudo de Bernardin<sup>2</sup> que demonstrou a ocorrência de 39 versões diferentes explicando este “início”. É evidente que a falta de documentos e registros dignos de crédito envolve a maçonaria numa penumbra histórica, o que faz com que os fantasistas, talvez pensando em engrandecê-la, inventem as histórias sobre os primórdios de sua existência. Há vertentes afirmando que ela teve início na Mesopotâmia, outras confundem os movimentos religiosos do Egito e dos Caldeus como sendo trabalhos maçônicos. Há escritores que afirmam ser a construção do Templo de Salomão sob a lenda de Híram, o berço da Maçonaria.

O que existe de verdade é que a Maçonaria adota princípios e conteúdos filosóficos milenares, que foram adotados por instituições como as “Guildas” (na Inglaterra), Compagnonnage (na França), Steinmetzen (na Alemanha). O que a maçonaria fez foi adotar todos aqueles sadios princípios que eram abraçados por instituições que existiram muito antes da formação de núcleos de trabalho que passaram à história com o nome de Maçonaria Operativa ou de Ofício.

Nos locais onde se realizavam obras de alguma importância construíam-se Lojas e, em volta delas, as habitações que se converteram em colônias ou assembleias, já que os trabalhos da construção duravam vários anos. A vida desses obreiros era regida por estatutos, cujo objetivo primordial era conseguir um entendimento completamente fraternal, pois para realizar uma grande obra era indispensável que todas as forças estivessem unidas em uma ação convergente (FERRER-BENIMELLI, 2007, p. 34-35).

A origem se perde na Idade Média, se considerarmos as suas origens Operativas, ou seja, associação de cortadores de pedras verdadeiros, que tinha como ofício a arte de construção de castelos, muralhas etc. Na Idade Média, o ofício de pedreiro era uma condição cobiçada pela classe do povo. Sendo esta a única guilda

---

<sup>2</sup> Bernardin Ch., *Notes pour à l'histoire de la F. M. à Nancy jusqu'en 1805*. Anotações para Servir à História da Franco Maçonaria em Nancy até 1805, Nancy, 1909. p. 15.



que tinha o direito de ir e vir. E para não perder suas regalias, o segredo deveria ser guardado com bastante zelo.

O segredo e o juramento são os rituais praticados pelos maçons que mais sofreram interpretações por parte de leigos sobre o assunto, muitos imaginários e representações foram propagadas, envolvendo a sociedade e estes rituais em uma “aura nebulosa”. O catecismo da Franco-Maçonaria de Berna na Suíça em 1740 trazia o seguinte juramento:

Eu prometo, palavra de honra, jamais revelar os segredos dos maçons e da Maçonaria que me foram comunicados a título de iniciação. Eu prometo não os esculpir, nem os gravar, nem os pintar ou escrever sobre qualquer objeto que seja. Além disso, prometo jamais falar contra a religião, nem contra o Estado; ajudar a socorrer meus Irmãos em suas necessidades, e com todas as minhas forças. Se eu faltar com minha promessa, consinto que me arranquem a língua, que me cortem a garganta, que traspassem o coração de lado a lado, que meu corpo seja queimado e minhas cinzas jogadas ao vento, para que não reste mais nada de mim sobre a terra, e que o horror de meu crime sirva para deter os traidores que forem tentados a me imitar. Que Deus me ajude. (LUTHI, 1918, p.14 apud FERRER-BENIMELLI, 2007, p. 53).

Após o declínio do Império Romano, os nobres romanos afastaram-se das antigas cidades e levaram consigo camponeses para proteção mútua e conseqüentemente, se proteger dos bárbaros, dando início ao sistema de produção baseado no contrato servil Nobre-Povo, mais conhecido como Sistema Feudal. Ao se fixar em novas terras, os nobres necessitavam de castelos para sua habitação e fortificações para proteger o feudo. Como a arte de construção não era considerada uma atividade simples, havia a necessidade de que pessoas desenvolvessem tal habilidade, logo, herdeiros das técnicas romanas e gregas de construção civil.

Posteriormente, estes construtores se reuniam em associações denominadas de guildas. As guildas dos pedreiros necessitavam mover-se para a construção das estradas e de novas fortificações para os Templários durante as Cruzadas. Os segredos da construção eram guardados com incomensurável zelo, visto que, se caíssem em domínio público, às regalias concedidas à categoria, cessariam.

Também não havia interesse em popularizar a profissão de pedreiro, uma vez que o sistema feudal exigia a atividade agropecuária dos vassalos.

Contudo, foi a Igreja Católica Apostólica Romana a maior proprietária feudal, através da ramificação dos seus mosteiros. Era ela que detinha o poder político, econômico, cultural e científico da época.

Portanto, a maçonaria é uma sociedade discreta e fraternal, que admite todo homem livre e de bons costumes, sem distinção de raça, religião, ideário político ou posição social. O nome “maçonaria” provém do francês *maçonnerie*, que significa “construção”, “alvenaria”, “pedreira”. E logo termo maçom, portanto, pedreiro ou construtor. Suas principais exigências são que o candidato acredite” em um princípio criador, tenha boa índole, respeite a família, possua um espírito filantrópico e com o firme propósito de tratar sempre de buscar a perfeição, deixando seus vícios e trabalhando para a constante evolução de suas virtudes.

Por trás desta instituição existe um ritualismo que envolve gestos, palavras, objetos, enfim, todo um simbolismo rico em posições ideológicas. (...) a Maçonaria apresenta a crença no Grande Arquiteto do Universo e na imortalidade da alma. (...) A Franco-Maçonaria utiliza-se de símbolos e valores sagrados para em seus ritos expressar a sua visão de morte (BROWNE, 2008, p. 182).

Os maçons estruturam-se e reúnem-se em células autônomas, designadas por oficinas, ateliers ou (como são mais conhecidas e corretamente designadas) lojas, “todas iguais em direitos e honras, e independentes entre si”. Assim, com o passar dos anos, as Lojas foram se disseminando em todo o planeta e influenciando a sociedade de cada local em que estava instalada. É nesse contexto que analisamos os símbolos (ornamentos) encontrados na arquitetura de algumas casas (prédios) do município de Taquara, a fim de entendê-los como lugares de memória desta sociedade discreta nos espaços urbanos da cidade.

## **Uma análise teórico-metodológica na interpretação histórica**

Na construção de uma pesquisa evidencia-se a necessidade de realizar uma conversa aberta entre as fontes e os mais diversos campos teóricos para que, a partir desta confrontação, possa nascer um novo conhecimento histórico, plausível com a realidade que cerca determinado fato ou grupo analisado.

No presente estudo, as fontes utilizadas foram as edificações consideradas como monumentos, analisadas sob os olhares dos estudos da memória, mais precisamente os estudos sobre identidade cultural, lugares de memória e representações sociais.

Primeiramente, torna-se necessário ressaltar a definição de patrimônio, e para isso utilizamos a definição proposta pela Constituição Federal de 1988, que diz que “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Constituição Federal, 1988, art. 216)”.

Logo, vemos os ornamentos da arquitetura de alguns prédios da cidade nessa perspectiva, como sendo portadores de uma memória e uma identidade local, pertencente a um grupo determinado. Na arquitetura analisada percebem-se elementos que são comuns em várias edificações, remetendo a ligação entre as pessoas envolvidas na construção destas edificações. Por conseguinte, esses símbolos afirmam laços de identidade entre determinadas pessoas em grupos diversos. Félix afirma que as relações sociais se constituem nos grupos através dos laços afetivos que estes constroem, visando a busca por uma memória social comum e o fortalecimento desses elos:

A memória liga-se à lembrança das vivências, e esta só existe quando laços afetivos criam pertencimento ao grupo, e ainda os mantém no presente. Portanto, não é o físico ou territorial, que permite a existência do grupo, e, sim, a dimensão do pertencimento social, criado por laços afetivos que mantêm a vida e o vivido no campo das lembranças comuns, geradora de uma memória social (FÉLIX, 1998, p.41-42).

No entanto, esse processo ocorre de maneira sistêmica, pois o grupo necessita primeiramente estabelecer quais são os elementos que os identificam como grupo (vistos por eles mesmos, e reconhecidos por outros grupos) para direcionarem o que Menezes (1991) ressalta como processo de construção de imagens, processo que é propício a manipulações e à importância do ato de “rememorar” através das palavras. Candau (2011) afirma que os atos da memória são decididos coletivamente e podem delimitar a área de circulação de lembranças, sem que seja determinada a via que cada um vai realizar.

Félix (1998) também aborda a busca e construção de laços de identificação não só como elemento essencial à memória, mas também como uma necessidade dos dias atuais, fortalecendo a lembrança de lugares e objetos. O historiador Le Goff (2003), por sua vez, acredita que esta relação acontece de forma inversa, a identidade de um grupo só se concretiza através da preservação da memória, que está atrelada aos elementos de dominação de grupo, tornando-se um instrumento de poder dentro do mesmo, pois há uma luta pela dominação da recordação e da tradição, e, logo, daquilo que deve ser lembrado ou esquecido.

Chartier (1991) comenta sobre representação social, ao analisar a coletividade como responsável por significar ou ressignificar determinados símbolos construídos em determinados espaços sociais. No entanto, é necessário estar consciente de que as representações sociais permitem entender determinados fatos a partir das relações existentes em um mundo social carregado de indivíduos que interiorizam e interpretam de forma diferente cada fato a sua volta.

Sobre imaginário, Barros (2004) comenta como sendo sua definição – sistema complexo e interativo, que abrange a circulação e produção de imagens (visual, mental e verbal) incorporando-as a um sistema simbólico que abriga as mais diversas representações.

Ao analisar este sistema, problematiza-se a história através do imaginário a que estes fatos remetem, interconexões diversas são estabelecidas, fazendo com que aspectos econômicos estejam relacionados a aspectos culturais e também a aspectos religiosos, em

um montante de informações que representem o tecido social construído em determinado espaço. Barros afirma isso quando diz que:

O historiador do imaginário começa a fazer uma história problematizada quando relaciona as imagens, os símbolos, os mitos, as visões de mundo, as questões sociais e políticas de maior interesse – quando trabalha os elementos do imaginário não como um fim em si mesmos, mas elementos para a compreensão da vida social, econômica, política, cultural e religiosa. O imaginário deve fornecer materiais para o estabelecimento de interconexões diversas (BARROS, 2004, p. 98-99).

Menezes (2006) define cultura como tudo o que se constrói na vivência coletiva, fruto de difusões de culturas distintas e de criações e saídas novas para problemas cotidianos e define mais precisamente como sendo um elemento da cultura, o patrimônio, classificando-o como material e imaterial, estabelecendo que o primeiro remete a construções físicas, que podem ser tocadas pelos indivíduos sociais, e o segundo estaria relacionado às construções mentais de valores e signos com significados diversos.

A análise dos monumentos propicia uma leitura das representações transmitidas, considerando o contexto no qual foram concebidos, e quais as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que ocorreram, no intuito de que estas representações se tornem parte integrante de uma parcela da coletividade taquarense, os maçons. Logo,

O monumento, em seu momento fundador, portanto, tem função de memorizar o passado ou de informar sobre o presente. Como mediação da memória ou da história ou, simplesmente, como objetivo de estímulo à nossa sensibilidade artística, à nossa fome de arte, ele continua a ser construído e a desempenhar seu papel educador, exaltando o passado ou monumentalizando o presente (MENEZES, 2006, p. 32-33).

Ao analisar os espaços inseridos no contexto de Taquara, constata-se o que Pesavento retrata como capacidade mobilizadora que a arquitetura proporciona ao evocar sentidos, vivências e valores em uma cidade.

É, pois, na capacidade mobilizadora das imagens que se ancora a dimensão simbólica da arquitetura. Um monumento, em si, tem uma materialidade e uma historicidade de produção, sendo passível, portanto, de datação e de classificação. Mas o que interessa a nós, quando pensamos o monumento como um traço de uma cidade, é a sua capacidade de evocar sentidos, vivências e valores (PESAVENTO, 2002, p. 16).

A eficácia simbólica dos monumentos na concepção de CHOAY (2001), dependerá do local estratégico no qual foi construído, em um espaço social da cidade. Logo, vislumbra-se a intencionalidade na disposição destes símbolos nas fachadas das edificações. Por seu turno, Pesavento (2002) aborda que a dimensão simbólica das imagens do urbano reside na necessidade de se atribuir significados rituais e míticos às coisas e às práticas sociais, assim entende-se a necessidade do monumento ligado a mitos de origem.

## **Resultados e análise dos dados**

No processo de confrontação das observações das edificações e a bibliografia existente, tanto sobre a maçonaria quanto sobre a história do município, pode-se encontrar os primeiros indícios de que os afrescos e disposições de espaços tinham uma relação com a hipótese trazida no início da pesquisa.

Para isso, destacamos a história do município, e principalmente o personagem que mais se destaca, Tristão José Monteiro, este nascido em seis de julho de 1816 em Porto Alegre, onde morou e se tornou secretário do Consulado dos Estados Unidos da América, possuía domínio de três línguas diferentes, pois também exercia o ofício de comerciante ( possuía carta de comércio), tendo relação ao fato de ser membro da Maçonaria.

A área da Praça Marechal Deodoro foi doada pelo colonizador da região, Tristão José Monteiro, na década de 50. O prefeito Lauro Hampe Muller fez uma revitalização, onde curiosamente colocou um chafariz no meio, formando a imagem do ‘olho que tudo vê’. Além disso, possui formato triangular, o que remete a vários significados como ciclos ‘fé, esperança e caridade’,

‘liberdade, igualdade e fraternidade’. Com a ponta para cima, o triângulo significa o fogo e o sexo masculino, com a ponta para baixo representa a água e o sexo feminino. Para os antigos Maias, representa o glifo do raio do sol e do Símbolo Maçom. Outro símbolo maçônico é o compasso, o qual representa a racionalidade científica em busca da perfeição moral, o esquadro representa o instrumento dos pedreiros, que transformaram a natureza, com seu ângulo reto que indica a honestidade e o G da figura significa Deus, em inglês ‘God’. É o Olho que representa o Deus onisciente e onipresente, que tudo vê.



Foto 1: Vista da Praça Marechal Deodoro vista de dentro da prefeitura no terceiro piso.

Na maioria das casas comerciais ou residenciais observadas nesse contexto, pode-se verificar que os “afrescos” remetem à símbolos com conotação maçônica. Contudo, ressaltamos que não podemos afirmar se isto é correto, ou seja, atrelar os dois fatos, devido a não ter tido ainda acesso a arquivos da loja maçônica local,

a fim de comprovar a ligação dos construtores<sup>3</sup> com a referida sociedade.

A Prefeitura Municipal foi construída pelo Intendente da época, o Coronel Diniz, o imponente edifício em estilo eclético, terreno doado por Tristão Monteiro. Inicialmente, destaca-se a questão da doação do terreno, por um membro maçom, contudo, sob uma ótica da arquitetura percebemos dois detalhes que são abordados na maçonaria. A primeira característica remonta as “marcas”, sendo que seu uso ocorre em todas as profissões (mesmo na de padeiro), e este costume é antigo, milhares de marcas foram-nos deixadas pelos maçons operativos. O segundo item remete a foto posterior, que nos traz a letra “M” na arquitetura, segundo Joaquim Figueredo, “é a décima quarta letra do alfabeto maçônico (...), é a abreviatura das palavras “Mestre, maçom e maçonaria”.



Foto 5 : Prefeitura Municipal – Palácio Diniz Martins Rangel. No detalhe encontramos as marcas características exemplificadas.

---

<sup>3</sup> Referimo-nos a construtores como sendo as pessoas que detinham a posse do local e mandaram construir a edificação.





Foto 3: Detalhe da arquitetura do Palácio Municipal Coronel Diniz Martins Rangel onde encontramos a letra “m”.

Ressalta-se que os dados transmitidos até o momento através deste documento são parte do trabalho, mas que devido a impossibilidade de ainda não ter-se realizado uma entrevista com um membro da Loja Maçônica local para que se possa confirmar se os construtores de ditas casas, eram ou não maçons. Também ressaltamos que muitos dos símbolos elencados na pesquisa são vistos em uma mesma casa, mas ressaltamos alguns e não o todo da edificação devido à necessidade de demonstrar a diversidade de símbolos, e não uma análise totalitária de uma mesma edificação.

### **Considerações finais**

Na reflexão até o momento, observamos que os “afrescos” ou símbolos existentes em algumas das casas do acervo arquitetônico do município caracterizam símbolos encontrados nas obras-referência sobre a Maçonaria, tão logo, podemos afirmar que representam este contexto.

Contudo, sem ainda poder ter certeza, devido ao fato de a pesquisa estar no início, e de que os construtores destas casas tinham

uma relação efetiva com esta sociedade, fica a indagação da “intencionalidade” da existência de tais afrescos na fachada destas casas, sendo mais do que simples ornamentos sem significado algum.

Também percebemos que a maçonaria esta presente na história do município desde sua origem através de Tristão Monteiro, e que através de suas ações podemos observar simbolismos e representações em alguns espaços sociais da cidade.

## Referências

ASLAN, Nicola. *Grande dicionário enciclopédico de maçonaria e simbologia*. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.

BARROS, José D`Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BROWNE, Sylvia. *Sociedades Secretas...* e como elas afeta, nossas vidas hoje. Tradução de Gilson B. Soares. – São Paulo: Prumo, 2008.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. *Estudos Avançados*, SP, Nº11, NOV. 1991.

CHEVALIER, Jean. *Dicionário de Símbolos: Mitos, Sonhos, Costumes, Gestos, Formas, Figuras, Cores, Números*. /Jean Chevalier, Alain Gheerbrant, com a colaboração de: André Barbault... [et al.]; Coordenação Carlos Sussekind; Tradução Vera da Costa e Silva...[et al.]. – 21 ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

CORDEIRO, Tiago. Decifrando a maçonaria. In: *Super Interessante*. Ed. 272- Dez. 2009, Editora Abril.

COSTA. Wagner Veneziani. *Maçonaria: Escola de Mistérios: A Antiga Tradição e seus Símbolos*. São Paulo: Madras, 2006.

FÉLIX, Loiva Otéro. *Memória e história: a problemática da Pesquisa*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

FERRER BENIMELI, José Antonio. *Arquivos secretos do Vaticano e a franco-maçonaria*. Tradução Silvio Floreal de Jesus Antunha. São Paulo: Madras, 2007.

FIGUEREDO, Joaquim Gervásio de. *Dicionário de maçonaria: seus mistérios, seus ritos, sua filosofia, sua história*. 2.Ed., São Paulo: Editora Pensamento, 1974.

MELLOR, Alec. *Dicionário da franco-maçonaria e dos franco-maçons*. Tradução Sociedade das Ciências Antigas; revisão da tradução Marina Appenzeller. –São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MENEZES, Adélia Bezerra de. *Memória e ficção*. Revista Resgate. Centro de Memória Unicamp. Papirus, n. 3, 1991. P.9-15.

MENEZES, José Newton Coelho. *História & Turismo Cultural / José Newton Coelho Menezes*. 1. ed. 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006. – (História e reflexões, 8 ).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

REINHEIMER, Dalva. *Terra, gente e fé: aspectos históricos Taquara do Mundo Novo*. (org.). – Taquara:Faccat, 2005.

RODRIGUES, Dânia. *A Simbólica maçônica existente no Cemitério dos Prazeres enquanto indicadora de novas sensibilidades perante a morte*. Sapiens: História, Patrimônio e Arqueologia. [Em linha]. N.º 1 (Julho 2009), pp. 64-100. URL: <http://www.revistasapiens.org>.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coordenadoras). *Usos e abusos da História Oral*. – 5 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

# ASPECTOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA SERRA DOS TAPES

Carmo Thum

*Resumo:* O presente analisa dados de pesquisa sobre o patrimônio cultural dos pomeranos na Serra dos Tapes, tendo como foco o patrimônio construído. Os dados da pesquisa foram organizados em temáticas: Mundo da Casa, Patrimônio Construído e Taperas. A coleta se deu em espaços rurais da Serra dos Tapes. Trata-se de um conjunto de dados culturais que são descritos a partir das narrativas das imagens desses espaços. A Metodologia utilizou-se de pesquisa de campo, narrativas e descrições dos espaços pelos próprios habitantes, análise a luz da bibliografia sobre a história local e sobre o patrimônio cultural. Esse relato é parte de um processo de pesquisa mais amplo que envolve o Modo de Ser e Viver dos grupos culturais presentes na Serra dos Tapes que tem por objetivo interpretar e dialogar com as referências culturais locais no âmbito da memória, do patrimônio e da educação. Consideramos que o espaço geográfico da Serra dos Tapes possui uma arquitetura vernácula. Não há um conjunto arquitetônico em si ou um estilo já registrado. A arquitetura se modela em função da atividade econômica. Os colonos foram adaptando as técnicas conhecidas aos materiais encontrados. A ação de pesquisa em questão é parte de um eixo de investigação do Educamemória e tem por objetivo descrever aspectos da arquitetura vernácula na Serra dos Tapes com base em construções rurais desse espaço. A partir de pesquisa bibliográfica (ANJOS, 2000; KOLLING, 2000; SILVA, 2007; THUM, 2009, BOSENBECKER, 2012, WEIMER, 2005) sobre o tema a arquitetura rural, construiu-se um instrumento de registro em forma de planilha que considera os aspectos construtivos da moradia, o modo de produção, os materiais da casa, técnicas construtivas, ano de realização desta e o nome do construtor e o uso das demais construções da propriedade no contexto cultural da propriedade. A coleta de dados está em processo e é realizada através pesquisa de campo onde foram realizados levantamentos fotográficos sobre os aspectos arquitetônicos e entrevistas com proprietários. Os resultados estão em análise e dar-se-ão por comparação entre as propriedades. De uma forma geral as casas apresentam um padrão e em seu entorno estão dispostas edificações que conformam os espaços de serviços e de produção. Há edificações para guarda da produção, equipamentos e as outras construções conforme as necessidades que as culturas cultivadas das propriedades apresentem. Concluimos, parcialmente, que a arquitetura rural analisada tende a ser organizada em função da produção.

*Palavras Chave:* cultura local, patrimônio cultural, Memória, imagens narradas.

---

## **Introdução**

O processo pesquisa situa-se nos espaços rurais da Serra dos Tapes e se estabelece de um largo tempo, tendo sido desenvolvido a cada tempo com objetivos específicos. O fio condutor geral é o de registrar, analisar e compreender a cultura rural, na sua diversidade e especificidade. Na atualidade o Programa de Extensão Educação e Memória: diálogos com a cultura rural (PROEXT-MEC/IE/FURG) articula diferentes pesquisadores e diferentes universidades na ação de pesquisa, intervenção e formação continuada de professores, tendo como objetivo a potencialização de práticas pedagógicas capazes de ter a cultura rural local como objeto de estudo e aprendizagem. O Programa surgiu da manifestação de interesse por parte das comunidades envolvidas, que buscam na Universidade um espaço para trocas sistematizadas de conhecimento sobre a temática em questão bem como uma estreita relação Comunidade-Escola-Universidade.

Trata-se de uma ação de extensão que atinge comunidades formadas na região costeira da Laguna dos Patos em sua maioria remanescentes da ação de colonização realizada a partir de 1857, em São Lourenço do Sul, Canguçu e Pelotas. Os espaços envolvidos nesse programa tem base de ação nas comunidades que compõe a grande região da Serra dos Tapes e se articula em parceria com comunidades do Estado do Espírito Santo, em especial, Santa Maria de Jetibá e de Pomerode, Santa Catarina. Esses espaços são territórios geo-culturais onde se apresentam grandes conglomerados de pomeranos rurais no Brasil.

A proposta localiza-se nas escolas das comunidades rurais, com base na Metodologia das Rodas de diálogo, busca abranger diferentes grupos sociais, entre eles, estudantes, pais e mães, lideranças comunitárias e professores. O programa propõem o registro e análise da vida no campo, o modo de viver, produzir e partilhar. O processo de participação compartilhada da universidade com esses espaços tem se estabelecido ao longo dos anos, exercendo o princípio de indissociabilidade das atividades de ensino-pesquisa-extensão.

O Núcleo de Pesquisa e extensão EDUCAMEMÓRIA tem realizado processos contínuos de pesquisa e intervenção nos espaços rurais especificados, problematizando a questão da vida no campo, a memória e o pertencimento, o empoderamento dos camponeses a partir estranhamento de si e do lugar em que habita e trabalha. Essas iniciativas iniciaram-se em 2006. As ações tem por base a memória, compreendida como um instrumento de reinvenção cultural dos camponeses pomeranos do sul do RS. Na atualidade o núcleo articula análises e intervenções sobre o processo da vida rural e produtiva dos sujeitos rurais.

O presente texto analisa exploratoriamente, aspectos dos dados de pesquisa sobre o patrimônio cultural dos pomeranos na Serra dos Tapes, tendo como foco o patrimônio construído. Os dados da pesquisa foram organizados em temáticas: Mundo da Casa, Patrimônio Construídos e Taperas. A coleta se deu em espaços rurais da Serra dos Tapes, especificamente no interior dos municípios de São Lourenço do Sul e Canguçu. Esse tema ganha relevância na análise do Mundo da vida, pois como nos ensina Woortmann (1995), elas são enquanto arquitetura, estilo e presença, elementos de poder e status na sociedade local e tem isso expresso nas suas forma:

As casas diferenciam-se entre si não só enquanto unidades distintas de parentesco, mas também pelo status social e econômico, que depende de vários fatores: a quantidade de terra; o volume da produção; a proximidade com relação a núcleos urbanos significativos; sua localização em picadas fortes ou fracas; o número de religiosos fornecidos à Igreja etc. (WOORTMANN, p. 134).

A casa é sempre um espaço organizado em função do trabalho e da geografia do terreno e sua arquitetura tende a expressar valores e relações de poder local.

Nas coletas realizadas surgiram imagens do mundo do trabalho, que registram algumas atividades, entre elas o processo de produzir tijolos artesanais. Várias narrativas dão conta de fundamentar a forma de sua produção: os tijolos eram agrupados em um bloco único, oco por dentro e revestido de barro, para ser queimado. Nessa imagem podemos ter idéia da quantidade de trabalho despendida para essa tarefa.



No processo de construção das casas, construir a estrutura de sustentação do telhado era uma tarefa para poucos. Muitos não possuíam conhecimentos garantidos sobre as medidas e, para solucionar o problema, faziam a estrutura no chão, depois a desmontavam e voltavam a montá-la sobre as paredes.

Nos primórdios do processo de colonização, os colonos pouco conheciam sobre as madeiras aqui existentes. Não havia como serrá-las. Então, quando as usavam, elas eram falquejadas a machado. Na maioria das vezes, usavam a Palmeira (coqueiro) para os telhados, pois eram mais fáceis de serem partidas e, quando cobertas, duravam um tempo razoável.

As casas em estilo enxaimel eram/são raras por estas bandas da Serra dos Tapes. Não havia madeiras apropriadas para

este tipo de construção. Em função da proximidade com os povos açorianos, a forma lusa de construção se faz fortemente presente.

Por algumas vezes, somos levados a ter como referência principal de arquitetura as construções do tipo “enxaimel”; contudo, no que tange aos processos históricos dos pomeranos, não se pode afirmar ser esta uma estrutura própria deste grupo humano. Ela é, sim, presente na cultura germânica e, quando utilizada pelos pomeranos, foi simplificada.

Entre os pomeranos, desenvolveu-se o sistema baixo-saxão. O tipo básico de construções é denominado “*Hallenhaus*”, que é

encontrado por toda a planície germânica. Os pomeranos são povos que viveram, até os fins do século XIX, um processo de servidão feudal. O processo de edificação de uma estética arquitetônica própria foi de pouca expressividade:

Nas regiões onde se manteve o primitivo sistema feudal, em que as terras eram de propriedade da nobreza, a cultura dos agricultores teve enormes dificuldades em se desenvolver. Isso aconteceu, basicamente, nas regiões a leste dos rios Elba e Saale, que abrangiam a Prússia, Mecklemburgo, Pomerânia, Silésia e Prússia Oriental, com as três últimas regiões hoje pertencentes à Polônia. (BAUR-HEINHOLT apud WEIMER, 2005, p. 72).

Os pomeranos, ao viverem um processo mistura, produto da interação/ocupação de seus territórios, por diversos povos, acabaram por ter uma estrutura híbrida “entre as renanas e saxãs.” (WEIMER, 2005, p. 88).

A estrutura arquitetônica da casa pomerana partiu da estrutura de casas eslavas, que incorporou as contribuições regionais germânicas: quando próximas do mar Báltico, tinham uma estrutura central mais alta e as funções distribuídas ao seu redor (Gulfhäuser); quando junto às florestas, o “Enxaimel” se fazia presente (Ostelbische Häuser). “Muitas casas mantinham, no topo de seus telhados, duas madeiras cruzadas com esculturas de cabeça de cavalo, pedindo a benção do deus equino “Wothan”.” (WEIMER, 2005, p. 80). Há uma diferença básica entre as casas germânicas e a pomeranas. Na estrutura de casa eslava (pomerana), a divisão do espaço unitário foi feita em três partes distintas: residência, cozinha, estábulos; já nas de tradição germânica, “originalmente, não havia separação entre quartos (...).” (WEIMER, 2005, p. 80)

A interpretação feita por Emilio Willems (1946) nos diz que as casas construídas pelos colonos, logo de sua chegada, eram muito próximas às dos ranchos/choupanas/cabanas, produzidas pelos caboclos. A segunda fase se deu quando se construiu uma casa mais ampla; e a terceira fase, quando surgiram as casas de alvenaria e/ou mistas.

Quando o colono substituiu a cabana primitiva pela casa de madeira, aquela é transformada em cozinha. Construída a casa de tijolos, a



antiga moradia passa a ser cozinha e a cabana é usada como paiol.  
(WILHEMS, 1946, p. 233)

Entre os documentos estudados, há sempre a referência de uma “profunda influência lusa” nas construções, encontradas na zona de colonização da Serra dos Tapes. Alguns fatores condicionaram essa situação. Entre eles, podemos destacar: a falta de madeiras apropriadas; a presença de pedreiros de cultura lusa; a fabricação artesanal de tijolos.

A ocorrência de um processo de aculturação arquitetônica foi provocada pelas contingências locais, onde a forma construtiva seguiu os parâmetros lusos (nacionais), com presença de avarandados típicos das casas pomeranas/eslavas. Disso, tem-se que muitas casas, apesar de serem de alvenaria, possuem avarandados com pilares de madeira.

A aceitação da forma açoriana de construção não se deu sem intervenção da cultura pomerana, pois, ao utilizar o padrão açorita, a comunidade acabou por dar-lhe um uso mais condizente. A cozinha só foi incorporada a casa recentemente, quando a evolução técnica trouxe maiores condições de segurança. Isso ocorreu de tal forma que, devido as diversas formas de arranjo, que foram sendo dadas à arquitetura pomerana do Sul do RS, esta se caracteriza, efetivamente, por apresentar uma forma heterogênea.

Quando a mata não continha madeiras apropriadas para a construção – como aconteceu em São Lourenço – apelou para outros meios. Da terra extraiu o barro e transformou-o em tijolos. Queimou ladrilhos com os quais cobriu o chão de terra batida. Da palmeira extraiu o madeiramento do telhado, que cobriu com telhas de barro.  
(WEIMER, 2005, p. 377)

Nos levantamentos, encontrei muitas casas construídas por volta dos anos 1950-1970. Não há incidência significativa do sistema construtivo enxaimel. São raríssimas as casas que apresentam esse sistema<sup>1</sup>. Naquele período histórico, a dinâmica

---

<sup>1</sup> Fato esse também confirmado por Bosenbecker: 'O sistema construtivo considerado efetivamente centro-europeu é o enxaimel, porém nos sítios

social permitiu que diversas famílias construíssem casas de alvenaria permanentes, substituindo as casas anteriores. Essas casas apresentam um desenho arquitetônico mais próximo do que podemos chamar de arquitetura pomerana do Sul do RS. Construídas com tijolos artesanais, a cozinha já foi incorporada ao corpo central da casa; na armação do telhado, era preferencialmente utilizada a madeira, uma madeira conhecida como “Ubá”, de fácil manejo, para falquejar, e leve. Além disso, quando em locais secos, conserva-se por muito tempo.

Nos estudos de Bahia (2000, p. 295), a mesma busca em Ariés e Duby (1990, p. 440), referências à idéia de casa camponesa. Esses autores consideram que a casa rural “é filha do seu solo, mais do que filha de seu tempo”. Uma situação concreta é a arquitetura pomerana da Serra Tapes: filha do solo, das condições de acesso aos bens naturais. Bahia (2000) considera que: “nada na casa camponesa é destinado ao bem-estar, ao supérfluo, tudo se dispõe para a vida e o trabalho agrícolas.”

## **O mundo da Casa e seus objetos**

O espaço da casa, no mundo rural, é sempre um espaço para a convivência com os membros da família e com os vizinhos. Permitir o acesso, além da cozinha ou da sala, é uma ação de confiança e intimidade, permitida a poucos.

A mobília da casa é muito simples, com poucos elementos. Costumava-se sempre “tomar café”, quando todos se reuniam à mesa. Esse ato acontecia costumeiramente aos domingos e feriados, nas casas, já que, durante os dias de trabalho na lavoura, o café era servido na roça mesmo e, nesses casos, era levado pelas crianças em cestos de vime. A mesa do colono era uma mesa, por vezes, farta,

---

estudados, bem como no exemplo de arquitetura pomerana apresentada no Capítulo II (p.60) este sistema não foi utilizado. Nas residências foco deste trabalho, o sistema construtivo das **paredes** é a alvenaria de tijolos cerâmicos cozidos, assentados com uma mistura de barro e esterco e rebocados com argamassa de cal e cimento. Todas as famílias estudadas fizeram os seus tijolos no próprio sítio.’( BOSENBECKER, 2012, p. 129).

em especial nos dias de festa, mas, na maioria das vezes, a alimentação era restrita às plantas da época. A noção turística do “café colonial” é uma deturpação do cotidiano colonial, promovida pelo mundo urbano, que só se fazia presente na colônia nos dias de festa. Então, há uma fartura à mesa que é ilusória, pois, no cotidiano da vida rural, a disponibilidade de variedade na alimentação não é uma constante. Em vista disso, são encontrados muitos relatos de que, quando havia “carneadas” de um suíno ou bovino, era um momento de festa, pois esse era um dia diferente dos outros – de abundância.

Uma das informantes ao ser questionada sobre a realidade da mobília, nas casas de colonos, declarou:

Havia pouca coisa, mesa, bancos, cadeira quase não tinha. Sofá não tinha. Tinha um armário, para guardar a comida, o leite, essas coisas. Feito de madeira com as portas furadas. E só. Panela preta. O fogão era rústico, foi feito no chão, tinha uma chapa em cima, não tinha porta pra fechar. Geralmente muitos colonos não tinham, bem rústica a chapa, ou feito de tijolo.

Estudando a literatura sobre a arquitetura imigrante, há um destaque para a existência de uma peça construída em separado para ser cozinha, devido ao grande risco de incêndio. Questionei-os sobre essa situação da realidade deles e, para minha surpresa, declararam não ser comum essa prática: “às vezes era, mas geralmente era junto”. A cozinha era junto com o refeitório.

Um dos grande problemas da moradia rural é o acesso à água, pois na região não há água em abundância e muitos a transportam de longe. Essa situação tende ser transformada com a utilização de bombas elétricas e encanamento:

E água se carregava de balde, ninguém tinha encanamento, acho que nenhum, poucas casas. Acho que 10 % só que tinha encanamento de água. Porque o cano de água, naquele tempo, era só o alumínio. Não tinha cano plástico, e o alumínio era caro, e quem tinha pouco recurso não podia comprar o cano. Algumas pessoas carregavam de barril, montava a cavalo. De manhã trazia e de tarde, de novo. Puxava com uma zorra de cavalo. (José, 2009)

Um elemento muito comum, na cozinha dos imigrantes, era a Chaleira de Ferro. Era utilizada tanto para o fogo de chão, quanto para o fogão à lenha, pois ela podia ficar, por longo tempo, no fogo, sem destemperar. Com a chegada do fogão a gás, a chaleira de ferro foi substituída pela de alumínio, que, além de esquentar mais rápido, mantinha-se sempre lustrosa. Em tempos em que o calor era produzido basicamente pelo fogo à lenha, outro objeto era muito presente e utilizado: o ferro de passar roupa a carvão. Eram peças pesadas, mas muito eficazes, na sua ação, pois, tendo uma base muito lisa e aquecida pelo carvão, que era colocado dentro do mesmo, alisava as peças mais grosseiras. Assim como a chaleira de ferro, o ferro de passar ocupou espaço central nas cozinhas dos colonos, sendo utilizado, normalmente, sobre a mesa da cozinha, à noite, antes ou depois do jantar. Assim também o lampião à querosene, largamente utilizado nas casa dos colonos, junto com a lamparina. A não presença de luz elétrica, nas casas, não era motivo de escuridão. Havia sempre uma forma de iluminar os espaços da vida. O lampião a querosene era muito prático para transporte e tinha vantagens de não soltar muita fumaça/fuligem, além de ser mais seguro.

A mobília da casa era um elemento produzido artesanalmente. Por isso, apresenta uma variação e diversidade de estilo, próprios do mundo artesanal. No caso das camas antigas, embaixo dos colchões se colocava palha de centeio ou de milho e aí colocava o colchão de palha em cima. A lateral das camas era alta e os colchões eram feitos de palha de milho, com bolsas de estopa, sendo forrados com panos de algodão grosso:

Eu não sei, mas acho que ninguém mais conhece os colchão de palha, que antigamente tinha de palha de milho. Quando era tempo de renovar os colchão, a gente ia tudo no galpão e rasgava as palha de milho, tudo em pedacinho, e cada um fazia seu colchão. Nós criava 10, 12 filhos, tudo com aquilo. E hoje ninguém conhece mais. Eu digo a gurizada, as crianças, os velhos conhecem. Coberta de pena. Comprava um pano de riscado grande, enchia aquilo de palha e todo o dia tinha que afofar. Aí colocava mais um acolchoado de pena por cima, depois o lençol, a cobertura de pena. Ficava bem quentinho, só que fazia aquele barulhinho. (Claudete, 2009).

De certa forma, na contemporaneidade, as casas estão cada vez mais padronizadas, com um mínimo de detalhes, pois a vida do colono, cada dia mais, é dedicada ao trabalho. O mundo do trabalho também se modificou na zona rural, onde o tempo dedicado ao “cuidar da casa” é cada vez menor.

### **Em busca de um ancoragens de análise ao conjunto de casas rurais da Serra dos Tapes**

A proposição metodológica do instrumento de registro se deu com base no estudo da bibliografia atual para o registro descritivo das construções<sup>2</sup>.

A partir de pesquisa bibliográfica (MUNIZ, 1997; ANJOS, 2000; KOLLING, 2000; WEIMER, 2005; SILVA, 2007; THUM, 2009; BOSENBECKER, 2012, CORONA, 2012) sobre o tema arquitetura rural construiu-se um instrumento de registro em forma de planilha que considera os aspectos construtivos da moradia, o modo de produção, os materiais da casa, técnicas construtivas, ano de realização desta e o nome do construtor e o uso das demais construções da propriedade no contexto cultural da propriedade. A coleta de dados está em processo e tem por base os seguintes elementos:

- A propriedade: uma descrição geral do espaço ocupado pelos moradores, detalhando os elementos presentes, entre eles o pátio, o pomar, o jardim, considerando nessa análise a posição dos mesmos em relação a casa sede. Compõem-se essa descrição geram com os Galpões e suas diferentes funções, seja para guardar maquinários, seja para guardar a produção ou para insumos.

---

<sup>2</sup> Classificamos como construções vernáculas já que não há um estilo arquitetônico claramente definido, e também porque as mesmas são produtos de um processo de um saber fazer dos agricultores, com auxílio de 'pedreiros' locais e com materiais disponíveis localmente.. Nesse sentido esclarece Silva (2003) "Todas as construções podem ser classificadas como arquiteturas vernáculas, já que seus construtores empregavam como técnica o *saber fazer* e os materiais locais. (p. 61).

No que tange as Casas, as diferenciamos em Casas Térreas e Sobrados, sendo observado a tipologia da Sede, a tipologia da arquitetura, a planta baixa e sua forma, a existência ou não de Sótão e/ou porão, telhados, número de águas, platibanda, varanda, salas, quartos dormitórios, cozinha, despensas, forno, enfim, o programa de necessidades<sup>3</sup> e sua disposição no espaço.

- Os materiais utilizados: descrições das fundações, das paredes, das telhas, foros, das janelas e portas, e suas disposições na estrutura da casa.

No caso do Sobrados segue-se os descritores acima, porém observando sua condição de tipo de edificação constituída por dois ou mais pisos e com relativamente grande área construída.

Esse processo de descrição ainda não finalizado, não pode ser tratado, ainda, com a devida análise. Contudo, a bibliografia nos apresenta uma descrição razoável, que expressa um padrão muito presente no espaço geográfico pesquisado:

a casa, juntamente com as benfeitorias, (...), na região indicada como Hof, conforme dito anteriormente, o conjunto de pátios. O pomar e o poteiro ficam diretamente próximos ao sítio. A horta, embora não unida ao Hof, também fica a uma distância curta dele. Esta proximidade é atribuída ao fato de que as atividades domésticas dependem das frutas e das hortaliças frescas, retiradas dali. O poteiro fica numa região estratégica em relação ao sítio a fim de dificultar o roubo dos animais, bem como facilitar o cuidado com os mesmos. Próximo ao poteiro e à divisa com as terras do vizinho a leste localiza-se o poço que, com uma bomba elétrica, envia água para o abastecimento do sítio. (BOSENBECKER, 2012, p.78).

Em ações de pesquisas que tratam das construções no mundo rural da Serra dos Tapes, encontramos muitas taperas. Esse é um

---

<sup>3</sup> Entende-se por programa de necessidades o rol de expectativas de pessoas que necessitam da construção de um espaço fechado ou aberto para realizarem funções que façam parte de suas atividades. Segundo Lemos (1989), essa lista de compartimentos é sempre dividida em “três agrupamentos referentes às atividades ligadas ao lazer, ao repouso noturno e aos serviços em geral”. (SILVA, 2003, p. 90). LEMOS Carlos. História da casa brasileira. São Paulo: Contexto, 1989.p. 10.

dado de pesquisa que nos remete a perguntar as causas e derivados de quais processos ocorre a grande incidência de Taperas. Temos presente a questão do êxodo rural, mas ainda faltam dados de conjunto para analisar tal incidência. No momento, destacamos algumas imagens de taperas com relatos de alguns sujeitos sobre a condição das mesmas. Considerando as análises de Nery Luis Silva (2003), algumas de nossas premissas são confirmadas:

Não devemos esquecer que as mudanças econômicas e sociais determinam inevitavelmente mudanças de costumes e, conseqüentemente, de padrões arquitetônicos. Práticas produtivas, relações sociais, hábitos e costumes diversos agem nos partidos arquitetônicos adotados, que geram comumente novas técnicas construtivas e variantes tipológicas. (SILVA, 2003, p. 30).

Interpretado dessa maneira, não só a existência de taperas são reflexos das estruturas sócio-econômicas, com demarcações no tempo histórico, como o estilo arquitetônico também responde a esse condicionamento.

A bibliografia corrente apresenta algumas indicações de que a arquitetura pomerana<sup>4</sup> se diferenciou-se das demais, modificou-se por necessidade<sup>5</sup>, e em alguns casos aponta uma volta ao padrão

---

<sup>4</sup> Na bibliografia contemporânea há uma tendência de apontar para essa diferenciação. Assim também se manifesta Bosenbecker: 'As casas eram feitas de alvenaria de tijolos cerâmicos assentados com argila e esterco e rebocadas com argamassa de cal e cimento, do mesmo modo como as casas de diversas outras etnias no Brasil, verificadas na região sul-riograndense. Entretanto, a distribuição dos cômodos é peculiar à arquitetura pomerana. Eles não utilizam alguns dos recursos utilizados por outras tradições étnicas, como os corredores, as paredes móveis ou as grandes salas de estar. Mas são generosos nas dimensões das cozinhas; costumam manter uma cozinha extra e, um ponto de destaque: sempre utilizam varandas no acesso principal e, algumas vezes, também no secundário. Analisando a arquitetura produzida pelos pomeranos, pelos imigrantes e por seus descendentes, percebe-se que esta é uma característica que renasce em Pelotas, inspirada pelas demais arquiteturas da região. (BOSENBECKER, 2012, p. 133-134).

<sup>5</sup> No seu país de origem, os pomeranos utilizavam a varanda como elemento intermediário nos acessos (p.30), no Rio Grande do Sul esse elemento deixou de ser necessário (p.44), visto que em terras brasileiras o frio não é rigoroso como em

original. Bosenbecker (2012) afirma que entre as casa teuto-gaúcha e a pomerana, na atualidade há semelhanças, permanências e alterações:

As principais semelhanças encontradas entre a organização funcional da residência da família Patzlaff com as casas pomeranas e com as casas teuto-gaúchas foram: a) a cozinha como o centro distribuidor de todas as funções. Sendo esta, a dependência mais importante por ser a mais utilizada da casa; b) Os dormitórios se localizam diretamente ao lado da sala de estar, sendo aumentado o número de quartos de acordo com o número de filhos. c) A varanda aparece como um elemento intermediário, estando presente nos dois acessos: o principal e o secundário. (p.120)

Entre as permanências, muitas das estruturas iniciais se fazem presentes, com as mesmas funções, especialmente as identificadas e destacadas por Bosenbecker (2012):

(...) temos como permanências na arquitetura produzida pelos netos dos imigrantes pomeranos na Serra dos Tapes: a organização das funções no sítio – preservação da mata nativa, afastamento da via pública, cultivo de jardim, pomar e horta próximos à residência, potreiro contíguo à área da sede e Hofes com funções definidas pelos prédios adjacentes – e das funções na residência – cozinha como ambiente integrador, além de juntamente com a sala de estar distribuir aos demais cômodos, inexistência de corredor e dimensões favorecendo a cozinha sobre a sala de estar (...). (p. 130)

Com as observações acima, podemos considerar, que de uma forma geral as casas apresentam um padrão e em seu entorno estão dispostas edificações que conformam os espaços de serviços e de produção. Há edificações para guarda da produção, equipamentos e as outras construções conforme as necessidades que as culturas cultivadas das propriedades apresentem. Concluímos, parcialmente, que a arquitetura rural analisada tende a ser organizada em função da produção.

---

terras européias. Nas casas dos pomeranos pelotenses a varanda volta a compor a casa, rompe-se com o utilizado pelos teuto-gaúchos e se re-estabelece o original.( BOSENBECKER, 2012, p. 131)



## Conclusão

No atual momento do estudo, apontamos para a necessidade de compreender a arquitetura das casas como um dos elementos constitutivos de um modo de ser nesse espaço. A análise ainda necessita ganhar mais consistência quantitativa para que se possa apontar para uma estilo ou uma definição mais específica.

Concluímos, provisoriamente que as casa analisadas no espaço geográfico da Serra do Tapes possui uma arquitetura vernácula. Não há um conjunto arquitetônico clássico. A arquitetura se modela em função da atividade econômica. Os colonos foram adaptando as técnicas conhecidas aos materiais encontrados.

Considerando o que a bibliografia aporta, é possível afirmar que há indícios de que essa arquitetura se apresenta de forma diferenciada das demais formas; que apresenta permanências e transformações. O que fica como desafio aos pesquisadores é o mapeamento e o estudo das razões que provocam essas diferenças. Entre permanências e transformações o espaço rural da Serra do Tapes é um cenário pouco tratado pela bibliografia. Investigar a arquitetura como um indicio de memória nos parece ser um caminho necessário.

## Referências

BAHIA, Joana. A lei da vida: confirmação, evasão e reinvenção da identidade entre os pomeranos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 69-82, jan./jun. 2001.

\_\_\_\_\_. *O Tiro da Bruxa: identidade, magia e religião entre camponeses pomeranos do Estado do Espírito Santo*. 2000. 328. fls. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2000.

BOSENBECKER, Vanessa Patzlaff. *Influencia cultural pomerana: permanências e adaptações na arquitetura produzida pelos fundadores da Comunidade Palmeira, Cerrito Alegre, Terceiro distrito de pelotas*. – Pelotas, 2012, 144f.; il.

CORONA, Bianca Aparecida. 1983 – *Pomerisch Huss: a casa pomerana no Espírito Santo* – Vitória, ES: GM, 2012.

KOLLING, Nilo. *Educação e escola em Contexto de Imigração Pomerana no sul do Rio Grande do Sul*. 2000. 235. fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2000.

MUNIZ, Maria Izabel Perini, 1949 – *Cultura e arquitetura: a casa do imigrante italiano no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1997. 217p.:il.

POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da Etnicidade*. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RICOEUR, Paul. *La Memória, la História, el olvido*. Madrid: editorial Trotta, 2003

\_\_\_\_\_. *O Conflito das interpretações*. Ensaios de Hermenêutica. Porto/Portugal: Rés-Editora, 1988.

SILVA, Nery Luiz Auler da. *Velhas fazendas sulinas: no caminho das tropas do planalto médio século XIX/ Nery Luiz Auler da Silva*, Passo Fundo: Nery L. A. Da Silva, 2003. 267 p.

THIES, Vânia Grim. *Arando a Terra, registrando a vida: os sentidos da escrita de diários na vida de dois agricultores*. 2008. 115.fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008

ULRICH, Carl. *As colônias Alemãs no Sul do Rio Grande do Sul*. História em Revista, Pelotas, v. 5, p 137-161, dez/1999.

WEIDUSCHADT, Patrícia. *O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: identidade e cultura escolar*. 2007. 253.fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

WEIMER, Günter. *Arquitetura popular da imigração alemã*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo/Porto Alegre: Companhia editora Nacional, 1946.

WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. Brasília: UnB, 1995.

# **ELEMENTOS CULTURAIS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA EM FOTOGRAFIAS ON-LINE: O ACERVO DO PROGRAMA ECIRS/UCS**

Anthony Beux Tessari<sup>1</sup>

*Resumo:* Esta comunicação tem por objetivo apresentar o acervo fotográfico do Programa Ecirs (Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul), integrado ao Instituto Memória Histórica e Cultural (IMHC) da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mostra-se como está ocorrendo o trabalho de organização do acervo e a sua disponibilização em um banco de imagens *on-line* (hoje, com mais de 29 mil registros). É feita uma breve defesa dessa forma de divulgação – que vem contribuir para o acesso ao patrimônio histórico e cultural – e são expostos os temas que estão contemplados nas imagens fotográficas produzidas ao longo da trajetória do Programa, responsável por registrar a cultura de imigração italiana na Serra Gaúcha e também de áreas atingidas pela construção de usinas hidrelétricas nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

*Palavras-chave:* Fotografia, Acervos fotográficos, Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do RS, Programa Ecirs.

---

## **Imagens navegantes**

De forma romântica, ver fotografias é um dos meios mais fantásticos de se conhecer o mundo. Contemplar fotografias antigas é uma das formas mais fascinantes de se conhecer a história, e colecioná-las é um ato consciente, uma tentativa, de conservar a lembrança dos acontecimentos e das pessoas que desejamos reter na

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Responsável técnico pelo acervo fotográfico do Programa Ecirs (Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul), integrado ao Instituto Memória Histórica e Cultural (IMHC) da Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* anthony.tessari@ucs.br.

memória para sempre. Em uma missiva endereçada a uma amiga, a poetisa britânica Elisabeth Barrett, no ano de 1843, quando ainda o daguerreótipo era a melhor técnica capaz de fixar uma imagem nítida por um tempo que é ainda indefinido – tendo completado mais de 170 anos –, confessou que trocaria “a mais nobre obra de um artista jamais produzida por um retrato de uma pessoa a quem amou afetuosamente.” (BARRETT *apud* SONTAG, 2004, p. 199).

A engenhosidade inventada por Louis Jacques Mandé Daguerre, em 1839, lhe rendeu não apenas o título de “pai da fotografia”, como colocou o seu nome na história das mais importantes invenções de todos os tempos, uma vez que, com o passar dos anos, todos desejavam possuir uma fotografia, sua ou mesmo a primeira e última de um ente querido, como atestam as fotos de falecidos.<sup>2</sup>

Embora se saiba, hoje, que diversos outros amaneirados inventores sejam igualmente possuidores de tal proeza – a de fixar uma imagem “escrevendo com a luz” –, é inegável a disseminação do conhecimento originário do francês que foi também pintor e cenógrafo. É no mínimo curioso notar que, um ano após inventada a maravilha, a Sociedade para Estímulo à Indústria Nacional da França deu um jeito de mostrar ao mundo sua nova invenção, proeza que se somou a tantas outras e que fizeram do país o signo máximo da modernidade no século XIX e durante a primeira metade do último século. Pois foi a bordo da fragata *Oriental* que a nova invenção veio atracar em terras distantes (WOOD, 1994).

Navegando sobre águas atlânticas, o daguerreótipo partiu rumo à América. Em 1840, a expedição francesa a bordo da *Oriental* atracava na então capital do Império brasileiro, a cidade do Rio de

---

<sup>2</sup> As fotografias de pessoas falecidas ligam-se ao sentido mais original da imagem (*imago*). A *imago* refere-se às máscaras mortuárias, produzidas a partir de um molde de cera que recobria o rosto da pessoa falecida e visava servir de cópia da sua imagem para a lembrança. A prática da *imago* é intemporal, e possui dois sentidos, como observa R. Debray (1994): o do duplo (duplicação da face do morto) e da memória (conservação de uma lembrança, tornando presente o ausente).

Janeiro. Na Praça XV de Novembro, abaixo de um forte sol tropical, teve lugar a primeira tomada fotográfica de terras tupiniquins (KOSSOY, 1980). O inventário havia começado e o fascínio pelo instrumento foi tão grande que o jovem imperador Dom Pedro II encomendou uma máquina de daguerreotipia para divertir-se nos monótonos dias do Palácio Imperial (SCHWARCZ, 1999). Na mesma década, o daguerreótipo chegava à América do Norte e à Oceania, não antes ter fixado, é claro, paisagens em terras europeias.

Façamos um exercício de imaginar a sensação que tiveram os homens daquele tempo ao verem sob seus olhos um pedaço do mundo fixado em um suporte que cabia em suas próprias mãos. Não era nada como as pinturas, produzidas desde tempos imemoriais. Todos acreditavam ser o reflexo fiel do mundo que os cercava: ali estanque, congelado, eterno. Se uma bela pintura de paisagem levava horas para ser concluída, e todos soubessem que o artista era sempre exagerado no pincel, incluindo coisas que não existiam concretamente (como a adição de adornos greco-romanos do século IV a.C., típico das pinturas do neoclassicismo, então em voga), a câmera fotográfica, acreditava-se, era capaz de captar a verdade e produzir o real; era capaz de transpor o mundo para um suporte móvel, pequeno, sublime e, principalmente, de uma forma rápida – com o desenvolvimento veloz da tecnologia, antes que o ponteiro dos minutos tivesse a oportunidade de completar duas voltas inteiras.

Se naquele tempo o mundo conheceu as primeiras fotografias, em daguerreótipos, depois da longa viagem da embarcação francesa trazendo as boas-novas, explorando os mares e oceanos que separam os continentes, as imagens, hoje, ainda não deixaram de navegar. Em seu sentido originário, navegar significa “percorrer ou explorar o espaço”. A sua semântica pode ser bastante diversa: pode-se “navegar os sete mares”, “navegar mares bravios com buques, naus e caravelas”, como “navegar com nave aérea” (avião, foguete espacial etc.). E no jargão da informática, há pelo menos duas décadas, o verbo navegar ganhou um novo sentido, este figurado. Conforme o dicionário *Houaiss*, navegar significa, também, “consultar diversos hipertextos, acionando os *links* neles

contidos para passar de um para outro”. O espaço passa a ser, nesse caso, o espaço virtual, ou *ciberespaço*, o das redes de computação.

A fotografia navega, nos dias atuais, pela rede mundial de computadores, a *internet*. E todas as fotos são, na verdade, códigos binários que a máquina inventiva se dá ao trabalho de transformar em imagem, capazes de serem compreendidas e visualizadas pelos olhos humanos (ou atingir o nível conceitual, relativo às operações mentais) (FERREIRA, 2006).

Diante dessa nova realidade, reconhecidas instituições arquivísticas vêm oferecendo serviços de exposições e bancos de imagens de suas coleções de fotografia *on-line*. Podemos citar, de uma lista já considerável, instituições como a *Biblioteca do Congresso* e a *George Eastman House*, dos Estados Unidos, o *Nationaal Archief*, da Holanda, a *Fundação Serralves*, de Portugal, e as brasileiras *Arquivo Público do Estado de São Paulo* e *Arquivo Nacional*. Assim também segue a Universidade de Caxias do Sul, ao disponibilizar à comunidade acadêmica e ao público em geral o acesso *on-line* ao acervo fotográfico do Programa Ecirs (Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul), integrado ao Instituto Memória Histórica e Cultural (IMHC). Com esta iniciativa, que caracteriza a sua atuação enquanto instituição de ensino superior comunitária e em permanente diálogo com a sociedade, a Universidade de Caxias do Sul – UCS – torna-se, verdadeiramente, e como se (re)define, a UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA SERRA.

A disponibilização das imagens do Programa Ecirs na *internet* visa ser um meio, para que tanto pesquisadores de diferentes áreas possam construir conhecimento a partir dos registros fotográficos produzidos pelo Programa ao longo dos seus mais de 30 anos de existência como para que a comunidade em geral possa usufruir, sem barreiras de acesso, do seu patrimônio cultural registrado em imagens.

## A importância social e epistêmica dos acervos fotográficos *on-line*

Existe uma extraordinária quantidade de definições para o que é fotografia. Em seu sentido mais original, a palavra vem do grego, da junção de *photos* (luz) + *graphein* (escrita ou desenho). Ou seja, fotografia é “escrever ou desenhar com a luz”. Por óbvio, demais definições não cabem aqui, mas tenhamos apenas a certeza que cada fotógrafo e que cada amante das imagens técnicas possui uma definição própria para o que é fotografia e principalmente o que ela significa para si – e não é absurdo pensarmos que mesmo um sujeito desprovido da visão igualmente tem opinião própria para defini-la, como o faz, peculiarmente, o fotógrafo cego Evgen Bavcar<sup>3</sup>. Contudo, para nós, há uma definição muito importante de ser registrada, que nos auxilia a compreender a importância dos acervos fotográficos de acesso remoto.

Dentro de arquivos históricos, é necessário pensarmos as fotos como patrimônios.<sup>4</sup> Em uma classificação mais precisa, as fotografias são *patrimônios culturais tangíveis móveis*, produzidas em sociedade e que transitam, circulam, em diferentes tempos e espaços (são reveladas pelo atelier, emolduradas na parede ou coladas no álbum familiar e, passado o seu tempo de uso e significado para uma geração, nos desfechos mais felizes serão custodiadas por um arquivo histórico). Tendo isto claro, todas as instituições que conservam fotografias terminam por se incluírem na categoria de lugares de memória. Os lugares de memória são locais capazes de evocar lembranças porque conservam patrimônios. Embora não sejam apenas as instituições arquivísticas e museais que

---

<sup>3</sup> Evgen Bavcar, esloveno, ficou completamente cego aos 12 anos de idade, após sofrer dois acidentes. Sem a visão, Bavcar utiliza outros sentidos, principalmente o tato, para enquadrar, compor e sentir a textura dos objetos. Fotografa em p&b, e, com a ajuda da irmã, utiliza a luz para criar contrastes de claro-escuro.

<sup>4</sup> Na origem, patrimônio vem do latim “*pater*” (pai) ou também “*patrimonium*” (bens de família, herança). Na semântica da palavra, sob a ótica social, deve ser entendido como herança cultural das gerações antepassadas (isto é, em termos de tradições, rituais, mitos, conhecimentos empíricos ou científicos, saberes-fazer, etc., criados e recriados por elas e transmitidos às gerações mais novas).



se incluem na definição – também as praças, os parques, os teatros, cinemas, cafés entre inúmeros outros locais de vivências coletivas –, estas são as que mais se promovem enquanto tal.

Ao falarmos em patrimônio, precisamos estar atentos. Conforme o antropólogo espanhol Javier Marcos Arévalo (2004), o patrimônio deve ser pensado enquanto uma construção: “una construcción ideológica, social y cultural” (ARÉVALO, 2004, p. 930). Prontamente, com a definição de Arévalo, devemos dizer que o que é patrimônio é uma invenção que atende a determinados interesses identitários de classes ou grupos sociais. Assim também definirá o patrimônio outro castelhano, embora este argentino. Néstor García Canclini entende-o como um “espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos sociais” (CANCLINI, 2008a, p. 195).

Para compreendemos em termos mais práticos, quer dizer que o que uma instituição de memória custodia e difunde pode estar ou a serviço de determinados grupos sociais (em geral, minorias privilegiadas) ou a serviço de toda uma comunidade. Estamos falando que é recorrente entre as instituições arquivísticas a cobrança de taxas pela reprodução de imagens de suas coleções fotográficas. Algumas vezes ocorre, inclusive, cobrança por parte de instituições públicas pelo uso de imagens de suas coleções, mesmo quando a utilização não terá fins comerciais e lucrativos.

Apesar de estarmos a par da dificuldade que cada órgão ou departamento ligado à preservação e difusão do patrimônio cultural enfrenta quanto a suas receitas orçamentárias – sobretudo em nosso país, de recente legislação e incentivos referente à preservação e difusão do patrimônio histórico e cultural –, com esta política se colocam graves barreiras para o acesso amplo e equitativo ao patrimônio fotográfico (logo, cultural) de uma comunidade, sendo acessível apenas àqueles que possuem capital suficiente para usufruí-lo. Em maior escala, o mesmo ocorre entre as instituições privadas que, embora tenham assegurado o usufruto econômico das obras (direito patrimonial) pela Lei do Direito Autoral (Lei 9.610/98), cobram taxas tão elevadas pelas imagens que estas acabam sendo utilizadas apenas por grandes editoras ou idênticas

agências de publicidade. O problema ainda se agrava quando acervos, que constituíram suas coleções de fotos com registros de pessoas que gentilmente cederam o uso de sua imagem, cobram fortunas pela reprodução das mesmas, como ocorre entre as empresas jornalísticas.

Como exemplo, a equipe do *Laboratorio Audivisual de Investigación Social del Instituto Mora* (2003), localizado no México, apresenta uma historieta muito autêntica quanto ao assunto. Conta sobre o estudante de Comunicação, Pedro García, que versa em sua monografia sobre o fotojornalismo na década de 1960.

Como não poderia deixar de ser, o trabalho do jovem estudante exige a utilização de imagens do período, produzidas pelos órgãos de imprensa através de seus *fotoperiodistas*. A sorte do garoto se resume apenas em que ele encontrou diversas fotos que lhe seriam muito úteis para o trabalho. Sua desventura está em que as instituições que guardam estes acervos cobram aproximadamente \$400 por cada reprodução e, vida de estudante, ele só tem soldos para pagar por três.

Com esse exemplo, o grupo de pesquisadores pretende mostrar a importância da divulgação e do acesso livre ao conteúdo fotográfico produzido ao longo das décadas. Ao fim do artigo, a equipe do *Laboratório Audiovisual* afirma que as metas futuras das instituições devem ser no sentido de assegurar a todos o que chamam de uma efetiva “*apropiación social del patrimonio fotográfico*” (LABORATORIO AUDIVISUAL..., 2003, p. 6). Ou seja, os acervos devem prezar não somente pelo valor comercial das imagens, mas, acima de tudo, pelo seu *valor espistêmico*, que serve à produção do conhecimento.

A atenção que se chama é para a divulgação dos inúmeros acervos armazenados pelas instituições de memória espalhadas pelo mundo através da *internet*. Sabemos o que significa a implantação de um programa rigoroso de digitalização (indispensável à boa apresentação do acervo *on-line*), os custos, não exíguos, com equipamentos adequados e recursos humanos que precisam ser bem capacitados – aspecto já observado por Ricardo Mendes (2004) em instituições da cidade de São Paulo, vanguardas no trabalho de

informatização de seus acervos no nosso país, tendo começado em meados dos anos 1980. No entanto, nos dias atuais, as instituições arquivísticas devem colocar esse expediente como meta de seu planejamento: em uma palavra, ao menos iniciar o processo, sempre pensando a organização do acervo tendo em vista sua concomitante ou futura disponibilização virtual. Sobretudo, deve-se pensar na difusão do acervo em bancos de imagens *on-line* enquanto um meio, que servirá a uma comunidade mais ampla tanto na produção de conhecimento científico quanto na apreensão de patrimônios culturais pela sociedade em geral.

Retornando ao já citado antropólogo García Canclini, que possui uma vasta produção bibliográfica acerca dos processos que geram as desigualdades sociais na América Latina (com ênfase no campo cultural), este autor publicou uma obra intitulada “Diferentes, desiguales y desconectados” (2008b), onde analisa a promoção de mais um conceito do mundo contemporâneo.

No mundo social, as diferenças sempre existiram. Mas o que sempre ocorreu, nos processos de desenvolvimento dos países, foi a acentuada desigualdade, gerada por inúmeros aspectos, dentre os quais figuram a divisão injusta e parcial dos meios de produção, o acesso excludente da maioria aos bens de consumo produzidos pela alta tecnologia, a apropriação também desigual das terras produtivas (a formação de latifúndios e monopólios), etc. Tudo isto foi, ao longo dos séculos, o entrave para o desenvolvimento equitativo e justo da sociedade, intensificando, dessa maneira, a desigualdade. Já na sociedade globalizada, ou sociedade da informação (a dos dias atuais), surge um novo grupo marginalizado, o dos *desconectados*, que não possuem recursos para “conectar-se” ao mundo, ou seja, à rede global de computadores. Diferente do mundo passado, diz Canclini (2008b, p. 76) acerca da realidade hodierna:

Ahora, el capital que produce la diferencia y la desigualdad es la capacidad o la oportunidad de moverse, mantener redes multiconectadas. Las jerarquías en el trabajo y en el prestigio van asociadas, no solo a la posesión de bienes localizados sino al dominio de recursos para conectarse.

Hoje, existe no mundo o que é denominado de um verdadeiro “*tecno-apartheid*”, que divide-nos – assim permitimo-nos chamar – entre os “na linha” (*on-line*) e os “foras-da-linha” (*off-line*). Desse modo, os processos de desigualdade vêm conviver com os processos de desconexão.

Ponto pacífico é que a solução para o problema clama por políticas públicas de arrefecimento das desigualdades de acesso à informação, com efetivos programas de inclusão digital. Mas, por ora, é importante atentar não apenas para o caráter integrador da *web*, capaz de encurtar distâncias e pôr grupos sociais em contato (requisito primeiro para nos conhecermos melhor e aceitarmos nossas diferenças). Atenta-se, aqui, para a possibilidade que esta ferramenta oferece para oportunizar, democraticamente, o acesso aos bens culturais. Sem dúvida, mais ideal do que todos terem recursos para conectar-se é a certeza de que se encontrará conteúdos *on-line* genuinamente interessantes (produzidos e difundidos não apenas pelas monopolizadoras agências de comunicação), que contribuam para o conhecimento do mundo e democratizem o acesso ao patrimônio cultural da humanidade.

Diante de um presente que se apresenta como desigual/desconectado, patrimônios históricos *on-line*, na forma de acervos documentais de acesso amplo e irrestrito, constituem-se num necessário devir.

### **O Acervo Fotográfico do Programa Ecirs e a concepção do banco de imagens *on-line***

Oficialmente, o Programa Ecirs iniciou em 1978. No início, esteve vinculado ao extinto ISBIEP/UCS (Instituto Superior Brasileiro-italiano de Estudos e Pesquisas da Universidade de Caxias do Sul) enquanto um projeto de pesquisa. Os objetivos do então Projeto Ecirs eram o levantamento e caracterização dos elementos constituintes da cultura de imigração italiana na região nordeste do Rio Grande do Sul. A metodologia de pesquisa utilizada pelo Ecirs foi em geral a antropológica, com técnicas de coleta de depoimentos orais, inventários técnicos da arquitetura típica da

região, produção de registros fotográficos e, mais tarde, produção de registros fílmicos.

Embora a cultura de imigração italiana tenha sempre pautado a atuação do Ecirs, o Programa sempre se preocupou em entendê-la em um processo dinâmico. Como bem pontuam a idealizadora e coordenadora do Projeto e depois Programa Ecirs por 30 anos, professora Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro, e o professor José Clemente Pozenato (2004, p. 15):

o ECIRS nunca se referiu a uma *cultura italiana*, ou a uma *tradição italiana*, na região. Sempre a definiu como uma *cultura da imigração italiana*, ou seja, uma cultura que foi construída em terras brasileiras, associada ao processo de imigração italiana. Nem se pode dizer que essa cultura é uma construção apenas do imigrante italiano, salvo algumas exceções localizadas. No conjunto, ela resulta de trocas culturais havidas entre a cultura – melhor seria talvez dizer as culturas, tal a diversidade de língua e de hábitos entre os imigrantes que vieram da Itália – trazida pelo imigrante com a cultura que já vinha sendo construída no Sul do Brasil. (Grifos no original).

Com o tempo, o trabalho do Ecirs transcendeu a RCI (Região de Colonização Italiana no RS) e atendeu a outras demandas regionais. A partir da década de 1990, o Programa Ecirs, já integrado ao Instituto Memória Histórica e Cultural (então dirigido por J. C. Pozenato), atuou no inventário e resgate do patrimônio cultural de áreas atingidas pela construção de usinas hidrelétricas – entre elas a de Itá (SC), Machadinho (SC), Quebra-Queixo (SC), Campos Novos (SC), Barra Grande (SC e RS) e Rio das Antas (RS). Entre os anos de 2006 e 2007, o Ecirs procedeu ao inventário do patrimônio histórico rural do município de Caxias do Sul, em projeto conjunto à rede Urb-AI (entidade ligada à Comunidade Europeia).

Desde 2009, o Programa Ecirs é coordenado pela professora Dra. Luiza Horn Iotti, também diretora do Instituto Memória Histórica e Cultural da UCS. Os esforços atuais se concentram no prosseguimento das atividades que sempre caracterizaram o Ecirs, além de dar especial atenção à organização arquivística do seu acervo documental, para servir de laboratório de pesquisa aos alunos

dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade de Caxias do Sul, bem como servir à comunidade de pesquisadores em geral.

O acervo fotográfico do Programa Ecirs é constituído por mais de 45 mil imagens, distribuídas em diferentes suportes: negativos flexíveis de 35mm e 120mm (em cor e em p&b), diapositivos, positivos em papel (em cor e em p&b) e positivos digitais de alta resolução. O período de abrangência das imagens decorre entre 1978 aos dias atuais, contemplando, essencialmente, aspectos do mundo rural. Entre os temas retratados, destacam-se o trabalho agrícola e o doméstico, o artesanato e a indústria caseira, a arquitetura residencial e religiosa, a indumentária típica, a culinária, os ritos de passagem, a paisagem rural e natural, as etnias e figuras humanas em geral (homem, mulher, jovens, crianças e idosos). A quase totalidade das imagens foi produzida por dois fotógrafos: Ary Nicodemos Trentin (falecido em 2002) e Aldo Toniazzo (ainda atuante). O gênero praticado nos registros visuais foi o etnofotográfico, caracterizado pela sensibilidade em captar o sujeito imerso em sua cultura.

Os procedimentos mais recentes de organização do acervo respeitam normas e recomendações técnicas e arquivísticas de classificação e conservação de material fotográfico, especialmente as provenientes dos cadernos técnicos do Centro de Conservação e Preservação Fotográfica (CCPF) da Funarte, de publicações da Câmara Técnica de Conservação de Documentos do Conarq (Conselho Nacional de Arquivos) e de autores especializados, destacando-se Sérgio Burgi, Sandra Baruki e Luís Pavão.

O processo de trabalho também contempla a digitalização das antigas matrizes (negativos flexíveis e diapositivos) a partir de um escâner profissional (marca *Nikon*, modelo *Super Coolscan 9000ED*), e o seu tratamento digital com *software* apropriado (*Adobe Photoshop Lightroom 4.0*), aplicando correção de brilho, contraste, cores e nitidez eventualmente perdidas em função da rápida deterioração do suporte. Todo este trabalho ocorre em estações informatizadas Macintosh, em monitores com calibragem de cor efetuadas por técnico especializado.

Os negativos flexíveis são digitalizados em uma resolução de 4000dpi, em cor, com 16bit e salvos em formato de arquivo RAW (nossa matriz digital, mantendo-se uma margem branca de 1 cm no entorno da imagem). Após o tratamento digital, procede-se à geração de três novos arquivos da mesma imagem: primeiro no formato TIFF, mantendo-se a resolução de captura (ou seja, é a matriz digital com processamento de imagem (MDPI), utilizada para uso em impressões de qualidade e grandes ampliações); após em JPEG, com a resolução reduzida para 300dpi (é a imagem derivada de uso (DU), para reprodução em livros ou *folders*); e, finalmente, as imagens têm a resolução reduzida para 100dpi, mantendo-se o formato de compressão JPEG (imagem derivada de acesso (DA), para ser carregada (*upload*) no servidor do banco de imagens, facilitando o seu carregamento pelo usuário que acessará remotamente o sistema).<sup>5</sup>

Após o processo de digitalização, as imagens de acesso são disponibilizadas no banco de imagens *on-line* do Programa Ecirs (o *Gallery 3.0*). O banco de imagens utilizado é um *OpenSource* (*software* de código livre) desenvolvido pelo *hacker* indiano Bharat Mediratta.<sup>6</sup> O *Gallery 3* utiliza a linguagem PHP e realiza o armazenamento das informações através de um banco de dados *MySQL*. Para o caso do Programa Ecirs, todas as informações indexadas no banco de imagens ficam armazenadas em um servidor com tarefa diária de *backup* (com sua eficácia já testada pela equipe de trabalho do Ecirs), oferecendo segurança na salvaguarda do conteúdo. O servidor fica sob responsabilidade de técnicos do setor de GTI (Gerência de Tecnologia da Informação e Comunicação) da Universidade de Caxias do Sul e está localizado em um prédio próprio, com instalações adequadas a servidores de informática.

---

<sup>5</sup> O trabalho de produção das matrizes e imagens derivadas segue indicações expressas nas “Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes” do Conarq (2010).

<sup>6</sup> Mais informações sobre o *software*, bem como o arquivo para sua instalação, podem ser encontradas no site <http://gallery.menalto.com>.

Os procedimentos de digitalização e de indexação em banco de dados virtual do Programa Ecirs atende aos requisitos expressos pela IFLA (*International Federation of Library Associations*) e ICA (*International Council in Archives*) nas “Directrices para Proyetos de Digitalización de Colecciones y Fondos de Dominio Publico” (2002), nas recomendações do Conarq (Conselho Nacional de Arquivos) para a “Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes” (2010) e, do mesmo órgão, “Diretrizes gerais para a construção de *websites* de Instituições Arquivísticas” (2000).

Para a indexação das imagens, além da sua descrição, normatizada em um documento interno, também foi necessária a criação de um Vocabulário Controlado de Palavras-Chave. Tal instrumento arquivístico visa facilitar a gestão e a recuperação da imagem. O Vocabulário Controlado de Palavras-Chave foi construído em uma estrutura hierárquica, permitindo que uma imagem seja recuperada por um assunto geral ou específico. Por exemplo, o usuário pode localizar todas as imagens onde aparecem figuras humanas digitando esta palavra no campo de busca ou clicando nela a partir da lista de palavras-chave disponível. Para especificar a busca, pode localizar apenas “homem”, “mulher”, “criança”, “idoso”, “família”, “casal” ou “grupo de pessoas”. A imagem também pode ser recuperada fazendo-se junções de palavras-chave de assuntos diferentes: desse modo, pode-se efetuar uma busca de imagens com as palavras-chave “homem” + “chapéu de palha”, para localizar todas as imagens de figuras masculinas vestindo a indumentária típica da região de colonização italiana. Em outro exemplo, pode especificar a busca com três palavras-chave: “arquitetura” + “arquitetura rural” + “casa de pedra”

Importante registrar que a descrição e a indexação de palavras-chave nas imagens contempla não apenas o seu conteúdo icônico (motivos retratados). Seguindo indicações de Miriam Manini (2004 e 2010), o Vocabulário Controlado igualmente contempla a dimensão expressiva da imagem. Para esse caso, uma palavra-chave encontrada é “*panning*”, que refere-se a uma técnica fotográfica que valoriza o movimento na cena. Elementos de composição também são contemplados, como “retrato” e “paisagem”.



Até a data de finalização deste texto, em setembro de 2012, o banco de imagens *on-line* do Programa Ecirs (iniciado em junho de 2011) contava com mais de 29 mil imagens disponíveis à consulta. Devido à facilidade e comodidade de acesso, o acervo do Programa Ecirs passou a atender pesquisadores de outras regiões do país (como São Paulo e Rio de Janeiro), interessados em ilustrar suas publicações com imagens da imigração italiana e da cultura rural da região Sul.<sup>7</sup> Da mesma forma, vimos atendendo a demanda de pesquisadores locais, como alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da UCS, interessados no acervo por ocasião de suas monografias ou dissertações. Portanto, entendido como meio, o acervo digitalizado e de acesso remoto do Programa Ecirs facilita a produção de conhecimento científico e a difusão do patrimônio cultural das regiões retratadas. Desse modo, em conformidade com os “Princípios de Acesso aos Arquivos”, em discussão atual pelo ICA, vimos cumprindo o objetivo fundamental de um arquivo histórico: o uso (ICA, 2011, p. 7).

### **Considerações finais**

Uma instituição de memória que preserva o patrimônio cultural deve possuir três tarefas muito bem definidas: a custódia, a organização e a difusão do seu acervo. Esses são objetivos indispensáveis para que a comunidade herdeira dos bens culturais que a instituição conserva possa usufruir dos elementos que servem à afirmação de sua identidade. Na verdade, para o caso do Ecirs, devido à abrangência de culturas que a equipe registrou desde o início de suas atividades, devemos falar em identidades, no plural. Muitas são as comunidades que podem reconhecer-se através do nosso acervo de imagens.

---

<sup>7</sup> A edição número 72 (mês de setembro de 2011) da Revista de História da Biblioteca Nacional (com o tema “Italianos no Brasil”) foi ilustrada com imagens do Programa Ecirs da UCS. A pesquisa das fotografias no acervo ocorreu exclusivamente por meio do banco de imagens *on-line*. O acervo é elogiado na matéria escrita pela pesquisadora iconográfica da revista, Nataraj Trinta: “A volta das que não foram”. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

O trabalho de organização arquivística do Acervo Fotográfico do Programa Ecirs iniciou no ano de 2011. Elaboramos uma metodologia de trabalho a partir de recomendações e normas de órgãos nacionais e internacionais ligados às atividades de arquivos históricos. Além disso, como explicitamos, para cada etapa de trabalho com o acervo são consultados cadernos técnicos e outra literatura de autores e instituições ligadas à área de preservação de documentos fotográficos.

Já quanto a disponibilização do acervo fotográfico por meio de um banco de imagens *on-line*, essa inovação foi pensada nos limites da *ciberdemocracia*, conceito defendido pelo filósofo tunisiano Pierre Lévy e pelo sociólogo brasileiro André Lemos (LE MOS; LÉVY, 2010). Conforme estes autores, a *internet* tem se mostrado uma ferramenta ideal para o exercício da democracia nas cidades contemporâneas, ou “cidades digitais”. Hoje em dia, governos do mundo inteiro têm disponibilizado dados e informações por meio de *sites* na *internet* para a população em geral, a qual pode controlar os gastos e ações da administração pública após alguns poucos cliques. Muitos países, entre eles o Brasil, já possuem portais de transparência, iniciativas que vêm acompanhadas de programas eficazes de inclusão digital, procurando somar o maior número de usuários na rede mundial de computadores. No nosso país, já são mais de 45 milhões de pessoas com acesso à internet.

Ao disponibilizar conteúdos genuinamente interessantes em rede, como é o caso de patrimônios históricos e culturais, uma instituição pode estar contribuindo para o que Lévy e Lemos chamam de “inteligência coletiva”, ou seja, para a conexão e conversação mundial entre as pessoas, para a liberdade de expressão e para o livre acesso à informação. Nas palavras do filósofo e do sociólogo, “quanto mais podemos livremente produzir, distribuir e compartilhar informação, mais inteligente e politicamente consciente uma sociedade deve ficar.” (LE MOS; LEVY, 2010 p. 27). Como sabemos, a consciência política de uma sociedade é precisamente o que define a democracia, governo em que o povo é soberano.

Sendo assim, o Acervo Fotográfico do Programa Ecirs, disponibilizado por meio de uma ferramenta da *web* – o que exigiu a

implementação de uma metodologia de trabalho específica, como este texto apresenta – vem contribuir para a circulação dos bens culturais que custodiamos em um sistema que permite o acesso amplo e irrestrito pela comunidade em geral. Um passo que acreditamos cooperar para a afirmação de identidades e para o exercício democrático.

Para ter acesso ao banco de imagens do Acervo Fotográfico do Programa Ecirs, o usuário deve acessar o *site* do Programa Ecirs (e clicar nos *links* *Acervos* e *Acervo Fotográfico*):

<http://www.ucs.br/site/imhc/ecirs>

## **Documentos**

CONARQ. *Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

CONARQ. *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

DIRECTRICES PARA PROYETOS DE DIGITALIZACIÓN de colecciones y fondos de domínio público, en particular para aquellos custodiados en bibliotecas y archivos. Espanha, 2002. Disponível em: <<http://travesia.mcu.es>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

ICA. *Princípios de acesso aos arquivos*. Tradução de Silvia Estevão e Vitor Fonseca. Versão preliminar. 2011. Disponível em: <[www.ica.org](http://www.ica.org)>. Acesso em: 28 jan. 2012.

UNESCO; CONARQ. *Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

## Referências

ARÉVALO, Javier Marcos. La tradición, el patrimonio y la identidad. *Revista de Estudios Extremeños*, v.60, n.3, 2004, pp. 925-956. Disponível em: <<http://biblioteca.crespial.org>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Diferentes, desiguales y desconectados*. Mapas de la interculturalidad. Barcelona, ESP: Gedisa Editorial, 2008b.

DEBRAY, Régis. *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no ocidente*. Belo Horizonte: Vozes, 1994.

FERREIRA, Miguel. *Introdução à preservação digital – conceitos, estratégias e actuais consensos*. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.

KOSSOY, Boris. *Origens e expansão da fotografia no Brasil: século XIX*. Rio de Janeiro: Funarte, 1980.

LABORATORIO AUDIOVISUAL DE INVESTIGACIÓN SOCIAL. *La Fototeca Digital y el Sistema de Información para Archivos Fotográficos (SIAF)*. Una propuesta para apoyar la difusión y análisis de archivos de imágenes. México D.F., 2003. Disponível em: <<http://www.nongnu.org>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.

MANINI, Miriam. Leitura de informações imagéticas: ajustes ainda necessários ao “novo” paradigma. In: MANINI, Miriam; MARQUES, Otacílio; MUNIZ, Nancy (orgs.). *Imagem, memória e informação*. Brasília: Ícone, 2010.

\_\_\_\_\_. Comentário VIII – o futuro do passado: acervos fotográficos tradicionais + acervos fotográficos eletrônicos. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, n. 1, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

MENDES, Ricardo. O futuro do presente: acervos fotográficos diante do horizonte digital. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, n. 1, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

PAVÃO, Luis. *Conservação de colecções de fotografia*. Lisboa, Portugal: Dinalivro, 1997.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio; POZENATO, José Clemente. Projeto Ecirs: guardião de uma cultura. In: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio; POZENATO, José Clemente (orgs.). *Cultura, imigração e memória: percursos e horizontes: 25 anos do Ecirs*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004, pp.16-24.

\_\_\_\_\_. Memorial do Projeto Ecirs. In: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio; POZENATO, José Clemente (orgs.). *Cultura, imigração e memória: percursos e horizontes: 25 anos do Ecirs*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004, pp.303-307.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A revolução do daguerreótipo entre nós. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

WOOD, Rupert Derek. *A viagem do Capitão Lucas e do daguerreótipo a Sidney*. Tradução de Ricardo Mendes. [1994]. Disponível em: <<http://www.fotoplus.com>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

# **O IMIGRANTE E SUAS REPRESENTAÇÕES: MONUMENTOS DEDICADOS A GRUPOS IMIGRANTES NO RIO GRANDE DO SUL**

Tatiane de Lima<sup>1</sup>

*Resumo:* Por meio do atual projeto de pesquisa da Profª Dra. Eloisa Capovilla, “A memória em monumentos: uma releitura da imigração no Brasil” venho analisar, sob sua orientação, os monumentos dedicados a grupos de imigrantes que vieram para o Sul do Brasil entre os séculos XVIII e XX, e assim estabelecer um novo olhar a respeito da imigração. Neste recorte do projeto que é trazido ao Simpósio, estão em questão os monumentos encontrados no estado do Rio Grande do Sul que homenageiam imigrantes provenientes de várias localidades.

Buscamos destacar neste estudo os monumentos como espaços possíveis de pesquisa e conhecimento sobre a imigração. Fazemos aqui um mapeamento de suas localizações, bem como de suas dedicatórias, além de investigarmos as propostas ligadas à sua construção, o momento da inauguração, e também a maneira como estes grupos imigrantes são representados, verificando assim qual ideia de imigrante é passada por estas obras de arte.

Entendemos a construção de monumentos dentro do processo de imigração como uma forma de homenagem ao grupo imigrante que recebe tal honraria, acontecendo geralmente em datas simbólicas e de relevância. Percebemos estas comemorações como parte do processo de construção da memória coletiva e da cidade enquanto lugar de memória.

*Palavras-chave:* monumento, imigração, representação.

---

## **Introdução**

O projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido desde o ano de 2010, pretende estudar monumentos dedicados a grupos de imigrantes nos três estados do Sul do Brasil, revisitando a história da imigração a partir de um viés diferenciado, que é o de homenagem através de obras de arte expostas nas cidades para estes grupos que para cá vieram.

---

<sup>1</sup> Bolsista UNIBIC/UNISINOS Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

O espaço público é entendido neste estudo como local onde a memória se constrói, e tomamos as cidades também como objeto de nossa reflexão. Ela, como campo de transformações sociais, através dos objetos escultóricos que compõem sua paisagem urbana, articula tempo e espaço, concebendo a história tanto da sociedade que produziu estes bens, quanto do grupo neles representado. Através de leituras de suas representações, as peças fundamentais desta investigação, os monumentos, são mostrados enquanto suportes materiais da memória.

Toda a monumentalidade das obras se justifica na tentativa de se guardar memórias e lembranças de homens, bem como de seus feitos, para as gerações futuras, conforme Le Goff que define os monumentos como

(...) sinal do passado. Atendendo às suas origens filosóficas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar as recordações (...) O *monumentum* tem como característica ligar-se ao poder da perpetuação (é o legado à memória coletiva) (...) (LE GOFF, 1990, p. 535).

Na busca por entender o processo imigratório, percebemos os imigrantes como sendo aqueles indivíduos vindos de outro lugar, assim como Sayad (1998, p.15) que afirma que “a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço (...) físico”, sendo então o imigrante percebido como estrangeiro no país de adoção. Para além do deslocamento físico, adentrando no deslocamento social e cultural podemos dizer que fazem parte da constituição identitária do imigrante as bagagens trazidas por estes, que possuem um pedaço de suas vidas, de sua cultura e um legado tanto pessoal quanto simbólico aos seus descendentes. São objetos e memórias que aqui se transformarão em relíquias e lembranças do mundo que fora deixado para trás, e de acordo com Nora (1993, p.09) a “memória é a vida sempre carregada por grupos vivos (...)”. Neste sentido, nos pautamos em Candau (2009, p.47) que afirma que a construção da identidade está muito ligada a memória: “a memória na constituição da identidade pessoal permite aos sujeitos se pensarem enquanto detentores de uma essência que permanece estável no tempo, assim como o grupo ao qual pertence”. E é através

destas ideias que fazemos uma leitura dos monumentos, como representações materiais destas memórias, tendo por finalidade salvaguardá-las.

### **Mapeando os monumentos à imigração no Rio Grande do Sul**

Ao estudar os monumentos dedicados à imigração, temos como recorte geográfico a Região Sul do Brasil, justificado na medida em que verificamos que a região recebeu um número significativo de imigrantes desde o século XVIII, e que algumas cidades encontram-se muito ligadas historicamente ao processo migratório. Hoje, ao cruzar os três estados que compõem esta região (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), é possível observar uma característica em comum entre eles: a forte presença imigrante. Temos, nestes estados, a presença de distintas culturas, que contribuindo para a formação desta sociedade, são notadas através da arquitetura, da culinária, dos sotaques, e também na construção de monumentos com caráter comemorativo e função de homenagem a estes grupos étnicos tão presentes.

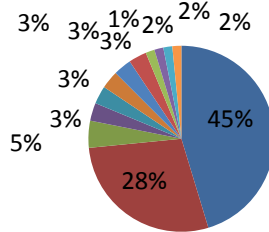
A fim de dar suporte à pesquisa, foi realizado um levantamento quantitativo<sup>2</sup> a cerca da construção de monumentos no Rio Grande do Sul em homenagem a grupos imigrantes. Como resultado, confirmamos a grande presença dos mesmos, que chegam ao número de 65, estando divididos entre homenagens a imigrantes alemães, italianos, judeus, tirolezes, russos, açorianos, suecos, poloneses, holandeses, portugueses, libaneses e pomeranos. Tal levantamento nos indica que, quanto à dedicatória, os grupos imigrantes mais lembrados são alemães e italianos, possuindo respectivamente 29 e 18 monumentos espalhados pelo estado.

---

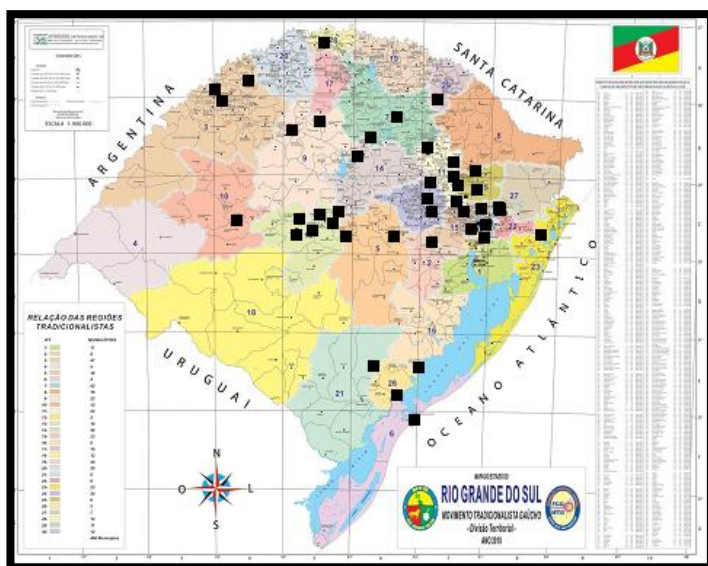
<sup>2</sup> A pesquisa foi realizada via internet, com buscas a sites das prefeituras municipais e também por contato via e-mail com as Secretarias de Cultura dos municípios. Acreditamos que o número de monumentos dedicados a imigrantes no Rio Grande do Sul seja superior aos 65 encontrados, pois tivemos dificuldade no contato com alguns órgãos municipais e seus devidos sites.



## Dedicatórias dos Monumentos



Quanto à localização, em sua maioria os monumentos encontram-se localizados na serra gaúcha e região metropolitana de Porto Alegre, que juntamente possuem 26 obras, confirmando o dado anterior dos grupos mais lembrados, já que neste ponto do estado concentraram-se em maior número os grupos imigrantes citados acima, alemães e italianos. Já a região que possui menos monumentos à imigração é o sul do estado com 04 monumentos, e a região da fronteira sudoeste e noroeste, que não possui monumentos. Confirmamos também que dos 65 monumentos que temos dados, em sua maioria foram construídos ao longo do século XX, século em que houve grandes comemorações de datas simbólicas para a imigração.



## Quem propõe a construção de monumentos, e para quê?

Sendo os monumentos objetos em exposição nas cidades, as entendemos como espaços privilegiados de estudo. Lugares voltados às memórias, os monumentos podem testemunhar várias épocas e, embora ligados às questões da memória, os monumentos são estudados, também enquanto exaltação, reconhecimento e homenagem aos grupos imigrantes.

Portanto, nos interessam neste estudo a identificação dos sujeitos que fazem as propostas das construções destes bens materiais, bem como o momento de suas inaugurações. Quanto à proposta, podemos relacioná-las à um jogo de poderes com o fim de consagrar o passado imigrante, mas também de legitimação de um determinado grupo que promove esta ação, confirmando o que diz Mario Chagas (2002, p.36), de que “o poder promove memórias e esquecimentos”. Complementando com a fala de Abreu (2001, p. 05), que: “as peças de imaginária podem servir para legitimar tanto grupos organizados da sociedade civil, quanto a própria ação dos grupos sociais que controlam as agências estatais, celebrando, portanto, a ação do Estado”. Assim, o monumento é visto neste estudo, ainda, como um bem dotado de sentido político ao ter sua

mensagem simbólica associada a temas como poder e identidade e representar iniciativas governamentais [que estão associadas à construção da obra e a permissão da colocação da mesma no espaço urbano,] e da sociedade civil [que estão ligadas a doações, subscrições públicas e em alguns casos na iniciativa de promoção de tal obra].

Dentre os monumentos analisados pode-se dizer que como característica em comum, estes possuem caráter comemorativo, ocorrendo sua inauguração, na maioria dos casos, em datas simbólicas para a imigração. Pudemos perceber que algumas comemorações são lembradas e festejadas com a construção de monumentos, como no caso dos 75, 100, 125 e 130 da imigração italiana no estado; os 100, 150, 175 e 180 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul; o centenário da imigração sueca e o Biênio da Imigração e Colonização no Rio Grande do Sul. O local de construção destes monumentos, geralmente praças, transforma-se em lugar de memória, sendo revisitados e tomados de novos sentidos e sentimentos a cada data importante no contexto do grupo imigrante em questão. Nora (1993, p. 13) diz que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar os arquivos, de que é preciso respeitar aniversários, organizar celebrações (...)”. No contexto da imigração, os monumentos construídos nestas datas simbólicas têm também a capacidade de reforçar a identidade do grupo homenageado e apresentar uma nova perspectiva na maneira de percebê-la. É então que se compreende a lógica do monumento: remeter a algo ausente, rememorar, despertar a lembrança, eternizar através do imaginário social.

### **A representação do imigrante nos monumentos**

Os monumentos que nos propomos a analisar apresentam determinados elementos em comum, que por fim constroem a imagem do imigrante para o presente. Ao estudar esta construção de sentido, entendemos as representações como “(...) esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode

adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p.17).

Dentre os elementos que compõem os monumentos aos imigrantes, vemos com grande frequência objetos que remetem ao trabalho: a carreta de boi, o arado, a enxada, e o cavalo. São exemplos o Monumento aos Imigrantes Italianos em Bento Gonçalves (fig.1), Monumento ao Pioneiro em Crissiumal (fig.2) e o Monumento ao Lavrador em Ijuí (fig.3), como podemos ver nas imagens<sup>3</sup> abaixo.

O Monumento aos Imigrantes Italianos de Bento Gonçalves teve sua inauguração no ano de 2005, no bojo das comemorações dos 130 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Nele, os imigrantes são lembrados por seu esforço e trabalho na construção do que hoje é a cidade. Já, o Monumento ao Pioneiro, em Crissiumal, inaugurado em 1984, também expressa gratidão ao trabalho dos pioneiros imigrantes que construíram a cidade desbravando as matas, construindo ranchos, e dando início ao núcleo colonial. Por fim, o Monumento ao Lavrador em Ijuí, foi inaugurado em 1990, quando da comemoração do centenário de fundação da cidade, onde por meio de um concurso público, escolheram homenagear o imigrante por meio do simbolismo do seu trabalho que fora realizado para o progresso da cidade. Três monumentos distintos, que carregam consigo o cunho de gratidão ao trabalho imigrante para o desenvolvimento das cidades.



Figura 1: Monumento aos Imigrantes Italianos em Bento Gonçalves

---

<sup>3</sup> Todas as imagens utilizadas neste artigo foram retiradas dos respectivos sites das Prefeituras Municipais das cidades em questão.



Figura 2: Monumento ao Pioneiro em Crissiumal Figura 3: Monumento ao Lavrador em Ijuí

O homem imigrante aparece, em sua maioria, trajando roupas de trabalho e chapéus na cabeça, além de alguns aparecerem com a mão logo acima da testa, vislumbrando o horizonte, como no Monumento ao Colono em Pelotas (fig.4) e no Monumento Nacional ao Imigrante em Caxias do Sul (fig.5), respectivamente.

No Monumento ao Colono em Pelotas podemos perceber novamente a representação do homem imigrante trabalhador, juntamente com seu instrumento de trabalho. Trata-se, contudo da representação de um imigrante jovem. Inaugurado em 1958, no centenário da imigração italiana, foi esculpido por Antonio Caringi, o mesmo escultor do Monumento Nacional ao Imigrante, que foi inaugurado em 1954, porém, idealizado em 1950, nos 75 anos da imigração italiana na cidade de Caxias do Sul. Neste segundo monumento é possível observar a referência ao trabalho como nos monumentos anteriores (o homem está segurando uma enxada), e também, o gesto do homem com sua mão levada à testa a fim de vislumbrar a cidade, onde conjuntamente com sua família vislumbra novos horizontes na construção de uma vida melhor. Um novo elemento também surge, que é a referência à família, representada na mulher que segura seu filho nos braços. Além desta escultura, o monumento possui um obelisco, com três relevos em granito com a representação da chegada dos imigrantes, a sua vitória por meio do trabalho e a integração do imigrante com a Pátria que os acolhe.



Figura 4: Monumento ao Colono em Pelotas. Figura 5: Monumento Nacional ao Imigrante em Caxias do Sul

As mulheres imigrantes, quando não aparecem carregando seus filhos no colo, também são remetidas a funções de trabalho, como ajudante de seus maridos na agricultura. Não vemos referência ao artesanato ou atividades domésticas. São exemplos o Monumento ao Imigrante em Nova Petrópolis (fig.6) e em Boa Vista do Buricá (fig.7).



Figura 6: Monumento ao Imigrante em Nova Petrópolis. Figura 7: Boa Vista do Buricá

Vemos pouca presença de idosos nas representações, mas elas existem. Assim como as crianças, que aparecem apenas em obras que constituem famílias. Um dos poucos exemplos em que vemos idosos é no Monumento Far Lamérica em Veranópolis (fig.8), coincidentemente conhecida como “Terra da Longevidade”, e no Monumento ao Imigrante Italiano em Silveira Martins (fig.9).

No monumento de Veranópolis vemos a “nona” e o “nono”, que aparecem como representantes da base familiar. E o segundo monumento em questão, em Silveira Martins, inaugurado por ocasião do centenário da imigração italiana na Quarta Colônia, traz, além de uma representação em colunas das quatro colônias italianas e uma cruz na representação da fé do imigrante, uma escultura de um idoso com sua enxada e de um menino com um livro. O idoso remetendo ao trabalho, e o menino simbolizando o conhecimento.



Figura 8: Monumento Far Lamérica em Veranópolis. Figura 9: Monumento ao Imigrante Italiano em Silveira Martins

Há uma grande quantidade de monumentos funerários, alguns trazendo inscrições dos nomes dos primeiros imigrantes que chegaram à cidade, outras trazendo inclusive restos mortais. Nestes monumentos, a cruz faz-se presente também, ainda que a lembrança à religiosidade pouco apareça nos monumentos. São exemplos o Memorial Imigrante em São Vendelino (fig.10) e o Monumento em Agudo (fig.11).



No monumento de São Vendelino, vemos as lápides de antigos moradores da cidade, provindos de diferentes etnias com o fim de mostrar a constituição étnica ampla da região. As lápides haviam sido abandonadas ao ser desmanchado o cemitério. Foram então recolhidas e restauradas, e hoje constituem o memorial em forma de muro que as expõe e está tombado como patrimônio. Já o monumento de Agudo é um dos que possui os restos mortais dos fundadores da cidade. Foi construído em razão do seu cinquentenário, por seus moradores.



Figura 10: Memorial Imigrante em São Vendelino. Figura 11: Monumento em Agudo

Monumentos que remetem à epopéia imigrante também são comuns, onde estes aparecem em barcos, remetendo à sua trajetória de vinda ao país de adoção. Isto se vê no Monumento à Imigração Italiana em Santa Maria (fig.12) e no La Nave Degli Immigranti em Serafina Corrêa (fig.13).

O monumento em Santa Maria, como tantos outros, foi erguido em comemoração aos 130 anos da Imigração Italiana na Quarta Colônia. A obra traz a imagem de um navio com italianos a bordo. Já o monumento em Serafina Corrêa, de 1988, também remete à vinda dos imigrantes italianos. É uma obra carregada de simbolismo: a Guerreira Amazona sobre o globo terrestre representa a expansão cultural italiana, e como guerreira, remete aos conflitos pelos quais a Itália passava. Há também uma mãe com seu filho, na busca pela perpetuação da descendência. Vemos novamente o trabalho, nas ferramentas, como: o arado, a bigorna, a enxada.





Figura 12: Monumento à Imigração Italiana/Santa Maria. Figura 13: La Nave Degli Immigranti em Serafina Corrêa

Painéis que contam histórias do processo imigratório também aparecem, assim como pórticos de entradas das cidades. Como no Monumento ao Imigrante em Nova Prata (fig.14) e no Monumento aos 130 anos da Imigração Italiana No Rio Grande do Sul em Farroupilha (fig.15).

Os painéis da cidade de Nova Prata, retratam a história e cultura dos imigrantes, com sete motivos diferentes: a chegada, o trabalho da mulher, a religiosidade, a Pátria, o artesanato das mulheres, o trabalho dos homens e o filó. Já Farroupilha é conhecida como o Berço da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, e seu monumento, que também é o pórtico de entrada da cidade, representa a proa de um navio fazendo referência à vinda dos primeiros imigrantes da Itália ao Brasil. A utilização do vidro azul faz menção à cor do mar e às tempestades. Neste monumento os materiais utilizados em sua construção também são dotados de simbolismo, como o arco e a guarita que são edificadas em concreto, simbolizando a solidez que os imigrantes esperavam encontrar na América.



Figura 14: Monumento ao Imigrante em Nova Prata. Figura 15: Monumento aos 130 anos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul em Farroupilha

Obeliscos são muito comuns, e neles, o que conseguimos analisar são as inscrições nas placas que os mesmos carregam. Como no exemplo do Monumento ao Imigrante Alemão em Novo Hamburgo, que possui três placas com inscrições em português e alemão. Uma delas ressalta o monumento como em memória dos antepassados, afim de servirem como exemplo às gerações futuras; uma de agradecimento à contribuição pelo engrandecimento da cidade; e uma placa comemorativa aos 180 anos da imigração alemã no estado.



Figura 16: Monumento ao Imigrante Alemão em Novo Hamburgo

## Conclusão

Através do estudo dos monumentos tomamos consciência dos valores históricos representados plasticamente por eles. Nestes lugares de memória vemos marcas do passado que não apenas são celebrados e resgatados, mas glorificados ao rememorarmos os atos da vida cotidiana daquela comunidade que deu vida a estas obras.

Pudemos constatar neste breve levantamento, que os imigrantes têm sido mostrados nos monumentos em sua homenagem em primeiro lugar como trabalhadores, pois os seus instrumentos de trabalho ocupam um espaço de destaque nestas obras. A família também faz-se presente, na demonstração da perspectiva imigrante de uma vida nova e perpetuação da cultura através das gerações.

Os esquecimentos, de alguma forma também se fazem presentes, pois nenhuma das imagens nos leva a refletir sobre as dificuldades enfrentadas por esses grupos durante o longo processo migratório.

## Referências

ABREU, Marcelo. *Coleção Urbana: imaginária urbana e identidade da cidade*. Revista Primeiros Escritos, n.7, julho de 2001.

CANDAU, Joël. *Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade*. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.1, n.1, dez.2009/mar.2010.

CHAGAS, Mário de Souza. Memória e poder: dois movimentos. In: *Museu e Políticas de Memória. Cadernos de Sociomuseologia*. Nº 19. ULHT, 2002, p. 35-67.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC/Annablume, 1997.

LE GOFF, Jacques. Memória e Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. (Coord.) *Memória e história*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984b. p. 11-51 e 95-106. (Enciclopédia Einaudi, vol. 1).

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares de memória*. Tradução de Yara Aun Khoury. Revista Projeto História, São Paulo, dez. 1993.

SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade/USP, 1998.

# CEMITÉRIO DE COLÔNIA: O MONUMENTO MAIS ANTIGO AINDA EXISTENTE DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM SÃO PAULO

Daniela Rothfuss<sup>1</sup>

*Resumo:* O cemitério protestante localizado no bairro de Colônia (Subdistrito de Parelheiros) é o monumento mais antigo da imigração alemã na cidade de São Paulo, ainda existente. O cemitério foi construído aproximadamente em 1840 pelos primeiros colonos alemães, que haviam recebido seus lotes de terra em 1829 na região de Colônia. Das 94 famílias que receberam terras, somente treze ainda possuem jazigos no cemitério. Atualmente, o cemitério possui 124 túmulos na parte antiga e está em processo de tombamento para ser declarado patrimônio histórico da cidade de São Paulo. Além disso, encontram-se ali dez cruzeiros de ferro fundido, provavelmente trazidas da *Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema*, que ficava perto da cidade de Sorocaba. O cemitério pertence atualmente à *Associação Cemitério dos Protestantes*, responsável por sua manutenção e preservação.

*Palavras-chave:* História, Imigração Alemã. Cemitério Protestante, São Paulo, Colônia.

---

## Introdução

Durante o ano de 2011, a equipe do Arquivo do Instituto Martius-Staden realizou um levantamento sobre a história do cemitério de Colônia, seus túmulos, sua localização, dentre outros aspectos deste monumento da imigração alemã em São Paulo. Pelos nomes gravados nas lápides foi possível identificar a ascendência alemã: Reimberg, Zillig, Hessel, etc. Assim, o cemitério revelou ser fonte importante para pesquisas genealógicas<sup>2</sup>. Além do

---

<sup>1</sup> Instituto Martius-Staden.

<sup>2</sup> O Arquivo do Instituto Martius-Staden possui uma cópia digital do livro de registro de óbitos de Colônia para pesquisas genealógicas. O livro original se encontra no Arquivo Histórico de São Paulo. Os óbitos são de 1910 a 1971.

levantamento, o acervo do Instituto Martius-Staden já possuía fotografias antigas do local, datadas de 1933, de 1978, dos anos 80 (sem data) e de 1994. Através dessas fotografias foi efetuada uma análise dos túmulos.

No passado, era comum o cemitério refletir as classes sociais da comunidade. Pelos ornamentos e tamanhos dos jazigos é possível identificar as famílias alemãs mais ricas de Colônia, como por exemplo, os donos do túmulo nº 38 (não identificados)<sup>3</sup>.



Túmulo 38, 1933, Túmulo 38, 2011

Podemos concluir que os túmulos maiores pertenciam certamente à *elite* dos colonos. Como não há alegorias, ornamentos artísticos ou mausoléus no cemitério, é possível inferir que não devia existir um artesão especializado na região, além do fato de que a população provavelmente possuía um poder aquisitivo menor, sem condições para encomendar um trabalho artístico. Durante o levantamento, não foi localizado nenhum símbolo maçônico típico, como nos cemitérios protestantes no sul do Brasil. O único símbolo diferente encontrado é uma variação da cruz templária.

Além do cemitério de Colônia, ainda existem os seguintes cemitérios protestantes na cidade de São Paulo: o *Cemitério dos*

---

<sup>3</sup> Para o inventário completo do cemitério de Colônia, vide: <http://cemiteriocolonia.hospedagemdesites.ws>.

*Protestantes*, na Rua Sergipe (de 1858), o *Cemitério do Redentor*, na Avenida Dr. Arnaldo (de 1923) e o mais recente *Cemitério da Paz*, na rua Dr. Luiz Migliano (de 1965). Os quatro cemitérios pertencem à *Associação Cemitério dos Protestantes*, a primeira associação teuto-brasileira em São Paulo, criada em 1844 (BEGRICH, 1934, s/p e SCHMIDT, 1999, s/p). Os resultados do levantamento foram usados para montar uma exposição virtual no *site* do Instituto Martius-Staden<sup>4</sup>. A exposição é apenas o início de uma investigação mais profunda sobre a história dos cemitérios dos imigrantes alemães em São Paulo e poderá estimular os pesquisadores e interessados a continuar a pesquisa na área.

## **A história do Cemitério de Colônia**

O cemitério está localizado no centro de Colônia (Subdistrito de Parelheiros), foi criado em aproximadamente 1840<sup>5</sup> e media, em 1846, 17,6 metros<sup>2</sup>, e era propriedade da igreja (SOMMER, 1945, p. 262). Hoje, o cemitério tem aproximadamente 60 por 53 metros. É provável que os colonos já utilizassem a área não-oficialmente como cemitério desde 1829, possivelmente por estar localizado centralmente em relação aos terrenos destinados aos imigrantes (NOHEL, 1928, s/p). Antes da inauguração, os mortos eram levados em uma maca feita com duas varas amarradas (a *Tragbaum*, uma espécie de rede), por 28 km, até a distante cidade de Santo Amaro (hoje bairro de São Paulo), para lá serem enterrados sem a bênção religiosa, além de não poderem ser sepultados na igreja (católica), apenas diante dela ou na rua (BEGRICH, 1933, p. 32). As estradas, na realidade caminhos, quase não eram transitáveis na época das chuvas. Supõe-se também que muitas famílias sepultavam seus mortos em seu próprio terreno, já que algumas possuíam capelas

---

<sup>4</sup> Vide: [www.martiusstaden.org.br](http://www.martiusstaden.org.br).

<sup>5</sup> Franz Schmidt menciona a data de 1842 (vide Brasil-Post, 18.11.1999). Martin Begrich menciona a data de 1840 (vide Festschrift, p. 32).

próprias, como as famílias Helfenstein, Schunck, Rheinberger, Gilcher e Gottfried<sup>6</sup>.

Como relata o senhor Herbert Kremer, em 1840, foi fundada uma confraria formada pelas famílias alemãs residentes em Colônia há mais tempo. Eram essas pessoas que prestavam trabalho voluntário no cemitério como guardião, sineiro, coveiro, escrivão do livro da igreja e recitador. O funeral e a sepultura eram isentos de custos, e os mortos eram enterrados apenas com uma mortalha branca, sem caixão (KREMER, 1965, s/p). A mesma fonte revela no jornal *Deutsche Nachrichten*, de 28.08.1965, que existia na proximidade do cemitério uma casa de madeira com um telhado pontiagudo, uma porta e um buraco de janela, que até 1910 foi o local no qual eram celebrados serviços religiosos. Este é um dos poucos dados sobre este local (KREMER, 1965, s/p).

Inicialmente, só foi permitido o sepultamento de protestantes no cemitério, direito que depois foi estendido aos católicos. Essa passagem é relatada por Adam Reinberger em uma conversa com Alfred Nohel, no ano de 1928:

Isso aconteceu por causa do casamento entre eles. Mais tarde, foi determinada uma parte para os evangélicos e a outra para os católicos. Mas agora, que todos são católicos, isto não significa mais nada. Sem a nossa autorização, no entanto, ninguém pode ser enterrado em nosso cemitério, talvez porque ele não é propriedade da comunidade, mas “patrimônio” de um cemitério da comunidade, uma “sociedade” (confraria) que já foi fundada por nossos pais, há muitos, muitos anos. Ainda ontem tivemos um morto enterrado sem a nossa autorização, para o qual as pessoas não tinham ainda um atestado de óbito. Quando nós ficamos sabendo, não fizemos muita cerimônia, a gente só teve que desenterrar o morto e levá-lo para Santo Amaro. (NOHEL, 1928, s/p)

Nos primeiros anos, o cemitério era cercado por uma cerca de bambu, depois por uma de madeira e mais tarde por um muro de taipa. Hoje o cemitério é delimitado por um muro de tijolos (BEGRICH, 1933, p. 32; NOHEL, 1928, s/p). Em 1933, o local

---

<sup>6</sup> Entrevista feita com Sr. Mario Reimberg (Colônia, setembro de 2008).

possuía também uma capela e uma funerária, e era o único que estava protegido por um muro e um portão (BEGRICH, 1933, p. 32). Infelizmente, não restaram muitas fontes históricas disponíveis com informações sobre os primeiros anos. Em 1845, foi solicitado ao Conselho Superior da Igreja na Alemanha que enviasse um pastor para Colônia, porém o pedido não teve êxito (BEGRICH, 1933, p. 46; SOMMER, 1945, p. 262f). Em 1846, o engenheiro Major Luiz José Monteiro foi enviado a Colônia para realizar um levantamento, por sugestão do Cônsul brasileiro em Bremen. Após a sua visita, “concluiu” ser desnecessária a construção de uma capela, pois a população estaria acostumada a andar caminhos longos até a missa. Além disso, o Major sustentou que se um pastor fosse enviado a Colônia, deveria necessariamente ser de fé católica, pois todas as crianças já teriam sido batizadas católicas (SOMMER, 1945, p. 262). Tais informações necessitam ser analisadas com cautela, pois as famílias estavam muito espalhadas e é pouco provável que Monteiro tenha visitado todas. Ademais, sabe-se que aproximadamente 75 % dos colonos eram protestantes (ZENHA, 1950, p. 49).

A cerimônia religiosa em um enterro era conduzida por um membro das antigas famílias, geralmente um da família Helfenstein, o que sabe ler. Foi o que disse, em 1933, João Helfenstein ao pastor Begrich (BEGRICH, 1933, p. 35), na época com 80 anos e ainda com algum conhecimento da língua alemã. O depoimento revela também que à época, a Bíblia já não era mais lida em alemão, mas apenas algumas passagens de texto isoladas eram decoradas e recitadas de forma quase incompreensível (BEGRICH, 1933, p. 35). Durante a segunda guerra mundial, o cemitério foi desapropriado e ninguém tratou de sua preservação e manutenção (CHRONIKUS, 2000, s/p). Depois disso, só há registros históricos a partir de 1962<sup>7</sup>. Nesse momento, foi fundada uma Comissão *Pró Monumento* e iniciada a preservação do cemitério, incentivando-se a construção de

---

<sup>7</sup> s.n.] Gründungsfest der Colônia Alemã 1829-1962. Deutsche Nachrichten. 16.09.1962. s/p.



um monumento para homenagear os pioneiros<sup>8</sup>. A homenagem aos imigrantes foi posicionada em 14.02.1971 na praça da cidade, junto com uma placa comemorativa<sup>9</sup>. A placa desapareceu em 1972 e foi substituída por uma nova em 1996 (CHRONIKUS, 1999, s/p).

Segundo o livro da igreja, os últimos sepultamentos foram realizados até 31.12.1970. Entre 06.06.1910 e 31.12.1970 foram realizados 1204 sepultamentos. Como mencionado, hoje ainda existem 124 túmulos no cemitério. O cemitério foi fechado em 24.11.1971 por ordem da Câmara Municipal da cidade de São Paulo, para manutenção e pesquisas<sup>10</sup>. O “Cemitério dos Colonos de 1828” foi dividido em 100 sepulturas perpétuas para os primeiros colonos e seus descendentes. Lendo esse pequeno memorando, presume-se que o cemitério deveria ter sido mantido como memorial, porém ficou em aberto sob qual direção<sup>11</sup>. Por ordem da Câmara Municipal, de 30 de maio de 1974, os parentes que ainda tinham familiares sepultados no cemitério foram convocados a exumar seus restos mortais e enterrá-los em Parelheiros. Aproximadamente 40-50 famílias decidiram fazer isso, pois havia rumores de que o cemitério inteiro seria nivelado (MEDINA, 1981, p. 7).

Após o falecimento de Herbert Kremer, em 30.01.1975, a *Fundação Martius* e o coordenador da *Pro Arte* Theodor Heuberger se dedicaram a conservação do cemitério<sup>12</sup>. Em uma circular de 26.08.1975, o Cônsul Geral da Alemanha na época, Dr. Horst Kullak-Ublik, escreveu um relatório<sup>13</sup> aos conselheiros da *Fundação*

---

<sup>8</sup> [s.n.] Pioneiros iniciam movimento. Em: O Estado de São Paulo. 23.03.1966, s/p.

<sup>9</sup> H. K. Einweihung der Gedenktafel im Dorf Colonia. Em: Brasil-Post. São Paulo, 13.02.1971, s/p.

<sup>10</sup> Vide: Atas do Serviço Funerário do Município de São Paulo. Acervo digital do Instituto Martius-Staden.

<sup>11</sup> [s.n.]. Cemitério de Colônia fechado. Em: A Tribuna de Santo Amaro. São Paulo 05.02.1972, s/p.

<sup>12</sup> Carta do Sr. Heuberger para o Sr. Weiszflog, 13.03.1975. Acervo do Instituto Martius-Staden GIV e 109.

<sup>13</sup> Vide Acervo do Instituto Martius-Staden, GIV e 109.

*Martius* sobre sua visita a Colônia. Relatou que o cemitério era um memorial digno de preservação e fazia parte da história teuto-brasileira, além de sugerir uma reforma completa.

De um memorando de 30.09.1975 sobre a reunião do conselho da *Fundação Martius* (Ibid) pode-se deduzir que as opiniões dos conselheiros sobre a renovação do cemitério eram bem diferentes. Dois membros achavam que se devia deixar os mortos descansar e pensar nos vivos, além do que Colônia jamais se tornaria um lugar de grande importância. Outros acreditavam que quando a estrada para Itanhaém estivesse pronta, surgiriam as oportunidades e que Colônia seria uma região para passeios aos finais de semana (Ibid). Nas atas das reuniões dos conselheiros não existem mais protocolos. O documento seguinte que se refere à Colônia é uma correspondência datada de 14.06.1976, na qual o Sr. Herbert Lucas informa seus colegas do conselho sobre uma conversa com a Câmara Municipal. Aqui, a discussão foi sobre encontrar a quem realmente pertencia o cemitério. Sem a identificação do proprietário e de sua permissão, nenhuma medida de construção poderia ser efetuada. Da parte da Câmara Municipal, foi prometido que cuidariam disso (Ibid.). Mesmo com todos os esforços, aparentemente não se pôde chegar a nenhum acordo. Talvez em parte pela falta de interesse e/ou de identificação do proprietário mencionado, mas é certo que a falta de financiamento foi a razão determinante (Ibid). Em 1978, foi organizado uma homenagem aos 150 anos de colonização alemã pela *Fundação Martius* e pela *Pro Arte* (Classificação GIVE 109). Novas informações sobre o cemitério só seriam publicados em um artigo da Prof<sup>a</sup> Evelyn Kocourek Medina, de 13.06.1981, na *Gazeta de Santo Amaro*. A autora faz um breve resumo sobre a história da comunidade para depois dedicar algumas linhas ao cemitério, descrevendo-o como abandonado e degradado. Através de conversa com Pedro Reimberg, o administrador da época, a Professora soube que simplesmente não havia dinheiro para a manutenção. As famílias visitavam o cemitério somente no dia de Finados, quando deixavam flores nas sepulturas dos familiares. No resto do ano, o cemitério permanecia fechado (MEDINA, 1981, p. 7).

Em 1993, a Aliança das Corporações Alemãs formou uma comissão cuja tarefa foi a de encontrar possibilidades para restaurar o cemitério. A *Associação Cemitério dos Protestantes* declarou estar disposta a assumir a administração, mas com a condição de que alguém mantivesse a parte velha e assumisse as despesas (MEDINA, 1981, p. 7) (Ibid)<sup>14</sup>, pois a agremiação não possuía recursos para isso. Em 20.03.1995 foi fundada a *Associação Cívica Colônia Alemã*, por seu presidente, Helmuth Bremberger<sup>15</sup>. Em 27.03.1996, Helmuth Bremberger (presidente da *Associação*), Flavio Magalhães (Presidente da *Associação Cemitério dos Protestantes*) e Ignácio Gandolfo (Superintendente do Serviço Funerário da cidade de São Paulo) firmaram uma carta de intenções, na qual as duas associações se comprometiam na restauração, manutenção e administração do local e na construção de um monumento para honrar os primeiros imigrantes alemães (CHRONIKUS, 2001, s/p). Em 18 de novembro de 2000, o cemitério foi oficialmente reinaugurado, sendo erguido um memorial de pedra para os imigrantes, o qual está hoje na entrada da parte nova do cemitério (CHRONIKUS, 2000, s/p).

## Os túmulos

Através do levantamento feito em 2011, foram catalogados e fotografados 124 túmulos. Visto da antiga entrada principal, existem no lado esquerdo 60 e do lado direito 64 túmulos. Desses 124 túmulos, 11 são túmulos duplos e 113 únicos. Só foram registrados os túmulos nos quais havia uma construção completa ou parcial, ou seja, somente a lápide ou algum outro fragmento que permitisse identificar o túmulo. Cruzes únicas de madeira ou de ferro sem jazigos reconhecíveis não foram levados em consideração. Os túmulos estão, no geral, em bom estado de conservação. Algumas das placas sepulcrais estão sujas com tinta de antigos trabalhos de restauração feitos e não estão muito legíveis. As próprias sepulturas

---

<sup>14</sup> Vide também: Brasil-Post. São Paulo 10.03.1995. Lösung zum Erhalt des deutschen KampFriedhofs.

<sup>15</sup> [s.n.]. Neuer Verein unter grosser Beteiligung gegründet. Em: Brasil-Post, São Paulo, 31.03.1995, s/p.

são pintadas em azul e branco e em uma grande parte há flores. Begrich descreve que ao entrar no cemitério pelo portão, via-se do lado esquerdo veneráveis, enormes, cimentados monumentos de pedra, sobre os quais havia pesadas cruzes de ferro fundido; do lado direito via-se apenas pequenos túmulos com simples cruzes de madeira (BEGRICH, 1933, p. 33). Ao lado direito existiam grandes construções mortuárias, que não foram fotografadas por Begrich. Os nomes mencionados em seu escrito (BEGRICH, 1933, p. 33), aparecem hoje tanto do lado esquerdo como do direito e é improvável que os túmulos tenham sido transferidos de um lado para o outro.



1933



2011

Hoje, sete construções mortuárias podem ser reconhecidas e estão bem conservadas, mesmo passando por pequenas mudanças arquitetônicas entre 1933 e 2011; as outras correspondem ao original. As lápides de Anna Hessel e de Adão Reimberg estão bem legíveis e são provavelmente as originais. No túmulo 38 (não identificado), reconhece-se bem que nada se alterou de 1933 até 2011, até as duas cruzes de ferro fundido ainda estão sobre a pedra sepulcral, porém hoje não é mais possível ler o epitáfio. Os epitáfios foram mudados no decorrer dos anos. Atualmente, há um pequeno epitáfio de Benedito Lopes (1912-1962)<sup>16</sup>. No túmulo 58, de Augusta Rocumbak, pode-se reconhecer a originalidade, mesmo a cruz dentro da pedra sepulcral é a original. O túmulo nº 36 é o mais antigo ainda existente. As lápides do casal Peter Zillig e Catharina Weinmann podem também ser as originais, apesar de o escrito ter

---

<sup>16</sup> É questionável, se Benedito Lopes realmente foi sepultado lá.

sido renovado. Esses últimos casaram por contrato e tiveram 11 filhos. Infelizmente, não existe uma imagem de 1933, porém Begrich e Nohel mencionam a sepultura em seus escritos (BEGRICH, 1933, p. 33; NOHEL, 1928, s/p). No lado direito, há ainda uma fileira de túmulos originais, ainda que não haja nenhuma imagem de 1933. O túmulo nº 87 é de Julia Zielle (Zillig) (1853-1899) e Pedro Reimberg (1838-1918), que Begrich menciona em seus escritos (BEGRICH, 1933, p. 34). As lápides de mármore branco são originais, a de Zillig ainda é relativamente legível, a de Reimberg está muito ruim. O túmulo nº 89 é de Carolina Zille (Zillig) (1851-1923) e Adão Reimberg (1835-1902), também citado por Begrich em sua obra (BEGRICH, 1933, p. 34). As lápides também são de mármore claro e não muito bem legíveis. O túmulo nº 61 Miguel Rocumbah (Rockenbach) está provavelmente no local original. A lápide foi restaurada entre 2009 e 2011 e não está mais no estado original. Era como todas as outras placas, de mármore claro, com escrita esculpida e era ainda bem legível, mas infelizmente teve sua originalidade histórica comprometida. O túmulo nº 63 (da família Glaser/Reimberg?) está no local original. As três placas que foram colocadas nos nichos são originais, mas não se sabe ao certo se a sepultura é realmente a deles, visto que a construção do túmulo já existia em 1933. Julia Glasser faleceu em 1938 e José Reimberg em 1960. É possível que se trate na verdade de um jazigo da família Glaser, já que a placa de Henrique Glasser (1894-1909) foi lá colocada. Henrique foi o irmão de Julia, José Reimberg foi seu esposo<sup>17</sup>. O túmulo nº 67 parece pertencer à família Gottfried. Nas lápides, reconhecemos *João Gotes Fritz*, sua esposa Julia Remberg, Pedro Gotsfritz e sua esposa Maria Rasquinha. As placas de João Gotes Frits e Maria Remberg são de mármore claro e efetivamente mais antigas que as de Gotsfritz e sua esposa. Pelo estado, com leves rachaduras e pouco legíveis, devem se tratar de placas originais. O que é de se admirar nesse túmulo é o fato de que adicionalmente foi colocada uma cruz de ferro fundido com o nome de João Gottfried (= João Gotes Fritz). Os dados de nascimento e

---

<sup>17</sup> Vide: Famílias Brasileiras de Origem Germânica, vol. VIII. Ed. Instituto Martius-Staden. São Paulo: OIKOS, 2012.

falecimento informados na cruz e na lápide são idênticos, somente o modo de escrever o sobrenome é completamente diferente. É possível que as lápides de João Gottfried e Julia Remberg somente tenham ficado prontas após a morte de Julia Remberg em 1913 e a cruz já em 1891/1892. Todas as cruzes fundidas tem a data de falecimento entre 1890 e 1892, com exceção da de Peter Rheinberger, que é datada do ano de 1887. Das sepulturas descritas por Nohel e Begrich, não existem mais os túmulos de Cristiano Gots Frites, João Pedro Roschel, José Gilger e Pedro Hessel. É possível que esses tenham sido transferidos para Parelheiros, pois algumas famílias exumaram os restos mortais em 1974 e os enterraram em outros cemitérios (MEDINA, 1981, p. 7).

### As diferentes cruzes

As cruzes de ferro fundido foram produzidas muito provavelmente na *Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema* (fechada em 1895) (BEGRICH, 1933, p. 33) e demonstram uma certa prosperidade. Como as cruzes chegaram em Colônia ainda não está esclarecido. É possível que tenham sido produzidas sob encomenda, ou através de contato pessoal entre as famílias alemãs em Colônia e Ipanema. Cruzes de ferro fundido quase idênticas se encontram ainda em Ipanema e no Cemitério de Sorocaba. É o que permite supor que tais cruzes tenham sido produzidas em Ipanema.



Cruz de ferro (Pedro Reimberger). 2011

As cruzes medem 96 cm x 48 cm e, atualmente, ainda existem dez de ferro fundido. Seis cruzes estão fixadas no muro do cemitério, do lado leste (uma cruz sem identificação e três cruzes nas sepulturas), estando restauradas e conservadas com uma tinta

cinza<sup>18</sup>. Nas fotos de 1933 e nas fotos dos anos 80 pode-se ainda reconhecer cruces mais simples e menores de ferro forjadas a mão, sem todavia conter qualquer epitáfio. Tais cruces estão, como as de madeira, simplesmente fincadas na terra. Não se pode afirmar se essas cruces menores substituíram as cruces de madeira ou se foram utilizadas diretamente como lápide de túmulo. Dessas, algumas ainda estão preservadas, parte em pedras sepulcrais, e parte no muro do cemitério do lado leste.

Chamam atenção ainda as cruces de pedra, as quais estão fixadas em um simples pedestal, possuindo a mesma forma, como as de Ipanema. Originalmente, deviam estar posicionadas acima dos túmulos; hoje, localizam-se soltas sobre a terra.

## **O portão de entrada**

### **Em um relatório sobre os trabalhos de renovação do cemitério, o Sr. Bremberger registra em meados de julho de 1996 o seguinte:**

“O portão de entrada pintado em azul foi reconstruído posteriormente conforme o original, (...) o caminho para a capela está nivelado, (...) seixos e restos de muro, dois entre outras até com cruces de ferro totalmente danificadas pela ação do tempo e sem nenhuma identificação foram colocados ao lado e guardados, (...) túmulos danificados são de meados dos anos 70, o que lá foi destruído não pode ser mais reconstruído, pois ninguém sabe ou consegue descobrir, o que aonde ou a quem poderia pertencer, (...) a capela foi restaurada, no final a capela recebeu um novo telhado com telhas coloniais originais.” (BREMBERGER, 1996, p. 26)

A afirmação do Sr. Bremberger, de que o portão foi fielmente reconstruído, conforme o original, não é confirmada por outras fontes. Nas fotos de 1933 e de 2011, vemos nitidamente fechaduras diferentes. Observa-se que faltam nas portas as barras centrais da grade, as quais estavam fixadas no original bem no centro. Na reconstrução vemos uma conexão cruzada. Percebe-se

---

<sup>18</sup> Para ver a lista completa com os nomes vide: <http://cemiteriocolonia.hospedagemdesites.ws>.

ainda que a escada de entrada em 1933 possuía apenas um degrau, onde hoje estão três. É provável que o nível da rua tenha sido rebaixado mais recentemente por conta de alguma obra de asfaltamento, ocasionando a diferença.



1933



2011

## Conclusão

Supondo que os túmulos existentes tenham sido reconstruídos fielmente aos originais, além das lápides realmente originais, é possível concluir que são poucas as *famílias alemãs que ainda possuem ali* seus túmulos, como os *Rheinberger, Rockenbach, Gilcher, Glaser, Zillig, Gottfried, Hässel, Gross, Klein, Mendes, Backes, Weinmann e Helfenstein*. São apenas 13 das 94 famílias que receberam sua terra em 29 de junho de 1829, o que de um lado não é tão surpreendente, pois se sabe que muitas famílias logo se



mudariam para a Vila Santo Amaro, Itapecerica da Serra, Araçoiaba da Serra, Porto Feliz e outros locais. Túmulos com nomes de outros dos primeiros imigrantes alemães se encontram nos cemitérios de Parelheiros, Santo Amaro e Itapecerica da Serra, o que aponta para a necessidade do prosseguimento do levantamento, para assim complementar os dados existentes.

## **Fontes**

Acervo GIV e 109 do Instituto Martius-Staden.

Atas do Serviço Funerário do Município de São Paulo. Cópia digital. Acervo Instituto Martius-Staden.

Entrevista com o Sr. Reimberger. Acervo Instituto Martius-Staden.

Fotografias do cemitério de Colônia de 1933, 1978, anos 80, 1994, 2011. Acervo Instituto Martius-Staden.

Livro de registro de óbitos de Colônia. Cópia digital. Acervo do Instituto Martius-Staden.

Inventário do cemitério feito em 2011. Acervo Instituto Martius-Staden.

## **Bibliografia**

[s.n.] Gründungsfest der Colônia Alemã 1829-1962. *Deutsche Nachrichten*. 16.09.1962.

[s.n.] Pioneiros iniciam movimento. Em: *O Estado de São Paulo*. 23.03.1966.

[s.n.]. Cemitério de Colônia fechado. Em: *A Tribuna de Santo Amaro*. São Paulo 05.02.1972.

[s.n.]. Neuer Verein unter grosser Beteiligung gegründet. Em: *Brasil-Post*, São Paulo, 31.03.1995.

BEGRICH, Martin. *Festschrift zur 25. Wiederkehr des Einweihungstages der Deutschen Evangelischen Kirche in São Paulo*. São Paulo, 1933.

BEGRICH, Martin. Welches ist der älteste Verein S. Paulo. Em: *Deutsche Zeitung*. São Paulo, 09.06.1934.

BREMBERGER, Helmut. Zwischenbericht über die Arbeit am Einwandererfriedhof. Em: *Brasil-Post*. São Paulo, 26.07.1996.

CHRONIKUS. 170 Jahre Colônia Alemã. Em: *Brasil-Post*. 23.07.1999.

CHRONIKUS. Einwandererfriedhof wieder eingeweiht. Em: *Brasil-Post*. 23.11.2001.

CHRONIKUS. Kampfriedhof wieder eingeweiht. Em: *Brasil-Post*. 15.12.2000.

FAUSER, Hildegard Werle. *Die Grumbiern wie Kopp so gross. Die Einwanderung aus dem deutschsprachigen Raum in den Staat São Paulo*. São Paulo: [s.n.], 1999.

H. K. Einweihung der Gedenktafel im Dorf Colonia. Em: *Brasil-Post*. São Paulo, 13.02.1971.

INSTITUTO MARTIUS-STADEN. *Famílias Brasileiras de Origem Germânica*, vol. VIII. São Paulo: Oikos 2012.

KREMER, Herbert E. Geschichtliches und Neues von “Colonia Paulista”. Em: *Deutsche Nachrichten*, São Paulo, 25.08.1965.

MEDINA, Evelyn Kocourek. O Cemitério de Colônia, completamente abandonado. Em: *Gazeta de Santo Amaro*. 13.06.1981.

NOHEL, Otto Adolf. Germania. Jahrhundertfeier der Deutschen Kolonie Santo Amaro. Em: *Wochenbeilage zur Deutschen Zeitung*. São Paulo, 11.08.1928.

SCHMIDT, Franz. 155 Jahre Protestantischer Friedhofsverein in São Paulo. Em: *Brasil-Post*, 18.11.1999.

SOMMER, Friedrich. *Die Deutschen in São Paulo*. Band II/2. São Paulo: 1945. [Manuscrito]

ZENHA, Edmundo. *A colônia alemã de Santo Amaro*. São Paulo: Arquivo Histórico, 1950.

# **A BUSCA PELO ESPAÇO DE MEMÓRIA: OS MONUMENTOS DOS IMIGRANTES PARA O CENTENÁRIO FARROUPILHA NO DISCURSO JORNALÍSTICO**

Luciano Braga Ramos<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente trabalho pretende discutir através da análise das fontes jornalísticas, os discursos produzidos pelas comunidades de imigrantes, portuguesa e espanhola, dentro do contexto das comemorações do Centenário da Revolução Farroupilha, e a tentativa destas de se inserirem ao espaço de produção da memória coletiva através das comemorações em Porto Alegre. A pesquisa mostrou-se relevante, devido ao fato já constatado de que as comemorações do Centenário da Revolução Farroupilha, serviram de base para a elaboração de uma memória comum ao povo gaúcho, porém, sempre vinculada à região da campanha. Tal memória produzida pelos intelectuais gaúchos, não levava em consideração as diferenças étnicas na construção identitária do povo rio-grandense. Nesse sentido, torna-se importante compreendermos os “porquês” da participação destas comunidades, que se reconheciam como minorias étnicas dentro daquele contexto. Também compreender as necessidades e interesses destas em buscarem espaço nos lugares de memória da Revolução Farroupilha através do oferecimento de monumentos para a cidade de Porto Alegre.

*Palavras-chave:* Imigrantes, Memória, Monumento, Revolução Farroupilha.

---

## **Introdução**

A presente comunicação pretende analisar, através das fontes jornalísticas os discursos articulados durante a inauguração dos monumentos entregues à Prefeitura de Porto Alegre, pelos imigrantes portugueses e espanhóis, dentro do contexto das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha na cidade. Essa proposta de trabalho abre uma discussão, entorno do questionamento sobre quais motivos teriam levado as comunidades

---

<sup>1</sup> Especialização em História do Rio Grande do Sul. UNISINOS.

de imigrantes a renderem homenagens associando-se as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha.

Tal questionamento se faz pertinente, se levarmos em consideração que as comemorações oficiais da Exposição Farroupilha, estavam embasadas na memória e na história elaborada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. A memória idealizada buscou os elementos de memória dos grupos dominantes. Estes grupos políticos, os mesmos que levaram Vargas ao poder nacional, que se viam como oriundos do tipo étnico da fronteira oeste, o gaúcho. Estas oligarquias diziam-se herdeiras e continuadoras da obra e dos homens da Revolução Farroupilha. O discurso construído dava ênfase à brasilidade dos farrapos, evidenciando a matriz historiográfica lusa, em detrimento da matriz platina (GUTFREIND, 1992).

Segundo o historiador Sérgio da Costa Franco, em sua obra, “Porto-Alegre Sitiada: um capítulo da Revolução Farroupilha”, “Incoerente, a cidade ergueu monumentos e voltou homenagens aos sitiadores que a maltrataram”. (FRANCO, 2000, p. 17).

Busquei então, compreender esse processo de construção da memória farroupilha, tendo como tema o monumento a Bento Gonçalves em Porto-Alegre. Mas este, ao contrário do que afirma Franco (2000), mostra sim a materialização da memória coerentemente teorizada e posta em prática pela máquina historiográfica oficial. Num primeiro momento ao contato com as fontes jornalísticas, que me falavam dos monumentos dos imigrantes às comemorações da Revolução Farroupilha, parecia haver nestas comemorações, certo tipo de incoerência. No entanto numa análise mais minuciosa percebe-se que a produção e inauguração de um monumento, ao contrário de ser incoerente ela traz intrínseco, uma intencionalidade.

O monumento nesse sentido pode ser compreendido como um objeto que visa uma maior aproximação das comunidades dentro de uma mesma sociedade. Mas, no entanto, para dar sentido a nossa análise cabe resaltar que o monumento tem que ser percebido dentro da noção de monumento pelo de integração, este como assinala Abreu:

(...) têm o dom de activar ou intensificar, isto é, têm a capacidade de “fazer resoar”, valores, arquétipos ou símbolos já inscritos numa dada consciência ou (comunidade), cabendo-lhes, assim se espera, o papel de acolher e de reunir á sua volta um vasto e indistinto público (...) pretende abarcar o conjunto extenso e diverso de uma dada “população”, e por isso a sua intencionalidade apresenta-se como integradora”. (ABREU, 2005, p.221).

O monumento polo de integração intenciona criar lugares de memória, locais de comemoração em comum dentro de uma sociedade. A comemoração pode ser entendida como uma rememoração social. Segundo Helenice Silva “Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal.” (SILVA, 2002, p. 432). Dessa perspectiva os monumentos acabam se constituindo como lugares de memória, pois trazem em si a intencionalidade de perpetuar a memória, como afirma Nora:

(...). Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. (...) Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar á incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. (...). Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. (NORA, 1981. p. 13).

Para a construção desses locais de memória, ao qual o monumento é intencionalmente produzido, necessita-se fazer um exercício de memória. A memória por esse viés pode ser entendida como processo mental que acontece no presente. Dessa maneira funcionando como ferramenta de busca e classificação de lembranças, mas também de esquecimentos, já que esta é seletiva. Para Ulpiano Bezerra de Menezes:

Trata-se de um processo, historicamente mutável, de um trabalho, e não de uma coisa objetivada ou de um pacote fechado de

recordações. Além disso, mais que mecanismos de registros e retenção, depósito de informações, conhecimento e experiências, a memória é um mecanismo de experiências, a memória é um mecanismo de esquecimento programado. E se a memória se constrói filtrando e selecionando, ela pode também ser induzida, provocada. (MENEZES, 2000, p. 93).

A construção de um monumento se dá no presente, para atender reivindicações do presente. Uma de suas finalidades é a de manter vivas as memórias que de certa forma dizem respeito ou interessam a sociedade que o produziu. O monumento se constituindo como lugar de memória entendido como polo de integração, acaba por servir de elo entre o presente e o passado. Caminho por onde percorre a memória que se encontra no presente. Pois, “a noção que a memória aparece como enraizada no passado, (...) é também falsa; a elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente.” (MENEZES, 2000, p. 93). Sendo assim, a partir desses pressupostos teóricos podemos estabelecer uma análise dos discursos registrados e produzidos pela imprensa da época. Para que de certa forma possamos perceber os interesses, os joguetes sociais e expectativas dos sujeitos envolvidos na conjuntura por nós pesquisada.

### **Os monumentos, as comemorações e os discursos nas páginas dos jornais**

Como seria possível para nós estabelecermos alguma projeção entorno dos propósitos que levaram imigrantes portugueses e espanhóis, a prestigiarem e aplaudirem, e mesmos se associarem as comemorações do centenário farroupilha. Se partirmos da ideia de que as memórias da Revolução Farroupilha, não vislumbravam outros elementos étnicos que potencializassem uma identidade para o gaúcho, então podemos atestar que havia por parte dos imigrantes interesses nessa associação as memórias Farroupilhas. Tal associação constituía-se numa tentativa de mostrarem que também faziam parte daquela sociedade. Colônias como a portuguesa e a espanhola, não expressavam a pujança das colônias italiana e alemã. Supomos que estas precisavam buscar legitimação social, em

contrapartida aos debates que ocorriam na Câmara Federal sobre a eficácia de certas correntes imigratórias, justamente no contexto das comemorações aqui mencionadas.

Foi ontem debatida na Camara a questão das imigrações impostas pela Constituição às correntes imigratórias. A julgar pelos comentários da imprensa e pelos aplausos com que foi recebido, ontem, o projeto do deputado Renato Barbosa, o dispositivo constitucional que dificulta a entrada, no país, de imigrantes, tem contra si a maioria da opinião brasileira. (A Federação, 12 de setembro de 1935, capa).

A imigração, em 1935, era um assunto que dividia a Câmara Federal. Segundo noticiado em A Federação, havia um artigo na Constituição de 1934, que pretendia restringir a entrada de imigrantes no Brasil. O discurso jornalístico atesta que havia uma elaboração teórica que fazia a defesa pelo nacionalismo, mostrando-nos assim a existência na Câmara de defensores da limitação das correntes imigratórias no Brasil. Temia-se uma entrada desenfreada de imigrantes no território brasileiro. Segundo afirma o próprio Jornal:

Realmente há a necessidade de se controlar a entrada no Brasil das levas de imigrantes que aqui vêm em busca de melhor sorte da que lhe podem oferecer os países de onde emigram. Esse controle, porém, póde articular-se de modo menos rígido do que o imposto por limitações intransponíveis, que nem sempre correspondem às necessidades nacionais, como o demonstra a falta de braços de que se queixam as lavouras paulistas, mineira e de outros Estados. (A Federação, 12 de setembro de 1935, capa).

Percebe-se que, o controle sugerido sobre a entrada de imigrantes atinge aquelas levas que não se encaixavam nos modelos produtivos do país, ou seja, não serviam de braços à lavoura. Contudo no caso do Rio Grande do Sul, colônias como a portuguesa e a espanhola, não representavam expressivo crescimento em comparação às colônias como a alemã e italiana, sendo vistas mesmo por seus representantes como modestas. O jornal A Federação, resalta a importância da participação de certas colônias no crescimento do Brasil.

É inegável que as zonas de maior prosperidade do país são precisamente aquelas em que se desenvolveu com maior amplitude a valiosa colaboração do braço estrangeiro. O Estado de São Paulo e o Rio Grande do Sul são expressivos exemplos. Determinadas correntes imigratórias tem tido uma poderosa influencia sobre o desenvolvimento da nossa economia, que impulsionaram em diversas direções, com a tenacidade do seu trabalho e a inteligência da sua iniciativa. A experiência nos tem demonstrado, através de um período fecundo de desdobramento de formidáveis energias e acelerações surpreendentes do nosso progresso, que determinadas correntes imigratórias nos são proveitosas em todos os sentidos – o economico, o social, o cultural e o etnológico, dada a facilidade com que se assimilam ao nosso ambiente os elementos raciais, intelectuais e produtivos que nos trazem. (A Federação, 12 de setembro de 1935, capa).

Tal posição por parte do jornal justifica em parte a preocupação destas colônias mais modestas em demonstrarem sua participação social através da simbolização e celebração dos monumentos, na busca por espaço social. O jornal A Federação conclui sua opinião, justamente aconselhando que se devesse quebrar a rigidez da lei de imigração através de uma seleção sobre as correntes imigratórias que deveriam entrar no Brasil. A citação abaixo nos dá a entender que as correntes imigratórias que não tivessem a intenção de servir de braço produtivo no campo, estas sim deveriam ficar fora de tal escolha por parte dos órgãos competentes.

É claro que a experiência sociológica que um já vasto período de política imigratória nos tem dado deve nos orientar na escolha dos elementos que nos convêm, assim como não se póde esquecer a necessidade de promovermos um maior aproveitamento do braço que ficando esquecido e improfícuo nos nossos sertões. (A Federação, 12 de setembro de 1935, capa)

A ideia, por parte do jornal A Federação, sobre a escolha dos imigrantes que deveriam entrar no Brasil, por sua importância produtiva, pode ser visto como uma crítica às pequenas colônias – no nosso caso, portuguesa e a espanhola. Ou seja, fora da zona das colônias produtivas. Na verdade o jornal A Federação, questionava a eficácia do estabelecimento deste tipo de colônia, classificando-as



como pouco expressivas. Em parte tal discurso da uma luz a nossa análise a respeito dos motivos que levaram estas colônias de imigrantes a renderem homenagens junto às comemorações do Centenário da Revolução Farroupilha. Grosso modo, estas comunidades precisavam se fazer notar.

Em setembro, de 1935, o Jornal da Manhã, convida a população de Porto Alegre, à participarem da inauguração do obelisco oferecido pela colônia portuguesa no dia 24 de setembro de 1935, como forma demonstrar a “amizade que unem portugueses e rio-grandenses será assim cimentada com a oferta desse monumento á capital do Estado.” (jornal da manhã, 22 de setembro de 1935, p. 06). Assim no dia 25 de setembro de 1935, o jornal da manhã estampava em suas páginas os discursos das autoridades e representantes da colônia portuguesa na entrega do monumento a Porto-Alegre. O discurso do jornal insere os monumentos dentro dos festejos demonstrando a apropriação destes no contexto comemorativo oficial. Podemos atestar que o jornal da Manhã, entendeu como associação de fato o oferecimento do obelisco às comemorações oficiais.

Continuam com intensidade os festejos comemorativos da epopeia farroupilha.

Ainda ontem pela manhã, em prosseguimento das comemorações do Centenário Farroupilha, foi concretizada num artístico obelisco, erigido á Av. Sepulveda, a contribuição da laboriosa colônia portuguesa radicada neste Estado ás solenidades comemorativas da epopeia gloriosa, redundando a cerimônia inaugural num acontecimento de real significação e grande brilhantismo, (...). (Jornal da Manhã, 25 de setembro de 1935, p.10).

No ato de solenidade de inauguração do monumento noticiado pelo jornal, podemos perceber os ritos e representações que concretizam, e mesmo legitimam o papel social do monumento como polo de integração. Percebe-se sua intencionalidade de inserir a colônia portuguesa dentro das comemorações farroupilhas.

(...), foi dado início a cerimônia inaugural, ao som do hino Rio Grandense, pela Banda Municipal.

Tomou a palavra, após, o dr, Heitor Pires convidando o general Flores da Cunha e o conselheiro Camelo Lampreia para descobrirem

o obelisco, que se achava coberto pelas bandeiras rio-grandense, brasileira e portuguesa, o que foi feito sobre calorosas palmas. Uma vez descoberto o monumento, a banda Municipal executou o Hino Nacional e, logo após, o Português. (Jornal da Manhã, 25 de setembro de 1935, p.10).

A cerimônia inicia-se com o hino da extinta República Rio-Grandense, tendo o monumento coberto pelas bandeiras do Rio Grande do Sul, que foi a bandeira farroupilha, e pela bandeira portuguesa, além, claro da brasileira. O monumento foi descoberto pelo governador do Estado Flores da Cunha, este era representado pelo Jornal da Manhã como continuador dos centauros de 1835. (Jornal da Manhã, 22 de outubro de 1935, p.04). A finalização formal da inauguração ao som dos hinos nacionais marcou o aspecto que se queria para as comemorações Farroupilha, como uma comemoração sob os signos da brasilidade da Revolução Farroupilha. No entanto imbuída dos elementos regionais, que construíam o palco para o cerimonial.

Tomou a palavra Heitor Pires orador oficial da solenidade. Sua fala nos permite analisar a intencionalidade do evento em se associar as comemorações oficiais. Os portugueses da ocasião das comemorações também fazem uso das memórias Farroupilha no jogo de rememorar, “heroicizando” os homens de 35 comparando portugueses e farrapos por estes serem liberais.

A colônia portuguesa do Rio Grande do Sul, não podia deixar de se associar às homenagens prestadas aos heróis de 35, os bravos fundadores da República de Piratini e paladinos da implantação de instituições liberais no Brasil.

Desnecessário se nos afigura rememorar aqui o que foi esse movimento épico dos farrapos e a influência que exerceu e continua a exercer nos destinos do Rio Grande e quiçá de toda a Patria Brasileira e ao qual os portugueses de então – disso eu estou absolutamente certo – emprestaram toda a sua colaboração com a mesma espontaneidade e com a mesma sinceridade com que os de hoje se associam às homenagens prestadas àqueles heróis.

O contrario, seria aliás inadmissível se tivermos em vista que os portugueses são liberais por índole, por temperamento e se entregam, com ardor, às boas causas, como era inegavelmente a da revolução farroupilha. (Jornal da Manhã, 25 de setembro, de 1935, p. 10).

A tentativa de associar os portugueses à memória farroupilha se concretiza no discurso quando Pires se utiliza dos aspectos raciais para justificar a imperceptível participação dos portugueses na Revolução Farroupilha. Segundo o orador estes participaram ativamente, mas não foram lembrados pela historiografia devido ao fato da rápida assimilação destes no meio rio-grandense.

Descendentes da mesma raça; falando a mesma língua, com hábitos e ideais idênticos e votando ambos o mesmo sublime amor ao Brasil, é natural que portugueses e riograndenses se confundam e é natural por isso mesmo que ao historiador haja passado despercebido, nos seus mínimos detalhes a atuação dos portugueses na Epopéia Farroupilha, só a ele se referindo em linhas gerais. (jornal da Manhã, 25 de setembro, de 1935, p. 10).

O discurso de Pires acaba por maquiagem de certa forma, a omissão da historiografia gaúcha que pretendia um tipo único para servir de identidade ao gaúcho. Portanto a presença da homenagem prestada pela colônia portuguesa na implantação daquele lugar de memória fazia-se necessário como uma utilização da memória a seu favor. Servia assim, o monumento como elo, integrando elementos de memória da colônia portuguesa, às memórias farroupilha “oficiais” num trabalho de manipulação das memórias no presente.

Os portugueses de ontem como os de hoje e como os de sempre, estão irmanados aos riograndenses, nos seus momentos adversos, como nas suas horas de alegria.

E participam, por isso, neste instante histórico, do regogiso que invade todo o povo gaúcho pela passagem do 1º centenário da gloriosa Epopéia dos Farrapos.

Associando-se a essas justas homenagens, com o oferecimento deste obelisco, fazem-no os portugueses, não por um dever pragmático, mas dando graças á oportunidade que se lhe apresenta para patentear, mais uma vez ao heroico e generoso povo do Rio Grande, e seu imorredouro reconhecimento pela hospitaleira acolhida que lhe é dispensada neste maravilhoso recanto do Brasil.

A oferta pouco vale, sem duvida, pelo seu aspecto material, mas é de um grande valor – eu o afirmo ao nobre povo riograndense – pela sinceridade, pela boa vontade e pela intenção com que é feita. (jornal da Manhã, 25 de setembro, de 1935, p. 10).

Sugerimos que o discurso do orador oficial da comemoração Heitor Pires parece ir de encontro às críticas feitas, no mês de setembro de 1935, pelo jornal A Federação que, questionava a presença de colônias de imigrantes que não atendiam aos interesses nacionais. O discurso parece querer dar uma resposta, mostrando e perpetuando a presença portuguesa na memória e identidade do rio-grandense. Tal memória, reforçadas pela representação e intenção disposta para a comemoração e inauguração do monumento que servia de polo de integração.

Em 22 de outubro de 1935 foi a vez da colônia espanhola, oferecer a cidade de Porto Alegre, a Fonte de Talavera. A comemoração contou com a presença do prefeito Alberto Bins, do cônsul da Espanha no Brasil, Juan Adrianes, e do representante da colônia espanhola do Rio Grande do Sul, Fernando Corona. (Correio do Povo, 25 de outubro, p.07)

O primeiro pronunciamento foi do cônsul da Espanha. Nas suas palavras ele conclamava espanhóis e brasileiros, a se solidarizarem com as comemorações do Centenário Farroupilha.

Povos de raiz hispânica, com tradições affins e com a mesma cultura, hespanhoes e brasileiros não podem permanecer alheios ás celebrações de seus respectivos passados históricos porque suas glorias preteridas formam todas o patrimônio commum da raça. (Correio do Povo, 25 de outubro de 1935, p. 07).

O discurso do cônsul enfatiza que gaúchos e espanhóis, possuem afinidades. Não foi levado em consideração o afastamento de algum vinculo histórico com a negação das raízes hispânicas, pela negação do platinismo, elaborado pela historiografia oficial.

Os hespanhoes radicados nesse imenso Brasil, rico como um continente, encontram-se em um meio que não lhes é extranho, com uma língua affim e costumes semelhantes e, embora conservem intacto seu accendrado amor pátrio, vinculam-se e compartilham intimamente com os naturaes do paiz os azares da vida. (Correio do Povo, 25 de outubro de 1935, p. 07).

Podemos sugerir que se configurou uma espécie de celebração “forçada”, apelativa mesmo. Aonde os espanhóis no

discurso do cônsul são lembrados como elementos da mesma cultura em relação aos brasileiros. Naquele sentido, brasileiros e espanhóis, eram considerados oriundos do mesmo patrimônio racial. Mas quanto aos rio-grandenses. Os intelectuais gaúchos estão naquele momento buscando seus vínculos com o Brasil, negando alguma aproximação identitária do gaúcho com o gaúcho, originário da América espanhola. Para os historiadores rio-grandenses, são esses dois tipos diferentes.

Correspondendo á hospitalidade que encontra, a Colonia hespanhola soube acolher como seus os sentimentos de jubilo do povo gaúcho na comemoração de sua epopeia gloriosa e desejou solidarizar-se com esta homenagem a seus festejos, contribuindo, assim, com esta nobre attitude, a estreitar os vínculos de amizade que unem os nossos dois paizes. (Correio do Povo, 25 de outubro de 1935, p. 07).

A grande questão nos parece ser, reforçar os vínculos num momento em que se esta dando ênfase ao “aportuguesamento” do gaúcho. Tanto a colônia espanhola como a colônia portuguesa, traziam em seus discursos, certa defesa contra o “esquecimento” destes nos festejos Farroupilha. Mas também se percebe o reflexo dos noticiários – vistos anteriormente – que tratavam das questões da imigração.

A colônia hespanhola do Rio Grande do Sul não é numerosa nem possui sufficiente força econômica para fazer alardes de grandeza, entretanto, era chegado o momento de honrar a tradição agradecida pela maneira hospitaleira e fraternal porque são tratados em geral todos os homens nascidos em outras terras, e para vós, hespanhoes em particular pelos vínculos tradicionaes emanados da península ibérica que tão de perto falam sobre a nossa comum formação racial. (Correio do Povo, 25 de outubro de 1935, p. 07).

O discurso com tom de gratidão por parte do representante da colônia reafirmava os predicados dispensados aos farroupilhas pela historiografia oficial, referindo-se a esses como os centauros de 35, numa relação direta com o presente e o passado político do Estado.

O momento era propicio para demonstrar a nossa gratidão e hoje felizmente entregamos ao povo do Rio Grande do Sul o resultado do nosso mais forte anelo.

É uma homenagem sincera e pura aos centauros de 35 formadores da alma nobre e caráter e generoso dos homens que actualmente dirigem os destinos brasileiros deste glorioso Estado.

Admiradores e respeitadores que somos, os Hespanhoses, desta nossa segunda pátria, força é declarar que sentimos com ella a mais legitima das alegrias pala commemoração do centenário do mais notável episodio da sua formação histórica. (Correio do Povo, 25 de outubro de 1935, p. 07).

Percebe-se a acentuação da ideia de associação, de forma que entendemos esta comemoração como uma rememoração coletiva, materializada na inauguração da fonte, “nesta benfazeja terra farroupilha” (Correio do povo, 25 de outubro de 1935, p. 07).

A aclamação e o reconhecimento das memórias Farroupilha como, “elo de identidade” é o que levava a necessidade de associação, pelo monumento que perpetuava aquela “fusão de memória”. E o monumento posto em um lugar de memória um tanto estratégico, acabava por consolidar a inclusão da colônia de fato à memória Farroupilha, rendendo homenagens a esta e seus governantes.

A colônia agradece também ao benemérito Governador do Estado, exmo. sr. general Flores da Cunha que facilitou a nossa comissão o transporte para o interior do Estado com o fim de coordenar os diversos comitês locais de cada região. Assim mesmo ao benemérito prefeito, exmo. sr. major Alberto Bins pela solicitude em receber sempre as nossas comissões e por ter-nos cedido a “sala de Visita” da cidade para a collocação da fonte, assim como o levantamento da base e a instalação hydraulica. Só nos falta dizer e isso se diz para que chegue a cada recanto que acolhe um cidadão hespanhol, que apesar da vontade geral, pura e sincera, de cumprir com nossa gratidão de todo nosso entusiasmo, quase nos excedemos ante o parco valor das nossas forças, e se estamos triumphantes agradecemos em grande parte aos homens que governam este maravilhoso paiz. (Correio do Povo, 25 de outubro de 1935, p. 07).

O arremate da inauguração da Fonte de Talavera ficou a cargo do discurso do prefeito Alberto Bins, este em seu discurso, agradeceu, retribuindo as homenagens feitas pelas colônias de imigrantes e sua associação com os festejos ao centenário da

Revolução Farroupilha. O prefeito ressaltou a participação das pequenas colônias com seus monumentos. Mas também citou a colaboração da colônia alemã de São Leopoldo, justificando que esta contribuiu com dinheiro para a construção do Hospital Sanatório Belém, em Belém Novo (ALVES, 2004, p. 60). Portanto reforça a nossa idéia de que as pequenas colônias de imigrantes tinham a necessidade que outras não tinham de figurarem nas comemorações Farroupilha. Colônias como a alemã tinham seu “brilho” próprio.

### **Considerações finais**

Pode-se perceber em nossa análise que os monumentos erguidos para o centenário da Revolução Farroupilha por colônias de imigrantes menos expressivas do ponto de vista econômico tinham um tom apelativo. Porém se tratando das ditas colônias de grande expressão sobre o crescimento do Estado, estas na ordem dos seus discursos não se percebe nada de apelativo.

A colônia, alemã, teve especial destaque nos noticiários do dia do colono, São Leopoldo, também dava e recebia apoio político do governo. Esta, não rendeu homenagens com monumentos para o centenário Farroupilha. São Leopoldo figurava nos noticiários mostrando sua pujança econômica. (Revista do Globo, 1935, p. 146). No entanto para reforçar a ideia que o monumento servia como elemento integrador de pequenas colônias, percebemos a presença de um monumento aos farroupilhas em Novo Hamburgo. A localidade tinha na década de 1920 se emancipado de São Leopoldo, se constituído como um município a parte que precisava mostrar seu potencial. (Revista do Globo, 1935, p. 22) Portanto podemos sugerir que este era um caso de necessidade de estar em evidência, e a participação nas comemorações do centenário Farroupilha, era uma maneira de mostrarem seu valor. Pois ainda segundo a Revista do Globo, Novo Hamburgo teve uma emancipação um tanto controversa feita através de um decreto do governo do Estado.

A colônia italiana por sua vez foi uma das primeiras a presentear o Estado com um monumento aos farroupilhas em Porto Alegre. Inaugurado em 20 de setembro de 1913, por ocasião do centenário de Giuseppe Garibaldi, o “Herói dos Dois Mundos”

(ALVES, 2004, p. 59). Portanto podemos entender que este monumento antes de buscar legitimação da presença dos italianos no Rio Grande do Sul, ele exalta a importância de Garibaldi na Revolução Farroupilha. Supomos que o monumento enquanto objeto de memória trás intrínseco um discurso de dívida dos rio-grandenses com os italianos na figura de Giuseppe Garibaldi e os italianos que aqui chegaram com ele.

Portanto não significa que todas as cidades que ergueram um monumento precisassem dele de forma vital. Mas este uma vez edificado conclama a si todo um potencial de representações na busca de legitimação da sociedade que o arquitetou. Seja para se inserir-se as memórias sociais, seja para cobrar sua presença em determinado contexto histórico.

## **Fontes**

A Federação. A questão imigratória no Brasil. Porto Alegre, 12 de setembro de 1935, capa.

Correio do Povo. A colônia espanhola e o centenário farroupilha. Porto Alegre, 25 de outubro de 1935, p. 07.

Jornal da Manhã. O obelisco oferecido pela colônia portuguesa. Porto Alegre 22 de setembro, de 1935, p. 06.

Jornal da Manhã. A homenagem da colônia portuguesa ao Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 25 de setembro, p. 10.

Jornal da Manhã. Um descendente dos farrapos. Porto Alegre 22 de outubro de 1935, p. 04.

Revista do Globo. Novo Hamburgo. Porto Alegre, 28 de setembro de 1935, p. 22.

## **Referências**

ABREU, José Guilherme. *A arte pública e lugares de memória*. Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio. Porto, 2005, I série vol. IV, p. 215-234. Disponível em: <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4944.pdf> acesso em: 09/03/2012.



ALVES, José Francisco. *A escultura Pública de Porto Alegre: história, contexto e significado*. Porto Alegre, Artifólio, 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre Sitiada (1836-1840): um capítulo da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre; Sulina, 2000. 128p.

GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

MENEZES, Ulpiano T. B. *Educação e museus: sedução, riscos e ilusões*. Porto Alegre: Faculdade Porto-alegrense de Educação, Ciências & Letras, jan/jun 2000. p.91-101; nº27.

## **Memória**

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. In: *PROJETO HISTÓRIA*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, SP – Brasil, 1981. P. 7-28.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, nº 44, p.425-438, 2000. Disponível em: <[www.sielo.br](http://www.sielo.br)> acesso em: 11/07/2012.

## **CAPÍTULO II – GÊNERO, FAMÍLIA E INFÂNCIA**

# **O PAPEL DOS FILHOS NA DINÂMICA FAMILIAR DE IMIGRANTES JUDEUS NO RIO GRANDE DO SUL (1904-1930)**

Ricardo Cássio Patzer<sup>1</sup>

*Resumo:* A família representa um importante campo de estudo nos processos migratórios. É neste espaço que se forjam estratégias e configuram-se decisões que norteiam a trajetória de indivíduos e grupos. Ser filho de uma família de imigrantes significa desempenhar importantes papéis nos diversos acontecimentos cotidianos do grupo na conjuntura em que está inserido. Neste processo de mobilidade espacial e social das migrações se inserem famílias de imigrantes judeus instaladas pela Jewish Colonization Association, entre 1904 e 1930, em suas colônias agrícolas no Rio Grande do Sul. Pretendemos analisar o papel estratégico dos filhos neste imenso campo de possibilidades que a mobilidade espacial representa para a família.

*Palavras-chave:* Imigração judaica, família, estratégia.

---

## **Introdução**

Um processo migratório representa profundas transformações de vida para quem se desloca geograficamente. O contato com uma realidade diferente da vivenciada até então exige readaptações. Toda esta interação não é despida de efeitos sobre a vida do sujeito que ao deslocar-se geograficamente busca uma reestruturação na sua vida, em termos culturais, religioso, social, dentre outros.

A família é um espaço privilegiado para observarmos toda a complexidade representada pelo ato de migrar. “(...), a decisão de emigrar era geralmente tomada em conjunto pela família”. (BASSANEZI, 1999, p. 294). Essas decisões estão atreladas a um conjunto de possibilidades limitadas e a fatores externos também

---

<sup>1</sup> Mestrando PPGH UNISINOS.

condicionantes. Nessa trama o que motiva a emigração e o que define o destino é um processo complexo. A busca por informações seguras em relação ao local de destino e de como reestruturar a vida familiar está envolta de preocupações e insegurança, com objetivo de proteger física e emocionalmente os membros da família como assegurar uma posição material melhor ou pelo menos semelhante ao local de origem. As redes configuradas pelas relações familiares tinham um grande peso no estímulo e planejamento da vida familiar em um espaço desconhecido. Informações confiáveis e precisas eram fundamentais em um meio onde interesses pessoais econômicos e empresárias poderiam distorcer realidades. Entre pensar em imigrar e de fato o fazer existe um espaço de dúvidas e incertezas em relação ao desconhecido.

A pessoa ou a família que pensava em emigrar tendia a confiar mais nas informações fornecidas, ao vivo ou por carta, por um parente, vizinho ou amigo, por exemplo, do que nos folhetos de propaganda distribuídos por um agente recrutador. (TRUZZI, 2008, p. 206).

Os diversos papéis desempenhados pelos membros da família são fundamentais na configuração das estratégias. Os filhos desempenham diferentes papéis, onde sexo e idade criam circunstâncias muito diferentes no desempenho de funções, seja no núcleo familiar seja no meio social. No Brasil, no período republicano, a política imigratória visava atrair famílias de imigrantes, sobretudo europeus, para se instalarem como pequenos proprietários rurais, embora o destino de muitos imigrantes fosse os centros urbanos. Diversos imigrantes preferiram se deslocar sozinhos para posteriormente trazer o restante do grupo familiar. Instalado em condições materiais satisfatórias o imigrante poderia oferecer condições para reunir novamente o núcleo familiar e até mesmo servir de mediador para aproximar geograficamente demais familiares.

Não podemos restringir o olhar sobre a família somente aos laços consangüíneos ou a um único núcleo residencial. Em torno da família circundam “complejos sistemas de parentesco, las alianzas familiares y el peso que ellos puedan tener en la multiplicidad de actividades relativas a la sociabilidad, el prestigio, la política y el

poder”(MORENO, 2004, p.17). Assim, ao mesmo tempo em que a imigração poderia distanciar uma família ou reaproximá-la, poderia representar os dois efeitos concomitantemente distanciando de parte desta família e reaproximando de outra.

O gasto pecuniário com o deslocamento de um grupo familiar muito grande poderia dificultar o deslocamento deste. Nas colônias brasileiras, muitas, ainda, em processo de desenvolvimento muito precário, com dificuldade de locomoção e mesmo de instalação e alimentação tornavam a criação dos filhos uma tarefa penosa. A presença de muitos filhos ainda crianças e que não pudessem servir de mão obra, poderia ainda gerar preocupações adicionais em caso de doenças ou mesmo em relação às preocupações cotidianas que o cuidado de uma criança exige.

Ao tratarmos de trajetórias de imigrantes não encontraremos linearidade e coerências, mas incertezas, equívocos, acertos. “Assim, um indivíduo que exhibe pouca inclinação religiosa aos vinte anos pode se transformar em um judeu religioso ortodoxo aos quarenta” (SORJ, 1997, p. 69 e 70). . Ao longo da vida o sujeito vai reconstruindo e ressignificando a sua posição frente às diversas circunstâncias, fruto de suas escolhas e decisões. As diversas concepções sejam políticas, religiosas, etc. vão se transformando. O grupo étnico e os indivíduos que dele fazem parte não estão cristalizadas no tempo, mas tem sua própria dinâmica interna de transformações. Assim se o pertencimento a uma determinada categoria, seja étnica, social, religiosa exercem grande influência sobre o sujeito, de certa forma delimitando seu comportamento, também permite um espaço de mobilidade que torna sua trajetória, imprevisível.

### **A imigração judaica através da Jewish Colonization Association**

No período republicano o Rio Grande do Sul promove a criação de diversas colônias no Estado. Sejam colônias criadas e administradas pelo Estado ou por empresas privadas constituídas com o objetivo de fundar colônias e vender lotes rurais aos imigrantes oriundos da Europa, ou de outras regiões de colonização que possuíam um excedente populacional.

No início do século XX duas colônias destinadas à instalação de imigrantes judeus são criadas pela Companhia Colonizadora Jewish colonization Association (ICA). Fundada, em 1891, em Londres, promove a imigração de judeus, principalmente, do Leste Europeu em direção ao Brasil. Em uma conjuntura de constantes disputas em torno do nacionalismo e das definições políticas de territórios, os judeus, residentes em território russo, passavam por uma série de medidas restritivas e perseguições, chamados “pogroms”. Com uma legislação favorável a atração de imigrantes no Brasil e com a atuação de uma companhia colonizadora destinada a instalar imigrantes judeus em suas colônias fundadas, no Rio Grande do Sul, muitos imigrantes deslocam-se através da ICA para o Brasil.

A ICA atua em diversos países como Argentina, Estados Unidos, Canadá, Palestina, Polônia, Rússia, dentre outros, funda diversas colônias agrícolas, auxilia instituições locais destinadas a receber os recém chegados, funda escolas e caixa de empréstimos, além de manter diversos escritórios com o objetivo de organizar a imigração<sup>2</sup>. Assim diversos imigrantes vem para o Brasil, através da atuação da ICA, muitos destinados às colônias agrícolas de Philippon e Quatro Irmãos, no Rio Grande do Sul. Outros já residentes no Brasil, ou em outras partes do mundo e que se deslocam espontaneamente, as próprias custas, buscam as colônias para fixar residência. A ICA diferencia-se de outras companhias colonizadoras por se autodenominar filantrópica, embora em sua prática não se diferencie de outras companhias colonizadoras atuantes no Estado. (Gritti, 1997, p.)

Através da atuação da companhia, muitos imigrantes puderam montar estratégias e deslocar-se para diversas partes do mundo, dentre elas o Brasil. Incertezas e desconfianças em relação ao novo local exigiam um planejamento familiar para realizar o novo projeto de vida que a imigração representava. Um destino onde o imigrante pudesse encontrar referências culturais e religiosas com

---

<sup>2</sup> Jewish Colonization Association. Memorial apresentado a sua ExciaDR. A. A. Borges de Medeiros... pela Jewish Colonization Association, 1925 [manuscrito].

as quais se identificasse a disponibilidade de trabalho e principalmente uma rede de relações parentais das quais pudesse se utilizar para pôr em prática seus projetos representava importantes elementos que estimulavam suas escolhas. A própria motivação de emigrar com destino a novos projetos em novas terras poderia partir da motivação de quem já se encontrava instalado em determinado local. Segundo Gutfreind (2004, p.70). “Nas colônias agrícolas empresariadas pela ICA, não apenas em Philipppson houve o cuidado em construir espaços para suprir as necessidades religiosas e sociais dos colonos; daí o erguimento de sinagogas, escolas e clubes”.

A importância das relações familiares na atração de novos imigrantes, para o Brasil, era conhecida pelo governo brasileiro. As autoridades brasileiras acreditavam que ao prosperar economicamente “não tardará a ser divulgada entre seus parentes e conhecidos no exterior, constituindo em um incentivo para a emigração espontânea”<sup>3</sup>. A ICA também destaca o aspecto da prosperidade material do imigrante como motivador na atração de novos imigrantes. “Nunca um pai de família judia chamaria seus parentes do outro lado do mar para vir a juntar-se a ele em um lugar onde seria difícil de ganhar a vida e as perspectivas não eram mais atraentes, prometendo uma melhora em sua antiga situação”<sup>4</sup>.

Da mesma forma, a prosperidade econômica tinha implicações afetivas para o imigrante que poderia reunir o grupo familiar, ou pelo menos parte dele, do qual havia se distanciado no decorrer da dinâmica migratória. Os imigrantes instalados nas colônias da ICA ou mesmo os judeus que imigraram espontaneamente para o Brasil e residiam nas cidades intercediam junto à companhia com objetivo de promover a imigração de parentes e conhecidos. O trânsito de imigrantes tinha na família um

---

<sup>3</sup> Brasil. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Ministro Relatório do ano de 1908 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida no ano de 1909. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. p.95.

<sup>4</sup> Jewish Colonization Association. Rapport annuel, L`année 1928, 25 de fevereiro de 1929. – AHJB.

importante motivador. Membros de uma mesma família poderiam estar dispersos em diversas regiões, mesmo assim mantendo o sentimento de pertencimento e a ligação afetiva. (TRUZZI, 2008, p.207).

A separação do grupo familiar poderia não ser a escolha desejada pela família, mas uma situação imposta por problemas na concessão de vistos, passaportes, passagens. No caso dos filhos do colono Mermelstein a companhia descreve a seguinte situação<sup>5</sup>. “Informamos apenas que três filhos devem fazer em breve o seu serviço militar e que as autoridades não permitirão a sua partida”.

Dentro da organização familiar os sujeitos desempenham diferentes papéis. Assim, mesmo o imigrante que para o Brasil vinha com a própria família deixava distanciava-se dos pais que permaneciam em seus locais de origem. Em seu livro de memórias, Marta Faermann (1990, p.76) destaca que o pai, que se instalou nas colônias da ICA perdeu definitivamente o contato com os pais.

A alegria dessas novas amizades compensava, em parte, a dor com que, ao partir, meu pai deixara suas irmãs e seu pai, de quem era o único filho homem. Era sempre com muito carinho e intensa saudade que papai se referia a meu avô, a quem jamais tornaria a ver.

Da mesma forma o objetivo de se fixar nas colônias da ICA poderia desempenhar o projeto de reunir um grupo familiar que se estendia aos pais, os filhos e suas famílias reunindo assim genros, tios, primos, sogros, avós. Podendo vivenciar uma vida comunitária judaica, onde os filhos pudessem casar e reproduzir a dinâmica familiar e cultural interna à comunidade. Na mesma medida, frustrações ou apenas ter no meio colonial uma oportunidade transitória, objetivando atingir outro objetivo já traçado estava neste contexto. Não podemos perder de vista que o pertencimento a um grupo étnico, não exclui sua diversidade. Idéias políticas, concepções religiosas e a própria experiência de vida, em profissões

---

<sup>5</sup> Correspondência de Paris para Erebangó , 11 de dezembro de 1913. N.373. (AHJB-SP).



diferentes, e origens geográficas variadas que forjam o sujeito podendo gerar discordâncias e conflitos no ambiente colonial, como nas comunidades constituídas nos centros urbanos.

Parte deste cenário multifacetado que a família abrange é composta pelos filhos. Estes desempenham papel importante, na reprodução e perpetuação do grupo familiar ao longo do tempo. São os filhos que carregarão consigo a herança legada pela família e ao mesmo tempo darão continuidade a existência dela. Ser filho significa desempenhar diferentes papéis neste cenário. As atribuições de sexo e idade, por exemplo, exigem atitudes e ações diferentes nesta organicidade familiar. Ao mesmo tempo, que pode legar atributos positivos à família, o filho também pode representar decepções e preocupações aos membros desta. Também pode carregar consigo adjetivações negativas por pertencer à determinada família.

Acontecimentos inesperados podem exigir determinadas ações, exigências, privações, dos filhos, que podem ter de assumir responsabilidades, que não necessariamente seriam atribuídas a ele. Assim, assumir o papel de pai e mãe, pelo filho ou filha mais velho, em caso do falecimento destes, se apresentou como realidade que muitos tiveram que vivenciar. Em relação ao que era previsível como na velhice dos pais ou em caso de alguma enfermidade temporária os filhos tinham um papel importante nos cuidados a serem dispensados

A presença de filhos adultos era importante, inicialmente ao contribuir como mão de obra na preparação e desenvolvimento dos lotes rurais. Os filhos mais velhos tinham um importante papel econômico para as famílias instaladas em Quatro Irmãos. Os contratos firmados entre a ICA e os colonos, buscando garantir a permanência nos lotes coloniais tornando-os produtivos exigiam que, enquanto não tivessem quitado o valor dos lotes, não poderiam destinar-se a outra atividade, deixando o lote improdutivo. Muitos estabeleceram indústrias artesanais onde o colono, ao mesmo tempo, que se destinava a produção agrícola, investia também na indústria familiar diversificando a produção, mantendo-o produtivo. Assim, o filho mais velho, com idade suficiente para buscar outros ramos de

atuação em indústrias ou trabalhos assalariados disponíveis nas cidades ou nas colônias, era enviado.

Ao analisar o aumento populacional na colônia Phillipson no relatório do ano 1909 referente ao ano 1908<sup>6</sup> a justificativa apresentada é o retorno dos filhos dos colonos que se encontravam nas cidades. “Isso vem do fato de que o filho de muitos colonos, que haviam deixado suas famílias a se estabelecer nas cidades retornaram a seus pais”

Diferentes conjunturas vão transformando-se ao longo das gerações de imigrantes que sistematicamente deslocam-se para um mesmo local. Com o passar do tempo, alguns imigrantes conseguem prosperar economicamente e ascender socialmente originando relações verticais entre os imigrantes. Assim, muitas vezes, os filhos dos imigrantes judeus trabalhavam em empresas de membros do mesmo grupo étnico que já haviam prosperado.

A diversificação produtiva também desempenhava um importante papel, em caso de adversidades ambientais e climáticas, ou mesmo, crises econômicas que a comercialização de determinados produtos poderiam sofrer. Ao chegar à idade adulta, o casamento começava a tornar-se uma realidade cada vez mais próxima. A impossibilidade de garantir o sustento de mais um núcleo familiar na mesma propriedade exigia que o filho começasse a preocupar-se com a sua independência financeira dos pais. Muitos filhos, após se casarem, instalaram-se em lotes rurais disponíveis no espaço colonial.

A ajuda de todos os membros da família se mostrava importante na dinâmica de manutenção produtiva da propriedade. Em relatório referente ao ano de 1907 apresentados em 1908 ao Conselho de administração da ICA é destacado o trabalho das

---

<sup>6</sup> Jewish Colonization Association. Rapport de L'Administration Centrale au Conseil D'Administration pour le année de 1908. Paris : Imprimerie R. Veniani, 1909.

mulheres e das filhas nos trabalhos nas propriedades<sup>7</sup>. “Na verdade, é perceptível que na colônia a maioria das mulheres e meninas lidam com o trabalho nos campos e com a mesma actividade que os homens”

Muitos imigrantes que desempenhavam atividades tipicamente urbanas antes de chegar às colônias ou que encontravam condições climáticas e ambientais muito diferentes do que conheciam, tiveram dificuldades em manter uma produção satisfatória para suprir todas as suas necessidades. A improdutividade dos lotes também contribuíam para que muitos imigrantes encontrassem dificuldades de tornar o próprio lote produtivo. O número de membros da família também poderia dificultar a produção suficiente de alimentos para o grupo familiar. “Lotes pequenos não proviam as necessidades de uma família extensa, e parece ter sido imperioso restringir o grupo de coabitação”. (ANDREAZZA, 2007, p.38).

Nas colônias da ICA as crianças freqüentavam escolas, onde recebiam a educação primária. A educação dos filhos foi à justificativa, de muitos imigrantes, para deixar a colônia em direção às cidades. Buscar uma formação universitária, significava buscar prestígio e mobilidade social. Em relação à imigração síria e libanesa em São Paulo, Truzzi (1997, p.123) destaca que “Talvez a formação escolar de seus filhos se tenha constituído na mais importante maneira de ascensão social”.

Havia uma importante distinção entre a educação de filhos e filhas e os objetivos dessa educação. Se a educação para os filhos do sexo masculino poderia significar mobilidade social e aumento de prestígio do grupo familiar, a mulher geralmente responsável pela educação dos filhos, no espaço privado, também freqüentava as instituições escolares.

---

<sup>7</sup> Jewish Colonization Association. Rapport de L'Administration Centrale au Conseil D'Administration pour le année de 1907. Paris : Imprimerie R. Veniani, 1908. (AHJB)

A comunidade judaica que cada vez mais se estruturava e conheceu um rápido crescimento na década de 1920. (LESSER, 1995, p.29). Necessitava de certos trabalhos especializados dos quais encontravam dificuldade em disponibiliza, como professores para atuarem nas escolas da companhia. A ICA que contribuiu na criação de diversas escolas para o Brasil, no Relatório de 1933, apresentado à administração central, em Paris, destaca a dificuldade em encontrar professores eficientes no Brasil, sendo necessário buscá-los no exterior. “(...). A mais antiga dessas escolas funcionava regularmente por oito anos. Há quatro anos, nenhum professor digno do nome poderia ser recrutado no Brasil: Eles tinham que trazer os mestres da Europa, tais como livros, como os manuais, (...)”.

As diversas fases da trajetória familiar também tinham nos filhos as referências de transformações e mudanças. Filhos de outros casamentos, ou filhos que nasceram na terra de origem ou no Brasil, quem nasceu na fase que a família se encontrava na colônia ou na fase que já residia em outro momento da vivência da família. Assim preocupar-se em passar essa herança cultural e religiosa da família tinha nas instituições escolares uma forma de perpetuar a identidade do grupo. A imigração neste sentido representa uma tensão entre mudanças e permanências que sofrem a ação destes deslocamentos, e as diversas interações. Neste sentido, o peso das tradições e normatizações das manifestações culturais e religiosas tem grande importância para que alguns laços permaneçam em meio às mudanças que vão ocorrendo.

## **Considerações Finais**

No caso da imigração judaica promovida pela ICA, encontramos nos documentos burocráticos produzidos por sua atuação, referências que permitem reconstruir um quadro das diferentes estratégias e escolhas tomadas pelos sujeitos que imigraram através desta atuação.

Abordar os processos migratórios através das dinâmicas familiares permite vislumbrarmos a complexas implicações mentais e materiais que envolvem a vida do sujeito. O deslocamento geográfico significa planejar uma mudança e criar expectativas que

podem nunca se concretizar. Além de forças externas que operam sobre os sujeitos, como por exemplo, questões econômicas que envolvem desemprego ou a oferta de uma vida melhor e outro lugar, pressões demográficas, perseguições étnicas, raciais e religiosas, encontramos mecanismos internos que operam nestes processos de mobilidade. A família e sua rede de relações permitem a construção de trajetórias, tornando visível ao historiador a complexidade, seja do ponto de vista afetivo, seja mediante as necessidades que se apresentam.

Um grupo étnico pode servir de base ao indivíduo de diversas maneiras e ser determinante, ou pelo menos exercer uma forte influência, na configuração de redes de relações tecidas pelos sujeitos que irão proporcionar uma complexa trama de solidariedades que podem contribuir para a mobilidade social e espacial do imigrante.

## **Fontes**

Jewish Colonization Association. Rapport de L'Administration Centrale au Conseil D'Administration pour le année de 1907. Paris : Imprimerie R. Veniani, 1908. (AHJB)

Jewish Colonization Association. Rapport de L'Administration Centrale au Conseil D'Administration pour le année de 1908. Paris : Imprimerie R. Veniani, 1909

Correspondência de Paris para Erebangó , 11 de dezembro de 1913. N.373. (AHJB-SP)

Jewish Colonization Association. Memorial apresentado a sua ExciaDR. A. A. Borges de Medeiros... pela Jewish Colonization Association, 1925 [manuscrito].

Jewish Colonization Association. Rapport annuel, L'année 1928, 25 de fevereiro de 1929. – AHJB.

Brasil. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Ministro Relatório do ano de 1908 apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida no anno de 1909. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

## Referências

- ANDREAZZA, Maria Luiza. *O impacto da imigração no sistema familiar: o caso dos ucranianos de Antonio Olinto*, PR. História Unisinos, São Leopoldo, v. 11, n1, janeiro/abril 2007, PP. 28-39.
- BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo. *Família e imigração Internacional no Brasil do Passado*. Estudos de História. Franca, SP: UNESP v.6, n. 2, 1999. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em: 18/06/2012
- FAERMANN, Martha Pargendler. *A promessa cumprida: histórias vividas e ouvidas de colonos judeus no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Metrópole, 1990.
- GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração judaica no Rio Grande do Sul: A Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997. p. 51.
- GUTFREIND, Ieda. *A Imigração Judaica no Rio Grande do Sul: da memória para a história*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- MORENO, J. Luis. *História de la familia en el Río de la Plata*. – 1 ed. – Buenos Aires: Sudamericana, 2004.
- SORJ, Bila (org). *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- TRUZZI, Oswaldo. Redes em Processos Migratórios. *Tempo social*, Revista de sociologia da USP, v.20, n.1.2008. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/edicoes.php>. Acesso em 15/06/2012
- TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

# **ORFANI ITALIANI: CRIANÇAS E ADOLESCENTES IMIGRANTES E DESCENDENTES NO JUÍZO DOS ÓRFÃOS**

José Carlos da Silva Cardozo<sup>1</sup>

*Resumo:* Muitas crianças e adolescentes italianos, juntamente com seus familiares, transpuseram as barreiras oceânicas e vieram para o Rio Grande do Sul em busca de melhores oportunidades de trabalho e condições de vida. Contudo, as vicissitudes que cercavam a maioria da população, entre o final do século XIX e início do XX, também afligiram às famílias dos imigrantes italianos, em algumas levou a completa desarticulação com o falecimento de seus genitores. Assim, muitas crianças e adolescentes imigrantes ou descendentes tiveram que conviver também com a orfandade. Para cuidar dessas crianças, o Estado brasileiro possuía o Juízo dos Órfãos, instituição do Judiciário destinada a atribuir um adulto como responsável legal pelo menor. É a intenção deste trabalho, por meio da História Social, apresentar alguns dos pequenos italianos e ítalo-brasileiros que tiveram suas histórias registradas nos Processos de Tutela da cidade de Porto Alegre. Refletir sobre estes menores estrangeiros e trazer para análise as crianças e adolescentes que, muitas vezes, ficam em segundo plano nos estudos e/imigratórios.

*Palavras-chave:* Órfãos, Estrangeiros, Italianos, Juízo dos Órfãos.

---

*À memória de minha mãe, Cecília Tereza Deves.*

## **Introdução**

“Fazer a América”. Quantas vezes essa frase embalou sonhos e corações no velho continente. Homens, mulheres e crianças de todas as idades e etnias se viram atraídos pelas possibilidades que o “novo mundo” estava a ecoar numa Europa cada vez mais assolada pela fome, doenças e epidemias. Fazer a América significava trabalhar, mas ao mesmo tempo sonhar com uma vida feliz. O

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Latino-Americana. UNISINOS, UFRGS, ANPUH-RS, CAPES.

sentimento de esperança inspirava a todos nos anos finais do século XIX e início do XX.

Emigrar foi uma alternativa real para a sobrevivência de muitos. No início ela era temporária, sendo para uma região ou mesmo para fora do país, mas dificilmente para fora do continente. No entanto, devido às circunstâncias estruturais que o cercamento dos campos estava a acarretar (1850), bem como o aumento da densidade demográfica, a falta de alimentos e de trabalho acabava tornando dificultosa a permanência de muitos na Europa (FAVARO, 2006). Fugir da macabra equação fome=doença=epidemia=fome era uma questão de sobrevivência.

Tendo isso em mente as famílias Marine (ou Marini) e Sigandi se juntaram a mais de 84 mil italianos que empreenderam a aventura de cruzar o oceano Atlântico; partindo da península itálica para a região mais meridional do Brasil, entre 1875 e 1914.

A história dessas famílias não será contada por documentos tendo por personagem os adultos, mas sim pelos registros dos pequenos membros dessas famílias. As crianças e adolescentes que muitas vezes ficam em segundo plano nos estudos e/imigratórios.

### **Crianças e adolescentes e/imigrantes um estudo possível**

Não é fácil a tarefa daquele que deseja estudar a e/imigração tendo por foco a participação dos menores de idade. Os estudos se concentram mais na atuação dos adultos, segregando uma importante parcela dos que ajudaram na manutenção da família, bem como tiveram participação intensa na sociedade, seja em atividades ligadas a agricultura ou na nascente indústria ou nas atividades domésticas. É significativo perceber que temas relacionando menores de idade e e/imigração esteja, na maioria das vezes, relacionado ao mundo do trabalho, como o trabalho de Esmeralda Moura (1982) para a cidade de São Paulo e de Ramon Tisott (2008) para Caxias do Sul.

Uma das muitas dificuldades em se estudar a história da criança e/imigrante



(...) é a falta de informações em fontes documentais sobre imigração que, em geral, são reticentes no que se refere ao cotidiano dessa criança, à sua vivência no universo familiar, ao seu dia-a-dia na escola, às suas brincadeiras em casa e na rua ou, ainda, aos momentos de angústia e desamparo, causados pela desestruturação da família (SCOTT, BASSANEZI, 2005, p. 163).

Ana Scott e Maria Bassanezi (2005) chamam a atenção para o “silêncio” das fontes sobre a criança e/imigrante que advém, provavelmente, dos “produtores dos documentos” que tinham atenção especial para o trabalhador em potencial; ficando as crianças legadas ao último plano pelas autoridades estatais, agentes de imigração ou mesmo empregadores.

Mas a curiosidade é o grande motivador do Historiador ou o que seria dos estudos relativos à escravidão no Brasil se os historiadores tivessem se dado por satisfeitos com o fato de Rui Barbosa ter mandado queimar “todos” os registros da escravidão no país? Pesquisa, leitura e criatividade, juntamente com um pouco de sorte, são fatores que ampliam o campo das possibilidades na pesquisa histórica. As palavras de Marc Bloch continuam vivas e servindo de inspiração para a curiosidade do historiador quando ele afirma que “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça” (BLOCH, 2001, p. 54).

Dessa forma, “farejando” crianças e adolescentes nos arquivos empoeirados da cidade de Porto Alegre, fomos contemplados com nossa “caça” – o Juízo dos Órfãos<sup>2</sup>.

### **Juízo dos Órfãos**

O Juízo dos Órfãos foi uma instituição jurídica que teve sua origem em Portugal, remontando ao século XV. A criação desse Juizado deveu-se à necessidade de definir normas que

---

<sup>2</sup> O termo “órfão” não deve ser entendido estritamente, pois pode representar menores órfãos de pai e mãe como também os “órfãos de pais vivos”, ou seja, poderia representar aqueles que tinham seus progenitores vivos.

regulamentassem a proteção dos menores de 25 anos de idade<sup>3</sup>, no que competia à administração própria e de seus bens. O cuidado e a administração dos órfãos, por parte de um adulto legalmente constituído, eram necessários em vista dos processos de separação de bens (partilha) ou mesmo de herança em virtude de falecimento do pai do menor. Numa contingência desse tipo, o adulto ficaria responsável por representar os interesses do menor nesse processo que, em certas circunstâncias, poderia se transformar numa ação que desembocasse em litígio<sup>4</sup>. A necessidade de um adulto como responsável por um menor também poderia vir pela orfandade completa. Assim, o Juízo dos Órfãos deteve suas atenções nos menores de idade que possuísem bens ou fossem descendentes de família de posse e/ou de prestígio social.

O Juizado de Órfãos, como também era chamado, foi igualmente instalado na colônia portuguesa na América e com o aumento da população na colônia, foi regulamentado, em maio de 1731, o cargo de Juiz de Órfãos no Brasil. Em Porto Alegre, esse cargo foi criado em 26 de janeiro de 1806, teve sua reorganização administrativa em 1927, com o Código de Menores, e sua completa reformulação das atividades em 1933, ano em que foi criado o Juizado de Menores pela intendência municipal. Nesse percurso, a partir de 1850, a instituição foi direcionando sua atenção também para os menores não pertencentes às elites; com uma nova ética do trabalho sendo introjetada pelos grupos dirigentes no Brasil, a sociedade deveria cuidar das crianças e adolescentes, pois eles eram compreendidos como o futuro da nação e não deveriam ser criados em meios perniciosos ou viciados. Assim, o Estado brasileiro, por meio do Juízo dos Órfãos, agiu de forma eficiente para “proteger” os

---

<sup>3</sup> É necessário esclarecer que, somente depois da Independência do Brasil, com a resolução de 31 de outubro de 1831, é que a idade de 21 anos foi definida como idade limite da menoridade de um filho, ou seja, idade limite do pátrio poder sobre o mesmo e só em 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (2007), é que a idade de 18 anos seria fixada como limite da menoridade no Brasil.

<sup>4</sup> Litígio, segundo o dicionário jurídico, é a “demanda, disputa; pendência, contenda... O litígio somente terá início quando a parte contesta o pedido do autor” (SANTOS, 2001, p. 153).

menores de idade dos perigos que responsáveis “negligentes” poderiam trazer para sua formação como cidadão.

Dessa forma, o Juízo de Órfãos era o tribunal em que se tratava e decidia tudo o que dizia respeito a um menor de idade, ou pessoas incapacitadas, como os pródigos (pessoas que gastam seu capital ou destroem seus bens; Ord. Fil. liv. 4<sup>a</sup>, tit. 103 §6), os furiosos (pessoas com as faculdades mentais debilitadas; Ord. Fil. liv. 4<sup>a</sup>, tit. 103), os doentes graves (pessoas impossibilitadas de administrar seus bens) e os indígenas (Ord. Fil. liv. 1<sup>o</sup>, tit. 88). Pela forma da lei vigente, essas pessoas, embora atingissem a maioridade legal, necessitavam de um adulto legalmente constituído por esse Juízo (o curador) como seu representante e responsável<sup>5</sup>.

Portanto, esta instituição vinculada ao Poder Judiciário, que tinha por objetivo cuidar e zelar de todos os menores de idade que estavam sob sua jurisdição, produziu muitos processos judiciais que hoje se tornam fontes privilegiadas para visualizar a criança e o adolescente na sociedade brasileira. Possibilitando perceber crianças, adolescentes e jovens inseridos tanto nas relações familiares quanto na relação com os operadores do direito. Sem fazer distinção, todos os menores de idade que porventura enfrentassem algum problema relacionado ao seu responsável, ou a falta dele, eram encaminhados ao Juízo dos Órfãos.

A documentação típica desse fundo compõe-se de processos de variada complexidade e tipologia e sua análise oferece uma visão sobre o cotidiano da criança, da família e das relações que se estabeleciam entre os adultos e as crianças em situação de crise (SCOTT, BASSANEZI, 2005, p. 169).

Privilegiamos neste texto apenas dois Processos de Tutela abertos no final do século XIX, entre muitos, por estes apresentarem a ação direta do Estado italiano no destino das famílias e das crianças e adolescentes. Os autos de tutela tinham por objetivo dar um tutor para um menor de idade que se encontrasse em situação de

---

<sup>5</sup> A função de curador dos incapazes ou interditos, como também era chamada, era igual à de tutor de menor (Ord. Fil. liv.4<sup>a</sup>, tit. 104 §6).

vulnerabilidade. O cargo de tutor era de função jurídico-social, com alto grau de responsabilidade, pois tudo que dissesse respeito ao menor seria de sua alçada, respondendo pelas ações das crianças e dos adolescentes tanto em Juízo como fora dele. O cargo era conferido pelo Juiz de Órfãos a uma pessoa para que gerenciasse os bens e cuidasse da integridade física de um menor de idade. Isso ocorria quando uma criança era órfã de pai ou este era ausente, “vagabundo” ou dado a vícios; o Juiz de Órfãos nomeava um tutor para cuidar da criança, exceto quando não houvesse algum nome indicado em testamento. Acontecendo mesmo que o menor tivesse ou vivesse com a mãe, pois esta era, geralmente, considerada impedida de assumir a responsabilidade jurídica de seus filhos se tivesse que trabalhar na via pública ou se casasse novamente.

### **A família Marini**

Stephano Marini (ou Stefano Marini) veio para o Rio Grande do Sul com a esperança de ter uma nova vida. Deixara para trás o Reino da Itália para trabalhar no “país da fartura”, como os Estados e os agentes da imigração descreviam o Brasil. Contudo, sua esposa faleceu deixando a menor Maria Marini<sup>6</sup> (ou Marine) sem a mãe. O pai se casou novamente, mas veio a falecer em São João de Montenegro, em fevereiro de 1899. Dessa forma, a menor ficaria com a viúva de seu pai, sua madrastra.

Porém, no dia 10 de abril no mesmo ano, o senhor Luiz Candido de Albuquerque, casado e comerciante da cidade de Porto Alegre, entra com um pedido de tutela no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre solicitando a guarda da menina, para isso informava que “há quatorze meses acha-se em sua companhia a menor Maria Marine”, que contava com onze anos de idade. Ora, o que teria levado este senhor a abrir um processo judicial requerendo a tutela da menor Maria, sendo que sua madrastra, que mora em São João de

---

<sup>6</sup> RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 2ª Vara. Tutela. Proc. nº 262 de 1899. [manuscrito]. Porto Alegre, 1899. Localização: APERS.

Montenegro, ficaria com ela? Antes disso, o que a menor fazia a quatorze meses na casa de Luiz Candido?

É sabido que a renda familiar era complementada pelos esforços de crianças e adolescentes, assim Stephano Marini empregou sua filha na casa do Sr. Albuquerque, como forma de complementação da renda familiar, pois necessitava de auxílio financeiro para complementar a produção de sua pequena plantação em São João de Montenegro. Mas, o que motivou o empregador a pedir a tutela da menor? Com a morte do pai, a madrastra queria “receber a quantia mensal” – o salário da menina – que era paga ao seu falecido marido pelo trabalho de Maria Marini.

Luiz Candido pedia a tutela da menor alegando que “o produto do trabalho dessa menor não deve ser explorado” pela madrastra, garantia, por fim, que o dinheiro que a menor ganhasse pelo seu “produto mensal” seria depositado na Caixa Econômica.

Com o processo em mãos, o Juiz de Órfãos Dr. Antonio Marinho Lourino Chaves manda que “seja apresentada a este Juízo a menor órfã” para esclarecimentos.

No dia quinze do mesmo mês, a menor Maria Marini compareceu na Sala de Audiências do Juízo dos Órfãos onde se achava o Juiz e o Escrivão Ruben Abbott. O Juiz perguntou à menor “qual seu nome, idade, se é órfã, com quem vive, como é tratada e onde quer permanecer?”, ela respondeu chamar-se Maria Marini, ter onze anos de idade e ser órfã de pai e mãe, acrescentou que vive “em companhia de Luiz Candido de Albuquerque, cidadão casado” e que “não é maltratada, pois lhe dão comida e roupa com quanto as vezes também lhe dêem alguns tapas”, mas que “deseja continuar na companhia da família do senhor Albuquerque”.

No mesmo dia o Juiz pediu vistas<sup>7</sup> do Dr. Curador Geral de Órfãos<sup>8</sup> que respondeu “não tenho razão para que me impilam a impugnar o pedido” do suplicante a tutor da menor.

---

<sup>7</sup> Ato de falar ou tomar ciência do conteúdo de um processo (SANTOS, 2001, p. 246).

No dia vinte, do mesmo mês, o Juiz do caso determina que

Nomeio o suplicante de fls. duas [pedido de tutela], cidadão Luiz Candido de Albuquerque tutor da menor Maria Marine. Lavre-se o respectivo termo de compromisso, no qual deve ser declarado a obrigação assumida pelo tutor de recolher mensalmente à Caixa Econômica a quantia de quinze mil reis em caderneta aberta em nome da menor.

O Juiz acolheu o pedido do senhor Luiz Candido Albuquerque, mas desde que este deixasse ratificado no Termo de Tutela e Compromisso do Tutor que depositará mensalmente a quantia estipulada como pagamento pelos serviços executados pela menor.

A Justiça percebia com bons olhos a colocação de menores de idade em atividades produtivas, pois elas colaborariam para a formação do caráter habituado ao trabalho e a responsabilidade, livrando os menores dos vícios e da vagabundagem (CARDOZO, 2009).

Dessa forma, não é de se estranhar que em apenas cinco dias a Justiça tenha concedido a guarda de uma menina para alguém fora do círculo parental. O Juízo dos Órfãos era um órgão eficiente já que, na maioria dos casos apresentados a ele, agia de forma rápida dando um responsável legal a um menor de idade que se encontrava em situação de vulnerabilidade ou sem responsável (CARDOZO, 2011).

Contudo, o Reino da Itália não deixou seus súditos desamparados no território mais meridional do Brasil.

Luiza Iotti (2001) estudou a atuação dos Cônsules no Rio Grande do Sul e percebeu, por meio dos relatórios dos mesmos, dentre 1875 a 1914, a relação que o Reino tinha para com o país e seus emigrantes. Segundo a pesquisa da autora, os diplomatas percebiam os emigrantes como cidadãos de segunda classe, que

---

<sup>8</sup> Promotor Público do Juízo dos Órfãos, não foi possível identificar o nome do Curador Geral pela assinatura.

deveriam ser acompanhados, pois poderiam naturalizar-se e assim, renunciando a “pátria mãe”, também renunciariam aos produtos fabricados lá. Havia uma visão elitista que guiava estes diplomatas, pois não recebendo o mesmo prestígio que outras representações diplomáticas italianas ao redor do mundo, eram considerados de “quadros inferiores” dentro desta estrutura. Eles

(...) compartilhavam da mesma visão sobre a população pobre que havia sido obrigada a buscar fora do seu país as condições de vida que ele lhes negava. As relações que se estabeleceram entre eles e os imigrantes reproduziam, em parte, aquelas existentes, na Itália, antes da Imigração. O Estado italiano e seus representantes continuaram a agir, no Rio Grande do Sul, com a mesma indiferença, com o mesmo preconceito e desprezo que haviam manifestado pela população pobre que vivia na Itália (IOTTI, 2001, p. 83).

Mas no caso da menor Maria Marini não houve “indiferença”, mesmo sendo pobre e órfã de pai e mãe o Estado italiano agiu, por meio de seu consulado em Porto Alegre com o propósito de levar a menina Maria de volta à sua terra natal.

No dia vinte de outubro os autos voltam ao Juízo dos Órfãos quando foi anexado ao processo o ofício do Cônsul italiano Enrico Ernesto Ciapelli, cônsul em Porto Alegre de 5 de dezembro de 1897 a 29 de janeiro de 1905, ofício em papel timbrado do Consulado Real Italiano, redigido em italiano e dirigido ao “Presidente do Estado do Rio Grande do Sul” Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, em que afirmava:

O Rº Ministério dos Negocios do Exterior me ordena a providenciar afim de que volte à sua pátria a menor Maria Marini, filha de Stephano Marini falecido em São João de Montenegro em Fevereiro de 1899, para ser entregue a seu tio José Marini, nomeado tutor da dita menor pela Pretura Real de Tienne. A rapariga em questão se acha em casa do snr. Luiz Candido de Albuquerque tutor d’ela; nomeado pelo Juiz de Órfãos dessa cidade, e à mesma se referia a nota d’aquela Juiz Distrital em data de 25 de Setembro de 1899 dirigida a este consulado sobre o mesmo assunto. Tendo, pois, a honra de dirigir-me à V.S. para pedir-vos que vos digneis providenciar afim de que da competente autoridade seja remetida a este consulado a dita rapariga.

No mesmo dia a menor foi removida da guarda de seu tutor, entregue ao Consulado do Reino da Itália em Porto Alegre e encaminhada para seu país de origem. Com este processo podemos perceber algo que não consta nos relatórios consulares estudados por Luiza Iotti (2001): a participação direta do Estado italiano, por meio de seu diplomata, na guarda de uma menina italiana; demonstrando que o próprio Estado italiano não estava somente materializando “... os interesses da classe dirigente italiana em relação à emigração e aos emigrantes” (IOTTI, 2001, p. 110), mas também se preocupando com as crianças e adolescentes que pelas vicissitudes da vida no além mar, pudessem estar passando por pela dissolução familiar. Mas o caso da menor Maria Marini não fora o único.

### **A família Sigandi**

Margarida, Rosa, Celestina e João Sigandi<sup>9</sup>, todos irmãos, com doze, dez, seis e dois anos e meio, respectivamente, foram apresentados ao Juízo dos Órfãos de Porto Alegre em oito de março de 1889, dez anos antes que o processo anterior.

Quem abre o processo de tutela é o Juiz de Órfãos Dr. Bernardo Dias de Castro Sobrinho que foi informado que faleceram “nesta cidade um casal de colonos, marido e mulher, deixando quatro filhos”, filhos de Pedro Sigandi, falecido, (que em verdade morreu em seu país natal) e de Josepha Decane, que faleceu de “febre amarela” no mesmo mês e ano da abertura dos autos. Dessa forma, para não deixar nenhum dos irmãos desamparados, a Justiça deu novos responsáveis para os quatro irmãos: João José do Amaral para a menina Margarida, Pedro Theobaldo Jaeger para a menor Rosa, Ernesto Theobaldo Jaeger para Celestina e Manuel da Silva Teixeira ao pequeno João de dois anos e meio.

No dia onze o Escrivão Capitão Sebastião Lins de Azambuja notificou a todos os tutores da decisão do Juiz, contudo somente

---

<sup>9</sup> RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. Proc. nº 572 de 1889. [manuscrito]. Porto Alegre, 1889. Localização: APERS.



Ernesto Theobaldo Jaeger veio no dia treze “na casa da residência do senhor Doutor Juiz de Órfãos” e assinou o “Juramento de tutor” da menor Celestina “de seis anos de idade e órfão de pai e mãe, curando de sua pessoa e provendo todos seus interesses tanto em Juízo como fora dele”. Quanto aos outros irmãos não sabemos o que ocorrera. Até o três de fevereiro de 1891.

Dois anos depois de receber a guarda da menor Celestina, Ernesto Jaeger volta ao Juízo dos Órfãos informando que era tutor nomeado pela Justiça da menina Celestina, irmã de outros três menores, órfã de pai e mãe, mas ela havia sido retirada de sua guarda.

Informa que os quatros, com o falecimento dos pais, haviam ficado “na mais extrema miséria, sem a mínima proteção”, foram a ele apresentados pelo Chefe de Polícia Dr. José de Azevedo e Silva que “condoído pelo estado em que eles se achavam” pediu a ele que “tomasse conta deles dando-lhes, se possível fosse, arrumação de modo a não mais continuarem em tal estado”. Atendendo “de boa vontade” Ernesto Jaeger separou os quatro irmãos entre os quatro indicados para tutores dos menores, lembrando, possivelmente ao Juiz, que ele informara ao Juizado de Órfãos a situação de vulnerabilidade em que se encontravam os menores, demonstrando desde o início de sua “fala” que estava diretamente interessado no futuro das crianças, mesmo que, embora tenham todos sido nomeados tutores dos menores, somente ele assinou o termo de compromisso.

Mas, o motivo que levava ele reabrir o processo de tutela dos menores da família Sigandi foi que:

Decorrido mais de um ano, quando o supl. e sua esposa já consagravam sincera amizade a sua tutelada, eis que o governo italiano, ciente do falecimento daqueles imigrantes reclamou ditos órfãos, que sendo entregues no respectivo Cônsul, seguiram para a Europa em abril do ano p. findo, apesar do bom tratamento e esmerada educação que recebia daqueles cidadãos, como bem informou a Chefatura de Polícia ao referido Cônsul, em ofício nº 71 de 23 de janeiro do citado ano.

Ou seja, novamente o governo italiano sabendo que uma família de italianos havia sido dissolvida pela morte do marido e da esposa, atuou no sentido de proteger a prole que porventura houvesse da relação. Neste caso, juntado os quatro irmãos e os enviando para à Europa.

Entretanto, este não foi o motivo primordial da reabertura do auto de tutela. O fato que chama a atenção é que os menores, diferentemente do processo anterior da menina Maria Marini que foi enviada para a Itália e lá foi viver com seu tio, os menores da família Sigandi voltaram do velho continente e foram entregues a Manuel da Silva Ferreira que entregou a menina Celestina a Felix Ferreira de Mattos que não queria entregá-la ao seu tutor, assim Ernesto Jaeger retornava ao judiciário solicitando a volta da menor para sua guarda, pois ainda era o tutor dela.

Interessante perceber que o tutor não questionou a retirada da menor pelos agentes do Consulado italiano, em onze de abril de 1890, reconhecia a ação do Estado (ou pelo menos era impotente frente a ela), mas quando soubera da volta da menor em dezembro do mesmo ano, não se conformara que ela não voltara para sua guarda; então reingressando no Juízo dos Órfãos solicitando a volta da menina Celestina aos seus cuidados.

No mesmo dia o Juiz Antonio Antunes Ribas manda que a menor seja apresentada em 24 horas a Justiça. Ainda no mesmo dia o Oficial de Justiça José Dias da Rosa informa que intimou a Felix Ferreira de Mattos. Este, no dia seguinte, comparece ao Juízo dos Órfãos informando que a menor não se encontrava com ele, pois a devolveu a Manoel da Silva Ferreira que era o responsável por ela e seus irmãos “pelos parentes mais próximos destes menores na Itália”. Feito o devido esclarecimento, Felix Mattos foi liberado pelo Juiz.

Inconformado com a notícia que ao acabar o prazo de 24 horas para a apresentação da menor ao Juiz, devolveu Felix Mattos a menor Celestina para Manoel Ferreira, assim Ernesto Jaeger vinha requerer “... a expedição de novo mandado para apresentação incontinente ou apreensão da referida menor em poder de Ferreira ou de quem quer que seja que a tenha ilegalmente”. O tutor usava

todo o respaldo que a lei orfanológica lhe dava para ter sua tutelada de volta a sua guarda.

No mesmo dia o Juiz expediu mandando que fosse cumprido pelo Oficial de Justiça João Baptista de Araújo. Contudo, no dia seis do corrente mês, foram anexados dois documentos que dirimiriam todas as intenções e chances que Ernesto Jaeger tinha para reaver a guarda da pequena Celestina de apenas seis anos de idade.

Em papel timbrado escrito “Secretaria do Interior – Diretoria” e Palácio do Governo em Porto Alegre o General Candido Cortez informava ao Juiz de Órfão que:

Ao Sr. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara<sup>10</sup> desta capital: No incluso ofício de 4 do corrente mês representa o Cônsul da Itália nesta Capital sobre o fato de haver sido intimando por esse Juízo o cidadão Felix Ferreira de Mattos para entregar uma menor, órfã, de nome Celestina Sigandi, a Ernesto Theobaldo Jaeger, que se diz dela tutor. Dos documentos anexos ao referido ofício, e que oportunamente devolvereis, vê-se que a dita menor e seus irmãos Rosa e João Sigandi<sup>11</sup> foram, de ordem do Ministério das Relações Exteriores da Itália, daqui remetidos pelo Consulado da Itália para aquele país e dali remetidos com assentimento de seus parentes para serem entregues nesta Capital a Manoel da Silva Ferreira, com a obrigação de tratar dos mesmos menores, criá-los e educá-los como seus próprios filhos, tendo sido entregue a menor Celestina, por consentimento de Ferreira, aos cuidados do cidadão Felix de Mattos. Ficando, portanto sem efeito, com a repatriação da menor Celestina, a tutoria exercida por Ernesto Theobaldo Jaeger, envio-vos, para os fins de direito, a representação do Cônsul da Italiano[sic] os documentos que a acompanham.

Com este longo ofício, podemos perceber duas situações: primeiro a ação de Manuel Ferreira e Felix Mattos de entrarem em contato com o Consulado italiano para que este interviesse na contestação da guarda da menor Celestina por eles; e a segunda, de

---

<sup>10</sup> O processo foi iniciado em 1889 na 2ª vara de órfãos, mas sua continuidade foi dada em 1891 no 3ª vara.

<sup>11</sup> Sobre a menor Margarida, os autos silenciaram. Não conseguimos localizá-la em nenhum outro processo do Juízo dos Órfãos de Porto Alegre.

que novamente o Consulado agiu de forma direta na ausência do pai e da mãe de crianças e adolescentes filhos ou descendentes de italianos no Rio Grande do Sul, removendo as crianças do seu tutor legal, enviando-as para a Europa, trazendo-as de volta e distribuindo-as para outro tutor com o embasamento de que foram “repatriadas”. Tendo sempre o amparo das autoridades nacionais e estaduais para suas ações, pois os ofícios iniciais eram remetidos diretamente ao Governador do Estado.

O Cônsul Marefoschi Mario Compagnoni, que atuou em Porto Alegre de 27 de maio de 1888 a 20 de maio de 1891, enviou ofício ao então Governador do Estado Júlio de Castilhos pedindo que interferisse na situação; para tanto informava que a menor Celestina foi enviada, em onze de abril de 1890, juntamente com seus irmãos, “por ordem do Ministério das Relações Exteriores do Reino da Itália”, a parentes próximos na Itália, mas estes, na condição de camponeses apresentaram no documento em anexo no qual renunciavam toda a responsabilidade, pois não puderam ficar com os menores, assim entregaram os menores a Manoel da Silva Ferreira que “fez as despesas da viagem e teve consentimento dos parentes mais próximos dos ditos menores de tratar de seu futuro”, conforme prometeu “em carta ao Syndico da Villa de Rosasco, na província de Pavia”. Acrescentou o Cônsul que “os parentes destas crianças renunciaram ao direito de fazê-los voltar para pátria sem o consentimento do mesmo Sr. Ferreira, considerado por eles como pai adotivo dos ditos órfãos”; concluindo seu ofício da seguinte forma:

Ora, tendo esta menina com seus irmãos seguido [sic] para Itália, em cumprimento de ordens de meu governo, é instintivo que cessou com a partida deles todos e qualquer ato de tutela anterior, não só em relação a menor Celestina da qual se diz tutor o Snr. Jaeger, assim também com seus irmãos Rosa e João Sigandi, que não tinham tutores, e estavam em companhia de Pedro Jaeger e Ferreira. Exposto assim os fatos V. Exc. no seu alto espírito de equidade veras ser incompatível a anterior tutela do Snr. Ernesto Jaeger com o ato publico aqui junto, que confere toda a responsabilidade de criar e educar os menores, ao Snr. Manoel da Silva Ferreira. Por conseguinte espero que V. Ex. providenciara [sic] neste sentido para o respeito da vontade dos mais próximos parentes dos menores.

Aproveito a oportunidade, Snr. Governador, para apresentar-vos os protestos da minha estima e subida consideração.

Depois desse ofício, juntamente com os documentos que chancelam a veracidade das informações do Cônsul italiano Marefoschi Mario Compagnoni, não foi dada continuidade ao processo sendo o mesmo arquivado.

Nesses dois processos envolvendo as famílias Marini e Sigandi nos foi possibilitado visualizar o cuidado do Estado italiano para com seus “súditos”, demonstrando um outro viés sobre a atuação do Consulado italiano em Porto Alegre, não apenas preocupado com aspectos econômicos ou de colonização, mas também sensíveis às dificuldades que seus conterrâneos estavam a enfrentar no Estado mais meridional do Brasil, principalmente as crianças e adolescentes.

As vicissitudes que o “país da fartura” muitas vezes eram apresentadas

(...) na roça ou nomeio do mato, na forma de cobras e insetos que picavam os indivíduos que lidavam nas tarefas agrícolas, levando muitas vezes ao óbito. (...) A desestruturação da família podia ocorrer devido às doenças e às epidemias que faziam parte do cotidiano dessa população de imigrantes. As más condições de habitação, alimentação e higiene contribuíram para o aumento de casos em que as crianças viam-se privadas da presença materna ou paterna, ou de ambos (SCOTT, BASSANEZI, 2005, p. 169).

Mesmo assim, podemos visualizar a atuação do Estado italiano, por meio dos agentes consulares, que intervinham diretamente na recolocação de crianças e adolescentes filhos ou descendentes de italianos para junto de seus familiares no velho continente.

## **Conclusão**

Ao finalizar este texto cabe levantar: estes escritos tratam da criança e do adolescente de origem ou descendência italiana. Sendo assim, porque privilegiamos dois processos em que aparentemente a

figura principal deles é a atuação do Consulado italiano da cidade de Porto Alegre e não outros?

Os autos de tutela permitem apresentar agentes históricos que muitas vezes estão silenciados pela “falta de fontes”. Tendo em mente que os processos judiciais não foram produzidos com a finalidade de se tornarem fontes para o Historiador (BACELLAR, 2011), os autos de tutela podem se tornar documentos de investigação privilegiados para a História Social, principalmente para aqueles que têm a temática da família, da criança e do adolescente, bem como da e/imigração como alvo.

Estudar a temática da e/imigração passa necessariamente pelo viés da família, sendo assim, não podemos negligenciar as “pequenas peças” que ajudam a completar o grande mosaico que foi a imigração italiana para o Rio Grande do Sul. Ao privilegiar este dois processos, em que pese à forte atuação do Consulado italiano neles, ambicionamos desvelar a possibilidade da ação estatal italiana na formação de novos arranjos familiares, bem como o foco central das ações que eram o “bem estar dos menores”. No primeiro caso a menor órfã Maria Marini, foi enviada para a companhia de seu tio na Itália, depois de ter sido tutelada pelo senhor Luiz Candido de Albuquerque; no segundo os irmãos, antes separados com a morte dos pais, foram enviado de volta para junto de parentes próximos no velho continente, mas estes, devido às dificuldades de subsistência (ou porque não os reconheciam como parentes, ou mesmo porque não queriam ter os menores consigo) não aceitaram a guarda desses pequenos e, diferentemente do caso anterior, foram trazidos de volta para Porto Alegre e dados novamente a tutela.

Essas crianças *circulavam* de “responsável em responsável”. A circulação de crianças é um conceito antropológico fundamental para a compreensão dos processos de tutela produzidos pelo Juízo dos Órfãos, pois representa a transferência temporária e/ou definitiva de um menor de sua família biológica para terceiros, pertencentes ao grupo sanguíneo ou não (FONSECA, 2006). Esses pequenos atores sociais muitas vezes estavam inseridos em situações completamente desesperadoras como o abandono ou mesmo, como nos casos acima, afligidos pela fatalidade da morte e o Estado brasileiro por meio do

Juízo dos Órfãos procurava inseri-los em novos arranjos familiares para não os deixar desamparados. Assim também o Consulado italiano intervinha junto aos filhos de italianos e seu parentes próximos, mesmo que isso significasse retirá-los da guarda de um adulto para entregá-los a outros.

Os casos apresentados aqui destacam a grande importância que os Estados, tanto o brasileiro quanto o italiano, davam aos menores de idade e revelando a ponta de um gigantesco “iceberg” que, metaforicamente, é o conjunto processual produzido pela Justiça por meio do Juízo dos Órfãos. Pois através dessa documentação podemos perceber como a proteção a criança e ao adolescente das famílias italianas e sua descendência era estimada para a formação da sociedade dos séculos XIX e XX.

## Referências

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Código Filipino ou Ordenações e leis do Reino de Portugal, recompiladas por mandado do rei D. Philippe I.* 14. ed. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>>. Acesso em: 08 out. 2009.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23-79.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. A história, os homens e o tempo. In: \_\_\_\_\_. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia MortizSchwarcz; tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 51-68.

CARDOZO, José Carlos da Silva. O Juizado de Órfãos de Porto Alegre e a tutela de menores: a formação do futuro cidadão através do trabalho. *Aedos*, UFRGS, Vol. 2, n. 4, p. 146-156, 2009.

CARDOZO, José Carlos da Silva. O Juízo dos Órfãos e a organização da família por meio da tutela. *História Social*, UNICAMP, n. 20, 2011, p. 201-220.

FAVARO, Cleci Eulalia. Os “italianos”: entre a realidade e o discurso. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.). *História Geral do Rio Grande do Sul* – Império. v. 2. Passo Fundo/RS: Méritos, 2006. p. 301-319.

FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IOTTI, Luiza Horn. *O olhar do poder: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares*. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2001.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1982.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. Centro de Apoio Operacional de Infância e da Juventude. *Estatuto da criança e do adolescente e legislação pertinente*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2007.

SANTOS, Washington dos. *Dicionário jurídico brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia C. No fundo do baú: procurando as crianças imigrantes nas fontes documentais paulistas. In: RADIN, José Carlos (Org.). *Cultura e identidade italiana no Brasil*. Joaçaba/SC: UNOESC, 2005. p. 163-176.

TISOTT, Ramon Victor. *Pequenos trabalhadores: infância e industrialização em Caxias do Sul (Fim do séc. XIX e Início do XX)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2008.



# **DESTINOS INCERTOS: UM OLHAR SOBRE A EXPOSIÇÃO E A MORTALIDADE INFANTIL EM PORTO ALEGRE (1772-1810)**

Jonathan Fachini da Silva<sup>1</sup>

*Resumo:* Este trabalho tem por objetivo tratar da temática da exposição de crianças na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre no período de 1772 a 1810. O fenômeno do abandono de crianças é um tema pouco abordado pela historiografia sulina. A proposta é analisar uma das consequências mais recorrentes dessa prática, o destino trágico que é apontado pelos percentuais de mortalidade infantil. Valendo-se dos métodos da Demografia Histórica, analiso os dois primeiros livros de óbitos da Matriz de Porto Alegre cruzando com os de batismos. O norte da questão é apontar as circunstâncias que se davam a exposição, as moléstias que abatiam estas crianças, os percentuais de mortalidades comparados às crianças legítimas e naturais. Minha pretensão é mostrar como os registros paroquiais, sobretudo, os de óbito podem ser uma fonte em potencial para o estudo da infância abandonada.

*Palavras-chave:* expostos, mortalidade infantil, Madre de Deus de Porto Alegre.

---

## **Introdução**

O abandono de crianças foi um fenômeno recorrente na América Portuguesa. Uma prática que migrou da metrópole portuguesa para suas colônias. Em terras brasileiras, de norte a sul, temos registros dessa prática amplamente difundida. A criança *exposta* ou *enjeitada* conforme o vocabulário da época era aquela que fora abandonada pelos seus pais quando criança. O objetivo da exposição na maioria dos casos não era o infanticídio, mas sim passar a criação da criança a outra família ou instituição responsável.

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS e graduando do curso de Filosofia da mesma, bolsista CNPq. E-mail: j\_fachini@hotmail.com.

A historiografia tem levantado diversas hipóteses a respeito dos fatores que motivaram as famílias a enjeitarem seus filhos. Podemos citar dois mais defendidos pelos especialistas do tema, a situação de miséria em que poderiam se encontrar a família e/ou um filho indesejado, fruto de uma relação ilícita aos olhos da Igreja e da moral compartilhada. Nestes casos, abandonar um filho poderia salvar a honra da mulher, pensando principalmente se for de uma família abastada, ou no caso de famílias carentes, depositar um destino melhor ao filho exposto.

Quanto a criação dessas crianças, recaía as Câmaras Municipais a responsabilidade pelo custeio desta prole. Em Portugal foi potencializado uma rede de assistência aos expostos, as *Casas de Rodas*<sup>2</sup> que funcionavam aglutinadas com as Santas Casas de Misericórdias. Entretanto, foram poucas as Rodas de Expostos ativas no período colonial, é o exemplo da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre que apenas em 1838 passou a ter uma em atividade. A postura adotada por essa população neste caso foi abandonar os pequerruchos nas portas das casas de outras famílias.

Pretendo aqui, mostrar o lado trágico desse fenômeno, que diz respeito ao destino predominante destes expostos, a morte prematura. Valendo-me de um conjunto de 1726 registros de óbitos dessa Freguesia, pretendo esboçar ao leitor este quadro da mortalidade infantil fazendo comparações as crianças legítimas e naturais. Num primeiro momento apresento algumas características da população que compunha a Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, bem como essa população encarava essa realidade de altos índices de mortalidade infantil. Pretendo esclarecer também algumas características muito importantes dos assentos de óbitos de Porto Alegre, que me possibilitaram a realização desse estudo.

---

<sup>2</sup> O nome Roda – dado por extensão à casa dos expostos – provém do dispositivo de madeira onde se depositava o bebê. De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criancinha que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante – ou Rodeira – que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido. (MARCÍLIO, 1998, p. 56).

## **Porto dos Casais: A Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre**

No ano de 1772 a localidade conhecida como São Francisco do Porto dos Casais, nome recebido por ser ponto de desembarque de casais açorianos desvincula-se de Viamão para torna-se uma Freguesia. A nova Freguesia chamada então de Madre de Deus de Porto Alegre tornara-se um local estratégico, devido a sua posição geográfica que permitia o fácil acesso ao Porto de Rio Grande, via Laguna dos Patos e às regiões interiores pelo Rio Jacuí.

A maioria dos açorianos que vieram para Viamão ficaram provisoriamente instalados às margens do Guaíba, dando origem ao núcleo urbano de Porto Alegre. Até 1756, aparece a expressão 'Porto de Dorneles' para referir a localidade onde os ilhéus estavam assentados. A partir de 1757, surgiu a expressão 'Porto dos Casais'. A significativa presença desse grupo acabou modificando o topônimo utilizado nos documentos (KÜHN, 2007, p. 57).

Em 29 de agosto de 1773 a vereança do governador José Marcelino de Figueiredo solicita a transferência da Câmara de Viamão para Porto Alegre tornado-a sede da capitania antes mesmo de tonar-se vila em 1810. Com a transferência do aparato burocrático, Porto Alegre cresceu rapidamente em termos de população. Segundo os dados apresentados por Corcino Medeiros dos Santos (1984), em 1780, Porto Alegre contava com um contingente populacional de 1.512 habitantes, números que serão duplicados para 3.268 em 1798, passando para cerca de 6.000 em 1810.

Conforme a população crescia, novas demandas foram, gradativamente, acelerando a formação da localidade. A região que, praticamente, configurava-se como uma aldeia, caracterizada por moradores que se fixavam em ranchos, datas, sítios e/ou demais pedaços de terras, foi adquirindo um novo cenário que, mesmo de maneira muito provinciana, já acenava para a urbanização e a modernização, que teriam seu ápice na segunda metade do século XIX e início do XX. A Vila tornou-se uma das principais sedes, onde se estabeleciam negócios, compras, vendas e demais relações comerciais, legitimando sua posição como importante posto de trocas comerciais e centro de decisões administrativas da Província (FREITAS, 2011, p. 41).

Apesar dessa matriz açoriana muito assinalada por uma historiografia clássica produzida muitas vezes, por Memorialistas, Porto Alegre por sua posição estratégica e uma face portuária, sempre recebeu um leque variado de estrangeiros. O povoamento da região, marcado inicialmente por tropeiros da Capitania de São Paulo tornou-se palco de um intenso fluxo populacional das mais diversas áreas da América Espanhola e Portuguesa e, também, da Europa, não deixando de mencionar uma parcela da população indígena e escravos africanos.

Um estudo recente de Denize Leal Freitas (2011, p.143) sobre as relações matrimoniais estabelecidas em Porto Alegre mostrou que a os homens que sobem ao altar, apenas 50,4% são naturais da Capitania de Rio Grande e das mais diversas regiões da América portuguesa. Somam-se a isso, 31,8 % de homens vindos dos mais diversos lugares da Europa, Ásia e África. Pretendo apresentar com isso uma Madre de Deus portuária marcada pelo intenso fluxo populacional migratório, principalmente masculino.

São dados como estes que nos fazem refletir sobre a ilegitimidade e exposição de crianças, um problema que se fez presente desde fundação de Porto Alegre. Para termos uma ideia, a primeira reunião da Câmara, os vereadores presentes mostram-se preocupados com a quantidade de crianças abandonadas na localidade.

*Acordaram que porquanto se tinham exposto várias crianças enjeitadas pelas portas de alguns moradores da capela de Viamão, e estes as iam entregar ao procurador do Conselho para que à custa deste as mandasse criar, e porque se não podia nem vinha no conhecimento de quem as enjeitava, determinaram todos que o procurador do Conselho procurasse amas e as custeasse para criar os ditos enjeitados expostos, dando-lhe algum vestuário para se embrulhar as mesmas crianças e reparar a desnudez das carnes com que as expuseram, e porque na forma da lei e costume da vila do Rio Grande assim o deviam fazer, mandaram fazer este acordo e nele formar os assentos dos mesmos enjeitados seus nomes, e de quem os cria e o quanto se lhe dava por mês. [grifos meus] (FRANCO, 1988, p. 159)*

Porto Alegre, então, foi um importante centro administrativo da Província, o local privilegiado para circulação de pessoas, fluxo de mercadorias e o porto por excelência da chegada de diversos (i) migrantes, sejam eles europeus, africanos, luso-brasileiros, etc. Uma mobilidade, principalmente masculina que fazia parte da dinâmica colonial, a qual Sheila de Castro Faria (1998) denomina *colônia em movimento*. Esse cenário dinâmico é o pano de fundo para analisarmos as crianças que por algum motivo ou outro, foram abandonadas.

### **A criança e o significado da morte**

Alguns estudos produzidos relativos a temática da infância no Brasil colonial e Imperial focaram questões pertinentes às *atitudes perante a morte*, cabe a título de exemplo João José Reis (1991) e Luiz Lima Vaillati (2005). Estes autores procuram entre outros focos, perceber através do imaginário cristão da época a sensibilidade de nossos antepassados com suas crianças. Segundo o pensamento religioso mediado pela Igreja, até os sete anos de idade a criança era qualificada como *inocente*, impossibilitada de cometer qualquer pecado. Consultando ao dicionário organizado por Raphael Bluteau no século XVIII, o verbete *inocente* encontrado traz a seguinte definição sobre o termo:

Pureza da alma, livre de todo o gênero de pecados. Neste sentido dizemos, que Adão foi criado no estado da innocencia & que a innocencia Baptismal restitui o homem à sua primeira pureza. &c. A idade dourada da innocencia é a infância do homem: no leite com que se alimenta, se divisa o seu candor; a ignorância daqueles anos é o seu preservativo, a simplicidade o seu adorno. Passada a tenra idade, foge de nós a innocencia; empanam os olhos o espelho do coração com as espécies dos objetos, que movem as paixões, & despertam aos vícios. (BLUTEAU, 1712-1721)

Como podemos perceber nas palavras de Bluteau, *inocente* era aquele revestido pela *inocência*: a ignorância natural atribuída à criança era concedida pelo batismo, que a protegia das tentações mundanas e de cair no pecado. Não é de se estranhar, neste sentido, que a criança fosse, muitas vezes, representada como “*anjo*” por sua pureza.

Reis (1991) observa que nos funerais infantis do século XIX, na Bahia, as crianças eram vestidas de *anjinho*. O autor denomina as procissões fúnebres que envolviam crianças de “*funerais sem lágrimas*”, pois a morte do recém nascido era recebida com tiros e foguetes, comida, bebida e música – uma festa em que se dançava para o *anjinho*. No Rio Grande do Sul, esta prática de júbilo fúnebre aos pequeninos também parece ter sido recorrente:

*O mercenário alemão Carl Seidler contou sua experiência quando em campanha no interior do Rio Grande do Sul, durante a crise cisplatina, em fins da década de 1820. Tendo morrido uma criança de família importante, (...) foi convidado e compareceu ao enterro, levando banda e música. O cadáver foi vestido de anjo e velado numa cama coberta de flores e coroas. Os soldados receberam um Brandão acesso cada. Durante o cortejo ao cemitério, a banda militar tentou um repertório solene, mas a certa altura o padre ordenou um miudinho e outras peças alegres que escandalizaram os oficiais prussianos. [grifos meus] (REIS, 1991, p. 139).*

Deve-se, ainda, sublinhar outra característica importante em relação à infância e às crianças dos séculos passados. Alguns autores apontam que haveria uma genérica falta de individualização dos filhos, resultado dos altos índices de mortalidade infantil, especialmente no período colonial e ao longo do século XIX. A perda de uma criança não causaria o impacto que hoje afetaria a qualquer família contemporânea, na qual, como, a criança é o centro das atenções. Até meados do século XIX, Judite Trindade (1999) alega que se conceituava a criança apenas em face do adulto, considerando-a como algo irrelevante e inexpressivo, era uma “*coisinha*” que tanto poderia sobreviver como não.

Desse modo, para os sujeitos e para as famílias do período colonial, a constante e comum possibilidade do filho pequenino ser levado por alguma moléstia estava presente em seus pensamentos e na sua vivência cotidiana. E, neste caso, a criança se transformaria em um “anjo que subiria aos céus para junto de nosso Senhor, insaciável em cercar-se de anjos” (FREYRE, 1985, p. 384). Poderia ser esta, uma reconfortante forma de encarar a realidade, o que justifica o júbilo e a pompa no funeral.

Entretanto, creio ser importante ressaltar que muitos viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil nos séculos XVIII e XIX, presenciando estas cerimônias fúnebres, as registraram como resultado do “*fraco sentimento familiar*” que sofria a sociedade brasileira. Um bom exemplo disso nos dá John Luccock que visitou o Rio de Janeiro no início dos oitocentos, ao testemunhar um funeral infantil, chamou a atenção pelo fato de se manifestar “entre os parentes mais distantes, maior complacência que pesar e, mesmo na mãe nenhuma dor profunda” (LUCCOCK, 1942, p. 79). Tal afirmação põe em evidência os diferentes juízos de valor que surgiam no âmbito de uma sociedade plena de alteridades.

O certo mesmo, é que estes funerais festivos e de grande pompa dos *anjinhos* pequeninos eram bastante custosos e apenas uma pequena parcela da população podia cobrir tais custos: a elite. Neste viés Vaillati (2002) argumenta que as elites coloniais se aproveitavam dessa ocasião para, mais do que em qualquer outra, colocar o espetáculo a serviço da manutenção de representações cuja função era dar conta da reprodução da hierarquia social.

Quando nos detemos nas crianças de escravos ou nas crianças abandonadas, os funerais eram muito mais modestos, mas de qualquer forma, havia certa preocupação por parte de suas famílias – ou daqueles que as acolhiam- com os ritos fúnebres. Muitas mães negras procuravam de alguma forma enterrar seus filhos usando seus pecúlios. Renato Pinto Venâncio (1999) mencionou que os gastos com amas-de-leite nas *Rodas* de expostos por vezes se transmutavam em esmolas para a compra de mortalhas para enterrar os *anjinhos* que faleciam nestas instituições. Percebe-se assim, como Vaillati (2002) argumenta, que mesmo que os funerais infantis ostentassem uma posição privilegiada entre as famílias da elite, havia, no âmbito geral da população, uma preocupação em preparar um cerimonial fúnebre –mesmo que modesto – para suas crianças, o que pode ser compreendido como uma expressão de afeto e consideração para com a criança morta.

Trazendo o *lôcus* para a Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre temos fortes indícios da preocupação com os funerais de crianças expostas por parte de instituições públicas. Nos termos de

vereança expedidos pela Câmara Municipal, percebe-se que ela cobria os custos destes funerais em alguns casos. Para servir de exemplo, o termo expedido no dia 2 de janeiro de 1793 consta o pagamento de 2\$660 réis pela *feitura de dois anjinhos*. No ano de 1799, especialmente no dia 5 de junho, temos outro termo de vereança que mostra a Câmara cobrindo tais custos:

Nesta vereança se mandou pagar a Martins Cardozo a quantia de 7\$523 reis pela criação do exposto Tristão de dous meses e vinte um dias antecedente ao de seu falecimento que importou em 4\$373 reis e com 3\$200 *reis de Mortalha* fez a quantia de 7\$523 reis. [grifos meus] (Termo de vereança de 5 de junho de 1799).

Tentei ilustrar aqui, como de alguma forma e sumariamente, a criação fosse ela, legítima, natural ou exposta era compreendida no período colonial, e como nossos antepassados sensibilizaram-se frente aos catastróficos índices de mortalidade infantil do período, números que veremos analisados aqui. Cabe nos perguntar, como os assentos de óbito (que constituem minha fonte principal) da Freguesia Madre de Deus podem nos ajudar a compreender estas questões relativas à mortalidade, e principalmente, a mortalidade das crianças expostas em Porto Alegre.

### **Notas sobre os assentos de óbitos da Madre de deus**

Apesar de suas limitações, os registros paroquiais são uma das poucas fontes que temos em mãos para o período colonial que cobrem a população católica integralmente, individualmente e, o mais interessante, independentemente da condição social de cada registrado. Segundo Maria Luiza Marcílio (2008) é a partir destas fontes que o pesquisador pode entrar em contato com todos os grupos sociais, quer seja ele composto de sujeitos à margem ou desclassificados socialmente, ou daqueles que integram o mais alto escalão da nobreza.

Primeiramente, tenho que destacar que do conjunto dos registros paroquiais, os feitos sobre os óbitos são, por certo, os menos confiáveis, já que a morte não precisava, necessariamente, ser assistida por padres, elemento fundamental em batizados (com exceção daqueles realizados *in extremis*) e nos casamentos. Muitos



moribundos e seus familiares poderiam, simplesmente, prescindir da sua presença, mesmo havendo a preocupação com uma *boa morte*, pois a garantia dos últimos sacramentos, era via de acesso ao paraíso para o cristão. Sobre a importância fundamental da administração dos sacramentos para os moribundos, havia o consenso de que não se era preciso mais ter levado uma vida demasiadamente “virtuosa”, bastava receber todos os sacramentos em seu funeral e deixar legados pios em formas de missas pagas para desfrutar do paraíso eterno. Cláudia Rodrigues esclarece que:

Os sacramentos eram, para o cristão, sinais que imprimiam características sagradas e pertenciam ao universo da comunicação entre Deus (emissor) e o fiel (receptor). Sinais da graça que o emissor comunicava ao receptor para sua salvação em momentos existenciais densos, que supunham, expressavam e alimentavam a fé. (RODRIGUES, 1999, p. 56)

Nos momentos de doença grave, incurável e fatal, a penitência, a eucaristia e a extrema-unção, administradas com sentidos específicos, eram procuradas pelo doente. Neste sentido, era muito mal vista para os cristãos da época uma morte repentina, sem que o moribundo recebesse os últimos sacramentos. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707 ressaltavam a importância dos últimos sacramentos sob três aspectos:

O primeiro é perdoarmos as relíquias dos pecados (...). O segundo é, (sic) dar muitas vezes, ou em todo, ou em parte, saúde corporal ao enfermo (...). O terceiro, consolar ao enfermo, para que na agonia da morte possa resistir aos assaltos do inimigo, e levar com paciência as dores da enfermidade. (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 1853, Livro IV, Título XLVII)

Apesar da importância que tinha para o fiel receber os últimos sacramentos, pode-se imaginar que muitas pessoas – indigentes, moradores de rua e escravos – morreram e foram enterradas sem o conhecimento dos párocos como observa-se nos trabalhos de Carlos Almeida Bacellar (2001) e de Sheila de Castro Faria (1998). Casos como estes também aconteciam com as crianças, especialmente os bebês, pois até os sete anos de idade os *inocentes*

estavam isentos de receber a extrema unção, e já batizados não havia preocupação com a alma da criança que poderia ser enterrada em qualquer terreno. Estes casos podem ser pensados especialmente para as crianças escravas e para os próprios enjeitados. Bacellar (2001), em seu estudo sobre a Vila de Sorocaba, percebeu que para as famílias que moravam mais para o sertão, em local afastado da paróquia, era muito difícil avisar ao pároco sobre a morte de um filho pequenino, o que leva o autor a concluir que as famílias acabavam enterrando seus bebês em suas próprias localidades.

No tocante aos últimos sacramentos relacionados aos *inocentes* é interessante ressaltar o zelo que os párocos da Madre de Deus tinham quanto a isso. Constatamos que nos assentos desta freguesia, as crianças a partir dos oito anos recebiam estes sacramentos, e era raro alguma criança a partir de tal idade morrer sem a extrema unção, o que indica uma preocupação daquela sociedade – ou daqueles párocos em especial- com a jovem alma no além.

Conforme exigido pelos padrões das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, as informações contidas nos registros de óbitos deveriam seguir as seguintes prescrições:

*Aos tantos dias de tal mez, e de tal anno falleceo da vida presente N. Sacerdote Diaconno, ou Subdiaconno; ou N. marido ou mulher de N. ou viúvo, ou viúva de N., ou filho, ou filha de N., do lugar de N., Freguez desta ou de tal Igreja, ou forasteiro, de idade de tantos annosi, (se commodamente se puder saber) com todos, tal Sacramento, ou sem elles: foi sepultado nesta, ou em tal Igreja: fez testamento, em que deixou se dissessem tantas Missas por sua alma, e que fizessem tantos Officios, ou morreo abintestado, ou era notoriamente pobre, e por tanto se lhe fez enterro sem se lhe levar esmolos. [grifos meus] (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 1853, Livro IV, Titulo XLIX.)*

De todo modo, e de maneira geral, os assentos de óbito da Madre de Deus de Porto Alegre, em sua grande maioria, seguem os padrões estabelecidos pelas Constituições Primeiras. Entretanto, não é de estranhar a falta de algumas dessas informações, como aquelas relativas aos pais, cônjuges ou estado conjugal, que são as mais freqüentes, principalmente, quando se trata de soldados, marinheiros

ou sujeitos de outras localidades. As informações contidas nos registros de Porto Alegre se resumem em: *Data da ocorrência; Nome do falecido; legitimidade; idade do falecido; causa morte; naturalidade; Pais; cônjuges ou proprietário [no caso de ser escravo]; se deixou testamento ou não; testamenteiros; herdeiros e Assinatura do Vigário.*

Porém, e apesar da padronização exigida pelas Constituições Primeiras, nada impedia que o pároco acrescentasse alguma informação extra, que ele achasse conveniente, ou mesmo suprimisse informações que deveriam constar no assento, como determinavam as Constituições. Sendo assim, estes registros passam por algumas variações conforme a mão (visão) do padre que o escrevia.

Podemos observar que entre os registros que tratam especificamente dos inocentes, as informações são mais escassas: inicialmente, apenas o primeiro nome da criança é registrado; em segundo lugar, os párocos se contentavam em registrar, na maioria dos casos, apenas o pai da criança, são raros os assentos de óbitos de criança em que é registrado o nome do pai e da mãe. Um ponto interessante a ser mencionado a respeito dos registros de óbitos desta Freguesia é o fato de que, a partir do ano de 1799, a *causa mortis* passa a ser acrescentada às informações dos registros, permitindo visualizar quais as doenças que ceifavam vidas no passado colonial.

É certo que, muitas vezes, as *moléstias* eram identificadas a partir do seu sintoma, “*faleceu de ar*”, “*de uma febre*”, não referindo a doença propriamente dita que teria levado ao óbito. Devo referir ainda que, tratando-se de bebês, o registro limitava-se, muitas vezes, a informar que “*faleceu de moléstia incógnita*”. Ainda em certos casos, a *causa mortis* aparecia como “*faleceu repentinamente*”, o que, para alguns autores, tem uma explicação:

Em muitos assentos de adultos anotou-se “morreu repentinamente” ou “de morte apressada”. A circunstância apontada diz respeito à impossibilidade de serem ministrados os sacramentos da penitência e extrema unção, sem caracterizar realmente as condições físicas do passamento. (COSTA, 1990, p. 50).

Nesta virada de século, após o ano de 1799 especificamente, há o que podemos chamar de uma “racionalização” nestes registros. Além da *causa mortis*, passa a ser registrada também a idade das crianças. A partir deste momento, o termo “inocente”, que era muito usado nos assentos até então, deixa de ser empregado para as crianças até sete anos, e a idade começa a ser registrada. Interessante é a precisão com que os párocos procuram registrar a idade, “*de idade de um ano e três meses*”, “*de idade de três dias*”, e não raro “*de idade de dois anos, três meses e dez dias*”.

Foram estas mudanças nos registros paroquiais de óbito da Madre de Deus que me permitiram abordar a mortalidade infantil em Porto Alegre. É claro que para o objeto deste trabalho, os enjeitados, não há como saber exatamente a idade dos pequeninos. Para estes, considero a data em que foram expostos como a data de seus nascimentos, pois, como nos indicam Cavazzani (2005) e Bacellar (2001), geralmente, os pequeninos eram abandonados logo nos seus primeiros dias.

### **Índices de mortalidade infantil dos enjeitados**

É bem verdade que muito pouco tem se produzido sobre a questão mortalidade infantil e mesmo sobre a mortalidade em geral, no passado colonial. Entretanto, e sobre a mortalidade infantil, posso com segurança afirmar, a partir dos esparsos trabalhos produzidos, que os demógrafos historiadores indicam que os números relacionados à mortalidade infantil no período colonial eram muito altos, e quando estes números apontam para os expostos, eles se elevavam ainda mais.

As *Casas de Roda* eram tidas como verdadeiros cemitérios de crianças pela precariedade e insalubridade de suas instalações. Segundo os dados apresentado por Marcílio (1998), para o contexto brasileiro, apenas 20% a 30% dos que foram lançados nas *Rodas* chegaram à idade adulta. Na Roda do Rio de Janeiro, em inícios do século XIX, a mortalidade chegou mesmo a ultrapassar os 70% sendo que muitas destas crianças morreram antes de completar seus três anos. Na Roda da Santa Casa da Bahia, desde meados do século XVIII até fins do XIX, a mortalidade infantil nunca fora inferior a

45%, das crianças admitidas, mantendo-se quase sempre no nível dos 60%.

A explicação para este elevado número referente a mortalidade dos expostos é que, além, das circunstâncias de risco sujeitas a qualquer criança nascida na colônia, os pequeninos enjeitados estavam sujeitos a situações “adicionais de perigo”.

Estas situações “adicionais de perigo” poderiam estar vinculadas ao período da gravidez e parto – necessidade de esconder a gravidez, tentativas de aborto, as condições precárias que poderiam enfrentar no momento do parto; a necessidade de se transportar a criança até o local do abandono; a precariedade das instalações dos próprios hospitais, riscos de contágio, má alimentação. (SCOTT; BACELLAR: 2010, p. 52).

Os enjeitados eram *filhos de ninguém*, usando a expressão de Marcílio (1998, p.103), neste caso, não é difícil pensar que as próprias amas contratadas poderiam cuidar mal dos enjeitados ou usar de métodos violentos para mantê-los calmos ou, ainda, dar pouca atenção ou nenhuma para estes pequeninos. Não é por menos que Venâncio (1998, p.106) nos revela que: *A História do abandono é uma história da morte e uma história secreta da dor*.

No entanto, cabe ressaltar que não eram apenas as crianças enjeitadas nas Rodas as mais propensas a um destino trágico, os pequeninos que foram abandonados nas portas dos lares também não tinham imunidade para os riscos a que estavam sujeitos, falecendo logo nos seus primeiros anos. Iraci Del Nero da Costa (1976, p.120) mostrou que em Vila Rica, nas Gerais, para o ano de 1799 e 1801, a taxa de mortalidade infantil dos *inocentes* legítimos era de 133 por mil, grandeza que para os expostos subia para 428 por mil, para se ter uma idéia, era maior que taxa de mortalidade infantil das crianças escravas, que segundo o autor, situava-se em torno de 310 por mil. Na verdade, se pensarmos bem, seria de esperar um maior cuidado para com as crianças escravas, pois não podemos esquecer que elas constituíam também um patrimônio monetário, pois tinham o seu valor de compra e venda...

Levando em conta estes dados, me propus a explorar algumas variáveis relativas aos registros de óbito e perceber aspectos

da realidade da freguesia Madre de Deus de Porto Alegre entre o último quartel do século XVIII e início do XIX, levando em conta e dialogando com a produção historiográfica sobre o tema. Elaborei para isso uma tabela referente aos percentuais de mortalidade das crianças até os 7 anos de idade, as quais eram destacadas como inocentes nos assentos. Foi contabilizado um conjunto de 1726 registros de óbitos, dos quais 459 (27%) correspondem a óbitos de inocentes sob a denominação de legítima, natural, ou exposta pelo pároco que registrou o óbito, iniciando a contagem no ano de 1799, a partir do qual, como foi dito antes, as idades passam a ser acrescentadas no registro.

**Tabela 3** – *Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre*, população Livre: Frequência de óbitos de crianças legítimas, naturais e expostas, 1799-1810  
Fonte: Livro I e II de Óbitos da população livre da paróquia Madre de Deus de Porto Alegre.

| Ano   | Total de óbitos | Óbitos de crianças legítimas |       | Óbitos de crianças Naturais |       | Óbitos de crianças expostas |      |
|-------|-----------------|------------------------------|-------|-----------------------------|-------|-----------------------------|------|
|       |                 | N.A                          | %     | N.A                         | %     | N.A                         | %    |
| 1799  | 20              | 19                           | 95%   | 0                           | 0%    | 1                           | 5%   |
| 1800  | 21              | 18                           | 85.7% | 2                           | 11.1% | 1                           | 5.5% |
| 1801  | 48              | 41                           | 85.4% | 6                           | 12.5% | 1                           | 2.1% |
| 1802  | 19              | 17                           | 89.5% | 1                           | 5.2%  | 1                           | 5.2% |
| 1803  | 19              | 17                           | 89.5% | 1                           | 5.2%  | 1                           | 5.2% |
| 1804  | 75              | 60                           | 80%   | 10                          | 13.3% | 5                           | 6.7% |
| 1805  | 24              | 22                           | 91.6% | 1                           | 4.2%  | 1                           | 4.2% |
| 1806  | 125             | 99                           | 79.2% | 22                          | 17.6% | 4                           | 3.2% |
| 1807  | 18              | 13                           | 72.2% | 4                           | 22.2% | 1                           | 5.5% |
| 1808  | 32              | 29                           | 90.6% | 3                           | 9.4%  | 0                           | 0    |
| 1809  | 14              | 12                           | 85.7% | 2                           | 14.3% | 0                           | 0    |
| 1810  | 44              | 37                           | 84.1% | 6                           | 13.6% | 1                           | 2.3% |
| Total | 459             | 384                          | 83.6% | 58                          | 12.6% | 17                          | 3.8% |

Numa análise preliminar, percebemos que os dados relativos à mortalidade infantil nas duas décadas analisadas na *Tabela 3* sugerem que o montante diminuiu em Porto Alegre. As crianças

legítimas, que em 1799 equivaliam a 95% dos óbitos, em 1810 reduziram para 84.1%, o mesmo podemos dizer dos expostos, que em 1799, equivaliam a 5%, e, em 1810, apenas 2.3%, sendo que 1808 e 1809 não há registro algum de tais crianças. Quanto às crianças naturais, estas, com algumas variações, se mantiveram com seus números estáveis.

Cabe destacar a idade destes enjeitados apresentados na *Tabela 3*. Destas crianças expostas que foram a óbito entre 1799 e 1810, 54% morreram antes mesmo de completar seu primeiro ano de idade e 18 % antes de completarem seus dois anos de idade, ou seja, quase 70% do total dos enjeitados mortos não sobreviveram aos seus dois primeiros anos de vida. Neste sentido, se o maior risco de morrer a criança enjeitada corria nestes primeiros anos, podemos supor a falta de assistência, no caso, de uma ama de leite, ou o descaso de quem a acolheu. Na verdade, isso não diferia muito das outras crianças, pois a possibilidade maior de morrer estava concentrada, em geral, nos primeiros 12 meses de vida. Contudo, se comparados esses indicadores, seria mais expressivos para os expostos, por conta dos fatores apontados anteriormente.

De qualquer forma, numa primeira sondagem os números referentes à mortalidade das crianças expostas nos domicílios da freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre não nos parecem tão catastróficos como os índices apresentados pela historiografia referente às Rodas de expostos. De qualquer forma, temos que levar em consideração o possível sub-registro, como por exemplo, os casos em que a morte da criança abandonada não chegava ao conhecimento do pároco.

Entretanto, para tornar interessante a análise destes percentuais procurei confrontá-los com os percentuais de batismos, o que nos revelou outras realidades. Temos constatado que do total de crianças batizadas na Madre de Deus entre os anos 1772 e 1810 o percentual de 4.8% eram enjeitadas, e que do total das crianças falecidas, 3.8 % equivaliam às expostas. Em alguns anos, entanto, esses números fogem à regra, pois percebo uma discrepância dos pesos relativos aos registros de batismo óbito, principalmente, quando se trata dos bebês de até um ano.

**Tabela 4** – Repartição dos assentos de Batizados e Óbitos dos inocentes até um ano de idade (1799). Fonte: Livro I e II de Óbitos da população livre da paróquia Madre de Deus de Porto Alegre. OBS: Batizados: 325 assentos (1799-1800).

Óbitos: 87 assentos (1799-1801).

| Assentos  | Legítimos | Naturais | Expostos |
|-----------|-----------|----------|----------|
| Batizados | 77.8%     | 17.5%    | 4.6%     |
| Óbitos    | 72.4%     | 13.8%    | 8.0%     |

Como podemos ver na *Tabela 4*, os percentuais de bebês legítimos (77.8%) e naturais (17.5%) batizados, como seria de se esperar, em condições normais, sem uma epidemia, por exemplo, são maiores que os de óbito, legítimos (72.4%) e naturais (13.8%). Sendo assim, nasceram neste respectivo ano mais crianças legítimas e naturais do que morreram. Em relação aos expostos, há uma discrepância enorme entre os percentuais, o que parece indicar a alta mortalidade dos enjeitados frente aos demais bebês.

Gostaria, ainda, de abrir um parêntese para explicar os picos de mortalidade que se apresentam entre os anos de 1804 a 1806, em que os números totais de óbitos infantis sobem abruptamente. Trata-se, neste caso, de uma epidemia de sarampo, no qual a freguesia Madre de Deus presenciou mais de 90% dos óbitos infantis registrados, principalmente, no ano de 1806, mencionavam como *causa mortis*, sarampo.

Além do sarampo, as *bexigas* (varíola) foi uma doença que levou a vida de muitas crianças, sobretudo, no início do século XIX. Para termos uma idéia das moléstias que ceifavam a vida das crianças da Freguesia Madre de Deus, observemos a *Tabela 5* logo abaixo. Nela podemos perceber que as *doenças infecciosas e parasitárias* são as grandes vilãs dessas criancinhas, pois, representam 63% dos óbitos dos inocentes. Essas moléstias eram tão intensificadas que a própria Câmara de vereadores procurou medidas para salvar os expostos anos mais tarde. É datado de 29 de julho de 1830 um Termo de vereança que pedem ao Fiscal a mando da Câmara *que enviasse uma lista com todos os expostos que não haviam contraído bexigas para que então sejam vacinados*.

As doenças relacionadas ao sistema nervoso aparecem em seguida, com 19% de percentuais da mortalidade. Interessante, também, são os 5% de inocentes que foram a óbito por acidentes,



como por exemplo, *sufocados*. Philippe Ariès (1981, p.27) comenta que os bispos católicos começaram a aconselhar as famílias a não dormirem com seus bebês para não haver o perigo de sufocá-los durante a noite. Ariès interpreta estes tipos de acidentes – muito comuns na França – como uma espécie de *infanticídio accidental*, já que o infanticídio era terminantemente proibido pela Igreja. Não sabemos ao certo se os casos de óbitos por acidentes da Madre de Deus também se tratam de infanticídios, mas creio que a hipótese não deve ser descartada.

**Tabela 5** – Repartição dos óbitos dos inocentes por causas de morte<sup>3</sup>. Fonte: Livro I e II de Óbitos da população livre da paróquia Madre de Deus de Porto Alegre.

|                                                       |                                                                                                                                                                                          |     |
|-------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Doenças infecciosas e parasitárias                    | <i>Lombrigas</i> (ascaris); <i>Tísica</i> (tuberculose pulmonar); <i>Febre podre, maligna</i> (febres intermitentes), <i>Bexigas</i> (varíola); <i>Sarampo</i> ; <i>Mal de sete dias</i> | 63% |
| Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos. | <i>Extupor</i> (paralisias); <i>De ar, pasmo</i> , (convulsões)                                                                                                                          | 19% |
| Mortes por acidentes                                  | <i>Afogados</i> ; <i>queda de cavalo</i> ; <i>queimadura</i> ; <i>sufocado</i> ;                                                                                                         | 5%  |
| Doenças do aparelho digestivo                         | <i>Diarréias</i> ; <i>Câmaras de sangue</i> (disenteria hemorrágica); <i>Hysdropico</i> (doenças do fígado); <i>disenteria</i>                                                           | 4%  |
| Doenças do aparelho geniturinário                     | <i>Defluxo</i> (hemorragias uterinas); <i>Retenção de urinas</i>                                                                                                                         | 4%  |
| Doenças de pele e do tecido celular                   | <i>Erpes</i> ; <i>Sarnas</i> ; <i>Chagas</i> ; <i>Apostema</i> (abscessos)                                                                                                               | 2%  |

Enfim, tratar deste tema da mortalidade infantil não é tarefa fácil, as imprecisões dos assentos de óbito devem ser levadas em consideração, muitos pequeninos podem ter morrido sem terem sido registrados, e, se tratando de uma criança, e mais, de criança abandonada, o risco de isso acontecer podia aumentar, pois, podiam

---

<sup>3</sup> Quanto à classificação das doenças me baseio na tabela nº 37 constado no estudo de Marcílio sobre São Paulo. Cf. MARCÍLIO, M. L. *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo: Pioneira – EDUSP, 1974, p. 176-177.

morrer no ato do abandono em lugares ermos ou terrenos baldios e não serem registrados os seus óbitos. Também notei que em alguns assentos de batismos consta que o pequeno enjeitado fora batizado *in extremis*, ou seja, às pressas, porque estava correndo risco de morte. Contudo, resta sublinhar o fato que não encontrei os respectivos óbitos de muito desses casos.

O caso da exposta Ana pode servir de exemplo, ela foi batizada no dia vinte e quatro de março de 1785 *in extremis* pelo Pe. Antonio Soares Gil, ao final de seu assento o padre informa que *a criança foi exposta no rio do Sino da freguesia Nova* (Triunfo). Percebe-se ainda que no caso de Ana o propósito não era a exposição, mas, sim o infanticídio, visto que foi abandonada na beira de um rio. O óbito dela não foi localizado, deixando um fio de incerteza ao pesquisador quanto ao destino da mesma.

Assim, tanto a criança pode ter sobrevivido, como pode também ter havido uma negligência ao não ter sido informado o falecimento, pois o sacramento do batismo já havia sido dado pelo padre. Por vezes, também, identifico situações contrárias a essa, em que crianças que tem registrado no seu atestado de óbito terem recebido o batismo *in extremis*, não possuem registro de batismo, ao menos, por mim localizado.

### **Considerações finais**

A prática do abandono de crianças atravessou o atlântico e tornou-se recorrente na América portuguesa. A Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre desde sua fundação apresentou a existência de crianças expostas. Como pudemos ver esses expostos estavam mais vulneráveis a morte do que as crianças legítimas e naturais, havendo até certa discrepância quanto ao nascimento das mesmas. As doenças infecciosas e parasitárias como a *bexigas* (varíola) e o sarampo eram a grande vilã desses pequeninos que acabavam indo a óbito logo nos primeiros meses, sendo os dois primeiros anos os mais perigosos.

Temos em vista que *a priori* a Câmara Municipal estava responsável pelo financiamento da criação, vestuário e necessidades

destas crianças abandonadas. Até mesmo, a preocupação com a *boa morte*, a Câmara procurou sanar cobrindo as despesas com *mortalhas de anjinho*. As idéias cristãs de caridade repercutiam nessa sociedade, entretanto resta saber se estes vereadores conseguiam cobrir as despesas com todos os expostos da Freguesia Madre de Deus, ou eram alguns casos espaços. Muitos expostos podem ter acabado sendo criados por famílias que não recorreram ao auxílio financeiro da Câmara, ficando restrito ao espírito caritativo de poucas famílias. Sabemos ainda, que novas idéias irão atravessar o espírito caritativo cristão, a idéia de *Razão de Estado* que repercutirá no século XIX, ou seja, essas vidas precisam ser preservadas para tornarem-se úteis ao Estado. Este pensamento está no pano de fundo da Criação da Roda dos Expostos em Porto Alegre como nos mostra o estudo de Jurema M. Gertze (1990, p. 309-310):

Inicialmente, os princípios cristãos de amor ao próximo nortearam a assistência a esse segmento da população, mas a partir do momento em que são percebidas como potencialmente produtivas ao país, fez-se mister racionalizar a assistência e fazer valer o investimento nas instituições assistenciais. (...) Busca-se a um custo menor, uma maior eficácia da preservação da integridade destas pessoas, reduzindo o índice de mortalidade e recuperando-as para uma vida útil.

Imprecisões à parte, neste artigo procurei trazer alguns dados que nos dão uma visão bastante preliminar sobre a mortalidade dos enjeitados, bem como sobre aspectos relacionados à mortalidade infantil, tema ainda pouco explorado pela nossa historiografia. Assim – como prefiro dizer – este texto ofereceu uma *breve degustação* do tema aos seus interessados. Muitos são os caminhos a percorrer para a reconstituição do universo dos abandonados em Porto Alegre neste período e muitos são os passos a serem dados neste sentido.

## Fontes

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez, e Latino...*: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e

latinos... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721. 8 v.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide em 12 de junho de 1707. São Paulo, 1853.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE). *Livro de registro de Batismo (1772-1810)*. [manuscrito]. Porto Alegre, Vol.1- 2. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE). *Livro de registro de Óbito (1772-1810)*. [manuscrito]. Porto Alegre, Vol.1- 3. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

PORTO ALEGRE. Termo de vereança de 02 de janeiro de 1793. *Livro de Atas 4 (1794-1800)*. Localização: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE. Termo de vereança de 05 de junho de 1799. *Livro de Atas 4 (1794-1800)*. Localização: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE. Termo de vereança de 29 de julho de 1830. *Livro de Atas 10 (1830-1832)*. Localização: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

## Referências

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

CAVAZZANI, André Luiz M. *Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (Segunda metade do século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em

História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: mortalidade e morbidade (1799-1801). In: BUESCU, M.; PELÁES, C. M. (coord.). *A moderna história econômica*. Rio de Janeiro, APEC, 1976, p. 120.

\_\_\_\_\_. Registros Paroquiais: nota sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. *LPH: Revista de História*, Ouro Preto, n. 1, p. 46-54, 1990.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. *O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835*. Dissertação (Mestrado em História) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo: RS, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

GERTZE, Jurema M. *Infância em Perigo: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre: 1837-1880*. Porto Alegre, 1990. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica – RS.

KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. ampl. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de anos nesse país de 1800 a 1818*. Tradução de Milton da Silva Rodrigues. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. Registros Paroquiais como fontes seriais que escondem realidades sociais inusitadas. In: SCOTT, Ana S. V.; FLECK, Eliane C. D. (Orgs.). *A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos; Ed. Unisinos, 2008.

REIS, João José. *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. A cidade e a morte: A febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-50). *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, v. 6, n. 1, p. 53-80, mar.-jun. 1999.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul: Século VXIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1984

SCOTT, Ana Silvia Volpi; BACELLAR, Carlos Almeida Prado. Crianças abandonadas em áreas sem assistência institucional. In: VENÂNCIO, R. P. (org.) *De Portugal ao Brasil: uma história do abandono de crianças, séculos XVIII-XX*. Belo Horizonte: PUCMG; São Paulo: Alameda, 2010, p.52-81.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n, 37, 1999.

VAILATI, Luiz Lima. Os Funerais de “Anjinho” na Literatura de Viagem. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 365-392, 2002.

\_\_\_\_\_. *A morte menina: práticas e representações da morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. 2005.Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

## **CRIANÇAS IMIGRANTES E CRIANÇAS GERADAS DE VENTRES IMIGRANTES EM TERRA BRASILEIRA**

Maria Silvia C.Beozzo Bassanezi<sup>1</sup>

*Resumo:* Através de um olhar mais demográfico, este trabalho busca trazer novos ingredientes sobre crianças imigrantes e crianças geradas de ventres imigrantes em terra brasileira, a partir da “escrita dos números” (de estatísticas sobre imigração e estatísticas demógrafo-sanitárias do Estado de São Paulo) e outros relatos de época. Crianças que estiveram sujeitas praticamente às mesmas venturas e desventuras neste outro lado do Atlântico; que resistiram, ou não, às condições de vida que lhes impos. Crianças que, por mais ou menos tempo, integraram o cotidiano das fazendas cafeeiras, dos núcleos coloniais, e/ou das cidades paulistas, principalmente, da capital do Estado (sobre as quais há maior número de informação).

*Palavras-chave:* imigração, criança, São Paulo.

---

Nas décadas finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, as políticas migratórias adotadas pelo governo brasileiro e principalmente pelo governo paulista – visando solucionar o problema de mão de obra para a cafeicultura em expansão – deram à imigração familiar um destaque muito especial, sobretudo àquela subsidiada. Nesse período, mais de noventa por cento dos imigrantes subsidiados e setenta por cento dos espontâneos chegados ao estado de São Paulo faziam parte de unidades familiares<sup>2</sup>.

Aos milhares, famílias imigrantes – italianas (em maior volume), também espanholas, portuguesas e em menor proporção alemãs, austríacas, japonesas (após 1908), europeias do leste, turcas, sírias, libanesas – passaram a integrar não só o cotidiano das fazendas de café, mas também dos núcleos coloniais e das cidades

---

<sup>1</sup> Doutora pesquisadora Nepo/Unicamp. Bolsista PQ/CNPq.

<sup>2</sup> Entre 1890 e 1902 os imigrantes subsidiados lideravam com 78% das entradas; a partir de 1903 até 1929 os espontâneos tornaram-se maioria (69%) (SÃO PAULO a, 1898-1930).

paulistas que se urbanizavam e se industrializavam. Entre essas, a capital do estado, que acabou por se tornar o maior polo de atração de imigrantes, muito embora a política migratória estivesse empenhada em trazer “braços para o café”.

O grande volume e as características<sup>3</sup> dessa imigração tiveram um impacto muito grande sobre a população paulista, provocando além do crescimento populacional, alterações nos padrões demográficos locais. Por sua vez, o processo imigratório como um todo também ocasionou mudanças nas características demográficas da família imigrante em relação aos padrões vigentes na localidade de origem. As crianças, que integravam essas famílias e as que nasceram de ventres estrangeiros em terras paulistas responderam por uma parcela importante dessas mudanças.

São essas crianças que merecem a atenção neste trabalho, que busca agregar novos ingredientes ao seu conhecimento<sup>4</sup>, através de um olhar de caráter mais demográfico. Um olhar ainda preliminar sobre os números e observações encontrados principalmente em documentos oficiais publicados da época<sup>5</sup>, verificando o que deles pode ser extraído sobre a experiência do migrar, nascer, viver e morrer dessas crianças. Ao mesmo tempo, este trabalho está preocupado em mostrar as possibilidades (e também as dificuldades)<sup>6</sup> que fontes de caráter mais quantitativo oferecem à história da criança no estado de São Paulo.

---

<sup>3</sup> De 1886 a 1934 cerca de dois milhões e trezentos mil imigrantes entraram no Estado de São Paulo, dos quais, a maioria, ou seja, quase um terço chegou durante a década de 1890. Entre eles havia mais homens que mulheres, a maioria constituída por pessoas em idades ativas e reprodutivas e fazendo parte de unidades familiares (BASSANEZI, no prelo).

<sup>4</sup> De outra perspectiva, anteriormente, essas crianças já mereceram nossa atenção (BASSANEZI e SCOTT, (2005).

<sup>5</sup> Relatórios da Secretaria de Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo, da Secretaria dos Negocios do Interior do Estado de São Paulo e Estatísticas Demógrafa-Sanitárias do Serviço Sanitário do estado, outras estatísticas e relatos da época.

<sup>6</sup> Entre elas: séries numéricas com lacunas, cruzamento de informações que não segue o mesmo padrão no decorrer dos anos etc.



## **A criança imigrante e suas idades**

Os promotores da política migratória paulista, voltada a trazer “braços para a lavoura” (diga-se para o café), consideravam o imigrante a partir de doze anos aptos ao trabalho e aquele abaixo dessa idade um futuro trabalhador em potencial. Na obtenção da viagem subsidiada as normas prescreviam, entre outros critérios bem definidos, que a família deveria possuir pelo menos um membro do sexo masculino entre doze e quarenta e cinco anos de idade. Então, os imigrantes entrados no Brasil, inclusive os espontâneos (os que vinham por conta própria), eram classificados nas estatísticas publicadas anualmente em menores e maiores de doze anos. Em consequência, pode-se definir a criança imigrante como aquela que possuía menos de doze anos de idade. O que não significa, que na prática crianças, com idades abaixo dessa, assumissem a responsabilidade de contribuir com algum trabalho para a sobrevivência da família.

As crianças, os menores de doze anos nas estatísticas da época, eram subdivididas em: três grupos etários – de zero a três anos, de três a sete anos e de sete a doze anos – para efeito: do pagamento de passagens às companhias de navegação encarregadas de trazer imigrantes, do cálculo da ração (e seus custos) distribuída nos navios, na Hospedaria de Imigrantes e do controle das entradas desses estrangeiros no território paulista, como consta nos exemplos que se seguem.

Nos primeiros contratos firmados com as companhias de navegação o Estado pagava passagem inteira para pessoas de doze anos ou mais, meia passagem para crianças de sete a doze e um quarto de passagem para as de três a sete enquanto crianças abaixo de três anos tinham transporte grátis. Posteriormente, esse padrão foi alterado por lei e o Estado passou a subsidiar com uma taxa fixa os imigrantes qualificados, que não estivessem estado anteriormente no Brasil, que fossem lavradores, constituídos em unidades familiares, as quais deveriam ter pelo menos um membro masculino fisicamente capaz com idade entre doze e quarenta e cinco anos, gozassem de boa saúde e tivessem “bom comportamento moral” (HOLLOWAY, 1984).

A alimentação destinada aos imigrantes e seus custos costumavam também ser calculados segundo o grupo etário. Às crianças de sete a doze anos era destinada metade da ração atribuída a um adulto, às de três a sete anos um quarto e menores de três anos apenas 500 gramas de leite fresco (SCARANO, 1974). Em 1898, a Hospedaria dos Imigrantes calculou a média das despesas com alimentação dos imigrantes (que permaneciam em média dois dias e meio no local)<sup>7</sup>, em: Rs 2\$765 para os maiores de 12 anos; Rs 1\$382 para os de 7 a 12 anos e Rs \$931, cabendo ao fornecedor alimentar gratuitamente os menores de 3 anos. Incluindo estes últimos a média passou para Rs 2\$036 (SÃO PAULO a, 1899, p. 55).

As estatísticas publicadas nos relatórios anuais da Secretaria da Agricultura Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo resumiam segundo aqueles mesmos grupos etários, as informações contidas, sobre cada imigrante, nas listas ou livros de controle das entradas de imigrantes no porto de Santos e na Hospedaria de Imigrantes na cidade de São Paulo. Através dessas informações é possível, então, dimensionar o volume de crianças entrado no estado e a proporção que elas representavam no conjunto dos imigrantes, durante a denominada *imigração de massa*.

### **Crianças que chegam, crianças que partem**

Entre 1886 e 1902, período em que a imigração, principalmente a subsidiada, foi mais volumosa, os menores de doze anos, que entraram no estado de São Paulo pelo porto de Santos, representavam mais de trinta por cento das entradas (cerca de trezentas e cinquenta mil crianças). Essa proporção, no entanto, variou no decorrer do tempo, não era a mesma entre os imigrantes das diferentes nacionalidades, entre subsidiados e espontâneos. Era maior entre os subsidiados, pois estes imigravam basicamente em unidades familiares, enquanto entre os espontâneos, além das famílias havia muitos adultos que imigravam sós. Na sua maioria,

---

<sup>7</sup> Segundo as normas, a família podia permanecer na Hospedaria de Imigrantes até 8 dias.

essas famílias eram relativamente jovens, que se deslocavam majoritariamente em um momento específico do seu ciclo de vida familiar quando ainda não tinham encerrado seu ciclo reprodutivo, portanto para gerar novos filhos em terras brasileiras(BASSANEZI, 2003).

No final do século XIX os italianos e espanhóis, mais que os portugueses, traziam uma proporção maior de crianças e entre os italianos predominavam aquelas em idades mais jovens (Tabela 1).

A partir de 1902, o governo italiano passou a dificultar a saída de subsidiados para o estado de São Paulo, o que não significa que os italianos deixassem de vir, mas agora basicamente na categoria de espontâneos. As redes sociais, as oportunidades de trabalho oferecidas, as facilidades para entrar no país e as dificuldades encontradas na terra natal ajudavam na manutenção e ampliação desse fluxo. Embora as famílias vindas espontaneamente tivessem estrutura e composição familiar semelhante às famílias subsidiadas, a proporção de crianças no conjunto dos imigrantes diminuiu.

TABELA 1 – Imigrantes subsidiados entrados no estado de São Paulo, segundo as principais nacionalidades por grupo etário (%) 1899.

| Nacionalidade | 1899        |                |               |            | total<br><12anos |
|---------------|-------------|----------------|---------------|------------|------------------|
|               | >12<br>Anos | 7 a 12<br>anos | 3 a 7<br>anos | <3<br>anos |                  |
| Italiana      | 64,9        | 11,4           | 12,4          | 11,3       | 35,1             |
| Portuguesa    | 68,1        | 11,8           | 9,8           | 10,3       | 31,9             |
| Espanhola     | 64,2        | 13,1           | 12,2          | 10,5       | 35,8             |

Fonte: São Paulo a(1899).

O volume menor de crianças no conjunto dos imigrantes portugueses devia-se ao fato de que eles, na sua maioria, caracterizavam-se por serem mais urbanos, por imigrarem menos em família e gozarem menos dos subsídios oferecidos. As famílias espanholas, por sua vez, nas primeiras duas décadas do século XX, passaram a chegarem maior número, ocupando o lugar anteriormente dos italianos na imigração subsidiada e trazendo uma elevada proporção de crianças no seu conjunto. De fato, no conjunto

dos imigrantes os espanhóis foram os que mais imigraram em unidades familiares no período (KLEIN, 1989).

As estatísticas disponíveis relativas à primeira década do século XX, que desagregam por grupo etário os imigrantes subsidiados e espontâneos, confirmam que entre aqueles que imigravam às suas custas a proporção de crianças de até doze anos era menor (25% a 30%) do que os subsidiados (37% a 43%), devido os motivos apresentados anteriormente. Inclusive, a proporção de crianças menores de três anos também era maior entre esses do que entre aqueles (respectivamente 10% a 13% e 7% a 9%) (SÃO PAULO a, 1901-1910). Esses dados indicam que os subsídios permitiram que famílias mais jovens, com filhos pequenos, com menores recursos buscassem em novas paragens a possibilidade de uma vida melhor (nem sempre alcançada) e atendessem ao perfil demandado para a cafeicultura.

No período de 1908 a 1928 imigrantes espontâneos tornaram-se maioria e os imigrantes de “outras nacionalidades” (que não italiana, portuguesa, espanhola, alemã) ampliaram sua visibilidade no estado de São Paulo. Nesse momento, eram os espanhóis, iugoslavos e romenos que, proporcionalmente, traziam para o estado o maior volume de crianças. Eles também eram os que mais usufruíam dos subsídios à viagem dada pelo governo paulista. De qualquer forma, o incremento da imigração espontânea em relação à subsidiada fez cair a proporção de crianças no conjunto de todos os imigrantes entrados no estado de São Paulo no período. Contudo, elas continuaram chegando e interferindo na dinâmica demográfica paulista. Os números para 1915 e 1928, mostram que o conjunto de subsidiados mais espontâneos a proporção de menores de doze anos de idade, variou segundo a nacionalidade entre 17% e 32% – cifras menores que as observadas em período em que predominou a imigração subsidiada (Tabela 2).

TABELA 2 – Imigrantes (subsidiados + espontâneos) entrados no estado de São Paulo, segundo nacionalidade e por grupo etário (%) 1908-1928.

| Nacionalidade | > 12 anos | 7 a 12 | < 7 anos | Total <12 anos |
|---------------|-----------|--------|----------|----------------|
| Italiana      | 77,8      | 8,3    | 13,9     | 22,2           |
| Portuguesa    | 81,0      | 7,1    | 11,9     | 19,0           |

|           |      |      |      |      |
|-----------|------|------|------|------|
| Espanhola | 68,0 | 11,9 | 20,1 | 32,0 |
| Alemã     | 82,7 | 7,1  | 10,2 | 17,3 |
| Austríaca | 77,5 | 8,4  | 14,1 | 22,5 |
| Japonesa  | 76,0 | 7,8  | 16,2 | 24,0 |
| Iugoslava | 69,0 | 10,1 | 20,9 | 31,0 |
| Romena    | 68,3 | 11,2 | 20,5 | 31,7 |
| Lituana   | 75,0 | 9,0  | 16,0 | 25,0 |
| Síria     | 82,0 | 7,0  | 11,0 | 18,0 |
| Turca     | 83,5 | 7,7  | 8,7  | 16,5 |

Fonte: São Paulo a (1929).

Crianças imigrantes e filhas brasileiras de imigrantes nem sempre permaneciam em território paulista e continuavam se deslocando para fora das fronteiras do estado e dentro dele também. Muitas retornavam à sua terra natal (no caso das brasileiras à terra de seus pais); algumas poucas chegavam a ser repatriadas por motivo de doença ou falecimento do seu responsável. Outras migravam com suas famílias para os portos do Rio da Prata (Argentina principalmente), para portos da América ou de outros estados do Brasil. Informações sobre o volume de saídas de crianças do estado são muito poucas. O relatório da Secretaria de Agricultura Comércio e Obras Públicas de 1908 registrou pela primeira vez o número de saídas segundo a nacionalidade por grupo de idade, dimensionando as saídas de crianças no ano, acompanhando seus pais em direção a outros locais, principalmente para a Europa. Como era de se esperar, no conjunto dos imigrantes de diferentes nacionalidades, a proporção dessas crianças era maior entre os italianos e espanhóis, grupos que haviam imigrado em unidades familiares em maior escala (Tabela 3).

TABELA 3 – Imigrantes saídos do estado pelo porto de Santos, segundo as principais nacionalidades por grupo etário (%)

| Nacionalidade | > 12 anos | 7 a 12 anos | 3 a 7 anos | < 3 anos | total <12 anos |
|---------------|-----------|-------------|------------|----------|----------------|
| Italiana      | 65,1      | 9,5         | 13,6       | 11,8     | 34,9           |
| Portuguesa    | 81,0      | 4,9         | 6,7        | 7,3      | 19,0           |
| Espanhola     | 68,3      | 7,2         | 12,1       | 12,4     | 31,7           |

Fonte: São Paulo a (1909).

A partir de então, somente em 1917 voltaram a serem publicadas as saídas de imigrantes pelo porto de Santos segundo a nacionalidade por grupo etário. O que se observa então é que entre 1917-1928 os menores de doze anos representavam menos de um quinto do conjunto das saídas e que essa proporção, como acontecia com as entradas, também variava segundo a sua nacionalidade da criança e/ou de seus pais (SÃO PAULO a, 1918-1930). Uma vez que o retorno à terra natal ou a busca de outras paragens exigia recursos financeiros, pois subsídios a essa viagem praticamente inexistiam, a não ser em casos muito especiais, é possível supor que os mais pobres, menos bem sucedidos em terras paulistas e suas crianças dificilmente engrossassem as saídas a não ser que contassem com a ajuda de parentes e amigos.

Os deslocamentos dos imigrantes e suas crianças também se davam com frequência dentro do território paulista. Aliás, a grande mobilidade espacial da população que caracterizou o estado de São Paulo no período, ampliou-se ainda mais com a chegada dos imigrantes. Estes, sempre em busca de melhores condições de vida e trabalho, mudavam com frequência de fazenda em fazenda<sup>8</sup>, da fazenda para áreas de pequena propriedade, da zona rural para as cidades e do interior para a capital.

### **Crianças brasileiras filhas de imigrantes**

Crianças filhas de imigrante nascidas no Brasil no período da imigração de massa, devido à norma brasileira do *jus solis*, eram consideradas brasileiras, se não houvesse manifestação em contrário. Embora se saiba que elas se contavam aos milhares, não se conhece ao certo quantas eram, pois, os levantamentos populacionais publicados da época não as diferenciam das filhas de pais nativos no país.

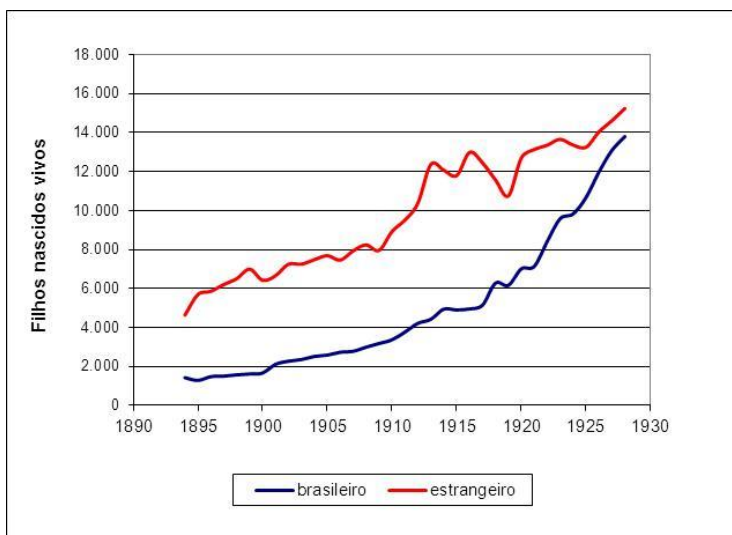
---

<sup>8</sup> O contrato de trabalho nas fazendas cafeeiras era anual. Assim, no final do ano agrícola, muitas famílias deixavam as fazendas em busca de outras fazendas ou outros locais em que havia melhores condições de trabalho e de remuneração.

Uma exceção fica por contadas estatísticas demógrafo-sanitárias, que começaram a ser publicadas no final do século XIX, pela Diretoria do Serviço Sanitário do estado de São Paulo. Embora elas apresentem lacunas, para um conjunto de anos é possível conhecer o número de nascimentos de “filhos de pais estrangeiros” e/ou “filhos de mães estrangeiras” (inclusive, algumas vezes a nacionalidade do pai e/ou mãe), de “filhos legítimos” e “filhos ilegítimos” de pais e mães estrangeiras, de filhos cujos pais eram portadores da mesma nacionalidade ou eram de nacionalidades diferentes.

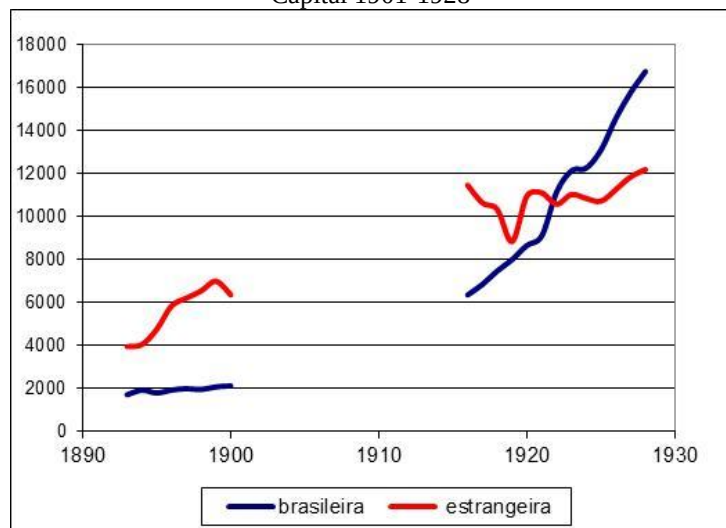
Nos locais onde a presença imigrante foi marcante (na capital e nas áreas cafeeiras do estado), as mulheres estrangeiras até o final da década de 1920 geravam um número bem maior de filhos nascidos vivos que as mulheres nativas. As mulheres imigrantes casadas que aqui chegavam não haviam encerrado seu ciclo reprodutivo e continuavam tendo filhos no Brasil. Por sua vez, a razão de sexo favorecia o casamento para as mulheres solteiras que se casavam em idades mais precoces do que as que casaram no país de origem, portanto, apresentavam maior risco de gerarem filhos em sua idade considerada fértil (15 a 49 anos). Dessa forma, os filhos de mulher estrangeira produziram um impacto forte sobre o crescimento vegetativo da população local. À medida que a entrada de imigrantes em território paulista declinava, os filhos nascidos vivos de mães brasileiras foram atingindo valores mais altos, inclusive porque muitas filhas brasileiras de mães e pais estrangeiros começavam a gerar seus próprios filhos, com forte impacto nesses valores (Gráfico 1 e 2).

GRÁFICO 1 – Crianças brasileiras filhas de pai imigrante e pai brasileiro Capital  
1901-1928



**Fonte:** São Paulo c (1894-1900); São Paulo (1918-1929).

**GRÁFICO 2 – Crianças brasileiras filhas de mãe imigrante e mãe brasileira. Capital 1901-1928**



**Fonte:** São Pauloc (1894-1900); São Paulo (1918-1929).

**Nota:** Não há informações para o período de 1901-1916.

Nesses gráficos, inclusive, é possível observar também o forte impacto da gripe espanhola, que assolou a capital paulista em 1918, sobre os nascimentos de brasileiros filhos de pais e mães



estrangeiros. Esses pais e mães estariam mais sujeitos ao contágio, porque viviam amontoados nas fábricas onde trabalhavam e nos cortiços onde moravam? Por que a gripe não afetou da mesma forma os pais e mães brasileiros?

No conjunto dos nascimentos de crianças filhas de imigrantes nascidas em território paulista, ocorridos na última década do século XIX, uma pequena minoria era constituída de filhos ilegítimos, ou seja, fruto de uniões não formalizadas, esporádicas ou permanentes. Os filhos ilegítimos de mães estrangeiras eram em número relativamente bem menor que os de mães brasileiras e entre as mães imigrantes, as italianas eram as que apresentavam a mais baixa proporção de filhos ilegítimos. Portuguesas, espanholas, alemãs e mulheres de outras nacionalidades, geravam proporcionalmente o dobro de filhos ilegítimos que as italianas, mas ainda ficavam muito aquém dos gerados por mães brasileiras. Este padrão de filiação quanto à legitimidade entre as mães estrangeiras acabou também por baixar a ilegitimidade no estado de São Paulo, uma vez que eram essas mães que estavam gerando mais filhos no período.

Na capital paulista a proporção de filhos ilegítimos tanto de mulheres nativas como de estrangeiras era maior do que a observada no interior do estado. Nas cidades maiores, de um modo geral, muitas mulheres encontravam-se mais vulneráveis e acabavam por dar a luz a filhos ilegítimos. Além disso, cidades mais povoadas eram procuradas como refugio por essas mães para dar a luz e viver, onde poderiam passar mais despercebidas, onde o controle social deveria ser menor. De qualquer forma, o que se observa é que nos bairros da capital paulista onde houve maior concentração de imigrantes estrangeiros, como no Brás, por exemplo, a porcentagem de filhos ilegítimos também era menor que em outros bairros onde os imigrantes eram poucos. Essas discrepâncias observadas estão a merecer uma análise mais profunda, mas certamente devem estar associadas a padrões demográficos e culturais trazidos pelos imigrantes, e também ao grau da pressão ou vigilância exercida pela família e comunidade sobre suas mulheres, que eram menores no conjunto da capital que nas áreas rurais do interior do estado.

TABELA 4 – Filhos ilegítimos nascidos vivos segundo a nacionalidade da mãe  
Capital e Interior – 1894-1900

| 1894-1900          |              |            |            |          |           |       |        | total        |
|--------------------|--------------|------------|------------|----------|-----------|-------|--------|--------------|
|                    | Filiação     | Brasileira | Portuguesa | Italiana | Espanhola | Alemã | Outras | Estrangeiros |
| Capital            | Legítima     | 11.402     | 7.174      | 27.229   | 2.739     | 923   | 1.290  | 50.757       |
|                    | Ilegítima    | 2.346      | 425        | 605      | 176       | 82    | 121    | 3,755        |
|                    | Total nasc.  | 13.748     | 7.599      | 27.834   | 2.915     | 1.005 | 1.411  | 54.512       |
|                    | % ilegítimos | 17,1       | 5,6        | 2,2      | 6,0       | 8,1   | 8,6    | 6,9          |
| Interior do estado | Legítima     | 215.258    | 20.090     | 143.273  | 14.243    | 3.632 | 7.192  | 188.430      |
|                    | Ilegítima    | 23.020     | 1.044      | 2.563    | 601       | 174   | 362    | 4.744        |
|                    | Total nasc.  | 238.278    | 21.134     | 145.836  | 14.844    | 3.806 | 7.554  | 193.174      |
|                    | % ilegítimos | 9,6        | 4,9        | 1,8      | 4,1       | 3,7   | 4,8    | 2,5          |

Fonte: São Paulo c (1895-1902).

Somente a partir de 1916 começaram a ser publicadas estatísticas que cruzavam a nacionalidade do pai com a da mãe. Nesse ano, três quartos dos nascimentos da capital e dois terços dos nascimentos no porto de Santos e nas áreas cafeeiras do interior foram frutos de uniões endogâmicas (pai e mãe portadores da mesma nacionalidade) realizadas fora ou dentro do Brasil. Nos demais nascimentos o pai e a mãe tinham nacionalidades diferentes. No entanto, é preciso lembrar, que entre esses nascimentos, muitos resultaram de uniões de estrangeiros com brasileiros e que este pai ou mãe brasileiro era filho de imigrante, e, portanto, as uniões conjugais continuavam a ocorrer dentro de um mesmo grupo étnico, que as estatísticas acabavam por ocultar como mostram estudos realizados por BASSANEZI (1990a e 2003) e TRUZZI (2012). Em anos anteriores a proporção de casamentos endogâmicos devia ter sido maior e à medida que o movimento imigratório declinava e os casamentos de filhos brasileiros de estrangeiros aumentava a proporção de filhos nascidos de pais estrangeiros também diminuía. Em 1926, as crianças brasileiras filhas de estrangeiros estavam presentes em pouco mais da metade dos nascimentos ocorridos na

capital e no porto de Santos e em menos da metade no interior do estado. Entre essas brasileiras filhas de brasileiras, no entanto, contavam-se centenas e centenas de netas de imigrantes (SÃO PAULO b, 1927).

A vinda de crianças estrangeiras e o nascimento de brasileiras filhas de estrangeiras tiveram impacto positivo, direto e indireto, no volume da população, nas taxas de natalidade, fecundidade e nupcialidade do estado de São Paulo, no período analisado e nos anos subsequentes. Este impacto teria sido maior se todas as crianças geradas por mães imigrantes tivessem chegado a nascer vivas ou não tivessem encontrado a morte precocemente. No entanto, é difícil dimensionar mais nitidamente esses óbitos, que nem sempre eram registrados.

Para o período que vai de 1917 a 1928 as estatísticas demógrafas sanitárias contampouco mais de sete mil nascidos mortos na capital e pouco mais de vinte e cinco mil no interior, gerados por mães estrangeiras. No que diz respeito à mortalidade de nascidos vivos de mãe estrangeira, lamentavelmente, as estatísticas demógrafo-sanitárias publicadas a partir do início do século XX, que contabilizam os óbitos por nacionalidade, não cruzam esses óbitos por grupo de idade e nem informam sobre os óbitos de filhos de pais estrangeiros como acontece em relação aos nascimentos. O que se tem são informações esparsas em relatos de época que deixam entrever que a mortalidade de crianças estrangeiras, de crianças brasileiras filhas de mães estrangeiras, assim como as filhas de brasileiros era alta.

Durante a longa travessia do oceano muitas crianças já deixavam de viver. Os navios apinhados, com péssimas acomodações, servindo alimentos de má qualidade, às vezes trazendo a bordo epidemias (varíola principalmente), impediam que um elevado número de crianças chegasse ao destino (TRENTO, 1988). Na Hospedaria dos Imigrantes, onde os recém-chegados aguardavam o embarque para seu destino, ocorriam novos óbitos. Em mais de três centenas de mortes ocorridas na Hospedaria entre 1900 a 1909 oitenta por cento eram de imigrantes menores de 12 anos (SÃO PAULO a).

Em 1894, na capital paulista haviam falecido quinhentas e setenta e cinco crianças estrangeiras entre zero e cinco anos de idade. Delas, quarenta por cento devido a: diarreia, enterite, “enterocolite” e gastroenterite e vinte por cento por doenças do aparelho respiratório, principalmente bronquite e bronco pneumonia(SÃO PAULO c, 1894).

Essas causas de morte juntamente com o tétano (no período neonatal) e as epidemias (varíola, tifo, febre amarela, sarampo, gripe) que assolaram o estado continuaram ainda nas décadas seguintes ceifando a vida de uma grande parcela das crianças imigrantes, filhas ou não de imigrantes(SCARANO, 1974; BASSANEZI, 1990). A mortalidade dessas crianças não passava despercebida aos membros do Serviço Sanitário, que lamentavam com frequência a falta de cuidados maternos como uma, ou a principal, causa dessa mortalidade.

O que contribue em S. Paulo para avultar a nossa mortalidade infantil é o grupo das affecções do tubo gastro-intestinal – cuja causa reside de um lado na falta de conhecimentos, de cuidados, na ignorância com que se alimentam aqui as pequeninas creanças e de outro nas alterações súbitas da temperatuta athmospherica que exercem sobre o systema nervoso desse aparelho, influencia decisiva para a facilidade de um accometimento mórbido.(...) É do conhecimento de todos que na nossa colonia italiana que avulta de modo considerável na população dessa cidade, nenhum cuidado merece a alimentação infantil, sendo frequentemente encontradas as pobres criancinhas, muitas vezes menores de um anno e meio a comer fructas indigestas, verdes, alimentos inteiramente impróprios e até nocivos a sua idade . São esses sobretudo as causas da excessiva morbidade da infância em S. Paulo e da natural mortalidade em annos tenros, em que a resistência individual então pouco robustecida (SÃO PAULO b, 1909, p.21-22).

Nas muitas áreas cafeeiras do interior paulista a situação não melhor. A alta mortalidade das crianças (imigrantes e filhas brasileiras de imigrantes) chamou a atenção de Adolfo Rossi – encarregado pelo Ministero Degli Affari Esteri (Itália), em 1902, de verificar as condições dos colonos italianos no estado de São Paulo. No seu relatório, encontram-se uma série de referências sobre *aspaventosa mortalità di bambini*. É preciso destacar que Rossi

visitou o estado de São Paulo em um período de crise da cafeicultura o que poderia estar contribuindo para aumentar ainda mais a mortalidade das crianças, dada às condições bastante precárias em que se encontravam as fazendas mais atingidas pela crise e os colonos recém-chegados.

As crianças imigrantes não só carregavam *em suas experiências de vida as vivências em diferentes espaços, isto é, em diferentes realidades sócio-econômico-culturais*, que marcaram suas vidas (DEMARTINI,2006), mas também enfrentaram na nova terra condições ambientais distintas da terra natal e nem sempre com sucesso.

Ad una stazione scende una donna com um bambino moribondo in braccio. Il signor Mortari dice di aver constatato che gli immigranti perdono il 90 per cento dei bambini al disotto dei tre anni. Resistono meglio al clima i bambini nati nel Brasile (Rossi,1902, 16)

I coloni della fazenda Santa Teresa costituiscono 18 famiglie così divise:uomini 35, donne 30; bambini e bambine al disotto dei dodici anni, 25; totale 90. In questa sola fazenda le famiglie arrivate da poco dall'Italia perdettero negli ultime tre mesi 9 bambini (Rossi, 1902, 21).

Esses relatos por si só mostram a fragilidade que acompanhavam as crianças no estado de São Paulo no tempo do café e que as fontes privilegiadas nesse trabalho não dão conta de conhecê-la melhor.

## **Considerações finais**

O olhar demográfico, sobre os números e observações encontrados principalmente em documentos oficiais publicados da época,apontou para a importância e o papel das crianças imigrantes e das filhas brasileiras de imigrantes na dinâmica populacional paulista.Desvendou, em fotografias nem sempre nítidas, aspectos relativos às crianças imigrantes recém-chegadas no porto de Santos ao longo do tempo (o quanto representavam no conjunto dos imigrantes sua idade, nacionalidade, se subsidiada ou espontânea) e às crianças nascidas de ventre imigrante (nascimento e morte).Na medida do possível, buscou seus determinantes e implicações e

quando não foi possível deixou questões em aberto. Ao mesmo tempo, demonstrou as possibilidades oferecidas pelas fontes e a fragilidade das mesmas. Mostrou, sobretudo, a necessidade de investir em pesquisa, incorporando outras fontes seriais, como os registros dos eventos vitais, e também as de caráter qualitativo, para tratar com maior profundidade das questões que dizem respeito aos deslocamentos, à natalidade e mortalidade dos imigrantes e seus filhos em terras paulistas, seus condicionantes e implicações e seu impacto na população paulista da época.

## Referências

BASSANEZI, M.S.C.B. Imigração internacional e dinâmica demográfica no tempo do café. SOUZA, L.A.F.; MAGALHÃES, B. R.; SABATINE, T.T. (Org.). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Marília: Cultura Acadêmica de Marília. (Prelo)

\_\_\_\_\_; SCOTT, A. S. V. Criança e jovem *oriundi* na terra do café, no final do século XIX e início do século XX. In: RADIN, J. C. (Org.). *Cultura e identidade italiana no Brasil: algumas abordagens*. Joaçaba: UNOESC, 2005.

\_\_\_\_\_. Family and immigration. In: BAILY, S. L.; MÍGUEZ, E. J. (Ed.). *Mass migration to modern Latin America*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003. (Jaguar books on Latin America, n.24).

\_\_\_\_\_. As escolhas matrimoniais no Velho Oeste Paulista. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Olinda. *Anais...* Caxambú (MG): ABEP, 1990 a,v.1, p 241-258.

\_\_\_\_\_. Nascimento, vida e morte na fazenda: alguns aspectos do cotidiano do imigrante italiano e seus descendentes. In: DE BOMI, L. A. (Org.) *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990 b, p.337-356.

DEMARTINI, Z. B. F. Infância e imigração: questões para a pesquisa. In: FREITAS, M.C. (Org.). *Desigualdade social e*

*diversidade cultural na infância e na juventude*. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

HOLLOWAY, T. *Imigrantes para o café*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

KLEIN, H. A integração social e econômica dos imigrantes espanhóis no Brasil. *Estudos econômicos*, São Paulo, v. 19, n.3, 1989.

ROSSI, A. Condizioni dei coloni italiani nello Stato di S. Paolo del Brasile -Relazione e diari sulla missione compiuta dal. *Bolletino Dell'Emigrazione*, Roma, Ministero Degli Affari Esteri, n.7, 1902.

SÃO PAULO a. Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. *Relatórios* (apresentados ao governador do estado pelos secretários da pasta). São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1898-1930.

SÃO PAULO b. Directoria do Serviço Sanitario do Estado de São Paulo (Estados Unidos do Brasil). *Annuario demographico*: secção de estatistica demographo-sanitaria. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1901-1930.

SÃO PAULO C. Repartição da Estatística e Archivo. *Relatorios* (apresentados ao secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo), 1894-1902.

SCARANO, J. M. L. *O imigrante: trabalho, saúde e morte*. 1974. Tese (Livre Docência) – Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

TRENTO, A. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1988.

TRUZZI, O.M. Padrões de nupcialidade na economia cafeeira de São Paulo 1860-1930. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v.29, n.1, p.169-187, jan./jun.2012.

# **A MATERNIDADE: UM DESEJO OU UM PROPÓSITO? REFLEXÕES A PARTIR DO PAPEL MATERNAL DAS MULHERES DURANTE O PERÍODO COLONIAL**

Denize Terezinha Leal Freitas<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho objetiva problematizar a maternidade a partir do papel maternal das mulheres durante o período colonial. Tendo como pano de fundo alguns registros paroquiais de batismo da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1822) pretendemos abordar a maternidade não como algo inato a vida de todas as mulheres, mas sim como um objeto de construção histórico, político e social. Destacando as consequências do ato de tornar-se mãe ora como um momento de plenitude e êxito na etapa de vida de muitas mulheres, ora como resultado inesperado e um reduto indelével de sofrimento e estigmatização na vida feminina. O aporte teórico-metodológico utiliza-se dos estudos de Demografia Histórica, História Social e da Família. Tendo como destaque autores como Badinter (1985), Souza (1986), Teixeira (2004), Machado (2008), Del Priore (2009) entre outros. De modo geral, compreendemos a maternidade como algo inato, resultado de uma construção temporal e subjetiva, na qual estavam em jogo a vida das mães e suas proles.

**Palavras-chave:** maternidade, mulheres, Porto Alegre.

---

Tal como o casamento pode ser compreendido como um importante divisor de águas na vida de uma mulher, o correspondente também é válido para a maternidade. Contudo, nem todas as mulheres vivenciam essas etapas de vida da mesma forma, outras, nem sequer optaram ou obtiveram a oportunidade de experimentar. Desta forma, objetivamos apresentar algumas reflexões acerca das múltiplas experiências de maternidade, tendo como fio condutor as condições sociais, culturais, econômicas e

---

<sup>1</sup> Doutoranda – Bolsista Capes – PPG-História/UNISINOS. Mestre em História – UNISINOS. Cursando Especialização: O ensino da geografia e da história – saberes e fazeres na contemporaneidade (UFRGS). Co-editora e Membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de História & Ciências Sociais (ISSN: 2175-3423) – Qualis Capes B1. Contato: denizehistoria@gmail.com.



políticas que possam ter contribuído para as diversas construções das maternidades em Porto Alegre durante o final do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX.

Quando falamos de maternidade não podemos esquecer-nos de fazer referência ao tipo de papel desempenhado pela mulher durante esse período. Neste quadro de expansão colonizadora do Império lusitano, ela era vista como a provedora de fiéis e súditos da Coroa em prol do povoamento das terras devolutas. Entretanto, as funções delegadas ao mundo feminino normalmente davam-se no sentido oposto a sua protagonização na hora de optar pela maternidade e/ou pelo casamento.

Além disso, devemos considerar o estudo da maternidade sobre três aspectos diferentes: a mulher, os filhos e o pai/marido. De acordo com Banditer (1985, p. 25) a mãe deve ser percebida como “uma personagem relativa e tridimensional”, porque esta só se concebe a partir dessa tríade, ou seja, a relação da mãe com o pai; da mãe com o filho; e da mãe como mulher. Portanto, é indispensável compreendermos que a maternidade é um papel que configura a vida da mulher dentre vários exercidos ao longo da vida.

Desta forma, intencionamos definir a maternidade não como algo inato a vida de todas as mulheres, mas sim como um objeto de construção histórica, política e social. É interessante notar que Del Priore (2009) percebeu o quanto a maternidade irregular atuou como uma espécie de catalisadora da moralização e controle do corpo feminino. Os diversos casos de gravidez advindos de promessas de casamentos frustradas – pelo abandono do noivo, de sedução ou estupros contribuíram para regular a conduta das mulheres. De acordo com a autora:

Os contratempos causados individualmente às mulheres engravidadas e, por extensão, às suas famílias, terminavam por prestigiar o sacramento do matrimônio, no seio do qual as mulheres se encontrariam, junto com seus filhos, protegidas do desamparo ou do desprezo a que estavam normalmente fadadas fora dele. Os dissabores, a humilhação provocada pela partida do companheiro, as angústias da gestação, terminavam por constituir uma brecha através da qual a Igreja podia vender a ideia das vantagens do casamento. (DEL PRIORE, 2009, p. 61).

Sendo assim, podemos compreender de que o campo da maternidade nem sempre foi o berço de reduto da plenitude e realização feminina, quiçá de sua vontade. Mesmo diante do pressuposto de que o casamento tinha por finalidade a reprodução, e de que este era o dever e a finalidade da “boa esposa”, isso não significa que a concretização da concepção seja sinônimo de satisfação feminina. A ausência de controle e manifestação de autonomia sobre a escolha de quando, como e de quantos filhos desejava, pode ter contribuído para que muitas maternidades legítimas tivessem como consequência mulheres decepcionadas ou, lamentavelmente conformadas, com a vida que dispuseram levar durante os enlaces do matrimônio.

Na realidade, as práticas sociais em torno da maternidade irregular acabavam se tornando o lugar em função do qual toda uma teoria de condutas se elaborava. Mulheres de classes subalternas, “pejadas” ou não, presas ao trabalho físico nas lavouras, às atividades exigentes do pequeno comércio, à faina da jornada doméstica, às atividades de “ganho” e a serviços prestados a terceiros, rearranjavam seus dramas e misérias em torno de seus filhos. Uma vez que suas histórias pessoais de sedução, estupro ou rompimento dos esponsais não encontravam eco diante do tribunal eclesiástico, elas tocavam suas vidas. (DEL PRIORE, 2009, p. 69).

Todavia se para algumas as condições maternas eram reduto de sofrimentos sejam eles de ordem físicas ou psicológicas, para outras, a gravidez indesejada, sobretudo, a concretizada fora do casamento geravam resultados lamentáveis. O abandono do companheiro, a hostilidade familiar e social, bem como as precárias condições econômicas de sustento, geravam condições essencialmente favoráveis às práticas como: o infanticídio, o aborto ou o parto presumido. As responsabilidades de ordem social e individual dessas mães solteiras perante seus filhos ilegítimos podem ter sido o fator determinante para que muitas se utilizassem desses recursos a fim de dar cabo a uma situação insustentável, seja do ponto de vista moral, quanto econômico.

A perda sumaria da honestidade e da proteção (*a priori*) do matrimônio levavam a sumária rejeição dos filhos. A consequência da disposição autônoma da vida sexual foram os pilares para que

muitas crianças tivessem suas vidas ceifadas. Não obstante, o discurso moralizante do casamento ganhasse força, visto que as alianças sacramentadas pela Igreja eram um mecanismo de controle da prole e do comportamento sexual da vida conjugal.

A estigmatização gerada pelos filhos naturais é tão contundente neste período que se faz presente nos próprios registros paroquiais de batismo da época. Na Madre de Deus de Porto Alegre encontramos alguns casos de “*filhos naturais*” que são registrados tendo a “*mãe incógnita*”, mesmo que na sequência fossem denominados os avós maternos, ou até mesmo, casos em que há o nome da mãe, porém apenas o nome dos avós paternos. Tal comportamento seria o resultado de “gestos de força e constrangimento por parte dos familiares e da vizinhança” (DEL PRIORE, 2009, p. 68). Conforme o batismo abaixo:

Aos vinte seis dias de Agosto de mil oitocentos e vinte annos nesta Matriz de Nossa Senhora Madre de Deos baptizou solemmnemente o Reverendo Coadjutor Ignacio Soares Viana e poz os Santos Oleos a Maria nascida aos dezessete do ditto mez filha natural de João Ventura e de *Mai incognita*: neta paterna de Manoel da Silva e de Anna Maria, naturaes da Europa. E no aco do baptismo declarou o ditto João Ventura ser o proprio pai da baptizada e que a reconhecia por sua filha. Forão padrinhos Guilherme Florencio e Nossa Senhora. E para constar mandei fazer este assento, que comigo assignou e pai da baptizada. (Livro 6 – 1822 – Matriz da Madre de Deus de Porto Alegre, fl.. 20 v.)

Essa prática já era estimulada pela Igreja com o objetivo de proteger essas mulheres e minimizar a exposição do ocorrido. Neste sentido vê-se claro que a maternidade era identificada antes de tudo como o reduto de reprodução da transmissão de valores, regras e condutas da Igreja e do Estado. Portanto, o casamento atuava na linha oposta dos denominados “*tractos ilícitos*”. Não obstante, “casá-las e dar-lhes garantias institucionais para proteger seu casamento fazia de cada mulher uma potencial santa-mãe que poderia azeitar a correia de transmissão desses princípios à sua descendência” (DEL PRIORE, 2009, p. 95).

Em muitos casos, a nomeação da paternidade e da maternidade poderia repercutir de forma desastrosa no âmbito social

e diante dos padrões da “*moral e dos bons costumes*” estipulados para a época. Tanto que essas situações estavam previstas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Nela fica claro como o pároco deve portar-se diante desses casos:

E quando o baptizado não for havido de legitimo matrimonio, tambem se declarará no mesmo assento do livro o nome de seus pais, se for cousa notoria, e sabida, e não houver escandalo; porém havendo escandalo em se declarar o nome do pai, só se declarará o nome da mãe, se *também não houver escandalo, nem perigo de o haver*. E havendo algum engeitado, que se haja de baptizar, a que se não saiba pai, ou mãe, tambem se fará no assento a dita declaração, e do lugar, e dia, e por quem foi achado (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS, Título XX, 1853, p.30). [grifos nossos]

Sendo assim, fica evidente a compreender o porquê da presença de algumas atas de batismo, nas quais, se ignorava ou ocultava-se o nome das mães, dos pais ou de ambos os casos (expostos) nos registros de batismo. Portanto essa dificuldade de traçar as trajetórias dos indivíduos e seus vínculos de consangüinidade está diretamente relacionada a essa preocupação destes homens e mulheres em proteger seus nomes ou minimizar seus “*delitos da carne*”. Não obstante, “no que tange as mulheres pode ter sido um fator determinante no momento dos registros. A reputação, a honra, o *status* social podem ter comprometido e impellido muitas mulheres a ocultarem seus filhos fora do matrimônio”, destaca Freitas (2012, p.7-8).

Contudo, devemos salientar que a maternidade é uma experiência de vida que permeia diferentes grupos sociais, portanto, deve-se considerar o que é ser mãe nas distintas camadas da sociedade. Por exemplo, a omissão do nome da mãe, no caso das cativas, pode ter sido uma importante estratégia de preservação da liberdade dos seus filhos, sobretudo, quando o pai da criança era livre ou forro. Por outro lado, a prática do infanticídio e do aborto pode ser considerada como meio utilizado pelas cativas a fim de livrar seus filhos da condição de escravos. Nas palavras de Morr (1989, p. 92): “é um argumento, diria, moralmente aceito, válido e justificável, que pode ser encontrado desde o século VII e início do século XVIII”.

No caso, de mãe abastadas, um filho fora do matrimônio poderia ser uma situação escandalosa, desta forma, as estratégias de omissão do nome ou até, o abandono do filho seria a única alternativa para essas mulheres. Peraro (2001, p. 12), em seu estudo na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, no Mato Grosso, destaca o caso de Inês de Almeida Leite e o quanto ele é exemplar. Ela, mulher “*casada com um próspero comerciante em Cuiabá*”, gerou uma filha fora do casamento com o Alferes Tenente da Marinha João Manuel Augusto Leverger, natural da Bretanha. Devido a situação escandalosa, creditou um destino melhor a sua filha Manoela através de um “falso abandono”. Isto é, o pai da menina resgata a filha após a mesma ser exposta (1833) e adota a menina. Conclusão: Assegurou-se o destino da menina através da paternidade tardia (FREITAS, 2012), evitou-se o escândalo e, posteriormente, já viúva do primeiro casamento, casa-se com o Tenente da Marinha (1842) e legitima sua filha “*enfeitada*”.

### **A outra face da mesma moeda: a maternidade como estratégia de sobrevivência**

Mesmo diante de uma realidade bastante limitada para a liberdade sexual da mulher dentro e fora dos laços matrimoniais, muitas souberam valer-se de suas condições pouco favorecidas sob a ótica social e religiosa do Antigo Regime para minimizar ou alterar o seu *status quo*. Não obstante, se para algumas a maternidade significava a consequência nefasta de amores furtivos ou o cumprimento natural de uma relação sacramentada, para outras, os filhos legítimos ou ilegítimos poderiam servir como barganha para seus interesses imediatos ou a longo prazo.

Sendo assim, se para o Estado a família surgia como o pilar principal responsável para o sucesso e expansão dos domínios lusitanos, a mulher seria a protagonista fundamental para que essa empreitada fosse realizada. Portanto, não podemos minimizar a mulher a uma relação apenas de dominação ou subordinação, porque em diversos momentos as oportunidades mobilizaram as mulheres a assumir posições distintas das convencionalmente admitidas. A mobilidade geográfica de muitos homens acabou gerando um vasto

território atrás de si, de mulheres e filhos. Sendo assim, Teixeira (2004) nos alerta que:

Estudar a mulher solteira e chefe de domicílio não é conhecer apenas a vida de uma única pessoa, porque muitas vezes essas mulheres viviam com filhos, parentes, agregados e escravos, formando grupos de convívio os mais diversos. (...) Essas mulheres, solteiras e chefes de domicílio, tinham ao menos uma diferença em relação às suas colegas viúvas ou abandonadas pelos maridos: constituíam um grupo – não homogêneo, sem dúvida – que teria a condição de optar ou não pelo casamento, isto é, de livremente decidir sua união com um homem. Essa possibilidade, numa sociedade ditada por normas e padrões misóginos, paternalistas, representa uma face da condição feminina e pode remeter a outras questões, como aquelas relacionadas ao comportamento dos homens diante de tais mulheres. (TEIXEIRA, 2004, p. 142-143).

Sendo assim, conforme aponta Teixeira (2004), muitas mulheres – como as estudadas em Campinas pelo autor – tiveram mais do que o fardo da maternidade em suas costas. Casadas, solteiras, viúvas ou abandonadas tiveram além da função de reproduzir e educar seus rebentos necessitaram assumir o papel de provedoras e mantenedoras do sustento do lar. Indicativos de que mesmo abençoadas pela maternidade dentro do seio matrimonial, em alguns casos, decorrentes do abandono provisório ou definitivo, muitas chefes de família viram seus filhos como mais um desafio na jornada pela sobrevivência.

Obviamente, algumas se valeram de seus filhos ou filhas como importante meio de barganhar a próprio sustento da casa. Desvalidas da proteção patriarcal de um marido ou pai, expostas a violência e ao desrespeito, muitas se utilizavam de suas proles para aplacar suas necessidades de subsistência. Segundo Souza (1986) “mulheres sozinhas ou que trabalhavam para viver eram quase sempre tidas por prostitutas” (1986, p. 241) daí porque não unir o útil ao agradável, isto é, usaram os corpos de suas filhas em troca do sustento da casa.

Por outro lado, no caso dos filhos, algumas mulheres conseguiram substancialmente um favorecimento no mercado matrimonial perante as solteiras. De acordo, com Faria (1998), nas

localidades rurais como, especificamente, na localidade de Campos de Goitacazes, mulheres que tivessem muitos filhos fora do casamento poderiam servir de atrativo para homens do campo em busca de selar uniões legítimas, acrescentadas de vasta oportunidade de mão de obra representadas pela quantidade de filhos bastardos inclusos a futura esposa. De fato nem sempre a maternidade foi sinônima de infortúnio, mesmo a concepção fora do seio matrimonial.

Outro aspecto, diz respeito à condição social dessas mulheres, isto é, numa sociedade baseada na hierarquia e estratificação social, a maternidade atua e tem um peso diferente. Para Machado (2008, p.147) “a alta incidência do concubinato no Brasil colonial, para alguns autores, foi o resultado da desclassificação das mulheres indígenas e africanas, identificadas com as “mancebas” portuguesas”, desta maneira, a maternidade deve ter atuado, indubitavelmente, de forma distinta. Para a autora contrair vínculos sejam eles através de alianças matrimoniais ou via sanguíneos a partir de filhos poderiam significar estratégias determinantes para a sobrevivência ou ascensão social. Além do fato de que muitas vezes:

Eram as relações possíveis, num meio misógino e escravista. Porém muitas vezes a ocorrência de amancebamento refletia interesses pessoais importantes, especialmente entre homens e mulheres das camadas pobres: a necessidade de garantir a sobrevivência sem ter que se submeter a prostituição, ajuda econômica surgida do trabalho a dois, esperança na compra da alforria com o concurso do outro, possibilidade de uma companheira sem os entraves do casamento, segurança e proteção masculinas. (MACHADO, 2008, p. 147).

Sendo assim, deve-se pensar sob que condições essas mulheres tornaram-se mães e, sobretudo, qual o tipo de filhos tiveram, isto é: fora ou dentro do casamento. Para a Madre de Deus, os registro paroquiais de batismos permitiram ilustrar um pouco do resultado dessas concepções. Através dos assentos de batismo podemos identificar casos de renúncia, abandono, valorização ou esperança quanto aos filhos.

Para as camadas mais abastadas pode-se verificar que o batismo de uma criança, resultado de um bom casamento, torna-se uma celebração, na qual o pároco deixa transparecer de acordo com a quantidade de referências aos títulos e patentes dos envolvidos, desde os pais, avós e, sobretudo dos padrinhos. Para os grupos de imigrantes, o batismo poderia servir como veículo para estreitar os laços com a população local, ampliar e/ou confirmar votos de solidariedade com os conhecidos locais ou as amizades construídas na nova morada.

Indicadores de que segundo Machado (2008, p. 181) poderiam permitir “a criação de sólidos vínculos entre pessoas das mais diferentes condições sociais, que passavam a se reconhecer como parentes”. Vale salientar que sejam entre iguais ou não tão iguais assim, vínculos afetivos e interesses de diferentes ordens estava em jogo. No caso do batismo abaixo chama atenção o deslize do pároco que dá indícios que a maioria dos filhos naturais eram de origem parda ou forra e, quanto aos padrinhos, preferiu-se manter ou aproximar os laços de compadrio com um escravo.

Aos dezoito dias do mez de Fevereiro de mil oitocentos e vinte dous annos nesta Matriz de Nossa Senhora Madre de Deos baptizou solememente o Reverendo Coadjutor Joze de Freitas e Castro, e poz os Santos Oleos a Maria nascida aos dez do ditto mez filha natural, digo filha legitima de Marcelino Antonio e de Maria Elena, pardos forros, naturaes d'Aldeia: foi padrinho Manoel preto escravo d' Andreza Maria. E para constar mandei fazer este assento, que assignei. (Livro 6 – 1822 – Matriz da Madre de Deus de Porto Alegre, fl. 65 v.).

Em outros casos, observa-se uma tendência dos laços de compadrio preservar uma aliança de consanguinidade e parentesco dentro do próprio grupo familiar. No batismo abaixo, observamos que essa família constituída por um casal de imigrantes, de diferentes regiões da Europa, preferiu escolher um padrinho que permitisse reforçar os laços de fraternidade, conforme observamos abaixo.

Aos nove dias do mez de Setembro de mil oitocentos e vinte e hum annos nesta Matriz de Nossa Senhora Madre de Deos baptizou solememente o Reverendo Coadjutor Ignacio Soares Viana e poz



os Santos Oleos a João nascido aos vinte nove d' Agosto próximo, filho legítimo de João Baptista Magnone, natural de Gavê, Reino d' Italia, e de Maria das Dores, natural de Gibraltar: neto paterno de Domingos Maria Magnone e de Lucrecia Magnone, naturaes de Gavê, e materno de avós incógnitos: foi Padrinho Domingos Maria Magnone, irmão do baptizado. E para constar mandei fazer este assento que assignei. (Livro 6 – 1822 – Matriz da Madre de Deus de Porto Alegre, fl. 47 v.).

Os casos acima são indicativos do momento em que a maternidade tornava-se materializada, isto é, nascido os filhos, dever-se-ia promover a promoção dos rebentos. Sendo assim, a promoção de determinadas pessoas escolhidas como padrinhos são o reflexo do estabelecimento de relações sedimentadas, afirmadas ou promovidas via batismo de um filho. Desta forma, para o casal ou para as mães solteiras a escolha dos padrinhos poderia significar a abertura de portas para uma nova relação social ou uma estratégia de vincular-se a um grupo ou comunidade que lhe assegurasse a sobrevivência. Por outro lado, poderiam apenas significar o reforço dos laços de consanguinidade e afinidade entre parentes ou amigos dos envolvidos.

No caso dos expostos, o apadrinhamento tornava-se uma condição vital, sobretudo, do ponto de vista social. Segundo Donald Ramos (2004), os padrinhos além de configurarem vínculo espiritual, também atuavam como ponte de ligação social da criança com a sociedade. Segundo Silva (2010):

O batismo então tinha esta função de apagar o pecado original do homem, que renascia e ganhava uma nova família espiritual (padrinhos). Desde então, estes padrinhos exerciam funções espirituais, mas também, sociais conforme nos diz o historiador Donald Ramos. Como ele sublinha, era no batismo que a criança era apresentada tanto a Deus quanto a comunidade local, uma sociedade humana, patriarcal e estritamente hierarquizada. (SILVA, 2010, p. 39).

Todavia, não podemos desconsiderar os laços de amor e consanguinidade que fortaleciam de maneira incondicional os vínculos entre as mães e seus filhos. O historiador também deve considerar a margem de suas análises sociais, a importância dos

vínculos afetivos e o quanto eles podem ser significativos na reversão ou manutenção das circunstâncias analisadas. Para a Madre de Deus, encontramos dois casos que exemplificam o dito “*amor incondicional maternal*” pulsando mais forte no coração de duas “*mães arrependidas*”.

Nas Atas de reunião da Câmara de Porto Alegre encontramos dois exemplos que podemos perceber a existência dessas “*mães arrependidas*”. Elas reclamam a Câmara de Vereadores a restituição de seus filhos que foram expostos. Por exemplo, aos 19/01/1793 “*Nesta vereança se mandou entregar o exposto Innocencio a sua mai Thereza de Tal por declarar ser mai do mesmo exposto*” (Livro 3 cópia da Atas da Câmara de Vereadores, fl. 218v.), bem como aos 24/01/1829 temos outra Ata que diz que:

Feliciana Francisca da Conceição, moradora desta Cidade e filha de Abrão Francisco Serpa, morador em Itapuum, aqual confessa que a innocente Maria que foi exposta em doze de setembro do anno passado (1828) em caza de Miguel Manço da Costa, era sua filha, e que a queria criar para cujo fim lhe fosse entregue requeria; e comparecendo também o dito Miguel Manço da Costa, nada appontou sobre a entrega, foi esta mandar fazer e se daliberou matricula respectiva, para mais e não continuar o pagamento pela Camara. (Livro 8 de Atas da Câmara de Vereadores, fl. 85).

Consoante, Badinter (1985) nos alerta que:

É fora de dúvida que o infanticídio puro e simples é geralmente manifestação de um desespero humano considerável. O assassinio consciente de uma criança jamais é prova de indiferença. Como tampouco o abandono do recém-nascido nunca é feito de coração leve. Não é sem emoção, e provavelmente com culpa, que essas mães pregam pequenos bilhetes na roupa do bebê que abandonam. J. P. Bardei lembra alguns deles que mostram que as mães esperavam vir um dia buscar os filhos. Algumas anotam o nome e as particularidades do recém-nascido, outras justificam seu ato. A miséria e a doença em alguns casos, situações insustentáveis em outros, muitas vezes mães solteiras. (BADINTER, 1985, p.65).

Sendo assim, devemos perceber que existiam forças de tensão e relações de poder implícitas que levavam muitas mulheres a abrirem mão de sua maternidade ou reprimir seus verdadeiros

sentimentos para com os filhos. Em certas circunstâncias havia uma negação da sua maternidade em prol dos filhos, sejam diante da miséria que lhe impulsionavam ao abandono, ou em casos extremos, o infanticídio. Noutros, porém viam-se separadas ou indiferentes perante os costumes e os modos de conduta dos grupos abastados.<sup>2</sup>

No entanto, devemos compreender que a maternidade nem sempre poderia ser o reduto do amor incondicional de suas mães pelos filhos, justamente, porque esses filhos que não eram desejados e muito menos se encontravam num momento adequado para que essas mulheres pudessem, desejassem e se programassem para ser mãe. Nas palavras de Nascimento (2006, p. 45), na maioria das vezes os filhos rejeitados, abandonados e indiferentes por parte de suas mães diziam respeito aqueles “frutos clandestinos e indesejados de uma vida amorosa e sexual na Colônia que encobria uma vasta e complexa gama de relações sexuais”.

Aos vinte quatro de março do ano de mil setecentos e oitenta e cinco, temos um caso exemplar: o batismo de Ana, filha de pais incógnitos. Neste batismo consta apenas o padrinho *Antônio da Costa Gouveia* e a informação de que o batismo foi realizado “*in extremis*” pelo *Pe. Antônio Soares Gil* e que criança foi “*exposta no rio do Sino da freguesia Nova [Triunfo]*” (Livro 1 – 1785 – Matriz da Madre de Deus de Porto Alegre, fl. 109 v). Esse abandono, ao que tudo indica, foi em um local totalmente inóspito, no qual as chances de sobrevivência seriam praticamente nulas. Isto é, diferentemente de outros tipos de abandono, sobretudo, os domiciliares, este indica um descaso e uma intenção bem declarada de rejeição sumária do inocente.

---

<sup>2</sup> Muitas mulheres no período moderno europeu viam-se obrigadas ou impelidas a manterem-se afastadas de seus filhos que eram mandados para amas de leite afastadas da cidade, ou até mesmo, em outras cidades. Ainda segundo Badinter (1985) quanto maior o afastamento dessas crianças do lar materno maiores eram as chances delas não retornarem com vida para casa. Por outro lado, muitas crianças também iam ao óbito porque muitas camponesas privilegiavam seu leite e sua dedicação aos filhos dos outros, lamentavelmente comprometiam suas próprias proles em nome da subsistência.

Portanto, ser mãe é uma construção que dependerá desde a situação econômica, social e cultural até as condições psicológicas e afetivas desde a concepção até o pós-parto. Algumas, independente das condições colocaram a sua prole em primeiro lugar, outras, ver-se-iam sucumbidas às fragilidades impostas pelas circunstâncias adversativas da vida.

### **Considerações finais**

A maternidade é como uma espécie de faca de dois gumes, se por um lado, sob os auspícios do sagrado matrimônio significava um fim em si mesmo e a garantia do dever cumprido enquanto mulher. Por outro lado, fora do casamento poderia ser considerado um nefasto símbolo de uma autonomia da sexualidade feminina, infortúnio que, normalmente, era totalmente fora dos ideais e costumes estipulados pela Igreja e sociedade.

Sendo assim, a maternidade ilegítima pode ter sido o reduto da renegação do mundo feminino. Daí ações como o infanticídio, o aborto e/ou o parto presumido surgirem como espécies de remediações. Obviamente, que muitas mulheres optaram por criar suas proles bastardas, seja por laços afetivos ou movidas por interesses futuros. No entanto, vale ressaltar que a maternidade em si, dentro e, sobretudo, fora do casamento, sempre foi alvo de especulações. Banditer (1985) nos alerta, que antes de qualquer coisa:

O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, constata-se que o interesse e a dedicação à criança se manifestam ou não se manifestam. A ternura existe ou não existe. As diferentes maneiras de expressar o amor materno vão do mais ao menos, passando pelo nada, ou o quase nada. Convictos de que a boa mãe é uma realidade entre outras, partimos à procura das diferentes faces da maternidade, mesmo as que hoje são rejeitadas, provavelmente porque nos amedrontam. (BADINTER, 1985, p. 22-23).

Então, temos que compreender a maternidade não como algo inato, mas sim a partir de uma construção. As péssimas condições de

assistência e muitas vezes a morte podem ser fatores determinantes para (re) pensarmos o papel da “*santa mãezinha*” tão aclamado pela Igreja e a sociedade no que tange o papel de mulheres, sejam elas sacramentadas pelo matrimônio ou não.

Além disso, foi fundamental repensar a maternidade também sob o aspecto das relações sociais, dos interesses das mulheres e dos homens e dos diferentes papéis que os filhos adquiriam dependendo do tipo de família. Sendo assim, perceber nas entrelinhas dos registros paroquiais as possíveis estratégias e os variados tipos de articulações dos pais ou mães em tornar os resultados da maternidade legítima ou ilegítima os mais benéficos possíveis.

### **Fontes**

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide em 12 de junho de 1707. São Paulo, 1853.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE). Livro de registro de Batismo (1772-1835). [manuscrito]. Porto Alegre, 1772-1797. Vol. 1. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE). Livro de registro de Batismo (1772-1835). [manuscrito]. Porto Alegre, 1820-1828. Vol. 6. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

TERMOS DE VEREANÇA DE PORTO ALEGRE. [manuscrito]. Livro 3 cópia da Atas da Câmara de Vereadores, fl. 218 v. Localização: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

TERMOS DE VEREANÇA DE PORTO ALEGRE. [manuscrito]. Livro 8 de Atas da Câmara de Vereadores, fl. 85. Localização: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

## Referências

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. *Da ilegitimidade para a legitimidade: a paternidade tardia na Porto Alegre do início do século XIX*. XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA História, Memória e Patrimônio 23 a 27 de julho de 2012 – Rio Grande – RS. Disponível: <<http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br>> Acessado em: 21/09/2012.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo, condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colonial*. 2ªed. São Paulo: UNESP, 2009.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Curitiba: Apicuri, 2008.

MORR, Maria Lúcia de Barros. *Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio*. R. História, São Paulo, 120, p. 85-96, jan/jun.1989.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2006.

PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001.

RAMOS, Donald. *Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro*. Varia Historia, Belo Horizonte, n. 31, p. 41-68, jan. 2004.

SILVA, Jonathan Fachini. *“Quando os anjos batem em sua porta”*: exposição e mortalidade de crianças na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre no final do período colonial. 2010. 80 f. Trabalho de

Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

SOUZA, Laura de Souza e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e a religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

# **A LIGA FEMININA E A IMIGRAÇÃO DE MULHERES NA COLONIZAÇÃO ALEMÃ DA ÁFRICA (1884-1914)**

Ana Carolina Schweitzer<sup>1</sup>

*Resumo:* Com a “Partilha da África”, a Alemanha obteve colônias no continente africano. Togo, Camarões, Namíbia e Tanzânia fizeram parte do império alemão durante os anos de 1884 e 1914. Com isso, houve uma migração de alemães para estas colônias. O baixo contingente de mulheres alemãs nas colônias preocupava a Sociedade de Colonização Alemã (Deutsche Kolonial Gesellschaft), que temia a mestiçagem étnica entre alemães e nativos. Havia ainda a preocupação com a manutenção do germanismo (Deutschtum). No início do século XX, surgiu a Liga Feminina (Frauenbund) da DKG com o intuito de incentivar a imigração de mulheres para as colônias. Esta associação mobilizou recursos e fez propagandas a favor dos ideais pangermanistas. A divulgação da Liga Feminina ocorria através dos jornais locais da colônia do sudoeste africano (Luderitzbuchter Zeitung, Swakopmunder Zeitung, entre outros), também pela revista Kolonie und Heimat im Wort und Bild. Este trabalho propõe tratar da participação e da inserção feminina dentro do projeto imperialista do II Reich, assim como o papel da Liga Feminina no colonialismo alemão.

*Palavras-chave:* Colonialismo Alemão, Mulheres, Migração.

---

A migração de grupos possibilita diferentes discussões: o que motivou tal deslocamento, como foi o estabelecimento no novo local, as relações que foram criadas. A “Partilha da África” resultou na divisão deste continente em colônias e protetorados (com exceção da Etiópia e da Libéria) e mobilizou o deslocamento de europeus para o continente africano. O império alemão participou desta partilha e adquiriu as seguintes colônias: Togo, Sudoeste Africano (atual Namíbia), Tanzânia e Camarões.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq desde 2011. Bolsista do projeto de pesquisa “Mulheres brancas na África negra (1884-1914)”, professor orientador Sílvio Marcus de Souza Correa. E-mail: carol\_schweitzer@hotmail.com.



A ocupação e colonização destes territórios incentivou a migração de alemães para a África. No ano de 1912, havia 14.816 alemães no Sudoeste Africano, 4.886 na Tanzânia, 1.537 no Camarões e 345 no Togo (SMITH, 1978, p. 51). A descoberta de diamantes na cidade de Luderitzbuch impulsionou a ida de alemães para a colônia do Sudoeste Africano, bem como a exploração de outros recursos naturais como o guano, mármore, a caça à baleia e ao leão marinho na África subtropical (CORREA, 2012, p. 24).

No entanto, o baixo contingente de mulheres alemãs nas colônias preocupava a Sociedade de Colonização Alemã (*Deutsche Kolonial Gesellschaft*) e o governo alemão. A historiografia alemã na última década tem problematizado a atuação da Alemanha no colonialismo do século XIX. Há também trabalhos na historiografia brasileira que já trataram *en passant* da imigração de mulheres brancas na “África alemã” (CORREA, 2012, p. 80). Porém a participação feminina no projeto colonial alemão ainda é pouco analisada.

Com base em fontes hemerográficas como o *Swakopmunder Zeitung*, *Lüderitzbuchter Zeitung*, também a revista *Kolonie und Heimat im Wort und Bild* busca-se analisar casos de alemãs que foram para África durante o colonialismo. O presente trabalho aborda esta imigração de alemãs para as colônias africanas, bem como as formas de incentivos criadas para este deslocamento. Destacam-se o engajamento da Liga Feminina Alemã (*Frauenbund*) neste contexto colonial e a inserção feminina dentro do projeto imperialista do II Reich.

### **Trajetórias femininas**

No ano de 1894, a alemã Helene Nitze mudou-se para a cidade de Windhoek, acompanhando a família. Helene tinha 19 quando seu pai, Albert Nitze, tornou-se um dos primeiros colonos do Sudoeste Africano. Mais tarde, Helene se tornou a primeira professora habilitada a trabalhar na localidade de Windhoek (hoje capital da Namíbia). Em 1899, casou com o fazendeiro Friedrich von

Falkenhausen. Com a explosão da Guerra Colonial, em 1904, a fazenda da família foi invadida e seu marido morto<sup>2</sup>. Neste mesmo ano, Helene Nitze von Falkenhausen decidiu voltar para a Alemanha, devido as inseguranças causadas pela guerra colonial.

No período em que ficou na Alemanha, escreveu dois livros sobre suas vivências no sudoeste africano, “*Ansiedler-Schicksale. 11 Jahre in Deutsch-Südwestafrika: 1893-1904*” (1905) e “*Deutsch Südwestafrika: Kriegs-und Friedensbilder*” (1907). Seu primeiro livro também foi vendido na colônia, custando o valor de quatro marcos, conforme um anúncio publicado no jornal local (DEUTSCH-SUDWESTAFRIKANISCHE ZEITUNG, 1905, p.07). Com o fim da Guerra Colonial, em 1908, Helene Nitze von Falkenhausen retornou à Namíbia, onde permaneceu até 1928. Neste período, retomou a vida de fazendeira e também teve forte atuação na educação de alemães na colônia do Sudoeste Africano.

Diferente de Helene Nitze von Falkenhausen, a alemã Hertha Brodesern migrou para a colônia do Sudoeste Africano sozinha. Uma nota publicada no jornal local de 11 de março de 1914 informou de seu desembarque no porto de Lüderitzbucht, no Sudoeste Africano, com mais dezenas de passageiros (SWAKOPMUNDER ZEITUNG, 1914,p. 11).

Hertha tinha 22 anos quando viajou de Hamburgo para cidade Lüderitzbucht, no Sudoeste Africano. O que motivou Hertha a migrar para a colônia africana foi uma oportunidade de emprego como secretária do Dr. Lübben, com salário mensal de 400 marcos (CORREA, 2012, p.5). Anos mais tarde Hertha escreveu um livro intitulado “*Wie alles anders kam in Afrika*” (Como tudo ocorreu diferente em África), onde relatou um ano de sua vida e suas experiências na África (BRODERSEN-MANNS, 1991).

---

<sup>2</sup> Também conhecido como “levante Herero”, envolveu cerca de 14 mil soldados alemães e aproximadamente 70 mil hereros (grupo étnico da região do sudoeste africano) foram mortos. Este foi o primeiro genocídio do século XX. Ver mais em: CORREA, 2011.

Assim como Hertha Brodesern, outras mulheres migraram para a África Alemã em busca de oportunidades de trabalho. Nos jornais Swakopmunder Zeitung, Lüderitzbuchter Zeitung foram publicados diversos anúncios divulgando vagas de emprego para alemãs na colônia do Sudoeste Africano. As “*Mädchens*” (meninas) e “*jungen Frauen*” (jovens mulheres) eram requisitadas para atuar principalmente como governantas, professoras, enfermeiras, e também em serviços domésticos. Nesse sentido, igualmente algumas mulheres publicavam nos anúncios, oferecendo seus trabalhos.

Todavia, não somente a busca por empregos motivava a ida de alemãs para as colônias na África. Na seção de anúncios publicado na revista “Kolonie und Heimat im Wort und Bild” no ano de 1911, encontramos a seguinte nota:

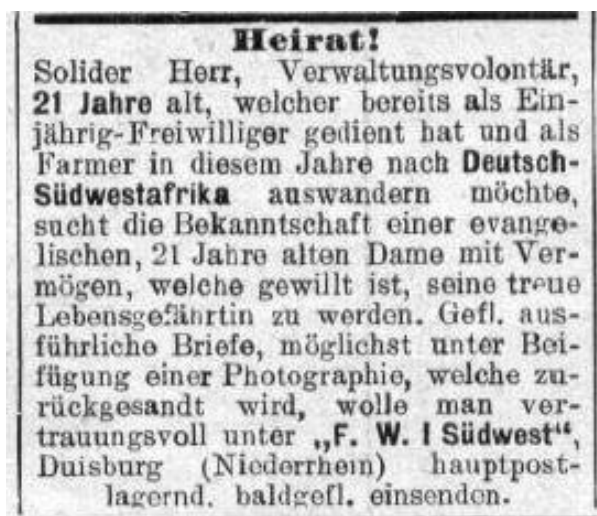


Figura 01: Anúncio de Casamento. Fonte Kolonie und Heimat, im Wort und Bild, 1911, p.15<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Tradução: “Casamento: Homem robusto, voluntário do governo, 21 anos, o qual acabou de servir como voluntário por um ano e quer emigrar para o sudoeste africano, procura conhecer uma moça de 21 anos que seja capaz e esteja disposta a ser sua companheira para a vida inteira. Caso lhe interesse, remeta confiante uma carta detalhada, se possível com foto, a qual será devolvida para o posto principal de Duisburg (Baixo Reno) “F.W.I Südwest”.

Ao nos depararmos com o anúncio intitulado “*Heirat*” (casamento), no qual um alemão busca encontrar uma companheira para emigrar para a colônia africana, surgiram algumas reflexões. Qual era sua motivação para fazer este anúncio? Por que a preocupação do casamento antes mesmo da viagem para a colônia? A partir do anúncio podemos inferir que havia certa dificuldade para casar-se nas colônias.

Muitas mulheres que afluíram para as colônias alemãs tiveram como motivação o matrimônio. Algumas acompanhavam os maridos, no entanto outras partiam em busca de casamentos. Estes eram algumas vezes previamente arranjados. Neste sentido, a atuação da Liga Feminina (*Frauenbund*) estimulou a imigração de mulheres para o continente africano.

Criada em 1908, a Liga Feminina (*Frauenbund*) tinha como presidente a baronesa Adda Von Liliencron, e era apoiada pela Sociedade de Colonização Alemã (*Deutsche Kolonial Gesellschaft*). Sua sede ficava em Berlim, no entanto a *Frauenbund* atuava em todas as colônias do continente africano. A Liga Feminina arrecadava fundos através de eventos, palestras e doações. Este dinheiro também era utilizado para financiar viagens de moças em navios da companhia Woermann. A Liga Feminina publicava artigos e anúncios na revista *Kolonie und Heimat*. Nestes artigos há uma série de aspectos sobre a presença feminina nas colônias, desde relatos sobre a vida das mulheres imigrantes na África, a dicas de cuidados para o corpo e saúde das mulheres nos trópicos até anúncios de casamentos e notas sobre as mulheres que viajaram para colônia sob auspícios da Liga Feminina da Sociedade de Colonização Alemã. Estas publicações nas revistas *Kolonie und Heimat* foram de suma importância para propaganda colonial.

Em 27 de março de 1909, o jornal de Luderitzbucht publicou uma matéria intitulada “*Die deutsche Frau in den Kolonien*”, na qual foi noticiada a palestra de Marie Karow, esposa do Secretário do Gabinete Colonial, ocorrida em 19 de janeiro do mesmo ano (LUDERITZBUCHTER ZEITUNG, 1909, p. 05). Segundo a matéria, a palestra da senhora Karow tratava da função da mulher e como esta pode auxiliar os fazendeiros nas dificuldades enfrentadas

nas colônias. Marie Karow comentou, segunda a notícia, sobre a necessidade de criar locais onde jovens moças possam ser treinadas para exercer o trabalho doméstico e como o governo deveria apoiar tal ideias.

No último parágrafo da notícia sobre a palestra da senhora Karow foi abordado o papel da Liga Feminina, para ela a Liga não tinha como objetivo único auxiliar a ida de alemãs para as colônias. O papel fundamental da Frauenbund, para Karow, é possibilitar que a cultura alemã, o germanismo, chegasse nas colônias justamente com estas mulheres. Auxiliar a manutenção da cultura alemã fora da Pátria, pois “somente a mulher pode melhorar ou elevar o destino do homem, da família, do vizinho, da criança e dos nativos” (LUDERITZBUCHTER ZEITUNG, 1909, p. 05).

Ao estudar a Liga Feminina Alemã, Kim Sebastian Todzi afirma que a preocupação da Liga não estava voltada para a independência da mulher na colônia, mas sim em ter uma contribuição positiva para a conservação do “germanismo” nas colônias. É possível perceber esta exaltação do germanismo no discurso de Marie Karow, visto que para esta apenas a mulher alemã pode “elevar” os demais habitantes das colônias. Kim Todzi pontua outros objetivos da Liga como auxiliar nas questões educacionais nas colônias, ajudar o estabelecimento das mulheres, apoiando e encorajando estas mulheres (TODZI, 2008, p. 8).

Nos primeiros anos o número de associadas a Liga Feminina Alemã era pouco mais de 4.000, mas até 1914 este número aumentou para 18.500 associadas (TODZI, 2008, p. 7). Muitas alemãs, ainda que nunca tivessem imigrado para as colônias, se envolviam com a “questão da mulher nas colônias”, e faziam doações, assistiam as palestras oferecidas pela Liga Feminina Alemã, contribuíram e apoiaram o projeto colonial alemão.

A imigração para as colônias possibilitou não somente a mobilidade espacial das mulheres alemãs. Permitiu para algumas delas uma mobilidade social. Mulheres com a vida já complicada na Alemanha, por serem, talvez, de família pobre ou terem se envolvido com práticas ilícitas, viram a possibilidade de ascensão social ao casar com colonos e fazendeiros alemães na África. Outras também

tiveram importante inserção profissional, como Helene Nitze que teve supina atuação no campo educacional da colônia do Sudoeste Africano. E também Hertha Brodesern, que viu na colônia uma nova oportunidade de emprego.

Outras mulheres se envolveram com a Liga Feminina na própria Alemanha. O envolvimento com os ideais pangermanistas e seu papel como primeira presidente da Liga Feminina Alemã fez com que Adda Von Liliencron fosse reconhecida pela Sociedade de Colonização Alemã, mesmo nunca tendo ido para as colônias.

Janine Gomes da Silva, ao estudar as mulheres imigrantes de Joinville, afirma que “múltiplas questões permearam os deslocamentos de diferentes mulheres” (SILVA, 2001, p.59). A participação feminina no colonialismo alemão na África também é composta por múltiplas questões e diferentes mulheres. Os casos apresentados neste artigo explicitam esta diversidade na sociedade colonial alemã. A partir das histórias de vida de Helene Nitze von Falkenhausen, Hertha Brodesern, Adda Von Liliencron e Marie Karow buscou-se demonstrar e analisar a diversidade de atuações das mulheres alemãs dentro do colonialismo alemão.

### **Fontes hemerográficas**

Swakopmunder Zeitung (1901-1914)

Lüderitzbuchter Zeitung (1909-1920)

Kolonie und Heimat im Wort und Bild (1909-1910)

Deutsch-Südwestafrikanische Zeitung (1901-1907)

### **Referências**

BRODERSEN-MANNS, H. *Wie alles anders kam in Afrika*. Südwester Erinnerungen aus den Jahren 1914/1915, 1991.

CORREA, Sílvia M. de S. Fronteiras da educação na África sob domínio colonial alemão. *Revista História da Educação – RHE*, v. 16, n. 37 (2012). Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores

em História da Educação – Asphe/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CORREA, Sílvia M. de S. Imigração e privatização dos recursos naturais na África durante o colonialismo alemão (1884-1914) in NODARI, Eunice S. (org.) *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: OIKOS, 2012, p.15 – 34.

CORREA, Sílvia M. de S. *Sobre uma diáspora branca no Atlântico Sul durante o colonialismo em África*. 2012. (texto inédito disponibilizado pelo autor)

CORREA, Sílvia M. de S. *História, memória e comemorações: em torno do genocídio e do passado colonial no sudoeste africano*. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 85-103 – 2011.

DORNSEIF, Golf. *Wachstum und Endzeit des Deutschkolonialen Frauenbundes*. Disponível em: < <http://www.golf-dornseif.de>> Acesso em: 26 set. 2012.

FALKENHAUSEN, Hélène v. *Ansiedler-Schicksale*. 11 Jahre in Deutsch-Südwestafrika: 1893-1904. Swakopmund, 2000.

SILVA, J. G. . Lugares do recôndito, espaços de sociabilidade: histórias das mulheres imigrantes de Joinville.. In: MORGA, Antonio. (Org.). *História das mulheres de Santa Catarina*. Chapecó; Florianópolis: Argos; Letras Contemporâneas, 2001, v. , p. 59-91.

SMITH, Woodruff D. *The German Colonial Empire*. University of North Carolina Press, 1978.

TODZI, Kim Sebastian. *Rassifizierte Weiblichkeit*. Der “Frauenbund der deutschen Kolonialgesellschaft” zwischen weiblicher Emanzipation und rassistischer Unterdrückung, Universität Hamburg, 2008.

## **AS MULHERES TEUTO-SUL-RIOGRANDENSES: A PRODUÇÃO DA DISTINÇÃO SOCIAL**

Marlise Regina Meyrer<sup>1</sup>

*Resumo:* Os estudos sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul, na sua maioria, tem enfatizado os imigrantes e seus descendentes de forma única, dando pouca atenção as diferenças no interior do grupo, como gênero ou classe social. Este trabalho tem como objetivo estudar um segmento específico: as mulheres na região de colonização alemã do Rio Grande do Sul. Entretanto, busca também identificar as diferenças sociais do grupo que, mesmo compartilhando uma identidade de gênero e étnica, reunia realidades sociais e culturais distintas, ou seja, compreender o processo de distinção social dentro do universo feminino teuto-sulriograndense, bem como a produção dos elementos simbólicos desta distinção. Para tal, recorreremos a análise de uma escola feminina alemã, criada no final do século XIX no Hamburgerberg/RS.

*Palavras-chave:* Imigração alemã, mulheres, distinção, educação.

---

O artigo tem como objetivo o estudo das diferenças sociais no grupo composto pelas mulheres teuto-sul-riograndenses, na região de colonização alemã do Vale do Rio dos Sinos/RS no início do século XX. A ênfase do trabalho recai sobre o processo de construção e consolidação dos critérios de distinção social, entendidos como princípios fundamentais de divisão do grupo em questão.

Ao estudar a imigração alemã no Rio Grande do Sul, constatamos que os especialistas nesta temática a têm estudado predominantemente sob o enfoque étnico, sendo que a maioria da obras existentes analisa a sociedade de imigrantes e seus descendentes como sendo homogênea, assim como o fazem em relação à produção e a aceitação dos valores culturais entre seus membros. Esta característica da historiografia sobre imigração já foi

---

<sup>1</sup> UPF – Universidade de Passo Fundo.



apontada por GERTZ (1991, p. 9) que afirma que “um dos problemas da historiografia sobre imigrantes é a suposição de que estes constituem um grupo homogêneo e monolítico (...) que, mesmo pressupondo que possuíssem alguns interesses ideais em comum – possuíam interesses ideais e materiais diferentes”.

Partindo deste pressuposto, dirigimos nossa atenção para a identificação de algumas diferenças no interior do grupo teuto, dentre as quais aquelas que dizem respeito aos papéis assumidos pelos gêneros masculino e feminino, o que nos conduziu ao estudo sobre as mulheres na zona de imigração alemã. Entretanto, o grupo formado pelas mulheres de origem étnica germânica, por sua vez, também não se constitui num bloco homogêneo, mas traz, no seu interior, outros princípios de divisão, como religião cultura ou classe social. Por entendermos, conforme BOURDIEU (1989), que num espaço social os diferentes componentes identitários se agrupam em torno de alguns princípios fundamentais, sendo o fator econômico-social aquele que, em geral, prevalece, optamos por enfatizar as diferenças sociais no grupo feminino teuto-sul-riograndense, na região definida para o estudo.

Num primeiro momento, buscamos registros sobre as mulheres imigrantes ou descendentes, os quais, inicialmente, se revelaram reduzidos. Historiadores clássicos da imigração como WILLEMS (1980) e ROCHE (1969) dedicaram poucas linhas em suas obras ao gênero feminino, nas quais transparece uma imagem da mulher “colona”, em contraste com a “lusa”. Destacam, entre outras, a capacidade de trabalho da “colona”, a sua maior liberdade de movimentação social e sua participação nas decisões econômicas da família. Um espaço um pouco maior lhe destinou AMADO (1978), em sua obra sobre os Mucker, mas, mesmo assim, pouco avançou além do exposto pelos autores acima citados. Sobre a mesma temática, GEVEHR (2007) analisa a dinâmica que envolve a produção das imagens e representações sobre a líder dos Mucker. O autor valeu-se da discussão dos diferentes veículos de produção de uma memória sobre Jacobina – desde o final do século XIX até o início do século XXI, quando ela teve sua imagem glorificada pelo cinema, com a Paixão de Jacobina. Entre os trabalhos que tratam

especificamente desta temática, destacamos MAGALHÃES (1993) e BONOW (1996), que analisam a construção da imagem da mulher alemã através da imprensa teuto-brasileira e RENAUX (1995), que analisa o papel da mulher teuto-brasileira no Vale do Itajaí.

Nenhum desses trabalhos, entretanto, tratou das diferenças no interior do grupo feminino. Embora os autores como ROCHE (1969), WILHEMS (1980), e GEVEHR (2007), enfatizem a mulher “colona” e RENAUX (1995) e MAGALHÃES (1993) tratem da mulher burguesa, as diferenças sócio-culturais não foram evidenciadas. Nesse sentido, pretendemos estudar estas diferenças no interior de um segmento que, mesmo compartilhando de uma mesma identidade de gênero e étnica, reunia realidades sociais e culturais distintas, ou seja, compreender as diferenças que separavam as mulheres cujo espaço era a roça ou a fábrica, daquelas destinadas à sala de visitas. Como se deu este processo de distinção entre estes dois universos femininos teuto-riograndenses é a preocupação central deste trabalho.

Para estudarmos a construção destes processos de distinção recorreremos fundamentalmente ao estudo de uma escola feminina alemã em regime de internato, que funcionava desde o final do século XIX na localidade de Hamburgue-Berg<sup>2</sup>, com o nome de *Evangelisches Stift* (Fundação Evangélica). Nos detemos na documentação do período entre 1886 e 1927<sup>3</sup>. As fontes relativas a esta Instituição revelaram, no que diz respeito ao seu público alvo, uma figura feminina diferente daquela caracterizada como “colona”, na bibliografia clássica sobre imigração alemã. As alunas não pertenciam apenas ao grupo étnico dos alemães na sociedade sul-rio-

---

<sup>2</sup> Hamburger-Berg, posteriormente denominado Hamburgo Velho, foi a localidade onde se iniciou a povoação que deu origem ao município de Novo Hamburgo, instituído, como tal em 1927.

<sup>3</sup> A delimitação deste período articula-se ao processo histórico da própria escola. O ano inicial refere-se a institucionalização da Escola como uma escola da Igreja Luterana e o final refere-se a uma reorientação na prática pedagógica e no corpo docente da escola, dando início a uma nova fase, com características distintas.

grandense mas, também, a um grupo que se distinguia, sobretudo, pela sua posição social.

Há um consenso entre os estudiosos da imigração alemã, que a mulher nesta região ocupava, especialmente nos primeiros tempos, uma posição de destaque, mesmo que oficialmente o papel principal coubesse aos homens. AMADO (1978, p.41) diz a esse respeito que “a opinião delas era levada em conta na compra de um lote de terra, de uma vaca, ou mesmo de algumas sementes”. A autora atribui esta relativa importância a sua contribuição econômica, necessária neste período de instalação. Embora ROCHE (1969) diga que esta abrangência do trabalho feminino foi mais importante na primeira geração de imigrantes, os relatos orais apontam para a permanência desta situação no século XX, como podemos extrair do testemunho da Sra. Luiza, moradora de Rolante/RS na década de 1920: “na colônia eu trabalhava de tudo, cortava lenha, limpava o mato, e depois pegava o cavalo botava no arado lavrava e se o cavalo não andava direito, pegava os boi (...). Na roça as mulhé trabalhava igual os home (...). Em casa os home não ajudava nada(...)”<sup>4</sup>.

É sabido que no processo de construção das distinções, um importante papel coube ao sistema educacional, que teve um importante papel na produção/reprodução de valores e comportamentos sociais, especialmente àqueles veiculados pela sociedade burguesa, conforme nos informa BOURDIEU (1989), quando, a partir de seus estudos sobre sistema educacional francês, aponta para a posição central do sistema de ensino na reprodução de práticas e representações que legitimam as diferenças sociais. Também FOUCAULT (1987), embora partindo de perspectiva distinta – os mecanismos de produção e reprodução da sociedade –, enfatiza o sistema educacional como lócus privilegiado para estas práticas, que, em última análise, moldam determinados comportamentos, neste caso de um grupo específico exposto a estas práticas.

---

<sup>4</sup> Entrevista com a Sra. Luiza concedida em 20 de março de 1992. Sobrenome preservado a pedido do entrevistado.

A escola estudada forneceu um rico material para o conhecimento do grupo, que aqui denominamos de burguês<sup>5</sup>, composto pelas camadas médias e altas da sociedade teuto-brasileira, bem como dos mecanismos de produção e reprodução dos componentes de distinção. O ponto de partida para este entendimento, encontramos na própria documentação da escola, no parecer do Pastor Braunschweig, quando este estava em visita ao *Evangelisches Stift* em 1907, ou seja, “(...) trata-se de um pensionato para moças das melhores famílias(...)”<sup>6</sup>.

Os critérios de distinção tornavam-se mais importantes na medida em que o outro, do qual pretendia-se diferenciar, partilhava de alguns aspectos em comum, como a etnicidade e neste caso o gênero. Entretanto, foi exatamente no reforço destes elementos específicos, que se concentraram os critérios da diferenciação quando, como veremos mais adiante, o componente étnico mais evidente como a língua, tornou-se um fator de distinção por excelência, ao separar a moça “educada” que falava o alemão gramatical daquela “colona” que falava o dialeto; ou ainda a diferença entre a alemã que realizava trabalhos domésticos para o seu sustento e aquela que aprendia técnicas domésticas na escola, para administrar a casa, ou seja, *dirigir* os trabalhos domésticos.

O desenvolvimento econômico da região no final do século XIX fez surgir um grupo econômico e socialmente diferenciado no interior da sociedade teuto-sul-rio-grandense. Este passou, cada vez

---

<sup>5</sup> Ao utilizarmos o termo burguesia para definir este grupo, o estamos entendendo como um grupo amplo, composto pelas camadas médias e altas da sociedade em questão, que comungava dos mesmos valores e estilos de vida resultantes de um processo de aburguesamento que espalhou-se pela sociedade ocidental e que integrou o processo de formação, consolidação e hegemonia da burguesia capitalista no século XIX. Embora as características gerais refiram-se a burguesia européia, guardadas as peculiaridades latino-americanas do período, nos orientam no tratamento a ser dado ao grupo burguês encontrado nas áreas do Brasil Meridional povoadas por um significativo contingente de origem alemã.

<sup>6</sup> Relatório da Viagem do Pastor Braunschweig. Evangelisches Zentralarchiv in Berlin. Kirchliches Abenamt, 1910. Band 2247. Fiche:4398. Original alemão. Tradução livre.

mais, a ocupar posições distintas na estratificação social. Algumas camadas desta sociedade buscavam a aquisição de status acentuando os aspectos simbólicos do grupo que pudessem defini-lo muito mais pelo seu “ser” do que pelo seu “ter”. Esta busca de status pode ser inferida das palavras de ROCHE (1969), quando analisou as mudanças de comportamento em parte da sociedade teuto-sul-riograndense, a partir da segunda metade do século. Ao se referir aos comerciantes, ele diz que eles foram separando-se cada vez mais dos camponeses para formarem uma “classe”. Para ele, a distinção social dos teutos se processava em oposição ao “colono”, associando, dessa forma, a questão social à dicotomia urbano-rural:

É verdade que, se foi sua situação estabelecida sobre bases econômicas, eles a reforçaram com esteios culturais, tomados de empréstimo por muito tempo ao meio de que haviam saído, isto é, ao meio germânico. A abundância de que gozavam permitiu que seus filhos fizessem estudos mais prolongados, renovassem os contatos com a terra dos avós, quer através de livros lá editados, quer através de estágios na Alemanha, ao passo que os colonos dela não conservaram senão uma imagem que se esvaía cada vez mais; (...). Defensores do “Deutschtum”, também foram mais sensíveis que os camponeses à propaganda pangermanista ou hitleriana. (ROCHE, 1969,p.583).

Também AMADO (1978, p.79) ao estudar a organização social da colônia de São Leopoldo, observa que, a partir da segunda metade do século XIX, o fator que dominou o relacionamento entre os habitantes foi a posição socio-econômica: “A riqueza e o poder passaram a ser mais importantes que os laços de parentesco: dois comerciantes ricos não aparentados tendiam a ser mais solidários e a se identificarem mais um com o outro do que por exemplo um comerciante e um colono unido por parentesco”.

As medidas citadas por AMADO (1978) indicam uma busca de distinção através de ações de caráter essencialmente simbólico, o que reforça, ou, no entender de BOURDIEU (1989), duplica as diferenças propriamente econômicas. Dessa forma, algumas práticas sociais podem ser consideradas como distintivas, obtendo tanto mais prestígio quanto mais claramente simbolizarem a posição dos agentes na estrutura social. Nesse processo de construção das

distinções sociais, um importante papel coube ao sistema educacional, na medida que, em decorrência do desenvolvimento econômico, político e ideológico dominante na sociedade sul-rio-grandense, em especial na teuto-brasileira, surgiram escolas diferenciadas para atender grupos sociais distintos.

Considerando o grupo étnico em questão, estas diferenças estabeleciam-se entre as escolas comunitárias, destinadas exclusivamente ao ensino elementar e dirigidas, principalmente à população rural, isto é, aos “colonos” e às mais avançadas, educandários de aperfeiçoamento, nos quais os teuto-brasileiros recebiam uma educação diferenciada. Estas últimas situavam-se geralmente nos núcleos urbanos e destinavam-se apenas a uma fração do grupo, que poderia prolongar a educação dos filhos e arcar com os custos elevados deste ensino.

A partir da análise das fontes podemos observar que a Evangeliches Stift buscou diferenciar-se pela qualificação de seu ensino e corpo docente, porém a busca de aprimoramento não levava em consideração elementos étnicos ou religiosos, mas sim, sociais e culturais identificados com a posição social do público que a escola pretendia atingir, ou seja, as moças da “melhores famílias”. Um exemplo destas famílias, foi a família Ludwig, sendo o seu patriarca, Sr. Guilherme Ludwig, apontado em uma publicação destinada a divulgação da indústria rio-grandense da época, como sendo “(...) o mais importante industrialista do Estado, na sua especialidade (...) (MONTE DOMEQ, 1918, p.255). Odepoimento de suas netas, Sra. Renata e Sra. Madalena, contam sobre a vida de sua mãe, ex-aluna da escola em questão, nos anos de 1916-1917:

O vovô estava bem de vida, eles viajavam muito para a Europa, foram três vezes para Europa. Ele era uma pessoa muito esclarecida, uma pessoa culta. Era político, presidente de clubes ... quando a mamãe se casou, ele foi para a Europa e trouxe o enxoval todinho da Alemanha, o piano, os cristais, porcelanas, roupas de cama, roupas

de baixo (camisolas), tudo ele trouxe da Alemanha para minha mãe.<sup>7</sup>

A *Evangelisches Stift* esteve inserida na realidade educacional brasileira da Primeira República, sendo que a educação feminina seguia o que acontecia no sistema educacional brasileiro como um todo, ou seja, um sistema excludente cujo acesso à educação secundária e superior era, de um modo geral, acessível somente a uma pequena parcela da população. No Rio Grande do Sul, por muito tempo, a única opção neste sentido era a escola Normal ou complementar em Porto Alegre que, porém, tinha um inconveniente para a população de origem alemã: era preciso dominar o idioma português. Assim, para as moças evangélicas, de origem alemã, a única opção era a *Evangelisches Stift*.

Essas escolas, como já mencionado, tinham como alvo as filhas das famílias abastadas, sendo sua educação parte do processo de aburguesamento pelo qual passava a sociedade de então, onde difundiam-se novos valores e estilos de vida inerentes àquela classe social específica. Neste movimento reforçaram-se os papéis historicamente atribuídos às mulheres do mundo judaico-cristão, – de mãe responsável pela formação dos filhos e pela moralidade do lar – e o pleno exercício dos mesmos, passaria a representar, cada vez mais, o status da família. Para exercê-los, no entanto, era preciso prepará-las. De acordo com LOURO (1987, p.446), mais educadas do que instruídas ... para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução”.

A análise do currículo do curso ministrado na *Evangelisches Stift* e das técnicas disciplinares que orientavam o funcionamento da escola nos possibilitaram identificar esta formação burguesa recebida por suas alunas. Lembramos que à época, não havia qualquer exigência por parte dos órgãos públicos com relação ao

---

<sup>7</sup> Entrevista com a Sra. Madalena Cassel e Renata Becker, em 03 de março de 1997, na presença de sua mãe, Wilma Ludwig Becker. Embora não fale mais devido sua idade avançada, participou da entrevista conformando as informações dadas pelas filhas.

currículo dos cursos das escolas particulares, elas tinham total liberdade para sua definição. Tendo por base os anos de 1897, 1915 e 1920, observamos algumas modificações ao longo dos anos, em especial nas últimas séries do curso. As mais significativas foram: o aumento da carga horária na matéria de Português, ao qual correspondeu uma redução do número das aulas de alemão e um substancial acréscimo das aulas de Trabalhos Manuais e Música.

O ensino da Língua Portuguesa na Instituição caracterizava-se por uma elevada carga horária e um extenso conteúdo, indicando que as alunas adquiriam, ao final do curso, domínio da língua e conhecimentos sobre cultura geral brasileira, o que parece destoar das características étnicas evidentes na escola. Este privilégio do português está diretamente vinculado ao público-alvo da escola, ou seja, a burguesia feminina teuto-rio-grandense, que pretendia sua integração a vida social urbana do Estado, na qual o português ocupava o topo na hierarquia lingüística. Para este grupo, o domínio do idioma nacional tornou-se necessário, de acordo com WILLEMS (1980), para a luta pelo status social. Segundo ele,

(...) a ascensão econômica dessas famílias, o status elevado que iam conquistando aproximava-as, em escala crescente, da esfera nacional, sobretudo no sentido econômico e político (...). Muitos pais sacrificavam os seus escrúpulos étnicos e religiosos à carreira dos filhos, optando deliberadamente pelo bilingüismo (WILLEMS, 1980,p.229).

O posicionamento do grupo burguês, em relação a este aprendizado pelos jovens pode ser identificado na *Evangelisches Stift* quando em correspondência enviada para a Alemanha datada de 1913, a professora Frida Pechmann se queixava da falta de professores de português e a exigência dos pais das alunas: “(...) por enquanto uma professora de português do lugar lecionou uma a duas horas aulas diariamente, mas não é o suficiente, os pais exigem mais português”<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Correspondência de Frida Pechmann. Evangelisches Zentralarchiv in Berlin. Kirchliches Aussenamt. 1913. Band 66. Fiche:87. Tradução livre.



O interesse pelo idioma nacional por estes setores da sociedade decorria, em parte, do reconhecimento do português como língua oficial do país, do qual eram cidadãos, mesmo pertencendo à nacionalidade alemã. Para BOURDIEU (1996), a língua oficial domina o que ele chama de mercado lingüístico unificado pelo Estado, sendo o seu uso obrigatório em ocasiões e espaços oficiais. Assim sendo, cidadãos brasileiros os descendentes de alemães teriam que dominá-lo. Por outro lado, os alemães defendiam a idéia do teuto-brasileiro, ou seja, a cidadania brasileira não inviabilizava a nacionalidade alemã. Assim eles se consideravam alemães e cidadãos brasileiros. Este posicionamento decorre da ideologia de que o conteúdo étnico é dado pelo direito de sangue. Assim, “a categoria de identificação assume um duplo aspecto: um étnico (ou nacional), que implica numa série de características raciais e culturais; o outro de ordem política (...) vincula o indivíduo ao Estado brasileiro”(SEYFERTH, 1989, p. 99).

Nesse sentido, embora sua língua materna fosse o alemão, falado em casa ou entre os membros do mesmo grupo étnico, o *reconhecimento* do português como língua oficial impunha a necessidade de *conhecê-la* o melhor possível, pois, falar corretamente a língua oficial constituía-se num dos valores simbólicos adquiridos pela burguesia para distinguir-se socialmente. A dualidade em relação a linguagem, foi para WILLEMS (1980), característica das camadas abastadas da sociedade teuto-brasileira em que, por muito tempo, vigorou uma situação de bilingüismo. Ao contrário, no meio rural predominou a hibridação lingüística, resultante da incorporação de palavras portuguesas aos diversos dialetos.

Seguindo esta lógica, o ensino de alemão no Evanhhelishes Stift adquiriu um sentido predominantemente étnico cultural. O alemão era a “língua do coração”, pela qual se transmitia os valores contidos no *Deuschtum*<sup>9</sup>. Somente através dela se alcançava o

---

<sup>9</sup> O *Deuschtum* ou germanidade agrupa um conjunto de valores alemães. De acordo com Gans(1996), este “englobava a língua, a cultura, o *geist* (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo o que estava relacionado a ela, mas

verdadeiro “espírito alemão”<sup>10</sup>. Assim, seu uso era obrigatório nas situações cotidianas. Fora do horário das aulas era exigido que as internas falassem só o alemão, valorizando o caráter afetivo, espiritual da língua.

Diferenças entre o *Hochdeutsch*,<sup>11</sup> ministrado na escola, e os diferentes dialetos, falados pelos colonos, servem de outro argumento para demonstrar que a língua alemã, enquanto componente da identidade étnica, também apresentava divisões que expressavam a hierarquia social existente na sociedade teuto-sul-riograndense.

No contexto da sociedade teuto-sul-riograndense, as escolas eram fundamentais para difusão, ainda que restrita, desta linguagem, o *Hochdeutsch*. Mesmo nas escolas rurais, onde a maioria dos alunos falava o dialeto, a alfabetização era realizada na língua padrão alemã. Porém, como para a maior parte da população teuta da zona rural, o período escolar era reduzido, o uso dessa forma lingüística restringia-se, quase que exclusivamente e mesmo assim de forma limitada, à escrita.

Como as escolas que ultrapassavam o nível básico pressupunham um tempo maior de dedicação ao conhecimento do idioma, um período mais prolongado de exposição a esta linguagem, o seu aprendizado na *Evangelisches Stift* adquiriu, também, um sentido de distinção social, na medida em que o uso efetivo da língua “padrão”, diferenciava suas alunas daqueles que não dominavam tal linguagem. Em relação a este aspecto, a escola promovia um extensivo controle, não recomendando o contato das alunas com os empregados da escola, que falavam, na sua maioria, o dialeto ou uma linguagem híbrida entre o português e o alemão.

---

como nação e não como Estado.”Este conceito se liga a idéia de que a nacionalidade é herdada, produto de um desenvolvimento físico, espiritual e moral: um alemão era sempre alemão, ainda que tivesse nascido em outro país”. (p.74).

<sup>10</sup> O “Espírito Alemão” sintetiza tudo que essencialmente alemão em termos culturais, envolvendo a filosofia, a arte, a religião, a língua, a ciência, etc.

<sup>11</sup> Termo utilizado para definir o alto alemão, ou alemão gramatical.

Nesse sentido, a Sra. Clere Engel Ruhl, ex-aluna, em entrevista nos confidenciou que “eles” não gostavam que as alunas conversassem com as serventes<sup>12</sup>.

A fim de complementar nossa argumentação nesse sentido, citamos um trecho de um manual de boas maneiras, publicado em alemão, datado de 1897, mas que circulou na *Evangeliches Stift* no período estudado: “Não deve-se acostumar com dialetos. Com os criados não se deve falar de uma forma mais simples e sim mostrar uma boa linguagem. Uma forma concisa de se expressar é o caminho que a linguagem está tomando”(KALLMANN, 1897,p. 43).

O aprendizado da língua alemã na *Evangeliches Stift* adquiriu, dessa forma, também um sentido de distinção, na medida em que o uso efetivo da língua padrão por suas alunas as diferenciava daqueles, cujo aprendizado, limitava-se à linguagem escrita e, muitas vezes, somente a alfabetização.

Também as disciplinas de Trabalhos Manuais, Música, Línguas e Conhecimentos Gerais, todas com ampla carga horária, demonstraram ter sido, a Evagelisches Stift, uma Instituição onde vigorou o modelo de educação feminina tipicamente burguês, vigente no país naquele período. Trabalhos Manuais era a disciplina de maior carga horária do currículo entre os anos de 1897 a 1920, com 12 a 17 horas semanais, quando ensinavam-se ‘(...) todas as sortes de trabalhos singelos e artificiais feitos à agulha, tais são: crochet, frivolité, crivo, renda irlandesa, costuras, bordados a ouro, a seda em branco, em étamine, em filó e pontos de malha”.<sup>13</sup>

As aulas incluíam conteúdos como a organização da casa, cozinha, pintura em tela e jardinagem. Esta última mereceu sempre um destaque especial, refletindo o valor que lhe fora atribuído pela burguesia européia do século XIX, onde o jardim se tornou um elemento fundamental da vida burguesa. Também os trabalhos de

---

<sup>12</sup> Entrevista com a Sra. Clere Engel Ruhl, em 10 de março de 1997, em Porto Alegre/RS.

<sup>13</sup> Prospecto do Evangelisches Stift. Novo Hamburgo: (s.n), 1904. (IENH).

pintura em tela refletiam um modo de vida essencialmente burguês, marcado por atividades que podiam ser definidas como passatempos, no sentido literal do termo, ou seja, maneiras de ocupar o tempo livre. RENAUX (1995) diz que quase todas as famílias burguesas tinham mostras do talento artístico de suas filhas na parede de sua casa.

Fruto da condenação do ócio pela burguesia, uma boa dona de casa deveria manter-se sempre ocupada. Os trabalhos manuais, nesse sentido, constituíam-se na melhor maneira de ocupar as horas nas quais não mais precisaria realizar o trabalho doméstico. Este, agora, deveria ser executado por uma empregada. “(...) onde não tinha mais nada para fazer a mulher pegava o bordado. Pois, uma mulher caprichosa, nunca se entrega ao ócio” (RENAUX, 1995, p.163).

Da mesma forma, o ensino de línguas estrangeiras, música, desenho e conhecimentos gerais; disciplinas que compunham o currículo do *Evangelisches Stift*, caracterizavam a educação da moça burguesa. Tais habilidades, diferentemente daquelas domésticas, remetem, também, à maior sociabilidade dessa mulher, e um importante capital para realização de um bom casamento.

O desenvolvimento econômico da zona colonial alemã trouxe um incremento da vida social e cultural praticada principalmente nos clubes, onde os sócios reuniam-se para dançar, assistir uma peça de teatro, praticar esportes. A frequência a esses lugares requeria um tipo de comportamento adequado, principalmente das mulheres. Nos encontros, um mínimo de conhecimentos tornava-se necessário para desenvolver uma conversa e, talvez, impressionar um futuro pretendente. O gênero feminino tornara-se, desse modo, representante do status da família, da mesma forma que na Europa do século XIX, onde, excluídas de qualquer participação nos negócios e na vida pública, elas “(...) reinavam no privado pelo sistema da etiqueta, das regras da “sociedade” e da “temporada” (...). Dirigiam a “sociedade” e eram suas guardiãs” (HALL, 1994, p.85). A formação das moças no *Evangelisches Stift* não se deu somente através dos conteúdos curriculares. Em regime de internato, a escola mantinha as meninas

sob vigilância constante, exigindo o máximo de ordem e disciplina, com o intuito de moldá-las para o adequado cumprimento de seu papel social. Os movimentos das alunas eram controlados a partir da total ocupação do espaço e do tempo. As horas do dia eram cuidadosamente planejadas, inclusive as destinadas ao lazer. Da mesma forma, os espaços da escola eram ocupados de acordo com o regulamento (ver anexo abaixo). Esta estratégia, segundo FOUCAULT (1987) satisfaz não só a necessidade de vigiar, mas também de criar um espaço útil.

#### Regimento Interno

As pensionistas levantam às 5:30 horas da manhã, depois de terem rezado. Vestem-se silenciosamente, sem rir nem conversar. Fazem sua toailete na sala de banho. As 6:00 horas a toailete deve estar concluída. As meninas dirigem-se então para baixo ao salão de estudos, onde em silêncio e diligentemente ocupam-se com seus temas e estudos.

Às 7:00 horas toca a sineta para o café. As alunas atenderão imediatamente o sinal. As cadeiras serão postas sem ruído no lugar de cada uma, e os livros são colocados para o lado. Após o café será feita uma curta meditação coletiva. Às 8:00 horas toca o sino para reunião nas salas de aula, e 5 minutos após toca novamente para o início do ensino. Durante a aula bem como nos intervalos espera-se das alunas um comportamento exemplar. Às 12:00 horas haverá o almoço. Durante o mesmo não se conversa, e levanta-se só com autorização.

Às 14:00 horas começam as aulas de trabalhos manuais, que se estendem até o anoitecer. Algumas vezes, na semana, podem ocorrer aulas das 5:00 às 6:00.

Depois da janta as alunas fazem suas tarefas escolares. Às 9:00 todas vão para cama.

A música e aulas facultativas tem lugar durante o espaço de trabalhos manuais.

Espera-se das alunas que se esforcem o máximo para manter a ordem, não só no dormitório como em qualquer outra sala onde nada deve ser depositado. Aparas de papel, casca de frutas, etc., não devem ser jogadas no chão ou no telhado. No corredor e nas escadas ninguém deve ficar parado. No dormitório não se irá durante o dia sem permissão. Sem autorização da diretora nenhuma aluna pode sair, como também não se darão nem receberão recados ou encomendas. As meio-pensionistas não assumirão encargos de qualquer tipo de pensionistas.

As pensionistas só se presentearão entre si com autorização dos responsáveis.

Toda correspondência recebida e enviada será trazida à leitura das professoras. A professora fechará o envelope das cartas remetidas.

As educandas, enquanto no instituto, não praticarão jogos abertos ou de

bola.

Durante o inverno serão usados vestidos quentes e escuros. As pensionistas podem receber visitas em dias determinados e com autorização dos responsáveis.

Alunas enfermas podem ser visitadas somente com autorização da responsável.

Fonte: Jahresbericht des Evangelisches Stifts – Töchterpensionat – zu Hamburger-Berg. São Leopoldo: Editora Rotermond, 1897.

Paralelo ao exercício da disciplina, funcionava um conjunto de penalidades que atingia toda a vida escolar. No relatório anual da escola de 1915, no item *Hausordnung* (ordem da casa), podemos ler:

Objetos encontrados são devolvidos por 5 vinténs cobrados pela desordem. (...) Por manchas na toalha de mesa são pagos 100 réis. Cada aluna deve cuidar de maneira especial a ordem, a limpeza e o comportamento cortês. Desobediência e comportamento descortês podem ter como consequência a demissão da Stift (...).<sup>14</sup>

Esta disciplina rígida não apenas era aceita pelos pais das alunas como fazia parte das suas aspirações em relação a escola. Filhas habilidosas e dóceis, submissas aos pais e maridos, mas com uma certa cultura, eram um orgulho para a família e, muitas vezes, a garantia de um bom casamento. Em publicação do jornal *Sontagsblatt*, o presidente do Sínodo Wilhelm Rotermond observava: “Muitos pais se admiram que a sua moleca ou a sua cabeçudinha, na Stift ficou tão bem comportada. Isso não implica em grandes crises, é o espírito da alegria e da disciplina que tiram a oposição. Eles se sentem bem com isto.”<sup>15</sup>

Publicações deste teor construíam a imagem da escola perante a sociedade. A aparição pública das alunas nos passeios feitos quatro vezes por semana e as idas ao culto, contribuíam para esta construção. Dispostas rigorosamente em fila, todas igualmente

---

<sup>14</sup> Jahres-Berich des Evangelisches Stifts (Töchter-penssionat) zu Hamburger Berg. Weihnacht, 1915. [IENH]. Tradução Livre.

<sup>15</sup> Recorte do jornal *Sontagsblatt*. Matéria assinada por W. Rotermond (s.d). Através dos dados presentes no artigo, supõe-se que seja 1915. Evangelisches Zentralarchiv in Berlin. Ev. Gesellschaft für die prot. Deutschen in Amerika. Band. 66 Fiche:87. Tradução Livre.

vestidas (roupas e sapatos brancos contrastavam com as ruas sem calçamento e empoeiradas) e, sob o olhar vigilante da professora, tornavam-se o próprio símbolo da ordem e disciplina.

As práticas disciplinares objetivavam, ainda, a formação moral das alunas nos moldes burgueses, em especial aqueles ligados a sexualidade, manifesto nos “cuidados com o corpo”. Esses cuidados figuravam nos objetivos da escola, descritos no prospecto de 1904: “O Pensionato de Moças *Evangelisches Stift*” em Hamburger Berg tem por objetivo (...) garantir-lhes um cuidado responsável nas horas livres e garantir-lhes um culto sadio do corpo”<sup>16</sup>.

Este cuidado é descrito por FOUCAULT (1988, p.119) como uma das formas primordiais de consciência de classe da burguesia européia no decorrer do século XVIII. “(...) ela converteu o sangue azul dos nobres em um organismo são e uma sexualidade sadia”. Para o autor, a sexualidade é “originária e historicamente burguesa” (1988,p.120).

Esta preocupação com o corpo e uma sexualidade sadia resultaram num processo crescente de higienização da sociedade ocidental, que visava, em última análise, a produção de um corpo social sadio e disciplinado. Os colégios, especialmente os internatos, tiveram um importante papel na transmissão destes ideais. Uma das formas de disciplinamento era através de aulas de ginástica, cuja finalidade foi destacada, em 1909, pela diretora da escola, na seguinte passagem: “Uma das professoras que será enviada de lá (Alemanha), deverá ter um curso de ginástica. Exercícios esportivos e ginástica no clima deste país permitem movimentos eficientes e necessários”.<sup>17</sup> A aparência de um corpo higiênico e saudável era reforçado pelo cuidado com o vestuário, impecavelmente limpo e bem cuidado. A extensa lista do enxoval das internas nos dá mostras

---

<sup>16</sup> Prospecto do Evangelisches Stift. Novo Hamburgo: (s.n), 1904. [IENH].

<sup>17</sup> Correspondência da diretora da Evangelisches Stift. Evangelisches Zentralarchiv in Berlin. Ev. Gesellschaft für die prot. Deutschen in Amerika. 1909. Band. 66. Fiche:85. Tradução Livre.

da atenção dada pela escola a este aspecto, principalmente em relação as peças íntimas, exigidas em grande quantidade.

A higiene, como forma de regulação da sexualidade das alunas estava presente, também, na arquitetura do prédio e na distribuição dos espaços. Os dormitórios conjuntos facilitavam a vigilância individual, estando a aluna sempre sob a mira de algum olhar que controlava, dessa forma, a sexualidade das meninas. Estando sozinhas elas poderiam “cair em tentação” e dedicarem-se a práticas sexuais ilícitas e consideradas prejudiciais a saúde da futura mãe”. Sobre esta questão COSTA (1983) escreve que a masturbação era considerada um perigo para saúde física, moral e intelectual dos jovens e a organização dos colégios deveria preveni-la e combatê-la: “ Não se deveria permitir que dormissem sós em quartos separados. A noite, os dormitórios deveriam conservar acesa uma ‘lâmpada’ para intimidá-los”. (COSTA, 1983, p.188/189).

### **Considerações finais**

Estes corpos higiênicos, bem vestidos e calçados (para os teuto-brasileiros da zona rural, o sapato era um artigo de luxo, reservado para situações especiais como a ida a missa/culto ou a visita a cidade.) diferenciavam-se daqueles das “colonas”, cujo trabalho duro na roça, no estábulo, na cozinha e mais tarde na fábrica, eram incompatíveis com esta imagem imaculada. Da mesma forma, os movimentos uniformes desenvolvidos nas aulas de ginástica, de pouco serviram para a realização das tarefas diárias de uma colona, como as descritas acima pela Sra. Luiza.

Podemos dizer, portanto, que um currículo específico aliado a práticas disciplinares destinavam-se, na *Stift*, à construção do modelo de mulher idealizado pela burguesia no qual os adjetivos prendada, habilidosa, dócil e submissa eram fundamentais. Estes atributos, porém distanciavam-se daqueles necessários ao trabalho realizado pela maioria das mulheres que viveram no mesmo espaço temporal e espacial e que pertenciam ao mesmo grupo étnico.

Enquanto nas camadas mais baixas da população da área de imigração alemã, as mulheres continuaram a ter grande importância



econômica, como aquelas pioneiras descritas por Roche (1969), nas camadas mais altas, elas perderam esta função, tornando-se responsáveis, muito mais pelo status da família, ou seja, pelo aparato simbólico que lhes conferia identidade de classe. Nesse sentido, este grupo incorporou os valores da burguesia européia do século XIX, assumindo, sobretudo o ideário positivista, no que diz respeito ao papel atribuído as mulheres na sociedade. Acreditamos que não podemos estudar a história das mulheres na imigração alemã, mas sim histórias, no plural, que leve em consideração toda a complexidade social e cultural do grupo em questão. Assim o estereótipo de que as mulheres alemãs eram “trabalhadoras” e independentes deve ser relativizado, questionando sobre quais as mulheres alemãs se está referindo, as da “roça” ou as da sala de visitas?

## Referências

AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil: a revolta dos ‘Mucker’*. São Paulo: Símbolo, 1978.

BONOW, Imgart. G. *Onde o sabiá canta e a palmeira farfalha*. Porto Alegre: PUCRS, 1996. Dissertação (mestrado em Letras). Faculdade de Letras. Pontifícia Universidade Católica do RGS.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Nascimento da prisão. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 1*. 9ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1991,

GEVEHR, Daniel Luciano. *Pelos Caminhos de Jacobina: memórias e sentimentos (res)significados*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, UNISINOS. São Leopoldo, 2007.

HALL, Catherine. Swett home. In.: PERROT, M. (org.). *A História da vida privada*. São Paulo: Cia das Letras, 1994. Vol.4.

KALLMANN, Emma. *Der Gute Ton Handbuch de feinen lebensart und guten sitte*. Berlin SW 12: Hugo Steinitz Derlag, 1897.

LOURO, Guacira L. *Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

MAGALHÃES, Marionilde D. B. *Alemanha, mãe-pátria distante: Utopia pan-germanista no sul do Brasil*. Campinas, 1993. Tese (Doutorado). Universidade de Campinas.

MONTE DOMEQ. *O Rio Grande do Sul Colonial*. Barcelona: Ed. Thomas, 1918.

RENAUX, Maria Luiza. *O papel da mulher no vale do Itajaí: 1850-1950*. Blumenau: FURB, 1995.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SEYFERTH, Giralda. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira. In.: CARVALHO, M. R. G. (org.). *Identidade étnica, mobilização política e cidadania*. Salvador: UFBA/Empresa Gráfica da Bahia, 1989.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1980.

# **VOZES E SILÊNCIOS: MEMÓRIA, IDENTIDADE, RELIGIOSIDADE E REPRESENTAÇÃO DA MULHER “COLONA” DO VALE PARANHANA**

Ana Paula Moutinho Ferraz<sup>1</sup>

*Resumo:* Nas últimas décadas, muito se tem revisto e estudado sobre a história das mulheres, sobre sua contribuição e sua percepção da realidade, a partir da sociedade em que se encontra. Todavia, apesar de inúmeros estudos específicos sobre a mulher alemã do século XIX, pouco se sabe ou se analisa a respeito da mulher descendente alemã, da mulher da atualidade, calcada nos saberes trazidos de seus antepassados. O artigo a seguir procura lançar o desafio de rememorar e trazer a tona o cotidiano destas mulheres que é de grande valia para os estudos históricos atuais, não só pelo fato de serem descendentes de uma etnia que contribuiu de maneira importante para desenvolvimento da região sul, mas também por revelarem informações importantes sobre como as mulheres participaram do processo de apropriação e cultivo no meio rural entre os séculos XX e XXI e a preservação da cultura e dos costumes herdados dos primeiros imigrantes. Tem como referencial a discussão sobre as representações produzidas e difundidas pelas mulheres inseridas no contexto rural do Vale do Paranhana.

*Palavras-chave:* Imigração, Mulheres, Contemporaneidade.

---

## **Considerações Iniciais**

A imigração foi um fator importante para a formação da região centro-sul do Brasil. No século XIX, com o incentivo aos primeiros imigrantes, que, na Europa, estavam passando por uma situação extremamente difícil no âmbito político e econômico, algumas etnias se arriscaram a cruzar o oceano e se instalar em definitivo em uma terra desconhecida.

---

<sup>1</sup> Licenciada em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Especialista em Educação Inclusiva pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Mestranda do curso de pós-graduação em Teologia da EST, na área de concentração de Teologia e História. Bolsista Capes. E-mail: anamferraz@gmail.com.

Se de um lado as famílias necessitavam de uma nova esperança para poder recomeçar, de outro o governo brasileiro também tinha urgência na vinda de mão de obra para trabalhar nas lavouras de café, já que, desde 1808, o tráfico de escravos tinha sido proibido pela Inglaterra. Outro motivo que levou o governo brasileiro a investir nesses imigrantes, principalmente voltando-os para as áreas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, foi a necessidade de controlar os limites e fronteiras e de povoar essa região, ainda inabitada por homens brancos, pois os índios eram os donos da parte meridional do Brasil.

E é exatamente nesse contexto de imigração, em que essa transferência era realizada em conjunto, muito diferente dos primeiros colonizadores espanhóis e portugueses, que encontramos, muitas vezes de maneira sutil, tênue e superficial, a participação feminina. Dentro dessas famílias<sup>2</sup>, exercendo papel importantíssimo, mas nem sempre lembrado e reconhecido, estavam as mulheres, mães, filhas, esposas e avós, que construíram parte da história da imigração alemã que hoje conhecemos.

Entretanto, mesmo sendo parte essencial do processo de formação da sociedade sulina, ela não é vista como parte do processo, mas, sim, como um adereço, uma figura que nada mais faz do que cumprir o seu “papel de mulher”. Porém, cada gesto, cada atitude, deixa latente, mesmo que de maneira subjetiva, seu verdadeiro objetivo: ser mais do que dona-de-casa, ser a dona da casa.

A mulher colona sulina, devido às necessidades, auxiliava no sustento da família. Na medida em que ia adentrando terras

---

<sup>2</sup> Aqui se referindo às famílias constituídas por pai, mãe e filhos. Porém, como estavam estabelecidas em diversos lugares e, muitas vezes, com laços de parentesco extremamente difíceis devido à acessibilidade, conforme Witt, “O trabalho, a cultura e o desenvolvimento trazido e proporcionado pelos imigrantes podem ser facilmente encontrados nos autores considerados clássicos. Porém, no que tange às relações familiares – inclusive as de amizade –, tornam-se mais escassas as referências a esse tipo de vínculo entre os imigrantes e seus descendentes, e entre estes e os seus vizinhos nacionais” (WITT, p. 2).

desconhecidas, derrubava a mata, arando e cultivando a terra concomitantemente à tarefa de ser mãe e esposa. Isso deu a essa mulher imigrante uma pequena liberdade em comparação às demais mulheres da época que habitavam outras regiões do Brasil<sup>3</sup>.

E é essa mulher, ou melhor, a descendente dessa mulher, que aprendeu com seus antepassados conceitos de religião, ética e moral que auxilia, ainda hoje, na formação da sociedade. Com base em relatos das próprias mulheres, é possível analisar a importância dela no contexto social e a visão da própria mulher sobre ela mesma. Além disso, há uma necessidade latente no que tange aos estudos sobre as mulheres, de ultrapassar a barreira do século XIX sobre os estudos de imigração e aprofundar os estudos sobre a influência da imigração na atualidade.

### **Imagens e representações: a idealização da mulher do século XIX**

Durante todo o século XIX, houve um movimento, proveniente da Europa, o qual se espalhou aos poucos pelo mundo todo, que foi a normatização e idealização da figura feminina. É certo que a mulher, de modo geral, sempre sofreu com as normas e regras de uma sociedade extremamente patriarcal, mas, no século XIX, isso ficou ainda mais evidente: se antes a participação feminina ocorria no mercado de trabalho, a partir desse século, o mais recomendado era a atuação da mulher exclusivamente no âmbito doméstico.

Entretanto, em pleno século XIX, em que as efervescências das áreas das Ciências começam a modificar os hábitos da sociedade moderna, a figura feminina ainda estava estreitamente ligada ao homem. Submissa e controlada pelas ordens da Igreja, a mulher via-

---

<sup>3</sup> A mulher colona não trabalhava para si; suas produções domésticas, que ultrapassavam as fronteiras de seus lares, estiveram sempre voltadas para o seio familiar e a sua comunidade envolta. Portadora de uma essência inconfundível, a mulher rural do sul do Brasil foi elemento fundamental na formação da imagem do sul brasileiro (RIECHEL, 2008, p. 721).

se sem perspectiva de futuro, a não ser, é claro, ser a mãe zelosa e a esposa honrada, figura que, cada vez mais, passa a ser enaltecida dessa forma.

Seguindo os moldes de generalização e controle da figura feminina na sociedade moderna do século XIX, muitas vezes sua contribuição no trabalho laboral junto ao cônjuge não recebeu o valor merecido. Até por que

A manutenção dos hábitos e dos costumes alemães dependia das mulheres, as quais, através da “prendas domésticas” ofereciam um conforto difícil de ser mantido sem a figura feminina. Apesar disso, o que se observa é que somente os homens são responsáveis pelo desenvolvimento da região. A própria representação da imagem das mulheres de origem alemã como “trabalhadeira”, diferentemente “trabalhadores”, contribui para a invisibilidade da contribuição feminina. (DEL PRIORE, 2004, p. 289)

Essa invisibilidade é evidente quando analisamos estudos realizados sobre a imigração alemã no sul do país, que, durante muito tempo, ficou restrita ao papel do homem imigrante na sociedade, e não da mulher. Isso, quando da chegada das primeiras imigrantes alemãs, já era algo que estava arraigado na cultura do Brasil, país que durante muito tempo foi colônia e que, por isso mesmo, sofreu forte influência da Igreja na sua formação.

As mulheres, habitantes de um Brasil que ainda estava em formação, sofreram as influências dominadoras e sufocantes exercidas por vários órgãos da sociedade. E é por esse motivo que o ensino para mulheres passou a ser algo aceitável e até necessário, porém com muita cautela. Para elas, durante “as últimas décadas do século XIX apontam, pois, para a necessidade de educação para a mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens.” (DEL PRIORE, 2004, p. 447).

As mulheres colonas alemãs do final do século XIX e início do século XX passaram por uma nova adaptação. Como já tinham adquirido certa estabilidade econômica, nesse momento as mulheres dessa descendência deveriam adequar-se devidamente ao contexto, ou seja, precisavam deixar de ser mulheres economicamente ativas

para passarem a ser mulheres submissas, dedicadas ao marido e aos filhos, principalmente as mulheres pertencentes às classes mais abastadas. Dessa forma:

Através das cartas e da literatura que tematizam a época e a região é possível afirmar o que se esperava de uma “moça alemã”. Ela deveria saber se fazer respeitar; ser asseada, ser boa mãe e boa filha; ter uma sexualidade restrita ao casamento; ser solidária com vizinhos e parentes, além de econômica e comedida. (DEL PRIORE, 2004, p. 289).

O fato de ser mulher, vivendo no século XIX, já era um motivo para viver sempre tentando provar sua capacidade e resistência diante do Estado e da Igreja. Todavia, não era nada fácil ser do sexo feminino nesses tempos. Como revela Perrot:

ser mulher nunca é fácil, sobretudo naquele século 19 que, em sua racionalidade triunfante, provavelmente levou a seu paroxismo a divisão sexual dos papéis e dos espaços, definindo o “lugar das mulheres” com um rigor apoiado no discurso científico. (PERROT, 2005, p. 78).

Contudo, ao final do século XIX e início do século XX, com a cobrança cada vez maior dessa figura feminina perfeita, a mulher colona alemã foi, cada vez mais, enquadrando-se nos padrões que sociedade esperava dela, principalmente no que se referia ao trabalho.

Mesmo assim, como afirma Michelle Perrot, 2005:

a história do trabalho feminino é inseparável da história da família, das relações entre os sexos e de seus papéis sociais. A família, mais do que o trabalho que ela condiciona, é a verdadeira ancoragem da existência das mulheres e de suas lutas, o freio ou o motor de sua mudança. O trabalho, por si só, não pode libertá-las, ainda que possa contribuir para isto. (PERROT, 2005, p. 244).

Ou seja, mulher e família estão intrinsecamente e eternamente ligadas. Isso se torna claro quando observamos que no “mundo ocidental do século XIX, o destino da mulher era gerar e criar filhos. Conforme a opinião prevalecente, as qualidades que lhe tornavam inferior ao homem era exatamente as mesmas que a

habilitavam a ser mulher.” (BARMAN, 2005). Mais do que ser mulher, em primeiro lugar era preciso ser mãe. O que levava, acima de tudo, à negação dela mesma como pessoa, como ser humano, como parte da sociedade.

Sua real função é de ser o “esteio da família”, repassando seus conhecimentos e concepções para seus rebentos, nutrindo seus costumes. Esse foi um papel fundamental da mulher imigrante no sul do Brasil, pois a “memória das mulheres é verbo. Ela está ligada à oralidade das sociedades tradicionais que lhe confiam a missão de contadora da comunidade da aldeia” (PERROT, 2005, p. 40). Assim ocorria na Europa, assim continuava ocorrendo no Brasil.

Mesmo tendo tanta relevância no que se refere à construção dessa nova sociedade que estava se formando na América, a mulher muitas vezes se calava. E foi exatamente nesse contexto de idealização da mulher, ocorrida entre os séculos XIX e XX, que houve uma perda, um vácuo, no que tange a história das mulheres. Era proibido expressar-se; à mulher correta cabia o silêncio. Como enfatiza Michelle Perrot, 2005, “Por pudor, mas também por autodesvalorização, elas interiorizavam, de certa forma, o silêncio que as envolvia.” (PERROT, 2005, p. 13).

Este pudor fez com que, muitas vezes, as memórias destas mulheres caíssem no esquecimento. E é, neste contexto, que o recordar histórias como essas, através de entrevistas, traz à tona diversas informações pertinentes ao estudo da história da mulher colona alemã na atualidade.

### **Memórias subterrâneas e oficiais: o remontar da história através da oralidade**

O método da história oral, implementado pelos historiadores da *Escola dos Annales*, que foi difundido vastamente a partir do século XX, é muito revelador<sup>4</sup>, principalmente quando se trata da

---

<sup>4</sup> Pois trata-se de uma concepção histórica que permite ao historiador “É a experiência do indivíduo com o passado que precisa ser compreendida, o que



história das mulheres. Mesmo porque, trata-se de uma parte da história pouco explorada, e, por esse motivo, é necessário trazê-la à superfície. Desse modo, “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas, que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”.<sup>5</sup> Mesmo porque é interessante salientarmos o quanto a figura masculina imigrante foi supervalorizada em detrimento da figura feminina, mesmo que esta última tenha a mesma importância que a primeira.<sup>6</sup>

Através da palavra dessas mulheres, poderemos analisar como vivem, pensam e agem as mulheres imigrantes do século XXI, não só levando em consideração a história local, mas também toda uma gama de outros aspectos que constituem a história das mulheres<sup>7</sup>. É necessário frisar que:

ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são mais que uma categoria biológica: elas existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder. (TILLY, 1994, p. 31).

---

implica termos em conta o trabalho da memória na formação das identidades pessoais e sociais” (HARRES, 2004, p. 144).

<sup>5</sup> POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989, p.4.

<sup>6</sup> A história da imigração alemã, em geral, deu mostras disso, quando preservou a memória do *colono pioneiro* e não da colona, igualmente pioneira, no desenvolvimento da colônia rural e, por extensão, das áreas urbanas nas suas proximidades (DREHER, 2008, p. 737).

<sup>7</sup> “A experiência passa a ser valorizada. Não por serem essas pessoas “testemunhas” de um passado, e por se acreditar ser possível “resgatá-lo” por meio das narrativas registradas. Mas, sim, porque essas pessoas podem, ao falar de suas experiências, contar uma versão do passado e repensar uma vida a partir das inquietações e tensões do presente”(RIBEIRO, 2002, p. 3)

Nesse aspecto, quando nos referimos especialmente à história das mulheres, é importante ressaltar:

“Por sua falta de respeito, sua ironia, sua espontaneidade, a palavra das mulheres é cheia de subversões. (...) é também pelas mulheres-mulheres crepusculares-, que se transmite, e geralmente de mãe para filha, a longa cadeia de histórias de ou dos vilarejos.” (PERROT, 2005, p. 217).

Porém, cada vez mais essa retomada tem sido feita, e muito tem contribuído à história das mulheres, não somente para rememorar sua história em particular, mas também para um novo olhar à história oficial, pois “a contribuição particular da história das mulheres foi a de reorientar o interesse pelas pessoas comuns do passado- motor da história social- na direção das mulheres e das suas relações sociais econômicas e política.” (TILLY, 1994, p. 35).

Trabalhar com a memória<sup>8</sup>, ressaltando sua importância, é fundamental para comprovar o quanto as mulheres camponesas do século XXI têm seu valor e seu destaque. Isso só é possível através da fala, do contar e recontar de suas histórias. Assim:

a recuperação desta memória é uma questão fundamental na escrita da história das mulheres, seja porque elas ainda permanecem como um grupo o qual a história, durante muito tempo negou-se a investigar, ou reservou-lhe um lugar sem qualidade, seja porque compõem um grupo social que, embora constituía a outra metade da humanidade, continua a sofrer diversas formas de opressão e de exclusão. (SOUSA, 1996, p. 62).

Construir o presente para vislumbrar o futuro, tendo como base um passado ainda tão pouco explorado, essa é a proposta<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Conceito de memória coletiva, que ultrapassa os interesses individuais. Memória esta com valor histórico, segundo Le Goff “Transmissão de conhecimentos considerados como segretos, vontade de manter em boa forma uma memória mais criadora que repetitiva; não estarão aqui duas das principais razões da vitalidade da memória coletiva nas sociedades sem escrita? ( Le Goff, 1990, p. 431).

<sup>9</sup> Da importância da coleta de dados e a utilização destas em uma pesquisa “Nesse sentido, trabalhar com histórias de vida possibilita examinar a significação assumida pelo passado em termos individuais, mas tendo em conta a inserção e

Também valorizar e (re)significar a importância dessas histórias particulares para a história da imigração alemã na atualidade, tendo como referência as experiências de mulheres colonas do século XXI<sup>10</sup>. Mulheres, sim, mulheres, seres atuantes, mesmo que isso lhes pareça algo estranho que, como afirma Michelle Perrot, 2005:

As mulheres não são nem passivas submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por mais reais que sejam, não bastam para conter a sua história. Elas estão presentes aqui e acolá. Elas são diferentes. Afirmam-se por outras palavras, por outros gestos.

### **Considerações Finais**

Analizamos de que maneira a figura feminina, principalmente a idealizada durante o século XIX e construída a partir da concepção científica e religiosa da época, foi sendo moldada no decorrer desse século. Nela, não coube à mulher escolher o que e como fazer, mas, sim, coube a ela obedecer e calar-se, pois era isso mesmo que a sociedade esperava dela. De modo específico, enfatiza-se a figura da mulher colona do século XIX, que chega a terras americanas e, além de adaptar-se ao novo modo de vida em um lugar estranho, precisa se adequar as preceitos exigidos à mulher do seu tempo.

Além disso, observa-se o quanto, na atualidade, a história da mulher, de modo geral, vem sendo tratada de maneira secundária. Principalmente quando nos referimos à mulher colona alemã, a bibliografia disponível é extremamente superficial, pois a ênfase dada ao imigrante do sexo masculino sobrepõe-se ao todo do contexto histórico.

---

interação social em diferentes momentos da vida do depoente. ( HARRES, 2004, p. 152).

<sup>10</sup> Conseguindo coletar os dados necessários, é importante o olhar crítico do pesquisador, como afirma Ribeiro: “O autor/mediador se faz presente em todos os momentos da pesquisa, iniciando na organização do projeto, passando pela realização e transcrição das entrevistas, finalizando com uma interpretação do material produzido. (RIBEIRO, 2002, p. 3).

Percorrendo diversas referências sobre a importância da história oral no resgate e na valorização da história dos esquecidos, nota-se a relevância de um estudo mais aprofundado sobre a construção da identidade e das representações da mulher descendentes de imigrantes alemães na atualidade, tendo em vista que muito ainda precisa ser feito. Conclui-se, portanto, que há uma grande necessidade de rememorar as histórias dessas mulheres a partir delas mesmas, em que seja feita a escuta dessas histórias de antigamente e de como estão suas vidas hoje, para que assim se possa entender melhor como essas mulheres contribuíram para a construção da sociedade de hoje.

## Referências

BARMAN, Roderick. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*, São Paulo: Editora UNESP, 2005.

DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*, 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DHEHER, Sheila dos Santos, RIECHEL, Daiana. In: Imigração e relações interétnicas\ organizadores: Martin Norberto Dreher, Jaqueline Anschau Kunz, Miquéias Henrique Mügge- São Leopoldo: Oikos, 2008.

HARRES, Marluza Marques. *Aproximações entre história de vida e autobiografia: os desafios da memória*. Revista História Unisinos, v. 8, nº 10, pp. 143-156. Jul-Dez ,2004.

HEREDIA, Beatriz; GARCIA, Marie France; GARCIA JR, Afrânio. *O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas*”. In AGUIAR, Neuma (coord.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1984.

LE GOFF, Jacques, 1924 . *História e memória* / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão

\_\_\_\_\_. [et al.]. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

PERROT, Michelle, *As mulheres ou os silêncios da história*, Bauru. São Paulo: EDUSC, 2005.

POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989

RIBEIRO, Suzana Lopez Salgado. *Visões e Perspectivas: documento em História Oral*. Oralidades: Revista de História Oral, 2007. Disponível em: [followscience.com](http://followscience.com).

SEYFERTH, Giralda. *Identidade étnica, assimilação e cidadania: A imigração alemã e o Estado brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.7, nº18, pp.79-95.

SOUSA, Cyntia Pereira de [et all]. *Memória e autobiografia: formação de mulheres e formação de professoras*. Revista Brasileira de Educação. Mai\Jun\Jul\Ago. 1996. Nº2.

TILLY, Louise A. *Gênero, história das mulheres e história social*. Cadernos Pagu(3), 1994.

WITT, Marco Antônio. *A união perfeita: estratégias familiares e inserção política (Rio Grande do Sul – século XIX)*. IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História. Seção Rio Grande do Sul – ANPUH-RS, 2008. Disponível em: [www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/simposio/public](http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/simposio/public).

# **“DECLARO FIXAR RESIDÊNCIA NESTE IMPÉRIO, ADOTANDO-O POR PÁTRIA E RESPEITANDO A CONSTITUIÇÃO”: A CHEGADA DE FAMÍLIAS DE IMIGRANTES NA EX-COLÔNIA DONA ISABEL NOS PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO (1877 – 1879)**

Natani Mirele de Azeredo<sup>1</sup>

*Resumo:* Este texto tem como objetivo expor uma síntese da monografia de conclusão de curso em História apresentada a Universidade Vale do Rio dos Sinos, no ano de 2012, que aborda a chegada de três famílias de imigrantes – Biason, Biasus e Spiazzi – na ex-Colônia Dona Isabel, entre os anos de 1877 e 1879, através dos documentos que se encontram no Arquivo Histórico e Geográfico de Montenegro Maria Eunice Müller Kautzmann. Buscarei mostrar as principais questões pertinentes à imigração, a família, a vida na colônia e a Constituição que conduziu este processo, que culminou em um dos acontecimentos mais importantes para a formação da sociedade sul-rio-grandense.

*Palavras-chave:* Imigração italiana, Família, Constituição.

---

A Imigração em qualquer circunstância ou local sempre foi um processo muito doloroso e difícil. O imigrante sai de seu local de origem, deixando para trás seus familiares e amigos, para se inserir em um novo espaço e cultura. Este processo não foi diferente com relação à chegada das famílias Biason, Biasus e Spiazzi, na ex-Colônia Dona Isabel – então, distrito da cidade de Montenegro<sup>2</sup> – nos anos de 1877 e 1879.

Para a análise desenvolvida, alguns fatores foram levados em consideração. Destaco primeiramente a importância do estudo da família, que se tornou possível a partir da estruturação do Estado Moderno, dando início à criação de listagens nominativas de

---

<sup>1</sup> História/UNISINOS.

<sup>2</sup> Pertenceu a Montenegro até 10 de outubro de 1890, quando se emancipou, passando ao regime de município, com o nome de Bento Gonçalves.

diversos fins que passaram a ser utilizadas como fonte de pesquisa. Além disso, temos o desenvolvimento da demografia histórica a partir de 1960 na França, que utilizava registros de batismo, casamento, óbito entre outros (no nosso caso, as listagens de recenseamento) para a reconstituição da história familiar.

Na década de 1970, passamos também por uma profunda mudança na análise dos documentos históricos, onde se deu voz àqueles personagens que muitas vezes foram renegados ao esquecimento através da construção de uma visão multidisciplinar, que permitiu abordar velhos temas com novos olhares. Assim,

O que se vê, portanto, no campo da história na atualidade, é um reflexo de tudo isso, mas, sobretudo da mudança de enfoque do historiador e da forma de ‘olhar’ o documento histórico, criando novas vertentes de interpretação, mas que não deixaram de lado leituras fundantes do nosso pensamento intelectual e que ainda estão bastante presentes no debate historiográfico das últimas décadas. (SAMARA e TUPY, 2007, p. 50).

Outro fator que devemos levar em consideração com relação ao processo migratório são as mudanças vivenciadas na segunda metade do século XIX, tanto pela sociedade brasileira, que sofria com o esgotamento do modelo escravista de produção e as políticas de imigração que o governo desenvolvia; como pela sociedade europeia que fervilhava com as ideias iluministas difundidas pela Revolução Francesa, e por inúmeras revoluções liberais que levaram “a grande imigração”<sup>3</sup>.

Resumidamente, o governo brasileiro buscava povoar as terras devolutas, a fim de defender o território da invasão de outros povos, branquear a população através da miscigenação e fazer a substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra assalariada.

---

<sup>3</sup> É importante destacar que a postura adotada pelo governo italiano nem sempre foi à mesma, variando de acordo, a grosso modo, com as fazes que a Itália passou ao longo deste processo.

A Itália por seu turno enfrentou diversos problemas durante a sua Unificação<sup>4</sup>. Foi assolada pelo grande crescimento demográfico em função dos avanços da medicina e abalada política-socialmente pela introdução do capitalismo. Segundo Favaro, “O chamado ‘Renascimento italiano’ viu aumentar, gradativamente, a distância entre pobres e ricos, numa decadência geral da condição dos trabalhadores, tanto nas cidades como nas áreas rurais.” (2006, p. 301).

Assim,

Todos esses fatores, conjugados e combinados em dose diferentes, contribuíram para promover o deslocamento de vastos contingentes populacionais em busca de uma vida melhor. Foi justamente no período que medeia os anos 1870-1914 que a Europa viu milhões de indivíduos abandonarem seu território. (FAVARO, 2006, p. 39).

---

<sup>4</sup> Segundo Manfroi “Em 1815 a 1870 a Itália viveu um período de lutas constantes, de proclamações liberais, num clima de efervescência política que gerou graves e profundas divisões. Foi a época dessa grande movimento ideológico e político chamado – *Risorgimento* – que levou a península à unificação política e quis dar aos italianos o pleno exercício de suas liberdades. A Itália, que hoje conhecemos, só começou existir politicamente em 1870, com a tomada de Roma e a consequente perda de poder temporal do Papa. Antes disso, existia um conjunto de reinos, independentes um do outro e governados por monarcas do poder absoluto. O *Risorgimento* foi um movimento político, enquanto conclamava todos os povos da península a se libertar do poder dos príncipes para se unir numa grande nação. Foi também um movimento ideológico, enquanto proclamava e exigia, para todos os cidadãos, a plena liberdade, todas as liberdades. Os monarcas, em geral, e o Papa, em particular, se opuseram aos princípios liberais e condenaram todos os ideais do *Risorgimento*, como contrários à ordem estabelecida por Deus e aos princípios tradicionais da religião. Entre 1815 e 1870 a Itália viveu, pois, num conflito que opunha a ideologia liberal que reivindicava a liberdade para todo o direito de escolher os próprios representantes no poder, a unificação política no país – e os partidários da monarquia absoluta que defendiam a aliança do trono e do altar, a autoridade investida em Deus como fundamento da sociedade. Para os partidários do liberalismo e do parlamentarismo não houve outra alternativa senão a luta contra os príncipes e a Igreja a fim de conseguir a Unidade e um Regime liberal. A Península atravessou, então, uma difícil fase de sua história, marcada por revoluções e contrarrevoluções, conspirações e violentos combates como os de 1830-1831, 1848-1849. (...) Em 1861, foi proclamado o Reino Unido da Itália.” (1975, p. 143 – 145).



Estes imigrantes que decidiram migrar saíam de suas aldeias e se dirigiam aos portos de Gênova, no norte da península, ou Nápoles, ao sul. A maioria dos que chegaram ao Rio Grande do Sul entre 1875 a 1889 eram provenientes da Lombardia, do Vêneto e do Tirol, eos analisados na monografia, de Belluno e Verona. Estes imigrantes vendiam os poucos bens que possuíam e percorriam o percurso até os portos a pé. Muitos costumavam por não terem dinheiro viver na rua sob péssimas condições.

Mas a precariedade transcendia a chegada dos navios. Os imigrantes enfrentavam nestes, uma viagem que durava entre vinte e um e trinta dias, amontoados, em precárias condições de higiene, não sendo raros os casos de fome, desnutrição, furtos, envenenamento por comida estragada e morte por epidemias. Os que conseguiam sobreviver às condições dos transportes marítimos chegavam ao Brasil, desembarcando ou no porto de Santos, em São Paulo (os que seriam destinados às fazendas de café desta região) ou na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro.

#### Segundo Ugolotti, os imigrantes

vinham ao Brasil aos milhares e chegavam aqui numerosos e invasores, à semelhança de uma esquadra de conquista. Os pontos de pousos [assim como os portos] ficavam repletos desta pobre gente. São famílias numerosas com suas bagagens miseráveis; velhos, mães de família com seus filhos... Enfim, toda uma exposição abundante de carne humana, fatigada por uma longa viagem, confusa, sem quase saber de onde vem, onde está e para onde vai. (1897, apud. COSTA, 1986, p. 23).

Após permanecerem alguns dias nestes locais e serem medicados, eram encaminhados para os seus destinos. No caso apresentado, os imigrantes saíam da Ilha das Flores com destino a cidade de Rio Grande e depois seguiam para a capital, Porto Alegre; viagem esta que durava em torno de 10 a 12 dias, com escala em portos intermediários.

Ao chegarem ao seu destino, ficavam alojados na hospedaria para imigrantes, ou em ruas e praças próximas deste local, não muito diferente do que acontecia na Itália. Esta hospedaria também era marcada pelas péssimas condições de higiene frente à demanda de

imigrantes que recebia, sendo segundo Carvalho, um prédio “mal construído e de acanhadas proporções, sem as necessárias dependências para cozinha, depósito de bagagens e refeitório.” (1977, apud. DE BONI e COSTA, 1984, p. 104). Os mais afortunados hospedavam-se em pensões ou eram acolhidos por imigrantes que moravam na capital.

Prosseguindo o seu caminho,

os que se dirigiam para Conde d’Eu, Dona Isabel<sup>5</sup> e Alfredo Chaves, [embarcavam] em Porto Alegre, em vapores de pequenas dimensões, faltando espaço para os imigrantes e suas bagagens e subiam o Rio Caí até a vila de São João do Montenegro, distante 92 km, onde desembarcavam, depois de 7 horas de viagem. Nesta vila, [servia] de hospedaria uma casa velha, sem cômodos, sendo os imigrantes agasalhados no porão, preferindo por isso, abrigar-se na praça debaixo de seus chapéus de sol durante os dias em que aguardavam os meios de transporte. (MANFROI, 1975. p. 112).

Segundo Carvalho, após permanecerem alguns dias no alojamento em São João do Montenegro o transporte dos imigrantes até a Colônia Dona Isabel

Era feito em ‘charretes’, puxadas a bois ou a mulas. A estrada não era nada mais do que um corredor no meio da floresta. Frequentemente, os imigrantes andavam a pé todo esse percurso, sem receber a menos porção alimentar da parte do governo e do transportador. O caminho chamava-se Buarque de Macedo e era assim descrito, em 1885: ‘desastroso, a tal ponto que a passagem por este caminho é muito difícil e mesmo perigoso durante o inverno.’ (1886 apud. COSTA, 1986, p. 23).

Somente após todo este longo processo de saída da terra natal, dias de tempestades no mar, navios precários, portos e hospedarias com pouca estabilidade, estradas em péssimas condições, é que o imigrante italiano chegou ao seu destino, em busca de uma situação de vida melhor.

---

<sup>5</sup> A partir deste momento, levaremos em consideração somente a Colônia a ser analisada, ou seja, Dona Isabel.

A colônia Dona Isabel para onde foram enviadas as famílias estudadas, foi fundada pelo governo provincial em 1869, mas foi somente a partir de 1875/1876 que os italianos começaram a chegar com mais força. As terras devolutas onde se encontravam tanto esta, como a Colônia Conde d'Eu, foram concedidas em 9 de fevereiro de 1870 a Província do Rio Grande do Sul pelo Império e estavam situadas entre o Rio Caí, os Campos de Vacaria e o município de Triunfo, apresentando “territórios separados e sedes próprias, porém, o governo colonial era um só, tendo como sede a Diretoria de Terras, a Colônia Dona Isabel.” (GIRON e HERÉDIA, 2007, p. 52).

É importante destacar que, nos primeiros anos da colonização, o governo buscou manter uma homogeneidade na instalação das famílias de imigrantes no Rio Grande do Sul. Depois, com o passar do tempo, acabou vendo isto como um problema e adotou novas políticas, fundando colônias mistas. Mas na realidade, a formação de grupos homogêneos culturalmente

foi uma reação espontânea dos imigrantes europeus face ao isolamento e ao abandono de que foram vítimas nos primeiros anos de colonização. A integração e a assimilação dos imigrantes não podiam resultar, unicamente, de algumas providências isolacionistas, que desconhecem a força do patrimônio cultural. A conservação do próprio patrimônio cultural era a busca ansiosa da própria identidade étnica, face à perplexidade causada pelos traumatismos da imigração. (MANFROI, 1975, p. 125).

Dois elementos que fazem parte deste patrimônio ocuparam um lugar central no processo migratório para as colônias italianas no Rio Grande do Sul: a religiosidade e o casamento. Foi a partir de ambos que os imigrantes se integraram e construíram suas comunidades através do trabalho e da fé, formando as linhas coloniais. Somente a fé que movia estes era capaz de explicar a sua força frente às peripécias que enfrentaram durante toda viagem até à chegada a colônia.

Os jovens que queriam casar-se, tinham que seguir os preceitos da vida cristã e das tradições familiares da colônia, que “fundamentava-se no casamento monogâmico e indissolúvel, com profunda vivência cristã. É inadmissível alguém separar-se da

esposa. Os desquitados e o amasiado são isolados dos grupos comunitários.”<sup>6</sup> (COSTA, 1986, p. 42).

O casamento, segundo De Boni e Costa, quase sempre seguia

o caminho comum da amizade, do namoro, entre jovens do grupo vicinal<sup>7</sup> ou da mesma comunidade da linha ou da capela. Com a pequena mobilidade interna, o namoro facilmente acontecia por ocasião dos encontros dominicais, na própria capela, ou podiam surgir entre jovens de capelas vizinhas, por ocasião das festas, enterros, comemorações ou viagens que proporcionavam o encontro entre moradores de diferentes núcleos, às vezes da minha linha, mas de capelas ou de linhas diferentes. (1984, p. 153).

Na sociedade italiana era comum que os homens casassem entre 20 e 25 anos, e as mulheres antes. Os homens não admitiam casar com mulheres mais velhas acreditando que “se alguém casar com mulher mais velha, será facilmente mandado por ela. [Ou seja] é a típica estruturação familiar centrada no marido, com características patriarcais.” (COSTA, 1986, p. 42). Já o casamento entre viúvos era bastante conturbado, sendo admitido com facilidade quando algum enviuvasse jovem

especialmente se o viúvo fosse um homem e tivesse a esposa deixada crianças pequenas. Em situação como esta o viúvo não seria alvo de comentários desabonadores se cassasse pouco tempo após a morte da esposa. Há muitos casos de homens que, enviuvando jovens, falecendo as esposas em consequências do primeiro ou segundo parto, passavam as segundas núpcias com irmãs das falecidas. (DE BONI e COSTA, 1984. P. 158).

---

<sup>6</sup> Nenhum dos casos aqui analisados passou por questões de divórcio, o que não impede que outros imigrantes tenham se divorciado.

<sup>7</sup> Segundo De Boni e Costa, “A extensão natural da família era o grupo vicinal, isto é, aquelas famílias cujas terras confrontavam em limites, na mesma linha. (...) O grupo vicinal é tão ou mais importante que o grupo parental. Às vezes os dois se equivalem. Ao grupo vicinal se reservam as grandes amizades, os empréstimos mútuos de objetos, as trocas, a prestação de auxílio.” (1984, p. 152).

Além disso, não eram raros os casos, em que viúvos se casavam com pessoas desconhecidas por intermédio de outros ou escondido, para não serem alvo de críticas e má interpretações.

Quando um jovem pretendia pedir alguma moça em casamento, tinha que ter o consentimento, primeiramente, da mãe. Ocorreram casos em que casamentos foram protelados porque as mães achavam imprescindível a presença das filhas em casa, para a ajuda nos afazeres domésticos e na criação dos irmãos mais novos. Quando estes aconteciam sem nenhum impedimento eram comemorados com grandes festejos, ocorrendo aos sábados, nas primeiras horas da tarde. Segundo Costa

Os noivos saíam em procissão, a cavalo, da casa da noiva até a cidade, acompanhados dos padrinhos e dos convidados especiais. Após o casamento, a procissão regressava à casa do noivo para receber as homenagens e participar dos festejos. Em geral os recém-casados permaneciam alguns meses na casa do noivo, período de ambientação da nova sogra o que 'nem sempre era fácil'. (COSTA, 1986, p. 73).

O casamento estava ligado com a religiosidade presente nas comunidades italianas no Rio Grande do Sul e nos imigrantes aqui apresentados e é impossível tentar compreender o processo sem levar em consideração esses dois fenômeno culturais.

Nos primeiros tempos da imigração, somente a sede de cada colônia tinha uma Igreja. Com o passar dos tempos, a vida comunal passa a existir nas linhas, com a construção de pequenas capelas de madeira com seus campanários separados e cemitério, seguindo estilo arquitetônico do norte da Itália.

A capela se resume como meio de integração cultural entre os imigrantes que vieram de diferentes lugares da Itália, auxiliando, segundo Giron e Herédia,, na inserção deste dentro da sociedade brasileira (2007, p. 119-120), assumindo assim

um papel aglutinante da vizinhança, como local de culto, a que atende periodicamente acúria da área, e onde o fiel se reúne para rezar o rosário, as ladainhas, e para outras devoções [e é ainda ] o órgão dominador dos instrumentos de controle social, da

moralidade, da cooperação e da atribuição de *status*. (AZEVEDO, 1975, p. 182).

Já a alfabetização dos imigrantes apresentados condiz com o que a historiografia tem escrito até o presente momento, sendo em sua maioria analfabetos. Manfroi ressalta que

a falta de escolas e o pouco interesse que os colonos mostravam pela instrução de seus filhos foi uma realidade ressaltada por todos os que visitaram as colônias. [onde] nunca houve, por parte da Itália, uma ação organizada em favor dos imigrantes, nem sob o aspecto material e, menos ainda, sob o aspecto cultural. (MANFROI, 1975, p. 135-137).

Outras questões que merecem destaque dentro da imigração são a agricultura e a organização familiar devido ao fato de o sucesso da primeira, depender da organização da segunda. Segundo Giron e Herédia,

a forma como a família se estruturou auxiliou no desenvolvimento econômico, já que era usada como mão-de-obra disponível, gratuita e espontânea. As famílias italianas habitualmente tinham prole numerosa, e esse fator interfere na produtividade do grupo. Não se pode anular que a divisão do trabalho feita por famílias extensas beneficiou a expansão das atividades econômicas na colônia italiana. Todos ajudam no trabalho agrícola, no trabalho doméstico e nas atividades determinadas como essenciais para o sustento do grupo. Um fator determinante é o direcionamento da produção de gêneros alimentícios e matérias-primas voltadas para o abastecimento do mercado interno. Essa opção lhes permitiu consolidar as atividades econômicas, sem depender do mercado internacional. (GIRON e HERÉDIA, 2007, p. 85-86).

Apesar de todos ajudarem no trabalho agrícola, cada um tinha a sua função na rede familiar. O pai era a autoridade, considerado praticamente um ser sagrado, tendo o poder administrativo e decisório em suas mãos. Já a mãe era vista como um ser de bondade e compreensão, responsável pelo lar, criação dos filhos e ajudava, quando necessário, no trabalho na lavoura.

As famílias aqui apresentadas viviam da agricultura de subsistência, cultivando a policultura, sendo os principais produtos a uva, o trigo e o milho. Entretanto, foi o último

a cultura de sustentação da colônia italiana visto que a base de toda a alimentação do colono era a polenta. Além do alimento para o homem, o milho era utilizado também na criação de animais como aves, porcos, etc.. Essa cultura de fácil plantio, sem grandes exigências quanto ao preparo da terra, foi à primeira fonte de subsistência do imigrante. (GIRON e HERÉDIA, 2007, p. 81-82)

Podemos ver que, tanto a questão religiosa já abordada, como a familiar foram importantíssimas para o desenvolvimento da colônia e do imigrante, assim como a agricultura. Sem a fé que os movia, a união com a família e a força para trabalhar de sol a sol, a imigração não teria o sucesso que teve e não seria reconhecido como um processo que deu certo.

Todos fatores apresentados até o momento tem importante papel dentro do processo migratório, mas foi o juramento que os imigrantes faziam ao final de cada documento que despertou minha curiosidade para trabalhar com esta fonte. Esta frase variava de um imigrante para outro, mas tinha sempre a mesma finalidade: adotar o Brasil como pátria e jurar lealdade ao Império e as leis que o regiam. É importante destacar que segundo Iotti,

A história da organização administrativa dos órgãos ligados à imigração e a colonização passou por diversas fases, visando se adequar aos interesses políticos, econômicos e sociais predominantes em cada período da História do Brasil. A legislação, regulamentando o assunto, materializou o pensamento das autoridades brasileiras e rio-grandenses. Extensa e, muitas vezes, confusa e contraditória, permite evidenciar os recuos e os avanços da política migratória e colonizatória brasileira. Algumas vezes, o governo central assumiu o controle e concedeu favores. Em outras, transferiu a tarefa para os governos locais ou para particulares e, dependendo do grupo que estivesse no poder, manteve ou cancelou todos os favores. (...) A legislação promulgada, tanto no período imperial quanto no início da República, procurou organizar de forma centralizada os negócios relativos à imigração e à colonização. A idéia era manter sob controle do Estado todos os assuntos referentes ao tema e, em especial, o controle dos imigrantes europeus. Em função disso, no período de 1875 a 1914, ela é vasta, apresentando uma série de recuos e avanços, na medida em que refletia os interesses de quem estivesse no poder no momento em que tais leis eram promulgadas. (2010, p. 195-197).

Em 1823, aparece uma das primeiras leis relacionadas com à imigração (IOTTI, 2001, p. 72), mas é a partir de 23 de outubro de 1832 que a questão de inserir estrangeiros a fazerem parte do Império ganha força, dando direito a carta de naturalização a aqueles que já estivessem no Brasil há algum tempo, ou que apresentassem ligação mais direta com o país, por exemplo, que fossem casados com brasileiros.

Completando esta, temos o decreto nº 808, de 23 de junho de 1855 (IOTTI, 2001, p. 160) que fala especificamente da naturalização dos estrangeiros estabelecidos como colonos no Império. Estes deveriam expressar a vontade de ser reconhecido como tal, informando de qual país vinham, a religião, o seu estado civil e o número de filhos, o que coincide com os dados dos documentos aqui analisados. Além disso, o Artigo 2º, desta mesma lei diz que os colonos só conseguiriam o título de naturalização, mediante o juramento à Constituição e às leis do Império.

Outra lei que fala sobre a questão dos estrangeiros no Brasil é a que “Regula os direitos civis e políticos dos filhos de Estrangeiros nascidos no Brasil, cujos pais não estiverem em serviço de sua nação, e das Estrangeiras que casarem com Brasileiros, e das Brasileiras que casarem com Estrangeiros.” (IOTTI, 2001, p. 255). Além disso, o decreto nº 1950 de 12 de julho de 1871, da autorização ao governo para conceder naturalização aos estrangeiros, maiores de 21 anos, quando for de sua vontade. (IOTTI, 2001, P. 308).

A decisão de nº 291 de 11 de agosto de 1873 (IOTTI, 2001, p. 346) está intrinsecamente ligado com a última, pois ao contrário da naturalização concedida aos filhos de estrangeiros nascidos fora do Império, esta decisão considera que todos os filhos de estrangeiros nascidos no Brasil são cidadãos brasileiros por força da Constituição, independente da idade.

Com o advento da República o primeiro decreto que temos (IOTTI, 2001, p. 444), que conclui a questão da legislação aqui abordada, diz que será conferida, naturalização a qualquer estrangeiro, independente das demais leis e decretos antes



mencionados, onde todos serão considerados brasileiros. É importante destacar que segundo Giron e Herédia,

para continuar tendo sua nacionalidade, havia prazo para a manifestação dos que não quisessem se tornar cidadãos brasileiros. Dessa forma, muitos italianos mudaram de nacionalidade sem saber, mas ainda não existe lei que consiga mudar a identidade cultural. Os poucos direitos civis concedidos aos estrangeiros pela naturalização, como voto e a participação política, não conseguiram mudar a cultura e a política regionais. (GIRON e HERÉDIA, 2007, p. 111).

Após este percurso sobre a Imigração italiana através do estudo das Famílias Biason, Biasus e Spiazzi, este fim, é apenas o começo de um longo caminho que há de se percorrer ainda. Sabemos que de 1875 a 1914, em torno de  $\frac{3}{4}$  da imigração europeia para o Brasil tem origem na Itália, onde estas saídas sem previsão de volta, mostram a confusão e miséria que levaram os colonos a abandonarem sua terra natal.

Apesar de todas as peripécias enfrentadas durante a travessia do Atlântico e até mesmo nos alojamentos em péssimas condições que eram oferecidas aos imigrantes aqui no Rio Grande do Sul, está mais do que provado que os laços familiares e a cultura italiana, imbricada de religiosidade e costumes, foram essenciais para a sobrevivência destes bravos do isolamento que foram postos nas colônias sul-rio-grandenses. Se não fosse o seu trabalho na lavoura de sol a sol e a sua fé, o imigrante não teria resistido ao sofrimento por ter abandonado a sua pátria, deixando para trás familiares e amigos.

Assim, a pretensão aqui não foi esgotar este assunto, mas dar possibilidade de voz a estes documentos. O que se quer aqui é instigar a preservação e a pesquisa em documentos, que por muitas vezes são renegados ao esquecimento, trazendo à tona a importância da família para a construção da sociedade brasileira ao longo da história.

## Referências

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975. 310p.

COSTA, Rovílio (Org.). *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. 2ª Ed. Porto Alegre: EST, 1999. 435p.

COSTA, Rovilio. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: Vida, costumes e tradições*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1986. 142 p.

DE BONI, Luiz Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 3 ed. Porto Alegre: EST, 1984. 243p.

FAVARO, CleciEulalia. *Os “italianos”*: entre a realidade e o discurso. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria Medianeira (Orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. V. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 301-320.

GIRON, LoraineSlomp; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *História da imigração no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2007. 136p.

IOTTI, Luiza Horn (org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. 864p.

IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Caxias do Sul, RS: EducS, 2010. 263p.

MANFROI, Olívio. *A colonização no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre. Porto Alegre: Grafosul, 1975. 218p.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 168p.

# **A INSERÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DOS IMIGRANTES ALEMÃES EM SANTA MARIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

Fabício Rigo Nicoloso<sup>1</sup>

Jorge Luiz da Cunha<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste trabalho objetivamos compreender o processo de inserção social e política de famílias de origem alemã na sociedade santa-mariense durante o Segundo Reinado, da regulamentação da primeira Câmara de Vereadores no ano de 1858, até a proclamação da Constituição Rio-Grandense de 14 de julho de 1891. Tendo a análise micro-histórica como guia para nossas reflexões, optamos por centrar nosso enfoque nas estratégias sociais de imigrantes e descendentes de alemães que passaram a compor os círculos da elite local. O acervo documental está constituído por: Inventários, Testamentos, Documentos ligados a terra e colonização, Cartas e correspondências trocadas entre a Câmara Municipal de Santa Maria e a Presidência da Província, processos-crime, documentos do Fundo Guarda-Nacional, Atas da Sociedade de Beneficência Alemã (Deutscher Hilfsverein), livros memorialistas e comemorativos dos aniversários de Santa Maria, documentação ligada à Maçonaria e às Igrejas Católica e Protestante. No diálogo com as fontes buscamos resolver o seguinte problema de pesquisa: Em que medida as estratégias sociais adotadas por imigrantes e descendentes de alemães possibilitaram a inserção de certos grupos parentais nos círculos da elite santa-mariense durante a segunda metade do século XIX?

**Palavras-chave:** Imigração Alemã, Santa Maria, estratégias sociais, família, elite.

---

## **Reflexões sobre a teoria e a metodologia**

Falaremos de família no sentido de grupos não-co-residentes, mas interligados por vínculos de parentela consanguínea ou por alianças e relações fictícias que aparecem na nebulosa realidade institucional do Antigo Regime, como cunhas estruturadas que serviam de auto-afirmação diante das incertezas do mundo social, mesmo no

---

<sup>1</sup> Aluno do PPG-História da UFSM, Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Professor Dr. Titular do Centro de Educação – UFSM.

contexto de uma pequena aldeia (...). A sua base era a procura de segurança, na qual a conservação de um status era a sua transmissão de geração em geração. (LEVI, 2000, pp. 98-99).

Esta passagem do livro “A herança imaterial” de Giovanni Levi (2000) representa a interpretação do micro-cosmo social do vilarejo de Santena, “um minúsculo fragmento de Piemonte do século XVII” (Ibid., p. 17). Fazendo uso do aparato técnico-conceitual da micro-história italiana, através da análise das estratégias familiares, das redes de poder, dos vínculos de compadrio e da transmissão da herança material e imaterial, objetivamos compreender o processo de inserção social e política de famílias de origem alemã<sup>3</sup> na sociedade santa-mariense durante o Segundo Reinado, abrangendo um período de 33 anos, da regulamentação da primeira Câmara de Vereadores no ano de 1858, até a proclamação da Constituição Rio-Grandense de 14 de julho de 1891, que ficou conhecida na historiografia como Constituição Castilhistas. Tendo a análise micro-histórica como guia para nossas reflexões, optamos por centrar nosso enfoque nas estratégias sociais de imigrantes e descendentes de alemães que passaram a compor os círculos da elite local, levando em consideração que os meios urbano e rural estavam estreitamente interligados na economia da Santa Maria do regime imperial, que tinha na agricultura, pecuária, comércio e, posteriormente, nas atividades resultantes da implantação da ferrovia na década de 1880, suas principais atividades econômicas. Nossa atenção nesta pesquisa estará voltada para os ambientes de atuação dos imigrantes no cenário urbano, mas teremos em conta o estreito vínculo que mantinham com o universo rural.

Tendo esclarecidos o principal objetivo que move esta pesquisa e o recorte espaço-temporal em que desenvolveremos a

---

<sup>3</sup> Utilizaremos o termo alemães quando nos referirmos aos diferentes grupos culturais que imigraram de regiões que hoje correspondem ao território de Estado Alemão para o Império do Brasil, durante as três primeiras etapas da imigração alemã para o Rio Grande do Sul no século XIX (CUNHA, 1991). Isto tendo em conta que o Rio Grande recebeu levadas migratórias principalmente da região do Hunsrück e do Reino da Prússia, mas também de Bremen, Hamburgo, dentre outras regiões.

análise de nosso objeto, passemos agora a tecer algumas considerações teórico-conceituais envolvendo a abordagem micro-histórica.

O movimento historiográfico da micro-história se configurou na Itália entre as décadas de 1960 e 70, mas com a publicação do livro “Microstorie” nos anos 1980, dirigido por Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, adquiriu dimensões maiores, espalhando suas reflexões a países como França, Alemanha, Estados Unidos, dentre outros. Segundo Jacques Revel (2000), a micro-história “não constitui absolutamente uma técnica, menos ainda uma disciplina”, mas “deve na verdade ser compreendida como um sintoma: como uma reação a um momento específico da história social, da qual se propõe reformular certas exigências e procedimentos” (REVEL, 2000, p. 8). Nesta reformulação dos procedimentos de análise do social, os historiadores italianos envolvidos neste projeto, apoiados numa enorme jazida arquivística, “propunham uma outra maneira de conceber a história social acompanhando o nome próprio dos indivíduos ou do grupo de indivíduos”. Para Jacques Revel o paradoxo é apenas aparente, “pois a escolha do individual não é considerada contraditória com a do social: torna possível uma abordagem diferente deste último” (Ibid., p. 17).

A redução da escala de análise é fundamental para que se vislumbre um universo de detalhes componentes de uma realidade maior, que interligados dão novo significado a uma dada realidade social. É nesta óptica que buscaremos reconstituir o mundo particular da elite santa-mariense, no qual os imigrantes alemães “exponenciais”<sup>4</sup> interagiram, mas que estava vinculado à realidade maior do cenário rio-grandense e brasileiro, na segunda metade do século XIX. O fato de ressaltarmos o enfoque nos “exponenciais” não significa que deixaremos de fora de nossas considerações os

---

<sup>4</sup> Utilizamos este termo que é trabalhado por Witt (2008) para definir os imigrantes que adentraram o mundo das elites locais na região do Rio Grande do Sul que o autor denominou de “mega espaço”, que ligava a Colônia de São Leopoldo ao litoral norte do estado. Estes personagens tinham suas ações caracterizadas pela influência e atuação política e por seu status social.

imigrantes que adentraram os círculos da elite local, mas que não acumularam imensas fortunas. Iremos atrás das pegadas dos atores desta trama, como no caso do comerciante João Appel, que ao longo de sua trajetória acumulou um patrimônio considerável em terra para os padrões de Santa Maria no período delimitado, vindo a deixar aos seus herdeiros uma escravaria com 23 cativos, ou do Coronel Martins Höehr, descendente de uma família de pequenos comerciantes, que atuou a favor do Império brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870), tornando-se uma das maiores autoridades a nível local durante os anos finais do Império e inícios da República, deixando à sua esposa um patrimônio considerável em propriedades nos meios urbano e rural, já que não possuía herdeiros.

É sobre trajetórias como estas que vamos nos debruçar ao longo desta Dissertação, adentrando nas suas estratégias familiares, nas redes de relações construídas ao longo da trajetória destes “exponenciais” com outros grupos parentais de origem alemã e “nacionais”<sup>5</sup>, nos compadrios, nos laços consanguíneos e de negócios intra e extra núcleo familiar, nos jogos da política local e nos meios sociais frequentados pelos grupos familiares delimitados por nós para esta pesquisa, por critérios que serão explicados posteriormente.

Esta passagem de Giovanni Levi traduz o espírito com que conduziremos metodologicamente nosso objeto de pesquisa:

(...) tentei, portanto, estudar um minúsculo fragmento do Piemonte do século XVII, utilizando uma técnica intensiva de reconstrução das vicissitudes biográficas de cada habitante do lugarejo de Santena que tenha deixado vestígios documentados. (...) Todas as estratégias pessoais e familiares talvez tendam a parecer atenuadas em meio a um resultado comum de relativo equilíbrio. Todavia, a

---

<sup>5</sup> O conceito de “nacionais” será utilizado quando fizermos referência aos indivíduos, ou grupos parentais de origem não germânica, que já se encontravam em Santa Maria quando da chegada dos imigrantes alemães no século XIX, que eram famílias tradicionais de elite a nível local, que exerciam influência política, conforme trabalhou Witt (2008) para compreender a inserção dos imigrantes alemães em meio às comunidades dos nacionais no Litoral Norte e em São Leopoldo.

participação de cada um na história geral e na formação e modificação das estruturas essenciais da realidade social não pode ser avaliada somente com base nos resultados perceptíveis: durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais” (LEVI, op. Cit., p. 17).

Claro que no desenvolvimento de nossas análises não faremos uso de uma ferramenta metodológica de prosopografia tão abrangente a ponto de reconstruir as vicissitudes biográficas de cada habitante de Santa Maria na segunda metade do século XIX, mas ao traçarmos as estratégias de inserção social dos atores históricos individualmente e dos grupos familiares unidos por laços consanguíneos e/ou pelos negócios, estaremos atentos às singularidades e irregularidades em suas trajetórias, aos problemas, incertezas e escolhas, pois uma visão mais crítica permite com que sejam superadas as generalizações, tornando mais complexa e ao mesmo tempo mais rica a compreensão da realidade social. Neste sentido, “a abordagem micro-histórica deve permitir o enriquecimento da análise social, torna-la mais complexa, pois leva em conta aspectos diferentes, inesperados, multiplicados pela experiência coletiva” (REVEL, op.cit., p. 17).

Desta forma, através de uma micro-análise do social, pretendemos aprofundar a compreensão da inserção econômica, política e social dos imigrantes e descendentes de alemães em Santa Maria, vislumbrando estratégias individuais e de grupo variadas e articuladas às normas sociais, bem como no tocante ao descumprimento e desvio das normas, demonstrando que os grupos familiares de imigrantes alemães não seguiam um padrão fixo de conduta, mas que faziam uso de práticas particulares e alternativas, que atendiam a certos interesses, pois não se constituíam necessariamente apenas enquanto comerciantes, artesãos, ou negociantes. Também será perceptível que o meio urbano não estava descolado da realidade rural de Santa Maria, que alguns imigrantes alemães “exponenciais” desenvolviam atividades econômicas no comércio, ou como negociantes e banqueiros, ao mesmo tempo que possuíam propriedades rurais e mantinham escravarias, ou em outros casos, quando o capital proveniente da agricultura e/ou pecuária

permitia a compra de imóveis no meio urbano e o investimento em casas de negócios, boticas, hotéis, bancos, ou ainda quando a atuação na Guarda Nacional garantia a elevação de status pela aquisição de títulos e patentes militares, resultando disso o aumento de patrimônio familiar, e/ou atuação em altos cargos na política local.

Veremos que nem sempre o exercício da atividade como comerciante proporcionava acúmulo de fortuna, assim como grandes fortunas não eram garantia de aquisição de cargos e influência política local, como também o título de Coronel da Guarda Nacional não se constituía mecanicamente enquanto uma ferramenta de formação de grandes patrimônios familiares.

Uma tarefa como esta requer o estabelecimento de critérios metodológicos para o trato e diálogo com as fontes, para que possamos atingir o que Giovanni Levi considerou como ir além dos resultados perceptíveis, para que não fiquemos apenas na superfície dos fatos e possamos perceber o que está subentendido nas informações contidas nas fontes, ou até mesmo no significado da não produção de uma fonte pelos personagens históricos que viveram em determinado período histórico.

Uma análise crítica das fontes documentais exige que o pesquisador reconheça as brechas nela existentes, partindo da formulação de questões que busquem preencher estas lacunas. Para Ginzburg (1989) a partir do nome é possível reconstituir trajetórias familiares. Para tanto, o pesquisador deve explorar o nome como fio condutor para a reconstrução da teia de malha fina do tecido social. O historiador desempenha uma função semelhante ao papel de um investigador, juntando as peças do quebra-cabeça, confrontando as informações contidas nas fontes, buscando preencher as lacunas da documentação. A partir do “nome” de determinado personagem, parte-se para a constituição das suas redes de relações sociais, dos atores a ele ligados, dos seus vínculos parentais, econômicos e políticos. Neste processo faz-se necessária uma intensa pesquisa em arquivos e a leitura e análise da maior quantidade de fontes que se possa questionar e intercruzar, na tentativa de responder às questões elaboradas.



Partindo das orientações de Ginzburg buscamos, no caso da nossa pesquisa, os nomes dos personagens históricos envolvidos, a partir de um fato conhecido, como um conflito local, ou um escândalo, pela atuação na política através da Câmara de Vereadores, ou por uma fortuna familiar de maior monta, iniciando geralmente por um nome em destaque e, partindo dele, buscando outros personagens e famílias a ele ligados por laços familiares, ou de amizade e interesse nos negócios, como também levando a outros fatos relacionados a um acontecimento específico.

Faremos uma breve referência à pesquisa envolvendo o nome de um dos personagens do nosso estudo, o Coronel Martins Höehr<sup>6</sup>, sem aprofundar aqui em sua trajetória, apenas a nível de exemplificação. Através da leitura da bibliografia sobre a história de Santa Maria, descobrimos que este personagem constituía-se enquanto um Coronel local que, em função de seu poder de mando, esteve envolvido em escândalos políticos nos momentos de transição do Império para a República, como nos casos do espancamento de um padre, o Pároco Marcelino de Bittencourt, no ano de 1883, do tiro desferido contra o jornalista Ernesto Oliveira em 1889 e do assassinato do Delegado de polícia e Juiz de Direito liberal Felipe Alves de Oliveira no ano de 1891, tendo em vista que estes acontecimentos estavam todos interligados e foram desencadeados por motivos políticos. Após tomar conhecimento destes fatos, fomos atrás de vestígios que nos possibilitassem primeiramente colher informações a respeito do principal personagem desencadeador destes escândalos, no caso o Coronel Martins Höehr. Através de pesquisas realizadas no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRIS) foi possível encontrar, respectivamente, o seu inventário

---

<sup>6</sup> Algumas obras em que podem ser encontradas maiores informações dos escândalos políticos envolvendo o Coronel Martins Höehr: Karsburg (2007), Pistóia (2011), João Daudt Filho (2003).

post-mortem, juntamente com sua carta testamento e documentos que comprovavam sua atuação na Guarda Nacional<sup>7</sup>.

Da leitura do seu inventário e testamento entramos em contato com alguns personagens que constituíam suas redes de relações, fosse por vínculos parentais diretos ou por laços econômicos, como por exemplo, as relações matrimoniais, de compadrio e de negócios mantidos com a família Scherer, sendo que o laço principal foi estabelecido e mantido com seu cunhado, Henrique Pedro Scherer, que veio a ser uma das maiores autoridades em Santa Maria durante o regime republicano, chegando ao cargo de Intendente em 1900, testemunhando a favor do Coronel em todos os escândalos que o envolveram.

Sobre o enriquecimento da análise do social proporcionada pelo olhar micro, Revel (2000) diz que:

A redução de escala, o interesse por destinos específicos, por escolhas confrontadas a limitações convidam a não se deixar subjugar pela tirania do fato consumado – “aquilo que efetivamente aconteceu” – e a analisar as condutas, individuais e coletivas, em termos de possibilidades, que o historiador pode tentar descrever e compreender. Ele movimenta as imagens recebidas, pois regulando de maneiras diferentes a distância e a abertura de sua objetiva, os observadores fazem aparecer outra trama, recortes diferentes, e ao mesmo tempo a inadequação parcial dos instrumentos conceituais de que dispunham até então (REVEL, op.cit., p. 19-20).

Para não correremos o risco de meramente reproduzirmos as informações contidas nas fontes documentais, evitando reproduzir de maneira duvidosa “aquilo que realmente aconteceu”, como referido por Revel (2000), questionaremos os documentos em sua “veracidade” e “autenticidade” no contexto histórico em que foram produzidos, levando em conta as redes de compromissos clientelistas (GRAHAM, 1997) que constituíam o jogo da política pública provincial e local durante o regime imperial, o que possibilita a

---

<sup>7</sup> Algumas obras em que podem ser encontradas maiores informações dos escândalos políticos envolvendo o Coronel Martins Höehr: Karsburg (2007), Pistóia (2011), João Daudt Filho (2003).

interpretação de que os personagens históricos que produziam os documentos não eram isentos de compromissos políticos e pessoais com determinadas autoridades de maior porte na hierarquia social. Assim, um inventário pode conter brechas, ou não contabilizar todos os bens do inventariado e isso pode se dar por razões diversas, dentre elas uma possível burla de impostos, ou um processo crime pode omitir informações, conduzindo a ação judicial a favor de uma das partes, induzindo o pesquisador, numa primeira leitura mais desatenta, a acreditar numa das versões como “verdadeira”.

Após estas reflexões da inserção social dos imigrantes alemães em Santa Maria tendo por base as orientações teóricas e metodológicas da micro-história social italiana, passaremos a partir deste momento a tecer algumas considerações conceituais a respeito da categoria conceitual “elite”, já que nos propusemos a trabalhar com grupos familiares de origem alemã que adentraram os círculos da elite local.

O conceito de elite que será por nós trabalhado vai ao encontro das definições de Flávio Madureira Heinz (2006), compreendendo os grupos, ou setores “dirigentes, as pessoas influentes, os abastados, ou os privilegiados”, apontando para uma “vasta zona de investigação científica cobrindo profissionais da política, empresários, legisladores, etc., e não evoca nenhuma implicação teórica particular” (Ibid., p. 08).

Nos estudos de micro-história social, o método combinado mais apropriado para a análise das elites é a prosopografia ou biografia coletiva, pois a partir dela “a apropriação da noção de elite pelos historiadores permitiria dar conta, através de uma micro-análise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social” (Ibid., 2006, p. 8). Utilizando-se de uma reflexão de Lawrence Stone, Heinz traz a seguinte explicação a respeito do método prosopográfico:

A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado consiste em definir um universo a ser estudado e então a ele formular um conjunto de questões padronizadas – sobre nascimento e morte, casa e família,

origens sociais e posições econômicas herdadas, local de residência, educação e fonte de riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência profissional e assim por diante (...). O propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social, descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos que se dão no seu interior. (HEINZ, 2006 Apud. STONE, 1981, p. 9).

Christophe Charle (2006), indo ao encontro das colocações de Heinz, define em poucas palavras qual é o princípio do método prosopográfico:

(...) definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise. (...) Uma vez reunida a documentação, e esta é a parte mais longa do trabalho, o exame dos dados pode recorrer a técnicas múltiplas, quantitativas ou qualitativas, contagens manuais ou informatizadas, quadros estatísticos ou análises fatoriais, segundo a riqueza ou a sofisticação do questionário ou das fontes. (Ibid., p. 41).

Refletindo a partir destas coordenadas dadas por Flávio Heinz e Christophe Charle, faremos neste trabalho um exercício de análise prosopográfica, utilizando de alguns dos seus princípios para identificarmos a realidade social de Santa Maria na segunda metade do século XIX em que os personagens históricos de origem alemã, sujeitos da nossa pesquisa estavam inseridos, mapeando os seus espaços sociais de atuação na política, nas atividades econômicas, religiosas, de sociabilidades, enfim, visando o enriquecimento de nosso estudo de micro-história social. Então, desde já, deixaremos claro que nosso trabalho não se caracteriza enquanto um estudo prosopográfico, pois não lançamos mão do método em toda sua plenitude, uma vez que não é nosso objetivo traçar o perfil de toda a elite santa-mariense numa época, como fez Giovanni Live em “A herança imaterial”, que realizou vasta pesquisa, mapeando o comportamento de cada habitante do vilarejo de Santena durante um período do século XVII.

Para definirmos o universo a ser explorado e o grupo de imigrantes e descendentes de alemães “exponenciais” que se constituem enquanto os personagens da nossa pesquisa, é preciso estabelecermos alguns critérios que nos possibilitarão elaborar o “questionário biográfico” de que fala Charle, nesta ordem: 1) Nascimento de morte; 2) Atuação política (atuação direta ou indireta na Câmara de Vereadores); 3) Atuação na Guarda Nacional; 4) Prática de atividades comerciais; 5) Posse de propriedades no meio rural (prática da agricultura, e/ou pecuária e envolvimento com a escravidão); 6) Exercício de outras profissões no meio urbano; 7) Vinculação religiosa; 8) Participação em clubes sociais e associações beneficentes; 9) Atuação na Repartição Geral de Terras Públicas e Colonização.

Estabelecidos os critérios para definição do nosso grupo, faremos referência aos nomes das 14 famílias que compõem o nosso grupo de análise, são elas: Appel, Höehr, Scherer, Fischer, Beck, Niederauer, Weimann, Brinckmann, Daudt, Druck, Cassel, Kessler, Kruehl e Brenner. Optamos por estas famílias pelo fato de que algumas ocupam espaço nas representações dos espaços sociais da cidade de Santa Maria até os dias atuais, pois aparecem em nomes de ruas, avenidas, monumentos e espaços de sociabilidades, como a exemplo dos Appel, dos Beck, dos Daudt ou dos Niederauer, o que entendemos simbolizar o êxito que tais famílias obtiveram ao adentrar os círculos da elite santa-mariense, exercendo influência na política e nos negócios do município. Outros critérios para esta delimitação do grupo giram em torno das perguntas elaboradas durante a pesquisa, que compõem o questionário biográfico citado anteriormente, como atuação na Câmara de Vereadores, na Guarda Nacional, no Departamento de Terras e Colonização, nos clubes e espaços de sociabilidades e por algumas fortunas de maior monta. Algumas outras famílias alemãs que estiverem presentes nos espaços da elite, como os Weber, o Kümmel, ou os Schirmer, apesar de não estarem no centro das análises em minha Dissertação, em função dos prazos e outras questões práticas, serão mencionadas em alguns momentos, à medida que integrarem as redes de relações sociais dos personagens que compõem o trabalho.

Apesar de a nossa pesquisa estar demarcada temporalmente no período entre 1858 e 1891 – da institucionalização da primeira Câmara Municipal de Vereadores (1858-1860) até a proclamação da Constituição Castilhistas de 14 de julho de 1891 – a análise da inserção do nosso grupo de “alemães exponenciais” na realidade social de Santa Maria estará metodologicamente dividida em duas gerações: a primeira geração, compreendendo os imigrantes precursores que se deslocaram (em sua maioria) de São Leopoldo para Santa Maria em dois contextos distintos: primeiramente nos anos 1830, quando uma corporação militar do 28º Batalhão de Alemães, contratada pelo império brasileiro para defender os interesses geopolíticos na fronteira sul contra as pretensões das províncias do Prata acantonou-se na região, vindo alguns imigrantes, mercenários contratados pela Coroa brasileira a fixar-se na localidade; posteriormente, entre meados das décadas de 1840 e 1850, uma nova leva de imigrantes estabeleceu moradia em Santa Maria, motivados pela paz decorrente do fim da Guerra dos Farrapos (1845) e pelas possibilidades de aquisição de terras devolutas e inserção no “próspero” comércio local, que não sofreu interrupções durante o conflito (BELÉM, 2000). A estes “alemães” precursores denominaremos “patriarcas”. A segunda geração, a dos descendentes das famílias já estabelecidas na sociedade santa-mariense, estará localizada entre os anos 1850 até inícios da década de 1890. Aos sujeitos pertencentes à segunda geração denominaremos “herdeiros”.

Passemos agora a uma breve caracterização destas duas gerações das famílias de origem alemã que se estabeleceram em Santa Maria durante o século XIX.

A geração dos “patriarcas” foi marcada pela chegada destes grupos familiares à região e pelo consequente esforço dos imigrantes no sentido de inserção econômica, social e política nos meios rural e urbano. Neste momento, alguns homens chegavam com suas famílias, outros solteiros, estabelecendo matrimônios com moças também de origem imigrante, ou pertencentes a famílias “nacionais” já estabelecidas a mais tempo na sociedade. Como a realidade destas primeiras famílias imigrantes era marcada por um “mundo em construção”, constituíram-se como aspectos fundamentais para a

sobrevivência e perpetuação dos interesses dos grupos as estratégias familiares construídas no “seio” da nova sociedade, os vínculos matrimoniais, os compadrios, o estabelecimento de negócios em comum, unidos por laços consanguíneos e de “amizade”.

Será na segunda geração, a dos “herdeiros”, que faremos uma análise com maior riqueza de detalhes.

Neste período as famílias que haviam imigrado para Santa Maria nas décadas de 1830-40 já estavam devidamente inseridas na sociedade e os “alemães” desempenhavam papel ativo na política, fato comprovado pela ocupação de cargos já na primeira Câmara de Vereadores, como também na Guarda Nacional, na Repartição Geral de Terras Públicas e Colonização, nos clubes sociais, na imprensa, etc. Será de grande importância reconstituir a trajetória dos “herdeiros” para percebermos a consolidação dos arranjos familiares e das alianças políticas e de negócios estabelecidas pelos “patriarcas” intra e extra grupo parental, entre núcleos de origem “alemã” e “nacional”. Tomando por empréstimo o conceito de “herança imaterial” de Giovanni Levi (2000), consideraremos tanto as estratégias de transmissão de fortuna, propriedades, terras, bens móveis e semoventes, quanto a conservação do status social familiar, da tradição política a nível local, dos títulos e da perpetuação do nome. No tocante à transmissão da herança imaterial, Levi (2000) deixa um bom exemplo nesta passagem de “A herança imaterial”:

(...) o poder espiritual do exorcista não veio do nada. Chiesa também é um herdeiro. De seu pai, Giulio Cezare, recebeu uma “herança imaterial” que tentou interpretar a seu modo. Esta herança existe, mas não é separável de uma prática social que lhe empresta corpo e eficácia (...). Terá também consistido em tornar-se indispensável às diferentes facções, tornando-se seu mediador obrigatório, aquele que, justamente, dispõe das informações tão preciosas às estratégias coletivas e que a modula segundo sua vontade. (...) O filho herda, portanto, uma renda de situação. Ela não autoriza tudo, e o vigário pagará caro, no início de sua função, pelo fato de não ter compreendido que os limites do poder espiritual também são claramente marcados. Então se converterá, com sucesso inegável à cura e ao exorcismo. Mas é decididamente um mau intérprete da política do vilarejo. Não se deu conta de que a

geopolítica local, assim como o equilíbrio das forças do granducado, se modificaram. (Ibid., pp. 32-33).

Sendo assim, não bastava que os títulos, o status e o poder político passassem mecanicamente de pai para filho para que a “herança imaterial” se perpetuasse e o herdeiro obtivesse sucesso em suas empreitadas. No caso analisado por Giovanni Levi, o Vigário Giovann Batista Chiesa, embora herdeiro de uma “renda de situação”, falhou ao não saber interpretar os anseios políticos do vilarejo de Santena, portanto por não possuir o mesmo tato que seu pai, Giulio Cezare, tinha para o jogo da política local. Merece destaque o fato de Chiesa ter se tornado um mediador obrigatório, indispensável às diferentes facções locais, o que lhe garantia um certo poder de barganha.

Em relação à nossa pesquisa, buscaremos verificar a conduta social e política dos “herdeiros”, analisando suas práticas, para diferenciarmos os casos em que houve melhor ou pior aproveitamento da herança imaterial deixada por seus pais, reconstituindo trajetórias individuais, para compreendermos os casos em que houve influência política resultante do poder e fortuna familiar acumulados na primeira geração, ou também quando por estratégias de ascensão social, como por exemplo a atuação na Guarda Nacional, os descendentes de famílias de pequenos agricultores ou comerciantes da primeira geração, que antes não tinham acesso às instâncias políticas locais, aumentavam consideravelmente o patrimônio do grupo parental e se inseriam nos círculos de poder político da comunidade, ou ainda em situações quando a fortuna material, o status social e a influência política passados de pai para filho, perdia força na geração seguinte.

Daremos como exemplo, de forma breve, as trajetórias das famílias Appel, Beck e Höehr.

O patriarca da família Appel, João Appel, se estabeleceu em Santa Maria no ano de 1830, quando o 28º Batalhão de Alemães, no qual ele serviu, acantonou em Santa Maria. O capital proveniente dos serviços prestados à Coroa e da atividade que exercia como alfaiate possibilitou que João Appel abrisse uma casa de comércio no ano de 1831, mesmo ano em que casou-se com Ana Maria



Oliveira, filha de Maximiano José de Oliveira, proprietário de terra e gado na região (KÜLZER, 2009). Deste casamento promissor, João Appel conseguiu unir seu patrimônio ao da família Oliveira, inserindo-se no distinto círculo dos proprietários de terra locais.

Na década de 1850 estabeleceu vínculos com a família Alves Valença, casando dois de seus filhos com os herdeiros de José Alves Valença, maior autoridade política de Santa Maria no período: Ana Luíza Appel casou-se com José Alves Valença Júnior e Maximiano José Appel uniu laços de matrimônio com Maria Alves Valença. Estes vínculos matrimoniais eram vistos como possibilidade de ascensão por ambos os patriarcas. Considerando que as leis do Império limitavam a atuação de estrangeiros na política a nível provincial e na Corte, ficando restrita a atuação dos grupos “alemães” ao nível local, para João Appel era extremamente interessante adentrar no meio familiar do maior mediador dos interesses de Santa Maria com a política provincial, apoiando seu genro, José Alves Valença Júnior na mediação com a política provincial, fornecendo-lhe apoio material; Para José Alves Valença, que já havia estabelecido contato com políticos importantes a nível provincial, como o General Osório e Silveira Martins, a união dos seus interesses a uma família de ricos comerciantes seria uma maneira muito vantajosa de alicerçar seu poder local. Analisando a trajetória dos “herdeiros”, tanto Maximiano José Appel, quanto José Alves Valença Júnior, souberam somar as heranças material e imaterial deixadas por seus pais ao poder exercido pelos sogros, por meio de uma influência política que se refletiu em cargos na Câmara Municipal desde sua primeira gestão. (VARGAS, 2010).

As trajetórias de Ernesto Beck e Martins Höehr se aproximam devido a algumas semelhanças. O primeiro, filho do tamanqueiro André Beck, descendente de família de médios comerciantes e o segundo, filho do lavrador e comerciante João Pedro Höehr, ambos ocuparam postos na Guarda Nacional durante a Guerra do Paraguai, o que lhes possibilitou receber o título de Coronel, resultando em influência política local. Durante os primeiros anos do regime republicano foram contemplados por Júlio de Castilhos com cargos de chefia no Partido Republicano de Santa

Maria. Ernesto Beck liderou uma frente de batalha durante a Revolução Federalista de 1893 e se manteve fiel à política do PRR. Já Martins Höehr esteve envolvido em escândalos políticos, descritos anteriormente, que foram prejudiciais à sua imagem frente ao Partido e ao Chefe Júlio de Castilhos e acabou morrendo na Revolução Federalista durante o ano de 1894.

Passaremos agora a explicar a respeito das fontes que compõem o acervo documental que servirá de base para a análise teórico-metodológica desta pesquisa. O processo de pesquisa empírica realizado pode ser classificado em quatro etapas, sendo respectivamente: 1 – levantamento da documentação que veio a compor o banco de dados; 2 – coleta de dados buscando responder às questões elaboradas durante a análise; 3 – separação das fontes e elaboração do banco de dados; 4 – classificação, fichamento e análise da documentação.

A primeira e a segunda etapas, do levantamento da documentação e coleta de dados, começaram a ser realizada ainda no ano de 2008 no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM) e na Casa de Memórias Edmundo Cardoso, em Santa Maria, buscando basicamente por fontes da imprensa, durante a elaboração de minha Monografia de graduação, intitulada “As associações esportivas como locais de sociabilidades e conchavos político-partidários em Santa Maria nos primeiros anos da República (1889-1895)”. No ano de 2009, durante a segunda etapa de minha pesquisa empírica, em coleta de dados realizada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), fiz o levantamento de parte da documentação referente ao Fundo Acervo Júlio de Castilhos e aos documentos da Câmara Municipal de Santa Maria durante a primeira década da República, visando a elaboração de minha Monografia de especialização: “Clientelismo, coronelismo e relações de poder na primeira República (1889-1900): Santa Maria como palco de disputas políticas e jogos de interesses entre os chefes republicanos”. Finalmente, ao longo do ano de 2011, em pesquisa referente a este trabalho de Dissertação, realizei coleta de dados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) e Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs), em base documental

constituída por fontes diversas. Salientamos que esta etapa não está ainda fechada, pois pretendo realizar mais uma busca no ano de 2012.

A terceira etapa, da separação das fontes e elaboração do banco de dados foi sendo realizada ao longo do processo de pesquisa descrito acima.

Para a realização da quarta etapa, da classificação, fichamento e análise da documentação, adotamos os seguintes critérios classificatórios: a) Fortuna familiar, vínculos parentais, herança, atividades econômicas, redes de relações; b) Atuação política e exercício de funções burocráticas; c) Vida social e religião.

No primeiro grupo documental, até o presente momento, encontram-se classificados: Inventários (14) Testamentos (5). No segundo grupo: Documentos ligados a terra e colonização em Santa Maria, Cartas e correspondências trocadas entre a Câmara Municipal de Santa Maria e a Presidência da Província (1860-70, 1873-76 e 1883-1887), processos-crime (6), documentos do Fundo Guarda-Nacional de Santa Maria; no terceiro grupo: Jornais “A Federação” (1889-1900) e “O Combatente” (1888-1896), Atas da Sociedade de Beneficência Alemã (Deutsche Hilfsvereine), livros memorialistas e comemorativos dos aniversários de Santa Maria, documentação ligada à Maçonaria e às Igrejas Católica e Protestante (neste último grupo documental a busca em arquivos e pesquisa bibliográfica está em andamento).

Através do diálogo com as fontes citadas buscaremos responder ao seguinte problema de pesquisa: Em que medida as estratégias sociais adotadas por imigrantes e descendentes de alemães possibilitaram a inserção de certos grupos parentais nos círculos da elite santa-mariense durante a segunda metade do século XIX?

## **Conclusão**

Podemos parcialmente concluir que a análise micro-histórica do social permite o enriquecimento da realidade santa-mariense em que as famílias de origem alemã se inseriram, adentrando os círculos

sociais da elite local durante a segunda metade do século XIX, no Regime Imperial.

A pesquisa que está em curso, contempla a análise da inserção social dos imigrantes e descendentes de alemães no meio urbano, tendo em vista a estreita ligação entre o campo e a cidade na Santa Maria do Regime Imperial. Esta análise compreende um grupo de 14 famílias, através da qual buscaremos, através de um exercício de prosopografia, perceber características em comum entre elas, seu perfil coletivo, bem como as singularidades e irregularidades do processo histórico em que os sujeitos desta pesquisa estiverem envolvidos. Faremos, metodologicamente, a divisão da história destas famílias em duas gerações, para tornar visível a inserção do elemento imigrante na nova sociedade, as estratégias sociais traçadas para sua afirmação num “mundo em construção”, como também a conduta social dos “herdeiros”, percebendo casos em que houve a renovação de alianças estabelecidas pelos “patriarcas”, ou a construção de novos vínculos, resultando ou não, em acúmulo de fortuna e status social.

## Referências

BELÉM, J. *História do Município de Santa Maria: 1797–1933*. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2000.

CHARLE, Christophe. *A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas*. In: HEINZ, F. M. Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 41-53.

CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord. Geral); PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.). *Historia Geral do Rio Grande do Sul*: Império. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 279/299.

\_\_\_\_\_. O Rio Grande do Sul e a colonização alemã entre 1824 e 1830. In: QUEVEDO, Júlio [org.]. *Rio Grande do Sul: quatro séculos de história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999. p. 193-218.

\_\_\_\_\_. *Os colonos alemães e a fumicultura: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.

DAUDT Filho, João; SANTOS, Pedro Brum (Org.). *Memórias. Santa Maria*: Ed. Da UFSM, 2003.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, pp. 169-178.

GRAHAM, R. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HEINZ, F. M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KARSBURG, A. O. *Sobre as ruínas da Velha Matriz: Religião e política em tempos de ferrovia – Santa Maria – Rio Grande do Sul 1880 – 1890*. Santa Maria, Ed. Da UFSM, 2007.

KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento à boca do Monte: A formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

PISTÓIA, C. D. *O coronel, o jornalista e o delegado: Cultura, política e violência em Santa Maria*. Santa Maria: Abril, 2011.

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 7-38.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. (tradução de Emery Ruas). Porto Alegre: Editôra Globo, 1969.

TRAMONTINI, Macos Justo. *A organização social dos imigrantes. A colônia de São Leopoldo na sua fase pioneira 1824-50*. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2000.

VARGAS, Jonas Moreira. As duas faces do coronel Valença. In. WEBER, B. T., RIBEIRO, J. I. *Nova história de Santa Maria: contribuições recentes*. Santa Maria, 2010.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da Elite Política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

WITH, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

## SOB O OLHAR DA JUSTIÇA: FAMÍLIA, MORAL E SEDUÇÃO

Elizete Carmen Ferrari Balbinot<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente artigo versa sobre as relações sociais constituídas na primeira metade do século XX, em Caxias do Sul (RS). É possível identificar nas fontes produzidas pelo poder judiciário caxiense alguns de seus elementos como, por exemplo, por meio da atuação de sujeitos de diversificados estratos sociais reconstruir a partir de *pistas e sinais* as relações sociais e de gênero, as disputas de poder que ajudaram garantir a manutenção dos códigos morais e éticos sancionados social e juridicamente. As abordagens teóricas e metodológicas da História Social e Cultural apontam para a compreensão das transformações sociais da família e das redes sociais do referido período histórico.

*Palavras-chave:* Família, Gênero, Sedução, Judiciário.

---

Para compreender as transformações sociais da família e todas as redes sociais que se formam no entorno social, entre o século XVI e XIX, importa refletir sobre as abordagens teóricas metodológicas numa redução de escala que a História Social, Cultural, Demográfica e Política proporcionam. Esta reflexão contribui para o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado *Moral e Sedução: o discurso do judiciário nos processos de defloração na Comarca de Caxias do Sul, 1900 a 1950*.

Família, moral e sedução são abordagens que podem ser pensadas sob diferentes enfoques de análises historiográficas. Os padrões de família coexistem e convivem lado a lado com diálogos ambivalentes, ou seja, para o bem ou para o mal, de acordo com a interpretação. Cabe ao historiador e/ou pesquisador decidir o método a ser utilizado na investigação e/ou confrontação relativa às relações

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela UNISINOS, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

familiares que podem ser análises teóricas do empírico. Ele poderá também direcionar sua análise para o viés econômico, social, cultural; estudos diacrônicos ou sincrônicos; quantitativos ou qualitativos o que provavelmente gera debates polêmicos, mas atualmente nosso olhar tem perseguido a finalidade de rejeitar modelos simplistas de análise, como por exemplo, aquela que generaliza a definição de família na ótica patriarcal e reprodutora.

O conceito de família é complexo, mas, em primeiro lugar, modernamente é definida por aquela formada, segundo Sheila de Castro Faria, por “relações biológicas, com ênfase no trinômio pai, mãe, filhos, e vinculado à coabitação”. (1997, p. 242). O modelo contemporâneo se afasta da dita família patriarcal, que era definida como sendo um grupo extenso, composto pela *gente da casa*, onde o núcleo conjugal e a prole biológica estavam em primeiro plano. Seguindo o núcleo principal, ela era composta também pelos parentes consanguíneos ou não; neste rol incluíam-se os afilhados, compadres, agregados, escravos, as concubinas e os filhos ilegítimos (bastardos). O que definia a família extensa era a situação de todos estarem abrigados sob o mesmo domínio e da hegemonia do *pater poder*, interpretado como senhor do patrimônio material e/ou simbólico. A diversidade de composição atribuída a cada um dos integrantes diferia o sentido público do privado. O que caracterizava o espaço doméstico e/ou privado era a reciprocidade de sentimentos do grupo parental, a baixa mobilidade demográfica e a taxa de natalidade que nem sempre era estável.

Foi a partir da década de 1980 do século XX; que as ciências sociais e humanas, com destaque para a Antropologia e a História, voltaram-se à temática família, quer seja na análise de âmbito doméstico ou público. A família nuclear ou a família extensa, as relações destas com sua comunidade ou com o Estado, suscitaram discussões e reinterpretações que ajudaram a viabilizar novas compreensões do modelo dominante que vigorou desde o período colonial até meados do século XX, no Brasil.

Os micros historiadores, ansiosos por situações específicas, encontram nessas abordagens elementos para a compreensão numa redução de escala, como por exemplo, das relações consanguíneas



ou não, as alianças, a sociabilidade, independente da localização destes indivíduos, pois cada grupo familiar está envolvido em estratégias imbrincadas pelas redes sociais de parentesco ou de solidariedade que somente num estudo micro é possível (re)construir.

A historiografia brasileira, ao questionar o enfoque metodológico de análise da família brasileira elaborada pela historiografia tradicional se aproxima dos estudos sobre a família europeia e reivindica um novo olhar sobre os conceitos de família patriarcal extensa. A família tradicional brasileira, até então, formada por um núcleo e pelo entorno social direto ou indireto abordada por Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque (1936) e Antônio Cândido (1951), foi criticada pela antropóloga Mariza Corrêa (CORRÊA, 1994, p. 15) ao afirmar que:

(...) a história das formas de organização familiar no Brasil tem-se contentado em ser a história de um determinado tipo de organização familiar e doméstica – a família patriarcal – um tipo fixo onde personagens, uma vez definidos, apenas se substituem do decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais. (CORRÊA apud MUAZE, 2006, p. 19).

A crítica tecida por Corrêa (1994) foi compartilhada por outros historiadores brasileiros que também não concordavam com o padrão de família patriarcal defendido por Freyre, Buarque e Cândido, ou seja, a ideia de um modelo hegemônico que poderia ser aplicado para análise de toda sociedade brasileira, pois priorizavam a elite que vivia na casa grande. Muaze (2006) defende a existência de outros tipos de família no Brasil que coexistiram no tempo e no espaço com a família patriarcal. Destaca que família tradicional é considerada a-histórica, sendo merecedora de estudos detalhados em escala reduzida proposta pela micro história.

As pesquisas sobre a família realizadas no Brasil tiveram ligação direta com a demografia histórica, priorizando um viés normativo para a história da mulher e da sexualidade, o que ocasionou análises ambivalentes/imprecisas. A micro história, ao se aproximar dos elementos oferecidos pelo empírico do cotidiano,

pode se avizinhar das discussões interdisciplinares entre as ciências humanas, social, antropológica e outras, que trouxeram novas contribuições para análises e (re)interpretações do espaço doméstico e/ou do domínio privado. Os novos modelos de pesquisa europeia e/ou americana, trazidos à realidade brasileira, conduziram os pesquisadores a utilizarem registros paroquiais de batizado, casamento, óbito, entre outros, para ajudar na reconstrução da história da família. Este trabalho, segundo Faria (1997), é árduo, principalmente quando a pesquisa está relacionada ao período colonial brasileiro, pois as fontes podem estar dispersas pelas paróquias e muitas ainda conservadas sem critérios. É um elemento que, no entender da autora, dificulta o trabalho do pesquisador.

As fontes do século XIX, para Faria (ibid) ajudam os pesquisadores, pois eles contam não somente com as fontes paroquiais, mas também com a documentação produzida a partir de listas nominativas dos habitantes da região sudeste e sul, que foram elaboradas por determinação do Marquês de Pombal, com o objetivo de arrecadar impostos. Fontes que se encontram em bom estado de conservação e com uma ordenação arquivística que facilita o trabalho do pesquisador em diferentes arquivos. Independentemente das fontes, cabe ao pesquisador “elaborar questões que façam falar as fontes e procurar nos documentos, interpretar as vozes das pessoas que viveram e vivem fora da cidadania tal como é constituída entre nós”. (BOSCHI, 2006, p. 297).

Os estudos demográficos desenvolvidos no Brasil, principalmente no Estado de São Paulo e em Minas Gerais, no final do século XVIII e início do XIX, apontam que o modelo de “família extensa de tipo patriarcal não foi predominante, além de contar com proporções significativas de *fogos* chefiados por mulheres, induzindo a que se repense o papel feminino naquela sociedade”. (FARIA, 1997, p. 255). Neste sentido, Muaze (2006) infere que no período escravista coexistiram diferentes modelos de família, que podiam ser chefiadas apenas por mulheres, com poucos ou muitos filhos, unidas por casamentos legais e/ou concubinatos.

Sérgio Odilon Nadalin (2003), em seus estudos sobre o passado colonial, destaca que algumas pessoas pertencentes a um

grupo com uma economia estável fixavam-se em um “bairro” e com uma estrutura econômica, cultural e social mínima tendiam criar laços de pertencimento evitando frequentes deslocamentos. Este vínculo era, segundo o autor, firmado principalmente pela da formação das famílias ou da unidade doméstica, ligadas a uma produção de subsistência que garantia a sedentarização do grupo. No entanto, outros grupos que estavam ao *rés do chão* “perambulavam e, eventualmente, fixavam um local de moradia, pois tinham como marca a mobilidade do domicílio” (2003, p. 232) que se dava, a princípio, quando era anunciada a descoberta de uma nova mina de ouro. Neste sentido, a busca de trabalho compelia a muitos grupos a abandonar suas relações sociais.

A família patriarcal europeia foi ideologicamente defendida pelo Estado e pela Igreja Católica, considerando-a civilizadora, ou seja, aquela que garantiria ordem à sociedade. Porém, o modelo imposto para uma sociedade extensiva, multicultural, complexa e de costumes específicos, limitaram sua disseminação entre os diferentes grupos sociais, sendo restringida como modelo da elite. No Brasil, a pesquisadora Maria Beatriz Nizza da Silva (1997) considera que a restrição dos casamentos entre todos os grupos sociais advinha da burocracia eclesiástica e dos altos valores cobrados nas paróquias. A autora comprova sua análise ao identificar alto número de *fogos* chefiados por mulheres, e pelos que viviam em concubinato, pela presença da bastardia e de um grande percentual de crianças abandonadas. Elementos que caracterizaram o comportamento da sociedade local como anormal quando comparado com o modelo idealizado. (SILVA apud FARIA, 1997, p. 255).

A sociedade urbana também diferia da rural. A urbana foi caracterizada por ser mais elitizada e estar envolta de alianças políticas e econômicas independente dos laços de parentescos que lhe auferia classificação do seu status social. Assim, entremeava-se “à coabitação e à parentela, incluindo relações rituais e de alianças política”. (FARIA, 1997, p. 256). No espaço rural foi restringido ao funcionamento e reprodução da unidade produtiva. Porém, em vista da sazonalidade do trabalho muitos grupos deslocavam-se com

frequência e, às vezes, não regressavam, provocando o aparecimento de uma prole abandonada e/ou bastarda.

Cacilda Machado (2008) refere-se à Igreja Católica como uma instituição preocupada com os desajustes de seus “filhos”. Uma situação que o Concílio de Trento, em novembro de 1563, resolveu pôr fim com algumas medidas que foram tomadas para ordená-la. O convívio estabeleceu a obrigatoriedade da sacramentalização do casamento que teve início na Europa e, posteriormente, foi difundido pelo mundo ocidental, com o intuito de “coibir as uniões sucessivas, e disciplinar práticas matrimoniais costumeiras – como o casamento clandestino ou de juras”. (2008, p. 142). No entanto, segundo a autora, a normatização do matrimônio não se relacionava somente com as práticas de uniões irregulares, mas “expressava principalmente interesses políticos e econômicos”. (Ibid).

Outra medida da sacramentalização do casamento foi a sua indissolubilidade, o que provocou resistências na sociedade, pois estava acostumada com um modelo aberto vinculado a crenças e sistemas de cada grupo. Apesar de a Igreja desaconselhar casamentos das pessoas viúvas, a alta taxa de mortalidade nas uniões compelia a busca por novos parceiros. Essa foi uma prática recorrente na sociedade, que só contestava “recasamento, adultério e concubinato com pessoa desigual em riqueza e não contra a prática geral”. (MACHADO, 2008 p. 142). A Igreja também proibiu os casamentos entre parentes consangüíneos, o que contrariou fortemente uma prática da sociedade colonial brasileira que via no matrimônio endogâmico uma estratégia de proteção econômica, social ou parental. Da mesma forma, o controle sobre casamentos clandestinos não foi validado pela Igreja Católica, principalmente, quando os jovens desejavam se unir sem o consentimento paterno, mesmo que isso compelissem para a deserção. A autora aponta que toda teia de proibições tramada pela Igreja Católica compeliu para o controle da natalidade que se apresentava desenfreada, principalmente frente a descendentes de relações concubinárias e pré-matrimoniais, o que repercutia diretamente na partilha da herança entre os filhos biológicos. Neste sentido, se pode inferir que a Igreja Católica primava pelo fim de uniões entre parentes ou

extraconjugais, ao mesmo tempo em que enfatizava a conjugalidade com o fim de multiplicar as redes sociais levadas a cabo pelo indivíduo no contexto social em que se encontrava. (MACHADO, 2008, p. 143).

Machado (2008), a exemplo de Faria (1997), encontra nas fontes paroquiais de batismo, casamento e óbitos indícios e/ou pistas para (re)construção, numa redução de escala, da família brasileira no período colonial. Em alguns casos a Igreja Católica tornou-se o “melhor arquivo” para pesquisar a período estudado, possibilitando a reconstrução das formas de organização que permeavam a sociedade escravocrata.

Ginzburg (2007) defende que não é a quantidade de documentos que determina a qualidade da pesquisa, pois um pequeno contingente de fontes pode conter elementos tão ou mais impactantes que um vasto arquivo com documentação repetitiva. As séries documentais, segundo Ginzburg (1989), podem se “sobrepôr no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos”, ou seja, a partir dos registros da vida social e identitária reconstruir com fragmentos culturais e/ou comportamentais os modelos de família que coexistiram em diferentes lugares.

Giovanni Levi, citado por Paul-André Rosental (1998), defende que, para estudos empíricos sobre a organização da família, não se deve, em absoluto, escolhê-las pelo caráter representativo: pelo contrário, a simplicidade, a trajetória e as especificidades induz o historiador a enveredar para exercícios micro analíticos que permitem “revelar os elementos constitutivos de um modelo”. (1998, p. 164).

### **Relações sociais locais**

Graciela Zuppa (2004) diz que os estudos sobre a sociedade na Argentina foram, primeiramente, desenvolvidos pela Sociologia e na sequência pela História, o que permitiu desenvolver várias abordagens e enfoques que enriqueceram a produção historiográfica naquele país. Os trabalhos interdisciplinares foram os que mais

apresentaram resultados positivos, pois, segundo a autora, foi possível identificar os vínculos estabelecidos entre pessoas de diferentes grupos e, com isso, compreender as redes interpessoais que se formaram.

Zuppa também concorda com Agulhon (1992), pois acredita que sociabilidade se dá principalmente em momentos de ócio. Muitas pessoas aproveitam/aproveitavam este tempo para “estimula relaciones sociales formales e informales, que favorece la acumulación de redes de relaciones y la concreción de universos de poder”. (2004, p. 23). Oportunidade de descanso/lazer que para alguns pode demonstrar vulnerabilidade, para outros, pode propiciar momentos de construção não só de laços de amizade, mas também de trabalho intelectual. Em contrapartida, podem se formar redes de relações ambíguas, ou seja, convivências de poder. Sendo assim, é possível pensar que existem modos diferenciados de sociabilidade e cada grupo constroi sua representação de acordo com a identidade e com os seus códigos, o que possibilita a transformação dos modelos socioculturais de convivência.

Suely Gomes Costa (2007), para estudar os padrões de sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, a partir de fontes literárias e relatos de viagens, analisa os ritos religiosos domésticos e, principalmente, os batizados entre escravos, as relações de gênero e as interações entre diferentes grupos étnicos. Observa que foram criadas relações recíprocas entre escravos, senhores e compadres que se sustentaram em cima do tripé afinidade, identidade e consanguinidade. Para a autora, este tipo de relação manteve-se, por longas gerações, entre todos os moradores da mesma unidade doméstica.

Os ritos batismais, independentes do credo professado, serviam de ligação entre *amas* e *pajens* que formavam redes de *compadrio* e de proteção social por parte dos senhores proprietários, pois muitas destas crianças batizadas eram resultados de relações extraconjugais entre senhores e escravas. Por isso, era comum encontrar crianças negras brincando com as crianças brancas, observadas por pessoas de ambos os grupos e assim ajudando a formar um grupo parental vasto. Costa (2007) afirma que as filhas

moças do senhor, geralmente, eram as madrinhas de rebentos pretos, os quais eram vestidos de acordo com os costumes da família senhorial, ou seja, “todos muito bem enfeitados, (...) alguns tinham até vestidinhos brancos bordados”. (2007, p. 45). Esse zelo das madrinhas aos afilhados se dava, segundo a autora porque se pretendia naquela sociedade “fazer cristãos os irmãozinhos pretos”. (ibid). Um ritual de *domesticidade* que projetava *sociabilidade* entre a elite do Rio de Janeiro e seus subordinados, contribuindo para relações recíprocas de compadrio.

O exemplo de compadrio que permeou a família patriarcal e as redes sociais e/ou alianças políticas e econômicas que se formaram na sociedade imperial e, presentes na sociedade até meados do século XX, também foi um modelo que vigorou no Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, é possível encontrar nas fontes produzidas pelo Poder Judiciário alguns desses elementos e, com isso, identificar sujeitos originários de diversificados estratos sociais. Para, segundo Carlo Ginzburgh (2002), a partir das *pistas e sinais* reconstruir as relações sociais, de gênero e as disputas de poder que ajudaram garantir a manutenção dos códigos morais e éticos sancionados social e juridicamente.

Para compreender o exposto acima, temos o processo (autos) de Investigação de Paternidade<sup>2</sup> peticionado por Telva<sup>3</sup> *de tal* em

---

<sup>2</sup> Fonte: Acervo do Centro de Memória Regional do Judiciário – CMRJU/UCS; Caixa nº 49 A; processo nº 04.

<sup>3</sup> Normas da Disponibilização do Acervo: Caberá ao Diretor do Foro/Conselho da Magistratura a definição dos documentos a serem liberados para pesquisa externa e interna. Poderá, a qualquer momento, a critério do Diretor do Foro da Comarca de Caxias do Sul, ser vedado o acesso aos autos de um determinado processo. (...) Os pesquisadores assinarão termo de compromisso de procedimentos éticos para utilização de documentação. O termo será assinado pelo pesquisador e pelo orientador, no caso de pós-graduação; pelo professor pesquisador, no caso de estudantes bolsistas. Os pesquisadores tomarão ciência de que a documentação conservada no Arquivo guarda informações delicadas e, por vezes, sigilosas da vida de pessoas vivas ou de ascendentes diretos ou indiretos de famílias ainda

Caxias do Sul (RS). A jovem nasceu no interior do município de Vacaria (RS), no dia 15 de janeiro de 1930. Aos vinte anos de idade se dirigiu à delegacia de polícia para registrar queixa contra João *de tal*. João era filho de uma tradicional família de comerciantes caxienses que atuavam principalmente no ramo de importação e exportação de produtos manufaturados. Com isso, mantinha uma vasta rede de relações sociais e, provavelmente, possuíam uma vida social ativa, visto pretenderem ascender a grupos sociais privilegiados de mando e poder.

Telva tentou convencer a si e ao Poder Judiciário o quanto era difícil viver sem a proteção da família biológica. No processo, seu depoimento revela que seus pais eram pobres e com muitos filhos. Destaca que a mãe abandonou a família e que seu pai, provavelmente, pela situação de miséria e outras dificuldades enfrentadas, teve que destinar suas filhas aos cuidados de outras famílias, com a promessa de proporcionar-lhe dignidade até o casamento. Assim, Telva, com dezesseis anos de idade, foi entregue pelo pai biológico a uma família da elite porto-alegrense, que verbalmente se responsabilizou afetiva, social e economicamente pela jovem, até o dia do matrimônio, ou seja, até ela deixar de ser tutelada pelo pai adotivo e passar a responsabilidade ao futuro marido. Em contrapartida, a jovem atuou como serviçal, pois deveria cozinhar, limpar e arrumar.

A casa do Sr. Berto, o pai adotivo, tornou-se o novo lar de Telva. Berto era de naturalidade caxiense e teve quer transferir sua residência para a cidade de Porto Alegre, juntamente com a atividade comercial que exercia “no ramo de hotelaria”, na época também conhecida por casa de pensão. Ele hospedava, principalmente, amigos que deixou em sua terra natal, pois a atividade comercial exercida em Caxias do Sul contribuiu para formação de uma vasta rede de relações inclusive com os genitores do ora réu, segundo a denúncia de Telva. (AUTOS, p. 143).

---

existentes por meio de termo assinado. Disponível em: <http://www.ucs.br/site/midia/arquivos/acervo.pdf>. Acesso em: 10 de set de 2012.



É de supor que Telva, acostumada com modos rurais e de um cotidiano monótono, ao residir em um centro urbano, tenha estranhado a agitação da cidade grande, no processo representado por Porto Alegre. A urbanidade, contrastando com a experiência até então vivida, só foi superada porque, segundo Telva, todos os membros da casa a receberam bem. Além do casal, havia os filhos biológicos e outros jovens do interior do Estado que se hospedavam na moradia para estudar nas escolas da capital. Pode-se supor que o novo grupo pertencesse a um padrão social diferente da origem de Telva. Assim, presume-se que os jovens reunidos experimentaram diferentes momentos de sociabilidade. Entretanto, segundo Telva, havia na casa uma hierarquia que devia ser observada e respeitada, ou seja, comportamentos desregrados não eram aceitos. Existiam regras de convivência ditadas pela família. A conduta interna da casa infere que o princípio das relações entre as pessoas dependia das aptidões dos gêneros em conviver socialmente, esta convivência, segundo Pilar Gonzáles Bernaldo de Quirós (2008), pode ser por afetividade ou por rivalidade.

A leitura do processo dá *pistas* que a vida privada da família adotiva transcorria dentro da normalidade, embora os laços de amizade que se formaram em torno da atividade profissional desta, permitiu que se configurasse nos moldes de uma família extensa. Foi nesse contexto que Telva e João se conheceram. A convivência dos dois evoluiu para uma relação amorosa que desencadeou a gravidez de Telva. No processo identifica-se facilmente a diferença de status social do jovem casal. Ele pertencia a um grupo privilegiado, pois foi enviado pela família à capital do Estado para estudar no Colégio Rosário. Ela pelo contrário, frente à miséria, foi entregue pelo pai biológico para ser criada, primeiramente, por uma madrinha e alguns anos depois por uma família com significativo poder aquisitivo, relacionado ao comércio. João, embora afirmar amá-la e prometer casamento, comunicou o fato aos pais adotivos de Telva, que o expulsaram da casa. João, ao voltar para casa dos pais, relatou à sua família o que acontecera na pensão do Sr. Berto. Diz ter enviado um telegrama para Telva informando-a que já havia cientificado o ocorrido à família e destaca que: “meu velho está a par da situação e eu preciso muito falar com você abraços, João”, conforme telegrama

presente nos autos do processo. João voltou para Porto Alegre e “procurou entendimentos com a autora e reafirma sua intenção de casar logo que conseguir demover a intransigência do pai”. (AUTOS, p. 5). O objetivo de João não se concretizou, pois a família não aceitou o casamento, proibindo-lhe de continuar estudando em Porto Alegre e “proporciona-lhe uma viagem de ‘recreio’ para as Repúblicas do Prata”.

É possível, por meio de processos judiciais, realizar uma leitura das relações sociais que se estabeleceram, principalmente, entre grupos ou indivíduos economicamente diferentes. Neste caso foi possível identificar que o ônus do conflito moral recaiu sobre o mais fraco. João deve ter causado muito sofrimento a jovem mãe que sem apoio do pai de seu filho e da família biológica representada pelo pai em situação de miséria, foi amparada, unicamente, pelos pais adotivos que se responsabilizaram por ela e pelo bebê. Os laços de reciprocidade que se estabeleceram na esfera doméstica conseguiram, provavelmente, minimizar as dificuldades que acompanharam Telva durante todo o trâmite da ação de investigação de paternidade proposta, pois a família adotiva não a abandonou.

O pai adotivo passa a ser o “responsável pela sorte e pelo futuro de Telva”. Ele foi a Caxias do Sul várias vezes, com intuito de obter entendimento com o pai de João, “instando com este, para que desse o seu consentimento, afim de que o réu ao menos reconhecesse a obrigação de amparar materialmente a autora, assistindo-a durante a gravidez e conseqüentemente o parto, contribuindo com as despesas decorrentes, para afinal, registrar em seu nome, a criança que viesse nascer”. (AUTOS, p. 145). Entretanto, o pai do réu demonstrou-se irredutível nas questões levantadas e sugeriu que se solucionasse a incômoda situação pela prática do aborto, chegando a afirmar que ele arcaria com as despesas decorrentes de tal prática. A proposta foi negada pelo pai adotivo.

O processo também permite traçar um paralelo entre a sociedade escravocrata e as mudanças que se estabeleceram no século XX, período que se refere ao processo analisado. O imigrante

européu mostrou-se pouco afeito ao modelo escravista e tenta imputar “seus costumes, ou seja, tenta impor no plano doméstico fórmulas contratuais e de remuneração”. (COSTA, 2007, p. 53). O europeu sem conhecer os códigos locais de trocas recíprocas, tenta contratar mão de obra remunerada, induzindo que tanto os imigrantes quanto os alforriados irão, gradativamente, incorporar novos costumes.

No século XX procurou-se superar o modelo escravista ao observar a relação senhor e/ou empregado(a). Os hábitos domésticos foram reinterpretados e incorporados principalmente pela elite aburguesada que passou ter necessidade de uma “empregada” para atender as necessidades da família, enquanto a senhora se dedicava aos cuidados dos filhos, aos pessoais e das ordens na demanda de organização da casa para deixá-la aprazível a todos os integrantes de suas relações sociais.

Tudo indica que a família adotiva de Telva a tinha como empregada doméstica por meio de trocas recíprocas, pois Telva passou a ser responsável por todos os serviços da casa e, pela relação de reciprocidade obteve, mesmo grávida, apoio da família adotiva. Acredita-se que a dedicação desprendida por Telva proporcionou o seu reconhecimento e do bebê pelos componentes da família adotiva, pois lhe deu suporte para buscar na justiça o direito do filho ser reconhecido pelo pai e, conseqüentemente à proteção necessária para reparar sua honra perante a sociedade.

De acordo com o contexto, a reparação da honra de uma jovem deflorada,<sup>4</sup> para o Código Penal de 1940, somente seria possível pelo casamento. Nas cartas, telegramas e bilhetes que João enviou para Telva a intenção do casamento sempre foi uma constante. O que João não previu foi o posicionamento contrário de seus genitores. Proibido de permanecer em Porto Alegre, João foi

---

<sup>4</sup> O Código Penal da República de 7 de dezembro de 1940, através do Art. 217 define defloração como sendo o ato de seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de catorze, ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou injustificável confiança. Pena – reclusão de dois a quatro anos.

enviado à Argentina; 24 meses depois ao retornar à Caxias do Sul seu pai “proporcionou-lhe outro casamento”. Pode se supor que diante do status social que a família de João ostentava havia em seu entorno uma vasta rede social empenhada em contribuir com um possível “arranjo” matrimonial condizente com a realidade social da família. O casamento “arranjado” para João foi uni-lo a uma tradicional família italiana de Veranópolis que consentiu a união da filha Terezinha com João, porém o namoro, noivado e os preparativos do casamento transcorreram em completo sigilo, tornando-se público somente após sua concretização, (AUTOS, p. 162 e 163). Infere-se que o silêncio das duas famílias frente ao casamento de João e Terezinha pode ser atribuído ao temor de um possível escândalo que Telva poderia promover no dia da celebração do matrimônio.

As provas testemunhais arroladas por Telva e também as apresentadas pelo réu foram unânimes em afirmar a conduta ética da jovem, o que deve ter dado suporte para o juiz fundamentar a sentença. A jurisprudência do francês Marcel Planiol em seu Direito Civil, nota 1.563, nº 1; e do jurista português Coelho da Rocha, Direito Civil, nº 300, norteiam a elaboração da sentença. Ambos ensinam que “a filiação ou a paternidade, que ocorre de fato oculto, por sua natureza secreta, tem em seu favor a admissibilidade de qualquer gênero de provas, mesmo os de presunção que pode basear-se em indícios e conjunturas próprias a convencer o julgador”. (AUTOS, p. 149). O magistrado assevera que a autora não ficou apenas nos indícios ou conjunturas dos autores citados, pelo contrário, conseguiu provar com telegramas, cartas e cartões, a existência de profunda intimidade amorosa com o réu, e acrescentou que as provas documentais foram amparadas pelas provas testemunhais. Para o magistrado as “verdades” documentais e verbais arroladas eram irrefutáveis e, permitiu que em 2 de julho de 1956, formulasse a sentença favorecendo Telva. Julgada a ação de investigação de paternidade procedente, o juiz determinou ao réu pagar mensalmente a importância de oitocentos cruzeiros retroativos a data de nascimento do menino Paulo, e a partir publicação da sentença, Paulo foi reconhecido pelo Poder Judiciário como filho biológico de João e Telva. Ordenou também que o réu pagasse todas

as despesas decorrentes da gestação, parto, medicamentos, roupas e alimentos com o menor investigante até este completar a idade de 21 anos e mais as despesas processuais.

Partindo da análise do processo de investigação de paternidade onde atuaram autora, réu testemunhas, familiares, procurador, promotor, escrivão e juiz, diferentes atores sociais que foram envolvidos, identifica-se que cada um deles elaborou seu discurso na ação promovida por Telva. Nos discursos foi possível compreender como os diversos elementos sociais envolvidos no processo se relacionavam, bem como captar as experiências individuais e coletivas, a sociabilidade de cada grupo e/ou comunidade, na primeira metade do século XX.

Embora as conquistas da mulher pelos seus espaços objetivos ou subjetivos tenham, segundo o jurista Francisco José Viveiros de Castro, representado uma luta incessante, “o respeito pela honra da mulher não é um sentimento inato ao homem e sim uma conquista da civilização, a vitória das ideias morais sobre a brutalidade dos instintos” (1942, p. 11), que, segundo o autor, são animalescos e devem ser contidos pelo “receio da pena” – somente esta pode frear e reprimir os ardores do homem. Viveiros de Castro posiciona-se favoravelmente à mulher, e afirma que “não basta a pena de prisão, que falha em grande número de casos pela benevolência inconsciente ou venal do júri. É preciso garantir o futuro da ofendida pela indenização do prejuízo que sofreu e acautelar a sorte do filho pelo reconhecimento forçado da paternidade”. (1942, p. 24).

Viveiros de Castro, também se refere às dificuldades que uma moça deflorada tem em conseguir um “outro noivo”, principalmente quando ela é uma jovem pobre e de família “obscura e modesta”. (1942, p. 222). Provavelmente, o magistrado que sentenciou João tenha levado em consideração a jurisprudência favorável à mulher, de quem tudo indica ser discípulo, pois em seu arrazoado desconsiderou a posição social que a família de João ocupava na sociedade caxiense. Pelo contrário, refutou as alegações do procurador do réu frente à validade dos depoimentos das testemunhas, ao dizer que:

Todas as testemunhas que depuseram são pessoas idôneas e a circunstância de serem, duas delas, vizinhas *da família de Telva* e mesmo as declarações do próprio casal e de um filho deste, não tiram o valor probante das declarações que prestaram. Pelo contrário, aumenta o grau de credibilidade das mesmas, por partir exatamente de pessoas indicadas para deporem por terem pleno conhecimento dos fatos. O mesmo ocorre com relação aos rapazes que depuseram, pois moravam e moram na residência da família adotiva. [Grifo meu.] (AUTOS, p. 149 e 150).

O magistrado enfatizou estar convicto, pelos depoimentos colhidos, que Telva era uma moça honrada e que a sedução deu-se em virtude do réu ter se “enamorado e tê-la cortejado com assiduidade durante mais de um ano. Dessa assiduidade e inclinação amorosa, publicamente demonstrada, resultou ter Telva adquirido convicção de casamento e daí o fato de deixar-se possuir pelo réu que então a deflorou em dias de abril de 1951”. (AUTOS, p. 150).

Podemos identificar que o juiz examinou detalhadamente o dano moral sofrido por Telva e convencido que o silêncio consubstancial que permeou a honra feminina durante décadas não poderia permanecer. Neste sentido, Telva, na condição de jovem desonrada não poderia ingressar no rol das mulheres sem ética e sem moral, bem como de ser enfeitada e excluída do meio social. A sentença dada e o desejo de Telva foram de reforçar existência de um sujeito com “vontade de verdade”, com memória e história. Telva tinha consciência que o modelo vigente lhe condenaria, pois sua honra somente seria recuperada e/ou reparada pelo casamento e pela família organizada, ou seja, a ordem idealizada pelo discurso dominante e pela moral social. Extintas as possibilidades de reparar o “mal” segundo os costumes sociais estabelecidos pelo Código Penal de 1940, Telva, com o apoio da família adotiva que se responsabilizou em garantir sua dignidade, buscou e encontrou no Poder Judiciário a reparação do dano moral obtido pela sedução, pelo engano e pela fraude, pois o aparato judicial do Estado era responsável pela aplicação das normas que protegiam os costumes.

## Referências

- AGULHON, Maurice. *La sociabilidad como categoria histórica*. In: Formas de sociabilidad em Chile 1840-1940. Santiago de Chile: Vivaria. 1992.
- BOSCHI, Caio C. *Espaços de sociabilidade na América Portuguesa e Historiografia brasileira contemporânea*. Varia História, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p. 291-313, Jul/Dez 2006.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: *Concha de Retalhos*. 3ª ed, SP: UNICAMO, 1994.
- COSTA, Suely Gomes. *Sociabilidades políticas e relações de gênero: ritos domésticos e religiosos no Rio de Janeiro do século XX*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, nº 54, p. 39-57. 2007.
- FARIA, Sheila de C. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro F.; VAIFANS Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.
- GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Cia das Letras, p. 214, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, p. 173-74, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Mitos, Emblemas, sinais: morfologia e história*. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- LEVI, Giovanni, aput ROSENTAL, Poul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- Machado, C. *A trama das vontades*. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- MUAZE, M. *O Império do Retrato: família, riqueza e representações social no Brasil oitocentista (1849-1889)*. Tese

(Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

NADALIN, Sérgio Odilon. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. *Topoi*, v. 4, nº 7, Jul/Dez 2003, p. 222-75.

QUIRÓS, Pilar de G. B. La sociabilidad y la historia politica. <http://nuevomundo.revues.org/24082>. Acesso em: 20 de abr. 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Francisco José. *Os delictos contra a honra da mulher*. 4ª ed. Rio de Janeiro. Editora Freitas Bastos, 1942.

ZUPPA, Graciela. *Práctics de sociabilidad em un escenario argentino: Mar Del Plata 1870-1970*, 1ª ed. Mar Del Plata: Universidad Nacional Mar del Plata, 2004.



# DOCUMENTOS FAMILIARES: A MEMÓRIA DA FAMÍLIA PIGATTO

Liriana Zanon Stefanello<sup>1</sup>

Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos<sup>2</sup>

*Resumo:* Com as possibilidades abertas pela renovação dos campos de pesquisa, a diversidade das temáticas e de objetos, e, principalmente com a multiplicidade de fontes, associados especialmente a abordagens micro-históricas é possível, através de estudos de caso, perceber nos detalhes e nas singularidades o que o particular tem de coletivo, na construção de uma memória e uma identidade de si. Neste sentido, as “caixas da família” Pigatto, pertencentes ao acervo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG), permite que se mapeie a trajetória familiar através da documentação “ali guardada”, seus espaços de sociabilidade, assim como, se aponte algumas redes tecidas por esses imigrantes italianos e seus descendentes para manter um status enquanto grupo privilegiado da sociedade republicana regional.

*Palavras-chave:* Família, Memória, Pigatto, Imigração Italiana, Centro de Pesquisas.

---

## Introdução

Este estudo é uma primeira tentativa de, através dos documentos “guardados” nas duas caixas da família Pigatto, pertencentes ao acervo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG), identificar os espaços de sociabilidades e as redes estabelecidas por esta família para manter um status enquanto grupo privilegiado da sociedade.

Esta documentação íntima familiar passou a ser compreendida como fonte de pesquisa a partir da renovação

---

<sup>1</sup> Autora do trabalho, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS.

<sup>2</sup> Orientadora do trabalho, Doutora em História pela UFRGS e professora do Curso de Graduação e do Programa da Pós-Graduação em História da UNISINOS.

historiográfica ocorrida nas décadas de 1980 e 1990, em que as categorias até então estabelecidas para se estudar a sociedade, tendo como protagonistas as classes, os grupos sociais e o estado se transferem para os atores reais desse processo: os indivíduos.

E neste exercício pretende-se perseguir este indivíduo identificado neste estudo de caso como representantes da família Pigatto.

### **A mudança de perspectiva histórica**

Com a denominada crise do marxismo, aos poucos a historiografia brasileira foi se desligando dos esquemas e categorias vigentes. Assim, a história cultural apoiada na diversidade de fontes e objetos de pesquisa detêm-se nos estudos sobre as mentalidades, imaginário, representações, identidades, memória, gênero e família. Então, as análises estruturais dão lugar às pesquisas de fenômenos micro sociais.

Uma das correntes historiográficas desta história cultural é a micro-história, que reduz a escala de análise explorando intensivamente o objeto, para, a partir de uma situação particular, compreender como os indivíduos produzem este mundo social, ou seja, procura-se apreender as redes mais complexas de sustentação cultural, afetiva e de poder. O fio condutor desta investigação histórica, então, recai sobre o indivíduo, suas estratégias e relações o que possibilita perceber nos pormenores e nas peculiaridades o que o particular tem de coletivo. Esta corrente está associada à produção histórica dos italianos Carlos Ginzburg e Giovanni Levi os quais reduzem a escala de análise e empregam o método indutivo de investigação explorando exaustivamente as fontes. Neste método se constrói as categorias de análise a partir da observação destas fontes, estas não estão dadas a priori.

Segundo esta ótica de estudar o indivíduo, como ser social, que faz escolhas, que age, está evidente que os historiadores mudam seu foco de análise para a sociedade como um todo, ou seja, a observação não recai mais somente sobre a elite. No entanto, para

reconstituir as relações sociais do indivíduo novas fontes precisavam ser consultadas.

Neste momento observa-se uma mudança na produção histórica quanto à noção de documento, pois segundo Febvre

a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem (...). Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (LE GOFF, 2003, p. 550).

Nesta perspectiva observa-se que a revolução documental se dá ao mesmo tempo quantitativamente e qualitativamente. Neste ponto, elenca-se a importância da tecnologia para a pesquisa histórica com o uso do computador e principalmente a troca feita com outras áreas das ciências sociais, tais como a sociologia, que possibilitaram, por exemplo, o estudo das redes sociais e sociabilidades, além das contribuições da demografia histórica, que, baseada nos registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, procuravam reconstituir a genealogia familiar (demografia francesa, com Louis Henry) ou, através de listas nominativas, estudar a unidade doméstica (Grupo Cambridge, com Peter Laslett).

Assim, novos fundos documentais passam a ser consultados por historiadores, como por exemplo, a documentação eclesiástica (nascimento, casamento, óbito), notarial (processos judiciais, protocolos) e particular das famílias (diários, memórias, iconografia, testamentos).

Com o advento da modernidade, o avanço do capitalismo e a desestruturação das sociedades tradicionais o novo se estabelece como marca de progresso e sinal da destruição da tradição, o que ocasiona um enfraquecimento dos vínculos ancestrais (BENEDUZI, 2009, p.47). Detecta-se aí uma intensificação neste processo de perda e uma necessidade de reviver o passado, e de se identificar.

Por isso, a “memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de

hoje”(LE GOFF, 2003, p.469). Isto se explica, pois cada indivíduo associa seu próprio passado e “constrói a sua identidade e a sua distinção em relação aos outros”(CATROGA, 2001, p.44). Assim, tem-se a necessidade de ter uma memória, que, segundo Zanini é “como uma ligação entre o eu e o mundo no qual as experiências significativas tomam lugar. Rememorar é um dialogar, um invocar, um ato de encontro tanto social quanto consigo mesmo”(ZANINI, 2006, p.23). Por isso, que ao atribuir valor aos objetos, fotografias, símbolos que dão unidade a determinada família, estes se tornam traços comuns de uma coletividade e dão unicidade ao coletivo. Revalorando esses símbolos, o próprio indivíduo é revalorado e se compreende como integrante da sociedade a qual pertence e, assim, responsável por construir a memória, uma trajetória de continuidade do que fazia parte do mundo dos antepassados que está presente hoje.

Na busca pela memória este indivíduo, entendido como sujeito social, é responsável pela construção de sua identidade, por isso, estes lugares de memória permitem que este sujeito construa a sua memória particular que o identifica e ao mesmo tempo o integre a uma identidade coletiva.

Na modernidade é a família o elo que possibilita a identificação, a diferenciação e a transmissão dessa memória. De fato, as festas familiares, os ritos e símbolos como a fotografia, os papéis de família fazem parte das heranças que são fundamentais para a criação do sentimento de pertença que permite a cada um se reconhecer nessa genealogia. As histórias de família são legados que permitem a construção de uma memória que se transmite e se partilha o que possibilita entender a historicidade do privado pensando o indivíduo como integrado na sociedade.

É este sujeito moderno, preocupado com a preservação de sua memória, que ao realizar uma “escrita de si” procura construir uma identidade para si (MUAZE, 2006, p.39), que procuramos perseguir nesta análise.

## O estudo de caso da família Pigatto

A preservação da memória familiar, com a preocupação de ressaltar suas distintas temporalidades, seu lugar na sociedade, seus personagens e sentimentalidades foi levado a cabo por Padre Luiz Sponchiado, quando iniciou seus trabalhos de pesquisas sobre os imigrantes italianos e seus descendentes na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins. Este se propôs ser o “guardião desta memória”, no entanto, é preciso ressaltar que toda e qualquer coleção familiar passa por um processo de seleção, e, neste caso não foi diferente.

Através de suas pesquisas nos arquivos paroquiais de várias dioceses do Estado, no Arquivo Histórico Nacional, no Arquivo Público em Porto Alegre, das entrevistas e visitas às famílias coletando documentos antigos, fotografias, objetos, além da colaboração das próprias famílias que iam até a casa paroquial, quando este ainda era pároco em Nova Palma, e posteriormente, a seu escritório no Centro de Pesquisas Genealógicas, ele foi construindo a partir de 1973, um acervo que atualmente conta com 1634 sobrenomes italianos, catalogados em 67 livros de Genealogia.

Além desta genealogia, que é um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos de todos os indivíduos, imigrantes e descendentes, seus respectivos cônjuges, filhos, netos, bisnetos, tataranetos, e assim por diante, este acervo conta com a cronologia. Esta é composta de blocos de papel (rústicos) datilografados, os quais possuem dados desde o século XVI até o século XX. A partir de 1870, esses documentos estão dispostos por ano, meses e dias, o que somam aproximadamente um total de 52.850 páginas. Neste material estão registrados acontecimentos históricos regionais, nacionais e internacionais priorizando as informações locais sobre as famílias pertencentes à Quarta Colônia, como por exemplo, os batizados, casamentos e óbitos, que posteriormente são transcritos para a genealogia. Também, a partir dos anos 60, do século XX, há os registros diários da vida pessoal de Pe. Luiz Sponchiado.

A Biblioteca conta com aproximadamente 5.000 títulos entre livros, revistas, monografias, teses, jornais que tratam especialmente sobre a imigração. Também compõem esta biblioteca as pesquisas genealógicas realizadas pelas famílias, além dos livros de atas e

caixas de empresas familiares que existiam na região, livros de ata e caixa das comunidades da paróquia dentre outros, assim como muitos mapas e plantas dos municípios e da colônia Silveira Martins.

Outra forma de pesquisa que originou importante acervo são as fitas cassetes, usadas para gravar entrevistas, documentários e pesquisas, bem como as fitas de vídeo, utilizadas com o mesmo objetivo, que contam com um número aproximado de 350 unidades.

Parte importante deste acervo, e na qual me detive para fazer algumas considerações neste breve trabalho, são as denominadas caixas de famílias ou caixas de documentação que somam aproximadamente 1000 caixas. No geral elas são compostas de correspondências que o padre recebia, de cartas que imigrantes e seus familiares trocavam com parentes da Itália; de documentos das famílias dentre os quais podemos citar: passaportes, certidões, escrituras de terras, entre outros do município de Nova Palma, da região e de outros municípios do Estado. Além disso, existem fotografias de época e alguns álbuns de família mais recentes e, histórias de famílias que o padre fazia por ocasião das festas de família.

Aqui, especialmente, optei por trabalhar com a documentação relativa a uma das quatro famílias que utilizarei como amostragem para a análise, na minha tese que se propõe estudar as trajetórias familiares de Imigrantes Italianos da Quarta Colônia Imperial do Rio Grande do Sul, buscando ver as estratégias usadas para alcançar sucesso e manter sua identidade. As famílias escolhidas foram: Pigatto, Piovesan, Pippi e Descovi, famílias estas estabelecidas em Nova Palma e todas de uma forma ou de outra, ligadas ao Padre Luiz Sponchiado, criador do Centro de Pesquisas Genealógicas, a fim de identificar as ações e o modo como se deu a construção da memória destes imigrantes.

Propus-me nesta reflexão mapear a trajetória desta família, seus espaços de sociabilidades e apontar algumas redes tecidas por esta família para manterem não só em Nova Palma, mas em toda região, um status privilegiado, proporcionando a estes grandes comerciantes, serem influentes políticos, até hoje atuantes na

sociedade novapalmense. Deixo claro que para fazer um trabalho seguindo a metodologia da micro-história, que alavancou historiograficamente vários trabalhos cruzando e examinando exaustivamente distintas fontes, mas principalmente utilizando a documentação particular das famílias, precisaria de uma tese especialmente para esta família, no entanto, este é um primeiro exercício para pensar sobre o assunto através da documentação contida nas duas caixas da família Pigatto pertencentes ao Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma.

O diagnóstico da documentação das caixas é o seguinte:

- 15: Lembranças de óbito, aniversário, primeira eucaristia e missas;
- 17: Convites de formatura, casamento, primeira eucaristia e homenagens;
- 61: Recortes de jornais;
- 20: Cartões de aniversário, postais, de ano novo;
- 24: Certidões civil e religiosa de nascimento, casamento e óbito;
- 156: Fotografias;
- 56: Escritos: que são o resultado de pesquisas em arquivos, jornais, entrevistas, depoimentos feitos por Padre Luiz sobre a referida família;
- 15: Correspondências sobre pesquisas e históricas da família;
- 6: Caderneta militar, título de eleitor, passaporte, boletim escolar;
- 2: Diploma da obra das vocações da Diocese de Santa Maria e folheto da obra pontifícia da Santa Infância;
- 64: Coletânea de imposto territorial e sobre empréstimos;
- 10: Notas promissórias, fiscais e recibos;

- 31: Escrituras de terras, contrato de Compra e Venda (C/V) de terras, transmissão de propriedade, extratos e título de propriedade;
- 7: Talão de transcrição de imóveis;
- 10: Atestados, convocações, procuração, nomeação, regulamento e declarações (trata de cargos ocupados pela família, convocações para a assembleia de cooperativa e para esclarecimentos na polícia, declarações de negócio, declaração de funcionamento de comissões, etc);
- 3: Propagandas eleitorais, cédula de votação e propaganda de empresa pertencente à família;
- 1: Planta de uma área de terras;
- 2: Um termo de encerramento de livro, selo de verba sobre um livro copiador e caderneta de gado vendido.

Totalizando 500 documentos contidos nestas duas caixas da família Pigatto.

Os Pigattos que imigraram para a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana, criada em 1877, mais especialmente para o Núcleo Soturno (criado em 1884), hoje Nova Palma, segundo os escritos do Padre Luiz, de acordo com cartões postais, e documentos de casamento, são naturais da Frazione di Ancignano, pertencente na época a Comune de Dueville, na Província de Vicenza, Região do Vêneto, ao norte da Itália.

Luigi Pigatto casado com Maria Freato, tiveram três filhos: Luigi, Antonio e Vincenzo.

Luigi casou aos 29.11.1885, na Parrocchia de Girolamo e Bernardino – Vivaro, Comune di Dueville, Província de Vicenza e no civil aos 17.1.1886 em Dueville, Província de Vicenza, com Lucia Catterina Mazzardo, nascida em Schiavon, Comune de Dueville, ambos camponeses. Lá tiveram o primeiro filho também denominado de Luigi, que logo faleceu.

Segundo a documentação, após a morte deste primeiro filho em 1887, e devido às dificuldades lá enfrentadas, ou, segundo o



escrito de Padre Luiz, datado de 16.2.1888, podemos identificar que desde o namoro de Luigi e Lucia Catterina estes tinham a intenção de imigrar, pois Madalena Mazzardo, irmã de Lucia, casada com Giácomo Turra, já tinha partido para o Brasil em fins de 1883, estabelecendo-se nos lotes nº 15 e 21 do Núcleo Soturno, na Colônia Silveira Martins. Isto é possível, pois segundo o referido escrito, Giácomo Turra em 1885 reserva o lote nº45, do referido núcleo, para Luigi Pigatto. Neste contexto, deve-se recordar que o núcleo soturno recém estava sendo criado, o que possibilitava que estes ainda pudessem reservar lotes para os conterrâneos que quisessem imigrar.

Neste momento podemos rapidamente mencionar os avanços nos estudos sobre as migrações ocorridos nas últimas décadas do século XX, com o enfoque na microanálise, os quais partem da compreensão do indivíduo como um sujeito ativo, que toma decisões, traça estratégias, e assim, a família adquire um papel importante pois é nela que as decisões são tomadas e as estratégias traçadas para a sobrevivência (RAMELLA, 1995, p.14), é no âmbito das relações pessoais que as informações são passadas. A partir do momento em que a emigração deixa de ser compreendida como uma ação de desesperados a partir de uma situação de calamidade e, é vista como uma tomada de decisão feita por indivíduos que traçam estratégias de superação social, os vínculos pessoais são reveladores dessas estratégias (RAMELLA, 1995, p. 11).

Assim, poderíamos pensar que esta família traçou sua estratégia a partir de suas redes de relações, e já tinha decidido imigrar, quatro anos antes de o fazer. Aqui cabe também revermos alguns conceitos como família e rede social para compreendermos melhor estes vínculos pessoais.

Segundo Muaze (MUAZE, 2006, p.9) desde a década de 1920 que a historiografia brasileira aborda o tema família, inicialmente com os estudos de Oliveira Viana, ao desenvolver o conceito de clã parental quando estudou a família senhorial. Mas é com Gilberto Freyre que a família se torna importante para a historiografia brasileira ao estudar a organização familiar da elite patriarcal escravista, com base na colonização portuguesa. Segundo o referido autor “a família, e não o indivíduo ou o Estado, teria sido

o verdadeiro fator colonizador do Brasil, exercendo a justiça, controlando a política, produzindo riqueza, ampliando territórios e imprimindo o ritmo da vida religiosa através dos capelães dos engenhos” (VAINFAS, 2000, p. 216). Ainda a noção de família é extensa, pois além dos pais, filhos legítimos e ilegítimos, também incluem-se os escravos, agregados, parentes e aliados.

Muitos outros autores trabalharam posteriormente com este conceito como, por exemplo, Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda. Cabe aqui destacar que este último autor deixa uma contribuição importante, pois também considerava a família extensa, mas agrega a sua análise, as alianças estabelecidas pelo casamento, laços de solidariedade e relações de compadrio. Segundo esta visão pretendia-se formar parentes ligados a autoridade de um “pater-familia”, e não cidadãos no Brasil Colonial. Através destes laços observa-se que as esferas públicas e privadas se confundem, pois estes laços são privilegiados no governo, exercido pelas famílias influentes.

Aqui vale ressaltar que este tema foi recorrente na historiografia brasileira e muitos autores procuraram, de acordo com as inquietudes de seu tempo, estudar esta instituição e sua relação com o estado. Mas neste trabalho retomamos o período cronológico da década de 1970, em que este tema passa a ser objeto da história, com os trabalhos de Murriel Nazzari e Elizabeth Kusnesoff, que abordam o tema a partir da documentação mais particular das famílias. Neste ponto vale destacar a influência, nas décadas posteriores, da demografia histórica nos trabalhos dos historiadores, como anteriormente já mencionei neste artigo. Assim, estes trabalhos demonstraram as distintas formas de organização familiar existentes no Brasil, permitiram perceber as especificidades regionais, e abriram espaços para o estudo dos regimes matrimoniais, parentescos, estratégias matrimoniais e relações sociais, isso claro abordando fontes de cunho eclesiástico, jurídico, comercial e de foro íntimo, propiciadas com o enfoque da micro análise histórica. Dessa forma, desenvolve-se um conceito mais moderno de família “ligado ao casamento, à consanguinidade e a

coabitação, entendendo por família os pais e filhos que vivem na mesma casa” (VAINFAS,2000, p.216).

Como já mencionei a influencia de outras áreas do conhecimento e as mudanças nos paradigmas historiográficos proporcionaram que a historia também começasse a investigar as redes sociais, as sociabilidades, os casamentos e as relações de compadrio para compreender este individuo como ator social. Como meu foco é mapear estas redes e sociabilidades através da documentação é importante sintetizar alguns conceitos.

Desta forma pode-se dizer que os estudos sobre sociabilidades ganharam lugar na história a partir da década de 1970 com as reflexões de Maurice Agulhon (ZUPPA, 2004, p. 15). Sociabilidade implica a qualidade de ser sociável, a convivência entre indivíduos. Assim pode-se dizer que existe a sociabilidade formal, em espaços associativos, em entidades, em grupos políticos, culturais, clubes e organizações e, a sociabilidade informal em praças, salões, praias, casas comerciais, festas, etc (ZUPPA, 2004, p. 16). Ou ainda sociabilidade como “principio de las relaciones entre las personas o aptitud de los hombres para vivir en sociedad”(BERNALDO DE QUIRÓS, 2008, p.4). Já a rede social remete “a espacios de interaccion social- del cual el tejido de la red da cuenta – que no implica que todos los individuos que participan a la red de ego se conozcan ni que compartan espacios de sociabilidad”(BERNALDO DE QUIRÓS, 2008, p. 9).

Então com Luigi Pigatto e sua esposa Lucia Catterina Mazzardo imigra Vincenzo Pigatto, irmão de Luigi com 17 anos. Quando aqui chegaram abrigaram-se na casa dos parentes. Logo adquiriu o Lote 45 e posteriormente

Luiz comprou no cabeçalho da terra, o direito de “nacionais” do Lote 91. Nas alturas da extremidade Leste deste, no alto, havia quantidade de “caboclos”, com os quais, a família (...) foi se criando e acostumando. Não houve pois, dificuldades em adquirir direitos confrontantes e vicinais, e, mais tarde, terras de campo.(SPONCHIADO, 16.2.1888)

Como se percebe e comprovam-se pelas escrituras de terras, contratos de compra e venda e título de propriedade desde que

chegou ao Núcleo Soturno, Luigi adquiriu os seguintes lotes pertencentes à Linha nº1 do referido núcleo da ex-colônia Silveira Martins: nº 45, 90,91,92,93 e 94. Destaca-se que destes 6 lotes dois foram comprados diretamente do governo, ao passo que os outros foram comprados de portugueses que tinham a posse os quais na descrição de Padre Luiz se refere como “nacionais”. Além disso, adquire muitas áreas de campo, matos, pedaços de terras com benfeitorias. Só para enumerar em 1903, Luigi possuía, segundo os impostos territoriais com data de 16.6.1903, 527 hectares de terra.

Mas como me propus analisar as possíveis redes e espaços de sociabilidades, devo antes de explicar as pistas que a documentação me proporcionou, enumerar a família de Luigi e Lucia Catterina Mazzardo.

Este casal teve 11 filhos. O primeiro conforme já enumerei faleceu ainda na Itália. Após este sucederam-se mais 10 filhos: Luigi Filho, Maria Luiza, Rosa, Luigia, Pietro, José Vincenzo, Antonio Domenico, Angela, Catarina e Elizabetha Elza.

Também já comentei que Luigi trouxe o irmão Vincenzo Pigatto que aqui casou-se com Amélia Grassi, no registro civil aos 17.7.1895 no cartório de Dona Francisca.

Vincenzo e Amélia não tiveram filhos, mas criaram os sobrinhos Luigia e José Vincenzo. É importante que se diga que o Luigi investe em uma loja comercial, situada no Rincão do Padilha, distrito do Município de Julio de Castilhos, onde estes residiam. É através deste negócio que será seguido por seus filhos e também por seu irmão Vincenzo, quando este se estabelece em “campo do meio”, hoje cidade de Faxinal do Soturno, que podemos detectar os espaços de sociabilidade desta família e entender a influência que esta família construiu.

Luigi Pigatto e depois seus filhos, Luigi Filho e Antonio, especialmente, seguiram o negócio do pai. Na documentação encontrei que o imigrante Luigi já em 1904 era o presidente do 5º Distrito (Nova Palma) de Julio de Castilhos e responsável pelo regulamento da Comissão Conservadora das Estradas Públicas da Zona Colonial. Em 1909 por um documento expedido pelo então

Secretário da Intendência Municipal de Julio de Castilhos, Aristides Bastos exonera Luigi Pigatto do cargo de inspetor Seccional do 5º Distrito. Como se pode observar o poder econômico adquirido por esta família proporcionou a este senhor um poder político local, que se torna um capital que passará para os filhos e netos.

Este poder econômico proporcionou que este senhor fosse viajar para a Itália visitar seu irmão Antonio, que lá constituiu família. Segundo o passaporte expedido pela Delegacia de Polícia de Julio de Castilhos aos 19.4.1912. Desta viagem também encontramos cartões postais, dos lugares de sua infância em Villa de Teolo – Bassano, Itália, mas, a informação mais interessante e que nos permite mapear as redes de solidariedade que estes imigrantes estabeleciam, estava em uma carta endereçada a este senhor após retornar de sua viagem, por Girolamo Mazzardo, de Bassano, solicitando o dinheiro que haviam combinado para este poder imigrar. Este é o indicio de que estes indivíduos traçam suas estratégias, se articulam em redes para atingirem seus objetivos.

Luigi Filho e Antonio seguiram os passos do pai, pois, ambos trabalham com o comércio e agregam a criação de gado nas áreas de campo e o transporte de mercadorias. Observa-se que a diversificação de atividades foi uma alternativa para esta família que deu certo. Isso se comprova pois, os dois a seu modo, traçaram estratégias para continuarem exercendo a influência segundo indica a documentação.

Antonio possuía uma fábrica de vinho, automóveis, carroças para fazer o transporte de mercadorias, era criador de gado, associado da Cooperativa Castilhense de Carne e Derivados LTDA, e criou em conjunto com Vitélio Canzian uma Sociedade Comercial para colocar uma filial em Gramado de sua casa comercial. Para não fugir a regra também exerceu cargo de Juiz Distrital do 8º Distrito de Julio de Castilhos, com sede em Comércio (até 1928 e depois Pinhal Grande) em 1920. Além disso, ele emprestava dinheiro como se observa nas notas promissórias que constam na documentação. Um detalhe muito importante é que nesta casa comercial quando estes emprestavam dinheiro, a pessoa que solicitava o empréstimo assinava uma nota promissória se comprometendo em pagar dívida,

dando como garantia algum bem. Encontrei em meio à documentação muitas áreas de terras que foram adquiridas por esta família devido à hipoteca de dívida, como foi o caso de Nicanor do Amaral e Mello.

Luigi Filho também seguiu os passos de seu pai. Pelo diagnóstico da documentação ele investiu em terras e trabalhou como “carroceiro”, no transporte de produtos coloniais e industrializados para a venda.

Optei por usar como exemplo estes dois filhos, pois como já disse esta é uma primeira tentativa de estudar esta documentação familiar. Gostaria de acrescentar que tanto os filhos de Luigi Filho Pigatto quanto os de Antonio, se tornaram vereadores ou prefeitos após a emancipação de Nova Palma. E para entender o nível de influência local, aos 29.9.1963 Antonio Pigatto, faz um empréstimo ao Município de Nova Palma, recém emancipado (29.7.1960) no qual seu filho Pery Pigatto era vereador, no valor de 29.238,00 Cruzeiros para a construção de rede de alta tensão em Novo Paraíso.

## **Conclusão**

Com esta breve análise foi possível compreender como este espaço de sociabilidade que é a casa comercial, que, proporcionou a influência econômica e política e criou um capital social permitiu esta família manter uma rede social em que as posições dos atores se altera ao longo da história, hora sendo favorecido, hora favorecendo, por quatro gerações. Como se pode observar o capital econômico, político e social deixado pelo imigrante não foi desperdiçado pelos filhos e netos.

Procurou-se brevemente perseguir este indivíduo que através da documentação familiar arquivada no Centro de Pesquisas Genealógicas, deixa registrada uma memória e uma história de si, que certamente em estudos mais aprofundados e cruzando com outras fontes, poderão futuramente nos proporcionar outras leituras da história desta região, que não se restringe a história da família em si, além de possibilitar como se deu a construção desta memória regional através da documentação arquivada no referido Centro.

## Referências

ACOSTA RODRÍGUEZ, Antonio. “Las redes sociales, el poder y sus fundamentos”. Anuario del IEHS. Tandil, Argentina, 2000, p. 153-172;

ARQUIVO do Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) de Nova Palma. Sala da Documentação de Famílias, Caixa Família Pigatto;

BENEDUZI, Luís Fernando. Caminhos de Memória: uma análise de percursos de italianidade no Rio Grande do Sul. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUC. v.35, n.1, jan-jun, 2009, p. 40-55;

BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar González, La “sociabilidad” y la historia política, Nuevo Mundo Mundos Nuevos, BAC – Biblioteca de Autores del Centro, 2008, [Online], posto online em 17 Fevereiro 2008. URL : <http://nuevomundo.revues.org/24082>. p.1-29;

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.p.43-69;

IMÍZCOZ, José M. – Actores, Redes, Procesos: reflexiones para una historia más global. In: *Revista da Faculdade de Letras – História* (Universidade do Port). III Série, Vol. 5, 2004, p. 115-140;

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão ...[et al.]. 5ª Ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p.525-541;

MUAZE, Mariana de Aguiar F. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil Oitocentista (1840-1889)*. 2006. 403 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2006;

SPONCHIADO, Breno. *Imigração e Quarta Colônia*: Pe. Luizinho e Nova Palma. Santa Maria: UFSM, 1996;

SPONCHIADO, Pe. Luiz. Escritos. Histórico da Família. 16.2.1888. In: *Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) de Nova Palma*, sala da Documentação de Famílias, Caixa Família Pigatto;

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. Verbete Família. p.216-218;

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidades no Brasil Meridional: A Construção da Identidade Étnica na Região de Santa Maria-RS*. Santa Maria: UFSM, 2006.

ZUPPA, Graciela. *Prácticas de sociabilidad em um escenario argentino: Mar Del Plata 1870 – 1970*. 1ª Ed. Mar Del Plata: Universidad Nacional Mar Del Plata, 2004, p.13-23.



# **TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E FAMILIARES DE APRENDIZES DA INDÚSTRIA DE CAXIAS DO SUL: UM EXERCÍCIO PROSOPOGRÁFICO**

Ramon Victor Tisott<sup>1</sup>

*Resumo:* Por meio da análise de trajetórias individuais e familiares de aprendizes que atuaram na metalúrgica de Abramo Eberle, em Caxias do Sul, no início do século XX, apresentamos algumas considerações sobre as características das famílias de trabalhadores do período, assim como apontamos as experiências dos indivíduos posteriores à situação de aprendizagem. O estudo parte de contratos particulares de aprendizes e de outros documentos de registro de trabalhadores da empresa, usados para elaboração de uma lista de nomes. A partir da lista inicial, foi realizada uma ampla pesquisa de método prosopográfico, visando à reconstituição de trajetórias com variadas fontes, atentando para a ascensão social ou manutenção da condição de trabalhadores.

*Palavras-chave:* aprendizagem industrial, história da família, prosopografia.

---

## **Introdução**

“Na região colonial, a criança faz parte da força de trabalho, espontaneamente, desde os seus primeiros anos, onde muitas vezes brinquedos e trabalho não são separáveis” (LAZZAROTTO, 1981, p. 125). Esta frase está no trabalho de Valentim Lazzarotto sobre os trabalhadores da Metalúrgica Abramo Eberle. Na análise que o autor realizou das fichas dos empregados da metalúrgica, chamou-lhe a atenção a presença das crianças no ambiente industrial. Na sua interpretação, era de interesse das famílias a incorporação dessa mão-de-obra no mercado de trabalho, pois representava aumento de ingressos no orçamento familiar. Lazzarotto avalia esse tema da seguinte forma:

---

<sup>1</sup> UCS/UFRGS.

O trabalho não representa uma ruptura na sua evolução; ele brota do sentimento de solidariedade de pais e filhos. Já nos centros onde há um princípio de industrialização, colocar um menino, mesmo que seja um aprendiz, significa romper com suas estruturas, introduzindo-o num mundo diferente. Pode haver a mesma solidariedade colonial, mas aqui existe o transplante do mundo infantil para o mundo adulto (1981, p. 125-126).

Foi buscando entender a presença das crianças entre os trabalhadores da indústria de Caxias do Sul que empreendi uma pesquisa sobre o tema, focalizando a mesma empresa que Lazzarotto pesquisou. Diferente de Lazzarotto, que utilizou basicamente as fichas dos empregados do arquivo da Eberle, busquei investigar outros aspectos da vida dos trabalhadores para completar o quadro e identificar o contexto em que viviam essas famílias que ofereciam seus filhos às oficinas de Abramo Eberle. Tendo como referência a tradição da história social, especialmente a história social do trabalho, focalizei o momento inicial da formação da classe trabalhadora em Caxias do Sul analisando registros da experiência de indivíduos e coletivos.

As fontes iniciais desta pesquisa são os documentos que registram a prática de contratação particular de aprendizes antes da implantação das leis trabalhistas, quando cada fábrica estabelecia suas próprias regras, que eram firmadas em contratos de trabalho. Era costume o contrato ser por tempo determinado e com salário determinado. Isso é o que ocorria com mais frequência no caso do empreendimento de Abramo Eberle, na primeira década do seu desenvolvimento. Nesse caso, são 35 contratos de aprendizagem, datados de 1901 a 1912, e que foram estabelecidos entre os pais, responsáveis pelos aprendizes ou pelos próprios aprendizes e a empresa. Neles são relacionados os deveres das partes e as condições em que são firmados. A partir dos nomes contidos nesses contratos, foram elaboradas as trajetórias de alguns aprendizes e de suas famílias, utilizando-se o método da prosopografia para a investigação das características comuns ou divergentes dos indivíduos pesquisados.

Para construir essa história coletiva, depois de identificado o universo de indivíduos a serem pesquisados, elaborei algumas

questões cujas respostas foram buscadas a um conjunto documental diversificado (contratos mencionados, registros que a indústria fazia da vida funcional dos operários, registros que o governo realizava dos imigrantes e dos colonos, até cartão de lembrança de velório). Esse processo inicial de levantamento de dados integrou minha dissertação de mestrado, que será referida quando mencionadas as informações nela constantes.

Como o título indica, o presente estudo se trata de um exercício prosopográfico, em que são organizadas as informações encontradas sobre os indivíduos e suas famílias, construindo uma narrativa das suas trajetórias. A partir do exame das trajetórias, identificamos as variáveis mais significativas a serem analisadas.

O objetivo da escolha desse método, notabilizado pela sua contribuição ao estudo das elites, principalmente para investigações sobre política, não é dar sentido à ação política de um grupo, ou explicar transformações culturais ou estruturas sociais, mas sim conhecer a composição social do grupo de aprendizes e perceber as coincidências e divergências nas suas histórias de vida anteriores e posteriores à experiência que compartilharam como aprendizes. Como propõe Flávio Heinz, a ideia é elaborar o perfil social deste grupo ou, como veremos nos resultados, os perfis sociais (2006, p. 9). Esse intento talvez faça mais sentido quando inserido no objetivo maior do qual faz parte, que é perceber a relação entre a prática da aprendizagem industrial e a formação da classe trabalhadora, no caso de Caxias do Sul. Algumas questões esclarecem o objetivo colocado: esses aprendizes permaneceram como operários nas indústrias quando seus contratos encerraram, utilizaram o conhecimento adquirido em suas vidas profissionais quando adultos? A experiência de aprendizagem condicionou a trajetória desses indivíduos a permanecerem como trabalhadores no seu futuro, ou a experiência enquanto trabalhador foi passageira?

## Origens e condições sociais dos aprendizes



Operários e brunideiras da oficina de Abramo Eberle. Caxias, 1907

Fonte: Coleção Eberle S/A – Acervo do AHMJSA.

Assim como o trecho da obra de Lazzarotto transcrito no início deste texto, essa fotografia também é um fator motivador da investigação. A imagem acima é de uma fotografia doada pela empresa Eberle S.A. ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, de Caxias do Sul. A imagem parece ser o registro de uma cena no interior do terreno na oficina de Abramo Eberle, no pátio interno. O fotógrafo não foi identificado, e a legenda sugerida na sua ficha de catalogação diz tratar-se de operários da oficina de Abramo. Na imagem, cerca de 60 pessoas participaram do momento que foi representado no documento fotográfico sendo, pelo menos, 15 delas crianças. Na observação da imagem, algumas questões surgiram: Quem seriam esses meninos, que representam cerca de um quarto dos operários fotografados? O que eles faziam na oficina? De onde eles vieram e para onde foram depois dessa experiência? Buscando responder essas indagações, fui aos documentos da empresa.

Alguns anos antes do registro fotográfico, Abramo Eberle contratou o primeiro aprendiz que consta nos registros. Ernesto Barbisan tinha 12 anos em nove de maio de 1901, dia em que seu

contrato de aprendiz foi assinado. Em nome do menino, assinou seu pai, Vincenzo, e pela parte da oficina, Abramo e Giuseppe Eberle. Transcrevo a seguir um trecho do documento:

Nós, Eberle Giuseppe e Abramo, declaramos que aceitamos na nossa oficina de funileiro o filho de Barbisan Vincenzo, Ernesto Barbisan, obrigando-nos de ensinar-lhe a arte de funileiro com a condição que este aprendiz more por três anos, sendo nós obrigados a fornecer ao aprendiz, de mais do ensino da arte, também a comida e a posada. O aprendiz tem a obrigação de cuidar as ordens dos patrões e prestar toda a obediência como a seus pais durante todo o tempo que morará na casa nossa. Si durante o tempo de aprendizagens o aprendiz não tivesse de ser sujeito às ordens de nos patrões e que nos tivéssemos de despachá-lo da oficina o pai dele não terá direitos de pretender alguma indenização alguma e demais pagar nós alguma indenização pelo tempo perdido e alimentação fornecida. E eu Barbisan Vincenzo declaro que aceito este contrato obrigando-me por meu filho ao cumprimento das mesmas. (In: TISOTT, 2008, Anexo A – contrato 1, p. 156-157).

O pai do aprendiz, Vincenzo, chegou a Caxias em 10 de fevereiro de 1880, quando tinha 39 anos. Juntos chegaram sua esposa, Maria, de 29, e seus filhos: Amaria, com 9 anos, Virginia com 7, nascidas na Itália, e seus filhos brasileiros Giovanni com 4 e Matilde com 2 anos. Todos eles eram analfabetos, e adquiriram  $\frac{1}{4}$  do lote 17 do Travessão Aliança. (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 336). Ernesto nasceu oito anos depois, em agosto de 1888, e quando tinha 12 anos, a numerosa família, que havia comprado apenas  $\frac{1}{4}$  de lote, decidiu que ele passaria três anos fora de casa, desfazendo-se da necessidade de alimentá-lo e abrigá-lo.

Em 13 de maio de 1901, foi a vez de Eugenio Lucchese. O aprendiz tinha 13 anos e era órfão de pai. Foi sua mãe, Ségia Lucchese, que comprometeu-se a deixar seu filho recebendo o ensino da “arte do funileiro” durante três anos, dormindo e se alimentando por conta da oficina de Abramo, a quem teria que respeitar como se fosse seu pai, durante todo o tempo de aprendizagem.

Os dois contratos são muito semelhantes, mas Eugênio vivia uma situação social diferente de Ernesto. Ele era filho de Giácomo

Luchesi, que chegou a Caxias com seu pai, Giuseppe Lucchese, sua mãe Bartolomea Favretto e seu irmão Francesco Guiseppe, em 15 de dezembro de 1879 (MIRANTE, 2003, p. 16). Ao chegar, a família adquiriu metade de um lote rural no Travessão Aliança e metade de outro lote no Travessão Thompson Flores. Os dois travessões localizavam-se na 9ª Légua, onde a família Lucchese construiu uma casa de pedras, de dois pisos, provavelmente na penúltima década do século XIX (p. 16-17). Nessa casa, os Lucchese abriram um estabelecimento comercial no térreo da casa de pedra, um armazem, e a mãe de Eugênio mantinha um botequim de bebidas. (p. 20-21). O pai de Eugênio morreu aos 30 anos, deixando a esposa e três filhos. Foi então que Eugênio passou a morar na oficina de Abramo.

No traslado de escritura do  $\frac{1}{2}$  lote rural do travessão Thompson Flores, Sérgio e Eugênio aparecem como proprietários do imóvel, junto com sua esposa, Marina Luchesi, e dois irmãos. Na década de 30, Sérgio escrevia cartas ao seu neto que morava no seminário provincial de São Leopoldo, contando sobre sua saúde debilitada, e morreu em 1933 (MIRANTE, 2000, p. 21).

Esses dois casos são exemplos da diferença de condição econômica encontrada entre os aprendizes. Dos nove aprendizes sobre os quais foi localizada informação de aquisição de lote rural ou urbano pela família, sabe-se que três adquiriam apenas  $\frac{1}{4}$  de lote, enquanto a família de um dos aprendizes era proprietária de dois lotes inteiros. Além da extensão da propriedade, também é evidente essa diversidade de condição econômica quando observamos que a família de um dos aprendizes era proprietária de um moinho, outra tinha casa de negócio e outra tinha propriedades na zona rural e na vila.

A maior concentração de residência dos aprendizes era na zona rural. Apenas três deles habitavam a vila urbana. Um deles era Ângelo Corsetti, que juntou-se à equipe no dia 1º de agosto de 1902. Antonio Corsetti comprometeu-se que seu filho Ângelo, de 15 anos, frequentaria assiduamente a oficina de Abramo durante um ano e meio para aprender funilaria. Diferentemente de seus colegas Ernesto e Eugênio, Ângelo dormiria e se alimentaria na casa de seus pais, mas também não receberia salário. Nesse contrato, firmado um

ano e três meses depois dos dois primeiros, Abramo não exigiu ser obedecido como se fosse “pai” do aprendiz, mas este seria “obrigado a fazer o que o patrão mandar”, obedecendo “em tudo” a ele ou a quem designar na sua ausência (TISOTT, 2008, p. 79).

Ângelo nasceu em 28 de abril de 1887, filho de Antonio Corsetti e Antonia Parenza. Seus pais emigraram de Feltre, na Itália, em 1877, com duas filhas: Ana Ângela, com 4 anos e Josephina, com poucos meses de idade. A família se instalou na 9ª Légua, e o casal teve mais três filhos: Luiz, em dezembro de 1880; João, em julho de 1883, e Ângelo quatro anos depois. Em 1885, já estava funcionando o moinho da família, chamado Moinho Santa Catarina. Antonio teria trazido da Itália o conhecimento de moagem necessário. Mais tarde, a família já produzia óleo de linhaça, e beneficiava arroz, cevada, centeio e outros cereais. Assim como Ângelo, que foi ser aprendiz de Abramo, todos os filhos começaram desde cedo a trabalhar em outras localidades. Todos eles se casaram, menos Josephina, a filha mulher mais nova (TISOTT, 2008, p. 79).

O moinho da família Corsetti cresceu, e passou ao controle dos filhos de Antonio na década de 1910. Ângelo casou-se com Angelina, filha de Aristides Germani, com quem teve seis filhos. O Moinho Corsetti se expandiu sob o comando dos irmãos, mas Ângelo vendeu sua parte ao irmão, João, e passou a trabalhar como técnico na empresa do sogro, onde trabalhou até falecer, em 1936 (TISOTT, 2008, p. 79-80).

Encontrei trajetórias de vida já reconstituídas de apenas esses dois aprendizes. Um deles teve sua família estudada em função da reconstrução histórica do uso da casa de pedra que lhes pertenceu. Essa casa, a partir de 1975, passou a abrigar um museu municipal, o Museu de Ambiência Casa de Pedra, tombado pelo Poder Público. A pesquisa foi realizada para justificar o tombamento e para dar suporte ao trabalho de museologia necessário para a constituição do espaço de memória. O segundo aprendiz pertencia a uma família de empresários, que ganhou grande destaque econômico na cidade nas primeiras décadas do século XX, e casou-se com a filha de outro grande industrial caxiense. Além disso, era pai de Higino Corsetti, político local que assumiu o cargo de Ministro das Comunicações

durante a presidência do ditador brasileiro Emílio Médici, na década de 1970. A biografia de Ângelo Corsetti foi publicada em dois momentos em jornais da cidade, como sendo um dos “caxienses pioneiros” (TISOTT, 2008, p. 79-80).

A trajetória de Ângelo Corsetti também ilustra um fenômeno comum a outros três aprendizes, que também tornaram-se empresários quando adultos. Dois deles são Antônio Fedrizzi e Abramo Pedron, que foram contratados no início de maio de 1908, por três anos e receberiam salário de 40 mil réis por ano. O primeiro tinha 15 anos e o segundo 16. Antônio era órfão de pai, e seu irmão Rafaelle assinou como responsável pelo aprendiz. Antônio era filho de Celeste Fedrizzi e Raymonda, que nasceram no Império Austro-Húngaro e chegaram à Colônia Caxias em maio de 1878, com 43 e 22 anos, alfabetizados, e acompanhados de muitos parentes (além de seus filhos Rafaelle, com 2 anos e Giuseppe com apenas 3 meses, também estavam Giuseppe, seu irmão, com 47 anos, solteiro, outro irmão chamado Antonio, com 38 anos, casado com Celeste, com 34, também alfabetizados; os sobrinhos Carlos, Giovanni e Melania, todos com menos de 4 anos). Todas as crianças nasceram no Brasil. Eles adquiriram ½ lote rural no Travessão Santa Teresa, na 5ª Léguas. (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 233).

Parte do mesmo lote comprado pelos Fedrizzi foi adquirida pela família de Giovanni e Maria Pedron, pais de Abramo Pedron. Eles compraram ¼ do lote, e também já eram alfabetizados quando chegaram do Império Austro-Húngaro em maio de 1878, com dois filhos menores de 4 anos. Uma das filhas do casal foi batizada por Celestina Fedrizzi. (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 233). No caso dessas duas famílias, possivelmente a decisão de emigrar foi tomada em conjunto, assim como a de empregar seus filhos como aprendizes do Eberle.

Antonio e Abramo começaram a carreira juntos, um na funilaria e outro na ourivesaria, mas nenhum permaneceu no ramo. No Arquivo Histórico Municipal, há vários projetos arquitetônicos das décadas de 40 e 50, assinados por Antonio Fedrizzi, onde ele consta como “construtor”, e Abramo Pedron, aparece em documentos do fundo Luminato Pedron, seu irmão, que era



proprietário de uma vinícola. Abramo aparece vinculado à vinícola do irmão, e assina várias cartas datadas de 1916 até 1920, enviadas de Porto Alegre para a vinícola em Caxias. Acredita-se que ele tenha sido o representante da empresa de Luminato na Capital (TISOTT, 2008, p. 94).

O quarto aprendiz que aparece em registros como sendo empresário décadas depois do período de aprendizagem na Eberle é Pietro Balen. Pietro foi contratado em 1º de novembro de 1907. O pai dele aparece na obra *Povoadores da Colônia Caxias* como “o antigo comerciante Francisco Balém”. Ele já havia falecido quando sua mulher, Maria Ângela, morreu em junho de 1944. No registro da morte dela, ocorrida em junho de 1944, há uma lista de 11 filhos seus e as respectivas ocupações na época. Pietro aparece como “comerciante em Lagoa Vermelha” (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 587).

Da trajetória de alguns aprendizes foram coletadas informações fragmentadas, mas da maioria quase nenhum registro foi localizado. Na documentação da empresa referente aos operários que foi doada ao Arquivo Histórico de Caxias do Sul, encontramos registros de cinco aprendizes cujos nomes permanecem entre os trabalhadores da Eberle, mas como operários e não mais aprendizes.

Um deles, Ernesto Tomasi, foi contratado pela Eberle em 1904 assim como outros dois aprendizes, Vincenzo Ferrari e Constantino Manfro, mas, diferente deles, Ernesto aparece nos registros como operário, a partir de 1907 (TISOTT, 2008, p. 88).

De Vincenzo, não encontrei nenhuma outra informação. Sobre Constantino há no Arquivo Municipal um cartão de lembrança distribuído em função de seu falecimento, que indica que ele nasceu em 8 de julho de 1890, tendo 14 anos no momento do contrato. Sua família chegou a Caxias em novembro de 1879. Seus pais, Giovanni e Verônica Manfro, tinham 45 anos e chegaram ao Brasil com cinco filhos. Eles adquiriram um lote do núcleo urbano (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 112). Sobre seu pai, consta uma concessão da quadra 19 da vila de Caxias para ele e Antonio Manfro estabelecerem uma olaria, em março de 1886.

Pouco depois do vencimento do contrato de Constantino, foi contratado Francisco Zatti em 15 de junho de 1906, provavelmente para substituí-lo. Antes dele, José Torresini, João Debastiani, Cesare Longhi e Donato Rossi também somaram-se à equipe como aprendizes. Aparentemente, esses quatro meninos não foram contratados para substituir os aprendizes anteriores, pois nenhum contrato estava por vencer nesses dias. Seriam, então, novos postos que estavam sendo criados. Desses, José, Cesare e Donato permaneceram na Eberle como operários depois de findos seus contratos de aprendiz (TISOTT, 2008, p. 82 e 92).

José (ou Giuseppe) Torresini foi o primeiro aprendiz a receber salário, e, diferentemente de todos seus antecessores, seu contrato não incluía nem pouso nem alimentação por conta da oficina. Ele foi contratado por dois anos, e receberia 15\$000 por mês no primeiro ano e 25\$000, também mesalmente, no segundo. O seu contrato foi firmado por seu pai, em 1º de novembro de 1905, quando ele já tinha 16 anos, e estabelece que Giuseppe trabalharia na ourivesaria e na fundição, tendo que ir “trabalhar na officina todos os dias de semana menos nos domingos e dias santos”. Seu pai, Albano Torresini, embarcou no navio Perseo no porto de Genova em 1º de maio de 1885, e chegou ao Rio de Janeiro em 20 de maio de 1885. Cerca de vinte dias depois, chegou a Caxias, onde adquiriu do governo do estado um lote urbano com Girolamo Torresini, em 31 de julho de 1893. (GARDELIN; COSTA, 2002). Diferentemente da família de João Debastiani, que se instalou na área rural, em um lote na 2ª Léguas em 1882. (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 210).

A única informação que obtive foi do pai de Donato Rossi, Felice, que aparece casando-se com Teresa Paternoster, possivelmente mãe de Donato. Teresa era filha de Giacomo e Orsola, e chegaram do Tirol em dezembro de 1876. Seu irmão, Giovanni Battista Paternoster, que chegou à Colônia com 18 anos, “foi expulso do núcleo da Colônia Caxias, onde estavam estabelecidos, em 5/8/1880, pelo prazo de um ano, por vagabundo e por falta com a ordem e a moralidade pública”. (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 658).

Depois de Torresini, a maior parte dos contratos de aprendizes passou a prever o pagamento de salário. Os dois próximos contratos seguiram o estabelecido nos anteriores ao seu, mas, a partir de Donato Rossi e Francisco Zatti, contratados em junho de 1906, o padrão foi alterado, pois o alojamento durante a noite foi substituído por um salário de 40 mil-réis anuais. Quando esses dois aprendizes foram contratados, cinco contratos que previam pernoite por conta da oficina estavam em vigor. Esse foi o maior número de pernoites concomitantes encontrado em todo o período em que os contratos vigoraram. Esse momento também foi marcado pela considerável ampliação das vagas de aprendizes. Até então, a média era entre dois e três contratos em vigor, e, a partir do final de 1905, essa média cresceu, chegando a ter sete aprendizes concomitantes em julho de 1906 (TISOTT, 2008, p. 83).

Voltando às diferenças entre as trajetórias posteriores à experiência de aprendizagem, destaca-se que cinco aprendizes permanecem na condição de operários na própria empresa Eberle, enquanto quatro seguem sua trajetória em outra condição, a de empresários. Isso indica que a possibilidade de ascensão social desses meninos talvez não fosse uma rara exceção à regra da manutenção do status de trabalhador. Além disso, esse fato indica a possibilidade de a condição de trabalhador ser provisória, o que insere um elemento peculiar no processo de formação das classes sociais da sociedade caxiense.

### **As idades dos aprendizes**

Uma categoria destacada é a das idades dos aprendizes. Para complementar o quadro de características do grupo, havia a possibilidade de identificação das idades. Isso foi feito por meio de diferentes documentos, mas principalmente buscando nos registros paroquiais as informações de batismo dos aprendizes.

Dos doze aprendizes que não foi possível identificar a idade, cinco são referidos nos contratos com a palavra “menino”. Dos 23 em que foram identificadas a idade, três já eram maiores de 18 anos e outro se tornaria um mês depois do contrato firmado. Três aprendizes tinham 16 anos; sete, 15; quatro, 14; dois, 13; dois, 12 e

um aprendiz tinha 11 anos. Isso indica que havia maior concentração entre 14 e 15 anos, que são consideradas idades limites da infância.

É difícil definir o que seria uma *criança* nesse período e nesse contexto. Eles tinham a idade considerada como limite da infância por historiadores que utilizaram o critério etário para a definição da infância, já que Heywood afirma que “as definições de ‘criança’ na força de trabalho variavam consideravelmente nos diferentes contextos nacionais: a maioria dos historiadores estabeleceu 14, 15 ou 16 anos como sendo o limite máximo”. (HEYWOOD, 2004, p. 163).

A palavra *menino* foi usada para designar aprendizes de 11 a 16 anos; a palavra *rapaz* para um de 16, e *jovem* para o aprendiz de 17 anos. Dos 35 aprendizes contratados, 24 são considerados *meninos*, um *jovem*, um *rapaz*, três maiores de idade e a seis não é atribuída nenhuma categoria. Pode-se dizer, então, que a maioria dos aprendizes era composta por crianças que passaram anos formativos sob a guarda de Abramo Eberle (TISOTT, 2008, p. 99).

Durante o período de vigência desses 35 contratos, houve momentos em que cinco aprendizes moravam na propriedade dos Eberle. Nenhum relato conhecido fornece qualquer informação sobre onde esses meninos moravam, se ficavam alojados na casa de Abramo, junto com sua família, ou em local separado, ou nos edifícios das oficinas. Em muitos contratos está escrito que a Abramo Eberle & Cia. comprometia-se a fornecer ao aprendiz “a comida e a posada em a nossa casa”. No contrato de Cesare Longhi, por exemplo, em um trecho está escrito que o aprendiz moraria “na nossa officina”, mas comprometia-se a “fornecer-lhe comida e pousada em nossa casa”, e depois voltava a usar a palavra oficina: (...) “todo tempo que morar na officina”. (In: TISOTT, 2008, Anexo A – contrato 9, p. 172-173).

### **A quantidade de aprendizes**

Em 1906, cinco contratos que previam pernoite por conta da oficina estavam em vigor. Esse foi o maior número de pernoites concomitantes encontrado em todo o período em que os contratos

vigoraram. Esse momento também foi marcado pela considerável ampliação das vagas de aprendizes. Até então, a média era entre dois e três contratos em vigor, e, a partir do final de 1905, essa média cresceu, chegando a ter sete aprendizes concomitantes em julho de 1906.

Em um livro de registro de operários iniciado em 1906, consta uma lista de aprendizes com informações que vão de fevereiro de 1906 a maio de 1908. Nas páginas com informações de 1906, encontram-se anotações referentes a 14 operários, sendo que cinco deles foram contratados no decorrer do ano. Somados todos os indícios escritos, as anotações e os contratos, totalizam 21 trabalhadores da Eberle, sendo que mais de um terço deles são aprendizes.

Essa proporção se confirma quando observamos as imagens da empresa registradas nesse período, como o registro fotográfico do início deste texto. Naquela imagem, como foi dito, cerca de 60 pessoas aparecem e, pelo menos, 15 parecem ser crianças, todos meninos. Esses meninos representam de 25% dos operários fotografados.

Voltando aos números, em outro livro de registros de operários, com dados de 1906 a 1908, constam 43 nomes de trabalhadores e aprendizes, sendo mais de 30% aprendizes. Já no livro de registros seguinte, que compreende 1908 e 1909, são 76 trabalhadores, sendo 33 aprendizes. Nesse documento, mais de 43% dos registrados são aprendizes. Somando apenas os dados sobre 1909 desse livro a outros registros referentes ao mesmo ano, constam 85 nomes diferentes de trabalhadores, sendo 35 deles aprendizes, o que representa uma média superior a 41% de aprendizes trabalhando junto a outras categorias de operários.

O *Livro ponto 1909-1910* é aberto com um “Índice dos Nomes” na primeira página, onde há 15 nomes. Essa lista continua na segunda, mas recebe o subtítulo “Aprendizes”, e estão relacionados 25 nomes. Novamente, a quantidade de aprendizes surpreende. No decorrer do livro, encontra-se registros de 68 trabalhadores, sendo que 28 eram aprendizes. Novamente, mais de 41% dos trabalhadores era de aprendizes.

Levando em conta apenas a parte da realidade que esses dados representam, pode-se concluir que a importância dos aprendizes, no interior das oficinas do Eberle nesse período, era muito grande. Quase a metade dos operários são contratados como aprendizes ou foram indicados nos documentos como tal. Alerto que esses documentos representam parcialmente a realidade, e só se referem aos operários internos da oficina, deixando de fora os que realizavam o trabalho na própria residência, ou qualquer outro tipo de trabalhador que não aparece nos registros aos quais se teve acesso.

## **Conclusão**

A principal fonte de informações para esta pesquisa foi o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Lá encontra-se as matrículas dos imigrantes que se instalaram nos lotes coloniais; um amplo conjunto de arquivos particulares que foram doados para o Poder Público; a documentação da municipalidade, entrevistas que formam o banco de memória e mais vários fundos. Procurei informações dos aprendizes e de suas famílias em todos os fundos que estavam inseridos no catálogo informatizado do Arquivo, e, mesmo assim, pouco foi encontrado.

O acesso aos arquivos paroquiais da Mitra Diocesana de Caxias é restrito, em função do sistema de busca adotado. Para localizar um registro de batismo, por exemplo, é preciso ter o nome da pessoa batizada e de um dos pais. Foi realizada a busca desses registros dos 35 aprendizes cujos contratos foram localizados, mas somente foram encontrados de 21 deles.

A documentação da Eberle disponível para consulta no Arquivo Histórico Municipal também é lacunar. O que está no Arquivo é a parte da documentação referente às primeiras décadas da empresa que não se perdeu. Além de muito não ter resistido ao tempo, estar disperso e/ou não ter sido localizado, os registros sobre os operários feitos nesse tempo serviam para o controle da própria empresa, de difícil compreensão para o observador externo. Não há séries longas de dados uniformes a serem analisados, mas informações fragmentadas, as quais foram cruzadas para organizar

séries que fizessem algum sentido. Enfim, para acessar o interior da empresa, onde se davam as relações que eu buscava interpretar, foi preciso montar um quebra-cabeça que não foi feito para ser montado, e do qual faltava a maior parte das peças.

Levando em conta apenas a parte da realidade que esses dados representam, pode-se concluir que a importância dos aprendizes, no interior das oficinas do Eberle nesse período, era muito grande. Quase a metade dos operários são contratados como aprendizes ou foram indicados nos documentos como tal. Alerta-se novamente que esses documentos representam parcialmente a realidade, e só se referem aos operários internos da oficina, deixando de fora os que realizavam o trabalho na própria residência, ou qualquer outro tipo de trabalhador que não aparece nos registros aos quais se teve acesso. Outro motivo para a relativização desse percentual é o fato de se não saber qual o período em que os aprendizes sem contrato localizado permaneceram nessa condição. A lista em que se encontram esses aprendizes foi elaborada provavelmente em 1907, quando a média de aprendizes era em torno de 30%, e a fotografia registrava aproximadamente 25% de crianças.

Também não foi localizada nenhuma informação que pudesse dar alguma pista sobre o que efetivamente significava obedecer aos patrões “como a seu pai”, ou “como se fossem seus pais”, ou outras pequenas variações da mesma mensagem. Essas expressões aparecem em quase todos os contratos; em um aparece a palavra “genitores” em vez de pais, e outro traz o compromisso de “obediência passiva”. Nos dois primeiros contratos que não preveem o fornecimento de moradia e alimentação para os aprendizes, não há a contrapartida na forma da referida obediência. Também não precisavam obedecer “como se fosse a seu pai” os que recebiam salário diário e cujo contrato tinha vigência de um ano e meio. Todos os demais deveriam reproduzir na oficina a hierarquia familiar. Mais adiante, analisarem-se relatos de experiências familiares de pessoas que viveram a infância na mesma época desses aprendizes, buscando uma aproximação do que seria essa relação entre pais e filhos que deveria ser repetida na relação entre patrão e aprendiz.

Voltando aos aprendizes, o penúltimo contratado foi Alfredo Adami, que receberia salário de 20 mil réis, mas só no segundo e último anos, pois no primeiro não ganhava nada (nem comida e hospedagem). E ele foi o mais jovem dos aprendizes contratados, do qual foi possível identificar a idade: tinha apenas 11 anos em 31 de julho de 1911, quando seu pai Francisco Adami e Abramo Eberle assinaram o contrato (TISOTT, 2008, p. 95).

O último contrato foi feito em maio de 1912. O aprendiz era Paride Mortari, de Vacaria. A partir desse contrato, é possível perceber uma permanência e uma transformação. A permanência é a prática de contratação de aprendizes que, como pode ser verificada na transcrição do último contrato, é muito semelhante à do primeiro contrato firmado. Tanto Ernesto Barbisan, contratado em 1901, quanto Paride Mortari, em 1912, passaram a aprender um ofício, trabalhar e morar na oficina de Abramo Eberle. Os comprometimentos das partes contratadas são quase os mesmos no primeiro e no último contratos. A diferença fica por conta da cidade de procedência da família Mortari. Dos 21 registros de batismos de aprendizes localizados, apenas dois não eram da paróquia de Caxias, mas de municípios próximos e também de origem colonial italiana. Luigi Dotti foi batizado em Antônio Prado, e Bernardino Arioli em Bento Gonçalves. Segundo seu contrato, a família de Paride era de Vacaria, município localizado nos Campos de Cima da Serra. A migração de Paride parece antecipar uma tendência que marcou a história da população de Caxias e de sua classe trabalhadora, que foi a intensa atração de famílias das cidades da região de Vacaria que vieram a abastecer de mão de obra a indústria caxiense (TISOTT, 2008, p. 96). Abaixo está a transcrição do contrato:

Entre nós abaixo assignados, por uma parte Abramo Eberle & Cia. e por outra Mortari Luciano, de Vacaria, temos feito o seguinte contracto particular como abaixo se delcara:

Nós abaixo assignados, Abramo Eberle & Cia., declaramos que acceitamos na nossa officina de ourivesaria o menino Mortari Paride, filho do Sr. Mortari Luciano, obrigando-nos a ensinar-lhe o officio de fundidor, com as condições que o mesmo menino fique na nossa officina, como aprendiz, pelo espaço de tres annos, sendo-nos obrigados a fornecer-lhe a comida e cama em nossa casa.



O aprendiz tem a obrigação de respeitar as ordens de seus patrões e prestar-lhes toda a obediência como se fosse a seus pais, durante todo o tempo que se conservar na officina.

Si durante o tempo de aprendizagem, o aprendiz não quizesse sujeitar-se às ordens dos patrões e que por desobediencia ou outro qualquer motivo grave, tivesse de ser despachado da officina, será obrigado o pai do aprendiz a indennizar à parte, Abramo Eberle & Cia, das despesas e do ensino que tivermos feito com o sobredito aprendiz.

Eu Mortari Luciano declaro que aceito o presente contrato particular, obrigando-me por meu filho ao fielcumprimento cumprimento das condições nelle impostas.

E por ser verdade e para maior clareza e firmeza, nós partes contractantes, mandamos passar o presente contracto particular que accetamos e assignamos na presença das testemunhas abaixo assignnadas, assignando a rogo de Luciano Mortari, por não saber escrever, Cesar Longhi.

Caxias, 2 de Maio de 1912.

(In: TISOTT, 2008, Anexo A – contrato 35, p. 222).

Esse foi o último contrato para aprendizagem na Eberle de que se tem conhecimento. Não se sabe de nenhum outro contrato de aprendiz além desses 35. Todos estavam em poder de Júlio João Eberle, o último filho de Abramo a assumir a presidência da empresa da família. Júlio faleceu em 1987, e o acervo guardado por ele, composto por livros e documentos, foi catalogado no início dos anos 90, quando foram localizados esses 35 contratos. Nenhum outro semelhante a esses foi localizado na documentação que ainda se encontra em poder da empresa, nem foi doado para o Arquivo Histórico Municipal. Nos livros do cartório da cidade, que já funcionava na época estudada, também não existe nada semelhante, nem na documentação cartorial referente a Caxias, que se encontra no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Apesar do exercício prosopográfico ter sido prejudicado pela carência de informações, a partir dele é possível identificar a tendência de algumas características virem a ser peculiaridades da história da classe trabalhadora caxiense. A primeira é a origem familiar imigrante e rural de quase todos os aprendizes pesquisados. A transição entre o meio rural e urbano talvez explique a

manutenção do uso da mão de obra de crianças, comum na agricultura familiar, nas indústrias que se formavam na cidade.

Outra característica é a condição provisória de trabalhador. Os casos de ascensão social identificados eram adicionados às referências compartilhadas pelos trabalhadores; a transformação de trabalhador em empresário se apresentava, pelo exemplo dos casos estudados, como uma possibilidade aos trabalhadores. Na época focalizada por este estudo, muitos dos trabalhadores urbanos eram filhos de pequenos proprietários rurais, que tinham sua renda gerada pelo trabalho dos integrantes da família. Não eram exatamente trabalhadores alienados dos meios de produção e do produto de seu trabalho, mas tampouco eram capitalistas compradores de mão de obra que não experienciavam o trabalho. Essa condição, de simultaneidade das condições de trabalhador e proprietário, nos conduz a uma interpretação diferenciada das tradicionais categorias de estudo das classes sociais da sociedade capitalista, pelo menos nesse período inicial do processo de industrialização de Caxias do Sul.

Há indícios de que a possibilidade de ascensão social fosse um fator presente nas trajetórias de vida dos trabalhadores de Caxias, que condicionava as escolhas individuais e implicava no fazer-se coletivo da classe trabalhadora, interferindo na construção de uma identidade de classe.

## **Referências**

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio M. (org) *Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política*. Rio de Janeiro, FGV, 2006

GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Povoadores da Colônia Caxias*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2002

HEINZ, Flavio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: \_\_\_\_\_. *Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAZZAROTTO, Valentim A. *Pobres construtores de riqueza: absorção da mão-de-obra e expansão industrial na Metalúrgica Eberle: 1905-1970*. Caxias do Sul: Educs, 1981.

MIRANTE. Caderno do arquivo histórico municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul: Maneco, n. 4, 2003.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2011, vol.19, n.39, pp. 115-137. ISSN 0104-4478. <http://dx.doi.org>.

TISOTT, Ramon Victor. *Pequenos trabalhadores: infância e industrialização em Caxias do Sul (fim do séc. XIX e início do XX)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2008.

## **CAPÍTULO III – RELIGIÃO E INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS**

# IRMANDADE SÃO JOSÉ DE TAQUARI – HERANÇA CULTURAL AÇORIANA

Marli Pereira Marques<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo consiste em um recorte do meu trabalho de conclusão, cuja pesquisa foi realizada com moradores da cidade de Taquari, envolvidos com a preservação do patrimônio histórico e da memória cultural açoriana da cidade. O objetivo da pesquisa foi Investigar os Sinais do Patrimônio cultural material e imaterial, herança da colonização açoriana na Cidade de Taquari, verificando os que existiram; os que ainda existem e que foram resignificados, e também identificando o sentimento de pertencimento dos cidadãos taquarienses com suas origens açorianas.

Nessa pesquisa procuramos identificar as marcas ou sinais culturais trazidos pelos açorianos como festas religiosas, arquitetura, construção ou pavimentação de ruas, a culinária, o imaginário e, sobretudo, as relações que a cidade de Taquari mantém, ainda hoje com a Ilha dos Açores e o significado destas relações para a cultura local. Entretanto, aqui destacamos a Irmandade São José, como um sinal cultural que ainda existe e se resignifica ao longo de sua existência a fim de continuar atendendo espiritualmente seus fieis como foco principal deste artigo.

*Palavras-chave:* Açorianos, Cultura, Irmandade, São José, Taquari.

---

## Introdução

A cidade de Taquari foi fundada em 1765, por José Custódio de Sá e Faria, então Governador do Rio Grande de São Pedro, hoje Rio Grande do Sul, para organizar os casais açorianos que migraram das Ilhas dos Açores a fim de povoar o Sul do Brasil. Ao estabelecer os casais, o Governador criou o passo do Rio Tebiquary, resolvendo também a insegurança em que se encontrava a região devido às invasões espanholas.

Consolidada a Freguesia de Taquari, floresceram as irmandades que se já faziam presentes desde a vinda dos primeiros

---

<sup>1</sup> Historiadora. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

casais açorianos, dentre as quais se destacam as Irmandades do Santíssimo Sacramento e de São José, que tinham a incumbência do culto religioso. Havia também a Irmandade de São Miguel, que cuidava das almas dos falecidos da paróquia, e as Irmandades do Rosário e de São Benedito, para os negros. Cada uma era supervisionada por Bispo ou Padres e confirmados nas Leis Provinciais.

Havia ainda a Irmandade do Divino, considerada a mais popular da Freguesia, que promovia as festas do Divino. Desde a fundação da Paróquia, os casais açorianos solenizavam com grande pompa e aparato externo a festa do Espírito Santo, como faziam em sua pátria. Ao contrário da Irmandade São José, que hoje ainda é muito forte, a Irmandade do Divino já não existe e a Igreja se desfez, em 1941, das alfaías de prata, da coroa do Imperador e do cetro para, com a venda, fazer reparos no templo, que foi vendido e destruído, e já não existe há 30 anos.

Segundo Santos, os nomes dos primeiros açorianos que chegaram ao povoado de Taquari, conforme registros da Paróquia de São José de Taquari, são:

Da Ilha Faial: Dorneles, Garcez, Souza, Pereira de Faria, Rodrigues, Antonio de Vargas, Salvador e Francisco Rosa. Da Ilha São Jorge: Teixeira Fagundes, Silvério, Jacinto, Chaves Valadão e Teixeira de Quadros. Da Ilha Terceira: Rodrigues, Cardoso, Dias, Faleiros, Rosa e Ferreira. Da Ilha Graciosa: Quadros (1994, p. 21).

Os primeiros açorianos trouxeram entre outros costumes, as festas religiosas destacadas acima, entre as quais, a mais marcante, a Irmandade São José, cujo santo tornou-se também o padroeiro da Cidade. As pessoas empenhadas em manter viva esta herança cultural, são moradores da cidade, famílias que se ocupam em manter a Igreja que traz o nome do santo padroeiro, agindo de forma integrada para o preparo das festividades. Entretanto, a Irmandade é dirigida e mantida pelos homens sem a participação das mulheres, uma prática que se manteve desde a vinda dos primeiros casais para o sul do Brasil.

## As festas religiosas

As festas mostram uma maneira que as pessoas encontraram para confraternizar, de se expressar na alegria e convivência, mas também uma maneira de arrecadar recursos para manter a Irmandade. Esta prática ocorre como uma expressão inerente ao ser humano, conforme destacamos a seguir.

Ao se fazer uma análise sobre festas e ritos, foi constatada que elas estão presentes nas sociedades desde antes da época Medieval. Neste período, a Corte era o espaço onde ocorriam festas organizadas pelos imperadores e reis. Segundo Gomes(1996), são eventos marcados por sua natureza relativamente gratuita,<sup>2</sup> que são as festas, que se caracterizavam por apresentar seus quadros de condutas imprevistas, isto é, momentos coletivos dotados de uma pluralidade de sentidos onde pode ocorrer a contestação, a efervescência das atitudes, ou mesmo a procura do *nonsense*.

As sociedades de todos os tempos são movidas por festas e ritos que embalam sonhos e desejos de reconhecimento e visibilidade, de se sentir pertencente a um grupo, a uma sociedade, a uma cultura. A festa pode, ao mesmo tempo, uniformizar diferentes pessoas em torno de um objetivo comum; por outro lado, pode destacar as diferenças sociais, pois depende de como são organizadas e para que fim.

No Brasil, a partir dos anos 70, toma corpo um terceiro conjunto de estudos sobre as festas brasileiras nos âmbitos da sociologia, da antropologia, da literatura e da crítica de arte, e que tiveram forte impacto no campo historiográfico, inspirando a nova história cultural brasileira a partir de meados dos anos 80 (JANCSON; KANTOR, 2001, p. 08).

As festas podem ser populares, religiosas ou pagãs, particulares, formais ou informais, e ainda assim cada uma delas, na particularidade, é organizada com o objetivo de unir as pessoas, demonstrando certa uniformidade entre os diferentes. Gomes (1996)

---

<sup>2</sup> Faziam-se investimentos para a organização da Festa, mas era gratuita para as pessoas que a frequentavam.

individualiza a festa no contexto português com a presença do rito<sup>3</sup>, numa leitura que pretende reconstituir as crenças e as práticas à luz da cultura da época para, através disso, tornar a análise sobre a festa mais rica e complexa.

As pesquisas historiográficas ainda não conseguiram definir o que é uma festa, mas apontam características de ser um evento organizado por determinados grupos que possuem uma “estrutura social de produção” (GUARINELLO, 2001, p.971). É um evento planejado minuciosamente, conforme as regras específicas de cada uma, formando uma estrutura em que cada pessoa envolvida assume um papel de maior ou menor responsabilidade.

A festa é uma expressão ativa que interrompe o tempo social e interfere no cotidiano de cada um, pois produz a “suspensão temporária das atividades diárias” (GUARINELLO, 2001, p. 971). Ela deve ser organizada a partir de um objeto focal, conforme o desejo dos organizadores e do que se quer mostrar. Neste sentido, pode ser profana, religiosa ou popular, a fim de agregar os participantes. É um espaço de produção social, tanto material como comunicativo. “A festa é, num sentido bem amplo, produção de memória e, portanto, de identidade no tempo e no espaço social”, segundo o autor (*op. cit.*, p. 972).

Neste sentido, ao analisar a existência da Festa de São José de Taquari, o Natal Açoriano e o Terno de Reis, constata-se que todas estão inseridas no contexto da sociedade que as produz, mantendo o objetivo principal de atender aos anseios do espírito ao representar a religiosidade e a diversão da população que assiste às apresentações. Nesta manifestação verifica-se a preservação da memória cultural açoriana, representada de forma bem particular em cada uma delas. Destacamos aqui “A Festa de São José, padroeiro do município, creio eu que a maior festa social religiosa da região”, confirma o Prof. Goerck. “As comemorações ocorrem durante nove dias, todas as noites tem novena, e no último dia é aquela procissão,

---

<sup>3</sup> Rito:espetacularidade e mobilização popular (CATROGA, 2005).



então fecha os festejos. É uma característica totalmente açoriana”, informa o entrevistado.

Entre outras manifestações religiosas, segundo Foster (1972, p. 180 *apud* SILVA, 1996), a festa não surgia apenas nem tanto como momento de catarse e libertação, nem como mecanismo de convergência e redistribuição do excedente, mas como expressão espaço- temporal dos processos de reclassificação e integração social, inclusive de hegemonização, polarização ou rivalidade dos protagonistas individuais ou coletivos aí envolvidos. As festas religiosas caracterizam-se pela presença e controle da própria Igreja, que se colocava no controle decidindo sobre questões que atenderiam ou representavam mais a religiosidade e restringindo representações consideradas pagãs.

### **A história da Irmandade da sociedade taquariense**

Em Taquari, particularmente, o envolvimento está também voltado à preservação da memória da cidade. E neste sentido, a Irmandade São José criada com o objetivo de atender as necessidades de famílias carentes, conforme Prof. Goerck:

quando ela foi criada, ela foi criada para atender o enterro dos pobres, naquele tempo era o seguinte, o velório era em casa, o médico era de família, não existia esta situação como hoje do Governo patrocinar a saúde, tudo era particular, então estas pessoas carentes, os pobres não tinham nem fazer um enterro, né. Então a irmandade fazia isso aí era um dos objetivos principais de se atender esta parte carente, podes ver o atendimento da Santa Casa em Porto Alegre, quando ela foi criada, foi criado um depósito de doentes, não um hospital em si, né, hoje é o que é.

vai se transformando, se adaptando às mudanças da sociedade, deixando de atender o enterro dos pobres, que é uma cópia dos costumes açorianos de Portugal, passando a ser papel do estado, então, a Irmandade repensa o seu papel na sociedade, focando nas necessidades espirituais de seus fieis, tais como a missa, batizados, casamentos entre outras, e também a festa de São José.

Percebe-se então que seu Estatuto deve ser revisado e atualizado para nele inserir seus objetivos principais a partir de agora:

A Irmandade de São José da qual eu faço parte né e ela já completou 206 anos desde 1804 e até hoje ela existe, inclusive eu estou encarregado de elaborar o novo estatuto pra adaptar as condições atuais, por que quando ela foi criada, ela foi criada para atender o enterro dos pobres. Naquele tempo era o seguinte, o velório era em casa, o médico era de família, não existia esta situação como hoje do Governo patrocinar a saúde, tudo era particular. Então estas pessoas carentes, os pobres não tinham nem como fazer um enterro, né. Então a irmandade fazia isso aí era um dos objetivos principais de se atender esta parte carente, podes ver o atendimento da Santa Casa em Porto Alegre, quando ela foi criada, foi criado um depósito de doentes, não um hospital em si, né, hoje é o que é. A Irmandade São José também vai se adaptar à situação atual e para isso serão definidos novos objetivos principais. A Festa de São José, padroeiro do município, é a maior festa social religiosa da região. Ela tem nove dias, todas as noites tem novena, e no último dia é aquela procissão, então fecha os festejos, mas isso é uma característica totalmente açoriana (ENTREVISTADO).

Em seu formato original, a Irmandade São José se constituiu somente com a participação dos homens e ainda hoje permanece com a atuação somente de deles, pois não chegaram a um consenso sobre o papel da mulher na Irmandade. Tempos atrás, inclusive, já houve um movimento feminino a fim de participarem mais; entretanto, ficaram sem força e nada foi mudado na formação da Irmandade. A solicitação das que queriam participar esbarrou no Estatuto, que previa a participação somente dos homens, e a pergunta: O que as mulheres vão fazer? Qual seria o papel a ser desempenhado por elas? Com isso a atuação da mulher fica restrita ao grupo de orações da família e atuação nas Pastorais da Saúde. São diversas pastorais que têm a participação das mesmas. Ela não participa da Irmandade, nas decisões e organizações das festas, mas desempenha um papel de apoio sem contribuir nas decisões e na revisão dos estatutos.

Leilões também faziam parte das festividades em homenagem a São José. Nesta festa de São José, as moças e os moços tinham oportunidade de iniciar uma aproximação, podendo daí acontecer o

namoro, pois era costume o uso de Telegramas. Os organizadores desta festa, a Irmandade de São José, determinavam encarregados de vender pequenas folhas de papel onde se poderiam escrever recadinhos endereçados a determinada pessoa, sendo este logo enviado e respondido (SANTOS, 1994, p. 33).

A Irmandade de São José é um sinal cultural açoriano que se ressignifica a fim de acompanhar as mudanças dos tempos modernos, buscando atender aos anseios e desejos daqueles que dela participam ou por ela são atendidos. É possível que em sua trajetória deixe de exercer um papel que já não é tão indispensável, para se dedicar a novos papéis que os dias atuais exigem. Hoje, segundo Prof. Goerk, a Irmandade é composta por cinquenta elementos que fazem da Diretoria da Igreja. Estes representantes indicam os festeiros para a Festa de São José, considerado o maior evento religioso/social da comunidade, cujas novenas e festas são durante nove dias. Nas procissões o grupo é responsável para deslocar “carregar” o andor com o Santo, são, também responsáveis por uma missa mensal programada para o primeiro sábado do mês e se fazem muito presentes nas atividades religiosas da Comunidade.

Contudo, por volta de 1940 fazer parte da Irmandade São José representava a aquisição de status social, pois as pessoas que dela participavam deviam ser “distintas” na sociedade taquariense. Isto não significava, entretanto, que estas pessoas eram assíduas na sua prática religiosa. Todavia, “nos tempos atuais a escolha é feita, independente de posição social, mas que seja exemplar e praticante da religião.”, confirma o entrevistado. A mudança de estatuto não aconteceu como se previa, a fim de incluir a participação das mulheres, pois esta depende de autorização do Vaticano e assim o papel delas para com a Irmandade continua a ser o de apoiadoras nas festas e no atendimento às pastorais. Mas a Irmandade, mesmo sem a mudança de estatuto, promove as suas próprias ressignificações para se preservar como uma Instituição religiosa, representando a memória cultural açoriana, assim como no atendimento dos anseios espirituais/religiosos da sociedade Taquariense.

## Referências

ARAÚJO, Ana Maria Ramalho Câmara. A Cultura e a Memória da Festa do Divino de Mogi das Cruzes. In: JANCSON, István; KANTOR, Iris (Org.). *Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Ed.USP, 2001.Vol. I.

ATAIDES, Jesus Marco de; MACHADO, Laís Aparecida; SOUZA, Marcos André Torres de. *O que é Patrimônio Cultural*. Goiânia: Ed.UCG, 1997. (Coleção Cuidando do Patrimônio Cultural).

BALÉM, João Maria. *A Paróquia de São José de Taquari*. Porto Alegre: [s.n.], 1949.

BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Açorianos no Brasil*. Porto Alegre: Ed.Escola Superior de Teologia, 2002.

\_\_\_\_\_. *Presença Açoriana em Santo Antonio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Ed.Escola Superior de Teologia, 1997.

BORGES FORTES, Gen. João. *O Brigadeiro José da Silva Paes e a Fundação do Rio Grande*. 2. ed. Porto Alegre, Erus, 1980.

\_\_\_\_\_. *Os casais açorianos: presença lusa na formação sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo*. Fortaleza: Nudoc, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). *Usos & Abusos da História Oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *Açorianos no Rio Grande do Sul: identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul-rio-grandenses*. Ponta Delgada, Portugal: Universidade dos Açores, 2003.

\_\_\_\_\_. *Mulheres açorianas na formação do Rio Grande do Sul*. Ponta Delgada, Portugal: Universidade dos Açores, 2004.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Rita Costa. Sobre a Festa e o Rito, na Corte Medieval . *Cadernos do Noroeste*, Largo do Passo, Portugal, v. 9, n. 2, p. .140-165, 1996.

GUARINELLO, Luiz Norberto. Festa, Trabalho e Cotidiano. In: JANCSON, István; KANTOR, Iris (Org.). *Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Ed.USP, 2001.Vol. I.

*IMAGENS da Bandeira do Divino*. [s.d.]. Disponível em: <http://www.google.com.br>>. Acesso em: 7 jun. 2010.

JANCSON, István; KANTOR, Iris (Org.). *Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Ed. USP, 2001. Vol. I.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed.Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. *O imaginário Medieval*. Portugal: Nova Estampa, 1994.

MELLO E SOUZA, Marina de. *Parati: a cidade e as festas*. Rio de Janeiro, Ed.UFRJ / Tempo Brasileiro, 1994.

MENESES, Avelino de Freitas de. *Ensaio Históricos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Universidade dos Açores / Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 1979.

NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão*. Porto Alegre: Ed.Escola Superior de Teologia / Sulina, 1975.

PIAZZA, Walter. *A Epopéia Açórico-Madeirense 1748 – 1756*. Florianópolis: Ed.UFSC / Lunardelli, 1992.

*Projeto História*, São Paulo, 969 – 975, 2001.

\_\_\_\_\_, São Paulo, p 419 – 423, 2004.

ROCHA, Santa Inênze Domingues da (Org.). *Açorianos no Rio Grande do Sul, Brasil*. Porto Alegre: Ed.Escola Superior de Teologia/ Caravela, 2005.

SANTOS, Nilda Rita. *A Cidade de Taquari Numa (RE)Visão Histórica*, São Leopoldo, Unisinos, 1994. Monografia (Graduação

em História), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1994.

SILVA, Manuel Carlos. A Festa: um ritual de nivelamento ou de diferenciação social. *Cadernos do Noroeste*, Largo do Passo, Portugal, v. 9, n. 2, p. 170-185, 1996.

TAQUARI, RS. Prefeitura Municipal. *Informações*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ferias.tur.br/informacoes/8228/taquari-rs.html>>. Acesso em: 11 jun. 2010.

TESCHAUER, Carlos S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Selbach de J. R. da Fonseca, 1921. Vol. II.

# IDENTIDADE TEUTA NO BRASIL: BUSCANDO ESPAÇO NA IGREJA E NO CEMITÉRIO

Wilhelm Wachholz<sup>1</sup>

Thiago Nicolau de Araújo<sup>2</sup>

*Resumo:* A inserção e o estabelecimento do protestantismo no século XIX forjaram uma nova identidade religiosa no Brasil. No embate com o catolicismo-romano, o protestantismo e inversamente o catolicismo-romano construíram suas identidades na *différance*, cada qual delimitando fronteiras simbólicas através discursos em oposição ao outro. Desta forma, as raízes da identidade do protestantismo brasileiro e do catolicismo estão fortemente marcadas a partir da *différance*, ou seja, do contraste: ser protestante significava simultaneamente não só ser protestante, mas também ser anti-católico; inversamente, ser católico era também ser antiprotestante. O templo e o cemitério revelam a preservação da identidade cultural do imigrante teuto no Rio Grande do Sul, assim a preocupação do mesmo na reafirmação dessa identidade, elementos que podemos identificar através da análise de fontes de informação artísticas, culturais e religiosas contidas nos túmulos, identificando características específicas expressa na arquitetura, nos símbolos contidos no templo e nas lápides, destacando os imaginários sociais do sentimento religioso cristão e como expressam essa preocupação em manter traços culturais do país de origem.

*Palavras-chave:* identidades, fronteiras religiosas, cemitérios teutos, etnia, imigração.

---

---

<sup>1</sup> Professor de Teologia e História na Faculdades EST, São Leopoldo/RS. Pesquisa e leciona nas áreas de História do Cristianismo, História Medieval e Moderna, História e Historiografia, Cultura, Representações, Identidade e Etnicidade. Conta com apoio financeiro para desenvolvimento do projeto de pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil. Contato: [wwachholz@est.edu.br](mailto:wwachholz@est.edu.br).

<sup>2</sup> Doutorando em Teologia e História. Bolsista CNPq. Orientador: Dr. Wilhelm Wachholz. Linha de pesquisa do CNPq: Cristianismo e Religiões na América Latina. Contato: [thiago@novaformacultural.com](mailto:thiago@novaformacultural.com).

## **Identities na História do Brasil: introdução**

O ano de 1500 marcou o confronto de culturas muito diferentes na América com a invasão dos ibéricos. A violência patrocinada contra as populações ameríndias marcou o corpo e a cultura/religião das populações originárias. Ambos, corpo e cultura/religião passaram a ser estigmatizados. Esta estigmatização se estenderia também aos escravos negros, importados da África a partir de 1530 e também aos cristãos novos, em grande parte fugidos da Península Ibérica em consequência da expulsão de Espanha e Portugal. Desta forma, em nome de uma pretensa homogeneidade religiosa, indígenas, africanos e cristãos novos foram estigmatizados e vigiados. A invasão de protestantes em meados do século XVI – huguenotes na baía de Guanabara (1555-1567) – e na primeira metade do século XVII – holandeses no Nordeste brasileiro (1624/1630-1650) – reforçou a vigilância contra o “elemento estrangeiro”, isto é, protestante. A partir de 1720, passou-se a proibir rigorosamente a entrada de estrangeiros, sob alegação de “(...) alerta contra os hereges, isto é, calvinistas, franceses, reformados holandeses, anglicanos, protestantes alemães, etc.” (MENDONÇA, 1993, p. 132). A título de exemplo, Erasmo Braga observou que

Em 1800 o Barão Humboldt foi impedido de visitar o país porque o Governo Português informou ao seu representante no Pará que o grande sábio poderia contaminar a mente do povo com “novas idéias e falsos princípios”. (BRAGA, apud HAHN, 1989, p. 64)

As marcas da estigmatização e inferiorização foram continuadas com a inauguração do Brasil Império. Embora juridicamente a Constituição Imperial de 1824, após longos debates pelos constituintes e outorgada por Dom Pedro I, representasse uma alteração do cenário religioso brasileiro, o artigo 5º da mesma evidencia claro privilégio religioso ao manter uma religião oficial como expressão pública: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.” (CONSTITUIÇÕES DO BRASIL, 1958, p. 12). Claramente, a Constituição Imperial ainda não oferecia condições jurídicas iguais



aos protestantes. Embora rezasse no artigo 179, parágrafo 5º, que “ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeita a do Estado, e não ofenda a moral pública” (CONSTITUIÇÕES DO BRASIL, 1958, p. 44<sup>3</sup>) impunham-se aos protestantes restrições aos locais de culto, a saber, que este deveria ser fechado, portanto, não exercido publicamente, e em casas sem aparência exterior de templo, o que significava, normalmente, que os templos não podiam ter torres e sinos. Para os protestantes, isso era motivo de sofrimento. Por isso, quando na segunda metade da década de 1880 já se começam a construir mais torres com sinos, o pastor Dietschi, da Colônia de Taquara, no Rio Grande do Sul, evidenciando a importância de sinos e torres para a identidade protestante, menciona que os sinos chamam os cristãos aos cultos e acompanham as pessoas do berço até à sepultura como fiéis companheiros em alegria e sofrimento (DIETSCHI, 1886, p. 38).

No caso dos cemitérios, por ser a Igreja Católica Romana a representante da religião oficial do Estado brasileiro, os protestantes reclamavam que nem na morte havia justiça. Como não podiam publicizar sua fé, também na ocasião da morte se colocavam restrições aos protestantes. Em 1864, o pastor Hermann Georg Borchard, de São Leopoldo/RS, foi preso por uso de veste litúrgica (talar) em público, caminhando à frente de cortejo fúnebre (DREHER, 1999, p. 204). Quanto ao espaço cemiterial para sepultamento de seus mortos, uma outra restrição se lhes impunha: o clero católico se negava a “desbenzer” parte dos cemitérios para o sepultamento dos “acatólicos” (DREHER, 1993, p. 121). Também isso representaria estigmatização do elemento protestante e está entre as motivações para a construção de cemitérios confessionais, cuja característica ainda é fortemente presente nas regiões de colonização germânica.

A condição jurídica a qual os protestantes foram submetidos perdurou até a Proclamação da República (1889) quando ocorreu a separação de Igreja e Estado. Contudo, pelo menos já a partir das

---

<sup>3</sup> Os protestantes tiveram que valer-se diversas vezes desta garantia e direitos assegurados constitucionalmente. Cf. MENDONÇA, 1984, p. 21.

décadas de 1850/1860 os protestantes foram infringindo o artigo 5º da Constituição Imperial, colocando pequenos ornamentos externos em seus templos, além de expressar a fé através de inscrições em lápides de cemitérios. A construção de templos e ornamentos externos representava um clamor pelo reconhecimento da cidadania religiosa que lhes era negada. Simultaneamente, a inscrição da fé de forma visível era meio de expressar publicamente da fé e testemunhar dela para as gerações futuras.

O *status* diferenciado deixaria marcas profundas nas religiões/faces confessionais do cristianismo na América Latina, em particular no Brasil. O catolicismo, que já vinha da Península Ibérica marcado pela cultura da reconquista e cruzadas, se tornaria também “anti” as religiões indígenas, africanos, cristãos novos e protestante. De outro lado, em particular no caso deste último, a partir de sua inserção no Brasil a partir do século XIX, também este, evidentemente marcado pelas experiências de conflito com o catolicismo na Europa, se tornaria “anti” católico. Neste sentido, pretendemos analisar e identificar os templos e cemitérios de regiões de colonização teuto no Rio Grande do Sul como fonte histórica de preservação da identidade cultural e também de construção identitária, por vezes fortemente marcada por lutas identitárias.

### **Construindo as Identidades a partir das Diferenças (dos Outros!)**

A partir desta constatação, conceitos como “contaminação-infecção anômica”, “estigmatização”, “capital simbólico”, “contraste/*différance*”, “di-visão”, “fronteiras”, “identidade étnica”, “memória”, “identidade coletiva” e “memória social” podem ser empregados para analisar a construção das identidades religiosas, particularmente a do protestantismo de imigração. Assim, percebemos através de pesquisas de campo realizadas na principal região que recebeu as primeiras levas de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, principalmente nas cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo, e no Vale de Paranhana, de que forma os grupos de imigrantes teutos revelam a preocupação em manter traços culturais

do país de origem, apresentando elementos simbólicos próprios, bem como ressaltando suas características germânicas.

O conceito de identidade é definido especialmente, pela antropologia, segundo a qual a construção da identidade é impulsionada pela necessidade de se fazer parte de um grupo, gerando um sentimento de pertencimento. Este seria um sentimento calcado na diferença: tu te vês diferente, enquanto te relacionas com o outro. Conforme Brandão nos elucida:

(...) as identidades são representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro, por se ter de estar em contato, por ser obrigado a se opor, a dominar ou ser dominado, a tornar-se mais ou menos livre, o poder ou não construir por conta própria o seu mundo de símbolos e, no seu interior, aqueles que qualificam e identificam a pessoa, o grupo, a minoria, a raça, o povo. Identidades são, mais do que isto, não apenas o produto do inevitável da oposição por contraste, mas o próprio reconhecimento social da diferença (BRANDÃO, 1986, p. 42-43).

Podemos observar a preocupação do imigrante pela preservação da identidade étnica (germanidade) do “protestantismo de imigração”, como evidencia o exemplo a seguir. No final do século XIX, certo pastor teuto-protestante constatou que pais estariam dando nomes “aportuguesados” a seus filhos e filhas, colocando sob ameaça de extinção nomes de raiz autenticamente alemã (!) como, August, Bernhard, Ewald, Ernst, Hermann, Gottfried, Otto, Rudolf, Walter, Richard, Max, Theodor, Alexander, Paul, Johanna, Amália, Helene, Alwine, Bertha, Anna, Martha, Clara. No lugar destes, estariam surgindo e pondo em ameaça aqueles, nomes plagiados do português como Albertine, Ambrosine, Angeline, Aveline, Balbine, Betaline, Barbine, Caroline, Castorine, Christiane, Edeline, Ernestine, Eduardine, Florentine, Fredoline, Josephine, Jardine, Joveline, Joaquine, Klarestine, Lorentine, Marialine, Martine. (SCH.[?], 1898, p. 20-21)

### **Preservando a Identidade através de Templos e Cemitérios**

Diante da ameaça vinda de “fora” era fundamental preservar a identidade coletiva pela memória social. Um dos exemplos de

preservação da memória pode ser verificado pela arquitetura sacra, isto é, na construção de templos. O templo, entre outros elementos, representa uma das formas de inscrição e preservação da cultura germânica. Neste sentido, cabe a observação do pastor Dietschi que, na metade da década de 1880, menciona que “nossos templos são um castelo forte para a germanidade em país estranho, e isso cada qual precisa realizar com alegria, pois nisso reside a garantia da fidelidade, diligência, gratidão e pertença à pátria-mãe.” (DIETSCHI, 1886, p. 38)

Le Goff afirma que “os ‘arquivos de pedra’ acrescentavam à função de arquivos propriamente ditos em caráter de publicidade insistente, apostando na ostentação e na durabilidade desta memória lapidar e marmórea.” (LE GOFF, 1994, p. 432). Os protestantes buscaram perpetuar a lembrança através de “arquivos de pedra”, isto é, dos templos. Enquanto templos de madeira, característicos das primeiras décadas de presença protestante no Brasil, não tinham vida útil longa, a construção de templo de “pedra” evidencia a preocupação com o “legado duradouro” de uma fé sólida a ser testemunhada para as gerações futuras (UNSER JAHRESFEST, 1893, p. 75). Essa preocupação foi estendida aos cemitérios, substituindo-se a cruz de madeira pela lápide entalhada na pedra, uma vez que investimentos em pedras tumulares de boa qualidade eram inacessíveis à maioria, e a realidade econômica nos primórdios das picadas não priorizava esses aspectos, tanto pela falta de recursos como também da mão de obra qualificada.

Enquanto que nos territórios alemães do início do século XIX, políticas sanitárias e de infraestrutura urbana conduzem os cemitérios para fora dos limites das cidades, nas colônias alemãs do sul do Brasil, os cemitérios são estabelecidos ao lado das igrejas, na parte central dos núcleos coloniais. Em algumas localidades foram, posteriormente, deslocados para fora da parte central, em outras, o cemitério permanece ativo ao lado da igreja, no centro de algumas localidades, ainda nos dias de hoje.

Grande parte dos cemitérios das comunidades alemãs foi construída nas proximidades da área de integração social, próximo à

capela e à escola, e em alguns casos encontrava-se incluída também nesse conglomerado a casa comercial (venda) da localidade.

A vinda de imigrantes alemães para o sul do Brasil, oriundos de várias regiões do que posteriormente seria a Alemanha, trouxe consigo uma série de incorporações e transformações culturais ao longo do século XIX e primeira metade do século XX. Imigrantes alemães tiveram que improvisar e adaptar seus ritos e costumes às novas realidades. Percebemos diferentes maneiras das sociedades expressarem o sentimento sobre a morte, sempre mantendo a idéia de conservar a memória do morto pela imagem, numa tentativa de manter viva sua identidade. Assim como há uma necessidade de manter viva a memória do morto, também há a necessidade de se preservar a identidade cultural de uma sociedade num determinado período de tempo.

Essa memória é preservada na construção de túmulos, sendo que em muitos casos, são feitos monumentos em homenagem ao falecido contendo diversas representações simbólicas que remontam não só à construção da identidade do morto, mas também ao contexto em que estava inserido, fornecendo dessa maneira diversas informações valiosas sobre a história de uma região em uma determinada época. Portanto, os túmulos traduzem de maneira muito mais sugestiva, seu reflexo no imaginário coletivo do grupo.

Os cemitérios preservam a identidade no momento em que visualizamos que as diferenciações sociais são evidenciadas, pois conforme Bellomo: “Os grandes monumentos são destinados aos elementos destacados dos grupos dominantes enquanto a classe média vai para as catacumbas modestamente decoradas, ou seja, em determinados períodos os cemitérios das nossas cidades refletem a estratificação social.” (BELLOMO, 2000, p. 51).

Assim, o gosto pelo túmulo de família passava a ser uma importante referência para as elites brasileiras urbanas, que logo se adaptaram aos novos padrões de uso e apropriação dos espaços cemiteriais públicos, bem como de suas lógicas de enterramento. Depois de alguns anos de inaugurados, os cemitérios passaram a concorrer entre si pela grandiosidade e luxo que suas construções tumulares eram capazes de exibir. Cada um a seu modo tentou atrair

para suas quadras de sepultamento as camadas mais afortunadas ligadas ao patronímico de velhas famílias que gozavam de prerrogativas econômicas e políticas decorrentes do comércio, da produção escravista, do latifúndio e de cargos importantes no poder público. Anos mais tarde, seria a vez das novas fortunas, procedentes do capital financeiro especulativo, da indústria, de profissões liberais, assim como de outros setores das camadas urbanas que surgiam nas principais capitais do país.

O homem, ao se deparar com a finitude da vida, reage basicamente de duas maneiras distintas: com a negação ou a aceitação da morte terrena (STEYER, 2000, p. 74). A reação mais comum é a de negação do fato, pela qual a família do morto expressa seus sentimentos de revolta com o fim da vida através de inscrições, fotografias e objetos colocados nos túmulos que relembram a vida terrena. A aceitação da morte terrena aparece através de demonstrações de fé e de homenagens e saudações à vida do defunto.

Desse modo, os túmulos expressam uma idéia ou conceito do mundo dos vivos sobre o mundo dos mortos. Nesse sentido, também, eles podem ser considerados como objetos que representam a identidade cultural de uma determinada região em uma época específica, sob ponto de vista particular ou público.

Temos como exemplo desta necessidade de manter “viva” a identidade cultural de um determinado grupo, até mesmo nos cemitérios, o caso dos túmulos existentes nas zonas de colonização alemã do Rio Grande do Sul. Nestes, há um forte apego à preservação da identidade cultural expressa nos epitáfios, que muitas vezes são escritos na língua de origem alemã e ressaltam o local de nascimento do morto. Esse tipo de evidência está associado ao modo de dominação simbólica, que conforme Baczko (1985, p. 332), segundo a qual qualquer coletividade produz um sistema simbólico que compreende os imaginários sociais, dessa forma sendo um instrumento de preservação da memória cultural.

Este é um exemplo dos túmulos encontrados nas cidades de colonização alemã (Três Coroas).



O túmulo apresenta o seguinte epitáfio:

Descansa docemente Catharina Scherer nasc.[ida] Grub, nascida no vigésimo nono dia de setembro de 1809, em Bodembach no “Reino da Baviera”. Falecida no sexto dia de novembro de 1879 [na] Colônia Conventos. Deixa enlutados 10 filhos, 86 netos e 21 bisnetos.

Esta inscrição nos refere à importância de ressaltar que o local de nascimento foi no próprio “Reino Germânico” e que seu local de morte foi na colônia dos Conventos, localidade de Lajeado. O corpo foi trasladado até o local no qual estão enterrados outros familiares. Interessante observar que assim como a inscrição na sepultura, também inscrições no templo são evocadas como memória sobre a “origem”. Quando da finalização da construção de muitos templos protestantes, especialmente no século XIX, colocava-se um “galo alemão” na ponta da torre. Segundo os colonos, assim o era na velha pátria, por isso, também queriam que assim o fosse na nova pátria (AEDB, 1866, p. 11). Portanto, no cemitério e no templo, velha e nova pátria se relacionam.

A preservação da memória do morto fortalece a afirmação da identidade cultural, pois de acordo com Le Goff (1994, p. 476) “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.” Também

afirma que, em determinados casos, associa-se a memória do morto a aspectos da sociedade em que está inserido, em torno da memória comum.

Desse modo, o cemitério passa a ser uma fonte rica de elementos que testemunham, relatam e contribuem para construir o contexto de determinadas sociedades, contextualizadas em um espaço-tempo. As imagens e escritos lá representadas são um reflexo das representações coletivas diante das diferentes manifestações sociais, culturais e políticas do mundo dos vivos. Essa ideia é confirmada por Fernando Catroga:

Para representar o seu papel, o cenário cemiterial tinha de ser predominantemente simbólico. Todavia, esta verificação tem de ser interpretada com cautelas. É que, nesta trama, a função metafísica está intimamente colada às suas implicações sociais (...). (CATROGA, 1999, p. 112)

## **Templos e Cemitérios como Fontes de Pesquisa**

Aquilo que o ser humano faz durante a vida é diretamente ligado aos seus laços sociais e familiares, bem como de sua comunidade. Portanto, as representações na arquitetura sacra e funerária estão relacionadas à manutenção da memória individual e coletiva do morto, tanto para fins políticos, culturais, religiosos e ideológicos. Daí a necessidade da preservação da memória, por exemplo, na arquitetura sacra ou no culto aos mortos.

Templo e cemitério passam, então, a ser centros deste culto, com diferentes representações, sendo fonte reveladora das posições sociais e culturais da população. As ornamentações sacras, os epitáfios, as fotos e a decoração das sepulturas familiares revelam auto compreensão de sua existência num grupo social, geralmente de forma idealizada.

Templo e cemitério nos permitem realizar múltiplos olhares sobre as sociedades, graças às diferentes expressões de identidades culturais particulares e/ou privadas que lá são representadas. Eles apresentam diferentes expressões de linguagem, tanto escritas como simbólicas, devido às diferenciações sociais que lá são identificadas.



Ambos, templo e cemitério, antes de tudo são formas de preservação da memória particular e coletiva dos indivíduos de uma região. Todos os templos e túmulos erigidos são propriamente uma forma de preservação desta memória.

Portanto, podemos definir que a memória construída no presente, a partir de demandas dadas por este e não necessariamente pelo passado em si, pode ser pensada como fator fundamental para a construção de pertencimentos sociais, aos mais diversos níveis associativos. De certa forma, a busca do controle sobre a memória institui uma identidade para o agente social nela envolvido. Assim o templo e o cemitério passam a ser agentes de manutenção de memórias que constroem uma identidade cultural.

A análise das representações culturais coletivas levou à diversificação das fontes, pois os elementos iconográficos têm uma importância tão grande quanto o discurso formal, como afirma Vovelle: “De certo modo, a indagação sobre o popular levou à diversificação de recursos, relativizando o primado do escrito e valorizando outras fontes, tais como o documento oral e a iconografia.” (VOVELLE, 1997, p. 17)

No caso específico dos cemitérios teutos do Rio Grande do Sul, aos estudá-los, procuramos problematizar o lugar reservado aos mortos e pensar sobre os múltiplos olhares que os vivos fazem sobre este espaço, pois a transmissão das culturas bem como suas observações sobre as representações da morte reflete modos de pensar e de agir.

Com a criação dos cemitérios fora dos espaços religiosos (igrejas), os túmulos passam a representar a lembrança e marca a identidade do morto, já que aparecem, junto ao nome, símbolos religiosos e inscrições que relatam passagens da vida ou mensagens religiosas. Neste sentido começa o chamado “culto aos mortos”. (ARIÈS, 2003, p. 73). A partir do século XVII se observa uma maior preocupação em localizar a sepultura, tendência essa que reforça o sentimento de culto da memória.

Assim, segundo Ariès (2003, p. 76), o culto assume um caráter privado, pois se realiza sobre a memória de um ente falecido,

mas também assume um caráter público, pois os cemitérios são projetados, a partir do século XVIII como grandes parques, organizados para a visita familiar e como fonte de veneração de homens ilustres, sendo “museus ao céu aberto”.

Desse modo, os mortos passam a ter uma importância significativa, pois servem de modelo para os vivos, sendo necessários para a manutenção da ideia de imortalidade dos feitos grandiosos e de suas qualidades que devem ser lembradas e perpetuadas na pedra. Os cemitérios passam então a concepção de que o túmulo é a morada dos mortos e como tal deveria reproduzir a morada dos vivos, pois: “A última residência era freqüentemente ligada à maneira de praticar a vida pelos povos a que o defunto pertenceu.” (DEFFONTAINES, apud BELLOMO, 1988, p. 18).

Neste sentido, se assistiu à preparação de toda uma rede ou de toda uma constelação de ritos e novos gestos referentes à morte e organizados em torno de dois suportes maiores: a família e a pátria, ou o Estado. “O luto é uma celebração coletiva que tem por finalidade afirmar a presença e a coesão de uma rede familiar pelos menos nesta ocasião.” (VOVELLE, 1997, p. 324).

Juntos, templos e cemitérios devem ser considerados um Patrimônio Cultural, pois eles não se limitam mais somente ao seu valor econômico ou à ideia de ser propriedade de alguém ou de um grupo, mas sim como pertencente a uma comunidade, que lhe atribui valor e importância e deve preservá-los em sua integridade e diversidade, para sua própria perpetuação.

Preservando-se os templos e os cemitérios, guarda-se a identidade cultural de um povo, seus meios de existência e todas suas criações e manifestações, criando um conceito mais profundo, o da cidadania, que se explica no sentimento de pertencer a um grupo, comunidade, povo ou nação.

## Referências

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. *Túmulos Celebrativos de Porto Alegre: Múltiplos Olhares sobre o Espaço Cemiterial (1889 – 1930)*. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. v. 1. 96 p

\_\_\_\_\_. Cemitérios, etnia e germanidade. In: Harry Rodrigues Bellomo. (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, v. 1, p. 237-242.

ARIES, Philippe. *EL Hombre Ante la Muerte*. Madri: Taurus Ediciones, 1987.

BACZKO, Bronislaw. Imigração Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. p. 296-332. (Antropos-homem, 5)

BELLOMO, Harry R. *A Estatuária Funerária em Porto Alegre (1900 -1950)*. 1988. 204f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.

\_\_\_\_\_. (org.) *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCS, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CATROGA, Fernando. *O Céu da Memória – Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. 2ª ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1958.

DIE ARBEIT UNTER DEN EVANGELISCHEN DEUTSCHEN IN BRASILIEN; Zweite Mittheilung des Comité's für die protestantischen Deutschen in Südbrasilien. Barmen: J. F. Steinhaus, 1866. 16 p. (AEDB, 1866).

DIETSCHI, J. R. Gedanken bei einem Kirchweihfest im brasilianischen Urwald. *Der Deutsche Ansiedler*, Barmen, maio 1886, p. 38.

DREHER, Martin N. *A Igreja Latino-Americana no Contexto Mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

\_\_\_\_\_. Protestantismo de Imigração no Brasil. In: DREHER, Martin. N. (org.). *Imigrações e História da Igreja no Brasil*. Aparecida: Santuário, 1993. p. 109-131.

HAHN, Carl Joseph. *História do Culto Protestante no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1989. p. 64.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. Protestantes na Diáspora; a imigração européia e norte-americana e as igrejas evangélicas no Estado de São Paulo. In: DREHER, Martin N. *Imigrações e História da Igreja no Brasil*. Aparecida: Santuário, 1993. p. 132-157.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O Celeste Porvir*; a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Paulinas. 1984.

SCH.[?], G. Aus dem Kirchenregister meiner Gemeinde. *Der Deutsche Ansiedler*. Organ der Evangelischen Gesellschaft für die protestantischen Deutschen in Amerika), Barmen: D. B. Wiemann, [Vaterland e Westdeutsche], p. 18-22, out. 1893.

STEYER, Fábio Augusto. Representações e Manifestações Antropológicas da Morte em Alguns Cemitérios do Rio Grande do Sul. In: In: BELLOMO, Harry R.(org.) *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCS, 2000.

UNSER JAHRESFEST. *Der Deutsche Ansiedler*. Organ der Evangelischen Gesellschaft für die protestantischen Deutschen in Amerika), Barmen: D. B. Wiemann, [Vaterland e Westdeutsche], p. 73-76, out. 1893.

VELASQUES FILHO, Prócoro. Deus como Emoção: origens históricas e teológicas do protestantismo evangelical. In: MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola/Ciências da Religião, 1990. p. 81-109.

VOVELLE, Michel. *Imagens e Imaginário na História: fantasmas e incertezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática, 1997.

## **O LEGADO SACRO ITALIANO NAS IGREJAS DE PORTO ALEGRE (1950-60): EMILIO SESSA E ALDO LOCATELLI**

Anna Paula Boneberg Nascimento dos Santos<sup>1</sup>

*Resumo:* Os princípios da arte sacra, que congrega as ornamentações externas e internas das igrejas católicas de todo o ocidente, estão diretamente relacionados às normas instituídas ao longo do tempo e perpetuadas pelos representantes da Igreja em seu centro, Roma. Nessa perspectiva, é possível observar que a Itália possui importantes Academias formadoras de artistas voltados para a arte de representação do Sagrado. O decorador Emilio Sessa e o figurista Aldo Locatelli, de lá vindos ao Brasil em 1948, deixaram em diversas igrejas do país seu importante legado. Em Porto Alegre, os dois artistas italianos foram responsáveis por diversos trabalhos pictóricos, sobretudo, nas décadas de 50 e 60. Entre esses trabalhos, estão as ambiências pictóricas das igrejas Sagrada Família e Nossa Senhora de Lourdes, que serão analisadas como foco da presente proposta de trabalho. As pinturas dessas igrejas, além das técnicas relacionadas às temáticas bíblicas e aos dogmas cristãos, correspondem ao propósito do catolicismo de evangelização através dos elementos visuais. Assim sendo, é possível também identificar a influência direta da arte sacra italiana nas igrejas de Porto Alegre.

*Palavras-chave:* Arte sacra, Igreja Católica, Itália, Ambiências pictóricas, Porto Alegre.

---

Em meados do século XX, dois artistas italianos chegavam ao Brasil, trazendo consigo uma bagagem repleta de expectativas e de aprendizados a serem transmitidos através de suas artes, de técnicas aprendidas e desenvolvidas, de cores e de formas. A trajetória desses importantes pintores italianos, que se responsabilizariam pelas composições de ambiências pictóricas em igrejas brasileiras, se transcorreu entre as expectativas da juventude, iniciada na Itália, e da carreira que ambos seguiram, vezes sozinhos

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisadora do Instituto Cultural Emilio Sessa de Porto Alegre (ICES).

e, em diversos momentos, lado a lado, em um estreito relacionamento profissional e também, pessoal.<sup>2</sup>

Nascidos em Bergamo e tendo começado a desenvolver muito cedo as suas aptidões artísticas, Emilio Sessa e Aldo Locatelli partilharam de suas formações em renomadas escolas de artes italianas, como a *Scola d'Arte Applicata all'Industria* Andrea Fantoni, fundada em 1898, e a Academia Carrara, considerada uma das mais importantes do país. Entre os professores que tiveram influência nas suas formações artísticas, e de quem legaram aprendizados amplamente utilizados, estiveram Fermo Taragni e Francesco Domenighini, pintores reconhecidos por seu talento e por trabalhos realizados em diversos locais da Europa. (LISBOA, s/d. p. 1).

Embora tenham trabalhado juntos por longo tempo, Sessa e Locatelli utilizavam técnicas diferentes e cada um era responsável por fazer a sua parte nos encargos de atuação conjunta. O primeiro desenvolveu técnicas e aprimorou seus estudos sobre decoração de interiores, sobretudo, os ambientes sacros. Conforme é possível observar nas igrejas onde pintou, Sessa possuía uma apurada sensibilidade nas associações de cores e de tons, o que faz dos lugares por ele decorados adequados para os fins de culto e de oração. As tonalidades claras e os efeitos de profundidade e de relevo que são próprias de seus trabalhos são reconhecidos por religiosos e por fieis como um convite ao recolhimento interior.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Essas e outras informações são amplamente comprovadas através de documentação como cartas e fotografias. Parte desse material encontra-se sob a responsabilidade do Instituto Cultural Emilio Sessa de Porto Alegre (ICES), sob a autorização e com doações da Família de Emilio Sessa para fins de pesquisa. Sobre o Instituto, maiores informações estão disponíveis no site: [www.emiliosessa.com.br](http://www.emiliosessa.com.br).

<sup>3</sup> Essa afirmação foi formulada tendo como base opiniões obtidas em entrevistas com religiosos e membros de algumas comunidades onde Emilio Sessa decorou igrejas e capelas no Rio Grande do Sul, mais especificamente, em Caxias do Sul (Capela do colégio São José), Santa Maria (capela da Escola de Artes e Ofício) e Porto Alegre (Igreja Sagrada Família).

Aldo Locatelli, painelista sobre quem há diversos estudos e cuja arte é amplamente conhecida – diferentemente do descaso que ainda ocorre com relação a Emilio Sessa – é lembrado pelos seus painéis, famosos pela vivacidade das cores que utilizava e pelas formas humanas perfeitamente definidas, o que lhe dá um amplo reconhecimento enquanto figurista. A produção artística de Locatelli compõe a temática de diversos livros, como “*Locatelli no Brasil*” (BRAMBATI, 2008) e “*Uma viagem pelos caminhos de Aldo Locatelli*” (COELHO, 2003), entre outros. Um dos assuntos sobre o qual há poucas informações divulgadas até então, mas que é possível de se compreender tendo por base o levantamento feito por membros do Instituto Cultural Emilio Sessa, é a forma e as razões como se deu a vinda de Locatelli para o Brasil.

Ângelo Roncalli, nomeado Núncio Apostólico da Bulgária em 1933, mais tarde, em Paris e, posteriormente, conhecido como Papa João XXIII era um exímio admirador de Emilio Sessa. Foi através de suas indicações que diversos trabalhos foram feitos pelo artista em localidades européias, como Viena e Budapeste. Em fins dos anos 40, muitas comunidades objetivavam dar à suas igrejas um aspecto mais acolhedor, condizente com os objetivos difundidos pelo Concílio Vaticano II que determinou, entre outras normas, bases renovadas para a vivência e para a configuração das comunidades católicas (GONÇALVES, 2005).

Esse foi também o caso de Pelotas, onde o então bispo D. Antônio Zattera recebeu a indicação por parte de Roncalli do nome de Sessa para a execução da ambiência pictórica da sua Catedral. O artista, ao saber da possibilidade de trabalho no Brasil, tratou de fazer um projeto para essa igreja, o qual foi aprovado pelo bispo sendo iniciados, em seguida, os trabalhos. Junto com Sessa, dois artistas vieram para executar as obras e para iniciar, assim, sua trajetória em terras brasileiras. São eles Adolfo Gardoni e Aldo Locatelli. (LISBOA, s/d., p. 4).

A vinda de artistas estrangeiros para o Brasil, no transcurso do século XX, legou ao país um importante avanço em termos artístico-culturais, sobretudo, nos anos 50, quando um grande estímulo foi dado ao intercâmbio de artistas do exterior para o Brasil

e vice-versa. Verifica-se em jornais desse período, como o Diário de Notícias, a ocorrência dos Salões de Arte, onde trabalhos eram expostos e avaliados em localidades como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, como é o caso do citado no seguinte artigo sobre os Salões realizados em 1953:

Os chamados “Salões”, realizaram em boa ordem, e os artistas concorreram como puderam. O Salão Municipal de Belas Artes (Maio) distribuiu bons prêmios em dinheiro, custosos porém para receber. O Salão de Arte Moderna (Ministério da Educação – Maio) esteve á altura de bons debates orais entre realismo e abstracionismo, mas a concorrência foi fraca. Conferiu os seguintes prêmios de viagem: á Europa, Fernando Pereira (pintura) e Augusto Rodrigues (desenho); pelo país, ao gaúcho Danúbio Gonçalves, do Clube de Gravura do Rio Grande do Sul, e ao pintor abstracionista Antonio Bandeira, que vai interpretar a paisagem brasileira sob o prisma estético não-figurativo. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01 de janeiro de 1954, p.8).

O artigo citado é apenas um entre vários que podem ser encontrados em jornais do período sobre os Salões de Arte no Brasil. Precisamente nesse momento de efervescência artística no país, também as igrejas católicas presenciaram a afluência da arte em seus interiores. Por razões diversas, determinadas pela Igreja, na tentativa de atender aos apelos do clero para que o catolicismo fosse levado a todos os lugares, um grande número de igrejas brasileiras foram construídas e outras tantas, já existentes, receberam cuidados ornamentais e pictóricos,

Após a chegada a Pelotas, em 1948, Sessa e Locatelli receberam os encargos de decorar igrejas em diversos estados, entre os anos 50 e 60, como Santa Catarina (em Itajaí), São Paulo (em Amparo) e no Rio Grande do Sul – em Caxias do Sul, Porto Alegre, Santa Maria, Novo Hamburgo, Santo Ângelo e Gravataí.

Em Porto Alegre, além dos trabalhos sacros, Locatelli também foi o executor de outras obras, como um mural em afresco seco no antigo aeroporto Salgado Filho, além de vários painéis que giram em torno da *história, dos usos e costumes do povo rio-grandense* no Palácio Piratini (COELHO, 2003. p.11), do painel executado na Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do



Sul intitulado “*As Profissões*” e do painel que se encontra na entrada do teatro da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), denominado “*Formação do Rio Grande do Sul*”, em 1960.

O projeto de dissertação de mestrado intitulado *Patrimônios cristãos, modelos de fé: a pintura sacra nas igrejas católicas de Porto Alegre* (1940-1965), em execução na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, serve de base para esse trabalho e tem como um de seus principais enfoques a análise histórica do legado artístico deixado por Emilio Sessa e Aldo Locatelli em igrejas de Porto Alegre. Entre elas, estão as escolhidas para menção no presente artigo: Sagrada Família (pintada exclusivamente por Emilio Sessa, entre 1956 e 1957) e Nossa Senhora de Lourdes (pintada inicialmente apenas por Aldo Locatelli, que veio a falecer em 1960, e deixando à José Sicart o encargo de concluí-la).

Para traçar considerações sobre os trabalhos mencionados, é importante que alguns apontamentos sejam feitos acerca de conceitos relacionados à temática proposta. Cultura e memória, temáticas sob as quais se encontram as mais diversas pesquisas relacionadas ao gênero humano, são conceitos fundamentais na busca pela compreensão dos objetivos e da proficuidade da arte nas igrejas no período.

### **Do cultivo do catolicismo à perpetuação da memória: Os objetivos da pintura sacra em igrejas de Porto Alegre**

A palavra “cultura”, conforme descrito nas obras que tratam sobre a sua temática, possui desdobramentos a partir do seu radical, da sua raiz. Primeiramente, ela reporta ao sentido de “cultivo”, ligado à agricultura (BOSI, 1992). Da mesma forma como as sementes e as raízes são na natureza as bases de cultivo, as ações humanas, os costumes de cada grupo étnico, religioso, profissional, entre tantos outros, são o cerne para a legitimação e para a posterior perpetuação de cada cultura.

Nessa perspectiva, a ação humana se revela como a base e o motor da cultura, sendo os integrantes de determinado grupo os

vetores responsáveis por dotá-lo de sentido e atribuir-lhe significados próprios. Sobre o exposto, Terry Eagleton traça considerações relevantes, que se aproximam da ideia exposta quando escreve que, nós nos assemelhamos à natureza, visto que, como ela, temos de ser moldados à força, mas diferimos dela uma vez que podemos fazer isso a nós mesmos, introduzindo assim no mundo um grau de autorreflexibilidade a que o resto da natureza não pode aspirar. (EAGLETON, 2005, p.15)

Eagleton levanta, assim, uma questão importante: a da capacidade dos grupos humanos de moldarem a si mesmos, ou seja, de cultivar os seus próprios costumes e assim, diferenciarem-se dos demais seres. Como a natureza, o homem é moldado forçosamente pelas condições e pelos locais onde nasce, pela cultura já existente e pelas ideias daqueles que o antecederam. Porém, diferentemente dela, pode mudar o que está posto, acrescentar novas e diferentes concepções e ações. Então, novas culturas surgem e a preservação de cada uma delas depende de fatores de legitimação e da adesão unânime – ou quase – dos agentes envolvidos.

Sobre as relações entre o indivíduo “culto” e o grupo ao qual este se insere, assim como sobre as características que são condicionais para que ele seja pertencente a um todo cujas características e valores são pré-estabelecidos, Eagleton expressa que,

Ser civilizado ou culto é ser abençoado com sentimentos refinados, paixões temperadas, maneiras agradáveis e uma mentalidade aberta. É portar-se razoável e moderadamente com uma sensibilidade inata para os interesses dos outros, exercitar a autodisciplina e estar preparado para sacrificar os próprios interesses egoístas pelo bem do todo. (EAGLETON, 2005, p. 32).

Ou seja: ser “culto” é possuir ligação com um “todo” e, a partir dele, moldar os seus sentimentos, as suas paixões, as suas maneiras e a sua própria mentalidade, para que assim se passe a ligar diretamente a ele. Tem-se, ainda, que para que haja “cultivo ou cultura”, é preciso que haja responsáveis por perpetuar ideias e ideais. Entre tais vetores, estão as religiões e, entre elas, o Catolicismo.

De acordo com as considerações traçadas tendo por base os estudos até então realizados, tem-se que a intencionalidade de se inserir ambiências pictóricas nos interiores das igrejas está diretamente relacionada aos ideais do catolicismo. A educação cristã se pauta no exemplo e, para tanto, a vida de Jesus Cristo e de seus discípulos, o modelo da Sagrada Família e as passagens bíblicas compõem a temática principal, juntamente com momentos da vida do orago local, se este for o caso e de acordo com os desígnios de cada comunidade.

Na Igreja Sagrada Família de Porto Alegre, decorada por Emilio Sessa entre 1956 e 1957, é possível observar a intencionalidade de uma educação cristã cultivada através do visual nas pinturas de anjos portadores de instrumentos musicais e nas representações dos sete sacramentos, que acompanham o centro de toda a igreja. São eles: o Batismo, a Eucaristia, o Crisma, a Reconciliação, o Matrimônio, a Ordem e a Unção dos Enfermos. É importante referir que nesse local, pintado apenas pelo decorador e projetista de ambiências pictóricas, não há painéis e a figura humana não está presente como o centro da obra, sendo apenas visualizada nas figuras angelicais, onde o aspecto humano não deve ser evidenciado acima do Sagrado.

Os anjos, dispostos no teto da Igreja Sagrada Família, portadores de instrumentos musicais ou relacionados ao canto sacro, remetem às orações de louvor e de adoração, presentes no saltério<sup>4</sup>. Além deles, na parte frontal está inserida a seguinte frase: *Gloria In Excelsis Deo – que significa “Glória a Deus nas Alturas”*, remetendo ao ato de glorificar e adorar a Deus, objetivo central das celebrações litúrgicas onde a música se faz presente.

---

<sup>4</sup> O Saltério é o livro dos salmos, forma de oração em cânticos composta pelos Hebreus para louvar a Deus. Os salmos são entendidos no cristianismo como prece, oração, cântico de louvor, orações individuais e comunitárias do antigo povo de Deus. São expressões do caráter religioso do povo de Israel. A palavra SALMO tem origem grega e remete ao SALTÉRIO, que provém de um instrumento de cordas semelhante à harpa.



Anjos de Emilio Sessa, pintados na Igreja Sagrada Família (Porto Alegre). O caráter educativo-pedagógico dessas pintura, assim como das demais presentes nessa igreja, é relativa aos salmos de louvor e adoração presentes na bíblia e utilizados como meio de instrução cristã. Os anjos são representativos, segundo consta na Bíblia, dos atos de louvar, adorar e agradecer, além de serem os intermediários de Deus com os homens. O salmo que pode ser comparado à imagem é o seguinte:

Celebrai o Senhor com a cítara,  
Aclamai o Senhor, povos toda a terra,  
Regozijai-vos, alegrai-vos e cantai.

Salmodiai ao Senhor com a **cítara**, – (instrumento que porta o anjo à direita).

Ao som do saltério e com a **lira**. – (instrumento que porta o anjo à esquerda).

Com a tua tuba e a trombeta

Elevai aclamações na presença do Senhor rei. (Sl. 97, 4-6)

Através de outras pesquisas sobre a obra de Emilio Sessa, foi possível identificar um elemento frequentemente presente nas representações de anjos, especialmente, quando esses se relacionam à adoração: as fitas portadas por eles. Elas podem ter significados distintos, mas nesse caso, se trata de partituras musicais. Em uma pesquisa paralelamente desenvolvida na Catedral Diocesana de Santa Maria, ao ampliar a imagem fotografada de um anjo portador de fita, foi possível identificar com clareza a presença de cifras musicais. Então, relacionando com os estudos sobre os significados dos símbolos, foi possível certificar de que essa é uma forma de representação musical muito presente na pintura sacra. A relação

musical com os salmos é evidente, assim como em todos os outros anjos da Igreja Sagrada Família.



Cantai ao Senhor um cântico novo,  
porque Ele operou maravilhas.  
Sua mão e seu santo braço lhe deram a vitória. (Sl. 97, 1)

Outro aspecto importante de ser considerado nos estudos sobre templos cristãos é o conceito de memória, vastamente trabalhado por diversos autores e imprescindível ao se mencionar as formas de educação pelo visual. A explanação sobre esse conceito aqui se restringe aos limites do exposto, portanto, sobre a memória e a sua função enquanto polo transmissor. Sobre isso, Joel Candau considera:

A transmissão está, por consequência, no centro de qualquer abordagem antropológica de memória. Sem ela, a que poderia então servir a memória? (...)

(...) Se memorizar serve para transmitir, é o conteúdo transmitido ou o laço social que gera a transmissão? Educação, museus, arte, não são formas operacionais de transmissão visando menos transmitir uma memória que fazer entrar nas memórias a crença do corpo social em sua própria perpetuação, a fé em raízes comuns e um destino compartilhado, ou seja, uma consciência identitária? Qualquer que seja a resposta a essa questão é certo que nada seria possível sem a expansão da memória humana. (CANDAU, 2011, p. 106).

No caso das pinturas, além de legarem às igrejas que as abrigam um aspecto mais acolhedor e agradável, elas possuem também a função de recordar os ensinamentos cristãos e de reforçar o ensino do catolicismo que se dá na catequese, nos grupos de convivência e nas missas, conforme visto até aqui. Logo após o trecho citado, Candau se utiliza de uma passagem bíblica, empregando-a em uma analogia pertinente ao proposto: Se houver esquecimento *do Senhor, do Seu Deus* (ou seja, da sua cultura, da sua religião), *e seguirem outros deuses, prestando-lhes culto e curvando-se diante deles* (e seguirem outras culturas, outras religiões), *asseguro-lhes hoje que vocês serão destruídos* (a sua cultura, a sua religião será destruída).

Estimular a inclusão de ambiências pictóricas condizentes com o cristianismo e seus preceitos é uma forma de reforçá-lo nas comunidades e assim, manter operante a sua memória. Na igreja Nossa Senhora de Lourdes, última pintada por Aldo Locatelli em 1960, dois painéis frontais de sua autoria estão apresentados na seguinte ordem: à esquerda, o Sagrado Coração de Jesus (inacabado, pois o artista faleceu durante o período de execução desse trabalho) e Nossa Senhora em sua aparição em Lourdes (cidade da França), no altar. À direita, encontra-se um painel que não foi pintado por Locatelli, mas por José Sicart, também painelista, encarregado de dar continuidade aos trabalhos na igreja após a morte do artista precursor.



Último painel pintado por Aldo Locatelli, não concluído, pois o artista faleceu no período de sua execução. Sagrado Coração de Jesus.

É oportuno mencionar que não é apenas a cultura instituída e a memória preservada através dos ensinamentos nos templos cristãos e das suas pinturas e representações, que constituem o arsenal responsável pela perpetuação do catolicismo ou de qualquer outra crença, mas ainda mais determinante é o conjunto formador das memórias individuais. O pertencimento pessoal a determinado lugar ou a crença em determinados preceitos auxiliam na formação de identidades e nas buscas pela preservação de certos princípios e tradições. Quando compartilhado por um grupo, se tornam as bases edificadas para a conservação da cultura e da memória através do seu reconhecimento como patrimônio.

### **Pinturas sacras: Patrimônio artístico, religioso e cultural**

Ao se falar em patrimônio, automaticamente se forma um paralelo com a palavra preservação. Mas preservação de que? De uma cultura através dos tempos, da memória do “cultivo” que se perpetua ou desses dois elementos, “cultura” e “memória”? As conclusões a que se chega após realizar determinado estudo acerca de um saber ou de uma comunidade são diversas, no entanto, todas elas parecem convergir.

Cultivar hábitos e tradições e, a partir de então, preservar a memória de fatos, pessoas ou ideias, por meio de construtos que as comemoram, narram ou representam, é uma prática que diz respeito a todas as sociedades humanas. (SANT’ANNA apud. ABREU, 2009 p. 49) – e também, aos seus diversos segmentos, sejam eles sociais, étnicos ou religiosos (entre tantos outros que poderiam ser citados, mas que nesse instante não caberiam). No entanto, tais noções ainda são pensadas, examinadas, avaliadas. A ideia de que o ser humano, produtor da cultura e precursor da memória, é a peça-chave para a compreensão desse processo, representa um avanço significativo, conforme expressa Regina Abreu:

Se até então na trajetória do patrimônio predominara a ação envolvendo bens relativos à cultura material, em que a ênfase girou em torno de bens com atribuição de valor artístico e histórico, a apropriação do conceito antropológico de cultura no campo do

patrimônio revelou uma passagem importante. (ABREU, 2009, p. 37).

Por detrás das pinturas das igrejas de Porto Alegre, há uma densa história de cultura e de memória. São elas consideradas patrimônio artístico-religioso, mesmo que inicialmente, apenas para aqueles que as estudam e procuram apresentar a sua importância para a preservação e a manutenção do catolicismo local. No entanto, para que a ideia dessas ambiências pictóricas – e para que elas próprias – existissem, houve todo um processo humano de busca por alternativas condizentes com os propósitos cristãos. E também, há quem não se pode esquecer: o artista por detrás da obra, que embora siga os modelos que lhe são propostos trabalhar, possui também a sua própria maneira e as suas técnicas, que o diferenciam dos seus demais pares.

Sobre as diferentes formas de concepção do patrimônio e da sua utilidade quando posto a serviço do desenvolvimento local onde este se insere, Hugues de Varine traça uma série de considerações em sua obra lançada recentemente no Brasil, intitulada “Raízes do Futuro”. Com uma visão otimista e de fácil compreensão, o autor indica conceitos pertinentes ao tema e descreve a utilidade de preservação dos bens materiais (onde se inserem os bens de natureza tangível: edificações, obras de arte, entre outros) e imateriais (que agregam os bens intangíveis: a cultura, a religião, os costumes etc). Segundo Varine,

O patrimônio é uma riqueza que traz em si mesma seus próprios meios, que é preciso fazer frutificar. (...) (...) O patrimônio concorre, assim, para a identidade, imagem, educação, paisagem, ordenamento do território, habitação, satisfação das necessidades religiosas e culturais, atração turística, etc. (VARINE, 2012, p. 207).

Nesse trecho, o autor traz diversos segmentos relacionados até então, mas também expõe a questão do patrimônio a serviço do turismo, que merece atenção quando se discorre sobre obras artísticas. Sobre os dois artistas sacros mencionados, Emilio Sessa ainda é pouco conhecido em Porto Alegre e nos demais locais onde



pintou, enquanto sobre Aldo Locatelli há um conjunto extenso de considerações e referências. Contudo, Sessa deixou um legado amplo e significativo nas igrejas onde atuou e sua obra é, inclusive, mais extensa do que a de Locatelli nesses locais havendo, inclusive, dados comprobatórios de que sua remuneração foi maior.

Considerando a repercussão e as diferenças na valorização das obras dos dois artistas, o trabalho de Locatelli passou a ser mais apreciado para fins turísticos do que a de Sessa. Talvez pela vivacidade das cores que utilizava, talvez ainda, pela personalidade ou pela popularidade do próprio artista nos meios sociais. Então, tem-se que o patrimônio, nesse e em tantos casos, quando direcionado ao turismo, tem como objetivo – embora não tenha sido essa a função para a qual foi criado – a comercialização da cultura e da memória. É claro que, mesmo diante de tal fato, a conservação, a transmissão e a visitação são aspectos positivos para a perpetuação da memória, pois a arte faz parte da história no contexto onde está inserida. No entanto, os riscos de haverem certos “esquecimentos” e o favorecimento pelo senso-comum das obras de determinado artista em detrimento de outro, embora ambos tenham realizado trabalhos fundamentais e bastante distintos em termos de técnicas, de cores e de formas, quando o patrimônio está em primeiro lugar a serviço do turismo, podem ser maiores. E é precisamente isso o que acontece, segundo consta nas palavras de Varine:

Uma das dificuldades que encontramos – e que reencontraremos mais adiante – com a política da alta cultura, das obras primas, do turismo de massa, é que estas são atividades “fora do chão”, praticamente sem relação com a população, com o território, com a vida. O patrimônio, como recurso do desenvolvimento local, não pode ser visto fora dos ritmos da sociedade local, pois serve inicialmente para alguma coisa nas mãos de seus detentores habituais. (VARINE, 2012, p. 111).

Com a efervescência de construções que objetivam atender aos princípios do cristianismo, os modelos de arte sacra de outrora tendem a desaparecer nas construções e nas decorações das novas igrejas. Pelo menos, é isso que é possível observar nos últimos anos, por exemplo, com a inserção de obras de arte contemporânea nas igrejas, não apenas nas pinturas, mas também na arquitetura e na

organização de seus espaços Assim, torna-se necessária a valorização da arte sacra e, conseqüentemente, dos artistas que deixaram como legado os ensinamentos e os exemplos cristãos impressos nos interiores das igrejas de Porto Alegre com técnicas aproximadas aos objetivos do Sagrado – e que, a cada um, sejam dados os devidos créditos por sua contribuição.

Para não deixar de citar, o enfoque teórico do projeto que resultou no presente texto é, especialmente, a utilização da História Cultural, que serve como base para os estudos que partem dos campos artístico e histórico, sendo pertinente ressaltar que as representações pretendem mostrar as diferentes formas como um indivíduo pode se posicionar e descrever o mundo e os ambientes em que está inserido. E também, ao modo como esse contexto visualizado e descrito se relaciona com os objetivos que permeiam a vivência individual e coletiva da fé cristã segundo os preceitos da Igreja Católica. Para que esta análise teórica seja possível, uma etapa paralela às anteriormente citadas consiste na utilização das obras desenvolvidas pelos autores que pesquisam os conceitos referidos na História Cultural.

No que diz respeito ao suporte oferecido pelas teorias da História, observa-se a importância do cotejamento com obras de autores como Michel de Certeau, “*A escrita da História*” e Roger Chartier, “*História Cultural: entre práticas e representações*”. A utilização destes teóricos da história e da filosofia da história nessa proposta de trabalho tem como objetivo fundamentar o direcionamento da pesquisa nas diferentes formas de escrever a história, conforme apresenta Certeau, e a partir de narrativas repletas de representações, de acordo com as ideias apresentadas na obra relacionada de Chartier, procurando explicar a relação entre os indivíduos e as representações artísticas que, intencionalmente (pela proposta do trabalho em transcurso), representam os exemplos mais adequados, segundo a concepção católica, de fé e de vivência do cristianismo.

## Referências

ABREU, Regina. CHAGAS, Mario (org.). *Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BRAMBATTI, Luiz Ernesto. *Locatelli no Brasil*. Caxias do Sul: [s. n.], 2008.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand, 1990.

COELHO, Eva Regina Barbosa. *Uma viagem pelos caminhos de Aldo Locatelli*. Santa Maria: Gráf. Pozzatti, 2003.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2005.

Jornal Diário de Notícias. 01 de janeiro de 1954

LISBOA, Maria Regina de Souza. *Emilio Sessa: Uma biografia sumária*. [s.d.] Artigo publicado no site [www.emiliosessa.com.br](http://www.emiliosessa.com.br).

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: O patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

## **ENTRE A REZA PARA O SANTO CATÓLICO E A VELA PARA ORIXÁ**

Francielle Moreira Cassol<sup>1</sup>

Retira a jangada do mar que hoje não pode pescar  
Mãe D'água mandou avisar que hoje tem festa no mar  
E eeee Iemanjá  
Ela é a rainha do mar, tem pente, tem espelho  
Pra ala se enfeitar  
Tem flores, tem perfumes  
No fundo do mar<sup>2</sup>

No Brasil, desde os primórdios a religião apresenta-se como uma 'colcha de retalhos', ou melhor, como um caso bastante interessante e complexo. Inicialmente e também contemporaneamente, tem-se a presença do Xamanismo, como parte das crenças de diversos grupos indígenas existentes nesse território. Com a chegada dos colonizadores portugueses no século XVI, vieram novas manifestações de religião e religiosidade. Como um dos efeitos do tráfico negreiro inserem-se ainda esse contexto as religiões africanas, e mais tarde, as religiões de matriz africana, ou seja, as religiões afro-brasileiras como o Candomblé e a Umbanda. Deixando esse contexto tão múltiplo, ainda mais rico, e, como consequência das imigrações, chegam ao Brasil e ao território do Rio Grande do Sul os costumes e crenças dos imigrantes Alemães (1824), Italianos (1874), Japoneses (1904), entre outros.

Por outro lado, majoritariamente, a catolização acompanhou a expansão político-econômica portuguesa, dividindo-se em diferentes ramificações. No Rio Grande do Sul, a doutrina católica foi inicialmente propagada a partir dos padres jesuítas e dos

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo/RS. Bolsista Capes.

<sup>2</sup> Pontos Cantados Iemanjá- são cantigas usadas em eventos culturais religiosos.

“caçadores de indígenas” vindos, sobretudo da região de São Paulo. Entretanto, com as descobertas das jazidas de ouro no centro da colônia no século XVI, o interesse no indígena perdeu força, passando o Rio Grande a dedicar-se à produção de gêneros alimentícios, como o gado. Nesse contexto, as devoções também vieram de Sorocaba/São Paulo, por meio dos tropeiros que de lá partiam. Na mesma medida, nas idas e vindas, inseriam-se nas comunidades as tradições africanas.

A partir de 1754 ingressam no território sul-rio-grandense famílias de açorianos, que já em 1780 somavam cerca de 55% da população (DREHER, p.322). O cristianismo português da época da colonização é extremamente marcado pela presença da festa e da procissão. Assim, o bom andamento da vida familiar e social dependia das festas, das procissões, das devoções, dos rosários, das rezas, das novenas, destacando-se a Festa do Divino Espírito Santo, a procissão de Nossa Senhora dos Passos e as devoções a São Miguel e à Nossa Senhora dos Navegantes. Não obstante, segundo Dreher (p.332) ao iniciar o Império, a religião no Rio Grande do Sul era resultado do amálgama do mundo açoriano com os tropeiros, os bandeirantes, os militares, os lagunenses, as sobras do mundo indígena e dos africanos e seus descendentes.

Como se mencionou, a religião sul-rio-grandense veio acompanhada de rosários, novenas e festas. Contudo, na grande maioria das vezes, era a própria casa que servia de lugar de santificação. Nesse contexto, é a partir das devoções que se pretende analisar não a religião, mas as religiosidades que surgiram. Para isso, dando-se destaque que em especial para o sincretismo religioso nas Festas de Nossa Senhora dos Navegantes e na Festa de Iemanjá que acontece hoje anualmente na cidade de Porto Alegre/RS. Tendo em vista que, ao contrário do índio, no caso do negro, no Rio Grande do Sul não houve catequese, por isso, pode-se inferir que, o negro cristão é fruto da aculturação e da própria devoção.

A independência do Brasil, propiciou no sul uma situação político-militar bem complexa, imigrantes (1824), pois esses teriam o duplo objetivo de serem agricultores e soldados, ao mesmo tempo em que eram povoadores, lutariam pelo território sul-rio-grandense.

Por outro lado, a imigração trouxe consigo a discussão sobre as políticas de terras e a problemática de regulamentação do trabalho, e, com isso, também se têm, a questão da reflexão sobre a cidadania. A entrada de imigrantes evidenciou os conflitos internos do catolicismo, que era no período, oficial do Estado. Assim, são também em torno das discussões sobre o direito à cidadania, que se devem estudar as religiosidades contemporâneas. Para Dreher (p. 324), com a república (1889) e a imigração, a Igreja Católica teve de aprender a conviver com outros credos, pois, pelo menos teoricamente havia igualdade e liberdade para todos os cultos.

### **As representações da historiografia clássica sul-rio-grandense acerca da religiosidade Católica Apostólica Romana**

Nesse primeiro momento do texto, pretende-se investigar os meios pelos quais se construiu um discurso por parte da historiografia clássica sulina, sobre a religiosidade rio-grandense. Assim, destaca-se que a religiosidade tem aparecido em principalmente em dois momentos distintos da História do Rio Grande do Sul, a saber, no primeiro caso ligado às missões jesuítas e em segundo lugar, a religiosidade ligada à imigração Alemã e Italiana. Nessa perspectiva, a grande maioria dos autores tiveram suas publicações escritas entre os anos de 1880 e 1970. Essa corrente historiográfica foi marcada pela intensa ênfase na história política, em detrimento de uma história social e/ou cultural. Não obstante, boa parcela dos autores enquadrados nessa vertente histórica fizera parte do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Seguindo essa perspectiva, o tratamento sobre as religiões no Estado mais ao sul do Brasil elaborou uma abordagem que ao que parece, somente tangencia as práticas religiosas. Destacam-se entre os principais escritores tradicionais: Carlos Dante de Moraes, Eduardo Duarte, Rubens de Barcellos e Walter Spalding. Uma segunda parcela de autores ditos clássicos são aqueles advindos do meio eclesiástico, assim como Dias Lopes, os jesuítas Hakfemeyer e Teschaver e, os monsenhores Balém e Ruben Neis. Essa segunda vertente tende a interpretar as práticas religiosas de maneira

favorável à instituição eclesiástica procurando enaltecer a ação civilizatória da Igreja Católica. De modo geral, tanto o primeiro quanto o segundo grupo de autores escreveu sobre a religiosidade posicionando-se de maneira positiva ou contrária aos comentários feitos por Saint-Hilaire, que alcunhou o sulista de ‘povo sem religião’. A fim de sistematização acompanharemos a denominação proposta por Kuhn (1998) o primeiro grupo de autores de: ‘historiografia tangencial’ e o segundo grupo de ‘historiografia eclesiástica’<sup>3</sup>.

A historiografia tradicional sempre privilegiou os temas políticos e/ou militares, com uma grande predileção pela história dos ‘grandes homens’. Segundo o autor Dante de Laytano, o historiador com um montante mais expressivo de bibliografia sobre a temática é Walter Spalding, bacharel em letras, professor do ensino secundário e diretor do Arquivo Histórico de Porto Alegre. Sobre a religiosidade sul-rio-grandense, Spalding entendia que “o sentimento religioso no antigo continente seria péssimo”. Na sua perspectiva, as razões para o estado da religião no sul encontravam-se na falta de instrução religiosa, bem como, no mau exemplo que os sacerdotes davam para o povo. Além disso, Spalding (1940, p. 1433-1439) acrescenta que:

(...) Ainda hoje perdura a memória dessa trágica época. Uma de suas grandes vítimas foi a Província do Rio Grande do Sul, onde além do pouco tempo que tinham para cuidar da salvação das almas, pois o seu povo vivia de armas às costas defendendo o Brasil e o pago – Os padres, que para aqui eram remetidos, deixavam, na sua quase totalidade, tudo a desejar. Eram mais negociastas de vida pouco regular, do que sacerdotes.

Outro escritor que se dedicou ao assunto foi Eduardo Duarte, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e diretor do arquivo do Estado. Duarte publicou um artigo sobre o sentimento religioso em Rio Pardo, mostrando que a religiosidade é aferida com base nas manifestações advindas da elite da hierarquia social. “O espírito religioso nesta tradicional cidade foi em tempos

---

<sup>3</sup> Segundo Fábio Kühn, 1998.

que se perdem em um longínquo passado, decididamente modelar, para o que muito influenciou o sentimento fundamentalmente cristão dos homens que a governavam, dos que constituíam a nobreza social” (1947, p. 211).

Postura mais compatível com a condição de historiador acadêmico é encontrada em Dante de Laytano, quando o mesmo escreve sobre a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes. Pois, embora o autor tenha dedicado poucas páginas ao estudo da religiosidade, cabe destacar que o mesmo fez uma análise da história da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Rio Pardo; utilizando-se para isso de documentação primária. Contudo, mesmo fazendo uso das fontes e de análise, seu texto permaneceu descritivo. Postura historiográfica contrária às dos historiadores acadêmicos contemporâneos, que visam uma análise atual das manifestações religiosas e que almejam uma interpretação dos significados das práticas culturais.

Outro autor que abordou a temática, mesmo que tangencialmente, foi Carlos Dante de Moraes, escritor de figuras e ciclos da história rio-grandense. Nesse ensaio, o autor discorre sobre a Colônia do Sacramento e a formação do Rio Grande de São Pedro. Moraes percebe o sentimento religioso rio-grandense como sendo um fator de aglutinação das populações que viviam espalhadas pelos campos. Segundo Kühn (1998, p. 37) em Moraes, a religiosidade parece se resumir ao levantamento de capelas, não avançando no assunto, ressaltando o aspecto socializador das práticas religiosas.

Esse tangenciamento na religiosidade também esteve presente na obra de Amyr Borges Fortes e Guilherme César. No ano de 1963, Fortes escreveu uma História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul. Nesse estudo Fortes dedica um capítulo inteiro aos assuntos eclesiásticos, versando sobre a organização eclesiástica no Brasil, o primeiro bispo da província e sobre os chefes da Igreja Católica no Rio Grande do Sul. Entre outros, ainda deve-se destacar os autores Guilherme César, com sua História do Rio Grande do Sul: período colonial e, Francisco Pereira Rodrigues, em Uma história rio-grandense, em que o autor dedicou-se ao estudo de Santo Amaro, atual distrito de General Câmara/RS.



Uma segunda vertente dentro da corrente tradicional é formada por autores ligados à Igreja. Esses autores ainda podem ser divididos em mais dois subgrupos, a saber, um formado pelo ‘clero secular’, composto por autores ligados diretamente à burocracia da instituição; e outro grupo, em especial os jesuítas. Ambos os grupos interpretaram a religiosidade sul-rio-grandense de maneira a enaltecer a instituição eclesiástica.

Nesse contexto, considera-se como sendo o precursor dessa corrente o arcebispo Vicente Zeferino Dias Lopes, autor que em 1891, publicou o ‘Comentário eclesiástico do Rio Grande de São Pedro do Sul desde 1737. Apesar de ser um texto descritivo Lopes tem seu mérito por sistematizar e divulgar documentos que segundo o mesmo estavam sendo devorados pelas traças. Nesse estudo são citados pastorais, editais, datas de criação de irmandades e freguesias. Enfim, nesse compendio Lopes faz um mapeamento da instituição eclesiástica sulina dos séculos XVIII e XIX; sem, contudo, preocupar-se com a análise das práticas religiosas, descrevendo a evolução da Igreja desde a fundação de Rio Grande.

O autor que sucede Lopes parece ser o monsenhor João Maria Balém que, possui uma substancial produção sobre a temática, destacando-se o seu livro sobre a primeira paróquia de Taquari. Por sua vez, o sucessor de Balém, pode ser considerado o monsenhor Rubens Neis, autor de diversos livros e membro do IHGRS desde 1972. Dentre as suas publicações destacam-se seu estudo sobre a Guarda velha de Viamão, atual Santo Antônio da Patrulha; nessa publicação Neis realiza uma caracterização da assistência oferecida pelas instituições religiosas.

Ao que parece o tema religiosidade foi mais enfocado pelos escritores jesuítas, durante a década de 1920. O padre jesuíta Carlos Teschauer (1850-1930) dedicou um capítulo inteiro ao estudo da religiosidade no início do século XIX, no segundo volume de sua ‘História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos’; um estudo bem embasado da história sul-rio-grandense nos séculos XVII e XVIII, que contém forte documentação primária de que utilizou-se, sob o título ‘religiosidade apesar da falta de sacerdotes’. Segundo Kühn (1998, p. 40) o tratamento que Teschauer dá ao tema:

A mingua de sacerdotes e as grandes distâncias impossibilitavam uma cura regular das almas; haviam muitas paragens que nunca haviam visto um padre. Nessas circunstâncias tão desfavoráveis deu-se um fato de grande valor e não menos interesse, a saber, conservarem os valores Portugueses a sua fé católica, que outros nas mesmas circunstâncias teriam abandonado(...)Onde havia uma casa própria ou capelinha, reuniam-se nelas os vizinhos para rezar o terço do rosário, devoção mui popular e ao mesmo tempo mui útil para relembrar e não esquecer os mistérios e a doutrina de nossa santa fé. Só assim é que explica como durante um abandono mais que secular, essas famílias perderam a fé, coisa que não se pode bastantemente admirar, apesar da grande ignorância em matéria religiosa, em que pouco a pouco deviam cair.

Uma análise da vida religiosa dos tempos do povoamento foi feita pelo jesuíta João Batista Hafkemeyer em seu artigo sobre a ‘Primitiva Igreja do Rio Grande do Sul’ na revista do IHGRS, no ano de 1929.<sup>4</sup> Seu artigo valeu-se de quantitativa documentação, assim o autor pode ‘reconstruir’ um panorama mais próximo da religiosidade popular no Rio Grande do Sul.

A partir do exposto, conclui-se que o ponto inicial para as considerações sobre a religiosidade gaúcha foram os comentários feitos por Saint-Hilaire, ao referir-se ao sul-rio-grandense como um povo sem religião. Para alguns autores vale o que Saint-Hilaire afirmou, no entanto com poucas modificações; para outros, o naturalista Francês teria se precipitado ao tecer seus comentários. Não obstante, ambas as vertentes acabaram convergindo na construção de uma mesma narrativa representativa da religiosidade rio-grandense. A escassez de obras que tratam daquilo que poder-se-ia chamar de uma história da religião e da religiosidade comprova a desatenção da historiografia clássica para com o tema.

### **As representações da historiografia acadêmica sul-rio-grandense acerca da religiosidade: as religiões Afro-gaúchas**

O Rio Grande do Sul é atualmente um dos Estados brasileiros em que as religiões Afro-brasileiras detêm maiores

---

<sup>4</sup> Publicação póstuma, falecido em 1924.

números de terreiros e de indivíduos que, em proporção declaram-se pertencer a esses cultos. Essa afirmação pode causar estranheza ao leitor, pois, a autoimagem do sulino é de um estado branco e habitado por imigrantes europeus. Os Afro-gaúchos constituem hoje parcela significativa do estado, cerca de 14%, e têm dado importante contribuição sociocultural, como centenas de palavras, culinária e diferentes manifestações religiosas. Com base no mapeamento espiritual<sup>5</sup> pode-se concluir que dos cinquenta municípios com religiosidade mais afro do Brasil, vinte e oito deles são gaúchos; e, que dos primeiros vinte e quatro municípios mais afro, quatorze deles também são sul-rio-grandenses; destacando-se entre eles, as cidades de Rio Grande com 6, 78% da população, Dezesseis de Novembro com 6, 45% e Viamão com 3, 88% da população citadina praticante das religiões de matriz afro.

Por outro lado, também com base no mesmo mapeamento espiritual, percebe-se que dos cinquenta municípios mais católicos do Brasil, vinte e nove (58%) deles são gaúchos, bem como, dos dezesseis primeiros municípios mais católicos do Brasil, quinze deles estão localizados no Rio Grande do Sul; destacando-se nesse contexto, as cidades de Nova Roma do Sul (100%), Nova Alvorada (100%) e União da Serra (100%) que se declaram ser cem por cento católicas. Todavia, também é de se destacar, que estas pesquisas, ainda não contabilizam a parcela de pessoas que participam ainda que eventualmente ou de maneira esporádica, de mais de um seguimento de culto religioso.

Os números sobre o campo Afro-religioso e as pesquisas sobre o tema são lacunares e também devem ser preenchidas. Por outro lado, pesquisadores e líderes religiosos indicam a existência de cerca de trinta mil terreiros no Rio Grande do Sul; estando sua grande maioria concentrados na região de Porto Alegre (CORREA, 2007). Além disso, mesmo que em termos proporcionais; no estado, mais indivíduos disseram pertencer a essas religiões; existem ainda os que frequentam mais de uma religião, bem como, às pessoas que em função do preconceito, não se declaram pertencentes às religiões

---

<sup>5</sup> In: <http://www.redeapostolica.com.br>.

de matriz afro. No contexto brasileiro, 0,3% da população se declara pertencente ao segmento religioso Afro, números que não podem serem tomados como verdades absolutas.

Existem três formas-rituais Afro-gaúchas, a saber, o *Batuque*, a *Umbanda* e a *Linha Cruzada*. Acredita-se que os primeiros terreiros de Batuque se iniciaram na região das cidades de Rio Grande e Pelotas. Para Correa (1992), o período inicial do Batuque nestas duas regiões, data dos anos de 1833 a 1859. A respeito do mito fundador desse segmento religioso, existem hoje, duas versões. A primeira, afirma que o Batuque foi trazido para o Rio Grande do Sul por uma escrava vinda da região de Pernambuco; e a segunda, não associava o Batuque a um só personagem, mas às nações africanas que se estruturam como espaço de resistência à escravidão africana no Brasil.

No Rio Grande do Sul, o Batuque cultua doze orixás, a saber, Bará, Ogum, Iansá, Xangô, Oba, Odé/Otim, Ossanha, Xapanã, Oxum, *Iemanjá* e Oxalá. Para cada um dos orixás correspondem santos católicos, e também são atribuídas características, animais, símbolos e sacrifícios específicos resultado das crenças existentes nas duas religiões. A seguir, tabela que sintetiza alguns aspectos do Batuque.

| Orixá | Atribuição                                                                                  | Símbolos                                                                  | Animais/<br>Sacrifícios     | Correspondência<br>a com santos<br>católicos |
|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|----------------------------------------------|
| Bará  | Dono das encruzilhadas; abridor dos caminhos, Mensageiro dos orixás; orixá da sensualidade. | Chave, foice, moedas, Corrente, tridente.                                 | Bode, gado vermelho.        | Santo Antônio, São Pedro e São Benedito.     |
| Ogum  | Dono do trabalho em metal e da agricultura, guerreiro.                                      | Ferramentas em geral, espada, faca, bigorna, martelo, malho, lança, lima. | Bode escuro, gado vermelho. | São Jorge no Sul, Santo Antônio na Bahia.    |

|          |                                                                |                                                    |                                                            |                                                         |
|----------|----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| Iansã    | Dona dos raios, vento, tempestades e das águas.                | Espada, taça, pulseira, alianças.                  | Cabra cor de laranja, galinha vermelha.                    | Santa Bárbara                                           |
| Xangô    | Orixá do trovão, da justiça e do fogo.                         | Balança, machado e livro.                          | Carneiro, galo e pombos brancos.                           | Jovem: São Miguel Arcanjo.<br>Velho: São Jerônimo.      |
| Obá      | Sangue, ouvido, dona do lar.                                   | Navalha, roda de madeira, timão e orelha.          | Galinha cinza, cabra marrom, mocha e não coberta.          | Santa Catarina.                                         |
| Odé/Otim | Caça, fala e sono.                                             | Arco, flecha, cântaro e Bodoque.                   | Porco e galo carijó.                                       | Odé: São Sebastião. Otim: Santa Efigênia.               |
| Ossanha  | Dono das folhas, protetor de doenças internas, pernas e ossos. | Muleta, tesouro, agulha, linha de coser.           | Bode, gado arrepiado.                                      | São José, Santo Onofre.                                 |
| Xapanã   | Protetor de doenças epidêmicas (varíola, lepra, cólera).       | Vassoura, corrente de aço.                         | Bode com aspas de qualquer cor menos preto, gado prateado. | Jovem: São Lázaro.<br>Velho: Cristo das Chagas.         |
| Oxum     | Dona da água doce, ouro, riqueza, amor e vida.                 | Leque, espelho, dinheiro, corrente dourada, pente. | Cabra, galinha amarela.                                    | Nossa Senhora da Conceição.<br>Nossa Senhora Aparecida. |
| Iemanjá  | Dona dos mares, maternidade e da fertilidade.                  | Âncora, barco, remo, anel, brincos, perfumes.      | Ovelha, cabra e galinha branca.                            | Nossa Senhora dos Navegantes.                           |
| Oxalá    | Pai de todos os orixás, vida, paz, visão.                      | Bastão, pomba e olho de vidro.                     | Cabra, galinha branca.                                     | Cristo, Espírito Santo.                                 |

A primeira casa Umbandista rio-grandense chamava-se Reino de São Jorge, e foi estabelecida por Otacílio Charão, foi fundada na cidade de Rio Grande, por volta de 1926. A partir de Rio Grande, a Umbanda espalhou-se pelo estado, chegando a Porto Alegre em 1932, batizada de Congregação Espírita dos Franciscanos de Umbanda (existente até hoje).

Na Umbanda sul-rio-grandense são cultuados Caboclos, Pretos-velhos, Crianças e Falanges Africanas. As entidades de Falanges Africanas são, dentre outras, as de Ogum sincronizado com São Jorge, a quem se oferece churrasco e cerveja. A Santa Bárbara católica é sincretizada com Iansã, à qual se oferta pipoca e frutas. E à “mãe” Iemanjá, se oferece canjica branca e é sincretizada com Nossa Senhora dos Navegantes. Além disso, como se mencionou, na Umbanda ainda são cultuados os Pretos-velhos e os Caboclos que não são sincretizados com santos católicos.

A Linha Cruzada, comparada às outras religiões é relativamente nova, pois, tudo indica que tenha iniciado na década de 1960, a partir dos dissidentes dos rituais como o Batuque e a Umbanda. Entretanto, dados apontam que a mesma, tem sido a religião de matriz afro que mais tem crescido no Rio Grande do Sul (cerca de 80% dos terreiros). Entre outros, por isso, a proliferação dos terreiros da Linha Cruzada tem proporcionado um sério problema no interior, nas comunidades religiosas. Além disso, os participantes mais velhos dos cultos Afro-brasileiros alegam que essa nova religião é uma interpretação deturpada dos mais jovens.

As entidades cultuadas na Linha Cruzada são os Exus (como o Destranca Ruas, Sete Pedras, Sete Chaves, Sete Portas e Tranca Tudo), e as Pombagiras (como as Das Sete Saias, Menina e Rosa Vermelha). As cores preta e vermelha são atribuídos e essas entidades; bem como, a elas são oferecidas comidas secas e sangue. Segundo Oro (p. 130),

As comidas secas dos Exus são milho torrado, sete batatas assadas, farofa de farinha de mandioca torrada com Dendê. Às Pombagiras são oferecidas pipoca e sete batatas asadas. O sangue oferecido aos Exus provém de galos vermelhos e pretos, pombos e bodes escuros e para as Pombagiras de galinhas vermelhas e pretas, pombas ou

cabras pretas e marrons. Ainda, aos Exus são oferecidas bebidas como cachaaas e licores e para as Pombagiras, são oferecidos licores e Champagne.

A implantaaçaõ dessas religiões em solo gaúcho acompanha, à sua maneira, a história socioeconômica do estado, visto que os sacrifícios dos animais não ofereciam problemas, em um território e em um período em que grande parte do estado ainda era rural.

### **As Romarias de Iemanjá e a de Nossa Senhora dos Navegantes – Patrimônio Imaterial do Rio Grande do Sul**

As festas religiosas e/ou profanas e dos santos da devoçaõ dos diferentes grupos que habitaram a província ao longo do século XIX estiveram presentes desde a chegada dos europeus (espanhóis ou portugueses), por isso, entre outros, a religiosidade por meio das suas distintas manifestações marcaram a história e a sociabilidade de homens e mulheres sul-rio-grandenses com apresentações que variavam na sua forma, mas cuja origem é quase a mesma (RAMOS, p. 447).

No caso das religiões de matriz africanas, a mistura com o catolicismo foi praticamente uma questão de sobrevivência, na medida em que, para o colonizador europeu, as danças, os costumes e os rituais eram sinônimos de feitiçaria e por isso deviam ser reprimidos. A saída encontrada pelos escravos foi rezar para um santo católico e acender a vela para o seu orixá. Foi assim que os deuses africanos sincretizaram-se aos santos católicos passando a serem associados a eles. Todavia, ressalta-se que, nos últimos anos, as religiões afro-brasileiras parecem ter conseguido, na cidade de Porto Alegre, uma aproximação até então não alcançada em nenhum outro local do estado, com o poder público.

Em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, mediante Lei Municipal, e por mediação da Secretaria Municipal da Cultura e da Câmara Municipal de Vereadores, a partir do ano de 1996 comemora-se a Semana da Umbanda e dos Cultos Afro-Brasileiros. Os eventos que compõem a semana são palestras e rituais, celebrados no Parque da Harmonia, no centro da cidade.

Comumente, iniciam-se no dia 15 de novembro com uma sessão de Umbanda e encerram-se em 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra) com uma sessão de Batuque. Segundo jornal, nestes eventos comparecem autoridades civis, membros das religiões afro-brasileiras, simpatizantes, curiosos e o povo em geral. Também consta como Lei Municipal de Porto Alegre a Festa da Oxum, celebrada desde o ano de 1996 em todos os dias 8 de dezembro, na praia de Itapema, diante da imagem deste orixá erguida à beira do Rio Guaíba. Na ocasião ocorre também, uma festa religiosa em homenagem à deusa das águas doces.

Segundo a Lei nº 9570/2004, de Porto Alegre, o prefeito em exercício na época aprovou em 26 de janeiro de 2010 a proposta de registro da “Festa dos Navegantes” como Patrimônio Imaterial da capital do Rio Grande do Sul, na categoria de Registro das Celebrações. O festejo em honra a Navegantes ocorre desde 1871 e mobiliza a cada dia 2 de fevereiro, dezenas de milhares de devotos e não-devotos, todos envolvidos em uma romaria que é terrestre e fluvial. Todo ano o ritual da Festa inicia-se na metade de janeiro com o traslado terrestre da imagem em procissão até a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, lugar em que permanece até o seu retorno no dia 2 de fevereiro.

A partir de levantamento histórico (CAVEDON, 2009, p.31) no ano de 1870, foi encomendada por um grupo de portugueses, uma imagem de Nossa Senhora dos Navegantes a um escultor português da cidade do Porto. A imagem chegou à cidade de Porto Alegre em janeiro do ano seguinte. Assim, estando próximo ao 2 de fevereiro (Dia da Purificação de Nossa Senhora), o mesmo foi o dia escolhido para se homenagear a santa. Em 1877 foi construído o primeiro templo em honra a Nossa Senhora dos Navegantes, no bairro Navegantes, mesmo local da Igreja atual. Em 1910, este templo incendiou, com total destruição da igreja e da Imagem. A Igreja tendo sido reconstruída em 1912, e foi solicitada uma nova imagem ao mesmo escultor, todavia, a mesma só ficou pronta em 1913 (COSTA, 2010, p. 2).

Para o antropólogo Ari Pedro Oro, esse festejo se insere na própria história de Porto Alegre e, mais especificamente, na



implantação do catolicismo na cidade e no Estado, pois, com o passar dos anos, à devoção católica misturou-se o registro simbólico de crenças advindas das religiões afro-brasileiras, criando um significativo sincronismo religioso, amálgama entre *Nossa Senhora dos Navegantes* e a orixá *Iemanjá*. Além disso, ainda quanto à cidade de Porto Alegre, são bens de natureza imaterial a *Feira do Livro de Porto Alegre* e a *Orquestra Sinfônica de Porto Alegre*.

## Referências

BÂ, Hampatê Amadou. A tradição viva. In: KIZERBO, Joseph (Coord.). *História Geral da África I. Metodologia e Pré-história da África*. São Paulo: Atica/UNESCO, 1982.

BALÉM, João Maria (mons.). A primeira paróquia de Porto Alegre – Nossa Senhora Madre de deus (1772-1940). Porto Alegre: Tipografia do centro S. A. – Centro de Boa Imprensa, 1941.

\_\_\_\_\_, A paróquia de São José do Taquari no bicentenário da colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-1952). Porto Alegre: Edições A Nação, 1952.

CAVEDON, Neusa R. Navegantes da esperança: análise de um ritual religioso-urbano em Porto Alegre. 1992. *Dissertação* (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

CORDAL, Janaina Azevedo. *As sete linhas da umbanda*: Oxalá, Ogum, Oxóssi, Xangô, Águas, Yori e Yorimá, Oriente. São Paulo: Universo dos Livros, 2010.

CORREA, Norton. Panorama das religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul. In:

ORO, Ari Pedro. *As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994, p. 9-46.

\_\_\_\_\_, *O Batuque no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

DREHER, Martin N. As Religiões. In: *História do Rio Grande do Sul*.

DUARTE, Eduardo. A eucaristia e o sentimento religioso no velho Rio Pardo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 1947, p. 209-214.

DUFFY, Eamon. *Santos & Pecadores: História dos Papas*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

GOLIN, Tau. *O Povo do Pampa: uma história de 12 mil anos do Rio Grande do Sul para adolescentes e outras idades*. Passo Fundo: 3 ed. UPF, 2004.

HAFKEMEYER, J. B. A primitiva igreja do Rio Grande do Sul. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 1929, n. 35, p. 301-347.

LAYTANO, Dante de. *Festa de Nossa Senhora dos Navegantes – estudo de uma tradição das populações afro-brasileiras de Porto Alegre*. Porto Alegre: Comissão Estadual do Folclore do RS, 1955, v. 6.

KÜHN, Fábio. O povo sem religião: as representações da historiografia tradicional sul-rio-grandense acerca da religiosidade popular. In: *Revista de Filosofia e Ciências Humanas*. Passo Fundo: UPF, ano 14, n. 14, 1998, p. 31-50.

MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul- da Pré-História aos dias atuais*. Passo Fundo: ed. UPF, 2010.

MATTOS, Mara Beatriz Pucci de; BETENCOURT, Maria Goretti; BECKER, Paulo. *Lendas Afro-brasileiras*. Passo Fundo: UPF, 2003.

MEDEIROS, Márcia. Ide pelo mundo e pregai a toda criatura: a instalação do metodismo no Rio Grande do Sul – difusão e implementação. In: *Revista de Filosofia e Ciências Humanas*. Passo Fundo: UPF, ano 14, n. 14, 1998, p. 67-76.

ORO, Ari Pedro. Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: Passado e Presente. *Estudos afro-asiáticos*, vol.24 nº2, Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. Axé Mercosul. *As Religiões Afro-Brasileiras nos Países do Prata*. Petrópolis, Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. “As Relações Raciais nos Terreiros do Rio Grande do Sul”. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 33, 1998, pp. 31-50.

QUEVEDO, Júlio. *História Compacta do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. *Cidades ou Sociabilidades (1822-1889)*. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*, p. 423-488.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1974.

SCHNEIDER, Regina Portella. *Estudando o Rio Grande do Sul*. São Paulo: FDT, 2005.

SPALDING, Walter. A Igreja no velho continente de São Pedro do Sul. *Anais do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia*. Porto Alegre: Prefeitura municipal de Porto Alegre, 1940, v.3, p. 1433-1439.

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br>.

<http://g1.globo.com>.

<http://noticias.terra.com.br>.

# **O LUTERANISMO COMO FATOR DE IDENTIDADE: A COMPOSIÇÃO DA COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA RESSURREIÇÃO DE IMBITUVA – PR**

Janaína Cristiane da Silva Helfenstein<sup>1</sup>

*Resumo:* A presente proposta de comunicação refere-se ao projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e seu foco incide sobre o estudo de famílias, cuja identidade está relacionada à prática do luteranismo. Estas famílias pertencem, à Comunidade Evangélica Luterana *Ressurreição* da cidade de Imbituva, localizada na região centro-sul do Paraná, filiada à Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). O recorte temporal delimitado para a pesquisa é composto pelos anos de 1940 a 1959, já que esse período marca o início dos registros paroquiais da comunidade, e também proporcionaria uma análise da primeira geração de casais. Assim, a pesquisa visa compreender o fenômeno social e cultural da reprodução da comunidade como um grupo etno-religioso constituído a partir da família conjugal. O *corpus* documental do projeto foi construído a partir dos registros contidos nos Livros de Rol de Membros da mencionada paróquia. Dessa forma, o trabalho proposto, além de pretender executar um estudo pormenorizado das famílias pertencentes à IELB numa região ainda não privilegiada, justifica-se também pela necessidade de ampliação de estudos que contemplem a análise da “vertente IELB” do luteranismo, vertente esta menos privilegiada nos estudos até aqui realizados pela historiografia especializada.

*Palavras-chave:* Identidade, Luteranismo, História Social da Família.

---

O presente trabalho refere-se às discussões iniciais que fazem parte do projeto de pesquisa “A composição das famílias luteranas de Imbituva, PR (1940-1959)” que venho desenvolvendo junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que tem como foco principal o estudo de famílias, cuja identidade está relacionada à prática do luteranismo.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orientador: Dr. Sergio Odilon Nadalin.

Estas famílias pertencem, à Comunidade Evangélica Luterana *Ressurreição* da cidade de Imbituva, localizada na região centro-sul do Estado do Paraná, paróquia filiada à Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB).

As balizas temporais escolhidas para delimitar o presente projeto de pesquisa são compostas pelos anos de 1940 e 1959. A década de quarenta marca o início dos registros paroquiais da comunidade pesquisada<sup>2</sup> e o ano de 1959 nos proporcionaria uma análise do grupo que podemos considerar como pertencentes à primeira geração de casais da comunidade após a mudança de sínodo.

É possível considerar que a constituição da História da Família, como área específica dentre os diversos campos de estudo que compõe o âmbito da pesquisa em história, é relativamente recente. Tal processo se iniciou ainda na década 1960 e se afirmou ao longo do último quartel do século XX, em estreita ligação com a metodologia da Demografia Histórica. Maria Luiza Marcílio (1997) destaca que, além dos temas e personagens mais comumente privilegiados nos estudos desenvolvidos a partir da perspectiva da Demografia Histórica, a saber: escravos, índios, mulheres, crianças entre outros, os historiadores demógrafos perceberam uma necessidade de se aliarem também aos especialistas em História da Igreja, tendo em vista “a profunda ligação que a história social e demográfica de nosso país tem com os cânones, as normas, a disciplina, a educação, a política, e os mores impostos pela Igreja às populações ao longo de nossa história” (p.132).

---

<sup>2</sup> Na Comunidade Evangélica Luterana *Ressurreição* de Imbituva, os registros iniciam-se no ano de 1942 (conforme Livro Rol de Membros nº 1 – 1942-1958), uma vez que no período compreendido entre os anos de 1892 – ano de fundação da comunidade e 1942, esta congregação era atendida por pastores alemães. Tendo em vista que com o Estado Novo, foram instaurados “novos dispositivos legais que pretendiam regular o funcionamento das associações de imigrantes e descendentes.” (NADALIN, 2006, p.6) Dessa forma, a comunidade viu-se obrigada a filiar-se a um sínodo brasileiro, e do mesmo modo, chamar um pastor brasileiro para dar continuidade aos trabalhos e também acabou se desfazendo de toda sua documentação em língua alemã.

De acordo com Lauri Emílio Wirth (2005) o protestantismo brasileiro é classificado em três grupos distintos: Protestantismo de Imigração ou Étnico, Protestantismo de Missão e Pentecostalismo. As vertentes protestantes são assim classificadas de acordo com o caráter do trabalho realizado pela instituição religiosa, ou pela forma como esta se estabeleceu no país. Em particular, o luteranismo no Brasil se manifesta a partir de diversas denominações<sup>3</sup>. A Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) constituem-se nas duas principais.

Nesse caso, o luteranismo praticado pela comunidade a ser analisada, se classifica como Protestantismo de Imigração pelo fato de ter se estabelecido no Brasil como comunidades fechadas ou endogâmicas, pois mantinham o foco dos seus trabalhos nas famílias de imigrantes alemães.

Os primeiros luteranos que chegaram ao Brasil integravam as correntes imigratórias iniciais de alemães, ainda em meados do século XIX. Segundo René Gertz, num primeiro momento, por não poderem professar publicamente sua religião<sup>4</sup>, muitos imigrantes deixaram de praticá-la. Entretanto, houve grupos que se organizaram em comunidades e formaram igrejas luteranas autônomas. Segundo Wirth, a partir do ano de 1884 iniciou-se um novo período para o protestantismo brasileiro, já que essas comunidades autônomas passaram a se institucionalizar. No ano de 1886, foi criado o “Sínodo Rio-Grandense”<sup>5</sup> que tinha como princípio um luteranismo

---

<sup>3</sup> De acordo com Martin Norberto Dreher, os luteranos estão divididos em diversas denominações. São elas: Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Associação de Comunidades Luteranas Livres, Igreja Evangélica Congregacional do Brasil e Comunidades Luteranas Livres. (DREHER, 2005, p. 49).

<sup>4</sup> “A Constituição monárquica do Brasil garantia a liberdade de consciência e, portanto, a liberdade de confessar uma religião não católica. Havia, porém, ao mesmo tempo, restrições ao exercício do culto e também da cidadania plena para os não-católicos”. (GERTZ, 2001, p.15).

<sup>5</sup> Que em conjunto com outros três Sínodos, a saber: Sínodo Evangélico-Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados do Brasil (1905), Associação

confessional, filiado diretamente à Alemanha. Este Sínodo<sup>6</sup>, por sua vez, não atendia a todos os imigrantes que se diziam luteranos, por não abranger toda a área da província Rio-Grandense.

Uma alternativa à solução deste problema viria da opção missionária de uma vertente do luteranismo desenvolvida nos Estados Unidos da América – o “Sínodo de Missouri”, fundado ainda em meados do século XIX, ao qual a atual IELB, efetivamente criada em 1954, é filiada.

Especificamente no Paraná, os trabalhos do “Sínodo de Missouri” têm início na região sul do Estado nas primeiras décadas do século XX, momento de existência de políticas de incentivo para abertura de novas áreas de colonização, atraindo uma grande leva de imigrantes alemães que ali fixaram suas residências. No ano de 1921 foi fundada a primeira Igreja Luterana do Brasil em território paranaense, na cidade de Cruz Machado. Esta Igreja permaneceu até 1937 como a única paróquia do Estado a ser atendida pelo “Sínodo de Missouri.”<sup>7</sup>

No entanto, deve-se destacar que a atual IECLB já se fazia presente neste Estado, uma vez que em 1905 foi formado o Sínodo Evangélico-Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados do Brasil, também chamado de “Sínodo Evangélico Luterano”. Mais tarde, em 1911, foi fundada a Associação Evangélica de Comunidades de Santa Catarina e Paraná, num movimento de oposição ao Sínodo Evangélico Luterano. De acordo com Joel Haroldo Baade (2007), estes Sínodos disputaram territórios nesses dois Estados durante décadas.

---

Evangélica de Comunidades de Santa Catarina e Paraná (1911), e Sínodo das Comunidades Evangélicas do Brasil Central (1912), formaram em 1962 o Sínodo Evangélico Luterano Unido, atual Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB. (BAADE, 2007).

<sup>6</sup> De acordo com Walter Steyer, sínodo é uma “reunião de todas as congregações e pastores dos diversos distritos”. (STEYER, 1999, p. 26).

<sup>7</sup> Conforme (REHFELDT, 2003).

Esta contextualização se faz necessária para que possamos compreender a dinâmica da comunidade luterana a ser analisada, uma vez que o fator comum entre as famílias – objeto de estudo da presente proposta de pesquisa – é a identidade luterana.

A Igreja Luterana de Imbituva foi fundada no ano de 1892 por imigrantes alemães oriundos da região do Rio Volga<sup>8</sup>, e inicialmente era atendida, por pastores alemães filiados a Associação Evangélica de Comunidades de Santa Catarina e Paraná. A congregação de Imbituva filia-se ao Sínodo Evangélico Luterano do Brasil – atual IELB – apenas em 1943<sup>9</sup>. A partir de então, contando com um pastor brasileiro para atender a comunidade, a Igreja Luterana do Brasil localizada no município de Imbituva criou condições para estender o seu trabalho a outros municípios próximos.

Desta maneira, a proposta de pesquisa visa compreender o fenômeno social e cultural da reprodução da comunidade como um grupo etno-religioso, considerando que a célula fundamental do grupo constituir-se-ia na família conjugal. Assim, pretendemos verificar na formação desse tipo de família formada pelos pais e seus filhos, como se caracterizaria o “mercado matrimonial” que determinaria, em grande parte, as escolhas dos cônjuges na comunidade. Além disso, será possível verificar também a existência de um “mercado” de testemunhas de casamento, de onde os noivos ou pais dos noivos escolheriam seus padrinhos, possibilitando-nos

---

<sup>8</sup> De acordo com SCHWAB (1997) estes imigrantes formavam um grupo étnico que em meados do século XVIII migraram para as margens do Rio Volga, no território da atual Rússia. Em virtude do advento do nacionalismo do final do século XIX, os russos-alemães, como eram chamados, perderam alguns privilégios e viram-se obrigados a deixar a região. Alguns retornaram para sua terra natal a Alemanha, enquanto outros emigraram novamente, mas então para as Américas. Entre os países escolhidos, estão os EUA, Canadá, Argentina e o Brasil. Os que aqui se instalaram formaram colônias no sul do país. No Estado do Paraná mais precisamente na região dos Campos Gerais.

<sup>9</sup> Conforme ata n. 07 da Assembléia Extraordinária realizada no dia 18 de junho de 1943. Livro Ata n.01 da Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição de Imbituva.



assim, a percepção dos espaços de sociabilidade desses casais dentro e, se possível, também fora da comunidade luterana a que pertenciam.

Além dessas questões, pretendemos adentrar um pouco na investigação da intimidade desses jovens casais que contraíram matrimônio da comunidade. Esses casais provavelmente tiveram filhos. Assim, nosso interesse seria estabelecer, de maneira aproximada, em que momento do ano as crianças foram concebidas. Isso pode ser verificado traçando-se a distribuição sazonal dos nascimentos, retroagindo nove meses. Esses dados são interessantes do ponto de vista de que podemos assim compreender melhor a comunidade em questão, ou seja, conhecer seus costumes e regras, por exemplo, se haveriam ou não interditos religiosos durante certa época do ano.

Da vida íntima, passamos novamente à vida comunitária. Os filhos, como sabemos, deviam ser batizados. Quais eram as épocas privilegiadas durante o ano? Havia uma determinada idade para receber este sacramento? Considerando, aqui também, a existência de um mercado de padrinhos de batismo, iremos indagar como se determinariam as características desse mercado. Quais as diferenças do mercado de padrinhos de casamento e de padrinhos de batismo? Finalmente, também podemos, a partir da análise proposta, avançar no conhecimento dos critérios estabelecidos pelos pais para a escolha dos nomes de seus filhos e, ainda, averiguar se havia diferenças para o caso de meninos e meninas.

Sabemos que o grupo em questão possui além de uma conformação religiosa uma conformação “cultural”, na medida em que congrega hoje descendentes de imigrantes “alemães” que se instalaram na região. No entanto, resta-nos saber se o grupo possuía realmente uma identidade étnica. A nossa problemática, portanto, consiste em verificar a partir dessas questões elencadas acima se o grupo possuía uma identidade étnica ou teuto-brasileira.

Todas essas questões apontadas para o desenvolvimento do trabalho, só poderão ser analisadas à luz de uma metodologia específica. Dessa forma, as discussões empreendidas para o estudo de famílias apontam que há uma estreita ligação entre essa área do

conhecimento histórico e a metodologia da Demografia Histórica, que pode-se considerar que figurou como uma das mais inovadoras perspectivas de interpretação no campo da História nas últimas décadas, permitindo não só a renovação dos meios de abordagem de diferentes temáticas, quanto a descoberta de novos objetos de estudo. Para o caso específico do Brasil, Maria Luiza Marcilio assevera que:

(...) o sucesso das descobertas fundadas nos Registros Paroquiais, e demonstrados pelos estudos de Demografia Histórica foi enorme. Podemos dizer, sem exagero, que houve mesmo uma revolução nas formas de fazer História e nas temáticas que se abriram.(MARCÍLIO, 2004, p. 19)

De acordo com Sheila de Castro Faria, a constituição da História da Família como área específica do campo de pesquisa de história é recente, pois data de 1960. Tão recente como a primeira, a Demografia Histórica também começou a se desenvolver na década de 1950, sendo que “com a utilização dos registros de batizado, casamento e óbito, e a criação da técnica de reconstituição de famílias, que os primeiros resultados surgiram”. (FARIA, 1997, p. 244)

Faria destaca ainda que alguns historiadores da chamada Primeira Geração dos *Annales*, a partir da década de 1930, já utilizavam dados demográficos em suas pesquisas. No entanto, somente na década de 1940 a Demografia Histórica se constituiu como campo de investigação autônomo. Carlos Bacellar e Ana Silvia Volpi Scott, em seus artigos “*Quarenta anos de demografia histórica*” (2005) e “*As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da História da Família no Brasil*”(2009), destacam que a introdução dos estudos de Demografia Histórica no Brasil se deu há apenas quarenta anos, a partir da escola francesa. De acordo com Maria Luiza Marcilio (1997), isso ocorreu na década de 1970 com a criação do curso de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná – UFPR, o qual contava com uma linha de pesquisa específica em Demografia Histórica, que possibilitou o aumento dos estudos na área e também dos debates com especialistas internacionais.

Do período de introdução dessa área específica do fazer historiográfico até os dias atuais, muitos temas surgiram inspirados nas múltiplas possibilidades que as fontes paroquiais, listas nominativas de habitantes, censos demográficos e outros tantos documentos apresentam. Marcílio destaca que “vêm-se multiplicando trabalhos de história social, de história do cotidiano, da cultura popular, da vida material, da vida religiosa, da vida privada, da sexualidade, e das instituições.” (MARCÍLIO, 1997, p. 129).

No que diz respeito especificamente à metodologia de tratamento das fontes paroquiais, isto só foi possível a partir do método de reconstituição de famílias, proposto pelo demógrafo Louis Henry e pelo historiador Michel Fleury em 1956. O método Fleury-Henry de reconstituição de famílias consiste basicamente na formulação de fichas de famílias. Fichas estas que contém todas as informações referentes às datas de nascimento, casamento, óbito de todos os membros de uma mesma família, incluindo nessa relação cônjuges e filhos. “De modo que, seguindo os indivíduos em toda sua existência, a demografia histórica permite recompor uma imagem da família e da sociedade.” (NADALIN, 2004. p 116) Essas informações são obtidas principalmente a partir dos registros paroquiais.

Maria Luiza Marcílio assevera, que

As características únicas transformaram os Registros Paroquiais em fontes de primeira linha para se chegar as populações e às sociedades do passado, passando por seus traços culturais particulares. Estas séries documentais, com acuidade especial podem ser fontes inestimáveis para o conhecimento das mentalidades, dos comportamentos, das sensibilidades de sociedades do passado. (MARCÍLIO, 2004, p. 17)

Podemos perceber, assim, o quão importante se mostra esse tipo de documentação para o trabalho do historiador, principalmente pelo fato de possibilitar análises de períodos pré-estatísticos, ou seja, anterior aos primeiros censos nacionais e listas nominativas de habitantes, de meados do século XVIII. Desta forma, as fontes paroquiais são fundamentais para os estudos desses períodos. Pois,

esse tipo de fonte permite que o pesquisador tenha acesso a todos os momentos primordiais dos indivíduos pertencentes àquela comunidade. Uma vez que

os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos são uma documentação que permite, além da recuperação genealógica, o trabalho de reconstituição de famílias e, conseqüentemente, o estudo dos padrões de fecundidade, nupcialidade e mortalidade de uma dada população. (TEIXEIRA, 2004, p. 130).

O Brasil, durante os períodos Colonial e Imperial, teve a religião católica como oficial. Cada indivíduo nascido nesse país deveria ter seu nascimento, batismo, casamento e óbito registrados por uma paróquia. Ou seja, nesse período a Igreja revestia-se também de um caráter civil, tendo em vista que estes eram os únicos registros existentes<sup>10</sup>. Maria Silvia Bassanesi destaca que a Igreja Católica “instituiu formas para conhecer e controlar a população católica; fixou, regulamentou e generalizou a prática do registro nas paróquias de toda a Catolicidade (no que foi seguida por algumas igrejas reformistas, como a luterana, por exemplo)” (BASSANESI 2009, p. 146). Dessa forma, grande parte dos trabalhos empreendidos por pesquisadores da Demografia Histórica se utiliza de fontes paroquiais advindas da Igreja Católica.

E quanto às denominações religiosas de matriz protestante? Tendo em vista que a presença destas no Brasil remete-se apenas a meados do século XIX, é possível afirmar que estes registros são mais recentes, como destaca Carlos Bacellar (2010, p. 42), recuando aos séculos XIX e XX, e na maioria das vezes não se encontram abertos a consultas públicas, sendo permitidas consultas apenas por seus pares.

---

<sup>10</sup> De acordo com Carlos Bacellar (2010), somente na década de 1870, com a chegada dos primeiros imigrantes pertencentes a religiões de matriz protestante que os registros civis foram instaurados. Devido à necessidade dessas populações se registrarem fora dos âmbitos da Igreja Católica. Somente com a Proclamação da República que se estabeleceu a obrigatoriedade do registro civil a todos os brasileiros.

O *corpus* documental que integra o presente projeto de pesquisa foi construído a partir dos registros paroquiais contidos nos Livros de Rol de Membros 1 e 2 (que correspondem aos anos de 1942-1958 e 1959-1964 respectivamente) da já mencionada paróquia. A primeira parte dos livros assim intitulados contém os registros das famílias pertencentes à comunidade. Constanos nos assentamentos o nome e a data de nascimento de todos os membros da família. Além desses dados, os livros contêm os assentos de batismos, confirmações, casamentos e óbitos da referida comunidade.

Diante disso, e levando em consideração o exposto acima, pretende-se realizar uma análise dos comportamentos da comunidade luterana de Imbituva, a partir dos ciclos matrimoniais, assim, a partir do recorte temporal estabelecido para a pesquisa (1940 e 1959), analisaremos todas as uniões formadas no período compreendido, bem como os nascimentos oriundos desses matrimônios. Dessa forma, para que se tenha uma melhor compreensão das fontes e também um melhor andamento do trabalho, as informações obtidas nos registros contidos nos Livros de Rol de Membros serão sistematizadas. Para isso, foi elaborada uma ficha padrão para a coleta de dados seriados a respeito das famílias estudadas. Em um segundo momento, estes dados alimentarão um banco de dados eletrônico, construído por meio de um *software* específico<sup>11</sup>, neste caso, será utilizado o programa Excel, o qual permitirá a elaboração de projeções quantitativas (gráficos, tabelas, dentre outros) oriundos da serialização e do cruzamento dos dados coletados.

Essa documentação arrolada para a pesquisa nunca foi anteriormente analisada. Ou seja, constitui-se como uma

---

<sup>11</sup> “*Softwares* de análise estatística como Excel, Acess, SPSS (Statistical Package for the Social Science), SAS (Statistical Analysis Sistem) já fazem parte do trabalho cotidiano da maioria dos historiadores que se animam a explorar os registros vitais. Outros *softwares*, criados especialmente para atender as exigências dos pesquisadores no trabalho com tais registros (e/ ou com as demais listas nominativas), como o utilizado pela Universidade do Minho, ainda são pouco conhecidos e trabalhos no Brasil.” (BASSANEZI, 2009, p. 164).

documentação inédita para o trabalho historiográfico. Assim, como também não foram encontrados trabalhos sobre as famílias de imigrantes alemães pertencentes às comunidades evangélicas luteranas existentes na região central do Estado do Paraná, na qual o município de Imbituva se localiza.

Sendo assim, tomando-se em conta o exposto acima, o trabalho ora proposto, além de pretender a execução de um estudo pormenorizado das famílias pertencentes à Igreja Evangélica Luterana no Brasil numa região ainda não privilegiada por estudos que utilizam de métodos da Demografia Histórica, justifica-se também pela necessidade de ampliação de estudos historiográficos que contemplem a análise da “vertente IELB” do luteranismo, vertente esta menos privilegiada nos estudos até aqui realizados pela historiografia especializada<sup>12</sup>. Dessa maneira, por se tratar de uma pesquisa em fase inicial, ainda não podemos tecer conclusões acerca da mesma.

### **Referências bibliográficas**

BAADE, Joel Haroldo. *Da guerra à união: uma abordagem histórica da caminhada da Associação Evangélica de Comunidades e do Sínodo Evangélico-Luterano até sua fusão e formação do Sínodo Evangélico Luterano Unido*. Dissertação (Mestrado em Teologia). EST, São Leopoldo, 2007.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado (et al). Quarenta anos de demografia histórica. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v.22, n.2, jul./dez. 2005. p. 339-350.

BASSANESI, Maria Silvia. Registros Paroquiais e Cíveis. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla; DE

---

<sup>12</sup> De acordo com Arnaldo Érico Huff Junior, “os estudos dedicados ao Protestantismo no Brasil não são poucos. O número, contudo, diminui se procurarmos por pesquisas dedicadas ao Luteranismo. E rareiam ainda mais se buscarmos pelos estudos históricos sobre a IELB ou que a incluam”. (HUFF JUNIOR, 2006, p. 11).

LUCA, Tânia Regina (orgs). *Os historiadores e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 141-172.

DREHER, Martin Norberto. *História do povo luterano*. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997. p. 241-258.

GERTZ, René E. Os luteranos no Brasil. In: *Revista de História Regional*. UEP. Vol. 6. n. 12, p. 9-33, Inverno 2001.

HUFF JUNIOR, Arnaldo Érico. *Vozes da Ortodoxia. O Sínodo de Missouri e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil: processos de formação e relações nos contextos da I Guerra Mundial e do final do Regime Militar*. Tese (Doutorado em Ciência da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora-MG, 2006, p. 11.

MARCILIO, Maria Luiza. Os Registros Paroquiais e a História do Brasil. *Revista Varia História*, n. 31, jan.2004, p. 13-20.

\_\_\_\_\_. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, 14 (1/2), 1997. p. 125-143.

NADALIN, Sérgio Odilon. *História e Demografia: Elementos para um diálogo*. Campinas: ABEP, 2004.

\_\_\_\_\_. *A respeito de uma demografia histórica de contatos culturais*. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG, 2006.

REHFELDT, Mário Luis. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil*. 1 vol. Porto Alegre: Concórdia, 2003.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que as famílias tece: uma reflexão sobre o percurso da História da Família no Brasil. *Revista História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 51, jul./dez. 2009. p. 13-29.

SCHWAB, Carlos Alberto. *Resumo Histórico e Genealogia dos Alemães do Volga*. Campo Largo/PR: Editora Paranaense, 1997.

STEYER, Walter O. *Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o Luteranismo: a fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o confronto com o Sínodo Rio-Grandense 1900-1904*. Porto Alegre: Singular, 1999.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. Fontes para uma História da Família. *Revista MÉTIS: história & cultura*, v. 3, n. 5, jan./jun. 2004, p. 129-141.

WIRTH, Lauri Emílio. *O protestantismo brasileiro de rito luterano*. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 67, p. 68-77, setembro/novembro 2005.



## **O DISCURSO DOS LUTERANOS “MISSOURIANOS” DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Sérgio Luiz Marlow<sup>1</sup>

*Resumo:* Basicamente, os imigrantes alemães e seus descendentes em solo brasileiro, no segmento protestante, estiveram filiados a sínodos luteranos que, principalmente a partir das últimas décadas do século XIX, aqui chegaram. Neste sentido, com o passar dos tempos, o binômio alemão e protestante foi sendo considerado marca indelével da ligação entre religião e etnia. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e especialmente a entrada do Brasil na Guerra contra a Alemanha, para as autoridades brasileiras, ao binômio alemão e luterano foi acrescentado o termo nazista. A presente comunicação pretende, desta forma, compreender como uma instituição eclesiástica luterana em solo brasileiro, o Sínodo de Missouri, mesmo sendo de origem norte-americana, procurou se defender da suposta acusação de ser uma entidade a serviço do Nacional Socialismo Alemão, bem como de que forma foram compreendidos ou não pelas autoridades brasileiras.

*Palavras-chave:* Luteranismo, Sínodo de Missouri, Germanismo, Nacional Socialismo Alemão, Estado Novo.

---

O luteranismo foi, até meados do século XX, o maior dos ramos protestantes denominados históricos em solo brasileiro. Segundo Pierrucci (2004, p. 5), que faz uma análise do desenvolvimento dos grupos protestantes no Brasil, somente na última década do século XX que o luteranismo foi ultrapassado por outro grupo protestante, os batistas.

Mas qual era a situação, em termos numéricos, do protestantismo luterano, principalmente dos dois maiores sínodos luterano no Brasil: o Sínodo Riograndense e o Sínodo de Missouri quando do Estado Novo (1937-1945) e, em especial, quando da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o que desencadeou forte pressão sobre este grupo protestante?

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Social Universidade de São Paulo (USP).

Em correspondência endereçada ao Chefe de Polícia de Porto Alegre/RS, Aurélio da Silva Py, o então presidente do Sínodo Riograndense, Rev. Hermann Dohms, informava a finalidade da presença do sínodo entre os teuto-brasileiros e ainda mencionava a quantidade de fiéis pertencentes ao referido sínodo.

O Sínodo Riograndense é aquela parte da Igreja Evangélica Luterana à qual está confiada, há mais de cem anos a cura espiritual dos imigrantes alemães e dos seus descendentes, primeiro no município de São Leopoldo e, no decorrer dos decênios, em todo Rio Grande do Sul e partes de Santa Catarina, abrangendo o sínodo, somente no Rio Grande do Sul, 190.000 membros, além dos muitos aderentes não alcançados pela estatística. (PY, 1942, p. 200).

Ao mesmo tempo, com base em Estatísticas da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), no período em estudo, as décadas de trinta e quarenta respectivamente, o Sínodo de Missouri possuía 19.844 em 1930, 32.040 em 1935, 38.193 em 1940 e 49.961 membros em 1945. O sínodo, apesar de toda a situação que enfrentou, de desconfiança e mesmo de prisões e apreensões, não deixou de crescer no período.

Sem dúvida, o número de membros pertencente aos sínodos foi fator determinando para que as autoridades brasileiras dedicassem maior atenção ao Sínodo Riograndense, se comparado com o Sínodo de Missouri. Neste sentido, importante mencionar neste momento que Martin Dreher levanta como premissa de suas pesquisas a respeito do assunto que o grande e maior grupo atingido pelo Estado Novo e pelas suas medidas de nacionalização, bem como com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, foi justamente o evangélico luterano. (DREHER, 1994, p. 87).

Da mesma forma, também a premissa sustentada por Telmo Lauro Müller pode ser corroborada através destes números quando o mesmo lembra que: “entre os descendentes de alemães os evangélicos foram mais atingidos do que os católicos, e entre os evangélicos, os do Sínodo Riograndense mais do que os do Sínodo de Missouri”. (MULLER, 1994, p. 70).

Sendo assim, neste momento algumas perguntas surgem e necessitam de respostas. Por que os sínodos luteranos, em maior ou

menor medida, foram perseguidos pelas autoridades brasileiras? Qual era a situação reinante no Brasil nas décadas de 30 e 40 e que culminou uma atuação efetiva das autoridades brasileiras em relação aos teuto-brasileiros e às instituições religiosas as quais pertenciam, a ponto de historiadores como Dreher e Müller afirmarem serem estes os grupos mais perseguidos? Por fim, de que forma as autoridades brasileiras viam o protestantismo luterano, especialmente o Sínodo de Missourino Brasil, no período do Estado Novo e nos anos pertinentes a Segunda Guerra Mundial e, especialmente, como este Sínodo defendeu das acusações que lhe foram feitas?

Praticamente junto à imposição do Estado Novo, o Governo de Getúlio Vargas implementou a chamada Campanha de Nacionalização, objetivando “abrasileirar” todos os grupos de imigrantes e seus descendentes em solo brasileiro. Balhana afirma que: “a implantação da campanha de nacionalização que alcançou seu auge nos anos de 1937 e 1938, correu paralela com a organização do Estado Novo decretado pela constituição de 10 de novembro de 1937”. (BALHANA, WESTPHALEN, 2001, p. 408)

Da mesma forma, Eliane Alves entende que o projeto de nacionalização visava atingir em especial os grupos estrangeiros residentes em solo brasileiro, bem como as instituições que estavam ligadas a estes grupos.

O projeto de nacionalização idealizado pelo Governo Vargas foi efetivamente colocado em prática a partir de 1938. Por meio de intensa vigília às comunidades estrangeiras, tentou-se dissipar os grupos enquistados no território nacional. Com a promulgação decretos-lei, o Governo Federal acionou práticas repressivas que afetaram a vida cultural e política de estrangeiros e seus descendentes. O objetivo era romper os laços culturais que os mantinham ligados aos seus países de origem em prol da homogeneização da sociedade brasileira. (ALVES, 2006, p. 83).

Para Maria Tucci Carneiro, o projeto de nacionalização do Estado Novo poderia ser resumido através da afirmação de um Estado forte, homogêneo, que não aceitaria grupos destoantes do seu propósito e finalidade. Tucci Carneiro entende que “neste Estado

Nacional não haveria lugar para a constituição de uma sociedade pluralista onde convivessem, lado a lado, grupos estrangeiros fortes”. (CARNEIRO, 1988, p. 124).

Evidente que a campanha de nacionalização do Governo Vargas atingiu também as igrejas, nestes casos inclusos os grupos luteranos, visto que, com a proibição do uso da língua materna, sendo permitido apenas o uso da língua portuguesa, muitas das atividades também dentro de meio luterano foram ou suspensas pelas dificuldades de comunicação ou mesmo proibidas de serem realizados por ordem das autoridades brasileiras.

Quanto às igrejas, que não fossem realizados serviços em língua viva estrangeira; que não se ministrassem sacramentos e ofícios religiosos em língua viva que não o português; que não fosse dada assistência religiosa educacional às crianças, a não ser em língua nacional, e que não se formassem grupos raciais selecionados que pudessem incutir em seus respectivos espíritos diversidade de origem. (CANCELLI, 1994, p. 134).

A situação para com os teuto-brasileiros e sua religiosidade luterana, entretanto, iria se agravar ainda mais quando da entrada do Brasil na guerra contra as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, houve, por assim dizer, uma guinada na direção e no pensamento das autoridades brasileiras a respeito do Nacional Socialismo Alemão. Se até então o Governo Brasileiro via com certa admiração os governos autoritários existentes no continente europeu, é a partir da guerra que se muda de opinião.

Até o período da entrada efetiva do Brasil na Segunda Guerra Mundial, nenhuma ação digamos mais enérgica por parte do Governo Brasileiro se realizou em relação os teuto-brasileiros por haviam estado ligados ao partido nazista em solo brasileiro. O que se via até aquele momento ocorria dentro do processo de nacionalização desencadeado pelo Governo Brasileiro. Entretanto, tudo mudaria a partir de 1942. O ano chave para a repressão aos nazistas foi 1942, quando com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, o alemão se tornou inimigo militar e houve efetiva caça às suásticas no Brasil. (DIETRICH, 2007, p.51).

Esse acirramento para com os teuto-brasileiros motivado pela campanha de nacionalização, e ainda mais com a participação efetiva do Brasil na Segunda Guerra Mundial, evidentemente também atingiu a esfera religiosa dos teuto-brasileiros. Dreher informa que “a situação criada com as medidas de nacionalização veio a ser acentuada em virtude de problemas adicionais (entre eles) o nazismo”. (DREHER, 1994, p. 69).

Eduardo Castro, no livro “Os Quebra Santos – anticlericalismo e repressão pelo Deops/SP”, informa sobre a maneira como os diversos grupos protestantes no Brasil foram vistos pelas autoridades brasileiras quando do período da Segunda Guerra Mundial. A respeito dos luteranos, compreende que estes em especial não poderiam e não ficaram de fora do olhar vigilante das autoridades brasileiras da época.

Sem dúvida, a guerra gerou no Brasil uma suspeita generalizada sobre o que estivesse relacionado à política do Eixo. A maior representação religiosa da comunidade alemã no Brasil, a Igreja Luterana não foi excluída desta “lógica da desconfiança”. (CASTRO, 2007, p. 80).

Neste sentido, é preciso recordar que a questão da manutenção de traços que os ligavam à terra natal, a Alemanha, através do Germanismo, bem como a propagação destes ideais dentro da esfera religiosa, especialmente através do Sínodo Riograndense, fez com que os luteranos também fossem identificados ao projeto nacional socialista alemão. “A maior auto-identificação dos luteranos com a etnia alemã e sua consequente visibilidade fez com que ocorresse uma associação direta entre os cidadãos de origem alemã e luteranismo ou protestantismo”. (GERTZ, 1998, p. 163).

Castro também compreende desta forma a ligação que foi definida entre protestantismo, leia-se luteranismo, e o nacionalismo alemão durante a Segunda Guerra Mundial.

No caso dos luteranos, a suspeita residia em torno de sua nacionalidade e de sua religião que, associados, teriam legitimado a ideia do “perigo alemão” identificado por meio de contatos das

comunidades luteranas com seus países de origem. (CASTRO, 2007, p. 82).

Desta forma, pode-se afirmar que, junto à associação de que todo alemão ou teuto-brasileiro era luterano, foi acrescentado, principalmente por autoridades brasileiras da época, como marca indelével desta associação a possibilidade de ser também um agente nazista infiltrado em solo brasileiro.

Vários foram os documentos nos quais autoridades brasileiras expunham sua preocupação com a possível influência do luteranismo sobre os teuto-brasileiros durante o período da Campanha de Nacionalização promovida pelo Governo Vargas e especialmente com a ascensão do Nacional Socialismo na Alemanha.

Dulphe Pinheiro Machado, em correspondência endereçada às autoridades brasileiras da época, destacava que, em sua opinião, eram os pastores protestantes perigosos agentes a infiltrar na mentalidade dos teuto-brasileiros ideais nazistas. Para Pinheiro Machado, com base em informações da polícia riograndense, depois dos consulados alemães, eram os pastores os maiores propagadores de tais ideais.

Como agentes auxiliares imediatos, destacam-se os pastores protestantes, sendo a propaganda feita nas igrejas evangélicas, as quais constituem, segundo afirma o Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul uma das vigas mestras do Partido Nacional Socialista. (RELATÓRIO DULPHE PINHEIRO MACHADO, p. 1).

Ao mesmo tempo, o Delegado de Polícia de Porto Alegre/RS, Aurélio da SilvaPy ligava com grande ênfase as esferas religiosa e política, sendo que, em sua opinião, a Igreja não estaria realizando o seu papel, e sim o papel de agente político. “Já não nos surpreende que até a religião seja levada pela torrente do nazifascismo servindo de instrumento para sua ação política” (PY, 1942, p. 198).

Py ainda declara de forma veemente que, segundo sua opinião, os pastores luteranos tornaram-se os principais agentes do Nacional Socialismo Alemão. Em vários momentos do seu livro

publicado na época, citações como a seguinte refletem esse pensamento: “E fomos encontrar no Rio Grande, pois, um forte reduto da 5ª coluna nazi justamente dentro das igrejas protestantes”. (PY, 1942, p. 209).

Py chegou a ponto de afirmar que, nas prédicas, os pastores luteranos, junto ao discurso religioso, inseriam também questões políticas.

O pastor protestante, em geral, há muito foi transformado em tribuno político, pregando muito mais pelo Fuehrer que por Deus. Ele misturou os princípios religiosos com postulados de natureza estritamente política, entremeou o Evangelho com o programa do Partido Nazista. (PY, 1942, p. 209).

De uma forma geral, entendiam então as autoridades brasileiras da época, que a Igreja Luterana estava colaborando para a divulgação e penetração dos ideais do Nacional Socialismo Alemão em terras brasileiras.

Mas a respeito do Sínodo de Missouri, o que as autoridades brasileiras pensavam sobre sua atuação junto aos teuto-brasileiros? Seria este também uma possível agente do Nacional Socialismo Alemão em terras brasileiras?

A maior referência geral que se tem conhecimento de autoridades brasileiras a respeito do Sínodo de Missouri, anterior a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, encontramos nos textos do Secretário de Educação do Rio Grande do Sul, J. P. Coelho de Souza.

Coelho de Souza destaca em especial a questão da nacionalização do ensino nas escolas no sul do país. Inicialmente informa que existem opiniões diversas a respeito de como esse processo tem ocorrido.

Segundo uns, todos os teuto-brasileiros são elementos desnacionalizados, consoante outros, o problema não existe e todos os teuto-brasileiros procuram por uma completa integração nacional; querem os últimos, por fim, que os teuto-brasileiros estejam divididos em elementos nazistas, que constituem uma

autêntica quinta-coluna e elementos anti-nazistas, rigorosamente inofensivos. (SOUZA, 1942, p. 15).

Coelho de Souza entende que nenhum destes conceitos é exato, visto que, no seu entendimento, decorrem de exemplos isolados ou generalizados.

Para Coelho de Souza, os teuto-brasileiros poderiam sim ser divididos em três grupos distintos: um que aderiu ao projeto nacionalizante brasileiro; outro que mantém ainda os traços de ligação com a pátria mãe sem, contudo, necessariamente ter se aliado ao Nacional Socialismo Alemão – este na visão de Coelho de Souza seria na verdade o maior grupo – e ainda um terceiro grupo, menor proporcionalmente, que poderia ser claramente identificado como nazista. (SOUZA, 1942, p. 15).

Para Coelho de Souza, o Sínodo de Missouri estava inserido no segundo grupo, denominado pelo mesmo de “tradicionalistas que mantêm bem viva a língua, as artes e os hábitos alemães”. (SOUZA, 1942, p. 16).

Constituem-no os católicos e a parte dos luteranos que o nazismo não conseguiu empolgar. (...) no setor luterano, orientam-no os pastores dissidentes da Igreja Alemã . Não alimentam intenções políticas, conservam a tradição, antes por motivos de ordem espiritual. Acreditam que na tradição reside o espírito de disciplina da gente de origem alemã – base de sua religiosidade. (SOUZA, 1942, p. 16).

Com base, então, no testemunho de Coelho de Souza, temos uma questão: Pode-se afirmar que o Sínodo de Missouri era entendido como zeloso cumpridor dos requisitos da nacionalização do ensino e que, ao mesmo tempo, sobre ele não pairava nenhuma desconfiança de possível influência do Nacional Socialismo Alemão? Evidentemente que não, e isso fica claro nas palavras do próprio Coelho de Souza.

Voltando ao seu livro “Denúncia”, Coelho de Souza descreve, por exemplo, que, se por um lado o Sínodo de Missouri, enquadrado no grupo dos tradicionalistas, não se aliou ao Nazismo,



por outro lado, precisa continuar a ser constantemente vigiado, visto que poderia, a qualquer momento, mudar de opinião e atitude.

A ausência de um ideal imediato não o torna inofensivo: o exemplo da Áustria mostra, à saciedade como um ambiente alemão pode servir de meio de cultura para as mais perigosas ideologias imperialistas e como, as vezes, o sentimento religioso pode ceder a um ideal racista. Não precisamos, de resto, procurar apoio em exemplos extra-continentais, para justificar o combate a esse grupo: foi entre os tradicionalistas que o nazismo recrutou os seus adeptos no Rio Grande do Sul. (SOUZA, 1942, p. 18).

Por outro lado, correspondência endereçada pelo presidente do Sínodo de Missouri no Brasil, Rev. Augusto Heine, ao Delegado da Ordem Política e Social de Porto Alegre/RS, Dr. Plínio Brasil Milano, datada de meados do ano de 1942, ajuda-nos a compreender a posição do sínodo a respeito de questões envolvendo o Germanismo e Nacional Socialismo Alemão.

O documento em questão é endereçado ao Dr. Plínio Brasil Milano, Delegado da Ordem Social e Política do Rio Grande do Sul/RS, em virtude de um dos pastores do sínodo haver sido preso sob acusação de não estar colaborando com o processo de nacionalização imposto pelo Estado Brasileiro. O presidente do Sínodo, Augusto Heine, escreveu buscando esclarecer qual seria a posição do sínodo e procurando informar que provavelmente outro sínodo não estava seguindo as medidas nacionalizadoras do Governo Brasileiro.

Tomei conhecimento de que existem certas prevenções relativamente à nossa igreja, o que atribuo a um equívoco que deve existir a respeito de nossa igreja, registrada sob o nome de “Sínodo Evangélico Luterano do Brasil” e uma outra igreja existente entre nós. Muito lamento que, ao menos por enquanto, nossa igreja seja considerada suspeita de atividades inconfessáveis. (Correspondência do Rev. Augusto Heine para o Dr. Plínio Brasil Milano, 1942, p. 1).

O presidente do sínodo também relatava inconformidade de sua parte em virtude de a conferência realizada pelo Secretário de Educação do Rio Grande do Sul, Coelho de Souza, ter incluído o Sínodo Evangélico Luterano do Brasil no grupo dos tradicionalistas

que, mesmo não sendo nazistas, manteriam a língua e os costumes. A esse respeito, Heine informa que tal ideia não conferia com os propósitos do sínodo que já estava nacionalizado.

É, portanto, um fato histórico que a nossa igreja já se bateu pela nacionalização, em vista de trabalhar principalmente no seio da população de origem teuta do nosso Estado, antes de ser iniciada a grandiosa campanha de nacionalizadora pelo Estado Novo, executada entre nós tão brilhantemente pelo Governo do Estado e principalmente pelo Dr. Coelho de Souza, meritíssimo Secretário da Educação e Saúde Pública. Seja dito de passagem que o mesmo secretário assinou com nossa igreja um convênio que prova inequivocadamente o alto prestígio que nossa corporação eclesiástica goza nos meios governamentais deste Estado. (Correspondência do Rev. Augusto Heine para o Dr. Plínio Brasil Milano, 1942, p. 1).

Heine ainda descreveu o fato de que “ao ser empreendido no ano de 1938 pelo Estado Novo a mui louvável obra de Nacionalização, ofereceu a nossa igreja imediatamente a mais decisiva colaboração”. (Correspondência do Rev. Augusto Heine para o Dr. Plínio Brasil Milano, 1942, p. 2).

Este fato, segundo Heine, levou a igreja a sofrer os mais “rudes ataques por parte de periódicos publicados na Alemanha”. (Correspondência do Rev. Augusto Heine para o Dr. Plínio Brasil Milano, 1942, p. 2).

Por causa deste apoio foi a nossa Igreja Evangélica Luterana do Brasil e seus redatores de nosso jornal oficial escarnecidos e ridicularizados por uma dúzia de periódicos religiosos da Alemanha e pela “Legião Negra” (Das SchwarzeKorps), órgão oficial do Hitlerismo. O jornal de Hitler supôs mesmo erroneamente que nossa igreja recebia subvenções da igreja alemã ao passo de que ela nunca recebeu. (Correspondência do Rev. Augusto Heine para o Dr. Plínio Brasil Milano, 1942, p. 3).

Heine ainda descreveu que, visando um trabalho entre os brasileiros, foi fundado um Seminário no ano de 1903, que objetivava justamente um pastorado local e no qual a língua portuguesa pudesse ser ensinada e repassada aos membros em geral.

Já no ano de 1903 foi fundado em Bom Jesus um seminário para a formação de ministros do Evangelho. Este instituto foi posteriormente transferido para esta Capital, onde ainda se conserva. O princípio de nossa igreja, criar em todos os países um ministério indígena, foi também posto em prática neste país. O ministério de nossa igreja no Brasil se compõe atualmente na maior parte de brasileiros natos, havendo nela também americanos, alemães, e alguns russos, italianos, franceses e tchecoslovacos. (Correspondência do Rev. Augusto Heine para o Dr. Plinio Brasil Milano, 1942, p. 3).

A ideia do representante do Sínodo era justamente enfatizar que diferentemente do Sínodo Riograndense, no qual a maioria dos pastores vinha da Alemanha, o Sínodo de Missouri no Brasil com o seu seminário “produzia” um pastorado local e evidentemente muito mais nacionalizado do que o do sínodo concorrente.

A respeito da direção do Sínodo, Heine informava também que “a diretoria atual se compõe de um presidente sem nacionalidade, de dois vice-presidentes ambos brasileiros, de dois secretários ambos brasileiros, e de dois tesoureiros, sendo o primeiro americano e o segundo brasileiro”. (Correspondência do Rev. Augusto Heine para o Dr. Plinio Brasil Milano, 1942, p. 4).

Nota-se novamente que, na correspondência enviada pelo presidente do sínodo, havia o claro objetivo de se ressaltar que o sínodo estava o mais “abrasileirado” possível e que isso deveria ser levado em conta pelas autoridades brasileiras.

E ainda, quando Heine descreveu que o presidente do sínodo não tinha nacionalidade, ele estava referindo a si mesmo visto que buscava a naturalização brasileira. Logo, procurava, com isso, também ao máximo, uma desvinculação ao germanismo alemão e ao nazismo.

Por fim, Heine destaca que a função da igreja era a propagação da palavra de Deus, e não de questões políticas, desta forma, não havendo possibilidade de ligação com o Nacional Socialismo Alemão. “O objetivo de nosso trabalho e, em poucas palavras, pregar o Evangelho, isto é, a alegre mensagem de que somos salvos pela graça de Deus, mediante Jesus Cristo, pela fé”.

(Correspondência do Rev. Augusto Heine para o Dr. Plínio Brasil Milano, 1942, p. 4).

Heine incluiu na correspondência citação do livro oficial de doutrinas do sínodo, denominado “Dogmática Cristã”, de 1934, afirmando que não caberia à Igreja interferir em assuntos do Estado, nem mesmo ligar-se a qualquer partido político que seja. E conclui afirmando que este deveria ser o entendimento e o procedimento de todos os pastores ligados ao sínodo: “Isto os nossos pastores, professores e todos os periódicos de nossa igreja anunciaram publicamente. Caso um membro contrarie estes dispositivos, será ele submetido a disciplina eclesiástica e, se houver motivo justo, excluído da igreja”. (Correspondência do Rev. Augusto Heine para o Dr. Plínio Brasil Milano, 1942, p. 4).

Em suma, os dirigentes do Sínodo de Missouri buscavam através de correspondências enviadas às lideranças do Estado Brasileiro desqualificar qualquer possibilidade de ligação do sínodo com posições ligadas ao Nacional Socialismo Alemão, ou a qualquer tipo de germanismo. Ao mesmo tempo, procuravam declarar que o sínodo estava nacionalizado ou ao menos em processo de nacionalização, não devendo desta forma, ser entendido, como uma ameaça, mas sim como um aliado do Estado Brasileiro, sendo sua única função e missão em terras brasileiras anunciar a mensagem do Evangelho de Jesus Cristo ao povo brasileiro.

## **Fontes**

Correspondência do presidente do Sínodo de Missouri no Brasil, Rev. Augusto Heine ao Dr. Plínio Brasil Milano – Delegado da Ordem Política e Social de Porto Alegre/RS, 1942. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

PY, Aurélio da S. A 5ª Coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1942.

Relatório do Dr. Dulphe Pinheiro Machado sobre a “inspeção” de que foi incumbido pelo sr. Ministro da Educação e Saúde do sul do país. Arquivo Gustavo Capanema. CG 34.10.30, CPDOC-FGV.

SOUZA, J. P. Coelho. Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande. Porto Alegre: Thrumann, 1942.

## Referências

ALVES, Eliane B. *Etnicidade, Nacionalismo e Autoritarismo*. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2006.

BALHANA, Altiava; WESTPHALEN, Maria. O combate a desnacionalização – 1937/1938. In: *Anais da XXI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Rio de Janeiro: SBPH, 2001, p. 408.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. 2 ed. Brasília: Ed. da UNB, 1994.

CARNEIRO, Maria L. T. *O Anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CASTRO, Eduardo G. *Os “Quebra-santos” – Anticlericalismo e repressão pelo DEOPS-SP*. São Paulo: Humanistas, Fapesp, 2007.

DIETRICH, Ana M. *Caça as suásticas: O Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2007.

DREHER, Martin N. O Estado Novo e a Igreja Luterana. In: *X Simpósio de Imigração e Colonização Alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. 2 ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

MULLER, Telmo L. A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica. In: *X Simpósio de Imigração e Colonização Alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

PIERUCCI, Antônio F. “Bye bye, Brasil” – o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. In: *Estudos Avançados*. Vol. 18, n 52. São Paulo, set/dez, 2004.

# **“O FALECIDO ERA UM HOMEM MUITO TEIMOSO, DE PURA TEIMOSIA NÃO PISOU MAIS NA IGREJA NOS ÚLTIMOS ANOS”: PRÁTICAS DISCURSIVAS ENALTECENDO OU DEPRECIANDO A CONDUTA RELIGIOSA DO FALECIDO EM VIDA CONTIDAS EM REGISTROS DE ÓBITOS E NECROLÓGIOS**

Sandro Blume<sup>1</sup>

*Resumo:* Livros de registros paroquiais e necrológios revelam um cotidiano religioso rigorosamente orientado e organizado nas antigas colônias alemãs do Rio Grande do Sul. Óbitos registrados nos livros paroquiais, além de mapear as causas mais frequentes das mortes entre os colonos, e de verificar a expectativa de vida das pessoas de uma determinada época, apresentavam também um viés pedagógico. Em inúmeros registros de óbitos encontramos relatos de padres e pastores que, utilizavam o momento da morte de algum membro da comunidade para promover ensinamentos, orientar e disciplinar condutas. Através das orientações implícitas e explícitas referidas nestes registros e em necrológios percebe-se como os indivíduos são moldados através da mediação discursiva e institucional de padres e pastores.

*Palavras-chave:* Morte e morrer, Práticas discursivas, Michel Foucault.

---

Na presente comunicação, a noção de discurso busca uma centralidade na obra de Michel Foucault, pois é o “fio condutor de suas investigações” (GREGOLIN, 2004a, p. 59). Desde os seus livros iniciais, *As palavras e as coisas*, *O nascimento da clínica* e *a História da Loucura*, o autor tem como preocupação a produção do sujeito pelo discurso, mas é na obra *A Arqueologia do Saber* que ele vai teorizar sobre o discurso, e, nos livros posteriores, vai se ocupar das relações entre o discurso e o poder na produção dos sujeitos.

Nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, as palavras do padre e do pastor, bem como o “cuidado de si” e as relações

---

<sup>1</sup> Sandro Blume. Mestre em História pela UNISINOS.

interindividuais não se refletiam somente no âmbito religioso, mas também na ordem social e cultural na qual se engendravam<sup>2</sup>.

Essas práticas discursivas e tecnologias do poder disciplinar<sup>3</sup> se faziam presentes nos espaços da morte e do morrer nas colônias alemãs, tanto nas alocações fúnebres como nos registros de óbitos. Nesses registros é possível identificar, com nitidez, as opiniões dos pastores sobre a conduta do falecido. Ao expor condutas exemplares ou depreciativas do falecido, práticas discursivas imbricadas com regulamentações de vida e normatizações religiosas eram canalizadas para dentro das colônias alemãs<sup>4</sup>. Um desses exemplos, no caso, de uma conduta em vida não apropriada para um bom

---

<sup>2</sup> Michel Foucault desenvolveu toda uma problemática em torno da subjetividade e da ética do cuidado de si, afirmando: [...] é preciso entender que o princípio do cuidado de si adquiriu um alcance bastante geral: o preceito segundo o qual convém ocupar-se consigo mesmo é em todo caso um imperativo que circula entre numerosas doutrinas diferentes; ele também tomou a forma de uma atitude, de uma maneira de se comportar, impregnou formas de viver; desenvolveu-se em procedimentos, em práticas e em receitas que eram refletidas, desenvolvidas, aperfeiçoadas e ensinadas; ele constituiu assim uma prática social, dando lugar a relações interindividuais [...] FOUCAULT, 1985, p. 50. Dessa forma, o sujeito virtuoso era aquele que possuía uma relação de reciprocidade com o outro tanto no âmbito familiar, como na comunidade. Tal ética implicava numa responsabilidade do sujeito para com os outros, e esse cuidarem passava por estratégias não repressivas de poder, como o diálogo, a persuasão e a prescrição.

<sup>3</sup> FOUCAULT, 2004, p. 153-72. Ao analisar as ações da forma de poder disciplinar descritas por Foucault e instituídas nas disciplinas, percebe-se a presença de algo que vai além de seus mecanismos, responsável por efetivar suas intenções: “A disciplina, ao sancionar os atos com exatidão, avalia os indivíduos com verdade; a penalidade que ela põe em execução se integra no ciclo de conhecimentos dos indivíduos” (FOUCAULT, 2004, p. 162). Este conhecimento gerado possibilita uma forma de controle cada vez mais intenso, deixando os indivíduos expostos a uma visibilidade que os fazem eles próprios, “fiscais de si mesmos”. Todo tipo de comportamento e de conhecimentos (saberes) referentes ao indivíduo são oriundos dessa produção do poder disciplinar.

<sup>4</sup> O caráter pedagógico dos registros de óbito reside no fato dos mesmos se constituírem em reflexo e desdobramento das palavras ditas por padres e pastores por ocasião da alocação fúnebre. No momento seguinte ao sepultamento, clérigos registravam nos livros suas impressões sobre a conduta do falecido em vida e suas percepções sobre as cerimônias fúnebres recém realizadas.

cristão, relatada pelo pastor, pode ser verificado no registro que segue:

26.05.1901 – Ludwig Friedrich Wilhelm Radke, nascido em 21.09.1839, em Rogow, Hinterpommern (Pomerânia posterior), em 02.10.1868 casa-se com Emilie Albertine Henriette Krüger, com quem viveu 32 anos e meio e teve quatro filhas mulheres, todas ainda vivas, em 1868 emigrou com sua esposa para o Brasil, após curta estadia em Nova Petrópolis, assentou moradia na Picada Café, onde faleceu em 26.05.1901 às 22:00 horas de derrame com 61 anos, 8 meses e 5 dias, deixando além da viúva, as 4 filhas e 5 netos, sendo sepultado em 28.05 na mesma localidade no cemitério perto da Igreja. O falecido era um homem muito teimoso, de pura teimosia não pisou mais na igreja nos últimos anos.<sup>5</sup>

Já outros registros pastorais destacam a vida regrada do falecido. Nesses discursos eclesiais, com os quais os fiéis se identificavam, são ressaltadas condutas e modos de vida considerados ideais pelos clérigos. A intenção era disseminar na comunidade os efeitos das “verdades” produzidas por padres e pastores através de práticas discursivas de subjetivação<sup>6</sup>.

Conforme a grade de análise de Michael Foucault, essas práticas discursivas de subjetivação não atuam apenas sobre o corpo das pessoas, mas, principalmente, sobre suas almas. (FOUCAULT, 1995<sup>a</sup>). Para Foucault, é isso que diferencia poder de violência física. Enquanto a violência atua apenas sobre o corpo, o poder age também sobre a alma, realçando as práticas discursivas de subjetivação, não como repressoras, mas como evidentes e naturais.

---

<sup>5</sup> Livro 1B do Arquivo da Comunidade Evangélica São João de Picada Café, Registro de óbitos, p. 201, registro nº. 2 do ano de 1901. Tradução de Gaspar Henrique Stemmer.

<sup>6</sup> FOUCAULT, 1995b. Para Michel Foucault, a linguagem se coloca em movimento pelo discurso, sendo então os discursos que fundam os próprios objetos de que falam, ou seja, os sujeitos são instituídos e produzidos pelo discurso. Práticas discursivas aqui são entendidas como atos de linguagem carregados de “verdades”, no caso do nosso estudo, manifestadas por padres e pastores.



Alguns dos objetivos desses discursos consistiam em ajustar e “enquadrar” os sujeitos ao trabalho e aos interesses do mercado. Esse ajustamento ao trabalho revestia-se de uma roupagem dignificadora e civilizadora, enaltecendo-o como princípio regulador da sociedade, que ganhava uma valoração positiva, ao ajudar a impulsionar a constituição de uma ordem social burguesa.

Conforme o aporte teórico de Foucault, o poder necessita estabelecer verdades que funcionem como normas através de seu discurso.<sup>7</sup> Na expectativa em estabelecer tais verdades, padres e pastores procuravam assegurar uma moral “não-libidinosa”, orientando os colonos através de sermões e prédicas<sup>8</sup>. Nesse sentido, os discursos de padres e pastores se constituem em instrumentos que interferem e procuram transformar o cotidiano, nitidamente revelando o emprego de estratégias pelas instituições religiosas que visam, sobretudo, a constituição de um imaginário social que mantenha valores, princípios, sentidos e dogmas. Prescrições morais serviam para evitar atitudes reprováveis.

No registro de óbito a seguir, Hunsche relata sua tentativa de reconciliar irmãos que viviam “amarga inimizade”, se valendo da alocução fúnebre para atingir este objetivo:

Amalie Henriette Barth, nascida Fuchs, nasceu em 11 de Outubro de 1831 em Allenbach, Birkenfeld. (...) Em 1861 ela veio com seu marido e os dois filhos para aqui no Brasil, e residiu por 15 anos na

---

<sup>7</sup> Os resultados produzidos por esse discurso da verdade teriam efeitos muito potentes nos dias atuais, pois segundo o autor, estamos submetidos constantemente a sermos “julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma determinada maneira de viver ou a uma determinada maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder”. (FOUCAULT, 2005, p. 29).

<sup>8</sup> Em sua análise sobre a sociedade disciplinar, Foucault identifica mecanismos do poder pastoral oriundos do cristianismo: “É uma forma de poder cujo objetivo final é assegurar a salvação individual no outro mundo, porém antes disso é preciso guiar as pessoas, por meio de aparatos familiares, religiosos, policiais e médicos, e garanti-las neste mundo. Assim, não somente se toma conta da comunidade, mas de cada indivíduo em particular, durante toda sua vida.” (FOUCAULT, 2005, p. 29).

[Linha] Olinda e depois em [Arroio] Paixão, onde ela faleceu na casa do genro Philipp Zimmermann, depois de longos anos de pesado sofrimento, em 08 de Agosto de 1903, de manhã, às 9 horas e meia (...). Os dois genros da falecida vivem, desde longo tempo, em amarga inimizade, visto que uma das partes não visitava a mãe, apesar dos apelos da mesma. No enterro, ao lado do caixão, se postou o genro (Gehrke), com muitos dos seus filhos. A visão da mãe morta não tocou o coração petrificado. Sem se reconciliar, se separaram. Esta triste situação me abateu profundamente e eu tive que alertá-los nas palavras de encomendação. O coração humano é uma coisa obstinada.<sup>9</sup>

O próprio Hunsche reconhece que as palavras proferidas durante a alocução fúnebre não causaram o efeito esperado nos genros naquele momento. É lícito pensar que o referido sentimento de inimizade fosse extensivo também às filhas de Amalie H. Barth, visto que nem mesmo a “visão da mãe morta” despertou algum sentimento piedoso que pudesse ser indicativo de reconciliação entre as irmãs e os genros.

Nesse contexto, Hunsche propõe uma reflexão sobre a teimosia e a obstinação, percebidas como condutas que nem mesmo a morte da mãe havia conseguido erradicar dos corações das pessoas envolvidas.

O discurso moralizante resultante de mediações eclesiásticas aponta para a definição da regulamentação de vida e disciplinamento das condutas individuais, familiares e comunitárias, como podemos constatar neste registro que exalta a atuação do falecido na comunidade:

10.07.1906 – Adam Laux, nascido em 07.01.1838 em Leideneck, província renana, em 1846 migrou para cá com seus pais, passando a fixar residência na Picada Café, em 1857 c.c. Maria Margaretha Schneider, com quem viveu por mais de 49 anos de casamento tranqüilo e teve 15 filhos, dos quais 13 ainda vivem; nos últimos anos sofria muito de hérnia dupla, e há 3 meses também de torturante mal do estômago com vômitos, de forma que se tinha que

---

<sup>9</sup> Livro de Registros da Comunidade Evangélica de Linha Nova 1A, óbitos de 1868 a 1915, p.275. n° 9, efetuado pelo Pastor Wilhelm Heinrich Husche.

pensar seriamente no seu fim, assim faleceu em 09.07.1906 às 8:00 horas, após duro sofrimento com 68 anos, 6 meses e 2 dias, deixando, fora a esposa, 13 filhos, 80 netos e 14 bisnetos, sendo sepultado no dia seguinte no cemitério perto de sua casa. O falecido era um membro fiel da comunidade, servindo 11 anos como tesoureiro da mesma. O local sobre o qual se erigiu a nova igreja foi doado à comunidade por ele. Ele também serviu muitos anos como professor.<sup>10</sup>

Também encontramos registros que enfatizam a conduta religiosa do morto em relação ao credo, condenando ou elogiando aqueles que em vida optaram por tal confissão religiosa ou a trocaram em determinado momento de suas vidas, ou ainda aqueles que decidiram abraçar o cristianismo ou as idéias dos livres pensadores, como exemplifica o registro a seguir:

18/1/1884 – August Kampff, dono de serraria aqui, nascido em Bornheim, município de Alzey, a 16/12/1809. Veio com seus pais para o Brasil em 1825. Casou-se em 1834. Perdeu sua esposa em 1855. Viveu 29 anos como viúvo. Antigamente vivia como livre-pensador ["freigeist"]. Mais tarde, foi convertido ao cristianismo. Frequentou os serviços religiosos até a sua última doença, regularmente e muito atentamente. No domingo antes do Natal de 1883 adoeceu, e faleceu a 17/1/1884, às 9 h da manhã, com 74 anos e 1 mês. Deixa 9 filhos, 52 netos e 2 bisnetos. Foi sepultado a 18/1, às 3 h da tarde, com grande acompanhamento, no Cemitério de Alta Santa Maria. Nº 1.<sup>11</sup>

Em relação a esta última situação, na comunidade de Linha Nova, Hunsche destaca no registro de óbito que o falecido Carl Barth “vivia bem apartado da igreja e era livre pensador. Ele implicava com as coisas mais sagradas. Antigamente ele disse expressamente que não queria ser enterrado por nenhum pastor.

---

<sup>10</sup> Comunidade Evangélica de Picada Café, Livro de Registro de óbitos 1B, p.206, registro nº. 2 do ano de 1906, efetuado pelo pastor Heinrich Wilhelm Hunsche.

<sup>11</sup> Primeiro Livro de Registros de óbitos da Comunidade Evangélica de Igrejinha, página 30, registro nº 1.

Poucos dias antes de sua morte ele desistiu disso e, assim ele foi por mim enterrado (...) no cemitério de Arroio Paixão.”<sup>12</sup>.

Em algumas situações, práticas rituais e condutas relacionadas à morte e ao morrer eram permeadas pela rivalidade e conflitos existentes no campo religioso entre católicos e evangélicos. Clérigos de ambos os credos fomentavam através de suas prédicas, de artigos em jornais, bem como no conteúdo dos registros de óbitos, uma rivalidade que nem sempre encontrava eco nas comunidades. Nas entrelinhas da morte, as rivalidades em busca da primazia religiosa e ideológica também se tornavam perceptíveis, mesmo que, no cotidiano das picadas, colonos de credos diferentes, muitas vezes vizinhos em relação às terras, se ajudavam e se consolavam mutuamente, principalmente nos momentos em que a morte e o morrer se faziam presentes.

Os registros paroquiais de óbitos mostram com nitidez situações de atrito(e das perseguições) entre católicos e protestantes. Em diversas narrativas, estão presentes, de forma implícita ou explícita, avaliações depreciativas das condutas e das práticas rituais do credo concorrente.

No registro que transcrevemos a seguir, escrito por um pastor luterano, o anti-jesuitismo está bem presente:

29/6/1894 – Elisabetha Brodbeck, aparentemente nascida em 1839 na Picada Hartz; falecida a 29 de Junho de 1894 na casa do Sr. Carl Schäfer, em Santa Maria do Mundo Novo. Foi sepultada a 29 de Junho às 10 h da manhã, no Cemitério de Média Santa Maria. Obs.: Deixa 3 filhos. Jamais foi casada. Os jesuítas queriam que seu noivo de então se tornasse católico, com o que ele não concordou. Sua vida posterior foi, pois, vítima do jesuitismo, com o que sofreu até o seu fim. Antes de sua morte, ela solicitou a Santa Ceia evangélica, o que não lhe neguei. Dietschi. Nº 7”.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Comunidade Evangélica da Linha Nova, registros de óbito do Ano de 1895, p. 262, registro nº 7.

<sup>13</sup> Primeiro livro de registros de óbitos da Comunidade Evangélica de Igrejinha, p.85, registro n.º 7 do ano de 1894, efetuado pelo pastor Theophil Dietschi.

Igualmente nos livros da Comunidade Evangélica da Linha Nova, encontramos o seguinte registro efetuado pelo pastor Philipp Weber: “Em 09.04.1863, faleceu de asma Johann Brunner, às 4 horas da tarde. Pertencia à igreja Católica, mas como lhe negaram sepultamento cristão no cemitério católico daqui, a comunidade protestante o sepultou em seu “pátio dos mortos” daqui, em 10.04.1863.”<sup>14</sup>.

Não sabemos os motivos que levaram a comunidade católica a negar sepultamento a Johann Brunner. Possivelmente, tenha sido em função de alguma sanção disciplinar. O fato é que o pastor evangélico faz uma reprimenda aos católicos nesse registro de óbito, materializando o discurso de que a comunidade protestante seria verdadeiramente detentora de uma postura cristã de solidariedade, sepultando um católico em seu cemitério. Ao mesmo tempo o registro deixa explícito que a comunidade católica, numa atitude conflituosa com os princípios cristãos, negou sepultamento a Johann Brunner.

Nos livros de Tupandi, Padre Teobaldo Becker destaca o “pouco fervor religioso” da falecida, a qual havia sido convertida do protestantismo:

A cinco de Abril de mil novecentos e cinqüenta e nove, após ser confortada com os santos sacramentos, faleceu Elisabeta Glaukher, viúva. Esteve em casa de seu filho Vilibaldo. Sua vida não foi muito exemplar. Era convertida do protestantismo. Talvez isto desculpa seu pouco fervor religioso. O enterro se fez no dia 06 de Abril no cemitério da Igreja matriz, às 9 horas. Do que dou fé: Pe. Teobaldo Becker – pároco.

O mesmo padre, em outro registro, ressalta as qualidades e os dotes profissionais do falecido:

A vinte de Maio de mil novecentos e cinquenta e nove, faleceu em casa, com assistência do Pe Edmundo Schmitt e o médico local, o

---

<sup>14</sup> Livro de Registro n.º 1C da Comunidade Evangélica de Linha Nova. Óbitos de 15.10.1859 até 14.01.1868, p. 37, registro n.º 17, efetuado pelo pastor Philipp Weber. Transcrito e traduzido por Gaspar Henrique Stemmer.

Sr, Leopoldo Gegler. Recebeu ainda no mesmo dia a santa Comunhão. Sua vida se tornou muito conhecida, dentro e fora do município, por sua prática e técnica em fazer altares, púlpitos e mesas de comunhão. Seu perfeito trabalho em altares era muito admirado e procurado. Esperemos que seu filho continue o trabalho do seu pai. (...)

Outro registro de óbito emblemático foi elaborado na Linha Nova pelo P.Wilhelm Hunsche, ao final do ano de 1874. Traz explícito em seu conteúdo, toda carga estigmatizante direcionada à construção do “estranho” e do “fora do lugar”, que no caso em questão são os adeptos dos Mucker que viviam naquela localidade, conforme consta abaixo:

A vinte e um de dezembro foi sepultada no cemitério daqui uma criança de cerca de 1 ½ anos de idade. A mesma era filho legítimo de Johann Georg Fuchs, aqui residente, e de sua esposa Maria Sophia, nascida Fuchs. Os pais com a criança eram adeptos de Johann Georg Maurer, residente na Fazenda Leão. Lá, os pais encontraram a morte quando defendiam seus líderes. Diversos de seus filhos deixaram com parentes, igualmente adeptos de Maurer. Também a criança aqui registrada fazia parte deles. Ela faleceu a 20 de dezembro de 1874 na casa da viúva Arend. A criança não foi batizada por eclesiástico, aparentemente os próprios pais a batizaram e lhe conferiram o nome *Leopold*. Os adeptos de Maurer abstiveram-se de participar do sepultamento, mesmo que tivessem parentesco muito próximo com a criança, pois não podem pôr os pés em nosso cemitério<sup>15</sup>.

Ao final daquele ano de 1874, deviam estar bastante visíveis e presentes as marcas traumáticas do evento Mucker naquela localidade, até porque a Linha Nova, apesar de não ser o cenário principal do conflito, foi local que teve desdobramentos e conexões com a região do Ferrabrás, justificadas principalmente pelas relações de parentesco entre os adeptos de Jacobina e João Jorge Maurer e

---

<sup>15</sup> Livro 1A da Comunidade Evangélica de Linha Nova, p. 238, registro nr 32 do ano de 1874, efetuado pelo Pastor Wilhelm Hunsche. Tradução de Martin Dreher.

seus opositores. Parentes e compadres se encontravam em lados opostos do conflito, sobretudo quando investidos de poder<sup>16</sup>.

O registro de Hunsche mostra com nitidez que a comunidade evangélica da localidade tinha endossado a condenação aos adeptos Mucker, que àquela altura dos acontecimentos, já não eram membros da igreja evangélica local. Estigmatizados e proscritos de todas as instâncias da vida comunitária local<sup>17</sup>, nem mesmo em momentos de morte e luto eram aceitos e acolhidos pela comunidade.

Já em outros registros de óbitos, padres e pastores faziam questão de dar ênfase às trocas de confissão religiosa, justificando com nota explicativa no livro, a motivação do falecido adotar tal atitude ainda em vida. Num cenário onde os dois credos buscavam a primazia no campo religioso, as conversões eram festejadas.<sup>18</sup>

Cada alma convertida se transformava num fato que precisava ser noticiado com alarde, sendo também ostentada como um troféu nos bastidores de um registro de óbito. O Pastor de

---

<sup>16</sup> Conforme DREHER, 2006, p. 120-121, João Jorge Maurer era de São José do Hortêncio. João Daniel Collin era vendeiro em São José do Hortêncio e proprietário de terras e de escravos em Linha Nova, além de vereador em São Leopoldo. Em 29 de Junho de 1838, Collin foi padrinho de Ana Maria Fuchs, cujos pais eram Johann Nicolau Fuchs e Maria Elisabeth Voltz, irmã de Maria Bárbara Voltz, mãe de João Jorge Maurer. Em 22 de Julho de 1849, Collin foi padrinho de João Daniel Arend, cujo pai era Daniel Arend, posteriormente acusado de pôr fogo na casa de Miguel Fritsch na Picada Portuguesa. Por ocasião dos conflitos, João Daniel Collin se revelaria um ferrenho opositor dos Mucker. Em 26 de Junho de 1874 chefio a reação organizada de colonos de São José do Hortêncio contra famílias Mucker. À frente de 80 homens armados, pôs fogo às casas e às plantações de cinco famílias: João Jacó Fuchs, Cristiano Fuchs, Pedro Staudt, Jacó Grebin e Jacó Noé.

<sup>17</sup> Vide teoria do “estigma,” em GOFFMAN, 1988, onde aborda o processo de “estigmatização” pelo qual passam alguns indivíduos e como tal processo define suas relações sociais. Conforme HUNSCHE, 1981, p. 406, os Mucker da Linha Nova se mantinham fiéis às suas crenças e se relacionavam somente entre si.

<sup>18</sup> Essas conversões se davam principalmente por ocasião de casamentos entre cônjuges de credos diferentes, onde geralmente um dos noivos se convertia à religião do outro.

Hamburgo Velho, Wilhelm Richard Kreutzer, ressalta isso por ocasião do falecimento de um membro de sua comunidade:

18/11/1924 Angelica Kraemer, nascida Kunz, \*15/10/1850 em Hamburgo Velho, filha de Philipp Kunz e sua segunda esposa Catharina Becker, batizada católica, em 10/6/1870 c.c. Peter Kraemer Filho, há anos passou para a igreja evangélica por opor-se à confissão oral, foi fortalecida com a santa ceia no dia de todos os santos, 1/11/1924, +17/11/1924 às 18:30 muito doente de câncer do estômago, sepultada 18/11 às 15:30 em Hamburgo Velho, teve 14 filhos, dos quais 3 faleceram pequenos e 4 faleceram já casados, deixa marido, 1 filho e 6 filhas, 7 genros e 2 noras, 25 netos e 4 bisnetos. Hebreus 10.39.<sup>19</sup>

Dessa forma, os registros eclesiásticos de óbitos também marcavam pejorativamente aqueles que em vida, de alguma maneira não conseguiram se enquadrar dentro das prescrições discursivas do pároco e por isso viviam sob a mira e a ira do padre ou do pastor. O registro efetuado no livro se constitui num discurso moralizante direcionado aos familiares do falecido e às demais pessoas da comunidade.

Já nas páginas de periódicos e almanaques (Kalender), grande número de necrológios eram veiculados. Ao fornecerem aos leitores uma biografia e um enaltecimento das qualidades pessoais do falecido, os necrológios deixavam transparecer as representações existentes em torno da morte, contemplando não somente personalidades ilustres, mas também pessoas comuns das diversas picadas.

Os necrológios, além do inevitável conteúdo emotivo e das formas protocolares de elogio aos mortos imbricados com valores cristãos, também expressam a auto-representação que o senso comum colono elaborava de si mesmo e do cotidiano das comunidades alemãs. Através dos discursos contidos nas entrelinhas e das avaliações morais elogiando e consagrando o falecido, os necrológios explicitam e disseminam os critérios da excelência

---

<sup>19</sup> Livro de registro de óbitos nr 3, da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho, p. 248, pastor Wilhelm Richard Kreutzer.



moral, social e profissional dos imigrantes alemães e seus descendentes.

Mesmo que a publicação dos necrológios fosse uma iniciativa da família do falecido ou de amigos íntimos dos enlutados, em função da linguagem empregada em alguns textos e dos referidos discursos moralizantes, percebe-se que padres, pastores e professores ajudaram na redação dos mesmos, e em algumas situações foram os verdadeiros autores. Nesses, fica nítida a divulgação de idéias, comportamentos e papéis sociais, refletindo, com menos intensidade, os reais sentimentos dos familiares enlutados.

Conforme na página do jornal no dia 22 de Janeiro de 1918, encontramos o seguinte registro:



**Participação e agradecimento**

Participamos a todos os nossos parentes e pessoas amigas o falecimento da nossa inesquecível e amada mãe, sogra, avó e bisavó

**Maria Steigleder-Heineck**

que faleceu, devido a hydropsia, no dia 20 de Janeiro às 19 horas, confortada com os ss. sacramentos da nossa Igreja catholica. A falecida nasceu no município de São Leopoldo no lugar denominado „Kaiserwald“ no dia 30 de Junho de 1846, portanto alcançou a idade de 71 annos, 6 mezes e 20 dias, estando casada 51 annos e 25 dias e deixando o viuvo, 7 filhos (3 já fallecidos), 44 netos e 7 bisnetos. Ella viveu e falleceu como boa catholica.

Agradecemos do fundo d'alma aos bons visinhos e amigos pelo auxilio que nos prestaram, assim como ao Rev.<sup>mo</sup> P.<sup>e</sup> Albino Juchem pelo enterro e pelas palavras de consolação que dirigiu-nos. Aproveitamos tambem a occasião de manifestar nosso profundo reconhecimento a todos aquelles que se dignaram assistir às ceremonias funebres e sepultamento da querida morta, que se realisou no dia 22 às 9 horas; aos que enviaram cartas de pazames, ramalhetes e flores, e finalmente, aos que nos acompanharam em tão doloroso transe. Recommendamos a alma da falecida às orações dos christãos e à memoria dos sacerdotes, durante a missa.

Coqueiro, Município do Encantado, 22 de Janeiro de 1918.

**Frederico Heineck e familia.**

Figura 1: Necrológio de Maria Steigleder-Heineck<sup>20</sup>. Fonte: Acervo particular do Prof. Dr. Benno Lermen

<sup>20</sup> Deutsches Volksblatt, edição do dia 28.01.1918. Acervo do Prof. Dr. Benno Lermen.

A partir do referencial foucaultiano explicita-se a íntima relação entre discurso e poder também nos necrológios. Estes, além de conter os elementos já elencados, também constituem algo similar às hagiografias, onde biografias de santos e beatos ressaltavam as práticas de virtudes cristãs. Essa semelhança ocorre na medida em que os necrológios produzem expedientes de idealização de vidas para os leitores, salientando sentimentos cristãos e o legado de condutas exemplares deixados pelo morto. Isso fica evidenciado no necrológio acima: “Ella viveu e falleceu como boa catholica”.

Por ocasião da morte do colono católico Johannes Finger, crônica de Carl Schlitz pode ser lida no *Deutsches Volksblatt*, reproduzindo conteúdo do necrológio do finado publicado pelo jornal concorrente “*Koseritz Zeitung*”:

Em Bom Jardim, aos 11 dias do mês de Dezembro de 1896, com 81 anos de idade, entrou para o descanso eterno, o muito conhecido Johannes Finger, conhecido como “Fingerhannes”. Foi um dos primeiros povoadores de nossa região e, como costumava contar, participou de todas as alegrias e sofrimentos. É, portanto, um dos últimos representantes alemães e, como é previsível, em poucos anos nenhum dos velhos veteranos estará mais entre nós. É obrigação nossa dedicar-lhes uma palavra de recordação e honrar sua memória. (...) Fazia parte dos membros mais assíduos da comunidade católica de Bom Jardim à qual pertencia e, por isto mesmo, ela lhe deve muito. Estava preparado para o seu fim, cansado e farto da vida. Descansa em paz, velho amigo, que a terra te seja leve.<sup>21</sup>

Nas páginas do *Deutsches Volksblatt*, o padre Carl Schlitz, apesar de concordar com os elogios e o reconhecimento dados ao falecido, católico convicto, pelo jornal liberal de Karl von Koseritz, discorda e critica a expressão “Que estava farto da vida”, dizendo

---

<sup>21</sup> *Deutsches Volksblatt* de 02.11.1897. Pesquisas no Acervo da Cúria Metropolitana também nos permitiram encontrar registro de óbito de João Finger, constante na folha nº 32 do Primeiro Livro de Registros de Óbitos da Paróquia Católica do Bom Jardim, com data de 11 de Dezembro de 1896, assinado pelo Padre Petrus Gasper.

que tal expressão “tem no máximo sentido para um materialista, de maneira alguma para um católico”<sup>22</sup>. Percebe-se, nitidamente, nas páginas dos dois periódicos a troca de farpas e o conflito ideológico existente entre padres jesuítas e livre pensadores, que na época tinham em Karl von Koseritz um dos seus maiores expoentes.

É lícito pensar que Koseritz tenha elaborado a parte final do necrológio por conta própria, sem o conhecimento ou a anuência de familiares do falecido, valendo-se de alguma ironia justamente para incomodar o Padre Schlitz. O fato é que estar “cansado e farto da vida” desqualifica a vivência cristã, tornando-se sinônimo de uma vida sem sentido e sem esperança na ressurreição dos mortos. Sabe-se que na concepção materialista de Koseritz, nada existe além da morte. Padre Schlitz questiona a forma de elaboração do necrológio, que não corresponde à piedade da família Finger.

Igualmente outros periódicos de língua alemã que circulavam pela região colonial, continham em suas páginas necrológios que se destacavam, principalmente, pelo seu teor informativo. Em função de seus conteúdos detalhados, muitos desses anúncios fúnebres se constituem em “retratos póstumos” de uma vivência cotidiana, proporcionando biografias sucintas sobre a vida e a conduta do falecido. Além dos agradecimentos e das homenagens que prestavam, transmitiam também algum relato de como foi a convivência com a pessoa que faleceu, quer seja o marido que anuncia o falecimento da mulher, quer sejam filhas, filhos, noras e/ou genros que comunicam a morte da mãe ou da sogra.

Possivelmente os jornais da época já possuíam um padrão narrativo para a redação desses necrológios, onde geralmente constavam dados biográficos essenciais da pessoa falecida, tais como idade, origem, número de descendentes, relato da causa e as circunstâncias da morte; além das homenagens prestadas à mesma e os agradecimentos dos familiares enlutados. O relato da causa da morte era formulado livremente e permitia aos leitores participar

---

<sup>22</sup> Idem. Deutsches Volksblatt do dia 02.11.1897.

com mais intimidade dos acontecimentos da história de vida da pessoa falecida.

Se infortúnios e reveses em forma de doenças ou acidentes, sofridos pelos colonos, eram narrados nos necrológios, relatos de mortes violentas e trágicas também podiam ser compartilhadas com os leitores:

Comunicamos a todos os parentes, amigos e conhecidos a dolorosa notícia da morte inesperada do nosso caro filho Jacob.

Ele faleceu no dia 30 de Outubro, às 6 horas da manhã. A causa da morte dele foi uma ferida causada por um tiro, disparado contra ele no salão de baile de seu irmão, porque queria manter a ordem e o sossego. Gravemente ferido, percebeu logo sua situação, perdoou de coração, generosamente numa atitude verdadeiramente cristã, o seu assassino, que lhe tinha desferido o golpe de morte em plena juventude e recebeu com, muita devoção os sacramentos dos Moribundos. Os sofrimentos dele duraram quatro dias. Faleceu na idade de 22 anos.

Agradecimentos sinceros principalmente aos moradores do Windhoff e da Picada Café pelas várias visitas ao doente (...)

Tannenwald, Paróquia de Baumschneis, ao 1º de Dezembro de 1897.

Os pais enlutados: Johann Joseph Hansen e Catharina nascida Zilles.<sup>23</sup>

Percebe-se que os familiares enlutados manifestam uma aceitação resignada dos desígnios divinos, sob certo aspecto, até mesmo, perdoadando o responsável pelo tiro que vitimou Jacob Hansen. Enfatizam a atitude cristã do próprio Jacob em perdoar o assassino, o que pode ter contribuído para a família assimilar melhor e, ao mesmo tempo, minimizar o trauma das dimensões trágicas do ocorrido.

Da mesma forma, porém, através de artigo, o jornalista, pastor, Wilhelm Rotermond, compartilha sua intimidade e seu sofrimento pela perda da filha com seus leitores do “Deutsche Post”. Rotermond reproduz a alocução fúnebre que ele mesmo proferiu no

---

<sup>23</sup> Deutsches Volksblatt, edição do dia 07.12.1897, necrológio do acervo particular de Benno Lermen. Tradução de Ilga I.Blume e Sandro Blume.

sepultamento de sua filha Marie salientando que: “Cada um dos leitores facilmente há de notar as razões pelas quais a publico. Ela é um memorial para mim, para minha família e para meus amigos; talvez traga bálsamo com poder de cura para muito coração ferido...” (ROTERMUND, 1997, p. 117).

O referido artigo intitulado “O sepultamento de minha filhinha” foi elaborado em 18 de Março de 1885, logo depois que, nas palavras do pastor, “voltei para casa da recém-feita sepultura de minha criança e – minha criança era uma menininha, e seu nome era Marie.”

Num cenário de busca por autoconsolo, percebe-se como o intelectual Rotermund lidava com a questão da morte. Palavras carregadas de romantismo e piedade descrevem o local do velório, ao mesmo tempo em que convidam os leitores de longe para que “...entrem no quarto, no qual minha querida filhinha descansa no caixão. Pisem devagar para que não acorde, e não chorem alto para que não se assuste, mas também não contenham a lágrima que a todo custo quer sair do olho, e recitem em voz baixa uma oração para que vosso fim seja semelhante ao fim da criancinha...” (ROTERMUND, 1997, p. 114).

Nesse sentido, percebe-se que as palavras de padres e pastores, pronunciadas a partir do púlpito, escritas nos registros eclesiásticos ou de forma indireta nos necrológios, se constituíam nos elementos de mídia da época. Era o lugar de onde instituições e sujeitos falavam, enquanto veículos de divulgação e circulação dos discursos considerados verdadeiros. Discursos articulados a estratégias de poder, direcionados para o interior das comunidades alemãs, reiterando e multiplicando procedimentos disciplinares.

## Referências

DREHER, Martin N. A Câmara Municipal de São Leopoldo e o Conflito Mucker. In: SILVA, Haiké Roselane Kleber da, HARRES, Marluza Marques (Org.). *A História da Câmara e a Câmara na História*. São Leopoldo: Oikos, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. “*Os Recursos para o bom adestramento*”. Vigiar e punir: o nascimento da prisão. 29. ed. Tradução de Raquel Ramalhte. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A. 4. ed.1988.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos & duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

HUNSCHE, Carlos H. *Pastor Heinrich Wilhelm Hunsche e os Começos da Igreja Evangélica no Sul do Brasil*. São Leopoldo: Editora Rotermond, 1981.

ROTERMUND, Wilhelm. O Sepultamento de minha filhinha. In: *Os Dois Vizinhos e outros textos*. Tradução de Martin Norberto Dreher. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre: Edições EST, 1997.

## **CAPÍTULO IV – LÍNGUAGENS E LITERATURA**

## HEINER MÜLLER E A INVOCÇÃO DA ESTRANGEIRA PRIMORDIAL

Leonardo Munk<sup>1</sup>

*Resumo:* Inserido no contexto da história da imigração e suas escritas, o presente trabalho tem por objeto a releitura de Heiner Müller para um dos mitos originários da estrangeiridade. Ao retomar na década de 1980 a história de Medéia, a estrangeira primordial, o dramaturgo e poeta alemão reafirmou naquele momento a presença do mito da feiticeira da Cólquida, personagem trágica que contem em si todas as modificações identitárias inerentes ao atribulado processo de imigração, que é permanentemente acossado por ondas de xenofobia e violência. Passados trinta anos de sua escritura, o texto de Müller, *Margem Abandonada Medeamaterial Paisagem com Argonautas*, com sua “forma difícil”, parece não ter perdido sua força haja vista seu potencial desestabilizador da hegemônica lógica cultural do capitalismo tardio.

---

Publicada no ano de 1982, a peça *Margem Abandonada Medeamaterial Paisagem com Argonautas*, de autoria do poeta e dramaturgo alemão Heiner Müller, falecido em 1995, foi construída a partir de fragmentos escritos em anos anteriores, como, aliás, nos informa o próprio autor em sua autobiografia publicada em 1992 (MÜLLER, 1997, p. 232). Percorrendo um largo espectro de tempo, indo do pós-guerra até a década de 1990, quando se deu a queda do muro de Berlim e a posterior reunificação da Alemanha, a obra de Müller tratou dos dilemas vividos pela então República Democrática Alemã (RDA) e a complexa relação com sua contrapartida capitalista, a República Federal da Alemanha (RFA).

Nessa perspectiva, é interessante observar como no caso do texto aqui em questão, a temática alemã parece ter sido aparentemente preterida, como deixa entrever seu título, em nome de uma releitura da mítica história de Medéia e dos Argonautas. Tal

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto/UNIRIO.



afirmação seria efetivamente verdadeira caso o espectador e/ou leitor da peça optasse por se apegar apenas a um primeiro nível de leitura. Nesse sentido, a observação da professora e pesquisadora Ruth Röhl, autora do livro *O teatro de Heiner Müller*, é bastante esclarecedora. Cito-a:

Essa retomada da mitologia é também provavelmente consequência da censura oficial; a intenção da escritura “nas entrelinhas” é corroborada nas “leituras” que o autor oferece em testemunhos, como a conotação MacBeth/Stálin ou Odisseu/Stálin. Pertencem a essa fase as peças *Filoctetes* (1958-64), *Héracles 5* (1964), *Sófocles. Édipo Tirano. Segundo Hölderlin* (1966) e *Prometeu (Segundo Ésquilo)* (1967/68). Nelas vigora a recusa à empatia com a imagem clássica dos heróis mitológicos, desmistificados inclusive através da paródia, no sentido “contracanto”, de reelaborações clássicas – *Fausto II* e *Prometeu* de Goethe, em *Héracles 5* e *Prometeu (Segundo Ésquilo)*, respectivamente –, o que também permite inferir uma intenção crítica em relação ao classicismo alemão. (RÖHL, 1997, p. 149).

A relação de Heiner Müller com os mitos da Grécia antiga, como assinala Röhl, não data, portanto, apenas do início da década de 1980, percorrendo na verdade toda a produção poética e dramática do autor até desaguar na escritura radical de *Margem Abandonada Medeamaterial Paisagem com Argonautas*. Desse modo, além de um eficaz artifício contra a censura oficial do regime da RDA, a reutilização dos mitos gregos por parte da poética mülleriana também se constituiu como uma estratégia de desestabilização da tradição classicizante que, herdada dos icônicos Goethe e Schiller, havia servido de modelo para a consolidação de um ideal burguês que, associado à noção de razão instrumentalizada, no dizer de Adorno e Horkheimer, impôs um pensamento balizado por uma consequente necessidade de controle e sujeição, valores incorporados ao longo do século XX tanto por nazistas quanto por comunistas.

Essa preocupação artística – e consequentemente política – em questionar as normas estabelecidas por uma determinada Razão de Estado comprova como a opção de Müller pela RDA, jamais omitindo sua preferência pelo marxismo, nunca impediu, contudo, uma crítica vigorosa do regime estabelecido. A obrigatoriedade de

uma abordagem sempre positiva da vida dos trabalhadores sob o regime comunista – exigência do chamado realismo socialista, que era, de fato, uma determinação estatal<sup>2</sup> –, não poderia ser reproduzida sem um mínimo de reflexão por um autor que considerava a crítica um elemento inerente ao processo dialético de fortalecimento de uma sociedade dita marxista.

Como consequência de sua dissecação da cultura e da política do país, Müller teve praticamente durante toda a década de 1960 seu trabalho censurado. A expulsão da Associação de Escritores, por exemplo, foi um dos preços que Müller precisou pagar a fim de conciliar suas preocupações políticas e estéticas. Sua refiliação à Associação, como bem observou Carl Weber, o tradutor norte-americano das obras de Müller, se deu somente no ano de 1988, ou seja, um ano antes da implosão da RDA (WEBER In FRIEDMAN, 2007, p. 15).

É fato, no entanto, que, sobretudo a partir da década de 1970, com o reconhecimento da obra mülleriana no exterior, não apenas na Alemanha Ocidental, mas também em países de língua não alemã como a França e os Estados Unidos, uma abordagem mais direta da história da Alemanha e mesmo da Europa pôde ser realizada, e mesmo com a proibição ainda em vigor na RDA, textos como *Germânia. Morte em Berlim*, *A Vida de Gundling Frederico da Prússia SonoSonhoGrito* e *Hamlet-Máquina* foram publicados e encenados em vários teatros do ocidente. Naqueles, Müller analisa os descaminhos da herança iluminista ao apontar para a falência dos sistemas políticos modernos e as subseqüentes atrocidades cometidas em nome das ideologias capitalista e socialista. À desconfiância dos discursos políticos se somou a percepção de que os modelos dramatúrgicos tradicionais não eram mais capazes de

---

<sup>2</sup> O realismo socialista foi definido por Andrei Zdânov, quando da realização do 1º Congresso Geral dos Escritores Soviéticos em 1934. Segundo esta norma estética, todos os intelectuais e escritores deveriam pautar suas obras por uma perspectiva positiva, ou seja, sempre tendo em vista o aspecto didático da construção de um estado voltado para os trabalhadores (MUNK In OURIQUE, CUNHA & NEUMANN, 2011, p. 107).

representar as ambiguidades de um mundo que transitava com imensa rapidez do moderno ao pós-moderno.

Com *Margem Abandonada Medeamaterial Paisagem com Argonautas*, texto apresentado na década de 1980, Heiner Müller alcançou, por conseguinte, um nível de radical estranhamento e força poética, reatualizando o mito de Medéia a fim de abordar de modo contundente a questão do discurso colonialista. Quanto à relevância deste mito à época, parece-me fundamental destacar que uma das preocupações de Müller quando do aparecimento de sua peça dizia respeito justamente ao estatuto do trabalhador imigrante na RDA. Ao comentar seu texto, e respectivos pré-textos – no caso, os de Eurípides e Sêneca –, ele, em sua aqui já citada autobiografia, diz o seguinte:

Em Eurípides há bastante filosofia em jogo e a tragédia é relativizada. De qualquer forma coloca-se a pergunta do trabalhador imigrante: Medéia, a bárbara, mesmo que do ponto de vista do senhor de escravos. Nossa legislação relativa aos exilados, que permite a separação de mães e filhos, o rompimento dos laços familiares, baseia-se no modelo da sociedade escravocrata, que é descrita em Sêneca (MÜLLER, 1997, p. 233).

Cabe aqui ressaltar que de 1979 a 1990, a RDA manteve com Moçambique, na época um país socialista, um acordo de envio de trabalhadores moçambicanos para a Alemanha do Leste com o intuito de auxiliar a saldar uma dívida externa contraída pelo país africano (OPPENHEIMER, 2004, p. 1-2). Com estadia rotativa, cujo limite seria inicialmente de quatro anos, esses trabalhadores, apesar do discurso oficial do regime de “solidariedade operária”, não eram considerados cidadãos possuidores de direitos e deveres, ocupando na sociedade civil, na realidade, uma condição semelhante à de prisioneiros, ou mesmo, segundo as duras palavras de Müller, de escravos. As informações contidas no artigo “Magermanes – os trabalhadores moçambicanos na antiga República Democrática Alemã”, do pesquisador Jochen Oppenheimer, da Universidade Técnica de Lisboa, são bastante esclarecedoras a respeito desse tratamento.

Não se pretendia a sua integração no país de destino. Os trabalhadores viviam em lares das empresas para estrangeiros, com regimes disciplinares muito restritivos. Tinham que identificar-se à entrada e que regressar antes das 22.00 horas, as visitas de indivíduos do outro sexo eram proibidas. Mulheres que engravidaram foram recambiadas. Viagens ao estrangeiro eram proibidas (Artigo 15º do Acordo de 1979). Também no trabalho a disciplina era implacável (OPPENHEIMER, 2004, p. 5).

Nesse contexto, certamente desalentador para alguém que desejasse acreditar que somente no ocidente capitalista pudesse ocorrer tal exploração do trabalho alheio – afinal, como disse o pensador húngaro Georg Lúkacs na década de 1920: “Somente através do sacrifício de seus próprios interesses nacionais é que os proletários podem auxiliar os oprimidos das colônias a travarem a luta de libertação e a vencê-la” (LUKACS apud KONDER, 1980, p.135-6) – não é de se estranhar que Heiner Müller tenha se servido de Medéia e Jasão para condenar veementemente, não apenas a situação acima descrita, como também o histórico processo de colonização levado a cabo pelas potências europeias, cujos rastros de violência e (auto)destruição perduram até os nossos dias. Afinal, semelhante àqueles que, como ressalta o pensador indiano Homi Bhabha, são relegados “(...) a uma semivida de semi-representação e migração” (BHABHA In BUARQUE DE HOLLANDA, 1991, p. 178), Medéia é por excelência a figura da absoluta diferença – da questão do “outro” –, aquela que tem sua subjetividade diminuída perante a força do discurso discriminatório do colonizador.

Emulando o Ulisses de Adorno e Horkheimer, Jasão é aqui o detentor de um conhecimento que lhe permite vencer todos os obstáculos que surgem em seu caminho. Dotado de uma razão pragmática, ele se serve de Medéia para obter o velocino de Ouro e para destruir seus inimigos. Ao chegarem a Corinto, o casal fugitivo é recebido pelo rei Creonte. Como paga por sua fidelidade, Medéia é repudiada por Jasão para que este possa desposar a filha do rei. Assim começa a tragédia que é sinônima de ciúme. Em sua apresentação de *Medéia*, de Eurípides, Flávio Ribeiro de Oliveira, Professor de Língua e Literatura Grega na Unicamp e também

responsável pela tradução do texto, defende, contudo, que não é o ciúme o motor de Medéia, e sim a sua *timé* (honra) ferida.

Medéia, neta do deus Sol e filha do rei da Cólquida, fora honrada e respeitada em sua comunidade. Mas fugiu com Jasão, depois de trair seu pai e sua pátria; na fuga, matou seu irmão e cometeu uma série de crimes horrendos (...) Ao trair seu país e sua família, perdera irremediavelmente a *timé* de que fruía na Cólquida (...) Medéia sacrificou definitivamente tudo o que tinha por Jasão; de sua perspectiva, Jasão deveria, em troca, lhe atribuir alto valor, deveria honrá-la e fazê-la honrada em Corinto, cidade em que se refugiaram: é um princípio de reciprocidade. Mas ela é frustrada justamente nessa *timé* a que teria direito: Jasão, em vez de honrá-la, a troca pela filha de Creonte, rei de Corinto (OLIVEIRA In EURÍPIDES, 2006, p. 14).

À Medéia, a estrangeira, e seus filhos restam apenas o exílio. Duas vezes estrangeira, portanto, uma vez que perdida a Cólquida, agora seria a vez de Corinto. Para Creonte, que teme seus feitiços, Medéia é uma bárbara, significado que, para além do tradicional sentido de estrangeiro, assume aqui a acepção de incompreensível e/ou excêntrico, significado adotado, sobretudo, pelos três grandes tragediógrafos gregos (KRISTEVA, 1997, p. 57). Os sentimentos de desconfiança e hostilidade que sempre marcaram o encontro com o estrangeiro são aqui claramente manifestados por Creonte, defensor de um discurso lógico – o mesmo, aliás, sustentado por Jasão em sua defesa – que parece impermeável a Medéia. A esta, desprezada pelo companheiro, só resta “viver o ódio”, um dos caminhos que podem ser seguidos pelo estrangeiro, como aponta tão a propósito a ensaísta Julia Kristeva.

“Viver o ódio”. Frequentemente o estrangeiro formula assim a sua existência, mas o duplo sentido da expressão lhe escapa. Sentir constantemente o ódio dos outros, não ter outro meio social senão aquele ódio. Como uma mulher que se dobra, complacente e cúmplice, à rejeição que seu marido lhe expressa logo que ela esboça a menor palavra, gesto ou propósito (...). No universo de defensivas ou de falsas aparências que constituem as suas pseudo-relações com os pseudo-outros, o ódio proporciona uma consistência ao estrangeiro. É contra essa parede dolorosa, mas segura – e, nesse sentido, familiar –, que ele se choca na tentativa de se afirmar para os outros e para si mesmo. O ódio o torna real,

autêntico de alguma forma, sólido ou, simplesmente, vivo (KRISTEVA, 1997, p. 20-1).

Como certa vez observou Michel Lahud a respeito da *Medéia* do cineasta Pier Paolo Pasolini, mas que aqui também se presta exemplarmente, ela era uma mulher “(...) de uma outra raça que o mundo racionalista e racista de Corinto discriminava por sua “diversidade”” (LAHUD, 1993, p. 88). Nesse contexto, é interessante salientar como a América do Sul viria a significar para Heiner Müller, guardando evidentemente as inevitáveis diferenças, o mesmo que a África para Pier Paolo Pasolini, “uma forma emblemática de vida, capaz por suas características pré-históricas sobreviventes de contradizer a realidade industrial (...)” (Idem, p. 85).

E apesar de se distanciar de Pasolini no que concernia ao idealismo de uma sociedade pré-industrial, Müller, abandonada a sua inicial confiança no êxito dos discursos políticos da RDA, seguiu os passos do artista italiano ao optar por uma dramaturgia hermética – seu, por assim dizer, “cinema de poesia” – no sentido de se contrapor ao onipotente avanço da cultura de massa, fenômeno que também fascinava com cada vez maior intensidade a sociedade alemã do leste, ávida pelos bens de consumo apresentados nas emissões televisivas de seus vizinhos do oeste. A preferência pela “forma difícil” apenas confirmava que o uso da linguagem ordinária não era mais capaz de apreender as complexidades de um mundo em transformação.

Considerando-se a fragmentação do texto de Müller – que é, a propósito, dividido em três partes dissemelhantes entre si –, é relevante observar que a invocação da feiticeira da Cólquida feita na peça não é imediatamente reconhecível. E embora seu nome só surja nos versos finais da primeira parte – *Margem Abandonada* –, pode-se atribuir a ela palavras que surgem já nas primeiras linhas do texto – direcionadas provavelmente a Jasão –, e precedidos pelos versos, nem um pouco fortuitos, de “Absorventes rasgados Sangue / Das mulheres de Cólquida”. A voz de Medéia grita em caixa alta. Cito a passagem a qual me refiro.

(...) Absorventes rasgados Sangue  
Das mulheres de Cólquida  
MAS VOCÊ TEM QUE TOMAR CUIDADO SIM  
SIM SIM SIM SIM  
BOCETA SUJA EU DIGO A ELA ESTE É MEU HOMEM  
ME FODE VEM DOCINHO  
Até que a Argo destrua seu crânio O navio não mais usado  
Pendurado na árvore hangar e lugar de defecação dos abutres à  
espera (...). (MÜLLER, 1993, p. 13).

A menção ao navio dos argonautas reforça certamente essa leitura. Quanto ao uso dos versos livres, esta será uma característica marcante ao longo de toda a peça, excetuando-se a segunda parte – *Medeamaterial* –, onde as personagens de Medéia, da Ama e de Jasão se expressam, pelo menos em um primeiro momento, conforme a mais tradicional convenção do gênero dramático, ou seja, o discurso direto. Ao contrário desta segunda parte, de leitura mais imediata, as outras duas partes que constituem o texto parecem não apenas resistir a uma interpretação direta, contentando-se apenas em sugerir indícios, pistas, como também se mostram altamente questionadoras da própria escrita dramática.

Ainda na primeira parte da peça, podem-se identificar também fortes imagens que fazem referência às condições precárias do trabalhador médio.

(...) Acorados nos trens Rostos de jornal e cuspe  
Um membro nu em cada calça olha a carne laqueada  
Sarjeta que custa o salário de três semanas Até que o verniz  
Estale Suas mulheres esquentam a comida penduram as camas nas  
janelas escovam  
O vômito dos ternos domingueiros Canos de esgoto  
Expelindo crianças em levas contra o avanço dos vermes  
Aguardente é barata (...). (Idem).

Outro elemento recorrente ao longo de todo o texto é o vocábulo “sangue”, inegável marca da violência que irá caracterizar a relação de Medéia e Jasão, uma união de sangue. O fecho de *Margem Abandonada* apresenta enfim Medéia, aquela que irá apresentar ao espectador/leitor seu teatro de sangue. Aqui, referências a termos ligados ao universo teatral não surgem por acidente, como é o caso de “atores” e “espetáculo”. É, pois, neste

metateatro de Medéia que toda sua tragédia será sintetizada de um só golpe. Traída por Jasão, ela acusa o pragmatismo do amante.

(...) Quem mais amais O cão ou a cadela  
Se ao pai lançais olhos lânguidos  
E à sua nova cadela e ao rei  
Dos cães em Corinto aqui seu pai  
Talvez vosso lugar seja em seu cocho (...). (Idem, p. 17).

E ela continua, acentuando sua condição de estrangeira e se dirigindo aos filhos.

(...) Toma Jasão o que me deste  
Os frutos da traição de teu sêmen  
E embucha nas entranhas da tua puta  
Meu presente nupcial para teu casamento e dela  
Ide com o pai que vos ama E de modo  
Que ele ignore a mãe a bárbara  
Porque vosso caminho ascendente a molesta  
Não quereis sentar-vos à mesa alta  
Eu fui a vaca leiteira vossa banquetta agora  
Quereis Vossos olhos não vejo brilharem  
À luz da alegria dos ventres saciados  
O que vos mantém ainda presos à bárbara  
Que é vossa mãe e vossa mácula  
Atores sois vós os filhos da traição (...). (Idem, p. 17-18).

Nesse sentido, é sintomática a passagem onde Medéia maldiz o processo de racionalização pelo qual passou ao travar contato com Jasão – “Tivesse eu permanecido o animal que fui” (Idem, p. 19). Tem-se aqui uma natural associação do comportamento racional dos gregos com o pragmatismo que exclui a inocência passional e primitiva da estrangeira. O adestramento da selvagem, no entanto, não surte o efeito desejado, e nem mesmo os argumentos razoáveis de Jasão são capazes de impedir o impulso de desejo e destruição que move Medéia. Impulso esse que a consagra como a única força capaz de subverter não apenas a hegemonia de um discurso dominante, como também a própria forma dramática convencional.

Finda a tragédia, o que resta são ruínas e memórias de um tempo perdido. Disso trata a terceira e última parte da peça: *Paisagem com Argonautas*. Em primeira pessoa, um falante que não



se autoneomeia – mas que se presume seja o próprio Jasão –, recorda o tempo passado no mar e a vida de marinheiro.

(...) Eu minha viagem marítima  
Eu minha anexação Minha  
Caminhada pelos subúrbios eu Minha morte  
(...) A âncora é o último cordão umbilical  
Com o horizonte desaparece a memória da costa  
Pássaros são despedida são reencontro  
A árvore abatida lavra a cobra o mar  
Fino entre o eu e o não mais eu o casco  
O MAR É A NOIVA DO MARINHEIRO (...). (Idem, p. 20-21).

O motivo da viagem permeia toda rememoração/delírio desse eu fugidio. Uma viagem de conquista, cujos efeitos destrutivos ecoariam por toda a história, refletindo de maneira cabal toda a angústia desse Eu onipresente que testemunha os horrores da guerra e a constatação de que, afinal, a viagem não chegou a tão bom termo. Pelo menos, não para todos.

(...) Mas a viagem não tinha chegada NO PARKING  
Com um olho Polifemo controlava  
O trânsito no único cruzamento  
Nosso cais era um cinema morto  
As estrelas em concorrência apodreciam sobre a tela  
Na bilheteria Fritz Lang estrangulava Boris Karloff  
O vento sul brincava com velhos cartazes  
OU O DESEMBARQUE INFELIZ Os negros mortos  
Cravados como estacas no atoleiro  
Nos uniformes de seus inimigos  
DO YOU REMEMBER DO YOU NO I DON'T  
O sangue seco  
Fumega ao sol  
O teatro da minha morte (...). (Idem, p. 22).

## Referências

BHABHA, Homi K. A questão do “outro”: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). *Pós-Modernismo e Política*. Tradução de Carlos A. de C. Moreno. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

EURÍPIDES. *Medéia*. Tradução de Flávio Ribeiro de Oliveira. São Paulo: Odysseus Editora, 2006.

KONDER, Leandro. *Lukács*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Tradução de Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAHUD, Michel. *A vida clara: linguagens e realidade segundo Pasolini*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MÜLLER, Heiner. *Guerra sem batalha: uma vida entre duas ditaduras*. Tradução de Karola Zimmer. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

\_\_\_\_\_. *Medeamaterial e outros textos*. Tradução de Fernando Peixoto et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MUNK, Leonardo. O Filoctetes de Heiner Müller ou sobre a eficácia da mentira. In:

OURIQUE, João Luis Pereira; CUNHA, João Manuel dos Santos; NEUMANN, Gerson (orgs.). *Literatura: Crítica Comparada*. Pelotas: Ed. Universitária PREC/UFPEL, 2011.

OPPENHEIMER, Jochen. Magermanes – Os trabalhadores moçambicanos na antiga República Democrática Alemã. In: Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004. Disponível em: <http://www.ces.fe.uc.pt>, acesso em 20 de setembro de 2012.

RÖHL, Ruth. *O teatro de Heiner Müller*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

WEBER, Carl. From Determination to Detachment – Heiner Müller's Assessment of Culture and Politics in a Lifetime of Historical Profound Change. In: FRIEDMAN, Dan (org.). *The Cultural Politics of Heiner Müller*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2007.

# O TRATAMENTO DADO AO SUJEITO “BRASILEIRO” NA FICÇÃO PORTUGUESA OITOCENTISTA

Gisélle Razera<sup>1</sup>

*Resumo:* Uma das premissas desse trabalho considera que é possível ter contato com muito da história dos povos, ao se observar alguns textos literários. Sendo assim, nesta pesquisa pretende-se demonstrar de que maneira a literatura descreveu – sobretudo em textos produzidos a partir do século XIX – o movimento migratório dos portugueses com a finalidade de enriquecer no Brasil. Postula-se que após a Independência do Brasil são perceptíveis nos textos ficcionais – especialmente em alguns escritos por Eça de Queirós – vestígios textuais que ilustram uma possível tendência dos personagens portugueses estigmatizarem aqueles que viveram no Brasil, mediante a crítica de traços culturais ditos como característicos deste país. Dito de outra forma, admite-se que, a partir do cruzamento de informações retiradas de textos históricos com algumas informações extraídas da literatura de ficção, há a possibilidade de destacar certa hostilidade dos personagens portugueses em relação aos personagens “Brasileiros”, bem como o inverso: o sentimento de exploração nacional que alguns brasileiros nutriam em uma época em que o anti-lusitanismo é descrito por alguns historiadores como uma prática corrente na então capital do país, Rio de Janeiro, conforme ficcionalizado em *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo.

---

## Considerações iniciais

Conforme José Hermano Saraiva (1987, p. 282), na época em que Dom João VI embarcou do Rio de Janeiro com destino a Portugal no Brasil havia uma movimentação em prol da independência política, mesmo havendo na América Portuguesa um grande número de portugueses na formação populacional, o que pode ser atribuído às condições econômicas serem mais favoráveis no Brasil do que em Portugal. Segundo o estudioso, quase toda a população que vivia no Brasil era portuguesa e isso se deve ao fato de a outrora colônia lusa ter atraído muitos imigrantes graças a uma

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Literatura Portuguesa e Luso-Africana naUFRGS.

situação econômica bastante favorável, o que causava, inclusive, uma ideia de superioridade do Brasil em relação à antiga metrópole.

Do ponto de vista da metrópole, além da emancipação brasileira, processo iniciado em 1808, uma série de outros fatores não permitiram que Portugal se recuperasse financeiramente. O país passou por uma guerra civil, teve o retorno do Absolutismo e viveu um período de instabilidade político-econômica. Em 1840, quando as indústrias de tecelagens mecanizadas já estavam instaladas em vários lugares da Europa, ainda havia dirigentes políticos contrários à modernização da indústria têxtil no país, condenando as poucas fábricas de tecido existentes a um quadro de produção praticamente artesanal. O cenário português, portanto, fazia da terra a única fonte provedora de riqueza. Estava na produção agrícola o posto de arrecadação de impostos que mantinha as classes superiores. (Cf. SARAIVA, 1987, p. 290).

A partir da segunda metade do século XIX um plano de modernização começou a ser colocado em prática nas terras lusas. A construção de estradas de ferro, nos anos 1850, deu início a um processo que aos poucos integrou Portugal a um sistema de comunicação com demais países europeus, o que incluiu a implantação dos serviços de correios e telégrafos naquele território. Esta também foi uma época de transformações no âmbito agrário. Se pouco tempo antes a fonte de recolhimento de impostos portugueses era baseada no uso da terra – explorada de forma comunal – naquele período o solo foi individualizado, ou seja: instituiu-se a propriedade. Aquilo que era retirado da terra passava a ser tratado como produto comercial. Deste modo, era fundamental o dinheiro para adquiri-lo. (Cf. RAZERA, 2012, p. 27).

Diante desse quadro, Portugal passou a ter que conviver com a desigualdade social, visto que ainda que os salários dos trabalhadores tenham sido aumentados (o que gerou protestos de proprietários de terras) o valor relativo do soldo baixou, e o poder de compra dos trabalhadores, consequentemente, reduziu-se.

Aos portugueses que conseguiram se firmar como proprietários de terras deu-se o nome de “remediados”. Esta classe começava a ostentar objetos em ouro, proporcionava aos seus filhos

o acesso à escola, servia-se nas farmácias, podia recorrer às instituições financeiras a fim de obter crédito monetário, além de contar com certa fartura de alimentos. Contudo, a classe remediada era apenas uma pequena parcela da população. Àqueles que não tiveram acesso às terras não era concedido escola nem crédito. A solução era abandonar o campo e migrar rumo às cidades, que não tinham capacidade para absorver a totalidade da demanda de desempregados.

A transição do mundo rural para o mundo urbano era difícil. Para as mulheres havia a possibilidade de trabalhar como empregadas em casas burguesas nas grandes cidades, porém, para os homens, as chances eram escassas. Além disso, a indústria portuguesa ainda produzia produtos de baixa qualidade, sem condição de competir com os importados. O reflexo desta indústria débil era a impossibilidade de criação de um número significativo de vagas de trabalho no setor secundário, forçando o povo português a buscar alternativas em territórios externos à sua pátria, em muitos casos, no Brasil.

Do ponto de vista literário, a segunda metade do século XIX foi uma época em que a Literatura seguia, principalmente, os modelos de representação realista e naturalista. Conforme o nome sugere, está na gênese da representação realista um vínculo com a realidade. O compromisso dos ficcionistas com a representação da realidade era tão significativo que, segundo Wolf Lepenies (1996, p. 11), em *As três culturas*, desde a metade do século XIX a literatura e a sociologia disputavam a primazia de fornecer a orientação-chave da civilização moderna. Por isso, segundo a ideia de realistas e naturalistas, a arte literária deveria representar a realidade – no caso do naturalismo, a realidade deveria ser retratada de forma natural, devendo o artista a esforçar-se para não ocultar nada dos seus leitores, nem mesmo as patologias humanas.

Partindo desses pressupostos e levando em conta o cenário socioeconômico português e o brasileiro, pretende-se analisar de que modo alguns escritores portugueses retrataram a saída de homens de Portugal a fim de concretizarem o projeto de enriquecimento no Brasil, bem como a repercussão do retorno à terra natal e o

tratamento recebido por aqueles sujeitos que conseguiam retornar à pátria mãe com a situação financeira confortável.

### **Exemplos portugueses**

Tratando das raízes do Brasil, Holanda justifica alguns traços do comportamento do povo brasileiro como herança dos povos ibéricos. Segundo ele, existe uma ética do trabalho e uma ética da aventura. Os primeiros colonizadores do Brasil – portugueses – estavam vinculados à ética da aventura, conforme descreveu:

(...) o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias de aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção “espaçosa” do mundo, característica desse tipo.

Por outro lado, as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros, as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário, por viciosos e desprezíveis para eles. Nada lhes parece mais estúpido do que o ideal do trabalhador. (HOLANDA, 2011, p. 44).

De acordo com Holanda, a ânsia por prosperidade, títulos honoríficos, posições e riquezas fáceis tão características do povo brasileiro são traços que confirmam o quão aventureiro é o espírito desse povo (Cf. HOLANDA, 2011, p. 46). Em relação aos portugueses e seus descendentes, o que lhes trazia às terras sul-americanas era a intenção de um rápido enriquecimento. Porém, um enriquecimento que obedecesse à ética da aventura, o que subentende certa irresponsabilidade com o trato da terra:

(...) Mesmo comparados a colonizadores de outras áreas onde viria a predominar uma economia rural fundada, como a nossa, no trabalho escravo, na monocultura, na grande propriedade, sempre se distinguiram, em verdade pelo muito que pediam à terra e o pouco que lhe davam em retribuição. (HOLANDA, 2011, p. 49).

O colonizador lusitano não demonstrava preocupação em manter os territórios ocupados pela agricultura em boas condições,

visto que não tratava a terra que lhe servia de instrumento de trabalho. Ou seja, os interesses dos portugueses estavam muito mais ligados à exploração do que a uma política de colonização territorial planejada. Por isso, muitos deles rumavam ao Brasil, capitalizavam e retornavam à Europa, prática demonstrada em alguns textos literários produzidos principalmente no século XIX.

Atentando particularmente àquilo que a literatura portuguesa produziu no que diz respeito aos lusos aventurando-se em terras de além-mar, cabe destacar uma peça do século XVIII. Trata-se das *Guerras do Alecrim e da Manjerona* (1737), de António José, o Judeu. Em cena representava-se a figura de D. Lancelote, um homem que enriqueceu no Brasil mediante a exploração de minérios preciosos e que buscava casar uma de suas sobrinhas – D. Clóris ou D. Nice. Uma delas deveria ser escolhida por Tibúrcio, e a que sobrasse iria para o convento. Porém, sem que o tio soubesse, ambas eram galanteadas por dois caça-dotes – D. Fuas e Gil Vaz. Estes homens agiam com o auxílio do seu criado, o Semicúpio, e estavam mais interessados na fortuna de D. Lancelote do que no casamento com aquelas moças. Além de ter sido importante para a história do teatro português, sobretudo pela inovação que foi a introdução da figura do “gracioso” (Semicúpio), a peça registrou em páginas de dramaturgia o sujeito “mineiro”, ou seja: o homem português que acumulou fortuna no Brasil extraindo ouro na região de Minas Gerais.

Baseando-se em Guilhermino Cesar, no livro *O “Brasileiro” na ficção portuguesa*, é possível afirmar que o personagem D. Lancelote é um exemplo do primeiro tipo economicamente individuado na ficção portuguesa que “foi o minerador do Brasil-Central, tanto assim que ‘mineiro’ foi a designação dada na Metrópole ao emigrado que voltava do Brasil (...)” (CESAR, 1969, p. 12).

Cabe ainda trazer algumas das colocações de Guilhermino Cesar sobre o significado do termo “Brasileiro” que, em um dado momento histórico, passou a designar o sujeito português que voltava à terra natal, portando fortuna acumulada no Brasil.

Segundo o estudioso, os primeiros jesuítas lusos ao se referir às pessoas da colônia sul-americana preferiam a forma alatinada: *brasiliense*. “Mas, por motivos não explícitos, que se adivinham, contudo, no sentimento de orgulho que no seu coração despertava a cidadania portuguesa, os padres chamados brasileiros chegaram a recusar, ofendidos, tal denominação” (CESAR, 1969, p. 16). Atitude não evidenciada na conduta do Padre António Gonzaga que empregou o termo sem constrangimento em um poema de sua autoria em que aludia à invasão holandesa. Porém, foi somente na época da Independência do Brasil que o termo passou a ser usado correntemente:

Mas, como gentílico, o termo continuou pouco usado; até às vésperas da Independência, em 1822 “brasiliense” foi o adjectivo mais vulgarizado. (...)

Os naturais do Brasil, colónia de Portugal continuavam a ser “portugueses”, mas chegou um momento em que se tornou preciso distinguir o português continental do ultramarino. A distinção estabeleceu-se da seguinte maneira, “(...) para indicar a naturalidade usava-se *Brasiliense* e *Português* para a nacionalidade”. (...)

De par com o emprego do vocabulário – brasileiro – para designar o natural do Brasil, em Portugal passou a empregá-lo em meados do século XIX, para nomear também o emigrante português enriquecido em sua colónia americana, de retorno à pátria. (CESAR, 1969, p. 18, grifo meu).

Um dos autores que representou o “Brasileiro” em seus trabalhos foi Camilo Castelo Branco. No romance *Eusébio Macário* (1879), pôs em movimento o personagem Bento José Pereira Montalegre. Esse personagem, logo no início da narrativa, anuncia à irmã a decisão de retornar a Portugal, ao mesmo tempo em que solicita a compra de algumas propriedades para se acomodar, um indicativo de regresso mediante boas condições financeiras.

Seguindo a lógica da ética da aventura, tudo indica que Bento Montalegre tenha rumado às terras sul-americanas com a roupa do corpo e voltado à terra natal na condição de vitorioso (rico). Entretanto, não foi seguindo a lógica do trabalho que o homem afortunou-se, pois a sua riqueza vinha da herança que recebera ao tornar-se viúvo de uma mulher cheia de posses.



Pode-se dizer que o enredo de *Eusébio Macário* ilustra uma família (cujo patriarca nomeia o romance) tramando para conseguir associar-se ao “Brasileiro”, mediante um casamento arranjado à filha de Eusébio (Custódia).

Em *A corja*, continuação de *Eusébio Macário*, a narrativa fica centrada nas artimanhas da família Macário para gastar a fortuna de Bento Montalegre – levando-se em conta que o casamento entre Bento e Custódia fora apenas o primeiro passo rumo ao objetivo de Macário: pôr as mãos na fortuna do genro. Além disso, em *A corja* há menção a outro exemplo de “Brasileiro”, o Mota Prego, marido de Nazaré:

(...) Bem é de ver que o marido de Nazaré, brasileiro de profissão, não se punha agora a cultivar na estufa dum mosteiro aquela flor do mal, só pelo prazer de a roubar às garras dos futuros prostíbulos. Se o Trigueiros, para cúmulo de infortúnio, fosse também pobre, o Mota Prego versaria no regaço de Pascoela a sua alma cheia de bons conselhos, mas não poria o seu porta-moedas à disposição da virtude regeneratriz. (CASTELO BRANCO, s/a, p. 92).

Nessa passagem, o narrador expõe a intenção do casal Nazaré e Mota Prego de gerenciar as posses da Sra. Pascoela, convencendo-a a internar-se em um convento, lugar onde poderia curar a dor da separação conjugal, desfrutando da companhia das freiras tranquilamente.

Curioso observar que há uma diferença entre os “Brasileiros” Bento Montalegre e Mota Prego: enquanto o Montalegre foi um alvo de portugueses arrivistas, em *A corja*, o exemplo de Mota Prego, posto pelo narrador como um “brasileiro de profissão”, sugere ser aquele personagem uma figura inescrupulosa quando se trata em colocar a mão em dinheiro alheio.

Contemporâneo a Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós em dois romances compôs personagens “Brasileiros”. Em 1978, com *O Primo Basílio*, criou um personagem com trajetória semelhante a do Charles Grandet de Balzac: Basílio, após a ruína financeira do pai, deixou a Europa, tendo vivido sete anos no Brasil, lugar em que pôde juntar quantia suficiente para retornar a Europa ostentando no

corpo alguns símbolos da opulência, além das memórias de viagens, conforme a cena que marcou o reencontro dos primos em Portugal:

Tinha deixado *o degredo*; disse ele. Viera respirar um pouco à velha Europa. Estivera em Constantinopla, na Terra Santa, em Roma. O último ano passara-o em Paris. Vinha de lá, daquela aldeola de Paris! Falava devagar, recostado, com um ar íntimo, estendendo-se sobre o tapete, comodamente, os sapatos de verniz.

Luísa olhava-o. Achava-o mais varonil, mais trigueiro. No cabelo preto anelado havia agora alguns fios brancos; mas o bigode pequeno tinha o antigo ar moço, orgulhoso e intrépido; os olhos, quando ria, a mesma doçura amolecida, banhada num fluido. Reparou na ferradura de pérola da sua gravata de cetim preto, nas pequeninas estrelas brancas bordadas na sua meia de seda. A Bahia não o vulgarizara. Voltava mais interessante. (EÇA DE QUEIRÓS, 1995, p. 49).

Em *Os Maias*, de 1888, o “Brasileiro” eciano, Manuel Monforte, da mesma forma que Basílio, enriquece em terras americanas. Contudo, sua vida fora da Europa não se limitou às terras brasileiras e, em relação à fonte de enriquecimento, o narrador fornece mais informações:

(...) O papá Monforte era dos Açores, muito moço, uma facada numa rixa, um cadáver a uma esquina tinham-no forçado a fugir a bordo dum brigue americano. Tempos depois um certo Silva, procurador da casa de Taveira, que o conhecera nos Açores, estando na Havana a estudar a cultura do tabaco que os Taveiras queriam implantar nas ilhas, encontrara lá o Monforte (que verdadeiramente se chamava Forte) rodando pelo cais, de chinelas de esparto, à procura de embarque para Nova Orleães. Aqui havia uma treva na história do Monforte. Parece que servira algum tempo de feitor numa plantação da Virgínia... Enfim, quando reapareceu à face dos céus, comandava o brigue *Nova Linda* e levava cargas de pretos para o Brasil, para Havana e para Nova Orleães. (EÇA DE QUEIRÓS, 2011, p. 32-33)

Na sequência, o narrador informa que, após ter fugido dos cruzeiros ingleses e ter enriquecido à custa do tráfico de escravos, Monforte levava a vida de um homem de bem, “proprietário ia ouvir a Corelli a S. Carlos. Todavia essa terrível crônica, como dizia Alencar, obscura e mal provada, claudicava aqui e além...” (EÇA DE QUEIRÓS, 2011, p. 33).

## Exemplos brasileiros

Entre os “Brasileiros” da literatura brasileira, há o exemplo de Leonardo Pataca, das *Memórias de um sargento de milícias* (1854). O romance (que se passa no tempo de D. João VI) inicia contando a viagem de Leonardo de Portugal para o Brasil e referindo-se à Pataca o narrador faz a seguinte observação:

Sua história tem pouca coisa de notável. Fora Leonardo algibebe em Lisboa, sua pátria; aborrecera-se porém do negócio e viera ao Brasil. Aqui chegando, não se sabe por proteção de quem, alcançou o emprego de que o vemos empossado, e que exercia, como dissemos, desde tempos remotos. (ALMEIDA, 1997, p. 11).

A função que ele exerce na narrativa é a de meirinho e, por mais que a mudança de país não o tenha transformado em um rico imigrante, ainda assim, é possível admitir que viveu uma ascensão social.

Na esteira do Naturalismo, há *O Cortiço* (1890) de Aluísio de Azevedo. Nessa trama figura uma série de sujeitos de origem lusa cujos destinos – do ponto de vista financeiro – são bastante diversos. A começar pelo mais ilustre: João Romão. De acordo com Guilhermino Cesar (1969, p. 138), o personagem é um tipo que Aluísio de Azevedo elevou à condição de ambicioso implacável, um homem que não enxerga nada além de enriquecer e que, ainda sob um regime de trabalho escravo, considera a negra com quem vivia (Bertoleza) uma simples mercadoria, da qual extraía também os prazeres do sexo:

(...) Em conformidade com as convenções naturalistas, esse romance oferece-nos alguns quadros magistrais da vida em grupo. E, nesse grupo, não faltam portugueses; mas, em vez de reuni-los e uniformizar, segundo uma fórmula, o autor viu-os na diversidade dos seus caracteres de pessoas vivas. Salvo João Romão, no qual parece ter concentrado o seu desejo de criar realmente um “tipo”. (CESAR, 1969, p. 139).

Conforme anunciado por Guilhermino Cesar, na diversidade dos caracteres lusos que povoam *O cortiço*, há o personagem Miranda, enriquecido pela herança de sua esposa (semelhante a Bento Montalegre) e não mediante a lógica do trabalho. Mesmo se

descobrimo um marido traído, em troca de manter a sua posição social, esconde a esposa em um palacete em Botafogo, evitando, assim, o pesadelo de se ver pobre e sem recursos depois de habituado a viver com tantas regalias.

O personagem Jerônimo, entre os caracteres portugueses do *Cortiço*, ilustra uma mudança de conduta do rapaz na medida em que ele se permite assumir posturas locais, abasileirando-se. Em suas aparições iniciais, Jerônimo demonstra-se fechado ao relacionamento com os coabitantes do cortiço, vivendo os seus dias dedicados ao trabalho na pedreira e à mulher. Porém, seduzido por uma mulata, a Rita Baiana, assume os padrões de comportamentos tidos como afro-brasileiros ao ponto de transformar-se completamente:

E assim, pouco a pouco, se foram reformando todos os seus hábitos singelos de aldeão português; e Jerônimo abasileirou-se. A sua casa perdeu aquele ar sombrio e concentrado que a entristecia; já apareciam por lá alguns companheiros de estalagem, para dar dois dedos de palestra nas horas de descanso, e aos domingos reunia-se gente para o jantar. A revolução afinal foi completa: a aguardente de cana substituiu o vinho; a farinha de mandioca sucedeu a broa; a carne seca e o feijão preto ao bacalhau com batatas e cebolas cozidas; a pimenta malagueta e a pimenta de cheiro invadiram vitoriosamente a sua mesa; o caldo verde, a acorda e o caldo de unto foram repelidos pelos ruivos e gostosos quitutes baianos, pela muqueca, pelo vatapá e pelo caruru; a couve mineira destronou a couve à portuguesa; o pirão de fubá ao pão de rala, e, desde que o café encheu a casa com seu aroma quente, Jerônimo principiou a achar graça no cheiro de fumo e não tardou a fumar também com os amigos”. (AZEVEDO, In: CESAR, 1969, p. 143).

Interessante observar que as mudanças de Jerônimo aconteceram dentro de casa e também na questão profissional. Se no princípio ele foi apresentado como um sujeito trabalhador e correto (ética do trabalho), na medida em que seus hábitos foram se aproximando àqueles postos pelo narrador do *Cortiço* como brasileiros, a sua conduta no trabalho também mudou, deixando de ser uma prioridade na sua vida, passando a guiar-se pela ética da aventura.

Além do João Romão, do Miranda e do Jerônimo, há um personagem secundário, também nascido em Portugal, o Botelho, um ex-traficante de escravos, hóspede parasita e decadente do Miranda, descrito pelo narrador de *O cortiço* dessa forma:

Era um pobre-diabo caminhando para os setenta anos, antipático, cabelo branco, curto e duro como escova, barba e bigode do mesmo teor; muito macilento com uns óculos redondos que lhe aumentavam o tamanho da pupila e davam-lhe à cara a expressão de abutre, perfeitamente de acordo com o seu nariz adunco e com sua boca sem lábio; via-se-lhe ainda todos os dentes, mas, tão gastos, que pareciam limados até o meio. Andava sempre de preto, com um guarda-chuva debaixo do braço e um chapéu de Braga enterrado nas orelhas. Fora em seu tempo empregado do comércio; depois corretor de escravos; contava mesmo que estivera mais de uma vez na África, negociando negros por sua conta. Atirou-se muito às especulações; na Guerra do Paraguai ainda ganhara forte, chegando a ser bem rico; mas a roda desandou e, de malogro em malogro, foi-lhe escapando tudo por entre suas garras de ave de rapina. (AZEVEDO, 1997, p. 26)

Conforme se demonstrou, são vários e diversos os modelos de homens europeus representados pela ficção em busca de fortuna fora da Europa.

### **Considerações finais**

A partir de uma visão panorâmica dos casos aqui mostrados, é possível perceber que a maioria segue certa lógica, sobretudo no que diz respeito à conduta, do ponto de vista moral: são homens que, longe da sua pátria e das coerções a que eram submetidos no contexto europeu, aventuram-se em terras desconhecidas, não raro, permitindo emergir certa insensibilidade moral, enriquecendo mais pela exploração de outrem, na ética da aventura, do que pelo trabalho realizado pelas próprias mãos.

Considerando especificamente os “Brasileiros” de Eça de Queirós, nos dois casos há uma representação bem distinta: Basílio volta a Portugal após ter feito fortuna no Brasil e tem a sua chegada anunciada em jornal lisboeta, o que sugere ser o retorno de um português afortunado e uma contecimento de certa notoriedade. No

enredo do romance em que ele protagoniza, o autor não dá informações precisas sobre fonte de enriquecimento do rapaz, tampouco ilustra comexatidão o local e de que modo ele vivera, apenas sugere que Basílio teria estado na Bahia e que capitalizou por meio de especulações no Alto Paraguai.

Em *Os Maias*, a participação do personagem Manuel Monforte se dá apenas na apresentação do romance. Porém, sua filha, Maria Monforte, protagoniza a primeira parte da narrativa e é vítima do julgamento moral e do preconceito por levar no corpo o sangue de um explorador de negros.

Há, portanto uma diferença curiosa entre os dois “Brasileiros” de Eça: o ilustre primo de Luísa, Basílio, apesar de não ter a fonte da sua fortuna explicitada detalhadamente, tem na sua conduta uma série de comportamentos tidos como amorais – sobretudo segundo alguns valores oitocentistas. O personagem é descrito como pelintra e demonstra-se um tanto blasé em relação a tudo o que é de Portugal. Ostentando símbolos de sucesso financeiro, desde as vestimentas e os acessórios da moda parisiense, mostra-se vil ao seduzir levianamente a prima e ao submetê-la a encontros em um casebre sujo e mal conservado como o Paraíso.

O narrador de *Os Maias*, por sua vez, anuncia o enriquecimento de Manuel Monforte – exploração do tráfico humano – mas não se refere em detalhes à sua conduta (provavelmente porque Monforte é tratado mais como a lembrança de um antepassado de uma das protagonistas do romance do que como um personagem que interfere diretamente no enredo) ao contrário do que o narrador opera em *O primo Basílio*. Porém, diante do preconceito em relação à sua atividade profissional transmitido à sua filha, denota um possível julgamento moral corrente em terras lusas naquele contexto.

Em relação aos personagens de Camilo Castelo Branco, todos enriquecem na base da ética da aventura, o que significa dizer que não foi mediante o seu trabalho, mas mediante um oportunismo mesclado com certo golpe de sorte ao arranjar casamentos lucrativos.

A representação brasileira, por sua vez, tem em Leonardo Pataca, das *Memórias de um sargento de milícias*, um exemplo de ascensão social mediante contatos pessoais: ele deixa a sua terra natal, onde trabalhava em um emprego medíocre e vem para o Brasil onde, graças a uma indicação – não se sabe de quem – passa a exercer uma função com certo poder em seu meio.

Finalmente, entre os variados portugueses que figuram no *Cortiço*, o único que parece ter enriquecido à base da ética do trabalho é o personagem João Romão. Porém, a maneira como ele explora a negra Bertoleza ainda o mantém distante de ser um exemplo de um representante da ética do trabalho, por mais que, conforme posto, tem na sua rotina de labor um comportamento que se diferencia em muito dos demais personagens portugueses do enredo. O Miranda, a exemplo de Eusébio Macário, leva uma boa vida graças ao patrimônio da mulher. Para manter-se em meio a um certo luxo, entretanto, submete-se a fazer vistas grossas à infidelidade da sua esposa e, dessa forma, mantém as aparências. O personagem Jerônimo oscila: inicialmente parece se guiar pela ética do trabalho, dedicando-se com afinco às atividades da pedreira. Mas, a paixão por uma brasileira abrasileira-o, o que faz com que ele troque um casamento e uma vida estáveis pelas confusões, brigas e bebedeiras do cortiço. Por fim, tem-se no personagem Botelho, o parasita da casa do Miranda, um exemplo de um traficante de negros sem ocupação, visto que a escravidão extinta no Brasil levou à ruína, e não era sem tempo, uma série de aventureiros especuladores que deixaram Portugal explorar o Brasil .

## Referências

ALMEIDA, José Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Klick, 1997.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Eusébio Macário*. Porto: Lello e Irmão, s/a.

\_\_\_\_\_. *A corja*. Porto: Lello& Irmão, s/a.

\_\_\_\_\_. *A brasileira dos Prazins*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CESAR, Guilhermino. *O “Brasileiro” na ficção portuguesa*. Lisboa: Parreira A. M. Pereira LTDA, 1969.

EÇA DE QUEIRÓS, Eça de. *O primo Basílio*. São Paulo: Moderna, 1995.

\_\_\_\_\_. *Os Maias*. São Paulo: AteliêEditorial, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

JOSÉ, António. *A vida de Esopo e Guerras do alecrim e da manjerona*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: Edusp, 1996.

RAZERA, Gisélle. *Polêmica velada: uma leitura de Memórias póstumas de Brás Cubas como resposta ao Primo Basílio*. Cascavel: Coluna do Saber, 2012.

SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Europa-América, 1987.



# **“Os (DES)ENCANTOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ ATRAVÉS DA LITERATURA”: AS MEMÓRIAS E AS NARRATIVAS SOBRE JACOBINA EM *VIDEIRAS DE CRISTAL***

Daniel Luciano Gevehr<sup>1</sup>

*Resumo:* O trabalho analisa a importância desempenhada pela obra “Videiras de Cristal”, de Luiz Antonio de Assis Brasil no processo de produção da memória social sobre a líder do conflito Mucker (1868-1874), Jacobina Mentz Maurer. A pesquisa insere-se no campo dos estudos culturais e tem como objetivo discutir as relações existentes entre a literatura e a história, buscando através desse diálogo interpretar como a produção (e difusão) de determinadas ideias, imagens e representações desempenham significativo papel no campo social. Nesse sentido, privilegiamos a análise da personagem e sua relação com o morro Ferrabraz, local onde ocorreu o conflito, bem como a relação que se estabelece entre Jacobina e seu combatente, o Coronel Genuíno Sampaio.

*Palavras-chave:* Memória social, Representação Social, Videiras de Cristal, Jacobina.

---

## **Considerações iniciais**

Em nosso estudo procuramos analisar as representações sociais construídas sobre o cenário principal em que o conflito Mucker ocorreu e de forma especial sobre a personagem principal do conflito, Jacobina e seu combatente, Genuíno Sampaio. Local de moradia e de realização dos cultos de Jacobina e das práticas de curandeirismo de João Jorge Maurer (marido de Jacobina), o morro Ferrabraz foi alvo de várias interpretações feitas por diferentes autores. Como exemplo disso temos “Videiras de Cristal”, escrito por Assis Brasil. A obra em questão foi responsável pela difusão de uma determinada interpretação dos fatos que marcaram o conflito e seus personagens e desempenhou papel preponderante na difusão de

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela UNISINOS. Professor na FACCAT e ISEI.

representações sobre o cenário do conflito e especialmente sobre a líder dos Mucker.

Consideramos que as representações sociais construídas sobre o morro Ferrabraz e sobre Jacobina não se encontravam apenas em textos historiográficos<sup>2</sup>, mas também em diferentes formas narrativas<sup>3</sup>. Privilegiamos nessa pesquisa uma dessas formas narrativas, que é a literatura, compreendida nesse contexto como um importante veículo de difusão das representações sobre os Mucker. Nesse caso, iniciamos nossa análise refletindo sobre aquilo que Michel Pollack denominou de “trabalho especializado de enquadramento” (1989, p. 11). De acordo com o autor, a memória é alvo de manipulações e defesa de interesses pessoais e coletivos, estando necessariamente relacionada com o contexto e com a época em que foi produzida. Quanto a essa questão, observamos que as representações construídas sobre os Mucker inseriam-se precisamente nesse contexto, no qual a memória foi manipulada de forma que a imagem produzida sobre os Mucker foi enquadrada segundo os objetivos de cada autor e de acordo com sua época.

Considerando as afirmações de Pollack, podemos ainda analisar as representações sociais ligadas àquilo que Seixas descreveu como um conjunto de interesses coletivos, no “qual lembramos menos para conhecer do que para agir” (2004, p. 53). Segundo a autora, a memória está menos ligada ao processo de entendimento do passado, mas sim diretamente identificada com os interesses que fazem as pessoas lembrarem de um determinado fato.

---

<sup>2</sup> Para Ferreira a caracterização e análise das formas e conteúdos presentes nas representações sociais podem ser realizadas a partir da investigação das mais variadas fontes. Entre elas, Ferreira destaca a análise realizada a partir de textos historiográficos, os diversos tipos de discursos (jurídicos, médicos, filosóficos, teológicos), os textos literários e as pinturas, os museus, as narrativas cinematográficas, entre outras (FERREIRA, 2004).

<sup>3</sup> Quando nos referimos aos diferentes tipos de narrativa sobre os Mucker, estamos tratando das diferentes formas com que elas se apresentam. Nesse caso, consideramos como narrativas as representações sociais construídas sobre os Mucker e perceptíveis tanto nos textos historiográficos e literários quanto na imprensa e no cinema.

Nesse sentido, a memória pode ser manipulada de acordo com os interesses de determinados grupos e de determinadas épocas. De acordo com Seixas, não existe uma memória desinteressada. Ao contrário, a memória teria um destino prático, realizando a síntese do passado e do presente visando ao futuro, buscando os momentos passados para deles se servir.

Relacionado com essa questão que envolve a memória coletiva e a construção das representações sobre o conflito Mucker, devemos atentar para o estudo realizado por Bourdieu (1998), que nos mostra como a produção de discursos está diretamente ligada ao contexto no qual estes se fazem presentes. Inseridos no campo das relações de poder, os discursos procuram estabelecer uma determinada ordem das coisas, seguindo interesses de ordem política, econômica, social e cultural.

Ainda em relação às representações e seu campo de produção, valemo-nos dos estudos realizados por Peter Burke, para quem uma paisagem (ou, neste caso, a sua descrição) evoca associações políticas ou até mesmo uma ideologia (2004, p. 54-55), recurso bastante utilizado ao longo da história para identificar, por exemplo, paisagens com nacionalidade, especialmente na pintura. Analisando o morro Ferrabraz, localizado em Sapiroanga, a partir da teoria proposta por Burke, pensamos o cenário do conflito Mucker como um símbolo da maior importância. O local onde se desenrolaram os acontecimentos que marcaram os anos compreendidos entre 1868 e 1874 vinculava-se de forma preponderante na construção das representações sociais sobre os personagens do conflito.

As primeiras descrições do morro Ferrabraz, enquanto espaço hostil e distante da civilização serviram, em alguns casos, para justificar o surgimento do conflito. Espaço físico e local das práticas de Jacobina e João Jorge Maurer e, ainda, de residência de muitos Mucker, o morro Ferrabraz pode ser interpretado como um importante símbolo identificado com o passado Mucker. Essa imagem negativa seria transformada radicalmente na última década de século XX, quando o morro se transforma em local de

desenvolvimento do turismo, atraindo pessoas interessadas em conhecer o “lugar dos Mucker” e na prática do vôo-livre.

É nesse contexto que procuramos analisar as representações difundidas sobre o morro Ferrabraz, Jacobina e Genuíno. Compreendidos num espaço de luta simbólica pela imposição de determinadas imagens sobre eles, o lugar e os personagens passaram por um processo de reelaboração através dos escritos de Assis Brasil. Nesse sentido, “Videiras de Cristal” (1997) representou, sem dúvida, o início de uma fase na qual o tema Mucker deixava de ser um tema proibido entre as comunidades imigrantes do Vale do Sinos e difundiu uma nova imagem – muito mais positiva – sobre os Mucker.

Para compreender o processo de construção dessas representações veiculadas por “Videiras de Cristal”, consideramos fundamental resgatar a análise feita por Lúcia Lippi Oliveira (2003, p. 68). Para ela, a origem das representações dos heróis da história nacional encontra-se precisamente na descrição heroicizada dos personagens, inscritas num campo de batalha simbólica. Para ela, neste campo de batalha, para se impor determinadas versões sobre os personagens, muitas vezes se recorre às narrativas de época e aos testemunhos orais, que, em alguns casos, confundem-se com versões lendárias e imaginárias em relação aos fatos e personagens do passado.

Como nos ensina Carvalho, “os traços de heroísmo, de virtudes cívicas, oferecidos aos olhos do povo, eletrificam suas almas e fazem surgir as paixões da glória, da devoção à felicidade de seu país” (1990, p. 11). A construção das representações sobre Jacobina e Genuíno como heróis em determinados veículos de representação acabaram solidificando a visão de uma história construída principalmente a partir das suas ações. Daí ser possível afirmar que a obra produzida por Assis Brasil transformou de forma evidente a imagem da líder dos Mucker, na medida em que relativizou vários elementos que até aquele momento encontravam-se “solidificados” no imaginário social.

## **A literatura e a (re)produção de uma memória**

Em nossa análise de “Videiras de Cristal”, entendemos que o autor apresenta Jacobina Maurer e Genuíno Sampaio como personagens antagônicos, situados em lados opostos do conflito. Assim, iniciamos nossa análise sobre os personagens centrais do conflito apresentando, de forma abrangente, a biografia de Jacobina Mentz Maurer. Em relação a ela, sabe-se que nasceu em data desconhecida do mês de junho de 1842, na localidade de Hamburgo Velho, atual município de Novo Hamburgo – RS. Era filha do casal de imigrantes alemães, André Mentz e Maria Elisabeth Muller, que, além de Jacobina, possuíam mais sete filhos. Jacobina foi confirmada em 04 de abril de 1854 na Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil de Hamburgo Velho, onde viria a se casar com João Jorge Maurer. Foi assassinada em 02 de agosto de 1874, quando foi descoberta, pelas forças oficiais, em seu esconderijo na mata fechada, ao pé do morro Ferrabraz.

Sobre suas características físicas pouco sabemos, em razão de não termos qualquer retrato<sup>4</sup> seu, o que torna sua personagem ainda mais enigmática, despertando o imaginário da população acerca de como seria a imagem real de Jacobina. A Jacobina criança teve sérias dificuldades na escola, não tendo conseguido aprender a ler e escrever. Segundo os diagnósticos do Dr. João Daniel Hillebrand, Jacobina apresentava, desde criança, sinais de transtornos nervosos que haviam se agravado em sua fase adulta, quando iniciou a leitura e interpretação da Bíblia<sup>5</sup>. Hillebrand apontava seu marido, João Jorge Maurer, como o responsável pela

---

<sup>4</sup> A única fotografia que representaria Jacobina é aquela atribuída ao casal Maurer, cuja autenticidade é amplamente questionada. Acredita-se que a fotografia não retrate Jacobina e seu marido João Jorge Maurer. A não existência de uma imagem concreta de Jacobina Mentz Maurer torna sua personagem ainda mais misteriosa. A fotografia, contudo, é constantemente empregada, para conferir um rosto à personagem.

<sup>5</sup> Embora Jacobina seja apresentada na historiografia como analfabeta, devemos repensar essa afirmação, tendo em vista o fato de que lia a Bíblia e cantava os hinos em alemão.

doença da mulher, já que, segundo seu entendimento, ele a obrigava a praticar charlatanismo.

Encontrado em lado oposto dessa história temos o Coronel Genuíno Olympio de Sampaio. Ele nasceu em 1822, na Bahia e iniciou cedo sua carreira militar, sendo que aos quinze anos de idade já havia participado, como cadete, no combate realizado contra os revoltosos no episódio da Sabinada, revolta que havia se iniciado em 1837, na Bahia. Pelos atos de bravura demonstrados naquela ação, Genuíno foi promovido a Alferes de Comissão. Em 1838, Genuíno Sampaio chegou ao Rio Grande do Sul para lutar ao lado das forças imperiais na Revolução Farroupilha, que eclodiu na Província em 1835 e que se estendeu até 1845. Mais tarde, já coronel, Genuíno voltou ao Rio Grande do Sul, vindo a comandar a guarnição de uma parte da fronteira e, depois, fixando residência em Porto Alegre, onde comandava seu batalhão.

Com a eclosão do conflito na Colônia Alemã de São Leopoldo, o coronel foi chamado para apaziguar e acabar com o conflito entre os colonos do Ferrabraz. Foi durante essa ação que Genuíno morreu, no dia 21 de julho de 1874. A causa de sua morte é bastante discutida, havendo diferentes versões. Alguns apontam a possibilidade do coronel ter sido atingido na perna por uma bala lançada por um Mucker, enquanto outros afirmam que a bala foi propositalmente lançada em sua direção por um soldado descontente. Já uma terceira versão aponta para a possibilidade de ter sido um de seus soldados o responsável pelo disparo, que sem querer teria atingido a perna de Genuíno. Independentemente da origem do disparo, o fato foi que Genuíno veio a falecer em decorrência de uma forte hemorragia que não pôde ser controlada.

Diferentemente da personagem Jacobina, identificada em parte da historiografia como responsável pelo conflito, Genuíno Sampaio foi apontado pelas autoridades e consagrado à época dos acontecimentos como o herói do conflito, que deu sua vida para proteger a população da colônia alemã de São Leopoldo contra os Mucker. A representação construída sobre Genuíno Sampaio e que se consagrou no imaginário da população de São Leopoldo foi a do militar que tombou em nome da civilização contra a barbárie. Nesse

caso, Genuíno representava a lança da civilização, enquanto os Mucker representavam o universo bárbaro, não civilizado. Essa imagem se fez presente, de forma mais evidente, até as últimas décadas do século XX, quando então Jacobina passaria a ser glorificada no imaginário coletivo.

Para Jacques Leenhardt (2004), a literatura exerce um papel fundamental na formação dos imaginários sociais, na medida em que expõe a opinião do autor, ao mesmo tempo em que se apresenta descompromissada com a “verdade” dos fatos históricos. Para ele, a literatura se mostra de forma explícita, podendo realizar afirmações sem grandes conseqüências, uma vez que não tem a pretensão de desempenhar o mesmo papel da história. De acordo com o autor:

A literatura apresenta, neste aspecto, a vantagem de ser explícita, legítima, e, ao mesmo tempo, de pouca conseqüência, pois é claro para cada um que não se poderia conceder fé às ficções! A literatura é, assim, a boa filha do historiador, sempre a servir, se for preciso, ou silenciosa, se necessário. Ela é, então, um objeto particularmente útil no momento de pensar ou de não pensar os movimentos que agitam, ainda que implicitamente, as calmas águas da História (2004, p. 151).

Isso não impede segundo sua análise, que a literatura acabe por desempenhar um papel de fundamental relevância, na medida em que veicula idéias e versões sobre um determinado tema da história. É precisamente esse o caso da obra publicada por Assis Brasil, que desempenhou papel de difusora de determinadas versões sobre o conflito Mucker, contribuindo de forma decisiva na construção das representações sociais sobre os Mucker e, especialmente, sobre Jacobina.

A publicação da primeira edição de “Videiras de Cristal”, por Luiz Antonio de Assis Brasil<sup>6</sup>, em 1990, desempenhou papel de

---

<sup>6</sup> Luiz Antonio de Assis Brasil nasceu em 1945, em Porto Alegre. Viveu parte de sua infância no município de Estrela – RS, onde conheceu a cultura da população teuto-brasileira. Retornando à Porto Alegre, Assis Brasil estudou com os padres jesuítas, vindo a se formar em Direito em 1970. É Doutor em Letras e, atualmente, exerce a função de professor titular do Programa de Pós-graduação em Letras na

fundamental importância, por ter sido a obra<sup>7</sup> de maior circulação entre o público leitor desde a primeira publicada sobre o tema, a de Ambrósio Schupp, editada pela primeira vez em português no ano de 1906. Acreditamos, também, que sua obra contribuiu para a retomada da discussão e para o fomento de novos estudos sobre o tema por diferentes áreas do conhecimento<sup>8</sup>.

### **O lugar de Jacobina: o morro Ferrabraz na visão literária**

No romance de Assis Brasil, encontramos o morro Ferrabraz com múltiplas faces. A representação construída pelo autor<sup>9</sup> não nos leva a pensar num espaço apenas físico, mas também no Ferrabraz como espaço de conflito, de devoção e de fervor religioso. Inicialmente, o Ferrabraz é apresentado como um lugar:

(...) escuro e coberto de mata espessa, crescia em meio à paisagem como uma advertência de mistério. Era povoado por bugios e seus roncões enchiam o vale com presságios de outro mundo. Na Picada anoitecia mais cedo, e a manhã custava a chegar. Mesmo no verão a

---

PUCRS. O autor possui uma vasta produção literária, que já lhe conferiu várias premiações.

<sup>7</sup> Para Márcio Seligmann-Silva, a literatura exerce um papel significativo na difusão do conhecimento, passando às vezes a noção de realidade daquilo que está sendo narrado na obra. Segundo o autor, a literatura encena a criação do real, buscando caminhos que levem à realidade, procurando estabelecer aquilo que ele chama de vasos comunicantes. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 74).

<sup>8</sup> Consideramos relevante a contribuição dos estudos acadêmicos realizados por historiadores como Janaina Amado, Maria Amélia Dickie e João Guilherme Biehl. Destacamos, sobretudo, a tese de doutorado de Janaína Amado, publicada em forma de livro em 1978, que alcançou um público leitor considerável, fazendo com que sua obra logo se esgotasse, sendo reeditada apenas em 2002 pela Editora UNISINOS.

<sup>9</sup> Um fato interessante na obra de Assis Brasil é que o narrador, desde o início da obra, é um dos personagens criados pelo autor. Christiano Fischer é o narrador da história e é através de seu personagem que foram apresentados o cenário e os demais personagens envolvidos no romance. Com esse recurso, Assis Brasil se isenta da versão apresentada, passando essa responsabilidade para o próprio personagem narrador.



selva adjacente mantinha-se úmida, recendente a folhas podres (1997, p. 20).

A descrição feita por Assis Brasil torna evidente a associação do morro Ferrabraz com um lugar de mistério e escuridão, vinculando-o a um ambiente propenso a fatos sobrenaturais. Nesse momento, o romance leva o leitor a um mundo de fantasias, já que a descrição física do morro confunde-se com fatos de “outro mundo”.

Percebemos, ainda, a preocupação do autor em descrever o clima de devoção religiosa existente no Ferrabraz, caracterizando o morro como um verdadeiro espaço *sagrado*, de intensa devoção e fervor religioso. Para enfatizar o caráter religioso do Ferrabraz, Assis Brasil<sup>10</sup> reconstituiu uma fala atribuída à personagem Jacobina, que teria sido proferida a seus fiéis:

– Meus filhos – ela disse. – Meu coração se enche de alegria neste dia tão feliz. Mais uma vez as forças do Mal nada puderam contra nós. Os ímpios tramam, com toda sua malícia, com toda sua ferocidade. Mal sabem eles que logo se aproxima o Dia do Juízo, quando tremerão de pavor. Só nós ficaremos vivos, nós os eleitos do Espírito Natural. Só nós brilharemos e cantaremos hinos de louvor ao Altíssimo, aqui ao pé do nosso Morro Sagrado, onde os pássaros entoarão conosco a vinda de um novo tempo, sem miséria, sem ódios, sem guerras. Será um tempo em que os rios se transformarão em torrentes de leite e das árvores nascerá o pão para o nosso sustento. Aí nos contemplaremos e nos beijaremos e cada mulher e cada homem procurará o seu par, livre do peso das leis humanas. Por enquanto devemos aguardar, confiantes e sábios, mas não amortecidos para a vida (...) (1997, p. 311-312).

Enfatizando a devoção e o fervor decorrente das pregações feitas por Jacobina, Assis Brasil destaca também a atuação de João Jorge Klein, cunhado de Jacobina. É interessante observar a forma como o ambiente do Ferrabraz é usado para explicar a conversão de Klein à nova religião. Num diálogo travado entre Klein e o pastor

---

<sup>10</sup> Vale destacar que a obra literária de Assis Brasil teve como fontes bibliográficas as obras escritas por Schupp (1906), Petry (1957), Amado (1978), Domingues (1977). Assis Brasil também valeu-se das obras de Maria Isaura de Queirós, Klaus Becker e Carlos Hunsche.

Boeber, a selva do Ferrabraz é utilizada por este último para justificar a decadência moral de Klein:

– Você foi subvertido pela selva, Klein. Este clima quente e úmido, a vizinhança desses brasileiros desregrados e bebedores de cachaça, tudo isso colaborou para que você perdesse a noção do que é certo e do que é errado. Até que lhe atribuo uma inteligência regular, mas atualmente você é um homem de outra época. A colônia vive uma nova ordem, agora, restabelecimento da verdadeira disciplina germânica. Jacobina é um resquício dos tempos antigos, onde cada um se defendia como podia. Agora há leis, há hierarquia, há respeito (1997, p. 181).

A vegetação, o clima e o contato com os não alemães aparecem como motivadores da conversão de Klein à religião de Jacobina. O isolamento que o Ferrabraz impunha a Klein e a Jacobina transformava-os em atores vinculados a uma outra época, que se opunha à vivenciada pela *colônia, que ingressava na civilização*.

No romance, é enfatizada a condição de refúgio do morro para os adeptos de Jacobina. Para demonstrar a dinâmica que caracterizou o conflito, o autor recorre à descrição da geografia acidentada, que teria dificultado inúmeras vezes a movimentação das tropas oficiais:

Na encosta do morro a floresta era tão espessa que os diferentes pontos de vigia não se enxergavam uns aos outros. A comunicação com a choupana de Jacobina dava-se através de trilhas a facão e serrote. O chão úmido não era firme o suficiente, e era preciso agarrar-se aos troncos das árvores para vencer a forte inclinação do terreno (1997, p. 518).

Assis Brasil enfatiza também as dificuldades enfrentadas pelos Mucker face ao avanço dos soldados. Nesse contexto de luta pela sobrevivência, o Ferrabraz mostrava-se hostil para os seus moradores, como evidenciado na história de luta do personagem Jacó-Mula:

E Jacó-Mula sai correndo, passa pela cascata, galga com agilidade felina o paredão de pedra. Um cacto rasga sua calça. Hesita um momento e o despega da pedra, guardando-o no bolso. E, sem olhar

para trás, ultrapassa os barços do mato e com o peito em fogo e pleno de Graça atinge a eminência do morro, onde o sol brilha com todas as cores do arco-íris (1997, p. 529).

Local de natureza selvagem que se converte em espaço de devoção e fervor religioso: é essa a representação do morro Ferrabraz no romance de Assis Brasil. Valendo-se do recurso da criação entre os personagens, a história contada pelo autor articula o espaço e a dinâmica do conflito.

O romance de Assis Brasil foi interpretado por muitos leitores como uma obra que “conta” a história do conflito Mucker. Com isso, a obra de Assis Brasil não é compreendida apenas como ficção, mas sim como detentora de um certo princípio de “verdade”, desconsiderando a criação de personagens e acontecimentos criados pelo romancista. Podemos acrescentar ainda que essa constatação é oriunda de inúmeras aulas, palestras e cursos proferidos ao longo desses anos de pesquisa sobre o tema, nos quais me deparei com muitas pessoas que realizavam tal questionamento sobre a obra de Assis Brasil. Para muitos a obra de Assis Brasil é compreendida como um livro que “conta a história dos Mucker”.

### **Jacobina e Genuíno: protagonistas (antagônicos) da hostilidade no Ferrabraz**

Em “Videiras de Cristal” encontramos a representação da personagem Jacobina de forma bastante diferente daquelas apresentadas até aquele momento. Essas diferenças devem ser compreendidas a partir das características do texto de Assis Brasil, que não se propôs a recontar a história dos Mucker. Trata-se de uma obra de literatura, em que os personagens, ainda que baseados em fatos reais, não têm o compromisso de estar de acordo com aquilo que de fato aconteceu. A análise que faremos da obra “Videiras de Cristal” levará em conta a descrição física e psicológica feita de Jacobina, visando analisar a recepção da representação de Jacobina, construída por Assis Brasil numa obra que teve grande repercussão a partir da década de 1990.

Na obra em questão, Jacobina é inicialmente apresentada a partir do diálogo travado entre seu marido João Jorge Maurer, descrito pelo autor como alguém analfabeto e de pouca inteligência, e Ana Maria Hofstätter, personagem que acompanhara Jacobina ao longo da história. Ana Maria questiona Maurer sobre como era sua esposa. Maurer imediatamente responde, de forma curta e direta: “Tem seu gênio, mas é uma boa mulher. Você logo se acostumará” (1997, p. 20).

Considerando a resposta de Maurer, deduz-se que o temperamento de Jacobina era difícil, o que tornava as expectativas de Ana Maria ainda maiores, pois a visão do Ferrabraz para ela já era algo que assustava. Chegando à casa de Maurer, no Ferrabraz, Ana descobre que o local mais se parecia com uma enfermaria, devido ao número de doentes que lá estavam. Em seguida, é apresentada à sua nova patroa, Jacobina. Nesse momento, o narrador descreve Jacobina: “Frau Maurer tinha um perfil suave e pálido e estava deitada sobre a cama ao centro do quarto, os braços caídos sobre o lençol, os olhos fixos no teto” (1997, p. 24).

Jacobina teve algumas de suas características físicas e de seu comportamento destacadas neste trecho, sobretudo as que evidenciam seu perfil suave, embora pálido, característica de quem estava adoentada e passava a maior parte dentro de casa. O aspecto de doente foi enfatizado na medida em que o relato dizia que Jacobina foi encontrada com os braços caídos e olhando fixamente para o teto da casa, como se estivesse em transe. Apesar dessas características iniciais, logo em seguida o narrador ressalta a força do seu olhar: “Frau Maurer trazia os cabelos aparados muito baixos, em caracóis dourados que se colavam ao crânio e às têmporas. A lividez do rosto não esmaecia a força dos olhos, brilhantes, azuis e temerários” (1997, p. 24).

A força e o brilho dos olhos de Jacobina representavam a força interna da personagem que, embora frágil fisicamente, mostrava-se forte em seus princípios. Também são ressaltadas suas condições psicológicas, evidenciadas no tratamento dispensado ao filho:

Jacobina acolheu ternamente o filho, e a cama se transformou naquele momento em um ninho onde cabiam apenas aquela estranha ave e seu filhote voraz. João Jorge levantou-se, foi até o berço ao lado da janela, arrumou-o, afofou o travesseiro (1997, p. 24).

Jacobina é apresentada como uma boa mãe, que contava com o carinho de seu marido João Jorge Maurer, sempre preocupado com o bem-estar da esposa adoentada. A forma como cuidava do filho, em idade de amamentação, deixava claro o quanto era uma mãe dedicada.

Em outro trecho da obra, no entanto, Jacobina é representada como “essa mulher tão estranha, com ataques desde criança”(1997, p. 30), sobre a qual recaía a herança familiar, de transes e êxtases religiosos que assolavam a família Mentz. A ênfase dada à religiosidade da personagem fica evidente na descrição feita sobre sua aparição durante as festividades realizadas no Ferrabraz. Em um ambiente festivo, Jacobina surge da seguinte maneira:

(...) voltaram-se para a porta da casa, onde Jacobina surgia, vestindo uma camisola branca, os cabelos congidos por flores, dando o braço a Rodolfo Sehn. Por instinto todos dobraram os joelhos. Robinson o Ruivo foi até ela e, ajoelhando-se nos degraus da porta beijou os pés desnudos (1997, p. 311).

O autor associou a personagem à imagem de uma líder religiosa que se parecia com Jesus Cristo. Na obra, são recorrentes as narrativas que demonstram que os adeptos de Jacobina identificavam-na com a imagem do próprio Cristo. Recriava-se o ambiente de devoção e fervor religioso, com cenas em que todos os presentes se ajoelhavam, em sinal de respeito e adoração à sua líder espiritual.

Cabe ressaltar que Jacobina não aparece sozinha na cena que mencionamos acima. Ela aparece aos seus adeptos na companhia de Rodolfo Sehn, que lhe segurava o braço. A simbologia da cena leva-nos a refletir sobre seu significado, já que remete à ausência do marido João Jorge Maurer e a sua substituição pelo personagem Rodolfo, amante de Jacobina.

Na continuação da história, teria ocorrido o desentendimento com a família Kassel, que se retirou do grupo, em meio a acusações que teriam levado Rodolfo a defender Jacobina. Os presentes foram tomados de surpresa pelo que ocorreu depois:

Jacobina caminhou até Rodolfo, curvou-se, ergueu-lhe ternamente o rosto e beijou-o na boca. Dirigiu-se ao povo:

– Que este beijo se transmita a todos vocês. E que seus ouvidos sejam surdos a todas as mentiras. Que o espírito Natural desça sobre vocês.

Primeiro Rodolfo Sehn, depois o Mutilado, mais além os restantes homens e mulheres, todos começaram a chorar (1997, p. 314).

A cena do beijo, dado por Jacobina em Rodolfo, é apresentada pelo narrador para expressar o sentimento de fraternidade existente entre os Mucker. Jacobina é também apresentada por Assis Brasil como a líder dos Mucker que, preocupada com os acontecimentos, tentava acalmar os ânimos no Ferrabraz.

À personagem são atribuídas a persistência e a força nas horas mais difíceis da história, especialmente nas cenas de desfecho da trama. Na obra de Assis Brasil, a personagem Jacobina não esmoreceu nem mesmo nas horas mais difíceis, em que os soldados atacaram violentamente o Ferrabraz e incendiaram sua casa, localizada ao pé do morro. Em decorrência desse ato, Jacobina e parte de seus adeptos refugiaram-se na subida do morro, onde procuraram se esconder dos inimigos e encontrar abrigo para sobreviverem ao ambiente hostil, somado ao frio do inverno. Diante das atitudes e das dificuldades que levaram o grupo a fraquejar, Jacobina teria se mantido firme, confortando seus fiéis, que não a tinham abandonado:

Na encosta do morro a floresta era tão espessa que os diferentes pontos de vigia não se enxergavam uns aos outros. A comunicação com a choupana de Jacobina dava-se através de trilhas abertas a facão e serrote. O chão úmido não era firme o suficiente, e era preciso agarrar-se aos troncos das árvores para vencer a forte inclinação do terreno.

Apenas a Mutter os confortava. Envoltos no capote de Rodolfo Sehn, percorria os pontos de guarda como um anjo da esperança, só

voltando para a choupana depois de encorajar com o ósculo da paz a cada um dos homens trespassados de frio. Mais de uma vez ela os substituiu em tempos de vigília. Viram-na então imóvel, o olhar fixo no emaranhado vegetal da floresta, a espingarda pronta. Nada dizia, e quase juravam que não respirava. Se chegassem perto, ela fazia um peremptório sinal de que estava bem, podiam deixá-la (1997, p. 518).

Como podemos observar, a *Mutter*, como era chamada pelos seus adeptos, desempenhou papel comparado ao de um anjo da esperança, que, através da prática do ósculo (beijo), incentivou o grupo a seguir em frente, na luta pela defesa de seus ideais. Também o caráter guerreiro da personagem foi destacado na obra, uma vez que Jacobina precisava ser forte para suportar os ataques de seus inimigos. Sensibilidade e força são duas das características enfatizadas por Assis Brasil nesse trecho da obra.

Na descrição do desfecho do conflito, mais uma vez o autor remete à ausência do marido Maurer e ao apoio dado por Rodolfo Sehn, cujo capote protegia Jacobina do frio e da chuva do Ferrabraz:

Se a Mutter era esta presença iluminada, assegurando que apesar das sombrias previsões ela ainda era deles e que com eles compartilharia os dias futuros, o nome do *Wunderdokter* nunca mais fora pronunciado, tornando-se uma sombra de existência incerta, perdida nos desvãos do passado (1997, p. 518).

As representações de Jacobina, veiculadas pela obra de Assis Brasil, não a “incriminam” nem a seu grupo. Pelo contrário, o perfil biográfico construído pelo escritor para a personagem evidencia sua pretensão de lançar um novo olhar, não apenas sobre o tema, mas principalmente sobre Jacobina, cuja imagem era predominantemente negativa até a publicação de sua obra na década de 1990.

A atuação de Genuíno Sampaio como chefe das operações militares contra os Mucker também foi destacada pela narrativa de Assis Brasil. Nela, o narrador procurou caracterizar o personagem do ponto de vista psicológico e principalmente de sua atuação como militar no combate aos Mucker. Nesse sentido, observamos a preocupação do narrador em enfatizar as origens e a trajetória percorrida por Genuíno até chegar no Ferrabraz em 1874. Para tanto,

destacou o fato deste ser, em sua época, um militar bastante conhecido, cuja fama lhe conferia o título de um nobre militar. Segundo o narrador:

O Coronel Genuíno Sampaio não era apenas ele, mas também a sua fama. Adquirira-a de modo gradual, percorrendo os postos da carreira como quem galga uma elevação dotada aqui e ali de alguns degraus inesperados. Ao sabor da política do Império esses degraus tornaram-se freqüentes, materializando-se em guerras externas e revoluções nacionais: Genuíno estivera sim nas famigeradas lutas contra os paraguaios e contra o ditador Rosas, mas somou a estas o conflito de Pernambuco e o farroupilha, no Rio Grande do Sul. A bem da verdade, nunca admirou esses excessos, sempre os entendeu como acidentes mínimos que ocorrem a quem escolhe uma profissão de tal qualidade. Era conhecido como audacioso em combate, embora isso não o distinguisse de uma legião de oficiais cujos nomes constavam no *Diário do Governo* na época das promoções; todos eram bravos, todos audaciosos e em algum momento haviam praticado o seu ato heróico (1997, p. 398-399).

Após discorrer sobre as participações de Genuíno em conflitos nacionais e internacionais, o narrador procurou enfatizar seu caráter único, que o distinguiu dos demais oficiais de sua época afirmando que:

Assim Genuíno chegou ao coronelato com o renome burocrático que qualquer militar, se não fosse um frouxo, poderia desfrutar. Algo o fazia diferente, mas não único – um tapa-olho negro na vista esquerda, marca visível de sua bravura. Esta característica, somada à figura seca e trigueira, tornou-o lendário mesmo entre os camaradas. Considerava a Infantaria a mais nobre das armas e votava nos conservadores (1997, p. 398-399).

Como podemos acompanhar, a narrativa de Assis Brasil atribuiu qualidades morais à Genuíno Sampaio, que foi representado na obra como um bravo militar. Entre as suas características, estava o fato de ser bravo e audacioso em combate, o que havia o transformado em herói. O narrador apresentou ainda uma breve descrição física do personagem, que usava um tapa-olho no lado esquerdo. Esse elemento foi empregado pelo autor para demonstrar a bravura de Genuíno em combate, cujo ferimento no olho servia de prova dos seus atos heróicos.



A representação da figura heróica ficou bastante evidente na forma como o personagem foi apresentado na obra de ficção. Essa representação contribuiu para a formação de um imaginário que coloca Genuíno no lugar de herói do conflito, tendo exercido um papel preponderante no extermínio dos Mucker. Para tal empreendimento, as atitudes tomadas pelo personagem revelavam sua audácia e coragem. Em combate, Genuíno acabava revelando sua face belicosa que, diante do inimigo, tomava decisões que muitas vezes faziam seus colegas estremecerem.

Esse aspecto pode ser exemplificado se tomarmos a passagem em que ele ordenou atear fogo na casa de Jacobina. Naquele momento, Genuíno foi representado como um militar cuja ação desconsiderava qualquer sentimento de complacência. Diante da presença do inimigo, Genuíno ordenou: “Que torrem! – diz Genuíno. – Que torrem! – repete, já um pouco assustado com a dimensão de sua proposta. – Somos humanos, mas não podemos ser complacentes com a obstinação suicida” (1997, p. 489-490).

De acordo com a narrativa acima, podemos perceber que o caráter militar de Genuíno foi enfatizado, na medida em suas ordens deveriam ser cumpridas pelos seus comandados. Genuíno era, naquele momento, a autoridade máxima no campo de batalha e, portanto, responsável pelo extermínio dos Mucker. Entretanto, a bravura de Genuíno encerrou-se no momento em que ele, desconsiderando os possíveis ataques inesperados do inimigo, acabou se ferindo em meio ao tiroteio instalado em seu acampamento. Em decorrência de uma bala perdida, o personagem acabou perdendo a vida e sendo substituído no campo de batalha.

As incursões militares realizadas por Genuíno Sampaio no Ferrabraz foram o foco narrativo presente no momento em que Assis Brasil descreveu o personagem. Suas virtudes e sua capacidade de liderança em meio ao conflito instalado no Ferrabraz foram destacadas e utilizadas como prova de sua bravura e heroísmo. Ao mesmo tempo, a morte de Genuíno Sampaio, em consequência da bala perdida, serviu, naquele momento, de prova de sua bravura, levando Genuíno a ser reconhecido pelas autoridades como herói, que tombou em combate em defesa dos interesses da população de

São Leopoldo. Suas decisões, que geravam polêmica até mesmo entre os combatentes, não foram utilizadas pelo narrador para desqualificar o personagem. Ao contrário, as decisões tomadas por Genuíno serviram para demonstrar, através do romance ficcional, sua forte personalidade.

A narrativa mostra como Jacobina e seu combatente, Genuíno, encontravam-se em campos opostos. Observamos que Assis Brasil procurou destacar a atuação de Jacobina como a líder dos Mucker, ao mesmo tempo em que apresentava suas diferentes atuações no Ferrabraz. Por outro lado, Genuíno passa a ser um personagem secundário, que teve na história desempenhando seu papel de liderança militar no combate ao grupo de Jacobina. Jacobina, entretanto, transcende a própria história contada, tornando-se mais significativa – e com sua imagem exaltada pelo autor – que o próprio cenário e os outros personagens envolvidos na trama.

### **Considerações finais**

Identificamos na narrativa de Assis Brasil uma forte vinculação de Jacobina com o ambiente da Colônia Alemã e com os diferentes laços que a personagem estabeleceu no meio social recriado. Nesse sentido, destacamos que, embora o autor não tenha se proposto a “contar a história” de Jacobina, acabou contribuindo de forma decisiva – no contexto da década de 1990 em diante – para a difusão de um imaginário sobre a líder dos Mucker.

É nessa perspectiva, de discutir a produção – e difusão – de uma nova imagem de Jacobina, associada não mais apenas ao fanatismo religioso e ao desregramento social, que inserimos a obra “Videiras de Cristal”. A Jacobina apresentada por Assis Brasil passava, através da literatura, a ter uma nova representação, muito mais positiva. Representação essa, que acabou se materializando no imaginário social e contribuindo para a (re) produção de uma nova memória sobre a líder dos colonos que haviam se organizado no morro Ferrabraz, ainda no final do século XIX, em meio às franjas desbotadas do Império, que perdia – progressivamente – sua vitalidade.

## Referências

AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil: a revolta dos “Mucker”*. São Paulo: Símbolo, 1978.

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Videiras de cristal*. 5ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

BIEHL, João Guilherme. *Jammerthal, o vale da lamentação: crítica à construção do messianismo Mucker*. 1991. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1998.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: 1990.

DICKIE, Maria Amélia Schmidt. *Afetos e circunstâncias: um estudo sobre os Mucker e seu tempo*. 1996. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 1996.

DOMINGUES, Moacyr. *A Nova face dos Mucker*. São Leopoldo: Rotermund, 1977.

FERREIRA, Antonio Celso. Heróis e vanguardas, romance e história: os intelectuais modernistas de São Paulo e a construção de uma identidade regional. In: PESAVENTO, Sandra J. (org). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de História Cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

LEENHARDT, Jacques. As Luzes da Cidade. Notas sobre uma metáfora urbana em Jorge Amado. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Escrita, linguagem, objetos: leituras de História Cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. A construção do herói no imaginário brasileiro de ontem e de hoje. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). *História Cultural: Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PETRY, Leopoldo. *O Episódio do Ferrabraz: os mucker*. 2. ed. São Leopoldo: Rotermond, 1966.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, 1989.

SCHUPP, Ambrósio. *Os Muckers*. 2. ed. Porto Alegre: Selbach & Mayer, s/d.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005.

VON KOSERITZ, Carlos. A Fraude Mucker na colônia alemã: uma contribuição para a história da cultura da germanidade daqui. *Koseritz Kalender*.

## AS CENAS DA COLÔNIA DE WILHELM ROTERMUND – LITERATURA E ETNICIDADE<sup>1</sup>

Isadora Teixeira Vilela<sup>2</sup>

Leonardo H. G. Fígoli<sup>3</sup>

*Resumo:* A partir da análise do conto “Os dois vizinhos. Cenas da colônia”, do pastor Wilhelm Rotermund (1843-1925), o presente trabalho pretende identificar os elementos que configuram a ideologia étnica (representações da identidade) dos colonos teuto-brasileiros, no contexto das colônias instaladas no sul do Brasil. Autor e editor expressivo no âmbito da literatura de imigração alemã no Brasil, Rotermund buscou o fortalecimento moral e religioso dos teutos nos paíes, o incentivo à sua integração ao meio brasileiro sem que a enaltecida herança cultural alemã fosse descuidada. Parece ter havido em sua produção literária um esforço em divulgar um estilo de vida especificamente local, rio-grandense, colono, ligado à noção de germanidade (*Deutschtum*) e, portanto, distinto da sociedade envolvente nacional. Buscar-se-á assinalar quais são os elementos convocados à construção dos limites étnicos entre alemães e brasileiros e como esses elementos são reelaborados discursivamente no dinâmico processo de construção da nova identidade que toma formas teuto-brasileiras. A literatura é tomada aqui como caminho possível para a discussão de questões de interesse antropológico.

*Palavras-chave:* Imigração Teuto-Brasileira, Etnicidade, Literatura.

---

Entendendo que a opção por abordar a imigração teuto-brasileira a partir de discursos figurativos, tais como os apresentados pela literatura é, também, a de buscar uma aproximação do imaginário que perpassa a representação e a ideologia de sua identidade étnica, o presente trabalho pretende, a partir de um esforço interpretativo, mostrar a possibilidade de analisar as

---

<sup>1</sup> Ensaio a partir da Monografia (não publicada) apresentada pela autora no bacharelado do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com orientação de L. H. G. Fígoli, professor associado do Departamento de Sociologia e Antropologia (SOA), UFMG.

<sup>2</sup> Universidade de Bayreuth.

<sup>3</sup> UFMG.

representações da identidade dos imigrantes alemães no contexto das colônias instaladas no sul do Brasil, presentes no conto “Os dois vizinhos. Cenas da colônia”<sup>4</sup>, do imigrante Wilhelm Rotermond (1843-1925)<sup>5</sup>.

A leitura do conto referido, uma das produções literárias mais importantes de Rotermond, não se justifica aqui por suas qualidades estéticas. Ele, além de ilustrar aspectos da prosa alemã escrita no Brasil em finais do século XIX e início do século XX, documenta a atitude de um escritor teuto-brasileiro e suas representações da comunidade alemã no Brasil. A literatura se apresenta como objeto pertinente para o estudo da etnicidade deste grupo, haja vista que, através da linguagem elaborada composta de elementos simbólicos,

“a literatura produzida em determinada época e cultura não está vinculada a elas somente em função de uma recorrência de temas ou idéias mas, de maneira muito mais abrangente e intrínseca, também em função de uma compatibilidade de modos de se elaborar a significação. Na literatura está incorporada a forma como algo –

---

<sup>4</sup> Originalmente, o conto foi publicado no *Kalender für die Deutschen in Brasilien* ano 1883/1884 com o título alemão *Die beiden Nachbarn. Bilder aus der Kolonie*. O conto também aparece na coletânea publicada como 8º volume (sem indicação de ano) da coleção *Südamerikanische Literatur* (Ed. Rotermond), *Gesammelte Schriften von D. Dr. Rotermond*. A versão utilizada para este texto é a tradução feita por Martin Norberto Dreher em 1997 – projeto “O Pensamento Teuto-Rio-grandense – Sua Recuperação” do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

<sup>5</sup> Nascido em 1843 em Stemmen, nas proximidades de Hannover na atual Alemanha, formou-se em Teologia. Protestante vinculado à Sociedade Missionária na Renânia, é encaminhado para o Brasil para auxiliar a estruturação da comunidade evangélica e em 1874 chega à colônia de São Leopoldo, no RS. Nesta colônia, onde viria a falecer em 1925, assume diversas funções (religiosas, educativas, editoriais). Com a Editora Rotermond (fundada em 1877) publica a partir de 1881 o mais importante *Kalender* da comunidade teuta, o *Kalender für die Deutschen in Brasilien* (conhecido como *Rotermondkalender*) (NEUMANN, 2009). Os textos de Rotermond eram escritos e publicados apenas em alemão e circularam amplamente nas colônias alemãs no sul do país. Dessa maneira, Rotermond escrevia para os alemães no Brasil e não para o público brasileiro em geral.

qualquer objeto ou ação social – faz ou pode vir a fazer sentido” (SANTOS, 2000, p. 52 ).

Já foi demonstrado por historiadores e antropólogos que imigração e colonização alemãs no Brasil, mesmo que não compusessem um todo homogêneo<sup>6</sup>, produziram de forma dinâmica uma identidade étnica própria, chamada teuto-brasileira, insistentemente diferenciada da sociedade nacional, brasileira – na medida em que esteve associada ao argumento de manutenção de certa cultura original desses imigrantes, germânica –, passível de ser analisada a partir das teorias da etnicidade. Portanto, entre os teutos no Brasil, a despeito

(...) de toda a ‘descaracterização’ cultural, a existência de um sentimento étnico de diferença persistiu com o passar do tempo e de certo modo e em certos lugares existe até hoje. O que importa, pois, é que a diferença foi reconstruída continuamente, independentemente de os conteúdos culturais propriamente ditos da coletividade terem se alterado (GANS, 2004, p. 118-119).

A identidade étnica, engendrada pelo pensamento coletivo e embasada na crença de uma origem comum (nacional, racial ou cultural), deve ser vista pelo aspecto dinâmico das sociabilidades. Fredrik Barth (2000), importante referência teórica para este ensaio, insiste que a etnicidade seja entendida pelos processos de geração e manutenção dos grupos, o que quer dizer, que: a investigação não deve explorar a constituição interna de cada grupo (autoperpetuação biológica, compartilhamento de valores fundamentais etc.), mas principalmente as fronteiras étnicas (*ethnic boundary*) que definem o grupo e seu uso como critério de definição de “inclusivos” e “exclusivos”. Visto desse modo, a etnicidade organiza as interações entre as pessoas. Cardoso de Oliveira (1983) afirma que, sendo a identidade uma construção ideológica, ela funciona “como uma bússola a orientar os indivíduos e os grupos em mapas cognitivos

---

<sup>6</sup> Carlos Fouquet (1974) esclarece que no século XIX o termo “alemão” designava uma unidade de idioma e de cultura geral que abrangia, na verdade, diversas regiões (das atuais Suíça, Áustria, Rússia, Polônia, etc.) e que no Brasil foram rotulados “alemães” aqueles imigrantes de língua alemã que aqui se radicavam.

coletivamente construídos” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1983, p. 113).

Essa abordagem é interessante para o estudo dos teuto-brasileiros, por permitir uma análise do uso seletivo e estratégico da cultura associada à origem dos imigrantes. Num jogo de defesa simbólica da identidade alemã no contexto das colônias no Brasil, o processo de construção de fronteiras identitárias (que podem ser renovadas e alteradas) invoca símbolos étnicos, isto é, “símbolos que, por contraste, marcam significativamente posições num quadro social de classificação” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1983, p. 21). Esses símbolos não são traços essenciais que caracterizam os grupos, mas, “elementos-argumento” (sinais diacríticos), ou seja, elementos que são escolhidos para fins de diferenciação étnica – e podem ser identificados em sua forma discursiva nos escritos literários dos colonos. A aproximação com o conto de Rotermund mostra a possibilidade de compreender a representação da etnicidade teuto-brasileira (ou melhor, uma versão dessa representação) expressa simbolicamente no texto. Buscou-se analisar quais são os elementos convocados à construção dos limites étnicos entre alemães e brasileiros e como esses elementos são reelaborados discursivamente no complexo processo de construção da nova identidade que toma formas teuto-brasileiras. Este trabalho pretende, então, apontar a literatura como campo de análise possível de temas relevantes às ciências sociais, como o são as relações interétnicas.

No contexto da imigração germânica no sul do Brasil<sup>7</sup> surge uma literatura especial, veiculada por periódicos alemães nas colônias instaladas no país, que prosperam até 1939, quando o Estado Novo proíbe publicações em outros idiomas, que não o português, durante uma “campanha de nacionalização” (GERTZ, 2008). Como se sabe, a imigração alemã nos estados do sul do país esteve repleta de dificuldades estruturais e de adaptação,

---

<sup>7</sup> Existem diferentes classificações do período imigratório, dependendo do parâmetro escolhido para tanto. Interessa aqui apenas apontar o ano de 1824 como início do fluxo imigratório – de acordo com a delimitação sugerida por Seyferth (2000).



dificuldades estas transpostas para as histórias e os personagens forjados no contexto da literatura teuto-brasileira – com destaque ao “colono pioneiro” (HUBER, sem ano). No caso da maioria dos escritores, o principal universo ficcional é a colônia e, mesmo que muitos deles não tenham se dedicado ao trabalho agrícola no lote colonial propriamente dito, “colonos eram seus personagens” (SEYFERTH, 2004, p. 164). Para Dilza P. Gonçalves, “As memórias e as histórias contadas, a partir dessas lutas e desses conflitos, de certa forma foram interferindo na construção dos processos identitários” (GONÇALVES, 2008, p. 70). Essa autora reconhece o literato como um leitor da vida e do cotidiano que é, também, um agente na construção das identidades, como mediador simbólico. Como parte do processo dinâmico de construção de uma identidade étnica, a literatura desempenha importante papel na elaboração da memória coletiva e na divulgação de determinadas “imagens” escolhidas para identificar o grupo:

A identidade étnica “alemã” vem sendo construída a partir de memórias do cotidiano, que são reforçadas e/ou representadas pelos literatos. Nesse sentido, parto da idéia de que as memórias são compartilhadas e construídas pelos grupos interessados. Portanto, o grupo reforça o que é bom lembrar e silencia aquilo que é preciso esquecer (GONÇALVES, 2008, p. 71).

Na imprensa alemã, “discursos étnicos” articulavam elementos do imaginário coletivo e da história da comunidade envolvida, contribuindo para a formação da identidade teuto-brasileira, principalmente na segunda metade do século XIX. Esses discursos fomentavam a contínua reconstrução das diferenças étnicas, ao mesmo tempo em que contribuíam para a sua percepção (GANS, 2004). Como temas que dão certa unidade à produção literária deste contexto aparecem: o trabalho do colono pioneiro nas terras brasileiras – principalmente na forma do elogio dos resultados da colonização alemã – somado à valorização da cultura alemã e à lealdade às tradições da pátria de origem, expressas nas representações da família alemã e sua *Wohnkultur* (cultura doméstica), na preferência pela “escola alemã” e a valorização do idioma alemão, na igreja luterana e nas diversas associações ligadas aos costumes europeus (caça esportiva e ginástica olímpica, por

exemplo). Boa parte destes elementos também aparece direta e indiretamente no conto analisado de Wilhelm Rotermond como marcadores étnicos.

Apesar de pouco conhecido no contexto nacional, Rotermond é referido com destaque ao se tratar de literatura de imigração alemã no Brasil, não apenas como autor, mas principalmente pelas atividades editoriais por ele desenvolvidas. O caráter ideológico de seu trabalho e sua intenção de fortalecimento étnico e religioso também são reconhecidos (NEUMANN, 2009).

O conto “Os dois vizinhos. Cenas da colônia”<sup>8</sup> abarca eventos que acontecem ao longo de vários anos na Picada Isabelle, colônia alemã no RS: uma festa do *Kerb*, casamentos, uma corrida com cavalos, a celebrada visita de um político apoiador da causa dos imigrantes, a celebração de um Natal, nascimentos, mortes, entre outros. A narrativa gira em torno de dois núcleos familiares em constante desacordo e conflito, vizinhos na Picada, que, poderíamos dizer, representam tipos-ideais de “bons” e “maus” colonos – e, claro, o bom e o mau exemplo aos leitores. Essa estrutura do conto é de suma importância, porque permite ao autor expor discursos opostos na narrativa, sem que o leitor se confunda quanto ao valor de cada um deles. A função didática do texto está relacionada com essa percepção de qual exemplo seguir. A própria trajetória dos personagens de cada família (sucesso/felicidade X insucesso/sofrimento) são evidências de boas e más condutas e suas consequências.

O mau exemplo é dado pela família do Vendeiro da Picada, gordo e rico, que se julgava melhor que os outros: admirador da cidade grande, desdenha a vida simples na colônia, é maçom e desrespeitoso com os costumes da igreja, é desonesto com seus clientes, é preguiçoso com o trabalho e possui um escravo. A família do vendeiro encontra inúmeros sofrimentos e ele mesmo morre ao final do conto louco e infeliz. O bom exemplo é dado pelo personagem Peter Lip: sensato, trabalhador, religioso. É do lado de

---

<sup>8</sup> Neumann (2009) publicou um resumo do conto.

Lip, cuja a família é feliz, vive em paz e prospera, que encontramos os discursos “à serviço” da etnicidade teuto-brasileira: o da virtude do trabalho bem feito e honesto; o da importância da religião luterana, suas crenças e costumes (fé, temor a deus, resignação frente aos desígnios de deus, respeito aos rituais como casamento e missas, etc.); o do reconhecimento da escola particular alemã e da manutenção do idioma alemão como língua materna (*Muttersprache*); o do apego de um modo geral às tradições alemãs e, ainda, o primordial grito de viva aos teuto-brasileiros. O personagem Lip incentiva a união dos alemães no Brasil e vê a força deste grupo na manutenção de sua germanidade. É esse personagem que valoriza as colônias alemãs e a vida simples no campo em oposição à cidade que, por sua vez, é vista como símbolo do distanciamento dos costumes alemães, portanto, como um perigo!

Por causa dos limites deste ensaio, não é possível fazer uma análise dos aspectos supracitados e sua significação no texto como marcadores étnicos. Nos deteremos à uma breve exploração da representação da paisagem da colônia alemã, por entendermos ser este um aspecto interessante do conto.

O conto é iniciado com a descrição da paisagem da Picada Isabelle, vista de um morro, onde se localizam os personagens vindos da cidade que rumam à picada, situada pelo narrador *na parte norte da Província do Rio grande do Sul junto às encostas da montanha, ricas em matas e vertentes*<sup>9</sup>. A visão do morro sobre *profundidades inimagináveis e, por isso, estonteantes* gera muitas *exclamações de surpresa e espanto. Pois via-se as abençoadas campinas, emolduradas por escuras montanhas cobertas de matas. Vista do morro a paisagem era sedutora e extasiante, e o coração receptivo sentia-se tão enfeitiçado, que havia o receio de quebrar o encanto alentador*. O narrador se delonga:

O que se via pode ser dito com poucas palavras: um profundo e alongado vale, banhado pelo Arroio da Bica, apresenta-se ao

---

<sup>9</sup> Todos os trechos retirados do conto são aqui destacados em itálico e sem aspas. Apenas aquelas citações mais longas recebem indicação da página.

expectador. Quase no centro está a igreja com torre um tanto quanto tosca; em volta, localiza-se o cemitério, plantado com algumas palmeiras e cercado por muro de pedras, buscadas do campo e ajustadas entre si. Diante do portal, vê-se duas pequenas casas, cujas paredes brancas brilham claras sobre as escuras sombras das laranjeiras. Uma delas, em todos os casos, é a escola, como se pode deduzir das crianças a brincar e dos diversos cavalos amarrados na frente da casa. A casa alongada, no primeiro plano, sem dúvida, é a venda. Caso não no-lo denunciasse as muitas estribarias e a atividade no descarregar das montarias, o “Kerbebaum”, a árvore do Kerb, com a sua coroa murcha no alto, nos daria a informação. As demais moradias estão encobertas. Quem já visitou a colônia mais vezes sabe que deve procurar as casas dos colonos entre os grupos de laranjeiras que aparecem aqui e ali. No mais, só se percebe algumas vacas e mulas a pastar e nota-se algumas plantações na caída dos montes, as quais se distinguem, através da cor mais clara de seus frutos, da vegetação mais escura da mata. (ROTERMUND, 1997, p. 9-10)

A beleza natural do Brasil é somada de forma harmoniosa a intervenção humana. A imagem do Brasil, como país tropical e diametralmente oposto à Alemanha, é construída pelo discurso romântico que enaltece a exuberância, o “sempre verde” da natureza e o sol – *poderoso padroeiro protetor das estradas do Brasil*. Nesse aspecto, Rothermund não supera as características gerais e a influência romântica que, segundo Huber (s/d), marca à época a literatura teuto-brasileira em seu conjunto.

No ambiente rural da colônia, a obra humana parece integrar o ambiente e o asseio, a ordem e a simplicidade da vida na colônia, são destacados na narrativa. As várias passagens do texto que descrevem com detalhes elogiosos as casas dos colonos, parecem pretender mostrar também uma cultura doméstica (*Wohnkultur*) comum, que compõe o que seria a paisagem típica de uma colônia alemã. A presença da igreja na Picada Isabelle também aparece inúmeras vezes na descrição de sua paisagem, não só indicada pela centralidade do edifício (simbolizando seu destaque no espaço) mas, de forma mais sutil, pelo soar do sino constantemente referido:

(...) o vale estava mais calmo no silêncio do sábado. Somente os sons dos sinos perpassavam em majestosas ondas sonoras o ar,

ordenando o descanso e lembrando a festa do dia seguinte. (ROTERMUND, 1997, p.26).

O soar do sino na narrativa é peça fundamental à imagem que se pretende transmitir da colônia alemã. Ele é sinal não só de civilização na mata, no isolamento dessas comunidades, mas também revela a influência da igreja protestante<sup>10</sup> na organização do tempo – e, portando, da vida – da comunidade. São comuns as passagens em que o soar do sino, aparentemente ouvido em todos os lugares na picada, orienta a ação dos personagens<sup>11</sup> (dos “bons colonos”, claro), através do qual o narrador nos mostra uma comunidade cristã.

A harmonia com a natureza e a beleza simples da colônia, associadas também à uma qualidade de vida, são percebidas por aqueles que, vindo da cidade, se aproximam da picada:

Não é por cansaço que aqueles senhores e senhoras cavalgam tão lentamente por entre a mata da montanha. Como vêm da cidade, sentem como cada respirada lhes faz bem em meio a esse portal da mata. Param muitas vezes quando um arbusto dá de si o odor forte de baunilha (...). Eles param e ouvem os pássaros e vêem-nos saltando de galho em galho, coloridos (...) (ROTERMUND, 1997, p. 25).

No conto, o desprezo dos imigrantes alemães de inserção urbana em relação aos colonos e ao modo de vida rural é constantemente ilustrado. Diz-se que na colônia não há cultura e que os “padrecos” dominam os colonos. Mas, aqueles personagens que valorizam a vida nas colônias (e estes são aqueles cuja fala tem maior legitimidade na narrativa), acusam a cidade de importar tudo o que consome, de apenas ter acesso a produtos artesanais “porcaria”, de afastar as pessoas da religião e dos valores morais e ensinar-lhes péssimos hábitos. Lembramos que a oposição “colônia X cidade”,

---

<sup>10</sup> Não há referência alguma no conto sobre a existência de uma igreja católica na picada.

<sup>11</sup> São exemplos deste argumento: *A mãe pôs fim à conversa: ‘Tenho que ir para a cozinha; vão, vistam-se, logo vai bater o sino’* e *Quando os sinos bateram, convidando para a igreja, Peter foi com sua esposa à igreja*.

ora de forma mais velada, ora de forma mais explicita, é um dos temas centrais do conto. A seguinte fala de Peter Lip é exemplo disso:

Eu não poderia mandar filho meu para a cidade. Minha Luíse também teve vontade de ir procurar emprego; havia ouvido algo sobre alto salário (...). Mas tirei a vontade dela. Até é quase preferível levar um filho à cova do que mandá-lo para a cidade.(...) Na cidade, eles aprendem a se vestir bem, a andar de nariz empinado, fazem dívidas e outras malvadezes. E quando voltam novamente para a colônia trazem consigo uma porção de coisas que não prestam .(ROTERMUND, 199, p. 33).

Como já foi dito, as identidades coletivas se redefinem situacionalmente numa mobilização continuada. A respeito da representação da paisagem da colônia no conto de Wilhelm Rotermund, se entendermos essa representação não como algo dado, mas como um construto cultural do espaço geográfico, portanto uma construção simbólica, é possível analisarmos o imaginário sobre a colônia alemã, expresso pelo discurso figurativo no conto. Esse discurso, que se apropria do real, é articulado a um modo de ver e a um modo de narrar especial. A paisagem, produzida pelo próprio exercício de observação que encerra a bagagem cultural do observador, que por sua vez fornece a “moldura” da imagem produzida, diz algo por si. Se levarmos em consideração a possibilidade de que a paisagem seja concebida como expressão das qualidades de uma determinada comunidade<sup>12</sup>, a insistente atribuição de virtudes à natureza e ao contato do homem com a mesma no ambiente saudável das colônias em oposição à artificialidade da civilização e da vida nas cidades, transmite o argumento central na narrativa: a valorização de uma identidade da colônia alemã.

Um esforço evidente de demarcação de diferenças entre os colonos (os “de dentro”) e os não colonos (os “de fora”), no sentido

---

<sup>12</sup> Como indica Simon Schama na Introdução de “Paisagem e Memória” (Companhia das Letras, 1996).

de uma territorialidade<sup>13</sup>, aparece quando o filho do vendeiro, rouba gado na “serra”, onde as pessoas são consideradas violentas. Sua mãe lhe diz: *Aqui na picada as pessoas são boas demais – mas lá na serra encontraste as pessoas certas*. Essa visão do espaço geográfico que localiza o vale e a picada como essencialmente alemães, não se trata de um apelo à adaptação ecológica mas, sim, de uma evidência de uma apropriação simbólica do espaço/lugar. Essa dimensão simbólica que descreve a picada como lugar das pessoas boas (em oposição à serra) está associada à idéia de segurança regional para o grupo (os “de dentro”). Sair da picada não seria, então, seguro e a insegurança age de forma a restringir o contato interétnico.

O conto de Rotermund procura dar uma visibilidade específica à colônia alemã. É bem provável que qualquer grupo de colonos trataria de derrubar a mata, construir casas, cuidar da lavoura etc. Não é este o ponto. A abordagem de Rotermund cuida de mostrar que tudo foi feito de uma maneira específica. Não é qualquer trabalho que é valorizado, mas aquele que extrapola o pragmático e atende aos fins étnicos, ou seja, aquele que o relaciona com a forma de ser do alemão idealizado: esforçado, ordenado, caprichoso, honesto. O destaque dado pelo autor à cultura material, como a paisagem construída da Picada Isabelle, a casa típica de um colono e sua *Wohnkultur* de modo geral (o que se põe à mesa, como se enfeita a árvore de natal etc.), permite mostrar que também a cultura material é um “meio para-linguístico” (não verbal) de marcação identitária, uma vez que determinados elementos são “operadores iconográficos” pelos quais a identidade é fisicamente expressa. Destarte, os argumentos de Rotermund seguem a lógica do que Frederik Barth (2000) chama de “conteúdo cultural das dicotomias étnicas”, que em termos analíticos são de duas ordens: as “orientações valorativas básicas, ou seja, os padrões de moralidade e excelência pelos quais as performances são julgadas” (como no caso

---

<sup>13</sup> A territorialidade, como apropriação simbólica de um grupo sobre o ambiente que toma como “seu”, é produto histórico, fruto de condutas de significação e identificação do grupo em relação a esse espaço.

do “trabalho alemão”, da religião protestante, etc.) e os “sinais e signos manifestos, que constituem as características que as pessoas buscam e exibem para mostrar sua identidade” (BARTH, 2000, p.32) (como no caso da cultura material descrita no conto – chucrute e batata servido à mesa, livro de orações na sala etc.).

Quanto à ênfase na descrição da paisagem da colônia e seu valor em relação à cidade, na trilha dos diacríticos étnicos, poderíamos transpor o argumento “colônia X cidade” para a oposição “alemão X brasileiro” ou, ainda, “mais alemão X menos alemão” para o caso dos imigrantes, uma vez que a cidade aparece no conto associada à sociedade nacional e ao afastamento dos alemães da cultura tida como original. Para além da relação da colônia com o “colono pioneiro”, imagem mítica da imigração teuto-brasileira, a valorização da vida integrada à natureza, do trabalho no campo, da prática religiosa protestante, da manutenção dos costumes rituais, das escolas étnicas e do ensino do idioma alemão estão relacionadas à esta oposição ao urbano. De forma implícita, o que aparece como contrário a tudo isso (poderíamos falar de um discurso – o da família dos bons colonos – e seu contra-discurso, associado à família dos “maus colonos”), poderia ser o Brasil. Colônia e cidade aparecem como “condensadores ideológicos” de duas identidades, a alemã e a brasileira, respectivamente e, como bem aponta Barth (2000), as categorias étnicas oferecem um certo “recipiente organizacional”, que pode receber variados conteúdos para os fins de identificação. Para Rotermund, a colônia representa um estilo de vida (rural, autêntico) capaz de manter sem contaminação a matriz da cultura germânica e o poder de atração urbana é tido como ameaça de assimilação; a alternativa proposta (tácita) é o “encapsulamento étnico”.

No conto, é perceptível o incentivo à mudança social (organização dos colonos) com perspectivas integrativas em relação à sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que as diferenças atinentes à etnicidade são acentuadas<sup>14</sup>. O incentivo é para que as

---

<sup>14</sup> Principalmente no momento da visita à comunidade do político Silveira Martins (único brasileiro que aparece no conto – que é inclusive um personagem histórico



dimensões simbólico-culturais alemãs sejam conjugadas com uma cidadania brasileira (pertencimento político) a ser conquistada. Parece haver um esforço em divulgar um estilo de vida especificamente local, rio-grandense, colono – ligado, claro, à noção de germanidade (*Deutschtum*) e, portanto, distinto da sociedade envolvente. A importância da colonização alemã no Brasil aparece no conto relacionada com essa manutenção da germanidade, uma vez reconhecida a superioridade da cultura germânica<sup>15</sup>. Conforme diz Seyferth, na imigração teuto-brasileira,

Há uma reivindicação da ‘civilização’ germânica no território colonizado, que incorpora a mudança social e cultural ocasionada pela conversão do emigrante em imigrante, tendo em vista a opção por uma nova *Heimat* (pátria) (SEYFERTH, 2004, p. 155-156).

No sentido que Eric Hobsbawm (1997) dá à expressão “invenção da tradição” – como reação a novas situações vividas por aqueles grupos que, em contraste com mudanças, buscam estruturar de forma fixa aspectos da vida social associados ao passado – entende-se que a relação estabelecida com passado histórico, ao qual se atribui a importância da manutenção de certas práticas, poderia ser inclusive artificial. De acordo com Hobsbawm, não há lugar em que não tenha havido a “invenção das tradições” em alguma medida, mas espera-se que ela ocorra mais comumente quando ocorrem transformações rápidas nas sociedades que de alguma forma

---

com o qual o autor Rotermond teve contato –, mas como defensor da causa dos imigrantes), onde há o incentivo à uma identidade rio-grandense dos colonos. Martins discursa aos colonos: (...) *Convidamo-los para que viessem a nossas plagas hospitaleiras a fim de que nos auxiliassem a explorar as riquezas do país, a fim de que trabalhassem conosco para a grandeza e o futuro do Brasil. Para tanto, é necessário de que se mantenham dignos de sua grande nação do outro lado do oceano. Seria uma vergonha para o nosso país, caso os alemães aqui se perdessem.*(...) (ROTERMUND, 1997, p.62).

<sup>15</sup> Roberto C. de Oliveira (1983) chama a atenção para a abrangência das relações étnicas e suas diferentes modalidades e aponta para a importância da análise dos casos onde imigrantes de países de “culturas dominantes”, prestigiosas, inseridos em sociedades receptoras “periféricas”, usufruem nas sociedades anfitriãs do *status* elevado associado a seus países num quadro internacional (“white ethnicity”). Este parece ser o caso da imigração alemã no Brasil.

desloquem o uso ou a oferta de velhas tradições. Dessa forma, a migração e o subsequente contexto interétnico são eventos propícios à invenção. Quanto ao “passado histórico” dos colonos alemães no Brasil, a historiografia mostra que estes não conformavam um grupo homogêneo antes da emigração, dada a diversificação das regiões de origem, e que o próprio processo de imigração no Brasil não foi uma trajetória exatamente padrão para todo eles: variados eram os motivos e as condições que os trouxeram ao Brasil e de como aqui se instalaram. No entanto, o apelo à trajetória comum dos imigrantes alemães (personificada da figura do pioneiro como um “mito fundador”), é um argumento indelével da identidade teuto-brasileira e parece ilustrar a crença subjetiva num passado comum – que por sua vez parece justificar certa regulação e manutenção de práticas associadas a este passado.

Partindo de um esforço analítico de abordagem do conto, poderíamos considerar a possibilidade de que um costume, um hábito na Alemanha, como consumir frutas secas e castanhas no inverno, se torne uma tradição alemã no Natal celebrado no Brasil (como feito pela família de Peter Lip, colono ideal), em pleno verão. Não queremos dizer que este seja um hábito apenas alemão mas, sim, que no conto o consumo de frutas secas e castanhas assume uma nova função simbólica como marcador étnico. Sugerimos apenas que a insistência na perpetuação de certas práticas e sua “essencialização” como alemãs, na representação de Rotermund, envolvem certa inventividade, no sentido de sua etnização, ou seja, a atribuição de um propósito étnico. Sua manutenção atende a fins simbólicos e não pragmáticos e sua regulação se dá por regras subtendidas de valores relacionados com a germanidade que, por sua vez, é inculcada pela repetição dessas próprias práticas. Para aqueles teuto-brasileiros nascidos no Brasil, são essas práticas que mostram o que é ser alemão e como ser alemão no Brasil e “pertencer a uma categoria étnica implica ser certo tipo de pessoa e ter determinada identidade básica; isso também implica reivindicar ser julgado e julgar-se a si mesmo de acordo com os padrões que são relevantes para tal identidade” (BARTH, 2000, p.32).

O conto de Rotermund analisado apresenta uma versão da estruturação da “comunidade étnica” num formato teuto-brasileiro, onde os elementos de pertencimento e exclusão do grupo são articulados discursivamente. Nesse sentido, podemos observar que através da linguagem poética e lírica sobre o espaço, a atmosfera e o modo de vida dos colonos, o conto nos apresenta um sistema de representações, um relato, que é um recorte apresentado pela “moldura” do autor. Na esteira da análise de Gans (2004), é interessante pensarmos que a literatura pode modelar o imaginário social sobre a paisagem e seus personagens. Isso quer dizer que a construção da atmosfera pela narrativa do autor, a elaboração de sua imagem, pode fundamentar a identidade regional e a auto-imagem dos habitantes, de forma que a imagem narrada se torna a imagem do imaginário social. Teriam os escritos de Rotermund e sua expressão do espírito da teuto-brasilidade contribuído para a forma de olhar dos alemães sobre si mesmos e sobre as colônias? Teria a imagem do autor evoluído para um modelo imaginário, arquetípico da colônia alemã e seus personagens no Brasil? Estas questões permanecem aqui sem respostas. Mas que elas indicam caminhos interdisciplinares a serem percorridos, não há dúvida.

## Referências

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas* / Tomke Lask (org.). Rio de Janeiro: Contra Capa: 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Enigmas e soluções: exercícios de Etnologia e de Crítica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987..

FOUQUET, Carlos. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.

GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004.

GERTZ, René E. *Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica*. Textos de História, vol.16, nº2, 2008.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: *A Invenção das Tradições* / Eric Hobsbawm e Terence Ranger (orgs). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUBER, Valburga. *A Literatura de imigração alemã e a imagem do Brasil*. Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br> (acessado em Julho de 2011).

NEUMANN, Gerson Roberto. *Os dois vizinhos. Cenas da colônia, de Wilhelm Rotermund*. Contingentia: Revista do Setor de Alemão da UFRGS, v.4, n.2, 2009. <http://seer.ufrgs.br/contingentia>.

ROTERMUND, Wilhelm. *Os dois vizinhos e outros textos*. São Leopoldo: SINODAL : Porto Alegre: Edições EST, 1997.

SANTOS, Luis Alberto Brandão Santos. Literatura e História: convergência de possíveis. In: *Romance histórico: recorrências e transformações* / Maria C. Bruzzi Boechat e outros. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2006.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: *Fazer a América* / Boris Fausto (org.)- 2.ed. – São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Ideia de Cultura Teuto-Brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 10, n.22, jul./dez. 2004.

# A FAMÍLIA WOLF NA LITERATURA BRASILEIRA

Richard Jeske Wagner

*Resumo:* No presente trabalho será abordada a relação intertextual de uma família teuto-brasileira presente na literatura teuto-brasileira inserido no contexto sul-rio-grandense. O trabalho também visa analisar de forma cronológica a presença dessa família, que embora não seja de fato consanguínea entre si nas obras analisadas (intertextualmente), possui a princípio semelhanças gritantes e posteriormente propositais diferenças. A família Wolf aparece cronologicamente nas seguintes obras: *Um rio imita o Reno* (Viana Moog, 1939), *A asa esquerda do anjo* (Lya Luft, 1981) e *Valsa para Bruno Stein* (Charles Kiefer, 1986). A relação de intertextualidade carrega consigo aspectos relativos a migração alemã ao Rio Grande do Sul e relações de comportamento dos imigrantes/descendentes teuto-brasileiros.

---

## Introdução

A família Wolf/Wolff é uma família fictícia que aparece em três romances da literatura brasileira presente no cenário sul-rio-grandense: “Um rio imita o Reno” Viana Moog (1938); “A asa esquerda do Anjo” Lya Luft (1981) e “Valsa para Bruno Stein” Charles Kiefer (1986). O presente trabalho é um fragmento e continuidade do projeto intitulado “Os alemães e seus descendentes na Literatura Brasileira – sua representação em novos autores” que foi vinculado à Universidade Federal de Pelotas em 2009 pelo professor Dr. Gerson Roberto Neumann com a intenção de ler e analisar a imagem do imigrante/descendente teuto-brasileiro na literatura brasileira contemporânea, visto que a literatura de mesmo cunho já fora analisada anteriormente a esse período – as obras “A ferro e fogo” Josué Guimarães (1972), “O Tempo e o Vento” Érico Veríssimo (1949) na obra crítica “Entre ficção e realidade: a imagem do imigrante alemão na literatura brasileira”, a qual redige um trabalho crítico e reflexivo sobre essa literatura que vai até meados dos anos 1970 por Renate Schreiner – o projeto foi arquivado/desmantelado em 2011 por razões legais.

Nos três títulos mencionados foi notada uma semelhança intertextual entre as obras selecionadas. Em todas as três obras presentes no projeto a família assemelha-se pelo nome “Wolf”/“Wolff”. A palavra “Wolf” em alemão significa lobo. O lobo não está presente apenas na literatura, mito e cultura alemã, mas é também mundialmente conhecido. O lobo presente nessa cultura mencionada carrega vários atributos, entre eles o poder e a maldade. O lobo está presente em mais destaque na obra “Rotkäppchen” (Chapeuzinho Vermelho) compilada pelos irmãos Grimm na Alemanha. Além do mesmo sobrenome as semelhanças são marcadas por outras por outras características que levam ao leitor comum a pensar que de alguma maneira seriam a mesma família ou que possuísem um grau de parentesco, o que não pode ser comprovado, apenas suposto.

As três obras, assim como demais obras do referido projeto, são formadoras do imaginário popular do leitor, as quais trazem uma ideia ou conceito de como é pensada a figura desse imigrante/personagem na literatura. A literatura não é fonte de consulta para a vida real, mas reflete pensamentos e conceitos e ideias assimilados pelo imaginário da sociedade e do autor do livro. A literatura também não é necessariamente fonte histórica, mas pode subverter pensamentos ditos convencionados para que possam contá-la de forma alternativa seguindo o conceito da metaficção historiográfica, mas também tentando reproduzir mais fielmente possível a história, seguindo o modelo do romance histórico tradicional.

### **A obra: Um rio imita o Reno – Viana Moog (1938)**

Escrito às vésperas da segunda guerra mundial a obra de Viana Moog retrata a família de imigrantes/descendentes teuto-brasileira “Wolff” e seus conflitos culturais e sociais e emocionais com os “brasileiros”. A história se passa na cidade fictícia de “Blumental”, a qual faz alusão à “Blumenau-SC”, e também São Leopoldo-RS e Novo Hamburgo-RS, as duas últimas, as quais a cidade do romance é baseada, devido a sua proximidade com o Rio dos Sinos, o rio que se assemelha ao rio Reno e também pela sua

colonização massivamente alemã. “Depois a atenção do engenheiro voltou-se para as placas e letreiros, onde procurava decifrar os dizeres: *Apotheke, Schumacher, Bäckerei*” (MOOG, 1938, p. 11). A cidade é descrita com um clima de superioridade a outros centros urbanos e cidades do país, sendo seu clima parecido com o europeu, um clima referente ao vale do Reno, exalando seu ar de superioridade criado pela aclamação dos alemães da cidade ao ditador Adolf Hitler:

“Na outra esquina o pelotão entra a cantar uma canção guerreira. Pela mente de Geraldo perpassam multidões de soldados com capacete de aço, marchando naquele mesmo passo. Já o pelotão fez alto em frente do Seminário Evangélico. Geraldo devora a cena com os olhos. O chefe destaca-se novamenre do grupo e, tendo agora agora a seu lado o porta-estandarte, empunha a bandeira com a cruz suástica, infla o peito e berra:

– HEIL HITLER!

Vibrante, estentóricio, acode o pelotão da mocidade, com o braço estendido:

– HEIL! HEIL! HEIL!

Geraldo continua a ver as multidões do cinema. Multidões compactas, automáticas, de braço levantado. Multidões ululantes. E ouve as vozes, como se ali perto as propagasse em grandes ondas sonoras um possante alto-falante: “DUCE, DUCE” ... “HEIL, HITLER” ... FÜHRER ... FÜHRER ...” (MOOG, 1938, p. 26, 27).

A personagem Lore, a qual seu nome é notavelmente baseado em um poema alemão de Heinrich Heine denominado “Lied von der Loreley” (Canção de Loreley) Loreley, sereia do conto que se passa no Rio Reno na Alemanha se envolve amorosamente com o “brasileiro” chamado Geraldo Torres nascido na Amazônia e oriundo do Rio de Janeiro. O romance do casal é concretizado porém ele é interrompido devido sua circunstância étnica e familiar. A família Wolff, tradicional família teuto-brasileira de Blumental, era contra tal relacionamento, pois se tratava de um típico brasileiro, o que não poderia acontecer em uma família nazista, tento até mesmo um quadro de Adolf Hitler em sua casa: “(Karl) Não podia desviar os olhos do retrato de Hitler.” (MOOG, 1938, p. 182) A vontade e a força da família prevalecem e o casal mantém-se separado, com Geraldo deixando a cidade e rumando ao Rio de Janeiro.

Os personagens, além de Lore, são representados por nomes e alcunhas devidamente alemães. Frau Wolff em poucos momentos é chamada ou descrita na obra pelo seu primeiro nome, Marta. Os demais personagens possuem ainda nomes típicos alemães, sem dar margem a alguma brasilidade possível. O exemplo mais claro disso é o membro mais novo da família Wolff. Paulo ou Paul, um garoto de aproximadamente de 10 anos de idade, era chamado no diminutivo por “Paulchen” (o sufixo “chen” em alemão remete sempre ao diminutivo de algo) e não “Paulinho”, o que seria a forma mais comum no Brasil.

Frau Wolff pode ainda ser diretamente comparada ao ditador Adolf Hitler, devido a sua postura e atitudes, e também pelo fato de gostar de piano, música e artes em geral, gosto similar ao ditador nazista. Seu grau de matriarca dentro da família é semelhante ao do *Führer*.

Ao final do romance a família Wolff acaba descobrindo através do primo Otto que possuía em sua família um bisavô judeu:

“Era na tarde em que o Primo Otto devia chegar. (...) (...)fazia um supremo esforço para concentrar a atenção na leitura de *Der Mythos des zwanzigsten Jahrhunderts*, de Rosenberg. Aquilo era um tanto cacete, mas precisava estar forte nas teorias do nacional-socialismo, para não decepcionar o primo Otto (...)

Arriscou uma pergunta:

– Como vai o partido?

– Que partido? – indagou Otto.

– O Nacional-Socialista ...

Otto pediu licença e acendeu um cigarro.

– Vai bem... – respondeu por fim

– Naturalmente o primo faz parte ... – sugeriu Frau Marta.

Otto fez um gesto vago:

– Fiz. (...)

– Depois que descobriram que nós temos sangue judeu, não duvido de mais nada.

Foi como se repente a terra tivesse cessado de girar e uma súbita a flitiva parada se tivesse produzido no universo inteiro. Frau Marta não pode deixar de soltar uma exclamação. (MOOG, 1938, p. 182, 188, 190).



Apesar de respeitado pelo seu trabalho na Alemanha Nazista Otto Wolff é deixado a Alemanha volta ao Brasil em detrimento do preconceito que começara a sofrer. Com esse acontecimento Frau Wolff é abatida mentalmente, pois seu comportamento e estilo de vida baseavam-se em conceitos pregados na Alemanha de Hitler, como a eugenia, superioridade cultural e outras ideias ligadas a uma imagem e a uma conduta não agradável por sua parte em relação ao outras pessoas que não fossem brancas de olhos claros:

### **A obra: A asa esquerda do anjo – Lya Luft (1981)**

O romance de Lya Luft do começo dos anos 80 é baseado na vida problemática de uma mulher com problemas de naturezas diversas. A obra cria um ambiente pesado de drama e seus detalhes acerca dos problemas recriam um ambiente inquietante e insolúvelmente problemático. Os problemas da personagem principal, Gisela, estão atrelados diretamente a sua família, *Familie Wolf*.

A família Wolf, família tradicional alemã, comanda por *Frau Wolf* é uma família desenvolvida num sistema matriarcal. Frau Wolf nem sequer possui um nome, mas é chamada pela alcunha de “Frau”. Na língua e cultura alemã as pessoas tratam-se na forma respeitosa e formal por Herr (homens) e Frau (mulheres) seguidamente pelo sobrenome. A não colocação dessa palavra, que quer dizer senhor e senhora respectivamente, é na maioria dos casos tratada como falta de respeito. Chamar alguém pelo primeiro nome é um privilégio concedido à família e amigos próximos, tal privilégio parece nunca ter sido concedido a algum membro da família, tendo essa família vivido até a morte de Frau Wolf respeitando ou temendo a mesma.

A personagem Gisela tinha desde o seu nome um problema atrelado à família, a pronúncia de seu nome, pois ela não sabia se era “Guísela” (pronúncia de língua alemã) ou “Gisela” (pronúncia de língua portuguesa). Gisela era filha de um pai alemão (filho de Frau Wolf) e uma mãe brasileira. Aos olhos da avó ela era híbrida, pois era uma garota loira de olhos pretos: “Penso que, talvez sem ela mesma saber, também me desprezava, pois eu era feia e sem

talentos, e comigo o sangue da família Wolf deixara de ser absolutamente puro.” (LUFT, 1981, p.13). Apesar de seu “hibridismo” ela era chamada de nazista na escola. Gisela invejava sua prima Anemarie, pois era uma garota de olhos claros loira e linda. Aos olhos da avó, sua prima era a neta perfeita e preferida, mais inteligente e mais bonita. Estando dentro do nível de eugenia pretendida pela matriarca da família.

Frau Wolf comandava sua família como um grupo fechado, e poucos tinham o privilégio de fazer parte desse clã, e os que participam precisam seguir regras de comportamento e etiqueta e idioma. A avó obrigava sua neta Gisela a tocar piano e a seguir diversas regras de etiqueta: “Tenho sete, oito anos. Ao menos três vezes por semana passo nesta rua para visitar minha avó e estudar piano. Um ritual a ser cumprido, como tanto numa família organizada: tudo é bem organizado na família Wolf, ao compasso da voz seca da matriarca, minha avó.”(LUFT, 1981, p. 11). A matriarca da família exigia que a família falasse na sua presença apenas a língua alemã, quase ignorando a língua portuguesa. A mãe de Gisela se esforçava para poder falar em alemão com Frau Wolf, pois não aprendera alemão quando era criança, pois é vinda de uma família brasileira, mas se esforçava por respeito e principalmente por medo: “(...) minha mãe fala alemão, devagar porque essa não é a sua língua. Mas esforçou-se e aprendeu o suficiente para abrandar a desaprovação da nova família” (LUFT, 1981, p. 14).

Frau Wolf simbolizava a figura de um ditador tirano em função de suas atitudes para com sua família. Era alguém intocável e acima de tudo e todos. Com a traição da prima Anemarie com tio Stefan Frau Wolf “exclui” a prima da família e não lhe dá apoio moral ou financeiro quando ela adoece de câncer. No dia do seu funeral ela cospe perto do caixão de Anemarie simbolizando um repúdio total pela traição da família e do descumprimento das regras morais estabelecidas por ela: “Depois deu um passo atrás, e sem qualquer sinal prévio cuspiu no chão diante da caixa negra” (LUFT, 1981, p. 93). Frau Wolf é a personificação de Adolf Hitler, pois levando em consideração todos os aspectos e até mesmo a idade, essa mulher é o espelho do Führer retratado nesse romance.

Analizando por outro viés intertextual Frau Wolf se assemelha ao lobo mal (Wolf em alemão significa lobo) e Gisela se assemelha à chapeuzinho vermelho.

Após a morte de Frau Wolf, as regras estabelecidas pela matriarca caem por terra. As pessoas da família já não falam mais alemão: “O apego às tradições do seu país também está-se frustrando, meus primos já não falam mais alemão; agora rapazes não comparecem mais aos almoços. (LUFT, 1981, p. 61).

### **A obra: Valsa para Bruno Stein – Charles Kiefer (1986)**

O romance retrata a vida familiar e amorosa de Bruno Stein. O personagem principal vive numa cidade fictícia chamada “Pau D’arco”, colonizada e habitada principalmente por alemães.

Bruno Stein é dono de uma olaria, a qual o mesmo comanda e tem 2 ou 3 funcionários. Sua família, principalmente seus filhos, não esconde o desinteresse de permanecer em Pau D’arco e dar continuidade à olaria de Bruno. Bruno Stein ainda narra o conflito de gerações e suas diferenças na figura de seus netos, que aparentemente não respeitam o avô: “As palavras vibravam ainda, não mais no ar mas na memória: cala a boca, a novela vai começar” (KIEFER, 1986, p. 29).

Bruno se envolve amorosamente com a nora, tal fato é considerado por ele mesmo imoral, pois obviamente ele estava traindo o próprio filho. Apesar do sentimento de culpa ele mantém por certo tempo a relação.

A família Wolf nesse romance está presente apenas como coadjuvante do romance. Arno Wolf é um mero empregado de Bruno Stein na olaria, e possui um comportamento alcoólico e formação escolar reduzida. “Herr” Wolf possui problemas com o álcool, afetando sua vida. Tendo apenas o emprego trabalhando na olaria não alcançando uma condição financeira agradável. Bruno Stein afirma que mantém o empregado, pois este se parece com o seu pai: “A presença de Arno Wolf lembrou-lhe o pai” (KIEFER, 1981, p. 87). A esposa de Arno Wolf também segue o mesmo nível financeiro e educacional de seu cônjuge, colocando a família Wolf

em um patamar de marginalidade em relação à família Stein e outras famílias teuto-brasileiras do local.

### **A família Wolf/Wolff**

As três obras da literatura sul brasileira, mas de abrangência nacional, narram através de momentos da história a vida de uma família alemã como imigrantes/descendentes teuto-brasileiros na linha do tempo da história do Brasil, mais precisamente no estado do Rio Grande do Sul, onde a colonização alemã é a mais acentuada no país. Essas três famílias representam três períodos ou três momentos do Rio Grande do Sul e do Brasil no tempo.

Nessas três obras o sobrenome não é a única semelhança intertextual dos romances escritos. Existe uma aparente continuidade nessa linha do tempo em relação a elas mesmas. Na linha do tempo de publicação dos livros há uma evolução das famílias dentro da literatura, levando a crer que essa família seja a mesma nas três obras.

Não é possível dizer que as famílias Wolf/Wolff tenha relação sanguínea entre si, mas suas semelhanças e relações intertextuais remetem a relações de evolução social e comportamental.

A primeira família Wolff descrita no romance “Um rio imita o Reno” de 1938 narra o período contemporâneo do ano de lançamento do livro. O romance relata a família Wolff como uma família nazista e impõe sérias críticas ao regime nazista e por quem os segue no território brasileiro, na sua maioria, teuto-brasileiros. O livro foi duramente criticado pela embaixada alemã no Brasil na época, causando um leve transtorno entre os dois países, que ainda não eram inimigos na 2ª Guerra Mundial.

A condição de “família alemã” é escrita de uma maneira que descreve os alemães e descendentes teuto-brasileiros como pessoas aristocráticas, sérias, sem senso de humor, fechadas em um pequeno grupo e principalmente racistas. Não existe pesquisa que prove o que exatamente o que é lido permanece no imaginário popular do leitor e especificamente do leitor brasileiro, entretanto, essa obra pode ter

contribuído para de certa forma denegrir a imagem do imigrante/descendente teuto-brasileiro. Mesmo sabendo que o autor se baseou em fatos históricos para escrever, colocando os personagens reais apenas no plano de fundo da história e colocando personagens fictícios no romance.

No romance que está em segundo na linha do tempo das obras estudadas, “A asa esquerda do Anjo” a família “Wolf” segue uma linha de comportamento da família “Wolff” do romance anterior. Ambientada em um período posterior a 2º Guerra Mundial a família se utiliza de um nazismo disfarçado em casa.

Frau Wolf de “A asa esquerda do anjo” possui mais características do regime nazista e autoritário que Frau Wolff de “Um rio imita o Reno”. Um exemplo disso é a forma de tratamento utilizada por Frau Wolf, a qual sequer tinha um nome. Em detrimento dos fatos ocorridos, Frau Wolf parece ser uma evolução da maldade de Frau Wolff.

A família Wolf também é baseada no comportamento familiar e na sua instituição “família”, sustentada pela matriarca Frau Wolf. Essa família segue o exemplo da família anterior e segue a ideia anterior da figura do imigrante/descendente teuto-brasileiro e sua figura de alguém sério e aristocrata.

Um exemplo, quicá o mais importante desse romance, é o mausoléu, identificada com a família: FAMILIE WOLF. A importância e adoração pela família levam o autor ao mesmo ambiente encontrado em “Um rio imita o Reno”.

A última família Wolf presente nessa linha do tempo na obra de Charles Kiefer “Valsa para Bruno Stein” retrata uma família Wolf com diferenças propositalmente gritantes em relação às famílias anteriores. “Valsa para Bruno Stein” descreve as famílias alemãs presentes no romance de forma mais fragmentada. A instituição família não é como nos romances anteriores, pois ela é fragmentada e não há nenhum impedimento de nenhuma parte para que isso aconteça.

O autor tem em seu repertório de obras a contextualização de problemas sociais atrelados às obras escritas. No seu romance

posterior “Quem faz gemer a terra” (1991) Charles Kiefer aborda problemas sociais e econômicos vividos por uma família alemã que perde a terra cedida pelo governo imperial na referida época para o banco e se junta ao Movimento Sem Terra para que possa reivindicar a posse de uma nova terra. A família Wolf do romance “Valsa para Bruno Stein” é de origem humilde e é provavelmente oriunda de perda de terra, apesar de tal fato não poder ser comprovado, apenas existe a margem e a possibilidade que de fato seja por razões de intertextualidade com outras obras e por interpretações possíveis. Colocar a família Wolf como família de origem humilde, baixa renda e de provável origem de agricultores é proposital para ele possa desconstruir um conceito de família de imigrantes/descendentes teuto-brasileiros pelos romances anteriores a esse, tal como “Um rio imita o Reno” (1938) e “Asa Esquerda do Anjo” (1981). Colocar família Wolf em segundo plano também é retirar o seu valor no imaginário popular brasileiro leitor de literatura do conceito negativo criado pelos autores anteriores, com o artifício de retirar a sua importância como família do romance.

Até então é possível afirmar verdades e inverdades acerca do comportamento da família Wolf e seu papel na história e na literatura. As duas primeiras famílias seguem a mesma linha de pensamento e de comportamento. A família Wolf de “A asa esquerda do Anjo” é a continuação não sanguínea da família Wolff na literatura.

A diferença de grafia no nome das duas famílias é quase insignificante, uma vez que essa diferença pode ter ocorrido pelo erro de um escrivão. Porém, normalmente a diferença gráfica em nomes alemães designa a origem da família, se judia ou alemã, o que acontece nesse caso – “Wolf” alemão, “Wolff” judeu. Apesar dessa diferença étnica, que neste caso não é crucial, pois a família apenas toma conhecimento de sua “condição” judia ao final do romance, sendo transferida toda a carga negativa para o próximo romance.

O que se entende do romance de Charles Kiefer é a subversão dos valores pretendidos nos romances anteriores. A colocação da família Wolf em um papel secundário e com seus

valores e características completamente mudados é a intenção clara de mudar a concepção acerca da família teuto-brasileira.

Para concluir, é possível afirmar que não em nenhum dos três romances a família possui relação consanguínea. Apesar das recorrentes características e similitudes, a família em cada romance é apenas a evolução do pensamento da imagem que cada autor propositalmente escreve em seu romance.

### **Escrevendo a história pela literatura**

A escrita literária tem participação fundamental na leitura do mundo ao seu redor e contribui assim para a narração de uma nação e de um fato histórico. É sabido, porém que a literatura e não é necessariamente uma fonte de pesquisa ou fonte histórica, pois é um texto fictício. Apesar de fictício o texto precisa ter verossimilhança, interna ou externa. No caso de verossimilhança externa o texto preciso fazer jus e corresponder ao mundo real.

Os romances em questão trabalhados apresentam verossimilhança interna e externa e mesclam acontecimentos e locais fictícios com os mesmos reais. No primeiro romance na linha do tempo a cidade é fictícia, porém baseada em cidades de colonização alemã. Assim como na obra de Viana Moog, a cidade de Pau D'arco presente na obra de Charles Kiefer é uma cidade fictícia baseada em cidades pequenas e rurais e colonizada por imigrantes alemães.

Em “Um rio imita o Reno” a *plot* se passa com o plano de fundo histórico da ascensão do nazismo na Alemanha e a eminente segunda grande guerra. Os personagens principais são fictícios e personagens da história são reais. Tais características representam um Romance histórico tradicional.

Os outros romances não possuem necessariamente um fato histórico específico em suas tramas, mas estão contando juntamente com a ficção a história da migração alemã ao Brasil. Essas narrativas narram não apenas o processo de colonização do Brasil/Rio Grande do Sul, mas também o processo natural de encontro entre esses

colonizadores e os que já estavam presente nesse cenário anteriormente.

Dentro da metaficção historiográfica é possível alterar a história contada em livros e outras fontes de informação através da ficção. Nessas obras apenas há detalhes fictícios essenciais para a escrita da literatura, configurando assim que todos os romances analisados pendem para o lado do romance histórico tradicional, uma vez que a colonização alemã, dentro desses romances, não traz nenhum ponto polêmico da história a ser debatido e levantados de dúvidas.

## Referências

AQUINO, Ivânia Campigotto. *A representação do imigrante alemão no romance sul-rio-grandense: A divina pastora, Frida Meyer, Um rio imita o Reno, O tempo e o vento e A ferro e fogo*. 2007. Tese (doutorado em literatura) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BARTHES, Rolando. O discurso da história; O efeito do real; A escrita do acontecimento. *O rumor da língua*. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 163-180; 181-190.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

HEINE, Heinrich. Das Loreleylied. In: *Buch der Lieder*. Berlim: Hermann Seemann Nachfolger, 1998.

HUBER, Valburga. *Saudade e Esperança: o dualismo do imigrante alemão em sua literatura*. Blumenau, Editora da FURB, 1993.

KIEFER, Charles. *Valsa para Bruno Stein*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

KIEFER, Charles. *Quem faz gemer a terra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

LUFT, Lya. *A asa esquerda do Anjo*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LUFT, Lya. *Reunião de Família*. Rio de Janeiro: Record, 2008.



MOMBACH, Clarissa. *A representação da cultura brasileira teuto-gaúcha na literatura sul rio-grandense contemporânea*. 2008. Dissertação (Mestrado em literatura comparada) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

MOOG, Viana. *Um rio imita o Reno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

NEUMANN, Gerson Roberto. *Os alemães e seus descendentes na Literatura Brasileira – sua representação em novos autores*. Projeto de Pesquisa. UFPEL, Pelotas, 2009.

SCHREINER, Renate. *Entre ficção e realidade: a imagem do imigrante alemão na literatura do rio grande do sul*. Lajeado, Santa Cruz do Sul, FATES, UNISC, 1996.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo EDUSP, 1994 p. 97-116.

# VERGUEIRO E SUA COMPANHIA DE IMIGRAÇÃO EM VERSÃO BIOGRÁFICA

Marines Dors<sup>1</sup>

*Resumo:* O trabalho pretende discutir a biografia “O Senador Vergueiro: sua vida e sua época (1778-1859)” escrita por Djalma Forjaz, em 1924. O Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro foi um político preocupado com o fim do sistema escravista e, nesse sentido, destacou-se pela preocupação e busca de alternativas para substituir o braço escravo, indicando a possibilidade da imigração. A partir da referida biografia, pode-se refletir sobre as características deste gênero, sua aproximação com a literatura, seu regime de historicidade e metodologia. Também serão verificadas a construção do personagem e sua atuação. No que se refere a imigração, contemplar-se-á o sistema de parceria firmado entre colonos e a Vergueiro & Companhia, uma empresa familiar, esclarecendo como o sistema foi visto pelo biógrafo, com base na análise de sua narrativa.

*Palavras-chave:* Biografia, Imigração, Senador Vergueiro.

---

## Introdução

A principal intenção deste texto é refletir sobre a construção de biografias na atualidade. No entanto, por tratar-se de um seminário que debate questões ligadas a imigração, fez-se a opção de focar a biografia de uma figura que é lembrada por sua iniciativa de colonização. A biografia escrita por Fojaz (1924), o modo como estruturou sua narrativa e as informações por ele apresentadas, abrem portas para nos acercarmos da figura do Senador (suas ideias e atuação) e, para discutirmos as características do gênero biográfico, nos seus regimes de historicidade.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História/UNISINOS.

## **O Senador Vergueiro e seu sistema pioneiro**

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro nasceu em Valle da Porca, Portugal, no ano de 1778. Seus pais chamavam-se Luiz Bernardo Vergueiro e Clara Maria Borges de Campos.

Formado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra em 1801, migrou para o Brasil em 1803, e estabeleceu-se em São Paulo. Durante alguns anos atuou como advogado para, a seguir, ocupar gradualmente inúmeros cargos públicos enumerados por Forjaz (1924, p. 7-9), entre os quais destaco o de Juiz das Sesmarias, Vereador, Deputado das Constituintes Portuguesa e Brasileira, Senador (cargo assumindo em 1828), Ministro da Fazenda, do Império e da Justiça, além de Presidente e Membro do Conselho do Imperador.

O Senador Vergueiro, como ficou conhecido, faleceu em 18 de setembro de 1859, no Rio de Janeiro. Ele é lembrado como um defensor da colonização particular. O primeiro contato do personagem com o assunto da colonização ocorreu em 1827 e, ao longo de sua trajetória, manteve-se fiel as posições tomadas inicialmente. Na discussão do Tratado com a Inglaterra sobre o tráfico de escravos, sugeriu a abolição por ser contra a razão e a humanidade. No entanto, ponderou, a esse respeito, que não se poderia deixar de providenciar os braços que iriam faltar. Motivo pelo qual cogita a introdução de colonos estrangeiros a fim de substituir gradualmente o trabalho escravo.

Em 1840 ocorreu a primeira imigração. Oitenta pessoas escolhidas na Província do Minho, em Portugal, foram estabelecidas na fazenda Ibicaba. No entanto, essa tentativa falhou devido a Revolução de 1842, conforme Forjaz (1924, p. 42). Passados alguns anos, apostou nessa possibilidade novamente. Em 1845 ofereceu ao Senado uma emenda ao orçamento, que foi aprovada, autorizando o governo a despendar até 200:000\$000 com a importação de colonos – Lei 369 de 18 de set. de 1845. A seguir, foi convidado pelo Governo Provincial e Imperial a receber os imigrantes, responsabilizando-se pelas despesas de transporte.

De seu casamento, com Maria Angélica de Vasconcellos, nasceram 10 filhos. Alguns deles se associaram ao pai formando a Sociedade Vergueiro & Companhia, sociedade civil de agricultura e colonização nos municípios de Limeira e Rio Claro e sociedade mercantil em Santos, de negócios de comissões em geral e de compra e venda de café e outros gêneros do país (Forjaz, 1924, p. 45).

Quatrocentos e vinte e três alemães, juntamente com alguns portugueses remanescentes da primeira tentativa, fundaram a Colônia Vergueiro em 1847, na Fazenda Ibicaba. A coadjuvação do Governo Provincial ocorreu somente em 1852, quando já haviam sido superados os problemas iniciais.

O sistema de parceria ou Sistema Vergueiro, como também é citado, consistia na obrigatoriedade contratual da Vergueiro & Companhia em pagar as despesas de transporte desde o país de origem até a fazenda, a adiantar o que fosse necessário para que os colonos pudessem subsistir enquanto não o conseguissem por meio de seu trabalho. Assim, recebiam a quantidade de cafeeiros que pudessem cultivar, colher e beneficiar. Quanto aos colonos, tinham obrigação de manter boa conduta, colher o café, cuidar do cafezal e replantá-lo, além de pagar os adiantamentos recebidos dentro do prazo e com os juros devidos. Enquanto o colono cumprisse o contrato poderia ficar na fazenda, podendo deixá-la ao saldar o débito.

Nas fazendas havia uma vila para os colonos, esses residiam com suas famílias. Embora os membros das famílias trabalhassem solidariamente, o colono proprietário era responsável pelo cultivo e preparo do café e, para tanto, fazia uso do trabalho escravo. Embasando-se nas palavras do “empreendedor”, Forjaz (1924, p.51) afirma que o sistema protegia tanto os interesses dos colonos quanto dos proprietários.

Fundado em fazendas paulistas, o sistema Vergueiro foi adotado, também em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná. Forjaz contabilizou sessenta colônias que abrigavam ao todo sessenta mil imigrantes (1924, p. 52). O biógrafo menciona, ainda, divergências entre vários colonos e proprietários no que se referia a

execução do contrato. Segundo ele isso repercutiu na Europa e a imigração para o Brasil foi prejudicada. Mas, o governo brasileiro, por meio de sindicâncias, demonstrou que as reclamações eram infundadas e os abusos constituíam-se exceções.

Forjaz (1924, p.53-54) listou como vantagens do sistema de parceria: a contribuição para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura e preparo de café; o fato de servir como modelo a grande número de colônias; o favorecimento a conservação de grandes estabelecimentos rurais, pois os proprietários puderam, mesmo com a repressão do tráfico, contar com braços para o cultivo de suas plantações e até para a exploração de suas terras incultas; a generalização da ideia de colonização na Província de São Paulo, originando a admissão de famílias brasileiras nas colônias, fomentando a produção agrícola; além da contribuição para o aumento das rendas do Estado e criação da política de substituição do braço escravo pelo livre.

Considerando as informações acima, mesmo que sistemáticas, julgamos ter apresentado o personagem biografado por Djalma Forjaz, para, a seguir, refletir sobre esta biografia: a maneira como é construída sua narrativa e o regime de historicidade ao qual se integra.

### **A biografia do Senador Vergueiro**

O livro, *O Senador Vergueiro sua vida e sua época*, descreve os fatos selecionados e considerados relevantes que, sob a ótica do biógrafo Djalma Forjaz, não podem ser esquecidos, incluindo, sobretudo, a atuação política, os pronunciamentos, os eventos dos quais participou o personagem. Não se trata de criticar a obra simplesmente, mas de compreender que, ela é fruto de uma abordagem histórica e que reflete também as convicções do autor.

Escrever biografias é um desafio, como sugere o título recente de Dosse (2009) e, cada biógrafo certamente reflete sobre sua produção biográfica. Lançam-se a escrita do gênero historiadores, literatos e jornalistas. Não há uma fórmula correta,

mágica ou rápida de biografar. Esse é sempre um trabalho que exige pesquisa, seleção, análise, crítica, método.

Visto que o gênero biográfico tem caráter híbrido, é aí que se identificam as diferenças. Dosse distinguiu três modalidades de abordagem biográfica: a idade heróica, a idade modal e a idade hermenêutica. Mas, ele é categórico ao afirmar que podemos detectar uma evolução cronológica dessas idades ou desses regimes de historicidade e, encontrá-los, ainda, de forma combinada num mesmo período. Ou seja, embora constatemos a renovação das discussões teórico-metodológicas sobre o gênero biográfico, isso não impede que continuem a ser escritas ou publicadas biografias que se inscrevem no regime de historicidade da idade heroica, por exemplo.

De acordo com a leitura que fizemos da biografia do Senador Vergueiro, podemos afirmar que ela caracteriza a idade heroica, visto que, conforme a definição de Dosse (2009, p. 123), discorre sobre as virtudes e serve de modelo moral edificante para educar e transmitir os valores dominantes as gerações futuras. Trata-se de uma historiografia de cunho positivista, atenta especialmente aos textos, aos documentos, aos acontecimentos espetaculares da história e que se preocupa com as peripécias e as vicissitudes dos grandes homens (ROJAS, 2000, p. 11).

Os protagonistas da narrativa são apenas os grandes homens, a saber, políticos e proprietários de terras. A iniciativa pioneira de Vergueiro surge na narrativa como um exemplo de colonizador, um herói nacional: “O promotor desta iniciativa, sem contestação, foi o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Só este serviço é suficiente para os posteriores os sagrarem um dos grandes beneméritos de São Paulo, senão do Brasil” (FORJAZ, 1924, p. 72).

O biógrafo quer formar uma memória em que o Senador emerge como merecedor da gratidão da nação pela iniciativa do sistema de parceria ou de colonização particular, da qual foi consequência, segundo ele, a colonização oficial. O Senador é apresentado como um patriota digno da estima dos paulistas. Um homem que introduziu no Império por esforços próprios a colonização alemã, e que praticamente provou a possibilidade do

trabalho livre nesta parte da América. Além disso, é apresentado também como precursor do movimento industrial, oferecendo relevo a Província de São Paulo por sua prosperidade e riqueza, motivo pelo qual não poderia ser esquecido (FORJAZ, 1924, p. 75).

Conforme mencionado anteriormente, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro defendia a colonização particular, também conhecida como sistema de parceria. Seu biógrafo esclarece que ele não julgava um bom negócio a colonização feita pelo governo, por ser dispendiosa e pela inaptidão dos colonos para desbravar o sertão onde não havia nenhuma estrutura para seu estabelecimento. Forjaz acrescenta ainda que, o Senador afirmava que as terras já tinham proprietários.

A respeito das ideias advogadas pelo Senador, Forjaz não faz comentários que não sejam elogiosos. Considerando que elabora seu texto num regime de historicidade, classificado como idade heroica, acima definido, caberia repensá-lo segundo uma perspectiva recente. De acordo com a chamada idade hermenêutica, buscar-se-ia contextualizar histórica e socialmente tais ideias e discursos do Senador, de modo interpretativo. Para tanto cabe lembrar que se trata de um homem da elite<sup>2</sup> e, como tal, suas ações políticas integravam um projeto comum e eram coesas aquelas dos demais membros da elite.

Para Rojas (2000, p. 25), a biografia histórica pode ser designada como uma obra de arte se ela elege aqueles indivíduos que, para serem entendidos exigem necessariamente a explicação do que chamamos de contexto, isto é, de seu meio, de sua época. Esse é um limite da narrativa composta por Forjaz, se consideramos a perspectiva de escrita biográfica do presente.

Os tempos atuais são mais sensíveis às manifestações da singularidade, que legitimam não apenas a retomada de interesse

---

<sup>2</sup> A elite brasileira “se caracterizava sobretudo pela homogeneidade ideológica e de treinamento. Havia sem dúvida certa homogeneidade social no sentido de que parte substancial da elite era recrutada entre os setores sociais dominantes” (CARVALHO, 2003, p. 21).

pela biografia como a transformação do gênero num sentido mais reflexivo. Na escola da escrita romanesca, os historiadores, sociólogos, antropólogos e psicanalistas transgridem o tabu que até então cercava o gênero biográfico. A pergunta sobre o que é o sujeito e os processos de subjetivação alimenta essa renovação da escrita biográfica, que a nosso ver já entrou na era hermenêutica, a da reflexividade. Já não se trata de identificá-la, mas de proceder a uma abordagem do outro como, ao mesmo tempo, um *alter ego* e uma entidade diversa. (DOSSE, 2009, p. 229)

Atualmente, ganham relevo, como comentamos a pouco, questões como a elaboração do contexto, a preocupação em não criar uma ilusão biográfica e, ainda, em delimitar semelhanças e diferenças entre biografias produzidas por profissionais das diversas áreas que trabalham com este gênero. Segundo a análise de Levi (2005, p. 174), até mesmo os historiadores abordam o problema biográfico de maneiras diversas, pois há o fascínio com a riqueza das trajetórias individuais e ao mesmo tempo a incapacidade de dominar a singularidade irredutível da vida de um indivíduo.

## **Escrever biografia no século XXI**

O papel que deve ocupar o “contexto” na elaboração de narrativas de caráter biográfico, é tema de discussão entre os autores que trabalham com este gênero de escrita. Levi (2005), por exemplo, esclarece que tais narrativas devem levar em conta a importância das relações sociais, da racionalidade individual e dos sistemas normativos. Ele evoca ainda, o alerta de Bourdieu (2005), sobre os riscos implicados em uma “ilusão biográfica”, e afirma ser tarefa indispensável daqueles que operam com este gênero de escrita, a reconstrução do contexto, isto é, da “superfície social” em que age cada indivíduo, numa pluralidade de campos a todo instante (LEVI, 2005, p. 169).

Autores sugerem diversas formas de conceber o contexto. Podemos pensá-lo, alternativamente, como um campo de possibilidades, no qual os indivíduos têm certo grau de liberdade e fazem escolhas, opções, tomam decisões de forma mais ou menos



racional, o que ocorre também devido aos projetos individuais<sup>3</sup>. De acordo com Levi (2005, p. 176), “as trajetórias individuais estão arraigadas em um contexto, mas não agem sobre ele, não o modificam”. Esse modo de estruturar o contexto, talvez, possa romper com a rigidez e a coerência com que é apresentado frequentemente.

Schmidt (2000, p. 57) pondera uma diferença entre a produção de biografias por historiadores e literatos. Enquanto nas biografias históricas os autores demonstram preocupar-se em fugir do voluntarismo individualista ao articular trajetórias e contextos, os literatos, utilizam referências históricas para ambientar as ações e as sensações dos personagens, conferindo, verossimilhança a narrativa.

A biografia narra acontecimentos, contém irregularmente informações sobre o nascimento, formação, atuação profissional e morte do indivíduo. E, o que confere sentido de unidade e constância numa vida é o nome do indivíduo. Embora o nome se mantenha, os indivíduos se modificam, sua concepção de mundo se amplia, se transforma pelas experiências, relações sociais, etc. No entanto, este processo é, na maioria das vezes, imperceptível. É próprio da natureza humana, estabelecer projetos, elaborar a memória através da lembrança e do esquecimento e, assim, postular uma identidade, em relação aos demais membros do grupo social, assegurada pelo nosso nome.

Ao mencionar a ideia de ilusão biográfica, Bourdieu nos deixa em dúvida: se o nome, essa constante que nos identifica ao longo do tempo, e nossa própria memória trabalham pela unidade, a biografia não serve, também, para justificar exatamente essa falsa coerência?

Não se trata apenas de pensar no biografado como um sujeito predestinado a ocupar um cargo político ou a tornar-se um grande homem, como faz Forjaz, ao narrar à infância de Vergueiro expondo

---

<sup>3</sup> As noções de campo de possibilidades e de projetos foram propostas pelo antropólogo Gilberto Velho (2003). Schmidt (2004, 2009) vem ressaltando a possibilidade de incorporá-las nas reflexões sobre escrita biográfica.

que “desde cedo revelara dotes excelentes” (1924, p. 9). Além disso, temos, no livro em análise, um texto construído com a finalidade de narrar e ressaltar apenas as iniciativas positivas do indivíduo e seu altruísmo. Mas, percebemos que o Senador Vergueiro, também possuía contradições em seus projetos, visto que defendia a imigração para abolir a escravidão, entretanto estimulava os colonos da Fazenda Ibicaba a utilizar a mão de obra escrava. Sobre essa questão Bruck (2009, p. 50) escreve que:

A vida, nas biografias, transcorreria seguindo uma ordem cronológica, mas que também é uma ordem lógica. Ou seja, o início, sua origem, possui também outro sentido que é o de motivação original e fundadora, de razão de ser. Razão que se estende até seu término, que também é seu objetivo e seu destino.

Mas, como qualquer outro indivíduo, o Senador Vergueiro passou por momentos difíceis, incertos, de decepção, tristeza, raiva, ódio. Não é possível avaliar se a vinda para o Brasil foi tranquila, como nos faz crer seu biógrafo ao afirmar que ele o fez “embalado pelos sonhos de moço, na esteira daqueles que, buscando esta terra privilegiada e encantadora, encontraram as agruras da vida, o conforto nas dádivas generosas da fortuna” (FORJAZ, 1924, p. 18-19). Da mesma forma que é difícil calcular como se sentiu ao perceber que a primeira tentativa do sistema de parceria foi mal sucedida. Como teriam reagido os familiares? E os imigrantes?

Se a sociedade é formada por indivíduos, como podemos dizer parafraseando o título de Elias (1994), é inconcebível uma biografia que não considere a superfície social em que age um indivíduo. No livro de Forjaz, não encontramos nomes dos colonos, nenhuma situação de sociabilidade entre eles e Vergueiro, e o mesmo se repete em relação ao biografado e seus familiares, que por sua vez são apenas listados. Schmidt (2000, p. 63) orienta os biógrafos para não se fixar na busca de uma coerência linear para a vida dos personagens, mas que busquem, antes disto, “apreender facetas variadas de suas existências, transitando do social ao individual, do inconsciente ao consciente, do público ao privado, do familiar ao político, (...) sem tentar reduzir todos os aspectos da

biografia a um denominador comum”. As ideias até aqui expostas estão em consonância com o que diz Avelar:

Mais do que fazer ‘revelações bombásticas’ ou trazer à tona facetas desconhecidas de seu personagem, o biógrafo deve sugerir respostas para questões como o funcionamento concreto de determinados mecanismos sociais e sistemas normativos, a pluralidade existente por detrás dos grupos e instituições tradicionalmente vistos como homogêneos, a construção discursiva e não discursiva dos indivíduos, as margens de liberdade disponíveis às pessoas em diferentes épocas, entre outras. (AVELAR, 2012, p. 77)

Segundo essa espécie de síntese sobre o que deve versar a biografia, podemos afirmar que a biografia histórica é uma forma legítima de produção de conhecimento. Contem rigor científico e método. Dosse (2009, p. 408) define a escrita biográfica como um pacto ou contrato de verdade comum aos biógrafos, garantia do sucesso de vendas do gênero. Sobre tal contrato em relação a literatura, Costa verifica que: “Hoje o status de ficcional ou factual depende de um contrato implícito. No caso do jornalismo o de narrar um fato verdadeiro. No da literatura, o de privilegiar a imaginação e a concepção estética.” (COSTA, 2005, p. 203 apud BRUCK, 2009, p. 59).

O gênero biográfico, como destacamos, vem sendo renovado, em parte devido a reestruturação da História, ao alargamento das fontes e a perspectiva, já citada, da interdisciplinaridade para alargar as possibilidades de interpretação e compreensão dos indivíduos biografados. Por meio da escrita biográfica os historiadores têm o privilégio de utilizar questionamentos e técnicas próprios a literatura, sobretudo o próprio recurso narrativo.

O trabalho ficcional do biógrafo, para Bruck (2009, p. 77) pode ser realizado de duas formas, a criação ou recriação e, a ativação, na construção, de ferramentas e técnicas que atribuam a essa narrativa uma distinção na dimensão estética da obra.

Imaginava-se que apenas os literatos podiam fazer largo uso da invenção. Todavia a historiadora Natalie Davis (1987) inovou quando experimentou integrar realidade e possibilidades a sua narrativa. No entanto, cabe o cuidado de sinalizar esses momentos

com o uso de algumas expressões, tais como: provavelmente, possivelmente, talvez, é possível presumir que, etc. Portanto, o historiador, como o literato pode utilizar-se da imaginação, posto que especifique isso ao leitor e suas hipóteses com base nas fontes de sua pesquisa.

As ponderações, do escritor Maurois, sobre o gênero biográfico – retomadas por Dosse (2009, p. 56) – o situam como “a meio caminho entre o desejo de verdade, que depende de um procedimento científico, e de sua dimensão estética, que lhe empresta valor artístico”. De tal modo, parece que “o biógrafo é comparável ao retratista, que faz sua escolha sem empobrecer o que há de essencial para a tela” (DOSSE, 2009, p. 56). Tais escolhas do biógrafo devem ser sempre pautadas na ética, no respeito pelo biografado, buscando compreendê-lo em sua historicidade.

O valor literário de uma biografia, para Bruck (2009, p. 186), assim como em outras tipologias discursivas, “está antes, e principalmente” na “determinação fundadora da obra em tecer um texto que estabelecerá, para além da exclusiva intenção da trajetória da vida do biografado, uma narrativa envolvente que fará prevalecer o literário”.

Ao finalizar essa reflexão estabelecemos a proposição de que uma biografia histórica além de ter valor científico, pode possuir valor literário e artístico.

## Referências

AVELAR, Alexandre de Sá. Escrita biográfica, escrita da história: das possibilidades de sentido. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org). São Paulo: Letra e Voz, 2012, p. 63- 80.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 183-191.

BRUCK, Mozahir Salomão. *Biografias e literatura: entre a ilusão biográfica e a crença na reposição do real*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009. 224 p.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 459 p.

DAVIS, Natalie. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 190 p.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009. 440 p.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 204 p.

FORJAZ, Djalma. *O Senador Vergueiro: sua vida e sua época (1778-1859)*. Vol. 1. São Paulo: Diário Oficial, 1924. 568 p.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 167-182.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografia como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito Bisso. *O Biográfico: perspectivas Interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. p. 9-48.

SCHMIDT, Benito Bisso. Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher excepcional. In: GOMES, Ângela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 155-171.

\_\_\_\_\_. Grafia de vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. In: *História Unisinos*. v. 8. n.10. São Leopoldo: Unisinos, 2004. p. 131-142.

\_\_\_\_\_. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: SCHMIDT, Benito Bisso. *O Biográfico: perspectivas Interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. p. 49-70.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 138p.

## **CARTAS E CORRESPONDÊNCIAS DE IMIGRANTES PORTUGUESES: PREPARATIVO DA VIAGEM**

Maria Izilda Santos de Matos<sup>1</sup>

*Resumo:* Os deslocamentos incluíram uma diversidade de trajetórias e multiplicidade de experiências, processos diferentes e simultâneos que compõem a trama histórica. Incorporando a perspectiva cultural, esta investigação pretende discutir a presença dos imigrantes portugueses em São Paulo (1890 e 1950), recuperando as referências aos preparativos da viagem, travessia e mala do imigrante. A pesquisa baseia-se na análise das cartas e correspondências localizadas no Memorial do Imigrante de São Paulo (antiga Hospedaria dos Imigrantes) e em arquivos portugueses (Arquivo Distrital do Porto e de Braga).

---

### **Deslocamentos: presente e passado**

Os processos migratórios recentes vislumbram o estabelecimento de novas ordens demográficas, não se pode prever todo o seu desencadeamento e amplitude, contudo, se constituem outros pontos de partida e polos de atração. As facilidades e agilidades das viagens, somadas as múltiplas possibilidades comunicação dinamizam os deslocamentos, tornando-os um “fenômeno” perceptível e provocando tensões, hostilidades, rejeições, conflitos e xenofobia nas sociedades receptoras. Estas tensões atuais levam ao reconhecimento da importância da temática das mobilidades, ampliam-se os estudos com diferenciadas perspectivas de análise, iluminando interpretações, enriquecendo abordagens e contribuindo para rever estereótipos.

As análises sobre os deslocamentos precisam ser ampliadas além dos condicionamentos demográfico-econômico-sociais e do paradigma mecanicista da miserabilidade, assim, não podem ser visto apenas como resposta às condições excepcionais de pobreza,

---

<sup>1</sup> PUC/SP – CNPq.

fruto das pressões do crescimento da população (modelo malthusiano) ou de mecanismos impessoais do *push-pull* dos mercados internacionais. Estes processos superaram os limites das necessidades estritamente econômicas, sendo importante observar questões políticas (refugiados, perseguidos e expulsos), étnico-raciais, culturais, religiosas, geracionais e de gênero.

Os deslocamentos aparecem como alternativas adotadas por uma gama abrangente de sujeitos históricos, alguns inseridos em fluxo de massa, grupos, familiares ou em percursos individuais; através de processos de migração engajada ou voluntária, abarcando diversos extratos sociais, levas e gerações; envolvendo agentes inspirados por estratégias e motivações diferenciadas, inclusive culturais e existenciais. Entre as múltiplas motivações que levaram às mobilidades encontra-se a procura da realização de sonhos, abertura de novas perspectivas, fugas das pressões cotidianas e a busca do “fazer a América”, em variadas representações construídas e vitalizadas neste universo.

Cabe ressaltar nos mecanismos que viabilizaram estes processos a constituição de redes, com o estabelecimento de relações interpessoais e institucionais (agenciadores, aliciadores, aparatos de propaganda, meios de comunicação), além da organização do sistema de navegação comercial, que viabilizou o transporte transoceânico em massa. Assim, pretende-se discutir vínculos estabelecidos, circuitos de sustentação nas regiões de saída e de acolhimento, expectativas e sonhos construídos no processo, tensões e frustrações, possibilidades de reencontros e reconstituição familiar.

### **O sonho americano: histórias e historiografia**

No Brasil, a temática da imigração vem sendo privilegiada pela historiografia, tendo produção ampla, diversificada e enriquecida por abordagens que analisam aspectos diferenciados da questão. Os deslocamentos ibéricos só mais recentemente têm instigado aos pesquisadores, contudo, parte significativa dos trabalhos se volta para o Rio de Janeiro, aonde a presença portuguesa foi significativa e marcante.

Os estudos sobre imigração em São Paulo privilegiou certos grupos, em particular, os italianos e japoneses. Só contemporaneamente que apareceram trabalhos que analisam os ibéricos e em particular os portugueses, sendo algumas destas investigações sobre a perspectiva cultural.

A chegada dos trilhos da ferrovia Santos-Jundiaí (1863) conectou a cidade de São Paulo com o porto exportador-Santos e a com a zona produtora de café (no interior do Estado). Os trilhos não só transportavam rápida e eficientemente o café, também traziam de várias partes do mundo, particularmente, da Europa, uma ampla gama de imigrantes, além de toda uma variedade de produtos e influências, gerando e dinamizando um “vetor modernizador”.

Neste período, a expansão urbana de São Paulo esteve vinculada diretamente aos sucessos e/ou dificuldades da economia cafeeira, a cidade consolidou-se como centro econômico e político, polo de desenvolvimento industrial, mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços. No ano de 1872, a população de São Paulo era de 31.385 pessoas; segundo o censo de 1890, elevou-se para 64.934 habitantes; já em 1900, eram 239.820 moradores. Em 1920, a população da cidade mais do que dobrou, atingindo a cifra de 579.033 pessoas.

O “sonho americano” e a atração exercida pela cidade prosseguiram, concentrando um significativo contingente de trabalhadores. Enquanto uns dirigiam-se para o comércio, outros ficavam nas atividades por conta própria ou foram impelidos para o trabalho assalariado em vários ramos: indústria, comércio, obras públicas e serviços.

Entre 1920 e 1940, a população da cidade mais que duplicou, saltando para 1.326.261 habitantes. Em 1934, totalizavam 287.690 estrangeiros (destes 79.465 eram portugueses), que formavam um mosaico diversificado de grupos étnicos com seus descendentes, que juntamente com os migrantes constituíam-se numa multiplicidade de culturas, tradições e sotaques.



## **Portugueses: mobilidades, políticas e ações**

A imigração portuguesa para o Brasil foi um processo contínuo, que envolveu experiências múltiplas e diversificadas, abarcando várias levas, de diferentes regiões do continente e das ilhas; alguns vieram subsidiados, outros por conta própria; alguns chegaram no começo do processo (nos anos finais do século XIX e nos inícios do XX), outros após a Primeira Grande Guerra ou durante o período salazarista.

Entre 1887 e 1900, os portugueses representaram 10% do total de entradas em São Paulo, proporção que entre 1900 e 1920 subiu para mais de 29%. Em termos de período, os anos de 1910 a 1914 marcaram a vinda do maior contingente luso (111.491), em função da crise econômico-social e das dificuldades políticas com o fim do regime monárquico português, também pela preferência dos imigrantistas paulistas por esse grupo.

Os portugueses emigravam por vários motivos: dificuldades econômicas, sociais e familiares, fugas ao recrutamento militar, poucas oportunidades de trabalho, baixos salários, tipo de propriedade e sua exploração, tensões políticas, atraso tecnológico, além do desejo de “fazer a América”. Assim, as partidas foram contínuas e frequentes, vinculadas aos descontentamentos, estratégias de sobrevivência, buscas de outras possibilidades e realizações de sonhos.

Para o recrutamento de imigrantes portugueses foi organizada toda uma rede regular de propaganda, divulgação de informações (notícias na imprensa, panfletos, cartas), agenciamento e transporte, com a participação de companhias e empregadores, alguns recebiam subsídios do governo brasileiro e/ou paulista ou trabalhavam para eles. Constituiu-se uma cadeia que tinha como elos moradores das aldeias e freguesias, religiosos, autoridades e empresários. Esta rede funcionou entre Portugal continental, as Ilhas e o Brasil e passou a ser intensificada tendo como destino o porto de Santos, nos anos iniciais do século XX.

Quanto à política portuguesa de emigração, em seu processo pode ser considerada ambígua, ora repressiva (especificamente em relação aos jovens, mulheres só e saídas clandestinas) ora permis-

siva. A emigração sofria a oposição dos grandes proprietários rurais, para os quais significava a evasão de braços, estes pressionavam o governo para conter as saídas; mas, o governo via na emigração uma possibilidade de limitar as tensões no campo, além de sustentar as remessas, que adquiriram importância nas finanças portuguesas, estimulando investimentos e sendo decisiva na balança de pagamentos.

Os deslocamentos eram uma possibilidade frente aos problemas sociais no campo e nas cidades portuguesas. Os emigrantes eram majoritariamente do Norte de Portugal, áreas de predominância da pequena propriedade; os que vinham do Noroeste eram maior parte homens sozinhos (solteiros e casados); já entre os do Nordeste predominava a emigração familiar. No sul, o interesse nas saídas tornou-se mais expressivo a partir das crises advindas com a Primeira Grande Guerra. (LEITE, 2000)

A emigração masculina continuamente ultrapassou a familiar. As saídas de família eram o centro das preocupações das autoridades portuguesas, pois além de provocar a desaceleração do crescimento demográfico (com o envelhecimento da população e a falta de perspectivas matrimoniais), afetava as remessas, recursos importantes para equilibrar a balança de pagamentos. (PEREIRA, 2002)

A prática dos homens saírem primeiro visava criar condições para chamar os familiares, podendo ser identificada como uma ação preventiva frente aos possíveis infortúnios. Contudo, estas saídas afetaram a estrutura familiar, ampliando a responsabilidade das mulheres que passaram a arcar com os cuidados e sustento dos filhos, a manutenção da propriedade e negócios, além das atividades domésticas.

Se a emigração portuguesa foi a princípio prioritariamente masculina, o contingente feminino cresceu gradualmente, podendo-se verificar um aumento no número de mulheres casadas. Na primeira década do século XX, a porcentagem de mulheres alcançava mais de 25% do total de entradas e no início da segunda oscilou entre 35% e 40%. Assim, a imigração lusa até então

caracterizada como individual, masculina e temporária, tornou-se, tendencialmente, familiar e permanente.

Apesar dos estímulos a imigração, ações governamentais, particularmente, durante o Governo Vargas (1930-45) foram criadas medidas restritivas as entradas, ampliaram-se as preocupações em filtrar os imigrantes que melhor se adaptassem ao país. Apesar da política anti-imigratória, os deslocamentos portugueses foram defendidos por autoridades brasileiras e portuguesas – que apregoavam a exclusão do sistema de cotas, concretizando-se nas leis que favoreceram os lusos em detrimento de outros estrangeiros. (MENDES, 2010)

Cabe destacar que não houve um único padrão de deslocamento, muitos imigrantes eram chefes de família, vieram antes de seus familiares que ficaram aguardando as chamadas; outros chegaram crianças ou jovens, sem a família nuclear; em outros casos, a família veio junta, algumas delas não permaneceram unidas no novo contexto ou nunca se encontraram e/ou não voltaram a se constituir, gerando toda uma complexidade de situações vivenciadas.

### **Laços de união: discutindo a documentação**

Falar da imigração portuguesa constitui “o resultado histórico de um encontro entre o sonho individual e uma atitude coletiva” (PEREIRA, 2002), assim, se sintetiza a importância das histórias de vida para entender o conjunto de experiências individuais e transformações sociais. Esta investigação se insere numa corrente que pretende estabelecer as articulações entre relações sociais, étnicas, de gêneros, gerações, práticas e modos de vida, numa perspectiva de incorporar os imigrantes portugueses á história, cessando de considerá-los como objeto dado, para conhecê-los como sujeitos históricos que se constroem na e pela experiência cotidiana, procurando integrar as tensões sociais de um processo permeado de resistências, conflitos e confrontos.

Reconhece-se a pesquisa empírica como elemento indispensável e neste sentido, valoriza-se o uso de uma diversidade

de fontes, que constituem um mosaico de referências do passado, com destaque para as cartas. A dificuldade enfrentada pelo investigador está mais na fragmentação do que na ausência documental, requerendo uma paciente busca de indícios, sinais e sintomas, acrescida da análise detalhada atentando para os múltiplos significados da documentação.

Os estudos das cartas e correspondências têm privilegiado as escrituras de figuras de destaque intelectual e político. Na atual pesquisa, as missivas endereçadas e recebidas envolveram sujeitos históricos populares e anônimos – e/imigrantes lusos-, tornando a análise mais complexa, porém com grande potencial para descobertas.

As cartas dos e/imigrantes se caracterizam como um testemunho precioso de fragmentos de diálogos entre dois mundos, mas, ainda são fontes pouco exploradas nos estudos dos deslocamentos. Deve-se advertir que as missivas se constituem num corpo documental irregular, apesar de serem dirigidas a um destinatário (com o qual se deseja estabelecer uma prática interativa), muitas vezes não se obtinha respostas, foram extraviadas ou então não foram preservadas. Nestes acervos foram encontradas missivas variadas: cartas oficiais e de chamada, correspondência familiar e de negócios, algumas prestando contas, outras só informativas.

Os escritos epistolares encontram-se marcados pelos desejos da manutenção dos vínculos com as origens, possibilitando perceber trocas de notícias. Elas privilegiaram questões da vida doméstica e do cotidiano, faziam referências às remessas e seus aplicativos; já outros escritos eram pessoais e até íntimos, relações e tensões de família e de gênero, expondo relações afetivas de amor, rancor, ruptura e saudades, desabafos e confidências, possibilitando captar as sensibilidades.

Nesta investigação, as cartas se destacam, não só pela sua quantidade, mas, pela riqueza de seus relatos, permitindo maior compreensão do processo de deslocamento dos portugueses para São Paulo-Brasil. As correspondências foram localizadas na Hospedaria

do Imigrante de São Paulo<sup>2</sup> e em arquivos portugueses (Arquivo Distrital do Porto e de Braga)<sup>3</sup>.

### **Cruzando mares: democratização da escritura**

Apesar da sua ancestralidade, a escrita epistolar se alargou com a ampliação das comunicações e intensificação das mobilidades. Facilitados pelo desenvolvimento dos transportes a vapor (trens e navios), os deslocamentos se tornaram “fenômenos” de massa, o que se denomina de a grande e-imigração. Esta experiência histórica ampliou as distâncias entre pessoas, dilatando a sensação de ausência, suscitando sentimentos de saudades que geraram a necessidade de comunicação e esforços de aproximação. Como bálsamos á separação, a escrita de cartas foi difundida, incorporando os populares, num desafio para uma massa pouco letrada que com grande esforço procurava manter os vínculos. Assim, disseminaram-se novas experiências da prática epistolar, democratizando a escritura.

Dessa forma, as cartas podem ser consideradas como paradigmas dos deslocamentos. Os vapores cruzavam os mares transportando pessoas, mercadorias, ideias e também carregavam a

---

<sup>2</sup> Fundada em 1886/87, a Hospedaria visava abrigar os recém-chegados na cidade de São Paulo, sendo permitido permanecer no local por até oito dias, havia um setor no qual os imigrantes se encontravam com os empregadores, para firmar os contratos de trabalho.

<sup>3</sup> Nos arquivos portugueses, as cartas não estão disponíveis em maços e não se tem inventários, a investigação demanda tempo e atenção para se localizar os documentos, sendo necessário consultar individualmente milhares de processos. Estes processos de pedidos de passaportes eram constituídos pelo termo de abonação de identidade, requerimento e outros documentos do peticionário, ou quando se tratava de passaporte coletivo/familiar, de todos os seus membros; excepcionalmente, integravam os bilhetes de viagem. Frequentemente, incluíam-se missivas, que eram endereçadas por familiares com os quais pretendiam se juntar. O candidato/a a emigrante aguardava pela carta para encaminhar os trâmites na burocracia lusitana, quando de posse desta deveria registrá-la em cartório reconhecendo a sua legitimidade pela presença e assinatura de duas testemunhas.

mala postal, repleta de mensagens. As missivas traziam boas e más novas, comunicavam alegremente nascimentos e casamentos, também, doenças e mortes, enviavam declarações de amor e fidelidade, fotos de família, encaminhavam conselhos de velhos, pedidos de ajuda e de dinheiro, expediam cartas bancárias e de chamada. Pelos correios, múltiplas histórias escritas buscavam por notícias de filhos e pais, irmãos, maridos e esposas, noivos e noivas, estas correspondências encontrando-se plenamente marcadas por múltiplos sentimentos: saudades, esperanças, amor, ódio, rancor, sonhos e medos, ilusões e decepções.

Constituindo um movimento entre a ausência e a busca da presença, quem escrevia buscava manter contatos, laços afetivos, esperava por notícias e/ou comunicava novidades. Escrever cartas atenuava a solidão e as saudades, entretanto exigia tempo, dedicação e reflexão; porém, grande parte dos populares estava pouco familiarizada com o texto, que para eles era um desafio, um verdadeiro fardo escrever. Para enfrentar estes obstáculos criavam-se estratégias, quando não se sabia ou se escrevia mal, apelava-se para que outra pessoa o fizesse.

A composição das cartas segue um protocolo estabelecido e difundido pelos manuais epistolares, que disseminavam os dispositivos que regulavam as práticas que passaram a ser reconhecidas e aprendidas. Instituiu-se uma estrutura, certa fórmula de uso continuado, caracterizada por elementos como: datação, tratamento, saudações, cumprimentos e abertura, desejos de saúde, despedidas, finalização, assinatura, envelope e identificação do destinatário, no caso das missivas analisadas as fortes marcas de religiosidade com bênçãos, graças e referências de proteção (graças a Deus, com as bênçãos de Deus, que Deus abençoe).

Assim, as práticas de trocar cartas difundiram novos indicadores de comunicação e expressão, permitindo rediscutir as fronteiras entre a oralidade e o registro escrito. Apesar dos populares não dominarem estes códigos, passaram a exercitar certo “direito a escrita”, mesmo que fosse se utilizando de um escrevente.

Na maioria das vezes, o papel escrevente/leitores foi assumido pelo mestre escola, pároco ou um letrado da aldeia, que

podia fazer a leitura/escritura “a rogo”, em troca de um agrado ou por pagamento. Eles foram protagonistas estratégicos para preencher as necessidades tanto da correspondência burocrática, como das cartas particulares. Em várias missivas justificam-se a demora em mandar notícias pela dificuldade em encontrar alguém que se dispusesse a escrever, merecendo menção aos esforços das mulheres, frente ao maior grau de analfabetismo feminino. Desta forma, foi criada toda uma comunidade de escreventes/leitores, destacando-se que muitas vezes essa leitura era compartilhada com outras pessoas, realizada em voz alta e em público, muitas vezes causando constrangimentos.

Na análise das correspondências, não se pode separar o conteúdo da forma da escritura. Cabe observar que as missivas pesquisadas apresentam um português fonético, marcado pela oralidade, uso aleatório das maiúsculas e minúsculas, problemas ou falta de pontuação, separação e/ou articulação indevida de palavras, troca de consoantes (v pelo b), expressões em desuso, o que dificulta a leitura e demonstra as dificuldades destes sujeitos históricos em manter a prática da escritura.

Quanto à caligrafia, em algumas cartas se observa a letra bem desenhada e clara, sendo muito poucas as datilografadas; outras, devido ao baixo letramento, a letra é rústica e muito difícil de ser compreendida.

Cabe também atentar para o tipo de papel utilizado. A escolha do papel foi mais ocasional do que proposital, quando havia falta escrevia-se nas margens e bordas da folha. Aparecem nas correspondências diversos tipos de papel como os de borda preta das missivas de luto. O uso de papel timbrado (em geral no ângulo superior esquerdo) era considerado prestigioso, podendo demonstrar vínculo profissional, prosperidade nos negócios. Em alguns poucos casos encontram-se timbres de hotéis ou companhias de navegação, que também demonstrava status – o de viajante.

## **Travessia: ações, cuidados e recomendações.**

A correspondência permite recuperar diversas questões que envolvem os deslocamentos dos portugueses, cabendo destacar que o sentido maior observado na documentação era o desejo de reunificação familiar com a chamada da esposa, filhos, parentes e conterrâneos<sup>4</sup>.

Nas missivas eram frequentes as orientações para a viagem. O conhecimento contraído pelo imigrante durante a travessia transatlântica, somado às experiências adquiridas no Brasil, levamos a guiar seus parentes sobre procedimentos e cuidados nos preparativos da partida, compra de passagem, providências de documentação, embarque e na viagem transoceânica.

Algumas vezes as passagens eram remetidas do Brasil, para evitar oportunistas e falsos agentes que ludibriavam os poucos experientes, em outros casos, era cuidadosamente explicitado aonde e como comprar os bilhetes, para tanto eram enviados os valores necessários.

Cuando comprarem os bilhetes de mar não fiem em lerias dos outros bão em coimbra no antonio fernandez e no avilio lagoas e onde derem maiz varato mais noço amigo é; não tragam objetos para ninguem porque save o que sucedeu comigo, com esse moço de soure entreguei os objetos e depois fiquei em má reputação a cualquier um dos primoz para andar junto no que for preciso que ele depois lhe a gradeço a pesar de lhe pagar...(Carta de 11/03/1916, APESP, n.398)

---

<sup>4</sup> A legislação portuguesa (em diferentes momentos, mas particularmente com a lei de 25 de Abril de 1907) determinava que toda a mulher casada deveria ter licença de seu marido para viajar, da mesma forma, os menores necessitavam da autorização dos pais, tal consentimento era concretizado através da Carta de Chamada. Para a solicitação do passaporte, a carta deveria ser reconhecida no tabelião por testemunhas. Quando a esposa não recebia a correspondência ou porque o marido não sabia escrever ou por outro motivo qualquer, excepcionalmente, o consentimento podia ser obtido através da apresentação de uma declaração de pessoas idôneas, familiares ou do próprio pároco, comprovando a vontade do marido para que a cōnjuge se reunisse a ele. (CUNHA, 1997).



eu lhe remeto o dinheiro para as duas passage, e mais dispezas, é preciso tirar os passaporte ahi e apresentar-se e Lisboa no governo civil que é para poder tirar as passagens e vir para aqui, é necessario ter muito cuidado com as compras das passagens com os correctos costumam roubar de que não conhesse E necessario deixar uma pessoa conhecida para tomar conta das ou vender ou arrendar ou deixar um procurador de confiança ahi as passagens é para tirar ate Santos que eu vou lhe esperar lá peço mandar dizer mais ou menos quanto precisa para as dispezas todas e passagens. (Carta de 10/08/1921. APESP, n.896)

Incluía-se, também, a indicação da companhia de navegação julgada de maior credibilidade, segurança e que pudesse possibilitar maior conforto. Detalhavam-se os tramites para a solicitação e obtenção do passaporte

... hoje mesmo te mando as paçages daqui é só tu tirar pçaporte e correr folha as paçages que te mando são da **malla rial inglesa** que são os melhores bapores é para inbarcar no porto de leixoes ... se tiveres alguém conhecido que banha para ca aprobeita abires junta não tendo bem tu e mais os filhos. (Carta de Manuel Novais Rodrigues á esposa Maria da Silva, apud CUNHA, 1997)  
Vais nu padre tiras as assertidões i bens a Guimaraes na ademenistração corres folha i dipoes bens para Braga nu governo sivil tiras u pasaporte. Cando sahir vapor du porto tu vens i la nu mesmo dia compras a paçagem não te e preçizo encommodar peço alguma. Eu quero que tu venhas na **mala Real Egleza** que e de muito respeito não temas de vir que nu Vapor tomas muito conhecimento com familias. (Carta de Jerónimo Fernandes á esposa Maria das Dores Fernandes, 03/1904, apud CUNHA, 1997)

Orientavam-se sobre várias ações, como fazer o deslocamento até o porto de embarque e os cuidados antes de tomar o vapor. Mulheres, crianças e idosos deveriam vir acompanhados, ou com apoio de conhecidos, familiares, vizinhos, pessoas de confiança, honestas e respeitadoras; de preferência experientes, que soubessem ler; nesse sentido, eram feitas as indicações.

Não venhas como a ovelha sem pastor. Fala com o filho do Meco das Porreiras, que eu já lhe escrevi, pedindo-lhe para tu vires na companhia dele e da senhora dele, porque ele parece que deve vir logo e eu faço gosto que tu venhas com ele. (Processo do Passaporte n. 715, 31/10/1896. Apud. RODRIGUES, 2010)

Se o cunhado José vier então ainda é melhor, porque sabe ler para perguntar para onde hás-de ir e para não, porque sempre é cunhado e amigo. (Processo do Passaporte n. 143, 12/03/1898. Apud RODRIGUES, 2010)

Eram frequentes as preocupações em regradar comportamentos, normas de conduta e regras de sociabilidade durante a viagem, especialmente, para com as mulheres, com orientações do cuidado na embarcação, de como se portar a bordo, sendo conveniente evitar exposições, perigos e promiscuidades.

... fas por te dar ao respeito para nenguem meixer con tigo o mais podes embarcar sen medo so som 12 dias de biaje. (Carta de Chamada de Manuel Novais Rodrigues a Maria da Silva, apud CUNHA, 1997)

No vapor porta-te bem, sempre séria com toda a gente. Quando eu vim, vim com a cabeça perdida com umas mulheres. (Passaporte nº 516, 22/05/1893, Apud RODRIGUES, 2010)

Acautelava-se sobre possíveis acidentes á bordo, apontando os cuidados a tomar com as crianças e os mais idosos.

Emquanto a viagem peço te que tenhas todo cuidado principalmente no vapor principalmente com a mãe que não de algum tombo nas escadas do vapor so depois de estares dentro examina bem o cuidado que debes ter cuidado au pinchar da lancha para o vapor. (Carta de 03/06/1913, APESP, n. 205)

Descrições que circulavam nas cidades e aldeias alimentavam os temores de enfrentar a viagem transatlântica. Mesmo com o estabelecimento de linhas regulares de vapores que garantiam percursos mais seguros e rápidos, ainda persistiam as histórias de trajetórias difíceis e naufrágios. Nas missivas palavras de alento visavam tranquilizar o/a viajante para enfrentar a longa travessia, lembrava-se das ações de solidariedade e cooperação com possibilidade de construir amizades.

Traga uns 2 trocas de roupa direitinhas e não muito grossas e tenha muita coragem para atravessar o mar: lembre-se que vem abraçar todos os seus filhos para ganhar mais animo. (Carta de 10/05/1919. APESP, n. 438)

Devido as constantes denúncias sobre as condições de viagem, desde os meados do século XIX (1855) implementaram-se ações regulamentadoras, visando o controle de excesso de passageiros e bagagens, também possibilitar assistência aos viajantes em situação de adoecimento a bordo (as naus necessitariam ter uma botica e apoio médico). O regulamento de 07 de Março de 1863 determinava-se que os vapores deveriam garantir alojamentos em condições de salubridade e higiene, alimentação de boa qualidade e em quantidade, água bem acondicionada. Contudo, apesar destas medidas legais persistiam as irregularidades constantemente denunciadas pela imprensa, a maioria dos imigrantes encontrava-se durante a travessia numa situação subalterna e de desamparo.

Irregularidades tornavam a viagem precária, devido à falta de higiene, más acomodações, alimentação mal preparada e em pouca quantidade. Aparecem várias recomendações, visando evitar privações e amenizar desconfortos, como levar alguns alimentos para consumir durante a travessia, indicava-se ações para diminuir o mal-estar e os enjoos (trazer limões e açúcar, frente às questões com água).

... trás também um pouco de bacalhau, ia sim como também meia dúzia de chouriços para vosses comer em viaje ia sim como também comora um pouco de queijo que a sim te é perciso e o que mais te a petesser. (Carta de 01/08/1912. APESP, n. 255).

... compra um bahu não precisa muito grande para traseres á tua beira con frutas e aquilo que quereses... (MÇ1759-P987, 08/01/1912)

Alertava-se para os cuidados com dinheiro e objetos de valor, prevenindo-se de roubos, aconselhava-se que os bens deveriam ser guardados, disfarçadamente escondidos, tendo-se como alternativa: “o dinheiro poiz um halço na saia branca i cozio o cardão trazio o pescoso.” (Processo de n.691, 13/04/1912). Ou ainda, “méte no bolso que te fáz fáta na viagem o seu cordão e as argólas guarda elas com sigo de módo que lhe não sêja tirado.” (Processo de n.389, 10/08/1912).

Prevenindo perdas ou extravios das malas, sugeriam-se marcas de identificação na bagagem (faça três cruzeiros negros no baú). Indicava-se colocar em uma mala de mão acessórios e roupas práticas para serem usadas a bordo e no momento do desembarque.

... compra uma mala de mão para trazeres alguma roupa melhor para saltar em terra para não parsseres uma Patricia i não tragas lenso na cabessa que nesta terra não se uza i parese Mal. (Processo n.599, datado de 09/04/1912)

Compra votas para ti e para as filhas para não parceres uma Maria chegada da terra no desembarque aqui. (Processo n.255, datado de 01/08/1912)

A chegada era um momento especial de reencontro, para tanto devia apresentar-se bem com roupa nova ou traje domingueiro. Nas correspondências aparecem as orientações de vestir-se “a brasileira” e não aparentar “costumes da aldeia”:

Envie esse catalogo para veres mais ou menos como debes te vestir assim como a menina visto os costumes d’aqui serem outros tomarais nota de tudo que gastaste Lucelia procura vestir mais ou menos custume de cidade e não de aldeia. (MÇ1759-P951 – 06/07/1912)

Compra uma malla e roupas Brasileira, lenços da cabeça e do pescoço é só para a viagem. (MÇ1759-P1060 – 13/07/1912)

Sobre as vestimentas masculinas, nas missivas pedia-se que trouxessem paletós, ternos, casacos, camisas, ceroulas, chinelos, meias, sapatos, chapéus e guarda-chuvas, recomendava-se que as roupas fossem de qualidade nos tecidos e modelagem. Alguns imigrantes que conheciam os trâmites alfandegários aconselhavam a trazer os tecidos cortados e alinhavados e as solas dos sapatos sujas, evitando assim que fossem retidos na entrada.

Nas missivas especificava-se com detalhes o que deveria ser levado ou deixado, vendido ou doado. Os objetos que apresentarem possibilidade de uso no Brasil eram transportados, como ferramentas de ofícios (lápis de carpintar, esquadro, martelo, serrote, prima, lima, cinzel), utensílios agrícolas (foice, pá, enxada, machado), incluindo

instrumentos musicais (violão, violino, guitarra, pandeiro, adufe, castanholas, concertina, flauta e gaita).

Enquanto a roupas tanto grossas como finas tudo é preciso tanto de cama como de corpo, ferramenta traz um prisma  $\frac{1}{2}$  kilo e traz uma colher grande d'aço que seja boa para rebocar traz um ou dois metros de molas traz trez timas das mais compridas feitas em sinzel que chamamos talha deixa o martelo compras cá não precisas de mais ferramentas (Carta de 03/06/1913, APESP, n.205)

Eram vários os apetrechos e maquinário considerados de serventia, por carta Antonio Fernandes pedia à esposa que trouxesse sua máquina de costura bem encaixotada, igualmente, aparecem referências a fusos para fiar, teares e utensílios de costura.

Que não esqueçam bordados a retrós bonitos e compra para tua cunhada 6 peças de renda de linho, 2 da largura de um dedo, dois de dois, 2 de três dedos, da mesma qualidade da que veio no saio que mandara pelo Simão para tua cunhada. Compra 6 jogos de agulhas amarelas para ensinar tuas sobrinhas a fazer meia e traz dois arrâteis de algodão fino para meias, talvez um arrátel chegue. Minha irmã que te dê amostras de crochê. (Processo n. 241 datado de 01/04/1884)

Olha se trazes um novelo de linho e agulhas para me consertares uma porção de coturnos que cá tenho. (Processo n. 93, datado de 19/07/1865)

Entre os objetos trazidos na mala do imigrante, encontravam-se vários utensílios de uso doméstico, como: louças, talheres, roupas de cama e mesa, travesseiros, cobertores, mantas, colchões e móveis, estes componentes sugere a manutenção de costume e hábitos da terra.

Anna tráz com tigo os lençõs que tiveres, e tráz 2 cobertores, e a tua roupa toda, e tráz a fáca que era minha, e toalhas um trabeceiro ou 2; os colxões, tudo isto que venha lavado, tráz isto tudo dentro da minha caixa, e 2 mantas das milhores, e o resto que tiveres, vende tudo a quem tepágue logo. (Processo n. 482, datado de 10/08/1912)  
a cama se puderes manda-a encaixotar, meza não tragas alguma louça mettea dentro das málas e trala junto contigo. (Processo n.198, datado de 01/08/1912)

Em várias mensagens aparecem pedidos para que se trouxessem objetos de valor, joias, cordões, medalhas, brincos, broches e anéis de ouro, também relógios; todavia, se alertava guardá-los com cuidados durante a viagem. Estes valores poderiam significar uma forma de transportar um capital, ou o simples desejo de possuir o bem ou presentear:

Também lhe dirás que se ella vier que traga uns brincos para a D. Maria (a espanhola) bem sabes quem tem o valor de 2\$500 reis mais ou menos porque será a primeira mulher amiga que ella aqui terá. (MÇ1759-P983 – 08/07/1912)

Eram constantes os pedidos de produtos alimentícios terra como presunto, embutidos, amêndoas, noz, azeites, vinhos, salpicões, pinhões, entre outros. Era a oportunidade de matar a saudades dos sabores de além-mar; na experiência de deslocamento, a alimentação é o último costume abandonado, podendo ser considerado até um fator de resistência.

Nas epístolas pedia-se a confirmação do nome do vapor e data de chegada, cuidava-se para que no porto ou na estação ferroviária tivesse alguém para recepcionar o recém-chegado, ajudá-lo na terra desconhecida.

Se eu não estiber em Santos e a Snra. não puder tirar as caixas ou bagagem que troxer a Snra. bai na estação do caminho de terra e compra bilhete para Pirituba ali eu tenho dado probidenças leve o conhecimento de bagagem que no dia seguinte eu benho buscar as ditas. (Carta de 22/07/1912, APESP, n.126)

As cartas são fontes riquíssimas para a reconstrução das experiências de deslocamento, possibilitando questionamentos e inquietações ao pesquisador. Se a missão do historiador é questionar o passado contando suas histórias, cabe encerrar esta narrativa, com uma adaptação do dito popular... “Entre uma carta e outra, quem quiser que conte outra...”

## Referências

CROCI, Federico (2008). *O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil*. Lócus: revista de História de Juiz de Fora, v.14, n.2.

CUNHA, Carmen Alice Aguiar de Moraes Sarmento (1997). *Emigração familiar para o Brasil-Concelho de Guimarães 1890-1914*, (Uma perspectiva microanalítica), Mestrado, ICS, Universidade do Minho.

LEITE, Joaquim da Costa. (2000). O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp.

MENDES, José Sacchetta Ramos (2010). *Laços de sangue; privilégio e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*. Porto, CEPESE.

PEREIRA, Miriam Halper. (2002). *A política portuguesa de Emigração, 1850-1930*, Bauru, EDUSC.

RODRIGUES, Henrique (2010). Imagens da emigração oitocentista na correspondência enviada ao Brasil. In: *Cadernos de história*, Belo Horizonte. <http://periodicos.pucminas.br>.

RODRIGUES, Henrique (2011). Escrita de Emigrantes: Abordagem à Correspondência Oitocentista. In: *Escritas das Mobilidades*, Centro de Estudos de História do Atlântico. Funchal, Madeira.

# CARTAS DE IMIGRANTES ESPANHOIS (1911-1930)

Dolores Martin Rodríguez Corner<sup>1</sup>

*Resumo:* Entre os diversos grupos imigratórios que se dirigiram a São Paulo, os imigrantes espanhóis formam o terceiro em número, ficando atrás somente de portugueses e italianos, mesmo em duas grandes ondas imigratórias. Embora fizessem parte de um grande contingente humano que se deslocou num período de quase cem anos ao Brasil, não existem investigações condizentes com sua representatividade de respeito dos mesmos. Assim sendo, esta pesquisa tentará na leitura de cartas presentes no arquivo do Memorial do Imigrante de São Paulo, a antiga Hospedaria dos Imigrantes, fazer uma análise para buscar seus anseios, suas necessidades, o que expressavam nas mesmas que eram endereçadas a parentes e amigos que haviam permanecido na Espanha. Trata-se de um estudo inédito que vem sendo realizado pela como Profa. Dra. Maria Izilda S. Matos, e do qual sou colaboradora apresentando neste encontro apenas a análise de duas cartas de espanhóis.

*Palavras-chave:* cartas, cartas de chamada, imigração espanhola.

---

## Introdução

A memória não é um instrumento para a exploração do passado, é antes o meio. É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como o homem que escava. (BENJAMIN, 1987, p. 239).

A imigração espanhola a São Paulo aconteceu em duas grandes ondas. A primeira ocorreu no final do século XIX início do XX, composta de camponeses destinados a lavoura de café, muitos para substituir os italianos num período em que a Itália proibiu-os de imigrar. A segunda onda imigratória aconteceu logo após a Segunda Guerra Mundial e Guerra Civil Espanhola, por estar o país esfacelado tentando reestruturar-se com sérios problemas para

---

<sup>1</sup> NEHSC – PUC/SP.



oferecer trabalho, sem esquecer-se da perseguição política aos perdedores da Guerra.

Houve uma fuga em massa de espanhóis das diversas regiões como galegos, andaluzes, asturianos, valencianos e outros, chegando a ocupar o terceiro lugar em relação aos demais grupos de imigrantes e até mesmo o segundo em alguns períodos. Embora tenha havido um importante deslocamento humano nos diversos períodos, eles foram os menos estudados, pois dão a impressão de haver-se diluídos na cidade de acolhida, não demarcando um território como os demais. Mas, por uma diversidade de trajetórias e multiplicidade de experiências, eles deixaram suas marcas na cidade e também passaram por processos diferentes e simultâneos que compõem a trama histórica destes imigrantes. Esta passagem pela cidade de acolhida nunca será indelével, bem como as pessoas que passam por esta experiência.

A grande maioria dos imigrantes, representado por mais de 90%, chegou ao Brasil sem ter ao menos ideia do local onde trabalharia que função exerceria ou em que tipo de indústria iria exercer a sua atividade. (JORDÃO NT. & SANTA HELENA, 1963, p. 21).

De início o imigrante espanhol, como todos os demais, pensava em conseguir seu trabalho, comprar terrenos estabilizar-se na vida, para em seguida chamar seus pais, esposas ou filhos para que também pudessem desfrutar deste momento.

Inicialmente, relação com o tempo, que é a noção do retorno tal como se configura no imaginário do imigrante (e pelo imaginário do imigrante), o retorno é para o próprio imigrante, mas também para o seu grupo, um retorno a si, um retorno ao tempo anterior a imigração, uma retrospectiva. (SAYAD, 2000, p. 11).

Com o passar do tempo, os motivos de expulsão do país de origem, iam se diluindo, seja por uma vida reorganizada no país de recepção, por uniões estáveis, filhos, aquisição de bens, fazendo com que o sonho do retorno fosse ficando cada vez mais distante. Embora, o retorno permeia o imaginário do imigrante, com a ilusão de retornar para viver seus últimos dias no seu país de origem. O imigrante enfrentou dilemas e conflitos subjetivos, ao sair

do ambiente que o viu nascer e do qual possuía os hábitos e costumes recebidos como herança, neste deslocamento a outro ambiente em que será confrontado pela alteridade.

As ansiedades, por eles experimentadas levavam a buscar formas de manter contato com os que ficaram, surgindo então as cartas, como este instrumento facilitador desta comunicação.

### **Cartas – a comunicação possível**

Assim, se pretende discutir os vínculos estabelecidos entre os imigrantes e o país de origem, bem como entre os familiares que ficaram e o próprio imigrante, as comunicações estabelecidas, as possíveis na época (início do século XX) pelas dificuldades próprias do período, serviam como meio de comunicação, para levar as necessidades dos imigrantes em terras distantes bem como para compartilhar ilusões e desilusões comuns neste processo.

A necessidade de comunicação criou alguns mecanismos para viabilizar a mesma, tais como, a constituição de redes de comunicação, que possibilitavam a troca de informações, permitindo as cartas de chamadas e também pedidos dos mais variados.

Devido à dificuldade em obter informações de ambos os lados, as cartas por muito tempo tiveram um significado importante, por serem em muitos contextos as únicas formas de comunicação. Através das mesmas contavam suas frustrações, suas alegrias e progressos, além de fazer solicitações aos que permaneceram na cidade, de coisas que lhes eram importantes em outro contexto cultural, em outra realidade. Também serviam como documento constituindo-se em cartas de chamada dos que aqui encontravam boas condições de vida e desejavam compartilhar a situação encontrada com amigos e familiares, convidando-os para viver aqui também, serviam como cartas de chamada, a fim de reencontrar com os entes queridos e de participar da mesma experiência. “A carta de chamada implicaria em várias obrigações e deveres gerando em consequência problemas para os ‘chamantes’”. (JORDÃO NT. & SANTA HELENA, 1963, p. 51).

As cartas de chamada se constituíam em instrumento válido perante as autoridades por facilitara vinda uma vez apresentadas serviam de documento.

Esta pesquisa está centrada na análise de algumas destas cartas e correspondências inéditas localizadas no arquivo do Memorial do Imigrante de São Paulo, a antiga Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, por serem importantes documentos dos diálogos existentes entre espanhóis no Brasil e os que permaneceram na Espanha pela distância e a ausência de meios rápidos de comunicação entre os dois grupos. Os temas tratados nestas cartas são os mais variados, desde os pedidos de notícias da terra deixada e também para o envio de algo que iria amenizar a vida no país distante.

Algumas destas cartas serão analisadas a seguir, como a de número catorze conforme segue:

### **Análise da carta nº 14**

A carta de número 14 é uma carta de chamada e foi emitida no Brasil, datada de 2 de julho de 1911, sendo que apresenta o carimbo da Inspetoria de Imigração de Santos, na chegada do familiar solicitado ao Porto de Santos somente a 10 de Setembro de 1911, ou seja dois meses depois.

Os imigrantes espanhóis andaluzes Anacleto Gallardo e Amélia Garcia escreveram solicitando a vinda de seus pais, cujos nomes não são citados, que moravam em Almeria, Andaluzia, Espanha.

Iniciam a carta informando aos mesmos, que haviam conseguido juntar uma importância em dinheiro, e a estavam enviando, para que eles pudessem viajar imediatamente a São Paulo. Passam então a dar detalhes e os pormenores da chegada, com orientações aos mesmos no desembarque em Santos, a necessidade de apresentar endereço de residência dos filhos em São Paulo, como o nome da Fazenda para a qual se dirigiam:

Pais, juntamos para sua viagem a quantidade de 333 pesetas, pois esperamos que tão logo as recebam, comecem a viagem e façam da seguinte maneira: Tirem as passagens quando cheguem a Santos. Perguntarão se vão pela imigração. Digam que sim, que seus dois filhos os chamam, eles residem na Fazenda São Luis de Procópio, Estação Guatapara<sup>2</sup>.

Após estas informações importantes de chegada ao porto de Santos, os filhos e depois solicitam a informação dos pais quanto à data de chegada para que mesmos pudessem busca-los no desembarque, enfatizando a necessidade de enviar um telegrama pelo menos uns trinta dias antes de viajar para que pudessem viajar e espera-los:

Pais antes de sair quando já souberem o dia em que sai o vapor, escrevam 30 dias antes, para estarmos prevenidos ao chegarem à Imigração. Mandem um telegrama para que possamos vê-los na Imigração.

Os filhos passam a fazer as recomendações orientando os pais, para que nada saísse errado, para que tivessem os devidos cuidados com os “ganchos”, os atravessadores que sabedores da existência de dinheiro na mão e da ingenuidade de pessoas do campo, pouco letradas, pudessem tentar enganá-los ficando com os seus valores. Pediam para que fossem a Casa Consignatária, órgão oficial para preparar a saída e embarque.

Para retirar as passagens, em Almería, primeiro se informem delas na Casa Consignatária, não sejam fiadores de ninguém por fora, porque há muitos “ganchos” por fora em Almería que querem levar seu dinheiro.

Demonstravam uma grande preocupação com os pais que viajariam para um país distante e talvez não fossem suficientemente esclarecidos, podendo sofrer reveses durante a viagem, até mesmo com a bagagem de mão que trariam:

Toda roupa que tragam, ponham em malas e despachem para Santos. Lembrem-se de que cada passagem permite 100 quilos e

---

<sup>2</sup> Guatapara pode ser Quarta Parada, pela escrita desconhecida.

levem na mão as coisas de valor. Também não deixem nada a mostra, pois costumam retirar algumas roupas.

Após as muitas recomendações passam a solicitar alguns objetos que seriam uteis aqui, como uma escopeta e uma caixa de espoletas, que o genro havia pedido numa carta anterior ao sogro, mas agora dizem que necessitam de duas armas em vez de uma, enquanto a filha aproveitava para solicitar uns laços para o cabelo.

Sobre o que disse na carta de minha sogra de uma escopeta, em vez de uma, pode ser que sejam duas porque Antonio quer outra. Pais tragam uma caixa de Crausa, a de número 15 Espoleta. Pai traga a Gados uns laços para o cabelo.

Mas, o pedido reforçado aqui, com a recomendação de não esquecê-lo refere-se a umas sementes de cebolas, melhor dizendo, todas que puderem, pois seriam de grande importância para a vida no lugar. “Também traga todas as sementes que puder, não se esqueça de procurar as sementes de cebolas galelas”<sup>3</sup>.

A carta não somente remetia o valor das passagens para o Brasil, mas ela também salientava algumas das necessidades dos espanhóis que aqui chegaram, como sementes de cebolas galegas, as escopetas e os simples laços para o cabelo.

No entanto, evidenciava em primeiro lugar os cuidados que deveriam os pais tomar para não serem ludibriados no embarque, por pessoas que deles se aproximassem. Sem esquecer-se dos detalhes todos e os cuidados no desembarque para encontrar-se com os filhos e mesmo no percurso no navio com as roupas e demais pertences, alertando-os sobre a necessidade de atenção constante tanto com a bagagem embarcada, como da acompanhada.

---

<sup>3</sup> Devido a grafia ser de 1911, muitos termos ficaram com a tradução prejudicada. Neste caso de cebolas *galelas*, talvez quisessem referir-se a cebolas galegas, pois existe um tipo de cebolas da Galícia com bom rendimento na lavoura.

## **Análise da carta nº 59**

A carta de número 59, em outro formato, trata de um pedido formal de chamada dirigido ao Diretor da Casa de Imigração de Santos, na qual um imigrante andaluz solicita a emigração de seus pais. Inicia a mesma apresentando-se, informando sua idade bem como sua família, nomes e idades composta de esposa e seis filhos:

Antonio Martin Alvarez, de quarenta e dois anos de idade, casado com Tereza Navas Veras, com seis filhos, a mais velha Dolores com quinze anos e Antonio com catorze, Juan com doze, Julio com dez, Rafael com seis y Maria com seis meses.

Após a apresentação pessoal, ressalta o amor filial e a situação financeira difícil em que se encontram seus pais, como motivos que o levam a solicitar a vinda dos mesmos, Rafael Martin Zereco de sessenta e cinco anos de idade, seu pai e de Carmen Alvarez Acebedo, sua mãe, de sessenta e dois anos, que se encontram na Espanha província de Málaga, na cidade de Nerja:

Meus pais se encontram em precária situação e sem ter nenhum parente, eu, pelo amor paterno de filho quero que venham para meu lado durante toda sua vida e para isso me comprometo a dar-lhes o sustento até seus últimos dias.

Depois de salientar a necessidade urgente de seus pais viajarem para o Brasil, alegando condições financeiras para poder sustentá-los até o fim da vida, junto a solicitação envia as passagens adquiridas em uma empresa espanhola e solicita o visto de embarque às autoridades competentes:

Quero senhores que façam o favor de dar o visto bom a este compromisso, a que se compromete este filho fraternalmente a seus pais. O Senhor tem as passagens de chamada da Companhia Espanhola de Pinillo Izquierdo em sua companhia, em seu poder e não os deixem embarcar sem este requisito.

A carta vai legitimada por possuir o reconhecimento das firmas do solicitante Antonio Martin Alvarez, e de uma testemunha Argemiro Martin Barbosa, tendo sido redigida na cidade de Bariri, no Estado de São Paulo, devidamente selada e com os carimbos oficiais. “Para que conste, darei este documento na Fazenda

Alagoas, do Coronel João Pires de Campos, no distrito de Bariri, Estado de São Paulo, em 29 de Agosto de 1911”.

Atendendo a solicitação do requerente foi concedida a permissão de embarque a seus pais, desde que portassem a carta de chamada emitida em São Paulo que serviria como documento para o ingresso dos mesmos no país.

O portador do presente documento Rafael Martin Zereco, espanhol, com mais de 60 anos de idade, e sua mulher Carmen Alvares Azevedo, espanhola, com mais de 60 anos de idade, de acordo com o paragrafo único do artigo 3º do decreto n. 1458 de 1º de Abril de 1907, do Estado de São Paulo, poderão ter livre desembarque no porto de Santos, uma vez que exibam esta carta, datada de Santos, 31 de Agosto de 1911, e com assinatura do oficial Oscar Lofgren, inspetor de imigração no porto de Santos.

Assim sendo, a emigração solicitada no mês de agosto de 1911, somente foi efetivada quatro meses depois, ou seja, em 5 de dezembro de 1911, acompanhada de um texto manuscrito com a assinatura do redator e que confirmava a autenticidade do documento: “A vista deste documento lhes foi permitido o desembarque.(assinatura) Theodoro”.

Devido à demora de todo processo de chamada que envolvia a escrita da carta, a oficialização da mesma nos órgãos competentes, o trâmite até sua chegada a Espanha, a leitura da mesma e a resposta, ambos os lados, dos imigrantes e dos parentes chamados tinham que respeitar e cumprir os passos para a realização da transferência.

Após um longo processo e cumpridas as formalidades legais o imigrante espanhol Antonio Martín, pode assim receber seus pais para conviver na fazenda em Bariri em companhia de sua família.

## **Considerações finais**

No período estudado, final do século XIX e início do século XX, devido à precariedade dos meios de comunicação da época, as cartas se constituíam quase que no único meio possível para informações entre os imigrantes e os familiares que ficaram no país de origem. Estas cartas cruzavam o oceano levando vários dias para

chegar, outros tantos para serem respondidas e mais algumas semanas para retornarem com uma resposta. Eram muito esperadas por ambos os lados e muitos tinham dificuldades para escrever tendo que recorrer a amigos ou parentes mais letrados para fazê-lo. As cartas permitiam o contato e possibilitavam relatos sobre o que estava acontecendo e serviam para pedir notícias também dos que ficaram.

Apenas duas cartas foram analisadas para esta apresentação, as de número 14 e a 59. Ambas demonstravam a preocupação dos que enviam uma carta de chamada a seus familiares em alertá-los de todos os perigos e possibilidades de reveses da viagem, tão longa e sofrida. As orientações se sucedem cuidando de todos os detalhes como cuidados com os chamados interceptadores que procuravam tirar seus pertences ou seu dinheiro.

Nelas, destacam-se os pedidos e as solicitações, principalmente com respeito ao que lhes fazia falta, demonstrada nos pedidos que iam desde simples sementes para plantar até armas, escopetas, algo que talvez pudesse ser trazido e assim amenizar as suas permanências por aqui.

As cartas permitiam um aconchego, uma cumplicidade entre os que haviam deixado sua pátria e os que lá permaneceram, como relatam estas cartas analisadas. As cartas de chamada demonstravam também o carinho, para com aqueles que ficaram na Espanha principalmente os pais, que eram pessoas de idade e sem condições de lutar pela vida num país com sérios problemas desta ordem, demonstrando um sonho de acolhê-los no país de imigração.

Os registros encontrados nestas cartas são muito ricos e oferecem informações e revelações que os imigrantes faziam a seus familiares, mostrando um quadro do contexto vivido aqui em São Paulo, da realidade vivida e merecem ainda um aprofundamento no estudo das mesmas.

A contribuição apresentada neste encontro é apenas uma amostragem, com respeito ao acervo existente, constituindo-se apenas na leitura e análise de duas cartas. A análise destas quase cem cartas apenas se inicia, sabendo-se que o conteúdo das mesmas



já traduzidas por mim, é muito importante para compreender os laços que uniam os imigrantes à sua terra de origem.

## **Referências**

ALBERTI, Rafael. *España Fuera de España*. Centro Cultural de la Villa. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social – Ayuntamiento de Madrid. 1988.

ALONSO, Blanca Sanchez. La visión contemporánea de la emigración española. Revista *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, Buenos Aires, diciembre 1989.

BENJAMIN, Walter. *Rua de Mão única*. Obras Escolhidas, vol. II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

JORDÃO NETTO, Antonio & SANTA HELENA, Bosco. *O imigrante espanhol em São Paulo*. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Separata do Boletim do Departamento de Imigração e Colonização. Arquivo do Estado de SP. 1963.

SAYAD, Abdelmalek. *O Retorno, elemento constitutivo da condição do imigrante*. São Paulo: CEM. Travessia Revista do Imigrante. Número especial. Janeiro 2000.

## **ROMANCE-FOLHETIM: FORMADOR DE IMAGINÁRIOS SOCIAIS**

Greicy Weschenfelder<sup>1</sup>

*Resumo:* O romance-folhetim alemão teve uma função social muito importante para os teuto-riograndenses, fomentando o imaginário social, servindo como ferramenta para a aculturação com gaúchos e imigrantes do entorno, além de uma literatura para o deleite e forma de fuga da realidade.

---

A linguagem ocorre sempre na forma de texto e não com palavras isoladas ou frases. Quando materializamos o texto temos uma unidade de significação, e essa materialização pode se dar através de música, pintura, conversa, romance-folhetim. Os textos emergem de situações específicas e são construídos com objetivos específicos para um leitor específico. Os significados encontram a sua expressão no texto, embora a origem dos significados esteja fora do texto, mesmo sendo anunciados nele, podendo ser reinterpretados numa situação social específica por leitores ativos, como eram os teuto-riograndenses que liam os romances-folhetim.

O romance-folhetim é uma linguagem rica em construções simbólicas. Poder-se-ia comparar o romance-folhetim como um mapa da mina: distribuído aos escoteiros em exploração pela floresta, ele contém marcas, pistas a serem seguidos para que se possa encontrar o local do tesouro. Eles representam algo, querem dizer algo ou estão no lugar de algo e, portanto, são ricos em significados. Embora existam símbolos que são reconhecidos internacionalmente, outros só são compreendidos dentro de um determinado grupo ou contexto. No caso específico do romance-folhetim alemão é preciso entender o contexto da imigração e o papel da imprensa alemã para poder fazer uma interpretação do

---

<sup>1</sup> Mestre em Comunicação Social pela PUCRS.

mesmo e entender o valor, o poder e o efeito sobre o receptor que o romance inserido numa comunidade, como a de Santa Cruz do Sul, tinha.

Ao receber e interpretar formas simbólicas, os indivíduos baseiam-se em recursos, regras e esquemas a eles disponíveis. Assim, as maneiras pelas quais as formas simbólicas são entendidas, e pelas quais são avaliadas e valorizadas podem diferir de um indivíduo para o outro, dependendo da posição que ocupam. Por isso, mesmo estando inseridos na comunidade teuto-riograndense, do município de Santa Cruz do Sul, elas são escritas para cada imigrante e ele interpreta o romance e constrói o seu imaginário. Embora, como eram lidos em grupos, as histórias oportunizavam, como prática social, a construção de um imaginário coletivo. Esse gregarismo alemão já vinha enraizado nos imigrantes alemães, uma vez que, como aparece em muitas obras, esse era um valor muito cultivado em terras alemãs, e uma das justificativas, é que, em função do tempo ser sempre muito nublado e frio, obrigava-os a ter convivências em família, em grupos, em ambientes fechados (GRUTZMANN; DREHER; FELDENS, 2008).

O romance-folhetim é, pois, uma tradução da realidade em linguagem verbal que poderá ser expressa de diferentes maneiras, a fim de ser bem entendida ou não pelo receptor. Tem, portanto, nas linguagens, seu objeto privilegiado de análise, sendo o signo, nessa pesquisa, visto como não sendo a realidade inteira, mas uma parte dela. O romance-folhetim escancara uma complexidade, que nos possibilita várias interpretações e suscita, dessa forma, várias reflexões. Maiores são as chances, então, de sentir nesse estudo, com base numa abordagem semiótica, gratificação por inserir no rol de preocupação em torno desse objeto, uma série de relações imperceptíveis, ou mesmo, impossíveis para quem persegue paradigmas fixos e regras pré-estabelecidas, em suas análises.

As histórias que se estão estudando são todas escritas em alemão gótico, e fazem referências à terra natal dos imigrantes: a Alemanha. Esse fato, principalmente, aliado a outros, nomeadamente a ideologia e poder, fez com que essas narrativas tivessem uma enorme aceitação e popularidade por permitirem que

os teuto-brasileiros se identificassem com as personagens, e se sentissem parte de um grupo. Esse processo permitiria que lembrassem da terra natal, esquecessem um pouco do sofrimento da viagem até uma terra além-mar, na busca de uma vida melhor, que jamais imaginaram existir, aumentasse sua autoestima, uma vez que, chegados aqui, a terra já estava povoada e a aculturação ia se processando lentamente e com muitas dificuldades.

O romance- folhetim é, por conseguinte, uma unidade de significação com muito poder, diversos signos escolhidos, cujas escolhas feitas pelos seus produtores e pelos seus editores como, por exemplo, o uso da letra gótica, o próprio uso da língua alemã num contexto social muito importante que é o da imigração alemã, no sul do Brasil,veiculam valores para determinados fins comunicativos muito poderosos, capazes de influenciar no pensar e agir dos imigrantes teuto-riograndenses, fazendo com que se identificassem socialmente e não esquecessem a Alemanha. Logo, o romance-folhetim é um artefato crucial na produção, consolidação e reprodução de valores para que ele desenvolva suas funções sociais, que vão muito além de simples histórias de amor para entretenimento e deleite.

O romance-folhetim, texto multimodal, interage com o público, fazendo-o imaginar, sonhar, criar significados. Sem dúvida, este era tão aguardado pelos leitores, pois em comunidade, liam-no e sonhavam, entretinham-se, num momento de integração, fazendo-os esquecer dos problemas que enfrentaram e continuavam enfrentando em solo brasileiro.

Decorre do postulado teórico da Semiótica Social que o texto, ou melhor, nenhum sinal ou código, pode ser entendido com sucesso em isolamento de forma descontextualizada; o seu contexto social precisa ser tomado em consideração.

Por isso, é necessário fazer aqui uma breve abordagem sobre o contexto social em que se inserem os textos que vem-se analisando: os romances-folhetins, se estudados isoladamente perdem seu sentido e não conseguiremos entender a importância de sua função social, que vai muito além de um emaranhado de letras e frases que serviam para a leitura.

A imprensa alemã é de salutar importância para os imigrantes alemães que, recém-chegados na região de Santa Cruz do Sul, Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, encontraram no romance-folhetim, editado no jornal *Kolonie*, uma forma de propagar o germanismo<sup>2</sup> e uma forma de vínculo e identificação social com as demais longínquas comunidades alemãs espalhadas no estado. E, além disso, encontraram nessas narrativas autoestima, pois reviam-se nos romances, sentiam-se pertencentes a um grupo social e conseguiam lembrar com alegria da terra que deixaram para trás com muita dificuldade: a Alemanha (CAPARELLI, 1986).

Parafraseando outra teórica, Hasan (HASAN, 1999, p. 20), as relações sociais influenciam os padrões de seleção do que é escrito e reescrito e como é escrito.

Essa paráfrase aplica-se ao que acontecia com os romances-folhetins que se está estudando, pois as temáticas, em sua grande maioria, eram sempre as mesmas: histórias com ambientação na Alemanha, valores alemães, como educação, religiosidade e gregarismo, sempre muito presentes, o Bem sempre vencendo o Mal. Deste modo, o romance-folhetim era lido e discutido em grupo, constituindo-se numa troca de ideias, de significados. O texto era lido, reinterpretado e servia como referência para o agir da comunidade teuto-riograndense. Portanto, o leitor não é visto como um indivíduo isolado, ele é visto como um agente social, ativo na sua leitura, localizado numa rede de relações sociais, em lugares específicos, como a comunidade de Santa Cruz do Sul, no interior do Rio Grande do Sul, e nas estruturas sociais específicas, operando dentro da comunidade com mudanças sociais significativas. As pessoas que se juntavam para falar do romance-folhetim não estão num papel passivo de leitores, pois outros textos eram reconstruídos por eles. Esse processo de reinterpretação das narrativas servia para inculcar valores na comunidade em que estavam inseridos.

---

<sup>2</sup> Germanismo quer dizer uma postura adotada pelos imigrantes alemães que quiseram reproduzir a vida alemã em terras brasileiras.

Quando analisam-se os romances-folhetim está-se, portanto, dando enfoque, nesse trabalho, nos leitores, enquanto agentes sociais, porque são eles que vão reconstruir essa realidade das narrativas, vindas da Alemanha, e que se apropriam para recriar as histórias para as suas realidades sociais, seus espaços culturais. Backtin apresenta esta ideia da seguinte forma:

Um conjunto compartilhado de contexto de situação constitui um dado contexto da cultura, sistema de experiências com significados compartilhados. Assim, o sujeito é constituído pela soma de suas próprias interações e pelos códigos semióticos em funcionamento nas comunidades de que participa (BACKTIN, 1986, p. 67).

Seja por meio de pensamentos, poemas, artigos, editoriais, crônicas, contos, avisos, anúncios, poucas vezes a imprensa teve papel tão decisivo num processo sociológico quanto na sobrevivência da cultura germânica trazida ao Sul do Brasil pelos imigrantes como pelo romance-folhetim. A leitura implacável de tudo o que existe no próprio idioma e a ânsia de escrever mais faz com que a imprensa acabe por ser uma das mais importantes realizações e colaborações dos imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul.

A imprensa alemã, então, como já foi referido, tem importante papel de conservação da identidade. Transformou a realidade das colônias habitadas por eles.

O nosso objeto de estudo, o jornal *Kolonie*, de Santa Cruz do Sul, nasceu em 1891 e queria ser para a colônia, até então excluída, pois a maioria dos jornais e almanaques alemães era editada no eixo São Leopoldo- Porto Alegre, um veículo de imprensa própria de Santa Cruz, com informações úteis a eles, e com notícias da colônia e das cidades do entorno. Claro, havia sempre, espaços generosos às notícias da Alemanha, para reforçar os laços de ligação com a terra natal, numa proposta bem ideológica.

O jornal *Kolonie* é um sujeito semiótico, dotado de personalidade, pois, tendo em conta seu projeto de publicação dos romances-folhetim afirmou-se como um jornal de linguagem difícil pela ausência de ilustrações, com uma linguagem rebuscada,

dividido em três colunas, com letra gótica em tamanho pequeno, num espaço pré-determinado, estendendo-se em longos meses. Romances difíceis, cuja leitura exigia esforço e largos conhecimentos anteriores.

O jornal, escrito em alemão, com letras góticas, sofre duros golpes com a ascensão do nacionalismo, tendo que ser editado durante um ano, em 1918, em português, o que diminuiu drasticamente o número de assinaturas naquele período. Mas o periódico acaba não resistindo em 1940, em função das pressões e perseguições sofridas; tudo porque o germanismo é confundido com o nazismo.

A viagem imaginária de volta à pátria-mãe começa e termina nas páginas do *Kolonie*. O jornal que buscava conceder informações, também fornecia sonhos. Sonhos disfarçados de histórias da terra deixada para trás. Estes sonhos pareciam ser tão contagiantes que fizeram surgir histórias surpreendentes através dos romances-folhetins. E por sentir essa magia com as pessoas com as quais ainda pode-se conversar, é possível dizer que estamos buscando uma possível interpretação para o feitiço que eles exerciam em seu público-leitor.

Enfim, o contexto social em que o romance se insere marca a estruturação das colônias em solo gaúcho, depois de muitas dificuldades de aculturação e mesmo de sobrevivência. Querem, portanto, os imigrantes alemães, histórias que os façam lembrar da Alemanha, que os façam ter alguns momentos de imaginação, sonho, entretenimento, e, finalmente, que mostre que eles têm identidade, que eles são um povo que tem origens e história. A importância do jornal no cotidiano da comunidade é testemunhada por uma das entrevistadas:

Quase todos os romances do *Kolonie* eram histórias da Alemanha, por isso, as pessoas gostavam tanto. Tive uma vizinha que não falava alemão, mas aprendeu só para ler os romances. É que a gente que lia, conversava muito sobre as histórias e ela para não ficar de fora também quis aprender a ler em alemão para saber dos romances do *Kolonie*, e também para saber do que tanto falávamos após a leitura dos mesmos (Entrevista concedida por Alice Riedl, 81 anos, Santa Cruz do Sul, 2008.).

O espaço concedido à literatura no jornal era sagrado. Ali, encontravam-se histórias de amor, ódio, tristeza; temas que até hoje são referência para uma boa história melodramática e com suspense. Alguns destes textos, apresentavam mais de 20 capítulos, desenvolvendo-se em meses, na maioria das vezes, já que o jornal era trissemanário, e era dividido em somente três colunas. É a única parte do jornal que não sofre interferência alguma da política do Estado Novo para a alegria dos leitores, embora tivessem que lê-los escondidos, por causa da língua alemã; embora muitos estudos já mostrem que isso fora um ledão engano, pois são eles os grandes disseminadores de valores alemães, ideologias. Os sonhos propostos pelos romances-folhetim do *Kolonie* não eram eternos. Os leitores despertam para a realidade do fim da publicação em língua alemã quando circula a edição de 29 de agosto de 1941, a última do jornal, pondo fim a uma trajetória de cinquenta anos de imprensa alemã, em uma colônia alemã, do interior do estado do Rio Grande do Sul.

O gênero textual é encarado como um elemento mutável; sofre modificações advindas das interações com o público. O romance-folhetim é um exemplo dessa mutabilidade. Filho do romance que, por sua vez, provem da epopéia e, desde o princípio, é um gênero aberto que não se reduziu a receitas e regras de gêneros clássicos anteriores. Já na Idade Média, o romance passou por transformações, passou de versos próprios para serem lidos e recitados a histórias cavaleirescas. Já em finais do século XIV, a obra de Dom Quixote de La Mancha, de Miguel de Cervantes, surgiu como uma sátira mais radical contra o tradicional romance medieval. Com o Renascimento, surgindo a burguesia, nasce um romance que falava muito proximamente ao homem comum, do dia-a-dia. Foi no período inicial do século XIX, que surgiu o romance-folhetim, com muita melodramaticidade, e que veio para saciar uma formação de um público leitor que crescia junto com a sociedade. O romance-folhetim também sofreu mutações ao longo de seu percurso. Inicialmente, romances-folhetim eram críticas literárias, numa espécie de crônicas, a seguir passaram a desdobrar-se em longos meses, com narrativas longas e personagens complexas, sempre terminando um capítulo quando encontravam o seu ápice,



um suspense, de modo a fazer com que o leitor comprasse o próximo jornal para saber a sequência da história.

O texto, como unidade de significação, deve levar em consideração os sentidos construídos e negociados no texto. Kress (1989, p. 20) diz que o texto é duplamente determinado pelos significados sociais dos discursos que nele figuram e pelas formas, significados e restrições de determinado gênero.

Uma noção importante no modelo teórico de Kress é a de que tanto os discursos quanto os gêneros constroem posições de sujeito ou posicionam os atores sociais em determinada forma (KRESS, 1989, p. 306). Foucault (1997) acrescenta que as posições de sujeito são representadas pelos lugares a partir dos quais os atores sociais podem falar e os papéis que podem desempenhar, tanto no evento social do qual participam, quanto do ponto de vista dos valores amplos da instituição onde se realiza aquele evento social (FOUCAULT, 1997, p. 68).

Foucault (1979) refere que os textos são perpassados por relações de poder e hegemonia. Embora estejamos no âmbito de quem escolhia os textos, que vinham diretamente da Alemanha para serem publicados no sul do Brasil. O editor tinha plena convicção de que as histórias lidas criariam aqui, em terras brasileiras, laços de gregarismo, de identificação social e de formas para agir e reforçariam a ideologia de grupo.

O autor acrescenta ainda que nas narrativas coisas escritas, e uma vez e que se conservam, é porque nelas se suspeita haver algo como um segredo ou uma riqueza. Conhece-se esses discursos, são aqueles religiosos, jurídicos e literários. Para os imigrantes alemães os romances realmente possuíam algo de muito especial para se perpetuarem tanto tempo e gerarem tantas emoções nas pessoas consultadas para esta pesquisa.

Como já foi descrito em outros capítulos, os romances-folhetim publicados no jornal *Kolonie* eram lidos em comunidade, onde o pai ou uma pessoa de sexo masculino, mais velha, lia os romances para as pessoas, e então, os romances eram discutidos e reinterpretados naquele local comunitário. Sobre isso, Foucault, fala

em um primeiro texto e um segundo texto, ou seja, eles são solidários entre si, pois permitem construir novos discursos: o fato do primeiro texto pairar acima de outros textos, a sua permanência é sempre reatualizável, a riqueza e a reticência que atribui-se ao texto, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. E, por outro lado, o comentário tem o papel de dizer o que estava articulado no primeiro texto, numa segunda leitura (FOUCAULT, 1996, p. 21). O comentário feito em comunidade após a leitura do texto permitia aos imigrantes dizerem algo, além do próprio texto, mas com a condição de que o texto seja dito e de certo modo realizado.

Hodge e Kress (1979) chamam isso de *metassignos*, que encontram-se também nos romances-folhetim. Segundo os autores “os metassignos são deflagrados em mensagens e continuamente se referem e monitoram relações sociais de participantes semióticos, ou seja, participantes que querem comunicar a ideologia de grupos”. De fato, esses *metassignos* têm tanto poder que a comunidade teuto-riograndese agia em conformidade com os valores sugeridos pelos textos. Sabemos que uma coisa é o romance em si, e outra, a interpretação desse fato, processo no qual o intérprete põe em funcionamento o seu modo particular de analisar a realidade, a sua visão específica de mundo e seus valores, crenças, tradições, reforçadas pela comunidade em que vive. Mas o que vemos de original nessa análise semiótica é a possibilidade de revelar que as escolhas feitas pelo editor são escolhas ideacionais que expressam opções ideológicas particulares (RIBEIRO PEDRO, 1997). Por ideacional entende-se o uso da linguagem para representar, falar sobre a nossa experiência do mundo, nomeadamente o mundo físico e mental, para descrever eventos e estados, para além das entidades nele envolvidos.

A figura do editor merece especial atenção. Ele detinha poder, eventualmente inconsciente, mas a seleção dos romances-folhetim permitia-lhe contribuir para a construção dessa realidade social. Isso quer dizer, que através da sua pauta, ele ia inculcando ideologias.

Os editores do jornal *Kolonie*, ao escolherem os textos para a publicação, também sabiam desse poder que detinham, e faziam uma

rigorosa seleção, já que em uma página escrita, além do código escrito, outras formas de representação, como a diagramação da página, a cor, a qualidade do papel, a temática interferem na mensagem a ser comunicada. Também sabiam da necessidade de seus leitores que procuravam nos romances um “algo a mais” do que frases devidamente organizadas; procuravam entretenimento, valores alemães, já que não conseguiam se aculturar aos valores do povo que já vivia no sul do Brasil. Tudo era muito diverso ao que estavam acostumados. O povo alemão privilegiava a comunidade, as associações, a leitura.

A propósito do poder do editor, pensemos, por exemplo, nos textos usados nas escolas. Estes textos são escolhidos pelos professores e por outros órgãos que seguem determinações discursivas mais amplas. A escolha dos textos pode ainda sofrer pressões da sociedade. Isso quer dizer, que os romances-folhetim que estou analisando, não foram escolhidos aleatoriamente para a publicação no *Kolonie*, mas foram sujeitos a uma agenda ideológica. A sua escrita em alemão gótico mostra o quanto acreditavam na força desses textos, pois uma vez que foram obrigados a serem escritos em português caíram consideravelmente o número de assinantes. Além disso, a ordem dos textos também tem o seu significado, pois como diria a teoria multimodal, do âmbito da Semiótica Social, tudo no texto é levado em consideração. Portanto, a letra gótica, tem seu sentido, a ordem dos textos, considerando que tal texto deve vir antes do outro, pois todo o texto é precedido ou é seguido de outros textos; eles são parte de um diálogo em construção. Heidegger considera que a leitura de um texto pressupõe um projeto prévio, que existe por antecipação. Essa leitura é guiada pelas expectativas geradas, antecipadamente, pelo projeto que, por sua vez, vai se modificando, em função de sua aplicação a cada situação concreta com a qual entre em relação dialética (HEIDEGGER apud REBELO, 2002).

Segundo Foucault, em toda a sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função inculcar valores. Por mais que o discurso seja aparentemente

inócuo, o que não está dito revela a sua ligação com o desejo e com o poder (REVEL, 2005). Os romances publicados no jornal *Kolonie* foram escritos na Alemanha e, chegados aqui, foram selecionados pelo editor, em conformidade com os interesses dos atores sociais do contexto social teuto-brasileiro, no sul do Brasil, especificamente Santa Cruz do Sul e colônias do entorno.

Poder é a capacidade que os indivíduos ou instituições têm de fazer uso de algum tipo de recurso, no caso específico, do nosso trabalho, do texto escrito, para agir (GIDDENS, 1984). No romance-folhetim as personagens agem no texto através de motivações sociais, vistas como naturais e silenciam outras. Disseminam a ideologia alemã, enquanto poderiam narrar histórias para que os teuto-riograndenses se ambientassem aos valores gaúchos, por exemplo.

O teórico Foucault afirma que o poder só age sobre os sujeitos individuais e coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades, onde diversas condutas podem acontecer (REVEL, 2005). As pessoas, portanto, têm liberdade ao escolherem agir conforme as ideologias apresentadas nas narrativas verbais escritas. O autor acrescenta ainda que “não é, portanto contra o poder que nascem as lutas, mas contra certos estados de dominação” (REVEL, 2005, p. 76), ou seja, quando mesmo tendo essa liberdade o sujeito começa a agir conforme os postulados ideológicos ali descritos.

As ideologias representam mentalmente as características sociais básicas de um grupo, como identidades, valores. Já que as ideologias estão destinadas a servir os interesses do próprio grupo, parece que estão organizadas por este esquema de grupo. Nos romances é o nós *versus* o eles, sendo que nós somos associados a características positivas e eles a características negativas ou menos positivas. Essas ideologias de grupos são construídas a partir de uma seleção de valores sociais relevantes para cada grupo. Afinal, as ideologias podem ser expressas nos textos de forma variada e indireta, podem ajudar a construir de forma persuasiva, ideologias novas e confirmar ideologias já existentes (VAN DIJK, p. 18). O conceito de ideologia é aqui entendido na perspectiva de Van Dijk:

As ideologias são modelos conceituais básicos de cognição social, partilhados por membros de grupos sociais constituídos por seleções relevantes de valores socioculturais e organizados segundo um esquema ideológico representativo de autodefinição de um grupo. Para além da função social que desempenham ao defender os interesses dos grupos, as ideologias têm a função cognitiva de organizar as representações sociais, atitudes, conhecimentos do grupo, orientando assim, indirectamente, as práticas sociais, relativas àquele, e consequentemente também as produções escritas e orais de seus membros (VAN DIJK, p. 141).

A ideologia expressa nos romances-folhetim através de valores fornecem bases a partir das quais se formulam na comunidade teuto, apreciações acerca do que é bom ou mau, certo ou errado, mas também, diretrizes para a percepção das interações sociais.

O homem não é uma ilha, ao contrário, cada indivíduo é um agente social inserido em uma rede de relações sociais que acontecem em lugares específicos (KRESS, 1989, p. 5). Esses agrupamentos socioculturais têm valores, crenças, ideologias em cujas práticas as expressam através da linguagem. O romance, portanto, é a realização linguística, na qual se manifestam esses signos, enfim, o discurso do grupo. Assim, por exemplo, serão muito diferentes os textos criados dentro do discurso da igreja ou do discurso da escola. Cada instituição tem seus discursos, sempre investidos de determinadas maneiras de lidar com a realidade. Isso reflete-se nos romances-folhetim que merece esse estudo, de modo que foram tão atrativos e estavam permeados por todas essas características acima descritas.

O romance-folhetim é um laboratório da narrativa. É um espaço propício para se fazer novas experiências. Tanto é que ele não morreu, pois as suas mutações são muito interessantes: passou das páginas dos jornais para as revistas, depois para o rádio e, logo depois, para as novelas que assistimos até hoje. As características são as mesmas, ou seja, muita emoção, personagens complexas, a representação do Bem e do Mal, a aproximação com a realidade, a melodramaticidade, e o corte em capítulos, de modo a deixar o público curioso em querer, no outro dia, saber a sequência do

capítulo, enfim, da história. A telenovela foi o caminho natural da evolução do romance-folhetim. Surgiu no país, praticamente junto com a chegada da televisão, na década de 1960 e segue até os dias de hoje. É a literatura aliada à tecnologia que vem nos mostrando que nada é imutável, e talvez possamos creditar o sucesso das novelas pela identificação que o público tem com as personagens e pela comoção com as situações alheias. Muitos estudos mostram que as novelas fazem as pessoas se identificarem com os compromissos sociais e éticos, ou seja, os valores ali transmitidos através dos recursos semióticos usados. Van Leeuwen (VAN LEEUWEN, 2005) usa o termo “recurso semiótico” para o conceito de “signo” usado tradicionalmente, definindo-o como as ações e artefactos usados na comunicação, quer sejam produzidos fisiologicamente, como as cordas vocais, quer com os músculos para criar as expressões faciais e gestos, ou através de meios tecnológicos como são a máquina de escrever ou o computador. Esta preferência prende-se com o facto de ao signo estar associado uma certa ideia estática de que este “é algo que está para algo”. Parece uma história repetida dos romances-folhetim. Falando da literatura escrita, é preciso comentar que essa literatura romanesca atual quer representar o mundo, precisa acompanhar as mudanças que estão ocorrendo e experimentar novos jeitos de escrever romances. Butor afirma que “cada época deixa sua marca e a atualidade vem nos mostrando as suas marcas, com romances e autores que procuram se aproximar, principalmente do público jovem que procura realidade, mas também, ficção” (BUTOR, 1970, p. 65).

De fato, o registro dos romances-folhetim pode variar, mas o que os torna idênticos é que partem de uma macronarrativa denominada *romance*, e são essencialmente conectados, pois têm uma função social dentro de um contexto histórico muito importante, que foi a imigração alemã. Foram os romances-folhetim os responsáveis pela co-construção de identidades- a comunidade imaginada. Visivelmente, há uma tentativa de fortificar a ideologia alemã através dos textos, principalmente depois de 1900 e com os romances-policiais e sentimentais. Nos três primeiros textos, identificamos uma tentativa de cativar os leitores e uma ideologia mais discreta, não tão explícita.

Precisa-se ressaltar também que um *recurso semiótico* bastante importante foi o fato dos romances-folhetim estudados ocuparem, sempre, o mesmo espaço do jornal *Kolonie*, ou seja, o rodapé da segunda página, uma tradição que já vem da França, mas que deve ser ressaltada pelo fato de acabar condicionando o leitor a esse espaço o que permite saber que *sempre* encontrará ali magia, cultura, imaginação, e que poderá colecionar esses textos para perpetuar sua tradição, seus valores, sua gente, seus antepassados e sua terra-natal.

Se analisarmos os textos de um modo mais, como tentamos fazer nesse trabalho, podemos verificar que esses valores exerceram grande influência na comunidade alemã, ditando regras de convivência entre si; tornando-se elos de identificação com a antiga pátria. Se, por um lado, há essa disseminação da ideologia alemã, temos em outros textos, curiosamente, questões ligadas a respeito da necessidade da miscigenação com as outras culturas do Rio Grande do Sul e até mesmo no Brasil, abrindo, desta forma, canais de comunicação com a comunidade do entorno, como a gaúcha, por exemplo. Todos os textos observados trazem discursos simbólicos, porque a linguagem é simbólica e, nesse sentido, ideológica. E tudo contribui para isso: a letra gótica em alemão, já que muitos imigrantes não sabiam falar a língua do novo país; os títulos, que incitavam à reflexão e a respostas que teriam que ser buscadas na leitura e na discussão com a comunidade; o espaço escolhido, sendo sempre no rodapé da segunda página, condicionando o leitor a imediatamente ir a tal lugar para ler os textos; a escrita refinada, com uso de metáforas, adjetivações, descrições ricas de lugares e paisagens, além de ironias e reflexões implícitas nos textos.

A colonização alemã deve ser vista como um projeto totalizante, e os imigrantes que chegaram ao país, e ao nosso estado, não são somente suportes físicos de operações econômicas; são também agentes que trouxeram nas arcas da linguagem e da memória da gente que deixou para trás um rico acervo de experiências. Desta forma, os romances-folhetim foram um alento, um entretenimento e uma identificação com a terra-natal, com princípios e valores de origem, em meio a tantas dificuldades

enfrentadas. Na Semiótica Social, sinais são convenções sociais culturalmente dependentes, e constantemente criados e recriados nas interações pessoais. A palavra escrita, enquanto originária de um sistema de sinais, é apenas parte de uma mensagem composta, quando atualizada em um processo de comunicação. Juntamente com ela, outros elementos, advindos de outros sistemas simbólicos, compõem o corpo da mensagem como um todo.

Sabe-se que a leitura de romances-folhetim, está intrinsecamente ligada a três pólos da vida psíquica: o real, o simbólico e o imaginário. Desenvolvida pelo estímulo de atividades lúdicas, a imaginação é tida hoje como um dos componentes mais importantes da aprendizagem. Transpondo essa realidade para o processo da leitura de romances-folhetim, deduz-se que pode existir algum aprendizado, pois trata-se de uma atividade que induz o divagar. O processo se fecha sob a hipótese de que algum aprendizado pode retornar ao sujeito leitor do texto, pelo estímulo de sua imaginação. Mesmo em se tratando de ficção, os textos utilizam-se de determinados critérios para que o discurso seja o mais natural possível e a ficção seja entendida como uma ferramenta que possibilite o esclarecimento da realidade. As situações retratadas reproduzem cenas que se encontram nos limites entre a ficção e a vida real e o seu leitor pode identificar-se com fatos, heróis, lembranças e valores.

O contexto da história não termina, portanto, na última linha do texto, pois pode continuar indefinidamente e de forma criativa, no pensamento do leitor. Neste sentido, o jornal *Kolonie* e seus editores funcionaram como mediadores entre a manutenção de valores tradicionais e a constituição de novos valores.

Para concluir, busca-se, nas palavras de Kress, inspiração para dizer: “os recursos representacionais (gêneros e discursos) constituem uma tecnologia muito específica (...), que é capacitante em determinadas direções, mas que impede [avanços] em outras” (KRESS, 1989, p. 18). O gênero romance-folhetim sugere um sujeito ativo, participativo. Ao lerem e se identificarem com os romances-folhetim, os imigrantes alemães criavam uma nação imaginada, a Alemanha, em terras sul-rio-grandenses e, ao mesmo



tempo, recebiam sugestões sobre os comportamentos ideais e a necessidade de se abrirem a novidades.

Os textos arrolados através do jornal *Kolonie*, de Santa Cruz no Sul, foram verdadeiros propagadores culturais. Deixaram pistas valiosas sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul, seus princípios e ideologias. Além disso, intensificaram e popularizaram, através da forma romanesca, a leitura; servindo como alento, entretenimento, imaginação e identificação dos imigrantes alemães com um mundo imaginado, ou melhor, uma tradição imaginada para vencer as dificuldades encontradas na nova terra e também para disseminar seu jeito, seus princípios e suas lembranças.

Mais que um hábito de leitura, o romance-folhetim inseriu o leitor num universo imaginado, profundamente amplo, mas ao mesmo tempo tornou cotidiano o hábito da leitura e a discussão das histórias em comunidade, construindo, dessa forma, a comunidade teuto-sul-rio-grandense que conhecemos até hoje, por perpetuar seus princípios, seus valores e sua cultura. Basta olhar ao nosso redor e conseguiremos identificar essas comunidades que ainda hoje sobrevivem e cultivam sua cultura, sob várias formas, uma das quais encontrada pelos primeiros imigrantes alemães, em meados do século XIX, através do romance-folhetim.

## Referências

BACKTIN, Mikhail. *The problem of Speech Genres*. Austin: University of Texas Press, 1986.

BUTOR, Michel. *Repertório sobre literatura*. Barcelona: Seix Barral, 1970.

CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Summus, 1986.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

\_\_\_\_\_. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society: outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984.

GRUTZMANN, Imgart; DREHER, Martin Norberto; FELDENS, Jorge Augusto. *Imigração Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos: Unisinos, 2008.

HALLIDAY, Michael. *Introduction to Functional Grammar*. London: Arnold, 1985.

HALLIDAY, Michael and HASAN, Ruqaiya. *Language, Context and Text: a social semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HASAN, Ruqaiya. Society, Language and the Mind: the Meta-Dialogism of Brasil Bernstein's Theory. In: CHRISTIE, F. *Pedagogy and the Shaping of Consciousness: Linguistic and Social Processes*. London: Continuum, 1999.

HODGE, Robert and KRESS, Gunther. *Language as Ideology*. London: Routledge, 1979.

KRESS, Gunther. *Linguistic Process in Sociocultural Practice*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

KRESS, Gunther and VAN LEEUWEN. *Reading Images: the Grammar of Visual Design*. London: Second, 1996.

REBELO, José. *O discurso do jornal*. Lisboa: 2002.

VAN DIJK, Teun. *Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso*.

## MEMÓRIA MUSICAL DA CAMPANHA DA NACIONALIZAÇÃO NO VALE DO RIO DOS SINOS/RS

Alessander Kerber<sup>1</sup>

*Resumo:* No presente trabalho, pretendo estabelecer uma interlocução entre a historiografia que aborda a nacionalização de descendentes de imigrantes no Brasil durante o Estado Novo com a que aborda a canção popular no rádio e indústria fonográfica do Brasil da época, articulando as possibilidades de usos da memória, através de entrevistas de história oral, em um estudo sobre circulação e recepção da música popular no período de 1930 a 1945. Especificamente, abordo as possibilidades de análise da circulação e recepção da música popular produzida no Brasil durante o Estado Novo em regiões marcadas imigração alemã. Para tanto, focalizo uma das principais regiões de imigração alemã no Brasil: o Vale do Rio dos Sinos.

*Palavras-chave:* Memória, Identidade Nacional, música popular, Vale do Rio dos Sinos.

---

No presente trabalho, pretendo estabelecer uma interlocução entre a historiografia que aborda a nacionalização de descendentes de imigrantes no Brasil durante o Estado Novo com a que aborda a canção popular no rádio e indústria fonográfica do Brasil da época, articulando as possibilidades de usos da memória através de entrevistas de história oral em um estudo sobre circulação e recepção da música popular no período de 1930 a 1945.

Tenho observado as complexas relações entre o nacional, o regional e o étnico desde minha tese de doutorado. Ao focar as músicas e imagem de Carlos Gardel e de Carmen Miranda no período do Entre Guerras, observei que ambos os artistas tinham um projeto de representar as identidades nacionais argentina e brasileira. Nesse projeto, dialogavam com diversos artistas, intelectuais e outros sujeitos autorizadas que propunham classificar o que era e o

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

que não era nacional (KERBER, 2007). No caso brasileiro, a afirmação da imagem da baiana criada por Carmen como representação nacional gera a inclusão de determinadas identidades de caráter regional e étnico na nação.

Há ampla bibliografia acadêmica que aborda a ressignificação de símbolos populares como símbolos nacionais no Brasil dos anos 1920 e 1930. Tenho observado que essa genérica classificação “popular” abarca distintas identidades que, dependendo da relação estabelecida entre a representação e o contexto, relaciona-se ora a classe social, ora a etnia, ora a região.

Ao abordar a “historiografia” da música popular brasileira, mais especificamente as discussões sobre o samba como símbolo nacional, Napolitano e Wasserman (2000) analisam a participação de diversos sujeitos, vinculadas ou não à academia, que tiveram diversos tipos de autoridade para falar sobre o que é o samba e sobre sua relação com a identidade nacional. Adalberto Paranhos (1999) foca as definições construídas pelos próprios sambistas para classificar o que é brasileiro.

Três categorias muito distintas me parecem se confundir com a de “popular”: a regional, a de classe e a étnica. Em relação à primeira, já nos discursos de Mário de Andrade ou de Gilberto Freyre, o popular parece confundir-se com o regional. Como analisado por Wisnik, Mário de Andrade buscou o autenticamente popular e nacional no sertão, no interior, nesse espaço considerado livre das influências estrangeiras (que me parece muito parecido com a forma como os folcloristas europeus do século XIX buscaram o popular como autenticamente nacional). Na presente comunicação não terei tempo para abordar a historiografia que apontou o popular como de classe ou o popular como étnico, mas observo que essas três categorias muito distintas foram utilizadas para definir o popular e, conseqüentemente, o nacional.

Voltando ao foco específico desta parte de minha pesquisa que pretendo apresentar, escolhi um grupo cujas representações não foram classificadas como nacionais nos anos 1930 para analisar a circulação e a recepção da classificação do samba como símbolo nacional, bem como de diversas representações apresentadas nas

letras de sambas: os brasileiros descendentes de imigrantes. Mais especificamente, escolhi os descendentes de alemães observando que em comparação com outros descendentes de imigrantes, como os portugueses, houve um processo mais demarcado de exclusão das representações nacionais durante o primeiro governo Vargas.

Quando se trata das identidades dos descendentes de imigrantes e de sua relação com a identidade nacional (ou com os discursos vitoriosos sobre esta identidade), também, duas das categorias que mencionei apresentam-se como significativas: a étnica (tendo que não se tratava de uma identidade nacional, mas uma construção, entre esse grupo, de uma referência de origem, de uma imaginação criada no Brasil sobre o que era ser descendente de alemães, italianos, poloneses, etc.) e a regional (que se apresenta principalmente em alguns casos em que houve uma definição de territórios geográficos dentro do Brasil como distintos etnicamente das classificações sobre missigenação brasileira vitoriosa. Entre o étnico e o regional que se constitui uma imaginação acerca da diferença na região pesquisada.

Uma identidade, se expressa, justamente, através de representações que definem a idéia e o sentimento de pertença a um grupo. Assim, ela é, ao mesmo tempo, sentimento e idéia, é sentida e pensada enquanto formulação de uma imagem de si mesmo, ou seja, como auto-representação.

Esta consciência de si através de representações impõe limites sobre os quais os indivíduos realizam suas práticas sociais. Estes limites se dão em torno das fronteiras entre um grupo e outro. Uma identidade se forma, assim, além da percepção das representações comuns, entre o grupo, através da percepção da diferença, em relação ao outro grupo, ou seja, em uma relação de alteridade. Tal qual a memória, as identidades também são construídas em âmbito individual e coletivo.

Nesse processo de definição, tanto a identidade quanto a alteridade são representadas através de uma série de símbolos que devem ser, obviamente, distintos para demarcar a diferença. Entre esses símbolos, freqüentemente apresentam-se os sonoros e, mais especificamente, os musicais. Para além dos hinos, que são

representações oficiais de identidades nacionais, estilos musicais freqüentemente são tomados como representantes de identidades nacionais e de outros tipos de identidades, como as étnicas, as de classe, as religiosas, etc.

Ao analisar a construção de identidades, Chartier aponta para as perspectivas que a história cultural trouxe a esta questão. Distinguindo-se de duas visões – uma que as via como resultado de imposições de representações e resistências contra estas, outra que as via como exibição de uma unidade construída a partir de um grupo – o autor afirma que:

Trabalhando sobre as lutas de representações, cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social, a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ‘ser-percebido’ constitutivo de sua identidade. (CHARTIER, 2002, p. 73)

Trato especificamente de identidade nacional e sua relação com outros tipos de identidade. A construção das identidades nacionais tem sido tema de grande interesse tanto na área da história cultural quanto na da história política. É possível estabelecer aproximações teóricas entre essas áreas tendo que a nação, como comunidade política, pode ser compreendida como construção imaginária. Nesse sentido, concordo com as considerações de Anderson, que define que a nação não existe em outra instância senão no imaginário de uma comunidade, ela é:

(...) uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana. Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria dos seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão (...) é imaginada como limitada, porque até mesmo a maior delas, que abarca talvez um bilhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se as outras nações. Nenhuma nação se imagina coextensiva com a humanidade. (...) É imaginada como soberana, porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a

Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico divinamente instituído. (...) é imaginada como comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. Em última análise, essa fraternidade é que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só se matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas (1989, p. 14-16).

Esta comunidade imaginada se identifica a partir de uma série de símbolos. Segundo Thiesse (2001/2002, p. 8-9), existe uma “check list”, um código de símbolos internacionais que define o que todas as nações devem ter: uma história estabelecendo a continuidade da nação; uma série de heróis modelos dos valores nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares memoráveis e uma paisagem típica; uma mentalidade particular; identificações pitorescas – costumes, especialidades culinárias ou animal emblemático. Estes símbolos não são apenas uma superficial lista de adornos, mas são essenciais para a auto-representação das pessoas que se identificam com a nação.

No caso brasileiro, entre os símbolos mais importantes na construção da identidade nacional estão os musicais. Desde o século XIX há uma produção musical no Brasil que dialoga com a noção de nação. É contudo, no contexto do primeiro governo Vargas que coincidem a emergência e massificação da mídia sonora, especialmente do rádio, e uma atuação política específica na perspectiva da nacionalização da diversidade regional, elemento que teve seu momento mais explícito com a cerimônia da queima das bandeiras regionais em 1937. Nesse contexto, desponta o samba como estilo musical a circular na mídia sonora e a ser identificado com a nação brasileira. Para explicar esta emergência do samba, autores convergem e divergem em várias explicações. Renato Ortiz (2001), por exemplo, aponta para o fato da construção da identidade nacional brasileira neste período propor-se a incluir grupos anteriormente excluídos, como pobres, negros e mestiços e, neste sentido, a transformação do samba, símbolo que representava estes grupos, em representação nacional foi elemento fundamental neste processo. Hermano Vianna (1995), por outro lado, recorre a dois

elementos fundamentais para explicar a escolha do samba como representação nacional: a circulação deste estilo musical entre diversos grupos sociais e etnias no Rio de Janeiro dos anos 1920 e 1930 (ou seja, o samba que se tornou representação nacional não era mais negro mas já era miscigenado) e o desenvolvimento da indústria fonográfica e do rádio nesta cidade, que possibilitou a divulgação nacional deste estilo.

Há vasta produção acadêmica acerca da nacionalização de imigrantes no Brasil. Autores como Giralda Seyferth (1994) e Artur Blasio Rambo (1994), Martin Dreher, entre outros, que constatarem que, de forma predominante, os descendentes de imigrantes no começo do primeiro governo Vargas professavam-se como cidadãos brasileiros ao mesmo tempo que afirmavam uma origem étnica alemã. Os estudos de Lucio Kreutz apontam para a maioria dessa população falar língua alemã na década de 1930 e sobre a grande violência imposta para a fala da língua portuguesa.

O contexto do primeiro governo Vargas, especialmente durante o Estado Novo, foi marcado por um grande esforço do Estado na perspectiva de construir e massificar uma determinada versão da identidade nacional brasileira entre toda a população. Em relação às populações brasileiras descendentes de imigrantes alemães houve um empenho ainda maior e mais específico por parte do Estado por serem, elas, consideradas de maior risco para a Nacionalização. Nesse sentido, conforme Gertz (2005, p. 44), dos três grupos étnicos mais visados na Nacionalização, os alemães e seus descendentes estiveram em primeiro lugar (situação que provavelmente teria sido ocupada pelos japoneses se seu número fosse mais significativo).

Eram os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que mais tinham cidades e populações descendentes de imigrantes alemães, o que gerava preocupações especiais em relação a eles. Apesar de haver maior número de italianos e de seus descendentes no Brasil, a nacionalização parece não tê-los considerado problema tão grande quanto os alemães. No caso do Rio Grande do Sul, J. P. Coelho de Souza, secretário da educação na época “fazia questão de declarar que os ‘italianos’ não lhe causavam nenhum problema na



cruzada para ‘nacionalizar’ as escolas” (GERTZ, 2005, p. 48). Coelho de Souza apontava a origem latina da língua italiana como um motivo que tornava mais fácil ensinar a língua portuguesa aos italianos e seus descendentes do que aos alemães.

Em 1941 Coelho de Souza identificava os alemães como principal perigo para a nacionalização. Segundo ele:

Na colônia italiana (...) o problema da nacionalização, em rigor, não existe (...) os judeus possuem duas ou três escolas, que se nacionalizaram sem resistências (...) os núcleos poloneses e japoneses não chegam a constituir, ainda, objeto de preocupação para o governo do estado, dada a sua pequena extensão (...) Problema, sem dúvida gravíssimo e de difícil solução, é o que oferece a zona colonial alemã (...) (COELHO DE SOUZA Apud KREUTZ, 2005, p. 79).

Ao analisar a denominação “alemães” para tratar de seus descendentes nascidos no Brasil, René Gertz afirma que:

(...) quando os primeiros imigrantes chegaram ao estado [do Rio Grande do Sul], no século XIX, encontraram aqui pessoas que denominaram de ‘Brasileiros’, em oposição a eles, que eram denominados ‘alemães’ ou ‘italianos’. Essas denominações foram internalizadas e se perpetuaram. A população descendente dos grupos anteriores à imigração continuou sendo chamada de ‘brasileiros’, e os descendentes de alemães e italianos, mesmo nascidos no Brasil, se auto-identificavam e eram identificados pelos outros como ‘alemães’ ou ‘italianos’. Situação que continua corriqueira até nossos dias. Essa realidade levou a incidentes, relatados como cenas do mais absoluto horror, durante o Estado Novo. No Correio do Povo de 12 de agosto de 1938, o secretário da educação, Coelho de Souza, relatou com grande veemência um episódio que teria ocorrido com um representante da secretaria numa escola em General Osório (hoje Ibirubá). Segundo o relato do agente governamental, ‘a frente do professor, um jovem teuto-brasileiro, e outras pessoas, formulei perguntas aos alunos (...) ‘Os alunos que forem brasileiros levantem-se!’ Ninguém se mexeu. ‘Os alunos que forem alemães levantem-se!’ Todos os garotinhos ergueram-se de suas classes’. Algo que para as populações locais era óbvio, causava uma surpresa horrenda para os observadores externos. (...) Assim, a ‘nacionalização’, na maioria dos casos, derivou muito mais da ojeriza que se tinha ao ‘exótico’ do que de

fatos concretos que pudessem ser classificados como inequivocamente ‘subversivos’ (GERTZ, 2005, p. 56-57).

A citação de Gertz nos auxilia na compreensão de que essa identificação como alemães não significava um perigo ao Estado nacional brasileiro ou que houvesse uma adesão destas populações ao nazismo. Era uma pequena minoria, em geral cidadãos efetivamente alemães que vieram para o Brasil nesta época, que integrava o partido nazista. A maior parte destas populações se definia como alemão como uma forma de representar sua identidade étnica, e não como uma identidade nacional. Diferentemente de uma identidade nacional, uma identidade étnica não reivindica um Estado. O princípio da soberania, característico das identidades nacionais como propõe Anderson (1989), não é característico das identidades étnicas. Assim, ser alemão no Brasil era, para a grande maioria das populações de descendentes de alemães, identidade étnica e não nacional.

Para analisarmos a circulação e recepção que essas representações musicais tiveram em determinadas regiões do país, adotamos a história oral, na perspectiva de, através da memória de diversas pessoas que vivenciaram esse processo, podermos observar a forma como se estabeleceu essa relação entre as representações nacionais veiculadas na mídia e as identidades de espaços sociais distintos.

A análise da memória acerca da mídia sonora que apresentou representações da nação brasileira durante o primeiro governo Vargas nos coloca dentro da perspectiva dos estudos de recepção na perspectiva que Nilda Jacks a apresenta, ou seja, como não sendo um processo passivo. Em suas palavras:

O receptor deixa de ser visto como um consumidor passivo dos produtos culturais de assa e como alienado do processo de produção de sentidos, e passa a ser visto também como produtor deles. Obviamente esta produção não é simétrica, não chegando a ser uma co-produção, no sentido de compartilhar a concepção dos produtos de massa, pois a indústria cultural continua produzindo ‘para’ a massa (...) Mesmo assim, tem-se dois sujeitos, o emissor e o receptor, e nessa relação entre eles, que não é direta, aparece o papel das mediações. (...) Mediação pode ser entendida, portanto, como

um conjunto de influências que estrutura, organiza e reorganiza a percepção da realidade em que está inserido o receptor, tendo poder também para valorizar implícita ou explicitamente esta realidade, as mediações produzem e reproduzem os significados sociais, sendo o ‘espaço’ que possibilita compreender as interações entre a produção e a recepção (JACKS, 1997, p. 9).

Especificamente, nessa pesquisa busco relatos de memórias ligados à mídia sonora. A paisagem sonora do século XX caracteriza-se pela criação de mídias que registram o som e que podem trazer, à memória do presente, um registro passado. Esse fenômeno foi definido por Raymond Murray Schafer (SCHAFFER APUD VALENTE, 2003, p. 32) como “esquizofonia” e se refere à possibilidade de dissociar o som de seu espaço-tempo de produção e reprodução acústica.

O surgimento da mídia sonora possibilitou uma outra forma de registro musical distinta da partitura constituída desde a Idade Média. A mídia sonora deu suporte material ao efêmero, permitindo com que a recriação musical realizada pelo intérprete também pudesse ser registrada. É no contexto de emergência da mídia sonora – a indústria fonográfica, o rádio e o cinema – que os intérpretes tornam-se ídolos de massas sendo, freqüentemente, mais importantes como mediadores nas construções de identidades do que os compositores das obras.

Parece que a mídia sonora pode ser usada como uma interessante referência utilizada na história oral para trazer a tona memórias. Nesse sentido, nas entrevistas que estão sendo realizadas em meu projeto, utilizo a mídia sonora apresentando gravações aos entrevistados. Inicialmente, pergunto se ele se lembra desta gravação. A seguir, pergunto “o que ele achava” dela, dando um certo espaço de liberdade para a fala, ao mesmo tempo que se possibilita, com isso, observar relações diversas entre a música e a experiência do entrevistado. Por fim, foca-se na questão que interessa a essa pesquisa, que é a relação entre o nacional e o regional.

Para escolha das músicas a serem executadas para os entrevistados utilizei, como critério, serem canções de sucesso no

rádio durante o primeiro governo Vargas que apresentam representações da nação brasileira. Na medida em que, durante o Estado Novo, houve uma censura sobre a música popular executada no rádio, constituindo, inclusive, o chamado “samba exaltação”, estou procurando observar como foi a recepção desse tipo de canção nessa região de imigração alemã.

Obviamente que há uma limitação em termos de canções que podem ser tocadas para cada entrevistado, levando em consideração seu tempo disponível e paciência. Nesse sentido, escolhi 4 canções por considerá-las significativas para essa análise. Entre essas canções, obviamente não poderia faltar a canção que, conforme Jairo Severiano e Zuza Homem de Melo tornou-se paradigma do samba-exaltação: “Aquarela do Brasil”, de Ari Barroso, na gravação de Francisco Alves, em 1939. Também, foram escolhidas mais duas canções consideradas referências de samba-exaltação: Canta Brasil, de Alcir Pires Vermelho e David Nasser, também na voz de Francisco Alves; e Brasil Pandeiro, de Assis Valente na voz dos Anjos do Inferno. Ainda, apesar de não ser um samba-exaltação, mas em função de ser uma canção importante na definição de representações nacionais e apresentar símbolos de um determinada região do Brasil, “O que é que a bahiana tem?” de Dorival Caymmi na voz de Carmen Miranda foi escolhida para apresentação.

A década de 1930 é a da massificação do rádio no Brasil. É através do rádio e, em menor escala, do cinema e da indústria fonográfica, que o samba produzido no Rio de Janeiro circula em diversos espaços nacionais e, entre eles, as regiões caracterizadas pela imigração alemã. Não há fontes oficiais que identifiquem o número de aparelhos de rádio em cada região e, conseqüentemente, o que dispomos são as memórias registradas nos depoimentos. É recorrente, entre os depoimentos a identificação de que somente as famílias de maior poder aquisitivo possuíam aparelho de rádio

É recorrente a menção ao medo de ouvir rádio. Esse medo era oriundo da perseguição estabelecida contra os que ouviam a rádio alemã durante a Segunda Guerra. Gerta Müller, por exemplo, afirma que o Estado proibia os alemães de escutarem rádio: “eles não deixavam... quem tinha rádio eles tiravam s rádios dos alemães.

Tiravam das casas”. “Eram pouquíssimos que tinham aqui rádio”. Gerta conta que a família ficava com a casa toda fechada para ouvir rádio. Seu irmão, inclusive, ficava de “tocaia” do lado de fora da casa para avisar a família se algum policial apareceria.

Herta Birck fala que um membro da família ficava numa espécie de “casinha atrás da casa” ouvindo as notícias, e depois compartilhava as informações com o grupo reunido na sala: “se escondiam para ouvir rádio, o que acontecia na II Guerra Mundial com seus parentes (...) Ninguém podia desconfiar que tinham rádio”.

Werner Schinke, que morava na época estudada em Novo Hamburgo, afirma que seu pai tinha porque era médico: “Quando o Brasil entrou na guerra, recolheram os rádios dos alemães... era proibido escutar a Alemanha... se pegasse algum escutando rádio da Alemanha ia preso... rádio era a primeira coisa a ser tirada das casas pela polícia”.

Poucos entrevistados disseram ouvir alguma emissora de rádio brasileira. Isso ocorria, certamente, em função da maior frequência da fala em língua alemã do que em língua portuguesa nessas regiões. Contudo, ao serem executadas as canções mencionadas, a maior parte dos entrevistados disseram que ouviram essas músicas na época e que gostavam. Esse paradoxo nos faz pensar sobre se efetivamente essas pessoas ouviram essas músicas na época ou se construíram a lembrança de que ouviram a partir de audições posteriores. Esse, obviamente, é um problema de qualquer pesquisa que se utiliza da história oral e deverá ser levado em conta no decorrer das análises dos depoimentos.

Com a pesquisa em andamento, não temos muitos elementos conclusivos. Contudo, é perceptível, além da limitada circulação do samba nas regiões de imigração alemã, distintas formas de recepção do mesmo, o que, além de nos propor questionamentos acerca da eficácia de determinadas versões sobre a nação brasileira, nos apresenta a problemática da complexa relação entre o nacional, o regional e o étnico. Por exemplo, uma distinção recorrente entre os depoimentos que se referiam à “Aquarela do Brasil” e os que se referiam a “O que é que a bahiana tem?”. Quase todos os entrevistados que falaram acerca da primeira canção disseram que

“representava bem o Brasil”, que “o Brasil era mesmo assim lindo”. Opostamente, todos os que falaram sobre “O que é que a bahiana tem?” disseram que “não representava o Brasil”.

## Referências

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BACKZO, B. A imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. v. 5, p. 296-331.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

\_\_\_\_\_. Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Contexto/ANPUH, v. 16, n. 31-32, p. 328-352, 1996.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CONTIER, Arnaldo. *Brasil novo – música, nação e modernidade: os anos 20 e 30*. São Paulo: USP, 1988. Tese (Livre Docência em História), Universidade de São Paulo.

GERTZ, René. Guerra contra cidadãos. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*. Florianópolis, UFSC, n. 13, 2005.

\_\_\_\_\_. Cidadania e nacionalidade: história e conceitos de uma época. In: MÜLLER, Telmo L. *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAUSSEN, Doris Fagundes. *Rádio e política: tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

KERBER, Alessandro. *Wilhelm Pommer: memória e trajetória de um pastor imigrante no Sul do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

\_\_\_\_\_. *Representações das identidades nacionais argentina e brasileira nas canções interpretadas por Carlos Gardel e Carmen Miranda (1917-1940)*. Porto Alegre: UFRGS, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

\_\_\_\_\_; SCHEMES, Claudia; PUHL, Paula. Datas comemorativas e construção de identidades através da imprensa: lutas de representações entre a identidade nacional brasileira e a da cidade de Novo Hamburgo/RS. *Projeto História*. Vol. 36. São Paulo: PUCSP, 2008.

\_\_\_\_\_; PRODANOV, Cleber; PUHL, Paula. Representações étnicas no folhetim Maria Bugra: episódio dos princípios da colonização alemã e a construção da identidade da cidade de Novo Hamburgo. *Anos 90*. Vol. 14. Porto Alegre: UFRGS: 2007.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi* (dir. Ruggiero Romano). Vol. 1, Memória-História. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 423-483.

MAUCH, Claudia; VASCONCELLOS, Naira (org.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: ULBRA, 1994.

MEYER, Dagmar E. E. Língua e religião como instituintes da nacionalidade. In: CUNHA, Jorge L.; GÄRTNER, Angelika (orgs.) *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

MÜLLER, Telmo L. A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica. In: MÜLLER, Telmo L. *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

NAPOLITANO, Marcos; WASSERMAN, Maria Clara. Desde que o samba é samba: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. Vol. 20. n. 39, 2000, p. 167-189.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; CASTRO GOMES, Ângela M. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PARANHOS, Adalberto. O Brasil dá samba? (Os sambistas e a invenção do samba como “coisa nossa”). *Música popular em América Latina*. Santiago de Chile: Fondart, 1999. (disponível em: [http://www.samba-choro.com.br/print/debates/1055709497/index\\_html](http://www.samba-choro.com.br/print/debates/1055709497/index_html))

PETRY, Leopoldo. *O município de Novo Hamburgo – Monografia*. Porto Alegre: Edições A Nação, 1944.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SEYFERTH, Giralda. Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org.) *Região e nação na América Latina*. Brasília: UNB, 2000.

\_\_\_\_\_. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getúlio Vargas, 1999

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre: UFRGS, n. 15, 2001/2002.

THOMPSON, Paul. *The voice of the past*. Oral History. Oxford University Press, 1978.

VALENTE, Heloísa de Araújo D. *As vozes da canção na mídia*. São Paulo: Via Lettera/Fapesp, 2003.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./Ed. UFRJ, 1995.



WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul – O “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924-1949*. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2004.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: Cosac Naify, 2007. [primeira edição: 1994]

# **A LÍNGUA ALEMÃ COMO MARCADOR DE IDENTIDADE ÉTNICA EM SÃO LOURENÇO DO SUL**

Paulo César Maltzahn<sup>1</sup>

*Resumo:* Este trabalho analisa a língua alemã como marcador de identidade étnica teuto-brasileira na cidade de São Lourenço do Sul (RS) entre a década de 1980 aos dias atuais através de histórias de vida. Para essa compreensão, a pesquisa investiga as representações e os sentidos atribuídos pelos depoentes à língua no que diz respeito ao seu aspecto objetivo e subjetivo. A análise da pesquisa utiliza o apoio teórico no eixo etnicidade relacional e a metodologia de História Oral. A língua alemã é, de um lado, vivenciada individualmente e, de outro lado, compartilhada no coletivo étnico. A língua alemã em São Lourenço do Sul está relacionada a apropriações simbólicas convencionais e à produção de sentidos que cada depoente vivenciou na família e na comunidade étnica, o que caracteriza permanência e transformação do papel da língua alemã e uma negociação de sentidos individuais e coletivos. A redefinição do papel da língua alemã em São Lourenço do Sul está associada nesse caso ao próprio grupo étnico, ou seja, a autocompreensão de sua identidade étnica.

*Palavras-chave:* Língua alemã, identidade étnica, São Lourenço do Sul, História Oral.

---

## **Introdução**

Neste trabalho analisamos a língua alemã como marcador de identidade étnica teuto-brasileira no município de São Lourenço do Sul (RS) – década de 1980 aos dias atuais – através de relatos que os teuto-brasileiros fizeram sobre sua vida pessoal e social. Para isso, procuramos verificar e evidenciar as representações e sentidos atribuídos pelos entrevistados à sua identidade étnica, precisamente à língua alemã, no que diz respeito a aspectos objetivos e subjetivos. O recorte cronológico inicial a partir da década de 1980 refere-se a um evento cultural, que marca, podemos dizer assim, o revival da etnia teuto-brasileira em São Lourenço do Sul, a saber: o

---

<sup>1</sup> Professor doutor. UFSC.

“Primeiro Festival de Folclore Teuto e Gaúcho” e a criação do “Grupo de Danças Folclóricas Alemãs *Sonnenschein*”, no ano de 1983. A análise da nossa pesquisa encontra-se apoiada na teoria da etnicidade relacional e em estudos sobre identidade étnico-cultural a partir de autores como Barth (1969 apud POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998), Oliveira (1976), Conzen (1992) e Hall (1999) e na metodologia de pesquisa da História Oral. As entrevistas de História Oral (histórias de vida) tratadas no nosso trabalho foram realizadas em língua portuguesa entre maio e outubro de 2008. Os entrevistados, homens e mulheres (12 pessoas), entre 18 e 44 anos, descendentes de alemães, são habitantes da zona urbana do município de São Lourenço do Sul (RS). Para a seleção dos entrevistados foram estabelecidos três critérios: o primeiro é que o entrevistado fosse de descendência alemã paterna e materna; o segundo é que o entrevistado fosse de gerações mais jovens e o terceiro é que o entrevistado residisse na zona urbana. No que diz respeito ao segundo e ao terceiro critérios para a escolha dos entrevistados, acreditamos que teríamos um resultado previsível para pessoas de gerações mais velhas e para aquelas que residissem na zona rural, ou seja, presumimos que “eles” ainda “se sentiriam alemães” e que expressariam isso de maneira já abordada em estudos anteriores. Outrossim, gostaríamos de observar a narrativa das vivências de pessoas que nasceram após o fim da Era Vargas (1954), período político que remonta ao silenciamento efetivo do grupo étnico teuto-brasileiro. Nesse sentido, podemos dizer que a língua alemã como marcador de identidade étnica nesta pesquisa, está ligada ao recorte de etnia, gerações e espaços geográficos. Para a escolha da comunidade teuto-brasileira foi estabelecido um critério: que a comunidade teuto-brasileira fosse composta, na sua grande maioria, por descendentes de imigrantes alemães provenientes de uma mesma região da Alemanha, no caso, a Pomerânia. A análise da língua alemã como marcador de identidade étnica nesta pesquisa tem, além das histórias de vida, também outras entrevistas de História Oral (especialistas) que colaboraram como fontes. Nesse contexto, foram entrevistadas autoridades, pesquisadores e pessoas interessadas nos assuntos relacionados aos temas imigração para São Lourenço do Sul, etnicidade e identidade

(05 pessoas). Essas entrevistas foram, na maioria das vezes, uma conversa discurrida sobre o tema. Em algumas entrevistas, porém, estabelecemos, previamente, alguns pontos pertinentes para o contexto desta pesquisa e que poderiam ser relevantes para a análise.

Para os propósitos deste trabalho os termos “língua alemã” e “alemão” não serão usados somente para referir-se à língua padrão, mas também à dialetal e à “língua não-padrão”. Segundo nossas percepções, a maioria dos descendentes de alemães, nos dias de hoje, só fala o dialeto ou a “língua não-padrão”, embora compreendam a língua padrão coloquial. Ainda, segundo nossas percepções, há descendentes de alemães que definem, no entanto, a língua falada na família (“língua alemã não-padrão”) como *Hochdeutsch* (língua alemã padrão). Nomear a até mesmo qualificar, sem incorrer em preconceito linguístico, esse alemão falado na localidade não é tarefa simples. Trata-se, na realidade, de uma variedade (ou de variedades). Tal qual acontece no português falado no Brasil que, segundo Bagno (2001), também não é um bloco compacto, sólido e firme, mas sim um conjunto de coisas aparentadas entre si, mas com algumas diferenças, também no alemão falado na localidade podemos dizer que se trata de uma variedade. As diferenças no alemão local podem ser de ordem fonética (motivadas pela segunda língua que afinal é o português); de ordem morfológica (trazendo características do alemão oral onde, por exemplo, as marcações morfológicas de caso -en, -em, -er, etc. tendem a ser sempre neutralizadas e com isso, talvez, realmente dar a impressão de que o paradigma formal de marcação de caso esteja sendo “violado”; de ordem sintática (onde a organização sentencial se pareça com a do português, substituindo, por exemplo, a ordem canônica objeto indireto + objeto direto do alemão padrão, por uma ordem objeto direto + objeto indireto, mas o objeto indireto sendo introduzido por preposição, tal qual acontece no português. As diferenças podem ser observadas ainda, e até primordialmente, no campo lexical, onde são observadas inúmeras incorporações do vocabulário do português, que, por sua vez, sofrem ajustes naturais às propriedades fonotáticas do alemão. Esse “alemão não-padrão” (adotando a proposta de Bagno (2001) para fazer a mesma diferença para o português: (português não-padrão) x (português padrão), é,

afinal, adquirido e transmitido naturalmente, ele parte de uma tradição oral e é falado por classes dominadas e, portanto, marginal e estigmatizado. O “alemão não-padrão” é extremamente funcional e inovador pelo fato de autorizar a eliminação de regras desnecessárias e redundantes. Com a adoção dessa nomeação queremos eliminar nomeações preconceituosas como as que ouvimos de alguns depoentes, quando avaliam sua língua como “alemão incorreto” e outros termos extremamente pejorativos e sem qualquer fundamentação, em termos teóricos, como, por exemplo, “alemão não-gramatical”. O “alemão não-padrão” é também uma língua bem organizada e coerente, passível de ser descrito por ter uma lógica interna perfeitamente demonstrável tal qual defendido para o português não-padrão por Bango (2001) em sua **novela sociolinguística**.

Neste trabalho, serão usados também os termos “dialeto pomerano” e “pomerano” com referência a uma variação dialetal do *Plattdeutsch* (baixo-alemão) e em alguns contextos compreendemos língua alemã no sentido geral do termo, ou seja, também pelo dialeto pomerano. Todos os seus sentidos serão determinados pelo seu contexto. Precisamos salientar que para os propósitos deste trabalho “a divisão língua/dialeto assim concebida como uma oposição entre uma língua verdadeira e alguma coisa como uma ‘sublíngua’ é absurda. Ela resulta de uma confusão entre as diferentes acepções que conhece a palavra língua. Se for tomada em seu sentido mais geral de sistema de representação e de expressão vocal, todo ser humano exprime-se em uma língua. O dialeto possui um sistema de sons que, reunidos, formam palavras e essas palavras, unidas umas às outras segundo um sistema de regras, servem para formar frases. Trata-se das características essenciais que definem toda linguagem humana. O dialeto tem, portanto, as características exigidas para que se possa dizer que é uma língua no sentido geral do termo (...).” (Leray, 2004, p. 120).

## **A língua alemã como marcador de identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do Sul (década de 1980 aos dias atuais)**

A partir da aliança entre religião luterana e germanidade articulou-se outra importante marca de etnicidade, a língua alemã. Assim como no contexto alemão também no teuto-brasileiro a língua alemã estava estreitamente vinculada a Martinho Lutero e à Reforma Religiosa, constituindo-se em um símbolo sagrado de identidade étnica, no qual veiculam a sabedoria e a visão de mundo do povo alemão. De acordo com Bahia (2008, p. 23), “(...) o sentido de nacionalidade alemã é pensado a partir do uso da língua alemã pela religiosidade luterana. A Igreja Luterana é quem viabiliza melhor este sentimento de germanidade através do uso do alemão oficial.” Segundo Dreher (1984, p. 20), os pastores provenientes da Alemanha já deram os primeiros sinais de relacionar germanidade e religiosidade em meados do século XIX, mas “(...) o fato, tido inicialmente como algo natural, de que protestantes de ascendência germânica fizessem uso da língua alemã em sua atividade eclesiástica”, foi tratado de forma expressiva e fundamentado teologicamente somente a partir da criação do Reino Alemão (1871). Nesse contexto, afirmava-se “(...) que se deveria levar ‘o Evangelho aos irmãos na fé e aos compatriotas em língua e índole alemães’ e preservar ‘com isso todo o rico tesouro da cultura germânica’.” (DREHER, 1984, p. 20). Assim, a relação intrínseca entre germanidade, religião luterana e língua alemã caracterizou por muito tempo o contexto teuto-brasileiro no Rio Grande do Sul, no qual o luteranismo e a língua alemã constituíram-se em marcadores poderosos da identidade étnica teuto-brasileira. Para reforçar o que foi exposto acima, ou seja, a idéia de que germanidade, religião luterana e língua alemã caminham juntas no contexto da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, vejamos o depoimento a seguir:

Porque ela [vó] tinha a bíblia em alemão e como protestante que era, eles [os protestantes] aprendem a ler para ler a bíblia. Isso é uma coisa muito forte. Assim tanto da minha vó quanto da minha mãe. Porque a gente era criança e eu me lembro que ela me sentava (...)

na cama e dizia: “agora nós vamos ler a bíblia.” Então ela aprendeu a ler, a minha mãe aprendeu a ler para ler a bíblia. (C. A. L.).

Os estudos de Meyer (1999) e Grützmann (1999) apontam para a posição central da língua alemã acionada pelos ideólogos do germanismo no processo de construção identitária dos imigrantes alemães e de seus descendentes. O conhecimento perfeito da língua alemã (*Hochdeutsch*) foi considerado então um dever para o descendente de alemão, que devia ser preservado e transmitido de geração para geração. Conservar a língua alemã no Brasil, portanto, era manter o vínculo com a cultura alemã. Conforme Meyer (1999, p. 88), a língua alemã “era a ‘língua da mãe’, que transmitia/construía os valores culturais e a crença religiosa, modulava os sentimentos mais íntimos e os afetos familiares.” Balibar (1995) e Bahia (2001) chamam a atenção para a centralidade da língua no processo de construção de identidade cultural (étnica), salientando que “a defesa de uma cultura cuja identidade, integridade ou criatividade está ameaçada, se dá, sobretudo através da defesa da língua.” (BALIBAR, 1995, p. 185). Segundo Tornquist (1997), a língua é, sem dúvida, um importante marcador de pertença e identidade étnica. Essa autora vê uma relação de dependência recíproca entre a língua e o grupo, pois conforme Hasselmo (1974 apud TORNQUIST, 1997), é necessário que haja de um lado o grupo para que a língua se conserve e de outro a língua possui uma importância decisiva para a sobrevivência do grupo, e, não só como veículo de comunicação, mas também como meio de transmissão de valores do grupo e entre o grupo étnico. De acordo com Koch (2003, p. 198),

A língua alemã, na qual se encontra cristalizada a experiência de gerações, com seus modelos de conhecimento e critérios de julgamento, representa o resultado da história cultural, social e política da respectiva comunidade lingüística; também serve de instrumento de transmissão desta mesma cultura e ordem social.

Segundo Seyferth (1996), a língua não é mais um marcador incondicional de etnicidade, já que hoje nem todos os descendentes de alemães falam a língua alemã. Mesmo assim, devemos enfatizar a língua alemã, como um dos elementos mais destacados da

diferenciação étnica, isto é, como uma forma importante de expressar um modo de vida “alemão”. O seu uso cotidiano foi e ainda é para muitos descendentes de alemão uma eficiente marca de identificação étnica. Ainda que gramaticalmente incorreta e deturpada por palavras e expressões da língua portuguesa, a língua alemã não perdeu seu sentido étnico para aqueles que a utilizam no cotidiano, principalmente no círculo familiar e de amizade. Além disso, podemos observar, nos dias de hoje, uma revalorização da língua alemã, pois descendentes de alemães que não aprenderam ou não mais falam a língua alemã, procuram o seu aprendizado formal em cursos de língua estrangeira. Nesse caso, a língua alemã pode caracterizar uma marca de identidade étnica ou ter uma função instrumental. (SEYFERTH, 1996). No que diz respeito à língua alemã, devemos sublinhar aqui a importância dos dialetos alemães. Além dos dialetos das várias outras regiões da Alemanha em maior ou em menor número, o(s) dialeto(s) da região do *Hunsrück* (do atual estado alemão Renânia Palatinado) e da Província Pomerana da Prússia (da “Pomerânia Oriental” atualmente noroeste da Polônia e da “Pomerânia Ocidental” atualmente nordeste da Alemanha) e suas variações dialetais são os mais falados na região de colonização alemã no Rio Grande do Sul. Além disso, o contato com a língua portuguesa fez com que a língua alemã falada pelos imigrantes e seus descendentes no Rio Grande do Sul não fosse uma língua homogênea. A língua alemã falada pelos imigrantes alemães e seus descendentes nas colônias de imigração alemã é, portanto, “de uma forma ou de outra formada por diversos dialetos e misturada com o português.” (VILELA, 2004). Na mistura do alemão com o português temos “(...) a tendência de empregar substantivos em português no meio de frases em alemão, ou a de germanizar verbos da língua portuguesa através do acréscimo da terminação *-ieren* no radical latino.” (PRADE, 2003, p. 86). A Campanha da Nacionalização provocou um silenciamento da etnicidade teuto-brasileira. O uso da língua alemã, tanto falado quanto escrito, foi proibido no ambiente formal da comunidade teuto-brasileira e em locais públicos, o que certamente criou um conflito na sua população, que foi obrigada a usar a língua portuguesa. Muitos tiveram que aprendê-la de uma hora para a outra, perdendo dessa



forma o vínculo com a língua materna. Segundo uma depoente, “quem falava alemão, quem falava pomerano, não interessava, eles não podiam falar. Então eles acabaram falando somente entre eles. Essa língua se manteve assim. Só entre a família. Foi passando de geração em geração.” (M. W.). E conforme outra depoente:

[...] minha vó contava (...) que eles eram proibidos de falar o alemão (...) que isso era denunciado até para a polícia. Então eles tinham muito medo mesmo de falar o alemão. E aí o que aconteceu? Eles acabaram não passando aquilo para os filhos [...]. (C. A. L.).

De acordo com os depoimentos acima, podemos observar que para alguns descendentes de alemães a língua alemã foi preservada oralmente no seio da família, enquanto que para outros o alemão não foi mais empregado no convívio familiar. Devemos salientar aqui que, segundo nossas percepções, os descendentes de “pomeranos” em São Lourenço do Sul, que até a Segunda Guerra Mundial falavam alemão e pomerano, perderam o alemão nessa época. A partir daí, a “geração pós-guerra” de descendentes de “pomeranos” só fala então o dialeto pomerano. A língua alemã que até a Campanha de Nacionalização era considerada “língua de prestígio” pela função que desempenhava na escola, na igreja, na imprensa e em associações passa a ser alvo de sentimentos e valores ambivalentes, por um lado, positivo, pois muitos descendentes de alemães continuaram/continuam falando o alemão na família e entre amigos, principalmente, na zona rural; por outro lado, negativo, principalmente, os mais jovens da zona urbana deixaram de falar o alemão. A língua portuguesa tende a se difundir aí cada vez mais e passa a ter um papel importante para os descendentes de alemães vinculado à ascensão social e econômica e à diferenciação entre os urbanos e os rurais. O português é então prestigiado e considerado “língua de *status*” e língua da cidade. Nesse caso, a língua alemã passou a ser discriminada e foi estigmatizada como “língua de colono” em uma referência ao camponês. Para comprovar essa ideia, vejamos o que afirma um depoente:

(...) lá fora a gente só falava pomerano. [...] E daí, quando vim para a cidade tive uma grande dificuldade [...] em falar a língua portuguesa. [No colégio] (...) todo mundo (...) começava a rir (...)

porque eu tinha o problema no “r”. Então a gente tem esse sotaque de alemão, e isso doía muito (...). Até porque era um dos motivos [o sotaque alemão] que eu tinha vergonha e não gostava que alguém me chamasse de alemão. (...) Alemão é sinônimo de grosso, de colono, (...) na adolescência a gente marca muito isso. (...) Eu procurei estudar (...). Então isso aos poucos foi me ajudando. Não que me acho bom hoje, mas já me defendo melhor na língua portuguesa. (...) para dizer bem sincero hoje, eu me orgulho de ser ou pomerano ou alemão. Até anos anteriores eu não tinha este orgulho. Mas hoje eu vejo isso no [...] nosso município, isso pra mim ajuda muito. (G. F.).

No depoimento acima, podemos verificar claramente sentimentos negativos em relação ao uso da língua alemã assim como à ascendência étnica num determinado período da vida do entrevistado, ou seja, quando ele migra da zona rural para a urbana e é confrontado com o “outro”. A alteridade é marcada aqui pela pronúncia característica do falante de língua alemã, o sotaque. Os descendentes de alemães foram discriminados e estigmatizados pelo “outro” e motivo de chacota por causa do sotaque, o que provocou neles sentimentos negativos. Na coletânea “Memória e (Res)sentimentos Indagações sobre: uma questão sensível”, Stella Bresciani e Márcia Navara (2001) informam-nos sobre a temática do ressentimento como componente importante na história de vida dos homens, particularmente, na construção de suas identidades. O significado de ressentimento apresentado nessa obra tem uma conotação negativa, isto é, são sentimentos negativos e mal resolvidos como mágoa, dor, pesar e ódio. Para Ansart (2001, p. 15), a pesquisa sobre o papel do ressentimento nos fatos históricos encontra muitas dificuldades, pois evoca “(...) a parte sombria, inquietante e frequentemente terrificante da história.” Ainda segundo esse autor, os sentimentos que melhor definem a palavra ressentimento são “(...) os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte”, que podem se manifestar em diferentes formas e intensidades. Atitudes humanas como o preconceito entre dois grupos étnicos podem levar à frustração que, por sua vez, pode gerar o ressentimento, que pode ser ou não exteriorizado ou expresso de forma violenta. No caso acima, o fato (a chacota sobre o sotaque alemão) do qual o depoente foi vítima e

sofreu violência psicológica (mágoa, dor, vergonha, humilhação, inferioridade, sofrimento) provocou ressentimento. Porém, o fato de que o entrevistado tenha aperfeiçoado o português e, provavelmente, perdido ou pelo menos amenizado o sotaque alemão, pode tê-lo prendido menos às lembranças traumáticas do ressentimento. Nesse sentido, recorro à explicação de Ansart (2001, p. 31) sobre “a tentação do esquecimento”:

(...) pode-se afirmar que o indivíduo não esquece os fatos dos quais foi ator ou vítima, mas esquece-se ou, ao menos, aferra-se bem menos às lembranças dos ressentimentos. Os fatos organizados em uma cronologia têm a simplicidade do inelutável, pois já passaram, enquanto os ressentimentos são extremamente mais incertos, quando não mais vividos e sentidos. Frequentemente, o indivíduo tem a tendência a evitar seus próprios ódios quando a história os tornou caducos. E, mesmo em se tratando de ódios dos quais foi vítima, o indivíduo experimenta repugnância em conhecer e explorar o ressentimento daqueles de quem foi objeto, a compreender o que é, para ele, irracional. Quando estamos nessa situação, contentamo-nos com alguns julgamentos simples que os permitem não entrar na lógica afetiva de nossos antigos adversários e que nos bastam para condená-los.

No caso acima, não podemos afirmar com que intensidade o entrevistado se apropriou do ressentimento ou se ele ainda se apropria dele atualmente. As evidências, no entanto, indicam que o depoente possa ter superado totalmente seu trauma quando diz que, nos dias de hoje, se orgulha de sua origem étnica, no caso “ou pomerano ou alemão”. Outro exemplo de apropriação do ressentimento, conseqüentemente da “tentação do esquecimento” e, provavelmente, superação do trauma, podemos observar no seguinte relato:

Um problema na época. Porque o português a gente não conseguia pronunciar direito, então todo mundo ria, debochava da gente. Isso era horrível. Na escola então (...) quando nós viemos do interior pra cidade [...]. A gente falava muito pouco. Porque nós tínhamos o sotaque muito forte. Para a cidade: “ah, lá vem o colono, o alemão”, nós éramos vistos assim como (...) aqueles que não tinham valor nenhum, os que não sabem falar. (...) a gente evitava falar (...) porque eu tinha dificuldade. (...) no momento que eu comecei a entrar no Grupo [Grupo de Danças Folclóricas Alemãs

Sonnenschein] mudou tudo. Tanto que hoje, [...]. Eu acho que é em função desse trabalho que a gente vinha fazendo no Grupo de Dança, houve o reconhecimento disso aí, a valorização. (R. R.).

Nesse contexto, podemos observar que o sotaque alemão ainda nos dias de hoje é um elemento que caracteriza a identidade étnica do teuto-brasileiro. No entanto, conforme nossas percepções, hoje, a língua e o sotaque alemães estão menos associados a sentimentos e valores negativos como no passado, mas permanecem sendo uma marca de diferenciação entre a população rural e urbana, ou seja, é antes mais um atributo ao descendente de alemães da zona rural, como podemos verificar no exemplo a seguir: “O sotaque de falar um pouco puxado, o ‘r’ mesmo, tem vários amigos meus que falam o sotaque da pessoa do interior (...). Tem o sotaque diferente a pessoa que fala o alemão ou o pomerano. (...)” (H. H.). O “quadro do pós-guerra” refletiu por muito tempo sobre a vida dos descendentes de alemães. No que diz respeito ao uso da língua alemã, precisamente, podemos observar o seguinte: os descendentes de alemães das gerações dessa época, particularmente, os que nasceram e moram na zona urbana, não falam mais o alemão, embora alguns o entendam um pouco. Esse fato podemos comprovar em nossa pesquisa, pois todos os entrevistados que nasceram e que migraram quando crianças em/para a zona urbana não falam o alemão. “Eu não falo alemão. Não entendo alemão.” (V. W. I.). E apenas dois desse grupo a entendem pouco e muito respectivamente: “(...) eu não falo [alemão], entendo pouquíssima coisa, a minha irmã entende um pouco mais, porque ela trabalha em uma escola do interior, então as crianças (...) chegam falando o alemão principalmente nas séries iniciais (...)” (M. B.) e “(...) a gente está sempre escutando [alemão], só que não sabe falar, até a gente entende bastante, mas falar a gente não fala.” (L. F. B.). Devemos salientar aqui que, a maioria dos pais dos depoentes do grupo acima, exceto uma mãe e três pais, que nasceu na zona rural e migrou mais tarde para cidade, fala ainda o alemão, com exceção de dois pais, porém não o transmitiu a seus filhos. Vejamos a seguir um relato sobre essa situação:

É, eu não falo nem o alemão nem o pomerano (...) meus pais nunca tiveram a preocupação de me ensinar a falar alemão e nem

pomerano. E naquela época eu acho que São Lourenço inteiro não valorizava o fato de ser um município colonizado por alemães (...) dos jovens adultos de hoje não falarem, a maioria não falarem o alemão nem pomerano, eu acho que é um reflexo disso. De um município que não valorizava essa cultura e não se preocupou em fazer com que as novas gerações também conhecessem a língua. Então agora que o município está começando a resgatar isso, a gente vê que muita gente se arrepende, como meus pais, hoje eles se arrependem de não terem me ensinado a falar alemão, nem pomerano. (C. I.).

No depoimento acima, podemos verificar sentimentos positivos em relação à língua alemã. Embora o entrevistado não saiba falar o alemão, lamenta o fato de que a língua alemã não lhe tenha sido transmitida. Para o depoente esse fato não se deve diretamente à família, mas à “época pós-guerra”, na qual não se valorizava ou silenciava aspectos da cultura alemã, mais precisamente, a língua alemã. O fato de que a “geração pós-guerra” da zona urbana não fale mais o alemão pode estar associado também ao casamento interétnico, que já é cada vez mais frequente, mais particularmente, na zona urbana, mas também na zona rural como podemos ver no relato de um entrevistado: “as famílias já se casaram mais com portugueses, brasileiros como nós chamamos. (H. F.). Ainda que as gerações mais velhas resistam em aceitar essa relação, elas dificilmente podem controlar as gerações mais jovens a se casarem com pessoas de outros grupos étnicos, pois, atualmente, todos compartilham os mesmos espaços como, por exemplo, igreja, escola, festas, bailes e casa de amigos. Nos dias de hoje, podemos observar uma revalorização da língua alemã, uma vez que o seu aprendizado formal está sendo retomado aos poucos nas escolas, tanto da zona urbana quanto da rural, nas universidades e em cursos de língua estrangeira. No que diz respeito ao ensino formal da língua alemã, ou seja, ao ensino nas escolas de São Lourenço do Sul, uma entrevistada ressalta a sua importância para a comunidade de descendentes de alemães nos dias de hoje e nos relata que já teve uma época, há uns treze anos, na qual muitas escolas municipais tinham o alemão como língua estrangeira optativa no seu currículo. E nos conta ainda que grande parte dos alunos do interior optava sempre pela língua alemã, mas que no decorrer do tempo, por falta

de interesse ou procura, o alemão foi retirado do currículo, mas agora, até por pedido de pais e alunos, o ensino da língua alemã está voltando.(L. T. H.).

Segundo outra entrevistada, desde os anos noventa, havia o ensino do alemão em muitas escolas municipais do interior, em 2005 só duas dessas escolas, uma na localidade da Harmonia e outra na localidade do Canta Galo ainda ofereciam na sua grade curricular a língua alemã. Na cidade, houve uma época que tinha o ensino da língua alemã nas escolas municipais Marina Vargas e na Machado de Assis e por falta de interesse dos alunos acabou. Este ano (2008) uma escola do interior, situada na localidade de Santa Augusta coloca na sua grade curricular o ensino de língua alemã. A língua alemã é oferecida então nessas três escolas municipais do interior a partir da quarta série até à oitava série do ensino fundamental, precisamente, da quinta à nona série. De acordo com a depoente acima, além de nessas três escolas da zona rural, o ensino da língua alemã é oferecido a partir deste ano (2008) também na cidade. O objetivo é atingir um número maior de alunos de língua alemã. No caso de encontrar dificuldades em atingir adolescentes para o estudo do alemão, pois eles mesmos fazem suas escolhas, começa-se a fomentar a língua alemã entre as crianças. Para desenvolver o gosto pelo alemão nas crianças foi desenvolvido um projeto-piloto pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte para a pré-escola. Esse projeto abrange cinco escolas municipais da zona urbana e oferece uma hora-aula semanal de alemão para crianças do jardim, primeira e segunda séries. Quando questionada sobre a continuação do projeto-piloto, isto é, de sua implantação progressiva ao longo do ensino fundamental, ainda a depoente acima nos diz que o projeto será primeiro avaliado e salienta que ainda há uma deficiência na formação de professores de língua alemã, pois nenhuma universidade próxima a São Lourenço do Sul oferece o curso de Letras-Alemão<sup>2</sup>. E no que diz respeito à implantação do ensino

---

<sup>2</sup> Os professores de alemão em São Lourenço do Sul não têm formação em Letras-Alemão. Eles recebem uma formação continuada do IFPLA (Instituto de Formação de Professores de Língua Alemã), ou seja, uma professora do IFPLA

formal de língua alemã, nos fala que por enquanto não é uma Lei, mas o objetivo é continuar “ampliando, regulamentando, colocando no currículo (...) [e] fazer com que todas as escolas do município tenham na sua grade curricular o alemão (...)” (C. A. L.). Com referência à obrigatoriedade da língua alemã no currículo das escolas no município de São Lourenço do Sul outro entrevistado nos conta que ela não poderia ser “fomentada” na Câmara dos Vereadores, pois feriria a Constituição Federal, já que em determinadas localidades do município temos os quilombolas, embora em minoria, precisam ser “respeitados”, ou seja, que então também precisariam ser contemplados. (R. G.). No que diz respeito ao ensino formal da língua alemã em São Lourenço do Sul e ao papel da língua alemã como marcador étnico, uma entrevistada relata o seguinte:

[...] conheci um pouco da visão, desta identidade que as crianças têm com a língua. (...) Eles colocavam para mim que o alemão era uma língua grossa. Que as pessoas debochavam muito deles porque eles falavam alemão, porque naturalmente quando eles aprendem o alemão, na hora deles falarem o português eles mantêm o sotaque. (...) Aqui não é o alemão, aqui é pomerano. Então eles aprendiam o pomerano e mantinham aquela estrutura que eles já tinham com a primeira língua. E as pessoas [...] achavam que isso era um problema. E mantinham aquele preconceito de dizer que quem falava alemão não sabia falar português.

Quando questionada sobre a língua falada pelos alunos, no caso, o dialeto pomerano e a sua relação com a língua alemã, a depoente acima nos diz que esse dialeto “(...) na verdade, ele tem muita semelhança. A estrutura é a mesma (...) e o vocabulário é muito semelhante. (...) A estrutura eles já tem. Então só tem que ampliar o vocabulário deles.” Para a depoente acima, a língua alemã padrão e o dialeto pomerano são muito próximos, parecendo que quem sabe uma língua também sabe a outra e vice-versa. Como já falamos no decorrer deste trabalho, o pomerano é uma variação

---

vinha a São Lourenço do Sul uma vez por mês, hoje a cada seis meses. Além disso, o *Goethe Institut* Porto Alegre também assiste os professores. Nos dias de hoje (2011) a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) oferece o curso de Letras – Português e Alemão.

dialetal do *Plattdeutsch* (baixo-alemão), portanto um dialeto alemão. Mesmo assim, sabemos que entre a língua alemã padrão e o dialeto pomerano existem muitas diferenças, não tanto no que se refere aos fenômenos sintáticos, mas com relação aos semântico-lexicais. Segundo nossas percepções, o conhecimento de uma língua poderá ajudar na aprendizagem de outra como também trazer algumas vezes dificuldades para a mesma. Com referência ao ensino formal do alemão em escolas estaduais em São Lourenço do Sul, ainda a depoente acima nos diz que havia uma escola estadual na década de 2000 na localidade da Boa Vista que tinha no seu currículo a língua alemã no ensino médio. Nesse contexto, a depoente acima salienta que no estado

(...) Havia uma escola no ensino médio até esse ano que tinha o ensino do alemão. Mas o problema é que o estado não tem concurso para língua alemã na região. Então não se interessam em manter (...). Esse ano terminou, porque o professor se aposentou. Ele não abriu concurso. Não abriu vaga para contrato. (C. A. L.).

O aprendizado formal assim como o uso da língua alemã, hoje, pode estar tanto associado à recuperação de aspectos da história e à preservação de traços da cultura alemã, isto é, caracterizando uma marca de identidade étnica, quanto pode ser apenas um meio para alcançar um sucesso profissional, ou seja, ter uma função instrumental. Vejamos um exemplo para cada uma dessas situações:

(...) todo mundo que vem de fora [de outro lugar para São Lourenço do Sul] acha muito interessante (...) sair na rua (...) e escutar as pessoas falando em alemão, falando em pomeran (...) [e] o grupo Sonnenschein já recebeu excursões da Alemanha que vem pra São Lourenço entender o que é a cultura pomerana (...) [e] então eles vem mais pra escutar a língua (...). Então, a gente vê que São Lourenço ainda preserva isso e eu acho muito importante. E acho que a língua é de extrema importância pra identidade do grupo [étnico]. (C. I.).

Eu até estava agora falando com o meu pai e a minha mãe, que eu quando terminasse a faculdade, eu ia fazer umas aulas de alemão. (...) Mas eu pensei, (...) onde é que vou usar a escrita do alemão. (...) E aí a mãe (...) “então eu falo só o pomerano contigo aqui e tu vais falar igual.” (...) eu quero e vejo assim, que eu preciso aprender. Até



para lidar com o pessoal [cliente] do [banco]. (...) Seguido vem um: “Ah! Fala alemão?” e eu não falo (...). (H. H.).

No que diz respeito à preservação de aspectos da cultura alemã através da língua alemã e do dialeto pomerano, uma entrevistada nos diz o seguinte:

(...) a gente precisava investir no alemão até porque a gente tem essa identidade cultural. [...] E é importante a gente manter, porque isso é uma característica local. [...] Fizemos exposições de fotos. [...] E esse ano nós tivemos de novo um festival de teatro em língua alemã, que reuniu outros municípios. E a gente tem procurado promover ações que sejam voltadas para a preservação da língua pomerana. Porque quando a gente conversa com alguém que é da Alemanha, o que eles nos dizem. Que ela na Alemanha [...] já não existe mais. E que aqui ela se mantém [...]. Talvez pela cultura mais fechada do pomerano. [...] Porque ainda hoje no interior do município, principalmente na localidade de Bom Jesus, Harmonia, a gente encontra grupos fechados. Então isso favorece a preservação do pomerano. Tanto que na Escola da Harmonia, a Francisco Frömming é onde a gente tem o maior número de alunos de língua alemã optativamente. Oitenta e oito por cento dos alunos optam por estudar alemão na escola de quinta à oitava série.

No exposto acima, podemos observar que a entrevistada, ora salienta a língua alemã, ora o dialeto pomerano, parecendo que tudo é a mesma coisa. Com referência ao dialeto pomerano, a depoente chama a atenção para o fato de que sua preservação é favorecida pelo comportamento fechado do “pomerano”. (C. A. L.). Todos os entrevistados que migraram quando adolescentes ou adultos da zona rural para a urbana afirmaram, portanto, que ainda falam o alemão e/ou pomerano ou pelo menos entendem tudo. Quando questionados sobre a aquisição e uso da língua falada, os depoentes relatam o seguinte:

Com a mãe o alemão e com o pai o pomerano. (...) Comprei livros pra minha filha em alemão. De cantigas de roda, de histórias infantis em alemão. (...) Eu não falo com ela porque eu não tenho o hábito (...). Porque meu marido não é de falar dentro de casa o alemão. (...) na minha localização, perto do supermercado, [...] da rodoviária, então os pomeranos, os agricultores, é aqui que eles fazem o rancho. Então seguidamente eu atravesso, então eu ouço eles do corredor falando alguma coisa, pedindo e eu chego rindo e (...) digo em

pomerano pra eles: ah! Isso é muito bom! Ai eles olham: “ah! Tu falas pomerano”, falo, então eles se sentem realizados. (...) eu tento fazer isso muito na rua. (...) não só aqui, em qualquer lugar eu ouço e digo: tu falas pomerano, eu também falo, vamos falar? (R.R.). (...) a gente falava o pomerano em casa (...) [e] falava com as amigas de infância (...) a gente aprendeu assim, o básico. Não era muito também, mas sabia se comunicar. O Hochdeutsch<sup>3</sup>, eu ouvia a minha vó falar sempre. [...] eu entendo bastante, mas mais de ouvir, falar já não consigo o Hochdeutsch. (...) E hoje em dia eu falo bem mais pomerano porque eu tenho o restaurante ali na rodoviária e eu me obriguei a reaprender (...) na época a gente falava, mas acabou esquecendo também. (M. W.).

As declarações acima mostram que o alemão e/ou o pomerano é ainda falado pelos depoentes desse grupo na família, no trabalho e em locais públicos. No que diz respeito ao ambiente da família, podemos verificar que os entrevistados se comunicam em alemão e/ou pomerano somente com gerações mais velhas, os pais, os avós, mas não com os cônjuges, os filhos, embora eles demonstrem certo interesse de que os filhos aprendam o alemão ouvindo músicas e histórias infantis em alemão. No caso do interesse de que os filhos aprendam o alemão, não podemos afirmar com certeza se o aprendizado do alemão representa uma marca da identidade étnica ou cumpre uma função instrumental. Com referência ao ambiente de trabalho, podemos observar que uma entrevistada reaprendeu o dialeto pomerano para se comunicar com seus clientes no seu local de trabalho. Aqui, o reaprendizado do dialeto pomerano cumpre provavelmente, uma função instrumental. Nesse contexto, podemos verificar que, atualmente, muitas casas de comércio na cidade de São Lourenço do Sul requisitam que seus empregados falem a língua alemã e/ou o dialeto pomerano, inclusive, fazem propaganda no dialeto pomerano nos jornais e rádios locais direcionada à população rural, o que podemos ver no exemplo a seguir:

---

<sup>3</sup> Nesse contexto, o *Hochdeutsch* é usado, provavelmente, para referir-se à “língua alemã não-padrão” e para diferenciar do pomerano.

(...) uma das coisas pra ti conseguir emprego, tu tens que saber falar a língua [pomerano]. Senão a maioria das lojas, dos restaurantes, dos bares nem contratam. (...) eu tenho restaurante, então a gente faz propaganda em pomerano. (...) como a minha clientela, eu acho que oitenta por cento, é descendente de pomerano, então as propagandas do restaurante a gente faz em pomerano. E a partir disso várias outras empresas agora estão fazendo propaganda em pomerano. (...) o comércio de São Lourenço do Sul é basicamente puxado pela colônia e ninguém nunca se deu conta, mas se são eles que vêm fazer compras, a propaganda tem que ser direcionada pra eles.

Ao questionarmos a depoente acima sobre o fato de que a “geração pós-guerra” da zona urbana não fale mais o alemão, ela nos conta que a língua alemã não é só conservada no interior do município, mas também por migrantes e filhos de migrantes da zona rural para a urbana, portanto, descendentes de alemães que já nasceram na cidade. (M. W.). A ideia acima é corroborada pela afirmação de outro depoente quando diz que descendentes de alemães que moram na cidade, inclusive jovens, falam alemão ou pomerano e ressalta o seguinte:

(...) quando uma empresa, uma loja precisa de um funcionário, eles colocam no currículo que saibam falar alemão ou pomerano. Então isso é um fator determinante hoje, já os próprios pais têm quase que a obrigação de incentivar quem vai atrás de um emprego, que pensem no currículo e saibam falar o alemão ou o pomerano. Até porque o povo ainda de fora e ainda aqueles mais conservadores que não falam muito português passam a ser atendidos em alemão. (R. G.).

Ora, isso vai de encontro com que já dissemos e tentamos comprovar anteriormente neste trabalho, ou seja, os que nasceram ou migraram quando crianças em/para a cidade não falam o alemão. Segundo nossas percepções, os empregados do comércio local que falam o alemão e/ou pomerano provêm, provavelmente, da zona rural. Precisamos salientar ainda que língua alemã é usada aqui certamente para referir-se ao dialeto pomerano. Outro entrevistado afirma também que a língua alemã e o dialeto pomerano estão sendo revalorizados, ou seja, de que os descendentes de alemães estão perdendo a vergonha de falar o alemão e o pomerano e salienta que isso está acontecendo mesmo na cidade e entre os jovens. “(...) hoje

se fala mais o alemão, o pomerano do que há uns cinco, seis anos atrás. As pessoas (...) pareciam que tinham vergonha de falar. Só porque agora a rádio vem fazendo um trabalho em cima disso aí parece que as pessoas se soltam mais.” (A. B.). Para reforçar a ideia de que o dialeto pomerano está sendo valorizado outra entrevistada, nos relata o seguinte:

(...) há uns dez, doze anos atrás, [...] eu sentia que aqueles que falavam o pomerano, os alunos falavam o pomerano até parece mais baixinho, meio com vergonha de dizer as coisas em pomerano. [...] Hoje ele se sente mais valorizado talvez com todo trabalho que está sendo feito. Os professores estão trabalhando nessa parte, [...]. Eles já não têm mais aquela vergonha de esconder que eles falam pomerano. Isso já passou até para as pessoas mais velhas (...) que vêm, por exemplo, para receber no banco. Eles chegam falando o pomerano. E não têm mais a vergonha que tinham antigamente de falar pomerano. (L. T. H.).

Ainda que o aprendizado e o uso da língua alemã e do dialeto pomerano na zona urbana seja uma exigência do mercado local e cumpra, provavelmente, uma função mais instrumental, não podemos desconsiderar que esse fato possa ter fomentado a recuperação e a preservação de aspectos da história e da cultura alemã entre os descendentes de alemães ou contribuído para que eles tenham perdido a vergonha de falar o alemão e o pomerano novamente em locais públicos, mais particularmente, entre os da zona rural. O uso da língua alemã e do dialeto pomerano, nos dias de hoje, pode ser observado, além de no círculo familiar e de amizade, no local de trabalho, também em locais públicos, por exemplo, na rua, como nos relatam os depoentes: “(...) Porque hoje tu vês as pessoas na rua falando (...) alemão, pomerano (...) muito mais pomerano.” (R. R.).

(...) Há um tempo atrás era até vergonha falar pomerano. (...) Então acho que na questão da língua agora mudou bastante, o pessoal está falando. (...) teve casais que vieram [da Alemanha] pra cá [...]. Eles ficaram impressionados como que aqui em São Lourenço falavam pomerano. Eles não conseguiam entender como que se manteve. É porque lá não se manteve o pomerano. (M. W.).

Devemos ressaltar aqui que, a revalorização da língua alemã e do dialeto pomerano, mais precisamente, o seu uso em locais públicos, conforme o que depreendemos dos depoimentos desta seção, abrange a população rural de descendentes de alemães quando se encontra na cidade. As evidências, ainda que não imprimam certeza absoluta, indicam que o alemão e o pomerano são usados tanto na zona urbana quanto rural, porém, são mais usados na área rural. Para esse fato ficar mais claro, ou seja, de que o uso do alemão e do pomerano em locais de trabalho e públicos se restringe à população rural de descendentes de alemães e não à urbana, vejamos o que diz o seguinte depoimento:

(...) tinha no grupo de dança uma [pessoa] que eu sei que falava e entendia (...) que até trabalhava em uma loja (...). Tenho duas amigas que são primas (...) nasceram lá fora e vieram [...] com uns dez ou mais pra São Lourenço (...). Elas entendem alemão, não sei se falam, acho que talvez pouca coisa (...). Mas não se comunicam entre elas, eu nunca vi. Amigos meus, eu nunca vi falar entre si. Só quando necessário, sei lá, no trabalho, uma vez a gente estava acampado no camping com o Grupo de Dança e vieram dois alemães que ficaram em São Lourenço (...) e aí teve um amigo meu (...) tentou falar com esses alemães (...) foi a primeira vez que eu vi falando. (V. W. I.).

Ao perguntarmos aos entrevistados que falam a língua alemã e/ou o dialeto pomerano sobre a relação entre língua alemã e identidade étnica, uma entrevistada afirma que o fato de ela entender alemão e falar pomerano a vincula ao grupo étnico teuto-brasileiro e marca certamente sua identidade étnica: “Com certeza que liga. (...) o que me liga mais a essa cultura é a dança, a língua e a música, principalmente.” (M. W.). Precisamos ressaltar aqui que, a entrevistada acima aprendeu o pomerano quando criança, esqueceu-o e o reaprendeu quando adulta, pois necessitava utilizar-se dele no seu local de trabalho. Nesse sentido, podemos dizer que o dialeto pomerano certamente marcou sua identidade étnica quando criança, hoje, no entanto, parece que ele cumpre antes uma função instrumental, pois a entrevistada referiu-se ao uso da língua somente no local de trabalho. Outra depoente que também fala o dialeto pomerano nos conta que esse fato a une ao grupo étnico teuto-brasileiro e marca fortemente sua identidade étnica: “Com certeza.

Até porque aonde eu for o sotaque me acompanha. Então, claro que marca, acho que marca direto, eu tinha colegas em Canoas que conversando um pouquinho comigo já se davam conta. Então, marca sim.” (B. H. N.). Nesse caso, a depoente refere-se ao sotaque como se fosse a língua como um todo, isto é, parece que para ela falar a língua e ter o sotaque vem a ser a mesma coisa. Segundo nossas percepções, os descendentes de alemães que falam alemão conservam o sotaque característico de quem fala essa língua, portanto, podemos dizer que assim como a língua também o sotaque pode marcar a identidade étnica.

Ao discutirmos o papel da língua alemã como marcador de identidade étnica com os entrevistados que não falam e não entendem a língua alemã e/ou o dialeto pomerano, podemos verificar que, para esse grupo, ainda assim, a língua alemã tem um papel importante no processo de construção de identidade étnica, pelo menos para a metade deles, pois a outra metade não se pronunciou claramente a esse respeito. Para essa ideia ficar mais clara, precisamos salientar que, ainda que este grupo considere a língua alemã um elemento importante de etnicidade, ela não é um marcador incondicional de sua identidade étnica, já que não falam e não entendem o alemão e/ou o pomerano. Nesse caso, a língua alemã e o dialeto pomerano como marcador de identidade étnica se constituem em apenas um traço simbólico. Vejamos o exemplo abaixo:

(...) é um elemento muito forte dentro da cultura alemã. Essas pessoas falam, identificam-se, criam um vínculo, acho que isso é importante, isso identifica muito. Mas pra mim, me sinto alemã ou de origem alemã, mas a língua [alemã] não tem muito um papel importante, porque eu não falo, eu não entendo. (V. W. I.).

Ainda no que diz respeito à língua, podemos verificar ao longo das entrevistas que todos os entrevistados reconhecem a diferença entre a língua alemã e o dialeto pomerano. Essa afirmação pode ser observada em muitas falas citadas anteriormente neste trabalho. No entanto, chamamos a atenção para o fato de que em algumas entrevistas, essa diferenciação mostra-se clara ao longo da fala do entrevistado, enquanto em outras, apresenta-se confusa, pois,

nesse caso, a língua da comunidade de fala, ora é o alemão, ora o pomerano, parecendo que tudo é a mesma coisa. Mas em outras entrevistas ainda, podemos observar, portanto, que essa confusão se esclarece em excertos da entrevista. Para comprovar a afirmação acima, vejamos a seguir o que nos relata um depoente. Ao questionarmos o depoente sobre se fala alemão, ele nos diz no início da entrevista o seguinte: “(...) Aqui em casa sempre se falou, o pai e a mãe sempre falavam (...) uma tia que morou um tempo aqui conosco sempre falava o alemão. (...) uma vó que ainda mora na colônia (...) quando a gente vai lá visitá-la, aí passam as tardes conversando em alemão (...).” Mas quando perguntamos ao mesmo depoente se para ele há diferenças entre alemães e os pomeranos, ele nos diz no decorrer da entrevista o seguinte: “(...) a gente vê que tem bastante diferença, até na própria língua (...) aqui se fala muito pomerano, o próprio pai e a mãe não sabem falar alemão. Eles falam pomerano. (...) eu não cheguei a estudar (...) a história da Alemanha, da Pomerânia, mas que tem uma diferença tem.” (L. F. B.). Devemos ressaltar aqui que, o dialeto pomerano era discriminado e estigmatizado como “língua inferior”, ou seja, “incorreta” e “impura” pelos próprios “alemães”, portanto, por membros de dentro do próprio grupo étnico. Isso pode ter levado o entrevistado a preferir a língua alemã em detrimento do pomerano num primeiro momento. Esse sentimento negativo em relação ao dialeto pomerano, mas precisamente, ter medo e vergonha de falar o pomerano pode ser comprovado no relato de uma entrevistada:

Ele [o marido] não falava muito pomerano em casa como nós, até porque quando a gente era criança, tinha muito essa coisa, até de vergonha de ser pomerana, porque acho que isso é uma coisa dos alemães, os alemães que falavam então, o alemão então tinha esse tipo de discriminação, assim: “ah! Porque pomerano não é limpo, então o certo é falar alemão, então as pessoas ficavam com um pouco de receio de falar o pomerano. (B. H. N.).

Podemos observar até aqui que, dentre o grupo investigado, somente uma depoente fala o alemão adquirido com a mãe reconhecida como “alemã” e o pomerano adquirido com o pai reconhecido como “pomerano” e três entrevistados falam só o pomerano, ainda que um deles entenda também o alemão. Devemos

salientar aqui que, os imigrantes “pomeranos” e os descendentes das primeiras gerações, ou seja, aqueles que foram escolarizados até a Campanha da Nacionalização dominavam melhor a língua alemã do que os das últimas gerações, pois até essa época o *Hochdeutsch* (alemão padrão) era a língua empregada nas escolas e na igreja, como também pelos donos de “vendas”. Após esse período, os “pomeranos” não tiveram mais escolarização em língua alemã e foram perdendo o seu domínio, pois não era mais usado, mas conservaram, até os dias de hoje, o pomerano, que era falado em todas as outras situações sociais, particularmente, na família e entre amigos. No que diz respeito à preservação da língua alemã e do dialeto pomerano, observamos que a língua alemã é falada hoje por uma minoria no município de São Lourenço do Sul, pois, como já destacamos neste trabalho, a maioria dos descendentes de “pomeranos” que falavam também alemão até a Campanha de Nacionalização a deixaram após esse momento. A partir daí os descendentes de “pomeranos” cultivaram somente o dialeto pomerano, a língua falada no seio da família. A língua alemã volta nos dias de hoje no ensino formal e o dialeto pomerano, particularmente, é afirmado tanto no privado como no público. Segundo um entrevistado,

isso é uma questão que ainda me preocupa (...) então através do canto coral (...) é uma coisa inédita que vai acontecer este ano, o concurso do canto a quatro vozes cantado na língua pomerana, ou seja, no dialeto (...) e então há uma preocupação nesse sentido de nós tentarmos resgatar essa língua, esse dialeto (...) então nós também estamos voltados nesse sentido, nessa preocupação de conservar essa língua para que ela não possa simplesmente sumir do mapa. (R. G.).

De acordo com que mostramos neste trabalho, podemos afirmar que, ainda hoje, para a maioria dos depoentes, a língua alemã e o dialeto pomerano têm uma importância significativa sobre o descendente de alemães de São Lourenço do Sul no que diz respeito à manutenção de sua identidade. Conforme uma entrevistada, manter a língua alemã, ou seja, conversar em alemão “(...) faz bem para a gente, para a essência, para a identidade, isto



mostra um pouco de onde tu vieste.” (C. A. L.). Segundo outra entrevistada,

gente que não falava mais em casa o alemão estão voltando de novo a falar, os mais velhos estão ensinando os mais jovens. (...) As casas de comércio procuram atendentes para trabalhar no balcão que falem alemão, inclusive, hoje eu entrei em uma casa de comércio que abriu pouco tempo aqui e está pedindo pessoas para atender que falem o pomerano. Então isso é marcante. (L. T. H.).

Devemos salientar, no entanto, que, ainda que a língua alemã e o dialeto pomerano não sejam mais marcadores incondicionais da identidade dos entrevistados, pois muitos não os falam mais, o alemão e o pomerano constituem-se, sem dúvida, em um traço simbólico de sua identidade étnica ou que cumprem ainda, provavelmente, uma função instrumental.

## Referências

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.) *Memória e (re)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. p. 15-36.

BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2001.

BAHIA, Joana. Magia e religião: heranças de outro mundo. IHU on line: *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. São Leopoldo: UNISINOS, n. 271, p. 23-25, 01 set. 2008. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br>>. Acesso em: 08 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. A “lei da vida”: confirmação, evasão escolar e reinvenção da identidade entre os pomeranos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 69-82, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 09 out. 2006.

BALIBAR, Etienne. Culture and identity. In.: RAJCHMAN, J. (Ed.). *The identity in question*. London: Routledge, 1995.

BARTH, F. *Ethnic groups and boundaries*. London: Allen & Unwin, 1969.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. p. 15-36.

CONZEN, Kathel'een Nehls et al. The invention of ethnicity: a perspective from the USA. *Journal of American Ethnic History*, Bloomington, Fall 1992. p. 3-39.

DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade: estudo crítico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: Sinodal; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

GRÜTZMANN, I. *A mágica flor azul*: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul. 1999. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

KOCH, Walter. A escola evangélica teuto-brasileira. In: FIORI, Neide Almeida. *Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. p. 193-207.

LERAY, Christian. A língua como vetor identitário: o caso particular do gaulês na Bretanha. In: CORACINI, Maria José (Org.). *Identidade & Discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp; ARGOS, 2004. p. 119-136.

MEYER, Dagmar E. Estermann. *Identidades traduzidas*: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul. 1999. 242 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

PRADE, Helga Guttenkunst. O linguajar do alemão gaúcho. In: CUNHA, Jorge Luiz da; GÄRTNER, Angelika (Org.). *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003. p. 81-100.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade e cultura: a constituição da identidade teuto-brasileira. In.; ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). *Etnia e nação na América Latina*. Washington; Secretaria Geral da OEA, 1996. v. 2, p. 17-36.

TORNQUIST, Ingrid Margareta. “*Das hon ich von meiner Mama*”: zu Sprache und ethischen Konzepten unter Deutschstämmigen in Rio Grande do Sul. Uppsala: Swedish Science Press, 1997.

VILELA, Soraia. *O alemão lusitano no Sul do Brasil*. Deutsche Welle, 20 abr. 2004. Disponível em: <<http://www.dw-world.de>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

# A VARIEDADE VESTFALIANA NO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO VALE DO TAQUARI

Aline Horst<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo enfoca aspectos da pesquisa da variedade vestfaliana, ou *westfälisches Plattdeutsch*, no contexto de estudos de línguas de imigração alemã no Brasil. Seu objetivo central é a análise do papel dessa variedade originária do baixo-alemão na história das relações sociais desses imigrantes em contato com o português e demais línguas (especialmente hunsriqueano e *Hochdeutsch* – alemão-padrão local). O vestfaliano, também conhecido popularmente como “sapato-de-pau”, é falado em territorialidades do tipo “ilha linguística”, cujo centro se situa no Vale do Taquari (RS), nas localidades de Teutônia, Imigrante, Colinas e Westfália. A partir da revisão dos estudos realizados, pretende-se apresentar, além disso, um quadro do estado da pesquisa em relação ao vestfaliano como língua de imigração, com ênfase no papel dessa variedade nas relações sociais da comunidade de fala. Uma hipótese é a da relativa “imunidade” do vestfaliano às influências externas, em comparação com o hunsriqueano. Além disso, sua maior distância do padrão culto (*Hochdeutsch*) pode operar como fator determinante da identidade dos falantes. Uma análise preliminar das marcas dialetais do vestfaliano falado nesse contexto mostra características lexicais presentes no vestfaliano usado atualmente nas proximidades da localidade de Hasbergen, na região de Tecklenburg e Osnabrück, na Alemanha.

**Palavras-chave:** língua de imigração, variação linguística, vestfaliano, contato linguístico alemão-português.

---

## Introdução

O Brasil é um país plurilíngue. Embora tenhamos a língua portuguesa como a oficial, vários grupos minoritários procuram manter a língua de seus antepassados viva. Segundo Oliveira e Altenhofen (2011),

---

<sup>1</sup> Mestranda no programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do Prof. Dr. Cléo Vilson Altenhofen. E-mail: horstaline@yahoo.com.br.

Estima-se, segundo Rodrigues, que, à época de Cabral, eram faladas no Brasil cerca de 1.078 línguas indígenas. Hoje, esse número reduziu-se a cerca de 180 línguas indígenas, ou *autóctones*, ao que se somam ainda pouco mais de 30 línguas *alóctones*, de imigração, totalizando aproximadamente 210 línguas. (p. 193)

O objeto de análise deste artigo é o *westfälisches Plattdeutsch* (a variedade vestfaliana), falado nos municípios de Teutônia, Imigrante, Colinas e Westfália, na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul.

Este estudo torna-se relevante, pois trata de uma ilha linguística, o *westfälisches Plattdeutsch*, considerado um conjunto social representativo no sul do Brasil (DÍAZ, 2004). O estudo visa contribuir para a compreensão das relações sociais nessas áreas plurilíngues (em contato com o português e demais línguas, especialmente hunsriqueano e *Hochdeutsch* – alemão-padrão local).

Inicialmente serão esclarecidos alguns conceitos linguísticos e citadas pesquisas desenvolvidas na área. Em seguida, será apresentada a origem do *westfälisches Plattdeutsch*. Num próximo momento, será apresentado o processo histórico de colonização vestfaliana nos quatro municípios integrantes da ilha linguística em estudo e alguns dados atuais sobre os mesmos. Por fim, com base em estudos anteriores e em conversas e observações participantes, serão descritas situações de uso da variedade na história das relações sociais desses imigrantes em contato com o português e demais línguas.

### **Esclarecendo conceitos e elencando pesquisas**

O conjunto de comunidades dos municípios de Teutônia, Imigrante, Colinas e Westfália, nas quais a variedade vestfaliana é utilizada, compõe o que chamamos de *ilha linguística*<sup>2</sup>.

Wiesinger (1983:901) afirma

---

<sup>2</sup> Veja-se mapa das variedades dialetais alemãs no Rio Grande do Sul: ALTENHOFEN, 1996, p. 53.

Unter Sprachinseln versteht mal punktuell oder areal auftretende, relativ kleine geschlossene Sprach- und Siedlungsgemeinschaften in einem anderssprachigen, relativ größeren Gebiet<sup>3</sup>.

Esta definição é questionada por alguns autores. Mattheier (1996, apud RIEHL 2010) coloca em dúvida a questão da homogeneidade linguística e étnica sugerida por Wiesinger afirmando que o autor se baseia muito em questões/limites geográficos esquecendo-se das situações sócio-comunicativas. Para Mattheier deve-se também considerar o fato de certo retardo na assimilação linguístico-cultural gerado pela condição sócio-psicológica desses grupos minoritários cobertos por uma língua majoritária (MATTHEIER apud WIRRER, 2005, p. 462; Também SULZBACH, 2004, p. 60.).

Outra questão importante é a distinção entre as expressões *minorias linguísticas* e *línguas regionais*. Conforme Riehl (2010) as minorias podem ser descritas por termos étnicos e religiosos ao passo que as línguas regionais são definidas pela região em que são faladas. Falantes de línguas regionais são parte da maioria étnica que adotam uma identidade regional adicional. Habitantes de ilhas linguísticas normalmente descrevem-se como integrantes de um grupo étnico distinto, pertencente à etnia da pátria linguística. Como consequência, sua origem étnica torna-se componente fixa do nome da comunidade. Chamam-se, por exemplo, *Ungarndeutsche*, *Rumäniendeutsche*, Teuto-Brasileiros ou Texas alemães (RIEHL, 2010, p. 334).

No caso das línguas de imigrantes alemães, elas são minoritárias se comparadas ao português brasileiro, língua majoritária. Os falares regionais, como o do gaúcho, do caipira, do carioca são considerados línguas regionais. “*Línguas de imigração* podem ser definidas, assim, como *línguas* 1) originárias de fora do país (alóctones) que, no novo meio, 2) compartilham o *status* de língua minoritária.” (ALTENHOFEN, 2011, p. 290)

---

<sup>3</sup> Veja-se também SULZBACH, 2004. Tradução de minha autoria: Sob o termo ilha linguística entende-se a ocorrência pontual ou areal de uma comunidade de fala relativamente pequena e fechada, dentro da área de uma comunidade maior.

O que também pode ocorrer é o fenômeno da existência de uma ilha linguística dentro de outras minorias linguísticas. Nesses casos, os habitantes utilizam sua língua enclave<sup>4</sup>, além das variedades regionais e a língua majoritária. Riehl (op. cit) sugere também o termo “ilhas dialeto”, nos casos em que um dialeto enclave ocupa um espaço interno a outro dialeto falado e de mesma origem genética.

Quando se fala em ilha linguística deve-se refletir também sobre questões de *manutenção e perda linguística*. O primeiro termo refere-se ao processo de preservação de uma variedade linguística de uma comunidade por várias gerações em função de sua consciência de grupo, sua lealdade linguística e sua identificação religiosa (SULZBACH, 2004, p. 65). Também pode ser reflexo de determinadas políticas e atitudes linguísticas<sup>5</sup>.

Destaca-se aqui o exemplo das comunidades menonitas do Brasil que mantêm a forte presença do alemão padrão em sua vida religiosa e sua variedade dialetal na vida cotidiana. Conforme Dück (2008, p. 234)

No Brasil existem várias comunidades menonitas do tipo “ilhas lingüísticas”, ocorrendo um trilinguismo que envolve o *Hochdeutsch* (alemão standard), para situações formais como o culto, na igreja, e a escola; e o *Plautdietsch*, para situações informais do dia-a-dia. O uso do *Hochdeutsch* na igreja foi por décadas praticamente exclusivo, sendo a religião um fator determinante tanto para a coesão da comunidade menonita, como também para a manutenção do *Hochdeutsch*.

Vários são os motivos que podem levar ao desaparecimento ou perda de uma variedade linguística. Riehl (2010) destaca três: a) a mudança dos contextos comunicativos, com aumento do contato

---

<sup>4</sup> Termo utilizado na pesquisa sociolinguística inglesa como sinônimo do termo alemão *Sprachinsel*. Conforme dicionário Houaiss (2001, p. 1139): Território ou terreno encravado em outro.

<sup>5</sup> Veja-se SULZBACH, 2004; RIEHL, 2010, p. 341; VANDRESEN, 1970. As políticas linguísticas podem também ser negativas, geradoras de perda linguística. Exemplo pode ser visto em ALTENHOFEN, 1996.

linguístico e da mudança de código; b) os falantes de diferentes grupos usando diferentes variedades dialetais entram em contato, criando novos contextos de contato de variedades e de convergência dialetais; c) o aumento dos casamentos interétnicos nos quais as crianças tornam-se monolíngues da língua majoritária e criam, em alguns casos, apenas o comando passivo da variedade minoritária.(p. 340)

Há, atualmente, alguns estudos sobre a variedade vestfaliana no Brasil. Podem ser citadas as pesquisa de Vandresen (1970) em Rio Fortuna, Santa Catarina, com imigrantes vestfalianos católicos; e as pesquisas no Rio Grande do Sul de Koch (1974) em Linha Clara, Teutônia; de Sulzbach (2004) na Linha Schmidt, Westfália; de Díaz (2004) em Linha Berlim, Westfália; e de Luersen (2009) que estabelece um comparativo entre as variedades utilizadas em Westfália (RS) e em Rio Fortuna (SC). Conforme os estudos citados, os imigrantes vestfalianos gaúchos eram protestantes de confissão evangélica luterana. Os resultados das análises corroboram a ideia de progressiva substituição da variedade vestfaliana pelo português brasileiro, em algumas localidades de forma mais acelerada e em outras, mais lenta.

### **A origem do westfälisches plattdeutsch**

Os idiomas possuem afinidades múltiplas entre si. O alemão tem visíveis semelhanças com o inglês, o holandês e as línguas escandinavas. Isso se deve ao fato de estes idiomas terem a sua origem no Germânico Ocidental, uma das três unidades provenientes do ramo europeu do indo-europeu. Além disso, esses idiomas tiveram muito contato entre si durante o período das migrações na Europa.

Depois desta fase de migração dos povos germânicos, na qual novos idiomas se formaram, ocorre uma inovação linguística: a chamada 2ª mutação consonantal ou alemã. Ela serviu de base para a



divisão das variedades dialetais alemãs, separando o alto-alemão do baixo-alemão e de todas as outras línguas germânicas<sup>6</sup>.

É interessante ressaltar que esta evolução surgiu do sul (terras altas) para o norte (terras baixas). Portanto, atingiu, em escala de maior para menor, primeiro as variedades do sul (alemão superior ou *Oberdeutsch*) e do centro (alemão central ou *Mitteldeutsch*). As variedades do norte (baixo-alemão, *Platt*, *Plattdeutsch* ou *Niederdeutsch*) praticamente não sofreram influência desse processo<sup>7</sup>.

Como se percebe, os termos alto, central e baixo-alemão não se referem à língua, mas a características geográficas. Segundo Romaine (apud TRESSMANN, 2008, p. 8) “(...) a extensão desta inovação foi determinada por fatores geográficos e sociais. Entre os fatores sociais, foi o prestígio social dos falantes urbanos, os quais usavam as formas novas.”

Do antigo baixo-alemão desenvolveu-se o médio baixo-alemão (séculos XIII e XVII), que foi dividido em *Westfälisch* (do lado oeste, da região da Vestfália), *Ostfälisch* (do leste) e *Nordniedersächsisch* (norte da Baixa-Saxônia)<sup>8</sup>.

O que se pretende analisar neste artigo é a variedade vestfaliana, falada por descendentes de vestfalianos provindos principalmente das cidades ou das proximidades de *Tecklenburg* e *Osnabrück*, região de *Westfalen*, Alemanha<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> Mudanças ocasionadas pela 2ª mutação consonantal podem ser vistas em Bunse, 1983 e em Wiesinger 1983, p. 872-874.

<sup>7</sup> “Erstens sind die niederdeutschen Dialekte vom standardsprachlichen System weiter entfernt als die mittel- und oberdeutschen.” (SCHUPPENHAUER/WERLEN, 1983, p. 1412).

<sup>8</sup> Veja-se mapa conforme ALTHAUS, 1980, p. 460.

<sup>9</sup> Em relação à língua, informações e descrições podem ser encontradas no livro *Deutsche Dialekte*, organizado pela INTER NATIONES, na cidade de Bonn, Alemanha.

## Imigração vestfaliana para o Vale do Taquari

Altenhofen (2006, p. 168) procura estabelecer a relação entre os estudos históricos e linguísticos. Segundo o autor

O primeiro fator, portanto, a ser evocado pelo atlas linguístico é o relativo ao papel desempenhado pela ocupação do espaço, na variação linguística de determinada área ou grupo social. Ora, mapear a fala exige o mapeamento dos falantes e de seus traços socioculturais (extralinguísticos). E não só isso: devem-se considerar ainda aspectos como a ordem de chegada dos grupos na área em estudo e a origem desses falantes, a idade da localidade, o caminho/rota de ocupação, os contatos linguísticos entre os falantes de variedades distintas, etc. Tais fatores já cumprem, há algum tempo, papel importante em estudos sobre a manutenção ou substituição de uma língua minoritária em contato com a língua oficial de um país (...).

Guido Lang (1998) descreve todo o processo de criação do núcleo vestfaliano nas proximidades do município de Teutônia. Conforme o autor, em 1858, foi criada, na margem esquerda do Taquari, a Colônia Teutônia. Sua fundação ocorreu por meio da “Empresa Colonizadora Carlos Schilling, Lothar de la Rue, Jacob Rech, Guilherme Kopp & Companhia”, comerciantes de Porto Alegre que compraram uma área de acesso à colônia, efetuaram as medições e a divisão da área. Foi essencialmente colonizada por imigrantes provindos da região do *Rheinland* e de *Westfalen*. Os primeiros são conhecidos por *Hunsrücker* e os segundos por *Westfäler* ou “sapatos de pau”, devido ao sapato de pau que usavam.

O primeiro grupo de colonos vestfalianos chegou em 14 de agosto de 1868 em Porto Alegre. Outros, nos anos de 1868 a 1878, seguiram-se e trouxeram imigrantes das aldeias vestfalianas entre as quais se destacaram principalmente Gaste, Kappeln, Ibbenbüren, Osnabrück, Lotte, Tecklenburg, Wersen, Westerkappeln, Leeden etc.

Parte dos atuais territórios dos municípios de Teutônia, Westfália e Imigrante pertenciam à colônia Teutônia. Os vestfalianos criaram grupos fechados devido ao isolamento geográfico. Foram mantidos os costumes e hábitos trazidos da

Alemanha. Na época, também foram fundadas as Picadas Horst e Berlim.

O povoamento vestfaliano no atual território de Colinas ocorreu mais tarde, como descrito:

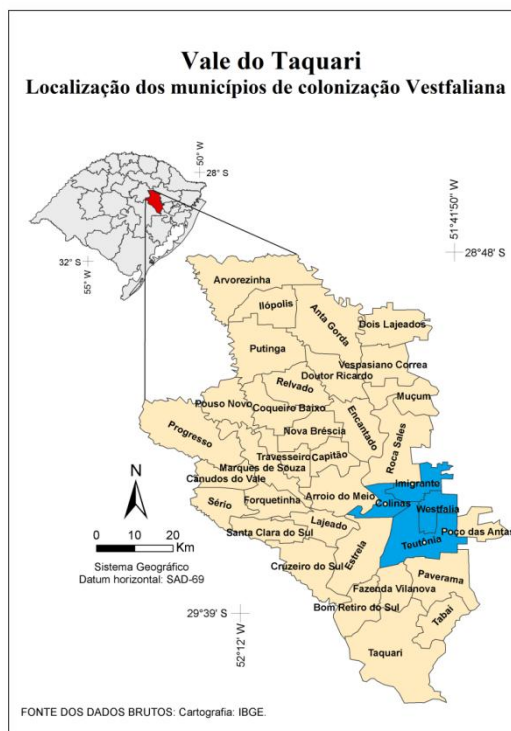
Já a imigração dos vestfalianos, que se deu por meio da expansão da Colônia de Teutônia, trouxe a Corvo, nas terras de Azambuja, Brentano e Altenhofen, imigrantes alemães, vindos da Europa. De acordo com Lang (1995), a colonização dos vestfalianos deu-se em diferentes fases e no período compreendido entre os anos de 1876 e 1885, Corvo passou a ser colonizada por imigrantes vestfalianos, que ocuparam as terras mais acidentadas, distantes do Rio Taquari, a leste do atual município. Gerhardt (2004) diz que em 1891 a direção da empresa colonizadora de Teutônia foi procurar outras áreas de terras, pois já estavam com todos os seus lotes vendidos e ocupados e optaram, especialmente, pelas terras da Seca Baixa, localizadas a oeste da Colônia Teutônia. O autor ainda menciona que também foram compradas terras da Fazenda Beija-Flor e da Sesmaria Corvo, todas pertencentes a José Francisco dos Santos Pinto, o maior latifundiário da época. Gerhardt (2004) identificou oitenta cidades/lugarejos na Alemanha, locais de origem dos imigrantes no século XIX, dos quais destacamos: Leeden, Lengerich, Lotte, Gaste, Tecklenburg, Hasbergen e Westerkappeln, todos locais situados no estado de Nordrhein-Westfalen. (HORST, 2011, p. 58-59)

Através do MAPA 1, pode-se visualizar os municípios que atualmente abrangem a ilha linguística do vestfaliano.

O município de Teutônia emancipou-se de Estrela em 1981, possui uma área de 179 km<sup>2</sup> e população de 27.272 habitantes.<sup>10</sup> Localiza-se a 85,52 km de Porto Alegre. Conforme o site da prefeitura, o município é a segunda maior economia dentre os municípios do Vale do Taquari. A base econômica é industrial e de produção agropecuária.

---

<sup>10</sup> Fonte: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=432145>>, acesso em 06/09/2012.



MAPA 1: Fonte Disponível em <http://mapas.fee.tche.br>. Com algumas alterações.

O município de Imigrante<sup>11</sup> surgiu em 1988, a partir da união de duas localidades de diferentes municípios: Arroio da Seca (Estrela), colonizada por alemães, e Daltro Filho (Garibaldi), povoada por italianos. Possui uma área de 73 km<sup>2</sup>, com 3.023 habitantes, a 138 km de Porto Alegre e a 36 km de Lajeado. A economia do município é baseada na agricultura (com criação de aves e suínos, produção leiteira, agroindústrias e outros) e na indústria (metalúrgica, produtos de limpeza, cutelaria, confecções, laticínios, luminárias, cosméticos, móveis e esquadrias etc).

Em relação à língua, o município é plurilíngue. Além do português e do alemão, alguns descendentes de italianos falam italiano. Ainda em relação à língua alemã, os dois grupos mais

<sup>11</sup> Fonte: < <http://www.ibge.gov.br>>, acesso em 06/09/2012.

conhecidos são falantes do *Hunsrückisch* e do *westfälisches Plattdeutsch*.

O município de Colinas emancipou-se no dia 20 de março de 1992, formado pelos territórios de Corvo, 4º distrito de Estrela e Barra da Seca, pertencente à Roca Sales. Conforme censo do IBGE de 2010, possui uma população de 2420 habitantes<sup>12</sup>, dos quais 1315 residem na zona rural. Localiza-se a 128 km de Porto Alegre<sup>13</sup> e a 14km da BR 386, em Estrela. Na história do município há o registro da presença de indígenas, bandeirantes, castelhanos, escravos negros e colonizadores portugueses, todos antes da chegada dos primeiros imigrantes alemães, no século XIX (RELLI, 2008). Os vestfalianos vieram da região de *Tecklenburg – Osnabrück*, Alemanha. Instalaram-se principalmente na atual localidade de Linha Ano Bom (antigo latifúndio de Santos Pinto), mais próxima aos municípios de Imigrante e Teutônia.

O município da Westfália foi criado em 1996. A emancipação ocorreu unindo uma parte do município de Imigrante e outra do município de Teutônia. Recebeu esse nome em homenagem aos imigrantes vestfalianos que colonizaram estas terras e ali criaram uma cultura própria. Grande parte da população é de origem alemã<sup>14</sup>.

Westfália possui uma área de cerca de 64 km<sup>2</sup> com uma população aproximada de 2.793 habitantes. Na economia, destacam-se a agricultura e a pecuária, com criação de aves, bovinos e suínos. Também há frigoríficos, indústria e comércio que geram vários empregos.

### **A variedade vestfaliana na história das relações sociais**

O objetivo deste artigo é fazer uma análise do papel dessa variedade originária do baixo-alemão na história das relações sociais desses imigrantes em contato com o português e demais línguas.

---

<sup>12</sup> Acessado em 20/06/2012: <<http://www.informacoesdobrasil.com.br>>.

<sup>13</sup> Acessado em 20/06/2012: <<http://maps.google.com.br>>.

<sup>14</sup> Fonte: < <http://www.ibge.gov.br>>, acesso em 06/09/2012.

Koch (1974) apresenta uma pesquisa feita na comunidade de Linha Clara, na época município de Estrela, atualmente Teutônia. O autor afirma que a variedade vestfaliana da localidade está “relativamente livre de impurezas” (p. 35) e é mais utilizada no contexto familiar, chegando a introduzir o termo *famileto*. Seus entrevistados, com exceção de uma professora que buscou formação fora da localidade e regressou anos depois, possuíam características topostáticas<sup>15</sup>. Sua conclusão apontou para relativa conservação do vestfaliano trazido da Alemanha. Mas já apontou empréstimos da variedade hunsriqueana apresentados pelo entrevistado de 15 anos. Koch (op. cit., p. 48) afirma que “a penetração do francônio em Linha Clara parece ser devida, sobretudo, à influência de mulheres cujo dialeto materno é um dialeto francônio e que se fixaram na localidade através do casamento”.

Por outro lado, afirma que o isolamento social (atividades domésticas e no campo) e o espírito conservador dos imigrantes do norte da Alemanha sejam fatores que interferem na manutenção de traços linguísticos. Conforme Ahlert,

o westfaliano, originário de uma região mais fria, mais para o norte da Alemanha, apresenta características distintas dos demais alemães. É muito dedicado ao trabalho e com personalidade menos extrovertida do que os alemães do Sul, agindo de forma conservadora e com risco medido. (2007, p. 7).

Um atual morador da Linha Clara, de 52 anos, do sexo masculino, relatou, ao ser questionado sobre as situações em que usa a variedade vestfaliana, que, nos dias atuais, sente grande influência do português brasileiro na sua comunidade, pois observa que crianças e jovens já não fazem mais uso da variedade vestfaliana nas suas relações sociais. Sua postura pessoal perante a língua ainda é bastante positiva. Afirma sentir orgulho da sua fala e que o fato de ter domínio sobre ela lhe oferece determinadas vantagens no domínio da língua inglesa e na sua relação com as pessoas de meia

---

<sup>15</sup> Termo utilizado por THUN (1996, apud ALTENHOFEN 2008, p. 129), designa falantes com pouca ou nenhuma mobilidade, mais fixos na localidade onde moram.

idade ou mais do seu município (Teutônia), uma vez que exerce função política e, o fato de saber se comunicar em vestfaliano o aproxima mais de seus eleitores. Em festividades, nas localidades em que há falantes vestfalianos, procura se comunicar na variedade.

Krug (2004), em sua dissertação de mestrado, apresenta um estudo investigativo sobre “o papel da língua na constituição da identidade e etnicidade dos grupos de base imigrante (...) multilíngue em português, italiano e alemão” em Imigrante (p. VI). Da pesquisa, podemos destacar algumas conclusões que caracterizam a população imigrantense:

e) O papel da língua na expressão da identidade é mais relevante entre alemães que italianos, para quem “o alemão preserva mais seu alemão que o italiano seu italiano” (...) i) Da mesma forma como as variedades minoritárias imigrantes, outras marcas identitárias, principalmente os estilos de construções das casas (antigamente em enxaimel, com porão etc.) e certos prenomes (como Wilibaldo, Luigi) estão perdendo força de expressão, cedendo lugar ao novo, ao moderno, ao que aparece na mídia atual. (...) j) A identidade dos descendentes de alemães do núcleo de Imigrante apresenta indícios de repotencialização, quando fora do grupo, superiores aos dos descendentes de italianos. Em outras palavras, os descendentes de alemães usam muito mais a variedade alemã como marca de identidade fora do seu grupo em comparação aos descendentes de italianos. (p. 105-106)

Nas relações comerciais, em momentos de observação participante, é possível perceber que os descendentes vestfalianos de Imigrante têm orgulho da sua fala e, quando se encontram, preferem se comunicar na variedade. Em relatos de donos de dois supermercados da sede do município, constata-se a postura orgulhosa e ao mesmo tempo respeitosa dos falantes vestfalianos, uma vez que entre si procuram se comunicar na variedade, mas, quando percebem a presença de falantes do português brasileiro ou da comunidade italiana, comunicam-se em português. Quando surgem falantes da variedade alemã local, alguns se comunicam na mesma.

Cabe aqui esclarecer a expressão variedade alemã local. Trata-se de uma variedade muito próxima ao alemão padrão (mais

que o hunsriqueano), fato característico de determinadas localidades de Imigrante e de Colinas. Supõe-se que essa proximidade ao alemão padrão deve-se ao fato da presença de textos escritos (bíblia, catecismo) na vida cotidiana de gerações anteriores e do fato de a alfabetização e das aulas nas escolas dessas gerações terem sido em língua alemã. Durante determinados períodos e em determinadas localidades, o ensino confirmatório evangélico luterano (IECLB) era realizado pelo pastor e em língua alemã, o que pode ter contribuído para essa característica linguística. Circulavam também em Imigrante o jornal *Brasil Post* e um jornalzinho do Sínodo Riograndense, da igreja evangélica luterana (*Sonntagsblatt*), ambos redigidos em língua alemã. Cabe destacar que são apenas suposições que precisariam ser investigadas mais profundamente para serem aceitas ou refutadas. Outra possibilidade seria a chegada posterior de determinados imigrantes, ou seja, imigrantes que tiveram maior contato com a cultura letrada na Alemanha antes de migrarem para o Brasil. Além disso, nos municípios de Imigrante, Westfália e Colinas há aulas regulares de língua alemã nas escolas públicas municipais de Ensino Fundamental e, na escola estadual de Ensino Médio de Westfália. Em Teutônia, a escola da Rede Sinodal também oferece aulas de língua alemã na Educação Básica.

Por ocasião de pesquisa realizada em 2003 com falantes vestfalianos em Imigrante e Westfália (HORST, 2003), pode-se questionar o uso da variedade nos contextos sociais dos falantes. Dos entrevistados, 7 eram moradores de Imigrante e 6 de Westfália. Todos afirmaram ter o *Platt*<sup>16</sup> como primeira língua, aprendida em casa. Ao mesmo tempo, todos se diziam “*stolz*” (orgulhosos) pela capacidade de se comunicar na variedade vestfaliana.

Em Imigrante, os dois informantes mais jovens, um de 19 e o outro de 22 anos na época, moradores da Linha Imhoff, afirmaram utilizar o vestfaliano em conversas com amigos da mesma faixa etária em festas e nas atividades profissionais (metalúrgica e restaurante na sede do município, respectivamente). Aprenderam o

---

<sup>16</sup> Termos empregado pelos falantes para referir-se ao *westfälisches Plattdeutsch*.



“brasileiro”<sup>17</sup> na escola e o alemão local nas relações sociais da comunidade. Nos tempos de escola e em determinados eventos, como bailes, gostavam de ser comunicar com os amigos em vestfaliano justamente para não serem compreendidos.

Destaca-se também o depoimento dos três informantes de Imigrante que tinham 55, 72 e 82 anos na época (atualmente os dois mais idosos já são falecidos). Os três afirmaram ter sido necessário aprenderem a variedade alemã local para conseguirem se comunicar com os outros moradores do município. Alternavam o código conforme os interlocutores: ora vestfalianos ora falantes do alemão local.

A senhora de 55 anos é até hoje dona de um supermercado da sede. Ela sente-se muito orgulhosa por dominar três línguas: *Platt*, *Duitschk un Brasianisk*. Quando questionada sobre as relações com outros membros falantes de outra variedade ou idioma, disse jamais ter sofrido alguma restrição.

Depoimento muito interessante foi dado pela senhora de 82 anos. Seus avós vieram da Alemanha falando somente *Platt*. Ela morava “*up ´n Biärg*” (*Auf dem Berg*, nas regiões mais altas) e tinha relações sociais muito restritas: família, igreja, vizinhança e festas ligadas a esses meios. Frequentou por quatro anos a escola, na qual o ensino era em língua alemã. Aprendeu o português nas relações sociais para conseguir se comunicar com as demais pessoas e novos membros que vinham de outras comunidades. Em algumas situações mais recentes de convívio social, era solicitada a não usar a variedade vestfaliana porque as demais pessoas diziam não compreender e sentir-se desconfortáveis.

Dos seis entrevistados de Westfália (moradores da Linha Berlim), todos a) afirmaram se comunicar em vestfaliano ou em português, b) sentirem muito orgulho de serem falantes vestfalianos, c) preocuparem-se com a manutenção da variedade e, por isso, tentarem ensiná-la para os mais novos. Os contextos de uso elencados também foram família, amigos, escola e trabalho quando

---

<sup>17</sup> Termo utilizado pelos entrevistados para referir-se ao português brasileiro.

há presença de outros falantes vestfalianos. Uma entrevistada de 19 anos afirmou, na época, sentir certo desprezo por parte dos descendentes de italianos colegas de escola no Ensino Médio.

Um entrevistado de 45 anos comentou situações que ocorriam em festas da Linha Berlim. Pessoas que ingressavam na comunidade tentavam aprender o vestfaliano, mas sentiam vergonha da própria pronúncia e da dificuldade em consegui-lo e acabavam desistindo, mantendo a comunicação em português.

O casal de 60 e 63 anos afirmou ter orgulho da fala por considerá-la “*fein*”(chique). A senhora de 60 anos afirmou ter enfrentado certa dificuldade nas relações escolares porque era proibido se comunicar em vestfaliano. Quando o professor percebia, eles eram advertidos. Situação que fez com que ficasse em silêncio, sem compreender o que o professor ensinava. Uma vez acostumada ao português, passou a utilizá-lo exclusivamente. Voltou a fazer mais uso do vestfaliano depois de sair da escola.

O ensino do alemão padrão nas escolas de Westfália tem boa aceitação. Em determinadas situações, os próprios alunos fazem comparações com a variedade vestfaliana. Já na sede do município, localidade de Linha Schmidt, pode-se ouvir alguns estudantes do ensino médio comunicarem-se em vestfaliano, mas um número bem menor se comparado a anos anteriores.

Por fim, um breve relato sobre a situação comunicativo-social em Colinas. Poucas são as pessoas que ainda se comunicam em vestfaliano. Número mais reduzido ainda de jovens. O município teve, nos últimos anos, grande ingresso de indivíduos de centros urbanos maiores que se comunicam somente em português. No comércio, nas escolas, nas instituições públicas municipais é mais comum o uso do português e da variedade alemã local. Na região mais próxima ao município de Estrela, na Linha Santo Antônio, por exemplo, encontramos um grupo maior de falantes do hunsriqueano. Um dado interessante é que na comunidade evangélica luterana é realizado pelo menos um culto em língua alemã por ano, o que pode colaborar para a existência do alemão padrão local.

Na Linha Ano Bom, mais próxima a Imigrante e Teutônia, encontramos o núcleo de falantes do vestfaliano no município. Embora seja um grupo reduzido, eles mantêm as mesmas características dos falantes dos outros municípios citados, ou seja, alternam o código conforme os interlocutores além de serem todos descendentes de imigrantes vestfalianos de religião evangélica luterana.

### **Considerações finais**

De forma resumida e com base nas pesquisas, conversas e observações feitas pode-se afirmar que: a) os descendentes e falantes de vestfaliano têm orgulho da sua origem e fala; b) com o passar dos anos, houve maior integração entre os diferentes grupos de imigrantes e os falantes de português ou italiano; c) o principal ambiente de uso da variedade vestfaliana é a família; d) em eventos sociais como festas, jogos de futebol os vestfalianos, quando se reconhecem, preferem comunicar-se na variedade e, quando percebem a presença de não-falantes utilizam o português (na maioria dos casos) ou a variedade alemã local; e) nas escolas o uso da variedade vem diminuindo sendo reduzido ao uso de expressões misturadas ao português; f) o falante hunsriqueano ou do português brasileiro possui relativa dificuldade para aprender a variedade vestfaliana; g) o falante vestfaliano comunica-se em vestfaliano, português e na variedade alemã local; h) nenhum falante vestfaliano afirma conseguir se comunicar em *Hunsrückisch*, mas sim, numa variedade alemã diferente do que conhecem por *Hunsrückisch*, mais próxima ao padrão e com influências do português, nomeado como alemão padrão local; i) a fala dos vestfalianos nos diferentes municípios é muito homogênea, comprovando a sua grande imunidade mesmo sendo uma região de contato plurilíngue.

Todos esses dados podem servir de base para estudos futuros. Que projetos poderiam ser criados para manter viva a variedade vestfaliana por mais tempo? Será que a religião é realmente um fator determinante, uma vez que em Rio Fortuna os vestfalianos eram católicos? Seria possível encontrar algum registro antigo escrito em vestfaliano ou baixo-alemão?

Por fim, a pesquisa aqui apresentada pode contribuir não só para a produção de conhecimento, mas também para uma reflexão sobre as relações sociais entre diferentes grupos linguísticos. As variedades linguísticas não devem ser banidas das relações sociais e muito menos das escolas, pois fazem parte da cultura e da identidade das pessoas.

## Referências

AHLERT, Lucildo. *Diversidade étnica das imigrações europeias*. Lajeado, 2007. Disponível em <[www.valedotaquari.org.br](http://www.valedotaquari.org.br)>

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Interfaces entre dialetologia e história. In: MOTA, Jacyra & CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (orgs.). Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006. p. 159-185

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. *Hunsrückisch in Rio Grande do Sul*. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1996.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson; MARGOTTI, Felício Wessling. O português de contato e o contato com as línguas de imigração no Brasil. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo Vilson; RASO, Tommaso (orgs.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 289-315.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson; OLIVEIRA, Gilvan Müller de. O *in vitro* e o *in vivo* na política da diversidade linguística do Brasil – inserção e exclusão do plurilinguismo na educação e na sociedade. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo Vilson; RASO, Tommaso (orgs.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 197-216.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Os contatos linguísticos e seu papel na arealização do português falado no sul do Brasil. In: *Espiga & Elizaicin*: 2008, p. 129-164.

ALTHAUS, Hans Peter. *Lexikon der Germanistischen Linguistik*. Tübingen: Niemeyer, 1980, p. 458-463.

BUNSE, Heinrich A. W. *Iniciação à Filologia Germânica*. Porto Alegre, UFRGS, 1983.

*DEUTSCHE Dialekte*. 9 Dialekte der Bundesrepublik Deutschland. Bonn: Inter Nationes (sem indicação de ano).

DÍAZ, Norma Esther. *Sprachkontakt in Nôvo Berlim (Rio Grande do Sul)*. Frankfurt am Main: Peter Lang GmbH, 2004.

DÜCK, Elvine Siemens. *Plurilinguismo e religião no contato linguístico entre os menonitas no Paraná e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

HESEL, Lothar. *Município de Imigrante*. Porto Alegre: Edições EST, 1998.

HORST, Aline. *Westfälisches Plattdeutsch: uma variedade da língua alemã falada nos municípios de Imigrante e de Westfália, RS*. Monografia de Conclusão do Curso de Letras: Português/Alemão. UNISINOS: 2003.

HORST, Cristiane. *Quando o Heinrich casa com a Iracema, a Urmutter vira Bisa*. A dinâmica dos nomes próprios de pessoas e comuns de parentesco em uma comunidade de contato alemão-português do sul do Brasil. Kiel: Westensee-Verlag, 2011.

KOCH, Walter. *Falares alemães no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. UFRGS, 1974.

KRUG, Marcelo Jacó. *Identidade e comportamento linguístico na percepção da comunidade plurilíngue alemão-italiano-português de Imigrante – RS*. Dissertação de Mestrado: Porto Alegre, UFRGS, 2004.

LANG, Guido. A colonização westfaliana. In: *Nós os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: UFRGS, 2. ed., 1998, p. 15-19.

LUERSEN, Rosane Werkhausen. A situação de contato plurilíngue no sul do Brasil. *Revista Científica da Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora*: 2009.

RELLI, Eduardo; MACHADO, Nelli T. G.; SCHNEIDER, Patrícia. *Do Taiaçuapé a Colinas*. UNIVATES. Lajeado: 2008.

RIEHL, Cláudia Maria. Discontinuous language spaces (Sprachinseln). In: AUER, Peter & SCHMIDT, Jürgen Erich (eds.). *Language and Space – Theories and Methods*. Berlin/New York: de Gruyter, 2010. p. 332-354. (HSK 30.1)

SCHUPPENHAUER, Claus; WERLEN, Iwar. Stand und Tendenzen in der Domänenverteilung zwischen Dialekt und deutscher Standardsprache. Teil 1: Die nördliche Hälfte des Deutschen Sprachgebietes. In: *Dialektologie: e. Handbuch zur dt. u. allg. Dialektforschung*/hrsg. von Werner Bersch. Berlin; New York: de Gruyter. Zweiter Halbband: 1983, p. 1411- 1427.

SULZBACH, Luciana. *Eine empirische Untersuchung zweier Varietäten des Brasildeutsch*. Tese de doutorado. Hannover, 2004.

TRESSMANN, Ismael. *O pomerano: uma língua baixo-saxônica*. Santa Maria de Jetibá: 2008, disponível em: <http://www.farese.edu.br/>>

VANDRESEN, Paulino. *Fonologia do vestfaliano de Rio Fortuna*. Porto Alegre: 1970.

WIESINGER, Peter. Die Einleitung der deutschen Dialekte. In: *Dialektologie: e. Handbuch zur dt. u. allg. Dialektforschung*/hrsg. von Werner Bersch. Berlin; New York: de Gruyter. Zweiter Halbband: 1983, p. 807-899.

WIESINGER, Peter. Deutsche Dialektgebiete außerhalb des deutschen Sprachgebiets: Mittel-, Südost- und Osteuropa. In: *Dialektologie: e. Handbuch zur dt. u. allg. Dialektforschung*/hrsg. von Werner Bersch. Berlin; New York: de Gruyter. Zweiter Halbband: 1983, p. 900-929.

WIRRER, Jan. Niederdeutsche Sprachinseln im mittleren Westen der USA. Sprachkontakt, sprachliche Stabilität, Sprachverfall. In: SCHMIDT, Jürgen Erich (ed.). *Moderne Dialekte – Neue Dialektologie*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2005, p. 455-491.

## **CAPÍTULO V – EDUCAÇÃO E INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS**

# **A ESTRATÉGIA EDUCACIONAL CRISTIANIZADORA/CIVILIZATÓRIA COM OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, DESDE O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA ATÉ A CHEGADA DOS IDEAIS POSITIVISTAS**

Jasom de Oliveira<sup>1</sup>

*Resumo:* A história da colonização portuguesa em terras que posteriormente seriam chamadas de brasileiras está intrinsecamente ligada à história dos povos indígenas que residiam nestas mesmas terras antes da chegada dos europeus, em 1500. Os encontros e desencontros ocorridos foram marcados pelas tentativas dos colonizadores de dominar, cristianizar e civilizar os povos indígenas, e estas ações foram legitimadas pela bula papal *Romanus Pontifex*, de 1454, e *Inter Arcana*, de 1529. Neste intento português, a educação foi um importante instrumento estratégico para se alcançar os objetivos propostos. O presente artigo contextualiza e caracteriza o histórico de dominação dos povos indígenas no Brasil, através da estratégia educacional cristianizadora/civilizatória, desde o início da colonização portuguesa até a chegada dos ideais positivistas na década de quarenta do século XIX. São destacadas: a atuação dos missionários jesuítas, através dos aldeamentos, ou, em outras palavras, dos *moinhos trituradores*, com início na metade do século XVI; a política pombalina, da segunda metade do século XVIII; a resistência dos povos indígenas frente à estratégia educacional cristianizadora/civilizatória; e os primeiros lampejos dos ideais positivistas no século XIX.

---

Igreja e Estado caminhavam de mãos dadas no século XV, uma sendo responsável pelas forças espirituais e a outra pelas forças terrenas, respectivamente. Ora as mãos se acariciavam, ora as unhas tentavam espetar uma a outra, mas as mãos continuavam unidas. O Papa Nicolau V, em 1454, pela bula papal *Romanus Pontifex*, garantiu a Portugal “o direito de conquistar terras novas, de ‘bárbaros’ ou de ‘infíéis’”, e submeter seus povos à servidão pelo uso

---

<sup>1</sup> Mestre em Teologia, FURB/PARFOR/GPEAD.



da guerra” (GOMES, 1988, p. 66). A bula qualificava o príncipe Enrique de Portugal de “Verdadero soldado de Cristo que podría cumplir mejor su obligación con Dios si pudiera someter a ciertos pueblos gentiles o paganos y predicarles y hacer que se les predicara el santísimo, aunque desconocido, nombre de Cristo” (NACIONES UNIDAS, 2010, p. 8). As bulas garantiam o direito de conquista, soberania e dominação com respeito aos povos não cristãos, como também as suas terras, seus territórios e recursos.

Quando os portugueses, em 1500, chegaram às terras a que deram o nome de *Vera Cruz* e, posteriormente, *Brasil*, chamaram as pessoas que ali habitavam de índios. Segundo Schäfer e Ferraro (2007), logo que os portugueses chegaram ao Brasil, escreveram para Portugal afirmando que os índios não pronunciavam as letras *f*, *l* e *r*, porque não possuíam fé, lei e rei. Desta maneira seria fácil persuadi-los, pois não tinham uma religião, nem um código de leis (Estado) que organizasse a sociedade e muito menos um rei. Dentro da visão europeia, dois pilares eram fundamentais para a sustentação de uma sociedade, que eram a religião e a civilidade, e inicialmente a concepção que os portugueses tiveram dos indígenas foi de um povo não civilizado e não religioso. Mas com o tempo começariam a mudar de opinião sobre a inexistência de uma religião, de um povo sem religião ou deus passariam a vê-los como “idólatras”. A partir deste contexto, os indígenas não sendo civilizados e constatada sua idolatria, os colonizadores questionaram a humanidade dos povos indígenas, e este questionamento refletia o ideal de ser humano e sociedade fixado pela cultura europeia.

Conforme Markus, as tentativas de submeter os povos indígenas ao domínio colonizador, tendo em seu escopo “(...) a negação da diversidade dos povos indígenas, o aniquilamento de identidades e culturas e a incorporação de mão-de-obra” (2006, p. 59), e o apossamento de seus territórios, foram, inicialmente, de maneira branda, como se percebe no modelo pedagógico adotado pela colônia e exposto por Pero Vaz de Caminha: “Tudo se passa como eles querem, para os bem amansar.” (CARTA DE P. V. DE CAMINHA, 2001, p. 99).

Em algumas tentativas, os portugueses desestabilizavam os grupos indígenas através do suborno, com presentes, por exemplo, anzóis, foices e machados. Contudo, o choque entre indígenas e portugueses foi inevitável. Os conquistadores não respeitavam a vida comunitária dos povos indígenas e entravam nas aldeias, roubavam e destruíam roças e obrigavam os indígenas a trabalhar como escravos. Os conquistados, por sua vez, conforme Hoornaert e Preziosi (2000), tentavam lutar para defender seus povos e seus territórios, porém a superioridade tecnológica dos portugueses determinaria em muitos casos a derrota dos indígenas. Com a adoção do puro terror e do massacre, os colonizadores geraram a escravização, o extermínio e a fuga dos indígenas para o interior das matas.

Pela Europa estavam sendo debatidas a legitimidade e a brutalidade da conquista e, para não deixar dúvidas sobre o direito garantido pela bula *Romanus Pontifex*, o Papa Clemente VII, em 8 de maio de 1529, expediu a bula *Inter Arcana*, pontificando “(...) que as nações bárbaras venham ao conhecimento de Deus não por meio de editos e admonições como também pela força e pelas armas, se for necessário, para que suas almas possam participar do reino do céu” (GOMES, 1988, p. 66). Conforme Fernandes (1975, p. 25), “o anseio de ‘submeter’ o indígena passou a ser o elemento central da ideologia dominante no mundo colonial lusitano”.

O anseio de submeter os indígenas refletia o anseio por parte da colônia portuguesa de controlar eficazmente as terras brasileiras. Segundo Suess, quando o rei de Portugal, Dom João III, viu que a colônia estava ameaçada por se perder, já que até 1554 dois ensaios de colonização haviam fracassado, o sistema das *Feitorias* e o sistema feudal das *Capitanias Hereditárias*,<sup>2</sup> e que as relações com os habitantes destas terras estavam conturbadas, não sendo eficaz a

---

<sup>2</sup> As Feitorias eram postos avançados, representando ao mesmo tempo os interesses político-militares da Coroa e os interesses comerciais da nação. Eram responsáveis pela extração do pau-brasil e algumas curiosidades da fauna, à experiência com a cana de açúcar e a servir de espantalho para assustar contrabandistas franceses.

violência, convenceu-se de que “para domar esse povo, para conquistar o Brasil, só uma arma se deparava irresistível, o Evangelho” (2009, p. 13). Era preciso evangelizar os indígenas para civilizá-los, e isto se daria pela educação. Agora, era preciso aplicar uma estratégia educacional para chegar a tal fim.

### **Cristianizar é civilizar e civilizar é cristianizar**

Conforme Suess (2009), a colônia precisava ser remediada e isto se daria pela educação, ou seja, pela catequese. Segundo Ferreira (2001, p. 72) “(...) a escolarização dos índios esteve a cargo exclusivo de missionários católicos, notadamente os jesuítas.”<sup>3</sup> Hoornaert (1992) afirma que, além dos jesuítas, os franciscanos, carmelitas, capuchinhos, oratorianos e mais tarde salesianos também participaram desta estratégia educacional pela qual o povo indígena foi evangelizado.

Os primeiros jesuítas desembarcaram nas praias da Bahia de Todos os Santos em 29 de março de 1549. Ao todo foram seis: Manuel da Nóbrega, João de Azpilcueta Navarro, Leonardo Nunes, António Pires e os irmãos Diogo Jácome e Vicente Rodrigues. Conforme Bergamaschi (2004), em suas atividades predominavam a catequese e as ações educativas, com a intenção de dismantelar culturalmente os povos indígenas e suas distintas identidades, ou seja, a catequese e as ações educativas com os povos indígenas tinham objetivos apolíticos em seu conteúdo, porém altamente políticos em seu significado, segundo Suess (2009). Para Fernandes (1975, p. 27), os jesuítas operavam como “(...) autênticos agentes da colonização e situam suas funções construtivas no plano da acomodação e do controle das tribos submetidas à ordem social criada pelo invasor branco”. Os jesuítas, no período de suas atividades até 1759, atuavam em diferentes regiões da colônia portuguesa, existindo peculiaridades de atuação em cada região, porém, o objetivo final era o mesmo.

---

<sup>3</sup> Os jesuítas faziam parte de uma organização religiosa, fundada por Santo Inácio, com o nome de Companhia de Jesus. Os participantes da Companhia faziam votos de pobreza, castidade e obediência (LUTTERBECK, 1977. p. 9).

Sendo a evangelização o caminho para a civilização dos indígenas, e sendo evangelização o objetivo primeiro dos jesuítas, supõe-se, conforme Melià (1979), que cristianizar era civilizar e civilizar era cristianizar. Neste jogo de palavras fica evidente que cristianização e civilização caminhavam juntas, ou melhor, eram inseparáveis no modelo social europeu da época. Para o referido autor, “Missão e escola tendem a se identificar e se justificar mutuamente” (p. 46). Nesta lógica, a ação educativa tornou-se um elemento indispensável neste processo, pois, segundo Hoornaert (1992, p. 300), “Todos os modos de vida civilizada que na escola têm um tempo e um lugar privilegiado, são tidos como condições indispensáveis para atingir os objetivos da missão!”.

Durante todo o período de seu domínio sobre o Brasil (1500-1822), a colônia portuguesa não conseguiu perceber a complexidade etnológica existente nas terras que “descobriram”. Segundo Hoornaert (1992, p. 300),

Os nossos colonizadores nunca suspeitaram que o Brasil fosse um dos países mais complexos do mundo em termos de cultura humana, com 1.400 povos distintos pertencentes a 40 famílias lingüísticas, das quais só dois troncos lingüísticos – o Tupi e o Macro-Jê foram de alguma forma estudados.

Segundo Markus (2006, p. 59), “A educação escolar, portanto, foi utilizada para promover a assimilação dos indígenas à civilização cristã, com a imposição da língua, da história, dos valores e da identidade da sociedade cristã européia.” Vale ressaltar que não foram somente os jesuítas que participaram deste intento, e sim toda a sociedade colonialista, mas a educação escolar ficou a cargo dos religiosos, no caso, os jesuítas.

## **Os moinhos trituradores**

Os jesuítas criaram espaços para evangelizar e civilizar os indígenas, as chamadas reduções. Um exemplo, citado por Suess, foi a criação da “Casa de Piratininga”, na Capitania de São Vicente, porque a região de beira-mar, “(...) com a presença de aventureiros,

traficantes e donos de escravos, (...) não era propícia para a conversão dos índios” (2009, p. 13). Estes locais eram as reduções,<sup>4</sup> também chamadas de aldeamentos, através de práticas sistemáticas de catequese, que, segundo Bergamaschi, incluía o ensino de leitura e escrita, “(...) tentaram implementar valores adequados ao colonialismo, contribuindo para destruir (...) e empurrar para longe de suas terras as parcialidades que não se submeteram à ação dos religiosos.” (2004, p. 2). Para Pérez, a criação destes espaços “(...) obedecia justamente à necessidade (das nações imperialistas) de evangelizar e civilizar os povos indígenas, como uma forma – bastante eficaz – de submetê-los ao regime dominante.” (2007, p. 232).

O aldeamento pode ser definido, segundo Hoornaert (1992, p. 302),

(...) como um processamento de gente, um processo de produção de “gente nova”, sem memória do passado ou então com memória “negativa”, de rejeição do passado. Tratava-se de “converter” o índio específico (...) em índio genérico denominado caboclo, tapuio, caipira, ou simplesmente “cabra”, com toda a carga de rejeição que recaía sobre esses nomes.

A expressão “processamento de gente” retrata fortemente a situação miserável dos povos indígenas, sempre sob um discurso cristianizador civilizatório. Hoornaert continua sua análise do mecanismo dos aldeamentos como de campos de concentração de índios presos *manu militari*, “(...) provenientes de povos dispersos que preferencialmente tivessem dificuldade de se comunicar entre si e que passavam por um processo de descaracterização de sua cultura, de sua língua e de seus costumes e de aprendizagem sumária de uma nova religião, língua e moral.” (1992, p. 302).

---

<sup>4</sup> O termo redução é inquietante na sua displicência e direto no seu objetivo. O local já trazia em seu nome o seu objetivo principal: reduzir os povos indígenas à imagem e pensamento do colonizador português. A meta era reduzir os indígenas à pessoa cristã, civilizada, que usava vestimentas, que falava o português, e tantas outras características pertencentes ao modelo português.

O autor ainda traz a imagem de moinhos para desvelar os moinhos culturais que trituravam e diluíam a “(...) especificidade da cultura antepassada e preparava assim uma massa uniforme e culturalmente depauperada, para ser lançada no mercado de trabalho oferecido pelo sistema capitalista.” (1992, p. 302). Exemplo desta trituração cultural, citado por Melià (1979), eram as crianças que vinham das aldeias, recebiam um nome europeu, se retiravam todos os seus objetos culturais, por exemplo seus adornos, se reproduzia nelas a estética portuguesa, com o corte de cabelo da época e as vestes para cobrir os corpos indígenas. Desta forma, os aldeamentos e as reduções acabavam descaracterizando todo o pluralismo cultural dos indígenas em um único modelo cultural, econômico, religioso e político, o português.

As crianças, com o tempo, conforme Melià (1979), eram chamadas com um nome “civilizado”, geralmente os mesmos nomes dos padres e das irmãs presentes no aldeamento: Edgar, Henrique, Inês, Paulina. Numerosas cidades brasileiras, segundo Hoornaert (1992), se originaram de “aldeamentos” ou “reduções”, como Bragança ou Santarém no Pará, Baturité, Crato, Viçosa, Campina Grande no Nordeste, Niterói e Guarulhos no Sudeste, e Guarapuava no Sul.

Esta mutação proposta pela colonização portuguesa não foi uma imposição imediata e brutal do sistema civilizatório, mas esta não imposição fazia parte da estratégia de submissão. Tem-se exemplos de sistemas que tentaram uma imposição imediata de uma forma de pensar totalitarista e ruíram, como os regimes ditatoriais latino-americanos.

A política colonial portuguesa aplicada para desarticular as identidades étnicas utilizou-se da estratégia educacional cristianizadora/civilizatória e ignorou as instituições educativas indígenas e seus saberes. Conforme Markus (2006, p. 61), “Os saberes indígenas, os processos próprios de aprendizagem, as concepções pedagógicas de cada grupo, as diversas línguas faladas em cada etnia, ficaram sempre excluídas da sala de aula.”

A meta de se ter indígenas cristãos e civilizados era importante para submeter os mesmos à autoridade colonial

portuguesa. Contudo, isso não significava a convivência dos indígenas com os portugueses, pois o lugar do indígena era no aldeamento com os outros indígenas e não como integrante da sociedade colonial.

### **A resistência dos povos “cristianizados/civilizados”**

Não era de interesse dos colonizadores o aprofundamento na cultura indígena para conseguir uma melhor comunicação com estes que já se encontravam em solo posteriormente chamado brasileiro. O contato que ocorreu estava premeditado à redução dos povos indígenas ao projeto português de colonização, sem diálogo ou troca de saberes, pois os indígenas não eram considerados pessoas civilizadas e tampouco poderiam compartilhar saberes. O único saber que poderiam ter era o conhecimento sobre o “Diabo”, através de seus rituais demoníacos, segundo os portugueses.

A intencionalidade dos aldeamentos com seus processos gradativos foi de assimilação eficaz da ideologia, mas que não garantiu a inexistência da resistência dos povos indígenas. Felizmente não faltaram sinais de vitalidade e resistência por parte dos povos subjugados. Ocorreram guerras e guerrilhas que por toda a extensão do território eclodiram: a Confederação dos Tamoios no século XVI, a Resistência Aimoré até o século XIX (no atual estado do Espírito Santo), a resistência das aldeias cristãs governadas pelos jesuítas contra os bandeirantes no século XVII, a Confederação do Açu na segunda parte do século XVII (com Canindé), a Revolta de Mandu Ladino nos anos 1710-1720 no Piauí e no Ceará, a Guerra dos Manaó (1724-1727), as guerrilhas dos Mura no Rio Madeira durante um século, entre 1740 e 1840, a Guerra Guaranítica dos anos 1750 (com Sepé Tiaraju), a Cabanagem no Pará (a maior revolução popular da história do Brasil) entre 1835-1845.

Hoornaert destaca que, “Além desses conflitos armados, os assim chamados índios sempre souberam armar muito bem a guerra cultural, pela resistência de sua cultura (...)” (1992, p. 301), como a resistência no uso da língua portuguesa e utilização da língua materna, as fugas à escravidão e ao trabalho forçado. Algumas aldeias resistiram para entregar as suas crianças às escolas

missionárias. No caso dos Nambikwára, segundo Melià (1979), nunca entregavam as meninas; entre os Rikbátsa conheceu-se pelo menos um caso de aborto de uma índia que não queria ver a sua criança ir para a missão.

Assim, conforme Bergamaschi, “(...) mesmo diante de um processo colonial que tentou destituir a memória coletiva dos povos indígenas, as marcas do contato foram sendo apropriadas e ressignificadas, constituindo cosmologias híbridas, porém não menos indígenas.” (2004, p. 2). Resistir ao domínio português foi resistir em sua dignidade de continuar a ser povo e de reconhecer-se pessoa.

O pensamento indígena, baseado no princípio de integração e equilíbrio com a natureza, a reciprocidade, entre outros aspectos que prezam a coletividade, trouxe na época e traz ainda hoje uma proposta diferente à sociedade envolvente. Esta proposta questiona a sociedade envolvente, seja esta de qualquer tradição religiosa ou Estado, ancorados no ideal cartesiano e capitalista, fundados em princípios de transformação e de submissão da natureza e das pessoas.

Os indígenas habitantes nas terras brasileiras sofreram graves consequências com a colonização promovida pelos portugueses, mas uma parte resistiu e sobreviveu. Dos 6.000.000 de indígenas que estavam em terras brasileiras antes da chegada dos portugueses, no fim do período colonial, segundo Gomes, sobreviveram talvez 600.000. No período do Império, novas ideias surgiram e foram aplicadas, porém, os resultados continuaram desastrosos, com o número reduzido para 300.000. Neste período, conforme Gomes (1988), chegou-se a afirmar que os índios estavam fadados ao extermínio.

## **O positivismo no Brasil**

A estratégia educacional cristianizadora/civilizatória foi voraz com os povos indígenas, porém não foi cem por cento eficaz e ainda havia “resistentes” que precisavam ser incorporados à nação brasileira. No final do século XIX, em meio aos pensamentos



imperialistas no Brasil e ao advento da proclamação da República, chegou da Europa, mais especificamente da França, uma nova linha de pensamento, o *positivismo*, que foi determinante para a nova estratégia educacional dos povos indígenas.

Isidore Auguste Comte foi o pai do positivismo. Ele nasceu na França, em 19 de janeiro de 1798. Desde cedo se declarou republicano e partidário das conquistas nacionais da época: a abolição da realeza e a separação entre Estado e religião. O contexto em que Comte cresceu foi o desdobramento da Revolução Francesa, ocorrida em 1789.

Comte acreditava ter descoberto uma lei fundamental da evolução, que chamou de “Lei dos três estágios”. Esta lei tratava dos três estágios pelos quais o espírito humano passava: o teológico, o metafísico e o positivo. No estágio teológico, segundo BONES, “o homem tenta explicar a natureza através da crença em espíritos e seres sobrenaturais. (...) O estado metafísico utiliza a argumentação abstrata em vez da imaginação. A vontade sobrenatural é substituída por idéias” (2000, p. 52). Por fim, no estágio positivo, ponto de chegada da filosofia da história comteana, “a imaginação e a argumentação subordinam-se à observação, que busca compreender não mais a natureza íntima das coisas, mas suas leis, as relações constantes entre fenômenos observáveis” (2000, p. 52).

Para Comte, este último estágio da evolução humana é o estágio definitivo da razão e para ele a humanidade havia chegado a este ponto, mas não tinha os instrumentais. Assim, surgiria a Sociologia, que permitiria a totalização do saber, que daria sentido à ideia de humanidade. Esta deveria dividir-se em “uma estática social, para estudar as condições constantes da sociedade – a ordem – e uma dinâmica social, para estudar as leis e seu desenvolvimento – o progresso.” (BONES, 2000, p. 53). Outro tema básico da filosofia comteana era a reforma das instituições que seriam realizadas pela nova elite científico-industrial, e ela não se daria por uma revolução, e sim a partir da reforma intelectual do ser humano. Para que suas ideias pudessem triunfar, a monarquia, sinônimo do domínio teológico, precisava ser suplantada. Mais uma vez Comte

corroborou sua perspectiva reformatória intelectual quando afirmou que o caminho para prevalecer seu ideário era a educação positiva.

A primeira referência sobre a filosofia comteana apareceu no Brasil em 1844 com o Dr. Justiniano da Silva Gomes sustentando sua tese “Plano e método de um curso de fisiologia”, no qual se refere ao método positivo e à lei dos três estágios. Uma outra tese foi defendida em fevereiro de 1850, na escola militar, cujo tema dizia respeito aos princípios da estática. A partir daí, conforme Bones (2000), o positivismo vai introduzir-se no Brasil através dos novos bacharéis em ciências físicas e matemáticas da Escola Central e da Escola Militar.

A Escola Militar tornou-se um importante espaço de disseminação das ideias positivistas no Brasil. Em 1872, segundo Lins, Benjamin Constant entrou para a Escolar Militar e teve os primeiros contatos com a filosofia comteana. Para Lins, a República “só se proclamou em 15 de novembro de 1889 graças à direção impressa ao movimento revolucionário por Benjamin Constant” (1967, p. 315).

Ocorreu a proclamação da República e os ideais positivistas permeavam as ações republicanas. Nos primeiros anos da proclamação, a monarquia foi suplantada pela República, foi adotado o presidencialismo, ocorreu a separação entre Estado e igreja, porém foi instituída de modo amplo a liberdade espiritual no Brasil, pelo decreto n. 6, de 19 de novembro de 1889, sendo adotada a bandeira da República, com o dizer *Ordem e Progresso*, termo cunhado por Comte.

Em relação aos povos indígenas, segundo Costa (1956), o grupo de positivistas, chamado de *Apostolado Positivista do Brasil*, ocupou-se com o tema nas *Bases de uma Constituição Ditatorial para a República Brasileira*, apresentada em 1890 à Constituinte da República. Eles defendiam para os indígenas a “proteção do governo federal contra qualquer violência, quer em suas pessoas, quer em seus territórios. Êstes não poderão jamais ser atravessados sem o seu prévio consentimento, pacificamente solicitado e só pacificamente obtido” (COSTA, 1956, p. 122), sendo que se constituiriam em nações livres e soberanas, se organizariam em Estados e o futuro

deles seria a incorporação física e cultural ao Brasil (GOMES, 1988, p. 122). Contudo, segundo Gomes, a Constituição de 1891 não atribuiu nenhuma lei aos indígenas, “Apenas o seu Artigo 64 transfere para os Estados o domínio das terras devolutas” (1988, p. 122). Entre estas terras encontravam-se as terras indígenas que ainda não houvessem sido reconhecidas.

As ideias não foram aceitas. A nível administrativo, a política indigenista continuava regida pelo Regimento das Missões de 1845, persistindo o binômio catequese e civilização, mas agora na âmbito dos estados federados. Mesmo a Igreja estando separada do Estado, a sua influência persistia e as ordens religiosas eram convidadas para criar missões entre os indígenas de suas jurisdições. Os positivistas, conforme Gomes (1988), criticavam a postura dos Estados, através de seus artigos que manifestavam sua visão integrativa e racionalista dos indígenas.

Segundo Costa, para os positivistas, conforme os *supremos interesses da humanidade*, era necessário elevar os indígenas “do fetichismo em que se achavam ao positivismo, isto é, ao regime pacífico-industrial, poupando-lhes a transição teológica que a Humanidade teve de atravessar na sua evolução empírica (...)” (1956, p. 123). Os movimentos religiosos proporcionavam aos indígenas o estágio teológico. Estava em discussão a situação dos indígenas na sociedade nacional e a estratégia educacional cristianizadora/civilizatória com os povos indígenas estava comprometida, pois os objetivos originários não eram mais satisfatórios.

Outros fatores influenciaram para esta discussão. Pérez chama a atenção para o contexto continental americano com os seus processos de independência e surgimento de novas nações, onde no Brasil “(...) a ênfase da escola passou a ser a integração dos indígenas no projeto de sociedade nacional – aos valores, às crenças, ao estilo de vida dessas nações –, fundamentado no modelo social e cultural do Ocidente” (2007, p. 232). Esta mudança na política indigenista e, conseqüentemente, na estratégia educacional cristianizadora/civilizatória, conforme Markus, “(...) se deve principalmente às denúncias nacionais e internacionais do

extermínio, da desconsideração das culturas e das políticas injustas em relação aos povos indígenas.” (2006, p. 62).

Em 1908, durante o XVI Congresso dos Americanistas, em Viena, o Brasil foi publicamente acusado, conforme Cunha (1987), de massacrar os indígenas. Com a mudança do cenário nacional e internacional fez-se necessário uma reorientação das ações educativas, refletidas nas ações governamentais. A política indigenista, que estava sob a responsabilidade dos Estados da Federação, passou para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criado através da Lei n. 1606, de 29 de dezembro de 1906 (CUNHA, 1987). O objetivo da educação voltou-se para a integração dos indígenas à sociedade nacional por meios pacíficos, numa perspectiva positivista, quer dizer, podendo evoluir e passar de um estágio ao outro. Foi o fim da estratégia educacional cristianizadora/civilizatória e o início de uma nova estratégia educacional aplicada aos povos indígenas, a integracionista, e que é uma outra história.

## Referências

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Educação escolar indígena no século XX: da escola para índios à escola específica e diferenciada. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). *História e Memórias da Educação no Brasil*. v. III. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004. p. 1-2. (Este texto foi distribuído pela autora na forma impressa, folha tamanho A4, numerado da página 1 à página 13, na disciplina “Educação no contexto indígena”, no curso de especialização Lato Sensu Educação, diversidade e cultura indígena na Faculdades EST, na 1ª etapa realizada em janeiro de 2009).

BONES, Elmar. *A espada de Floriano*. Porto Alegre/RS: Já Editores, 2000.

CARTA DE P. V. DE CAMINHA, em AMADO, J., FIGUEIREDO, L. C. *Brasil 1500 – Quarenta documentos*. Brasília/DF: Ed. Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

COSTA, Cruz. *O positivismo na República: Notas sobre a História do Positivismo no Brasil*. São Paulo/SP: Companhia Editora Nacional, 1956.

FERNANDES, Florestan. *Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1975.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: FERREIRA, Mariana Kawall Leal; SILVA, Aracy Lopes da (Orgs.). *Antropologia, História e Educação*. A questão indígena e a escola. São Paulo/SP: Global, 2001.

GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1988.

HOORNAERT, Eduardo. A Igreja no Brasil. In: DUSSEL, Henrique (Org.). *História Liberationis*. 500 anos de história da igreja na América Latina. São Paulo/SP: Paulinas, 1992.

\_\_\_\_\_; PREZIA, Benedito. *Brasil indígena: 500 anos de resistência*. São Paulo/SP: FTD, 2000.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo/SP: Companhia Editora Nacional, 1967.

MARKUS, Cledes. *Identidade étnica e educação escolar indígena*. Blumenau: FURB, Dissertação. Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau/SC, 2006.

MELIÀ, Bartomeu. *Educação Indígena e Alfabetização*. São Paulo/SP: Edições Loyola, 1979.

NACIONES UNIDAS. *Estudio preliminar sobre las consecuencias para los pueblos indígenas de la teoría jurídica internacional conocida como la doctrina del descubrimiento*. Nueva York/EUA: Foro Permanente para las Cuestiones Indígenas, 2010

PÉREZ, Andréa Lisset. Escola indígena: uma reflexão sobre seus fundamentos teóricos, ideológicos e políticos. *Revista Perspectiva*, Florianópolis/SC, v. 25, n. 1, p. 227-244, jan/jun. 2007.

SCHÄFER, Abraão Nilo Givago; FERRARO, Alceu Ravanello. Escolarização e analfabetismo indígena no Brasil. In: *XXIII*

*Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação e I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação.* Porto Alegre/RS: ANPAE, UFRGS/FACED/PPGEDU, 2007. v. 1.

SUESS, Paulo. A Catequese nos primórdios do Brasil. In: SUESS, Paulo et. al. *Conversão dos cativos*. Povos indígenas e missão jesuítica. São Bernardo do Campo/SP: Nhanduti Editora, 2009.

# MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO RURAL: NARRATIVAS DE PROFESSORAS<sup>1</sup>

Cinara Dalla Costa Velasquez<sup>2</sup>

Josiane Machado Carré<sup>3</sup>

*Resumo:* Este texto aborda algumas reflexões sobre a educação rural, aqui entendida como uma experiência educacional que se apresenta em diferentes tipologias rurais, ou seja, há diferentes espaços nos quais a escola rural se organiza e, com isso, emergem diferentes trajetórias pedagógicas. Ocupa-se, através do recorte de um trabalho maior, da pesquisa concluída no ano de 2010, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, na Linha Pesquisa Práticas Escolares e Políticas Públicas, objetivando-se a refletir acerca das representações das colaboradoras do estudo: mulheres professoras. Das suas narrativas, pode-se aferir um conceito mais abrangente sobre as significações do trabalho docente, cuja representação desponta como um espaço profissional que lhes permitiu assenhorear-se dele, conferindo-lhes reconhecimento social e visibilidade pública. Como delimitação temporal, percorre-se os anos de 1950 a 1980, no município de Santiago-RS, na comunidade rural de Vila Florida (região colonizada por descendentes de portugueses e espanhóis e, mais tarde, imigrantes e descendentes de italianos, poloneses e alemães) e, para a reestruturação do vivenciado, vale-se da metodologia da história oral-modalidade de histórias de vida, com a colaboração de três professoras, de diferentes gerações. O campo teórico, delimitado para este texto, pontua a análise das categorias memória/gênero, a fim de que se possa compreender a constituição do feminino neste espaço, cujas implicações sociais, históricas e culturais são transitórias e, portanto, passíveis de reinvenções de si.

*Palavras-chave:* Gênero, Memória, Educação Rural, História Oral.

---

---

<sup>1</sup> Pesquisa orientada pelo professor Dr. Jorge Luiz da Cunha – Universidade Federal de Santa Maria

<sup>2</sup> Mestre em Educação-UFSM.

<sup>3</sup> Mestranda em Educação-UFSM Apoio FAPERGS/CAPES.

## Introdução

O presente artigo insere-se no debate que vem se intensificando na temática sobre a educação rural e educação. Nas duas últimas décadas, há um *corpus* significativo de pesquisas voltadas à temática, embora, tardiamente, ganhasse visibilidade na sociedade brasileira como tese de discussão, “(...) apenas na década de 1940, especificamente, o ensino primário rural, surge como tese no 8º Congresso Brasileiro de Educação” (WERLE, 2009, p.81).

Neste texto, procura-se refletir sobre as atividades docentes, as quais fazem referência a três professoras, colaboradoras no estudo. Como delimitação temporal, percorre-se os anos de 1950-1980, no município de Santiago-RS, na comunidade rural de Vila Florida. O objetivo, através das suas narrativas, foi compreender como a docência rural lhes conferiu visibilidade pública. As questões que serão percorridas fazem parte do recorte de um trabalho maior, a pesquisa concluída no ano de 2010, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, na Linha Pesquisa Práticas Escolares e Políticas Públicas.

Dizer das professoras e de suas representações de gênero, no contexto do ensino rural, faz com que se percorram caminhos trilhados por mulheres, que, ao longo da docência, em um espaço singular, constituem-se, elaboram-se, tornam-se professoras e, através dos processos de identidades a cada novo tempo, refazem suas imagens.

Nesta reflexão, este recorte delimitar-se-á à problemática das representações de gênero e sua análise, pensando em como essas representações implicam suas construções saber/fazer na docência do ensino rural, já que gênero é um conceito entrelaçado a outras categorias, portanto são processos construídos ao longo da cultura e da história, (SCOTT, 1990).

## Metodologia

Para responder às questões que se trouxe para a investigação neste estudo, tendo como colaboradoras professoras rurais e, como



objeto de estudo, suas memórias, de antemão, deixa-se clarear o que se alinhava como busca.

Posto isso, diz-se que questionar o espaço da docência rural, situar o território do entorno da escola rural e recortar, para esse espaço, as elaborações significadas das colaboradoras deste trabalho é entrelaçar a história dos sujeitos que viveram uma experiência e dar sentido à sua história dentro da própria história. Embasada nisso, permite-se afirmar que “contradizer generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica – isto é, permite a mudança de perspectiva” (ALBERTI, 2004, p. 26). A partir das memórias das professoras rurais, procura-se restaurar a capacidade de resistirem às amarras da construção cultural e histórica, bem como enfatizar suas invenções de refazer suas trajetórias nesse entorno.

O caminho pelo qual se orienta para analisar tais questões foi através da análise qualitativa tendo como metodologia a História Oral na modalidade das histórias de vida. A História Oral tem estreitos laços com a memória. A memória é documentação histórica e a metodologia da História Oral é o caminho de que se valeu para dialogar entre a teoria e os dados empíricos. A história oral, enquanto mero ato de contar e ouvir, sem embasamentos científicos, traz os ecos dispersos, os olhares diferentes, o cenário revisitado, que permitem, assim, acrescentar outras dimensões, outras perspectivas centradas

(...) nas investigações educacionais, justamente por viabilizarem as narrativas dos sujeitos envolvidos. Deste modo, a história oral possibilita certo afastamento da documentação de caráter oficial das instituições educativas, que, muitas vezes, não traduzem as experiências vividas no contexto escolar (ALMEIDA, 2009, p. 221).

A composição de novas leituras do lugar, o qual se delimita como espaço para ser repensado, sugere que os dados construídos são rastros deixados pelas memórias das professoras, extraídos das possibilidades das suas lembranças e também dos seus esquecimentos. As narrativas que vêm das histórias dos sujeitos, que aqui embasam as narrativas, são horizontes revelados, outros quadros educacionais que escapam à historiografia assentada na documentação entendida como oficial e escrita. Dessa maneira, a

aproximação da história oral com a memória, como “lugares da memória” lembrando Nora (1993), encontram-se nas narrações das professoras.

Ao contarem suas histórias, desenhando e contornando os quadros da docência, faz-se necessário destacar que

(...) a utilização de depoimentos ou relatos de alguém sobre si, tem como objetivo menos a busca da verdade e muito mais a identificação das condições de possibilidades para determinada narrativa emirja enquanto discurso (FISCHER, 2004, p.153).

A história oral e sua articulação com a memória tornaram-se um debate aceso, pertinente, possibilitando que outras fontes passassem a ser consideradas relevantes por parte de pesquisadores/as, que assumam novas posturas teóricas. Do olhar, ainda, cético, por parte de historiadores/as que resistem à aceitação dessas novas percepções, pensa-se que essa postura resistente reflita os ranços positivistas do século XIX, que adentraram ao século XX, persistindo em espaços do XXI. Há que pensar que essa crítica e resistência

(...) insiste na exatidão, comprovação dos fatos, documentação e neutralidade do historiador. Estas características pareciam, durante largo tempo, não só plenamente alcançáveis, como acessíveis somente se o historiador se apoiasse em fontes escritas ‘fidedignas’ (LOURO, 1990, p. 21-22).

Nesses entrelaçamentos teóricos, é possível dizer que o método da história oral subverte para a educação uma contribuição rica, visto seu caráter revisionista. Uma abordagem que traz representações das singularidades do cotidiano das escolas, das salas de aula, das relações professor/as-alunos/as, das tensões da vivência pedagógica, “pode iluminar os lugares ocultos da vida escolar; apontar as formas mais sutis de resistência desenvolvidas pelos diferentes agentes do processo educativo” (LOURO, 1990, p 22).

A postura que a autora sinaliza reforça o que se espreita há tempos. As histórias vividas pelos sujeitos, pelas professoras, aqui, especificamente, são ensejos pelos quais se consegue a aproximação com a vivência histórica. Vivência revisitada não pelos dados

estatísticos, pelos relatórios, pelas atas. Nesses documentos, a densidade da experiência é um elemento de difícil apreensão ou até mesmo se faz ausente.

A história oral é um caminho fecundo, cuja aproximação entre a história e a memória abre importantes fissuras para que a pesquisa educacional, aqui, neste trabalho, traga a dimensão do não dito, do não-oficial. “(...) A arte da narração não está confinada nos livros, sem meio épico, é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que escutam (...)” (BOSI, 1994, p. 85).

Para a composição deste trabalho, a história oral se deu na modalidade da história de vida, porque a aproximação com tal forma apresentou-se como uma das possibilidades para que se respondesse ao que se propôs como problema para esta investigação. Dito isso, ressalta-se, as memórias das professoras, enquanto objeto de estudo, não pretenderam “dar vozes às mulheres” ou “aos silenciados” e sim possibilitar o emergir de um viver, de um sujeito, autores/as de suas escolhas, ou impossibilidades, que se sobressaem nos indícios de suas significações através de palavras anunciadas.

(...) a história de vida é uma adequada alternativa para articular a dimensão individual, ou seja, a vida experienciada por determinada pessoa aos fenômenos sociais mais amplos. Vida aqui não é encarada apenas como um conjunto de eventos, mas como acontecimento vivido num determinado tempo e lugar(es) e sob algumas circunstâncias. (...) a história de vida como a concebemos vai além do enfoque pessoal da história. Ao focalizar o indivíduo, é possível dimensioná-lo no contexto mais amplo (...) percebemos esta abordagem como uma das mais eficazes justamente por permitir que se venha a compreender, a partir da diversidade, as múltiplas especificidades que constituem a complexidade humana (FISCHER, 2004, p. 152-153).

### **Professoras e narrativas: situando um espaço**

Esta história se passou em Santiago-RS, no ano de 2009, na comunidade rural de Vila Flores, hoje, Florida, distrito daquele

município. Na oportunidade, três professoras<sup>4</sup> da Escola Estadual Moisés Viana trouxeram relatos de seu tempo, emprestaram-lhes sentidos e envolveram de significados a docência. Assim como revoadas de um vento, recrudesceram lembranças que outrora pareciam adormecidas e que, à força de seus relatos, reconstruíram-se uma vez já anunciadas em palavras.

Das narrativas das professoras, encontra-se, por meio de suas memórias, a história de Vila Flores, distrito do município de Santiago-RS. A história do município de Santiago é controversa, “há algumas divergências sobre as origens do município (...), pela precariedade de registros de fatos ocorridos em épocas remotas”, (SIMÕES, 1989, p.9).

No século XIX, o núcleo populacional mais importante da região do território das Missões era São Borja,

“(...) ainda que bem afastada do centro geográfico”, na margem do rio Uruguai. Era a terceira capital das Missões Orientais, depois de São Miguel e de São Luís Gonzaga. Dominava todo o território missioneiro, tanto no espiritual como no temporal. Abrangia toda a campanha que começava a povoar-se desde a margem do Uruguai até a coxilha onde se situa hoje a cidade de Livramento. (...) Toda esta extensão estava subordinada a São Borja, compreendendo os atuais municípios de Alegrete, Rosário, Quaraí, Uruguaiana, São Vicente, Santiago (SIMÕES, 1989, p.13).

Já referidas, são contraditórias as origens do povoamento do município no ano de 1884, através da Lei Provincial n. 1427, de 4 de janeiro, o município de São Thiago do Boqueirão foi criado. Desmembra-se de São Borja, a partir dessa data, a sede de Santiago é elevada a Vila. A carência de fontes documentais escritas permite que se infira o quanto a história do povoamento de grande parte dos municípios do Rio Grande do Sul, ainda, faz-se contraditória. A história de Santiago não foge a essa realidade.

Em 1922, Alfredo da Costa descreve Santiago do Boqueirão, afirmando que

---

<sup>4</sup> Professora Nilda, Clara e Suzana.

(...) o município compõe-se de 5 distritos administrativos, a saber: Santiago do Boqueirão; Carovy; Villa Flores; Costa do Itu; Ernesto Alves ou Rosário (...) o município contava, em 1890, com uma população de 11.906 habitantes; em 1900, 13.976; em 1918, segundo cálculo feito pela municipalidade, 28.000 habitantes, dos quaes (...) 240 em Villa Flores. O município conta 2.100 prédios ruraes, 404 na Villa de Santiago do Boqueirão (...) e 30 em Villa Flores (COSTA, 1922, p.267-268).

Santiago passa a ser cidade em 1938 (SIMÕES, 1989, p.15), ressalta-se que, “todos os núcleos populacionais sede de município adquiriram esta denominação, qualquer que fosse o número de habitantes. O nome de VILA restou para as povoações que não são sede de comuna”.

É interessante que se destaque a singularidade da história do distrito de Vila Flores, hoje, distrito de Florida. Na narrativa da professora Nilda, professora/colaboradora do estudo, vê-se traços significativos nas suas memórias, principalmente, no tocante a sua pertença à comunidade, que Halbwachs (2006) chama de “comunidade afetiva”,

(...) os livros sempre existiram na minha casa. Meu pai sempre leu, escreveu, tinha a sala dele, um escritório muito bonito que até está, ali, na sala do Dr. Valdir, que é meu sobrinho e neto dele, a gente deixou (...) para o Valdir e daí, tá do mesmo jeitinho, muitos livros. Então eu, desde pequena, o livro foi, eu logo visualizei ele! Eu não lia, mas eu já via as gravuras e, eu já tinha não sei como, noção que formava uma história. Porque eu levava o livro para meus irmãos, os que estavam em casa, assim, pra já me contarem a história. “Eu ia contando com eles aquela história, reunindo” (Nilda).

Suas elaborações, ao lembrar seus anos da infância até os dias atuais, percorrem momentos em que Vila Flores junto à sua família, por isso, despontam como lembranças presentificadas na sua memória.<sup>5</sup> Essas elaborações de Nilda e de Suzana, pertencentes à

---

<sup>5</sup> O pai da professora Nilda, senhor Valentin Pinto Sobrinho, muitas vezes lembrado pela professora, principalmente no que se refere a sua dedicação aos livros, enquanto a participação da vida política, em Villa Flores, é citada por Antero Simões, no livro, “Santiago, Sua Terra, Sua Gente”, como uma exceção na

comunidade, fazem com que destaque a memória como um fator de identidade. Extravasam os limites do individual, o sentimento de pertença a um grupo, a uma instituição, manifesta no ato da recordação é antes de tudo coletiva. “(...) cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva (...) este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupe (HALBWACHS, 2006, p. 31).

De forma corrente, a memória da professora Nilda mostra fortemente suas lembranças redivivas através da “sua Florida”. Ao evocá-la, empresta-lhe novas configurações, atribuindo roupagens diferenciadas à comunidade, na qual trabalhou por 40 anos, como professora, na escola Estadual Moises Viana. Algumas singularidades merecem especial reflexão, como por exemplo, o fato de que, no distrito de Vila Flores, na década de trinta, funcionou uma casa de saúde, “um misto de hospital e ambulatório”, (SIMÕES, 1989, p.69), fato esse que reforça a admiração que, tantas vezes, é encontrada na narrativa das professoras Nilda e Suzana, ambas nascidas na comunidade. Em Santiago, a mobilização para a construção do hospital de caridade teve início em 1939.

A história do povoamento de Santiago do Boqueirão como alguns, assim, a denominam e do distrito de Florida, outrora, Villa Flores, perpassa as narrativas das colaboradoras do trabalho, principalmente Nilda e Suzana, as quais nasceram, trabalharam e, ainda, residem nessa comunidade rural. Segundo Constantino (1984, p. 30), a longa concepção do município de Santiago aconteceu durante o período das Missões Jesuíticas. A partir desse período, Santiago passa a se configurar como caminho por onde passavam as

---

família Pinto, referindo-se ao fato deste não apoiar os republicanos à época da Revolução de 1923, momento político em que os dois partidos os Republicanos e os Maragatos são bastante organizados e representados na Villa. “Vila Flores , nas décadas de 1920 e 1940, era sede do distrito de mais densa população, dividida praticamente entre republicanos e maragatos. Meio a meio, como se diz lá fora. Grande núcleo das duas facções” (SIMÕES, 1989,p.43).

tropas de gado, “cuja gestação iria prolongar-se por mais de um século”( CONSTANTINO, 1984 , p.31).<sup>6</sup>

Posto isso, há que se concordar com Antero Simões (1989, p. 15), “os primórdios do município são contados de maneira diferente. Nem se poderia encontrar uma única versão de sua denominação original. Os registros são poucos, feitos em épocas diferentes e o mais das vezes por viajantes apressados”.

Para dizer um pouco mais desse espaço sul-rio-grandense, das terras que guardaram as memórias docentes de três professoras rurais entre os anos de 1950 a 1980, compartilhar-se as palavras de Simões, 1989, p.17, “Santiago é meio campo e meio serra, meio estância e meio lavoura, meio rico e meio pobre , meio guasca e meio urbano (...)”. Uma história a espera de novos olhares e quiçá ressignificações.

### **A categoria de gênero e suas implicações na docência rural**

A discussão da categoria de gênero no campo docente encontra avanços, cuja referência gênero como categoria relacional gera as discussões que, aqui, destacam-se como reflexos da “história das mulheres” introduzida por Duby e Perrot. Autor e autora que se notabilizam na escrita historiográfica, cuja sinalização encaminha-se para uma discussão teórica, enfatizam a visibilidade e a análise das mulheres ao longo das sociedades e da história. Especificamente, nesta investigação, ressalta-se o espaço da docência feminina no contexto do ensino rural.

Numa perspectiva histórica, a inserção das mulheres na sociedade brasileira, como professoras, deu-se na esteira de outros espaços como a de enfermeira, funcionária burocrática, assistente social, vendedora. A participação feminina torna-se mais expressiva na década de 1950, época em que as mulheres iniciam a efetivação

---

<sup>6</sup> Deixa-se, como indicação (para melhor conhecimento sobre a história do município de Santiago-RS), o livro “Santiago-RS, da Conceição à maturidade em compasso brasileiro”, da professora Núncia S. de Constantino.

de sua presença no mercado de trabalho. A realidade com a docência não foge a essa ótica (BASSANEZI, 2008).

Ao longo do tempo, o feminino foi representado e caracterizado pela inferiorização, pela submissão e docilização e, muitas vezes, essas elaborações, reiteradas pelo tempo, justificaram e naturalizaram desigualdades, as quais retiravam do sujeito feminino sua autoria, enquanto sujeitos que, também, são construtores de processos sociais e históricos de diferentes sociedades, em diferentes tempos. Com Scott (1990), vemos o avanço de análises, que introduzem uma epistemologia e as articulam a autores como Michel Foucault. Neste, as relações de gênero, por ser uma categoria relacional, relativizam o poder, vinculando-o a um saber, às relações de gênero e a sua articulação sintonizam-se às relações de poder nos domínios foucaultianos. Isso faz com que se entenda o “gênero (...) quanto uma maneira primária de significar relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 15).

Nessa perspectiva, a autora afirma que “o gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções sociais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1990, p.7). Por tais motivos, a autora faz com que se perceba como as identidades são construídas e significadas, portanto, não se devem ater ao que se passou, ou o que aconteceu durante um período histórico a mulheres ou a homens, mas como essas significações foram construídas. A ideia se coaduna a Foucault (1979), quando o autor, através de sua abordagem, traz um novo olhar, o deslocamento do político para o discurso, desfocando a relação dos sujeitos com o mundo.

As questões que ora se coloca, neste estudo, partem da ideia de que mulheres, professoras, no contexto da educação rural, são entrelaçadas a outras categorias, seja de classe, étnicas e que, assim, suas identidades são processos construídos, ganhando novas relevâncias e maiores significados. Portanto, ao ganharem relevo, deixam antever que a constituição dos sujeitos é uma prática contínua e plural, cujas “inscrições”, que marcam o jeito feminino ou masculino, são elaboradas por caminhos diversos (LOURO, 2007).



A negação ou a afirmação das identidades confirmam o seu processo de construção, que se formam ao longo do tempo, muitas vezes, atravessados por processos inconscientes. Cabe esclarecer que o entendimento da ideia de identidade merece cuidado.

(...) é fundamental enfatizar que não se entende o sujeito *professora* como uma substância ou identidade homogênea, possuidora de uma essência única, a qual é preciso encontrar. Estaremos lidando com a diversidade, travestida por um discurso que tende a tornar uno o que é múltiplo, dinâmico e, muitas vezes, incongruente. Em outras palavras, trata-se de fazer emergir a riqueza do heterogêneo, geralmente abafada pela força de um *mesmo* que busca se impor, especialmente, por práticas discursivas apoiadas em múltiplas redes de poder (FISCHER, 2005).

Diante do exposto, a especificação em torno das representações de gênero, na docência rural e em seus processos da dimensão provisória inerentes aos processos de identidades, conduz este estudo com cuidado para que não se perca de vista as diferentes identidades que são encontradas no espaço rural. São mulheres, professoras, sujeitos que trazem, nas suas histórias, entrelaçamentos que enaltecem a classe a que pertencem, a sua etnia melhor dimensionada através de construções temporais e transitórias. A especificidade, neste estudo, volta-se para mulheres professoras, que, ao exercerem seus papéis docentes no ensino rural, ao longo de suas elaborações, de suas singularidades, afetam-se, também, por outras categorias, que, no seu cotidiano e no seu tempo, atingem seu jeito de fazer-se professoras, ou seja, através dos processos de subjetivação, são construídas suas significações.

### **Professoras e suas significações**

O olhar, que culminou neste trabalho, depara-se com o lugar em que Nilda, Clara e Suzana, em momentos diferentes, constituíram-se docentes. Para situá-las, seus olhares partem de uma comunidade rural e da escola estadual “Moisés Viana”. Escola inaugurada no ano de 1941, período da história da sociedade brasileira que espelha, ainda, reflexos dos anos 30. “Os anos 30 vão demarcar nitidamente um processo de mudanças estruturais na

ordem política, econômica e social do Brasil” (SANTOS, 2007, p. 215).

Nesse cenário, intensifica-se a urbanização, a industrialização, cuja expansão traz para a sociedade um novo perfil. Os avanços da urbanização e da industrialização provocam mudanças na estrutura do Estado. Nesse contexto, novas orientações no campo da educação começam a ser gestadas. Em 1930, é criado o Ministério da Educação e da Saúde, momento em que “inicia uma autêntica reestruturação no sistema educacional brasileiro, notadamente no âmbito do ensino profissional” (SANTOS, 2007, p. 216).

Nessa perspectiva, a escola inaugurada em 1941, na Vila Flores, em Santiago-RS, no período da Era Vargas (1930-1945), faz parte do momento da história no Brasil. No período em que a educação dá indícios da sua organização, começam-se discussões no tocante à criação de uma legislação nacional que regulamente diretrizes para o ensino até então inexistentes. Essa efetivação só irá acontecer em 1961, quando da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (SANTOS, 2007, p. 218). Nessa época, a professora Nilda, docente desde 1954, inicia a construção da sua história como educadora em uma comunidade rural, no interior do vasto espaço sul-rio-grandense brasileiro.

Desses recortes da história, entrelaçando a história de um Brasil imenso, uma professora em seu tempo, nas coxilhas do Rio Grande do Sul, conta uma história como tantas outras por aí, a espera de serem ouvidas. A professora Nilda, daquele tempo, lembra-se do início da sua docência na escola anteriormente nominada, ressaltando que “eu não tinha, *naquele tempo*, nem o ginásio completo. Eu comecei a trabalhar assim, vamos dizer de auxiliar, como professora (...) trabalhei esse tempo e comecei a estudar” (Nilda). Faz referência à sua ida para o município de Santa Rosa-RS, em 1959, como diz “eu tirei a “*Regional*” (Nilda), fazendo referência à Escola Normal Regional “*Visconde de Cairu*”.

A escola de Nilda, Clara e Suzana, nos dias atuais, faz parte da rede estadual de escolas rurais do município de Santiago-RS. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (Inep), com base no senso escolar 2007, aponta, das 6 escolas rurais estaduais, em Santiago-RS, um total de 319 alunos/s matriculados. Especificamente, na Escola Estadual Moisés Viana, na comunidade rural de Florida, 61 matrículas. Pode-se perceber, com base nesses dados estatísticos, o “esvaziamento” a que Suzana se refere ao longo dos anos. Segundo dados do Inep e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santiago-RS, o sistema municipal de educação do município conta hoje com duas (duas) Escolas de Ensino Fundamental na zona rural, tendo 160 alunos/as matriculados, 29 professoras e dois professores.

Da voz de Nilda, uma atribuição diferente surge ao escolher ser professora, o que poderia não ter sido. Da vivência da infância, aprendeu a admirar as professoras que vinham de outras cidades e que, em sua casa, por lá ficavam. Essa admiração parece que lhe despertou certo sentido de empoderamento, como sinaliza Michelle Perrot (2001).

Ser professora, em seu tempo, trouxe-lhe reconhecimento público. A decisão de ir estudar em outra cidade, em 1959, torna-lhe uma mulher, para a época, diferente,

(...) muito provavelmente mulheres que tomassem iniciativas que contrariassem as normas, que tivessem um nível de instrução mais elevado ou que ganhassem seu próprio sustento eram percebidas como desviantes (...) vale lembrar ainda que, por muito tempo, a ignorância foi considerada como um indicador de pureza, o que colocava as mulheres não-ignorantes como não-puras. De certa forma elas escapavam da representação do senso comum sobre o feminino, escapavam da representação que detinha a autoridade para dizer o que era ser mulher (LOURO, 2008, p. 469).

Das lembranças da professora Nilda, sobressai a manifestação de seu respeito pela docência e admiração pelos professores, como muito bem ilustram as suas palavras:

(...) admirei os professores, eles eram assim (...) elas, aquelas professoras educadas, aquelas pessoas que queriam trabalhar (...) e felizmente todos tiveram professoras de Uruguaiana, de Livramento, de São Borja e, de muitos lugares (...) elas sempre se ajustavam aquele nosso meio. (...) ser professora significou muito para mim, ter escolhido ser uma professora rural, devido a minhas origens,

devido o que eu sentia pela parte rural, pela criança do campo, pela criança que estava ali e, talvez, diziam assim, não vai haver aula, falta o professor. Então quando eu me dispus eu pensei: dar o que tinha de melhor em mim por aquele aluno que precisava. Foi o que eu mais pensei, foi isso. (...) Tive outros convites para outros trabalhos, mas eu pensei, mesmo depois de lecionar, depois eu pensei: poderia fazer um curso de Direito, tive oportunidade, mas pensei assim: na época, eu lecionava, eu estudava aqui, participava de tudo que acontecia na sociedade. Era muita coisa, então eu não fiz, mas eu poderia ter feito. Mas a minha intenção era sempre, com o curso de Direito, mas continuar lecionando (Nilda).

As palavras da professora Nilda parecem dissonantes da postura de uma moça de seu tempo, uma jovem de seus vinte anos, nos anos de 1959, em uma pequena comunidade rural, (...) quando eu tirei a “*Regional*”, eu era solteira (Nilda). Ela justifica sua escolha, por não ser um comportamento “normal”, melindrava os padrões éticos da época:

(...) os pais nunca deixavam (...) olha, dentro da minha família, irmãos, tios, eu fui sempre uma pessoa confiável para eles. Eles achavam assim, que, ao mesmo tempo em que eu me sentia independente, eu sabia compreender. Eu tinha, naquele tempo, um bom comportamento. (...) Foi aquilo que eu te disse: a organização familiar! (...) Meu pai sempre valorizou os princípios éticos. E isso ajudou muito, porque a gente se criou ali. (...) Assim, foi maravilhoso! O pai sempre colocou os valores materiais no lugar que eles eram e os espirituais e morais, acima de tudo (Nilda).

Vale dizer que mulheres como a professora Nilda subverteram a ordem do caminho “normal” de uma moça, principalmente, pelos entrelaçamentos culturais e históricos de seu entorno naquele tempo. Em face disso, cabe, aqui, pensar as pequenas formas de resistência. Volta-se a Foucault (1988) e reforça-se que os pontos de resistência são distribuições irregulares, que marcam gestos, delimitam comportamentos. E, é nessa perspectiva, que mulheres como a professora Nilda reagiram, não em grandes rebeliões, mas insurgindo-se nos menores espaços para o exercício do que Foucault (1979) destaca como a ideia do exercício de micropoderes.

A participação das mulheres no magistério, para muitas moças, sinalizou, principalmente o magistério primário, nas primeiras décadas do século XX, para um “lugar de mulher e os cursos normais representavam, na maioria dos estados brasileiros, a meta mais alta dos estudos a que uma jovem poderia pretender” (LOURO, 2008, p. 471). Dessa forma, a figura feminina, no magistério, era vista como uma valorização que lhe trazia status intelectual. Muitas não escolhiam o magistério porque desejavam serem professoras, mas como um espaço, muito frequente, ditado pelos discursos do início XX e que deveria ser outorgado para as mulheres.

Aos poucos, com o surgir de novos tempos, foram enfocadas novéis luzes sobre as mulheres e, com os discursos que fizeram eco nos anos 60 e 70, no magistério, conferiram à profissão docente ares de *profissionalismo* como destaca Louro (2008, p.472), na referência sobre a temática:

(...) há uma tendência em se substituir a representação da professora como *marca espiritual* por uma nova figura: a de profissional de ensino. (...) Agora recai sobre eles uma avalanche de tarefas burocráticas, exigindo-lhes uma ocupação de controle; determinava-se, também, que sua ação didática se tornasse mais técnica, *eficiente e produtiva*. (...) Reivindicar o reconhecimento como *profissional* também se constituía numa forma de mulheres professoras lutarem por salários iguais aos dos homens e por condições de trabalho adequadas.

O significado da docência para a professora Nilda é bastante marcado pelo compromisso profissional. Sua narrativa deixa claro que ser professora, naquele momento, representava sua identidade profissional de professora. O espaço da sala de aula, muitas vezes narrado pelo carinho aos alunos, revela-o, reforçado por sua admiração pela escolha ao magistério, como um lugar de poder. A autoridade da professora serve como um balizamento ético a ser seguido e reverenciado. O exercício, encarado dessa forma, destaca a autoridade da profissional professora, seja na escola ou nas relações com os aluno/as e revela a dimensão de poder exercido nas relações, na sua manifestação, “nas suas finas redes”. Como refere

Foucault (1979), o exercício do poder ressalta-se na função docente, não na imposição, mas pela produção da ação e verdades.

É de relevância mencionar que, mesmo exercido sobre adolescentes ou crianças, como é a experiência de Nilda, Clara e Suzana, o ser professora carrega a dimensão da autoridade e confere a elas, enquanto mulheres, a condição que, em outros espaços, não seriam efetivadas. Assim como Foucault (1979), diz-se: as relações de poder e o seu exercício se dão nas relações, passa pelo sujeito, sem impor-se sobre ele. São, em ações minúsculas, quase invisíveis, que as mulheres tecem a resistência.

Nas narrativas de Nilda, Clara e Suzana, há uma consonância no ser professora, o reconhecimento pelos/as alunos/as e comunidade do seu entorno. Para elas, a função docente, no espaço rural, confere-lhes valorização, respeito e liderança. Essas atribuições à docência deixam antever que esse espaço em comunidades rurais, a escola em si ainda é vista como referência para a formação do filhos/as. Assim a escola/professora, para as comunidades rurais, nas narrativas de Clara e Suzana, soam fortemente marcados pela valorização e pelo reconhecimento de sua autoridade. Por conseguinte, surgem mulheres que, *empoderadas*, reinventam, legitimam-se. O que, nas palavras de Amartya Sen (2000), partindo de sua *condição de agentes*, na participação do exercício público, das suas identidades profissionais, constituem-se como sujeitos de autoria e de suas escolhas.

A narrativa de Clara entrelaça sua experiência docente de 28 anos entre cidade e campo. Como professora de Matemática nas séries finais do ensino fundamental, 19 anos foram e ainda continuam, em salas de aulas da escola rural, trazendo sinais dos sentidos atribuídos ao reconhecimento da docência nesse espaço, conferindo-lhe com isso autoridade peculiar.

É uma pessoa de respeito, porque os pais vão lá conversar, sabe, há um respeito (...) eles veem na professora uma pessoa que pode aconselhar, (...) lá fora, aqui a gente é professora, é respeitada também, só que lá fora, parece que é mais, tem mais *autoridade*. Sabe, tu é uma pessoa que impõe respeito, que leva o conhecimento, que é uma pessoa estudada. Para eles, a gente é uma pessoa

estudada, que sabe mais. (...) na relação com a comunidade não tem preconceito. A professora, a diretora, se tem um evento, a senhora está convidada, (...) a gente é seguidamente bem valorizada pela comunidade (Clara).

A função docente, exercida por mulheres/professoras no ensino rural, carrega a dimensão do poder, e que, pelos sentidos e atribuições de cada professora, é representado como um “lugar em que ela se encontra numa relação que pressupõe autoridade e poder, que é o que lhe falta em outras instâncias sociais, onde a dominação masculina dispensa justificção” (ASSUNÇÃO apud FONTANA, 2005, p.97).

Assim como a professora Nilda traz “desvios”, atitudes que subverteram a “ordem natural de seu tempo e de seu espaço”, Suzana e Clara, colaboradoras, também, neste estudo, dão acenos de suas possibilidades como sujeitos que se constituem como autoras das suas vidas e das suas escolhas no exercício da docência rural como cenário público de sua visibilidade social.

Faço o que eu gosto e, ao mesmo tempo, eu já levei nas costas a casa, de pagar água, pagar luz, sustentar minhas filhas, trazer comida pra dentro de casa, porque meu marido não tem o emprego fixo, não tem aquele todo mês, então, nas épocas que ele por, mais assim por baixo, que não tinha, eu sustentei (...). Dá um reconhecimento, eu mesma me sinto bem! (riso) não me senti desvalorizada, eu me senti de poder, de poder levar minha família (...) sabe de poder sustentar aquela família! (...) Eu posso! (riso) eu posso! (riso, emoção). Eu não preciso pedir pra ninguém, eu posso! (...) Eu não tive que pedir emprestado pra ninguém. (...) Isso me emociona (emoção, sorri) (Clara).

O cenário da docência rural, como diz Suzana, “era assim um rincão mesmo! Porque era aquele rincão em que as casas eram muito distantes uma das outras, não era vila, era rincão (...)”. Desse cenário distante, reminiscências plasmadas nas lembranças de Suzana, despontam, hoje, na percepção de um contexto no qual construiu e constrói sua história de professora, como um espaço que, para ela, foi o cenário genuíno da opressão, da submissão em relação aos papéis feminino/masculino.

(...) por incrível que pareça, não existe assim, aquela discriminação (...) apesar de terem, no interior, pessoas que não tem muita instrução, até podiam ser machistas, digamos, por parte dos homens, não, eles já são bem conscientes, eles reconhecem o trabalho da professora mulher (...). A comunidade enxerga o professor como um líder (...) a profissão docente me deu esse respeito maior (...) (Suzana).

O que fica são representações que lentamente chegam das memórias da professora Nilda, Clara e Suzana e, plenos de significados implícitos, parecem dizer muitas coisas. São novas invenções de si, são mulheres que, ao dizerem de si, deixaram, através dos rastros da memória, emergir um tempo, seu tempo. Já há um ensaio, crê-se, para um sentido do novo, dos nós que vão se soltando... É preciso percorrer ainda essa história, são pequenos sopros de um vento que chega. As ideias de Foucault não guiaram como profecia, certamente,

(...) o que importa mesmo é, junto com Foucault, tentarmos encontrar algumas respostas para a famosa questão nietzschiana – o que *estão (os outros) e estamos (nós) fazendo de nós mesmos* –, para, a partir daí, nos lançarmos adiante para novas perguntas, num processo infinito cujo motor é a busca de uma existência diferente para nós mesmos e, se possível, uma existência melhor (VEIGANETO, 2007, p. 11).

Nessa história, mulheres, professoras, redivivas dos rincões das lembranças de Nilda, Suzana e Clara, são fagulhas que vêm com o vento, acendem, na memória, um tempo para que se façam conhecer, não

(...) apenas como subjugadas, talvez empobreça demasiadamente sua história (...) reflexões que não homogeneizam as mulheres professoras, já que, muito possivelmente, foi por meio e em meio a diferentes discursos e práticas que elas acabaram por se produzir como professoras *ideais*, não só como professoras *desviantes*, como mulheres *ajustadas* e também como mulheres *inadaptadas* (LOURO, 2008, p.479).



## Referências

ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. As memórias da Educação: Aproximações Teórico-Metodológicas. *História da Educação*, v.13, n. 27, p. 211-243, jan./abr., 2009.

BASSANEZI, Carla. Mulheres nos Anos Dourados. In: PRIORI, Mary Del. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: CONTEXTO, 2008. p. 607-639.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CONSTANTINO, Núncia S. de. *Santiago-RS da concepção à maturidade em compasso brasileiro*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1984.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. (Org.). *A Aventura (Auto) Biográfica: Teoria & Empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 143-161.

\_\_\_\_\_. *Professoras: histórias e discursos de um passado presente*. Pelotas: Seica Publicações, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização. Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. 25. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FONTANA, Roseli A. Cação. *Como nos tornamos Professoras?* 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: dez. 2009

LOURO, Guacira Lopes. Lembranças de velhas colônias italianas: trabalho, família e educação. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n. 2, p.21-28, jul./dez.1990

\_\_\_\_\_. (Org). *O Corpo Educado*: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

\_\_\_\_\_. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 443-481.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, n.10, dez./1993.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*: operários, mulheres e prisioneiros. 3.ed.Coleção Oficinas da História, Vol. 12. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SANTOS, Jailson Alves dos. A Trajetória da Educação Profissional. In: TEIXEIRA, Eliane Marta. (Org.). *500 anos de Educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 205-224.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento Como Liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria de análise histórica. *Educação e realidade*. V.16, N. 2, Jul./dez. 1990. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SIMÕES, Antero A. *Santiago, sua terra, sua gente*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

WERLE, Flávia Obino Corrêa, METZLER, Ana Maria Carvalho. A Educação para a Zona Rural no Sul do Brasil: Sentidos e Perspectivas a partir das Conferências Brasileiras de Educação. In: PÉREZ, González Teresa, LÓPEZ Oresta (Orgs.). *Educación Rural En Iberoamérica*. Experiência Histórica y Construcción de Sentido. Anroart Ediciones, S.L.Impreso em Espanha. 2009. p. 79-108.

COSTA, Alfredo R. da, *O Rio Grande do Sul*. V.11. Editora: Livraria do Globo, 1922.

# **MEMÓRIAS EVOCADAS: NOTAS SOBRE O GRUPO ESCOLAR DE LOMBA GRANDE – NOVO HAMBURGO/RS – (1942)**

José Edimar de Souza<sup>1</sup>

*Resumo:* Este estudo objetiva compreender os primórdios do ensino rural em Lomba Grande (Novo Hamburgo/RS), particularmente a implantação do Grupo Escolar, a partir das memórias das professoras Maria Gersy Höher Thiesen e Arlete Timm. A pesquisa desenvolvida sob a perspectiva da História Cultural utiliza a metodologia da História Oral, valendo-se de entrevistas semi-estruturadas, tendo as narrativas e imagens como documentos. Analisa memórias das professoras no seu tempo escolar, como alunas do Grupo Escolar que possibilitaram recompor cenários do contexto do ensino rural que identificam marcas das políticas educacionais de uma época. O arraigamento à cultura local representou um conjunto de significados partilhados e construídos para conhecer um pouco sobre a singularidade dos Grupos Escolares em horizontes rurais, aspecto que era típico dos grandes centros urbanos.

*Palavras-chave:* Grupo Escolar, Ensino Rural, Memória.

---

## **Introdução**

A investigação utiliza-se de memórias evocadas durante entrevista oral com professores de classes multisseriadas<sup>2</sup>. Sendo a “memória social e coletiva” responsável pela reconstrução do espaço e tempo vividos por esses professores, neles recompõem-se

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação UNISINOS com bolsa CAPES/Proex. Técnico em Educação na Fundação Liberato – Novo Hamburgo.

<sup>2</sup> Este texto apresenta memórias das professoras Maria Gersy Höher Thiesen e Arlete Timm cuja trajetória se desenvolveu em Lomba Grande, Novo Hamburgo. Estas professoras foram sujeitos investigados para a Dissertação de Mestrado em Educação: Trajetórias de Professores de classes multisseriadas: memórias do ensino rural em Novo Hamburgo/RS (1940-2009), recentemente defendida na Unisinos; sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin e co-orientação da prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz T. D. Fischer.

fragmentos do ensino rural a partir de evocações singulares (HALBWACHS, 2006).

Considerando a memória como “ato de lembrar e de esquecer”, como teia que trama e engaja narrativas em um percurso estabelecido para se atingir determinado conhecimento daquilo que se propõe a investigar, as memórias das professoras Maria Gersy Höher Thiesen e Arlete Timm receberam destaque considerando o objetivo desse estudo. Nesse sentido, buscou-se compreender como o ensino público, principalmente através do Grupo Escolar foi constituído em Lomba Grande no início do século XX.

A análise documental dessa investigação se desenvolve sob a ótica da História Cultural. Dessa forma, a cultura representa um conjunto de significados partilhados e construídos para compreender e conhecer um pouco sobre a contribuição dos Grupos Escolares que, em certa medida, foram precursoras das atuais Escolas Municipais de Ensino Fundamental.

### **Escolhas teóricas e metodológicas**

A opção pela abordagem da História Cultural, conhecida, em um primeiro momento como “Nova História” em contraste com a “antiga”, considera aspectos da experiência de vida e o contexto nos quais se construíram. História e Memória são representações narrativas que propõem uma reconstrução do passado e que se poderia chamar de registro de uma ausência no tempo (PESAVENTO, 2004).

A memória é entendida como uma construção social que depende do relacionamento, posição, papéis sociais do sujeito com o mundo da vida. A memória é coletiva, e nessa memória o indivíduo tem uma posição individual dos fatos vividos, mas, ela se dá pela interação entre os membros da comunidade e as experiências vivenciadas entre eles (HALBWACHS, 2006).

Por uma questão metodológica, os sujeitos desta investigação são aqui identificados conforme termo de consentimento assinado. Inicialmente, questionou-se quanto à sua primeira escolarização; seguido de momentos marcantes do Grupo Escolar, dentre outros.

A cultura local revelou uma forma de organização coletiva que “incluiu” o rural como lugar de pertencimento frente às representações postas pelo “mundo social” urbano. Para esses professores pertencer ao campo representou “(...) identidade construída (...) mostrada e reconhecida (...)” pela força da oralidade, dos discursos que denunciaram à margem imposta por uma organização baseada na cidade (CHARTIER, 2002, p. 11). A imposição do mundo social urbano contribuiu para fortalecer a representação construída de que no espaço rural se desenvolveram os “ofícios de valor menor”, ou seja, a agricultura em contraste com o progresso impresso pela modernidade (BURKE, 2005, p. 50).

A escolha pela metodologia da História Oral visa aprofundar a compreensão sobre aspectos do contexto no qual se desenvolve a pesquisa, principalmente, os culturais e estruturais de uma sociedade. Em Thompson (1992) a abordagem da História, a partir de evidências orais, permite ressaltar elementos que, de outro modo, por outro instrumento seriam inacessíveis.

Aqui as entrevistas de História Oral são tomadas como documento e servem para refletir e compreender o passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registros. Além disso, faz parte de todo um conjunto de documentos de tipo biográfico, compilando memórias dos indivíduos a cerca de suas trajetórias, buscando interpretar acontecimentos, situações e modos de vida de seu grupo e na sociedade de modo geral. As entrevistas são atos de construção e de seleção de certo conhecimento da realidade e de seu funcionamento.

Optou-se em destacar das análises o aspecto da escolarização e o processo de constituir-se professor de classes multisseriadas no espaço rural. A partir da análise documental, buscou-se identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, a partir do entrecruzamento de aspectos que emergiram na construção dos documentos orais e na organização das informações de diferentes naturezas (documentos orais, escritos e iconográficos).

Para Mendonça (2011) o documento de fato, se constitui na matéria-prima do historiador, que precisa ser lapidada num processo

de triangulação com as referências teóricas que sustentam a análise e a historiografia produzida sobre o tema que se pretende estudar. Pimental (2001) complementa argumentando que o documento representa já uma interpretação de fatos elaborados por seu autor, e, portanto, não devem ser encarados como uma descrição objetiva e neutra desses fatos. A análise é sempre um processo interpretativo e construído historicamente.

### **Primórdios do ensino rural – Lomba Grande**

Lomba Grande é um bairro rural de Novo Hamburgo<sup>3</sup>, em destaque na figura 1. A história da educação, do ponto de vista da escolarização como se constitui na modernidade<sup>4</sup>, remete a presença de aulas particulares desenvolvidas por preceptores, marcando a presença lusa na região. No século XVIII a região era visitada pelos tropeiros que por ali passavam a caminho de Gravataí e Porto Alegre. Em função do comércio do couro algumas famílias de origem portuguesa se estabelecem na localidade que, até 1940, pertencia a São Leopoldo.

Figura 8 – Mapa de Novo Hamburgo no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: <<http://pt.wikipedia.org>>

---

<sup>3</sup> É um município do Estado do Rio Grande do Sul. Localiza-se geograficamente no Vale dos Sinos distando aproximadamente 50 quilômetros da capital Porto Alegre.

<sup>4</sup> O sentido da modernidade aqui é compreendido como discute Varela; Alvarez-Uría (1992) como modernidade pedagógica.

Do ponto de vista histórico Lomba Grande pode se configurar como um “entre-lugar” considerando que desde o século XIX foi um espaço que acolheu um número significativo de imigrantes alemães caracterizando com “corpus” próprio sem vinculação direta com a Colônia de São Leopoldo, conforme fotografia 1 (BHABHA, 1998). A adversidade do lugar imprimiu a necessidade da constituição de diferentes práticas características da localidade. Entre essas se pode citar a organização de aulas pela comunidade local que – assim como outras regiões isoladas do Rio Grande do Sul – devido a carência de escolas organizava-se de forma a suprir autonomamente sua necessidade de educação.

Fotografia 3- Lomba Grande e região central – Século XIX



Fonte: Acervo Virtual de Moisés Braun, 2011.

A localidade, no século XIX recebeu os imigrantes alemães que se estabeleceram ao longo da Feitoria Velha, antiga instalação da Real Feitoria do Linho Cânhamo. Kreutz (2009) argumenta que nas primeiras levas de imigrantes havia um grande número de colonos analfabetos e um número significativo de católicos. Em Lomba Grande, a ocupação da localidade pelos imigrantes alemães favoreceu o “espírito da comunitariedade” (DREHER, 2008). A vida em comunidade e a reprodução cultural dos costumes europeus abaixo do Equador se caracterizaram pela experiência da agricultura, dos trabalhos liberais e da escola comunitária.

As escolas comunitárias, também conhecidas como Aulas compunham o cenário das comunidades germânicas ao lado da Igreja e do Cemitério. Arendt (2008) argumenta que elas também ficaram conhecidas como “*Kolonieschulen*” (Escolas rurais). Conforme Werle (2005) as “Aulas” também ficaram conhecidas por “Avulsas” ou “Isoladas” e foram precursoras das Escolas públicas municipais na localidade. Teive e Dallabrida (2011) argumentam que o ensino primário em Santa Catarina em escolas isoladas acontecia até o terceiro ano e algumas localidades havia as “classes complementares” que atendiam até o quinto ano.

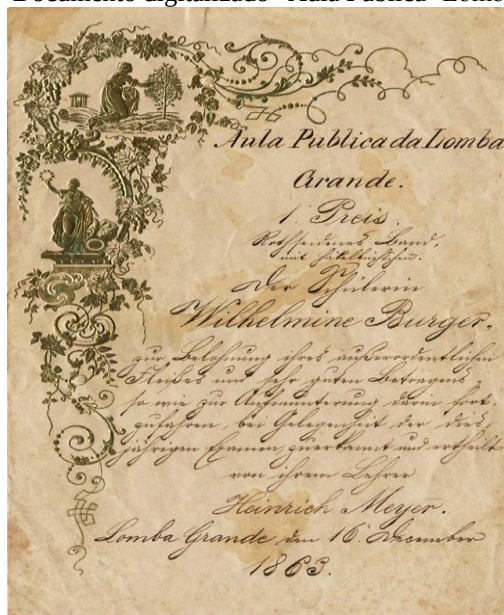
Investigando sobre a presença das “Aulas” em Lomba Grande localizou-se documentos indicando a presença de Aulas Públicas em 1863<sup>5</sup>, ainda no Segundo Império como se observa na figura 2. Localizou-se também aulas comunitárias, protestante e católica que existiram até o final da década de 1930 quando as Aulas Isoladas foram “reunidas” pelo professor José Afonso Höher, a figura docente era um elemento representativo dessa Aulas. Dreher (2008) atribuiu a expressão “comunitariedade” para justificar a intensidade e continuidade dessas instituições, por um período significativo nas comunidades, cuja escola foi fundada por imigrantes alemães.

---

<sup>5</sup> Documento em alemão gótico, localizado no acervo virtual pessoal de Moisés Braun, em 2011. De acordo com a transcrição do professor Martin Dreher: "Aula Publica de Lomba Grande. 1º lugar. Fita de seda vermelha com borda de crochê, concedida e conferida à aluna Wilhelmine Burger como recompensa por seu extraordinário esforço e excelente comportamento, bem como, incentivo para que assim continue, na oportunidade do exame prestado no corrente ano, por seu professor Heinrich Meyer. Lomba Grande, aos 16 de dezembro de 1863". Dreher complementa que o texto é de autoria do Prof. Heinrich Meyer (Brummer), mercenário contratado pelo Império na Guerra contra Rosas. Após a desmobilização ficou no Brasil e foi a exemplo de muitos outros, professor. Atuou na Aula Pública de Lomba Grande.



Figura 9 – Documento digitalizado “Aula Pública- Lomba Grande”



Fonte: Acervo Virtual Moisés Braun, 2011.

## O grupo escolar de lomba grande

As memórias de duas professoras de classes multisseriadas cuja prática pedagógica se desenvolveu entre 1940 a 2009, em Lomba Grande serviram para recompor fragmentos do processo de instalação do Grupo Escolar de Lomba Grande.

Maria Gersy Höher Thiesen foi professora em diferentes localidades do bairro, no período de 1940 a 1969. Ela foi aluna das Aulas Mistas Federais e professora do primeiro Jardim da Infância de Lomba Grande, anexo ao Grupo Escolar, em 1942.

Arlete Timm também foi aluna de Maria Gersy, bem como foi professora e diretora de escolas municipais e principalmente do Instituto Estadual de Educação Madre Benícia.

As narrativas do tempo de aluna no Grupo Escolar de Lomba Grande de Arelte e Gersy<sup>6</sup> serviram para reconstruir um percurso histórico do atual Instituto Estadual de Educação Madre Benícia, além de caracterizarem os primórdios do ensino público estadual<sup>7</sup> em Lomba Grande.

O “Madre Benícia”, como popularmente é identificado pela comunidade lombagrandense representa a única escola pública estadual no bairro, bem como a única possibilidade para aqueles que desejam cursar o Ensino Médio.

A história da instituição associa-se a intensa participação e mobilização da comunidade que desde a década de 1930 reivindica escola pública no lugar. Dessa forma, ao estabelecer o percurso e a instalação de um Grupo Escolar em uma região rural é preciso reconhecer as iniciativas e ações do Estado e da comunidade em prol desta instituição.

Teive e Dallabrida (2011) argumentam que os Grupos Escolares foram instituídos em número não tão expressivo, se relacionado à presença das Escolas Isoladas que ainda hoje caracterizam o cenário educacional brasileiro. O Grupo Escolar figurou prática da política republicana do final do século XIX, sendo construído nas capitais e grandes centros urbanos.

A evidência deste tipo de instituição em espaços rurais talvez esteja associada à tentativa de Getúlio Vargas em reprimir as escolas étnicas comunitárias que supriam o quase inexistente investimento do Estado, em educação, até a década de 1930.

---

<sup>6</sup> Além da relação que se estabelece em torno das memórias de escolarização primária no “Madre Benícia”, Arelte e Gersy foram professoras nesta instituição em diferentes fases da sua história.

<sup>7</sup> A primeira iniciativa de escolarização pública do município de Novo Hamburgo pode ser entendida a partir do repasse (subvenção) às Aulas Reunidas Municipais e Estaduais de Lomba Grande, pioneira iniciativa da constituição do Grupo Escolar, em 1940, momento que este bairro foi anexado ao município de Novo Hamburgo.

Em 1892, com a aprovação de normas para o ensino brasileiro as escolas primárias são organizadas. A grande novidade, neste período, refere-se à implantação dos grupos escolares. Este modelo previa “(...) organização administrativa, reunindo várias classes regidas por diferentes professores sob uma direção comum, e dos aspectos pedagógicos (...)” (SAVIANI, 2009, p. 31). Um elemento importante desta nova política foi à construção de prédios públicos imponentes que abrigassem os grupos escolares, de certo modo rivalizando com a igreja, a câmara municipal e as mansões mais importantes das capitais e grandes cidades.

Bencosta (2009) argumenta que para os contrários à ideia dos grupos escolares, as autoridades de ensino defendiam que esta escola deveria possuir uma sequencia metódica e um sistema de ensino submetido a uma regulamentação científica. Enfatizava-se o aperfeiçoamento intelectual físico e moral dos alunos, com propósito de torná-los cidadãos úteis à República.

A seriação e uniformização dos conteúdos sancionados por este tipo de escola não impediu crítica de parte dos professores dos grupos escolares, que foram refratários às mudanças que lhes eram impostas pelas autoridades de ensino, que na maioria dos casos, estavam longe do cotidiano escolar. Uma novidade para as escolas públicas, foi a figura do diretor, responsável pelas funções administrativas com vistas a ordenar o cotidiano dos professores, bem como, socializar o que de mais atual e inovador discutia-se sobre educação.

Werle (2009), referindo-se às políticas do Estado Novo para as escolas primárias rurais, principalmente aos núcleos coloniais que o Conselho de Segurança Nacional incumbiu o Ministério da Educação e Saúde Pública da promoção e criação de escolas, da subvenção e favorecimento de instituições primárias e secundárias fundadas por brasileiros. Desse modo, a instância estadual torna-se co-responsável na medida em que aos interventores federais cabe assegurar o funcionamento das escolas existentes a cargo dos estados e municípios, cujo principal objetivo deveria ater-se a promoção da nacionalização e o combate do analfabetismo.

Em Lomba Grande, além das Aulas Públicas que aconteceram na década de sessenta do século XIX, os filhos dos colonos e dos moradores aprendiam com os pais, auxiliando no trabalho da lavoura. Os poucos proprietários de terra que se dedicavam a pecuária utilizaram-se de preceptores, porém a presença germânica favoreceu a constituição das escolas comunitárias.

No final do século XIX, em Lomba Grande é fundada a “escola-residência”, mas tarde chamada Bento Gonçalves (BEIRITH, 2009). Esta escola funcionou na residência de famílias importantes da localidade, como os Petry, Allgayer e Plentz. Contudo, foi na região central do bairro que a história do ensino rural, de forma institucionalizada se consolidou.

A professora Gersy iniciou sua entrevista mostrando a fotografia 2 e, lembrando-se de outra prática comum em algumas regiões rurais, que é o “docente itinerante”. No caso, lembrou-se da itinerante ação docente do seu pai, professor José Afonso Höher, que “costumava trazer histórias” de cada localidade que percorria.

Fotografia 2 – Aula Pública Mista Federal, 1920- Lomba Grande



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria Gersy Höher Thiesen, 2010.

Esta Aula Pública Federal, sob a regência do professor Höher, ficava nos limites entre Lomba Grande e Taquara. Investigando os arquivos passivos da Escola Municipal de Ensino Fundamental José de Anchieta, na localidade atual de São João do Deserto, encontra-se o livro de chamadas com assinatura do professor José Afonso Höher entre os anos de 1917 a 1921. Além desta Aula Pública havia as Aulas da Comunidade Católica e as Aulas da Comunidade Evangélica.

A professora Gersy, destacou que, no final da década de 1930 ao ser chamado pela Delegada de Ensino para unir as Aulas e fundar as Aulas Reunidas<sup>8</sup> Nº 5, seu pai foi também o Regente destas Aulas.

O pai já era professor na localidade e em outras localidades e tinha classe em muitas Aulas. Então, ele foi falar com a Nair Becker na Delegacia de Ensino do Estado para unir as Aulas Públicas e aí ele formou a escola que se chamou: Escolas Reunidas Nº 5. (...) O pai reuniu as (...) escolas e ele ficou como Diretor. O pai foi Diretor e tinha 74 alunos e ele tinha que fazer rodízio na escola. (...) (Gersy, 2010).

Na década de 1940, essas Aulas Reunidas originaram o primeiro Grupo Escolar de Lomba Grande, esse representa a primeira iniciativa de ensino público sob responsabilidade municipal, a partir da ação conjunta com o Estado nas Aulas Reunidas Estaduais e Municipais de Lomba Grande.

Em Lomba Grande, observa-se que a Reunião das Aulas pelo professor Höher, bem como a criação do Grupo Escolar, se associou à preocupação do Estado em construir uma idéia de Nação e isso implicava conter a disseminação da língua germânica. Contudo, chama atenção o fato de ter sido o professor Höher, o primeiro regente “diretor” do Grupo Escolar de Lomba Grande, dada sua descendência germânica contradizendo assim o movimento proposto

---

<sup>8</sup> Uma primeira reunião das aulas aconteceu em 1938/1939 – As Aulas Reunidas Municipais e Estaduais nº 24, cujo pai de Gersy era regente – uma ação que compreendia subvenção federal e estadual de ação educacional.

pelo Estado Novo contra as ditas “escolas estrangeiras” (ARENDT, 2008).

No Grupo Escolar de Lomba Grande, Gersy aprendeu as primeiras letras, e nesse lugar também, se percebeu professora pela primeira vez. Ela recorda que havia muita disciplina e respeito ao professor. Era necessário levantar a mão e aguardar sua vez para falar, conta que havia muitos alunos, uns auxiliavam os outros e todos demonstravam muito interesse pela aprendizagem.

Quanto à forma de ingresso no magistério, recorda: *“fiz um examezinho de suficiência e já comecei como professora municipal”*. Começou junto com o pai Professor José Afonso Höher no Grupo Escolar de Lomba Grande. *“Naquela época havia 2 escolas: 1 Estadual, 1 escola Municipal (...) 1 da comunidade católica e 1 da comunidade Evangélica que era do professor Elpídio Henck”* (Gersy, 2010). Em 1940 ela iniciou como auxiliar do 1º e do 2º ano, nas Aulas Reunidas Municipais e Estaduais de Lomba Grande. Ela recorda que em 1942 foi efetivada<sup>9</sup> como professora do primeiro Jardim da Infância desse bairro.

Arlete recorda que a escola sempre esteve entre suas brincadeiras de infância e como morava muito próximo da Igreja São José (o Grupo Escolar funcionava em uma salão alugado da Igreja) ela *“ (...) gostava muito de ajudar as professoras, ia na casa das professoras (...) e carregava os livros; aquilo era uma coisa que era da gente!”*. Ela foi aluna da professora Gersy no Jardim de Infância.

Sobre o seu tempo de aluna, cursou o primário no tempo em que a escola chamava-se Grupo Escolar Madre Benícia, como se

---

<sup>9</sup> Conforme Decreto nº 16/24 e), 1942, de ingresso no magistério municipal. E Decreto Nº 51/69 de aposentadoria. Gersy iniciou sua trajetória docente no Grupo Escolar de Lomba Grande (1940), em regime de contrato de trabalho, como auxiliar do 1º ano e em 1942, *“(...) fui parar no Jardim da Infância Dr. Getúlio Vargas, era no mesmo edifício, só numa sala. Tinha quatro mesinhas larguinhas e em cada, seis cadeirinhas, ali eu era a grande senhora”* (Gersy).

observa na fotografia 3. E rememora que sempre sonhou ser professora porque admirava as mestras que

(...) vinham de fora e moravam em casas de família. Como eu sempre morei muito pertinho da escola (...) eu podia até ir pelos fundos da minha casa na escola, passava pelo cemitério – era coladinho da minha casa – e pela casa onde as professoras moravam; levava os livros; levava leite para as professoras porque meu pai era leiteiro, são coisas que eu me lembro (...) (Arlete, 2010).

Fotografia 3 – Grupo Escolar Madre Benícia em frente a Igreja São José /Lomba Grande/década de 1950



Fonte: Acervo pessoal da professora Arlete Timm, 2010.

### **Considerações finais**

Nóvoa (2009) argumenta que as pesquisas de História da Educação contribuem para se pensar os processos, mudanças e continuidades das ações dos educadores no tempo, participando criticamente na renovação da escola e da pedagogia. Dessa forma, a partir das memórias do seu tempo de aluna, Gersy e Arlete contribuíram para se compreender a singularidade da evidência de um Grupo Escolar em espaço rural, talvez como tentativa de estender para esta região os efeitos da modernização/urbanização que o status da república propunha.

Contudo, observa-se que em Lomba Grande, já no século XIX o ensino ocupava lugar de destaque para as famílias e a comunidade. As Aulas Isoladas, tanto as Federais quanto as municipais e as subvencionadas estaduais junto com as Aulas da Comunidade Católica e Evangélica favoreceram para que este bairro rural ingressasse na modernidade pedagógica dos Grupos Escolares.

Quanto aos primórdios deste Grupo, conclui-se que ele se originou das Aulas Reunidas número 5, ação que foi mediada pelo professor José Afonso Höher, que já era regente das Aulas Reunidas número 24 (municipais e estaduais). Observam-se, as diferentes reuniões de Aulas até que o Grupo Escolar de Lomba Grande se constituísse, mesmo que a construção do prédio escolar demorasse acontecer, a instituição escolar passou a funcionar no salão alugado da Igreja Católica, demarcando uma ação pública do estado em relação à escolarização rural.

Os Grupos Escolares no Brasil em meados do século XX, em compasso com o processo de urbanização e democratização do ensino público, deveriam ter substituído à forma artesanal em que se configuravam as escolas primárias. No entanto, há de considerar a participação de outros tipos de escolas primárias nesse processo, especialmente das Escolas Isoladas, que até a década de 1970 representaram a forma de escolarização possível, principalmente nos espaços rurais como Lomba Grande.

## **Referências**

ARENDT, Isabel. *Educação, religião e Identidade étnica: o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

BENCOSTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara, (orgs.) *História e memórias da educação no Brasil*, vol. 3: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, pp. 68-76.



BEIRITH, Ângela. As Escolas Isoladas de Florianópolis no contexto da regulamentação do ensino primário (1946-1956). *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 10, n. 02, p. 156 – 168, jul./ dez. 2009.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia*. A história entre certezas e inquietude. Porto alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2002.

DREHER, Martin Norberto. *Breve história do ensino privado gaúcho*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

\_\_\_\_\_. *Igreja e germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas na história da educação brasileira: a contribuição dos imigrantes. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara, (orgs.) *História e memórias da educação no Brasil*, vol. 2: século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, pp. 150-165.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. Reconstruindo uma trajetória. In: GONDRA, José ; SILVA, José Cláudio Sooma. [orgs.]. *História da educação na América Latina: ensinar & escrever*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

Município de Novo Hamburgo. 2011. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 11 set. 2011.

NÓVOA, Antônio. Apresentação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara, (orgs.) *História e memórias da educação no Brasil*, vol. 1: século XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, pp.9-13.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História & História Cultural*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, n. 114, p.179-195, nov. 2001.

SAVIANI, Dermeval. Educação e colonização: as ideias pedagógicas no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara, (orgs.). *História e memórias da educação no Brasil*, vol. 1: século XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, pp. 121- 130.

TEIVE, Gladys Mary Ghizone; DALLABRIDA, Norberto. *A escola da república: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: historia oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URÍA, Fernando. A maquinaria escolar. *Teoria & Educação*, nº 6, Porto Alegre, 1992, pp. 68 -95.

WERLE, Flávio Obino Corrêa. Constituição do ministério da educação e articulações entre os níveis feral, estadual e municipal da educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara, (orgs.) *História e memórias da educação no Brasil*, vol. 3: século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, pp. 40- 52.

\_\_\_\_\_. *O nacional e o local: ingerência e permeabilidade na educação brasileira*. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2005.

# **PROPOSIÇÕES ACERCA DOS MANUAIS DIDÁTICOS RECOMENDADOS PARA O USO NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS PAULISTANAS PÚBLICAS E ITALIANAS PRIVADAS, NOS ANOS INICIAIS DO SÉCULO XX**

Eliane Mimesse<sup>1</sup>

*Resumo:* Este estudo vai analisar os manuais didáticos indicados para uso cotidiano nas escolas primárias localizadas na cidade de São Paulo nos anos iniciais do século XX. Objetiva-se verificar as nuances na aprendizagem da leitura e da escrita das crianças brasileiras, italianas e ítalo-brasileiras; e identificarem-se quais os motivos das insistentes críticas provenientes dos funcionários da Instrução Pública às escolas subsidiadas pelo governo italiano existentes na Capital. Tem-se como hipótese o embate sobre a nacionalização, difundido logo após o processo de Unificação Italiana, em contraponto ao ideal de criação de uma nação brasileira, ideia veiculada a partir da proclamação da República. Para obter-se tais informações foram pesquisados os programas de ensino das escolas primárias, os relatórios dos inspetores escolares referentes ao município da Capital, editoriais dos periódicos italianos. Todas essas fontes podem ser encontradas no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Conclui-se que apesar das listas de livros divulgadas pelo governo paulista nem todos foram distribuídos ou utilizados nas escolas, o mesmo ocorreu com os materiais enviados pelo governo italiano. Mas, ainda assim as crianças brasileiras, italianas e ítalo-brasileiras foram alfabetizadas, respectivamente, em Língua Portuguesa nas escolas públicas e em italiano nas escolas privadas subsidiadas.

*Palavras-chave:* manuais didáticos, escolas italianas, ensino primário.

---

## **Introdução**

Os manuais didáticos recomendados para uso cotidiano nas escolas primárias paulistanas públicas eram selecionados pelo governo estadual e distribuídos para as escolas. Normalmente os professores escolhiam quais manuais eram mais adequados para seus alunos, como foi constatado por Mimesse (2010). Os materiais

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação/UNINTER/PUCSP

didáticos recebidos pelas escolas privadas italianas eram enviados pelo governo daquele país, como parte do subsídio às escolas no exterior. Os periódicos italianos que circulavam na Capital do estado de São Paulo teceram algumas críticas a esse material, em função de sua desatualização; e indicaram outras leituras aos filhos dos imigrantes residentes no Brasil.

Mas, a questão conflituosa residia no ensino da Língua Portuguesa nas escolas públicas e nas escolas subsidiadas, e em quais seriam os manuais utilizados para essa aprendizagem.

Muitos dos professores – como foi constatado na documentação – que trabalhavam nas escolas italianas exerciam suas profissões a pelo menos uma década, foram formados e lecionavam em determinadas regiões do país recém unificado, cada localidade com seu idioma próprio. O processo da Unificação Italiana instituiu um padrão para o vocabulário corrente, que deveria passar a vigorar após essa Unificação, mas não podemos crer que a população no cotidiano, ou mesmo os professores em sua prática nas salas de aulas, tenham se adaptado prontamente a essas alterações. Os professores das escolas italianas subsidiadas eram, na maioria das vezes, os proprietários do edifício onde estavam localizadas essas escolas e, conseqüentemente, adquiriram esses imóveis nos bairros em que a comunidade residente procedia da mesma região da península itálica da qual eles eram nativos.

### **Manuais didáticos indicados para os alunos**

Apesar da existência de uma listagem oficial indicando quais os livros que os professores deveriam adotar para o ensino nas escolas primárias, ocorria certa falta de uniformidade na adoção dos mesmos, situação essa referida tratando-se de alunos de uma mesma sala.

A Secretaria do Interior e Justiça, recebia os pedidos de “objetos necessários”, elaboradas pelos professores das escolas públicas paulistas. Esta secretaria tornara-se responsável pela Instrução Pública e o secretário, pelo cargo de Diretor Geral, desde a lei 430 de 1 de agosto de 1896. Segundo Mimesse (2010, p. 82) uma

professora da antiga colônia de São Caetano, já nos anos iniciais do século XX, solicitou os livros *Cartilhas das Mães*, de Arnaldo de Oliveira Barreto; 2º Livro (de leituras) de Kopke ou de Puiggari-Barreto; livros de gramática, aritmética e história; e pediu materiais como cadernos de desenho, de caligrafia, lousas pequenas de pedra, mapas, giz, lápis de desenho, penas, tinta e papel. Não foi enviado o livro de *História do Brasil*, de Moreira Pinto, e o de leitura foi substituído pelo de Thomaz Galhardo.

O livro de leituras escrito por Romão Puiggari e Arnaldo de Oliveira Barreto era composto por pequenas histórias com personagens variados – animais, florestas, famílias, estradas de ferro e suas locomotivas. Todas as histórias sempre explicavam como agir de modo correto, ajudar ao próximo e finalizavam com uma lição de moral. Em substituição a este livro, solicitado pela referida professora, foi enviado o de Thomaz Galhardo, que por sua vez era semelhante em sua composição ao que fora pedido: compunha-se de histórias breves que contribuam com a formação do cidadão brasileiro, valorizando o que existia no país, como explicou o próprio autor na introdução do volume.

Como eu disse, (...) as historietas que os compõem vão-se desenvolvendo gradualmente, de modo a aguçar a curiosidade dos alumnos, prender-lhes a irrequieta atenção e habitual-os a ligar idéas.

Um dos juízos da imprensa sobre o meu *Segundo livro* foi que elle constituia uma feliz tentativa para *nacionalizar* o ensino. Essa apreciação muito me lisongeou, pois estou certo de que devemos dar ao ensino um character nosso, todo nacional, um *typo especial*, que faça da creança um Brasileiro, não pelo acaso do nascimento, mas despertando-lhe o sentimento do amor a patria, o interesse pelo que é nosso e a necessidade que tem de honrar a terra que o viu nascer e cooperar pelo seu engrandecimento.

Aos meus collegas do professorado publico e ás mães de familia entrego o cujo favor peço-lhes a mesma acceitação e benevolencia com que dignificaram os meus anteriores trabalhos.(*apud* MIMESSE, 2010, p. 83)

No *Anuario de Ensino* do ano de 1907 constava uma relação dos livros que poderiam ser adotados para os principiantes do primeiro ano no ensino da leitura nas escolas isoladas: *Primeiro*

*Livro de leitura*, de D. Maria Guilhermina; *Cartilha das Mães*, de Arnaldo de Oliveira Barreto; e *Cartilha Moderna*, de Ramon Roca Dordal. Para os alunos dos *Grupos Escolares*, é interessante notar que estes eram os livros indicados aos alunos que estivessem no quarto ano do curso, recebiam como indicação para leitura os livros: *Terceiro livro de leitura* (Série Puiggari-Barreto); *Leituras Infantis* (terceiro livro) de Francisco Vianna; *História de Nossa Terra* de D. Julia Lopes de Almeida; *Páginas Infantis* de D. Presciliana Duarte; e *Coração* de Edmondo de Amicis.

Os livros sugeridos para adoção, independentemente do ano ao qual se referiam, traziam textos para leitura com fundo moral, sempre enaltecendo as virtudes e a solidariedade, além de alguns deles serem compostos por lendas e histórias folclóricas brasileiras. Nessa perspectiva, o livro do italiano De Amicis, *Coração* seguia os mesmos preceitos.

De acordo com Cenni (2006, p. 326) o livro *Cuore*, de Edmondo de Amicis “desde sua primeira edição, em 1886, comoveu gerações após gerações de adolescentes, sendo traduzido em quase todas as línguas faladas.” O governo do Estado de São Paulo adotou essa obra, traduzida em 1891 por João Ribeiro, como manual didático aos seus alunos. Esse livro descrevia as memórias de um menino, escritas em forma de diário, sobre as situações que viveu durante suas aulas, cada capítulo relatava o acontecimento de um mês do ano, a ação ocorria em uma sala de terceiro ano. Todo o texto era permeado por exemplos morais, de virtude e abnegação.

Mas, conforme Franzina (2006) o livro *Cuore* foi superado pelo livro do mesmo autor *Sull'oceano*. Esse volume não consta da listagem dos indicados aos alunos das escolas públicas paulistas, mas segundo os comentários que se seguem, sobre a obra de De Amicis vê-se como sua obra era grandiosa.

(...) nos anos do grande êxodo, a integração definitiva de finalidades ideológico-literárias e político-sociais sobre o tema da emigração realiza-se por mérito de um escritor como Edmondo De Amicis, que, embora não fosse vêneta, concede grande espaço e relevo à componente vêneta do fluxo no seu romance *Sull'oceano*.(...) O romance deamicisiano ultrapassa, sem dúvida, os limites de uma

obra dedicada à emigração dos camponeses de uma única região: superando o caráter anedótico e claramente pedagógico do conto mensal de *Cuore*. (FRANZINA, 2006, p. 384)

Os livros de De Amicis faziam parte da vida dos italianos e, consequentemente dos imigrantes que no Brasil se fixaram. Dentre a listagem de livros que compuseram as bibliotecas dos navios que traziam os imigrantes para a América Latina, estava a obra de De Amicis. Essas bibliotecas flutuantes eram divididas em três categorias, como nos informou Salvetti (1995, p. 123), a primeira contava com livros de instrução e cultura; a segunda, livros voltados “a manterem vivo o sentimento a pátria”; e a terceira livros de cultura geral, de viagens e aventuras, entre eles estavam os volumes de De Amicis.

Conforme Mimesse (2010), os livros pedidos pela professora da escola isolada feminina, que funcionava na antiga colônia vêneta de São Caetano – distante apenas 15 quilômetros da Capital –, não eram regularmente enviados. Todos os volumes solicitados ou utilizados eram escritos por professores públicos do Estado de São Paulo, que estudaram na *Escola Normal* e ocupavam cargos de docentes ou de diretores nas escolas da Capital. Esses professores passaram a publicar coleções de livros de leituras em série, para todos os anos escolares. Os livros enviados, provavelmente, deveriam ser os que estavam disponíveis no almoxarifado da Secretaria, não existindo um critério prévio para selecionar livros similares aos que foram pedidos.

Nessa época o conselho da Instrução Pública elaborava uma relação de livros considerados aprovados para o ensino. Desta relação constavam tanto os livros que foram pedidos e os que foram enviados, independentemente do método por eles proposto.

Neste ínterim, em decorrência da própria desordem interna existente com a distribuição de materiais e de livros pela Instrução Pública, o editorial do periódico *L' Amico del Lavoratore*, datado de 1904, com uma tiragem de 10 mil exemplares, propôs a leitura de dois livros, imprescindíveis aos filhos dos italianos. No artigo denominado *Per l'educazione del lavoratore*, foram indicados aos professores no Brasil e a cada bom pai de família, o livro de

Giuseppe Mazzini, *I doveri dell'uomo*, e o livro de Vittorio Alfieri, *Vita*. O editorial explicou a importância na leitura desses livros.

Reiteramos que a leitura deste livrinho amigo, *I doveri dell'uomo* ditado com amor e simplicidade, propositalmente para os operários na língua italiana mais pura. Será eficaz na educação cívica, não menos que a educação moral dos nossos compatriotas, por esse motivo voltamos a insistir na recomendação aos pais de família. (...) Alfieri, em sua obra *Vita* contou sem reticências os seus vícios, sem estúpida modéstia suas virtudes. Mostrou como podemos vencer as influências ruins e como a vida pelo lado do bem é preferível, sem temer os sacrifícios, e as dores. (L'AMICO DEL LAVORATORE, 1904, p.3)

Em uma época de grandes mudanças políticas, econômicas e sociais os imigrantes provindos de um país recém unificado poderiam se identificar com essas leituras. Os livros referidos pelo editorial do periódico: *I doveri dell'uomo* e *Vita*, e o livro *Cuore*, abordavam as mesmas questões a respeito da virtude, da moral e do ideal de amor a pátria. Eram volumes propícios a situação em que essas pessoas estavam envolvidas, chegavam a um país em que não dominavam o idioma local e poderiam, por meio dessas leituras, manterem vivo o amor ao país de origem.

O livro *Vita* de Alfieri tratava dos momentos da vida do autor, relatando de modo verdadeiro e com entusiasmo alguns acontecimentos sobre a violência, a ironia, a bondade, a fúria e a melancolia que ele viveu. Já o livro de Mazzini, *I doveri dell'uomo*, abordava um sentimento religioso profundo, visava a emancipação dos trabalhadores, seguindo os preceitos inspirados na visão espiritual e moral.

Primando pela formação das crianças italianas e das nascidas no Brasil, o texto do periódico *L'Amico del Lavoratore* se desenvolvia ainda no sentido de as famílias manterem viva a Língua Italiana. Porque todos os colonos que residiam neste país não poderiam deixar que seus filhos nascidos em uma terra estrangeira crescessem falando outro idioma, que não fosse o seu, esquecendo aquela língua na qual ele deveria ser educado. “Porque a língua é o legado mais forte que une a Pátria, é o meio para não nos esquecermos dos nossos pensamentos, de nossa história gloriosa”.



Mesmo as famílias tendo seu tempo tomado pelo trabalho, ainda assim recomendava-se que os pais criassem o hábito da leitura de bons livros italianos aos seus filhos.

Conforme Devoto (2008, p.135), referindo-se aos imigrantes italianos residentes no território argentino, comenta em seu texto sobre “as ideias de Mazzini, o intelectual genovês, que perdurariam nas ideias educativas e nos ideais em relação a família e a Pátria”. Tudo o que foi escrito por Mazzini era muito divulgado. Deste modo, essa prática contribuiu para a formação de uma nova geração com um sentimento de *italianidad*, que apesar de “nascidos na terra do exílio, poderiam crescer devotados à sua Pátria e permaneceriam falando sua língua e amando sua história”. A hipótese para esses comentários deve-se ao livro de Mazzini *I doveri dell'uomo*, que como ocorreu com a obra de De Amicis, foi também muito difundido entre os imigrantes italianos na Argentina. Ainda, nesse momento, outra hipótese pode ser aventada, a existência de um grande contato e troca de informações, entre os italianos moradores das cidades de São Paulo e de Buenos Aires, até mesmo pela facilidade que tinham com o transporte fluvial. Além de textos atuais de pesquisadores que estudaram o movimento operário nestas cidades, que indicam a existência de um amplo contato entre os moradores imigrantes destas duas cidades.

Os imigrantes italianos moradores das cidades, por meio dos periódicos e dos sindicatos, lutavam por uma redução nas horas semanais de trabalho visando um maior espaço à cultura. A aquisição da cultura perpassava o discurso das correntes ideológicas: anarquismo, socialismo e sindicalismo, de acordo com Trento (2010) elas:

(...) canalizavam todas as atividades para a sensibilização ou, melhor ainda, para o proselitismo. Até a organização do tempo livre fazia parte dessa lógica e motivava parcialmente a determinação em promover a difusão da cultura, necessidade que era sentida principalmente pelos anarquistas, mas era comum às três correntes. Tal exigência traduzia-se na adoção de uma infinidade de iniciativas, dos concertos à declamação de poesias, das conferências aos espetáculos teatrais e à promoção de cursos escolares não só de alfabetização ou profissionalização, mas também de aprofun-

damento cultural. A própria campanha para a redução do horário da jornada de trabalho tinha como objetivo garantir aos operários uma maior disponibilidade de tempo para essas atividades, na convicção de que “a cultura era fundamentalmente meio de emancipação”. (TRENTO, 2010, p. 240)

A cultura, desta forma, considerada como forma de liberdade, a leitura deveria fazer parte do cotidiano desses imigrantes e de seus filhos.

### **Os embates no ensino da Língua Portuguesa e da Língua Italiana**

Tem-se de considerar também que a manutenção da Língua Italiana estava em pauta há tempos. No periódico *Avanti!* datado de 29 de janeiro de 1902, existia uma breve nota sobre a constituição de um *Circolo Pedagogico Italiano*, que tinha como ideia principal a difusão da Língua Italiana. Poderiam participar desse *Circolo*, os professores com diploma, profissionais graduados e todos aqueles que no ramo científico, industrial, comercial ou agrícola contribuíssem por algum meio com o propósito do *Circolo*.

No *Annuario* de 1907, surgiu um texto que tratou da escolha dos livros adotados pelas escolas isoladas, e neste texto as críticas recaíram sobre a dificuldade de se ensinar a Língua Portuguesa sem os devidos materiais, ou os livros aos quais os professores tivessem acesso. De modo que, “taes inconvenientes tornam-se sobretudo prejudiciaes em se tratando do ensino da mais importante disciplina do programma escolar – a linguagem”. (SÃO PAULO, 1907, p. 384).

No ano seguinte a discussão que os inspetores trouxeram no *Annuario* retomava os debates sobre o ensino de Geografia, História e Língua Portuguesa, como sendo as matérias mais importantes a serem ensinadas. Mas, prejudicadas em seu ensino, pelos obstáculos e escassez na distribuição dos livros e outros materiais, como mapas, para os professores das escolas isoladas. Esses conteúdos de relevância para a formação do cidadão reduziram-se a longos trechos de catalogação, sem o uso de um mapa para uma melhor

aprendizagem, o mesmo ocorria com as matérias de Cartografia, Noções de Educação Cívica e Moral, Linguagem e História.

Diferentes inspetores escolares, nos textos contidos nos *Annuarios de Ensino*, reiteravam a questão que tratava da obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa. Desde a promulgação da Lei de 29 de dezembro de 1896, o ensino da Língua Nacional, da História e da Geografia do Brasil tornaram-se obrigatórios nos estabelecimentos particulares de instrução primária. Essa Lei visava principalmente as escolas estrangeiras, criadas e freqüentadas pela população imigrante. Mas, o que era instituído legalmente nem sempre se cumpria prontamente.

No *Anuario* de 1909 o Diretor Geral da Instrução Pública Oscar Thompson escreveu um longo texto sobre as escolas particulares. Discorreu sobre a ampliação no número de escolas públicas para o ensino primário, além de tratar das escolas privadas nacionais e estrangeiras em funcionamento na Capital. Defendeu o apoio e a criação às escolas particulares, desde que entendidas como “subsidiárias na ministração do ensino”. Mas, por quais meios o Governo poderia fazer com que essas escolas se tornassem suas subsidiárias?. A escassez nas verbas públicas não contribuiu para a boa distribuição dos materiais e livros, então como deixar “a missão difficilima de formar os seus cidadãos, entregues as incertezas do ensino privado”. Mas, nem todos os professores tinham a devida formação acadêmica, para ministrar aulas; era necessária a requisição de um “título científico ou literario de escola nacional ou estrangeira, ou que esses sujeitos se submetessem a um exame de aptidão” a fim de provarem sua formação. Afinal, qual era a formação dos professores brasileiros nas escolas isoladas, tinham também um caráter de precariedade, porque não existiam vagas suficientes nas *Escolas Normais*, nem em outros tipos de cursos que habilitassem um professor.

As críticas permaneceram recaindo nas escolas primárias estrangeiras, em função da formação de seus professores e de esses não terem o domínio da Língua Portuguesa, da História ou da Geografia do Brasil. Em 1914, o *Anuario* trouxe um trecho sobre essas escolas, como segue: “as escolas elementares estrangeiras,

porém são uma lástima; a maioria dos professores allia a uma incompetencia desanimadora uma grosseria e brutalidade revoltantes. Rarissimas são as excepções a esta regra.” (SÃO PAULO, 1914, p. 38)

Esses anos, no início do século XX, envolveram duas questões paralelas quanto a Língua Nacional. Existia a pretensão de se alfabetizar a população brasileira na Língua Portuguesa, sendo que eram poucos os que dominavam a leitura e a escrita em português. Entretanto, esse problema era correlato aos imigrantes italianos pelo motivo da unificação ocorrida em seu país. Cada grupo que se deslocou para o Brasil manteve seu idioma e seus costumes, parte dos adultos era alfabetizada, apesar de não dominarem a Língua Italiana. Sendo assim, o embate manteve duas frentes, uma com os discursos dos inspetores escolares sobre a necessidade de se nacionalizarem as escolas italianas, e ensinar a Língua Portuguesa para todos os alunos matriculados nas escolas primárias; e outro vindo do Governo italiano, visando o ensino da Língua Italiana para os sujeitos residentes em outros países, além de preservar o sentimento de ‘amor à Pátria’.

Com as conquistas legais efetuadas no ano de 1917, o tom das discussões foi alterado. Após anos de debates sobre o ensino dos estrangeiros, em dezembro de 1917 foi criada a Lei nº. 1579, que estabelecia disposições sobre a Instrução Pública do Estado. Essa Lei conhecida como *Regulamento da Instrução Publica* alterava a denominação das escolas isoladas, não alterando na prática suas deficiências estruturais. No Capítulo IV, Artigo 45º abordava, principalmente, a regulamentação do ensino particular. Determinava que qualquer estabelecimento de ensino privado, para ser instalado, deveria apresentar alguns documentos validando a formação dos professores e diretores; das condições físicas e higiênicas do edifício que abrigaria a escola; do comprometimento de manter professores brasileiros para o ensino de Língua Portuguesa e História do Brasil, além de ensinar as outras matérias na língua nacional. Estabeleceu, ainda, a carga horária mínima para o ensino destas matérias nas escolas primárias, três vezes por semana, sendo que cada aula teria a duração entre 30 e 50 minutos.

a) attestado ou títulos que provem a capacidade moral e técnica do Director e dos professores. Esse attestado, referente á capacidade moral e técnica do Director e dos professores, será firmado pelo Presidente ou Director de associações que mantenham escolas; por pessoas diplomadas pelos cursos secundários ou superiores do Estado ou da República; por autoridades judiciárias; por autoridades escolares municipais, estaduais ou federaes;

b) planta do prédio em que haja de funcionar a escola, instruída com relatório do inspector médico escolar sobre as condições hygienico-pedagogicas do mesmo;

c) compromisso de confiar a professores brasileiros o ensino de Português e Historia do Brasil, bem como de fazer que todo o ensino, salvo em se tratando de línguas estrangeiras, seja ministrado em idioma pátrio.

Parágrafo 1º – Nas escolas primárias, as materias serão ensinadas, no mínimo, três vezes por semana, tendo cada aula a duração de trinta a cinquenta minutos. (SÃO PAULO, 1917, p. 553)

Contudo, a fiscalização posterior a este *Regulamento da Instrução*, não foi efetiva, porque as escolas privadas existentes permaneceram com suas mesmas práticas. Apesar do aumento no número de inspetores escolares, as escolas não foram plenamente fiscalizadas, e as vagas nas escolas públicas não conseguiram acompanhar o crescimento da população em idade escolar; ainda persistia a falta de vagas nas escolas estaduais paulistanas. Deste modo, as escolas privadas, dos mais variados tipos continuavam a existir nos bairros da Capital. Em texto introdutório ao *Anuario* de 1918, o Diretor da Instrução Pública Oscar Thompson teceu comentários a respeito da frequência dos alunos nas escolas, anotando que metade das crianças em idade escolar – dos 7 aos 12 anos, permaneceram fora das escolas, públicas ou privadas. Neste ponto, temos outro quesito a discutir, o do analfabetismo e sua interferência no progresso da nação.

É, pois, dolorosa a situação dessas crianças, – cidadãos de amanhã – condenadas ao analfabetismo, e que, dentro em pouco, ultrapassando o periodo da idade do ensino obrigatorio, irão aumentar o numero de adultos analfabetos, que mourejam no Estado, sem ambições, indifferentes, ás cousas e homens do Brasil, constituindo-se, assim, outros factores negativos do nosso progresso. Mais doloroso ainda é saber que filhos de nacionaes e

estrangeiros, em certas localidades, clamam, a todo momento, por falta de lugares nas escolas publicas.

A escola aumenta a capacidade productiva da nação; a escola desperta as forças latentes de um povo; a escola, enfim, num paiz novo e de população heterogenea, como o nosso, funde todas as nacionalidades, dando-nos um povo único, coheso e com as mesmas aspirações. Na escola, enfim, esta a nossa grandeza futura, sob todos os pontos de vista. Se assim é, como deixar sem escolas, em todo o Estado, milhares de crianças, annualmente? (SÃO PAULO, 1918, p.19)

A tônica do discurso recaía neste momento não mais na ameaça da grande população de estrangeiros na cidade, mas no analfabetismo – em Língua Portuguesa – da população estrangeira e local. Os imigrantes quando se instalaram na cidade de São Paulo foram se organizando e, na medida do possível, criando meios e formas para sua sobrevivência no cotidiano. A formação acadêmica falha dos professores das escolas estrangeiras não era mais um empecilho ao desenvolvimento das crianças, com o aumento no número de inspetores escolares e uma consequente fiscalização escolar mais assídua, considerou-se que a ameaça da difusão das escolas dos estrangeiros havia sido amenizada.

Entretanto, o relato de um funcionário do *Consulato Generale d'Itália* em São Paulo, nos mostra que existiam “cerca de duzentas e cinquenta escolas italianas e um Instituto Médio”, no Estado de São Paulo, antes do início da Primeira Grande Guerra. No período pós guerra “elas não chegavam a cem”, e isso ocorreu porque o governo brasileiro liderou uma luta contra a Língua Italiana, reduzindo o número de escolas e de alunos nelas matriculados, o que, de acordo com o autor, contribuiu para que:

O número de alunos diminuisse na mesma proporção. De quinze mil alunos antes da guerra, temos apenas cinco mil hoje. Essa pavorosa situação se deve, em primeiro lugar, a uma ofensiva contra a língua italiana desencadeada pelas autoridades brasileiras e, em segundo, à reação nula que esta ofensiva tem provocado entre os italianos.

Quanto á hostilidade dos governos locais, citaremos alguns dados. O francês foi imposto como língua estrangeira obrigatória nas escolas públicas brasileiras, sem levar em conta que a colônia francesa é microscópica em comparação àquela italiana e que o uso do francês é um mero luxo, enquanto o conhecimento do italiano é uma

verdadeira necessidade, dado o número de italianos presentes no país e a sua penetração em todos os cantos do território brasileiro e em todos os ramos de atividade.(SALA, 2005, p. 130)

Ao que pode-se constatar, a partir do relato do funcionário do Consulado, o governo do estado de São Paulo conseguiu suprimir o número de escolas privadas italianas, na Capital e no interior do estado. Utilizando-se da artimanha de instituir a Língua Francesa como obrigatória nas escolas secundárias, tornou deste modo, indiretamente obsoleta a aprendizagem, e até mesmo a manutenção pelas novas gerações, do idioma da maioria dos imigrantes residentes na cidade.

## Referências

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil: andiamo in'Merica*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

DEVOTO, Fernando J. *Historia de los italianos en la Argentina*. 2. ed. Buenos Aires: Biblos, 2008.

FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Trad. Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2006.

*L'AMICO DEL LAVORATORE*: organo della società beneficianti degli immigranti. Ano II, n. 14, S. Paolo, gennaio 1904.

MIMESSE, Eliane. *A educação e os imigrantes italianos: da escola de Primeiras Letras ao Grupo Escolar*. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2010.

SALA, Umberto. *A emigração italiana no Brasil (1925)*. Trad. João F. Bertonha. Maringá/PR: Eduem, 2005.

SALVETTI, Patrizia. *Immagine nazionale ed emigrazione nella Società "Dante Alighieri"*. Roma: Bonacci, 1995.

SÃO PAULO. Annuários do Ensino do Estado de São Paulo: publicação organizada pela Inspectoria Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado. São Paulo: Typ. Siqueira & C., 1907 a 1917.

TRENTO, Angelo. Organização operária e organização do tempo livre. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico &

FRANZINA, Emilio. (Org.s) *História do trabalho e História da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2010. p.233- 266.



# ESCOLAS ELEMENTARES NAS COLÔNIAS ITALIANAS DE CURITIBA-PARANÁ (1878-1930)

Elaine Cátia Falcade Maschio<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente estudo analisa a constituição da escolarização elementar nas primeiras colônias italianas de Curitiba criadas no final do século XIX. Busca compreender a cultura escolar instituída nas iniciativas escolares públicas, comunitárias étnicas e confessionais católicas, responsáveis pelo ensino da leitura, da escrita e do cálculo para a infância imigrante e descendente. O estudo privilegiou o íterim dos anos de 1878 a 1930. Correspondências entre os colonos, professores, inspetores escolares; relatórios e mensagens dos Secretários da Instrução Pública do Paraná e do governo; legislação, periódicos, atas, estatutos, cartas, anuários e estatísticas foram algumas das fontes privilegiadas neste trabalho. A escola elementar foi visualizada como uma instituição fundamental no processo de socialização da infância. Ela possibilitou a adaptação social, a manutenção da cultura e da língua italiana e a formação moral católica das novas gerações. A participação da comunidade italiana na organização da escolarização paranaense foi profícua, mas trazia sérias ameaças ao projeto de nacionalização do estado brasileiro. No início década de 1930, as escolas não poderiam deixar transparecer qualquer resquício de *italianità*. A partir deste período a escola pública nas colônias foi reafirmada e as escolas étnicas extintas.

*Palavras-chave:* escolas, colônias, italianas.

---

## Palavras iniciais

*Escola de primeiras letras, de instrução rudimentar, primária, de primeiro grau, de instrução elementar...* Várias são as denominações encontradas na historiografia educacional brasileira para designar a escola que objetiva ensinar as primeiras aprendizagens, os rudimentos da leitura, da escrita e do cálculo. O presente texto analisa a constituição da instrução elementar nas primeiras colônias italianas de Curitiba, criadas no final do século XIX. Busca compreender a cultura instituída nas iniciativas

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação/UFPR.

escolares públicas, comunitárias étnicas e confessionais católicas, nas regiões coloniais rurais, responsáveis pelo ensino do ler, escrever e contar entre a infância imigrante e a de seus descendentes.

A escola como uma instituição social, se organiza como um lugar específico, com um tempo específico para a transmissão e aquisição de conhecimentos, com pessoal e materiais especializados. Ela é pensada como um lugar próprio para o ensino. Produz modos de ensinar e aprender, seleciona conteúdos, ordena tempos e ritmos de aprendizagem.

Conforme Jean Hébrard é na escola elementar que a infância recebe as primeiras aprendizagens da sociedade letrada:

Adquirir o uso da palavra e da linguagem, dos gestos cotidianos de se viver junto, da memória inerente ao grupo familiar, às exigências de sociabilidade do bairro ou da profissão são igualmente aprendizagens que se fazem “naturalmente” no exercício mesmo das atividades quotidianas e no cruzamento das gerações. Aprender a ler-escrever-contar supõe ao menos um tempo e um espaço específico, com frequência uma pessoa em quem se reconhece a capacidade de instruir e a quem se remunera, enfim, os instrumentos sem os quais a transmissão não poderia ter lugar (HÉBRARD, 1990, p. 68-69).

Os imigrantes italianos e seus descendentes estabelecidos nas colônias agrícolas nos arredores da cidade de Curitiba eram conscientes da importância da escola, em função das suas diversas finalidades. A escola elementar nas colônias – termo tomado neste texto – compreendeu o ensino dos primeiros rudimentos da língua portuguesa e da língua italiana. Ela contribuiu no processo de humanização da infância, possibilitando a moralização dos costumes e a transmissão dos valores compartilhados pelo grupo. Assim, visualizada como uma instituição fundamental no processo de socialização da infância, a escola elementar pública deveria garantir a adaptação social a partir da aprendizagem da língua portuguesa. As escolas italianas comunitárias e católicas, a manutenção da cultura e da língua italiana e a formação da moral católica entre as novas gerações.

No cenário escolar das colônias italianas de Curitiba, a escola elementar pública se apresentou predominante. Num primeiro momento, ela foi representada como instrumento privilegiado para adaptar-se à sociedade brasileira através do aprendizado do português. Com o domínio da língua portuguesa potencializavam a comunicação e a comercialização dos seus produtos. Consideravam também a preferência ao ensino público pela vantagem em despendar poucos investimentos por esse benefício, já que teriam em vistas outras preocupações no âmbito financeiro. A reivindicação entre os imigrantes e seus descendentes pela escola pública auxiliou também a expansão da escolarização primária no Paraná, atendendo inclusive a população nacional.

Em outra perspectiva, em fins do século XIX e início do século XX, a escola italiana ganhou lugar nas colônias. Afora o malogro de algumas iniciativas escolares pública, o processo de escolarização elementar nas colônias marcado também pelas escolas italianas comunitárias e confessionais católicas, caracterizou-se como fundamental para a manutenção da cultura letrada e dos laços culturais de suas comunidades de origem. Embora organizadas com certa distinção, as escolas italianas tinham objetivos claros a cumprir: buscavam difundir a *italianità*.

Com o intento de reconstruir o itinerário escolar elementar pública, étnico-comunitária e confessional católico nas colônias italianas de Curitiba, as fontes privilegiadas neste trabalho foram localizadas no Arquivo público do Paraná. Trata-se de correspondências entre os colonos, professores, inspetores escolares; relatórios e mensagens dos Secretários da Instrução Pública do Paraná e do governo; legislação, periódicos, atas, estatutos, cartas, anuários e estatísticas.

O estudo privilegiou o íterim dos anos de 1878 a 1930. O período inicial corresponde ao ano de criação das primeiras colônias italianas nos arredores da cidade de Curitiba. O ano a pesquisa que finaliza, diz respeito ao início da campanha de nacionalização compulsória. Neste momento, a participação da comunidade italiana na organização da escolarização paranaense trazia sérias ameaças ao projeto de nacionalização do estado brasileiro. No início década de

1930, as escolas não poderiam deixar transparecer qualquer resquício de *italianità*. A partir deste período a escola pública nas colônias foi reafirmada e as escolas étnicas extintas.

### **As escolas elementares públicas**

Ao se instalarem nas colônias, as famílias estrangeiras reivindicaram do governo escolas públicas. Mesmo atribuindo preferência a ela e ao aprendizado do português, tentaram assegurar que membros da própria comunidade fossem os seus professores. Em condições iguais aos colonos, os professores estrangeiros poderiam garantir uma formação mais adequada, além de na maioria dos casos, proporcionarem o ensino bilíngue.

A Colônia Novo Tyrol foi a primeira a contar com a criação de uma escola pública. Um abaixo-assinado enviado pelos imigrantes viabilizou a abertura de uma escola para atender tanto os filhos dos colonos como os filhos de brasileiros. Ela foi criada no dia 21 de fevereiro de 1879 e teve como professor, o imigrante italiano Giovanni Batista Marconi.

O professor Marconi declarava-se dominar a leitura e escrita da língua portuguesa, criando até mesmo um método de ensino próprio. Afirmava que com seu método os alunos conseguiriam aprender o português em apenas três meses. Neste sentido, frequentavam a escola alunos italianos e brasileiros (OFÍCIO, 1879, p.67).

Os imigrantes da Colônia Alfredo Chaves reivindicaram a escola pública de modo semelhante. Enviaram ao então Presidente da Província, Dr. Carlos Augusto de Carvalho, um abaixo-assinado datado de 11 de julho de 1882, contendo 67 assinaturas, dentre as quais as de alguns brasileiros. Eles reclamavam a falta de aulas públicas na colônia e alegavam o seu esquecimento por parte do governo. Solicitavam a criação de uma escola, informando haver na colônia um número muito alto de crianças – cerca de 140, de ambos os sexos, menores de 14 anos de idade – e, ainda, muitos filhos de brasileiros que necessitavam receber educação (REQUERIMENTO, 1882, p. 58-59).

O pedido deferido no dia 22 de julho de 1882 estabeleceu a criação de uma escola promíscua tendo como professor o brasileiro Antonio José de Souza Guimarães, que havia cursado a Escola Normal da Capital. Como regente, o professor enviou um requerimento ao Presidente da Província comunicando que os trabalhos escolares tiveram início no dia 14 de agosto daquele ano. O Termo de Visita apresentado pelo Inspetor Escolar, Euclides Francisco de Moura, no dia 22 de janeiro de 1883, informava que a escola da colônia Alfredo Chaves encontrava-se em pleno funcionamento, porém com um número bem inferior ao declarado no abaixo-assinado.

Visitei hoje esta escola pública da Colônia Alfredo Chaves, que encontrei funcionando na melhor ordem possível, estando presentes trinta e quatro alunos de ambos os sexos. A sala em que funciona esta escola é apropriada, tem capacidade para o número de alunos que a freqüentão e com mobília suficiente (OFÍCIO, 1883, p.41).

O mesmo ocorreu na Colônia Antonio Rebouças, o deferimento de um abaixo assinado enviado pelos colonos no dia 19 de fevereiro de 1880 viabilizou a abertura da primeira escola pública na colônia. Não fugindo à regra, os colonos solicitaram uma escola, um padre e uma Igreja. Justificavam a existência de mais de 70 crianças italianas em idade de receber ensino escolar (REQUERIMENTO, 1880, p. 88).

De acordo com os registros, a escola promíscua não funcionava no centro da colônia, mas nas suas proximidades, em uma localidade denominada Timbutuva. Essa escola começou a funcionar em janeiro de 1886 sob a regência da professora brasileira Anna Cantídia da Silva Pereira (OFÍCIO, 1886, p.22). No dia 6 de março de 1890, o professor brasileiro João Gonçalves de Mattos informou a Diretoria da Instrução Pública a abertura de uma escola pública promiscua na colônia. A frequência era de 30 alunos e o professor atuava em regime de contrato (OFÍCIO, 1890, p. 50).

A tarefa de criar escolas públicas nas colônias era simples, mas a de provê-las não era fácil. Se tomarmos como referência o tempo entre a instalação dos colonos e a abertura das escolas, vemos que – com exceção da Colônia Novo Tyrol a qual desde a

organização e divisão dos lotes já se havia contemplado o lugar para a escola pública levando o governo a provê-la— esse período de intervalo durou pelo menos quatro anos.

Somente a partir do século XX o número de escolas coloniais teve aumentou, fruto de uma atuação mais profícua do governo. Em algumas colônias era comum encontrar duas ou três escolas públicas, com aulas em língua portuguesa, ministradas por professores públicos de origem brasileira, frequentadas por alunos de várias nacionalidades, e com materiais didáticos fornecidos pelo próprio estado.

Ao mesmo tempo em que o governo buscava nacionalizar o ensino nas colônias, a falta de recursos financeiros impossibilitava o atendimento completo do ensino. As escolas funcionavam com muita precariedade, seja pela demora em ser atendida, pela falta de materiais suficientes e de profissionais formados pela Escola Normal, ou ainda, pela dificuldade de comunicação entre professores e alunos.

Mesmo com uma atuação mais incisiva do governo no que tange o processo de nacionalização, as relações étnicas continuavam a permear a escolarização das colônias. Na segunda metade da década de 1910, a manutenção compartilhada de escolas públicas nas colônias continuava a configurar uma ação estratégica do governo em relação a escolarização do imigrante, muito embora se exigisse a utilização exclusiva da língua vernácula nas aulas.

No ano de 1917, na Colônia Antonio Rebouças, uma escola pública primária entrou em funcionamento tendo como proponentes e mantenedores as famílias italianas – que se responsabilizavam pela construção do prédio; e a prefeitura do município de Campo Largo – região da qual a colônia fazia parte – que efetuava o pagamento do professor.

Tenho a subida honra de comunicar a V. Excia., que no dia 24 de julho próximo passado, foi solennemente inaugurada na colônia Antonio Rebouças deste município, umas das escolas creadas por esta municipalidade, e a qual esta Prefeitura deu a denominação de – Dr. Affonso Camargo – em homenagem ao revelantissimos serviços

que ao Estado do Paraná há prestado o eminente patricio Exmo. Dr. Affonso Alves de Camargo.

Esta escola está funcționando em casa própria, construída pelos colonos e nella se acham matriculados 74 alumnos de ambos os sexos, sendo professor nomeado por esta municipalidade, o Sr. Luiz Lorenzi (OFÍCIO, 1917, p. 72).

O professor Luiz Lorenzi era italiano, mas não pertencia a nenhuma das famílias italianas instaladas naquela colônia. Veio para o Brasil solteiro e fixou na Colônia Antonio Rebouças devido à admissão ao cargo de professor (FEDALTO, 1978, p. 86). Em contato com fragmentos do Livro Termo de Visitas da escola dos anos de 1917 a 1928, é possível verificar que o professor Lorenzi era constantemente elogiado pelo excelente trabalho que fazia junto à escola, principalmente no que diz respeito ao ensino do português. De fato, a condição de ser da mesma nacionalidade que os demais membros da comunidade escolar facilitava o relacionamento e, principalmente, a comunicação entre professor e alunos. Consequentemente, essa condição possibilitava uma aprendizagem efetiva dos conteúdos. Por outro lado, não é possível desconsiderar que a admissão de um professor de origem italiana também contribuía para a manutenção da cultura instituída pelo grupo, principalmente quanto a manutenção da língua. Certamente, em momentos em que a explicação de um conteúdo exigiu uma maior compreensão dos alunos, essa não tenha sido efetuada primeiramente em língua italiana e posteriormente traduzida para a língua portuguesa.

A partir da década de 1920, as escolas elementares públicas nas colônias italianas passaram a configurar iniciativas semelhantes às demais escolas do estado. O processo de nacionalização passou a configurar uma preocupação constante das autoridades, que empreenderam muitas estratégias para assegurar a nacionalização do ensino nas escolas.

Fiscalizar as escolas coloniais, nomear professores concursados e formados pelas Escolas Normais, assegurar a distribuição sistemática de livros de Gramática Portuguesa, História e Geografia do Brasil, proibir os falares dialetais em sala de aula e castigar os alunos que assim o faziam, foram algumas das estratégias

empreendidas pelo estado paranaense para garantir a homogeneização do ensino elementar em todo território.

### **Escolas italianas étnico-comunitárias**

As iniciativas escolares particulares configuravam uma atitude comum no decorrer do século XIX, tendo em vista a precariedade das províncias em instituir um sistema público de ensino regular. No Paraná, o Regulamento de 1876 determinava no artigo 8, que nos lugares onde o número de crianças fosse inferior a 40 alunos, o governo poderia subvencionar uma escola particular existente (MIGUEL, 2000, p. 265). Assim, parte das escolas elementares em funcionamento no Paraná era composta por iniciativas particulares, subvencionadas ou não.

As famílias imigrantes também utilizaram-se dessa possibilidade para garantir o atendimento escolar dos seus. Comumente, enviavam seus filhos nas iniciativas escolares particulares empregadas por professores brasileiros nos arredores das colônias.

A escola italiana vinculada às associações de mútuo socorro procurou disseminar a *italianità* vinculada aos ideais do governo italiano. No entanto, configurada por uma elite italiana, as escolas italianas mantidas junto as mutuais não atenderam os colonos italianos. Nas colônias, os imigrantes buscaram organizar escolas étnicas sem o apoio das sociedades de mutuo socorro.

Diante da negativa do governo em criar uma escola pública, as famílias resolviam o problema da falta de escolas instituindo iniciativas escolares comunitárias étnicas. As escolas étnicas não serviram somente para suprir a falta de escolas, mas para garantir a manutenção da identidade étnica e possibilitar que colonos pudessem exercer outras atividades que não a agrária.

Na Colônia Santa Felicidade e Colônia Dantas (Água Verde), a escola funcionou nos primeiros anos após a fundação das colônias no ano de 1878 em caráter particular, com professores designados pela própria comunidade. A primeira escola da Colônia de Santa Felicidade teve como professor Girolamo Giareta e a da Colônia



Dantas, a professora Giacomina Stofella, ambos italianos. Somente nos últimos anos do século XIX, as escolas coloniais passaram a ser públicas e a contarem com a subvenção do governo.

As efêmeras escolas comunitárias étnicas, conforme caracterizou Terciane Ângela Luchese, ao estudar a escolarização na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, se destacavam no processo de institucionalização da escola primária entre os imigrantes. No universo por ela estudado, havia dois tipos de escolas comunitárias étnicas: as empreendidas pelas Sociedades de Mútuo Socorro (geralmente nas zonas urbanas) e as empreendidas pelas próprias famílias (geralmente nas zonas rurais). Com o passar dos anos, essas iniciativas tornaram-se públicas, configurando a contribuição desse contingente estrangeiro para a institucionalização da escolarização das regiões colonizadas.

Conforme revelou a autora, as escolas comunitárias étnicas empreendidas pelas famílias tinham características peculiares.

Entre os imigrantes italianos, as escolas comunitárias se multiplicaram principalmente na zona rural e tiveram características étnicas, especialmente pela questão da língua (dialetos). Havia escolas comunitárias étnicas, que, no entanto, foram iniciadas e mantidas pelas comunidades, estabelecidas próximas à capela, pelo seu sentido prático e utilitário. Os pais e a comunidade criavam aulas e o professor era pago para que ministrasse os conhecimentos básicos de leitura, escrita e cálculos. Essas iniciativas foram muito comuns no interior das colônias. Diversos foram os casos em que as famílias de imigrantes uniram-se para empreenderem em mutirão a construção da escola, geralmente uma pequena casa de madeira rústica, apesar de nos primeiros tempos, as aulas terem funcionado na própria casa do professor ou em casa de alunos (LUCHESE, 2007. p. 185).

As iniciativas escolares comunitárias nas colônias italianas aqui analisadas apresentavam semelhantes características. Como ainda afirmou a autora, foram escolas temporárias e contribuíram com o início a institucionalização do ensino elementar público.

No ano de 1886, Giacomina Stofella, imigrante italiana, informava em requerimento o funcionamento de uma escola particular, portanto comunitária étnica, na Colônia Dantas. Segundo

a professora e o mapa de matrículas junto enviado, a escola atenderia meninos e meninas que somavam um número total de 62 alunos, todos filhos de colonos italianos. O documento, datado de 7 de janeiro de 1886, continha a seguinte informação:

A imigrante italiana Giacomina Stofella abaixo assignada que no núcleo onde ella tem sua morada nomeada Água Verde distante de quatro kilometros da cidade, os abitantes numerosos, todos italianos precisam de uma escola elementar promiscua, e fazem rogo continuados a mesma assignada para que tenha de abrir uma escola particular. Por isso vem ella umilde e respeitosamente requerer a V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> de querer dignar-se dar permissão de abrir esta aula particular cujo mappa junto explica a importância d'ella e com o seu cuidado procurará que o ensino elementar se adiante no modo mais melhor (REQUERIMENTO, 1886, p.75).

Três meses depois, em um documento datado de 17 de abril de 1886 a professora Giacomina solicitava subvenção ao governo. Dizia que a escola particular funcionava desde o dia 4 de janeiro daquele ano. Pedia remuneração ao seu trabalho “afanoso”. Informava ainda que os alunos eram pobres, e que os pais não tinham mais condições de manter aquela escola particular. Afirmava que a escola era frequentada por 52 alunos comprovando com outro mapa anexo ao requerimento (REQUERIMENTO, 1886, p. 45).

Não foi possível encontrar um documento que confirmasse se o pedido foi deferido ou não. Contudo, a primeira escola pública da Colônia Dantas que se teve registro, foi criada somente no final do ano de 1896. As iniciativas escolares particulares eram livres, conforme o regia o Regulamento de 1876, e o governo não tinha o controle de todas elas. Isso significa que muitas iniciativas particulares não subvencionadas eram desconhecidas pela Diretoria da Instrução Pública.

A criação de escolas particulares era uma atitude amplamente motivada pelo governo, que não dispunha de condições necessárias para atender a totalidade das demandas educacionais da província (WACHOWICZ, 1984, p. 79). Assim, no final do século XIX, no momento da constituição da escolarização nas colônias, o funcionamento permanente das aulas nas diversas regiões da

província paranaense, dependia em grande parte dos próprios pais dos alunos.

Se por um lado a iniciativa escolar comunitária étnica se tornava uma solução eficaz diante da falta de escolas, por outro, em função da impossibilidade dos pais em mantê-las financeiramente por muito tempo, comum era a interrupção do seu funcionamento. Neste sentido, caracterizaram a efemeridade destas iniciativas, tanto o fato dos colonos não conseguirem a sua manutenção por muito tempo, quanto a razão da sua não subvenção ou criação provisória por parte do governo.

O primeiro registro encontrado de uma escola comunitária étnica na Colônia de Santa Felicidade foi um ofício expedido no dia 9 de fevereiro de 1885 pelo Diretor Geral da Instrução Pública. O documento informava a concessão de uma subvenção de 400\$000 ao professor imigrante Girolamo Giaretta, para continuar a manter aquela escola particular comunitária étnica (OFÍCIO, 1885, p. 41). No final do ano de 1885, em 6 de novembro, o professor pedia que lhe fosse admitido um ajudante, pois sua escola era frequentada por 55 crianças de ambos os sexos. Como resposta, o governo concedeu-lhe aumento de 6\$000 no total da subvenção a fim de que o próprio professor suprisse tal necessidade (OFÍCIO, 1885, p. 74.).

Claro está que tais iniciativas caracterizavam a contribuição dos imigrantes na constituição de um sistema de ensino elementar nas colônias a partir do entendimento e anseios que tinham em relação a escola. Ao criar uma escola étnico-comunitária e solicitar do governo o auxílio para a sua manutenção, os colonos chamavam a atenção do mesmo para a necessidade de se melhorar o atendimento escolar das colônias.

O Missionário italiano Padre Pietro Colbacchini, Inspetor das Escolas Italianas no Paraná entre os anos de 1885 a 1890, em um relatório datado do ano de 1888 enviado aos superiores da Congregação Scalabriniana em Roma, afirmava que as escolas particulares nas colônias italianas apresentavam melhores resultados que as escolas públicas:

Quanto à escola, deve-se dizer que em alguns núcleos o próprio governo pagou os professores, brasileiros ou italianos, mas com pouco resultado. Nas colônias italianas, ainda não vi escolas bem conduzidas, e julgo que também esta obra deve ficar sob a dependência e solicitude dos missionários. Em algumas colônias foram feitas e fazem-se escolas privadas, as quais são também muito frequentadas e dão melhores resultados que as escolas governamentais (COLBACCHINI, 1988, p. 76).

A relação de confiança entre os colonos e os professores na mesma condição e a abertura de uma escola comunitária étnica foi evidenciada também na Colônia Antonio Rebouças, em requerimento efetuado pelo padre da colônia, o italiano Francesco Bonato. Por várias vezes, o sacerdote assumia a função de professor particular na colônia, diante da falta de uma escola e de um professor habilitado.

Visto que o governo por lei suprimiu muitas escolas entre as quaes a nossa da Colônia Rebouças e não havendo pessoa que possa reger a cadeira da escola nós abaixo assignados residentes nesta colônia e núcleo Timbutuva vem perante a V<sup>a</sup>. S. respeitosamente supplicar que se digne deixar a residência da escola do professor Valentino Stavieschi, nomeado para o bairro de Ferraria, em um lugar mais perto da nossa colônia por aquellas razões que seguem:

1. O dicto mestre Valentino Stavieschi é um professor habilitado, muito bom, humilde, paciente com os nossos filhos, os quaes desejão que venha o dia para ir a escola.
  2. Os nossos filhos apreenderão em pouco tempo muito bem a ler, escrever, esplicar, analizar, fazer conta, e aquelle que mais importa, a obediência, o respeito as todas auctoridades sociaes.
  3. O dicto professor no seu exercício cumpre exactamente com o seu dever, e sem muito gritar, sem ameaças consegue grande adiantamento no ensino.
  4. O lugar em que se acha agora a escola é muito próprio para a nossa colônia e também para os Polacos da Colônia Riviere e para os Italianos da Ferraria.
- Esperamos de ser attendidos e para grande vantagem presente e futuro dos nossos filhos, de nos todos da sociedade e do Paraná pedimos e supplicamos VS. que digne confirmar a escola a benefício da Colonia Antonio Rebouças e bairro Ferraria no lugar em que agora se acha do Sr. João Moraes na pessoa de Valentino Stavieschi (REQUERIMENTO, 1894, p. 33-34).

Conforme o documento, o Padre Francesco Bonato e os demais colonos inscritos desejavam trazer para mais próximo da colônia a escola comunitária étnica da localidade denominada Ferrara – um núcleo colonial composto por famílias polonesas e algumas italianas – que estava sob a regência do professor imigrante, o polonês Valentino Stavieschi. No excerto acima é possível perceber que a exigência pela aproximação da escola e pela permanência do professor estava assentada na não existência de uma escola elementar na Colônia Antonio Rebouças e na distância que seus filhos teriam que percorrer para chegar a ela. Além disso, não se pode deixar de apontar a relação de confiança que as famílias depositavam no professor que se igualava a elas: embora de outra nacionalidade, tratava-se também de um imigrante.

Segundo o professor Valentino Stavieschi sua escola funcionava particularmente desde 14 de setembro de 1892. Em ofício datado no dia 21 de agosto de 1895 o professor enviou o mapa dos alunos matriculados em sua escola. Informou, que por decisão dos pais, “os meninos incluídos neste mappa pertencentes a Colônia Antonio Rebouças deixaram de frequentá-la por motivo não só por lhe ficar distante, mas com a esperança de logo haver escola em Timbutuva a qual lhe fica mais perto” (REQUERIMENTO, 1895, p. 234).

O número de alunos que frequentava a escola particular mantida pelo professor Valentino Stavieschi pertencentes a Colônia Antonio Rebouças era, conforme o documento, de 33 meninos. Já a frequência total declarada pelo professor era de 93 meninos brasileiros, poloneses e italianos. Mais uma vez, é possível perceber os aspectos comuns da escolarização nas colônias: a necessidade de suprir o atendimento escolar dos filhos em escolas subvencionadas pelo governo, mas dirigidas por professores estrangeiros que nutrissem uma relação de confiança junto aos pais, um ensino bilíngue e a uma formação moral da criança.

Contudo, ainda no ano de 1895 os alunos da Colônia Antonio Rebouças que deixaram de frequentar a escola do professor Stavieschi, foram contemplados com uma escola na própria colônia, o governo implantou uma escola pública, com um professor

brasileiro. Até o início do século XX não havia nas colônias escolas comunitárias étnicas, pois o governo havia assumido todo o processo escolar nas colônias.

### **Escolas italianas de confissão católica**

As escolas confessionais católicas atuaram com certa representatividade e prestígio entre os colonos italianos. Primeiro, por que tinham como intuito educar o filho do imigrante na perspectiva religiosa, formando cristãos católicos e promovendo novas vocações religiosas. Além disso, a questão relacionada a *italianità*, estava baseada na perpetuação dos laços culturais cultivados nas comunidades da qual aqueles colonos procediam. Portanto, a *italianità* na perspectiva dessas instituições, não era um sentimento forjado pelo governo italiano, mas um resgate dos costumes e valores daquelas famílias decorrentes das suas vivências comunitárias.

Uma das razões que atribui à escola confessional católica relevante prestígio era o fato de serem criadas em um momento crucial do processo de escolarização pública nas colônias. No início do século XX, os colonos se encontravam insatisfeitos pela precariedade e ensino pouco eficaz oferecido nas escolas públicas. Assim, as expectativas em torno da aprendizagem do português, potencializando a capacidade de adaptação nas novas comunidades foram frustradas. A proposta de formação oferecida pelas escolas italianas católicas atraía os colonos. Ocorria então uma diminuição da matrícula nas escolas públicas e um aumento significativo de matrículas na escola católica.

As escolas italianas católicas tiveram aderência imediata, pois conciliavam a preservação dos laços culturais das famílias à catolicidade. Quando as escolas públicas nas colônias já estavam consolidadas, a maioria dos colonos preferiu enviar seus filhos às escolas católicas.

Unindo a fé a *italianità*, as escolas católicas mantidas pelas congregações religiosas iniciaram seus trabalhos escolares nas colônias de Curitiba no ano de 1900. A primeira delas foi criada na

Colônia Santa Felicidade. De acordo com a documentação consultada, a matrícula da escola católica de Santa Felicidade apresentava um número avultado de meninas. Conforme uma carta enviada pela Irmã Irene à sua superiora na Itália, no ano de 1902, a escola acolhia cerca de 200 meninas italianas e brasileiras (WERNET, 2000, p. 91). Na década de 1910, mais duas escolas católicas italianas foram criadas: uma na Colônia Dantas (1911), e outras, na Colônia Alfredo Chaves (1917). Ambas com uma matrícula de quase 100 alunos italianos e brasileiros.

A confiança que os pais depositavam nas religiosas movia a permanência da escola por mais tempo. De certa forma, a manutenção da escola católica não foi considerada um ônus. Como católicos sentiam-se no dever de ajudar as congregações religiosas a dar continuidade a obra confiada. Na representação dos colonos, manter uma escola italiana católica era possível, e passível de todo o sacrifício. Pois, as doações e taxas pagas as religiosas eram convertidas em bens e as doações como dízimo. Compreendiam que a retribuição vinha de Deus e era por Ele que as faziam.

O programa escolar destas escolas era permeado pelo ensino da catequese, da língua e da cultura italiana. Ainda que contassem com a matrícula de alunos brasileiros, as religiosas mantinham uma atuação firme na preservação da identidade étnica dedicando poucos momentos para o ensino do português. Na década de 1920, o estado passou a pressionar as escolas católicas italianas a ensinar somente em língua portuguesa. Mas apenas a partir da década de 1930, as religiosas adotaram a língua portuguesa como idioma oficial, a abranger todo o programa de ensino dessas escolas.

## **Palavras finais**

Contrariando as representações de algumas autoridades nacionais e italianas em torno dos colonos italianos, como pobres, ignorantes e desinteressados pela escolarização, porque estavam vinculados aos trabalhos com a terra, a análise do acervo documental consultado demonstrou o intenso empenho deles em escolarizar as colônias rurais.

Reivindicar do governo escolas públicas, ou enviar seus filhos às escolas particulares existentes nas localidades próximas as colônias, foram atitudes comuns entre as famílias rurais aqui analisadas. Nas regiões de colonização italiana, a escola atendeu simultaneamente alunos estrangeiros e nacionais, pois as iniciativas escolares públicas foram viabilizadas somente após as rogativas dos colonos ao governo pelo atendimento escolar.

Diante das dificuldades de encontrarem nas colônias uma escola elementar, da precariedade do ensino público e da necessidade de se manter a cultura do grupo, muitos colonos instituíram uma rede de escolas étnico-comunitária.

Ao adentrar o século XX, as escolas elementares públicas nas colônias ganharam atenção do governo. Começaram a ter um ensino regular e padronizado, decorrentes das primeiras campanhas de nacionalização. Nesse momento, as colônias contavam com escolas italianas católicas e tiveram que lidar com as estratégias que buscavam proibir a difusão da *italianità*. As escolas étnico-comunitárias foram fechadas antes mesmo das primeiras disposições legais das campanhas de nacionalização do ensino paranaense. As escolas confessionais italianas ao contrário, conseguiram prolongar um pouco mais o ensino do idioma italiano. Nesse caso, a *italianità* era velada, pois conseguiram canalizar a atenção das autoridades do ensino paranaense para a difusão da doutrina católica, valorizando a catequese. Até o início da década de 1930 as escolas italianas ainda em funcionamento tiveram que adaptarem-se as orientações legais e retirar do currículo o ensino da língua e da cultura italiana. Contudo, isso não garantiu a supressão total da *italianità*.

Em meio a tudo isso, as escolas elementares foram constituintes de uma cultura escolar que evidenciou singularidades e universalidades decorrentes das experiências construídas entre os sujeitos envolvidos naquele processo de escolarização elementar.

## **Documentos**

PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público. Ofício. Livro 0578, 1879, p.89.



\_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Ofício. Livro 0614, 1880, p. 88.

\_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Requerimento. Livro 0677, 1882, p.58-59.

\_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Ofício. Livro 0685, 1883, p.41.

\_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Ofício. Livro 0738, 1885, p. 41.

\_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Ofício. Livro 0766, 1885, p. 74.

\_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Ofício. Livro 787, 1886, p.22.

\_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Requerimento. Livro 0793, 1886, p.75.

\_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Requerimento. Livro 0795, 1886, p. 45.

\_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Ofício. Livro 0885, 1890, p. 50.

\_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Requerimento. Livro 1007, 1894, p. 33-34

\_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Requerimento. Livro 1021, 1895, p. 234.

\_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Ofício. Livro 1681. 1917, p. 50.

## **Referências**

COLBACCHINI, Pedro. *Pastoral do imigrante: um desafio para a Igreja no Brasil*. Tradução: Valeriano Altoé. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

FEDALTO, Pedro. *O centenário da Colônia Antonio Rebouças (1878-1978)*. Curitiba: Voz do Paraná, 1978.

HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n.2, 1990.

KREUTZ, Lucio. Imigrantes e projeto de escola pública no Brasil: diferenças e tensões culturais. In: *Educação no Brasil: história e historiografia*. Sociedade Brasileira de História da Educação (org.). Campinas: Autores Associados, 2001.

LUCHESE, Terciane Ângela. *A escolarização entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS – 1875 a 1930*. Tese de Doutorado. UNISINOS. São Leopoldo, 2007.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade Maschio. *A constituição do processo de escolarização primária no município de Colombo (1882-1912)*. Dissertação de Mestrado. UFPR. Curitiba, 2005.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck (Org.). *Coletânea da Documentação Educacional paranaense no período de 1854 a 1889*. Campinas: Autores Associados, 2000.

WERNET, Augustin. *Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus: 100 anos a serviço do amor*. São Paulo: EDUSC, 2000.

WACHOWICZ, Lílían Anna. *A relação Professor-Estado no Paraná Tradicional*. Curitiba: Cortez, 1984.

# **A RELAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE, NO CONTEXTO DA ITALIANIDADE, NO PERÍODO DE 1915-1945 EM CAXIAS DO SUL/RS**

Jordana Wruck Timm<sup>1</sup>

Lúcio Kreutz<sup>2</sup>

*Resumo:* O trabalho refere-se à relação escola-comunidade no contexto da italianidade, a partir de entrevistas com duas professoras que iniciaram a atuação docente entre 1915-1945, na cidade de Caxias do Sul/RS. As entrevistas estão gravadas em fitas cassetes e também estão transcritas, encontram-se no acervo de memória oral do ECIRS/UCS<sup>3</sup>, além de documentos e materiais sobre a imigração italiana que compõem o mesmo acervo. A justificativa pela escolha do espaço e tempo compreende o município de Caxias do Sul, priorizando a que primeiro iniciou a lecionar e a última, dentro das pesquisadas no referido município. Objetiva-se com essa pesquisa, verificar se existia relação escola/comunidade nesse período, mostrando indícios a partir das entrevistas, que possam levar às conclusões sobre o referido tema. A pesquisa permite concluir, inicialmente, que o professor era bem visto pela comunidade, muitas vezes, inclusive, respeitado como autoridade, pôde-se perceber em relatos que escola e família visitavam-se e que existia auxílio/ajuda entre ambas às partes, demonstrando assim, a existência dessa relação.

*Palavras-chave:* Escola, Comunidade, Atuação docente, ECIRS, Italianidade.

---

## **Considerações iniciais**

Assunto tão debatido atualmente é a relação escola-comunidade, dá-se muita importância a esta relação, estudos feitos comprovam que essa interação entre ambas as partes visa a melhorar o desempenho dos alunos em sala de aula. E se pensarmos que de

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação, na linha de pesquisa História e Filosofia da Educação – UCS. E-mail: jordanawruck@hotmail.com.

<sup>2</sup> Orientador. Doutor em Educação – UCS.

<sup>3</sup> Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas da Região Nordeste do Rio Grande do Sul, na Universidade de Caxias do Sul.

uns tempos para cá houve inversões de valores, muitas coisas mudaram em cem anos e cinquenta anos, sabemos que estamos em constante transformação, a mídia, as tecnologias dispostas a um grande público, e se analisarmos as condições de cem anos e cinquenta anos atrás, como seria a sala de aula? A atuação docente? E, principalmente, existia relação escola-comunidade? Em caso afirmativo como ocorria essa relação? Essas são perguntas que conduziram a escrita desse artigo, e para respondê-las, buscamos relatos de duas professoras que atuaram nessa época.

Objetivamos verificar se existia relação escola-comunidade nesse período, mostrando indícios a partir das entrevistas, que possam levar conclusões sobre o referido tema; e, também, refletir sobre a atuação docente e a importância atribuída pela comunidade a essa atuação, considerando as duas entrevistas utilizadas. Portanto, nosso objeto de estudo, para a escrita desse artigo, são as duas professoras entrevistadas, levando em conta que essas entrevistas foram realizadas na década de 1980 e compõe o Acervo de memória oral do ECIRS.

Para conhecer melhor as entrevistadas:

- Isolina Rossi nasceu em 04 de setembro de 1898 e a entrevista aconteceu no dia 01 de outubro de 1985, com 87 anos de idade. Entrevista feita pela professora Liane Beatriz Moretto Ribeiro, em Caxias do Sul.
- Vanda Lide Schumacher Soldatelli nasceu em 1925 e a entrevista realizou-se em 1988, com 63 anos na época da entrevista. Entrevista feita pela professora Liane Beatriz Moretto Ribeiro, em Caxias do Sul.

O método aqui empregado consiste na análise das duas entrevistas, levando em conta a pergunta central de pesquisa, ou seja, as respostas que aqui estão expostas conferem a análise das histórias trazidas pelas duas professoras que atuaram no período em vigência, bem como em uma breve fundamentação teórica, onde trazemos a luz o conceito de comunidade.

A justificativa pela escolha do espaço e do tempo compreende o município de Caxias do Sul, priorizando a que

primeiro iniciou a lecionar e a última, dentro das pesquisadas no referido município, ou seja, o ano em destaque (1915-1945) corresponde ao ano de início do exercício da docência destas duas professoras. Essa justificativa serve para explicar o motivo da escolha das duas, dentro de um total de trinta entrevistas que compõe o acervo e que se refere à mesma temática, dessas trinta, vinte e duas foram realizadas com professoras e oito com alunos.

As entrevistas realizadas com as professoras estão sendo utilizadas pela autora na escrita da dissertação para o Mestrado em Educação, exceto uma que morou e atuou em outra região, já que na dissertação o espaço compreende a Antiga Região Colonial de Imigração Italiana, situada na região Nordeste do Rio Grande do Sul.

### **A trajetória docente de Isolina**

Dona Isolina começou a lecionar com dezessete anos, por acharem que ela era competente, alega ter sido uma das primeiras professoras e disse que ia ensinando e enquanto isso estudava também. No período das férias tinha que ir até a “cidade”, estudar, eles não ofereciam curso preparatório na admissão dos professores, mas estes depois de estarem lecionando iam todos os anos, nas férias, estudar.

Lecionou por quarenta e cinco anos (contando e tempo de solteira e depois quando retornou, já casada), parou por que se casou e seu marido não quis que continuasse trabalhando, no entanto ele teve um derrame, sem poder trabalhar e sem salário, concordou com o retorno da esposa para a sala de aula, então uma família da comunidade, responsabilizada pela escola, resolveu ampliar a mesma, criando quarto, sala, cozinha, para que dona Isolina pudesse ir lecionar, levando junto seu marido. Ela acredita que fizeram isso devido a sua competência e por gostarem dela, pois depois de sua saída nenhuma professora conseguia se estabelecer lá.

A escola era municipal. Ensinava do primeiro ao quinto ano, todos juntos. Ensinava, além de ler, escrever e calcular, trabalhos manuais, educação física, catecismo e até geografia, ensinava coisas

úteis. Alfabetizava uma criança em quinze dias. As provas vinham prontas da prefeitura, após aplicarem as mesmas levavam consigo e depois avisavam quem estava aprovado. O estudo baseava-se no primeiro, segundo, terceiro e quarto livro e finalizava com a seleta, momento em que muitos paravam de estudar. Depois começou a lecionar a noite, particular, para adultos.

As crianças gostavam da escola, dona Isolina até falou de um menino que estava doente e fugiu pela janela de casa para ir à escola. Depois de aposentada foi para São Paulo, seu filho morava lá, lecionou onze anos em um colégio de irmãs. Ao retornar de lá, começou a ensinar doze senhoras aqui de Caxias, eram analfabetas, dava aula todas as tardes, até seus oitenta anos, mas teve que parar, pois quebrou a perna, mas alega ser o único motivo, pois não tinha vontade de parar, não cobrava, gostava de ensinar.

### **A trajetória docente de Vanda**

Iniciou o curso primário aos sete anos, o curso tinha duração de cinco anos, era somente para meninas e era ministrado por freiras. Faziam trabalhos manuais, educação física, tinham as disciplinas de linguagem, matemática, história, geografia, ciências, religião. A escola era paga. Depois fez o sexto e o sétimo ano e depois fez o exame de admissão para o complementar, pois antes disso não tinha idade, cursou por três anos.

Formada com dezesseis anos, não podia pedir nomeação por não ter idade mínima para tal, mas conseguiu lecionar em escola municipal, assim podia ir pegando experiência e já ajudava na contagem do tempo. Para conseguir lecionar falou com o prefeito da época e com a Secretária Municipal de Educação, após preencher um requerimento, era só aguardar um local que estivesse precisando de professor.

Começou a lecionar em 1941, era em zona rural e ia a cavalo para a escola, que ficava próximo a Ana Rech. Era em média cinquenta a sessenta alunos, todos na mesma sala, dona Vanda lecionou sozinha por uns três ou quatro anos. O programa de disciplinas vinha pronto da prefeitura, ensinavam de tudo,

linguagem, matemática, fora do programa a professora Vanda ensinava trabalhos manuais que eram expostos nos dias de exames finais e tinham uma horta, assim ensinando os alunos a plantarem e cuidarem da mesma.

Ao ser questionada se era oportuno seguir um programa já estabelecido pela secretaria de educação, ela era afirmativa, achava que era algo estipulado para cada ano e era importante segui-lo. Os exames finais eram aplicados pela comissão examinadora (prefeito, comandante do batalhão, padre). Eram feitas várias reuniões, a secretaria olhava, inclusive os planejamentos, caso estivesse faltando algo ou que não estava no programa eles escreviam ou falavam para a professora.

As crianças só faltavam à escola por motivo de doença, fora isso, mesmo em época de colheita, não faltavam a escola, porém, assim que soubessem ler, escrever, fazer contas, história do Brasil e geografia, davam-se por satisfeitos, a essas alturas já estavam com mais idade, então paravam de estudar para ajudar mais a família nas lidas da colônia.

A professora se queixa da escassez de livros didáticos na época e se lembra de quando veio o mimeógrafo, utilizado para alternar os exercícios postos no quadro com as folhinhas distribuídas. Ela priorizava mais a educação do que a instrução. Não gostava de alfabetizar, não gostava de pegar o primeiro ano, achava horrível, mas do mesmo modo que achava difícil, considera a principal etapa do ensino, a mais importante. Trabalhava com o método de decorar, principalmente nas disciplinas de história, geografia, a tabuada. Não fazia trabalhos em grupo, alega que na época não usavam esse método, nem sabiam.

Ao perguntar se era bem remunerada, ela respondeu: “Mas claro que não. A gente fazia isso de gostar, de adorar, de amar os trabalhos”.

Em 1944 foi nomeada estadual, era no mês de outubro e a colocaram em uma escola bem longe de sua casa (interior de São Borja), porém só ficou ali por três meses e, então, foi convidada a assumir a direção de um grupo escolar em São Marcos. Apesar da

incerteza e da falta de experiência, aceitou o convite e lá ficou como diretora e também professora, a partir de 1945. O grupo escolar foi formado pelo município, mas doado ao estado. Achava melhor no grupo escolar, pois recebiam orientação e acompanhamento. Alguns pagavam uma taxa escolar para que os filhos assistissem às aulas, mas somente quem tinha dinheiro, alguns não tinham, então não pagavam, alguns iam muitas vezes pela comida.

Nesse grupo escolar o programa também vinha pronto, bem como as provas, mas estas eram corrigidas primeiramente pela professora para depois ser encaminhadas para Porto Alegre, cidade onde ficava a delegacia responsável pelo programa e provas. Ficou lá até 1969, assumindo a direção de um grupo escolar em Caxias.

## **O conceito de comunidade**

Comunidade é o conceito de referência neste artigo, pois é por meio desse conceito e com base nele que fizemos a análise das entrevistas.

Segundo o dicionário Michaelis, comunidade é

*sf (lat communitate)* **1** Qualidade daquilo que é comum; comunhão. **2** Participação em comum; sociedade. **3** *Sociol* Agremiação de indivíduos que vivem em comum ou têm os mesmos interesses e ideais políticos, religiosos etc. **4** Lugar onde residem esses indivíduos. **5** Comuna. **6** Totalidade dos cidadãos de um país, o Estado.

Para Bauman (2003) comunidade remete sempre a uma coisa boa, um lugar onde as pessoas podem sentir-se seguras, acolhidas. Diferente dos dias de hoje, hoje vivemos em uma sociedade, cada um trabalha por si, cuida de si, naquele tempo, comunidade significava respeito mútuo, um ajudava ao outro, não se valorizava o “eu” e sim o “nós”.

Para Biddle (1972, p.88)

As definições sociológicas de comunidade tendem a referir-se à estrutura. Mencionam entidades como reunião de moradores, pequenos povoados, conjunto de moradias planejadas, área



comercial, vizinhança, bairro, cidade, um “sistema social”, ou um complexo metropolitano, além de outros termos.

E, nesse sentido, MacIver e Page (1973, p.122) defendem:

É o termo que aplicamos a um povoamento de pioneiros, a uma aldeia, uma cidade, uma tribo ou uma nação. Onde quer que os membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, vivam juntos e de modo tal que partilhem, não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum, chamamos a esse grupo comunidade. (...). O critério básico da comunidade, portanto, está em que todas as relações sociais de alguém podem ser encontradas dentro dela.

Com essas citações e as pesquisas que a autora tem desenvolvido a respeito da imigração italiana, podemos dizer que eles se organizaram de tal forma, a semelhança na etnicidade, identidade, cultura, interesses. Esses fatores fizeram com que formassem seu grupo, sua comunidade que vieram em busca dos mesmos objetivos. Nesse sentido, Arcoverde (1985) defende que os fatores geográficos, a cultura e os interesses comuns podem dar ênfase a formação da comunidade. A partir desse breve levantamento, damos início à análise das entrevistas realizadas com as duas professoras no que se refere à comunidade.

### **A relação das professoras com a comunidade**

Sobre a relação de dona Isolina com a comunidade, ela disse que as famílias ajudavam bastante, traziam alimentos para ela, disse ser querida por eles, que até então ainda visitavam ela. Ela disse saber que voltou por que eles fizeram de tudo para que tal ocorresse, gostavam da forma que ensinava, era respeitada. Sempre era convidada para os casamentos.

Já, Vanda afirma sobre sua relação com a comunidade:

(...) Eu nunca vi como a comunidade naquele tempo eles apoiavam a professora pra eles era como uma autoridade. Era algo fora do comum, às vezes tinha que resolver casos de terras. Por exemplo, eles tinham discussão de uma terra e outra, eles não iam procurar uma autoridade, eles iam procurar a professora, pra resolver, pra dar um conselho, pra dizer quem é que tinha razão, quem não tinha.

Nunca me esqueço que tive que resolver um caso por causa de uma tesoura de podar. Quase se mataram de tanto que brigaram por causa da tesoura”. “Duas famílias. Então foram lá pra mim e o que a senhora acha, porque esse aí... Eu digo, nós vamos resolver o caso agora, nós vamos com calma e vamos ver desde o começo. De quem era a tesoura? Aí os dois ficaram... Não, aqui tem que aparecer o dono da tesoura”. “Sim, a gente era como uma autoridade. Eu fui autoridade até lá em São Marcos, quando fui lecionar lá. Quantidade de vezes eles vinham falar com a gente. Eles davam muito valor a uma professora”. (Vanda)

Apenas recorda que ao assumir a direção no grupo escolar no município de São Marcos, foi bastante hostilizada, bem como seu antecessor também foi, fato é que ambos vieram de fora, levando em consideração que esse possa ser o motivo para tal,

Mas sabe que o meu trabalho, não foi por exemplo um trabalho assim de dizer, agora eu vou conseguir que todos se dêem comigo por causa disso, daquilo, não. Eu conquistei a comunidade toda, assim, de uma maneira sincera, falando com os pais. (Vanda)

Nessa comunidade não davam muito valor ao professor, de forma geral, induzidos pelo padre, valorizavam o colégio das freiras, e colocavam as próprias crianças contra o professor do grupo escolar, no relato de dona Vanda, ela chegou a levar um tapa no rosto por uma criança que a atacou enquanto passava na rua. Mas em seguida casou-se, fez amizades e passou a ser bem vista pela comunidade. Em tempo de colheita ajudava as famílias a cortarem o trigo.

Nas reuniões, as famílias tinham liberdade para se posicionarem frente ao que achavam que estava bom e o que deveria ser melhorado, podiam falar o que quisessem. As reuniões, as festas permitiam que a professora conhecesse todas as famílias. Tinha orientação da prefeitura para que fizesse reuniões frequentes, mas como tinha festas seguidamente, fazia umas quatro reuniões no ano e no mais se falavam nas festas, onde a professora ficava sempre rodeada de gente, além, de depois da aula, a professora ir na casa das famílias quando tinha algum assunto em particular sobre determinado aluno.

Nas reuniões geralmente a mãe ia, ou então dava preferência para marcar em finais de semana, assim iam as mães e os pais. Os pais passavam na escola para ver se estava precisado de alguma coisa, se precisava consertar algo na escola, fora isso não procuravam tanto para conversar.

Nas festas a professora ajudava as cozinheiras no preparo de alimentos, a arrumar as mesas, a capela, sempre era convidada para as festas. Sobre as vestes, lembra-se de se vestir diferente da comunidade, mas era muito imitada e gostava de ser imitada, ensinou muitos a fazerem tricô para que fizesse suas roupas também.

Os pais achavam a escola importante e queriam que nela seus filhos aprendessem a ler, escrever e fazer contas.

## **Conclusões**

A análise das entrevistas permite concluir, que professoras naquela época eram contratadas sem ter formação específica para o exercício da docência, competência e indicação eram suficientes para lhe garantirem uma vaga, que ao certo poderia ser preenchida após uma idade base, mas que sem nomeação já executavam antes. No entanto, cursos e concursos lhes eram oferecidos no período das férias, na verdade eram obrigatórios, quem não fosse aprovado nas provas deveria parar de lecionar.

Muito debatido nos dias de hoje, o salário dos professores já era alvo de preocupações, quem tinha o desejo de lecionar sabia disso, mas escolhiam o caminho pelo gosto á docência, ou por vocação, como escreve Kreutz em um artigo. “A concepção do magistério como uma vocação era expressa em termos muito próximos aos da Escritura para caracterizar a missão do sacerdote católico. Descrevia-se a função do professor também como uma mediação entre Deus e a comunidade” Kreutz (1986, p.15). Ambas as professoras relataram esse gosto.

Sobre o ato de ensinar, dona Isolina alegou alfabetizar uma criança em quinze dias, já dona Vanda disse não gostar da alfabetização, apesar de achá-la muito importante, considerava difícil alfabetizar. Ler, escrever e calcular eram suas principais

“funções” na escola, era o que os pais queriam que os filhos aprendessem.

O programa vinha pronto da prefeitura, nele continha o que o professor deveria ensinar, e no final do ano vinham as provas, também prontas, nela avaliavam o desempenho das crianças, e, conseqüentemente, o do professor, pois assim se confirmava se tinham ensinado o conteúdo pré-estabelecido.

Sobre a relação das professoras Isolina e Vanda com a comunidade, relatam terem sido bem quistas pela mesma. Isolina tinha boa relação com a comunidade, inclusive fizeram de tudo para que voltasse a lecionar na primeira escola, de onde teria saído após o casamento, característica curiosa, é que nenhuma outra professora parava lá. Já Vanda, também apresentou boa relação, com exceção de seu início no município de São Marcos, onde passou bastante trabalho, mas que aos poucos foi sendo resolvido, embora não tenha sido declarado, ela suspeitava que esse tratamento poderia ter sido motivado por ser de “fora”, não era uma pessoa da comunidade. Elas visitavam as famílias, e inclusive, Vanda, ajudava de vez em quando as famílias na colheita do trigo. Ambas eram convidadas para as festas e muitas vezes ajudavam quando necessário.

Por esses motivos, podemos constatar que existia relação entre a escola e a comunidade, uma relação de respeito, de mútua contribuição entre ambas as partes. As professoras eram bem aceitas, no entanto a preferência era por alguém da comunidade, caso contrário havia uma certa resistência para com as mesmas, não ficando nítido o motivo para isso, mas tudo indica que tenha sido por não ser da comunidade. MacIver e Page (1973, p.122), sinalizam que “o critério básico da comunidade, portanto, está em que todas as relações sociais de alguém podem ser encontradas dentro dela”, ou seja, a comunidade trabalha para a própria comunidade, a ideia é não colocar pessoas de “fora”, os filhos educados por professoras da mesma origem, por muitos anos era considerado o ideal e muitas vezes a comunidade fazia esse esforço para manter sua identidade.

## Referências

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. *O coletivo ilusório: uma reflexão sobre o conceito de comunidade*. Recife/Universidade Federal de Pernambuco: Universitária (UFPE), 1985.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Traduzido por Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BIDDLE, William W.; BIDDLE, Loureide J.. *Desenvolvimento da comunidade: a redescoberta da iniciativa local*. Tradução de Marília Diniz Carneiro. 2ed. Rio de Janeiro: Agir, 1972.

KREUTZ, Lúcio. Magistério: vocação ou profissão? *Educação em revista*, Belo Horizonte, n. 3, jun. 1986.

MACIVER, R.M.; PAGE, Charles H.. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Nacional e USP, 1973.

MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua Portuguesa*. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 13/08/2012.

ROSSI, Isolina. *Entrevistas sobre a escolarização de imigrantes italianos – RS (Região Nordeste do Estado)*. Caxias do Sul, ECIRS – UCS, 1985. Entrevista concedida a Liane Beatriz Moretto Ribeiro. [entrevista transcrita].

SOLDATELLI, Vanda Lide Schumacher. *Entrevistas sobre a escolarização de imigrantes italianos – RS (Região Nordeste do Estado)*. Caxias do Sul, ECIRS – UCS, 1988. Entrevista concedida a Liane Beatriz Moretto Ribeiro. [entrevista transcrita].

# COLLEGIO ALEMÃO DE PELOTAS-1898

Maria Angela Peter da Fonseca<sup>1</sup>

Elomar Antonio Callegaro Tambara<sup>2</sup>

*Resumo:* Este trabalho contempla a gênese do Collegio Allemão de Pelotas, os primeiros anos de funcionamento e suas especificidades em relação à língua alemã e ao germanismo presente no currículo da instituição. Entre as fontes utilizadas destacam-se os Relatórios Escolares do Collegio Allemão de Pelotas de 1913 e 1923, e a edição comemorativa do Jubileu de Ouro da Comunidade Evangélica Alemã de Pelotas de 1938. No que diz respeito à metodologia, esta investigação foi realizada de forma quanti-qualitativa, através de pesquisa bibliográfica e documental privilegiando um aspecto descritivo. O Collegio Allemão de Pelotas, um collegio urbano, de ensino primário e secundário, para meninos e meninas, foi fundado em 1898, por uma sociedade escolar cujos membros eram imigrantes alemães e teuto-brasileiros, industriais e comerciantes, que, em sua maioria, protestantes luteranos, pertenciam à Comunidade Evangélica Alemã de Pelotas, filiada ao Sínodo Rio-Grandense. O Collegio Allemão de Pelotas foi um *locus* onde circulou um tipo de conhecimento específico, denominado germanismo. Esse *corpus* teórico manifestou-se através de um currículo diferenciado propagando um *logos* por meio da língua alemã que transmitia um *ethos* característico responsável pela formação de uma visão de mundo fundamentada nos princípios do germanismo.

*Palavras-Chave:* Educação Teuto-Brasileira Urbana, Germanismo, Língua Alemã.

---

## Palavras iniciais...

Este artigo apresenta um estudo sobre a gênese do Collegio<sup>3</sup> Allemão de Pelotas<sup>4</sup>, privilegiando os primeiros anos de

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação – Universidade Federal de Pelotas.

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Educação- Universidade Federal de Pelotas.

<sup>3</sup> Ao fazermos referência ao Collegio Allemão de Pelotas, estaremos usando a palavra collegio durante todo o texto, retomando a grafia da época de sua fundação em 1898.

<sup>4</sup> Para maiores informações ver a Dissertação intitulada: “Estratégias para a Preservação do Germanismo (*Deushtum*): Gênese e Trajetória de um Collegio

funcionamento e suas especificidades em relação à língua alemã e ao germanismo presente no currículo da instituição.

A temática faz parte de uma investigação mais ampla desenvolvida no Centro de Estudos e Investigações em História da Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Pelotas que contempla a História da Educação Teuto-Brasileira Urbana em Pelotas nos séculos XIX e XX.

Entre as fontes utilizadas destacam-se os Relatórios Escolares do Collegio Allemão de Pelotas de 1913 e 1923, e a edição comemorativa do Jubileu de Ouro da Comunidade Evangélica Alemã de Pelotas de 1938. No que diz respeito à metodologia, esta investigação foi realizada de forma quanti-qualitativa, através de pesquisa bibliográfica e documental, privilegiando um aspecto descritivo.

O tema acima anunciado apresenta um certo caráter de pioneirismo em Pelotas. Mas recentemente, Kolling (1999), realizou estudos sobre a educação e escolas em contextos de imigração pomerana nas comunidades livres, da zona rural de Pelotas e Weiduschadt (2007) abordou a temática da formação da identidade na educação pomerana inserida no Sínodo Missouri, em São Lourenço do Sul.

Estendendo-se em nível de estado, Kreutz (1991) enfocou a questão do magistério católico na imigração alemã, na região rural, e também a pesquisa de Rambo (1994) analisou a escola comunitária teuto-brasileira católica.

De acordo com Bastos (2002), investigações realizadas em relação às comunidades evangélicas são em menor número, como o trabalho de Dreher (1984), que contemplou a questão educacional analisada a partir da Igreja Evangélica. Já Hoppen (s/d), estudou a formação de professores evangélicos no Rio Grande do Sul (1900-

---

Teuto-Brasileiro Urbano em Pelotas (1898-1942)” que foi desenvolvida no Curso de Mestrado em Educação, na linha de História da Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Pelotas (2007).

1939) e Meyer (2000), investigou a cultura e a docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul.

No entanto, o Collegio Allemão de Pelotas, objeto deste estudo, um collegio urbano, para meninos e meninas, de ensino primário e secundário, fundado no final do século XIX, caracterizou-se por ser mantido por uma Sociedade Escolar composta por industriais e comerciantes representantes de uma pequena burguesia étnica germânica, em sua maioria pertencentes à Comunidade Evangélica Alemã de Pelotas filiada ao Sínodo Rio-Grandense.

### **A Comunidade Evangélica Alemã de Pelotas**

Após algumas tentativas infrutíferas, na década de 1870, alguns senhores fundaram, em 1884, uma *Deutsche Evangelische Gemeinde*, uma Comunidade Evangélica Alemã, tendo como membros fundadores Frederico Carlos Lang, Frederico Jacob Ritter, Francisco Behrendorf, entre outros.

O artigo primeiro do estatuto dessa comunidade rezava que o objetivo da comunidade evangélica alemã era: a religião luterana e a atenção ao ensino escolar para jovens. No artigo quinto, constava que a comunidade deveria conseguir um local para o pastor morar e, também, para a escola. Mas essa iniciativa não frutificou (SIMON, 1938).

No entanto, em 20 de outubro de 1888, foi fundada *Die Deutsche Evangelische Gemeinde in Pelotas*, a Comunidade Evangélica Alemã de Pelotas, tendo como presidente Francisco Behrendorf; tesoureiro, Carlos Ritter e, entre outros membros, o professor Eduardo Wilhelmy, diretor do Collegio Commercial. Nesta ocasião, foi lançada a idéia de uma *Gemeindeschule*, ou seja, de uma escola da comunidade. Todavia esta idéia veio a materializar-se, somente, dez anos depois, no final do século XIX (SIMON, 1938).

A Comunidade Evangélica Alemã de Pelotas era composta por 30 famílias (RELATÓRIO ESCOLAR 1913), ou seja, entre adultos e crianças, abrangendo três gerações, com avós, pais e filhos, participavam como membros, aproximadamente, 300 pessoas.



Consideramos relevante acrescentar que os três primeiros presidentes da Comunidade Evangélica Alemã de Pelotas, desde 1888 até 1901, foram: Francisco Behrendorf (1888-1893, 1899-1901), Frederico Carlos Lang (1893-1895) e Carlos Ritter (1895-1899), um forte comerciante e dois grandes industriais, com os produtos de seus trabalhos premiados, inclusive na Europa (SIMON, 1938).

Durante os primeiros dez anos da Comunidade Evangélica Alemã de Pelotas, o professor Eduardo Wilhelmy exerceu também as funções de pastor leigo, devido à carência de profissionais na área específica.

Consideramos importante mencionar que esta comunidade urbana somente erigiu um templo para suas práticas religiosas na primeira metade do século XX, incentivados pelo Sínodo Rio-Grandense. Até então, o trabalho, o cuidado com a educação das novas gerações e as associações em torno da cultura e das tradições priorizaram as práticas dos membros dessa comunidade.

### **A fundação do Collegio Allemão de Pelotas**

A fundação do Collegio Allemão de Pelotas, para meninos e meninas, no final do século XIX, foi o resultado de uma combinatória de esforços em prol da conservação do germanismo, na concepção de um *logos*, de um conhecimento, transmitido através da língua alemã, formadora de um *ethos* exclusivo, em um *locus* específico: a instituição escolar acima citada.

Entre os componentes desta combinatória, encontravam-se os representantes da Comunidade Evangélica Alemã de Pelotas, que fundaram uma Sociedade Escolar, e um pastor, proveniente do Sínodo Rio-Grandense, representando a igreja evangélica alemã no Rio Grande do Sul.

A educação escolar estava incluída no projeto educacional do Sínodo Rio-Grandense, através do fomento à fundação de escolas em solo rio-grandense. Portanto, os acordos selados entre a Sociedade Escolar, composta por 18 senhores, e o Sínodo Rio-

Grandense culminaram com a fundação de um collegio no dia 17 de dezembro de 1898.

O objetivo principal da Sociedade Escolar era cuidar dos interesses comuns de um grupo de pessoas em prol da educação escolar, amparados por um regulamento legal. Entre outros objetivos, encontravam-se os seguintes: organizar, administrar e manter um collegio em funcionamento, abrangendo cuidados que iam desde a escolha de um local adequado para a instalação da instituição, até à contratação do corpo docente.

A direção da Escola ficou a cargo de um pastor, professor do Sínodo Rio-Grandense. A diretoria da Sociedade Escolar foi composta pelos seguintes senhores: *Herr* (Senhor) H. Kuhn, presidente, *Herr* W. Sauter, vice-presidente, *Herr* F. Ritter, tesoureiro, e L.C. Bernhardt, secretário. Finalmente, em janeiro de 1899, o pastor e professor W. Naumann inaugurou a escola (RELATÓRIO ESCOLAR 1923).

Por ocasião da fundação do Collegio Allemão de Pelotas, o industrial Carlos Ritter era o presidente da Comunidade Evangélica Alemã. Além de sócio fundador da Sociedade Escolar, mantenedora do Collegio Allemão, ocupou o lugar de membro de honra da diretoria da citada sociedade a partir de 1906 até 1923 (RELATÓRIO ESCOLAR 1923).

O ano da fundação do Collegio Allemão de Pelotas coincidiu com a terceira fase de evolução da escola teuto-brasileira no Rio Grande do Sul que abrangeu o último quarto do século XIX, quando triplicou o número de escolas teuto-brasileiras, chegando a 308 escolas de língua alemã (KREUTZ, 1994). Nesta fase, instalaram-se o Sínodo Rio-Grandense e a Associação dos Professores Evangélicos Teuto-Brasileiros, além da efetiva imprensa que se fazia notar principalmente na área docente das escolas teuto-brasileiras do Rio Grande do Sul.

Especificamente em Pelotas, na área urbana, os imigrantes alemães e os teuto-brasileiros, detentores de um considerável capital econômico, formaram uma pequena burguesia, reunindo-se em torno

de sociedades diversas, o que propiciou a instalação de indústrias, de casas comerciais e também de colégios.

Este fato evidencia que vários foram os expedientes utilizados para a preservação do germanismo nesta cidade. Um dos mais significativos foi a fundação do Collegio Allemão de Pelotas, através do qual seria conservado, preservado e transmitido o bem cultural denominado germanismo.

### **Relatório escolar de 1913 e o corpo docente**

Através da análise do Currículo e do Conteúdo Programático, do Relatório Escolar de 1913, adentramos ao *corpus* pedagógico e didático, do Collegio Allemão de Pelotas, neste período específico. O Relatório Escolar do ano de 1913 foi elaborado pelo Diretor e Professor André Gaile.

Em relação ao Relatório Escolar de 1913, focalizamos aspectos da sociedade escolar, do corpo docente e discente, do currículo, do conteúdo programático e dos livros didáticos e da língua alemã. Enfatizamos especialmente o currículo, o conteúdo programático e a língua alemã, veículo através do qual circulava um conteúdo cultural eivado pelo germanismo, evidenciado no conteúdo desenvolvido em disciplinas específicas como a língua alemã, a literatura e o canto.

Segundo o Relatório Escolar de 1913 (p. 7), o Collegio Allemão de Pelotas era mantido por uma sociedade escolar, da qual faziam parte Carlos Ritter como membro de honra da diretoria; L. Bammann, presidente; R. Rorrenberg, Vice-Presidente; Ed. H. Müller, Tesoureiro; R. Freudenfeld, 1º Secretário; P. Pruski, 2º Secretário; J. Stosch e J. Schramm, vogais. A direção do Collegio estava a cargo do professor André Gaile.

O corpo docente do Collegio Allemão de Pelotas, em 1913, compunha-se dos seguintes professores: Diretor Professor André Gaile, com a seguinte carga horária: 29 horas/aula semanais (25,2%). Seguiam-se, ao Diretor da instituição, os seguintes professores: R. Schäfer, com 27 horas/aula semanais (23,4%); H. Mener, com 26 horas/aula semanais (22,6%); A. Böhme, com 25

horas/aula semanais (21,7%); João Affonso d'Almeida, com 6 horas/aulas semanais (5,2%) e Frau E. Böhme, com 2 horas/aula semanais (1,7%). A soma da carga horária de todos os professores perfazia a 115 horas semanais (RELATÓRIO ESCOLAR, 1913).

A partir desses dados, constatamos que 98% da carga horária estava concentrada nas mãos de professores e que somente 2% ficava aos cuidados de uma professora. A visão de mundo, transmitida aos alunos, era pautada por uma questão de gênero masculino, evidenciada na predominância de professores integrantes do corpo docente do Collegio Allemão em 1913.

No entanto, consideramos relevante mencionar que, um ano antes, em 1912, o corpo docente do Collegio Allemão de Pelotas era 100% masculino e compunha-se de cinco professores: Diretor André Gaile, R. Schäfer, H. Ohdroge, D. G. v. Ahn, João Affonso d'Almeida. O professor Rudi Schäfer também lecionava no Instituto Brasileiro e na Academia de Comércio. O professor João Affonso d'Almeida também lecionava na Academia de Comércio e no Asilo de Órfãos Nossa Senhora Conceição (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE PELOTAS, 1912).

### **Características do corpo docente**

No curso completo que correspondia a oito anos em classes de duplos, o número de meninos era superior ao número de meninas, numa proporção de 62,24% de meninos para 37,7% de meninas. Apesar de as meninas serem a minoria, o escore de 37,7% demonstra a conquista feminina dentro do espaço escolar, em um collegio regido por uma liderança masculina.

Em relação à religião, evidencia-se que 75% do total dos alunos eram protestantes, enquanto que 25% eram alunos católicos. Nos primeiros anos, o número de alunos protestantes oscilava em torno de 73%, enquanto que os católicos alcançavam 27% do total. Já nos anos finais, o número de alunos protestantes diminuiu, chegando a 54%, e o número de alunos católicos aumentou para 46%. No entanto, no 7º. e 8º. ano, o número de alunos protestantes atingiu 87%, e o dos católicos chegou a 13%.

Consideramos importante mencionar a presença de 25%, do total, de alunos católicos entre os alunos protestantes. Trata-se de um número significativo, uma vez que indica relações ecumênicas discentes entre pares católicos e protestantes.

Diferentemente de outras escolas particulares que atendiam somente meninos, como o Gymnasium Gonzaga, fundado em 1895, e o Collegio São Francisco que educava meninas, fundado em 1893, o Collegio Allemão de Pelotas, de 1898, seguiu os princípios de co-educação, educando meninos e meninas na mesma sala de aula, partilhando os mesmos professores e a mesma escola.

Em relação à língua falada em casa, 70% dos alunos eram provenientes de famílias em que ambos os pais eram de origem alemã (*Beid Eltern deutscher Abstamm*); 20% dos alunos provinham de lares em que um dos pais era alemão (*Vater oder Mutter deutsch*); e 10% dos alunos tinham ambos os pais brasileiros.

No Collegio Allemão, em 1913, 62,2% eram meninos, 75% eram protestantes e 90% tinha contato com a língua alemã nas famílias. A partir destes dados, concluímos que, nessa data, o collegio era preferencialmente étnico, com maior número de meninos, predominância dos protestantes e um contato hegemônico com a língua alemã nas famílias, além do predomínio da língua alemã no currículo. Muitas vezes a família não falava o *Hoch Deutsch* (alto alemão, a língua alemã culta) e, sim, um dialeto. A criança, além de falar o dialeto da casa, aprendia e era alfabetizada em dois idiomas no Collegio: na língua alemã e na língua portuguesa. As crianças, não raro, tornavam-se trilingües.

## **Currículo**

Através do *Stundenplan*, ou seja, do Plano de Horas, ou do Horário, passamos a analisar o Currículo do Collegio Allemão de 1913.

Ao Currículo da IV Classe (1<sup>o</sup>. e 2<sup>o</sup>. ano), correspondiam nove disciplinas: *Schreiblesen Deutsch*, *Portugiesisch* (Escrita e Leitura em alemão e em português), *Anschauungs=Unterricht* (Ensino Visual), *Rechnen* (Matemática), *Schreiben* (Escrita),

*Zeichnen* (Desenho), *Singen* (Canto), *Turnen* (Ginástica), *Handarbeit* (Trabalhos Manuais).

O currículo da III Classe (3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> ano) era composto por dez disciplinas: *Anschauungs=Unterricht* (Ensino Visual), *Deutsch* (Alemão), *Portugiesisch* (Português), *Deutsch=Portugiesisch* (Tradução Alemão-Português), *Rechnen* (Matemática), *Schreiben* (Escrita), *Zeichnen* (Desenho), *Singen* (Canto), *Turnen* (Ginástica), *Handarbeit* (Trabalhos Manuais).

Quatorze disciplinas compunham o currículo da II Classe (5<sup>o</sup> e 6<sup>o</sup>. ano): *Deutsch* (Alemão), *Portugiesisch* (Português), *Deutsch=Portugiesisch* (Tradução Alemão-Português), *Rechnen* (Matemática), *Naturgeschichte* (História Natural-Ciências), *Heimatkunde* (Estudo da Terra Natal), *Geographie* (Geografia), *Geschichte* (História), *Geschichte Brasiliens* (História do Brasil), *Schreiben* (Escrita), *Zeichnen* (Desenho), *Singen* (Canto), *Turnen* (Ginástica), *Handarbeit* (Trabalhos Manuais). Saiu a disciplina *Anschauungs=Unterricht*, e foram incluídas cinco disciplinas: *Naturgeschichte*, *Heimatkunde*, *Geographie*, *Geschichte*, *Geschichte Brasiliens*.

Dezesseis disciplinas integravam o currículo da I Classe (7<sup>o</sup> e 8<sup>o</sup> ano): Idiomas: *Deutsch* (Alemão), *Portugiesisch* (Português), *Französisch* (Francês), *Englisch* (Inglês); Raciocínio Abstrato: *Rechnen* (Matemática), *Geometrie* (Geometria), *Physik=Chemie* (Física=Química); Social: *Geographie* (Geografia), *Geschichte* (História), *Geschichte Brasiliens* (História do Brasil); Religião: *Biblische Geschichte* (História Bíblica); Motricidade fina: *Stenographie*, *Zeichnen*; Música: *Singen* (Canto); Corpo: *Turnen* (Ginástica); Trabalhos Manuais: *Handarbeit*. Foi retirada a *Naturgeschichte*, e entraram cinco disciplinas: *Französisch*, *Englisch*, *Geometrie*, *Physik=Chemie*, *Biblische Geschichte*.

Portanto, sete disciplinas formavam o núcleo central do currículo, isto é, eram comuns a todas as séries. Entre elas, encontravam-se: *Deutsch* (Alemão, 25 h), *Portugiesisch* (Português, 17 h), *Rechnen* (Matemática, 22h), *Zeichnen* (Desenho, 7 h), *Singen* (Canto, 8h), *Turnen* (Ginástica, 4h), *Handarbeit* (Trabalhos Manuais, 8h), correspondendo a 74,5% do espaço no currículo,

equivalentes a uma soma de 91 horas. Abrangendo três quartos da carga horária total, estas disciplinas tinham o objetivo de contemplar a educação do aluno como um todo, priorizando a comunicação em duas línguas, o raciocínio abstrato, a leitura do mundo através da imagem e do som, o corpo e o trabalho manual.

Consideramos importante acrescentar que as 122 horas semanais do Currículo eram trabalhadas na forma de classes de duplos, isto é, cada classe compunha-se de dois anos. Em 1913, o Collegio Alemão funcionava com quatro classes, ou seja, em oito anos. O professor responsável por uma determinada disciplina em uma classe trabalhava os conteúdos em dois níveis de adiantamento, atendendo a dois anos concomitantemente.

### **Conteúdo programático**

Ao analisarmos o conteúdo programático das disciplinas do currículo, observamos que, em relação ao Plano de Horas, houve algumas alterações em termos de retiradas e/ou acréscimos de disciplinas em alguns anos.

Pode-se citar o caso da III Classe, em que houve a inclusão de três disciplinas: Geografia, História e Ciências com uma hora/aula cada uma. No entanto, o Ensino Visual, a tradução Alemão/Português, apesar de constarem no currículo, não são elencadas no conteúdo programático. É provável que tenha havido troca de disciplinas, ou que estas tenham sido diluídas em algum conteúdo.

Outro exemplo ocorreu na II Classe, ou seja, em relação à disciplina *Heimatkunde* (Estudo da Terra Natal), que provavelmente foi inserida no conteúdo de Geografia. No 6º ano, foram acrescentadas duas disciplinas: a Física (1 h/aula) e o Francês (3 h/aula).

Chamamos a atenção para as disciplinas com o enfoque dentro da perspectiva da História que, abrangiam em torno de 15% da carga horária do currículo. É o caso das seguintes disciplinas: a História, no 3º, 4º, 5º, 6º e 7º ano, História Alemã com um total de 8h; História do Brasil, no 5º, 6º e 7º ano, com um total de 3h. É

provável que esta disciplina – História do Brasil – fosse lecionada pelo professor João Affonso d’Almeida, por ser o único professor brasileiro, uma vez que estas aulas eram ministradas em português. A História Natural, com uma hora, no 6º ano. A História da Literatura, no 7º ano, inserida dentro da Língua Alemã, que tinha uma carga horária de 5 horas. Finalmente, a História Bíblica, que estudava o Velho Testamento, no 7º ano, e o Novo Testamento, no 8º ano, completando 2h.

O estudo das línguas era enfatizado no Collegio Allemão de Pelotas. Além do alemão e do português, foram inseridos, nos últimos anos, o francês e o inglês. No entanto, o francês tinha uma carga horária maior do que a do inglês.

### **Livros didáticos**

A seguir, arrolamos as vinte indicações de livros didáticos, totalizando treze impressos didáticos, para o ensino primário e o ensino secundário do Collegio Allemão de Pelotas, no ano de 1913. Esses impressos contemplavam, mais especificamente, seis disciplinas do currículo, entre elas: Alemão, Português, História da Literatura, Francês, Inglês e Matemática. Entre esses livros alguns eram publicados na Alemanha e outros, já no Rio Grande do Sul.

A 1º ano usava somente dois livros: um de alemão e um de matemática. O 2º e o 3º ano, usavam, respectivamente, três livros: um de alemão, um de português e um de matemática. O 4º. e o 5º. ano, usavam dois livros: um de alemão e um de português. O 6º. ano usava dois livros: um de português e um de francês. O 7º. ano utilizava o maior número de livros: ou seja, quatro livros: alemão, história da literatura, francês e inglês. O 8º. ano utilizava dois livros: um de alemão e um de inglês. Provavelmente na disciplina História Bíblica, no 7º. e 8º. ano, era utilizada a Bíblia Sagrada, contemplando o Antigo e o Novo Testamento. Para os alunos protestantes, esta idade entre 13 e 14 anos coincidia com o estudo preparatório para a Confirmação, semelhante à Primeira Comunhão entre os católicos.



Através da análise da indicação do material didático, evidencia-se que, muitas vezes, um livro era usado em dois anos. É o caso da Cartilha de Bürger und Grimm, para o Alemão, e do Kleikamp I e II, para a Matemática, no 1º. e 2º. ano. Do livro de leitura de Jütting e Weber para o Alemão, e do livro de leitura de Rotermund para o Português, no 3º. e 4º. ano. Do livro A Pátria Brasileira de Olavo Bilac, para o Português, ao que tudo indica para a 5º. e 6º. ano. Do livro de Francês de Rossmann e Schmidt para a 6º. e 7º. ano, e do livro de Inglês, do Dr. Schmitd para a 7º. e 8º. ano.

Portanto, circulavam treze impressos didáticos no Collegio Allemão de Pelotas, em 1913, dos quais, sete livros eram utilizados, cada um em dois anos. Os outros seis livros eram usados, cada um, em um ano específico.

Dos treze impressos, oito eram livros didáticos em língua alemã, destinados aos conteúdos de Alemão, Matemática e História da Literatura. O material didático em língua alemã ocupava o espaço de 61,53%.

### **Para finalizar...**

A idéia de uma escola da comunidade foi cultivada durante anos, desde a fundação da primeira comunidade em 1884, que, no entanto, não teve continuidade nessa data. Todavia em 1888, com a fundação da Comunidade Evangélica Alemã de Pelotas, essa idéia passou a integrar os ideais de um grupo de membros da comunidade. Tanto que, em janeiro de 1889, foi fundada: *Die Deutsche Schule*, a Escola Alemã, almejando tornar-se uma escola da comunidade.

Portanto, a gênese do Collegio Allemão de Pelotas está diretamente vinculada aos anseios de um grupo de imigrantes alemães e de teuto-brasileiros que atuaram como guardiões do *Deutschtum*, do bem cultural germânico, em Pelotas. Entre eles, encontrava-se o professor Eduardo Wilhelmy, que, nos diversos setores de sua instituição, ministrava o ensino em língua alemã.

O papel congregador da educação dos filhos de um pequeno número de imigrantes e de teuto-brasileiros, em Pelotas, foi exercido na forma de uma instituição, inicialmente, na *Deutsche Schule* de

1889. No entanto, a consolidação desses ideais materializaram-se através da fundação do Collegio Allemão de Pelotas, em 1898. Para este projeto específico, no final do século XIX, houve a participação do Sínodo Rio-Grandense. Isso é evidenciado através da presença dos pastores Naumann, Weller e Sudhaus, ocupando a direção do collegio, nos primeiros nove anos.

O Collegio Allemão de Pelotas, durante sua trajetória, foi o *locus* onde circulou um tipo de conhecimento específico, denominado germanismo. Esse *corpus* teórico manifestou-se através de um currículo diferenciado, elucidado, inicialmente, através da alfabetização bilíngüe no primeiro ano.

A propagação de um *logos* por meio da língua alemã, transmitia um modo de ser, um *ethos* característico, responsável pela formação de uma visão de mundo embasada nos princípios do germanismo. Os fundamentos foram transmitidos nos conteúdos programáticos de algumas disciplinas do currículo, como, por exemplo, a Língua Alemã, o Canto, a História da Literatura, a História Bíblica, a História e a Geografia da Alemanha e através dos recursos de memorização e declamação de poesias, contos, lendas, entre outros.

Para melhor compreensão, as matrizes ideológicas do germanismo foram apreendidas do nacionalismo alemão, principalmente do pensamento étnico, proveniente de Herder (século XVIII). Segundo Grützmann (2003), tratava-se de um conjunto de idéias ecléticas que se originaram de diferentes pensadores e filósofos alemães, os quais foram profundamente influenciados pelo período histórico denominado Romantismo.

Para Seyfert (2004) e Meyer (2000), a preservação do germanismo estava diretamente relacionada à sobrevivência da língua alemã, através da qual circulou o bem cultural germânico. Esse *corpus* teórico teve “vida” enquanto circulou em língua alemã, a qual foi um símbolo poderoso, vinculado aos ideais da Reforma. No momento em que a língua alemã foi proibida, por ocasião da Nacionalização do Ensino brasileiro, o germanismo, no Rio Grande do Sul, entrou em declínio.

A metamorfose (*metamorphose*) das idéias pedagógicas que se materializaram sob a forma de uma instituição educativa urbana de origem alemã, o Collegio Allemão de Pelotas, no final do século XIX, elucida tempos e espaços distintos. Nesta trajetória entre os continentes, ao cruzar o Oceano Atlântico em direção ao oeste, evidencia-se a transformação do *modus* institucional escolar. A idéia de escola para os imigrantes alemães, devido à carência de escolas públicas no Brasil, transcendeu a forma estatal ao converter-se em uma escola particular em território brasileiro.

No entanto, a instalação da escola teuto-brasileira urbana diferiu radicalmente, em seus motivos, da escola da zona rural. Na zona rural, havia a carência, explícita, de escolas. Mas, nas cidades, havia escolas em profusão, tanto públicas como particulares, de ótima qualidade.

Os imigrantes alemães e os teuto-brasileiros que fundaram o Collegio Allemão de Pelotas, assim o fizeram por uma opção étnica e por disporem de um projeto específico. Esse projeto consistiu em transmitir um *corpus* teórico através da língua alemã, sendo inserido no conteúdo programático e desenvolvido no currículo do Collegio Allemão de Pelotas. Isso é evidenciado no Relatório Escolar de 1913.

Em síntese, o Collegio Allemão de Pelotas representou o esforço realizado por um grupo de imigrantes alemães e teuto-brasileiros para conservar a memória cultural de suas raízes étnicas, deixando o exemplo da perseverança, na construção do conhecimento, com vistas ao exercício pleno da cidadania em terras brasileiras.

## Referências

BASTOS, Maria Helena Câmara, TAMBARA, Elomar e KREUTZ, Lúcio (orgs.). *Histórias e Memórias da Educação do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Seiva /UFPEL, 2002.

DREHER, M. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

FONSECA, Maria Angela Peter da. *Estratégias para a Preservação do Germanismo (Deutschtum): Gênese e Trajetória de um Collegio Teuto-Brasileiro Urbano em Pelotas (1898-1942)*. Pelotas: UFPEL, 2007. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade Federal de Pelotas.

GRÜTZMANN, Imgart. *O Carvalho entre palmeiras: representações e estratégias identitárias no germanismo*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História [da] Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo: UNISINOS, v.7, n.8, jul./dez. 2003, p.115-168.

HOPPEN, Arnildo. *Formação de Professores Evangélicos no Rio Grande do Sul*. (1909-1939). São Leopoldo: Sinodal, s/d.

KOLLING, Nilo Bidone. *Educação e Escolas em contextos de Imigração Pomerana no Sul do Rio Grande do Sul – Brasil*. 2000. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

KREUTZ, Lúcio. *Material Didático e Currículo na Escola Teuto-Brasileira do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Professor Paroquial. Magistério e Imigração Alemã*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

MEYER, Dagmar. *Identidades Traduzidas: Cultura e Docência Teuto-Brasileiro-Evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

RAMBO, Arthur Blasio. *A escola comunitária teuto-brasileira*. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

RELATÓRIO Escolar de 1913 – *Jahres=Bericht der Deutschen Schule zu Pelotas über das 14. Schuljahr 1913*. Pelotas: “*Deutsche Wacht*”, 1914.

RELATÓRIO Escolar de 1923. *In Zum 25 jährigen Bestehen der Deutschen Schule zu Pelotas, 1898-1923*.

RELATÓRIO da Intendência Municipal de Pelotas, 1912.

SEYFERT, Giralda. *Identidade Teuto-Brasileira numa Perspectiva Histórica*. In MAUCH, Cláudia e VASCONCELLOS, Naira (orgs.). *Os Alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Ulbra, 2004, p.11-27.

SIMON, A. *Deutsche Evangelische Gemeinde Pelotas (Rio Grandenser Synode) 1888-1938 Zum 50=jährigen Jubiläum.* (Jubileu de Ouro da Comunidade Evangélica Alemã de Pelotas (Sínodo Rio-Grandense) 1888-1938). São Leopoldo: Druck von Rotermund & Cia., 1938.

# **REAÇÕES DIANTE DAS IMPOSIÇÕES: AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS NAS ESCOLAS LUTERANAS DURANTE O ESTADO NOVO (O CASO DA ESCOLA FUNDAÇÃO EVANGÉLICA DE HAMBURGO VELHO)**

Rodrigo Luis dos Santos<sup>1</sup>

*Resumo:* Este trabalho visa, a partir do estudo de caso da Escola Fundação Evangélica de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul - RS, analisar algumas das medidas adotadas pelas escolas confessionais luteranas diante das imposições efetivadas pelo Governo de Getúlio Vargas no período denominado Estado Novo (1937-1945). Elencando algumas ações estadonovistas, o objetivo é traçar uma linha das reações e estratégias adotadas e empreendidas pelas lideranças desta escola, visando não perder sua liberdade, assim como continuar sendo um espaço de formação de ideias e de conformação de padrões sociais, sobretudo das elites de origem alemã no período determinado. Desta forma, busca-se apresentar outro olhar sobre estas questões, expondo o lado estratégico adotado pelos grupos que sofreram restrições durante o Estado Novo, de forma mais acentuada os de origem alemã vinculados com escolas confessionais.

*Palavras-chave:* Estado Novo, escolas confessionais, imposição, reações, Fundação Evangélica.

---

O processo educacional, dentro da estrutura social e governamental brasileira, passou por variadas e significativas mudanças, de forma acentuada a partir do reinado de D. Pedro II e também na primeira fase do período Republicano, que denominamos República velha ou Primeira República, embora ainda nesse período, a educação e o sistema escolar, mesmo com alguns projetos, adaptações e reformas, ainda ficassem sob a responsabilidade maior de instituições particulares de ensino, mantidas por associações, instituições religiosas ou de vínculo comunitário. No Rio Grande do

---

<sup>1</sup> Graduando em História – UNISINOS e Bolsista de Iniciação Científica FAPERGS, vinculado ao Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB) do PPG de História – UNISINOS.

Sul, a ideologia positivista que permeava a administração pública criava um ambiente no qual, numericamente, as escolas públicas eram minoria, e as ações demandadas pelo governo não interferiam de forma mais direta nas escolas privadas ou comunitárias, pois o governo se utilizava dessas escolas para garantir a presença de instituições educacionais em diversas regiões do Estado, não agindo de forma incisiva, mas orientando determinadas linhas de trabalho, sobretudo voltada para a educação empírica e científica. Politicamente, nesse período histórico, a maior ação dos governos federal e estadual se deu entre 1914 e 1918, quando ocorrera a Primeira Grande Guerra Mundial, e a questão de conflitos étnicos e ideológicos se acentua, sobretudo com os imigrantes e descendentes alemães das regiões coloniais, quando se intensificam as medidas de controle e, se necessário, repressão, embora de forma não tão aguda como ocorrerá posteriormente, durante o Estado Novo.

Contudo, a educação no Brasil começou a se tornar efetivamente uma questão de Estado após a Revolução de 1930, com o Governo de Getúlio Dorneles Vargas, a qual foi adotada como um poderoso meio de perpetuação de medidas nacionalizadoras e de fomento de ações que visavam à construção identitária do Brasil, em um período de profusão de regimes totalitários, autoritários e nacionalistas, tanto na Europa como na América do Sul. Assim, ao abarcar e determinar as diretrizes e parâmetros educacionais e equacionar a forma como as instituições de ensino deveriam se modelar, o governo passou a ser o detentor do aparelho educacional, embora isso não signifique que não ocorreram pontos de conflito e de tentativas de não submissão aos ditames governamentais.

O objetivo deste trabalho não é traçar um perfil ou uma cronologia acerca dessas transformações, mas, ao determinar seu campo temporal de análise em um destes períodos, no caso, o Estado Novo (1937-1945), relacionar essas modificações dentro de uma nova estrutura sociopolítica, que interferiu diretamente nas escolas, principalmente as confessionais de origem alemã das regiões coloniais. Tão importante quanto as ações empreendidas pelo Governo em diferentes níveis, de maneira especial no âmbito estadual, queremos aqui elencar e analisar as ações planejadas e

executadas pelas lideranças destas instituições escolares diante das imposições efetivadas pelos agentes governamentais. Verticalizando este estudo, iremos nos ater ao caso da Escola Fundação Evangélica, localizada em Hamburgo Velho, bairro do município de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul - RS.

Dentro da estrutura escolar brasileira até a década de 1930, o sistema organizacional do ensino não estava atrelado com políticas governamentais, ou seja, não havia uma clara e sedimentada estruturação do sistema educacional por parte dos governos, tanto em nível federal como estadual. A partir de meados da década de 1920, começaram alguns *ensaios* desta reordenação do sistema educacional, mas a questão tomou foco nas preocupações e políticas de Estado a partir da ascensão de Vargas ao poder. No Rio Grande do Sul, esse hiato educacional, que ocorrera desde a Monarquia e havia continuado durante os primeiros quarenta anos da República, possibilitou uma organização acentuada das escolas particulares de origem alemã e italiana, que eram mantidas por entidades vinculadas com as comunidades religiosas desses imigrantes, sobretudo protestantes e católicos, apoiados pelas comunidades e, inclusive, como no caso da Fundação Evangélica, por órgãos estrangeiros, como a Igreja Evangélica-Luterana Alemã e o Governo Alemão.

No Rio Grande do Sul, entre 1938 e 1943, estava à frente do Governo estadual, na função de Interventor Federal, o Coronel (posteriormente General) Osvaldo Cordeiro de Farias, tendo como titular da então Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública o advogado e jornalista José Pereira Coelho de Souza, que permaneceria exercendo esta função até 1945, quando da deposição de Getúlio Vargas e término do Estado Novo. A partir das medidas empreendidas pelo Ministério da Educação, sob o comando de Gustavo Capanema, mas, sobretudo, a partir da consciência do poder da educação de modelar a sociedade e dotá-la de uma padronização, vinculando essa sociedade dentro de uma perspectiva nacionalizante e de construção pátria, o Governo estadual também adotou essa mentalidade e essa perspectiva de ação, cooperando assim para a homogeneização da cultura e construção de uma “verdadeira e sólida



unidade nacional brasileira”, conforme planos oriundos do Governo Vargas.

Segundo Luciano Aronne de Abreu,

no Rio Grande do Sul, porém, a homogeneização cultural de sua população dependia de ações efetivas do Estado no sentido de integrar à nacionalidade seus núcleos de imigrantes, que tinham sistemas de educação básica próprios, em sua língua de origem. Desse modo (...), “abrasileirar” os imigrantes passou a ser uma das tarefas mais importantes de Cordeiro de Farias, que, para isso, contou com o apoio integral do governo federal em suas ações educativas nos âmbitos escolar e extraescolar (ABREU, 2005, p.247).

Deste modo, temos sinteticamente um panorama da nova estruturação sociopolítica que se vislumbrava e se iniciaria de forma prática no país, perpassando diferentes esferas desta sociedade, como, no caso, o sistema educacional, forte instrumento ideológico e de ação política. Todavia, cabe manifestar que essas mudanças, visando a uma construção identitária coesa no país, não foi uma criação do Estado Novo, embora tenha sido por meio dele que ela foi implementada de forma mais vigorosa. Arendt (2005) salienta que desde a Proclamação da República ocorre essa tentativa de construção, capitaneada por intelectuais brasileiros, possuindo momentos de maior ou menor intensidade, com um desses picos na década de 1920. Porém, é a partir da década de 1930 que essa construção se torna uma das bandeiras governamentais, sendo fomentada por medidas políticas mais incisivas.

Dentro deste viés, é importante salientar que, mesmo dentro das estruturas imigrantistas, as escolas também são um forte instrumento de ação social e política, de estruturação de ideologias e formas de construção de medidas de inserção dentro da sociedade brasileira. Mesmo essas escolas mantendo elementos tradicionais e próprios do imigrante, como a língua falada e ensinada, não podemos pensar que esses imigrantes tinham uma plena tendência isolamentista, de apatia social e de *fuga* diante de uma efetiva participação na política nacional. Evidentemente, temos que ter ciente que não podemos generalizar essas questões, pois ocorrem

mudanças de mentalidades e ações ao longo do tempo, que ocasionam movimentações dentro destas estruturas.

Partimos agora para um breve histórico da Escola Fundação Evangélica. Fundada pelas irmãs e professoras Amália e Lina Engel (irmãs de Frederico Engel, importante comerciante na região de São Sebastião do Caí) em 1886, na então Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Hamburger Berg, pertencente ao município de São Leopoldo, como uma escola e pensionato para meninas. Em 1895, a escola, que recebeu a denominação *Evangelisches Stift*, passou a ser mantida pelo Sínodo Rio-grandense, órgão dirigente da Igreja Evangélica-Luterana Alemã no Rio Grande do Sul, criado também no ano de 1886, por iniciativa de Wilhelm Rotermund, pastor, teólogo, professor e fundador de empresa gráfica, que, no período, era pároco luterano da comunidade de São Leopoldo. Ao longo das primeiras décadas do século XX, uma das poucas escolas com ensino secundário destinado ao público feminino se caracterizou, conforme Meyrer (1997), por atender um público oriundo de famílias expoentes dentro do ambiente social, político e econômico do Rio Grande do Sul no período, como membros das famílias Mentz e Renner, que terão papel importante no período que iremos analisar.

Temos presente até aqui uma contextualização mais geral sobre as medidas estadonovistas que se iniciam no cenário sociopolítico nacional e local, atingindo diferentes áreas, como a educação e sobre nosso objeto de estudo, a Escola Fundação Evangélica. Passamos agora a elencar alguns fatos ocorridos entre 1938 e 1943, envolvendo a Instituição e o Governo Estadual, analisando-os, para tentar compreender as ações das lideranças da escola e de sua mantenedora diante das medidas governamentais.

Hilmar Kannenberg, pastor luterano que exercia o pastorado escolar e estava vinculado com o Setor de Comunicação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) na década de 1980, ao organizar um livro sobre o centenário da escola, lançado em 1987, relata um encontro entre o pastor Wilhelm Pommer, presidente da Entidade Mantenedora da Escola Fundação Evangélica, e Joaquim Maurício Cardoso, ex-ministro da Justiça do

Governo Provisório de Vargas e Secretário do Interior do Rio Grande do Sul, nomeado pelo Interventor Federal General Manoel de Cerqueira Daltro Filho, após a queda do Governador José Antônio Flores da Cunha, em outubro de 1937. Durante o encontro, Maurício Cardoso já dá mostras das possíveis medidas que se implantariam no Brasil após a instauração do Estado Novo, sobretudo no sentido de construção de uma unidade nacional, inclusive com uma tentativa de “padronização” da língua, do ensino e do patriotismo. É Cardoso que sugere para Pommer a modificação do nome da escola do alemão para o português. Naquele momento, começava a surgir uma relação de proximidade entre Pommer e um importante membro da esfera política estadual, o que, posteriormente, poderia contribuir no sentido de minimizar certas ações, caso não tivesse ocorrido o acidente aéreo que vitimou Maurício Cardoso, em maio de 1938. Porém, embora o conteúdo pleno das conversas não fosse explicitado, é possível perceber que estas serviram de base para *um outro olhar* por parte das lideranças diante dos futuros acontecimentos e, conseqüentemente, uma tentativa de adoção de estratégias para minimizar seus efeitos.

Outro acontecimento relatado ocorre em maio de 1938, durante uma visita surpresa empreendida por Coelho de Souza à Fundação Evangélica. Após a visita, são publicadas na imprensa gaúcha, por meio dos jornais Correio do Povo e Diário de Notícias, severas críticas à instituição, que é vista como um “centro doutrinário do regime nazista”. Essa impressão do Secretário de Educação pode estar embasada no fato de alguns pastores vinculados ao Sínodo Rio-grandense, como, no caso, o próprio pastor Pommer, serem filiados ao Partido Nazista e se colocarem em um patamar favorável ao desenvolvimento que se percebia na Alemanha. Todavia, esse sentimento de euforia diante da restauração da nação alemã não pode ser visto como um pleno apoio às práticas nazistas. Sabe-se que membros do partido estavam cooptando imigrantes e descendentes para uma ação direta mais efetiva do nazismo do Brasil, mas não podemos afirmar que estes se encontravam dentro das estruturas sinodais. Sobre esta questão, não nos aprofundaremos, pois não é o enfoque principal e nem dispomos de condições momentâneas para maior análise desse contexto. É importante aqui

expormos uma questão: não foi apenas no Estado Novo que a questão dos imigrantes, acentuadamente os alemães, era vista como algo *problemático* dentro da sociedade brasileira, embora fosse nesse período que o Governo tomasse medidas para um *saneamento* da questão. Conforme René Gertz

a existência de uma ideologia e de um discurso do “perigo alemão” estava difundida entre uma parte muito significativa da população rio-grandense (e brasileira) praticamente desde que os primeiros alemães chegaram ao estado, 1824. Mas um primeiro ponto alto na tentativa de combater esse “perigo” foi atingido nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, durante o qual houve muitos atentados contra integrantes desse grupo e depredações de suas propriedades (GERTZ, 2005, p. 155).

Outro ponto que chamou a atenção negativamente de Coelho de Souza era a prática do ensino em língua alemã, o que não se enquadrava nas mudanças previstas, que é o ensino obrigatório do português e o seu uso como língua oficial nas escolas de origem imigrante. Enquanto nas escolas confessionais luteranas do Sínodo Rio-grandense ainda é comum o uso do alemão como língua oficial, nas escolas confessionais católicas, por determinação do Arcebispo Dom João Becker, o português é o idioma corrente. Nas escolas do Sínodo Missouri, embora também seja o alemão a língua utilizada, estas se adaptam mais rapidamente às exigências estadonovistas.

Embora a situação tenha gerado uma crise, as lideranças locais decidem usar da ligação com membros políticos locais e integrantes da elite industrial do Estado para tentar reverter essa situação, sobretudo na busca de melhorias a fim de angariar recursos para a expansão da escola e, ao mesmo tempo, vincular uma imagem positiva da Instituição, não apenas no Rio Grande do Sul, mas também no centro do País. Assim, podemos elencar algumas situações que demonstram essa estratégia.

Ainda em 1938, alguns dias após a visita de Coelho de Souza à Fundação Evangélica, é a vez do então prefeito de Novo Hamburgo realizar uma visita, desta vez convidado pela direção da escola. Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro, que administrou a cidade entre 1937 e 1942, era amigo do Presidente Getúlio Vargas.

Essa relação foi habilmente utilizada em favor da Fundação Evangélica. No dia da visita, tudo transcorre de forma normal até que, ao entrar na sala onde está sendo lecionada a disciplina de Língua Francesa, a professora Hertha Klevenhusen faz um inflamado discurso em favor das mudanças que estão ocorrendo na Alemanha, pregando ideias próprias do nazismo para suas alunas. Adepta do nazismo, ela crê fervorosamente que deve desempenhar um papel de propagadora da ideologia junto de seus pares no Brasil. Por algum motivo, o prefeito hamburguense não dá maiores relevâncias para o evento. Odon Cavalcanti, ao final da visita, promete se esforçar para auxiliar a Fundação Evangélica com as questões referentes ao Secretário de Educação. Tanto que visitou pessoalmente Coelho de Souza, fazendo uma propaganda positiva da escola. Deste modo, a escola encontrou em Cavalcanti um eficiente mediador e alguém que dispunha de respaldo junto à máxima autoridade nacional, o próprio Presidente, o que foi um fator contribuinte para, ao menos momentaneamente, estabelecer um clima mais ameno entre o Secretário e a Fundação Evangélica, embora com vigilância constante, por meio das fiscais de ensino, nomeadas pela Secretaria de Educação do Estado.

Outra estratégia das lideranças da escola é justamente a formação de uma sedimentada rede de relações com influentes e importantes nomes dos setores comercial, industrial, econômico e político do Estado. Desde o início da Fundação Evangélica, com as irmãs Engel e, sobretudo, após a transmissão da escola para o Sínodo Rio-grandense, houve um empenho em criar fortes laços entre as famílias que enviavam suas filhas para estudarem e a instituição. Esses laços possibilitavam um forte apoio financeiro e também sociopolítico para a escola. Algumas famílias sempre se destacaram como grandes benfeitoras, como os Noll, Ludwig, Kunz, Becker, Mentz e Renner. Dentro do que apontaremos na sequência, veremos que membros das três últimas famílias citadas se destacariam como grandes beneméritos financeiros e mediadores de questões políticas em nome da escola.

Desde a década de 1920, a família Mentz, por meio de seu patriarca, Frederico Mentz, tornou-se grande contribuinte das causas

da Fundação Evangélica. Ele foi um importante empresário do ramo industrial, bancário, comercial e de seguros, estando entre os mais influentes da economia gaúcha das primeiras décadas do século XX. Também se destacou como liderança nas questões de inclusão política de alemães e descendentes no cenário político gaúcho, sendo articulador e interlocutor da causa junto ao Presidente do Estado e Chefe do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), Antônio Augusto Borges de Medeiros, em 1924, ano do centenário da chegada dos imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul. Na década de 1930, Frederico Mentz foi responsável pelo empréstimo de enorme quantia para a construção da nova sede da Fundação Evangélica, no morro dos Strassburger (hoje chamado de Morro da Fundação ou Morro da Comunicação), próximo à Estação Ferroviária de Hamburgo Velho. Em 1931, Mentz fica gravemente enfermo, mas consegue reestabelecer a saúde, ao menos, momentaneamente. Nesse período, decide transformar o empréstimo em doação. Porém a gravidade da doença retorna e em agosto de 1931 acaba falecendo. Com a morte de Frederico Mentz, assumem a liderança dos negócios e a ligação com a escola seus filhos Kurt e Benno.

Frederico Mentz era cunhado e amigo de Antônio Jacob Renner, já que ambos eram casados com filhas de Cristiano Jacob Trein, importante comerciante da região de São Sebastião do Caí e que, por sua vez, fora sócio de Frederico Engel, irmão das fundadoras e primeiras professoras da Fundação Evangélica, Amália e Lina, ainda no final do século XIX. Deste modo, os vínculos dessas famílias com a escola datam desde seus primórdios. Antônio Jacob Renner, popularmente conhecido como A. J. Renner, se destacou como um dos maiores empresários do Rio Grande do Sul, chefe de uma vasta indústria têxtil e também no ramo comercial, que daria origem a um dos maiores grupos empresariais do país nas décadas seguintes. Também esteve envolvido na política gaúcha, sendo eleito deputado classista, representando os empregados na Assembleia Legislativa estadual entre 1935 e 1937. Além disso, por meio de seu cunhado Frederico Mentz, também foi um mediador das causas da escola, inclusive fazendo parte da Sociedade Mantenedora da Fundação Evangélica no ano de 1942.

Após 1938, os elos que vinculam essas famílias com a instituição são Benno Mentz e Alfredo Renner, irmão de A. J. Renner. Estes passam a exercer um papel importante nas questões financeiras e na propaganda institucional da escola, além de usarem de sua influência como empresários também na mediação de interesses políticos e de amenização dos efeitos da política nacionalizadora estadonovista. Na época das visitas de Coelho de Souza e Odon Cavalcanti à Fundação Evangélica, estava sendo organizada uma tómbola, espécie de loteria, em nível nacional, com finalidade de angariar fundos para a continuidade do projeto de expansão da instituição. Diante das medidas nacionalizadoras e da campanha negativa contra a escola promovida pela Secretaria de Educação do Estado, surge o medo que a promoção não seja bem sucedida e que as dívidas contraídas contribuam para uma tomada da Fundação Evangélica por parte do Governo e se concretize um processo de sua estatização. Todavia, a mediação de Odon Cavalcanti junto ao Secretário de Educação e o apoio de importantes nomes do empresariado gaúcho fazem com que o projeto da tómbola nacional tenha continuidade.

Em julho de 1938, o pastor Wilhelm Pommer (acusado por autoridades como um subversivo e “perigoso” propagandista da causa nazista), acompanhado de Benno Mentz e Alfredo Renner, parte para o Rio de Janeiro e São Paulo, com o objetivo de conseguir apoio e adesão em prol da Fundação Evangélica. Os três emissários, através do capital relacional que possuem com lideranças religiosas e renomados empresários do Sudeste brasileiro, que figuram entre os mais importantes do Brasil no momento, conseguem levantar um montante financeiro considerável, de aproximadamente 620:514\$200 e, ao mesmo tempo, fomentar uma imagem positiva da instituição entre a sociedade do centro do país, o que repercute, inclusive, entre autoridades vinculadas com o Governo Federal. Desse modo, mesmo com as acusações feitas por Coelho de Souza, que foram repassadas aos órgãos competentes do Governo Federal e com a vigilância mantida sobre a Fundação Evangélica e o Presidente de sua mantenedora, pastor Pommer, a rede relacional em torno da escola, formada por importantes nomes do empresariado estadual e com apoio de fortes empresários nacionais, permitiu essa

“tolerância” por parte dos membros do Governo. Não podemos afirmar que não tenha se mantido a vigilância e as medidas nacionalizantes, pois elas continuaram acontecendo, mas a intensidade destas ações foi mais bem calculada, sendo empreendidas de forma mais *amena e cautelosa*, pois, como afirma Kannenberg (1987), “com o apoio de pessoas ilustres e de amigos do próprio Secretário, a Fundação continua sendo uma escola brasileira, perfeitamente integrada com a legislação”. Assim, temos ciente que escola teve que passar pelos mesmos processos de adequação que as demais instituições escolares de origem alemã, mas as estratégias adotadas cooperaram para algumas diferenciações entre estas e a Fundação Evangélica.

Avancemos um pouco em nosso recorte temporal e nos fixemos no ano de 1943. O pastor Wilhelm Pommer é proibido de voltar à Presidência da Mantenedora da Fundação Evangélica (lembrando que entre 1941 e 1943, Pommer foi duas vezes preso na Colônia Penal Daltro Filho, sob acusação de propaganda nazista, fato que não aprofundaremos nesse trabalho), sendo que há a necessidade de sua reorganização, assim como é preciso “transformar a imagem da Escola de uma instituição germânica para uma instituição brasileira”, conforme enfatiza Hilmar Kannenberg, já que, no ano anterior, o Brasil tomou partido contra as Forças do Eixo, o que ampliou e radicalizou as práticas nacionalizadoras e antigermanistas. Assume a Presidência da Mantenedora, substituindo o pastor Pommer, o Presidente do Sínodo Rio-grandense, pastor Hermann Dohms. Este, por sua vez, nomeia para assumir a direção da Escola Fundação Evangélica o advogado, professor e juiz municipal na Comarca de São Leopoldo, Guilherme Frederico Rotermund.

Guilherme Rotermund é neto do pastor e teólogo Wilhelm Rotermund, idealizador e um dos fundadores do Sínodo Rio-grandense, em 1886. Ao assumir a direção, sua função é transformar *a teoria em prática*, mostrando que a Fundação Evangélica é efetivamente uma instituição que busca e vive os valores da cultura brasileira, conforme Kannenberg (1987). Assim, dentro do acirramento das relações diplomáticas em decorrência da Guerra,



com o Brasil aliando-se às forças lideradas pelos Estados Unidos (muito mais ligado a este por questões econômicas, visto que, como regime autoritário, o Brasil Estadonovista tinha *afinidade* com os totalitarismos de Hitler e Mussolini), Rotermond sabe, como diretor, que terá de adequar radicalmente a escola para esse novo contexto sociopolítico. Dessa forma, uma das estratégias adotadas é justamente de assumir uma postura *ufanista* para com o Brasil, para com o Governo e seu Chefe, Getúlio Vargas e, inclusive, para com os Estados Unidos e países aliados. Isso se demonstra nos documentos escritos e em publicações como “O Ateneu”, espécie de jornal informativo, assim como a formação do Grêmio Cívico “Castro Alves”. Também, uma medida que demonstra essa adoção do “patriotismo” como forma de estratégia de sobrevivência ocorre no final de 1943, no dia 19 de novembro, Dia da Bandeira Nacional, grande evento cívico é realizado na escola, com a presença do Secretário Coelho de Souza, do novo Prefeito de Novo Hamburgo, Nelson Toohey Schneider, e diversas outras autoridades importantes. Nesse evento, no qual Coelho de Souza é paraninfo, é entregue a Bandeira Nacional que fora confeccionada por alunos e professores ao longo de três meses. Em seu discurso, Coelho de Souza se diz “emocionado por tamanha demonstração de amor pela Pátria”. Porém, toda a iniciativa de patriotismo tem um fundo intencional, visando a alguns objetivos específicos.

No mesmo ano de 1943, dois acontecimentos envolvem a Fundação Evangélica: a demora na liberação para a instalação do Ginásio Feminino e a cassação do registro de Guilherme Rotermond. Para acelerar os processos visando à resolução definitiva das duas questões referidas, algumas medidas são tomadas. A primeira delas é a adoção de uma postura mais patriótica, já que se acredita que a falta desta e de uma ação mais voltada à inserção da escola dentro do perfil patriótico do momento teve peso importante nos dois eventos, tanto na indefinição sobre a instalação do ginásio como na cassação do registro. Além dessa medida, mais uma vez são usadas as redes relacionais para se obterem condições de favorecimento para a escola.

No caso da liberação para a implantação do ginásio (destinado ao ensino secundário, o qual corresponde, atualmente, aos quatro anos finais do ensino fundamental) na Fundação Evangélica, Guilherme Rotermund faz uma série de contatos com pessoas influentes, pedindo para que sirvam de interlocutoras nesse projeto da escola. Uma das pessoas que se coloca à disposição é Oscar Machado, reitor do Instituto Porto Alegre (IPA), fundado por missionários da Igreja Metodista dos EUA em 1923, o qual possui trânsito livre e contatos com influentes membros do Governo, sobretudo no Ministério da Educação. Após diversas conversas, por fim, em 1944, consegue-se a autorização para a instalação de um ginásio. No episódio da cassação do registro e sua posterior liberação, se tem na pessoa de Guilherme Becker o articulador da questão. Este (que seria eleito vice-prefeito de Novo Hamburgo em 1947 e prefeito interino em 1949) é membro da Diretoria da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho, membro da Diretoria da Mantenedora da Fundação Evangélica, Diretor da Empresa Guilherme Ludwig S/A, importante no setor de curtumes na região e havia sido membro, antes do fechamento dos partidos políticos, em 1937, do Partido Liberal, mesmo partido de Coelho de Souza. Assim, por meio dessa antiga relação com o Secretário de Educação e do capital relacional que possuía, Becker fez a mediação da causa de Rotermund, articulando em favor deste. Após diversas tratativas, ainda em 1943, por intermédio de Coelho de Souza junto ao Ministério da Educação, após desfeito o “mal-entendido” (que possivelmente ocorrera devido a denúncias junto à Secretaria de Educação do Estado, que deve ter solicitado a cassação do registro junto ao Ministério), é revogada a cassação de Guilherme Rotermund e lhe é conferida novamente a legitimidade e validação do registro, o que lhe permitiu ficar à frente da escola até 1954, quando a deixa para assumir função de Diretor na Rotermund & Co. (fundada pelo pastor Wilhelm Rotermund em 1877), de propriedade de sua família, em São Leopoldo.

O que se tentou demonstrar com este trabalho, mesmo que de forma ainda não mais bem aprofundada, através das análises de situações ocorridas na Escola Fundação Evangélica, objeto de estudo desse artigo e de pesquisas vindouras, é o uso de estratégias que,

diante de imposições oriundas das forças de implantação das políticas estadonovistas, as lideranças de instituições de origem alemã souberam também utilizar, adotando assim determinados métodos e ações para amenizar esses efeitos. Evidentemente, é preciso salientar que não podemos generalizar situações, ampliando-as para todas as instituições. Mas é possível, a partir deste *olhar* lançado para a questão, analisar o contexto do Estado Novo, suas políticas e efeitos para com as comunidades de imigrantes e descendentes, buscando analisar através de outros prismas, focando-se em outras questões, como as estratégias adotadas e utilizadas pelas lideranças destas frente ao novo quadro sociopolítico, econômico e cultural surgido no Brasil na década de 1930, acentuado após 1937.

Dentro dessa perspectiva, podemos elencar duas estratégias principais: o acatamento e adaptação das realidades diante das novas determinações políticas e o uso das redes relacionais como forma de conquistas de vantagens e amenização de determinadas questões. No caso da primeira estratégia, é preciso diferenciar a adoção destas determinações da coercitiva, inclusive por meio da repressão policial e do uso da violência e o seu acatamento por meio da adoção de práticas e objetivos específicos, sabendo, de forma hábil, assumir determinadas medidas e usá-las favoravelmente. Um exemplo disso são as ações planejadas por Guilherme Rotermund, que, ao assumir uma postura de implementação de medidas patrióticas e utilizá-las como uma “propaganda” em prol da instituição, conseguiu respaldo para obtenção de objetivos, com a criação do Ginásio Feminino da Fundação Evangélica.

Em relação ao segundo caso, da formação e uso de redes relacionais, é perceptível que, no nosso objeto de estudo, ela sempre foi uma constante e que, em diferentes períodos, foi fundamental para o êxito de idealizações que surgiam. E diante da nova realidade surgida com o Regime Estadonovista, essa rede relacional, entrelaçada com importantes nomes do cenário sociopolítico e econômico, tanto do Rio Grande do Sul como do Centro do Brasil, favoreceu a Fundação Evangélica no sentido de dotá-la de certo respaldo. Isso não impediu medidas governamentais, tanto no campo

educacional como policial, visto o caso da prisão do pastor Wilhelm Pommer, mas permitiu uma articulação de suas lideranças para tentar, mesmo diante dos quadros dificultantes, dar continuidade aos projetos e à ideologia da escola e dos grupos sociais nela inseridos, seja por meio das alunas que lá estudavam e suas famílias, seja por meio de apoio econômico ou por mediação de determinados agentes dotados de influência capital ou política.

Por fim, é importante recordar que a historiografia permite a análise sobre diferentes focos e o lançamento de diferentes indagações sobre situações que sirvam para estudos e análises. Mesmo temas que, em um primeiro momento, pareçam já bastante disseminados e vastamente estudados, permitem interpretações e reinterpretações diferenciadas. Consequentemente, sempre se faz salutar a necessidade de os historiadores buscarem novas perspectivas sobre temas já correntes, pois isso permite uma revitalização das pesquisas e mudanças em estruturas que acabam se sedimentando tanto no senso comum da sociedade como nas pesquisas acadêmicas, em alguns casos. Desse modo, o trabalho aqui apresentado é um recorte inicial, que será analisado de forma mais profunda, estabelecendo diferentes focos e construindo possíveis conexões para um tema que, mesmo visto por muitos como esgotado, sempre é possível de diferentes constatações, como a relação entre imigrantes, seu contexto social, político, religioso, econômico e educacional com a sociedade “nacional” e seus diferentes momentos políticos, como o Estado Novo.

## Referências

ABREU, Luciano Aronne de. *O Rio Grande Estadonovista: Interventores e Interventorias*. São Leopoldo, 2005. Tese [Doutorado]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

ARENDT, Isabel Cristina. *Educação, Religião e Identidade Étnica: o Allgemeine Lehrerzeintung e a escola evangélica alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1991.

\_\_\_\_\_. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

KANNENBERG, Hilmar. *Fundação Evangélica, um século a serviço da educação, 1886-1986*. São Leopoldo: Rotermond, 1987.

MEYRER, Marlise Regina. *Evangelisches Stift: uma escola para “moças das melhores famílias”*. São Leopoldo, 1997. Dissertação [Mestrado]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História, 1997.

NEUMANN, Rosane Marcia. “*Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor*”. As colônias germânicas e a campanha de Nacionalização. São Leopoldo, 2003. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, 2003.

PETRY, Andrea Helena. *É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, é o Brasil do Brasileiro: Campanha de Nacionalização efetivada no Estado Novo*. São Leopoldo, 2003. Dissertação [Mestrado]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História, 2003.

## **NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO EM BARÃO/RS E DIVERSIDADE CULTURAL**

Fernanda Rodrigues Zanatta

*Resumo:* O presente texto apresenta as conclusões do estudo que investigou a história educacional do município de Barão/RS, apresentando as primeiras iniciativas escolares implantadas por imigrantes alemães e italianos, destacando as práticas educacionais de alunos e professores. A análise de relatos orais de ex-alunos e professores e de fontes documentais como livros – atas de exames finais, termos de visita de inspetores, diários de classe, entre outros, serviram como método de pesquisa. A pesquisa delimita-se no recorte temporal de 1930 à 1960, período atravessado por muitas mudanças na política educacional brasileira e que afetou o município de Barão, pois neste período ocorreu a transição da escola étnica para a escola pública seguindo as determinações legais. Entre as narrativas são apresentados indícios das dificuldades ocorridas pela falta de consideração para com a diversidade cultural presente nas escolas no período da nacionalização do ensino, além dos atritos étnicos vivenciados pelos entrevistados.

*Palavras-chave:* história da educação, escola-étnico-comunitária, políticas públicas educacionais.

---

### **A formação do município de Barão: os primeiros imigrantes**

A chegada dos imigrantes ao Rio Grande do Sul, primeiro os alemães, depois os italianos, levou-os a imprimir os costumes e valores trazidos da Europa. Entre eles, o valor dado à educação. Este texto apresenta alguns apontamentos apresentados nesse contexto histórico, onde procuro estabelecer um diálogo entre o processo de escolarização de Barão/RS no período de 1930 e 1960 e a relação com a diversidade cultural. O objetivo é ampliar os conhecimentos das escolas étnico-comunitárias deste jovem município e a consideração dada para as diferenças culturais que sempre se fizeram presente neste espaço geográfico. Ou seja, a importância dada à cultura, seu sentido identitário na instituição escola e na comunidade, mas também para as políticas públicas educacionais instituídas, nos fazeres cotidianos das escolas étnico-comunitárias.

A influência religiosa foi marcante nos grupos de imigrantes. Os imigrantes alemães, que chegaram ao nosso estado, a partir de 1824, começaram a se instalar na região dos Sinos e do Caí. Também, os italianos vieram mais tarde se instalar na região da serra gaúcha:

Depois de terminada a estrada Buarque de Macedo e quando os proprietários das terras intercaladas entre Maratá e Garibaldi começaram a vender frações delas, os colonos alemães foram se instalando Serra acima, atingindo Linha Bonita, Salvador, parte de Barão, sendo que nesse distrito encontraram já os italianos, que dali para diante predominaram inteiramente em número, no rumo de Carlos Barbosa, Garibaldi, Bento Gonçalves e adiante. (KAUTZMANN, 1978, p. 108).

Conforme o Arquivo Histórico Municipal de Barão, a história da localidade iniciou-se com a vinda de famílias imigrantes alemães e italianas. Posteriormente, ainda no século XIX, em menor número, afluíram para o local, também, imigrantes franceses e suíços e holandeses e, mais recentemente, na metade do século XX, portugueses e bolivianos. As primeiras famílias de imigrantes alemães foram: Mayer, Bäckebach, Neuhaus, Stein, Schmitz, Koch, Ebeling, Blei, Schäfer, Neukamp e Selbach, entre outros. Portanto, o município em sua formação uma grande diversidade cultural. A primeira leva de imigrantes alemães que se estabeleceram em Linha Francesa, “Arroio Französe”, foi por volta de 1857, se estabelecendo no ano de 1858. Os imigrantes que ocuparam essa região mais tarde acabaram se dividindo pela confissão religiosa. Há no município, além da divisão das comunidades por cultura, uma subdivisão por confissão religiosa, havendo comunidades alemãs com predomínio da confissão católica e comunidades alemãs com predomínio da confissão evangélica.

Os imigrantes deixaram profundas raízes, influenciando e estabelecendo uma cultura com seus hábitos e costumes, sua culinária, suas crenças e fizeram da agricultura, sua fonte de renda.

## Metodologia

A análise expressa no texto baseia-se na História Cultural para construir tal narrativa. Para Pesavento (2008) a História Cultural pensa a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. Portanto, expresso aqui um retrato apenas da cultura e vivência, apresentado e (re) construindo algumas práticas e iniciativas. Neste sentido, através de um método indiciário, auxiliaram na construção do recorte histórico aqui exposto diferentes pistas desse passado recente.

Há nas narrativas históricas muitos significados para serem absorvidos e construídos para a compreensão das representações ali traduzidas, pois “A proposta da história cultural é decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar aquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2008, p.42). Chartier complementa esta reflexão ao afirmar que “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler (CHARTIER, 2002, p.16).

Nos registros do passado estão subsídios para reescrever, reconstruir e ligar pistas das manifestações e dos movimentos escolares que transpiram um passado de representações e que estão ali para serem organizadas e escritas de forma que esse passado possa se estender mais e nessa escrita desvelar as representações e os significados ali explícitos ou implícitos.

Para Pesavento (2008) a História é resultado de uma interrogação, feita pelo historiador, de uma escolha e de uma organização dos dados, tal como da montagem de uma intriga, também construídas pelo historiador. Neste sentido a busca de significados presentes nos textos, objetos, nas memórias escritas ou orais são as peças que auxiliam o historiador a conhecer cada história ali representada, para então compreender as vivências ali postas e construídas pelo homem, pelo meio e pelo tempo histórico a que pertenceram.



Através de documentos que descrevem momentos vivenciados como atas, diários de classe, fotografias, entre outros, surge o despertar do imaginário que reside nas memórias, um passado e o modo como as práticas escolares foram conduzidas e quais as transformações culturais foram sendo apropriadas de acordo como os momentos vivenciados, como as culturas foram se modelando e remodelando através dos tempos e do contexto, das práticas instituídas e da reação dos sujeitos instituintes.

Também a análise entre formal e o informal, entre as verdades/desverdades... Os registros oficiais condizem com a realidade vivenciada ou são meros arranjos para se adequarem às exigências burocráticas? Essas são práticas ultrapassadas ou na escola da atualidade ainda são práticas comuns?

Enfim são vários questionamentos às fontes para coletar dados que constroem, à luz da interpretação de quem o faz, a narrativa construída e apresentada. Nesse momento apresento parte dessa narrativa, dessa micro-história e algumas conclusões possíveis acerca das iniciativas escolares, dos imigrantes, Barão, no período em questão e a diversidade cultural.

### **As escolas étnico-comunitárias: as primeiras iniciativas**

Na região central de Barão, houveram, no período, iniciativas públicas, escolas criadas e mantidas pelo governo estadual ou municipal. Em Barão houve escolas públicas na sede do distrito e após a nacionalização do ensino surgem escolas públicas junto às escolas das comunidades e estas vão sendo substituídas imediatamente ou aos poucos, conforme a migração de alunos de uma escola para a outra.

No interior, de Barão a falta de iniciativas públicas em prol do ensino levou os imigrantes a lutarem junto ao governo em favor da educação dos seus filhos:

Os imigrantes pressionaram o Estado em favor de escolas públicas. Mas no período mais intenso de imigração, a partir de 1890, o Brasil tinha um sistema escolar altamente deficitário, com uma população de mais de 80% de analfabetos. Não tendo condições ou política

prioritária para a oferta de escolas, o governo estimulou os imigrantes a abrirem escolas étnicas (KREUTZ, 2000, p. 161).

As comunidades que foram se formando, tinham por base as famílias. Várias famílias com residência próxima formavam uma comunidade, que por sua vez, precisavam de um local para o culto religioso e também um local para o estudo das crianças.

Com o passar dos tempos, as comunidades foram se organizando. Paralelo a isso, novas picadas e linhas também foram surgindo e com isso as dificuldades para frequentar a escola também aumentaram, pois caso houvesse escola na região, geralmente essa seria por iniciativa comunitária e ficava muito longe das pequenas comunidades que haviam surgido, sendo o caminho até uma escola, em alguns casos, muito longo. Foi em razão da falta de iniciativas públicas nesses locais que se justificou a criação das escolas étnico-comunitárias.

Como possibilidade para contornar essa situação, as crianças precisavam ficar na casa de parentes nos vilarejos maiores, fato que gerava saudades. A partir disso surge a necessidade de criar uma escola para cada grupo de famílias. As escolas foram criadas conforme a necessidade das famílias de imigrantes que fixavam moradia e iam formando comunidades. Os imigrantes valorizavam bastante a educação e enquanto não havia escola os filhos aprendiam algumas noções elementares em casa, quando havia um grupo iam até a casa de uma das famílias, até que se sentisse a necessidade de ter um prédio próprio e houvesse a organização necessária para concretizar tal necessidade comunitária. Foram seus anseios políticos, sociais, econômicos e religiosos que os levaram a buscar uma solução melhor para a educação de seus filhos. Desses anseios nasceu a idéia de uma escola em que as crianças pudessem receber instrução e cultivar suas origens, uma escola alemã ou uma escola italiana.

Assim como houve no restante do Estado do Rio Grande do Sul e de alguns outros estados, existiram escolas étnicas. Em Barão encontrei indícios de Escolas étnico-comunitárias confessionais, escolas mantidas pela comunidade e que preservavam as características desta, em termos culturais, sendo a língua uma forte

expressão da cultura local no processo escolar. Além disso, a relação cultural dada entre ensino e etnia justifica o termo escolas étnico-comunitárias. Outra característica marcante é a cultura religiosa e a vinculação direta com a autoridade paróquial, preservada pela comunidade e que se estendia ao ensino escolar, sendo por essa razão, escolas de caráter confessional. Em Barão as escolas organizadas pelas comunidades eram de confissão evangélica ou católica.

Ao longo desse período, algumas se tornaram paroquiais e posteriormente tornaram-se públicas. No município de Barão a maioria das escolas étnicas foi de origem alemã. Somente em uma comunidade do município, Arroio Canoas, foi encontrado indício da existência de escolas conhecidas como “escola dos italianos”.

Em meio a essa diversidade de imigrantes, com a predominância de alemães e italianos, as comunidades que se organizaram buscaram atender as necessidades básicas de educação com a criação de escolas. O desenvolvimento do processo escolar estabeleceu relação direta com a cultura da comunidade e, portanto a cultura, a diversidade cultural fortaleceu o vínculo comunitário da instituição escola. Ao analisar o histórico de cada comunidade, é possível perceber essa relação e o diálogo cultural que se estabeleceu no processo escolar de um grupo, de uma comunidade, bem como a forma como se desenvolveu o diálogo cultural entre escolas, entre comunidades, entre diferentes grupos de imigrantes.

Barão compunha a rede escolar teuto-brasileira em 1920 (RAMBO,1994, p.47), dividida conforme aquele momento, através das seguintes escolas que localizavam-se geograficamente em:

*São Salvador (Tupandi):*

- Canoas: fundada em 1890, sendo os primeiros professores Hensel, Ritter, Hartmann, Werlang, Jäger, Diehl e Kaefer e tinha 32 alunos.

*Bom Princípio:*

- Linha Francesa: fundada em 1860, foram professores Bieger, Back, Freisleben, Schneider, Dewes, Jacob

Klering, Hentges, Angst, Morrain, Heimpl, Kunrath, Peter Bersch, com 30 alunos.

- Badenser–Berg: fundada em 1875, foram professores Becker, Christen, Dahmer, Hellriegel, Schneider, Weyand, Klein, Hentges, Angst, F. Kunrath, W. Kunrath, Boesing, com 20 alunos. Schaefer Eck: fundada em 1891, foram professores Kunrath, Schneider, Freisleben, Nikodem, W. Kunrath, com 15 alunos.
- Linha Francesa Baixa: fundada em 1894, foram professores: Dahmer, Lermen, Klering, com 20 alunos.
- Linha Francesa Alta: fundada em 1902, foram professores Müller e Ack, com 20 alunos.

Em muitos registros escolares as escolas comunitárias, escolas étnico-comunitárias ou escolas paroquiais também eram tratadas por escola particular.

As escolas étnico-comunitárias foram estabelecidas próximas as capelas e influenciadas pela presença do padre na organização, no funcionamento e na indicação dos professores. Ressalto também que uma mesma escola pode ter recebido uma ou mais das nomenclaturas acima mencionadas, conforme o momento vivenciado na história e na comunidade. Essa prática foi bastante comum e em Barão foram identificadas várias escolas que, ao longo do curso, trocaram de mantenedora, assim como ainda se faz hoje em dia, entre escolas públicas.

Nas comunidades católicas, a organização escolar ficava a cargo do pároco. Conforme Luchese (2007) “As escolas paroquiais eram iniciativas lideradas pelo vigário que, juntamente como o fabricante da comunidade, empenhava-se em constituir um espaço educativo para atender as crianças da comunidade” e segue: “As escolas paroquais e as chamadas escolas italianas, estabelecidas junto às capelas nas áreas rurais, foram, em sua maioria, influenciadas pela presença dos padres na organização, funcionamento e mesmo na escolha ou indicação de professores” (LUCHESE, 2007, p. 244).

Escolas confessionais mantidas por congregações diversas, seminários, juvenatos, noviciados e escolas paroquiais foram iniciativas ligadas à Igreja Católica. Promoveram e disseminaram o ensino e a religião católica entre imigrantes e seus descendentes. Portanto, a Igreja, juntamente com o Estado, assumiram a liderança em se tratando da expansão da escolarização na região Colonial Italiana (LUCHESE, 2007, p. 253).

Na sequência apresento as principais características à respeito das escolas étnico- comunitárias confessionais, comuns às escolas pesquisadas em Barão:

1. A origem: o fato de localizarem-se em comunidades de origem alemã, e por essa razão, apresentarem características que condizem com esse fato;

2. A cultura: a germanidade ou italianidade era cultivada por meio da língua alemã, das festas e dos costumes e a cultura;

3. Característica comunitária: chamadas étnico-comunitárias, pois são criadas e mantidas pela comunidade dentro dos padrões culturais valorizados por seus moradores;

4. Local: inicialmente o ensino é ministrado na casa do professor e posteriormente a comunidade se organiza para a construção da escola, utilizando recursos próprios, com a mão-de-obra dos pais e moradores e materiais naturais;

5. Rurais: localizadas no interior de Barão;

6. Religião e fé: Também constatei que em todas essas escolas sempre houve uma forte ligação com a Igreja, sendo Escola-Igreja-Comunidade uma base só. O ensino ministrado também seguia e oferecia os ensinamentos religiosos de confissão religiosa católica ou evangélica. Por essa razão, o nome Escola Étnico-Comunitária Confessional é mais adequado às características das primeiras escolas baronenses.

7. O professor era pago pela comunidade, com dinheiro ou com produtos.

8. Nos primeiros anos as aulas eram dadas na língua alemã, posteriormente as aulas de alemão foram paralelas às aulas de português.

9. Atualmente essas comunidades têm sua economia baseada na agricultura e cultivam a cultura alemã nos hábitos e costumes, nas festividades, na religiosidade e na linguagem. A língua alemã é bastante utilizada na vivência familiar e comunitária.

Abaixo seguem algumas fotos das escolas étnico-comunitárias-confessionais de Barão/RS (Da esquerda para a direita: acima Escola da Linha Francesa Alta, Escola de Arroio Canoas, Escola de Linha General Neto, Escola da Linha Francesa Baixa):



### **A nacionalização do ensino: confronto das políticas públicas educacionais e diversidade cultural**

Durante o período da pesquisado, por vários fatores de diferentes ordens: políticos, econômicos, relações de poder, entre outros, aos quais, apenas cito, sem aprofundar, por não ser o objetivo do texto, várias políticas públicas educacionais foram instituídas e

delinearam o percurso do processo escolar até então praticado também em Barão. Foi o momento de nacionalização do ensino vigente, onde novas exigências sociais devem ser assumidas pelos sujeitos instituídos.

Entre “as exigências da vida social” subentende-se assimilar a identidade nacional, fato que implicaria em abrir mão da cultura da qual faz parte e é parte. Como mencionado anteriormente, a linguagem é um elemento essencial na identificação e diversidade cultural. É intrínseco. Rambo destaca a importância da linguagem:

A expressão por excelência do sangue e do espírito comuns (...) a língua humana significa mais do que uma mera expressão. O sinal identificador vem a ser a língua. Ela torna possível todas as demais manifestações e até certo ponto as engloba. (...) A língua materna é uma flor milagrosa plantada à beira da estrada de cada povo, para que nela se alegre. Quem a pisoteia danifica a sua alma. Aquele que a rouba, sob qualquer pretexto, invade indevidamente o próprio santuário da alma do homem. (RAMBO, 1936, p. 119-20)

Por ser, de fato, um aspecto marcante para a preservação cultural, a linguagem foi a base para muitos conflitos. Em relação à resistência em abandonar a língua materna, Michel de Certeau (1994) analisa as práticas, dos grupos ante a nacionalização e para a manutenção das identidades culturais. Guy Vincent (2001) aprofunda, através dos seus estudos, o entendimento de como as normatizações contribuíram para formar uma identidade nacional, contribuíram com a “invenção da nação” (HOBSBAWM, RANGER, 1984), através da escola, veneração a vultos e símbolos nacionais, aos desfiles e horas cívicas, reforçando noções de hierarquia e da organização social.

As normatizações prescritas eram fiscalizadas por funcionários que se encarregavam de verificar se a intenção nacionalizadora se cumpria de fato, nos recintos e práticas escolares. Sua incumbência tratava de fiscalização, da vigilância, detalhamento e controle das atividades das escolas e dos professores, a orientação de como produzir alunos cumpridores da lei e respeitosos em relação aos símbolos pátrios. Os Inspectores visitavam as escolas e analisavam o todo: práticas dos professores e dos alunos,

conhecimentos dos alunos, arquivos escolares. Após elaboravam relatos para registrar a visita e constavam as observações a serem cumpridas, elogiando ou frisando insatisfação com o trabalho realizado.

Termo de Inspeção e Orientação feito á Aula Paroquial Sagrado Coração de Jesus

Aos dez dias do mês de maio de 1940, estive em visita de inspeção e orientação à Escola Particular de Arroio Canoas, dirigida pelo professor João Pedro Kochhan, a qual consta do seguinte:1) A revisão dos livros didáticos usados pelos alunos, havendo eu sugerido ao professor regente, o uso da leitura e ditado diariamente, ambos comentados e devidamente explicados em ata. 2) Foi feita orientação na confecção do livro de chamada da referida aula. Sendo então aconselhado, ao referido professor o uso do livro de matrícula. 3) arguição aos alunos em algumas partes do profícuo regulamento do ensino primário.

Esperando encontrar a aula em progresso em minha primeira visita encerro a presente inspeção.

Arroio Canoas, 10 – maio – 1940.

Maria E. Vargas da Silva

Fiscal das aulas particulares dos distritos.

O excessivo controle e a fiscalização intensa formavam uma coação sobre o trabalho desenvolvido no espaço escolar. Com isso, alunos, mas também professores sentiram-se pressionados pelos inspetores. Tratava-se de “exercer sobre ele uma coerção sem folga” (FOUCAULT, 1999, op. cit. 226).

O fechamento de muitas escolas étnico-comunitárias ocorreu em 1938, momento da nacionalização compulsória, por meio do Decreto Federal 406 (4 maio de 1938), que ficou conhecido como Lei da Nacionalização:

(...) todo o ensino fosse em língua portuguesa, que todos os professores e diretores fossem brasileiros natos, que nenhum livro de texto, revista ou jornal circulasse em língua estrangeira nos distritos rurais e que o currículo escolar deveria ter instrução adequada em história e geografia do Brasil. Proibia o ensino de língua estrangeira a menores de 14 anos e ordenava que se desse lugar de destaque à bandeira nacional em dias festivos, rendendo-se homenagem à mesma. (BRASIL, 1938, p. 162)



Algumas práticas foram proibidas e outras foram implantadas como as comemorações e momentos cívicos, desfiles. A escola não deveria permitir que datas como o Sete de Setembro, a Semana da Pátria passassem despercebidos. Nessas ocasiões os símbolos nacionais e os “grandes homens” da nação eram lembrados e homenageados.

A nacionalização do ensino não se concretizou pacificamente. Houveram muitas formas de expressar resistência. Volto a reforçar que o uso da língua materna foi o pivô de muitos conflitos. A linguagem era uma forma de manter a identidade étnica na escola, em casa, na igreja, no trabalho, nas vivências sociais. Após 1938, não foi mais permitido o uso de outra língua que não fosse a língua portuguesa. A falta de compreensão, a dificuldade de expressão se deram pela falta, pela proibição da língua

Entre as dificuldades vivenciadas pelos novos professores está a chegada do(a) professor(a) em meio a região alemã, sendo visto como alguém que veio cumprir as novas determinações, pois veio substituir o professor local e deveria cumprir as políticas de proibições agora implantadas, que desagravam muito os imigrantes.

Além da divisão por etnias, dentro da cultura alemã, é nitidamente percebido os núcleos alemães de confissão católica e de confissão evangélica que se agruparam, organizaram uma comunidade e mantém a preservação da língua materna nesses grupos.

Em Barão, de forma mais acentuada na comunidade de descendentes alemães de confissão evangélica, percebe-se que ainda há maior manutenção da forma de viver e conviver como os primeiros imigrantes, no que tange à linguagem. Como afirma um Depoente, pesquisa realizada *“Com o professor Vrienlink os alunos tinham aula até o intervalo em português e depois a aula era dada em alemão”*.

## **Considerações finais**

As proibições trouxeram a ruptura de um trabalho e novas práticas que dificultaram o acesso ao conhecimento e foram

obstáculos nas relações entre aluno e professor e o trabalho do professor. As consequências desse período se deram de muitas formas. Conforme depoimentos coletados houve adultos sem escolarização ou com escolarização precária que acabaram abandonando os estudos, pois aliada às dificuldades financeiras e a necessidade de trabalhar, estava às dificuldades de se comunicar em sala de aula. Alguns daqueles que persistiram apresentam a dificuldade na expressão. Marcas são visíveis até hoje, naqueles que tiveram sua expressão, tanto oral, quanto escrita, prejudicada e são testemunhos vivos de um tempo que marcou a educação, por meio de repressão e do apagamento da diversidade cultural local, promovendo a identidade única, a identidade nacional considerada a única identidade, a única cultura que deveria ser assumida como a correta.

Diante desse novo panorama foi preciso assimilar certos comportamentos e forjar outros. Pelos depoimentos colhidos na pesquisa, nota-se que aos poucos professores e alunos tentavam se habituar as novas práticas impostas praticando o civismo em horas cívicas, no uso do material recomendado, nos símbolos pátrios. Por vezes, recorrendo aos velhos hábitos, como no caso das escolas que ensinavam em português até o horário do intervalo e depois a aula seguia na língua alemã. Era uma forma de conseguir lecionar, uma vez que havia dificuldades na expressão da língua portuguesa, é compreensível que fosse necessário fazer as alternâncias, afinal a mudança apresentada exigia novos comportamentos, nova linguagem e não houve um tempo de adaptação para se adequar. Quando da visita dos inspetores percebe-se que alguns alunos eram preparados para apresentar a situação esperada pelos visitantes e para esconder as verdadeiras práticas, que desagradavam aos inspetores quando as visitas não eram esperadas.

O fim das escolas étnicas se deu por conta da concorrência e da gratuidade das escolas públicas. Também as oportunidades e as possibilidades de melhorar a expressão na língua portuguesa atraíram os pais, conforme Kreutz (2005).

Entre todos os conflitos e tensionamentos internos nas salas de aula, percebe-se que houve resistência em abandonar a cultura

étnica da comunidade e adotar a cultura imposta. Entre os momentos de civismo e as visitas e formalidades, a cultura atravessou o conturbado período e permanece até os dias de hoje. Nas escolas étnico-comunitárias a cultura local foi cultivada, muitas vezes “às escondidas”. Cultivou-se a cultura da comunidade alemã ou italiana

Nas escolas étnico-comunitárias teuto-brasileiras, sejam de confissão católica ou evangélica, a manutenção da língua alemã na escola tinha a função de comunicar um sistema simbólico de percepção de mundo. A língua, falada em casa, na igreja, ensinada na escola, foi um elemento escolhido pelo grupo, como um importante símbolo da identificação étnica. A linguagem foi a forma mais forte de expressão da cultura e, portanto, o aspecto mais difícil para a adaptação às novas formas de conviver no meio escolar.

As proibições trouxeram a ruptura de um trabalho e novas práticas que dificultaram o acesso ao conhecimento dificultando as relações aluno e professor e o trabalho do professor. Marcas são visíveis até hoje, naqueles que tiveram sua expressão, tanto oral, quanto escrita, prejudicada e são testemunhos vivos de um tempo que marcou a educação, por meio de repressão e do apagamento da diversidade cultural.

## **Referências**

BRASIL. *Constituição de 1937*. São Paulo: Saraiva, 1940. 58 p.

BRASIL. *Constituição Federal de 1934*. São Paulo; Saraiva, 1940. 56 p.

BRASIL. *Decreto nº 1.006*, de 10 de dezembro de 1939.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 406*, de 4 de maio de 1938.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FOUCALT, Michel. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Colégio de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*, 5ª edição. Tradução de Laura Fraga de Almeida

HOBSBAWM, E. ; RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KAUTZMANN, Maria Eunice Muller. *Montenegro de ontem e de Hoje*. São Leopoldo, Serviços Gráficos de Rotermund S.A., 1978

KREUTZ, Lúcio. *Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio*. Revista Brasileira de Educação, n. 15, 13 set/out/nov/dez. 2000, p. 159-176.

\_\_\_\_\_. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane M. T; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Unisinos, São Leopoldo, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo horizonte: Autêntica: 2008.

RAMBO, Arthur Blásio. *A escola comunitária teuto-brasileira católica*. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

\_\_\_\_\_. A escola comunitária teuto-brasileira católica: A Associação de professores e a escola Normal. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1996.

\_\_\_\_\_. Volkstum und Volsksgemeinschaft. In METZLER, Franz (org) *Volkstum und Volksgemeinschaft; was ist Volkstum, – was ist Volksgemeinschaft*. Porto Alegre: Tip. Do Centro, 1936.

VINCENT, Guy, LAHIRE, Bernard e THIN, Daniel. *Sobre a história e a teoria da forma escolar*. Educação em Revista, jun., p. 7-48, 2001.

# **CAPÍTULO VI – NATUREZA E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO**

## **TORRES E OS CONDICIONANTES NATURAIS QUE LEVARAM À ELABORAÇÃO DO PROJETO PORTUÁRIO**

Caroline Strassburger<sup>1</sup>

*Resumo:* A cidade de Torres e a região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul são caracterizadas geograficamente por serem cercadas por serra e mar. Nessa faixa de terra, existem muitas lagoas que tiveram importância histórica e econômica para a região. O Litoral Norte é beneficiado com um sistema lacustre interligado. Em termos de hidrografia, a região é cheia de riquezas e muito importante em inúmeros aspectos. Todavia, desde o início de sua colonização, não possuía o devido aproveitamento de suas lagoas para escoar seus produtos e a falta de comunicação era um entrave para o desenvolvimento da região. Percebendo o problema existente, desde o período imperial até o republicano, o governo passou a investir em projetos de melhoria destinados à comunicação da região. Esta pesquisa aborda um destes projetos, que consistia na edificação de um porto em Torres, assim como os condicionantes geográficos e naturais que levaram à formatação desta ideia.

*Palavras-chave:* litoral, lacustre, porto.

---

O território do Rio Grande do Sul abrange cerca de 765 km desde o leste até o oeste, e praticamente a mesma distância de norte a sul (LOVE, 1975, p. 5). O estado tem uma das maiores faixas litorâneas do mundo. Essas praias têm como limite o rio Mampituba, ao norte, na divisa com o estado de Santa Catarina, junto à cidade de Torres. Ao sul a fronteira é o Arroio Chuí, na cidade de Chuí – divisa com o Uruguai (FARION, 2007, p. 169).

No que refere às bacias hidrográficas do estado, Love afirma que:

O Estado é dividido em duas bacias hidrográficas pela Coxilha Grande, uma cadeia de montanhas que começa na orla litorânea, onde o Rio Grande limita-se com o Estado de Santa Catarina,

---

<sup>1</sup> Graduada em História – FACCAT e acadêmica do Curso de Especialização em História do Rio Grande do Sul – UNISINOS.

orienta-se em direção oeste e ligeiramente norte, além do rio Jacuí, e volta-se então bruscamente para o sul, contornando o rio Vacacaí para passar rumo ao Uruguai, próximo à cidade fronteira de Livramento. (1975, p. 5).

Na parte oeste da Coxilha Grande, os rios Ibicuí, Ijuí e Quaraí correm para o Uruguai e para o Rio da Prata. Na parte leste, os rios Vacacaí e Caí desaguam no rio Jacuí, que vai em direção à Lagoa dos Patos.

No aspecto fisiográfico, o Rio Grande do Sul poderia ser dividido em mais de cinco regiões, entretanto, do ponto de vista cultural e econômico, é possível dividir o estado em três grandes regiões: Litoral, Campanha e Serra.

A menor das três regiões é o Litoral, que é formado pela faixa litorânea e pelas áreas aluvionais banhadas pela Lagoa dos Patos e pela Lagoa Mirim. Sua extensão vai de Torres até Santa Vitória do Palmar, mais ao sul.

Historicamente, o litoral foi, das três regiões, a mais intensamente povoada. Também foi local de exportação e zona de comércio entre os estados. Área de solo relativamente pobre, durante o século XX tinha como principal atividade agrícola o cultivo do arroz. Essas plantações eram feitas ao longo da Lagoa dos Patos e de seus rios afluentes, principalmente o rio Jacuí.

A região da Campanha situa-se ao sul da linha oeste-leste. Planaltos acidentados entre o rio Vacacaí e a Lagoa dos Patos tomam mais de um terço da Campanha. As coxilhas<sup>2</sup> espalham-se por grande parte da área e dão forma ao aspecto físico característico de grande parte da serra.

No século XVIII, os primeiros habitantes expandiram-se de forma a configurar propriedades amplas com extensos pastos. Se comparadas com as demais regiões, as cidades que compõem a área

---

<sup>2</sup> Segundo Love (1975, p. 6), “(...) as colinas suavemente onduladas, denominadas coxilhas – termo referente tanto às colinas em si quanto a seus agrupamentos – espalham-se por uma área mais vasta e formam igualmente o aspecto físico típico da maior parte da Serra”.

da Campanha são em pouca quantidade, de territórios muito extensos, sendo separadas por terras de pastagens dispersas.

A Serra é constituída por um planalto, com altitude variando de 100 metros até mais de 900 metros acima do nível do mar. Sua área compreende o norte e oeste de Porto Alegre até o rio Uruguai. Seus limites são formados, ao sul, pelos rios Jacuí e Ibicuí. O solo, chamado de terra roxa, é rico em nutrientes. A vegetação característica da região serrana são as florestas de Araucária (*Araucaria Brasiliensis*), que cobre aproximadamente metade do território. Outra parte é ocupada pelos campos e pastagens, e nas proximidades do Vale do Rio Uruguai aparece uma vegetação semi-árida.

A região da Serra foi a que por último foi ocupada de modo estável, segundo Love (1975, p. 7): “Cada uma das três regiões – Litoral, Serra e Campanha – foi penetrada no período colonial, mas a Serra, a última a ser ocupada de forma permanente, foi o local da primeira experiência de civilização ibérica no Estado”.

O foco de nossa pesquisa está centrado na área denominada de Litoral Norte do Rio Grande do Sul – LNRS, em particular na cidade de Torres. Para melhor compreender as peculiaridades geográficas desta região, far-se-á uma breve descrição deste cenário singular no Rio Grande do Sul. Será realizada uma aproximação da geografia para caracterizar esta paisagem ímpar e que foi de fundamental importância para a elaboração do projeto portuário no período monárquico e mais tarde no período republicano.

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul é composto por 24 municípios<sup>3</sup> e tem como limite, de um modo geral, as cidades de Santo Antônio da Patrulha, Osório e Torres.

---

<sup>3</sup> Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, Tavares, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá.



A região de Torres era desde o período colonial, um elo entre os núcleos de povoamento portugueses no sul (Colônia de Sacramento, no Uruguai) e o presídio de Rio Grande, com o restante do Brasil. Sendo assim, logo assumiu caráter importante nas estratégias de passagem de uma região à outra, recebendo a instalação de um posto fiscal, que entre os anos de 1774 e 1776 transformou-se em posto militar. Torres tornou-se município em 21 de maio de 1878, através da Lei Provincial nº1152, data em que se emancipou de Conceição do Arroio, hoje Osório. Sua instalação ocorreu em 22 de fevereiro de 1879.

A área é constituída por rios, lagos e córregos do planalto que não drenam para o leste ou para o mar, mas para o oeste. Não existem grandes rios, e quase todos drenam para o Rio Uruguai, para a Bacia do Prata ou para a Bacia do Guaíba. O clima é classificado como subtropical úmido, controlado por massas de ar tropicais e polares. As chuvas fortes e a temperatura média de 24° são consequência do prevalecimento da massa tropical atlântica. Outra peculiaridade da área é a Serra Geral, com cerca de 1000 metros de altura, e cercada por uma sequência de lagoas que são características dessa região do litoral.

O rosário de lagoas é formado por dois sistemas lacustres. O primeiro localiza-se na região norte e faz a ligação entre o rio Araranguá e o Mampituba. O segundo sistema lacustre é formado por dezessete lagoas maiores e muitas outras menores, que se conectam indiretamente a Tramandaí e Torres. Um fato curioso, que desperta muita atenção, é que este rosário não se precipita diretamente no mar. Somente após percorrerem todas as lagoas é que as águas desagüam no oceano. Essa característica é um achado único na América e é consequência da “Transgressão Younger Perón” (PALOMBINI, 1999, p. 35), gerada há 5.000 anos, no Holoceno. Sua origem está no isolamento dos sistemas, por meio de feixes de restingas em conjunto com a erosão, transporte e redeposição em fundo oceânico de pouca profundidade.

As praias são largas, destituídas de vegetação e consideravelmente rasas. A baixa profundidade não permite a

aproximação de navios de grande calado e até mesmo de algumas embarcações maiores utilizadas pelos pescadores ribeirinhos.

A paisagem que compõe o LNRS é marcada por três elementos distintos, com padrões de relevo também diferenciados. São eles: o Planalto das Araucárias, a Serra Geral e a Planície Costeira.

O Planalto das Araucárias é plano, com uma pequena inclinação para os quadrantes do oeste. Seu espaço é praticamente todo ocupado pelos Campos de Cima da Serra – campos de savana. A região é entrecortada pelas cabeceiras dos rios Caí e Sinos, Taquari – Antas e pelas nascentes do rio Mampituba, Três Forquilhas e Maquiné, que declinam através da vertente atlântica.

A área conhecida como Serra Geral faz a transição entre as terras do planalto e as terras baixas da superfície. É caracterizada pelas escarpas escalonadas e íngremes, resultado da baixa de altitude entre o Planalto e a Serra Geral. Essa área é marcada também por grandes escorregamentos e avalanches de pedra sempre que há períodos de precipitações muito prolongados ou intensos.

Entre o declive da escarpa e as praias do Oceano Atlântico estende-se a Planície Costeira. Na região litorânea a planície é marcada por cristais e pequenos terraços arenosos entrepostos por depressões que são ocupadas por lagos e lagunas costeiras.

Como se pode perceber, o Litoral sul do Brasil tem uma estrutura geográfica peculiar: é formada por uma faixa de mais de 160 km de extensão, comprimida entre o oceano Atlântico e a Serra Geral (RUSCHEL, 1995, p. 1). A largura média de um ponto a outro é em média de 30 km, e nesse pequeno espaço a altitude pode variar do nível 0 até mil metros.

São três as estruturas geográficas básicas da região: planície costeira, morros do interior e escarpa do planalto. A primeira parece ter sido um fator fundamental para a penetração humana na região. Atinge poucos metros acima do nível do mar e compreende a primeira terça parte da largura total da região. Podemos destacar cinco características marcantes dessa área:

1 – A linha da praia, estreita e fechada por um cordão de areias soltas.

2 – Atrás das dunas, um cordão paludoso, em que as águas da chuva se acumulavam, onde se formaram os chamados esteirais e lagoinhas, que separavam o mar do campo. Atualmente são mais secos e aos poucos preenchidos por aterros. De espaço em espaço, os excessos de água rompiam as margens e formavam arroios rasos que cortavam a praia.

3 – No lado oeste das lagoinhas encontravam-se os campos secos, cobertos de vegetação rasteira. Dunas de areia também existiam, em alguns casos consolidadas pelo mato.

Essas três primeiras faixas formavam uma restinga entre as lagoas e o mar. Com largura entre 2 e 5 km, teve importante função no desenvolvimento humano nessa área. Conforme Ruschel:

A praia e o campo cedo serviram como grandes vias de povoamento, primeiro dos nativos, depois dos portugueses. Nas beiradas dos esteirais situou-se de preferência o homem do sambaqui; hoje estão arruadas e constituem os numerosos balneários da região. (1995, p. 2).

4 – Na parte de trás das restingas e dos campos segue o rosário de lagoas costeiras. São dois sistemas lacustres independentes. O primeiro situa-se no norte e interliga o rio Araranguá ao Mampituba. É composto pelas Lagoas da Serra, do Sombrio, do Caverá e do Piritu, com seus referentes sangradouros de ligação.

O sistema lacustre do sul é de maior extensão e mais rico em águas. É formado pelas lagoas: Itapeva, dos Quadros, das Malvas, do Palmital, da Pitangueira, do Ipepê, das Caveiras, do Lessa, do Passo, de Tramandaí e outras de menor importância. Todas essas lagoas são interligadas entre si. Esse sistema comunica-se com o mar por meio do Rio Tramandaí e tem ligações com várias lagoas menores da direção meridional. Esses dois sistemas lacustres exerceram importante função humana, seja na fase indígena ou na fase de colonização branca.

5 – O restante da planície é formado pelas margens internas das lagoas, algumas por ora bem estreitas e outras em comunicação com os vales dos rios que nelas desagüam.

Os morros do interior apresentam altitudes variadas chegando a atingir mais de 700 m. Os vales dos rios maiores – como o Mampituba– e seus afluentes, assim como os rios menores que desagüam diretamente nas lagoas costeiras, atravessam em alguns pontos o conjunto de morros. Esses formavam planícies que se conectavam com as margens internas das lagoas e que foram usadas para a penetração dos nativos e dos colonos.

As escarpas do planalto ou Serra Geral fecham o contorno com altitudes de mais de 1000m. Ruschel descreve como:

(...) um enorme paredão basáltico quase vertical, importante na Serra da Pedra, na Fortaleza, no Itaimbezinho, na Serra do Umbu, no Morro Agudo e em outros picos. Às vezes apresenta perfis escalonados, produzidos pela erosão desigual das primitivas capas de lavas (“trapps”). (1995, p. 3).

Esta parede de pedra funcionou historicamente como um obstáculo entre o planalto e o litoral, mas não foi suficiente para barrar por completo o acesso a algumas áreas, como o Vale do Mampituba e Umbu.

Esse corredor teve grande importância para explicar a formação da cidade de Torres. Um lado funcionava como meio de ligação entre o norte e o sul, caracterizando o espaço como de “passagem”; e o outro lado era uma espécie de “barreira”, no ponto em que o cenário montanhoso fica mais próximo do mar e interrompe a planície, o que condicionou o desenvolvimento do centro urbano na área.

Para melhor compreensão do papel histórico que essas formações rochosas exerceram, é importante relacioná-las com o restante da paisagem, não como atualmente ela se mostra, mas como se apresentava antes da colonização dos europeus. O cenário foi bastante modificado desde os nativos indígenas e os brancos, pois esses enfrentaram condições bem mais rudes do que as que se apresentam nos dias atuais.

Para isso, será descrito um pouco do cenário de Torres por volta de 1500. São três importantes aspectos a serem considerados: 1- as praias e dunas; 2- os banhados e 3 – a Mata Atlântica.

1- As praias eram mais estreitas, com dunas mais elevadas atrás. A faixa chã da praia só havia até mais ou menos 10 ou 20m. Atrás dessa estreita linha ficavam as dunas, que poderiam ter até mais de 20m de altura. Nos dias atuais as praias são bem mais largas e as dunas que restaram têm bem menos altura.

2 – Na parte posterior das dunas havia os pantanais. Tinham um alinhamento quase contínuo desde as margens do rio Mampituba até a encosta da Itapeva. Os banhados eram cobertos de vegetação, paralelos ao mar e poderiam ter até mais de 1 km de largura.

3 – A Mata Atlântica formava uma massa compacta de árvores e arbustos, nas planícies e encostas a oeste dos banhados. Em alguns momentos a mata avançava para o lado do mar. Grandes capões desenvolveram-se nas torres<sup>4</sup>. Caneleiras, cedros, figueiras e outras madeiras de lei cobriam a região.

Durante o século XVI era muito difícil desembarcar em Torres, já que as praias eram rasas – somente pequenas embarcações conseguiam chegar – e não havia um porto natural. Entretanto, o litoral de Santa Catarina – que é formado por enseadas calmas e de fácil acesso – logo foi frequentado por navios portugueses e espanhóis. Os portos naturais facilitaram muito o contato entre os nativos Carijós, que habitavam a região, com os viajantes europeus.

Documentos comprovam que, pelo menos desde 1516, espanhóis permaneceram na costa de Santa Catarina, formando pequenas comunidades em quem os moradores se mestiçaram com os nativos da área. Um dos pontos que teve maior convívio foi a “Laguna de los Patos”, atual cidade de Laguna.

---

<sup>4</sup> “As Três Torres que se ergueram à beira-mar e constituem a massa mais impressionante. Como o nome revela, são três morros com pendentes abruptos, parecidos a torres de castelos. Na verdade, existem pequenas separações entre esses morros, mas é fácil adivinhar que formam um conjunto e que por baixo da areia se unem num mesmo pedestal rochoso.” (RUSCHEL, 1995, p. 5).

A partir do ano de 1600, desenvolveu-se em Laguna uma intensa rede de tráfico de escravos indígenas. Os agentes do tráfico se concentraram principalmente no litoral sul de Santa Catarina e no norte gaúcho, mais ou menos dos arredores da cidade de Laguna até o vale do Rio Taquari. As vítimas eram caçadas, capturadas e depois entregues aos portugueses, que os levavam de barco. Em troca recebiam roupas, anzóis, machados e outras coisas de valor inferior. Esses agentes foram os principais responsáveis pelo genocídio indígena e pelo despovoamento desta área litorânea.

Os motivos do desaparecimento dos nativos ainda se mantêm obscuro. Segundo Ruschel:

As referências sobre o assunto, escritas na época, são escassas, posto que os causadores do desaparecimento dos índios agiam clandestinamente e nada registravam a respeito; suas caçadas humanas eram criminosas, mesmo à luz das leis de então (desde que não interpretadas de modo capcioso). Por seu turno, as autoridades coloniais, quase sempre coniventes, fingiam nada ver. Só os jesuítas protestavam, mas suas queixas se reduzem a relatórios que morriam nos arquivos da Ordem, em Roma, Lisboa e outros centros. (1995, p. 23).

Os historiadores dispõem de apenas informações locais, que fazem referência ao litoral sul catarinense e ao norte do Rio Grande do Sul. O processo de extermínio dos indígenas acentuou-se a partir dos anos de 1600, sendo que em 1645 a costa inteira estava praticamente vazia.

O desaparecimento dos nativos foi resultado de mais de cinquenta anos de tráfico escravista. No entanto, esse não foi o único motivo. Doenças introduzidas pelos brancos também mataram um grande número de indígenas. Mesmo com o vazio demográfico provocado pela dizimação dos nativos da região de Torres, a estrada litorânea não foi totalmente abandonada. A partir de 1640 ela continuou sendo transitada pela busca de prata e de ouro.

O trajeto das expedições em busca de metais preciosos iniciava-se em Laguna e provavelmente passava por Torres para seguir para o interior do Rio Grande do Sul depois de Tramandaí.

Como podemos perceber, Torres continuou exercendo seu papel histórico de comunicação entre o Brasil e o Rio Grande do Sul, entretanto esta fase não resultou em qualquer povoamento, somente melhorias nas condições dos caminhos.

A fundação da vila de Santo Antônio dos Anjos de Laguna no final do século XVII representou mudanças no destino do litoral do Rio Grande do Sul. Estabelecida por Domingos de Brito Peixoto e seus filhos, a vila exerceu papel de base de operações para os portugueses ocuparem o Rio Grande do Sul.

No século XVIII tornou-se mais intenso o uso do caminho litorâneo, em especial a praia. Dois eram os perfis das pessoas que percorriam esse caminho nas primeiras duas décadas: exploradores lagunistas e tropeiros paulistas.

Os primeiros tinham grande intimidade com os caminhos, pois desde 1715 iam ao sul para domar gado selvagem a fim de formar rebanhos nos campos de Laguna. A partir de 1721, quando foi dado o título de Capitão-Mor de Laguna – com jurisdição até o Rio Grande de São Pedro – a Brito Peixoto, o trânsito por esses caminhos foi intensificado.

Os paulistas começaram a chegar na década de 1730. Abriram a estrada dos Conventos, que melhorou o acesso ao planalto. Com essas melhorias, transitavam por Torres vários grupos de pessoas, que vinham de São Paulo até Minas Gerais para recolher centenas de cabeças de gado que eram levadas a Sorocaba.

No ano de 1737 foi fundado o Presídio de Rio Grande. Foram espalhadas pelo litoral algumas Guardas em pontos estratégicos. Dessa maneira, foi criada a Guarda de Tramandaí em 1738, que tinha como objetivo impedir a fuga de desertores, a cobrança de tributos, além de facilitar o trânsito de viajantes autorizados.

Um tempo depois, a Guarda foi transferida para a cidade de Torres, por sua localização estratégica mais adequada. Esse foi o primeiro estabelecimento oficial que surgiu no local.

Em 1826 mais de 400 imigrantes alemães instalaram-se na vila de São Domingos das Torres. Foram mandados à região com a finalidade de criar novos núcleos coloniais. Assim como os imigrantes que haviam se estabelecido em outras regiões do Rio Grande do Sul, os alemães enviados ao Litoral Norte também encontraram um vilarejo pequeno, com condições de vida bem difíceis, em especial pela falta de recursos e ausência de transportes.

A fecundidade do solo e o clima ameno colaboravam muito para o desenvolvimento da agricultura na região. Contudo, a distância dos pontos de comércio e o difícil acesso foram fatores que contribuíram para o não florescimento total da colônia. A comunicação era difícil e muitas vezes os produtos ficavam estocados até apodrecer. A falta de transportes era um entrave ao progresso e ao desenvolvimento da região. Dessa maneira, o próprio Litoral Norte do Rio Grande do Sul voltou-se para a província de Santa Catarina e para os Campos de Cima da Serra para estabelecer redes comerciais.

As dificuldades de transporte eram uma realidade não só do Rio Grande do Sul, mas também em todo o território brasileiro no final do período. O Brasil, mesmo no início do século XX, ainda era um país com comunicação precária entre as regiões. As dificuldades de comércio e transportes em estradas ruins eram uma constante em todo país, e o LNRS não era uma exceção. Percebendo essa dificuldade, os governantes passaram a investir na navegação como recurso para solução do problema.

Têm-se notícias de que algumas vias de comunicação lacustre já eram usadas no ano de 1847. Outra opção era a viagem pelas trilhas dos campos de Cima da Serra, além disso, havia também a alternativa da estrada de Laguna. Essa estrada partia de Torres e seguia até o Passo da Lagoa, na cidade de Tramandaí. Assim que chegassem lá deveriam esperar um remeiro para atravessá-los, para dali em diante seguir pela estrada dos campos.

Com o intuito de gerar um maior desenvolvimento econômico para o Rio Grande do Sul, o governo passou a viabilizar a construção de obras de modernização. Nessa conjuntura é possível encontrar, ainda no período imperial, importantes referências à



construção de um canal de ligação entre as cidades de Porto Alegre e Torres e do Porto de Torres.

Em 1857, o Coronel Gomes Jardim sugeriu a construção de um porto na cidade de Rio Grande ou na cidade de Torres. Os engenheiros ingleses James Brunless, Henry Law e James Abernethy passaram a estudar ambas as opções e favoreceram a implantação do porto em Torres. “Law, em 1861, sugeria a construção de dois molhes mar adentro, um a partir da Torre do Norte, outro, da do Centro, até perto da Ilha dos Lobos, quase fechando um ancoradouro de cem hectares” (RUSCHEL, 2004, p. 463-464).

Baseado nos relatórios feitos pelos engenheiros ingleses, o Barão de Tamandaré e o Ministro da Marinha Joaquim José Inácio apoiavam o abandono do projeto do porto na cidade de Rio Grande e desejavam a construção do Porto de Torres.

Forças políticas eram contra a fixação do projeto em Torres, em razão de que o porto na Lagoa dos Patos favoreceria tanto Rio Grande quanto Porto Alegre. Como a dúvida persistia, foi contratado novo estudo técnico. Dessa vez quem ficou encarregado das pesquisas foi o engenheiro hidráulico Sir John Clarke Hawkshaw.

Os estudos foram feitos em Rio Grande e Torres, e seu relatório, datado de 1875, foi novamente favorável ao Litoral Norte do Rio Grande do Sul, pois afirmava que em Rio Grande o custo da obra demandaria grandes investimentos que não teriam segurança em seus resultados. Todos os estudos técnicos apontavam Torres com sendo uma melhor posição para finalidades militares e navais.

Em 1880, os estudos fixaram-se na cidade de Rio Grande, onde havia grande pressão política e a proposta portuária em Torres acabou sendo deixada de lado, pelo menos ainda no período monárquico.

Depois de proclamada a República, Marechal Deodoro da Fonseca – Presidente provisório – recebeu do Segundo Reinado a questão polêmica da construção do Porto em Torres.

O projeto foi apresentado a Deodoro da Fonseca, que, através do Decreto 597-A, datado de 19 de julho de 1890, concedeu a

Trajano Viriato de Menezes e a seu sócio Alfredo Dillon a realização da obra do Porto e de uma estrada de ferro até Porto Alegre. A concessão deste benefício teria validade de 90 anos e garantiria juros de 6% ao ano sobre o capital que fosse empregado. Contudo, em reunião realizada em 17 de janeiro de 1891, o ministério se opôs à cláusula contratual referente aos juros que seriam explorados.

Em 1893, o governo apresentou um projeto de construção de um canal entre Porto Alegre e Torres. Nesse mesmo ano, o governo de Santa Catarina apresentou interesse em efetivar uma ligação hidroviária entre Laguna e o rio Mampituba, na divisa com o Rio Grande do Sul. Esse projeto incluía também a construção de um porto na cidade de Torres. Foram iniciadas as obras em Torres, mas logo tiveram de ser paralisadas em função da Guerra Civil ocorrida em 1893.

Em 1902, a Lei nº 957 possibilitou ao governo federal abrir concurso para que fosse explorado o projeto do Porto em Torres. Assim, Rio Grande do Sul e Santa Catarina iriam definir quais as obras que competiam a cada um.

Borges de Medeiros oficializou seu plano de construção do canal e do porto através do Decreto nº 958. O resultado desse decreto foi o projeto “Porto Alegre, Porto do Mar” desenvolvido por Faria Santos, então engenheiro das Obras Públicas.

A construção do canal Porto Alegre/Torres tinha como principal desígnio a intensificação do comércio entre a capital e o interior do estado. Para a realização do projeto, primeiramente deveria ser feita uma desobstrução dos canais do interior do estado, para que fosse possível a passagem de navios de grande porte que ligariam a capital ao futuro porto na cidade de Torres.

Quanto ao porto de Torres, em 1905, capitalistas americanos, que pretendiam financiar a obra de construção, estiveram na cidade. A comissão era chefiada por Van Brunt e estava acompanhada pelo engenheiro Pereira Parobé e pelo senador Ramiro Barcelos. Esse último era vinculado às empresas estrangeiras responsáveis pelas

obras do porto de Rio Grande. A visita da comissão foi rápida e resultou em um parecer contra a realização da obra em Torres.

Durante os anos 20, o governo do Rio Grande do Sul limitou-se à tarefa de desobstruir os canais entre a capital e Torres. A discussão acerca dos projetos do canal e do porto somente foi retomada quando Getúlio Vargas assumiu o governo do Estado.

A crise provocada pela Primeira Guerra Mundial, nos anos de 1919 e 1921, acabou fazendo com que o projeto fosse abandonado, em razão da dificuldade de conseguir recursos internacionais.

Em dezembro de 1928, Getúlio enviou para Torres uma comissão técnica para fazer um levantamento hidrográfico e topográfico da região. A comissão permaneceu estudando a cidade por cerca de quatro meses e depois retornou para Porto Alegre. Após isso, o governo telegrafou ao intendente José Krás Borges que o projeto ainda teria de esperar para ser realizado, em razão de revogações de certas cláusulas que compunham o contrato.

A construção do canal era sempre tratada com muita polêmica “(...) pois confrontava interesses de grupos distintos da elite gaúcha, a fração da campanha contra a fração do litoral, já que o porto de Pelotas estava, há muito, sob o controle da economia ganadeira” (ALVES; BISCHOFF, 2003, p. 201).

Como se pode observar, Torres exerceu importante papel como território de passagem para o sul durante todo o século XVII e começo do século XVIII. Esse papel foi intensificado na segunda metade do século XVIII, quando se fez necessária a defesa do território português do Rio Grande, que havia sido invadido por militares castelhanos do Rio da Prata. Nesse momento foi intensa a passagem de exércitos pela região de Torres, tornando-se uma espécie de estrada militar.

É evidente que os aspectos geográficos dessa região merecem destaque, pois são compostos por um rico sistema de lagoas, rios, mar, serra geral e planície costeira. Porém, apesar da abundância de recursos, o LNRS não possui o devido aproveitamento de suas lagoas. Inúmeros projetos de aprimoramento

de comunicação do Litoral Norte com as demais regiões foram propostos, entre eles a construção do Porto de Torres.

Entretanto, algumas partes do governo sempre impuseram muitos empecilhos à construção do porto, seja no período monárquico, seja no republicano. Mesmo depois de comprovada a importância econômica para a região, o assunto era sempre tratado com muita cautela, uma vez que confrontava com interesses políticos e econômicos da elite gaúcha. O plano de implementação do canal fluvial-lacustre entre Porto Alegre/Torres e do Porto de Torres foi abandonado, pois os técnicos responsáveis pelo projeto entenderam que isso levaria a um desgaste político e econômico do Estado. O possível redimensionamento das forças econômicas da região da fronteira para a capital também foi uma das possibilidades que impediram a consolidação do projeto.

## Referências

ALVES, Leonice Aparecida de Fatima, BISCHOFF, Marcelo Belmiro. O canal Porto Alegre-Torres e o projeto de modernização do Rio Grande do Sul na República Velha. In: ELY, Nilza Huyer (org). *Torres, marcas do tempo*. Porto Alegre: EST Edições, 2003. p. 199-202.

CARDOSO, Eduardo Mattos. *A invenção de Torres: do Balneário Picoral à criação da Sociedade Amigos da Praia de Torres – SAPT (1910-1950)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. São Leopoldo, 2008.

FARION, Sônia Rejane Lemos. *Litoral do Rio Grande do Sul: rio, lago, lagoa, laguna*. Disponível em: <<http://www.sumarios.org/>>. Acesso em 03 set. 2012.

LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

PALOMBINI, Bruno Carlos. A consciência do recôncavo das águas. In: ELY, Nilza Huyer; BARROSO, Vera Lucia Maciel (Orgs). *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST Edições, 1999. p. 32-38.

REINHEIMER, Dalva Neraci. *As colônias Alemãs, rio e Porto Alegre* – Estudo sobre Imigração Alemã e Navegação Fluvial no Rio Grande do Sul (1850 – 1900). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. São Leopoldo, 1999.

\_\_\_\_\_. *A navegação fluvial na República Velha gaúcha*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

RUSCHEL, Ruy Ruben. Os dois caminhos pioneiros do Rio Grande do Sul. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (org). *Raízes de Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Tramandaí*. Porto Alegre: EST. 1992. p. 215 – 233.

\_\_\_\_\_. *Torres Origens*. Porto Alegre: Abril. 1995.

\_\_\_\_\_. *Torres tem história*. Nilza Huyer Ely (Org.). Porto Alegre: EST Edições, 2004.

SILVA, Marina Raymundo da. *Navegação Lacustre Osório – Torres*. Porto Alegre: Jollo, 1999.

SOARES, Leda Saraiva. *A saga das praias gaúchas (de Quintão a Torres)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

VILLWOCK, Jorge Alberto. O planalto, a serra e a planície costeira: um passeio geológico pelo litoral norte do Rio Grande do Sul. In: ELY, Nilza Huyer; BARROSO, Vera Lucia Maciel (Orgs). *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST Edições, 1999. p. 400-419.

WITT, Marcos Antonio. *Política no Litoral Norte do Rio Grande do Sul*: a participação de nacionais e de colonos alemães – 1840 – 1889. Dissertação (Mestrado). História da América Latina. Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. São Leopoldo, 2001.

\_\_\_\_\_. *Em busca de um lugar ao sol* – Estratégias políticas. São Leopoldo: Oikos, 2008.

# **LA LIBERTÀ À CORREIO RIOGRANDENSE: O COTIDIANO DOS IMIGRANTES ITALIANOS NA REGIÃO DA SERRA GAÚCHA**

Esther Mayara Zamboni Rossi<sup>1</sup>

Samira Peruchi Moretto<sup>2</sup>

Eunice Sueli Nodari<sup>3</sup>

*Resumo:* O Jornal Correio Riograndense é um dos mais antigos jornais da região de Caxias do Sul, colonizada por imigrantes de ascendência italiana. O Jornal de propriedade da congregação dos Capuchinhos, inicialmente publicado em língua italiana, divulgava as notícias regionais, nacionais e internacionais para os moradores locais. O Jornal publicou histórias célebres, como as de *Nanetto Pipetta*, onde descreviam de forma caricata as aventuras de um imigrante interagindo com a paisagem, sua cultura e seus conflitos. Neste artigo pretendemos analisar as relações sociais e culturais nas colônias italianas da região da Serra e as colônias das regiões dos Campos de Altitude. Através de fontes como a coluna intitulada “*per lostato*” e outra “*per lacolonia*”, publicada no jornal, entre outras fontes. O início da circulação do jornal foi em 1909, se chamava *La Libertà*, no ano de 1910 muda seu nome para *Il Colono Italiano* e em 1917, se transforma na *La Staffetta Riograndense*. Como os nomes sugerem, estas edições possuíam a maior parte das colunas em Italiano ou no dialeto *Talian*, porém no período da Segunda Guerra e da proibição da língua, muda para Correio Riograndense, totalmente em português. A partir da análise deste jornal podemos perceber como os imigrantes italianos interagiam com os diferentes grupos sociais e com meio ambiente.

*Palavras-chave:* História Ambiental, Imigração Italiana, Floresta de Araucária, Campos de Altitude.

---

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História CFH/UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil. Bolsista REUNI. E-mail: estherrossi\_@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História CFH/UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil. Bolsista CNPq. E-mail: samirapm@gmail.com.

<sup>3</sup> Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História/CFH/UFSC. E-mail: eunice@cfh.ufsc.br.

Este artigo propõe uma breve análise de alguns aspectos do cotidiano dos imigrantes italianos e seus descendentes na região serrana no Rio Grande do Sul. Entre estes aspectos está a relação com a Floresta de Araucária, através da atividade madeireira e os embates enfrentados na adaptação ao ambiente. Para isto analisaremos o período em que o atual *Correio Riograndense* se chamava *Lá Libertá* de 1909 a 1910 e *Il Colono Italiano* de 1910 a 1917. Os jornais aqui analisados encontram-se no Museu dos Capuchinhos, em Caxias do Sul.

Estes processos serão analisados conforme a perspectiva da História Ambiental. Segundo Donald Worster, essa perspectiva, orienta-se por três níveis: reconstrução de ambientes naturais do passado, estudos dos modos humanos de produção e seu impacto sobre o ambiente e a análise da História das ideias e percepções e dos valores do mundo natural (WORSTER, 1991). É relevante salientar que estes três níveis são complementares e devem perpassar todo o estudo do processo de migração.

Através disto podemos perceber que as modificações na paisagem também modificaram a cultura e as visões em relação à natureza. Estes pressupostos devem estar presentes na análise das fontes. Nos jornais encontramos as propagandas das madeiras, das colonizadoras, as preocupações com a preservação, para com a falta de terras nas primeiras colônias e demais indícios das especificidades desse processo.

Os jornais eram um dos principais veículos de comunicação, circulando em maior número nas grandes cidades diariamente e nas pequenas localidades, com menor assiduidade. A imprensa representa o meio em que está inserida.

Entende-se aqui o jornal como fonte histórica na seguinte perspectiva: “(...) de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar” (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Dessa forma os periódicos trazem um pouco dos diversos discursos presentes na região estudada, apresentam ainda os principais formadores de opinião, as influências políticas e econômicas. Para isto, é preciso investigar a sua

periodicidade, a importância dada às matérias referentes à floresta, os imigrantes e a indústria madeireira, caracterizar, identificar o público a que se destinava, seus principais colaboradores e suas fontes de receita (LUCA, 2005).

Para observar a caracterização do ambiente no qual se inseriam os personagens deste estudo é importante recorrer à interdisciplinaridade. Utilizando-se da Geografia e da Biologia, para entender as características peculiares do espaço físico estudado. A região, das primeiras colônias de imigração e da migração dos euro-descendentes, possui duas fitofisionomias: os Campos de Altitude e a Floresta Ombrófila Mista.

Os campos são uma fitofisionomia presente em diferentes Biomas, mas somente no Bioma Pampa é predominante. A região de estudo está situada no nordeste do Rio Grande do Sul, fazendo parte do Bioma Mata Atlântica. Os também denominados Campos de Altitude possuem uma grande diversidade biológica mantendo a continuidade de ecossistemas sendo de grande importância para a proteção de nascentes.

A vegetação é representada por grandes extensões de campo, entremeados com a mata de araucária e turfeiras. As araucárias, cobertas por barba-de-pau (*Tillandsia usneoides*), encontram-se junto a coxilhas amareladas pela grande quantidade de capim-caninha (*Andropogon lateralis*), espécie dominante e característica da área (BOLDRINI, 2009, p. 42).

A Floresta Ombrófila Mista é caracterizada pela presença constante do Pinheiro brasileiro ou Pinheiro do Paraná a *Araucária angustifolia*. Tendo sido uma das primeiras descrições realizadas no Rio Grande do Sul, quando o Jesuíta Padre Pedro Romero, realizou a catalogação que encontra-se na Carta Anua de 1633, da Coleção de Ângelis da Biblioteca Nacional. Como se observa na literatura da história local – alguns registros mais próximos da epopéia – fazem referência não apenas aos encantos das Araucárias, mas também ao fruto em comparativo com semelhantes encontrados na Europa:

O posto é ameno, assim pela variedade de arroios que o rodeiam, como pela multidão de pinheiros que o coroam, os quais, se bem sejam diferentes dos da Europa, porém não, sem comparação,



melhores e mais agradáveis a vista. Têm emordinário cem e cento e dez pés de altura, retos e redondos como se tivessem sido feitos a torno, sem que se encontre um entre todos torcido. À medida que vão crescendo, vão lhe caindo os ramos baixos, que de quatro em quatro ou de cinco em cinco saem, a intervalos, ao redor do tronco, opostos uns a outros, e tão iguais que parece fazer uma taça muito bem formada. Dos ramos caídos restam os nós na árvore, que à maneira de cravos lhe aformoseiam o pé. Estes nós, são vermelhos ou de cor muito viva, tão sólidos e duros que, depois de trabalhados especialmente a torno, quase competem com o marfim na dureza. O fruto são umas pinhas muito parecidas às da Espanha, tão grandes e maiores do que a cabeça de um homem, e espinhões, muito maiores do que grandes dentes de alho. Não parecem tão saborosos como os da Europa, mas são de muito sustento e compõem bem o estômago, mesmos do que o tem desconcertado. (Raízes de Vacaria I, 1996).

Como podemos perceber em inúmeras descrições de sua presença marcante no imaginário, na cultura local, na descrição de viajantes, no seu valor para a indústria madeireira e desmatamento a Araucária é de vital importância na região. Segundo Roberto Miguel Klein e Pedro Furtado Leite, que estudaram as características favoráveis à existência da *Araucária angustifolia*, apontam que:

No clima atual teve condições de estender-se pelos três do sul do País, numa superfície de aproximadamente 175 000 Km<sup>2</sup>, ocupando os mais diferentes tipos de relevo, de solos e de litologias, geralmente em latitudes superiores a 500m e em situações afastadas das influências marítimas. Os povoamentos florestais mostravam variações estruturais e florísticas correlacionadas às diversificações ambientais desde formações densas, com árvores entre 25 e 35 m de altura, até formações raiíticas de densidade variada constituídas de arvoretas e arbustos, associados a agrupamentos de pteridófitas terrestres, taquarais e carazais. (LEITE; KLEIN, 1990, p. 123).

O desmatamento na Floresta de Araucária de maneira mais intensa começa a ocorrer no final do século XIX, especificamente no Rio Grande do Sul, com o avanço da imigração nas áreas de floresta do Estado. Os primeiros imigrantes que chegaram ao Brasil Meridional, na segunda metade do século XVIII, eram em sua maioria portugueses insulares, a partir do século XIX chegaram suíços, poloneses, alemães e italianos (BUBLITZ, 2006, p.2). As

primeiras regiões no Rio Grande do Sul a receberem imigrantes alemães foram à encosta da Serra e da Depressão Central a partir de 1824. Já em 1875 são os imigrantes de maioria italiana que avançam pela região de mata na Serra.

A natureza deveria ser controlada pela força do trabalho humano, demonstrando o triunfo do empreendimento. Inicialmente os imigrantes desmatavam para implementar a lavoura. As colonizadoras, no começo da imigração, lucravam com a retirada e venda das árvores. A partir da década de 1930, a indústria madeireira toma conta deste setor sendo que o índice de exportação chega a aumentar em 302% (VARGAS, 1930, p. 54).

De maneira geral o desmatamento é ocasionado intensamente pelo homem para dar espaço a agropecuária, produção de lenha, indústrias, incluindo a indústria madeireira e a expansão da malha ferroviária. Como lembra Miguel Mundstocké importante salientar que estes fatores são interligados, “(...) caso do uso da lenha na indústria madeireira, ou o aumento da demanda por produtos madeireiros devido à expansão da colonização (e que conseqüentemente levava à expansão da agropecuária) em uma determinada região” (CARVALHO, 2006, p. 71).

Na década de 1920 o recenseamento do Brasil mostrava a existência 1.207 serrarias, destas 365 encontravam-se no Estado do Rio Grande do Sul (CARVALHO, 2006, p. 118). Estas estatísticas, apesar de suas falhas, demonstram o aumento do desmatamento e das indústrias madeireiras.

Quando a ocupação se intensifica na região colonial, a demanda por informação também aumenta, desse modo, os jornais estão presentes quando a população colonial atinge cerca de 80 mil habitantes. De forma mais concisa a partir de 1890, (VALDUGA, 2008, p. 104), período em que novos espaços começam a serem ocupados pelos migrantes e seus descendentes, no Alto Uruguai e nos Campos de Altitude.

A imprensa, foi para a igreja católica no período republicano, uma forma de aproximação com as comunidades e de uma maneira marcar presença na cena política. Muitos jornais foram publicados na

região de colônias, a maioria com pouca duração tendo em vista as dificuldades técnicas e financeiras destas publicações periódicas. Podemos citar entre os jornais católicos *Corriere Cattólico* (1891-1895), *Il Colono Italiano* (1898-8 meses), *Il Corriere d'Italia*. Entre os de língua alemã estão o *Deutsches Volksblatt* (1939), *Lehrerzeitung* (1900-1939), *Bauernfreund* (1900-1914), *Skt. Paulus Blatt* (1912-1939). (VALDUGA, 2008, p. 71). Estes jornais muitas vezes evidenciavam embates entre os imigrantes:

Esses acontecimentos evidenciam a existência de fricções políticas ideológicas, envolvendo grupos étnicos distintos que encontravam na imprensa uma forma de expressão eficaz a fim de sustentar os seus interesses e lutar pelo seu espaço na sociedade. A imprensa católica, embora muitas vezes definindo-se como não-política e voltada apenas aos interesses da fé e aos assuntos comunitários, não conseguia escapar dos problemas políticos que envolviam o mundo da época, invariavelmente entrando em atrito com os setores sociais que sustentavam uma linha de pensamento contrária à sua (VALDUGA, 2008, p. 70).

A imprensa neste período refletia as disputas de poder local, dividida entre partidos políticos e entre grupos influentes, a exemplo os Maçons e os Católicos. Muitos periódicos como o primeiro *Il Colono Italiano* não resistiram a estes embates, alguns padres eram transferidos em decorrência destas disputas. A Maçonaria muitas vezes representava o poder político-administrativo da época chamados brasileiros, ligados ao governo republicano estadual (VALDUGA, 2008, p. 72).

*Lá Libertá* era um jornal semanal de Caxias do Sul iniciado em 1909, declaradamente católico, cujo dono era o Padre Palotino Carmine Fasulo. Era composto de quatro páginas, publicado as terças feiras (VALDUGA, 2008, p. 82). Na sua primeira edição de 13 de fevereiro de 1909, expôs seus objetivos, entre eles:

Com isso não se deve entender que o nosso jornal tratará exclusivamente de assuntos religiosos. Nós levaremos aos nossos egrégios leitores tudo o que os possa interessar também do lado material. Portanto trataremos de agricultura, indústria, higiene e também um pouco de medicina prática, tudo coisas que consideramos não só úteis mas também necessárias ao

desenvolvimento da vida social (Lá Libertá, 13 de fevereiro de 1909).

Além deste ideal de instruir o imigrante na vida material e espiritual o jornal tinha espaço para as disputas locais políticas e econômicas. Muitas eram as disputas entre os imigrantes e os “brasileiros”. Entre estes embates estava a desvalorização dos chamados “colonos”, segundo Beatriz Kanaan: “O termo “ colono”, utilizado para designa-los, significava também a falta de atributos considerados positivos pelos grupos nacionais” (KANAAAN, 2010, p. 155). Vale lembrar que principalmente nos Campos de Cima da Serra o poder político e econômico estava com a elite latifundiária e pecuarista. Ainda segundo a autora, a atividade de comerciante era escolhida por alguns imigrantes por desvincular a imagem de “colono”, propiciando uma vida “moderna e abastada”.

De certa forma algumas atividades em que a circulação de dinheiro e o contato com o mundo urbano eram maiores, geravam aceitação e reconhecimento. Entre estas atividades esta a de madeireiro, como salienta em entrevista concedida em 2010, Pedro Ari Minella: “Era o único serviço digamos que tinha naquele tempo, não tinha as indústrias. Tinha muitas serrarias aí com 10, 15 empregados (...). Muitos anos aí quando dizia: Fulano tem serraria? Opá! Tá grande!” (MINELLA, 2011).

O Padre Fasulo devido as intensas disputas locais voltou a Itália e em seu lugar assume o Pe. João Franchetti, com a ajuda de dois sócios João Carlotto e Adolfo Morreau. Por ser pároco da Colônia de Conde d’Eu o jornal é para lá transferido. Em 1910, *Lá Libertá* passa a se chamar *Il Colono Italiano* (VALDUGA, 2008, p. 83-85).

Com o mesmo intuito do *Lá Libertá*, o jornal abriu espaço para mais propagandas e recados. A coluna *Per lo Stato* tem notícias de todas as regiões com ênfase nas colônias. Muitas são as propagandas de colônias, como a Figura 01, pode-se observar a venda de uma serraria e um moinho em duas colônias, destaca-se a presença de muitos pinheiros.

**MOLINO, SEGHERIA**  
e DUE COLONIE  
**IN VENDITA**

Giuseppe Antoniuti vende una **SEGHERIA** nuova mossa a acqua, ed un eccellente **MOLINO** pure a acqua, con due colonie situate in *S. MARCOS DE CIMA DA SERRA*, a due chilometri di distanza dal paese.

Nelle colonie v'è casa di abitazione con tutte le comodità, **POTREIRO** buonissimo, vignato e molto **PINHAL**.

Per trattare rivolgersi al proprietario

**IN S. MARCOS**

Figura 01: Venda de Moinho e Serraria. Fonte: Il Colono Italiano, Garibaldi, 1 de junho de 1912, ano IV, n. 13, p. 3. Acervo: Museu dos Capuchinhos, Caxias do Sul.

Percebe-se que nesta época já existiam pequenas serrarias dentro das colônias, sendo que os pinheirais eram um atrativo para a compra, pois proporcionavam uma lucratividade crescente. Outro fator a ser observado é a localização da nova área de interesse dos euro-descendentes, nos Campos de Altitude, como pode ser observado na Figura 01.

A migração para novos espaços segundo alguns autores é consequência da busca de novas terras. As colônias no sul do Brasil, principalmente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, mediam aproximadamente 25 hectares. O tamanho dessas colônias dificultava a divisão entre os filhos que buscavam através da migração novas terras. Para Ellen Woortmann a migração é parte de uma condição camponesa que tem a terra como requisito primordial de reprodução social. Desse modo a migração pode ser entendida como a resposta da pressão demográfica e influenciada pelos modelos de organização familiar.

A emigração, portanto, não se explica apenas por fatores que são externos ao campesinato-guerras, imposições governamentais, dissensões religiosas, pressão da grande propriedade, etc., mas

também a partir do próprio sistema camponês. Ela é, ao mesmo tempo, desencadeada por e organizada pelo sistema de parentesco: uma dimensão desse sistema, como o padrão de herança, expulsa pessoas; outra dimensão, o “espírito de parentesco”, faz com que a migração se faça através de grupos de parentes (irmãos, primos, etc., assim como afins) que irão replicar o modelo em outro lugar- para, em seguida, recomeçar tudo de novo (WOORTMANN, 1995, p. 116).

O avanço das “zonas pioneiras”, conforme Leo Waibel, geógrafo alemão pesquisador da colonização alemã no sul do Brasil, deu-se por aspectos econômicos produtivos que não atendiam o mínimo de terras para manter um padrão de vida “decente” (SCHNEIDER, 2002, p. 25-41). Neste sentido considerava a área que mesclava campo e floresta como a ideal para imigração, pois proporcionava as condições ideais de produção de lenha e alimento.

A migração para os novos espaços, apesar de próximos, possuem algumas características peculiares, também tem efeitos na adaptação e forma de ocupação no espaço. Esta dicotomia de ocupação de espaço de Campo/Floresta, foi estudada por Nilo Bernardes em *Bases Geográficas do povoamento no Estado do Rio Grande do Sul* (BERNARDES, 1997). No referido estudo podemos observar que estas diferenças na paisagem influenciaram na densidade demográfica das regiões do Estado.

Zarth afirma que “(...) estas condições não estavam relacionadas com o relevo ou a presença de grandes rios ou com o clima, como é comum em outras regiões. As diferentes paisagens culturais estavam delimitadas pela presença do campo nativo ou da floresta” (ZARTH, 2002, p.52).

Na obra *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*, Jean Roche (ROCHE, 1969) define o termo “enxamagem” em um comparativo aos enxames de abelhas que migram em busca de lugares onde o néctar, tão precioso é mais abundante. Porém neste comparativo não levou em consideração que “a enxamagem humana implicava uma degradação ambiental” (CORREA, 2006, p.540).

A comunidade das abelhas que age com homogeneidade é então o parâmetro para a comunidade colonial, esta aproximação

com a ecologia de uma espécie diferente suscita inúmeras questões. Os novos estudos sobre imigração, migração e meio ambiente atentam para o fato de que estes são processos dinâmicos e de forma nenhuma homogêneos. Deve-se considerar então a migração ligada não somente a procura de novas terras mas também especializada no setor madeireiro. Na Figura 02, de 1910, vemos um exemplo desta especialização:

**Deposito di Legnami**  
**DI**  
**PEDRO VALENTINO ELY**  
**nella**  
**SESMARIA MACHADO**  
**Compera e vende ogni qua-**  
**lità di legnami ed assi, come**  
**pure riceve ogni commisione**  
**relativa a questo ramo d'in-**  
**dustria. tanto per ogni parte**  
**dello stato come fuori.**

Figura 02: Depósito de lenha. Fonte: Il Colono Italiano, Garibaldi, 5 de fevereiro de 1910, p.3. Acervo: Museu dos Capuchinhos, Caxias do Sul.

Podemos perceber como a indústria madeireira despontava nesta época com uma das principais atividades entre os euro-descendentes. Especializando-se cada vez mais o setor madeireiro, proporcionava não somente as atividades de extração, mas também de beneficiamento, a propaganda acima descreve um depósito de lenha.

Para além da indústria madeireira, o corte da Araucária fazia parte do cotidiano dos euro-descendentes. Em um livro autobiográfico, Antonio Ducatti Neto ressalta aspectos da vida cotidiana das colônias. Seus avós Trentinos, chegaram ao Brasil em 1883, primeiramente instalaram-se na localidade de Alfredo Chaves hoje

Veranópolis, mais tarde as margens do Rio das Antas onde o autor nasceu (DUCATTI, 1979, p. 7). Em um subcapítulo intitulado Panorama do Novo Ambiente, descreve a paisagem em que cresceu, dando ênfase a floresta “(...) A maior parte do Município de Erechim estava tomada por espessa mata virgem e pinheiras. “ (DUCATTI, 1979, p. 57). E neste ambiente: “Muito depressa aprendi a manejar o machado e a foice na derrubada do mato, e o traçador (ou serra) nos cortes de pinheiros a fim de dividi-los em toras para taboinhas ou mesmo tabuas para cercas e galpões” (DUCATTI, 1979, p. 59).

A exploração da mata foi intensa, segundo o senhor Minella: “Tinha bastante mato infelizmente a gente foi derrubando, derrubou o pinheiro daí as árvores não tinham mais valor então derrubava queimava e plantavam milho” (MINELLA, 2011). Há cerca de 30 anos os pinheiros começaram a acabar e muitos seguiram em frente em busca de novos pinhais, alguns como o Senhor Minella investiram na pecuária e na Agricultura. Segundo o Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica 2008-2010, realizado pela Fundação SOS Mata Atlântica, da área florestal original que o Estado do Rio Grande do Sul possuía restam hoje apenas 7,48%. (Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica 2008-2010).

No período da Primeira Guerra Mundial, as críticas a tendência Pro Áustria de Franchetti ocasionam sua saída da Direção do Jornal *Il Colono Italiano*. Em julho de 1917, com o nome de *Staffetta Riograndense* com os Capuchinhos como sócios, a crise torna o jornal mais local, com ênfase na religiosidade e na vida cotidiana (VALDUGA, 2008, p. 117). Através das inúmeras propagandas publicadas no *Lá Libertá* e no *Il Colono Italiano*, exemplificadas neste artigo, percebe-se a presença da atividade madeireira no cotidiano dos imigrantes italianos e seus descendentes. Mostrando desta forma a importância desse recurso natural para os grupos sociais que habitavam a região.

## Referências

Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica 2008-2010. Disponível: <http://mapas.sosma.org.br/>. Acessado em julho de 2011.



BOLDRINI, IlseIob (orgs.). *Biodiversidade dos campos do planalto das araucárias*. Brasília: MMA, 2009.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em História. *O desmatamento de florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações*. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História.

CRUZ,Heloiza de Faria; PEIXOTO,Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. São Paulo:Projeto Historia,n.35,p.253-270,dez.2007.

DUCATTI, *A vida nas colônias italianas*. Porto Agre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979.

KANAAN, Beatriz Rodrigues. As Italianidades: um estudo dos diferentes modos de representação de pertencimento entre os descendentes de imigrantes italianos na Serra Gaucha. In\_\_\_: Antônio MARTINS, Ismenia de Lima; HECKER, Alexandre. *E/imigrações: histórias, culturas, trajetórias*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010.

LUCA,Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: \_\_\_\_; PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.11-113.

MINELLA, Ari Pedro. *Entrevista concedida a Esther Mayara Zamboni Rossi em 20 de julho de 2011*.

*Raízes de Vacaria I*. VII Encontro do Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre:EST, 1996.

Relatório de Governo do Rio Grande do Sul. Mensagem, Getulio Vargas. Rio Grande do Sul, 1930. p. 54. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u813/> Acessado em abril de 2011.

VALDUGA, Gustavo. *Paz, Itália, Jesus: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes : o papel do jornal Correio Riograndense (1930-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

## **A PICADA TEUTO-BRASILEIRA: CAPITAL SOCIAL E COMUNIDADE EM FELIPE ESSIG, TRAVESSEIRO/RS**

Eduardo Relly<sup>1</sup>

Neli Teresinha Galarce Machado<sup>2</sup>

*Resumo:* A instalação dos imigrantes alemães no ambiente receptor sul-brasileiro foi o resultado de um importante processo de transposição de relações sociais. Desta maneira, as presenças dos maciços florestais e das formas jurídicas de ocupação territorial terminaram por gerar uma sociedade que conjugava as experiências sociais da Europa com as imposições sociais e ambientais do Brasil. Habitados a um regime fundiário pontuado por resquícios feudais e amparados por antigas e sedimentadas tradições culturais, os imigrantes abandonaram o caráter eminentemente privatista do projeto colonizador brasileiro (baseado no lote rural) e criaram, pelo menos num primeiro momento, um regime social baseado no modelo da picada comunitária, em que as habilidades e os ofícios, a despeito de serem integrantes do capital humano dos indivíduos, encontraram-se a serviço das necessidades e dos objetivos públicos. Fundamentado num estudo de caso da comunidade de Picada Felipe Essig (1870-1920), localizada no atual município de Travesseiro/RS, a pesquisa almeja evidenciar o processo de construção social da picada a partir dos mecanismos culturais presentes no capital social da vida comunitária teuto-brasileira.

---

A imigração alemã ao Brasil surge através de um processo político-social de consolidação da nação brasileira. As províncias sulinas do Império Brasileiro estavam localizadas num verdadeiro “terremoto” geopolítico em razão da presença e interesses das nações platinas sobre tais territórios. A Guerra da Cisplatina (1825-1828) e, especialmente, o período Farroupilha (1835-1845) alertavam sobre os perigos que incidiam sobre as províncias meridionais do Brasil.

---

<sup>1</sup> Historiador e mestrando pelo PPGAD do Centro Universitário Univates.

<sup>2</sup> Historiadora, arqueóloga e Professora do PPGAD do Centro Universitário Univates.

Com o objetivo de sanar os riscos, sobretudo do período pós-Farroupilha, e deter as pretensões dos ambiciosos vizinhos do Prata, o Império buscou formas de neutralização das tensões existentes através do controle da colonização pelas elites locais (consideradas não plenamente confiáveis), e trabalhou com a perspectiva de resolução definitiva das ameaças territoriais oriundas da região platina. As tentativas de resolução de tantos problemas para a ainda jovem nação brasileira conduziram para a imigração de elementos estranhos aos embates e interesses sociais vigentes no Império do Brasil – pelo menos num primeiro momento.

De uma maneira geral, a imigração germânica foi apreendida pelos especialistas a partir de uma tautologia de ordem e sucesso econômico (CORREA; BUBLITZ, 2006). O êxito socioeconômico do projeto migratório é um dos grandes eventos do pensamento histórico-social gaúcho e brasileiro. Já admirado pelos contemporâneos que assistiram o nascimento e o desenvolvimento das primeiras colônias, este *boom* econômico recebeu variadas interpretações, seja através da ciência histórica, da economia e das demais ciências sociais e humanas. Ele foi geralmente compreendido de maneira a associar a estrutura de minifúndio, o estabelecimento da agricultura familiar, o prévio grau de integração dos indivíduos em contextos capitalistas ou pré-capitalistas, o investimento governamental em infra-estrutura e a predominância do trabalho livre nas áreas ocupadas. Recentemente, o desenvolvimento socioeconômico das regiões de imigração alemã está sendo interpelado a partir dos critérios de sustentabilidade, haja vista o passivo ambiental deixado pela ocupação alemã da floresta (BUBLITZ, 2008, p. 338).

Assim, o propalado êxito nasce do ponto que se inicia uma reconfiguração da paisagem florestal do Rio Grande do Sul. Paulatinamente, as florestas gaúchas foram destruídas e deram espaço a um novo vetor de organização social no Brasil: a picada teuto-brasileira.

No entanto, a picada não é o ponto inicial de civilização nos sertões do Rio Grande do Sul. O avanço recente da história agrária no Rio Grande do Sul colocou um ponto de interrogação na

interpretação *naturalizada* e mitificada do contexto ambiental que recebeu os imigrantes (ECKERT, 2011, p. 14). As florestas (o *urwald* dos imigrantes), a partir da história agrária contemporânea, aparecem como o centro de uma sociedade relativamente bem estruturada, cuja base econômica circulava em torno da extração de erva-mate.

Antes de alemães, os ervateiros. Nestas áreas de exploração florestal encontravam-se benfeitorias, estradas e circuitos de comércio que permitiam a reprodução social dos moradores da floresta. Christillino (2008, p. 145) afirma que “os homens livres e pobres dos ervais do Rio grande do Sul estavam integrados, mesmo que sazonalmente ao mercado local”. Zarth (2006, p. 198) compartilha igualmente desta idéia.

O fato de estarem vinculados às realidades do mercado implicava na existência de alguma infraestrutura nas áreas posteriormente ocupadas pelos teutos. Tal fato se revelou benéfico ao desenvolvimento socioeconômico dos núcleos coloniais. Além de uma anterior infraestrutura adaptada às realidades de mercado, os imigrantes foram fomentados através de ferramentas, créditos e orientações dos administradores das colônias ou de outras autoridades.

Por conseguinte, o termo *picada* é passível de acepções diversas no Rio Grande do Sul do século XIX, que se definiam na medida e no lugar onde se encontravam os agentes sociais. Para o colonizador (empreendedor), a picada era o mero acesso (um caminho no interior das florestas) aos prazos coloniais de sua propriedade, que seriam brevemente vendidos para os imigrantes ou seus descendentes. Para as populações espoliadas das matas de ervais, as picadas da colonização são uma forma e um símbolo de opressão e destruição do seu modo de vida. Para o imigrante/migrante a picada é a sua casa, seu destino.

Numa dimensão jurídica, a origem, portanto, da picada teuto-brasileira provém do sistema de povoamento baseado em lotes coloniais privados. A privatização do espaço agrário sul-brasileiro foi o principal laboratório de testes do novo regime fundiário inaugurado pela Lei de Terras de 1854. No entanto, a cultura

privatista de ocupação e uso da terra (a terra como mercadoria ou de propriedade plena) não era totalmente conhecida pela maior parte dos imigrantes teutos – e também dos brasileiros, em grande monta –, que viviam num regime de aldeias com resquícios feudais de ocupação do solo agrário.

No Brasil, ainda que vivessem em solos privados – e este era o desejo de muitos e até a motivação para a saída da Alemanha, pois o processo de modernização industrial-agrícola na Alemanha fez cessar uma série de direitos consuetudinários que empurraram os camponeses e artesãos para extrema miséria, e, desta forma, a propriedade era a tábua de salvação de milhões de miseráveis – os teuto-brasileiros criaram um sistema social de ordem comunitária, marcado por obrigações e deveres relativamente severos.

A comunidade teuto-brasileira tinha no capital social o fundamento de sua existência. Os estoques de capital social são gerados na duração histórica e nas formas organizacionais humanas (CREMONESE, 2006, p. 92). Os laços de comunidade eram possíveis na medida em que o capital social era constantemente exercitado e reatualizado dentro dos novos contextos da americanização.

A americanização pressupunha o enfrentamento de muitos desafios. Neste sentido, a floresta e seus “horrores”, o domínio agrícola das culturas americanas, a segurança alimentar e física, o controle das variáveis e recursos ambientais, a expressão cultural e sua inserção num país desconhecido, a educação dos menores, o cuidado com os doentes e feridos, os locais de culto, memória e sociabilidade, além da própria viabilidade econômica das propriedades resultariam em um conjunto abrangente de problemas de ordem pública e comunitária.

Por conseguinte, a vastidão dos desafios impostos às populações germânicas era considerável. Não se trata evidentemente de discurso laudatório ou de uma reedição do “mito pioneiro”, tampouco de uma afirmação idílica do comunitarismo germânico ou de um natural *ethos* tedesco desprovido de conflitos. O que se objetiva argumentar é o fato de que a resolução e/ou minoração dos problemas públicos e comunitários deu-se, em grande parte, no seio

da própria comunidade ativa, sendo ela formada na tensão entre os interesses individuais, as obrigações comunitárias que recaíam sobre os moradores e o relacionamento do grupo social com a sociedade brasileira, conforme perspectiva de Tramontini (2003, p. 396). Neste sentido, as estratégias para a diluição dos riscos sociais do empreendimento colonizador, na dimensão do imigrante/migrante, são tributárias das antigas tradições culturais dos habitantes das novas picadas.

Para que seja possível verificar e avançar os pressupostos da pesquisa ora apresentada, faz-se necessário localizá-la. Em razão disso, para a análise da constituição da picada teuto-brasileira, o estudo tem como objeto especificamente a Picada Felipe Essig (1870-1920), situada no interior do município de Travesseiro/RS, região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. A comunidade Felipe Essig é por sua vez banhada pelo rio Forqueta, o principal afluente do rio Taquari, pertencendo, portanto, à Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e está incluída geopoliticamente na região do Vale do Taquari (KREUTZ, 2008, p. 50).

A vegetação nativa da área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS engloba formações arbóreas e campos. Originalmente é constituída pela Floresta Estacional Decidual e pela Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucária). Os campos localizam-se na região noroeste, enquanto que nas várzeas e locais com pouca declividade, tal como se pode observar em Picada Felipe Essig, a vegetação original inexistente, pois aí residem áreas de uso agrícola e pastoril (KREUTZ, 2008, p. 48).

Em termos mais específicos, Picada Felipe Essig situa-se na margem esquerda do Rio Forqueta e dista aproximadamente 25 quilômetros de sua desembocadura no rio Taquari, no município de Arroio do Meio/RS. Ao longo da estrada que serpenteia as planícies de inundação do Forqueta desenvolveu-se a comunidade com seus moradores e instituições. Felipe Essig possui uma extensão de aproximadamente oito quilômetros e a estrada geral que a corta faz a ligação do município de Travesseiro com o vizinho Pouso Novo. Além de situar-se próxima à sede de Travesseiro, Picada Felipe

Essig confronta-se com o município de Marques de Souza/RS, tendo o rio Forqueta como marco divisor (CONRAD, 2002, p. 4).

Paralelamente à localização de Picada Felipe Essig, seus habitantes eram, em sua grande maioria, provenientes do universo cultural camponês da Europa Central. Os imigrantes/migrantes eram *predominantemente* oriundos da bacia do Reno e do Mosela, uma região de fronteiras tenazmente disputadas entre franceses e alemães (SILVA, 2006, p. 63). Embora muitos tenham migrado das colônias mais velhas da província de São Pedro do Rio Grande do Sul – e que tivessem mais experiência do que os recém-chegados da Europa –, ainda assim pertenciam a esta mesma matriz cultural.

As estratégias para o processo de americanização não negligenciaram o passado histórico-cultural dos teuto-brasileiros. Pelo contrário, os teuto-brasileiros atualizaram e ressignificaram sua cultura dentro de uma nova realidade de vida. Neste sentido, o conhecimento da história européia se revela fundamental para a compreensão da formação das picadas teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul do século XIX.

Em perspectiva histórica, nos Estados Alemães ocidentais a existência de uma vida pré-industrial desenvolvida (LE GOFF, 2007, p. 161) arrefeceu, de certo modo, os rigores do feudalismo, pois

aí os camponeses ainda [século XIX] pagavam tributos aos proprietários ausentes (*Grundherren*), mas gozavam de privilégios políticos e a pequena propriedade agrícola estava bem entrincheirada, assegurando condições sociais mais brandas do que em outras regiões alemãs. Estas províncias contavam com importantes cidades com uma longa tradição de autonomia municipal, comércio e manufatura (Cunha, 1991, p. 258).

Aliado à relativa brandura das exações feudais na região, do ponto de vista das aldeias renanas, a sociabilidade era uma característica fundamental. Diferentemente dos lotes das colônias alemãs no Rio Grande do Sul que eram isolados e esparsos, a vida aldeã era animada fortemente pela proximidade. Proximidade das casas, dos ofícios, da igreja, da escola, e das pessoas. Günter

Weimer (1983, p. 102) em seu clássico estudo sobre a arquitetura rural teuto-gaúcha afirma que

a Renânia se localiza mais ao sul e o clima é mais ameno. Esses fatores conjugados acabaram por fazer com que boa parte das atividades fossem transferidas para fora da casa. Assim as ruas das aldeias adquiriram uma vida mais intensa, o que propiciou o surgimento de uma vida comunitária mais desenvolvida e de programas arquitetônicos comunais como o forno de pão, a bica d'água, as salas de conselho e de justiça.

Outro aspecto a solidificar a argumentação do peso das tradições culturais européias sobre o processo e criação da picada teuto-brasileira em Picada Essig, refere-se ao manejo dos *commons*<sup>3</sup> na Renânia.

De acordo com Friedrich Engels (2006, p. 150), testemunha ocular das transformações vividas pelo mundo agrário alemão no século XIX e sensível ao processo de privatização e mercantilização das terras em seu próprio país,

ainda hoje [final do século XIX] podemos observar como isso [manejo comunitário das terras] ocorreu através dos chamados *Gehöferschaften*, nas bordas do Mosela e no Hochwald. Não mais se reúne lá a totalidade das terras cultivadas, campos ou pradarias, todos os anos, mas todos os três, seis, nove ou 12 anos, e elas são repartidas segundo sua exposição e a qualidade do solo num certo número de faixas e de áreas (*Gewann*). As áreas são divididas de novo em tantas partes iguais, de faixas longas e estreitas, quantas são os que a elas têm direito na comunidade; estas faixas são sorteadas entre eles, de tal sorte que cada membro receba na origem uma porção de cada área, portanto, uma faixa de tamanho igual de cada exposição e de cada qualidade de terreno. Hoje em dia as faixas se tornaram de tamanhos diferentes em função de divisões entre herdeiros, vendas etc. As terras não-cultivadas, florestas e pastagens, permaneceram como posse comum para uso comum.

Esta forma de organização dos bens ambientais fundamentais para uma sociedade agricultora demonstra uma excepcional medida de diluição dos riscos sociais inerentes aos processos produtivos.

---

<sup>3</sup> Terras comunais.



Nos períodos anteriores à capitalização fundiária, os habitantes das comunidades aldeãs do Vale do Mosela e do Hunsrück dividiam o ônus dos fracassos e possibilitavam alternativas de superação das desigualdades sociais que decorreriam mais facilmente de um sistema privado de posse de terras. A alternância de faixas de terras permitia que os comunais compartilhassem das melhores e das piores glebas.

Tais tradições estariam arraigadas no cabedal cultural dos imigrantes germânicos que ocuparam a Picada Felipe Essig. Mesmo a despeito de Engels relatar o enrijecimento e o aumento da exploração do campônio na Alemanha – principalmente após a Reforma Protestante e a Guerra dos Trinta Anos –, as condições de gestão comunitária ainda faziam parte do universo camponês da margem esquerda do Reno.

O manejo comunitário de terras não foi possível de ser reproduzido em Picada Felipe Essig ou mesmo no Brasil. Em primeiro lugar, a picada é um sistema fundiário baseado na propriedade privada da terra, desestimulando as possibilidades dos *commons* entre os moradores, muitos deles ávidos pela propriedade irrestrita. De outra parte, ao contrário, o caráter privatista do empreendimento colonizador brasileiro não foi totalmente construído sob bases puramente individualistas. O longo histórico da organização social germânica pesou no desenvolvimento das comunidades, pois se tratava, em suma, de um sistema participativo e inclusivo do manejo das terras cultiváveis e não cultiváveis. Apesar de ter se manifestado de diferentes formas nas picadas teuto-brasileiras, este tipo de configuração agrária favoreceu a criação de estoques significativos de capital social.

As características comunitárias igualmente incidiram sobre o próprio ato da imigração. “Indivíduos das mesmas localidades na Alemanha acabavam sendo novamente vizinhos” (SILVA, 2006, p. 61). A imigração acontecia em forma de rede, de modo a evitar a descaracterização da vida comunal. No entanto, ainda que os laços de confiança e reciprocidade entre os indivíduos fossem tenazes, as redes familiares preponderavam sobre as comunitárias, pois a família é a comunidade por excelência.

Para os imigrantes germânicos, portanto, a formação da vida comunitária era prioritária no rol de suas múltiplas necessidades – e isto não se devia unicamente ao *Deutschum*. Tal cultura de comunidade, no Brasil, enriquecia-se de mais uma característica: a experiência social da imigração. Ainda que muitos tenham imigrado para o país através de grupos familiares (relações de parentesco) e comunitários, a travessia atlântica unia o passado e o futuro das famílias. Além da identidade étnica (e de sua reconfiguração) e lingüística, a esta se fundia a identidade de imigrante.

Por conseguinte, a histórica relação comunitária entre os imigrantes impeliu-os a construir e ordenar o ambiente de acordo com seus referenciais culturais. Neste sentido, a formação da sede da comunidade (ou da picada) é fundamental. Na pequena vila, instalavam-se o templo religioso, o cemitério, a escola, o salão comunitário, alguns ofícios especializados (sapataria, ferraria, funilaria, curtumes, matadouros, etc.), artesanato, a venda (casa comercial), o moinho, e, mais tarde, algum tipo de atividade desportiva-recreativa. A vila colonial alemã funcionava como uma aldeia em miniatura, onde os serviços fundamentais poderiam ser prestados (WEIMER, 1983, p. 105).

A picada teuto-brasileira também abrangia uma noção de autogerenciamento de recursos, trabalho e investimentos. Desta forma, Dreher (2005, p. 16) completa que a estrutura institucional da picada

segundo a forma de sua instalação, buscou autonomia, auto-suficiência, auto-administração e autogerenciamento, pois o cotidiano girava em torno de quatro eixos fundamentais: religião, escola, agricultura, arte e diversões. a) Em todas as picadas foram reservadas áreas de terras para a construção da capela, de cemitério, moradia do pastor ou vigário. Cada capela tinha sua diretoria, que envolvia todos os moradores em torno da capela. Construções e manutenção das mesmas eram atribuição das diretorias que envolviam os moradores das picadas. Não se contratavam serviços externos. b) Fato semelhante aconteceu com a escola, que também tinha sua área de terras e sua diretoria escolar, a quem competia contratar professor, acompanhar seus trabalhos, garantir sua remuneração. Assim como a igreja a escola fazia parte da atividade comunal. c) Característica particular da picada é a atividade

econômica de produção e consumo. Toda família era proprietária de uma ‘colônia’, na qual se ensaiava autossuficiência.

A independência da gestão da comunidade alemã, organizada através do sistema da picada, implica na consideração da origem social de certas instituições comuns ao grupo social formado pelo conjunto dos imigrantes/migrantes. Desta forma, é patente notar que as características da picada teuto-brasileira giravam inevitavelmente em torno de um processo de negociação entre o mundo social de origem e o ambiente receptor sul-brasileiro. Sob o ponto de vista desta análise, percebe-se que as interpretações da história e das demais ciências sociais sobre o sucesso do empreendimento imigratório alemão orbitam ao redor de causalidades econômicas, políticas e culturais que são quase que totalmente explicadas a partir das realidades americanas. Isto significa dizer que o conhecimento sócio-histórico da picada não pode prescindir das condições sociais existentes na Europa de origem, pois as condições socioambientais do Brasil fazem parte somente de uma dimensão – ainda que talvez a mais relevante – do problema de pesquisa.

No ambiente das picadas teuto-brasileiras, portanto, o imigrante, que na maior parte das vezes era um aldeão agricultor, criador ou artesão, encontrou-se munido da propriedade plena de seu torrão de terra<sup>4</sup>.

Condicionadas até certo ponto pelas medidas dos agrimensores que dividiram em lotes as propriedades, os alemães tiveram de reinventar seu relacionamento com os lugares da moradia, do local do trabalho, da sociabilidade e, o mais importante, da própria comunidade. Desta forma, na realidade teuto-gaúcha, rompia-se a secular organização do sistema de aldeias vigente na Alemanha de origem – o *Haufendorf* (aldeia – monte ou ponto) da região do Hunsrück, o *Strassendorf* (aldeia-rua) da região vestfaliana e o *Rundling* (arrendondado) pomerano (WEIMER, 1983, p. 97).

---

<sup>4</sup> A partir, principalmente, da Lei de Terras de 1854, conforme adverte Tramontini (2003, p. 79)

Assim, a digressão sobre o contexto cultural de origem dos imigrantes alemães decorre da possibilidade de verificação da construção histórica do capital social que caracteriza as áreas de imigração. Putnam (2006, p. 177) entende que o “capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade”. Ele é também um recurso econômico de otimização de recursos com fins societários. E antes de qualquer coisa, um bem público, acessível àqueles indivíduos que partilham dos códigos e significados de uma dada coletividade.

Além do mais, para Putnam (2006, p. 192), a história terminaria por definir os contextos em que o capital social se torna mais denso e influente nos caminhos de uma determinada comunidade. Em resumo, o capital social que geralmente caracterizava a comunidade teuto-brasileira teria sido longamente gestado dentro das estruturas sociais da Idade Média e teria avançado até a segunda metade do século XIX na Alemanha, justamente o período em que ocorreu a grande *einwanderung*<sup>5</sup> para o Brasil e outras partes do mundo.

Frente aos desafios da americanização ou mesmo da ocupação de novos espaços pelos migrantes internos (representada pela figura clássica da enxameação de Roche), o capital social comunitário teve um papel de grande relevância para a constituição da picada enquanto formação social. O capital social se manifestou através dos processos de derrube de floresta, satisfação da segurança alimentar, obras e manutenção de estradas e pontes, estruturação da vida comunitária e religiosa. O depoimento de Josef Umann – a despeito de ser boêmio e não renano – é exemplar neste sentido.

A picada inicialmente era uma comunidade cercada por enormes riscos. Em suma, uma sociedade de risco. Em primeiro lugar, a floresta. Ela impedia o desenvolvimento daquilo que os colonos entendiam por agricultura e civilização. Além disso, os

---

<sup>5</sup> Imigração em alemão.

pavores associados às florestas americanas demandavam a europeização do território. Logo, sistematicamente a floresta foi derrubada.

Conhece-se pouco a respeito da organização do trabalho no que concerne à derrubada das matas. Neste sentido, observa-se que os trabalhos aconteciam em formas de mutirão, uma das expressões do capital social naquelas comunidades. Ajudar um vizinho recém-chegado implicava na obtenção de um crédito de confiança que poderia ser resgatado em outra oportunidade. Numa coletividade em que não exista a garantia do retorno deste crédito (aqui, no caso, a energia humana através de trabalho), tal metodologia laborativa tem poucas condições de existir. A derrubada das matas, segundo cartas, memórias e relatos de viajantes, objetivava a resolução de um problema que não era de ordem individual, mas sim público. A floresta era um “problema” que atingia a todos. Desta forma, os relatos de empréstimos de materiais de trabalho, mutirão, socorro aos acidentes, doação de víveres (segurança alimentar) e, no caso das mulheres, o cuidado das crianças, idosos e feridos que não podiam trabalhar, entre outros exemplos, são exemplares das redes de capital social e de seu impacto na configuração do meio ambiente. Tais comportamentos também denotam formas rudimentares de seguridade social.

Sem tais redes de cooperação, o processo de americanização ou ocupação de novas terras teria sido em muito dificultado. As dificuldades do processo de americanização giravam em torno do controle de conhecimentos dos ciclos da natureza (estações do ano, culturas agrícolas, pragas agrícolas, a dinâmica florestal, conhecimento da fauna, solos, ciclo das chuvas, estiagens) e da própria integração com a população nacional. A picada teuto-brasileira foi uma forma de se responder aos desafios impostos pelo contexto socioambiental. Embora muitas das respostas tenham se revelado insatisfatórias (empobrecimento dos solos, pragas na lavoura em razão da simplificação do bioma, a impossibilidade de gestão do aumento demográfico, etc.), entende-se que é possível arriscar a dizer que o sistema de picada teuto-brasileira processou

com relativo êxito as demandas sociais mais urgentes da população de origem germânica.

Neste sentido, um dos grandes desafios da pesquisa é achar a medida equilibrada entre as obrigações comunitárias e os interesses individuais dos moradores de Picada Felipe Essig. Num primeiro momento, a proteção oferecida pela comunidade requisitava o empréstimo (crédito social) de habilidades e serviços que se encontravam no capital humano dos indivíduos. Por conseguinte, num primeiro momento, por exemplo, o incapacitado às lides agrícolas ou ao trabalho de derrubada do mato cedia seu tempo e eventual conhecimento na alfabetização dos jovens, munindo-os de ferramentas intelectuais de leitura e de cálculo; na ausência de religiosos profissionais (pastores ou padres), o indivíduo de maior cultura religiosa professava os cultos, muitas vezes em sua própria casa (efeitos públicos das condutas individuais); os remédios, soluções farmacológicas e benzedeiras eram ministradas por pessoas consideradas aptas para a solução dos problemas de saúde; a cessão das casas para a ocorrência de bailes e ambientes de sociabilidade era uma atitude tradicional das comunidades; o artesão que consertava ferramentas e outros instrumentos de trabalho freqüentemente cedia sua técnica para colaborar com um vizinho.

No entanto, tais práticas observadas pelos relatos do processo de imigração alemã subjazem a ideia de um mundo em perfeita harmonia e concórdia. Putnam (2006, p. 102), negando uma visão ingênua da realidade, afirma que este tipo de comunidade

(...) se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação e não por relações verticais de autoridade e dependência. Os cidadãos interagem como iguais e não como patronos e cliente ou como governantes e requerentes. A participação numa comunidade cívica pressupõe espírito público do que da atitude mais voltada para vantagens partilhadas. Os cidadãos não são santos abnegados, mas consideram o domínio público algo mais que um campo debatalha para a afirmação do interesse pessoal. Eles são mais do que meramente atuantes, imbuídos de espírito público e iguais. Eles são prestativos respeitosos e confiantes uns nos outros, mesmo quando divergem em relação a assunto importantes. Ela não está livre de conflitos, pois seus cidadãos têm

opiniões firmes sobre as questões públicas, mas são tolerantes com seus componentes.

Nos relatos acima descritos, o peso das obrigações comunitárias na picada teuto-brasileira encontra em Bauman (2003, p. 10) uma importante ferramenta teórica para a visualização destas práticas e também para a compreensão da dinâmica comunidade/indivíduo, interesse próprio/obrigações societárias. Destarte, a vivência comunitária possível é uma equação de duas variáveis: liberdade e segurança. Logo, “não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade”. À idéia de comunidade (o lugar social da proteção), Bauman entende que existe um preço a se pagar: a liberdade do indivíduo. Logo, a comunidade pode se tornar um local social de estrangulamento das subjetividades e das singularidades dos atores sociais. A comunidade parece conotar mais uma fonte de obrigações do que de liberdades.

Um dos grandes desafios em se utilizar a teoria do capital social na análise da imigração alemã é a tendência em se supervalorizar o papel “cooperativo”, “harmonioso”, “comunitário” e até “idílico” das comunidades imigrantistas. Este lugar comum – já defenestrado pela historiografia acadêmica de melhor qualidade – deve ser pensado dentro do próprio sistema de capital social vigente. Em locais onde o capital social foi desestruturado – seja por rivalidades internas incontornáveis, desigualdade social, pobreza extrema, entre outros motivos – a possibilidade da formação da picada enquanto instância principal da vida social não foi possível. Talvez seja possível afirmar que a inviabilidade de muitas comunidades teuto-brasileiras possa ser explicada por fatores que divergem do “econômico” ou da “logística” – o que definitivamente não exclui a importância destes aspectos. A partir desta lógica, os “processos” cedem espaço à política e sociabilidade de cada comunidade. De qualquer forma, o processo de construção das picadas não se revelou homogêneo, tampouco idílico e harmonioso, pois parece haver sempre uma tensão entre os interesses privados e as obrigações comunitárias.

Vogt (2006, p. 128), entretanto, um dos historiadores pioneiros em relacionar capital social com a história da imigração germânica, reconhece que esta teoria pode reforçar certos preconceitos que a historiografia contemporânea, através de exaustiva pesquisa, vem minorando. De toda sorte,

embora haja o uso ideológico dessa questão não se pode desconsiderar e minimizar os efeitos provocados pela passagem de um sistema de relações sociais para outro, ou seja, a mudança de uma aldeia ou mesmo de um pequeno centro industrial da Alemanha para o meio da floresta subtropical brasileira. Nessa passagem de um sistema de valores para outro completamente desconhecido, os indivíduos normalmente se desestabilizam psicológica e socialmente. E as reações, que nesse caso podem ser as mais diversas, devem ser levadas em consideração.

A própria ideia de isolamento e enquistamento étnico pode ser reavaliada a partir da consideração da teoria do capital social. Talvez esta impressão duradoura, tão marcante nos discursos das autoridades e intelectuais, comprove a incapacidade ou má vontade do Estado liberal brasileiro de fazer frente às demandas sociais que atingiam a população brasileira como um todo e que impeliam colonos a se organizar (através do capital social) por meio de comunidades (picadas). A percepção do enquistamento étnico, do isolamento e até do “idílico” – fatos negados consistentemente e com muita propriedade por Tramontini (2003), Witt (2008) e outros – pode ter se originado desta capacidade do capital social em assumir demandas tradicionalmente relegadas ao Estado.

Assim, a organização social da picada teuto-brasileira se constituiria teoricamente em uma “comunidade cívica” – classificação de Robert Putnam que designa coletividades com densas redes de capital social –, haja vista que a administração e execução das demandas sociais são exercidas através de processos sociais mais ou menos autônomos e que podem não ter correlação direta com as estruturas do Estado (PUTNAM, 2006, p. 175). Em termos de hipótese, isto explicaria em parte as concepções de isolamento e harmonia que marcam a mentalidade de muitos especialistas em imigração alemã.



O fato do Vale do Taquari estar marcado historicamente pelo signo da imigração particular impõe desafios ao historiador que aborda o processo migratório para esta região. Tal ordem de coisas diz respeito basicamente às fontes históricas menos abundantes e “recheadas” quando comparadas com aquelas das colônias oficiais (CHRISTILLINO, 2010, p. 155). De outro ponto de vista, entretanto, uma maior distância do crivo provincial ou estadual pode ter colaborado para que as colônias particulares operassem sistemas sociais mais espontâneos e autônomos do que aqueles existentes nas colônias de iniciativa do poder público.

É preciso, sobretudo, para que o capital social não pinte a formação social da picada teuto-brasileira com cores ingenuamente benevolentes, encontrar e pensar os processos de administração dos conflitos e dos interesses divergentes. O recurso à justiça convencional é um dos elementos importantes do mundo colonial teuto-brasileiro. Observa-se, entretanto, que outras formas de administração conflitiva se inseriam no cotidiano das picadas. A barganha da filiação religiosa ou comunitária era um dos elementos de afirmação dos interesses individuais em litígio. Pastores, padres ou mesmo algum colono influente faziam a mediação entre as partes litigantes. Apesar da existência de muitos conflitos e de relações de poder na picada, é importante ressaltar que a violência física não era um padrão de resolução dos impasses – ainda que ela ocorresse de modo não desprezível.

A pesquisa encontra-se em seus alvares e muito material empírico precisa ser pesquisado para dar vazão aos seus pressupostos fundamentais. A evidenciação da picada teuto-brasileira como uma organização social *relativamente* exitosa no que concerne às demandas sociais mais urgentes da comunidade de Picada Felipe Essig depende de mais documentação que resulte em formas identificáveis de capital social e deveres comunitários. Pesquisas bibliográficas, documentação oficial e de foro íntimo, relatos de viajantes, fontes imagéticas, história oral, exame da cultura material e o estudo da paisagem através de *survey* descritivo, têm a potencialidade de oferecer subsídios satisfatórios para adensar a pesquisa em bases documentais sólidas.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro : J. Zahar, 2003.

BUBLITZ, Juliana; CORREA, Silvio Marcus de Souza. *Terra de Promissão: Uma Introdução à Eco-História da Colonização do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz: Edunisc; Passo Fundo: UPF editora, 2006.

BUBLITZ, Juliana. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. XI, n. 2, p. 323-340, jul-dez, 2008.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o vale do Taquari no período de 1840-1889)*. 2004, Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2004.

\_\_\_\_\_. A tensão nos ervaais: a resistência dos homens livres e pobres frente ao avanço da imigração no Rio Grande do Sul. *Saeculum Revista de História*, João Pessoa, jan/jun 2008.

CONRAD, Paulo Francisco (2002). *História da colonização da comunidade de Picada Felipe Essig e características da agricultura familiar ali desenvolvida*. 2002. Monografia (Lato sensu). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Seropédica, RJ.

CREMONESE, Dejalma. Insolidarismo e cordialidade: uma análise das mazelas políticas do Brasil. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Orgs.). *Capital social: teoria e prática*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2006.

CUNHA, Jorge Luís. *Os colonos alemães e a fumicultura: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881*. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.

DREHER, Martin N. Os 180 anos da imigração alemã. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. *História, cultura*

*e memória: 180 anos de imigração alemã: Teutônia e Westfália/RS.* São Leopoldo: Oikos, 2005, p. 11-31

ECKERT, José Paulo. *O povo dos herveiros: entre o extrativismo e a colonização* (Santa Cruz, 1850-1900). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2011.

ENGELS, Friedrich. *A marca* [online]. Disponível na Internet em <http://www.unicamp.br>. Acesso em 11 de maio de 2012.

KREUTZ, Marcos Rogério. *O Contexto Ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008.

LE GOFF, J. *As raízes medievais da Europa*. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 2007.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SILVA, Haíke Roselane Kleber. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão*. São Leopoldo: Ed. Oikos, 2006.

TRAMONTINI, Marcos J. *A organização social dos imigrantes*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Trad. FLORES, Hilda Agnes Hüber. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1997, 3 ed.

VOGT, Olgario Paulo. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Unicruz, Santa Cruz do Sul, 2006.

WEIMER, Günter. *A arquitetura da imigração alemã: um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; São Paulo: Nobel, 1983.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas (Imigração alemã-Rio Grande do Sul-século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

ZARTH, Paulo Afonso. A estrutura agrária. In: BOEIRA, Nelson et al (orgs.). *Império*. Passo Fundo: Ed. Méritos, 2006, v. 2.

## **CAPÍTULO VII – POLÍTICA, ECONOMIA E TRABALHO**

## **GUILHERME GAELZER NETTO, TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA DE UMA LIDERANÇA ÉTNICA**

Evandro Fernandes<sup>1</sup>

A integração dos imigrantes alemães no Brasil nos sécs. XIX e XX caracterizam-se por uma série de conflitos culturais, econômicos, políticos e sociais. A idéia de que os imigrantes alemães mantiveram-se afastados da vida nacional, por causa de sua localização geográfica no interior do país e de sua resistência à assimilação cultural, não se sustenta. Segundo René Gertz, muitos estudos a respeito da imigração alemã fundamentam-se no pressuposto de um isolamento geográfico e cultural dos imigrantes. Isso leva muitos historiadores a conclusões apressadas sobre:

(...) a falta de integração dos imigrantes, o perigo de dissociação da unidade brasileira, sobre uma racionalidade especificamente alemã determinando o comportamento das populações, sobre a sobrevivência de messianismos e hábitos exóticos e criminosos, como o racismo e anti-semitismo. (GERTZ, 1988, p. 10).

Desde o início do processo de colonização, os imigrantes alemães mobilizaram-se para superar as dificuldades impostas pelo não cumprimento das promessas feitas pelas autoridades brasileiras, assim como para adaptar-se ao novo contexto no qual foram inseridos. Esta articulação deve ser interpretada como uma ação política, como uma resposta à variedade e à complexidade das dificuldades apresentadas pelo contexto brasileiro. Ela indica a existência de indivíduos dispostos a defender os interesses do grupo

---

<sup>1</sup> Evandro Fernandes é Bacharel em Teologia Luterana pela Escola Superior de Teologia (EST), Licenciado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Doutorando em História. Atualmente é Assessor Pedagógico da Área Sócio-Histórica da Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Novo Hamburgo.

étnico alemão, seus descendentes e a sua inserção na sociedade brasileira, ou a defender os seus interesses classistas individuais, bem como marcar presença no debate político local, provincial e nacional. (TRAMONTINI, 1999, p. 02).

De acordo com Marcos Tramontini, a teoria do “isolamento”, que sugere a formação de um grupo organizado à revelia da sociedade brasileira e de sua estrutura jurídica, administrativa, econômica, cultural e social deve ser reconsiderada. (TRAMONTINI, 1999, p. 03). Isso não significa que os imigrantes não estivessem geograficamente isolados dos núcleos luso-brasileiros e, desta forma, criado uma comunidade e identidade étnica específicas. A comunidade de imigrantes alemães e sua construção identitária são o resultado das lutas políticas empreendidas com o intuito de fazer valer seus direitos. Elas ocorrem a partir do contato, do confronto entre os interesses de grupos sociais, econômicos, políticos e culturais distintos, pois *as sociedades humanas caracterizam-se por serem sistemas abertos e sem fronteiras, isto é, possuem dinâmicas próprias que estão em permanente inter-relação com outras*. (NETO, 1997, p. 323).

Entretanto, não é possível, segundo Gertz, tentar explicar os objetos históricos relativos à imigração alemã no Brasil somente a partir de uma contraposição entre os interesses da população de origem alemã e a população de outra origem étnica como os lusos. (GERTZ, 1988, p.11) A variável étnica é apenas um dos elementos subjacentes aos estudos a respeito da imigração alemã no Brasil. As diferenças internas do grupo étnico alemão também necessitam ser estudadas, pois implicam num confronto de interesses individuais e de classe distintos, que articulam diferentes formas de comportamento frente aos desafios que se colocam aos imigrantes.

Se, no princípio, a comunidade dos imigrantes não refletia diferenças sociais significativas, não erigiu uma “fala”, um discurso ou imagem de si própria, ou atribuiu legitimidade aos seus “representantes” para fazê-lo, com o decorrer do tempo e, a partir de um processo de diferenciação social provocado pelo desenvolvimento econômico das colônias, ela não pôde prescindir de elementos mais destacados que a organizassem internamente e

interagissem com as autoridades públicas a fim de fazer valer os seus direitos e suas reivindicações culturais, econômicas, políticas e sociais.

Indivíduos intelectualmente distintos, que se projetaram nas regiões coloniais e nos núcleos urbanos imigrantistas, iniciaram um processo de articulação cultural, econômico, político, e social que procurou defender os interesses do grupo étnico alemão frente à sociedade brasileira. Estes indivíduos do grupo étnico alemão, através de sua liderança étnica, confrontarão, a partir daí, a comunidade imigrantista alemã e suas reivindicações com o projeto das elites brasileiras do Império e da República.

No que diz respeito ao conceito de liderança étnica, segundo Xosé Manoel Nunez Seixas, não existe um consenso sólido acerca de sua natureza, mas uma multiplicidade de paradigmas e teorias de médio alcance elaboradas a partir do estudo de um caso, ou da comparação de um elenco reduzido de casos. Não existe uma teoria global e integrada sobre o que é uma liderança étnica no estudo das elites e do poder em meio à coletividade de imigrantes. (SEIXAS, p. 17). Neste sentido, existem diversas perspectivas de interpretação sobre o papel das lideranças étnicas em meio a uma sociedade. Para alguns pesquisadores as lideranças étnicas são meras intermediárias no processo de assimilação cultural dos imigrantes na sociedade receptora, paralelo à modernização social e econômica. Outros, como Nathan Glazer, consideram as lideranças étnicas como catalizadoras e difusoras de uma consciência étnica adormecida e reelaborada. (SEIXAS, p. 18).

John Higham confere uma definição genérica de liderança étnica que teria a virtude da polivalência, ou seja, líder é aquela pessoa que exerce uma influencia decisiva sobre os demais conterrâneos emigrados em um contexto de obrigações e interesses comuns. O autor elabora, a partir desta definição, uma tipologia de liderança que consiste em três modelos, de acordo com a hierarquia interna do grupo imigrante e com a percepção de que o mesmo tem do mundo exterior: seria a liderança *recebida*, a *interna* e a de *projeção*. A liderança *recebida*, segundo Higham, seria característica do período formativo das comunidades étnicas, pré-



existente no país de origem e transplantada para o país de destino. Suas fontes de poder, prestígio ou legitimação social provêm do Velho Mundo e têm continuidade com as pertinentes adaptações ao Novo Mundo. Sua eficácia tende a diminuir com o paulatino aumento da naturalização dos imigrantes em seus países de acolhida. Seria o caso dos sacerdotes protestantes e católicos que acompanharam os primeiros imigrantes alemães para o Brasil. (SEIXAS, p. 21).

A liderança de *projeção* seria composta por aqueles indivíduos que adquirem uma audiência superior a do grupo com o qual são identificados, e que de fato se movem às margens do mesmo mantendo uma vinculação débil com o grupo e uma implicação meramente simbólica. Estas lideranças, por situarem-se às margens do grupo étnico, podem abandoná-lo sob uma “delgada capa de lealdade”. Por fim, a liderança *interna* seria aquela adquirida por um indivíduo que nasce dentro de um grupo étnico, se desenvolve em seu interior e, graças a sua ascensão social, torna-se porta-voz do grupo se convertendo em seu representante e em seu defensor frente ao exterior. Dentre suas tarefas está a de proporcionar serviços econômicos à população imigrante através de vias formais e organizativas ou por meio de vias informais. Este também deve ser catalisador da sociabilidade do grupo, favorecendo a formação de foros de expressão e comunicação comum, promovendo a defesa do país e da região de origem, bem como estimulando o progresso e avanço da coletividade étnica e cuidando de seu prestígio e respeitabilidade. (SEIXAS, p. 22).

Desde meados da década de 70, os estudos biográficos em torno de lideranças pertencentes às elites tem tido uma crescente importância para os historiadores. A tendência de aproximação da História Social, Cultural, Política e Econômica, bem como a interdisciplinaridade, têm marcado profundamente o campo historiográfico e contribuído para um saber histórico mais diversificado. Este ensaio propõe-se a traçar a trajetória biográfica de uma liderança comunitária relevante para o grupo étnico alemão no Brasil: o Tenente Coronel Guilherme Gaelzer Netto.

Importante destacar que a ênfase maior na dimensão biográfica não descarta as dimensões política, econômica, social e cultural. Muito pelo contrário, estas necessitam ser abordadas em estudos mais aprofundados, pois, segundo José D'Assunção Barros, os indivíduos encontram-se, desde o nascimento, intrinsecamente inscritos em determinadas relações com a sociedade. A trajetória biográfica necessita abordar as dimensões econômicas, política, social e cultural, pois estas são interpenetrantes, marcam a vida dos indivíduos, em especial também de Guilherme Gaelzer Netto, e constituem um problema teórico e um desafio muito interessantes para os historiadores. (BARROS, 2011, p. 203).

Guilherme Gaelzer Netto nasceu no Morro Ferrabraz, então Colônia de São Leopoldo, hoje município de Sapiranga, durante o Conflito Mucker (*Muckerbewegung*)<sup>2</sup> ocorrido entre os anos de 1872 a 1883<sup>3</sup>. Sua família era adepta do movimento Mucker, sendo que o menino Guilherme foi uma das crianças órfãs sobrevivente do conflito. (GERTZ, 2002, p. 180). Após a dissolução do movimento, o avô paterno e o pai assumiram sua criação. Gaelzer Netto iniciou sua trajetória profissional no Comércio de Carl Pohlmann em Porto Alegre, foi sócio da empresa F.G. Bier & Cia e, posteriormente, ocupou o cargo de Delegado de Polícia de São Leopoldo, cargo a partir do qual se projetou para vida política mediante convite do Cel. João Correa da Silva<sup>4</sup>. Foi Intendente Municipal de São Leopoldo de 1902 a 1916, sendo reeleito para sucessivos mandatos em 1904,

---

<sup>2</sup> O Conflito dos Mucker foi um evento marcante em meio a Colônia Alemã de São Leopoldo. Envolveu católicos, luteranos e o governo em disputas políticas, econômicas e religiosas que marcaram profundamente toda a colônia alemã, resultando no massacre de muitos imigrantes alemães. Para maiores informações confira DICKIE, M. A. *Afetos e circunstâncias. Um estudo dos Mucker e seu tempo*. São Paulo: USP, 1996. Tese de Doutorado.

<sup>3</sup> Considera-se a data do surgimento do movimento até a absolvição definitiva de seus integrantes por parte das autoridades públicas.

<sup>4</sup> Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. *Carta do Pastor Wilhelm Rotermund ao Cônsul Alemão de Porto Alegre em 19/03/22*. Pasta R-67099.

1908 e 1912. Conseqüentemente, influenciou a vida política da região do Vale do Rio dos Sinos por mais de uma década e meia.

A vida de Guilherme Gaelzer Netto foi marcada por episódios dramáticos do cotidiano político e econômico brasileiro e internacional. Seu mandato político como Intendente Municipal de São Leopoldo ocorreu num dos períodos politicamente mais conturbados da história republicana rio-grandense, durante a administração de Borges de Medeiros, então governador do estado Rio Grande do Sul. Gaelzer Netto era filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense e Borges de Medeiros colaborou intensamente com a administração do mesmo, estimulando a agricultura colonial e a pequena indústria de origem artesanal típica das colônias alemãs.

O mandato de Gaelzer Netto caracterizou-se pela modernização na estrutura urbana e rural da região do Vale dos Sinos. Em seu governo, idealizou-se e construiu-se a primeira hidrelétrica do estado, a Usina de São Miguel, na Picada 48 (Dois Irmãos), que é considerada o marco fundador da CEEE, pois foi a primeira usina estatal construída no Rio Grande do Sul e administrada pelo poder público municipal. (GERTZ, 2011, p. 91). Nele houve a inauguração da linha férrea de São Leopoldo a Montenegro e margem do rio Taquarí. No ano de 1907, realizou-se uma reestruturação urbana, na qual foram calçadas várias ruas de São Leopoldo. (PORTO, 1996, p. 244). Gaelzer Netto preocupou-se não só com a implantação da energia elétrica, mas teve iniciativas pioneiras na questão ambiental, na arborização, higiene e asseio públicos, no fornecimento de água potável para a população do núcleo urbano de São Leopoldo, na industrialização, na construção de escolas e no conserto de estradas pelos colonos. Foi um adepto das “modernidades”, pois introduziu o primeiro automóvel na cidade. (MOEHLECKE, 2011, p. 98).

Gaelzer Netto era conhecido como o “Pequeno Kaiser” (pequeno Imperador), pois seu bigode lhe conferia a mesma aparência do Imperador Alemão Guilherme II, que conheceu pessoalmente na Alemanha nas comemorações da Batalha de Sedan. (SANT’ANA, 2004, p. 20). Seu caráter enérgico e organizado, seu modo autoritário de governar, o aprumo militar com o qual circulava

pelas ruas de São Leopoldo, bem como os interesses políticos que contrariou, lhe granjearam muitos inimigos políticos que também contribuíram na construção desta representação no imaginário social urbano e rural da região<sup>5</sup>.

Encerrada sua atuação como Intendente Municipal, Gaelzer Netto teve as contas públicas investigadas a partir de denúncias realizadas pelos opositores. As investigações acabaram num processo que o acusava de beneficiar-se de recursos públicos e do qual foi absolvido. Tais acusações resultaram em seu rompimento com Borges de Medeiros. Sob a proteção do Senador Pinheiro Machado, abriram-se lhe as portas para atuar ao lado do Presidente Epitácio Pessoa. Durante seu governo, Gaelzer Netto envolveu-se com a vinda de imigrantes alemães para o Brasil e, durante o governo de Getúlio Vargas, foi nomeado Inspetor do Departamento Nacional de Povoamento na qualidade de Comissário de Imigração na Europa, com poderes de controle e fiscalização da imigração para o Brasil<sup>6</sup>. Neste cargo arregimentava imigrantes alemães para estabelecê-los em colônias que seriam criadas nas regiões, sul, sudeste e nordeste do Brasil.

Gaelzer Netto também atuou como representante comercial na Europa Central, em especial na Alemanha, antes do início da Segunda Guerra Mundial, onde ocupou o posto de Diretor Geral de Propaganda Oficial Brasileira para o Norte da Europa<sup>7</sup>. Na chefia do Escritório de Propaganda Brasil-Alemanha, que funcionou entre 1936 e 1941, fomentou as relações econômico-comerciais entre o

---

<sup>5</sup> Guilherme Gaelzer Netto era conhecido pelos seus inimigos políticos como *O Kaiser de Porto Alegre*. Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. *Carta da Reichsamt für Deutsche Einwanderung, Rückwanderung und Auswanderung para o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha*, 20/08/20. Pasta R-67094.

<sup>6</sup> Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. *Credencial de Guilherme Gaelzer Netto fornecida pela Legação Brasileira ao Ministério de Assuntos Estrangeiros da Alemanha*, 18/05/31. Pasta R-67108.

<sup>7</sup> Acervo Benno Mentz. *Carta de Pe. Balduino Rambo a Pe. Leopoldo Arntzen*, 18/08/1946.

Brasil e diversos países da Europa Central (Alemanha, Áustria, Hungria, Tchecoslováquia, Bélgica, etc.).

Gaelzer Netto representava produtos de exportação brasileiros em feiras comerciais, fazia propaganda do Brasil para empresários europeus, estimulava as relações comerciais entre empresas européias, em especial alemãs e brasileiras interessadas em atividades de importação e exportação. O rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial resultaram no fechamento do escritório e no seu retorno para o Brasil. Este trabalho foi realizado junto às representações diplomáticas brasileiras de diferentes governos, dentre os quais podemos citar os de Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Elemento destacado e respeitado na comunidade étnica alemã, Guilherme Gaelzer Netto transitou com certa desenvoltura em meio aos círculos políticos da capital do Brasil, o Rio de Janeiro. Para garantir seus interesses, Guilherme Gaelzer Netto manteve um diversificado círculo de contatos e amizades que lhe garantiram acesso a muitas personalidades políticas representativas do cenário nacional e internacional. Entre estes podemos destacar: Adolf Hitler; o Presidente da República do Brasil, Eurico Gaspar Dutra; diversos diplomatas residentes no Rio de Janeiro; o interventor do estado do Rio Grande do Sul, Cilon Rosa; o Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, General Ivo Soares; o Deputado Federal Arthur Fischer; o Ministro da Justiça, Adroaldo Mesquita, o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara; Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura; Min. Interino Embaixador Samuel Leão de Souza Gracie; a Primeira Dama do Brasil; José Valle, Oficial de Gabinete da Presidência; Oficial de Gabinete da Presidência, Dr. Francisco Dalamo Lousada; Ministro da Fazenda, Dr. Gastão Vidigal; Ministro das Relações Exteriores, Macedo de Soares, etc...

Destaca-se em sua biografia a importante colaboração que deu ao Comitê de Socorro à Europa Faminta (*SEF*), organização de caráter assistencial, humanitária e ecumênica de católicos e luteranos, criado no pós-guerra pelos padres jesuítas Balduino Rambo e Henrique Pauquet em prol dos alemães refugiados do Leste

Europeu durante a Segunda Guerra Mundial. Gaelzer destacou-se ao buscar, junto às autoridades inglesas e brasileiras, as autorizações necessárias para que o comitê pudesse enviar ajuda humanitária para a Alemanha. Também tentou interferir para que os governos brasileiro e inglês se empenhassem na repatriação de 1700 brasileiros retidos na Alemanha. (FERNANDES, 2005).

As discussões da imprensa brasileira e dos círculos políticos em torno da possibilidade de trazer imigrantes alemães para o Brasil no pós-guerra, e que eram muito polêmicas, despertaram o interesse de Gaelzer Netto. Este não atuou em prol do Comitê de Socorro à Europa Faminta de forma desinteressada, mas esperava assumir um posto como Secretário de Imigração junto à Missão Militar Brasileira Berlin-Wannsee. A nomeação de Gaelzer Netto para o cargo de Secretário de Imigração em Berlim também interessava às lideranças da comunidade étnica alemã no Brasil envolvidas com o germanismo e atentas à questão migratória do pós-guerra como Pe. Balduino Rambo. Segundo Pe. Rambo em carta a Cel. Gaelzer Netto:

A vossa nomeação seria para nós uma garantia de que não se fará do pobre país (Alemanha) um mercado de escravos e Fronarbeit, mas que se abram, larga e hospitaleiramente, as portas da terra brasileira para receber a quantos conosco queiram trabalhar.<sup>8</sup>

Apesar de projetar-se no cenário local, regional, nacional e internacional, Guilherme Gaelzer Netto continua a ser um “ilustre desconhecido”, pois é pequena a produção historiográfica a seu respeito. Sua figura emerge de maneira superficial em alguns trabalhos de pesquisa política e econômica de historiadores locais e universitários, mas ainda não foi foco central destes trabalhos. Seu personagem e sua trajetória de vida ainda não foram analisados como ponto de partida da análise de uma problemática, ou como fio condutor de um problema de pesquisa. Mesmo tendo sido declarado Prefeito Honorário de São Leopoldo, e homenageado com o nome

---

<sup>8</sup> Acervo Benno Mentz. *Carta de Pe. Balduino Rambo a Cel. Gaelzer Netto*, 04/10/1946.

de logradouros, praças e escolas nas cidade da região do Vale dos Sinos, podemos dizer que há um apagamento de sua memória<sup>9</sup>.

Consideramos a trajetória biográfica de Guilherme Gaelzer Netto importante por causa das personalidades políticas que mobilizou em defesa dos interesses da etnia alemã no Brasil e do governo brasileiro no exterior, em especial na Alemanha. Sua atuação no cenário político brasileiro aprofunda nossos conhecimentos sobre a inserção política das lideranças da comunidade étnica alemã no país. Pesquisar a trajetória biográfica de Gaelzer Netto é significativo porque é possível traçar um panorama da atuação política das elites do grupo étnico alemão nos núcleos urbanos e rurais localizados no interior do estado do Rio Grande do Sul, como as cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo. Seu estudo aprofunda a compreensão dos vínculos que as elites locais e suas lideranças mantinham com as elites e lideranças políticas regionais, nacionais e internacionais e, em especial, com a Alemanha. Sua biografia possibilita compreender a heterogeneidade das elites da etnia alemã, que projetaram indivíduos que se destacaram nos campos político, social, econômico e cultural.

A trajetória biográfica de Gaelzer Netto é bastante singular, pois fez o caminho inverso ao da maioria de seus conterrâneos. Após atuar no campo da política local, regional e nacional, ultrapassou o estrito domínio da política e abandonou o Brasil para estabelecer-se no exterior, em especial na Alemanha, onde atuou na área econômica e se destacou no fomento das relações diplomáticas internacionais. Foi adido nas embaixadas do Brasil no Peru, na Guatemala e Europa. Sua atuação mais significativa foi no estímulo das relações comerciais entre o Brasil e Alemanha, que eram importantes parceiros econômicos antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial. A existência do Escritório de Propaganda do Brasil-Alemanha, inaugurado em 1936 e dirigido por Gaelzer Netto, mostra que a aproximação entre estes países estava em franco processo de consolidação, sendo o papel do mesmo fundamental

---

<sup>9</sup> Lei Municipal Nº 710, de 16/01/1957, assinada pelo Prefeito Municipal de São Leopoldo, Paulo Couto.

para a representação diplomática do Brasil no exterior. (CELESTINO, 2011).

A documentação burocrática produzida por Gaelzer Netto como diretor do Escritório de Propaganda Brasil-Alemanha (1936-1941), e que se encontra no acervo do Instituto Ibero-Americano em Berlim, é de riqueza inestimável e nos fornece uma visão do conjunto da produção econômica e comercial pré-industrial brasileira da década de 30. Conseqüentemente, também nos dá uma idéia de como se considerava essa produção face à dos Estados Unidos e Europa, possibilitando o enriquecimento de diferentes reflexões e interpretações acerca do desenvolvimento econômico e social brasileiro. (LOBO, 1997, p. 222).

Importante destacar que Gaelzer Netto não só estimulou as relações políticas, sociais, econômicas e culturais entre Brasil e Alemanha, mas ajudou a construir a imagem do Brasil no exterior. Em suas viagens como representante comercial utilizava filmes e fotografias para fazer propaganda do país e de sua produção econômica no exterior. Suas palestras criaram estereótipos sobre o Brasil como, por exemplo, “Brasil, Terra do Futuro”, “Rio de Janeiro, Cidade Maravilhosa”<sup>10</sup>. Os filmes projetados mostravam as potencialidades turísticas de estados brasileiros como a Bahia, São Paulo e o Rio de Janeiro, bem como de outros países latino-americanos como o Chile<sup>11</sup>. Alguns filmes eram utilizados para mostrar as áreas coloniais disponíveis no Brasil e a vida dos imigrantes estabelecidos nestas colônias com o intuito de atrair levas de imigrantes para o país<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Legado de Guilherme Gaelzer Netto no Instituto Ibero-Americano de Berlim. Cartazes de Propaganda. Caixa IX. Ankündigungen zu Vorträgen u. Filmen: 1936-1941.

<sup>11</sup> Legado de Guilherme Gaelzer Netto no Instituto Ibero-Americano de Berlim. Filmes: Erinnerungen Teil 1 São Paulo; Erinnerungen Teil 2: Bahia, Rio de Janeiro, Película sobre a República do Chile.

<sup>12</sup> Legado de Guilherme Gaelzer Netto no Instituto Ibero-Americano de Berlim. Filmes: Entstehung einer deutsche Siedlung in Brasilien (Mudo) Filme com legendas em alemão.



Outro aspecto que merece ser destacado, e que fundamenta o estudo da trajetória de vida de Gaelzer Netto, é o fato do mesmo ter transitado por diferentes períodos da história política brasileira, ou seja, sua atuação abrange os períodos da República Velha, da Revolução de 30, do Estado Novo e do período de redemocratização. Nosso personagem teve uma excepcional capacidade de adaptar-se às mudanças políticas dos contextos históricos nacional e internacional. Para perpetuar-se junto aos círculos de poder, Gaelzer Netto fez uso de diferentes estratégias de sobrevivência política.

Trata-se, portanto, de descortinar os elementos que contribuíram para que adquirisse uma posição de prestígio, liderança e influência dentro da comunidade étnica alemã, do Estado Brasileiro e, na Alemanha, junto à República de Weimar e ao III Reich. Queremos nos apropriar da natureza de sua liderança étnica, das suas fontes de poder e prestígio social, assim como analisar a eficácia de suas estratégias de inserção social dentro de circunstâncias históricas bastante específicas. Entre idas e vindas, Guilherme Gaelzer Netto veio a falecer na cidade de Bonn, capital da República Federal da Alemanha, no ano de 1959.

Guilherme Gaelzer Netto foi uma liderança *interna* do grupo étnico alemão, alcançou projeção em seu interior e fora dele. Graças a sua ascensão social, o mesmo tornou-se porta-voz do grupo, se converteu em seu representante e em seu defensor frente ao exterior; proporcionou serviços econômicos à população imigrante através de vias formais e organizativas (cargos públicos que ocupou) e por meio de vias informais (mediações clientelísticas que realizava). Gaelzer Netto foi catalisador da sociabilidade do grupo, favoreceu a formação de foros de expressão e comunicação comum, promoveu a defesa do país e da região de origem, bem como estimulou o progresso e avanço da coletividade étnica, cuidando de seu prestígio e de sua respeitabilidade.

Como Delegado de São Leopoldo, Intendente Municipal, representante comercial, tecnocrata e adido diplomático, cargos ocupados ao longo de sua trajetória de vida, obteve um “capital social” bastante significativo e que foi utilizado para transitar em

meio a amplos e distintos segmentos da sociedade brasileira e internacional, bem como sobreviver aos diversos períodos da história política do Brasil e da Alemanha. Podemos dizer que, segundo Pierre Bourdieu, *sua autoridade legitimava-se a partir da capacidade de articulação de forças materiais e simbólicas dos grupos ou classes que podia mobilizar*. (BOURDIEU, 1974, p. 58).

Uma biografia de Guilherme Gaelzer Netto exige que nos perguntemos a respeito das fontes históricas. O gênero biográfico provocou a revalorização da história oral como fonte/método/técnica de pesquisa, dos arquivos pessoais, autobiografias e uma infinidade de documentos pessoais como diários, memórias, correspondência, etc.. O farto material administrativo e impresso produzido por Gaelzer Netto na chefia do Escritório de Propaganda Brasil-Alemanha também fornece ampla gama de informações a respeito do panorama político e econômico rio-grandense, brasileiro e internacional ainda inéditos aos historiadores.

Fonte documental relevante da trajetória biográfica de Guilherme Gaelzer Netto é sua correspondência pessoal e burocrática que chamamos de *guarda-memória*. (LEJEUNE, 1997, p. 111). Esta nos revela não só aspectos de sua trajetória profissional, mas experiências de sua vida pessoal e íntima. Consideramos a correspondência como parte de sua autobiografia, pois a redação foi feita pelo próprio autor que selecionou e construiu seu texto produzindo uma memória a respeito de si e de sua percepção em relação ao contexto no qual viveu. Philippe Lejeune destaca que os relatos autobiográficos não querem simplesmente “transmitir a memória”, mas são o lugar onde se elabora, se reproduz, e se transforma uma identidade coletiva e as formas de vida próprias às classes dominantes. Esta identidade *se impõe a todos aqueles que pertencem ou que se assimilam a essas classes e rejeitam as outras numa espécie de insignificância*. (LEJEUNE, 1997, p. 111). A correspondência pessoal de Gaelzer Netto, ao preservar sua memória escrita, liga a sua trajetória individual com a história social. Segundo Pereira:

Longe de simplesmente refletir o social, o indivíduo coloca-se como polo ativo face a esse mesmo social, dele se apropriando, filtrando-

o, retraduzindo-o e projetando-o em outra dimensão, que é de sua própria subjetividade. Cada indivíduo representa a reapropriação singular do universo social e histórico que o circunda. E é por isso mesmo que se pode conhecer o social partindo da especificidade irredutível de uma prática individual. (PEREIRA, 2000, p. 121).

A biografia permite-nos analisar as correspondências de Gaelzer Netto como um “lugar de sociabilidade”. Nelas percebemos as relações tecidas entre o indivíduo Gaelzer Netto e as diversas lideranças do grupo étnico alemão e luso-brasileiro, ou de correspondentes que se dirigem ao mesmo para fazer uso de seu “capital social” e interceder por algum pedido. Os nomes dos correspondentes, e os textos presentes na correspondência, refletem circuitos de sociabilidade que tem o *nome* Gaelzer Netto como fio condutor, como centro, possuindo uma face mais orgânica e outra afetiva.

Carlo Ginzburg considera que o uso do nome não é algo novo na investigação histórica e que o método onomástico pode ser alargado para além das fontes estritamente demográficas que procuram reconstituir as famílias, suas propriedades, estratégias matrimoniais, etc.. Numa investigação *micronominal (...)* *as linhas que convergem para o nome e dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido.* (GINZBURG, 1989, p. 175). A hipótese é de que a escrita privada possibilita, segundo Ângela de Castro Gomes, mapear indícios de relações que iluminam a atuação pública ou privada dos indivíduos. (GOMES, 2000, p. 15).

As pequenas discussões que provocamos querem nos fazer refletir sobre a racionalidade que é necessária para nos aventurarmos num estudo histórico biográfico. É muito difícil nos afastarmos da concepção funcionalista da História, que pressupõe indivíduos muito bem informados e que seguem determinados mecanismos de decisão, padrões comportamentais muito bem definidos e determinados, que calculam as vantagens e desvantagens de seu agir no cotidiano. Contudo, nós historiadores, necessitamos pensar as trajetórias de vida como parte de processos não racionalizados, que não perdem a individualidade dos sujeitos e, ao mesmo tempo, as coerências grupais. Nossas trajetórias individuais estão ligadas a

contextos muito maiores do que nossas ações cotidianas e nossas vidas.

A trajetória biográfica de Guilherme Gaelzer Netto é, portanto, a nosso ver, um lugar privilegiado de percepção de diferentes dimensões do social. Não devemos considerá-la como um gênero menor, mas saber explorar as suas potencialidades e limites. Os historiadores necessitam prever as dificuldades da empreitada biográfica, que exige muito tempo de pesquisa das fontes documentais. Seus resultados nos revelam aspectos de um universo cotidiano muito mais amplo e complexo, que exige uma grande sensibilidade do historiador. A aventura biográfica é um desafio que enriquece nosso conhecimento histórico na medida em que considera a experiência individual como fundamental para a compreensão de processos sociais mais amplos. Por fim, ajuda-nos, historiadores, a perceber que a História não tem um significado e sentido únicos, mas que está aberta a infinitas possibilidades de interpretação.

## **Arquivos**

Acervo Benno Mentz – PUC – Porto Alegre.

Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Berlim – Alemanha.

Legado de Guilherme Gaelzer Netto no Instituto Ibero-Americano de Berlim – Berlim – Alemanha.

## **Referências**

BARROS, J. D. *Teoria da História*. Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.

CELESTINO, A.V. O Coronel Gaelzer Netto e o Escritório “Brasil Propaganda” na Alemanha (1914 – 1954). O Arquivo Privado Gaelzer Netto no Instituto Ibero-Americano em Berlim. In:

*Contemporâneos. Revista de Artes e Humanidades*. São Paulo: UFABC, Nº 09, 2011, p. 01-11.

DICKIE, M. A. *Afetos e circunstâncias*. Um estudo dos Mucker e seu tempo. São Paulo: USP, 1996. Tese de Doutorado.

FERNANDES, E. S.O.S. *Europa Faminta*. Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF. Florianópolis: UFSC, 2005, Dissertação de Mestrado.

GERTZ, R. E. *O aviador e o carroceiro*. Política, Etnia e Religião no Rio Grande do Sul nos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUC, 2002.

\_\_\_\_\_. República Velha, emancipações, Estado Novo. In: ARENDT, I. C; WITT, M. A. (Orgs). *Pelos caminhos da Rua Grande*. História (s) da São Leopoldo Republicana. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 89-99.

\_\_\_\_\_. Os quistos étnicos. In: *Estudos Leopoldenses*. Série História. São Leopoldo: Unisinos, Vol. 2, N.º 1, 1988, p. 07-25.

GINZBURG, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

GOMES, A. C. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: GOMES, A.C. *Capanema*; o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

LEJEUNE, P. O Guarda Memória. In: *Estudos de História*. Março de 1997. São Paulo: Unesp, p. 111-119.

LOBO, E. História Empresarial. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 217-239.

MOEHLECKE, G. O. São Leopoldo. *Contribuição à História da vida política e administrativa (1824-2010)*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

NETO, E. F. História e Etnia, In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História*. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.313-328.

PEREIRA, L. M. L. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografia, In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*. São Paulo: Dept. de História da USP, N.º3, V.3, Junho 2000, p. 117-127.

PORTO, A. *O trabalho Alemão no RS*. Porto Alegre, 1996, p. 244-251.

SANT'ANA, E. *Minha Amada Maria*. Carta dos Mucker. Canoas: Ed. ULBRA, 2004.

SEIXAS, X. M. N. Modelos de lideragzo em comunidades emigradas. Algunas reflexiones a partir de los españoles em América (1870-1940). In: DEVOTO, F. (Org). *Da Europa a las Américas*. Dirigentes y Liderazgos (1880-1960). Coleção La Argentina Plural, p. 17.

TRAMONTINI, M. J. Etnicidade e Política. In: *Anais do XX Simpósio da Associação nacional de História: História: Fronteiras*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: ANPUH, 1999, p. 1159-1168.

# **A ATUAÇÃO DE HERMANN BLUMENAU E A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO: ANÁLISE DE UM NÚCLEO COLONIAL NA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA ENTRE 1850-1880**

Vanessa Nicoceli<sup>1</sup>

*Resumo:* O seguinte resumo trata de uma pesquisa em andamento que propõe a análise do processo colonizatório de um núcleo colonial na Província de Santa Catarina, a partir da atuação de Hermann Blumenau como seu proprietário e diretor, entre 1850 e 1880. Este período é caracterizado por mudanças na política de imigração e colonização imperial e provincial, onde os debates sobre a imigração estrangeira são direcionados para o apoio da utilização da mão de obra imigrante nas grandes lavouras, e, de forma menos intensa, à imigração estrangeira voltada a criação de núcleos coloniais baseados na pequena propriedade privada. A maior parte da historiografia sobre a colônia Blumenau costuma interpretar esta experiência de colonização com base na trajetória de Hermann Blumenau e na valorização do indivíduo em particular, ou, tratando o desenvolvimento da região como uma experiência bem sucedida pautada no isolamento geográfico. Desta forma, de modo distinto destas abordagens, a pesquisa busca compreender o processo de colonização deste núcleo colonial, por meio do estudo da atuação de Hermann Blumenau, e compreender as conexões que se estabeleceram entre seu empreendimento de colonização e a política imigratória imperial e provincial em que estava inserido.

*Palavras-chave:* Política de imigração, colônia Blumenau, Hermann Blumenau.

---

O seguinte artigo trata-se da apresentação de uma pesquisa em andamento que pretende compreender o processo colonizatório de um núcleo colonial na Província de Santa Catarina, a partir da experiência de atuação de Hermann Blumenau como seu proprietário e diretor, entre 1850 e 1880. O trabalho terá o objetivo de analisar o processo de colonização e imigração Brasil, a partir das discussões sobre a terra, e sua relação com a colonização e consequentemente o desenvolvimento do projeto de introdução de

---

<sup>1</sup> Mestranda História – UFPR.

núcleos coloniais em Santa Catarina. A partir deste contexto, a proposta objetiva compreender as especificidades do processo de formação do núcleo colonial Blumenau através da atuação do diretor Hermann Blumenau a partir da adequação das leis e decretos imperiais e provinciais acerca da instalação e desenvolvimento de um núcleo colonial de caráter particular.

### **Acesso e Colonização das terras**

O século XIX é marcado pelas mudanças na legislação acerca da efetivação da colonização e imigração no Brasil. Para compreender as transformações que se aplicaram durante este período, é preciso rever alguns pontos do processo de constituição da regulamentação do acesso a terra, por meio das sesmarias e pelo costume da posse durante o período da relação colônia metrópole, para assim entender as conseqüências nas políticas de colonização e imigração procedentes.

A questão da propriedade de terras está atrelada ao processo de povoação e colonização desde o período colonial no Brasil. Ainda no século XVI foi implantado o sistema de sesmarias, com o objetivo de resolver o problema da ociosidade das terras, com a obrigação do cultivo em um tempo limitado por parte dos sesmeiros, sob a pena de voltarem à Coroa. O sistema de sesmarias foi desenvolvido em Portugal, como solução para a crise de abastecimento, mas quando se trasladou para a colônia, “não se pensou em adaptar a lei à realidade do novo meio, que era muito diferente do Portugal do século XIV” (SILVA, 1996, p. 37).

Neste sentido, as terras da colônia foram administradas pela metrópole por quase trezentos anos através do sistema de sesmarias que viabilizou a distribuição de grandes extensões de terras para o domínio de poucas pessoas. No século XVIII, outra forma de apropriação de terras, já bastante comum, se disseminou em grande medida. A posse, um costume que se configurava como uma alternativa de ocupação da terra pelo pequeno lavrador, impossibilitado de solicitar uma sesmaria, deixou de existir apenas neste formato, para se configurar em grandes latifúndios. Assim, a situação da propriedade territorial se potencializou como um



problema no século XIX, pois se constituía a partir de um conjunto de “obrigações burocráticas espalhadas numa profusão de portarias, decretos, alvarás, cartas régias etc. que não eram cumpridos, na sua maioria, pelos colonos” (SILVA, 1996, p. 69). Na prática as concessões das sesmarias se efetivaram em paralelo a ocupação pela posse, que por sua vez, aplicava-se sem os entraves burocráticos.

Márcia Motta afirma que o sistema de sesmarias, foi aplicado não somente “para resolver a questão do acesso à terra e de seu cultivo, mas para regularizar a própria colonização” (MOTTA, 1996, p. 151). Neste sentido é possível compreender no período colonial brasileiro, que a promoção do cultivo das terras esteve relacionada com a necessidade de colonização do “novo mundo então descoberto”. Além disso, até o século XIX a “Coroa portuguesa não cedeu aos particulares o domínio sobre as terras coloniais” (SILVA, 1996, p.30). Na prática o sistema de sesmarias não se efetivou conforme o desejado pela metrópole. Esta dificuldade de abrangência se deu por se tratar de uma imposição de Portugal, “não foi fruto de uma acomodação interna” (SILVA, 1996, p. 75), era a imposição da metrópole que mediava as relações.

Nesta relação metrópole e colônia é possível perceber que a imposição de um sistema de leis – no caso, a regulamentação sobre a terra – não garante sua aplicação, e que o intuito da administração da metrópole era conduzir o processo de colonização das terras, fator que contribuiu para os desdobramentos e mudanças que ocorreram no período do Império.

A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808, “foi acompanhada de mais um esforço da Coroa para retomar a condução da política de terras” (MOTTA, 1996, p. 159). Com o objetivo de dar continuidade ao projeto de colonização, foi efetuado o primeiro ato específico de caráter geral em 25 de novembro de 1808, que estabelecia uma mudança em relação à propriedade fundiária, “autorizando a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil” (CERVO, 1981, p. 135). Segundo a autora Beatriz Maria Lazzari, esta determinação faz parte da intenção da Coroa Portuguesa de “neutralizar os domínios da grande propriedade, baseada no trabalho escravo”, que se dá juntamente

com o início de uma política de imigração estrangeira, que buscava o maior número de trabalhadores livres (LAZZARI, 1980, p. 31).

Com isto, é possível atrelar o desenvolvimento das políticas de colonização já existentes, com o interesse no processo de desenvolvimento da imigração estrangeira, como substituição da mão de obra escrava ou para a introdução da pequena propriedade, que tomará força principalmente na metade do século XIX.

### **O século XIX: debates políticos sobre colonização e imigração**

O período é caracterizado pela formação de um grupo de grandes proprietários de terras que passaram a impor seus interesses nas relações políticas, e buscam a continuidade das especificidades da rede de dependências do sistema fundiário e escravista que vinha se perpetuando há séculos. Richard Graham afirma que a sociedade brasileira do século XIX se define por um significado particular por se basear nas relações pessoais e influências políticas transmitidas a partir das elites fundiárias que influenciarão na formação dos líderes políticos do Brasil (GRAHAM, 1997).

Neste ponto que se encontra a dificuldade da introdução de trabalhadores livres estrangeiros, pois inviabilizava os mecanismos do sistema colonial. O sistema de trabalho compulsório já enraizado, defendido por esta elite fundiária, garantia a fixação do trabalhador, e favorecia a organização econômica e social altamente concentrada em renda.

Sendo assim, até a promulgação da Lei de Terras de 1850 – nº 601 de 18 de setembro – que regulamentava o acesso a terra e consequentemente a colonização e imigração estrangeira para o Brasil, o país passou por uma série de adequações acerca da sua legislação territorial. Somente em 17 de julho de 1822, durante a regência de D. Pedro I, “suspendeu-se a concessão de sesmarias” (MOTTA, 1996, p. 160), e durante o período entre 1822 e 1850 a posse, “tornou-se a única forma de aquisição de domínio sobre as terras” (SILVA, 1996, p. 81), e a partir disto, a “decisão sobre o direito à terra esteve nas mãos dos grandes fazendeiros de cada região do país, imprimindo a cada localidade a expressão dos

poderes particulares dos *senhores e possuidores* de terras” (MOTTA, 1996, p. 162). O período é caracterizado assim pelo debate que se estabeleceu no que se refere às novas configurações da posse de terra no Brasil, que envolvia a escravidão, a introdução de mão de obra imigrante, e a colonização e imigração voltada à pequena propriedade.

Lazzari observou que nos debates do senado duas correntes divergiam. As políticas de colonização que previam a imigração estrangeira direcionada à pequena propriedade do século XIX, ainda sob as ordens de D. João, que foram recebidas com desconfiança pela elite política, pois sentiam seus interesses atingidos diretamente com a imigração, e conseqüentemente, do outro lado interessava a muitos a introdução de imigrantes para trabalhar na grande lavoura (LAZZARI, 1980).

Neste sentido, o “Senado agia nas duas frentes: agilizar a imigração e coibir o tráfico” (CERVO, 1981, p. 139). No entanto, apesar dos debates sobre a imigração e colonização estarem constantemente em pauta, o que tomava o foco em maior medida era a abolição do tráfico de escravos. Apesar da lei da Abolição ter sido promulgada em sete de novembro de 1831, durante muitos anos, a prática se deu clandestinamente e em grande número no Brasil. Esta discussão se estende por anos, e é essencial para a compreensão do problema de mão de obra para suprir o grande latifúndio, que por sua vez, irá proporcionar um interesse maior na imigração e colonização estrangeira.

Além dos debates que envolviam teorias, projetos e a efetivação da substituição da mão de obra, as discussões também contemplavam a pertinência da doação de terras devolutas a estrangeiros, a adoção de mão de obra de nacionais em detrimento da força de trabalho imigrante e a imigração espontânea ou subvencionada. Sendo assim, em várias décadas de debate, a questão continuava em fase de ensaio, na prática não houve grandes mudanças, não interessando muito aos parlamentares o debate sobre a imigração e a colonização. Quando o interesse ocorria, se referia com maior força às necessidades da produção agrícola e de mão de obra (CERVO, 1981).

Apesar do intenso debate sobre a questão, e um direcionamento maior para a imigração como solução de “braços” para a lavoura, em 1867 o Governo Imperial emite o Regulamento para as Colônias do Estado baseado no decreto n. 3.784, de 19 de janeiro de 1867, definindo, a política de colonização, que por sua vez somente se viabilizará com a criação da Inspetoria Geral de Terras e Colonização em 1876 (MACHADO, 1999, p. 87). O regulamento que normalizava a colonização Imperial, segundo Pinheiro Machado, foi resultado do acúmulo de experiências de colonização dirigidas pelos governos provinciais. Com o objetivo de evitar os problemas já enfrentados, o Governo Imperial se preocupará com o tamanho dos lotes, e a possibilidade de pagamentos destes; preços baixos, e quitação em cinco anos, sem a previsão de expulsão ou execução por dívida; ênfase na providência da moradia e cultura efetiva por parte do colono em dois anos; e o trabalho assalariado dos imigrantes na construção de estradas e obras públicas (MACHADO, 1999, p. 87-88).

Desta forma, a década de 1870 é caracterizada pelo incentivo ao fluxo imigratório espontâneo, não somente para a mão de obra na lavoura, mas para consolidar a pequena propriedade rural. Posteriormente, entre 1878 e 1881, a emancipação de várias colônias e a suspensão de contratos para a vinda de novos imigrantes evidencia que o Governo Imperial reduziu drasticamente os investimentos com imigração e colonização, o que não anulou por completo a vinda de novos imigrantes. O Segundo Reinado tornou viável a construção de um projeto de desenvolvimento a partir da compreensão de que a colonização atingiria resultados a partir de uma política com objetivos e encaminhamentos de médio prazo. Desta forma, é possível perceber o incentivo do governo imperial sobre a colonização pela pequena propriedade e interesse e em dar continuidade a um processo colonizador a partir de pequenos núcleos coloniais.

### **Formação de núcleos coloniais: interesse da Coroa**

Alguns autores afirmam que o interesse da Coroa portuguesa na implantação da colonização através da imigração europeia,

promovida por uma política oficial, trouxe uma contribuição fundamental na mudança da economia que baseava o sistema econômico rural. Segundo Manfroi, as colônias europeias, fundadas e dirigidas pelo governo, deviam “fornecer à agricultura estacionária um novo impulso e uma nova mentalidade à sociedade brasileira” (MANFROI, 1975, p. 19), pois a nova política de efetivação da imigração confronta com a estrutura socioeconômica fundada sobre o latifúndio. O decreto de 25 de novembro de 1808 que autorizava os estrangeiros residentes no Brasil a tornarem-se proprietários de terras, seria parte da intenção de se desvincular “de um regime de monocultura dominado por uma minoria de ‘senhores’ e sustentado pelo trabalho escravo” (MANFROI, 1975, p. 21).

Apesar desta afirmação, no período em que a Coroa portuguesa esteve no poder a imigração para o Brasil foi pequena. Somente em 1818 que se iniciou a primeira experiência de colonização significativa, com a instalação de colonos suíços na Serra Fluminense, no que daria origem a Colônia de Nova Friburgo e é criada a Inspetoria de Colonização Estrangeira, que entre outras atribuições, fornecia um tradutor para esta colônia. O Governo Português firmou contrato com Sebastião Gachet que estabelecia uma série de benefícios aos imigrantes.

Há também neste período, a formação de uma colônia alemã às margens do rio Peruípe na Bahia, esta colônia foi fundada espontaneamente, mas passou a ficar sob amparo das leis do país, e em 1819 lhe é concedida a permissão da Marinha de tomar o nome de Leopoldina (CERVO, 1981, p. 135). Com a Independência do Brasil em 1822, D. Pedro I dá continuidade à política de colonização e junto aos seus ministros tiveram iniciativas para estimular a imigração (MACHADO, 1999, p. 18-19).

Com isso, a “primeira iniciativa do governo favorece o sul” do país (CERVO, 1981, p. 135): a colônia de São Leopoldo. Pela decisão nº 80 de 31 de março de 1824, assinada por Luís José de Carvalho e Melo, com a ordenação ao Presidente da Província de “proceder à liquidação do estabelecimento e de preparar a instalação dos colonos recrutados na Alemanha” (ROCHE, 1975, p. 94).

Sobre a possibilidade da propriedade da terra, somente na Constituição de 1824 que se garantiu em “toda sua plenitude o direito a propriedade, sem fazer referência aos problemas decorrentes do sistema de sesmarias e à ocupação das terras devolutas.” (MOTTA, 1996, p. 163). A partir desta resolução, se torna efetivo o direito ao cidadão de “uso e emprego da Propriedade”.

Ainda neste período, o ato adicional de 12 de agosto de 1824 “transfere às províncias a competência em matéria de colonização, sem determinar, contudo, suas atribuições” (LAZZARI, 1980, p. 33). Apesar de permitir a autonomia para a iniciativa de colonização, não havia experiência para a efetivação, pois as terras livres pertenciam ao Império e somente em 1848 com a – Lei Geral nº 514 de 28 de outubro de 1848 que serão “concedidas às províncias 36 léguas quadradas de terras devolutas para a colonização”.

### **Colonização na Província de Santa Catarina e o núcleo colonial Blumenau**

O processo de colonização na Província de Santa Catarina teve início a partir do projeto de desenvolvimento econômico da região. Para isto, foram desenvolvidas políticas de incentivo a criação de núcleos voltados à colonização e a imigração. No ano de 1823 a partir da “provisão de 08 de abril, que lhe permitiu dar terras aos agricultores” (PIAZZA, 1988, p. 89), se iniciou a colonização com elementos europeus. Em 1828, o Governo Imperial determinou ao governo da província a instalação de imigrantes de origem germânica, que definiu o estabelecimento da colônia São Pedro de Alcântara em 1829, mas que não terá muito tempo de administração, pois será “abandonada à própria sorte” (PIAZZA, 1988, p. 94) com a determinação da lei que proibiu o Governo Imperial de realizar despesas com a imigração, criação e manutenção de núcleos coloniais em 1830.

Apesar da inconstância do período, “a colonização em Santa Catarina teve prosseguimento facilitado por diversas leis” (HERING, 1987, p. 28), o que ocasionará, na década de 1830, a instalação de colônias, principalmente em regiões próximas ao

litoral da província. Como por exemplo, a Lei nº 11 de cinco de maio de 1835, previa a instalação de duas colônias, cada uma com dois arraiais, nas margens dos rio Itajaí na Freguesia do Santíssimo Sacramento. A norma estabelecia a fundação das colônias não somente de brasileiros mas estrangeiros que se acharem na província ou vierem a habitar na localidade de “Possinho e Taboleiro” e nas nascentes do ribeirão da Conceição e Belchior<sup>2</sup>.

Até a década de 1850, foram criadas algumas colônias agrícolas, mas é a partir da metade do século XIX que se inicia um processo efetivo de colonização com base na imigração alemã. A colônia Blumenau é um dos exemplos que se desenvolve neste período.

Proveniente da cidade Hasselfelde, no ducado de Brunswick, hoje localizado no norte da Alemanha, Hermann Bruno Otto Blumenau (1819-1899) interessou-se pela atividade colonizatória a partir dos contatos que teve com o naturalista Alexander Von Humboldt (VOIGT, 2004, p. 18), com quem se encontrou possivelmente devido a sua profissão, pois era farmacêutico e diretor da fábrica de produtos químicos de Hermann Trommsdorff. Em 1844, em viagem a Londres Blumenau conheceu o Cônsul Geral do Brasil na Prússia, Johann Jacob Sturz, de quem, segundo José Ferreira da Silva, ouviu “coisas maravilhosas” sobre o Brasil, por ser considerado por Sturz um “El-dorado para os alemães que quisessem migrar” (SILVA, 1978, p. 14). Apesar do caráter fantasioso com que o autor descreve este contato, é possível que a influência de Sturz sobre Hermann Blumenau na decisão de migrar para o Brasil tenha sido de fato importante. A crer no que diz a neta do colonizador, o próprio doutoramento de Blumenau foi feito por influência do cônsul da Prússia (BLUMENAU, 1958).

Em 1846 o farmacêutico embarcou para o Brasil, como agente da “Sociedade de Proteção aos Emigrados Alemães”. Primeiro se instalou no Rio de Janeiro, depois percorreu a província

---

<sup>2</sup> Lei número 11 de 5 de maio de 1835. Livro de Leis 1835/1840. Arquivo Público de Santa Catarina. P. 11-12.

do Rio Grande do Sul, para inspecionar e observar as colônias de São Leopoldo e Três Forquilhas. No ano seguinte, ainda em função dos relatórios produzidos à Companhia que da qual era representante, Hermann Blumenau procurou se informar sobre a situação de terras devolutas na Província de Santa Catarina e finalmente, em 1848, viajou juntamente com Fernando Hockhadt, seu futuro sócio, ao interior do Vale do Itajaí, onde posteriormente instalaria a colônia, a qual denominaria com seu próprio nome (SILVA, 1978).

A esse tempo, estava vigente a lei 234 de 31 de março de 1847, que dispunha sobre o estabelecimento de colonos germânicos recém-chegados à Província de Santa Catarina. Além desta lei, outra, a nº 574 de 28 de outubro de 1848, concedeu às províncias, seis léguas em terras devolutas, com destino a colonização. Neste contexto, em 1848, Hermann Blumenau enviou ao Governo da Província de Santa Catarina um projeto para fundar uma colônia agrícola de imigração alemã no Vale do Itajaí. O solicitante se colocava como representante da já mencionada Sociedade de Proteção aos Emigrados Alemães, e conseguiu a que uma segunda versão desse projeto fosse recebido na Assembleia Provincial, com base em dois decretos (49 de 15 de janeiro de 1836 e 79 de 2 de maio de 1839), que autorizavam qualquer particular ou companhia estabelecer colônias na província. No entanto, a Companhia em questão foi dissolvida antes que se efetivasse a criação da colônia. Hermann Blumenau, em sociedade com Fernando Hockhadt comprou 11 milhas de terra para colonizar (VOIGT, 2004, p. 20), ou, 150.000 jeiras de terra, vendidas pelo governo provincial.

No ano de 1850, começaram a chegar os primeiros colonos trazidos por Hermann Blumenau. No mesmo ano que se estabelece a colônia Dona Francisca, em Joinville, sob a coordenação da Sociedade Colonizadora de Hamburgo (PIAZZA, 1988, p 30). E também ano da promulgação da Lei nº 601 de 18 de setembro, a chamada Lei de Terras, cujo projeto vinha sendo discutido há vários anos. Esta lei, como sabemos, tinha por finalidade definir e regular a propriedade da terra no Brasil, no que se referia às terras devolutas. E também estabelecia critérios para a concessão de lotes aos



imigrantes, a efetivação da compra das terras pelos colonos, e resultou na Repartição Geral das Terras Públicas (MANFROI, 1975).

Assim, a colônia, fundada em 1850, manteve-se durante os dez anos seguintes como uma colônia particular, estabelecida e mantida com recursos pessoais do seu proprietário. E que se desenvolvia a partir da chegada de novos imigrantes (BLUMENAU, 2002) Apesar de a colônia ser particular, Hermann Blumenau contraiu empréstimos junto ao Governo Imperial, que disponibilizava recursos para o desenvolvimento da colônia, obrigando, em contrapartida, a introdução de mais imigrantes e/ou a construção de estradas. Em 1860, a colônia passou para o domínio e administração do Governo Imperial, que nomeou Hermann Blumenau no cargo de diretor, com vencimentos anuais de 4:000\$000 contos de réis. O diretor manteve-se na função até o ano de 1880, data que delimita o final da periodização desta pesquisa.

A atuação de Hermann Blumenau se refere ao processo de colonização e imigração, a partir de sua experiência neste empreendimento produziu obras com o intuito de difundir e propagandear as condições políticas, de liberdade religiosa, de manutenção da língua que a constituição brasileira de 1824 permitia para os possíveis imigrantes que se dirigiam à sua colônia.

Desta forma, por meio de suas obras, é possível identificar aspectos do processo de formação de núcleos coloniais baseada na imigração estrangeira e na pequena propriedade dentro de um contexto intenso de embates relacionados à abolição do tráfico negreiro, à instituição da escravidão, à imigração e à colonização. Hermann Blumenau fundou a colônia e nela atuou como diretor em um período bastante significativo no que diz respeito às políticas mais gerais relativas à imigração e colonização. Desta forma, é possível compreender esta atuação, relacionando-a as políticas do governo imperial e provincial, com os quais esteve em constante contato durante sua permanência na colônia em questão.

## **Colonização: abordagens**

Apesar da grande número de estudos na realidade do centro sul, onde é possível perceber o forte interesse na introdução de imigrantes para trabalhar nas grandes propriedades rurais, outros estudos se dedicaram a compreender a imigração voltada à formação de núcleos coloniais baseados na pequena propriedade. Este era também um projeto de parte dos parlamentares que, ao longo do século XIX, pensaram a colonização. Em geral tais projetos previam investimentos privados, tendo o governo uma função apenas auxiliar, ficando os custos por conta de empresas ou empreendedores particulares. Entretanto, não deixaram de existir casos em que se propunha que o governo financiasse total ou parcialmente a instalação dos colonos imigrantes, principalmente no Brasil meridional (LAZZARI, 1981; MACHADO, 1999).

É, neste sentido, que Paulo Pinheiro Machado, em seu trabalho sobre a política de colonização no Rio Grande do Sul, afirma que não se pode negar que a colonização para a pequena propriedade não era um projeto predominante no interior da elite política brasileira, mais interessada em repor os “braços” na lavoura. No entanto, para o autor, esta afirmação não elimina a importância do volume e constância dos “investimentos na montagem da infraestrutura de colonização para a pequena propriedade” (MACHADO, 1999, p. 12). O autor chama atenção para o fato de o Governo Imperial realizar gastos com os núcleos de pequenos proprietários e, desta forma, busca compreender a complexidade do processo de formação de um sistema baseado na pequena propriedade rural, no que diz respeito à uma experiência colonizadora específica que se baseou na formação da camada dos pequenos proprietários de origem europeia no sul do Brasil, ligada ao processo nacional de transição do trabalho escravo ao trabalho livre, e das preocupações da elite governante nacional.

Outra autora a chamar a atenção para a importância das experiências colonizatórias pautadas na pequena propriedade é Gyralda Seyferth. Para ela, o processo de colonização nas províncias do sul do Brasil foi baseado no interesse do Governo Imperial em povoar esta área com pequenos proprietários, “em virtude da pressão

dos grandes proprietários de café quanto a concessão de terras as estrangeiros em São Paulo” (SEYFERTH, 1974, p. 31). Também Walter Piazza observa que a província de Santa Catarina pode ser considerada como precursora na prática de colonização estrangeira baseada na pequena propriedade, como o caso da colônia Blumenau (PIAZZA, 1988).

A Colônia Blumenau é compreendida, muitas vezes com a responsabilidade da colonização na trajetória de Hermann Blumenau, neste sentido, “os dados biográficos do Doutor Blumenau, se confundem com a história da fundação e desenvolvimento” (SILVA, 1988, p.28) da colônia. O que se caracteriza como uma vertente de análise que constituiu-se a partir da descrição do processo de colonização da colônia a partir da trajetória linear de Hermann Blumenau, os fatos e acontecimentos são descritos a partir dos dados biográficos do diretor, dando uma ênfase na valorização do indivíduo em particular, deixando de lado as especificidades da ligação da colônia particular com o contexto.

Outro formato de abordagem historiográfica sobre o processo colonizatório de Blumenau, possui seu estudo voltado a identificar um caráter específico de desenvolvimento econômico dos núcleos coloniais estabelecidos em Santa Catarina, com ênfase na experiência pautada no isolamento geográfico, o que teria dado origem o crescimento industrial da região. Neste sentido, Maria Luiza Renaux Hering dedica-se ao estudo da colonização da região do Vale do Itajaí, contemplando a questão da pequena propriedade privada na experiência de colonização de Joinville, Blumenau e Brusque como exemplos específicos de desenvolvimento em Santa Catarina (HERING, 1987).

Desta forma, com base neste levantamento, esta pesquisa irá conduzir a compreensão do processo de colonização do núcleo particular Blumenau a partir da análise da legislação pertinente à imigração e colonização e o modo em que ela se efetivou na colônia, e assim poder identificar através da atuação do diretor colonial Hermann Blumenau especificidades do processo da colônia nas conexões que se estabeleceram entre seu empreendimento de

colonização e a política imigratória imperial e provincial em que estava inserido.

É possível compreender esta experiência dentro do contexto do período, que se interessa e debate a introdução de imigrantes estrangeiros para mão de obra, mas que se define também com o objetivo da colonização por meio da pequena propriedade. A partir disto, seria possível compreender a adequação às leis e projetos sobre colonização e imigração, às relações estabelecidas entre o diretor e membros da elite política brasileira interessados na colonização particular, as especificidades da articulação de colonos imigrantes para o acesso à terra, a transição de colônia particular para colônia imperial e articulação da experiência de direção de Hermann Blumenau nesta alteração, e neste sentido, poder compreender as especificidades da colônia particular Blumenau, perante o quadro da legislação no período acerca da imigração e a atuação na administração da colônia, para relacioná-la com a política mais ampla de imigração e colonização definida na época.

## Referências

BLUMENAU, Cristina. “O Doutor Hermann Blumenau: um colonizador alemão no Brasil”. Blumenau em Cadernos, Blumenau, Tomo I, n. 5, p. 82, mar. 1958.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. In: FERREIRA, Cristina (org). Trad. Annemarie Fouquet Schünke. *A Colônia Alemã Blumenau: na província de Santa Catarina no Sul do Brasil*. Blumenau: Cultura em movimento; Instituto Blumenau 150 anos, 2002.

CERVO, Amado Luiz Cervo. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Ed. Universidade de Brasília: Brasília, 1981

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.

HERING, Maria Luiza. *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Editora da Furb: Blumenau, 1987.

LAZZARI, Beatriz Maria. *Imigração: Ideologia*. EST/UCS: Porto Alegre/ Caxias do Sul, 1980.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, 1999.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Grafosul: Porto Alegre, 1975.

MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História Social. Unicamp: 1996.

PIAZZA, Walter F. *A Colonização de Santa Catarina*. Lunardelli: Florianópolis, 1988.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização Alemã no vale do Itajaí Mirim: um estudo do desenvolvimento econômico*. Ed. Movimento/SAB: Porto Alegre/ Brusque, 1974.

SILVA, José Ferreira da. *O doutor Blumenau*. 2 Ed. Ed. Fundação Casa Dr. Blumenau: Blumenau, 1978.

SILVA, José Ferreira da. *História de Blumenau*. Ed. Fundação Casa Dr. Blumenau: Blumenau, 1988.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Ed. da Unicamp: Campinas. 1996.

VOIGT, André Fabiano. *Cartas Reveladas*. Cultura em Movimento: Blumenau, 2004.

Lei número 11 de 5 de maio de 1835. Livro de Leis 1835/1840. Arquivo Público de Santa Catarina. p. 11-12.

## **O MOTIM DE 1867: ADMINISTRAÇÃO COLONIAL, ESTRATÉGIAS DE OPOSIÇÃO E OS CONFLITOS NA COLÔNIA SÃO LOURENÇO/RS**

Patrícia Bosenbecker<sup>1</sup>

*Resumo:* Em 1867, uma grande revolta assolou a Colônia São Lourenço, um empreendimento particular, localizado no sul do Rio Grande do Sul. Mais de duzentos colonos se reuniram para protestarem e cobrarem procedimentos mais justos do diretor do núcleo, o empresário prussiano Jacob Rheingantz. Entre as reivindicações estavam: melhores preços pelos lotes coloniais, medições e títulos das terras; uma administração mais transparente de Rheingantz; além de uma maior liberdade comercial para a produção agrícola e para o abastecimento de São Lourenço. Com uma forte reação dos governantes provinciais, a colônia sofreu uma intervenção, que perdurou por dois anos, com investigações policiais e o mapeamento das reclamações dos imigrantes por parte da nova direção do núcleo colonial, vinculada a Presidência da Província. Entretanto, a maior ação das autoridades foi a prisão de dez “supostos” líderes da revolta, e a instauração de um processo criminal para a punição exemplar dos acusados. Estes homens, responsabilizados pelo motim, como passou a ser chamada a revolta, eram de origens diversas, bem como apresentavam diferentes interesses. A proposta deste trabalho é expor o perfil dos líderes do movimento e procurar mostrar alguns aspectos do papel que eles representaram na revolta e na colônia.

*Palavras-chave:* revolta, lideranças, colônia São Lourenço, administração colonial.

---

Entre 1857-1858 o prussiano Jacob Rheingantz fundou a Colônia São Lourenço<sup>2</sup>, no 4º distrito de Pelotas/RS<sup>3</sup>. A colônia foi

---

<sup>1</sup> Mestre em História/UFRGS.

<sup>2</sup> O presente trabalho é uma versão originada da minha dissertação de mestrado, defendida em 2011, intitulada *A colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877)*, especialmente, do segundo capítulo. Já o artigo *Colonos nos domínios de Rheingantz: uma revolta no sul do Brasil* (no prelo) centraliza e amplia a discussão sobre a revolta e suas consequências.

<sup>3</sup> Nos dias atuais, a área da antiga Colônia São Lourenço está localizada no município de São Lourenço do Sul, que foi desmembrado de Pelotas. A colônia

um dos maiores núcleos particulares do sul do Brasil, sendo administrada pelo próprio Jacob Rheingantz, que trouxe praticamente toda a sua família (esposa, filhos, pais, irmãs e irmãos) para morar no centro da colônia e trabalhar empreendimento. Até 1877, quando faleceu, Rheingantz dirigiu a colônia, atuando também como empresário, pois era quem inseria e contratava novas levas de imigrantes, ampliava o núcleo com a compra de novas terras, além de investir na infraestrutura, como na construção de estradas, por exemplo; por outro lado, especialmente na primeira década de funcionamento da colônia, o diretor foi o principal comerciante do núcleo. Após sua morte, a família continuou administrando a colônia até 1893, quando vendeu o empreendimento para outro empresário.

A colonização privada, assim como a colonização promovida pelo poder público, assentava imigrantes de origens diversas em lotes de terra, com carência para o pagamento e o parcelamento das dívidas, além da subvenção de implementos agrícolas, sementes, mantimentos, e outros materiais necessários para o assentamento dos colonos. Entretanto, como principal ponto de diferenciação, a colonização dirigida por empresas privadas visava essencialmente a comercialização de terras (WILLEMS, 1946, p. 72) e a implantação de comércios para a produção agrícola e artesanal. Jacob Rheingantz, empresário e colonizador, é um exemplo desse sistema, pois assentava os imigrantes em terras que adquiria e subdividia em lotes, e, depois, comercializava o que fosse produzido. Além destas etapas do processo colonizador e do abastecimento da colônia, o mesmo diretor atuava em um ramo que podemos chamar de auxiliar, mantendo uma embarcação que realizava o transporte das mercadorias e das levas de imigrantes pela Laguna dos Patos (em geral, ligando o porto de São Lourenço a Rio Grande e Pelotas).

As múltiplas atuações do diretor Jacob Rheingantz perduraram por quase uma década sem que sua “posição tríplice”<sup>4</sup>

---

contribuiu para a formação do município de São Lourenço, embora tenha perdido, no processo de desmembramento, uma parte de seu território para Pelotas.

<sup>4</sup> O termo “posição tríplice” foi usado pelo Agente Intérprete Lothar de la Rue, para caracterizar Jacob Rheingantz, em relatório sobre a revolta de 1867 e a

fosse questionada, mas isso não significa que não ocorressem conflitos na colônia. As confrontações e oposições ao diretor começaram a transparecer, tornando-se perceptíveis aos governantes provinciais, a partir de 1865, quando as reclamações, por escrito, começaram a chegar nos gabinetes da Presidência da Província e do Ministério da Agricultura. A investida dos habitantes de São Lourenço teria ganhado força após um processo de despejo que o diretor teria movido contra alguns colonos, o que levou os imigrantes a exporem os procedimentos de Rheingantz. De maneira geral, esses problemas versavam sobre a ampla e irrestrita autoridade exercida pelo diretor. Já em um âmbito mais específico, as denúncias principiaram com a acusação de que Jacob Rheingantz cobrava valores indevidos pela venda dos lotes coloniais e fraudava os recibos de quitação.

Rheingantz foi acusado de vender lotes pelo dobro do preço que era acertado em contratos com os imigrantes,<sup>5</sup> antes da viagem ao Brasil, em um tipo de contrato de obrigação acertado entre as partes. Na colônia, o diretor entregava aos imigrantes, quando os pagamentos pelos lotes eram concluídos, um recibo de quitação no valor acertado na Europa, não pelo valor que efetivamente havia sido pago pelos colonos. Embora os imigrantes reclamassem da cobrança ao diretor, e desconfiassem de irregularidades no procedimento, nenhuma atitude mais concreta foi tomada para o esclarecimento da questão, até a eclosão da revolta, no natal de 1867. Outra irregularidade era a falta dos títulos de propriedade dos lotes, que não eram repassados pelo diretor. Durante declaração na

---

situação da colônia após a intervenção do governo provincial, entretanto, Lothar de la Rue concluiu que Rheingantz não havia lesado os colonos com suas múltiplas funções. *Relatório do Agente Intérprete da Colonização Lothar de la Rue enviado ao Presidente da Província João Sertório*, em 14 de agosto de 1869. AHRS. Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos. Maço 72, caixa 37.

<sup>5</sup> Pelos contratos, Rheingantz se obrigava a vender os lotes por valores entre 200 e 250 mil réis, dependendo da localização e qualidade da terra, contudo, acabava cobrando o dobro, entre 400 e 450 mil réis; existindo denúncias de dívidas ainda maiores do que 500 mil réis. As discussões sobre essas questões podem ser vistas em Bosenbecker (2011) e Iepsen (2008).



investigação do movimento, Rheingantz reconheceu que havia cobrado preços maiores do que os inicialmente acertados pelos lotes, mas que não teve intenção de lesar os colonos, e que tais preços eram utilizados pelas diferenças de localização, acesso, recursos hídricos, entre outras questões.

Além disso, o diretor teria agido de forma imprudente com alguns colonos, discutindo e desrespeitando os imigrantes. Alguns acusavam Rheingantz de abrir cartas que eram remetidas dos parentes, que viviam fora do Brasil. A falta de uma escola pública, em contrapartida as escolas particulares organizadas por Rheingantz, era outra ação bastante criticada, contudo, uma das reclamações mais constantes, e a que mais unia os acusados de liderarem o motim, era a limitação comercial imposta pelo empresário dentro dos limites coloniais. Devido a tais acusações e suspeitas relativas aos procedimentos do diretor, alguns colonos começaram a se organizar em grupos, promovendo reuniões; já outros imigrantes, que, como veremos, não são essencialmente agricultores, começaram a construir o que podemos chamar de um sistema de oposição ao diretor da colônia.

Um desses sistemas de oposição era encabeçado pelo “mestre escola” José Pons, que, entre outras atitudes, passou a liderar a formação da uma comunidade católica<sup>6</sup>. Rheingantz tentou impedir o grupo de realizar a construção de uma capela, tentando menosprezar e prejudicar os pedidos de donativos, além de tentar se antecipar a

---

<sup>6</sup> A Irmandade de Santa Cecília, em alguns momentos chamada também de sociedade, reunia um grupo de colonos católicos que tentava construir uma “comunidade católica”, com igreja, padre e escola. Ainda nesse período, esse grupo estava em formação, mas com a doação, feita por José Pons, de um terreno para construção de igreja e cemitério, a sociedade conseguiu efetivar os projetos, incluindo a construção de uma casa paroquial, com jardim para as crianças brincarem nos intervalos das aulas. As informações são procedentes de: Processo crime nº 520. APERS. Comarca de Pelotas. Tribunal do Júri. Réus José Pons, Cristiano Thurow, Jacob Decker, Felipe Schneid, Jacob Vogt, Guilherme Könzgen, Carlos Rheinbrecht, ano 1867. Caixa 006.0311; e Processo nº 144. Comarca de Pelotas Vara Cível e Crime. Ação de Força Nova. Ré Sociedade Santa Cecília, ano 1903. Caixa 006.0220.

construção da primeira igreja católica da colônia (COARACY, 1957; RHEINGANTZ, 1909). Entretanto, o diretor não conseguiu o apoio dos colonos, que ao que tudo indica, já estavam comprometidos com aquela comunidade em formação.

Assim, em 1865, foi enviado a Representação Diplomática da Prússia um documento em que os colonos denunciavam a forma pela qual o diretor da colônia conduzia o empreendimento, mantendo os colonos em um estado de semiescravidão; esse documento seria publicado em um jornal prussiano (CUNHA apud IEPSEN, 2008, p. 81). As autoridades exigiram explicações dos governantes brasileiros, mas não há uma grande investigação sobre as denúncias. Em 1866, a Presidência da Província recebeu uma abaixo-assinado dos colonos de São Lourenço, que pediam a demissão de Rheingantz, denunciando a falta de escolas e igrejas, além da má administração do diretor, que não passava títulos de propriedade dos lotes. O diretor rebateu as acusações, em dois ofícios, datados de janeiro e setembro de 1867, dizendo que estava sendo ameaçado por maus colonos que discursavam contra ele, provocando a divergência entre a direção colonial e os imigrantes. Por fim, Rheingantz pediu a criação de uma força policial na colônia, pois estava em “estado de sítio”. Este último pedido foi atendido pelas autoridades, mas acabou agravando a tensão na colônia.

O destacamento remetido à colônia era formado por poucos homens e ficou sob comando do Tenente Dirceu Francisco Marinho de Sá Queiroz, que logo ao chegar a São Lourenço, colocou uma série de medidas em execução através de um edital, que proibia reuniões, bailes, e encontros de mais de três pessoas (RHEINGANTZ, 1909; COARACY, 1957, p. 98-99). Alojado na casa do diretor, o Tenente não agradou os colonos, por ser muito próximo do diretor; além disso, os soldados do destacamento, que não sabiam o idioma alemão, conheciam, não por acaso, somente os colonos que eram desafetos do empresário.

A situação tornou-se insustentável quando Rheingantz expulsou dois colonos da sua casa (que era a direção da colônia). Assim, sem que fique claro nos depoimentos do processo que

investigou a revolta quem reuniu os colonos, no dia 23 de dezembro de 1867, os imigrantes formaram uma multidão de colonos, que pelas estradas das picadas seguiram em direção a casa de Rheingantz. Alguns colonos, foram avisados pelos irmãos Bergmann, outros, foram apenas se juntando ao grupo. Na propriedade do diretor, foram acesas tochas, para tentar por fogo a casa, por Rheingantz ter se escondido. Após muita discussão, Jacob Rheingantz apareceu perante os colonos, negociando com eles uma solução.

A resolução tomada foi a assinatura de um “papel de obrigação”, onde o diretor se comprometia a vender os lotes pelos preços acertados ainda na Europa, além de passar os títulos das propriedades e acertar as contas com os colonos que se sentiam injustiçados, por terem pago valores mais altos do que o estipulado pelas terras. Depois de assinados os documentos, já durante a noite, os colonos se retiraram. Entretanto, logo na manhã seguinte, alguns deles começaram a procurar o empresário, para acertarem os valores que pagaram a mais pelos lotes. Sem segurança e sem condições de arcar com todos os valores, Rheingantz deixou a colônia São Lourenço, retornando somente dois anos depois.

### **As lideranças da revolta**

Em fevereiro de 1868, foram presos e processados, os colonos José Pons, Carlos Rheinbrecht, Felipe Schneid, Guilherme Könsgen e o irmão Pedro Könzgen, Jacob Vogt, Jacob Deker, Chistiano Luis Thurow, Jeremias Ostenberg e André Poulsen. Os acusados foram pronunciados por estelionato, art. 264 do Código Criminal do Império, §1º (alheação de bens alheios como próprios – ou para trocas), e roubo com a utilização de meios violentos, art. 269. Além disso, sobre os acusados pesavam várias circunstâncias agravantes, entre elas: ação impelida por motivo frívolo, premeditação, ter produzido arrombamento para cometer o crime, invasão da casa do ofendido para perpetrar o delito, e ajuste entre vários indivíduos (art. 16, § 4, 8, 13, 14 e 17).

Os acusados foram remetidos presos para a cadeia de Pelotas, exceto Jeremias Ostenberg e André Poulsen que fugiram após serem

detidos na colônia. Poulsen retornou a colônia tempo depois, onde ainda continuou vivendo com sua família. Ostenberg teve regularizado seu lote, mas não foi possível obter mais dados sobre sua permanência ou não em São Lourenço. Além de diferentes ocupações e características, os presos possuíam interesses distintos com o movimento, e com seus possíveis resultados. A seguir apresentamos um perfil dos acusados<sup>7</sup>:

Jacob Vogt. Tinha 27 anos, era natural de Koblenz (região central da Prússia), casado, morava em um lote na Picada das Antas, desde 1865, mas trabalhava pela região da Campanha, em lavouras e prestava serviços de abertura de valos, embora tivesse por ofício a profissão de chapeleiro. Sabia ler e escrever imperfeitamente no alemão, e entendia apenas um pouco da língua portuguesa.

Carlos Rheinbrecht. Com 41 anos de idade, morava na Picada Boa Vista, desde 1866, era alfaiate e agricultor, casado, era natural de Danzig (região pomerana incorporada ao Reino da Prússia)<sup>8</sup>. Era alfabetizado em alemão e nada sabia do português.

José Pons. Tinha 36 anos, era professor, casado, morava quase defronte a casa do diretor Jacob Rheingantz, desde 1861. Era natural da vila de Walhorn, município de Lontzen, Província de Liège, na Bélgica. Era apontado, por Rheingantz, como um dos principais líderes da revolta e da ofensiva contra a direção colonial. Pons não sabia o idioma português, motivo pelo qual foi ridicularizado por Rheingantz, por ter conseguido um cargo de professor particular.

Felipe Schneid. Com 60 anos, era o mais velho dos acusados de liderarem o movimento. Era lavrador, natural de Liesenfeld<sup>9</sup>, Prússia. Casado, morava havia 4 anos na colônia. Sabia apenas

---

<sup>7</sup> As informações referem-se aos depoimentos prestados pelos acusados entre fevereiro de 1868 e o julgamento de 20 de junho do mesmo ano. Processo Crime nº 520. APERS. Comarca de Pelotas. Tribunal do Júri. Caixa 006.0311.

<sup>8</sup> Atual Gdansk, na Polônia.

<sup>9</sup> Atual Rhein-Hunsrück, na Renânia-Palatinado.

escrever o próprio nome, sem escrever ou falar em português. Faleceu dois anos depois da revolta.

Guilherme Könzgen, natural de um pequeno porto, na Província da Pomerânia<sup>10</sup>. Era lavrador, casado, tinha 33 anos, e morava há mais de 5 anos da colônia. Alfabetizado em alemão, nada compreendia do Português. Declarou nada ter contra o diretor, mas cobrou valores pagos “a mais” ao diretor, com base nos documentos extorquidos de Rheingantz durante a revolta. Junto com ele, foi pronunciado o irmão, Pedro, que não foi preso, não constando informações sobre o seu paradeiro.

Jacob Decker. Tinha 27 anos, trabalhava como ferreiro e agricultor, e chegou a São Lourenço em 1864. Alfabetizado em alemão, sabia também escrever um pouco na língua portuguesa. Durante o protesto de 23 de dezembro, redigiu (segundo ele a pedido da esposa de Rheingantz) os documentos que o diretor da colônia foi obrigado a assinar, comprometendo-se a cumprir os acordos celebrados com os colonos, na Europa.

Christiano Luiz Thurow. Tinha 34 anos, era lavrador, mas também vivia de pequenos negócios. Morava na colônia desde 1859, era casado, e alfabetizado em alemão, sabendo, no entanto, falar português<sup>11</sup>.

Destes acusados, Christiano Thurow e Jacob Decker foram pronunciados pelos artigos 264 e 269 do código criminal e o restante do grupo apenas pelo artigo 269. Os dois primeiros foram absolvidos

---

<sup>10</sup> Provavelmente, era natural da região de Danzig, entretanto, não conseguimos identificar a localidade exata.

<sup>11</sup> Encontramos três processos em que Thurow declarou sua cidade natal. Em cada um deles, Thurow declara origens diferentes. Entre os locais estão Suécia, Alemanha, Prússia, ou regiões, como Mecklenburg, entretanto, é preciso ter alguns cuidados com as grafias dos nomes das cidades escritas pelas autoridades brasileiros, que dificultam o entendimento da denominação, por, na maioria das vezes, estarem grafados conforme a pronúncia. Combinando diversas declarações de Thurow, que afirmou que o local era uma cidade portuária, acreditamos que se trate de Wismar, nas margens do Mar Báltico, no atual Estado de Mecklenburg-Vorpommern, Alemanha.

pelo júri, em 20 de junho de 1868, por unanimidade de votos, já os outros, foram absolvidos por 7 votos. O juiz de direito que presidiu o julgamento recorreu para o Superior Tribunal da Relação do Distrito, na Corte do Rio de Janeiro, alertando para os perigos da impunidade no grave conflito ocorrido na colônia, alegando, por outro lado, que a vista do grande vulto de imigrantes envolvidos na revolta, era necessário que as autoridades agissem no sentido de reprimir novos “tumultos”, punindo os acusados como um exemplo para a população de estrangeiros de São Lourenço. Não temos o resultado do julgamento desse recurso, entretanto, os acusados voltaram à colônia pouco tempo depois, o que nos leva a considerar que o tribunal superior manteve a sentença do tribunal do júri de Pelotas.

### **Atuações das lideranças na colônia**

Dos acusados, Carlos Rheinbrecht, Jacob Vogt e os irmãos Könzgen foram processados por realizarem transações com Rheingantz, baseados nos documentos extorquidos do empresário durante o motim, e não propriamente como líderes da revolta, embora estivessem presentes com mais 200 colonos na casa do diretor.

Filipe Schneid aproveitou a revolta para resolver antigas pendências com Rheingantz. Ele serviu-se da confusão gerada pelo protesto coletivo para tentar recuperar, ou apropriar, um lote que disputava com o diretor há alguns anos. Entretanto, o terreno que Schneid queria legalizar tinha naquele momento outro proprietário, instituído pelo próprio empresário. Com Rheingantz pressionado, Schneid conseguiu uma ordem de despejo para o colono que morava no lote que ele desejava, expulsando o referido colono, com a ajuda do comandante do destacamento policial da colônia, que cumpriu a ordem extorquida de Rheingantz. Nesse sentido, Schneid e os outros acusados presos pelas transações das quantias “injustas” cobradas pelos os lotes coloniais, representamos colonos que estavam envolvidos exclusivamente com as disputas de terras e a regularização dos lotes.

Jacob Decker tinha mais participação no motim em si. Ele e Jeremias Ostenberg seriam os mentores dos papéis de obrigação, além disso, conduziram as negociações com o diretor durante o protesto. Contudo, os dois principais inimigos de Rheingantz, José Pons e Cristiano Thurow, talvez não por acaso, não estavam presentes na invasão da casa do diretor. Thurow foi passar o natal com amigos em Canguçu, levando a esposa e os filhos, exceto um bebê que ficou com o padrinho e vizinho da família. O retorno ocorreu na semana seguinte a revolta, quando Thurow passou a atuar como um dos administradores da nova situação. Entre suas ações estavam a composição de uma guarda armada para cuidar dos bens que a família Rheingantz tinha na colônia, além da venda dos animais pertencentes ao diretor, supostamente para eles não morrerem de fome. Depois, Thurow reuniu alguns colonos para irem até Pelotas, falarem com o delegado de polícia sobre a situação dos imigrantes e da colônia São Lourenço.

Um dos primeiros imigrantes da colônia, Thurow tinha um bom diálogo com a comunidade local, tanto com os conterrâneos alemães quanto com os brasileiros, sejam eles lavradores das circunvizinhanças da colônia ou homens mais influentes na região, como os estancieiros. Por outro lado, Thurow mantinha uma casa de pasto, uma espécie de restaurante, e parece alimentar pretensões comerciais mais ambiciosas. Desde o início da década de 1860, Thurow já buscava organizar algum tipo de oposição ao diretor e comerciante Rheingantz. Relatos de disputas armadas, de confrontos e ameaças se tornam mais frequentes, sendo que Thurow teria sido preso, certa vez, pelo subdelegado do distrito Capitão José Antônio de Oliveira Guimarães, na época sócio de Jacob Rheingantz. Entretanto, não foi possível encontrar registros dessa prisão.

Em 1863, Thurow, Jorge Dietrich, os irmãos Kath e a família Klumb, entre outros colonos, direta ou indiretamente, envolvidos com projetos comerciais, reuniram-se e pressionaram a família, com ameaças proferidos dentro do comércio de Rheingantz. Os dois primeiros foram presos e processos pelas ameaças, o que levou Dietrich a se retirar da colônia, estabelecendo um comércio no caminho entre a colônia e o porto de São Lourenço; porto que foi

construído pelos estancieiros locais, na margem da Laguna dos Patos. Já Thurow continuou na colônia, retirando somente após o conflito, quando organizou um comércio na vila mais próxima à colônia.

Thurow e José Pons eram considerados os principais “turbulentos” da colônia, conforme Jacob Rheingantz. Pons era o centro de oposição ao diretor. Ele teria migrado para o Brasil com capital próprio e com intenção de investir no ramo de cereais, especialmente, por ser o seu sogro fabricante e comerciante de cervejas, na Bélgica. Contudo, parece que Pons atuava em seguimentos mais variados. Segundo acusações de Rheingantz, Pons estaria reunindo os colonos nas tabernas da colônia, discursando contra o diretor e incentivando os imigrantes a questionar os procedimentos de Rheingantz. Por outro lado, ele seria o idealizador dos documentos enviados às autoridades locais e prussianas, entre 1865 e 1867 (IEPSEN, 2008).

Além disso, ocupava o cargo de professor em uma escola particular, mantida por colonos. E, juntamente com outros imigrantes, organizava a construção de uma igreja católica, a primeira da colônia, e, assim, tomava para si uma posição de liderança, defendendo interesses dos colonos que Rheingantz não conseguia intermediar. A igreja foi construída em um terreno doado pelo belga.

De maneira geral, o grupo revoltoso questiona a capacidade do empresário em intermediar as demandas dos imigrantes frente às autoridades brasileiras e, além disso, acusa o diretor de explorar economicamente os moradores de sua colônia<sup>12</sup>, o que enfraquece consideravelmente seu poder de liderança. Se liderança implica uma

---

<sup>12</sup> As denúncias da exploração econômica exercida por Rheingantz, em São Lourenço, levaram alguns autores a associar os conflitos com a exploração social e econômica sofrida pelos pomeranos, na Prússia. Um grupo étnico que por séculos foi perseguido, sobrevivendo em condição de servos de senhores prussianos. Desta forma, o conflito do natal de 1867, tem sido chamado de levante pomerano (KOLLING, 2008). Uma discussão mais desenvolvida sobre este ponto pode ser encontrada em BOSENBECKER (2011) e IEPSEN (2008).



ação coletiva mais ou menos formalizada, hierarquizada e organizada (SEIXAS, 2006, p. 32), podemos concluir que os acusados como cabeças do movimento de 1867 são de certa forma lideranças dos colonos de São Lourenço, externamente vistos homogeneamente como alemães, mesmo que internamente existissem clivagens profundas, perpassadas por relações de classe e de poder econômico. Essas lideranças reivindicavam melhorias nas suas condições de vida e enfrentavam o principal líder alemão do sul do Rio Grande do Sul, líder esse que ganhava notoriedade fora dos limites coloniais, sendo sempre o mais homenageado colonizador da região.

### **Consequências do movimento**

Após a saída de Jacob Rheingantz da colônia São Lourenço, foi designada uma nova direção colonial, supervisionada pela presidência da província. O primeiro diretor nomeado foi o Barão de Kalден, que já havia ocupado cargos semelhantes, trabalhando para o governo provincial. Mais tarde, o engenheiro belga Pedro Francisco Afonso Mabilde foi nomeado diretor, assumindo também o cargo de subdelegado do distrito policial criado pelo governo, referente a área colonial, uma das antigas reivindicações dos colonos. Em 1869, foi instaurada uma comissão para resolver os conflitos relacionados aos lotes, estradas e demarcações das picadas. Essa comissão intermediou as discussões entre a direção da colônia, Rheingantz (que ainda não havia reassumido a diretoria colonial) e os colonos, contando com a participação do Agente Intérprete da Colonização, o cônsul prussiano, e alguns alemães influentes em São Lourenço, incluindo alguns comerciantes de Rio Grande.

As demandas foram, aos poucos, atendidas, principalmente, devido à intervenção do governo provincial e às mediações de alguns políticos mais influentes ou mais respeitados pelos colonos, como o agente intérprete, por exemplo. A principal consequência foi a regularização dos registros de compra e venda dos lotes coloniais, pois a partir de 1869, foram efetivadas as escrituras de compra dos lotes de centenas de colonos, que haviam reclamado as referidas certidões junto ao governo. Assim, Jacob Rheingantz, em companhia

do então diretor colonial Afonso Mabilde, repassou os registros no cartório da freguesia local (Boqueirão), incluindo as escrituras em nome das lideranças do movimento de 1867, caso de José Pons e Jeremias Ostenberg. Rheingantz, tempos antes, havia negado perante o governo provincial que o colono Pons tivesse comprado o lote dele, mas sim adquirido ilegalmente de outro colono, tentando mostrar os procedimentos irregulares de Pons, pressionando e incriminando o adversário.

Mesmo assim, as disputas comerciais permaneceram e a destituição de Rheingantz do posto de principal comerciante não foi imediata. Por outro lado, outros focos de conflito surgiram, como a pouca importância que os colonos davam às autoridades brasileiras dentro do núcleo, o que foi verificado por Mabilde, que apontava a impunidade dos líderes do movimento de 1867, como principal fator de reprovação e desrespeito para com as autoridades nacionais.

Os conflitos envolvendo a administração da família Rheingantz, em São Lourenço, retomariam a agenda dos governantes provinciais, nos princípios da década de 1880. Na pauta, mais uma vez, estavam problemas de regularização e comercialização de lotes, em novas áreas da colônia (KLIEMANN, 1986).

De maneira geral, problemas relacionados à demarcação, ocupação, propriedade e comercialização ilegal dos lotes coloniais eram relativamente frequentes nas colônias e acompanham o processo de colonização do sul do Brasil com os imigrantes alemães e, posteriormente, com os italianos. Os resultados destes procedimentos eram preocupantes, na medida em que geravam invasões, discussões, intrigas e agressões entre os envolvidos e aqueles que muitas vezes não tinham relação direta com os conflitos, fomentando um cotidiano bastante violento (WITT, 2001, p.66 – 72). Grande parte destes problemas provinha de uma política colonial mal planejada e de erros em contratos irresponsáveis, somados à falta de recursos e à incompatibilidade entre o sistema de colonização e as demandas dos colonos (SEYFERTH, 1999), juntamente com a exploração econômica latente em colônias particulares, como a de São Lourenço.

Para Seyferth, que analisou os motins ocorridos na colônia de Brusque, em Santa Catarina, a documentação disponível sobre o tema revelou que “ao contrário do que pretendiam o governo imperial e os idealizadores da política de colonização, o estabelecimento de colônias não foi um processo tranquilo de ocupação de terras devolutas” e, por outro lado, “nem os imigrantes eram os dóceis camponeses idealizados até por decreto” (SEYFERTH, 1999, p. 297). Os protestos, motins ou conflitos serviam para alertar as autoridades competentes sobre o descontentamento dos colonos com a forma pela qual o processo de colonização era conduzido.

## **Fontes**

Arquivo Histórico do Rio Grande Do Sul. Coleção Terra e colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, maço 72, caixa 37.

- Abaixo assinado dos colonos contra a falta de segurança e de autoridades policiais na colônia São Lourenço dirigido ao Presidente da Província Dr. Américo de M. Marcondes de Andrade, em 23 de outubro de 1878;
- Abaixo-assinado dos colonos de São Lourenço de 20 de julho de 1866, encaminhado ao Governo da Província, com reivindicações sobre a administração do diretor da colônia;
- Relatório do Agente Intérprete da Colonização Lothar de la Rue enviado ao Presidente da Província João Sertório em 14 de agosto de 1869;
- Correspondência do empresário Jacob Rheingantz ao Presidente da Província, em 29 de janeiro de 1867;
- Correspondência do empresário Jacob Rheingantz ao Presidente da Província, em 9 de março de 1867;
- Correspondência com esclarecimentos do empresário Jacob Rheingantz ao Presidente da Província, em 12 de setembro de 1867, contendo despacho do Presidente para ser enviada ao Chefe de Polícia;

- Ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura ao Presidente da Província, em 1867, pedindo explicações sobre construção de capela.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Comarca de Pelotas. Fundo: Pelotas. Cartório: Tribunal do Júri.

- Processo Crime nº 632, réus Jorge Dietrich e Cristiano Thurow, ano 1863, Caixa 006.0315;
- Processo Crime nº 681, réus Christiano Thurow e Pedro Rickes, ano 1865, caixa 006.0317.
- Processo Crime nº 520, réus José Pons, Cristiano Thurow, Jacob Decker, Felipe Schneid, Jacob Vogt, Guilherme Könzgen, Carlos Rheinbrecht, ano 1867, caixa 006.0311;
- Processo Crime nº 839, réus colonos de São Lourenço, ano 1870, caixa 006.0322.
- Processo nº 144, força nova, ré Sociedade Santa Cecília, ano 1903, caixa 006.0220.
- Livros de notas do Cartório do Boqueirão (Escrivão de Paz), 4º distrito de Pelotas (1857 – 1877).

## Referências

BOSENBECKER, Patrícia. *A colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877)*. Porto Alegre, PPG-História/UFRGS: 2011 (dissertação de mestrado).

COARACY, Vivaldo. *A Colônia São Lourenço e o seu fundador Jacob Rheingantz*. São Paulo: Saraiva, 1957.

IEPSEN, Eduardo. *Jacob Rheingantz e a colônia São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008. 280 p.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder. História da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KOLLING, Nilo Bidone. *A presença teuta a partir de São Lourenço do Sul/RS*. Anais do 9º Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras (2006). Entre vales e serras: fronteiras. São Leopoldo: Casa Leiria, 2008. p. 867-892. CD-ROM – ISBN: 987.85.61598.01.3

MONSMA, Karl. Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. In: DEMARTINI, Zelia; TRUZZI, Oswaldo (orgs). *Estudos Migratórios. Perspectivas metodológicas*. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 159-221.

RHEINGANTZ, Carlos Guilherme. Colônia de São Lourenço. Breve Histórico de sua fundação, extrahido das notas do arquivo de seu fundador Jacob Rheingantz. In: RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak literário e estatístico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pinto e Cia/Livraria Americana, 1909. p. 143-164.

SEYFERTH, Giralda. Colonização e conflito: estudo sobre “motins” e “desordens” numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org). *Violências no tempo da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 285-330.

SEIXAS, Xosé Manoel Núñez. Modelos de loderazgo en comunidades emigradas. Algunas reflexiones a partir de los españoles en América (1870-1940). In: Bernasconi, Alicia e Frid, Carina (ed.) *De Europa a las Américas. Dirigentes y liderazgo (1880-1960)*. Buenos Aires: Editorial Biblos. 2006.

WEBER, Regina; BOSENBECKER, Patrícia. Disputas pela memória em São Lourenço do Sul: uma visão histórica de representações étnicas. *Cadernos do CEOM*. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Chapecó/SC. Ano 23, n. 32, jun. 2010. p. 347-369.

WITT, Marcos. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XX*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WITT, Marcos. *Política no litoral norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães – 1840/1889*. São Leopoldo, PPG-História/Unisinos: 2001 (dissertação de mestrado).

# **EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS E ÉTICA DO TRABALHO: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE AS DIFERENTES NOÇÕES DE TRABALHO ENTRE TRABALHADORES (I)MIGRANTES NA CIDADE DE FARROUPILHA, RS/BRASIL**

Beatriz Rodrigues Kanaan<sup>1</sup>

*Resumo:* As migrações nas sociedades modernas estão estreitamente vinculadas às constantes reorganizações da produção e dos mercados capitalistas. São estas mudanças que desigualando as oportunidades de trabalho ou de melhor reprodução da vida entre regiões, imprimem movimentos populacionais que direcionam pessoas dos locais mais empobrecidos para lugares que acenam com melhores condições de vida. O trabalho, portanto, é um fator importante na produção e condicionamento das migrações, assim como na forma de inserção dos migrantes na nova sociedade. O presente estudo pretende tecer reflexões sobre essa estreita vinculação entre trabalho e migração, a partir de uma pesquisa etnográfica realizada na cidade de Farroupilha. Este município localizado na região nordeste do Rio Grande do Sul, a qual foi colonizada no final do século XIX, por imigrantes italianos que recentemente viveu um processo de industrialização. A numerosa mão de obra que veio atender a demanda das fábricas, trabalhadores de outras regiões do estado, veio reconfigurar as relações sociais em novo cenário. Nesse contexto de migrantes em terra de imigrantes, considerando as produções bibliográficas em circulação e as práticas dos migrantes-trabalhadores, procuro compreender de que forma se reatualiza uma ética do trabalho que particulariza a região em relação aos grupos do entorno assim como em relação aos estereótipos nacionais brasileiros.

*Palavras-chave:* Migrações, trabalho, identidade étnica.

---

## **Introdução**

O nordeste do Rio Grande do Sul destaca-se no cenário gaúcho – assim como no brasileiro – econômica e culturalmente. Economicamente, devido ao importante parque industrial que aí se desenvolveu em meados do século XX e, culturalmente, uma vez

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil.

que foi colonizada no fim do século XIX por imigrantes provenientes da península itálica, e é hoje conhecida como região de “cultura italiana”. Os estudos produzidos, nesse sentido, ressaltam como sinais diacríticos presentes na constituição da identidade dos descendentes de imigrantes italianos o apego à família, a religiosidade e a ética do trabalho (DE BONI, 1994; COSTA, 1998; MANFRÓI, 1975).

É evidente, ao olhar de quem chega, a centralidade que o trabalho ocupa na vida dos sujeitos desta região. No entanto, esta pesquisa antropológica ao observar “de perto e de dentro” esse *ethos* do trabalho sendo compartilhado cotidianamente evidenciou diferentes noções e agenciamentos por parte dos trabalhadores. As reflexões desta apresentação, portanto, vêm no sentido de problematizar essa “ética do trabalho” lembrando, como já alertou a antropóloga e historiadora Regina Weber que a noção “ética do trabalho, simplesmente como dedicação ao trabalho se transferiu do senso comum para a pena de muitos intelectuais,” comprometendo o seu uso analítico.” (WEBER, 2004, s/p.).

As reflexões deste estudo estão baseadas em uma pesquisa etnográfica realizada na cidade de Farroupilha entre os anos de 2006 e 2011, período em que entrevistei empresários, administradores públicos e trabalhadores com sentimento de pertencimento ao grupo colonizador, vinculados à “italianidade”<sup>2</sup>. Concomitantemente a isto, dirigia-me diariamente a um bairro operário onde convivía com trabalhadores recém-chegados à cidade, junto aos quais participei de incontáveis e mais variadas situações cotidianas, assim como de celebrações coletivas. Durante seis meses do ano de 2010 a pesquisa se situou dentro de uma fábrica de calçados localizada nesse mesmo bairro, onde acompanhei as rotinas vividas no trabalho fabril.

---

<sup>2</sup> Utilizo-me da expressão ‘identificados’, ‘vinculados’ à “italianidade” porque assim abrange a todo aquele que age alinhado com os valores e comportamentos relacionados a essa categoria identitária e não somente os descendentes de imigrantes italianos nascidos em Farroupilha.

## **A migração em terra de migrantes**

A região nordeste do Rio Grande do Sul, no final do século XIX recebeu um grande fluxo migratório proveniente do norte da península itálica. Os primeiros imigrantes assentados nas colônias do nordeste do Rio Grande do Sul reorganizaram-se socialmente em núcleos rurais em torno de sedes urbanas. Nessas localidades, viveram em relativo isolamento das cidades do entorno, até que com o processo de industrialização, os pequenos municípios, até então com população predominantemente de descendentes de imigrantes italianos, vivendo valores vinculados a terra, rapidamente se transformam em modernos centros urbanos, verdadeiros catalisadores do progresso, do mercado e da força de trabalho (FROZI; MIORANZA, 1975, p. 65). Muitas localidades da região ainda mantêm as características das comunidades de capela (como foram chamadas) ao longo das estradas vicinais da região, no entanto, várias delas tornaram-se, hoje, prósperos municípios industrializados.

Este é o caso da cidade de Farroupilha, tomada como universo desta pesquisa. Esse município inicialmente integrou o território da antiga Colônia Caxias, em 1934 emancipou-se e passou a ter o nome atual. Até a década de 1970, a cidade teve sua economia basicamente agrícola e a população de cerca de 20 mil habitantes era predominantemente rural. Em 1971, a criação de um Distrito Industrial incorporou a cidade ao desenvolvimento econômico industrial já crescente na região. A mão de obra demandada por essas indústrias foi tanta que houve a necessidade, por parte dos empresários, de recrutá-la entre trabalhadores de outras cidades do estado. A partir desse momento houve um rápido crescimento populacional quando a população triplicou num intervalo de aproximadamente trinta anos. Dessa forma, hoje o município encontra-se conformado demograficamente por dois grandes fluxos migratórios. O primeiro fluxo que ocorreu no final do século XIX, por agricultores imigrantes provenientes da península itálica e o segundo, em meados do século XX, por trabalhadores migrantes de localidades do próprio estado do Rio Grande do Sul.



A aproximação de sujeitos até então vivendo em relativo afastamento, conforma uma zona de contato na qual se configuram relações de poder muito similares às observadas por Norbert Elias. Os descendentes de imigrantes italianos alicerçados na situação econômica de sua elite empresarial acionam a ideia de anterioridade e pertencimento a uma origem comum para, na qualidade de estabelecidos, se dirigirem aos recentemente chegados como pessoas ‘de fora’, os *outsiders*. Ou, como eles se denominam nas suas interações os “gringos” e os “brasileiros”.

Essas conformações tornaram-se mais expressivas a partir da década de 1970. Quando no cenário do desenvolvimento industrial regional e na presença massiva dos novos migrantes, as festividades do Centenário da Imigração forneceram o palco para o aparecimento de uma nova figura que emblematisasse o descendente de imigrante italiano em torno da prosperidade econômica que se evidenciava. A nova figura teve o propósito de agregar valor aos colonos pioneiros que até então eram estigmatizados como agricultores, pobres e estrangeiros. É, portanto, no bojo das comemorações da imigração que se deu o aparecimento de uma vasta produção escrita vinculando o descendente de imigrante italiano à produção da riqueza. As obras ressaltavam, dentre outras ‘virtudes’, a presença de um *ethos* do trabalho que hoje se encontra amplamente acionado pelos sujeitos vinculados à “italianidade”, através do qual se identificam para diferenciarem-se dos recém-chegados.

As disputas simbólicas presentes nas interações dos sujeitos dos distintos fluxos migratórios, centralizadas no trabalho, constituem-se em *locus* privilegiado para a observação das distintas noções e agenciamentos que os envolvidos estão a dar às suas práticas de trabalho. Movida pela literatura de alguns estudos sobre o tema e motivada pelas observações etnográficas, trago a seguir aspectos dessa coletividade para problematizar a noção de ética do trabalho para além do simples impulso ao trabalho.

### **As fronteiras do trabalho**

Os novos migrantes que chegam para trabalhar em Farroupilha sentem-se impactados com a centralidade que o trabalho

ocupa no cotidiano dos moradores mais antigos da cidade, conforme expressa uma trabalhadora:

Eu fico vendo os vizinhos aqui da frente. Logo que almoçam é aquilo, onze e meia já tão almoçando, meio-dia a louça já ta lavada, já ta tudo limpinho. E final de semana lavam e areiam e lavam e areiam uma coisa assim, aaaaaai, (coloca as duas mãos na cabeça) chega a ser doentio. Tu não vê eles sentarem na frente de casa. Não sabem parar! Eu chego a ficar nervosa! (Marília, natural de Santa Maria, mora em Farroupilha desde 1982).

A incompreensão quanto ao fato do uso do tempo livre para continuarem a trabalhar evidencia que os novos migrantes trazem uma outra concepção acerca sobre o trabalho. Seus relatos demonstram disposições econômicas pouco alinhadas ao capitalismo moderno. É o que se depreende das queixas de uma trabalhadora sobre seu marido. Evidentemente ela se encontra motivada a trabalhar menos do que a ganhar mais.

E outra coisa, eu já disse pro meu marido: essa coisa de enfiar sábado o dia inteiro trabalhando (...) Ele trabalhava até sexta, já ta trabalhando no sábado... Até as três horas da tarde. A gente tinha combinado então não todos os sábados. Um sábado sim e um sábado não. Ele já 'tá trabalhando todos os sábados. Ah! (...) A gente ia sábados pro centro. Mas ele perguntava o que fazer lá. Ah, não sei. Ficar por lá, até 9 horas 9 e pouco. Caminhando andando. Parque dos Pinheiros de tarde, no domingo. O que tu vai fazer enfiada dentro de casa, né? Ai assim só trabalhar, trabalhar, trabalhar. Ai chega sábado, esse trabalho do serviço dele é pesado. Imagina se ele vai querer sair?! Só quer ficar em casa vendo televisão. Ele diz, mas também tu sabe que a gente precisa de dinheiro, que a gente precisa ganhar mais. Mas pra que? Só pra comer mais. Pra que mais? O que tu vais fazer com mais? Aqui nada. . Eu já disse pra ele: tu esquece! Ficar nesse sistema daqui, enlouquecer que nem essa gente, eu não posso. (Trabalhadora natural de São Gabriel, mora em Farroupilha desde 2001).

Por outro lado, para os sujeitos que se sentem identificados com a “italianidade” o trabalho é um valor imprescindível à dignidade e a honra de cada um, e por isso deve ser permanentemente demonstrado. Revelar-se em função do trabalho é de fundamental importância para a inserção nessa coletividade na

qual os sujeitos se reconhecem uns aos outros através do trabalho. Ou seja, a identidade social englobante é a de trabalhador. E posso ainda afirmar que entre os moradores de Farroupilha, não é a atividade desenvolvida que agrega valor ao trabalhador, mas sim o fato de estar trabalhando. Como observa Oro, para os descendentes de imigrantes italianos, o prestígio social não se constitui somente pela acumulação de bens e capital, mas também pelo “reconhecimento social do esmero ao trabalho”. (ORO, 1996, p. 619).

A ideologia dominante que hoje informa sobre o valor do trabalho circula entre os trabalhadores como uma virtude étnica. De forma similar ao que Seyferth analisou em seu estudo sobre imigrantes alemães no sul do Brasil, penso que o apelo aos pioneiros agricultores na constituição desse discurso tem forte influência de um *ethos* camponês de trabalho. (SEYFERTH, 1993, p. 47).

Nós os italianos temos isso do trabalho. Herdamos dos nossos pais, avós... Eles chegaram aqui era tudo mato, foi com muito esforço que hoje tu chega aqui e vê todo este progresso. Eles sempre mostraram pra gente a importância de ser trabalhador, com o exemplo deles. Eu me criei vendo meus pais sempre dando duro pra que a gente desse valor ao trabalho. Uma pessoa sem trabalho não é nada! (Trabalhador nascido em Farroupilha).

No entanto, essa ideia de que a retidão de caráter e o gosto pelo trabalho estariam no “sangue” dos descendentes de italianos (SANTOS, 2004) é desmistificada pelo personagem Radicci<sup>3</sup>, bem diferente da figura idealizada nos discursos que circularam para a divulgação do *ethos* do trabalho. Pouco afeito ao trabalho, obsessivo por um copo de vinho e por um “rabo-de-saia”, Radicci contrapõe-se aos valores mais caros do grupo, considerados inerentes ao colonizador italiano que prosperou.

---

<sup>3</sup> Radicci é o personagem criado em 1983 pelo cartunista Iotti, publicado diariamente em forma de tirinhas em jornais como Zero Hora (Porto Alegre) e O Pioneiro (Caxias do Sul). Existem álbuns publicados pela editora da Universidade de Caxias do Sul. O próprio autor incorpora o personagem para fazer programas de rádio e TV.



Ao desviar-se do paradigma oficial compartilhado entre os descendentes de imigrantes italianos, a transgressão do personagem evidencia que entre os moradores de Farroupilha, convivendo sob e com a construção hegemônica de um impulso ao trabalho, existem várias possíveis significações. Ou seja, nem sempre os sujeitos identificados com a “italianidade” se movem pelo simples desejo de trabalhar.

### Os valores do trabalho

Em uma das primeiras entrevistas realizada para esta pesquisa vivi uma situação muito esclarecedora e instigante no sentido de entender as diferentes maneiras como estão sendo manejadas as noções sobre o trabalho. Após uma hora e meia de entrevista com a secretária de um dos setores da prefeitura do município, na qual ela comentava sobre a importância do trabalho para ela e para os moradores do lugar em geral, eu me despedi e saí fechando a porta atrás de mim. Quando já estava na calçada e senti o frio que fazia, lembrei que havia esquecido meu casaco no espaldar da cadeira em que havia estado sentada. Voltei até a sala da secretária, bati na porta ao mesmo tempo em que a abria e já dizendo a ela que eu havia esquecido algo importante. Sem que eu pudesse continuar a falar, ela me interpelou dizendo. *“Eu já sei, tu esqueceste de me perguntar quanto eu ganho!”* Nesse momento, à todo o seu discurso sobre o trabalho como valor que havia perpassado ao longo da entrevista, foi sobreposto este outro significado, para ela mais importante: o trabalho como ganho. Ou seja, o valor moral do trabalho não se encontra de forma alguma dissociado do poder aquisitivo que a ele está associado.

As utilizações do produto do trabalho, os destinos dados aos salários, por sua vez elucidam objetivos para trabalhar e, assim sendo, outros significados para o trabalho. Por exemplo, observei que muitos trabalhadores em Farroupilha aprendem a guardar os seus salários alguns para dispor do dinheiro em caso de doenças, ou para a educação dos filhos, ou para a compra de um bem de maior valor como terreno, casa ou automóvel. Aliás, é no hábito de poupar e não no ato de trabalhar que muitos recém-chegados se diferenciam dos “gringos”. Um dia ao perguntar a uma trabalhadora se ela concordava com a ideia de que os descendentes de italianos são mais trabalhadores que as pessoas das outras regiões, como ela, me respondeu: *O que que é coisa de gringo? É trabalhar... É trabalhar e não gastar! Porque trabalhar a gente trabalha também, só que gasta tudo.* (Trabalhadora, nascida em Santa Maria, reside em Farroupilha desde 1982).

Já os moradores mais antigos da cidade, como é o caso do diretor da fábrica pesquisada neste estudo, ao perceber as condutas de seus empregados diante do tratamento dado aos salários, acusa-os de falta de visão, devido ao fato de lhe ser inconcebível o consumo “supérfluo”. Em tom depreciativo ele diz: *“É só receberem o salário e já saem gastando em festa, tomando cerveja”*.

Contrariando a opinião do empresário um empregado da fábrica diz que tem feito muitas horas extras,

“Eu vim pra isso”, diz ele, pra melhorar de vida. A firma me oferece condições de aumentar meu salário trabalhando mais e pego! Eu vejo o cara lá comprando carro novo todo ano. Eu penso, eu também posso! E tu vê, eu já comprei uma moto e um terreno desde que cheguei aqui. Imagina se eu estivesse na minha cidade! Nunca! Lá não tem condições, nem adianta trabalhar. (Trabalhador, nascido em Santo Ângelo, mora em Farroupilha desde 1998).

Nesses momentos, o hábito de “tanto trabalhar” deixa de ser inconcebível entre os novos migrantes, quando passa a estar associado a todo o esforço que gerou o crescimento econômico do lugar. O trabalho então é compreendido como condição necessária para aumentar o seu próprio poder aquisitivo. O comentário então vem a ser outro, o de que o “gringo é trabalhador, basta ver a riqueza

desta região.” Uma trabalhadora que veio de Rosário do Sul na década de 80, diz que

Trabalho é coisa de “gringo”. Os “italianos” são muito mais trabalhadores do que nós. Lá na campanha, lá é só vagabundagem e pobreza. Aqui não, é trabalho direto. E se a gente quer melhorar tem mais é que aprender com eles, fazer como eles. (Trabalhadora nascida em Rosário do Sul, mora em Farroupilha desde 1986).

Nesse reconhecimento do valor do “outro”, a trabalhadora oferece pistas para pensar o quanto alguns novos migrantes desejam transformar suas condutas alinhando os seus planos individuais, traçados na decisão da migração, ao projeto da coletividade. As condições vividas em Farroupilha direcionam os recém-chegados a ações econômicas mais alinhadas a esse ambiente relativamente mais capitalista. A possibilidade de ascensão econômica proporcionando acesso ao consumo de bens duráveis motiva os trabalhadores a trabalhar mais. Como eles próprios comentam é só “tomar o trabalho como costume de vida”.

No esforço de demonstrarem-se inseridos no estilo de vida compartilhado entre os moradores de Farroupilha, observo outros recém-chegados adaptam seus comportamentos anteriores para interagirem no cenário atual. Uma costureira do setor do calçado, quando questionada sobre seus horários de folga conta, com um brilho de satisfação no rosto, como resolveu o problema da falta de convívio que tanto lhe incomodava.

Nos domingos, eu saio e passo o dia fora de casa. Visito muitas conhecidas. Vendo Avon. Não aguento ficar trancada em casa em pleno domingo. O único jeito é arranjar mais trabalho. Aqui não se fica à toa. Se tu fores ver nem praças têm para que se possa encontrar amigos, sei lá... (Trabalhadora nascida em São Sepé, mora em Farroupilha desde 2003).

A trabalhadora recria hábitos vividos na sua cidade de origem nas condições da nova coletividade, evidenciando comportamentos tradicionais sendo ressignificados na ordem *doethos* do trabalho local.

## O trabalho fora do trabalho

O fato de trabalhar em mais de uma atividade é muito comum entre os moradores da cidade de Farroupilha. A grande maioria das pessoas que conheci tem mais de um emprego. Os funcionários da fábrica, por exemplo, após os turnos trabalhados, nos turnos contrários e inclusive nos fins de semana tem outra atividade de trabalho. O trabalho além do horário de expediente pode estar complementando a renda do trabalhador, porém na medida do possível o que eles procuram ter fora da fábrica é um trabalho autônomo, isto é, um negócio.<sup>4</sup> É em vistas desta atividade que mobiliza os trabalhadores em torno de uma emocionalidade que os percebe motivados a trabalhar.

Aqueles trabalhadores que vão ascendendo nos postos de trabalho em seus empregos, passam a converter parte dos seus salários em capital que é investido em iniciativas próprias. Aqui o envolvimento no trabalho se dá em função da autonomia, da criatividade, da competitividade, ou seja, constitui-se aí um trabalhador portador das qualidades que compõem o *self mademan* divulgado nos discursos do capitalismo contemporâneo.

Dessa forma sou levada a pensar que o negócio, e não o trabalho, está na centralidade das suas vidas. Muitas foram as vezes em que ao me dirigir aos moradores de Farroupilha, estendendo o simples ‘bom dia’ a um trivial comentário sobre o clima, obtinha respostas relacionadas à produção, aos negócios.

Eu comento: “Esfriou, hoje, hein?” Ao que prontamente o senhor me responde: “Isto é ótimo para a venda de malhas.” Ou ainda em outra ocasião: “Que chuvinha chata!” e a resposta: “Ah bom! Tá na hora de chover... pra safra da uva”. (Excerto do caderno de campo. Dez/2008).

---

<sup>4</sup> Os negócios aparecem como um jogo envolvente através do qual os sujeitos vão internalizando novas formas controladas de viver sentimentos e de agenciar comportamentos. Nas interações de negócios a ordem do indivíduo, o mundo das coisas sobrepe-se à ordem do coletivo, às relações de solidariedade.

Dentre os comportamentos comumente relacionados à “italianidade” estão a retidão de caráter e o gosto pelo trabalho, poucos são os autores que observam as relações competitivas, integrantes das dinâmicas dos negócios, como parte das interações dos moradores da região. Nesse sentido, Costa (1998), procurando caracterizar a identidade dos descendentes de imigrantes italianos, à qual se sente pertencente, admite “com toda a franqueza que nossos métodos nem sempre são os mais honestos, ou melhor, que a gente, para vencer na vida, tem que ser “furbo” (astuto): descobrir o furo da lei, sonegar, sempre que possível, pedir concordata na hora certa, “ciavar i baùchi” (enganar os tolos), que podem ser nossos familiares ou sócios.” (COSTA, 1998, p. 20). Logo a seguir o autor complementa: “*Além de ‘furbo’ deve ser trabalhador e econômico.*” (idem) Grifei o além para salientar o que para o próprio autor vem a ser a virtude primeira.

### **Algumas considerações**

Existem muitos estudos sobre migrações que evidenciam condutas centralizadas no trabalho entre migrantes. Certamente, trabalho árduo, poupança e perspicácia, apego à família e religiosidade, frugalidade, autocontrole e a evitação de excessos não são características exclusivas do contexto estudado estas estão presentes em muitos outros contextos. Tais comportamentos são também muito similares aos trazidos por Max Weber como imprescindíveis à gênese e desenvolvimento do capitalismo. Este autor se esforçou em demonstrar que a racionalidade capitalista moderna está assentada nos princípios do protestantismo. Ora, o contexto deste estudo não comporta tal aproximação, uma vez que a religiosidade na região é predominantemente católica, cujos princípios são, segundo Weber, exatamente aqueles que se opõem ao desenvolvimento do capitalismo.

Procurei então considerar os princípios norteadores de tal racionalidade a partir das reflexões que os próprios envolvidos tecem sobre as suas experiências de trabalho. Tomo as experiências da migração, acreditando que estas trazem elementos importantes, no sentido de tornarem o trabalho, elemento central na vida dos



migrantes. Isto me faz retornar ao pensamento de Weber quando lembro que o autor admite as prováveis influências do exílio, como contexto propício para transformações éticas. Para Weber o distanciamento das pessoas de seus lugares de origem é favorável à constituição de uma ética do trabalho. Em uma nota de “A ética protestante e o “espírito do capitalismo”” o autor afirma que: ...*“está absolutamente assente que o simples fato da mudança de pátria constitui um dos meios mais poderosos de intensificação do trabalho”* (WEBER, 2004, p. 172).

Nesse mesmo sentido, Hannah Arendt, em “A Condição Humana”, reflete sobre o papel da experiência do deslocamento como fato motivador do trabalho e estimulador à acumulação de riquezas pelos indivíduos.

A expropriação, o fato de que certos grupos foram despojados de seu lugar no mundo e expostos de mãos vazias, às conjunturas da vida, criou o original acúmulo de riqueza a possibilidade de transformar essa riqueza em capital através do trabalho. Juntos, estes dois últimos constituíram as condições para o surgimento de uma economia capitalista. (ARENDR, 2000, p. 264).

Inclusive na literatura encontra-se esse nexo entre migração e trabalho. O poeta Paulo Leminsky assim se refere:

A mística imigrante do trabalho é uma mística contra o prazer, contra o corpo,  
uma mística de tipo puritano, calvinista, que reprime o prazer para canalizar as energias todas do indivíduo para o trabalho material. Ela começa na exaltação da sublimidade do trabalho. e termina na negação e na repressão da vida sensorial, do lúdico, do erótico...  
Quando o imigrante chegou aqui, só tinha um meio de se dar bem; trabalhando, evidentemente. E, trabalhando, o imigrante elaborou para si, seus filhos e netos, uma ideologia centrada no labor.  
Guardar todo o dia um pouco, para ter muito no dia da necessidade, é seu mote o lema bordado nas toalhas de parede, pelas operosas mãos das esposas, nunca ociosas. “Fazer economia” é amealhar. Reter, poupar. Assim se chega a uma ideologia da poupança: guardar é superior a usufruir. Inteligente é poupar, não desfrutar. O segurar, não o soltar. (PAULO LEMINSKY, FOLHA DE SÃO PAULO, 20/jan./1998).

Atenta às abordagens mais amplas que axiam as migrações ao trabalho, procuro apontar as particularidades do local pesquisado. Nesta apresentação procurei, a partir dos dados etnográficos entender as maneiras como uma “ética do trabalho” está se reatualizando. Sugiro pensar que os comportamentos econômicos e as ressignificações da noção de ética do trabalho nesse contexto se constituem na convergência de muitas variáveis que estão sendo agenciadas pelos trabalhadores do lugar.

Olegado das experiências de trabalho dos primeiros imigrantes diante do desafio da colonização sem dúvida traz uma grande contribuição no sentido de colocar no cenário brasileiro outras noções de trabalho que não a associada ao modelo escravagista; a sobreposição dos fluxos migratórios que evidencia aos novos migrantes as possibilidades de ascensão econômica; a crença no mito do imigrante reforçada pelos discursos hegemônicos do neoliberalismo; as pequenas, porém concretas ascensões vivenciadas pela grande maioria dos trabalhadores que possibilitam o acesso ao consumo antes fora do alcance...

Enfim, sugiro pensar que são múltiplos os fatores envolvidos no contexto da urbanização e industrialização da região, quando no processo das transformações aí ocorridas vão se agregando às disputas entre uma ordem cultural instituída como tradicional da cultura italiana e uma outra trazida pelos novos migrantes, elementos do capitalismo contemporâneo. Isto é, como já apontou Sahlins(1997) , observo nesse contexto, os efeitos da incidência de elementos de uma ordem global do capitalismo e da modernização ao serem manejados pelos sujeitos locais.

## **Referências**

- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro : Forense Universitaria, 1997.2000.
- COSTA, R.; DE BONI, L.A.. Nós os gringos. In: Maestri, M. (Org.) *Nós os ítalo gaúchos*. Porto Alegre : EDUFRGS, 1998.
- DE BONI, Luís A.; COSTA, R.. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : EST / EDUCS, 1984.

ORO, Ari. “Mi sontalian”: considerações sobre a identidade étnica dos descendentes de italianos do Rio Grande do Sul. In: DE BONI, L.A. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1996.

SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1997

SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico* 91, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

SOUZA Jessé de. (Org.) *O Malandro e o protestante*. A tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: UnB, 1999.

WEBER, Max. “Relações Comunitárias Étnicas”. In: *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da UnB, 1994. pp.267-277.

\_\_\_\_\_. *A ética protestante e o espírito capitalista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Regina. “O Avanço dos Italianos”. *História em Revista*; v. 10. Pelotas, UFPEL/Núcleo de Documentação Histórica. (VII Encontro Estadual da ANPUH-RS). Dez., 2004.r

## **BREVE PERSPECTIVA A CERCA DA COLONIZAÇÃO IMPERIAL NO DEBATE PARLAMENTAR DE 1843**

Onete da Silva Podeleski<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente trabalho busca sintetizar algumas perspectivas do debate na Câmara dos Deputados, em 1843, no que tange ao projeto da Lei de Terras de 1850, em especial, da colonização estrangeira. Através da pesquisa nos documentos oficiais foi possível investigar como a lei propôs um ordenamento às terras do Império, bem como estabeleceu limites ao seu acesso para os estrangeiros, principalmente, europeus, já que o projeto visava à substituição da mão-de-obra escrava pela livre, devido às pressões inglesas pelo fim do tráfico de escravos. Incluir a proposta de colonização junto ao projeto da Lei de Terras significava que além de dar um ordenamento jurídico à propriedade da terra, esta também se tornaria financiadora da vinda de colonos estrangeiros ao Império, porém com uma legislação que não prejudicasse o mercado de terras, uma vez que poderia causar nos colonos o desinteresse em vir para o Brasil.

---

O presente trabalho trata do tema da colonização<sup>2</sup>, em especial, da estrangeira, pois além de impor limites à posse de terras, era uma necessidade imediata, segundo os grandes produtores, conforme debate na Câmara dos Deputados em 1843. Logo, estabelecer limites ao acesso da terra para os estrangeiros, principalmente, europeus, era a relevância central, já que o projeto visava a substituição da mão-de-obra escrava pela livre, devido às

---

<sup>1</sup> Historiadora e mestranda em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

<sup>2</sup> O termo é usado na história há bastante tempo, servindo para distintas abordagens, porém aqui se limita as colonizações no sentido das expansões territoriais, geralmente, vinculada aos sistemas de produção agrícola, com o deslocamento de pessoas nos processos migratórios, dentro do seu país ou para outro. (...) Durante o século XIX, diz Jean Roche (1969, pp. 2-4), colonizar poderia significar introduzir, com novos habitantes, mão-de-obra e empregá-la nos estabelecimentos agrícolas. MOTTA, Márcia M. de M. Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005. p. 98 e, 100.

pressões inglesas pelo fim do tráfico de escravos. No entanto, precisava ser uma legislação que não prejudicasse o mercado de terras, uma vez que poderia causar nos colonos o desinteresse em vir para o Brasil.

Incluir a proposta de colonização junto ao projeto da Lei de Terras significava que além de dar um ordenamento jurídico à propriedade da terra, esta também se tornaria financiadora da vinda de colonos estrangeiros ao Império. Esta solução era vislumbrada pela elite imperial para tentar resolver os problemas que se anunciavam com a extinção do tráfico negreiro. Nesta perspectiva, Emília Viotti da Costa expõe que:

Toda terra que não estivesse apropriadamente utilizada ou ocupada deveria voltar ao Estado como terras públicas. Essas terras seriam vendidas por um preço suficientemente alto para dificultar a compra de terras pelos recém-chegados. Com o dinheiro acumulado com a venda das terras, o governo poderia subsidiar a imigração, trazendo europeus para o Brasil para substituir os escravos nas fazendas. Assim o problema da força de trabalho seria resolvido (1985, p. 146).

Desta maneira, organizando a ocupação territorial e suprimindo a carência de mão-de-obra, entre tantos agentes sociais que estavam envolvidos nesse processo, os comissários, que eram os mediadores do tráfico e venda de escravos para os senhores de terras, assim como os consumidores nas zonas urbanas, logo iriam entrar em declínio e passariam a se ocupar de outro comércio: o de terras, apontado assim por Faoro:

(...) a classe lucrativa, a filha dos comissários desdenhados pelo marquês de Lavradio e egresso do tráfico, expande-se em atividade, sequiosa de negócios. Enquanto, ao seu lado, vicejam o exportador e o importador, ela mergulha na terra, financiando a agricultura, expandindo-se nas cidades, fascinada pelas ações das companhias, crente no progresso, mas fiel à bolsa, aos seus lucros e ao enriquecimento súbito. A política volta ao aliado tradicional, o comércio, e à especulação, esquecida dos arrogantes e opulentos sustentáculos do trono de D. João VI e de D. Pedro I, deslembada dos fumos das agitações regenciais (2000, p. 07).

Desse modo, a classe dirigente brasileira possuía uma série de interesses em relação ao empreendimento da colonização e a atração de mão-de-obra européia, uma vez que, além de resolver os problemas mencionados com relação ao fim do tráfico, povoaria um território de baixa densidade demográfica em alguns espaços, garantindo a delimitação das fronteiras geográficas, neste caso aqui apontando as fronteiras externas com outros países.

Dando prosseguimento aos debates realizados na Câmara, o deputado Paulino reconheceu a necessidade da regularização das terras para produzir a vinda de colonos estrangeiros ao Brasil, afirmando que estava de acordo com o projeto quando este tratava, primeiramente, do “passado”, das terras já pertencentes aos particulares e dava direcionamento ao “futuro”, isto é, discriminando como seria a venda de terras. Ele ainda argumentou que:

É sem dúvida que a terra deve ser entre nós, atentar as circunstâncias da nossa indústria, que é exclusivamente agrícola, a base de todo o sistema de colonização. Por isso muito acertadamente entenderam os autores deste projeto que nenhuma providência eficaz poderia dar para chamar uma colonização útil ao país, sem que também providenciassem acerca dos terrenos em que os novos braços deveriam ser empregados. (...) A maneira porque as terras são adquiridas exerce, pois uma influência muito poderosa sobre os resultados da colonização.<sup>3</sup>

Portanto, a questão das terras era um fator de grande relevância para que se desenvolvessem as políticas de colonização, por parte do Governo Imperial. Entretanto, para que esta política de terras e colonização alcançasse o resultado desejado – controlar o limite da terra e obter os trabalhadores necessários para as grandes lavouras – a oferta de trabalhadores também precisava ser de acordo com a demanda. A mão-de-obra disponível deveria estar de acordo com o capital reservado a pagar os salários, uma vez que, caso contrário, se teria um desequilíbrio tanto de compradores de terras – posto que a terra tivesse um valor elevado, de acordo com o projeto,

---

<sup>3</sup> Anais da Câmara dos Deputados (ACD). Sessão 27/07/1843, p. 444. Daqui para frente, nas notas, será usada somente a sigla.

já que este buscava evitar tão facilmente o acesso a novos proprietários – ao mesmo tempo em que, não podendo assalarar toda oferta de trabalhadores, causaria uma insegurança quanto à perspectiva com que vinham os colonos para o Império. A perspectiva era de se tornarem proprietários de terras, uma ascensão social almejada, já que deixavam sua pátria em busca de melhores condições de vida, principalmente, com a possibilidade de virem a serem produtores independentes.

Desse modo, limitar a extensão territorial de forma que cada proprietário pudesse manter ativamente uma cultura, foi um instrumento usado para o controle social do acesso à terra, já que não permitiria um mercado de terras paralelo ao governo. Se os proprietários pudessem oferecer as zonas sem cultura a preços melhores que os do governo, isso faria com que os trabalhadores deixassem de prestar serviços à grande lavoura, buscando se tornar eles próprios, também, donos de suas próprias produções agrícolas. Neste sentido, o deputado Souza Franco apontou:

Consiste a beleza ou essência da colonização, segundo o sistema moderno, em que as terras cultiváveis estejam em tal proporção com os braços que nela se empregam que tenha sempre o proprietário ou empreendedor braços suficientes para a cultura no todo, e os trabalhadores proprietários que os assalarie; diminuir o número dos trabalhadores ou aumentar o das terras é sustentar o desequilíbrio no sentido que nos aflige (ACD, 28/07/1843, p. 455).

Essa possibilidade de importar colonos encontrou força devido ao contexto em que se encontrava o espaço agrícola em diferentes partes do mundo. Vale lembrar que as modernizações das técnicas agrícolas e industriais se implantavam nas sociedades a todo vapor, gerando assim, um excedente de mão-de-obra para a produção. No mercado europeu, por exemplo, houve a implantação da máquina a vapor na produção têxtil. Assim, aquela produção primária realizada até aquele momento, teve um declínio significativo, permitindo que muitos trabalhadores optassem pela emigração, onde poderiam, supostamente, encontrar melhores condições de sobrevivência do que aquela encontrada naquele momento em seu próprio país. Esta aplicabilidade de novas técnicas, fomentando mão-de-obra “ociosa”, também, proporcionou baixar os

custos da produção e baratear seu escoamento aos mercados consumidores, de produtos que sequer antes eram conhecidos no mercado mundial (Machado, 1999, p. 43-44).

Como Paulo Pinheiro Machado, comentou, “*sem dúvida, o ato de migrar teve diferentes razões, muito específicas e peculiares, que variaram de região para região, de país para país*” (Machado, 1999, p. 43), mas enquanto um fenômeno de massa, e até de forma generalizada, pode ser visto como um processo de atração e expulsão. Isto é, uma série de fatores sociais, econômicos e políticos, que influenciaram as escolhas pessoais da partida, e do destino<sup>4</sup>.

Esse processo de emigração massiva para o Brasil foi interessante, principalmente, devido à proposta de se tornarem proprietários, desenvolvendo aqui seus próprios objetivos, agora como donos de sua força trabalho, pois assim reverteriam seus esforços para si mesmos. Porém, ao se estruturar a Lei de Terras, esse acesso aos migrantes não foi tão simples assim, já que o Brasil se encontrava no processo de transição do fim do tráfico transatlântico de escravos, o que despertava na sociedade brasileira, além do ordenamento e conhecimento das terras, a busca de braços livres para empregar nas lavouras. O objetivo era não “definhar” a produção agrícola num momento em que as lavouras cafeeiras se encontravam em expansão, processo controlado pelos grandes interesses dos cafeicultores.

Foi, portanto, estimulada a chamada de colonos ao Brasil. Seguindo o debate, observou-se que alguns colonos eram provenientes, tanto de zonas urbanas quanto rurais, o que poderia levar a uma dificuldade de adaptação com o trabalho agrícola. Além disso, podiam até desconhecer os métodos de cultivo utilizados para o tipo de solo encontrado nas distintas regiões do Império, servindo, inclusive, este “desconhecimento” de argumento para que se

---

<sup>4</sup> Como por exemplo, o caso dos imigrantes italianos. Para melhor entendimento ver: FRANZINA, Emilio; BEVILACQUA, Piero; CLEMENTI, Andreina De (Org.). *Storia Dell'Emigrazione Italiana*. Roma: Donzelli Editore, 2002.



empregassem como jornaleiros nas lavouras por algum tempo. Nesse sentido o Sr. Torres diz:

(...) o colono, chegando a poucos dias no país, desconhecendo os processos da nossa lavoura, não tendo experiência, não tendo prática alguma do trabalho que vai dirigir por sua própria conta, também não pode prosperar, arruína-se em pouco tempo. (...) o corpo legislativo deve ter em vista a sorte dos atuais proprietários agrícolas: não deve querer somente promover o bem daqueles que vem novamente estabelecer-se no Brasil à custa do sofrimento, das misérias daqueles que tantos capitais têm empregado nos estabelecimentos rurais que já existem, e que ficarão inutilizados e perdidos para eles e para o país (ACD, 26/07/1843, p. 409).

Embora se pudesse encontrar nos discursos da Câmara alguma preocupação com a falta de conhecimento sobre a agricultura imperial, o cuidado maior em relação aos colonos que seriam subvencionados com a venda das terras era devido à disponibilidade da força de trabalho destes sujeitos para as lavouras já existentes. Do contrário, perderiam os capitais investidos pelos atuais agricultores até então.

Assim sendo, a questão da entrada de colonos tinha como eixo fundamental o processo em que se encontrava a sociedade imperial, sobretudo, visava aos interesses dos grandes produtores, bem como aos da elite política, em que predominava o interesse econômico, uma vez que uma preocupação de ordem social não foi verificada tão claramente junto aos debates no momento da discussão da lei de terras. Neste sentido, para garantia de um futuro promissor, a questão da transição da mão-de-obra escrava para a livre representava a decisão mais acertada quando reconhecida a divisão do trabalho, conforme se apreende da fala do Sr. Torres:

O princípio da divisão do trabalho é tão necessário na agricultura como em todos os outros ramos de indústria. Um homem só que é obrigado a cultivar todos os produtos que lhe são precisos para a sua subsistência e de sua família colhe menos do que se cultivasse um só produto.

Demais, é uma verdade que a lavoura entre nós exige trabalhos e processos que não podem ser feitos se não simultaneamente pelo concurso de muitos braços. O café, o açúcar, não os pode colher e

fabricar o lavrador que não dispõe de certo número de braços (ACD, 26/07/1843, p. 410).

Outra questão era, sobretudo, o branqueamento. Tendo em vista a revolta de escravos, sucedida no Haiti, no fim do século XVIII, e a Revolta dos Malês, ocorrida em 1835, no Brasil, os deputados de uma forma ou de outra reagiam a elas. É bom lembrar que ambas tiveram a etnicidade negra como figuras centrais. Os debates a respeito da colonização também tinham a preocupação de que, com o fim da escravidão, houvesse um aumento de negros, ex-escravos em liberdade, agregando-se ao contingente da população imperial. Neste sentido, os colonos que foram trazidos, também, viriam participar do processo de configuração de uma “nação civilizada”, tendo como seu principal agente o europeu, que proporcionaria o branqueamento da população<sup>5</sup>. Além disso, era apontado que os europeus eram detentores de conhecimentos modernizantes, carregados de valores como as idéias de família e civilidade. Sendo assim:

A imigração estrangeira era considerada como um enxerto para dar vigor à população nacional. José Bonifácio defendia para São Paulo em 1821, a vinda de alemães, com objetivo de amalgamá-los aos nacionais, para imprimir maior “atividade” e “moralidade” à população local. (Quadros e Mello Franco, 1968, p. 78)

A prova disto é que apesar de sua pequena população, Portugal e Açores nos proporcionam um sofrível contingente, ao passo que da Alemanha e da Irlanda vão inúmeros colonos para a Austrália e Estados Unidos, onde não acham talvez maior vantagem do que teriam no Brasil, mas encontram homens de suas raças e linguagens. Nestes países a assimilação dos naturais com os imigrantes começa desde o primeiro dia. (Rodrigues, 1973, p. 270) (In: Machado, 1999, p. 65-66 e 72).

---

<sup>5</sup> Não há como negar que o tema coloca em discussão a própria construção da ideia de nacionalidade brasileira. A política planejada foi, inicialmente, de criação de um “povo novo”, depois do “branqueamento” da população. Após as derrotas das alternativas populares e democráticas durante o período regencial, a consolidação do Estado Brasileiro se deu de forma autocrática e excludente, dando sobrevida à monarquia, à escravidão e ao domínio do latifúndio, levando o país a um processo de “modernização conservadora”. MACHADO, Paulo P. Política de Colonização no Império. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. p. 14.

Neste sentido, surgiu outro aspecto que desfavorecia o interesse da vinda de colonos ao Brasil, que eram evidenciados nos debates. Diziam que ademais da projeção de adquirirem terras, elevando-os a uma condição de vida divergente da encontrada em seu país de origem, poderiam encontrar no Império um distanciamento do seu idioma pátrio, que tardaria o pertencimento a nova Nação, como apontou o deputado Carneiro da Cunha:

Todos nós sabemos que sempre os colonos demandam e procuram aqueles lugares onde encontram mais simpatias, e cuja linguagem tem com essa mais analogia, e é por este motivo que a América do Norte recebe grande número de colonos, por isso sua língua tem muita afinidade com as dos povos do norte da Europa. Mas nós que falamos o português, e quando em Portugal o governo procura chamar a população das ilhas para empregá-la, e proíbe a imigração para o Brasil, havemos de ter muita dificuldade em obter colonos (ACD, 23/08/1843, p. 869).

Nesse contexto, a aproximação do idioma que se teria com Portugal era negada ao Brasil pela proibição da imigração do império luso. Assim, a política de colonização precisava oferecer atrativos para mobilizar a vinda destes colonos, sendo uma delas a de subvencionar as viagens e proporcionar facilidades para a aquisição de terras, posteriormente ao tempo mínimo de emprego nas lavouras.

Voltando a questão da moralidade, este mesmo deputado ainda chamou a atenção no seu debate a problemas que o governo imperial deixou de tratar, que podiam caracterizar, negativamente a imagem do território em outros países, registrando que:

(...) o governo do Brasil nunca se lembrou das nossas mais urgentes necessidades, nunca se lembrou de promover os casamentos no Brasil. (...) É necessário conhecer-se que o aumento dos casamentos torna o povo mais moral; (...) Tem-se observado, indo-se às cadeias, que são muitos os solteiros presos e poucos os casados, porque a mulher, os filhos são cadeias muito fortes que embaraçam muitas vezes o homem de cometer certos atentados, certos crimes (ACD, 23/08/1843, p. 869).

Um ordenamento social também precisava ser adotado na sociedade para que outros quisessem viver no Império. Um deles

estava nos casamentos, pois conforme Carneiro, os homens solteiros estavam mais dispostos aos crimes e lembrou ainda já tinham muitas revoltas pelas regiões, que causavam uma imagem de instabilidade na sociedade. Dessa forma, os casamentos poderiam diminuir esses desvios de comportamentos, passando uma imagem de moralidade social, contribuindo assim, para a proposta de povoamento do Império, que ainda contava com muitas extensões territoriais por cultivar. E essa moralidade somente poderia ser colocada na sociedade a partir da vinda de imigrantes que prezavam os valores de ordem social.

Importante, também, nesta contenda era determinar que tipo de colono se queria importar para o Império, pois a Inglaterra, que sofria com a falta de braços, ainda usava de braços africanos. O deputado Ferraz apontou o sistema inglês de recrutamento, associado a repressão do tráfico:

O governo inglês tem-se encarregado, não de contratar os africanos, mas de prestar navios para o seu transporte e, estabelecer na Serra-Leoa, Luanda e outros pontos da África, agentes seus encarregados de fiscalizar bem esta emigração e de estabelecer garantias aos emigrados; e estabeleceu outros agentes nos pontos para onde vão, garantindo-lhes cinco anos para estarem nas colônias, e mandando que os agentes lhes garantam o transporte para sua terra se depois quiserem emigrar. Vejo mais que os nossos encarregados vão buscar braços nas cidades entre os proletários, gente que não sabe o que é trabalho de campo, e que pensa que saindo das cidades da Europa vem para um país de Éden, aonde, chegando, acham todas as felicidades, e que, contratando-se e dando-se-lhes passagem a bordo, desaparecem, depois que aqui chegam essas tomadas por alguém (ACD, 28/08/1843, deputado Ferraz. p. 912).

Contrastando a vinda de africanos em melhores condições que a de proletários, este pronunciamento demonstra que o projeto da Lei de Terras deveria, também, propor alguma garantia de que chegando ao Império, estes colonos teriam sua permanência, conforme fora divulgado em sua pátria, pois a ilusão de paraíso que faziam os colonos poderia levar ao desaparecimento dos mesmos, logo na chegada e do não cumprimento do contrato que faziam. Além disso, podiam encontrar as terras prometidas já ocupadas por

outros. Estas questões também necessitavam estar clareadas no projeto a fim de evitar o fracasso da proposta de colonização.

O processo de substituição do trabalho escravo para o livre, já havia sido experimentado pelo Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro<sup>6</sup>, no início de 1840, através de um processo de imigração subvencionada pelos particulares, por meio de contratos de parcerias<sup>7</sup>, preferencialmente, com famílias, aplicado em sua Fazenda Ibicaba, localizada na região de São Paulo. Warren Dean<sup>8</sup> atribui o fracasso da parceria aos membros, que queriam que os colonos obedecessem como escravos.

Esta tentativa de imigração não teve grande progresso devido à instabilidade dos colonos de cumprirem seus contratos e da dificuldade de adaptação, já que a maioria era proveniente de zonas urbanas. Esta experiência prosseguiu lentamente, conseguindo um pouco mais de sucesso somente próximo a 1850.

---

<sup>6</sup> Ademais de Senador, Nicolau Vergueiro foi um grande cafeicultor, apoiou o movimento pela maioria de D. Pedro II e apoiou a liberdade de escravos de serviços públicos, bem como os de suas fazendas, onde substituiu por colonos europeus. Ver também: Enciclopédia Delta Universal; Enciclopédia Nova Barsa; Enciclopédia Miradora Internacional.

<sup>7</sup> O sistema de parceria foi primeiramente empregado no Brasil pelo Senador Vergueiro. Esse político e fazendeiro paulista, prevendo o fim eminente da escravidão, usou de sua influência política e conseguiu um financiamento para trazer emigrantes para trabalhar na produção de café. (...) competia ao fazendeiro, em linhas gerais: 1) financiar o transporte do país de origem até o porto de Santos; ... 3) adiantar gêneros e instrumentos necessários ao colono; ...6) entregar lotes com pés de café adultos para os cuidados dos colonos; (...) aos colonos cabia: 1) receber cotas em pagamento correspondente a metade do rendimento das vendas da safra de café (deduzidos os custos de transporte, impostos e comissão); ...3) não deixar a propriedade até saldar as dívidas; ...6) entregar ao fazendeiro metade da economia de subsistência que excedesse ao consumo de sua família. MOTTA, Márcia M. de M. Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005. p. 349.

<sup>8</sup> DEAN, Warren. Rio Claro: Um Sistema Brasileiro da Grande Lavoura 1820-1920. (Título original: Rio Claro: a Brazilian Plantation System, 1820-1920). Trad. W. M. Portinho. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

Entretanto, em 1830 já havia sido publicado, neste sentido, nas Coleções de Leis do Império, a Lei que “Regula o contrato por escrito sobre prestação de serviços feitos por brasileiro ou estrangeiro dentro ou fora do Império”<sup>9</sup>.

Este contrato de prestação de serviços foi uma possibilidade de organizar os trabalhadores e seus empregados. Na realidade, foi uma tentativa de garantir o comprometimento dos empregados, num momento em que ademais dos brasileiros, alguns estrangeiros já começavam se instalar, disponibilizando sua mão-de-obra.

Nos artigos 3 e 4, fica clara a pretensão de que através da lei tornaria justificável, diante da justiça, o poder do empregador sobre o trabalhador. E, diante de tantas repressões e multas, que poderiam ser aplicadas, a coerção garantiria cumprimento destas regras no mundo do trabalho, num momento em que além de manter mão-de-obra escrava, se apresentavam as possibilidades de estabilizar o controle sobre a mão-de-obra “livre” também, conforme apreciamos:

Art. 3º O que se obrigou a prestar serviços só poderá negar-se a prestação deles, enquanto a outra parte cumprir a sua obrigação, restituindo os recebimentos adiantados, descontados os serviços prestados, e pagando a metade mais do que ganharia, se cumprisse o contrato por inteiro.

Art. 4º Fora do caso do artigo precedente, o Juiz de Paz constrangerá ao prestador dos serviços a cumprir o seu dever, castigando-o correccionalmente com prisão, e depois de três correções ineficazes, o condenará a trabalhar em prisão até indenizar a outra parte.<sup>10</sup>

Com a lei de 1830, foi possível obrigar os trabalhadores a se manterem “dependentes” dos empregadores ou mesmo os fazer restituir o que lhes havia sido adiantado em casos, por exemplo, de idealizarem outro emprego melhor. No entanto, como menciona o art. 3, ainda seria necessário “pagamento da metade do que mais

---

<sup>9</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil – Atos do Poder Legislativo. 13/09/1830. p. 32 e 33.

<sup>10</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil – Atos do Poder Legislativo. 13/09/1830. p. 32 e 33.

ganharia”. Sendo assim, além do valor que lhe fora adiantado teria que pagar mais. Era uma possibilidade quase inexistente naquele contexto, posto que não houvesse nem pago o que lhe fora adiantado. E, através do medo do castigo, da prisão, dificilmente os trabalhadores iriam se propor a tal indisposição. Acredita-se que os processos judiciais podem nos mostrar que havia quem buscasse seus direitos diante de empregadores, principalmente, quando eram estrangeiros, pois a realidade do Império poderia ser divergente do que lhe fora proposto quando ainda se encontrava em seu país de origem.

Esse contrato foi uma das formas de regular o mundo do trabalho, já visando uma perspectiva de trabalho com braços livres, podendo ser estrangeiros. Neste contexto, a pretensão era a subordinação ao empregador e não a preocupação com a falta de braços, como ocorreria já no período do projeto da lei de terras, que nos traz os primeiros passos que encaminhavam as relações de trabalho com os colonos que seriam trazidos. Nos discursos em 1843 não era mencionado diretamente o contrato de prestação de serviços, porém era possível atrelar a idéia de controle dos trabalhadores nas entrelinhas do projeto quando ele propunha a limitação do acesso à terra.

De maneira geral, a colonização estrangeira proposta e debatida na Câmara em 1843 propunha que esta fosse subsidiada pelo governo, já que estaria regulamentada pelo governo central objetivando necessidades econômicas e, não mais somente demográficas como vinha ocorrendo até princípio dos anos 40 quando a colonização centrava-se principalmente na formação de colônias. Dar direcionamento para a questão econômica seria viabilizar a substituição de mão-de-obra escrava pela “livre” européia, que paulatinamente deveria ocorrer em função da extinção do tráfico que estava latente nas relações diplomáticas. E por fim, ao buscar meios financeiros para a vinda de imigrantes através do mercado de terras, muitos nacionais perdiam suas terras em função dos impostos sobre a propriedade, proporcionando assim também braços “livres” nacionais para complementar o da colonização.

## Fontes

Câmara dos Deputados:

- Coleção das Leis do Império do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>.
- Anais da Câmara dos Deputados de 1843. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br>.

Governo Federal do Brasil

- Planalto Federal: Leis. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

## Referências

COSTA, Emília V. da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

DEAN, Warren. Rio Claro: *Um Sistema Brasileiro da Grande Lavoura 1820-1920*. (Título original: Rio Claro: a Brazilian Plantation System, 1820-1920). Trad. W. M. Portinho. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Ed. Globo, 2000.

LIMA, Ruy C. *Pequena história territorial do Brasil: Sesmarias e Terras devolutas*. Goiânia: Ed. UFG, 2002.

MACHADO, Paulo P. *Política de Colonização no Império*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

MATTOS, Ilmar R. *Tempo Saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004.

MOTTA, Márcia M. *Dicionário da terra*. 2005. Rio de Janeiro: Ed. Civilização, 2005.

\_\_\_\_\_. *Nas Fronteiras do Poder: Conflito e Direito à Terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2008.

SILVA, Ligia O. *Terras Devolutas e Latifúndio: Efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.



VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil imperial 1822-1889*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2002.

ZARTG, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

# AS PRINCIPAIS MOTIVAÇÕES PARA A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL – O CASO DO MARROCOS PARA A ESPANHA

Aline Baú dos Santos

*Resumo:* Tendo como estudo de caso a migração de trabalhadores do Marrocos para Espanha, verificam-se dois importantes contextos da migração internacional: o econômico e o histórico. A premissa de que a economia é um dos principais motivadores à migração é amplamente divulgada e tem-se desenvolvido diversas teorias a respeito como, por exemplo, a *Migration Hump*, a Teoria dual de Trabalho e a teoria *Push and Pull* – que tem determinantes econômicas em sua lógica. Essas teorias se enquadram na realidade migratória Magrebe- Espanha, contudo somente a ciência econômica não explica as motivações que os migrantes internacionais tem para escolherem um determinado país e correrem riscos de vida para habitá-lo. Questões simples – Por quê marroquinos arriscam a vida para viver na Europa? Por quê a maior densidade populacional de magrebins que vão para a Espanha são do Ex-Protetorado Espanhol no Marrocos?- passam a ser melhor respondidas quando alia-se ao estudo econômico a análise de conjuntura histórico social. Afinal, na temática migratória internacional nenhuma ciência trilha a lógica e o bom senso isoladas.

*Palavras-chave:* migração internacional de trabalhadores, motivação à imigração, Marrocos-Espanha, teoria, história.

---

As principais motivações da emigração marroquina para a Espanha retrata dois importantes contextos da migração internacional: o econômico e o histórico. Na esfera econômica observa-se o nexos entre desenvolvimento econômico e migração, nesse ínterim vislumbra-se teorias econômicas que encaixam-se na realidade marroquina: *Migration Hump*, *Push and Pull* e Teoria Dual do Trabalho. Por outro lado, pela perspectiva histórica, observa-se a importância da correlação dos laços históricos entre marroquinos e espanhóis ao nos depararmos com índices estatísticos que revelam as proporções das origens nacionais dos imigrantes. Nesse contexto, também vislumbram-se paradigmas dos emigrantes que demonstram as consequências culturais da colonização e as

necessidades produzidas pelo capitalismo. Os fatores de motivação a emigração parecem mais fortes do que as barreias impostas pela Espanha e União Europeia à imigração.

Confrontando mitos, estatísticas (ACP, 2012, versão *online*) indicam que os países que tem maiores índices de emigração não são os mais pobres. Essa assertiva encaixa-se nos recentes padrões de imigração da Espanha, que costuma receber potencialmente imigrantes das seguintes nacionalidades: Marroquinos com 758.174 cidadãos residentes, seguidos de Romenos (728.580), Equatorianos (441.155), Colombianos (288.255) e Britânicos (221.073) (Tedesco, 2007). Da porção africana há destaque para a região magrebina, favorecida pela proximidade com o Mediterrâneo Europeu, com altos índices de emigração marroquina para Espanha. A Argélia e a Tunísia são dois países de intenso fluxo emigratório, porém, os dois têm uma presença marcante na França (Eurostat, 2010). Já na Espanha, suas comunidades são bastante reduzidas e não existe, portanto, toda a instrumentação institucional de que dispõem os Marroquinos. Dessa forma, o presente trabalho focará o fenômeno migratório marroquino para Espanha.

### **Motivação econômica da migração Marrocos-Espanha**

O aumento da imigração na Espanha coincide com o crescimento econômico espanhol, crescimento que também fora sentido por outros países do sul da Europa, como Itália e Portugal. Em 1975 inicia-se um novo ciclo na Espanha, caracterizado pela reconversão da estrutura produtiva da Espanha e penetração massiva de empresas transnacionais. Em 1985, o país obtém acesso às comunidades Europeias (entrada efetiva em janeiro de 1986), oferecendo maiores oportunidades aos imigrantes pela natureza e evolução específica do mercado: “informalidade, dualidade, flexibilidade, terceirização e o dinamismo da empreitada de menor escala” (King, 2003, p. 15).

Outras características auxiliaram a entrada dos imigrantes: Estímulo ao turismo, que beneficiava os chamados “*residential tourists*”; os poucos empecilhos à entrada imigratória (ao contrário dos seus vizinhos do norte que já haviam iniciado uma política de

restrição desde a década de 70); a democratização iniciada em 1975, o histórico colonialista espanhol, que chamou a atenção da população ex-colonizada para a ex-metrópole e a proximidade com o continente africano, o que tornou a Espanha uma porta de entrada para imigrantes africanos, em especial vindos do Magrebe (Valiente, 2004, p.232).

Em paralelo com o aumento da imigração, houve um crescimento impressionante do emprego. Entre 1994 e 2007, a Espanha (juntamente com a Irlanda) registrou a maior taxa de crescimento do emprego na Europa e o número de pessoas empregadas aumentou de 12 para 20 milhões.

A maioria dos novos empregos foram absorvidos pelos setores de baixa qualificação, como a construção e os serviços gerais, onde a presença de trabalhadores imigrantes não qualificados é alta (Comissão Europeia, 2007). Segundo Bernardi et al (2011, p.154), houve uma expansão na parte superior (grau universitário) e inferior (construção e setor de consumo) da escala ocupacional. Naquele período, os setores que exigiam maior qualificação educacional foram preenchidos pelos nacionais, sobrando, assim, uma abundância de oportunidades em empregos não qualificados na parte inferior da estrutura ocupacional.

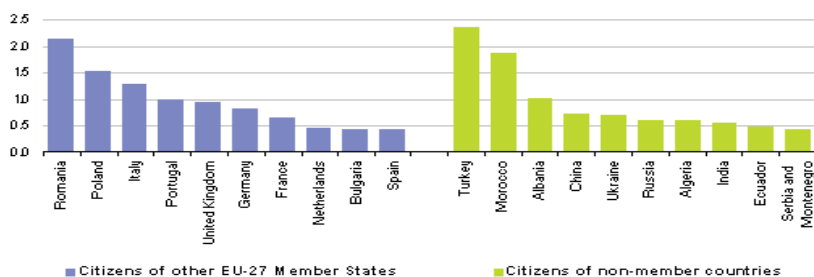
A nova fase econômica fez com que a Espanha passasse a não ser mero território de passagem, beneficiando os imigrantes econômicos. Pois com uma educação de qualidade e melhores oportunidades, os espanhóis deixaram lacunas no mercado de trabalho: serviços domésticos, agricultura, construção, setor industrial, turismo e *buffets*, venda informal (Ripoll, 2008, p.30). Lacunas preenchidas por imigrantes que passaram a ser a mão de obra barata no país (Valiente, 2004, p.232), aumentando a população ativa, auxiliando no crescimento financeiro de empresas, movimentando a economia informal e fomentando o desenvolvimento da Espanha (D'anol e Martinez, 2009, p.287).

Pesquisas indicam que os principais países de emigração internacional em nível mundial não são os mais pobres, ao contrário, os emigrados advêm de países que estão em processo de desenvolvimento econômico e transformação social: México,

Filipinas, China e Colômbia (Castles, 2008). Atualmente, grande parcela das emigrações internacionais caracterizam-se por uma mistura complexa e paradoxal de desenvolvimento e deficiências do mesmo (CE, 2005, p.57). De acordo com a Comissão Europeia (2002), a saída de contingente populacional de países em desenvolvimento ocorre porque:

A satisfação das oportunidades no país de origem pode ser ainda limitada, na medida em que o processo de ajustamento e as reformas não estão terminados, e o mercado de trabalho interno ainda não atingiu o seu pleno potencial (CE,2002, p.11).

No âmbito da União Europeia a imigração originária de países em desenvolvimento é expressiva. Segundo a Eurostat (2010), a maior proporção de não nacionais (36,5%; 7,2 milhões de pessoas) advém de países europeus, com destaque para Turquia, Albânia e Ucrânia. O continente Africano representa o segundo maior contingente (25,2%), desse, mais da metade vem do norte da África, especialmente Argélia e Marrocos. O terceiro contingente (20,9%) com maior porcentagem na União Europeia é a Ásia, muitos da Índia e da China, como segue:



Source: Eurostat (online data code: migr\_pop1ctz)

Fonte: Eurostat, 2010.

Na Espanha, os fluxos migratórios são oriundos da América Latina e Norte da África. É importante destacar que o ato de emigrar para outro país requer recursos financeiros ou acesso a redes sociais e capital social. Os custos para sair do território nacional não são acessíveis à maioria da população mundial, embora as viagens internacionais estejam mais baratas do que no passado. Assim, os

mais pobres são uma parcela pequena da migração internacional, assim como as imigrações regionais e locais são mais abundantes. Bauman (1999) traduz essa realidade afirmando que a parcela realmente pobre da população mundial está fadada a ficar em casa, o direito de ser móvel não é aplicado à miséria – A pobreza em si não é razão suficiente aos altos contingentes emigratórios internacionais (CE, 2006,p.57). A tendência emigratória dos países em processo de desenvolvimento pode ser explicada através do fenômeno *migration hump* (Hass, 2008, p.16) e complementada através da lógica teórica do *push-pull* (Lee,1966; Castles 1997) e a teoria do mercado dual de trabalho (Jennissen, 2007).

O fenômeno *migration hump* consiste, basicamente, no argumento de que o país em processo inicial de desenvolvimento socioeconômico tende a elevar a capacidade e as aspirações das pessoas a emigrar, pois “nos países em desenvolvimento, empregos decentes não estão sendo criados rápido o suficiente para absorver o número crescente de pessoas que se juntam à força de trabalho a cada ano” (CE, 2005, p.157). Os indicadores sociais e econômicos começam a evoluir, em contrapartida, o mercado de trabalho interno e o IDH ainda não atingiu seu pleno desenvolvimento (com reformas políticas e econômicas em andamento).

De acordo com o Conselho Europeu (2006), a principal força motriz das pressões migratórias contemporâneas é a falta de trabalho decente e oportunidades no país de origem. Apesar do Marrocos, da Argélia e da Tunísia disporem de importantes recursos naturais, esses países não conseguem criar emprego suficiente, “exportando não apenas recursos naturais como também pessoas” (Leal, 2009, p. 7).

A economia do Estado marroquino é dominada pelo setor agrícola. Marrocos produz pequenas quantidades de petróleo e gás natural, centrando-se na extração de fosfatos no Saara Ocidental. O vestuário e outros produtos têxteis assumem uma importância relevante no comércio exterior marroquino, quase um terço do total exportado. Também são importantes as reservas de pesca que em geral são exploradas por frotas estrangeiras.

Embora existam muitas motivações individuais para a decisão de emigrar, as pessoas motivam-se a buscar novas oportunidades de emprego, renda e qualidade de vida em países desenvolvidos:

A situação dos agricultores nos países em desenvolvimento é um importante fator internacional de migração. Muitos países industrializados tiveram uma “grande emigração” em 1950 e 1960, e movimentos semelhantes são hoje evidentes em muitos países, incluindo China, México e Turquia. Isto é, em parte, o resultado de, entre outros fatores, políticas públicas que muitas vezes refletem pacotes de ajustamento estrutural que levaram os países a “Modernizarem” a produção agrícola para se tornarem mais orientados para a exportação, e, conseqüentemente, minar a posição dos pequenos agricultores através da crescente liberalização do comércio (CE, 2006, p. 56)

Há outros problemas estruturais que contribuíram para a emigração nos países em desenvolvimento: a importação de produtos baratos prejudicou setores da indústria doméstica e da produção agrícola, o que afetou diretamente diversos setores da economia, ocasionando a perda de posto de trabalho, pois a criação de empregos pelos Programas de Ajustamento Estrutural foi inferior ao desemprego. Assim, a consequência de perdas de emprego resultante de mudanças comerciais e estruturais parece ter aumentado o número de desempregados – Na ausência de oportunidades de trabalho a emigração torna-se uma alternativa para os que tem mínimas condições de realizar uma viagem internacional (CE, p.58, 2006).

Quando o processo de desenvolvimento começa satisfazer as necessidades econômicas e sociais da população, há redução da emigração internacional. Esse cenário pode ser representado em um gráfico por um “U” invertido: em um processo de desenvolvimento socioeconômico a emigração vai aumentando até um determinado nível que começa a diminuir no momento em que o país começa a satisfazer os anseios da sociedade (Hass, p.17, 1996). Nesse sentido, vê-se o papel da escolha individual à migração. Os imigrantes são seres racionais que fogem para regiões favoráveis, onde as suas

necessidades de uma vida segura ou melhor podem ser atendidas (CE, 2006 p. 158).

A teoria *Push-Pull*, elaborada antes do conceito de *migration hump*, com sua premissa de efeitos de expulsão e atração, é bem colocada na realidade de migração internacional e complementa o efeito de *migration hump*. Apesar da teoria *Push-Pull* apontar o subdesenvolvimento como um fator à emigração (de Ravenstein – 1889, refinada por Lee em 1966) e na obra de Lee (1966) apresentar muitas condições de *push-pull* irreais à atualidade migratória internacional, a Teoria trouxe o princípio que há variáveis que empurram determinado grupo de pessoas e, em contrapartida, variáveis em outros países que as atraem. Os obstáculos (sociais, econômicos, físicos, etc) à imigração serão analisados pelos emigrantes de acordo com a relação custo-benefício. Assim, segundo a teoria de Lee (1966):

| Efeito Push – emigração (Lee, 1966)                                                  | Efeito Pull – imigração (Lee, 1966)                                                                                                       |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Fatores socioeconômico</b>                                                        | <b>Fatores socioeconômicos</b>                                                                                                            |
| Oferta insuficiente de emprego                                                       | muitas ofertas de emprego/setores informais da cidade (acesso fácil para os imigrantes ilegais)                                           |
| Renda baixa, Condições ruins de habitação                                            | Renda mais alta/ boa moradia, especialmente na relação familiar existente                                                                 |
| Altos impostos e taxas/ Setor público precário                                       | funcionamento do sistema de saúde/Segurança/boas oportunidades educacionais/ampla gama de serviços, oportunidades culturais e recreativas |
| Pobreza/ Distribuição desigual da riqueza                                            | Programas de apoio econômico/independência econômica                                                                                      |
| <b>Desastres Naturais</b>                                                            |                                                                                                                                           |
| Inundação                                                                            |                                                                                                                                           |
| Deslizamentos de terra                                                               |                                                                                                                                           |
| Terremoto                                                                            |                                                                                                                                           |
| Erupções vulcânicas                                                                  |                                                                                                                                           |
| <b>Escassez de Recursos Naturais</b>                                                 |                                                                                                                                           |
| Diminuição da fertilidade do solo,                                                   |                                                                                                                                           |
| Diminuição da disponibilidade de "livre" recursos animais (caça, peixe, marisco)     |                                                                                                                                           |
| Diminuição da disponibilidade de Produtos Florestais (ervas medicinais, vime, bambu) |                                                                                                                                           |
| <b>Problemas Demográficos</b>                                                        | <b>Problemas Demográficos</b>                                                                                                             |
| Escassez de terras                                                                   | Oferta de terra suficiente                                                                                                                |
| Superpopulação                                                                       | A mudança demográfica causou escassez de mão de obra /planejamento estruturado                                                            |
| <b>Política</b>                                                                      | <b>Política</b>                                                                                                                           |
| acompanhamento sistemático                                                           | favoráveis leis de imigração                                                                                                              |
| Guerre, instabilidade política                                                       | Possibilidade de imigração ilegal                                                                                                         |
| Altos impostos                                                                       | Reconhecimento dos imigrantes como um potencial de inovação                                                                               |
| Expropriação                                                                         | Segurança jurídica                                                                                                                        |

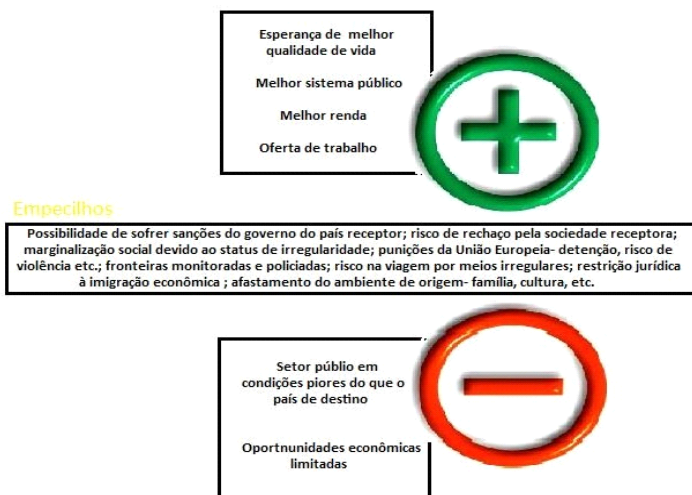
Tabela realizada pela autora (Lee, 1966)

Ao analisar a Teoria Dual para a migração completamos as motivações básicas para a decisão de emigrar: falta de oportunidades



no país de origem, oferta de trabalho no país de destino. Como se observou na Espanha, e anteriormente em outros países europeus, há um nível de expansão econômica em que os nacionais não estão mais dispostos a trabalhar em baixas posições hierárquicas (mesmo que estivessem dispostos, a escassez de mão de obra em um setor poderia ser transferida a outro). A alternativa é recrutar imigrantes econômicos que veem as oportunidades em setores econômicos secundários de baixo prestígio como a possibilidade de inserirem-se e se posicionarem-se no mercado estrangeiro. Além disso, a carência inicial de trabalho disponível no país receptor pode empurrar os salários para cima, fazendo com que a migração seja ainda mais atraente. A população imigrante torna-se, assim, importante para empresas e uma alternativa para grupos sociais de estrangeiros insatisfeitos com a realidade de seu país de origem (Jennissen, 2007)

Ao serem analisadas as teorias acima descritas e a realidade migratória da União Europeia, mais precisamente da Espanha, verificam-se os pontos de expulsão (-) e atração (+) da migração de países em desenvolvimento para os desenvolvidos. E, também, os obstáculos a serem ponderados pelos potenciais emigrantes. Pode-se assim formular o seguinte modelo:



Com o desemprego e um Estado que não consegue suprir as necessidades de sua população, o governo marroquino encara a

emigração como uma estratégia para o desenvolvimento – solução para o desemprego, para a balança de pagamentos e um mecanismo para aprimorar o conhecimento e as competências de seus nacionais – na espera que eles retornem (Leal, 2009, p.8).

### **Contexto histórico Marrocos-Espanha**

Ao analisarmos a imigração na Espanha verificamos que maior parte dos imigrantes advém de países em desenvolvimento, o que nos remete ao estudo da área econômica; assim como de países que eram colônias da Espanha; o que nos remete ao estudo da História. Os latino-americanos representam o maior índice de imigrantes internacionais na Espanha e os marroquinos (que têm o facilitador da proximidade geográfica com a Espanha e foi um ex-protetorado Espanhol) por sua vez, estão em primeiro lugar quando analisada a nacionalidade dos imigrantes.

Assim, o contexto histórico também é importante e fundamental para o entendimento das migrações internacionais. Demonstra as continuidades e descontinuidades dos processos migratórios e explica outros fatores que dão substrato às motivações a emigrar. No contexto Magrebe e Mediterrâneo Europeu, a história remonta séculos de relações entre essas regiões o que repercute na aproximação cultural, nas políticas de imigração, nos fluxos migratórios e na paixão ou rechaço à terras estrangeiras.

O fluxo de pessoas entre Marrocos e Espanha remonta o século VIII ao século XV, quando das conquistas árabes na Europa. Com a expulsão dos árabes do continente Europeu, houve um fluxo massivo de populações em direção ao Magrebe, incluído o Marrocos. Ainda no século XIX, houve mais um fluxo migratório espanhol em direção ao país, sendo ali criadas diversas comunidades espanholas.

Ainda antes da independência em 1956, o Marrocos já apresentava um refluxo migratório, com cerca de 500.000 habitantes migrando em direção à Espanha e França. Estes, contudo, eram, em esmagadora maioria, naturais de seus países que para lá retornavam. Já na década de 1960, começava um significativo fluxo emigratório

marroquino direcionado à Europa. A Espanha, por outro lado, ainda não oferecia muitos atrativos a esses emigrantes. Nas décadas seguintes começa um grande movimento direcionado à Espanha, iniciando, na década de 1970, na Catalunha e nos países bascos. Esse movimento se estabelece, como rota principal, somente na década de 1990, em virtude da queda do atrativo das migrações dirigidas à França e Itália.

Essa transição de rota migratória foi possível devido à Espanha estar, no início da década de 1990, em plena expansão econômica, situar-se à 15km do território espanhol e conter facilidades decorrentes, além das necessidades econômicas por mão de obra barata, dos anos em que fora país de emigração e das relações político- econômica entre Marrocos e Espanha que resultaram, respectivamente, em pequenas facilidades na lei de imigração espanhola e ao deslumbre cultural marroquino pela Espanha – porta de entrada aos símbolos e imaginários ocidentais.

Não pode-se ignorar a influência de uma dominação política e econômica entre países. As províncias ao norte do Marrocos foram protetorado espanhol de 1912 até 1956, além de consequências econômicas ambientais houve consequências culturais. Ainda hoje pode-se ver os resquícios da arquitetura espanhola em cidades marroquinas – referenciais simbólicos do antigo império espanhol e a relação entre os povos – marroquinos passaram a conhecer o idioma e a cultura espanhola. A informação advinda da Espanha passou a ser mais fluída e interessante ao povo marroquino e intensificada através de meios de comunicação e empresas de telecomunicação espanholas. No norte do Marrocos, a maioria dos cafés de cidades como Tánger, Tetuán apresentam-se lotados de pessoas assistindo series, programas, propagandas e filmes oriundos da Espanha (Gavira, 2008, p. 173).

Assim devido a fatores econômicos e históricos, não é de se estranhar que a maioria dos emigrantes marroquinos que partiram para a Espanha após 1990 sejam naturais das províncias do norte do Marrocos (Tánger, Tetuán, Alhucemas, Chauen, Nador y Larache) (Gaviera, pág. 178, 2008). Afinal, Durante três séculos os território vulneráveis ao mundo ocidental foram divididos e explorados à

manutenção do sistema de acumulação de capital (Arrighi, 2006). Após as independências coloniais, os países foram neocolonizados (N' Krumah, 1967). A viagem realizada pelos ex-colonizados vem aferir um legado colonial: a imigração internacional realizada pelos conquistados – muitas vezes fluxos indesejados pelos países receptores.

Apesar dos benefícios da imigração internacional para os países Europeus (auxílio à previdência privada, mão de obra, mercado consumidor alternativo ao nacionais, etc.) e para os países de emigração (remessas financeiras, 8% do PIB Marroquino, auxílio ao desenvolvimento econômico local), tem-se visto uma política restritiva e coercitiva aos imigrantes advindos de países em desenvolvimento e pouco qualificados. A França e a Inglaterra antigos países de imigração na Europa, por exemplo, desde a década de 1970 tem empregado duras normativas de imigração a fim de conter a tendência migratória. Martinello (2005) divide em três fases o posicionamento do continente europeu diante da imigração até os anos 2000: A primeira fase, de 1950 a 1973, de estímulo à imigração; a segunda, de 1973 a 1980, de restrição à imigração e da construção da ideia de imigração como problema a ser securitizado; e a terceira, de 1980 a 2000, da securitização da imigração, principalmente da imigração clandestina.

Espanha, ao contrário da Europa Ocidental mais ao Norte, era país de emigração no pós guerra – tinha que buscar aceitação e integração em outros países europeus. Essa trajetória diferenciada representa um indício do porquê das primeiras normativas à imigração representarem uma política migratória liberal. Contudo, essa liberalidade era relativa: Também na Espanha havia restrição por motivos societários, xenofobia e racismo. Em análise comparativa com outros países europeus, entretanto, era ainda liberalidade.

Quando analisadas a criação e as reformas da “*Ley de Extranjeria*” verifica-se o impacto do ingresso da Espanha na Comunidade Europeia em 1985 e na formalização dos acordos de Schengen. O território espanhol era visto pelos membros da então Comunidade Europeia como uma fronteira liberalizada, risco a toda

Europa ocidental. Portanto, Exigiu-se da Espanha o fortalecimento das normativas internas à imigração internacional como cumprimento das medidas compensatórias presentes nos acordos firmados. A consequência da dualidade, entre a necessidade de imigrantes para o desenvolvimento econômico espanhol e das imposições de outros países europeus a uma política restritiva, foi uma política imigratória a partir de 1985 marcada pela ênfase a integração, à legalização à regulação, à restrição e controle de imigrantes.

A lei espanhola por vezes beneficiou os marroquinos, como por exemplo, na primeira versão da *Lei de Extranjeria* que de modo dual demonstrou a iniciativa da Espanha em harmonizar as suas normativas com as preocupações da então Comunidade Europeia, e, assim, demarcar fronteiras jurídicas à migração Euro mediterrânea. Em junho de 1985 a Espanha aderiu à Comunidade Europeia e, em 1991, assinou o Acordo de Schengen com mais cinco países (Bélgica, França, Alemanha, Luxemburgo e Holanda). Assim, a Lei Orgânica 7/85 entrou em vigor no dia primeiro de julho de 1985.

Em contrapartida às restrições impostas ao imigrante, a *Ley de Extranjeria* beneficiou alguns grupos de imigrantes. Estrangeiros de Portugal, Filipinas, América Latina, Guiné Equatorial e judeus sefarditas não eram obrigados a apresentar visto e receberam preferência na obtenção de permissão de residência e trabalho. Assim como os imigrantes advindos do Marrocos, Tunísia e Argélia receberam a isenção da obrigação de obter um visto (Espanha, 1985, art. 23). O privilégio dado aos magrebinos, peruanos e dominicanos foi revogado em 1991, o que produziu em extenso número de ilegais, ano em que a Espanha aderiu à Convenção de Schengen. Mas, em 1992, a Espanha regulariza, através de um acordo com o Marrocos, os ilegais marroquinos residentes no território espanhol, atitude tomada em razão das políticas pesqueiras e de agricultura que eram negociadas no âmbito da União Europeia e importantes à Espanha (Mazkieran, 2004).

No ano 2000, com a presença de significativo número de imigrantes marroquinos regulares e irregulares, a lei 8/2000 abriu caminho à assinatura de acordos bilaterais com os principais países

que originam os fluxos imigratórios na Espanha – Equador, Colômbia, Marrocos, República Dominicana, Nigéria, Polônia, Romênia e Nigéria. Com exceção do acordo com a Nigéria, os acordos negociavam o acesso à entrada no território e ao mercado de trabalho espanhol. Em 2003, os dois governos acordam sobre a construção de postos de acolhimento para o repatriamento de menores desacompanhados. Esse acordo previa o respeito aos direitos dos jovens e a adoção de medidas para o resgate do convívio social desses indivíduos. O texto versava sobre medidas de acompanhamento econômico e medidas sócio-educativas baseadas em um sistema de financiamento para os interessados (CARIM/AS 2006/9, p.14).

Esses acordos regulam as oportunidades de trabalho e, como tal, preveem a comunicação de ofertas de emprego, a avaliação dos profissionais, requisitos de viagem e recepção. Eles também corroboram para melhorar os direitos laborais e sociais dos trabalhadores imigrantes. Além disso, foram realizadas disposições de acordos especiais para os trabalhadores sazonais e medidas para facilitar seu retorno a seus países de origem (Arango, 2003, versão online). De acordo com Cebola e Requeira:

*La migración marroquí hacia España es hoy el vínculo más importante entre dos países que se han entendido más bien poco a lo largo de la historia (Hernando, 2005; López Bueno, 2004). Con todo, no se puede ignorar que incluso aunque las relaciones hispano-marroquíes sean hoy mucho más intensas que hace unos años, tienden a padecer períodos recurrentes de tensión, generada en parte por disputas migratorias. Las desavenencias en torno a los movimientos migratorios han estado siempre muy presentes en la agenda bilateral de ambos países, tanto por la condición de Marruecos de país emisor como por la de escala de quienes emigran desde los países subsaharianos (Hernando, 2005). (Cebola e Héctor Miguel Requeira ,2010 p. 5- 6)*

Apesar dos ânimos estatais expostos entre país de emigração e imigração em discursos e normativas à formulação de acordos que promovam benefícios bilaterais e o respeito aos Direitos Humanos, há incoerência entre a realidade e o desenvolvimento de acordos e políticas que respeitem a integridade do migrante internacional. Vê-

se que as restrições migratórias aos clandestinos passaram a ser um fenômeno global, no âmbito Magrebe – União Europeia, pois a pressão desse continente àquela região suscitou um constante diálogo entre as duas partes, confundindo o tratamento migratório com políticas securitizadoras, feitas sob a justificação do terrorismo devidos a casos como o 11 de setembro (Estados Unidos, 2001), 11 de março (Espanha, 2004) e os atentados à Casa Blanca (Marrocos, 2007). Em função dessas prerrogativas, Marrocos e Espanha institucionalizaram uma série de medidas visando o controle de suas fronteiras, desde comitês locais de fiscalização e estruturação ao reforço do policiamento fronteiriço, à criação de um observatório, composto por membros de diversos ministérios, responsáveis pelo controle estatístico dos índices de emigração irregular. Em diálogo com a Espanha, essas instituições agregaram a responsabilidade pela luta à xenofobia expressa em folhetos eleitorais naquele país.

Entretanto, dentro imaginário midiático, os Marroquinos representam o estereótipo característico do imigrante africano, chamados de “*Los moros*”, eles são os imigrantes mais rejeitados pelo povo Espanhol. Mesmo que a imigração Marroquina seja a mais densa e mais antiga na Espanha, sua inserção na comunidade espanhola é bastante problemática, eles são os mais pobres e os mais marginalizados entre a população estrangeira na Espanha (Romero e Fernandez, 2004). A situação é ainda pior aos imigrantes que vivem em situação irregular, os quais não possuem auxílio-desemprego, educação gratuita e auxílio residência (ASEP/IMSERSO, 2000).

A hostilidade dos espanhóis aos marroquinos era visível na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. As autoridades espanholas não pouparam esforços para consolidar a imagem do marroquino traidor, sanguinário e selvagem com o objetivo de legitimar as ações militares no marrocos e mobilizar jovens para as missões. Além, com a reapropriação do Saara Ocidental pelo Marrocos e as tensões políticas advindas da significativa imigração marroquina fizeram com que o preconceito continuasse a imperar. Isso se reflete no vernáculo espanhol com expressões estereotipadas que revelam a rivalidade antiga e o atual

preconceito que se agravam em períodos de crise econômica (Real Instituto Alcano, 2012)

Assim, ainda que existam parcerias entre o governo do Marrocos e da Espanha em matéria de migração clandestina, os emigrantes Marroquinos são constantemente rechaçados pelas autoridades hispânicas, uma visível afronta aos acordos assinados entre os dois países. De acordo com o relatório de população estrangeira na Espanha, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística da Espanha, os Marroquinos são a maior população detida entre todos os imigrantes. O controle de detenção de imigrantes ilegais, no estreito de Gibraltar, é demonstrado na tabela abaixo, de acordo com a região de detenção:

| <b>Imigrantes detidos no Estreito de Gibraltar em 2004</b> |               |               |                |
|------------------------------------------------------------|---------------|---------------|----------------|
|                                                            | <b>2004</b>   | <b>2005</b>   | <b>Varição</b> |
| Ilhas Canárias                                             | 8.426         | 4.715         | -3.711         |
| Almeria                                                    | 2.241         | 1.853         | -388           |
| Granada                                                    | 2.745         | 2.678         | -67            |
| Málaga                                                     | 686           | 748           | 62             |
| Cádiz                                                      | 1.295         | 1.375         | 80             |
| Ceuta                                                      | 268           | 224           | -44            |
| Melilla                                                    | 8             | 188           | 180            |
| Murcia                                                     | 2             | 0             | -2             |
| Ibiza                                                      | 4             | 0             | -4             |
| <b>Total da zona do estreito</b>                           | <b>7.249</b>  | <b>7.066</b>  | <b>-183</b>    |
| <b>Total Nacional</b>                                      | <b>15.675</b> | <b>11.781</b> | <b>-3.894</b>  |

Fonte: Secretaria de Estado à Imigração e Emigração, Espanha.

Em 2009, Uma nota interna de uma delegacia da capital espanhola, divulgada pelo sindicato dos policiais nos meios de comunicação, revela que os agentes espanhóis tinham ordem para prender uma cota mínima de imigrantes ilegais na Espanha. A nota não define apenas quantidade, mas também nacionalidade, e prioriza a detenção de marroquinos, em detrimento de bolivianos, por ser mais barato repatriá-los (OperaMundi, 2009).

### **Manobras dos imigrantes marroquinos**

A presença das dificuldades de inserção no território espanhol não restringiu os fluxos migratórios. Inclusive, há transição



demográfica e transformação nos padrões de migração no Marrocos. O país é emissor, destino e ponto de passagem de migrantes que se dirigem para Espanha e para a Europa. O Rei Hassan II disse uma vez que “Marrocos era uma árvore com raízes em África e os ramos na Europa” (apud Leal, 2009, p. 36).

Apesar do rígido controle de fronteiras e das medidas punitivas direcionadas ao imigrante irregular, a União Europeia contou com índices expressivos de residentes irregulares, cerca de 4,5 milhões de pessoas (Comissão Europeia, 2007, p.7). Segundo o relatório da Comissão Mundial sobre Migrações Internacionais (GCIM) de 2005, o continente é porta de entrada para 560 mil imigrantes ilegais todos os anos. Desses, estima-se que dois mil africanos morrem ao tentar atravessar o Mediterrâneo.

O contingente de 4,5 milhões de residentes ilegais parece irrisório se comparado aos 18,5 milhões de imigrantes regularizados até o ano de 2007 (C.E., 2007, p. 7). Contudo, os riscos assumidos ao entrar no território por via irregular são grandes (com frequência são noticiados acidentes) e os preços cobrados para a realizar a travessia são altos, em 2007 o custo era em torno de 1.000 Euros para migrar do Norte da África para a Europa (ONU, 2007). Além dos riscos da travessia, muitos dos irregulares, ao se instalarem no território, passam a viver à margem da sociedade.

Fenômeno que remonta uma importante consideração a ser apontada no processo de migração internacional: as análises críticas sobre a sociedade contemporânea. Bauman (2008), por exemplo, retrata a enaltação do consumismo. Qualidade de vida, nesse aspecto, é possuir recursos financeiros e, consequentemente, ter a liberdade para comprar “prazeres fabricados”. Castells (1999) retrata a sociedade em rede, em que produtos, ideias e imagens circulam ao redor mundo. A cultura de consumo é virtualmente construída como um amplo processo de socialização mediante o sistema midiático onipresente, interligado e diversificado. Entretanto, a desigualdade econômica em âmbito macro e micro é uma realidade que produz, segundo Bauman (2008), “consumidores com defeitos” que sentem-se e são vistos como detentores, além da falta de prazer, da ausência

da dignidade humana. Assim, o desejo de fazer parte do grupo pode gerar descontentamento e motivar a emigração. Segundo Tedesco:

Há uma ideologia das migrações internacionais que se alimenta e produz uma ideia de uma vida melhor sempre fora do país, de ascensão social, independente dos horizontes concretos das relações sociais que se apresentam. Imagens, imaginários, símbolos, rótulos e desejos vão sendo produzidos pelo mundo globalizado tanto no sentido de atração quanto de resistência à inserção. Isso se reflete nos fluxos, na tentativa de seleção dos mesmos. Não temos a menor dúvida que os fenômenos mercantis da globalização econômica financeira, tecnológica, midiática e turística estejam influenciando. As identidades e identificações que são produzidas no interior das sociedades hospedeiras se constroem ou reconstroem pelos autóctones e estrangeiros também a partir desses (2007, p.9)

Os Marroquinos que atentam adentrar o território Espanhol utilizam de diversos meios, e aqueles que entram de forma irregular são os que mais sofrem com a falta de segurança e insalubridade na travessia. Fenômeno denominado de “Pateras”, esses percursos não se restringem a um só trajeto, passam por diversos acessos, tendo como padrão a travessia noturna, partindo da costa Marroquina situada entre Tanger e o enclave Espanhol de Ceuta, adentrando a costa de Cádiz, pelo setor das Algeiras ( Arango, 2008).

Para acessar o país Espanhol, os imigrantes podem percorrer, principalmente, o Estreito de Gibraltar, o enclave de Ceuta e Melila e as ilhas Canárias. Defrontando-se com diversos mecanismos adotados pelo governo espanhol, os atravessadores do Mediterrâneo alteram sistematicamente as rotas de passagem, tornando, por vezes, o caminho mais longo e utilizando de embarcações comerciais como forma de burlar a vigilância Estatal. Com o reforço dos meios de policiamento, também modernizam-se os meios de transporte e o grau de institucionalização das máfias que promovem a imigração ilegal de Marroquinos (UNODC, 2011, p.32)

Há uma relevante mobilidade das embarcações irregulares, que conseguem burlar a vigilância da Guarda Civil Espanhola, utilizando-se de telefones móveis para obter atualização de rotas e pontos de encontro com os receptores localizados já na Espanha, isso tudo ainda durante o período de travessia. Por outro lado, nem

sempre a travessia se dá com meios exclusivos de transporte para emigrantes ou em barcos comerciais, alguns Marroquinos são levados à Espanha com a obtenção de documentos falsos, estando inseridos na população Espanhola que sai do Marrocos, ou com propósito oficial de turismo.

Outra rota de imigração, as Ilhas Canárias, começaram com um fluxo intenso em 1994, quando africanos *saharauís* buscavam acesso a Forteventura e Lanzarote como refugiados políticos. Como abria-se uma nova rota de acesso à Espanha, começou um grande fluxo de “Pateras” àquela região (UNODC, 2011)

Um problema ainda mais grave se apresenta quando são interceptados imigrantes mulheres grávidas ou menores de idade. A expulsão de mulheres grávidas é um procedimento quase impossível, enquanto que aos menores de idade, ficam pendentes garantias de retorno a seus familiares e a garantia de bom tratamento em seu país de origem.

Entretanto, para burlar os esquemas de segurança do governo Espanhol, são verificados casos de corrupção das autoridades hispânicas responsáveis, além do envolvimento de setores do governo Marroquino, que facilitam a obtenção de documentos de viagem e outras formas de ajuda aos emigrantes ilegais. (OIM, 2011) Não bastasse isso, a intensidade e forma de controle Marroquina sobre esses eventos transforma-se de acordo com a situação das relações entre os dois países.

## **Conclusão**

Teorias econômicas de imigração internacional e o contexto histórico têm relevância à compreensão da migração internacional. O poder da influência de fatores econômicos e históricos é observado quando as dificuldades advindas de políticas restritivas e de empecilhos à integração na sociedade receptora não reprimem o fenômeno migratório. Nesse cenário, Boswell (2011,p.6) afirma que há dificuldade do Estado em orientar comportamentos migratórios geridos através da subsistência e das expectativas de obter melhor qualidade de vida. As sanções típicas usadas pelo Estado a outras

áreas do comportamento individual como: estratégias de comando da lei e as formas tradicionais de regulamentos apoiada por imposição hierárquica de sanções não tendem a alcançar os resultados desejados, assim como as formas de coerção e controle de fronteiras. Iniciativas como essas apenas incentivam o imigrante a burlar a lei e a fiscalização (Botwell, p.16, 2011).

## Referências

ACP. *Observatório ACP das Migrações*. Disponível em: <<http://www.acpmigration-obs.org>>. Acesso em : 2 mar. 2012

ARANGO, Joaquín. Dificultades y dilemas de las políticas de inmigración, Circunstancia. Revista de Ciencias Sociales del IUIOG, Madrid, Espanha, 2003.

ARANGO, Joaquín; MADRID, Complutense University Of; JACHIMOWICZ, Maia. *Regularizing Immigrants in Spain: A New Approach*. Washington: Migration Policy Institute, 2008. Disponível em: <<http://www.williamperezphd.com>>. Acesso em: 18 nov. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo*. Rio de Janeiro Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. *Globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999

BERNARDI F et al. IOM. *The Recent Fast Upsurge of Immigrants in Spain and Their Employment Patterns and Occupational Attainment*. 2011. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

BEZUNARTEA, Patricia; LÓPEZ, José; TEDESCO, Laura. *Muslims in Spain and Islamic Religious*. MICROCON Policy Working Paper 8, 2009.

BOSWELL, Christina. *Immigration Control and Narratives of Steering*. The British Journal of Politics & International Relations. V. 13, pág. 12-25, 2011

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. *Age of Migration*, The international population movements in the modern. Eua: The Guilford, 2008.

CEBOLLA, Héctor; REQUENA, Miguel. *Marroquíes en España, los Países Bajos y Francia: gestión de la diversidad e integración*. Real Instituto Elcano, 2010. Disponível em: <<http://www.realinstitutoelcano.org>> Acesso em: 27 dez. 2011.

COMISSÃO EUROPEIA. *Relatório Geral sobre a Atividade da União Europeia*. Luxemburgo, 2006.

COMISSÃO EUROPEIA. *Relatório Geral sobre a Atividade da União Europeia*. Luxemburgo, 2005

COMISSÃO EUROPEIA. *Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: integrar as questões ligadas à Migração nas Relações da União Europeia com Países Terceiro*, COM. Bruxelas, 2002.

EUROSTAT (Org.). *Recent migration trends: citizens of EU-27 Member States become ever more mobile while EU remains attractive to non-EU citizens – Issue number 98/2008*. 2008. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

GAVIRA, Gabriel. *Inmigrantes Marroquíes em España: Permanencia o Retorno*. Entelequia. Revista Interdisciplinar, nº 8, out. 2008. Disponível em: <<http://www.eumed.net/entelequia>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

GCIM- GLOBAL COMMISSION ON INTERNATIONAL MIGRATION. *Migration in an interconnected world: New directions for action*. 2005. Disponível em: <<http://www.queensu.ca>>. Acesso em: 10 out. 2010.

HAAS, Hein. *Migration and development: a theoretical perspective*, 2008. Disponível em: <<http://www.heindehaas.com>> Acesso em: 15 out. 2011.

KING, R. and Ruiz-Gelices, E. *International student migration and the European "Year Abroad": effects on European identity and subsequent migration behaviour*, International Journal of Population Geography, 9(3): 229-252, 2003.

LEE, Everett. *A Theory of Migration* Everett S. Demography, v. 3, n. 1, p. 47-57, 1966.

N'KRUMAH, Kwame. *Neocolonialismo: Último Estágio do Imperialismo*. Civilização Brasileira, 1967.

OCDE. *Migration in the Post-Crisis World*. França: Oecd Publishing, 2011. Disponível em: <<http://www.oecdbookshop.org>.> Acesso em: 1 nov. 2011.

RIPOLL, Erika Masanet. O Brasil e a Espanha na dinâmica das migrações internacionais: um breve panorama da situação dos emigrantes brasileiros na Espanha. *Rev. bras. estud. popul.* vol. 25, n.1, pp. 151-165, 2008.

TEDESCO, João Carlos. *Estrangeiros, Extracomunitários e Transnacionais: Paradoxos da alteridade nas migrações internacionais*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

TEDESCO, João Carlos. *Fios que tecem o processo migratório internacional: trabalhadores brasileiros na Itália*. V Encontro Nacio sobre Migrações. Universidade Federal de Passos Fundo -RS, 2007. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>> Acesso em: 27 de fev. 2011.

UNODC. *The role of organized crime in the smuggling of migrants from West Africa to the European Union*, ONU, 2011. Disponível em: <<http://www.unodc.org>> . Acesso em dez. 2011

VALIENTE, Juan. “Migraciones”, en VVAA, *Tendencias demográficas durante el siglo XX en España*. Madrid, INE, pp. 207-253, 2004.

# PROCESSO DE CITADINIZAÇÃO DA EX-COLÔNIA CAXIAS (1912-1924)

Dinarte Paz<sup>1</sup>

Vania Beatriz Merlotti Herédia<sup>2</sup>

*Resumo:* Essa comunicação faz parte do campo de análise “Relação entre desenvolvimento econômico, a 'cidadinização', a industrialização e os fluxos migratórios”, do projeto de pesquisa “Da Lei de Terras ao Êxodo Rural: a relação entre latifundiários, colonos, escravos e libertos na Serra Gaúcha (1850 – 1950)”. O presente estudo baseia-se nas diversas modificações ocorridas nos espaços urbanos da ex-colônia Caxias, em seu processo de expansão e de desenvolvimento urbano. Nesse ponto, os melhoramentos materiais realizados, tanto na sede urbana como na zona rural permitem visualizar as intenções da gestão pública em relação ao crescimento da ex-colônia. Dessa maneira, analisa-se a cidadinização sob o olhar da administração pública municipal, a partir dos relatórios do intendente Cel. José Penna de Moraes, que administrou a cidade de 1912 a 1924. Observa-se pelos relatórios que a cidade cresceu passo a passo com o desenvolvimento econômico regional e que a integração feita pelo comércio, na sede e nos distritos, é o principal impulsionador dos melhoramentos realizados. Os investimentos são frutos do interesse de diferentes agentes da economia regional, tais como: produtores rurais, comerciantes e pequenos industriários.

*Palavras-chave:* História regional, Imigração italiana, Cidadinização, Urbanização.

---

## Introdução

As cidades, como zonas históricas e contínuas, refletem a capacidade de desenvolvimento de uma região e um modelo de gestão desse processo. O estudo do passado e das condições enfrentadas, na promoção do desenvolvimento econômico, mostram as ações e estratégias que alguns agentes utilizaram no crescimento econômico, seja no que concerne ao desenvolvimento do capital, seja com a elaboração de fluxos internos, que entendemos como o

---

<sup>1</sup> Universidade de Caxias do Sul.

<sup>2</sup> Doutora e professora da Universidade de Caxias do Sul.

planejamento e a construção da própria cidade. As atividades econômicas se localizam em espaços passíveis de absorvê-las, de garantir sua reprodução e seu crescimento. Esse processo deixa testemunhas, algumas mais aparentes, outras mais silenciosas, que aqui, como documentos, são os relatórios<sup>3</sup> de um intendente da ex-colônia Caxias.

O programa de colonização brasileiro ocorreu praticamente no decorrer do final do século XIX. As colônias agrícolas de italianos tiveram o mesmo processo de desenvolvimento dos primeiros núcleos coloniais europeus do estado. Começaram pelo desmatamento e pela agricultura de subsistência, no período inicial de assentamento e produziram, através da agricultura, excedentes comerciais que estimularam a agricultura comercial, especializada em produção de gêneros alimentícios.

As cidades, que nasceram em área de imigração, tiveram condições diversas das demais. Os italianos se concentraram nas sedes distritais e nas vilas, diferentemente dos alemães que ficaram bem mais distribuídos, principalmente os agricultores. As atividades econômicas dos alemães se desenvolveram de forma mais consistente que a dos italianos. Muitos atribuem esse desenvolvimento econômico ao fato de os alemães terem feito uma ocupação anterior a dos italianos e terem tido a oportunidade de selecionar as melhores terras. Dessa maneira, os canais de comércio

---

<sup>3</sup> Entre os relatórios do período de Penna de Moraes e os anteriores, existem diferentes formas de organização dos dados relativos ao melhoramento material. Nos relatórios relativos aos anos de 1910 e 1911, por exemplo, a descrição é feita totalmente pelo intendente e pelo secretário da Intendência. O aprimoramento no registro dos melhoramentos está relacionado à criação do cargo de inspetor das Obras Públicas, que é sugerido no relatório de 1910, por Tancredo Appio Feijó. Na intendência de Penna de Moraes, o Setor de Estatística passa a apresentar relatório também, relativo aos recenseamentos. O relatório da Inspetoria de Obras trata especificamente dos melhoramentos materiais, embora o intendente continue falando sobre eles, de maneira alegórica, em seu relatório. Logo, os relatórios vão tornando-se mais sistemáticos com o passar dos anos. Tal sistematização demonstra um maior controle técnico sobre as ações e finanças da máquina pública.



já estavam estruturados quando da chegada dos italianos no Sul do País.

O excedente produzido nas colônias é investido principalmente em produtos manufaturados, encontrados nas “casas de negócio”, uma economia totalmente voltada para o poder aquisitivo local (DE BONI, COSTA, 1984, p. 213). A importância do comércio no desenvolvimento econômico e urbano dos núcleos coloniais é grande. Os comerciantes propulsores desse desenvolvimento arranjavam em torno de si uma série de fluxos que atendiam às necessidades da sua função. Fluxos diretamente ligados aos arranjos urbanos coerentes com o desenvolvimento do capital.

A história do desenvolvimento urbano da ex-colônia Caxias foi estudada por pesquisadores<sup>4</sup>, que exploram a temática da formação da cidade e do espaço urbano. A variedade de documentos sobre o tema permite que sejam utilizadas diferentes perspectivas de análise. Mapas, relatórios, correspondências, leis orgânicas, cada vez mais acessíveis, acabam sendo propulsores para que as pesquisas continuem.

As referências aos melhoramentos estão divididas entre cidade/sede e distritos (1º, 2º, 3º e 4º distritos). Na época, o primeiro distrito referia-se à Sede e à zona suburbana; o segundo distrito à Nova Trento, o terceiro distrito à Nova Vicenza e o quarto distrito à Nova Pádua. Cada distrito estava dividido por seção, o que tornava o acesso e controle do Poder Público ao território ainda maiores<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Para urbanização na colônia Caxias, ver: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. Caxias e a disputa pela infraestrutura (1898-1941). Méti: História & Cultura, Caxias do Sul, RS, v.8, n.15, jan. 2009; MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul – 1875/1950*. Caxias do Sul: Maneco, 2001; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. *A formação urbana de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Educs, 2009; ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1864-1962*. Caxias do Sul: São Miguel, 1962. HERÉDIA, Antonio Carlos G. *Humanismo de hoje: ser imigrante no universo da vida*. Caxias do Sul: Educs, 2003.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://docs.google.com>>. Acesso em 10/05/2012.

Para âmbito deste estudo, entende-se que o desenvolvimento urbano e o econômico estão relacionados, sendo os melhoramentos materiais a ponta da tríade de uma economia em ascendência. A economia, por sua vez, é passível da sensibilidade do administrador público, que, ao diagnosticar as suas necessidades materiais, executa o que é necessário (nesse caso, obras), para constituir e amparar a rede que produz a riqueza, sendo aqui, no contexto específico do início do século XX, o comércio e a pequena indústria. O termo *desenvolvimento* é ampliado, buscando dentro da sociedade ações que conformam uma perspectiva global de economia, urbanização e cultura da cidade.

### **A ocupação dos lotes urbanos**

A demarcação da sede, como se encontra na primeira planta<sup>6</sup>, que foi aprovada pelo presidente da Província, em 10 de janeiro 1879, norteou a ocupação dos lotes urbanos pelos imigrantes. Isso nos basta para saber que, desde o princípio, Caxias fora planejada, dividida em lotes, travessões e léguas, e que sua planta corresponde à concepções ideológicas de engenharia, calcadas no positivismo e na “linha reta”.

Devido à firmeza do traçado no papel que não se adaptava às condições do terreno, “(...) a sede, na sua implantação, foi deslocada duas quadras para o sul”. (NASCIMENTO, 2009, p. 118). O projeto urbano não se adequava completamente às condições topográficas das terras destinadas para a sede da colônia Caxias. Os dilemas provenientes dessa mudança vão por algum tempo gerar um impasse entre a diretoria de terras e os colonos habitantes dos arredores ao sul do núcleo urbano, já que suas colônias foram invadidas pelo

---

<sup>6</sup> “Planta Geral das colônias do Estado – Caxias, Conde D’Eu e Dona Isabel”, de 1879, encontra-se no Arquivo Nacional. Ver: NASCIMENTO, Roberto R. F. do. *A formação urbana de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Educus, 2009. p 70-71.

perímetro urbano que fora realocado<sup>7</sup>, além de elevados custos para a máquina pública, na correção do terreno para a urbanização.

Conforme corrobora Herédia (1997, p. 53), “os imigrantes no início da colônia prestavam serviços na abertura de estradas, na construção de barracões, na abertura de picadas, em troca de somas que eram investidas em terras. Era uma forma de trabalho assalariado que lhes permitia ganhar em dinheiro para pagar as dívidas existentes”.

A estrada de ferro chegou a Caxias do Sul em 1910. Júlio de Castilhos, quando em sua estada na cidade, no ano de 1897, prometeu em discurso a ampliação da linha Porto Alegre-Novo Hamburgo. Em 1904 iniciaram-se as obras, que foram permeadas de dificuldades e paralizações, devido ao relevo da região, à falta de verba e à mão de obra especializada. (GIRON; NASCIMENTO, 2009, p. 42-43). O fato é que a cidade crescia e muito a partir disso. O escoamento dos produtos coloniais e citadinos ganhava uma dimensão que até então não era possível, através das estradas comuns, geralmente de terra e com grandes dificuldades de locomoção. A estrada de ferro tornava o transporte viável, sob qualquer clima ou em qualquer horário.

Durante o intervalo que separa a ocupação dos primeiros lotes urbanos até a terceira ampliação do perímetro urbano de Caxias, em 1910, muitas mudanças ocorrem. A inauguração da estrada de ferro foi o ponto de partida para uma série de

---

<sup>7</sup> Adami (1971, p. 131) cita que houve penetração nos lotes coloniais nº. 21 e nº. 42, pertencentes a Giovanni Piva e Rodolfo Felix Laner, e que o segundo recebera como indenização terras devolutas existentes ao norte ou a leste da colônia, sendo que dizem respeito às atuais quadras entre as ruas Ernesto Alves, Vereador Mário Pezzi, Marechal Floriano e a divisa norte do Estádio Alfredo Jaconi. Ainda como consequência dessa mudança, não foram executadas duas praças constantes na planta original, além da rua de 13 metros de largura, ao sul. (NASCIMENTO, 2009, p. 122).

transformações no território da cidade, que se intensificaram com a eleição de José Penna de Moraes<sup>8</sup>.

Aos comerciantes e industriários de Caxias restava negociar, com a liderança do coronel aparelhado por Borges de Medeiros, sua participação política a partir de um estágio anterior no qual pudessem almejar a aquisição de poder econômico. (BIAVASCHI, 2011, p. 44). O resultado dessa negociação são melhoramentos materiais que buscam suprir necessidades dos ramos econômicos.

### **A gestão do Coronel José Penna de Moraes**

Sobre a administração de Penna de Moraes a partir de 1912, encontram-se diversos *documentos* que até hoje estão impressos em estruturas na cidade, como a Praça Dante Alighieri. Para sua vida pessoal, apenas alguns dados sobre sua atuação pública e formação. Foi coronel da extinta Guarda Nacional, ex-inspetor de Ensino, seu primeiro cargo público e logo depois promotor. Foi também jornalista e dono de dois jornais em Santa Maria, *Estado* e *Tribuna*, órgãos do Partido Republicano. No ano de 1908, é eleito deputado estadual do Rio Grande do Sul pelo PRR. Em 1911, é convidado a assumir o cargo de vice-intendente de Caxias e, no ano seguinte vence a eleição municipal da cidade.

A militância republicana do Cel. José Penna de Moraes foi culminante quando ficou 12 anos na frente da Intendência de Caxias. Durante essa dúzia de anos, afastou-se do cargo por diversos períodos, nomeando em seu lugar um vice-intendente. Muito mais necessário para entender a continuidade de Penna de Moraes na administração da cidade, é entendê-lo no contexto positivista da época, pelo conceito de “coronel burocrata”, criado por Sérgio da Costa Franco, em 1962 e utilizado por Raymundo Faoro e Joseph Love, para definir o coronelismo rio-grandense. De acordo com Biavaschi:

---

<sup>8</sup> Penna de Moraes era natural de Santa Maria- RS. Com 21anos de idade mudou-se para Minas Gerais, onde se formou em Química e Farmácia. Em 1893 alistou-se no Batalhão de Benjamin Constant, para a consolidação da República.

O “coronel burocrata” corresponde a uma figura que devia seu prestígio político ao investimento nele depositado pelo presidente estadual e chefe do PRR, Borges de Medeiros. Inicialmente alheio às pendengas locais, estava em uma posição estratégica, na qual pudesse obter informações confiáveis para Borges sobre as lutas políticas entre as facções do PRR. Sem raízes locais e, muitas vezes, sem fortuna, mantiveram-se fiéis ao partido e leais à orientação borgista, já que foram ungidos por Borges e a ele deviam suas posições de prestígio nas administrações municipais. (2011, p. 14)

Biavaschi (2011) informa que a maioria das ex-colônias esteve sob o controle de coronéis burocratas por longos períodos de tempo: Antônio Prado – 1910-1923; Bento Gonçalves – 1892-1924; Guaporé – 1913-1924; Alfredo Chaves – 1909-1924.

O quadro abaixo expõe os diversos períodos em que o intendente Penna de Moraes e seus vice-intendentes foram reeleitos. Chama a atenção as diversas reeleições do intendente, uma vez que a Lei Orgânica previa a não reeleição. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Caxias de 1902, Capítulo Iº, Art. 19, “o Intendente só poderá ser eleito para o período seguinte se merecer o sufrágio de três quartas partes dos eleitores que concorrerem a eleição”, ao que consta um parágrafo único, que afirma: “Aquelle, porém, que exercer a Intendência por menos de um anno poderá ser re-eleito por maioria.” Já na Lei Orgânica de 1914, esse parágrafo é suprimido e a menção à reeleição se dá da seguinte forma: “Art. 8.º – O Intendente não poderá ser reeleito para o quadriênio imediato.”.

Quadro 1 – Quadro dos Intendentes (1908-1928)

| Intendente           | Vice-intendente                                          | Período         | Natureza da posse | Observações                                                                                                                              |
|----------------------|----------------------------------------------------------|-----------------|-------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Vicente Rovêa        | Tancredo Áppio Feijó / José Penna de Moraes (01/12/1911) | 1908-1910, 1911 | Eleito            | Foi substituído, em 1910, por Tancredo Áppio Feijó, reassumiu em 1911 e nomeou como vice-intendente José Penna de Moraes, em 01/12/1911. |
| José Penna de Moraes | Hércules Galló (1914-1915)                               | 1912-1916       | Eleito            | Eleito em 12/08/1912, Penna de Moraes se afastou do cargo em                                                                             |

|                      |                         |           |        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|----------------------|-------------------------|-----------|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                      | Major José Batista      |           |        | 21/11/1914, para exercer funções públicas em Porto Alegre. Hércules Galló assumiu o cargo de intendente até 11/01/1915. Após sua renúncia, em 1915, foi nomeado o Major José Batista, que ficou no cargo até 17/04/1915.                                                                                                                                                |
| José Penna de Moraes | Adauto Cruz (1918-1920) | 1916-1920 | Eleito | Reeleito em 12/08/1916, Penna de Moraes exerceu o mandato até 30/07/1918, quando foi “a São Paulo e Rio de Janeiro fazer a defesa dos vinhos rio-grandenses, que então estavam sendo desacreditados, devido a industriais inescrupulosos que, naquela época, agiam livremente na adulteração de nossos vinhos”, momento em que assumiu o mandato o cidadão Adauto Cruz. |
| José Penna de Moraes | -                       | 1920-1924 | Eleito |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Celeste Gobbato      | Abramo Eberle           | 1924-1928 | Eleito | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

Fonte: Quadro dos intendentes, elaborado pelo Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami e ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1864-1970*. Caxias do Sul: Edições Paulinas, 1971.p. 374. T.I.

Segundo Herédia e Machado (2001, p. 32), na primeira gestão de Penna de Moraes houve um “entrosamento das classes produtoras com o poder público municipal”, já que era uma preocupação desse intendente desenvolver a economia local por intermédio da diversificação das atividades produtivas, vinculadas aos produtores rurais. Essa iniciativa começa com a defesa do vinho

decorrente da crise instalada no começo da primeira década de 1910, quando da superprodução do produto.

A questão do vinho perpassa todas as gestões desse intendente, sendo um dos motivos de seu afastamento da Intendência<sup>9</sup>. As cooperativas vinícolas (SANTOS, 2011, p. 62) instaladas nesse período fazem com que o escoamento da produção vinífera seja propulsor da abertura de estradas vicinais ao longo de todo o município, para comunicação entre os produtores de uva cooperados. O comércio organizava-se em torno do escoamento dessa produção e, para tal, reunia força com os produtores, para exigir do intendente as necessárias conformações do espaço urbano para o desenvolvimento econômico.

A gestão do Cel. José Penna de Moraes apresenta uma série de mudanças na estrutura administrativa da máquina pública<sup>10</sup> e na fisionomia da cidade, começando com algumas alterações no comércio central localizado na praça onde se encontravam os quiosques. Essas alterações refletiram uma nova organização proposta pela Intendência para a estrutura do comércio central, que afeta a presença de diversos quiosques na praça. Em 1912, o intendente municipal José Penna de Moraes resolve modificar a estrutura da praça, e apenas existe a permissão da permanência de um quiosque que assume a função de bar. Dessa forma, o centro da cidade é modificado a partir da reconfiguração da praça.

### **Do investimento às melhorias**

Entre os melhoramentos realizados, destaca-se, pelo alto custo, a abertura de estradas. Segundo o intendente Penna de Moraes, em seu relatório referente a 1912-1913, “[sic] a verba

---

<sup>9</sup> Penna de Moraes afastou-se duas vezes do mandato, a primeira em 1914, para exercer o cargo de diretor dos Correios e Telégrafos em Porto Alegre, e a segunda em 1918, para cuidar da questão do vinho.

<sup>10</sup> “(...) reorganização quase integral de todos os departamentos da administração municipal.” (Relatório do Intendente José Penna de Moraes ao Conselho Municipal referente ao período de 15/11/1912 a 15/11/1913 p. 5)

melhoramentos materiaes é a mais avultada do orçamento vigente e no presente exercício temo la despendido integralmente com as estradas ruraes”. (1913, p. 12). Naquele ano de 1913, o orçamento para os melhoramentos materiais estava orçado em 54:700\$000 e foi gasto 55:883\$021. Dentre as estradas construídas, destaca a que liga a divisa do município de São Sebastião e entronca na Júlio de Castilhos (13.400 metros). Foram construídos naquele ano aproximadamente 60 km de estradas, tanto rurais como urbanas. Pontes também acabam empenhando grandes gastos. Estradas e pontes geralmente surgem de uma demanda da economia local, em escoar produtos, como afirma esta citação: “[sic] Attendendo ao desejo do commercio de Caxias e à aspiração dos habitantes da colônia São Marcos e regiões marginaes do Pihay, no municipio de São Francisco, estamos empenhados em conseguir do benemérito governo do estado as pontes sobre esses rios.” (p. 12).

Existem ainda referências à construção de boeiros, reformas em estradas, calçamento de ruas, colocação de sarjetas, monumentos, etc. Melhoramentos como a energia à eletricidade e a telefonia pública acabam passando por processo de licitação pública para sua realização, e sua manutenção é considerada um serviço.

É interessante perceber a preocupação do intendente com a opinião do Conselho sobre seus empenhos nos investimentos, como ressalta a seguinte citação:

Todos os trabalhos, á excepção dos de pequena importância, foram feitos mediante concorrência publica e contracto assignado nesta Intendência. Pelos documentos citados, demonstrativos da maneira porque empregamos os dinheiros públicos, vereis o custo razoável de todas obras contractadas.<sup>11</sup>

O intendente também ressalta que “muitos, difficeis e despendiosos são os melhoramentos materiaes que precisamos executar em todas as demais ruas, após havermos terminado os da

---

<sup>11</sup> Extraído do Relatório do vice-intendente em exercício José Baptista, apresentado ao Conselho Municipal em 15/11/1915, p. 14.



rua Julio de Castilhos”<sup>12</sup>. O terreno acidentado é uma dificuldade apontada constantemente pelos gestores da cidade, na hora de executarem as obras públicas no município. E tal tarefa realmente incide em altos custos. Na seguinte citação, o inspetor de obras públicas comunica que, “para abaulamento e macadamisação das quadras centrais da rua J. de Castilhos foi feita uma escavação de terreno pedregoso, existente á rua Andrade Pinto, de onde tirou-se aproximadamente 400 m<sup>3</sup>. Esse serviço custou 2:142\$000, inclusive o transporte até a britadora”<sup>13</sup>.

Mais tarde esses distritos se emancipam do Município de Caxias, à medida que cresciam em população e economicamente. Nos distritos encontra-se primazia de melhoramentos voltados às reformas e aberturas de estradas, referentes ao escoamento de produção agrícola, com algumas ações de caráter “urbanizador”, como calçamentos centralizados nas sedes dos mesmos. A cidade de Caxias recebe grande número de melhoramentos materiais com esse objetivo, como os trabalhos na Praça Dante e a preocupação com a macadamização das ruas.

## **Os embelezamentos**

O investimento na praça Dante é amplamente citado pelos intendentess ao longo dos seus relatórios. Os monumentos de Júlio de Castilhos e de Dante Alighieri, que até hoje adornam a dita praça, foram investimentos empenhados durante o governo de Penna de Moraes e de seus vice-intendentess. Os embelezamentos desse tipo acabam sendo exemplos de como o Poder Público busca implementar ideais cívicos e republicanos para os signos da cidade, como o próprio Penna de Moraes ressalta:

Tratando-se, porém, de duas obras que não só traduzem os sentimentos cívicos dos nossos concidadãos, como importam no embelezamento da principal praça publica de Caxias, não relutámos

---

<sup>12</sup> Extraído do Relatório do intendente José Penna de Moraes, apresentado ao Conselho Municipal em 15/11/1913, p. 12.

<sup>13</sup> Extraído do Relatório do intendente José Penna de Moraes, *opus cit*, p. 124.

em tomar á conta do municipio o restante das despesas, resolução que, estamos certo, merecerá a vossa inteira e patriótica aprovação.<sup>14</sup>

Em alguns outros casos, o embelezamento também ganha ares de limpeza social, quando empenhado em prol da salubridade pública, que certamente está associada a um controle biológico sobre o corpo dos cidadãos e à concepção do corpo social. Como relata o vice-intendente em exercício, Major José Baptista, “o arborisamento, uma medida para o embelezamento da cidade, contribue vantajosamente para salubridade publica”<sup>15</sup>. Segundo o Código de Posturas de 1893, art. 14, gera multa de 5\$000 “arborizar as ruas ou praças sem ouvir o arruador, prejudicando o embelezamento e o transito”. Ou seja, o embelezamento (ou aformoseamento em alguns casos) público cabia à Intendência, e apenas através dela ou por sua autorização, poderia ser executada essa tarefa.

No início do século XX, os serviços de higiene pública adquirem espaço na concepção da cidade, de modo geral. Em Caxias, surge em 1913 o serviço de recolhimento de materiais fecais, em substituição ao sistema de fossa fixa, tido como um grande propagador de doenças, e também o serviço de recolhimento do lixo. Esses serviços estão associados ao campo da higiene e da saúde, encaixando-se em uma categoria semelhante ao melhoramento material, porém não estritamente ligada a ela, por não estarem dentro da Inspetoria de Obras Públicas.

### **Considerações finais**

O entendimento sobre o melhoramento material, pautado dentro do processo de “cidadinização”, é tido como uma ação articulada entre distintos agentes e com diferentes interesses. (SILVA: 2010, p. 65). Deve ser levado em conta o papel de cada um dos agentes na conformação do espaço urbano, na concepção do

---

<sup>14</sup> Extraído do Relatório do Intendente José Penna de Moraes, *opus cit.*, p. 14.

<sup>15</sup> Extraído do Relatório de José Baptista, *opus cit.*, p. 14.

melhoramento. Cada estrutura de cimento erguida possui tradição e sentido na estrutura social. Os boeiros, as sargetas, o alinhamento das ruas, a altura das casas, o foco na melhoria das estradas são frutos de uma concepção de espaço.

A tradição acaba perpetuando um modelo de cidade que hoje se mostra insustentável. O que o modelo “cidade” provoca na sociedade? Olhar para o processo do desenvolvimento urbano é acompanhar essa trajetória que nos leva até a cidade atual, com seus problemas, suas fronteiras, conexões.

Analisar o passado urbano de Caxias nos trouxe uma série de dados pontuais a respeito desse desenvolvimento. Procuramos agora organizar esses dados de maneira a extrair deles os discursos próprios do caráter urbano. O questionamento sobre a construção desse espaço, na busca de respostas aos antagonismos sociais que a cidade estabelece, tais como a favela, a área industrial, o loteamento, a invasão, fenômenos presentes na maioria dos espaços urbanos atuais podem nos dar novos caminhos à investigação.

## Referências

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1864-1970*. Caxias do Sul: Edições Paulinas, 1971. Tomo I.

*ÁLBUM do CinquantenariodellaColonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud.1875-1925*. Porto Alegre: Globo, Roma: Ministero degli Affari Esteri, 1925.

*ÁLBUM comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos*. Porto Alegre: A Nação/SEC/DAC, 1975.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)*. PUCRS: Porto Alegre, 2011.

DEBONI, Luis; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul:Educs;Porto Alegre:EST, 1984.

GIRON, LoraineSlomp. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: 1977.

\_\_\_\_\_; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Casas de negócio*. Caxias do Sul: Educs, 2001.

\_\_\_\_\_; NASCIMENTO, Roberto R. F. do. Caxias e a disputa pela infraestrutura (1898-1941). *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 8, n. 15, p.33-47, jan./jun. 2009.

FRANCO, Álvaro. *Abramo já tocou... ou a epopéia de um imigrante*. São Paulo: Ramos Franco, 1943.

HERÉDIA, Antônio Carlos Guimarães. *Humanismo de hoje: ser imigrante no universo da vida*. Caxias do Sul: Educs, 2003.

HERÉDIA, Vania B. M. *Processo de industrialização na zona colonial italiana*. Caxias do Sul: Educs, 1997.

\_\_\_\_\_. *Memória e identidade*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2007.

HERÉDIA, Vania B.M.; MACHADO, Maria Conceição Abel. *Cem anos de História: Lutas e Desafios*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

MACHADO, Maria Conceição Abel. *Construindo uma cidade*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

NASCIMENTO, Roberto R. F. do. *A formação urbana de Caxias do Sul*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2009.

PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950. P.34-64.

RAMBO, B. S. J. A zona de colonização italiana. *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Globo, 1950.

RELATÓRIOS DOS INTENDENTES MUNICIPAIS de 1910-1924, depositados no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul, 2012.

SÁ, Mem de. Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. *Álbum comemorativo do 75º aniversário da*

*colonização italiana no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Globo, 1950.

SANTOS, Sandro Rogério dos. *A construção do cooperativismo em Caxias do Sul: Cooperativa Vitivinícola Aliança (1931-2011)*. 2011. P.324, (Tese de doutoramento em História)- PUC-RS, Porto Alegre, 2011.

VALVERDE, Orlando. Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul. *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Globo, 1950.

## **POLÍTICA INSTITUCIONAL E ETNICIDADE NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO RIO GRANDE SUL (1924 – 1945)**

Gustavo Valduga<sup>1</sup>

*Resumo:* No contexto de crise da década de 1920 e do consequente enfraquecimento de certas relações de poder baseadas no modelo borgista, forças políticas, como grupos e instituições diretamente vinculadas ao elemento étnico italiano, passam a atuar decisivamente na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul. Essas forças direcionarão os rumos políticos e a futura composição do poder local que, a partir de 1924, serão cada vez mais presentes, importantes e influentes na política regional.

*Palavras-chave:* política, etnicidade, relações de poder, imigração italiana.

---

Com o fim da Revolução de 1923 e a assinatura do Pacto de Pedras altas, dava-se o primeiro grande passo para modificar os rumos da política no Rio Grande do Sul. A proibição das reeleições para intendentess, permitia que novos sujeitos passasse a atuar na esfera dos poderes municipais, em especial, nas regiões coloniais do estado. Na área de colonização italiana, Celeste Bobbato assumiria o poder executivo em Caxias, e em Bento Gonçalves João Baptista Pianca. Nas áreas de colonização alemãs o fenômeno se repetiria e diversos municípios apresentariam intendentess com sobrenome étnico germânico. (GERTZ, 2002, p. 65).

Ainda que a historiografia tradicional tenha imputado à sociedade colonial, aqui especialmente a italiana, um desapego ou desinteresse pela política, o fato de que os dois principais municípios da região apresentariam sobrenomes identificados com a ascendência étnica da comunidade local é um indicativo de que nem tudo pode assim ser entendido. Nas lutas pelo poder local, imigrantes e descendentes há muito atuavam como grupos de

---

<sup>1</sup> Doutor em História.

pressão e interesses, de modo a se fazerem sentir nas esferas mais altas do poder institucional.

É preciso observar, antes de tudo, que uma complexa rede perpassava a organização de poder local, rede que ligava o intendente aos subintendentes, e estes aos inspetores de linha ou seção. Desavenças ou práticas ilícitas na base da estrutura de mando refletiam diretamente no topo da hierarquia e sempre deixavam os intendentes em suspenso quanto as suas administrações. Alfredo Chaves – atual Veranópolis – e Garibaldi foram municípios que apresentaram renúncias de intendentes nas duas primeiras décadas de 1900, devido ao fato de não conseguirem contornar atritos internos e pressões por parte de grupos locais. Isso demonstra que os colonos não eram alheios ao processo de poder e ao mundo político.

Nas eleições municipais de 1924 novos elementos entravam com força na disputa pelo poder político regional, um desses elementos era a etnicidade. Em Caxias, por exemplo, após dois mandatos consecutivos de Penna de Moraes à frente da intendência, um arranjo político garantira a eleição de Celeste Gobbato. O acordo havia sido costurado pela igreja católica com interferência de D. João Becker no sentido de dissuadir o cônego D. João Meneguzzi, vigário da paróquia central de Caxias, a concorrer ao cargo de intendente. Assim, as forças locais estariam apaziguadas na cidade, com um nome de relativo consenso, um sobrenome italiano agradava a igreja e a população, pois, conforme era propagandeado pela instituição religiosa, somente um italiano saberia administrar corretamente a sociedade e os bens públicos locais. A influência da igreja se fazia sentir, por exemplo, na Comissão Pró-Caxias, empenhada em auxiliar o intendente. Era responsável pela propaganda do governo, cuja subcomissão era composta por padres como Henrique Compagnoni, Giacomo Bombardelli, Albino Agazzi, Ângelo Donato, Antônio Rizzoto, Miguel Camandulenzi, presididos por João Meneguzzi. (ALVES, 2001, p. 95).

O governo de Gobbato, ainda que tenha passado à história como um governo progressista e conciliatório, enfrentou oposição

do grupo político ligado ao antigo intendente Penna de Moraes que o acusava de inexperiência e incompetência administrativa<sup>2</sup>. A ação da oposição se fazia sentir através, principalmente, da imprensa, especificamente o jornal *Caxias* que, em suas investidas contra sua administração, usava do apelo nacionalista para também desqualificar pessoalmente o intendente. (BIAVASCHI, 2011, p. 332-339).

Uma coisa, porém, não toleramos nem podemos consentir é que certos indivíduos ignorantes, ocasionalmente guindados a certa posição social procurem explorar, em favor desta ou daquela facção política, os sentimentos nobilíssimos do nacionalismo fazendo nascer incompatibilidades e divergências capazes de provocarem serás e fatais conseqüências. É preciso, uma vez por todas, que todos saibam que em política não pode haver questão de nacionalidade – os estrangeiros que nela se metem, deixam de o ser e são, para todos os efeitos, brasileiros. E se algum tivesse a veleidade de querer nos impor a hegemonia de sua raça, nosso patriotismo e nossa altivez o escorraçariam daqui, como a um indesejável perigoso indigno de gozar a nossa libérrima hospitalidade. Todos os brasileiros temos, mais ou menos, sangue estrangeiro, mas ninguém, como nós, é mais cioso e amante de sua terra. Costumamos, com quase todos os povos, sobrepor a tudo a honra e a dignidade da nossa autonomia. Os estrangeiros que quiserem ser alguma coisa em nossa terra, façam-se primeiro brasileiros (AHMJSA, *Caxias*, 12 de julho de 1928).

Contudo, Gobbato saberia vincular a sua imagem a do administrador competente e responsável, aparecendo como uma liderança regional, agregando um capital político importante à posição que almejava de liderança frente à comunidade étnica regional. (MONTERIO, 2011, p. 71-93). É preciso ainda lembrar que a sua administração inicia em um momento simbólico importante para a região, isto é, as comemorações do cinquentenário da imigração italiana para o Rio Grande do Sul. Os festejos

---

<sup>2</sup> As críticas eram motivadas pelas ações de Gobbato em revelar as contas da intendência logo após ter assumido o cargo. A situação financeira do município, altamente endividado, causava desconforto e indignação ao antigo grupo no poder que se ressentia e procurava se defender atacando ao intendente.



enalteciam a *raça* italiana, sua capacidade e mentalidade progressista, trabalhadora e ordeira, elementos que se tornaram lugar comum na identidade étnica regional. O fim do governo Gobbato ocorre em meio a uma série de denúncias de corrupção e boatos de renúncia. Ainda que sua administração tenha ficado conhecida por obras e melhoramentos urbanos, incentivo a setores econômicos entre outros, a dívida municipal havia crescido e a oposição encontrava aí um campo fértil a explorar. Gobbato até tentara indicar um sucessor, mas o PRR escolhera Beltrão de Queiroz para ser o novo intendente. A vice intendência ficava com Miguel Muratore, outro nome etnicamente próximo e conhecido da sociedade caxiense.

Em Bento Gonçalves o processo político seguiu, em linhas gerais, o mesmo que Caxias. João Baptista Pianca seria escolhido como sucessor de Joaquim Marques Carvalho Júnior que ocupava o posto de intendente desde 1892. Da mesma forma que Gobbato, Pianca não preenchia os requisitos básicos previstos pela lei eleitoral, mas possuía o requisito mais importante naquele momento, isto é, o da proximidade étnica com a sociedade regional. Seu governo ficou conhecido pelos melhoramentos urbanos, mas, principalmente, pelos atritos envolvendo os médicos Bartholomeu Tacchini e Benjamin Giorgi<sup>3</sup>. As disputas entre as facções tacchinistas e giorgistas chegaram a dividir a cidade e tiveram consequências diretas na administração de Pianca. Até mesmo Celeste Gobbato, usando, ou aproveitando-se do ocorrido, serviu de mediador e informante de Borges de Medeiros, o que indisponha Pianca com o intendente de Caxias.

---

<sup>3</sup> Os problemas começam em setembro de 1926, quando Giorgi procede a uma intervenção cirúrgica em Joana Cogo Grossi, esposa de Henrique Grossi, Coletor Federal em Garibaldi. Segundo aquilo que se lê nos autos do processo, a paciente estaria grávida e teria falecido no dia 30 daquele mês em consequência de um aborto provocado por Giorgi, pois a gravidez era considerada de risco. Benjamin é acusado então de imperícia médica e tem início um longo processo judicial que fora acompanhado por debates acalorados de ambas as partes na cidade. (VALDUGA, 2012, p. 210).

Ainda que a imagem constituída de Pianca caminhasse no mesmo sentido da de Gobbato, isto é, administrativamente eficiente, politicamente o primeiro fora acusado de dividir o Partido Republicano local num momento em que as forças políticas ligadas a Borges de Medeiros tentavam se reorganizar e se manter no poder após as dificuldades de 1923. Ainda que o intendente tenha ficado ao lado dos tacchinistas, Giorgi acaba sendo absolvido no processo crime, mas as divisões internas e as lutas pelo poder tornaram sua administração conturbada. No entanto, é preciso lembrar que esse fato não foi privilégio apenas do intendente de Bento Gonçalves, mesmo em Caxias, Gobbato enfrentara dissidências internas e descontentamentos vindos da população em geral, fato que depõe contra os referidos governos de conciliação de ambas as cidades.

Mesmo que houvesse uma tendência conjuntural em se ter sobrenomes italianos como intendentess nessas áreas, isso não significa que a política tenha seguido linearmente essa perspectiva. O município de Garibaldi, por exemplo, não pode contar com nenhum representante marcadamente italiano no executivo, e muito menos a um governo de conciliação. A intendência seria ocupada por Jacob Nicolao Ely, antigo conhecido da comunidade, pois já havia exercido o cargo por dois mandatos consecutivos na primeira década de 1900. Evidentemente que sua eleição não se dera de maneira fácil e incontestável, como esperava o Partido republicano da cidade.

Pressões e tentativas de lançar candidato de oposição foram arquitetadas por comerciantes em acordo com a igreja católica, o que obrigou Ely a acordos e manobras<sup>4</sup> que, antes de 1923, não seriam consideradas tão necessárias. Os rumos políticos em Garibaldi seguiam ao alerta dado em toda a Região Colonial Italiana que, nas eleições parlamentares de maio de 1924, haviam resultado em amplas vitórias para a oposição e deixado os republicanos em situação desconfortável. Acalmar os ânimos das populações

---

<sup>4</sup> Lembra-se somente que esses acordos e manobras não excluía a truculência e meios ilícitos de silenciar a oposição, ao modelo de ação política característico da época.

coloniais era fundamental para manter esse importante reduto eleitoral. Porém, se a via encontrada em Bento Gonçalves e Caxias havia sido a de colocar nos poderes executivos municipais “filhos da Itália”, em Garibaldi essa não foi a alternativa.

Por meio de expurgos e pressões, Jacob Nicolao Ely conseguiu ser o único nome a concorrer para intendente em fins de 1924. A igreja, especificamente a ordem dos capuchinhos, que administravam a paróquia central, atuava nos bastidores e criava inúmeras dificuldades ao intendente. Os frades desejavam ardentemente um descendente de italianos no poder executivo e Ely sabia muito bem disso, pois desde as eleições parlamentares como já mencionado, a ação dos religiosos era denunciada pelo intendente.

Toda a minha atividade assim como dos meus companheiros foi empregada para o bom resultado do pleito de amanhã. Nada posso adiantar sobre o mesmo que é ainda problemático, devido a tenaz propaganda dos Capuchinhos, simpáticos ao assisismo. Padre Bruno continua auxiliando-nos. (AHG, Caixa 26, Ofício de 2 de maio de 1924).

Se não bastasse a oposição velada da igreja, Jacob Ely enfrentava um processo de endividamento da municipalidade cujas pressões de credores o deixava publicamente vulnerável. Protestos de títulos e cobranças de dívidas a todo momento batiam a porta do governo que tentava recorrer a expedientes políticos para diminuir suas dificuldades. Sua posição poderia ser amenizada se fosse um *oriundi*, um italiano ou filho de italiano. Talvez até sua administração poderia ter sido idealizada como fora a de Pianca e Gobbato, mas faltava a Jacob um sobrenome e uma ascendência aceitável. Fazendo cortes no orçamento, diminuindo a máquina pública com demissão de funcionários, acabava perdendo o restrito apoio que ainda contava entre a população. Seu governo terminaria com um amplo desgaste e, seu sucessor, Manuel Parreira, permaneceria cerca de um ano no poder, sendo deposto sob a acusação de fraudes nas eleições que, a rigor, não era nenhuma novidade, o novo dizia respeito ao fato de se impugnar o pleito por causa disso.

Os anos 1930 se iniciam com uma tentativa de retomada das antigas configurações políticas anteriores a 1923. Beltrão de Queiroz assumiria em Caxias, e Olinto Fagundes de Oliveira Freitas em Bento Gonçalves. Tudo teria ocorrido de maneira previsível e relativamente dentro do planejado pelos republicanos não fosse a morte de Beltrão de Queiroz quando já havia transcorrido praticamente meio mandato. Em seu lugar assumia Miguel Moratore mas, no geral, a política das duas cidades seguia um rumo previsível dentro da tendência conjuntural da época. Mais uma vez, o ponto de inflexão foi Garibaldi. Manuel Parreira, escolhido para substituir Jacob Nicolao Ely, fazia parte do grupo de republicanos ligados a Borges de Medeiros, sendo mais um nome de “consenso” escolhido para governar o município.

No entanto, uma mobilização político-judicial havia impugnado sua eleição em 1930<sup>5</sup>, caso raro e inédito na região, desencadeando um processo onde vários intendentes assumem o posto nos anos seguintes, entre eles, Davide Sartori, italiano nato e um dos líderes oposicionistas locais. Este permanecerá no poder de abril de 1931 a novembro de 1932. Enfim, o primeiro intendente italiano de Garibaldi não viera por meio de acordos prévios que teriam dado um sentido de continuidade legal e institucional. Neste caso, a luta se tornara aberta e a impugnação de Manoel Parreira parece ter sido mais significativa do que a normalidade apresentada nos casos de Caxias e Bento Gonçalves.

---

<sup>5</sup> Algumas das acusações de fraude versavam sobre a ilegalidade da organização das mesas eleitorais, fora do prazo estabelecido por lei, isto é, dez dias antes da eleição, “e de acordo com as listas de indicações de mesários oferecidas em número de 46 por ambos os partidos” (AHG, Livro Atas Conselho Municipal nº 6, p. 19). Adulteração de resultados por ser contrário à vitória dos republicanos. Na primeira mesa, Armando Peterlongo computara 157 votos contra 134 de Manoel Parreira, mas mesários republicanos lavraram a ata invertendo para 161 votos Manoel Parreira e 140 Armando Peterlongo. Neste primeiro apontamento, comprovavam, demonstrando que o total de votos para intendente não fechava com os votos dos vice-intendentes, valores os quais não haviam sido alterados. E mais, a ata foi encerrada computando 302 eleitores e nenhum voto em branco, número que não fecha com o total da segunda apuração. (AHG, Livro Atas Conselho Municipal nº 6, p. 20).

Certamente que é preciso levar em consideração o contexto do início dos anos 1930. A revolução encabeçada por Getúlio Vargas havia alterado parte das antigas fidelidades políticas e isso tivera reflexos diretos nas políticas municipais. Independente disso, nas eleições municipais de 1935, a força do apelo étnico esteve na linha de frente do jogo político. Nas três cidades aqui estudadas, todas tiveram sobrenomes “italianos” eleitos para os executivos: Dante Marcucci em Caxias, Augusto Pasqualli em Bento Gonçalves e Vicente Dal Bó em Garibaldi. Das três votações, a mais apertada, e mais simbólica, fora a de Pasqualli em Bento, se elegendo pelas oposições coligadas, através do Partido Popular ou Liga Popular, numa votação muito apertada, onde o PRL somara 999 votos, contra 1.061 da Liga. Embora o novo intendente já fizesse parte do universo político municipal<sup>6</sup>, havia concorrido contra a máquina eleitoral do PRL vencendo com uma diferença numérica pouco expressiva, mas que demonstrava, ao mesmo tempo, o quanto valia pertencer etnicamente ao grupo social majoritário da região.

Coincidência ou não, Paqualli não chega a terminar seu mandato, renunciando em maio de 1938, poucos meses antes do encerramento legal de sua administração. Desavenças com o Conselho Municipal e descontentamento com os rumos políticos estadual e nacional<sup>7</sup>, o teriam levado a tal decisão. Diferentemente de Bento Gonçalves, em Garibaldi e Caxias os agora prefeitos não só terminariam seus mandatos, mas com o novo regime de exceção surgido em fins de 1937, estenderiam suas administrações para além de 1940. Dal Bó constrói um governo com base relativamente sólida em Garibaldi, com amplo apoio da igreja católica, diga-se capuchinhos, tendo sido, talvez, o primeiro governo de conciliação na cidade após a conturbada primeira metade da década de 1930. De

---

<sup>6</sup> Pasqualli fora conselheiro municipal durante 1924 e 1928, tendo ocupado, inclusive, a presidência do mesmo. No quadriênio seguinte havia sido vice intendente de Olinto Fagundes de Oliveira Freitas.

<sup>7</sup> Augusto Pasqualli era partidário de Flores da Cunha. Quando este renuncia em fins de 1937, o intendente resolve se retirar da vida pública para não mais volta a ocupar nenhum outro cargo administrativo ou eleitoral, passando a se dedicar exclusivamente ao ramo comercial.

qualquer forma, o intendente não se mantém no poder após 1942, momento do rompimento de relações entre o Brasil e os países do Eixo. A campanha de nacionalização e a “revanche” étnica por parte da comunidade nacional brasileira, certamente cotaram pontos decisivos para sua saída da chefia do poder executivo na cidade.

Os mesmos fatos não podem ser usados em relação a Dante Marcucci em Caxias. Essa foi, sem dúvida, a administração mais significativa do período. Usando e apoiando-se nos mesmos elementos que Dal Bó e Palquelli, Marcucci permanecerá no poder de 1935 até o final da Segunda Guerra. Sua permanência abrangeu períodos opostos na política regional, que compreenderam desde o auge da política fascista na região, agregada ao discurso e política da italianidade, a qual Marcucci era profundamente identificado, até a fase repressiva da nacionalização pós 1942. O fato de ter se mantido no poder mesmo durante os difíceis anos da guerra, demonstram os vínculos estreitos existentes entre etnicidade e política e da força que adquirira esse componente no jogo de poder regional. Marcucci enfrentara a oposição nacionalista respaldado pelo apoio do clero<sup>8</sup> e pela população imigrante e descendente da cidade. Atitudes, como o comparecimento na ocasião do Te Deum na Catedral, dentro das comemorações da Semana da Pátria em 1943, servira para reafirmar sua posição, mesmo que estabelecesse, ou acirrasse o clima de tensão: “Dante Marcucci, compareceu à solenidade apesar de ter sido organizada pela Liga de Defesa Nacional, e achatou seus adversários” (GIRON, 1994, p. 120).

Por fim, o período compreendido entre 1924 e 1945, marcou o aparecimento e consolidação do grupo étnico italiano no domínio da política da região colonial. A história posterior será marcada pela presença cada vez maior deste processo que até hoje se faz muito presente e contém um apelo simbólico muito importante para a política regional. A longa permanência desses efeitos reflete, no fundo, a busca da liberdade pela via política. Possuir administradores vinculados etnicamente às populações coloniais

---

<sup>8</sup> É preciso recordar que a Diocese de Caxias do Sul havia sido criada em fevereiro de 1936, e a Igreja católica já era uma força de primeira grandeza na região.

pode soar, num primeiro momento, e principalmente nos dias atuais, como preconceito racial, contudo, foi e é um componente forte de agrupamento e reconhecimento político e social.

## Referências

ALVES, Eliane Rela. “*Fides Nostra, Victorian Nostra*” – os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na Intendência de Caxias (1890-1924). Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GERTZ, Rene Ernani. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio*. Porto Alegre: Parlanda, 1994, p. 55.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. *Entre o vinho e a política: uma biografia de Celeste Gobbato (1890 – 1958)*. Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em dezembro de 2011.

VALDUGA, Gustavo. *Para além do coronelismo: italianos e descendentes na administração dos poderes executivos da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945)*. Tese de Doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em agosto de 2012.

# **“UMA MASSA DE VADIOS, UM BANDO DE DESOCUPADOS OU CRIMINOSOS”: QUEM ERAM OS MECKLENBURGUESES EMIGRADOS PARA O BRASIL, A PARTIR DE 1824?**

Caroline von Mühlen<sup>1</sup>

*Resumo:* No século XVIII, as estatísticas apontaram que cerca de 2% a 10% da população alemã era constituída por vagabundos. Porcentagem esta que tendia a aumentar nos momentos de crise, provocando o declínio social e econômico da população pobre. A consequência do processo de pauperização foi a miséria social, a migração, a emigração, aumento de mendigos, de vagabundos e criminosos nos centros urbanos, uma vez que, o empobrecimento podia levar o indivíduo a transgredir as normas sociais. No caso dos mecklenburgueses, a emigração foi entendida como uma reação contra a decadência e empobrecimento. Nesse sentido, em 1824 emigraram os primeiros mecklenburgueses originários das Casas de Correção. No entanto, a história desses imigrantes foi silenciada, marginalizada ou estigmatizada pela historiografia por ser um “imigrante indesejável”. O objetivo desse artigo é analisar a ocupação profissional dos mecklenburgueses e mostrar que eram trabalhadores, em sua maioria, porém tornando-se vadios, desocupados, criminosos e presidiários em decorrência das transformações econômicas ocorridas na Europa.

*Palavras-chave:* Emigração, Mecklenburgueses, Trabalho, Transformações econômicas.

---

## **Introdução: Sistema carcerário no Grão-ducado de Mecklenburg-Schwerin**

No século XVIII, as estatísticas apontaram que de 2% a 10% da população alemã era constituída por vagabundos, porcentagem que tendia a aumentar nos momentos de crise, provocando o declínio social e econômico, majoritariamente, da classe pobre. Por conseguinte, a pobreza não foi igual em todas as épocas, uma vez

---

<sup>1</sup> Possui Graduação e Mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atualmente é Professora de História no Colégio Sinodal Portão.



que “siempre ha estado en relación con el desarrollo económico y social, y siempre se ha percebido de manera subjetiva” RHEINHEIMER, 2009, p.1).

Para Martin Rheinheimer, as causas do empobrecimento da população devem-se a “la pérdida del sustentador, la enfermedad, algún accidente o la vejez (...), el crecimiento de la población”, além desses fatores, “las guerras, las bandas de mercenarios merodeadores y las epidemias contribuyeron lo suyo a impulsar el proceso de pauperización. El hambre era una amenaza constante para la mayoría de la población europea de la Edad Moderna” (Ibid. p. 5 e 7). A consequência desse processo de pauperização foi a miséria social, a migração, o aumento de mendigos, de vagabundos e criminosos nos centros urbanos e, em última instância, a emigração – entendida como uma reação contra a decadência e o empobrecimento.

O empobrecimento também podia levar os indivíduos a transgredir as normas sociais. Portanto, principalmente durante as crises de fome, aumentavam consideravelmente os delitos e os roubos. Delitos contra a propriedade, como por exemplo, furtar lenha, pequenos furtos de alimentos, ferramentas, roupas, produtos do campo e das hortas frequentemente levaram indivíduos à prisão.

Na Idade Média, primeiramente como instituição eclesiástica e, mais tarde como instituição municipal, os hospitais davam assistência aos indivíduos pobres. Na Idade Moderna, entretanto, ocorreu uma reorganização dessa instituição, com o objetivo primordial de educar o infrator, através do trabalho<sup>2</sup> – incluímos aqui os mendigos, vagabundos, sem pátria, criminosos. Os hospitais eram recintos com altas muralhas e, geralmente, localizados distantes da cidade. Destinados aos “efermos, a los ancianos, los huérfanos, los epilépticos, los alienados, pobres, forasteros y presos” (RHEINHEIMER, 2009, p. 89-90), alguns eram obrigados a

---

<sup>2</sup> Nos Estados germânicos, só no final do século XVIII, as casas de reclusão se transformaram em estabelecimentos penitenciários.

trabalhar na agricultura, na construção de fortificações, nas obras públicas e outros, contudo, em casas de comércio e artesanato.

A finalidade das Casa de Trabalho e Correção era combater a pobreza e a imoralidade, através da educação pelo trabalho. Por exemplo, os “mendigos válidos para el trabajo debían ser detenidos, internados y reeducados [através] de reglamento y de la fijación de planes de vida diaria” (Ibid. p. 93-94). A partir do século XVIII, surgiu no cenário europeu considerável número de penitenciárias e casas de correção. Os indivíduos, tanto homens quanto mulheres, deviam obedecer a um rigoroso regulamento institucional, e como “bienvenida y como despedida recibían una cantidad establecida de azotes” (Ibid. p. 94). Além disso, deviam entregar suas roupas na chegada, usar uniforme da instituição, mostrava a sua condição de criminoso e evitava a fuga do mesmo, e os homens deviam cortar os cabelos da cabeça.

Na Casa de Correção, a pesada carga horária, trabalhos diversos, educação e oração tinham a finalidade de ajudar a alma dos necessitados, bem como constituir um “refuerzo moral”.<sup>3</sup> Dito de outra forma, a Casa propunha a “regeneração” através do valor do trabalho, ou seja, havia a necessidade extrema de converter o indivíduo ocioso e beerrão em um cidadão útil para a sociedade. Não podemos esquecer que a Casa também foi uma forma de proteger os “ciudadanos decentes” dos criminosos, mendigos, vagabundos. Entretanto, comparando as informações apresentadas até aqui e a documentação alemã, constatamos que na prática o resultado foi contraditório, visto que as instalações prisionais do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin eram inadequadas para a reabilitação dos criminosos. Eram

---

<sup>3</sup> A educação moral também era passada para os filhos das mães solteiras que eram encaminhadas a Casa de Correção. Enquanto a mãe era obrigada a melhorar a sua via através do trabalho, os filhos eram encaminhados para os orfanatos. Neste local, as crianças eram introduzidas na cultura cristã, deviam aprender um ofício, com intuito de prevenir contra a ociosidade, bem como aprender que o trabalho serviria para sair da miséria.

infelizes delinquentes, que muitas vezes só se tornaram condenáveis porque sua educação foi negligenciada ou pela conjugação e o entrelaçamento de situações infelizes – para cuja eliminação lhes faltava a força moral – que os tornaram criminosos – e que, portanto, sempre serão merecedores de nossa comiseração – com a mesma finalidade visitei e examinei minuciosamente muitas instituições – encontrei muitas instalações ruins, dentre as quais, no entanto, nenhuma tinha condições tão precárias como as de nossas penitenciárias pátrias em Dömitz. (...).

Grande participação nas instalações inadequadas tem a *superpopulação* das penitenciárias e por meio de um esvaziamento das mesmas não acontecerá apenas uma diminuição dos males, mas também haverá a melhor oportunidade de se obter aí melhores e mais apropriadas instalações.<sup>4</sup>

A casa de correção de Dömitz, além de apresentar precárias condições, enfrentava o problema da superpopulação, decorrente das transformações na Europa. A emigração traria benefícios para ambas as partes: economia na manutenção dos apenados, melhores condições para cumprir a pena e, sobretudo, aumentaria a segurança da população naquela localidade.

### **Perfil dos prisioneiros do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin**

Do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin seguiram para o Império Brasileiro três levas de mecklenburgueses. Analisando os autos do Arquivo Secreto de Schwerin acerca do recrutamento, contabilizamos um total de 329 prisioneiros. Desse total, classificamos os em: prisioneiros que cometeram crimes contra a propriedade e contra a vida (total de 113 pessoas) e prisioneiros que cometeram crimes contra a ordem pública (total de 216).

Dentre os 329 prisioneiros emigrados, verificamos (conforme gráfico 1) que 135 pessoas saíram da Casa de Correção de Dömitz, totalizando 41%. Uma parcela muito pequena, 10 prisioneiros (3%)

---

<sup>4</sup> Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin Mlha Schwerin Kabinett I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend, fl 1. Tradução de Martin Norberto Dreher.

são originários da Prisão Criminal de Bützow, 11 prisioneiros (3%) são provenientes de Rostock e 53% dos prisioneiros foram recrutados da Casa de Correção Rural de Güstrow. Ao analisar a origem dos prisioneiros, partimos do pressuposto de que se tratava principalmente de indivíduos excluídos. Eram vagabundos, vadios ou ainda indivíduos que se recusavam a trabalhar nas fábricas. Nesse sentido, para combater a ociosidade, ensinar a valorização da concepção do trabalho, inibir a prática do crime, inúmeros indivíduos foram encaminhados às Casas de Correção. Marilene Antunes Sant’Anna (2009, p. 296), ao estudar a Casa de Correção do Rio de Janeiro, pondera que “a Casa de Correção também havia sido proposta (...) para ‘reprimir a mendicância, acostumar os vadios ao trabalho, e corrigi-los de seus vícios tão prejudiciais a eles mesmos como à sociedade em geral’” (SANT’ANNA, 2009, p. 206).

Ao longo das gerações, os descendentes de alemães questionavam-se acerca de sua origem, pois acreditavam que eram descendentes de “ladrões de cavalos”. Permaneceu na memória da população do Litoral Norte do Rio Grande do Sul – especialmente de Três Forquilhas – o estigma de que são descendentes de “ladrões de cavalos”.

Neste sentido, o estudo dos crimes cometidos por imigrantes alemães abrirá caminho para a compreensão de alguns padrões de violência na Europa, das condições sociais e transformações ocorridas no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, bem como possibilitará a observação e o acesso ao perfil dos mecklenburgueses envolvidos nos crimes contra a propriedade e contra a vida, a fim de relativizar algumas informações apresentadas pela historiografia clássica, através da análise da lista de saída dos prisioneiros emigrados.

Analisando as informações contidas nos autos, percebe-se que mais de 77% dos prisioneiros emigrados, classificados na categoria crimes contra a propriedade e contra a vida, envolveram-se em pequenos furtos, roubos e ladroíce – provavelmente de alimentos, roupas, gravetos. Outros, no entanto, cometeram furto qualificado e/ou furto de cavalo. Oberacker (1957, p. 104) pondera que “o roubo de lenha, por exemplo, mesmo se por necessidade, era

severamente punido com prisão, o roubo de um cavalo com prisão perpétua”<sup>5</sup>.

Além dos crimes de furto e assassinato<sup>6</sup>, não podemos esquecer, mesmo que em número relativamente baixo, alguns casos de infanticídio. Correspondendo a mais de 4% dos casos, cabe destacar que este tipo de crime refere-se, majoritariamente, às mulheres. Dreher (2010, p. 16) lembra que meninas adolescentes possivelmente foram violentadas pelos seus patrões, engravidaram e praticaram aborto, ocultação de parto ou infanticídio<sup>7</sup>.

Os autos do processo também revelam que algumas mulheres foram exploradas por seus patrões. Provavelmente trabalhando como criada ou empregada doméstica, essas mulheres tiveram de submeter-se às condições impostas pela sociedade patriarcal<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> Mais informações ver o primeiro capítulo da obra “Pobres, mendigos y vagabundos: La supervivencia en la necesidad, 1450-1850”, do autor Martin Rheinheimer.

<sup>6</sup> Rheinheimer observa que o roubo de lenha expressava o conflito entre os agricultores e os grandes proprietários de terras ou latifundiários. Os criados, por sua vez, roubavam porque além de não receber salário, o patrão ainda tomava aquilo que, na sua opinião, lhes pertencia. A atuação dos criados também podia ser vista como uma forma de se vingar do patrão pelo fato do mau tratamento. Mas havia casos de mulheres que furtavam objetos dos demais criados e da patroa, apesar do bom tratamento recebido. RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos. La supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España., 2009, p. 31.

<sup>7</sup> Sobre às condições sociais na Alemanha do período, ver a obra de RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos. La supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009.

<sup>8</sup> “En el siglo XVIII creció fuertemente en las ciudades el número de las criadas em relación con el de criados. En algunos sitios llegaron a constituir hasta el 80% del servicio doméstico. Su existencia material seguía siendo muchas veces precaria durante toda su vida. Para Mary Ashford, que procedía de la clase media baja, su destino de criada supuso un descenso social. Pero sus padres murieron cuando sólo contaba trece años, y no tenía otra alternativa”. As criadas que não casavam, quando adoeciam, na maioria das vezes eram demitidas por seus patrões, pois dessa forma não eram obrigados a cuidar da enferma. “Algunas tenían que irse a vivir con sus parientes o ingresar en el hospital o la casa de misericordia”.

Enquanto algumas cometeram infanticídios, destacamos que outras se vingaram, colocando fogo na propriedade do patrão. Os crimes de infanticídio, roubo, incêndio, assassinato levaram diversas jovens e mães de famílias às Casas de Correção, onde algumas haviam ingressado com seus pais.

No que tange aos prisioneiros que cometeram outros tipos de crimes, constatamos que emigraram 149 adultos (15 a 49 anos), 34 infantes (o a 4 anos) e 28 idosos (50 ou mais anos), evidenciando a emigração de famílias. Em relação aos crimes cometidos pelos prisioneiros (cf. tabela abaixo), mais de 71% dos 216 prisioneiros foram presos por não ter pátria<sup>9</sup>. Em segundo lugar, destaca-se o aprisionamento por motivo de deserção; logo a seguir, para correção, vagabundagem. As transformações econômicas, políticas e religiosas nos Estados Alemães, além de provocar o empobrecimento da massa, quebraram “todo o sentimento de apego à terra de origem” (DREHER, 2010, p. 63), justificando, pois, os 71% de pessoas sem pátria encaminhadas a prisão.

Também podemos constatar que não se tratava de crimes graves, isto é, eram delitos que podem ser enquadrados na categoria de crimes de perturbação da ordem pública, especialmente em se tratando dos vadios, sem pátria e vagabundos. Os vagabundos não possuíam residência fixa, isto é, vagavam de um lado para o outro, ou recorriam às casa de caridade. Os mendigos, por sua vez, circulavam, preferencialmente, naqueles locais em que havia a

---

(RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos. La supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009, p. 41-43).

<sup>9</sup> Os *Heimatlose*, conforme consta na documentação, são aquelas pessoas sem pátria; mas esse mesmo conceito também pode ser traduzido por vadio ou vagabundo. Sob essa designação, eram considerados *Heimatlose* aquelas pessoas que exerciam uma atividade proibida, bem como aquelas pessoas que sem passaporte buscavam sobreviver no território, ou seja, sem pátria é aquele camarada que não tem o direito de mendigar fora do seu território de origem. Essa população desenraizada e desiludida encontrou na emigração para o Brasil a possibilidade de ter propriedade e uma pátria, conforme promessas feitas por Schaeffer ao Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin.

esperança de receber mais esmolas, geralmente nas praças e igrejas. Havia também aqueles mendigos temporários, grupo composto basicamente por trabalhadores sazonais, que migravam para as regiões, nas quais se oferecia oportunidade de trabalho. “A menudo, cuando estaban de camino tenían que pedir ayudas de viaje”. (...). También tenían que mendigar en tiempos difíciles los oficiales artesanos o los criados” (RHEINHEIMER, 2009, p. 123).

Podemos inferir, através das informações apresentadas até o momento, que os crimes faziam parte das estratégias de sobrevivência dessa sociedade, principalmente das pessoas empobrecidas. Em decorrência das transformações, o crime pode ser entendido como uma “brecha” que encontraram no sistema normativo para protestar contra a exclusão, as transformações e as incertezas, mas também como um meio de sobrevivência (individual e/ou familiar), visto que inúmeras pessoas foram presas por não terem pátria ou por cometer pequenos furtos. Uma rebelião em 4 de outubro de 1823, na Casa de Trabalho, é um exemplo de que os mecklenburgueses não permaneceram pacíficos em relação às transformações sociais, no início do século XIX, decorrentes do processo de industrialização. Eles almejavam buscar melhores condições de vida e tornar-se novamente pessoas “moralmente boas”, para usar uma expressão do Conde von der Osten-Sacken, visto que na Europa estariam condenados a permanecer eternamente prisioneiros, devido à falta de oportunidade, de trabalho digno, de alimento, etc. Enfim, foi na emigração que viram nascer essa nova oportunidade!

Mas afinal quem eram os mecklenburgueses que emigraram para o Brasil, a partir de 1824?

Analisar a profissão exercida pelos prisioneiros antes de seguir para a Casa de Correção revela alguns aspectos do cotidiano e contexto em estudo. Em relação a esse quesito, não podemos comprovar se a profissão mencionada foi realmente exercida pelo mecklenburguês, pois era muito fácil, no momento da prisão ou do interrogatório, enquadrar-se em qualquer uma das profissões listadas na tabela abaixo.

Tabela 1 - Profissão anterior exercida pelos prisioneiros

| Profissão anterior           | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
|------------------------------|--------|----------|--------|----------|--------|----------|
| Açougueiro                   | -      | -        | -      | -        | 1      | -        |
| Agricultor (diarista)        | -      | -        | 11     | 2        | -      | 1        |
| Aguardenteiro                | -      | -        | 2      | -        | -      | -        |
| Alfaiate                     | -      | -        | -      | -        | 1      | -        |
| Barqueiro                    | -      | -        | -      | -        | 1      | -        |
| Caçador (soldado)            | 1      | -        | 3      | -        | 6      | -        |
| Cadeireiro                   | -      | -        | 1      | -        | -      | -        |
| Caldeireiro                  | -      | -        | 1      | -        | -      | -        |
| Carniceiro                   | -      | -        | 2      | -        | -      | -        |
| Carpinteiro                  | -      | -        | 2      | -        | 1      | -        |
| Cesteiro                     | -      | -        | 2      | -        | -      | -        |
| Servo                        | -      | -        | 6      | -        | 6      | -        |
| Empregada doméstica (Criado) | -      | -        | -      | 8        | 1      | 4        |
| Ferreiro                     | -      | -        | 3      | -        | -      | -        |
| Holandês                     | -      | -        | -      | -        | 1      | -        |
| Jornaleiro                   | -      | -        | 5      | 1        | 7      | -        |
| Marceneiro                   | -      | -        | 1      | -        | 1      | -        |
| Marinheiro                   | -      | -        | 3      | -        | -      | -        |
| Moleiro                      | -      | -        | 3      | -        | -      | -        |
| Montador de aros             | -      | -        | 1      | -        | -      | -        |
| Negociante (comerciante)     | -      | -        | 7      | -        | -      | -        |



|                           |                    |   |                     |    |                     |   |
|---------------------------|--------------------|---|---------------------|----|---------------------|---|
| Oleiro                    | -                  | - | -                   | -  | -                   | - |
| Pedreiro                  | -                  | - | 2                   | -  | 2                   | - |
| Pescador                  | -                  | - | 2                   | -  | -                   | - |
| Sapateiro                 | -                  | - | 1                   | -  | -                   | - |
| Telheiro                  | -                  | - | 1                   | -  | -                   | - |
| Tijoleiro                 | -                  | - | -                   | -  | 1                   | - |
| Vendedor de<br>quinharias | -                  | - | 1                   | -  | -                   | - |
| Vidreiro                  | -                  | - | 1                   | -  | -                   | - |
| Vagabundo                 | -                  | - | 1                   | -  | -                   | - |
| Ni                        | 3                  | - | -                   | 2  | -                   | - |
|                           | 4                  | 0 | 62                  | 12 | 30                  | 5 |
| TOTAL                     | 4<br>1º deportação |   | 74<br>2º deportação |    | 35<br>3º deportação |   |

Fonte: MLHA. Schwerin, Kabinett I – Vol. 3; MLHA. Schwerin, Kabinett I. Sig. 54 e MLHA. Schwerin, Kabinett I, Sig. 62.

A ocupação profissional exercida pelos prisioneiros pode ser classificada como atividade artesanal e manual. Resquícios da Idade Média são classificações como servo da gleba. Mais de 19% dos 113 prisioneiros eram agricultores, diaristas, ou seja, trabalhavam na terra. Observando a ocupação profissional, tendo como variável o sexo dos envolvidos, constatamos que 15% dos prisioneiros trabalhavam como criado ou servo da gleba, 13% como jornaleiro, 12% como agricultor e 11% exercia anteriormente o ofício de caçador (soldado). Conforme tabela acima, 41% das mulheres trabalhavam como criada ou empregada doméstica, submetendo-se à sociedade patriarcal da época (DREHER, 2010, p. 16). Assim como Bonnefon, Dreher também ressalta a consequência catastrófica da

emancipação do campesinato<sup>10</sup>. Os latifundiários aproveitaram a oportunidade (propiciada pelo aumento dos preços dos cereais) para comprar mais terras, e os camponeses e pequenos agricultores, sem condições de manter mais suas propriedades e concorrer com os latifundiários, tiveram de migrar e emigrar.

Com a concentração de terras nas mãos de poucos, eliminavam-se também as “terras comunitárias e os direitos de uso do solo alheio”. Com a proibição do uso das terras alheias, os pobres não tiveram mais onde deixar e manter seu gado. A opção que lhes restava era vender seu pedaço de terra ou ser meeiros<sup>11</sup>. A maioria

---

<sup>10</sup> Com essa transformação, inúmeros pequenos proprietários de terras faliram e foram obrigados a entregar o que ainda possuíam para os latifundiários. Os *Insten*, por exemplo, eram trabalhadores livres sem terra, ocupavam a base da estrutura social, viviam de diárias e moravam de favor em casa de alheios. “Un colono que tuviera aún una vaca y un huerto de hortalizas podía mantener a su familia con el jornal. Pero los *Insten* que carecían de esta base lo tenían más difícil. Algunos conseguían salir adelante con su prole, pero otros pasaban a depender de la caja de caridad. El empobrecimiento no parece que dependiera tanto del número de hijos pues había jornaleros que, a pesar de tener muchos, conseguían sobrevivir sin ayuda (RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009, p. 14). Alguns diaristas, por sua vez, estavam unidos por um contrato de exploração agrícola, pelo qual tinham a garantia de trabalho e o suficiente – em dinheiro ou espécie – para garantir a sua sobrevivência e de sua família. Mas essa situação não era igual para todos. Os diaristas livres enfrentavam muita dificuldade para encontrar trabalho, especialmente, nos momentos de crescimento populacional. “Reinaba el subempleo, y especialmente se extendía el paro estacional. En invierno había menos trabajo, y sin embargo tenían que pagar la leña para calentarse y los precios de los alimentos aumentaban. También hilar y tejer, labores que daban una ocupación adicional a las clases bajas, resultaban cada vez menos rentables conforme avanzaba la industrialización. Sobre todo en momentos de encarecimiento, los jornaleros luchaban por una causa perdida”. Ibid. p. 14.

<sup>11</sup> Rheinheimer aponta que no século XIX cresceu de maneira assustadora o número de famílias sem terra e duplicou, se comparado com o número de agricultores com propriedade. Uma das consequências dessa reforma agrária que ocorreu na Alemanha, desde a segunda metade do século XVIII, foi o encarecimento do custo de vida, principalmente para o camponês sem terra e subordinado aos grandes proprietários de terras, visto que a propriedade estava concentrada nas mãos de poucos. “Dada la situación de la propiedad y los salarios,

dos prisioneiros de Mecklenburg eram diaristas. Estes, por sua vez, recebiam salários insignificantes e não conseguiam acompanhar a alta dos preços dos alimentos, justificando, pois, o alto índice de prisões. Perrot ressalta que, até por volta do ano de 1840, o delito rural continuava a predominar na França, já o roubo atingiu o índice máximo somente entre 1851-1855. Observando a profissão exercida pelos prisioneiros antes de serem encaminhados à casa de correção, cabe destacar que são atividades majoritariamente artesanais e exercidas geralmente por pobres e operários. São estes, contudo, que lotaram as prisões de Mecklenburg no século XIX. “A miséria levou ao roubo uma série de infelizes operários”. Ele [o Cômputo de 1880] admite que as ‘diversas crises comerciais e industriais’ têm alguma relação com o intenso desenvolvimento da mendicância e da vagabundagem” (PERROT, 2006, p. 260)<sup>12</sup>, e, infelizmente com as prisões.

Ao analisar a ocupação profissional (tabela 2) exercida pelos apenados antes de serem encaminhados à Casa de Correção, constatamos que a maioria não informou ou declarou a profissão anterior. Daqueles que informaram, a maioria exercia atividades ligadas à terra, isto é, 33 eram agricultores e 23 servos da gleba, justificando-se, pois, em decorrência da abolição da servidão da gleba no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, em 1818. Além desses números, outra atividade profissional destacou-se: os ex-

---

en la primera mitad del siglo XIX una gran parte de la población vegetaba al borde de la pauperización total” (RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009, p. 13). Em decorrência dessa situação a “mayoría de los braceros realizaban varias actividades. Trabajaban a jornal para los terratenientes y tejían o hilaban a domicilio. Algunos podían alquilar pequeñas parcelas y desarrollar así la actividad agrícola para sí mismos”. Ibid. p. 15.

<sup>12</sup> Para Jean-Claude Schmitt, “a vagabundagem tampouco é um fenômeno novo. Desde as Grandes Invasões e as migrações da Alta Idade Média, a mobilidade dos homens é extrema, crescendo ainda mais do século XI ao século XIII, graças ao desenvolvimento econômico dos campos e das cidades” (SCHMITT, Jean-Claude. *A história dos marginais*. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 274-275).

soldados. Provavelmente, refere-se ao contingente desincorporado dos batalhões de Napoleão Bonaparte.

Tabela 2 - Profissão dos prisioneiros

| Profissão anterior           | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
|------------------------------|--------|----------|--------|----------|--------|----------|
| Açougueiro                   | -      | -        | -      | -        | 1      | -        |
| Agricultor (diarista)        | 22     | 6        | -      | -        | 5      | -        |
| Aguardenteiro                | -      | -        | -      | -        | 3      | 1        |
| Alfaiate                     | 3      | -        | -      | -        | 3      | -        |
| Afiador de facas             | -      | -        | 1      | -        | -      | -        |
| Caçador (soldado)            | 8      | -        | 10     | -        | 4      | -        |
| Carniceiro                   | 1      | -        | -      | -        | -      | -        |
| Carpinteiro                  | 3      | -        | -      | -        | -      | -        |
| Cirurgião                    | 1      | -        | -      | -        | 2      | -        |
| Servo                        | 15     | 3        | 2      | -        | 2      | 1        |
| Empregada doméstica (criado) | 1      | -        | -      | 1        | 2      | 1        |
| Escrevente                   | 1      | -        | -      | -        | -      | -        |
| Estampador de chitas         | 1      | -        | -      | -        | -      | -        |
| Jardineiro                   | 1      | -        | -      | -        | -      | -        |
| Jornaleiro                   | 1      | -        | 1      | -        | 2      | -        |
| Marceneiro                   | 2      | 1        | -      | -        | 1      | -        |
| Marinheiro                   | 2      | -        | -      | -        | 1      | -        |
| Mestre de boticário          | -      | -        | -      | -        | 1      | -        |
| Moleiro                      | -      | -        | -      | -        | 2      | -        |

|                      |                      |    |                     |   |                     |   |
|----------------------|----------------------|----|---------------------|---|---------------------|---|
| Negociante           | -                    | -  | -                   | - | 3                   | - |
| Oleiro               | 1                    | -  | -                   | - | -                   | - |
| Padeiro              | 3                    | 1  | -                   | - | 1                   | - |
| Pedreiro             | 4                    | -  | -                   | - | -                   | - |
| Sapateiro            | 2                    | 1  | -                   | - | -                   | - |
| Seleiro              | 1                    | -  | -                   | - | -                   | - |
| Serralheiro          | 1                    | -  | -                   | - | -                   | - |
| Servidor de tribunal | -                    | -  | -                   | - | 1                   | - |
| Tanoeiro             | 1                    | -  | -                   | - | 1                   | - |
| Tecelão              | 1                    | -  | -                   | - | 1                   | - |
| Vagabundo            | -                    | -  | 1                   | - | -                   | - |
| Pessoa livre         | -                    | -  | 4                   | 5 | -                   | - |
| Ni                   | 30                   | 22 | 3                   | - | 3                   | 6 |
|                      | 106                  | 34 | 22                  | 6 | 39                  | 9 |
| TOTAL                | 140<br>1ª deportação |    | 28<br>2ª deportação |   | 48<br>3ª deportação |   |

Fonte: MLHA. Schwerin, Kabinett I – Vol. 3; MLHA. Schwerin, Kabinett I. Sig. 54 e MLHA. Schwerin, Kabinett I, Sig. 62.

Comparando os dados obtidos na tabela acima com as informações da ocupação profissional dos prisioneiros que cometeram crimes contra a propriedade e contra a vida, observamos a disparidade de profissões ligadas à terra, como agricultor, servo, criado, enquanto é baixo o número de pessoas que não declararam a ocupação profissional. O elevado percentual de ex-diaristas, ex-agricultores se deve à expulsão da terra, causando o seu empobrecimento e, doravante, criminalidade (furto de lenha, furto de pequenos gêneros alimentícios, furto de peças de vestuário, furtos na horta ou lavoura). As transformações na estrutura econômica e social estavam intrinsecamente ligadas ao aprisionamento de inúmeras pessoas em Casas de Correção.

## Conclusão

Ao longo deste artigo, buscamos destacar as características demográficas dos mecklenburgueses (329) recrutados pelo governo brasileiro, através dos crimes cometidos pelos mesmos. Nesse sentido, constatamos que essa “turma” era composta por criados, agricultores, caçadores ou soldados, isto é, a camada mais pobre e excluída decorrente do avanço e das transformações advindas da industrialização na Europa. Jean-Claude Schmitt (1995, p. 275) destaca que o aumento da marginalidade, criminalidade e o surgimento de uma nova classe social, composta por mendigos, vagabundos, criminosos se fortaleceu nos momentos de crise. “Primeiro no campo, mas logo também nas cidades, que o êxodo rural enche de turbas de mendigos”. Nos Estados Alemães, surgem as Casas de Correção, com a política de coibir o crime, impor o valor ético do trabalho através da coerção, bem como de reforçar moralmente os pobres.

A expulsão dos mendigos não basta para exorcizar o medo do crime, nem para satisfazer o desejo de higiene social – a partir de então, eles são internados. (...). Nesses hospitais-prisão, não há medicina, mas sim coerção. O desempregado é alimentado, mas perde a sua liberdade (SCHMITT, 1995, p. 278).

Além de mendigos, vagabundos e criminosos, inúmeros apátridas integraram as três deportações que por sua vez revelam a crescente mobilidade e a dificuldade de encontrar condições dignas de vida na Europa. Os dados apresentados revelaram-nos que um número considerável de homens adultos (15 a 49 anos) e solteiros aportou no Brasil, a partir de 1824, e não antes desta data, como pondera Theodor Amstad. Além disso, não podemos afirmar que os mecklenburgueses formaram bandos de ladrões por assaltar residências, fazendas e igrejas, pois ao acompanhar a trajetória de algumas famílias, constatamos que alguns conseguiram se inserir na colônia alemã (apesar do estigma construído por descendentes de alemães, através de uma narrativa apologética). É lícito destacar que o mau imigrante na terra de origem não necessariamente adotaria o mesmo comportamento na nova terra, bem como o bom imigrante poderia transformar-se em “imigrante indesejável”. Nesse sentido, a

criminalidade entre as classes subalternas pode ser entendida como uma adaptação ou resistência frente à dominação de classe, pois a pobreza pode levar pessoas a quebrar as normas sociais. Vale ressaltar que em épocas de crises e transformações no sistema econômico, a fome e a criminalidade aumentaram consideravelmente, pois os furtos aconteciam em decorrência do desemprego e da miséria. Os mecklenburgueses protestaram contra as transformações provocadas pela Revolução Industrial, a miséria, o desemprego; no entanto, por causa de tal prática foram encaminhados às Casas de Correção e Penitenciárias alemãs.

### **Fontes: Núcleo de Estudos Teuto-brasileiros (NETb)**

*Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend;*

*Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin. Kabinet I. Vol. 3ª: Rückwert: Brasilien, 1824(2), 1825(2), 1826, [1828];*

*Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend;*

*Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend.*

*Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I.*

### **Referências**

BONNEFON, Charles. *História da Alemanha*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1945.

DREHER, Martin Norberto. *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil*, São Leopoldo: Oikos, 2010.

DREHER, Martin Norberto. *O caso de Maria Olga Duncker, detida no presídio de Bützow/Mecklenburg (1825)*, 2009, (no prelo).

DREHER, Martin Norberto. São Leopoldo e Três Forquilhas – relações humanas. In: ELY, Nilza Huyer e BARROSO, Vera Lúcia Maciel (Org.). *Raízes de Terra de Areia: marcas do tempo*. Porto Alegre: EST, 1999<sup>a</sup>.

DREHER, Martin Norberto. *Servidão da gleba em Mecklenburg* 2009, (no prelo).

DRIJARD, André. *Alemanha: panorama histórico e cultural*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.

FRANZ, Günther (Ed.). *Quellen zur Geschichte des deutschen Bauernstandes in der Neuzeit*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1963.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 169-178.

GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 249-279.

GOFFMANN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4 ed. São Paulo: LTC, s. d.

GRUBE, Hans B. (ed.). *Reuters Werke. In zwölf Teilen, Zwölfter Teil: Schnurr-Murr – Kleinere Schriften*. Berlin, Leipzig, Wien, Stuttgart: Deutsches Verlagshaus Bong & Co, s.d.

GRÜTZMANN, Imgart; DREHER, Martin Norberto e FELDENS, Jorge Augusto. *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: Recortes*. São Leopoldo: Oikos: UNISINOS, 2008.

LEMOES, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador: A primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1930)*. Porto Alegre: Palmarinca, 1993.

LENZ, Sylvia. *Brasil, cidades hanseáticas e Prússia: uma história social dos alemães no Rio de Janeiro (1815-1866)*. 1999. Tese (Doutorado em História) -- UFF, Niterói, 1999.



LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processo: antes da ‘revolução’ do consumo. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MÜHLEN, Caroline von. *Da exclusão à inclusão social. Trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-schwerin no Rio Grande de São Pedro Oitocentista*. 2011. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2011.

OBERACKER JR., Carlos H. *Jorge Antônio von Schaeffer: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1957.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4. ed. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009.

ROSENFELD, Ernst. Verschickung freiwillig auswandernder Insassen der Gefängnisse von Mecklenburg nach Brasilien in den Jahren 1824 und 1825. In: *Zeitschrift für die gesamte Strafrechtswissenschaft*. Band 24. Berlin: J. Guttentag, Verlagsbuchhandlung, 1904.

SANT’ANNA, Marilene Antunes. Trabalho e conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro. In: MAIA, Clarissa Nunes et al. *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Racco, 2009. v. 1.

SCHMAL, Helmut. *Die Auswanderung aus Rheinhessen im 18. und 19. Jahrhundert unter besonderer Berücksichtigung von Ober-Flörsheim und Umgebung*. Mainz: Selbstverlag, 1993.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo e Porto Alegre: EDIPUCRS e UNISINOS, 2003.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização de São Leopoldo: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850* (Originalmente apresentada como tese). São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.

UHLHORN, Friedrich e SCHLESINGER, Walter. *Die deutscher Territorien*. Gebhardt Handbuch der deutschen Geschichte Band 13. München: Deutschen Taschenbuch Verlag GmbH & Co. KG, 1974.

VERBAND DEUTSCHER VEREINE. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul*. Tradução de Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

WALKER, Mack. *Germany and the emigration* (1816-1885). Cambridge, Mass., Harvard University Press.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*, São Leopoldo: Oikos, 2008.

WOLF, Wilhelm. *Deutsche Einwanderer in São Leopoldo, 1824-1937*. Neustadt an der Aischi: Verlag Degener & Co., Inhaber Gehard Geßner, 1964.

# OS DEUTSCH-BRASILIANER NA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA SUL-RIO-GRANDENSE, NO FINAL DO SÉCULO XIX: UMA AMEAÇA AO PRR NO ALTO VALE DOS SINOS

Paulo Gilberto Mossmann Sobrinho<sup>1</sup>

**Resumo:** A participação dos *Deutsch-Brasilianer*, ou simplesmente os imigrantes teutos, na formação da sociedade sul-rio-grandense, é um tema comumente abordado e conhecido, de um modo geral, pela referida sociedade. No entanto, detecta-se uma lacuna no que tange à participação teuta na esfera política. Costuma-se, por parte da historiografia tradicional, apresentar os “teuto-brasileiros” como indivíduos apolíticos. Por esse motivo, essa pesquisa, que está em fase de engendramento, tem como finalidade servir como mais um material que foge da temática cultural/econômica predominante nos escritos sobre os teutos. Aborda-se a significativa participação dos teutos na esfera política sul-rio-grandense com o intuito também de derrubar o mito de seu aspecto apolítico. Tal consideração será instigada a partir da análise da participação dos teuto-brasileiros na política sul-rio-grandense, através de um estudo de caso acerca da formação política do município de Taquara do Mundo Novo. Por o município ser de forte presença germânica, as eleições da constituinte estadual sul-rio-grandense de 1891 representaram um entrave para as pretensões do Partido Republicano Rio-Grandense – PRR. Tal partido estava por iniciar um processo de estabelecimento hegemônico no Rio Grande do Sul, isso se não fosse o fato de o município estar entre os oito onde o PRR não obteve a vitória nas urnas, juntamente com Bagé, Alegrete, Dom Pedrito, Cacimbinhas, Viamão, Lavras do Sul, além do município de São Lourenço do Sul, que também tem uma significativa presença germânica, mas que representaria para fins de pesquisa outro estudo de caso. Vale salientar que esses seis municípios são de origem lusa, historicamente constituída já de longa data por latifundiários seguidores da corrente liberal de Gaspar Silveira Martins. No entanto, o caso de Taquara do Mundo Novo parece ser mais emblemático, pois, afinal, esses municípios de forte presença teuta acabaram por virar núcleos de oposição ao PRR. Além disso, buscar-se-á também demonstrar como o PRR reagiu à municipalidade de Taquara do Mundo Novo após a derrota nas urnas do emblemático ano de 1891.

**Palavras-chave:** Assembleia Constituinte, Oposição, PRR Eleição, Retaliação.

---

<sup>1</sup> Licenciado em História pelas Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT e Especialista em História do Rio Grande do Sul pela Universidade Federal de Rio Grande – FURG. E-mail: sobrinho.historia@gmail.com.

## Breves apreciações conjunturais

No ano de 1824 iniciou, no Rio Grande do Sul, o processo de imigração europeia dos povos germânicos – uma vez que a Alemanha ainda não era unificada como Nação. Considera-se a vinda desses imigrantes, por diversos aspectos, um marco na história sul-rio-grandense. Esse processo imigratório propiciou, a partir da metade do século XIX e idos do século XX, uma divisão no Estado sulista em duas grandes regiões: região norte e região sul. A norte, tendo especialmente imigração teuta e ítala, passou a apresentar uma maior dinâmica e diversificação em sua economia em contrapartida à região sul, que era formada por grandes estâncias, cuja economia, basicamente a pecuária, estava por iniciar um processo de estagnação econômica.

A vinda desses imigrantes teutos pode ser compreendida, por circunstâncias externas<sup>2</sup> e internas<sup>3</sup>. No entanto, julga-se de grande relevância essa análise a partir de uma expectativa de que na América houvesse a possibilidade de ascensão social muito mais rápida do que na Europa, devido à sua estrutura social ser menos rígida do que a europeia<sup>4</sup>. Com essas premissas, evidenciou-se, no

---

<sup>2</sup> Ao longo do séc. XIX e início do Séc. XX, países europeus, em processo de concentração de capital, a fim de viabilizar a industrialização, com alta densidade demográfica e consequentemente número de desempregados, utilizaram a emigração como um dos meios de aliviar tensões sociais internas. Os emigrantes seriam forte mercado consumidor das manufaturas de seus países de origem (MOURE, 1987, p.94). Há de se destacar também a miserabilidade em que os imigrantes viviam em solos europeus, o que justificava a busca por uma vida melhor num novo continente.

<sup>3</sup> O interesse do império em branquear a população brasileira e a busca de uma alternativa para a substituição da mão-de-obra escrava, são fatores de extrema relevância para entender o interesse brasileiro na imigração.

<sup>4</sup> Destaca-se que um dos fatores determinantes para que estes imigrantes alemães atravessassem o Atlântico não estava ligado somente ao aspecto financeiro, na condição de miserabilidade e desprestígio social que motivaram o deslocamento destes para o Rio Grande do Sul. Os imigrantes buscavam construir uma nova vida, uma nova sociedade, inclusive Dreher (1995) apresenta o simbolismo do Édem nesta “nova” terra selvagem, onde o homem está em harmonia com Deus.

decorrer do século XIX, a influência dos teutos na composição da sociedade sul-rio-grandense

Ao retratar a presença, a participação dos teutos ou dos também conhecidos como *Deutsch-Brasilianer*, na sociedade sul-rio-grandense, muito se produziu em diversos eventos e seminários, aludindo à importância dessa etnia na constituição de aspectos culturais (folclóricos com aspectos extravagantes ou exagerados) e aspectos de valorização no desenvolvimento econômico. Assim, ocorrendo uma perigosa construção historiográfica, apresentando uma imagem extremamente positiva do teuto-brasileiro, atribuindo-lhes muitas virtudes e poucos, ou até mesmo nenhum, ato invirtuoso.

Além disso, estabeleceu-se uma insolente imagem homogênea, como se o cotidiano, o comportamento de todos os colonos teutos das colônias existentes no Rio Grande do Sul fossem iguais. A respeito da participação dos teuto-brasileiros nas questões políticas, atribuiu-se uma imagem de indivíduos apolíticos<sup>5</sup>.

A partir dessa premissa, constata-se que existe uma lacuna significativa que merece uma maior exploração por parte de pesquisadores, que é a participação desses teutos na constituição política e partidária do Rio Grande do Sul. Reitera-se, entretanto, que essa linha de pesquisa já apresenta trabalhos de pesquisadores de grande relevância, dentre os quais se podem destacar os professores Dr. René Gertz (1999); o professor Dr. Marcos Antônio Witt (2008), além da obra do Professor Dr. Marcos Justo Tramontini (2000).

No que tange à compleição político-partidária dos teutos, será evidenciada através de estudo de caso da intrigante questão:

---

<sup>5</sup> “Várias são as tentativas na historiografia de dar inteligibilidade a indícios de participação política além da representação política tradicional, no intuito de desvendar o processo de construção da cidadania entre os teuto-brasileiros, seja na prática ou no campo do discurso. Essas novas leituras sobre a colonização alemã atentam para o envolvimento político dos teuto-brasileiros, ao contrário de estudos orientados por um viés fundado na ideia de vitimização dos colonos/imigrantes diante do que seria uma “legislação excludente” e no conceito de isolamento”. (OLIVEIRA, 2008, p. 80).

como um município recém emancipado, fora de regiões de grandes estâncias, de presença maciça na sociedade de *Deutsch-Brasilianer*, acabou gerando um foco de oposição tão forte ao PRR a ponto de derrotar a máquina eleitoral do partido, caracterizada por eleições fraudulentas, na eleição da Assembleia Constituinte sul-rio-grandense no ano de 1891 (FRANCO, 2001, p. 29).

Além de retratar a questão de tendência partidária, retratar-se-á a reação do PRR ante ao município de Taquara do Mundo Novo após a derrota na eleição constitucional sul-rio-grandense de 1891. Buscar-se-á verificar, através da reação, de que forma o PRR engendrou sua máquina político-partidária de formação hegemônica no Estado.

Pretende-se, assim, com essa pesquisa, demonstrar o envolvimento dos *Deutsch-Brasilianer* na questão política e partidária no Rio Grande do Sul, procurando apresentar a participação desses como participantes ativos no jogo político que estava sendo estabelecido durante o conturbado período de transição do regime monárquico para o republicano.

### **A instalação do republicanismo no Rio Grande do Sul**

A ideia do republicanismo em solo gaúcho não representava uma novidade no imaginário político sul-rio-grandense. Desde a Guerra dos Farrapos (1835/45), a província se declarou independente da Monarquia brasileira, estabelecendo, por praticamente dez anos, um país de política de cunho liberal e republicana. Com o fim da revolta farrapa, o republicanismo estava enfraquecido. Todavia, as ideias liberais se propagaram, alcançando a alcunha de hegemônica ante a elite política sul-rio-grandense.

Fato este explicado pelas heranças liberais dos farrapos, que eram, em suas composições majoritárias, estabelecidas por grandes estancieiros. Doravante, o Partido Liberal no Rio Grande do Sul iniciou um processo de aumentar seu contingente urbano no Estado. A atuação do Partido Liberal, sob forte influência do líder Gaspar Silveira Martins, conseguiu a aprovação do artigo número V do Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, também alcunhada de *Lei*

*Saraiva*. Tal artigo possibilitou aos imigrantes germânicos a participação política, fortalecendo a base urbana do partido nas áreas de imigração alemã do Estado<sup>6</sup>.

Na medida em que o Império brasileiro começou a declinar, voltou a se fortalecer a possibilidade de existência do regime republicano no Brasil, sendo o Rio Grande do Sul, devido às suas raízes republicanistas, um baluarte para a propagação do novo regime. Contudo, o Rio Grande do Sul apresentou características insólitas em relação aos demais estados da nação, pelo fato de os políticos liberais não assumirem o poder com a Proclamação da República de 15 de novembro de 1889. Dessa forma, os políticos que estavam no poder antes do golpe sucumbiram depois deste.

A filosofia positivista, por seu aspecto autoritarista – estabelecer a ordem social – foi posta em prática em todo o Brasil e no Rio Grande do Sul principalmente a partir da Constituição “Castilhista” de 1891, sendo esta de fundamental importância para Júlio de Castilhos iniciar o processo de domínio político seu e do PRR no Estado sulista. O seu caráter autoritário, determinado na Constituição, foi essencial para que Castilhos estabelecesse um processo ditatorial em solos gaúchos.

O desejo de Júlio de Castilhos era ter tempo para consolidar as influências do PRR no Estado a ponto de acabar com a influência da oposição, solidificando os ideários positivistas castilhistas, estabelecendo a hegemonia do PRR. Visando “(...) estabelecer sua base política de baixo para cima através do controle do poder político local” (TRINTADADE, 1979). Buscando essa hegemonia, o

---

<sup>6</sup> Numa tentativa de ampliar sua atuação política, o líder Gaspar Silveira Martins, senador do império, bateu-se pela concessão do direito de voto aos acatólicos e estrangeiros naturalizados, o que concretizou com a aprovação da lei Saraiva, em 1881. Através desta lei, os pecuaristas liberais estabeleceram uma aliança política com a ala mais representativa da comunidade alemã colonial: os comerciantes e a elite intelectualizada, que forneceram deputados que realizaram a mediação entre o mundo colonial e a política dos senhores rurais. Em troca de favores à sociedade colonial, arregimentavam-se votos para os liberais. (PESAVENTO, 1997, p. 53).

PRR passa a almejar conquistas de influências no poderio partidário local.

É nesse sentido que o município de Taquara do Mundo Novo passou a sofrer maiores interferências do poder estadual. Taquara do Mundo Novo se tornou um reduto de influentes políticos liberais, com significativa participação germânica. Assim, tendo, na sua política local, um bom exemplo de interferência estadual, com a substituição de tradicionais líderes liberais por políticos ligados ao PRR. Isso acabou por oportunizar uma significativa reestruturação política de ordem regional.

### **A nova ordem política em Taquara do Mundo Novo**

Com a ascensão do republicanismo no Brasil, em 15 de novembro de 1889, os Partidos Republicanos, outrora frágeis nas representações legislativas, iniciaram um processo de estabelecimento de hegemonia política. No Rio Grande do Sul, no entanto, encontra-se uma singularidade: havia no Estado um processo eleitoral competitivo entre dois partidos, em contrapartida aos demais Estados da nação, caracterizados pelo predomínio do Partido Republicano na posse do poder.

Em Taquara do Mundo Novo e no município vizinho de fortes ligações políticas, Santa Cristina do Pinhal, do qual Taquara do Mundo Novo se emancipou, o Partido Liberal continuava a manter sua estrutura, possuindo o maior eleitorado, tendo como seu representante máximo o Coronel Francisco Alves dos Santos<sup>7</sup>. Em oposição aos liberais, a representação do PRR foi estabelecida principalmente com o líder do extinto Partido Conservador, Coronel Francisco de Oliveira Neves.

Mesmo com a representatividade de Francisco Alves dos Santos e a predominância de políticos ligados ao Partido Liberal, a

---

<sup>7</sup> Chico dos Santos, como também era conhecido, foi vereador desde a primeira formação da câmara em Santa Cristina do Pinhal. Era homem de grandes posses de terra não só em Santa Cristina do Pinhal, tendo também terras por praticamente toda a região nordeste da província sul-rio-grandense.



influência do Partido Conservador se intensificou na região. Esse aumento da influência dos conservadores teve, no ano de 1886, a emancipação da freguesia do Mundo Novo como um fator determinante para que o poder de Chico dos Santos iniciasse um processo contínuo de decadência.

Essa emancipação de Taquara do Mundo Novo curiosamente tem seu engendramento estabelecido por interesse do político de Santa Cristina do Pinhal. João Martins Philereno, líder conservador na região, foi o principal articulador local para que a freguesia de Taquara do Mundo Novo atingisse sua autonomia com o apoio incondicional do deputado representante dos imigrantes alemães: Karl von Koseritz. Assim, em 17 de abril de 1886, através da lei 1568, Taquara do Mundo Novo foi elevada à categoria de Vila, atingindo sua autonomia política.

A emancipação de Taquara do Mundo Novo representou uma oportunidade de políticos pinhalenses, principalmente os conservadores – além de membros da elite de Taquara do Mundo Novo, muitos deles de origem germânica – de atingirem o poder, uma vez que, em Santa Cristina do Pinhal, o Partido Liberal e Chico dos Santos até então detinham o poder administrativo.

A reação dos políticos pinhalenses contrários à emancipação de Taquara do Mundo Novo foi imediata. Francisco Alves dos Santos repudiou a iniciativa de Philereno e Koseritz, gerando um atrito com o mesmo.

Chama-se a atenção ao atrito gerado entre os políticos liberais Koseritz e Chico dos Santos, demonstrando uma discordância de interesses do Partido Liberal para esta a colônia de imigração do Mundo Novo. Enquanto Koseritz defendia a possibilidade de os alemães administrarem a nova cidade, Chico dos Santos temia que uma ascensão da oposição conservadora de Santa Cristina do Pinhal atingisse o poder em Taquara do Mundo Novo. Fatos estes que acabaram se concretizando. Além de representantes teutos na câmara de vereadores e no conselho municipal, foi registrada a presença de políticos pinhalenses no poder.

Pouco tempo após a Proclamação da República, verificou-se a perda de um importante cargo que Chico dos Santos ocupava<sup>8</sup>. O objetivo, por parte do governo estadual, de diminuir a influência do Coronel Francisco Alves dos Santos, era fragilizar e acabar com os focos de oposição ao PRR.

Com o enfraquecimento político do Coronel Francisco Alves dos Santos, evidenciou-se o Coronel Francisco de Oliveira Neves como a nova referência da política da região.

No momento de transição de regime político, os líderes do Partido Liberal passaram a ser desprestigiados pelos novos detentores do poder, os aliados ao PRR, conduzido por Júlio de Castilhos. Iniciou um momento em que deveria haver a derrubada do poder dos antigos líderes liberais e, associado a essa queda, um processo de esmagamento às resistências oposicionistas ao PRR. Nas regiões de imigração alemã – como é o caso de Taquara do Mundo Novo – um dos principais alvos a serem atingidos era justamente o político liberal de maior influência: Karl von Koseritz.

(...) Karl von Koseritz e Gaspar Silveira Martins – e portanto o Partido Liberal – dominavam de forma absoluta a política nas de regiões de colonização alemã. Isso, a rigor, deveria ter levado a um alto nível de oposição aos republicanos castilhistas, pois Gaspar Silveira Martins estava exilado (viajando pela Alemanha) e Koseritz foi perseguido, vindo a falecer em decorrência do clima adverso no qual sua pessoa ficou envolta. (GERTZ, 1993, p. 194).

Nem mesmo a morte de Koseritz, em 1890, foi capaz de frear o interesse dos teutos pela política e de afastar a influência liberal nas áreas de colonização germânica. Fato este que veio a se refletir pouco após a morte de Koseritz, nas eleições constituintes de 1891, a ponto de, em Taquara do Mundo Novo, a oposição ao PRR ter conseguido vencer as eleições.

---

<sup>8</sup> Em 1890, o Coronel Francisco Alves dos Santos foi demitido do comando superior da Guarda Nacional em Taquara e Santa Cristina do Pinhal, sendo substituído pelo Major Francisco de Oliveira Neves (ex-escrivão), por não ser da confiança de Júlio de Castilhos. (MAGALHÃES, 2003, p. 438).

Com essa derrota dos castilhistas em Taquara do Mundo Novo, o PRR buscou acelerar mudanças na ordem política da região. Era necessário acabar com focos de oposições ao castilhismo, que poderiam acabar com o projeto de estabelecimento de poder hegemônico do PRR.

Tal desmantelamento dos focos de oposição ao PRR seria estabelecido com a Constituição Sul-rio-grandense de 1891, que dava plenos poderes ao Chefe do Executivo. No entanto, os reflexos dessa constituição foram instantâneos e prejudiciais ao PRR, pois, no mesmo ano, devido ao aspecto autoritário, a oposição arma o golpe para assumir o poder e derrubar Júlio de Castilhos, estabelecendo um governo provisório de curta duração, que ficou conhecido pejorativamente como “governicho”.

Em Taquara do Mundo Novo, houve o reflexo imediato desse golpe. O Coronel Jorge Fleck e João Batista Julien assumiram o poder de forma violenta (MÉRCIO, 2004, p.449).

Em Taquara do Mundo Novo, a ascensão, queda e retorno do Coronel Francisco de Oliveira Neves ao poder ocorreu de forma concomitante ao com Júlio de Castilhos na esfera do poder estadual.

Todavia, a retomada do Coronel Francisco de Oliveira Neves do Paço Municipal apresenta outro aspecto, que foi de singularidade na história do Rio Grande do Sul, visto que articulou, juntamente com os interesses do Presidente do Estado, o estabelecimento do poder do PRR na região. Agregando, desse modo, o território de Santa Cristina do Pinhal e São Francisco de Paula de Cima da Serra<sup>9</sup> à Taquara do Mundo Novo.

---

<sup>9</sup> A referência ao município de São Francisco de Paula de Cima da Serra é embasada pela influência que o Coronel Francisco Alves dos Santos exercia no Partido Liberal daquele município. Apesar de ele não estar atuando diretamente na câmara municipal, sua influência refletia-se em todo região.

## **As combinações políticas para o estabelecimento hegemônico do PRR em Taquara do Mundo Novo**

Francisco de Oliveira Neves era o homem de confiança de Júlio de Castilhos na região. Dessa forma, caberia a ele articular o novo foco político castilhista de estabelecer a hegemonia do PRR de baixo para cima, ou seja, desde os municípios para o Estado.

Para tanto, observou-se um jogo político bem armado por Francisco de Oliveira Neves em São Francisco de Paula de Cima da Serra, especialmente em Santa Cristina do Pinhal, a fim de eliminar a possibilidade de a oposição liberal assumir novamente o comando nos municípios.

Em 2 de julho de 1892, foram eleitos e empossados os novos conselheiros de Santa Cristina do Pinhal e convidaram o Coronel Francisco de Oliveira Neves, juntamente com seu cunhado, o Major Diniz Martins Rangel, e também Jorge Beck, para constituírem, com o Conselho, a comissão que deveria elaborar uma Constituição para Santa Cristina do Pinhal. No entanto, pouco mais de um mês depois da posse, esse mesmo Conselho, que estava destinado a estabelecer uma Constituição Municipal, encaminhou uma correspondência ao Presidente do Estado com os seguintes dizeres:

(...) Estudado aquele projeto de orçamento e largamente discutido, chegou o Conselho à evidência da impossibilidade absoluta de manter-se com independência, pelo que, resolve no uso da atribuição outorgada pelo art.º 62 § 2º da constituição, reclamar ao Presidente do Estado a anexação desse município ao da Taquara do Mundo Novo. (MÉRCIO, 2004, p. 451).

Tal solicitação foi expedida também, simultaneamente a Santa Cristina do Pinhal, pelo Conselho Municipal de São Francisco de Paula de Cima da Serra. Esses dados possibilitam a insinuação de que estas cartas foram engendradas com o intuito macro para o jogo político que o PRR estava traçando na região. A estratégia foi planejada para evitar a possibilidade de uma ascensão da oposição em Taquara do Mundo Novo (especialmente pelos germânicos seguidores de Koseritz), em Santa Cristina do Pinhal e São Francisco de Paula de Cima da Serra. Essa ascensão poderia ser viável devido à forte influência do líder liberal Coronel Francisco

Alves dos Santos. Entretanto, o jogo político do PRR foi muito bem urdido, já que os municípios, através dos pedidos de anexação, deixariam de existir, ficando subordinado ao PRR de Taquara do Mundo Novo.

As articulações, ao que tudo indica, estavam sendo elaboradas na esfera local e estadual, uma vez que o Estado do Rio Grande do Sul respondeu à solicitação do Conselho de São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Cristina do Pinhal suprimindo as Comarcas de São Francisco de Paula de Cima da Serra e de Santa Cristina do Pinhal pelo Ato 301 e extinguindo os municípios de São Francisco de Paula de Cima da Serra e de Santa Cristina do Pinhal pelo Ato 302, no dia 1º de setembro de 1892.

A rápida resposta do Estado à solicitação indica que essa perda de autonomia política já estava sendo tramada por políticos republicanos não só na região, como também no Estado, visto que a solicitação de Santa Cristina do Pinhal foi assinada em 6 de agosto de 1892 e, apenas 25 dias após essa solicitação ser enviada, o Estado já mudou toda a estrutura administrativa da região, que era importante para o Estado.

Percebe-se que o Coronel Francisco de Oliveira Neves engendrou a sua elevação ao poder na região. Além de ser nomeado o primeiro Intendente de Taquara do Mundo Novo, assumiu também uma cadeira na Assembleia Legislativa (1892/1896) e, na posse de seu segundo mandato (1897/1900), assumiu a presidência da Assembleia Legislativa.

Assim, Francisco de Oliveira Neves tornou-se o principal político republicano em Taquara do Mundo Novo e representou os interesses políticos de Júlio de Castilhos na região.

### **Considerações finais**

Essa pesquisa ainda está em fase de coleta de dados e elaboração. Contudo, algumas considerações podem já ser (pré)estabelecidas. Nota-se que a presença dos teutos – no caso do município de Taquara do Mundo Novo – ocorreu, com maior relevância, a partir da emancipação taquarense. Cita-se, no decorrer

do trabalho, alguns nomes de descendentes germânicos que atingiram o poder municipal, além de ressaltar que nesse momento a presença germânica em Santa Cristina do Pinhal também foi evidenciada.

Percebe-se, também, que uma curiosa amálgama entre os interesses do Partido Conservador e do Partido Liberal acabou propiciando um relativo enfraquecimento do Partido Liberal na região de Taquara do Mundo Novo, especialmente do seu representante máximo: Chico dos Santos.

Logo, o Partido Liberal enfraqueceu na região de Taquara do Mundo Novo. No entanto, ele ainda continuava a ser hegemônico, especialmente pela participação crescente dos teutos no partido. Assim, o que de fato ocorreu foi uma diminuição do poder centralizado, passando a haver uma liderança fragmentada. Chico dos Santos perdia seu poder, mas novas lideranças se desenhavam. O Coronel Jorge Fleck, paulatinamente aumentava sua influência ante aos liberais da região.

Desse modo, se por um lado a atuação de Koseritz para emancipação de Taquara do Mundo Novo acabou enfraquecendo seu partido na região, por outro acabou propiciando aos teutos uma maior participação política. Isso possibilitou uma renovação de lideranças do Partido Liberal na região, e essa substituição que nos primórdios fragilizou as bases do partido, oportunizou, num segundo momento, uma renovação e revigoração de lideranças.

Salienta-se que essa renovação foi responsável pelo aumento da base política liberal em Taquara do Mundo Novo e região. Isso chegou, inclusive, a possibilitar a derrota do PRR na eleição constituinte de 1891, ocasionando ainda um processo de intervenção direta do PRR e Júlio de Castilhos na região, através do Coronel Francisco de Oliveira Neves. Dessa forma, a ordem política administrativa regional foi reconstruída, sem afastar, de fato, os germânicos da questão política, fato esse que fica evidenciado a partir da Revolução Federalista de 1893/95. Mas isso é um tema para uma próxima pesquisa.

## Referências

ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Federalista: história e historiografia*. Rio Grande: Fundação Universidade de Rio Grande – FURG, 2002.

AXT, Gunter. *Constitucionalidade em debate: a polêmica Carta Estadual de 1891*. {S.D} Disponível em <<http://www.tj.rs.gov.br>> Acesso em: 01/07/2010.

BONAVIDES, Paulo. & AMARAL, Roberto. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL de 24 de fevereiro de 1891. in: *Textos políticos da História do Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA. Edição eletrônica – [cebela.org.br](http://cebela.org.br).

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em 23/10/2008.

CHACON, Vamireh. Partido Republicano Histórico do Rio Grande do Sul (1890). In: *História dos partidos brasileiros*. 2.ed. Brasília: Ed. da UnB, 1985. p. 293-301.

DREHER, Martin: O fenômeno Imigratório Alemão para o Brasil. *Estudos Leopoldenses*. Vol. 31, nº 142, Maio/Junho, 1995.

ENGELMANN, Erni Guilherme. *A Saga dos Alemães – do Hunsrück para o Santa Maria do Mundo Novo*. Igrejinha/RS: Jornal RS 115, 03 de novembro de 2003.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre/RS: Ed. UFRGS, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*. Porto Alegre/RS: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. *Júlio de Castilhos e sua época*. 4. ed. Porto Alegre/RS: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.

GERTZ, René (Org.). *Karl Von Koseritz: seleção de textos*. Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, 1999.

\_\_\_\_\_. *Revolução de 1893 nas regiões de colonização alemã*. Porto Alegre/RS: SMC, 1993.

\_\_\_\_\_. *Júlio de Castilhos e a Colônia Alemã do Rio Grande do Sul*. Anais da XXIII Reunião. Curitiba: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), 2003.

MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. *Terras senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos*. Tese (Doutorado em História), Curso de História, Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos, 2003.

MOURE, Telmo: *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre – Mercado Aberto: 1987.

OLIVEIRA, Ryan de Sousa. *Colonização alemã e cidadania: a participação política dos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul (século XIX)*. TEXTOS DE HISTÓRIA, vol. 16, nº 2, 2008.

OSÓRIO, Joaquim Luís. APÊNDICE – CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. In: *Constituição política do Estado do Rio Grande do Sul: comentários*. Brasília: Ed. da UnB, 1981. p. 285-302.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha Gaúcha: “Estado Autoritário e Economia”*. in DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. RS: Economia e Política. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1979.

\_\_\_\_\_. *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Porto Alegre/RS Ed. Mercado Aberto, 1997

REINHEIMER, Dalva Neraci. A constituição Política de Taquara sob o processo de colonização Alemã. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel; SCHENKEL, Dislaine; BRUSIUS, Liége Lana; FETTER, Maribel Eloá. *Raízes de Igreja*. Porto Alegre/RS: EST, 2008.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, V. I e II.



RUSSOMANO, Victor, História Constitucional do Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre/RS Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul {S.D}.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e colonização alemã no Brasil: Uma Revisão da Biografia* – Ed. Vértice. {S.D}

SOARES, Mozart Pereira. *O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

TRINDADE, Hélgio. Aspectos políticos do sistema partidário Republicano Rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio. *RS: Economia e Política*. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1979.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

## IMIGRAÇÃO NO RS – UM PROCESSO DE ADAPTAÇÃO QUE EXIGIU MUDANÇAS

Luana Bieger<sup>1</sup>

*Resumo:* Para compreendermos o processo de adaptação dos imigrantes que vieram para as terras do atual Rio Grande do Sul, precisamos entender que, antes destes, já havia a ocupação desse espaço por grupos nativos e estancieiros, geralmente portugueses. Além disso, os imigrantes ao enfrentarem novas realidades tiveram que, muitas vezes, adaptar seus hábitos e costumes, o que exigiu mudanças.

As vestimentas, a temperatura, a legislação não traziam aos imigrantes nenhuma segurança. Diversos conflitos ocasionados por pedaços de terras mostraram aos imigrantes que estes, estavam em um território diferente e que os costumes que antes conheciam, precisavam ser adaptados a esta terra.

Inicialmente os poucos recursos disponibilizados pelo governo, como sementes e instrumentos agrícolas, obrigam os imigrantes a adaptarem-se a novos hábitos. Após os primeiros lotes e choupanas construídas, o grande problema era sobreviver. Assim, desenvolveram-se métodos para cultivar a terra e para a criação de animais como porcos, vacas e cavalos que auxiliavam no abastecimento e transporte da família.

Essas mudanças que foram gradativamente ocorrendo para melhor aproveitamento dos meios disponíveis e a evolução que as colônias sofreram em meio às dificuldades existentes, fornecem a possibilidade de estabelecer uma cronologia para melhor compreensão do passado dos imigrantes formadores do nosso presente.

*Palavras-Chave:* imigração, adaptação, passado.

---

Ao designarmos a palavra Imigração, encontra-se o seguinte sentido no dicionário Aurélio: “Conjunto de pessoas que se estabelece noutro país ou noutra a região diferente do seu” (<http://www.dicionariodoaurelio.com/>). Com tal intenção, presume-se que as pessoas procurem algo melhor que a sua situação atual. No entanto, o que fez milhões de pessoas saírem de sua pátria pra vir se

---

<sup>1</sup> Graduanda em História. Instituição: URI-Santo Ângelo.

aventurar em um território incerto, aonde as possibilidades poderiam ser completamente contraditórias?

A maneira com que a Europa portava-se no século XIX, juntou-se de forma extraordinária e certa com a situação no Brasil. Regressando as lembranças existentes no território deparamo-nos com um Rio Grande do Sul movido a mão de obra escrava e estancieiros que possuíam nas mãos uma situação quase feudal. Da mesma maneira, ao subirmos para a região paulista vemos uma carência de mão-de-obra barata para dar continuidade à produção cafeeira. As demais questões abrangentes do território brasileiro referem-se à necessidade de preencher regiões inabitadas ou transformar as terras das matas produtivas e valorizadas.

Para suprir tais necessidades brasileiras, a entrada de imigrantes era autorizada e muito incentivada. No livro *Vítimas do Bugre*, o Padre Matias Jose' Gasnweidt relata com simplicidade um trecho de como o Brasil se portou para negociar e convencer estes imigrantes a virem ao país:

Vencidas mil dificuldades, arroja-se a Sociedade, decidida, á espinhosa tarefa do povoamento. Despacha agenciadores para os países europeus superpovoados, ruflando entusiásticos os tambores da propaganda. A Prússia é então a mais propícia, pensa-se, em ceder cidadãos, vistas a miséria e a triste condição de vida de muitos deles. Começam pois os agentes a apontar aos prussianos o Brasil como terra de promessa. (GANSWIDT, 1946, p. 6).

A antiga região da Prússia encontra-se dividida entre três países, um deles, é a Alemanha, que é responsável por um grande e importante número de imigrantes e descendentes no território brasileiro. Na maioria dos casos, houve o interesse verdadeiro de vir buscar pelas terras brasileiras uma nova oportunidade que se desperdiçou ou nunca veio a acontecer na Europa. O novo colono era a hipótese que iria tornar possível a produção em terras incultas.

Na sociedade alemã, por exemplo, podemos ter como referência clara o que o autor Matias José fala em seu texto:

Lamberto von Steg, seu nome. Por parte da mãe, descendente do Condes de von Ameringen. Desde ontem, porém, chama-se

Lamberto Versteg, alteração proposital, feita ao pisar o novo chão. Perdidas a riqueza e a posição social, percorreu Lamberto a Holanda onde adoeceu. (GANSWIDT, 1946, p. 11).

Os imigrantes que auxiliaram a sustentaro café paulista durante muito tempo, foram somente empregados raramente conseguindo crescer e alcançar o sonhado pedaço de terra. Já no Rio Grande do Sul a diferença no ganho de sesmarias veio exatamente pelo fato de o governo querer um maior domínio das terras existentes, colocando então, os imigrantes para suprir esta necessidade.

Como o Rio Grande do Sul em grande parte possuía somente grandes latifúndios, estes entraram em crise com a imigração consequente. Iniciando a colonização, a grande propriedade ficou nos pampas, com os que vieram para o Rio Grande do Sul antes dos colonizadores, como os bandeirantes paulistas e militares do Rio de Janeiro, que haviam recebido do governo enormes quantidades de terras. Porém a nova era trouxe grandes mudanças no sistema social, político e econômico do país. Conforme Aldair o advento do capitalismo ocorreu nesses termos:

O processo de formação da pequena propriedade a partir da forma como se configura a imigração alemã no Rio Grande do Sul aparece, pois como um processo ambíguo, visto que se apresenta ao mesmo tempo como uma regressão nas relações de propriedade e como pressuposto do capitalismo do Rio Grande do Sul, na medida em que a terra passa a ser um equivalente de capital, como renda territorial capitalizada com a venda de lotes aos imigrantes estrangeiros. (LANDO, 1982, p. 57).

O Novo Império reconhecia que grande parte do território sul rio-grandense estava habitado por índios e selva ainda virgem. Necessitava-se transformar esta região em um celeiro economicamente produtivo. Depois de grandes investimentos por parte do Brasil, tem-se o início da maior massa de imigrantes para o Rio Grande do Sul.

Além dos imigrantes colonos, o Brasil também estava interessado no recrutamento de jovens. Após tantas batalhas e com a retirada das tropas da Corte o exército nacional encontrava-se muito

desfalcado. Na ocasião a saída encontrada por D. Pedro I para aumentar as tropas, foi reforçar o pedido ao Major Schäffer para recrutar mais jovens que quisessem servir ao exército, recebendo então a patente de oficial.

Para realizar tal tarefa, o Major não economizava palavras para enaltecer o terreno e a magnitude do lugar. No final do ano de 1924 foram formados dois batalhões de granadeiros e dois de caçadores. A maior parte dos recrutados depois do serviço militar, estabeleceu-se nas colônias. *“Na época, foram formados 27 batalhões de recrutas alemães no Exército Brasileiro”* (TUBINO, 2007, p. 59).

Na situação de imigrantes, as mudanças foram acompanhadas na maioria das vezes de doenças, e morte, mas a felicidade e a esperança sempre tinham um espaço maior pelo simples fato de buscar algo melhor em uma terra nova. A febre da imigração passou para todos os pontos. A frase aonde constava “Quem quiser viver mais uma vez feliz deve viajar para o Brasil” atraiu mais e mais pessoas. Em 1825, na Alemanha, o governo de Darmstadt recebeu a comunicação que só em janeiro 1.188 pessoas haviam imigrado para o Brasil.

Por um lado o Brasil havia encontrado a saída para o “povoamento” das terras ao sul e a solução dos problemas com mão de obra nos cafezais. Já a Alemanha, por exemplo, viu a solução para limpar suas prisões. Diversos alemães eram expurgados para o Brasil. A questão definitiva para que estes enfeitados da sociedade europeia ou para que emigrados arrependidos não voltassem, a exigência do governo era de que os imigrantes deveriam renunciar à cidadania de seu país.

Egídio Weissheimer, historiador, descreve bem a situação dizendo: *“O início da viagem significava a despedida definitiva da família e dos amigos, mas significava também a fuga, do desemprego, da insegurança e da falta de perspectiva”*. (TUBINO, 2007, p. 54).

Nina Tubino, em seu livro traz diversos relatos sobre as viagens em alto mar e as vivências dos colonos recém-chegados. Em

uma delas, refere-se ao navio CÄcilie, que partiu de Bremen, em 1827:

O navio era um veleiro de três grandes mastros, parece que comandado por um capitão holandês. No final da primeira semana de viagem sopra um vento forte. Tão forte que o navio perdeu o rumo. Estavam no Mar do Norte, o medo do naufrágio gerou desespero. O relato de um dos sobreviventes diz que tudo virou um inferno com o navio subindo e descendo sobra as altas ondas, jogando pessoas e objetos de um lado para outro. Mas todos pensavam que o comandante e a tripulação estariam procurando resolver a situação. Quando já sentiam o desfecho do desastre final, perceberam que o comandante e a tripulação preparavam o bote salva-vidas. E ouviram o capitão ordenar que apenas os marinheiros abandonassem o navio e tomassem lugar ao bote. Sorridentes, abandonaram o navio, deixando os passageiros a sua própria sorte. Em meioao temporal, os passageiros rezavam e um companheiro de viagem, Honnikel, fez os compatriotas acreditarem no milagre da Divina Providencia. (...) aguardando o desfecho para qualquer momento todos rezavam intensamente. Em suas orações, todos ´prometeram que, se chegassem ao destino a eles determinado pelo governo brasileiro, festejariam o dia da chegada, transmitindo o mesmo sentimento para os descendentes. O navio continuava inclinado para um lado e a tempestade estava forte. Todos procuravam, então uma alternativa. O Sr. Felipe Schmitz deu a ideia de derrubar os mastros para que o barco voltasse a sua posição normal e assim foi feito. Cortados os mastros com um pequeno machado, trabalho difícil, mas conseguiram. O navio estava equilibrado. Após o temporal e as longas horas de terror, ficavam à deriva três semanas sem noção de norte ou sul, leste ou oeste. Rezavam e pediam a ajuda de Deus. O alimento já era escasso, o tempo parecia eterno. No horizonte nada de terra ou de socorro. Passadas as três semanas, avistaram um ponto branco no horizonte. Era um veleiro, pediram socorro desesperadamente, improvisando bandeiras, Era um navio inglês que os rebocou até o porto de Plymouth, na Inglaterra. Não sendo possível seguirem viagem para o Brasil, foram buscar emprego na indústria e no comércio do porto. Aprenderam um pouco de inglês e aos domingos se reuniam para não perder a união do grupo e falar alemão. As mulheres trabalhavam um serviços domésticos e assim foram vivendo. Alguns já haviam decidido ficar na Inglaterra. Mas certo dia chegou ao porto um navio de Hunsruck rumo ao Brasil. Estavam apenas descarregando e carregando mercadorias. Em contato com a tripulação do navio, recrudescu a vontade de seguir para o Brasil e seguiram. Em São Leopoldo, receberam seus lotes e, em 29 de

setembro de 1829, chegaram a Baumschneiss (Picada dois Irmãos) onde fizeram as orações e a festa de São Miguel, comemorada até hoje. *Justino Antônio Vier, em História de Dois Irmãos*. (TUBINO, 2007, p. 62).

Esta história refere-se a um navio que teve percalços em seu caminho. Para os navios e suas cargas preciosas, que chegavam sem grandes turbulências ao Brasil, eram recebidos, a grande maioria, pelo porto do Rio de Janeiro. Os imigrantes ficavam alojados nos galpões da Praia Grande em Niterói e lá aguardavam a saída para Porto Alegre.

Ao adentrar o porto, as pessoas que desembarcavam, vinham com as tradições do mundo europeu. As vestes que eles trajavam ao pisar em chão brasileiro eram espessas roupas de lã e roupa interior de linho, duráveis na Europa, mas demasiado pesadas para uma região quente como aqui encontraram. Foi necessária uma modificação, utilizando métodos do índio e do caboclo, uma das primeiras tomadas pela necessidade de adaptar-se ao novo ambiente o que muitas vezes era definido pelos imigrantes como regressão de status social, mas sem as novas vestimentas, não podiam sobreviver na floresta.

As mulheres substituíram os pesados vestidos escuros por tecidos mais leves e claros. Montavam sela de amazona, de veludo, confortável e enfeitada. Os colonos adotaram o traje de cotim, espécie de sarja ou burel, com costuras feitas a mão. A camisa de algodão foi substituindo a de linho. O chapéu de palha substituiu o de feltro, pelo menos para o trabalho laborioso, e as chinelas de couro, os sapatos que agora eram somente usados aos domingos e dias de festa. Foram substituídos por uma bota grossa em cabedal claro e plainitas em serapilheira com o qual o homem enrolava as pernas para sua proteção contra animais peçonhentos e plantas nocivas.

Estes imigrantes, agora já nacionalizados Brasileiros, aguardavam para serem levados ao seu destino final. A historiadora Lúcia L. Bieger busca descrever este espaço de tempo aonde os imigrantes aguardavam:

Ao desembarcarem do navio, os novos colonos ficaram surpresos por não ter absolutamente nada do que esperavam. Pensavam que iriam encontrar uma cidade já formada e logo iriam adquirir seu pedaço de terra e receber tudo o que lhes foi prometido pelo Major Scheaffer, principalmente o material de trabalho e víveres necessários. Ao invés, foram despejados em uma velha Feitoria onde esperavam por muitas vezes durante meses, até que alguém se dispusesse a levá-los ao seu destino. Com tantas famílias morando juntas em um espaço tão pequeno, não raro surgiam conflitos. Na feitoria não tinham com que se ocupar e alguns se entregavam à bebida, desiludidos com o que encontram e muitas vezes arrependidos por terem saído de seu torrão natal. (BIEGER, 2010, p. 16).

Para os imigrantes que continuaram tolerantes e esperançosos o caminho para o tão sonhado pedaço de chão iniciava-se. Seria mais uma parte da tortuosa viagem. Jean Roche, em seu texto, transmite com perfeição o início desta etapa:

O comboio de mulas era dividido. As bagagens haviam sido amontoadas a beira da picada. Esta era a única brecha aberta na mata, apenas um túnel de três ou quatro metros de largura, onde tropeçavam nas raízes e nos cepos, onde se feriam no fio das hastes, cortadas acima do solo. De um a outro lado elevavam-se as árvores monstruosas, estreitavam-se os arbustos e as plantas do sub-bosque, enlaçavam-se os cipós. Era a obscuridade misteriosa, a umidade sufocante do dia, a ameaça confusa da noite, a angústia e o desespero. O funcionário que acompanhara o colono para lhe indicar onde ficava a concessão, entregava-lhe algumas ferramentas indispensáveis: foice, facão, machado, serra, enxadão. A terra arável, o espaço, a luz, tudo devia ser conquistado na floresta. (ROCHE, 1969, p. 53).

No período em que o aliciamento fora feito, o governo brasileiro havia prometido 77 hectares de terra virgem, ferramentas, gado, sementes, auxílio financeiro nos dois primeiros anos e isenção de impostos nos dez primeiros anos. Como pode-se perceber, as promessas que foram feitas pelos enviados do governo não foram realizadas com sucesso.

Na chegada ao Rio Grande do Sul, uma forma encontrada para amenizar as dificuldades era a solidariedade étnica. Criaram-se então associações de vizinhos e amigos encarregados de zelar pelos



interesses de todos. Isso contribuiu principalmente com mutirões na construção de casas. Assim estando no novo pedaço de chão, novos percalços iniciam-se: a construção das casas e a adaptação do chão a víveres e animais.

Na construção das casas, as dificuldades eram imensas, faltava quase todo o tipo de material. Não havia tijolos, nem pedras, tábuas e ferramentas, não havia condições de levantar uma casa nos moldes conhecidos. Para corrigir a situação, teve de receber auxílio de terceiros, pessoas estranhas a sua gente e a administração da colônia.

O resultado obtido era de choupanas feitas de madeira bruta, ramos de árvores e varas. Os pregos eram substituídos por cipós, o chão era de barro batido, no teto apenas as vigas de madeira bruta suportando o capim. Em um documento data de 23 de julho de 1825, o administrador da colônia José Thomas de Lima, tenta obter do Presidente da Província madeira para portas e janelas, também dobradiças para as casas.

A primeira alimentação eram frutas que encontravam na mata e que arriscavam comer, acossados pela fome e não tendo certeza se não poderiam ser venenosas, pois não eram conhecidas. Caçavam animais silvestres com a espingarda “espera um pouco” dada no momento da chegada aqui no Brasil. Desmataram e construíram choupanas. Era urgente a construção de um abrigo e fazer a primeira clareira na mata.

Nas cartas que eram enviadas aos familiares, revelavam-se relatos das mais diversas situações. Mathias Franzen, em carta de 27 de agosto de 1932, escreve para a família na Alemanha dizendo:

(...) nosso navio tinha escassez de alimentos e água. Éramos tratados como escravos, amontoados e muitos adoeceram com febre. Chegamos no Rio de Janeiro onde permanecemos sete dias. E do Rio de Janeiro até São Leopoldo dois dias em embarcações menores. Quando chegamos, fomos avisados de que os lotes não estavam demarcados e fique com a mulher e os filhos dez meses em casa de um colono a duas léguas da terra que me seria destinada. Lá fiquei doente com uma febre que durou treze semanas. No dia do Ano Novo, mudamos para a nossa colônia, depois de construir a casa provisória. Lá podíamos estar satisfeitos, se não vivêssemos,

dos bugres, que já tiraram a vida de 21 dos nossos irmãos. No dia 16 de abril(1832), assinaram, a quatro léguas daqui onze pessoas entre adultos e crianças. Agora os moradores se retiraram para as picadas mais centrais e se estabelecem perto uns dos outros. Em Deus Nosso Senhor, nossa esperança. (LANDO, 2007, p. 63, 64).

Em vários dos relatos da época, pode-se perceber a fé que existia entre os imigrantes, tanto alemães quanto italianos, espanhóis. Em 1828, a primeira capela da vila de São Leopoldo, segundo o Livro do Tombo da Igreja Matriz, foi erguida. Para o interior do Estado, Santo Ângelo, por exemplo, remanescente dos povos jesuíticos, a terceira e definitiva igreja católica ou catedral angelopolitana foi reconstruída em 1922. Quanto as igrejas protestantes, estas na cidade, realizavam suas pregações em casa normais, tiveram seus templos construídos bons anos mais tarde.

A carência de alimentos, de tecidos para a confecção de roupas e de ferramentas agrárias fez com que os imigrantes fossem se moldando à realidade. Alguns que no início acreditavam não ser de bom tom trocar as vestes, viveram o completo oposto. Com a dificuldade em conseguir botas e tamancos, fez dos colonos agricultores *pés-no-chão*.

Na década de 50, na região colonial os agricultores ainda aravam as plantações de pés descalços e as crianças iam para a escola da mesma forma. Já não era por falta de produto e sim, por hábito. Ao ir às celebrações ou nas festas, ia-se até um determinado pedaço de pés no chão, encontrava-se uma sanga ou algum lugar aonde se lavar e então usava-se o calçado.

No vestuário, a situação chegou aos extremos nos primeiros tempos. Também em 1825 novamente o administrados da colônia escreve ao Governo da província pedindo mantimentos:

Os colonos alemães estão inteiramente destituídos de vestuário, cuja falta é penosa na presente estação (inverno) e sem meios de se arrearar. È de maior necessidade que se forneça a cada homem pelo menos uma coberta ou poncho, uma jaqueta e pantalone de pano azul e às mulheres, uma coberta, um vestido de baeta e uma camisa, extensivo aos menores. (TUBINO, 2007, p. 66).

Tem-se então outros problemas maiores que perseguiram os colonos. Terminadas as choupanas o próximo trabalho a ser realizado era arrumar um meio de sobreviver.

Para preparar o terreno a ser cultivada, a prática era aquela herdada dos antepassados denominada “rosen”, roça definindo diversas operações. A derrubada consistia em cortar a capoeira que era abandonada para secar. A queimada era fase decisiva. A plantação ou sementeira, a operação mais simples onde o colono deposita os grãos ou tubérculos a pouca profundidade, com a ajuda de uma enxada ou a plantadeira manual chamada “picapau”. Depois era só capinar ou dar uma segunda cava, ou seja, revolver a terra entre as plantas, o que era bastante penoso, pois na terra recém desbravada nasciam inúmeras ervas daninhas.

Ainda tinha o inimigo número um que eram as formigas. Outro perigo estava em enfrentar nuvens de gafanhotos que em poucas horas destruíam uma plantação inteira. Mas esse processo esgotava a terra rapidamente fazendo o colono roçar novo terreno ou derrubar mais um pedaço de mata para fazer a rotação de terras. Esta técnica durou mais de cento e vinte e cinco anos e é uma característica da agricultura teuto brasileira.

As mudanças como o uso de fertilizantes, incentivadas por agrônomos, os mais entendidos da época, demorou a ser adotada, pois inicialmente a terra era tão fértil que a adubação não se fazia necessária. Também não era pensado em gastar o pouco que tinham nesses fins. Quando finalmente os colonos passaram a produzir excedentes para venda, o preço final do produto não tinha valorização suficiente pelo custo que teriam com grandes investimentos. O adubo orgânico também não era utilizado, pois ainda era raro. Preferiam a rotação de terras e de culturas. Existiam dois estágios agrícolas, a terra cultivada e o espaço em descanso. Nas novas colônias, não mais que nas antigas, a criação de animais não se associou à agricultura, cujos processos permaneceram primitivos e fatais para a terra.

Essa fase foi superada quando novas técnicas foram importadas bem mais tarde da Alemanha, como a irrigação, o uso de fertilizantes químicos e orgânicos evitando a destruição do humo da

terra, o efeito da radiação solar e a erosão da terra. Mas estes métodos novos demoraram em ter supremacia sobre as queimadas.

Quando ocorre abundância das colheitas os colonos tem o que outrora estavam acostumados como a batata-inglesa, o trigo, o centeio, os legumes verdes e a carne de porco que não existiam antes aqui no Rio Grande do Sul. Mas souberam cultivar e consumir o que já se produzia como a mandioca, a batata doce, a couve, o pepino bem como o consumo de aves e em pouco tempo, a manteiga e os queijos.

A situação para os imigrantes, que de início era de extrema dificuldade logo voltou a melhorar. As choupanas que antes eram de extrema rusticidade, agora já eram substituídas por casas melhores de enxaimel.

Os móveis baseavam-se em uma cama de tábuas, colchão de palha de milho, travesseiros e cobertas de pena de pato ou ganso. Na cozinha tinha um fogão de ferro, mesa e cadeiras toscas e a gamelas de lavar rosto e pés. Mais tarde era fabricada a haio (carrinho de bebê quando viesse a necessidade do mesmo). O parto dos bebês era realizado por uma senhora experiente da comunidade. Muitas vezes as mulheres entravam em trabalho de parto quando estavam trabalhando na roça. O marido então saía para buscar a parteira e a mulher ia para casa tomar banho e esperar a hora do parto.

A máquina de costura e a de fabricar calçado era companheira à noite e nos dias de chuva. Naquele momento, eram utilizadas as luminárias de banha, depois as de querosene sendo aprimoradas para o carbureto depois chegaram os aladins de vidro e mais tarde os lampiões a gás. Também havia painéis de ferro e chaleiras e ferro de passar roupa a carvão. Um dos maiores luxos foi a introdução do rádio. Para a cozinha tinham potes de leite, latões de banha, porta ovos de madeira, gamelas, batedor de manteiga, sopeiras e potes de chucrute. A carne suína era a mais consumida. Utilizavam as “fleishaizen”, peça de ferro bem afiadas que com a ajuda de água fervente tiravam os pelos do porco.

Para a higiene pessoal, a barba era aparada com navalhas e depois surgiram outros aparelhos mais rebuscados. Os banhos eram

aos sábados em riacho ou em gamelas. Depois introduziram a ducha. Carregar baldes com água para limpeza e banhos exigia esforços extremos da família até que fizeram poços perto de casa. As bombas de água são testemunhas destes tempos. Depois criam a canalização, das vertentes à água vinha através de canos até a residência.

O artesanato era dedicado inicialmente nos espaços de maior necessidade como no vestir, calçar, na construção das casas, nas fábricas de farinha e outros setores. Somente mais tarde surgem as fábricas de chapéus, cervejarias, fábricas de charutos e cola e mesmo assim com poucos. O artesanato em couro expandiu-se devido à extensa utilidade aqui no Rio Grande do Sul. Este estreitou ainda mais os laços entre o comércio rural e do núcleo. É considerado artesão ao homem que exerce ofício manual por sua conta, seja numa obra ou oficina e ajudado somente por um ou dois companheiros.

Esse setor foi um elemento sempre ligado à agricultura e servia de fixação do homem à terra e a povoação em oposição à agricultura pura. O artesanato sempre tinha uma forma de se manter onde estivesse, ao contrário da agricultura que precisava expandir, principalmente devido ao crescimento da população que exigia novas áreas de expansão. O artesanato não deve ser considerado com aparecimento e sim com um ressurgimento de ofícios, pois a maioria dos artesãos aprendeu os segredos da profissão com os pais ou avós. Uma sequência do artesanato, a indústria somente se desenvolveu com a proclamação da República e da adoção das tarifas alfandegárias de 1890.

Já os parentes, inicialmente ajudavam-se mutuamente principalmente nas tarefas diárias e mais pesadas e os jovens eram orientados pelos mais velhos. Os laços de parentesco que se auxiliavam mutuamente de início, aos poucos perderam um pouco da sua importância quando as comunidades estavam formadas e decisões importantes deveriam ser tomadas. Amado explica a nova situação da colônia que aos poucos entra em cena:

O fato de a sociedade de São Leopoldo basear-se nos laços de parentesco, solidariedade e auxílio mútuo, não quer dizer que fosse pacífica, desprovida de conflitos internos. Ao contrário: poucas

vezes se viu uma comunidade tão “briguenta” quanto aquela. Os colonos discutiam por absolutamente tudo. O local da construção da escola ou da Igreja, a escolha do professor ou do pastor, a melhor forma de consertar uma Picada, o casamento do vizinho, o comportamento da mulher do ferreiro, eram motivos para desencadear brigas espetaculares. (AMADO, 1978, p. 47).

Neste contexto que o Rio Grande do Sul começa a despontar para o que hoje nós, descendentes de diversas etnias, conhecemos. Foi esta gente, com luta, fome e garra que fez do sul do Brasil a sua nova pátria. O escritor gaúcho Aurélio Porto, quando fala dos imigrantes:

(...) gente ordeira e forte, pacífica, trazendo da pátria originária as noções de uma disciplina que foi, em todos os tempos, o penhor da grandeza teutônica, o alemão transplantado para a América, veio continuar aqui as suas tradições de trabalho orgânico e construtor e é com esses elementos fortes e sãos, com esse material puríssimo que se vai, aos poucos, moldando o tipo étnico do extremo sul, o homem bizarro e enérgico das nossas futuras gerações, caldeado nas lutas formidáveis do trabalho. (Diário de Notícias, 1934).

Assim, conclui-se neste trabalho que a imigração precisou de adaptações pela sua mudança drástica de ambiente. No entanto, foi neste contexto que se formou a tradição gaúcha, foi neste começo difícil e árduo, nesta mistura de culturas que fez do Rio Grande do Sul um estado único. Todos os grupos estrangeiros imprimiram seus sinais em nossa língua, alimentação, vestuário. Todos contribuíram para moldar e fazer do Rio Grande do Sul e do Brasil uma grande nação.

## Referências

BIEGER, Lúcia Limberger. *Uma Mulher Líder no Século XIX: O caso de Jacobina Maurer*. Santo Ângelo, URI, 2010.

LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário LUFT*. São Paulo: ÁTICA, 2001.

LANDO, Aldair Marli. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul: Uma interpretação sociológica*. Porto Alegre: Movimento, 1982.

TUBINO, Nina. *A Germanidade no Brasil*. Porto Alegre, 2007

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Globo, 1969.

GASNWEIDT. *Padre Matias José*. Vitimas do Bugre. 1946.

Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com>. Acesso em: 05.09.2012.

# QUAL É O JOGO? UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE O SISTEMA PRODUTIVO E O ENCOLHIMENTO DAS CIDADES DA CAMPANHA GAÚCHA

Marco Antônio Medeiros da Silva<sup>1</sup>

Resumo: O trabalho faz uma análise dos discursos sobre os índices de produtividade da bovinocultura de corte rio-grandense, em particular da campanha gaúcha e seus efeitos no encolhimento histórico das cidades da fronteira oeste. O pano de fundo no qual se desenrolam os argumentos é o episódio das vistorias do INCRA. Procedimento que vinha sendo feito desde julho 1997, mas que teve como reação por parte dos estancieiros, o movimento deflagrado em 1998, denominado ‘Vistoria Zero’. Momento que entendemos como crucial para o encaminhamento de soluções para o setor, mas que até o presente, não evoluíram para um melhor equacionamento. Destaca também, os argumentos dos defensores e detratores do atual sistema produtivo agrário. As alternativas apontadas para resolver ou minimizar o êxodo populacional das dez maiores cidades do pampa gaúcho e de que forma esse contexto foi retratado pela imprensa local.

*Palavras-chave:* análise do discurso, bovinocultura, encolhimento das cidades da campanha.

---

## Introdução

A campanha gaúcha pode ser apontada como o centro difusor da cultura e das tradições rio-grandenses, do gauchismo. Seu modelo social e econômico representado pela estância<sup>2</sup> disseminou-se através da literatura, do folclore e dos discursos de suas lideranças que acabaram de certa forma, incorporando-se à identidade regional. De lá, também se originou a primeira matriz econômica gaúcha, a

---

<sup>1</sup> Doutorando em História e mestre em Ciências Sociais. Aluno do Programa de Pós-Graduação em História – PUCRS.

<sup>2</sup> No século XVIII a estância ou fazenda era familiar, comunal e com espírito militar, porque concedida além da linha divisória de Tordesilhas. (FLORES, 1997, p. 71).



bovinocultura de corte, base para a produção do charque e pela existência das charqueadas, além das lideranças políticas mais representativas do Rio Grande do Sul. Segundo Pesavento (1997, p. 18) “internamente, o charque foi capaz de constituir no Rio Grande uma camada senhorial enriquecida, sem que, contudo se repetisse no sul a aristocratização da sociedade açucareira nordestina.”

O cenário no qual se desenvolveu essa sociedade caracterizou-se por um espaço geográfico extremamente propício à pecuária, o bioma pampa<sup>3</sup>. Espaço composto por gramíneas nativas de excelente qualidade e de espécies variadas, quase que exclusivas no mundo. Terreno pouco dobrado, levemente ondulado. Índices pluviométricos adequados, estações bem definidas e com pouca ocorrência de secas. Elementos incorporados e materializados na paisagem<sup>4</sup> da campanha rio-grandense (SAADI, 2007; MOREIRA, 2003).

Essa estrutura social e econômica da campanha gaúcha enfrenta hoje uma grave crise que atinge os seus dez maiores municípios: Alegrete, Bagé, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Livramento, Rosário do Sul, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana, provocando o êxodo populacional dessas cidades, de forma acentuada, nos últimos vinte anos. Essa constatação pode ser percebida na reportagem de 11 janeiro de 2009, do jornal Zero Hora sobre a campanha gaúcha: *‘O Pampa se Esvazia’*. “As grandes cidades do Pampa estão definhando”. Conforme estimativa, desta reportagem: “a Campanha e a Fronteira Oeste teriam expulsado, pela falta de perspectiva de trabalho e de renda, cerca de 60 mil pessoas, somente no período de 2000 à 2007 “ (MELO; LISBOA, 2009, p. 33

---

<sup>3</sup> Pampa: tipo de formação campestre, com raros arbustos e pequenas árvores, predominância de gramíneas perenes, características da parte meridional da América do Sul, especialmente Argentina, Brasil (RS) e Uruguai.

<sup>4</sup> A paisagem se constitui em um conjunto de forma que, em um dado momento, demonstra as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. Visto dessa maneira, a paisagem se apresenta como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, numa construção transversal. (SANTOS, 2002, p. 103).

a 36) A reportagem destaca, ainda, que a maioria dessas pessoas que abandonam a campanha tem se instalado nas cidades da serra gaúcha, principalmente Caxias do Sul e Bento Gonçalves. Nesse sentido, é importante salientar que, segundo Paiva (2009, p.4) ao analisar os principais determinantes de desempenho socioeconômico dos municípios gaúchos, pondera que na maioria das vezes as migrações são dados mais significativos para a análise de uma região do que o PIB. “Pois, tomar a renda *per capita* por referência envolve ignorar o papel dos movimentos migratórios de expulsão de habitantes, como indicador de ‘mau desempenho’ e a atração um indicador de ‘bom desempenho’ dos território.”

As discussões que buscam explicar a atual conjuntura social e econômica da campanha gaúcha se polarizam entre grupos de técnicos, pecuaristas, políticos e entidades representativas dos pecuaristas. Com efeito, alguns dados sobre os índices de produtividade da bovinocultura de corte, apontada como a principal geradora de riquezas e capaz de recuperar a economia da região, segundo Paiva (2009) e Saadi, (2007), são significativos. Os dados pesquisados revelam que o modelo técnico-produtivo sustentado na pecuária extensiva tem uma produtividade média histórica, entre “70 e 75 quilos/ha de carne a cada ano, contra 1000 quilos ha/ano da Nova Zelândia, de clima similar ao nosso” (SAADI, 2007, p. 11).

Entre os técnicos do setor existem aqueles que apontam alternativas de baixo custo, como às técnicas de manejo rotativos, capazes de proporcionar aumentos significativos no rendimento kg/ha/ano, já utilizadas desde a década de 1960, como o pastejo rotativo do *Método Voisin* que, segundo Humberto Sorio Junior (2001, p. 20), consiste em “períodos de pastoreio suficientemente curtos de modo a que não haja rebrote disponível para pastorear e, por conseguinte, as plantas não se esgotem.”

Outro fato relevante nessa análise, segundo Pesavento (1997) e Ribeiro (1995) incorporado na cultura regional, está associado aos arrendamentos de terras, processo que se estende há quase um século e que tem se acentuado mais recentemente com o arrendamento para o plantio de soja e de eucalipto, além do arroz, cuja prática nas regiões de várzea da campanha gaúcha está associada, segundo

Andreatta (2009), basicamente a dois fatores: complementar as rendas dos fazendeiros e atender à necessidade, sempre crescente de novas terras tornando a prática do arrendamento um fator que caracteriza muito particularmente a rizicultura irrigada no Rio grande do Sul desde os seus primórdios.

Nesse sentido, a historiografia pertinente destaca que, embora tenha sido a base da economia gaúcha, a principal fonte de riquezas do Rio Grande, a pecuária extensiva não desempenhou tal como o café no centro do país o papel gerador de capitais que pudesse impulsionar o setor industrial. O aumento da produção, historicamente, se deu de forma quantitativa, pela incorporação dos dois fatores básicos: terra e gado. Seus efeitos estariam associados ao êxodo populacional, pois o “Rio Grande do sul, já nos anos de 1950, apresentava-se como o estado que mais população emigrante fornecia para os outros estados, enquanto que era também a unidade da federação que menos brasileiros recebia.” (PESAVENTO, 1997, p. 124).

Dentro desse contexto, vale ressaltar a importância estratégica que a agropecuária exerce na nossa estrutura econômica e social, pois segundo Saadi (2007, p. 107):

A secretaria de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul fez uma avaliação preliminar do impacto do incremento da produção pecuária no PIB do estado. Destacou que o PIB poderia ser substancialmente elevado com a produtividade do setor e, consequentemente a renda do campo, com impacto positivo sobre todo o produto estadual. (...) Pela matriz insumo-produto do Rio Grande, a adição de R\$1,00 à cadeia agropecuária teria como resultado R\$ 1,37 no PIB do estado, computados os efeitos diretos e indiretos na economia.

### **As argumentações: tradição versus renovação**

Pudemos constatar em nossa pesquisa (SILVA, 2011, p. 122-133) a presença de um discurso hegemônico, cujo principal representante é a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, FARSUL, sobre o sistema produtivo da campanha gaúcha, como um todo, e da bovinocultura de corte em particular. Entendemos por

discurso hegemônico aquele discurso, segundo Burity (2008, p. 44), capaz de assumir a representação de um conjunto de outras demandas igualmente particulares e que, sem abandonar aquela demanda particular inicial, passa a falar e agir em nome desse conjunto. Esse discurso hegemônico é mobilizador e encontra grande espaço na mídia e no meio político partidário. Defende as formas tradicionais de produção, a estrutura fundiária que a caracteriza. Aponta as políticas públicas e, por extensão, o Estado, como o principal responsável pelo atual quadro social e econômico.

De outro lado, em oposição ao discurso hegemônico, nossas pesquisas constataram vários discursos: historiográficos, sociopolíticos, de técnicos e intelectuais que divergem do posicionamento da FARSUL. Esses, ao contrário, estão restritos a certas instituições e grupos sociais que não desfrutam do mesmo peso político nem do mesmo espaço que o primeiro tem na mídia. Defendem mudanças nos aspectos estruturais e institucionais para a campanha em geral e para a bovinocultura de corte em particular. Atribuem a atual conjuntura à manutenção de um modelo produtivo ultrapassado, sustentado pela produção extensiva, pelos arrendamentos de terras, pela baixa inversão em qualificação profissional e à falta de empreendedorismo aos atores que protagonizam esse processo.

Na dialética desses posicionamentos, que envolvem diferentes visões sociais e de produtividade, percebemos que há um ponto crítico de discórdia: trata-se dos índices de produtividade. Esse, nos parece, é o motivo dos embates e discussões. Não por acaso, pois é a partir da revisão desses índices de produtividade que poderemos ter mudanças ou continuidade na estrutura fundiária e produtiva da campanha gaúcha. Para defender os diferentes posicionamentos, os argumentos que são utilizados estão respaldados, de parte a parte, em estudos e pesquisas produzidos por instituições, por técnicos e peritos, que passaremos a analisar.

Os que defendem a manutenção dos atuais índices têm entre os seus argumentos mais relevantes o da preservação do bioma pampa, pois as formas tradicionais, segundo esse discurso, provaram historicamente que estão ecologicamente corretas e foram as

responsáveis pela sua manutenção. O que não teria ocorrido, caso fossem adotados outros modelos de produção, como as lavouras, com seus tratores e defensivos agrícolas, ou o aumento da lotação de animal por hectare. Entre os nomes que fizeram coro nesse discurso estão o do ecologista José Lutzemberger, além de técnicos, professores e pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Sul – EMBRAPA/CPPSul. Sua tese é a do afrouxamento da carga animal. Em outras palavras, o foco deixaria de ser a produtividade e passaria a ser a preservação do meio ambiente, visto a impossibilidade de conciliar o aumento de produtividade com a preservação do bioma Pampa.

Por seu turno, o grupo que defende mudanças estruturais e institucionais, para a pecuária gaúcha em geral e para a bovinocultura em particular, não se limita apenas aos índices de lotação. Esse grupo defende a modernização dos métodos de exploração da pecuária e tem em um dos seus mais destacados técnicos, Humberto Sorio Jr., ex-professor de zootecnia da Universidade de Passo Fundo – UPF, já tendo coordenado a implantação do chamado *Pastoreio Racional* em vinte estados brasileiros e em três países do Mercosul. Proferiu palestras sobre produção animal em vários países da América Latina e Europa. Crítico do pastejo contínuo, utilizado historicamente, defende mudanças através do *Método Voisin* de pastoreio rotativo, que segundo ele “consiste em períodos de pastoreio suficientemente curtos de modo que não haja rebrote disponível para pastorear e, por conseguinte, as plantas não se esgotam;” Ou seja, o sucesso ou o fracasso nos índices de produtividade da bovinocultura estariam associados ao controle eficiente do abastecimento alimentar do rebanho. O que permitiria aumentar a lotação dos campos. (SORIO JR., 2002, p. 20 e 29)

### **O movimento “Vistoria Zero”**

Esses discursos (que defendem o atual modelo produtivo para a bovinocultura de corte da campanha e os que querem mudanças) passaram a ganhar espaço na imprensa, a partir do

recadastramento dos imóveis rurais promovido pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Levando a formação de uma Comissão de Estudos instalada em 20 de maio de 1998, cujo impasse entre os estancieiros, representados pelo Sindicato Rural de Bagé, com apoio da FARSUL, e os técnicos do INCRA, sobre os índices de produtividade, foi retratado por Da Ross, como segue:

O estopim desse processo foi a deflagração de uma operação de recadastramento de imóveis rurais pelo INCRA (...) Programa que vinha sendo realizado desde 1997 e tinha dois objetivos: a) fazer um levantamento das famílias atendidas pela Reforma Agrária e que ainda permaneciam nos acampamentos; b) realizar um mapeamento completo das áreas produtivas ou não, identificando os imóveis passíveis de desapropriação (DA DAROS, 2009, p. 23).

Segundo Da Ros (2009, p. 23) “As primeiras manifestações dos grandes proprietários fundiários de Bagé contra a realização das vistorias em favor da revisão dos índices de lotação pecuária ocorreram no mês de março de 1998”, foram denominadas de “*Vistoria Zero*”. O movimento tinha como suporte técnico nomes e instituições consideradas idôneas, já mencionadas acima e não aceitavam que os referidos índices fossem revistos ou aumentados. Em 4/03/1998, um grupo de 200 proprietários rurais fechou uma rua do centro da cidade de Bagé, em frente ao hotel, onde se encontravam os funcionários do INCRA. O protesto organizado pelo Sindicato Rural de Bagé culminou com a entrega de um documento ao coordenador daquele instituto na região, Pedro Zilli, onde era solicitada a suspensão imediata das vistorias além de tecer severas críticas aos critérios adotados para as mesmas. “São índices descabidos e desconectados de quaisquer parâmetros reais, no que tange a lotação de animais no campo”. Protestaram os sindicalistas. (DA ROS, 2009, p. 23; ZERO HORA, 04/03/1998).

Ao longo do ano de 1998 a questão agrária esteve presente diversas vezes nos jornais gaúchos. Em matéria publicada em Zero Hora, no dia 15 de abril de 1998, p. 40, sob o título ‘Produtores de Bagé desafiam ordem judicial’, podem-se constatar alguns elementos significativos do *jogo* em análise. Em uma faixa exibida na referida reportagem pode-se ler: “*Diretor do Incra é Tesoureiro*

do MST”. As demais fotos também sugerem animosidade e um clima tenso no local, uma fazenda denominada Estância do Angico, de 1,1 mil hectares, propriedade de César Macedo Escobar, que deveria ser vistoriada, na localidade de Bagé, à 50 quilômetros da cidade. São elementos que induzem o leitor menos atento para elementos periféricos do discurso: uma suposta ligação do diretor do INCRA com o MST, mas que não explora o motivo principal do confronto: os baixos índices de produtividade históricos da bovinocultura de corte. Dito de outra forma: explora os aspectos conotativos do discurso: produtores *versus* MST. (ZERO HORA, 1998, p. 40).

Novamente, em reportagem publicada na Zero Hora de 23 de abril de 1998, intitulada “INCRA receberá sem-terra no dia 29. Colonos retornaram ontem ao Palácio Piratini para reivindicar abertura das negociações” percebemos que a questão agrária retratada pelo jornal não faz nenhuma referência aos aspectos estruturais que constituem o ponto nevrálgico da questão: os índices de produtividade gaúchos na bovinocultura. São destacados elementos que compõem o discurso, mas periféricos. Por outro lado, o texto pretende passar a imagem de que o jornal é imparcial, visto que os movimentos sociais, embora estigmatizados, têm espaço no jornal. Em outras palavras: a reportagem não acrescenta elementos novos ao debate, pois se limita a um relato de tentativas de audiências entre MST e representantes do governo.

A pressão dos estancieiros surtiu efeito. Em 23 de abril de 1998, mil e cem fazendeiros voltam a fazer barreiras para impedir as vistorias dos técnicos do INCRA, na região de Bagé, matéria publicada no jornal Zero Hora de 24 de abril de 1998, p. 51: “Foi oficializada a formação de uma comissão para reavaliar os índices de lotação pecuária das terras. (*sic*) (...) O ato transformou-se em uma grande manifestação estadual contra o trabalho que o instituto vem realizando na região desde março. (...)”. Percebemos na referida reportagem de 23 de abril que o discurso faz uso de sofismas ao transformar uma manifestação de 1,1 mil pecuaristas numa localidade do interior em uma manifestação estadual, poderosa. Exploram também, através de imagens, aspectos do tradicionalismo,

como cavaleiros e cavalos, bandeiras do Rio Grande do Sul e do Brasil em meio a um campo, em vigília, o que lembra um cenário de guerra ou de revolução. Mas, novamente, o tema central é apenas tangenciado, já que não temos elementos para saber se os índices do que os estancieiros produzem estão de acordo com o que pode ser produzido. Dito de outra forma: a reportagem não fornece elementos de análise ao leitor, que fica restrito a imagens que sugerem uma manifestação do tradicionalismo gaúcho.

A questão agrária se mantém na pauta dos editores do jornal Zero Hora. Em reportagem de 28 de agosto de 1998, intitulada “*Ruralistas ampliam protesto em Esteio*”, percebemos novamente que os destaques não esclarecem o leitor sobre o real impasse entre estancieiros e o INCRA. A reportagem destaca a imagem de um soldado encapuzado portando uma arma de grosso calibre, sugerindo um ambiente de guerrilha. Descreve os diálogos entre os comandos militares e os ruralistas sobre a manutenção das vistorias e o direito constitucional da execução do trabalho pelos funcionários da autarquia. Novamente apelando aos aspectos conotativos, a reportagem veiculada no jornal Zero Hora de 28 de agosto de 1998, p. 38, num retângulo no centro da página, enfatiza os seguintes temas: “Principais frases nas faixas erguidas pelos produtores rurais de Bagé: INCRA desvia verbas públicas para o MST; INCRA e MST – O Fim da Produção; Diretor do INCRA é tesoureiro do MST; Assentamento do INCRA significa menos saúde; O Banco da Terra é a Solução.”

### **Nova vitória da FARSUL**

A solução encontrada pelo governo federal na época, para resolver o impasse, foi a suspensão das vistorias dentro de um plano para economizar R\$ 194 milhões. Num total de 400 vistorias previstas, iniciadas em maio foram realizadas apenas 80. Sob o título: ‘*Corte de recursos suspende vistorias*’ percebemos que a reportagem publicada no jornal Zero Hora de 18 de setembro de 1998, p. 28, faz um resumo de todo o episódio do movimento denominado de ‘*Vistoria Zero*’, nos seguintes termos:

Entenda o caso:



Em maio, o Incra começa as vistorias em cerca de 400 propriedades de Bagé e encontra a resistência de pecuaristas da região, que discordam dos índices de lotação dos campos. As estradas vicinais e as porteiras de fazendas são fechadas à entrada dos técnicos, e o Incra decide criar uma comissão regional para estudar os índices. As vistorias ficam suspensas momentaneamente. Em julho, depois que os integrantes da comissão não chegaram a um consenso, os índices são mantidos, e o Incra tenta retomar o cadastramento. Mais de 400 homens da Brigada Militar garantem a vistoria na Fazenda Rodeio Colorado, em 25 de agosto. No dia seguinte, o governo decide suspender por um mês o trabalho. (ZERO HORA, 18/9/1998.)

O desfecho (provisório) do caso ocorre com a instalação de uma audiência pública na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, para discutir a revisão dos índices de produtividade. Simultaneamente, o presidente do INCRA assinou a portaria nº170, criando uma comissão especial para reavaliar os índices de lotação pecuária das terras, num prazo de 30 dias (ZERO HORA, 23/04/1998).

Uma avaliação que pode ser feita do episódio ‘Vistoria Zero’, dentro da análise do conteúdo dos discursos, é a de que em nenhum momento ficou claro para a opinião pública as potencialidades reais da bovinocultura de corte da campanha gaúcha. Não encontramos em nenhum desses discursos referências aos índices de produtividade da pecuária nos países desenvolvidos, ou até mesmo os que são alcançados aqui, no Rio Grande do Sul, que pudessem ser contrastados aos atuais 70/75 kg de carne por hectare por ano. Por outro lado, deve ser ponderada a presença do discurso hegemônico. Ora de forma implícita ou explícita; ora subliminar ou conotativa. O que fica, quer nos parecer, é o surgimento de uma nova palavra de ordem chamada ‘*Vistoria Zero*’ que se tornou interpelativa. Ou ainda, segundo Da Ros (2009, p. 2), pode ser destacado pelo seu aspecto “inovador de ter rompido com o discurso histórico de ‘respeito à legalidade’”, rompido pela obstrução às ações legais das vistorias do INCRA.

## **O discurso ecológico: seus defensores e detratores**

Apesar da tentativa de inserir o discurso do “ecologicamente correto” ao tema da questão agrária, esse teve muito pouca ou quase nenhuma repercussão nos documentos que analisamos. Sorio Jr (2001, p. 14) afirma que “Pode-se degradar um campo nativo com alta ou com uma carga animal baixa, desde que não lhe concedamos descanso apropriado e mantenhamos os animais vagueando sobre a mesma superfície pastoril por longos períodos”. A questão fundamental para a degradação do pasto, afirma o professor da UPF, está nos cortes repetidos dos rebrotes das plantas sem o tempo necessário para que a mesma possa se fortalecer. “Submetidos ao pastejo contínuo, com cortes repetidos do rebrote, as plantas pratenses se enfraquecem pelo esgotamento das substâncias de reserva das raízes e da base de seus talos, degradam-se sem parar e produzem cada vez menos.” (SORIO JR., 2001, p. 14) O autor, acusa que o pastejo contínuo foi o responsável pela degradação dos nossos campos nativos e que “se carga baixa mantivesse a produtividade dos nossos campos, teríamos uma pecuária muito evoluída e rentável.” Sorio Jr. defende um Pampa preservado, mas produtivo. O que segundo ele é possível se forem adotados “os ensinamentos do pastoreio racional podemos manter para sempre o campo nativo em clímax e dele ainda obter frutos limpos e saborosos, como querem a sociedade e os consumidores” (SORIO JR., 2001, p. 15).

## **Considerações finais**

De certa forma, podemos dizer que persiste o impasse histórico entre dois modelos socioeconômico para o Rio Grande do Sul, outrora representado, segundo Maestri (2010, p.239) por “dois centros governamentais e militares, o federalista, em Bagé, de economia pastoril-latifundiária, e o republicano de Porto Alegre, expressão do novo bloco social proprietário ascendente.” Ou ainda, segundo o mesmo autor, quando da imposição do latifúndio solidamente estruturado determinasse que a expansão da fronteira agrícola (impulsionada pelo pequeno proprietário) “se desse para fora dos territórios sulinos, transformando o Rio Grande do Sul de

importador em exportador de mão de obra e de capitais.” Hoje, com outros atores sociais e discursos diferentes, mas que de alguma forma revelam uma diacronia nos posicionamentos e nas políticas para o setor, que nos permite a construção de uma análise crítica bastante fundamentada sobre o êxodo populacional histórico da região da campanha rio-grandense. (MAESTRI, 2010, p. 46 e 239)

Nesse sentido, relacionamos os baixos índices de produtividade históricos da bovinocultura de corte com o fechamento de frigoríficos e os seus efeitos em toda rede que compõem o sistema da bovinocultura de corte. Incluindo aí, consequentemente, os postos de trabalho que levam, via de regra, ao êxodo populacional da campanha. Vários são os relatos e depoimentos desses migrantes, que por falta de oportunidade de trabalho acabam migrando para as cidades da região nordeste do estado, como foi destacado na reportagem de Zero Hora de 11 de janeiro de 2009, ou até para outros estados da federação, como já mencionado acima. Mas que também, em muitos casos, passam a compor os números das estatísticas que representam os cinturões de miséria das grandes cidades. O que, por outro lado, pode ser interpretado como uma transferência dos problemas sociais que deveriam ser encaminhados nas respectivas cidades de origem desses migrantes.

Contrasta esse quadro acima descrito com os discursos de Rafael Saadi e de Humberto Sorio Junior, entre outros, do sucesso alcançado por pecuaristas e produtores rurais empreendedores que adotaram métodos modernos, a exemplo do pastejo rotativo. Esses são citados em grande número pelos defensores de um novo sistema produtivo, mais dinâmico e eficiente, que possa desfrutar de todo o potencial do bioma pampa. Que, entretanto, requer dedicação, investimento e trabalho. Mais do que discursos, esses são relatos de vários locais do estado, do Brasil e do exterior, que tiveram êxito a partir da implantação do *Método Voisin*. Com efeito, sobre o discurso hegemônico da FARSUL e por extensão dos pecuaristas do sindicato rural de Bagé, filiado àquela instituição, que protagonizaram o movimento “*Vistoria Zero*”, destacamos a figura de Carlos Sperotto, denominado em reportagem publicada no jornal

Zero Hora de 11 de outubro de 2007<sup>5</sup>, de “O Rei da FARSUL” e também de “O Imbatível Sperotto”. Nesse sentido, é importante destacar que suas quatro “gestões foram marcadas por confrontos com os sem-terra e o governo federal, pela defesa dos transgênicos e do plantio de eucaliptos em zonas de campo” (entenda-se zonas de campo também o bioma pampa). Analisa Armando Ross, agropecuarista de Não-Me-Toque, derrotado na última eleição por Sperotto, por 95 votos a 40<sup>6</sup>.

Para finalizar, podemos avaliar que nesse embate técnico há um jogo de interesses políticos que potencialmente pode determinar os rumos da estrutura fundiária da campanha gaúcha. Foi o que a reação às vitórias do INCRA, através da ação dos pecuaristas, denominada de ‘*Vitória Zero*’, deixou transparecer. Por outro lado, com base no exposto, através das análises dos diferentes discursos, entendemos também que o referido ‘jogo’ envolve um embate ideológico na construção de uma realidade polifônica, permeada pelas tradições, pelos elementos simbólicos e por diferentes visões de mundo, que seguem o seu movimento histórico e dialético. Todavia, acreditamos que se torna relevante o entendimento desses processos como forma de buscar o aprimoramento das instituições sociais, responsáveis, segundo Douglass North<sup>7</sup>, citado por Gala (2003), pela criação de leis, hábitos e costumes adequados às necessidades sociais.

## Referências

ANDREATTA, Tanice. *Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul*: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) UFRGS, Porto Alegre, 2009.

---

<sup>5</sup> O REI DA FARSUL, *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 out. 2007. p. 4.

<sup>6</sup> O REI DA FARSUL, *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 out. 2007. p. 4.

<sup>7</sup> Prêmio Nobel de Economia, 1993.

BURITY, J. Desconstrução hegemônica e democratização: pós-marxismo de Ernesto Laclau. In: GUEDES, M. A. (Org.). *Política e contemporaneidade no Brasil*. Recife: Bagaço, 1997. p. 29-74.

CORTE de recursos suspende vistorias. *Zero Hora*, Porto Alegre, 18 set. 1998. Campo & Lavoura. p. 28.

DA ROS, César Augusto. O movimento “vistoria zero” e a resistência do patronato rural às políticas de assentamento no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre: UFRGS, ano 11, n. 22, p. 232-278, jul./dez. 2009.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 6. Ed. Porto alegre: Nova Dimensão, 1997.

GALA, Paulo. A Teoria Institucional de Douglass North. *Revista e Economia Política*, v. 23, n. 2, p. 90, abr./jun. 2003.

GOVERNO cede a pressões de produtores. *Zero Hora*, Porto Alegre, 23 abr. 1998. Geral, p. 51.

MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

MARCHEZAN, Isabel; MEIRA, Patrícia. O retorno da divisão: Em meio à retomada do campo, a reira expõe discordâncias entre agricultura familiar e comercial. *Zero Hora*, Porto Alegre, 1 set. 2007. Expointer 2007. p. 4.

MELO, Itamar; LISBOA, Sílvia. O Rio Grande se move. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 jan. 2009. Geral. p. 33-36.

MOREIRA, Igor. *O espaço rio-grandense*. 5. Ed. São Paulo: Ática, 2003.

O REI DA FARSUL, o imbatível Sperotto. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 out. 2007. p. 4.

PAIVA, Carlos A. “Determinantes dos diferenciais de desempenho socioeconômico dos municípios gaúchos entre 1970 e 2000.” *Revista Redes*, v.11, n. 3, 2006.

PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. 8. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o senhor presidente José Sarnei, ou como entender os meandros da linguagem do poder*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

PRODUTORES de Bagé desafiam ordem judicial. *Zero Hora*, Porto Alegre, 15 abr. 1998. Geral. p. 40.

RIBEIRO, Cláudio M. *Estudo dos modos de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SAADI, Rafael A. *Agropecuária: a grande virada*. Porto Alegre: AGE, 2007.

SILVA, Marco Antônio Medeiros da. *Diálogo de Surdos: um inventário dos discursos sobre a estrutura socioeconômica da campanha gaúcha*. Porto Alegre: PUCRS, 2011. (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SORIO JUNIOR, Humberto. *A ciência do atraso: índices de lotação pecuária no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2001.

\_\_\_\_\_. *Pastoreio Voisin, teorias-práticas-vivências* 2ªed. Passo Fundo: Méritos, 2006.

TENSÃO volta a rondar São Gabriel. *Zero Hora*, Porto Alegre, 15 jan. 2007. Geral. p. 25.

## **O COTIDIANO DO IMIGRANTE ALEMÃO EM CURITIBA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Solange de Lima<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente trabalho tem como objetivo analisar a conjuntura curitibana durante a segunda guerra mundial. Problematicando uma possível adesão ao partido nazista, por parte dos teuto-brasileiros, que residiam na capital paranaense durante o período. Para tal empreendimento são utilizados inquéritos da DOPS, bem como a bibliografia produzida a respeito de imigração alemã e do Nazismo no Brasil. As tensões vivenciadas pela capital paranaense neste período se desenrolam como fruto do complexo processo de colonização e das políticas públicas com relação ao imigrante. Os problemas levantados com relação ao possível “perigo alemão” já estavam em discussão desde o final do século XIX e acabam repercutindo de maneira violenta no cotidiano do curitibano. Assim pretende-se analisar o caso específico de Curitiba, tendo como base as discussões anteriores sobre todo o Brasil.

*Palavras-chave:* imigração alemã, nazismo, segunda guerra mundial.

---

Este trabalho é o resultado preliminar de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, que tem como objetivo problematizar alguns aspectos da conjuntura vivida pelos imigrantes alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial, através da análise dos documentos da DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social. Portando pretendeu-se verificar os efeitos da Campanha de Nacionalização, promovida pela Ditadura Vargasista, e seus reflexos na ação popular desencadeada contra o imigrante teuto, em Curitiba durante a década de 1940. Assim, como o envolvimento deste, imigrante, com as ideias políticas de seu país de origem. O ponto de partida se dá com a discussão historiográfica a respeito da imigração

---

<sup>1</sup> Mestranda – UFPR.

alemã, essencial para o entendimento das tensões vivenciadas em Curitiba durante o segundo conflito mundial.

O processo de imigração tem seu ponto de partida no início do século XIX, tomando vulto a partir da década de 1850. Atraídos pela propaganda brasileira no exterior, muitos alemães deixaram os problemas socioeconômicos enfrentados na Europa para seguir em busca de oportunidades em uma nova terra. O empreendimento imigratório visava a substituição do trabalho escravo, o progressivo “branqueamento” da população e a ocupação de áreas ainda não habitadas no interior do Brasil, como a região sul.

A imigração européia foi vista com entusiasmo por alguns intelectuais brasileiros, como Oliveira Vianna, adepto das teorias racistas européias, a respeito da superioridade da raça branca. Neste contexto, o imigrante alemão, considerado laborioso e organizado, venceria rapidamente a indolência e indisposição ao trabalho do negro, sendo fator de desenvolvimento e modernização para o Brasil. Porém, as aparentes qualidades do alemão não representavam somente vantagens ao país. A grande capacidade de organização e trabalho do povo germânico era vista como responsável pela transformação de um emaranhado de Estados independentes em grande potência mundial. Deste modo, passou a reivindicar e a buscar seu espaço entre as demais potências do período, através do expansionismo imperialista (MADEIRA, 1999).

A falta de políticas públicas que visassem a integração do alemão à sociedade brasileira, promoveu o isolamento de parte dos imigrantes em colônias afastadas dos núcleos populacionais brasileiros. Desta forma, o colono isolado do resto do Brasil, praticou a endogamia e manteve seus costumes natais, como a preservação da língua e de ideologias, formando os “quistos raciais”. Os imigrantes que foram encaminhados aos núcleos urbanos passaram por um processo de integração mais relevante, porém também evitaram o processo de “cabloclicização”<sup>2</sup>, mantendo suas

---

<sup>2</sup> Processo no qual o alemão adere ao modo de vida brasileiro, através do matrimônio ou mesmo do simples contato com elementos nacionais. Ao esquecer



escolas, igrejas, associações recreativas, e a produção de periódicos em seu idioma natal.

As questões ideológicas foram mantidas e reforçadas por intelectuais que disseminaram os ideais germânicos (*Deutschtum*)<sup>3</sup>, preservando a identidade étnica que somada à utilização da língua alemã, às crenças evangélicas luteranas e a endogamia são fundamentais para o *Auslandsdeutscher* (alemães no exterior), onde se cria uma pátria fora da Alemanha, ou seja, uma pátria onde houver alemães (*Heimat*). Um segmento dos imigrantes ainda aderiu ao *Deutsch-brasilianer* (teuto-brasileiros), o qual não pertencia ao grupo de alemães fechados em colônias e nem aos brasileiros. Na questão étnico-cultural permaneciam alemães, porém reivindicavam a cidadania brasileira.

Todos estes fatores transformaram o elemento alemão em um perigo eminente à soberania da nação, e o próprio Vianna<sup>4</sup> passou a se dedicar a artigos que possuíam a finalidade de alertar a todos sobre este perigo. O advento da Segunda Guerra Mundial transformou a comunidade teuta em caso de polícia. Visando conter um possível levante das áreas de grande densidade de estrangeiros várias medidas foram tomadas. E imigrantes alemães, japoneses e italianos, passaram a ser vistos como traidores da pátria que os acolheu, e assim chamados de “eixistas”, “súditos do eixo” e ainda “quinta-coluna.”<sup>5</sup>

---

sua germanidade, deixando de lado o uso da língua e das práticas culturais alemãs, o alemão torna-se caboclo, perdendo sua suposta superioridade racial e igualando-se ao brasileiro.

<sup>3</sup> Ideologia formulada a partir de alguns princípios do nacionalismo alemão do início do século XIX, valorizava a cidadania brasileira e a ligação com o Estado, porém em primeiro lugar estava a etnia alemã e suas formas de preservá-la. Baseada no direito de sangue valorizava a endogamia e o uso do idioma alemão.

<sup>4</sup> Série de artigos publicados no jornal *A Manhã* do Rio de Janeiro em 1943

<sup>5</sup> Expressão que remonta a Guerra Civil Espanhola (1936-39) onde o General Francisco Mola utilizou o termo para designar os elementos simpatizantes que agiam secretamente em Madri e que seriam fundamentais para a conquista da cidade, o quinto elemento do seu exército composto por quatro colunas.

A base para o estudo do processo de imigração e consequente estabelecimento do alemão no Brasil é realizado através de uma discussão historiográfica que tem início com a autora Giralda Seyferth. Esta, não apresenta o imigrante como elemento inassimilável e perigoso a soberania nacional. Parte das contribuições que cada etnia teve na composição dos costumes brasileiros, privilegiando os alemães. Abordando o início do processo de colonização, mostra minuciosamente como era a vida dos alemães no Brasil. Salientando as dificuldades enfrentadas, como o preconceito por parte dos brasileiros, sem deixar de reconhecer que as doutrinas germanistas também contribuíram para o isolamento alemão.

Para Seyferth as instituições alemãs presentes no Brasil, eram acima de tudo uma resposta ao descaso das autoridades nacionais e ao mesmo tempo local de proteção mútua entre os imigrantes. A autora não procura abordar o Pangermanismo, ou a relação do imigrante com o regime hitlerista, o que proponho na análise de fontes. Fica claro a forte oposição aos autores que a antecederam e “demonizaram” os alemães em suas obras.

Dando continuidade a historiografia pertinente o autor René Ernani Gertz traz uma abordagem voltada para o período pesquisado neste trabalho. Ele não enfatiza o início da imigração, dando prioridade ao Estado Novo. A atenção de Gertz é voltada para a ligação do imigrante ao Partido Nazista, segundo o qual haviam divergências entre os imigrantes em relação ao apoio à Hitler, o que não isentava os alemães de simpatizarem de alguma forma com o Fascismo, sendo este apoio através da filiação ao Partido, poucos casos, através do apoio informal ou até mesmo do apoio ao Integralismo. Para Gertz, o Nazismo representou apenas um revigoramento do Pangermanismo, e a vitória integralista em locais de imigração alemã deve ser analisada com base nos problemas políticos, econômicos e sociais dos determinados locais, não sendo fruto da simples presença alemã.

A autora Marionilde Brepohl de Magalhães finaliza o debate historiográfico realizado nessa pesquisa. Seus trabalhos sobre o tema abordam o início da colonização alemã, enfatizando os problemas

dos teutos com os brasileiros, e como essa descriminação somada às medidas nacionalizantes, aproximaram ainda mais o imigrante de sua pátria natal. A aproximação do imigrante ao Nazismo nas colônias do sul seria uma forma de união e proteção contra a nacionalização. A autora faz uma análise do indivíduo na sociedade, buscando suas motivações, e mostrando como a mentalidade cultural se torna sentimento político. Assim homens comuns, pais de família deixam-se seduzir pela linguagem totalitária.

As medidas nacionalizantes, tomadas por Getúlio Vargas se intensificam com o advento do Estado Novo. Permeadas de um caráter xenóforo, essas medidas regulamentaram a proibição de atividades políticas a estrangeiros e até mesmo sua expulsão do país. É promovido um grande retrocesso na educação, são proibidas as aulas em outros idiomas que não o português, o que faz com que várias escolas que possuíam professores estrangeiros fechassem as portas, sem que o Estado desse conta da demanda do ensino em português. A medida que as tensões internacionais aumentam e o Brasil rompe diplomaticamente com os países do Eixo, e o posterior torpedeamento de navios brasileiros pela marinha alemã, as proibições do Estado ficam mais severas. Segundo Thiago Weizenmann, um clima de instabilidade e perigo garantem a legalidade das ações repressivas da Ditadura Vargasista (WEIZENMANN, 2008).

O Estado estabeleceu rigorosa vigilância sobre os consulados. São fechadas as sociedades estrangeiras de países do Eixo, é impedida a distribuição de escritos em idiomas das nações com as quais o Brasil rompeu relações. A reprodução dos hinos de Alemanha, Itália e Japão foi proibida, assim como as saudações peculiares a estes Estados. As conversas públicas em outro idioma que não o português foram severamente reprimidas, assim como toda e qualquer manifestação de simpatia aos países envolvidos no conflito mundial. Também ocorreu a proibição de retratos de líderes políticos destas nações, apreensão de livros de caráter político relacionados aos regimes totalitários europeus. Houve a instituição do salvo conduto, bem como a proibição de reuniões e comemorações de caráter privado. Estabeleceu rigoroso controle de

possíveis transmissões de rádio internacionais. Estas medidas eram fiscalizadas pela DOPS, que teve um papel predominante na repressão ao elemento estrangeiro e considerado subversivo.

Além do controle e da fiscalização Estado na busca de possíveis espiões nazistas, muitos imigrantes foram recolhidos em campos de internamento, em São Paulo, ou eram conduzidos para prisões como a da Ilha Grande. No caso específico de Curitiba os presos eram encaminhados para presídios normais. A população teve um papel importante na denuncia do “quinta-coluna”, vigiando e denunciando vizinhos por atividades suspeitas. Junto com as sanções oficiais do Estado, como a ocupação das Sociedades ítalo-germânicas de Curitiba, a população promoveu uma série de manifestações contra os “súditos do eixo”, sendo responsável por tumultos e depredações de estabelecimentos pertencentes a imigrantes.

Para análise da conjuntura específica de Curitiba, foram analisados mais de 2.000 documentos da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, sobretudo, entre os anos de 1939 e 1945. Anos em que as tensões entre o imigrante e o Estado, ou o imigrante e o cidadão brasileiro comum se agravam. Foram pesquisadas todas as pastas com relatórios e diligências da DOPS dos anos citados acima. Bem como as relacionadas à imigração alemã, colégios alemães, consulado alemão, sociedades alemães, atividades nazistas, Ação Integralista Brasileira e apreensão de armas.

Os documentos disponíveis no Arquivo Público do Paraná trazem inquéritos, muitas vezes sem solução. Documentos incompletos e que demonstram a própria deficiência nas investigações promovidas pelos inspetores. Em grande parte dos casos apenas espionavam ou rondavam os locais onde se encontravam os acusados. Não se percebe qual o critério utilizado para uma averiguação mais profunda. Compostos em sua maior parte de denúncias contra pessoas normais, percebe-se que eram muitas vezes incentivadas por problemas pessoais entre o denunciante e o denunciado. Conforme consta em trecho transcrito da resposta à ordem de serviço nº 24, sobre Alberto Schlozlg,

registrada em 23 de maio de 1944 por Eugenio Biazetto, chefe da Seção de Apreensões:

Levo ao conhecimento de V.S., para os devidos fins, que hoje, às 10 horas, efetuei rigorosa busca na casa de ALBERTO SCHLOZLG, de nacionalidade brasileira, reservista de 1ª categoria, possuindo Carteira de reservista nº 55, com 44 anos de idade, nascido aos 25 de agosto de 1898, no município de Curitiba, (Pilarzinho), filho de Fernando e Elisa Schlozlg, ambos brasileiros e falecidos.

Na referida busca nada foi encontrado que interessasse a esta delegacia.

Com referência à existência de fotografias de personagens alemães, nada constatamos, pois que na verdade, existe uma fotografia de um 2º Tte. do Exército Polonês, atualmente lavrador em Londrina por nome Anttonio Borwisoke, sogro de ALBERTO SCHLOZGL.

Conforme declarações de ALBERTO, nunca teve em sua residência sela de montaria e, quanto às medalhas, referem-se a santos de sua religião.

Ao que ainda constatamos, o denunciado em questão, é ébrio habitual, trabalhando na firma Gutierz Munhoz, atualmente parada por falta de material, como pedreiro.

Ao que parece, trata-se de uma questão entre vizinhos e não propriamente de caso político.<sup>6</sup>

Não são todas as denúncias que chegam a ser averiguadas de fato, sendo que o destino de grande parte dos denunciados é ser advertido e fichado, em seguida posto em liberdade. Não eram somente os alemães que era investigados pela DOPS, brasileiros e estrangeiros de outras etnias eram acusados de Integralismo ou de serem favoráveis ao Nazismo. Até mesmo judeus foram fichados na DOPS por serem suspeitos de praticarem atividades nazistas.

As denúncias que chegavam a DOPS normalmente se referiam ao uso do idioma alemão, a presença de rádios transmissores e a manifestações favoráveis ao eixo. As averiguações dificilmente eram comprovadas, restando aos inspetores registrarem que o elemento em questão se encontrava embriagado, enquanto

---

<sup>6</sup> BIAZETTO, Eugenio. Resposta à ordem de serviço nº 24 de 19 de maio de 1944. Dossiê: Relatórios 1944, nº 835, top. 101. Folha 17. Pastas das DOPS. Arquivo Público do Paraná.

dava vivas a Alemanha, ou insultava o país. Não estão disponíveis no arquivo da DOPS fotos de reuniões nazistas ocorridas em Curitiba, somente algumas ocorridas no interior do Paraná, assim como fotos vindas da Alemanha, possivelmente enviadas por parentes.

Os documentos mais concretos com relação a aproximação do imigrante à atividades nazista de fato são materiais nazistas vindos da Alemanha e distribuídos pelo Consulado. Porém, estes documentos também não estão arquivados nas pastas da DOPS. Cabe aqui ressaltar que as pastas individuais não foram checadas, em virtude da dimensão final que o presente trabalho deve apresentar. O Consulado possuía uma ligação com as sedes dos partidos em outros locais, como em Blumenau. Ocorria uma circulação de matérias nazistas vindos da Alemanha. Porém, esta ligação parece ser apenas fruto da subordinação do Consulado ao regime político de seu país. Não se percebendo um entusiasmo com a causa nazista por parte do Cônsul Walter Zimmermann ou de seus funcionários.

O número de presos nazistas em Curitiba, considerados de, é bem inferior em relação a total de teutos na capital durante esse período. Se percebe também que muitos se mostram apenas simpatizantes, sem possuir contato algum com a política. Antes do acirramento da Campanha de Nacionalização e da eminência do segundo conflito mundial datas como o aniversário do *Fuhrer* eram comemoradas pelo Consulado, inclusive tendo a permissão e parabenização por parte do governo brasileiro. Quando o Partido é proibido, algumas ações políticas são creditadas ao Consulado, como a distribuição de materiais de propaganda nazista.

Em outros locais do Brasil, se percebe uma ação muito mais organizada em prol do NSDAP. Como é o caso de São Paulo e Blumenau, de onde disseminavam as propagandas nazistas. Porém, segundo Oliveira, o Partido atingiu poucos resultados de ordem prática, e seus membros não passaram de 3.500 pessoas (OLIVEIRA, 2008, p. 21). Curitiba nesta conjuntura é vista como ponto geográfico estratégico, por estar entre os estados de maioria lusa e os estados de maioria germânica no sul. Existe ainda uma

preocupação do Partido no Brasil em contabilizar os teutos e identificar os que não apoiavam o regime nazista.

Mesmo os que se dizem simpatizantes do regime, não demonstram possuir as mesmas ideologias do Partido na Alemanha, como é o caso do anti-semitismo. No Brasil são poucas as referencias com relação aos perigos da conspiração judaica. Ainda pode se dizer que o Nazismo no Brasil representou uma reformulação do Pangermanismo e um fator de coesão entre os imigrantes. Segundo Magalhães, a adesão ao nazismo, representou antes de tudo uma proteção mutua entre os teutos, que se aproximaram ainda mais de seu país de origem em virtude da Campanha de Nacionalização (MAGALHÃES, 1998) .

Enquanto os membros do Consulado foram deportados para a Alemanha, os cidadãos teuto-brasileiros conviveram até o final da guerra com manifestações, denúncias e perseguições por parte dos brasileiros. Pertences, como rádios e livros escritos no idioma alemão são apreendidos. Também se estabelece a vigilância às correspondências, a proibição de reuniões entre teuto-brasileiros e conversas no idioma alemão. Os teuto-brasileiros São retirados das áreas litorâneas e passam a se deslocar comente com a autorização do governo, através do salvo conduto. Neste sentido o elemento nacional foi de grande importância, pois esteve sempre presente denunciando ou até mesmo dando voz de prisão a supostos nazistas. Como já avaliado anteriormente, as denúncias dificilmente se confirmavam. Elementos nacionais também são suspeitos de compactuarem com o nazismo. Mas normalmente no final das investigações eram liberados por estarem bêbedos no momento em que saudaram a Alemanha.

Com relação ao Integralismo se percebe um apoio à Plínio Salgado por parte de alguns cidadãos teutos. Porém, este fato não reflete a posição oficial do Partido, que esteve muito mais preocupado em mostrar a incompatibilidade que existia entre o integralismo e o nazismo.

Com base nas pastas temáticas da DOPS em Curitiba, se percebe que a ação contra o imigrante se deu em virtude de inúmeros problemas. Que já existiam antes da eclosão da Segunda

Guerra Mundial. Tanto a ação popular como a estatal contra o imigrante cometeu excessos e buscou barrar uma ação política efetiva do Partido na capital paranaense. Constatação que não se afirma na documentação da DOPS.

O que nos leva a crer que não houve uma adesão da população teuto-brasileira curitibana ao NSDPA. O que provavelmente se deve a forma como ocorreu o processo de colonização do Paraná. O estado torna-se centro de atração do imigrante em um período posterior se comparado à outros estados brasileiros. Recebe por isso grande leva de imigrantes de outras etnias, o que inviabilizava a formação de colônias homogêneas. No caso específico de Curitiba, pode se dizer que está foi centro de tração de migrações que ocorreram de regiões coloniais mais antigas, como o Rio Grande do Sul. Deste modo, estes teutos estavam a mais tempo em contato com brasileiros, assim como com imigrantes de outras etnias. O contato em Curitiba entre imigrante e brasileiro se deu, sobretudo, em virtude da grande presença do alemão no desenvolvimento comercial e industrial da capital.

A documentação da DOPS não mostra um envolvimento concreto entre a comunidade teuta e o Partido Nazista. Somente em alguns casos as denúncias se confirmam, deixando claro que apesar da existência de alguns casos de simpatia pelo regime Nazista, a repressão e o cuidado com relação ao imigrante não foram fundamentados em uma ação política de fato. Bem como, a racional ação popular contra o “quinta-coluna”, que se deu antes de tudo por questões de caráter pessoal, influenciadas por questões étnicas fruto do próprio processo de imigração e que foram intensificadas pela Campanha de Nacionalização. A convocação dos populares por parte do Estado Novo, que visou a busca de um patriotismo também foi um dos grandes responsáveis pelos conturbados anos que Curitiba vivenciou durante a Segunda Guerra Mundial.

## **Fontes**

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Clube Concórdia.



\_\_\_\_\_. DOPS – Dossiê: Atividades nazistas no Sul do Brasil e Alfredo Andersen.

\_\_\_\_\_. DOPS – Dossiê: Consulado da Alemanha.

\_\_\_\_\_. DOPS – Dossiê: Atividades nazistas no país.

\_\_\_\_\_. DOPS – Dossiê: Censura postal.

\_\_\_\_\_. DOPS – Dossiê: Colégios alemães.

\_\_\_\_\_. DOPS – Dossiê: Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Diligências.

\_\_\_\_\_. DOPS – Dossiê: DOPS – documentos antigos

\_\_\_\_\_. DOPS – Dossiê: DOPS – relatórios – patas – 1942.

\_\_\_\_\_. DOPS – Dossiê: DOPS – relatórios – 1943.

\_\_\_\_\_. DOPS – Dossiê: DOPS – relatórios – 1945.

\_\_\_\_\_. DOPS – Dossiê: DOPS – relatórios.

\_\_\_\_\_. DOPS – Dossiê: DOPS – relatórios – 1944.

\_\_\_\_\_. DOPS – Dossiê: Jornal Semana Policial – 1945.

\_\_\_\_\_. DOPS – Dossiê: Nazismo – informes de delegacia e fotografias.

\_\_\_\_\_. DOPS – Dossiê: Relatório de embarque e desembarque

\_\_\_\_\_. DOPS – Dossiê: União Beneficente Educativa Alemã.

## **Referências**

BLASKEVICZ, Livia I. M. *Construindo um inimigo coletivo: uma história da quinta coluna no Brasil*. Curitiba, 1992. Monografia de conclusão de curso.

CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2006.

COSTA, Sergio C. *Crônica de uma guerra secreta*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FAVÉRI, Marlene de. *Memórias de uma outra guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí: Editora Univali, 2005.

GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.

\_\_\_\_\_. Preconceitos de sangue. In: *História: Questões e debates*. Curitiba, jun./ dez., 1989, v.10, nº 19-20, pág. 157-180.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989

MADEIRA, Marcos Almir. *Oliveira Vianna: vulnerabilidade crítica*. Rio der Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. Contribuição ao estudo da imigração alemã no Paraná: Acerca do Pastor Friedrich Wilhelm Brepohl. In. *História: Questões e Debates*, v. 2, n. 3, p. 151-156, 1981.

\_\_\_\_\_. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_. Velhos e novos nacionalismos: Heimat, Vaterland, Gastland. In: *História: Questões e debates*. Curitiba, jun./ dez., 1989, v.10, nº 19-20, pág. 77-112.

OLIVEIRA, Dennison. *Os soldados alemães de Vargas*. Curitiba: Juruá, 2008.

\_\_\_\_\_. *Os soldados brasileiros de Hitler*. Curitiba: Juruá, 2008.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra*. São Paulo: Barueri, 2003

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1999.

\_\_\_\_\_. A liga pangermanica e o perigo alemão no Brasil; análise de dois discursos étnicos irreduzíveis. In: *História: Questões e debates*. Curitiba, jun./ dez., 1989, v.10, n° 19-20, pág. 113-155.

\_\_\_\_\_. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Ed. da UNB, 1990.

\_\_\_\_\_. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

\_\_\_\_\_. Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. In. *Estudos Afro-Asiáticos*. n. 20, p. 165-185, jun. 1991.

TOEDTER, Norberto. *...e a guerra continua*. Curitiba: Ed. do autor, 2001.

VOGT, Olgário Paulo. *Repressão x medo: arbitrariedades cometidas durante a campanha de nacionalização em Santa Cruz, RS*

WEIZENMANN, Thiago. *Cortando as asas do nazismo: representações e imaginário sobre o nazismo na revista Vida Policial (1942-1944)*. São Leopoldo, 2008. Dissertação (mestrado) UNISINOS.

WILLENS, Emilio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1946.

# **A IGREJA DA IMIGRAÇÃO E O CAJADO DO PODER DE DOM JOÃO BECKER. UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS LEMBRANÇAS “CENSURADAS” DE THEODOR AMSTAD<sup>1</sup>**

Alba Cristina Couto dos Santos<sup>2</sup>

*Resumo:* Procura-se neste texto apresentar e discutir algumas intervenções realizadas pelo arcebispo Dom João Becker nas ações pastorais dos jesuítas, nas áreas de colonização alemã do estado do Rio Grande do Sul. Os imigrantes alteraram profundamente o rosto da Igreja no sul do país, moldando-a de acordo com os novos anseios de uma Igreja Restaurada, que buscava se inserir cada vez mais na vida social dos seus fiéis. Neste sentido, os jesuítas, inclusive Theodor Amstad, foram os que mais colaboraram para cativar e conquistar os fiéis a levar uma vida sacramentada. Contudo, suas ações incomodavam o arcebispo, que nem sempre podia ter o controle da situação. Ele via com maus olhos a autonomia desta ordem religiosa e da Sociedade União Popular, fruto do trabalho dos jesuítas. É neste contexto que Theodor Amstad estava escrevendo suas memórias autobiográficas, deixando registradas naqueles manuscritos, sua vida infantil, formação, impressões e opiniões sobre o país e o trabalho. Verifica-se que na edição de 1981, o tradutor, Arthur Rabuske, apresenta fatos novos que não foram editados em 1940, suscitando não apenas curiosidade, mas também algumas interpretações sobre a omissão destes relatos.

*Palavras-chave:* Igreja da Imigração, Theodor Amstad, Lembranças, Dom João Becker.

---

## **Introdução**

Este trabalho tem o intento de apresentar e analisar, mesmo que brevemente, a presença religiosa dos imigrantes europeus no sul do país, sobretudo, os católicos. Conhecendo o projeto de evangelização católica no final do século XIX início do XX,

---

<sup>1</sup> Este texto é parte da pesquisa que esta sendo realizada para a dissertação de mestrado.

<sup>2</sup> Mestrando em História pela Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul. CNPq.

poderemos situar Theodor Amstad e os demais jesuítas, de maneira geral, em sua ação pastoral traçando algumas interpretações sobre a relação desta ordem religiosa com o arcebispo Dom João Becker, no Rio Grande do Sul. Como não se pode abarcar toda esta realidade complexa e longa, foram selecionados alguns eventos, pelos quais pretendemos ilustrar um pouco desta relação entre o autoritarismo do arcebispo e a autonomia dos jesuítas.

Os imigrantes alteraram profundamente o rosto da religião no país, sobretudo os católicos, que vieram da Suíça, Baviera, do Palatinado, Vêneto, Tirol e da Polônia. Estes imigrados estavam longe de se reconhecerem como pertencentes ao mesmo catolicismo encontrado no Brasil. Arthur Rambo (1998) ressalta que os imigrantes encontraram uma mentalidade de Igreja que se esgotava em rituais e manifestações do profano, sem vida sacramental, portanto, os imigrantes iriam enfrentar esta igreja lusa, os católicos com a Igreja da Restauração Católica<sup>3</sup> e os protestantes com a Igreja da Reforma. “Em poucas palavras, os imigrantes católicos encontraram uma Igreja sujeita, submissa e dependente dos caprichos dos governantes e administradores civis, na qual a doutrina e os bons costumes, pouco ou nada decidiam” (RAMBO, 2002, p. 58).

Por conta da imigração, a Igreja do Brasil teve de rever e reaprender a lidar com os conflitos entre fazendeiros e agricultores. Isto porque no período de escravidão a religião era uma questão de tutela, ou seja, a catequese e o batismo eram confiados ao senhor dos escravos. Já com o imigrante, havia resistência em relação a esta tutela. Em razão da imigração e das novas condições políticas, a Igreja teve de selecionar novos caminhos de atuação.

No Rio Grande do Sul, a nomeação de Dom Sebastião Dias Laranjeira, em 1860, deixou evidente o andamento do projeto de renovação. Este bispo formou-se em Roma e fora escolhido pelo

---

<sup>3</sup> Este projeto tinha como pontos centrais: a retomada da doutrina formulada pelo Concílio de Trento; a obediência à autoridade do romano pontífice e dos bispos; a distância e a rejeição à ingerência do Estado e das autoridades leigas na vida e nos assuntos da Igreja (RAMBO, 2002, p. 60).

pontífice Pio IX. Seu sucessor Dom Cláudio José Ponce de Leão, também formado em Roma, intensificou e ampliou a obra da Restauração. Esta tarefa de implantação do novo sistema da Igreja implicou em vários fatores decisivos<sup>4</sup> para o clero e a comunidade católica em geral. Em primeiro lugar, a própria imigração de alemães, italianos, poloneses no estado motivou as ordens religiosas a emigrarem para dar assistência aos emigrados. Em segundo lugar, o fato dos jesuítas terem sido expulsos por Bismarck provocou uma transferência considerável destes religiosos para o sul do Brasil, muitos deles com vivências associativas no país de origem, transplantando o modelo à realidade aqui encontrada (RAMBO, 2011, p. 51).

A presença desta ordem no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina foi fundamental para a ampliação e a difusão do projeto de Restauração da Igreja. Esta organização coesa e comprometida com o projeto de Restauração caracterizou um catolicismo intenso nas áreas de colonização alemã. As práticas destes religiosos estavam mais direcionadas à vida social, econômica e cultural da comunidade. Em grande medida, a presença de jesuítas nas colônias alemãs foi bem mais intensa que a de outras ordens, isto se explica também por ser no Rio Grande do Sul a Província Sul dos Missionários alemães no Brasil.

### **Dom João Becker e o Projeto de Restauração da Igreja**

Junto com a implantação de um bispo arquidiocesano, os jesuítas criaram estratégias de motivação, a fim de cativar os fiéis e conquistar novos membros para a Igreja, através de exemplos de vida sacramental. Para tanto, os meios utilizados foram os mais diversos, na tentativa também de uma aproximação mais casual. Lúcio Kreutz (1998, p. 151-154) cita três exemplos básicos para a difusão do projeto de Restauração: o associativismo, a imprensa, a escola e o professor paroquial.

---

<sup>4</sup> Lúcio Kreutz analisa e enumera uma série destes fatores em sua obra *O professor paroquial – magistério e imigração alemã* (referência utilizada e analisada por Rambo, 1998, p. 150).

Estes segmentos foram imprescindíveis para o estímulo da vida cristã na comunidade. Os padres atuavam como líderes, deixando leigos participarem ativamente nas diretorias paroquiais e dos grupos de oração, que foram criados até mesmo para as crianças, em torno da devoção ao Menino Jesus. O padre agora exercia efetivamente seu papel de pároco, com o objetivo de zelar pela vida sacramental dos seus fiéis. Para as mulheres, tanto as casadas quanto as viúvas, era dedicada a devoção ao Coração de Jesus, que tinha seu ponto alto no mês de junho, quando acontecia uma festa de culminância em louvor ao Sagrado Coração.

Os professores paroquiais eram tidos como exemplos a serem seguidos de fé e vida moral na doutrina cristã. Havia uma publicação, *Lehrerzeitung*, direcionada a eles com o intuito de orientar, formar e informar os professores da rede comunitária. A este “profissional” cabia a tarefa de introduzir os aprendizes no projeto de Restauração.

Os jesuítas estavam ocupando espaços importantes na catequização e na realidade da vida social dos imigrantes. Mas esta função tem sua dimensão ampliada a partir da primeira década do século XX. No ano de 1910, assume a arquidiocese de Porto Alegre Dom João Becker (e permaneceu até sua morte em 1946), nascido na Alemanha, e imigrado quando criança para o Brasil entregou nas mãos dos jesuítas, a tarefa de formar um clero afinado com os princípios da Igreja da Restauração. Ele próprio já fora educado nesta tradição, e teria sido aluno de jesuítas. Assim, durante 40 anos, o Seminário Central Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo imprimiu um perfil definitivo à religiosidade no estado. Esta formação do clero foi realizada em São Leopoldo pelos jesuítas até 1956. Após esta data, o Seminário foi transferido para a cidade de Viamão, e a formação ficou a cargo do clero diocesano.

Ao mesmo tempo em que Dom João Becker demonstrava confiança na formação dos jesuítas, também demonstrava certo incômodo com a autonomia da ordem religiosa. Como vimos, eles estavam atuando em todas as áreas da vida social, ampliando seu trabalho pastoral num espaço territorial considerável, onde o braço do arcebispo não tinha poder de decisão. Os jesuítas não devem

obediência aos bispos locais, devendo a mesma apenas ao papa e à cúria romana.

Neste sentido, a relação entre o arcebispo e os jesuítas freqüentemente ficava tensa. Isto porque Dom João Becker, segundo os estudos sobre ele, tinha duas premissas em sua função de autoridade católica no estado: a primeira dizia respeito a assegurar à Igreja uma posição bem definida e respeitada diante da sociedade laica; e a segunda era a própria questão de sua autoridade, fazendo questão de estabelecer uma obediência irrestrita ao seu exercício, no melhor estilo ultramontano, em relação ao papa em Roma. Assim, Becker formava, informava e controlava o clero e o povo como um agente mais expressivo do Projeto da Restauração no Sul do país.<sup>5</sup>

Podemos caracterizar como primeiro atrito esta própria autonomia da ordem, isto porque, para realizar atividades nas paróquias, nos hospitais, colégios, nas universidades e em outras instituições, era necessária a autorização dos bispos locais. Mas, com a isenção canônica, os jesuítas estavam livres para ação o que incomodava Becker, afinal, os jesuítas poderiam ignorar suas ordens.

Outra questão era a educação no interior das colônias que teve suas raízes em 1835 e, a partir de 1849, “com a chegada dos jesuítas, as escolas se valeram de instrumentos mais eficazes para frutificar a ação pastoral” (RAMBO, 1998, p. 231). Como já citado anteriormente, a educação paroquial era orientada pela Associação dos Professores Católicos, que por sua vez trabalhava intimamente com os párocos e atuava sob a coordenação da Sociedade União Popular<sup>6</sup>. Não é preciso dizer que Becker não via com bons olhos a educação paroquial também escapando do seu poder. E para acrescentar mais um ingrediente nesta disputa de poder, as

---

<sup>5</sup> Ver mais em Arthur B. Rambo, 1998, p. 228-229.

<sup>6</sup> Associação confessional católica fundada no 9º Congresso Católico, em 1912. Esta associação tinha como principal direção auxiliar nas necessidades da população de imigrantes alemães, norteadas pelo ideal associativo, liderada e fundada por Theodor Amstad entre outros jesuítas. Para saber mais, GERTZ, 1992, e RAMBO, 2000.



comunidades coloniais haviam acumulado um respeitável patrimônio físico, os quais Becker pretendia passar para o domínio da Igreja. Já no ano de 1919, os bispos diocesanos interferiram nas escolas comunitárias e determinaram a fiscalização e a aprovação dos currículos pelas cúrias diocesanas, sob as ordens de Dom João Becker. O patrimônio das comunidades também passou legalmente para as cúrias, fato que causou um grande estranhamento na comunidade.

Entre as congregações da Igreja da Imigração, deve-se dar destaque para as Marianas e os Colégios jesuíticos que, a exemplo de uma Igreja militante, fomentavam a vida religiosa de jovens e moças de todas as classes sociais. “Deles saíram, em grande parte, as lideranças católicas que atuaram como agentes de transformação e assim foram responsáveis pela influência que o catolicismo exerceu na vida civil urbana e na vida pública do Estado e em âmbito nacional” (RAMBO, 1998, p. 155).

Na década de 1930, surge entre as Congregações Mariana sob a orientação do padre jesuíta Werner von und zur Mühlen um importante núcleo de estudos filosóficos e teológicos, com sede no Colégio Anchieta, localizado na cidade de Porto Alegre. O resultado deste grupo foi o surgimento de intelectuais católicos que marcaram a presença na vida social de Porto Alegre, sobretudo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SEIDL, 2007).

Dom João Becker deixava claro em sua atuação a intenção de assegurar um espaço para a Igreja Católica no âmbito social, colaborando com as elites e o governo. Primava pela manutenção do *status quo* da elite dominante e a ascensão da Igreja ao poder. Desde sua chegada em Porto Alegre, manifestou interesse em colaborar nos assuntos de interesse comum, tanto material quanto espiritual, entre Estado e Igreja. Desta forma, é possível perceber, no longo período em que Becker permaneceu à frente da Igreja gaúcha, um jogo de interesses do arcebispo com os chefes de estado, em busca da manutenção do poder eclesiástico bem como da sua autoridade, enquanto chefe espiritual. Nos discursos analisados por Arthur Rambo (1998), observa-se certa bajulação do arcebispo tanto ao

governo de Júlio de Castilhos quanto de Borges de Medeiros, legitimando o poder civil e valorizando uma autoridade moralista.

Nos anos 1930, não será diferente. O arcebispo manteve um posicionamento cordial em relação ao governo de Getúlio Vargas. A Revolução de 1930 era vista com bons olhos pelo arcebispo, que tinha uma visão nacionalista e moralista da sociedade brasileira, viu neste movimento um ponto de partida para o resgate da identidade brasileira através do reforço do catolicismo. “A proposta de Dom João Becker apontava para um trabalho no qual a Igreja, inspirando e coordenando a ação das classes conservadoras, resguardasse seus direitos, ampliasse sua autoridade e permanecesse como instituição mor para a preservação da ordem social” (ÍSAIA, 2002, p. 85).

Este perfil nacionalista de Becker já era percebido nos seus primeiros anos de bispado, quando, na realização do 10º Congresso Católico, na cidade de Novo Hamburgo, em 1914, destacou a necessidade dos teuto-católicos colaborarem com a ação dos lusos brasileiros, a fim de estreitar a relação, sobretudo naquilo que diz respeito às escolas católicas. Becker afirmava em seu discurso a importância da educação nas colônias alemãs ser direcionada aos deveres e direitos de um cidadão brasileiro, e que fossem, portanto, ensinados na língua nacional, adaptando-se e cultivando a brasilidade (GERTZ, 1992, p. 574-575).

José Antônio Flores da Cunha, o primeiro interventor desta nova política nacional, permaneceu no cargo até 1937. A aliança de Becker neste governo veio a se confirmar com o comprometimento do arcebispo com o novo Partido Republicano Liberal, fundado por Flores, para dar sustentabilidade ao projeto de Vargas. A partir deste momento, Dom João Becker adere crescentemente ao plano governamental, e causa um mal-estar importante no núcleo intelectual católico.

Dom João Becker não agradou nem a LEC (Liga Eleitoral Católica) com sua postura apartidária, e nem os jovens intelectuais do Colégio Anchieta com seu apoio ao PRL. Estes jovens intelectuais, não concordavam com a campanha e a aproximação do arcebispo com o Partido Republicano Liberal e manifestaram seu descontentamento no I Congresso do Centro Católico de

Acadêmicos (CCA). Estes estudantes estavam totalmente afinados com os estatutos da LEC e queriam o apartidarismo da organização<sup>7</sup>.

A crescente preocupação da adesão ao comunismo, a Igreja tinha como meta, através das ações populares, reforçar a identidade religiosa, principalmente das camadas populares. Neste sentido, o anticomunismo mobilizava tanto o laicato quanto os civis. Becker via nesta coesão de forças uma oportunidade de manobra política para defender o projeto varguista, e se opor a qualquer projeto de desestabilização. Com esta estratégia de conter o comunismo e defender a integridade nacional do país, passou a defender uma brasilidade católica, aproximando-se novamente do governo e diminuindo o conflito com os estudantes do Colégio Anchieta.

Enfim, podemos observar um conjunto de atividades e organizações sistemáticas que garantiram o sucesso do Projeto da Restauração Católica nas comunidades, sobretudo nas rurais e/ou regiões metropolitanas, que tiveram como fomento também projetos ligados à economia e ao bem social como um todo. Sob a coordenação de Dom João Becker, a Igreja do Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX, pode dar conta de todos os setores da vida social e promoção humana. O que pudemos verificar também foram os atritos dentro da instituição Igreja, sobretudo, naquilo que diz respeito à educação jesuítica e às comunidades alemãs, como já assinaladas neste trabalho, e à aproximação ainda maior com o governo e as elites, garantindo o lugar da Igreja entre eles.

---

<sup>7</sup> A Igreja pretendia uma maior articulação com o mundo da política, e em 1932 o grupo católico liderado por Dom Sebastião Leme criou a Liga Eleitoral Católica. “A LEC havia de conduzir como ‘grupo de pressão’, e em nível de exigências religiosas, os destinos das eleições de 1933 e as linhas de ação da Assembléia constituinte de 1934” (LUSTOSA, 1991, p. 53).

## **A Sociedade União Popular e Dom João Becker na política de nacionalização**

A Sociedade União Popular foi criada em 1912, com fins estritamente confessionais, engajando-se ainda mais no projeto da promoção humana sob a liderança de Amstad. A idéia era se espelhar numa associação precursora na Alemanha e constituir uma direção diferenciada de todas as associações e de todos os empreendimentos católicos entre as comunidades alemãs do estado do Rio Grande do Sul (GERTZ, 1992, p. 565). Também contava com a presença de leigos, sobretudo, aqueles que possuíam certo prestígio social, projetando, desta forma, a nova organização à sociedade. “A principal preocupação, portanto, consiste em criar uma associação que centralize, coordene e compatibilize as atividades religiosas e socioeconômicas num todo indivisível” (GERTZ, 1992, p. 566).

Como vimos anteriormente, Dom João Becker sempre apresentou uma preocupação com a brasilidade. Mesmo sendo descendente alemão, demonstrava uma preocupação com as escolas comunitárias, pelos motivos já abordados e pelo próprio ensino a ser ministrado, na grande maioria, em alemão. Na ascensão do Estado Novo, Becker via a possibilidade de completar a “reconstrução nacional” iniciada em 1930, com raízes na religiosidade e na nacionalidade. Neste sentido, D. João Becker terá mais um atrito extremamente visível com os jesuítas, na região do Vale dos Sinos.

A campanha de nacionalização esteve presente na população gaúcha desde o século XIX, pelas significativas diferenças das várias populações estrangeiras que aqui chegaram. No entanto, após o Brasil ter declarado guerra contra a Alemanha, durante a Primeira Guerra Mundial, em 1917, intensificou-se a política de nacionalização nas colônias alemã, proibindo-se a imprensa em língua alemã, interferindo nas atividades educacionais, entre outras intervenções. Segundo Gertz (2005) o ano de 1918 foi a rigor um ano de intensa nacionalização, ainda que a guerra tenha findado no mesmo ano.

A nacionalização retorna com força ao Estado no regime do Estado Novo, com a ascensão do coronel do exército Oswaldo

Cordeiro de Farias, para interventor do Estado, em março de 1938. Foi este interventor que estimulou ainda mais a veia nacionalista do arcebispo em questão. Cordeiro de Farias se declarava apolítico, e concentrava sua atenção na política nacionalista. “Uma parte muito significativa de suas energias, de fato, foi gasta com as questões ‘etnográfico-internacionalistas’, isto é, a caça a supostos germanistas e nazistas, e a ‘nacionalização’ dos gaúchos ‘alienígenas’, já que tinha uma fixação pela destruição dos ‘quistos étnicos’ (GERTZ, 2005, p. 28). Além disso, a ação desencadeada por Cordeiro de Farias se justificaria, segundo ele, pela presença de núcleos da população brasileira que de “nada sabiam da própria Pátria, e que não podiam compreender os anseios da alma brasileira” (GERTZ, 2005, p. 155).

A Sociedade União Popular atendia às necessidades do Projeto de Restauração, tendo sido um dos mais importantes instrumentos de difusão da formação moral e vida sacramentada. No entanto, muitos fatores, desde a sua criação, não agradavam ao arcebispo. Como vimos, a sociedade foi criada por Amstad e outros jesuítas, além da presença de leigos afinados com a Restauração Católica, caracterizando-se em uma sociedade civil católica autônoma. Não foram poucas as tentativas de colocar a União Popular sob as ordens da jurisdição da Cúria Metropolitana.

Esta conjuntura favoreceu mais um desentendimento com a Sociedade União Popular, a qual era mantenedora da Escola Normal<sup>8</sup> que formava os professores católicos das comunidades teutas. Arthur Rambo (1998) relata um fato que ocorreu no dia 25 de julho de 1938, quando o então secretário de educação, Coelho de Souza, ouviu um discurso de um aluno da instituição. O secretário

---

<sup>8</sup> O ano de 1923 é considerado o ano de fundação da Escola Normal Católica coincidindo com a comemoração dos 25 anos da Associação de Professores Católicos. Dom João Becker concedeu a aprovação dos estatutos e o funcionamento da mesma, divulgando nos próximos dias o nome de um representante da Cúria (ARENDT, 2012, p. 108). No entanto, com a política de nacionalização apresentou outra postura.

de educação interpretou o discurso como provocação às autoridades nacionalizadoras.

Lançou toda a culpa sobre o diretor Pe. Meier e foi até o palácio arquiépiscopal para tratar com o arcebispo de providências cabíveis em relação à Escola Normal e em relação ao seu diretor. Ouviu de D. João Becker a surpreendente declaração de que a escola nunca foi e nem é católica. Como consequência, exigiu dos superiores dos jesuítas que o Pe. Miguel Meier fosse transferido para fora das fronteiras da Arquidiocese. A escola recebeu um diretor interino nomeado pelo secretário da educação. Não demorou e a escola foi fechada definitivamente (RAMBO, 1998, p. 232).

A Sociedade União Popular não apresentava problemas somente com o arcebispo. Ela também não era bem-vista pelo Estado no tocante aos problemas jurídicos que apresentava, sobretudo, naquilo que dizia respeito às propriedades, como, inventários, herança e medições de terras. Além disso, era uma associação independente, e o governo queria que se transformasse em sindicato e se vinculasse ao Centro Econômico do Estado. No entanto, estas ações não agradavam aos líderes católicos.

Os problemas da União Popular não cessaram por aí, se de um lado era pressionada pelo Estado, de outro, a pressão era institucional. Ou se transformava em uma associação civil, ou numa associação católica sob a direção da arquidiocese. Na década de 1920, a associação tentou realizar um novo projeto de colonização, procurando conseguir novas terras no Estado, sem sucesso, a justificativa do governo seria a não admissão de um projeto étnico e confessional.

Com isto dito, podemos inferir que desde a sua criação, a Sociedade União Popular apresentou estranhamento político e religioso. No entanto, Becker soube utilizar a mesma para a difusão do Projeto de Restauração Católica, fomentando entre os associados católicos uma vida sacramentada nos novos códigos de cristandade da Igreja.

## **As lembranças de Amstad omitidas ou censuradas?**

A edição de 1940 das *Memórias Autobiográficas* de Theodor Amstad foi escrita em alemão por ele mesmo e publicada no mesmo idioma. Segundo os editores e tradutores da nova publicação no ano de 1981, a primeira edição omitiu frases inteiras ou trechos que dizem respeito às impressões de Amstad sobre o país, a partir da sua chegada, e sobre sua vivência pastoral. Permita-me transcrever alguns trechos, a exemplo daquilo que este padre “sem papas na língua” escreveu (como se referiu um dos tradutores a ele, Arthur Rabuske).

O primeiro exemplo a ser citado é um relato sobre os passageiros na viagem ao Brasil. Cita o senhor Keating, descrevendo-o como a própria imagem das misturas étnicas na América do Sul. Era descendente de pai inglês e de mãe alemã. Criou-se em Hamburgo. Casou-se com uma espanhola no Chile (viajando a negócios para o Chile) e perdeu seus três filhos com a “epidemia da terra” (ele não esclarece o significado). Keating vendeu tudo, e retornou para a Europa. Tornou-se proprietário de grandes minas de salitre no Chile. Em consequência da guerra entre Chile e Peru, o dinheiro chileno desvalorizou-se, e o senhor Keating perdeu boa parte da sua fortuna. “Neste relato temos de novo um exemplo nítido de como no Mundo Novo se adquirem grandes riquezas de um lado e de outro igualmente se perdem” (AMSTAD, 1981, p. 127)

Quando da sua chegada ao Brasil, no porto do Rio de Janeiro, teve de aguardar por oito dias para viajar a Porto Alegre. “A culpada de tal demora naturalmente foi a precária ligação marítima do Rio de Janeiro a Porto Alegre” (AMSTAD, 1981, p. 123).

No tempo em que ficou no Rio, passeou pelas ruelas da cidade, e quando perguntado pelo padre Henn o que estava achando da cidade disse:

Nada mal! Mas acrescenta: Vêm-se muitas coisas, que não se enxergam em outras partes do mundo. Sabe contudo, padre, o que eu faria, se fosse Dom Pedro?!... Mandaria confeccionar uma máquina, munida de faca afiada, que houvesse de passar diante de todas as casas e cortar a cabeça de todas quantos apenas olham pela

janela, pois um país, em que reina preguiça, não pode progredir!  
(AMSTAD, 1981, p. 132).

Entre outros fatos deste capítulo intitulado “Atividades missionários no Brasil” sobre as primeiras impressões da terra e da gente, citamos o desfile de 7 de setembro de 1885 que Amstad presenciou no Rio de Janeiro e registrou em suas memórias. Chamou a atenção para a simplicidade da corte. “Armas e ornamentos de chapa prateada só tinha a carruagem imperial, sendo que as restantes nada mais ostentavam do que na Europa os simples carros postais” (AMSTAD, 1981, p. 133). E ele continua dizendo que lembrou esta situação porque havia lido uma notícia no jornal de 1937 que relatava uma viagem protelada do então Presidente da República, Getúlio Vargas, a Buenos Aires, porque um tapete de custo superior a cem contos de réis não teria chegado a tempo para a sala de recepção do navio em que iria viajar.

No orçamento das despesas previstas para a viagem presidencial constava também a soma mesquinha de 20 milhões... Na verdade, que diferença entre parcimoniosa simplicidade de um Imperador nos tempos do Brasil Império, e a esbanjadora jactância de um Presidente Republicano, nos tempos da República do Brasil (AMSTAD, 1981, p. 133)!

Outros trechos omitidos são referentes a dificuldade de se fazer a tradução, isto porque alguns manuscritos de Amstad estavam riscados. Ressaltam a importância de ler com atenção este último exemplo citado sobre o Desfile de 7 de Setembro, segundo os editores de 1981, cabe ao leitor ilustrado tirar suas próprias conclusões da leitura, pois, todo o episódio do “festejo” até as “pretensões” de Vargas foram omitidas na edição de 1940.

Mesmo conscientes dos diversos motivos que levariam um editor a cortar, diminuir um texto para publicação, preferimos aqui estabelecer um diálogo com a política governamental e institucional. O fato é que nesta conjuntura política tanto dentro quanto fora da Igreja, a Sociedade União Popular daria, como se diz no senso comum, “pano pra manga”, para uma nova discussão. Isto considerado, não poderia ser mais “arriscado” para a editora a publicação de um livro em alemão com tais falas. De um lado,



estava D. João Becker, supervisionando de perto a autonomia da Sociedade União Popular, de outro, a política de nacionalização proibindo quaisquer ações que não fossem de brasilidade. Além disso, quando a política de nacionalização se intensifica, Becker une-se ainda mais com o sentimento de brasilidade e amplia a perseguição a esta Igreja imigrante.

Como vimos, a Sociedade União Popular estava freqüentemente cercada desde sua criação. O livro foi lançado em alemão, num momento de intensa perseguição aos “quistos étnicos”. É preciso aprofundar os estudos quanto à recepção do livro e à circulação do mesmo na sociedade, pois a imprensa em língua alemã sofrera uma forte restrição, desde 1918.

De certa forma, podemos considerar também a lucidez de Amstad na escrita de suas lembranças. Se o manuscrito apareceu riscado, e Rabuske confirma isto em algumas passagens, o próprio Amstad poderia demonstrar nesta ação a consciência em estado de alerta em relação a perseguição vivenciada no momento. Mesmo com idade avançada, estava com clareza dos acontecimentos recentes. “O tema essencial de toda autobiografia são realidades experimentadas concretamente, em que a realidade externa se modifica pela vida interior” (JOSEF, 1997, p. 219, apud HARRES, 2004, p. 153).

Amstad estava reconstruindo seu passado nesta autobiografia que não tinha a pretensão de ser neutra, pois, o gênero autobiográfico não é um trabalho de caráter científico que tem pretensões de ser neutro. Isto, porque implica nas suas relações e vivências ao longo da vida. Portanto, neste momento, Amstad apresentou-se como um mediador ou um detentor de memória, transmitindo um passado vivo e experimentado como um valor para a posteridade.

Na experiência vivida, a memória individual é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais, etc.) em permanente construção, devido à incessante mudança do presente em passado e às alterações ocorridas no campo das re-presentações (ou re-presentificações) do pretérito (CATROGA, 2009, p. 12).

Contudo, este estudo surgiu com a intenção de trazer algumas respostas para este caso, mas ao chegar às possíveis respostas, outras perguntas foram sendo suscitadas, e que não foi possível abordar neste trabalho. Um exemplo, e continuando no personagem de Amstad, diz respeito à inauguração do monumento feito em sua homenagem na cidade de Nova Petrópolis no ano de 1942, quanto a sua receptividade na sociedade diante da conjuntura ora apresentada. Mas isto é outra história a ser investigada.

## Referências

AMSTAD, Teodoro. Memórias autobiográficas. Tradução de Arthur Rabuske. *Revista Perspectiva Econômica*. Série Cooperativismo. Edição especial. São Leopoldo: UNISINOS, 1981.

ARENDT, Isabel C. & RAMBO, Arthur B. *Cooperar para prosperar: a terceira via*. Porto Alegre: SESCOOP/ RS, 2012.

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina. 2009.

DREHER, Martin Norberto. Rostos da Igreja no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin Norberto (Org.). *Populações Rio-grandenses e modelos de igreja*. Porto Alegre: Edições EST: São Leopoldo: Sinodal, 1998.

GERTZ, René E. Catolicismo social no Rio Grande do Sul: A União Popular. In: *Veritas*, v. 37, n. 148. Porto Alegre: PUCRS, Dez / 1992, p. 553-579.

\_\_\_\_\_. D. João Becker e o oportunismo político. In: DREHER, Martin Norberto (Org.). *500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: Edições EST: São Leopoldo: Sinodal, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

HARRES, Marluza Marques. Aproximações entre história de vida e autobiografia: os desafios da memória. *História Unisinos*. Programa de Pós Graduação em História. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v. 8, n. 10, Jul/ Dez, 2004, p. 143-156.

ISAIA, Artur Cesar. D. João Becker e o crescendo autoritário dos anos 30. In: DREHER, Martin Norberto (Org.). *500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: Edições EST, São Leopoldo: Sinodal, 2002.

\_\_\_\_\_. A Revolução de 1930 e a edificação da “Nova Ordem”. In: ISAIA, Artur César. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p.79-86.

LIMBERGER, Milagres de Amstad. In: *Livro da família*. Porto Alegre: Livraria e Editora Padre Réus 2003, p. 38-39.

RAMBO, Arthur Blásio. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin Norberto (Org.). *Populações Rio-grandenses e Modelos de Igreja*. Porto Alegre: Edições EST: São Leopoldo: Sinodal, 1998.

\_\_\_\_\_. D. João Becker, perfil de um bispo riograndense. In: DREHER, Martin Norberto (Org.). *Populações Rio-grandenses e Modelos de Igreja*. Porto Alegre: Edições EST: São Leopoldo: Sinodal, 1998.

\_\_\_\_\_. A Igreja dos Imigrantes. In: DREHER, Martin Norberto (Org.). *500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: Edições EST, São Leopoldo: Sinodal, 2002.

\_\_\_\_\_. *Somando forças: o projeto social dos jesuítas do sul do Brasil*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2011.

SEIDL, Ernesto. “Intérpretes da história e da cultura”: carreiras religiosas e mediação cultural no Rio Grande do Sul. In: *Anos 90*. Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 77-110, dez. 2007.

SOUZA, André Ricardo de. As mudanças na intervenção social do catolicismo brasileiro. In: *Estudos de Sociologia*. Revista do Programa de Pós- Graduação em Sociologia da UFPE, v. 13, n. 1, 2007, p. 131-160.

# A REVOLUÇÃO DE 1923 NA LEMBRANÇA DA COMUNIDADE JUDAICA SUL-RIO-GRANDENSE<sup>1</sup>

Diéle de Souza Schneider<sup>2</sup>

**Resumo:** A pesquisa visa a analisar as repercussões da *Revolução de 1923* na colônia agrícola judaica de *Quatro Irmãos* e as razões pelas quais estes imigrantes compartilharam a memória do acontecimento com seu grupo étnico. A *Fazenda de Quatro Irmãos* foi a segunda tentativa da companhia de colonização inglesa, *Jewish Colonization Association*, de estabelecer judeus, vindo do Leste Europeu onde viviam em más condições de vida, e os estabelecer no norte do Estado gaúcho, nos anos de 1911/1912. O impacto deste episódio revolucionário gaúcho, a *Revolução de 1923*, decorrente de um conflito político que abrangeu grande parte do estado do Rio Grande do Sul, e as dificuldades causadas e/ou agravadas com o advento deste conflito permanecem na memória da comunidade judaica como um dos fatores que determinaram o “fracasso agrícola” no Brasil. O estudo enriquece-se com as lembranças e as vivências de ex-moradores da colônia de *Quatro Irmãos*, os quais tiveram seu cotidiano marcado por esta Revolução, e que contribuíram com seu depoimento oral ao Departamento de Documentação e Memória do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, sediado em Porto Alegre/RS/BR.

**Palavras-chave:** História do Rio Grande do Sul, Imigração Judaica, Memória, História Oral.

---

## Introdução

O estado do Rio Grande do Sul, Brasil, foi palco de várias revoltas e conflitos armados; uns são estudados com mais veemência e outros lembrados por ocasiões de comemorações. A Revolução de

---

<sup>1</sup> O artigo é um recorte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com orientação do Professor Doutor René E. Gertz e financiado pela CAPES.

<sup>2</sup> Mestranda (Bolsista Capes). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

1923 constituiu-se da desavença entre as elites gaúchas insatisfeitas com o transcurso da política local. Sua duração não ultrapassou um ano. Mas quais seriam os motivos deste episódio marcar a vida dos imigrantes judeus que vieram do Leste Europeu um pouco mais de dez anos antes do conflito? Suas memórias constituem um novo olhar para este episódio da história do Rio Grande do Sul que, para a vida de pequenos agricultores do norte do estado gaúcho, representou muito mais do que um conflito político e suas consequências foram mais duradouras do que o tempo dos embates.

Os depoimentos dos judeus que imigraram para o sul do Brasil foram coletados, nas décadas de 1980 e 1990, pelo Departamento de Documentação e Memória do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, sediado em Porto Alegre/BR. Este acervo constitui-se de um importante veículo de pesquisa sobre as comunidades judaicas, contabilizando centenas de entrevistas *Histórias de Vida*, além das temáticas. Para o artigo, destacam-se depoimentos de ex-moradores da colônia de Quatro Irmãos: alguns vivenciaram o conflito, outros relatam o episódio narrado por seus familiares, acreditando que o episódio faça parte da história de sua comunidade. Essas fontes orais permitem analisar o impacto dessa Revolução na colônia judaica da Fazenda de Quatro Irmãos e nas memórias compartilhadas por imigrantes com as gerações posteriores.

## **A imigração**

A imigração judaica institucionalizada para o território gaúcho foi conduzida pela Companhia de Imigração – *Jewish Colonization Association* (JCA) –, fundada pelo engenheiro judeu Barão Maurice de Hirsch. O objetivo constituía-se em “promover a emigração dos judeus, vítimas de discriminações e perseguições no leste europeu e Ásia, e transferi-los para países cuja legislação lhes assegurasse uma existência livre de discriminações”(GRITTI, 1997, p. 15).

A seleção utilizada pela *Jewish* era bem restrita – deveriam ser pessoas com menos de 50 anos, casados, famílias com muitos filhos e com boa saúde. A Companhia mandava um representante

propagar e selecionar os candidatos à imigração. Na Rússia, em San Petersburgo, funcionava o seu comitê central, onde os interessados a emigrar iriam se escrever (BARBOSA, 2004, p. 62).

No ano de 1900, vieram ao estado do Rio Grande do Sul, os conselheiros da ICA, com o objetivo de estudar o local. Anos após, em 1902, compraram terras situadas a 25 km do município de Santa Maria, próximo da ferrovia de Pinhal. Ali estalaram, em 1904, a colônia de Philipppson, formada por imigrantes originários da Bessarabia, logo após crescendo com a chegada de novas famílias da Europa.

A *Jewish* ampliou o seu investimento no Estado, adquirindo em 1909 a Fazenda Quatro Irmãos, com mais de noventa mil hectares de terra pertencente ao município de Passo Fundo, atualmente localizada entre os municípios de Erechim e de Getúlio Vargas. Bem planejada, a colônia recebeu todo o aparato necessário antes da chegada dos colonos. Foram cercados os 150 hectares com arame farpado, construindo-se uma casa, um galpão para os animais com 14 vacas, 4 bois, 2 cavalos, 1 carroça, 1 arado, 1 grade e ferramentas agrícolas. Em 1912, os colonos começaram a chegar: quarenta famílias das colônias da Argentina, sessenta famílias vindas da Bessarábia e mais 150 famílias da Rússia, cujo valor das despesas seria pago em até vinte anos (BACK, 1958, p. 272).

A Companhia contribuiu com uma grande infraestrutura necessária para a habitação dos imigrantes no Estado. Custeou 500 quilômetros de estradas; um hospital com instrumentos e medicamentos mais urgentes; construiu e manteve escolas e professores até 1937, quando entrou em vigor a lei da naturalização do ensino no Brasil; construiu 18 km de estradas de ferro; e estendeu uma linha telefônica, ligando Quatro Irmãos a municípios mais próximos.

O governo de Borges de Medeiros, do Partido Republicano Rio-Grandense, apoiava o investimento estrangeiro com toda a infraestrutura necessária para a imigração e colonização de terras despovoadas.

## **A Revolução de 1923**

A crise da década de 1920 veio animar a oposição que manifestasse com maior vigor o domínio político de três décadas do Partido Republicano Rio-Grandense, que exercia o controle político partidário no Estado. A Revolução de 1923 foi vista como a possibilidade de acabar com o domínio republicano. Devido às consequências da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que afetou a economia de exportação brasileira, principalmente a pecuária do estado gaúcho, os quais sem o incentivo político necessário para o restabelecimento econômico dentro do Estado buscaram financiamento junto ao governo federal (ANTONACCI, 1981).

Devido aos conflitos do início dos anos de 1920, esperava-se que o Partido Republicano indicasse outro candidato à presidência do Estado, pois Borges de Medeiros estava no quarto mandato. Contudo, apresentou-se para reeleição. A oposição organizou-se e concorreu com o candidato Luiz Antônio de Assis Brasil, republicano dissidente desde a Revolução Federalista.

Com acusação de fraude na eleição, Borges de Medeiros fora eleito e exerceria o quinto mandato, de 1923 a 1928. A insatisfação ganhou força, e em 25 de janeiro de 1923 os federalistas e dissidentes “declaravam-se em rebelião contra o Governo do Estado” (FERREIRA FILHO, 1973, p. 24).

O objetivo primeiro dos revolucionários constituía em ameaçar Borges de Medeiros, até que ele deixasse o governo. Porém visto que isso não fora possível, os federalistas espalharam-se pelo interior, visando a chamar a atenção do presidente da federação, Arthur Bernardes.

Analisando o processo, vê-se que o caminho seria a pacificação. As propostas do governo eram novas eleições com fiscalização federal e a revisão da Constituição de 1891. Em dezembro de 1923, foi assinado o Pacto de Pedras Altas, na cidade de Pelotas/RS, que pôs fim ao conflito armado.

## **A Revolução de 1923 na colônia de Quatro Irmãos**

A região de Quatro Irmãos situava-se próxima das cidades de Passo Fundo e Erechim, ao norte do Estado, local de grande passagem e hospedagem das tropas em conflito, que se concentravam nas regiões de agropecuária, ou seja, em locais que podiam alimentar-se e descansar com maior segurança.

Marcos Feldman destaca a possível causa da grande concentração de tropas na colônia judaica: “Quatro Irmãos era um bom lugar para as pessoas mal intencionadas se esconderem”, pois a colônia ficava perto da ferrovia São Paulo-Rio Grande e Rio de Janeiro-Montevideo, sendo passagem obrigatória para o norte do Estado (FELDMAN, 2003, p. 276).

O autor expõe que em fevereiro, um mês após o início do conflito, já era possível apontar os revolucionários nas terras de Quatro Irmãos. Segundo ele, estes foram os responsáveis por danificar a estrada de ferro que demorou três semanas para voltar a funcionar. A ferrovia era a principal via de comunicação e de transporte de mercadorias da colônia. Feldman identifica que foi esta mesma estrada veio acabar com a colônia, sendo ela de grande movimentação entre as tropas estaduais e as revolucionárias, além de seu ponto de encontro.

A *Jewish*, representada pelos diretores Marcos Pereira e David Proushan, tentou tomar providências frente aos acontecimentos que prejudicavam a colônia, certa de que o governo do Estado defenderia a região.

Houve colonos que se engajaram pela causa:

...um irmão meu, com dezessete anos ou dezoito anos, acabou se engajando, inclusive, nos revolucionários e houve um combate sangrento em Quatro Irmãos. Ele foi preso, foi ameaçado de fuzilamento e tal. Houve interferências do irmão mais velho, houve interferência da ICA e ele acabou sendo solto... (HENKIN, 1988).

Isabel Gritti explora as correspondências da *Jewish*, informando a situação da colônia de Quatro Irmãos durante a Revolução de 1923. A Companhia contatou o consulado britânico em Porto Alegre, sem obter resultados imediatos; os contados foram



puramente diplomáticos. Os ingleses reivindicaram providências do governo do Rio Grande do Sul, o qual havia garantido proteção aos colonos quando da imigração (GRITTI, 1997).

Então, em abril de 1923, ocorreu um embate entre as tropas revolucionárias e as republicanas, invadindo a colônia e tornando a situação ainda mais desesperadora com a morte de dois imigrantes alemães e dois gravemente feridos, numa colônia vizinha, Erebangó.

...ai nós fomos para Quatro Irmãos. Ali deu o combate em cima da nossa terra e ali onde é o cemitério do combate, ali deu a última mortandade. Ali, então, no outro dia, o pai veio para ver como é que está aquilo lá e eu vim junto – eu tinha onze anos – mas tinha tanta gente morta lá, tudo misturado com a cavalaria, tudo misturado. É uma... foi... foi muito...foi um combate dos maiores que tinha... (LAVINSKI, 1988).

Segundo as correspondências da *Jewish*, esse fato contribuiu para que muitos imigrantes deixassem suas casas e fossem se estabelecer em cidades maiores, em busca de refúgio. Com isso, também a sede da administração da Companhia, deixou Quatro Irmãos e se estabeleceu com maior segurança na cidade de Passo Fundo.

Logo após, o governo do Estado ofereceu proteção à região, quer materiais fornecidos às tropas republicanas, quer animais das colônias. Como a região era baseada na economia agropecuária, as tropas poderiam lá permanecer sem risco de passar fome, pois estariam bem alimentados nas pequenas áreas de cultivo e de criação de gado:

...essa revolução de vinte e três, como qualquer revolução, determinou que as tropas revolucionárias, por onde passassem, eles tinham que se alimentar. Então, eles requisitavam gado e cavalo das colônias ou dos proprietários que encontravam. E, desta maneira, eles retiraram muito gado e muito cavalo das colônias. E as colônias empobreceram e isso contribuiu muito para muitos colonos irem embora de Quatro Irmãos. Reduziu-se muito o número de colonos... (HENKIN, 1988).

As forças republicanas deixaram a colônia e logo os revolucionários de Assis Brasil lá se estabeleceram. E, assim como

as tropas do Estado, que lá haviam permanecido sem pagar pelos produtos utilizados e pela alimentação consumida, assim também agiram os assisistas. Contabilizando as percas de janeiro a agosto de 1923, “mais de 120 cavalos, 520 vacas (mais de 20% do que havia em toda a colônia), 36 bois, 360 sacas de cereais, uma quantidade de feijão, mandioca e galinha foram tomados” (FELDMAN, 2003, p. 277).

O que estragaram! Carneamos o gado, para comer, faziam churrasco. Animal, que nós tinha, levaram tudo embora, os arreios, essas coisas, que eles ocupavam. Mas era do lado dos maragatos, dos revolucionários (...) Eles... eles tiravam. Chegavam ali e levavam. E não podia-se dizer nada. Chegavam no campo, pegavam quatro, cinco vacas ou mais, carneavam, comiam, o resto deixavam. Era assim... (LAVINSKI, 1988).

Somados os prejuízos, os revolucionários confiscaram a locomotiva de Quatro Irmãos, impedindo o transporte e o embarque de erva-mate e madeira, afetando a economia da região. Tanto foram as perdas humanas e privadas, que das quarenta e cinco famílias residentes na colônia, vinte e seis abandonaram suas residências indo se estabelecer nas cidades de Passo Fundo.

No mês de agosto de 1923, as tropas revolucionárias invadiram e estabeleceram o controle do município de Paiol Grande, hoje Erechim. Já, no mês seguinte, voltaram à colônia de Quatro Irmãos, então distrito desta cidade. Lá, cobravam taxas e impostos que antes eram encaminhados ao governo estatal, tudo isso ocorrendo de forma violenta, tanto com os imigrantes, quanto com os brasileiros.

...Isto foi no ano de mil novecentos e vinte e dois para mil novecentos e vinte e três. Em mil novecentos e vinte e três, eu vou registrar um episódio aqui, que é muito importante para definir, não só a situação da minha família, mas como de modo geral dos judeus de Quatro Irmãos. É, que como todo mundo sabe, no ano de mil novecentos e vinte e três houve no Rio Grande do Sul uma revolução, mais do que uma revolução, era uma guerra civil. O que era isso? (...) Essa revolução atingiu muito a região nordeste do estado, abrangendo o município de Paiol Grande e, consequentemente, a colonização de Quatro Irmãos... (HENKIN, 1988).

Os diretores da *Jewish* tentavam administrar as questões de forma que contasse tanto os republicanos quanto os assististas, voltando a reivindicar auxílio inglês para que a colônia não fracassasse. Também a apoiou o advogado de Passo Fundo, Herculano Araújo Annes, que responsabilizou Borges de Medeiros pelo ocorrido, de não pedir interferência do governo federal no conflito, para que “garantissem aos brasileiros e residentes estrangeiros direitos invioláveis de liberdade e segurança individual e de propriedade” (FELDMAN, 2003, p. 278).

Como a sede da Companhia permanecia em Londres há mais de trinta anos, ela era declarada uma empresa judia e não britânica. Contudo, suas reivindicações foram aceitas e o embaixador inglês intercedeu pela colônia ao governo federal. Logo, Quatro Irmãos contava com dois destacamentos de infantaria federal e esta área era declarada *Zona Neutra*, onde nenhuma tropa poderia entrar (FELDMAN, 2003, p. 280; GRITTI, 1997, p. 68).

Aparentemente, Erechim estava livre dos revolucionários, assim como Quatro Irmãos que contava com dezoito famílias, ao invés de cinquenta e quatro do início do conflito. O rabino Isaias Raffalovich que chegou ao Brasil em 1923, representando a Companhia, procurou logo proporcionar segurança aos colonos judeus habitantes de Quatro Irmãos. Mas, segundo o Ministro do Exterior, Erechim estava livre de tropas, até que “o Coronel Favorino Pinto, com um grupo de quarenta e quatro bandidos, atacou Quatro Irmãos”. Desta vez, um funcionário da *Jewish* foi ameaçado de morte, colonos tiveram de pagar indenizações para não morrer, além de um judeu ter tido sua barba cortada.

Os responsáveis por estes atos cobraram uma quantia em dinheiro que foi negociada após a colônia se identificar como filantrópica. Recuperaram dois colonos que estavam de reféns e outro, um judeu russo de sessenta anos, não foi localizado. Agregado a isso, ocorreu “uma explosão de pólvora que feriu gravemente três crianças” (FELDMAN, 2003; GRITTI, 1997).

O advogado de Passo Fundo, Annes, juntamente com a Companhia, enviaram ao governo federal reivindicações de

reembolso das perdas sofridas com a Revolução, porém não houve indenizações.

Como consequência, a autora Isabel Gritti, defende que a Revolução de 1923 não foi a causa, mas o estopim do fracasso da colônia de Quatro Irmãos. Segundo ela, a má organização da ICA perante os colonos foi o que prejudicou o crescimento econômico da região, evidenciando “que os poucos colonos que obtêm êxito na colônia agrícola de Quatro Irmãos são os que se dedicam a atividades outras que a essencialmente agrícola” (GRITTI, 1997, p. 70). Os problemas eram de ordem estrutural, ressalta Gritti.

É visível que, mesmo não sendo a causa principal para o desmantelamento da colônia de Quatro Irmãos, a Revolução de 1923 veio a causar grandes desconfortos:

...Queriam derrubar o governador e no fim deu as batalhas. Morreu muita gente! Mas eles não eram antisemitas, esses que brigaram. Eles diziam que nós não tem nada com esta política. (?) Porque o governo federal não tinha nada com esta coisa, esta revolução. Só no Rio Grande! Passou o Rio Grande para fora, não tinha guerra (...) Foi o causador do fracasso da colonização da ICA. Muitos colonos foram embora, muita gente foi embora. A revolução foi um fracasso. Aliás, o fracasso da colonização uma parte se deve a revolução. Com a revolução, muitos dos colonos foram embora, foram para as cidades... (AGRANIONIK, 1987).

Mesmo que a maioria dos colonos tenha abandonado sua residência, também há aqueles que consideraram o fato uma passagem e desconsideram que algo de mais grave tenha ocorrido:

...a Revolução durou alguns meses e, quando terminou e os ânimos se acalmaram, quase todos voltaram para suas terras e suas casas, que se encontravam intactas, como se nada tivesse acontecido. Alguns colonos não retornaram... (CHWARTZMANN, 2005, p. 74).

Os imigrantes judeus estavam estabelecidos na colônia há poucos anos, organizando suas novas habitações e lutando com as dificuldades de um novo território. Agora, temerosos com o conflito que presenciavam, buscavam cidades maiores onde pudessem começar tudo novamente:

...Mas quando já estava num ponto bastante evoluído, já estavam bem, fixados, então começaram os ciclos revolucionários. Isso em 1922/1923/1924 até 1930, eles tiveram de fugir várias vezes, porque os revolucionários invadiam as terras e saqueavam, matavam, abatiam as rezes mais bonitas que tinham. Abatiam a mosquetão. Comiam a parte nobre, a parte carnuda e o resto deixavam para os corvos. Mas, chegou um ponto em que a minha mãe disse para o meu pai: “Olha, morar de qualquer forma, trabalhar em qualquer coisa, mas não vamos ficar mais aqui na colônia”. Porque estavam sempre em sobressalto e era um pouco longe. O vizinho mais próximo era há alguns quilômetros... (CHWARTZMANN, 1988).

Os depoimentos vêm demonstrar o clima social em que se inseriu a Revolução de 1923, sendo este fato marcado pelo confronto político e econômico que interferiu também na sociedade gaúcha. Outro imigrante judeu que chegou em Passo Fundo, no início de 1923, relata o que sentiu:

Aos 22 de fevereiro de 1923 (...) Durante a viagem, o cunhado ficou sabendo que na cidade [de Passo Fundo] tinha eclodido uma revolução entre os dois partidos regionais, um do governo e o outro contrário, e se degolavam uns aos outros, de maneira mais selvagem, uma luta fanática entre irmãos, idealistas que tinham plataformas semelhantes; eram os chimangos e maragatos. A oposição, os descolocados, queriam derrubar o governo, apoiados pelos chimangos. O governo estadual, na presidência de Borges de Medeiros, já estava há vinte anos no poder, e a luta se prolongava por vários anos. Nessa situação estávamos chegando a Passo Fundo. (...) A notícia nos atingiu com medo e preocupação, tendo saído de uma revolução e encontrado outra. Mas fomos achando que a situação era diferente e apesar dos esclarecimentos, não era o que sentíamos no coração.(...) Ficamos em Ponta Grossa por 3 a 4 dias e assim fomos se inteirando da vida e dos motivos da revolução no estado, entre irmãos, que para mim era terrível e incompreensível. Tínhamos passado por revoluções e aqui a mesma situação. Os cunhados Schay e José contaram por que saíram de Passo Fundo: a cidade foi cercada pelas forças oposicionistas, contra o governo da cidade, do presidente Borges de Medeiros. Viajamos todos a Passo Fundo e lá encontramos os beligerantes armados para a luta, e os soldados de ambas as facções prontos para o ataque... (CHMELNITSKY, s/d).

Michael Pollak observa a função da memória enquanto elementos étnicos de uma coletividade:

a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes. (POLLAK, 1989).

Ao analisar as consequências da Revolução de 1923 na colônia judaica de Quatro Irmãos, que fora criada uma década anterior ao conflito, necessita-se identificar as causas desta imigração. Como já foi exposto, os judeus vindos do Império Russo sofreram perseguições de todos os graus (fome, miséria, roubos, ataques, *pogroms*).

O judeu, assim como a maioria dos imigrantes, emigrou em busca de melhores condições de vida. E está presente na memória individual de cada membro do grupo as razões pelas quais alguns judeus deixaram seu *shtetl*<sup>3</sup> e vieram para as colônias agrícolas do Rio Grande do Sul. Na lembrança, há peculiaridades que são exaltadas dentro do seio familiar, que são transmitidas para as gerações posteriores. Neste caso, a memória também pode ser emprestada / herdada pela família, por amigos mais próximos, “é uma memória emprestada e que não é minha” (HALBWACHS, 1990, p. 54), mas é algo em que se acredita e se transmite.

A ideia de coletivo está presente em uma comunidade étnica, ou seja, o que ocorreu com meu vizinho que é judeu, afeta a minha família. Os eventos revolucionários de 1923 na colônia judaica de Quatro Irmãos é uma lembrança coletiva, pois a comunidade também a presenciou:

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (...) podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação... (POLLAK, 1992, p. 201).

---

<sup>3</sup> Shtetl – cidade, vila, comunidade judaica da Rússia.

Alguns preferem não falar sobre determinados assuntos, períodos e/ou pessoas; em alguns casos, como a memória traz lembranças que machucam, elas não são ditas – o indizível (POLLAK, 2010).

Já memória subterrânea – algo que foi escondido por tempos, que devia ser como que pagado da lembrança – ressurge em momentos de crise. A guerra no país de origem, as perseguições, os saques a colheitas e a produtos cultivados voltam a ocorrer na vila onde os judeus se estabeleceram. Suas memórias associam os eventos aos que eles já conheciam, a Rússia e aos *pogroms*, como se não tivessem emigrado.

Muitas foram as famílias que compartilharam o mesmo navio, que vieram de regiões próximas; que se conheceram na colônia, que partilhavam o mesmo templo, tornaram amigos, conhecidos; falam a mesma língua, mantinham os mesmos hábitos – uma comunidade étnica. A primeira geração de imigrantes estava arraigada nas tradições do país de origem, reproduziam nas colônias o que mantinham na Rússia, sua ligação ainda era forte: “as recordações culturais servem a uma comunidade porque possibilitam radicar a própria existência no passado e reforçar a identidade presente” (TEDESCO, 2004).

A memória é um elemento constituinte da identidade: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia...” (LE GOFF, 2003, p. 469). Com isso, a memória tende a reforçar laços que, de alguma maneira, legítima e unifica um determinado grupo.

A *memória* serve para a *história* como um novo objeto de estudo e análise para compreensão de fenômenos sociais; para realizar um diálogo entre o que já foi desvendado pela historiografia através de documentos e, o que ocorreu com a sociedade envolvida no processo histórico vigente:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da

lembança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado... (NORA, 1993).

Os eventos de 1923 são lembrados por muitos que o presenciaram, para estes depoentes, suas vivências são a própria história. Portanto, a lembrança do período revolucionário permanece na memória da comunidade judaica gaúcha; alguns eventos são maximizados ou minimizados, dependendo da circunstância vivida. Aqueles que moraram na colônia têm a percepção de que o evento foi o maior já visto; para outros, nem tanto. Neste contexto, os conceitos utilizados dão sentido a este projeto, tendo em vista a análise de uma comunidade específica que teve seu cotidiano marcado pela Revolução.

A pesquisa procurou a vivência particular e também a da comunidade gaúcha, pois a Revolução não foi realizada somente pelos coronéis e suas tropas, nem tampouco somente por Borges de Medeiros e Assis Brasil. O ambiente revolucionário estava espalhado por todo o estado do Rio Grande do Sul e a sociedade sofreu as angústias desse período e também os imigrantes que vinham em busca de um território de paz.

A escolha pela História Oral, com o registro das memórias e lembranças das pessoas, reveladoras das suas angústias e conflitos vieram acrescentar nesse trabalho a busca pelo social, pelas pessoas que viveram nesse período e que, de certa forma, tem posições diferentes do ocorrido.

## **Depoimentos**

AGRANIONIK, Jacó. ICJMC/Depto de Documentação e Memória. Erechim, abril/1987. Entrevista n. 122.

CHMELNITSKY, Samuel. *Da vida judaica em Passo Fundo* (1923 a 1938). In: ICJMC/Depto de Documentação e Memória.



CHWARTZMANN, Nahum. ICJMC/Depto de Documentação e Memória. Porto Alegre, 1988. Entrevista 007.

HENKIN, Henrique. ICJMC/Depto de Documentação e Memória. Entrevista n. 071. Porto Alegre, 22/12/1988.

LAVINSKI, Adálio e Raquel. ICJMC/Depto. de Documentação e Memória. Entrevista n. 184, Erechim 28/08/1988.

## **Referências**

ANTONACCI, Maria Antonieta. *Rio Grande do Sul: as oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

BARBOSA, Tatiana Machado. A JewishColonizationAssociation (ICA). In: Wainberg, Jacques A. *Cem anos de amor: a imigração judaica no Rio Grande do Sul*. Federação Israelita do RS, 2004.

BACK, Léon. Imigração Judaica. In: Becker, Klaus (Org.). *Enciclopédia Rio-grandense: Imigração*. Regional: Canoas, 1958.

CHWARTZMANN, Samuel. *Memórias de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: EST, 2005.

FELDMAN, Marcos. *Memórias da Colônia de Quatro Irmãos*. São Paulo: Maayanot, 2003.

FERREIRA FILHO, Arthur. *Revolução de 1923*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Departamento de Imprensa Oficial do Estado: 1973.

GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração Judaica no Rio Grande do Sul: A JewishColonization e a colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5º ed. Campinas: EUNJEWISHMP, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática da história. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. A gestão do indizível. *WebMosaica*. V. 2. n. 1. (jan-jun) 2010.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória*: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

# IMIGRAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO NO ESTADO NOVO: DISPUTAS DE MEMÓRIAS

Bibiana Werle<sup>1</sup>

*Resumo:* Durante o Estado Novo (1937 – 1945), sob o regime autoritário do governo de Getúlio Vargas no Brasil, foi elaborada a Campanha de Nacionalização, projetada no sentido de difundir uma versão acerca da identidade nacional brasileira. Esse fato levou à repressão de grupos sociais incongruentes com a proposta governamental, como é o caso dos grupos étnicos alemães, caso abordado neste artigo. A análise da memória produzida pelos imigrantes alemães e seus descendentes (os teuto-brasileiros) nos fornece instrumentos para refletir como tal período é representado pelo grupo abordado neste artigo.

*Palavras-chave:* Memória, Representação, Estado Novo.

---

## Introdução

Chegados ao Brasil no século XIX, temos referências à vinda da primeira leva de imigrantes alemães ao sul do Estado brasileiro no ano de 1824. A colonização de imigrantes no sul Brasil neste período estava associada à ocupação permanente de zonas distantes ao centro do país a fim de formar colônias de estrangeiros. Para o Brasil, a imigração ocorrida na região sul tinha um caráter de economia complementar ao setor exportador da economia nacional (dedicado à produção cafeeira), de maneira que produzia não apenas para o consumo local, mas também para o restante do Império. De acordo com Giralda Seyferth (1994, p. 12), “as áreas destinadas a projetos de colonização se situavam no Sul, e ao Estado brasileiro interessava, primordialmente, uma imigração de famílias camponesas europeias”. Essa preferência por imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, muitas vezes é relacionada, na literatura acerca do tema, a um perfil ideal de imigrante, como

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

afirma Seyferth (1994, p. 12, nota 1): “constituindo-se verdadeiras hierarquias étnicas de europeus capazes de praticar uma agricultura racional de base familiar [,] os alemães invariavelmente ocuparam o primeiro lugar nessas hierarquias”. No entanto, não podemos deixar de mencionar outros motivos, como: “o estado de guerra em que se encontrava Portugal com relação àqueles países [Espanha, Inglaterra, Holanda e França] e (...) o casamento da Princesa Dona Leopoldina, de origem germânica, com o Imperador Pedro I (...)” (LANDO; BARROS, 1992, p. 26).

Observando que a característica mais peculiar da imigração alemã foi de ter se concentrado em poucas regiões, Seyferth (1994) explica que, em alguns casos, a formação de colônias etnicamente homogêneas, posteriormente foi vista com suspeita pelos brasileiros, tanto é que no início da República, “a principal crítica à política imigratória do Império teria por base justamente o que chamavam de isolamento e enquistamento dos colonos alemães resultantes do assentamento em colônias homogêneas” (SEYFERTH, 1994, p.13). Apesar disso, tanto a autora quanto René E. Gertz (1991) afirmam que o isolamento e a homogeneidade devem ser relativizados, mas, de fato, a concentração de imigrantes e seus descendentes em áreas restritas corroborou com a formação de uma cultura realmente teuto-brasileira associada ao complexo colonial, sobre o qual, a etnicidade foi formalizada, de acordo com Seyferth (1994).

A construção de uma identidade étnica “teuto-brasileira” traz um elemento que vai ao encontro da ideia de que o que funda o grupo étnico é a crença subjetiva na comunidade de origem. Quando Poutignat e Streiff-Fenart (1998) afirmam que o que diferencia a identidade étnica das outras identidades coletivas é, em última instância, o fato de ela ser orientada para o passado (e não um passado qualquer, mas sim aquele construído pela memória coletiva), podemos observar a validade disso para a questão da imigração alemã.

O passado construído pela memória coletiva, no que tange à construção de uma identidade étnica teuto-brasileira, tem no processo de colonização uma crença de origem comum. E não apenas compartilhar esse passado comum, como fixar símbolos e

critérios de identificação são maneiras de estruturar e reestruturar as fronteiras étnicas através da interação do grupo étnico com os outros. Seyferth (1994, p. 24) reforça isto ao afirmar que a “ideia de descendência comum, ser ‘de origem’ implica em aceitar um modo de vida e um comportamento social diferenciados, embasados numa ‘cultura alemã’ modificada por mais de 150 anos de história comum no Brasil”. Assim a autora entende que o que mais conta no plano de afirmação da etnicidade é a “cultura da colonização”.

Além de contar com esse sentimento de passado comum, a formação da identidade étnica teuto-brasileira, constituiu-se através de elementos objetivos, como as associações (de tiro de guerra, de canto, de ginástica e de auxílio mútuo) que assumiram forte caráter étnico; “o uso cotidiano da língua alemã; a organização escolar comunitária ou religiosa (com ensino em alemão) e todo o complexo econômico e social originado da colonização baseada na pequena propriedade familiar policultora”, entre outros, que apesar de serem anteriores “à emergência da etnicidade, [reificaram] uma ‘cultura germânica’ pretendida pelos imigrantes e seus descendentes, dando ao isolamento (geográfico/político) um caráter ideológico justificativo de limites étnicos” (SEYFERTH, 1994, p. 15).

Tal caracterização como grupo étnico chocava-se, como já foi dito, desde o início do período republicano brasileiro, com reivindicações nacionalistas de sentimento pátrio. Entretanto, foi durante o Estado Novo e, principalmente em 1942 em decorrência da declaração de guerra entre Brasil e Alemanha, que essa contraposição agravou-se. A Campanha de Nacionalização atuou desde a censura de canções, passando pela elaboração de cartilhas escolares, até à repressão de grupos caracterizados como possíveis quistos étnicos, entre outras atitudes. No caso do espaço delimitado neste artigo, a cidade de Estrela, no Rio Grande do Sul, típica região de colonização alemã, foi alvo da intervenção governamental em instituições como o Jornal O Paladino, a Sociedade Turn Verein Estrella (atual Sociedade Ginástica Estrela), e as escolas particulares onde se lecionava sob idioma alemão, todos considerados oficialmente como focos antinacionalistas. Os teuto-brasileiros que

habitavam o município foram passíveis ainda de intervenções nas suas residências e a situações de humilhação e tortura.

### **Memória como instrumento de representação**

Para um estudo acerca da representação da Campanha de Nacionalização pelos teuto-brasileiros, lanço mão, numa das vertentes do meu projeto de mestrado, do estudo da memória produzida sobre este período, de modo a analisar a maneira como o choque entre duas identidades (a étnica e a nacional) é sentido por aqueles que tiveram sua cultura criminalizada pelos órgãos governamentais. As representações são compreendidas aqui no sentido colocado por Roger Chartier (1990), segundo o qual, apesar de aspirarem a uma universalidade fundamentada na razão, as representações são concepções do mundo social determinadas de acordo com os interesses daqueles que as forjam.

Rememorar situações de humilhação, medo e vergonha não são tarefas prazerosas àqueles que as vivenciaram ou presenciaram. A busca de testemunhos vivos da Campanha de Nacionalização na cidade de Estrela nos leva a uma profunda reflexão daquilo que nos é falado nos depoimentos, de modo que é fundamental frisarmos a tênue margem que distingue história e memória. Além de compreender a particularidade desta, como algo relacionado ao que é íntimo das pessoas, leva-se em conta neste artigo que a memória também deve ser entendida como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações e transformações, conforme afirma Pollak (1992). A memória é uma forma de representação do passado construída a partir da forma como as pessoas concebem, sentem, significam o mundo, o seu mundo. De acordo com Thomson (1997, p. 57), as memórias trazem aspectos de nossa identidade, de modo que:

O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, o que pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser.

Entendendo, portanto, as representações como formas em que as diferentes culturas compreendem a realidade, considero que a memória evocada pelos descendentes de imigrantes alemães é um instrumento que traz à tona a maneira como essas pessoas lêem a sua realidade. Nesse sentido, além de estar relacionada às alterações sofridas pela nossa identidade pessoal, a memória também é constantemente reconstruída conforme nossas experiências do presente. “Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, lembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo. (THOMSON, 1997, p. 57).

Ao concretizar as memórias dos descendentes de imigrantes alemães em um texto, deve-se ter em mente os “muitos tempos da memória”. Enquanto que o passado é o tempo em que se desenrolaram os acontecimentos contados, e o presente é o tempo da redação da narrativa, a memória tem um papel intermediário entre essas duas temporalidades (PINTO, 1998, p. 206). Nesse sentido, ao analisar as memórias dos descendentes de imigrantes alemães, oriento-me pela perspectiva de que os depoimentos dos entrevistados foram construídos a partir de temporalidades distintas, nas quais a memória acerca do processo da Nacionalização foi sendo reformulado de acordo com as experiências de vida de cada um deles.

### **Memórias: algumas constatações**

Para a análise da memória da Campanha de Nacionalização pelos teuto-brasileiros que viviam no município de Estrela, venho utilizando a metodologia da história oral, na perspectiva da historiadora Verena Alberti (2005), que compreende esta metodologia na sua possibilidade específica como “método-fonte-técnica”. Como método, a história oral produz fontes de consulta: as entrevistas que, ao serem transcritas e gravadas, adquirem o estatuto de documento oral. Assim, é permitido o registro, segundo Delgado (2006, p. 15), “através de narrativas induzidas e estimuladas, [de] testemunhos, versões e interpretações sobre a História”, de maneira que não é a “História em si mesma, mas um dos possíveis registros sobre o que passou e sobre o que ficou como herança ou como

memória”. Sendo assim, abordo aqui trechos de algumas entrevistas já realizadas com suas constatações preliminares.

Ao nos debruçarmos sobre as narrativas do passado, é necessário deixar clara a constatação acerca da memória feita por Maurice Halbwachs (2006), autor que introduziu, na década de 1920, o conceito de memória coletiva nas ciências humanas, possibilitando com que estas a tornassem um problema para estudo, não ficando mais restrita às ciências que focam o indivíduo, como a psicologia, a psiquiatria e a psicanálise. Concebendo a estrutura social da memória, Halbwachs diferencia, como dois objetos distintos, a memória individual e a memória coletiva. Enquanto que a primeira é de ordem da vida pessoal, autobiográfica e interior, a segunda é conhecida por nós de fora, portanto é exterior, social e está ligada a lembranças impessoais que são evocadas no momento em que o sujeito se comporta como membro de um grupo. Apesar, no entanto, de estabelecermos essa diferenciação, Halbwachs (2006, p. 72-73) faz uma ressalva importante ao afirmar que ambas se interpenetram:

(...) se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher lacunas, pode se apoiar na memória coletiva, nela se deslocar e se confundir com ela em alguns momentos, nem por isso deixará de seguir seu próprio caminho, e toda essa contribuição de fora é assimilada e progressivamente incorporada à sua substância.

Como trato em meu trabalho de relatos individuais, é preciso ter em mente não apenas esta questão, mas também outra: durante a época da Campanha de Nacionalização, os entrevistados aqui relacionados eram bastante jovens, tinham entre onze e vinte e quatro anos no ano de 1942, quando da intensificação da repressão aos teuto-brasileiros. Quando se refere às memórias de infância, Halbwachs afirma que a sensação de preocupação que atitudes de adultos podem transmitir diante de determinados fatos, faz a criança saber que tal situação merece ser retida: “Se nos lembramos, é porque sentíamos que a nossa volta todos se preocupavam com ele. Mais tarde, compreenderemos melhor por quê.” (HALBWACHS, 2006, p.82). Podemos dizer, então, que os entrevistados se lembram



de tais episódios porque se envolveram numa corrente mais ampla do pensamento coletivo, “num contexto de preocupações que devem ter surgido nele [neles] durante esse período” (HALBWACHS, 2006, p. 82).

Apresento, no quadro a seguir, a relação dos entrevistados, bem como sua idade e ocupação no ano de 1942:

Quadro 1: Relação dos entrevistados

| Nome                     | Idade em 1942 | Ocupação em 1942                                             |
|--------------------------|---------------|--------------------------------------------------------------|
| Serenita Ruschel         | 24            | Dona de casa                                                 |
| Sonha Emília Balensifer  | 22            | Dona de casa                                                 |
| Eugênio Noll             | 20            | Estudante e ajudante do pai em uma fábrica de café           |
| Helga Maria Schnorr      | 17            | Dona de casa                                                 |
| Gherta Agnischock Müller | 16            | Estudante                                                    |
| Silvino Birck            | 16            | Estudante                                                    |
| Álvaro Romualdo Noschang | 15            | Seminarista – atualmente é padre                             |
| Antônio Vítor Bohn       | 14            | Estudante e cozinheiro de um professor – atualmente é pastor |
| Hertha Regina Birck      | 13            | Estudante e agregada em uma casa de descendentes alemães     |
| Pedro Waldemiro Müller   | 13            | Estudante                                                    |
| Eli Hart                 | 11            | Estudante                                                    |

Fonte: A autora (2012)

Fiz um recorte temático, para constar neste artigo, referindo-se às narrativas que abordam a questão do sentimento deixado pela Campanha de Nacionalização aos depoentes. As falas escritas a seguir, portanto, foram narradas no sentido de responder a interrogações como: qual era o sentimento de patriotismo que se tinha? Quais foram os sentimentos deixados pela Campanha de Nacionalização? Qual era seu posicionamento frente à Campanha? Quais as lições tiradas com a Campanha?

## **Sentimentos deixados pela Campanha de Nacionalização**

Através da análise dos relatos, venho percebendo que a maioria das mulheres entrevistadas pouco fala sobre acontecimentos exteriores ao seu ambiente familiar. Das cinco entrevistadas (Serenita, Sonha, Helga, Hertha e Gherta), as duas últimas se mostraram mais desenvoltas para conversar sobre o tema da Campanha de Nacionalização. Uma das primeiras frases que ouvi de Sonha quando a contatei foi que ela não sabia falar sobre assuntos de política e, quando da entrevista, suas lembranças perpassavam toda a sua trajetória de vida e pouco se reportavam à Campanha. Nesse sentido, uma das situações ao lidar com a memória é, segundo Pollak (1992), o caso dos “vestígios datados na memória”, que são aquelas datas fixadas precisamente nas lembranças das pessoas. Citando entrevistas feitas com donas de casa da Normandia sobre a guerra, Pollak verificou que os relatos trazem uma lembrança bastante precisa da vida familiar, mas não ocorrem da mesma forma quando relacionados a datas públicas, da vida política. Considero, então, que o fato de Serenita, Sonha e Helga serem mulheres já casadas, donas de casa e que não frequentavam mais a escola durante o período da Campanha da Nacionalização tenha relação com a fala e também com o silêncio delas. Gherta, que era estudante e Hertha, que além de estudar trabalhava na casa de uma família em troca de uma moradia que ficasse mais próxima do centro da cidade, conviviam com pessoas diferentes de seu grupo familiar e, por esse motivo, se envolviam com situações exteriores ao seu grupo familiar. Halbwachs (2006, p.93) afirma que “(...) as lembranças da infância só são conservadas pela memória coletiva porque no espírito da criança estavam presentes a família e a escola”.

Os entrevistados do sexo masculino traziam muitas e longas histórias acontecidas com pessoas de sua família, conhecidas ou que ouviram falar. De acordo com Pollak (1992), além dos acontecimentos, a memória também é constituída por pessoas, personagens, e por lugares, que igualmente podem ser lembranças vivenciadas ou vividas por tabela. Neste último caso, pode tratar-se de transferências, de projeções que se remetem a outros eventos vividos pela pessoa, e não aquele que a pessoa relaciona em sua

memória. Além de frequentar a escola, muitos dos homens entrevistados tinham um círculo social que ia além da família e da sala de aula: Eli se reunia com amigos para ouvir rádio escondido; Eugênio se deparava com várias pessoas em seu trabalho com o pai na fábrica de café; o pai de Álvaro tinha um hotel; e Antônio Vítor era cozinheiro na casa de um professor que costumava reunir amigos para discutir os mais diversos assuntos.

Outra percepção que observo durante a análise dos relatos é a de que os depoentes mais novos têm uma memória mais precisa e maior desenvoltura em suas falas. Claro que o fator idade conta nisto, mas observo que os mais novos também expressavam seus sentimentos de forma muito mais enfática. Apesar de muitos risos quando falavam sobre os serviços que os “alemães” presos tinham que “pagar”, como capinar, limpar a delegacia, e quando se lembravam de quando os teuto-brasileiros bebiam demais e falavam alemão nos bailes, por exemplo, a indignação e a raiva, como também a tristeza tomavam conta dos entrevistados durante determinados momentos de suas falas.

Quando perguntados sobre os sentimentos deixados pela Campanha de Nacionalização houve entrevistados que, apesar de reconhecer as situações de risco que corriam os teuto-brasileiros, diziam não sentir efeitos diretos em suas vidas, como observamos nos trechos a seguir:

Eu sei que foi triste para os alemães, né (...). (Sonha)

Eu não me impressionei muito, eu era guri naquele tempo mesmo, eu queria aprender a falar português, então (...)” e “A coisa bem pra mim não foi terrível, eu não senti, mas as pessoas idosas sofreram muito (...) Só que a gente ficava com certa raiva dos Estados Unidos porque arrastaram o Brasil pra guerra, né. Então, desde lá, os ingleses pior ainda, porque exploravam o Brasil (...). (Álvaro)

(...) os homens lembram bastante (...) é que os homens, como eles ficavam nas cidades, viam mais (...) (Helga)

Houve, no entanto, aqueles que demonstraram raiva e ódio, principalmente quando presenciaram alguma situação de perseguição ou passaram por situações repressivas em suas famílias, caso este de Eli, que continua manifestando o ódio que ele e sua

família sentem do infiltrado<sup>2</sup> que queimou o diário de seu avô. Antônio Vitor, que presenciou a prisão do professor em cuja casa trabalhava, afirmou:

A gente não podia protestar, não era democracia. Não existia greve, nem nada. Sabe como é a ditadura (...) tem que baixar a cabeça se não apanha, vai pra cadeia e não pode nem protestar. Ditadura é assim né (...) o chefe é um né (...).

O ressentimento à época da Campanha de Nacionalização é expresso pela mágoa que Eugênio diz sentir. Pedro fala do sofrimento que os teuto-brasileiros passaram juntos, e que a situação porque passavam era bastante constrangedora. Uma vontade de nem se lembrar de tudo que aconteceu aparece no relato de Silvino:

Infelizmente aconteceram muitas coisas que a gente fez assim (...) de esquecer (...) e já não se lembra mais. A gente mesmo passou pro esquecimento já para não lembrar mais daquelas partes negras que passaram. [O que ocorreu] não era do querer da gente (...) estávamos loucos pra ver a página virar.

Como a identidade social está ligada a uma imagem de si também para os outros, conforme Pollak (1992), podemos ter uma ideia nos relatos de como os descendentes de alemães se sentiam enquanto grupo no momento da Campanha de Nacionalização, quando a política nacional colocava o alemão, o italiano e o japonês como “o outro”, o não assimilado. Assim como escreve Pollak (1992, p. 5):

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.

“Ver a página virar” e se esquecer das partes negativas do passado, como podemos ver na fala de Silvino, eram sentimentos

---

<sup>2</sup> Infiltrados: civis que denunciavam e perseguiam os teuto-brasileiros.

que demonstram como aquele passado em que a imposição de uma identidade nacional, que entrou em choque com uma identidade étnica teuto-brasileira, há tempos em elaboração, não fazia sentido para o grupo de descendentes de imigrantes alemães entrevistados em Estrela. Através das narrativas, venho percebendo que a introdução de símbolos nacionais e do idioma português nas escolas e missas, por exemplo, não foram rejeitadas pelo grupo de imigrantes alemães e seus descendentes. Ao contrário disso, podemos ver nos depoimentos que não há manifestações em oposição ao que vinha sendo incorporado à sociedade, mas sim à maneira como isso era imposto. As mudanças que o Estado Novo implantou ocorreram de forma abrupta e não deram margem para uma adaptação que ocorreria, mais cedo ou mais tarde, de maneira natural por aqueles que eram considerados “não assimilados” pelo regime. Termino este artigo com uma pequena, mas significativa história contada às crianças por Álvaro, que atualmente é padre no município de Estrela:

“(...) hoje, as crianças e jovens não sabem (...) eles têm vergonha de falar alemão. (...) Então quando eles são muito assim, quando percebem que são superiores, eu conto a história da gata que foi comer queijinho com seus gatinhos na cozinha e advertiu: ‘cuidado com o cachorro, ele é safado’. Quando muito bem estavam comendo o queijo, o cachorro meteu a cabeça dentro da cozinha, a gata viu e mais que depressa fez assim: ‘au, au, au’ (...), e o cachorro estranhou isso, deu meia volta. Ai ela disse pros seus filhinhos: ‘eu sempre digo, é bom conhecer dois idiomas’”.

Esta fala do Padre Álvaro não deixa de ser uma lição aprendida em sua própria vivência durante o Estado Novo.

## **Referências**

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Elaine Cruxên. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: BARROS, Eliane Cruxên et al. *RS: imigração & colonização*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. (Série Documenta, 4). p. 9-46.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. *Projeto História*, São Paulo, n.17, p.203-211, nov. 1998.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.

SEYFERTH, Giralda. A Identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil*:

THOMSON, Alistair. Reconpondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p.51-71, abr. 1997.

# **ABRINDO CAMINHOS, AMPLIANDO HORIZONTES: ECONOMIA E POLÍTICA COMO MEIO DE INSERÇÃO SOCIAL (IMIGRAÇÃO – RIO GRANDE DO SUL – SÉCULO XIX)<sup>1</sup>**

Ícaro Estivalet Raymundo<sup>2</sup>

Rodrigo Luís dos Santos<sup>3</sup>

Marcos Antônio Witt<sup>4</sup>

*Resumo:* Este trabalho se propõe a fazer uma abordagem sobre as estratégias e posicionamentos de determinados agentes históricos na região dos vales dos Sinos e Caí no século XIX, visando à inserção e ascensão dentro da estrutura brasileira do período, utilizando-se de estratégias de caráter econômico, como a participação de forma efetiva em diferentes mecanismos e meios de negócios, assim como o uso de diferentes ações políticas para atingir esses objetivos. Agentes históricos “exponenciais”, como João Pedro Schmitt e Francisco Trein, personificam as estratégias que mapeamos e são nosso foco para tentar reconstruir o processo de formação de redes sociais. Assim, queremos expor o que até o momento foi analisado ao longo do projeto de pesquisa intitulado “Formação de redes a partir da política e do comércio (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX)”, inserindo-o em um contexto marcado por uma complexidade de nível social, político, econômico e étnico.

*Palavras-chave:* Atividades de negócios, imigrantes, inserção social, estratégias.

---

---

<sup>1</sup> Este trabalho é um recorte com informações e conclusões parciais vinculadas ao Projeto de Pesquisa *A formação de redes a partir da política e do comércio (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX)*, realizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, e vinculado ao Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros – NETB, da mesma universidade, pelos Bolsistas de Iniciação Científica Ícaro Estivalet Raymundo e Rodrigo Luis dos Santos, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Antônio Witt.

<sup>2</sup> Graduando em História – UNISINOS e Bolsista de Iniciação Científica UNIBIC.

<sup>3</sup> Graduando em História – UNISINOS e Bolsista de Iniciação Científica FAPERGS.

<sup>4</sup> Doutor em História e Professor-pesquisador do PPG de História – UNISINOS.

Trabalhos acerca da imigração alemã na região dos vales dos Sinos e Caí ajudam a esclarecer certos aspectos fundamentais dos municípios que hoje conhecemos, como São Leopoldo, Novo Hamburgo, Sapucaia, Campo bom, São Sebastião do Caí, entre outros, assim como a trajetória de desenvolvimentos e estruturas políticas destes ao longo dos anos. Este trabalho pretende analisar os processos de ascensão de personagens “exponenciais”<sup>5</sup>, imigrantes comerciantes, dentro da elite política, nas áreas coloniais do Rio Grande do Sul no século XIX, dando foco à esfera pertencente à colonização alemã e suas ramificações expandidas e entrecruzadas com outras nacionalidades, buscando a quebra do paradigma de que o imigrante alemão era apático e alheio à política em que estava inserido.

O processo que levou determinados agentes históricos a ascender em certas regiões é observado por meio da busca de nomes significativos na história da província do Rio Grande do Sul. É uma tentativa densa e nebulosa construir versões que expliquem o desenrolar sociopolítico sem uma concepção detalhada da sociedade da época. É necessário um *mergulho* nos costumes e nos atos empregados por esses agentes históricos, abdicando de certas ideologias atuais e moldando-se em uma nova concepção de tempo, para então rastrear, de forma satisfatória e coerente, o processo de inserção e a circulação dessas figuras no cenário político.

O início do projeto foi caracterizado pelo embasamento teórico, o fundamento e iniciação na vertente historiográfica que trata da imigração, a partir de artigos e apresentações de análises pontuais sobre certos aspectos e personagens da imigração alemã da região. Clássicos como Carlos Henrique Hunsche e Jean Roche também contribuíram para o desenvolvimento do trabalho, escolhendo pontos cruciais e sedimentados pela ou para a história e

---

<sup>5</sup> O termo “exponencial” foi cunhado por Marcos Antônio Witt em sua Dissertação de Mestrado e posterior Tese de Doutorado, para designar os imigrantes que se tornaram influentes e de forte liderança dentro das Colônias e regionalmente, ocupando uma dinâmica intermediária dentro da estrutura social, não ocupando o escalão das grandes lideranças políticas e culturais.



confrontando-os com novas perspectivas. Com o alicerce na esfera teórica, o passo seguinte da pesquisa foi o levantamento de informações dentro de acervos documentais para constituir a base da situação do Rio Grande do Sul na época, relacionando as informações coletadas com metodologias historiográficas que dessem melhores vislumbres das necessidades dos personagens.

Um apoio para a pesquisa é a Tese de Doutorado de Marcos Tramontini<sup>6</sup>, que desconstrói de forma ímpar a trajetória de certos colonos e mostra como tais personagens interferiam na política e como tinham relações de poderio e respaldos políticos para poderem ascender dentro de uma esfera elitizada. O colono alemão Johann Peter Schmitt, assim como o holandês Francisco Trein, são provas de que o colono estava opinando e se estratificando no plano político, e utilizando de vários meios para assegurar seu espaço.

Conseguimos estabelecer relações entre personagens influentes da Colônia de São Leopoldo e regiões próximas, como a grande área que hoje forma o Vale do Rio Caí, de forma especial os municípios de São Sebastião do Caí (até 1875, quando de sua criação, Freguesia de Porto dos Guimarães) e São José do Hortêncio (na época, também uma Freguesia), e a desenvoltura deles por meio do sucesso relacionado ao comércio, além de descobrir contatos políticos e movimentação de interesses, que impulsionaram a criação de tramas e redes de poder<sup>7</sup>. Para estruturação dessas bases entrelaçadas com nomes ilustres da história da região, com pesquisa em acervos documentais e demais obras que se relacionam com a

---

<sup>6</sup> A Tese de Doutorado de Marcos Tramontini, defendida na PUCRS, em 1997, foi posteriormente publicada em forma de livro, *A Organização Social dos Imigrantes Alemães*, sendo a primeira edição de 2000 e reeditada em 2003.

<sup>7</sup> A formação e fortalecimento de laços interfamiliares e o estabelecimento de conexões, visando garantia da realização de interesses, é uma prática que se percebe bastante forte e alicerçada na história brasileira e sul-americana. Para aprofundar a questão, ver: VIVÓ, Cristina Mazzeo de. Os vínculos interfamiliares, sociais e políticos da elite mercantil de Lima no final do período colonial e início da República: estudos de caso, metodologia e fontes. IN: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Exercício de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

temática, conseguimos mapear o uso de certas *manobras* por parte desses colonos imigrantes. Levando em conta as diferentes situações em que esses personagens se encontravam, desde as condições de comunicação até as de administração financeira, vemos que havia uma diferente perspectiva dos laços familiares, de convivência e de afetividade: assumiam também um caráter de negociação. Entretanto, quando o aspecto de relação de negócios entra em jogo, entra também uma preocupação com a manutenção desse laço, uma garantia, uma estabilidade que possa ser confiável, pois a relação vai além do aspecto afetivo: interfere nos intuitos de comercialização, ascensão e empreendedorismo desses imigrantes que estudamos. Nesses casos, o que predomina é a presença do compadrio, o apadrinhamento, que, em consonância a Woortmann, é “uma forma de ampliar relações de solidariedade para além da rede de parentesco, vizinhança e amizade, ou como uma forma de reforçar os laços já estabelecidos por essas relações” (WOORTMANN, p. 63-64).

O casamento entre poucas famílias também está presente nos registros das comunidades paroquiais da região, estratégia essencial para evitar a dissipação da riqueza familiar, pois havia uma maior facilidade de manutenção das finanças e maior possibilidade e/ou segurança de investimentos. Esses aspectos influem no crescimento da região, já que determinados personagens, como os imigrantes Johann Peter Schmitt e Francisco Trein, acabariam definindo diversos rumos para as trajetórias das localidades e grupos sociais com os quais mantinham relações e influências. A região de Hamburger Berg, hoje o município de Novo Hamburgo, apresenta essa característica em relação a um colono imigrante que se destacou dentro da região, sendo ele Johann Peter Schmitt. Como a cidade de Novo Hamburgo, assim como São Leopoldo, apresenta um vínculo bastante forte com a imigração alemã, atualmente, em meio a eventos, em reportagens de jornal e estudos municipalistas que têm como assunto o início da cidade, o nome de Schmitt é ressaltado, evidenciando sua importância para a formação da cidade.

Schmitt, sem dúvida, teve um papel muito importante para a região, e seu empreendedorismo tange tanto aspectos comerciais

quanto políticos, e ele fez sua presença dentro da formação da região. Entretanto, com o passar dos anos, e em virtude do sentido de valorização desses personagens que tanto contribuíram para o município, há uma preocupação com a imagem que este agente histórico apresenta. Há um sentido de memória, de construção da imagem desse personagem, e essa representação se atrela aos interesses de diferentes grupos, instituições ou pessoas. Dessa forma, elementos da história podem ser evidenciados, ressaltados, escondidos, ignorados, justificados ou reinventados, como ocorrera com Schmitt, com suas questões jurídicas, suas ações ilegais na conjuntura da venda de escravos e também da especulação das terras coloniais. Mas se ressaltou sua participação como liderança comunitária, homem ordeiro e de moral ilibada e comerciante que ajudou no fortalecimento e no crescimento da Colônia, sobretudo de Hamburger Berg.

A construção de espaços de memória pode surgir do objetivo ou da necessidade de uma minoria de manter seu passado, diante da possibilidade de *perda* das relações entre o presente e suas características iniciais. Isso pode, também, gerar uma versão fechada, isolada e até radical da história contada por meio da memória dessas minorias<sup>8</sup>. Ao longo do processo de pesquisa, pontos tratam de esclarecer o desenvolvimento de redes sociais ligadas ao setor agrário, fundiário e as consequências que esses fatores trouxeram para a sociedade do Vale dos Sinos no século XIX. A área colonial, durante esse período, foi o palco de alguns colonos e agentes “nacionais”, isto é, de origem luso-brasileira, os quais se destacaram pelas diferentes áreas de desenvolvimento, tanto econômico ou político, que remetiam a uma visibilidade social, sendo eles, além de Johann Peter Schmitt, Tristão José Monteiro, Francisco Alves dos Santos e membros das famílias Blauth, Müller e Trein.

Construindo sua liderança nesses pontos, eles criaram vínculos com autoridades, o que permitia espaço em todos os níveis

---

<sup>8</sup> Sobre esta temática, ver: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2003.

de poder, isso porque a construção do poder na área colonial estava embasada na formação de redes, sendo elas as principais condicionadoras de influência e popularidade. Essas redes eram, principalmente, estratégias de poder. As redes estavam organizadas em âmbito local, regional e imperial, permitindo uma movimentação desses indivíduos nos níveis políticos, sociais e econômicos. Com essa vantagem, esses indivíduos, possivelmente também os grupos que se apoiavam neles, agiam de forma autônoma, apoiando ou não as ações governamentais, segundo os interesses pessoais. Esses indivíduos são responsáveis pelo crédito nesses locais do interior, adiantando mercadorias em troca da futura produção ou emprestando capital para a próxima safra, estabelecendo uma dependência e gerando assim uma hierarquia no interior dessa cadeia mercantil colonial e imperial. Alguns membros (foco para João Pedro Schmitt) faziam parte de sociedades<sup>9</sup>, que condicionava a uma divisão de capital entre os sócios e possibilitava investimentos em determinados empreendimentos aos quais pudessem retornar de forma lucrativa posteriormente.

Essa rede de reciprocidades nutria um sistema de articulação, facilitando o desenvolvimento de estratégias de poder. Esse sistema acabou por firmar líderes nesses espaços, os quais gestavam parte dos rendimentos da população livre, que confiava esse bem nas mãos dos privilegiados.

Diante desse panorama que acabamos de expor acerca dos objetivos principais de nossa pesquisa, além do referencial e embasamento teóricos necessários para termos uma fundamentação estável e qualificada, em consonância com as novas linhas historiográficas acerca da temática da imigração, é necessária uma investigação bastante profunda nas fontes primárias, isto é, na documentação do período temporal escolhido. Nessa documentação constam os trâmites jurídicos, políticos e burocráticos, as questões particulares e coletivas, os processos, enfim, o desenrolar desse

---

<sup>9</sup> Nesse caso, o termo sociedade se refere ao caráter de empreendedorismo, de empresarial, uma junção de investidores buscando uma estabilidade para sua segurança financeira.

cenário e da vida de seus personagens, ou melhor, de seus agentes históricos. Dessa forma, registros de batismo, óbitos, casamentos, de terras, correspondências junto aos poderes administrativos locais, como Câmaras de Vereadores, atas de reuniões, inventários, entre outros tipos de documentos, se tornam indispensáveis para que se obtenham informações salustares que permitam uma abertura de caminhos de investigação e de possibilidades conclusivas. Maria Silvia Bassanezi nos aponta que

em princípio, toda a população pode ser recuperada através desses registros. Por isso, os livros que os contêm são considerados fontes democráticas. Mesmo que, para determinados momentos e locais, uma parcela dos nascimentos, das uniões conjugais e dos óbitos, por algum motivo, não tenha sido anotada, esses livros incluem de fato todos os setores da sociedade (BASSANEZI, 2011, p. 142).

Devemos ter ciência de que a documentação constitui-se de uma via promissora para tentativa de visualização dos meios constitutivos dessas sociedades, ao mesmo tempo em que devemos levar em conta as possibilidades de interpretação do historiador sobre seu objeto de estudos, e como esses fatores interferem para construção historiográfica. Essa posição da autora, sobre a hipótese de que toda população pode ser recuperada através dos seus registros, nos concede uma percepção sobre o documento que vai além da análise do fato: proporciona uma contextualização da fonte e um estudo que abrange toda a estrutura social, desde sua administração política, financeira, judicial até os aspectos culturais da sociedade.

Achamos conveniente uma breve explicação sobre os métodos e procedimentos empregados, pois acreditamos que, ao lançarmos novas questões e novos olhares sobre esta já conhecida documentação, contribuímos para uma revisão mais profunda dentro de estruturas historiográficas e culturais fortemente constituídas ao longo dos anos.

Com exames nos Livros de Registro da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho, entre 1845 e 1886, conseguimos mapear as relações entre famílias, feitas por meio do casamento e apadrinhamento. Dentro desses anos, o pastor Johann Peter

Haesbaert registrou uma *massiva* fonte de informações sobre as ações dos agentes históricos daquela época, e ficam evidentes as amarras sociais, como, por exemplo, o casamento de filhos de Schmitt com integrantes da família Blauth: essa família era dominante na navegação, sendo eles influentes no trânsito de mercadorias entre São Leopoldo e Porto Alegre pelo Rio dos Sinos; para o favorecimento dos Schmitt, comerciantes, era uma garantia de facilidade para obtenção das mercadorias, e para os Blauth, a garantia de serviços e respaldo político caso necessitassem de algo. Para engendrar ainda mais a história, Schmitt havia trabalhado com transporte fluvial desde 1824 até 1844, entretanto, obtendo um estabelecimento de comércio em 1830. A malha de conexões é clara nesses aspectos.

Segundo dados coletados ao longo da pesquisa, as famílias Schmitt e Blauth estavam interligadas já pelo casamento de Schmitt com Anna Bárbara Blauth, com a qual teve quatro filhos, e do total de dezesseis filhos, sendo os doze do segundo casamento, pelo menos três estabeleceram laços matrimoniais com os Blauth. Junto ao casamento, estava o compadrio como ferramenta para estratificação de laços entre as famílias, de forma que essas operações garantissem estabilidade, evitando a pulverização das riquezas familiares.

Essas relações demarcam um intuito de empreendimento, estratégias que contam com o apoio de determinados personagens “exponenciais” da região, sendo político ou econômico, que, por sua vez, estão dispostos a investir nas suas várias possibilidades de proveito da terra e das posições sociais, explorando tudo que possa ser possível, articulando com os demais personagens necessários para o sucesso.

É neste contexto que, em 1845, João Pedro Schmitt e seu sócio João Kraemer, de Hamburger Berg, iniciaram uma colonização particular nas localidades de Picada da Bica (hoje Arroio da Bica, na cidade de Araricá, na divisa com Nova Hartz) e Picada Ferrabrás (ao pé do morro de mesmo nome, localizado no hoje município de Sapiranga), na Fazenda do Padre Eterno, assim como João Jacob Blauth (cunhado de João Pedro Schmitt) e seu

sócio Felipe Matte iniciavam a Colônia de Picada Verão, próximo da Picada de São Miguel de Dois Irmãos (hoje localidade entre os municípios de Sapiranga e Dois Irmãos). Assim, podemos ter, de forma mais clara, que tanto Schmitt, como outros imigrantes, conseguiram, inclusive com o respaldo governamental, pois este estava em dificuldades de prosseguir com o “programa” de colonização e assentamento diante da larga demanda surgida, espaço bastante significativo de atuação dentro de um dos mais importantes setores da economia nacional: o setor fundiário.<sup>10</sup>

Segundo os primeiros livros de atas do município de São Leopoldo, esse espaço da picada do Padre Eterno foi marcado por intensas disputas e tensões entre colonos, loteadores e até entre autoridades provinciais. Nas páginas das atas, pelas letras dos vereadores Manoel Bento, José Oliveira e tantos outros, estão registrados os inúmeros requerimentos, reclamações e pedidos de colonos e cidadãos, referentes à abertura de estradas, de oficialização de liderança e a importância que a fazenda significava para a região.

Francisco Trein, inicialmente na Freguesia de Linha São José do Hortêncio e, posteriormente, no município de São Sebastião do Caí, também adotou estratégias semelhantes às de Schmitt, tanto do ponto de vista comercial como na estratégia de articulação de vínculos familiares sólidos. Abriu uma Casa de Negócios em São José do Hortêncio, o que, em pouco tempo, lhe conferiu poder econômico e social dentro daquele núcleo. O desenvolvimento e êxito de seu empreendimento fez com que abrisse filial em São Sebastião do Caí, garantindo-lhe ampliação de sua rede de relações e de influências. Tanto que, em 1873, ocupava um dos postos de Juiz de Paz na região, envolvendo-se, inclusive, em uma intensa disputa política com outro imigrante, João Daniel Collin, que ocupara o cargo de vereador em São Leopoldo, onde é possível perceber a

---

<sup>10</sup> Mesma estratégia é seguida por Tristão Monteiro e seu primeiro sócio, Jorge Eggers, efetuando a compra da Fazenda Mundo Novo, que pertencera a Antônio Borges de Almeida Liaens, localizada no Pinhal, também próxima da Fazenda do Padre Eterno.

formação de dois blocos políticos rivais, capitaneados pelos referidos imigrantes. Segundo Carina Martiny, ao analisar mais profundamente a trajetória de Trein em sua Dissertação de Mestrado,

as distintas posições assumidas pelas lideranças locais no episódio analisado, mais do que evidenciar a defesa dos interesse de um ou outro partido, eram expressão da disputa entre parciaisidades antagônicas. Só assim podemos entender as atitudes de Francisco Trein e João Daniel Collin por ocasião da primeira eleição. Nem Trein, nem Collin queriam perder um espaço que já possuíam na política local (MARTINY, 2012, p. 77).

Além disso, também utilizou a estratégia matrimonial como forma de entrelaçamento e formação de uma rede econômica e política. Vejamos como isso se deu: Francisco Trein Filho se casou com Margarida Zirbes, filha de um vereador de nome Guilherme Zirbes, enquanto Júlio Trein e Maria Mathilda Trein tiveram enlances com filhos do vereador João Jacob Schmitt, Maria Cristina e João Jacob Schmitt Filho. Os outros filhos homens de Trein, Felipe Carlos, Cristiano Jacob e Frederico Guilherme, se casaram, respectivamente, com Guilhermina, Elisabeth e Catarina Ritter, irmãs de Henrique Ritter Filho, vereador e também importante comerciante e empresário local. Esse emaranhado de relações matrimoniais e de parentescos está ligado diretamente com o estabelecimento de vínculos econômicos e comerciais, por isso se torna necessário observar como esses se desenvolveram.

Essas estratégias adotadas por Francisco Trein e o capital econômico e relacional por ele desenvolvido continuariam por meio de seus filhos, já no período republicano. Exemplo disso é seu filho Cristiano Jacob Trein: no início do século XX, duas de suas filhas se casariam com Frederico Mentz e Antônio Jacob Renner. Estes, além do vínculo de parentesco, criariam um vínculo econômico e patrimonial com seu sogro, pois, com ele, fundariam certos empreendimentos que, nas décadas posteriores, se tornariam grandes grupos empresariais que abarcaram diferentes áreas: indústria têxtil, comércio, setor bancário e de seguros sociais, tendo como exemplo o Sulbanco, de Frederico Mentz, e as Indústrias e Lojas Renner, de A. J. Renner.



Outro ponto comum é que ambos os agentes históricos sobre os quais direcionamos nossos estudos estão inseridos na política da negociação de escravos. Angela Sperb (1987), ao estudar o inventário de João Pedro Schmitt, aponta que este, ao morrer, em 1868, deixou registrada a posse de onze escravos. Na mesma época do falecimento de Schmitt, conforme documentação encontrada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), Francisco Trein, além de outros imigrantes, consta como envolvido em transações acerca do pagamento da Meia-Sisa, espécie de taxa ou imposto associado com a compra, venda e outros tipos de negociações envolvendo escravos. Embora, após a promulgação e implantação da Lei de Terras, 1854, a propriedade se tornasse um bem muito mais valioso, a posse de escravos, mesmo diante das restrições diversas encontradas, que já haviam impossibilitado o tráfico de escravos (ao menos por vias legais) e dificultado transações envolvendo-os, ainda era um meio de negócio importante e, dentro de uma sociedade de característica escravista já secular, representava um referencial de status e poder dentro da estrutura social brasileira oitocentista.

Os Livros de Atas da Câmara Municipal de São Leopoldo, que datam da formação do corpo de vereadores em 1846, foram alicerce básico para decifrar o *ethossocial*<sup>11</sup> geral da região, assim como as correspondências de caráter fazendário, como indenizações, pagamentos por empreendimentos particulares em nome da Câmara (abertura de estradas e obras públicas executadas por serviço privado), dívidas, aluguéis e ressarcimentos. Dependendo dos dados registrados nesses documentos, conseguimos analisar, de forma mais minuciosa, os processos de crescimento e complexificação da sociedade. Deste modo, percebemos que, unidos ou não com membros importantes da sociedade “nacional”, temos imigrantes atuantes e de significativa influência dentro das diversas áreas constituintes da Colônia de São Leopoldo e em outras áreas, como,

---

<sup>11</sup> Essa expressão tem o significado de uma abrangência coletiva das atitudes dos cidadãos da Colônia referida.

por exemplo, a Colônia de Três Forquilhas, no Litoral Norte da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul<sup>12</sup>.

Esses documentos também salientam as evidências quanto às posses desses agentes históricos, principalmente a relação de terras e escravos, sendo esse fator decisivo para um esclarecimento dos conceitos e valores que se assumiam na época. Mesmo com a proibição legal de que os imigrantes possuísem escravos em áreas rurais, a documentação pesquisada nos comprova que essa era uma prática adotada por um número considerável de colonos, o que lhes configuraria, dentro dos critérios do período analisado, status dentro da esfera socioeconômica. Esse era um *passo* importante para o alcance de seus objetivos de inserção dentro da sociedade brasileira. Além disso, a existência desses documentos e a pesquisa feita neles contribuem para refutar os estudos historiográficos que não expunham a prática escravista entre imigrantes, pelo contrário, tentavam inclusive negá-la.

Esse tracejado da pesquisa, que percorre assuntos mais controversos, acaba por ir de encontro à historiografia clássica, que protege o colono imigrante como um personagem que teve absoluto sucesso e de forma íntegra e imaculada, sendo o termo imaculado tanto se referindo às ações e estratégias de sobrevivência e sucesso, quanto a influências externas, principalmente contatos culturais. Essa visão conservadora do imigrante acaba por ser desbastada, pois os dados que estão sendo levantados já se entrecrocavam com a ideia já moldada, sedimentada e aceita de forma geral desses personagens, que tendem à preservação de referenciais da cultura desses imigrantes que se enraizaram aqui, de maneira especial na Região Sul do Brasil.

Documentos encontrados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul mostram uma diferente faceta dessa postura do colono imigrante que conquistava seu espaço na região. Por meio de

---

<sup>12</sup> Pesquisas acerca da história dos imigrantes em outras regiões coloniais, de modo especial as mais afastadas do núcleo inicial de São Leopoldo, têm sido mais aprofundadas academicamente nos últimos anos. Queira ver: WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

pesquisa em correspondências expedidas de Porto Alegre, fundos jurídicos e policiais, conseguimos analisar casos referentes ao posicionamento político de certos grupos de colonos, sendo os mais evidentes relacionados ao período conturbado de 1837, quando, em Porto Alegre, o boato de que a leva de imigrantes alemães que desembarcaram em São Leopoldo era predominantemente anarquista, o que, diz o documento, oferece perigo para a estrutura organizacional da Província e para as autoridades legais que fazem sua manutenção. Relatos como esse nos possibilitam conceber o colono imigrante de uma forma mais concreta quanto a sua articulação entre elementos referentes à política e administração aos quais estava sujeito. Concepção que revisa certos aspectos pautados pela historiografia, como a *tese do isolamento* e o abstencionismo político por parte do colono imigrante, deixando uma lacuna grande quando se trata do diálogo desses agentes históricos entre as estratégias e suas possibilidades de atuação dentro de uma sociedade mais elitizada, que dominava mais terrenos administrativos; pois esses diálogos por vezes significam estratégias de ascensão ao poder de uma forma que não condiz com a construção identitária do imigrante moldada pela historiografia clássica. Podemos interpretar como um sentimento de resguardo (considerando as tradições e imagem do imigrante) das características das bases da sociedade de determinados locais, da construção étnica como homenagem aos que deram início ao desenvolvimento da região e contribuíram para o seu crescimento.

#### Marcos Tramontini ressalta que

Desse modo, o isolamento, ressaltado tanto pelos ideólogos da etnicidade, como pelos críticos do enquistamento étnico, entendido como instrumento para afirmação e demarcação de diferenças (exaltadas ou criticadas), expressa a concepção de etnicidade como excludente, como inventário das diversidades. Ignoram que a “comunidade étnica” não se afirma isoladamente, mas que surge da oposição, e, portanto, da relação, e que a constituição ou a organização de um grupo social com base étnica é um fenômeno político, ou seja, a mobilização do ‘capital simbólico’ desse grupo está relacionada com a sua luta política, como uma estratégia para encontrar na ‘comunidade’ o reconhecimento social, conjugando forças para resistir, encaminhar soluções e fazer pressão. (TRAMONTINI, 2003, p. 396)

Essa citação pode ser entendida como um dos pilares referenciais para nossa pesquisa, pois conduz a uma concepção diferenciada do imigrante ao que tange sua atuação política e social. De acordo com as considerações de Tramontini, as inter-relações desses colonos e as amarras que eles criavam para estratificação dentro do cenário político da época, localizando os pontos de influência e as estratégias desses agentes históricos, era parte constituinte do alcance de seus objetivos. Com isso, eles quebravam mais barreiras do que somente as dificuldades impostas pelas duras condições de trabalho.

Como um caráter conclusivo deste texto sobre os assuntos aprofundados na pesquisa, levamos em conta o estágio intermediário do desenvolvimento do trabalho, sendo o intuito esclarecer os pontos que coletamos até então e as expectativas de resultados futuros. Focamos uma busca de imparcialidade dos fatos e uma tentativa de compreensão menos tendenciosa da trajetória do colono e as condições que o cercavam, e os processos que o levaram a ter sucesso, ou não, baseados na documentação e na sua interpretação.

## Referências

BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *O Historiador e suas fontes*. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

HUNSCHE, Carlos Henrique. *O biênio 1824/1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul* (Província de São Pedro). Porto Alegre: A Nação, 1975.

\_\_\_\_\_. *O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Metrópole, 1977.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2003.

MARTINY, Carina *Os seus serviços públicos estão de certo modo ligados à prosperidade do município*. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Cai,

1875-1900). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Dissertação de Mestrado, 2010.

MOEHLECKE, Germano Oscar. O colono alemão e o negro. In: RAMBO, Arthur B. *Anais do VII e IX Simpósios de História da Imigração e Colonização Alemães no Rio Grande do Sul*. Nova Petrópolis: Editora Amstad, 1998.

PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934.

SPERB, Angela. O inventário de João Pedro Schmitt. In: *Anais do IV simpósio de história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, 1987, p.17-44.

VIVÓ, Cristina Mazzeo de. Os vínculos interfamiliares, sociais e políticos da elite mercantil de Lima no final do período colonial e início da República: estudos de caso, metodologia e fontes. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Exercício de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

\_\_\_\_\_. *Política no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães – 1840-1889*. São Leopoldo, 2001. Dissertação [Mestrado]. História da América Latina. Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS, 2001.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Herdeiros, parentes e compadres*. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo, Brasília: Hucitec, EDUNB, 1995.

ZÚÑINGA, Jean-Paul. *Clan, parentela, família, indivíduo: métodos y níveis de análisis*. *Anuario IEHS*. Argentina: Tandil, n.º 15. 2000.

# **A TRAJETÓRIA DAS ATIVIDADES FÍSICAS DO IMIGRANTE ALEMÃO – O TURNEN COMO ELEMENTO CULTURAL NO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL**

Leomar Tesche<sup>1</sup>

*Resumo:* O estudo que apresentaremos carece ainda de muitas análises pelo fato de que os documentos sobre os alemães e a sua cultura no Rio Grande do Sul não foram analisados na sua totalidade. Como objetivo do estudo, o Turnen é um elemento identificador, a prática da atividade física, do “ser alemão”. A criação deste termo somente aparece na literatura após a chegada dos Legionários, também denominados de Brummer, em 1851 ao Brasil. Há uma linha divisória entre o antes e o pós ingresso dos Legionários na cultura dos alemães e teutos no Brasil, podendo utilizar este marco também nos aspectos sociais, culturais, étnicos e associativos. Dentro deste elemento associativo nascem os Clubes nos quais o elemento Turnen, grupos de Atiradores são os que mais se identificam com a cultura alemã. A metodologia utilizada é a de pesquisa documental, na perspectiva de Samara e Tupy (2007). Os aspectos conclusivos, em parte, estão claros no sentido de que o Turnen e outras atividades físicas identificados com os alemães surgem somente na discussão dos Legionários quando o seu discurso foi o de preservação do grupo étnico através de elementos que os identificassem dessa forma através da língua, do associativismo, dos grupos de atiradores, do canto coral, da prática do Turnen e outras atividades e da religiosidade.

*Palavras-chave:* Atividade Física, Legionários, Liberais, Turnen.

---

## **Introdução**

A discussão que traremos neste estudo carece ainda de muitas análises pelo fato de que os documentos sobre os alemães e a sua cultura no Rio Grande do Sul não foram analisados na sua totalidade. Como objetivo do estudo, o Turnen é um elemento identificador do “ser alemão”, mas a criação deste termo somente aparece na literatura após a chegada dos Legionários, também denominados de Brummer, em 1851 ao Brasil. Há uma linha

---

<sup>1</sup> Doutor Professor na Unijuí-campus Santa Rosa/RS/Brasil. FAPERGS.

divisória entre o antes e o pós ingresso dos Legionários na cultura dos alemães e teutos no Brasil, podendo utilizar este marco também nos aspectos sociais, culturais, étnicos e associativos. Dentro deste elemento associativo nascem os Clubes nos quais o elemento Turnen, Grupos de Atiradores são os que mais se identificam com a cultura alemã. A metodologia utilizada é a de pesquisa documental, na perspectiva de Samara e Tupy (2007). Os aspectos conclusivos, em parte, estão claros no sentido de que o Turnen e outras atividades físicas identificados com os alemães surgem somente na discussão dos Legionários quando o seu discurso era o de preservação do grupo étnico através de elementos que os identificassem dessa forma através da língua, do associativismo, dos grupos de atiradores, do canto coral, da prática do Turnen e outras atividades e da religiosidade.

### **O evento no norte da Alemanha e o sec. XIX**

Em 1846, o rei da Dinamarca, Christian VIII, decretou que os ducados de Schleswig e Lauenberg ficariam sob o domínio definitivo da Dinamarca e determinou que a anexação decisiva do Holstein fosse estudada oportunamente. A reação dos ducados não tardou. Constituíram um governo provisório, com o apoio da Confederação Alemã, pois a população do Schleswig e especialmente a do Holstein era de origem alemã, com estreitos laços de amizade com os prussianos. O antagonismo do povo dos ducados para com a arbitrariedade do monarca dinamarquês recrudescceu, atingindo o ápice com a organização de um exército em 1848.

Contavam os ducados com a ação auxiliar da Prússia, inclusive apoio militar e ambicionavam impedir a anexação de seu território pela Dinamarca, demonstrando a intenção de se incorporarem a incipiente nação alemã. Os prussianos assumiram o controle dos países alemães confederados, mas foram forçados a abandonar a luta contra a Dinamarca, pressionados pela França, Inglaterra, Suécia e Rússia, os quais temiam o crescente poder dos Estados alemães. Entretanto, as forças do Schleswig-Holstein, comandadas pelo general von Bonin, retomam a ofensiva em março

de 1849, obtendo, nos meses de abril e maio, duas vitórias sobre os dinamarqueses na fronteira da Jylland, para os Dinamarqueses, ou Jütland , para os alemães.

Sob o comando do general von Willisen, o fragmentado exército do Schleswig-Holstein travou a batalha de Idstedt, nos dias 24 e 25 de julho de 1850, sendo derrotado pelos dinamarqueses, já sob reinado de Frederico VII.

Liberados pela dissolução de seu exército em 1851, os combatentes do Schleswig-Holstein sentiram-se traídos pela confederação “alemã”, agregando-se ainda, a este sentimento, as perseguições empreendidas aos vencidos, pelos dinamarqueses.

### **Sobre os Brummer**

Em nosso estudo o que será importante é a questão dos Legionários e a contração e seus aspectos de formação cultural em diversos anos que segue após a independência do Brasil, mas principalmente a de 1851.

No texto de Schmid (1949), traduzido pelo general Klinger em 1951, o autor relata que o Brasil sentindo-se ameaçado por Rosas em sua fronteira meridional e ocidental elaborou um tratado com o Uruguai e o general Urquiza na defesa de seus interesses. A guerra veio e a derrota de Rosas se deu na batalha em Monte Caseros em 3 de fevereiro de 1852.

Fazia parte do exército brasileiro a referida legião de alemães composta de 1770 homens tanto da infantaria, artilharia e sapadores<sup>2</sup>, todos aliciados em Hamburgo na Alemanha.

Mas na história brasileira este seria o terceiro ato no intuito de fortalecer o poderio militar brasileiro por meio de mercenários europeus nas guerras platinas. No ano de 1823, após a declaração da independência do Brasil, o imperador D. Pedro I, pretendia exatamente por meio das legiões substituir as tropas portuguesas

---

<sup>2</sup> Sapadores- soldado da arma de engenharia. Origem do vocábulo SAPA (pá metálica).



repatriadas e incrementar um novo modelo de exército brasileiro. Conforme anotações do referido autor havia ainda tido um emprego de tropas estrangeiras em 1838.

Na revolta de cabanos no Pará<sup>3</sup>, 1835 a 1840, a regência mandou contratar em Hamburgo/Alemanha 500 mercenários por intermédio do cônsul do Brasil e de um Dr. Schmidt. Na chegada ao Pará a revolta já havia findado e os mercenários se viram enganados, traídos, abandonados sem subsistência e sem terras. Alguns foram admitidos a servir em unidades brasileiras, outros cometeram o suicídio e ou morreram por doenças conforme Handelsmann (1949, p.133), veremos no seu original em Schmid (1949, p.133):

Foe por ocasião da revolta dos cabanos, no Pará. A “rejêmsia” brasileira mandou então contratar, em HAMBURGO, 500 mersenários, por intermédio do cômsul do BRAZIL edum Dr.SCHMIDT. Cuando xegaram ao PARÁ, a revolta já fora dominada,e então os imfelizes estrangeiros se viram torpemente emganados, traídos: não apenas foram abandonadosá sua sorte,sem meios eem terra estranha de língua desconhesida,mas postos em prizão a bórdo de navios, maltratados, afinal soltos, ums poucos, ce desesperados aseitaram , foram admitidos a servir em unidades brasileiras: outros poucos, ce tiveram meios ou corajem, se escaparam do teatro de sua dezgrasa, tanto mães ce reinava fome da terra; e na maeria sucumbiram de mizéria e doemsa, levados alguns ao suisídio.

As discussões referentes ao envolvimento dos agentes de D. Pedro II para recrutamento dos soldados<sup>4</sup> nem sempre tiveram

---

<sup>3</sup> A revolta dos cabanos, Cabanagem, foi uma revolta popular acontecido na província do Grão-Pará. nome dado pois havia um grande número dos revoltosos de pessoas pobres (mestiços e índios) que moravam em cabanas nas beiras dos rios da região, a eles se somavam os fazendeiros e comerciantes cada um com seus interesses.

<sup>4</sup> A nota de rodapé do refiro texto trata do seguinte: O contrato da legião alemã de 1851 obedeceu a Lei nº 586 de 6-IX-1850. Estabelecia ela, no art 17º: Fica o governo autorizado:...§ 4º. Para, em circunstâncias extraordinárias, fazer as despesas necessárias afim de elevar a 26 000 homens a força de 1ª linha, podendo contratar nacionais e estrangeiros e distribuir-lhes terras, segundo contrato. Os estrangeiros só podem ser empregados nas fronteiras.

acontecimentos tranqüilos. Autores diversos tratam do tema, mas o que foi a questão principal e desencadeadora para a vinda dos mercenários foi a dissolução do exército de Schleswig-Holstein, podemos acompanhar, em anexo, os trâmites de Rego Barros nas tratativas de levar os legionários ao Brasil.

Havia toda uma preparação para um futuro conflito armado contra a Argentina de Rosas. Pelo lado brasileiro foi enviado a Europa, para contratar/recrutar oficiais prussianos, Sebastião do Rego Barros. Pelo outro lado, o governo argentino articulou de todas as formas possíveis de impedir a atitude brasileira, mas não teve êxito. Destacamos o que escreve o jornal *Allgemeine Auswanderer Zeitung*, o qual não era favorável aos recrutamentos e à autorização do Senado de Hamburgo, em 04 de março de 1851, citado por Schröder (2003. P.145 e 146):

Dos fatos a seguir relatados, infelizmente temos que concluir que as autoridades daqui concordam com os continuados recrutamentos do Brasil. O ex-ministro Rego Barros instalou-se aqui em suíte no Hotel Victoria, ao que parece para longo tempo

Concomitante àquele ano, 1851, fora dissolvido, o exército de Schleswig-Holstein e pouco a pouco, os soldados e oficiais foram desincorporados e muitos deles foram a Hamburgo/Alemanha tentar ali um novo emprego e de fato, Hamburgo e Bremen empregaram alguns deles. Ainda em 1851 é constituído um comitê para o exército de Schleswig-Holstein para auxiliar este grupo sendo que muitos emigraram para os Estados Unidos.

Para o caso da vinda e sua legalidade ao Brasil, havia um primeiro momento em que o candidato deveria se apresentar ao cônsul-geral, este os encaminhava ao escritório de Rego Barros, recebiam identificação e se estavam desprovidos de meios, recebiam alimentação e moradia gratuita na casa de boarding junto ao Bastião de São João, conforme dados de Schröder (2003, p.147).

A seguir o contrato/teor que o recrutado tinha que assinar concordando o que era estabelecido, publicado por Schröder (2003, p.147,148,149):

## CONTRATO PARA OS SOLDADOS E SUB-OFICIAIS

Como o Governo de S.M. o Imperador do Brasil concedeu, em virtude do artigo 17 da Lei número 588, de 6 de setembro de 1850, ao senhor Sebastião do Rego Barros os poderes necessários..para estabelecer as condições com os que estiverem dispostos a ingressar no serviço militar do Império do Brasil, os abaixo-assinados estão de acordo com os seguintes artigos:

### Artigo 1º

N.N. compromete-se a servir como soldado no exército brasileiro e compromete-se a um serviço militar de quatro anos.  
(Oficiais recebem a patente de seu posto)

### Artigo 2º

O Governo Imperial concederá a N.N. propriedade de terra fértil em uma das províncias do Império, principalmente nas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, abrangendo área de 22.500 braças quadradas.  
(A propriedade para oficiais abrange 62.500 braças quadradas.)

### Artigo 3º

O Governo Imperial compromete-se a conceder a N.N. viagem gratuita e , além disso, gratificação de 25 táleres prussianos, que lhe serão pagos, com o desconto das despesas feitas antes do embarque, após a partida dos navios de Stade.  
(Um tenente receberá trinta louisdor, um capitão, quarenta, um oficial do estado maior, sessenta.)

### Artigo 4º

Segundo livre critério do Governo Imperial, as tropas a serem formadas poderão ser licenciadas no país, total ou parcialmente, após o transcurso de dois anos.

### Artigo 5º

Os contraentes tomarão posse de suas propriedades após o término do contrato ou após haverem sido desincorporados. Caso, no entanto, o contraente não solicitar propriedade, o Governo Imperial lhe concederá viagem de retorno gratuita e quinze táleres.  
(Oficiais recebem neste último caso, além da viagem de retorno gratuita, o soldo simples do meio ano.)

### Artigo 6º

Fica estabelecido que o soldo e os demais emolumentos dos sub-oficiais e tropas pertencentes a tropas formadas por estrangeiros coincidem com os dos destacamentos que servem na mesma categoria no exército brasileiro; o pagamento é feito na mesma época e da mesma maneira.

### Artigo 7º

Soldo e tempo de serviço começam a contar a partir do dia do embarque.

#### Artigo 8º

As baterias e companhias estão sujeitas à disciplina e aos castigos estabelecidos nas leis militares da Prússia, e aqueles que forem excluídos do serviço militar, em decorrência de sentença legalmente proferida, serão considerados contraventores. Neste caso, resta ao atingido a mera solicitação de passagem gratuita de retorno a um porto europeu.

A maioria dos soldados não poderia retornar e foram tolerados pelas autoridades. Alguns emigraram ou passaram a ser mendigos. Ex-oficiais tiveram melhor sorte, pois poderiam começar como tutores ou jornalistas. Alguns estavam à beira da inanição. Os primeiros rumores sobre a fundação da Legião alemã, nestes círculos, foram recebidos com entusiasmo<sup>5</sup>.

Na Alemanha o recrutamento era oficialmente proibido, devendo por isso ser organizado a partir da Helgolândia britânica (ilha no norte da Alemanha). Com isso a atenção se voltou às cidades hanseáticas, repletas de emigrantes políticos, onde persistiam maiores agrupamentos do dissolvido exército de Schleswig-Holstein. Com essas reservas fora formado já 1851 uma legião de estrangeiros para o serviço no Brasil – os ditos “Brummer”. Desses, no entanto, justamente os elementos mais irrequietos haviam retornado frustrados, aguardando nova oportunidade<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Gelegenheit. Die meisten dieser Ex-Soldaten konnten nicht mehr zurück und wurden von den Behörden nur widerwillig geduldet. Manche wanderten aus oder bettelten. Ehemalige Offiziere waren froh, wenn sie sich als Hauslehrer oder Journalist durchschlagen konnten. Einige standen kurz davor zu verhungern. Die ersten Gerüchte über die Gründung einer Deutschen Legion wurden deshalb in diesen Kreisen geradezu Enthusiastisch aufgenommen. Kanonenfutter für die Krim. Grossbritanniens Fremdenlegionen. In: Das e-zine MIT der Sozialgeschichte der Söldner und Abenteurer. [www.kriegreisende.de](http://www.kriegreisende.de) acessado em 20/07/2012.

<sup>6</sup> In Deutschland war die Werbung offiziell verboten und sollte deshalb vom britischen Helgoland aus organisiert werden. Damit richtete sich die Aufmerksamkeit auf die Hansestädte, in denen es von politischen Emigranten wimmelte und sich immer noch größere Reste der aufgelösten schleswig-holsteinischen Armee aufhielten. Mit diesem Reservoir war bereits 1851 eine Fremdenlegion für den Dienst in Brasilien gebildet worden– die so genannten

Dados de Stolz (1996) são de que através do porto de Hamburgo<sup>7</sup> deixaram Schleswig-Holstein no ano de 1851, 1467 pessoas, nos anos de 1852 deixaram 2722 pessoas. Aproximadamente 10% dos oficiais da força armada de Schleswig-Holstein foram para os USA; desses 218 tenentes, de origem prussiana, 52 imigraram dos 131 tenentes das diversas 23 regiões alemãs. Certo de que partes prestaram serviço militar em outros exércitos e foram para o Brasil e África do Sul. O levantamento dos navios e seus passageiros com destino ao Brasil foram os seguintes de acordo com Stolz (1987):

| Ano- 1851/Data | Navio               | Nº de Soldados |
|----------------|---------------------|----------------|
| 7.4            | Hamburg             | 270            |
| 14.4           | Danzig              | 246            |
| 4.5            | Caesar<br>Godeffroy | 340            |
| 11.5           | Colonist            | 158            |
| 3.6            | Maria               | 139            |
| 5.6            | Elbe                | 189            |
| 22.6           | Heinrich            | 156            |
| 4.7            | Freihandel          | 61             |
| 18.7           | Flying<br>Dutchman  | 147            |
| 26.7           | Mathilde            | 64             |

---

"Brummer". Von diesen waren inzwischen jedoch gerade die unruhigsten Elemente wieder frustriert zurückgekehrt und warteten auf eine neue Gelegenheit. [www.kriegreisende.de](http://www.kriegreisende.de) acessado em 20/07/2012.

<sup>7</sup> ...Über den Hafen Hamburg verließen Schleswig-Holstein im Jahre 1851 1467 Menschen, im Jahre 1852 2722 Menschen. Etwa 10% der Offiziere der Schleswig-Holsteinischen Armee gingen in die USA; von 218 Leutnants, die aus Preussen stammten, wanderten 52 aus, von den 131 Leutnants aus den übrigen deutschen Ländern 23. Geschlossene Teile zum Militärdienst in einem anderen Heer gingen nach Brasilien und Südafrika. [www.kriegreisende.de](http://www.kriegreisende.de) acessado em 20/07/2012.

|  |       |      |
|--|-------|------|
|  | Total | 1770 |
|--|-------|------|

Para Schmid (1949, p.104), Rego Barros alcançou o seu objetivo após seis meses. Muito lhe auxiliou na tarefa o fato ou a circunstância de ter sido dissolvido o exército de Schleswig-Holstein. Foi recrutada parte dos que compunham o referido exército, voluntários que se incorporaram por idealismo ou por espírito de aventura ou por outros motivos. Muitos deles haviam participado como livres atiradores na revolução de 1848 e ficaram sem meio de vida, milhares de jovens, com treinamento de campanha e espírito empreendedor a procura de novo emprego. Estes não podiam regressar a Pátria, nem encontravam serviços de bom grado, portanto, se deixaram aliciar pela proposta brasileira, pois fora como um presente dos céus. Não havia perspectivas para eles. E como se tratasse de soldados e oficiais veteranos de guerra eram bem vindos para Rego Barros.

Estes legionários eram homogêneos, entre 17 a 50 anos de idade, de várias instruções e de caráter. Alguns se alistaram sem conhecimento do serviço militar, talvez por simples aventura como, por exemplo, Cristovam Lenz um dos autores da obra Memórias de Brummer.

Ainda em sua obra, Schmid (1949, p.104) cita uma palestra de Karl Von Koseritz, “Senas da vida militar brasileira”, na qual esta fala sobre os legionários veja:

Figuravam velhos lamscenetes, ce aviam militado na África, na Índia, na Polônia, até na Espanha, de par com temros cadetes, bem como educandos forajidos das Reaes Escolas Militares, etc. Lejionários ce aviam sido oficiaes, davam grasas a Deus se comsegiam emgajarse como sarjentos; outros resebiam pó superiores ierarcicos omens ce aviam sido seus subordinados; já outros posuiam cultura e imstrusão superiores á de muintos dos ofisiaes, os cuaes aviam obtido as imsignias sem saber como. Emfim, era um verdadeiro pot-porri (sic) dos maes diversos elementos. Alguns dos lejionários tinham sérios motivos para ocultar seu pasado e poriso figuraram sob nome falso no alistamento e nos asentamentos individuaes...

## **Para entender o Turnen político**

### **O Movimento Ginástico Pós-Proibição**

Como podemos constatar o turnen criado por Jahn tinha um embrião político bem caracterizado, confundindo-se com a história política de seu tempo. Neumann (1968, p.11) afirma que “das mais de cem associações fundadas antes da proibição, somente duas tinham tido sucesso: a de Hamburg (Hamburger Turnerschaft), fundada em 1816, e a de Mainz (Mainzer Turnverein), fundada em 1817”. As outras foram proibidas de manter suas atividades ou se dissolveram.

Três anos após a volta oficial do funcionamento do Turnen, após a sua proibição, em 1845, o número de novas associações aumentou muito. E, com as experiências negativas havidas com a política dentro do Turnen, ele reinicia-se com envolvimento político mesmo pelo fato de ainda não haver atingido a unificação nem ter uma constituição. Esses são os objetivos que muitos ginastas voltaram a perseguir. No entanto, algumas idéias foram acrescidas, fazendo com que fosse diferente do desejado por Jahn.

Devido à situação política nos estados alemães, aos poucos as associações foram se politizando. Assim, “devido à forte atividade da reação, republicanos e democratas tinham de encontrar círculos que não eram muito vigiados”, afirma Neumann (1968, p.11). Como as associações de ginástica estavam liberadas para a prática do Turnen os adeptos políticos encontraram um ambiente propício para as suas intenções. Düding (1984, p.299) lembra o fato de que estava em vigor, naquela época, o decreto do Parlamento de 5.7.1832 que proibia agremiações políticas; as associações de ginásticas não estavam mais proibidas. Com isso, o pensamento político voltou para dentro das associações, tornando-se refúgio dos ideais republicanos e democráticos.

Os participantes contemporâneos de Jahn eram principalmente estudantes de escolas secundárias, enquanto que nesse momento não mais eram estudantes. Evitava-se destacar as diferenças sociais entre os participantes. Em muitas associações havia participantes de diversas camadas sociais. Como, por exemplo,

Neumann cita que “em Stuttgart, a ginástica havia sido introduzida pelo ourives de Hanau e, em Frankenberg, na Saxônia, os trabalhadores de fábrica participavam, ao término de sua jornada de trabalho. Em Oldenburg, aprendizes de vários ofícios criaram sua associação”, relata Neumann (1968, p.12).

O ingresso do pensamento político nas associações nem sempre foi um pensamento unânime entre os participantes. Muitos temiam que por esses atos houvesse novamente um motivo para a proibição da prática da ginástica. Para esse grupo de ginastas, a ginástica deveria servir apenas para a educação do corpo.

Com o crescimento do movimento, cresceu também a vontade de criar uma organização central das associações. “O governo prussiano tentou reprimir, enviando documentação às autoridades das cidades de Karlsruhe, Stuttgart, Darmstadt, Wiesbaden, Kassel, München, Dresden, Hannover e Frankfurt a.M., em 27.11.1847”, afirma Düding (1984, p.303). Mas as autoridades não acataram as instruções, e essa confederação alemã foi fundada em 1848, tendo como proposta elaborada por Germain Metternich<sup>8</sup> e Gustavo Struve<sup>9</sup> “aprimoramento moral e espiritual do povo alemão, o atingimento de princípios livres de governo, liberdade de apresentação, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, em resumo, uma Alemanha livre no caminho da educação popular ou de outros caminhos a serem seguidos”, afirma Neumann (1968, 13).

---

<sup>8</sup> NEUMANN, H. Op. Cit, 1968, p.19. Germain Metternich, nasceu em 5.4.1811, em Mainz. Associado do Mainzer Turnvereins. Filiado à central provisória da associação democrática da Federação Comunista.

<sup>9</sup> UEBERHORST, Horst. Turner untern Sternernbanner. Der Kampf der deutsch-amerikanischen Turner für Einheit, Freiheit und soziale Gerechtigkeit 1848 bis 1918. München: Heinz Moos, 1978. p.25-26. Gustav von Stuve; nasceu em 11.10.1805 em München. Filho de um diplomata russo, Johann Gustav von Struve e Friederike Christine Sybille von Hockstetten. Estudou em München e Karlsruhe. De 1824 a 1826, estudou Direito em Göttingen e Heidelberg. Em Frankfurt, foi secretário de ministro. Foi juiz em Jever. Em 1845, foi redator do jornal Das Mannheimer Tageblatt. Como tinha pontos de vista radicais, fundou o seu próprio jornal, o Deutsche Zuschauer. Era republicano e fundador, em 04.01.1846, do Manheimer Turnverein.



Era, na realidade, um plano ousado, mas não teve grande aceitação. O periódico Turner (Ginasta), muito divulgado entre os participantes, deixou claro que teve conhecimentos através de notícias de jornal e que deveria por em dúvida tais notícias.

Um dado peculiar que chamou a atenção é que nas associações era permitido a pessoas que não praticavam a ginástica tornarem-se sócias. Disfarçadas, essas pessoas desenvolviam atividades políticas. Elas eram aceitas, desde que concordassem com os princípios da associação. Estes ginastas eram chamados de Maulturner (ginastas papudos), ginastas que apenas falavam. Eram normalmente os que estavam em maior número o que prova que a associação era política. Essas associações apenas eram advertidas, pois poderiam ser fechadas exatamente por esse motivo.

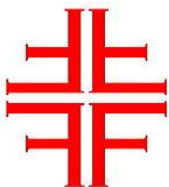
Neumann (1968, p.15) esclarece as atividades de algumas associações, como, por exemplo, a de se reunirem em festas. Estas festas de ginástica eram oportunidades de as pessoas se encontrarem com outras de cidades diferentes, mas que tinham as mesmas orientações e objetivos para poderem discutir seus problemas. Eram nessas festas que se manifestava melhor o espírito de que estavam imbuídos os ginastas. Eram muito mais que meros encontros de ginastas de longe e de perto para medirem suas ligações. No Rio Grande do Sul, após a fundação do Turnerschaft, 1895, essas festas também aconteciam.

Uma das festas que teve um destaque maior e mais importante foi a de Heilbronn, em 1846, pois alcançou significado supra-regional. Nessa festa estavam participando as pessoas mais importantes do movimento da ginástica, como Georgii<sup>10</sup> e Schärttner. Foi neste momento que se encontraram com os ginastas não-políticos. Foi em Heilbronn que houve a discussão sobre a criação de um emblema para os ginastas. A criação de Heinrich Felsing de Darmstadt, um impressor de cobre, teve aprovada a sua

---

<sup>10</sup> NEUMANN, H. Op. Cit. 1968, p.12. Theodor Georgii, nasceu em 9.01.1826, em Esslingen. Estudou Direito em Tübingen e em Heidelberg; em 1848, foi o primeiro presidente do I dia do Turnen de Hanau.

proposta Frisch-Fromm-Fröhlich-Frei, ou seja, Vigoroso-Devoto-Alegre-Livre<sup>11</sup> na forma de uma cruz de ginastas, solução até hoje adotada e encontrada nas Sociedades de Ginástica em todo o mundo.



Essas manifestações políticas que aconteciam nas festas fizeram com que muitas delas e muitas associações fossem proibidas. O elemento democrático que acontecia dentro das associações manifestava-se cada vez mais entre os ginastas. A causa da ginástica novamente podia ser posta sob suspeita. Muitas associações passaram a ser controladas e proibidas de atuarem. Em relação a uma reunião de ginastas em Hattersheim, em 9 de novembro de 1848, a alegada festa da liberdade, o professor de ginástica Ravenstein, de Frankfurt, estava atônito com a tendência revolucionária, e admitia que, se os ginastas continuassem assim, o governo teria razão em proibir as associações. Suas manifestações foram abafadas por gritos. Os delegados prussianos e as autoridades dos estados alemães subestimaram a atividade política das associações, julgando que os ginastas não praticariam atos de violência e não se engajariam ativamente numa eventual revolução. No entanto, “isso ocorreu muitas vezes nos levantes de rua e barricadas erguidas em Hecker (abril de 1848), Frankfurt a.M. (setembro de 1848) e Dresden (maio de 1849)”, afirma Düding (1984, p.307).

Nota-se que a lenta radicalização da esquerda constituída pelos democratas e republicanos alcançava seus objetivos e tomava conta das associações de ginástica. Não é certo apontar qual a associação que iniciou esse processo, pois em muitas associações

---

<sup>11</sup> O vocábulo Fromm, traduzido como devoto, requer uma discussão teológica. Não é uma tradução fiel ao vocábulo.

essas idéias políticas já existiam muito antes da criação da Associação Democrática de Ginastas de Hanau. Sobre essas atividades já nos referimos anteriormente, quando o próprio Jahn criticou esses grupos severamente. Düding (1984, 308), no entanto, afirma que pouco após o início da revolução, o movimento de ginástica dividiu-se em dois blocos: o (Liga Alemã de Ginastas), de cunho liberal-constitucional e o Demokratischer Deutscher Turnerbund (Liga Democrática de Ginastas), de cunho democrático-republicano. Representantes de associações de ambas as correntes fundaram o Allgemeiner Deutscher Turnerbund (Liga Geral Alemã de Ginastas), no verão de 1849. Essa Liga, no entanto, não teve grande aceitação, pois também era dividida em monarquistas e republicanos.

Por esses motivos, o grupo do intitulado apenas ginastas procurava divulgar a moderação. O que, nesse sentido, é de destacar a realização anual, desde 1844, da festa de ginástica em Feldberg, no Taunus, em cuja liderança estava o professor Ravenstein, e nessas festas mantinham o espírito de Jahn. Não significava que não mantivessem as manifestações ardorosas pela unificação alemã.

De qualquer maneira, a revolução trouxe dura legislação sobre o associativismo. Através da Lei prussiana de 11.03.1850, afirma Düding (1984, p.310 e 312) “era permitida rigorosa supervisão policial das atividades das associações, o registro dos estatutos era obrigatório e o contato entre associações – até por correspondência – era proibido, o que equivalia a proibir as famosas 'Festas de Ginastas'“. De igual forma, outros Estados alemães copiaram a legislação prussiana nos anos de 1850 a 1852, o que acarretou nada mais nada menos, no virtual desaparecimento do movimento de ginástica como um todo. Assim como também não existia mais o movimento alemão de cantores.

Com toda essa problemática, apenas nos anos 60, com a troca no trono da Prússia, é que os movimentos de ginástica e de canto reviveram por força da reativação geral do nacionalismo, de modo que ao lado das organizações de ginastas e cantores surgiu a dos atiradores. Düding (1984, p.312) classifica essa fase como “a terceira do nacionalismo, em 1861, dos cantores, em 1862, e dos

ginastas, em 1868, teve como característica o fato de reunir muito mais pessoas. Isso se deve, talvez, a um atingimento mais elevado de nível organizacional e comunicativo da sociedade alemã”.

Jahn igualmente era político, mas numa outra situação e lutava por aquilo que sempre acreditou, numa Alemanha unificada. Ele mesmo em 1798 foi membro de uma sociedade secreta de estudantes, afirma Bartmus, Kunze e Ulfkotte (2008, p.18). Esta sociedade fora fundada pelo estudante J.G. Schütz. Sua participação na Ordem estudantil Unitista<sup>12</sup> fora muito importante para Jahn pelos amigos que fez principalmente na organização anti-francesa de 1806 e 1815.

Na medida em que se aproximava dos anos 60 as atividades políticas, as guerras e revoluções aumentavam. O ambiente de instabilidade estava instalado na Alemanha ainda não unificada. Portanto, os Brummer vivenciaram toda essa instabilidade e trouxeram para o Rio Grande do Sul este elemento “irrequieto”. Com certeza teria que ser construído um ambiente que caracterizassem “paisagem cultural” idêntica as de sua terra natal e

---

<sup>12</sup> Der erste Unitistenorden wurde 1774 gestiftet von dem pommerschen Theologiestudenten Johann Georg Schütz und seinen Freunden Justinus Hermann Meyer aus Nette und Ernst Felix Lundenreich und Johann Christian Hempel aus Colberg an der Universität Halle. Die nächsten entstanden in Jena (1785), Göttingen (1786), Leipzig, Frankfurt (Oder), Greifswald, Helmstedt, Marburg (1786), Rostock (1789) und Wittenberg, vielleicht auch in Erlangen. Die Mitglieder waren vor allem Westfalen, Mecklenburger, Pommern und Baltendeutsche. Als einziger Orden waren die Unitisten streng religiös (pietistisch) orientiert. Anders als die anderen Orden nahmen sie auch Bürger (Nichtakademiker) und Offiziere auf. Der Ordenseid wurde auf das Evangelium abgelegt. Die Ordenszahl war die heilige Drei. Bekannte Unitisten waren Johan Jacob Anckarström und Friedrich Ludwig Jahn. Die Direktion des Ordens lag in den Händen des Logenmeisters und eines freien Ausschusses, der wöchentliche Sitzungen hielt, monatliche Versammlungen der ganzen Gesellschaft veranstaltete und die Mitglieder (auch des Ausschusses) zur Verantwortung zog. Die Ähnlichkeiten in Selbstverständnis und Struktur der heutigen Corps sind unverkennbar. <http://de.wikipedia.org/wiki/Unitistenorden> acessado em 08/09/2012.

só poderia ser fundando e organizando um Turnverein nos moldes do que deixaram para trás.

O Maulturnen continuava existindo talvez de uma forma muito mais organizada e livre do controle das autoridades, pois estas não conheciam a dinâmica de organização e nem imaginavam o que se passava no Rio Grande do Sul.

Lembramos aqui que os Turner sempre tiveram um discurso político e eram ligados diretamente às revoluções e as guerras. Podemos observar no prefácio da obra de Jahn e Eiselen, *Die Deutsche Turnkunst* (1905). Para os autores “(...) como tantas outras coisas, também a ginástica alemã teve um início insignificante “. O número de ginastas elevou-se a 500, após o término das ginásticas do verão de 1812. Jahn ligou, um motivo mais profundo à ginástica. Ele estava inspirado na convicção de que o combate para derrotar a França só poderia ser conduzido com algo mais forte, e por isso achava necessário fortalecer a juventude para o futuro combate contra o inimigo que dominava com petulância, em especial, a Prússia. Em 19 de fevereiro de 1813, Jahn e Friesen, que já faziam parte de uma corporação chamada os Lützower, foram seguidos pelos ginastas. Jahn passou um período agitando na Westfália e em Lüneburg, quando adoeceu. É nesse período que ele escreve suas folhas de Runa (*Runenblätter* ).

Na realidade, Jahn e seus seguidores tinham três objetivos bem definidos: um era o pensamento de libertação da Alemanha do jugo de Napoleão; o segundo, a idéia da unificação de todos os estados alemães em um reino, tendo como liderança a Prússia; o terceiro, a participação de todos os cidadãos no bem-estar e na desgraça de todo o País através da elaboração de uma constituição que concedesse a todo o povo direito civil. Assim sendo, Neumann (1968, p.7) afirma que

(...) a ginástica de Jahn está intimamente ligada à idéia de arregimentar o povo na luta contra Napoleão. Os exercícios de ginástica subordinam-se à finalidade do preparo militar e à educação da consciência de ser um povo alemão. Por isso, não se deve considerar a obra-prima de Jahn a 'arte alemã de ginástica mas sim a

conscientização da germanidade. Ele atua menos como ginástica patriótica e muito mais como um patriota ginasta .

Exatamente nas palavras do referido autor é que podemos ter tecer algumas conclusões, ou seja, a de que os Legionários provenientes de territórios onde havia inúmeros fatores que indicassem revoluções, guerras, não ficariam aqui no sul, mudos. O perfil irrequieto do Legionário elevou a moral do teuto-brasileiro e fez com que ele apostasse muito mais naquilo que estava paulatinamente perdendo: a sua cultura, o ser alemão mesmo longe da sua terra de nascimento. Os espaços construídos foram conscientemente elaborados para que pudesse continuar aquilo que mais necessitavam a pratica dos seus costumes, a prática do que os deixava ainda ligados como elos de uma corrente, com o seu estado natal agora país.

## Referências

BARTMUSS, HJ;KUNZE, E; ULFKOTTE, J. *Turnvater Jahn und sein Patriotisches Umfeld*. Köln,Weimar,Wien: Böhlau, 2008

DÜDING, Dieter. *Organisierter gesellschaftlicher Nationalismus in Deutschland (1808-1847): Bedeutung und Funktion der Turner – und Sängervereine für die deutsche Nationalbewegung*. München: R.Oldenbourg, 1984.

HANDELMANN H. *História do Brasil*. Trad: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 108.Vol: 162 (1932)

<http://de.wikipedia.org/wiki/Unitistenorden> acessado em 08/09/2012.

JAHN, Friedrich Ludwig e EISELEN, Ernst. *Die deutsche Turnkunst – zur Einrichtung der Turmplätze*. Leipzig: Philipp. Reclam, jun 1905

NEUMANN, Hannes. *Die deutsche Turnbewegung in der Revolution 1848-1849 und in de amerikanische Emigration*. Stuttgart: Karl Hofmann Schorndorf, 1968

SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. 2ª edição. Traduzido: Martin N.Dreher. São Leopoldo: Editora da Unisinos e Pucrs, 2003

SCHMID, Albert. *Os Rezimões*. In: A Nação. Nº 15683-15690. Trad: General Klinger, 1951. Porto Alegre, 1949. Fotocópia

STOLZ, Gerd. *Die Schleswig-holteinische Erhebung. Die nationale Auseinandersetzung in und um Schleswig-Holtein von 1848/51*. Husum: Husum, 1996

STOLZ, Gert. *Die Deutsche Legion in Brasilien 1850-1852 – Schleswig-Holsteiner in brasilianischen Diensten*. Zeitschrift für Heereskunde 51 (1987)-s.52/55

TESCHE, Leomar. *A Prática do Turnen entre Imigrantes Alemães e seus Descendentes no Rio Grande do Sul: 1867 – 1942*. Ijuí: Unijui, 1996

\_\_\_\_\_. *O Turnen, e Educação e a Educação Física nas Escolas Teuto-Brasileiras, no Rio Grande do Sul: 1852 – 1940*. Ijuí: Unijui, 2002

\_\_\_\_\_. (Org). *Turnen: Transformações de uma Cultura Corporal Européia na America*. Ijuí: Unijui, 2011

[www.kriegreisende.de](http://www.kriegreisende.de) acessado em 20/07/2012

# **GIGANTE ENTRE HOMENS: REDES DE SOCIABILIDADE CONSTRUÍDAS PELO NORTE-AMERICANO MILLENDER EM PORTO ALEGRE**

Paula Joelsons<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente trabalho pretende analisar redes de sociabilidade tecidas por J.E.L.Millender, texano que imigrou para o Brasil a cargo do grupo norte-americano *Electric Bond and Share Corporation* (EBASCO), através da subsidiária *American Foreign Power Company* (AMFORP), em 1927. O grupo fez contrato com o município de Porto Alegre para concessão de energia elétrica, incorporando outras empresas existentes como a empresa de energia Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG) e, a empresa de transporte, Carris Porto Alegrense. J. E. L. Millender assumiu a gerência dessas empresas e viveu por décadas em Porto Alegre, servindo também como intermediário das relações entre os Estados Unidos e o Brasil. Ganhou maior visibilidade na cidade através da Revista do Globo, principal periódico ilustrado da época que, deu a ver em suas páginas o norte-americano em diferentes espaços de sociabilidade. Foi também um dos fundadores do Porto Alegre Country Club, primeiro clube de golfe da cidade, junto a importantes empresários gaúchos como, A.J. Renner e José Bertaso. O trabalho tem como objetivo contribuir para com os estudos de imigrantes de carreira, que vieram para a cidade de Porto Alegre, no século XX, e que, assim como outros imigrantes, constituem parte da história do estado do Rio Grande do Sul.

*Palavras-chave:* Porto Alegre, imigração de carreira, norte-americanos.

---

## **Introdução: redes, tipologias migratórias e imigração de carreira**

As reflexões a serem abordadas na presente comunicação são desdobramentos de pesquisa de cunho mais amplo que, tem como objetivo geral analisar o processo de atuação da subsidiária norte-americana *American Foreign Power Company* (AMFORP), em Porto Alegre/RS. Companhia de energia elétrica, teve como principal

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação da PUCRS.



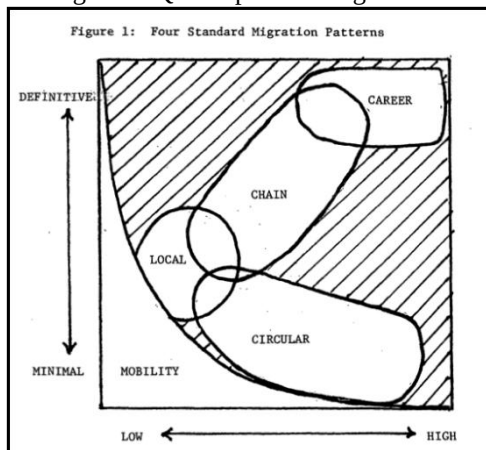
meta, expandir os negócios no exterior, adquirindo propriedades fora dos Estados Unidos. No início da década de 20, atuou na América Central e no Caribe e, mais tarde, no Brasil. Na capital gaúcha, incorporou empresas de energia elétrica e transporte locais – Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG) e Carris Porto Alegre – e, trouxe consigo, equipe especializada e tecnologia para o desenvolvimento do setor de energia. Dentre os seus diretores, Joseph Ermond Lindy Millender foi aquele que ganhou maior visibilidade em Porto Alegre, devido inúmeras atividades exercidas nos campos econômico, político, cultural e social.

Neste artigo, a partir da experiência de Millender, pretendeu-se trazer novas luzes e perspectivas sobre imigração no Rio Grande do Sul. Inicialmente, abordaremos questões gerais sobre tipologias migratórias e imigração de carreira, para depois, analisar as redes tecidas pelo norte-americano em Porto Alegre, que assim como outros imigrantes, também vieram para a cidade atrás de oportunidades de carreira. Elegeu-se, em grande parte, fontes empíricas para investigar e analisar o indivíduo em si e suas relações e, a partir delas, reconstruir as relações sociais tecidas por ele. Optou-se pela redução da escala de observação, por considerar que a micro-história ajuda a “definir ambiguidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos materiais” (LEVI, 2001, p. 136).

Para melhor compreender o processo que trouxe Millender ao Brasil, é preciso compreender o conceito de imigração de carreira, retrocedendo à classificação dos padrões migratórios proposta por Charles Tilly, sociólogo e historiador norte-americano. Partindo de duas premissas, a distância e a ruptura, classificou o processo migratório em quatro tipos (1976, p. 5-10). Referem-se, respectivamente, à distância entre a origem do indivíduo e seu país de destino e, ao grau de ruptura de laços sociais com sua origem. Dessarte, a definição de quem é imigrante é arbitrária. Todavia, as premissas diferenciam a experiência migratória de um simples deslocamento ou mobilidade e por isso são relevantes (TRUZZY,

2008). No diagrama proposto por Charles Tilly(Figura 1), a flechahorizontal representa a distância e, a vertical, a ruptura.

Figura 1: Quatro padrões migratórios



Fonte: TILLY, 1976, p. 5.

Os tipos migratórios foram classificados em: “locais”, quando o deslocamento do indivíduo é relativamente próximo ao que lhe é familiar; “circulares”, no qual o indivíduo retorna ao lugar de origem depois de determinado período de deslocamento; “em cadeia”, em que o indivíduo se desloca motivado por informações fornecidas através de imigrantes (geralmente parentes ou amigos), já instalados no lugar e, por fim, o que nos interessa, “de carreira”, quando o deslocamento está associado à oportunidade de trabalho na organização na qual já pertence no seu país de origem.

Oswaldo Truzzy, doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP, problematiza em artigo publicado em 2008, o conceito de redes em processos migratórios. Apesar de considerar tênue a linha que define as diferentes tipologias propostas por Charles Tilly, ressalta que, tais classificações tendem a mostrar padrões em certas características. Por exemplo, as imigrações de carreira, em grande parte, contemplam maior número de destinos e quase sempre são lugares distantes, além de serem individuais (TRUZZY, 2008). Apesar do foco do autor se debruçar no fenômeno de imigrações em cadeia e na importância das redes neste tipo específico de processo migratório, chamou-nos atenção que o conceito de redes abordado

por ele, também poderia ser aplicada na tipologia de imigração em carreira, ainda pouco aprofundada por pesquisadores. É dentro desta última tipologia que Millender se enquadra, já que veio para o Brasil a cargo da *Electric Bond and Share*.

As redes são mecanismos criados pelos imigrantes que, permitem que informações e recursos circulem entre eles, influenciando diretamente na decisão de partir (TRUZZY, 2008). Segundo Massey (1998, p.396, apud Ibid), as redes migratórias são: “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade”. Através dessas redes, indivíduos imigrariam após trocarem informações sobre oportunidades e dificuldades com imigrantes já instalados no lugar de destino e também recursos, que viabilizam a viagem (TRUZZY, 2008). No caso da imigração de carreira, as redes também seriam úteis para troca de informações pois, mesmo o indivíduo já tendo um emprego garantido no país receptor, troca de informações sobre a trajetória individual de alguém, que passou por tal experiência, também condicionaria a decisão de partir.

Dessa forma, as redes ajudam a explicar como são engendradas as relações pessoais. Depois que se concretiza o processo de deslocamento, as redes continuam a desempenhar funções importantes no cotidiano dos imigrantes pois, através da preservação da identidade cultural e dos laços com o país de origem, o processo se renova e, indivíduos ou famílias permanecem se deslocando. As relações sociais entre os diferentes grupos migratórios e a sociedade, no caso, porto-alegrense, também são indiciárias de uma realidade. Neste contexto, de inserção na sociedade receptora, são construídos espaços culturais diversificados (DEVOTO, 1992, p. 28).

Em 1920, Millender já havia partido do Texas, sua terra natal, acompanhando a *American Foreign Power Company* (AMFORP), na América Latina. Em 1928, vem para Porto Alegre/RS. Acredita-se que o deslocamento para o Brasil foi dado a partir de oportunidade proposta pela companhia mas, também, por fatores sociais, que o influenciaram, tal como informações trocadas através de redes sobre

oportunidades, dificuldades, adaptação, entre outros. Levando em conta a premissa de que conterrâneos influenciaram a vinda de Millender para o Brasil, eletambém formou redes que influenciaram outros imigrantes a virem? Quanto tempo Millender permaneceu no Brasil e porque ele voltou aos Estados Unidos? Como foram tecidos novos laços na sociedade receptora e quais espaços culturais foram desenvolvidos? Os problemas apontados serão desenvolvidos ao longo do trabalho, no entanto, precisam ser contextualizados na sua perspectiva socioeconômica.

### **Chegada das companhias norte-americanas no Brasil: *American Foreign Power Company***

Ao longo do século XX, assim como outros países da América Latina, o Brasil foi palco de disputa de expansão do mercado econômico britânico e norte-americano. Segundo Garcia (2002), no período entreguerras, deu-se a transição de poder na política mundial da Grã-Bretanha para os Estados Unidos. Na primeira década do século XX, a hegemonia britânica já vinha sendo ameaçada pela Alemanha e ligeiramente pelos Estados Unidos, no entanto, ainda era potência estrangeira líder como fornecedora de importações, fonte de capital financeiro e investimentos no país. Independente da hegemonia britânica, companhias norte-americanas já faziam investimento direto no Brasil (GARCIA, 2002)<sup>2</sup>. Conforme alguns dados, em 1913, os Estados Unidos tinham investidos no Brasil a quantia de U\$50 milhões e em 1929, aumentaram para a soma de U\$ 476 milhões (WINKLER, 1929, p.1-7 e 275-278, apud GARCIA, 2002, p. 45). Apesar de representar para os Estados Unidos pequena porcentagem de investimento em relação a outros países, o aumento da quantia é significativo. Para

---

<sup>2</sup> Algumas multinacionais que fizeram investimento no Brasil foram: no setor automobilístico como, *General Motors Export Corporation* (1921) e *Ford Motor Company of Brazil*, (1925); no setor petrolífero, como as subsidiárias, *Atlantic Refining Oil Company of Brazil* (1929) e *Standard Oil of South America* (1929); e, também, empresas para a reprodução do *American way of life*, como a indústria cinematográfica que dominava os filmes exibidos no Brasil, abrangendo 95% do mercado, em 1926. Dominando também, a influência cultural no país.

nós, o foco de interesse se limita aos investimentos diretos, particularmente no setor de energia elétrica, no final da década de 20, período em que a AMFORP veio para o Brasil.

O investimento direto feito pelos Estados Unidos contribuiu para o desenvolvimento do setor. Conforme artigo do economista TamásSzmrecsányi (1986), do final do século XIX, ao término da década de 30, a indústria de produção e consumo de eletricidade no Brasil teve maior crescimento, em grande parte ligado ao investimento de dois grandes grupos estrangeiros: a Light e a AMFORP. A Light que, apesar de canadense, estava sob poder acionário majoritariamente britânico, predominou nas duas principais cidades do país, Rio de Janeiro e São Paulo (SZMRECSÁNYI, 1986). O investimento caracterizou-se por rápido desenvolvimento de mercado e altos rendimentos, portanto, lucratividade, refletindo no interesse do grupo norte-americano AMFORP no Brasil.

O grupo AmericanForeign Power Company (AMFORP) foi criado em 1923, pela multinacional norte-americana *Electric Bond and Share Company* (EBASCO)<sup>3</sup>. Com o intuito de expandir seus negócios no exterior atuou, inicialmente, na América Central e Caribe (GARCIA, 2002, p.47) e, depois no Brasil. A chegada do grupo AMFORP no país, marca a predominância do capital norte-americano sobre o britânico nos investimentos. Em 1927, ingressou através da incorporação da Empresas Elétricas Brasileiras (EEB), mais tarde denominada Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB). Concentrou sua atuação no interior paulista e fluminense e em cidades do nordeste e do sul do país, devido à presença do grupo canadense Light (AXT, 1995) no setor. Em 1930, a AMFORP era a principal companhia de energia elétrica fora do eixo Rio-São Paulo (GARCIA, 2002).

Em 1928, a AMFORP integrou a Companhia Brasileira de Força Elétrica (CBFE) para atuar no Rio Grande do Sul. No mesmo

---

<sup>3</sup> Ligada à multinacional *General Electric* e ao Banco *J.P. Morgan*, de Nova Iorque.

ano, em Porto Alegre, comprou a Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG), de energia elétrica e a empresa de transporte, Carris Porto Alegrense (AXT, 1995).

### **AMFORP em Porto Alegre: energia e modernidade na capital gaúcha**

O processo de urbanização do Rio Grande do Sul vinha sendo esboçado desde a primeira metade do século XIX. Na segunda metade, as políticas de governo em Porto Alegre passaram a implantar série de serviços públicos com o objetivo de reorganizar e modernizar a cidade, a exemplo de centros europeus como Paris e, também, de grandes cidades latino-americanas como, Rio de Janeiro e Buenos Aires (PESAVENTO, 1999).

Com a consolidação da República e, através dos ideais positivistas, foi criado novo sistema de ideias e imagens de representação. Segundo a historiadora Sandra Pesavento (1999), a cidade moderna passou a ser o bem simbólico de referência, sendo Porto Alegre o cartão de visitas do estado. A cidade foi incorporada ao programa de desenvolvimento como peça chave no cenário do progresso. Cabe ressaltar que o progresso não se deu apenas na esfera urbana:

*A cidade é, pois, cenário e lugar de realização da diversificação econômica almejada. Todavia, a proposta não se restringe apenas ao que se chamaria a dimensão material de transformação capitalista no sul, ou seja, a sua modernização. Há uma dimensão cultural e simbólica no projeto de modernidade que implica a transformação da existência num mundo em mudança e que encontra a sua forma de realização no meio urbano. (Ibid., p.263, grifo nosso).*

Neste contexto que a AMFORP chega na cidade, não apenas assumindo os serviços de energia mas, representando um símbolo de modernidade. Sua sede, à rua dos Andradas, também serviu como departamento comercial para venda de materiais elétricos e eletroeletrônicos, considerados quase mágicos. O surgimento da companhia norte-americana trouxe em si expectativas de um futuro promissor para a cidade. Ao menos era essa ideia que a Revista do Globo (1929-1967), periódico ilustrado da época, queria passar aos

seus leitores. Em depoimento sobre a impressão da inauguração da nova loja, Moyses Vellinho, representando o Secretário do Interior, afirmou:

Acabo de visitar as novas instalações da Companhia Energia Elétrica, em nome do Dr. Oswaldo Aranha. Volto maravilhado com o que vi, crente de que esta instalação muito concorrerá, daqui por diante, para a facilidade e melhoria da vida doméstica e industrial do Rio Grande. (REVISTA DO GLOBO, 1929).

Em virtude do novo discurso, inundado do ideal de modernidade, incluiu-se vários melhoramentos urbanos em Porto Alegre, como o sistema de iluminação pública e expansão das redes de transporte. A energia elétrica proporcionou o aproveitamento do tempo noturno nos espaços públicos (CONSTANTINO, 1994) e, o bonde, ligado à velocidade e à mobilidade, representaram alguns dos ideais da cidade moderna.

Desde o início do século XX, a rua dos Andradas inspirava os cronistas de Porto Alegre, que descreviam suas vitrines iluminadas, assim como as de Paris à noite. Os sintomas da modernidade também podiam ser sentidos nos clubes, cafés, teatros, confeitarias, entre outros espaços. Estes, muitas vezes, relacionados diretamente à iluminação, que tornou lugares públicos mais seguros para confraternização e sociabilidade. Também, esses novos espaços, eram associados à elegância e ao glamour de um tempo, articularam-se em torno do progresso; os jornais e revistas da época, principalmente com o advento da fotografia, expressam o ser e o parecer moderno, a vontade de ver e ser visto.

A AMFORP provocou profunda mudança no quadro da indústria da energia elétrica, que até então, estava sob controle do capital gaúcho. Devido à incapacidade administrativa do município, na primeira década do século XX, as principais empresas do setor ficaram incapacitadas de dar continuidade ao ritmo de investimentos necessários (AXT, 1995). Desta forma, a norte-americana propõe oferecer iluminação e tração elétrica à cidade, exigindo isenção de impostos e outras vantagens para realizar os investimentos necessários (BAKOS, 1996). Ao comprar as principais empresas do setor na capital, ganha visibilidade. De forma positiva, como

companhia moderna, exaltada pela Revista do Globo, mas também negativa, pela deficiência do serviço e altas tarifas, difamada, muitas vezes, no jornal Correio do Povo.

A Revista do Globo, principal periódico da época a circular em Porto Alegre, era editada pela Livraria do Globo, de propriedade de Barcellos, Bertaso e Cia., também localizada na rua dos Andradas, no centro da cidade. Publicada quinzenalmente, tinha como temas assuntos variados como, política nacional e internacional, vida social, acontecimentos dos esportes, literatura, publicidade, entre outros. Tinha como público consumidor, o leitor de maior poder aquisitivo e, principalmente, a nova classe em ascensão, a burguesia urbana. A Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG), sob administração norte-americana, era uma das grandes anunciantes da Revista (CASTRO, 2002). Edições pesquisadas, de 1929 a 1934, possuíam, além de diversos anúncios da CEERG, imagens e reportagens sobre o gerente-geral, Millender. A Revista do Globo, deu a ver em suas páginas o norte-americano. Sendo assim, podemos inferir que ambos tinham prestígio na cidade.

O contrato entre o município e a Companhia de Força Elétrica Brasileira (CBFE), filiada da AMFORP, vinha sendo pleiteado desde a intendência de Otávio Rocha (1924-1938), que não aceitou a proposta. Em 1928, com a entrada do industrial Alberto Bins<sup>4</sup> na Intendência da capital, foi firmado o acordo, amplamente criticado pela imprensa e por alguns Chefes do Executivo, devido às exigências feitas (BAKOS, 1996). O novo intendente da capital, que permaneceu no governo de 1928 a 1937, foi um incentivador da indústria no estado, tendo participado da fundação do Sindicato de Arroz (1926) e da VARIG, empresa área pioneira no setor no país (BAKOS, 1996). Não se admira em saber que, assim como Millender, foi membro do Rotary Club e Clube do comércio.

---

<sup>4</sup> Alberto Bins, descendente de alemães, casou-se com Cristina Cristoffel. Ocupou cadeira na Câmara dos Vereadores em Porto Alegre, de 1908 a 1913. De 1913 a 1926, foi deputado estadual no governo de Borges de Medeiros. É considerado incentivador dos esportes na cidade, tendo fundado o clube do remo e introduzido o futebol em Porto Alegre. (FAUSEL: s.d).



Nota-se que o estado do Rio Grande do Sul, assim como o resto do Brasil, reforça laços econômicos com os Estados Unidos, no período entreguerras, momento de crise europeia. Além da entrada de capital estrangeiro norte-americano, através de investimento direto, o município também buscou empréstimos nos anos de 1922, 1926 e 1928. Entrando em progressivo endividamento com os Estados Unidos (Ibid).

A empresa assumiu serviços diretamente associados à modernidade, representando na cidade, símbolo de modernização e progresso. No entanto, em seu bojo, estava repleta de paradoxos. Na tentativa de modernizar a cidade, trouxe consigo melhorias do ponto de vista da segurança e da mobilidade, trazidos pela energia mas, também, de agravamentos como, a poluição e o caos urbano.

### **Gigante entre homens: um texano no Rio Grande do Sul**

Millender foi chamado de “gigante entre homens” em artigo escrito em 1998, na revista *Spirit*, editada pela *Texas A&M University*, universidade tradicional do Texas onde o norte-americano se formou em engenharia elétrica. O adjetivo está relacionado a duas grandezas: sua altura, 1,95 centímetros e, o presente que deixou à universidade após sua morte, a quantia de 3.5 milhões de dólares. Mas quem era o gigante Millender?

Noreferido artigo, obtivemos mais pistas sobre a trajetória dele. Nascido em Dallas, no estado norte-americano do Texas, era mais conhecido como Lindy. Com apenas dezenove anos, construiu ferrovias e estradas em *Rio Grande Valley*, região no extremo sul do Texas, onde também foi delegado. Em depoimento concedido a *Spirit* (1998), seu sobrinho, Jack Millender, relembra que, “ele só tinha treze dólares e uma passagem de trem com seu nome” (*Spirit*, 1998, p. 7, tradução nossa) quando chegou na universidade mas, ele valorizava a educação. Serviu como major durante a Primeira Guerra Mundial, construindo pontes e estradas na França. Na foto abaixo (Figura 2), aparece como Capitão da Companhia A-315, de engenheiros.

Figura 2: Capitão Millender



Fonte: The 90th division Association, [s.d].

Através de outras fontes, descobriu-se mais informações sobre Millender. Nascido a 30 de maio de 1890, casou-se com Elsie Mayer. Serviu na França como major do Exército americano entre 1917 e 1918. Trabalhou para a AMFORP no México e na Guatemala, entre 1920 e 1928, quando foi transferido para subsidiária em Porto Alegre/RS. Em outras atividades, foi um dos fundadores e primeiro presidente do Porto Alegre Country Clube, primeiro clube de golfe da cidade. Ademais, membro do Rotary Club, Clube do Comércio, Maçons e Clube de Aviação, importantes centros associativos da cidade.

Imigrante de carreira, o Brasil foi o terceiro destino de Millender, até onde sabemos. A diferença entre os destinos foi que, no Rio Grande do Sul, viveu por várias décadas. A quantia doada à universidade, já nos dá indício de que os negócios iam bem no Brasil e, o fator econômico deve ter sido decisivo para sua permanência no país. Contudo, considera-se relevante também considerar os fatores sociais que o levaram a permanecer tanto tempo no estado.

Em interessante entrevista com o brasileiro norte-americano, Joseph L. Love, foram feitas considerações à respeito da semelhança entre o estado do Texas, seu estado natal, e o Rio Grande do Sul. Afirma que, ambos os estados, possuem em sua história marcantes tradições e forte regionalismo e identidade

cultural. Para ele, em seu subconsciente, a escolha do foco de sua pesquisa, o Rio Grande do Sul, tem relação com essa semelhança cultural. Vê similitude, através de um dito. Nas suas palavras, “há uma frase que se ouve de vez em quando no Texas, que diz o seguinte: ‘Americano por nascimento e texano pela graça de Deus’” (HEINZ, 2003, p.167).

Da mesma forma que Joseph L. Love relaciona os dois estados, artigo publicado em 1949, sob o título “ Nativos do Rio Grande parecidos com os texanos”<sup>5</sup>, no jornal *The Miami News*, também delineia este paralelo cultural. Millender, ao ser entrevistado, fala sobre sua vida no Rio Grande do Sul:

Sinto-me em casa aqui. E não apenas por causa das 8,000,000 cabeças de gado. Essas pessoas [gaúchos] tem o mesmo espírito e entusiasmo que os texanos. E eles não levam desaforo de ninguém. Eles são cidadãos do Brasil, assim como os texanos são dos Estados Unidos. Mas eles são rio-grandenses em primeiro lugar. (TARVAR, 1949, tradução nossa).<sup>6</sup>

Millender utiliza o mesmo ditado citado por Joseph L. Love para fazer o elo entre os estados. É interessante perceber que, o sentimento dos texanos é de aparente afinidade com o Rio Grande do Sul, mesmo que em tempos diferentes. Não cabe aqui afirmar se tais relações são prudentes ou não, mas sim, ressaltar que, ao menos no senso comum, os dois estados possuíam forte semelhança, sendo este um possível fator da permanência de Millender no estado.

No Rio Grande do Sul, assim como no Texas, Millender criava gado. Segundo jornalista gaúcho, Carlos Augusto Bissón, escritor da história do bairro Moinhos de Vento em Porto Alegre, Millender teria regressado ao seu estado natal, no final dos anos 40. Já aposentado, teria voltado ao Rio Grande do Sul, indo morar no município de Gravataí junto com seu irmão, em 1953. O jornalista

---

<sup>5</sup> Tradução nossa. O título original é *Natives of Rio Grande much like Texans*.

<sup>6</sup> No original: *I feel at home here. And not just because of the 8,000,000 cattle. These people have got the same spirit and zest as Texans. And they won't take anything from anybody. They're citizens of Brazil just as like Texans are of the U.S. But they're Rio Grandens first!*

afirma que os dois eram proprietários da Granja Itacolumi, onde criavam gado da raça *Jersey*. Não foram encontradas fontes que confirmem essas informações, no entanto, em 1945, no *Corsicana Daily*, jornal local da cidade de Corsicana, noticia o envio da compra de dois touros de “raça pura” do rancho *Burke Brothers Brahma*, para J.E.L. Millender em Porto Alegre, no Brasil (CORSICANA DAILY, 19.12, 2005).

Em outra foto (Figura 3), Millender está trajando, aparentemente, roupa típica de *cawboy* que, enquadra-se na descrição de Joseph L. Love, sobre o gaúcho, no livro clássico “Regionalismo gaúcho”:

(...) sua roupa colorida compunha-se de um chapéu de aba larga; um lenço em volta do pescoço; botas de cano alto com pregas sanfonadas nos tornozelos; enormes esporas ruidosas, chamadas chilenas; calças largas e pesadas (bombachas) para proteger as pernas contra o cerrado, (...). (LOVE, 1981, p.12).

Figura 3: Lindy Millender, 1912.



Fonte: SPIRIT, 1998, p.7.

A partir desse quebra cabeça de informações, foi possível projetar, mesmo que nebulosamente, um pouco da história de vida

do Millender, permitindo, a partir destas peças, traçar algumas redes de sociabilidade.

### **Millender: redes de sociabilidade**

Como mencionado antes, a vinda de imigrantes para o Rio Grande do Sul teve importante impacto no desenvolvimento sócioeconômico e cultural do estado, no início do século XX. Assim como outros importantes industriais da época, Millender pode ser considerado um tipo social empreendedor, ou seja, alguém pioneiro e inovador em suas ações (MARTES, 2010). Cabe ressaltar que, a ação empreendedora é resultado da cooperação de um processo coletivo.

Como consequência, novos espaços de sociabilidade também foram criados, principalmente através desses imigrantes que, trouxeram novo componente da vida em sociedade (MONTEIRO, 1995). Como por exemplo, a fundação de um clube de golfe, mesmo que tardia em relação a outros esportes, está diretamente ligada às mudanças ocorridas na capital nesse período. Millender, junto com outros empresários, norte-americanos, ingleses e teuto-brasileiros, foi o idealizador e fundou o Porto Alegre Country Clube (PACC), primeiro clube de golfe da cidade. O clube de golfe nasceu do incentivo e cooperação desses empresários, moradores de Porto Alegre. Consolidou-se, ao longo dos anos, como local frequentado pela elite da cidade, reunindo, além de empresários, importantes indivíduos políticos. Entre os outros fundadores estavam: Carlos Sylla, Álvaro Gonçalves Soares, A.D. Macdonald, A.S. Cliff, Antonio Jacob Renner, Jose Bertaso, Pelegrin Figueras, Fábio Netto, Ernesto J. Aldeworth, Victor Adalberto Kessler, Hermano Franco Machado, Luz Guerra Blessman, Carlos Hofmeister e Arthur D. Sharpus (SOUZA, 2000).

A partir do grupo de fundadores, identificamos algumas redes sociais tecidas por Millender, traçando possíveis relações pessoais. Um deles foi Ernest John Aldsworth, inglês que chegou no Cais do Porto de Porto Alegre em 1911 (BISSÓN, 2008). Também era engenheiro elétrico e trabalhava para a multinacional *Electric Bond and Share*, como Millender. Conheceu Kester Sefton,

um dos diretores do *London and Brazilian Bank* e, acabou casando com sua filha, Alice Sefton. Eles moravam no bairro Moinhos de Vento, na rua Formosa, número 130, perto da casa de dois andares de Millender, que ficava na rua Luciana de Abreu, número 184, esquina com a rua Barão de Santo Ângelo (BISSÓN, 2008). Cabe ressaltar que, essa zona da cidade, assim como hoje, era nobre. A rua Barão de Santo Ângelo possuía as maiores mansões da época. Segundo Bissón (2008, p. 70), a zona era dominada por imigrantes, em grande parte empresários: “Um bom número de ingleses (ou norte-americanos) residiu provisoriamente na Barão de Santo Ângelo (e no Moinhos em geral) naqueles anos [década de 20 e 30]. Provavelmente, eles eram funcionários ou diretores de empresas estrangeiras sediadas na cidade. Millender e Aldsworth foram funcionários da *Electric Bond and Share*, moraram no mesmo bairro e fundaram um clube juntos.

Outro importante membro do clube foi o neto de alemães, Anton Jacob Renner, também conhecido por A.J. Renner, nascido em 1884. Aos 20 anos, casou-se com Mathilde Trein, herdeira da empresa Cristiano Trein & Cia (FORTES, 2004). Seu negócio começou com produção de capas de lã. Mais tarde, devido ao sucesso, deu início à confecção de ternos masculinos, tonando-se, no final dos anos 20, o primeiro lugar na indústria de fiação e tecelagem no estado (Ibid.). Também morador do bairro Moinhos de Vento, morava na rua de mesmo nome, esquina com a rua Quintino Bocaiúva. Foi presidente do Rotary Club, em 1936, associação da qual Millender também fazia parte.

José Bertaso, já mencionado, era o proprietário da Livraria do Globo. Também fundador do clube. A Revista do Globo deu a ver J.E.L. Millender como um homem moderno, associado à energia elétrica, símbolo da modernidade e, relacionava-se com diferentes personalidades. A cidade moderna é global e o empresário é um homem estrangeiro, o que compõe perfeitamente esta construção. Ao longo dos anos, a revista deu maior visibilidade ao diretor da CEERG que, no primeiro ano de circulação, ainda não estampava seu nome na revista, apenas sua imagem. A Revista do Globo, sendo a CEERG um dos maiores anunciantes, provavelmente gostava de

agradar o cliente, dando maior visibilidade a ele do que outros empresários.

Finalmente, o presidente do clube de golfe, entre 1935-1936, Fábio Netto, era proprietário do Café Nacional que, na década de 30, já tinha rede de 24 estabelecimentos espalhados pelo Rio Grande do Sul (BISSON, 2008). Casou-se com Maria Luiza Chagas Carvalho, neta de Januário Chagas, fazendeiro muito rico do Rio Grande do Sul. Foi também presidente do famoso Clube do Comércio, entre 1931-1934. Millender era também sócio deste clube, participando ativamente dos jantares de confraternização.

Nota-se que os fundadores do Porto Alegre Country Clube estavam relacionados ao mundo empresarial do início do século XX. Entre os citados, de alguma forma, estavam ligados à associações do comércio e da indústria.

Por último, tentou-se estabelecer as redes de sociabilidade tecidas no âmbito político. Como aludido, o próprio contrato entre a AMFORP e o município ocorreu somente na gestão de Alberto Bins, também ligado fortemente ao desenvolvimento comercial e industrial da cidade. Além disso, Millender serviu como intermediário das relações entre Estados Unidos e Brasil, tendo recebido condecoração brasileira da Ordem Militar do cruzeiro do Sul, em 1945, homenagem prestada a estrangeiros pelo Presidente da República. Sabe-se também que Millender foi coordenador do *Office of Inter-American Affairs* no Brasil.

### **Considerações finais**

No início do século XX, porto-alegrenses estiveram em contato com a cultura européia e norte-americana que, por fim, modificou a cultura local. Assim como imigrantes alemães e italianos, outras nacionalidades também marcaram o desenvolvimento do país. Para Alfred Schultz, sociólogo alemão, entendemos o homem a partir de três significados dados: aquele dado pela própria pessoa, por outra pessoa e pelo estudioso científico. Ou seja, é o historiador que dá significado àquilo que ele pesquisa. Escreve-se e se interpreta o indivíduo.

E por isso, o indivíduo só pode ser entendido de forma fragmentária.

A literatura sobre imigração volta-se, principalmente, aos imigrantes alemães e italianos, que, quantitativamente, são mais representativos mas, não mais importantes. Pouca atenção foi dada aos estudos que tem como foco os imigrantes que vieram para o Rio Grande do Sul em busca de melhores oportunidades de carreira. O todo deve ser pensado na pesquisa histórica, no entanto, para isso não deve-se excluir as especificidades. Imigrantes norte-americanos, assim como ingleses, vieram para o Brasil, a partir de oportunidades surgidas dentro da organização pelo qual trabalhavam. Na tentativa de identificar redes formadas por esse imigrante norte-americano, percebeu-se que novas relações pessoais foram construídas. Millender veio para Porto Alegre, fazendo parte de novo contexto econômico na cidade, no entanto, estabeleceu-se aqui por muitos anos. Morou na cidade com sua mulher e, segundo algumas fontes trouxe seu irmão para viver aqui. Tornou-se figura conhecida através da Revista do Globo, sendo identificado como um homem moderno. Junto com outros empresários construiu novo espaço de sociabilidade, o clube de golfe que também proporcionava festas de carnaval, frequentemente estampada na Revista do Globo.

No entanto, fontes indicam que Millender morreu em 1974, no seu país de origem. Não sabemos os motivos do seu retorno. Millender dizia que existiam dois países maravilhosos no mundo: o Texas e o Rio Grande do Sul, mas porque se mudou? Sabe-se que muitas lacunas ainda não foram preenchidas, no entanto, pretende-se dar continuidade à pesquisa e ampliar os estudos sobre os imigrantes de carreira.

Cabe a nós, historiadores, darmos visibilidade a esses sujeitos históricos, que assim como outros imigrantes, fizeram parte da história da cidade de Porto Alegre e do estado.

## **Referências**

AXT, Günter. *A indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul: dos primórdios à formação da empresa pública (1887-1959)*. 1995.



Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 1995.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BISSÓN, Carlos Augusto. *Moinhos de Vento*: histórias de um bairro de elite em Porto Alegre. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura: IEL, 2008.

CASTRO, Maria Helena Steffens de. *A publicidade na Revista do Globo*: intercorrência da literatura na construção do discurso publicitário sul-rio-grandense. 2001. 227 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. A conquista do tempo noturno: Porto Alegre “moderna”. *Estudos Íbero-Americanos*, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 65-84, dez. 1994.

DENNIS, Bob. A step back in time. *Corsicana Daily Sun*, Corsicana, 12 dez. 2005. Disponível em: <<http://corsicanada.ilsun.com>>. Acesso em: 14 set. 2012.

DEVOTO, Fernando. *Movimientos Migratórios*: Historiografía y Problemas. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.

FAUSEL, Erich. *Alberto Bins*: o merlense brasileiro. São Leopoldo: Rotermund, [s.d].

FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito*: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

GARCIA, Eugênio Vargas. Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil: transição de poder no entreguerras. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v.24, n. 1, p.41-47, jan/jun. 2002. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

GIANT among men. *Spirit*, College Station, v.1, n.2, p.6-7, spring 1998. Disponível em: <<http://giving.tamu.edu>>. Acesso em: 9 jun. 2012.

HEINZ, Flávio Madureira. Entrevista com Joseph L. Love. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.32, p.165-177, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br>>. Acesso em 6 ago. 2012.

HILTON, Ronald. MILLENDER, J.E. Lindy. In: *Who's who*: in Latin America: Part VI: Brazil. Standford: Standford University Press, 1948, p.159.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p.133-162.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

MARTES, Ana Cristina Braga Martes. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.30, n.2 (118), p.254-270, abril/jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/05.pdf>>. Acesso em: mar. 2012.

MAZO, Janice Zarpellon. *A emergência e a expansão do associativismo desportivo em Porto Alegre- Brasil (1867-1945): espaços de representações da identidade cultural teuto-brasileira*. Dissertação (Doutorado em Ciência do Desporto) – Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto, Porto, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br>>. Acesso em: 4 abr. 2012.

MEDRANO, Lilia Inés Zanotti de. Migrações latino-americanas contemporâneas e a construção de espaços de diversidade cultural. *Revista do Mestrado*, Vassouras, v.10, n.11 e 12, p.146-167. 2008. Disponível em: <<http://www.uss.br>>. Acesso em: 8 set. 2012.

MUSEU ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSES VELLHINHO. Fundo Cultura n. 19.10.6. ano 1988. Ficha Roberto Vasquez.

PEREIRA, E.; FERNANDÉZ, E.; MAZO, J. A fundação do primeiro clube de golfe em Porto Alegre. *Cinergs*, v.11, n. 2, p.26-34, jul/dez. 2010. Disponível em: <<http://online.unisc.br>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano: Paris – Rio de Janeiro – Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

SOUZA, Giane Ferreira de (org.). *Porto Alegre Country Clube: 70 anos*. Porto Alegre, Ladeira Livros, 2000.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Apontamentos para uma história financeira do grupo Light no Brasil, 1899/1939. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 6, n.1, p.132-135, jan/abr. 1986.

TARVAR, Jack. Natives of Rio Grande much like Texans. *The Miami News*, Miami, 19 Set. 1949. Disponível em: <<http://news.google.com>>. Acesso em: 4 set. 2012.

TEXAS A&M UNIVERSITY. College Archives. Biography. Millender, J.E. (Lindy). Bryan Daily Eagle, may 6, 1962.

TILLY, Charles. Migration in modern European history.

TRUZZY, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 1, p.199-218, jun, 2008.

The 90th Division Association.(s.d.). Disponível em: <<http://www.90thdivisionassoc.org>>. Acesso em: 5 maio. 2012.

# **CAPÍTULO VIII – CIDADES E SOCIABILIDADES**

## **HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DA PRAÇA DA HARMONIA: POR AQUELES QUE VIRAM E VIVERAM**

Gabriela Ucoski da Silva<sup>1</sup>

*Resumo:* Os estudos sobre hospedarias de imigrantes, no Rio Grande do Sul, são escassos. Entretanto, importantes locais de recepção dos recém-chegados existiram no estado, especialmente em Porto Alegre. O presente trabalho tem como objetivo o estudo da Hospedaria de Imigrantes da Praça da Harmonia, localizada em Porto Alegre, a partir dos relatos de imigrantes e viajantes que se hospedaram e passaram pelo local durante os anos de seu funcionamento -1867 a 1887. É a partir destes relatos, aliados a outras fontes documentais, que se tornou possível conhecer aspectos de sua estrutura, seu funcionamento e seu cotidiano, contribuindo para o estudo destas instituições e para a história da imigração no estado.

*Palavras-chave:* hospedarias de imigrantes, literatura de viagem.

---

As hospedarias de imigrantes são instituições que surgiram na segunda metade do século XIX, período em que houve grandes deslocamentos populacionais em várias partes do mundo. Motivadas pelas dificuldades que enfrentavam nos seus países de origem, milhares de pessoas passaram a ver a saída de sua terra natal como solução para as duras condições de vida que enfrentavam. Coordenar a saída e a chegada dessa população era tarefa imprescindível para manter a organização desses movimentos.

Dentre as várias realizações, nesse sentido, estavam a construção de hospedarias, tanto para os emigrantes como para os imigrantes, a fim de que estes lá pudessem permanecer por um pequeno período de tempo até que seus destinos fossem definidos. Para que os emigrantes ergueram-se hospedarias para que aguardassem a chegada dos vapores que os transportariam; já para os imigrantes, essas hospedarias foram construídas para recepcioná-

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS.

los após longos dias de viagem, enquanto não fossem decididos os locais para os quais seriam levados. (PAIVA; MOURA, 2008).

O presente artigo tem como objetivo analisar uma das mais significativas hospedarias para imigrantes estabelecidas no Rio Grande do Sul. Localizada em Porto Alegre, na antiga Praça da Harmonia<sup>2</sup>, a hospedaria que funcionou entre os anos de 1867 a 1887 tem sua história revelada a partir de fontes que permitiram conhecer, em linhas gerais, a sua organização, o seu funcionamento, a sua estrutura e o seu cotidiano. Entre estas fontes encontram-se os Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Sul, a legislação promulgada pelo governo imperial e provincial, e os relatos de viajantes e imigrantes que passaram e hospedaram-se no local.

Entretanto, faz-se importante entender o contexto histórico em que tais estabelecimentos foram construídos. O Brasil, a partir de 1850, passou a receber imigrantes em maior número, bem como a incentivar a vinda destes, pela necessidade que tinha de substituir a mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre. Assim, a vontade de emigrar, aliada ao incentivo do Brasil para atrair imigrantes, causou a entrada de milhares de pessoas no país, sobretudo a partir de 1874. Para tanto, viu-se a necessidade de recepcionar essa população que chegava. Como em outros países receptores de imigrantes, criaram-se políticas de hospedagem e, consequentemente, instalaram-se hospedarias de imigrantes (HOLANDA, 1982).

Sobre as hospedarias de imigrantes no Brasil, Hugo Segawa (1989, p. 24) afirma que:

(...) Foram construções integradas organicamente à estrutura dos movimentos migratórios patrocinados inicialmente pelo império e conduzidos em seguida pela República, vinculados ao contexto econômico vigente e que responderam a essa correlação não apenas como alojamentos de indivíduos em trânsito mas como verdadeiras instalações arquitetônicas especificamente organizadas como infraestrutura de assistência médica e social, consignando-lhes um caráter parahospitalar em sua ação cotidiana.

---

<sup>2</sup> Atual Praça Brigadeiro Sampaio.

Ainda segundo Segawa (1989), a construção de hospedarias no Brasil seguiu o modelo de hospedagem e recepção de imigrantes dos Estados Unidos, país que recebeu o maior contingente imigratório da América. Por este motivo, organizar a chegada dos imigrantes era fundamental para o bom andamento da recepção dos recém-chegados.

Nos Estados Unidos, uma das mais importantes hospedarias, que serviu de base para a construção de outras, tanto no próprio país como fora dele, foi criada em 1855, na cidade de Nova York, e recebeu o nome de Castle Garden (SEGAWA, 1989).

Conforme o autor, estas primeiras hospedarias:

(...) não deixaram de ser uma variação de lazaretos, hospitais marítimos especificamente destinados ao recebimento de passageiros e cargas que inspirassem cuidados por eventualmente conduzirem moléstias contagiosas, configurando estações de quarentena em virtude da suspeita. (SEGAWA, 1989, p. 24).

Da legislação promulgada pelo Império Brasileiro, constata-se referências ao serviço de recepção e hospedagem desde 1867, quando se menciona, no decreto nº. 3784 de 19 de janeiro, a construção de edifícios, por parte do governo, para o alojamento de imigrantes que chegavam ao país. De acordo com este decreto, cada colônia deveria possuir um edifício principal para instalar provisoriamente os recém-chegados, até que estes fossem para o seu local de destino (IOTTI, 2001).

Já em 1876, criou-se a Inspetoria Geral de Terras e Colonização pelo decreto nº. 6129 de 23 de fevereiro, que se destinava, entre outros, a fiscalizar e dirigir todos os serviços atinentes à imigração e à colonização. A Inspetoria estava dividida em duas seções, cabendo à segunda os serviços relativos ao desembarque, agasalho e sustento dos imigrantes, além do depósito e da entrega das bagagens; ou seja, era esta seção a responsável pelos serviços das hospedarias.

Dessa forma, com o decreto de 19 de janeiro de 1867 e com a organização da Inspetoria Geral de Terras e Colonização em 1876, que mais tarde, em 1890, veio a ser reorganizada para proporcionar

um melhor desempenho dos serviços ligados à imigração, estava estabelecido o regulamento para a hospedagem dos imigrantes e as obrigações deste serviço.

O Rio Grande do Sul, por sua vez, também tratou de estabelecer hospedarias de imigrantes nas colônias e na capital do estado, como exigia os decretos do governo central. Desde 1857, ficou estabelecido que Rio Grande e Porto Alegre teriam estabelecimentos destinados a acolher os imigrantes enquanto estes não se dirigissem aos seus destinos finais (IOTTI, 2001).

O estudo destas hospedarias, no Rio Grande do Sul, é escasso. As poucas fontes documentais que possibilitem revelar mais sobre a história destes locais é uma das dificuldades que mais se impõe. Entretanto, observou-se que existiram hospedarias, especialmente as localizadas em Porto Alegre, que foram mais significativas no contexto da segunda metade do século XIX, época da Grande Migração.

Uma delas, a Hospedaria da Praça da Harmonia, foi construída em 1867, quando o “velho e estragado” quartel dos Guaranis, que vinha servindo de alojamento para os imigrantes que chegavam a Porto Alegre, já não apresentava condições para tal função. Por este motivo, acreditou-se ser mais apropriado a construção de um edifício “no terreno beira-rio em frente à praça da Harmonia” (RIO GRANDE DO SUL, 1868, p. 27), ainda que modesto, pois o estado de ruína do quartel era tal que o mais conveniente foi a construção de um novo prédio. (RIO GRANDE DO SUL, 1867).

Nesses estabelecimentos eram oferecidos, aos imigrantes, alimentação, assistência médica e hospedagem que, em geral, não excedesse a quinze dias. Para conhecer como funcionava e como se organizava a Hospedaria da Praça da Harmonia, é necessário recorrer aos relatos de imigrantes e viajantes que passaram pelo local e puderam servir-se do alojamento. Dentre estes, destacam-se Oscar Canstatt, Josef Umann, Júlio Lorenzoni e Andrea Pozzobon.

O primeiro, Oscar Canstatt, viajante alemão, chegou ao Brasil em 1868 e percorreu inúmeras regiões do país, trabalhando



como técnico no campo da agronomia, servindo na Comissão Imperial de Agrimensura. Publicou sua obra “Brasil: Terra e gente (1871)” pela falta de trabalhos sobre nosso país, na Alemanha, que fosse acessível e capaz de esclarecer a opinião ainda nebulosa predominante no seu país sobre o Brasil, especialmente em relação à imigração. Canstatt conheceu a Porto Alegre de 1871 e teve a oportunidade de visitar a Hospedaria da Praça da Harmonia.

Josef Umann, imigrante alemão, chegou ao Brasil em 1877 e dirigiu-se para o Rio Grande do Sul com esperança de encontrar melhores condições de vida e de trabalho. Ao chegar ao estado, passou pelas hospedarias de Rio Grande e Porto Alegre relatando sua estadia em ambos os lugares. Já Júlio Lorenzoni, um imigrante italiano, chegou ao Brasil em 1878 com sua família, igualmente buscando construir uma nova vida na América. Ao chegar a Porto Alegre, também foi levado a hospedaria da Praça da Harmonia. Ambos escreveram narrando suas trajetórias de vida, desde o país de origem até os primeiros anos no Brasil.

Por último, Andrea Pozzobon, um viajante italiano do qual não se tem muitas informações, veio ao Brasil e desembarcou em Porto Alegre no ano de 1885. Por duas vezes retornou a Itália, e no regresso de sua primeira viagem escreveu a narrativa “Uma Odisséia na América”, na qual relata sua experiência e sua passagem pela mesma hospedaria.

A partir daí, buscou-se desconstruir esses relatos para encontrar em seus pormenores informações que permitissem conhecer a história dessa hospedaria. Assim, após a fragmentação dos textos, criaram-se categorias para que as informações sobre o assunto estudado pudessem ser novamente organizadas e, dali, realizadas inferências que possibilitaram a emergência do conhecimento acerca do tema. (MORAES, 2007). Neste sentido, parte-se para a primeira destas categorias: a estrutura.

Fundamental para o estudo sobre hospedarias de imigrantes é conhecer a sua estrutura física, visto que isso reflete, entre outras questões, sobre o investimento feito pelo governo, o cuidado que se tinha com a manutenção deste serviço e a preocupação em acomodar adequadamente aqueles que chegavam. No entanto, os relatórios dos

presidentes de província do Rio Grande do Sul pouco falam sobre este ponto e, tão pouco, há imagens que possibilitem a visualização do local. Porém, são os relatos daqueles que viram e viveram na hospedaria que permitiram criar uma imagem de sua estrutura.

Assim, descreveram-na como um velho casarão que tinha capacidade de alojar cerca de dois mil imigrantes (LORENZONI, 1975). Tem-se a imagem que a Hospedaria da Praça da Harmonia foi um prédio amplo, construído pelo governo para recepcionar inúmeros imigrantes, pois se vivia numa época em que estes começavam a chegar em grande número. Da mesma forma, demonstra-se que havia a preocupação do governo com aqueles que aportavam, pois era importante que sua chegada fosse organizada para, então, serem definidos seus destinos.

Por outro lado, percebe-se que a preocupação do governo se dava apenas neste primeiro momento, pois a hospedaria careceu de cuidados e manutenção no decorrer dos anos. Este fato é confirmado com outros relatos além dos de Lorenzoni. Canstatt, que esteve algumas vezes visitando o local, afirmou que o seu lamentável estado se dava pelo fato de não haver grande preocupação por parte do governo em oferecer os reparos necessários, e que “a impressão geral que se traz desta hospedaria é como se entrasse no quarteirão pobre de qualquer cidade”. (CANSTATT, 2002, p. 397).

Somente alguns anos mais tarde é que aparece nos relatórios provinciais a preocupação com as condições da hospedaria. Em 1882, dizia o então presidente da província que havia mandado “caiar” a hospedaria da capital e consertar o telhado do edifício, além de construir um barracão que servisse para guardar as bagagens dos imigrantes. Terminava dizendo, ainda, que esta obra e a latrina que mandou fazer já estavam prontas. (RIO GRANDE DO SUL, 1882). Já em 1886, afirmava-se que era da maior urgência a construção de um novo edifício para alojar os imigrantes, pois o que então servia de hospedaria não se encontrava em condições próprias de higiene e não atendia a capacidade de imigrantes que nele precisavam se hospedar. (RIO GRANDE DO SUL, 1887a).

O viajante Andrea Pozzobon, em 1885, descreve sua chegada da seguinte forma: “acomodamo-nos em galpões nas proximidades

da Praça da Harmonia” (FILHO; FRANCO, 2004, p. 218). O termo “galpões” aponta para a hipótese de que o prédio da hospedaria, de fato, já estava com sua capacidade máxima atingida, sendo necessário instalar galpões na sua proximidade para acomodar os imigrantes que continuavam a chegar.

Com o passar dos anos, o aumento do fluxo de imigrantes passou a exigir melhorias no prédio. Entretanto, na situação em que se encontrava o local, mostrava-se mais conveniente a construção de um novo prédio, porém o estado não teve condições financeiras para tal empreendimento. Assim, meses depois, o presidente da província afirmava que continuava a servir de hospedaria o antigo prédio e ressaltava, mais uma vez, que este não tinha a capacidade e as condições higiênicas de que necessitava. Para que a construção do novo prédio fosse possível, a província deveria pagar uma parte das despesas com a obra, visto que já contava com o auxílio financeiro do governo imperial, ou este governo teria que arcar com despesa de toda a construção, pois o custo ainda era pesado para os cofres provinciais. Enquanto não se resolvia esta questão, o presidente da província providenciou alguns reparos urgentes no prédio. (RIO GRANDE DO SUL, 1887b).

Foi somente em 1887 que se tomou a decisão de alugar uma casa localizada na rua 7 de Setembro para atender os imigrantes que aportavam em Porto Alegre. A antiga hospedaria da Praça da Harmonia foi, então, desativada após vinte anos do início do seu funcionamento (RIO GRANDE DO SUL, 1887c).

Outra importante categoria é a que se refere às condições de acomodação. Canstatt não só escreveu sobre a condição estrutural desta hospedaria, mas também sobre suas acomodações. Para ele, podia-se comparar com os “grandes navios de emigrantes, dividido em compartimentos quadrados de madeira onde colocam um número maior ou menor de pessoas”. (CANSTATT, 2002, p. 396). O que se entende, portanto, é que a estrutura interna consistia em uma enorme construção em que havia repartições sem que houvesse, necessariamente, privacidade.

Todavia, Josef Umann relata que neste local encontrou teto e assistência, e que os imigrantes que haviam adoecido já estavam

recuperados. Assistência, neste caso, ligava-se não só a receber alojamento, mas também cuidados médicos. As hospedarias de imigrantes deveriam ser dotadas de enfermarias para atender aqueles que chegavam com alguma enfermidade ou que viessem a adoecer. Em geral, faziam parte do corpo de funcionários destes locais médicos, enfermeiros e farmacêuticos. Ademais, era dever do estado fornecer a alimentação necessária para cada imigrante durante o tempo em que permaneciam hospedados, fato que é confirmado por Canstatt ao relatar que, durante suas visitas, presenciou os imigrantes preparando suas refeições com os víveres que o governo fornecia.

Partindo para a terceira categoria, entra-se na questão dos procedimentos. Neste ponto, interessa entender como funcionavam e como estavam organizados os serviços prestados pela hospedaria. No entanto, não há como identificar rigorosamente todos os procedimentos adotados, estudando passo a passo cada etapa do processo de chegada e acomodação dos imigrantes até a sua saída, pois as narrativas de viagens aqui analisadas não os descrevem na íntegra. Apenas pode-se inferir sobre alguns desses pontos que, igualmente, contribuem para a noção geral sobre o assunto.

Nos primeiros dias após a chegada, recebia-se a visita da Alfândega e, após, os imigrantes eram levados ao Diretor Geral dos assuntos ligados a imigração e a colonização, que os orientava sobre os próximos passos. (UMANN, 1997). Josef Umann relata que era o próprio hospedeiro quem os acompanhava até o Diretor Geral; esse, nomeado pelo governo, deveria ser o responsável pelos serviços da hospedaria.

Canstatt, por sua vez, fornece outras informações quanto aos funcionários e suas funções. Segundo ele:

(...) só de vez em quando se encontra um funcionário que ocupa o lugar de intérprete, nomeado pelo governo provincial, a quem está especialmente confiado o cuidado e proteção dos novos colonos. Pedidos, queixas e reclamações que eles façam em alemão ou qualquer outra língua européia, ele encaminha para as autoridades competentes, sem que, porém seus esforços sejam sempre bem-sucedidos. (CANSTATT, 2002, p. 397).

Neste relato, mostra-se que não havia, até o momento, um maior cuidado em relação a organização e o funcionamento do local, visto que apenas em certas ocasiões se dispunha de um funcionário que, além de ter o dever de cuidar e proteger os imigrantes, servia como intérprete; ademais, somente nestes momentos havia a oportunidade de realização de pedidos, queixas e reclamações que nem sempre eram atendidas.

O relato de Canstatt é de 1871, seis anos antes do de Josef Umann, que já mostrou existir um hospedeiro que os orientava. Isto se dá, como mencionado anteriormente, pelo fato de que apenas em 1876 criou-se a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, cuja função, entre outras, era de organizar as hospedarias de imigrantes.

A partir de então, as hospedarias seriam fiscalizadas por um ajudante do Inspetor Geral e administradas por um funcionário indicado por este último. As incumbências deste administrador eram as de providenciar medidas acerca do tratamento dos imigrantes e da guarda de suas bagagens, bem como de manter a ordem do estabelecimento. Por conseguinte, deveria informar ao Inspetor Geral tudo o que ocorria nas hospedarias, solicitando a este as providências indispensáveis ao bem-estar dos imigrantes, além de fazer cumprir todas as regularidades deste serviço. Para ajudar no desempenho de seus deveres, o administrador teria guardas sob sua direção, igualmente indicados pelo Inspetor Geral. (IOTTI, 2001)

Na época da visita de Canstatt, esta organização ainda não existia, o que poderia explicar a ausência de funcionários adequados para cada serviço, enquanto que na estadia de Umann, a Inspetoria já fora criada, contando com o hospedeiro que, provavelmente, tratava-se do administrador nomeado pelo Inspetor Geral. Ademais, Canstatt, no decorrer do seu relato, afirma que não havia muita preocupação com aqueles que entravam e saíam da hospedaria, o que sugere que faltavam guardas para controlar o fluxo, função que só passou a existir a partir de 1876.

De qualquer modo, após os procedimentos iniciais, os imigrantes deveriam aguardar as ordens das autoridades, partindo para seus destinos cerca de uma semana após a chegada. (LORENZONI, 1975) (FILHO; FRANCO, 2004). Em geral, o

tempo de permanência não deveria exceder a quinze dias; no caso de Lorenzoni e Andrea Pozzobon, que ficaram cinco e oito dias, respectivamente, o procedimento não se estendeu além do prazo, porém, não se pode pensar que não existiram atrasos na saída dos imigrantes ao longo dos vinte anos de funcionamento da hospedaria.

Como última categoria, tem-se o cotidiano. Da mesma forma que os procedimentos, não se pode relatar o que ocorria no local diariamente, mas pode-se precisar alguns aspectos desse cotidiano, visualizando o que viviam os imigrantes durante o tempo que ficavam hospedados. Canstatt foi o único viajante que descreveu aquilo que viu de forma mais completa e detalhada. Nem mesmo os próprios imigrantes que se hospedaram no estabelecimento tiveram a preocupação de narrar com detalhes os momentos que em que passaram na hospedaria.

Segundo ele, durante suas visitas, observou que as famílias que chegavam tiravam suas roupas “domingueiras” das malas e saíam para conhecer a cidade. Sabe-se, portanto, que os imigrantes não precisavam, necessariamente, estar presente durante o decorrer do dia na hospedaria e que tinham liberdade para passearem pela cidade, diferente das primeiras hospedarias criadas que funcionavam como estações de quarentena (SEGAWA, 1989).

Enquanto alguns passeavam, outros cuidavam de preparar suas refeições em fogões que eram instalados provisoriamente nos pátios. Mesmo que fossem responsáveis por sua própria alimentação, os imigrantes recebiam gratuitamente os alimentos do governo. Entretanto, não há como precisar se isto se ligava ao fato de não haver cozinheiros para tal função ou se tratava apenas da vontade própria dos imigrantes em cozinhar à sua maneira. Vale ressaltar, novamente, que neste momento ainda não havia uma plena organização dos serviços e funções das hospedarias.

Ainda haviam aqueles que, durante o dia, ocupavam-se em lavar as roupas usadas durante a viagem na margem “da lagoa”, pois até ali só dispuseram de água salgada. Novamente, supõe-se que não haviam serviços encarregados de higienizar as roupas dos recém-chegados.

Dessa forma, concluí-se que até a criação da Inspetoria Geral de Terras e Colonização a organização e as funções desta hospedaria eram precárias. Como mencionado, em 1887, o local foi desativado, passando este serviço para uma casa alugada na rua 7 de setembro. Após o estabelecimento desta nova hospedaria, procedeu-se a compra dos materiais de que a casa necessitava para o seu funcionamento (RIO GRANDE DO SUL, 1888). A partir de então, Porto Alegre possuía uma nova hospedaria de imigrantes.

No entanto, no relatório de 1889, dizia o presidente da província que a hospedaria que funcionava na capital havia sido fechada e, a partir de então, passaria a funcionar em Charqueadas. O motivo se dava pelo contato que os imigrantes tinham, em Porto Alegre, com indivíduos que por vezes acabavam influenciando-os e retardando a ida para as colônias, ou mesmo desviando-os dos seus destinos. Daí por diante, os imigrantes que chegassem em Porto Alegre eram imediatamente levados em pequenos vapores para este ponto. (RIO GRANDE DO SUL, 1889).

De 1889 até 1912, não se encontra nas mensagens dos governantes à Assembléia Legislativa nenhuma menção quanto à recepção dos imigrantes que chegavam ao estado. Segundo Iotti (2003), de 1890 a 1914, as autoridades gaúchas passaram a ver a imigração e a colonização como um negócio lucrativo e, em função disso, dedicaram-se mais à cobrança das dívidas coloniais do que à formação de novos núcleos e à recepção e estabelecimento de imigrantes.

Entretanto, sabe-se da existência de uma nova hospedaria que ficava localizada no bairro Cristal e que, por isto, passou a ser chamada de Hospedaria de Imigrantes do Cristal. Junto com o estabelecimento desta nova hospedaria, em 1890, a Inspetoria Geral de Terras e Colonização foi reorganizada. A partir de então, a Repartição Central desta Inspetoria seria administrada pelo Inspetor Geral, e eram de sua dependência as hospedarias de imigrantes. Ao Inspetor Geral, cabia nomear ou demitir o pessoal das hospedarias que estivessem sob sua administração. As localizadas em outros estados tiveram a sua administração modificada; ficaram elas, exceto as da capital federal e municípios próximos, subordinadas aos

delegados e aos agentes de imigração e colonização instituídos pela Inspetoria Geral em cada estado. (IOTTI, 2001).

Após a reorganização da Inspetoria Geral foi aprovado, em julho de 1892, o regulamento para os serviços das delegacias da Inspetoria Geral nos estados da República; teriam essas delegacias, como atribuições, a direção e a fiscalização dos serviços referentes ao recebimento e ao alojamento dos imigrantes, a expedição e a colocação de imigrantes nos núcleos coloniais, além das concessões de terrenos agrícolas.

Por este decreto, as hospedarias de imigrantes seriam subordinadas às delegacias, ou aos agentes de imigração e colonização – nos estados onde não houvesse as delegacias – e seriam organizadas de acordo com o que designava estes delegados e agentes. Muito importante neste momento eram as funções dos delegados, que deveriam realizar a inspeção das hospedarias e dos núcleos coloniais, podendo propor ao Inspetor Geral a nomeação de médicos para as colônias ou para as hospedarias, administradores para os mesmos serviços, além de agentes auxiliares e escrivãos das comissões (IOTTI, 2001).

Tinha-se, portanto, nova organização o serviço de hospedagem dos imigrantes, mais bem estruturado e organizado. A Hospedaria de Imigrantes do Cristal, que funcionou entre 1890 a 1898 deixou inúmeros documentos que mostram uma maior preocupação do governo quanto a estes serviços. Já em 1912, estabeleceu-se nova hospedaria em Porto Alegre, na rua Voluntários da Pátria, dotada dos elementos necessários para o pleno funcionamento dos serviços (RIO GRANDE DO SUL, 1912). Entretanto, com o início da Primeira Guerra Mundial o fluxo de imigrantes diminui e logo esta hospedaria deixou de funcionar.

Dessa forma, em linhas gerais, pode-se conhecer algumas das hospedarias que funcionaram no estado, especialmente em Porto Alegre, durante a segunda metade do século XIX. Neste contexto, o estudo sobre a Hospedaria da Praça da Harmonia, uma das mais significativas, só pode ser conhecida pelos relatos de viajantes e imigrantes, concomitantemente com os documentos oficiais do governo. Através deles, foi possível identificar mais sobre sua



história e contribuir para o estudo destes estabelecimentos no Rio Grande do Sul, enriquecendo, ainda, o estudo da imigração.

## Fontes

RIO GRANDE DO SUL. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa da província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello*, em segunda sessão da 12ª legislatura. Porto Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1867. Disponível em: <http://www.crl.edu>.

\_\_\_\_\_. *Relatório com que o Exmo.sr.dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello passou a administração desta Província ao Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Vieira da Cunha*, 1º Vice-presidente, no dia 13 de abril de 1868. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1868. Disponível em: <http://www.crl.edu>.

\_\_\_\_\_. *Relatório com que o Exmo.sr.dr. Joaquim Pedro Soares passou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo.sr.dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos*, a 27 de fevereiro de 1882. Porto Alegre: Tipografia do Conservador, 1882. Disponível em: <http://www.crl.edu>.

\_\_\_\_\_. *Fala apresentada à Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul pelo presidente da província o Exmo.sr. desembargador Henrique Pereira de Lucena*, ao instalar-se a 2ª sessão da 21ª legislatura em 7 de março de 1886. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas do Conservador, 1887a. Disponível em: <http://www.crl.edu>.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado pelo Exmo.sr. Desembargador Henrique Pereira de Lucena Presidente da Província do Rio Grande do Sul a S. Exa. o Sr. Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca*, 1º vice-presidente ao passar-lhe a administração da mesma província em 8 de maio de 1886. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas do Conservador, 1887b. Disponível em: <http://www.crl.edu>.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao Ilmo.e.exmo.sr.dr. Joaquim Jacinto de Mendonça*, 3º Vice-presidente, por S. Exa., o Sr. Dr.

Rodrigo de Azambuja Villanova, 2º vice-presidente, ao passar-lhe a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, em 27 de outubro de 1887c. Disponível em: <http://www.crl.edu>.

\_\_\_\_\_. *Relatório com que o Exmo.sr.dr. Joaquim Jacinto de Mendonça, 3º vice-presidente, passou a administração da província do Rio Grande do Sul ao presidente Exmo.sr.dr. Rodrigo da Azambuja Villanova*, em 27 de janeiro de 1888. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas do Conservador, 1888. Disponível em: <http://www.crl.edu>.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado a S. Exa. o Sr. Conselheiro Gaspar Silveira Martins, presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, pelo 2º vice-presidente Exmo. Sr. Coronel João de Freitas Leitão ao passar-lhe a administração da província em 24 de julho de 1889. Disponível em: <http://www.crl.edu>.

\_\_\_\_\_. *Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Dr. Carlos Barbosa Gonçalves na 4ª sessão ordinária da 6ª legislatura em 20 de setembro de 1912*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1912. Disponível em: <http://brazil.crl.edu>.

## Referências

CANSTATT, Oscar. *Brasil: terra e gente (1871)*. Brasília (DF): Senado Federal, 2002.

FILHO, Valter Antonio Noal; FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre: 1754-1890*. Santa Maria: Anatterra, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil Monárquico*. São Paulo: DIFEL, 1982. V. 3 – II Tomo.

IOTTI, Luiza Horn, org. *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS. – Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

\_\_\_\_\_. *Imigração e Poder: A Palavra oficial sobre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MORAES, Roque. *Análise textual discursiva*. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

PAIVA, Odair da Cruz, MOURA, Soraya. *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas de hospedarias de imigrantes*. Revista do IEB, 30: 23-42, 1989.

UMANN, Josef: *Memórias de um imigrante boêmio*. Porto Alegre: EST, 1997.

# **ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE POLÍTICA NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL (1875-1950)**

Paulo Afonso Lovera Marmentini<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente texto tem o objetivo de levantar e analisar espaços de sociabilidade voltados ao âmbito da política na Região Colonial Italiana (RCI) do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre os anos de 1875 e 1950. A sociabilidade tem com pré-requisito a existência de certos locais para o encontro entre indivíduos. Assim, privilegiar-se-á a análise, dentro de todos os espaços de sociabilidades possíveis, daqueles onde se acredita que a questão política mais se destacava e onde fazia-se mais propícia a sua prática e/ou discussão, como praças, capelas, cafés e bares, enfatizando os espaços de caráter informal. Busca-se ainda compreender como a imprensa, um dos principais veículos de divulgação de ideias políticas de então, exerceu seu papel político-partidário e doutrinário e como suas ideias circularam dentro desses espaços de sociabilidade.

*Palavras-chave:* Região Colonial Italiana (RCI), imprensa, sociabilidade.

---

## **Introdução**

O presente texto tem o objetivo de levantar e analisar espaços de sociabilidade voltados ao âmbito da política na Região Colonial Italiana (RCI) do Rio Grande do Sul no período compreendido entre os anos de 1875 e 1950. Tal recorte temporal abrange a fase inicial do processo migratório, iniciado no ano de 1875, o desenvolvimento e consolidação da vitivinicultura como carro-chefe da economia regional, até o período de início da industrialização maciça da região, aproximadamente em 1950, quando há uma mudança significativa no cenário socioeconômico local, com a agricultura de subsistência substituída pela agricultura mecanizada e o gradativo êxodo rural em direção à zona urbana industrializada.

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade de Caxias do Sul – UCS. Mestrando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

A sociabilidade tem com pré-requisito a existência de certos locais para o encontro entre indivíduos. Assim, privilegiar-se-á a análise, dentro de todos os espaços de sociabilidades possíveis, daqueles onde se acredita que a questão política mais se destacava e onde fazia-se mais propícia a sua prática e/ou discussão, comopraças, capelas, cafés, bares e associações, enfatizando os espaços de caráter *informal*.

### **Breve panorama da colonização italiana no RS**

A Região Colonial Italiana surgiu a partir do projeto do governo imperial de ocupação de terras devolutas, consideradas pela lei nº 601, de 18/09/1850, “as que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei” (IOTTI, 2001, p. 113). Na prática, eram terras doadas pelo Império que, não tendo confirmação ou ocupação pelo proprietário, retornaram às mãos do governo. O total dessas terras, destinadas à colonização de imigrantes, foi correspondente a 10% da área total do Estado, não interferindo no latifúndio e na criação de gado, a principal fonte de riquezas de então (GIRON; HERÉDIA, 2007, p. 29). Dando continuidade à experiência já realizada, no Rio Grande do Sul, com imigrantes açorianos e lusos, estimulou-se a vinda de imigrantes alemães (a partir de 1824) e italianos (a partir de 1875), completando assim a ocupação dessas terras.

Essa política de colonização deu-se baseada nos pilares da pequena propriedade e da mão-de-obra livre e branca. A intenção era criar um contraponto ao poder da oligarquia regional e diversificar a produção de mercadorias para o abastecimento interno nacional, amenizando os prejuízos causados pela grande quantidade de importação de produtos alimentícios (PESAVENTO, 1985, p. 46). O “branqueamento” da população também era um desejo do governo, embasando-se no racismo científico do século XIX, para substituir o elemento africano negro, amplamente presente como principal forma de mão-de-obra, considerado moral e intelectualmente inferior ao europeu branco. Segundo René Gertz (2005, p. 38),

(...) trazendo grande número de europeus brancos – quanto mais brancos melhor – e plantando-os no Brasil, seu sangue se misturaria ao sangue negro, e como o gene branco, evidentemente, deveria ser predominante em relação ao gene negro, este último iria se branqueando cada vez mais, até que os vestígios negros ficassem insignificantes na sociedade brasileira.

A transformação da nação havia de ser, também, racial.

O imigrante visto pelo senso-comum como ordeiro, pacífico, pouco interessado em questões políticas distantes de sua realidade agrícola, foi também assim retratado por grande parte da historiografia tradicional da RCI, que pensava-os como estrangeiros vivendo num país distante do seu e alheios às questões políticas brasileiras. Panorama que vem mudando nos últimos anos. Deixa-se de lado a análise puramente regional do processo migratório para buscar inseri-la num âmbito um pouco mais macro, dentro do contexto de políticas nacionais que em muito influenciaram seu andamento. Giron e Herédia (2007, p. 100) chamam atenção também a outro ponto:

Não se deve esquecer que os imigrantes eram homens do século XIX, filhos da recente Revolução Industrial e dos movimentos liberais de 1848, que marcavam a cena política da Itália. (...) alguns dos futuros imigrantes estavam vinculados a organizações políticas sindicais. São esses vínculos que passam a influenciar a política regional desde os primeiros povoamentos das Colônias Caxias, Conde D’Eu e Dona Isabel.

Assim, a carga política que o imigrante carregava consigo oriunda do cenário europeu também é uma variável importante para a análise.

A fim de delimitar geograficamente o conceito de “Região Colonial Italiana”, fez-se uso aqui da divisão proposta pela Secretaria do Interior e Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Essa divisão, em 1927, abrangia os municípios de Caxias<sup>2</sup> (englobando também a atual área de Farroupilha), Garibaldi, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves (atualmente, Veranópolis), Prata

---

<sup>2</sup> Que passou a se chamar Caxias do Sul a partir de 1950.

(atualmente, Nova Prata), Antônio Prado e Nova Trento (atualmente, Flores da Cunha) (GIRON, 1994, p. 18-19).

### **Sociabilidade: aspectos teóricos**

Visto durante muito tempo pela historiografia como um conceito simples, óbvio, de comum conhecimento e definição a todos, os estudos de sociabilidade tem seu pontapé inicial enquanto objeto histórico na década de 1960, especialmente com Maurice Agulhon, que trabalha o tema relacionado com habitantes camponeses da região francesa de Baixa Provença. Num sentido amplo, em uma definição de dicionário, sociabilidade é apresentada e entendida como a qualidade daquele que é sociável. Mas esta talvez não uma definição apropriada para historiadores. Pilar González Bernaldo de Quirós (2012, p. 9) propõe uma definição mais específica do termo: *“prácticas sociales que ponen en relación un grupo de individuos que efectivamente participan de ellas”*. Assim, o estudo do conceito de sociabilidade baseia-se *“en el análisis de las formas a partir de las cuales un grupo de individuos entran efectivamente en relación, considerando la dimensión afectiva – positiva o negativa – como componente del vínculo”* (QUIRÓS, 2012, p. 10).

Graciela Zuppa (2004, p. 16) aponta duas perspectivas de análise do tema, que foram se delineando a partir de 1980: *sociabilidade formal* e *sociabilidade informal*. Na primeira, indica as características assumidas por laços associativos, gerados em entidades maçônicas, agrupações políticas, culturais, clubes e organizações operárias. No que tange à forma informal de sociabilidade, pode-se fazer referência a bares, cafés, praças, salões, praias, etc. Em outras palavras, podemos classificar espaços formais como espaços de alguma forma institucionalizados, com regras formais elaboradas, escritas e autenticadas. Já os informais podem caracterizar-se como espaços fora do ambiente de trabalho, geralmente exercidos como forma de lazer, embora não necessariamente, já que podem ser incluídos eventos e cerimônias religiosas, como enterros, batismos, crismas, etc. No entanto, Zuppa se refere a Javier Escalera Reyes (2004, p. 17) para chamar atenção

da impossibilidade de se definir uma linha rígida entre a sociabilidade formal em informal, observando que ambas são “*los extremos de un continuo en permanente flujo*”.

Opta-se aqui por dar ênfase a espaços *informais* de sociabilidade inseridos no contexto do recorte espacial e temporal escolhido, procurando pensar como questões políticas circulavam por esse âmbito. Assim, partindo da premissa de enxergar esses espaços como pontos de encontro realizados com certa frequência e durabilidade, e de lugares privilegiados para indivíduos discutirem, debaterem, atualizarem-se e organizarem-se politicamente, praças, capelas, cafés e bares serão abordados mais a fundo na análise. Reconhece-se também a importância de outros espaços de sociabilidade política, especialmente associações como a Associação dos Comerciantes, que cumpriu um papel de destaque no cenário político da RCI, mas também escolas, comemorações (especialmente casamentos), festas (Festa da Uva), filós, almoços de comunidade (que até hoje mantêm basicamente as mesmas características do período estudado), cinemas, clubes, jantares, bailes e outras formas de sociabilidade noturna. Porém, para uma análise mais detalhada, optou-se por um recorte mais específico.

### **Espaços de sociabilidade: lazer, religião e política**

Durante a primeira etapa do processo migratório, caracterizada pela chegada e estabelecimento dos imigrantes e pela prática de uma agricultura de subsistência, não existiam núcleos urbanos consideráveis na região. A sociedade era essencialmente rural, organizada por lotes rurais, diferentemente da organização em pequenos povoados, como acontecia na Itália. Além disso, o contexto de relativo isolamento vivenciado pelas colônias, com a distância de centros urbanos maiores, como Porto Alegre, e a condição precária das estradas que ligavam as colônias a esses centros, fez com que a integração inicial entre os imigrantes italianos fosse praticada, principalmente, através de espaços proporcionados pela Igreja e pela religião.

A religião, nessa nova situação em que se encontravam, assumiu o importante papel de identificação cultural entre os



imigrantes. Como indicam Costa e De Boni (1984, p. 110), foi “o fator que lhes permitiu a reconstrução de seu mundo cultural”. Assim, a religião foi a base de construção do mundo cultural do imigrante.

Nesse cenário, a capela local, de cada comunidade, extrapolava sua função primeira de orientação religiosa. Encontradas em grande número na RCI, eram tidas também como lugar de encontro e ponto de referência de determinada área. Frosi e Mioranza (2009, p. 93-94) apontam três funções para as capelas:

- a) centro sócio-religioso-cultural da comunidade;
- b) centro comercial da comunidade;
- c) centro de interesses étnico-políticos.

Não eram apenas as necessidades do culto, mas também as necessidades de socialização que eram atendidas pela capela enquanto centro e ponto de referência. Elas possibilitaram a criação dos primeiros espaços de sociabilidade ao imigrante, e, durante muitos anos, foram o centro das principais atividades sociais, comerciais e políticas da RCI.

As praças, em sua maioria, eram extensões espaciais por excelência das igrejas e ponto natural de encontro antes e após as celebrações religiosas. Exerceram um papel fundamental no espaço urbano que se formou nos primeiros anos após a chegada dos imigrantes.

Era considerável número de habitantes já estavam estabelecidos em 1878, quando a Colônia Caxias já contava com 800 famílias, num total de 3.880 pessoas, das quais 2.315 eram italianas (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 58). Na sede Dante, já se situavam pequenas casas de negócios. Porém, havia ainda os que não possuíam nenhum estabelecimento comercial faziam uso de praças para vender seus produtos, organizando-se em feiras, um antigo costume europeu que os imigrantes trouxeram consigo. A Praça Dante Alighieri, em Caxias do Sul, foi o exemplo mais emblemático desse tipo de prática. Segundo Giron e Bergamaschi (2001, p.61),

[n]a Praça, nos dias de domingo e feriados religiosos, havia um intenso comércio. Quitandeiros, quituteiras, feirantes e artesãos ali se encontravam para vender seus produtos, somando-se ao comércio estabelecido nos chamados quiosques. Nos dias santos, os colonos que vinham à missa aproveitavam para vender seus produtos e fazer suas compras. A centralização das vendas fazia da praça um centro comercial dinâmico e um local alegre de confraternização.

Num contexto onde o trabalho, mais do que um valor moral atribuído ao longo dos anos ao imigrante, era a estratégia mais importante de sobrevivência e de ascensão social (ZANINI; SANTOS, 2012, p. 181), a praça era um cenário típico de lazer acessível a todos, onde convergiam indivíduos de localidades e capelas diferentes para os mais diferentes fins, seja comprar ou vender bens, seja para socializar antes ou depois de celebrações religiosas.

A Praça Dante Alighieri foi também cenário de diversas manifestações políticas. Especialmente durante a 2ª Guerra Mundial, com a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, onde as tensões entre nacionalistas brasileiros e descendentes de italianos, considerados por muitos como fascistas e inimigos da nação por não falarem português e não demonstrarem suficiente patriotismo, tornaram-se mais intensas, a praça foi o principal palco das ações de grupos nacionalistas da região (PAGANI, 2005, p. 86-89). Ato emblemático foi a passeata organizada pela Liga de Defesa Nacional<sup>3</sup>, em 22 de maio de 1942, que culminou com a troca da placa do nome da praça de “Dante Alighieri” para “Rui Barbosa”<sup>4</sup>. Nesse sentido, a praça aparece como um importante ponto de confluência e manifestação política, e a troca de sua nomenclatura em língua italiana para uma de língua portuguesa foi um importante passo, mesmo que simbólico, para que os movimentos patrióticos e antifascistas triunfassem politicamente no cenário regional, o que levou muitas figuras importantes de origem

---

<sup>3</sup> Organização patriótica que desempenhava campanhas de nacionalização na cidade de Caxias.

<sup>4</sup> A praça volta a se chamar “Dante Alighieri” em 1990.

italiana<sup>5</sup>, a negarem seu passado fascista e declararem-se brasileiros (PAGANI, 2005, p. 94).

Cafés e bares eram outros espaços importantes de sociabilidade política. Ao preço de uma bebida poderias ter acesso a jornais da região e, conseqüentemente, debater suas ideias. Eram lugares propícios para homens se encontrarem para beber e conversar. De acordo com dados citados pelo *Almanaque Comercial Ilustrado Rio-Grandense*(apud GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 114), em 1915 haviam sete casas de café e bilhar em Caxias. Os cafés eram frequentados por um público mais elitizado, tanto social quanto intelectualmente, e localizavam-se na zona urbana. Já os bares e botequins estavam espalhados toda a colônia, e muitas vezes eram integrados a armazéns de secos e molhados. No ano de 1899, haviam 54 deles em Caxias, para uma população de então 16 mil habitantes (GIRON, 1977, p. 75-76), numa média de 296 habitantes para cada estabelecimento desse tipo. Eram ponto de encontro também para a prática de jogos tradicionais, como bocha, cartas, a *mora*, etc. Salienta-se que esses foram espaços predominantemente masculinos.

### **O papel da imprensa nos espaços de discussão**

Uma característica importante dos espaços de sociabilidade analisados (capelas, praças, bares e cafés) é que foram locais marcados também pela circulação de periódicos locais. Entre 1897 e 1945, 75 jornais circularam na RCI (GIRON; POZENATO, 2004, p. 84), em sua maioria com linha editorial voltada à questão político-partidária. Seus exemplares, além das assinaturas, circulavam e eram vendidos geralmente aos domingos, após as missas. Suas páginas foram o principal meio de propagação das diversas correntes políticas em vigência durante o período analisado. Ainda, segundo Giron e Pozenato (2004, p. 63),

---

<sup>5</sup> Entre elas Abramo Eberle, proprietário da metalúrgica homônima, na época, uma das maiores e mais importantes da América Latina.

[p]ode-se verificar também que o imigrante italiano fez várias tentativas para, através dos jornais, desenvolver a cultura da região em que habitava, pois podem-se encontrar aspectos literários, científicos, humorísticos e críticos ao lado do aspecto informativo, em muitos deles. Nesses jornais, tanto era apresentada a produção literária local como se reproduziam poesias e crônicas de autores nacionais e internacionais.

No cenário do Rio Grande do sul, até aproximadamente o ano de 1930, cabe ressaltar que a imprensa estava inserida num contexto definido por Francisco Rüdiger como político-partidário, de cunho doutrinário e ideológico. O papel do jornalismo nesse período é “essencialmente opinativo, visa veicular organizadamente a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil” (RÜDIGER, 1998, p. 30). Essa fase antecedeu o período do jornalismo informativo moderno, consolidado a partir de 1930, marcado pelo noticiário e pela publicidade, desprendendo-se dos vínculos partidários com a finalidade de ampliar a gama de leitores, atingindo assim o objetivo maior dos periódicos dessa fase: o lucro.

Embora seja difícil avaliar qual o real alcance desses veículos junto à população, e especialmente junto aos colonos que viviam na zona rural, não há motivos para não considerar esses jornais como um importante meio de formação da opinião pública. Emilio Franzina(1999, p. 40, nota 55) indica que a imprensa em língua italiana, ainda que menos difusa do que a em língua alemã, não teve um papel secundário no contexto colonial.

Se muitos não tinham o acesso direto aos periódicos, seja por questões financeiras ou pela própria barreira do analfabetismo<sup>6</sup>, há de se considerar que as ideias políticas desses periódicos circulavam também em cafés, bares, capelas e praças, ou ainda entre os próprios líderes das comunidades, os fabriqueiros, influências importantes nas pequenas localidades (DE BONI; COSTA, 1984, p. 112), que, ao lerem os jornais e tomarem conhecimentos de suas ideias,

---

<sup>6</sup> O analfabetismo não parecia ser um problema crônico, visto que, em 1886, 63% dos homens na Colônia Caxias eram alfabetizados, contra 37% das mulheres (GIRON, 1977, p. 39).

ajudaram na divulgação ao restante da comunidade sobre questões de ordem política. Assim, direta ou indiretamente, esses periódicos exerceram um papel político no âmbito regional, influenciando opiniões e estimulando debates e discussões políticas em espaços de sociabilidade.

## **Considerações finais**

Durante muito tempo negligenciada pela historiografia sobre a imigração italiana, a questão política vem tomando cada vez mais espaço nas pesquisas. Ela é imprescindível para uma melhor compreensão do processo migratório e para apagar a imagem errônea do imigrante enquanto pacífico, ordeiro e pouco interessado em política.

A política não é debatida e praticada somente na alta sociedade, em associações e grupos fechados a alguns poucos pertencentes a uma elite econômica e intelectual. Ela também é debatida nas ruas, praças, bares, festas, clubes, por pessoas “comuns”, mas que, apesar do pouco poder de influência, podem organizar-se e fazer valer suas reivindicações.

Procurou-se levantar alguns dos espaços de sociabilidade onde a questão política fosse particularmente privilegiada, discutida e praticada. Deu-se atenção principalmente a espaços *informais* procurando pensar como uma pessoa comum, um imigrante italiano ou seu descendente, agricultor, na maioria das vezes, poderia tomar contato e participar dos debates políticos de sua época. Impedido, por inúmeras razões, de participar e de ser ouvido por associações, que voltaram seus interesses a alguns poucos privilegiados, o “colono” tomava contato com a política principalmente em capelas, praças, cafés e bares, locais onde encontrava seus iguais, quase sempre em momentos de lazer, em domingos ou em feriados religiosos, quando saía de sua rotina de trabalho.

Importante papel, nesse contexto, teve a imprensa, como principal veículo de circulação de ideias políticas de diversas correntes, exercendo seu papel político-partidário e doutrinário, característico da época. Ainda que de forma indireta, foi em grande

parte responsável pela pauta de muitas discussões, na medida que era, para muitos, o único meio pelo qual se tomava conhecimento de acontecimentos e de pensamentos, sejam eles políticos, técnicos, literários ou até humorísticos, fora de sua pequena comunidade.

## Referências

AGULHON, Maurice. La sociabilidad como categoría histórica. In: FUNDACION MARIO GONGORA. *Formas de sociabilidad en Chile: 1840-1940*. Santiago de Chile: Vivaria, 1992.

DE BONI, Luis A.; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

FRANZINA, Emilio. Pátria, região e nação: o problema da identidade na Imigração Italiana na América Latina. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros: Anais do Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana e IX Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros*. Caxias do Sul: EducS, 1999. p. 13-43.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

GERTZ, René Ernani. O Brasil verdadeiro contra o Brasil falso. In: DALMOLIN, Cátia (Org.). *Mordaça verde e amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo*. Santa Maria: Pallotti, 2005.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1914*. Caxias do Sul: EducS, 2001.

GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ParLenda, 1994.

\_\_\_\_\_. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 1977.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. ***História da imigração italiana no Rio Grande do Sul***. Porto Alegre: Est, 2007.

GIRON, Loraine Slomp; POZENATO, Kenia Maria Menegotto. *100 anos de imprensa regional: 1987 – 1997*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.

PAGANI, Marcos Fernando. *O nacionalismo na Região Colonial Italiana*. Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed., 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de. La “sociabilidad” y la historia política. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, [s.l.], n. , p.1-29, 17 fev. 2008. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/24082>>. Acesso em: 22 jul. 2012.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, Miriam de Oliveira. O trabalho como “categoria étnica”: um estudo comparativo da ascensão social dos imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975). *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 17, n. 33, p.175-196, jul. 2009. Disponível em: <<http://csem.org.br>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

ZUPPA, Graciela. *Prácticas de sociabilidad en un escenario argentino: Mar del Plata 1870-1970*. Mar Del Plata: Universidad Nacional Mar Del Plata, 2004.

## DO ITÁLICO BERÇO À NOVA PÁTRIA BRASILEIRA – O SEMEADOR E O CULTIVO DA TERRA

Luiza Horn Iotti

Daysi Lange

*Resumo:* O artigo, a partir da pesquisa em processos judiciais do acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), propõe uma nova abordagem ao painel *Do Itálico Berço à Nova Pátria Brasileira* do artista Aldo Locatelli procurando identificar as diferentes relações sociais e econômicas estabelecidas entre os imigrantes da região de colonização italiana (RCI) do Rio Grande do Sul e os grupos locais. A leitura da documentação permite extrapolar algumas visões presentes na construção da memória coletiva da RCI quando aponta para a diversidade de trajetórias de personagens que até então passaram despercebidos ou anônimos pelos modelos macrosociais de análise.

*Palavras-chave:* Terra, Imigração Italiana, Identidade, Memória.

---

No painel *Do Itálico Berço à Nova Pátria Brasileira*, o artista Aldo Locatelli procurou expressar, em 1954, o desenvolvimento econômico da cidade de Caxias do Sul, advindo com a imigração italiana. A obra foi encomendada para a inauguração do Pavilhão de Exposições, atual Centro Administrativo Municipal, em comemoração a Festa da Uva. O painel é composto por oito quadros inter-relacionados que reforçam o valor do trabalho como elemento cultural e, principalmente, da construção da riqueza da região. Segundo Brambatti (2003, p.71), o artista “soube retratar a passagem de uma economia agrária para uma economia industrial”, sobretudo, quando os valores do trabalho e da determinação surgem como representações das marcas intrínsecas da etnia italiana, que foram perpetuadas e eternizadas nas práticas de seus descendentes.

Entre os oito quadros que compõe o painel, nos deteremos na representação *O semeador*, ora intitulado, na presente obra, *O cultivo da terra*. De acordo com Brambatti (2003, p.85), *O*



*Semeador* alude à chegada do imigrante que recebe o lote e inicia o preparo do solo para plantar, onde identificamos

o arado, a junta de bois de canga, o plantio e a colheita do trigo. Em segundo plano, a meda de pasto, para dar aos animais no inverno. O quadro apresenta uma interpretação singular do trabalho no campo. As figuras são pessoas simples, com corpos magros, rudes e traços fortes. O colono está determinado a transformar a terra e plantar. O destaque da cena está com o semeador. O cenário é o mato, ao fundo, a lavração em segundo plano, e em primeiro plano, o semeador, soltando sementes em quantidades na terra.

Historicamente, a ameaça, a presença e a frequência da fome sempre rondaram as sociedades pré-industriais européias carentes também de outros bens de consumo, além da quantidade suficiente e regular de alimentos. Podemos inferir que no imaginário social acreditou-se, por muito tempo, que a posição na escala social poderia ser mensurada pela quantidade de alimentos que um indivíduo contava para sua sobrevivência e bem estar.

Os imigrantes da região de colonização italiana (RCI) do Rio Grande do Sul, expostos às deficiências perpetuadas, foram inseridos em um território totalmente novo e esbarraram com a presença de uma mentalidade em que o trabalho não constituía um valor social. A presença da escravidão no Brasil reforçava a ideia de que o trabalho estava destinado aos seres desprezíveis. Além disso, foram fixados em um espaço que já havia leis e regras que deveriam ser respeitadas e uma natureza com imposições geográficas, costumes e hábitos totalmente originais. Entretanto, trouxeram em sua bagagem uma herança cultural que ajudou na leitura da realidade existente, proporcionando a construção de uma nova história, que envelheceu laços anteriores e formou novas trajetórias pessoais e coletivas. Segundo Iotti (2010, p. 239), “a colonização colonial constituiu um bem-pensado e bem-executado projeto (...) ligado ao branqueamento da raça e à ‘melhoria da qualidade’ dos habitantes dos territórios gaúcho e brasileiro”.

O grupo, muito antes de encontrar o paraíso terrestre, consciente das penúrias enfrentadas por seus antepassados no contexto europeu, deparou-se com interações sociais nem sempre

muito harmoniosas e encararam os desafios de viver em um novo espaço formado de barreiras sociais permeadas pela constante exposição e/ou fragilidade frente à miséria, fome, abrigo e proteção, bem como de uma infraestrutura de comunicação. No processo de adaptação à nova realidade acreditaram que a sobrevivência do grupo dependeria da produção de alimentos e de um excedente para estabelecer um sistema de trocas que garantisse a conquista da independência econômica. Desse modo, é possível observar que a “real” liberdade e a construção da riqueza e/ou fartura da RCI geralmente é enaltecida pela intermediação do valor do trabalho do imigrante.

Giron e Posenato (2007, p.143), ao tratarem das lembranças coletivas relacionadas à imigração italiana, a partir de 1875, em Caxias do Sul, afirmam que os italianos e “seus pósteros inventaram um passado através da criação de lembranças de um passado sem política, onde parece haver apenas fé e trabalho”.

A afirmação nos leva a refletir sobre os conceitos de verdade e realidade que se afastam do enunciado positivista de conhecimento da realidade sem mediações. Bertold Brecht afirmava que “não devemos partir das boas velhas coisas, e sim das más coisas novas” (*apud* GINZBURG, 2007, p. 19). A contraposição entre história e mito proporciona observar não apenas os efeitos de realidade que foram construídos, mas, principalmente, de que o nosso conhecimento do passado é incompleto, incerto e lacunar. Desse modo, podemos inferir que a história da imigração italiana e, conseqüentemente, a busca do *paese da cucagna* articula-se com outras histórias.

A pesquisa no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) permitiu identificar diferentes relações sociais, políticas e econômicas entre os italianos e os grupos locais que extrapolam a visão reducionista espaço temporal atribuída a RCI. A visão apolítica do italiano pode ser questionada quando encontramos, em 1872, João Baptista Martins<sup>1</sup>, natural da Itália,

---

<sup>1</sup> APERS. I civil crime. N. 932. M.27/264. E. 128. A. 1870-1877.

residente em Vacaria, casado, 52 anos de idade que exercia a profissão de carpinteiro. João Baptista Martins, em março de 1873, enviou uma representação ao presidente da província contra o subdelegado de polícia do termo de Vacaria, o Major Miguel Joaquim de Camargo. Nela informava que havia sido “posto no tronco e que quando preso no quartel levou duas pranchadas de espadas por ordem do referido subdelegado”. Em defesa, o subdelegado argumentou que em função do procedimento do italiano, dentro e fora da Igreja, durante a realização da missa do dia 1º de janeiro de 1873, proferida pelo padre Ayres, teve que prendê-lo por se encontrar armado e, ao fazer insistente resistência, decidiu colocá-lo “em tronco de laço como se costuma praticar com os presos por não oferecer a menor segurança a casa que ali serve de cadeia e pela falta de guardas”. O subdelegado Camargo relatou também, ao presidente da província, as palavras insultantes dirigidas pelo italiano ao padre Ayres, a ele, no exercício de subdelegado, bem como as ameaças de morte que foram prometidas aos vários vacarienses que estavam presentes na missa. Na documentação, Martins é apresentado como desordeiro e provocador e, o subdelegado, como possuidor de um belo caráter e que, em Vacaria, seu nome era sem mancha e muito respeitado. Entretanto, em sua defesa, Martins explica que o seu cunhado, o padre Bernardi, era o vigário de Vacaria e que o padre Manoel Ayres exerceu uma missa solene sem licença, por estar suspenso de suas atividades pelo padre Bernardi. Relata que a realização da missa pelo padre Ayres contou com o apoio do subdelegado, pois é estimado pelo povo pela sua fortuna e pelos favores que faz a algumas pessoas. O italiano destaca que, se o major Camargo desse a ordem para degolá-lo, “ele teria sido degolado se caso fosse o dia de sua morte”. A leitura do processo crime contesta a visão apolítica e aponta as relações sociais depreciativas ao elemento estrangeiro quando não se integrava às relações de prestígio e de poder da região.

Em 1887, identificamos o caso de Ricardo Correia Borges<sup>2</sup>, que se apresentou como morador e criador em Vacaria. Borges

---

<sup>2</sup> APERS. I civil crime. N.1198. M.25, E.119, A. 1887.

alegou ao juiz que uma mula de sua propriedade, há dois anos, havia sido extraviada em viagem nos campos dos Bugres, colônia Caxias, e que, passado este tempo, fora encontrado em poder do italiano Vacchio Santo. Borges relata que a mula lhe pertencia, pois havia comprado de João Mariano dos Reis. Ao ser ouvido, Vacchi Santo destacou ser natural da Itália, possuir ter 20 anos de idade, ser solteiro, exercer a profissão de jornalista, residir na colônia Caxias e que sabia ler e escrever. Explicou que obteve a mula há mais de dois anos na colônia Caxias através da troca que fez por outra e um saco de farinha de trigo. Esclareceu também que este fato se deu na casa de negócio de Margarida de tal, conhecida vulgarmente por Birinda, onde lhe foi feita à proposta da troca por um tropeiro que ali se encontrava. Ao ouvir as partes, o juiz decidiu que a mula fosse entregue ao verdadeiro proprietário, Ricardo Correia Borges e que o valor estipulado do prejuízo era de um conto de réis.

A leitura da sentença do processo crime chama a atenção para a presença de relações sociais não harmoniosas entre os italianos e os elementos locais, pois Vacchi Santo foi prejudicado pela troca efetuada com o tropeiro. Geralmente, a função de tropeiro é enaltecida pela historiografia tradicional pela sua participação econômica na compra e venda de tropas de gado, de éguas e de mulas. Entretanto, em nenhum momento ao longo do processo foi levado em consideração o prejuízo econômico do jovem italiano que entregou outramula e um saco de farinha de trigo que serviram de lucro as atividades ilícitas praticadas pelo tropeiro.

Identificou-se o italiano Francisco Baize<sup>3</sup> que, em 1888, serviu de testemunha ao processo crime praticado por José Pereira da Roza que foi apresentado como casado, 20 anos de idade, com ofício de jornalista, morador de Vacariae que não sabia ler e escrever. José Pereira da Roza foi acusado de espancar Josefa Maria Borges com um arreador. Josefa apresentou-se como lavadeira, natural da província e moradora de Vacaria, 30 anos de idade, solteira e filha de Laurinda Maria Borges. Como testemunha Francisco Baize revelou possuir 38 anos de idade, exercer a

---

<sup>3</sup> APERS. I civil crime. N. 1086. M. 30. E.120. A. 1888.

profissão de pedreiro, solteiro, morador em Vacaria, natural da Itália e que não sabia ler e escrever. Referente a denuncia, afirmou que soube por várias pessoas que o réu José Pereira da Roza obrigou Josefa a satisfazer seus desejos e, como ela não aceitou, recebeu uma surra de arreador. Afirmou que era comum o acusado provocar desordens e brigas e que, apesar de ser domador e possuir uma roça, o réu na maior parte do tempo vivia vagando.

Outros italianos também serviram de testemunhas no processo movido por Manoel de Lima Pereira<sup>4</sup> ao crime de destruição e dano a uma internada construída em sua propriedade, supostamente praticada por seu irmão, Victorino Carvalho de Lima. Em defesa, VictorinoCarvalho de Lima destacou que estava nos campos dos Bugres no dia do suposto crime. Como testemunha do acusador, Beavi Luigi declarou possuir 25 anos de idade, casado, negociante, morador da colônia Caxias, mas com negócios em Vacaria. Declarou que foi ao campo arrombado por ter ali animais seus e por cuidar de alguns do ofendido, quando na ocasião Victorino lhe ofendeu e ameaçou com um arreador de cabo de ferro. O acusado frente ao testemunho de Luigi afirmou que o italiano era compadre do seu irmão Manoel o que tornava suas declarações duvidosas. Outra testemunha, em defesa de Manoel foi Bearzi Jacob (assinou como Giaconno Jacob), que disse possuir 22 anos de idade, solteiro, jornaleiro, natural da Itália e morador de Nova Trento. Afirmou que ouvira falar sobre a promessa do arrombamento nos campos do queixoso. Victorino, em sua defesa, também declarou que o testemunho de Bearzi Jacob era suspeito por ele estar na casa do queixoso vivendo de favor e que nunca reportou tropas da internada.

O processo crime acusou o alemão Augusto Neubauer<sup>5</sup>, que se intitulava médico, e que, munido de uma pequena botica, estaria praticando extorsões com a venda de remédios falsos no município de Vacaria, em 1888, quando enfrentou problemas com a epidemia

---

<sup>4</sup> APERS. I civil crime. N. 1087(A). M. 30. E.120. A.1888.

<sup>5</sup> APERS. I civil crime. N. 1211. M. 33. E. 120. A. 1898.

de varíola.No processo, no testemunho de Luiz Miguelli disse ter a idade de 37 anos e ser negociante, solteiro, morador de Vacaria, natural da Itália e que sabia ler e escrever. Relatou que possuía ter um contrato com o médico por ter uma enfermidade e, se caso ficasse curado, ficou de dar-lhe 50 mil réis. Afirmou também que o médico fez contratos com Candido da Silva Motta por 500 mil réis e, com Francisco Ferreira Borges por 150 mil réis, mas que ambos faleceram de varíola, não tendo conhecimento se o houve o pagamento dos valores contratados.

Em novembro de 1898, a ocorrência policial envolveu o italiano Constante Ferrarizi<sup>6</sup>, que fugiu da guarda da prisão e que, na ocasião de sua recaptura, travou luta com o paisano Theodoro Ribeiro da Luz, na qual ambos saíram feridos. Segundo o exame de qualificação, Constante Ferrarizi declarou possuir 39 anos de idade e ser casado, natural do Reino da Itália e exercer a profissão moinheiro. Disse que estava preso por ordem da autoridade policial, mas reconhecia que não havia praticado nenhum crime. Entretanto, o delegado de polícia explicou que Ferrarizi fora preso por ter praticado ofensa a sua mulher. Disse que, na tentativa de fuga, Ferrarizi pediu a um dos guardas que fosse à venda do Zanella buscar algo que precisava, e, quando ele ficou sozinho com o paisano Theodoro Ribeiro da Luz, ofereceu-lhe 10 mil réis para deixá-lo ir para casa. O paisano Theodoro Ribeiro da Luz ao não aceitar a oferta fez com eu Ferrarizi entendesse que de repente poderia sair correndo e voltar para casa.

Ferrarizi, após ser capturado,foi questionado pela ação criminosapracada ao paisano Theodoro quando declarou que antes de sair correndo, deu um grito para Theodoro não lhe matar, mas após correr uma distância, de mais ou menos 70 metros, foi alcançado pelo paisano, momento em que foi travado um conflito entre os dois. Também lhe foi perguntado se ele tinha consciência do motivo de sua prisão, pois de acordo com seu irmão Euzébio Ferrarizi, a prisão era apenas para responder o que havia acontecido com sua mulher. O réu respondeu que queria ir aquela noite para

---

<sup>6</sup>APERS. I civil crime. N. 1212. M. 33. E. 120. A. 1898

casa e declarou que não sabia o que lhe deu na cabeça ao tentar fugir e ferir o paisano. Ao ser perguntado se ele pensava matar a sua mulher, respondeu que também não sabia. Entretanto, após o exame de corpo delito no paisano Theodoro Ribeiro da Luz, o promotor abriu denúncia contra o italiano em junho de 1898, mas, em dezembro foi encontrado morto e o processo foi arquivado.

Em 1898, o promotor de justiça também fez a denúncia a 5 italianos<sup>7</sup> moradores de Antonio Prado: Rotta Carlos, Ângelo Lyra, Deluchi Giuseppe, Igarbi Luigi e Donida Domenico. O promotor, na denúncia, explicou que Theophilo Peres da Silva Netto estava em companhia de dois oficiais da justiça, Ronaldo de tal e Santos Pinto, bebendo vinho no hotel Stella d'Itália e que, quando discutiram sobre política, Theophilo aproveitou a situação e narrou que pertencera às forças revolucionárias de Cima da Serra. Frente à declaração criou-se um sério conflito, pois Theofilo foi posto para rua do hotel, onde o mesmo começou a provocar e atirar pedras para dentro do estabelecimento, chegando a quebrar algumas garrafas e copos e, em consequência, ele foi, pelos cinco italianos denunciados barbaramente espancado e apedrejado na cabeça e rosto, ficando, o ofendido, inabilitado para o trabalho por mais de 30 dias.

A leitura do processo identifica que o Hotel Stella d'Itália era de propriedade do italiano Teorgolino Giovanni. No auto de perguntas realizadas a Theofilorevelou possuir 29 anos de idade e ser solteiro, criador, natural e residente de São Francisco de Paula de Cima da Serra e que sabia ler e escrever. Afirmou que estava bebendo vinho do porto com os oficiaisquando de repente levou uma pancada nas costas, e que foi levado para rua e apedrejado por muitos italianos, mas que não conhecia nenhum deles por não residir no local e ter apenas negócios na colônia. De acordo com as declarações dos denunciados, Deluchi Guiseeppe relatou possuir 34 anos de idade e ser italiano, casado, residente em Antonio Prado e com a profissão de sapateiro. Declarou que não participou do conflito, pois na hora do ocorrido estava em casa. Igarbi Luigi com 33 anos de idade disse ser casado, italiano e negociante e, que na

---

<sup>7</sup> APERS. I civil crime. N. 1209. M. 33. E. 120. A. 1898.

hora do conflito, também estava em sua casa que ficava ao lado do hotel. Entre as testemunhas do processo foram ouvidos José Miguel Radque disse ser solteiro, 29 anos de idade, negociante, árabe, residente em Antonio Prado e que não sabia ler e escrever. Afirmou que viu o denunciante ferido e caído no chão e lhe ajudou a subir no cavalo, pois estava muito embriagado. Dotti Giuseppe com 35 anos de idade, casado, negociante, italiano, residente em Antonio Prado afirmou que ouviu dizer que Rotta Carlos teve participação no conflito, mas que o italiano Igarbi não esteve envolvido. Grazziotin Giovanni, 19 anos de idade, solteiro, negociante, italiano, residente em Antonio Prado declarou que sua casa de negócio ficava em frente ao hotel e que viu apenas Rotta Carlos dar umas bofetadas no queixoso. Pasqual Mangieri com 59 anos de idade, negociante, italiano, residente em Antonio Prado relatou que viu uma aglomeração na frente do hotel e que o queixoso estava ensanguentado e embriagado. Afirmou também que os italianos denunciados pelo processo não participaram da agressão a Theophilo Peres da Silva Netto. Florêncio José da Silva com 26 anos de idade disse ser casado, natural do estado do Paraná, empregado público e residente em Antonio Prado. Revelou que observou uma aglomeração na frente do hotel e que o denunciante destratou a todos que passavam, jogou pedras para dentro do hotel e que estava muito embriagado, a ponto de não conseguir montar a cavalo. Declarou também que viu Rotta Carlos com uma pedra na mão e Ângelo Lyra com um relho, mas que eles não agrediram o queixoso.

Em janeiro de 1899, os denunciados Ângelo Lyra, Deluchi Giuseppe e Igarbi Luigi foram novamente interrogados a revelia de Rotta Carlos e Donida Domenico quando novamente reafirmaram a sua inocência. Na ocasião, Ângelo Lyra ao ser interrogado declarou possuir 56 anos de idade e ser casado, natural da Itália, residente em Antonio Prado e exercer a função de pedreiro onde afirmou não ter participado da agressão a Theofilo e que conhecia todos os denunciados e testemunhas apresentadas no processo. Em 1922, o processo prescreveu, pois houve, segundo o promotor, demora de procedimentos exigidos por lei.



Em 1896, a inventariante<sup>8</sup> Bernardina Jacintha Ferreira aponta as despesas efetuadas com o enterro do marido, o finado coronel Luiz Jacintho Ferreira, no estabelecimento de Germano Parolini, em Caxias do Sul. O dono do estabelecimento recebeu 1 espada e 1 arreio, na época, avaliado em 130 contos de réis como parte do pagamento pela compra de meias pretas, queijo, sabão, tecidos e miudezas (merinó, chita, sotineta, linha, caixinha de agulha, tecido de algodão, botões preto e coco, barbatana, grampos, mettin preto e pardo e tela grossa) arroz, banha, sal, vinho, goiabada, café moído de primeira qualidade, açúcar e castiçais de vidro. A viúva também apresentou os valores efetuados com o aluguel de uma casa em Caxias, de propriedade de Antonio Felix Laner, além dos gastos com a lavagem da casa, um colchão de lã e uma cama de vento. Josepha Bernardina Jacintha Ferreira, para ser conduzida de Caxias do Sul a Gravatahy desembolsou a quantia de 301 mil réis (incluindo a condução e o frete), o transporte foi realizado por Lucani Giuseppe como também teve despesas com a estadia, em dois hotéis, para todos integrantes da comitiva, um peão e uma criada, que foram contratados em Caxias.

E, finalmente, o caso do italiano Clemente Pucci<sup>9</sup>, que dirigiu um ofício ao juiz de órfãos de Vacaria, em 1900. No ofício, Pucci dizia ser residente em Campo Velho, município de Lages, Santa Catarina, natural da Itália e casado com Francisca Borges do Amaral. Explicou ao juiz de órfãos que entregou seu filho de nome Manoel, menor impúbere, a Ricarda Maria dos Santos, para que cuidasse de sua criação. Entretanto, por achar-se o dito menor com idade de 10 anos, o suplicante desejava trazê-lo para sua companhia, mas acusava que a referida Ricarda recusava em entregar a criança. O italiano apresentou a certidão de batismo que comprovava a legítima paternidade do menor. Ricarda, a princípio recusou-se entregar amigavelmente a criança, mas, pressionada pela justiça, teve que mudar de atitude.

---

<sup>8</sup> APERS. Inventários de órfãos e ausentes. N416. M 11, E 119. A. 1896.

<sup>9</sup> APERS. I civil crime. N.1260. M.25, E.119, A. 1900.

Desse modo, a trajetória cotidiana de elementos pessoais identifica a presença do italiano nos campos de Cima da Serra anteriormente as primeiras levas que seriam instaladas nos lotes de Conde d'Eu e Dona Isabel ajudando a ampliar também a visão historiográfica que tende a localizá-lo na região apenas no final do século XIX. Podemos observar que o enaltecimento de determinados valores como exclusivos da RCI como, por exemplo, de um passado sem política, da importância da religião e do trabalho são adequados à construção da memória coletiva.

A documentação oferece a trajetória de personagens que até então passaram despercebidos ou anônimos pelos modelos macrosociais de análise. Conectando estas trajetórias em contextos mais amplos é possível observar que a busca pela sobrevivência e, conseqüentemente, da conquista da riqueza produziram deslocamentos e a fixação em outros espaços que extrapolam a RCI através de atividades não somente relacionadas à produção agrícola. Em meio à presença da escravidão o imigrante italiano atuou como pedreiro, moinheiro, sapateiro, carpinteiro, jornaleiro entre outros.

A leitura da documentação acenou na possibilidade de construir uma nova abordagem à historiografia da RCI e, principalmente ao cultivo da terra a partir da constituição de uma visão mais ampla das diversas experiências que, em geral, não são abordadas pela historiografia tradicional.

A leitura dos processos aponta que a mobilidade social não foi apenas geográfica, mas também na disposição da hierarquia social, classe e poder quando reconhecemos que alguns italianos ao alcançar à diversificação da produção agrícola conseguiram investir em atividades do comércio e/ou tornaram-se negociantes, criadores e proprietários de animais. Aproxima também dos sistemas de desigualdades, principalmente, ao valor atribuído a família como elemento identitário da economia regional, pois no âmbito privado foi possível identificar a violência à mulher além da presença de desuniões, separações e conflitos.

Nesse sentido, na procura de compreender e não mais reconstruir o passado destaca-se as abordagens das teorias pós-modernas e pós-estruturalistas que privilegiam uma perspectiva

complexa, multiforme e resistente às definições e categorizações simplistas, reducionistas e funcionalistas. As novas perspectivas teóricas respaldam o exame do pensamento totalizante na direção da edificação de uma compreensão a partir do mundo ou daquilo que entendemos de mundo. Elas desempenham críticas às grandes narrativas mestras afirmando a importância das culturas minoritárias como forma específica de produção cultural bem como levantam novas questões sobre o terreno da cultura como campo de dominação e de contestação onde à cultura pode ser lida textualmente, a maneira de uma linguagem socialmente construída.

Na procura de compreensão da história regional a documentação questiona a visão totalizante que é reforçada no painel de Locatelli quando localiza o imigrante no trabalho singular do campo – o arado, a junta de bois de canga, o plantio e a colheita do trigo. Por meio da (re)interpretação do passado é possível rediscutir os conceitos de tempo e memória e elaborar uma abordagem mais complexa através do estudo das relações entre memória e esquecimento como espaços de análise da cultura, identidade, conhecimento/saber e poder. O estudo dessas relações significa abdicar da noção de linearidade temporal pela simultaneidade tornando presente a necessidade da constante (re)conceitualização das ordens discursivas referentes ao passado revelando as contradições que ajudam a questionar a índole pacífica e ordeira, pois a cultura é entendida como um campo de produção de significados onde diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla.

## **Fontes**

APERS. I civil crime. N. 932. M.27/264. E. 128. A. 1870-1877

\_\_\_\_\_. I civil crime. N.1198. M.25, E.119, A. 1887.

\_\_\_\_\_. I civil crime. N. 1086. M. 30. E.120. A. 1888.

\_\_\_\_\_. I civil crime. N. 1087(A). M. 30. E.120. A.1888

\_\_\_\_\_. I civil crime. N. 1211. M. 33. E. 120. A. 1898

\_\_\_\_\_. I civil crime. N. 1212. M. 33. E. 120. A. 1898

v I civil crime. N. 1209. M. 33. E. 120. A. 1898.

\_\_\_\_\_. Inventários de órfãos e ausentes. N416. M 11, E 119. A. 1896.

\_\_\_\_\_. I civil crime. N.1260. M.25, E.119, A. 1900.

## Referências

ALBECHE, Daysi Lange, GULLO, Maria Carolina R. Perfil socioeconômico dos municípios dos Campos de Cima da Serra, RS In: BUTZKE, Arlindo, ROSA, Mardióli Dalla. *Queimada dos Campos: o homem e o campo, a natureza, o fogo e a lei*. Caxias do Sul: Edusc, 2011.

BRAMBATTI, Luiz. *Locatelli em Caxias*. Porto Alegre: Metrópole, 2003.

\_\_\_\_\_. *Locatelli no Brasil*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2008.

DE BONI, Luis A. *A Itália e o Rio Grande do Sul: IV Relatório de autoridades italianas sobre a colonização em terras gaúchas*. Caxias do Sul: EST/EDUSC, 1983.

\_\_\_\_\_. *Bento Gonçalves era assim*. Porto Alegre: EST, 1985.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

IOTTI, Luiza H. *Imigração e poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. 2.ed. Caxias do Sul, EDUCS, 2010.

POZENATO, Kenia Maria Menegotto, GIRON, Loraine Slomp. *Identidade: cultura e memória*. In: *Revista Métis: história & cultura*. Caxias do Sul: Edusc, 2007, v. 6, n. 12 (jul./dez. 2007), p. 137-151.

# **CANOAS COMO UM REFÚGIO DA MODERNIDADE: NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS DE IMIGRANTES NA “CIDADE-VERANEIO” (1874-1934)**

Danielle Heberle Viegas<sup>1</sup>

*Resumo:* Na virada do século XIX para o XX, a cidade de Porto Alegre/RS, em consonância com outras capitais brasileiras, esteve submetida a intensas transformações urbanas. Além de implicações na paisagem física da urbe, um dos principais desdobramentos desse processo foi a busca de retiros naturais para o desfrute do lazer. O então pequeno povoado de Canoas, ligado à capital através da via férrea e famoso por seus capões, tornou-se um dos destinos preferidos da elite porto-alegrense que almejava esvair-se do cotidiano frenético da cidade modernizada. Dentro desse contexto, destacou-se especialmente a atuação de imigrantes que, investidos da herança vilegiatura desde a Europa, incorporaram tal prática social também como uma forma de sociabilidade no Brasil. Nesse sentido, a presente comunicação pretende versar sobre trajetórias e narrativas de imigrantes que frequentavam Canoas no período, buscando apontar as especificidades de sua presença na região. Intenta-se compreender, igualmente, como determinados usos urbanos acabaram por legitimar a tipologia de cidade-veraneio atribuída à localidade. As fontes de pesquisa selecionadas incluem mapas, depoimentos orais, jornais, fotografias, relatos de viajantes, etc. O trabalho justifica-se na medida em que intenciona iluminar uma temporalidade pouco conhecida a respeito de Canoas, Município usualmente conhecido apenas pelas referências de cidade-dormitório e cidade-industrial.

*Palavras-chave:* Canoas/RS, Imigrantes, Cidade, Modernidade, Sociabilidades.

---

## **Introdução**

No ano de 1906, o viajante italiano Vittorio Bucelli publicou em Milão a obra “*Um viaggio a Rio Grande del Sud*”, na qual referenciou Canoas como “um ponto delicioso de vilegiatura, frequentadíssimo na estação quente, repleto de casas de campo elegantes”(BUCELLI, 1906, p. 306).

---

<sup>1</sup> Mestre em História/PUCRS.

Ao propor-se um recuo no tempo, ainda no século XIX, descobre-se que em 1885 transitavam oito trens especiais entre Canoas e Porto Alegre aos domingos, além das viagens normais, que se estendiam até Novo Hamburgo, sendo transportados 43.872 passageiros naquele ano. Já em 1886, o número de passageiros chega a 64.041 (SILVA, 1989, p. 153).

Diante das referências mencionadas acima, intenta-se descortinar a historicidade da cidade de Canoas/RS enquanto um ponto de veraneio na virada do século XIX para o XX. Pretende-se lançar luz sobre algumas práticas urbanas que pautaram a legitimação da localidade enquanto um refúgio de lazer, especialmente aquelas ligadas às especificidades da presença de imigrantes na região à época.

O recorte temporal adotado é limitado pelos anos de 1874 e 1934, período em que se averiguou um expressivo conjunto de ações e discursos que investiam de significado a tipologia de “cidade-veraneio” atribuída a Canoas no período— ainda que sejam identificadas reverberações dessa prática em outros momentos da história do Município.

### **Canoas na virada do século XIX para o XX: aspectos de um ponto de veraneio**

A busca pela origem dos usos do então pequeno povoado de Canoas como um ponto de veraneio remete à construção da ferrovia que passou a ligar Porto Alegre a São Leopoldo, a partir de 1874. Sabe-se, afinal, que apesar de ser somente uma, entre tantas paradas da via férrea<sup>2</sup>, a estação nomeada de *Capão das Canoas* possuía requintes para conquistar famílias de cidades vizinhas a se deslocarem nos finais de semana de verão (e, quem sabe, em outras estações) para as suas paragens. Isso porque os interessados em desfrutar momentos de repouso e de entretenimento na capital

---

<sup>2</sup> Em 1874 as estações eram: Porto Alegre, Canoas, Sapucaia e São Leopoldo. Já em 1876 foram inauguradas as estações Rio dos Sinos e Novo Hamburgo.

estavam cercados de opções diversas, conforme apurou Rosemary Fritsch Brum (2009, p. 208):

Referimo-nos aos balneários que as famílias usufruíam, instalando inclusive casas de veraneio. Canoas, na região metropolitana, é área de lazer, onde há casas de veraneio. Um pouco mais perto, Belém Velho, Vila Nova (onde italianos instalam-se em comunidades rurais e produtivas) e Belém Novo também atraem veranistas. Mas, ainda mais próximo, está o arrabalde da Tristeza (...).

Os fatores que deslocavam os interessados até os destinos almejados, incluindo Canoas, eram motivados pela facilidade de ir e vir, propiciada por ocasionais investimentos. Segundo Charles Monteiro, nesse período, a Capital dos gaúchos se almejava estar interligada a outros centros urbanos e com o *interland*. O autor descreve a tipologia arquitetônica da estação frequentada pela elite porto-alegrense que lá realizava o embarque e o desembarque dos seus destinos de passeio. Assim, “a Estação da Estrada de Ferro localiza-se na esquina da Rua Voluntários da Pátria com Conceição. Como aquelas de São Leopoldo e Novo Hamburgo, foi construída de madeira no estilo enxaimel alemão” (1995, p. 32). E como seria a estação do povoado frente às dos grandes núcleos que se localizam ao sul e ao norte de seu território?

A primeira estação do Capão das Canoas assemelhava-se mais a um abrigo de madeira destinado a poucos passageiros e à bilheteria. Sua edificação ficou, naturalmente, a cargo da mesma empresa incumbida pela administração da linha férrea, a *Porto Alegre and New Hamburg Brazilian Railway Company Limited*. A referida Companhia permaneceu no comando até 1905, quando a estação e a linha foram assumidas pela empresa belga *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil*, que foi encampada definitivamente e transformada em Viação Ferroviária do Rio Grande do Sul (V.F.R.G.S.), em 1920<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A encampação seguiu um fator comum no período, já que a maior empresa ferroviária da época, a *Brazil Railway Company Ltda.*, foi encampada pelo Estado em 1917.

Além das vantagens da mobilidade propiciada pela via férrea, outro indício que contribuiu para os usos de Canoas como um ponto de lazer foi a paisagem peculiar do local, conhecida pelos seus capões exuberantes. A natureza da região foi lembrada até mesmo pelo já citado viajante italiano Buccelli, que descreveu Canoas a partir de sua “vegetação maravilhosa, que se reflete na água tranquila com uma cor viva” e fornece “a ilusão de ter um outro mundo sob a superfície” (BUCELLI, 1906, op. cit., p. 302).

O estrangeiro encantou-se tanto com a paisagem que se deparou, que incluiu em sua obra um registro fotográfico da região. A imagem, possivelmente captada junto ao Rio Gravataí, é compartilhada de forma inédita no presente texto.



Figura 10: Distrito de Canoas. Fotografia reproduzida em BUCELLI, 1906, p. 305.

Outro registro imaagético, datado de 1910, apresenta-se como um interessante recurso a fim de aprimorar um possível exercício de imaginação sobre o cotidiano da localidade à época. A fotografia que, na verdade, trata-se de um postal, confirma a circulação social que envolvia os usos daquele território à época.



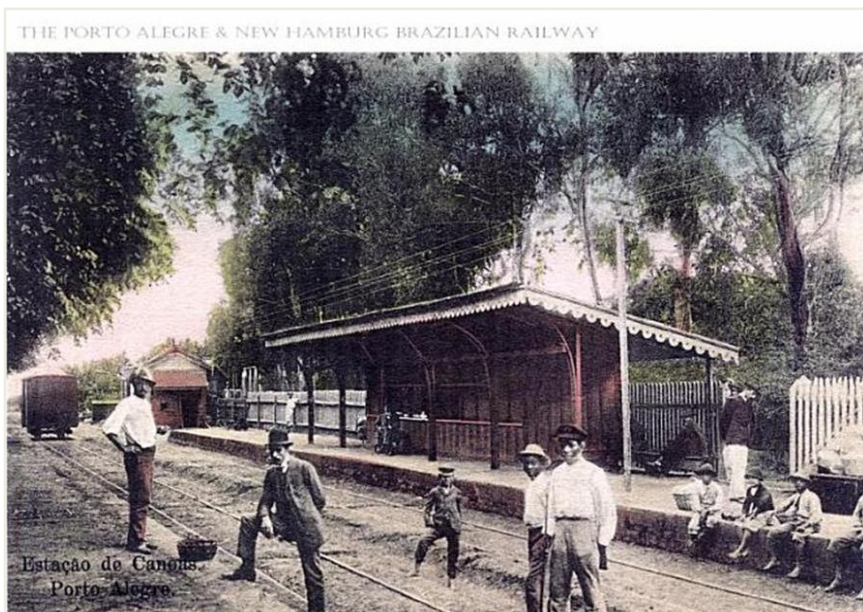


Figura 11: Postal com imagem da Estação Canoas, 1910. Acervo Arquivo Histórico Municipal de Canoas.

Segue-se na tentativa de recomposição do cenário social de Canoas enquanto um ponto de veraneio a partir de um vestígio obtido no *Diccionario Geographico Historico e Estatistico do Rio Grande do Sul*, publicado já no início do século XX, no qual Canoas é narrada como uma “belíssima povoação no Município de Gravatahy, com chácaras aprazíveis e uma bonita igreja paroquial consagrada a São Luiz Gonzaga” (DE FARIA, 1907).

A bibliografia especializada voltada à temática em pauta fornece importante versão analítica sobre o contexto descrito. Dessa forma, a procura constante por refúgios particulares em pleno efervescer urbano da virada do século XIX para o XX é investigada por Joana Schossler (2010), que se defendeu a prática da vilegiatura como um desdobramento da Modernidade. A pesquisadora explica que, enquanto as capitais se urbanizavam rapidamente, com o alargamento, com o calçamento de antigas ruas e com a construção de novas edificações, a população buscava novos locais para o desfrute do lazer junto a retiros naturais. Segundo Schossler (op. cit., p. 107):

Do nervosismo da vida urbana, fazia parte a pretensão de sair do cotidiano eletrizante da cidade. Refúgios começaram a ser cada vez mais necessários para mostrar também a distinção dos retirantes temporários, ainda mais numa época em que não havia férias remuneradas.

O trabalho da historiadora é respaldado por outros anteriores, como o de Sanmartin (1969, p. 3), que não considerou Canoas atrativa no contexto dos refúgios de veraneio:

A população da cidade procurava recrear-se nos dias de descanso em arrabaldes aprazíveis, onde a bela natureza brasileira esmerou-se nos seus caprichosos arabescos de atraente beleza. Muitas famílias tinham suas residências de verão em Canoas, servida por estrada de ferro e uma sofrível rodoviária. Mas Canoas ficava um pouco afastada da cidade e não oferecia nenhum atrativo popular.

A pouca infraestrutura da estação *Capão das Canôas* descrita por Sanmartiné, no entanto, contestada por memorialistas locais da cidade. Eles expõem com entusiasmo os detalhes do cenário de veraneio da região. Um dos narradores é João Palma da Silva, que arrisca uma descrição com ares de lembrança a respeito do povoado ainda no final do século XIX e narra que:

(...) enquanto os homens discutiam a política da época, e falando dos riscos que vinha correndo o Império, as senhoras faziam rendas e comentavam os escândalos da sociedade porto-alegrense, onde tinham de casar suas filhas e filhos. As jovens costumavam fazer grupos à parte e, às vezes, em noites de luar, semelhando ninfas verdadeiras, reuniam-se numa clareira de mato e tocavam bandolim. (1989, op. cit., p. 149)

Resta questionar, diante do panorama reconstruído, quais grupos costumavam frequentavam, enfim, o povoado de Canoas e o tornavam um recanto de veraneio. Com esse propósito, encaminha-se a próxima seção do texto.

### **Presença de imigrantes no *Povôado de Canôas*: sociabilidades e empreendedorismo**

Considera-se fontes diversas, tal como os diários históricos dos Lassalistas, escritos continuamente pelos Irmãos da

Congregação, empreendedores que investiram no povoado de Canoas desde 1908. O relato ilustra diversas feições históricas do contexto histórico da cidade no início do século XX, incluindo a presença de um hotel nas imediações da estação de trem. Tal estabelecimento possivelmente era voltado para acomodar àqueles que procuravam repousar naquelas paragens. Neste sentido, os Irmãos registraram:

Tínhamos nos estabelecido em Porto Alegre há poucos meses quando uns cavalheiros, nossos relacionados, pediram insistentemente que fundássemos uma Escola de Agronomia, pois era desejo do Sr. Presidente do Estado. Com este intuito visitamos duas ou três vezes ao Sr. Borges de Medeiros, que muito nos encorajou e nos prometeu o auxílio do Estado. O lugar escolhido para a fundação foi Canoas. O C. Ir. Neoster Martyr (Pedro), Diretor, e o Ir. João Maria, acompanhados pelos senhores Amaral Ribeiro Kessler e Fritz Ludwig, dirigiram-se várias vezes a essa localidade, a fim de escolherem uma propriedade conveniente. Estávamos no fim de 1907. O C. Ir. Florentin de Jesus, Visitante, havendo-nos trazido novo grupo de Irmãos, que desembarcaram em Porto Alegre, aprovou o projeto e foi pessoalmente ver Canoas. Decidiu-se então que nos estabeleceríamos na propriedade que servia de hotel, situada muito perto da estação da Viação Férrea. Negociou-se com o proprietário *Weingärtner* (...) <sup>4</sup> [grifo meu]

Cerca de um século após os Lassalistas terem escrito as suas impressões iniciais sobre Canoas, é também um Irmão do grupo que relata, através de entrevista oral concedida no ano de 2009<sup>5</sup>, a sua idéia principal sobre a localidade:

Canoas funcionava como uma estância de veraneio — imagine veraneio em Canoas! Mas os porto-alegrenses vinham a Canoas porque havia uma comunidade muito grande para a época e existia o trem, a via férrea, a ferrovia que passava por Canoas (...). Então muita gente vinha pra cá e Canoas era um belo bosque, os chamados capões eram bosques que estavam em expansão (...). Então muita gente comprava aqui uma residência e fazia sua casa de veraneio no meio do mato, por exemplo, o Frederico Guilherme *Ludwig* da Vila

---

<sup>4</sup> Diários Históricos dos Lassalistas, Livro I (1908-1949). p. 4. Acervo MAHLS.

<sup>5</sup> NESELLO, Norberto Luiz. Entrevista concedida a Danielle Heberle Viegas. Canoas, jun. 2009.

Mimosa, o *Livonius*, cujos prédios hoje pertencem ao Colégio Maria Auxiliadora. Era veraneio. Eram casas de veraneio. [grifos meus]

Sobre o assunto, o memorialista Jesus Pfeil (1992, p. 30) igualmente assevera que:

(...) Por volta de 1875 aqui existiam bosques belíssimos e Wittrock, cuja propriedade se situava nas proximidades da estação velha (...) arrumou o seu sítio de acordo como gosto dos *alemães*, construindo “*Wanderwege*” (ruelas para passear a pé) (...). Já em janeiro de 1878 as sociedades alemãs da Capital alugavam trens especiais para Canoas, a fim de passar o fim de semana no “Gartenrestaurant Hotel” de Wittrock, que havia adquirido a propriedade em 14.01.1872, por Cr\$ 500,000 (quinhentos mil réis) de Carlos Thompson Flores, em frente ao Capão das Canoas. [grifos meus]

Os dados relatados acima possibilitam o entendimento de que o povoamento da região junto à estação ferroviária em Canoas foi realizado, principalmente, por famílias de imigrantes provenientes da Capital e, também, do núcleo relacionado a São Leopoldo. Nomes como Wittrock, Ludwig, Livonius e Kessler são citados, afinal. A presença imigrante na região se fez tão latente que certo documento produzido quando das comemorações dos cem anos da chegada dos alemães no Rio Grande do Sul, em 1924, nomina Canoas de uma “pequena colônia-oásis alemã”:

Logo depois, de cruzarmos o rio Gravataí, sobrevoamos uma pequena colônia-oásis alemã, as colônias e chácaras de Canoas. Em ambos os lados da linha do trem, avistamos bonitas casas recém-construídas e na estação de trem, um pequeno aglomerado e um belo colégio pelos irmãos das escolas cristãs. (s/ autor, 1999 [1924], p. 569)

A análise de documentos cartográficos referentes ao núcleo junto à estação de trem de Canoas entre o final do século XIX e o início do século XX confirmam tanto a tendência de que a instalação da linha férrea foi um marco determinante para o desenvolvimento urbano da região quando confirma a massiva presença imigrante naquela zona. Neste sentido, a construção da rodovia Gravataí-Osório-Tramandaí no final da década de 1930 parece ter sido tão determinante para o desenvolvimento das cidades do Litoral Norte

do Estado quanto a inauguração da primeira estrada de ferro do Estado foi para a caracterização de Canoas como um local de veraneio no limiar do século XIX para o XX.

Uma Planta datada de 1895, por exemplo, nomina os proprietários das chácaras na região. Entre os nomes, lê-se “Milanez”, “Reuter”, “Braga”, “Heinssen” e “Weingärtner”. Conta-se, inclusive, que o famoso pintor, Pedro Weingärtner, primo de um proprietário de terras na região, frequentou o povoado de Canoas e deixou-se inspirar pelo clima bucólico do lugar. E não foi, aliás, o único artista a transitar por essas terras: o italiano Giuseppe Gaudenzi chegou a Porto Alegre no início do século XX, dirigindo-se constantemente a Canoas, sendo autor de esculturas no altar da Igreja matriz da localidade e de algumas alegorias do primeiro Carnaval realizado no povoado, em 1919.

Compartilha-se, ainda, a descrição de Carl Lindman, botânico sueco. O viajante, apesar de ter o olhar condicionado para reparar muito mais aspectos físicos do ambiente que observou no Rio Grande do Sul do início do século XX, não deixa de registrar as sociabilidades que observou em Canoas, quando de sua passagem pelo local (LINDMAN, 1906):

Há, por exemplo, ao redor de Porto Alegre capões que servem de lugares de recreio para sociedades da cidade, especialmente para os *picknicks* dos alemães. Um dos mais afamados é o grande capão, quase parque, em Canôas, uma estação da estrada de ferro perto de Porto Alegre, e suficientemente grande para ter a par gramados abertos e caminhos de passeio, também muitos lugares selváticos e inacessíveis.

Cabe resgatar os motivos específicos que levaram os imigrantes e não outro grupo qualquer até as paragens de Canoas para veraneiar. Mais uma vez recorre-se a Schossler (2010, op. cit., p. 106-107), que esclarece que o pioneirismo exercido por imigrantes na prática da vilegiatura, estava ancorado no bom nível socioeconômico que parte do grupo usufruía à época e, também, na instrução que detinham quanto aos benefícios que as atividades de veraneio proporcionavam – herança essa trazida desde a Europa.

Se, por um lado, a criação da parada da linha férrea no povoado favoreceu sua utilização como um ponto de veraneio, por outro, projetou, também, alternativas de comércio ligadas à localização privilegiada de Canoas junto à Capital. Logo, a instalação da estação de trem favoreceu comercialmente o Povoado de Canoas que, a partir de 1880, passou a pertencer à *Vila de Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí*; em 1908, foi elevado à *Capela Curada*; em 1912, foi anexado como quarto distrito da mesma sede (FORTES; WAGNER, 1963, p. 192-193).

A presença imigrante não se restringiu aos finais de semana. Muitos tornaram-se empreendedores e moradores de Canoas. Conforme Penna (2004, p. 23):

a ideia de constituir a região como um ponto de veraneio para aristocratas falhou e realmente quem se interessou foram os homens de negócio, incentivados pela estratégica localização do povoado entre a região de produção e a capital do Estado.

Mais uma vez, a localização e alguns facilitadores em termos de transportes estimularam as idas e vindas da cidade de Canoas. Sabe-se, por exemplo, que a partir de 1909, no entanto, os passeios de trem perderam alguns adeptos em prol da utilização do automóvel, considerado como a grande novidade à época. Uma notícia publicada no *Correio do Povo* desvela outro importante marco urbano do período, a saber, a inauguração da estrada de rodagem entre Porto Alegre e Canoas:

Foi novamente transitada, anteontem, a estrada de rodagem que acaba de ser aberta entre esta capital e a povoação de Canoas. Cavalheiros e senhoras da elite porto-alegrense ali foram, domingo, para dar a nota de elegância, em dez automóveis, além de grande número de carrinhos, motocicletas, bicicletas e a cavalo, sendo todos unânimes em elogiar as boas condições da nova estrada. Sabemos que a inauguração oficial realizar-se-á no próximo dia 12 de dezembro, havendo um grande corso, que partirá da Praça dos Navegantes, às 2 horas da tarde, regressando ao escurecer.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup>**Correio do Povo**, Porto Alegre, 30.11.1909.

A estrada de rodagem, segundo consta, possuía duas grandes figueiras em sua passagem, que foram apelidadas pelos que ali transitavam de “Arco do Triunfo” (SILVA, 1978, p. 66). Ora, tal alusão indica a tentativa de dotar o caminho de chão batido de ares mais nobres e modernos, já que, conforme informou a reportagem, tal estrada servia à elite da Capital que se dirigia ao povoado vizinho para momentos de recreação.

Nessa direção, convém destacar que, a partir da primeira década do século XX, Canoas começou a contar com alguns estabelecimentos sob a propriedade de negociantes da região – em sua maioria imigrantes e/ou descendentes de imigrantes – tais como a Farmácia Porcello (1909), a Casa Vargas (1910), a fábrica de móveis Silveira e Wittrock (1914) e o Cinema Porcello (1914).

Vale destacar, em tempo, que os imigrantes também não se estabeleceram somente na área central do povoado, junto à estação férrea. Em 1933, por exemplo, foi fundado no Bairro Niterói o Grupo Escolar Teuto-Brasileiro. Sobre a peculiar instituição de ensino, obtêm-se detalhes a partir do depoimento oral de Flávio Damiani, que conta:

deve ter sido um dos primeiros colégios. (...) Esta escola era teuto-alemã devido a influência dos alemães, inclusive a minha mãe é Jochims, de Santa Cruz, e Damiani o meu pai. Aqui tinha muita influência alemã. Então o colégio teve se organizar assim, com a intenção de se ensinar a língua alemã. Aprendemos inclusive a escritura gótica que é alemã.<sup>7</sup>

Já no Bairro Fátima, alguns moradores relatam que “(...) eram tudo descendentes de alemães. Geralmente eles dão o nome de ex-proprietários, tem uma rua aqui, a rua da passarela, na Fátima que é também o nome do proprietário”<sup>8</sup>. Outro morador do Bairro

---

<sup>7</sup> DAMIANI, Flávio. Entrevista ao *Projeto Canoas: para lembrar quem somos* (Niterói). Acervo MAHLS.

<sup>8</sup> ARNECKE, Osmar José. *Entrevista para o Projeto Canoas, para lembrar quem somos: Bairro Fátima*. Canoas, agosto de 2007. Entrevista à Danielle Heberle Viegas.

complementa e revela que “(...) os colonos que vieram, muitos aí vieram com mãe e com pai aí. Vieram pra cá comprar essas terras e lotearam tudo. Eles vieram pra cá, faziam chácaras”<sup>9</sup>.

Em período próximo à década de 1930, houve forte presença de imigrantes, também, no Bairro Rio Branco, em função das oportunidades de trabalho oferecidas nos Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros. A instituição encontra a sua origem ainda em 1908, quando foi inaugurada como um entreposto comercial na localidade pela família Oderich, que já comandava negócios voltados à conservação de banha em São Sebastião do Caí, desde o século XIX (MAUCH; VASCONCELOS, 1994, p. 202).

Finaliza-se, então, refletindo a partir de uma reportagem publicada no *Jornal da Noite* em 1933, a qual indica que Canoas, se submetida a alguns melhoramentos se tornaria “*não só um excelente ponto de veraneio, como também residência confortável para os que ali habitam*”<sup>10</sup>. E seriam muitos a partir de então, nunca deixando de incluir imigrantes diversos.

À guisa de uma conclusão, o presente texto encontra a sua inferência mais expressiva ao considerar a presença de imigrantes na região como uma especificidade histórica determinante para os usos do local como um ponto de veraneio – e não somente como um mero acaso ou consequência direta do contexto abordado. Tal presença foi legitimada a partir de três fatores contribuintes, conforme buscou-se evidenciar: primeiramente, a questão da localização e transportes; em segundo lugar, a circunstância da natureza excepcional que o povoado de Canoas possuía à época; não menos importante é o terceiro quesito, vinculado às motivações dos imigrantes europeus ao procurarem pontos de vilegiatura e lazer, hábito trazido desde seus países de origem.

---

<sup>9</sup> MARIA, Nilton Leal. *Entrevista para o Projeto Canoas, para lembrar quem somos: Bairro Fátima*. Canoas, agosto de 2007. Entrevista à Danielle Heberle Viegas.

<sup>10</sup> *Jornal da Noite*, Porto Alegre, 22.08.1933.



Reafirma-se, portanto, a importância da tomada de conhecimento sobre Canoas também como um ponto de veraneio, tendo em conta a constante associação do Município somente às práticas urbanas mais recentes que o investem de significado, ligadas apenas às tipologias de cidade-dormitório e cidade-industrial.

## Referências

*CEM Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul (1824-1924)*. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 1999, [1924].

BRUM, Rosemary Fritsch. *Uma cidade que se conta: imigrantes italianos e narrativas no espaço social da cidade de Porto Alegre (1920 – 1937)*. São Luís: EDUFMA, 2009.

DE FARIA, Octávio Augusto. *Diccionario Geographico, Historico e Estatistico do Rio Grande do Sul*. Editora Pelotas Diário Popular, 1907.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B. S. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1963.

LINDMAN, C.A.M. 1906. *A vegetação do Rio Grande do Sul (Brasil-Austral)*. Tipografia da Livraria Universal de Echenique Irmãos & Cia, Porto Alegre: 1906.

MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira. *Os alemães no Sul do Brasil – Cultura, Etnicidade e História*. Canoas: Ed. da Ulbra, 1994.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: Urbanização e Modernidade – a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

PENNA, Rejane Silva (coord.). *Centro*. 2. ed., rev. Canoas: La Salle, 2004. (Canoas: para lembrar quem somos, 3)

PFEIL, Antonio Jesus. *Canoas: anatomia de uma cidade I*. Canoas: Ponto & Vírgula, 1992.

SANMARTIN, Olynto. *Um ciclo de cultura social*. Porto Alegre: Sulina, 1969.

SCHOSSLER, Joana Carolina. “*As nossas praias*”: os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul (1900 – 1950). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, PUCRS, 2010.

SILVA, João Palma da. *As origens de Canoas*: conquista, povoamento, evolução. 4. ed. Canoas: La Salle, 1989.

\_\_\_\_\_. *Pequena História de Canoas* – cronologia. Canoas: Secretaria Municipal de Educação e Saúde, 1978.

# **O AUDACIOSO PROJETO DE UM IMIGRANTE VÊNETO: ASPECTOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO SUL DO BRASIL (1878)**

Maíra Ines Vendrame<sup>1</sup>

*Resumo:* A transferência definitiva de diversas famílias camponesas italianas para o Rio Grande do Sul, a partir de 1875, deu início, em algumas províncias do norte da península itálica, a uma ampla mobilização por parte dos indivíduos que passaram a articular o deslocamento de grupos de parentes e conhecidos para a América. Da comuna de Piavon – Província de Treviso –, o *contadino* Paulo Bortoluzzi e outros italianos reuniram um grupo de quase trezentas pessoas – entre parentes e conhecidos das localidades vizinhas – para emigrar. O grupo não era constituído de pessoas “miseráveis” que não possuíam qualquer recurso econômico, mas, sim, de pequenos proprietários e arrendatários que dispunham de algum patrimônio material. A intenção de um dos principais líderes, Paulo Bortoluzzi, era o de constituir uma nova comunidade numa das regiões coloniais do sul do Brasil. Neste caso, as redes de apoio orientaram a transferência, instalação e organização das novas comunidades, conforme os projetos sócio-religiosos dos imigrantes.

---

## **Um projeto audacioso**

Nas últimas décadas do século XIX muitas famílias camponesas do norte da península itálica decidiram transferir-se definitivamente para a América. As escolhas dos grupos ou dos indivíduos foram variadas, uma vez que nem todos dispunham dos mesmos recursos, materiais e imateriais, para empreender uma viagem além-mar. Muitos abandonaram as comunidades de origem encorajados pelas notícias enviadas por conterrâneos italianos que já estavam estabelecidos na América. Um dos mecanismos para a

---

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutoranda em História. Università degli Studi di Genova, Itália. Bolsista Capes PDSE – Processo n. 9863/11-7.

transferência das famílias camponesas se dava através de cartas, uma vez que essas transmitiam informações sobre as condições e oportunidades existentes no local de destino, como a obtenção de lotes coloniais, a oferta de trabalho e apoio dos parentes nos momentos iniciais de acomodação à nova condição de vida<sup>2</sup>. Neste artigo ver-se-á um caso particular de emigração planejada. Por mais que seja singular, a análise possibilitará compreender o que representava para os camponeses do norte agrário da Itália partir para a América.

Da região do Vêneto – nordeste da península itálica – partiu a maior parte dos imigrantes que chegaram ao sul do Brasil. Os descolamentos refletem um mecanismo autônomo da própria cultura camponesa frente às dificuldades locais de sobrevivência. Durante a primeira fase dos movimentos transoceânicos, compreendida entre a Unificação italiana e o fim do século XIX, o êxodo das populações rurais não foi determinado pelo excesso populacional, mas como consequência dos problemas econômicos, sociais e agrários. A viagem das famílias para o Novo Mundo foi entendida como uma forma de “resistência” dos camponeses que procuraram e aceitaram a ideia da emigração definitiva, buscando, dessa forma, escapar das crises agrárias que provocaram desestruturação do modo de vida tradicional, conforme afirmou Emilio Franzina (2006, p. 86-133). Ao chegarem nas novas terras, empenharam-se em reconstruir as comunidades de acordo com as referências culturais da sociedade em desarticulação.

Localizada no centro do estado do Rio Grande do Sul, a Quarta Colônia de Imigração Italiana – posteriormente denominada Colônia Silveira Martins – passou a ser ocupada em fins de 1877 por diversas famílias camponesas que haviam abandonado a pátria motivadas pelo ideal de se tornarem proprietárias de terras. Nos espaços a serem colonizados, conforme designava a administração do Império Brasileiro, os imigrantes conseguiram obter os lotes

---

<sup>2</sup> Sobre a utilização das cartas como um recurso dos imigrantes para facilitar a transferência dos parentes, dos objetos de trabalho e de informações diversas, ver: (VENDRAME, 2010).

coloniais para se estabelecerem com suas famílias. Inicialmente foram demarcados os lotes urbanos da sede da Colônia, e, logo na sequência, os rurais, onde os grupos de imigrantes que chegavam iam se fixando. As características regionais forneceram elementos para as classificações e divisões internas nos núcleos coloniais e de um modo geral entre os imigrantes. Logo, a presença significativa de famílias que haviam partido de uma mesma província ou aldeia também foi um fator que contribuiu para a agregação ou a formação de pequenas comunidades, onde alguns indivíduos passam a se dedicar na organização das atividades administrativas e religiosas das recém instituídas capelas.

No início de 1878, um grupo de 300 pessoas partiu da Itália, da Província de Treviso – Comunas de Oderzo e Piavon –, para o sul do Brasil planejando fundar uma nova comunidade. Liderados pelo italiano Paulo Bortoluzzi, em maio de 1878 o grupo se fixou em um vale nas proximidades da Colônia Silveira Martins, configurando-se uma das levas mais numerosas que até então haviam chegado à região central do Rio Grande do Sul (ANCARANI, 1990). Todos haviam partido para criar no Novo Mundo uma comunidade onde seriam preservados os antigos vínculos de vizinhança e solidariedade. Este empreendimento demonstra que as relações de afinidades pretéritas ditaram os contornos iniciais da fundação da nova unidade territorial<sup>3</sup>.

No espaço onde se estabeleceram os imigrantes liderados por Paulo Bortoluzzi surgiu a necessidade de organização de um centro comunitário. Antes mesmo de partir da Itália, durante o período de composição e organização do grupo de emigrantes, eram conhecidas as ideias de Bortoluzzi de se tornar chefe de uma colônia na América. Foi devido ao desempenho do referido emigrante, que já

---

<sup>3</sup> Uma das características da distribuição dos grupos de imigrantes nas colônias do sul do Brasil foi a manutenção de laços parentais e vínculos sociais entre os sujeitos que haviam partido de um mesmo local na Itália. A base de integração dos novos povoados era formada por grupos de famílias unidas por estas ligações, um dos princípios básicos que fundamentava o próprio direito de constituição da comunidade.

há algum tempo vinha estudando a maneira mais segura e favorável de conduzir um grande número de famílias para o além-mar, que fez com que ele fosse descrito como um “fanático” e “ambicioso”, segundo a opinião do senador italiano Luis Revedin<sup>4</sup>. Paulo Bortoluzzi partiu da Itália acompanhado da esposa, filhas e um amplo grupo parental. Estes foram apontados pelas autoridades locais – região de Treviso – como os primeiros a se empenhar na questão da emigração na região de Piavon<sup>5</sup>.

A iniciativa migratória não era uma novidade na trajetória dos membros da família Bortoluzzi, uma vez que na década de 1870 o próprio Paulo, acompanhado dos irmãos Francisco e Luiz, do tio Antônio e de cinco primos, se estabeleceram em Piavon vindos da capela de Francenigo. Em 1868, na *comuna* de Oderzo, Paulo Bortoluzzi casou-se com Stela Furlan. Uma das irmãs de Stela Furlan já era casada com um irmão de Paulo Bortoluzzi, portanto, os laços familiares se estreitaram e se fortaleceram. Da união matrimonial nasceram, entre 1870 e 1877, quatro filhas: a terceira delas morreu poucos dias após o nascimento, enquanto outra nasceu em novembro de 1877, apenas um mês antes da partida do grupo para a América<sup>6</sup>.

Paulo Bortoluzzi nasceu em Francenigo, uma comunidade da província de Treviso e um tanto afastada daquela em que se encontrava no momento que emigrou. Certamente, a experiência migratória do grupo familiar, apesar de ser de curta distância, foi um dos fatores que encorajou o grupo a pensar em partir e se transferir definitivamente para outro lado do Atlântico. A ideia de imigrar para o sul do Brasil começou a ser pensada no ano de 1876 devido à propaganda dos agentes de emigração, “ávidos por lucros” segundo os jornais de Treviso. Porém, somente em 1877 é que a ideia foi

---

<sup>4</sup> Resposta ao questionário do *Ateneo de Treviso* de Luiz Revedin, 1878, Pasta 13, fascículo 2. Arquivo Comunal de Treviso.

<sup>5</sup> Relação final do *Ateneo de Treviso* de Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2. Arquivo Comunal de Treviso.

<sup>6</sup> Registros de nascimento, batismo e morte. Arquivo da paróquia de Piavon (Oderzo), Província de Treviso.

concretizada dentro do contexto local de emigração para o Brasil que tomou conta dos campos de Oderzo, Piavon e outras pequenas comunas da província de Treviso. A família de Paulo Bortoluzzi, senão a primeira, foi a maior em termos numéricos a deixar a região, sendo ela composta por cerca de trinta pessoas que trabalhavam nas férteis terras da senhora baronesa Anneta Zen, situado no *Comune* de Piavon.

Consta que o grupo familiar Bortoluzzi possuía muitos animais bovinos e grande estoque de alimentos para passar o inverno de 1878 (janeiro a março). Portanto, os mesmos não eram camponeses “miseráveis” e nem imigraram para a América por estarem atravessando uma crise econômica. Os mesmos, além de serem arrendatários das terras da baronesa acima referida, eram também proprietários de campos trevisanos que constituíam seis hectares para cultivo<sup>7</sup>. Nesse caso, a ideia da carestia alimentar e ausência de recursos materiais não parecem ter sido motivos que fizeram com que o grupo familiar decidisse partir para a América.

À família Bortoluzzi se associaram outras cinco famílias que residiam nas comunidades vizinhas a Piavon e que igualmente viram a imigração para o Brasil um modo de aumentar o patrimônio. Se nem todas desfrutavam das mesmas condições econômicas de Paulo Bortoluzzi, a maior parte dos chefes destas famílias era proprietária de pequenas extensões de terras. Rapidamente, a ideia de emigrar contagiou outros “clãs” dos povoados limítrofes, bem como parentes, a abandonarem a terra natal para fazer “fortuna” na América. Para facilitar o transporte de tantas pessoas, reduzindo os custos da viagem, Bortoluzzi manteve contato direto com empresa *De Bernadis* em Genova, essa responsável por cuidar do transporte dos imigrantes e que também fornecia informações sobre as regiões de colonização no sul do Brasil<sup>8</sup>. Pela quantidade de pessoas de um mesmo grupo desejando partir para o Brasil em idêntico momento é

---

<sup>7</sup> Relação final do *Ateneo de Treviso* de Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2. Arquivo Comunal de Treviso.

<sup>8</sup> Relação final do *Ateneo de Treviso*, de Luigi Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2. Arquivo Comunal de Treviso.

de se supor que muitas conversações foram feitas até a viagem se concretizar. Durante alguns meses Bortoluzzi e a empresa *De Bernardis* trocaram correspondências para assegurar que a família e demais imigrantes tivessem uma viagem segura, com baixos custos bem como ter certeza de que no local de destino o grupo já pudesse se instalar nas novas terras<sup>9</sup>.

Segundo o secretário comunal Luigi Bailo, com o qual Paulo Bortoluzzi mantinha contato direto, a ideia de emigrar de Piavon e das comunas vizinhas tinha sido inspirada por um “sacerdote fanático” que visava afrontar o governo nacional sob a justificativa de que a religião na Itália estava em declínio, diferentemente do que estava ocorrendo nos locais de destino dos imigrantes. Para o senador Luiz Revedin, a divulgação da ideia de imigrar para a América teve como primeiro estimulador o padre Giovanni Solerti, capelão em Piavon, que depois de enfrentar dificuldades com as autoridades do *comune* decidiu partir para a América<sup>10</sup>. O senador afirmou que o padre e Bortoluzzi eram os principais incentivadores da imigração. Como detalhe, disse que os indivíduos que partiram junto com Bortoluzzi pertenciam aos franciscanos terciários.

Conforme o senador, Paulo Bortoluzzi era católico atuante na vida paroquial da comuna onde vivia. “Cheio de ideias”, desejou se tornar “chefe de uma Colônia no Brasil” aonde existiam grandes extensões de terras fecundas, por isso foi descrito pelo senador Revedin como “fanático”. Por causa disso, o senador acreditou que para além de uma necessidade material, a imigração para a América foi uma espécie de “fanatismo e de doença contagiosa”, tanto pelo grande número de imigrantes que partiu quanto pela rapidez com que foram vendidas as terras e demais posses nos campos italianos, com o detalhe de terem sido vendidas a preços baixos: assim, para rapidamente emigrarem, Bortoluzzi vendeu quatro hectares de terras

---

<sup>9</sup> Relação final do *Ateneo de Treviso*, de Luigi Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2. Arquivo Comunal de Treviso.

<sup>10</sup> Relação final do *Ateneo de Treviso*, de Luigi Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2. Arquivo Comunal de Treviso.



cultiváveis a somente 100 liras<sup>11</sup>. Além de Bortoluzzi, outra família vendeu suas terras rapidamente para poder partir para a América: Domenico Pivetta conseguiu obter a soma de 100 liras com a venda de quatro hectares de terra. Segundo o cálculo de Revedin, cada família de emigrante partira com um valor entre 600 e 1.000 liras, o que era uma quantia considerável para a época. No caso específico de Bortoluzzi, sua família partiu de Piavon com uma nada discreta soma em dinheiro: 12.000 liras.

Com relação à adesão maciça de camponeses à ideia de imigrar para o Brasil – todos da comuna de Oderzo, na província de Treviso –, Luigi Bailo afirmou que o que seduzia o camponês era o “sonho” de se tornar proprietário de terras, trabalhar nas próprias posses e fazer fortuna com pouco trabalho. Entretanto, em lugares como Piavon, destacou a existência de uma “corrente de excitação” religiosa promovida pelos indivíduos pertencentes a ordem dos terciários franciscanos que haviam abraçado a causa de imigrar para o Brasil e fundar comunidades<sup>12</sup>. Dentre estes destacou Paulo Bortoluzzi, seus parentes e outros pequenos proprietários.

Críticas a parte, no final de 1877 o grupo liderado por Bortoluzzi, composto por quase trezentas pessoas, partiu da Itália com a esperança de que poderiam conservar a própria religião e dispor de liberdade para melhorar a sua sorte. O desejo de fazer fortuna era uma das expectativas que explica o envolvimento de tantas pessoas das comunas vizinhas, pois as opções adotadas por uma família funcionavam como um estímulo para as demais, trabalhando em sintonia com os mecanismos que sempre caracterizaram a cultura camponesa, qualificada como fortemente comunitária (BERNARDI, 1994, p. 97-98).

---

<sup>11</sup> Resposta de Luiz Revedin, 1878, Pasta 13, fascículo 2. Arquivo Comunal de Treviso.

<sup>12</sup> Relação final do *Ateneo de Treviso* de Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2. Arquivo Comunal de Treviso.

## **Criando uma comunidade no sul do Brasil**

No centro do Rio Grande do Sul, Paulo Bortoluzzi passou a cuidar da instalação dos parentes e conhecidos buscando, desse modo, garantir prestígio na nova terra. Nesse sentido, algumas famílias passaram a se destacar nos trabalhos de estruturação administrativa e religiosa do espaço. O camponês Bortoluzzi foi o imigrante que assumiu o papel de principal líder entre os conterrâneos, empenhando-se em garantir a formação de uma estrutura autônoma para a nova comunidade, que primeiramente foi denominada Vale dos Bortoluzzi, e, posteriormente, passou a se chamar Vale Vêneto. Neste lugar adquiriu diversos lotes coloniais, uma vez que havia chegado com reserva de dinheiro, por isso se dedicou às atividades ligadas ao comércio de gêneros agrícolas e à venda de terras aos imigrantes que iam chegando posteriormente<sup>13</sup>.

Depois de instalados, Bortoluzzi construiu moinho e casa de comércio (CERETTA, 1894, p. 20), sendo o organizador de Vale Vêneto e atuando, também, como representante das famílias locais na busca por padres na Itália para se estabelecerem no recém-fundado povoado. Como comerciante, realizou empréstimos de dinheiro e vendeu lotes de terras para os imigrantes, assumindo o papel de intermediário entre os proprietários luso-brasileiros e os compradores italianos, de acordo com as demandas e necessidades de reprodução das famílias. Envolvido em atividades ligadas ao comércio, Bortoluzzi agiu tendo como valores o mundo rural italiano mas atento às oportunidades que o Novo Mundo lhe oferecia.

---

<sup>13</sup> Na comunidade do Vale Vêneto, Paulo Bortoluzzi adquiriu sete lotes de terra, todos eles em sequência, tendo também sua mulher Stela Furlan recebido um que fazia limite com os concedidos ao marido. Outros imigrantes que compunham os primeiros grupos que chegaram à Colônia Silveira Martins adquiriram mais do que um lote de terra, principalmente no centro dos nascentes povoados. Geralmente, esses indivíduos, além de terem emigrado com algum recurso financeiro, passaram a investir tanto em atividades agrícolas como às ligadas ao comércio. Relação da distribuição dos lotes coloniais citadas em RIGHI (2001, p. 117, 182-183).

A constituição da comunidade de Vale Vêneto é exemplo da relação direta que os imigrantes mantiveram com o ambiente de origem, uma vez que se organizaram a partir da consolidação de laços entre indivíduos que se conheciam. A formação da localidade composta por cadeias migratórias pode se tornar uma barreira nas relações com a nova sociedade, mas, por outro lado, pode se transformar em canais de acomodação e integração (RAMELLA, 1991). A presença de uma parentela coesa e redes de conhecidos envolvidos na própria imigração parece ter sido uma das normas que orientaram o deslocamento dos grupos de famílias para os núcleos coloniais do Rio Grande do Sul. Enquanto mecanismo e vínculo, os laços de parentesco auxiliaram os diferentes indivíduos e grupos a tomar a decisão de imigrar, de se transferir e de criar novas comunidades.

As primeiras famílias que fundaram a comunidade do Vale Vêneto foram protagonistas de uma longa corrente migratória que favoreceu a formação de uma sólida coesão a partir das iniciativas de estruturação do povoado. Primeiramente, construíram uma pequena capela de madeira, sendo nomeado como padroeiro São Francisco de Assis, uma vez que existiam entre as famílias do lugar membros da Ordem Terceira de São Francisco (CERETTA, 1894, p. 24). A realização de cerimônias religiosas passou a atrair e a congregar a população que escolheu seus representantes para cuidarem da administração da capela, e, finalmente, para conseguirem padres que emigrassem da Itália para se fixar entre eles.<sup>14</sup> Nesse sentido, as bases de agregação da nova comunidade foram sendo constituídas, possibilitando que o lugar se tornasse um

---

<sup>14</sup> Os fabriqueiros do Vale Vêneto que aparecem em diversas cartas são: Antonio Dotto (San Giuseppe – Treviso – TV), Luiz Pozzebon (Padernello – TV), Paulo Bortoluzzi (Francenigo – Piavon – TV) e José Marcuzzo (Ordezo – TV). Os dois primeiros fazem parte do grupo pioneiro de imigrantes que chegaram ao local. Os outros vieram três meses depois. Cada um dos imigrantes era representante das famílias que pertenciam a uma das linhas coloniais que passaram a configurar a comunidade do Vale Vêneto, aparecendo os mesmos como as lideranças locais em diversas cartas enviadas ao bispo do Rio Grande do Sul (RIGHI, 2001, p. 329-338).

ponto de atração e identificação entre as famílias. Toda essa organização orientou a fixação de novos imigrantes. Prova disso é a carta de Luiz Rosso, enviada ao irmão na Itália, onde faz propaganda das vantagens que a comunidade havia obtido, como a instalação dos padres e a construção de uma igreja. As explicações eram uma resposta ao pedido de “notícias verdadeiras” dos conhecidos da comuna de Ordezo sobre as condições do núcleo colonial.

O imigrante Luiz Rosso, após ressaltar de forma positiva os benefícios alcançados, como a organização religiosa e social da população do Vale Vêneto, advertia sobre os cuidados que deviam ser tomados por aqueles que desejavam se transferir para o lugar, uma vez que não mais existiam lotes coloniais a serem distribuídos aos imigrantes. No entanto, apontou a existência de propriedades a serem compradas de particulares, enfatizando que uma colônia de campo, com terras boas e planas, distante da igreja do Vale Vêneto duas horas a pé, custava mil réis<sup>15</sup>. Essas notícias deviam ser divulgadas entre os conhecidos que desejavam imigrar para o sul do Brasil.

Famílias de imigrantes continuaram a chegar à região, e, enquanto algumas conseguiam se estabelecer próximas aos parentes, outras se hospedavam junto a esses até conseguirem se fixar em local vizinho<sup>16</sup>. Esse arranjo era resultado das articulações entre as famílias, garantindo assistência inicial aos conhecidos até a obtenção de um lote de terra. Em agosto de 1882, após ter sido a Colônia Silveira Martins emancipada do regime colonial e contar com “todos os elementos necessários a entrar em tal condição”, foram fundados dois novos núcleos, que passaram a se chamar “Norte” e “Soturno”. Tal necessidade se devia à constante chegada de “imigrantes espontâneos” que vinham convidados por parentes e amigos já

---

<sup>15</sup> Carta de Luis Rosso ao irmão na Itália, 1886 (In: RIGHI, 2001, p. 458).

<sup>16</sup> Em janeiro de 1886, os imigrantes Gaspar José Felice, Lucrecia Pasqualin (esposa) e Carlo Felice (filho) adquiriram na Linha Quatro Sul da ex-Colônia Silveira Martins os lotes nº 139 e 140. Na mesma linha, em 1878, Ângelo Pasqualin tinha adquirido um lote de terra. Além de serem todos da comuna de Genoma, há indícios de laços de parentesco ao se perceber o mesmo sobrenome.

estabelecidos nas linhas rurais da sede e na comunidade do Vale Vêneto. Ao chegarem, procuravam se fixar nos locais onde possuíam parentes, não aceitando, portanto, “a colocação em pontos muito afastados”. Assim, no decorrer de três anos, aumentou consideravelmente o número de habitantes, passando de duas mil setecentas e dez pessoas para quatro mil oitocentos e vinte três italianos (CARVALHO, 1885, p. 44-45).

Os diversos grupos que chegaram à Colônia Silveira Martins, nos anos de 1885 e 1886, ficaram hospedados em casa de parentes, amigos e conhecidos do Vale Vêneto (ANTONIAZZI, 18-- , 1)<sup>17</sup>. A instalação provisória tinha como propósito aguardar até que novos lotes coloniais fossem demarcados. Com o aparecimento de novas frentes de expansão grupos de irmãos e parentes passaram a se deslocar para esses locais, mantendo suas bases de apoio nas famílias que permaneciam nas comunidades antigas. Essa ampliação da área ocupada pelos imigrantes atendia as necessidades de reprodução dos grupos já instalados na Colônia Silveira Martins. Assim, concomitantemente à fundação de novos núcleos, algumas famílias beneficiaram parentes com a venda de pequenas extensões de terra ou às retribuíram como forma de pagamento por serviços prestados. Um exemplo disso foi o lote concedido ao imigrante Antônio Vernier no Vale Vêneto, em janeiro de 1886, como forma de retribuição pelo fato do mesmo ter atuado como procurador na Itália com a tarefa de encontrar padres que imigrassem para o Brasil<sup>18</sup>.

Na Colônia Silveira Martin, abrangendo vários povoados, houve um empenho de famílias de imigrantes em organizar a transferência de parentes da península itálica. Financiado pelos

---

<sup>17</sup> O imigrante André Antoniazzi chegou à região colonial em setembro de 1883 e participou da fundação de novas comunidades a partir da ponte de apoio que tinha com os primeiros núcleos. O mesmo escreveu uma pequena história onde relata a formação do povoado ocupado na maior parte por famílias da Província de Treviso.

<sup>18</sup> Relação de distribuição dos lotes na ex-Colônia Silveira Martins (RIGHI, 2001, p. 221).

conterrâneos, Antônio Vernier tornou-se procurador a fim de organizar o transporte gratuito de parentes e familiares da Itália para o Brasil. Assim, tendo as despesas pagas todas as vezes, transitou entre os dois continentes, buscando atender as demandas da população colonial. Procurações e dinheiro lhe foram conferidos para que pudesse realizar as tarefas na Itália, como, por exemplo, vender bens, resgatar heranças, entregar encomendas e adquirir objetos para os imigrantes<sup>19</sup>. Entretanto, foi com o comerciante Paulo Bortoluzzi que Vernier manteve relações mais próximas, de trocas de favores e obrigações, uma vez que, em diversos momentos, Bortoluzzi enviou ajuda para Vernier pagar as próprias dívidas<sup>20</sup>.

Nos núcleos coloniais, os imigrantes se mobilizaram para reunir recursos financeiros para que as novas comunidades pudessem se tornar local de agregação, com suas igrejas, padres e festividades, podendo, assim, representar a população frente aos centros maiores. O sucesso da organização dependia da mobilização dessas redes de contatos que faziam a ligação entre os dois lados do Atlântico. A possibilidade de recorrer ou financiar um agente procurador foi um dos mecanismos usados pelos imigrantes para garantir a concretização dos projetos na nova realidade. Nesse sentido, a própria organização das comunidades em termos religiosos ocorreu através dessa dinâmica, agilizando a transferência de informações, objetos e pessoas.

Instalado com a família na ex-Colônia Silveira Martins, no povoado do Vale Vêneto, Antônio Vernier foi incumbido pelos conterrâneos para encontrar sacerdotes interessados em se transferir para a comunidade. O imigrante teve a viagem de retorno para a Itália financiada por Bortoluzzi – comerciante representante da população do Vale Vêneto –, comprometendo-se em recompensá-lo enviando sacerdotes. Após um ano da partida, os imigrantes estavam ansiosos e aborrecidos com a falta de notícias de Vernier. Somente

---

<sup>19</sup> Carta do imigrante Inocente Pedron, 10 abril de 1888 (RIGHI, 2001, p. 402-403).

<sup>20</sup> Carta de Antônio Vernier a Paulo Bortoluzzi, 4 de março de 1885 (RIGHI, 2001, p. 338-339).

em 1881 enviou uma carta aos conterrâneos, afirmando ter demorado a se comunicar porque estava refugiado na Áustria por temer ser perseguido como propagandista da emigração da Itália. Uma vez passado o susto – conforme relatou –, Vernier encontrou dois sacerdotes interessados em viajar para a América. Nesta mesma correspondência comunicou que, para financiar a transferência destes dois sacerdotes – que disseram que só emigrariam juntos –, seria necessário mais dinheiro. Como resposta, recebeu autorização e uma procuração de Bortoluzzi para vender “uma pequena posse” que havia deixado na Itália, e, com o dinheiro, pagar as despesas dos referidos padres<sup>21</sup>. Cumprindo com os compromissos firmados com as lideranças do Vale Vêneto, no final de 1881 Vernier organizou a transferência dos dois primeiros sacerdotes para a comunidade: os padres Antônio Sório e Vitor Beniamino Arnoffi.

No entanto, em meados de 1884, iniciaram uma nova tentativa de trazer sacerdotes para sua comunidade, incumbindo novamente o agenciador Vernier para tal tarefa, uma vez que decorridos três anos um dos padres veio a falecer. Agora, porém, diferentemente da primeira incursão, alguns pontos deveriam ser observados por Vernier. Os imigrantes demonstravam estar decepcionados com as atitudes dos primeiros dois padres, afirmando que muitos sacerdotes que imigrantes “não pensavam em outra coisa se não em acumular dinheiro”. O agenciador Antônio Vernier teria, portanto, que analisar cuidadosamente o comportamento dos padres para “sentir suas intenções”, alertando-os que seriam aceitos pela comunidade se andassem “vestidos com suas vestes sacerdotais”<sup>22</sup>. As experiências pretéritas com Vitor Arnoffi e Antônio Sório havia tornado as lideranças do Vale Vêneto cautelosas quanto ao modelo de sacerdote que deveria se estabelecer na comunidade.

Ao mesmo tempo em que havia uma mobilização das lideranças do Vale Vêneto no sentido de organizar a vinda de

---

<sup>21</sup> Estas cartas estão citadas em: RIGHI, 2001, p. 402-403.

<sup>22</sup> Carta de Paulo Bortoluzzi a Antônio Vernier, 17 de agosto de 1884 (RIGHI, 2001, p. 326-27). Nesta mesma carta, Bortoluzzi expressou suas intenções de fundar um colégio religioso no Vale Vêneto.

sacerdotes, existiam várias famílias tentando agilizar a transferência dos parentes da Itália. Neste caso, os imigrantes procuravam alguém capaz de garantir a vinda dos familiares e pessoas próximas, financiando as despesas e os custos das transferências. O procurador Vernier, apesar das desconfianças, era conhecedor das necessidades das novas comunidades, e, respaldado pelo comerciante Paolo Bortoluzzi, passou a transitar entre o Brasil e a Itália a fim de atender as demandas dos imigrantes, principalmente de conterrâneos da província de Treviso que estavam instalados na região colonial.

Na região que compreendia a Colônia Silveira Martins surgiram pequenas unidades de agregação fundadas, inicialmente, a partir da edificação de uma capela, semelhante à maneira como ocorreu no povoado acima apresentado. Várias foram as localidades que, como a comunidade do Vale Vêneto, de forma autônoma, estabeleceram um contrato de manutenção com padres para que estes prestassem assistência. Este atendimento religioso, considerado necessário pelas famílias, favorecia o agrupamento e a formação de redes de sociabilidade. Baseadas em vínculos que remontavam às relações estabelecidas nas comunas de origem, as redes foram rearticuladas e se tornaram fundamentais na reorganização do estilo de vida familiar e comunitário<sup>23</sup>. A existência de um passado em comum foi aspecto relevante na constituição interna do grupo imigrante que ocupou as colônias do Rio Grande do Sul.

\*\*\*

As experiências dos indivíduos remontam a um universo de práticas culturais próprias do mundo camponês italiano. Por meio das iniciativas específicas de alguns indivíduos e grupo foi possível entender como se articularam para organizar a própria transferência e garantir maior segurança na acomodação nos lotes coloniais no sul

---

<sup>23</sup> Norbert Elias (2000) ressaltou a questão das redes de ligação entre os indivíduos de uma comunidade que eram unidos por laços de interdependência. Assim, considerou as sociedades como uma configuração de homens ligados por cadeias de dependência, sendo variáveis suas características: mais ou menos complexas, extensas e coercitivas. Para Elias, estas variáveis definiam a especificidade de cada configuração social.



do Brasil. Uma vez instalados, surgiu à necessidade de estruturação dos povoados, e, neste momento, os imigrantes se utilizaram de meios capazes de agilizar as comunicações com o outro lado do Atlântico, fosse para trazer parentes, fosse para buscar padres residentes. Desse modo, compreende-se que os italianos foram protagonistas do processo migratório, sujeitos ativos que agiram segundo suas próprias lógicas, perseguindo objetivos e acionando mecanismos para garantir o sucesso de suas opções. Utilizando-se de recursos variados, muitos tinham por base as idéias de autonomia e formação de novas comunidades religiosas. O novo espaço de convívio passou a ser definido por um entrelaçamento de vários compromissos e obrigações morais, vínculos de interdependência que compunham os elementos básicos para o sucesso do projeto de constituição de novas paróquias nas terras brasileiras, como, certamente, ambicionava Paulo Bortoluzzi ao imigrar para o sul do Brasil com a ideia de se tornar chefe de uma colônia de imigrantes.

## Referências

ANCARANI, Umberto. “Monografia sobre a origem da ex-Colônia italiana de Silveira Martins 1877-1914”. In: SANTIN, Silvino; Isaia, Antônio. *Silveira Martins patrimônio histórico-cultural*. Porto Alegre: EST, 1990.

ANTONIAZZI, Andrea. *História de Novo Treviso*. [18--], Caixa 4, Missão Brasileira, Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria.

CARVALHO, Manoel Maria de. *Serviços de imigração*. Relatório apresentado ao Império. Rio de Janeiro, 31 março de 1886 (cópia xerocada). Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG), Nova Palma.

CERETTA, Antônio. *História do Vale Vêneto (1877-1886)*. 1894, Caixa 4, Missão Brasileira, Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução, Vera Ribeiro; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

RAMELLA, Franco. “Movilidad geográfica y movilidad social. Notas sobre la emigración rural de la Itália del Noroeste (1880-1914)”. *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, 6, 17, 1991, p. 107-118.

RIGHI, José V: BISOGNIN, Edir L.: TORRI, VALMOR. *Povoadores da Quarta Colônia*. Porto Alegre: EST, 2001.

VENDRAME, Máira. ‘Nós partimos pelo mundo, mas para viver melhor’: redes sociais, família e estratégias migratórias. In: *Métis: história & cultura* – v. 9, n. 17, Jan./jun. 2010, p. 69-82.

# DO EXTREMO NORTE AO EXTREMO SUL: IMIGRAÇÃO E IDENTIDADE<sup>1</sup>

Jaqueline Oliveira<sup>2</sup>

*Resumo:* O trabalho busca analisar questões que surgem da narrativa da imigrante finlandesa Åsa Dahlström Heuser. Para tanto utilizar-se-á do método de pesquisa da História Oral e desenvolverá com base na análise textual discursiva reflexões acerca de seu processo migratório e construção de sua identidade. Serão abordadas ao longo do trabalho as questões de formação de identidade da depoente em sua jornada do extremo norte da Europa para o extremo sul do Brasil, bem como suas experiências como migrante dentro do território brasileiro. Em um primeiro momento serão apresentadas suas lembranças da Finlândia, e posteriormente sua chegada em Guaíba, cidade onde sua família se estabeleceu e as vivências sociais experimentadas por ela a partir de então.

*Palavras-chave:* História oral, mulheres imigrantes, identidade.

---

O presente trabalho procura analisar o depoimento oral da imigrante finlandesa Åsa Dahlström Heuser<sup>3</sup> utilizado como base a análise textual discursiva (MORAES; GALLIAZI, 2007). Serão abordadas ao longo do trabalho as questões de formação da identidade da depoente em sua jornada do extremo norte da Europa para o extremo sul do Brasil, bem como suas experiências como migrante dentro do território brasileiro. Em um primeiro momento serão apresentadas suas lembranças da Finlândia, e posteriormente sua chegada em Guaíba, cidade onde sua família se estabeleceu, e as vivências experimentadas por ela a partir de então.

---

<sup>1</sup> Trabalho orientado pela Profa. Dra. Núncia Santoro de Constantino.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Ver: HEUSER, Åsa Dahlström. *Transcrição do depoimento oral*. Guaíba, 11 abril. 2012. Arquivado no Laboratório de Pesquisa em História Oral, no PPGH-PUCRS

Ao trabalhar na produção do documento oral da depoente, buscou-se observar questões relativas a cultura escandinava, afim de melhor compreender a narrativa desenvolvida por Åsa ao longo da entrevista. Não será objeto de análise a veracidade das informações fornecidas pela depoente, mas sim a forma como ela relaciona-se com as mesmas durante o processo de relembrar o próprio passado, e também o papel que essas lembranças (vivenciadas ou herdadas) exercem na formação da personagem que ela nos apresenta (POLLAK, 1992, p.2). Sobre a validade deste documento pode-se argumentar que uma vez que “a memória é socialmente construída, toda documentação também o é” (Idem, p.8), logo a depoente apresenta a sua história de acordo com a construção de sua própria memória. Marieta de Moraes Ferreira afirma que:

Os arquivos escritos dificilmente deixam transparecer os tortuosos meandros dos processos decisórios. Muitas decisões são tomadas através da comunicação oral, das articulações pessoais; [...] Para suprir essas lacunas documentais, os depoimentos orais revelam-se de grande valia. (FERREIRA, 1998, p.7)

Portanto parece estar bem definida a importância e a relevância dos documentos orais como fontes históricas, sobretudo em se tratando da pesquisa acerca das mulheres imigrantes. A mulher tradicionalmente não escreve a história, mas através de sua fala e de suas memórias é possível compreender seu contexto social, e obter indícios de uma história maior que acontece paralelamente a essas histórias pessoais.

Åsa desvia-se do padrão usual das mulheres que imigraram para o Brasil, ela chega aqui já no pós-guerra, e sua família tampouco passava dificuldades financeiras na Finlândia. Embora a imigração seja identificada como um fenômeno das massas por Núncia Santoro de Constantino, ela também informa que “é em primeiro lugar, um deslocamento de diferentes pessoas em diferentes tempos e espaços, qualificados em muitos sentidos, isto é, social, econômica, política e culturalmente” (CONSTANTINO, 2006, p.65). Este parece ter sido o caso da família Dahlström, que emigrou em grande parte por questões sociais, sendo de origem sueca e

falando apenas o idioma sueco<sup>4</sup> e nãoo finlandês, haviaum certo sentimento de serem estrangeiros em sua própria terra.

Então, onde nós fomos morar depois chama-se Jakobstad<sup>5</sup>, nessa cidade então se falava mais sueco. Ess acidade cidade fica num lugar chamado Öster botten<sup>6</sup> na Finlândia [...] Daí que nessa cidade tinha mais gente que falava sueco, eu frequentava a escola por exemplo, que era de língua sueca, e eu nunca aprendi finlandês, a verdade é essa. (HEUSER, 2012, f. 2)

De todo modo, a península escandinava se encontra afastada da Europa continental não apenas geograficamente, pois constituiu-se social e culturalmente de maneira bastante distinta e peculiar. Em outra passagem do depoimento é possível perceber o quanto esta questão social, foi decisiva na vinda da família da depoente para o Brasil. Åsa descreve como o pai, engenheiro químico, decidiu emigrar no ano de 1970, após receber uma proposta de trabalho por parte de uma empresa norueguesa de celulose (Borregaard) que viria atuar no sul do país:

(...) Tem uma coisa na Finlândia que pouca gente sabe, existe um preconceito linguístico. Os que falam finlandês que são... Tipo na época, cinco ou 6% da população falava sueco e o resto todo mundo falava finlandês. E atualmente vai tipo uns 3% que fala sueco, ta diminuindo. E meu pai uma vez me contou, nem faz tanto tempo que ele me contou, que ela tinha chegado a conclusão que a carreira dele na Finlândia tava estagnada, ele não tinha chances de ir adiante na profissão, pelo fato de não ser de origem realmente finlandesa. Havia uma espécie de barreira, então ele decidiu vir... (Idem, Ibidem).

A idéia de vir para o Brasil, foi muito bem recebida pela depoente e por toda a sua família, na época formada por seus pais, um irmão mais velho e três irmãs mais jovens, “éramos uma escadinha, era meu irmão mais velho, que tinha 16 anos na época, eu

---

<sup>4</sup> O sueco embora também seja considerado uma língua oficial na Finlândia, é falado por uma minoria, sendo a língua materna de 6% da população finlandesa.

<sup>5</sup> Pietarsaari em finlandês.

<sup>6</sup> Pohjanmaa em finlandês.

13 e as minhas irmãs tinham 10, 7 e 4 anos, era uma escadinha!” (Idem, fl. 3). Åsa conta que sua vida até então havia sido bastante comum, estudava, brincava, levava uma vida normal para os padrões sociais e culturais de seu país de origem.



A família Dahlström ainda na Finlândia, Åsa é a primeira da esquerda para direita.

Fonte: Laboratório de história Oral da PUCRS.

Seu pai veio primeiro de avião, ela, a mãe e os irmãos vieram depois de navio. A viagem demorou em torno de duas semanas, ao fim das quais a família desembarcou no porto de Santos. Mas na chegada acontece um imprevisto, não há ninguém para recebê-los no porto e a mãe da depoente falava apenas sueco e inglês. Por fim, encontram alguém que compreende inglês e os encaminha a um hotel cujo proprietário também falava o idioma, assim a mãe consegue entrar em contato com a empresa do pai, responsável por recepcioná-los. Logo tudo se resolve, tendo sido apenas um equívoco com relação às datas de chegada do navio. De Porto Alegre ela se lembra do calor intenso da primeira semana, era final de abril e já na próxima semana quando se mudaram para Guaíba fez muito frio, o que causou certa perplexidade em Åsa e seus irmãos. Outro fator que ela destaca é a questão da língua, pois aqui não era comum entre as crianças e adolescentes falar inglês, tal como acontecia na Finlândia, em função disso eles inicialmente encontraram certa dificuldade na comunicação.

O que chama atenção na narrativa é o desejo da família de se estabelecer no Brasil, diferente dos outros trabalhadores da empresa para qual seu pai trabalhava, eles não foram morar na pequena vila habitada por noruegueses, suecos e alemães. Ao invés disso buscaram uma casa em um bairro residencial da cidade, as atividades sociais também eram orientadas no sentido de fortalecer os laços com a comunidade local:

Eu acho que me enturmei mais mesmo com o pessoal... Os brasileiros... Eu participava bastante, a gente ia... Eu falei antes que tinha o clube aqui a SAFE<sup>7</sup>, a gente ia lá, participava dos almoços e bailes. E eu me lembro que o meu aniversário de 14 anos foi feito nesse clube, foi comemorado, celebrado nesse clube... meu aniversário de 14 anos! (Idem, p.5)

Åsa lembra também dos chás promovidos por sua mãe junto com as moradoras do bairro, cada semana na casa de uma. Não demora para ela vencer a barreira do idioma que tanto lhe assustou, graças a ajuda das amigas que fez na escola. Fala ainda sobre o frio que sentiam dentro das casas aqui, porque não havia calefação. Sobre a comida ela diz não ter tido problemas, gostou logo do arroz com feijão, mas por outro lado deixa transparecer o saudosismo por sabores tipicamente escandinavos, como o caviar em pasta muito apreciado no café da manhã e do alcaçuz.

Com quinze anos Åsa conhece aquele que viria a ser seu marido, Daniel Heuser, eles começam a namorar, mas inesperadamente a família resolve se mudar outra vez. Agora vão para a Bahia onde o pai de Åsa vai trabalhar em outra fábrica de celulose, ela não se adapta e anseia em retornar para o sul. Durante esse período ela namora por cartas com Daniel, segue assim por um ano e meio, até que ela decide voltar sozinha e passa a viver na casa do sogro, então viúvo. O resto da família segue para Campinas, onde se estabelecem sua mãe e suas irmãs. Åsa logo engravida e casa, e segue então para o Paraná onde nasce seu segundo filho, seu marido então veterinário, é chamado para trabalhar junto a uma cooperativa

---

<sup>7</sup> Sociedade Amigos dos Balneários Florida e Vila Elza em Guaíba.

em Tenente Portela no interior do Rio Grande do Sul. É nessa cidade que Åsa tem seu terceiro filho e vive os próximos vinte anos de sua vida, é também em Tenente Portela que ela começa a lecionar, por ser uma das poucas pessoas da cidade que fala inglês. Os alunos de sueco só surgiram anos mais tarde quando ela voltou a Guaíba, cidade que na narrativa da depoente ocupa um forte simbolismo.

Guaíba acaba por ser um ponto de conexão com sua própria identidade, a cidade parece aproximá-la de suas origens nórdicas. É quando ela retorna para a cidade que acaba também por retomar seu idioma materno que havia ficado um tanto esquecido, assim ela narra em seu depoimento:

Eumesmadurante muito tempo, eumeioqueperdi o contato com o sueco, porque a gente foi parar lá no interior, e eu praticamente não falei e nem me comuniquei com ninguém em sueco, a não ser muito esporadicamente, porque não morava perto dos parentes. Então só de vez em quando que eu falava sueco e se tornou bastante precário, então quando eu comecei a lecionar eu posso dizer que o meu sueco tava um pouco precário, mas aí eu já tinha começado uns anos antes a ler mais em sueco, tentar melhorar um pouco meu sueco. Então posso dizer que hoje o meu sueco tá muito melhor que uns anos atrás, eu tinha perdido o contato com ele, tive que recuperar (risos). E ainda hoje português é a língua que eu me expresso melhor. (Idem, fl. 9)

Sua relação com a cidade fica evidenciada também em outra passagem:

Eugosto de Guaíba, mas eu não voltei a ter aquela vida que eu tinha quando eu morava aqui, lógico! Depois de tanto tempo assim é praticamente um recomeço. Mas eu gosto daqui. E tem dias que tem uma certa luminosidade e um certo cheiro no ar, principalmente nessa época do ano, que foi a época que a gente chegou, que aí eu me lembro nitidamente, justamente da época que a gente veio pra cá, dos primeiros tempos que a gente morava aqui...(Idem, fl.14)





Da Esquerda para direita: foto do casamento de Åsa em Guaíba, chifres de rena trazidos da Finlândia e boneco representando um Moomin, personagem criado pela escritora finlandesa Tove Jansson (fotos tiradas na residência da depoente em 11 de abril de 2012). Fonte: Laboratório de Historia Oral da PUCRS.

Com a volta para Guaíba Åsa passa a dedicar-se a outra atividade que hoje ocupa um importante papel em sua vida. Passa a atuar como ativista da causa ateuista e humanista, presidindo associações e grupos ligados ao tema. Ela atribui seu ateísmo a sua herança escandinava e familiar, e conta que seu avô fazia parte de um grupo de livres pensadores finlandeses já há cem anos atrás. Embora em sua família fossem todos ateus ela conta que no Brasil frequentou a Igreja Luterana, como uma forma de sociabilizar. Pollak sinaliza que “a memória, bem como o sentimento de identidade nessa continuidade herdada, constituem um ponto importante na disputa pelos valores familiares, um ponto focal na vida das pessoas.” (POLLAK, 1992, p.5). A forma como a depoente apresenta a questão em sua narrativa deixa claro que ela se vê como uma pessoa a frente de seu tempo quando chega ao Brasil nos anos 70. Isso é parte essencial da construção de sua personagem, que aqui destacou-se de uma maneira que não seria possível em seu país de origem. Como aponta Núncia Santoro de Constantino “as imigrantes partiram por diferentes razões e em diferentes condições. Transitaram por maior ou menor tempo. Construíram novas identidades e aprenderam a viver na terra a que estavam destinadas.” (CONSTANTINO, 2006, p.67).



Ása em sua residência em Guaíba, foto tirada em 11 de abril de 2012. Fonte: Laboratório de História Oral da PUCRS.

Ása estava mesmo destinada a viver em Guaíba, aqui ela evidencia seu estrangeirismo apenas quando lhe convêm ou simplesmente o oculta dos demais. Ela adaptou-se a ponto de ser imperceptível qualquer sotaque em sua fala capaz de evidenciar sua origem, encontrou um lugar e uma função dentro dessa estrutura social, mesmo sem nunca abrir mão de sua condição de estrangeira. Ela manteve sua cidadania européia mesmo morando aqui por 42 anos, em função disso dois de seus filhos fizeram o caminho inverso ao dela, emigrando do Brasil para Finlândia.

Por fim, a história de Ása evidencia uma série de questões comuns aos imigrantes, embora sua história parta de um princípio incomum dentro das categorias migratórias. Ela desenvolve aqui relações de trabalho, amizade e sociabilidade, essas relações permitiram o desenvolvimento de sua identidade, e seu trânsito nas diferentes esferas da sociedade. A narrativa de Ása é rica, e trás indícios que abrem variadas possibilidades de abordar sua história, tais como a questão da industrialização do Rio Grande do Sul, elemento que possibilitou que sua família aqui se estabelecesse ou ainda questões relacionadas a antropologia, como o “fascínio pelo

estranho” que parece ter desempenhado forte papel na relação dos Dahlströms com o Brasil.

## **Referências**

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Projeto Mulheres Imigrantes em Porto Alegre*. Porto alegre (1945-1970). CPHO, 2007.

\_\_\_\_\_. *Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes*. Revista de estudos Ibero-Americanos. PUCRS, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord). *Entre-Vistas: abordagens e usos da historia oral*. Rio de janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998.

HEUSER, Åsa Dahlström. *Transcrição do depoimento oral*. Guaíba, 11 de abril, 2012. Arquivado no Laboratório de Historia Oral, PPGH-PUCRS.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do C. *Análise Textual Discursiva*. Ijuí, Unijuí, 2007.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Rio de Janeiro, Revista de Estudos Históricos n.10, 1992.

# **SOMOS TODOS ITALIANOS? A REAFIRMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE ATRAVÉS DA ANÁLISE DE UMA NARRATIVA SOBRE UM CRIME NA CIDADE DE NOVA PALMA-RS<sup>1</sup>**

Juliana Maria Manfio <sup>2</sup>

Paula Simone Bolzan Jardim<sup>3</sup>

*Resumo:* O município de Nova Palma encontra-se na Quarta Colônia de imigração italiana, região que compreende o centro do Estado. Assim, o presente trabalho pretende investigar a representação das famílias de imigrantes italianos de uma comunidade no interior dessa cidade, a partir da narrativa histórica de um crime ocorrido em 1898. Tratou-se de um estupro seguido de duplo assassinato, fazendo como vítimas, uma mulher imigrante e seu filho. Próximo a fechar cem anos do acontecido, a história ressurgiu escrita por um padre, para a inauguração de um monumento no local em que ocorreu o fato, sendo regida por uma celebração católica. A recuperação histórica do incidente aponta uma intenção de fixar na memória da comunidade a tragédia, bem como, associar à luta dos italianos na saga migratória e o sofrimento causado por um crime que desmancha com o sonho de uma família de *fazer a América*. A partir deste mote, quer-se compreender a arquitetura do discurso do padre sobre a imigração, tendo ponto de partida a reconstituição de um crime, como meio de instituir entre os residentes da localidade e de Nova Palma, a noção de identidade única e um passado de sofrimento incomum.

*Palavras-chave:* Imigração Italiana, Nova Palma, Quarta Colônia, Identidade, Discurso.

---

## **Introdução**

Nos últimos anos, vem crescendo o número de publicações a respeito da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Isso se deve,

---

<sup>1</sup> Artigo que faz parte do projeto de pesquisa (PROBIC) intitulado de *O caso Stoch: a imigração italiana no município de Nova Palma (1884-1900)* e, bem como, do Trabalho final de Graduação I (TFG I).

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de História UNIFRA.

<sup>3</sup> Orientadora e Professora do Curso de História UNIFRA.

principalmente, aos programas de pós-graduações de instituições de ensino superior no Estado. Porém, muito das divulgações privilegiam a região da Serra Gaúcha, a qual formou as primeiras três colônias, deixando em segundo plano a quarta zona de imigração italiana, localizada na região central do RS.

O trabalho faz parte de um projeto de pesquisa do curso de História do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), financiado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (PRPGPE). Teve início em abril de 2012, com o prazo de finalização em março de 2013. A pesquisa visa mostrar o cenário da imigração italiana na Quarta Colônia, a partir de um estudo de caso. A micro-história se faz necessária para entendermos as especificidades da colonização nessa região, como também, para contribuir, de forma geral, com os estudos de imigração no Estado. Além disso, proporcionar uma relação com o discurso pregado entre os ascendentes de imigrantes italianos acerca da identidade, da memória e da figura do colono imigrante.

A micro-história possibilita trazer ao público, pessoas comuns, como também, acontecimentos corriqueiros do cotidiano desses imigrantes que são pouco relatados na historiografia. Com isso, o estudo de caso apresentará um casal de imigrantes italianos, recém constituído em matrimônio que, como outros de seus compatriotas, decidem partir de sua terra natal para começar uma nova vida no Brasil e, acabaram vivenciando o insucesso deste processo migratório.

Vale salientar que, a fonte utilizada para esse estudo parte de uma narrativa escrita por um religioso, realizada em torno de dez anos atrás, ou seja noventa anos após o acontecido. Até então, nenhum documento oficial foi encontrado para fazer uma comparação com o texto escrito. Na tentativa de encontrar documentos oficiais, foram realizadas pesquisas nos arquivos público, histórico e judicial do Rio Grande do Sul, Museu de comunicação José Hipólito da Costa, Delegacias de Polícia de Nova Palma e Júlio de Castilhos, Fórum da Justiça de Júlio de Castilhos, Cartórios e Tabelionatos de Nova Palma, Faxinal do Soturno e Júlio de Castilhos, bem como, o Centro de pesquisas genealógicas de

Nova Palma (CPG). Não obtendo sucesso na procura, o desenvolvimento da pesquisa desenrolou-se através de um manuscrito e documentação relacionada ao religioso.

O padre que redigiu este documento é antigo detentor de um importante acervo sobre imigração italiana na região da Quarta Colônia, iniciou as pesquisas sobre esse casal, que será estudado, a partir de seu próprio interesse. Através de relatos orais, registros paróquias e documentos do Arquivo Histórico do RS, ele reconstruiu a história do casal, desde a partida da Itália até o desfecho final, quando um assassinato brutal tira a vida de um dos integrantes do casal e o outro preso – considerado o principal suspeito.

Pensando no contexto da imigração italiana no RS e na região central do Estado, agregado ainda, ao estudo de caso e aos discursos criados a cerca da figura do colono italiano, o texto foi dividido em dois itens, para uma melhor compreensão do mesmo: 1) *Inúmeros navios, milhares de italianos: o contexto histórico da imigração no Sul do Brasil*, traz brevemente os fatores de atração e repulsão, pontos importantes para a saída e vinda de italianos da Itália para o Brasil. Além disso, proporcionará um sucinto histórico da imigração italiana no Rio Grande do Sul, dando ênfase a colonização na região central do Estado. Serão apresentadas políticas de incentivo aos imigrantes, bem como leis e decretos estabelecidos no período de colonização. No capítulo 2) *Uma história de sangue: a historiografia de imigração italiana no RS a partir de um estudo de caso*, faz uma análise da historiografia de imigração italiana no Estado, debatendo o que foi escrito com o que está sendo publicado recentemente.

### **Inúmeros navios, milhares de italianos: o contexto histórico da imigração no Sul do Brasil**

Na década de setenta dos anos de mil e oitocentos, um enorme contingente de italianos partiu da Itália rumo ao Brasil. A Itália passava por mudanças de cunho político, econômico e social com estruturação do capitalismo. Essas transformações foram sentidas pelos grupos sociais marginalizados, principalmente pelos camponeses, que foram estimulados pelo governo italiano a

migrarem, como forma de dar oportunidade àqueles que permaneceram no país. Como nos comenta FAVARO (2006, p.304): “Era necessário expulsar da terra os excedentes populacionais, que poderiam, pela pobreza e carências, atrasar e até mesmo impedir a expansão do novo modelo de propriedade fundiária de base capitalista”.

A elite brasileira estava em busca de indivíduos que, como tempo fosse substituindo a mão de obra escrava pela assalariada e também, que colonizassem regiões consideradas pouco habitadas, como o sul do país, no qual eram resididas por pequenos, médios e grandes proprietários e por indígenas. Essa procura se devia a um movimento de substituição a mão de obra escrava pela assalariada, uma vez que não se pensou em políticas de inclusão desses trabalhadores na sociedade que emergia do período escravocrata. A partir dessas premissas, o governo brasileiro incentivou através de propagandas e recursos financeiros a imigração de grupos estrangeiros vindos da Europa, executando uma política de branqueamento da população brasileira e de substituição gradual da mão de obra escrava. Como acrescenta FAVARO (2006, p.314):

Impossível ignorar a intensa propaganda desenvolvida pelos governos interessados na imigração e, em vários momentos, pelo próprio governo italiano, propaganda que certamente alimentava o imaginário coletivo com visões fantásticas do *país da fartura*, onde, além de frutos, moedas de ouro brotavam das árvores.

Uma importante parcela dos imigrantes chegados ao Brasil foi direcionada para o sul do país, segundo uma política de colonização desse território, a partir da concessão de terras. Dessa forma, diferentemente da região sudeste do país, no Rio Grande do Sul os imigrantes italianos receberam lotes de terras e tornaram-se proprietários das mesmas. Com isso houve a formação dos quatro primeiros núcleos de colonização no Estado: Dona Isabel (atual cidade de Bento Gonçalves), Campos dos Bugres (atual cidades de Caxias do Sul, Flores da Cunha, Farroupilha e São Marcos), Conde d’Eu (atual cidades de Garibaldi e Carlos Barbosa) e Silveira Martins (região da Quarta Colônia, no centro do Estado, que compreende sete municípios).

Contudo, no final do ano de 1879, o Império Brasileiro decreta a anulação da lei que incentivava e destinava recursos à imigração, fazendo-se anunciar nos jornais das capitais européias, o cancelamento de todos os auxílios prestados pelo governo do período.

Decreto Nº 7570 de 20 de dezembro de 1879.

*Suspende provisoriamente a execução do Decreto nº3784<sup>4</sup>, de 19 de janeiro de 1867.*

Não sendo suficiente para ocorrer a todas as despesas necessárias ao serviço de colonização no Império a verba consignada na vigente Lei do orçamento, e não podendo, por isso, atualmente tornar efetivos os favores e auxílios determinados no Regulamento que baixou com o Decreto n.3784, de 19 de janeiro de 1867, hei que seja provisoriamente suspensa à execução do mesmo decreto. (IOTTI, 2001, p.422)

Apesar de suspensos os benefícios, o fluxo imigratório continuou intenso, ocorrendo de forma “espontânea”, com a saída de milhares de italianos de seu país de origem, rumo ao Brasil, sendo que parte tem destino certo para o Rio Grande do Sul. Isso pode ser justificado pelo Artigo 12, Capítulo I, do Decreto Nº 3784 de janeiro de 1867: “... que comunique por telegrama para a Europa o faça anunciar nos jornais desta capital, que dentro de 30 dias desta da cessarão todos os auxílios prestados na hospedaria do Estado” (IOTTI, 2011, p.424)

A formação da região da Quarta Colônia esteve ligada a esse movimento, chamado de imigração “espontânea”. Criada no ano de 1878, o núcleo recebeu inúmeros italianos que foram instalados em barracões coletivos à espera das demarcações das terras. Porém, mesmo com o fim da concessão de terras através do decreto Imperial, os imigrantes não pararam de chegar à Colônia Silveira Martins (SPONCHIADO, 1996. a). Um dos motivos deve-se ao fato de que a Província Rio-grandense continuou com a política de

---

<sup>4</sup> O Decreto n. 3.784 de 19 de Janeiro de 1867, regulamenta a formação de Colônias de Estado, a partir de sua fundação, distribuição de terras, dando-lhes condições de propriedade.



colonização oferecendo aos colonos os lotes de terras. Dessa forma, um grande número de imigrantes que chegou à colônia Silveira Martins, porém não existiam terras para todos. Isso reforça a busca de novas áreas para a criação de núcleos residenciais aos arredores da sede colonial que dariam origem à sete municípios da região central do Estado: Silveira Martins, Ivorá, Nova Palma, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Pinhal Grande e Dona Francisca. Figura expressiva na busca de novas terras é o agrimensor engenheiro José Manuel de Siqueira Couto, nomeado em 1881, diretor chefe da Comissão Técnica de demarcação dos lotes.

Este Diretor também vai continuar pedindo ao Governo Geral que destine verbas para desapropriar as terras plainas dos particulares que truncam a expansão da Colônia, que continua recebendo colonos, que ficam nas casas dos já fixados ou abarrotam os barracões da Sede (SPONCHIADO, 1996.b, p.59)

Em um ofício de Siqueira Couto ao Presidente da Província no ano de 1883, pode-se observar que, foram indicadas terras devolutas da margem esquerda do Rio Jacuí, que haviam sido compradas pela Província sulina, com finalidade de colonizá-las. A demarcação dos lotes nessa região dará origem ao atual município de Nova Palma. Como nos coloca SPONCHIADO (1996 a, p. 64):

Siqueira Couto, em 1884, localiza os lotes 33, 34 e 35 a Sede do Núcleo Soturno (depois Barracão), na confluência do Arroio Portela com o Rio Soturno. O local, embora descentralizado, prevalecendo devido a abundancia de água e o fácil acesso pelas margens do Rio que lhe emprestava o nome.

Contudo, lentamente, novas terras foram sendo incorporadas ao Governo Geral para serem destinadas à demarcação e ao estabelecimento de imigrantes italianos. Com isso, “... até por volta de 1889, quase todos os lotes rurais da Colônia Silveira Martins já estavam apropriados, à exceção daqueles mais declivosos e, portanto impraticáveis para a prática agrícola” (SAQUET, 2003, p.117). Porém, no ano de 1887, o engenheiro Siqueira Couto cumpria ordens de superiores, no qual, deveria explorar possibilidades de novos núcleos em Toropi e Jaguari, localizados também na região central, para estabelecer os imigrantes que ainda chegavam aos

milhares na região centro da Província. Essas demarcações tornaram-se possíveis devido à estrada de ferro que se estendia até a fronteira. (SAQUET, 2003, p. 162).

Nesse contexto do processo de imigração, encontra-se o casal de italianos Ângelo Stochi e Maria Stella Casini, recém-casados em uma cidadezinha da Província italiana de Treviso, migram para o Brasil em 1889, tendo como destino à quarta zona de imigração no Estado sulino. A seguir, conheceremos a interessante trajetória desse casal de italianos, na tentativa de “fazer a América”. Sua história será debatida com a historiografia de imigração italiana no Rio Grande do Sul, como forma de fazer uma discussão que possa encontrar novos elementos que caracterizam esse processo imigratório no Estado, no qual poderá auxiliar a novos estudos a respeito do assunto.

### **Uma história de sangue: a historiografia de imigração italiana no RS a partir de um estudo de caso**

Por muitos anos, desde que se passou a escrever sobre imigração italiana no RS, esse processo foi descrito como um movimento de sucesso, de heroísmo, de sofrimento e dificuldades que foram enfrentadas pelo colono e sua família, fazendo valer a proposta de imigrar. SPONCHIADO (1996. a) nos apresenta essa ideia:

Valera a pena imigrar. Ainda que as saudades da *Patria Lontana* esbraseassem o peito, enchesse os sonhos noturnos, fossem assunto obrigatório das conversas com os filhos que iam crescendo; outras vezes, já com os netos, que agora poderiam viver no seu, e, com a segurança que toda a propriedade proporciona (Luiz Sponchiado APUD SPONCHIADO, 1996.a, p. 40)

Porém, essa ideia de sucesso não aconteceu com todos os colonos que migraram para o Rio Grande do Sul. Muitos dos que chegaram, não prosperaram devido inúmeros motivos, como: não haver terras disponíveis, não ser apto ao trabalho na terra, não ter recursos financeiros para investir, entre outros. Com isso, os primeiros escritos sobre imigração italiana no Estado, homogeneízam todo um grupo, enfatizando o sucesso de imigrar,

sendo que nem todos obtiveram esse sucesso. MAESTRI (2010) afirma que as bibliografias ignoram o real imigrante e ainda o transformam em um herói mitológico:

Enfatizando *ad nauseam* a disposição *natural* do colono ao sucesso, propondo-lhe fé e moral beatificantes, negou-se habitualmente a complexidade da história real ao ignorar e sufocar suas contradições, seus tropeços, seus fracassos, suas misérias e, portanto, suas grandezas. Para transformar o imigrante em espécie de herói mitológico, essas narrativas jamais abordam os imigrantes que fracassaram na experiência colonial, retornando a Itália, partindo para outras cidades, entregando-se ao alcoolismo, enlouquecendo etc (MAESTRI, 2010, p. 106).

Com esse mesmo discurso de uma imigração de sucesso que acabou por não atingir a totalidade de italianos, porém, foi homogeneizada para todo um grupo social, FAVARO (2006) nos relata que

Apesar do esforço de milhares de imigrantes e de seus descendentes em fazer da terra de adoção a concretização de um sonho, o sucesso material não atingiu a todos, embora o discurso ufanista incluía a totalidade. No processo, milhares foram excluídos (FAVARO, 2006, p. 317).

Mas, de que maneira esse imigrante herói surge na historiografia de imigração italiana no Estado? Quando Borges de Medeiros assume o governo do Estado, tem como medida a reativação do projeto de colonização, dando incentivo à imigração, passando a proteger e a incentivar as colônias do interior. Além disso, promoveu melhorias como à abertura de estradas, construção de escolas e ocupação de novas terras. Dessa forma, enraizado em um discurso positivista, no qual, promove a valorização imigrante italiano. Complementa CONSTANTINO (2010, p.143):

Desde que assumira o poder, usava como estratégia um elaborado e exaustivo discurso de valorização do imigrante italiano que, assim, acabou servindo de modelo, definido como indivíduo capaz de fácil assimilação, ordeiro e trabalhador. Imigrantes italianos acabaram personalizando o lema positivista: *Ordem e Progresso*. O estímulo de Borges de Medeiros coincidia com os valores dos imigrantes que,

em geral, trabalhavam arduamente, poupavam e desejavam inserir-se na sociedade rio-grandense.

Nesse sentido, a primeira obra escrita sobre imigração italiana no Estado foi um álbum comemorativo ao *Ciquentenário* da colonização italiana no Estado, no ano de 1925, financiada pelo governo italiano, com apoio do governo do RS. Pela primeira vez, escreve-se uma narrativa histórica sobre imigração, no qual, há a exaltação das figuras representativas dentro das colônias, de forma individual. O uso da imagem de Garibaldi, italiano que lutou na Revolução Farroupilha, acabou impondo-se como representação da coletividade italiana (CONSTANTINO, 2011).

Não se pode deixar de salientar que, o trabalho faz do italiano o herói e, a partir das atividades que exerce, vai constituindo-se uma imagem do imigrante ligada à glória. O homem, juntamente com sua família, trabalha duramente dia após dia, para produzir, alimentar a família, bem como, vender o excedente para pagar as dívidas contraídas com o governo brasileiro. Complementa MANFROI (1975):

Pelo trabalho de sol-a-sol de toda a família. O imigrante italiano foi um trabalhador incansável, rude e persistente. É essa uma das qualidades, por toda reconhecida, do imigrante e que constitui sua glória (p.121)

Pensando na historiografia de imigração italiana no Estado, essa pesquisa faz uma análise a partir de um estudo de caso: um casal italiano que, como muitos outros, decidiu migrar rumo ao Brasil. O casal não teve uma trajetória de sucesso, igual a muitos outros casos, que não são relatados na historiografia de imigração italiana. Contudo, a história trágica deste casal reaparece para um evento que busca reafirmar a identidade italiana aos ascendentes desses imigrantes.

O Padre, um pesquisador sobre imigração na região da Quarta Colônia, na década de sessenta interessou-se pela história desse casal de imigrantes. Realizou pesquisa de campo, procurou os familiares ascendentes, enfim, reuniu informações, nas quais, constituiu uma narrativa que conta a trajetória do casal no Rio

Grande do Sul. Além disso, no início dos anos dois mil, ergueram, juntamente com o auxílio da comunidade local, um monumento em homenagem as mães, representada na figura feminina do casal.

Suas pesquisas sobre o caso datam a década de sessenta e vão se estender até o início dos anos dois mil, quando finalmente tem escrita a trajetória do casal, bem como, um monumento erguido em sua homenagem (Manuscritos de Padre Luiz- Caixa família Stochi).

No final do século XIX, nesse cenário de imigração, iremos encontrar o casal recém constituído em matrimônio, Angelo Stochi e Maria Stella Cansini. Com o propósito firmado em imigrar, partiram da Itália com o sonho de *fazer a América*, atitude tal igual a muitos italianos nesse mesmo período. COSTA (1996, p. 253) relata as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes residentes em território italiano: “Nesse contexto, com problemas de ordem econômica, política e social, emigrar, aos milhares, famílias recém-constituídas, na maioria, em busca de, em nosso caso, “fazer a América”. Emigram apenas com a esperança de vencer, como, aliás, o fazia toda a Europa, na época”.

Em fevereiro de mil oitocentos e oitenta e nove, o casal que recém havia chegado a Porto Alegre, zarpa para a Quarta Colônia, onde seguiam até Rio Pardo de barca e o restante do trajeto até o núcleo era feito em carretas. Neste período, todo o imigrante que chegasse a Silveira Martins era direcionado ao novo núcleo, em Jaguari, pois nesse havia lotes de terra para a colonização. Segundo MARCHIORI (2000), que transcreveu os códigos da imigração em Jaguari, Ângelo e Maria Stella teriam entrado e estabelecido nessa Colônia em agosto de 1889. Porém o documento ainda traz uma informação relevante sobre o casal, no qual, a família havia abandonado o núcleo. Ressalta MARCHIORI (2000, p.17):

Cabe observar que não constam, para os primeiros imigrantes, empréstimos relativos aos itens “casa provisória” e “ferramentas e sementes”. O primeiro imigrante a receber empréstimo para a compra de ferramentas e sementes foi Wilhelm Kauffmann (n. 1056, AS 290), no valor de 45\$000. Josef Hertwing, integrante da mesma leva (n. 1057), foi o primeiro a receber empréstimo para

“casa provisória”, no valor de 150\$000. Antes desta data, raros foram os empréstimos a imigrantes, salientando-se, neste caso, o concedido a família de Nicolau Steibel, primeiro imigrante registrado na Colônia, que recebeu o valor de 202\$900, para “estabelecer um moinho”.

Este fator poderia justificar a dificuldade dos imigrantes em estabelecer-se nos lotes de terra. A informação, fazendo-se valer para a família Stochi que, não recebendo os itens citados acima abandonou o lote. Porém, cabe salientar que havia um decreto que cessava os favores e financiamentos para a imigração, sendo um fator a mais que dificultaria economicamente o estabelecimento dos italianos nos núcleos. Não possuindo terras e nem casa para estabelecer a família que crescia com o nascimento dos três primeiros filhos, o casal decide morar em terras de parentes no núcleo Soturno. Foi no interior desse núcleo que aconteceria a tragédia que abalaria a estrutura dessa família.

De forma literária, o padre narra o episódio do brutal crime. Maria Stella e seu quinto filho, ainda de colo, estariam voltando para casa quando, foram atacados com um homem, denominado Lúcio José dos Santos. Vale à pena conferir a narrativa construída pelo religioso:

Alcançou-a na vereda sombria das florestas, junto ao lote 144. Sádico inveterado, com ameaças e desaforos, obrigou-a a satisfazer seus instintos bestiais que, devido a sua perversão sexual, tinha satisfação com judiaria de sangue. – Deixou prostada de tal maneira e com tanta equimoses, que achou melhor matá-la de vez, grossas pedras, ferros abundantes no local, liquidaram-na. Foi então que o bárbaro se deu conta, pelo choro da criança que fora atirada aí, pelo chão. – Temendo que o choro o traísse, procurou sossegá-lo, decepando do cadáver da mãe o peito, que colocou na boca inútil. Daquela posta de carne porém não escorria leite, e o inocente também foi linchado a pedradas.

Alguns dias depois, o corpo foi encontrado pelo marido da vítima. Segundo a narrativa do Padre, por existir desavenças entre o casal, esse fator foi decisivo para Ângelo ser acusado pelo crime da própria esposa. Com Maria Stella morta, Ângelo preso, os filhos foram logo distribuídos entre três famílias distintas da região. Esse

episódio é fundamental para entendermos a saga migratória: a destruição da família imigrante, do sonho de emigrar e construir uma nova vida.

Próximo de completar cem anos desse crime, o Padre Luiz reconstitui a história da triste trajetória desse casal. Além disso, ergue, com o auxílio da comunidade, um monumento em homenagem a Maria Stella e seu filho, dedicando a todas as mães na luta do processo migratório. Com o andar nas pesquisas, com o projeto em andamento, queremos analisar os discursos construídos sobre os imigrantes entre os descendentes de imigrantes italianos. O religioso utiliza uma imigração que não deu certo para exibir aos moradores locais da comunidade as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, como uma maneira de enaltecer o colono e sua coragem. Com isso, reafirma a identidade italiana entre o grupo atual de ascendentes.



FOTO 01: Imagem referente ao monumento a família Stochi, na localidade de Linha 3, no município de Nova Palma. Foto tirada em janeiro de 2011.

## Considerações finais

Levando em conta dos dois subtítulos apresentados acima, o primeiro fazendo uma apreciação do contexto histórico da imigração

no RS e, mais especificadamente, da região da Quarta Colônia, trazendo as políticas de demarcação e de estabelecimento de imigrantes. No segundo capítulo, traz uma pequena discussão sobre a historiografia de imigração italiana, chamando a atenção para a criação do mito imigrante, bem como, a exaltação de imigração de sucesso.

Em contrapartida com o estudo de caso, que está sendo pesquisado, está ainda em andamento no projeto, a questão sobre os discursos acerca a imigração italiana, que são atualmente repassados para a população, como uma forma de reafirmação da identidade. Entender as artes dos discursos sobre a imigração, bem como, compreender a figura do padre Luiz como uma agente que reforça entre os descendentes a identidade italiana, são os próximos passos desse projeto.

## Fontes

Manuscritos de Padre Luiz Sponchiado. *Caixa da família Stoch*. Consulta ao acervo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, 2012.

Homilia da celebração eucarística de 20.01.2001, inaugurando a “memória Stochi”, na capela de Santo Antônio da L3- Nova Palma. *Caixa da família Stoch*. Consulta ao acervo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, 2012.

## Referências

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. A inscrição dos imigrantes italianos na historiografia do Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina C. (org.). *Migrantes do Sul do Brasil*. Santa Maria: Ed.UFSM, 2010. (137-152p.)

\_\_\_\_\_. *Estudos de imigração italiana: tendências historiográficas no Brasil meridional*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH, Mesa Redonda. São Paulo, julho de 2011. (1-9p.)

COSTA, Rovílio. A família italiana da área agrícola do Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luiz A.(org.). *A Presença Italiana no Brasil*.



Volume III. Porto Alegre/Torino: EST/Fondazione Agnelli, 1996, p. 252-266.

FAVARO, Cleci Eulália. Os Italianos: entre a realidade e o discurso. In: BOEIRA, Nelson & GOLIN, Tau (Organizadores). *Império*. Passo fundo: Méritos, 2006. V2, p. 301-319.

IOTTI, Luiza Horn (org). *Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Caxias: EDUSC, 2001. 864p.

MAESTRI, Mário. A região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul: a construção da memória. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina C. (org.). *Migrantes do Sul do Brasil*. Santa Maria: Ed.UFSM, 2010. (85-118p.)

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MARCHIORI, José Newton Cardoso. *Gênese da Colônia Jaguari*. Porto Alegre: Arquivo Histórico de Rio Grande do Sul, 2000.

SPONCHIADO, Breno Antônio. *Imigração e 4ª Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho*. Santa Maria: Ed. UFSM, 1996.a. 152p.

SPONCHIADO, Pe. Luiz. A anágrafe de Nova Palma e os núcleos da ex-colônia Silveira Martins. In: DE BONI, Luiz A.(org.). *A Presença Italiana no Brasil*. Volume III. Porto Alegre/Torino: EST/Fondazione Agnelli, 1996.b, p.148-167.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Os tempos e os territórios da colonização italiana: O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)*. Porto Alegre: Edições EST, 2003. 204p.

# DA LETÔNIA AO BRASIL: NARRATIVA E TRAJETÓRIA DE LEIJEKRIPKA, MULHER IMIGRANTE NO RIO GRANDE DO SUL

Paula Joelsons<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente artigo pretende analisar a narrativa oral de LeijeKripka, mulher letã que imigrou para o Rio Grande do Sul, em 1930. Deixou a Letônia quando criança acompanhada da mãe e do irmão, para reencontrar o pai que já estava estabelecido no Brasil há sete anos. O depoimento oral é inseparável dos estudos históricos e serve de amparo para a investigação do historiador, assim como a fonte documental. O relato de vida da imigrante, portanto, serviu como fonte de estudo sobre imigração urbana na cidade de Porto Alegre, permitindo-nos problematizar questões relacionadas à mulher como a inserção no mercado de trabalho e a adaptação social em um novo país. O objetivo do trabalho é contribuir e ampliar os estudos sobre mulheres imigrantes no Rio Grande do Sul que, de certa forma, têm sido negligenciadas pela historiografia. Inicialmente, apresentaremos reflexão sobre o uso da metodologia da História Oral na pesquisa histórica para depois desenvolver, partindo das lembranças da depoente, reflexões sobre memória, vividas em Porto Alegre.

*Palavras-chave:* História oral, imigração, mulheres.

---

A presente comunicação tem como objetivo ampliar os estudos voltados para fontes orais, possibilitando novas perspectivas de análise para futuras pesquisas acadêmicas. Utilizou-se a História Oral Temática, que consiste em empregar a narrativa oral como fonte histórica, levando em conta tema de pesquisa previamente delimitado, no caso, mulheres imigrantes vindas para Porto Alegre, no século XX. Para tanto, produziu-se a própria fonte de pesquisa, a entrevista oral, que consiste em três distintas fases. Na primeira fase, a pré-entrevista com o depoente, são explicados os objetivos do projeto, reunindo-se fotografias e documentos para serem anexados ao trabalho; a segunda, consiste no momento da entrevista em si; e

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS.

finalmente, a terceira fase, concretizada através da transcrição e digitalização da entrevista oral, seguida da construção de um novo corpus documental para o desenvolvimento do artigo em si.

A entrevista foi realizada com LeijeKripka, letã que veio para o Brasil com seu irmão gêmeo, ambos trazidos pela mãe. Vieram ao país para encontrar o pai que estabeleceu-se no país, sete anos antes. A depoente, hoje com 92 anos, reside em São Paulo, onde foi realizada a entrevista, no dia 4 de setembro de 2010. Além de Leije enquadrar-se na temática previamente definida, mulher imigrante em Porto Alegre, possui laços parentais com a presente comunicadora, motivo que também influenciou na escolhada depoente. O áudio da entrevista e sua respectiva transcrição encontraram-se disponíveis no Laboratório de História Oral da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)<sup>2</sup>.

Na elaboração da pesquisa, procurou-se identificar e analisar, com base na análise textual discursiva (MORAES; GALIZAZZI, 2007), a narrativa transcrita da entrevista oral realizada com Leije. Adotando-se o conceito do historiador italiano Ginzburg(1991), no qual, a História é a ciência do particular, buscou-se conhecer a história dessa imigrante, identificando indícios na sua fala do tempo vivido. Na perspectiva da micro-história, a escala reduzida na pesquisa “permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável em outros tipos de historiografia” (GUINZBURG, 1991, p.178), ou seja, ver o todo a partir das partes. A intuição e os *insights* do historiador, na aplicação deste método, são essenciais na interpretação, inferência e síntese do depoimento (MORAES; GALIZAZZI, 2007).

O uso da narrativa oral para a investigação histórica tem sido difundido em pesquisas acadêmicas atuais, no entanto, foram os gregos os primeiros a utilizar esse recurso na investigação histórica. A própria palavra “história” vem do grego *historie*, que significa procurar; procurar saber e informar-se (LE GOFF, 1994). Foi o historiador grego Heródoto, nascido em Halicarnasso, que fez a

---

<sup>2</sup> Sob a coordenação da Profa. Dra. Núncia M. S. Constantino.

primeira investigação histórica de que se tem conhecimento (CONSTANTINO, 2004). Baseado em memórias das Guerras Médicas, conflito entre gregos e persas, o chamado “pai da história”, tentou reconstruir o marcante evento histórico, a partir de depoimentos daqueles que vivenciaram o período.

Mesmo que o uso de fontes orais na história seja parte de longa tradição, sua difusão no meio acadêmico estabeleceu-se de forma concreta apenas no século XX, com o advento da revista *Annales d'histoire économique et Sociale* (1929), desenvolvida pelos historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre. Nela, incendiou-se novo debate sobre o uso de diversificadas fontes para a pesquisa histórica, em crítica à pesquisa embasada apenas na fonte documental. Pretendeu-se uma história interdisciplinar e o afastamento do cientificismo, característico do século XIX. Fernand Braudel, também historiador francês, deu continuidade à revista e ao debate. Buscou desenvolver um método vinculado à uma “história-problema”, na qual “tudo é então objeto de história e problemas” (TETÁRT, 2000, p. 110). Sendo assim, a importância do trabalho do historiador, deslocou-se das fontes que utiliza para o resultado das perguntas que faz ao passado (CONSTANTINO, 2004). A chamada Nova História abriu espaço para o desenvolvimento de novas correntes, ampliando objetos e abordagens de estudos, inclusive as fontes orais.

Escolheu-se, desta forma, a fonte oral para o desenvolvimento da presente comunicação, pois consideramos inseparável dos estudos históricos, na medida em que serve de amparo para a investigação do historiador, assim como a fonte documental. Segundo Fraser (apud CONSTANTINO, 2004, p.17), cabe ressaltar que “nenhuma das duas é expressão transparente de uma realidade exterior, [pois] não representa aquela desejada janela escancarada para o passado”. Ambas são construções dignas de reformulação e ressignificação. O historiador deve utilizar todos os meios necessários para problematizar e responder determinadas questões por ele colocadas. Comovimos, a tradição oral faz parte da história da nossa civilização, mas foi repudiada por concepções pautadas em ideologias positivistas e cientificistas,

herdadas pela sociedade atual, que ainda relutaem dar “confiabilidade da memória e da palavra, como se as fontes escritas delas não dependessem” (CONSTANTINO, 2004, p.17). Os acontecimentos vividos, usados na metodologia da História Oral, deparam-se com o cientificismo da História. No entanto, não devem ser entendidos como uma barreira para o desenvolvimento da pesquisa, mas como uma ferramenta, que assim como qualquer fonte documental, está imbuída de impressões e intenções.

### **Análise da entrevista oral: trajetória de uma imigrante letã**

A pesquisa de história oral, baseada em entrevista de história de vida, recolhe memórias individuais, carregando em si problemática de interpretação do material recolhido (POLLAK, 1992). A memória, deve ser entendida como uma percepção da realidade e não como algo factual. O olhar do indivíduo, no caso a imigrante, também deve ser analisado, levando-se em conta o lugar ocupado dentro de um grupo e das relações mantidas por ele, conforme alerta o sociólogo francês Halbwachs (2004). Isto é, a memória nunca é apenas individual, mas também coletiva. A memória, ou melhor, as memórias, são construções dos próprios grupos sociais, determinadas pelo que é considerado “memorável”. Ou seja, a imigrante vai relatar aquilo que ela, dentro de um pensamento coletivo, considera notável de ser rememorado.

A partir da análise da entrevista, percebeu-se que a depoente contou sua trajetória de vida de forma linear, tendo como fio condutor sua profissão: artista plástica. Mesmo assim, outros aspectos foram relevados como, a política de entrada de imigrantes no Brasil, o mercado da Arte em Porto Alegre, adaptação da mulher na sociedade porto-alegrense, entre outros elementos, que contribuem para desmistificar o papel do imigrante, muitas vezes, visto apenas como colono, pobre e ingênuo, características estas, presentes no imaginário social.

Rivka<sup>3</sup>, mãe de Leije, acompanhada dos filhos, veio para o Brasil depois que o marido enviou passagens para que viessem de navio, processo classificado por Charles Tilly (apud TRUZZY, 2008) como, imigração em cadeia, em que parentes e conterrâneos, influenciam a imigração, através de redes de informações e recursos.

A imigrante Leije Kripka e seu irmão gêmeo Lipmanselig nasceram a 18 de agosto de 1921, na cidade de Riga, na Letônia, país do leste europeu banhado pelo mar Báltico, que ingressou na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e na União Europeia (UE), apenas em 2004. Filha de Bóris Joelsons e Rivka Feldhum, ambos de origem judaica. Quando tinha aproximadamente 3 anos, seu pai, Bóris (mais tarde passou a ser chamado de Bernardo), viajou para o estado do Rio Grande do Sul para, segundo a depoente, estabelecer-se e tentar “ganhar a vida”.

Alguns anos depois da partida do pai, enquanto Leije continuou morando na Letônia com sua mãe, seu irmão foi estudar em Berlim e morar com *Güsten*, uma tia. Os motivos do deslocamento do pai para o Brasil, por volta de 1923, abrangem diversas possibilidades. Desde o século XIX, judeus sofriam com os *pogroms*, palavra russa que designa ataque, acompanhado de violência, destruição, estupro ou morte, cometidos por uma parte da população contra a outra. Atualmente, a palavra se refere a ataques que ocorreram contra judeus no Império Russo. Isso fez com que muitos judeus imigrassem para outras regiões, incluindo o Brasil.

Segundo Cohen (1980, p.81):

(...) à medida em que as grandes nações do bloco capitalista evoluem rumo à Primeira Guerra Mundial, da mesma maneira as crises econômicas criam tensões violentas, e assim os judeus sofrem por isso um duplo impacto: a crise que afeta a todos neste momento e a eles em especial, traduzida por fortes discriminações em amplos setores da vida social.

---

<sup>3</sup> No documento de identidade de Leije, o nome da mãe consta como Rivka, no entanto, ela era também chamada por outros nomes como, Rebecca e Vera.



A ida do resto da família para o Brasil, após setelongos anos, também foi detalhada por Leije. Antes do reencontro, ela relata que a comunicação neste tempo era muito precária e, pouco se sabia sobre o Brasil. Seus avós não queriam que ela se encontrasse com o marido: “Eu só sei que foi um horror, pois meus avós não queriam que ela fosse para o Brasil de jeito nenhum, foi um horror” (KRIPKA, 2010, fl. 10). No imaginário daqueles que viviam na Europa, o país era uma selva: “Eles falavam horrores, que havia cobras e jacarés andando no meio das ruas” (KRIPKA, 2010, fl. 9). O encontro da família, segundo Leije, foi possível com a ajuda de parentes da Europa que financiaram as despesas. Não sabemos se os pais estão incluídos, na medida em que eram contra a ida da filha para o país “selvagem”. Nas palavras de Leije: “E a mãe recebeu o dinheiro de todos os parentes de lá para ela poder viver os primeiros meses no Brasil” (KRIPKA, 2010, fl. 9).

A família deve ter passado por difícil situação, já que Rivka passou por cima da opinião dos pais e tomou a decisão de partir, sozinha, com dois filhos pequenos. Ao argumentar contra a opinião dos pais, impôs: “Mas eu sou casada, eu não vou mais ficar. Se eu passar trabalho, sou eu que vou passar” (KRIPKA, 2010, fl. 9). A única lembrança relatada por Leije, em relação à Letônia, foi da partida, quando tinha apenas nove anos. Cabe aqui ressaltar que a memória é seletiva, “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992).

Bóris também ajudou nas despesas. Ele enviou as passagens de navio para a mulher e os filhos. Para vir ao Brasil, pegaram um navio na Alemanha, em Berlim. A vinda foi organizada pelo pai, que arranhou uma agência judaica que trazia judeus para o Brasil e Argentina. Segundo a depoente, vieram fugidos de Berlim: “Da Alemanha havia problema, por isso que saímos da Alemanha à noite. (...) Tinha um mato ali, onde todos dormiram naquele mato e de lá que nós fomos pegar o navio. Meio escondido, meio fugido, não é? (KRIPKA, 2010, fl. 10). Neste momento, Leije narra em tom de suspense e em voz baixa, como se revivesse a partida. Antes de partirem, alimentavam-se com bolacha de marinho e chocolate,



provisões que, segundo Leije, eram fornecidas por uma sociedade *iídiche*<sup>4</sup> da cidade. Neste contexto, a Alemanha enfrentava violenta crise e, em 1930, o partido nazista teve suaprimeira vitória na Alemanha, o ano em que partiram. É interessante notar que Leije conta que o “clima” em Berlim era terrível, porém, conta em primeira pessoa, detalhes da Segunda GuerraMundial, como se os tivesse vivido: “(...) o clima era pavoroso, eles **nos** iludiam: ‘Nós vamos levarvocê aí para trabalhar (...)’. E levavam para queimar vivos lá nos fornos. Que época terrível,hein?” (KRIPKA, 2010, fl.13, grifo nosso).

Segundo Pollak (2002), existem certos acontecimentos que traumatizaram tanto uma região ou grupo que, sua memória pode ser transmitida ao longo do tempo, com alto grau de identificação, mesmo que a pessoa não tenha de fato vivido tal momento. Leije se sente parte de uma coletividade. No imaginário, esses acontecimentos, chamados por Pollakde “vividos por tabela”, tomam tamanha proporção que é difícil saber se o indivíduo participou ou não. No caso referido, Leije mistura os acontecimentos de sua saída de Berlim, em fuga, com fatos da Segunda Guerra Mundial, em que muitos judeus foram levados para os campos de concentração, ludibriados que eram campos de trabalho, para serem mortos.

O passaporte (Figura 2) foi expedido no dia 18 de fevereiro de 1929, próximo a provável data de saída da Europa.



Figura 2: Passaporte letão

<sup>4</sup> Língua derivada do alemão medieval, influenciada pelo hebraico, aramaico e, posteriormente, por elementos eslavos. Na época da Segunda Guerra Mundial, um número aproximado de 11 milhões de judeus falavam o iídiche.

A viagem no navio (por vezes chamado pela depoente de Goldfish, outras de Monte Carlo) durou 30 dias. Segundo ela, o navio era grande e tinha 5 patamares. Era um navio de imigrantes, muitos vindos da Letônia. Nas suas palavras: “O navio foi bom, tinha festa todo dia, tinha jogos. O navio era excelente. No navio eles tinham tudo. No Brasil é que preparavam tudo, naturalmente os familiares pagando tudo, não é? (KRIPKA, 2010, fl. 10-13).

Pode-se dizer que, diferente do que está arraigado no imaginário social, sobre a os navios de imigrantes, em condições precárias de viagem, o navio em que a família viajou, oferecia tudo pelo o que foi pago. Na figura 3, Rivka é a terceira pessoa de pé, da esquerda para a direita; e seus filhos, ajoelhados, cada um de um lado do menino que toca um instrumento musical. Todas as pessoas da foto, provavelmente outros imigrantes, estão bem vestidos e, aparentam estar contentes com a viagem, que representava a tentativa de melhorarem suas vidas.



Figura 3: Rivka e os filhos a caminho do Brasil, 1930. Fonte: Laboratório de Pesquisa em História Oral/ PUCRS.

Porém, houve um incêndio e o navio teve que atracar no porto de Santos, em São Paulo, diferente do destino planejado, o porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Outras pessoas que estavam no navio iriam para a Argentina, destino da maioria dos judeus, segundo a depoente. Por causa do acidente, Bóris foi se

encontrar com a família em Santos e demoraram quatro meses para conseguir legalizar a documentação e entrar no país. Outros detalhes relatados por Leij são importantes para entender a fiscalização de imigrantes na época: “Santos... nós não podíamos descer... só no Rio, porque não havia fiscalização para os estrangeiros (...) e, na entrada, de quem vinha daqueles lugares, tinha que ir primeiro para o Rio, a papelada toda, para depois, vir para o Rio Grande do Sul (KRIPKA, 2010, fl.2). Quando eles chegaram no porto de Rio Grande, o processo se deu da seguinte forma:

É, nós chegamos ao porto de Rio Grande e então nós ficamos como todo estrangeiro, nós ficamos aprendendo um pouco a falar e, eles queriam saber se o pai tinha alguma profissão pois, eles não deixavam entrar sem profissão. Era difícil para o estrangeiro entrar. Tinha que ter uma profissão, nem que fosse na enxada, mas tinha que ter uma profissão (KRIPKA, 2010, fl. 10).

O Rio Grande do Sul, neste contexto, também passava por modificações na estrutura econômica e política. Depois da revolução de 1930 e do Golpe de Estado, o governo se tornaria centralizador, com forte intervenção na economia (GERTZ, 2005). Restrições à imigração foram impostas pelo Estado Novo, sendo decretado a 12 de dezembro de 1930 e a 7 de janeiro de 1932, leis que proibiram por tempo indeterminado a imigração (COHEN, 1980). Estudos mais atuais demonstram que apesar das restrições migratórias, imigrantes continuaram a entrar no estado, assim como Leij e sua família. No entanto, o episódio também demonstra que a política de imigração já não era mais tão fácil, até porque tiveram que esperar quatro meses para aprender a falar um pouco de português e tentar passar pela imigração, mas no fim, todos ganharam visto. Leij revela em detalhes o processo de entrada no Brasil:

Quando nós chegamos no meio da viagem, o navio pegou fogo. Nós iríamos fazer uma baldeação para um outro navio mas, eu sei que eles arrumaram um negócio e nós chegamos até Santos. (...) nós não podíamos descer.

Porque não havia fiscalização para estrangeiros. (...) E na entrada, de quem vem daqueles lá daqueles lugares, tinha que primeiro ir para o Rio [Rio de Janeiro]. A papelada toda para depois vir para o Rio Grande do Sul. (KRIPKA, 2010, fl. 2).

Quando finalmente passaram pela fiscalização, Leijefoi questionada pelo funcionário da imigração: “O cara me disse em alemão assim, lá mesmo, ‘Diz bom dia em português’, eeu disse, ‘Bom dia’. ‘Diz boa tarde em Português’, e eu disse: ‘Boa Tarde’. ‘Diz boa noite e diz eusou brasileira’. Eu falei tudo e nós passamos” (KRIPKA, 2010, fl. 10).

A família, quando chegou no Rio Grande do Sul, primeiramente, morou em Sander e Taquara, ambas colônias alemãs localizadas na serra gaúcha. Leije e a família moraram quatro anos em Sander onde, ela e o irmão, estudaram em escola de língua alemã. Mais tarde, foram para a colônia de Taquara, pois em Sander não havia o primário completo. Em alguns trechos da entrevista, não fica claro quais fatos correspondiam à colônia de Taquara e, quais à colônia de Sander. No entanto, Leije tem boas recordações da vida nas colônias: “Todo mundo trazia para nós as coisas: comida, galinha, até um porco vinha (...)”, conta rindo (KRIPKA, 2010, fl. 8).

A saída da família da cidade de Taquara estaria relacionada aos ataques feitos às casas de judeus e negros que moravam na colônia. Outro fator, seria a incorporação de um programa de ideologia nazista na escola. Conforme Leije, um vizinho alertou sua mãe Rivka, dos perigos que estavam por vir: “Dona Vera, fuja que eles vão queimar a sua casa com a senhora lá dentro. (...) eles estão queimando todas as casas de negros e judeus (KRIPKA, 2010, fl. 3-7). Outro relato, sobre episódio que teria feito a família mudar para a cidade, foi quando Leije chegou em casa com uma cruz suástica que colocaram no seu uniforme na escola, sendo este fator, decisivo para a partida da família, que saiu da colônia de trem na mesma noite, rumo à Porto Alegre. Foram encontrar-se com o pai, que tinha um estabelecimento comercial na cidade. Não sabemos quanto tempo eles moraram em Taquara, por isso, é difícil datarmos exatamente o contexto destes acontecimentos.

Então, mudaram-se para Porto Alegre. Leije fala sobre a diferença entre a vida na colônia e no meio urbano. Ela revela-nos:

A diferença foi muito brusca. (...) Lá em Porto Alegre nós já tínhamos que ganhar para se alimentar. Então, meu pai começou

aviajar com o Leopoldo<sup>5</sup> e, ele mudou um pouco [o negócio]; ele começou a vender rádios, e aí melhorou [a condição de vida],(...) ele foi passando devagarzinho para outra coisa e então melhorou (KRIPKA, 2010, fl. 8).

O negócio ao qual se refere é a ampliação de fotos. O pai e Leije trabalhavam juntos. O pai ampliava e ela pintava as ampliações. Depois, o pai e o irmão iam vender os retratos no interior, nas colônias, pois em Porto Alegre não havia mercado. A técnica de ampliação de fotos era desenvolvida por poucos nesta época. Leije e o pai trabalharam juntos por muito tempo. Sua infância foi de estudos e trabalho com o pai. A depoente revela que, quando o pai e Lipmanselig voltavam das colônias, o que as vezes poderia demorar até dois meses, era muita alegria, uma vez que traziam muitos presentes. Outra diferença marcante no meio urbano foi a barreira da língua. O pai teve que contratar um professor particular que lecionava na casa deles para aprenderem português. Na colônia só falavam alemão e não tinham necessidade de aprender a língua do novo país. Nas palavras da depoente: “(...) eu me formei no primário, mas sempre falando errado, não é? E meu professor me corrigindo. Meu sotaque era medonho. Lituano com russo, com tudo junto, era um negócio, era um horror, Mas devagarzinho eu fui entrando (KRIPKA, 2010, fl.8).

Percebe-se que, na cidade, além de enfrentarem a barreira da língua, o pai não sustentava mais a família só com a venda de retratos e precisou de maior fonte de renda, vendendo rádios. Leije relembra os primeiros anos em Porto Alegre: “Olha, eu só vivia no quarto escuro, pintando e estudando, essa era minha infância. Era muito simples, era só trabalhar” (KRIPKA, 2010, fl. 6). Torna-se evidente o forte vínculo entre Leije e o pai, segundo ela: “Eu lembro que eu fui crescendo e ele foi me ensinando e eu fui ajudando ele. Meu irmão não tinha o jeito. Meu pai não tinha paciência para quem não tinha o jeito, então ele pegou a mim. Eu trabalhei muitos anos com o papai (KRIPKA, 2010, fl. 14). Ela nos conta que tinha um ateliê “muito bonito” onde morava com a família. A casa estava

---

<sup>5</sup> Nome brasileiro de Lipmanselig.

localizada na rua Ramiro Barcelos, que tinha dois andares e um pátio.

Leije, ao mesmo tempo que trabalhava com o pai, ingressou na Escola de Belas Artes no Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Enquanto o pai e o irmão viajavam, ela ficava com a mãe, que trabalhava fazendo “serviços caseiros”, e aproveitava para recuperar os estudos, que conforme depoimento, não conseguia acompanhar, uma vez que trabalhava muito. Leije foi aluna do professor João Fahrion, artista plástico gaúcho, filho de pai alemão e mãe brasileira, que desenhava capas para a Revista do Globo (OBINO; GOLIN, 2002), famoso periódico ilustrado da época. Notamos a alegria com que ela narra os elogios do “professor brilhante”, Fahrion: “Ele me observava e dizia: ‘Liege [nome abrigado de Leije], você é uma pintora nata e eu não tenho o que te dar. Eu vou te dar o currículo da escola, mas eu não tenho o que te dar. Vamos fazer uma coisa? Eu só vou estragar a tua natureza. Eu só vou te dar a fórmula dos cones’” (KRIPKA, 2010, fl. 5). Ela conta que estudou por três anos a fórmula dos cones, e nessa situação, começou a fazer exposições. Ela conta que vendia muitos quadros em Porto Alegre e que estava sempre viajando. Mais tarde, passou a lecionar na Escola de Belas Artes.

Para dar continuidade aos seus estudos, já casada, Leije foi estudar Artes e morar sozinha no Rio de Janeiro, morando em uma casa de estudantes na rua Sá Ferreira, no bairro Copacabana. Leije retoma os anos no Rio de Janeiro: “Eu também fui estudar no Rio de Janeiro, onde conheci o nosso amiguinho, Aldo Locatelli. (...) Eu estive cinco anos com ele. Eu aprendi muito” (KRIPKA, 2010, fl. 5). Aldo Locatelli (1915-1962) pintor muralista ítalo-brasileiro, foi um dos maiores expoentes de arte no estado (OBINO; GOLIN, 2002). Mudou-se para Porto Alegre em 1951 e tornou-se docente do Instituto de Belas Artes. Foi responsável pelas pinturas dos murais no Palácio Piratini, sede do poder Executivo do estado do Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2011). Acredita-se que Leije tenha sido aluna de Aldo Locatelli antes de ir para o Rio de Janeiro, já que afirma em outro trecho que foi o próprio pintor que a aconselhou a

viajar para a cidade. Também foi aluna do artista Djalma de Vincenzi, expoente da pintura em porcelana no Brasil:

Eu estudava na Avenida Copacabana, o colégio dele era lá numa praça, lá no centro, perto da Belas Artes. Lá, ele tinha um salão e dava aulas particulares. Eu tomei as aulas particulares porque eu gostava. (...) Quem me indicou foi o Aldo Locatelli. Ele disse que eu não poderia perder aquele professor. (KRIPKA, 2010, fl. 5-6).

Leijefoi para o Rio de Janeiro depois de ter conhecido Natálio Kripka, no primeiro baile da comunidade judaica que frequentou, que veio ser seu marido. Ela descreve que namoraram por pouco tempo e logo se casaram, no final dos anos 40. Mudaram-se para uma casa na esquina da rua Borges de Medeiros. Ela e o marido abriram uma casa de comércio na mesma rua em que moravam. O negócio era “de miudezas: botões, forros de tecidos e coisas assim de costura” (KRIPKA, 2010, fl.15). Leije deixou de pintar por três anos para gerir os negócios com o marido, todavia, não se adaptou à nova função:

(...) não gostei muito da história e comecei a pintar de novo. Olha a diferença: tu vendes três botõezinhos, são seis reais, que eram botões de luxo, e tu faz um quadro, não é? É uma diferença bárbara. Tu tinhas que gostar de coisas miúdas e eu não gostava. Era uma coisa que tu fazias e vendia. (KRIPKA, 2010, fl.15).

Assim sendo, decidiu largar a loja e voltar a pintar, e retornou à Escola de Belas Artes como professora. Segundo ela, a estrutura do lugar havia decaído e o mercado de arte na cidade já não era mais o mesmo. Afirmo que o mercado estava fraco e que os professores ganhavam muito mal, diferente de quando estudava lá. Sobre o mercado da venda de quadros, ela nos conta que tinha um *marchand*<sup>6</sup> que vendia seus quadros no interior, isto quando ainda era solteira. Uma vez, um deles fugiu com os seus quadros. Anos mais tarde, mudou-se com o marido para São Paulo. Não sabe-se ao certo o motivo da saída de Porto Alegre. Talvez o mercado da arte, já que

---

<sup>6</sup>Termo francês, que designa o profissional encarregado de vender as obras de um artista.

a Escola de Belas Artes estava decaída e o salário de professor não era muito promissor. Ou ainda, a loja na avenida Borges de Medeiros pode ter diminuído os lucros. Aparentemente, procuraram melhores condições de vida.

Leije conta que estudou cinco anos em São Paulo. Passou a lecionar cursos de pintura e desenho e, abriu um atelier, recebendo da Sociedade Brasileira de Belas Artes, diploma de menção honrosa, em 1983. Nas suas palavras: “ o pintor tem duas faces, uma para a arte e, outra para o comércio. Se tu faz arte, uma coisa nova que ninguém fez ainda, e o comércio que as madames gostam para colocar dentro de casa” (KRIPKA, 2010, fl.15). Atualmente, com 92 anos, dá aulas de pintura em sua casa. Nota-se que Leijeguarda em sua memória reminiscências e lembranças decorrentes da sua experiência de vida. Na sua trajetória como imigrante e na sua adaptação na sociedade porto-alegrense, Leije teve que buscar o aperfeiçoamento na sua área de trabalho, e diferente de muitas mulheres da época, seguiu uma carreira para realização pessoal e profissional. Assim como ela, outras mulheres imigrantes e não imigrantes, seguiram carreira e buscaram se profissionalizar, como o caso da imigrante italiana Francesca ConiglioDucceschi, que tambémbuscou aperfeiçoamento profissional na área das Artes e na Educação (CHARÃO, 2011).

### **Considerações finais**

A História Oral vem se fortalecendo, transformando-se em metodologia inovadora para estudos voltados à investigação das Ciências Sociais, como História e Sociologia. Ferramenta que permite recuperar as memórias de determinado período histórico, tambémpreserva acontecimentos e percepções, que através de outras fontes, não teriam sido revelados.

O depoimento da imigrante carrega em si experiências, tradições, crenças, ideias de um individuo dentro de um contexto e de um grupo social, atribuindo a eles, traços da sua identidade. No depoimento analisado, o olhar da mulher imigrante sobre a cidade de Porto Alegre é relevante. O Rio Grande do Sul, estado marcado pela imigração europeia, teve sua capital Porto Alegre como destino de



muitos imigrantes, que transplantaram sua cultura para a cidade, mesclando-se à nova sociedade, sofrendo e causando transformações. O foco em mulheres imigrantes, infelizmente, carece de estudos. Utilizar na pesquisa histórica depoimentos dessas imigrantes, permite recuperar memórias e lembranças de uma determinada época e local.

A partir da trajetória de Leije Kripka, desde a saída da Letônia à chegada e adaptação na cidade de Porto Alegre, foi possível recuperar um complexo universo dessa imigrante. O estudo das mulheres imigrantes, parte significativa da sociedade porto-alegrense, permite que elas deixem o subsolo do esquecimento, e ganhem espaço para compartilhar suas experiências. Através do seu olhar, pode-se identificar diferentes formas de se viver e construir uma vida, ou seja, uma realidade.

Através da fala da depoente, constatou-se que a educação, formação e qualificações posteriores, contribuíram para sua inserção na sociedade porto-alegrense. Além da trajetória profissional, foi substancial identificar as dificuldades desta trajetória como, adaptação em um novo país, a barreira da língua, a perseguição, entre outros. Apesar do rompimento com os laços do seu antigo país, a Letônia, Leije manteve traços identitários com a cultura judaica, frequentando espaços de sociabilidade dessa sociedade, e casando-se com um homem judeu. Através da entrevista realizada foi possível identificar impressões, sentimentos, desejos, medos e realizações de uma mulher imigrante em Porto Alegre. O foco no entanto, corresponde às perguntas e problemáticas voltadas para temática previamente delimitada. A partir do depoimento recolhido, outros questionamentos podem ser feitos à mesma imigrante, que provavelmente forneceriam novas perspectivas e novos olhares. A partir dessa análise, foi possível perceber a contribuição das histórias de vida para os estudos e pesquisas históricas, e como bem ressaltou Le Goff, não podemos esquecer que, apesar da tensão existente, a história é filha da memória.

## Referências

CHARÃO, Egiselda. A mobilidade e a interação social em Francesca. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 4, n.2, dez. 2011.

COHEN, Vera Regina de A. A imigração judaica no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, Hildebrando (Org.). RS: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Teoria da História e reabilitação da oralidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: ED. Centauro, 2004.

KRIPKA, Leije. *Transcrição do depoimento oral*. Porto Alegre, 4 set.2010. Arquivo do Laboratório de Pesquisa em História Oral, no PPG/PUCRS.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria C. *Análise Textual Discursiva*. Ijuí: Unijuí, 2007.

OBINO, A.; CIDA, G. (Org.). *Notas de arte*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

OLIVEIRA, Luciana da Costa de. *O Rio Grande do Sul de Aldo Locatelli: arte, historiografia e memória regional nos murais do Palácio Piratini*. 2011. Dissertação (Mestrado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992.

TÉTART, Philipe. *Pequena História dos Historiadores*. São Paulo: Edusc, 2000.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*, v.20, 2008.

## **NUANCES NOS DEPOIMENTOS DA PESCIANA E DA MORANESA: IMIGRANTES ITALIANAS EM PORTO ALEGRE/RS (1945-1950)<sup>1</sup>**

Egiselda Brum Charão<sup>2</sup>

*Resumo:* Ouvir e registrar os relatos de mulheres procedentes de outros países permite fazer uma viagem ao passado, pois elas guardam na memória as lembranças das experiências vivenciadas ao longo do tempo. Neste sentido essas mulheres são indicadoras para os estudos da história da imigração no Brasil. No presente estudo optou-se por ouvir e transcrever as falas para analisar o relato de duas mulheres italianas que mudaram para Porto Alegre, entre os anos de 1946-1948. Iole Tredici, oriunda de Pescia, região norte da Itália e Dalva di Martino, procedente de Morano Cálbro, região sul da Itália. Pretende-se, através das falas dessas mulheres, saber as motivações que as direcionaram à cidade de Porto Alegre. É importante entender os diferentes olhares e percepções da cidade, levando em conta a origem de cada uma das imigrantes investigadas.

*Palavras-chave:* mulheres imigrantes, História Oral, Porto Alegre.

---

O presente texto busca recompor a trajetória de vida das mulheres imigrantes por meio de seus relatos orais. Elas propuseram-se a efetuar uma mudança; pois imigrar é buscar o novo, por sua vez, imigração é mobilidade e, (...)“essa mobilidade é um fenômeno de massas, mas também é entendida como um deslocamento de diferentes pessoas em diferentes tempos e espaços, qualificadas em muitos sentidos, isto é, social, econômica, política e culturalmente” (CONSTANTINO, 2006, p. 65). As mulheres em

---

<sup>1</sup> Este artigo se insere no Projeto Mulheres Imigrantes (1945-1970), de autoria de Núncia Santoro de Constantino, Pós- Doutora em História, Professora do Curso de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O projeto possui bolsa de incentivo da FAPERGS-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de História da PUCRS. Aluna bolsista do Projeto Mulheres imigrantes (1945-1970) financiado pela FAPERGS.

geral carregaram, para a viagem uns poucos pertences, algumas fotografias e recordações do passado, e deixaram a terra natal para trás. Elas vieram desacompanhadas ou com a família; algumas foram precursoras, exemplo disto foi Lydia Moschetti<sup>3</sup>, outras mantiveram-se anônimas<sup>4</sup> em suas histórias de vida. As suas trajetórias foram ocultadas no silêncio das vozes, nos espaços da sociedade e principalmente no esquecimento dos que escreveram a história (MONTENEGRO, 2003, p. 27), pois:

Sabe-se que as pessoas que constituem a maior parte da sociedade não conseguem exprimir a si mesmas, não conseguem acrescentar sua voz à História. Milhares de mulheres imigrantes transitam nos vãos e subterrâneos das cidades, desconhecidas e até mesmo desconsideradas, muitas vezes elas próprias alienadas, inconscientes do valor do papel que desempenham como imigrantes, pois processos de imigração sempre foram e ainda são considerados prioritariamente um assunto de homens.( CONSTANTINO, 2007, f. 3).

A cidade de Porto Alegre foi o destino e o cenário em que se desenrolou a trama cotidiana dessas duas mulheres entrevistadas, contudo, a cidade com suas casas, janelas e as ruas permanece calada e somente se conhecerá sobre as trajetórias de vida dessas pessoas, ouvindo e registrando as suas vozes. Os seus relatos devem possibilitar a identificação das causas da partida de seus locais de origem, as razões pelas quais elas vieram para Porto Alegre, as primeiras impressões formuladas sobre o novo espaço urbano e quando finalmente se sentiram parte da cidade. Pois “a cidade é o corpo onde se inscrevem emoções e paixões, experiências intransmissíveis e singulares... (...) cidade é cristalização de tensões:

---

<sup>3</sup> Lydia Moschetti imigrou para o Brasil aos 17 anos., em 1907. Foi professora de Italiano, atuou no teatro como soprano. Casou-se com o engenheiro italiano Luiz Moschetti, Envolveu-se em campanhas beneficentes. Criou creches, orfanatos e o Instituto Santa. Luzia para cegos, hoje Hospital Banco de Olhos. Além de benemérita era uma intelectual escreveu cinco romances, quatro livros de poesia e alguns ensaios. Para saber mais consultar (MOSCHETTI, 2008).

<sup>4</sup> Entre estas podemos citar Epifania di Frazio, Vicenza Nani e Maria Mancuso. Seus depoimentos estão depositados no Laboratório de História Oral da PUCRS.

passagem de um espaço flutuante entre o interior e o exterior das Passagens, o real e o irreal.” (MATOS, 18989, apud: MONTENEGRO, 2003, p. 27).

Entre os anos 1940 e 1950, Porto Alegre apresentou um aumento demográfico marcando sua transição de cidade para metrópole. O número habitantes da cidade passou de 122.000 (SILVA, 1996, f. 53, 54) para 394.151 habitantes (MONTEIRO, 2005, 375). Os imigrantes que vieram para o Brasil neste período desembarcavam no Rio de Janeiro ou em Santos e dali eram deslocados para outras cidades brasileiras. Porto Alegre foi o destino de 20% dos imigrantes que chegaram ao Brasil entre 1953 e 1958 (JUNIOR, 1964, p. 310-311). Em Porto alegre os imigrantes encontraram um cenário propício, pois havia necessidade de mão de obra para a indústria que estava em franco desenvolvimento, assim a oferta de trabalho atraiu imigrantes estrangeiros de todas as nacionalidades.

Com o desenvolvimento da cidade, houve a ampliação das estradas, o aterramento do Guaíba (Fig.1), a corrida imobiliária e, consecutivamente, o crescimento imobiliário. Os imigrantes inicialmente se estabeleciam no Centro, na Cidade Baixa e no 4º Distrito; com o passar dos anos foram adquirindo imóveis e se estabelecendo em outras regiões, como a Zona Sul, Partenon, e cidades do interior, como Canoas e Novo Hamburgo, fora do eixo inicial, conforme se constata nos depoimentos das mulheres imigrantes.



Figura 01 – Vista aérea de Porto Alegre (1950).

Fonte: <<http://www.portoimagem.com/fotosantigas/antiga112.html>>

Por outro lado, as histórias contadas permitem evidenciar, quais foram os desafios enfrentados ao defrontarem-se com uma cultura desconhecida. Na subjetividade de cada narrativa vislumbra-se a inserção social de cada mulher no novo espaço, o que foi deixado para trás, o que foi encontrado e o que foi experimentado por cada uma delas visto que “o narrador diz de um mundo que ele construiu com cacos que restaram do passado.” (RICOEUR, 1969 apud: PENA, 2006, p.104.). Neste sentido a inserção ocorrerá na medida em que se aglutinarem as experiências que antecederam a partida com aquelas incorporadas e apreendidas ao longo do tempo. Além das convergências culturais, os seus relatos reproduzem as influências de grupos sociais para a construção da identidade e do sentido de pertencimento que inicia no começo da viagem.

A viagem das mulheres e das demais pessoas que fizeram um grande percurso compreende um “processo migratório que se caracteriza por relações sociais entre os migrantes e os não-migrantes, e que envolvem relacionamentos, ações e estratégias de poder, interagindo grupos, pessoas e instituições em distintos espaços e tempos.” (CARLEIAL, 2010, p. 1). Neste aspecto a “migração pode ser entendida, também, como fluxos conectados de recursos humanos materiais e de bens culturais.” (Idem, p. 3) Adotada tal perspectiva, a imigração de homens e mulheres de outros países tornou-se viável, em função da consolidação das redes de relações sociais pré-estabelecidas.

Pertinente à investigação foi contextualizar o local de origem das depoentes, assim como a cidade de Porto Alegre entre os anos de 1946 e 1948. Tal cenário descortina-se à medida que a trama escrita for se conformando. Fez-se necessário, desse modo, ouvir e registrar os relatos de mulheres procedentes de outros países, porque elas guardam na memória fragmentos do passado e, como tal, a memória pode ser compreendida sob dois aspectos: “no plural que compreende as narrações de quem vivenciou processos sócio-culturais; no singular consiste na capacidade de reter fatos, idéias, impressões e retransmiti-las, através de diferentes suportes, como a escrita ou a voz” (CONSTANTINO, 2006, p. 70). Além disso, ouvi-las significa recompor o que, ao longo de suas vidas presenciaram,

isto é, processos histórico-culturais, que só vêm a tona, quando evocam lembranças do passado. Sob tal compreensão, suas narrativas fornecem indícios para os estudos da história da imigração no Brasil.

Quanto ao indício, vale lembrar que “o indivíduo, por ser representativo, pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um extrato social inteiro num determinado período histórico” (GUINZBURG, 2006, p. 20). Esse princípio justifica a produção e a divulgação de fontes para estudos a partir de seus depoimentos, sejam, – sonoras, escritas e visuais<sup>5</sup> como forma de preencher a existência de lacunas bibliográficas. Duas mulheres foram ouvidas<sup>6</sup>. Vozes e histórias de vidas distintas e distintas motivações para a partida da terra onde nasceram. Algumas perdas, muitas lágrimas e sorrisos pautaram as suas trajetórias. Uma procede do norte da Itália, onde floresceu uma sociedade urbana e industrial e outra, do sul onde permaneceu uma economia rural, com concentração fundiária e exploração dos camponeses.

Espontânea na fala e nos gestos, Iole Tredice (Fig. 2) partiu de Pescia, uma pequena povoação da região da Toscana, localizada na parte central da Itália, ao noroeste da Província de Pistoia<sup>7</sup>. Ali em um baile no Cinema Garibaldi, conheceu e enamorou-se do combatente do exército brasileiro, João Pedro Paz, que integrou um grupo em missão de paz. O povoado ainda vivia as consequências

---

<sup>5</sup> As entrevistas, transcrições e imagens fazem parte do acervo e estão disponibilizadas no Centro de Pesquisa e História Oral (CPHO) da PUCRS.

<sup>6</sup> As frases transcritas de Iole e Dalva ao longo do texto serão destacadas em fonte itálica.

<sup>7</sup> L'istituzione della Provincia di Pistoia, avvenne con Regio Decreto del 1927 e rientrò in un'operazione complessiva di riordino delle circoscrizioni territoriali-amministrative voluta dal fascismo nel contesto della costituzione del regime, che portò alla formazione di diciannove nuove province e che accentuò così il centralismo burocratico ed autoritario. Disponível em: [www.provincia.pistoia.it](http://www.provincia.pistoia.it). Acesso em 21, set, 2010.



das mortes ocorridas durante a ocupação dos alemães na Província de Arezzo, também localizada na região da Toscana.<sup>8</sup>



Figura 2 – Iole Tredici. Fonte: Laboratório de Pesquisa em História Oral

Encerrada a missão o pelotão retornou ao Brasil. Meses após seu retorno ao Pedro recebeu a notícia que Iole estava grávida. Aos dezoito anos, um ano após o final da II Guerra, no dia 28 de outubro de 1946, Iole casou-se por procuração (TREDICE, 2010, f.13) e iniciou a sua viagem para o Brasil. Embarcou no navio em Nápoles e atravessou o mar, vindo ao encontro do esposo João Pedro Paz. Ele integrara, em 1945 a FEB – Força Expedicionária Brasileira<sup>9</sup> lutando ao lado dos aliados, na Itália, durante a II Guerra Mundial. Na verdade o Brasil teve uma breve atuação naqueles episódios, a qual ocorreu:

---

<sup>8</sup> Em 1944, ao baterem retirada de Roma os alemães mataram 13 prisioneiros civis e militares, em Civitella Val de Chiana executaram 115 civis todos os homens, em La Cornia mataram 58 pessoas incluindo mulheres e crianças, no Vilarejo de San Pancrazio. Tudo indica que esses atos foram uma retaliação pelo assassinato de três soldados alemães por membros da Resistência, em Civitella, no dia 18 de junho de 1944. (PORTELLI, 2010).

<sup>9</sup> A Força Expedicionária Brasileira criada no dia 23 de novembro de 1943, englobava a recém-criada 1a Divisão Expedicionária e elementos do Corpo de Exército e dos Serviços Gerais, com um contingente total de 25.334 homens, comandados pelo General-de-Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes.

Depois de meses de preparativos, os transportes para a Itália deram-se entre 2 de julho de 1944 e 8 de fevereiro de 1945. Juntamente com a FEB seguiu o 1o Grupo de Caças, esquadrão aéreo composto de 42 oficiais e pilotos e 400 homens de apoio, equipados com 28 aviões P-47 Thunderbolt. Desembarcadas em Nápoles, as tropas brasileiras seguiram depois para a região de Pisa, na província de Toscana, centro-norte do país, onde iniciaram suas operações de guerra. Os combatentes se concentraram na região dos Apeninos, entre os rios Arno e Pó (províncias de Toscana e Emília), estenderam as operações, até o Piemonte, no norte da península. Em 29 de abril chegavam emissários dos generais alemães Vietinghoff-Scheel e Wolff, levando os termos da rendição. Finalmente, a 2 de maio de 1945, em Florença, é assinada a capitulação incondicional dos alemães pelo General Von Senger und Etterlin e o General Mark Clark.<sup>10</sup>

Ao retornarem ao Brasil, os praçinhos foram recepcionados pelo presidente Getúlio Vargas no Cassino da Urca. Receberam condecorações e homenagens com bandas e apresentações musicais. Entre os artistas presentes estava Vicente Celestino, para quem Pedro narrou a sua história inspirando-o a escrever a canção *Mia Gioconda*.<sup>11</sup> Já nesse período, a presença italiana estava integrada na vida nacional e a migração passava por uma fase de estagnação, ou seja, a migração era residual e sustentada pelas redes migratórias. A vinda de Iole foi resultado da organização de uma rede complexa de relacionamento que mobilizou um aparato interestadual e internacional. A sua movimentação envolveu a ajuda de instituições, de associações de mídia, do Consulado Italiano e da Associação dos Ex-combatentes da II Grande Guerra<sup>12</sup>. A jovem deixava um país

---

<sup>10</sup> ([s.a.] *O Brasil na Guerra*, 2010).

<sup>11</sup> As recordações do Sr. Pedro estão narradas em: ZH Petrópolis, 05 de julho de 2007. Correio do Povo, domingo, 02 de agosto de 2009.

<sup>12</sup> Fundada em 1945. A associação foi criada com o objetivo de lutar por leis de amparo aos ex-combatentes mais necessitados, de manter viva a chama da FEB, seus ideais, tudo isso respeitando a ação política ou ideológica de cada um ([s.a.] *As associações de ex-combatentes*. [s.d.], 2010). Fundada em 1945. A associação foi criada com o objetivo de lutar por leis de amparo aos ex-combatentes mais necessitados, de manter viva a chama da FEB, seus ideais, tudo isso respeitando a ação política ou ideológica de cada um.

que começava a ser marcado pelo crescimento econômico e pela instabilidade política advinda das mudanças de governo.

Um ano após o retorno dos combatentes brasileiros, Iole portava apenas, uma bagagem pequena e o filho nos braços. Tinha pouca familiaridade com o mar e a viagem na terceira classe – teve lá seus inconvenientes que incluíram quarenta dias de privações alimentares, em decorrência “do mal do mar” (ROSSATO, 1883 apud, MAESTRI, 1996, p. 201), sensação que lhe causava enjôos e vômitos constantes debilitaram a sua saúde, prejudicando a amamentação do filho, recém-nascido. Somaram-se a estas dificuldades, e ao fato de viajar desacompanhada, o roubo de seus pertences quando o navio aportou, no porto de Gênova.

Relatos semelhantes ao episódio vivido por Iole foram evidenciados em estudos anteriores informando que “a estada no porto de Gênova, a espera da partida do navio era uma etapa da viagem que podia reservar sérias e desagradáveis surpresas, inclusive roubando os recém-chegados no porto ou no transcurso da viagem” (Idem, p. 194). Apesar dos contratemplos, Iole encontrou amizade e ajuda entre os companheiros de viagem, muitos eram provenientes de várias partes da Europa, dentre eles alguns eram patrícios e outros brasileiros.

Durante a sua viagem sempre esteve presente a colaboração de pessoas estranhas, afinal, foram os resultados da solidariedade e dos apelos na rádio, e nos jornais Correio do Povo e Folha da Tarde, protagonizados por Candido Norberto<sup>13</sup> que custearam a sua longa viagem. Após quarenta dias, o navio atracou no cais de Porto Alegre, Iole não olhou para a cidade, porque não formulara a idéia sobre ela, visto que o diálogo com Pedro, durante o namoro não havia superado os entraves da língua.

---

<sup>13</sup> Cândido Norberto dos Santos nasceu em Bagé, no dia 18 de outubro de 1927, mesmo ano de fundação da Rádio Gaúcha. Chegou a Porto Alegre em 1943, para trabalhar na Folha da Tarde, periódico da Caldas Júnior. Além de experiência, conquistou várias amizades. Cita como exemplos Flávio Alcaraz Gomes e João Bergmann, locutor da PRF-9, Rádio Difusora Porto alegrense. (PROJETO Vozes do Rádio, 2010).



Figura 3 – Dalva Di Martino. Fonte: Laboratório de Pesquisa em história Oral da PUCRS

Ao sul da península, Dalva Di Martino (fig. 3) deixou a terra natal quando tinha 14 anos, no dia 16 de agosto de 1948, dia dos Festejos de São Roque, em companhia da mãe e das irmãs. Comedida nos gestos e moderada na fala, não consegue disfarçar a emoção ao lembrar o passado. Suas origens estão assentadas na região da Calábria, em Morano-Calabro, na Província de Cosenza. A região passara, até 1940, por um processo de imigração em massa decorrente das dificuldades econômicas e sociais que durou mais de quarenta anos e estagnou, durante a guerra. A explicação para as origens dessa crise, que atingiu principalmente a região sul da Itália, encontra-se a questão da unificação e a política para implantar um mercado nacional que desfavorecia a região onde predominava a manufatura artesanal<sup>14</sup>.

Na mesma época que a família Di Martino mudou para Porto Alegre, uma nova fase de reforço dos fluxos migratórios consolidara-se pelas redes sociais entre imigrantes e não imigrantes

---

<sup>14</sup> Para conhecer mais detalhes sobre a crise consultar: (BÓ; IOTTI; MACHADO, 1996. p. 61).

decorrentes dos efeitos pós-guerra e da política de unificação do território. Nesta etapa a imigração majoritária era de trabalhadores calabreses e familiares destinados aos centros urbanos brasileiros. Entretanto, observa-se a existência de registros datados de 1908 que certificam um número variado de imigrantes nos núcleos urbanos do Rio Grande do Sul. Os documentos demonstram o predomínio dos imigrantes calabreses no espaço porto-alegrense, os quais desempenhavam profissões diversificadas na cidade, sobressaindo-se no desenvolvimento de atividades comerciais (CONSTANTINO, 1996, p. 57).

A capital gaúcha já mostrava sinais de modificações propiciadas pelo afluxo cultural resultante dos intercâmbios entre grupos humanos oriundos de varias partes do mundo. Eles vieram atraídos pelo seu crescimento urbano e oportunidades econômicas que a cidade oferecia em virtude do processo acelerado de industrialização (CONSTANTINO, 1996, p. 58). Foi visando melhores condições de vida que a família Di Martino embarcou para a capital gaúcha. Dalva era adolescente e trouxe consigo uma carga imaginária sobre Porto Alegre. Essa carga foi concebida mentalmente por meio das cartas remetidas pelo pai, que já trabalhava como comerciante na cidade, pois ele afirmava que: *Porto Alegre, era uma cidade grande. Que não era uma cidade como Morano. Que era uma cidade que oferecia muitas chances para crescer na vida.* (CASSARÁ, 2010, f. 1) Inicialmente a cidade de Porto Alegre era produto de sua imaginação que exerceu influência profunda sobre a impressão de chegada:

A chegada foi ma ra vilhosa. Chegamos em setembro no porto aqui de Porto Alegre. Um dia lindíssimo. Aquele sol, aquela coisa e uma banda tocando, porque era aquela festa... A entrada em Porto Alegre, o porto era muito bonito, agora está abandonado, mas nessa época os navios vinham e voltavam. A primeira rua que eu conheci foi a Riachuelo, onde o tio nos recebeu depois a entrada na casa que o pai tinha preparado para nós, na Demétrio Ribeiro, onde residiu por quase trinta anos.(Idem, f. 8)

Para a jovem, confirmara-se, ao primeiro olhar a cidade da narrativa do pai e de familiares de moraneses que já residiam e trabalhavam nela. Compreende-se que a idealização juvenil de

Dalva, é uma construção social, pois “os homens elaboram idéias sobre o real, as quais se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais que não somente qualificam o mundo como também orientam o olhar e a percepção sobre essa realidade.” (PESAVENTO, 2008, p. 13). Assim, as imagens mentais formuladas sobre a cidade tiveram como suporte as descrições das pessoas que vivenciaram o movimento migratório destinado ao sul do Brasil desde antes das guerras.<sup>15</sup> Essas pessoas criaram condições para o surgimento das chamadas *redes sociais entre imigrantes*, as quais eram caracterizadas pela condição imigrantes de todos os seus participantes. São redes que se distinguem pelo

(...) o fato de serem ações proporcionadas, por pessoas com experiência própria, conhecedoras da condição de imigrante, o que possibilita a elas uma relação com o outro, em situação de semelhança; e por isso tendem a ser específicas e singulares. (CARLEIAL, 2004, p. 7).

Foi por intermédio de redes parentais que Dalva e a família vieram para Porto Alegre, conta ela lembrando a chegada ao porto: *E todos aqueles... Ah parentes do meu pai, e parte da minha mãe, que a minha mãe tinha umas irmãs aqui, uns irmãos..* cita ainda Rocco Gallo<sup>16</sup> e o pai que ela não conhecia. (CASSARÁ, 2010, f. 7). A vinda da família teve a ajuda de parentes maternos que estavam no Rio de Janeiro e paternos que estavam em Porto Alegre.

Nota-se que já fazia parte do cotidiano da infância de Dalva o deslocamento de familiares e amigos, bem como as histórias das idas e vindas constantes ao Brasil. Durante a ausência do pai a vida familiar e a educação eram regidas pelas normas da mãe que encontrava formas de tornar presente o pai ausente: através de bilhetes que escrevia para os filhos e assinava com o nome do pai; também colocava o prato e guardava o lugar do pai durante as refeições. Outra maneira de tornar o pai presente era no que dizia

---

<sup>15</sup> Informações relativas à presença de imigrantes nos centros urbanos do RS podem ser encontradas, a partir de 1870, nos arquivos da Santa Casa, nos assentamentos de batismos, nos códigos policiais e nos jornais.

<sup>16</sup> Proprietário da Barbearia Roma, que funcionava na rua da Praia.

respeito às finanças da família. Segundo ela, *toda a vez que o pai mandava dinheiro a mãe reservava uma parte para uma eventual necessidade. E, aquilo nos salvou. Então ela foi uma economista.* (Idem, 2010. 6) O dinheiro poupado serviu para mantê-los durante a guerra, quando diminuíram as remessas e aumentara a carestia. A mãe assumiu a autoridade do pai para fazer valer as regras de convivência familiar e social.

Já para Iole que veio anos antes, os planos e a esperança, ameadados até a data da partida, estavam relacionados ao encontro com o marido. Neste sentido ela relata dois episódios marcantes. O primeiro foi a despedida da mãe no porto de Gênova. (TREDICE, 2010, f. 11) Para Iole a figura da mãe significava coesão familiar, segurança e proteção. O porto, por sua vez, um ponto de ligação, entre o passado e o futuro. Por outro lado o navio sobre o mar pode ser compreendido por suas variações e instabilidade em relação ao percurso. Com a mudança de cenário mudaram também os papéis das personagens: Iole torna-se a figura de coesão familiar, o filho é a ligação entre o passado e futuro. Para ela, a cidade de Porto Alegre com suas multiplicidades, suas ruas; as pessoas e seus sotaques é uma incógnita geradora de incertezas.

O segundo episódio foi da chegada à cidade de Porto Alegre. Cheguei de sábado. Chego ao porto. Olho... O navio tudo descia eu estou lá e olhava então me começaram a cair às lágrimas, não é. Será que... Já tava tudo combinado, ele vinha me buscar tudo. Eu apertando meu filhinho aqui (fez gesto abraçando o peito) Então eu vi todo mundo descer..(TREDICE, 2010, f. 12). Não ter ninguém à sua espera causou uma sensação de vazio, solidão e abandono. Sentimentos conflitantes são percebidos nos relatos de chegada de Iole e Dalva. Iole, ao contrario de Dalva, evocou a cidade sob a expectativa de seus sonhos, isto é, de forma intuitiva e emocional, neste sentido o imaginário não apenas

(...) compõe-se de representações sobre o mundo do vivido, do visível e do experimentado, mas também se apóia sobre os sonhos, desejos e os medos de cada época, isto é, sobre o não-tangível nem visível, que passa, porém, a existir e a ter força de real para aqueles que o vivenciam. (PESAVENTO, 2008, p. 14)

Assim sendo, fez-se possível inferir que a idéia formulada por Iole, sobre Porto Alegre, não tinha como referência o visual ou o material, mas o sentido, o imaterial que pertence ao campo das sensibilidades. Por outro lado as lembranças da infância, na cidade natal são materiais, visíveis e riquíssimas. Ela tivera estudo e conta que *naquela época era tudo de graça. Era na época do Mussolini. Fascismo.* (TREDICE, 2010, f.5). Trata-se do regime político unitarista implantado na Itália por Benito Mussolini (1919-1943) que se caracterizava pelo:

(...) Orquestramento do culto ao Duce e à *religião da pátria*, para impulsionar a nacionalização das massas, para beneficiar-se de todas essas contribuições ao regime, para controlar a educação popular e a socialização da juventude, para assumir a tarefa da formação de uma nova elite dirigente. (...) A especificidade do fascismo, apoiou-se em sua capacidade para envolver-se, no positivo e no negativo, com amplíssimos setores da população. Alguns desses setores são, social e politicamente, claramente reconhecíveis, mas outros, mais amplos, estavam constituídos – não nos esqueçamos – por homens e mulheres que também faziam sua história, tinham seus próprios interesses e sua própria racionalidade.” (CAMPOS, 1999, p.271,272)

O depoimento de Iole aponta fatos específicos mencionados por Campos. Um deles indica a familiaridade da mulher italiana do norte italiano com as guerras: *A minha mama ficou viúva, e a gente não tinha dinheiro. Então era minha mama que lutava para ganhar dinheiro e dar comida aos filhos.* ( TREDICE, 20110, f. 5) Desde a morte do marido o lar era provido pela mãe, pelas irmãs e pelo irmão mais velho. Iole também indica conflitos políticos sociais presentes no cotidiano. *A gente era criança, não sabia o que era fascismo, a gente cuidava da vida que a gente levava que a mama podia dar, então estudava e trabalhava numa fábrica de seda, precisava usar um banquinho, era menor de idade.* (Ibidem)

Uma das conseqüências da II Guerra foi a carestia e falta de abastecimento nos mercados locais. O comércio fechou as portas os moradores de Pescia buscavam provisões nas cidades vizinhas: *As mães iam comprar pão no mercado negro, como não tinha dinheiro suficiente elas roubavam as frutas. Todas as mães, várias mães iam*



*de sacola, tinha maçã, pêra e laranja pra trazer em casa.* (Idem, f. 6) Cumpre acrescer, pois, que o seu relato corrobora as informações de outras depoentes como Valéria Novek Paskulin, Francesca Ducceschi, Vicenza Nani, Maria Vinchiprova, Dalva Di Martino<sup>17</sup> demonstrando que de modo geral as zonas do conflito foram castigadas pela carestia.

Ela, ainda, relembra episódios da infância com as amigas que aconteciam praticamente no meio dos bombardeios de guerra: Eu e a minha amiga, a gente estava com a sacolinha cheia de frutas, que a gente tinha conseguido. Então a gente vinha toda feliz, de repente veio um avião baixinho. A gente corria. Dava cada risada. Rindo, rindo em vez de chorar de medo. (TREDICE, 2010, f. 7). Sua fala cristaliza uma “memória pessoal que também é uma memória social, familiar e grupal mediada pela linguagem, que aproxima as lembranças do passado enquadradas pelo presente.” (BOSI, 1983, 1, 8). Este enunciado também encontra eco nas seguintes palavras de Iole: eu tinha três deles que foram militares: Meu pai fez a I Guerra, meu irmão fez a II Guerra, não fez noutra porque ele estava na Rússia, onde ficou com os pés quase congelados e meu marido fez a II Guerra. (TREDICE, 2010, f. 9). As lembranças relacionadas à II Guerra possuem uma riqueza de detalhes guardados na memória continuamente reelaborada. Para tal, ela vale-se da interação de suportes da memória como seus vínculos sociais, a sua casa e os vestígios preservados em arquivos fotográficos, em jornais, documentários, músicas e filmes constantemente manuseados pelo esposo.

Através da narrativa de Iole e Dalva, pode ser escrita uma história da imigração que a partir do indivíduo descortina uma coletividade, da qual as duas mulheres são indiciárias. Para fazê-lo é necessário o recurso da metodologia em história oral que prioriza o relato dos mais velhos, como fonte histórica. Quando mulheres idosas contam e compartilham vivências e conhecimentos viabilizam a identificação de fragmentos de experiências coletivas que são

---

<sup>17</sup> Depoimentos disponíveis para consulta no Laboratório de História Oral da PUCRS.

conhecidas por determinados grupos em um certo contexto social. Elas preservam na memória a essência cultural do grupo ou grupos com os quais interagiram.

Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já tiveram quadros de referência familiar e cultural: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo. (BOSI, 1983. p. 22)

Também são encontrados nos depoimentos de Dalva e Iole e em outros seis depoimentos coletados <sup>18</sup> construções auto-representativas, que podem ser enquadradas em categorias dos gêneros literários, isto é modelos narrativos disseminados inicialmente pela tradição oral e incorporados pela literatura. (CONSTANTINO, 2006, P. 72). O depoimento de Dalva sistematiza a narrativa épica, ela compara a vinda da família com o percurso feito por Colombo, quando faz alusão à distância de Gênova ao Rio de Janeiro e de lá para Porto Alegre. Além disso, prioriza os feitos e as vitórias arrematando com um final feliz e bem sucedido. Já em seu depoimento, Iole acentua o dramático-fatalista, ao afirmar que para encontrar Pedro, precisou passar por privações e perdas como pré-requisitos ou obstáculos a serem superados para atingir o destino. Uma delas baseia a sua narrativa no mito do italiano trabalhador e bem sucedido alimentado pela tradição historiográfica, enquanto a outra apóia-se no mito do amor<sup>19</sup> que supera qualquer

---

<sup>18</sup> Valéria Novek Paskulin, Francesca Ducceschi, Vicenza Nani, Maria Vinchiprova, e Maria Cristina Liberatore, Epifânia Di Fazio. Depoimentos disponíveis para consulta no Laboratório de Historia Oral da PUCRS.

<sup>19</sup> O mito do amor, na literatura portuguesa, encontrará as suas origens no entrecruzamento entre as cantigas galego-portuguesas de amor e de amigo. Nas cantigas de amigo, vamos encontrar um amor que justifica os desvios de virtude das donzelas apaixonadas. Mentir por amor, dissimular para a mãe e se entregar como prova de amor são os comportamentos descritos pelas donzelas nas Cantigas de Amigo, com bem demonstra Leodegário A. de Azevedo Filho, no seu livro *As Cantigas de Pero Meogo*. Nessas cantigas, não há lugar para o morrer-de-amor das Cantigas de Amor. Nestas últimas, a dor de morrer-de-amor revela-se para o imaginário do trovador como gozo, que, ao contrário das cantigas de amigo, não se inscreve pela via do sexual. (FERREIRA, 2010).

obstáculo. Refira-se, neste aspecto, que este amor inspirou Vicente Celestino na composição da música “Mia Gioconda”, cuja letra reproduz-se a seguir:

Do dia que nascemos e vivemos para o mundo/ Nos falta uma costela que encontramos num segundo/ Às vezes muito perto desejamos encontrá-la/ No entanto é preciso muito longe ir buscá-la Vejamos o destino de um pracinha brasileiro/ Partindo para a Itália transformou-se num guerreiro/ E lá muito distante, despontar o amor sentiu/ E disse estas palavras a uma jovem quando a viu /Italiana,/ La mia vita oggi sei tu io te voglio tanto bene/Partiremo due insieme/ Ti lasciar non posso più/ Italiana/ Voglio a ti piccola bionda / Ha il viso degli amori/ La tue lapri son due fiori /Tu sarai mia Gioconda /Vencido o inimigo que antes fora varonil/ Recebeu da FEB a ordem de embarcar para o Brasil/ Dizia a mesma ordem:/ Quem casou não poderá levar consigo a esposa/ A esposa ficará/ Prometeu então o bravo, ao dar baixa e ser civil/ Embarcarás amada, para os céus do meu Brasil/ E, enquanto ela esperava lá no cais napolitano/ Repetia estas palavras no idioma italiano:/ Brasileiro,/ La mia vita oggi sei tu / Io te voglio tanto bene / Quiedo a Dio que tu venga/ Ti scordar non posso più/ Brasileiro,/ Sono ancora tua bionda/ Mi sposo hai lasciato/ Questo cuore abbandonato /Che chiamasti di Gioconda/ Di Gioconda /Di Gioconda. (<http://vicente-celestino-musicas.musicas.mus.br/>)

Tanto uma como a outra memorialista cresceram distantes geograficamente em seus respectivos locais de origem. Viveram contextos políticos, econômicos e socioculturais diversificados, contudo, semelhantes foram os códigos morais e familiares que nortearam os seus modos de vida. Distintos foram os fatores condicionantes da viagem: partida, percurso e chegada. Uma veio com o auxílio da família, enquanto a outra recebeu apoio de entidades assistenciais. Uma delas encontrou uma casa confortável e preparada para receber a família à rua Demétrio Ribeiro, no centro da cidade, onde predominavam famílias brasileiras. A outra imigrante foi morar em um quarto de pensão na companhia do marido e do filho, na Avenida Presidente Roosevelt<sup>20</sup>, Bairro São João no 4º distrito, onde residiam imigrantes de diversas etnias.

---

<sup>20</sup> Antiga avenida Eduardo.

O idioma que, para uma, resultava em dificuldade de inserção; para a outra, oportunizou a interação com o grupo local. No espaço geográfico de Porto Alegre reproduziu-se uma forma de vida diferente dos locais de origem das duas mulheres. Nele as condições econômicas e as relações sociais de cada uma delas ocorreram de formas distintas e entende-se que “as relações sociais, que fundam os processos individuais, são caracterizadas por tensões e equilíbrios. Estão vinculadas tanto à solidariedade quanto à coação (GÓES, 2000, 117). Elas são evidenciadas nas narrativa das duas italianas. Enquanto Dalva passeava pelas praças, freqüentava escola, teatros e cinemas e cultivava amizades; Iole se distraía com o marido e o filho passeando pelas ruas da cidade (fig. 4) à pé ou de bonde e cuidava da casa pois, segundo ela, o marido acreditava que ela não precisava continuar os estudos. Dalva ensinava Italiano para as amigas e dançava nos bailes da Società Italiana e da Reitoria. (fig. 5).





Figura 4 João Pedro, Iole e o filho Figura 5 – Dalva e Nicolò no Baile da Reitoria, passeando na Galeria Chaves(1950).

Fonte: Laboratório de Pesquisa em História Oral da PUCRS

Iole freqüentava a Igreja Navegantes, aprendia a ler, escrever e falar o português com o filho, embora, ainda hoje, tenha dificuldades relativas à pronuncia. De resto, acompanhava o marido nas reuniões da Associação de ex-combatentes. Com o tempo fez amizade com as esposas dos pracinhas, passou a interagir no grupo participando de eventos sociais, homenagens e comemorações patrióticas. Dalva manteve os vínculos familiares, ainda fala o dialeto de sua região de origem com outros moraneses, integra o Centro Calabrese do Rio Grande do Sul, participa das reuniões sociais e ministra aulas do idioma italiano na ACIRS-Associação Italiana do Rio Grande do Sul.

A viagem para as duas mulheres – partida, percurso e chegada – processou-se de maneiras opostas. Dizer adeus a Pescia e despedir-se da família foi o momento de ruptura traumática para Iole, porque ela tinha consciência de que esta seria uma viagem sem retorno. Para Dalva não houve adeus, porque ela veio com a família, não houve trauma, mesmo assim, ela trouxe, na memória, as lembranças da infância, das pessoas, das casas, das amigas que ficaram em Morano. Iole retornou à cidade natal poucas vezes, diz

que o seu lugar é ao lado do marido. Dalva voltou, visitou a casa onde viveu quando criança e deu-se conta que, na sua memória, permaneceram estagnadas as imagens do lugar quando tinha doze anos, ainda que tudo houvesse mudado. Foi o momento em que percebeu que assim como sua cidade, ela também já não era a mesma menina que havia partido e, por fim, que tinha chegado ao destino.

Passado e presente entrecruzam-se nos registros orais de Iole Tredici e Dalva di Martino. Mulheres que dão conta de um espaço cotidiano citadino diversificado dentro do qual construíram as suas histórias de vida. Elas indicam, a partir de suas experiências e pontos de vista, as distintas maneiras de inserção das mulheres imigrantes na sociedade portoalegrense. Ao mesmo tempo, os seus relatos demonstram as nuances culturais basilares na construção de suas identidades porque trouxeram referenciais anteriores à partida. A construção da identidade de cada uma delas, entre outros fatores, resultou de um longo processo de reelaboração mental e adaptação à nova vida, que já se iniciara na partida.

O sentimento de pertencimento e integração com o meio, tanto em Iole como em Dalva foi sendo arquitetado aos poucos e reflete as influências das redes sociais que tanto estreitaram, quanto diversificaram em novas conexões. Estas redes modificam-se em função das novas necessidades de seus integrantes. As pessoas que fazem parte das redes sociais desenvolvem relações de poder que determinam espaços de sociabilidades e atuação políticas e econômicas. Por outro lado, elas estabelecem ligações duradouras familiares, fortalecidas pela preservação dos costumes onde se insere Dalva ou de amizade e pela manutenção de seus ideais de fundação, onde se encontra Iole. Pondera-se, ao final, que esta reflexão cumpriu o seu objetivo fundamental que foi ressaltar a importância dos depoimentos orais dessas duas mulheres, registro que serve como fonte de estudo sobre as mulheres imigrantes na cidade de Porto Alegre, disponível e aberto a novos olhares, no Laboratório de Pesquisa em História Oral (LPHO) da PUCRS.

## Fontes

Correio do Povo, domingo, 02 de agosto de 2009,

DEPOIMENTO Oral de Dalva Di Martino Cassará. Transcrição, Acervo do laboratório de Pesquisas em História Oral da PUCRS. 2010, 12f.

DEPOIMENTO Oral de Iole Tredice. Transcrição. Acervo do laboratório de Pesquisas em História Oral da PUCRS. 2010, 15f.

ZH Petrópolis, 05 de julho de 2007.

## Referências

BÓ, Juventino dal; IOTTI, Luíza Horn; MACHADO, Maria Beatriz. (Org.) MAESTRI, Mário. In: *A travessia e a mata: memória e história*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996,

Idem, p.194.

\_\_\_\_\_. In: CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Italianos na cidade*. Porto Alegre (1850-1914). Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1983

CAMPOS, Ismael Saz. *Repensar o fascismo*. São Paul: Perspectivas, 1999

CARLEIAL, Atleta. *Redes sociais entre imigrantes*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 20-24 de setembro de 2004. Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br](http://www.abep.nepo.unicamp.br) Acesso em 19 set. 2010.

[www.provincia.pistoia.it](http://www.provincia.pistoia.it). Acesso em 21, set, 2010.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. (Org.). *Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes*. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v.XXXII, n. 1. 2006

\_\_\_\_\_. Nuncia Santoro de. Projeto Mulheres Imigrantes em Porto Alegre. 2007 . Financiado pelo CNPq e FAPERGS.

FERREIRA , Nadiá Paulo, *O mito do amor na literatura Medieval Portuguesa*. Disponível em: [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br). Acesso em 18, set. 2010.

GÓES, Maria Cecilia Rafael de. *A formação do indivíduo nas relações sociais*: contribuições teóricas de Lev Vigotski e Pierre Janet . Educação & Sociedade, ano XXI, nº 71, Julho/00 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf> Acesso em 15, maio, 2012.

<http://www.portoimagem.com/fotosantigas/antiga112.html> Acesso em 15 set. 2010.

<http://vicente-celestino-musicas.musicas.mus.br/> Acesso em 15 set. 2010.

JUNIOR, Manuel Diégues. *Imigração, urbanização e industrialização*: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Pesquisa Educacional, 1964. 385 p.

MATOS, Olgaria, 1989, apud: MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória*. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, Charles. Porto Alegre e suas escritas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. 550 p.

\_\_\_\_\_. *Representações da cidade de Porto Alegre na obra O resto é silêncio de Érico Verissimo*. Sociedade brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) Anais da XXV Reunião. Rio de Janeiro: SBPH, 2005.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória*. São Paulo: Contexto, 2003.

MOSCHETTI, Lydia. Autobiografia .Porto Alegre: Ediplat, 2008.

PESSAVENTO, Sandra Jatay; SANTOS, Nadia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. (Orgs.) Narrativas Imagens e Práticas sociais. In: PESSAVENTO, Sandra Jatay. *História cultural: caminhos de um desafio contemporâneo*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944)*. Disponível em:



www.cholonautas.edu.pe. Módulo virtual: Memórias de la violência. Acesso em 02, set, 2010. [s.p.].

*PROJETO Vozes do Rádio*. Jornalismo FAMECOS/PUCRS. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famecos/vozesrad/candido.htm> Acesso em 24. set. 2010.

RICOEUR, Paul (Apud.). PENA, Rejane. *Deslocamentos e Adaptações* – Uma proposta de interpretação das narrativas de imigrantes, unindo elementos da hermenêutica e da análise de discurso Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v.XXXII, n. 1. 2006.

SILVA, Márcia Andréa Schmidt da. *Uma comunidade eslava ortodoxa: russos e ucranianos em Porto Alegre: 1948, 1996*. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 1996.

[s.a] *As associações de ex-combatentes*. [s.d.] Disponível em: [www.mauxhomepage.com](http://www.mauxhomepage.com) Acesso em 18. set. 2010.

[s.a.] *O Brasil na Guerra* [s. d.] Disponível em: [www.2guerra.com.br](http://www.2guerra.com.br). Acesso em 18. set. 2010.

# **PROJETOS E OBRAS DE SANEAMENTO EM ÁREAS DE COLONIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL DA REPÚBLICA VELHA**

Fabiano Quadros Rückert

O objetivo principal do texto consiste em analisar historicamente experiências de saneamento realizadas em áreas de colonização do Rio Grande do Sul no período específico da República Velha. A pesquisa nas fontes documentais contemplou projetos e/ou obras de saneamento realizadas nas seguintes cidades: São Leopoldo, Taquara e Caxias do Sul. Estas cidades surgiram em áreas colonizadas por imigrantes europeus que chegaram ao Rio Grande do Sul no decorrer do século Império e ingressaram no século XX apresentando um expressivo crescimento urbano e polarizando atividades econômicas de áreas coloniais que excediam os seus limites territoriais. O processo de urbanização nestas três cidades, apesar de apresentar ritmos e proporções diferentes, gerou preocupações com a saúde pública e as questões do saneamento ganharam importância na agenda política das municipalidades. Considerando essas condições históricas gerais, as três cidades destacadas oferecem subsídios para identificação de semelhanças e diferenças nas ações políticas, nos projetos e nas obras sanitárias implantadas pelo poder público no decorrer da República Velha.

## **Cidades em áreas coloniais do Rio Grande do Sul: uma introdução ao tema**

No século XIX o processo de imigração europeia provocou uma série de mudanças na demografia, na sociedade, na economia e na paisagem do Rio Grande do Sul. Marco inicial deste processo, a criação da Colônia de São Leopoldo, na antiga Feitoria Real do Linho Cânamo, criou um espaço diferenciado por questões étnicas, culturais e políticas (TRAMONTINI, 2000). Diante do rápido desenvolvimento da colônia, em 1846 ela foi elevada a condição de

Vila e, posteriormente, em 1864, tornou-se uma cidade (SILVA, 2006). Naquele contexto histórico, a autoridade da Câmara de Vereadores de São Leopoldo se estendia sobre uma ampla área de colonização na qual os imigrantes alemães e os seus descendentes formava a maior parte da população.

No mesmo ano em que São Leopoldo tornou-se Vila, na parte média do Vale do Rio dos Sinos, Tristão Jozé Monteiro fundou a Colônia do Mundo Novo na localidade de Santa Cristina do Pinhal e iniciou a venda de lotes de terra para a crescente população de imigrantes da Província. A boa localização das terras e as condições facilitadas de pagamento oferecidas por Monteiro, assim como a possibilidade de uso da navegação fluvial para escoamento da produção, proporcionaram um rápido povoamento da região que atraiu novos imigrantes e ao mesmo tempo recebeu tetrarquistas brasileiros naturais de São Leopoldo. Em 1886 a Lei Provincial n. 1568 criou o município de Taquara do Mundo Novo que passou a ter sua Câmara de Vereadores, posteriormente, a sede da administração municipal de Taquara foi deslocada de Santa Cristina do Pinhal para uma área que hoje corresponde ao centro da cidade. No começo do século XX, tanto a sede quanto a parte rural deste município estavam inseridas em uma rede trocas comerciais baseada no envio de excedentes agrícolas para São Leopoldo e Porto Alegre e na aquisição de objetos manufaturados necessários para a sobrevivência dos colonos (REINHEIMER, 1999). Uma parte expressiva da riqueza gerada por este comércio ficava em São Leopoldo, mas, a partir da inauguração da estação ferroviária de Taquara, fato ocorrido em 1903, os comerciantes instalados nas áreas próximas ao centro ampliaram a sua margem de lucro e o artesanato também ganhou impulso. Iniciava-se um ciclo novo na urbanização de Taquara (REINHEIMER, 2005).

Ligadas pelo comércio, por vínculos familiares e por aspectos culturais em comum, as cidades de São Leopoldo e de Taquara do Mundo Novo tornaram-se os dois principais núcleos urbanos da área colonial do Vale do Rio dos Sinos. E foi a partir dessa condição, que ambas iniciaram o século XX buscando implantar obras e serviços de saneamento necessários para a higiene

e a salubridade do espaço urbano. Nas duas primeiras décadas do século XX, a inexistência de um sistema de esgoto e a precariedade no abastecimento de água para a população eram problemas comuns nestas duas cidades que em um curto espaço de tempo receberam grandes contingentes populacionais; porém, as ações políticas, as obras de engenharia e os serviços públicos gerados como respostas para este problemas apresentaram importantes diferenças.

Mais antes de avançarmos para uma reconstituição narrativa das obras de saneamento de São Leopoldo e de Taquara do Mundo Novo, considero oportuno estendermos nossa introdução ao tema da urbanização para a região colonial italiana e, mais especificamente, para Caxias do Sul, cidade que ganhou forma a partir da colonização promovida pelo governo imperial nas décadas finais do século XIX. Apesar de ser inserida no mapa da colonização cerca de 50 anos depois da chegada dos primeiros alemães no Vale dos Sinos, Caxias do Sul iniciou século XX sendo um dos principais núcleos urbanos do Rio Grande do Sul. E para manter a salubridade do espaço urbano e da sua crescente população, a cidade também precisou enfrentar o problema da falta de saneamento – problema que foi parcialmente atacado no decorrer dos anos 20.

### **São Leopoldo e o Projeto de Saneamento de Saturnino de Brito**

Em 1922 a Intendência de São Leopoldo recebeu do engenheiro Francisco Rodrigues Saturnino de Brito um projeto para o saneamento da cidade. A criação deste projeto é certamente um marco na história do saneamento no Vale dos Sinos e para compreendermos a sua importância, devemos reconstituir os primórdios do saneamento de São Leopoldo recorrendo aos documentos produzidos pelo poder público municipal no período específico da República Velha.

A preocupação com a salubridade da população está registrada nas Atas da Câmara de Vereadores de São Leopoldo desde os primeiros anos da República (HARRES; RÜCKERT, 2011). Nos documentos da administração municipal, o problema do abastecimento de água e do destino do esgoto gerado pela cidade estava inserido dentro de um conjunto mais amplo de assuntos

referentes à saúde pública – assuntos que pela legislação da época estavam sobre a responsabilidade dos municípios e do governo estadual.

No caso específico de São Leopoldo, encontramos no *Código de Posturas Municipaes* 1897 diversas determinações da Intendência para assegurar a salubridade da população, dentre as quais podemos destacar a proibição do despejo das “águas servidas” em vias públicas, a proibição de contaminação ou desvio das fontes e aqueoductos, a obrigatoriedade limpeza de terrenos na área urbana e a criação do Serviço de Asseio Público, prevista no Artigo 31 do respectivo documento com os seguintes termos:

Artigo 31 – Para que o depósito de materiais fecaes não continue a ser motivo de insalubridade para a cidade, que reclama já medida higiênica, os moradores são obrigados a construírem suas latrinas de forma a depositar um cubo como substitutivo do fosso, (...); o cubo será retirado uma ou duas vezes por semana conforme o número de habitantes do prédio. Para a retirada do cubo e sua confecção e conservação a intendência já providenciou os meios necessários para o serviço que essa disposição requer. (Código de Posturas Municipaes de São Leopoldo, 1897).

A intenção da municipalidade em controlar o destino do esgoto gerado pela população produziu um compromisso novo para a Intendência, uma vez que ela assumiu a responsabilidade do recolhimento, do descarte dos dejetos fecais e da limpeza dos cubos. E para assegurar a eficiência do novo serviço, os legisladores incluíram no Artigo 39 do Código, a prática da fiscalização sanitária nas residências do município. Cabe ressaltar que o Asseio Público de São Leopoldo surgiu restrito ao 1º Distrito e que assim permaneceu ao longo de todo período da Primeira República. Isto significa dizer que todos os outros distritos, incluindo o de Novo Hamburgo que possuía uma elevada concentração populacional, não foram contemplados por esta importante medida de saneamento.

No mesmo ano em que estava sendo criado o Asseio Público, o Intendente Epifânio Orlando de Paula Fogaça proibiu os aguadeiros de captarem água diretamente no rio dos Sinos e ordenou que as pipas fossem abastecidas em uma bomba hidráulica instalada

pela municipalidade. Sabemos que esta iniciativa não obteve sucesso, pois a bomba foi desativada quatro anos depois, mas, em contrapartida, o problema do consumo de águas poluídas cresceu nos primeiros anos do século XX. A necessidade de prover a cidade de água potável está presente em diversos pronunciamentos do Intendente Guilherme Gaelzer Neto que alegava limitações orçamentárias e a necessidade de estudos técnicos para atacar o problema.

Coube ao Intendente Mansueto Bernardi sair do plano discursivo e providenciar ações mais objetivas para suprir a cidade de água. Em 1921, Bernardi encaminhou ao governo estadual informações sobre as condições sanitárias da cidade e solicitou auxílio técnico para criação de um projeto de saneamento para São Leopoldo. As informações sanitárias sobre a cidade apresentadas ao governo estadual procediam, em parte, da Directoria Municipal de Hygiene, coordenada na época pelo Dr. Frederico Wolffenbüttel, e em parte, dos trabalhos que a Comissão Rockefeller estava realizando no município. Respondendo a solicitação da Intendência, o governo estadual enviou o engenheiro Antônio de Siqueira para auxiliar no trabalho de levantamento de dados topográficos e hidrográficos do município e contratou o engenheiro Francisco Rodrigues Saturnino de Brito para a realização do projeto.

As informações coletadas por Antonio de Siqueira, engenheiro da Secretaria de Obras Públicas e presidente da Comissão Estadual de Saneamento, foram repassadas para Saturnino de Brito e subsidiaram o projeto apresentado para a Intendência em 1922. No projeto, Saturnino de Brito expressou sua preocupação com a contaminação dos mananciais hídricos existentes no município; sugeriu a captação e o tratamento das águas do Rio dos Sinos e propôs a construção de uma rede coletora e de uma estação de depuração para o esgoto da cidade.

O projeto de saneamento feito por Saturnino de Brito, apesar de restrito a área do 1º Distrito, ofereceu para a Intendência de São Leopoldo uma oportunidade de atacar o saneamento nas suas duas frentes: a oferta de água potável e o destino do esgoto. Porém, os valores necessários para a realização das obras eram elevados e a

municipalidade optou em priorizar o abastecimento de água. Em 1924 foram iniciados os trabalhos de construção da Hydráulica Municipal e da rede de distribuição de água potável, dois anos depois, o município inaugurou o serviço de captação/tratamento e distribuição de água que no seu primeiro ano de funcionamento atendeu 874 prédios.

Com a criação da Hydráulica Municipal, São Leopoldo ingressou no pequeno grupo de cidades que ofereciam água potável no Rio Grande do Sul dos anos 20, mas, em contrapartida, protelou as obras da rede de esgoto projetadas por Saturnino de Brito. Provida de água potável e de Asseio Público apenas na sede do município, a cidade de São Leopoldo encerrou o período da República Velha com grandes limitações nos serviços de saneamento. Cabe ressaltar que a opção da Intendência pela realização parcial do projeto criado por Saturnino de Brito, mesmo privando a população da rede de esgoto, foi uma ação política de cunho sanitário importante, especialmente se considerarmos que poucas cidades no Estado possuíam um serviço de oferta de água potável construído com as próprias finanças da municipalidade.

### **Caxias do Sul e a sua primeira rede de abastecimento de água**

A cidade de Caxias do Sul formou-se a partir da antiga Colônia de Caxias, criada pelo governo imperial em 1875. O povoamento da colônia procedeu-se de forma rápida, de tal forma que em 1890, existiam 2.893 lotes vendidos, subdivididos entre lotes urbanos e rurais (GIRON, 1977). A distinção entre lotes urbanos e rurais foi uma das características do processo de colonização promovido pelo Império na serra do Rio Grande do Sul. Nas seis colônias imperiais criadas naquela região, foram definidas as áreas centrais e em torno delas foram demarcados lotes menores e mais caros, chamados de “lotes urbanos”.

O Ato de n. 257, de 20 de junho de 1890, criou o Município de Caxias do Sul que nesta ocasião contava com 120 estabelecimentos de produção artesanal e 38 casas comerciais. Em 1897, Caxias já se destacava como o principal núcleo urbano da área colonial italiana e a sua população era de 21.927 habitantes. O

crescimento demográfico e econômico da cidade foi acelerado com a criação da estrada de ferro Porto Alegre-Montenegro-Caxias, inaugurada em 1910. O acesso ao transporte ferroviário facilitou o comércio com a capital do estado e diminuiu a interferência que os comerciantes de Monte Negro e São Sebastião do Caí exerciam no fluxo de mercadorias entre Caxias do Sul e Porto Alegre (GIRON; BERGAMASCHI, 2001).

Depois de 1910, o perfil industrial e comercial de Caxias do Sul intensificou-se e o seu núcleo urbano passou a atrair um grande contingente de habitantes de áreas rurais. Foi neste contexto de crescente concentração populacional na sede do município que surgiram manifestações de preocupação com a salubridade do espaço urbano e com a qualidade das águas consumidas pela população. A intenção de prover a cidade de um sistema de abastecimento de água potável está presente em diversos documentos da Intendência de Caxias do Sul que, assim como São Leopoldo, solicitou auxílio ao governo estadual para viabilizar esta intenção.

No Relatório da Secretaria Estadual de Obras Públicas de 1927, o engenheiro Antônio de Siqueira informava que o projeto de abastecimento de água da cidade de Caxias do Sul estava concluído e que as obras estavam na fase inicial. O projeto foi elaborado pela Comissão Estadual de Saneamento e a sua implantação foi financiada com um empréstimo contraído pela municipalidade no valor de 3. 000:000\$000. Neste aspecto, podemos observar que a implantação de um serviço de abastecimento de água para Caxias do Sul diferenciou-se da experiência de São Leopoldo pela procedência do projeto e pelo fato de que a Intendência de São Leopoldo recebeu estudos para o abastecimento de água e para a criação da rede de esgoto, enquanto que a Intendência de Caxias do Sul recebeu um projeto especificamente direcionado para o abastecimento de água. Cabe ressaltar ainda que as duas municipalidades recorreram a empréstimos para viabilizar a realização dos investimentos e que os valores obtidos foram iguais – o que não significa que o custo final tenha sido o mesmo.



As obras para prover Caxias do Sul de água potável foram adaptadas para a topografia acidentada e para os recursos hídricos disponíveis. O sistema de captação foi feito para receber águas procedentes do Arroio Dal Bó e do Arroio Mestra, sendo o segundo, uma reserva para os períodos de estiagem. No Relatório da Secretaria de Obras Públicas de 1929 encontramos informações sobre os trabalhos realizados e por este documento, sabemos que foram construídas duas barragens para a captação (uma no Arroio Mestra e outra no Arroio Dal Bó), ambas ligadas ao complexo da hidráulica que possuía tanques de decantação e filtros Wold Lehmann para realizar o tratamento químico com sulfato de alumínio e cal; posteriormente, a água tratada era lançada na rede que estava subdivida em duas partes: uma “zona alta” e uma “zona baixa”, sendo cada uma delas provida de dois reservatórios. Em 19 de novembro de 1928 o serviço de abastecimento de água em Caxias do Sul foi inaugurado contando com uma rede de 30.889,9 metros de canos, incluindo as linhas adutoras e os ramais de distribuição. Naquele ano, as obras de captação no Arroio Mestra ainda não estavam concluídas e com a chegada da estiagem a qualidade do serviço foi comprometida.

No plano técnico, o sistema de abastecimento de água para Caxias do Sul apresentou um grau mais elevado de complexidade, comparando com o sistema de São Leopoldo inaugurado em 1926 com um único ponto de captação e desprovido de um reservatório. Outra diferença observada a partir das fontes documentais, diz respeito à execução das obras: a Intendência de São Leopoldo assumiu a coordenação dos trabalhos contando com o seu próprio quadro de funcionários e a Intendência de Caxias adotou uma estratégia diferente, ela firmou um contrato com a *Companhia Geral de Construções S.A.* – empresa paulista que venceu a licitação para a realização das obras. Seguindo caminhos diferentes, as duas cidades encerraram os anos 20 com grandes investimentos realizados na área do saneamento. Este fato assume relevância, na nossa comparação, uma vez que o povoamento de São Leopoldo pelos imigrantes alemães iniciou-se 50 anos antes da corrente migratória italiana que originou Caxias do Sul. Para compreendermos qual a conjuntura política e quais as variáveis econômicas que possibilitaram que estas

duas cidades iniciassem a oferta de água potável quase simultaneamente, são necessários novos estudos sobre o tema. No estágio atual da pesquisa, consideramos válida a hipótese de que o gradual crescimento e a qualificação dos trabalhos da Comissão Estadual de Saneamento (iniciados em 1917) criaram condições favoráveis para a expansão dos investimentos municipais nas obras e serviços de saneamento.

### **Taquara do Mundo Novo e a criação do Asseio Público**

A terceira experiência de saneamento em áreas de colonização abordada neste texto ocorreu na cidade de Taquara do Mundo Novo, na década final da República Velha. Cronologicamente, essa experiência ocorreu na mesma época das obras de saneamento de São Leopoldo e de Caxias do Sul e também contou com a participação da Comissão Estadual de Saneamento. O contexto político estadual certamente contribuiu para que as três cidades promovessem grandes obras sanitárias, mas, no caso específico de Taquara, existem algumas particularidades na maneira como a municipalidade conduziu os seus projetos e investimentos em saneamento.

Consultando nos documentos da Intendência de Taquara do Mundo encontramos diversas referências ao interesse pela criação de um serviço de “remoção de materiais fecais”. Em 1903, a Lei de Orçamento do Município autorizava a realização das operações financeiras para a criação do Asseio Público e mesmo possuindo essa autorização a Intendência não avançou nos procedimentos necessários. Três anos depois, o Coronel Diniz Martins Rangel, ocupando o cargo de Intendente, informou ao Conselho Municipal a sua opinião sobre a questão sanitária da cidade,

A saúde pública não tem apresentado nem um problema extraordinário que altere as excellentes condições hygienicas do município.

Tenho ainda em constante preocupação a necessidade de se estabelecer um serviço próprio para remoção de materiaes fecaes, nesta villa, cujo progresso e desenvolvimento estão a exigir dia por dia. Circunstâncias, porém, de economia administrativa têm obstado a realização deste plano, o que não significa, entretanto, que deixe

de ser elle positivado, talvez em breve. (Relatório Municipal de Taquara do Mundo Novo, 1906, p. 4).

Em 1914, Rangel reafirmou a necessidade de criação do “serviço de remoção de matérias feças” e sinalizou para a possibilidade de execução dos investimentos com uma verba adquirida por empréstimo pelo município. Naquele ano o começo da Primeira Guerra Mundial provocou uma rápida elevação no preço de máquinas e produtos importados e o setor de saneamento sofreu com as oscilações do mercado internacional e com as dificuldades de importação decorrentes do conflito. A elevação dos preços é apontada no Relatório Municipal de 1917 como um dos motivos para o adiamento na realização das obras.

Diante da impossibilidade de realizar grandes investimentos no saneamento, a Intendência manteve seu foco na criação do Asseio Público e em 1920 solicitou ao engenheiro Pedro Schmidt Paradedda orientações técnicas para a implantação do “serviço de remoção dos materiais feças”. Paradedda apresentou uma descrição detalhada do funcionamento do Asseio Público de Porto Alegre e sugeriu que ele fosse tomado como referência pela municipalidade de Taquara. A Intendência também recebeu sugestões técnicas do Dr. Adelino E. Barth – médico que argumentou em favor da depuração das águas que seriam usadas na lavagem dos cubos. Naquele mesmo ano o Intendente apresentou Conselho Municipal uma previsão dos gastos que seriam necessários para implantar o Asseio Público e pediu a autorização para obtenção de empréstimos para a aquisição de um terreno e realização das obras.

Para qualificar os seus projetos, a Intendência solicitou o auxílio do governo estadual para a avaliação do terreno escolhido para a instalação dos tanques de lavagem dos cubos. Na parte mais elevada deste terreno, foi planejada a construção de um matadouro público, de modo que as os resíduos do matadouro fossem dirigidos para os tanques que receberiam o esgoto recolhido pela municipalidade. Para atender essa solicitação, o engenheiro Antônio de Siqueira dirigiu-se para Taquara e emitiu parecer favorável, tanto para o terreno escolhido quanto para o projeto que a Intendência planejava realizar no local. Durante sua passagem pela cidade, o

presidente da Comissão Estadual de Saneamento registrou a seguinte observação sobre as condições sanitárias de Taquara.

Verifiquei que a maioria da população daquela próspera cidade se abastece d'água de poços cavados nos quintaes das moradias; levando-se em conta que todas as casas possuem fossas ordinárias para o despejo das suas latrinas segue-se que, pouco a pouco, toda a área da cidade, edificada, ficará com seu lençol líquido contaminado, sendo facilitada a propagação de qualquer epidemia de origem hydrica. Além disso, essas fossas são mal cuidadas, e em dia quentes, como aconteceu quando lá estive, produz-se uma exalação fétida e incommoda que impesta o ar.

Como vemos, há necessidade urgente de ser feito o afastamento dos despejos das casas, o mais prompto possível, principalmente os de origem orgânica e de fácil decomposição.

Não podendo ser construída uma rede de exgottos, em que estes despejos sejam levados imediatamente para fora da área da cidade, o mais aconselhável é o emprego de cubos que os possam afastar duas ou três vezes por semana. (Relatório Municipal de Taquara, 1920, p. 13-14).

Antônio de Siqueira sugeriu ao Secretário de Obras Públicas do Estado que Comissão Estadual de Saneamento realizasse os orçamentos necessários e que assumisse a coordenação das obras. Essa sugestão foi aceita e a partir dela o governo estadual tornou-se colaborador na implantação do Asseio Público de Taquara do Mundo e na construção do Matadouro Público – ambos inaugurados em 1922. Cabe ressaltar que o matadouro estava incluído nos investimentos e trabalhos realizados pelo poder público e neste aspecto a experiência de saneamento ocorrida em Taquara no final da República Velha também apresentou certa singularidade.

Nos documentos da Intendência de Taquara posteriores a 1922 existem informações sobre o crescimento do Asseio Público e sobre medidas providenciadas para qualificar o seu funcionamento. Segundo os registros do governo, o novo serviço contribuiu no combate da febre tiphóide e das doenças gastro intestinais que atingiam a população da cidade. Esse resultado positivo deve ser inserido no contexto mais amplo de ações sanitárias que estavam em curso no Rio Grande do Sul dos anos 20. E no caso específico de Taquara do Mundo Novo, a criação de um Posto de Prophylaxia

Rural que funcionou na cidade no período de 1923 a 1925 é um indicativo importante de que as condições sanitárias do município apresentavam sinais de gravidade. Durante o seu funcionamento, este posto iniciou seus trabalhos contando com profissionais da Comissão Rockefeller e, posteriormente, os trabalhos foram assumidos pelo governo estadual, através do Dr. Luiz Ferraz. O relatório emitido por Ferraz na ocasião do encerramento dos trabalhos do Posto de Prophylaxia Rural contém informações importantes para pensarmos as questões sanitárias na cidade de Taquara, dele, destacamos a seguinte citação:

Para avaliar a intensidade da população infestada foram feitos 5.921 primeiros exames de fezes, dando o resultado de 5.426 exames positivos para verminoses em geral; 4.363 exames positivos para uncinariose, com a porcentagem de 73.6%. A porcentagem para verminoses em geral ultrapassou 91.6%. O Município de Taquara, sem a intervenção sanitária recebida, a passos seguros caminaria para a fallencia do estado hygido dos seus habitantes. (Relatório Municipal de Taquara do Mundo Novo, 1925, p. 63 – 64).

Os números apresentados pelo Dr. Ferraz evidenciam que o quadro sanitário da população de Taquara do Mundo na primeira metade dos anos 20 era precário e apontam para a necessidade de avançarmos no estudo das relações entre a saúde pública e os investimentos em prol do saneamento realizados pelo poder público nas suas diferentes esferas de atuação.

### **Perdas e ganhos: conclusões parciais e os limites da abordagem proposta**

O tema abordado neste texto insere-se em um projeto de pesquisa mais amplo que contempla as políticas de saneamento no Rio Grande do Sul República Velha. O enfoque proposto explorou a perspectiva da comparação histórica entre experiências de saneamento ocorridas nas cidades de São Leopoldo, Caxias do Sul e Taquara do Mundo nas primeiras décadas do período republicano e permitiu a identificação de semelhanças e diferenças entre essas experiências. No plano das diferenças, cabe ressaltar o conteúdo dos projetos de saneamento que as respectivas cidades implantaram no

decorrer dos anos 20 e as estratégias para a viabilização técnica e financeira das obras; no plano das semelhanças, a participação da Comissão Estadual de Saneamento assume relevância na medida em que contemplava o princípio da corresponsabilidade entre os municípios e o estado na promoção da saúde pública – princípio previsto na Constituição Estadual em vigor na época.

As interpretações apresentadas devem ser pensadas como ponto de partida para novos estudos sobre a história do saneamento no Rio Grande do Sul e a possibilidade de explorar comparações entre as chamadas regiões coloniais e outras áreas do estado, como a Campanha ou mesmo cidades mais antigas como Porto Alegre e Rio Grande, não deve ser descartada. A ampliação das comparações ensaiadas neste texto abre a possibilidade de ganho com a valorização das particularidades restritas ao âmbito dos municípios ou de regiões específicas, mas, em contrapartida, ela comporta o risco de comprometer a compreensão da política estadual de saneamento construída no Rio Grande do Sul da República Velha. Diante do que foi exposto, importa reconhecermos que a continuidade da pesquisa implica na responsabilidade das escolhas e que todas, inevitavelmente, produzem perdas e ganhos no trabalho historiográfico de compreensão do passado.

## **Fontes**

Relatórios Municipais de São Leopoldo.

Relatórios Municipais de Taquara do Mundo Novo.

Relatórios Municipais de Caxias do Sul.

Relatórios da Secretaria Estadual de Obras Públicas do Rio Grande do Sul.

Obras completas de Saturnino de Brito. Volume XII. *Projetos e Relatórios*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

## **Referências**

GIRON, Loraine S. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: Edusc/EST, 1977.

GIRON, Loraine S.; BERGAMASCHI, Heloísa. *Casas de Negócio*. Caxias do Sul: Edusc, 2001.

HARRES, Marluza Marques; RÜCKERT, Fabiano Quadros. *A natureza, o tempo e as marcas da ação humana. Políticas Públicas e ambiente em perspectiva histórica*. São Leopoldo, RS. São Leopoldo: OIKOS, 2011.

REINHEIMER, Dalva N. *As colônias alemãs, rios e Porto Alegre: estudo sobre imigração alemã e a navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900)*. São Leopoldo, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UNISINOS.

REINHEIMER, Dalva N. *Terra, gente e fé. Aspectos de Taquara do Mundo Novo*. Taquara: FACCAT, 2005.

SILVA, H. R. K. da. Fontes para a História da Câmara Municipal de Vereadores de São Leopoldo. In: SILVA, H. R. K. da; HARRES, Marluza M. (Org.). *A História da Câmara e a Câmara na História*. São Leopoldo: OIKOS, 2006.

SOBRINHO, Paulo G. Mossmann. A administração do Intendente Arnaldo da Costa Bard. In: *Raízes de Taquara. Volume I. XIX Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha*. Taquara: EST, 2008, p. 413 – 421.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes na fase pioneira (1824 – 1850)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

# **A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO PÓS-GUERRA: LUGARES DE SOCIABILIDADE**

Leonardo de Oliveira Conedera<sup>1</sup>

*Resumo:* A presente comunicação pretende contextualizar a imigração italiana no período do pós-guerra (1946-1976) em Porto Alegre. Destacar-se-á aspectos particulares, como a questão das redes sociais estabelecidas entre os emigrados, que viabilizaram o fluxo peninsular para a capital gaúcha. Além disso, destacar-se-á três lugares onde os italianos recém-chegados constituíram a sua sociabilidade na sociedade receptora.

*Palavras-chave:* Imigração Italiana, Porto Alegre, sociabilidade.

---

Neste texto, em primeiro lugar, contextualizar-se-á a imigração italiana no pós-guerra em Porto Alegre e suas especificidades; posteriormente, apresentar-se-á os três locais de sociabilidade (a Praça da Alfândega, a Sociedade Italiana e a Paróquia Nossa senhora da Pompéia) dos peninsulares que ingressaram após o fim da segunda guerra mundial (1946-1976) na capital gaúcha.

## **Imigração Italiana em Porto Alegre no pós-guerra**

No pós-guerra, novas levas de italianos ingressaram no Brasil. Assim, outros peninsulares começaram a fazer parte da sociedade rio-grandense. Através das Certidões de Casamentos pode-se averiguar uma amostragem sobre os imigrantes que chegaram a Porto Alegre.

A partir da pesquisa no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, encontrou-se 466 certidões onde ao menos um dos cônjuges era oriundo da Itália entre os anos de 1955 e 1975. A maior parte dos

---

<sup>1</sup> Mestre – PUCRS.



documentos<sup>2</sup> apresenta a proveniência (cidade ou província natal) dos italianos.

Em Porto Alegre, o maior contingente de peninsulares é originário do *mezzogiorno*. Dentre os imigrantes meridionais destacam-se quantitativamente, respectivamente, os provenientes de três Regiões: Calábria (127 certidões), Campânia (58 certidões) e Sicília (50 certidões). Nos registros matrimoniais também se descobriu, em menor número, oriundos do Abruzzo, Puglia, Basilicata e Sardegnia.

Nas certidões matrimoniais ainda se observa a existência de indivíduos da Itália central, especialmente de Roma (das províncias de Roma e Viterbo) e da Toscana (províncias de Florença e Lucca). Os indivíduos da Itália setentrional aparecem em menor quantidade se comparados aos sulistas. A maioria deles veio das Regiões do Veneto, Lombardia e Emilia-Romagna.

A análise das certidões permite inferir que grande parte dos italianos era do sexo masculino e proveniente do sul da Itália; inúmeros imigrantes apresentavam familiares residentes na capital gaúcha (especialmente no caso das mulheres).

Outro *corpus* documental explorado foi às fichas do IASI<sup>3</sup> (*Istituto di Assistenza Sociale degli Italiani*). A entidade, desde sua criação, em dezembro de 1986, assiste expatriados italianos em dificuldade (financeira, de saúde). Analisando-se os dados verificaram-se as mesmas inferências dos encontrados nos registros matrimoniais: na área urbana, Porto Alegre e na Região Metropolitana, o maior contingente de imigrantes provém da Itália meridional; enquanto que, no interior do Estado, a maior parcela dos assistidos pelo órgão é originária das Regiões setentrionais.

---

<sup>2</sup> Algumas certidões não apresentavam a cidade natal do imigrante, somente informava a nacionalidade italiana.

<sup>3</sup> Foram averiguados os dados dos assistidos pelo instituto que já faleceram. A saber, teve-se acesso a 208 fichas de italianos radicados no estado do Rio Grande do Sul.

A apreciação dos registros matrimoniais, as fichas do IASI e as narrativas dos entrevistados apontam que, após o final da guerra, diversos peninsulares ingressaram no Brasil e se dirigiram para a capital gaúcha, porque havia familiares e/ou amigos. Dessa forma, a imigração espontânea predominou para ingresso de italianos no país no período do pós-guerra (CONEDERA, 2012, p.73).

É importante salientar que a maioria dos peninsulares que se fixaram em Porto Alegre desde o último quartel do oitocentos eram provenientes do *mezzogiorno* (CONSTANTINO, 2007, p.12). Desde o século XIX, a capital gaúcha recebeu imigrantes que se deslocavam através do chamado de seus patrícios que se encontravam no núcleo urbano.

A imigração espontânea era promovida, muitas vezes, pelos próprios peninsulares residentes no Brasil. O motor das emigrações em várias ocasiões é motivado pela própria emigração. Franco Ramella (2002, p.143) destaca que “a ativação por parte dos indivíduos e das famílias como elos mais ou menos selecionados pelas redes sociais que são a parte reguladora do movimento, o organiza, o canaliza para certas direções e não a outras”.

Os meridionais residentes em Porto Alegre compartilham um conjunto de relações, a saber, cada imigrante representa um elemento importante na rede social<sup>4</sup> estabelecida entre ele e seus compatriotas que vivem na cidade. As redes sociais são alicerçadas pelas relações de solidariedade e confiança. Normalmente, a família é a base da rede de solidariedade, visto que ela representa o grupo social do indivíduo (LOMNITZ, 2010, p. 20).

O uso dos termos “cadeia” e “rede” busca sublinhar a condição de que diversos imigrantes deslocam-se depois de

---

<sup>4</sup> Rede social é um campo de relações entre indivíduos que pode ser definido por uma variável predeterminada e se referir a qualquer aspecto de uma relação. Uma rede social não é um grupo bem definido e limitado, senão uma abstração que se usa para facilitar a descrição de um conjunto de relações em um espaço social dado. Cada pessoa é o centro de uma rede de solidariedade e, ao mesmo tempo, é parte de outras redes. (LOMNITZ, 2009, p. 18).

inteirarem-se, previamente, sobre os ensejos e adversidades com aqueles que imigraram anteriormente (TRUZZI, 2008, p.203).

Outra particularidade presente nas redes sociais que alimentam a imigração é o grau de confiabilidade. Ou seja, o indivíduo desloca-se porque acredita no que foi dito a ele pelo parente ou amigo. Oswaldo Truzzi (2008, p.206) lembra que “(...) cada informação sobre um indivíduo em sua trajetória influencia o sistema como um todo. (...) Os contatos pessoais tornam-se mais importantes, porque são mais confiáveis do que as informações não pessoais”.

Apesar de alguns amigos emigrados ampararem a transferência de outros patrícios para o Brasil, na maior parte das vezes as pessoas interligadas por laços parentais (irmãos, tios, primos) eram as responsáveis pela ação de incentivar a imigração dos parentes para Porto Alegre.

O aparato da rede também intervinha no processo de adaptação. Os indivíduos, que imigraram demoravam para se ambientar à nova sociedade. Assim, os recém-chegados manifestavam insatisfação e os familiares responsáveis pela sua vinda os consolavam e os incentivam, para não se abaterem com as dificuldades dos primeiros anos. A Sra. Maria Mancuso – que emigrou de Leonforte, Província de Enna, em 1955 – narra:

Quando chegamos estranhámos, e também meus pais chegaram aqui sem dinheiro. Então, eles chegaram aqui sem dinheiro, sem saber falar, vieram então se “aventurar”. Tanto que 3 anos depois que chegamos aqui o meu pai queria ir embora. (...) Mas como os meus tios imploravam, e explicavam para ele ficar. Até porque não era fácil de conseguir um emprego e de se manter aqui (2010, f.3).

Além de incentivar e confortar, os parentes que enfrentavam os infortúnios dos tempos iniciais, os responsáveis pela vinda de outros conterrâneos, eram um ponto de referência em que os recém-chegados se apoiavam.

Deste modo, os incentivadores e, ao mesmo tempo, membros da rede migratória, são responsáveis por uma série de questões

(recursos financeiros, informações sobre a sociedade de destino, adaptação) que envolvem o sistema de relações que sustenta a rede.

A imigração em cadeia através das redes sociais não é uma peculiaridade da coletividade italiana de Porto Alegre. Nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro evidencia-se a imigração instigada por peninsulares que se transferiram anteriormente à Segunda Guerra, ou mesmo pelos indivíduos que vieram nas primeiras levadas do pós-guerra.

A imigração italiana para determinadas áreas do Brasil, como para outras áreas do globo, ocorreu, no período do pós-guerra, em função da reativação das redes migratórias pré-existentes. Vittorio Cappelli, em seus estudos sobre a imigração de peninsulares para as áreas periféricas da América Latina, elucida que:

Essa emigração espontânea é constituída frequentemente por correntes migratórias que partem de uma pequena área na Itália meridional, no limite entre as províncias de Cosenza, Potenza e Salerno, portanto entre três regiões italianas: Calábria, Basilicata e Campânia. Trata-se de uma parte do Apenino meridional, onde o fenômeno da emigração para as Américas manifesta-se de forma precoce, já a partir da década de 1860, estimulando uma ativa experiência de mobilidade, relacionada a hábitos dos vendedores ambulantes e, sobretudo, ao articulado mundo dos artesãos: douradores, artífices em estanho e em cobre, cinzeladores, prateiros, ourives, caldeireiros, fabricantes de instrumentos de corda, tintureiros, alfaiates, sapateiros (2007, p.10).

Como refere o professor Cappelli, os italianos apresentam, desde o século XIX, uma cultura imigratória. Isto é, os deslocamentos de peninsulares em meados do século XIX para determinadas localidades seria um dos fatores que contribuíram direta ou indiretamente para as imigrações posteriores. Na capital gaúcha, por exemplo, desde a década 1890 observa-se uma presença significativa de calabreses de Morano Calabro e sicilianos de Leonforte dentre os meridionais residentes no município (CONSTANTINO, 2007, p.90).

## Lugares de Sociabilidades

A coletividade italiana que desembarcou em Porto Alegre nos anos 50 constituiu seus espaços de sociabilidade<sup>5</sup>. Os imigrantes constituíram locais próprios de interação na cidade, onde transitavam e encontravam os seus conterrâneos.

A Praça da Alfândega tornou-se um lugar trivial e muito frequentado pelos italianos presentes na capital gaúcha. Na década de 50, o Sr. Antonino Vinciprova, que emigrou de Leonforte, Província de Enna, em 1955, lembra:

Bem! A gente sempre se reunia na Praça da Alfândega<sup>6</sup>, naquela época, porque muitos de nós trabalhávamos próximos da praça. Nos encontrávamos sempre ali para também tomar um cafezinho, conversar, era uma das poucas diversões que se tinha naquela época, ou ainda se ia ao cinema que era mais barato, que você ia ficava umas duas horas e depois cada um ia para a sua casa (2010, f.8).

A Praça da Alfândega, desde a sua modernização, nas primeiras décadas do século passado, constitui-se em espaço importante da vida social, econômica, política e cultural da capital. A praça destacou-se sempre como um local de convívio. O entorno da Praça sempre concentrou aspectos vinculados ao econômico, social e cultural (PEDROSO, 2007, p.62-63).

No final da década de 60, transformações urbanas iniciaram-se no Centro de Porto Alegre atingindo também as dependências da Praça da Alfândega. As utilidades do seu espaço alteraram-se. A Praça perdeu seu caráter residencial para adquirir outro, estritamente comercial. Os bancos e escritórios começaram a ocupar o local.

---

<sup>5</sup> Por “espaços de sociabilidade” entende-se, como Simmel, as ações sociais que têm lugar entre os homens, ações recíprocas ou que dispõem da “possibilidade de convivência” (SIMMEL, 1986).

<sup>6</sup> A Praça da Alfândega foi nomeada, inicialmente, Largo da Quitanda (1800); posteriormente, foi denominada ainda de Praça do Comércio, Praça Florêncio (1883). O nome da Praça surgiu em função da construção do prédio da Alfândega junto à Praça (PEDROSO, 2007, p. 56-60).

Enquanto os cafés, confeitarias e cinemas fechavam. (idem, p.65-68).

Outro espaço muito frequentado pelos peninsulares era a Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul (SIRGS). O Sr. Nicolò Cassarà – que emigrou de Alcamo, Província de Trapani, em 1953 – comenta:

Bem! Eu frequentava [a Sociedade Italiana], mas eu era solteiro, então eu ia mais aos fins de semana. Na época havia todos os sábados as reuniões dançantes, porque havia o som mecânico, sem conjunto musical. Todos os sábados havia estas reuniões. Assim, reuníamos a “turminha” e íamos para lá. (2009, f.5)

O Sr. Cassarà participava com seus amigos dos bailes que aconteciam na Sociedade Italiana. O narrador conta que conheceu sua esposa, Sra. Dalva Di Martino, num baile da SIRGS. A Sociedade também organizava inúmeros eventos (festas, jantares, entre outras comemorações) que reuniam a coletividade italiana residente no município.

Atualmente, a Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul ainda continua servindo como ponto de encontro dos italianos e de seus descendentes. Além disso, a entidade prossegue promovendo atividades dirigidas para a manutenção da língua e cultura italiana no estado.

A religiosidade católica entre os peninsulares também colaborou para formar e organizar pontos de encontro. A Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Pompéia<sup>7</sup> constituía-se em outro local de encontro para os imigrantes italianos. A paróquia foi fundada e prossegue mantida pela ordem de São Carlos (os Scalabrinianos). Os clérigos visavam oportunizar um espaço de culto religioso e também

---

<sup>7</sup> A Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Pompéia localiza-se na Rua Barros Casal. O nome da Capela, que foi fundada em 1959 (em 1967, a Igreja concluída), relaciona-se com o presente recebido pelos padres scalabrinianos de imigrante napolitano que doou a estampa da Nossa Senhora da Pompéia. (ZAMBERLAM, 2010, p.28-29).

de auxílio aos vários imigrantes que chegavam a Porto Alegre no período do pós-guerra (ZABERLAM, 2010, p.23).

Nas dependências da Paróquia Nossa Senhora da Pompéia aconteciam almoços e reuniões de confraternização pretendendo aproximar as famílias dos recém-imigrados, a fim de dirimir as adversidades na sociedade de receptora. Além disso, os padres carlistas também procuravam, através de suas missas e dos encontros de confraternização, manter os laços dos fiéis italianos com a cultura de origem. Em 1959, o CIBAI<sup>8</sup> contava com mais de 1.500 famílias envolvidas com as obras comunitárias dos religiosos scalabrinianos (Idem., 2010, p. 25-29).

Nos projetos dos padres carlistas, a participação das mulheres italianas (as *patronesses*, como eram chamadas pelos religiosos do CIBAI) acontecia constantemente. As peninsulares organizavam chás, entre outras iniciativas beneficentes, a fim de angariar recursos para as obras dos clérigos da Pompéia. Os encontros realizados em prol do CIBAI propiciavam a confraternização dos imigrantes em Porto Alegre (Idem., 2010, p.32-33).

As datas festivas (aniversários, Páscoa, Natal, entre outras) constituíam-se, do mesmo modo, em ocasiões propícias para os italianos encontrarem não apenas os parentes, mas também os seus amigos (CONEDERA, 2012, p.86).

Os peninsulares, portanto, em Porto Alegre mantiveram contato com seus conacionais e amigos provenientes da sociedade de acolhimento. Os locais públicos (como a Praça da Alfândega), como também nas sociedades e em suas casas constituíram-se em espaços de sociabilidade que se apresentavam ao imigrado momentos de confraternização, de lazer e de integração com a nova cidade.

---

<sup>8</sup> O CIBAI foi criado pelos padres carlistas (Scalabrinianos) atendendo ao pedido do Papa Pio XII, que publicou, em 1952, a Constituição Apostólica, a *Exsul Familia*, tratando a respeito do fenômeno migratório, e frisando a importância do serviço da pastoral aos imigrantes (ZAMBERLAM, 2010, p.23).

## Fontes

CASSARÀ, Nicolò. *Imigração para Porto Alegre* [nov. 2009]. Entrevistador: Leonardo de Oliveira Conedera. Porto Alegre.

MANCUSO, Maria. *Imigração para Porto Alegre* [dez. 2010]. Entrevistadores: Leonardo de Oliveira Conedera e a Egiselda Charão. Porto Alegre.

SCAVUZZO, Maria. *Projeto mulheres imigrantes do Mercosul* [abr. 2004]. Entrevistadores: André Andregueti, Luciana de Oliveira e Núncia Santoro de Constantino. Porto Alegre.

VINCIPROVA, Antonino. *Imigração para Porto Alegre* [abr. 2010]. Entrevistador: Leonardo de Oliveira Conedera. Porto Alegre.

## Referências

CAPPELLI, Vittorio. A propósito de imigração e urbanização: correntes migratórias da Itália meridional às “outras Américas”. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 7-37, jul. 2007.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. *A Imigração Italiana no pós-guerra em Porto Alegre: Memórias, narrativas, identidades de sicilianos*. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses*. Porto Alegre: EST, 2007b. 174 p.

FACCHINETTI, Luciana. *Parla! O imigrante italiano do segundo pós-guerra e seus relatos*. São Paulo: Angellara, 2004. 220 p.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: UFRGS, 1988. 439 p.

LOMNITZ, Larissa Adler. *Redes sociais, cultura e poder*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. 245 p.



PEDROSO, Luciano Fernandes. *O espaço cotidiano dos agregados sociais da Praça da Alfândega em Porto Alegre-RS*. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RAMELLA, Franco. Reti sociali, famiglie e strategie migratorie. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (Orgs.). *Storia dell'emigrazione italiana: Partenze*. Roma: Donzelli, 2002. p. 143-160. 717 p.

SIMMEL, Georg. *Sociologia: estudos sobre las formas de socialización*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1986. 292 p.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social* – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008.

ZAMBERLAM, Jurandir et al. *50 anos de serviço com os migrantes: paróquia da Pompéia – Missão Scalabriniana*. Porto Alegre: IMPA, 2010. 125 p.

# **“VINHO É BEBIDA DO ITALIANO, DO ALEMÃO E DO BRASILEIRO”: ELEMENTOS PARA PENSAR A CONSTITUIÇÃO DE ITALIANIDADE ENTRE COLONOS<sup>1</sup>**

Carmen Janaina Batista Machado<sup>2</sup>

Renata Menasche<sup>3</sup>

*Resumo:* Partindo das práticas alimentares de famílias rurais e tomando como pontos de observação ocasiões festivas bem como o cotidiano das famílias, este trabalho busca compreender as relações de constituição de uma italianidade em localidade rural conformada predominantemente por famílias rurais descendentes de imigrantes italianos. A comida e o vinho apresentados nas festas como símbolos da cultura italiana estão também presentes na alimentação diária das famílias. O vinho é comumente produzido para o consumo da família, sendo que algumas o produzem em maior escala, para comercialização. Mas o vinho e a polenta, símbolos da culinária italiana, estão à mesa das famílias de descendentes de imigrantes italianos e também de alemães e *brasileiros*, o que evidencia que, naquela localidade, a italianidade pode ser interpretada como elemento que constitui algo como uma identidade camponesa (Seyferth, 1994), referente a uma cultura camponesa compartilhada. A construção deste trabalho deu-se a partir de pesquisa etnográfica desenvolvida junto às famílias que trabalham nas festas da Comunidade Católica Sant'Ana, moradoras das colônias Maciel e São Manoel, pertencentes ao 8º Distrito Rincão da Cruz, município de Pelotas.

*Palavras-Chave:* Alimentação, Etnicidade, Festas, Cotidiano.

---

---

<sup>1</sup> Versão preliminar, submetida à discussão no ST 09, em Seminário Internacional “A História da Imigração e Sua (s) Escritas (s)” e XX Simpósio de História da Imigração e Colonização, realizado em São Leopoldo, de 26 a 28 de setembro de 2012.

<sup>2</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas

<sup>3</sup> Doutora em Antropologia Social. Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGA/UFPEL) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).

## **Introdução**

Em conversa com um agricultor morador da Colônia São Manoel, cuja família eu acompanhava um dia de trabalho durante a pesquisa de campo, ele explicava o preparo de seu vinho. Ao ser indagado se é descendente de imigrantes italianos, ele respondeu ser descendente de alemães, enquanto que sua esposa é descendente de italianos. Seguiu sua fala dizendo que na colônia não apenas os italianos tomam vinho: “vinho é bebida do italiano, do alemão e do brasileiro”. Poderíamos, então, pensar o vinho como um elemento constituinte, nesta localidade, de uma identidade colona compartilhada?

Em estudo sobre a identidade contrastiva na Catalunha (em Barcelona, na Espanha), Roberto Cardoso de Oliveira (2000) apontou os operadores simbólicos constituintes da identidade, cunhado pelos pesquisadores catalães Dolors D’Argemir e Joan Pujadas (1997). A terra, ou território, é indicada como o primeiro desses operadores, a enquanto que a história real ou suposta seria o segundo operador simbólico e o sangue o terceiro, marcador de uma ancestralidade genética. A língua aparece como o quarto operador, a propriedade, seja individual ou comunitária, é citada como quinto operador e, finalmente, o que foi denominado de caráter, entendido como resultado da acumulação histórica.

Já em estudo referente a colonos do sul do Brasil, mais especificamente voltado à constituição da identidade camponesa no Vale do Itajaí-Mirim, em Santa Catarina, Giralda Seyferth (1992) delimitou como elementos em comum, que acionam uma identidade colona, o pioneirismo dos antepassados, a propriedade privada da terra, o trabalho familiar e a policultura.

No debate a respeito de elementos conformadores de identidade colona, Maria Catarina Zanini (2007), ao discutir a memória e identidades étnicas entre colonos descendentes de imigrantes italianos na região da 4ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, na região de Santa Maria, destaca alguns elementos em que a identidade étnica italiana referencia-se à “origem”, sedimentada, pelas relações de consanguinidade,

parentesco e afinidades, mas principalmente pelas memórias, processadas a partir do pioneiro migrante.

Como destacado por Michael Pollak (1992, p.205), “se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”. Neste sentido, o autor mostra que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva. Assim “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (POLLAK, 1992, p.205).

É neste contexto, em que a identidade se produz em referência aos outros – e ainda, como, destaca Barth (2000), em que a identidade é construída na interação com outros grupos em no processo de diferenciação –, que propomos refletir sobre o processo de constituição de identidade na localidade estudada pensando a partir da ideia, sugerida por Seyferth (1992), de uma identidade camponesa compartilhada.

## **O campo de estudo**

O contexto histórico-espacial da região de Pelotas, situada ao sul do Rio Grande do Sul, compreende uma extensa faixa territorial representada pelo compartimento geomorfológico denominado Serra dos Tapes<sup>4</sup>, correspondente à área que atualmente abrange os municípios de Pelotas, Morro Redondo, Capão do Leão, Arroio do Padre, Turucu e São Lourenço do Sul. Essa delimitação geográfica e histórica passou a ser utilizada para identificar a região que, a partir do século XIX, foi, através do estabelecimento de pequenas propriedades rurais, povoada por imigrantes europeus não portugueses, a região colonial.

---

<sup>4</sup> Essa denominação – Tapes – é referente a grupo indígena que ocupava esta área antes da chegada dos europeus.

Os imigrantes alemães e, mais tarde, italianos, pomeranos, franceses, dentre outros, seriam denominados *colonos*, pois “para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização” (SEYFERTH, 1992, p.80). Para essa autora, “colono é a categoria designativa do camponês (...) e sua marca registrada é a posse de uma colônia (...) a pequena propriedade familiar” (SEYFERTH, 1992, p.80). Assim, no sul do Brasil, reconhecem-se e são conhecidos como colonos os agricultores descendentes de imigrantes europeus e, desse modo, a identidade *colono* é marcada pela diferenciação étnica. No contexto de formação dessa diversidade étnica, caracterizadora da região colonial de Pelotas, nosso campo de estudo são as colônias Maciel e São Manoel.

Segundo a historiografia local, a Colônia Maciel – criada pelo governo provincial entre 1881 e 1882 – apresenta-se como a mais representativa da imigração italiana na região de Pelotas, o que possibilitou a busca de seu reconhecimento como 5ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul<sup>5</sup>. Em sua formação social, além dos descendentes de imigrantes italianos, a Colônia Maciel conta com a presença de alemães, pomeranos, franceses, negros e indígenas (há uma família Mbya Guarani). A Colônia São Manoel foi fundada em 1893, tendo se constituído a partir de famílias alemãs, italianas e brasileiras.

---

<sup>5</sup> As demais Colônias de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul são, na ordem: Conde D’Eu (no município de Garibaldi), Dona Isabel (no município de Bento Gonçalves), Campo dos Bugres (Caxias do Sul) e a quarta abrange os municípios de Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Silveira Martins, São João do Polêsine e partes dos atuais municípios de Santa Maria e de Restinga Seca.

## A inserção a campo

Com o intuito de observar as festas da localidade, a inserção a campo da primeira autora deste artigo deu-se como *ajudante*<sup>6</sup> das mulheres que trabalham em seu preparo e realização. No ambiente de trabalho e alegria, participando da elaboração das comidas, foi possível observar as relações de parentesco, vizinhança e amizade, que ali se renovam. Desde a primeira inserção a campo, em fevereiro de 2010, foi evidenciado que a confiança do grupo poderia ser conquistada através do trabalho nas festas. Assim, a cada festa, o reconhecimento do trabalho fazia com que a pesquisadora assumisse “novos postos”. Desse modo, na preparação da primeira festa em que se deu a participação, a Festa de Sant’Ana, as tarefas consistiram em auxiliar a descascar batatas e cebolas, descascar frutas para a salada de frutas, untar formas para assar pães e cucas (pães doces de origem alemã). Já nas festas seguintes – 4<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> edições do Dia do Vinho e Festa de Sant’Ana –, a pesquisadora foi incluída na equipe dedicada à preparação e realização dos eventos, passando a portar avental e touca e a circular pelo salão, como uma das mulheres da cozinha, com função de reabastecer o *buffet*, auxiliar comensais e retirar louça suja das mesas.

O trabalho nas festas proporcionou um olhar de dentro para fora, ou seja, no sentido do grupo para as relações que conformam a comunidade. Nesse ambiente, tornou-se possível circular entre os diversos grupos de mulheres e homens, conversar, ouvir, sentir os cheiros das comidas, comer, trocar receitas, abraçar. Enfim, todos esses momentos possibilitariam também a aproximação com o cotidiano das famílias, às visitas que seriam realizadas.

Partindo da cozinha do salão, segui para a cozinha de algumas das famílias que trabalham nas festas comunitárias e residem nas colônias Maciel e São Manoel, para tentar apreender os significados da comida em seu cotidiano. Na maioria das casas que

---

<sup>6</sup> Para remeter a conceitos trazidos da literatura ou para destacar termos, foram empregadas aspas. Já expressões de interlocutores da pesquisa são trazidas ao texto em *itálico*.

visitei, permaneci durante um dia de trabalho da família acompanhando e auxiliando as tarefas. E, assim, tentei aproximar o olhar ao cotidiano das famílias estudadas: em conversas e, em algumas ocasiões, na ordenha das vacas, na transferência das vacas de um pasto para outro, na visita ao pomar de pêssegos, no engarrafamento do vinho, lavando a roupa, alimentando os frangos no aviário ou, ainda e principalmente, na cozinha.

### **A festa do Dia do Vinho e a construção da italianidade: o olhar a partir da cozinha**

A festa do Dia do Vinho<sup>7</sup> foi concebida pelos produtores de vinho da Colônia Maciel e colônias vizinhas, com o apoio de entidades como Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), Universidade Federal de Pelotas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Prefeitura Municipal de Pelotas. Essa festa ocorre no mês de agosto, sempre em uma sexta-feira, tendo a primeira se realizado em 2006. Desde então, a cada ano, o evento é marcado por um jantar no salão da comunidade católica Sant'Ana. As famílias que preparam essa festa do Dia do Vinho são as mesmas organizadoras da festa da padroeira<sup>8</sup>.

De acordo com os idealizadores, a festa do Dia do Vinho constituiu-se como forma de colocar em evidência o vinho e demais produtos locais, buscando conformar novos mercados e, ao mesmo

---

<sup>7</sup> A festa ocorre sempre à noite, com um jantar. Mas como a proposta está vinculada ao Dia Estadual do Vinho, comemorado anualmente – desde 2004, ano seguinte ao sancionamento da lei estadual criadora da data – no primeiro domingo de junho, esta festa é intitulada “Dia do Vinho”.

<sup>8</sup> Essa festa é realizada em homenagem a Sant'Ana, padroeira da comunidade católica da Colônia Maciel, sendo organizada pelas famílias das colônias Maciel, São Manoel, Santa Áurea e Municipal, entre outras localidades. Acontece anualmente, no mês de fevereiro, sempre em um domingo. É a festa preparada pela comunidade e para a comunidade, tendo sido analisada em Machado e Menasche (2010).

tempo, resgatar a cultura italiana, tanto no modo de fazer o vinho quanto na comida “típica”.

O jantar servido na festa do Dia do Vinho tem como cardápio a comida “típica”<sup>9</sup> italiana, acompanhada de vinho e suco de uva. Como entrada, os *petiscos*: queijo, salame, conserva de pepino e pão. O serviço é realizado por moças e rapazes, filhos das *mulheres da cozinha*, que caminham pelo salão com bandejas, oferecendo ao público os *petiscos*. Mais tarde, é servido o jantar, composto por saladas (alface, rúcula, radicci, agrião) e pelos pratos: polenta, massa com molho de tomate e carne de galinha desfiada, fortaia (preparada à base de ovos e leite, com linguiça, toucinho e tempero verde), carne assada de porco e de galinha. A comida é disponibilizada em dois *buffets*, um no salão e outro na parte externa. As pessoas, em fila, servem-se à vontade das saladas e pratos e, depois, das sobremesas (compota de pêssegos, sagu de vinho e creme à base de leite e ovos). Depois de servidas as sobremesas, algumas mesas são afastadas e o grupo musical anima o baile.

No decorrer das observações dessa Festa em suas edições de 2010, 2011 e 2012, percebeu-se uma intensificação do apelo à cultura italiana. Nas duas últimas, foram expostas fotografias dos primeiros imigrantes chegados à Colônia Maciel, assim como das famílias e da casa de pedra construída por Jiusto Casarin, hoje pertencente a uma família dedicada à produção de uva e vinho e também ao turismo. Havia também pipas de madeira decorando o salão, um quadro exibindo o passaporte de um imigrante vindo da região italiana de Treviso e um *banner* em que era narrada a saga dos imigrantes italianos no Estado do Rio Grande do Sul e sua chegada às colônias da Serra Gaúcha.

---

<sup>9</sup> Segundo Maria Eunice Maciel (2001) “a constituição de uma cozinha típica vai assim mais longe que uma lista de pratos que remetem ao ‘pitoresco’, mas implica no sentido destas práticas associadas ao pertencimento. Nem sempre o prato considerado ‘típico’, aquele que é selecionado e escolhido para ser o emblema alimentar da região é aquele de uso mais cotidiano. Ele pode, sim, representar o modo pelo qual as pessoas querem ser vistas e reconhecidas” (Maciel, 2001, p.152).



Ao observar os participantes dessa festa, podemos classificá-los entre aqueles que trabalham para a festa realizar-se e o público que festeja a cultura italiana. Nas três edições da festa do Dia do Vinho observadas, não participou a maior parte das mulheres que costumeiramente trabalham na festa da padroeira. Também distintamente do que ocorre na festa da padroeira, apenas uma pequena parcela dos membros da comunidade estava presente: o público da Festa do Vinho é predominantemente urbano.

Como mostra Champagne (1997) – em estudo sobre festas rurais na França, realizado em período posterior à modernização da agricultura –, em festas em que a tradição folclorizada e cujo sentido é ancorado em motivações econômicas, é justamente o público externo aquele que se faz presente, diferentemente do que ocorre nas festas “da comunidade” – como, no caso em estudo, a festa da santa padroeira –, em que é grande o esforço de moradores e familiares – inclusive daqueles mais idosos – para comparecer.

A festa do Dia do Vinho tem como público alvo os cidadãos, sendo a venda de ingressos limitada, visando a acomodar e atender bem ao público. São disponibilizados 500 ingressos, vendidos pelos produtores e por membros de entidades apoiadoras. Cada responsável por certo número de ingressos tem os seus “clientes”, em Pelotas e municípios vizinhos. É interessante notar que essa festa não é divulgada na rádio local, a Rádio Comunitária da Colônia Maciel, e tampouco são colocados cartazes para divulgação nos ônibus que circulam na localidade, como é praxe ocorrer em relação às demais festas ali realizadas. Desse modo, fica evidenciado que o público que se pretende atrair para essa festa não é o da colônia.

Quanto ao público urbano, podemos sugerir que, em alguma medida, vai à festa em busca do rural de sua infância ou narrado por seus pais e avós, mas depurado das dificuldades da vida no campo, um rural idealizado, como aponta Menasche (2010).

Partindo da discussão da festa, que visa a colocar em evidência a cultura italiana, tendo como símbolo o vinho, podemos pensar a identidade da localidade como constituída, predominantemente, em associação à cultura italiana. Mas é interessante notar que se os produtores de uva e vinho são, em sua

maioria, descendentes de italianos, também há entre eles alemães e *brasileiros*.

Ainda, vale comentar o destaque que a cuca alemã ganha na festa do Dia do Vinho. A cuca preparada na comunidade Sant'Ana é famosa e está presente em todas as festividades, sendo que para a Festa do Vinho é preparada uma grande quantidade de cucas para venda. Antes mesmo de escolher a mesa para jantar, os convivas que chegam à festa se dirigem à cozinha, para comprar cucas, que serão levadas para casa. Ainda, outro detalhe que aqui interessa à reflexão é o fato de que a cuca da localidade tornou-se famosa a partir da receita e do preparo realizado por uma mulher negra, membro da comunidade já falecida. Em conversas com as *mulheres da cozinha* ou com algumas outras pessoas que frequentam a festa da padroeira, as cucas preparadas por essa mulher são sempre lembradas.

Vislumbrados os matizes de que se reveste a italianidade construída na localidade, procuramos dirigir o olhar às práticas alimentares cotidianas daquelas famílias rurais, buscando perceber como a comida e o vinho, apresentados nas festas como símbolos da cultura italiana, estão presentes em seu cardápio do dia a dia.

### **Da cozinha da festa à cozinha de casa: o cotidiano das famílias a partir da comida**

Atentando para o cotidiano das famílias rurais da localidade estudada, trazemos aqui alguns elementos que nos permitem associar a italianidade ali constituída a uma identidade camponesa/colona compartilhada.

A família de Carlos<sup>10</sup>, residente na Colônia Maciel, é composta por descendentes de imigrantes italianos. Seu Carlos e dona Laura possuem quatro filhos, o mais novo mora com os pais e trabalha na propriedade rural. A filha é professora e mora na cidade de Pelotas com o esposo, mas possui uma propriedade em frente à dos pais, onde passa o final de semana. Seguindo pelo pátio da casa

---

<sup>10</sup> Os nomes dos interlocutores foram substituídos por nomes fictícios, visando preservar suas identidades.

paterna, chega-se à casa de outro filho, Marcos, casado com Cíntia. E dali a poucos quilômetros de distância vive Roberto, casado com Vanessa. Os filhos homens seguem trabalhando na propriedade rural com o pai, dedicando-se à produção de uva e pêssego, à fabricação e comercialização de vinho, ao turismo rural e às demais atividades produtivas da família.

Pensando no significado do vinho no cotidiano desta família, seu Carlos confirma o costume de tomar vinho diariamente, no almoço e na janta. Brinca dizendo que também quando recebe “visitas” toma vinho, isto é, acompanha os turistas na degustação de vinho. Já dona Laura conta que quando morava com seus pais não gostava de vinho, não tomava em nenhum momento. Lembra que seu pai (italiano) tampouco tomava vinho. Diz, ainda, que foi *aprender* a tomar vinho com o esposo, pois ele oferecia e ela, para não descontentá-lo, aceitava... até que hoje toma vinho no almoço e na janta. Atualmente, a família chega a vender em torno de 400 litros de vinho por semana. Neste ano produziram mais de 10 mil litros e a tendência é aumentar a produção, o que é atribuído ao fato de se depararem com elevação de custos decorrente de impostos e adaptações realizadas em função da normatização da produção.

Na família de Gerônimo, a esposa Inês se intitula *brasileira*, por não possuir ascendência italiana ou alemã, enquanto que o esposo é descendente de alemães. Há quase 30 anos residem na Colônia Maciel e dedicam-se à produção de pêssegos, criação de frangos (aviário) e produção de leite. A filha mais nova, Rita, vizinha da propriedade do casal, é técnica agrícola e seu esposo trabalha na cidade de Pelotas. A outra filha é casada e reside na cidade de Pelotas com o esposo e dois filhos, mas também possuem uma casa próxima à de seu Gerônimo, para os finais de semana. Seu filho reside em Canguçu e trabalha como pedreiro.

A família de seu Gerônimo produz vinho para consumo, mas neste ano ele plantou aproximadamente 400 pés de parreira e ainda almeja completar mil pés. A intenção é substituir o pêssego pela uva, para não mais utilizar *veneno*. Seu Gerônimo diz ter investido na produção de vinho porque várias pessoas provaram, gostaram e o incentivaram a produzir para venda. O casal, como mencionado

anteriormente, tem o hábito de tomar vinho no almoço e na janta, mas dona Inês revela ter exagerado e diz que está atualmente *meio enjoada* e por isso diminuiu o consumo. A decisão de substituir o pomar de pêssego pela produção de uva e vinho parece ser resultante da demanda de amigos e vizinhos apreciadores do vinho produzido pela família. Contudo, por que somente agora seu Gerônimo vislumbra a comercialização do vinho como alternativa de renda em relação ao pêssego? Não seria esse um reflexo da festa do Dia do Vinho, em que a bebida, antes produzida e valorada pelos colonos, passa a ser demandada por cidadãos e turistas?

Na propriedade de seu Jorge e dona Catarina, na Colônia São Manoel, o pêssego e o tomate são os produtos para comercialização. Além dessa renda, a família vive da venda do queijo produzido por dona Catarina e da aposentadoria de seu Jorge. O casal tem duas filhas, que optaram por continuar na agricultura, se casaram e moram com os pais de seus esposos, uma vez que ambos são filhos únicos e, assim, responsáveis por cuidar dos pais. Seu Jorge, descendente de alemães, e dona Catarina, descendente de italianos, sempre produziram vinho para o autoconsumo e este ano prepararam em torno de 100 litros. Costumam consumi-lo em ocasiões especiais e quando recebem visitas. Seu Jorge conta que a filha mais velha, Joana, quando morava em casa, era sua companheira de vinho, pois abriam um garrafão e tomavam todas as noites, fazendo com que não durasse sequer uma semana. Dona Catarina diz gostar mais de suco de uva, o qual prepara, guarda em garrafas e *dá um banho maria* para conservar por mais tempo.

No cotidiano dessas famílias podemos perceber que, embora não com tanta frequência, a polenta, assim como o vinho, está presente em suas mesas, tanto entre descendentes de imigrantes italianos quanto entre descendentes de imigrantes alemães – o que pode ser atribuído às relações de vizinhança e casamentos interétnicos.

Na propriedade de Ivânia e Henrique, na Colônia São Manoel, a produção de pêssego foi herdada do pai de Henrique.

Atualmente possuem 15 mil pessegueiros e necessitaram contratar, somente este ano, 18 pessoas para trabalhar na colheita<sup>11</sup>. O casal tem duas filhas, que, para continuar os estudos, quando adolescentes foram morar na cidade de Pelotas e depois por lá casaram e passaram a residir.

Quando comenta sobre o que comiam na infância, Ivânia conta que era muita polenta. Até hoje ela prepara e coloca em uma tábua, *taier de la polenta*, para cortar ainda morna, com uma linha, como sua mãe fazia. Quando pequena, não gostava de comer polenta no café da manhã, gostava de comer pão, mas a mãe não deixava, para economizar, pois a farinha era escassa, então comiam pão só no café da tarde, na lavoura. No Rio Grande do Sul, os imigrantes italianos consumiam o pão de farinha de trigo em menor proporção que a polenta, pois o primeiro era considerado “uma comida fraca demais para alimentar o trabalhador agrícola e, especialmente, para economizar o mais caro e vendável produto da colônia, que era o trigo”. (DE BONI e COSTA, 1984, p. 165). Nas colônias Maciel e São Manoel, essa realidade não diferia, pois as famílias plantadoras de trigo priorizavam a venda e as compradoras de farinha economizavam o pão, por não ter meios para comprar farinha com frequência.

Pela manhã, então, comiam polenta aquecida na chapa do fogão (*polenta brustolada*), com toucinho, ovos e linguiça. O café não era acompanhado de leite, que era usado na fabricação de manteiga e queijo, destinados à venda com o intuito de comprar mantimentos não produzidos na propriedade, como café, açúcar e sal. No almoço, comiam feijão e arroz e Ivânia conta que o arroz era

---

<sup>11</sup> Em seu estudo, Seyferth (1992), ao analisar a categoria colono relacionada fortemente ao componente étnico, destaca que principalmente entre os colonos de origem alemã e italiana o caboclo ou brasileiro não é pensado como colono. Essa análise nos reporta a essa família, cujos empregados contratados para colheita de pêssego, moradores do município vizinho (Canguçu), são na maioria brasileiros. Ainda, ao comentar sobre a mulher brasileira que lhe auxiliava na cozinha, Ivânia reclamava que ela não tinha iniciativa: “se não diz o que fazer a mulher fica sentada esperando ordens”. Percebe-se, neste caso, uma relação como a apontada por Seyferth (1992), do brasileiro tido como desinteressado.

comprado na venda e, para economizá-lo – tudo aquilo que era comprado devia sempre ser economizado –, era colocada somente uma xícara de arroz no feijão (esse produzido na propriedade), cozinhando tudo junto. No café da tarde, consumiam café, pão e alguma *schimier* (doce de fruta) – de melancia, abóbora ou uva – e na janta comiam polenta cortada em fatias, com alguma mistura: queijo, linguiça, toucinho, ovos. O restante da polenta seria consumido no café da manhã do dia seguinte. Ivânia se lembra de ficarem na cozinha à noite, a mãe preparando a polenta e todos rezando o terço, em italiano. Como não tinham rádio, nem televisão, no momento de preparo da polenta todos se reuniam na cozinha, conversando sobre a *lida do dia* e rezando o terço. O pai ensinou aos filhos a rezar o terço em italiano, mas com o tempo Ivânia e os irmãos esqueceram a reza nesse idioma. Atualmente, somente a mãe de Ivânia fala italiano, já ela e seus irmãos apenas compreendem algumas coisas, mas não falam<sup>12</sup>. O momento de preparo da polenta era, então, o momento de reunião da família. Assim, para além do alimentar o corpo, a polenta – tal como o vinho – nutria os laços familiares.

O vinho alimenta também os laços comunitários como, por exemplo, nos jogos de bocha realizados na comunidade, disputados entre casais, em alguns finais de semana do ano<sup>13</sup>. Os casais produtores de vinho levam um pouco de sua produção e compartilham com o grupo, que prepara um churrasco.

---

<sup>12</sup> Na maioria das famílias, quando perguntado se são descendentes de imigrantes italianos ou alemães, os que afirmavam uma dessas origens apressavam-se em dizer não saber falar nada ou quase nada do idioma de seus ascendentes.

<sup>13</sup> Assim como se mantém o consumo da polenta e do vinho por gerações, com o passar dos anos novas práticas alimentares foram sendo incorporadas ao cotidiano dessas famílias, pela convivência e troca com os brasileiros (gaúchos), o que permitiu que hábitos e costumes fossem introduzidos e ressignificados. Como o churrasco, que está presente no cardápio das festas e dos almoços em família, o chimarrão é uma bebida presente, praticamente, em todas as cozinhas e na cozinha da comunidade, onde as comidas das festas são preparadas e o chimarrão roda de mão em mão.

## Considerações finais

No decorrer deste trabalho, o esforço empreendido foi no sentido de pensar os elementos que evidenciam a italianidade como conformada na localidade estudada, aqui interpretada enquanto elemento constituinte de algo como uma identidade colona, compartilhada.

Atentando para as cozinhas da colônia, a cozinha da comunidade Sant'Ana e a cozinha das famílias, percebe-se que especialmente o vinho e a polenta estão presentes à mesa e na memória. A polenta e o vinho perpassam gerações e remetem a momentos de dificuldade para os imigrantes italianos aqui chegados. E, no decorrer do tempo, esses símbolos permanecem como elementos demarcadores de uma italianidade, mas que estão presentes não apenas na mesa do italiano, mas, também, do alemão e do brasileiro.

Dentre os elementos ou operadores simbólicos constituintes da identidade, foram destacados, por autores antes citados, a terra ou território, a história real ou suposta, a língua, a propriedade privada da terra, o caráter, o pioneirismo dos antepassados, o trabalho familiar, a policultura e as memórias, processadas a partir do pioneiro migrante. Podemos aqui apontar a comida – no caso, o vinho e a polenta – como elementos que evidenciam o que chamamos de uma identidade colona compartilhada, que traz sua inspiração da ideia de Seyferth (1992), que fala de uma identidade camponesa, referente a uma cultura camponesa compartilhada. Entendemos que, na localidade estudada, a identidade não é construída somente no processo de diferenciação entre os grupos, mas também a partir de elementos que os aproximam. É desse modo que o vinho é bebida do italiano, do alemão e do brasileiro.

## Referencias

BARTH, Fredrik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: Tomke, L. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio: Contracapa, 2000.

CHAMPAGNE, Patrick. La fête au village. *Actes de la Recherche*, Paris, v.17, n.18, p.73-84, 1977.

DE BONI, Luis. Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EST, 1984.

MACHADO, Carmen Janaina Batista; MENASCHE, Renata. Festa de Sant'Ana: saberes e práticas alimentares e reciprocidade com Deus. In: *IV Encontro de Rede de Estudos Rurais*, Curitiba, 2010.

MENASCHE, Renata. Campo e cidade, comida e imaginário: percepções do rural à mesa. *Ruris*, Campinas, v. 3, n. 2, p. 195-218, 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. “Os (des)caminhos da identidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.15, n.42, p. 7-21, 2000.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p. 200-212, 1992.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 18, p. 78-95, 1992.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Entre memórias e identidades (étnicas). *História Unisinos*. São Leopoldo, v.11, n.1, p.40-48, 2007.



## **CAPÍTULO IX – RELAÇÕES INTERÉTNICAS**

**ANA BLAUTH, FILHA DO AFRICANO JOAQUIM EDA  
CRIOLA EVA, EX-ESCRAVADO ALEMÃO NICOLAU  
BLAUTH: NOTAS SOBRE A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE  
ESCRAVOS E SEUS SENHORES TEUTO-BRASILEIROS EM  
ZONAS DE IMIGRAÇÃO EUROPEIA (SÃO LEOPOLDO, RS,  
SÉCULO XIX)**

Paulo Roberto Staudt Moreira<sup>1</sup>  
Miquéias Henrique Mugge<sup>2</sup>

*Resumo:* A liberta Ana residia nas terras de seu ex-senhor, na Picada Bom Jardim, 3º distrito da vila de São Leopoldo (RS). Filha da crioula Eva e do africano Joaquim Blauth, estava presa a uma alforria condicional, obrigada a prestar serviços gratuitos até 27.08.1889. Sabemos de Ana por vários documentos, mas principalmente por ser ré em um processo de infanticídio em 1885, quando teria matado *“com suas próprias mãos a uma criança recém-nascida, do sexo masculino”*. Ana era do serviço doméstico e lavoura, tinha 36 anos, e tinha *“sete vivos e três que nasceram mortos completando ao todo o numero de dez”*. Com a experiência de quem nunca teve a ajuda de parteiras, Ana informou ao juiz que *“oito dias antes de ter a criança sentiu que já estava sem vida, e que atribuía a peso que levantou carregando a carreta com Mandioca, e também a ter caído sobre o ventre na mesma ocasião em que carregava a carreta”*. Documentos judiciais como este – principalmente quando cruzados com outras fontes – nos permitem algumas percepções sobre temas ainda pouco explorados: a presença de negros em zonas de imigração europeia e as relações entre os cativos e seus senhores teuto-brasileiros.

---

- Quem nos vem visitar é um casal de historiadores, cientistas, andam a estudar o passado...
- Estou de acordo com o barbeiro, ripostou Matambira. Isso não é boa ideia, *o passado é coisa mal morta*, o melhor é não mexer nele... (Mia Couto, 2006: 130)

---

<sup>1</sup> Professor Unisinos, Bolsista PQ/CNPq, doutor em História (UFRGS). Email: moreirast@terra.com.br.

<sup>2</sup> Doutorando UFRJ, bolsista CNPq, email: miqueias@gmail.com.

Nossa pretensão neste artigo é entrelaçar alguns indícios documentais sobre as experiências sociais comuns entre indivíduos negros (escravos e libertos) e os imigrantes europeus que se deslocaram de seu continente de origem para o Brasil Meridional. Trata-se de um projeto em andamento, que se propõe a entender como se estruturaram as relações, as interdependências entre estes atores sociais que conviveram com proximidade – e às vezes intimidade – na formação social oitocentista.

No caso específico da historiografia sul-rio-grandense, percebemos que tal assunto sempre apresentou lacunas, gerando um véu de invisibilidade que encobre as populações afrodescendentes residentes nas áreas de imigração europeia, com reflexos até a atualidade. Segundo a historiadora Magda Gans:

No campo da historiografia apologética, Hunsche afirmou que os teuto-brasileiros não possuíam escravos porque tinham uma mentalidade moralizadora que regeneraria a ideia de trabalho desmoralizada por uma mentalidade lusa, colonialista e escravista (...). Esta tese da nobilitação do trabalho pelos alemães, também defendida por OBERACKER (...) é tributária, penso, de noções próprias de laboriosidade, cidadania e progresso que surgiram entre os teuto-brasileiros ao longo da segunda metade do século XIX, em grande parte forjadas pelos intelectuais teuto-brasileiros daquele período, e que se difundiram amplamente na comunidade teuta, tornando-se senso comum e influenciando grande parte da historiografia da imigração do século XX. (GANS, 2004, p. 98)

Sabemos que esta senda já foi trilhada por outros pesquisadores, que já evidenciaram a posse escrava por alemães e seus descendentes, os quais absorveram de seus vizinhos lusos, práticas usuais de uma formação social escravista.<sup>3</sup> Não existia nos

---

<sup>3</sup> Discutindo os cruzamentos entre imigração e abolição da escravatura, ver PICCOLO (1989); abordando a relação dos teuto-brasileiros residentes em Porto Alegre com os cativos, ver: ZUBARAN (1994) e GANS (2004); investigando as experiências de escravos e seus senhores em uma área tradicional de imigração europeia, ver: TRAMONTINI (2000), ALVES (2004), CHARÃO (2002, 2004 e 2004b) e OLIVEIRA (2006); pensando o mesmo aspecto, mas com uma ênfase na participação dos bens semoventes (cativos) na formação dos patrimônios de alemães e seus descendentes na Santa Maria da Boca do Monte da segunda

primeiros anos da colonização alemã qualquer lei que proibisse estes recém-chegados de adquirir cativos. A interdição, realmente, ocorre através da lei imperial nº 226, de 30.05.1840, da 514, de 24.10.1848 e das leis provinciais 143, de 21.07.1848 e 183, de 18.10.1850.

O esforço de microanálise que empreenderemos aqui começa com um documento judiciário, motivado por um crime de infanticídio. Os documentos judiciários são muito mais complexos do que os crimes que se propõem a investigar. São verdadeiras minas de dados involuntários, na feliz expressão do historiador Carlo Ginzburg (1991), que nos fornecem uma excelente via de acesso às sensibilidades e práticas da sociedade escravista imperial brasileira.

\*\*\*

Anoitecia no dia quatro de março de 1885, na Picada do Bom Jardim, 3º distrito da freguesia de São Leopoldo, aproximadamente 45 quilômetros distante de Porto Alegre, no sul do Império brasileiro. A liberta Ana sentiu as dores do parto e, da janela de seu quarto, chamou por sua irmã Margarida. Num primeiro momento o apelo não foi ouvido, pois sua irmã estava *dando pasto aos animais e tirando leite*, mas logo depois Margarida foi atender sua irmã e recomendou que chamassem o senhor (ou ex-senhor) de ambas, o alemão JohannNicolausBlauth.

O lavrador Nicolau Blauth tinha 67 anos em 1885 e a trajetória de sua família está inserida nos desdobramentos populacionais oitocentistas, entre eles o deslocamento de milhares de *alemães* fugindo da miséria europeia em busca de novas oportunidades. Para muitos destes *alemães*, principalmente para aqueles oriundos do mundo rural, a nova oportunidade se confundia com a obtenção de condições para a (re)construção de uma vida e cultura camponesa. A diáspora transatlântica lhes possibilitara acesso a propriedade fundiária, a manutenção de um *ethos* camponês e, para alguns, a possibilidade de fazer parte dos grupos de elite

---

metade do XIX, ver KÜLZER (2009); sobre o associativismo negro nestas regiões, na atualidade, ver: GOMES (2008), MAGALHAES (2010).

nativos. Ser elite, naquele mundo oitocentista escravista, confundia-se com ser proprietário de terras e cativos, criando afinidades (em termos de interesses e constituição de fortuna) deste imigrante europeu com os potentados locais<sup>4</sup>.

Segundo Ellen Woortmann(1995:102), “O século XIX é um período de grande emigração na Alemanha”, principalmente de não-herdeiros: “a maior parte dos emigrantes era de ‘excedentes estruturais’, isto é, eram não-herdeiros, por efeito da unigenitura; eram os que tinham de abdicar, menos em benefício do herdeiro do que em benefício do todo representado pelo patrimônio indiviso da família. Trata-se de um padrão bastante comum ao campesinato europeu”. (WOORTMANN, 1995: 109)

Como já dissemos no início, a Picada Bom Jardim era parte do território da ex-colônia São Leopoldo, fundada quando da chegada dos primeiros imigrantes *alemães* em 25 de julho de 1824 e elevada à vila em 1846<sup>5</sup>. Johann Nicolaus Blauth nasceu em 24 de fevereiro de 1819, em Weltersbach (Rheinbayern), na Alemanha, e faleceu em 11 de setembro de 1898 em Estância Velha, no então estado do Rio Grande do Sul<sup>6</sup>. Era filho do casal Johann Nicolas Blauth e Anna Maria Pfeiffer, e irmão de Johann Jakob Blauth, Anna Maria Blauth e Elisabeth Blauth. Todos eles nascidos no território posteriormente chamado de Alemanha e falecidos no Brasil meridional.

A vinda de alemães para o Brasil seguiu um modelo próximo ao desenvolvido por Catarina II para a Ucrânia e ao das colônias agromilitares do império austro-húngaro: a instalação de conjuntos de famílias produtoras de alimentos e de homens com habilidades militares, em locais estratégicos da fronteira e na proximidade das

---

<sup>4</sup> APERS – 2º Cartório Cível e Crime de São Leopoldo, auto nº 988, maço 19, 1885.

<sup>5</sup> Como a bibliografia sobre esta região colonial é vasta, citamos apenas duas referências básicas: ROCHE, 1969; e TRAMONTINI, 2000.

<sup>6</sup> Ver: Arquivo Público do Estado do RS – 2º Cartório de órfãos de São Leopoldo, 1902, auto 215, maço 8 estante 72. Inventariado: Nicolau Blauth, Inventariante; Bárbara Blauth.

cidades. O RGS era uma área de fronteira recém-definida após a Guerra da Cisplatina de 1811: Porto Alegre, em cujas proximidades havia abundância de terras devolutas, era uma cidade a reclamar abastecimento de alimentos, o que foi assegurado com a criação da colônia de São Leopoldo. (WOORTMANN, 1995: 103)

A maternidade não era uma novidade para Ana e ela há dias suspeitava que a criança que estava sendo gestada em seu ventre tinha sucumbido aos duros labores de uma cativa que se dedicava ao trabalho doméstico de seu senhor e também às atividades de lavoura. Segundo ela mesma nos conta: “*oito dias antes de ter a criança sentiu que já estava sem vida, e que atribuía a peso que levantou carregando a carreta com Mandioca, e também a ter caído sobre o ventre na mesma ocasião em que carregava a carreta*”.

Naquele início de noite, acalentada por sua irmã Margarida, Ana relatou que a criança ainda não nascera e pediu que lhe trouxesse cachaça, o que foi feito. Aquela não era a primeira gravidez de Ana, ela informou na justa quetinha “*sete vivos e três que nasceram mortos, completam ao todo o numero de dez que tem tido em casa de seu ex-Senhor*”, sempre “*sem auxilio de parteira*”. O uso da cachaça como um lenitivo etílico às dores que estava sentindo, deveria fazer parte da bagagem de uma mãe experiente. Tal uso terapêutico de *bebidas espirituosas* encontrava ampla aceitação, sendo inclusive recomendada pelos médicos do período. O Dr. Theodoro J. H. Langaard, em seu *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular*, explica que, *ingeridas em altas doses*, as bebidas alcólicas podiam causar *resultados funestos*, atuando como verdadeiros *narcóticos*:

Mas se o uso imoderado e imprudente destes líquidos enérgicos pode trazer consigo consequências tão formidáveis, pode por outro lado o seu uso moderado e prudente ser muito benéfico. Tomadas em pequena dose, atenuam os efeitos debilitantes do calor e diminuem o suor, resultado que entre nós é muito salutar. Nos países frios e úmidos, reanimam as forças, ajudam a resistir as influências perniciosas da atmosfera, e para algumas pessoas que tem uma digestão demorada, serve de estimular o estomago. (LANGAARD, 1872: p. 270)

No item de seu Dicionário específico sobre o *parto*, o médico dinamarquês instalado no Brasil desde 1842, recomendava que fosse ministrada a parturiente água misturada com vinho. (LANGAARD, Tomo III, 1872: p. 248)

Ingerida ou esfregada pelo corpo, a cachaça deve ter dado alívio momentâneo àquela mãe solitária, mas não impediu a morte prematura que ela já previra. Margarida adormeceu e foi acordada por sua irmã, que lhe contou do nascimento do natimorto. O diminuto cortejo noturno era formado pela mãe, a irmã Margarida e o amásio desta, o preto liberto Venâncio (trinta anos, lavrador, solteiro, morador e peão em casa do Sr. Nicolau Blauth). Ana não deixou que ninguém visse o corpo do menino natimorto, limpou-o, embrulhou-o em uns panos (*costurado com barbante o involucro*) e foi enterrá-lo em uma cova anteriormente cavada, “*junto a taipa de pedra que separa a horta do piquete dos terneiros, e dentro do piquete debaixo de um pé de Flor, isto é, trepadeira*”.

Meses depois, em 13 de junho de 1885, o Promotor Público Antônio José de Moraes Júnior, ele próprio filho de um grande senhor de terras e escravos da vizinha Vila de Taquari, denunciou a *mãe desnaturada* Ana pelo crime de infanticídio:

Do exame consta a existência d’um sinal cor de rosa no lado esquerdo do pescoço, como se fora feito com os dedos ou com um cordão, uma pequena fratura no crânio do lado esquerdo, da grossura de um dedo polegar, parecendo ter sido causado propositalmente. A acusada ocultando a gravidez e recusando qualquer auxílio na ocasião do parto, como consta no inquérito, e tendo preparado com a necessária antecedência a cova para sepultar seu filho, deu com isso evidente prova de sua má intenção, e do firme propósito em que estava, de ocultar o nascimento da criança matando-a pela forma que praticou.

Margarida, no dia seguinte ao frustrado parto, foi interpelada pela esposa de Nicolau, Bárbara Blauth, “*em razão de sua senhora ver que Ana já tinha tido o filho e não aparecia*” e acabou narrando o acontecido. Talvez temendo ser incriminado, Nicolau Blauth alertou o Inspetor de Quarteirão Jacob Dietrich, que tratou de chamar a atenção do Subdelegado de Polícia de São Pedro do Bom Jardim Jorge Henrique Ludwig.

Aquele ano de 1885, para a província sulina, não era qualquer ano. Os liberais no poder tiveram que gerenciar uma forte pressão abolicionista, vinda dos próprios escravos e de diversos setores, principalmente urbanos e republicanos. A retomada do movimento abolicionista, adormecido desde 1871 (com a Lei do Ventre Livre), exigiu respostas dos senhores de escravos e a réplica veio na forma da concessão maciça de alforrias condicionais por tempo de serviço. Ou seja, concedia-se alforria mediante o cumprimento de anos de serviços gratuitos pelos *beneficiados*. A população da ex-colônia São Leopoldo, composta em grande número por imigrantes alemães e seus descendentes, absorveu a tendência provincial e também tratou de emitir alforrias condicionais a seus cativos. Na tabela abaixo registramos as 519 alforrias cedidas pelos senhores escravistas de São Leopoldo aos seus cativos, sendo 20 registradas em cartórios de Porto Alegre e 499 da ex-colônia.

Tabela 1 – Alforrias de São Leopoldo (1836 / 1888)

| TIPO               | Total | % do Total | 1830 | 1840 | 1850 | 1860 | 1870 | 1880 |
|--------------------|-------|------------|------|------|------|------|------|------|
| <u>CONDICIONAL</u> | 342   | 65,90      | XX   | 4    | 33   | 39   | 19   | 247  |
| Morte Senhor       | 97    | 18,69      | XX   | 4    | 32   | 38   | 16   | 7    |
| Prest. Serv.       | 244   | 47,01      | XX   | XX   | 1    | 1    | 2    | 240  |
| <u>PAGA</u>        | 92    | 17,73      | 1    | 2    | 10   | 24   | 39   | 16   |
| <u>SOC</u>         | 85    | 16,38      | XX   | 2    | 5    | 28   | 27   | 23   |

Fonte: São Leopoldo – 1º Tabelionato, Livro 2 de Registros Diversos, p. 237, 260 e 261. RIO GRANDE DO SUL, 2006; MOREIRA & TASSONI, 2007.

Como se evidencia na tabela acima, 65,9 % das alforrias cedidas por senhores da ex-colônia São Leopoldo comportavam cláusulas condicionais, majoritariamente redigidas na década de 1880 e com obrigação de prestação de serviços (46%). O teuto senhor de escravos Nicolau Blauth seguiu a onda abolicionista e também tratou de negociar com seus cativos.

Tabela 2: Alforrias cedidas por Nicolau Blauth

| Nome    | Cor   | Data       | Condições                              |
|---------|-------|------------|----------------------------------------|
| Joaquim | Preta | 07-12-1883 | “em atenção a seus bons serviços e sem |



|           |       |            |                                                          |
|-----------|-------|------------|----------------------------------------------------------|
|           |       |            | remuneração pecuniária”                                  |
| João      | Preta | 07-12-1883 | Idem acima                                               |
| Leopoldo  |       | 27-08-1884 | “com ônus de prestação de serviços pelo tempo de 5 anos” |
| Manoel    |       | 27-08-1884 | Idem acima                                               |
| Margarida |       | 27-08-1884 | Idem acima                                               |
| Ana       |       | 27-08-1884 | Idem acima                                               |
| Catarina  |       | 27-08-1884 | Idem acima                                               |
| Antônio   |       | 27-08-1884 | Idem acima                                               |
| Eva       |       | 27-08-1884 | Idem acima                                               |

Fonte: São Leopoldo – 1º Tabelionato, Livro 2 de Registros Diversos, p. 237, 260 e 261. RIO GRANDE DO SUL, 2006; MOREIRA & TASSONI, 2007.

De cada fonte podemos colher algumas informações e isso justifica o porquê de atualmente os historiadores cruzarem diferentes documentos, visando detalhar com mais minúcia os *objetos* investigados. Por exemplo, nas cartas de alforria raramente aparecem as profissões ou ofícios dos alforriados. No processo que investigou o suposto infanticídio cometido por Ana, consta que ela dedicava-se ao serviço doméstico e às tarefas de lavoura (envolvida nas quais, inclusive, teria perdido o filho nascido natimorto). Mas em sua carta de alforria essa informação foi negligenciada. Por quê? Claro que o texto dos documentos de liberdade era, na maioria das vezes, muito sucinto, constando apenas o essencial: o tipo de acordo firmado (se alforria gratuita, condicional ou onerosa) e a identificação das partes envolvidas (o nome do indivíduo *libertado* e o do *senhorbenfeitor*). Neste segundo quesito, a identificação das partes, geralmente restringia-se ao necessário para a localização ou reconhecimento das partes na comunidade local – Ana, escrava de Nicolau Blauth –, isso era suficiente para que todos soubessem de quem se tratava. Mas *chatos* e persistentes historiadores que somos, ainda continuamos céticos achando que talvez aí resida uma daquelas *piscadelas* de que o antropólogo Clifford Geertz (1978) nos fala, um rastro quase imperceptível, mas cujo significado compartilhado não deve ser negligenciado (“*uma partícula de comportamento, um sinal de cultura*”). Porque não constam os ofícios ou profissões nas cartas de alforria? Provavelmente porque os textos das cartas deveriam enfatizar a boa relação entre senhores e seus cativos e, principalmente, direcionar a própria ideia da *concessão* da alforria para a bondade e iniciativa dos senhores e não

à atividade dos *beneficiários*. A importância dos *beneficiados* para a sobrevivência da família senhorial, ou melhor, para a sua manutenção social e econômica, deveria ser escamoteada e um destes recursos era invisibilizá-los como trabalhadores, dando relevo apenas a ação de uma das parcialidades envolvidas – os *benevolentes senhores*.

Podemos costurar alguns dos nomes da lista acima estabelecendo parentescos e afinidades, com o próprio documento judiciário. Cotejando os dois depoimentos prestados por Ana na justiça, sabemos que ela era filha da crioula Ana e do africano Joaquim e irmã de Margarida, a qual era amasiada com o preto liberto Venâncio. Mas para explicitarmos o núcleo familiar de Ana precisamos recorrer a documentação eclesiástica. Os Blauth eram luteranos, então fomos buscar dados no livro de batismos de escravos da Comunidade Evangélica de Bom Jardim:

Tabela 3: Batismos de escravos de Nicolau e Bárbara Blauth

| Batizado   | Nome              | Nascimento | Filiação                        | Padrinhos                                                |
|------------|-------------------|------------|---------------------------------|----------------------------------------------------------|
| 11/11/1846 | Adão Blauth       | 7/10/1846  | uma escrava dos mesmos senhores | os donos.                                                |
| 02/07/1848 | João Blauth       | 12/06/1848 | uma escrava dos mesmos senhores | os donos.                                                |
| 21/05/1850 | Manuel Blauth     | 08/12/1849 | Eva                             | Os senhores                                              |
| 21/09/1851 | Anna Blauth       | 16/06/1851 | uma escrava dos mesmos senhores | Os senhores                                              |
| 28/03/1853 | Eva Blauth        | 29/01/1853 | Eva                             | Os senhores                                              |
| 10/09/1854 | Catharina Blauth  | 06/05/1854 | Eva                             | Os senhores                                              |
| 30/12/1855 | Margaretha Blauth | 13/12/1855 | Eva                             | Jacob e Maria Elisabeth Ritter, Karl e Margaretha Ritter |
| 04/10/1857 | Anton Blauth      | 14/07/1857 | uma escrava dos mesmos senhores | Os senhores                                              |

Fonte: Livro de Registro I da Comunidade Evangélica de Ivoti (Bom Jardim – 1845 a 1914)

Ana em seus dois depoimentos não demonstra muita certeza da data exata de seu nascimento. Em um deles disse ter *mais ou menos* 40 anos e em outro, com a mesma inexatidão, relatou que tinha 36 anos. Estas informações remetem para um provável nascimento em 1845 ou 1849, na própria Picada do Bom Jardim. É admissível que ela tenha absorvido a concepção de tempo de seu pai africano e não levasse em consideração a contagem com exatidão dos aniversários anuais (FITZ, 1998). Como vemos acima, ela nasceu em 16 de junho de 1851, foi batizada três meses depois como Ana Blauth, apadrinhada pelo próprio casal de senhores. Sua irmã Margarida nasceu 4 anos depois, identicamente batizada com o sobrenome senhorial e apadrinhada por seus proprietários.

Recorrendo novamente aos livros eclesiásticos da comunidade evangélica local, conseguimos localizar os sete filhos sobreviventes da crioula Ana:

Tabela 4 – Batismos de filhos de Ana [Blauth]

| Batismo    | Nome                   | Nascimento | Mãe                  | Padrinhos                                                      |
|------------|------------------------|------------|----------------------|----------------------------------------------------------------|
| 18/04/1870 | Leopold                | 14/03/1870 | filho de uma escrava | Os senhores                                                    |
| 23/02/1873 | Adolfina               | 23/01/1873 | Ana                  | Joaquim Blauth, José Schmitt, Catharina Blauth, Anna Herzer    |
| 23/02/1873 | Leopoldina             | 23/01/1873 | Ana                  | Pedro Colling, Manoel Blauth, Louise Bender, Margaretha Blauth |
| 12/03/1873 | Luiz Blauth            | 24/01/1873 | Ana Blauth           | Os senhores                                                    |
| 12/03/1873 | Luiza Blauth           | 24/01/1873 | Ana Blauth           | Os senhores                                                    |
| 22/03/1879 | Maria Franziska Blauth |            | Ana Blauth           | Os senhores                                                    |
| 21/08/1881 | Friederich Blauth      | 02/08/1881 | Ana                  | Os senhores                                                    |

Fonte: Livro de Registro I da Comunidade Evangélica de Ivoti (Bom Jardim – 1845 a 1914)

O primeiro filho de Ana Blauth nasceu quando ela tinha cerca de 19 anos e foi batizado como escravo, já que saía de um

ventre ainda cativo. Mas os outros seis foram gerados de ventre livre, sendo registrados como ingênuos. O que percebemos, portanto, naquela zona de imigração europeia, era uma família escrava formada por três gerações.

Não sabemos com quantos meses de gravidez estava Ana, mas não deviam ser poucos, pois a sua senhora, com percepção feminina, acompanhava a gestação de sua contratada com atenção<sup>7</sup>. Mas seu estado delicado não a retirou da dura labuta da propriedade rural. O preto crioulo Venâncio e a crioula Margarida relataram em seus depoimentos que trabalharam com ela, naquele mesmo fatídico dia, no potreiro, e que ela *recolheu-se a casa* por sentir-se *incomodada*.

O Subdelegado de Polícia Jorge Henrique Ludwig nomeou como peritos, para proceder a *exumação e exame do cadáver*, a Rudolfo von Scharten e Jorge Koch, mas o segundo não foi encontrado. Sendo um distrito povoado densamente por alemães e seus descendentes, o subdelegado mostrou sensibilidade na escolha de um indivíduo do mesmo grupo étnico do contratador da ré. Mais do que isso, Rudolf comungava da mesma religião de Nicolau Blauth e certamente frequentavam juntos os cultos da comunidade acatólica local. Rudolf von Scharten era um teuto-brasileiro, de pais alemães (filho de Carlos Frederico Guilherme von Scharten e Carlota Frederica Guilhermina), mas nascido no Brasil, luterano, negociante e casado com Catharina Wolf. Assim, era um *perito não-profissional*, escolhido pela proximidade (inclusive linguística) com o proprietário envolvido.<sup>8</sup> O laudo fornecido por von Scharten revelava ter encontrado no local apontado por Margarida: “O *cadáver de uma criança de cor branca, cabelos pretos meio enrolados a crespos, como se fosse uma criança nascida de uma*

---

<sup>7</sup> O Promotor Público indagou a Nicolau Blauth “se Anna ocupava-se em serviços domésticos ou de lavoura e se o ventre da mesma Anna patenteava o seu estado de gravidez, ou se ela ocultava ou se encobria para não ser conhecida” e ele respondeu que ela “ocupava-se em ambos os serviços e não ocultava o seu estado porque o ventre denunciava este estado e as pessoas da família não ignoravam”.

<sup>8</sup> Revista Cekaw. Novembro. 2008. Ano II Nº 05.

*negra com um branco, e em perfeito estado, envolto em panos, que se achavam costurados e sobre o dito invólucro se achava a placenta”.*

Talvez mais do que explicitar o conceito de família que estamos manejando quando pesquisamos parentescos negros em sociedades escravistas, temos é que deixar claro os limites encontrados na descrição destes arranjos. O caso de Ana Blauth pode nos ajudar a entender o que procuramos dizer. Ela nos relata ter tido 7 filhos, 5 ainda vivos em 1885 e 3 falecidos ao nascer. Na documentação eclesiástica acessada, localizamos os 7 filhos ainda vivos. Por não ser casada legalmente na Igreja, o padre ou pastor não registrou o nome do pai de seus filhos, o que pode nos indicar tratar-se de um núcleo familiar matrifocal, mas que também não impede que seja uma relação consensual (de amasiamento), com grau de estabilidade difícil de ser verificado. No processo de infanticídio de 1885, Ana não menciona nenhum companheiro e o escrivão anotou sua afirmação de que *“se a criança tivesse vindo com vida, ela entregaria ao pai, para manda-lo criar, mas não declarou quem é o pai”*. Essa frase dá a entender que o pai de seu filho natimorto não convivia com ela, não havendo, portanto, coabitação. Seria o próprio senhor Johann Nicolaus Blauth, na época com aproximadamente 66 anos? Parece-nos que não, pois a afirmação de que iria *entregar* a criança, caso ela vingasse, ao pai, parece denotar certa distância física em termos de residência.

De qualquer maneira, no momento do parto, Ana não contou com parteira e devia ser ajudada por sua irmã Margaria, numa solidariedade afetiva de gênero e parentesco. Quando sentiu as *dores do parto* e depois, quando deu a luz a criança morta, a pessoa que ela chamou foi a irmã, 4 anos mais jovem do que ela. Novamente, não existe vestígio de presença masculina, mas era um momento de intimidade e fragilidade feminina, onde homens dificilmente seriam chamados a imiscuir-se.

Isso não significa afirmar a inexistência da figura masculina nesta família escrava. No batizado de Adolfinha, em 23 de fevereiro de 1873, encontramos como padrinho Joaquim Blauth, que talvez seja o pai africano de Ana, que pode ter assumido o papel e o

simbolismo paterno. Falta-nos, neste momento, maiores informações sobre o mercado matrimonial local e os cônjuges potenciais, para mapearmos com mais precisão estes detalhes.

Ana, mesmo que escrava de Blauth, afigura-se como um ponto nodal de sua própria estrutura familiar. Com cerca de 40 anos de idade, ela teve vários filhos aparentemente sem um parceiro fixo ou trocando de amásio, e no nascimento de seu décimo rebento, já filho de *ventre Livre* (pós-1871), reivindicou para si a autonomia de *manda-lo criar* com o pai biológico. Isso parece indicar uma *Matricentralidade*, uma “ausência relativa do homem”. (LOBO, 2006) Mesmo que outros homens estivessem ali fisicamente presentes, eles parecem atuar de forma pouco consistente neste enredo, onde o protagonismo parece residir na ação feminina.

Algo que chama atenção no levantamento dos batismos escravos no território da ex-colônia alemã de São Leopoldo, é que os pastores registravam os cativos dos membros de sua comunidade religiosa com os sobrenomes de seus senhores. Tal prática ainda não está para nós clara quando a seus significados e abrangência. Especificamente no caso em questão, notamos que Ana foi batizada com o sobrenome do senhor (Blauth), mas no processo (e nem na carta de alforria) não aparece portando esta alcunha, o que nos faz pensar que foi uma prática que teve importância limitada a pia batismal. Mas isso demanda ainda investigações, pois sabemos que ex-escravos usaram o sobrenome senhorial a revelia mesmo da vontade dos mesmos, como uma espécie de *direito adquirido*, uma salvaguarda principalmente manejada na relação com autoridades. Um *nome de papel*, mesmo que na prática usual comunitária usassem outras denominações.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> A antropóloga Ellen F. Woortmann adiciona “rastros” que devem ser seguidos para essa nossa investigação. Para ela “[...] algumas famílias de colonos *fortes* possuíam escravos [...]. Esses escravos recebiam o sobrenome da família à qual pertenciam, mas nunca um prenome ancestral do patrimônio do *tronco* [familiar]. [...] Assim, o escravo Manoel Bier pertencia à família Bier, e os escravos José e João Eggen (que não eram irmãos entre si) pertenciam à família Eggen [...]. O sobrenome Reis (pronunciado Reis: literalmente, arroz), é hoje de uma família

Nicolau Blauth não acreditava na criminalidade de sua contratada e ela usou a mesma pauta argumentativa. Deixemos que ela mesma nos conte sua versão:

Perguntado quantos filhos tem tido e quantos existem? Respondeu que tem sete vivos e três que nasceram mortos completam ao todo o numero de dez que tem tido em casa de seu ex Senhor. Perguntado porque motivo, tendo tido tantos filhos não quis que sua irmã desse parte aos seus ex-Senhores, estando ela com dores de parto? Respondeu se assim fez foi para não incomodar aos seus ex-senhores e também porque das outras vezes teve as crianças sem auxilio de parteira. Perguntado porque motivo mandou enterrar a criança que diz ter nascida morta, sem também dar parte aos seus ex-Senhores? Respondeu que fez isso por ignorância e porque pensava que tendo nascido morta a criança podia fazer sem que recaísse sobre ela qualquer suspeita. Tem fatos a alegar ou provar que o justifiquem ou mostrem sua inocência? Respondeu que tem, pois basta a quantidade de filhos que tem tido e criado para não se lhe atribuir semelhante crime.

A *ignorância* de Ana não parece descabida. Lendo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707, percebemos com clareza a importância do batismo, mas certa omissão quanto a aplicação deste sacramento em natimortos.

Como seja muito perigoso dilatar o Baptismo das crianças, com o qual passam do estado da culpa ao da graça, e morrendo sem eles perdem a salvação, mandamos, conformando-nos com o costume universal do nosso Reino, que sejam batizadas até os oito dias depois de nascidas; e que seu pai, ou mãe, ou quem delas tiver cuidado, as façam batizar nas pias batismais das Paróquias, d'onde forem fregueses. E não o cumprindo, assim, pagarão dez tostões para a fábrica da nossa Sé, e igreja Paroquial. E se em outros oito dias seguintes as não fizerem batizar, pagarão a mesma pena em dobro, e o pároco os evitará dos officios divinos, até, com efeito, ser a criança batizada. (VIDE, 2010: 140)

Pensando na dificuldade dos paroquianos daquela sociedade majoritariamente rural, em achar um padre disponível e do dano à

---

descendente de escravos, assim como dos descendentes da família de mesmo [sobre]nome, proprietária desses escravos (WOORTMANN, 1995).

produção que significava o deslocamento até uma Igreja ou Capela, as Constituições Primeiras admitiam a *aspersão* fora do templo:

Ainda que tenhamos mandado que o batismo se administre pelo próprio pároco na igreja paroquial, e por imersão, nem por isso deixa de se poder administrar lícitamente fora da Igreja, em qualquer lugar, e por efusão ou aspersão, e por qualquer pessoa nos casos de necessidade, e por todas as vezes que houver justa e razoável causa que obrigue a que assim se faça, como são, se alguma criança, ou adulto, estiver em perigo, antes de poder receber o batismo na Igreja, pode e deve ser batizado fora dela (VIDE, 2010: 143 – título XIII)

Nos registros eclesiásticos – tanto de óbitos como de batismos – encontramos vários registros de recém-nascidos que receberam os santos óleos em *periculo mortis* (risco de morte). Mas a determinação acima nos faz compreender a insistência das autoridades em saber se alguma *parteira* estava presente quando do nascimento do 10º filho de Ana *Blauth*. As Constituições Primeiras, em seu Título XVI, manda que os párocos instruem as parteiras a como proceder o *santo sacramento do batismo* (VIDE, 2010: 151) e responsabiliza estas profissionais, implicando-as na dimensão mística que também envolvia os nascimentos:

Porque muitas vezes acontece perigarem as mulheres de parto, e, outrossim perigarem as crianças, antes de acabarem de sair do ventre de suas mães, mandamos às parteiras que, aparecendo a cabeça, ou outra alguma parte da criança, posto que seja mão, ou pé, ou dedo, quando tal perigo houver, a batizem na parte que aparecer, e em tal caso, ainda que aí esteja homem, deve por honestidade batizar a parteira, ou outra mulher que bem o saiba fazer. (VIDE, 2010: 144)

A absolvição de Ana de seu pretense crime de infanticídio decorreu do pensamento e argumentação preconceituosa, racista, do Promotor Público Antônio José de Moraes. Segundo o que ele escreveu em 27 de novembro de 1885:

O crime denunciado; pelas provas exibidas e interrogatório da Ré, não se deu, como se depreendia do Auto de Corpo de Delito feito no cadáver em estado de decomposição e putrefação. Não é [provável] a sua existência, porque sendo a ré mãe de dez filhos, entrando neste



numero os que nasceram mortos, nenhuma [razão pode existir para supor-se o crime, não só porque a sua condição de escrava e ex-escrava coloca-a em posição ínfima, na qual não pode existir os sentimentos de honra e [vergonha] à vista do crescido numero de filhos naturais, e por esse motivo exclui a possibilidade de matar o filho para evitar a vergonha e a desonra. Além de tudo, destes autos se não nota que o próprio ex-senhor esforçando-se por descobrir o crime, convenceu-se afinal da sua não existência. Portanto sou a favor que seja julgada imprudente a denuncia e o sumário.

O Doutor Eduardo José de Moura, Juiz de Direito da Comarca de São Leopoldo, concordou com a opinião do promotor e julgou improcedente a denúncia, absolvendo a crioula Ana em 9 de dezembro do mesmo ano. Naquele momento final do escravismo brasileiro, em que se projetava a futura nação a se construir, sentimentos profundamente negativos refletiam sobre a população egressa do cativeiro. Segundo o advogado Moraes Júnior, a *ínfima* condição social de Ana (ex-escrava) impedia que ela tivesse sentimentos como honra e vergonha, motivos vistos como motores de um provável crime. Os vários filhos *naturais* e a resistência em apontar o pai de seu filho natimorto, evidenciava aos olhos das autoridades, que aquela mulher negra não tinha integridade suficiente para cometer um crime, cujo motivo seria salvar-se da indignidade.

Tal posicionamento do promotor de São Leopoldo encontrava eco em várias outras autoridades públicas, que sentiam-se ultrajadas pela negativa coletiva dos contratados de continuarem prestando serviços e obediência incondicional aos seus ex-senhores, numa rejeição á escravidão disfarçada pretendida.

O Jornal Mercantil, fundado em 1874 e que não surgiu como órgão de partido “*porém seguiu a orientação conservadora de seu diretor Câncio Gomes*” (Bakos, 1982, p. 104), publicou em 20 de agosto de 1887 um artigo intitulado *Os Emancipados*, onde transcrevia um texto do Presidente da Província Rodrigo de Azambuja Vilanova. Neste texto o jornal encontrou “*acertadas providências para fazer cessar tais escândalos*”, promovidos pela “*libertinagem entre os indivíduos que foram tirados à vil condição de escravos*” e apoiava integralmente o teor da carta que dizia:

Sem cogitar se as leis ofereciam ou não garantias suficientes para o cumprimento do ônus das condições de trabalho, pobres e ricos, os que tinham muitos cativos e os que apenas possuíam um, cujo serviço diário constituía seu único recurso, todos na sua honesta confiança nas promessas feitas pelos promotores da ideia abriram mão de sua propriedade sem hesitação. O movimento da capital foi o prelúdio da agitação geral da província, onde, mediante a condição de prestação de serviços, ficaram livres cerca de 40 mil escravos. A transformação foi completa. A população rio-grandense cumpriu um dever, mas obrando com a precipitação do entusiasmo não deu tempo ao governo para, no desempenho de sua missão tutelar, cumprir igualmente o seu, estabelecendo, como era necessária, certa ordem de medidas preventivas (nº 170, ano XIV, 23 de agosto de 1887).

Para o Presidente da Província, a *agitação* verificada e o *desprendimento* e *espontaneidade* dos senhores de escravos não permitiram que as autoridades se acautelassem com medidas concretas.

(...) a sorte dos libertos, em virtude de antigos costumes e da educação que receberam, padece sempre de uma aberração, senão perversão, do sendo moral, a qual não lhe permite uma clara noção dos direitos e deveres, confundindo o bem com o mal, a liberdade com a licença.

E o resultado não se fez esperar:

Com efeito, o que estamos presenciando nesta capital? Uma grande parte dos libertos de 1885, violando a fé dos contratos e a todos surpreendendo pela sua ingratidão, abandonaram precipitadamente a casa de seus benfeitores, tão depressa estiveram de posse da carta de alforria; outra não tardou a ser despedida, como meio de se livrarem os senhores dos aborrecimentos das constantes infidelidades de seus criados. Mais de duas partes dos contratados daquele tempo andam vagando pela cidade, maltrapilhos, sem abrigo e sem pão, freqüentes hóspedes da cadeia e do hospital. Na campanha, a situação não é diferente; os libertos vivem em correrias, vagando durante o dia pelas estradas e tabernas, e repartindo a noite entre o deboche e a rapina. Apesar da falta de braços, não se encontra hoje um jornaleiro que se sujeite ao trabalho por algum tempo, devido aos hábitos de ociosidade que estão nele arraigados.

Cavar a cova em que iria sepultar o cadáver do filho que ainda carregava no ventre deve ter sido um suplício e tanto para esta mãe. Mesmo que não tenha atraído a simpatia das autoridades ou de seu senhor, o caso de Ana nos ajudou a refletir sobre a abundante presença de elementos negros nesta zona de imigração europeia e na consonância das práticas escravistas de senhores teuto e luso-brasileiros. Como anunciamos no início do artigo, a pesquisa está nos estágios iniciais, mas a abundância de fontes que localizamos sobre esta temática, nos aponta a possibilidade concreta de empreende-la.

## Referências

ALVES, Eliege Moura Alves. *Presentes e Invisíveis* – Escravos em Terras de Alemães; São Leopoldo 1850-1870. São Leopoldo, Unisinos, 2004. [Dissertação de Mestrado]

BAKOS, Margaret M. RS: escravismo e abolição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

CHARÃO, Ricardo Brasil. *Negros escravos em brancas e protestantes comunidades*. Anais do VI Encontro Estadual de História. Passo Fundo: ANPUH/RS, 2002.

\_\_\_\_\_. Os livros de registros eclesiásticos como fonte para estudo da relação entre imigrantes evangélicos e escravidão em São Leopoldo. In: DREHER, Martin N. (org.) *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre: EST, São Leopoldo: IHSL, 2004..

COUTO, Mia. *O Outro Pé da Sereia*. Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 2006.

FITZ, Ricardo. Algumas considerações sobre a concepção de tempo nas sociedades africanas tradicionais. *Ciências e Letras*. Edição Especial, n.21/22, Porto Alegre: FAPA, 1998. Pág. 271 a 286.

GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850 – 1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlo. Provas e Possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis. *A Micro-História e Outros Ensaio*s. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GOMES, Fabricio Romani. *Sob a Proteção da Princesa e de São Benedito*: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988). São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008. [Dissertação de mestrado]

GOMES, Fabricio Romani; MAGALHÃES, Magna Lima. Spor Club Cruzeiro do Sul e Sport Club Gaúcho: associativismo e visibilidade negra em terras de imigração europeiano RS. In: SILVA, Gillberto; SANTOS, José Antonio dos; Luiz Carlos Carneiro (orgs.). *RS negro*: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2008, p. 46-62.

KÜLZER, Gláucia. *De Sacramento a Boca do Monte*: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX). São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009. [Dissertação de Mestrado]

LANGAARD, Theodoro J. H. *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular* – Volumes I, II e III. 2ª edição, Rio de Janeiro, Laemmert& Cia., 1872.

LOBO, Andréa de Souza. *Tão Longe, Tão Perto*. Organização familiar e emigraçãofeminina na Ilha da Boa Vista Cabo Verde. Brasília, Universidade de Brasília (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social), 2006. [Tese de Doutorado]

MOREIRA, Paulo Staudt; TASSONI, Tatiani. *Que com seu Trabalho nos Sustenta*: As Cartas de Alforria de Porto Alegre (1748 / 1888). Porto Alegre: EST, 2007.

\_\_\_\_\_. *Entre o deboche e a rapina*: Os cenários sociais da criminalidade popular (POA – século XIX). Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula*: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais – século XIX. Porto Alegre, EST, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

TRAMONTINI, Marcos. *A organização social dos Imigrantes: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira. 1824-1850*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo, Editora da USP, 2010: p. 140

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Do Presidente (da Província) ao Sociólogo: interpretações em consonância sobre a emancipação dos escravos no Rio Grande do Sul. In: *IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba. IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba: ANPUH, 2009.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*. Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. Brasília: Edub; São Paulo: Hucitec, 1995.

ZUBARAN, Maria Angélica. Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias. In: MAUCH, Claudia (org.). *Os Alemães no Sul do Brasil*. Canoas, Editora ULBRA, 1994.

## ETNICIDADE E POLÍTICA NO VALE DO ITAJAÍ (SC) NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Giralda Seyferth<sup>1</sup>

*Resumo:* Este trabalho tem por objetivo analisar a participação política de imigrantes e descendentes, em nexos com etnicidade, no Vale do Itajaí (SC), região onde os dois principais núcleos coloniais, inicialmente formados por alemães, passaram à condição de municípios na década de 1880. Destaca-se o efeito mais evidente da emancipação municipal: a formação de lideranças de origem germânica no início da República, num confronto às vezes conflituoso com brasileiros, evidenciando a distintividade étnica através da expressão *Deutschbrasilianertum* (ou germanidade brasileira). A possibilidade de ocupar cargos de representação política através de eleições mobilizou principalmente os empresários locais dedicados às atividades comerciais e industriais, em processo de ascensão social e integração econômica, que ingressaram nos partidos existentes, defendendo a diferença cultural produzida pela imigração.

*Palavras-chave:* política, germanidade, etnicidade, colonização.

---

A ocupação do Vale do Itajaí no regime de colonização estrangeira começou em 1850, quando Hermann Blumenau fundou a primeira colônia da região com imigrantes alemães. Antes disso, ocorreu o estabelecimento de algumas famílias alemãs egressas da primeira colônia, São Pedro de Alcântara<sup>2</sup>, em dois arraiais situados em área mais próxima ao porto de Itajaí, sem conformar um núcleo colonial. Dez anos depois, por iniciativa dos governos imperial e provincial, surgiu a segunda colônia alemã, estabelecida no principal afluente do rio Itajaí-açu, mais tarde denominada Brusque. No mesmo ano (1860) a colônia Blumenau passou ao controle oficial

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Humanas (USP). PPGAS / Museu Nacional / UFRJ.

<sup>2</sup> Colônia fundada em 1829, um ano antes da proibição de gastos com a colonização estrangeira pelo Parlamento, inviabilizando a imigração subsidiada. Os imigrantes ali estabelecidos ficaram em situação precária, motivando o deslocamento de muitas famílias para outras áreas da província, inclusive a capital (Desterro) e a Vila de Itajaí.

diante da falência da empresa colonizadora; contudo, Hermann Blumenau foi mantido na direção, apesar do seu comprometimento com a germanidade. A região, até hoje, é vinculada à colonização alemã, mas recebeu imigrantes de outras nacionalidades, notadamente italianos e poloneses, sobretudo depois de 1875.

Não pretendo esmiuçar o modelo de colonização em terras devolutas ali implementado pelo Estado. Deve-se observar apenas que seguiu as normas legais para a ocupação do território através de linhas coloniais demarcadas com lotes destinados à exploração agrícola familiar, tomando como referência os lugares previstos para estabelecer os povoados, situados onde os rios deixam de ser navegáveis. Os povoados receberam a denominação de *Stadtplatz*, termo que aludia às funções “urbanas” antes da formação das cidades. Esta forma de distribuição espacial configurou uma “zona pioneira”<sup>3</sup>, ou fronteira agrícola, que resultou na forma de um campesinato parcelar, localizado nas linhas, em grande parte dependente dos serviços e dos comerciantes estabelecidos nos povoados. Ali, ocorreu a “simbiose” entre colonos e comerciantes, assinalada por Roche (1969) nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. Era uma relação de dominação, baseada no controle do beneficiamento e dos preços da produção colonial, e no monopólio dos transportes, que propiciou aos comerciantes a acumulação de capital, permitindo a industrialização implementada no final do século XIX, coincidindo com a emancipação das colônias.

Alguns comerciantes bem sucedidos ingressaram no campo da política, ampliando sua integração sócio-econômica para além do regime de colonização, na conjuntura favorável da criação dos dois municípios no início da década de 1880, porém defendendo a legitimidade da pertença étnica num Estado multicultural. A emergência de lideranças políticas comprometidas com os ideais da germanidade, vinculadas, ou pertencentes, a essa classe mais

---

<sup>3</sup> Waibel (1958, p. 277) incluiu o Vale do Itajaí entre as “zonas pioneiras” do século XIX. O conceito refere-se às regiões que se intercalam entre a mata virgem e a civilização, portanto supõe o limite da zona povoada.

abonada de imigrantes / descendentes, é o objeto do presente trabalho, assim como os confrontos com brasileiros, mais evidentes depois de 1889 diante do reconhecimento do nacionalismo assimilacionista republicano. Afinal, este nacionalismo repudiou a dicotomia étnica ressaltada no uso local de duas categorias problemáticas de identificação — *Deutschbrasilianer* e *Lusobrasilianer*. As implicações de nacionalidade estão contidas na simbólica da germanidade e na auto-atribuição da dupla pertença sugerida pelo termo *Deutschbrasilianertum*, assinalando a etnização de uma identidade nacional alemã.

O indicador étnico é o substantivo *Deutsch*, que apela para a “origem” germânica, ao qual se acrescentou o outro qualificador, *Brasilianer*, referido à cidadania brasileira, para formar a identidade mais geral conferida aos naturalizados e nascidos no Brasil, vertida na língua portuguesa para *teuto brasileiro* e assim usada também pelos estudiosos da imigração alemã<sup>4</sup>. Aliás, teuto-brasileiro é uma locução presente nos dicionários com seus dois significados: a “origem” alemã e brasileira, e as relações (econômicas, culturais) entre Brasil e Alemanha. Ambos aparecem na formulação da etnicidade no período histórico em questão, porém a referência primordial do discurso étnico é *Deutschtum*, termo que o nacionalismo brasileiro traduziu para “alemanismo”<sup>5</sup>.

Nos jornais locais, surgidos logo após a emancipação do regime colonial, são considerados teuto-brasileiros os indivíduos de ascendência alemã nascidos no Brasil, e os imigrantes alemães que adquiriram a cidadania brasileira. Em ambos os casos presume-se uma ligação afetiva com a Alemanha e o comprometimento político, econômico e social com a “nova pátria”, porém mantendo a

---

<sup>4</sup> Esta forma de identificação surgiu nas camadas médias e altas urbanas, inclusive para evocar direitos de cidadania (inclusive Políticos) e, junto com a idéia de *Deutschbrasilianertum*, aparece nos jornais e outras publicações locais em língua alemã.

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, o texto panfletário de Silvio Romero, intitulado “O alemanismo no sul do Brasil, seus perigos e meios de os conjurar”, publicado em 1906.



diferença cultural e a *Muttersprache* (língua materna) imaginadas como um direito num país de imigração. Daí derivou a argumentação de natureza étnica que embasou as pretensões políticas das elites locais, contestadas pelo assimilacionismo republicano.

Os aspectos políticos e econômicos da etnicidade (portanto, a dimensão instrumental do fenômeno étnico) tem sido destacados por vários autores desde o surgimento do neologismo na língua inglesa na década de 1950. Glazer e Moynihan (1963) assinalaram essa questão num estudo sobre os grupos étnicos de Nova York, fazendo uma crítica ao chavão do *melting pot* (expressão criada no século XVIII que remete à mistura de nacionalidades), afastando-se das teorias da assimilação até então hegemônicas nos estudos sobre a imigração. O enunciado básico parte de uma pergunta: o que significa para Nova York o fato da maior parte da sua população comportar pessoas que se pensam através de um pertencimento étnico e mesmo assim se consideram americanos? Concluíram que existe uma tendência central no *ethos* nacional que estrutura as pessoas em grupos de diferentes status e características. Assim, há um padrão étnico, uma diferenciação grupal, que aponta para a falência do ideal de *melting-pot*, porém em equilíbrio com a identidade nacional. Esta configuração da etnicidade está contida na idealização da germanidade brasileira, mas não se coaduna com o princípio da nacionalidade brasileira, avesso aos ditames do corporativismo étnico.

A análise de Glazer e Moynihan enfatiza o nexo entre etnicidade e interesse, mostrando como grupos étnicos continuamente recriados por novas experiências, podem se transformar em grupos corporativos com uma identidade associada a um passado, uma etnia, um país, uma cultura, etc. Nesse caso, o interesse comum também une as pessoas a partir da conexão com sentimentos de pertença que permitem distinguir indivíduos e grupos no contexto nacional mais amplo. Glazer e Moynihan deram atenção ao papel da etnicidade no jogo político, destacando a questão do “voto étnico” em Nova York. Outros autores, porém, apontaram para a política conformada por interesses corporativos de natureza

econômica, caso do estudo de Abner Cohen (1969) sobre as redes de comércio dominadas pela etnia Hausa na África Ocidental, cujos membros usam e manipulam valores, costumes, símbolos e muitos da sua tradição cultural para articular uma organização informal para fins políticos. Isto aponta para o idioma do costume, do *habitus*, marcando grupos de referência (política) informais, cujo poder deriva também (mas não exclusivamente) da hegemonia numa atividade econômica. Afinal, etnicidade envolve cultura, identidade, mas também retórica e ideologia, e pode ser manipulada por diferentes atores sociais.

Para os propósitos deste trabalho não é necessário dialogar extensivamente com a vasta literatura sobre relações interétnicas. Etnicidade é um desses termos problemáticos e ambíguos da teoria social por causa da grande heterogeneidade empírica do fenômeno étnico que dificulta sua construção conceitual. É tomada por muitos antropólogos como categoria estrutural (ou princípio geral), um conjunto de crenças, atitudes, estereótipos sobre grupos e pessoas identificadas por um rótulo étnico, enfatizando as dimensões cognitiva e comportamental do fenômeno. Assim, tem sentido a sua derivação da palavra grega *ethnos*, usada desde a antiguidade para identificar os estrangeiros, os bárbaros, enfim, os “outros” correlacionados com etnia (ou raça).

A palavra comunidade é senso comum nos discursos nativos, e a identidade nominada supõe mitos de ancestralidade comum, histórias compartilhadas, elos com um território (ou lugar), sentimentos de solidariedade, hábitos, língua materna e outros indicadores da diferenciação cultural. A grande variação empírica e as diversas elaborações teóricas da etnicidade podem ser observadas na coletânea organizada por Hutchinson e Smith (1996), que na introdução assinalam a existência de etnias na longa duração, outras mais recentes, todas em constante transformação. Referem-se também aos rótulos que acompanham certas construções teóricas, caso dos “instrumentalistas”, que apresentam a etnicidade como um recurso social, político e cultural usado por diferentes grupos de referência (ou de interesse) e de *status*. Alguns estudiosos focalizam a competição por “recursos” (políticos, econômicos) outros

examinam as estratégias para maximizar preferências em termos de escolhas racionais. A idéia central contida nessas abordagens é a natureza da etnicidade socialmente construída e a habilidade dos indivíduos e grupos para fazer recortes a partir de pressupostas “heranças” étnica e culturais, reforçando pertencimentos. A crítica aos “instrumentalistas” sugere certos excessos que definem “interesses” em termos exclusivamente materiais e políticos; mas poucos autores adotam apenas esse ponto de vista.

A natureza política e social das formações comunitárias étnicas foi discutida por Weber (1991, p. 268-275), inferindo que a crença na mesma origem, os sentimentos de vida em comum, os hábitos e costumes e outros elementos que configuram a comunidade não são necessariamente a causa, mas a consequência da ação coletiva pois as pessoas se vêem como pertencentes a um grupo porque atuam juntas. Nesse caso, os interesses coletivos encorajam a identificação étnica de grupos que manifestam a crença subjetiva no pertencimento comunitário.

As ideologias que moldam as identidades étnicas são importantes para o entendimento dos processos políticos e/ou econômicos nos quais a etnicidade é uma variável essencial de organização coletiva, o pertencimento como estratégia para a ação corporativa, um instrumento de poder. Daí a ênfase de certos autores nos “empreendimentos étnicos”, categoria tomada na sua versão mais geral de “empresário” que, no sentido econômico, organiza, possui e administra um negócio assumindo riscos. Num contexto interétnico pode assumir o papel de mediador. Nos termos de Aronson (1976), a expressão “empresário étnico” designa aqueles que formulam e administram ideologias e observam como as situações são definidas ou reforçadas para obter vantagens.

O caso da imigração alemã no Vale do Itajaí é bastante significativo para tratar desse assunto, que representa apenas um dos aspectos da etnicidade teuto-brasileira. Não pretendo focalizar “negócios étnicos” no sentido mais econômico e individual, ligados a grupos imigrantes. Seria interessante partir de uma análise mais ampla da ascensão social proporcionada pela atividade empresarial, mas aqui o enfoque recai na inserção política de indivíduos

pertencentes à burguesia local no período histórico da Primeira República (1889-1930), quando ocorreu a ascensão social das camadas mais abonadas da população teuto-brasileira. Naquele período, os interesses econômicos, com vinculações étnicas (ou nacionais), no contexto da imigração alemã, assumiram três formatos: a atuação do empresariado que criou as *Gesellschaft Germania* em diferentes cidades brasileiras, com fortes vinculações com a Alemanha; o investimento do imperialismo, que se confrontaram com o nacionalismo brasileiro por causa da distintividade étnica produzida pela colonização alemã no sul; a ascensão social e política da gente do comércio nas regiões de colonização e seu papel na conformação de uma identidade teuto-brasileira. Essa última situação remete aos atores sociais objeto deste breve trabalho: os imigrantes que obtiveram sucesso na atividade comercial, estabelecidos nas cidades em formação. Na verdade, poucos iniciaram sua vida no Vale do Itajaí explorando um lote colonial e o domínio das relações comerciais com os pequenos produtores rurais propiciou a acumulação de capital que permitiu iniciar o processo de industrialização, coisa que demandava relações mais consistentes com a sociedade brasileira. A formação dos municípios de Blumenau e Brusque estimulou a participação política que ocorreu num momento em que vicejava o ideal de germanidade e seu contrário, o “abrasileiramento” exigido pelo princípio da nacionalidade. Assim, o recrudescimento da etnicidade coincidiu com a República e o reforço dos laços econômicos com a Alemanha do II Reich. Além disso, manteve-se o fluxo migratório pois a ocupação da região adentrou o século XX e as indústrias emergentes demandavam mão de obra especializada que os empresários procuraram trazer da Alemanha. E não pode ser esquecida a propaganda da *Alldeutsche Verband* (Liga Pangermânica) e seu discurso sobre *Lebensraum* (espaço vital) e a superioridade racial germânica, forma de racismo vista como ameaça à segurança nacional, alimentando as especulações nacionalistas sobre o “perigo alemão”.

A configuração de uma comunidade germânica no Brasil era o principal objetivo de Hermann Blumenau, que pretendia realizar um projeto de colonização em larga escala, inviabilizado pela falta

de recursos e por uma legislação que restringia a concessão de terras para empreendimentos particulares. A perspectiva da manutenção da germanidade, portanto, estava em pauta antes da fundação da colônia, em 1850, no Vale do Itajaí. Blumenau interessou-se pela emigração dos seus compatriotas no meio da década de 1840, influenciado pelo Cônsul do Brasil na Prússia, J. J. Sturtz, e por gente importante da área acadêmica alemã com passagem pelo Brasil, como von Martius e o geógrafo Wappäus. Havia, pois, um ideal colonizador que visava dar melhores condições de vida aos que precisavam emigrar, mas também a crença de que era possível territorializar uma *Heimat* germânica em qualquer lugar, mantendo a língua, a cultura e, sobretudo uma identidade alemã, ainda que na condição de cidadãos leais aos país de acolhida.

Este modo de entender a emigração não causou problema na época pois havia grande interesse do governo brasileiro na vinda de alemães, visto que a colonização estrangeira (ou, mais precisamente, européia) era também um projeto de povoamento de terras devolutas, imaginado como processo civilizador. Na mesma época em que Hermann Blumenau procurou implementar um projeto, uma figura importante do Império, o Visconde (depois Marquês) de Abrantes, grande proprietário escravista fluminense, foi enviado numa missão diplomática à Prússia, a fim de obter facilidades para o aliciamento de emigrantes. Os problemas da assimilação surgiram mais tarde no discurso nacionalista, mas tiveram pouca importância na política imigratória do governo imperial. A “causa” (Sache) abraçada por Blumenau — favorecer a emigração para gente sem grande futuro na pátria e que no Brasil poderia manter suas especificidades culturais e a língua materna (junto com a “consciência nacional”, dois elementos fundamentais da idéia de nação) — não repercutiu no âmbito do aparelho de estado.

A colônia tornou-se bastante conhecida pois Blumenau cercou-se de algumas figuras que se notabilizaram, inclusive na prática política, caso de Fritz Müller, naturalista ligado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro que ficou conhecido como interlocutor de Charles Darwin, e do casal Therese e Gustav Stutzer, responsável pela divulgação da “saga” da colonização e do caráter germânico do

Vale do Itajaí através de obras publicadas na Alemanha, com sucessivas reedições. A passagem para administração oficial na mesma época em que surgiu a outra “colônia alemã” no Itajaí-mirim, não mudou essa organização comunitária étnica. Colonos, comerciantes, artesãos estabelecidos nas vilas, pastores, padres, gente de passagem que divulgou o “caráter germânico” da região, etc., compartilharam um discurso de pertença étnica, afirmando a diferença cultural, às vezes chamando atenção para a ausência (ou presença residual) dos “nacionais”, os brasileiros. Essa ausência, aliás, foi enunciada na crítica republicana ao modelo imperial de colonização estrangeira considerado permissivo na formação de comunidades sem o necessário “abrasileiramento”.

De fato, o nacionalismo assimilacionista (des)qualificou o Vale do Itajaí e, nele, particularmente Blumenau, pelo epíteto paradigmático do “enquistamento” étnico, posicionamento decorrente do incômodo causado pela diferença cultural e uso cotidiano da língua alemã, objeto de publicações de jornalistas e viajantes brasileiros, mas sobretudo causado pelos rumos da política local e por matérias relativas à germanidade, com reivindicações de reconhecimento de uma identidade teuto-brasileira, divulgadas nos jornais e outros meios escritos que surgiram na região a partir da década de 1880, caso dos jornais *Blumenauer Zeitung* e *Der Urwaldsbote*.

Apesar da diversidade econômica e da ascensão social ocorrida nos núcleos urbanos, durante o Império a participação política de imigrantes naturalizados foi muito pequena, e só ocorreu depois da instalação das primeiras Câmaras nos dois municípios (criados em 1881 e 1882). Antes disso, a região estava submetida ao regime de colonização, e os colonos estrangeiros não possuíam direitos plenos de cidadania, sujeitos à administração de cada colônia. Por outro lado, apesar da regulamentação legal da naturalização existir desde a década de 1830, o número de naturalizados era baixo, provavelmente por causa dos procedimentos burocráticos e mesmo desinformação dos colonos localizados nas linhas.

Abordei as trajetórias de políticos teuto-brasileiros ligados ao Vale do Itajaí, e suas dificuldades face aos ditames do assimilacionismo de adversários “lusó-brasileiros”, e a tentativa de criação de um partido de perfil étnico em Blumenau, em outros trabalhos (cf. Seyferth, 1994b e 1996). Aqui procuro mostrar porque a inserção no campo político foi bem sucedida, apesar dos problemas postos pela natureza conflituosa da dupla pertença abominada pelo nacionalismo comprometido com um ideal assimilacionista condizente com “*melting-pot*” (numa acepção mais racializada da expressão, referida ao mestiçamento). Essa forma de pensar a integração dos imigrantes vicejou nos meios intelectuais e políticos brasileiros, estendendo-se até o Estado Novo, baseada na “tese do branqueamento”, ou possibilidade de formação de um povo brasileiro branco através da miscigenação seletiva. “Abrasilamento” significava a total integração cultural, social e racial dos imigrantes, segundo o princípio da formação histórica lusó-brasileira. A “tese” foi objeto de crítica e discussão nos jornais de Blumenau pois deu respaldo aos argumentos contrários à imigração alemã. A suposta tendência germânica para o “enquistamento” também integrou o discurso sobre o “perigo alemão” e motivou a defesa incontestável dos imigrantes “latinos” (portugueses, espanhóis e italianos), considerados mais propensos à assimilação por causa da proximidade lingüística e cultural. O já citado opúsculo panfletário de Romero (1906) é um bom exemplo dessa posição, respaldado pela “Doutrina Monroe” em oposição ao imperialismo alemão. O confronto ideológico resultante dessas posições conflitantes foi por mim analisado no contexto da crise diplomática entre Brasil e Alemanha por causa de um episódio de deserção envolvendo um navio de guerra alemão fundeado no porto de Itajaí, em 1905 (cf. Seyferth, 1994<sup>a</sup>). Nessa conjuntura problemática do nacionalismo, com implicações mais amplas no contexto internacional envolvendo disputas entre potências imperialistas — os interesses da Alemanha na América do Sul e a presença, ali, de imigrantes e descendentes na condição de colonizadores também foi objeto de crítica, via “Doutrina Monroe”, nos Estados Unidos — lideranças teuto-brasileiras entraram na arena política com o discurso da germanidade.

A primeira eleição ocorrida em Blumenau, em 1882, para formação da Câmara Municipal e indicação de Juízes de Paz, é um bom exemplo das dificuldades iniciais: por causa do desconhecimento da língua portuguesa, e o baixo número de naturalizados, foram cadastrados apenas 49 eleitores, em sua maioria da área de Gaspar, na periferia da antiga colônia. Este eleitorado, que incluía “lusos” (pois apenas 14 votantes foram cadastrados na vila de Blumenau), elegeu 7 vereadores e 4 Juízes de Paz. Entre os vereadores eleitos estavam 3 teuto-brasileiros, situação que permitiu a eleição de um luso-brasileiro (conforme designação local) para a presidência da Câmara que, na época tinha também a função de prefeito. Isso mostra a ingerência política externa vinda do município de Itajaí pois o eleito, José Henrique Flores Filho, pertencia a uma família latifundiária com a pretensão de estender sua influência política para o município recém-criado. A segunda eleição, realizada em 1886, foi marcada por situações tensas devido às manobras de Flores Filho para se reeleger presidente (numa Câmara agora majoritariamente teuto-brasileira), segundo Silva (1972, p. 151) apelando a procedimentos pouco recomendáveis. Na verdade, tentou impedir a posse dos eleitos, sendo depois desautorizado pelo Presidente da Província. A eleição para a presidência da Câmara foi vencida pelo comerciante Guilherme Schaeffer. O desconhecimento da língua vernácula foi o principal argumento do pedido de impugnação das eleições. No caso dos Juízes de Paz a situação foi mais favorável aos candidatos teuto-brasileiros pois apenas um dos eleitos era “luso”.

A instalação do município de Brusque também teve problemas derivados da antiga situação de colônia. O primeiro administrador municipal foi o último diretor da colônia, Jacinto A. A. Pantoja. No entanto, os sete vereadores (e 2 suplentes) eleitos que assumiram a Câmara em 1887 eram teuto-brasileiros, comerciantes e industriais em ascensão econômica e social.

Contudo, não conhecer a língua vernácula era um obstáculo às pretensões de cadastramento eleitoral, dando oportunidade de ingresso na disputa política aos profissionais liberais e funcionários



públicos presentes nas duas vilas, situação considerada injusta por não terem participado do processo colonizador.

A proclamação da República, em 1889, trouxe mudanças para este quadro político, permitindo ampliá-lo para além das disputas municipais. Os atos legislativos que abriram espaço para a participação política aos naturalizados e descendentes receberam críticas por parte dos nacionalistas mais radicais que não estavam dispostos a ver gente não assimilada ou inassimilável com plenos direitos de cidadania. No entanto, a nova legislação reflete o interesse maior do Estado na imigração e na continuidade da ocupação de terras devolutas através da colonização, observável nos decretos que, depois de 1890, regulamentaram a entrada e localização de imigrantes no país.

A primeira providência do governo provisório da República relacionada à imigração facilitou a naturalização, tornada, na prática, quase compulsória: o Decreto 13-A, de 26/11/1889 autorizou o Ministro do Interior e os governadores a conceder a naturalização “a todo estrangeiro que a requerer”, desobrigados das formalidades exigidas pela legislação do Império. Pouco depois, outro Decreto (58-A, de 14/12/1889), usando o argumento da igualdade, fraternidade e liberdade republicanas, no seu artigo 1º considerou brasileiros todos os estrangeiros que já residiam no Brasil no dia 15/11/1889, salvo declaração em contrário. Alguns meses depois, uma Decisão (38, de 14/03/1890) ampliou os direitos de cidadania pois permitiu o alistamento de eleitores estrangeiros naturalizados, alfabetizados em outras línguas e desconhecendo o idioma vernáculo. O Decreto seguinte (277-E, de 22/03/1890) declara que estrangeiros podem obter cadastro como eleitores desde que naturalizados e alfabetizados, fazendo o requerimento pertinente. Por outro lado, o primeiro decreto (528, de 28/06/1890) regulando a imigração e colonização (bem como seus sucedâneos que criaram o Serviço de Povoamento do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio), mostra a continuidade da política de ocupação territorial por pequenos proprietários estrangeiros, mantendo suas características anteriores apesar da celeuma nacionalista sobre assimilação que acusou o governo imperial de permitir a nefasta

formação de núcleos culturalmente diferenciados da sociedade brasileira.

A naturalização geral veio para regularizar a situação de milhares de imigrantes, principalmente os estabelecidos em áreas de colonização prejudicados pela burocracia do Império. Ela não se estendeu para os novos imigrantes, depois sujeitos a nova regulamentação. No caso do Vale do Itajaí, tal providência transformou a região no maior colégio eleitoral do Estado de Santa Catarina pois aumentou bastante o número de cadastrados no sistema eleitoral. Para isso também contribuiu o critério puro e simples de alfabetização em qualquer língua; e os recursos de candidatos “lusu-brasileiros” para impugnar eleitores / eleitos por não conhecerem a língua portuguesa foram sistematicamente indeferidos.

O outro fato que contribuiu para alavancar carreiras políticas teuto-brasileiras foi a nomeação de Lauro Müller (1863-1926) para governador provisório de Santa Catarina em 1889. Filho de um comerciante alemão estabelecido em Itajaí, foi socializado numa escola alemã em Blumenau, onde seu tio exercia a atividade de comerciante. Realizou o ensino médio em Niterói e depois seguiu a carreira militar cursando engenharia na Escola Militar do Rio de Janeiro, de onde saiu como tenente ajudante de ordens de Deodoro da Fonseca (o que explica a nomeação para governador). Apesar dos percalços da Revolução Federalista de 1893, que dividiu a cena política catarinense, ficou ao lado da legalidade, apoiando Floriano Peixoto. Exerceu os cargos de governador eleito (duas vezes), deputado federal, senador, e exerceu os cargos de Ministro da Viação e do Exterior. Em 1917 renunciou ao cargo de Ministro do Exterior pouco antes da declaração do estado de guerra com a Alemanha, pressionado por adversários que colocaram sua identidade teuto-brasileira sob suspeição. Müller está incluído entre os teuto-catarinenses notáveis homenageados na publicação comemorativa do centenário da imigração alemã em Santa Catarina (Entres, 1929), considerado ali o maior estadista de origem alemã no Brasil.

Olhando para o panorama político catarinense da Primeira República, outros políticos “notáveis” aparecem citados na mesma publicação, caso dos irmãos Marcos, Adolfo e Vitor Konder, também filhos de um comerciante alemão de Itajaí, e de Felipe Schmidt que, alguns anos antes de Müller, também obteve o grau de tenente engenheiro na Escola Militar do Rio de Janeiro. Marcos Konder atuou na política local em Itajaí, onde exerceu mandatos de vereador e prefeito. Vitor e Adolfo Konder cursaram direito e começaram suas carreiras políticas em Blumenau. O primeiro exerceu os cargos de vereador e prefeito em Blumenau, foi deputado estadual, senador e Ministro dos Transportes; o segundo exerceu mandatos de deputado federal e governador do Estado. Felipe Schmidt também ocupou os cargos de governador, deputado e senador, em detrimento da carreira militar, mas assim como Lauro Müller, chegou ao posto de general. Tinha fortes ligações (iniciadas por seu pai) com comerciantes teuto-brasileiros de Florianópolis. Dois pontos têm destaque nas biografias dos irmãos Konder e de Müller: eles fizeram os primeiros estudos em Blumenau, numa “escola alemã” (apesar das famílias residirem em Itajaí), e sempre afirmaram seu comprometimento com a germanidade (cf. Entres, 1929); por outro lado, realizaram trajetórias integrativas através do ingresso num curso superior, uma forma de ascender na sociedade brasileira e na cena política nacional, porém mantendo uma identidade teuto-brasileira, reverenciando a cultura e o “espírito” germânicos. No caso dos Konder existe o adendo do casamento interétnico pois o pai, Marcos Konder (sênior) casou com a filha do latifundiário José Henrique Flores, e irmã do “luso” que obteve o cargo de superintendente na primeira eleição de Blumenau. Para o nacionalismo brasileiro tinham perfil de assimilados ideais, mas na percepção pessoal da identidade incorporaram a noção de *Deutschbrasilianertum*. Essa noção prevaleceu no discurso político regional, embora a ação política fosse exercida, conforme a legislação, no sistema partidário existente, investindo no cadastramento eleitoral dos colonos, mas também exigindo diálogo com outros brasileiros. O diálogo era necessário principalmente fora do âmbito regional. Mas dois brasileiros alavancaram suas carreiras políticas em Blumenau — Hercílio Luz (que foi governador de Santa

Catarina) e Vitorino de Paula Ramos (deputado). Ambos eram funcionários da Inspetoria de Terras e Colonização e bem relacionados com a elite local e os colonos<sup>6</sup>.

A estratégia de ocupação de cargos eletivos em âmbito municipal foi extremamente bem sucedida. Ao longo da Primeira República, todos os prefeitos e vereadores de Brusque eram teuto-brasileiros, em sua maioria da classe empresarial. Em Blumenau, apenas um “lusó” foi eleito para ocupar a Superintendência — José Bonifácio da Cunha, médico baiano que não conseguiu alavancar uma carreira política; assim como a grande maioria dos vereadores, todos os outros superintendentes possuíam “origem alemã”. Mas é preciso acrescentar que essa eficácia política tem relação com as redes formadas pelos empresários, reforçada por suas relações sociais “etnizadas” dentro e fora da região. À “simbiose” com os colonos deve-se acrescentar a articulação, às vezes familiar, entre as diversas empresas teuto-brasileiras, inclusive as estabelecidas em Itajaí, Florianópolis e alhures.

Apesar das pressões nacionalistas, a germanidade apareceu no discurso político para defender o direito à diferença de costumes e cultura, sem prejuízo da cidadania. Isso aponta para as duas dimensões contidas na expressão *Deutschbrasilianertum*. A primeira delas diz respeito à “contribuição” (*Mitarbeit*) dos imigrantes e descendentes ao desenvolvimento econômico da nova pátria, referida à produção dos colonos e aos empreendimentos das elites locais, destacada nas publicações comemorativas. A outra remete à identidade teuto-brasileira assentada na diferença cultural observada nas regiões de colonização, ela própria considerada uma contribuição à diversidade brasileira. No primeiro caso alude-se a um *ethos* de trabalho imaginado como algo próprio da etnia (ou

---

<sup>6</sup> Muitos funcionários públicos estaduais e federais, inclusive juizes e promotores nomeados após a criação das Comarcas, em atuação na região eram brasileiros sem qualquer vinculação com o período de desbravamento. Dentro da disputa partidária, a atribuída condição de “lusos” como um desqualificador era usada no discurso da oposição. Mas *Deutschtum* era o tema geral, não importa a qual partido pertenciam os candidatos “teutos”.

raça), enfatizando o “trabalho alemão” com forte conteúdo etnocêntrico. Assim, é com alguma ambigüidade que a pertença étnica entrou na cena política respaldando um modelo de assimilação não condizente com o ideal de nação no Brasil. A comunidade e a vida privada deveriam permanecer “alemãs”, contrariando o ideal de nação homogênea que exigia o “abrasileiramento”. No cômputo da germanidade, o Brasil só podia ser um Estado plural tendo em vista a importância crescente dos fluxos migratórios.

De algum modo, a atuação política da classe empresarial teuto-brasileira serve para problematizar o conceito de assimilação na sua acepção de *melting-pot*, assunto discutido por Glazer e Moynihan (1963). A atual revivescência de identidades culturais entre descendentes de imigrantes mostra justamente a perenidade dos fenômenos étnicos e sua recriação simbólica marcada pela experiência cotidiana. No período histórico aqui focalizado, havia a crença no poder de “abrasileiramento” dos alienígenas, pensado como uma necessidade absolutamente essencial para a boa formação do Estado-nação. No entanto, a pretensão política de gente inclassificável por ser desprovida de brasilidade, falando outra língua e com outros costumes e espírito nacional, paradoxalmente recebeu apoio legal na República assimilacionista interessada na regularização dos estrangeiros e na continuidade da imigração.

## Referências

- ARONSON, Dan R. 1976. “Ethnicity as a cultural systems: an introductory essay”. In: Frances Henry (ed.) *Ethnicity in the Americas*. Paris: Mouton, pp. 9-19.
- COHEN, Abner. 1969. *Custom and politics in urban Africa*. Londres: Routledge; Berkeley: University of California Press.
- ENTRES, Gottfried (ed.). 1929. *Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung im staate Santa Catharina*. Florianópolis: Livraria Central.

GLAZER, Nathan e MOYNIHAN, Daniel P. 1963. *Beyond the melting pot*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press e MIT Press.

HUTCHINSON, John e SMITH, Anthony D. (eds.). 1996. *Ethnicity*. Oxford: Oxford University Press.

ROCHE, Jean. 1969. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo.

ROMERO, Silvio. 1906. *O allemanismo no sul do Brasil*. Seus perigos e meios de os conjurar. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro.

SEYFERTH, Giralda. 1994a. “O incidente do Panther (Itajaí, SC), 1905: estudo sobre ideologias étnicas”. *Antropologia Social. Comunicações do PPGAS*, 4, PP. 15-80.

\_\_\_\_\_. 1994b. “Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26, pp. 103-122.

\_\_\_\_\_. 1996. “Pluralismo, etnia e representação política”. In: Moacir Palmeira e Marcio Goldman (orgs.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, pp. 103-125.

SILVA, José F. da. 1972. *História de Blumenau*. Florianópolis: Edeme.

WAIBEL, Leo. 1958. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.

WEBER, Max. 1991. *Economia e Sociedade*. v. I. Brasília: Ed. UnB.

# CASAMENTO INTERÉTNICO ENTRE OS POMERANOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Joana Bahia<sup>1</sup>

*Resumo:* Este trabalho tem como objetivo analisar a importância das expressões orais da cultura camponesa dos descendentes dos imigrantes pomeranos na elaboração de sua identidade étnica e social. Estes são habitantes do Município de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, Brasil. O Município escolhido possui cerca de 35.000 habitantes, dos quais 90% são constituídos por descendentes de pomeranos que lá chegaram no ano de 1847, anteriormente ao processo de Unificação da Alemanha.

Analizamos a importância da oralidade e das narrativas de casamento, suas categorias de identificação e suas relações conflituosas expressas no uso da ironia no vocabulário cotidiano afim de compreender de que modo estas demarcam e estabelecem as relações entre os pomeranos e os brasileiros e os critérios de escolha matrimonial.

*Palavras-chave:* etnicidade, casamento, pomeranos, estado do Espírito Santo.

---

*“Unsere Blut kombiniert nicht! und Wat willst denn mit de schwatte (Sward), hier herum jiut dat doch jenug Pommern!”* (O nosso sangue não combina! e O que você quer fazer com os pretos (brasileiros) [ou brunn-marrom/morenos], se aqui temos pomeranos suficientes!).

A palavra Blut (sangue) expressa qualidades morais e físicas que operam na constituição de relações sociais e norteiam os critérios de escolhas matrimoniais. Estas qualidades são transmitidas hereditariamente, estão relacionadas à história dos ascendentes das famílias de ambos os cônjuges.

Klaas Woortmann (1995, p. 92) afirma que o sangue é uma construção simbólica que aponta para a importância da genealogia na elaboração identitária do campesinato. Conforme o autor, “no Brasil, os operadores simbólicos sangue e água fazem a passagem de

---

<sup>1</sup> Professora Associada da UERJ. Pesquisadora Associada ao NIEM/IPPUR/UFRJ.

parente a estranho e são, evidentemente, produtos ideológicos. A genealogia biológica é um dado concreto ao qual é atribuído um conteúdo ideológico, tão arbitrário como qualquer outro constructo cultural” (Woortmann, 1977, p. 182).

À semelhança do estudo de Ellen Woortmann, vemos a importância da palavra Blut (sangue) para averiguarmos a tendência endogâmica dos casamentos pomeranos, pois esta remete à necessidade de conhecimento da genealogia das famílias envolvidas na aliança matrimonial (Bahia, 2011). Woortmann (1995, p. 140) ressalta em seu estudo que a endogamia é um princípio que antecede as escolhas matrimônios e explica aquelas que não serão feitas, pois afetariam a continuidade da família, do grupo doméstico e de toda a colônia.

Sangue significa não apenas uma origem em comum, marcada pela história da imigração, mas também uma moralidade camponesa, que é utilizada para se pensarem os atributos positivos que garantam a transmissão da terra e da habilidade profissional nas futuras alianças.

Neste sentido, o casamento de pomeranos com outros grupos étnicos implica numa *“mistura de sangue que não se combinam”* (casamento para baixo), de distintas origens étnicas e sociais, os quais não possuiriam os atributos necessários à continuidade do ethos camponês de origem alemã e assim comprometeria a reprodução social da Land. Quanto a este tema, algumas afirmativas foram extraídas de entrevistas com duas pomeranas moradoras de São Sebastião de Cima, quando perguntadas sobre a reação de seus pais e da possível reação delas, caso seus filhos se casassem com brasileiros (as).

Segundo seus depoimentos, os homens brasileiros só queriam namorar as alemãs *“para transar e não casar”*. E no caso das brasileiras, estas eram consideradas *“preguiçosas”* e *“não pegavam na roça como as alemãs”*.

Em resumo, o *“brasileiro não serve para serviço de colono”*, ou seja, não tem a mesma capacidade de trabalho do imigrante pomerano. Neste sentido, a categoria colono demarca uma clivagem



étnica entre os colonos pomeranos e os brasileiros, chamados em pomerano de Sward (preto, negro).

Esta clivagem desqualifica o brasileiro como um trabalhador da roça e o diferencia dos camponeses pomeranos, imigrantes de origem alemã. A identificação social e étnica se baseia nos seguintes elementos: a propriedade da terra, uma concepção particular da categoria trabalho e a condição de pertencimento a um grupo étnico.

A ênfase na origem nacional (alemã), regional (pomerana) e ao caráter pioneiro da imigração é fundamental para acionar a categoria colono em oposição a brasileiro. O uso desta categoria para diferenciá-los dos brasileiros invisibiliza a diferenciação interna entre os pomeranos, como já vimos anteriormente no uso das categorias colono forte e colono fraco. Estas diferenciações internas são acionadas no momento das escolhas matrimoniais do casamento endogâmico.

O trabalho “de sol a sol”, a dedicação de toda família ao progresso da terra e a construção de uma nova pátria (Land) é uma especificidade étnica, exclusiva dos imigrantes pomeranos.

À semelhança dos trabalhos de Seyferth (1992) e Woortmann (1995), a imagem do “bom camponês”, o apego à terra e o amor ao trabalho são qualidades diferenciadoras dos brasileiros, decorrentes da sua condição de descendentes de imigrantes alemães.

É no momento do casamento que as clivagens e os estereótipos sobre os brasileiros aparecem com mais frequência. Especialmente quando o assunto é o dote. Muitos pomeranos acreditam que “as brasileiras” não possuem dote no momento do casamento.

Neste sentido, o casamento interétnico é uma ameaça a reprodução social e étnica, devido às diferenças de costumes, estilos de vida, língua e religião.

A religião, principalmente, é um forte fator de oposição dos pais aos namoros e casamentos de seus filhos com outros grupos de imigrantes (italianos) ou com os brasileiros. Lembremos que outra designação na língua pomerana para brasileiro é *catholisch*, ou seja,

católico. Casar com alguém de fora da religião que define a sua identidade é uma ameaça à reprodução da comunidade, sendo considerado então, um casamento para baixo.

Mesmo que sejam realizados casamentos entre luteranos e católicos “*prevalece a conversão da mulher à religião do homem, pois a mulher deve educar os filhos na religião do homem*”, pois deve-se respeitar a autoridade paterna como parte fundamental da ética camponesa.

Na comunidade estudada há casamentos interétnicos, mas se constituem em um número reduzido de casos. Há vários comentários sobre a decadência moral e econômica de colonos que se casaram com brasileiras e vice-versa. Tanto a mulher quanto o homem pomeranos teriam de trabalhar o dobro para compensar a “*preguiça*” do seu cônjuge e manter o progresso da colônia.

É interessante notar que, apesar da baixa incidência de casamento interétnico na região, as escolhas tomam as seguintes direções: casamento de pomeranas com brasileiros e casamento de pomeranos (as) com italianos (as).

O mais comum entre os casamentos interétnicos é o primeiro caso. Um pomerano que se case com uma brasileira é visto como alguém que rompeu com os laços e as referências étnicas que possui com seu grupo de origem. Neste caso, a exogamia é condenada quando o indivíduo renuncia aos valores essenciais do grupo.

Como nos relatam Thomas e Znaniecki (1974, p. 116) acerca das regras de casamento entre os imigrantes poloneses na América, “o membro exógamo é julgado pela falta de sentimento e de solidariedade e por infligir uma humilhação sobre o grupo ao selecionar um estrangeiro”. O mesmo sentimento foi evocado quando os informantes foram questionados – conforme vimos no início do capítulo – sobre o namoro dos pomeranos com os brasileiros.

Mesmo que, no momento em que uma pomerana se case com um brasileiro, sejam acionados os estereótipos já descritos anteriormente, a língua é preservada através da figura feminina. A mulher é a possuidora dos saberes mais fundamentais na educação

dos pomeranos, é ela que resguarda a identidade étnica e social do grupo e é a responsável pela transmissão das línguas pomerana e alemã, esta última através da religiosidade, a guardiã dos objetos da tradição familiar e da memória dos tempos da imigração e a conhecedora dos saberes tradicionais do mundo camponês de origem alemã: culinária, benzeduras, histórias contadas às crianças, fórmulas mágicas, orações e a prática da bruxaria.

Como nos mostram Parsons (1976, p. 64-67) e Schneider (1977), o papel da mãe na comunidade de imigrantes é fundamental como elemento demarcador da identidade étnica de um grupo.

Há um outro aspecto no se que se refere aos casamentos das mulheres pomeranas com brasileiros, conforme foi apontado por uma informante: “*As mulheres podem se casar para baixo, olhando para baixo, podem misturar o seu sangue*”. Estas misturam o sangue, o que significa ultrapassar um limite étnico, mas não seu “*espírito*” (gaist\geist), ou seja, aquilo que contribui para a preservação da identificação étnica.

Apesar de não ser considerado o casamento preferencial entre as famílias pomeranas e ter uma forte oposição baseada nos estereótipos acionados acerca dos brasileiros, as mulheres, não sendo herdeiras, podem se casar para baixo. Conforme já vimos, as mulheres e os homens não-herdeiros são os candidatos naturais à dissimetria que o arbítrio cultural estabelece em favor do herdeiro.

Neste sentido, as mulheres, tal qual os cadets analisados por Bourdieu (1980, p. 266), são uma espécie de vítima estrutural, isto é, socialmente designada, mas não resignada, a um sistema que cerca com todo o tipo de proteções a Land<sup>2</sup>, entidade coletiva definida por sua unidade econômica.

---

<sup>2</sup> Na língua pomerana, a palavra que designa a unidade familiar como unidade de produção e consumo, juntamente com a propriedade, os animais, objetos e valores que constituem seu modo de vida, é *Land*. Sua significação seria equivalente na literatura sobre campesinato ao termo inglês *household*. Na língua portuguesa temos o uso que fazem da palavra “colônia”, que teria o mesmo significado de *Land*. A palavra “colônia”, pode ser usada para se referir à própria terra e seu

Quanto ao casamento de pomeranos com os descendentes de imigrantes italianos, são mais frequentes do que com os brasileiros. Na lógica pomerana, é melhor se casar com um descendente de imigrante italiano do que com os brasileiros. Mesmo que os italianos sejam classificados como “*ganaciosos, pão-duros e espalhafatosos*”, partilham dos valores que fazem um bom colono e constituem parte do processo civilizador do País através da sua história de imigração<sup>3</sup>. São tão empreendedores, trabalhadores quanto os colonos alemães.

---

conjunto, ou à colônia de algum parente ou ainda à região de imigração pomerana no Estado do Espírito Santo. O termo colônia é usado pelos pomeranos para designar a área rural em oposição à cidade. Este termo também designa as terras, benfeitorias, residências, animais domésticos, plantações, etc. que juntamente com o grupo doméstico constitui uma unidade básica de produção e consumo. Neste sentido, a concepção de família camponesa está estreitamente vinculada à idéia de colônia. A colônia é tanto a terra quanto o produto do trabalho e do esforço familiar. Deste modo, a palavra traduz a idéia de manutenção de um tipo de exploração familiar, um tipo de exploração tradicional camponesa, na qual o trabalho é realizado pelos membros da família. A palavra colono é usada como afirmação da identidade étnica e social, ou seja, imigrante camponês de origem pomerana.

<sup>3</sup> A “*frieza*” na expressão dos sentimentos, o espírito “*beberrão*”, “*gastador*”, “*mulherengo*”, “*bicho de cabeça-dura*”, “*bicho do mato*” e “*pessoas difíceis*” são alguns dos estereótipos acionados pelos descendentes de italianos sobre os pomeranos, além de falarem uma “*língua que ninguém entende*”, que “*nem de perto se aproxima da língua portuguesa*”. Vejamos alguns dos estereótipos coletados por Lôfego (1991, p. 54) na ocasião em que pesquisou sobre o celibato entre os italianos de Venda Nova do Imigrante e os pomeranos de Santa Maria de Jetibá, ambos no Estado do Espírito Santo:

*“Quando o pomerano é safado, não tem bicho pior, quando ele é sério, não tem sinceridade maior!*

*O pomerano é cabeça dura, quem cagar fora do penico é rua!*

*Muitos pomeranos nunca viram a cidade. Tem gente aqui que não acredita que o sul do país é baixo. O mar... eles acham que não existe lugar assim que só tem água.*

*O italiano é um bicho de bucho grande, não tem nada que encha o bucho dele. Sabe por que ? Ele nunca está satisfeito!*

*Geralmente para o italiano é assim: a filha é para trabalhar; ela casou, ela é quase desmembrada. Ela costuma ganhar uma máquina de costura, talvez de segunda mão. Filha de italiano é só pra panela”.*

Comparando os pomeranos com a lógica dos badenses do Vale do Itajaí estudada por Seyferth (1985, p. 91), percebemos que os mesmos estereótipos são acionados por ambos os grupos e se distinguem daqueles atribuídos aos brasileiros. Os estereótipos sobre os italianos são usados para demarcar as diferenças étnicas, além do elemento mais óbvio de identificação que é a língua. Vejamos, então, as qualidades exigidas nos casamentos preferenciais: os casamentos endogâmicos.

Ao observar os sobrenomes dos cônjuges nos registros de casamento, de transferência dos membros e nas atas das reuniões da diretoria local das Igrejas Luterana e Missouri, nas informações obtidas nas entrevistas junto às diferentes instituições, incluindo Sindicato de Trabalhadores Rurais e outras denominações religiosas, e nos relatórios do Incra sobre a região, dois fatos chamam logo a atenção: o alto índice de endogamia e a transferência das mulheres de outras denominações para a mesma igreja do marido.

Verificamos que se a mulher é guardiã dos saberes tradicionais do grupo, sendo a religião parte importante da constituição da identidade étnica, antes de se casar ela deve se converter à religião e à Igreja do marido, da qual ele é membro. Como vimos, sendo a patrilocalidade<sup>4</sup> a regra de residência e a

---

Um fator que assemelha os pomeranos e os italianos é a herança indivisa, havendo no entanto regras diferenciadas de residência (co-habitação da família extensa). Entre os italianos, a herança da terra vai para o filho mais velho. Outro fator interessante são as práticas mágicas e o universo simbólico, muito próximos àqueles dos pomeranos, especialmente no que se refere ao rito de casamento. Tais práticas são descritas por Lôfego, embora a autora não trate desses aspectos na sua análise sobre celibato.

<sup>4</sup> No caso das regras de residência, temos entre os pomeranos a patrilocalidade para os herdeiros e a neolocalidade para os demais filhos. Os herdeiros permanecem na propriedade, sendo que apenas um deles, quase sempre do sexo masculino, herda a parte da propriedade agrícola onde se situa a residência da família e seus anexos (estábulo, ranchos para armazenagem, pomar, etc.), ou seja, o herdeiro é, por excelência, o guardião do núcleo indivisível. Tradicionalmente este herdeiro é o filho mais novo, e mesmo nos casos de partilha da terra, é ele que recebe a porção maior.

autoridade paterna o eixo da casa e do modo de vida camponês, a mulher deve se converter, assim que o casamento é providenciado.

Quanto à endogamia, temos o provérbio pomerano que nos diz: Quando um pomerano vai se casar, ele não olha nem para cima, nem para baixo, só para os lados. Este provérbio não implica apenas na endogamia, mas no casamento com iguais, ou seja, com pomeranos que possuam a mesma condição social e econômica. Há vários elementos que influenciam na escolha dos parceiros, mas é neste momento que a diferenciação interna ganha maior destaque, pois há uma preocupação com a união estável, ou seja, a homogamia.

Para o grupo estudado não basta se casar com um parente, é necessário antes que este seja da mesma posição social. Este não é o único fator; como veremos mais adiante, há vários a serem discutidos. O primeiro deles é o próprio critério de escolha do (a) parceiro (a) pela comunidade aldeã.

O comportamento e as qualidades de rapazes e moças são alvo de comentários na comunidade. Quando uma moça se interessa por um determinado rapaz, a comunidade (pais, vizinhos e amigos) comenta sobre as qualidades dele e as possibilidades de este ser ou não um tipo ideal com quem ela possa se casar. Quando o rapaz é desconhecido, a família busca maiores informações com os vizinhos e aciona a rede de parentesco existente em outros lugares a fim de se obterem informações sobre seu caráter e comportamento.

Não apenas as referências sobre o (a) futuro (a) parceiro (a) são observadas, mas também a natureza do grupo familiar do qual o consorte faz parte, pois se pressupõe que o futuro parceiro tenha o caráter parecido com de seus parentes.

A inserção do grupo familiar do parceiro no interior da comunidade é a base para a seleção. Ela está condicionada por vários fatores, tais como: saúde e organização para o trabalho, moralidade, inteligência, faixa etária, instrução, religiosidade, recursos econômicos (possui ou não terras) e o relacionamento e solidariedade deste e de sua família na história da comunidade. Força física para o trabalho, capacidade de organização da unidade

de produção, obediência à hierarquia e à autoridade paterna e religiosa, solidariedade com parentes e vizinho, ausência de vícios (alcoolismo, brigas e mulheres) compõem os valores essenciais à ética camponesa.

A vida e o corpo moldados para o trabalho são o melhor dos atributos para o futuro consorte. Como assinala Segalen (1980, p. 23) acerca dos camponeses franceses, *“o sentido de beleza é guiado pelas considerações, em que o vigor físico e a saúde são os primeiros trunfos de uma sociedade baseada no trabalho manual que exige força e qualidade”*. A beleza feminina – vista do ponto de vista estético – não constitui cotação no mercado matrimonial. A beleza, inteligência e elegância não são considerados aspectos positivos no mercado matrimonial.

A força e o trabalho são qualidades mais importantes no julgamento dos pomeranos, características que se assemelham àquelas apontadas por Segalen (1980, p. 23) nos provérbios franceses: *“Conhecemos a mulher pelo pé [uso da força física] e pela cabeça [uso do saber técnico]”* ou ainda *“Quando uma moça sabe amassar e enfiar, ela é boa para se casar”* (Ibid. ).

Além dos atributos necessários para o trabalho na colônia, a idade também tem peso no caso das mulheres, como tratam os seguintes provérbios na língua pomerana: *“Du kannst den Kessel richtig op de fö setzen – dann kannst du auch frichten”* (se você sabe colocar a panela no fogo, assim você pode casar!). Temos ainda: *“Alte Töpfe kochen auch Essen gaut, werden aber nicht so heiß wie neue”* (panelas velhas fazem comida boa, mas não são tão quentes quanto as novas). Este último provérbio tem forte conotação sexual e não apenas se refere a qualidade de boa dona de casa, mas à disposição física (condicionada a determinada faixa etária) para a reprodução biológica e simbólica do grupo familiar. Não é à toa que logo após a confirmação (14/15 anos) os jovens estão autorizados pelos pais e aptos para o casamento, pois, além de estarem no auge do vigor físico, já aprenderam tudo sobre o trabalho e a vida na colônia.

No caso dos homens, o vigor físico, o saber técnico e ter boas qualidades morais, tais como não ser brigão, nem bebedor (bebedor

de “*schnapps*”) e ter uma religião, de preferência ser luterano, constituem as melhores qualidades que uma moça pode encontrar num pretendente.

De todos os atributos, o mais importante trata da disposição econômica do pretendente<sup>5</sup>. Aquele que possui terra é bastante visado diante do fato de as mulheres não serem as herdeiras naturais. O casamento de quem “*olha para os lados*”, como dizem os pomeranos, é o preferencial, pois dá condições á reprodução do modo de vida camponês sem impor ameaças e conflitos na ordem familiar.

O casamento homogâmico e estável representa a aliança entre duas famílias e a indissolubilidade e estabilidade da própria comunidade, da qual fazem parte ambos os grupos familiares. Não basta ser do mesmo grupo étnico, as condições econômicas também determinarão se ambos os cônjuges possuem a mesma posição social.

Para um pomerano, se casar com aquele que está acima dele, “*o olhar para cima*”, significa estar submetido ao controle familiar e econômico da rede de parentesco de seu consorte. Casar-se com quem está abaixo dele, “*o olhar para baixo*”, significa ter dificuldades para a manutenção das condições socioeconômicas que possui. O casamento com alguém de outro grupo étnico é considerado um “*casamento para baixo*”, pois ultrapassa os limites étnicos e religiosos que definem a reprodução dos pomeranos.

Diante do fato de que ambas as famílias são obrigadas a contribuir para a existência econômica do novo casal, o objetivo do dote é possibilitar que o casal mantenha o mesmo padrão social que

---

<sup>5</sup> Temos a canção *Määka, wen duu fricha wist*, que evidencia a importância de o futuro pretendente pertencer a uma religião (ser cristão) e possuir terras, recursos necessários para construir uma nova *Land*. A canção diz o seguinte: *Määka, wen duu frijcha wist, den frijch duu mit mij, ik bin dai gaura Kristioon, un hew ain gaur ku 'ni* (Garota, se você quiser se casar, então se case comigo; eu sou bom cristão, e tenho uma bela propriedade).



o de suas famílias, ou pelo menos que inicie a sua vida a dois com condições próximas às de seus parentes.

A transação matrimonial deve ser compreendida como o momento no interior de uma série de trocas materiais e simbólicas. O capital econômico e simbólico que uma família pode investir no casamento de um de seus filhos depende em boa parte do nível que esta troca ocupa no conjunto dos casamentos dos filhos, da família e no balanço final destas trocas.

A educação familiar tende a garantir uma correlação mais estreita entre os critérios fundamentais do ponto de vista do sistema e das características primordiais aos olhos dos pomeranos. A educação familiar e religiosa impõe os esquemas de percepção e de apreciação, os gostos que se aplicam às escolhas matrimoniais do grupo (Bourdieu, 1980).

Segundo Segalen (1980) e Bourdieu (1980), os comportamentos amorosos e seus discursos existem em relação aos critérios estéticos em curso na sociedade camponesa. Os sentimentos amorosos são expressos por toda a sorte de gestos e objetos do cotidiano camponês ofertados pelo namorado à sua consorte, os quais exprimem a ideia de que o dom, acompanhado de uma palavra ou de um gesto tem a força de um compromisso. A linguagem dos objetos substitui a palavra, pode parecer codificada e até formal, mas não exclui a sinceridade do sentimento.

Mesmo diante de critérios econômicos, estéticos, étnicos, religiosos e outros já esboçados, há exceções. Após as separações de uniões endogâmicas, temos, no segundo casamento, casos mais frequentes de uniões interétnicas. Nestes casamentos, o que prevalece como critério é o fator econômico e um certo estilo de vida, um modo de “*ser camponês*”, “*o querer viver na roça*” e “*um jeito mais carinhoso*” na expressão dos sentimentos.

É observada a qualidade do novo parceiro, quando este é brasileiro, de assegurar a reprodução do modo de vida camponês diante das ameaças do casamento anterior à manutenção da Land especialmente nos casos de alcoolismo –, o que pode ser um fator

que assegure uma melhor aceitação por parte dos pomeranos e que não significa, entretanto, que o “*outro*” se torne um deles.

Neste sentido, os estereótipos anteriormente citados são acionados para se referir ao parceiro anterior, no caso um pomerano. Os adjetivos de “*brigão*”, “*cachaceiro*” e outros já mencionados são listados pelas pomeranas ao se referirem aos pomeranos. No caso inverso, a “*frieza*”, “*os gestos brutos*” e o “*gênio fechado, incomunicável*” são características atribuídas às mulheres. Estes estereótipos são reavivados durante as entrevistas para se oporem ao novo casamento, no caso, com brasileiros.

Nestes casamentos, a autoridade paterna e o controle social exercido pela família e pela vizinhança já não se fazem tão presentes. A idéia de “*casamento por amor*” é a mais falada para demarcar a ausência da família na decisão, caracterizando, então, uma atitude mais individualizada.

Nestes casos, citados anteriormente, ao lado das razões econômicas e de valores sociais temos a mais nova e importante motivação para o segundo casamento, após um casamento “*fracassado*”: o “*amor*”.

Cabe ressaltar que na língua pomerana não existe a palavra amor. Quando se faz uma referência a esta idéia os termos são emprestados da língua portuguesa e da língua alemã. No caso do empréstimo da palavra *liebe* da língua alemã, trata-se de uma referência à idéia religiosa de amor a Deus, ou seja, *Gottliebe*. Há pouco uso dos empréstimos às outras línguas para se expressar o amor a uma pessoa. Quando falam do sentimento por outra pessoa, a expressão usada pelos pomeranos é: “*Fulano é um homem bom*”.

O “*rapto da noiva*” é algo freqüente na região e nos casos de casamentos endogâmicos. Os raptos ocorrem quando a escolha do parceiro não condiz com a preferência e as expectativas da família, especialmente com aquelas previstas pelo pai. A ausência de dote, ou das qualidades morais necessárias a reprodução social são os motivos apresentados nos poucos casos observados em campo. Em geral, as fugas seguem a rota entre as colônias pomeranas situadas no estado do Espírito Santo e em Rondônia. Os parentes do

rapaz, habitantes de colônia distinta, participam juntamente com os amigos, vizinhos e mulheres da família da moça.

Num primeiro momento, os dados apontam para a diferenciação interna (econômica e social) deste campesinato como fator de maior peso na oposição da família à escolha de determinado parceiro para a filha. Woortmann e Woortmann (1993, p. 99), ao estudarem os casos de rapto entre os sitiantes de Sergipe, mostram que “a maior frequência de fugas parece se relacionar a um processo gradual de empobrecimento dos sitiantes, ainda que permaneça a distinção entre fortes e fracos. O empobrecimento é decorrência de um processo histórico secular de enfrentamento com a grande propriedade pecuarista”.

Não pude observar casos de fuga de casais interétnicos. Nessas uniões, a desaprovação é tão evidente que não ocorrem fugas para se casar, os noivos são ressarchados pelas respectivas famílias, sendo excluídos da divisão da herança ou de recebimento do dote. A aprovação destes casamentos só ocorre nos casos dos recasamentos, especialmente entre casais separados. Entretanto, sua aprovação está condicionada a preservação das qualidades morais observados no novo parceiro(a), importantes para a reprodução social deste campesinato.

Vale ressaltar que a partir da análise dos registros de casamento nas igrejas locais, vemos que a escolha mais individualizada é mais freqüente entre aqueles moradores da sede do Município, mas que nem por isso se trata do maior índice de casamentos. A taxa de casamento endogâmica é mais alta do que a dos exogâmicos. Os casamentos exogâmicos estão em maior evidência na sede e não no interior do Município, especialmente pela crescente urbanização da cidade de Santa Maria de Jetibá e a conseqüente diversificação e aumento populacional.

Outros aspectos observados durante as entrevistas aos casais endogâmicos, casados há muitos anos, foram os seguintes: os atributos negativos do parceiro tais como a frieza, incomunicabilidade, o alcoolismo; a excessiva autoridade paterna no controle da escolha matrimonial e da vida conjugal; e recordações de momentos

felizes ao lado da pessoa com a qual gostariam que tivessem se casado.

O adultério, apesar de socialmente condenado pelos pomeranos, é consentido dentro de alguns limites. Ele é permitido se fora do alcance da comunidade, no período em que os homens estão ausentes por causa das transações econômicas. A mulher é mais vigiada por todos, filhos, parentes e vizinhos, mas o homem não. Mesmo em menor proporção, isso não significa que não haja casos de adultério entre as pomeranas.

Todos sabem o que os homens fazem quando vão à Ceasa em Vitória, mas nenhuma das mulheres fala no assunto. Muitos justificam que não trazem dinheiro para casa porque as *“vendas não foram boas”* ou *“porque foram enganados”* e que *“estão dormindo depois de chegarem em casa pelo cansaço da viagem”*, mas não falam do alcoolismo. As mulheres jamais falam do adultério, mas falam muito do alcoolismo, especialmente quando o assunto são as escolhas matrimoniais ou quando a produção econômica da Land está comprometida.

Vimos, então, como vários critérios são acionados nas escolhas matrimoniais. Estes separam os casamentos desejáveis daqueles que não são bem vistos pela comunidade. Dentre os vários casamentos indesejáveis anteriormente descritos, o mais indesejável seria o casamento de viúvos. O provérbio que melhor expressa o sentimento da comunidade acerca deste tipo de união é o seguinte: *“Dem andra dout is dem aina si brout”* (A morte de um é o pão do outro, a herança do outro). Neste sentido, as chamadas “relações desviantes” entre homens e mulheres são submetidas ao controle público. A vizinhança tem um papel capital na repressão. Uma informante, ao falar do significado da expressão, fornece um exemplo que melhor ilustra o sentido que ela possui para os pomeranos. O exemplo é o seguinte: *“Quando um casal é bem casado, possui uma boa casa, colheita e família. De repente morre o marido. A viúva ainda é jovem e bonita. Aí vem alguém e se casa com ela e herda tudo aquilo que o falecido havia conseguido poupar em vida”*, ou seja, *“o bocado não é para quem faz, mas para quem o come”*.

Os conselhos da benzedeira mais famosa da região de Santa Maria de Jetibá para os casos de alcoolismo e depressão se baseiam no mesmo provérbio. Durante uma conversa, ela nos repete o conselho que deu para o próprio filho nas seguintes palavras: “*Você tem uma casa boa, filhos e uma mulher boa. Você quer deixar tudo o que construiu para outro levar?*”. No final destas palavras, ela repete o provérbio.

Durante uma entrevista feita a uma informante, casada com um viúvo, ela afirmou que seu marido teve que dividir as terras com os filhos do primeiro casamento. Atualmente eles tiram “*o que comer*” do que é plantado nas terras de um de seus enteados que mora próximo a Santa Maria. Eles vivem “*literalmente*” dos frutos da plantação e do dinheiro da aposentadoria de ambos. Ela não ganhou nada quando se casou e também não pode deixar nada para os filhos resultantes deste casamento.

O casamento de viúvos implica em problemas na divisão da herança entre os filhos do primeiro e do segundo casamento dos parceiros, a redução de possíveis parceiros para casamento dos mais jovens, casamentos entre faixas etárias desiguais, casamento economicamente desigual (ou para baixo ou para cima) e uma forte censura e controle da comunidade através da fofoca e de lembranças revividas da imagem do morto.

Além do casamento de viúvo temos os celibatários que aparentemente invisibilizados pela família, são importantes na reprodução campesina, pois quando não são os herdeiros, auxiliam a criação dos filhos e demais membros da família, auxiliam na produção econômica e em geral são aqueles que não usufruem da partilha da herança (ver nota 2).

Além das regras de residência, herança e os critérios matrimoniais há também os rituais de casamento e os seus desdobramentos como elementos fundamentais para a compreensão de suas dificuldades, impasses e conflitos que fazem parte do cotidiano dos processos de reprodução da condição campesina e étnica dos pomeranos. Segundo Fortes (1969, p. 1), o crescimento e desenvolvimento físico do indivíduo está inserido no sistema social através da educação na cultura de sua sociedade, e na sucessão de

gerações, através da incorporação na estrutura social. Os eventos, o corpo de conhecimento, os valores, as crenças, leis e moral incorporadas nos costumes, instituições sociais e rituais que envolvem a continuidade e manutenção dessa dinâmica são entendidos como parte formadora do processo de reprodução social.

O processo de reprodução social inclui todos estes mecanismos institucionais, normas e atividades cotidianas que servem para manter e transmitir o capital humano e social das gerações formadoras do grupo doméstico.

Neste sentido, estudar o casamento como rito de passagem nos permite compreender os momentos críticos no ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, pois determinam a sua tarefa de reprodução e renovação.

## Referências

BAHIA, Joana. *O tiro da bruxa*. Identidade, magia e religião na imigração alemã. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Le Sens Pratique*. Paris: Minuit, 1980.

FORTES, Meyer. Introduction: In GOODY, Jack. *The developmental cycle in domestic groups*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

PARSONS, D. R. Some theoretical considerations on the nature and trends of change of ethnicity. In: GLASER, N.; MOYNIHAN, D. P. (eds.). *Ethnicity: theory and experience*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1976.

SCHNEIDER, David. M. *American Kinship: a cultural account*. Nova Jersey: Prentice-Hall Inc., 1968.

SEGALEN, Martine. *Mari et femme dans la société paysanne*. Paris: Flammarion, 1980.

SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1985.

THOMAS, W.; ZNANIECKI, F. *The polish peasant in Europe and America*. Nova York: Octage Books, 1974.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*. Colonos do sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora UnB, 1995.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. Fuga a três vozes. In: *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

\_\_\_\_\_. *O trabalho da terra. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora UnB, 1997.

## **“NÓS” E “ELES”: IMIGRANTES ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS NA COLÔNIA NEU-WÜRTTEMBERG (1898-1932)**

Rosane Marcia Neumann<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente ensaio tem por objetivo perceber como os imigrantes alemães ou *Deutschländer* e os descendentes de alemães, autodenominados de *colonos* ou *teuto-brasileiros*, acionavam nas relações cotidianas o elemento *lugardeorigem* para se auto afirmar e diferenciar entre si, criando tensões e rupturas dentro do mesmo grupo étnico. Delimita-se como *lôcus* de estudo a colônia particular e étnica alemã de Neu-Württemberg, na sua fase de instalação – 1898 a 1932 –, situada no município de Cruz Alta, região noroeste do Rio Grande do Sul. A pesquisa está pautada em fontes primárias como cartas, relatórios, artigos e demais documentos avulsos que integram o acervo da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, sob a custódia do Museu e Arquivo Histórico de Panambi.

*Palavras-chave:* Imigração alemã, Colonização, Relações étnicas, Colônia Neu-Württemberg.

---

A formação de identidade envolve a construção e afirmação de um *nós* diante de um *outro*, ou seja, a alteridade se dá em relação a um *outro*. Desse modo, “não apenas crio contraste em relação a um outro; crio um outro contrastivo. Crio contraste numa relação em que me vejo sendo visto por um outro que está se vendo sendo visto por mim” (DAWSEY, 2005, p. 233-234). Quando um indivíduo ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a um indivíduo ou grupo com que se defrontam.

Para os imigrantes alemães no Brasil, o brasileiro representava o *outro*, frente ao qual construíram a sua identidade enquanto grupo étnico. Todavia, internamente, prevaleceram diferenciações entre os próprios grupos de imigrantes, oriundos de regiões distintas da Alemanha e em fluxo contínuo por mais de um

---

<sup>1</sup> Doutora em História – Programa de Pós-Graduação em História – UPF.



século, carregando cada qual as marcas de sua origem. “O que se tinha, então, era uma espécie de colcha de retalhos em que uma diversidade enorme de trajetórias se entrecruzavam, movidas pelo estímulo da emigração, da busca de terra própria ou de liberdade em face dos constrangimentos políticos, sociais ou religiosos do ‘velho mundo’” (WOORTMANN, 2000, p. 210). Em meio à pluralidade, construíram como identidade comum o “*seralemão*”. Bairon Sant’ana (1993/1994, p. 21-22) afirma que a sustentação desse imaginário estava na “presença de uma ausência”, ou seja, “a presença da pátria-mãe no imaginário teuto-brasileiro na forma de pequenas narrativas metafóricas já que no campo simbólico ela está ausente”. Aqui, a rememoração tornar-se-ia o sustentáculo da memória coletiva, cuja referência a qualquer objeto alemão remetia à pátria de origem. Em outros termos, nunca se fora tão apegado às tradições culturais do que na diáspora – nunca se havia sido tão alemão quanto no Brasil. Todavia, em terras brasileiras, esses grupos étnicos representavam formas de organização novas e adaptadas ao “aqui e agora”, compartilhando de uma identidade bem como de interesses econômicos e políticos (CUNHA, 1987).

Para Barth (1998, p. 195, 214), a pertença étnica é, ao mesmo tempo, uma questão de origem bem como de identidade corrente. Acresce que o grupo étnico seleciona, dentro das suas características, as que são relevantes para a sua identificação e diferenciação em relação ao *outro*. “Se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão”.

Embora os imigrantes alemães fossem todos originários do território da Alemanha, a diferenciação entre uma leva e a seguinte sobressaía, provocando conflitos e um distanciamento cultural a ser transposto. Assim, aqueles que já residiam no país há várias gerações, que se identificavam como *colonos* ou *teuto-brasileiros*, eram vistos como *aculturados* e *atrasados* por aqueles que recém haviam chegado da Alemanha. A própria construção de uma identidade teuto-brasileira é complexa, pois, segundo Arthur B. Rambo (1999, p. 185), esse indivíduo considerava-se como “teuto,

porque vivia de acordo com os costumes, os hábitos, os valores e falava a língua de seus antepassados. Brasileiro, porque nascera em território brasileiro, como brasileiro fora registrado e como brasileiro se assumiu e agiu”. Para Bairon Sant’ana (1993/1994, p. 29) “é possível compreender que a consciência tomada pelo teuto-brasileiro de si, tornou-se ser cultural uma grande denegação. Ao identificar-se como teuto, denega o brasileiro e, ao dizer-se ‘brasileiro’ denega o teuto. Sua ‘dupla identidade’ aprofunda-se numa enorme crise com seu universo simbólico”.

A partir das relações, muitas vezes conflituosas e ásperas entre os alemães natos e os descendentes, formavam-se alguns estereótipos, difundidos tanto no imaginário popular quanto na imprensa.

Comparado ao alemão, o teuto-brasileiro é um trabalhador capaz e cioso de seu valor, com um intelecto pouco ágil e com visão limitada, dotado de pouco altruísmo, “cabeça-dura” e muito conservador, a quem frequentemente a forma interessa mais que o conteúdo, de maneira que quase se poderia dizer que ele cuida da escola mais por um instinto atávico do que movido por uma necessidade interna. Uma grande qualidade é a sua forte inclinação familiar associada com uma bem desenvolvida consciência racial. [O alemão] é intelectualmente mais vivaz e polivalente e mais aberto a novas ideias, de onde deriva que não raras vezes ele se ache ainda mais inteligente do que na realidade é e fique presunçoso. O ponto de vista do outro lhe parece sempre ultrapassado e ele – uma pessoa moderna e sem valores religiosos – o trata com superior condescendência. O amor à terra ainda lhe é estranho, os laços familiares não necessariamente sagrados.” (*Kaiserlich Deutsches Konsulat* apud. MEYER, 2001, [on-line]).

As relações intrincadas entre imigrantes alemães e teuto-brasileiros figuravam na pauta de discussões da administração da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* (1897-1932), um empreendimento particular, de propriedade do alemão Dr. Herrmann Meyer, com sede em Leipzig/Alemanha, a qual instalou seu complexo colonial no Noroeste do Rio Grande do Sul, em 1897, atuando na região até 1932. O seu projeto de colonização tinha por objetivo inicial a formação de uma colônia étnica essencialmente com imigrantes alemães, o que se mostrou inviável na prática,

quando então apelou a remigração interna dos colonos da antiga zona de colonização do Rio Grande do Sul.

Em Neu-Württemberg (hoje Panambi e Condor), colônia modelo da *Colonizadora Meyer*, situada no município de Cruz Alta, fundada em 1898, as relações entre o grupo étnico alemão e os luso-brasileiros, domiciliados nas cercanias da colônia, não apresentava maiores problemas para a empresa, limitando-se à prestação de serviços por parte dos segundos, e troca de saberes. Por exemplo, aconselhava-se o imigrante a contratar os serviços de um *caboclo* para a derrubada das matas e a construção da casa, tendo em vista que conheciam as madeiras e as técnicas pertinentes, “porque o novo imigrante entende pouco ainda desse trabalho e pode estragar muito” (MEYER, 1906, p. 4).

Projetos de colonização étnica, como o de Meyer, em pleno início do governorepublicano, foram bem recebidos pela ala germanista no estado, enquanto criticavam a formação de colônias mistas, pela sua despreocupação com questões étnicas e confessionais, o que comprometia o seu desenvolvimento como um todo. Dentre os maiores críticos, estavam os jesuítas católicos, envolvidos diretamente na assistência religiosa da zona colonial alemã e italiana e ligados ao *Bauernverein*<sup>2</sup>, defenderam abertamente

---

<sup>2</sup> O *Bauernverein* – Associação dos Agricultores – foi fundado no II *Katholikentag* (2º Congresso Católico) realizado em Feliz (RS), em 1900, e seus objetivos direcionavam-se principalmente aos problemas econômicos e técnicos dos agricultores. Uma das principais ideias defendidas pela associação era o cooperativismo. Seu idealizador foi o padre jesuíta Theodor Amstad. Pelos seus estatutos, essa associação foi pensada como uma organização interétnica e interconfessional. As pretensões, portanto, não se limitavam à solução dos problemas dos teuto-brasileiros católicos apenas. Tratava-se de um projeto de promoção humana que não deveria excluir nenhuma das vertentes étnicas ou religiosas presentes no estado. O *Bauernverein* fundou a colônia Serro Azul (Cerro Largo), em 1902. Já em 1912, na assembleia dos católicos em Venâncio Aires, houve uma divisão, e foi fundada a *Volksverein für die Deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul* (Sociedade União Popular para os Católicos Alemães do Rio Grande do Sul), também idealizada pelo padre Theodor Amstad SJ., logo, de caráter confessional, enquanto os protestantes continuaram com o *Bauernverein*,

a colonização confessional e étnica, tendo como seus expoentes os padres jesuítas Theodor Amstad, João Evangelista Rick, Max vonLassberg – nessa perspectiva, fundaram as colônias Serro Azul (Cerro Largo) e Porto Novo (Itapiranga). De acordo com Amstad,

a mistura étnica e confessional se constitui num dos grandes males das atuais colonizações do governo [republicano]. Em não poucos casos, põe-se em prática uma ação planejada nesse sentido, visando, como se diz, a estimular a formação de “um tipo brasileiro uniforme”. Como consequência desse sistema, os elementos melhores e mais bem dotados abandonam as “colônias misturadas” e vão fixar-se em colônias de associações nas quais se pratica a colonização étnica e confessionalmente identificada (*Cem anos de germanidade...*, 1999, p. 51).

Aliás, na avaliação do padre jesuíta Balduino Rambo,

não demorou para ficar claro que era preciso separar não só por confissões como também por nacionalidades. As colônias mistas de alemães, italianos e poloneses não logravam organizar uma vida comunitária como era de desejar. Em muitos casos o segmento mais fraco migrava para outro lugar, fato que criava também sérios obstáculos para o desenvolvimento econômico (RAMBO in: RAMBO e RABUSKE, 2004, p. 58).

Inspecionar e observar comparativamente a formação e o desenvolvimento de uma colônia étnica e uma colônia mista na região do Planalto rio-grandense, respectivamente, Neu-Württemberg e Ijuí, foi o objetivo do representante do consulado da Alemanha em Porto Alegre, de sobrenome Reinhardt, produzindo como documento conclusivo um Relatório, datado de 20 de julho de 1921<sup>3</sup>. Como aspectos relevantes destacou como primeiro ponto: Ijuí, como colônia pública, recebeu ajuda oficial, todos os lotes

---

sob a designação *deLiga Colonial* (cf. RAMBO, 1992; SCHALLENBERGER, 2001).

<sup>3</sup> No documento não consta o prenome de Reinhardt, nem fica explícita a sua função no consulado (Relatório de Reinhardt. *DeutscherKonsulat* in Porto Alegre ao *Deutsche Gesandtschaft*, no Rio de Janeiro e ao *AuswärtigeAmt*, Berlin. Porto Alegre, 20/7/1921. R- 79001 a 05. Das Politische Archivdes Auswärtigen Amts. Berlin, Alemanha).

foram ocupados sistematicamente, e logo um ramal da linha férrea foi prolongado até lá, bem como serviu estrategicamente como um ponto adiantado para impedir o avanço argentino. Do outro lado, Neu-Württemberg só teve apoio passivo do governo, sendo todo o trabalho realizado pelo diretor da colônia e algumas parcerias com o Intendente de Cruz Alta; e a linha férrea passava a uma longa distância da sede da colônia. Segundo ponto: as duas progrediram, mas Neu-Württemberg permaneceu alemã na sua configuração externa bem como o caráter de seus habitantes; já Ijuí, primeiro sob a administração do Dr. Augusto Pestana, seguido por Antônio Soares de Barros, havia se transformado em um “centro colonial internacional”, onde o elemento nacional (*Lusobrazilianertum*) estava colocado ao lado dos imigrantes (alemães, poloneses, italianos, russos e suecos) para acelerar a sua assimilação. Assim sendo,

Neu-Württemberg é um *piece de résistance* do *Deutschtum* nesse Estado; ali o espírito alemão se manifesta muito vigoroso, e tem tamanha força, que podemos falar de uma regermanização da população de origem alemã, que fala um alemão legítimo, sem preencher por termos abasileirados. Essa regermanização mostra-se claramente junto àqueles que remigraram das colônias velhas de Santa Cruz, Teutônia, São Leopoldo, etc., onde em grande medida haviam se tornado brasileiros e se juntaram à colônia, onde, sob a influência dos *Neu-Württemberger*, novamente se emanciparam. No seu atual estado, a colônia é a obra singular **de um homem**, o diretor Hermann Faulhaber e de sua esposa. Primeiro, ele foi pastor, mas conscientemente abandonou seu ofício religioso; esse distinto suabo, desde o princípio, assumiu seu trabalho aqui não como comerciante, mas como colonizador em sentido cultural, com sua grande integridade, habilidade e praticidade, ele foi um dos primeiros – sim, eu não hesito em dizer – o primeiro e distinguido propagandista do *Deutschtum* neste Estado e talvez em todo sul do Brasil; mesmo sendo muito culto, permaneceu um homem simples, atuando como fator de cultura sob a extensa área colonial de Neu-Württemberg, bem como além de seus limites. O melhor e o mais simpático nele é que ele mesmo nem sabe disso. Como mostra a experiência, aqueles que se fixam nos centros urbanos aceitam mais rapidamente o caráter luso-brasileiro. Contudo, Faulhaber esforça-se

para preservar a cultura alemã na sua aldeia. Até agora, ele foi bem sucedido.<sup>4</sup>

Concluiu seu relatório apontando a *Serra* como “o lugar onde o *Deutschtum* se mantinha e avançava, mais do que em outros lugares. Um lugar alemão”<sup>5</sup>.

Finalmente, na apreciação de Herrmann Meyer,

se, daqui a alguns anos, pudermos abandonar Neu-Württemberg à sua própria sorte, sentiremos a imensa satisfação de termos realizado, lá, um bom trabalho cultural e de havermos criado uma colônia modelar no país. E, por ser colônia pequena, maior será seu valor intrínseco (MEYER citado por FAUSEL, 1949, p. 30).<sup>6</sup>

Neu-Württemberg era considerada uma colônia alemã autêntica – pelo menos em sua fase inicial. Atendendo aos propósitos de Meyer, a colônia deveria permanecer alemã e, por extensão, os imigrantes precisavam acatar a essas prerrogativas<sup>7</sup>. Em 1903, diante da insistência de Horst Hoffmann de atrair poloneses para a colônia, Meyer assegurou mais uma vez que “meu propósito não é colocar outras nacionalidades em Neu-Württemberg, só alemães. Além disso, conheço os poloneses como maus colonos – ou

---

<sup>4</sup> Relatório de Reinhardt, fl. 3-4. *DeutschesKonsulat* in Porto Alegre à *Deutsche Gesandtschaft*, no Rio de Janeiro e ao *AuswärtigesAmt*, Berlin, Porto Alegre, 20/7/1921. R- 79001 a 05. *Das PolitischeArchivdesAuswärtigenAmts*. Berlin, Alemanha.

<sup>5</sup> Relatório de Reinhardt, fl. 3-4. *DeutschesKonsulat* in Porto Alegre à *Deutsche Gesandtschaft*, no Rio de Janeiro e ao *AuswärtigeAmt*, Berlin, Porto Alegre, 20/7/1921. R- 79001 a 05. *Das PolitischeArchivdesAuswärtigenAmts*. Berlin, Alemanha.

<sup>6</sup> Em 14 de maio de 1931, Herrmann Meyer recebeu a maior comenda de honra do *DeutschesAusland-Institut*, o *DeutscherRing* [anel alemão], em reconhecimento pela fundação de Neu-Württemberg e o trabalho realizado em defesa do *Deutschtum* no exterior (FAULHABERSTIFTUNG, 1933).

<sup>7</sup> Carta. Leipzig, 29/9/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta – Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

só o lado ruim do colono”<sup>8</sup>. Em nível de gerência da *Colonizadora*, havia como ordem enviar dentro do possível as famílias alemão-polonesas para a colônia Xingu<sup>9</sup>.

Entretanto, a relação entre os indivíduos do próprio grupo étnico alemão eram mais complexas. Em 1899, ao efetuar um empréstimo a um imigrante alemão para que pudesse retornar para a Alemanha e buscar a sua família, o administrador da *Colonizadora* Meyer justificou o fato alegando que enquanto viveu ao “modo alemão”, acabou por se endividar, mas, agora, já havia se ajustado ao modo de vida da colônia – ao contrário de seu irmão, que não servia para colono.<sup>10</sup> Por sua vez, o pastor Hermann Faulhaber, imigrante de Württemberg, ao assumir o pastorado na colônia em 1902, considerou-a em completo desleixo religioso e educacional, e suas primeiras medidas confluíram no sentido de resgatar as raízes da cultura alemã, objetivando nivelar culturalmente os teuto-brasileiros aos imigrantes recém-chegados.

Essas questões perpassavam o cotidiano das famílias, atingindo por vezes as próprias instituições das quais participavam. Por exemplo, em 1º de março de 1903, foi realizada a primeira assembleia dos colonos da colônia Neu-Württemberg com o propósito de fundar um *Bauernverein*. Já em 15 de março de 1903, houve uma segunda assembleia, constituindo oficialmente o *Bauernverein*, com 35 sócios, elegendo a primeira diretoria e uma comissão para a elaboração dos estatutos. A entidade deveria preocupar-se com as questões dos agricultores, desempenhar uma função cooperativista dos interesses dos colonos, e filiar o núcleo de Neu-Württemberg à *Associação Rio-Grandense de Agricultores*, o *Riograndenser Bauernverein*. A fundação dessa associação e os seus

---

<sup>8</sup> Carta. Leipzig, 2 e 4/3/1903. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta – Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

<sup>9</sup> Relatório 5-7. De 1/3 a 15/4/1903. Porto Alegre, 18/04/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

<sup>10</sup> Carta. Cruz Alta, 19/9/1899. Carlos Dhein a Herrmann Julius Meyer, Caixa 63, MAHP).

princípios foram bem vistos por Herrmann Meyer, pois contribuiria para o desenvolvimento da colônia, porém, a administração da empresa deveria ficar atenta aos rumos assumidos pela entidade e seus dirigentes e, se necessário, intervir.

Um ano depois, já se esboçava uma dissidência dentro do *Bauernverein*, que, segundo o relatório do pastor Hermann Faulhaber, era perceptível há mais tempo. Formaram-se dois grupos: o primeiro, composto pelos *velhos colonos*, que não demonstravam muito interesse pela entidade, participavam pouco das reuniões e quase não se manifestavam, e eram vistos como mais *reservados*; o segundo grupo era integrado pelos *Deutschländer* ou *imigrantes da Europa* e aqueles provenientes de cidades brasileiras maiores, que participavam de todas as reuniões, se manifestavam e tinham ideias de *cooperativismo* em vista, descritos como mais *progressistas*. Gradualmente, esse segundo grupo assumiu a liderança, fazendo com que prevalecessem as suas aspirações. Em 11 de setembro de 1904, o grupo da situação, composto por Rogge, Restel, Hegner e Baumgart, foi derrotado na eleição da nova direção, recebendo apenas um terço dos votos. Dos 60 agricultores então membros da entidade, apenas 2/3 estavam presentes, predominando o grupo da oposição. Assim foi fundada a *Produktions-undBezugs-genossenschaft* [Cooperativa de Produção e Compras da Associação de Agricultores de Neu-Württemberg], subordinada ao *Bauernverein* e aceitando apenas os sócios deste. É evidente que no grupo dos *Deutschländer* havia alguns colonos, e no dos colonos, alguns imigrantes, como von Braun. Mas, de modo geral, a divisão era clara, como também ficava evidente que as ideias de cooperativismo predominavam entre os imigrantes, que acabaram fundando a cooperativa, a qual tinha como objetivo principal comprar os produtos dos colonos, no caso o tabaco, e vender-lhes os produtos necessários para o seu consumo<sup>11</sup>.

Nesse mesmo contexto, observando a configuração populacional da colônia de Neu-Württemberg e o comportamento

---

<sup>11</sup> Relatório de Hermann Faulhaber. Elsenau, 6/10/1904. Livro Copiativo n. 11, Fl. 251-252, MAHP.



dos imigrantes nesse meio, o pastor Hermann Faulhaber anotou, em inícios de 1903:

Quase metade dos nossos camponeses são “velhos colonos” [*alteKolonisten*], acostumados à vida e ao trabalho na floresta, a maioria já nascidos no Brasil ou imigrados bem jovens. Eles vieram em sua maioria da antiga zona colonial da região leste do estado, em busca de terras baratas e lugar para ter os seus filhos. Eles têm como característica ser individualistas, independentes e autoconsciente, mais do que nossos camponeses lá [na Alemanha]. Eles são independentes, pelo menos em relação ao Estado, à Igreja, ao jornal, ao partido político, apesar de toda sua simplicidade são reis livres em sua terra. Aproximadamente  $\frac{1}{4}$  de nossos colonos são compostos de pessoas, que como artesãos (*Handwerker*) imigraram há anos, e em Porto Alegre ou outro lugar qualquer, exerciam o seu ofício, mas em decorrência da depressão econômica dos últimos anos, foram forçados a tornarem-se colonos: funileiro, serralheiro, sapateiro, marceneiro, ourives. Eles não sabem trabalhar tão bem como os velhos colonos, mas são bem ágeis. Até onde a situação permite, eles exercem paralelo ao seu trabalho agrícola o seu ofício. E só os alemães recém-chegados (*Deutschländer*) imigraram há pouco. Entre eles, há vários tipos humanos misturados. Eu lembro de dois jovens instruídos, agricultores de lá [Alemanha], solteiros, os quais estão morando juntos em uma tenda de cigano. Vieram com todo tipo de teoria de agricultura para cá, e devido à quebra do arado e de outros experimentos, não plantaram nada ao longo deste ano que eles aqui se encontram; e apesar disso, se sentem homens importantes e regularmente vem a cavalo, com rostos sérios, para o *Stadtplatz* para comprar pão, fazer contato com os demais e saber dos últimos acontecimentos! Ao ver as suas figuras, muitas vezes lembro dos rapazes que brincam de “*Urwälder*”! Todavia, são pessoas simpáticas e eu gosto de vê-los na casa pastoral. Recentemente veio um eletrotécnico de Berlin com grande família, e era até então diretor de uma grande fábrica, e então perdeu toda sua fortuna, e procura aqui agora sua salvação. Um autêntico berlinense: “agora eu venho, agora tudo vai mudar aqui! Até agora não tinha ninguém aqui ainda que pudesse fazer algo por essas pessoas. Isso vai mudar. E uma festa de Natal bem diferente nós teremos da próxima vez, não mais demoradas velas de cera, mas sim lâmpadas elétricas. Isso vai impressionar as pessoas! Elas vão arregalar os olhos com isso!” Agora ele está lá no meio da floresta e provavelmente está trabalhando na sua plantação. E na colônia tudo está como antes... Outros, após ter enterrado as ilusões que trouxeram, logo se encontram bem aqui, como um Stuttgarter com família, até então empacotador em uma livraria; um marceneiro de

Brettach; um eletrotécnico de Stuttgart com esposa, um *Siebenbürger* com família camponesa veio recentemente. Também não quero esquecer daqueles que, após uma curta estada, partiram novamente, porque a vida na floresta, uma vez experimentada, era bem diferente daquela que eles haviam imaginado. Trabalho e não pombas assadas voando, pequeno camponês e nenhuma salvação! (...). O destino desses que vem para a colônia e em breve já jogam o machado e a enxada para o lado é, na maioria, difícil e triste! Muitos passam a beber cachaça, e acabam morrendo na beira de alguma estrada. Por isso, nunca é demais insistir: só pessoas que são acostumadas a pesados trabalhos braçais e têm alguma experiência, como nossos pequenos camponeses, ou um ofício, podem, depois de superadas as dificuldades iniciais, conquistar aqui uma existência satisfatória. Outros só com raras exceções (FAULHABER citado por FAULHABERSTIFTUNG, 1933, p. 14-15).

Percebe-se, nesse relato, a emergência das identidades regionais do local de origem e as representações construídas sobre elas, acionadas quando essas populações eram colocadas em contatos. Assim, ao reduzir a escala de análise, a diferença torna-se visível, embora para o meio externo, construíram sua identidade étnica enquanto alemães, dando a ideia de tratar-se de um grupo homogêneo. Essas fricções entre colonos e imigrantes tornaram-se mais salientes na década de 1920, quando a colônia Neu-Württemberg recebeu um grupo de mais de 600 imigrantes alemães, em sua maioria urbanos, atingidos direta ou indiretamente pela I Guerra Mundial, muitos dos quais profissionais liberais e técnicos (cf. NEUMANN, 2009).

Portanto, o estudo historiográfico sobre a diversidade de origens dos imigrantes no início do século XX, e a recomposição desse mosaico nas colônias de recepção, como em Neu-Württemberg, e a relação com os colonos/teuto-brasileiros, é um campo ainda a ser explorado.

## Referências

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade: Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: UNESP, 1998.

*Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro. *Antropologia do Brasil*. Mito, história, etnicidade. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DAWSEY, John C. (org.) *Americans, Imigrantes do Velho Sul no Brasil*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2005.

FAULHABERSTIFTUNG. *Neu-Württemberg. Eine Siedlung Deutscher in Rio Grande do Sul/ Brasilien*. Stuttgart (Alemanha): Ausland-und Heimat Verlags A.-G., 1933.

FAUSEL, Erich. *Cinqüentenário de Panambi 1899-1949*. s.l.: s.ed., 1949.

MEYER, Dagmar E. Estermann. “*Alemão*”, “*estrangeiro*” ou “*teuto-brasileiro*”? Disponível em: <<http://www.anped.org.br/0219t.htm>> Acesso em 18 out. 2001.

MEYER, Herrmann. *Ackerbaukolonien*. Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien). Leipzig: Bibliographischen Institut, 1906.

NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. Porto Alegre, 2009. 2 v. 632 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

RAMBO, Arthur B. A identidade teuto-brasileira em debate. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXV, n. 2, dez. 1999.

\_\_\_\_\_. A Sociedade União Popular. *Perspectiva Econômica*, v. 27, n. 79, Série Cooperativismo n. 32, 1992.

\_\_\_\_\_; RABUSKE, Arthur (editores). *Pe. João Evangelista Rick, SJ. Cientista, colonizador, apóstolo social, professor*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

SANT’ANA, Sérgio Bairon Blanco. O Fantasma da unidade cultural na metáfora palinódica do brasileiro alemão. *Revista História*, São Paulo, n. 129-131, p. 19-30, ago-dez/1993 a ago-dez/94.

SCHALLENGER, Erneldo. *O associativismo cristão no sul do Brasil* – a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização e o desenvolvimento social sul-brasileiro. Porto Alegre, 2001. Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2001.

WOORTMANN, Ellen F. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, UFRGS/IFCH, n. 14, p. 177-204, nov. 2000.

# TRABALHAR E REZAR COM A FAMÍLIA UNIDA

Fernanda Simonetti<sup>1</sup>

*Resumo:* Este trabalho tem como objetivo analisar algumas características identificadas entre mulheres (descendentes de imigrantes italianos) que residem na zona rural da Quarta Colônia, região situada no centro do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2009 e 2010 sendo utilizada como metodologia a etnografia (entrevistas e observação participante). As mulheres descendentes de imigrantes italianos admitem que tanto o trabalho, a família quanto o ato de rezar e ter fé são marcas que foram passadas entre as gerações e nas quais se tornaram um demonstrativo de sua etnia italiana. Observa-se, o quanto esses traços regem a vida dessas pessoas, tanto no ato de trabalhar de forma incansável como a constante busca na manutenção da família coesa.

*Palavras-chave:* mulheres, descendentes, imigrantes italianos, identidade étnica.

---

## **Campo e metodologia de pesquisa**

Para essa pesquisa<sup>2</sup>, a metodologia escolhida foi a etnografia, com realização de observação participante e entrevistas. Foram selecionadas mulheres das mais diversas faixas etárias, pois um dos objetivos era verificar se, de fato, haviam ocorrido mudanças no modo de vida entre as gerações.

O município pesquisado foi Faxinal do Soturno, pertencente à Quarta Colônia/RS<sup>3</sup>. As comunidades escolhidas foram: Sítio Alto

---

<sup>1</sup> Cientista social e mestre em ciências sociais (UFSM) e doutoranda em desenvolvimento rural (UFRGS). E-mail: simonetti.fernanda@gmail.com.

<sup>2</sup> Essa pesquisa foi realizada entre os anos de 2009 e 2010 no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria e teve como orientadora a profª. Drª. Maria Catarina Chitolina Zanini.

<sup>3</sup> Em 1876 foi criado o Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte, sendo os imigrantes russo-alemães (poloneses) os primeiros a chegar à região em 1877. Em dezembro de 1877, pouco antes da chegada dos imigrantes italianos, o lugar passou a ser denominado de Quarto Núcleo Imperial de Colonização Italiana no

e Novo Treviso, sendo que ambas possuem como amparo econômico a agricultura familiar, tendo como cultivo predominante o fumo. Essa região é composta, majoritariamente, por descendentes de imigrantes italianos. Tal imigração da Europa para o Brasil ocorreu de forma mais intensa no século XIX. Essa colonização dá origem à formação de um novo tipo de campesinato no Brasil, que por sua vez engendra a construção de núcleos urbanos e de um pequeno mercado regional (SEYFERTH, 1990).

Cardoso de Oliveira (1996) ressalta que o olhar, ouvir e escrever são as faculdades essenciais durante a pesquisa. A primeira experiência em campo é a domesticação de seu olhar. Algo fundamental que o autor chama atenção é que o pesquisador deve ter um domínio das teorias para saber interpretar o seu olhar. Outro amparo do pesquisador pousa no ouvir, ou melhor, saber ouvir. O ato de ouvir requer muita paciência e perspicácia. O autor chama a atenção do poder que o pesquisador pode exercer sobre o informante por mais neutro que tente ser. Dessa forma, o olhar e ouvir seriam a primeira etapa a segunda etapa caberia ao ato de escrever. Se o pesquisador então souber utilizar a sua sensibilidade em deixar o “outro” se expressar e fazer a correta coleta do material sem dúvida terá um bom material para ser analisado posteriormente.

Como descendente de italianos, estou habituada ao cotidiano dessas pessoas, mas como Geertz (1978) aponta, deve-se conviver com o grupo sabendo discernir o que é um piscar de olhos ou uma piscadela e se isso quer significar algo mais. Sendo que são os pequenos detalhes que nos revelarão as realidades de seus fatos cotidianos das pessoas e a visão de mundo de seres inseridos em determinada cultura.

Bourdieu (2000) faz várias observações sobre a construção do objeto. O autor refere que não se deve beber diretamente da boca

---

Rio Grande do Sul e, em 21 de setembro de 1878, teve seu nome alterado para “Colônia de Silveira Martins”, em homenagem ao Senador Gaspar Silveira Martins. Posteriormente, 1882, deixou de ser colônia imperial e passou a ser administrada pela Província, e novamente teve sua nomenclatura modificada, agora para ex Colônia de Silveira Martins (Sponchiado, 1996, p. 54-8).

do informante, mas sim das construções das relações sociais. Sendo assim, a teoria separada da prática é algo inútil. Ele faz um trabalho que permite ser usado como guia em um trabalho etnográfico. Mostra que deve ter clareza do que se quer estudar, saber o que quer perguntar, o motivo de fazer determinado número de perguntas. A proposta de Bourdieu (2002) está direcionada para o nascimento de certa sensibilidade na profissão de sociólogo, para observarem e promoverem soluções aos problemas do mundo social.

Como referência ao exercício do trabalho de campo deve-se citar Malinowski (1978):

Na etnografia, onde o autor é ao mesmo tempo, o seu próprio cronista e historiador, não há dúvida de que suas fontes sejam facilmente acessíveis, mas também extremamente complexas e enganosas, pois não estão incorporadas em documentos materiais, imutáveis, mas no comportamento e na memória de homens vivos (1978, p.27).

### **Construção das relações interétnicas**

Segundo Barth (2000), identifico os descendentes de imigrantes italianos da zona rural como um grupo étnico na medida em que são grupos como uma forma de organização social e compartilham de sinais diacríticos comuns. As identidades étnicas se estabelecem em processos situacionais nas interações sociais e o fazem por meio da construção das fronteiras interétnicas, utilizando os sinais diacríticos que estabelecem as formas de reconhecimento pelo outro e de se auto conhecer. A identidade étnica de italianos é acionada em referência contrastiva aos outros grupos, no caso da pesquisa em questão, os outros grupos são os vizinhos alemães de Agudo, os afro-descendentes e os denominados “brasileiros”<sup>4</sup>.

Os limites de um grupo étnico, os valores internos e sua interação com os outros grupos como forma de afirmar as diferenças

---

<sup>4</sup> A Quarta Colônia de Imigração Italiana era composta por sete municípios, mas hoje conta com nove cidades. Dessa forma, Agudo e Restinga Seca, por se identificarem respectivamente pela colonização alemã e portuguesa, deram forma a esse novo território.

não depende unicamente de elementos culturais visíveis e materiais. Os grupos étnicos são vistos como um tipo organizacional. Na interação social, usam identidades étnicas para se categorizarem e categorizarem os outros, passando a se constituir como grupos étnicos. As características a serem efetivamente levadas em conta não correspondem ao somatório das diferenças “objetivas”.

Seyferth (2009) afirma que as identidades étnicas representam diferenças culturais, mas só têm sentido, ou seja, só têm alguma funcionalidade social caso forem confrontadas com o “outro”. Essa identidade seria a reunião de vários itens, tais como: o uso da língua materna, hábitos alimentares, formas de organização social, associações recreativas, dentre outros. Tudo isso contribuiria para a coesão do grupo e para a elaboração da identidade com termos como: italianidade e germanidade. A autora ainda cita como exemplo o “dia do colono”, que foi criado devido a reivindicações remetendo ao trabalho e ao desbravamento dos imigrantes. Essa data é 25 de julho, dia em que foi fundada a primeira colônia alemã em São Leopoldo.

Para Weber (1991), a origem em comum é oriunda da crença numa origem comum e numa suposta “honra étnica” de compartilhamento. Dessa forma, em sua reflexão é agregada a consciência étnica à experiência da migração, o que assinala o sentimento de pertencimento a uma coletividade.

Seyferth (1993) ainda situa que o processo de colonização se diferenciou da sociedade rural brasileira tradicional. A consolidação dessa sociedade camponesa se baseou na pequena propriedade policultora trabalhada pela família do proprietário. Apesar das transformações e pressões do sistema capitalista, essas famílias mantiveram o estilo próprio do modo de produção e constituição familiar. Hoje o que se observa é uma manutenção no formato inicial das propriedades, mesmo com a redução da área. Quase todas as propriedades rurais têm formato retangular, consequência de como as terras foram demarcadas. A distribuição espacial não mudou muito desde o século XIX, isso inclui a casa, ranchos e horta. Com o passar dos anos, ocorrem as partilhas das heranças entre os filhos, hoje a família não possui mais um lote de terra contínuo.



## Religiosidade

O aspecto da religiosidade nos dias atuais é considerado ainda um importante elemento da constituição da identidade dessas pessoas descendentes de imigrantes italianos. No decorrer da pesquisa em campo se percebeu que hoje a igreja ainda é o principal centro de sociabilidade dessas pessoas (como antigamente). É naquele local onde há os encontros, as conversas (antes e depois da celebração).

Eu assim não rezo o terço todo dia, mas eu acredito (...) acredito muito que tenha um Deus que tem os santos e se a gente reza eu já tive muitas provas disso que Deus existe porque é bom e todo mundo deveria ter uma crença, passei isso para as gurias, que não adianta assim só pensar que tu vai conseguir sozinha tu tem que rezar tem que procurar ter uma crença porque sem tu acreditar em nada fica difícil né, então eu acho que uma religião é muito importante (Sítio Alto, 44 anos).

Interessante observar a expressão “passei isso para as gurias”, isso demonstra uma preocupação com uma continuidade em passar o que foi já “herdado” de seus antepassados. Em contrapartida, a mesma informante tem a opinião de que a religião católica deveria passar por algumas reformulações diante das mudanças verificadas no mundo:

Mas só que os padres que estão se ordenando mais recente, eles já não tão pregando, eles tão assim evoluindo de acordo, porque eles não podem ficar parado no tempo porque se eles ficarem assim querendo pregar essas coisa assim de antigamente eu acho que eles tem razão não tiro a razão deles, mas acho que eles vão perdendo (...) e porque as pessoas não procuram a igreja católica e sim as outras, às vezes me faço essa pergunta, será que é porque elas são mais liberal liberam mais sobre sexo eu não conheço muito das outra religião também né mas (...) (Sítio Alto, 44 anos).

Essa fala se torna interessante, pois demonstra que essa camponesa reflete (dialeticamente) sobre os motivos da Igreja Católica estar “perdendo” fiéis, entrando em conflito também quanto aos ensinamentos da Igreja, “assim de antigamente eu acho que eles tem razão não tiro a razão deles”, referindo-se aos padres que seguem uma linha mais “rígida”. Outra questão interessante é que

essas mães camponesas educam seus filhos dentro desses padrões católicos. No entanto, quando esses jovens vão estudar ou trabalhar na zona urbana, param de frequentar a Igreja e seus rituais. Somente aos finais de semana quando retornam para visitar os pais é que vão à missa.

Essa fala vem muito a acrescentar, pois demonstra a importância que aquelas pessoas atribuíam à religião. A primeira providência, quando chegaram, foi a de se reunirem e rezarem em alguma casa e sempre com os homens “puxando” à frente. Depois fizeram uma igreja e depois essa atual, com a preocupação de adquirir um sino, pois era através dele que se dava o sinal para que todos pudessem saber que estava no horário de se reunir ou para comunicar quando alguém havia falecido. Sobre o dia de finados a entrevistada falou algo muito interessante:

Quando eu era pequeninha meu avô falava que os primeiros se reuniam, tomavam muito vinho, cantavam. Até a noite de finados que eu não sabia eles passavam a noite inteira tocando o sino. Então um levava o garrafão de vinho, um o pão e um o salame e ficavam toda a noite tocando o sino não sei por quê, na noite de todos os santos para finados. Só que já tinham construído a igreja o avô chegou aqui em 1917. Ele contava que no domingo quando não tinha padre eles se reuniam de tarde e rezavam o terço e faziam as orações nessa igreja. As mulheres iam, mas quem puxava o terço eram os homens, isso sempre falavam na catequese também quem ensinava as crianças lá eram os homens. É lá em casa quando era pequena era sempre o pai que rezava o terço aqui que era a avó porque o avô não era muito de oração. Mas que era sempre o homem isso sim (Sítio Alto, 53 anos).

Essa fala é rica, pois demonstra um hábito que os antigos tinham na noite de todos os santos para finados, ou seja, reunidos, ficavam batendo o sino durante toda noite, quando cada um levava algum mantimento. Outra questão interessante da fala acima é que eram os homens que tomavam a frente para rezar o terço ou até mesmo catequizar. Já hoje o observado durante a inserção a campo é que são as mulheres ganharam esse espaço da catequista, da ministra da eucaristia, bem como de outras tarefas.

Com essa citação, é perceptível que a capela ou Igreja exercia sobre esses migrantes um controle social sobre suas vidas, um controle do que podia ou não ser feito e como deveria ser feito. Essa organização auxiliava esses colonos tanto no seu cotidiano quanto na sociabilidade na nova pátria. Visto que aquelas pessoas não esperavam tantas diversidades para resolver seus problemas de ordem econômica, a religião e o auxílio dos padres vinha como alento e força para seguir no dia a dia.

Segundo Piccin (2009) e Bezzi (2009), ocorre uma relação significativa entre imigração italiana e religiosidade, uma vez que os imigrantes italianos continuaram no Brasil a reproduzir seus costumes religiosos trazidos da Itália. A expressiva religiosidade foi fundamental para que eles se fixassem na nova terra, criando sua identidade cultural, a qual foi sendo transmitida, juntamente com os princípios da religião católica, às gerações futuras. A materialização da religião se expressa, na Quarta Colônia, através das construções sacras, como as igrejas, os capitéis, as grutas e os cemitérios. Paralelamente, a conservação e veneração aos símbolos religiosos, como a cruz, o sino, as imagens sacras, o terço, os capitéis, as igrejas, as grutas, romarias, festas sacras, constituem-se em elementos que agregam e fortalecem essa manifestação cultural. Estes simbolizam a presença do sagrado nos municípios, nas comunidades e nas residências. Também se deve destacar a vivência diária dessas pessoas, na qual a religião católica é considerada um código consolidado através do convívio familiar e da participação comunitária, criando laços de união entre seus habitantes e caracterizando um espaço próprio, perceptível na paisagem destes municípios.

Zanini (2006) expressa importantes aspectos acerca da busca da identidade dos descendentes de imigrantes italianos na região central do estado. Podemos dizer que foi a partir de 1975, com os festejos do Centenário da Imigração Italiana, que a identidade de italiano começou a ser construída, já que, no período da Segunda Guerra Mundial, esses descendentes italianos ficaram incapacitados de demonstrar qualquer coisa que lembrasse a Itália, sendo esse país

rival do Brasil na guerra<sup>5</sup>. Havia então uma apatia dos descendentes em relação sua pátria mãe, somente se reanimaram após os festejos do centenário, vindo à tona uma forte manifestação identitária. Dessa forma, é resgatado o orgulho de ser descendente italiano, essa italianidade pode ser percebida através do estilo de vida, consumo de bens culturais, determinado gosto de se vestir, culinária específica. Há uma importante referência ao resgate dos “antigos”, ou seja, os seus ancestrais são idealizados como exemplo de coragem e luta e passam a ser espelho para as atuais gerações.

A memória coletiva, para Halbwachs (1990), desempenha um papel fundamental nos processos sócio-históricos. Por um lado, dando vitalidade aos objetos culturais, sublinhando momentos históricos significativos. Preservar o valor do passado, para os grupos sociais, é preservar objetos culturais que atravessam o tempo criando assim a sua identidade. As memórias são sempre uma dialética entre indivíduo e sociedade, pois, embora quem lembre seja o indivíduo, este o faz partindo de estruturas de significado existentes coletivamente.

Grosselli (1987), analisando a importância da religião entre os camponeses que migraram, ressalta que a Igreja Católica gozava de privilégios que vinha do seu passado e mais que outras tinha o monopólio sobre a consciência camponesa. Dessa forma, fica mais simples de entender o quanto representa a religiosidade para aquelas pessoas.

Porém, o que se deve ressaltar é que a religiosidade, compreendida tanto como código material quanto imaterial, está presente na vida diária desta população, que, a partir de sua grande devoção e espiritualidade, construiu o espaço sagrado. Por fazer parte de sua identidade cultural, a religiosidade é percebida e contemplada por todos os que a este recorte espacial se refere, pois encontram materializados nestes espaços sagrados a sua a presença.

---

<sup>5</sup> Sobre as perseguições nesse período é interessante lembrar DALMOLIN, 2005.

## Sobre a questão do trabalho

A respeito do trabalho uma característica marcante foi a retomada com nostálgica do como “antigamente” a vida era mais difícil e penosa do que nos dias atuais. Para Halbwachs (1990), a memória coletiva propriamente dita é o trabalho que um determinado grupo social realiza sobre si mesmo, articulando e localizando as lembranças que possuem em comum no presente sobre o passado. O resultado deste trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que formará o conteúdo narrativo da memória coletiva. A memória é socialmente elaborada e compartilhada, assim não existe memória totalmente individual. Existe então uma consciência coletiva do grupo sendo compartilhada. O que se pode salientar é que a memória passa a ser consonante entre os indivíduos e não dissonantes, visto que o grupo precisa de uma mesma narrativa para criar sua identidade. O grupo irá compartilhar memórias de forma consciente, mas apenas será selecionado o que for relevante para aquelas pessoas de acordo com suas estruturas de significado.

Parte do campesinato europeu emigrou para a América em busca de novas terras. Esses camponeses italianos adquiririam, ao chegar ao nordeste do Rio Grande do Sul, a identidade de *colonos*, isto é, proprietários de uma fração de terra denominada *colônia*. Segundo Seyferth (1993, p.38): “No seu significado mais geral, a categoria colono é usada como sinônimo de agricultor de origem européia, e sua gênese remonta ao processo histórico de colonização”. A categoria colono foi construída, historicamente, como uma identidade coletiva com múltiplas dimensões sociais e étnicas. Sendo assim, a palavra colono, que era a designação oficial para o imigrante que adquiria um lote de terra em um projeto de colonização, converte-se em um símbolo de diferenciação étnica.

Logo em um dos meus primeiros dias de inserção em campo para a realização dessa pesquisa uma das mulheres falou: “ah você quer saber como era o antigamente então?”. Prontamente disse que sim, mas que o objetivo também era ver como transcorria a vida diária delas. Logo falaram: “hoje a vida é bem melhor que

antigamente, as coisas são mais fáceis não se passando tanto trabalho”.

Ainda sobre a questão do ethos do trabalho é interessante realizar uma análise de como crianças e jovens são incentivados a aprender funções tanto no cunho doméstico quanto no âmbito geral da propriedade. Então pude perceber que era comum as crianças começarem a auxiliar nos serviços desde muito cedo, aos seis, sete, oito anos. As meninas geralmente começavam algum “servicinho” na cozinha, como a limpeza da casa, e os meninos nas lavouras aprendendo os processos de plantio. Com alguns jovens que conversei, pude perceber que eram poucos os que achavam bom trabalhar desde muito cedo, mas entendiam que a necessidade devia ser levada em conta, pois a família precisava de sua força de trabalho. O atributo positivo dado ao fato de começar trabalhar desde muito cedo era que quando precisassem sair de casa, saberiam “se virar”. Marin (2006) analisa o trabalho, e em especial, o infantil no município de Itaberai – GO. Nesse lugar o trabalho nas lavouras é praticado por bóia fria, ou seja, contratos temporários. Nesse caso, o Estatuto do trabalhador rural não assegura nenhum direito a essas pessoas. No decorrer do texto, é feita uma interessante reflexão, onde o homem trabalha, a mulher “ajuda” e a criança contribui para a realização das tarefas. Pode-se considerar que somente o homem trabalha porque talvez sua força de trabalho possa ser maior do que a da mulher e da criança. Em minha pesquisa, percebi que as mulheres, quando indagadas, falavam que “ajudam na lavoura”. Essa divisão da força de trabalho já está embutida nas relações familiares e por séculos permeou de formas mais profunda a sociedade. Não que o trabalho da mulher ou o auxílio da criança seja de menor valor, mas são considerados de menor intensidade.

Na comunidade de Novo Treviso, fiz uma entrevista com uma jovem de 14 anos. Em conversa com a filha, fiz alguns questionamentos sobre permanecer no campo, trabalhar na lavoura, sobre educação. Na sequência, uma de suas falas, quando indaguei o que eles cultivavam, e se ela ajudava essa foi a resposta:

Fumo, feijão, milho daí ajudo mais na colheita do fumo, planta um pouco. Desde pequena eles me levavam junto sabe [...] assim a mãe

disse que quando eu tinha um aninho ela já me levava junto na roça e ela me deixava lá né porque tinha que trabalhá ajudar o pai ai nós ia sempre junto (Novo Treviso, 14 anos).

Essa resposta revela algumas coisas, tal como: desde pequena essa menina teve contato com a lavoura, adaptando-se assim ao trabalho. Certamente a mãe levava junto, pois não tinha com quem deixar a filha e o outro filho que o casal possui. Como o cultivo principal da família era o fumo, isso já é um incentivo a mais para levar crianças e jovens nas roças devido aos “servicinhos” que essa cultura apresenta. Quando indagada o que ela pretendia fazer no futuro, tive a seguinte resposta:

Olha eu pretendo acho estudar e se tipo eu fizer alguma coisa e consegui passar, pretendo ir pro ramo da musica ... é eu faço aula de teclado. É eu penso eu gosto daqui é muito bom o lugar e assim tipo cidade eu não consigo, assim é legal, mas não gosto prefiro aqui. Assim talvez até possa morar na cidade, mas preferia morar aqui. Ummm estressante .... risos ... assim é muito barulho tipo essa semana fui três dias para a cidade que tive ir de tarde não sei porque é assim esquisito, tu cansa muito e aqui fora não tem muito barulho assim é silêncio. Só toco, eu gosto assim de cantar em casa talvez eu faço canto também (Novo Treviso, 14 anos).

Essa jovem tem algumas peculiaridades, gosta de tocar teclado (piano), de cantar, enfim gostaria de seguir a vida profissional nesse caminho. Isso me chamou muito a atenção, pois, com certeza, há anos atrás os pais não apoiariam e não pagariam aulas de música. Durante a conversa, a jovem relatou que não costumava ficar muito tempo na lavoura, principalmente quando era quente e aqui nessa fala verificamos a citação de que na cidade há muito barulho. Carneiro (s/d) diante desse assunto expressa que na formulação dos projetos individuais se expressa a ambiguidade característica da situação de convivência com dois universos culturais. A intenção de sair para estudar fora e ter uma profissão convive com a vontade de permanecer residindo na localidade de origem, pois o lugar é tranquilo para residir.

Outra entrevistada, em conversa, relatou que levou os filhos para a lavoura desde pequenos, por volta de um ano de idade. A mesma relatou que montava uma espécie de barrquinha com um

lençol e deixava a criança embaixo, mas a criança normalmente comia terra, barro. No entanto, não havia outra opção, e ela destacou que hoje os dois filhos têm predileção pelo trabalho na lavoura, o mais velho não quis estudar e o mais novo prefere ir para a lavoura, mesmo sendo criança, do que os livros. Cria-se desde cedo esse apego ao trabalho e à terra, e como as famílias realmente precisam de mão de obra para vencer o trabalho, as crianças fazem serviços mais leves.

Segundo Marin (2006), o trabalho infantil dentro das famílias é considerado algo normal e valorativo, tendo a função de socializar a criança, internalizando a força do seu corpo. Muitas crianças buscam trabalho por conta, pois observam a necessidade de seus pais. É salientado que o consumo é despertado desde muito cedo, tais como: guloseimas, roupa, relógio, sonho da televisão em cores, aparelho de som. Já nas famílias que visitei, em ambas as comunidades, quando a criança ou o jovem auxiliava de forma positiva, era dado algum presente, ou prometido algum bem como incentivo. Em conversa com algumas senhoras de mais idade, as mesmas lembram que nas décadas de 1940, 1950, 1960, 1970 o trabalho era obrigado nas famílias, mesmo para as crianças. Como as famílias eram extensas, facilitava na divisão das tarefas e, após a safra e tendo o produto vendido, é que o pai poderia vir a dar alguma roupa ou algo que faltasse. Esperava-se um ano para ganhar algumas coisas e às vezes não se ganhava. Algumas recordam que as roupas eram feitas em casa com sacos de estopa, e calçado era um item de luxo.

Nessa breve reflexão, o que se percebe é que o trabalho infantil ou juvenil está bem mais próximo do que pensamos. Se indagarmos os pais dessas crianças e jovens, os mesmos considerarão esse trabalho positivo, pois, dessa forma, elas aprenderão desde cedo a “dar valor” às coisas. O estudo também vem sendo incentivado, mas juntamente com o trabalho. Normalmente disponibiliza-se um tempo para os deveres da escola e para o descanso, mas depois as atividades da casa ou da propriedade devem ser realizadas. Como se pode ver na próxima fala de uma entrevistada, quando questionada se trabalhou desde nova:



Eu sempre trabalhei e como fui morar com a minha avó e minha avó era doente e o meu avô era já de idade né, então sempre trabalhei, tratar os bicho, ia pra lavoura, levavam junto, não deixavam em casa né, era nós três, então eles iam de manhã cedinho pra lavoura eu ia e depois ajudava eles em casa, então sempre desde pequeninha, claro, não era serviço pesado, mas eu com uns 5 anos tinha dias que eu fazia comida pra minha avó (...) então eu fazia a comida e lavava a louça eu lembro que a pia era de madeira, antigamente não era que nem hoje em dia, mas tinha que esfregar e tudo e eu plantei um pezinho de milho e deixei germinar [risos] na pia, só sei que chegou alguém lá e me xingou, mas eu tinha 5 anos, eu fazia comida pra vó e tenho problema até hoje, trauma acho de deixar sem sal a polenta porque eu esquecia o sal, ela ia pra cama e eu ficava fazendo a comida e eu esquecia do sal e hoje eu faço polenta e boto sal em uma e na outra não boto, não sei porque, eu sei que ajudava eles né, porque a vó doente (Sítio Alto, 53 anos).

Os imigrantes residentes na Quarta Colônia e seus descendentes deixaram como contribuição visível até hoje a unidade familiar ainda é visto como um valor. Muito se discute que essa região não possui um desenvolvimento econômico se comparado a outras colônias oriundas de imigrantes. Na maioria das famílias, vimos o legado de trabalho (para ascender socialmente), a reza como forte característica e a família unida para enfrentar as dificuldades.

### **Considerações finais**

Este artigo teve como objetivo apresentar algumas características que marcam a identidade de descendentes de imigrantes italianos da região da Quarta Colônia/RS. A religiosidade é um aspecto marcante para essa etnia, pois é vista como uma sustentação social para essas pessoas. A igreja ou a capela é um lugar de sociabilidade para essas pessoas.

Alguns desses traços como a religiosidade católica, o apego ao trabalho e a unidade familiar são então algumas características desse grupo étnico. Através da pesquisa se percebeu que o papel da mulher teve algumas alterações tanto na comunidade quanto na unidade familiar, mas essas características ainda são fortes e marcantes. Como, por exemplo, foi relatado que antigamente os

homens que catequizavam, rezavam o terço em público e também na esfera privada já hoje nesse sentido a mulher domina esses afazeres.

Outra questão referente a esse grupo é como o ethos do trabalho é significativo para aquelas pessoas. Isso se identifica quando as mães relatam que aprenderam a realizar alguns serviços ainda quando crianças. E nos dias atuais ensinam seus filhos a realizar as tarefas desde pequenos. Para esse grupo trabalhar (por vezes de forma excessiva) é questão de honra e orgulho.

## Referências

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis. Editora Vozes, 2000.

CARNEIRO, Maria José. *O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais*. Texto apresentado como resultados parciais da pesquisa 'Agricultura Familiar e Sustentabilidade'. s/d.

GEERTZ, Clifford. *Uma Descrição Densa: Por uma teoria Interpretativa da Cultura*.

In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. 1978.

GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou morrer: camponeses trentinos (Vênetos e Lombardos) nas florestas brasileiras*. Editora UFSC, 1987.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice, 1990.

MALINOWSKI, B. Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação. In: *Os Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. *Trabalho infantil: necessidade, valor e exclusão social*. Brasília. Editora UFG, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*. Revista de Antropologia. São Paulo: USP, 1996, v.39, n 1.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Editora UNB, 1990.

\_\_\_\_\_. Identidade Camponesa e Identidade Étnica (Um estudo de caso). *Anuário Antropológico* 91, 1993.

\_\_\_\_\_. *Memória Coletiva, identidade e colonização: representações da diferença cultural no sul do Brasil*. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, UFRJ. 2009.

SIMONETTI, Fernanda. “*Mamma mia*”: a compreensão do saber fazer cotidiano e a resignificação dos papéis entre mulheres camponesas. Programa de Pós- Graduação em Ciências sociais – dissertação. UFSM, 2011.

SPONCHIADO, Breno Antônio. *Imigração & 4º Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho*. Santa Maria, UFSM, 1996.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil Meridional*, A construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS. Santa Maria. Editora UFSM. 2006.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*, vol. 1. Brasília: UNB, 1991.

# AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA COLÔNIA ERECHIM

Isabel Rosa Gritti<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente texto discute as relações interétnicas que se estabeleceram na então colônia Erechim, hoje região polarizada pelo município de Erechim. Criada em 1908, caracteriza-se pela diversidade étnica e cultural. Tal estudo se fundamenta nos processos crime relativos a região e na literatura produzida sobre a temática das relações interétnicas.

*Palavras-chave:* colônia Erechim, relações interétnicas, diversidade cultural.

---

## A criação da Colônia Erechim

A Colônia Erechim foi criada em outubro de 1908 pelo então presidente do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa e em 1918 foi transformada em Município. Erechim constitui-se no primeiro exemplo no Rio Grande do Sul em que houve planejamento para a ocupação da terra. Segundo Ernesto Cassol seu plano de urbanização foi projetado por Carlos Torres Gonçalves sendo inspirado nos traçados de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais e Buenos Aires na Argentina.

A criação da Colônia Erechim deu-se a partir de argumentos apresentados pelo Diretor de Terras e Colonização, Carlos Torres Gonçalves, de que as terras disponíveis nas Colônias Ijuí e Guarani eram insuficientes para a colonização. Além disso, fundamentava sua proposta na fertilidade do solo e na grande procura de terras por particulares que aí estavam se estabelecendo de forma tumultuosa e cuja instalação necessitava ser regularizada.

A Colônia Erechim desenvolve-se rapidamente. Jean Roche destaca o rápido desenvolvimento da Colônia Erechim. Afirma que a

---

<sup>1</sup> Doutora em História do Brasil. Professora Adjunta da UFFS, Campus Erechim-RS.

mesma bateu todos os recordes da rapidez do desenvolvimento. Erechim “ficará, pelo menos, como um dos exemplos mais significativos de impulso demográfico que se deve à colonização. É verdade que esta se realizou ao longo da via férrea Santa Maria-São Paulo, o que lhe permitiu escoar imediatamente os produtos agrícolas com facilidade excepcional na história das Colônias rio-grandenses”. (ROCHE, 1969, p. 281).

Segundo Roche, o impulso inicial foi muito curto. Povoado a partir de 1909, em 1913 tinha colheitas suficientes para garantir sua subsistência e a exportação da madeira, erva-mate, feijão, batata-inglesa, etc. De 1910 a 1914 o número dos lotes ocupados passará de 3.397 para 6.135 e a produção duplicara em volume e valor. Evolução que se acelera com a Primeira Guerra Mundial.

O rápido desenvolvimento da Colônia Erechim fora constatado ainda em 1912 pelo Chefe da Comissão de Terras. Em seu relatório de 1912 dirigido ao Diretor de Terras e Colonização, o Chefe da Colônia apresenta o relatório “com agradável satisfação em face do latente desenvolvimento da Colônia de que é um testemunho eloquente o seu estado atual a despeito das dificuldades superadas por esta chefia para a boa marcha do serviço, tudo conforme adiante se vê”.

Além do rápido desenvolvimento, outra característica da Colônia Erechim é a diversidade étnica e cultural de sua população. Nos livros de registros de entrada de imigrantes correspondentes aos anos de 1911 a 1914, encontramos o registro de imigrantes de nacionalidade alemã, polaca, austríaca, russa, italiana, sueca, portuguesa holandesa e até dois japoneses.

Essa diversidade étnica não foi problema para a administração da Colônia. As reclamações e queixas apresentadas pelos imigrantes são consideradas normais pelo Chefe da Comissão de Terras, Severiano de Souza e Almeida.

Na correspondência enviada ao Presidente da Sociedade União Operária do Rio Grande em março de 1915, o Chefe da Comissão de Terras de Erechim avalia que “tratando-se de uma classe tão numerosa, constituída por nacionalidades, costumes e

índoles diferentes, não é de estranhar que haja queixosos e descontentes entre os poucos afeitos ao trabalho”. (ALMEIDA, 1915 apud GRITTI, 2004, p. 117).

Salienta Severiano de Souza e Almeida que, apesar de um grande número de imigrantes terem vindo sem família e, portanto, com direito apenas à concessão de terras a prazo e algum trabalho, foram por benevolência desta chefia contemplados com vales por adiantamento, o que comprova a atenção dispensada aos que se dirigiam a esta Colônia.

A prosperidade e a presença de bons elementos na Colônia Erechim são destacados pelo chefe da mesma. Destaca também, a estabilidade do imigrante, isto é, poucos, muito poucos abandonaram a Colônia Erechim, contrariamente ao que ocorreu nos demais núcleos coloniais do Rio Grande do Sul. Escreve:

Confirmando o meu telegrama de 1 do corrente a V. Excia, o Sr. Dr. Secretário, em resposta a um que recebi sobre a imaginária saída de imigrantes para a república Argentina, cumpre-me levar ao vosso conhecimento que semelhante noticia não tem fundamento algum, pois os imigrantes em geral, quer do povoamento, quer espontâneos, acham-se muito satisfeitos e entusiasmados aqui, os quais, de modo algum pretendem retirar-se da Colônia, de que, é um testemunho o fato de a maioria deles ter feito chamada de parentes, cujos pedidos tenho dirigido ao Inspetor de Povoamento nessa capital, para o devido encaminhamento dos mesmos a esta Colônia, de forma que, procedendo eles assim, não tem naturalmente intenção de retirar-se e, sim, de definitivamente permanecerem nos lotes em que se estabeleceram.

Vindo nas grandes remessas de imigrantes, como sabeis, gente de toda espécie, inclusive especuladores que já tem estado em núcleos coloniais de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, não é de admirar que apareça algum elemento péssimo, que em parte alguma fica, sendo que o bom elemento é estável e por isso permanece nos lotes que lhes são destinados, nestas condições a Colônia Erechim conta em quase sua totalidade com imigrantes que, por serem agricultores, garantem o bom aproveitamento das terras.

## **Uma colônia planejada**

Outra característica significativa da colônia Erechim, é o fato de ela ter sido uma Colônia Planejada, além de ser a última colônia criada pelo Estado com o objetivo de assentar imigrantes, política desenvolvida pelo governo imperial primeiro, e, posteriormente pelo governo republicano. O fato de ter sido uma colônia planejada evitou que se repetissem aqui os problemas apresentados e vivenciados pelos imigrantes nos demais núcleos coloniais do Estado do Rio Grande do Sul. Não ocorreram aqui conflitos entre imigrantes e funcionários do Estado responsáveis pela administração dos núcleos coloniais, conflitos estes decorrentes da falta de moradia e da consequente instalação dos mesmos nos barracões à espera de assentamento, da lentidão na demarcação do lote, do trabalho em obras públicas como forma de garantir a alimentação nos meses iniciais de instalação no núcleo colonial, condições estas radicalmente opostas às propaladas pelos agentes das companhias imigratórias, no continente europeu com o objetivo de recrutar imigrantes para o trabalho agrícola no Brasil.

Quando os imigrantes europeus chegam à Colônia Erechim, já estão presentes neste território os indígenas e os chamados caboclos. Grupos estes que, vão disputar com os demais a posse da terra. Estas diferentes culturas passam a conviver cotidianamente no processo de construção da sobrevivência. Nessa convivência, criam-se relações sociais, econômicas, políticas, culturais, ideológicas e afetivas que gradativamente, se consolidam e se propalam. Também é particularmente interessante destacar que no território correspondente a Colônia Erechim, se fazem presentes dois agentes colonizadores, quais sejam: o Estado, através da colonização oficial, a presença das Companhias Colonizadoras, promotoras da colonização privada, no caso a ação da Jewish Colonization Association, responsável pela imigração e colonização judaica na região e da Companhia Colonizadora Luce e Rosa.

Atualmente Erechim ostenta o título de Capital da Amizade, segundo seus defensores, deve-se ao fato da inexistência de relações conflituosas e desarmônicas no processo inicial da constituição da Colônia Erechim e da continuidade dessas relações na atualidade. O

estudo por nós realizado sobre a imigração polonesa no Rio Grande do Sul, nos permite discordar de tal afirmativa. No caso específico da Colônia Erechim, os imigrantes poloneses e seus descendentes foram vítimas de preconceito, assim como, os negros e muitos outros grupos. Este preconceito se enraizou e se propalou no tempo e no espaço e das mais diferentes formas. O estudo dos processos crime, da literatura e dos casamentos, confirmam isso.

É através de um processo-crime que, no ano de 1973 o juiz de direito da comarca de Erechim nos diz que o racismo existe e que atinge particularmente dois grupos: os negros e os poloneses. Quando do julgamento de I.D.S. e M.C.F. acusadas de agredirem com foices E. F. por ter chamado M.C.F. de “nega cativa”, sentencia que: (...) Esta, por certo, decorreu de provocações da vítima, mormente se considerando o racismo imperante em zona de colonização italiana, que se expressa no refrão muito comum nesta zona: “Dai ai polachi, copari ai negri” (bater nos polacos, matar os negros). (GRITTI, 2004, p.188)

A vasta literatura produzida sobre a imigração, europeia ou não, mostra que, a mesma foi sempre discutida, contestada, colocada em dúvida em nome de um sentimento nacionalista que pregava a defesa do trabalhador nacional. E, mesmo entre os grupos imigratórios, uns são mais desejáveis que outros. Veja-se a avaliação feita em 1907 pelo chefe da Comissão de Terras de Jaguari, Severiano de Sousa e Almeida. No relatório apresentado à Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas referentes aos trabalhos executados no período de 1891 a 1907, lê-se:

Imigrantes: Este é um assunto dos mais relevantes para um Estado como o do Rio Grande do Sul. Somente agora, que são passados tantos anos de serviço de colonização, é que se pode com segurança dizer qual o imigrante preferível para as nossas colônias. Dura experiência essa, adquirida à força de continuados ensaios dispendiosos por conta dos Governos e ingentes sacrifícios das direções coloniais, para conter e encaminhar no trabalho do solo, raças de tantas procedências, hábitos e aspirações. Tem sido experimentadas e aconselhadas, nestes muitos anos que se passaram, diversas imigrações, chegando-se a apontar como vantajosa a japonesa, a chinesa, e também a portuguesa, a israelita, etc.



A respeito dos suecos, espanhóis, franceses, austríacos e polacos, pode-se dizer que são bons colonos pela experiência que tenho adquirido como chefe desta Comissão; mas precisando melhor as minhas observações atinentes a este melindroso assunto, não tenho dúvida alguma em apontar como excelente imigração a húngara, a italiana e a alemã. São colonos, tanto aqueles como estes, muito trabalhadores, ordeiros e econômicos. O colono húngaro é menos empreendedor, porém mais conformado e menos exigente; o italiano liga muita importância à sua propriedade e apresenta dotes essenciais para as indústrias e o comércio, assim como o colono alemão. Qualquer uma dessas imigrações estabelecidas em terrenos próprios, pode-se contar certo que dará ótimos resultados sob todos os pontos de vista.

É importante destacar que Severiano de Sousa e Almeida dirigiu as Comissões de Terras de Jaguari/RS e Erechim/RS, onde os problemas ligados ao assentamento dos imigrantes foi praticamente inexistente, se comparado aos demais núcleos coloniais do Estado e particularmente, os núcleos em que houve o predomínio de assentamento de imigrantes poloneses. Estes reagiram mais violentamente que os demais frente às condições que lhes eram oferecidas aqui em território gaúcho. Também importante destacar que as Colônias de Jaguari e Erechim estão entre as últimas criadas pelo Estado, e no caso de Erechim, totalmente planejada.

Pelo exposto, evidencia-se um assentamento e uma relação tranquila entre a Comissão de Terras e os imigrantes, e estes, entre si apesar da heterogeneidade étnica e cultural na formação da Colônia Erechim. Acreditamos que o fato de Erechim ser uma das últimas colônias criadas no Estado e cuidadosamente planejada, ao contrário das demais colônias agrícolas onde os imigrantes foram assentados, contribuiu para que os anos iniciais se caracterizassem pela estabilidade e pela tranquilidade.

Contudo, se não houve conflito declarado e direto entre os diferentes e diversos grupos que formaram e formam nossa estrutura social, não significa ausência de preconceito, e domínio de relações harmoniosas. Os exemplos abaixo, comprovam esta afirmativa.

## As relações interétnicas na literatura

Marinho Kern nos revela, através da literatura, a existência do preconceito em relação aos imigrantes poloneses e seus descendentes, muito tempo depois de se terem fixado em solo gaúcho.

Apesar de a obra literária ser uma obra de ficção, ela tem origem no real, no vivido, no sentido. Daí a importância da mesma.

Na obra *Moço de Erechim*, Marinho Kern une realidade, ficção e humor no retrato que faz da cidade, através do personagem Armando Molari. Sobre ele, os editores escrevem que as aventuras de Armando Molari não se dão fora da história. “Por trás de suas peripécias, da infância à velhice, passam por nós, com maior ou menor intensidade narrativo-ficcional, a Segunda Guerra Mundial, o fascismo, o golpe de 64, e assim por diante. Nada se dá por acaso, nem sequer a supostamente mais inocente das leituras”.

Entre as tantas trapagens e golpes planejados e executados por Armando Molari, está o “Golpe do Cachorro”, que vitimou os colonos descendentes de poloneses do interior de Erechim.

Marinho Kern escreve:

“Na semana seguinte as estradas encheram-se de pó vermelho e as carroças sulcaram a terra. Na praça fronteira à Prefeitura Municipal, foram parando, parando.

O Prefeito Mandelli, sempre despreocupado e bonachão, olhou da janela e viu a aglomeração das carroças.

– Vai ver que querem de novo sementes de trigo – e ria a valer – ah, ah, ah! Eles vêm me chatear de novo e eu não tenho sementes de trigo, ah, ah, ah!

Todos queriam falar com o Franklin. Franklin, que era o subprefeito, ainda não chegara, estava fiscalizando uma obra em Cotegipe.

– Mas não demora, esperem um pouco.

E foram juntando mais carroças. Dez e meia, Franklin veio no caminhão placa branca da Prefeitura, fumando seu palheiro. Os colonos rodearam-no, explicando ao que vinham.

– Comigo? Pra cima de mim? Isto aí é com o Mandelli – e ria, gozando antecipadamente a cara que o prefeito faria com aquela estória.

Os colonos foram á presença do Prefeito. Pediram licença e entraram no amplo gabinete.

– Olha Préféito senhor, trouxemos os cachorros.

– Que cachorros?

– Aquéles qué ó séu Franklin mandou comprar é qué vão para São Paulo para as penicilinas.

– Vamos devagar nas pedras. Vocês estão com os cachorros aí fora e o Franklin é que encomendou?

– Témo, sim séu Préféito.

– E quem foi que mandou vir os cachorros?

Falou em nome dos demais, um colono desembaraçado, o Tadeu Zunkoski, de ascendência polonesa:

Póis Préféito senhor, o filho da Panacioli dé bónhito auto chegando é bónhito falando iélé disse qué querendo mesmo cachorros comprar. Iéu perguntei: cachorros pra qué? Iélé mé dizendo que cachorro pra São Paulo mandei experiências com penicilina fazé. Aí Mándelli Préféito Sénhor iéu perguntei: cadela também servindo? Iéle disse: Cém cruzeiros pór cabeça: Ientão iéu véndi um cachorro é dóis cadela. Iélé mesmo uma nota dé mil mié déu, iéu tróco déi. Iéle mé dizendo; ié pra l'véi na semana qué vêm lá naPréféitura de Erechim. Ié pra fálei com o Franklin é nóis viémo mesmo de carroça chegando.

– Aqui tem coisa. Ele pagou vocês?

– Sim, sim, notinha nova dé mil, bónhita.

– Alguém tem aqui uma dessas notas?

– Aqui séu Préféito, tém o dinheiro qué éle pagou.

O Prefeito deu uma olhada na nota. Não notou diferença, porque também não conhecia dinheiro. Mandou chamar o tesoureiro que, ao examiná-la, logo exclamou:

– É falsa!

O gabinete foi tomado de algazarra. Aqueles homens que pouco falavam, de repente, transformaram-se em viveiro de periquitos. Um vozerio danado. Os colonos falavam e gesticulavam e muitos puxavam o dinheiro dos bolsos mostrando aos demais. Alguns já haviam passado o dinheiro adiante e só o Mustifaga recebera quatro notas.

O Mandelão – O Prefeito – era um homem que não complicava com nada.

Deu-lhes um conselho sensato:

Vamos fazer assim: Vocês voltam para casa com os cachorros de vocês e tratem de passar adiante o dinheiro que receberam, que é que acham?

– É sé os bódegúeros não quiserem receber?

Todo o mundo recebe por engano e todo o mundo trata de passar adiante, vocês é que não podem perder...

E, assim, foi solucionado o caso dos cachorros que iriam para São Paulo, para serem utilizados nas experiências com a penicilina. Armando fez uma onda danada com o caso. Contou para todos e dava risadas. Fora um acontecimento engraçado. Há colonos que até hoje comentam o caso do qual, até eles terminaram achando graça: Léu mé livrar querendo do Tigré qué comé pór quatro é ó désgraçado ainda ém casa ficando.  
 É ó mánco dó Ladislau?  
 É a véia Prescanchinski empurrar ó véio cego dela querendo?  
 É o Gino qué pagou pra mandar ós dóis cadelas délé?  
 A um canto, um caboclo de beira de estrada, que tomava seu trago e fumava o seu palheiro, ouvindo as conversas dos polacos, dava suas risadinhas e também entrou na conversa:  
 Eu é que não caí, eu sei que até o sarnoso do Mieceslau foi passar em Erechim. Mas o moço veio com conversa bonita e eu desconfiei. Mostrou o dinheiro e me tentou mas eu fui mais esperto.  
 Eu disse que ia ver o que é que tinha de troco e voltei com cinquenta cruzeiros. Vendi toda a cachorrada por 950 e com os meus botões pensei: se ele quiser, que venha buscar. Olha vizinhos, nem me mexi...  
 Sémpre déu para um ajuntamento de colonos fazer ém Éréchim e a Mandelli um susto levando.  
 Os vizinhos deviam ter deixado os cachorros pro Prefeito.  
 O Janek é qué ia perder aquélé cachorro bóm, aquélé caçador de préa é lébré!”

E aqueles homens simples e bons, ludibriados, quando se reuniam nas bodegas das Colônias, ainda conseguiam trocar do caso. (KERN, 1983, p. 171).

### **As relações interétnicas nos processos-crime**

No processo-crime envolvendo F. J. e P. S., a ideia negativa em relação aos poloneses está fortemente presente. Além de serem poloneses são comunistas, o que os torna duplamente desqualificados. P. “S., em seu depoimento ao delegado de polícia, deseja esclarecer que esse grupo de indivíduos que foram agredi-lo são simpatizantes do extinto “Partido Comunista Brasileiro”, e seguidamente fazem reuniões;” que ainda no dia primeiro do corrente, aniversário de Luiz Carlos Prestes, os mesmos andaram fazendo detonações de arma de fogo ou rojões, e que achou parecido o estampido com tiros de arma de fogo; que o declarante não tem

testemunha, porque ali é um grupo de poloneses, todos, como já disse, seus inimigos, elementos bêbados, vagabundos, encraveiros, desordeiros, e que vivem incomodando os demais colonos que plantam e produzem”.(GRITTI, 2004, p. 194).

Em novembro de mil novecentos e quarenta e oito, o Promotor de Justiça da Comarca de Erechim denuncia J. B. de O., de vinte e sete anos por raptar J. D. abandonou o lar paterno e foi viver em companhia de J. B. de O. Esta união durou dezoito dias, uma vez que J. resolveu voltar para casa dos pais. Embora J. tenha consentido no raptar, a denúncia é aceita e o processo instaurado.

Quando, em agosto de mil novecentos e cinquenta e um, J. D. presta seu depoimento diante do juiz J. B.M. este “manda consignar que a declarante depôs de maneira vacilante, demonstrando não compreender perfeitamente o sentido das perguntas que lhe foram feitas, dando a entender se tratar de uma pessoa muito pouco esclarecida, pelo fato de ser de origem polonesa e criada no interior do município, na zona colonial, ou sofrer das faculdades mentais, sendo que esta última hipótese não é tão patente, podendo admitir como verídica a primeira delas”. (GRITTI, 2004, p. 195.)

Aqui o preconceito não é apenas contra uma origem étnica, mas também em relação ao território que habita: o meio rural. Este apresenta uma cultura inferior à cultura urbana, e portanto seus habitantes são culturalmente inferiores. É o que o juiz expressa em sua fala. Fica evidente neste depoimento que o preconceito se faz presente em todas as classes sociais e independe dos níveis de escolaridade.

Em 7 de julho de 1925, o diretor da Comissão de Terras informava ao diretor de Terras e Colonização que em consequência de movimento revolucionário que convulsionou o Estado, localizaram-se nas florestas de Erechim, nos lugares denominados Matto Preto, Viadutos e Boi Preto, “aproximadamente 70 famílias de intrusos, uns descendentes da velha colonização, e outros, em maioria nacionais, todos em condições precárias de vida, sem recursos”. Estes se estabeleceram nos referidos locais iludidos que

foram com promessas de lá permanecer, devastando as matas pertencentes ao Estado, sem maiores obrigações para com este.

Alguns meses mais tarde, novamente o diretor de Terras e Colonização é informado da intrusão de terras, desta vez nas florestas Formiga e Castilhos, onde se estabeleceram “cerca de 130 famílias de nacionais que não contam com recursos próprios”. (GRITTI, 2003, p. 70).

Segundo o diretor da Comissão de Terras de Erechim, esta invasão deu-se em decorrência da completa acefalia administrativa que se encontrava o município, no período em que os revolucionários comandados pelo general Felipe Portinho, aqui se estabeleceram e nomearam Temístocles Ochôoa como administrador revolucionário.

Interessante destacar que, por estes documentos, a intrusão de terras, e o desmatamento das áreas do Estado, isto é, a desordem, ocorre pela falta de uma administração municipal governista e pela não vigilância dos funcionários da Comissão de Terras, uma vez que estão impedidos de trabalharem. Isso impossibilita a manutenção da ordem e a consequente expansão da desordem.

Chama particularmente atenção, o fato de que a quase totalidade das famílias acusadas de intrusarem áreas florestadas pertencentes ao Estado, serem de nacionais. São famílias que aqui se encontravam ou em outras regiões e quando do assentamento dos imigrantes europeus no solo gaúcho, acabaram sendo desalojadas da terra que ocupavam.

O exemplo que segue, demonstra mais uma vez a existência do preconceito. Neste caso, o preconceito é contra os negros e afirma a superioridade dos imigrantes brancos, e, particularmente dos alemães. No ano de mil novecentos e cinquenta e seis, o juiz A. F. C. demonstra seu comportamento preconceituoso no julgamento que faz. Na longa argumentação que faz para fundamentar a condenação de A. S. acusado de estuprar E. R. destaca: “Ademais, é de se salientar que, em sendo a ofendida descendente de alemães e o acusado de cor preta, jamais, por uma questão de preconceito de raça, consentiria fosse por ele possuída, quanto mais, em sendo uma

mulher casada e não vulgar prostituta, mercadejar seu corpo.” (GRITTI, 2004, p. 193).

Maria Luiza Tucci Carneiro diz que antes do século XV, o preconceito não estava relacionado especificamente ao antagonismo de raças. A oposição entre os grupos estava ligada às divergências religiosas entre cristãos e infiéis. Diz que, com as grandes descobertas e a colonização de novas terras, os interesses políticos das grandes potências colonizadoras foram encobertos por justificativas raciais e religiosas.

Falsos argumentos étnicos ou religiosos passam a ser adotados como signos, permitindo distinguir os indivíduos ou os grupos entre si. Dessa forma passam a existir, de um lado, os ‘limpos de sangue’, os pertencentes a uma raça pura, superior e inteligente, e, de outro, os ‘infectos’, os párias, membros de uma raça inferior. Esses signos compõem a ordem simbólica estipulada pelo grupo dominante, que, para manter sua posição privilegiada, organiza toda estrutura legal e social, manipulando leis e convenções, além de controlar os meios de propaganda e comunicação. (CARNEIRO, 1988, p. 19).

No caso da Colônia Erechim, apesar de não existirem conflitos étnicos explícitos, declarados, o preconceito se faz presente. Emerge no momento inicial do assentamento dos imigrantes, se consolida e se propala no tempo e no espaço. Os exemplos citados provam tal afirmativa.

## **Referências**

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito racial: Portugal e Brasil-Colônia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CASSOL, Ernesto. *Carlos Torres Gonçalves: Vida e Obra e Significado*. Erechim, 1998. (mimeografado).

GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

\_\_\_\_\_. *Anais do II Seminário de História Regional: A Revolução de 1923-80 anos do combate de Quatro Irmãos*. IHG de Getúlio Vargas. Getúlio Vargas, 2003.

KERN, Marinho. *Moço de Erechim*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.



# **A PREOCUPAÇÃO COM OS “DE DENTRO” E A RECONSTITUIÇÃO DO ÉTHOS DE CAMPONÊS: RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA COLÔNIA ERECHIM, NORTE DO RS – 1908-1915**

João Carlos Tedesco<sup>1</sup>  
Márcia dos Santos Caron<sup>2</sup>

*Resumo:* O texto busca mostrar a forma como se estabeleceram as relações interétnicas na Colônia Erechim, considerando as narrativas e as memórias dos sujeitos envolvidos. Procura, também, apontar possibilidades e caminhos de pesquisa que extrapolem a análise da imigração pelo viés econômico; mas que considerem o impacto da imigração nas relações sociais. É em torno dessas diretrizes, dos discursos de interlocutores que vivenciaram a constituição desse processo, da preocupação com os “de dentro”, com as fronteiras culturais estabelecidas pela colonização e suas representações posteriores (momentos de comemoração pública e coletiva), com o *ethos* camponês que se re-estabeleceu e se redefiniu na referida colônia que conduziremos nossa análise.

---

## **A colonização num cenário multi-étnico: diferenciações e redefinições**

Fruto da colonização oficial proposta pelo Estado, a Colônia Erechim foi fundada em 1908. Planejada com rigor por Carlos Torres Gonçalves, Diretor de Terras e Colonização, e atendendo aos princípios positivistas (normatização e controle do Estado, ordenamento e legitimidade jurídica, apropriação privada e produtiva da terra, sua dimensão mercantil etc.), a Colônia Erechim deveria tornar-se modelo de colonização no estado gaúcho em razão de sua ocupação, da presença de grupos étnicos, do grande controle

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais – Professor do PPGH/UPF.

<sup>2</sup> Mestre em História – URI/Campus de Erechim.

estatal na questão da terra, dos problemas advindos em outras partes do Estado, dentre outras.

A partir de janeiro de 1895, o Governo Federal transferiu efetivamente aos estados as responsabilidades com a colonização. Para Kliemann (1986, p. 48), esse fato abriu ao governo do estado uma nova perspectiva de arrecadação, o que vinha a calhar no sentido de facilitar o equilíbrio orçamentário tão desejado. A cobrança das dívidas dos colonos e as taxas cobradas pelas comissões de verificação de posse e legitimação de propriedades eram boas fontes de rendas para os cofres públicos; por isso também que a terra passou a ser otimizada como fator econômico para a esfera governamental do referido estado.

Melhor do que tudo, porém, era a possibilidade que surgia de, através das Comissões de Verificação de Posses – que também discriminavam as terras públicas – identificar áreas devolutas ou mesmo áreas ocupadas que pudessem, mediante alegação de irregularidades na posse, reverter ao Estado e ser novamente vendidas e/ou cobradas. Passou-se assim, a uma grande *fabricação* de terras devolutas (ROCHE, 1969), pois essas, passando para as mãos do Estado, seriam comercializadas, normatizadas em termos burocráticos e funcionais à produção agrícola, bem como direcionadas para uma grande demanda que estava adentrado pela região Norte do Estado e, até então, em situação de insegurança. Evidentemente, essas áreas eram, de preferência, as melhores e mais caras. Por isso e por outros fatores que se somaram, principalmente os de cunho étnico, dos enfrentamentos com a população nativa, acabou-se gerando grande intranquilidade entre os colonos (os que já habitavam no lugar que sentiram o temor de perder as terras apropriadas indevidamente em relação às novas diretrizes de governo e os que estavam, na época, chegando), que se viram sujeitos aos desmandos e à truculência dos funcionários do Estado. Esse processo de intervenção estatal revestia-se com a roupagem de *ação moralizadora*, que, na verdade, mostrou ser uma verdadeira *grilagem oficial* de terras, em grande parte, legitimamente ocupadas (KLIEMANN, 1986).

Os imigrantes italianos, alemães, poloneses, israelitas<sup>3</sup> chegaram à região da Colônia Erechim a partir de 1910, ocupando as terras devolutas até então ocupadas pelos nativos (índios e caboclos) e também pelos negros<sup>4</sup>. Ao chegarem, demarcaram fronteiras – tempos e espaços – que ficaram registrados como epopeia da colonização e da modernização do Alto Uruguai, constituindo as chamadas *famílias pioneiras*. Boa parte da literatura local assim a representou e a enfocou, servindo de base para muitas outras análises e pré-conceitos ainda existentes, como o discurso que apresentamos no início da introdução. A memória política da questão da terras fez parte de uma política de memória de comemoração do Centenário dando ênfase ao processo normatizador da terra e dos sujeitos que nela passaram a produzir e trazer o progresso à região.

Nas primeiras décadas do século XX, a proposta positivista consistia em instituir, no Rio Grande do Sul, uma economia moderna e eficiente, capaz de atender às necessidades de acumulação capitalista de que dependia o desencadeamento de um processo de industrialização local. Ao mesmo tempo, havia a preocupação em garantir arrecadação em níveis compatíveis com a manutenção do equilíbrio no orçamento do estado. Assim, o tratamento a ser dado às questões relacionadas com a terra – meio de produção fundamental numa economia capitalista – não poderia ser diferente do tratamento que conferia às demais questões, ou seja, de ordem para o progresso!

Faz-se necessário destacar que a ação do governo estadual, no tocante às terras e colonização, foi possível e necessária porque a Constituição Federal de 1891 estabelecia que, a partir de então, as terras devolutas passariam ao domínio dos estados. Esta determinação estava expressa no Artigo 64 da Constituição Federal,

---

<sup>3</sup> Há registros de outras etnias/grupos migratórios, no entanto, por representarem uma minoria, não são contemplados nos registros oficiais do município, o que mostra uma lacuna significativa.

<sup>4</sup> Informação retirada do site oficial do município de Erechim, [www.pmerechim.rs.gov.br](http://www.pmerechim.rs.gov.br) acessado em 13/08/2007.

que assim preconizava: “Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas em seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção de território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais”<sup>5</sup>. Essa determinação possibilitava que os estados, a partir de então, decidissem e legislassem sobre suas terras devolutas, o que abria a possibilidade de arrecadação de recursos advindos desses territórios devolutos, quer fosse pela venda – feita em hasta pública – quer fosse pela cobrança de impostos devidos ao estado. Sendo assim, a partir dessa determinação do Governo Federal, Kliemann (1986, p. 39) ressalta que por “ser o Rio Grande do Sul essencialmente agrário, como de resto todo o país, os problemas fundiários e de imigração começaram a ser encarados como prioritários”.

Como já enfatizamos, a agricultura familiar, nos moldes europeus, passou a ser a grande opção para esses novos princípios da esfera pública na reconfiguração do território rural; era vista como modelar em termos de convivência social, geração de braços para os trabalhos na terra, difusora de dimensões culturais e religiosas, bem como expressaria um novo formato de concepção de trabalho desenvolvido de uma forma mais avançada em algumas regiões do mundo ocidental. Esse faria redefinir o *éthos* camponês existente até então na região, bem como, reproduziria o que já vinha de outros lugares, como migrante, descendente de europeu, nas denominadas Velhas Colônias de Imigração. Esse estrato produtivo e cultural, pelo trabalho e parcimônia, fomentaria oferta de matérias-primas a custo baixo para outros setores da economia e facilitaria de modo especial o trabalhador e o consumidor urbano de outros centros consumidores. Fronteiras culturais passaram então a se constituir, fundadas também pelo horizonte produtivo, religioso e de sociabilidade.

---

<sup>5</sup> Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil. 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

Interlocutores revelam a incorporação dessa representação e a dinâmica dessa concepção em relação aos contatos e referências étnicas na região:

Quando vinham os *brasileiros*... bom, uma vez não sei como não morreram, sendo o primeiro meu pai. Vinham vindo em bando, era um monte de gente, e ninguém sabia com qual intenção. Então os colonos, Baccin, Fiorentin, o meu pai, e o Rigo com seus filhos, fizeram um piquete armado esperando, se eles viessem não ia sobrar nenhuma bucha, eram uns oito ou dez, ficaram escondidos sem dar sinal até que os *brasileiros* foram embora... mas que coisa triste que era. Esses *brasileiros* que *faziam assaltos* vinham comprar em nossa casa, porque o meu pai se dava muito bem com todo mundo.<sup>6</sup> (Grifos nossos).

Dentro dessa nova lógica, um grande contingente de população do Norte do estado – lavradores pobres, meeiros, pequenos arrendatários, trabalhadores temporários, coletores de erva-mate, dentre outras categorias – acabou sendo fortemente atingido pela lógica de apropriação privada e colonizada das terras (RÜCKERT, 1997); houve grande mobilidade populacional de negros, índios, caboclos e mesmo de pequenos agricultores, descendentes de imigrantes, que vivenciavam situações de bloqueio fundiário (quantidade de terra insuficiente para reprodução de novas unidades familiares, impossibilidade de aquisição, pressão para a migração etc.), com seu consequente empobrecimento. Porém, muitos colonos, descendentes de imigrantes, iam se constituindo na região também como comerciantes, transacionando a produção local com processos mercantis mais amplos no Estado; com isso, determinados grupos sociais foram se diferenciando dos demais; caboclos que tinham maior dificuldades de ascender economicamente acabavam reforçando o estereótipo do perigo e que exigiu a normatização e controle do estado quando da efetivação da prática colonizadora na região. A narrativa abaixo revela isso:

---

<sup>6</sup> M. E. Entrevista concedida a Leila Orso, em Paulo Bento, 30/08/2004. A entrevistada pediu para não ser identificada.

Por volta de 1910, o governo dava boas condições para quem se dispusesse a colonizar as terras de Paiol Grande. Aconteceu então um fato pitoresco com a vinda do meu avô. Ele veio até Getúlio Vargas para ver uma serraria, aí o pessoal informou que ele deveria ir adiante, que havia boas fazendas. Saiu com 200 contos de réis no bolso. Chegou a uma Casa de Pasto e pediu informações. Disseram que era ainda mais adiante, ele ia a cavalo. Acontece que se atrasou no caminho, veio a noite e ele encontrou uma casa de caboclos que havia aí. Pousou a noite junto com os caboclos e foi muito bem tratado. Noutro dia seguiu em frente e chegou na dita fazendinha. Contou então sua viagem, que havia pernoitado na casa dos caboclos. Os homens de lá ficaram surpresos, disseram: O senhor nasceu de novo porque aqueles caras lá não deixam ninguém para trás... ainda mais o senhor, com 200 contos no bolso. Meu avô então, para voltar, fez a volta e desviou do trajeto dos caboclos e debandou para Erechim.<sup>7</sup>

As matas localizadas no Alto Uruguai eram, então, uma fronteira a ser transposta e assimilada a esse novo perfil que se desenhava para o estado do Rio Grande do Sul. Importante destacar que, à frente da Diretoria de Terras e Colonização, encontrava-se Carlos Alberto Torres Gonçalves, engenheiro que projetou e acompanhou a demarcação das terras da Colônia Erechim, sendo um dos fiéis seguidores de ideias econômicas positivistas.<sup>8</sup>

Com a política de colonização levada a efeito por quase todo o estado gaúcho, categorias sociais começam a ser identificadas no meio rural em razão das atividades exercidas, das características regionais (terras de matas e o extrativismo, a fazenda pastoril e as várias formas e relações de trabalho); começa a vir à tona o posseiro, o meeiro, os colonos identificados com imigrantes e descendentes de

---

<sup>7</sup> Belamir Assoni. Entrevista concedida ao AHMJMIF, Erechim, em 9/06/ 1986. Livro de transcrição de entrevistas de 01 a 30, caixa 8F.

<sup>8</sup> Carlos Torres Gonçalves iniciou trabalhos como funcionário público no Rio Grande do Sul em 1898, época em que se tornou grande amigo de José Joaquim Felizardo Júnior, precursor da difusão da doutrina positivista no estado. Em 1899 foi nomeado para o cargo de 2º condutor na Secretaria de Obras Públicas, sob ordens do engenheiro João Luis Faria Santos, que por sua vez era sucessor de José Joaquim Felizardo Júnior na direção do núcleo positivista de Porto Alegre, e com quem estabeleceu forte amizade. Ver Cassol (2003, p. 28-33).

colônias oficiais de imigração européia, caboclos, negros, dentre outras denominações; os *entre-lugares* e as fronteiras se re-estabelecem, produzindo, com isso, alteridades, diferenciações e estigmas; a esfera produtiva e a legitimidade da propriedade serão elementos que passam a dar corpo e parâmetro a essas novas fronteiras. Começa a se fazer sentir as categorias preteridas e as incluídas na política de colonização pública e as deliberadas e/ou gerenciadas pela esfera privada.

Em grande parte do processo colonizador, os caboclos (denominados por Torres Gonçalves como *nacionaes*) foram preteridos. A Secretaria de Terra do Estado, tendo em frente Torres Gonçalves, já atestava esse fato; obrigava que fosse canalizada parte das terras colonizadas aos denominados *nacionaes*. Porém, essa realidade não se evidenciava conforme a orientação social da esfera pública. A referida secretaria, em seu relatório de 1917 (p. 41) enfatizava a necessidade de criar um Serviço de Proteção aos Nacionais, em razão desses estarem vendendo seus títulos de posses, bem como migrando para outras regiões, ou, então, inserindo-se no interior, como intrusos, nas colônias, dificultando o controle e anormatização do Estado. Diz o relatório que “era crença generalizada, mesmo entre as pessoas que manifestavam seu interesses pelos *nacionaes*; constitui fatalidade immodificável e impossibilidade de prendê-los a terra.” Na realidade, o posseiro (pertencente aos *nacionaes*), nos projetos de colonização do Estado, passa a ser visto como “intruso”. Ainda que tenha havido diretrizes públicas para que o mesmo fosse inserido (em situação de inclusão marginal), na realidade, essa prática, não se evidenciou. Esses acabam tornando-se mão de obra barata para vários expoentes do capital extrativista, da companhia de estrada de ferro, no interior de latifúndios regionais.

As colônias privadas, na realidade, em termos de filosofia política de governo, no início do século XX, não eram as mais incentivadas; eram, inclusive, altamente criticadas por Torres Gonçalves, em seus relatórios, pois segundo o mesmo, elas propiciavam “grandes lucros aos seus promotores (...), em virtude da grande população colonial existente. (...) estes colonizadores

particulares tem naturalmente como preocupação preponderante a consecução de bons resultados financeiros”. O referido diretor lembrava que os *nacionaes* estavam sendo preteridos de fato, pois “os vão gradualmente afastando, não só como elementos industriaes inferiores (de facto o são ainda), mas como natureza prejudiciais, corpos estranhos que não pesam financeiramente, e é preciso expellir” (Secretaria de Estado dos Negócios e Obras Públicas, RGS, 1917, p. 20 e 21).

É bom que se ressalte que essa ideia de não favorecer o empreendedor privado nas práticas de colonização no Rio Grande do Sul, não se evidenciou, tornou-se, sim, um expediente praticado em todo o estado e no Norte em particular (KLIEMANN, 1986, p. 49 e 50). Na realidade, tanto os *nacionaes*, quanto os pequenos colonos, foram explorados pelo capital especulativo que se instituiu nas práticas de colonização, a qual teve pouca vigilância da esfera pública.

Muitos conflitos no cotidiano das relações foram sendo produzidos, outros mais de expressão organizativa e militar aconteceram. Um exemplo é o de um caboclo chamado João Inácio, que entre os anos de 1927/1929 armou-se para garantir posse das terras que intrusava próximo à Fazenda Quatro Irmãos, então propriedade da Jewish Colonization Association – companhia colonizadora particular então proprietária das terras.<sup>9</sup> Outros conflitos, expressos de forma mais tênue – porém não menos violenta e estigmatizante, ocorriam nos espaços de socialização, dentre eles a escola. É o que o relato a seguir vem a corroborar:

---

<sup>9</sup> O “bando de João Inácio”, como ficou conhecido na região Norte do Estado, foi um grupo de caboclos que, sentindo-se excluídos ou incluídos marginalmente dos processos de colonização na referida região, mais particularmente na Colônia Quatro Irmãos, entre os anos de 1927/29, revoltaram-se, inclusive com confrontos e repressões por parte da Brigada Militar do Estado. Os membros foram taxados de “bandoleiros”, “salteadores”, “desordeiros que infestam os matos da região” por jornais da época, tanto da região, quanto do Estado. Um artigo de nossa autoria, sobre essa realidade de conflito nos processos de colonização no Norte do RS, em particular sobre o referido “bando”, está sendo publicado na *Revista Estudos Ibero-americanos*, da PUC, em 2012 (no prelo).



Lá em Erval, na primeira escola que eu lecionei, um dia eu falei... porque eles, os alunos, eram mesmo medonhos, eram filhos de posseiros, aqueles posseiros que se apossam das terras do governo, eles eram muito, muito malandros, então um dia eu me inventei de dizer que *eles pareciam cabritos*. (...). Quando eu fui morar em Erval, que como eu disse antes, só tinha posseiros, que não trabalhavam, não plantavam; nós levamos para lá uma porção de galinhas, perto de umas 30 galinhas, duas ou três noites que estávamos morando lá, *levaram todas elas*.<sup>10</sup> (Grifos nossos).

A região, que até o final do século XIX era considerada inóspita e atrasada em relação ao restante do estado, adquiriu nova vitalidade econômica com a construção da ferrovia. Isso foi possível quer seja pelo ágil escoamento da produção agrícola da região, quer seja pelo deslocamento dos agricultores das “colônias velhas”, em busca de novas terras e oportunidades, a partir de 1907, nas chamadas “colônias novas”. “A mercantilização da terra, a derrubada da mata, o plantio, a produção e a venda de excedentes dinamizaram e fizeram evoluir a formação de núcleos que dominaram o espaço territorial, coordenados pelos ritmos das marias-fumaças” (WOLFF, 2005, p. 36).

Em poucos anos após sua fundação, a Colônia Erechim gozava de grande prestígio no cenário estadual. Os lucros advindos da produção agrícola e da exploração da madeira, coadunados à facilidade de escoamento dessas produções, através da via ferroviária, em muito auxiliou a dinamização econômica da colônia. A propaganda do progresso e do desenvolvimento da colônia serviu de estímulo para que imigrantes estrangeiros, bem como colonos, oriundos das ditas “colônias velhas”, aportassem às terras do Alto Uruguai, esperançosos de partilharem da fartura e da prosperidade.

O enaltecimento à fundação da referida colônia, bem como o destaque dado à produção e ao movimento econômico, alcançados nos primeiros anos da mesma, faz jus às expectativas do governo rio-grandense, comprovando o princípio positivista de que através da

---

<sup>10</sup> Olívia Panosso Bernardi. Entrevista concedida ao AHMJMIF, Erechim, em 21/10/2003. Livro de transcrição de entrevistas de 161 a 193, caixa 8F.

ordem alcança-se o progresso. No texto é dado destaque à iniciativa do Estado na formação da colônia, através da proposta da colonização oficial. Inserindo-se nesse contexto, também foi permitida a ação de empresas colonizadoras particulares, as quais foram responsáveis pela colonização em amplas regiões do Rio Grande do Sul até o Paraná, também materializaram a ineficácia do estado nesse empreendimento, seus acordos com elites agrárias regionais (cabos eleitorais e de poder econômico e político local), a passagem da transferência da esfera federal nesse âmbito para a dos estados (MAESTRI, 2000, p. 21).

No caso do Rio Grande do Sul, a diferença na concessão das terras para a colonização particular, residia na exigência de que as companhias colonizadoras deveriam manter-se alinhadas com a legislação prevista pelo Estado (ROCHE, 1969). Empresas colonizadoras, como a Bertei e a Sertaneja, comercializaram terras na recém fundada Colônia Erechim (CASSOL, 2003, p. 27 e 28). No entanto, a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda e a Jewish Colonization Association foram colonizadoras que tiveram destacada atuação na região em questão. Por volta de 1915, grande parte desse processo colonizador já estava consolidado na região e atingido seus objetivos em termos políticos, econômicos e sócio-culturais.

### **A preocupação com “os de dentro”**

No período em que as políticas de (i)migração foram direcionadas para o Norte do Rio Grande do Sul deve-se ter presente que a região era o último reduto das populações indígenas, que usavam da estratégia de afastamento das fronteiras de ocupação do branco, embrenhando-se nas densas matas nativas. A partir do século XIX, por força da Revolução Farroupilha (1835-1845), da abolição da escravidão (1888) e da Revolução Federalista (1893-1895), a região foi ocupada por negros e caboclos, que ali se refugiavam por acharem-se protegidos pelo relevo acidentado, principalmente, na beira do rio Uruguai e, também, pelas densas e fartas matas nativas. Em razão dessa última, nas primeiras décadas do século XX, a indústria da madeira foi muito expoente. Apenas na

primeira década do século XX é que o Estado passou a conquistar a região e incorporá-la no processo produtivo oficial (PIRAN, 2001, p. 24 e 25). No processo de incorporação da região à produção capitalista, os índios e os caboclos foram os primeiros a serem desterritorializados, embrenhando-se cada vez mais nas matas e nas barrancas do Rio Uruguai, local em que até hoje é possível encontrar redutos indígenas que não aceitaram o aldeamento (como, por exemplo, em Erval Grande, Itatiba do Sul e Mariano Moro).

Deve-se considerar que a chegada do imigrante se configura, também, na chegada do conflito. Quem “chega” traz consigo costumes, hábitos, enfim, a cultura na qual estava inserido e da qual passa a ser representante. A fronteira se estabelece quando, na chegada, confronta-se com outra realidade, outra cultura que, enquanto diferente da sua, passa a gerar estranheza e desconforto (ELIAS; SCOTSON, 2000). O embate passa a ser, portanto, para a imposição – e conseqüente sobreposição – de uma em relação à outra. A fronteira não se limita ao tradicional conceito de “limite geográfico”, originário no século XIX. Para Martins (1997, p. 150), “fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”. Vista dessa forma, fronteira é a demarcação do outro, é o encontro da diversidade, a partir do qual uma nova realidade se constrói e, em geral, não sem conflitos.

Tratando-se especificamente da região da Colônia Erechim, estabelecia-se a necessidade de continuar incentivando a imigração, com vistas à modernização do estado. No entanto, por outro lado, à medida que avançavam os projetos de imigração e colonização, acentuava-se o processo de exclusão do *elemento nacional*. Esse processo de exclusão, passou a fazer parte do rol de preocupações dos dirigentes do estado, visto que a exclusão alimentava a intrusão.

Em razão disso, Carlos Torres Gonçalves propunha

A partir de 1915 a eficácia da ação sistemática em proteção aos nacionais ocupantes de terras devolutas. Até então, a maioria deles

preferia abandonar suas terras, à simples aproximação do colono estrangeiro e seguir azares de uma vida errante e aventureira.<sup>11</sup>

Outra preocupação mostrava-se implícita nesta mensagem: o elemento nacional deveria representar, na sociedade científica positiva, a nacionalidade de ordem para o progresso. O elemento nacional deveria ser o fiel guardião da nacionalidade brasileira. Ao tornar-se “intruso”, o nacional caracterizava-se como elemento desordeiro, o que não condizia com os preceitos positivistas preconizados no estado. Sendo assim, a divisão da terra em lotes, a construção de estradas, a instalação do imigrante no mato são os primeiros movimentos da *frente de expansão* no Alto Uruguai. A seguir, a estrada de ferro, que propicia a chegada de grandes levas de imigrantes, a montagem de uma rede de comércio e o papel central (econômico e político do comerciante), a fundação de vilas e cidades onde o imigrante constrói a escola, a igreja, o salão de festas, enfim, instaura seu modo de viver, traz consigo sua cultura; uma nova forma de viver se produz, alimentada pela lógica econômica e apropriação privada da terra, é a efetivação da *frente pioneira* na região com a reconfiguração de um novo éthos camponês, agora sob a lógica do colono descendente de imigrante e migrante de antigas colônias.

O Presidente de Estado, Júlio de Castilho, corrobora essa nova configuração da terra e da produção na terra, centralizando a figura do colono:

O colono transforma-se logo em pequeno proprietário agrícola, sente de imediato bem estar na sua modesta propriedade, adquire condições de fixidez normal, radica-se affectuosamente ao solo hospitaleiro e fértil que lhe dá o pão para a família e a prosperidade domestica como prompto resultado do seu trabalho honesto e fructifero, adapta-se facilmente aos nossos hábitos, familiariza-se em pouco tempo com a nossa língua, procura, enfim, nacionalizar-se sem nenhum constrangimento acatando as leis e autoridades com

---

<sup>11</sup> Mensagem à Assembléia dos Representantes pelo Presidente A. A. Borges de Medeiros. 3ª sessão da 8ª legislatura. 29.09.1919, p. 30.

uma reverencia inalterável, associando-se às nossas alegrias e às nossas mágoas, como si tivesse nascido n'esta terra privilegiada.<sup>12</sup>

Estabelecia-se a necessidade de continuar incentivando a imigração, com vistas à modernização do estado. No entanto, por outro lado, à medida que avançavam os projetos de imigração e colonização, acentuava-se o processo de exclusão do *elemento nacional*. Esse processo de exclusão passou a fazer parte do rol de preocupações dos dirigentes do estado, visto que a exclusão alimentava a intrusão. Ao tornar-se “intruso”, o *nacional* caracterizava-se como elemento desordeiro, o que não condizia com os preceitos positivistas preconizados no estado.

O *antes* é caracterizado como um período no qual a região era “puro mato”; predominava o extrativismo e não havia “papéis”<sup>13</sup> que provassem e comprovassem a posse da terra. Associava-se a isso a noção de falta de civilidade, de atraso. A representação construída com o *depois* da imigração, consolida-se com a demarcação dos lotes, o mapeamento da região e a legitimação da posse da terra: é o tempo da civilização, do desbravador e do pioneiro.

Destarte, o papel da companhia colonizadora, em consonância com o Estado, era o de estimular o progresso e produzir civilização na região, até então considerada selvagem e atrasada. A mata constituía, sem dúvida, um grande desafio ao imigrante. Se por um lado representava a realização do sonho de se tornar proprietário de terra, por outro trazia consigo a insegurança de não saber como dominá-la. A derrubada da floresta e a construção da casa eram atividades essenciais dos colonos nos primeiros tempos de seu estabelecimento na colônia. Além disso, fazia-se necessário iniciar a produção agrícola, e nem sempre os imigrantes dominavam as técnicas necessárias para essa prática.

---

<sup>12</sup> Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul – Júlio de Castilhos – à Assembléia dos Representantes em 1895. p. 24.

<sup>13</sup> Documentação que comprova a posse da terra. Os índios e caboclos, primitivos habitantes da região, não possuíam essa documentação comprobatória.

Diversos autores reiteram que, nos primeiros tempos da colonização, era comum imigrantes alemães e italianos *acaboclares-se*. Causava espanto que “a necessidade de dobrar-se à técnica do desflorestamento forçou o europeu a cair ao nível do índio ou do caboclo” (WEISS, 1949, p. 53). Refere-se o autor, à prática da queimada para a limpeza do solo florestado e a posterior preparação para o plantio; bem como ao extrativismo da erva-mate.

Ao falar da colonização do Planalto e da iniciativa do poder público na formação de núcleos oficiais de colonização, Roche destaca que

Foi Erechim que teve desenvolvimento mais rápido: 7.500 imigrantes nele se fixaram entre 1910 e 1912. Batendo todos os recordes, a colônia recebeu autonomia municipal em 1918, abrigando 43.000 habitantes em 1920 e 120.000 em 1950. Embora certas zonas tenham sido colonizadas por empresas privadas, Erechim deve muito à Inspetoria de Terras e Colonização, que cadastrou 10.082 lotes rurais (que cobriam 212.796 hectares) e 3.800 lotes urbanos, estabeleceu 868 quilômetros de rodovias e 2.550 quilômetros de caminhos vicinais, construiu 39 pontes e abriu até 20 escolas públicas. (ROCHE, 1969, p. 129).

A descrição de Roche contempla o elemento imigrante, que chegava e trazia consigo o desenvolvimento, a civilização e a prosperidade. Outra narrativa consistente sobre o papel da imigração na formação do povo riograndense é a de Bernardin D’Apremont, frei capuchinho que escreveu, de 1896 a 1915, suas impressões sobre a colonização do Rio Grande do Sul

A maioria da população é composta de descendentes de portugueses conquistadores e exploradores, misturada com os antigos indígenas e negros importados da África ao tempo da escravidão. A cada passo esbarra-se com esses negros. (...) Há mais ou menos um século, um elemento novo veio renovar o sangue brasileiro e suprir a indolência nativa dos antigos habitantes. Trata-se dos colonos europeus, vindos recentemente para essas regiões. (...) Estes imigrantes são os caçulas da grande família brasileira. (D’APREMONT, 1976, p. 17).

A região, apesar de habitada quando da chegada do imigrante, era considerada como espaço a explorar, espaço a

desenvolver. Habitada, como se destacou anteriormente, pelos índios e caboclos, esses elementos não eram considerados ícones do desenvolvimento. Antes ao contrário: eram vistos como um problema a ser resolvido. Ao tratar dos desafios enfrentados pelo Estado na gerência da Colônia Erechim, Roche ressalta que, além de outros empecilhos, a administração “teve que resolver, também, o problema da instalação legal dos intrusos, que haviam precedido a divisão das terras públicas e se estabelecendo aqui e acolá, na orla das zonas colonizadas” (ROCHE, 1969, p. 129).

### **Considerações finais**

No Rio Grande do Sul, o Estado positivista de orientação comteana, foi o responsável pela adoção de uma série de medidas que visavam regulamentar e normatizar o acesso a terra. Ao criar a Inspetoria de Terras e Colonização, órgão responsável pela organização da colonização e pela imigração, o Estado pretendia ter sob sua guarda o controle das terras devolutas – as quais, em sua maioria, encontravam-se na região do Alto Uruguai.

O norte do Rio Grande do Sul – em especial o Alto Uruguai – passou a ser alvo, a partir do final dos últimos anos do século XIX e principalmente no início do século XX, da política de colonização – tanto oficial quanto particular – mediadas pelo Estado. O incentivo à imigração era parte da proposta positivista para implantação de um projeto modernizador, que inserisse o Rio Grande do Sul num modelo de produção capitalista, baseado na pequena propriedade colonizada por imigrantes europeus – símbolo da modernização agrícola e também da civilidade.

A Colônia Erechim, fundada em 1908, é exemplo representativo dessa política de imigração e colonização adotada pelo governo do Rio Grande do Sul. Considerada modelo de colonização oficial; planejada de acordo com a legislação vigente – principalmente entre 1889/1900, quando a União delega aos estados a responsabilidade pela imigração e colonização – e executada pela Inspetoria de Terras, órgão estatal responsável pela condução dos assuntos agrários; a fundação da Colônia Erechim dá clara

demonstração da preocupação do Estado com o projeto de colonização prevista para a ocupação do território riograndense.

Ao ser fundada, em outubro de 1908, a Colônia Erechim já apresentava um programa para sua organização, o que em muito contribuiu para o progresso econômico da mesma. Outro importante fator favorável ao desenvolvimento econômico e mesmo ao acesso dos imigrantes à região, foi o transporte, facilitado pela ferrovia e também pelas estradas abertas de acordo com os traçados previstos, quando do planejamento da colônia.

A preocupação com “os de dentro” fez parte de todo o processo colonizador na região, em razão do grande contingente de “nacionais”, bem como da necessidade de normatizar processos capitalistas de produção e permitir a resolução das demandas pela pressão sobre a terra, fruto das transformações que estavam ocorrendo nas colônias velhas de imigração européia, bem como das novas diretrizes do processo produtivo no período.

Conflitos se fizeram sentir, intrusões aconteceram, tanto de *nacionais*, quanto de colonos “de origem”, exclusões e/ou inclusões marginais, diferenciações no tratamento e das prioridades do projeto público e privado colonizador etc., marcaram essas primeiras décadas do empreendimento e da consolidação da colonização no Norte do RS.

Um ethos de colono foi se sobrepondo na região, reconfigurando o território, com lógicas que envolviam a produção agrícola, a convivência familiar, o papel importante do parentesco, da herança e do casamento, da vida comunitária, da ética do trabalho, da mediação religiosa etc. Isso tudo foi sendo alimentado por políticas públicas, por mediações hegemônicas na esfera política local/regional, na produção jornalística e religiosa; fato esse que resulta, como reprodução dessa dimensão histórico-cultural, no intenso ufanismo das comemorações do Centenário da colonização em 2008.

## Referências

RANDÃO, C. R. *Partilha da vida*. São Paulo: Cabral Editora, 1995.



CARINI, J. J. *Estado, índios e colonos: O conflito na reserva indígena de Serrinha, norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

CASSOL, Ernesto. *Carlos Torres Gonçalves: vida, obra e significado*. Erechim: Editora São Cristóvão, 2003.

\_\_\_\_\_. *Histórico de Erechim*. Passo Fundo: Instituto Social Padre Berthier, 1979.

Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil. 1891. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>.

D'APREMONT, Bernardin. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul (1896-1915)*. Porto Alegre: Escola Superior de São Lourenço de Brindes, 1976.

DUCATTI NETO, Antônio. *O grande Erechim e sua história*. Porto Alegre: Grafosul, 1981.

\_\_\_\_\_. *A vida nas colônias italianas*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GOLIN, Tau. *As Fronteiras Sulinas*. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.

ILLA FONT, Juarez Miguel. *Serra do Erechim – tempos heróicos*. Erechim: Empresa Gráfica Carraro, 1983.

KLIEMANN, Luiza H. S. *RS Terra e Poder: História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914*. Passo Fundo: UPF, 2000.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MIRANDOLA JÚNIOR, Severino; MACHADO, Rita Santin (Ilust.). *Os pioneiros*. Erechim: EdiFAPES, 2001. Não paginado (Histórias do Vovô e Vovó Bota Amarela).

PELLANDA, Ernesto. *Colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925.

PETRONE, Maria Thereza. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PIRAN, Nédio. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim: EdiFAPES, 2001.

ROCHE, J. *A imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

RÜCKERT, Aldomar. *A trajetória da terra. Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827-1931*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, nº 52, 1985.

WEISS, João. *Colonos na selva: conto de um emigrante como colono no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1949.

WOLFF, Gladis Helena. *Trilhos de ferro, trilhas de barro: a ferrovia no Norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954)*. Passo Fundo: Ediupf, 2005.

WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec, 1995.

ZARTH, Paulo. *Do Arcaico ao Moderno – O Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

\_\_\_\_\_. *História Agrária do Planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997.

# **IDENTIDADES ÉTNICAS LUSITANAS NO BRASIL? NOTAS SOBRE A CATEGORIA “DE ORIGEM” E AS LUSITANIDADES NA LINHA BOM JARDIM, INTERIOR DE GUARANI DAS MISSÕES, RS**

Juliano Florczak Almeida<sup>1</sup>

*Resumo:* Este trabalho discute as lusitanidades construídas na Linha Bom Jardim, interior de Guarani das Missões, noroeste do estado do Rio Grande do Sul, analisadas a partir de uma etnografia, realizada na localidade, sobre as relações interétnicas. Tendo como premissa a classificação de luso-brasileiros como “de origem” – ao contrário do que a literatura sobre o norte gaúcho costuma indicar –, constroem-se, na Linha, grupo étnico lusitano frente ao Estado Nacional brasileiro. Essa particularidade contextual permite relativizar a imagem, difundida por grande parte dos clássicos do pensamento social brasileiro, de que a identidade nacional brasileira engloba tanto índios, negros e mestiços quanto brancos descendentes de lusitanos. Narrativas sobre processo de migração e colonização não agenciados por esses luso-brasileiros para construção da crença de uma origem comum. Por outro lado, o fenótipo branco e o gosto pelo trabalho são sinais diacríticos utilizados para demarcar fronteiras. Dessa forma, o contexto pesquisado apresenta a singularidade relacionada à emergência de lusitanidades, mas ratifica a importância, nos processos identitários relacionados às imigrações históricas para o sul do Brasil, da ética do trabalho.

*Palavras-chave:* Relações Interétnicas, Lusitanidades, Identidade nacional, Etnografia.

---

## **Introdução**

*Fado Tropical*, uma música de Chico Buarque e Ruy Guerra, traz, em seu poema, uma riquíssima discussão sobre a formação do Brasil. Em versos como o seguinte, os artistas remetem, de modo eminentemente poético, para a contribuição dos portugueses para a construção do Brasil:

---

<sup>1</sup> Mestrando em Antropologia Social no PPGAS/UFRGS.

(...) Com avencas na caatinga/Alecrins no canavial/Licores na moringa/Um vinho tropical/E a linda mulata/Com rendas do Além-Tejo/De quem, numa bravata, arrebatou um beijo/Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal/Ainda vai tornar-se um imenso Portugal. (BUARQUE & GUERRA. *Fado tropical*.)

Talvez o mais rico dessa poesia seja a capacidade de dizer que o Brasil seria um fado tropical, isto é, um Portugal, com suas avencas, alecrins, licores, vinhos, rendas, azulejos, feito nos trópicos e, portanto, somado a elementos africanos – e suas mulatas – e ameríndios. Essas terras, por suas vezes, forneceram sua natureza – a caatinga, os canaviais, os coqueiros, as densas florestas (mesmo que muitos desses elementos tenham vindo de outras partes do mundo). Esse é o mito de origem do Brasil mais comumente encontrado no pensamento social brasileiro. Mas acho que em nenhum lugar está dito de modo tão bonito.

Mas nem todo mundo entende o Brasil como uma realização lusitana e o povo brasileiro como luso-brasileiro. Foi isso que percebi quando fiz trabalho de campo na Linha Bom Jardim, interior de Guarani das Missões. Nesse município do noroeste do Rio Grande do Sul e que resultou da colônia mista denominada Guarany (criada em 1891), os *portugueses*, como são denominados os descendentes de colonizadores portugueses, acompanhando as representações mais ou menos partilhadas por todos os moradores do lugar, relacionam a identidade nacional brasileira aos negros, aos ameríndios e aos mestiços desses grupos, ao passo que os portugueses formariam o que Weber (1994) denominou de comunidade étnica<sup>2</sup>.

Este texto, então, pretende discutir as condições de possibilidade de construção dessa comunidade étnica lusitana no Brasil e o que ela significa em termos de reformulação do que se entende como identidade nacional brasileira. Para tanto, o artigo está

---

<sup>2</sup> Outro complicador é que, como luso-brasileiros, os *portugueses* entendem-se como parte da nação brasileira. Faço menção aqui à questão do duplo princípio de nacionalidade, comum entre imigrantes. Sobre a questão do *jus sanguinis* e *jus soli* e as identidades de grupos étnicos, ver os trabalhos de Seyferth (p.e., 2000).

estruturado em três grandes eixos. O primeiro, trago notícias sobre como o pensamento social brasileiro do período anterior à sua institucionalização construiu o mito de origem brasileira como uma nação lusitana. No segundo, apresento uma condição de possibilidade para o questionamento, na Linha Bom Jardim, dessa concepção de identidade nacional brasileira, a saber, as categorias *de origem* e *brasileiro* que se construíram na Linha. Por fim, tento mostrar a importância, por um lado, das narrativas sobre a história da imigração e colonização estabelecidas pelos descendentes de portugueses para construírem a diferença em relação aos nacionais e, por outro, de certos sinais diacríticos, especialmente, da ética do trabalho, para expressar essas distinções.

**“Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal, Ainda vai tornar-se um imenso Portugal”: Breves notícias sobre o pensamento social brasileiro e a identidade nacional**

No conhecido texto sobre o que chamou de *fábula das três raças*, Roberto DaMatta (1981) desconstrói o mito de origem do Brasil, que é marcado pela crença de que os brasileiros provêm da mistura entre brancos, negros e indígenas. A forma mais acabada dessa narrativa mítica pode ser encontrada em Gilberto Freyre (2006[1933]). Neste item, objetivo mostrar como o pensamento social brasileiro, quando ainda incipiente – ou seja, antes de sua institucionalização –, construiu essa noção da identidade nacional brasileira como algo vinculado à lusitanidade. Para isso, destacarei – seguindo uma lógica qualitativa – alguns pensadores – José de Alencar, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda – que parecem resumir esse processo de construção<sup>3</sup>.

A *gênese*. Com o processo de Independência do Brasil, passou a ser efetivamente presente a preocupação com relação à

---

<sup>3</sup> Tenho consciência de que os escritos nesse item não são novidades. Estou apenas, de forma didática, lembrando a importância atribuída aos lusitanos na formação do Brasil para, em seguida, mostrar que, na Linha Bom Jardim, esses fenômenos assumem certas singularidades. Ver, por exemplo, Bosi (1992).

identidade brasileira. E o movimento romântico veio a tentar responder essa questão.

Em busca daquilo que singularizaria o brasileiro, alguns autores do romantismo recorreram à imagem idealizada do bom selvagem. Esse é o caso de pelo menos duas das personagens mais famosas de José de Alencar. Refiro-me a Iracema, a virginal índia dos lábios de mel, como diz Alencar (1991[1865]), e a Peri, o guerreiro nativo que defende Cecília a todo custo (1996[1857]).

Mas o elemento para o qual quero chamar a atenção é que Iracema tem um filho com Martim, guerreiro lusitano. O menino é chamado Moacir e é apresentado por Alencar como o primeiro cearense. Porém também se poderia dizer que, para Alencar, esse é o arquétipo do brasileiro – a união dos lusos com indígenas. Isso fica particularmente perceptível em *O Guarani*. Nessa obra, toda a família de D. Antônio de Mariz vem a morrer em batalha com população indígena e brancos traidores e, em meio ao sertão, somente Cecília e Peri sobrevivem. Há, então, a descrição de um momento inaugural, demarcado por um grande dilúvio. Nessa situação, Peri, que, por suas *virtudes* dignas de *nobre europeu*, seria incapaz de encostar um dedo em Cecília, forma, com a donzela portuguesa, o casal do qual nasce o brasileiro. Assim, se para os românticos, em geral, e para Alencar, em particular, a especificidade brasileira não pode ser distanciada da figura do bom selvagem, o Brasil não é um país feito somente pelos chamados *silvícolas*. A nação brasileira carrega sangue lusitano e a identidade nacional brasileira é construída na junção do *elemento*, para usar um termo do século XIX, luso com o indígena.

A *consolidação*. Mais de meio século depois, em 1933, Gilberto Freyre lançou a – talvez mais comentada – obra da historiografia brasileira – *Casa-Grande & Senzala* (2006). Nesta obra, a questão da identidade brasileira permanece, mas não sem apresentar certas rupturas em relação à obra de Alencar.

Em *Casa-Grande & Senzala*, o Brasil aparece como uma dádiva lusitana, para parafrasear o historiador grego Heródoto, falando sobre a relação entre o rio Nilo e o Egito antigo. Isso porque, segundo Freyre, somente os lusitanos poderiam ter tido sucesso na

colonização de tão vastas terras com tão escassos recursos humanos. O intelectual argumenta que os portugueses, como nenhum outro povo europeu, possuíam um pendor para adaptação, certa “plasticidade social” – capacidade de moldar-se ao ambiente e às suas exigências. Foi assim que se submeteu à poligamia, à prática da escravidão, aos costumes indígenas (que seriam tão adequados à vida nos trópicos). Essa singular habilidade de lidar com ambientes hostis a seu *tipo racial* deve-se a uma série de predisposições que Freyre atribuí à raça e à cultura lusitanas, forjada em Portugal por sua posição geográfica, uma tal localização que o transformou em uma região de trânsito, cuja população foi marcada pela miscigenação racial, que propiciava certo cosmopolitismo, de modo que os portugueses vivenciaram uma “antropologia mista desde remotos tempos pré ou proto-históricos” (FREYRE, 2006, p.280). Assim, os lusitanos teriam sido os europeus preparados para os rigores dos trópicos e para superar a falta de colonizadores por meio da escravidão polígama.

Não há dúvidas de que *Casa-Grande & Senzala* é um tratado sobre as presenças lusitana e africana no Brasil. A própria distribuição dos capítulos o atesta – há dois capítulos sobre os lusitanos (sendo um deles sobre “características gerais da colonização portuguesa no Brasil”), dois que tratam dos africanos, e somente um acerca das populações indígenas. Mas é justamente ao dar um novo estatuto ao negro que a obra é inovadora. Assim, se em Alencar o brasileiro é o filho de um(a) indígena com uma pessoa lusitana, em Freyre, junta-se a esses dois um terceiro tipo humano, a saber, o escravo africano – ou, especialmente, a mulata.

*A crítica.* Na mesma década que foi publicado *Casa-Grande & Senzala*, Sérgio Buarque de Holanda lançou *Raízes do Brasil* (1995[1936]). No âmbito das Ciências Sociais brasileiras, a obra representou o primeiro uso da sociologia compreensiva alemã no Brasil. O texto, contudo, é, em vários aspectos, bastante ensaístico. Desse modo, o trabalho capital de Buarque de Holanda é, com toda certeza, a madura tese *Visão do Paraíso* (2000[1958]), a qual retoma as hipóteses do opúsculo juvenil, mas com os rigores de uma historiografia já acadêmica.

Ao contrário de Freyre, cuja obra carrega uma ode aos lusitanos, Buarque de Holanda constitui uma crítica à herança lusitana incorporada pelo Brasil<sup>4</sup>. O homem cordial, grande – e controverso – conceito de *Raízes do Brasil*, em grande medida, é a pessoalização das relações sociais, cuja matriz chega de caravela e é tributária do catolicismo reinol – em oposição ao protestantismo anglo-saxão, que teria contribuído para o processo de individualização das relações sociais nos EUA.

A obra de Buarque de Holanda, portanto, constitui em uma apreciação crítica da presença lusitana no Brasil. Contudo, sua análise somente reforça que, em última análise, o brasileiro foi feito em forma ibérica. O magnífico livro *Visão do paraíso* (2000[1958]) faz uma comparação sistemática entre as imagens lusas e castelhanas sobre o novo mundo quando de seu descobrimento – o que, em parte, é uma retomada do capítulo *O semeador e o ladrilhador* de *Raízes do Brasil*. Em última instância, estudam-se os imaginários dos portugueses como um meio de entender os próprios brasileiros, porque as representações destes estão intimamente ligadas às daqueles. Assim, para grande parte do pensamento social brasileiro, pelo menos em seu momento anterior à institucionalização, “todos nós [os brasileiros] herdamos do sangue lusitano uma boa dosagem de lirismo, além da sífilis, é claro” (BUARQUE & GUERRA. *Fado Tropical*), e outros traços que fizeram nossa identidade, antes de tudo, uma identidade lusitana.

Isso é ratificado por alguns contextos empíricos, como no caso analisado por Regina Weber (2002). A autora mostra como, à chamada área colonial do Rio Grande do Sul, se constrói a idéia de os *de origem* em oposição aos “brasileiros”, que englobaria negros, índios, lusitanos e mestiços. Mas as construções que se faz da identidade nacional brasileira, mesmo na região gaúcha de colonização européia, não se restringem a isso e, no próximo item, tentarei mostrar que, na Linha Bom Jardim, as brasilidades excluem

---

<sup>4</sup> Crítica essa que é levada às suas últimas conseqüências por Faoro, no erudito e nebuloso livro *Os donos do Poder* (1995[1958]).



essa herança européia e os descendentes de portugueses são vistos como *de origem*.

### **“Onde estão minhas raízes? Onde estão?”: Os de origem e os brasileiros**

Para citar outra música, gostaria de fazer menção à obra *Indagações*, de Miguel Bicca e Luiz Bastos, compositores regionalistas gaúchos:

Onde estão minhas origens? Onde estão?/Onde estão minhas raízes?  
Onde estão? (...)

Indaguei por mil querências, descobri/que sou mesclado de terra e  
de sol/que o meu sangue é beduíno, é português/e tem metade de  
índio e espanhol. (BICCA & BASTOS. *Indagações*).

Trago essa referência porque, segundo pude perceber por meio de uma etnografia<sup>5</sup>, o pessoal da Linha Bom Jardim indaga a cada momento pelas origens e raízes de cada indivíduo com o qual interagem. Com o aprendiz de antropólogo, não foi diferente. Quando eu conhecia alguém, logo me perguntavam de que família eu sou e, com base nessa informação, já arriscavam o veredicto: o pessoal da Linha acha que meu sangue é brasileiro mesclado com polonês.

E se eles indagavam sobre as origens, eu indagava sobre a gênese das crenças envolvidas nessas classificações. Pois a categorização de um indivíduo – tal como do aprendiz de etnógrafo – como *brasileiro* envolve uma compreensão da identidade nacional brasileira, que, no contexto pesquisado, é singular. Isso porque parte de uma divisão das pessoas – e uma apreciação de seus valores, além de uma conseqüente hierarquização dos indivíduos – em *de origem e brasileiros*.

---

<sup>5</sup> Para uma tentativa de escritura da história do uso das técnicas de pesquisa na construção dos dados nos quais se baseiam essas reflexões, vide Almeida (2012, pp.2-5).

Os indivíduos *de origem* – também denominados de *européus* – são aqueles que descenderiam de imigrantes europeus. E dado que a Linha Bom Jardim faz parte de um município que se originou de uma colônia mista, trata-se de uma Babel – há, segundo os termos êmicos, alemães, alemão-russos, austríacos, negos, bugres, ciganos, espanhóis, italianos, judeus, poloneses, pomeranos, portugueses, suecos, russos. Assim, na “luta de representações”, a que R. Weber (*op.cit.*) refere-se, com base em Bourdieu (1989), na Linha, não foi uma *classificação trinária* que venceu, mas uma classificação plural, que inclui, sob a inscrição de europeu, pelo menos, alemães, alemão-russos, austríacos, espanhóis, italianos, poloneses, pomeranos, portugueses, suecos, russos. Ratifica-se, dessa forma, como defendido por R. Weber (*ibid.*), que essas representações não são meramente naturais.

Uma série de elementos separa alemães, italianos, poloneses e portugueses, por exemplo. De modo especial, a prática de idiomas vernáculos diferentes – sinal diacrítico *par excellence* no contexto – garante que eles não sejam confundidos: “Sim [*é bom ser polonesa*], sim [*eu tenho orgulho de ser polonesa*], porque eu gosto *dessa língua*.” (Adriana, 10 anos, estudante da 5ª série e filha de agricultores).

Da mesma forma, alimentos os separam – italiano come polenta, assim como polonês gosta de *Czarnina*, uma sopa a base de pato. Mas uma série de elementos que os separam dos brasileiros – religiosidade católica, ética do trabalho, cor fenotípica branca – fornecem-lhe alguma unidade, nas situações em que convém acionar uma identidade européia e não uma identidade étnica alemã, italiana, polonesa ou portuguesa.

Desse modo, sob a categoria de *brasileiro*, englobam-se somente ameríndios ou *bugres*, *negos* e *mestiços*. O fato de, em algumas situações, o termo *brasileiro* ser um eufemismo para *nego*, percebe-se que, na Linha, a identidade nacional não é luso-brasileira, mas sim afro-brasileira. Às vezes, fui chamado de *brasileiro*, em outras oportunidades, denominado de *nego* – essa dubiedade não significa uma contradição, mas sim a possibilidade de cambiar os termos:

Não é querê ofendê a sua pessoa [*refere-se ao aprendiz de etnógrafo*], mas os brasileiros não tem um idealismo pro progresso. (Polonês e agricultor aposentado).

Não... Chegô ele aqui de manhã. Pensei: ‘mais um nego pra me incomodá’. [*risos*]. (Protásio, 47 anos, polonês e professor).

Porém, no contexto pesquisado, não se confunde *nego* ou *brasileiro* com *português*. Os luso-brasileiros, ao contrário, são integrados na categoria de *européu*. A europeidade dos lusitanos – bem como a dos castelhanos – é, recorrentemente, em outros lugares, questionada. O próprio Sérgio Buarque de Holanda (1995[1936]) relata que Portugal e Espanha sempre esteve à margem da Europa. No romance *A Jangada de Pedra*, o escritor português José Saramago (1994) reflete sobre essa mesma questão – as relações entre as identidades ibéricas e européias. O enredo da estória principia com um evento que os cientistas não conseguiram explicar, a saber, a criação de uma fenda nos Pirineus e a conseqüente separação dos territórios de Portugal e Espanha do continente europeu. A fenda não cessa de crescer a ponto de a península Ibérica tornar-se uma jangada de pedra. Saramago, então, apresenta o que seriam as repercussões de semelhante evento nas mídias e nos imaginários dos europeus, que asseveram que a parte da Europa que nunca fizera parte da Europa finalmente clivava-se. Entretanto, o não pertencimento de Portugal ao velho continente, se tem algum significado para os europeus, não faz sentido para os meus interlocutores da Linha Bom Jardim. As razões para esse fenômeno serão apresentadas no próximo tópico.

### **Identidades étnicas lusitanos no Brasil? Narrativas e ética do trabalho**

A construção de comunidades étnicas, segundo Weber (1994), envolve o estabelecimento de uma crença em uma origem comum e diferenciada. Na Linha Bom Jardim, as narrativas sobre a colonização e imigração garantem aos descendentes de europeus a construção desses mitos de origens distintas. No caso dos poloneses, os quais estudei de modo mais detido (vide ALMEIDA, 2012), histórias sobre perseguições que seus ancestrais teriam sofrido na Europa, narrativas dramáticas da travessia marítima – que vitimava

especialmente crianças e idosos, cujos corpos precisavam ser arremessados ao mar – e os problemas decorrentes da colonização do sertão, onde “era puro mato”, constroem uma gênese que os singulariza dos brasileiros, bem como dos demais grupos étnicos. Contudo, o que não permite dúvidas quanto a essa diferença é a autoridade para dizer que seus ancestrais *vieram* da Polônia: “[*Eu sou*] Polonêsa. Porque o meu tataravo por parte de pai veio da Polônia com nove anos para cá.” (Liriana, 11 anos, polonesa, estudante da 5ª série e filha de agricultores, em resposta escrita a formulário).

A importância contextual do verbo *vir* no passado é tão significativa que Paulo, que na maior parte das situações entende-se como alemão, italiano e brasileiro, considera que inclusive seus antepassados brasileiros *vieram* do Brasil:

Eles [*Meus antepassados*] chegaram em porto alegre e depois Cerro Largo da Alemanha, *itália e do brasil*. Por-que aqui a terra é muito boa para plantar. Meu tataravo viveu e cresceu na Alemanha e se casou com a minha tataravo na Alemanha, e meu outro tataravo *ceio* [*sic*] da *itália* e *veio* para o brasil e se casou com minha tataravo. (Paulo, 12 anos, alemão, brasileiro e italiano, estudante da 5ª série e filho de agricultores, em resposta escrita a formulário).

Assim, Paulo cria uma viagem mesmo para construção de brasilidades. Sobre a criação de identidades a partir de deslocamentos, cabe aqui a referência a Anderson (1989), que, com base no antropólogo V. Turner, assevera a importância de viagens para a construção do *Nation-ness*.

De forma análoga, o *Portuguese-ness* é feito com base em travessias marítimas:

Eu escutei que o meu vó *veio* de Portugal com 19 anos ficaram 14 dias navegando a beira mar num navio. O meu vó *feio* [*sic*] aqui com sua família seu pai sua mãe seus dois irmão e sua irmã. (Rodrigo, 11 anos, alemão, polaco e português, estudante da 5ª série e filho de agricultores, em resposta escrita a formulário).  
O meu bisavô *veio* de Portugal. E conheceu minha bisavó Italiana. Eles casaram-se e tiveram 5 filhos daí o meu avô se casou com uma Polonêsa. Daí nasceu minha mãe que se casou com um Brasileiro. Daí nasceu eu. Por isso eu sou mestissa, e tenho muito orgulho de

ser mestissa. (Elza, nove anos, brasileira, espanhola, italiana, polonesa e portuguesa e filha de agricultores, em resposta escrita a formulário).

No mesmo sentido, Daniela (63 anos, polonesa misturada com português, professora aposentada), contou-me a história de seu avô paterno, que morava em Portugal. Segundo ela, seu avô era o mais velho de três filhos. Com o falecimento de seu pai, ele tornou-se o responsável pela renda familiar. Para sustentar mãe e irmãos, migrava temporariamente para a Espanha e França, conforme a oferta de trabalho sazonal. Sabendo que havia terras baratas no Brasil, juntou dinheiro e resolveu emigrar. Chegou ao Rio de Janeiro e pegou ônibus com destino a Guarani. Chegando ao então distrito de São Luiz Gonzaga, comprou colônia na Linha Botocudos, que fica próxima à Linha Bom Jardim. O que se observa em narrativas como essa é que, por terem vindo de outro lugar e participado do processo de colonização de uma colônia mista, os antepassados de luso-brasileiros propiciam a seus descendentes meios de construir crença em origens comum e diferenciada, que é, por sua vez, base para a formulação de grupos étnicos lusitanos em um país cuja origem mítica também carrega a imagem de portugueses desembarcando de embarcações que atravessaram o oceano Atlântico.

Porém, a criação de fronteiras étnicas, conforme nos mostrou Barth (1998), requer a expressão das mesmas por meio de alguns sinais diacríticos. Há menções ao português como alguém cujo principal objetivo é acumular dinheiro e, que, por isso, seria “mão-de-vaca”, isto é, sovina. Essa ética mais individualista entra em choque com o *holismo* camponês e o costume de ajuda mútua:

Zeli (63 anos, polonesa e agricultora aposentada): Olha, tá tudo meio mudado. Mas eles faziam o tal dos puxerão. Eles se juntavam e iam pros vizinho se ajudá. E carpiam tudo que precisavam. Aí depois, em outro dia, iam em otra casa e assim iam.

Juliano: E vocês lembram de puxerão acontecendo?

Zeli: Sim, sim. Nós lembramô. Mas hoje tá tudo mudado. O pessoal só pensa em si.

Bernardo (70 anos, polonês e agricultor): *Eu acho que isso mudô quando vieram os portugueses, sabe?*

Zeli: Acontece que *ninguém ganhava nada e os portugueses não intendiam isso*. Foi aí que eles começaram a criticá, criticá e o costume foi acabando.

Bernardo: Criticavam, sabe?

Mas alguns falam que os italianos da localidade é que são assim. Outros já asseveram que os alemães devem assim ser entendidos.

Outra questão importante para pensar as relações interétnicas que se estabelecem na Linha Bom Jardim é analisar os casamentos entre pessoas de grupos étnicos distintos. Zeli (63 anos, polonesa, agricultora aposentada), rindo-se, destacou que seus netos são *misturas* de polonês com português e a chamam de *babcia* e a seu marido de *dzadek* – respectivamente, avó e avô, em polonês – ao passo que denominam seus avôs paternos de *vô* e *vó*. O esposo de Zeli, Bernardo (70 anos, polonês e agricultor) disse que as suas filhas aprenderam a falar em polonês, mas não praticam, pois uma mora em uma cidade onde não encontra interlocutor e as outras duas casaram com portugueses. O mesmo aconteceu com as filhas de Fernando (88 anos, polonês e agricultor) que casaram uma, com um português e brasileiro e outra, com um sueco e com todos os três filhos de Fernanda (64 anos, polonesa e agricultora aposentada), que casaram com alemãs. O que cabe aqui destacar é o uso da categoria *português* para referir-se aos descendentes de *colonos* lusitanos.

Mas para além dos sinais diacríticos que os diferenciam dos demais europeus, deve-se destacar que a ética do trabalho teria sido incorporada pelos lusitanos e seria compartilhada por eles e pelos demais *europeus*, em contraposição aos *brasileiros*:

Só tu não precisa escrever isso, mas o *brasileiro* sempre teve ciúme do *europeu* – tanto do alemão, do polonês, do italiano. Porque tu pode vê onde se desenvolveu? Sul do Brasil. São Paulo, Rio – um pouco –, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O norte não. É que o europeu tinha uma mentalidade mais evoluída, vinha de um lugar mais desenvolvido. Tentaram colonizar o norte, mas o polonês não gosta de tê patrão, veio pra cá pra sê livre. E lá eles queriam que fizesse o trabalho dos escravo.” (Polonesa e agricultora aposentada). De trabalho, o desvio é que o brasileiro procura. (Polonês e agricultor aposentado).

A importância da ética do trabalho para distinguir imigrantes e descendentes já foi apontada largamente pela literatura que analisa o processo de imigração e colonização do sul do Brasil, inclusive por R. Weber (2002, p.210): “(...) Uma determinada ‘étnica de trabalho’ passa a ser a principal marca que distinguiria os descendentes colonos dos ‘brasileiros’”.

Assim, o contexto pesquisado põe em questão a pertinência de dizer, pelo menos em alguns contextos, que a identidade nacional brasileira é lusitana e mostra a possibilidade de construção de grupos étnicas lusos em terras outrora *descobertas* por *lusíadas* desbravadores dos oceanos. Mas não chega a questionar que os *de origem* precisam descender de europeus que se dedicou ao trabalho na terra<sup>6</sup>, como assevera R. Weber (*ibid.*, p.210). Porém, como Guarani – e, portanto, também a Linha Bom Jardim – resulta de uma colônia mista que assentou indivíduos de uma infinidade de etnias diferentes, o universo dos *de origem* ou *europeus* pode ser alargado, incluindo descendentes de portugueses e espanhóis – dos quais pouco aqui tratei, mas conheci várias pessoas que reivindicam pertencas hispano-brasileiras e que são incluídos na categoria de *europeus*.

### **Apontamentos finais**

Destacando o caráter ambíguo dos processos identitários, Cardoso de Oliveira (2000, p.8) buscou entender, entre outras questões, qual o sentido de acionar identidades nacionais dentro de seu próprio país, recorrendo à análise da situação de Andorra, um país cuja identidade nacional – catalã – corresponde, nos países vizinhos França e Espanha, a identidades étnicas, mas, acionando certa *andorranidade*, os indivíduos que se sentem pertencentes à nação de Andorra precisam distinguir-se dos catalães da França e da Espanha. Por meu turno, tentei refletir no presente artigo qual o significado de construir uma identidade étnica *lusu-brasileira* em

---

<sup>6</sup> Para relativizar essa questão também, bastava pesquisar os inúmeros casos de *Portugas* que vivem em nossas grandes cidades.

um país referido, recorrente, como *luso-brasileiro*. O que está em jogo na Linha Bom Jardim é, em primeiro lugar, outro uso local da nação – as brasilidades e as lusitanidades lá são distintas. Isso porque – e esse é o segundo elemento que gostaria de destacar – a noção *de origem* que o pessoal da Linha construiu em suas interações inclui os portugueses. Isso se deve, pelo menos em parte, ao fato de que a Colônia de Guarany, tendo sido uma colônia mista, recebeu lusos em seu processo de colonização, o que poderia ter sido explorado por meio da análise documental, tão ao gosto dos historiadores – e que, aos poucos, está sendo incorporada pelos antropólogos. Mas tentei mostrar – eis o terceiro aspecto que julguei preciso abordar – como as narrativas sobre esses processos de imigração e colonização são usadas pelos *luso-brasileiros* para construir uma crença em uma origem comum e diferenciada dos nacionais, estabelecendo assim uma comunidade étnica. Por outro lado, não é menos significativo a expressão de uma série de sinais diacríticos, que apresentam as fronteiras como auto-evidentes. E, para separar os *de origem* dos *brasileiros*, os meus interlocutores utilizam-se principalmente da ética do trabalho. Com isso, não objetivo apresentar proposições absolutas, exceto a de que as identidades são feitas em situações de interação, as quais são altamente contextuais.

## Referências

ALENCAR, José de. *Iracema*. 24. ed. São Paulo: Ática, 1991[1865].

\_\_\_\_\_. *O Guarani*. 20ª ed., São Paulo: Ática, 1996[1857].

ALMEIDA, J.F. “Se fosse vê bem, polonês é que primeiro entrô”: poloneses da linha bom jardim, fronteiras e memórias. In: 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2012, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Brasileira de Antropologia, 2012, pp.1-15.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe et al. *Teorias da Identidade*. São Paulo: UNESP, 1998, p.187-227.



BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo : Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *As raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, [1936].c1936. 220p.

\_\_\_\_\_. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000[1958], 452 p.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Os (Des)Caminhos da Identidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.15, nº42, p.07-21, fev. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 25/01/2011.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: *Antropologia no Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: EdUSP, 1986, p.97-108.

DAMATTA, Roberto. A fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira. In: *Relativizando*. Petrópolis, RJ: Rio de Janeiro, 1981.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: volumes I e II*. São Paulo: Globo, 1995[1958].

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006[1933], 726 p.

SARAMAGO, José. *A Jangada de Pedra*. Lisboa: Editores Reunidos, 1994.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n.14, novembro de 2000, pp.143-176.

WEBER, Max. Relações Comunitárias Étnicas. In: *Economia e Sociedade* – Vol.1. 3ª ed. Brasília: EdUnB, 1994, p.267-275.

WEBER, R. A construção da 'origem': os 'alemães e a classificação trinária. In: RECKZIEGEL, A. L. G. S. & FELIX, L. O. (Orgs.) *RS: 200 anos: definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo, RS: Ed. da UPF, 2002, pp. 207-215.

# **A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES “NEGRAS” E “ALEMÃS” A PARTIR DE UMA CONGREGAÇÃO DA IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL, EM CANGUÇU/RS**

Dilza Porto Gonçalves<sup>1</sup>

*Resumo:* Através da Metodologia de História Oral estudam-se as relações entre “alemães”, “brasileiros” e “negros”, na localidade de Solidez, no município de Canguçu. Trabalha-se com as categorias “alemães”, “brasileiros” e “negros” como construções identitárias dos indivíduos, os quais precisam se reconhecer e serem reconhecidos como tais. A Congregação Manuel do Rego é parte integrante da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, que por muito tempo foi reconhecida como a “Igreja dos alemães”. Contudo, esta Congregação é formada por membros, em maioria negra. A Congregação que foi fundada em 1927, teve visibilidade a partir das apresentações do Coral. Iniciando em 2002, o processo que deu origem a Associação de Quilombolas que leva o nome da Congregação. Neste contexto, analisa-se a formação de identidades étnicas, com ênfase em “alemães” e “negros”, a partir de bibliografia sobre memória e identidade.

---

Neste trabalho, tinha como objetivo inicial analisar conflitos étnicos e formação de identidade envolvendo imigrantes alemães e seus descendentes em Canguçu, Rio Grande do Sul. Nesse contexto, de pesquisa sobre identidade germânica, despertou-me interesse especial a Congregação Luterana Manuel do Rego. Esta é composta por membros em sua maioria negros. A congregação integra a Igreja Evangélica Luterana do Brasil que, por muito tempo, foi conhecida como a “igreja dos alemães”.

Para estudar as relações interétnicas subjacentes a essa realidade *sui generis*, utilizei-me de bibliografia referente a estudos de História Cultural, Antropologia e Sociologia. Busco uma

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História/PUCRS e pesquisadora do Comitê da Transversalidade Governamental SEDUC/SEDAC-FIGTF.

interpretação através do conceito de cultura formulado por Clifford Geertz, que define cultura como uma teia de significados.

A busca pelos “significados” tem movido meu interesse pelas relações interétnicas, por isso recorri à metodologia de História Oral. As entrevistas que forneceram esses dados foram realizadas, numa primeira fase, entre janeiro e março de 2004; e, na segunda fase, entre janeiro e outubro de 2007, nas casas dos depoentes, juntamente com suas famílias. Também foram utilizados fotos, livros, cartas e objetos, os quais favoreceram a rememoração dos depoentes.

Em 2004, entrevistei pessoas que tinham idade entre 64 e 82 anos, alemães ou descendentes, e ainda descendentes de pomeranos<sup>2</sup>; a maioria estudou até a 5ª série, mas detém um capital cultural significativo que não condiz com o nível de escolaridade, sendo que alguns falam dois ou três idiomas. Os entrevistados têm um nível socioeconômico médio. Em 2007, expandi um pouco a faixa etária dos entrevistados, conversei com pessoas mais jovens, com idades que variaram entre 17 e 84 anos, com condição econômica e social semelhante aos primeiros entrevistados em 2004.

Além de entrevistados que se reconheciam pertencendo ao grupo “alemães”, em 2007, entrevistei também pessoas que se reconhecem e são reconhecidos como “brasileiros” e “negros”, e que são de um grupo social e econômico menos favorecido que os “alemães”, mas que falam “pomerano” ou são membros da Congregação Luterana Manuel do Rego. As entrevistas de 2007 foram centradas nos moradores da localidade de Solidez, ou que falassem o “pomerano”, no entanto, todos tinham sido moradores da localidade. Também entrevistei o pastor da Igreja Evangélica Luterana do Brasil que atende às congregações Manuel do Rego e Redentora da Solidez. Todos os entrevistados desta segunda fase são luteranos, que pertencem a uma das congregações citadas.

Também entrevistei uma representante da Secretaria Municipal de Agricultura e o Secretário de Agricultura, sobre os investimentos que estão sendo realizados nessa área no município.

---

<sup>2</sup> Sobre a diferença entre “alemães” e “pomeranos”, ver adiante.

Nesta pesquisa, quando utilizo a História Oral como metodologia, estou pensando naquilo que Marieta Ferreira escreve sobre o assunto:

privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado. A subjetividade e as deformações do depoimento oral não são vistas como elementos negativos para o uso da história oral. A elaboração dos roteiros e a realização das entrevistas não estão essencialmente voltadas para a checagem das informações e apresentação dos elementos que possam se constituir em contraprova, de maneira a confirmar ou contestar os depoimentos obtidos. As distorções da memória podem revelar mais um recurso do que um problema, já que a veracidade dos depoimentos não é a preocupação central. (FERREIRA, 1994, p. 8).

Portanto, neste sentido não estou preocupada com a veracidade das informações, mas com aquilo que elas representam para o grupo estudado. A partir das memórias da comunidade, tento ver como se constroem as identidades étnicas. Quando uso a história oral como metodologia de pesquisa, tenho em mente que as pessoas recriam, mesmo que não a verbalizem em sua narrativa. Neste contexto, como pesquisadora, preciso estar atenta, porque dimensões de espaço e distância se alargam, surgem diferentes significados para as mesmas palavras, e o sujeito, ao evocar memória, revive acontecimentos, mas com uma interpretação do presente. Porque é do presente que ele está evocando o passado. Nas falas dos entrevistados, nada é fixo, e os espaços, principalmente as casas, são dotadas de significados.

Neste trabalho, enfatizo o estudo sobregupos étnicos e para isso utilizo o aporte teórico direcionado para o eixo etnicidade-memória. Neste sentido, grupos étnicos, na percepção de Max Weber,

são aqueles grupos humanos que, em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva. (WEBER, 2000, p. 270).

Então, a partir da idéia de que “grupo étnico” é uma classificação subjetiva e precisa ser aceita pelos atores sociais envolvidos, descreve-se os grupos. No contexto desta pesquisa, identifiquei como “alemães”, num primeiro momento, todos aqueles que se reconhecessem e fossem reconhecidos como imigrantes ou descendentes germânicos. Mas, ao aprofundar a pesquisa, percebi que dentro do grupo “alemães” existiam duas categorias distintas: o “alemão legítimo” e o “pomberano”.<sup>3</sup> Quem é de fora do grupo reconhece como “os alemães” os imigrantes germânicos e seus descendentes, incluindo aí os pomeranos e seus descendentes. Mas ao observar o grupo mais de perto, percebe-se que os pomeranos são vistos como um grupo distinto dos “alemãeslegítimos”. Os “pomberanos” é um termo usado pelos depoentes para se referirem aos “pomeranos” ou descendentes, ou seja, àqueles que teriam migrado no século XIX da Pomerânia para o Brasil. Até a unificação da Alemanha, em 1871, aPomerânia fazia parte do Império Romano Germânico, era uma região bastante pobre, e muitos pomeranos trabalhavam como servos no Império Germânico. Daí o sentido pejorativo que se dá ao “pomerano” no Brasil. Como nesta pesquisa se trabalha com representações, deve ficar claro que tanto os termos “alemão” quanto o “pomberano” ou “pomerano” precisam ser reconhecidos pelos entrevistados como identidades próprias ou dos outros. Então, “alemães” são aqueles que se reconhecem e são reconhecidos como tais, que às vezes podem ser considerados “alemães legítimos” ou “pomberanos”. Os “pomberanos” são aqueles que dentro do grupo “alemães” se reconhecem e são reconhecidos como tais. Vou usar a representação “alemães” ao me referir aos “pomberanos”, já que a maioria dos moradores da localidade são descendentes de pomeranos, mas se reconhecem e preferem ser chamados de “alemães”.

---

<sup>3</sup> Pomberano”: Os pomeranos, ou numa expressão êmica, ou seja, cunhada no interior do grupo nativo são aqueles que teriam vindo da Pomerânia e, por isso, falam o dialeto característico daquela região. Em Canguçu, ao se referirem aos pomeranos as pessoas usam o termo “pomberano”, mas não se conhece a origem desse termo.

Para os “alemães”, os “brasileiros” eram aqueles que não tivessem descendência germânica ou italiana, ou pelo menos não se identificassem assim. Mas o “brasileiro” é branco e, na maioria das vezes, descendente luso, já que a região foi colonizada por lusos. Diz-se branco, porque os “afro-brasileiros” têm outra classificação, são chamados de “negros”. A expressão “negro” é usada como identificação étnica, porque é utilizada pelos grupos pesquisados e vai representar todos aqueles que se reconheçam e sejam reconhecidos como afro-brasileiros.

Ao aprofundar a pesquisa, e com a aproximação dos grupos ficando cada vez maior, vai se observando outras relações que antes não eram percebidas. Um exemplo disso são as relações dos “alemães” com os “negros”. Descobre-se que alguns negros, moradores do município de Canguçu, falam ou entendem o dialeto pomerano. Além disso, a congregação luterana Manuel do Rego chama atenção, pois é uma congregação em que a maioria dos membros é negra.

Ao conhecer um pouco a história dessas pessoas, ficava me questionando por que “os negros” da Solidez não haviam fundado uma associação religiosa afro-brasileira em vez de se associarem à igreja luterana. Primeiro, tenho de analisar o contexto da fundação da congregação e também perceber que a associação a uma igreja de “brancos” poderia ser uma forma de integração.

A partir de entrevista com o pastor que atende à congregação, Edgar Quandt, soube que a Manuel do Rego foi fundada em 1927. Pois, segundo o pastor, a outra, da Solidez, teria sido fundada em 1918 e tinha entre seus membros a maioria de “alemães”, moradores da localidade. No entanto, o pastor Augusto Drews notou que o comércio local, que ficava bem próximo da Igreja, era freqüentado também por negros. O pastor, então, os teria convidado para participarem dos cultos. Até que num dia, um negro assistiu de fora ao culto. Segundo o pastor Drews, em texto no anuário *Lar Cristão*:

Por um certo tempo, não tivemos visitantes nos cultos, a não ser um velhinho da gente de cor, de nome Manuel Leal, e este mesmo não entrava no recinto, mas ficava na porta, observando dali o que

ocorria dentro da capela. Ao meio-dia o sr. Manuel acompanhava um dos membros para almoçar. Com o correr do tempo apareceram mais pessoas da gente de cor nos cultos, que ainda eram realizados, em língua alemã. Nesta altura, procurei atender também estas pessoas com cultos no vernáculo, criando-se assim um núcleo de missão. (*Lar Cristão*, 1966, p. 71).

Segundo o senhor Getúlio, que é um dos membros mais antigos da congregação, os negros nesta época participavam dos rituais religiosos separadamente dos alemães. Até que houve uma briga na frente da Igreja e os negros foram considerados os culpados. Esse fato, segundo o senhor Getúlio, teria sido a “gota d’água”, e a partir daí teriam se retirado da Igreja e resolveram fundar sua própria congregação. Teriam comprado um terreno do senhor Emilio Willi e construíram a Igreja, que abrigou a Congregação Manuel do Rego.

O pastor Drews, que tinha a missão de conseguir mais membros para a igreja, segundo seu texto no anuário, resolve visitar as famílias da missão e sugerir a construção de uma capela própria.

A Congregação Manuel do Rego, segundo informações do sr. Getúlio, do pastor Quandt e do texto do pastor Drews, foi fundada no dia 30 de novembro de 1927, quando os membros receberam a confirmação da instrução recebida pelo pastor Drews.

Hoje a Congregação Manuel do Rego é identificada pelos moradores da região como “a igreja dos negros”, ou ainda, “aquela igreja que tem coral dos negros”. O pastor Quandt diz que o coral dos negros foi fundado em 1934 e que se tornou uma identificação da congregação. Mesmo que o coral de “negros” os tenha identificado, é numa igreja de “alemães” que estão inseridos.

A fundação da congregação está justamente associada à ausência de espaços que pudessem frequentar, já que tinham sido hostilizados na Congregação Redentora da Solidez. Pertencer a uma associação religiosa, colocava-lhes a possibilidade de ascensão no grupo social.

Os membros da congregação são de maioria negra, têm ainda três famílias conhecidas como “os brasileiros”, e a D. Adolfina, que

é conhecida como “alemã”. O coral de negros é misto, ouseja, participam homens e mulheres com idades variadas. Fazem questão de ressaltar que todos os membros do coral são negros.

Como o coral de certa forma tornou-se uma identificação da congregação, o pastor Edgar Quandt diz que isto dificulta a integração das duas congregações da localidade: a Manuel do Rego e a Redentora. Na visão do pastor,

agora, por exemplo, existe uma tentativa nossa de juntar as duas congregações e não é fácil. Eles querem preservar a hegemonia deles. Não querem juntar. Uma também é por causa do coral. O coral já é bastante conhecido na volta e em todo Brasil. Fomos convidados para cantar em Brasília, em Porto Alegre, em Erechim e Passo Fundo. Infelizmente não deu pra ir. As pessoas são muito pobres e o custo é muito alto. Eu acredito que em vista do coral eles querem preservar a congregação (Pastor Edgar Quandt, entrevista realizada em 25/01/07).

No caso da Congregação Manuel do Rego, não é difícil de imaginar as dificuldades enfrentadas para a inserção social na localidade. Um lugar conhecido principalmente pela imigração germânica, com uma cultura do trabalho predominante. Esses negros “pobres”, sem trabalho e com um pequeno pedaço de terra, tiveram de sobreviver em condições desiguais aos demais moradores da localidade. As diferenças sociais e econômicas aumentavam a vulnerabilidade dos negros pobres e sua já dependência de pessoas com melhor situação econômica em um país onde quase tudo dependia, e depende, de redes de relações pessoais e da proteção dos mais poderosos.

### **A associação de quilombolas Manuel do Rego**

Mesmo depois da abolição, os negros tiveram de recorrer a estratégias de sobrevivência que dependeram de laços familiares, da solidariedade e da rede de trocas. Hoje o ato de “aquilombar-se” pode ser uma estratégia de sobrevivência, bem como a busca pela identificação. Neste mundo globalizado, segundo Stuart Hall, onde tudo parecia que ia ser homogeneizado, emergem identidades locais.



Nessa busca de identidade e valorização de culturas locais, foi criada a associação de quilombolas Manuel do Rego, na localidade de Solidez, em Canguçu. O senhor Abrelino Soares relatou em uma entrevista que foi numa apresentação do coral na inauguração da Coopal, no distrito de Iguatemi, na qual estava presente o vice-governador do estado do Rio Grande do Sul, Miguel Rosseto, que ficou admirado com o Coral de “negros” fazendo parte da Igreja Luterana. A partir do contato do vice-governador, foram encaminhados técnicos da Fundação Cultural Palmares para dar início ao reconhecimento da associação. A partir daí, foram muitos os contatos e as reuniões da Fundação Cultural Palmares para a associação começar a ser instituída.

A associação de quilombolas forja um novo pensamento sobre si mesmo, pois rompe com paradigmas anteriormente estabelecidos pelo grupo. Reconhecer-se como negro era complicado, porque estava associado à idéia de escravidão e submissão. Para assumirem a identidade negra tiveram que ser trabalhados pela Fundação Palmares, justamente para valorizar a auto-estima das pessoas e reforçar a sua negritude, pois a única forma de a associação acontecer era o reconhecimento da negritude de seus membros. Embora o ato de aquilombar-se, como escreve Ilka Boaventura Leite, seja hoje uma forma de proteger-se, é também uma dificuldade enfrentada pelos moradores da Solidez. Reconhecer-se como “negro” não é fácil, pois até então essas identidades estavam silenciadas. O senhor Abrelino me fala das dificuldades: *a maior dificuldade foi o pessoal aqui. Foi o mais difícil. O pessoal não aceitava. O pessoal tinha que aceitar ser negro e o pessoal não aceitava ser negro. Foi difícil conquistar ele.*

Essa ruptura de paradigmas não é fácil para as pessoas envolvidas ao mesmo tempo que ser reconhecido como “negro” pode trazer ganhos econômicos e sociais, é necessário romper com símbolos de estigma preestabelecidos e que fizeram parte da construção de suas identidades, como serem chamados de “morenos”.

Considerando as relações entre “alemães legítimos” e “pomberanos”, posso inseri-las no mesmo contexto, pois a palavra

“pomberano”, até bem pouco tempo, também era símbolo de estigma, era associada à servidão e à miséria no continente europeu.

Mas, neste contexto, deve-se considerar que, embora os “pomeranos” tenham enfrentado muitas dificuldades, eles são herdeiros de uma cultura do trabalho livre, de pequenos proprietários, enquanto os “negros” são herdeiros de uma cultura em que o trabalho era escravizado. Mesmo sendo considerados “inferiores”, os “pomeranos” tinham liberdade e uma pequena propriedade. Mas, sem dúvida, o trabalho e as dificuldades econômicas e de inserção social podem tê-los aproximado.

É óbvio que em muitos momentos os grupos tiveram, e ainda têm, relações conflituosas, e isto também interferiu na forma de se identificarem. A Igreja, por exemplo, em alguns momentos, parece ter sido espaço de conflito, que pode ser representado pela fala citada anteriormente de seu Getúlio, e até mesmo o texto do pastor Drews. O senhor Getúlio lembra que os rituais eram separados para “alemães” e “negros”, na congregação Redentora, e que os “negros” se sentiam discriminados por isso.

Um dos entrevistados, que é reconhecido como “negro”, acha que a existência das duas congregações é absurda, pois, para ele: *sempre achei aquilo muito errado, separar os brancos dos negros, os alemães dos brancos e dos negros. Hoje juntam quase sempre (...). Não sei como vão responder essa separação para o pai velho* (entrevista realizada em fevereiro de 2007).

No entanto, um dos diferenciais da congregação foi a atuação de um pastor “negro” durante as décadas de 50 e 60 (não tenho a confirmação da data). No texto do pastor Drews, ele destaca a presença de pessoas mais devotas e enfatiza o nome de João José Alves. São essas suas palavras: “mais tarde formou-se ministro de Deus em nosso Seminário Concórdia de Porto Alegre, assumindo então o serviço em Manuel dos Regos e, mais tarde, em Pelotas, onde veio a falecer há alguns anos” (Ibidem, p. 74). Além do pastor Drews, outros membros da congregação vão citar o nome do pastor João Alves. O senhor Getúlio destaca a atuação desse pastor na congregação. Mostra orgulho de dizer que o pastor João Alves era seu primo e que falava “alemão legítimo, inglês e latim”. Mas

também diz que no início os membros da Congregação Redentora tiveram dificuldade em aceitar o pastor, e que só o aceitaram porque ele falava “alemão”. Além de atender às congregações, o pastor também foi professor dos filhos dos membros de ambas congregações e obteve o respeito de todos.

Embora o contato entre “alemães” e “negros” esteja mais próximo, ainda são perceptíveis diferenças econômicas e sociais entre os grupos. Isso fica visível nos prédios das duas congregações. Na foto da Congregação Manuel do Rego, mostrada anteriormente deixa evidente a simplicidade do prédio, no entanto a foto, da Congregação Redentora da Solidez, evidencia um prédio maior e mais “requintado”

Mas, segundo os moradores da localidade, tanto para negros quanto para alemães essa situação está se modificando. A associação de quilombolas está trazendo melhorias para a vida dos associados.

O coral da Manuel do Rego, que é composto por homens e mulheres negros, é regido pelo pastor da Congregação, Edgar Quandt. O coral da Congregação Redentora é composto de vozes masculinas, mas tem entre seus membros alguns homens “negros” da Congregação Manuel do Rego, e é regido por Carlos Lemke.

É interessante refletir sobre a importância dos dois corais na localidade de Solidez. O coral da Manuel do Rego é identificado por ter entre seus membros somente pessoas negras, e o coral da Redentora é reconhecido justamente por ter membros das duas congregações. Isso me faz pensar que, em determinados momentos, os afastamentos são necessários para a manutenção do grupo étnico, mas a aproximação também é necessária para a conquista de espaço social.

Pude perceber com as entrevistas que havia espaços que podiam ser compartilhados e outros não. Como, por exemplo: tomar “trago na venda”, trabalhar lado a lado nas propriedades dos alemães, ir junto ao jogo de futebol, jogar um carteadado na venda, ou seja, compartilhavam um universo basicamente masculino sem grandes conflitos ou problemas. Mas quando estas relações

aconteciam no universo familiar ou que sugeria a possibilidade de namoros e casamentos, os conflitos ficavam mais evidentes.

Segundo Ellen Woortmann, “entre camponeses, o casamento não é uma simples questão de escolha individual; a rigor, não são apenas dois indivíduos que se casam, mas duas famílias quem entram num acordo. Trata-se de um *affairedefamille* (WOORTMANN, 1995, p. 157). Neste sentido, tanto alemães quanto negros, ao evitarem que seus filhos e netos casem com membros de outros grupos étnicos, estão mantendo relações familiares que também interferem na preservação do grupo. Pois, segundo a autora, nas famílias camponesas, o casamento é uma questão social, e mais do que amor e de uma decisão individual. Quando os casamentos interétnicos acontecem, essas relações são prejudicadas, pois o indivíduo escolheu sozinho o caminho a seguir. Na comunidade pesquisada, já ocorrem casamentos interétnicos, mas nenhum dos casais continuou morando na localidade. Os que são de meu conhecimento foram morar nas cidades de Canguçu, Piratini ou Pelotas.

Os espaços de convivência dos jovens não incluem só o espaço da igreja e da casa dos amigos, agora eles participam de jogos de futebol, festas e bailes nas localidades próximas ou até mesmo na cidade. Por isso, os casamentos entre pessoas de grupos étnicos diferentes estão ficando mais frequentes. Embora os mais velhos ainda resistam na aceitação desses relacionamentos, eles não conseguem mais manter o controle.

Os negros da Solidez estão muito próximos da cultura germânica. Todos os entrevistados “negros” que falam o “pomerano” me disseram que aprenderam o dialeto ouvindo os outros falarem, que nunca teriam sido ensinados.

Com as entrevistas pude perceber que, muito jovens, os homens tiveram de sair de suas famílias e procurar trabalho nas colônias. Além de trabalharem, moravam na casa dos “colonos”, por isso uma aproximação maior e a possibilidade de aprender o dialeto. É interessante, neste contexto, que nenhum deles tem mais de um ano de escolaridade e, no entanto, detêm capital cultural sobre as coisas dos “alemães” bastante significativo, pois sabem distinguir o

dialeto “pomerano” do “alemão legítimo” e me disseram que a Pomerânia não faz parte da Alemanha, hoje, e a partir disso justificam a diferença “alemão legítimo” e “pomberano”.

A valorização do trabalho está presente em várias falas. O senhor seu Getúlio, por exemplo, enfatiza isso: sou proibido da lavoura, mas não passo um dia sem trabalhar, se eu paro endurece as juntas (entrevista realizada em 31/01/07).

Como na região se perpetua uma cultura do trabalho associada à ética protestante, as relações de amizade surgem nos espaços de lazer e durante o trabalho.

Os luteranos têm um estilo de vida que deve se encaixar nos preceitos da ética protestante, principalmente no que se refere ao trabalho e à igreja. Os entrevistados do grupo “alemães”, incluindo aí os “pomeranos”, têm como maior preocupação o trabalho e a religião, fato que também fica evidente entre os negros luteranos. Entre aqueles cujas famílias, no momento da imigração, eram católicas, hoje a maioria de seus descendentes são luteranos e se entendem como tais. A valorização do trabalho é evidente, mas está relacionada à Igreja. O senhor Marcino agradece à Igreja por ter não ter caído nos vícios. Pois, segundo ele a Igreja condena o jogo de cartas, ir a bailes, que prioriza o trabalho e que as amizades o estavam “tirando do trilho”, ou seja, do caminho que a Igreja considera correto.

Os “negros” luteranos da Congregação Manuel do Rego valorizam o trabalho tanto quanto os “alemães”. Por isso, me parece que a valorização do trabalho está associada ao “ser luterano”. No entanto, em outros espaços de convívio, com negros organizados em associações culturais, como grupo Afro-sul Odomodê, a diferença entre os grupos é evidente, principalmente em relação à religião. A religião para os membros do grupo Afro-sul Odomodê é muito ligada à questão da negritude e do orgulho de ser descendente de africanos. São contextos completamente diferentes, pois o Odomodê está inserido no maior centro urbano do Rio Grande do Sul, que é Porto Alegre, enquanto a congregação está inserida num contexto rural, no interior do município de Canguçu. Eles vivem momentos diferentes de valorização da cultura africana.

O contexto cultural em que o grupo está inserido parece refletir-se também na identidade religiosa e até mesmo étnica de um determinado grupo. A valorização ao trabalho é mais visível entre os negros luteranos do que em outras associações de negros, justamente porque o luteranismo está associado à valorização do trabalho. Não é idéia de grupo étnico que valoriza o trabalho, mas a de ser luterano.

Essa (re)significação de identidade negra, portanto, está associada a um contexto político, cultural e intelectual. Neste sentido, se está re-significando a cultura negra no sentido de unificação de fragmentos até então separados. Pois se sabe da diversidade dos povos que foram trazidos da África, e hoje se tenta uma universalização cultural dos negros. Mas este trabalho é exemplo de que isso é impossível, pois o grupo estudado está num contexto cultural que o diferencia de outros grupos de negros organizados.

Por ser uma sociedade hierarquizada, os lusos e seus descendentes mantiveram-se afastados dos grupos considerados por eles como “inferiores”, neste caso “os pomeranos” e “os negros”. Assim, estes grupos estigmatizados tiveram de procurar estratégias de sobrevivência, e daí a necessidade de aproximações em determinadas relações e afastamentos em outras.

A influência germânica na região é tão forte que alguns negros que falam o pomerano destacam o jeito de ser “alemão” como uma qualidade e uma identidade própria. Embora admire a cultura germânica e viva, segundo suas palavras no *sistema dos alemães*, o senhor Marcinose reconhece como negro.

De certa forma, o senhor Marcino é o “homem traduzido” que Stuart Hall descreve, porque consegue transitar no mínimo entre duas culturas, pois está consciente e orgulhoso de sua “negritude”, no entanto orgulha-se também do seu “jeito alemão de ser”. Mas o senhor Marcino não é o único a transitar por entre essas culturas.

Essa identidade “germanizada inventada” pelos negros pode ter sido uma forma de negociação com os alemães e conquista de espaço social. No entanto, embora existam os espaços que podem

ser compartilhados, existem momentos, no caso dos namoros e casamentos, em que as fronteiras devem ser demarcadas.

Para a comunidade negra da Solidez, o coral da Manuel do Rego trouxe vantagens econômicas e sociais e, por isso, eles não querem de forma alguma juntar as duas congregações. A congregação deu mais visibilidade para o grupo, que foi percebido por eles e pelos outros como grupo étnico.

Além disso, pertencer à congregação, mesmo antes da associação, já trazia vantagens socialmente reconhecidas. Em algumas entrevistas, principalmente, com homens negros mais idosos, ouvi dizerem que não tinham vícios, graças a Deus e à Igreja, pois esta os teria mantido no caminho do bem e da honra. Essas falas me remetem à idéia de Norbert Elias, de que é mais fácil aceitar-se como grupo inferiorizado que lutar por espaço e provocar conflitos. Na luta diária pela sobrevivência, algumas vezes, foi mais fácil para os “negros” se manterem numa situação de inferioridade, mas pertencer à igreja que os fazia ascender naquela comunidade, pois a igreja os transformava em “homens de bem”.

Um dos conflitos entre “alemães” e “brasileiros” era que os alemães chamavam os “brasileiros” de “relaxados”, já que estes não se preocupavam com o trabalho, que era realizado por outros, a indiferença com a escola dos filhos, mas, principalmente, porque não eram sócios de nenhuma Igreja. Desta forma, faz sentido a aproximação de negros e alemães na Solidez, já que compartilham os mesmos espaços de lazer, trabalho e ainda têm a mesma religião.

## **Considerações**

Neste trabalho, procurei analisar conflitos étnicos na construção de identidades envolvendo imigrantes alemães e seus descendentes, pomeranos e seus descendentes e afro-brasileiros. Durante a análise, consegui perceber que as identidades são construídas a partir da contrastividade, por isso os grupos usam termos pejorativos para representarem os “outros”, e assim reforçam um objetivo positivo para si e para o próprio grupo.

Um dos objetivos desta pesquisa era recuperar a história de colonos “alemães” através do eixo memória-identidade, com informações coletadas através da pesquisa bibliográfica e em entrevistas realizadas. Com a metodologia de História Oral foi possível perceber que a memória da imigração é agente no processo de construção de processos identitários desses imigrantes. O ideal do pioneiro, as dificuldades de travessia no Oceano Atlântico, a conquista da terra e as dificuldades de adaptação estão presentes nas memórias familiares, no entanto as pessoas têm dificuldades em rememorar as trajetórias dos antepassados ainda na Europa. É como se a história familiar tivesse começado, logo ali, em São Lourenço do Sul. Parecem ter criado uma identidade heróica para seus antepassados e reinventaram uma Alemanha que é referencial identitário tanto para os “alemães” quanto para os “pomberanos”. Grupos que durante a imigração tinham culturas diferentes no Brasil vão tentar construir uma identidade germânica homogênea. A escola e a igreja, de certa forma, podem ter influenciado a preservação da germanidade, mesmo que esta não tenha sido a razão principal. Além dos grupos envolvidos, os intelectuais também parecem ter sido agentes formadores dessas identidades. Romances, por exemplo, foram escritos ressaltando as trajetórias, as dificuldades e os preconceitos em relação aos imigrantes.

Ao retomar a relação identidade-etnicidade a partir dos conflitos e das imposições pelas quais os “alemães” passaram entre 1937 e 1950, foi possível observar que os entrevistados escolhem as memórias a serem lembradas, assim como escolhem as que devem ser esquecidas. Os momentos traumáticos, embora agentes formadores de identidades, precisam ser esquecidos pela própria manutenção do grupo. Os entrevistados, muitas vezes, reforçaram que os atos de violência aconteceram a outras pessoas, e nunca com as suas famílias, principalmente, porque “seu pai era bem visto na comunidade”. Mas as violências sofridas pelo grupo “alemães” durante o Estado Novo podem ter influenciado no “isolamento” cultural, pois o “medo” dos “brasileiros” parece tê-los eito se retrair ainda mais. Embora alguns autores priorizem o isolamento como agente de manutenção da germanidade, penso que talvez esse isolamento também acontecesse com outros grupos que viviam em



comunidades rurais, ao longo do século XIX e até meados do século XX, já que as dificuldades de comunicação e transporte eram comuns a quase todos os camponeses. Desta maneira, penso que, para construir uma identidade pelo contraste, é necessário que exista contato com outros grupos.

As identidades dos grupos vão sendo construídas a partir das relações com outros grupos, implicando, em alguns momentos, afastamentos ou aproximações. Por isso, quando se olha de fora, se enxerga um grupo identitário, “os alemães”, mas, se houver uma maior aproximação, percebe-se a diferenciação “alemão legítimo” e “pomerano”. Nessas construções, os indivíduos utilizam-se do contraste para afirmar suas identidades e se diferenciar do outro grupo.

Nas relações entre os grupos étnicos, houve momentos de proximidades e afastamentos entre os grupos. A Igreja afastou os grupos, no início do século XX, pois tiveram de criar duas congregações, porque em uma só não foi possível o espaço de convivência, já que as relações eram hierarquizadas. Embora “pomeranos” e “negros” compartilhassem algumas dificuldades econômicas e de inserção social, os grupos precisavam de afirmação dentro do contexto luso. As relações eram hierarquizadas, o negro e o brasileiro eram vistos como “inferiores” aos “alemães”. Se visto no contexto maior, mas no interior do grupo, o “pomerano” também era inferiorizado. Mas nem o negro nem o brasileiro viam o “alemão” ou “pomerano” como superiores. O “pomerano” é colocado e se coloca numa relação de inferioridade em relação ao “alemão legítimo”. Quando questionados se colocam no mesmo quadro social, dizendo que todos são “alemães”.

Hoje, existem algumas pessoas procurando afirmar uma identidade “pomerana”, separada da “alemã”, mas mesmo as pessoas que tentam fazer isso, por ora, falam nos “pomeranos” como “alemães”, mostrando que a idéia da germanidade dos “pomeranos” está engendrada na cultura local.

Os entrevistados reforçam que em locais de trabalho e de lazer mantiveram relações com “brasileiros” e “negros”. Algumas vezes, também falavam de relações conflituosas, mas em outros

momentos reforçam as relações de amizade. Esses contatos, em alguns momentos, necessitavam de proximidades e, em outros, de afastamentos. Nas relações de amizade e de trabalho, podem ter tido uma maior proximidade, no entanto nas relações afetivas existe uma certa resistência dos mais velhos em aceitar namoros e casamentos interétnicos. Talvez essa resistência seja uma maneira de manter o grupo étnico, pois a “mistura” poderá mudar as características físicas e culturais do grupo.

As relações entre os grupos parecem ser menos conflituosas nos espaços do trabalho. Ao observar a comunidade da Solidez, tanto “negros” quanto “alemães” parecem ter uma cultura do trabalho, que tanto pode estar associada à imigração e/ou ainda à ética protestante vinculada ao luteranismo, já que ambos os grupos são luteranos.

Criaram-se representações que indicam que os “alemães” trouxeram desenvolvimento econômico para a região, mas até agora ninguém analisou quantitativamente se “eles” têm realmente o poder econômico na região. Além disso, nessas falas não estão levando em consideração a organização dos moradores das áreas rurais em associações, pois, através das associações, os moradores do município têm conseguido investimentos para a região. O desenvolvimento econômico pode estar associado à busca de recursos financeiros e até à formação técnica, tanto na agricultura. Como na pecuária e na pequena indústria familiar, pelos grupos organizados.

As identidades dos grupos parecem estar sendo forjadas no contexto familiar e religioso, pois as memórias familiares interferem nas memórias dos grupos, que fortalecem os laços através do contato na Igreja. As instituições religiosas servem como redes de solidariedade e reforçam laços de amizade, e muitas vezes resultam em associações de moradores. Deste contexto, surgiu a associação de quilombolas Manuel do Rego.

Na região influenciada pela cultura da imigração e pela ética protestante, construiu-se uma cultura de valorização do trabalho e que de alguma forma influenciou as relações de amizade e a construção dos processos identitários desses grupos.

A partir do contato entre os grupos, parecem estar construindo uma cultura do contato, onde há trocas de valores, tradições culturais, tanto de germânicos quanto de negros. E assim, quanto mais globalizado o mundo se torna, mais se fortalecem identidades regionais e locais. Neste contexto, exemplifico a construção das identidades “pomeranas” e “quilombolas”. Na construção da identidade “quilombola”, parece ter sido complicado para os envolvidos assumirem a identidade de “negro”, pois este termo, anteriormente, era relacionado ao estigma da escravidão, e usado por muitos no sentido pejorativo. Por isso, as pessoas, ao longo de suas trajetórias, foram assumindo identidades de “morenos”, expressão que dava mais status e respeito, e parecia estar associada à liberdade. Foi preciso romper com certos paradigmas para construir uma nova identidade que traria ganhos sociais e econômicos.

Embora outros grupos de “negros” já tenham assumido uma identidade de valorização da cultura afro-brasileira há mais tempo que a Associação de Quilombolas Manuel do Rego, eles estão construindo uma identidade afirmativa recente. Neste contexto de construções identitárias, cada grupo tem seu tempo, seu espaço, e articula suas relações sociais da forma que melhor convier ao grupo.

A proximidade entre “negros” e “pomeranos” pode ser resultado de trajetórias de dificuldades e aceitação semelhantes (respeitadas aqui as especificidades de cada grupo), pois os grupos tiveram histórias que os aproximaram no trabalho e nas relações de amizade. Mas também houve momentos em que o afastamento foi necessário, como na igreja, no início do século XX, e nas relações afetivas. Hoje, este cenário parece estar em transformação, já que existe uma proximidade maior entre as congregações. E exemplo disso é a participação de homens negros no coral masculino da Congregação Redentora, que antes só aceitava “alemães”, e ainda os casamentos interétnicos já estarem acontecendo na localidade.

Assim como o trabalho, a igreja e os jogos de futebol são os espaços em que “alemães”, “negros”, “pomeranos” e “brasileiros” convivem melhor com as diferenças, e que estão possibilitando os casamentos interétnicos, mesmo que ainda com alguma resistência

dos mais idosos, mas com melhor aceitação das famílias e da comunidade.

Nas relações entre grupos étnicos não existem regras, pois os indivíduos reagem de formas diferentes, mesmo que influenciados por seus grupos familiar, social ou étnico.

## Referências

BARTH, F. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT STREIFF-FENART, J. Teorias da Etnicidade. São Paulo: ed. da UNESP, 1998.

BOM MEIHY, J. C. S. *Manual de história oral*. São Paulo: edições Loyola, 1988.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo. T. A. Queiroz editor. Editora da USP, 1987.

CALVINO, I. *A palavra escrita e a não escrita*. In: FERREIRA, M.M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, 1996.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra, Quarteto, 2001.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa. Difusão Editorial, 1988.

\_\_\_\_\_. *O mundo como representação*. In: Estudos avançados n.º 11.

DHEHER, Martin. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: SINODAL, 1984.

ELIAS, N. & SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir da pesquisa de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2000.

FACHEL, José P. G. *As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPEL, 2002

\_\_\_\_\_. *Revolução Farroupilha*. Pelotas: EGUFPEL, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.) *Entrevistas e abordagens da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1994.

GEERTZ, C. *Interpretações da Cultura*. Rio de Janeiro. ZAHAR ED. 1978

GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1991.

\_\_\_\_\_. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005

\_\_\_\_\_. *Os luteranos no Brasil*. Revista de História Regional 6(2): 9-33, Inverno 2001

\_\_\_\_\_. (org.). *Karl vonKoseritz. Seleção de Textos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

\_\_\_\_\_. *O avião e o carroceiro. Política, etnia e religião no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1989.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, Tomaz da(org.). *Identidade ediferença: a perspectiva dos estudos culturais*.Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

\_\_\_\_\_. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A,1997.

HOBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1997:9-24; 175-218.

Lar Cristão – anuário editado pela Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia S.A. ano XXVII, 1966

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol2, n.3, 1989, p. 8

RAMBO, A. *A trajetória da integração do imigrante alemão*. In: GERTZ, R. E; FISCHER, Luís. Nós, os teutos-gaúchos. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1998.

RANZI, Serlei Maria Fischer. *Religião e identificação étnica*. In: Revista de Estudos Ibero-americanos. PUCRS, v. XXIV, nº 1, julho de 2000 (p. 247/260), p. 252.

RICOEUR, P.. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994.

RIETH, Flávia. *A iniciação sexual na juventude de mulheres e homens*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 17, junho de 2002

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo: Editora da USP, 1998, p. 54/55

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Entre amigas: relações de boa vizinhança*. Revista da USP. São Paulo, (23) set/nov. 1994:68-75

SEYFERTH, Giralda. *A assimilação dos imigrantes como questão nacional*. Mana. Vol.3. Rio de Janeiro, abril de 1997.

\_\_\_\_\_. *Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro*. Mana. Vol. 5, n.º 2. Rio de Janeiro, out. de 1999.

\_\_\_\_\_. *Pluralismo, Etnia e Representação Política*. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (org.) Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

\_\_\_\_\_. *A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira*. In: FIORI, Neide. Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis: Editora da UFSC; Tubarão: Editora Unisul, 2003.

VON SIMSON, Olga. M. *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Editora do Centro de Memória, 1997.

WEBER, M. *Relações comunitárias étnicas*. In: WEBER, M. Economia e Sociedade. Volume 1. 4ª ed. Brasília: Ed. UNB, 2000.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz T. da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo: HUCITEC, EDUNB, 1995.

\_\_\_\_\_. *Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico*. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: PPGAS, 2000.

# **ENTRE *EL MALÓN* E O ASSALTO. LIDERANÇAS INDÍGENAS, MOVIMENTOS E CONFLITOS EM TEMPOS FRONTEIRIÇOS NO BRASIL MERIDIONAL E NOS *PAMPAS* E *CAMPAÑA HISPANOCRIOLLA* (1849-1858)**

Paulo Pinheiro Machado<sup>1</sup>

Almir Antonio de Souza<sup>2</sup>

*Resumo:* O artigo busca compreender o processo histórico de estabelecimento de populações não indígenas em um território tradicionalmente indígena, e as nuances deste processo com as relações interétnicas daí resultantes. Este objetivo foi colimado através da investigação em uma série de fontes históricas colhidas em diversos arquivos nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no *Archivo General de La Nación* em Buenos Aires e, na comparação e análise de lideranças indígenas Kaingang em momentos de conflito com imigrantes e colonizadores no sul do Brasil nas regiões fronteiriças de Lages e Vacaria, com a de lideranças indígenas Mapuches e Ranqueles na chamada *Conquista del Desierto* nos *Pampas* e *Campaña hispanocriolla*. Assim durante os anos de 1849-1858, entre *el malón*, uma das formas de combate e resistência indígena em território argentino, e ‘o assalto’, de igual forma em território brasileiro, são comparados na medida em que determinam escolhas e possíveis caminhos para um encontro com a historicidade destes povos e com a atuação destas lideranças indígenas em momentos críticos das relações interétnicas inseridas nesse processo.

*Palavras chave:* História, Brasil, Argentina, Indígenas, Assalto.

---

## **Doble – O Duplo, Nicué ou João Grande, Calfucurá – *Señor de Las Pampas***

Em 1851, Nos pontos extremos da fronteira sul de São Paulo provincial, já próximo a São Pedro e Santa Catarina, numa região que compreendia lugares como Vacaria, Campo do Meio, Lages, Passo Fundo, Pontão, Corisco, as situações de intensidade entre os

---

<sup>1</sup> UFSC/ pmachado@mbox1.ufsc.br.

<sup>2</sup> UFSC/ almirhl@hotmail.com.



lados indígenas e não indígenas eram assinalados quase sempre de forma mais acentuada. Nos encontros fronteiriços destes lugares instalavam-se as coletorias da arrecadação provincial. Segundo o major Antonio de Saturnino de Souza e Oliveira, comandante da Guarda Nacional de Lages, a Coletoria da Renda Provincial de Santa Catarina, instalada no lugar denominado ‘Curisco’, encontrava-se em grande perigo e, assim nos contava:

Achando se a Collectoria da Renda Provincial no lugar do Curisco em grande perigo por cauza dos acontecimentos occorridos na Vacaria com os Gentios Bugres, apreço me em isto mesmo communicar a Vossa Excelência para que com suas sábias luzes haja de determinar o que julgar conveniente. A imprudência das Autoridades daquelle Distrito (segundo meu pensar) fez com que hoje mais que nunca se temão os tropeiros, e moradores das costas da serra, dos assaltos daquelles selvagens, e o motivo deste temor, e susto de que estão possuídos, passo a relatar a Vossa Excelência pela maneira seguinte. Os gentios que a título de apresentados, e quatequizados existião abarracados em vários pontos da Provincia do Sul, percorrião muitos lugares da Vacaria, e deste Municipio aparecendo em grandes partidas a pedirem nas cazas que comer, roupas, e outros gêneros, e como não offendião aos moradores, forão sempre por estes bem tratados, mas ulttimamente, e em dias do mês passado aparecendo em maior numero no Distrito mesmo de Vacaria em caza de João Mariano, e em occazião que estavam trabalhando na marcação de seus gados em uma mangueira, pedirão de comer que lhes foi dado, e depois de comerem reunindo-se repentinamente avançarão a mangueira, e matarão doze pessoas que alli estavam em seu serviço, e em sua retirada levarão consigo duas senhoras filhas do donno da casa, dous meninos, e huma escrava, e tudo quanto havia na mesma caza: não satisfeitos inda do crime que havião commetido, na retirada em que hião matarão a mais cinco homens que encontrarão trabalhando em hum erval;(...) <sup>3</sup>

Como vemos na correspondência do major Saturnino ao Presidente da província de Santa Catarina, João José Coutinho, trata-

---

<sup>3</sup> Correspondência de Antonio de Saturnino de Souza e Oliveira Major Cmt da Guarda Nacional do Distrito de Lages ao Presidente da província João José Coutinho em 15 de setembro de 1851. *Correspondência de Diversos para o Presidente da Província*. D. 1851-55. P. 36, 37 v, 86. Arquivo Público de Santa Catarina- APESC.

se do ataque de um grupo Kaingang a casa do fazendeiro João Mariano em ‘dias de’ agosto de 1851. Ausente no momento do ataque, o fazendeiro estava no “Districto das Missões”, negociando com muares para transportar para a feira de Sorocaba. Mas além da morte de 17 pessoas pelos Kaingang e o rapto de duas filhas, dois meninos e um escravo, o comandante da Guarda Nacional de Lages diz que a imprudência das autoridades do distrito de Vacaria é que colocava em grande risco, os moradores da costa da serra e os tropeiros nos caminhos de tropa, esta imprudência, estava relacionada com as retaliações dessas autoridades em relação ao assalto da casa de João Mariano Pimentel, que de forma desmedida, atacaram os índios que estavam mais próximos, e realizaram verdadeiro morticínio matando a todos de forma indistinta, não poupando nem mulheres e crianças, conforme segue em seu relato o major Antonio de Saturnino de Souza e Oliveira:

(...) passados poucos dias deste acontecimento chegou a Vacaria João Mariano (que então estava ausente no Districto de Missões onde teve noticia do que havia ocorrido em sua casa) que allucinado, e impaciente procurou vingarse passando a reunir gente por ordem do Coronel José Luis segundo dizem e foi bater os gentios que estavam abarracados no Pontão que nenhuma parte tiverão naquelle delicto, e ahi morrerão trinta e tantos Índios entre grandes, e pequenos, e mulheres segundo consta. Corre por certo que os Gentios apresentados todos se retirarão, e que no Campo do Meio já não existe hum so morador que se mudarão com receio, e espera-se muita mortandade quer nos Mattos Castilhano, e Portugues, e quer na Estrada desta Villa para São Paulo. V. Ex<sup>a</sup> me dará suas ordens qual deva ser o meu procedimento cazo continuem elles a fazer mal, pois consta que já tem aparecido na Guarda Mór perto do Curisco.<sup>4</sup>

De acordo com o relato acima, dias depois quando do retorno a casa, João Mariano Pimentel ficou alucinado quando de tudo soube, e impaciente procurou a vingança, reunindo gente por ordem do comandante da Guarda Nacional de Vacaria, o tenente coronel José Luis Teixeira, foi até os índios aldeados no Pontão e promoveu

---

<sup>4</sup> Ibidem.

uma chacina matando mais de trinta índios, e que com temor de um revide, alguns não indígenas começaram a abandonar roças no Campo do Meio e do Pontão. A preocupação com um possível ataque massivo de índios as povoações era latente nos distritos de Lages, Passo Fundo e Vacaria. O relatório do Vice-Presidente da Província Patrício Corrêa da Câmara, de outubro de 1851 não deixaria também de emitir correspondência com relação a estes acontecimentos, tratando do ataque indígena datado de 05 de Agosto de 1851 nos ervaais e fazendas de Vacaria e na casa de João Mariano, porém omite a retaliação promovida pelo mesmo e as tropas do governo aos indígenas, onde morreram quase cinquenta desses no Campo do Pontão e, desta forma iria assim se manifestar:

Em principio do mês de Agosto ocorrerão no município da Vaccaria successos lastimáveis. Os Bugres accometterão algumas casas, que saquearão, assassinando vários indivíduos e raptando outros. Para Battel-os, e persegui-los foi preciso reunir a Guarda Nacional;e ultimamente ordenei que se conservasse alli um destacamento de cem praças da mesma guarda, com os vencimentos respectivos, e é de crer que com estas providencias e com outras, que o governo tratará opportunamente de pôr em accção, ficarão garantidos os moradores d'aquelles lugares, e não teremos a deplorar para o futuro a repetição de factos tão desastrosos.<sup>5</sup>

O Vice-presidente Patrício Corrêa da Câmara, diz que para perseguir os agressores e resgatar os seqüestrados, foi preciso reunir a guarda nacional e batê-los. É preciso aqui, comentar um pouco a respeito deste termo, as *Batidas*. Este termo encerrava uma forma técnica de acobertar uma série de atividades e expedições, que em muitas vezes, se constituíam como criminosas, como foi o caso da expedição de João Mariano Pimentel com os guardas nacionais comandados pelo coronel Jose Luis Teixeira. Desta forma o vice-presidente Patrício Câmara omite os fatos da chacina, e ao se utilizar desta terminologia transforma a expedição punitiva em uma ‘batida

---

<sup>5</sup> *Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Patricio Corrêa da Camara, na abertura d'Assembléia Provincial em 02 de Outubro de 1851.* Porto Alegre, Typografia do Mercantil, p. 5 – Guarda Nacional, índios.

de perseguição a malfeitores’. O vice-presidente ainda nos contaria que após o esvaziamento das tropas da Guarda Nacional e da 1ª linha cujos efetivos haviam sido recrutados para a guerra contra Manuel Oribe e Juan Manuel Rosas, “ficou sem força a maior parte dos Districtos da Campanha, e alguns attentados apparecerão, cujos autores, fora pela maior parte presos e entregues a acção da justiça. Estes factos assustarão os habitantes do campo (...) abandonando suas culturas e industrias.”<sup>6</sup>.

As províncias meridionais e em especial a de São Pedro do Rio Grande do Sul, era constantemente chamada ao esforço de guerra, estava inserida em um sistema comercial ligado a Bacia do Prata, assim chamada a entrada que o mar fazia entre Uruguai e Argentina, onde desaguavam dois grandes rios o Paraná e o Uruguai. Na Argentina Juan Manuel Rosas buscava a hegemonia e a consolidação da federação das províncias argentinas, cuja centralidade estaria em Buenos Aires da qual era o principal mandatário. Manuel Oribe, em Montevideu, do partido ‘Blanco’ uruguaio, passa a ser seu aliado. O Império do Brasil temia que Juan Manuel Rosas promovesse uma consolidação de poder, e conseqüentemente controlasse as duas margens do rio da Prata. Apoiando os ‘Colorados’ no Uruguai derrotam os ‘Blancos’ de Manuel Oribe em outubro de 1851. Garantido o controle do Uruguai pelos ‘Colorados’, no ano seguinte, as tropas Rosistas foram derrotadas em território argentino (Monte caseros). Segundo o historiador uruguaio Gonzalo Abella, “la alianza de los unitarios porteños, los ‘colorados’ orientales, el supuesto federal Urquiza y el Imperio de Brasil preparan el golpe de muerte contra el federalismo. Rosas es derrotado definitivamente el 3 de Febrero de 1852 en Caseros.” (ABELLA, 2007, p. 128)

De acordo com o historiador Boris Fausto “Cerca de 24 mil soldados brasileiros, recrutados principalmente no Rio Grande do Sul, participaram do conflito.” (FAUSTO, 1998, p. 171) Entre esses recrutados, citamos 42 índios comandados pelo capitão Antonio Prudente adicionados ao Corpo de Guardas Nacionais da vila da

---

<sup>6</sup> Ibidem.

Cruz Alta para apresentarem-se ao Conde de Caxias em 1851, então em campanha contra Rosas na Argentina.<sup>7</sup> O tenente José Joaquim de Oliveira, Diretor da Guarita, e na ocasião atuando como interino no aldeamento de Nonohay, assim escreveu em correspondência ao Conde de Caxias; “Eu pude conseguir do Aldeamento a meu cargo que saíssem voluntariamente 63 índios, mas sendo tempo de fazerem plantações, não permiti que seguissem todos, e só sim 42 praças ao Mando do Capitão Indígena Antonio Prudente, os quais seguem desta Villa (...)”<sup>8</sup>.

O mundo fronteiro como vemos, estava constantemente precarizado e em uma situação de alarme com relação a seus muitos perigos. O esvaziamento das forças militares nos Distritos da Campanha com o emprego de contingentes da Guarda Nacional e das forças de 1ª linha para o serviço da guerra acabava por facilitar ações de combate indígena, os chamados assaltos, que na Argentina eram chamados de *Malón*. (ROJAS LAGARDE, 2004) Mas, voltando aos atentados contra a família de João Mariano Pimentel e da chacina que este comandou atormentado pelo desejo de vingança, no relato do major Antonio de Saturnino de Souza e Oliveira, o que fica evidente até aqui, é que por ordem do tenente coronel José Luis Teixeira, transtornado pela vingança, João Mariano Pimentel juntou um bom número de soldados e, em agosto de 1851, dias após o ocorrido no dia 05 em sua estância, massacrariam quase cinquenta dos índios que estavam aldeados no Pontão. Os tais índios aldeados no pontão muito provavelmente eram os índios comandados por Braga, uma liderança indígena, que com seus comandados,

---

<sup>7</sup> Correspondência de 1º. de outubro de 1851 do diretor da Guarita e Diretor interino de Nonohay José Joaquim de Oliveira a Luis Alves de Lima e Silva, Marechal e Conde de Caxias, em Passo fundo no dia 01 de outubro de 1851. *Arquivo Índios*. Lata 299, maço 2, Catequese. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul- AHRs. A Guerra contra Rosas vai dar o título de Marques a Luis Alves de Lima e Silva, o então – Conde de Caxias.

<sup>8</sup> Correspondência de José Joaquim de Oliveira, Diretor interino de Nonohay ao Conde de Caxias em 09 de outubro de 1851, *Arquivo Índios*. Lata 300, maço 3, Catequese. AHRs.

transitavam pelos campos de Vacaria, entre os Campos do Meio e os campos do Pontão.

Não se pode dizer ao certo se o comandante Kaingang Braga foi morto nesta chacina no Pontão, mas é muito provável que isto tenha acontecido, já que nos próximos anos, um dissidente de seu grupo, conhecido por Doble<sup>9</sup>, é quem vai perambular por estes territórios. O atentado contra os índios de Braga no Pontão mudaram significativamente a trajetória de Doble, já que depois disso, se encontrava junto com o seu grupo em condições de manter-se nos campos de Vacaria, e acrescenta-se a isso, uma nova oportunidade que surgia, pois, feito o levantamento do ocorrido e inquirido os sobreviventes, o Grupo de Nicué, também conhecido por João Grande<sup>10</sup> e seu inimigo, foi responsabilizado pelos ataques a casa do estancieiro João Mariano Pimentel, e estavam sujeitos agora a perseguição por parte de expedições punitivas de não indígenas, e desta maneira, Doble e seu grupo teriam a oportunidade de estar na caçada ao rival.

Nicué (João Grande) a seu modo repetia uma estratégia utilizada durante boa parte do século XIX pelos índios argentinos- *el malón*, nas chamadas campanhas contra os índios, ou guerra contra os índios, que durou durante todo o governo do caudilho Juan Manuel Rosas, e mesmo depois desse. *El malón* se constituía em uma forma de guerrilha de destruição e captura. Incendiar as casas dos não Índios, destruir suas roças, matar o maior número possível de inimigos, seqüestrar crianças e mulheres para a negociação de resgate e pilhar o que for possível. Embora, no espaço dos *Pampas e Campañas Hispanocriollas*, é preciso ressaltar, estes assaltos tinham também o interesse no roubo do gado, os povos Mapuches e

---

<sup>9</sup> Vamos adotar a forma consensual atual de denominá-lo, assim passo a chamá-lo de “Doble”, embora em alguns documentos esteja escrito Dobre e também Dobre.

<sup>10</sup> Em relação a esse marcante personagem da História Indígena do Brasil Meridional, vamos adotar os nomes ora Nicué, ora João Grande, para deixar evidenciada essa duplicidade. Não vamos adotar as normas da convenção da ABA de 1953 para os personagens indígenas da história brasileira, vamos adotar livremente os nomes deles como Nonohay, Pedro Nicafim e outros.

Ranqueles, se apropriavam do gado nas fazendas e povoados de suas incursões, tinham uma vivência em relação a este elemento (já que era a principal mercadoria daqueles tempos). Por exemplo, seus locais de morada ao contrário dos povos Kaingang, embora fossem chamados da mesma forma de ‘toldos’ e ‘tolderias’, não eram construídos ou cobertos com palha, consistiam em um aglomerado de construções confeccionadas com couro e sustentadas por paus. (VALDEZ, 2011, p. 33-53) Mas, se por um lado, existiam diferenças entre os assaltos cometidos por Mapuches e os assaltos cometidos por Kaingang, por outro, é impossível simplesmente abandonar a análise da comparação destas estratégias e formas de sobrevivência diante do invasor. Em muitos casos era uma arma que lideranças usavam para consolidar e aumentar seus domínios, como foi o caso de Calfucurá, líder Mapuche da terra dos Araucanos, que após cruzar a cordilheira dos Andes em 1834, instalou seus toldos na região de Salinas Grandes e tornou-se durante anos, uma das principais lideranças indígenas. Ficou conhecido como o *Señor de las Pampas*, (VALDEZ, 2011, p.35) estabelecendo alianças e negociações, com não indígenas, como o chefe da confederação Argentina, *el Ilustre Restaurador de Las Leyes*, o *Brigadier* Juan Manuel de Rosas. Calfucurá reuniu em seu torno várias lideranças e outros povos, inclusive os Ranqueles, e seus temíveis caciques, como Ianquetruz, mantendo uma resistência baseada no *Malón*.

As alianças não significam a impossibilidade do fim de seus termos e de novos arranjos. Em relação às alianças com não indígenas, os ataques e assaltos continuariam como estratégias, conforme se verifica na carta enviada ao ministro do interior por um oficial de intendência sobre um possível ataque massivo de Mapuches, liderados por Calfucurá à *Campaña de Buenos Aires*:

Un comerciante que a salido recientemente del territorio de los indígenas ha dado la noticia de que algunas tribus de los Huilliches y otras de las que habitan el cordón de la cordillera, se estan preparando para pasar al territorio de la República Argentina al concluirse el presente verano. Parece que piensan pasar allí todo el invierno y que han sido invitados por Calbucurá (Cacique de Llaima en Las Pampas) para hacer una incursión en la campaña de Buenos Aires . El mismo comerciante agrega que los mensajeros de Calbucurá han contado que en los asaltos hechos a la frontera han

conducido dos cuerpos de tropa y cautivado muchas familias; pero que tambien habían sido destrozadas tres partidas de indios, por lo cual se había resuelto Calbucurá a solicitar el auxilio de sus hermanos los Huilliches y Puelches, con cuya concurrencia contaba para vengar sus derrotas y enriquecerse haciendo lo mismo con sus auxiliares (...)

Un aviso idéntico se había dado a esta intendencia por um indio amigo el cual lo acaba de repetir, agregando pormenores que al parecer acreditan la realidad del intento. Dice el indio que Calbucurá se hallaba en relaciones amistosas com el Gobierno de Buenos Aires y que de improviso se rebeló contra este gobierno abandonando el terreno que ocupaba, asaltando varias haciendas y tomando muchas familias cristianas.<sup>11</sup>

Ora, como vemos Calfucurá embora tenha se aliado ao governo de Buenos Aires, também se rebelava e tinha uma opção de resistência baseada em ataques e assaltos a fazendas e povoados, e conseguia reunir em torno de seu comando, outros comandantes e seus guerreiros, como os Huilliches e Puelches<sup>12</sup>, do outro lado da cordilheira, terra dos Araucanos, origem também de Calfucurá. Mas, enquanto em território argentino, se formavam verdadeiras confederações indígenas, e, em muitas vezes juntavam parcialidades para realizar uma grande guerra de guerrilhas, do outro lado da fronteira, no Brasil meridional nos Campos de Cima da Serra na província de São Pedro, os Kaingang, desde a junção de varias lideranças em torno do aldeamento de Nonohay, poderiam ter vislumbrado alguma possibilidade da formação de grandes alianças, com grandes contingentes de batalha, porém isso não aconteceu, ao contrário, no caso dos assaltos cometidos por Nicué, sua atuação era solitária ou acompanhada por assaltos de outros grupos como os de

---

<sup>11</sup> Copia de una carta del 1º Oficial de Intendencia Juan M. Casanova al ministro del interior Manuel Zanartú en que comunica una posible incursión de las tribus de índios Huilliches y Puelches, que invitados por Calfucurá o Calbucurá, Cacique de Las Pampas piensan invadir la campaña de Buenos Aires. Concepción, 1º de Febrero de 1849. Sala X. 27.7.6. *Division Gobierno Nacional. Indios, Partes de Combates. Tratados de Paz. Fronteras. 1818-1858*. Buenos Aires: Archivo General de La Nación.

<sup>12</sup> Utilizamos a nomenclatura destas populações de forma idêntica a que encontramos nas fontes.



Pedro Nicafim. E, neste arranjo, se acrescentava as disputas e parcialidades inimigas, e, dessa maneira, pela rivalidade que tinha com João Grande (Nicué), Doble é convidado para ajudar na caça ao grupo rival, e muito provavelmente com a negociação de alguma gratificação em caso de cumprimento da missão.

A expedição de resgate dos seqüestrados e captura à Nicué e seu grupo os alcança próximo ao rio das Antas. João Grande e seus comandados conseguem fugir abandonando os raptados para trás, muito provavelmente como forma de evitar a continuidade da perseguição, já que o grupo composto pela Guarda Nacional, os homens de João Mariano Pimentel, e os índios de Doble estavam em nítida vantagem. (LAROQUE, 2000, p.137)

Em janeiro de 1852, ou seja, em menos de um semestre após o ataque em Vacaria, o grupo de Nicué, ou João Grande faz um novo ataque aos moldes de *el malón*, trata-se do ataque nos termos de São Leopoldo, na colônia Novo Mundo, resultando em mortes, seqüestro e pilhagem. O Vice- presidente da província em relatório de outubro de 1852 relata que “A 8 de Janeiro accometterão uma casa, matarão o alemão Pedro Wadenpuhl, e raptarão sua mulher, cinco filhos menores, e uma filha casada.”<sup>13</sup> O Presidente concluía dizendo que o delegado do distrito havia formado uma “partida de quarenta homens paisanos. Porém nem aquelles forão encontrados, nem resgatadas as pessoas raptadas.”<sup>14</sup>

O rapto da família Wadenpuhl ficou sem solução durante longos 15 meses, o que iria mudar o curso desta história foi a fuga do cativeiro da filha de Pedro Wadenpuhl, Maria, que descreveu o lugar de esconderijo de Nicué. (PUHL, PRODANOV, KERBER, 2007, p. 191) Mais uma vez, a oportunidade apareceu para Doble, que como conhecedor das matas e inimigo de Nicué, foi convidado para realizar a perseguição, juntamente com os homens do capitão

---

<sup>13</sup> *Relatório do Vice- Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 01 de outubro de 1852.* Porto Alegre, Typografia do mercantil, 1852, Tranquilidade Publica- Segurança individual, p. 5.

<sup>14</sup> Ibidem.

Francisco Miller. O resultado da expedição foi pleno de êxito para seus componentes, em março de 1853 todos os seqüestrados foram resgatados com vida, e, morreram na ação conforme palavras do presidente da província “o bugre João Grande e os de sua horda, autores das depredações de que foi aquelle termo victima durante dous annos.”<sup>15</sup>

Os moradores da colônia “Mundo Novo”, queriam recompensar de seus bolsos o comandante Doble, mas o governo de São Pedro tomou para si esta atribuição e fez o pagamento dos cofres públicos<sup>16</sup>.

No ano de 1854, Doble e seu grupo ainda são notícia nos relatórios do Presidente da província a Assembléia Provincial, o governo dizia que após as ordens de 10 de agosto de 1853, os comandados de Doble seguiam para o aldeamento de Nonohay, “mas infelizmente aconteceu que nesse tranzito do Pontão para Nonohay, andando a caça foi sua gente batida de surpresa por uma tribo desconhecida, de cujo encontro resultou ficarem alguns feridos, e perderem tudo quanto haviam recebido desta presidência como presente.”<sup>17</sup>. Doble, desconfiado que o ataque a seu grupo tenha partido de seus rivais (Pedro Nicafim, como vingança pela morte de João Grande, da qual eram aliados), permaneceria entre os Campos do Meio e do Pontão como aparece abaixo, no mesmo relatório:

Em vão tentarão os mensageiros do Director Oliveira persuadil-o de tornar ao Nonohay, prometeu fazel-o mais tarde, mas segundo as ultimas noticias que tenho de Felipe José de Souza, da Vaccaria, ainda por alli se conserva errante com a sua tribo, mas inoffensivo.

---

<sup>15</sup> *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da assembléia Provincial em 06 de Outubro de 1853.* Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1853, p. 6 – judiciário-tribunais; crime.

<sup>16</sup> *Idem, Índios, Catequese*, p. 26.

<sup>17</sup> *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da Assembléia Provincial em 02 de Outubro de 1854.* Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1853, p. 30-31, Índios, Catequese.

Os aldeados da Guarita commandados pelo Capitão Fongue, montão a 289. As tribus do finado Cacique Nonohay, de Nicofé, Condá, e Conhafé montão a 346, total 635.<sup>18</sup>

Rivais de Doble, como Pedro Nicafim, permaneciam nos campos de Nonohay, neste momento restava a Doble continuar em seu território de perambulação nos campos da Vacaria ou aventurar-se em terras do outro lado do rio Pelotas, o Distrito de Lages. No excerto acima, chama a atenção a informação que Nonohay, o mais velho das lideranças indígenas, aliado de Pedro Nicafim e, o que agrupava em torno de si, o maior número de comandados, está morto, o que deve ter acontecido muito provavelmente no início de 1854 e, desta maneira, ficava enfraquecido Nicafim, que já haviam perdido outro aliado – Nicué (João Grande).

### **Pedro Nicafim, Doble e a saga do clã dos “Grandes”**

No relatório do Vice-presidente da Província Luis Alves Leite de Oliveira Bello de 26 de outubro de 1855, com relação à catequese e civilização dos indígenas, o mesmo diria: “quase todas as tribus estão reunidas no aldeamento de Nonohay, ou próximas ao aldeamento e a do cacique Doble nos campos do Pontão, no município da Vaccaria, mantendo pacificas relações com as autoridades e moradores.”<sup>19</sup>.

Dentro do aldeamento de Nonohay e seus arredores transitava um razoável contingente indígena, segundo os relatórios de 1855 e 1856, algo em torno de mil contabilizados somente os aldeados. Com o restante do contingente que habitava pelos arredores, chegava-se sem duvida a mais de mil indígenas, o que é fácil imaginar o quanto havia em termos de mobilidade em torno dessa região e quanto às relações estavam instáveis, e a ponto de

---

<sup>18</sup> Ibidem.

<sup>19</sup> *Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luís Alves Leite de Oliveira Bello, ao Presidente da Província Barão de Muritiba em 26 de setembro de 1855.* Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1855, p. 25, Catequese.

irromperem a qualquer momento. Muito mais se levarmos em consideração que em julho de 1855, havia acontecido mais um ataque com rapto de pessoas, aí dentro de condições que muito se assemelham aos *malones*, com mortes, destruição, pilhagem e seqüestro. “No Districto de Passo Fundo perto do aldeamento de Nonohay forão assassinados em princípios de julho por alguns indígenas não aldeados, residentes nos Campos do Portella, 4 pacíficos moradores daquelles lugares Joaquim de Macedo, e um seu filho, um genro, e um peão.”<sup>20</sup> E dessa forma encontravam-se as coisas em torno dos campos de Nonohay, um verdadeiro barril de pólvora com pavio curto, a espera da faísca incendiária.

Esta faísca que faltava para iniciar um grande processo de ruptura no aldeamento, aconteceu em dezembro do mesmo ano de 1855, um novo ataque agora atribuído a índios comandados por Pedro Nicafim e Manuel Grande (filho de João Grande). O Conselheiro Barão de Muritiba, no relatório em que passou a presidência da província ao Conselheiro e General Jerônimo Francisco Coelho, sobre este episódio assim escreveu:

Não estavam ainda esquecidos os assassinatos de que forão victimas em julho, Joaquim Macedo e outras pessoas de sua família, assim como o Indio Luiz Portella, que concorreu com sua tribo para captura dos matadores daquelles infelizes, quando em dias de dezembro alguns Indios da tribo de Manoel Grande e de Pedro Nicafim assassinarão aleivosa e barbaramente a Clementino dos Santos Pacheco, um sobrinho, um filho, o capataz e um filho deste, e mais um escravo.

As autoridades policiaes e o Director Padre Leite Penteado, fizeram seguir escoltas em alcance dos criminosos, alguns dos quais lograrão prender, sendo mortos como resistentes, ou com tal pretexto Pedro Nicafim, e outros seus companheiros.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Idem, p. 6-7, Segurança Individual e Propriedade.

<sup>21</sup> *Relatório do Conselheiro Manuel José Vieira Tosta – Barão de Muritiba, ao entregar a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Conselheiro e General Jerônimo Francisco Coelho no dia 28 de Abril de 1856.* Porto Alegre: Typografia do mercantil, p. 26, Cathequese e Civilização dos Indígenas.

Um novo atentado, com destruição, mortes e pilhagem, cuja autoria mais uma vez foi atribuída aos grupos de Nicafim e ao clã dos ‘grandes’. O interessante é que no mesmo relatório acima, o Barão de Muritiba, que diz serem autores os grupos de Nicafim e Manoel Grande, ao falar dos crimes cometidos, inclui na relação dos homicídios, o assassinato de Pedro Nicafim e seu grupo, e os conduz a idéia de suspeição de terem cometido o ataque a fazenda dos três serros de Clementino dos Santos Pacheco. “Entre os homicídios enumerados, figurão os do Indio Nicafim e de três outros seus companheiros, supostos autores ou cúmplices do atentado dos três serros, mortos como resistentes á escolta que os seguia”<sup>22</sup>.

O Barão de Muritiba, no mesmo relatório, com relação a Doble que continuava no Pontão próximo as terras de Felipe Jose de Souza e Francisco Ignácio Ferreira, dizia “Que não fuisse coagido a deixar por ora o lugar onde vivi em paz.”<sup>23</sup> Chamamos a atenção para este excerto, Doble não estava tão em paz, pelo menos não no que se refere a seus rivais Nicafim e Manuel Grande, era a hora do cheque mate. Doble principal ator na caçada a Nicué, podia dar a cartada decisiva, eliminar Pedro Nicafim e o último do Clã dos Grande – Manoel Grande.

Doble não iria perder essa oportunidade e conjuntamente com os aliados, o primo Fongue e seu filho Antonio Prudente vai estar na expedição de caça aos grupos de Pedro Nicafim e Manoel Grande montada pelo diretor do aldeamento o padre Antonio de Almeida Lente Penteado, que assim relatou em ofício ao Presidente da Província de São Pedro:

No dia 15 expedimos duas escoltas, húa de 13 Indios da Tribu do Prudente, e outra de 18, sendo onze homens nossos, 4 Indios da tribu do Fongue, o Cacique Doble com 2 seus soldados. No dia 16 tive parte de ter a nossa escolta dado no poizo dos assassinos á uma legoa distante desta Freguesia, e de ter feito função com a outra.

---

<sup>22</sup> Idem, p. 8, crime.

<sup>23</sup> Idem, p. 27.

Para a perseguição e captura: creio que serão presos ante a actividade p. q., digo, com que são perseguidos por esta escolta.<sup>24</sup>

Em 15 de março de 1856, foram lançadas as escoltas de perseguição e captura. A documentação não traz a data precisa em que os soldados da Cia de Pedestres, junto com os guerreiros de Fongue, Antonio Prudente e Doble encontraram a Manoel Grande e Pedro Nicafim com seus comandados, e o consequente ataque onde morreu esse último, e conseguindo fugir o filho de João Grande. Ora, como o Barão de Muritiba em fins de abril já comunicava tal fato, é possível que tenha acontecido entre o fim de março e o início do mês de abril.

Com relação a Manoel Grande e sua fuga, João Cypriano da Rocha Loures ao dirigir interinamente o aldeamento de Nonohay<sup>25</sup>, em ofício ao Vice- Presidente da Província do Paraná, informava que após os assassinatos na fazenda dos três serros, Manoel Grande e seu grupo lograram a fuga e refugiaram-se na direção de Palmas, e, para que fossem tomadas as providencias de dar perseguição ao terrível malfeitor e seu bando<sup>26</sup>.

Em julho de 1856, de acordo com o relatório do Presidente da Província para o referido ano, em relação a Doble dizia: “Acha-se hoje no lugar do Pontão e Districto de Vaccaria, nas imediações das fazendas de Francisco Ignácio Ferreira e Felipe José de Souza, sob cuja protecção vivem inoffensivos e pacificamente, julguo conveniente não violentál-os a recolherem-se a Nonohay.”<sup>27</sup>. Mais

---

<sup>24</sup> Ofício do Diretor de Nonohay, Padre Antonio de Almeida Leite Penteado ao Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, Barão de Muritiba, em 18 de março de 1856. *Arquivo Índios*, Lata 299, Maço 1. AHRs.

<sup>25</sup> Ibidem.

<sup>26</sup> Correspondência de João Cypriano da Rocha Loures Diretor Interino da Aldeia de Nonohay ao Vice-Presidente da Província do Paraná Engenheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, em 29 de março de 1856. Informa o assassinato de homens em uma fazenda, cometidos por índios comandados por Manoel Grande, e que fugiram para Palmas. *Fundo Administração Provincial*, DGI. 36, Cx 20, AP27.3.227. APPR.

<sup>27</sup> Ibidem.

uma vez, Doble não estava tão pacífico assim, pois continuava prestando seus serviços para as expedições dos não indígenas, principalmente quando estas atividades de guerra e caça aos indígenas eram contra rivais em potencial, facções inimigas cujo extermínio lhe era assaz interessante. Como a expedição contra os índios de Manoel grande, cujo alojamento fora descoberto na serra geral, com a consequente perseguição e morte dos que estavam sendo caçados, conforme segue no relatório do Vice- presidente da Província Patrício Corrêa da Camara em 1857:

Depois da morte de Clementino dos Santos Pacheco, forão perseguidos os assassinos deste; alguns se achão presos, e outros forão mortos pelos mesmos índios, havendo-se escapado o chefe Manoel grande e mais 3 ou 4, os quaes sendo descobertos na Serra Geral no dia 22 de julho do corrente anno, e perseguidos por uma partida dos Indios de Nonohay, forao mortos no encontro o chefe, dous Indios e uma china, evadindo-se somente dous do grupo desta horda de assassinos: com este acontecimento ficou aquelle districto desassombrado desse assassino furiozo, Manoel Grande.<sup>28</sup>

Desta maneira, com a morte de Manoel Grande, termina a saga do clã dos ‘Grandes’, que foram derrotados não apenas pela ação dos colonizadores, mas também com uma teórica colaboração de Doble, Fongue, Prudente e seus comandados, teórica porque em realidade e em sua investigação, tal prática demonstra não ser merecedora desta visão e interpretação como veremos adiante, ao compararmos com a atuação de lideranças indígenas Ranqueles e Mapuches.

### **Yanquetruz e Calfucurá. Entre a Guerra e a paz**

Com relação às possibilidades de alianças e negociações realizadas por índios *versus* índios, ou índios *versus* não índios, é possível mais uma vez traçar alguns paralelos com o que acontecia

---

<sup>28</sup> *Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul o Commendador Patrício Correa da Camara, na abertura da assembléia Provincial em 11 de Outubro de 1857.* Porto Alegre: Typografia do mercantil, 1857, Catequese, p. 25.

do outro lado da fronteira, em território argentino. A ação *colaboracionista*, assim chamada em alguns momentos por segmentos intelectuais brasileiros, a participação de indígenas em operações de guerra promovida pelos governos provincial ou mesmo imperial, em nosso entendimento não pode ser vista como uma opção ideológica, como se a tal colaboração fosse um posicionamento ao lado do inimigo invasor. Mesmo, Calfucurá, um dos maiores nomes da história indígena argentina, no que se refere à resistência aos invasores, também em determinado momento, época ou período foi aliado de não indígenas. Citamos por exemplo, o ataque indígena massivo, combinado de varios grupos em 1839 a campanha de Buenos Aires, que foi rechaçado e vencido pelas tropas confederadas de Juan Manuel Rosas. Os militares argentinos só obtiveram a vitória na batalha pela participação decisiva, em seu conjunto de guerreiros indígenas, como vemos a seguir na carta do Coronel Nicolas Granada ao *Restaurador de Las Leyes*:

Los del 3 de igual modo resistieron con firmeza los ataques que les hacían. Por todas partes se esforzaban los indios y por todas partes heran acuchillados, y se peleaba con la mayor tenacidad hasta que dadas las órdenes, y llegado el momento decisivo toda la división se movió con ímpetu, y despues de resistir el enemigo imposible esta última carga, volvió la espalda sin poderse rehacer, y la tropa de indios amigos empesaron a lanzearlos y acuchillarlos sin alivio, poniéndolos en completa derrota, y persiguiéndolos de muerte asta el anoecer en la distancia de dies y ocho leguas dejando un número crecido de muertes, mas de 1900 caballos de ellos, con todas las armas que llebavan, y prisioneros un capitán de los indios chilenos, y cinco indios mas que existen presos hasta que V. E. disponga de ellos.

La fuerza enemiga compuesta de ranqueles y chilenos que recien han pasado la cordillera, mil cien hombres de lanza, y mas de cien de bola, segun las declaraciones contestes de el referido capitán e indios prisioneros (...)

Los caciques e indios amigos han contribuído con su valor y empeño en el buen éxito de esta jornada, y son dignos de la consideración de V. E.



Como vemos na citação, depois de um pesado ataque das tropas do governo, Índios ‘Ranqueles y Chilenos’, em sua retirada se deparam com a tropa de *índios amigos* que “empesaron a lanzearlos y acuchillarlos sin alivio, poniéndolos en completa derrota.” Ora, ainda dentro desse tema, em 24 de maio de 1857, o “temível” comandante Ranquele Yanquetruz assinaria um tratado de paz com o governo de Buenos Aires, conforme correspondência do Ministro da Guerra a Comandância Militar dos Patagones:

Al comandante militar de Patagones

Que se le acompaña copia del tratado hecho hoy con Yanquetruz que este tratado si Yanquetruz lo cumple como es de esperar, pues el se manifiesta muy contento del gobierno que le ha concedido cuanto ha pedido, asegura solidariamente sus patagones y además provee a otras necesidades y objetos relacionados con la defensa general de la frontera, y con las operaciones que puedan oportunamente emprenderse contra Calchucurá. (...) <sup>30</sup>

O governo não tinha certeza se Yanquetruz cumpriria os acordos estabelecidos, mas contava com seu apoio em objetos relacionados com a defesa da fronteira, e principalmente em operações contra Calchucurá, uma das lideranças indígenas.

---

<sup>29</sup> Campañas contra los Indios, 20 de agosto combate en Tapalquer. El coronel Nicolas Granada da parte que al toque de Diana fue atacado el campamento de la Division del Sud por indios Ranqueles y Chilenos en número de 1200, los que fueron rechazados a dos leguas del acantonamiento se renovo el combate y fueron los invasores completamente derrotados, persiguiéndolos diez y ocho leguas. Del Coronel Comandante de la división del Sud Nicolás Granada en Tapalque 22 de agosto de 1839. Al Exelentísimo Señor Gobernador y Capitán General de la provincia de Buenos Aires. Nuestro ilustre restaurador de las leyes Brigadier Don Juan Manuel de Rosas. Sala X, 27-7-6. *Division Gobierno Nacional. Indios. Partes de combates. Tratados de paz. Fronteras (1818-1858)*. Buenos Aires. Archivo General de La Nación.

<sup>30</sup> 1857- 1858. Indios. Tratado de Paz celebrado com el cacique Yanquetruz (Comandancia Militar de Patagones). Del ministro de Gerra y Marina Don José Matías Zapiola para el comando militar de Patagones em 24 Mayo 1857. Sala X, 27-7-6. *Division Gobierno Nacional. Indios. Partes de combates. Tratados de Paz. Fronteras (1818-1858)*. Buenos Aires. Archivo General de La Nación.

Yanquetruz se estabeleceu no *Arroyo de Balcheta* com seus comandados<sup>31</sup>, e aceitava ajudar o governo em seu intento de convencer outras lideranças a assinarem um tratado de paz<sup>32</sup>, mas impunha suas condições como o recebimento de roupas e soldos.

(...) Llenando, Yanquetruz, dede esta fecha las condiciones de sus tratados, de establecerse en Balcheta con 80 indios y 8 caciques, le hago presente al Supremo Gobierno para que se digne ordenar la remisión de los sueldos y vestuários correspondientes, haciendo saber a Vuestra Señoría que si dichos sueldos dilatasen de la capital, habría que negociarlos aquí, por que esta exigencia ya me la anuncia Yanquetruz.

Tengo el honor de adjuntar copia de una juiciosa carta de consejos que Yanquetruz dirige a Calfucurá la que remito, hoy mismo a su título.<sup>33</sup>

Yanquetruz operava ao seu modo suas condições de aliança e negociação, teoricamente ajudava não indígenas na tarefa de vencer ou submeter uma das principais lideranças indígenas que rivalizavam contra o poder *hispanocriollo*, Calfucurá. Mas sua ação era controvertida, e negociava a sobrevivência de seu grupo com soldos, roupas e o que mais necessitasse. O que se conclui dos documentos analisados até aqui, é a complexidade da atuação das lideranças, que ora estavam de um lado, ora do outro. Mas, uma das perguntas que pode ser feita, no sentido de entender o posicionamento das lideranças indígenas em suas alianças com autoridades do governo invasor, é se existe a possibilidade de estabelecer lados opostos, onde um deles representa o certo e viável e o outro o seu contrário? Se a resposta fosse afirmativa, e existisse

---

<sup>31</sup> Copia de carta de la Comandancia Militar de Patagones / Agosto 1857 ao ministro da guerra Don José Matías Zapiola. Sala X, 27-7-6. *Division Gobierno Nacional. Indios. Partes de combates. Tratados de Paz. Fronteras (1818-1858)*. Buenos Aires. Archivo General de La Nación.

<sup>32</sup> Carta de la Comandancia Militar de Patagones Al Señor Ministro de Guerra y Marina General Matías Zapiola en 02 de Octubre de 1857. Sala X, 27-7-6. *Division Gobierno Nacional. Indios. Partes de combates. Tratado de Paz. Fronteras (1818-1858)*. Buenos Aires. Archivo General de La Nación.

<sup>33</sup> Ibidem.

de fato um lado certo ou correto, nesse, as atitudes e atos são inquestionáveis, e na outra face dessa moeda, todas as ações passar a ser configuradas como errôneas em sua compreensão. Desse outro lado, as histórias passam a ser negativadas, e fundam-se alicerces para uma torpe visão maniqueísta. E assim Yanquetruz, Calfucurá, Doble, Nicué, Nicafim, Antonio Prudente, Fongue e Manoel Grande, só para citar alguns exemplos, todos à seu modo em algum momento, seriam a banda podre da história indígena. Dessa forma, as fontes pesquisadas até aqui seriam um equívoco, pois afirmam até aqui exatamente o caminho inverso.

O que fica claro é que as lideranças indígenas atuavam de forma dupla suas ações e estratégias que envolviam algo vital para as negociações e a sobrevivência e manutenção de seu *modus vivendi*. Nesse sentido e inserido dentro da interpretação histórica, são entendidos como todos os personagens arrolados em qualquer acontecimento – como sujeitos históricos em suas complexidades, dentro de suas condições específicas de existência. No caso das ações das lideranças indígenas, deve-se tentar construir essa historicidade analisando as muitas fontes que circundam a temática e respeitando as dinâmicas locais, o sistema sócio-político e as estruturas do mundo fronteiriço e suas muitas guerras. Guerras e fronteiras, que de forma real ou imaginária, utilizava-se do perigo indígena, e de certa forma guerras e fronteiras que atendia a varias demandas e como tal em muitas vezes, conveniente a muitos setores que deste mundo belicoso, eram beneficiários de prontidão, apenas no aguardo de pôr em prática interesses que em geral estavam vinculados a recebimento de verbas governamentais, ascensão política, aquisição de terras e auferir lucros com a comercialização de bens móveis e gêneros de primeira necessidade. (ORTELLI, 2007, p.171) Mas guerras e fronteiras também marcadas por assaltos e *malones*, cuja dinâmica complexa estava intrincada nas formas de atuar, proceder e decidir das lideranças e comandantes indígenas: ambígua; dupla, porém necessária às possíveis escolhas.

## Referências

ABELLA, Gonzalo. *Historia Diferente Del Uruguay*. Montevideo: BETUMSAN, 2007.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 1998.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. *Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2000.

ORTELLI, Sara. *Trama de una Guerra Conveniente: Nueva Viscaya y la sombra de los apaches. (1748-1790)*. México, d.f.: El Colégio de México, Centro de Estudios Históricos, 2007.

PUHL, Paula Regina, PRODANOV, Cleber Cristiano. KERBER, Alessander. Representações étnicas no folhetim “Maria Bugra: episódio dos princípios da colonização alemã” e a construção da identidade da cidade de Novo Hamburgo. In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 191-214, dez. 2007.

ROJAS LAGARDE, Jorge Luís. *Malones y comercio de ganado con Chile (Siglo XIX)*. Buenos Aires: El Elefante Blanco, 2004.

VALDEZ, Javier; BONATTI, Andrés. *Histórias Desconocidas de la Argentina Indígena*. Buenos Aires: Edhasa, 2011.

# **PESQUISA ARQUEOLÓGICA NA ENCOSTA INFERIOR DO NORDESTE, BANHADA PELOS RIOS PARANHANA E DOS SINOS**

Jefferson Luciano Zuch Dias<sup>1</sup>

*Resumo:* A presente proposta relaciona-se com os vestígios deixados por nossos antepassados, espalhados por vários locais. Estes vestígios atestam a existência de uma cultura material diversificada desde os primórdios da humanidade. No Brasil, estes indícios são encontrados espalhados por todo o território, nos mais variados ecossistemas, atribuindo assim as mais variadas estratégias de subsistência como grupos pré-históricos de caçadores, de coletores, de horticultores e de pescadores. Alguns com maior, outros com menor grau de evidências.

---

Encontramos vestígios deixados por nossos antepassados, espalhados por vários locais. Estes vestígios atestam a existência de uma cultura material diversificada desde os primórdios da humanidade. Alguns são mais evidentes, como as ruínas de antigas civilizações. Entre elas, podemos citar: a egípcia, com suas pirâmides; a grega, com seus templos; a indiana, com restos de cidades imponentes meticulosamente projetadas; e ainda os templos e cidades das civilizações pré-colombianas aqui na América. Em outros casos estes vestígios são de menor porte e encontram-se dispersos, necessitando de um olhar mais atento por parte do arqueólogo para a sua distinção em uma paisagem. É o caso das pinturas encontradas em grutas e cavernas; as antigas aldeias e os cemitérios usados pelos grupos nativos antes, e até mesmo após a chegada do homem europeu ao Novo Mundo.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História do Programa de Pós-Graduação em História-PPGH da Universidade do Vale do rio dos Sinos-UNISINOS; Professor/Pesquisador do Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara-FACCAT; Diretor e Arqueológico do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul-MARSUL. [zuch@pop.com.br](mailto:zuch@pop.com.br).

No Brasil, estes indícios são encontrados espalhados por todo o território, nos mais variados ecossistemas. Grupos pré-históricos de caçadores, coletores, horticultores e pescadores, deixaram o registro de sua presença. Alguns com maior, outros com menor grau de evidências.

Evidências estas que começam a ser sistematicamente documentadas e estudadas entre os anos de 1950 e 1965. O primeiro passo para tornar esta pesquisa concreta talvez tenha sido a aprovação da Lei n.3924 que regulamentava as questões referentes aos sítios arqueológicos, sua conservação e pesquisa, no ano de 1961. Posteriormente, em junho de 1965, temos a implantação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas-PRONAPA, que tinha como principal objetivo registrar a ocorrência de sítios arqueológicos no território brasileiro.

Inicialmente este Programa deveria durar três anos, mas foi prorrogado por mais dois anos. Estava sob coordenação de Clifford Evans e Betty J. Meggers, ambos do Smithsonian Institution, de Washington, Estados Unidos. Além de verbas americanas, o Programa era financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisas-CNPq e aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Pela primeira vez tinha-se proposto fazer, através do PRONAPA, um programa científico unificado dentro do território nacional, com exceção da área amazônica, que já vinha tendo intervenções arqueológicas por vários pesquisadores estrangeiros.

É neste período que temos o registro de inúmeros sítios arqueológicos, de diversas composições estruturais.

Fazendo um recorte geográfico nos detemos no Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região nordeste do estado. Nela, de maneira sistemática entre os anos de 1965 e 1966, foram pesquisados por Eurico Th. Miller, 119 sítios arqueológicos, sendo sua composição cultural variada, ocorrendo registros em abrigos-sob-rocha, sítios a céu aberto, estruturas subterrâneas e sambaquis. Ao todo foram estabelecidas devido as suas

características e aos artefatos associados, sete (7) fases<sup>2</sup> arqueológicas, das quais Miller as subdividiu em três (3) pré-cerâmicas e quatro (4) cerâmicas. Com relação aos abrigos-sob-rocha e aos sambaquis, devido ao estado preliminar em que se encontravam as pesquisas, os mesmos não tiveram uma classificação pelo sistema de fases, sendo deixados para pesquisas futuras.

Nosso foco de pesquisa localiza-se no Estado do Rio Grande do Sul. No caso específico da presente pesquisa, as atividades a serem executadas destinar-se-ão a pesquisa da ocupação Pré-Histórica do vale do Paranhana, banhado principalmente pelos rios Paranhana e dos Sinos.

Desta maneira, teremos o entendimento a respeito dos mecanismos utilizados pelos antigos habitantes da região, antes da ocupação europeia que se inicia no século XIX consistindo principalmente de imigrantes alemães.

Na região a ser estudada encontramos vestígios de três (3) grupos distintos; representado pelas Tradições Umbu, Taquara e Tupi-guarani. Nosso interesse repousa na pesquisa acerca da ocupação e dispersão realizada pelos membros da Tradição Taquara, pretendemos, observar o comportamento e dispersão dos seus membros, através do Vale do Paranhana. E também pretendemos entender a dinâmica da relação, entre este grupo e os membros da Tradição Tupi-guarani, uma vez que vestígios destes grupos são encontrados dispersos pela área que delimitamos para nossa pesquisa.

Das quatro (4) fases cerâmicas, duas delas, as fases Maquiné e Paranhana fazem parte da Tradição<sup>3</sup> Tupi-guarani, e ainda pôde ser

---

<sup>2</sup> Fase conforme o Dicionário de Arqueologia (SOUZA, 1997, p.55), refere-se a qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, etc, relacionado no tempo e no espaço, num ou mais sítios.

<sup>3</sup> Tradição conforme o Dicionário de Arqueologia (SOUZA, 1997, p.124), refere-se a grupos de elementos ou técnicas, com persistência temporal. Uma seqüência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo uns dos outros, e formam uma continuidade cronológica.

registrada a ocorrência de sítios arqueológicos do período histórico representados pela Fase Monjolo.

A Tradição Umbu, cronologicamente é a mais antiga registrada na área, possuindo algumas datas obtidas pelo método de  $C^{14}$  (Carbono 14 ou radiocarbono) que variam conforme a localidade, como por exemplo, no abrigo Sangão, na localidade de Campestre Novo, município de Santo Antônio da Patrulha, que possui sete datas entre 8790 AP e 3730 AP. Já a Tradição Taquara, especificamente nesta área, temos a ocorrência de vestígios datados de 1380 AP, para um sítio arqueológico no município de Sapiiranga e o sítio mais conhecido que batizou esta Tradição regional, que localiza-se no Morro da Formiga, no município de Taquara, datado em 1190 AP. E por fim os sítios ligados a Tradição Tupi-guarani tem seu período de ocupação estabelecido entre 1070 e 870 AP, datas estas realizadas em um sítio próximo a Lagoa dos Quadros, no município de Maquiné.

Nosso interesse repousa na pesquisa acerca da ocupação e dispersão realizada pelos membros da Tradição Taquara, uma vez que possuímos um trabalho anterior (Dissertação de Mestrado) que contempla a ligação entre os representantes desta Tradição com o grupo nativo conhecido etnograficamente como Kaingang. De forma mais pontual é nossa intenção observar a dinâmica deste grupo no seu período pré-histórico, ou pré-colonial como alguns chamam.

Especificamente pretendemos observar o comportamento e dispersão dos seus membros, através do Vale do Paranhana, que se caracteriza por ser uma zona de transição entre o planalto com altitudes superiores a 1000 metros e o litoral, arenoso e quase plano, zona esta que é chamada de encosta do planalto. Também pretendemos entender a dinâmica da relação, entre este grupo e os membros da Tradição Tupi-guarani, uma vez que vestígios destes grupos são encontrados dispersos pela área que delimitamos para nossa pesquisa. Em alguns casos ocorrem em um mesmo sítio arqueológico, evidenciando um contato entre estas duas Tradições, no que Rogge (2004) chamou de zonas de contato cultural.

Pretendemos entender a dinâmica que se observa, na ocupação do Planalto, Encosta e regiões de várzea, nesta área.



Já estamos desenvolvendo atividades ligadas à pesquisa arqueológica no Vale do Paranhana, através de um projeto chamado Pesquisa Arqueológica na Encosta Inferior do Nordeste, banhada pelos rios Paranhana e dos Sinos, que está sendo realizado utilizando-se do acervo existente no Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul-MARSUL, este acervo é tanto documental, quanto o proveniente dos trabalhos de campo realizados em especial na época do PRONAPA. Até o presente momento já realizamos de forma pontual o levantamento do material depositado na Reserva Técnica do MARSUL, bem como sua respectiva catalogação. Estamos realizando a curadoria e a manutenção deste acervo, bem como a acomodação e registro documental dos materiais arqueológicos desta área.

Desta maneira, teremos o entendimento a respeito dos mecanismos utilizados pelos antigos habitantes da região, antes da ocupação européia no início do século XIX, neste período são descritos contatos entre os colonos que se instalam na área de mata, na localidade conhecida como Mundo Novo (atual município de Taquara) e nativos da etnia Kaingang, que supostamente são descendentes dos membros da Tradição Taquara.

Num primeiro momento as tarefas deste projeto se concentrarão em atividades de gabinete e laboratório e posteriormente em trabalhos executados na pesquisa de campo, caso elas sejam necessárias para complementar os dados obtidos através das duas modalidades acima mencionadas.

Um dos pontos a ser explorado é o da funcionalidade destes assentamentos, pois no Planalto meridional encontramos sítios compostos por estruturas subterrâneas, já no Litoral identificamos sítios a céu aberto, na Encosta, temos a evidência de que os membros valeram-se dos dois tipos de assentamentos, um nas nascentes do Rio Paranhana, encontramos sítios compostos por estruturas subterrâneas, já na área da várzea deste mesmo rio temos vários sítios em céu aberto da Tradição Taquara, em especial o sítio RS-S-61, localizado no município de Taquara, o qual é o responsável pela denominação da Tradição que objetivamos estudar.

Ainda temos em sua confluência com o rio dos Sinos, ocupações pertencentes aos membros da Tradição Tupi-guarani.

Percebemos uma dinâmica entre a ocupação do espaço e o tipo de assentamento e a cultura a qual realiza esta ocupação. Na área em questão está bem marcado a Fronteira entre os membros da Tradição Taquara e aqueles pertencentes a Tradição Tupi-guarani.

Esta fronteira repousa no divisor de águas entre o Vale do Paranhana e o Vale do Sinos. Aqui vemos o limite máximo da expansão Tupi em direção a Encosta. Expansão esta que foi redirecionada para o litoral devido a presença dos membros da Tradição Taquara espalhados por toda a área da Encosta do Planalto, obrigando que os membros da primeira Tradição seguissem outra rota que os levou até o litoral e em seguida sua expansão pela costa em direção ao atual Estado de Santa Catarina. Este caminho poderia ser mais curto caso os membros da Tradição Tupi-guarani tivessem conseguido seguir em direção ao Estado vizinho, via encosta.

Além da presença da Tradição Taquara, acreditamos também que as populações representadas pela Tradição Tupi-guarani mantiveram dentro de seu deslocamento o costume de assentarem-se nas áreas de várzeas dos grandes rios, e como a partir do atual município de Taquara, passando pelos municípios de Igrejinha, Três Coroas até atingir as nascentes do rio Paranhana entre os municípios de Gramado e São Francisco de Paula, este rio passa a correr encaixado do alto do Planalto, até encontrar-se com o rio dos Sinos, novamente nos limites da cidade de Taquara. Esta característica geográfica deve também ter sido motivo pelo qual encontramos de forma reduzida os sítios arqueológicos característicos da Tradição Tupi-Guarani. Podemos observar esta característica e a localização dos sítios dos sítios pertencentes a estas duas tradições ceramistas, na Figura 1.

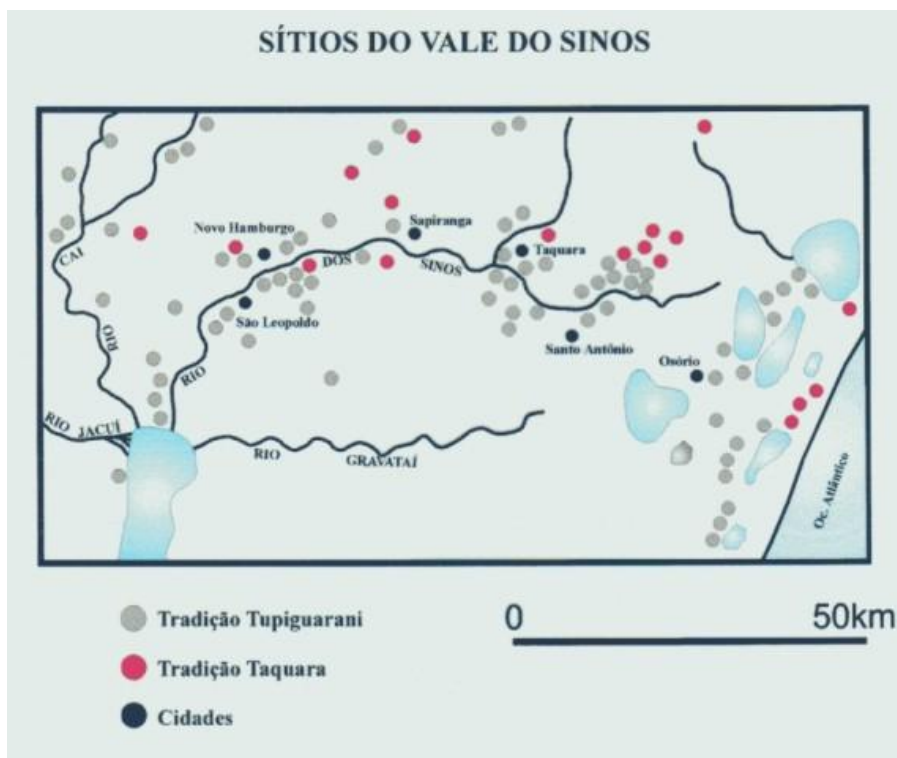


Figura 12: Localização de Sítios Arqueológicos, Bacia do Rio dos Sinos. Fonte: acervo pessoal.

Com relação a dados bibliográficos, temos uma grande produção com relação a pesquisa a respeito da Tradição Taquara, entre elas podemos citar: as pesquisas realizadas por T. Bischoff no litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul, compilados em SCHMITZ, 1958; posteriormente vários conjuntos cerâmicos similares foram registrados por: Menghin (1957), Schmitz (1958) e Rizzo (1968). De forma mais intensa temos toda a produção realizada pelo PRONAPA (MILLER, 1967, 1969a, 1971 e LA SÁLVIA, 1968) e também (SCHMITZ e BROCHADO, 1972). Entre os anos de 1970 e 1980, tivemos uma redução no volume de pesquisas sobre esta Tradição, cuja síntese dos resultados é apresentado em Schmitz (1988). Desde meados da década de 1990, vemos uma retomada nas pesquisas desta tradição, em especial nas áreas do Planalto sul-riograndense (SCHMITZ, 1999/2000; SCHMITZ [Ed.], 2002). Nos Estados de Santa Catarina, Paraná e

São Paulo, outras pesquisas foram realizadas, e regionalmente temos a denominação de Tradição Itararé, para os sítios com a mesma composição.

Ainda temos os estudos realizados por (SOARES DE SOUZA, 1938), (MABILDE, 1983), (BASILE BECKER 1976; 1991), (URBAN, 1992), (LAROQUE, 2000), (SILVA, 2001), (SCHMITZ, ROGGE, ROSA, BEBER, MAUHS, ARNT, 2002), (COPE, SALDANHA e CABRAL, 2002).

Na região de Encosta, nosso foco de pesquisa, temos especificamente os dados encontrados na encosta nordeste do planalto (MILLER, 1967), bem como nos vales de alguns rios tributários do Jacuí (RIBEIRO e SILVEIRA, 1979; RIBEIRO, 1991; SCHMITZ, DE MASI, BASILE BECKER, MARTIN, 1987) e ainda abrangendo a região do alto e médio Rio Uruguai (MILLER, 1969).

Com relação aos estudos sobre a Tradição Tupi-Guarani podemos citar: (BROCHADO et al., 1969), (BROCHADO, 1973a e b; 1977; 1984), (FERRARI, 1983), (SCHMITZ, 1991), (NOELLI, 1999/2000; SOUZA, 2002), (SCHMITZ, ROGGE, ARNT, 2000).

De uma forma geral, encontramos também dados de destes e de outras populações do período pré-colonial em GOLDMEIER, 1983.

Tanto os estudos acerca da Tradição Taquara, quanto sobre a Tradição Tupi-guarani abrangem várias áreas geográficas, como podem ser vistos em detalhes nos trabalhos citados. Percebemos que com relação a Encosta do Planalto, o volume de pesquisas é reduzido, de forma mais pontual temos as intervenções realizadas por Miller (1967) e algumas outras vistorias e registros superficiais (nada deste material encontra-se publicado).

Através do estudo da cultural material destas duas populações, pretendemos entender sua implantação neste ambiente e suas relações com o mesmo, conforme Estevam & Künzli (S/ano, p. 1629):

Poderemos notar que tanto a cultura material como seus detalhes e o destino que lhes era dado, juntamente com a sua localização,

permitem uma melhor correlação do povoamento com as variáveis ambientais, pois o universo material, ou melhor, sua realidade, é apreendida materialmente e carrega consigo práticas que, cotidianas ou não, são criadas, incorporadas e ratificadas pelo social, enquanto construção política.

Os dois grupos apresentam características distintas, seja na questão da área de implantação de suas aldeias e a forma como se deslocam pelo ambiente. Ao mesmo tempo possuem elementos em comum, como por exemplo, a confecção e o uso da cerâmica. É através da análise deste vestígio que pretendemos desenvolver nosso estudo. Segundo Oliveira (2001, p.13):

(...) o perfil cerâmico faz parte do sistema técnico de um grupo cultural pré-histórico e, juntamente com as informações do contexto ecológico e arqueológico, pode-se estabelecer as distinções entre os grupos pré-históricos ceramistas. Esse tipo de abordagem procura as relações existentes entre os elementos do conjunto, evitando-se a análise isolada dos elementos culturais.

No contexto das pesquisas arqueológicas realizadas até o presente momento, conhecemos uma pequena interação entre os membros da Tradição Taquara com a Tradição Tupi-guarani, em algumas áreas específicas. Isto é demonstrado nos respectivos sítios arqueológicos, mais especificamente no seu conteúdo cultural, uma vez que temos a ocorrência de maneira sobreposta estratigraficamente de vestígios cerâmicos pertencentes as estas duas populações, como por exemplo no sítio arqueológico RS-LC-97, localmente conhecido como Bacuparí. Temos ainda registros similares nos sítios RS-LC-80, RS-LC-82, RS-LC-96 e RS-LC-97, todos encontrados e registrados arqueologicamente na região conhecida como Litoral Central. E mais recentemente um sítio localizado no município de Arroio do Sal, RS-LN-295 (publicação no prelo), pertencente geograficamente no contexto arqueológico ao Litoral Norte.

Gostaríamos de salientar que já apresentamos, alguns dados preliminares desta pesquisa, em encontros e seminários e já temos a publicação de um artigo nos Anais do Encontro do Raízes de Taquara do ano de 2008, intitulado *Projeto de Investigação arqueológica do Vale do Paranhana*, In: SOBRINHO, Paulo

Gilberto Mossmann & BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Taquara*. Vol. II – Porto Alegre: EST, 2008, p.1461-1470.

De maneira sucinta apresentamos aqui alguns dados já obtidos sobre a temática em questão. Utilizamos como fonte primária O Catálogo de Registro de Sítios Arqueológicos, para listar os sítios arqueológicos encontrados no Vale do Paranhana. Este Catálogo foi elaborado de acordo com o andamento das pesquisas arqueológicas efetuadas no MARSUL, desde a década dos anos 60 do século passado. É partir dele que construímos nossa problemática de trabalho.

O Vale do Paranhana é composto pelos seguintes municípios: Taquara; Igrejinha; Parobé; Três Coroas; Rolante; Riozinho.

Nestes municípios, temos registradas as três Tradições Arqueológicas anteriormente descritas sendo a primeira e mais antiga a Tradição Umbu com doze (12) sítios arqueológicos registrados; seguidos pela Tradição Taquara também com doze (12) sítios arqueológicos registrados e por fim a Tradição Tupi-guarani com vinte e dois (22) sítios arqueológicos registrados. Completando este quadro, temos o registro seis (6) sítios arqueológicos sem afiliação cultural identificada e uma (1) duvidosa.

Os sítios do Vale do Paranhana, totalizam cinquenta e três (53) registros, sendo que destes, vinte e nove (29) não possuem data de registro no Catálogo, por nós consultado. Os restantes estão todos registrados, entre os anos de 1965 e 1967, com exceção de Cinco (5) sítios que tiveram seu registro nos anos de 1971, 1975 e 2000.

Dentro destes dados, identificamos a ocorrência de vinte e sete (27) sítios em céu aberto, dois (2) são abrigos sob-rocha, um (1) sítio contendo petroglifos. Em seis (6) destes sítios, esta ocorrência está registrada de maneira duvidosa e outros dezesseis (16) não possuem designação.

Dividindo estes registros espacialmente temos, na cidade de Taquara, a ocorrência de onze (11) sítios arqueológicos, seguida pela cidade de Três Coroas, na qual temos nove (9) sítios registrados; na cidade de Rolante temos outros dez (10) sítios arqueológicos. Depois na cidade de Igrejinha temos um (1) sítio registrado, na

cidade de Parobé temos cinco (5) registros e finalmente na cidade de Riozinho temos outros três (3) sítios registrados. Ainda temos outros onze (11) sítios quem tem o nome do município registrado como duvidoso, acreditamos que isto ocorreu devido as várias emancipações que ocorreram ao longo dos anos, formando novas municipalidades e alterando a conformação territorial original, mas este fato não prejudica nossa pesquisa, pois as culturas com as quais estamos trabalhando não possuíam as divisões que são meramente figurativas no presente contexto. Para finalizar este quadro temos mais três (3) registros de sítios arqueológicos que não possuem indicação de municipalidade.

Em especial vamos nos ater aos sítios arqueológicos encontrados especificamente nos municípios de Taquara, Três Coroas e Sapiranga, conforme listados na tabela 1, abaixo.

| Número de registro | Cidade      | Tipo de Sítio | Tradição     |
|--------------------|-------------|---------------|--------------|
| 61                 | Taquara     | Céu aberto    | Taquara      |
| 281                | Sapiranga   | Céu aberto    | Tupi-guarani |
| 282                | Sapiranga   | Céu aberto    | Tupi-guarani |
| 283                | Sapiranga   | Céu aberto    | Tupi-guarani |
| 293                | Taquara     | Céu aberto    | Tupi-guarani |
| 296                | Três Coroas | Céu aberto    | Tupi-guarani |
| 299                | Três Coroas | Céu aberto    | Tupi-guarani |
| 300                | Três Coroas | Céu aberto    | Tupi-guarani |
| 301                | Três Coroas | Céu aberto    | Taquara      |
| 375                | Sapiranga   | Céu aberto    | Tupi-guarani |
| 378                | Sapiranga   | Céu aberto    | Tupi-guarani |
| 383                | Sapiranga   | Céu aberto    | Tupi-guarani |

Quadro 1: Listagem de sítios arqueológicos com ocorrência nos municípios de Taquara, Três Coroas e Sapiranga.

O acervo relacionado aos sítios arqueológicos listados acima está acondicionado na Reserva Técnica do MARSUL e também conseguimos localizar sua documentação. Para uma melhor compreensão as figuras a seguir ilustram parte do acervo que iremos trabalhar e de que maneira o mesmo está acondicionado.



Figura 13: acomodação do acervo referente ao Vale do rio Paranhana. Foto: Jefferson L. Z. Dias.



Figura 14: material acomodado do sítio RS-S-282. Foto: Jefferson L. Z. Dias.





Figura 15: material lítico do sítio RS-S-282. Foto: Jefferson L. Z. Dias.

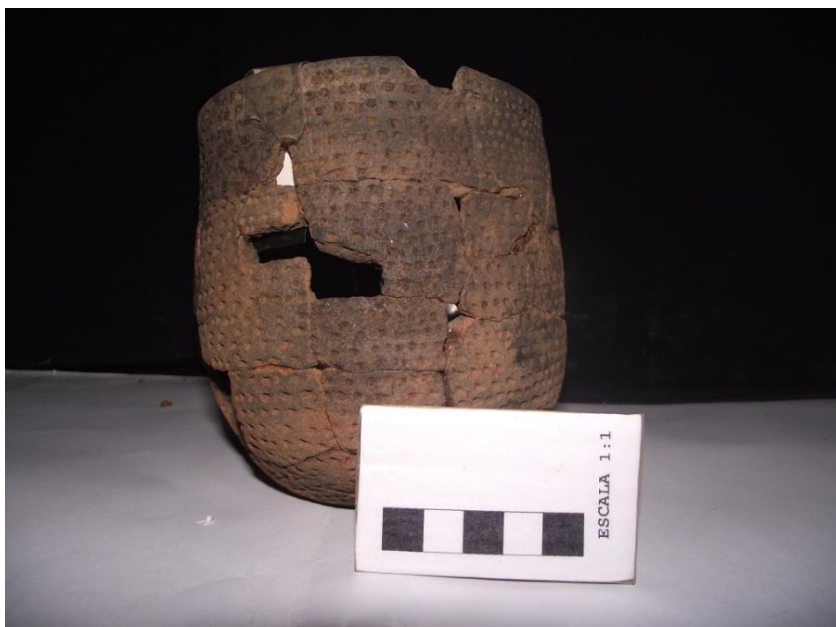


Figura 16: material cerâmico do sítio RS-S-61. Foto: Jefferson L. Z. Dias.

Já os registros indicados abaixo, no Quadro 2, possuem somente registro no Catálogo de Registros de Sítios Arqueológicos, ou a respectiva documentação de registro destes sítios.

| Número de registro | Cidade      | Tipo de Sítio | Tradição    |
|--------------------|-------------|---------------|-------------|
| 271                | Taquara     | Céu aberto    | Taquara     |
| 297                | Três Coroas | Céu aberto    | Taquara     |
| 382                | Sapiranga   | Céu aberto    | Tupiguarani |

Quadro 2: Sítios que possuem somente documentação.

Achamos pertinente para este estudo apresentar, neste momento, duas observações feitas por Marshall Sahlins. Uma, retiramos de sua obra "Ilhas de história", na qual ele diz que:

A história é ordena culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática. A síntese desses contrários desdobra-se nas ações criativas dos sujeitos históricos envolvidos, ou seja, as pessoas envolvidas. Porque, por um lado, as pessoas organizam seus projetos e dão sentido aos objetos partindo das compreensões preexistentes da ordem cultural. Nestes termos, a cultura é historicamente reproduzida na ação. (...) (SAHLINS, 1990, p.7)

Podemos perceber que, conforme o grupo social, este organiza sua cultura de acordo com sua compreensão de mundo e segundo suas necessidades. Neste sentido podemos ter em um mesmo grupo étnico algumas diferenças. Isto não quer dizer que seus membros pertençam a culturas diferentes, apenas tem uma maneira própria de ver sua cultura e manifestá-la.

Em outro trabalho<sup>4</sup>, este autor une os aspectos da cultura e da história e insere neste contexto as pessoas responsáveis por elas, chamando a atenção para a importância dos indivíduos envolvidos neste processo. Pois segundo ele, cada sociedade é responsável pela

---

<sup>4</sup> O referido trabalho, trata-se de um artigo publicado na Revista MANA, v.3, n.1, 1997.

construção de uma teia de significados<sup>5</sup> e este processo não é estático, ao contrário, ele é dinâmico sendo os conceitos elaborados, constantemente reavaliados.

## Referências

BASILE BECKER, Ítala I. O Índio Kaingáng no Rio Grande do Sul. *Pesquisas, Antropologia* nº 29. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976.

\_\_\_\_\_. O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul. *Pré-História do Rio Grande do Sul*. (P. I. Schmitz, Org.). *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*. Documentos 05. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1991, p. 133-159.

BROCHADO, José J. J. P. Migraciones que difundieron la tradición alfarera Tupiguarani. *Relaciones de La Sociedad Argentina de Antropología*, nº 7, 1973a, p. 7-39.

\_\_\_\_\_. *Desarrollo de La Tradición Alfarera Tupiguaraní (AD 500-1800)*. Porto Alegre: UFRGS, Gabinete de Arqueologia, Publicação nº 3, 1973b.

\_\_\_\_\_. *Alimentação na Floresta Tropical*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Caderno nº 2, 1977.

\_\_\_\_\_. *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture Into Eastern South América*. Carbondale: University of Illinois at Urbana-Champaign, 1984 (Tese de Doutorado).

BROCHADO, José P., LAZZAROTTO, Danilo, STEINMETZ, Rolf. A cerâmica das missões orientais do Uruguai. Um estudo de aculturação indígena através da mudança na cerâmica. *Pesquisas, Antropologia* nº 20. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1969, p. 169-208.

---

<sup>5</sup> A teia de significados a que nos referimos é aquela apresentada por Clifford Geertz (1989), na qual diz ser a cultura uma teia de significados que se inter-relacionam feita pelo homem.

COPÉ, Sílvia M., SALDANHA, João D. M., CABRAL, Mariana P. Contribuições para a pré-história do planalto: estudo da variabilidade de sítios arqueológicos de Pinhal da Serra, RS. In: Casas Subterrâneas Nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (P. I. Schmitz, Ed.). *Pesquisas, Antropologia* n° 58. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2002, p. 121-138.

DIAS, Jefferson Luciano Zuch. *Projeto de Investigação arqueológica do Vale do Paranhana*, In: SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann & BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Taquara*. Vol. II – Porto Alegre: EST, 2008, p.1461-1470.

ESTEVAM, Eliane Aparecida & KÜNZLI, Ruth. Análise de Material Cerâmico Pré-Histórico da Região de Presidente, Prudente-SP. *VII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IV Encontro Americano de Pós-Graduação* – Universidade do Vale do Paraíba p.1628-1631.

EVANS, Cliford. Introdução. In. SIMÕES, Mário F. (editor) Programa Nacional de Pesquisas arqueológicas – Resultados Preliminares do Primeiro Ano 1965-1966. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, *Publicações Avulsas* n° 6, 1967. p.7-14.

FERRARI, Jussara L. O Povoamento Tupiguarani no Baixo Ijuí, RS, Brasil. *Pesquisas, Antropologia* n° 35. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1983.

GOLDMEIER, Valter Augusto (Org). *Sítios arqueológicos do Rio Grande do Sul*: fichas de registro existentes no Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1983.

LA SALVIA, Fernando. Resumo das pesquisas arqueológicas no planalto – Rio Grande do Sul. *Pesquisas, Antropologia* n° 18. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1968, p. 101-113.

MABILDE, Pierre F. A. Booth. *Apontamentos Sobre os Indígenas Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: IBRASA/Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MENGHIN, Osvaldo F. A. El poblamiento prehistórico de Misiones. *Anales de Arqueología y Etnología*, v. XII. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 1957, p. 19-40.

MILLER, Eurico T. Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste, Rio Grande do Sul. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. *Publicações Avulsas* n.6, 1967. p.15-38.

\_\_\_\_\_. Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Noroeste do Rio Grande do Sul (Alto Uruguai). *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, nº 10 (PRONAPA 2). Belém: MPEG, 1969a, p. 33-46.

\_\_\_\_\_. Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Oeste do Rio Grande do Sul (Campanha-Missões). *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, nº 13 (PRONAPA 3). Belém: MPEG, 1969b, p. 13-21.

\_\_\_\_\_. Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul (Rios Uruguai, Pelotas e das Antas). *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, nº 15 (PRONAPA 4). Belém: MPEG, 1971, p. 37-60.

NOELLI, Francisco S. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. *Revista USP*, nº 44. São Paulo: USP, 1999/2000, p. 218-269.

OLIVEIRA, Cláudia A. *Abordagens Teóricas Dos Grupos Pré-Históricos Ceramistas No Nordeste* In: *Canindé*, Xingó, Nº 1, Dezembro de 2001 p.1-26.

PROUS-POIRIER, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

RIBEIRO, P. A. M., SILVEIRA, Ítela da. Sítios arqueológicos da Tradição Taquara, fase Erveiras, no vale do rio Pardo, RS, Brasil. *Revista do CEPA*, vol. 8. Santa Cruz do Sul: FISC, 1979, p. 3-63.

RIBEIRO, Pedro A. M. *Arqueologia do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil*. Porto Alegre: PUCRS, 1991. (Tese de Doutorado).

RIZZO, Antonia. Hallazgos arqueologicos efetuados en un yacimiento en gruta en Tres de Mayo, Provincia de Misiones, Republica Argentina. *Pesquisas, Antropologia* n° 18. São Leopoldo: IAP, 1968, p. 11-19.

SAHLINS, Marshall D. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: Porque a cultura não é um "objeto" em via de extinção. In: *Revista MANA*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v.3, n.1, 1997, p.41-73.

SCHMITZ, Pedro I. Paradeiros guaranis em Osório (Rio Grande do Sul). *Pesquisas, Antropologia* n° 2. Porto Alegre: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1958, p. 113-143.

\_\_\_\_\_.As tradições ceramistas do planalto brasileiro. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*. Documentos 02. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1988, p. 75-130.

\_\_\_\_\_.Arqueologia do planalto sul-brasileiro. *Revista de Arqueologia Americana*, n° 17/18/19. México, D. F.: Instituto Panamericano de Geografía e História, 1999/2000, p. 51-74.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. (Ed). *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*, Documentos 05. Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, 1991.

\_\_\_\_\_. Casas Subterrâneas Nas Terras Altas do Rio Grande do Sul. *Pesquisas, Antropologia* n° 58. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2002.

SCHMITZ, Pedro I., BROCHADO, J. P. *Datos Para Una Seqüência Cultural del Estado de Rio Grande do Sul, Brasil*. Gabinete de Arqueologia, Publ. n° 2. Porto Alegre: UFRGS, 1972.

SCHMITZ, Pedro I., DE MASI, Marco A N., BASILE BECKER, I. I., MARTIN, H. E. Nova contribuição à Fase Erveiras, Tradição Taquara. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, RS, Brasil*. Documentos 01. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1987, p. 5-26.

SCHMITZ, Pedro I., ROGGE, Jairo H., ARNT, Fúlvio V. Sítios Arqueológicos do Médio Jacuí, RS. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*. Documentos 08. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2000.

SCHMITZ, Pedro I., ROGGE, Jairo H., ROSA, André O., BEBER, Marcus V., MAUHS, Julian, ARNT, Fúlvio V. O projeto Vacaria: casas subterrâneas no planalto rio-grandense. In: Casas Subterrâneas Nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (P. I. Schmitz, Ed.). *Pesquisas, Antropologia* n° 58. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2002, p.11-105.

SILVA, Sérgio B. da. *Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingáng: Um Modelo Para a Compreensão das Sociedades Proto-Jê Meridionais*. São Paulo: USP, 2001. (Tese de Doutorado).

SOARES DE SOUZA, Gabriel. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

SOUZA, Alfredo Mendonça de História da Arqueologia brasileira. *Pesquisas: Antropologia* n.46, São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1991.

SOUZA, José O. C. de. O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais. *Horizontes Antropológicos*, ano 1, n° 18. Porto Alegre: UFRGS, IFCH, 2002, p. 211-253.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: *História dos Índios no Brasil*. (M. C. da Cunha, Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 87-102.

# **CAPÍTULO X – COMUNICAÇÕES E MÍDIA**



# **ITÁLIA X ÁUSTRIA: A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL ATRAVÉS DO OLHAR DOS JORNAIS EM LÍNGUA ITALIANA**

Marcelo Armellini Corrêa<sup>1</sup>

Em 1875 chegam as primeiras levas de imigrantes italianos as colônias Caxias, Conde d'Eu e Dona Isabel, mas 7% destes imigrantes provinham de territórios sob ocupação austríaca, do Trentino Alto-adige. Embora de fala italiana, eles entravam no Brasil como austríacos porque portavam o passaporte austríaco. Muitos trentinos ou tirolezes, como eram conhecidos, identificavam-se com a Áustria e seu imperador Francisco José I. Segundo Giron e Pozenato (2004, p.52), “tirolezes e italianos não mantinham entre si relações amistosas nos primeiros tempos da colonização, revivendo, na região, as velhas querelas resultantes da unificação italiana”.

Com a I Guerra Mundial (1914-1918) acentua-se as rivalidades entre italianos e austríacos. No Rio Grande do Sul existiam jornais escritos em língua italiana que com o início do conflito na Europa três deles apoiaram a Itália e dois apoiaram a Áustria. Na região colonial italiana a disputa pelo poder local envolvia três grupos: os maçons, os austríacos e os católicos. Os austríacos representavam cerca de 30% da população imigrante local. A I Guerra Mundial acirrou as tensões nacionalistas nas colônias italianas “isso provocaria uma divisão e um debate entre os próprios jornais católicos, ao reacender rivalidades europeias e produzir mudanças editoriais” (Valduga, 2007).

Os jornais *Corriere d'Italia* (Bento Gonçalves), *La Patria Italo-Brasiliiana* e *Stella d'Itália* (Porto Alegre) eram pró-

---

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciado em História- PUC-RS, Especialista História do Rio Grande do Sul- UNISINOS e mestrando do Programa de Pós-graduação em História da UNISINOS.

Itália e defendiam a identidade italiana Os jornais *Il Trentino* de propriedade de G. Andriatti, que também era redator (Porto Alegre) e *IL Colono Italiano* de Padre João Fronchetti (Garibaldi) eram pró-Áustria, pois seus proprietários eram imigrantes oriundos do Trentino, uma região de população de fala italiana sob jugo do Império Austro-Húngaro.

Segundo Stella Borges (1993), o primeiro jornal italiano de Porto Alegre surgiu em 1884, era o *La Liguria*. Em Caxias, o primeiro jornal redigido em língua italiana surgiu em 1898, *Il Colono Italiano*, mas apesar de ter o mesmo nome de um dos jornais pesquisados no presente artigo, se tratava de outro jornal.

O *Il Corriere d'Italia* era dirigido pelo Pe. Domingos Poggi e depois pelo Pe. João Costanzo (1913-1928) Fiel ao pensamento scalabriniano, o jornal definia-se como italianíssimo, apresentando o objetivo de aumentar o conceito dos italianos entre os brasileiros através da promoção do decoro e da força moral entre os colonos. (Valduga, 2007, *apud* Possamai, 2005). Até a Itália entrar na I Guerra Mundial, em 1915, o jornal defendia a manutenção da tríplice aliança formada pela Alemanha, Áustria e Itália. Mas quando a Itália renunciou ao tratado e entra na guerra ao lado da Inglaterra, França e Rússia o *Corriere d'Italia* apoiou a pátria e passou a defender sua nova posição (Giron e Herédia, 2007). Depois da guerra o jornal passou a arrecadar donativos para a reconstrução da Itália (Possamai, 2004).

O *Stella d'Italia* era um jornal maçom e foi editado em Porto Alegre de 1902-1925, era dirigido por Adalchi Colnaghi, que era um homem de cultura, combativo e liberal. Segundo Gardelin (2002), o jornal acreditava no patriotismo isolado, mas dizia que isso não era o suficiente para superar os grandes desafios porque faltava a comunidade italiana o espírito de solidariedade e concórdia.

O *Corriere d'Italia* e o *Stella d'Italia* exaltavam a vitória da Itália sobre o Império Otomano na Guerra Ítalo-turca (1911-1912) que resultou na anexação da Líbia pelos italianos. O *Stella d'Italia* (25/9/1913) noticiava a inauguração de um monumento a Garibaldi pela comunidade italiana radicada no estado. O *Stella d'Italia* edição de 4 de abril de 1920 fala da situação italiana após

a guerra que era de crise econômica. Apesar de os dois jornais defenderem a italianidade, o *Corriere d'Italia* chamava o *Stella d'Italia* de *stalla d'Italia*, (estribaria da Itália) pelo fato de ser maçom e liberal.

Os jornais *Corriere d'Italia* e *Il Colono Italiano* tinham alguns programas em comum, os dois defendiam o colono e reproduziam um tipo ideal de imigrante (Valduga, 2007). Em 1914, o *Corriere d'Italia* criticou abertamente *Il Colono Italiano* dizendo que deveria chamar-se *Il Colono Austríaco*, declarando que o jornal utilizava-se da língua italiana para fazer propaganda austríaca insultando a Itália. Na edição de 2 de outubro o *Corriere* publica o seguinte artigo:

Vilmente *Il Colono Austríaco* quer dar a entender que suas paginas tem o único objetivo de se fazer compreender àqueles que falam italiano. (...) Querem fazer crer que escrevem e falam àqueles que entendem italiano, mas ignoram o significado etimológico da própria palavra. Colonias italianas, “colono italiano”, senhores, significa unicamente: colônias, colonos da Itália e não daqueles que simplesmente falam a língua deste país. Mas todos sabem bem, e também vocês, lobos austríacos, que jogaram com o significado da palavra (*Il Corriere d'Italia*, 2 de outubro de 1914 *apud* Valduga, 2007, p.111).

Fronchetti defendeu-se e acusou o *Corriere d'Italia* de ser desrespeitoso com o Brasil, ao desenterrar antigos ódios, semear a divisão entre os imigrantes italianos e austríacos radicados no Rio Grande do Sul (Valduga, 2007). Fronchetti para defender-se da acusação de pró-germanismo, dizia que:

editava um jornal católico, brasileiro e sul-riograndense em língua italiana para que fosse compreendido pelos falantes do italiano, fossem eles nascidos no Brasil, ou vindos da Itália, do Trentino, de Trieste ou de qualquer outra parte do mundo (Possamai, 2005, p.119-220).

Em 1909, antes de assumir o jornal, Fronchetti foi acusado pelo jornal maçom *Stella d'Italia*, dirigido por Adelgi Conalghi, de em uma festa na cidade de Garibaldi, ter armado um palco com bandeiras de vários países e que a única bandeira ausente era a da

Itália. Em resposta a essa acusação o Jornal *La Liberta* publicou um artigo defendendo Fronchetti. O *La Liberta* em 1910 foi vendido ao PadreFronchetti, que mudou o nome para *IL Colono Italiano*.

Ao assumir a direção do *Il Colono Italiano*, o austríaco João Fronchetti deu-lhe uma nova direção editorial: se as notícias de Roma ainda figuravam no noticiário internacional, elas agora disputavam espaço com as vindas de Viena e das províncias irredentas, pertencentes à Áustria. (Valduga, 2007, p.111).

Embora de raça italiana, Fronchetti era cidadão austríaco e tinha admiração pelo imperador Francisco José, foi vice-cônsul da Áustria e em 1911 chegou a ser condecorado com a comenda da Cruz de Cavaleiro da Ordem do Imperador Francisco José (Rubert, 1977).O nacionalismo austríaco era baseado no catolicismo e no culto ao imperador. Muitos imigrantes trentinos traziam consigo um quadro com a imagem de Francisco José I.

O jornal *Il Colono Italiano*descrevia a Itália como um país dominado pela maçonaria e anticlerical. O sentimento patriótico austríaco fazia-se cada vez mais presente no jornal, pois as notícias de Trento ocupavam um lugar especial, as mobilizações do exercito austríaco ganham importância.“O jornal publica até uma campanha em prol da arrecadação de fundos para a constituição de uma força aérea militar austríaca- situação que os italianos e alemães já haviam feito em suas colônias” (Valduga,2007, p.112).Eram publicadas convocações militares aos súditos austro-húngaros que residiam no Rio Grande do Sul para se apresentarem nos consulados e lutarem pela pátria.

Cartas de soldados trentinos são publicadas reforçando os seus sentimentos cristãos e a sua devoção nacionalista; na matéria intitulada “um comovente episódio”, é narrado o heroísmo de um soldado alemão que no campo de batalha buscava o corpo de seu irmão morto em combate. (Valduga, 2007, p.112).

Em edição de 12 de novembro de 1914, o jornal relata os dias de orações do povo austríaco pela vitória das tropas imperiais no fronte oriental contra o exercito russo e também dizia que de todas as potencias envolvidas no conflito, a única oficialmente católica era a Áustria. Os pronunciamentos são publicados, como o

da arquiduesaaustriaca, Elisabete de Habsburgo(neta do Imperador Francisco José I), que pedia orações ao povo em nome dos soldados, pois a fé católica é aliada do Império austro-húngaro.

O *Corriere d'Italia* denunciava o autoritarismo austríaco nas regiões sob o seu domínio. A cobertura da guerra “passa a ser a visão oficial do Estado italiano” (Valduga, 2007). As notícias da guerra eram descritas na seção “A nossa guerra”. Cartas de soldados provenientes da região colonial italiana que lutaram no exército italiano eram publicadas. Em 1918 o jornal comemora a vitória italiana sobre a Áustria quando finalmente “a bandeira tricolor balança sobre Trento e Trieste” (Valduga, 2007, p. 117).

O padre João Constanzo foi pressionado pelo arcebispo Dom João Becker por causa de artigos escritos contra a Áustria e por isto preferiu pedir demissão do cargo de diretor do jornal a ceder as ordens de parar de publicar artigos contra a Áustria. Assim, o Padre Carlos Porrini assumiu a direção do jornal entre 1917-1921 (Possamai, 2004)).

Em abril de 1917, com a declaração de guerra do governo brasileiro aos Impérios Centrais, a situação de Fronchetti na direção do *IL Colono Italiano* torna-se insustentável. Então ele abandona a direção do jornal, mas continua sendo proprietário. Em julho do mesmo ano os capuchinhos entram como novos sócios e o conteúdo do jornal sofre alterações. O jornal muda de nome para *Staffetta Riograndense*, desaparece o noticiário internacional e em seu lugar são publicadas notícias da região, também desaparece as notícias sobre política aparecendo apenas as estas a temática religiosa. Em 1921, Fronchetti vende sua parte do *Staffetta Riograndense* para os capuchinhos, que se tornam-se os únicos proprietários.

O *Il Trentino* se declarava como o único jornal austríaco do Brasil. Só restaram três exemplares. Circulou de 1915 a 1917, depois o jornal trocou de nome para Áustria Nova, em setembro de 1917, “este jornal se auto definia como um órgão dos austro-húngaros no Brasil” (Borges, 1993, p.46). Infelizmente não se tem mais notícias depois disso. O periódico publicava semanalmente três mil exemplares e eram distribuídos em Porto Alegre, nas cidades da

Região Colonial Italiana e até em outros estados como São Paulo e Paraná.

Era um periódico trilingue, pois, editado em português, italiano e alemão, era contra os nacionalistas italianos “defendia o Estado multinacional austríaco como um modelo para o Brasil, habitado por gente de diferentes etnias.” (Possamai, 2005, p.220). O jornal tinha uma coluna que era redigida por um padre que “atacava a unificação italiana, qualificada de um atentado contra o quinto e o sétimo mandamentos e o desejo da Itália de anexar o Trentino e Trieste ao seu território.” (Possamai, 2005, p.220).

A edição de 22 de janeiro de 1916 contém um grande artigo escrito em alemão, que era a língua oficial da Áustria, e no cabeçalho continha uma nota pedindo desculpas aos leitores (de língua italiana) pelo artigo escrito em uma língua incompreensível.

Na edição de 7 de março de 1917, foi publicado o primeiro discurso do novo Imperador Carlos I. Tinha uma coluna intitulada *La Nostra Guerra*, onde eram publicadas as notícias da guerra pelo ponto de vista austríaco exaltando as vitórias militares do império.

Na edição de 24 de abril de 1917, o jornal expressa abertamente seu nacionalismo e a preferência dos imigrantes trentinos, que eram de fala italiana, pela Áustria:

Sempre sustentamos que para nós catholicos é estrito dever obedecer a autoridade legitimamente constituída. Este foi o motivo principal, porque os austríacos de língua italiana ficaram na sua totalidade efieílissimos ao imperador d’Austria e a sua pátria, tendo como inabalável programa: antes catholicos, depois austríacos e em fim italianos. (*Il Trentino*, 24/04/1917)

Na mesma edição uma coluna fala de um processo canônico contra o padre João Constanzo e o mesmo artigo também fala mal de Adelgi Conalghi. Anuncia o rompimento das relações diplomáticas entre o governo brasileiro e a Alemanha. Nas notícias sobre a guerra fala da soberania austríaca no mar Adriático, a declaração de guerra dos Estados Unidos a Alemanha e o tratado de paz entre a Rússia e as potencias centrais.

*La PatriaItalo-brasiliana*, na edição de 2 de dezembro de 1916, exaltava as vitórias militares italianas como uma notícia anunciando que lanchas torpedeiras italianas afundaram dois navios da marinha austríaca causando um enorme prejuízo ao inimigo. Também divulgava a visita do Kaiser Guilherme II da Alemanha a Viena para falar com o novo imperador austríaco Carlos I. Este jornal entrou em circulação em 1915, mas não foi possível saber até quando foi publicado, embora seu último registro é de 1931.

Na edição de 1920, o jornal comunica que uma loja maçônica norte-americana destina ajuda financeira para os filhos de soldados italianos mortos na guerra e relatando problemas na definição nos novos territórios adquiridos após a guerra no litoral do mar Adriático em que a Itália reclama a posse da Istria, uma região de população italiana e a Dalmácia, aonde pretendia construir uma base naval.

Com o fim da I Guerra Mundial, a região do Trentino foi anexada ao território italiano e, com o fim do Império Austro-Húngaro, os imigrantes trentinos passaram a ser súditos do rei da Itália e assim, o sentimento patriótico pró-Áustria desaparece e dessa maneira os jornais pró-Áustria também desaparecem no Rio-Grande do Sul permanecendo em circulação apenas os jornais pró-italia, que só viriam a sair de circulação com a campanha de nacionalização do Estado Novo.

## **Jornais**

*La PatriaItalo-brasiliana*, Porto Alegre, 2 dez. 1916 e 17 jul. 1920.

*Il Trentino*, Porto Alegre, 22 jan 1916, 7 mar 1917, 24 abr 1917.

*Stella d'Italia*, Porto Alegre, 17 out. 1912, 25 set. 1913, 1º abr 1920.

## **Referências**

BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993.

GARDELIN, Mário. In: GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Povoadores da Colônia Caxias*. 2.ed. Porto Alegre: EST, 2002.

GIRON, Loraine Slomp; POZENATO, Kenia Maria Menegotto. *100 anos de imprensa regional: 1897-1997*. Caxias do Sul, RS: EducS, 2004.

\_\_\_\_\_; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *História da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2007.

POSSAMAI, Paulo César. “*Dall’ Italia Siamo Partiti*”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005.

\_\_\_\_\_. *Imprensa e italianidade: RS (1875-1937)*. In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo. (Org). Porto Alegre: EST, 2004.

RUBERT, Arlindo. *Clero secular italiano no Rio Grande do Sul (1815-1930)*: padres dos imigrantes. Santa Maria: Palotti, 1977.

VALDUGA, Gustavo. “*Paz, Itália, Jesus*”: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio-Riograndense (1930-1945). Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.



# **O ALMANAQUE *KOSERITZ DEUTSCHER VOLKSKALENDER* NO CONTEXTO DA IMPRENSA DO SÉCULO XIX (1874-1890)**

Tiago Weizenmann<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente texto propõe-se a construir uma breve análise sobre o almanaque *Koseritz Deutscher Volkskalender*, publicado na província do Rio Grande do Sul, a partir do ano de 1874, relacionado à atuação de Karl von Koseritz e ao contexto da imprensa do século XIX. Como ressaltam alguns estudiosos, mesmo com uma importante representatividade no quadro mais amplo das produções culturais destinadas aos imigrantes e descendentes, o estudo dos almanaques ainda permanece lacunar.

Neste sentido, pretende-se empreender uma reflexão sobre essa forma distinta de imprensa, compreendendo as suas características, bem como alguns aspectos do ideário e da cultura teuto-brasileira que perpassam as primeiras décadas da coleção do almanaque. Da mesma forma, procurar-se-á destacar a figura de Karl von Koseritz enquanto idealizador do *Koseritz Deutscher Volkskalender* e importante personagem histórico da imprensa gaúcha do Dezenove brasileiro.

---

## **Karl von Koseritz e a imprensa no Rio Grande no Sul**

Em 1851, aportava no Rio de Janeiro o veleiro *Heirich*. Trazia consigo parte dos soldados e dos oficiais que pertenciam à “Legião Alemã” que o Império brasileiro mandara buscar para empreender a luta contra Oribe e Rosas. Entre eles, Karl von Koseritz. Embora a sua chegada ao Brasil estivesse vinculada a um projeto militar do Império, Koseritz logo abandonou a tropa. A Legião fora dissolvida e alguns soldados retornaram à Europa. Outros aqui permaneceram e alguns deles desempenharam

---

<sup>1</sup> Doutorando em História – PUCRS.

influência política, econômica e social, sendo conhecidos, também, como *brummer*<sup>2</sup>.

Karl von Koseritz foi um desses personagens que continuou a fazer a sua vida no Brasil. Estabeleceu-se no Rio Grande do Sul, chegando primeiramente à cidade de Rio Grande e, em 1852, fixou-se em Pelotas, com idade de 22 anos. Após um período inicial caracterizado por dificuldades financeiras, ingressou na área da imprensa, o que acabou marcando a sua trajetória no Rio Grande do Sul. Casou-se com a filha de um estancieiro da região, Zeferina Maria de Vasconcelos. Mudou-se para Rio Grande, onde atuou na editoração de um periódico local, além de colaborador de outros desta região e, em 1864, instalou-se em Porto Alegre. Já na capital, Koseritz passou a construir uma trajetória social, política e intelectual bastante dinâmica, inclusive, de grande repercussão histórica. Além da importância que assumiu no papel da imprensa, tornou-se um grande expoente intelectual, pioneiro nas discussões temáticas sobre o evolucionismo no Rio Grande do Sul. Koseritz defendia princípios liberais, que se manifestavam no campo filosófico, literário, religioso, político e econômico. De maneira incisiva tornou-se porta-voz dos projetos e necessidades dos imigrantes alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul, valendo-se da imprensa como instrumento de divulgação e alargamento do seu ideário. Entre os periódicos, podemos citar os almanaques (*Koseritz Deutscher Volkskalender* e *O Calendário Atual*), as revistas (*Die Austellung* e *Revista do Paternon Literário*) e os jornais (*O Brado do Sul*, *Ramilhete Rio-grandense*, *O Povo*, *A Gazeta de Porto Alegre*, *Jornal do Comércio*, *O Combate*, *Deutsche Zeitung*, *Koseritz Deutsche Zeitung*, etc.). Sua concepção de imprensa relacionava-se a um viés doutrinário, enquanto quarto poder, com o objetivo de instruir e guiar a opinião, além de torná-la apta a formar juízo sobre os fatos.

---

<sup>2</sup> *Brummer*, em alemão, significa “zumbidor”, “rezingão”, “murmurador”, descontente com a sua sorte, mas também o que está na cadeia. Um dos *brummer* escrevera que chamavam assim as moedas graúdas de cobre que receberam como soldo, passando a denominação aos próprios mercenários (OBERACKER, 1961, p. 17).

A imprensa tem por principal missão doutrinar a opinião, esclarecê-la, guiá-la, dar-lhe conhecimento dos fatos que ocorreram e habilitá-la a formas juízo sobre eles.

Sua missão é das mais graves, ela representa, na frase de Canning, o 4º poder do Estado e sua influência sobre os destinos das nações é quase ilimitada, nas terras em que é um sacerdócio e não um simples meio de especulação.

É ela o mais poderoso elemento da ordem, da liberdade e da civilização e a fonte de luzes para os indivíduos e as sociedades;

É o fiel da balança que estabelece a igualdade entre o débil e o poderoso;

(...)

É o mais precioso dos direitos e a primeira garantia do homem e do cidadão, segundo a constituinte francesa de 1791;

É o 6º sentido dos povos, na opinião de Seyès; (...)

É finalmente, segundo Jony, em sua ‘Moral aplicada à política’, o verdadeiro milagre de Pentecostes, que em línguas de fogo fez baixar a verdade dos céus sobre as cabeças dos apóstolos!

(KOSERITZ, Gazeta de Notícias, 11 de junho de 1879)

Os seus discursos inflamados em defesa de uma concepção liberal do progresso agrediam e desafiavam setores historicamente influentes. Não parece estranho, portanto, afirmar que a sua atuação também despertou grandes inimizades e adversários. Os seus jornais estabeleceram debates polêmicos com outros periódicos, os quais se demonstravam hostis ao seu pensamento e posicionamento. Sua postura e suas convicções levaram-no a um isolamento por parte dos opositores, como bem se percebe às vésperas de sua morte, no final de maio de 1890, quando Koseritz fora mantido incomunicável durante oito dias em uma residência, em Pedras Brancas, por doze homens enviados pela polícia.

A importância intelectual de Koseritz para o contexto da segunda metade do século XIX é, sem dúvida, especial. Influenciado por movimentos intelectuais da Europa, apreciava os escritos de Buechner, Maleschott e, principalmente, Darwin e Haeckel<sup>3</sup>. Por outro lado, segundo Oberacker (idem, p. 33), Koseritz foi “o maior propagandista e disseminador do pensamento alemão e do

---

<sup>3</sup> Ernst Heinrich Philipp August Haeckel foi o principal teórico europeu que influenciou Koseritz. Naturalista alemão da Universidade de Jena (Alemanha).

*patrimônio cultural entre os brasileiros*”. Também estabeleceu contatos e discussões com a *Escola de Recife*<sup>4</sup>, cujos destaques apontam a Tobias Barreto e Sílvio Romero. Publicou em seus jornais elogios aos expoentes da *Escola de Recife*, reproduzindo, também, artigos de autoria de Barreto e Romero. Deixou clara a sua pouca simpatia com a religião, atacando a clérigos presentes no contexto da imigração, especialmente a partir de 1970, incluindo católicos, especialmente os jesuítas, e protestantes.

Também se engajou como ator político<sup>5</sup>, notadamente na representação dos interesses de uma região que apresentava uma formação étnica minoritária na província e que tinha como base econômica a agropecuária desenvolvida em pequenas propriedades (MOTTER, 1999, p. 104). Enquanto deputado provincial, contribuiu para aproximar as populações coloniais teuto-brasileiras à vida política brasileira.

Enfim, dentre todos os aspectos apresentados, é significativo perceber a importância da figura histórica de Karl von Koseritz relacionada ao contexto da imprensa do século XIX, na província gaúcha. Sua contribuição ultrapassa a imagem de um simples diretor e editor de periódicos, tendo em vista que reconheceu a imprensa do seu tempo como instrumento importante de doutrinação, na tentativa de concretizar as suas expectativas enquanto intelectual engajado, fossem questões políticas, econômicas, culturais ou científicas.

## **A imprensa no Rio Grande do Sul – século XIX**

A imprensa na província do Rio Grande do Sul, durante o século XIX, guarda as suas particularidades. As primeiras

---

<sup>4</sup> A *Escola de Recife* surgiu nos anos de 1870. Ocupava-se com diferentes temas, desde a poesia à política. Mas a filosofia é que se constituiu no elemento unificador. Tem suas raízes na filosofia evolucionista.

<sup>5</sup> À época da proclamação da República, Koseritz era membro do partido Liberal. Não se tornou, todavia, republicano, mantendo o seu apoio à organização monárquica, embora respeitasse o advento do novo regime institucional.

manifestações<sup>6</sup> ocorreram por conta das mudanças que o decreto de D. Pedro I trazia, ao determinar o fim da censura, em 1827, especialmente com o surgimento da publicação do *Diário de Porto Alegre*<sup>7</sup>. Tal situação provocou o desenvolvimento dos periódicos locais, assim como ocorrera em outras províncias brasileiras<sup>8</sup>. Antonio Hohlfeldt (2006, p. 2) destaca que esta primeira fase possui como características a efemeridade, justificada pela falta de qualidade das publicações, excluindo-se algumas exceções, e pela relação de propriedade/editoria de seus responsáveis, estendendo-se até 1835.

Desde a década de 1830, apresentava-se um segundo momento para a imprensa, que esteve ligado aos conflitos relacionados à Guerra dos Farrapos. A partir do Período Regencial, como assinala Francisco das Neves Alves (2006, p. 353), o jornalismo passou por um novo impulso. Inicialmente, boa parte dos periódicos exaltava os sentimentos dos revoltosos. Já em 1845, os jornais publicados manifestavam uma maior divisão entre si, ou seguiam contrários ou favoráveis ao movimento deflagrado dez anos antes. Dentro desse contexto, a orientação política prevalecia, externando uma dimensão doutrinária e ideológica.

Nas décadas seguintes ao fim do conflito, houve um crescimento quase que contínuo de jornais. Ao lado do aumento de folhas que passaram a circular nas diferentes regiões da província, a especialização de determinados periódicos proporcionou uma ampliação dos gêneros da imprensa gaúcha.

---

<sup>6</sup> Utilizaremos aqui a imprensa em seu sentido estrito, vinculada às publicações periódicas informativas ou opinativas. Esta noção é importante, pois se torna balizador para a história da imprensa no Rio Grande do Sul. Segundo Antonio Hohlfeldt (2006, p. 2), pensar a imprensa no sentido lato aponta para a existência de prelos gaúchos antes mesmo da independência do Brasil.

<sup>7</sup> Tratava-se de um boletim oficial, destinado a apresentar os atos da administração governamental, bem como se colocava como instrumento de publicidade do governo provincial. Seu lançamento foi patrocinado pelo presidente da província, Salvador José Maciel. (Cf. RÜDIGER, 1993, p. 13; ALVES, 2006, p. 353).

<sup>8</sup> O francês Claude Dubreuil foi responsável pela introdução da tipografia na província, em 1827 (RÜDIGER, 1993, p. 17).

Além disso, a segunda metade do século XIX é marcada pela imprensa partidária ou panfletária *civil* (1850 – 1900). Entre as características, pode-se destacar o estabelecimento de relações entre imprensa e partidos políticos, alinhando proprietários e editores a propostas partidárias, o que, inclusive, garantia a sobrevivência financeira do jornal, uma vez que as arrecadações com a publicidade – anúncios de diferentes naturezas – ainda não se apresentavam como suficientes para cobrir os gastos criados com a impressão dos periódicos. Segundo Francisco Ricardo Rüdiger (1993, p. 25), a forma político-partidária ganhava força, “*tornando-se meio de formação doutrinária da opinião pública*”, cujos termos e medidas dependiam de cada partido. Destarte, assumia-se a concepção de que o periódico deveria ser essencialmente opinativo.

Há que se ressaltar, no entanto, que esta imprensa já não era mais exclusivamente partidária, pois se desenvolvia também a imprensa literária, que provocou um salto de qualidade, pelo lançamento de revistas literárias, almanaques, publicações com caricaturas e com forte crítica social. Como destaca Ana Luiza Martins (2011, p. 45), ampliavam-se as “*funções como prestadora de serviços, num quadro econômico e social mais complexo, que permitiram a alguns de seus órgãos transformarem-se em empresas*”. Dessa forma, editores passaram a observar os gostos de seus leitores e preocuparam-se em utilizar algumas práticas já presentes na imprensa dos grandes centros do Brasil. Tal constatação pode ser verificada, por exemplo, a partir da publicação dos folhetins, que animavam os leitores dos jornais a acompanharem regularmente os capítulos de longas histórias. De maneira geral, como sugere Hohlfeldt (ibidem), essa dinâmica ressaltava a preocupação que os editores e proprietários dos periódicos demonstravam em relação aos leitores.

O formato majoritariamente utilizado pelos jornais, a partir de 1870, reporta ao modelo *standard*<sup>9</sup>. O processo de produção já envolvia técnicas melhores, permitindo uma melhoria na qualidade

---

<sup>9</sup> No formato *standard*, a área gráfica da página mede em torno de 52,5 por 29,7 centímetros.

gráfica e o aumento da tiragem de cada exemplar. Porém, a atividade ligada à produção de impressos continuava precária, pois o número de leitores ainda era limitado pelas condições de escolaridade e de baixo poder aquisitivo. A montagem de uma tipografia e o lançamento de um jornal não eram tarefas difíceis se comparadas aos custos de manutenção das publicações – papel, matéria-prima importada e mão de obra (RÜDIGER, 1993, p. 26). O desafio ainda era complementado pelas expectativas que cada impresso deveria atender ao ser lançado ao público leitor<sup>10</sup>.

Em 1885, constavam 85 jornais em circulação em Porto Alegre (HOLFELDT, 2006, p. 8) e já se desenhava um cenário com uma expressiva diversificação dos impressos. Citam-se alguns nomes, como *Jornal do Comércio* (1865-1912), *A Federação* (1884-1937), *Deutsche Zeitung* (1861-1917), *Revista do Partenon Literário* (1869-1879), *O século* (1880-1893) e *Koseritz Deutsche Zeitung* (1881-1906).

A relação acima revela que os periódicos produzidos às comunidades de imigrantes e seus descendentes também passaram a ocupar um espaço de destaque na imprensa gaúcha. Sua contribuição está no papel que desempenharam quanto à identificação social, à preservação e à valorização da cultura teuto-brasileira no Brasil. De modo geral, a imprensa de língua alemã produziu periódicos de importante repercussão e já se manifestava a partir de 1836, por meio do *Colono Alemão*, editado por Hermann von Salisch<sup>11</sup>. Além deste, destacaram-se o *Der Kolonist: Wochenblatt fuer Handel, Gewerbe und Landbau*, *Der Deutsche Einwanderer*, *Deutsche Zeitung*, *Deutsche Volksblatt*, *Deutsche Post* e *Koseritz Deutsche Zeitung*.

René Gertz (2004) lembra que as publicações do contexto da imigração alemã estão ligadas a três propostas diferentes, ao referir-

---

<sup>10</sup> A noção moderna de jornalista ainda não encontrava estatuto definido. Meados do século XIX, usava-se a expressão escritor público, mais adequado ao significado político-literário da imprensa na época (RÜDIGER, 1993, p. 19).

<sup>11</sup> Com a imigração, chegaram à província alguns impressores e fabricantes de papel que assumiram a atividade tipográfica nas colônias.

se aos almanaques, jornais<sup>12</sup> e revistas. Interessa, para a breve reflexão aqui empreendida, pontuar algumas considerações sobre o almanaque, formato impresso de destaque no contexto da imigração alemã no Rio Grande do Sul.

Aos moldes do gênero impresso na Alemanha<sup>13</sup>, os almanaques de língua alemã, publicados no Brasil, surgiram a partir da segunda metade do século XIX. Essa imprensa manifestou-se em áreas de imigração, incluindo o Brasil, a Argentina e o Chile, embora nos dois últimos países, o surgimento dos almanaques encontra-se no século XX, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial.

Conforme Greicy Weschenfelder (2010, p. 39), os almanaques circularam com mais força nas regiões coloniais e por muito tempo *“foram os únicos meios de comunicação que deixavam o colono conectado com o mundo, contribuindo, intensamente, para a manutenção da germanidade no Rio Grande do Sul, além de sua preocupação em informar e instruir”*. Dentre os calendários de língua alemã que circularam no Rio Grande do Sul, no século XIX, estão *Deutscher Kalender*, *Koseritz Deutscher Volkskalender*, *Kalender der Serra-Post*, *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, entre outros. Com predominância do almanaque popular – *Volkskalender* (GRUTZMANN; DREHER; FELDENS, 2008, p. 38), encontravam-se, também, calendários com temáticas específicas, alguns com teor religioso (protestante ou católico), outros com abrangência mais regional. Além disso, alguns editores de jornais dedicaram-se à produção de anuários, como Rotermund,

---

<sup>12</sup> Os jornais políticos foram os que tiveram o maior destaque na imprensa de língua alemã.

<sup>13</sup> Os almanaques na Alemanha surgiram no século XV, inspirados nos calendários impressos presos à parede, após o surgimento da tipografia. Cabe citar que a denominação *Kalender* também significa calendário. Esse significado vincula-se ao fato de que traziam a página do calendário, como cerne e parte constante desse tipo de periódico, encontrando a divisão e ordenação do ano em curso. Além do calendário, essas publicações traziam, em linguagem acessível, conhecimentos astronômicos, medicinais e meteorológicos.



Koseritz e Metzlzer. Rotermond e Metzler, um pastor evangélico e o outro católico jesuíta, eram fiéis opositores à imprensa de Koseritz.

Em Porto Alegre, na década de 1850, apresentava-se ao público de fala alemã o primeiro exemplar editado no Brasil, denominado *Der neue hinkende Teufel. Deutscher Volkskalender für die Provinz S. Pedro do Sul*, editado entre os anos de 1856 e 1858. No entanto, foi com o almanaque *Kalender für die deutschen in Brasilien*<sup>14</sup> que este modelo de imprensa atingiu uma importância significativa. Segundo Irmgart Grützmann (2006, 14), este almanaque era editado em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, e circulou entre os anos de 1881 e 1918, 1920 e 1941, sendo que em 1923 ele atingiu uma tiragem anual de trinta mil exemplares.

A periodicidade dos almanaques de língua alemã seguia um padrão comum, ou seja, uma edição anual. Sua circulação entre as populações de imigração alemã iniciava no último trimestre do ano anterior e eram comercializados a preços acessíveis (BRAUN, 2010, p.38). Ao lado dos jornais, foram veículos importantes para a difusão do texto impresso em alemão, incluindo ao mesmo tempo informações temáticas e de gêneros variados, proporcionando aos leitores também o entretenimento, com espaços dedicados à literatura nacional e internacional, bem como páginas que trataram sobre humor. Os leitores dos almanaques encontravam-se tanto nas principais áreas urbanas, com a presença de importantes comunidades germânicas, a exemplo de Porto Alegre, como também em áreas rurais, onde os colonos aguardavam anualmente a edição de cada novo exemplar.

### **Koseritz Deutscher Volkskalender**

Neste contexto de imprensa é que se apresentou ao público outro almanaque de significativo destaque, o *Koseritz Deutscher Volkskalender*, sob direção de Karl von Koseritz e que circulou entre

---

<sup>14</sup> Tratava-se de um almanaque de orientação evangélica, criado, em São Leopoldo, por Wilhelm Rotermond, pastor, teólogo e livreiro. (GRÜTZMANN, 2006, p. 72).

os anos de 1874-1918 e 1921-1938. A análise aqui apresentada contemplará brevemente alguns aspectos de alguns dos exemplares editados entre os anos de 1874 e 1890, correspondendo ao ano da primeira edição e ao momento do último exemplar apresentado ao público antes da morte de seu idealizador, respectivamente. Dentro dessa perspectiva, a intenção é promover uma historicização dessa fonte impressa, reconhecendo os elementos e as condições técnicas de sua produção, averiguando os temas a serem publicados e as suas motivações, bem como as funções sociais do impresso (LUCA, 2006, p. 132). Neste mesmo sentido, Maria Helena Rolim Capelato (1988, p. 13-14) sugere que a compreensão da participação de um jornal na história passa necessariamente por algumas indagações, que possam ajudar a reconhecer os proprietários, o público ao qual o periódico se dirigia, os objetivos e, também, os recursos utilizados para garantir certa fidelidade em relação aos leitores.

O primeiro exemplar do almanaque *Koseritz Deutscher Volkskalender* foi publicado no ano de 1874. Karl von Koseritz partia da constatação de que os almanaques vindos da Europa, escritos aos alemães europeus, não preenchiam as aspirações dos teuto-brasileiros. Assim, apresentava a um público específico uma espécie de “livro” a toda a família, com o “*objetivo de falar sobre as relações e agir profundamente sobre a vida das pessoas*” para as quais ele se destinava. Segundo as suas palavras, reconhecia nos almanaques a vantagem e a capacidade de influência que poderiam exercer, fosse nos povoados ou no próprio seio familiar. Eram essas as principais motivações que o levaram a publicar o seu próprio calendário. Ao justificar o nome escolhido para o impresso, Koseritz assim escreveu na primeira edição, em 1874:

Não foi por arrogância e vaidade que dei meu nome para esta publicação. Eu fiz isso para deixar claro, desde o início, a tendência que ele vai assumir. Assim esse livro chama-se Koseritz Deutscher Volkskalender e cada um saberá qual a direção que ele tomará. Se já no primeiro ano me foi permitido dar uma feição, o que não é tarefa fácil, os leitores avaliarão. Eu fiz tudo para elaborar este almanaque. Espero para os próximos anos brindar os leitores com mais variedades.

O almanaque irá receber e levar adiante, nos próximos anos, somente trabalhos originais, trazendo relatos da vida alemã local,

como matérias sobre a germanidade na província, biografia de homens que se destacaram, estudiosos destacados, ensaios, dissertações, artigos esclarecedores sobre agricultura, indústria rural, humor, interesses comunitários. A parte estatística deste livro, que para o nosso público é uma necessidade, será engrandecido e trabalhado com muita dedicação, de forma que o almanaque, ao mesmo tempo, seja um livro estatístico desta província. Também, os pontos de distribuição [Adress Kalender], que atualmente abrangem 35 locais desta província, serão melhorados e aumentados com a preocupação e a necessidade de ir ao encontro do público alemão. (KOSERITZ, 1874, p. III – IV)

As edições consultadas do *Koseritz Deutscher Volkskalender* seguiam as linhas gerais de todos os almanaques de língua alemã publicados na província. Apresentavam-se “*dados de referência à cronologia e o calendário civil dividido em meses, acompanhado do calendário lunar, natural e de festividades profanas e religiosas*” (GRÜTZMANN, 2006, p. 14), até mesmo dados sobre o nascente e o poente do sol para os dias do ano. As páginas iniciais eram seguidas, então, por textos, artigos, contos, instruções práticas sobre o dia-a-dia nas cidades e nas colônias, como tabelas com pesos e medidas, taxas postais e telegráficas, listagem de serviços e comércio nas principais colônias alemãs e orientações gerais que correspondiam à lida com os animais e com a agricultura. Em outros momentos, até informações jurídicas passaram a estar dispostas e comentadas em seções finais do almanaque.

A cada nova edição, o almanaque apresentava-se como guia prático aos leitores, instruindo, de maneira especial, os imigrantes alemães e seus descendentes. É neste propósito que Koseritz lançava o almanaque de sua própria autoria e seus esforços manifestavam-se positivamente no intuito de consolidá-lo no contexto da imprensa da província.

Almejo ter a graça de ser fiel ao público do meu calendário para que nos próximos anos possa com ânimo e amor trabalhar na elaboração. Eu tenho enorme desejo de dar aos teuto-brasileiros um verdadeiro e merecido livro da família e isto vai acontecer.(...)  
Meus queridos colaboradores, agradeço muito pela ajuda e entrega ao público o 1º ano do meu calendário, com a esperança de que isto, ainda durante longos anos, seja um amigo em todos os lares alemães

da província, onde é seu lugar, com todos os esclarecido,  
independentes e homens pensantes.

Porto Alegre, em setembro de 1973

K. von Koseritz”. (KOSERITZ, 1874, p. IV)

A sua circularidade entre os habitantes teuto-brasileiros dependia, inicialmente, dos 35 locais mencionados por Koseritz, dispostos em diferentes áreas coloniais e urbanas e listados nas últimas páginas do almanaque. Normalmente, eram locais ligados a casas comerciais ou a pessoas específicas de representação social na colônia alemã, pelos quais o leitor encomendava e, mais tarde, retirava o seu exemplar. Com o passar dos anos, é possível constatar que houve uma expansão em relação ao número de locais que se apresentavam como referência de distribuição do impresso.

A composição física do almanaque aproximava-se ao formato de um livro. Essa constatação pode ser encontrada, inclusive, nas referências que Koseritz fazia ao seu próprio impresso, chamando-o frequentemente de “*livro da família*”. Em média, eram apresentadas ao público em torno de 220 páginas, ocupadas com as mais diferentes informações, textos e anúncios. A editora responsável pela impressão está marcada na capa dos almanaques, relacionada ao nome da *Verlag Walther Kühn*. Koseritz cita-o na primeira publicação, ao relatar que o editor não economizou esforços e custos para dar uma ampla visibilidade ao almanaque, referindo-se a Kühn. Walther Kühn estava ligado à expedição do jornal alemão, também editado em Porto Alegre, conhecido como *Deutsche Zeitung*<sup>15</sup>. Como Koseritz era diretor deste jornal desde 1863, é possível reconhecer um projeto de imprensa comum, que se manifestava a um público específico por meio do jornal e do almanaque.

---

<sup>15</sup> Na primeira década de existência do almanaque, é possível identificar várias chamadas comerciais do jornal *Deutsche Zeitung*. Em um dos anúncios (1875) apresentou-se uma divulgação da tipografia deste jornal, oferecendo serviços de impressão – placas, faturas, tabelas, circulares, programas, cartões de banco, etc., produzidos com tipografia veloz e escrita moderna, execução rápida e limpa a preços populares.

Tânia Regina de Luca (2006, p. 132) ressalta que para o estudo dos impressos é fundamental perceber as características envolvidas para a composição de materialidade, bem como dos seus suportes, no intuito de estabelecer os parâmetros históricos para a sua existência. Neste sentido, cabe reconhecer que a utilização de recursos tipográficos mais aprimorados, nessa época, envolvia custos mais elevados. A bibliografia sobre o assunto aponta que a imprensa do século XIX envolvia poucas pessoas e o trabalho era realizado de maneira artesanal e por prelos simples. Assim, é possível apontar essas mesmas características ao almanaque de Koseritz, uma vez que a paginação do calendário anual apresentava uma estrutura simples e primária, resultado do trabalho manual dos operadores de linotipos. Seguia-se o método de impressão comum ao contexto, aquele que era utilizado na produção dos demais periódicos da província.

Koseritz reforçava, igualmente, que as preocupações com as características do impresso seriam uma constante, expressadas pelo uso do papel de melhor qualidade e pela presença de suplementos com ilustrações, como forma de garantir a expansão do calendário. A mesma ideia está registrada na contracapa do almanaque de 1874, numa manifestação aos leitores assinada por Kühn. No entanto, a constatação que se pode encontrar nos exemplares subsequentes demonstra que o uso do papel não variou e que foram poucas as ilustrações incorporadas ao impresso, visualizadas como exceção nas edições de 1877 e 1888, na seção de humor.

Inicialmente, a repercussão provocada pela circulação do novo almanaque atingia as intenções de Koseritz, que comemorava com entusiasmo os resultados do primeiro ano, pois, segundo ele, mais que o dobro das despesas havia sido coberto com a quantidade de pedidos solicitados para aquisição do almanaque. Lamentava igualmente que pelo menos a metade dos pedidos não pôde ser atendida, comprometendo-se a engajar pelo atendimento de todas as solicitações. Por outro lado, anunciava-se antecipadamente a elevação para o número de 10 mil exemplares para o segundo ano do almanaque, com o objetivo de atender a todos os pedidos.

A manutenção e os custos para a publicação advinham do valor das aquisições de cada exemplar, assim como os anúncios que estavam dispostos nas páginas finais do almanaque. Entre eles, podemos evidenciar chamadas comerciais de produtos de diferentes espécies, armazéns, drogarias, vestuário, itinerários de barcos a vapor, serviços de advocacia, consultórios médicos, hotéis, entre outros. Assim como todo o almanaque era destinado a um público de leitores de língua alemã, os anúncios também obedeciam a essa mesma característica. Em sua maioria, correspondiam a lojas comerciais de Porto Alegre, de propriedade de teuto-brasileiros. Outros anúncios, em menor proporção, correspondiam a localidades como Pelotas, Passo Fundo e São Leopoldo. De maneira singular, é possível verificar as relações que Koseritz mantinha com setores distintos e dinâmicos das comunidades teuto-brasileiras, incluindo médicos, advogados e comerciantes, instituindo uma reciprocidade em relação aos interesses: Koseritz dependia do apoio dessas pessoas para garantir credibilidade aos seus discursos, além dos fundos financeiros vindos da arrecadação dos anúncios que cobriam os gastos de cada edição; por outro lado, os anunciadores esperavam uma repercussão que incidisse positivamente sobre as suas atividades, gerando uma procura crescente dos seus negócios.

Outro aspecto relevante refere-se ao estilo de escrita empregado no almanaque. Todas as edições consultadas foram produzidas a partir da tipografia gótica<sup>16</sup>. Este tipo de escrita tem origem no século XII, na Alemanha e apresenta um aspecto condensado e angular, com a constante ausência de curvas. Segundo Miguel Sousa (2002, p. 105), este estilo permitia colocar um maior número de letras em cada página, otimizando o seu espaço. Não se tratava de uma exclusividade ao *Koseritz Deutscher Volkskalender*, pois toda a imprensa alemã valia-se dos tipos góticos para a

---

<sup>16</sup> A escrita gótica foi utilizada por Gutenberg. Com ela compôs a conhecida Bíblia de 42 linhas, simulando o tipo de letra usado pelos copistas da época. (SOUSA, 2002, p. 105)

impressão dos periódicos<sup>17</sup>. Dessa forma, é importante salientar que o uso do gótico correspondia ao elemento cultural vinculado ao público leitor, uma vez que esse era o estilo de escrita difundido entre os alemães e seus descendentes, ensinado e aprendido nas escolas das áreas coloniais. Tratava-se de estabelecer e reforçar o vínculo cultural por meio da tipografia gótica que, naquele momento, se constituía como um padrão simbólico e de reconhecimento social e cultural aos leitores do almanaque de língua alemã (STRAUB, 2009). Esse tipo de escrita era empregado em todas as suas páginas.

Se o estilo de escrita empregado no *Koseritz Deutscher Volkskalender* indica a difusão de representações de identidade alemã, é importante destacar que o mesmo se buscava ao utilizar a língua alemã em sua forma oficial, conhecida na Alemanha como *Hochdeutsch*. A heterogeneidade construída a partir dos diferentes dialetos era resolvida com a adoção desta escrita, que uniformizava pronúncia, sintaxe e vocabulário.

Ao contrário da realidade brasileira do século XIX, com elevado número de analfabetos, o almanaque encontrava grande circulação entre os imigrantes e seus descendentes das áreas coloniais, chegando às mãos de homens e mulheres alfabetizados. Como destaca Weschenfelder (2010, p 42),

... o hábito da leitura estava bastante enraizado. Os descendentes de alemães eram, em sua maioria, suficientemente letrados para ler em sua língua. Considerando as dificuldades da época e o quase isolamento em que viviam, o índice era muito bom, ainda mais que as famílias eram numerosas e tinham muitos filhos pequenos, ainda não alfabetizados, além da inexistência de escolas em lugares mais afastados do interior. Em praticamente todas as casas havia alguém que soubesse ler. (WESCHENFELDER, 2010, p. 42)

Koseritz reconhecia a influência que os seus escritos poderiam construir, mediante o objetivo de apresentar aos teuto-

---

<sup>17</sup> A letra gótica também foi empregada no jornal *Koseritz Deutsche Zeitung*. Porém, nos jornais escritos em língua portuguesa, nos quais Koseritz era editor, os tipos utilizados não eram de estilo gótico.

brasileiros um “livro”, no qual pode materializar o seu ideário político, cultural e filosófico. Dessa forma, o almanaque tornava-se um importante porta-voz de Koseritz, buscando encontrar eco e apoio para o seu pensamento. Há, portanto, uma intencionalidade quanto aos assuntos apresentados ao leitor, os quais passaram a ser selecionados, ordenados, estruturados de certa forma, sendo que a “ênfase em certos temas, a linguagem, a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público” que o impresso pretendeu atingir (LUCA, 2006, p. 140). Os artigos de sua autoria exploravam temáticas comuns a outros periódicos nos quais foi editor e seguiram um viés doutrinário e opinativo, comum à imprensa do século XIX. Seu tom enfático, marcante e, tantas vezes, radical, recebia espaço nos jornais e, agora também, no almanaque. Assim o fez ao defender os pressupostos da ciência natural e do evolucionismo em oposição à religião. Numa concepção iluminista, Koseritz fazia valer a associação entre imprensa e progresso, entre as letras e as luzes (idem, p. 137), o que configura uma outra faceta da imprensa do Dezenove. Afinal, a ideia defendida por Jean François Sirinelli (apud LUCA, 2006, p. 140), acerca da revista como fonte histórica, pode ser estendida a outros meios impressos, inclusive ao almanaque, enquanto espaço de fermentação intelectual e ponto de encontro de itinerários individuais em torno de um credo comum.

No calendário de 1877, sob o título *O triunfo da Ciência Natural sobre a Religião e a Filosofia*, Koseritz demonstrava a sua erudição sobre o tema, ao discutir de que maneira as bases da Igreja Católica haviam sido corroídas pelos movimentos da ciência natural. Entre tantos, a sua análise e a sua argumentação passaram pelos nomes de Lutero, Jacob Böhme, Giordano Bruno, Espinosa, John Locke, Leibniz, Mendelsohn, Charles Bonnet, Hegel, Kant, Schopenhauer etc.

Outros artigos também reforçavam a ação doutrinária do almanaque, reforçando os ideais cientificistas e atacando, em especial, a Igreja Católica, os jesuítas e a religião. Criava-se, por meio da recorrência de alguns temas e problemas, moldura e categorias interpretativas, um esquema de conhecimento para dar sentido a aspectos da realidade dos teuto-brasileiros (WOLF, 2003,



p. 145). Citam-se, a exemplo de constatação, os seguintes títulos: *A crença nas mãos dos Jesuítas* (1874), *O desenvolvimento do gênero humano* (1875), *O triunfo da Ciência Natural sobre a Religião e a Filosofia I* (1876), *Os jesuítas e sua moral* (1876), *O triunfo da Ciência Natural sobre a Religião e a Filosofia II* (1877), *Obras dos jesuítas* (1878), *O triunfo da Ciência Natural sobre a Religião e a Filosofia III* (1878).

Contemporâneo a sua época, publicou textos sobre o movimento *Mucker*, ocorrido em 1874, na localidade de Ferrabraz, como *A vertigem Mucker na colônia alemã* (1875) e *O processo Mucker* (1879), assim como um artigo no qual expõe positivamente a libertação dos escravos no Brasil, intitulado *Por perguntas sobre a emancipação dos escravos* (1884). A presença de textos que privilegiam histórias individuais de nomes ligados à política e à sociedade também compõe parte do repertório de alguns exemplares. Em 1881, o almanaque apresentava em uma de suas primeiras páginas um retrato de Gaspar Silveira Martins, sendo que nas páginas seguintes encontrava-se um texto dedicado a este político liberal. Koseritz construiu uma narrativa marcada pela exaltação da figura de Silveira Martins, dispensando frequentes elogios a sua atuação, denominando-o, ao final do texto como “*apóstolo dos alemães no Brasil*” (KOSERTIZ, 1881, p. 85). A construção de uma imagem positiva sobre a figura pública correspondia à visão e às concepções políticas Koseritz, enquanto adepto do Partido Liberal. Outros exemplos de retratos de vida podem ser destacados: Alfredo Escragnolle Taunay (1885), Julio Issle<sup>18</sup> (1888), Kaiser Willhelm II, Bismarck e o General Graf von Moltke (1890)

Como anunciou na primeira edição do calendário anual, o almanaque deveria ser dirigido às famílias e, portanto, é possível reconhecer a preocupação em dirigir orientações práticas e cotidianas aos teuto-brasileiros. Dessa forma, encontram-se produções dirigidos às atividades agropecuárias (*Criação de porcos*

---

<sup>18</sup> Membro da sociedade Germânica de Porto Alegre, era comerciante de secos e molhados (1873-1889), na Rua Bragança, em Porto Alegre (depois chamada Rua General Silva Tavares e atualmente Rua Marechal Floriano).

– 1874), à indústria rural (*Fabricação de telhas* – 1874), à economia (*O futuro da província do Rio Grande do Sul – com considerações especiais sobre os interesses do comércio e da indústria alemã* – 1880), à legislação brasileira imperial (*Processo civil brasileiro* – 1887). Suas orientações também contemplavam sugestões que incidiam sobre as relações entre os membros da família, quando publicou o texto *Educação das crianças* (1885).

Ao mesmo tempo, divulgavam-se textos literários, dando destaque a contos, novelas e poemas ligados à literatura alemã. O almanaque contava com a colaboração de outros escritores. Destacase, por exemplo, a publicação de Emilio Schlabititz, morador de uma das colônias alemãs do Vale do Taquari, frequentemente citado como autor em alguns dos exemplares editados nas décadas de 1870 e 1880. Encontravam-se, também, em grande parte dos exemplares consultados, espaços para seções de humor, composto por anedotas, adágios e ditos populares. No almanaque de 1888, por exemplo, sob o título *Ferreiro e diabo*, foram dispostas ilustrações para cada sentença de frases rimadas, em torno do inusitado encontro entre o ferreiro e o diabo. De maneira geral, pelas características apresentadas, a cada novo exemplar, o calendário buscava conciliar uma variedade de temas, desde a crítica cultural, social e política, passando pelas orientações práticas do dia-a-dia e finalizando com dados estatísticos, seção de humor, prestação de serviço e os anúncios comerciais.

Fazia-se valer, portanto, as intenções do idealizador do *Koseritz Deutscher Volkskalender*, ao trazer ao público teuto-brasileiro um almanaque que pudesse manifestar-se pela riqueza e utilidade de informações. Enquanto homem da imprensa do século XIX, com destaque para vários tipos e formatos de publicações, Koseritz fez do calendário anual um dos seus impressos de maior alcance social, através de uma circulação que atendeu espaços urbanos e, principalmente, rurais. Do ponto de vista ético, como ressalta Helenice Rodrigues (2004), o intelectual é, antes de qualquer coisa, portador de valor, de engajamento e de missão. É nesse propósito que sua voz se fez ouvir, enquanto intelectual, nos mais diferentes locais e espaços sociais da província gaúcha,

buscando, por meio do almanaque, alimentar o apoio e o engajamento em relação aos seus projetos e anseios dirigidos à comunidade étnica alemã.

## Fontes

1Koseritz *Deutscher Volkskalender* (Almanaque). Exemplares entre 1874 e 1890. Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

*Gazeta de Notícias*. Exemplar de 11 de junho de 1879. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre, RS.

## Referências

ALVES, Francisco das Neves. *A imprensa*. In: PICOLLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira. Império. História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2006. Volume 2.

\_\_\_\_\_. *O periodismo gaúcho no século XIX: breves impressões históricas*. Biblos, Rio Grande 23 (2): 137 -166, 2009.

BRAUN, Felipe Kuhn. *O jornalismo de almanaque como fonte de conhecimento: um retrato das colônias alemãs no começo do século XX*. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2010. Trabalho de Conclusão.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 1988.

CARNEIRO, José Fernando. *Karl von Koseritz*. Porto Alegre: IEL, 1959.

DREHER, Martin; RAMBO, Blásio; TRAMONTINI, Marcos. *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST, 2004.

GERTZ, René. *Imprensa e imigração alemã*. In: DREHER, Martin; RAMBO, Blásio; TRAMONTINI, Marcos. *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST, 2004.

GRÜTZMANN, Imgart; DREHER, Martin Norberto; FELDENS, Jorge Augusto. *Imigração Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos/Unisinós, 2008.

\_\_\_\_\_. *Almanaques em língua alemã na América Latina (1895-1941): aproximações teóricometodológicas ao tema*. Espaço Plural, Unioeste, Ano VI, nº 14, p. 14-17.

HOHLFELDT, Antonio. *A imprensa sul-riograndense entre 1870 e 1930*. Dezembro, 2006. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Disponível em <http://www.compos.org.br>. Acesso em 17 de maio de 2012.

KUNZLER, Evelise; GRÜTZMANN, Irmgart. *Fora do cânone, dentro da cultura: relações transtextuais e a construção de identidades e diferenças na literatura de expressão alemã no Brasil em almanaques (1874-1941)*. XX Congresso de Iniciação Científica/ III Mostra Científica, Universidade Federal de Pelotas, 2011.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanesi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, p. 111 – 153.

MARTINS, Ana L. *Imprensa em tempos de Império*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. Contexto: São Paulo, 2011. p. 45-80.

MARTINO, Luiz C. *Classificação e exame crítico da literatura sobre História da Comunicação*. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (org.) 15. *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 27-43.

OBERACKER JR, Carlos H. *Carlos von Kosertiz*. São Paulo: Anhambi, 1961.

RODRIGUES, Helenice. *François Dosse. La Marche des Idées – Histoire des Intellectuels. Histoire Intellectuelle*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 48, p. 355 – 358, 2004.

ROMANCINI, Richard. *História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa*. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da

Comunicação, 2005, Rio de Janeiro. Disponível em <http://galaxy.intercom.org.br>. Acesso em 25 de abril de 2012.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: MAUAD, 199.

SOUSA, Miguel. *Guia de tipos*. 2002. Disponível em <http://www.infoamerica.org>. Acesso em 16 de maio de 2012.

STRAUB, Ericson. *A tipografia gótica e sua identidade*. 2009. Disponível em <http://abcdesign.com.br>. Acesso em 27 de junho de 2012.

WESCHENFELDER, Greicy. *A imprensa alemã no Rio Grande do Sul e o romance-folhetim*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010. Dissertação de Mestrado.

WOLF, Mauro. *A evolução da pesquisa sobre as comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

# **CINEMA ALEMÃO EM SANTA CRUZ DO SUL NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930: DISCUTINDO A POLÍTICA CULTURAL EXTERIOR ALEMÃ PARA O BRASIL**

Flaviano Bugatti Isolan<sup>1</sup>

*Resumo:* A partir do fim da I Guerra Mundial, quando pouco restava da tradicional política externa alemã, sustentada principalmente na aliança do poderio econômico e bélico, o governo alemão começou a formular uma “política cultural exterior” (*deutsche auswärtige Kulturpolitik*) para recuperar o prestígio no estrangeiro e (re)aproximar a Alemanha de outros países. O cinema acabou se tornando um instrumento desta política com a fundação da Ufa (*Universum Film Ag*), em 1917. As produções alemãs começaram a chegar ao mercado brasileiro ainda no começo dos anos 1920. Ao longo da década, mas principalmente nos anos 1930, com o governo nacional-socialista do III Reich, os filmes se tornaram parte importante da política cultural exterior alemã para o Brasil, como instrumentos para incrementar as relações entre os dois países e combater a hegemonia política e cultural norte-americana. O presente trabalho tem por objetivo, a partir da presença das produções alemãs em Santa Cruz do Sul nas décadas de 1920 e 1930, discutir o conceito de “política cultural exterior” e lançar algumas luzes empíricas na discussão sobre a política cultural alemã para o Brasil. *Palavras-chave:* Política Cultural Exterior, Cinema, Alemanha, Brasil, Santa Cruz do Sul.

---

Desde a metade do século XX, as teorias das relações internacionais reconheciam a importância, ou pelo menos a presença, da dimensão cultural no estudo das relações entre os países. A partir dos anos 1980, os estudos dedicaram-se com ênfase mais crescente a rever o papel da “cultura” na relação entre os Estados, propondo outras abordagens e dando foco aos diversos atores presentes. Mônica HERZ (1987), por exemplo, ao lembrar o caráter interdisciplinar dos estudos de relações internacionais, também destaca a “dimensão cultural” – e as “relações culturais” – como um dos pilares do sistema internacional contemporâneo. Jesus

---

<sup>1</sup> Technische Universität – Berlin.

de La Hera MARTINEZ (2002) define as relações culturais internacionais como o conjunto das atividades culturais, que, levado a cabo por cidadãos, sociedades e instituições, transcende as fronteiras de sua própria comunidade nacional e abarca um amplo cenário, no qual intervêm atores muitos diversificados: pessoas independentes, instituições privadas, grupos sociais e organizações governamentais. Colocando a discussão em termos de política de estado e entre estados, Patrick SCHREINER (2011) afirma que política cultural exterior é política que junta política externa e o lado nacionalista-cultural do estado-nação.

A partir de fins do século XIX já havia iniciativas de interesses “culturais” por parte de instituições oficiais e não-oficiais de países colonizadores – exemplos pioneiros de França e Inglaterra – que agiam em nome dos objetivos de sua política externa em relação as suas colônias. Tais iniciativas tinham por objetivo exportar não somente a língua e a produção “intelectual”, mas também uma determinada imagem do país interventor e de sua cultura. Para a Alemanha imperial, a idéia de uma política cultural sempre esteve presente nos projetos expansionistas e nas iniciativas de associações responsáveis por estreitar os laços com os *Auslandsdeutsche* (alemães do exterior)<sup>2</sup>. Até a I Guerra Mundial, a noção deste tipo política cultural teve seu significado ligado a missões expansionistas que atendiam aos interesses nacionalistas e de propaganda cultural dos países imperialistas (DÜWELL, 2005).

Ainda antes da I Guerra, em 1913, o termo *auswärtige Kulturpolitik*, ou “política cultural exterior”, foi apresentado pela primeira vez pelo historiador alemão Karl Lamprecht. Segundo ele, os objetivos econômicos e políticos das relações internacionais alemãs teriam maior sucesso se acompanhados de uma política cultural exterior baseada no que ele chamara de *Kulturbegegnung*,

---

<sup>2</sup> Entre essas entidades destacavam-se a *Alldeutscher Verband* (Liga Pangermânica), *Verein für das Deutschtum im Ausland* (Liga para o Germanismo no Exterior), *Deutsche Kolonial Gesellschaft* (Sociedade Colonial Alemã), *Evangelische Hauptverein fuer Ansiedler und Auswanderer* (Sociedade Evangélica para Residentes no Exterior e Emigrantes), entre outras.

ou “encontro cultural”; ou seja, lançar mão da produção artística e científica alemã para aproximar outros povos do chamado espírito alemão.

A I Guerra Mundial acelerou o processo de transformar iniciativas privadas em políticas culturais assumidas pelo Estado. No caso da Alemanha, a partir do fim do conflito, quando pouco restava da sua tradicional política externa, que se sustentava basicamente na aliança do poderio econômico e bélico, a proposta de Lamprecht foi retomada<sup>3</sup>. O *Auslandsdeutschum* (em uma tradução livre, “germanismo para o exterior”) passou a assumir cada vez mais uma perspectiva de política de estado. Conforme afirma Kurt DÜWELL (1981), mudou a perspectiva da política externa alemã durante a República de Weimar, não mais baseada em poderio militar e financeiro, ou com objetivos eminentemente preocupados com a propaganda e a imagem da Alemanha no exterior, mas agora com intenções de criar uma política cultural externa forte e autônoma e com poder de influenciar as relações e as sociedades de outros países. Em termos práticos, isso é exemplificado pela criação, em 1920, do Kulturabteilung (Departamento Cultural) do Ministério das Relações Exteriores – que entre outros encargos, também seria o responsável pela divulgação do cinema alemão no estrangeiro. Semanas após a ascensão do nazismo ao poder, em 1933, foi criado o Ministério da Instrução e Propaganda, que acabou assumindo a área de atuação e os recursos do Kulturbteilung. A ideia da “propaganda” vinculada à política exterior foi retomada, a contragosto dos mentores da política cultural exterior alemã da República de Weimar. Com objetivos de fazer uma política cultural não somente para os alemães do exterior – mas, por exemplo,

---

<sup>3</sup> Na Alemanha, a iniciativa de associações privadas que se dedicavam a ações de política externa coexistiu, a partir dos anos 1920, com esforços estatais, numa combinação entre a promoção do *Kulturbegegnung* e a preservação do Germanismo (*Deutschum*) no exterior. Ao lado das associações tradicionais que trabalhavam pela difusão do *Detschtum* surgira, em 1917, o *Deutsche Auslandsinstitut* (Instituto Alemão no Exterior). Em 1924 foi criado o *Ibero-Amerikanische Institut* (Instituto Ibero-americano) e em 1931 o *Deutscher Akademischer Austauschdienst* (Serviço Alemão de Intercambio Acadêmico).



também para a sociedade brasileira como um todo –, o governo do III Reich fomentou e incrementou uma política cultural exterior que teve no cinema um de seus principais instrumentos.

### **Política cultural exterior, a Ufa e o cinema alemão em Santa Cruz do Sul**

A Ufa, *Universum Film A.G.*, foi criada em 1917 por iniciativa do general Ludendorff, que ordenou a fusão das firmas cinematográficas mais importantes e a concentração da distribuição dos filmes, a fim de que o cinema alemão apoiasse a política militar do Estado. Seu objetivo inicial era reportar as operações militares e fazer contraponto à propaganda inimiga – principalmente ao cinema norte-americano e francês – distribuindo filmes destinados a reabilitar a reputação da Alemanha imperial no estrangeiro. O essencial das ações da sociedade pertencia ao Estado, a alguns bancos e vários grupos industriais. Ao longo da década de 1920, a Ufa tornou-se a maior produtora de cinema da Europa, e desde a subida de Hitler ao poder, em 1933, até o final da II Guerra, permaneceu, junto com as outras produtoras menores, sob a égide do Ministério da Instrução e Propaganda do regime nacionalsocialista.

Já na década de 1920 o cinema era visto ou reivindicado para ser um instrumento da *auswärtige Kulturpolitik* do governo alemão. Em relação ao Brasil, os agentes e correspondentes da indústria cinematográfica alemã, que chegavam a conhecer mais de perto o mercado brasileiro, se mostravam já nesse período preocupados com o domínio quase absoluto dos filmes norte-americanos nos cinemas do país e com a parca inserção das produções alemãs. O mercado cinematográfico brasileiro nesse período já se encontrava organizado e dominado pela ação dos grandes estúdios de Hollywood (Paramount, Fox, Warner, RKO e Metro), que se estabeleceram no mercado global a partir dos anos finais da I Guerra. Os correspondentes alemães viam, todavia, o Brasil como um importante mercado, principalmente devido à região sul do país, onde havia um grande número de descendentes alemães e, portanto, um mercado em potencial para os filmes alemães e, consequentemente, para o fortalecimento dos laços culturais entre os

dois países. Por esses motivos, desde a chegada das primeiras produções alemãs aos cinemas brasileiros nos primeiros anos da década de 1920 e no decorrer dos anos seguintes, os correspondentes da indústria cinematográfica reivindicavam a necessidade de ser ter no Brasil um representante exclusivo para a distribuição dos filmes, a exemplo das produtoras norte-americanas – o que seria atendido em 1931, com a fundação da Art Films pelo italiano radicado no Brasil, Ugo Sorrentino (ISOLAN, 2010).

Principalmente a partir da segunda metade da década de 1920, as produções alemãs começaram a chegar em maior quantidade ao mercado exibidor brasileiro. Desde as consideradas obras “clássicas” do cinema mudo alemão dos anos 20, passando pelos os filmes sonoros e as famosas “operetas”, até os filmes produzidos durante o regime nacional-socialista, as produções alemãs iam garantindo seu espaço nos cinemas brasileiros, que eram dominados cerca de 90% pelos produtos norte-americanos.

Desde finais da década de 1920, os órgãos alemães no Brasil e as distribuidoras das produções alemãs no país (primeiro a Urânia e, na década de 1930, a Art Films) trabalhavam para promover a exibição e divulgação de filmes alemães no sentido de uma política cultural<sup>4</sup>. Principalmente após a ascensão do nacional-socialismo ao poder, os órgãos de representação do governo alemão – consulados, vice-consulados e os núcleos do Partido Nazista, com presença no Brasil desde 1928 – trabalhavam para a exibição de produções

---

<sup>4</sup> Em São Paulo, por exemplo, foi organizada de 9 a 15 de abril de 1928 a “Semana Ufa”, patrocinada pela Embaixada Alemã no Brasil para a estreia do filme *Fausto* (Ufa/1926). No Rio de Janeiro, em 17 de agosto do mesmo ano, a *Urânia* – principal distribuidora de produções alemãs no Brasil ao longo da década de 1920 – promoveu a estreia de outra produção da Ufa, *Der Weltkrieg* (A Guerra Mundial), no Cine Gloria, contando com a presença do então presidente do Brasil, Washington Luís, de ministros e do corpo diplomático. Também no Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1933, a Art Films ofereceu uma exibição especial para as autoridades na Marinha no Cine Alhambra do filme *Heróis do Mar* (Morgenrot-Ufa-1932). Em 1936, eh inaugurado em São Paulo o Ufa-Palast, um cinema que tinha como objetivo inicial exibir com exclusividade as produções da Ufa (ISOLAN, 2010).

alemãs, tanto nas grandes cidades como nas regiões de imigração. O trabalho conjunto dos consulados, vice-consulados e agremiações alemãs promovia muitas vezes exibições gratuitas de filmes e documentários em cinemas e escolas para a “colônia alemã”<sup>5</sup>. Clubes e associações alemãs tradicionais, fundadas há décadas para a divulgação e fortalecimento do *Deutschtum* (Germanismo) entre as populações de descendência alemã, se tornavam muitas vezes locais de encontros e divulgação da propaganda nazista no Brasil, e a exibição de filmes e documentários sobre a Alemanha de Hitler e o Partido Nazista também fazia parte das atividades.

No Brasil, o período de maior presença das produções alemãs foi na primeira metade da década de 1930, coincidindo com o período de maior intensidade das relações comerciais com a Alemanha. A presença dos filmes alemães em Santa Cruz do Sul foi representativa das evoluções da conjuntura nacional e internacional, que influenciaram a presença do cinema alemão no país.

Os primeiros cinemas em Santa Cruz datam do começo do século XX, com o cinema do Coliseu e o cinema da Aliança Católica, esse último surgido em janeiro de 1902. Desde meados da década de 1920, havia também o Cinema Gymnastica, da *Turnhalle* (Sociedade Ginástica). É a partir dos anos 30, principalmente com o Cine Apollo (fundado em 1933, após incorporar o Coliseu), que o cinema se tornará umas das maiores atrações da cidade, modernizando-se e popularizando-se. Foi entre os anos de 1933 e 1935 que os filmes alemães chegaram em maior número em Santa Cruz. A maioria dos filmes exibidos nos cinemas da cidade era, contudo, norte-americana, em segundo lugar, alemã – em quantidade bem menor eram exibidos filmes de outras nacionalidades, como italianos, espanhóis, franceses, ingleses, brasileiros, argentinos. A maioria dos filmes alemães exibidos nos cinemas de Santa Cruz era as famosas “operetas” produzidas pela Ufa desde início dos anos

---

<sup>5</sup> Entre essas produções destacavam-se o filme *Mocidade Heroica* (*Hitlerjunge Quex*, Ufa/1933), o primeiro filme de propaganda nazista produzido pela Ufa patrocinado pelo recém empossado novo regime; e os documentários *Deutschland erwache!* (*Alemanha desperta!*/1933) e *Ecos da Pátria* (*Echo der Heimat* /1936).

1930. Eram também exibidos *Kulturfilme* (documentários) sobre cultura e sociedade na Alemanha. Além dessas produções, e atendendo aos interesses da política cultural nacional-socialista alemã, também eram exibidos filmes e documentários de propaganda política do nazismo.

A partir do início da década de 1930, o intercâmbio cultural da cidade com a Alemanha tornou-se mais efetivo, quando foi instalado um vice-consulado da Alemanha – cujo vice-cônsul honorário era um dos líderes da célula local do Partido Nazista. Entre outras atividades, o vice-consulado promovia exibição de filmes de propaganda do regime nacional-socialista. Eram filmes produzidos pelo próprio Partido Nacional-Socialista Alemão ou pela Ufa, que eram nada mais do que propaganda sobre Fascismo, as idéias do Partido e sobre o próprio *Führer*. Entre essas produções destacavam-se os documentários *Deutschland ist erwacht!* (Alemanha está desperta/ 1933) e *Echo der Heimat* (Ecos da pátria/1936), além do filme *Mocidade Heróica* (*Hitlerjunge Quex*; Ufa/1933), que foram exibidos no Apollo entre 1934 e 1935. O primeiro foi anunciado com quatro sessões para as festividades o Dia Nacional do Trabalho; *Hitlerjunge Quex* foi anunciado para três dias de exibições. Essas duas produções e também *Echo der Heimat* eram apresentadas em sessões gratuitas para os alunos das escolas particulares e públicas da cidade, e eram filmes que o cinema Apollo exibia com intermédio do vice-consulado de Santa Cruz, responsável pela exibição de filmes culturais alemães nesse cinema. Outros filmes de curta duração e documentários desse tipo também eram exibidos como “programa extra” de algumas exibições no Apollo, por exemplo, um documentário sobre a vida da Juventude Hitlerista, *Wir unter uns* (*Entre nós*), exibido como programação extra de um filme de *far-west* de Hollywood. No Deutsches Heim (Casa Alemã), o núcleo do Partido Nazista promovia encontros e festividades para os integrantes da célula local, simpatizantes e convidados, como noites de músicas típicas, projeção de filmes, comemorações do dia nacional do trabalho, apresentações de discursos do *Führer*, entre outras. Esses exemplos de Santa Cruz não são isolados, pois as próprias entidades articuladoras do movimento germanista usavam o cinema como forma de se dirigir ao público alemão e fazer

propaganda do regime nacional-socialista. Como por exemplo, o *Deutscher Kulturfilmdienst* (Serviço Alemão de Filmes Culturais), criado no Rio Grande do Sul em 1933 e incorporado no ano seguinte ao *Landesverband Deutsch-Bresilianischer Lehrer* (Liga dos Professores Teuto-Brasileiros). As sessões públicas de cinema no estado eram também realizadas através do trabalho conjunto com as Associações de Professores, o Sínodo Rio-grandense, o consulado alemão e os núcleos locais do Partido Nazista (ISOLAN, 2006).

A veiculação das películas alemãs era, assim, condizente com uma política de distribuição de filmes que passava tanto pela Art Films, distribuidora da Ufa no Brasil, como pelos órgãos de representação do governo alemão no Brasil: os filmes considerados para o circuito comercial atendiam a demanda do mercado cinematográfico nacional em diferentes localidades; porém aquelas produções e documentários que atendiam diretamente aos interesses ideológicos e de propaganda do regime tinham – geralmente, mas não exclusivamente – sua distribuição direcionada àquelas localidades, ou diversas associações e entidades “alemãs” espalhadas no país, que apresentavam uma homogeneidade cultural em torno da causa alemã, tendo, portanto, maior potencial para responder aos apelos ideológicos e manter laços mais estreitos com a cultura do III Reich. Para essas produções, eram muitas vezes organizadas sessões públicas para os alunos das escolas e frequentadores de associações culturais, além de serem exibidas como atrações extras nos cinemas. Caso, por exemplo, de Santa Cruz e as exhibições de filmes no cinema Apollo organizadas pelo vice-consulado.

Não era apenas nas sessões de cinema que o público de Santa Cruz vivenciava os filmes alemães. O jornal *Kolonie*<sup>6</sup> também foi

---

<sup>6</sup> Fundado em 1890, o *Kolonie* foi o primeiro jornal de grande porte editado em língua alemã no interior do estado fora do eixo São Leopoldo-Porto Alegre. No fim da década de 1920 já atingia uma tiragem de 3000 exemplares. Em agosto de 1941, devido à campanha de nacionalização do Estado Novo, passa a ser editado em português com o nome de Jornal de Santa Cruz, cujo último número é publicado em outubro daquele ano.

um grande divulgador não apenas dos filmes da Ufa, mas também acabou se tornando um instrumento de divulgação da política cultural do governo do Reich para o cinema.

A partir de 1933, o *Kolonie* apresentava seu grande encarte de cinema, *Aus der Welt des Films* (*Do mundo do filme*), editada nos estúdios da Ufa, em Berlin, e que chegava ao *Kolonie* através de agências internacionais, como a *Transocean* e a *Deutsche Nachrichtenbüro*<sup>7</sup>. Os anos de 1934 e 1935 representam o auge da seção, que aparecia toda a semana nos anos de maior presença de filmes alemães na cidade. A seção de uma página relatava as novidades da famosa produtora alemã com reportagens e artigos sobre as produções da Ufa, os bastidores das filmagens e fotos de atores e atrizes alemães já famosos no mundo do cinema. O *Aus der Welt des Films* era como uma versão alemã do “star system” de Hollywood. O que o *Kolonie* publicava em suas páginas sobre cinema, era o que o cinema alemão produzia. Não havia reportagens sobre filmes ou astros de Hollywood, mesmo que nos cinemas da cidade as produções norte-americanas fossem exibidas em maior número. Quando o público leitor de Santa Cruz se reportava ao *Kolonie* e lia sobre cinema, lia exclusivamente sobre cinema alemão e sobre uma marca, a Ufa, que também se tornaria parte dos valores do “orgulho germânico”.

O caráter “nacional” das produções alemãs era uma preocupação do Ministério da Instrução e Propaganda do Reich. A defesa de uma política nacional para o cinema e a valorização deste como um instrumento que representasse a cultura nacional era algo que sempre fez parte do projeto nacional-socialista. Esse tipo de discussão e abordagem tinha espaço em uma seção como o *Aus der Welt des Films*. Um exemplo é publicado no *Kolonie* em setembro de 1933, ainda no primeiro ano do nazismo no poder, e que apresenta a posição do governo alemão e de seu Ministério da

---

<sup>7</sup> Essas agências alemãs faziam o contraponto em relação a outras agências internacionais que operavam de forma mais dominante no cenário da imprensa brasileira na época, como as norte-americanas *Associated Press* e *United Press*, a francesa *Havas* e a britânica *Reuters*.

Instrução Propaganda em relação à produção de um cinema “nacional” e de sua propagação pelo mundo.

Com o título “*Nationale und internationale Filmpolitik*”, o artigo é uma resposta a alguns produtores de cinema da Alemanha que criticavam a política de reorientação da produção cinematográfica do recém empossado regime nacional-socialista. Para esses produtores – que ainda não haviam se enquadrado ao novo regime ou que ainda não haviam deixado a Alemanha nazista – a orientação ideológica pretendida pelo governo alemão para o cinema produziria filmes “nacionais” que, devido ao seu estilo e tendências, não seriam adequados para o público estrangeiro. “*Erro de noção*”, afirmava o artigo. E argumentava que as grandes obras de arte obtêm sua força justamente de sua origem nacional e étnica, e com o cinema não seria diferente. Citando o exemplo de filmes que representavam o caráter nacional, como *Encouraçado Potemkin* e *Os Nibelungos*, o artigo afirma que são justamente tais filmes que despertam o mais forte interesse e eco no exterior, e promovem a idéia de nação e aproximação entre os povos estrangeiros (ISOLAN, 2006).

No Brasil, os filmes alemães se tornaram os maiores concorrentes das produções norte-americanas, e sua recepção na imprensa, tanto a brasileira, como a editada em alemão no país, atribuía aos filmes alemães praticamente as mesmas características e fazia do “cinema alemão” um conceito com valores próprios – como, por exemplo, o caráter nacionalista, patriótico e de alto valor “moral” de seus enredos. Outro valor bastante destacado era o conteúdo “realista” atribuído a muitos filmes alemães – em oposição às “fantasias” e ao “romantismo” das produções de Hollywood. Um exemplo é o filme *Herois do Mar* (*Morgenrot*; Ufa/1932-33), que também mereceu grandes comentários na imprensa brasileira, segundo a qual acabou se tornando um exemplo da qualidade das produções alemãs em termos “realismo” – além de produção técnica, de representação da “moral” e do patriotismo alemães<sup>8</sup>. Seguindo os

---

<sup>8</sup> O filme é sobre a tripulação de um submarino alemão que afunda após uma batalha contra um navio inglês na I Geurra Mundial.

mesmos argumentos publicados nas críticas sobre o filme na imprensa brasileira, o *Kolonie* apresenta uma entrevista com o produtor do filme, na qual afirma que “não queríamos filmar qualquer fato histórico famoso, mas o destino de um submarino e como poderia ser seu dia-a-dia durante a guerra”. O mesmo exemplo de realismo de enredo, além dos apelos à camaradagem e união dos soldados alemães, é mostrado em uma crítica a outro filme ambientado na I Guerra e que também mereceu grande espaço na imprensa brasileira, *Licença sobre palavra (Urlaub auf Ehrenwort; Ufa/1936)*: “(...) a camaradagem, a vitória do dever que é mostrado como foi *de fato* vivida na guerra pelos soldados do front” (ISOLAN, 2006)<sup>9</sup>.

A campanha de nacionalização do Estado Novo vai acabar gradativamente incidindo sobre tudo o que era referente à língua alemã, e o cinema não será uma exceção. Com os anos iniciais da II Guerra, e devido também à crescente crise comercial com a Alemanha, é cada vez menor o número de estreias de filmes alemães no país. As produtoras norte-americanas faziam pressão sobre as salas de cinema para que parassem de exibir produções alemãs, sob a pena de não receberem mais as numerosas produções dos estúdios de Hollywood. Em Santa Cruz, por exemplo, o cinema Apollo se viu diretamente atingido, pois seu proprietário, Guilherme Kuhn, entrou na “lista negra” das produtoras norte-americanas. O Apollo foi arrendado para outro gerente, dessa maneira as relações com as distribuidoras norte-americanas foram restabelecidas e o Apollo pôde continuar a exibir suas películas. Depois de 1945, com o fim da guerra, Kuhn voltou a presidir o cinema Apollo.

O governo norte-americano, através de seu embaixador, acabou por pressionar o próprio presidente da Art Films, cuja sede se localizava no Rio de Janeiro, para que ele parasse de importar e distribuir os filmes alemães no Brasil. Apesar dos esforços do Ministério da Propaganda da Alemanha, da Ufa e dos órgãos de

---

<sup>9</sup> O filme também se passa durante a I Guerra e conta as desventuras de um pelotão do exército alemão que tira algumas horas de licença em Berlim, antes de retornar para o *front*.



representação do governo alemão no Brasil para minimizar a influência cultural norte-americana e manter sua política cultural em anos de guerra, em finais de 1941 os filmes alemães deixaram de circular nos cinemas brasileiros (ISOLAN, 2010).

### **Considerações finais**

Desde a década de 1920, o Brasil havia se tornado um objetivo para a indústria cinematográfica alemã. O público alvo era inicialmente o grande número de imigrantes no sul do país, mas o mercado nacional logo passou a ser parte dos interesses da política cultural exterior alemã. Ao longo da década de 1920, foram tomadas as primeiras iniciativas para divulgação do cinema alemão no sentido de garantir espaço no mercado e também promover uma política de aproximação cultural não apenas com os “alemães do exterior”, mas também com a sociedade brasileira. Na década de 1930, o governo nacional-socialista alemão, aproveitando o trabalho de distribuição exclusiva da Art Films no Brasil e as atividades dos órgãos de representação do governo – consulados, vice-consulados e núcleos do Partido Nazista – fez do cinema um importante instrumento de sua política cultural e difusão do que considerava a cultura alemã.

De uma forma geral, houve um redirecionamento e incremento da política cultural exterior durante o regime nacional-socialista. Essas mudanças, contudo, no que diz respeito ao cinema alemão no Brasil, não significaram um ponto de ruptura em relação à década anterior. A disputa pelo mercado cinematográfico brasileiro – que tinha os Estados Unidos como o grande concorrente – não começou com a ascensão do regime nacional-socialista ou com as polarizações políticas e disputas ideológicas da década de 1930. Desde o começo da década de 1920, quando as tentativas iniciais e subsequentes das produções alemãs de entrar no mercado brasileiro tinham que enfrentar a hegemonia norte-americana, o cinema já era instrumento que trabalhava em prol da *auswärtigen Kulturpolitik* alemã. Os objetivos de entrar no mercado brasileiro eram acompanhados pelos objetivos de *Kulturbegegnung* (“encontro cultural”) não apenas em relação aos *Auslandsdeutsche*, mesmo que

estes tenham sido o fator inicial que a indústria cinematográfica alemã levou em consideração no mercado brasileiro. Nos anos 1930, sob o regime nacional-socialista, a distribuição de produções alemãs no Brasil era uma continuidade desta *auswärtigen Kulturpolitik*, só que agora trazia consigo a divulgação da propaganda e dos interesses políticos do regime em um período de radicalização e polarização no âmbito das relações internacionais.

“Política cultural exterior” também pode ser definida como uma atuação planejada a médio e longo prazo de Estado para a expansão de sua cultura no âmbito de sua política externa (MARTINEZ, 2002). Ou seja, é uma política que nasce no próprio estado e é levada a cabo por ele ou por suas instituições. Nesse sentido, o exemplo sobre o cinema alemão no Brasil nas décadas de 1920 e 1930 pode ser uma contribuição para se discutir e elucidar como esta política se forma e se processa em suas diversas áreas de atuação. O cinema pode se construir como um instrumento da política cultural exterior à revelia de laços mais estreitos com o estado, visto que o desenvolvimento de suas atividades (ou de seu mercado) não está intrínseca e diretamente ligado aos agentes, ao financiamento e à administração do estado – como, por exemplo, instituições promotoras de intercâmbio cultural e científico como o IAI (*Ibero-Amerikanische Institut*), o DAAD (*Deutscher Akademischer Austauschdienst*) –, mas depende muitas vezes de oportunidades criadas por iniciativas “privadas” ou independentes de uma política diretamente estatal. A ideia de entrar no mercado brasileiro de forma mais sólida e fazer do cinema um instrumento de aproximação com cultura alemã existia entre aqueles que trabalhavam para a indústria cinematográfica alemã desde começos da década de 1920. Mas foi principalmente durante o regime nacional-socialista que o estado alemão passou a unir esforços de forma mais efetiva com órgãos e instituições ligados aos seus interesses de dentro e de fora da Alemanha, com empresas privadas (no Brasil, caso da Art Films) e intervir na indústria cinematográfica (a Ufa acabou sendo estatizada em 1937), colocando assim o cinema dentro do planejamento de sua política cultural exterior.

O exemplo do cinema alemão em Santa Cruz permite também discutir a aplicabilidade e a extensão do conceito de “política cultural exterior”. Uma área de grande extensão como o mercado cinematográfico, que tem um abrangente potencial de público e que está ligada a diversos agentes e setores “culturais” que trabalham pela sua divulgação – como os pequenos e grandes exibidores, a imprensa e as diversas associações culturais –, dependia de iniciativas privadas que muitas vezes escapavam ao controle direto do estado ou dos órgãos alemães. O interesse inicial dos agentes da indústria cinematográfica alemã era entrar no mercado brasileiro através das regiões de imigração, tendo em vista um mercado culturalmente mais próximo das produções alemãs. Mas diferenciar ou separar uma *Deutschtumpolitik* de uma *auswärtige Kulturpolitik* não vem ao caso quando se trata de cinema. Mesmo que as apresentações de alguns filmes fossem mais direcionadas ao público “alemão”, elas não se limitavam somente às comunidades “alemãs” e suas associações, visto que algumas vezes a exibição de tais produções era feita, ou pelo menos tentada, dentro do circuito exibidor “brasileiro”. Além disso, a promoção de tais atividades se encontrava inserida num projeto de divulgação do cinema alemão em todo o território nacional, que se valia dos mesmos agentes divulgadores – órgãos oficiais de representação do governo alemão, a Art Films, imprensa –, que operavam tanto no circuito nacional, como nas áreas de imigração ou onde se concentravam as comunidades alemãs. O mercado cinematográfico brasileiro acabou, portanto, se tornando, como um todo, um objetivo da política cultural exterior alemã.

## Referências

DÜWELL, Kurt. Die Gründung der Kulturpolitischen Abteilung im Auswärtigen Amt 1919-20 als Neunansatz. IN: DÜWELL, Kurt & LINK, Werner (Hrsg). Deutsche Auswaertige Kulturpolitik seit 1871. Koeln: Boehrlau Verlag, 1981.

\_\_\_\_\_. Zwischen Propaanda und Friedenspolitik – Geschichte der Auswaertigen Kulturpolitik im 20. Jahrhundert. IN: MAß, Kurt-

Jürgen (Hrsg). Kultur und Außenpolitik. Baden-Baden: Nomos Verlag, 2005.

HERZ, Mônica. A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico-metodológica. Contexto Internacional: Vol. 6, Ano 3, 1987.

ISOLAN, Flaviano Bugatti. Das páginas à tela: cinema alemão e imprensa na década de 1930. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

\_\_\_\_\_. A guerra pelos cinemas: o cinema como instrumento da política externa alemã para o Brasil. IN: O Brasil e a Segunda Guerra Mundial / TEIXEIRA DA SILVA, Francisco; SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo; FERRE, Jorge (org). Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

MARTINEZ, Jesus de la Hera. La política cultural de Alemania em Espana em El período de entreguerras. Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas, 2002.

SHREINER, Patrick. Aussenkulturpolitik: internationale Beziehungen und kultureller Austausch. Bielefeld: transcript Verlag, 2011.

# **USOS DA INTERNET POR MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE E CIDADANIA UNIVERSAL DAS MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS**

Lara Nasi<sup>1</sup>

Movimentos sociais fazem uso da internet de diferentes formas e, muitas vezes, a partir de diferentes territorialidades. Neste artigo, que é resultado de uma pesquisa<sup>2</sup> desenvolvida no mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação na Unisinos, lançamos a mirada para o Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM) e buscamos analisar os usos que as organizações e redes de movimentos sociais fazem da internet no contexto deste Fórum para a construção da agenda da cidadania universal e das migrações transnacionais.

Para isso, compreendemos, na perspectiva de Scherer-Warren (2005), que em territórios virtuais as adesões se dão por afinidades políticas, culturais e ideológicas, e só ganham sustentabilidade quando vinculadas a tradições locais. Os usos da internet, portanto, não são dissociados das práticas dos movimentos fora do espaço da *WorldWide Web*.

Neste artigo, contextualizamos a proposição da rede, problematizamos as reivindicações dos migrantes quando relacionadas à cidadania e propomos resgatar a historicidade da ideia

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Integrante do grupo de pesquisa Mídia, Cultura e Cidadania. E-mail: nasi.lara@gmail.com.

<sup>2</sup> O artigo traz os resultados da dissertação de mestrado “Usos da internet na atuação de movimentos sociais em rede: um estudo sobre o Fórum Social Mundial das Migrações”, defendida em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos por Lara Nasi sob a orientação da Prof. Dra. Denise Cogo,

de cidadania universal, para então, observarmos a articulação em torno desta agenda a partir dos usos da internet.

### **O Fórum Social Mundial das Migrações e a agenda universal**

O Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM) foi proposto em 2005, de maneira paralela ao V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (Rio Grande do Sul). De acordo com dados divulgados pelo Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) de São Paulo, mais de 600 pessoas de 37 diferentes países participaram do primeiro encontro do FSMM (SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES, 2005, p. 3).

Organizado por entidades ligadas à igreja católica, grupos de pesquisa de universidades e organizações de migrantes ou voltadas para a temática das migrações, o Fórum propôs-se a discutir de forma ampla os problemas comuns enfrentados por aqueles que conhecem a experiência de viver em outra nação que não aquela de seu nascimento. O grande tema, guarda-chuva para o primeiro encontro do Fórum foi *Migrações: travessias na desordem mundial* e, a partir da questão econômica pautada pelo título, foram discutidos, em onze seminários, os complexos contextos vividos pelo migrantes, a geração e circulação de riquezas, a xenofobia, a discriminação e as demais dificuldades enfrentadas, as leis restritivas e a construção de muros em todo o mundo para bloquear o movimento das pessoas. Mas acima de tudo, um dos assuntos em pauta foi a ausência de direitos básicos, como saúde, educação e assistência social.

A constatação de que aos migrantes são negados direitos básicos levou à consolidação de uma agenda que, embora se afirme com força nas organizações que fazem parte do Fórum e no movimento de migrantes em geral, é ainda uma pauta em construção e em constante movimento: a pauta da cidadania universal. A compreensão do direito a ter direitos onde quer que se esteja.

A temática teve tanto destaque no I Fórum Social das Migrações que, para o segundo encontro, o tema foi definido como: *Pueblos en movimiento por una ciudadanía universal*. E de tema de

um encontro, o slogan passou a ser o lema definitivo e permanente do Fórum.

O que vem a ser esta cidadania defendida pelos migrantes, que, embora seja uma reivindicação de direitos, não encontra eco na esfera jurídica, por escapar às legislações de cada país ao se propor como universal?

Os movimentos e redes de migrantes organizados no Fórum Social Mundial das Migrações partem de diferentes referências para compreender as migrações. São movimentos ligados à igreja, que prestam auxílio a migrantes e refugiados, são organizações de migrantes que buscam direitos e autonomias, grupos de estudos de universidades e até mesmo organizações que se configuram como clubes de migrantes<sup>3</sup>. Mesmo compreendendo o fenômeno migratório a partir de diferentes pontos de vista, chegam a um consenso ao propor a cidadania universal como “o estabelecimento de balizes éticas que regulem a solução das complexas questões levantadas pelas migrações”(SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES, 2005, p. 9). A cidadania universal funciona não tanto como um conceito fundante, mas como uma bandeira mais ampla, que permite o desenvolvimento de inúmeras pautas ligadas aos direitos dos migrantes. Torna-se, indo mais além, a única forma de reivindicação de direitos sem atrelamento a territorialidades específicas.

---

<sup>3</sup> As organizações que integram oficialmente a rede do Fórum são: Serviço Pastoral dos Migrantes (Brasil), Grito de los Excluídos (América Latina), Alianza Nacional de comunidades latinoamericanas y caribeñas (NALACC) (EUA), Plataforma Interamericana de Derechos Humanos y Desarrollo, Espacio Sin Fronteras(América Latina), AssociationInternationaleScalabrinièneau Service desMigrants (Bélgica), Migreurop (França); CEAR (Espanha), Plataforma Migrantes Maroc Y Comité de Seguimineto de La Conferencia Euroafricana de ONGS sobre migraciones(Marrocos), RéseauAfricainSurL’EtudedesMigrations (Senegal), Centre d’EtudesPourl’ActionSociale (Congo), MigrantForumAsia (Filipinas), Social Communication Centre AJIAL (Beirut), Red Migración y Desarrollo (México), Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica (ALER), Acting for Women in DistressingSituations (AFESIP).

O fenômeno migratório aponta para a necessidade de repensar o mundo não mais baseado na competitividade, mas na solidariedade; não mais na concentração, mas na repartição; não no fechamento das fronteiras, mas na cidadania universal, enfim, num mundo baseado não no consumo desenfreado, mas numa sociedade sustentável, em que haja lugar e vida digna para todos (2005, p. 14).

Esta cidadania de que falam os migrantes no contexto do Fórum, não como um conceito fechado, mas aberto e em movimento, sem definições precisas, remete a outras modalidades de cidadania. Para isso movimentamos um referencial teórico ligado à cidadania no contexto das migrações.

### **Cidadania: uma agenda permanente no movimento de migrantes**

O fluxo mais frequente e multidirecional de pessoas, ideias e símbolos culturais, nos anos recentes, decorrente do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e de transportes, alterou os padrões de migrações, baseados até então nos modelos de migrações de assentamento e migrações temporárias (CASTLES, 2005). O resultado deste processo é a transformação das práticas materiais e culturais associadas às migrações e à formação de comunidades transnacionais.

Rainer Bauböck (2002) nos convida a refletir sobre os motivos pelos quais a inclusão formal de migrantes nas sociedades é mais precária que a de outros grupos excluídos em outros momentos, como os trabalhadores e as mulheres. Uma das razões por ele apontada é que a cidadania não se trata apenas de um dos princípios universais do liberalismo e da democracia, mas também de pertença a um governo particular. Os migrantes são essencialmente diferentes de outros grupos, como aqueles excluídos por questões relacionadas a classe, gênero, raça ou religião, porque são percebidos como pertencentes a um outro governo, com lealdade a outra soberania.

A heterogeneidade, a diferença de língua, etnia, hábitos, costumes dos migrantes, é que causa o estranhamento, em sociedades pretensamente homogêneas. Cogo (2006), a partir de autores como David Goldberg e Octavio Ianni afirma que a



heterogeneidade pode ser definidora da condição humana, e não a homogeneidade, como muitas políticas antimigratórias propõem. Enquanto alguns migrantes identificam-se mais com uma sociedade do que outra, a maioria, conforme a autora, parece desenvolver várias identidades, relacionando-se simultaneamente com mais de uma nação. “Essa complexa teia de relações interculturais repercute na conformação dos processos identitários a partir da constituição, pelos migrantes, de múltiplas e fluidas identidades fundamentadas ao mesmo tempo nas sociedades de origem e nas ‘adotivas’” (COGO, 2006, p. 12).

Os conflitos e dinâmicas interculturais intensificados pela presença migratória dariam lugar, para Cogo, a um “rico e conflitivo diálogo a três vozes”, a saber, a sociedade que pensa em si como homogênea, as vozes internas da diversidade e a figura do outro, o estrangeiro, como afirma a partir da expressão de Todorov. Essas dinâmicas seriam reveladoras das reconfigurações que atravessam o que considera como os dois principais fundamentos da trajetória das sociedades ocidentais: a “convivência com o(s) Outro(s) cada vez menos homogêneo(s) e a aceitação da mestiçagem enquanto requisitos essenciais para o debate sobre a interculturalidade ou sobre as possibilidades de uma comunicação intercultural no contexto das sociedades contemporâneas” (COGO, 2006, p. 21).

Os migrantes são tratados, contudo, nas palavras de Zapata-Barrero (2002), como “vítimas do azar do nascimento” em muitas nações receptoras, o que, de acordo com o autor, nos leva a refletir sobre a democracia, percebendo que o processo histórico revela que a aquisição de direitos nunca se deu por benevolência dos estados, mas que é resultado de lutas e reivindicações. A cidadania, pontua, é assunto político, uma das mais importantes políticas públicas distributivas. “Devemos ter claro que, ao distribuir cidadania, se está distribuindo um privilégio: os benefícios da democracia”<sup>4</sup> (2002, p. 24, tradução nossa).

---

<sup>4</sup> “Debemos tener claro que, al distribuir la ciudadanía, se está distribuyendo un privilegio: los beneficios de la democracia”.

No processo histórico, considera que os movimentos de migrantes são similares aos movimentos que caracterizaram o século XIX e XX, cujos temas de protestos eram parecidos: direitos, acesso à vida pública. Mas se foram superadas questões como aquelas relativas à propriedade e ao sexo, na perspectiva do autor, outro critério ficou em aberto: “neste sentido, o momento histórico que estamos presenciando está colocando em questão este critério, da nacionalidade”<sup>5</sup> (p. 24, tradução nossa).

Com o critério da nacionalidade ainda como um entrave a direitos, Abelardo Morales Gamboa (2008) fala da “inabilitação” das pessoas migrantes como cidadãos, que se soma a outras práticas de exclusão de uma vida socialmente digna (falta de trabalho digno, de acesso à saúde, educação, moradia, atrelados ao crescimento da xenofobia). Por isso o autor propõe o termo “descidadanização”<sup>6</sup>, referindo-se à perda de um estado de integração do indivíduo dentro do sistema, bem como à impossibilidade de acesso a um estado de justiça e pertencimento, o que considera que são as dimensões centrais de uma nova cidadania.

A emergência de outras modalidades de cidadania, como a intercultural e a cosmopolita, para Cogo (2010) sugere que há um reordenamento na percepção da própria cidadania, antes mais relacionada a questões civis, políticas, sociais e econômicas, e que passaram a parecer insuficientes, pois são circunscritas ao âmbito dos estados-nação, e, portanto, impossibilitadas de ser bem-sucedidas diante de um quadro de transnacionalismo.

A cidadania e a comunicação cidadã, conclui a autora, a partir de Hopenhayn, “se constituem como experiências em que o jurídico e o institucional se combinam com a vivência de práticas cotidianas constituídas por dinâmicas que implicam em movimento e ação de sujeitos individuais e coletivos” (2010, p. 89). Para isso sugere que se adote a ideia de cidadania ativa, que coloca em relação

---

<sup>5</sup> “En este sentido, el momento histórico que presenciamos está poniendo en duda este criterio de la nacionalidad”.

<sup>6</sup> “Desciudadanización”.

o Estado e a sociedade na disputa e negociação de recursos e direitos, afastando-se da ideia de uma cidadania atribuída e distribuída pelos Estados.

No âmbito do Fórum Social Mundial das Migrações, a busca por esta cidadania ativa se dá na adoção da ideia de cidadania universal, na reivindicação do direito a ter direitos independente do local de nascimento e do local onde se vive. Se esta pauta encontra entraves jurídicos ou até mesmo está em disputa, pois permite diferentes compreensões, há também uma historicidade do conceito.

### **A cidadania planetária (ou universal)**

Para Boaventura de Sousa Santos, a ação política transnacional emerge não por conta de governos ou como reflexo de políticas governamentais, mas por conta de iniciativas da própria sociedade civil. O questionamento, quando se abordam organizações de migrantes não atrelados a uma única territorialidade, é a dificuldade para uma organização consensual quando se está diante de tantas diferenças culturais, linguísticas e territoriais, características do próprio movimento. Mas não é apenas no âmbito do Fórum Social Mundial das Migrações que surgem estes prováveis entraves para uma ação transfronteiriça. É esse o caso também do Fórum Social Mundial (FSM).

Para Scherer-Warren (2009), o FSM, “bem como outros fóruns e redes transnacionais de organizações têm sido espaços privilegiados para a articulação das lutas por direitos humanos em suas várias dimensões sociais” (p. 10). Essas manifestações, assim como as agendas unificadas contra invasões militares, ou até mesmo a organização de petições na internet motivadas por questões ecológicas, de combate à fome ou de guerra e paz, e ainda quando uma luta localizada recebe apoio mundial, parecem confirmar a pista de que a sociedade civil é o âmbito privilegiado para estas ações.

Scherer-Warren (1999) empreende uma discussão teórica sobre o conceito de sociedade civil, destacando que ao longo da história, este é definido ora como a esfera de constituição da política (e do Estado), ora como a capacidade de autodeterminação da esfera

econômica (ou seja, do mercado), ou ainda como potencialidade do mundo da cultura e das ideologias na constituição de uma hegemonia política. Seria, de toda forma, nas associações que se formam na vida civil que residiria a garantia de civilidade, frente ao risco de se retornar à barbárie. Assim, a sociedade civil seria o espaço social onde nascem e se organizam associações voluntárias, movimentos sociais ou populares, ONGs, entidades filantrópicas etc.

Na perspectiva de Adela Cortina (2005), trata-se de um aspecto contrastante: justamente a sociedade civil, que pareceria alheia à ideia de cidadania por se referir a laços não políticos, é que passa a apresentar-se como “a melhor escola de civilidade”. São nos grupos da sociedade civil que as pessoas aprendem a participar e a se interessar pelas questões públicas, pois o âmbito político em geral não lhes está acessível (2005, p. 29).

Como poderíamos pensar em uma sociedade civil em escala planetária? Evidentemente, a criação de redes entre ONGs e movimentos sociais é uma das pistas, mas é preciso pensar nas dificuldades que se colocam para a convivência quando se está diante de inúmeras diferenças culturais.

Cortina discorre sobre os problemas que as sociedades enfrentam para organizar a convivência, sendo constituídas por grupos com diferentes visões de mundo. Em sociedades moralmente pluralistas, como se pretendem as sociedades democráticas, se equacionam os valores que todas as doutrinas compartilham (e que compõem os mínimos de justiça) e aqueles que são fundamentais para cada doutrina em específico e não compartilhados com os demais (os máximos de felicidade de acordo com cada doutrina). A cidadania, neste caso, seria a chave da convivência, constituindo-se como um conceito mediador, por integrar exigências de justiça e, ao mesmo tempo, fazer referência aos que são membros de cada comunidade. Por isso, une a racionalidade da justiça com o sentimento de pertença. Para Cortina, um conceito pleno de cidadania integra “um status legal (um conjunto de direitos), um status moral (um conjunto de responsabilidades) e também uma identidade, pela qual uma pessoa se sabe e se sente pertencente a uma sociedade” (CORTINA, 2005, p.139).

Denise Cogo (2010) enfatiza a comunicação mediática como um espaço estratégico de cidadania e a contextualiza no âmbito das redes de migrantes, que fazem uso de meios alternativos de comunicação – incluindo-se a internet – para a construção de memórias transnacionais das migrações contemporâneas, em contraposição àquelas criadas pelos meios de comunicação hegemônicos. A cidadania que aqui está em questão é a cidadania intercultural, que a autora considera como aquela “passível de ser construída a partir de um diálogo capaz de produzir um “lugar” ou uma “ética” que permita a combinação multidimensional entre aspectos mais ou menos universais e/ou particulares das identidades culturais” (2010, p. 83). Em outras palavras, a autora afirma que não se trata de uma cidadania que se vincula unicamente à satisfação dos direitos que levam à igualdade, mas também aos relacionadas à diferença, compreendendo ambos como componentes da democracia. A comunicação assim é o lugar de partida para a construção de novas possibilidades de cidadania em uma perspectiva transcultural e transfronteiriça.

### **A partir dos usos da internet, a construção de uma agenda global e cosmopolita**

No âmbito do Fórum Social Mundial das Migrações, as redes que participam da proposição do Fórum utilizam a internet como um espaço de emissão para dar visibilidade à agenda dos migrantes e difundir discursos contra-hegemônicos. Além disso, é na internet também que criam espaços para a organização e articulação do próprio Fórum.

Para compreender estes usos, observando principalmente a articulação da pauta da cidadania universal, foram realizadas entrevistas com integrantes de organizações proponentes do FSMM, as quais foram associadas à observação de conteúdos sobre o Fórum disponíveis na internet, e à pesquisa documental, a partir de livros de memória de encontros do FSMM e atas de registros de reuniões para a preparação do primeiro Fórum. O percurso metodológico foi inspirado nos enfoques etnográficos da internet, a partir de autores

como Estalella e Ardévol (2010), que compreendem a rede de computadores como campo de estudo e instrumento de investigação.

Na narrativa dos entrevistados, quando solicitados para mencionar seus usos da internet no âmbito do FSMM, aparecem atividades como “apresentação institucional” a partir de páginas na internet, a “formação de opinião” sobre os temas relativos às migrações, passível de ser acessada por indivíduos e organizações, de forma a trazer visibilidade para a organização e divulgar suas atividades. Todos estes usos baseiam-se em sites como interface para as ações mencionadas e, portanto, não dizem respeito necessariamente ao FSMM, cujo site fica disponível na internet apenas quando da realização de encontros do Fórum, e não permanentemente. Falar especificamente sobre o Fórum pareceu difícil para os entrevistados em alguns momentos. Muitas vezes, na oralidade, eram confundidas as dinâmicas do FSMM com aquelas da organização de que o entrevistado fazia parte. Podemos compreender isto como reflexo da própria dinâmica de funcionamento do FSMM, que não se trata de uma entidade com uma organização própria, mas de um emaranhado de redes.

Ainda que o Fórum seja recente, instituído em 2005, as redes que o conformam apresentam uma longa tradição de atuação com a temática das migrações, nas quais a comunicação parece ser uma preocupação constante, tanto direcionada aos migrantes, quanto a outras organizações. Essas redes, que já atuavam muito antes da internet, agora parecem encontrar novos recursos, que lhes permitem maior protagonismo. O depoimento de uma das entrevistadas ilustra uma preocupação visível em outras organizações: apropriar-se da internet como meio de comunicação alternativo:

Até um tempo atrás a gente falava: temos que criar um meio de comunicação nosso, porque a Globo é da direita, e o pessoal ficava tentando disputar espaço onde não tem espaço né. Quer dizer, hoje você tem ferramentas que você pode se apoderar e não tá se apoderando né. A gente tem que quebrar esse discurso que temos que disputar espaço lá: não temos, nós temos que criar o nosso espaço (E3).

Mesmo que no trecho destacado haja a afirmação de que os movimentos não estão se apoderando de determinadas ferramentas, percebemos, na prática das organizações, que há indícios uma produção significativa de conteúdo contra-hegemônico, que colocam essas redes na posição de emissores<sup>7</sup>. Exemplos são a participação de integrantes da rede do Fórum como produtores de conteúdo em coberturas jornalísticas para redes alternativas de comunicação, como a Agencia Latinoamericana de Información (ALAI)<sup>8</sup>. As páginas de algumas organizações proponentes do FSMM têm atualização frequente de conteúdos, produzidos por seus próprios integrantes, como acontece com o Grito de Los Excluídos e o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC).

Estes exemplos demonstram que os integrantes das redes que atuam na temática das migrações estão começando a apropriar-se das possibilidades da internet para publicação de conteúdo, de modo a reforçar o trabalho de comunicação alternativa que já tinham há muitos anos, como a produção de jornais e rádios comunitárias, por exemplo. Estes novos usos não excluem os antigos. O CDHIC, por exemplo, segue editando um jornal impresso, o Conexión Migrante, que é também disponibilizado na internet e que dialoga diretamente com os migrantes.

A utilização da internet como recurso de comunicação alternativa, em alguns casos, tem servido mais para comunicar a um outro público, que não o migrante, sobre o trabalho destas redes. Na comunicação direta das redes com os migrantes, apesar do uso de listas de e-mails, nota-se a forte de utilização, com eficácia, de outros meios que não a internet. Muitas redes não atuam diretamente

---

<sup>7</sup> Salientamos que isto não significa que este conteúdo esteja relacionado com o Fórum Social Mundial das Migrações.

<sup>8</sup> Em sua página na internet, a ALAI define-se como um organismo de comunicação comprometido com os direitos humanos, a igualdade de gênero e a participação cidadã no desenvolvimento da América Latina. Luta pela democratização da comunicação e tem como missão formular propostas aos desafios que a comunicação coloca para a ação social. As atividades centrais são a difusão de informações sistematizadas e o desenvolvimento de capacidades comunicacionais em organizações sociais.

com os migrantes, e quando precisam comunicar-se com este público, acionam redes e organizações que fazem trabalho de base. O contato é feito, principalmente, a partir do uso de telefone celular, com as lideranças dos grupos de migrantes.

A internet, portanto, parece ser mais usada para a articulação entre as diferentes redes. Os entrevistados avaliam que esta articulação dá mais força às questões ligadas às migrações por permitir que as pautas de âmbito local passem a ser vistas como uma questão relativa a todos os que lidam com o tema das migrações. “Um problema que acontece com os mexicanos nos Estados Unidos deixe de ser um problema do México e dos Estados Unidos e passa a ser um problema de todo mundo, dos migrantes”, explica um dos entrevistados, em um exemplo de como os usos da internet permitem maior integração e participação dos migrantes e das organizações nos assuntos comuns. Ele avalia, contudo, que é necessário que as redes do Fórum se adéquem a estas novas ferramentas.

A comunicação é vista por todos os entrevistados da pesquisa como uma área estratégica, em que devem investir para se fortalecer. Estes atores, que hoje apostam na internet, são os mesmos que já fizeram usos de ferramentas alternativas como o mimeógrafo, por exemplo, para reproduzir materiais impressos. Há, portanto, uma série de habilidades e competências a serem adquiridas para a utilização dos novos recursos tecnológicos, que estão em constante transformação.

Ao mesmo tempo em que buscam adaptar-se, já fazem uso de diversas novas ferramentas, como o uso do Skype nas reuniões, de listas de e-mails, publicação em sites, disponibilização de materiais antes impressos agora em meio digital. Mas não se pode falar que há este uso e este empoderamento por parte do Fórum como um todo, pois o Fórum é um conglomerado de redes, e estas apresentam visões muito diferentes com relação à comunicação, bem como fazem diferentes usos da internet (há inclusive redes que não possuem sites na internet). Esta diversidade pode ser resultado das diferentes possibilidades de acesso às tecnologias de informação e comunicação de acordo com o lugar em que se está.



Para todos os atores entrevistados, na América Latina a internet serve para o empoderamento dos que a utilizam, pois gera uma troca de informação e comunicação muito mais rápida que em outras épocas; permite o acesso – e a produção – de conhecimento sobre as situações de determinados países de maneira mais rápida, possibilitando que se produzam respostas também mais rápidas para as reações, como acontece com a proposição de manifestos conjuntos.

Nos usos da rede voltados para a articulação do Fórum, a exemplo das reuniões on-line, percebem-se também dificuldades, como as diferenças de idiomas e de fusos horários. Em função destas dificuldades, as reuniões presenciais não perdem a importância, ainda que aconteçam com uma periodicidade menor, em função dos altos custos implicados para o deslocamento das pessoas que vivem em diferentes continentes. Um dos objetivos das reuniões é definir constantemente a agenda do Fórum das Migrações. Nem todas as organizações proponentes do FSMM atuam exclusivamente com as migrações, envolvendo-se também com outros temas sociais. Cada uma delas tem uma agenda específica de atuação, enquanto organização ou movimento social. No âmbito do Fórum, o que se tenta construir é uma agenda comum, mas o consenso nem sempre é fácil, em função da presença de diferentes organizações. Dentre os temas em que há consenso, figura a necessidade da construção de um outro modelo de sociedade e a reivindicação de uma cidadania universal. Mas não está claro qual será este modelo e quais são exatamente as características desta modalidade de cidadania proposta.

Estas questões amplas, “em aberto”, assemelham-se ao que aponta Sousa Santos (2005) quando fala sobre o Fórum Social Mundial, cuja principal proposição é pautar a utopia em um mundo que já não acredita nela. Mas esta utopia não está clara no âmbito do FSM, pois, como explica Sousa Santos, se trata mais de uma aposta em um mundo que permita as utopias, do que a proposição de algo pontual. No âmbito do Fórum Social Mundial das Migrações, igualmente, os relatos dos entrevistados dão conta das dificuldades para a construção de uma agenda ou de pautas comuns.

A lógica do Fórum Social Mundial [das Migrações] está organizada e coordenada pelo Comitê Internacional, mas o comitê responde às grandes redes de temas migratórios em nível global, ou seja, teoricamente não poderia ter três agendas diferentes (...). O que há é uma é uma grande luta entre umas organizações e outras pela imposição de temas. Os grupos ligados à igreja propõem alguns temas que provavelmente os movimentos sociais propõem outros e, por sua vez, os movimentos da Ásia têm prioridades que não são as mesmas dos movimentos da América Latina<sup>9</sup> (E1).

O Fórum é uma espaço de convergência, não dá aqui pra gente separar quem pensa tão diferente, porque o movimento do migrante é muito polivalente, é muito diversificado. Porque você tem um migrante que tá excluído, mas que ele tá migrando porque, talvez ele seja perseguido pelo governo do país onde ele tava. Mas tem o migrante que também é excluído aqui que provavelmente ele tá aqui porque tá fugindo de quem era contra o governo de lá daquele país. Então você tem essa especificidade do movimento de migração que é fantástica né, então, por isso que a gente chega dentro do Comitê Internacional a definir os eixos temáticos (E2).

O grande eixo do FSMM assim, por isso, é a reivindicação da cidadania universal, tida como uma pauta ampla, que busca a garantia de direitos humanos independente do local de nascimento; o direito a ser cidadão e ter seus direitos assegurados em qualquer parte do mundo. A agenda é levantada frente à situação de vulnerabilidade vivida por migrantes de diferentes países e *em* diferentes países e é considerada pelos próprios integrantes das organizações proponentes do Fórum como utópica, pois em termos práticos, implicaria mudanças na legislação de todos os países. Por

---

<sup>9</sup> A ver que la lógica de agenda del Foro Social Mundial está organizada y coordinada pelo comité internacional del foro social mundial, pero el comité internacional responde a las grandes redes de temas migratorios en nivel global, o sea, teóricamente no podría tener tres agendas diferentes (...) Lo que hay es una gran lucha entre algunas organizaciones y otras , por la imposición de temas, cierto que sí, porque los temas relacionados a la iglesia... los grupos relacionados a la iglesia plantean algunos temas que probablemente los movimientos sociales plantean otros, y a su vez los movimientos sociales de Asia tienen las prioridades que capaz que non son las prioridades de los movimientos sociales de Latinoamerica, esto también se pueda.

isso a principal bandeira do Fórum é tida, assim como no FSM, como um conceito em construção, a se definir.

É um conceito a se definir, é um conceito em construção, mas o principal ponto da cidadania universal é o significado, que o migrante tem o direito de sobreviver em qualquer parte do planeta. Se você migrou então você precisa ter cidadania, você precisa ter dignidade. Se você não migrou, o mesmo. Ou seja, a gente não tá defendendo a migração. Então fala: os caras agora querem que abra as fronteiras e que entre todo mundo aqui né. Não, não é isso. O que a gente tá defendendo é a justiça. Não é combate à pobreza. É distribuição das riquezas (E2).

Afora todas as dificuldades para construir uma agenda comum das migrações no Fórum, como as características do próprio movimento e a dificuldade na discussão à hora das reuniões, presenciais ou on-line, a presença das tecnologias de comunicação é apontada como um fator positivo por permitir uma discussão ágil nas listas de e-mails e pela possibilidade de lançar manifestos unificados entre as diversas organizações em um tempo impensável antes da internet. Manifestos com o peso da assinatura de várias redes continentais são considerados mais influentes na defesa da cidadania dos migrantes. Esses manifestos não são construídos apenas nos encontros do Fórum; há um fluxo de troca de informações sobre questões relacionadas às migrações.

A importância da internet é vista de diferentes formas pelos entrevistados, alguns considerando que ela praticamente não modifica o que se fazia até então para a articulação entre os movimentos, e outros com uma visão bastante otimista e a adoção de uma posição de quem quer se apropriar mais dos recursos permitidos. Entre estas diferenças, o que se percebe é que a internet imprime rapidez à hora de organizar-se para questões que demandam uma resposta rápida, como no caso da proposição de manifestos, e ajuda a romper as fronteiras geográficas para a atuação solidária. Para além disso, percebemos que a possibilidade de realização de reuniões on-line possibilita que haja mais interações entre representantes de redes localizadas em diferentes continentes do que seria possível se os contatos fossem apenas presenciais. Mas, novamente, estes usos da internet não superam questões anteriores

que permanecem como desafios para a atuação dos migrantes, como a diferença entre os fusos horários e línguas, o que leva a dificuldades na hora de reunir representantes de todas as redes.

É necessário levarmos em conta que as condições de acesso à internet são diferentes – com custos também diferentes – em cada país. Se a perspectiva de uma conexão rápida ainda não é igual, também os usos da internet diferem a partir dos diferentes contextos de acesso e de habilidades para o uso das ferramentas da internet.

### **Considerações Finais**

Reconstruir os caminhos e as práticas de utilização da internet para a proposição de um evento global, como o Fórum Social Mundial das Migrações, requer olhar para a temática das migrações como um tema complexo, imbricado num contexto de globalização, de reordenação das lógicas da comunicação, das migrações e da atuação dos movimentos sociais tradicionais.

A comunicação alternativa e cidadã, há anos experimentada pelos movimentos de migrantes, ganha possibilidades de amplificação com os usos da internet. Mais do que isso, permite a articulação mais rápida entre redes que atuam com a mesma temática para a proposição de agendas globais.

Isso não quer dizer que a relação entre as redes não existia em um contexto anterior ao da difusão da internet. A própria lógica das migrações indica que os indivíduos que partem para diferentes locais conseguem manter-se em contato com suas comunidades de origem, compartilhando desde relatos e contatos até recursos financeiros. Mas a internet torna este processo mais rápido e imprime às práticas das redes de migrantes uma agilidade muito maior na hora de propor manifestos, por exemplo. É justamente a proposição de manifestos conjuntos que Boaventura de Sousa Santos (2008) define como uma das grandes possibilidades do “novo ativismo transfronteiriço”. Esse novo ativismo, descreve como constituinte de um paradigma emergente, que é o paradigma da globalização contra-hegemônica, e que compreendemos que é uma das possibilidades de interpretação acerca do FSMM. Porém, em se

tratando de um processo novo, não está claro, como pontua Sousa Santos, sua credibilidade e sustentabilidade.

O que observamos no contexto do Fórum é um grande esforço para a articulação de redes que atuam na temática das migrações. Este esforço não é apenas o de superar as distâncias com o uso das tecnologias de comunicação em reuniões on-line, por exemplo. É um esforço maior por encontrar pontos de convergência, compreender as diferenças, lidar com os tensionamentos e ainda assim atuar conjuntamente em torno de pautas comuns. Trata-se de uma disputa contínua entre as diferentes formas de conceber as migrações e entre as diferentes prioridades que cada organização enxerga como necessária para os migrantes.

Os usos da internet favorecem esta busca para o consenso, ao possibilitarem a realizações de discussões por e-mail e também de reuniões on-line, apesar das diferenças linguísticas e de fuso horário entre os atores ligados a diferentes territorialidades. E propiciam a criação de um ambiente de diálogo possível entre diferentes espaços e lugares.

A construção da pauta da cidadania universal, no tensionamento entre as diferentes formas de perceber os migrantes e as migrações, tem um denominador comum: o consenso de que as pessoas precisam ter seus direitos humanos respeitados onde quer que estejam, pela simples condição de que são seres humanos. Mas compreende-se também, no âmbito do próprio FSM, que este é um conceito em construção, pois esbarra na legislação dos diferentes países. Não se trata de uma reivindicação que tenha um destinatário determinado: a pauta da cidadania global é construída de forma utópica global, e precisa ser abordada em cada um dos países com políticas migratórias restritivas.

Se os usos da internet são bem sucedidos na construção desta agenda comum da cidadania universal e na proposição de manifestos, são ainda incipientes com relação ao poder de emissão possibilitado pelas redes. Embora boa parte dos entrevistados veja as ferramentas de publicação da internet como algo a ser apropriado, este uso é feito por poucas das redes do FSM. E, quando é feito, privilegia um modelo informacional, de difusão de informações, e

não comunicacional, não permitindo a interação de quem acessa a informação.

Assim, percebemos que há um empoderamento dos atores sociais quando fazem uso das tecnologias da comunicação de uma maneira contra-hegemônica, construindo a pauta da cidadania global em sociedades neoliberais. Mas há muitas outras possibilidades abertas, principalmente no que diz respeito ao poder de emissão, ainda pouco aproveitadas pelas redes de migrantes no contexto do FSM. Há que se considerar que é necessário o desenvolvimento de habilidades e competências para a utilização destes recursos da internet, sem perder de vista que as condições de acesso são desiguais.

Contudo, lembramos o que afirma Castells (1999), que de as tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas, mas processos a serem desenvolvidos, o que possibilita que os usuários possam assumir o controle delas. No mesmo sentido, García Canclini (2008) diz que os sentidos das tecnologias se constroem conforme os modos pelos quais se institucionalizam e se socializam. Por isso entendemos que na experiência recente do Fórum Social Mundial das Migrações, que desde 2005 articula diversas redes voltadas à temática das migrações e dos migrantes, os usos da internet estão por se construir. Os depoimentos nas entrevistas que afirmam que é necessário se apropriar destas tecnologias demonstram que o movimento já caminha nesta direção.

## Referências

BAUBÖCK, Rainer. Cómo transforma la inmigración a la ciudadanía: perspectivas internacionales, multinacionales, transnacionales. In: AUBARELL, Gemma; ZAPATA, Ricard (org). *Inmigración y procesos de cambio: Europa y el Mediterráneo en el contexto global*. Barcelona: IcariaAntrazyt. 2002 p. 177-214.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. *A Sociedade em Rede*. Vol. 1. 5ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTLES, Stephen. *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de Século, 2005.

COGO, Denise. A Comunicação cidadã sob o enfoque do transnacional. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 33, n. 1. 2010 Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br>> Acesso em: out. 2010.

CORTINA, Adela. *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Loyola, 2005 (p.17-30;139-168).

ESTALELLA, Adolfo; ARDÉVOL, Elisenda. Internet: instrumento de investigación y campo de estudio para la antropología visual. *Revista Chilena de Antropología Visual*. Santiago. n. 15. Ago 2010. p. 1-21.

GAMBOA, Abelardo Morales. Centroamérica: los territorios de la migración y la exclusión en el nuevo siglo. *Foreign Affairs Latinoamérica*, v. 8, n. 2, abr-jun 2008 p. 27-36.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (org). *Travessias na de\$ordem global: Fórum Social das Migrações*. São Paulo: Paulinas, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. 95p.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais na América Latina: revisitando as teorias*. Palestra proferida na Mesa Redonda “Ações coletivas, movimentos e redes sociais na contemporaneidade” no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado de 28 a 31 de junho de 2009. Disponível em <<http://www.npms.ufsc.br>> Acesso em 15 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. *Nueva Sociedad*, n. 196, mar./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.nuso.org>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008 (p. 121-226).

\_\_\_\_\_. *O Fórum Social Mundial*: manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005.

ZAPATA-BARRERO, Ricard. La década de la inmigración. In: AUBARELL, Gemma; ZAPATA, Ricard (org). *Inmigración y procesos de cambio*: Europa y el Mediterráneo en el contexto global. Barcelona: IcariaAntrazyt. 2002 p. 21-32.



# **CAPÍTULO XI – IMIGRAÇÃO E SUAS MÚLTIPLAS ABORDAGENS**

## **A PRESENÇA AÇORIANA NA ILHA DA PINTADA-RS E SUAS PRÁTICAS CULTURAIS**

Jairton Ortiz da Cruz<sup>1</sup>

*Resumo:* Neste trabalho aborda-se a presença dos povoadores açorianos na Ilha da Pintada-RS a partir do século XVIII. Num primeiro momento constata que não há registros de estudos historiográficos sobre a cultura, memória e identidade açoriana nesta localidade, nesse sentido busca-se identificar as práticas culturais desse grupo e verificar a sua continuidade pela comunidade local. Para a realização deste estudo foca-se na análise de documentos e registros do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul –(AHRGS); do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul-(IHGRGS) e do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, bem como na realização de entrevistas junto à comunidade local. Justifica-se o desenvolvimento desta pesquisa pela possibilidade de ampliação das análises sobre a temática açoriana, que contribuía para os estudos no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS).

*Palavras-chave:* Açorianos, Ilha da Pintada-RS, Práticas culturais.

---

O presente estudo tem por finalidade investigar a presença açoriana na Ilha da Pintada, tendo como referência o século XVIII, quando da chegada dos povoadores açorianos no Rio Grande de São Pedro (atual Estado do Rio Grande do Sul). Observa-se que a pesquisa está em desenvolvimento no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; no Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul e Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

A realização desta proposta de trabalho é motivada por dois pontos: primeiro por não haver uma referência periódica sobre a povoação das Ilhas pelos casais açorianos, ou seja, a data de doação das terras. Constatam-se registros no Arquivo Histórico de Porto Alegre sobre a história dos bairros de Porto Alegre. No caso da Ilha da Pintada temos o bairro chamado Arquipélago que no livro

---

<sup>1</sup> Mestrando em História – UNISINOS.

*História dos Bairros de Porto Alegre*, obra realizada pelo Centro de Pesquisa Histórica vinculada a Coordenação de Memória Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, fala da presença de grupos indígenas no século XVI e documentos da Câmara do século XIX, registram a presença da população negra nas ilhas, mas apontam indícios para um período anterior de ocupação deste grupo. Já em relação à povoação açoriana não apresentam dados.

Outra obra encontrada no arquivo histórico intitulada, *Arquipélago: as ilhas de Porto Alegre*, escrita por José Juvenal Gomes, et all, relata dados dos viajantes no século XVIII e XIX sobre a presença de povoadores nas ilhas. Entre eles Francisco João Roscio (século XVIII) que descreve: “Em geral todo o rio Guaíba e Jacuí abaixo da cordilheira e todos os outros rios que nela desembocam são sujeitas a semelhantes cheias.” e Arsène Isabelle (século XIX): “Cinco rios, trazendo o tributo de suas fecundas águas, reúnem-se ali para formar o Rio Grande do Sul, apresentando diante da cidade, uma vasta bacia semeada de numerosas ilhas, muito arborizadas, povoadas de casas campestres” (GOMES, et all, 1995, p.13). Estas descrições dos viajantes colaboram para compreender a localização e organização do território das ilhas, conforme Arlene Gomes de Souza em seu artigo: *O estrangeiro e a cidade: O Rio de Janeiro e o imaginário da viagem*, “O relato descritivo de um viajante é uma forma narrativa que produz- e reproduz- um repertório de imagens, sobre a viagem e sobre a cidade visitada.” (SOUZA, 1996, p.190).

As descrições realizadas pelos viajantes na obra citada acima, apresentam indícios de que no século XVIII houve o início da povoação nas ilhas, mas não estabelece uma data para a ocupação.

O segundo ponto que leva a pesquisa fala do projeto em desenvolvimento na Escola Almirante Barroso<sup>2</sup> sobre a história da Ilha da Pintada e seus primeiros povoadores, para tanto trabalham-se

---

<sup>2</sup> Principal escola da Ilha da Pintada que possui Ensino Médio, atendendo a toda a população do Delta do Jacuí.

com três grupos sociais os negros, indígenas e açorianos. O último grupo é o foco deste trabalho que possui três questões como base:

- a) Qual a data de povoamento da Ilha da Pintada pelos casais açorianos?
- b) Quais motivações levaram os casais açorianos a se estabelecerem na Ilha da Pintada?
- c) Quais são as práticas culturais que referem-se à cultura açoriana na Ilha da Pintada?

As perguntas aqui apresentadas são o ponto de partida para desenvolver os estudos sobre a presença açoriana na Ilha da Pintada-RS, tendo como mote o século XVIII.

Nesse sentido tem-se como objetivo identificar elementos culturais que indiquem a presença açoriana na Ilha da Pintada-RS. Portanto utiliza-se algumas ferramentas da história cultural para melhor orientar o ofício do historiador, conforme Marc Bloch em seu livro *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*:

É bom, a meu ver, é indispensável que o historiador possua ao menos um verniz de todas as principais técnicas de seu ofício. Mesmo apenas a fim de saber avaliar, previamente, a força da ferramenta e as dificuldades de seu manejo. (BLOCH, 2001, p.81).

As ferramentas a serem utilizadas neste trabalho competem aos estudos sobre memória, identidade e cultura, pois auxiliaram a analisar os dados que foram levantados sobre as práticas culturais na Ilha da Pintada-RS.

Ao trabalhar com a memória na história recorre-se a Michael Pollak (1989), o autor observa que as memórias não deixam de existir elas ficam guardadas, reprimidas, esperando um momento propício pra aflorar.

Desta forma recorre-se a História Oral para acessar a memória dos grupos sociais na Ilha da Pintada, pois esta leva a valorizar as diferenças e a respeitar o que, para alguns, pode ser visto como *exótico*. Isso nos ajuda a considerar a pluralidade de modos de ser e estar no mundo e, sobretudo, a possibilidade de acessar a visão de mundo daqueles que dificilmente seriam

escutados. Como considera Thompson (2002, p.16), “a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos”. Muitas vozes estão ocultas ou são silenciadas pelo jogo em disputa por diferentes atores sociais e por suas possibilidades de acesso a recursos de configuração de poder. Esse quadro é composto por múltiplos sujeitos, são os trabalhadores não organizados, os sem-moradia, as mulheres, pescadores, grupos étnicos.

Portanto, a História Oral nos oferta um novo pensar sobre o nosso passado, saindo das análises tradicionais e abrindo uma nova possibilidade de investigação dos fatos que ocorreram na História, trazendo um novo olhar do presente para o passado.

Outro instrumento de análise deste trabalho é a identidade que possibilita identificar o sentimento de pertença em relação a uma cultura, no caso em estudo, a cultura açoriana na Ilha da Pintada.

Nessa linha a obra de Denys Cuche (1998): “*A noção de cultura nas Ciências Sociais*”, descreve as identidades como um processo que inclui e exclui; identifica o grupo e distingue dos outros grupos; apresenta o termo cultura como algo dinâmico para as comunidades.

No caso dos moradores da Ilha da Pintada o processo identitário está em reconstrução através de suas práticas culturais, como: o artesanato, as festas, as músicas, as danças, as comidas, providas da cultura açoriana. Aos poucos percebe-se um movimento dos grupos comunitários de retomar a tradição, os costumes e os hábitos em meio ao fator globalização, que tende a tornar as culturas homogêneas.

Ao encontro deste pensamento entra-se em conformidade com Peter Burke (2005) que relata, “ a ideia de cultura como algo que implica na ideia de tradição, de certos tipos de conhecimentos e habilidades legados por uma geração para a seguinte.” (2005, p. 35)

Os ilhéus como outros grupos sociais enfrentam a difícil tarefa de manter suas tradições, dialogar com outras culturas,

promover políticas identitárias, segundo João Leal (2007), estudioso da cultura açoriana, com diversas publicações e trabalhos sobre a Festa do Divino Espírito Santo em Portugal, Estados Unidos e Brasil, descreve em seu livro *Cultura e identidade açoriana: o movimento açorianista em Santa Catarina* as políticas de identidade desenvolvidas pela população catarinense com o objetivo de resgatar, preservar e dar continuidade ao movimento de valorização cultural açoriana iniciado nos anos 1980.

(...) A articulação das políticas de identidade com processos de invenção da tradição que trocam a efetiva hibridez cultural da realidade por uma fictícia e autoritária autenticidade cultural tem sido também objeto de debate. (2007, p. 185)

Leal observa as políticas de identidade que se fecham em si mesmas, não dialogando com outras culturas, criando uma esfera arbitrária e de imposição. Entretanto, o autor chama a atenção para os movimentos e políticas de identidade e seus estreitos vínculos com os processos políticos reivindicatórios nas sociedades em que emerge.

Observa-se que em conversas informais com os moradores da Ilha, existe uma ideia em (re)construção do “ser açoriano”, como já dito através das práticas culturais, mas que está em disputa com outras identidades sociais.

Nesse sentido cabe-se introduzir o conceito de imaginário social sobre a cultura açoriana que está representada nos saberes e fazeres da comunidade. De acordo com Castor Bartolomé Ruiz em sua obra: *Os paradoxos do imaginário*, pode se pensar em um imaginário que se constitui através de nossa história de vida, das nossas relações, do partilhar com o outro, do viver em sociedade:

(...) Nosso primeiro contato com o mundo está embalado pela imaginação. Os sons que escutamos, o corpo que tocamos e os cheiros que sentimos vão confeccionando no recém-nascido sua primeira experiência do mundo. Poucos dias depois, o mundo aparece como imagem visual. Imagens que nos resultam próximas ou distantes, conhecidas ou temidas, mas que invadem a experiência existencial e vão confeccionando um sentido do mundo, um mundo para nós. Por meio da imagem significativa do mundo vamos

tecendo nossa identidade: somos a imagem do mundo, que de modo criativo refletimos em nossa interioridade e projetamos em nossa práxis. (RUIZ, 2003, p.30).

A ideia de imaginário reveste-se ao patrimônio imaterial das comunidades, onde são impressos traços da cultura, da memória, da identidade dos indivíduos, que muito falam de como somos, como agimos, como organizamos nossas relações em sociedade. Toda esta esfera perpassa ao saber local, que está contido nos monumentos, nas festas, nas danças, nas músicas, conforme Morigi e Costa:

(...) O saber local, como uma construção simbólica, é fruto das interações sociais entre sujeito, tempo e espaço. Nesse sentido, a informação e o saber e a cultura local são elementos essenciais na constituição de imaginário urbanos. (MORIGI e COSTA, 2010, p.72).

Interessante refletir sobre os saberes locais que representam a história local, falam das vivências, das práticas, dos desejos, das emoções, daqueles que parecem estar esquecidos na história, mas que estão apenas esperando o despertar, sair do silêncio. Desta forma o historiador deve ter a sensibilidade ao trabalhar, ao tocar, ao manusear dados e informações sobre os indivíduos, sem é claro, não deixar de perceber as relações de poder, as estratégias, os conflitos implícitos nas narrativas, na escrita dos sujeitos.

Nesse momento cabe retomar, ou melhor, definir uma noção de patrimônio imaterial, segundo Maria Laura de Castro Cavalcanti são um conjunto de bens imateriais que devem ser identificados e preservados pelas comunidades, assim como pelas políticas patrimoniais, definidas pelo Estado e União Federal:

O conceito de Patrimônio Imaterial refere-se ao artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003): As práticas representações, expressões, conhecimentos e técnicas- junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua

história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover à diversidade cultural e à criatividade humana (CAVALCANTI, 2008, p.11).

No caso da Ilha da Pintada percebe-se como patrimônio imaterial a Festa do Divino, o artesanato com escama de peixe, a culinária típica açoriana, danças, pescaria e brincadeiras, que são praticadas pelos moradores e fazem parte do saber, da sua história, da trajetória individual e coletiva das famílias.

Cabe nesse momento pensar na importância da preservação do patrimônio das comunidades pelas gerações atuais e por projetos de revitalização desses bens de natureza material ou imaterial. O monumento que faz lembrar, reviver sentimentos e emoções que fazem parte da memória dos grupos sociais, conforme Michael Pollak (1989), a memória apresenta três elementos que a sustentam: os acontecimentos vividos, as pessoas e os lugares, estes elementos estão ligados também ao patrimônio, pois falam de lembranças, desejos, sonhos vividos pelo homem.

Em consonância com este pensamento Françoise Choay (2006), define um sentido para o monumento e seu vínculo com os sujeitos, com a memória que traz a tona os laços afetivos dos indivíduos, presentes nos bens culturais, assim a autora se pronuncia:

O sentido original do termo é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. Não apenas ele trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2006, p. 17-18).



Portanto Choay orienta a pensar o patrimônio das comunidades como elo de ligação entre o presente e o passado para entender-se as dinâmicas contidas no espaço social, como são acessadas, articuladas e representadas pelos homens. Na Ilha da Pintada as práticas culturais falam de uma origem açoriana, mas que estão em reconstrução de acordo com o olhar da comunidade, observando que a cultura é dinâmica, sendo assim os grupos representam sua cultura, conforme o seu saber e fazer.

### **Desenvolvimento do trabalho...**

Como já relatado este estudo está em desenvolvimento e apresenta resultados parciais obtidos em um curto período de tempo. O trabalho foi iniciado em agosto de 2012 e está na etapa de coleta de dados, mas observa-se que ainda, falta coletar através da investigação nos arquivos a data exata da povoação na Ilha da Pintada pelos casais açorianos. Pelo presente momento a primeira pergunta formulada: Qual a data de povoamento da Ilha da Pintada pelos casais açorianos? Tem-se como ponto de partida o ano de 1773 quando da concessão de terras nas Ilhas e no mesmo período ocorre a urbanização da cidade de Porto Alegre, conforme pesquisado nas dissertações de mestrado intituladas: *Processo socioculturais do turismo na localidade receptora- o olhar de residentes sobre os visitantes na Ilha da Pintada/Porto Alegre/RS* do Curso de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul escrita por Ivone dos Passos Maio(2006) e a segunda dissertação em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul de Susana de Azevedo Araújo nominada: *Bruxas e Bruxarias na Ilha da Pintada*. Assim como na tese de doutorado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Ciências Veterinária com o título: *Mercúrio, arsênio e colimetria como indicadores biológicos, na avaliação da qualidade do pescado artesanal do lago Guaíba Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil* de Roseli Möllerke (2002). Outra bibliografia consultada foi o artigo: *Razões que levaram o Instituto cultural português a celebrar o povoamento açoriano do Rio Grande do Sul*, escrito por Santa Inêze da Rocha, onde a autora indica o ano de 1773 como data de assentamento dos casais açorianos em Porto Alegre. Em linhas gerais estes estudos

apontam para o final do século XVIII da presença açoriana na Ilha da Pintada, mas não definem a data exata de ocupação.

Outro ponto de investigação passa pelas razões que levaram os “casais de número<sup>3</sup>” a se estabelecerem na Ilha da Pintada no início da urbanização de Porto Alegre no século XVIII, muitos açorianos estavam a espera das terras para começarem a povoar, ou ainda, eram retirados de grandes latifúndios e oferecido as Ilhas para viverem, de acordo com (GOMES et al,1995, p.44). O autor também relata que pelo fato de serem exímios plantadores e pescadores, poderiam se adaptar bem ao território insular, apesar de enfrentarem uma série de dificuldades em relação a mata, ao banhado da localidade.

É importante também salientar que a vinda dos açorianos para o nosso Estado ocorreu pelo excesso populacional e pela escassez de terras para a agricultura e pecuária no arquipélago dos Açores<sup>4</sup>. Mas os portugueses tinham também o desejo de conhecer novos mundos, ver terras nunca antes vistas e de buscar uma nova possibilidade de vida. Madeira assim se pronuncia:

Saídas que ocorreram em movimentos de colonização enquadrados pela Coroa, mas também por iniciativa própria, legal ou ilegalmente, e que, em certas épocas, chegaram a condicionar a própria dinâmica populacional dos Açores. Saídas de gentes com uma sabedoria experimentada em aventuras e ousadias e em deslumbramento perante o nunca antes visto, mas também em capacidades de

---

<sup>3</sup> Como eram chamados os casais açorianos no século XVIII, conforme ROCHA, 2011, p.144.

<sup>4</sup> Açores: o arquipélago dos Açores, constituído por nove ilhas, Santa Maria, São Miguel, Terceira, Pico, Faial, São Jorge, Flores e Corvo, começou a ser povoado a partir do século XV pela Coroa portuguesa. Num primeiro momento, o objetivo era obter trigo para o abastecimento do reino, depois para que os habitantes servissem de vigilantes e protetores do comércio marítimo português. Conforme Luisa Noronha (2007, p. 12), [...] procuraram noutros espaços a solução para as muitas adversidades com as quais se deparavam nas ilhas. Os fenômenos sísmico-vulcânicos – não constantes, episódicos, mas frequentes – e, sobretudo, as estruturas socioeconômicas arcaizantes, a par com o espírito de aventura, o sonho, a vontade de ultrapassar os limites apertados das ilhas e conhecer novos mundos, levaram à saída de muitos.

sofrimento e de imaginação, persistência e muita fé, argúcias e desembaraços e, ainda, desdém pelos imprevistos; de gentes que foram, desde cedo, aprendendo o sentido da agora muito invocada globalização, integrando a escassa terra do seu arquipélago da lonjura na relativa grandeza dos longínquos continentes. (NORONHA apud MADEIRA, 2007, p. 13)

Madeira apresenta um dado importante para compreender o movimento destes ilhéus, o seu sonho, que se revela no desejo de ter um lugar para plantar, colher, pescar, viver e reconstruir uma nova vida, além-mar, mas também ter um espaço para praticar e representar sua cultura que os acompanha.

Ao falar-se em prática e representação entra em cena a terceira questão de investigação: Quais são as práticas culturais que referem-se à cultura açoriana na Ilha da Pintada?

Entende-se por práticas culturais (festas, celebrações, rituais) as manifestações da vida cotidiana em sua totalidade. Elas são de aceitação coletiva, vivas e utilizadas pelo povo. Expressam seu sentir, pensar e agir na sociedade em que se vive. Com o estudo das práticas culturais, pode-se ter maior compreensão dos seres humanos, pois eles revelam suas semelhanças e diferenças, independentemente do tempo, da localização geográfica ou da formação social. Nesse sentido cabe citar a contribuição de Roger Chartier nos estudos culturais:

(...) Desta forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objecto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos actores sociais, traduzem suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse. (CHARTIER, 1990, p.19).

Chartier ao comentar sobre as representações que os indivíduos criam na sociedade está falando das práticas culturais que descrevem as formas de representar o mundo, através das festas, danças, músicas, culinárias, revelando os sentidos e significados expressos na história das culturas locais.

Na Ilha da pintada tem-se algumas práticas provenientes da cultura açoriana que são revividas ou já estiveram forte presença no espaço comunitário, como por exemplo: a Festa do Divino Espírito Santo<sup>5</sup> que foi interrompida nos anos de 1970, pode-se obter esse dado através de entrevistas com a comunidade e pesquisa no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Entre as 05 entrevistas realizadas nesta primeira etapa do trabalho, nos chamou a atenção o depoimento da Dona Neli: “A festa era muito boa, a gente participava, era o momento de colocar a melhor roupa para esperar a bandeira do Divino passar. Pena que acabou, acho que foram os militares que apareciam na Ilha, não sei pra quê”. (Agosto de 2012).

No trecho da entrevista, observamos a ação do Estado no controle das festas populares, pois estas poderiam incitar o povo a protestarem contra a ordem estabelecida.

As demais entrevistas nos apontaram para o término da festa nos anos de 1970, a população pesquisada até o momento apresentou diversas versões sobre os motivos do término do festejo. Entre eles, está a destruição da Igreja de Pedra, que fora construída no início do século XX. A festa não tinha como continuar, pois o principal local era a paróquia, de onde saía a procissão do Divino. A destruição da Igreja ocorreu pelo fato da necessidade de avançar com o progresso, conforme aponta Dona Paulina: “(...) Me batizei na Igreja, agora ela não existe mais, dizem que foi o progresso. Foi construída uma ponte no lugar da minha igreja”. (Agosto de 2011)

Em pesquisa nos jornais referentes aos anos de 1970, encontrou-se no jornal Correio de Povo anúncio que descreve a retirada da igreja para construção da ponte em nome da urbanização da Ilha, assim como facilitar o acesso ao local, conforme abaixo:

---

<sup>5</sup> A história dessa celebração remete ao século XVIII, quando da chegada dos imigrantes açorianos ao Brasil e, em especial, aos que colonizaram a região sul do país, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O festejo é o momento de agradecer ao Divino todas as ações e bênçãos alcançadas, partilhar o pão em honra ao terceiro elemento da Santíssima Trindade.

Esta semana será feita a demolição da igreja velha; em seu lugar será construída uma ponte, entre a Capitão Coelho e a Mexicana. O material da antiga igreja será empregado na construção de outra, pequena, no Cemitério São Pedro, para que os sacerdotes ali possam rezar as missas. Jornal Correio do Povo de 23 de março de 1971.

Esta notícia do jornal Correio do Povo vai ao encontro da entrevista realizada com a Dona Paulina, que relata a destruição da Igreja no ano de 1971 precisamente. Cabe aqui, observar o contexto histórico da época, militares no poder e a propaganda de desenvolvimento das cidades, trazer o moderno, sem o cuidado de preservar o patrimônio material e o patrimônio imaterial das comunidades. No caso do último pensa-se na Festa do Divino que ocorria na Igreja, conforme relatos de Dona Neli.

Além da Festa do Divino, encontrou-se na Ilha da Pintada o artesanato com escama de peixe, realizado pelo grupo de senhoras na Colônia Z-5. Elas produzem flores, colares, brincos e outros tipos de produtos com a escama do peixe. Trabalho desenvolvido na Ilha do Pico nos Açores, o que indica um vestígio do possível contingente populacional açoriano vindo desta ilha para o sul do Brasil em específico na Ilha da Pintada.

Outro elemento da cultura açoriana encontrado foi o peixe na taquara, que faz parte da tradição na Ilha, principalmente na semana Santa do calendário católico, sendo preparado e assado na Colônia Z-5 e de sobremesa um belo e gostoso arroz de leite.

Os dados citados acima fazem referência a cultura açoriana que perpassa gerações na Ilha da Pintada e vem sendo reinventada, ressignificada de acordo com o olhar que a comunidade imprime sobre o seu fazer e cria um novo universo de saberes.

Em relação a continuidade do trabalho, tem-se uma agenda a cumprir, com análise de plantas no Instituto Histórico e Geográfico e no Arquivo Histórico de Porto Alegre, bem como no Arquivo Municipal de Porto Alegre, no sentido de averiguar a doação das terras aos casais açorianos no século XVIII e sua ocupação na Ilha da Pintada no mesmo período. Já a etapa das entrevistas continuará até dezembro, temos a previsão de realizar mais dez entrevistas e

partir-se-á para segunda etapa do projeto que é a análise dos dados coletados e a apresentação dos dados junto a comunidade escolar.

### **Considerações finais**

Este estudo apresentou-se como uma possibilidade de investigação sobre a história local da comunidade na Ilha da Pintada, como também procurou-se identificar elementos da cultura açoriana no espaço comunitário, tais como: a Festa do Divino, o artesanato com escama de peixe, a culinária, que falam da tradição, dos costumes e hábitos dos ilhéus.

O contato com os autores Chartier (1988); Pollak (1989); Ruiz (2003); Choay (2006) e Cavalcanti (2008) auxiliaram a pensar sobre a memória e sua relação com a história, o imaginário social, as práticas e representações, o patrimônio cultural como ferramentas que o campo da história cultural oferta ao seu pesquisador. Observa-se que é um trabalho minucioso, com muitas reflexões e muitos desafios ao jovem pesquisador da história, mas que abre um leque de possibilidades de análise do objeto a ser estudado. A contribuição deste tipo de estudo fica a caráter individual e coletivo, o primeiro por desafiar o historiador a buscar novas perspectivas de estudos e o segundo por ofertar os grupos sociais a importância que possuem no espaço geográfico e o quanto devem reconhecer e valorizar sua cultura local, pois esta fala de suas vivência e saberes.

### **Referências**

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio Imaterial no Brasil*. São Paulo: Educarte, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rua D. estância: Editora Bertrand Brasil S.A. 1990.

CHOAY, Françoise. *A alegria do patrimônio*, 3ªed. São Paulo: Unesp, 2010.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. São Paulo, Bauru:EDUSC, 1999.

GOMES, José Juvenal, et al. *Arquipélago: as ilhas de Porto Alegre*. Porto Alegre: UnidadeEditoria da Secretaria Municipal da Cultura UE/SMC/Porto Alegre, 1995. (Memória dos Bairros).

INEZE, Santa; MANUIEL, Carlos; SCHIMITT, Roberto. *Açorianos no Rio Grande do Sul Brasil III*. 3. ed. Porto Alegre: Antonio Soares/instituto Nacional Português, 2011.

LEAL, João. *Cultura e identidade açoriana: o movimento açorianista em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2007.

MORGI, Valdir José, COSTA, Vera T.S. Memória, representações sociais e saberes locais na construção dos imaginários sobre Porto Alegre. In: FRANÇA, Maria Cristina C. de C.; LOPES, Cícero G.; BERND, Zilá. *Patrimônios Memoriais Identidade, práticas sociais e cibercultura*. 2. ed. Porto Alegre/canoas: Movimento, 2010.

NORONHA, Luísa. A presença açoriana no Brasil e Uruguai. In: *Açorianos no Rio Grande do Sul – Brasil – II* organizado por Santa Inêze da Rocha. Porto Alegre: Caravela, 2007.

POLLAK, Michael. *Estudos históricos*. Memória Esquecimento Silêncio, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, pág.3-15, 1989.

RUIZ, Castor Bartolomé. *Os paradoxos do imaginário*. São Leopoldo/Brasil: Editora Unisinos, 2003.

SOUZA, Anlene Gomes de. *Projeto história*. O Estrangeiro e A Cidade: o Rio de Janeiro e O Imaginário da Viagem, São Paulo, n. , p.189-199, 13 jun. 1996.

THOMPSON, Paul. História Oral e Contemporaneidade. In: *Revista História Oral* (Dossiê – Identidade e Região) – Associação Brasileira de História Oral, Rio de Janeiro, n.05, p.09-28, junho 2002.

UMA PONTE NOVA. *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 mar. 1971.

# O FUTEBOL COLONIAL NO RIO GRANDE DO SUL

Vinícius Moser<sup>1</sup>

*Resumo:* Este artigo pretende analisar o desenvolvimento das atividades futebolísticas em duas cidades localizadas na região colonial do Rio Grande do Sul: Novo Hamburgo, fundada e majoritariamente habitada pelos alemães e seus descendentes, e Caxias do Sul, berço rio-grandense da colonização italiana. Pretende-se, ainda, realizar uma comparação do futebol nessas duas cidades distintas do ponto de vista da organização étnica e do mundo do trabalho, mas com semelhanças e diferenças entre os dois processos relacionados à prática do futebol e na constituição dos seus clubes. Para tanto, partiu-se da perspectiva de que o futebol foi um elemento comum ao cotidiano de muitas cidades no sul do Brasil no início do século passado e que esse esporte foi uma manifestação de cultura e de sociabilidade ligada às massas locais, fortemente influenciadas por um movimento regional e, mesmo, nacional.

*Palavras-chave:* Futebol, Imigração, Clubes, Cotidiano.

---

## Os primeiros lances do futebol no Rio Grande do Sul

Em muitos estados brasileiros, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, os anos iniciais do século XX foram férteis na criação dos primeiros clubes de futebol. Naquele momento histórico, acontecia uma importante transformação da sociedade brasileira, pois a República havia sido proclamada em 1889 e a escravidão abolida um ano antes.

A ascensão do regime republicano e a libertação dos escravos foram alguns dos elementos que contribuíram para essa mudança da sociedade brasileira, mas que somados a algumas consequências desses movimentos, como a vinda em massa de imigrantes europeus, o surgimento de um surto industrial e o

---

<sup>1</sup> Bolsista Prosup/CAPES do Mestrado em Processos e Manifestações Culturais – Feevale.



crescimento das cidades, criaram algumas condições favoráveis ao surgimento de esportes de massa, dentre eles, o futebol.

No Rio Grande do Sul, essas transformações também ocorreram, acompanhando o movimento nacional. Nesse sentido, no Estado, desenvolvia-se também um interessante processo de industrialização, que inicialmente ocorreu utilizando os capitais e a riqueza trazida pela exportação de charque pelos produtores da metade sul. Esse movimento também cresceu com o ingresso de capitais de imigrantes de origem alemã e italiana, que iniciaram processos industriais de vários tipos e tamanhos e que se estabeleceram também no comércio (PRODANOV; MOSER, 2009). Esses imigrantes e seus descendente, em determinado momento, passaram a ter uma significativa liderança graças aos seu enriquecimento através do grande comércio, da indústria e mesmo da agricultura.

Nesse sentido, nas primeiras décadas do século XX, o futebol desenvolveu-se com muita vitalidade no Rio Grande do Sul, processo este que também ocorreu em outros estados brasileiros. Nesse período efervescente para o esporte, vários clubes haviam se formado em cidades gaúchas, especialmente em Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, que iniciaram o movimento de introdução no sentido litoral-interior, ensejando uma multiplicação de equipes esportivas (JESUS, 2003). As primeiras bolas de futebol e demais equipamentos para a prática do esporte, cabe destacar, apareceram na cidade portuária de Rio Grande e em cidades próximas da fronteira com o Uruguai e a Argentina.

A influência argentina e uruguaia do modo de jogar e de organizar o futebol no Rio Grande do Sul foram marcantes em todas as regiões, mas, principalmente, nas fronteiras, onde a chegada das companhias de trem, seus passageiros e trabalhadores iriam marcar definitivamente o futebol do Rio Grande do Sul (DAMO, 1999).

Concomitantemente a essa influência platina na formação dos clubes de futebol na região da campanha sul-rio-grandense, como o 14 de Julho (1902), de Santana do Livramento, e o *Sport Club Bagé* (1906), na capital Porto Alegre e na região colonial os imigrantes alemães em muito contribuíram para o relativo surto

industrial que o Estado teve na virada do século XIX para o XX, bem como para a disseminação do futebol entre as regiões coloniais do Rio Grande do Sul, em se tratando aqui, especificamente, da colônia alemã (JESUS, 2003).

A influência dos imigrantes na transformação econômica do Estado foi tamanha que, sem muita margem para dúvidas, Porto Alegre – capital do Estado – é uma cidade francamente germanizada (PESAVENTO, 1980) e essa pujança reflete-se notadamente no início das atividades futebolísticas. Essa presença decisiva dos teuto-brasileiros na introdução do futebol no Estado traduziu-se, por exemplo, na fundação do *Sport Club* Rio Grande, em 19 de julho de 1900.

(...) esse foi o primeiro clube de futebol criado no RS, contou com a participação majoritária e decisiva de alemães, pois foi um hamburguês chamado Minnermann seu principal articulador e eram de origem germânica a grande maioria dos fundadores do clube (JESUS, 2001, p. 05).

Dessa forma, a participação dos teuto-brasileiros também pôde ser sentida na criação das primeiras agremiações futebolísticas da capital do estado, como será visto adiante. Rapidamente, o esporte que chegou ao Estado como uma manifestação esportivizada às elites transformou-se em um esporte popularizado no Rio Grande do Sul, cujo público consumidor, nesse caso o número cada vez maior de adeptos do jogo da pelota ligado aos segmentos populares, não formulava exigências particulares a este produto cultural que chegava na região sul do Brasil (PRODANOV; MOSER; 2009).

Nesse contexto de expansão dos imigrantes e seus descendentes, também na capital, em 1903, foram fundados, no mesmo dia (15 de setembro), os dois primeiros clubes de futebol de Porto Alegre: o Grêmio *Foot-Ball* Porto Alegrense e o *Fussball Club* Porto Alegre. Essa última agremiação existiu enquanto clube durante décadas, mas nos anos 1940 encerrou suas atividades, enquanto o primeiro clube, nesse período, formou sua primeira equipe que não era composta exclusivamente por pessoas de origem germânica.

Com isso, os clubes de futebol surgidos nas diferentes regiões do Estado, e também no caso específico de Novo Hamburgo, funcionaram como expressão das complexidades sociais e atuaram como catalisadores de opções identitárias dos grupos sociais envolvidos. O surgimento e o crescimento de novos clubes na cidade explicitam, a sua maneira, as divisões simbólicas daquela sociedade.

Dentro desse contexto de organização social e identitária a que as comunidades de origem germânica se propunham, os clubes sociais de tiro, de canto e música e de esportes eram muito fortes e foram instituídos já na origem e formação dessas vilas e cidades, juntamente com as igrejas e as escolas, como elementos reforçadores dessa identidade teuto-brasileira. Desde 1824, esse movimento foi intenso e, ao longo de todo o século XIX, dezenas de clubes foram surgindo e multiplicando-se entre os alemães e seus descendentes, na lógica da etnicidade germânica (PRODANOV, 2008).

Embora sendo um distrito de São Leopoldo desde a sua fundação até 1927, quando de sua emancipação, Novo Hamburgo, desde a década de 1890, vivenciou um intenso crescimento das atividades fabris, especialmente com a introdução dos curtumes de couro, depois com as empresas artesanais e, posteriormente, com a indústria calçadista na cidade (SCHEMES, 2005). O setor coureiro-calçadista definiu nesses anos iniciais a fonte de riqueza da cidade e transformou Novo Hamburgo, em algumas décadas, de um distrito em uma cidade polo da região do Vale do Rio dos Sinos.

Em paralelo com a riqueza gerada pelo couro e pelo calçado, Novo Hamburgo acompanhou as tendências esportivas ditadas pela Capital, incorporando o futebol às tradições “clubísticas” já arraigadas. Nesse sentido, vale lembrar, a cidade possuía, na virada do século, clubes de tiro, de ginástica, de canto, de bolão, assim como os seus conterrâneos teuto-brasileiros possuíam em Porto Alegre. E, naturalmente o futebol, já nas primeiras décadas do século XX, tornou-se presente no cenário esportivo hamburguense.

Em estados como o Rio Grande do Sul e São Paulo, regiões brasileiras que vivenciaram um acentuado processo de industrialização durante a virada do século XIX para XX, o desenvolvimento das atividades futebolísticas ocorreu em paralelo a

esta expansão industrial verificada neste período. Nesse sentido, segundo Guterman (2009), foram imigrantes e negociantes de origem inglesa e alemã, que trouxeram o futebol, primeiramente para São Paulo, posteriormente para estados mais distantes do eixo econômico brasileiro, como o Rio Grande do Sul, por estes estarem envolvidos com o processo de início da industrialização do país nesse momento.

Essa dinâmica de industrialização que engendrou o pensamento moderno em regiões como as mencionadas anteriormente, em contrapartida, não encontra paralelo em outras cidades brasileiras. Belo Horizonte pode ser citada como um exemplo desse diferencial, onde a formação dos clubes de futebol começou a tomar corpo anteriormente ao início do processo de industrialização da cidade, que teve começo na década de 1940 (RIBEIRO, 2004; RODRIGUES, 2007). Nos principais clubes fundados nessa cidade, por outro lado, também evidenciou reflexos das diferenças identitárias que se formaram nessa cidade. Assim, Belo Horizonte, “(...) foi rigorosamente planejada segundo parâmetros urbanísticos modernos, incorporando uma vocação e um simbolismo de prosperidade, progresso e espírito republicano” (SILVA, 2008, p. 6). Desse modo, a cidade “moderna” torna-se um espaço propício para a assunção da “modernidade” do futebol, pois esta modernidade,

Considerando essa configuração, (pode ser visualizada) na rivalidade esportiva uma economia simbólica de alguma forma ligada à história dos clubes e das relações entre os diferentes grupos sociais. No jogo esportivo e político, não se jogava apenas o conflito entre as elites e o povo, de certa forma apaziguado pela ideologia populista, mas também a contradição, constitutiva de nossa identidade, entre duas formas de ser popular (SILVA, 2008, p. 8).

Para além das diferenças sociais demarcadas pelos distintos clubes em suas cidades, o futebol também funcionou e funciona como uma “forma social” de sociabilidade, uma estrutura subjetiva e discursiva que aglutina, permite conversas, aproxima indivíduos de diferentes posições econômicas e estamentais. Assim, a atividade futebolística filia-se ao espírito moderno, que tem na “cultura pública” e na vida das ruas seu espaço essencial; as diferenças na

complexidade das massas são democratizadas no espírito do jogo, onde derrota ou vitória começam e terminam no encontro, na aposta e na “flauta”; esses elementos podem ser claramente identificados como constituintes do cotidiano de uma determinada comunidade.

A emancipação de Novo Hamburgo, ocorrida em 1927<sup>2</sup>, e a elevação de Caxias do Sul à categoria de cidade, em 1910 (MICHIELIN, 1994), deram-se dentro desse contexto de modernização e mudança das sociabilidades que ocorreram nessas jovens urbes. Nesse contexto de acelerada urbanização e de transformação dos hábitos e costumes dos principais espaços urbanos rio-grandenses, “(...) as práticas cotidianas estão na dependência de uma parte do conjunto” (DE CERTEAU, 1994, p. 109) e o futebol faz parte desse intrincado mosaico urbano, local da proximidade das pessoas, de seu bairro, até mesmo de sua rua. O futebol atua também como um grande mobilizador e transformador, aquilo que De Certeau chamou de “inventividade” do cotidiano.

Além desses aspectos já mencionados anteriormente, o futebol também é um esporte apaixonante e que fez uma rápida transposição para as massas, assim como foi um elemento que marcou alguns espaços e territorialidades, estilos de vida, expressão de grupos sociais, econômicos e mesmo étnicos. Como bem observou De Certeau (1994), esses territórios urbanos ou bairros e até mesmo ruas foram pródigos em induzir um estilo de vida e comportamento, pois, para o autor, existia “(...) uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição” (DE CERTEAU, 1994, p. 39).

---

<sup>2</sup> Novo Hamburgo foi um distrito da cidade berço, São Leopoldo (RS), até 1927, ano de sua emancipação. Seus fundadores foram oriundos das primeiras levas de imigrantes alemães que chegaram ao estado do Rio Grande do Sul, em 1824, e se estabelecem no Vale do Rio dos Sinos (RS), próximo a Porto Alegre. A vocação agrícola e industrial criou um forte vínculo econômico com a capital, processo que determinou o desenvolvimento dessa região cuja atividade principal deslocou-se, ao longo dos anos, da agricultura para o setor coureiro-calçadista (SCHEMES, 2006).

Dessa forma, ao observar-se a dinâmica que esse esporte tomou nas interioranas e industrialmente prósperas cidades coloniais de Novo Hamburgo e Caxias do Sul, percebem-se esses elementos articulando suas singularidades e fortalecendo a constituição de equipes de futebol marcadamente territoriais e conflitantes. Esse movimento permitiu que o surgimento dos clubes seguisse as rivalidades e o desenvolvimento do futebol local, amplamente difundido além das quatro linhas, contagiando os atletas e dirigentes, as ruas, fábricas e as massas da cidade.

Desse modo, o presente artigo pretende analisar, de que maneira a atividade futebolística desenvolveu-se nas cidades rio-grandenses de Novo Hamburgo e Caxias do Sul, localidades que se situam dentro do bojo do processo de industrialização sul-riograndense ocorrido durante a primeira metade do século XX. O texto visa, ainda, realizar uma comparação do futebol nessas duas cidades distintas do ponto de vista da organização étnica e do mundo do trabalho, mas com semelhanças e diferenças entre os dois processos relacionados à prática do futebol nas cidades de Novo Hamburgo e Caxias do Sul, bem como na constituição dos seus principais clubes durante o período acima delimitado.

## **O futebol em Novo Hamburgo**

Embora sendo um distrito de São Leopoldo desde a sua fundação até 1927, Novo Hamburgo, desde a década de 1890, possuía um intenso crescimento das atividades fabris, especialmente com a introdução dos curtumes de couro, depois com a empresas atesanaís e, posteriormente, com a indústria calçadista na cidade (SCHEMES et al, 2005). O setor coureiro-calçadista definiu nesses anos iniciais a fonte de riqueza da cidade e transformou Novo Hamburgo, em algumas décadas, de um distrito em uma cidade polo da região do Vale do Rio dos Sinos.

Através desse crescimento industrial verificado desde o final do século XIX, Novo Hamburgo configurou-se como o núcleo inicial da região colonial alemã do Estado, transformando-se, assim, em uma das cidades mais importantes da região, aparecendo, já na década de 1940, com um dos seus cognomes mais famosos, “Cidade

industrial”, dada a sua pujança econômica baseada no setor coureiro-calçadista<sup>3</sup>

Essa grande riqueza gerada pelo couro e calçado, antes mesmo de sua emancipação política em 1927, fez com que Novo Hamburgo, em termos de esporte, acompanhasse as tendências ditadas pela não muito distante capital, apesar de possuir apenas 8000 habitantes (SELBACH, 1999). Na virada do século, possuía clubes de tiro, de ginástica, de canto, de bolão, assim como os seus conterrâneos teuto-germânicos possuíam em Porto Alegre (PRODANOV, 2008).

No entanto, não foi a partir desses clubes tradicionais que surgiram as agremiações futebolísticas na cidade. O primeiro clube de futebol foi fundado no dia primeiro de maio de 1911, quando um grupo de ex-funcionários da Fábrica de Calçados de um dos empresários locais, Pedro Adams Filho, – Manoel Lopes Mattos, José Scherer, Aloys Auschild, Manoel Outeiro, João Tamujo e Adão Steiglefer – criou a agremiação esportiva, de cores azul anil e branco. Nascia, assim, do sentimento de trabalhadores das nascentes empresas calçadistas, distantes dos tradicionais clubes da cidade, o Esporte Clube Novo Hamburgo – ECNH.

Apesar de a localidade ter surgido após a chegada dos primeiros imigrantes alemães a Novo Hamburgo, em 1824, essa predominância econômica deu-se, principalmente, devido à chegada da linha férrea à cidade, em 1876, que alavancou a formação deste núcleo populacional e combustanciou a economia local (SELBACH, 1999).

O *Foot-Ball Club* Esperança, por sua vez, surgiu justamente como o contraponto ao ECNH. O clube foi fundado três anos após o ECNH, no dia 10 de maio de 1914, por um grupo de trinta e oito comerciantes e industriais da localidade de Hamburgo Velho, núcleo inicial da colonização teuto-brasileira em Novo Hamburgo, que

---

<sup>3</sup> Arquivo Público do Vale do Rio dos Sinos. *Jornal O 5 de Abril*, seção Noticiário, 14 set. 1944, volume 7.

representavam a elite tradicional do *Hamburger Berg*, primeira denominação dada a Hamburgo Velho:

Os fundadores do FBC Esperança, diferentemente do seu maior rival, o Esporte Clube Novo Hamburgo, eram, em grande parte, proprietários de eslatabelecimentos fabris e comerciais de Hamburgo Velho. Desse modo, esta elite local sentia a necessidade de possuir um time de futebol próprio, para poder se sentir em pé de igualdade com a localidade vizinha – e rival – de Novo Hamburgo (PRODANOV e MOSER, 2011, p. 7).

Nesse sentido, essa disputa por espaço e importância, no cenário econômico-social da então Novo Hamburgo, foi reproduzida e, em muitas ocasiões, exacerbada, dentro dos gramados de futebol, onde a rivalidade entre Hamburgo Velho e Novo Hamburgo mostrou-se de modo muito particular.

Além do Esporte Clube Novo Hamburgo e do *Football-Club* Esperança, havia ainda outros times de futebol na cidade: em 1919, foi fundado o *Sport-Club* Olympio; em 1921, o *Sport-Club* Progresso; em 1923, o *Sport-Club* Victoria; em 1924, o *Sport-Club* Palmeira; em 1925, o *Sport-Club* Guarany e o *Sport-Club* Canudense; e, em 1927, o Grêmio *Sport* Hamburguez de *Football* e Atletismo, bem como o *Sport-Club* Municipal e o *Sport-Club* Ypiranga (PRODANOV, 2008).

### **A atividade futebolística na *Pérola das colônias***

Nas colônias italianas, em contrapartida, o desenvolvimento das atividades futebolísticas assumiu um caráter peculiar, contrastando com a capital do Estado e mesmo com Novo Hamburgo. Talvez esse fato relacione-se com alguns aspectos próprios do processo de colonização dessa região serrana.

A imigração italiana no Rio Grande do Sul começou oficialmente em 1875 quando a primeira leva de imigrantes chegou aos “fundos de Nova Palmira”, atual cidade de Caxias do Sul (MICHIELIN, 1994). Esse contingente imigratório teve como procedência “(...) pequenos proprietários e meeiros das regiões altas do Vêneto, das províncias de Vicenza, Trevivo Beluno e Údine. Esta



região caracterizava-se por possuir uma elevada concentração demográfica (...)” (MACHADO, 1999, p. 48). No período compreendido entre 1875 e 1880, problemas climáticos, como secas e fortes granizos no inverno italiano, estimularam a imigração ao sul do Brasil.

Lentamente, e com inúmeras dificuldades, a começar pelas terras mais difíceis de serem trabalhadas que as do Vale do Rio dos Sinos, onde os alemães se instalaram cinco décadas antes, passando pelo estado de abandono das autoridades imperiais, que eram as responsáveis pelos cuidados aos colonos recém-chegados, a “zona italiana” começou a prosperar, tendo como centro regional Caxias, então distrito de São Sebastião do Caí. Caxias do Sul emancipou-se politicamente em 1900 e com a chegada da linha férrea tornou-se um dinâmico centro econômico regional.

Em 1913, ano da fundação do Esporte Clube Juventude – ECJ, Caxias do Sul já era uma cidade que se preocupava com a sua urbanização, crescendo rapidamente e carreando cada vez mais rendas aos cofres rio-grandenses através de sua crescente produção vitivinícola e, entre outros, de produtos metalúrgicos. Nesse período, a fábrica Abramo Eberle era a principal representante da atividade fabril caxiense (MICHIELIN, 1994).

Assim como a atividade industrial crescia com velocidade na cidade, as atividades sociais também se desenvolviam; a incipiente elite da cidade já podia se dividir em diversos clubes. A fundação do ECJ, em 28 de junho de 1913, foi justamente fruto dessa disputa entre segmentos da classe dominante caxiense, que começou a ocorrer na década de 1910.

Das divergências, originara-se um movimento separatista que terminou confluindo para o nascimento de uma nova entidade social: o Recreio da Juventude. Os solteiros, sentindo-se discriminados com as atitudes dos casados do (clubes) Juvenil, não se conformaram e da cisão resultou o Recreio. No início unicamente para solteiros! Muitos desses rapazes desejavam, também, fundar um clube eminentemente futebolístico. Ligaram-se ao Recreio – pois a ele pertenciam – e no ano seguinte partiram para a concretização de idéia (MICHIELIN, 1994, p. 65).

Dessa forma, iniciou-se na década de 1910 uma rivalidade entre esses dois clubes, Juvenil e Juventude, que perdura até os dias atuais, tendo em vista que o Esporte Clube Juvenil, nos anos 1940, trocou seu nome para Esporte Clube Flamengo e, posteriormente, em 1970, para a Sociedade Esportiva Recreativa Caxias, que permanece até a atualidade e é o maior rival local no futebol caxiense.

A rivalidade entre esses dois clubes, dentro e fora de campo, sempre foi intensa, por vezes violenta, independentemente do nome do adversário do ECJ. As habituais provocações durante as partidas acirraram-se a partir dos anos 1930, principalmente com a organização da liga caxiense de futebol, na qual houve uma superioridade flagrante do futebol do Juventude em relação ao Juvenil e aos outros clubes que surgiram nos anos posteriores.

No entanto, em Caxias, não havia somente o Juvenil e o Juventude como clubes de futebol: havia o *Sport Club* Grêmio Caxiense, fundado na década de 1910, com o qual o Juventude disputou sua primeira partida oficial; existiu também o Eberle Futebol Clube, que foi fundado pela empresa Abramo Eberle, em 1943, exatamente para ser um contraponto ao ECJ e ao Juvenil.

Em muitas ocasiões, registrava-se em Caxias uma acirrada disputa entre os clubes com diversos casos de agressões e arruaças promovidas pelas torcidas dos times, que agitavam a ainda pacata Caxias da primeira metade do século XX (MICHIELIN, 1994).

### **Considerações finais**

As origens e o desenvolvimento das atividades futebolísticas em Novo Hamburgo e Caxias do Sul possuem semelhanças e diferenças extremamente interessantes de serem abordadas, pois configuram o mosaico que foi o surgimento de clubes de futebol no Brasil do início do século XX.

O surgimento da intensa rivalidade futebolística experimentada em Novo Hamburgo entre os dois clubes tem alguns elementos comuns com outras cidades brasileiras onde o futebol se desenvolveu. Nessa cidade, a forte rivalidade futebolística esteve

aliada a um expressivo surto industrial. Entretanto, ao contrário dos grandes centros industriais brasileiros, onde as agremiações desse esporte, em sua grande maioria, foram fundadas por elementos populares, percebeu-se que houve em Novo Hamburgo uma clara dualidade. De um lado o ECNH, fundado por trabalhadores de uma indústria de calçados e surgido na área central da cidade, de ocupação mais recente, e o FBC Esperança, formado a partir de elementos da elite local de Hamburgo Velho, como comerciantes e empresários do setor calçadista, representantes dos imigrantes mais antigos na ocupação local.

Já em Caxias, os dois principais clubes e que também se tornaram grandes rivais dentro e fora das quatro linhas, diferentemente do caso hamburguense, foram fundados por membros das elites caxienses, o que, no entanto, assim como no desenvolvimento do futebol de Novo Hamburgo, não impediu que pessoas de classes sociais menos favorecidas financeiramente atuassem como jogadores ou na estrutura administrativa ou técnica do Juventude ou do Caxias, mas não como dirigentes.

Outro fator que aproxima o futebol nessas duas cidades é que, já nos anos iniciais da fundação dos clubes nas zonas coloniais de Caxias e Novo Hamburgo, haviam se tornado polos do futebol no interior do Rio Grande do Sul, sem, contudo, poder concorrer com a capital ou as regiões dos portos ou fronteiras onde o futebol possuía um estágio mais elevado de desenvolvimento. Nessas localidades, o futebol começou a tomar corpo no momento em que a indústria passou a ter maior destaque dentro do cenário econômico do município. Assim sendo, o futebol teve componentes elitistas e populares, mas marcadamente territoriais, com os bairros e localidades bem definidos, além da questão étnica.

Na crônica esportiva de Novo Hamburgo, em especial nas informações encontradas no Jornal *O 5 de Abril*, há referências dos jogos entre os principais times dessa cidade contra os de Caxias, que eram denominados como o “clássico da colônia” ou o “clássico

italo-germânico”, dada a importância dessas partidas no contexto futebolístico rio-grandense nas décadas iniciais do século XX<sup>4</sup>.

Essa relevância do futebol em duas das mais destacadas cidades da região colonial do Rio Grande do Sul mostra que o futebol não se constituiu apenas como uma simples febre nacional restrita a capitais e portos do país. Foi sim uma prática disseminada em várias partes do território nacional e nas várias regiões dos Estados, o que significa que além das articulações e relações de poder, controle social e do corpo presentes no apoio e na disseminação da cultura do futebol, existiu também um forte componente de lazer coletivo e das massas trabalhadoras.

Dessa maneira, esses mesmos contingentes humanos foram importantes também em regiões de nova ocupação, colonização e de concentração de imigrantes e seus descendentes, como Caxias e Novo Hamburgo. Inevitavelmente, esses dois polos futebolísticos fazem surgir comparações entre o futebol de Caxias do Sul e o de Novo Hamburgo, mas, acima de tudo, mostram como o início e o desenvolvimento dessa modalidade esportiva no Rio Grande do Sul foi importante, e talvez fundamental, elemento formador de uma identidade inicialmente local e depois regional, responsável pela consolidação de municípios e integração das etnias via esporte nacional.

## Referências

DAMO, Arlei. Ah! Eu Sou Gaúcho! O Nacional e o Regional no Futebol Brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 23, p. 87-118, 1999.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petropolis: Vozes, 1994.

---

<sup>4</sup> Arquivo Público do Vale do Rio dos Sinos. Jornal “O 5 de abril” – Coluna “Notas Sportivas”, 06 de dezembro de 1940, volume 5.

ESPORTE clube Novo Hamburgo. *História do Esporte Clube Novo Hamburgo*. Disponível em: <<http://www.ecnh.com.br/historia.asp>>. Acesso em: 21 abr. 2011.

GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular no país*. São Paulo: Contexto, 2009.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. O futebol da *canela preta*: o negro e a modernidade em Porto Alegre. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 1, n. 11, p. 144-161, jul. 1999.

\_\_\_\_\_. Imigrantes desportistas: os alemães no sul do Brasil. *Scripta nova*: revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona, v. 1, n. 94, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-108.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

KERBER, Alessandro Mario; SCHEMES, Claudia; MAGALHÃES, Magna Lima. O futebol e a identidade negra em um espaço germânico. *Lecturas: Educación Física y Deportes, Revista Digital*. Buenos Aires, ano 13, n.121, jun. 2008.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do império*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

MÁXIMO, João. Memórias do futebol brasileiro. *Estudos Avançados*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p 179-188, 1999.

MICHIELIN, Francisco. *Assim na terra como no céu*. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PRODANOV, Cleber Cristiano. O futebol no extremo sul do Brasil e sua chegada na região alemã de Novo Hamburgo. *Lecturas: Educación Física y Deportes. Revista Digital*. Buenos Aires, Ano 13, n.122, jul. 2008.

\_\_\_\_\_; MOSER, Vinícius. O futebol ítalo-germânico no Rio Grande do Sul. *Lecturas: Educación Física y Deportes, Revista Digital*. Buenos Aires, ano 14, n.135, ago. 2009.

\_\_\_\_\_; MOSER, Vinícius. Marcas de uma história, marcas do futebol: o *Foot-Ball Club* Esperança. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, Revista Digital. Buenos Aires, ano 14, n.152, jan. 2011.

RIBEIRO, Rafael Rajão. *A bola em meio a ruas alinhadas e uma poeira infernal: os primeiros anos do futebol em BH (1904-1920)*. Belo Horizonte, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais.

RIO GRANDE, Sport Club. *Estatutos*. Rio Grande: Typographia da livraria Rio Grandense, 1914.

RODRIGUES, Marilita. *Constituição e enraizamento do esporte: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920)*. Belo Horizonte, 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais.

SCHEMES, Claudia et. al. *Memória do setor coureiro-calçadista: pioneiros e empreendedores do Vale do Rio dos Sinos*. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2005.

\_\_\_\_\_. *Pedro Adams Filho: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo. (1901-1935)*. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SELBACH, Jéferson Francisco. *Novo Hamburgo 1927-1997: os espaços de sociabilidade na gangorra da modernidade*. Porto Alegre: 1999. 370 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVA, Marcelino Rodrigues. A massa faz 100 anos: futebol e sociedade em BH hoje. *Recorte: Revista de linguagem, cultura e discurso*, Belo Horizonte, ano 5, n. 9, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.unincor.br>>. Acesso em: 29 abr. 2011.

# **EL BRASILEÑO: A TRAJETÓRIA DE UM IMIGRANTE ESPAÑHOL DO CAMPO AO PATÍBULO**

Tiago da Silva Cesar<sup>1</sup>

*Resumo:* Este trabalho se propõe explorar a trajetória individual de José Ortiz Puerto, aliás, el Brasileño, quem poucos anos após regressar à Espanha, em princípios do século XX, saltou às páginas das mais célebres “crônicas negras”<sup>2</sup> por ter cometido um triplo assassinato no “cortijo” conhecido por Chancillarejo, então situado à poucas horas da capital cordobesa, pertencente ao Conde de Torres Cabrera. Entre as vítimas encontravam-se a ex-namorada, a mãe e a cunhada daquela, mortas à golpes e punhaladas como desfecho sangrento atribuído à incapacidade de José em aceitar o término da relação.

Procurado, capturado, preso, julgado e condenado a perecer em garrote vil, a vida deste jornalista espanhol se desvela ante nossos olhos, servindo de mote para visualizar outros espaços e experiências compartilhadas por ele e seus iguais, seja no papel de agricultor, emigrante, imigrante, réu, etc. O caso lança luzes sobre muitos aspectos relativos ao momento e à conjuntura que lhe tocou viver na transição do XIX ao XX, tornando seu estudo um exercício estimulante, ademais de pertinente.

*Palavras-chave:* Trajetória Individual, Crime, Justiça.

---

## **Introdução**

Apesar da ampla contestação acerca de seu uso, na Espanha de começos do século XX, a pena de morte era algo ainda recorrente nas sentenças, e quando irrevogável por indulto ou comutação, rigorosamente executada conforme o Código Penal<sup>3</sup> e suas

---

<sup>1</sup> Doutor pela Universidad de Córdoba (UCO) / Mestrando em História Latino-Americana na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) – Bolsista CNPq.

<sup>2</sup> Trata-se de uma expressão espanhola muito recorrente para referir-se aos casos de horrendos crimes sanguinolentos.

<sup>3</sup> O Código Penal então vigente era o de 1870. As pesquisas realizadas por Pedro Oliver, nos volumes de *Jurisprudencia Criminal* e na *Colección Legislativa de*

disposições. Isto foi, precisamente, o que aconteceu com o personagem que nos ocupará nestas linhas, o qual apenas chegou até nós, em maior medida, porque viu-se atravessado pelos “raios do poder” (FOUCAULT, 1990, p. 184), materializados através dos procedimentos penais. Este “homem infame” que atendia pelo nome José Ortiz Puerto, era jornalista, oriundo de Iznájar, um pequeno município pertencente à província de Córdoba.

Nosso primeiro contato com José Ortiz, ao contrário do que veio a ocorrer com outros “ajusticiados” na capital cordobesa, não se deu durante o longo período de visitas ao Archivo Municipal de Córdoba (AMCO), mas por meio de pesquisa em jornais, em especial com o *Diario de Córdoba*.<sup>4</sup> A ideia era mapear os casos de execução e reunir as notícias publicadas sobre eles para poder aceder à uma circunstância extraordinária vivenciada intensamente, como na *A Balada do Cárcere de Reading* (WILDE, 1959), entre os muros do cárcere. Estas fontes também oferecem pistas sobre outros aspectos do cotidiano carcerário, das suas relações com o mundo exterior e do próprio papel simbólico (não menos real) da instituição no seio de uma comunidade.

Estes réus que aguardavam suas penas encarcerados, eram uma realidade que de tempos em tempos convulsionava o cotidiano prisional, e que por isso mesmo, não deveria ser descuidado. Partindo portanto, dessa premissa, não demorou para que acabassemos acompanhando as trajetórias individuais daqueles homens enviados ao patíbulo pela justiça, talvez com o mesmo interesse inicial que demonstravam seus contemporâneos, entretanto, sem compartilhar da mesma sedução pelos crimes

---

*España*, relativo às sentenças publicadas entre 1901 e 1936, revelam que a maioria dos casos de condenados à pena capital, mediante garrote na prisão, o foram por delitos de assassinato e atentado, roubo e homicídio, assassinato (às vezes com roubo) e parricídio. (OLIVER OLMO, 2008, p. 85).

<sup>4</sup> Num primeiro momento, estivemos pesquisando com os microfilmes existentes na Biblioteca de Filosofía y Letras da Universidad de Córdoba (2005); posteriormente, também com microfilmes, na Biblioteca Pública Provincial de Córdoba (2007), e por último, através da Biblioteca Virtual de Prensa Histórica (2007-2008).



(KALIFA, 1995), nem visando encontrar nas suas vidas pregressas, as respostas para a compreensão dos mesmos. Do contrário incorreríamos no que Moreira (2010, p. 30) chamou de uma “espécie de ilusão biográfica”, já que se tomaria a vida pregressa do eventual criminoso como uma “sucessão de atos introdutórios que devem justificar e explicar o desfecho sangüinolento”.

Assim, foi como José Ortiz passou a nos servir de mote para visualizar espaços e experiências compartilhadas por ele e seus iguais, num momento de crescente empenho por enquadrar os criminosos em categorias fixas, a tal ponto de considerar-se até mesmo os comportamentos estratégicos anteriores como signos (quando não as causas) que explicavam uma suposta tendência ao crime.

Há pouco mais de 100 anos atrás<sup>5</sup>, José Ortiz Puerto, aliás, *El Brasileño*, saltou às páginas das mais célebres crônicas negras, por ter cometido um triplo assassinato no “cortijo” conhecido por Chancillarejo, então situado nas proximidades da capital cordobesa, pertencente ao Conde de Torres Cabrera. Entre as vítimas encontravam-se a ex-namorada, a mãe e a cunhada daquela<sup>6</sup>, mortas à golpes e punhaladas como desfecho sangrento atribuído à incapacidade de José em aceitar que a pretendente rompesse com ele (CRUZ GUTIÉRREZ; PUEBLA POVEDANO, 1994, p. 149-155).

Depois de cometer os crimes, o autor realizou uma tentativa de fuga, frustrada pela ação da *Guardia Civil*, sendo que uma vez capturado, preso, julgado e condenado à pena capital, expirou seus últimos dias de vida na Prisão Provincial de Córdoba, onde fora executado no garrote, pouco antes de completar dois anos do sucedido.

Este último parágrafo, reproduz em ordem cronológica, como o *Diario de Córdoba* ocupou-se da trágica trajetória individual de José Ortiz, do campo ao patíbulo, através de uma narrativa participante dirigida a um público leitor e ouvinte, que na época

---

<sup>5</sup> Os crimes foram cometidos no dia 19 de Junho de 1912.

<sup>6</sup> Antonia Laredo Ortiz, María Ortiz Pavón e Juana Lopera Cobos.

consumia vorazmente as informações sobre os grandes crimes e seus personagens.<sup>7</sup> Todavia nós, evidentemente, não temos de acompanhá-lo de forma linear, até porque os vestígios documentais indiretos que encontramos sobre este indivíduo, lançam luz sobre vários outros aspectos relativos ao momento e à conjuntura que tocou-lhe viver. Pois como diria Revel:

[...] a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais se inscreve. (REVEL, 1998, p. 21).

Decerto, os vestígios referidos falam-nos de experiências de vida anteriores ao sucedido que ainda que potencializadas pelo sensacionalismo periodístico, acabavam trazendo “a la luz voces no controladas”, que iam de encontro com o próprio *saber criminológico* em pleno auge. Seguindo a Ginzburg:

Leer los testimonios históricos a contrapelo – como sugería Walter Benjamín –, en contra de las intenciones de quien los produjo – aunque, desde luego, esas intenciones deben tenerse en cuenta –, significa suponer que cada texto incluye elementos no controlados (GINZBURG, 2010, p. 15).

A circunstância extraordinária possibilita observar, ademais, como as classes políticas e acomodadas se apropriavam destes casos excepcionais, para questionar uma forma penal que consideravam incompatível com os *sentimientos de humanidad e civilização* do seu tempo, enquanto que, por outra parte, encontravam neles a

---

<sup>7</sup> Sobre o papel da prensa neste período, vale recordar as palavras de Muchembled: “Mais à partir du XIXe siècle, on en fait un phénomène tout à fait générique, complètement différent, puisqu'on donne à voir à travers chaque fait divers une véritable morale générale qui dépasse le cas individuel et qui aboutit, par exemple, à des journaux à sensations dans lesquels les crimes sont traités non pas comme des impacts spécifiques sur un lieu donné, mais comme des leçons de conduite ou des phénomènes modèles pouvant déterminer une réaction de l'opinion publique” (MUCHEMBLED, 1994, p. 252).

justificação para a implantação de medidas que visavam a disciplinarização moral-conductual das capas populares, por meios que não causassem nem grandes distúrbios, nem ferissem a sensibilidade civilizada, segundo a aceção de Barrán:

Esa sensibilidad [...] que hemos llamado ‘civilizada’, disciplinó a la sociedad: impuso la gravedad y el ‘empaque’ al cuerpo, el puritanismo a la sexualidad, el trabajo al ‘excesivo’ ocio antiguo, ocultó la muerte alejándola y embelleciéndola, se horrorizó ante el castigo de niños, delincuentes y clases trabajadoras y prefirió reprimir sus almas [...]. (BARRÁN, 1991, p. 11).

### **Louco ou criminoso?**

Entre os textos e notícias publicadas ao longo dos quase dois anos em que esteve preso esperando o julgamento e posteriormente a execução da sentença, José Ortiz foi alvo de todo tipo de hipóteses sobre sua personalidade criminal. Inclusive, chegou-se a pensar num primeiro momento, tratar-se de um indivíduo “idiota”<sup>8</sup>, especulação que não demorou para cair por terra, ao confessar ter praticado os atos sanguinolentos levado apenas pelo ciúme. Eis que o criminoso expressava sentimentos, e em declarações feitas ante o juiz de instrução D. Fabián Ruiz Briceño, também se concluiu de que havia atuado premeditadamente.

Ora, tudo isso desconcertou a sociedade cordobesa, ainda mais quando constatou-se que *El Brasileño* não possuía nenhum traço de imbecilidade ou loucura, nem podia ser enquadrado nas taxonomias de cunho lambrosiano que asseguravam que todos os

---

<sup>8</sup> Depois de uma entrevista realizada com José Ortiz Puerto, na Prisão Provincial de Córdoba, o “reporter” enviado concluiu a matéria asseverando “en contra de lo que personas han asegurado, que a nuestro juicio el Brasileño no es un idiota y que cometió sus horrendos crímenes impulsado únicamente por los celos”. *Diario de Córdoba*, 31-07-1912. Posteriormente, só voltaremos a encontrar uma nova referência respeito ao estado mental de José Ortiz, quando inquirido pelo advogado de defesa, durante o julgamento, Antonio Laredo Ortiz, marido de Juana Lopera (uma das vítimas), testemunhou “que ignoraba que le llamaran el Tonto...”. *Diario de Córdoba*, 26-03-1913.

delitos tinham uma origem patológica (PESET, 1983; DARMON, 1991). Por certo, José Ortiz Puerto não tinha antecedentes penais.

Finalmente descartada a via explicativa do criminoso nato, quem pronunciou-se em relação ao caso desde sua posição autorizada e desde uma óptica mais sociológica, foi o “decano” do Colégio de Advogados e presidente da Academia de Ciências, D. Luis Valenzuela. Em seu estudo jurídico intitulado *El derecho y la fuerza*, escrito a propósito da execução de José Ortiz, o referido letrado defendeu até o último momento a ideia-imagem do réu como

Un joven jornalero, de inteligencia dormida, analfabeto, ineducado, habitante en mísera barriada de colonia agrícola, sin preparación social para la despiadada lucha por la vida y sin fortaleza moral para resistir el empuje brutal de las pasiones, cediendo al impulso avasallador de sentimientos vengativos [...].<sup>9</sup>

Não há dúvidas, pelo descrito, de que tratava-se de uma visão amplamente compartilhada e difundida entre as classes dominantes. Observe-se, por exemplo, que através deste discurso paternalista, despia-se o acusado de qualquer intenção consciente dos seus atos, além de diminuir a importância dos seus sentimentos, associando-os à paixão, palavra tradicionalmente vinculada à falta de razão ou loucura.

Mas não era apenas isso, a pobreza e seu raio de misérias, também era associado naturalmente ao crime, e o analfabetismo, por sua vez, à uma espécie de minoridade moral, já que sem as luzes do conhecimento, não se lograria uma preparação adequada para a vida! Eis que o diagnóstico apontava para uma educação nos moldes

---

<sup>9</sup> *Diario de Córdoba*, 05-05-1914. O escrito se divide em duas partes, a segunda entrega foi publicada no número do dia seguinte. Por este estudo jurídico apologético da abolição da pena de morte ante a opção correcional, D. Luis Valenzuela recebeu formalmente as felicitações da Sociedad Económica de Amigos del País, acordada em reunião celebrada no dia 5 de Maio de 1914, presidida na ocasião por D. Rafael Barrios Enríquez, devido a ausência do Conde de Torres Cabrera, estando igualmente presentes: D. Nicolás Albornoz, D. Rafael Roca, D. Antonio Osuna Carrión e o secretário D. Enrique del Castillo. *Diario de Córdoba*, 06-05-1914.

formais (disciplinares), tidos como instrumentos eficazes por fornecer aos indivíduos os meios técnicos e morais julgados necessários, tanto para valer-se por si mesmos, quanto para evitarem um perigoso estado de anomia que os impossibilitasse de responder por seus atos. Esta concepção, como bem sabemos, entranhava o aumento da intervenção estatal (BERGALLI, 1989).

A instrumentalização do caso, aporta um poderoso argumento que justificava a operacionalização das mais diversas instituições de controle e disciplinamento. Instituições capazes de *salvar* a massa de homens e mulheres da sua falta de luzes, cuja triste figura *del Brasileño*, passava agora a ser tomada como máximo exemplo; e desde esta perspectiva, o acusado convertia-se também em vítima do seu próprio infortúnio. Mas algo ainda mostrava-se falho na argumentação, pois além da escassa instrução, não havia nada mais que imputar à José Ortiz. De fato, até os familiares das vítimas afirmaram ante os magistrados, que o réu observava boa conduta, era bom trabalhador e não se embriagava habitualmente<sup>10</sup>, preceitos básicos que atestavam sua idoneidade moral. No seu livro mais conhecido, Chalhoub atenta para a relação estabelecida entre trabalho e moralidade: “quanto mais dedicação e abnegação o indivíduo tiver em seu trabalho, maiores serão os seus atributos morais” (CHALHOUB, 2008, p. 70).

## El Brasileño

Nas reflexões de D. Luis Valenzuela, contidas no seu estudo antes citado, encontramos a seguinte pergunta: “¿Quién era ese gran criminal?”, mas ao contrário da importância dada à ela pelos criminólogos da época, para este homem de leis podia ser “uno cualquiera, su nombre importa poco”, só interessavam-lhe os fatos e o consequente proceder para chegar a bom termo, o que para ele significava a não execução de José Ortiz Puerto. Não obstante, a pergunta seguiu ecoando não só no seu *El derecho y la fuerza*, mas

---

<sup>10</sup> *Diario de Córdoba*, 26-03-1913.

também em outros documentos que envolviam o jornaleiro, considerado por Valenzuela de “inteligencia dormida”.

Ora, depois de todas as averiguações realizadas pela justiça, não havia nada mais fora de lugar do que menosprezar a capacidade de José Ortiz, já que sua trajetória de vida demonstrava tudo menos a de uma existência medíocre. José Ortiz Puerto nasceu em Iznájar (Espanha), no seio de uma família de agricultores, entre 1885/1886. Em data que não conseguimos precisar, emigrou para o Brasil na companhia de seu pai, Antonio Ortiz Pavón, cuja empresa acabaria por lhe dar o apelido de *El Brasileño* entre os seus.

No Novo Mundo, segundo declarações prestadas, trabalhara durante 14 anos, só regressando à Espanha a princípios do século XX, para cumprir com o serviço militar.<sup>11</sup> A experiência de vida de José não era nada desdenhável, nos tempos da emigração massiva (1880-1900), foi um dos quase 200.000 espanhóis que *escolheram* solo brasileiro como destino (KLEIN, 1994, p. 31), e num contexto mais amplo, seu nome soma-se aos 60 milhões de europeus que emigraram entre 1820 e 1930, principalmente para países do continente americano (SÁNCHEZ ALONSO, 2002, p. 19).

Jornaleiro, solteiro e analfabeto, com estas credenciais José passou a engrossar à sua volta, o maior contingente populacional – e penalizado – daquela Córdoba provincial da virada do século (XIX-XX), rosto vivo de uma *Andalucía* pouco dinâmica, além de afligida por uma grave crise agrária (CESAR, 2010). Não obstante, pelo que podemos inferir da documentação consultada, *el Brasileño* não encontrou grandes dificuldades para recomeçar a vida em solo *cordobés*. Através do depoimento das testemunhas e do seu testamento, sabemos que ele não só alugava sua mão-de-obra a terceiros, como também plantava roças próprias em terras arrendadas. E não esqueçamos do vínculo sentimental com Antonia, ainda que finalizado de maneira trágica, e das demais mostras de

---

<sup>11</sup> José Ortiz fora sorteado, mas livrou-se pelo número de cumprir com as obrigações militares. *Diario de Córdoba*, 31-07-1912; 26-03-1913.

sociabilidade do processado junto a locais de venda de bebidas e tabaco.

A estas alturas, não precisaríamos dizer em base ao expreso até aqui, que os indivíduos das classes trabalhadoras não só pensavam por si mesmos, como costumavam fazer uma leitura de sua vida em comparação com as dos demais, reagindo ante interesses próprios e comuns, numa incessante (re)articulação de objetivos tão distintos quanto diversos, que podiam ir desde a garantia da simples sobrevivência, até o esforço por melhorar a qualidade de vida, construir relações sólidas e duradouras, etc.

A trajetória individual de Ortiz Puerto apontava nesta direção, pois segundo relatou ao “reporter”<sup>12</sup> que lhe entrevistara na cadeia, na ocasião dos crimes, estava refletindo sobre a possibilidade de voltar à emigrar para o Brasil. José não havia esquecido, nem perdido os laços com a então jovem república latino-americana, e talvez nem pudesse tão facilmente, já que seu pai tinha permanecido no país. E foi a este que nomeou, às vésperas do suplício, como seu herdeiro universal, dispondo que lhe fosse entregue o que correspondesse da venda da colheita, produto de umas terras arrendadas que tinha deixado semeadas em Alcolea.<sup>13</sup>

Suas vivências durante o tempo que residiu no Brasil, deve de tê-lo marcado indelevelmente, posto que durante a última noite com vida, entre outros assuntos, “estuvo conversando con las personas que le acompañaban sobre su estancia en el Brasil, nación de que hizo grandes elogios...”. Ortiz, ao contrário da referência feita à sua falta de inteligência, compreendia a situação que enfrentava e a analisava com muita amargura. O trabalho, por exemplo, era um elemento chave na sua vida, já que segundo dizia, “en todas partes se dedicó a trabajar con gran ahinco y perseverancia”<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Assim se auto-denominava o indivíduo que o entrevistou.

<sup>13</sup> *Diario de Córdoba*, 30-04-1914.

<sup>14</sup> *Ibid.*

E não era para menos tendo em vista sua trajetória, tanto que ele mesmo via o seu passado como uma sucessão de duros anos de trabalho incessante. Seu balanço retrospectivo, estando já em “capilla”<sup>15</sup>, é neste sentido bastante ilustrativo. Começando a receber o consolo espiritual do senhor Martínez de Tejada, irmão da Cofradía de San Vicente de Paul, em

una de las veces que le dijo que la verdadera felicidad solo se encuentra en el cielo, El Brasileño interrumpiéndole diciendo: usted dispense, todo eso es verdad, la felicidad sólo está en el cielo, pero yo quisiera quedarme aquí para enterarme de lo que es la vida, porque desde muy pequeño no he parado de trabajar como una caballería, hasta que en una mala hora hice aquello. Entonces debí haberme dado un tiro, que fue lo que pensé, pero no lo hice y ahora me van a matar después de trece meses en los que he penado todo lo malo que haya hecho.<sup>16</sup>

Essas palavras, como podemos ver, não partem tão só do seu arrependimento, elas também são fruto da experiência no cárcere, seu testemunho dá muito o que pensar!

Por muito que o crime *per se* tenda ofuscar as experiências anteriores, ajudado pela lupa da antropologia criminal que só olhava para trás quando interessava encontrar nos atos e ações do passado os germes da desviação, pode-se ver claramente no caso de José Ortiz Puerto, que mais do que sobreviver, os indivíduos das capas populares também lutavam por viver.

Desde sua captura no dia 29 de junho de 1912, na cidadezinha de Piedras Albas (Cáceres), até o cumprimento da condenação imposta, no dia 30 de abril de 1914, *el Brasileño* esteve quase dois anos encarcerado. Tão só aguardando o suplício, desde o dia 25 de março do ano anterior, quando fez-se pública a sentença no

---

<sup>15</sup> “CAPILLA DE LOS REOS (de pena capital.) Se llama así el oratorio que hay o se forma en las cárceles para asistir con los auxilios espirituales a los sentenciados al último suplicio desde el momento en que se les notifica la sentencia. Se mandaron crear estas capillas por pragmática de Felipe II, ley 4.<sup>a</sup>, tít. I, lib. I de la Novísima Recopilación”. (MARTÍNEZ ALCUBILLA, 1915, p. 3-4).

<sup>16</sup> *Diario de Córdoba*, 30-04-1914.



antigo Palácio de Justiça da capital cordobesa. Tempo, mais do que suficiente para ter sentido na própria carne as profundas misérias do xadrez, como viria a reconhecer nas horas derradeiras. E talvez por isso mesmo, não pode deixar de despedir-se do preso de sobrenome Marín, “que lo ha hecho muy bien con él, facilitándole tabaco y café siempre que se lo pedía”.<sup>17</sup> Resta dizer, que durante a espera em reclusão, José Ortiz ainda aprendeu a ler com o capelão da cadeia, D. Bernardo Bacáicoa, quem lhe facilitou alguns livros dos que reunia para a biblioteca da instituição (CESAR, 2008, p. 81-94). Contudo, a morte chegou antes de poder ensinar-lhe a escrever.

### **A cruzada pelo indulto**

Conforme comentado anteriormente, o caso de José Ortiz foi instrumentalizado pelas classes políticas e acomodadas da capital cordobesa, e por isso, serve ademais para lançar luzes sobre outras questões não menos importantes deste período, como o que refere-se às transformações no campo da “economia do castigo” (FOUCAULT, 2005, p. 15). Transformações estas que passavam pelas mudanças de sensibilidade, que por sua vez entranhavam o “saneamento do sofrimento” (PRATT, 2006, p. 44) e a interiorização das emoções. De fato, não é em vão que os chamamentos pro abolicionistas da pena de morte, acabassem tornando-se verdadeiros eventos de notório prestígio e atenção dispensado já não só por certos círculos letrados, mas por um amplo e nutrido público constituído por todos os setores da população.

Pois como diria o nosso já conhecido senhor Valenzuela: “¿quién negará que el patíbulo casa mal con la exquisita cultura de la verdadera civilización, que solo puede ser compatible con sentimientos de humanidad y misericordia?”.<sup>18</sup> A pergunta não requeria muito tempo de reflexão, até porque não tinha como objetivo o questionamento, tratando-se mais de uma afirmação que buscava cumplicidade nos possíveis leitores ou ouvintes. Em efeito,

---

<sup>17</sup> *Ibid.*

<sup>18</sup> *Diario de Córdoba*, 05-05-1914.

não há nada de novo sobre este particular desde pelo menos o último quartel do século XIX, quando se fez cada vez mais patente o rechaço, principalmente por parte das autoridades e classes acomodadas, do ambiente festivo e de algazarra que não raramente comprometia a ordem pública nos arredores do patíbulo (LUCEA AYALA, 2004, p. 129-158). Tudo isto, como se sabe, levou ao confinamento do cumprimento da pena de morte, relegando-a ao interior das prisões. Mas nem por isso deixaram de suscitar grandes campanhas (agora de caráter claramente abolicionista) contra as execuções capitais na transição do XIX ao XX.

No que refere-se à realidade cordobesa, o anteriormente observado não foi diferente. De fato, a condenação à morte no garrote recaída sobre *el Brasileño*, resultou ser o caso disparadamente de maior repercussão em relação aos oito anteriores (CESAR, 2010, p. 171), contados a partir da Restauração Borbónica (1874), conforme podemos acompanhar à continuação.

As primeiras articulações para pleitear o indulto para o réu de morte José Ortiz Puerto, foram publicadas no número do *Diario de Córdoba* do dia 21 de Abril de 1914, alegando-se que

aunque se pueda considerar, desgraciadamente, que no hay esperanza de salvación para el condenado a muerte, una vez más se debe de pedir el indulto, por compasión al delincuente y para librar a Córdoba del horror de que en su recinto se ejecute una pena capital.

Para desgraça ou sorte do sentenciado, na edição seguinte confirmou-se a prorrogação da execução, devido à escassez de verdugos disponíveis, estado agravado ainda mais depois do falecimento do que atuava pela Audiência Territorial de Sevilla. Motivo pelo qual chegou-se a dizer que a ordem judicial acabaria sendo cumprida pelas mãos do verdugo oriundo da Audiência Territorial de Granada.

Deste dia em diante, a prensa local não deixou de acompanhar diariamente o caso de José Ortiz, ainda que seu nome só aparecesse numa diminuta nota, entre outras muitas notícias corriqueiras de uma cidade que em 1914 contava com pouco mais de

64 mil habitantes. Assim, no dia 23 de Abril, o “Alcalde” (prefeito) refez o pedido de indulto, telegrafando novamente ao “mayordomo mayor de Palacio”, bem como ao presidente do Conselho de Ministros, e aos ministros de “Gobernación” e “Gracia y Justicia”. No dia seguinte, divulgou-se que o procurador D. Juan Ramírez Castuela, representante de Antonio Laredo Ortiz (irmão, esposo e filho, respectivamente, das mulheres assassinadas), estava empenhado “en recaudar el perdón de su patrocinado para gestionar en su nombre el indulto de El Brasileño”, auxiliado pelas mediações do “ex-consejal” D. Antonio Fernández Vergara. No dia 25 uma Comissão de deputados de Córdoba e província propunha-se pedir ao Chefe de Governo o ansiado indulto. O Presidente do Conselho acedeu e ficou de receber-lhes no Congresso.

A Comissão Provincial, no dia 26, atendendo à proposta do senhor Natera Janquera, acordou telegrafar ao Rei e ao Governo solicitando o indulto; também o faz o decano do Colégio de Advogados, D. Luis Valenzuela, em nome da citada instituição. E confirma-se desde Madrid, “por telégrafo y teléfono”, a recepção da comissão cordobesa pelo Chefe do Governo, a quem foram pedir o indulto. Esta comissão estava composta pelos ilustres deputados “a Cortes”, D. Antonio Barroso, por Córdoba, D. Niceto Alcalá-Zamora, pelo distrito de Priego, D. Manuel Hilario Ayuso, pelo de Montilla, y D. Martín Rosales pelo de Lucena, ademais do ex-ministro D. Julio Burell. Como resultado do encontro: “Dato prometió a sus visitantes que se examinará de nuevo el sumario en Consejo de ministros, y si se encuentra algún fundamento, aconsejaráse al Monarca el ejercicio de la más hermosa de sus prerrogativas”.

E do dia 27 até minutos antes da execução, continuou somando-se à causa outras entidades, instituições e notáveis da sociedade cordobesa, como a Sociedad de Orifices y Engastadores, a Junta Directiva Casino La Peña, a Unión Mercantil, o Centro Republicano del 7º distrito e o próprio Centro Republicano, o Colegio Pericial Mercantil, o Círculo de la Amistad, as Secciones Ferroviarias de Madrid, Zaragoza, Alicante y Andaluces, a Asociación de Prensa de Córdoba, a Sociedad de socorros mutuos de

orífices y plateros, o Club Guerrita, a Sociedad de Ganaderos, a Cámara de Comercio, a Sociedad de dependientes de Comercio, a de tipógrafos e “otras”, “importantes elementos de Montilla”, o “ilustre escritor” Cristóbal de Castro, o Casino Liberal Conservador, a Real Sociedad Económica Cordobesa de Amigos del País, a Junta municipal radical, além das sociedades de: Albañiles, Carpinteros, Canteros, Pintores, Ebanistas, Zapateros, Metalúrgicos, Porcelana, Confiteros, Toneleros, Socialistas, Sindicato Obrero, Agricultores, Guarnicioneros, Marmolistas, Jugueteros, Constructores de Carruajes, Cocheros, Camareros, Cocineros e “similares”. Soube-se, ademais, que o senhor Castillejo y Castillejo levava juntamente aos deputados “a Cortes”, a representação do senador D. Francisco Ruiz Frías. E não esqueçamos de D. Ricardo Crespo, advogado de José Ortiz.

Como podemos constatar, tratava-se de um amplo e maciço apoio referendado pela população cordobesa, entretanto, era uma morte anunciada. A real graça não chegou e José foi posto em “capilla”, a espera do desenlace final.

### **Os rituais da justiça**

Na primeira hora da manhã do dia 30 de abril de 1914, a guarda da Prisão Provincial de Córdoba foi reforçada com um piquete do Regimento Lanceros de Sagunto, havia chegado o momento!

Já em “capilla”, José Ortiz trocou o traje claro que usava por um negro; em suas últimas horas, dedicou-se a fumar uma grande quantidade de cigarros de 50 céntimos. Tinha mal aspecto e chamava a atenção por sua palidez cadavérica, motivo pelo qual acreditava-se padecer de tuberculose, o que de ser certo não constituiria nenhuma exceção entre os presos do seu tempo. Tampouco quis comer grande coisa até a manhã seguinte, apenas bebeu gasosas, chás e cafés. Ao aproximar-se do desenlace final, acabou perdendo o sentido depois de fortes ataques nervosos e por isso teve de ser conduzido até o patíbulo – instalado no pátio das prisões desde a Real Ordem de 24 de novembro de 1894 (PUYOL

MONTERO, 2001, p. 171-172)<sup>19</sup> – pelos próprios coveiros, ante a negativa dos religiosos e dos membros da Cruz Vermelha.<sup>20</sup>

Instantes depois, o verdugo que havia pernoitado num quarto do piso alto da prisão, desempenhou com destreza seu cometido, e às 8:05 içou-se a bandeira negra na torre mais alta do velho Alcázar, em sinal de que acabava-se de cumprir o “terrible fallo de la justicia humana”.<sup>21</sup> Ao contrário do que se pensava no princípio, José fora agarrotado pelo experiente verdugo de Madri, o mesmo que anos antes tinha executado os “gitanos de Valenzuela”, dos quais agora também jazeria ao lado no “Cementerio de la Salud”<sup>22</sup>.

## Referências

BARRÁN, José Pedro. *Historia de la sensibilidad en el Uruguay*. El disciplinamiento (1860-1920). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, Facultad de Humanidades y Ciencias, Tomo II, 1991.

BERGALLI, Roberto; MARI, Enrique E. (Coords.). *Historia ideológica del control social (España-Argentina, Siglos XIX y XX)*. Barcelona: PPU, 1989.

CESAR, Tiago da Silva. Corregir a través de la enseñanza: la implantación escolar básica y la creación de la biblioteca para presos en la cárcel de Córdoba durante el cambio de siglo (XIX-XX). *Ámbitos*, nº 20, 2008, pp. 81-94.

CESAR, Tiago da Silva Cesar. *La cárcel y el control del delito en Córdoba durante el cambio de siglo (1875-1915)*. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 2010.

---

<sup>19</sup> *Gaceta de Madrid*, 27-11-1894.

<sup>20</sup> O ocorrido gerou polêmica, tanto pelo estado epiléptico do réu, que impedia sua execução, quanto pelo procedimento dos coveiros, os quais não tinham nenhuma obrigação de conduzir o sentenciado até o lugar do suplício. Veja-se em AMCO, 13.03.01, Actas Capitulares, L 464, sesión del día 04-05-1914. *Boletín Oficial de la Provincia de Córdoba*, 03-05-1914. *Diario de Córdoba*, 05-05-1914; 06-05-1914; 07-05-1914.

<sup>21</sup> *Diario de Córdoba*, 30-04-1914.

<sup>22</sup> *Diario de Córdoba*, 01-05-1914.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2º reimp., Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

CRUZ GUTIÉRREZ, José; PUEBLA POVEDANO, Antonio. *Crónica negra de la historia de Córdoba (Antología del crimen)*. Córdoba: Publicaciones de Librería Luque, 1994.

DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FOUCAULT, Michel. *La vida de los hombres infames*. Ensayos sobre desviación y dominación. Madrid: La Piqueta, 1990.

FOUCAULT, Michel. *Vigilar y castigar*. Nacimiento de la prisión. 13ª reimp., Madrid: Siglo XXI, 2005.

GINZBURG, Carlo. *El hilo y las huellas*. Lo verdadero, lo falso, lo ficticio. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

KALIFA, Dominique. *L'encre et le sang*. Récits de crimes et société à la Belle Époque. Paris: Fayard, 1995.

LUCEA AYALA, Víctor. Reos, verdugos y muchedumbre: la percepción popular de la penalidad y la pena de muerte. Zaragoza, 1855-1915. *Revista de Historia Jerónimo Zurita*, 76-77, 2004, pp. 129-158.

MARTÍNEZ ALCUBILLA, Marcelo. *Diccionario de la Administración Española*. 6ª ed., Madrid: Imprenta del Asilo de Huérfanos del S. C. de Jesus, Tomo III, 1915.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “Traído por uma mulher malvada, assim como Judas vendeu a Cristo: o abominável José Ramos e a História social de Porto Alegre”. In: ELMIR, Cláudio Pereira; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Odiosos Homicídios: O Processo 5616 e os Crimes da Rua do Arvoredo*. São Leopoldo: Oikos, 2010, pp. 29-61.

MUCHEMBLED, Robert. “Opinions publiques et définition du crime”. In: BENOÎT, Garnot (dir.). *Ordre moral et délinquance de l'Antiquité au XXe siècle*. Dijon: Editions universitaires de Dijon, Actas du Colloque de Dijon, 7-8 octobre 1993, 1994, pp. 251-261.

OLIVER OLMO, Pedro. *La pena de muerte en España*. Madrid: Editorial Síntesis, 2008.

PESET, José Luis. *Ciencia y marginación*. Sobre negros, locos y criminales. Barcelona: Crítica, 1983.

PRATT, John. *Castigo y civilización*. Una lectura crítica sobre las prisiones y los regímenes carcelarios. Barcelona: Gedisa, 2006.

PUYOL MONTERO, José María. *La publicidad en la ejecución de la pena de muerte*. Las ejecuciones públicas en España en el siglo XIX. Madrid: A. Gráficas y Encuadernaciones RC, 2001.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 15-38.

SÁNCHEZ ALONSO, Blanca. “La época de las grandes migraciones: desde mediados del siglo XIX a 1930”. In: *Colección Mediterráneo Económico: Procesos migratorios, economía y personas*, nº 1, Edita Caja Rural Intermediterráneo, Cajamar, Instituto de Estudios Socioeconómicos de CAJAMAR, 2004, pp. 19-32.

WILDE, Oscar. *Balada de la cárcel de Reading y otros poemas*. 3ª ed., Madrid: Espasa-Calpe, Colección Austral, 1959.

# **COLONIZAÇÃO EM PIRATUBA NO SÉCULO XX: A BUSCA POR NOVAS OPORTUNIDADES**

Aline Aparecida Faé Inocenti<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente trabalho analisa o processo de colonização das terras localizadas na região oeste de Santa Catarina, identificando a influência de tal ação para a formação social econômica da sociedade atual da região, dando enfoque principal ao município de Piratuba.

Até meados de 1910, as terras dessa região eram na maioria habitadas por descendentes indígenas e pelos chamados “caboclos”. Com o início da construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul surge à necessidade de mão-de-obra e muitas famílias começam a vir para essas localidades a fim de trabalhar. Além da mão-de-obra, a empresa denominada Brazil Railway Co. juntamente com companhias de colonização iniciam o loteamento de terras próximas a estrada de ferro, a fim de colonizar esses locais, principalmente com colonos descendentes de europeus. Nesta mesma época, as terras do estado do Rio Grande do Sul se encontravam insuficientes para o grande número de imigrantes. Desta forma, começa a ser feita uma campanha de colonização das terras catarinenses a esses imigrantes rio-grandenses, principalmente descendentes alemães e italianos, e muitos deles partem para essas novas terras em busca de terra férteis e de prosperidade, modificando a estrutura social da região.

*Palavras-chaves:* Colonização, Formação Social, Imigrantes.

---

## **A questão da imigração do Brasil**

A questão de imigração de terra no Brasil está ligada à questão de colonização do país a partir do século XVIII, quando as colônias de açorianos são criadas, entretanto a organização de tais colônias agrícolas é pouco feita na época. Com a vinda da família real em 1808 são realizadas novas tentativas de ocupar e proteger as terras brasileiras. Entretanto somente com a Independência em 1822, a colonização, adquirir maior importância.

---

<sup>1</sup> Mestranda PPGH – Universidade de Passo Fundo – UPF.



Neste período, devido à legislação proibir a vinda de escravos se faz necessário à vinda mão-de-obra em á partir das campanhas de colonização de colonos livres. Estes colonos na maioria eram vindos da Europa, dando início à substituição de escravos por trabalhadores livres. Assim, vários projetos de colonização foram criados, tanto por iniciativa pública quanto privada, modificando a forma de ocupação de terras, fornecendo braços para o trabalho rural e agrícola nas grandes fazendas do Brasil. “Após 1875, com a transferência da colonização do governo imperial para os governos provinciais, aumenta ainda mais o número de colônias, e a grande imigração tem início” (GIRON, 2004, p. 17).

Dessa forma, o conceito de colônia pode ser entendido de forma controversa, pois dependendo o tipo de imigrantes forma-se colônias diferentes. As colônias podem ser encontradas com diversas características, ou seja, sendo de diversos tipos, podem ser elas: colônias oficiais; colônias de parceria e colônias particulares. Mas mesmo, assim, no início o modelo de colonização estabelecido no país era chamado de colonização – ação política que cabia ao Estado<sup>2</sup>.

A palavra *imigração* é nova em seu uso e antiga em sua origem. Foi no final do século XIX que seu uso se vulgarizou. *Migrar* deriva do latim e significa *sair, mudar, ir embora*. Mas o uso dos termos *imigração* no sentido de entrar em outro território, e *emigração* no sentido de sair de determinado lugar, está ligado aos movimentos populacionais que se aceleraram no século XIX (GIRON, 2004, p. 19).

Esse deslocamento de indivíduos de um país para outro, ou de um continente para outro, denominado imigração, não é um fato que pode ser chamado de novo ou de recente. Essa prática já pode ser encontrada desde a conquista do Continente Americano, onde vários europeus se deslocaram de seu lugar de origem para as novas terras. Entretanto esses indivíduos são chamados de conquistadores,

---

<sup>2</sup> Ideia de Colonização – ação política: faz referencia a política de propaganda desempenhada pelo Brasil nos países europeus, possibilitando a vinda de imigrantes.

pertencentes a uma classe dirigente dominante, e os súditos sem fossem os pobres que vinham para o local com a finalidade de servir.

Demais habitantes europeus que chegavam da Europa na América, iniciam seu processo de deslocamento a partir do século XVI. Nesse “Novo Mundo”<sup>3</sup> os novos habitantes são chamados de colonos, pois estavam habitando uma colônia pertencente a uma determinada metrópole.

Dentro deste contexto a imigração alemã no Brasil, começa a ser realizada no período inicial de emancipação política brasileira. Nesta época, os documentos oficiais ainda não se utilizavam de termos como colônia ou imigração. Assim, os alemães residentes a partir de então no Brasil, passaram a ser tratados como colonos por serem moradores das colônias criadas pelo Império Brasileiro, e imigrantes se analisado a partir da historiografia contemporânea.

Para o governo, a vinda desses imigrantes, de novos moradores no país, representava uma ocupação demográfica do território, a fim de se ter mão-de-obra para trabalhar nas lavouras que eram o produto financeiro do país. Para esses indivíduos que saíam de sua terra e se aventuraram em terras novas, desconhecidas, impulsionados por uma campanha, significava o desvinculamento com sua pátria de maneira voluntária na intenção e na esperança de encontrar e melhorar a sorte nesse novo país. Assim, pode-se dizer que a questão de imigração e colonização não são somente questões políticas, são também socioeconômicas, já que está se tratando da vida social da população que se forma a partir da vinda de novas pessoas.

A imigração percebida como parte de uma questão infra – estrutural deixa a esfera da explicação política para avançar em direção à explicação socioeconômica.

Com Prado Júnior, as explicações se ampliam, porém as bases teóricas dialéticas por ele definidas são mantidas. A imigração se insere, assim, no problema da falta de mão-de-obra para a lavoura

---

<sup>3</sup> Novo Mundo pelo fato de estar se referindo a uma terra desconhecida, distante da de origem dos imigrantes.

cafeeira paulista, especialmente a do oeste paulista para a ampliação de sua produção (GIRON, 2004, p. 24).

Após todo esse movimento em prol da imigração e colonização, norteados a partir de uma política de falta de mão-de-obra nas regiões cafeeiras, se iniciam um série de determinados atos para fim de colonizar outros locais. Nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, esse processo se inicia após a promulgação da Lei de Terras de 1850, que possibilitou a vinda de mais imigrantes, e esse começam a colonizar essas terras que segundo o governo estavam “abandonadas”, mas se sabe na verdade que existiam indígenas e negros africanos.

Com isso, começam também a ser formadas colônias nessas terras. Mas para compreendermos essa relação formulada a partir da colônia e seus colonos, precisa-se delinear um conceito para colônia, para colono e para colonização.

A colônia é a terra. Nem toda terra é colônia. Colônia é terra a ser ocupada, terra a ser cultivada. A terra é colônia enquanto espaço destinado à ocupação agrícola. Colono é aquele que cultiva o espaço destinado à agricultura. A colonização é a ação de ocupar a terra (GIRON, 2004, P. 31).

Ainda;

A colônia é espaço, infra-estrutura necessária a produção. O colono é mão-de-obra indispensável que faz a terra produzir. Colonização é a ação política realizada pelo Estado português visando tornar terras desocupadas em terras produtivas (GIRON, 2004, p. 31).

Com isso, determina-se que a terra é a colônia, o homem destinado a trabalhar nessa terra é o colono, e a atividade de incentivo, de propaganda para que o colono chegasse nessa terra é a colonização.

Entretanto esse ato, denominado colonização, está ligado em a política que é o fator que determina os rumos sociais do país. É a política que norteia tanto o aproveitamento da terra pelo homem, como a ação do homem nessa terra. Sem a política pode haver terra sem colonos, e também colonos sem terras, pois ambos são objetos

de toda a ação do Estado, que é o sujeito de todo processo que determina o destino de todas as terras.

Assim sendo, a colonização passa a ser uma função do Estado, pois toda a atividade da colônia, inclusive a parte econômica e financeira é dependente da metrópole, que é objeto desse Estado.

A imigração de maior destaque no Brasil foi feita pelos alemães e italianos, que na maioria eram agricultores, pobres e casados, que não viam futuro para sua família na terra onde nasceram.

Os alemães, com a forma de imigração organizada começaram a chegar no Brasil em 1825, época em que a Alemanha ainda não estava unificada. Os italianos começam a chegar no país em 1875, após a unificação dos Estados italianos e da industrialização no Norte da Itália. Os italianos foi o único grupo que teve contato com a industrialização e com um Estado organizado, tendo maiores vantagens na nova terra, devido seu conhecimento com o mundo moderno, trabalhando em indústrias e na construção de estradas e ferrovias. Esses dois grupos de imigrantes se localizaram especificamente no Sul do Brasil, um aterra que almejava por ocupação.

A vinda dos colonos alemães a partir de 1824 objetiva, de um lado, aumentar a produção agrícola da província, destruída pelas guerras do Prata e pela ferrugem que atacou o trigo e, de outro, formar uma reserva de homens para constituir milícias para a defesa da terra. São possíveis recrutas para as tropas imperiais(...).

As terras das colônias oficiais são concedidas pelo governo aos imigrantes alemães (GIRON, 2004, p. 44).

Com a imigração desses alemães a economia no Rio Grande do Sul se expande, o trigo volta a ser produzido, a pequena propriedade usando mão-de-obra familiar diversifica a produção pela policultura<sup>4</sup>, pelo artesanato e pelo pequeno comércio.

---

<sup>4</sup> Policultura diz respeito à produção de vários tipos de produtos agrícolas.

## **Santa Catarina: um pouco da questão histórica sobre a Imigração e Colonização**

O atual território do estado de Santa Catarina, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, constitui uma área que esteve em disputa entre as Coroas de Portugal e da Espanha.

O território começa a ser ocupado do Norte para o Sul. Os primeiros moradores da ilha de Santa Catarina começam a chegar em 1662. No século XVIII, inicia o efetivo povoamento com a criação da Vila de Nossa Senhora do Desterro, atual capital do estado, Florianópolis.

O Planalto catarinense se tornou o caminho natural de tropas entre Vacarias dos Pinhais e do Mar e a Capitania de São Paulo, sendo aos poucos povoado em alguns pontos isolados. A partir da independência do Brasil, Santa Catarina passa a ser uma das províncias do Império.

No início do século XX, novos problemas começam a ocorrer na área pertencente a companhia que estava construindo a ferrovia que corta o Estado entre Marcelino Ramos e Porto União – esta trecho ferroviário fazia parte da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul. Essas terras passam a ser loteadas e os posseiros do local ficam desalojados, iniciando assim um movimento que ira culminar na chamada Guerra do Contestado.

O espaço colonial do estado foi dividido entre os imigrantes e emigrantes vindos para esse novo território. As colônias alemãs e italianas ocupam, no século XIX, terras menos valorizadas do Litoral e no século XX, ocupam a acidentada zona do oeste catarinense.

A ocupação da terra no território catarinense ocorre em três etapas: a primeira etapa vai do descobrimento até o final do século XVII com a fundação, pelos vicentinos, de São Francisco, Desterro e Laguna no Litoral, e no Planalto com a fundação de Lages, esta na segunda metade do século XVII.

A segunda etapa é a do povoamento pelos açorianos da orla marítima de Santa Catarina (...).

(...) A terceira etapa é a da colonização, iniciada no século XIX, marcada pela entrada de imigrantes europeus (GIRON, 2004, p. 158 e 159).

Um dos eventos motivadores na terceira etapa da colonização foi a construção da estrada de ferro que liga o Rio Grande do Sul a São Paulo, que traz um número maior de imigrantes para Santa Catarina, permitindo o acesso a regiões até então inaccessíveis. Assim, os pobres do sul do Brasil procuram emprego na construção da ferrovia.

A última região do estado a ser colonizada foi a região Oeste, situada além do Rio do Peixe, é local de disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina. A colonização nesses locais se deve à construção da estrada de ferro pela Companhia Brasil Railway & Cia., a maior responsável pelo desmatamento dessa extensão territorial. No extremo oeste foram criadas colônias militares de caráter estratégico, devido fazer limite territorial com a Argentina, visando a posse da região para o Brasil.

Em Santa Catarina, instalam-se companhias de colonização com sede no Rio Grande do Sul. Grande parte das glebas de terra que adquirem são as concedidas para a Brasil Railway & Cia., que estabeleceu com sua concessionária, a empresa *Brazil Development & Colonization*, para explorar terras ao longo da ferrovia, numa largura de 15 km, de acordo com o Decreto n. 10.432, de 9 de novembro de 1889. Novas companhias são criadas entre 1910 e 1926, e nova legislação é elaborada. É nessas terras que acontecerá (depois) a Guerra do Contestado (GIRON, 2004, p. 172).

É a partir dessas companhias de colonização que foram povoados o Oeste do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A maior parte dos sócios dessas companhias são imigrantes ou filhos de imigrantes, favorecendo assim, a relação com os colonos. Essas empresas são registradas como companhias colonizadoras e também como empresas madeireiras.

As terras a ser colonizadas eram assim desmatadas pelas madeireiras pertencentes às empresas. Após o desmatamento, as terras eram demarcadas, divididas em lotes e postas a venda para quem se interessasse. Dessa forma a empresa lucrava com o

desmatamento e também com a venda das terras. O lucro de todo empreendimento era expressivo, pois não havia gastos expressivos.

Após 1929, essas mesmas empresas aprimoram seu método de negócio, passando a utilizar a propaganda em jornais para anunciar as novas terras. Nessa mesma época também são criadas várias companhias, devido à atividade desempenhar bons lucros aos proprietários, e também por ainda terem terras para serem colonizadas na região.

Os colonos que vinham para estas terras através das companhias de colonização, geralmente eram imigrantes italianos e alemães instalados no Rio Grande do Sul, que diante do preço menor das terras oferecidas pelas empresas, vendiam as terras que possuíam por preços maiores e adquiriam maiores quantidades de lotes.

O fator que levou grande número de colonos a buscar as novas terras em Santa Catarina foi semelhante o motivo que levou os seus pais deixarem a Europa: o alto custo da terra e as terras improdutivas, insuficientes para o sustento de toda a família.

Durante todo o século XX, o movimento de emigração dos colonos no Rio Grande do Sul para o Oeste de Santa Catarina e do Paraná continua, devido não ter mais terras disponíveis para colonizar no estado. As companhias adquirem assim, mais terras particulares e ampliam as fronteiras, formando mais terras para serem colonizadas.

Dentro da região delimitada região Oeste de Santa Catarina o município de Piratuba, colonizado por volta dos anos de 1910, 1920, recebe colonos dessas regiões do Rio Grande do Sul, com o mesmo objetivo dos demais: novas terras, mais produtivas, com maior extensão para poder produzir sustento para a toda família.

## **A colonização do município de Piratuba – colônia do Rio do Peixe – no século XX: a vinda de imigrantes alemães e italianos oriundos do Rio Grande do Sul**

Piratuba, nome que em tupi guarani significa abundância de peixes, possui uma área de 156 km<sup>2</sup>, foi um dos locais marcados pela colonização iniciada através da construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, em meados do século XX. Os colonos vindos para essa localidade eram atraídos devido à propaganda de terras férteis, feita em torno dessa região.

A empresa Brazil Railway Co. foi responsável pela obra da estrada de ferro. O trecho desta ferrovia, que passa em território catarinense ao longo do leito do Rio do Peixe, foi construído entre 1907 e 1910. A empresa americana recebeu como forma de pagamento uma faixa de terras com 15 km de largura, em cada uma das margens da ferrovia. Para administrar essas terras, foi organizada uma empresa subsidiária, a Brazil Development Company, que loteou e vendeu essas terras aos colonos gaúchos.

Sempre próximo as estações da estrada de ferro havia um representante da companhia americana. Na estação Rio do peixe, originária do município de Piratuba, o representante era Otto Deiss, comerciante natural da Alemanha<sup>5</sup>.

A partir de 1913, muitas famílias de origem germânica, vindo da região do Rio dos Sinos e do Rio Chaí, região próxima a São Leopoldo– chamada de colônias velhas do Rio Grande do Sul – chegaram á Estação Rio do Peixe, dando início ao desenvolvimento da Vila, que até então era formada com descendentes de indígenas e pelos chamados “caboclos”.

Um dos primeiros colonos a chegar na colônia do Rio do Peixe foi Manoel de Oliveira, em 1909, tendo por objetivo explorar e cultivar as terras férteis da colônia nova, como estava sendo denomino nas propagandas dessas terras. Quando chegou encontrou

---

<sup>5</sup> Dados retirados das obras de Cláudio Victor Rogge – bibliografia encontrada nas Referencias.



já residindo nessa localidade, Jesuíno Antonio de Oliveira e Joaquim Pinto, também oriundos do Rio Grande do Sul.

Joaquim Pinto foi o primeiro a desbravar as novas terras, abrindo estradas e picadas que ligassem diferentes lugares. Foi o primeiro que instalou um alambique, fabricando cachaça para as pessoas que trabalhavam na construção da estrada de ferro.

Em 1910, chegaram à colônia do Rio do Peixe os trabalhadores da estrada de ferro, que se instalaram num pequeno rancho. Nessa época não existiam ainda não havia serrarias, teve a Companhia da estrada de ferro trazer de outras regiões e fornecer tábuas para que os trabalhadores pudessem construir o escritório e alojamento para os operários e também para os colonos que estavam chegando.

Com o término da construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, a vila Rio do Peixe deu seu primeiro passo para o desenvolvimento econômico. Em 1913, chegam no local Otto Deiss, Pedro Geib e Mantovani. O encontro desses homens, trabalhadores rurais teve um grande significado, pois foram eles que deram os primeiros passos para a efetiva colonização e tomaram as iniciativas para a vinda dos primeiros colonos.

Pedro Geib e Otto Deiss adquiriram uma gleba de terras para dar início a colonização. Ainda em 1913, chega a vila Leopoldo Ko. Freitag com o objetivo de cooperar com a colonização da vila. Assim, atingindo seus objetivos, essas três famílias começam um movimento e trazem novos colonos, possibilitando o desenvolvimento e início de atividades de fins lucrativos para os protagonistas do processo.

Na medida em que se tornavam conhecidas as qualidades das terras da colônia do Rio do Peixe, o afluxo de colonos provenientes da região denominada “colônias velhas do Rio Grande do Sul”<sup>6</sup> foi se tornando mais intenso e significativo.

---

<sup>6</sup> Essas colônias são as colônias próximas a região de São Leopoldo e também de Montenegro no estado do Rio Grande do Sul.

Na medida em que iam se passando os anos, os arredores da colônia do Rio do Peixe recebiam novas de colonos, animados pela conclusão da obra da estrada de ferro. Assim, além das lavouras, o comércio com suas atividades múltiplas e resultados efetivos, também prometia dias melhores para os colonos.

O aproveitamento das matérias-primas trouxe desde o início, novas perspectivas. Foram assim, construídos inúmeros alambiques e atafonas de mandioca, que se tornaram mais tarde, um dos principais ramos de comércio da colônia. Dessa maneira, a colônia foi se desenvolvendo, se tornando anos mais tarde, importante centro comercial, ganhando proporção regional e também estadual.

Atualmente a colônia do Rio do Peixe, hoje o município de Piratuba, se tornou importante pólo turístico, fazendo do turismo importante atividade rentável para a cidade, que modificou toda a sua infraestrutura a fim de atender o público que advém de outras regiões do estado e do país. O comércio nesse sentido continua sempre um ponto forte da economia, apenas modificando o produto principal de negociação: dos produtos rurais até o turismo.

### **Considerações finais**

A colonização através da atividade de imigração e emigração foram os principais ramos de desenvolvimento da colonização das terras tanto brasileiras, catarinenses e também piratubenses. A maneira como era realizada a propaganda dessas novas terras, despertando nos colonos um sentimento de esperança, de um futuro melhor, foi o motor que impulsionou todo o processo.

Assim esses colonos passam a serem os colonizadores, ou seja, as pessoas responsáveis por tonar essas terras férteis, realizando todos os sonhos e objetivos almejados. Devido a isso e também pelo apoio das companhias de colonização que movimento de colonização deu certo.

O que aconteceu é que em certos momentos, essas companhias e também os colonos passaram por cima dos grupos sociais que já estavam instalados nessas determinadas áreas, expulsando a maioria para regiões pouco férteis, onde passaram por

dificuldades e discriminação no processo de desenvolvimento. Como exemplo, pode ser citado, os grupos de descendentes indígenas, negros e também o grupo formado pela miscigenação, denominados “caboclos”.

### **Referências**

GIRON, Loraine Slomp. *Terra e Homes: colônias e colonos no Brasil*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2004.

MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs). *Os Alemães no Sul do Brasil: cultura – etnicidade – história*. Canoas, RS: Ed, ULBRA, 1994.

ROGGE, Claudio Victor. *Piratuba Terra Boa: Volume I*. 1 ed. Piratuba, 2008.

\_\_\_\_\_. *Piratuba Terra Boa: Volume II*. 2 ed. Piratuba, 2009.

# **A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI-FREDERICO WESTPHALEN-RS (1917 – 1930)**

Fabiana Regina da Silva<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente estudo tem como objetivo central, analisar o processo colonizador da região do Médio Alto Uruguai – RS entre 1917 – 1930, detendo-se especificamente a Frederico Westphalen. O processo de colonização, expandiu o povoamento com descendentes de italianos na região, migrantes das chamadas Colônias Velhas (regiões povoadas pelas primeiras levas de imigrantes, como os do entorno de Caxias do Sul e Quarta Colônia, entre outros), originários maioria do Norte da Itália, chegados a partir do final do século 19 e início do 20, seus descendentes chegaram a região a partir de 1917. As múltiplas bagagens culturais trazidas pelos migrantes contribuíram, para a definição de características que afirmam a região como pólo educacional, de produção e turístico. Além dos italianos, alemães, nacionais e indígenas, integraram-se na formação de uma cultura regional, segundo princípios oficiais de um processo chamado “civilizatório” embasado em preceitos do positivismo. Na análise das informações coletadas sobre o povoamento, observam-se características imbricadas aos preceitos positivistas e ao catolicismo, que, atuaram como articuladores principais desta experiência colonizatória. A pesquisa busca compreender através das fontes documentais, como o processo se articulou, embasando-se num propósito de colonização do Estado de forma a contribuir para o entendimento da complexidade do presente.

*Palavras-chave:* Colonização, Italianos, Frederico Westphalen, Imigrantes.

---

## **Introdução**

O objetivo central do estudo, focaliza analisar o processo colonizador que ocorre na região do Médio Alto Uruguai – RS entre 1917 a 1930, detendo-se mais especificamente a cidade de Frederico Westphalen. Fato esse, que alavancou a expansão da etnia italiana na região, e, a partir disso, a definição de valores e características

---

<sup>1</sup> Graduada em História- Mestranda em Educação – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Financiamento: CAPES.

sócio culturais peculiares, construídas a partir da diversidade ali existente. Ao percorrer da pesquisa, dá-se maior ênfase, as interferências a serem observadas, referente aos ideais positivistas e o catolicismo, que, através do estado, e, da igreja católica, atuaram como articuladores principais da experiência colonial nesta região, e, mais especificamente em Frederico Westphalen.

O processo de colonização, organizado pelo país, como forma de povoar e tornar produtivas as regiões desocupadas ou quase sem contingentes populacionais, trouxe para esta região, imigrantes italianos das chamadas Colônias Velhas<sup>2</sup>, anteriormente instaladas em regiões do nosso país, como por exemplo, Caxias do Sul, porém, originários em grande maioria do Norte da Itália, chegados ao Brasil, a partir do Século XIX e, parte do XX, e, a esta região em questão somente no século XX, sendo esta, uma das últimas regiões do país a ser colonizada por imigrantes europeus.

Quanto ao recorte espacial, opta-se por abordar a Região do Médio Alto Uruguai, composta atualmente por 34 pequenos municípios, por assemelharem-se suas principais características desde o processo de colonização até os dias atuais, e, dentro dela, o município de Frederico Westphalen, por, ser considerado atualmente como Pólo Regional. Quanto ao aspecto da temporalidade opta-se pelo período 1917-1930, por ser a fase de maior constante desta colonização, período de definição de características sócio-econômico-culturais, locais e regionais.

No tangente a importância do assunto, pode-se dizer que, é de grande interesse, por completar uma lacuna da história do Estado e também do País, com uma visão histórico-crítica, percorrendo sobre uma região extremamente importante, mas que tem passado despercebida, por estar, de certa forma, distante dos grandes centros que concentram pesquisas históricas, tendo somente, os registros realizados por pessoas que escrevem uma história amadora, e, de

---

<sup>2</sup> Por “Colônias Velhas”, conforme Jacomelli (2002) entendem-se as regiões do Rio Grande do Sul que foram povoadas pelos imigrantes europeus no final do século XIX e início do século XX, quando as primeiras levas da imigração chegaram ao estado.

certo modo, pouco crítica, em uma visão iluminista/positivista, uma história que represente os interesses das classes, religiões e/ou famílias, prevalecendo pesquisas e publicações fragmentadas, e muitas vezes com uma ótica local.

É mister, para um resgate histórico relacionado a Região do Médio Alto Uruguai, falar sobre a organização política do estado, que baseava-se em preceitos científicos do Positivismo de Augusto Comte, sobretudo como embasamento teórico, para a articulação e concretização do chamado “processo civilizatório” das colônias. E, assim, identificar fatores que contribuíram para tal projeto.

Neste sentido, busca-se compreender o processo histórico que define a constituição da região, criada a partir de interesses nacionais, internacionais e locais, da diversidade de valores e costumes que se modificam e ressignificam ao longo do tempo e das situações em que foi concebida, até adquirir a atual complexidade. Valores, sentimentos e ideais, tanto econômicos como culturais, espirituais e históricos ali desenvolvidos, que contemplaram, no período de análise, interesses individuais e coletivos.

### **Colonização de Barril: Italianos em Frederico Westphalen**

A possibilidade de imigração para o Brasil, surge como uma solução para as muitas dificuldades encontradas na profunda crise camponesa na Itália a partir de 1870, e, torna disponível, para a aventura transoceânica, um contingente de força de trabalho interna impulsionada pela impossibilidade de manter a posse da terra (BRASIL, 2000). Nesse contexto, os imigrantes italianos no Brasil, em sua maioria vinham das regiões do Norte da Itália, motivados por não acompanhar as mudanças exigidas pela introdução de relações de produção capitalistas<sup>3</sup> no campo. Conforme Bertonha (2011), a partir da década de 1870, mais de 1 milhão de imigrantes advindos

---

<sup>3</sup> Estas novas relações exigiam que cada um tivesse a suas propriedades, não existindo mais os senhores da Idade Média, isso fez com que muitas pessoas que sabiam trabalhar, ficassem sem acesso as propriedades, levando-as a migrar, onde acreditavam encontrar terras abundantes.

da Península Itálica chegaram ao Brasil, e, se instalaram no Norte e Noroeste e em Províncias do Sul, como pequenos proprietários. No Rio Grande do Sul, se instalaram em cidades como: Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Guaporé, Garibaldi, Nova Palma, Alfredo Chaves... (BRASIL, 2000), e, posteriormente, no Norte do Estado, uma das últimas regiões do país a serem colonizadas por imigrantes de origem européia.

Conforme Olkoski (2002), as pessoas não migram somente por causa da miséria, mas, imbuídas da mentalidade de terem mais, deslocam-se sempre que surgir uma oportunidade, e isto também é fruto do capitalismo. No caso de nossa região, haviam grandes extensões de terras cultiváveis, e, que, por seu relevo e formas, não interessavam aos grandes latifundiários. O fato da imigração favorece os interesses, tanto do estado e das regiões, quanto dos próprios migrantes, pois, eram advindos de locais com uma produção agropastoril, e, seria interessante povoar terras com relevos parecidos com os da Itália, o que possivelmente facilitaria a adaptação.

Os colonos imigrantes, na grande maioria, embora com divergências, buscavam, de certa forma, mobilidade social, pois, saíram da Itália, como empregados de um sistema com resquícios do Feudalismo, ou filhos de proprietários de terras, para, ao chegar no Brasil, e, serem proprietários e senhores de suas propriedades, embora aqui, não fossem as melhores, mas assemelhavam-se com as de suas origens. Foi a partir de 1917, que irromperam os movimentos migratórios, na região do Médio Alto Uruguai, com famílias vindas das Colônias Velhas, onde a presença do ítalo-brasileiro é, atualmente, estimada entre 40 e 60% (BRASIL, 2000). O processo chamado de colonização, foi inicialmente pensado pelo Governo Imperial, como forma de tornar estes locais desocupados de populações e improdutivos para o país, preenchidos por pessoas que viessem a constituir suas famílias e preencher estas lacunas demográficas, fazendo uso das pequenas propriedades, de onde tirariam seu sustento e, em uma visão positivista do projeto de colonização do Estado, acrescentassem “civilização, progresso e branqueamento” ao país.

A população de migrantes que chega a esta região do Estado, em torno de 1917 a 1930, e, já é fruto, de uma migração interna, conforme já citado anteriormente, em grande maioria da Quarta Colônia de Imigração, situada na região central do estado, compreendida por Santa Maria, Silveira Martins, Nova Palma, entre outras. Conforme Santos (2012), este êxodo, deu origem aos *colonos*, que, segundo ela, são proprietários de uma fração de terras denominada *Colônia*, termo que, especialmente no Rio Grande do Sul, tanto na linguagem oficial, como na linguagem comum, define uma área de terra virgem, destinada à colonização. Ainda, segundo Seyferth (1993), a categoria colono, é usada como sinônimo de agricultor de origem européia, e sua gênese, remonta ao processo histórico de colonização, a categoria foi construída historicamente como uma identidade coletiva, com múltiplas dimensões sociais e étnicas. Partem então, estes migrantes, para o norte e noroeste do Estado, locais, ainda não considerados “desbravados e civilizados”. Este ato, veio mais uma vez, a fazer com que os imigrantes europeus, neste caso, os italianos, deixassem novamente para trás, parte de suas famílias, já que, parte delas se estabelecera nestas primeiras moradas brasileiras.

Estes *colonos*, de uma forma generalizada, foram chamados de Italianos, por serem originários de um país denominado de Itália, porém, vinham de diversas regiões dele, e, conforme a região de onde saíam, possuíam dialetos (linguagem) comuns ao local. Conforme Bertonha (2011), no sul do país, a presença majoritária de nativos da região do Vêneto, criou uma identificação imediata entre “italiano” e católico. A região onde está situado Frederico Westphalen, recebeu migrantes que em grande maioria, vinham desta região, então, o dialeto Vêneto predominava, facilitando assim, a organização em comunidade, que, tinha no catolicismo suas referências cristãs.

O povoado de “Barril”, começa ser notado no cenário estadual, a partir de 1917, quando as primeiras carroças, puxadas a juntas de bois ou mulas, conduzidas por carreteiros, comerciantes ou apenas transeuntes, em meio às picadas com destino a localidade de Águas do Mel, hoje cidade de Iraí, faziam da então, Barril, parada



obrigatória para descanso. Esse nome, foi dado em virtude da instalação de um barril para o abastecimento de água aos viajantes (Sponchiado, 1989).

Segundo Rizzatti (1996), esse fluxo despertou a atenção da comissão de terras e colonização de Palmeira das Missões, que tratou, como consequência, de abrir uma estrada. O trabalho teve início em 1917 e, em 1919, a estrada chegou ao local denominado de Barril. O marco inicial para a formação da *Vila Barril*, na época, território do Município de Palmeira das Missões.

O Médio Alto Uruguai, é, um recorte regional do estado, conforme Pesavento (1990), podemos definir o recorte do regional, como espaço socializado de realização e de controle do poder por um grupo e, ideologicamente, local sobre o qual a elite e o Estado impõem as suas noções. Estas concepções de regionalização se definem no país, baseadas em articulações políticas e econômicas, de modo, a tornar mais fácil, o controle sobre estes localismos. É relevante, citar que o processo de colonização também é algo planejado estrategicamente para cada região do país, tudo, conforme as necessidades, os interesses e os ideais do estado. Inserido neste recorte regional, encontrava-se o povoado de “Barril”, passando a chamar-se Frederico Westphalen, somente quando de sua emancipação político-administrativa, em 1954, recebendo este nome em homenagem ao Engenheiro da Inspetoria de Terras, com este mesmo nome, seguidor do positivismo, e, liderança notória na região durante a colonização, desenvolvendo o trabalho de demarcar terras, estradas, e, representar na região, a autoridade concreta do Estado.

No advento da colonização da região, o Rio Grande do Sul encontrava-se em um período conforme colocado por Jacomelli (2003), de centralização de poder, pautando a colonização em princípios do positivismo-castilhismo-borgismo, sob o sustentáculo do Partido Republicano Rio-Grandense; podemos colocar que, dentro destes princípios o desenvolvimento da região só aconteceria permeado pela presença de colonos de origem européia, pois a presença de caboclos, nacionais e indígenas não era acreditada como potencial desenvolvimentista e civilizatório. Cabe dizer que, os chamados *nacionais*, eram entendidos como os colonos não

imigrantes ou filhos destes, (SPONCHIADO, 2000). Conforme indicado por Olkoski:

O positivismo serviu de fundamentação para a organização do Estado, ou seja, uma organização baseada em “preceitos científicos”. Para tanto, os positivistas defendiam ser necessário mudar opiniões e comportamentos para que a sociedade “evoluisse”. As terras abundantes e férteis do Médio Alto Uruguai eram destinadas, preferencialmente, aos migrantes e seus descendentes, dentro da visão da colonização oficial. Dentro desta intenção de evolução, estava inserido o povoamento por imigrantes, já que, os indígenas e caboclos ali residentes, não eram considerados civilizados pelo Estado, deixando assim uma impressão contrária ao ideal de progresso do positivismo. Inicialmente, as picadas serviram para a exploração da região e, posteriormente, para a colonização, visto que, a partir delas, as estradas foram surgindo; a colonização data do início do século e era recomendada para fins de colonização, ainda no século XIX, mesmo cientes da existência de populações indígenas e caboclas no local (OLKOSKI, 2002, p. 120).

A política de colonização, implantada pelo governo da época, valorizou a concessão de terras, a famílias, como forma de garantir a permanência dos imigrantes nas áreas coloniais, diferente da imigração italiana, que acontece em São Paulo, onde houve a importação de mão-de-obra para substituir o braço escravo, a imigração que se destina ao sul do Brasil tomou forma através da formação de núcleos de colonização, baseados na pequena propriedade (CARNEIRO, 1950). A colonização ocorreu pela necessidade, principalmente, de valorização das terras desocupadas, cobertas de florestas e acidentadas, que eram a principal característica da região do Médio Alto Uruguai. O incentivo se dava pela necessidade de povoar e evoluir, quanto maiores as famílias, mais braços para o trabalho, quanto mais trabalho, mais riquezas e em uma visão positivista, progresso ao país. O positivismo no Brasil do século XIX, esteve presente, num contexto diferenciado da Europa, nesta, estava em pleno desenvolvimento, enquanto que, no Brasil, estava dando seus primeiros passos, tornando-se mais forte no final do século XIX e início do século XX (OLKOSKI, 2002).

Conforme Sponchiado (2000), o período Castilhistas é tido como o período áureo do Rio Grande do Sul atribuído à aplicação

dos princípios comteanos, sobretudo políticos. Isso tudo, ocorria em consonância com o processo de colonização da região norte do estado; dentro desta lógica, o estado, aconselhado por Torres Gonçalves, manda para a região do Médio Alto Uruguai como responsável pela comissão de terras, e, principalmente como forma de manter certo controle para que esta distribuição ocorresse na lógica e, conforme os interesses do estado positivista-castilhistaborgista, o engenheiro Frederico Westphalen.

No Rio Grande do Sul, o representante e grande seguidor do Positivismo de Comte, era o Engenheiro Carlos Torres Gonçalves. Conforme Sponchiado (2000), na direção da Diretoria de Terras e Colonização (DTC) em 1922, criou o novo regulamento de terras e colonização, que, vinha pautado no Serviço de Proteção aos Nacionais (SPN). Para efetuar o trabalho na Inspetoria de Terras da região, na época afiliada a Palmeira das Missões, Torres Gonçalves incumbiu o também engenheiro e positivista, Frederico Westphalen. O primeiro trabalho a ser realizado por ele, seria um relatório sobre como estava o contexto populacional, e, os primeiros trabalhos na região em questão, considerando o Serviço de Proteção aos Nacionais – SPN, pois, os nacionais eram em grande quantidade, conforme consta o trecho abaixo:

Relatório do Eng. Frederico Westphalen ao Diretor Torres Gonçalves, referente ao ano de 1918, consta sobre o SPN:

Não vos posso dar informações exatas a respeito do estado geral das Colônias, zonas povoadas que passei em viagem: Mico, Braga e Fortaleza –, porque ainda não me sobrou tempo para estudá-las. Mas se nota, mesmo de passagem, que o povo ainda desconhece os princípios mais rudimentares da agricultura; pois a ferramenta que usam, empregando muito pouco, é o machado e a foice e raramente a enxada. O seu trabalho principal consiste em estragar os matos, no que estão sendo impedidos, mas reclamando sempre. É muito difícil encontrar-se um caboclo que saiba ler. São, em geral, ignorantes, pouco trabalhadores e muito desconfiados. Penso que podíamos educá-los um pouco, criando escolas regionais e um campo experimental de agricultura, para que eles aprendam alguma coisa e tomem conhecimento com os processos elementares de cultivar a terra e aproveitar o trabalho. Tem consistido este serviço apenas em conselhos e indicações sobre construções de casa e na localização de

alguns nacionais, quer deste, quer de outros municípios que não tinham aonde morarem. Enquanto não for iniciada a demarcação das terras onde, na maioria dos casos, moram como intrusos, este serviço será sempre deficiente, porque para instituir o estado normal é necessário que cada família se torne proprietária de tudo quanto lhe serve exclusiva e continuamente(grifo no original).<sup>4</sup>

Conforme explicitado acima, a região que compreende o Médio Alto Uruguai, estava povoada pelos chamados nacionais, porém, como se percebe, viviam em uma condição de trabalhadores de subsistência, produzindo apenas alimentos para o sustento, analfabetos e sem uma organização societária bem definida. A preocupação do estado, inseria-se no fato de que eram necessárias mudanças a estas condições, é aí, o imigrante italiano, seria um forte articulador para dar possibilidade à viabilização do projeto positivista do estado para estas colônias.

A impregnação positivista no Rio Grande do Sul se deveu muito ao fanático positivista, Carlos Torres Gonçalves; ele propôs a “aliança informal” entre a Igreja Positivista Brasileira (IPB), fundada por ele, em Porto Alegre, e o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), representado pelo positivista Júlio de Castilhos e, depois, por seu seguidor, Borges de Medeiros, ao qual foi também conselheiro, sobretudo, em questões relativas aos pontos centrais da doutrina comteana: política indigenista, questões trabalhistas entre outras. (SPONCHIADO, 2000), ainda conforme ele, Torres Gonçalves tinha como princípio, e repetidas vezes dizia: *No Rio Grande do Sul é o Estado quem coloniza*. A cidade de Iraí, com seu balneário de águas termais, era, para a época o exemplo concreto do positivismo na região, foi projetada pelo próprio Torres Gonçalves, com toda ordem merecida pelos preceitos positivistas.

Na Direção da Diretoria de Terras e Colonização (DTC) – que ficou com todos os serviços da extinta 2ª Seção da Diretoria de Terras Públicas –, foi nomeado a 14 de fevereiro do mesmo ano o Eng.

---

<sup>4</sup> *Relatório de Reconhecimento da Travessia do Sertão da estrada Palmeira – Mel, apresentado ao Chefe Dr. Frederico Westphalen por Leopoldo Villanova. Palmeira, 24.09.1917. datilografado, p. 5.*

Vespasiano Rodrigues Corrêa. Entrando, a 7 de maio de 1908, em licença para tratamento de saúde, Torres Gonçalves assumiu a Direção interinamente. Nela permaneceu até o retorno do titular em 9 de setembro. Mas, com a morte de Vespasiano (27.01.1909), voltou a exercer interinamente o cargo, até 21 de agosto do mesmo ano, quando foi nomeado efetivo (...) Nela permaneceu por ininterruptos vinte anos, durante os quais promoveu, prioritariamente, a legitimação das terras ocupadas desde longo tempo por posseiros. Para tão importante tarefa contou com a colaboração dedicada e operosa dos Chefes das Comissões de Terras existentes, notadamente dos engenheiros Frederico Westphalen, em Palmeira, e João de Abreu Dähne, em Santa Rosa, colônias fundadas na década de 1910. Torres Gonçalves, projetou oito importantes povoados, sobressaindo o de Erechim, Santa Rosa e mais o da estação balneária de Iraí. (SPONCHIADO, 2000, p.33).

A estação balneária de Iraí, fora planejada de modo a proporcionar lazer e descanso para visitantes de todos os locais, e, por muito tempo, foi motivo de status e, frequentada por autoridades de todo o país, como por exemplo, o presidente Getúlio Vargas. Ela também, foi na época conhecida como “cidade saúde”, e, como resultante desta fase de auge turístico, ainda possui uma quantidade significativa de hotéis grandiosos e bem localizados.

O ideal positivista do estado acreditava na potencialidade de usar a diversidade da região ao seu favor, ou seja, um melhoramento nas atividades sócio culturais, através desta troca de experiências. Conforme dito pelo próprio Comte, o ideal é a formação de um tipo que resulte da fusão das raças e povos, que reúna em si, biologicamente, por hereditariedade, as melhores qualidades de cada um. Conforme Jacomelli (2003), dentro da legislação colonizatória, proclamava-se a defesa do índio e do “nacional”: porém, estrategicamente privilegiava o colono “ordeiro e trabalhador”. Este colono tido como ordeiro e trabalhador, era o imigrante, e, desta forma, os verdadeiros donos das terras, que já encontravam-se ali, porém, não em sua totalidade, passassem a quase empregados dos recém-chegados, fazendo assim com que, muitos destes, se sentissem, por muitos anos, vivendo como intrusos em suas terras natais, o que pode se observar até hoje se analisarmos por exemplo a questão indígena.

A importância da presença da colonização européia nas mais distintas regiões do país, também, serviu como estratégia para alavancar a expansão da Igreja Católica, pois, o discurso passado pelo catolicismo, era, o simples propósito de prestar “assistência” aos imigrantes. Esta assistência, também era prestada com bases e critérios positivistas, já que, nosso estado estava filiado a Igreja Positivista Brasileira (IPB). Logo ao chegar nos locais de povoamento, a primeira coisa que os colonos faziam, era construir uma capela, ela, seria o centro da organização colonial. Traziam também consigo, além da fé, uma bagagem técnica, ferramentas, o que foi motivo de muitas trocas de bens e serviços entre os colonos, podendo, perceber, através de fontes iconográficas, que, somente a partir da chegada destes colonizadores, começam a surgir sapatarias, ferrarias, casas de comércio, capelas, e, escolas de imigrantes, ou escolas étnicas, onde, quem sabia um pouco mais, dava aulas a quem quisesse aprender, porém, vale salientar, que, as primeiras formas de educação primária, iniciaram-se ali mesmo na capela, como forma de manter o ensino atrelado aos princípios católicos.

Mas, é necessário dizer que, muitas das promessas feitas aos imigrantes pelo governo da época, não passavam de meras promessas, as dificuldades eram muitas, por vezes, não dispunham do mínimo necessário. Porém a coragem e resistência dos desbravadores, e porque não, a falta de outras possibilidades, não lhes deu opções, então, era necessário partir para muito trabalho e buscar formas de realizar seus objetivos nas novas moradas, para isso tornava-se imprescindível, que acatassem para si, os projetos e ideais que o estado lhes propunha.

Pode-se afirmar, que a colonização desta região foi baseada em um projeto positivista, e, também, que traz arraigada em si, estas características. Mas, é inegável que, a perspectiva de usar a diversidade de modo favorável, foi uma louvável tática, e, que, a ação dos imigrantes italianos foi decisiva na formação econômica colonial da região, trazendo para este meio, com técnicas rudimentares de trabalho, conforme colocado pelo próprio Frederico Westphalen, novas técnicas, ferramentas e possibilidades de uma

produção que produzisse excedentes, destinados a trocas e, até mesmo, venda para o mercado interno nacional.

O “colonizar para civilizar”, pregado nas ações do estado, através de europeus que eram considerados mais evoluídos nos padrões sócio-culturais e econômicos, em comparação aos indígenas e aos nacionais que povoavam estas terras antes da implantação deste projeto, era a concretização do “colono ordeiro e trabalhador” imaginado pelos ideais positivistas.

O positivismo, assim como qualquer teoria, veio até nossa região para garantir um projeto com particularidades positivas e negativas, e, que, da mesma forma, até o momento, garante seus traços deixados. Através do Serviço de Proteção ao Nacional (SPN) e o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), maquiou dar proteção aos verdadeiros donos destas terras, porém, na prática, existiam algumas diferenças.

Coube a Frederico Westphalen, a tarefa de garantir que os ideais positivistas estivessem sendo implantados com sucesso nesta região do estado. Para isso, foi de fundamental importância, sua presença como responsável pela inspetoria de terras, e, como líder de destaque no cenário estadual.

Estes empreendimentos coloniais, no ano 2000, receberam de Sponchiado (2000), uma concepção, de que estaria havendo um constante empobrecimento, e que, já não eram mais, conforme idealizados no sonho positivista da época da colonização, e, para isso, ele propõe que os municípios possam sobressair-se buscando inovações, e, pautando a região em outras atividades desenvolvimentistas, cabe dizer que, hoje, em 2012, a região tem encontrado este viés, pautando-se em educação, através de políticas educacionais do governo federal implantadas na região, redefinindo seu perfil e definindo a região como Pólo Regional de Educação, buscando conhecimentos pedagógicos, técnicos e científicos que trarão novos rumos.

Analisar o processo migratório e colonizador da região do Médio Alto Uruguai, é uma tarefa que exige além de muita busca, o verdadeiro sentido da pesquisa histórica, uma ciência do presente,

que busca no passado, apoio para o entendimento das questões deste presente, através do questionamento dialético, investigativo e interpretativo das fontes às quais acessamos, e, as memórias materiais e imateriais existentes.

Por fim, é necessário, buscar através da pesquisa, respostas sobre como se constitui a diversidade de nosso país, podendo assim, haver um confrontamento de versões, e, com isso, um ganho para a história como uma ciência exploratória, investigativa, que incita as lembranças, e, que acima de tudo, nos faça enxergar as versões de sucessos e fracassos, lutas e disputas, que constituíram nossa sociedade, para que hoje, nos sirva de ponto de partida para nortear nossas ações, de forma a saber quem somos, e, de onde viemos, e, como iniciou a sociedade onde estamos inseridos, pois, conforme Castoriadis (1999), o historiador não é o que sabe, mas o que procura.

## Referências

AZEVEDO, T. *Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.

BERTONHA, João Fabio. As mil e uma Itálias. In: DIETRICH, Ana Maria. (Org.) *História Viva: Dossiê Imigrantes: Eles fizeram o Brasil*. São Paulo: Ed. Duetto Editora, 2011.

CASTORIADIS, Cornelius. “Paixão e conhecimento”. In: *Feito e a ser feito --- as encruzilhadas do conhecimento*, São Paulo, DP&A Editora, 1999.

COSTA, Rovílio, MARCON, Itálico. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes históricas*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1988. 224 p. ilustr.

FERIGOLLO, W. *Rostos e Rastros no Barril 1954-2004*. Frederico Westphalen: Pluma, 2004.

GALIOTO, Antônio, Pe. “O significado das capelas nas colônias italianas do Rio Grande do Sul.” In: DE BONI, Luis A. *Presença*



*italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. v. 1, p. 295-312.

ISAIA, A. Cr. *Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

JACOMELLI, Jussara. *Frederico Westphalen na lógica do Estado positivista-castilhistaborgista (1917-1930)*. Passo Fundo:UPF, 2002.

MANFROI, Olívio. *Emigração e identificação cultural – a colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1975.

OLKOSKI, Wilson. *História Agrária do Médio Alto Uruguai*. São Leopoldo: UNISSINOS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História regional e transformação social. In: SILVA, Marcos (Org.). *República em migalhas*. História regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.p.67-69.

POTRICH, Ivani Marilise; OLIVEIRA, João Almerindo de; KEMPKA, Paulo; HEMIELEWSKI, Sibila M, KLEIN, Remi.; *Manifestações da religiosidade cristã nas diferentes faixas etárias*. Rev. Pesquisas em ciências Humanas. Editora URI, Frederico Westphalen, 2001.

SANTOS, Miriam de Oliveira. A Colonização Italiana para o Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina C.(Org.) *Migrantes do Sul do Brasil*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2010.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e Nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. In: CASTRO, Mary Garcia (Coord.). *Migrações Internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001.

SPONCHIADO, Breno A. *Os positivistas e a colonização do norte do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2000.

VANNINI, I. A. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no RS*. Passo Fundo: UPF, 2004.

VANUCCHI, Aldo. *Cultura Brasileira: o que é, Como se faz*. São Paulo:LOYOLA, 2002.

## **O MAIS ILUSTRE FILHO DE SÃO LEOPOLDO: LINDOLFO COLLOR COMO UM DOS PRINCIPAIS SÍMBOLOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ**

Tiago de Oliveira Bruinelli<sup>1</sup>

*Resumo:* A partir de questões já propostas por autores como Pierre Bourdieu, Sabina Loriga, François Dosse e Peter Burke sobre o biografismo e sua estreita relação com a constituição da memória, busca-se oferecer subsídios para a problematização deste tema na construção de diferentes tipos de imagens e memórias sobre Lindolfo Collor através de alguns relatos de cunho biográfico. Envolvendo questões de interesses e objetivos diversos na constituição e manutenção da memória sobre essa personalidade, discutem-se brevemente aqui elementos desses relatos biográficos produzidos em sua grande maioria por intelectuais e pensadores ligados ao município de São Leopoldo, e suas tentativas de associar a imagem de Lindolfo Collor com o próprio município e com a imigração alemã, um pilar importante sobre o qual se fundamenta a História de São Leopoldo.

*Palavras-chave:* Imigração, Lindolfo Collor, Biografia, Memória, Representações.

---

Este estudo tem como principal objetivo propor questionamentos e visões sobre como diferentes relatos de cunho biográfico interpretaram, e de diferentes formas contribuíram para a construção de imagens e de memórias sobre Lindolfo Collor, considerado por um de seus principais biógrafos, como “o mais ilustre dos leopoldenses”. Os autores destes relatos, em diferentes contextos históricos, ressaltaram características para se compreender toda a “grandiosidade” da figura de Lindolfo Collor.

---

<sup>1</sup> Mestrando – Unisinos. E-mail: tiagobru@gmail.com.

Além disso, associaram, em diferentes graus, a figura de Lindolfo Collor ao município de São Leopoldo, bem como a uma das correntes migratórias que mais se destacou na história do município: a imigração germânica. Lindolfo Collor, dessa forma, foi utilizado como *símbolo* para realçar características que estes biógrafos acreditavam eixos norteadores da imigração germânica – e também por isso, sinônimo do “sucesso” da mesma – como a educação em rígidos moldes europeus, o cultivo da ética do trabalho, a firmeza de caráter, a importância do núcleo familiar, etc.

Serão selecionados três textos de intelectuais ligados ao município de São Leopoldo, como Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, S.J., Clodomir Vianna Moog e Telmo Lauro Müller.

O que pode ser entendido como uma “biografia” ou mesmo um “relato biográfico”? *Grosso modo*, poder-se-ia compreender tais termos como “a narração de uma vida, uma trajetória individual” (LIMA da SILVA, 2009, p. 152), e é assim que aqui eles serão classificados.<sup>2</sup> Vale lembrar que qualquer narração – incluindo a narração de uma vida, por exemplo – só é possível depois de um processo de seleção, descrição e análise. Já se inicia no processo de seleção de fontes o “objetivo” de narrar essa vida. Ou seja, essa narração não é *ingênuo*, ao contrário, é carregada de subjetividade.

Aqui se propõe pensar os relatos de cunho biográfico produzidos sobre Lindolfo Collor como *documentos* não necessariamente para se entender o personagem em si, suas ações políticas, ou mesmo suas inclinações psicológicas. Pensa-se em analisar tais relatos, tendo em vista as diferentes características destacadas pelos biógrafos em momentos históricos distintos, o que invariavelmente revela que *memórias* foram construídas sobre

---

<sup>2</sup> Atualmente, contudo, muitos discutem a “validade” desses relatos para a construção dos objetos históricos, sendo que muitos deles, segundo tais críticos, mais se aproximam de “romances”, por estarem carregados de subjetividade. E é nessa subjetividade que, dizem alguns críticos, existe a tensão do gênero biográfico: não ser de fato um método científico, e estar mais voltada para o ramo da ficção e do romance (DOSSE, 2009).

Lindolfo Collor – sobretudo como *símbolo* de todo um grupo social – e quais os possíveis objetivos disso.

Mesmo não sendo o objetivo principal “categorizar” tais relatos ou mesmo discutir a validade deles para a História, alguns elementos apontados por eles podem ser classificados com o que Benito Bisso Schmidt chama de “biografia tradicional”, quando os relatos “buscavam ou louvar ou denegrir os personagens enfocados, apresentando suas vidas como modelos de conduta positivos ou negativos para os leitores” (SCHMIDT, 1998, p. 13).

Nessas narrativas, o imigrante, que durante muito tempo, foi pensado como uma força de trabalho totalmente alheia ao contexto, sobretudo político em que vivia, não é uma realidade. O imigrante alemão do qual se fala nessas narrativas é o imigrante trabalhador, ético e próspero; mas também é o imigrante atento aos rumos da política nacional. Sendo assim, o biografado, surge como o maior exemplo desse tipo imigrante desejado: alemão, trabalhador, ligado à família, ligado à terra que o acolheu, é o jornalista, político de destaque, participante da Revolução de 1930, Ministro do Trabalho, etc.

Em diferentes momentos, intelectuais ligados ao município de São Leopoldo, que até os dias de hoje, tenta por diversos meios manter sua imagem de “berço da imigração alemã”<sup>3</sup>, associaram e enaltecem a imagem de Lindolfo Collor como um dos frutos da imigração germânica, considerada como um marco histórico da cidade, e também um dos principais motivos de seu progresso e desenvolvimento<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Em Dezembro de 2010, o município de São Leopoldo foi reconhecido como “Berço da Colonização Alemã no Brasil”, título que disputava com o município de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. O projeto de autoria do deputado federal Beto Albuquerque tramitava desde 2006, e foi aprovado no dia 14 de Dezembro de 2010 pela Comissão de Educação do Senado. Vale ressaltar que Nova Friburgo também recebeu imigrantes alemães, mas lá eles não teriam se instalado da mesma forma como em São Leopoldo.

<sup>4</sup> Apesar de não estar diretamente ligado ao Instituto Histórico de São Leopoldo, uma vez que sua obra, *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor*, foi publicada pela

Em linhas gerais, apesar da presença de diversas outras correntes migratórias, São Leopoldo, visando objetivos também turísticos, ainda tenta fortemente ligar sua história à presença do imigrante germânico. Um tipo de memória que é rememorada e fortalecida todos os anos na principal festa municipal, a *São Leopoldo Fest*, que tem por objetivo rememorar a chegada dos primeiros imigrantes germânicos à cidade.

A proposta desse estudo não é buscar a *veracidade* das afirmações feitas pelos relatos desses biógrafos, e sim, tentar compreender melhor que *representações* de Lindolfo Collor foram construídas pelos mesmos. No processo de construção existe uma seleção do que *é* e do que *não é* memória; de elementos que serão lembrados, e daqueles que serão esquecidos. Jacques Le Goff nos diz que, “a memória, como propriedade de conservar certas informações (...)” permite que o homem possa “(...) atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 423).

A memória, para Walter Benjamin (1994, p. 224), ao se articular com o passado, não descreve esse passado como um objeto físico. Por isso mesmo, não há uma *verdade* para ser alcançada, e sim um processo de construção e reconstrução de sentidos e significados. Assim, a memória não é um simples depósito de fatos passados, mas um processo sempre ativo de criação de sentidos para o tipo de passado que se quer buscar (PORTELLI, 1993, p. 41).

---

editora Lunardelli, de Santa Catarina, Licurgo Costa é bastante enfático em “encontrar” uma razão para o brilhantismo de Lindolfo Collor: ele era descendente de alemães! Para esse autor, que citou alguns psicólogos ao afirmar que “a personalidade humana se forma entre os quatro e os oito anos de idade [...]” (1990, p. 14); a educação recebida por Lindolfo Collor nessa faixa etária foi responsável pela sua atuação brilhante, mais tarde, em todos os setores nos quais se destacou. COSTA, Licurgo. *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor*. Florianópolis – SC: Lunardelli, 1990.

## Diferentes usos do biografado

O primeiro relato analisado é *Filhos Ilustres de São Leopoldo*, da autoria do Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, S.J., citado por diversos autores posteriores. O Pe. Luiz Gonzaga Jaeger é tido como um dos primeiros biógrafos de uma série de personalidades “ilustres”, sendo Lindolfo Collor uma delas. Muitos relatos biográficos posteriores farão menção e referências à obra de Gonzaga Jaeger. Seu texto foi publicado em 1947 nos *Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo*, fruto do Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo de 1946, na comemoração do primeiro centenário da elevação de São Leopoldo à categoria de vila.

Para este autor, “Collor enveredou desde muito jovem pela estrada da luta. Lutou durante toda a vida (...)” (JAEGER, 1947, p.109). Seu relato conta sobre a infância humilde de Lindolfo Collor, nascido Lindolfo Boeckel em 1890 – filho de um homem pobre, João Boeckel, sapateiro e músico, e de D. Leopoldina Boeckel, ambos descendentes dos primeiros imigrantes alemães que chegaram a São Leopoldo em 1824. Com a morte de seu pai biológico, sua mãe casa-se novamente, com João Antônio Collor, de quem Lindolfo passa a incorporar o sobrenome, devido, segundo o autor, à sua “sonoridade”<sup>5</sup>. Luiz Gonzaga Jaeger tem o cuidado em nos informar que o segundo esposo da mãe de Lindolfo, esse sim era um “alemão nato” (JAEGER, 1947, p. 110).

O relato de Gonzaga Jaeger continua versando sobre a infância e adolescência de Lindolfo, quando ele consegue um emprego no *Jornal do Comercio*. Lá, diz o autor, Lindolfo estava sempre às voltas com disputas com outros jornalistas, mas “coisa rara naquela idade, não se inflamava, não se excedia nos conceitos, não se desmandava no estilo” (JAEGER, 1947, p. 110). Era,

---

<sup>5</sup> Parece que para Lindolfo Collor, a adoção do sobrenome do padrasto não tinha necessariamente a intenção de enaltecer as raízes germânicas de sua descendência, e sim até, disfarçá-las, pois o sobrenome do padrasto teria sido “aportuguesado” por Lindolfo para “Collor”, pois segundo Grijó (2002), o sobrenome original em alemão era “Color”, com uma entonação natural na última sílaba.

portanto já na sua adolescência, um “modelo” do que viria a ser mais tarde na vida política.<sup>6</sup>

Gonzaga Jaeger informa também sobre a lenta ascensão política de Lindolfo, suas dificuldades em disputar espaço com outros personagens da época em âmbito acadêmico; uma vez que Lindolfo não tinha condições financeiras de estudar nos cursos mais prestigiados de então: Direito, Medicina, Engenharia. Ao invés disso, cursou Farmácia. Depois, contudo, o autor tem o cuidado em nos lembrar que Lindolfo Collor formou-se “pela Academia de Altos Estudos Sociais, Jurídicos e Econômicos, matéria que veio a ser a da sua especialidade” (JAEGER, 1947, p. 111).

Uma das tônicas do relato de Luiz Gonzaga Jaeger está no processo “revolucionário” de 1930, que é onde Lindolfo Collor se destaca de forma mais atuante, sendo que depois da posse de Getúlio Vargas, torna-se o primeiro Ministro do Trabalho. O relato prossegue sobre como Lindolfo angariou respeito e fama entre seus pares políticos, sendo convidado por Borges de Medeiros para ser porta-voz d’A *Federação*, jornal do Partido Republicano Riograndense.

Segue mostrando a destacada atuação política durante a Revolução de 1930, ainda ao lado de Getúlio Vargas, o período entre 1930 e 1932, quando é Ministro do Trabalho, e a posterior guinada política, quando se coloca contrário ao poder central de Vargas, e cai num período de ostracismo político até sua morte em 1942.

Para finalizar seu relato, Luiz Gonzaga Jaeger, comenta que Lindolfo Collor faleceu “em 21 de Setembro de 1942, aos 52 anos de vida”. Desde muitos anos Lindolfo sofria de uma insuficiência cardíaca que deve ter se agravado – o autor não tem certeza do

---

<sup>6</sup> O comedimento, a retidão e a justa medida atribuídos a Lindolfo Collor o aproximavam daqueles mesmos autores grego-romanos que Lindolfo Collor lia quando era criança (MAROBIN, 1991, p. 37), e que vai citar mais tarde em sua produção. Exceder-se, vale lembrar, é para as pessoas comuns. Mas uma narrativa biográfica, por mais imparcial que seja retira o biografado da condição de “pessoa comum”, pelo simples fato do biógrafo reconhecer alguma potencialidade ou faceta ainda não trabalhada na figura de um biografado.

motivo – pelo acidente automobilístico envolvendo Getúlio Vargas, ou pela prisão sem motivos de Lindolfo Collor, que resultou em um forte abalo moral (JAEGER, 1947, p. 111).

Luiz Gonzaga Jaeger escreveu seu relato em 1946. Assim como biógrafos posteriores, ele enfatiza o momento de discórdia política – e mais tarde pessoal – entre Lindolfo Collor e Getúlio Vargas, tanto que se refere à Vargas em seu texto quase sempre como “o Ditador”. Luiz Gonzaga Jaeger destina também um espaço de sua narrativa para o ostracismo político de Lindolfo Collor, bem como as perseguições que o biografado enfrentou durante o Estado Novo de Vargas (1937-1945).

O momento político em que Luiz Gonzaga Jaeger escreve situa-se na presidência de Eurico Gaspar Dutra, que assumiu depois da saída de Getúlio Vargas em 1945. Vale lembrar que Vargas voltaria à presidência – dessa vez de forma direta e democrática – em 1951. Nesse interregno, Luiz Gonzaga Jaeger já enfatiza a discordância política entre Vargas e Collor. Vale lembrar que o Primeiro Congresso de História e Geografia de São tem como principal proposta focar a vida política do município, elencando personalidades que o destacaram em âmbito maior.

Nesse sentido, por exemplo, Luiz Gonzaga Jaeger comenta sobre algumas dessas personalidades. O ano de 1946, portanto, o ano do Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo coincide com as comemorações do centenário da criação da Vila de São Leopoldo, em 1846, quando a região desmembra-se de Porto Alegre e passa a ser classificada como “vila”.

No discurso de abertura do Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo, o prefeito de então, Carlos de Souza Moraes, afirmou que,

Os problemas, para nós do sul tão interessantes, sugestivos e respeitáveis, de miscigenação, assimilação e aculturação de correntes da imigração germânica para São Leopoldo, deveriam, mais particularmente, merecer atenção de nossos estudiosos.  
(Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo, 1947)



Naquele ano – 1946 – houve a tentativa do município de São Leopoldo, em data comemorativa, produzir uma série de trabalhos e estudos sobre personalidades leopoldenses que se destacaram em diferentes áreas. Em grande medida também, esse destaque é direcionado à personalidades ligadas à imigração alemã, apesar de o município não contar exclusivamente com essa corrente migratória.

Nesse sentido, Lindolfo Collor é escolhido como uma das personalidades de descendência germânica, natural de São Leopoldo, que “prosperou”. Seria ele um bom exemplo daquilo que o prefeito Carlos de Souza Moraes chama de “aculturação”, pois o próprio termo refere-se aos possíveis acontecimentos a uma sociedade, quando ela funde-se com elementos culturais externos. O resultado, nesse caso, seria Lindolfo Collor, filho de imigrantes germânicos pobres que prosperou e se tornou, entre outras coisas, o primeiro Ministro do Trabalho que o Brasil teve.

No relato *O Leopoldense Lindolfo Collor*, de Clodomir Vianna Moog (1976), aparecem elementos de cunho biográfico em um relato com forte carga testemunhal. Vianna Moog conheceu pessoalmente Lindolfo Collor e se propôs em seu texto a traçar o “retrato histórico e caracterológico do mais ilustre dos leopoldenses” (MOOG, 1976, p. 19). Ele inicia seu relato comentando seu grande desejo de produzir uma biografia sobre “seu amigo” Lindolfo Collor, que “como toda gente sabe, ou talvez não saiba, dado o silêncio que se foi feito em torno de seu nome, foi o primeiro Ministro do Trabalho do Brasil” (MOOG, 1976, p. 19).

Vianna Moog conta sobre a grande importância que Lindolfo Collor dava a seu local de origem: São Leopoldo. Fundamenta tal afirmação no fato de que Lindolfo Collor, numa coletânea de artigos compilados e transformados em livro depois de sua morte, obra intitulada *Sinais dos Tempos*, rememora de forma saudosista aspectos da infância em sua “terra natal”. Pensando no valor dado por Collor a seu local de origem, e levando essas memórias em consideração, Vianna Moog entende que, “(...) São Leopoldo havia de ser o lugar adequado para os depoimentos a surgir sobre sua vida e sua obra” (MOOG, 1976, p. 19).

Quem relata a vida – ou momentos da vida – de alguém, como não poderia deixar de ser, tem intenções bem marcadas; e isso fica evidente em várias passagens do texto de Vianna Moog. François Dosse afirma, por exemplo, a existência do que ele chama de “imperativo da empatia”, ou seja, momentos nas narrativas biográficas ou testemunhais, onde o biógrafo sente uma necessidade natural de evocar “sua dívida para com o biografado” (DOSSE, 2009, p. 371). Ainda para Dosse (2009), um biógrafo pode se tornar um agente engajado, ou mesmo uma testemunha, tendo interesses apologéticos ou com fins de detração sobre o biografado.

Já no Ministro do Trabalho, Vianna Moog comenta que Lindolfo Collor propôs uma série de medidas econômicas que visavam o bem estar dos trabalhadores. “Será preciso mais para perceber a qualidade de pensador social que foi Lindolfo Collor?” – pergunta-se Vianna Moog. Ele mesmo responde: “Cuido de que não” (MOOG, 1976, p. 32).

Em vários momentos de seu testemunho, ao falar de Lindolfo Collor, Vianna Moog fala um pouco de si mesmo. François Dosse se pergunta: “Por que se escrevem biografias? Nunca, sem dúvida, alguém escreveu a vida de outro homem só com vistas ao conhecimento” (DOSSE, 2009, p. 96). Dosse segue afirmando que em geral, os biógrafos não se dão conta disso, mas quando se escreve sobre a vida de alguém, se tem a pretensão mesmo velada, de lançar uma visão totalizante da vida do biografado, e também projetar características próprias nele.

E no caso de Vianna Moog, que conheceu pessoalmente Lindolfo Collor, e em diversos momentos se coloca na posição de “narrador/testemunha”, seu relato parece falar também de sua própria importância, mesmo que pequena, em diversas passagens da vida de Lindolfo Collor. Algo como uma participação modesta, porém presente, dada a amizade com ele, em assuntos de relevo nacional. Mais do que isso, por estar presente pode propor um relato *único*, fruto de suas memórias – únicas e intransferíveis – a respeito dos eventos e do próprio biografado.

Sendo assim, ele e somente ele poderia produzir tal narrativa, pois lá estava, e lá viveu a experiência de forma única. Essa pequena

“participação” do narrador como protagonista tende a gerar um sentimento de “confiança” em sua narrativa. O biógrafo não se utiliza de nenhuma outra “fonte” – de caráter mais acadêmico, por exemplo – que não ele mesmo. Confia apenas em sua memória sobre o evento. Memória essa, *reconstruída* para o público leitor tantos anos depois<sup>7</sup>.

O texto de Vianna Moog foi apresentado em 1976. Dois anos antes, em 1974, o Rio Grande do Sul comemorava o Sesquicentenário da Imigração Alemã, e o governador do Estado na ocasião nomeou uma comissão que tinha por objetivo resenhar textos e coletar pesquisas e o mais variado material que resultaram no Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs, ocorrido em São Leopoldo em 1974. O Simpósio teve grande repercussão, e foi resolvido que ele deveria se realizar novamente a cada dois anos.

Em 25 de julho (data da chegada dos imigrantes alemães em São Leopoldo, e até hoje feriado municipal) de 1975 foi fundado o Instituto Histórico de São Leopoldo, tendo como diretor, Telmo Lauro Müller. Portanto, assim como o texto do Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, o texto de Vianna Moog foi apresentado num simpósio marcado igualmente por uma data comemorativa do município de São Leopoldo. E novamente, assim como em 1974, o principal objetivo desse Simpósio seria o de destacar personalidades ligadas a São Leopoldo, sobretudo àquelas descendentes de alemães, grupo imigrante caro à história do município.

Assim, o relato testemunhal de Vianna Moog destaca pontos na vida de Lindolfo Collor que apenas Vianna conhecia, pois ele era amigo de Lindolfo Collor, como afirmou. Mais do que isso, como

---

<sup>7</sup> Sobre essa relação que o narrador estabelece, colocando-se em posição de testemunha – e que acessa isso através de suas memórias, Beatriz Sarlo afirma tratar-se de uma “fetichização da verdade testemunhal”, onde o “ter vivido” a situação reveste-se de uma forte carga emocional para o leitor, afastando a desconfiança que ele possa desenvolver em relação ao testemunho como um todo. Isso gera, ainda segundo a mesma autora, uma “confiança ingênua na primeira pessoa e na lembrança do vivido” (SARLO, 2007, p. 48).

esse biógrafo também destaca em seu texto, a descendência germânica de Lindolfo Collor era um fator a ser considerado para se melhor compreender sua grandiosidade tanto como jornalista, escritor, Ministro do Trabalho, etc., mas também para se compreender a rigidez moral e a firmeza de opiniões de seu biografado.

O texto *Lindolfo Collor fruto da imigração alemã*, da autoria de Telmo Lauro Müller, diretor do Instituto Histórico de São Leopoldo, foi publicado em 1990. Nesse ano se comemorava o centenário do nascimento de Lindolfo Collor. E nesse texto de caráter biográfico, seu autor nos fala da necessidade de “recordar Collor como filho dessa cidade” (MULLER, 1990, p. 210), fazendo referência a Lindolfo Collor ter nascido na cidade de São Leopoldo.

Telmo Lauro Müller foi diretor do Instituto Histórico de São Leopoldo até seu falecimento em 09 de janeiro de 2012. Era considerado uma das maiores referências da história alemã no Brasil, e principalmente em São Leopoldo. Foi idealizador e fundador do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, e no Instituto Histórico de São Leopoldo ocupava a cadeira de nº 19, cujo patrono era Lindolfo Collor.

O município de São Leopoldo, vale lembrar, originou-se da Feitoria do Linho Cânhamo, empreendimento comercial do Império Português de cultivo de diversos produtos, sobretudo o cânhamo ligado à produção têxtil. Antes da chegada dos alemães, em 1824, havia forte presença da mão de obra escrava africana – que convém afirmar, não termina com a chegada dos alemães. Telmo Lauro Müller é enfático, por exemplo, ao afirmar que a história “oficial” de São Leopoldo começa com a imigração alemã de 1824. Mais ainda, ele diz que a própria história do Rio Grande do Sul pode ser dividida em *antes* e *depois* dessa data (MULLER, 1990, p. 211)<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Telmo Lauro Müller chegou a reconhecer que a presença da mão de obra africana, e as constantes disputas entre portugueses e espanhóis que grassavam a região, eram as responsáveis pelo parco desenvolvimento da Feitoria. Isso terminaria em 1824, com a chegada dos imigrantes alemães. Afirma ele que, “à

Para esse autor, a Feitoria do Linho Cânhamo (que dará origem à cidade de São Leopoldo), de colonização portuguesa, não podia obter resultados favoráveis, uma vez que o português estava mais voltado para a disputa contra os espanhóis do que em desenvolver a terra. Os escravos africanos que aqui viviam eram indolentes, uma vez que seu trabalho era, de fato, escravo; portanto, sem compromisso com o desenvolvimento da região.

A “operosidade” do imigrante alemão que chega em 1824 se dava em diversos âmbitos, e para o autor, ela pode começar a ser procurada pelos sobrenomes desses imigrantes. Dizia ele que o alemão se reconhece pela própria atividade que exerce: o artesão era *Handwerker*, o tecelão era *Weber*, o sapateiro era *Schuster*, etc. esses sobrenomes são conhecidos na atualidade, e segundo o autor, eles já indicavam o desejo de trabalhar e prosperar desses primeiros imigrantes.

Citando trechos de discursos e passagens de textos redigidos para jornais, o autor afirma que o próprio Lindolfo Collor comungava em partes dessa ideia, e sempre que possível, a explicitava. O autor cita trechos de um discurso que Lindolfo Collor fez em um jantar comemorativo ao seu retorno a São Leopoldo. Nesse discurso, Lindolfo fala da “operosa estirpe dos Boeckel” (nome do meio de Lindolfo Collor, herdado de seu pai biológico) e “de sua perfeita adaptação ao meio brasileiro”, onde “amaram e serviram a colônia, a vila, a cidade, o município”, buscando “sua dignidade e seu engrandecimento” (MULLER, 1990, p. 213).

Segundo Telmo Lauro Müller ainda, Lindolfo Collor fazia um bom “uso político” de sua origem germânica. O autor menciona – mesmo que não cite a fonte primária – um discurso de Lindolfo Collor proferido na cidade de São Leopoldo por ocasião de um jantar oferecido em sua homenagem. Nesse discurso, Lindolfo diz:

---

base disso podemos concluir que não era a terra e, sim, outro fator responsável pelo fracasso econômico do estabelecimento imperial” (MULLER, 1990, p. 68).

...voltando de novo à minha terra natal, à terra dos meus pais e dos meus primeiros sonhos (...) Contam-se os meus antepassados, da operosa estirpe dos Boeckel [*nome do pai biológico de Lindolfo*], entre os mais antigos povoadores deste trecho da terra rio-grandense. Rememoro-lhes comovidamente o trabalho fecundo que desenvolveram em benefício da nascente comunhão social (...) aqui vieram, buscando uma nova pátria, trabalhar lealmente pela sua dignidade e seu engrandecimento. (COLLOR, 1929 apud MULLER, 1990, p. 213)

Seja para ressaltar elementos considerados importantes por um grupo familiar, uma classe política, ou mesmo um grupo étnico, tanto a biografia quanto a memória se inserem no que Chartier (2002) classifica como “representações”. Tais representações podem ser baseadas em instâncias coletivas ou indivíduos singulares, mas “marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe” (CHARTIER, 2002, p. 73).

Nessa perpetuação da existência de um grupo, uma memória – e o relato biográfico é uma de suas muitas formas de construção – está sujeita a hierarquias e classificações. Dessa forma, essa memória também define o que é comum a um grupo, o que o diferencia dos outros; enfim, “fundamenta e reforça sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” (POLLAK, 1989, p. 3).

### **Considerações “finais”: contextos distintos, diferentes facetas**

Nesse sentido, esses intelectuais que escreveram sobre Lindolfo Collor – muito provavelmente por serem descendentes de imigrantes alemães, ou por estarem ligados a um município que em diferentes momentos se utilizou da figura de Lindolfo Collor – escreviam, antes de qualquer coisa, sobre eles mesmos. A projeção da figura de Lindolfo Collor parece ter sido utilizada como um elemento “positivo” para a memória que se queria construir sobre São Leopoldo em momentos bem marcados.

Vale ressaltar também que as datas dessas produções são datas comemorativas da cidade. O texto do Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, em 1946, foi produzido na época da comemoração do centenário da

elevação de São Leopoldo à categoria de vila. O de Clodomir Vianna Moog, *O leopoldense Lindolfo Collor*, em 1976 foi apresentado no II Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs, promovido pelo Instituto Histórico de São Leopoldo, fundado um ano antes, em 1975. Uma das prerrogativas desse simpósio foi a de justamente elencar figuras de destaque do município, assim, “considerando a contribuição que São Leopoldo sempre deu à cultura do Rio Grande” (*Anais do II Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs*, 1976. p. 10).

O relato de Telmo Lauro Müller foi produzido em 1990, no IX Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs, portanto, no centenário de nascimento de Lindolfo Collor. Telmo Lauro Müller ressalta, em seu texto, a importância de relembrar Lindolfo Collor como “filho dessa cidade (...) Era preciso lembrar Collor como fruto da imigração que aqui começou em 1824” (MULLER, 1990, p. 211).

Mas, além disso, o relato de Telmo Lauro Müller ainda pode se encaixar em um contexto maior do que o municipal. O ano de 1990, não se pode esquecer, além do centenário de nascimento de Lindolfo Collor, também marca o início da gestão presidencial de Fernando Collor de Mello, neto de Lindolfo Collor.<sup>9</sup>

Para esses intelectuais, Lindolfo Collor foi um “grande homem”, um homem que “fez história”. E para eles também é possível perceber, utilizando as palavras de Sabina Loriga, que “as qualidades pessoais, inclusive as dos grandes homens, não bastavam para explicar o curso dos acontecimentos e era preciso levar em consideração as instituições e o meio (a raça, a nação, a geração, etc.)” (LORIGA, 1998, p. 231).

---

<sup>9</sup> É bom lembrar também que os finais dos anos 1980 e início dos 1990 viram a publicação de duas obras biográficas de maior repercussão sobre Lindolfo Collor: *O retrato de Lindolfo Collor*, de Leda Collor de Mello – filha de Lindolfo – publicado em 1988, ano anterior ao início da campanha presidencial de Fernando Collor; e *Ensaio sobre Lindolfo Collor*, de Licurgo Costa<sup>9</sup>. Poderíamos falar de um “resgate” da figura de Lindolfo Collor nos finais da década de 1980 e início da década de 1990?

Assim, Lindolfo Collor foi utilizado em diferentes momentos como *símbolo* do desenvolvimento político, cultural e intelectual de São Leopoldo, bem como personagem que em si, sintetizou toda a operosidade e o “desejo de desenvolvimento” do grupo imigratório alemão, que teve importante destaque na história e também está fortemente presente na memória do próprio município de São Leopoldo.

## Referências

*Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo*. 1846 – 1946. Porto Alegre – RS: Livraria do Globo, 1947.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo – SP: Brasiliense, 1994.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia – a História entre Certezas e Inquietude*. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2002.

COSTA, Licurgo. *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor*. Florianópolis – SC: Lunardelli, 1990.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico – escrever uma vida*. São Paulo – SP: EDUSP, 2009.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Apóstata do Germanismo ou Alemão Arrivista: a trajetória de Lindolfo Collor até a Revolução de 1930*. In: Anos 90. Porto Alegre – RS. N° 15, 2001/2002: Editora da UFRGS, p. 25-35.

JAEGGER, Pe. Luiz Gonzaga. Filhos ilustres de São Leopoldo. In: *Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo*. Porto Alegre-RS: Livraria do Globo, 1947.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas-SP: UNICAMP, 1990.

LIMA da SILVA, Wilton Carlos. Biografias: construção e reconstrução da memória. In: *Fronteiras*. Dourados-MS, vol. 11, n. 20. Jul/Dez 2009. p. 151-166.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Tradução de



Dora Rocha. Rio de Janeiro – RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 225-249.

MAROBIN, Luiz. Lindolfo Collor – jornalista e escritor. In: *Estudos Leopoldenses*. Vol. 27. n.122, Março/Maio, 1991. UNISINOS.

MOOG, Clodomir Viana. O Leopoldense Lindolfo Collor. In: *Anais do II Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs*. Instituto Histórico de São Leopoldo – RS. 1976. p. 19-41.

MÜLLER, Telmo Lauro. Lindolfo Collor fruto da Imigração Alemã. In: *Anais do IX Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs*. Instituto Histórico de São Leopoldo-RS, 1990.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro- RJ: CPDOC/FGV, 1989, p. 3-15

PORTELLI, Alexandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. In: *Projeto História*. São Paulo – SP, n.10, p. 41-58, 1993.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado* – Cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo – SP: Companhia das Letras; Belo Horizonte – MG: UFMG, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias ... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro-RJ, n. 19, 1998.

# **AS VIVÊNCIAS DOS PERNOITES: O MOMENTO DE ESCRITA E REFLEXÃO DE SAINT HILAIRE EM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA (RS)**

Maicon Diego Rodrigues<sup>1</sup>

*Resumo:* Esta pesquisa analisa o processo que envolve a construção de imaginários e representações sobre Santo Antônio da Patrulha, tendo como ferramenta de pesquisa os relatos de Auguste de Saint Hilaire, sob a perspectiva dos estudos de memória e da representação social, principalmente, no que tange aos aspectos da imigração açoriana ocorrida no município, às condições sociais em que viviam, às questões de religiosidade de seus moradores e o papel desempenhado pelas mulheres naquela sociedade, ressaltando os relatos como fonte de pesquisa. Além disso, verificar as informações contidas nos relatos, relacionando-as com a história já enraizada no município, a fim de analisar as diferenças encontradas nesta comparação de fontes.

*Palavras-chave:* Imaginários social, relatos, memória, Saint Hilaire.

---

## **Considerações iniciais**

O presente trabalho analisa, a partir da perspectiva da investigação histórica, os relatos do viajante botânico Auguste de Saint-Hilaire, na sua obra “Viagem ao Rio Grande do Sul” sobre Santo Antônio da Patrulha, mais precisamente, quando esta aborda sua passagem pelas terras do lugar chamado Pitangueiras (atual bairro do município) e pela estância de Manuel de Barros.

A discussão foi direcionada no sentido de contrapor os relatos, escritos pelos historiadores e memorialistas, que versam sobre o município, com a obra do Monsenhor Rubens Neis, intitulada “Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado,

---

<sup>1</sup> Licenciado em História pela FACCAT (2010) e Mestrando em História pela Unisinos (2012) / Bolsista Capes. Professor do Colégio Santa Teresinha (Taquara-RS). Email: maicondiegorodrigues@gmail.com.

surge Santo Antônio da Patrulha” e o relato de Saint-Hilaire no período de 1820, época da sua passagem por Santo Antônio da Patrulha.

A análise delimitou como focos de pesquisa os seguintes questionamentos: quais imaginários sociais o relato de Saint-Hilaire traz sobre Santo Antônio da Patrulha e seus moradores? Quais as discrepâncias de informações que emergem na contraposição do relato de Saint-Hilaire com o que foi escrito pela história local?

Tendo como ferramenta o gênero “relato”, que é um tipo de documento que possibilita a construção de um novo enfoque sobre a história e a sociedade patruhense no decorrer de seu desenvolvimento, proporcionando ao historiador a reflexão sobre o papel da história na construção da sociedade em que se vive. Cabe ressaltar que, atualmente, a história do município está sendo recontada através de novas formas, visando construí-la sob novos enfoques, percebendo novos personagens e novos condicionantes históricos que fizeram parte da construção e desenvolvimento da cidade através dos tempos.

Com este aporte, dá-se sequência à proposta de, inicialmente, mostrar o que os historiadores escreveram sobre o município, para depois disso, apresentar o relato do viajante francês, cotejando-o com as informações presentes na história documentada do município.

### **Santo Antônio da Patrulha: o contexto histórico na versão de alguns historiadores**

A análise da história de Santo Antônio da Patrulha remonta a episódios anteriores a instalação do município, quando o Brasil passava por um período de definição dos seus limites meridionais<sup>2</sup>,

---

<sup>2</sup> Todavia, a fronteira era vista por muitos como fator de aproximação de interesses, já que ali ocorriam intercâmbios econômicos e sociais, e não como elemento divisório. Com a finalidade de concluir o avanço das frentes de expansão até o rio da Prata, Portugal cria em 1680 a Colônia de Sacramento, grande entreposto comercial, que visava rivalizar com Buenos Aires no comércio das

nesse período houveram várias incursões de tropas portuguesas rumo a Sacramento. Em uma destas incursões, os portugueses que iam para a fronteira descobriram as “Vacarias do Mar e dos Pinhais”<sup>3</sup>, rebanhos de gado que, posteriormente, iriam abastecer o centro do país como força motriz para os engenhos e para as minas, além de fornecer charque, o alimento dado aos escravos.

Em 1725, como reação à passagem de Roque Zória com um grupo de castelhanos por Laguna, em agosto de 1722, trazendo considerável tropa de gado vacum e muar; em direção a São Paulo e Minas Gerais, foi montada uma expedição comandada por João de Magalhães. Este saiu de Laguna com destino à Campanha do Rio Grande para estabelecer estâncias e impedir que espanhóis ou seus aliados, tapes ou minuanos, ali fundassem povoações. (ESPÍRITO SANTO in BOEIRA; GOLIN, 2006, p.34)

Conforme Espírito Santo, confirma-se o interesse na apropriação da prata escoada pelo estuário do Prata, além da extração de couro e sebo do gado das vacarias missioneiras. Outro grande interesse ressaltado pelo autor era o gado muar, mais resistente ao processo de tropeadas. A ligação da Colônia de Sacramento com São Paulo, iniciou em 1727, contudo esse caminho adquiriu novos contornos “(...) através de um caminho que Cristovão Pereira de Abreu iniciou a percorrer em 1732, levando para Minas Gerais uma tropa de mais de três mil muares, onde chegou em 1735 (ESPÍRITO SANTO in BOEIRA; GOLIN, 2006, p.34).”

Com o desenvolvimento da economia sul-rio-grandense visando o fornecimento de produtos e animais para outras regiões de

---

mercadorias e minerais que seguiam na via fluvial. Este fato fomentou conflitos militares entre as partes, já que ambas acreditavam ter o direito de ocupação destas terras. O território atual do Rio Grande do Sul sofreu várias mudanças nesse período, vários tratados foram firmados no campo diplomático a fim de resolver este impasse. Por fim, através do Tratado de Madri, ficou acertado que a colônia de Sacramento pertenceria à Espanha, e o território sul-rio-grandense, incluindo as reduções dos “Sete Povos”, pertenceria a Portugal.

<sup>3</sup> Rebanhos de gado xucro, que estavam soltos e se reproduzindo no território sul-rio-grandense, desde o fim das Missões, local onde estes animais estavam sendo criados.

grande importância para a Colônia portuguesa na América (região mineradora e a região açucareira), tem início um processo de cobrança de taxas para o trânsito na Estrada dos Tropeiros. Essa cobrança era realizada em um posto (pedágio) chamado de “Guarda”, posteriormente por volta de 1752, chamado “Registro”, às margens da estrada, sendo administrado por um funcionário da Fazenda Real, o Provedor do Registro, por um oficial do exército e por soldados dragões. No intuito de que nenhuma tropa burlasse o sistema de cobrança de impostos, um destacamento de soldados realizava patrulhas nos arredores.

Os primeiros povoadores perceberam a importância das reservas de gado vacum e muar para a economia local e colonial, desenvolvendo os caminhos por onde as tropas seguiam, “definindo a ocupação e a economia dos espaços sociais abrangidos por sua atuação”, (BARROSO in BOEIRA; GOLIN, 2006, p.172) e alterando paisagens e relações sociais.

Ao longo desse caminho, indivíduos foram se instalando e solicitando à Coroa portuguesa sesmarias como meio de posse para ditas terras. Na visão do governo, o processo de concessão de sesmarias<sup>4</sup> visava criar condições para assegurar o domínio das terras do Rio Grande de São Pedro, através do panorama de ocupação já exposto anteriormente.

Para complementar o projeto de povoamento destas terras, iniciou-se o processo de imigração açoriana, a fim de radicar elementos portugueses nestas paragens. No entanto, devido às dificuldades ocasionadas com o Tratado de Madri e a Guerra Guaranítica, os açorianos foram deslocados para as terras patrulhenses oficialmente em 1771 (28 casas)<sup>5</sup>. Apesar disso, passaram por um momento de instabilidades e incertezas quanto à demarcação de terras e à disponibilização de instrumentos e

---

<sup>4</sup> Terrenos incultos ou abandonados, entregues pela monarquia portuguesa, desde o século XIII, a pessoas que se comprometiam a colonizá-los dentro de prazos previamente estabelecidos. (AZEVEDO, 1999, p. 415)

<sup>5</sup> Informação repassada pela historiadora Véra Barroso (BARROSO in BARROSO, 1993, p. 36).

sementes para o início do período de residência em terras sul-rio-grandenses.

Por volta de 1732, Francisco de Brito Peixoto solicitou à Coroa as terras entre o rio Tramandaí e a cidade de Rio Grande. Assim, as primeiras sesmarias foram concedidas e o litoral aos poucos foi sendo ocupado. Na região onde se localiza Santo Antônio da Patrulha<sup>6</sup>, houve várias doações de sesmarias, e um dos primeiros sesmeiros foi Manuel de Barros Pereira, que se estabeleceu ao sul da Lagoa dos Barros. Neis sugere que,

(...) logo após a abertura da “estrada dos Conventos” Manuel de Barros, como tropeiro, tenha vindo para o sul. Em 3 de julho de 1734 ele assinou em São Paulo, juntamente com o Padre Manuel da Silva Albuquerque e Antônio Lopes Cardoso, este último proprietário de terras perto de Itapoã, uma representação contra as pretensões de Brito Peixoto, que pediu ao Rei de Portugal para si e suas famílias toda a extensão das terras desde Tramandaí até São José do Norte. Pela representação se depreende que Manuel de Barros já conhecia perfeitamente o Rio Grande, e que tinha aqui seus interesses (NEIS, 1975, p.79).

Manuel de Barros construiu fortuna no Rio Grande de São Pedro, possuindo várias fazendas em diferentes locais do estado. Adquiriu notoriedade entre as pessoas influentes da sociedade sul-rio-grandense da época. Aos vinte e nove anos de idade, teve uma filha com uma de suas escravas, chamada Tereza Pereira de Jesus. À filha deu o nome de Margarida da Exaltação da Cruz, sendo também reconhecida como Margarida de Barros Pereira. Neis diz que, “Barros teve grande amor à sua filha Margarida da Exaltação, e procurou dar-lhe educação esmerada (...) e escrevia com bastante perfeição (NEIS, 1975, p. 82)”.

---

<sup>6</sup> Segundo Neis (1975, p.30) “a denominação Santo Antônio da Patrulha surgiu em documentos oficiais a partir de 1760, tendo como motivo a construção da primeira capela em honra de Santo Antônio, sendo que a denominação Patrulha ressalta o lugar onde o Registro que fiscalizava as estradas e cobrava os impostos estava localizado.”

Entretanto, na história de Santo Antônio da Patrulha outro personagem que teve importante papel foi Inácio José de Mendonça que, por volta do ano de 1743, veio para o sul com sua família e estabeleceu-se onde está localizada a cidade atualmente. Era membro da patrulha, ou seja, um soldado que trabalhava no Registro. Após a morte de sua segunda esposa, Inácio José de Mendonça apaixonou-se por Margarida da Exaltação da Cruz. Ele, naquele período, contava mais de quarenta anos de idade e ela, treze anos. O romance não era permitido pelo pai da jovem, Manuel de Barros, que acreditava que sua filha deveria se casar mais tarde, já que “(...) era a herdeira universal de seus bens e tinha muitas possibilidades na vida (NEIS, 1975, p. 115)”.

Mesmo contra a vontade de Manuel de Barros, Inácio e Margarida cientes dos sentimentos mútuos, mantiveram contato, a fim de fazerem o contrato de casamento. Margarida então escreve um bilhete para Inácio declarando sua vontade de contrair matrimônio:

Eu Margarida da xsaltação (sic!) prometo a Deus e à Virgem Maria de me casar com Inácio José de Mendonça por ser minha livre vontade e sem constrangimento (sic!) de nigem (sic!) à minha livre vontade lhe faço este co (sic!) que peço a V. Mercê me queira (... falta uma palavra) de casa de meu pai efeito casa sua amte. Margarida da XSaltação (sic!). (MENDONÇA, Ignacio José de & Cruz, Margarida da Exaltação da. Autos Matrimoniais. Viamão, 1755. f. 7 (Porto Alegre. Arquivo do Arcebispado apud NEIS, 1975, p. 116).

Com este bilhete, Inácio dirigiu-se a Viamão, junto ao vigário da Vara para dar início aos trâmites da habilitação matrimonial. Além disso, Inácio fez um requerimento pedindo que este mandasse buscar a moça na casa de seu pai e a conduzisse para uma casa segura, de pessoas honestas, enquanto os preparatórios fossem providenciados.

Uma ordem foi expedida, solicitando que Margarida viesse à presença do Juiz Eclesiástico, sendo, para isso, um meirinho e um escrivão incumbidos de buscá-la na casa de seu pai. Quando Margarida se apresentou ao Juiz, confirmou ser de sua livre e

espontânea vontade casar com Inácio de Mendonça. Após ouvi-la, o Juiz confirmou as solicitações do noivo.

Passados alguns dias, Inácio e Margarida estavam casando na Igreja Matriz de Viamão, e, posteriormente, seguindo em direção a Santo Antônio da Patrulha. No decorrer de um ano, o casal retorna à Igreja Matriz de Viamão para batizar sua filha primogênita, e toma conhecimento da Portaria do Bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Antônio do Desterro, que solicitava a criação de uma capela nos campos de Tramandaí, com o objetivo de diminuir a área de influência da Igreja Matriz de Viamão.

Ao retornar para sua fazenda, Inácio José de Mendonça inicia a construção da primeira capela em Santo Antônio da Patrulha. Em documentos citados na obra de Rubens Neis, percebe-se o reconhecimento da Igreja Católica, quanto à construção da dita capela:

Portaria que S. Exa. Rma. foi Servido mandar passar ao R. Pe. Francisco Coelho Fraga, e na falta delle ao Sacerdote que nomear o R. Vigrº da Vara de Laguna, de Capellão curado da Capella de Ignácio Jozé de Mendonça, sita na sua Fazenda da Guarda Velha da Freguesia de Viamão, com faculdade de administrar todos os Sacramentos aos Moradores que se comprehendem no territorio, e extensão que a mesma Portaria declara forma seguinte (PORTARIAS e Ordens episcopais. Rio de Janeiro, 1748-61. Livro 1, f. 64v. (Rio de Janeiro. Arquivo do Arcebispado) apud NEIS, 1975, p. 153).

A capela foi dedicada a Santo Antonio, acredita Neis, pela devoção que Margarida da Exaltação tinha ao santo desde os tempos em que vivia na casa paterna, onde seu pai já havia construído um oratório em sua devoção. Assim, o município passa a ser descrito nos documentos com o termo Santo Antônio, em homenagem ao santo, que torna-se o padroeiro da cidade – e depois com o termo da Patrulha, em lembrança ao Registro Real ali instalado e policiado pela patrulha de soldados que residiam naquele local. No entorno da capela construída por Inácio surge o núcleo de povoamento que originará o município de Santo Antônio da Patrulha, e mais precisamente, a construção do “mito fundacional” e suas representações.



Todavia, o momento de origem não é suficiente para que a memória possa organizar as representações identitárias. Para isso, precisa-se de um eixo temporal. Logo, de uma trajetória marcada por estas referências, que são os acontecimentos (GRIMALDI, 2002, p.19 apud CANDAU, 2011, p. 98). A fundação da capela torna-se, a partir dessa definição, o marco temporal da origem patrulhense, já que nesse período, o pároco detinha prerrogativas legais como a emissão de documentos e certidões. O decreto da criação da vila ocorreu segundo a Provisão de 7 de outubro de 1809 que regulamentou a criação das quatro vilas na Capitania de Rio Grande de São Pedro: Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha.

Mesmo estando documentada a criação da Vila de Santo Antônio da Patrulha a partir desta data, nosso visitante desconhecia a identificação exata do local sobre o qual redigia seus relatos, como veremos adiante.

### **Um lugar decente para pernoitar: observações de um viajante**

Os relatos do autor, que tratam de seus pernoites em Pitangueiras e na Estância do Barros, são o alvo de análise a partir daqui. Primeiramente, caracterizamos o termo “pernoite” como ato de passar a noite em um dado lugar, entretanto para o viajante era o momento em que parava a sua jornada, descansava, mas também era o momento de reflexão sobre tudo o que havia visto durante o dia durante o trajeto entre o local que havia pernoitado na noite anterior e o local onde havia parado naquele dia. Era nesses instantes que sua escrita, mediada por sua reflexão, adquiria corpo e vida, transparecendo também as sensações do autor em relação ao o lugar de parada. Contudo, questões teórico-metodológicas devem ser mencionadas, pois temos em mente que os relatos de Saint-Hilaire podem ser estudados sob o viés da memória, sendo ela reveladora de uma visão do passado patrulhense.

A preservação da memória caminha também sob a bandeira da representação, pois a memória de um determinado fato nada mais é do que a representação do mesmo pelo indivíduo que o presenciou. Nesta perspectiva, o historiador precisa estar consciente das

possibilidades de manipulação de um texto, seja o que utiliza como fonte, ou mesmo o seu – resultado da análise feita – incorporando somente as premissas que se destacam no seu entendimento.

As incertezas e indeterminações fazem com que a fonte seja fecunda e instigante aos olhos do historiador. Entretanto, é imprescindível que o profissional redobre os cuidados ao trabalhar com ela. O estudioso criterioso constata rapidamente que o relato de viagem de um cientista é distinto do relato de um diplomata, que, por sua vez, é diferente da narrativa de uma mulher. Ao levar em consideração, ainda, o período em que foram escritos, as diferenças aumentam: uma mulher do século XIX tinha interesses e motivações diferentes de uma mulher do século XX (JUNQUEIRA, 2011, v. 2, p. 46).

Mary Junqueira continua essa abordagem de questionamento sobre o período de escrita e publicação, demonstrando ao historiador que esse tipo de escrita pode ter uma verdade construída e não dada pelo contexto que envolve o desenrolar dos fatos, impossibilitando o julgamento da “veracidade” de tal conteúdo.

Desse modo, o historiador, antes, deve, ao aproximar-se da fonte, inteirar-se de quando o texto foi escrito: durante a viagem, logo após o término do percurso ou muitos anos depois. Ademais, se o texto for publicado, certamente o autor revisará o seu trabalho, pensando no leitor que pretende atingir, como já indicado. O relato de viagem nem sempre trata daquilo que o viajante viu, na hora em que viu e como as coisas se deram (Ibidem, p. 49).

A memória, por sua vez, constitui-se, muitas vezes, como sendo o principal elemento de ligação com um passado que o historiador tem em mãos para realizar sua análise. Contudo, se utilizarmos o conceito memória para designar a atividade psíquica de lembrar-se de algo que aconteceu, pode-se estabelecer a seguinte linha de pensamento: todo documento que aborda questões do passado de um indivíduo ou coletividade é uma memória<sup>7</sup> do passado dos mesmos.

---

<sup>7</sup> Pensa-se o conceito de memória, através da definição escrita por Le Goff diz: “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode

Le Goff diz que a memória tem por fundamento o ato de lembrar o passado, porém, ao abordar a forma de preservação desta memória coteja-se a questão da memória como fonte, como forma de preservar o passado através de escritos, de fotos ou até de pinturas, fazendo assim com que esta ganhe a prerrogativa de memória-fonte. Com isso, diminui o risco de esquecimento e perda desta memória, pois não estará somente no cérebro da testemunha, e sim, tornando-se palpável e com maiores possibilidades de preservação. Megiani trata do esforço da preservação da memória tendo como ferramentas todo o aparato de possibilidades que os indivíduos possam utilizar, sejam elas fotografias, esculturas, monumentos, textos ou pinturas.

Ao lado da escrita também imagens, objetos e a palavra falada foram fundamentais no esforço de manutenção da memória de pessoas, lugares e épocas que se acreditava ser necessário preservar. O surgimento das galerias de retratos de homens ilustres – pintados ou esculpidos – na época do Renascimento, juntamente com os ditos e sentenças de cortesãos célebres, formavam verdadeiros repertórios de memórias que combinam imagem, escrita e oralidade de maneira integrada, apresentando conteúdos explícitos ou herméticos, de acordo com a necessidade de formulação (MEGIANI in ALGRANTO; MEGIANI, 2009, p. 166).

Para Guilhermino Cesar, o botânico ultrapassou os vínculos com qualquer que fosse a administração europeia interessada na natureza do Brasil, em seu prefácio ao livro traduzido por Adroaldo Mesquita da Costa, ele traz essa ideia quando diz que Saint Hilaire não se limitou a observar, classificar o material, mas tornou público toda a opulência da natureza brasileira, muitas vezes desconhecidas por nós mesmos.

O resultado que obteve não se limitou, porém, à coleta, classificação e preservação do material encontrado. À medida que o examinava, Saint-Hilaire redigia comunicações, relatos de viagem, e permutava

---

atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa por passadas.” e “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro.” (LE GOFF, 2003, p. 419-471).

informações com botânicos e instituições diversas; tratava, em suma, de tornar conhecida a opulência da natureza brasileira, imperfeitamente conhecida, naquela época, inclusive por nós mesmos (GUILHERMINO CESAR in SAINT HILAIRE, 2002, p. 4).

Inicialmente, o botânico retrata que o campo percorrido naquele dia é mais aprazível e que a qualidade das pastagens era pior, o que atinge a questão da engorda dos burros, sendo que geralmente são de pequeno porte.

Mesmo sendo o aspecto dos campos hoje percorridos mais aprazível que o dos campos gerais, percebe-se que a qualidade das pastagens é pior. Não se encontra mais aquele capim fino e tenro que engorda os burros, ainda que se lhes não dê milho. Aqui o capim é duro e áspero, também os animais geralmente são pequenos (SAINT HILAIRE, 2002, p. 21).

Este trecho remete à questão do tropeirismo, pois mesmo sendo as mulas os animais preferidos para o transporte de cargas a grandes distâncias, por ser um animal mais resistente que o cavalo e o burro nestas empreitadas.

Continuando o seu relato, Saint Hilaire retrata a sua chegada a uma estância, comentando a topografia do lugar e o clima daquele momento. Também discute a paisagem que observou repleta de animais, o que denota que a estância não poderia ser de um porte pequeno. Além disso, demonstra, mais uma vez, o seu encantamento com as escarpas da Serra Geral, a beleza do nevoeiro no que para ele era os cumes das montanhas, este tipo de observação pode ser encontrado nos seus relatos desde sua passagem por Torres a algumas léguas dali.

Parei numa estância a pouca distância da estrada, sobre uma elevação do terreno. Cheguei à tardinha, com tempo perfeitamente calmo e o céu sem nuvens; descortinei uma vasta planície coberta de pastagens, onde havia muitos animais e vi, além, os cumes da Serra Geral coberta de nevoeiro esbranquiçado (Ibidem, p. 21).

Passado muito tempo de sua partida da França, Saint Hilaire passa por um momento de profunda nostalgia desde que adentrou as terras sul-riograndenses, sentia muitas saudades de sua mãe e não

tinha certeza de que iria vê-la novamente. Observando os relatos escritos no trajeto entre Torres e Santo Antônio da Patrulha, percebe-se esse olhar do botânico, todavia, ao chegar na estância em Pitangueiras, ele diz que “a natureza possuía um ar de vida e de alegria como nunca tinha visto, desde que estou no Brasil, afastando por alguns momentos a tristeza que me oprime (Ibidem, p. 21).”

Na escrita de algo sobre o passado há sempre a influência da subjetividade, do inconsciente, das percepções que não estão totalmente dadas aos nossos olhos, na tarefa de interpretar o outro. Pensá-lo através do lugar de onde ele está escrevendo, entender o seu papel neste contexto, estabelecendo assim uma alteridade do outro “escritor” e do outro “objeto” (no caso de um indivíduo ou coletividade, como sendo o objeto de estudo). Stella Franco aborda esta questão quando diz que:

Todavia, nenhuma narração, por mais objetiva que se pretenda, está livre da subjetividade do autor. Este pode tanto vir a acrescentar impressões quanto omitir detalhes. Essas ações, nem sempre conscientes, podem resultar de um leque ilimitado de fatores inter-relacionados, como as influências advindas da formação cultural do viajante, os interesses específicos envolvidos no empreendimento da viagem e da publicação do relato e até as opções e preferências do próprio autor. A capacidade de alcançar pelos relatos diversas dimensões do passado é inquestionável. Entretanto, o caráter dúbio dessa fonte – trafegante entre a materialidade da experiência e a subjetividade do olhar – transforma-a num objeto atrativo para uma reflexão sobre as potencialidades por ela guardadas para iluminar distintos domínios de que se constitui a história (FRANCO, 2011, v. 2, p.75-76).

Torna-se necessário também entender o tipo de linguagem utilizada na escrita de determinado relato. Durante o século XIX, muitos viajantes e cientistas percorreram a América, observando e pesquisando a natureza e a sociedade americana para com isso construírem narrativas diferenciadas, umas com cunho científico, outras de cunho oficial, logo, o que determinava o tipo de escrita era o tipo de destinatário que qual iria ler estes relatos. A historiadora Mary Junqueira, no texto “Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador” reflete de forma mais aprofundada a questão da metodologia

empregada e necessária na análise de relatos de viajantes. Uma das primeiras indagações que a autora colocou em seu texto refere-se à consideração do papel fidedigno do relato, não considerando o universo cultural no qual o viajante estava inserido.

(...) o relato de viagem vem sendo questionado como fonte que fornecia informações (consideradas como fidedignas ou não) sobre a realidade do país visitado. As preocupações do estudioso foram deslocadas para o universo cultural no qual o viajante estava imerso, uma vez que suas opiniões e julgamentos apontavam mais para o âmbito cultural do próprio viajante do que para o lugar visitado, ainda que falasse também deste (JUNQUEIRA, 2011, v. 2, p. 44-45).

Seguindo o relato, comenta o comportamento da dona da estância quanto à sua presença – o distanciamento, tido naquele período como uma ação normal para as mulheres casadas. É nesta passagem que aborda a questão do conforto da casa, a primeira depois de Laguna na qual Saint Hilaire se sentira bem ao ficar hospedado.

A dona da estância, que estava só, não me convidou a entrar; recebeu-me do outro lado de uma meia-porta, porém mandou preparar um quarto muito cômodo e bonito, que dá para fora, onde confortavelmente me instalei. Depois de Laguna, foi essa a primeira habitação decente onde pernoitei. Conversava com a minha hospedeira; tinha, entretanto, para comigo aquele mesmo ar frio e um pouco desdenhoso, igual ao meu hospedeiro de ontem à noite, e que não notei em nenhuma pessoa de Minas, mesmo não sendo eu conhecido (SAINT HILAIRE, 2002, p. 21).

O texto de Rejane Salvi denominado “Açores: o passado vivo do Rio Grande”<sup>8</sup> aborda a questão do espaço da mulher no cotidiano e sua estreita ligação com a religiosidade. A autora demonstra que sua ação tinha um plano rígido, outorgando-lhes espaços fixos quanto a sua função e seus compromissos. Também percebe-se que a religiosidade era outro importante fundamento da

---

<sup>8</sup> Texto incluso no obra “Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul” da historiadora Vêra Lucia Maciel Barroso.

vida das mulheres açorianas, daí entende-se a dúvida da dona da estância quanto ao batismo de Saint Hilaire, pois mesmo sendo estrangeiro, caso fosse realmente batizado era lhe conferida uma condição de confiança, ou seja, poderia diminuir o distanciamento no tratamento dado ao botânico.

A minha hospedeira não tardou a perceber que eu era estrangeiro; disse-lhe que era francês, e ela custou a persuadir-se de que eu era batizado; a noitinha recebi a visita do marido, muito cortês. O lago que vi hoje não é, conforme me declarou ele, o de Itapeva, mas outro que não se comunica com ele, e que se chama Lagoa do Barros. Meu hospedeiro queixou-se da má qualidade das pastagens dos arredores, dizendo-me que, por isso, o casco dos bois se tornava de uma espessura fora do comum (Ibidem, p. 21).

O trecho acima também retrata a conversa de Saint Hilaire com o dono da propriedade, que aborda a questão das pastagens já apontada pelo botânico como o principal problema para a criação de animais e para a condição física dos mesmos. Outro ponto importante é a ressalva que o dono da estância faz ao relatar o nome da lagoa na qual o grupo havia passado, descortinando o equívoco, pois para o viajante, aquela era a lagoa Itapeva, e não a Lagoa do Barros, verdadeiro nome do local. Esta informação torna-se importante, pois localiza geograficamente este lugar, além de afirmar que se trata de um local em Santo Antônio da Patrulha.

Contudo, a sequência final do relato demonstra um equívoco na observação do botânico, pois diz que o espaço referido ainda pertence à Freguesia da Serra e não à vila de Santo Antônio da Patrulha. Não podemos esquecer que Santo Antônio da Patrulha foi uma das primeiras vilas da Capitania de Rio Grande de São Pedro segundo a Provisão de 7 de outubro de 1809.

Não possuem boa qualidade as terras das redondezas, e quase todos os proprietários fazem suas plantações ao pé da serra, embora sua localização fique distante umas três léguas daqui. Esta região pertence ainda à Freguesia da Serra. Há neste lugar alguns negros escravos, mas nenhum mulato. Todos os homens livres que conheci depois de Laguna eram brancos; geralmente corados, de cabelos louros; as mulheres têm uma bela cor e nunca se escondem à aproximação de forasteiros. Todos afirmam que esta é a época das chuvas e que a seca atualmente não é normal (Ibidem, p. 21).

Ao manusear o primeiro Livro de Registro de Correspondência da Câmara da Vila de Santo Antônio da Patrulha, mais precisamente o “Termo de Abertura”, percebemos que já havia uma estrutura administrativa definida em 1822 (13 anos após o decreto de provisão e 2 anos após a passagem de Saint Hilaire pela Vila), causando estranheza a questão da localização imprecisa discutida pelo autor.

(Fls. 1) Há de este livro servir de Registro Geral para a Câmara da Vila de Santo Antônio da Patrulha, para nele se registrar tudo quanto se acha registrado em livros que não foram nem rubricados nem selados; vai todo numerado, e rubricado por mim com a rubrica de – Miranda – de que uso, e leva no fim termo de encerramento. Porto Alegre 25 de Julho de 1822. José Antônio de Miranda (LIVRO DE REGISTRO DE CORRESPONDÊNCIAS, 2010, p.15).

Outras questões que surgem desta parte do relato apontam para a questão do cultivo em áreas de encosta, o que pode referir-se ao plantio de cana-de-açúcar e a utilização de mão-de-obra africana escrava, sendo que mulatos não foram vistos. Contudo isso não quer dizer que não ocorreu a sua presença<sup>9</sup>, pois como já referido anteriormente nesse mesmo texto, os principais personagens envolvidos no mito de origem do município, são filhos desse tipo de relação. Ao referir-se a homens brancos, geralmente corados e de cabelos “louros” em seu relato, despertou uma grande indagação: quem são estes homens, já que os primeiros imigrantes alemães chegaram ao Rio Grande do Sul em 1824, ou seja, 4 anos mais tarde. Contudo, posteriormente, descobrimos que estes indivíduos poderiam ser descendentes dos imigrantes oriundos dos Países Baixos e que estavam nos Açores antes do processo migratório que os trouxe ao Brasil. Logo, seus descendentes transferiram-se em seguida para o Rio Grande do Sul.

---

<sup>9</sup> A dissertação de Sherol dos Santos intitulada “Apesar do cativo: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824)” defendida na Unisinos em 2009 trata desta questão de escravidão no referido espaço.



Após o pernoite em Pitangueiras, Saint Hilaire segue rumo a Viamão e depois a Porto Alegre, retornando até Santo Antônio para, a partir dali, seguir para Rio Grande, passado por Palmares, Mostardas e pelo Estreito. Assim, em 1º de agosto de 1820, o botânico chegou a Estância do Barros para pernoitar.

Continua a mesma planície, sem a menor ondulação de terreno, com muito poucos capões. Numerosos butiazeiros, de cerca de 10 a 12 pés, aparecem disseminados pelas pastagens. Por toda a parte o terreno é arenoso. Vimos apenas uma casa entre Palmares e a estância em que paramos. Esta é menos rica em rebanhos que a de Palmares, e a casa ainda mais desguarnecida. Desde Palmares, viajamos sobre uma faixa de terra que se estende entre a lagoa e o mar. Aqui, informaram-me, esta península só tem três léguas de largura (SAINT HILAIRE, 2002, p. 53).

Nesta passagem percebemos que Saint Hilaire comenta sobre a Estância do Barros, logo sendo de propriedade de Manuel de Barros, sem a opulência demonstrada na obra de Rubens Neis, pois no período que ocorreu a visita haviam passado, mais ou menos 60 anos; por conseguinte, Manuel de Barros já falecera e a dita fazenda estava sob a guarda de outras pessoas.

Todavia, o historiador não pode deixar de considerar que o relato não mostra a realidade na qual o viajante estava inserido, mas apenas uma tendência da mesma, e é função do historiador desconstruir e “limpar” os relatos, retirando somente o cerne das impressões, sabendo que o relato por seus aspectos constitutivos retrata questões culturais daquelas sociedades, de forma coletiva ou individual.

### **Considerações finais**

O presente artigo desenvolveu-se a partir da observação de que os “pernoites” foram o momento crucial de criação literária de Saint Hilaire, foi nesses instantes de descanso e reflexão que o mesmo pormenorizou os detalhes que observou durante cada dia de sua jornada no país.

Ao observar os relatos de Saint Hilaire e a historiografia publicada por pessoas da comunidade patruhense, percebemos que

os relatos-fonte podem sim informar equívocos que, em muitos casos, acreditamos não serem intencionais, mas que comprometem substancialmente a interpretação correta de dito fato.

A preservação da memória torna-se uma ação individual ou em grupo, logo, os relatos de Saint Hilaire podem, sob esta perspectiva, ser uma memória de alguns espaços e pessoas da comunidade durante sua passagem em 1820, mesmo que essas percepções tragam formas diferentes da que conhecemos atualmente para o período.

A religiosidade, segundo o que já foi escrito por memorialistas e historiadores locais, é uma característica marcante dos imigrantes açorianos e lusos, ficando demonstrada no relato de Saint Hilaire, principalmente, no tocante ligado às mulheres, são elas os estandartes da fé em cada residência. Também demonstrou como a mulher exerce influência na sociedade, onde tinha que ter a postura adequada para as situações em seu cotidiano.

Com a análise do relato, fica claro que as condições de moradia dos sul-riograndenses entre Torres e Santo Antônio da Patrulha era precária, sendo a estância localizada nas Pitangueiras, a que apresentou melhor conforto para o viajante naquele trajeto.

Contudo, o que mais impressionou nesta análise se refere ao desconhecimento quanto a organização administrativa do local visitado por Saint Hilaire, provocando o questionamento que se refere às condições em que a Vila se encontrava em 1820, para então passar despercebida pelo viajante, sendo para ele Viamão o povoamento próximo mais importante, ou Cima da Serra (atual Osório).

Entretanto, este tipo de fonte fornece um rico arsenal de informações, pois age junto com o leitor, possibilitando que este verifique as entrelinhas, os dados necessários para a construção da colcha de retalhos da sociedade que se estuda como objeto de pesquisa.

## Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Índios mestiços e selvagens civilizados de Debret. In *Revista Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.85-106, jan/jun 2009.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos* / Antonio Carlos do Amaral Azevedo; (com a colaboração de Rodrigo Lacerda). – 3. ed. Ampl. E atualizada – RJ: Nova Fronteira, 1999.

BEMFICA, Coralia Ramos; [et. all.]. *Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua história*. Porto Alegre: EST, 2000.

BIER, Teresinha de Jesus Benfica. *Transcrição dos livros de Atas da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha: Correspondências Período de 12 de Agosto de 1822 a 21 de Maio de 1884*. Instituto Histórico e Geográfico de Santo Antônio da Patrulha – Santo Antônio da Patrulha: IHG. 2010.

BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Colônia*. Coordenação geral Nelson Boeira, Tau Golin; diretores dos volumes Fernando Camargo, Ieda Gutfrieind, Heloisa Reichel. – Passo Fundo: Méritos, 2006. V. 1. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. tradução Maria Leticia Ferreira. – São Paulo: Contexto, 2011.

DOMINGUES, Moacyr. O Rio Grande do Sul antes dos açorianos. In BARROSO, Véra Lucia Maciel. *A presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1993.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (Orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011, v. 2. Disponível em [http://www. fflch.usp.br](http://www.fflch.usp.br).

JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador.

In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (Orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011, v. 2. Disponível em <http://www.fflch.usp.br>.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

NEIS, Rubens. *Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha*. POA, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Sulina, 1975.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, SP, n. 10, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. 2. ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1987.

# **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA TEUTO-BRASILEIRA EM SÃO LOURENÇO DO SUL (DÉCADA DE 1980 AOS DIAS ATUAIS)**

Paulo César Maltzahn<sup>1</sup>

*Resumo:* Este trabalho analisa o processo de construção da identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do Sul (RS) entre a década de 1980 aos dias atuais através de histórias de vida. Para essa compreensão, a pesquisa investiga as representações e os sentidos atribuídos pelos depoentes a “ser teuto-brasileiro” em São Lourenço do Sul com relação a aspectos culturais e sociais e a elementos subjetivos. A análise da pesquisa utiliza o apoio teórico no eixo etnicidade relacional – estudos sobre identidade étnico-cultural e a metodologia de História Oral. Os sujeitos entrevistados demonstram marcadores de pertença étnica, de um lado, vivenciados individualmente e, de outro lado, compartilhados no coletivo étnico. A definição atual da etnicidade teuto-brasileira em São Lourenço do Sul está relacionada a apropriações simbólicas convencionais e à produção de sentidos que cada depoente vivenciou na família e na comunidade étnica, o que caracteriza permanência e transformação da identidade étnica teuto-brasileira e uma negociação de sentidos individuais e coletivos. A redefinição do conjunto de identificadores étnicos teuto-brasileiros em São Lourenço do Sul está associada ainda, de um lado, ao próprio grupo étnico (à auto-compreensão de sua identidade étnica) e, de outro lado, à mercantilização da identidade (a um apelo político-econômico pelo poder público).

*Palavras-chave:* Identidade étnica, teuto-brasileira, São Lourenço do Sul, História Oral.

---

O fenômeno étnico está sendo discutido intensamente nas últimas décadas e várias abordagens sobre este fenômeno nos são apresentadas. O conceito de grupo étnico apresenta uma combinação de características que vão desde a cultura comum à identidade étnica construída simbolicamente. As considerações e reflexões apresentadas nos mostraram que o conceito de etnicidade é complexo, enfim, podemos dizer que são reflexos da complexidade

---

<sup>1</sup> Doutor, professor – UFSC.

do mundo moderno. Salientamos que no nosso trabalho não tratamos de responder a problemática sobre etnicidade, isto é, explicar sua natureza mais profunda, pois seria pretensioso acreditar que teríamos para ela uma resposta conclusiva, mas sim discutir e compreender o fenômeno étnico a partir de um contexto específico. Procuramos afinal desenvolver uma abordagem relacional de identidade étnica, isto é, que compreenda a identidade étnica como algo híbrido, mutável, dinâmico, interativo e compartilhado de um processo onde a identidade é sempre construída e negociada nas relações entre o individual e o coletivo. A partir dessa perspectiva utilizamos um apoio teórico no eixo etnicidade-identidade que concebe a identidade como algo construído na relação com o “outro” e que o processo identitário é construído historicamente e está em constante transformação. Assim, a análise da nossa pesquisa encontra-se apoiada, preponderantemente, na teoria da identidade relacional e em estudos sobre identidade étnico-cultural a partir de autores como Barth (1969) Oliveira (1976) Conzen (1992) e Hall (1999). Finalmente, a nossa análise situa-se também na perspectiva de Bourdieu (1996) que vê a narrativa histórica como contraditória, descontínua, incoerente, fragmentada e múltipla. Essa identidade múltipla ou esse sentimento “rasgado” do imigrante alemão e seus descendentes os leva e traz de um lugar a outro. Isso pode ser observado, pelo menos em uma faixa etária mais velha do grupo étnico teuto-brasileiro, em maior ou menor grau, até os dias de hoje em São Lourenço do Sul.

De acordo com os germanistas (as lideranças intelectuais e econômicas do próprio grupo étnico) e alguns pesquisadores sobre identidade teuto-brasileira, os teuto-brasileiros construíram-se, pelo menos até o Estado Novo, em um grupo étnico relativamente homogêneo, mantendo a língua alemã, assim como alguns elementos culturais e sociais do povo alemão, enfim, o modo de vida transmitido pelo imigrante alemão de geração em geração ao longo do tempo, enquanto que para outros pesquisadores a idéia de uma identidade teuto-brasileira homogênea está distante da realidade do processo de construção identitária desse grupo nesse período histórico, portanto deve ser relativizada. Considerando o contexto histórico do período do Estado Novo e as transformações sócio-

culturais desde então até os dias de hoje, a etnicidade teuto-brasileira certamente se redefiniu, mantendo alguns identificadores étnicos, perdendo ou até transformando outros. No decorrer do tempo, o grupo étnico teuto-brasileiro, certamente, foi reconstruindo uma nova identidade étnica que se reelabora e redefine constantemente.

O objetivo do nosso trabalho foi o de investigar como o teuto-brasileiro de uma faixa etária mais jovem reconstrói sua identidade étnica ao longo do tempo? Como se diferenciam diante de outros grupos étnicos? Quais critérios de pertencimento étnico marcam e são importantes para sua sobrevivência, ou seja, verificar que marcadores étnicos ainda atrelam os teuto-brasileiros ao povo alemão? A partir da tese de que a definição mais recente da identidade étnica teuto-brasileira de uma faixa etária mais jovem, na qual focamos nossa análise, poderia nos remeter a critérios de pertencimento étnico que, provavelmente, não estariam mais associados ao aspecto básico da etnicidade teuto-brasileira, ou seja, a idéia de origem comum, questionamos se essa faixa etária mais jovem de teuto-brasileiros ainda se define ou definida por outros grupos étnicos como tais, isto é, se a identidade étnica teuto-brasileira ainda podia se observada em uma faixa etária mais jovem ou esse grupo étnico estaria se desintegrando? Para confirmar essas questões, fizemos algumas indagações envolvendo aspectos objetivos e subjetivos que remetem a um sentimento de vida em comum, a partir dos quais uma pessoa se autodefine ou é definida pelos “outros” como um teuto-brasileiro ou não no tempo presente.

A história do tempo presente, que tem como característica básica a presença de testemunhos vivos, suscita crescente interesse e inúmeros debates, cujos objetivos são o de definir metodologias, fundamentos e princípios desse novo enfoque historiográfico, justificado pela vontade de entender e reagir aos impactos das transformações aceleradas das últimas décadas. As facetas da história do grupo étnico teuto-brasileiro narradas no nosso trabalho enquadram-se, sem dúvida, na história do tempo presente, pois o ponto central de nossa pesquisa se concentra nas últimas décadas e o período estudado não está fechado. A partir dessa perspectiva usamos como metodologia de nossa pesquisa a História Oral. A

História Oral articulando diálogos com outros documentos muito nos auxiliou a compreender as histórias de vida do grupo étnico teuto-brasileiro de São Lourenço do Sul. Nesse sentido, podemos dizer ainda que, embora o conteúdo de uma história de vida possa ser multifacetado, é o discurso da população teuto-brasileira avaliando o posicionamento do seu próprio grupo étnico, isto é, as histórias de vida dos teuto-brasileiros entrevistados expressando uma forma de representação da história de todo o grupo étnico.

Analizamos então a identidade étnica do teuto-brasileiro através de histórias de vida, isto é, de relatos que eles fizeram de sua vida pessoal e social, dos quais foram coletadas informações e impressões acerca de idéias, sentimentos, conflitos, crenças, atitudes, comportamentos, opiniões, interesses, valores, enfim, de experiências pessoais e coletivas. Tomamos, assim, como foco norteador para análise das entrevistas a compreensão de apropriações simbólicas e da produção de sentidos pelos entrevistados com relação à construção de sua identidade étnica, ou seja, ao que é “ser um teuto-brasileiro em São Lourenço do Sul através de seu discurso.

As entrevistas de História Oral (histórias de vida) tratadas no nosso trabalho foram realizadas em língua portuguesa entre maio e outubro de 2008. Os entrevistados (12 pessoas), descendentes de alemães do lado paterno e materno, homens e mulheres entre 18 e 44 anos são habitantes da zona urbana de São Lourenço do Sul. Nesse sentido, a construção da identidade étnica teuto-brasileira, na nossa pesquisa, está ligada ao recorte de etnia, de geração e de espaço geográfico. Na realização da entrevista, após apresentarmos o tema da pesquisa, os entrevistados foram solicitados a contar a história de sua vida, sem privilegiar acontecimentos específicos. No entanto, apresentamos aos entrevistados alguns aspectos que pudessem se norteadores da entrevista, a saber: infância, adolescência, escola, família, amizade, trabalho, lazer, atividades culturais, religião, língua, ascendência, comida, vestuário, moradia, enfim, usos e costumes da tradição alemã.

Além das entrevistas de História Oral (história de vida) foram entrevistados também, especialistas, ou seja, autoridades,



pesquisadores e historiadores locais, assim como pessoas interessadas nos assuntos relacionados ao tema imigração para São Lourenço do Sul (09 pessoas). Na realização dessa entrevista, os entrevistados foram solicitados a discorrer livremente sobre o tema ou sobre algum ponto específico pertinente ao contexto da pesquisa.

Para os propósitos de nossa pesquisa, analisamos as declarações de todos os entrevistados e os marcadores atribuídos pelos depoentes à sua identidade étnica que apareceram com mais frequência na sua fala. Analisamos como os entrevistados vivenciam a religião luterana, a língua alemã, a ascendência étnica, assim como o Grupo de Danças Folclóricas Alemã Sonnenschein (1983), a Südktoberfest (1988), a rota turística rural Caminho Pomerano (2006) e o Sesquicentenário da Imigração Alemã-Pomerana (2008). Salientamos ainda que todas essas categorias estão ligadas e imbricadas com outros aspectos importantes e significativos relacionados à construção da identidade étnica de cada entrevistado.

A nossa pesquisa mostrou que a comunidade étnica teuto-brasileira de São Lourenço do Sul não apresenta, no geral, características próprias ou diferentes de comunidades étnicas teuto-brasileiras de outros municípios. No entanto, verificamos através das histórias de vida de cada um dos sujeitos entrevistados identificações diferentes e iguais, isto é, averiguamos marcadores de pertencimento étnico, de um lado, vivenciados individualmente e de outro lado, compartilhados por todos, o que evidencia uma unidade desse coletivo étnico.

A redefinição do seu conjunto de identificadores étnicos, ou seja, a forma de definição atual da etnicidade teuto-brasileira em São Lourenço do Sul está diretamente relacionada às apropriações simbólicas convencionais e à produção de novos sentidos que cada sujeito entrevistado vivenciou na família e na comunidade étnica teuto-brasileira a partir de suas experiências pessoais de acordo com valores afetivo-emocionais, intelectuais e morais e do contexto sócio-cultural. Nesse sentido, a autoidentificação de cada sujeito desta pesquisa apresenta uma natureza heterogênea desse coletivo étnico.

Os teuto-brasileiros de São Lourenço do sul estão inseridos e integrados na comunidade lourenciana. Sendo assim, construíram também relações com outros grupos étnicos dentro desse contexto. Esse fato, portanto, não pode ser considerado como um desligamento e exclusão da comunidade étnica teuto-brasileira, pois os sujeitos desta pesquisa demonstram laços culturais e de solidariedade étnica e o desejo de valorizar, manter e divulgar aspectos da cultura “alemã” e/ou “pomerana”, assim como a preservação da identidade étnica teuto-brasileira.

Ainda que os entrevistados demonstrem identificações na igualdade e na diferença, assim como afirmações e contradições sobre o que é “ser teuto-brasileiro” em São Lourenço do Sul, este coletivo étnico apresenta, segundo nossas percepções, novos sentidos para a identidade étnica teuto-brasileira no geral. Isso comprova o caráter de permanência e transformação na identidade étnica e uma negociação de sentidos individuais e coletivos.

Os aspectos da cultura “alemã” e/ou “pomerana” através dos quais os sujeitos entrevistados identificam-se e são identificados na cidade de São Lourenço do Sul são afirmados pela comunidade étnica teuto-brasileira como um todo.

No que diz respeito à religião luterana, verificamos que ela tem um papel importante na preservação da identidade étnica teuto-brasileira para a maioria dos depoentes. Ainda que eles não façam referências aos ensinamentos da doutrina luterana e a ritos de passagem, observamos que há uma tendência confessional luterana. Averiguamos também que, para alguns depoentes as congregações luteranas tem o papel de valorizar e preservar aspectos da cultura e da história “alemã” e/ou “pomerana” através de representações que identificam o grupo étnico, ainda que reinventadas, como a comida, a música e a dança, por exemplo, que encontramos nas festas dos casamentos e das comunidades luteranas. Nesse sentido, as celebrações e festas religiosas organizadas pelas congregações luteranas apresentam sentidos religiosos e culturais. Por fim, constatamos ainda que para outros entrevistados a vinculação à Igreja Luterana se concretiza através de laços afetivo-emocionais.

Assim, podemos afirmar que cada um dos depoentes vivencia e se apropria da religião luterana de modo individual.

Com relação à língua alemã e ao dialeto pomerano averiguamos que eles tem uma importância expressiva na manutenção da identidade étnica teuto-brasileira para todos os entrevistados, embora muitos deles não os falam mais. Ainda que a língua alemã e o dialeto pomerano não sejam mais marcadores incondicionais da identidade étnica dos depoentes, o alemão e o pomerano constituem-se, indiscutivelmente, em um traço simbólico de sua identidade étnica ou que cumprem, provavelmente, uma função instrumental. A língua alemã volta atualmente no ensino formal e o dialeto pomerano, preponderantemente, é afirmado no privado e no público.

No que se refere à ascendência étnica, constatamos que ela tem um papel fundamental na valorização da identidade étnica teuto-brasileira, pois a maioria dos entrevistados declarou um sentimento positivo em relação à sua pertença étnica, ou seja, eles sentem orgulho de sua origem étnica. O aspecto básico da etnicidade teuto-brasileira é valorizado ainda pela maioria dos depoentes nos dias de hoje. Nesta pesquisa, é importante destacarmos, portanto, que a questão da ascendência étnica/origem comum não está clara para o teuto-brasileiro de São Lourenço do Sul, ou seja, para muitos entrevistados, que ora se identificam como “alemães”, ora como “pomeranos”, parecendo que as duas categorias étnicas usadas pelos depoentes: “alemães” e “pomeranos”, ora definem coisas iguais, ora coisas diferentes.

Outro aspecto que é interessante considerarmos também na questão da ascendência étnica/origem comum refere-se à sua relação com o dialeto pomerano, ou seja, ele é que diferencia “alemães” de “pomeranos”. Todos os entrevistados reconhecem a diferença entre a língua alemã e o dialeto pomerano, no entanto, essa diferenciação mostra-se clara para alguns depoentes, enquanto que confusa para outros. Para esses entrevistados, a língua da comunidade de fala ora é o alemão, ora é o pomerano, parecendo que também aqui tudo é a mesma coisa. No que diz respeito à relação entre a ascendência alemã e o dialeto pomerano, parece que para os depoentes o termo

“alemão” remete a um conceito político e o termo “pomerano” a um conceito lingüístico, uma vez que na época da imigração para o Brasil, os pomeranos eram cidadãos da Prússia, mas a língua falada no cotidiano desse coletivo étnico era o pomerano. Nesse sentido, parece que no interior do grupo étnico alemão, os pomeranos não se diferenciam de alemães, mas sim de imigrantes que vieram de outras regiões da Alemanha, por exemplo, da Renânia, do Palatinado, da Westfália, da Baviera.

A maioria dos entrevistados reporta à sua ascendência étnica alguns aspectos objetivos e subjetivos importantes no processo de construção e afirmação de sua identidade étnica. Eles ressaltam sua vinculação à ascendência étnica/origem comum através de características culturais e sociais, assim como de afetivo-emocionais, biológicas e comportamentais. Alguns depoentes chamam a atenção para o modo de vida compartilhado pelo descendente de “alemães” e/ou “pomerano”, salientam a valorização das relações afetivas e de afinidades no interior do grupo étnico “alemão” e/ou “pomerano” e ressaltam ainda algumas características que seriam próprias desse grupo étnico, ou seja, uma mesma concepção de vida. A vinculação desses depoentes ao grupo étnico “alemão” e/ou “pomerano” aparece então por meio de aspectos objetivos e subjetivos, ou seja, esses entrevistados se reconhecem pertencendo ao grupo étnico “alemão” e/ou “pomerano” através de sentimentos, virtudes e atitudes.

Verificamos aqui que a identidade étnica é um conjunto de crenças fundamentadas no sentimento de pertença étnica ao mesmo povo e em determinados critérios tais como religião, língua, ascendência étnica que excluem algumas pessoas e incluem outras. Nesse sentido, a autoidentificação de cada sujeito desta pesquisa apresenta uma natureza homogênea desse coletivo étnico. A identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do Sul enquadra com aqui a perspectiva da identidade relacional que orienta esta pesquisa. A identidade étnica, portanto só existe no contato com o “outro”, ou seja, em relação à alteridade.

Os marcadores de pertença étnica como a religião luterana, a língua alemã e o dialeto pomerano e a ascendência étnica estão

ligados, provavelmente, a uma história comum construída primeiramente na família e depois estendida a toda a comunidade étnica teuto-brasileira. Assim, a construção da identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do Sul parece ser aqui uma escolha feita pelo próprio sujeito entrevistado e não imposta pela comunidade étnica e/ou pelo poder público.

No que diz respeito ao papel do governo municipal, verificamos que ele tem um papel importante no processo de construção e afirmação da identidade étnica “alemã” e/ou “pomerana” em São Lourenço do Sul para a maioria dos entrevistados, particularmente, no que se refere ao *Sonnenschein*, à *Südoktoberfest*, ao Caminho Pomerano e ao Sesquicentenário da Imigração Alemã-Pomerana. Verificamos que tanto as manifestações folclóricas, as comemorações e solenidades “típicas” quanto à rota turística histórica (rural) estão inseridos no contexto político-econômico de São Lourenço do Sul. Mas de uma forma ou de outra, congregam também a população teuto-brasileira desse município e reconhecem, valorizam, preservam e promovem a cultura desse coletivo étnico, precisamente, constroem e afirmam sua identidade étnica.

Com relação ao Grupo de Danças Folclóricas Alemãs *Sonnenchein* (1983), averiguamos que ele é considerado pelos entrevistados um “movimento étnico” que marca o *revival* da etnia “alemã” e/ou “pomerana” em São Lourenço do Sul. Nesse sentido, constatamos que o *Sonnenschein* tem um papel expressivo no processo de construção da identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do Sul, particularmente, através da dança. Mas a entidade trata também de outros aspectos da cultura “alemã” e/ou “pomerana”, ou seja, ela se apropria de vários elementos da cultura “alemã” e/ou “pomerana” para reconstruir e reafirmar a cultura teuto-brasileira em São Lourenço do Sul.

No que se refere à *Südoktoberfest* (1988), observamos que ela é considerada pelos depoentes como o evento de maior expressão da cultura teuto-brasileira em São Lourenço do Sul. Nesse sentido, percebemos que ela tem um papel significativo no processo de construção da identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do

Sul. Além da dança, da música e de trajes “típicos”, a *Südktoberfest* também valoriza, mantém e divulga a cultura alemã através do canto, da gastronomia, de jogos germânicos, assim como do desfile temático, no qual são mostrados os usos e costumes da zona rural do município. Desse modo, recria-se e se reafirma aspectos da cultura “alemã” e/ou “pomerana” trazidos pelos imigrantes “alemães” e/ou “pomeranos”.

Outro aspecto que é importante destacarmos também na relação *Sonnenschein/Südktoberfest*-identidade étnica refere-se à idéia de uma identidade “alemã” e/ou “pomerana”. O *Sonnenschein* apresentava no seu repertório aspectos do folclore de diversas etnias alemãs, como dança, música e trajes “típicos”. A partir de 1993 por meio do encontro com o Grupo de Danças Folclóricas Ihna do estado alemão Mecklenburgo-Pomerânia Ocidental, ele passa a apresentar também elementos “pomeranos”. Constatamos que, para alguns entrevistados, a idéia de uma “festa pomerana”, ou seja, de destacar elementos da cultura “pomerana” aparece, portanto, a partir da décima oitava edição da *Südktoberfest* (2002). Verificamos aqui, no entanto, que a idéia de uma “festa pomerana” aparece vinculada à de uma “festa alemã”, isto é, definir o “alemão” e o “pomerano” com se fossem um mesmo grupo étnico. Nesse sentido, aparece na vigésima primeira edição da *Südktoberfest* (2008) a forma hifenizada “alemã-pomerana”. Na vigésima terceira edição da festa (2010), observamos que a festa mostra agora expressivamente aspectos da cultura “pomerana” e não da alemã e que o jantar, por exemplo, passa a ser agora típico “pomerano” e não mais “alemão” como averiguado anteriormente. Nesse sentido, parece que temos agora a idéia de uma “festa pomerana” desvinculada da de uma “festa alemã”.

No que diz respeito ao Caminho Pomerano (2006), verificamos que ele tem uma importância significativa no processo de construção da identidade étnica teuto-brasileira. Ele conta a história do imigrante “pomerano” em São Lourenço do Sul através de uma rota turística rural, precisamente, através de elementos identitários como a tradição, hábitos e costumes, o artesanato e a gastronomia “típicos” e a agricultura familiar. Nesse contexto,

averiguamos que na relação Caminho Pomerano-construção e afirmação da identidade “pomerana” temos opiniões contrárias. Para alguns entrevistados as atividades turísticas do Caminho Pomerano e as comemorações do Sesquicentenário da Imigração Alemã-Pomerana estão sendo desenvolvidas e organizadas por pessoas que não pertencem à comunidade “pomerana”, portanto, sem a participação dos “pomeranos”. Alguns pontos turísticos não têm relação com a cultura “pomerana” e produtos coloniais são comercializados no Caminho Pomerano como um meio para atrair turista e gerar renda ao pequeno agricultor.

A idéia de diferenciar o “ser alemão” do “ser pomerano”, ou seja, de construção e afirmação da identidade “pomerana” é, portanto, recente. Algumas situações são sublinhadas pelos entrevistados desta pesquisa, mas as solenidades do Sesquicentenário da Imigração Alemã-Pomerana marcam afinal definitivamente o *revival* da etnia “pomerana” em São Lourenço do Sul. A forma hifenizada “alemã-pomerana” aparece então pela primeira vez em janeiro de 2008 por ocasião das comemorações desse evento. Nesse sentido, analisamos o seu emprego em alguns artigos publicados em três edições do jornal O Lourenciano e em um artigo em uma edição do jornal Zero Hora. Verificamos que as palavras “alemã” e “pomerana” aparecem indiscriminadamente nos títulos, nos textos e nas legendas das fotos, ou seja, temos os termos, ora “alemã-pomerana”, ora “alemã”, ora “pomerana”, ora “alemã e pomerana” para referir-se ao imigrante para São Lourenço do Sul.

Os termos “alemã” e “pomerana” ligados por “hifem” parece referirem-se, por um lado, a uma mesma etnia, isto é, a palavra “pomerana” qualifica a palavra “alemã”. Nesse caso, parece que todos seriam “alemães”, mas que ao mesmo tempo também seriam “pomeranos”, ou seja, “alemães que são pomeranos”, por analogia, teríamos então também, por exemplo, “alemã-renana”. A forma hifenizada “alemã-pomerana” parece que diz respeito, por outro lado, a duas etnias diferentes, ou seja, teríamos aqui “alemães” e “pomeranos”. Chamamos a atenção aqui para o fato de que a forma hifenizada “alemã-pomerana” não está clara para a maioria dos

depoentes, incluindo os “especialistas” no tema imigração para São Lourenço do Sul.

Em relação ao uso dos termos ora “alemã”, ora “pomerana”, parece que as duas palavras são empregadas com o mesmo sentido, pois ora se usa uma palavra, ora se usa a outra indiscriminadamente para referir-se ao imigrante para São Lourenço do Sul.

Os termos “alemã” e “pomerana” ligados pela conjunção “e” parecem que dizem respeito a duas etnias diferentes, isto é, aqui teríamos novamente “alemães” e “pomeranos”. Ainda que se tente diferenciar “alemães” de “pomeranos”, parece que no fim tudo é a mesma coisa. Assim, continua confuso em saber o que é especificamente “alemão” e “pomerano”. A afirmação da identidade “alemã” em detrimento da “pomerana”, particularmente, com relação à língua e à ascendência étnica, parece que está associado à estigmatização, ou seja, os “pomeranos” eram discriminados e inferiorizados pelos “alemães”.

A valorização, a preservação e a promoção da cultura “alemã” e/ou “pomerana” parece enfim que está de um lado relacionada ao próprio grupo étnico, ou seja, a uma autocompreensão de sua identidade étnica, particularmente, com relação à religião luterana, à língua alemã e ao dialeto pomerano e à ascendência étnica/origem comum e de outro lado associado à mercantilização da identidade, isto é, a um apelo político-econômico pelo poder público, particularmente, com referência ao *Sonnenschein*, à *Südktoberfest*, ao Caminho Pomerano e ao Sesquicentenário da Imigração Alemã-Pomerana. No que se refere à mercantilização da identidade, é importante destacarmos que aqui é enfatizada a cultura “pomerana”. Nesse sentido, chamamos a atenção para o Caminho Pomerano e as solenidades do Sesquicentenário da Imigração Alemã-Pomerana.

Ainda que a valorização, a manutenção e a divulgação da cultura “pomerana” em São Lourenço do Sul esteja relacionada ao turismo local ou à “tradição inventada”, o fato é de que a identidade étnica “pomerana” começa a ser construída, afirmada e ter mais visibilidade no município. A identidade étnica “pomerana” está sendo atualmente recriada e reinventada pelo poder público



municipal, isto é, pelo olhar externo do coletivo “pomerano” e defendida através da forma hifenizada “alemã-pomerana” preponderantemente. Assim, parece que os descendentes de “alemães” e/ou “pomeranos” da cidade de São Lourenço do Sul são definidos atualmente por uma identidade hifenizada: “alemães-pomeranos”. Nesse caso, poderíamos até usar o termo “teuto-pomerano-brasileiro”, por analogia ao termo teuto-brasileiro, para definir os descendentes de “alemães-pomeranos” em São Lourenço do Sul. Enfim, sublinhamos que se trata aqui de uma mercantilização da identidade étnica, pois uma autodefinição do coletivo “pomerano” parece que ainda não está claro.

A tentativa de se criar e inventar uma identidade “pomerana” desvinculada da identidade “alemã” para São Lourenço do Sul ainda não atingiu, no entanto, a maioria dos nossos entrevistados que não se reconhecem plenamente como que pertencentes ao grupo étnico “pomerano”. A maioria dos depoentes ainda está vinculada a identidade “alemã”, precisamente, ora se definem como “alemães”, ora como “pomeranos”, ora parecendo que são coisas iguais, ora que são coisas diferentes. Na nossa pesquisa, isso pode ser comprovado claramente, como podemos ver nos excertos das entrevistas a seguir: “(...) eu me orgulho de ser ou pomerano ou alemão.” (G. F.). “Então, eu seria alemão-pomerano (...) é uma mistura, nem eu sei definir direito. Pois é uma coisa complicada (...)” (C. I.). “Alemã, sem pensar. Mas aí depois se a gente fosse conversar mais a fundo eu falaria pomerano.” (G. T. B.).

O apoio teórico no eixo etnicidade-identidade que utilizamos na análise desta pesquisa concebe a identidade como algo construído na relação com o “outro”, precisamente, como um movimento constante de “ser igual” e “ser diferente”. Da mesma forma que neste processo aberto de construção/desconstrução/reconstrução de identidade étnica, nossa pesquisa, ou seja, a análise das entrevistas de História Oral não pode ser considerada de modo algum fechada, pois o resultado alcançado aqui traz apenas um momento histórico do movimento constante do grupo étnico teuto-brasileiro em São Lourenço do Sul.

A nossa pesquisa aponta uma série de questionamentos, principalmente em relação à ascendência étnica/origem comum. Esta faceta não ficou clara neste trabalho, ou seja, os nossos entrevistados se reconhecem como “alemães” e/ou “pomeranos” e nunca justificam a identidade escolhida. A partir do pressuposto de que as categorias étnicas são subjetivas e que os grupos étnicos se identificam de acordo com a situação, necessitaríamos de um estudo mais aprofundado para saber em que momento as categorias “alemães” e/ou “pomeranas” são representadas, afirmadas ou ressaltadas pelos depoentes. Esta parte, portanto, deve ser retomada em um futuro trabalho.

Assim, não podemos considerar esta pesquisa concluída, mas esperamos que ela possa ter levantado alguns questionamentos para futuros estudos sobre a construção e formação da identidade étnica em São Lourenço do Sul.

## Referências

BARTH, F. *Ethnic groups and boundaries*. London: Allen & Unwin, 1969.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.

CECCONI, Eduardo. 150 anos da colonização pomerana no Estado. *Zero Hora*, Porto Alegre, 17 jan. 2008.

CONZEN, Katheleen Nehls et al. The invention of ethnicity: a perspective from the USA. *Journal of American Ethnic History*, Bloomington, Fall 1992. p. 3-39.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

O LOURENCIANO. São Lourenço do Sul: [s. n.], n. 1613, 16 jan. 2008. Encarte especial Os 150 anos da imigração alemã-pomerana em São Lourenço do Sul.

\_\_\_\_\_. São Lourenço do Sul: [s. n.], n. 1626, 16 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. São Lourenço do Sul: [s. n.], n. 1630, 14 maio 2008.

\_\_\_\_\_. São Lourenço do Sul:[s. n.], n. 1614, 23 jan. 2008. Encarte especial em homenagem aos 150 anos da imigração alemã-pomerana.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

# OS POLONESES NO RIO GRANDE DO SUL: NOVAS FONTES E TEMAS DE PESQUISA

Rhuan Targino Zaleski Trindade<sup>1</sup>

Regina Weber<sup>2</sup>

*Resumo:* A historiografia da imigração polonesa no Rio Grande do Sul tem potencial para ser ampliada, refletindo o conjunto de imigrantes que ingressaram no estado desde o século XIX, e o aumento do número de membros deste grupo étnico nas gerações posteriores. Elementos como falta de bibliografia que aponte rumos de investigação, e indubitavelmente, a dificuldade com o idioma, são alguns dos motivos patentes para esta produção, principalmente acadêmica, ainda em aberto. Nesse contexto, nosso projeto parte da utilização do material disponível no Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS, que conta com o acervo do engenheiro Edmundo Gardolinski, filho de poloneses, reconhecido como um dos primeiros estudiosos da temática da imigração polonesa no Rio Grande do Sul. Este acervo possui um conjunto de fontes ainda pouco explorado, o qual está em polonês e vem sendo traduzido e catalogado durante o desenvolvimento deste projeto. Agregando a este acervo outros documentos, orais e escritos, buscamos novas fontes e propomos novos temas para a escrita da história da imigração polonesa no Rio Grande do Sul.

*Palavras-chave:* Imigração Polonesa, Colonização Polonesa, Rio Grande do Sul, historiografia, acervo privado.

---

## **Introdução: o arquivo**

O acervo Edmundo Gardolinski, que constitui um fundo de pesquisa do Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS, é um arquivo que conta com grande parte da documentação pessoal e, se assim podemos dizer, “memorial” do seu dono, que empresta seu nome ao acervo. O engenheiro Edmundo Gardolinski nasceu no Paraná, em 1914, filho de Mariano e Maria Gardolinski, ambos imigrantes poloneses. Durante sua trajetória, foi um reconhecido

---

<sup>1</sup> UFRGS.

<sup>2</sup> Professora da UFRGS.

engenheiro civil, tendo participado da construção, por exemplo, da vila operária do IAPI<sup>3</sup> em Porto Alegre, bem como de outras obras importantes nesta cidade. Além disso, foi um reconhecido “memorialista” (WENCZENOVICZ, 2011), produzindo trabalhos de contribuição histórica acerca da imigração polonesa, como, por exemplo, o livro “Escolas da Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul” de 1977.

Gardolinski visitou diversas colônias polonesas no estado e recolheu grande quantidade de material referente a esta etnia, de modo que tudo isto serviu para compor o arquivo que se encontra no NPH/UFRGS. Este, portanto, é constituído de documentos de vários tipos: rascunhos anotados e corrigidos de artigos e discursos do próprio Gardolinski e de outros autores, correspondência ativas e passivas, fotos<sup>4</sup>, prospectos, recortes de jornais e revistas, etc. Complementando o arquivo, existe parte da biblioteca do titular, que contém periódicos, livros, e folhetos.

Em se tratando de um acervo privado, retoma-se aqui algumas discussões sobre este gênero de fontes. O arquivo privado, entendido amplamente como o “conjunto de documentos, qualquer que seja sua data, sua forma e seu suporte, produzido ou recebido por pessoa física ou moral, pública ou privada, no curso e para o exercício de suas atividade” (HEYMANN, 2007: 2), é um instrumento que vem ganhando visibilidade na produção historiográfica. Segundo Gomes (1998: 122), só a partir da década de 1970 é que o arquivo passa, na Europa, por uma “descoberta/encontro” dos historiadores, de maneira que a autora aponta uma “rotinização” do uso dos arquivos privados ou, numa linguagem mais jornalística, o *boom* dos arquivos privados. Partindo destes pressupostos, pensamos o uso destes arquivos como inseridos na renovação das fontes e objetos da história, acompanhando o

---

<sup>3</sup> A Vila do IAPI é uma área urbana planejada, predominantemente residencial, que tomou seu nome do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários.

<sup>4</sup> Parte delas foram pesquisadas pela historiadora Ivania Valim Susin na sua dissertação de mestrado intitulada “*Retratos de arquitetura moderna: acervo Edmundo Gardolinski (1936-1952)*”, apresentada na UNICAMP em 2010.

florescimento da História Cultural e da micro-história (GOMES, 1998, HEYMANN, 2008), e no bojo da revalorização do indivíduo (SCHMIDT, 2000, XAVIER, 2000), patente desses novos arranjos do campo historiográfico.

Tendo em vistas essa perspectiva, devemos atentar para o fato de que os arquivos privados, assim como qualquer fonte histórica, devem ser criticados e problematizados pelo historiador, uma vez que, como aponta Gomes (1998: 125)

Por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, ele revelaria seu produtor de forma “verdadeira”: aí ele se mostraria “de fato”, o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros. A documentação dos arquivos privados permitiria, finalmente e de forma muito particular, dar vida à história, enchendo-a de homens e não de nomes, como numa *histoire événementielle*.

Este aspecto seria o elemento diferenciador e específico do arquivo privado com relação a qualquer outro tipo de fonte, no entanto, o tratamento, como foi supracitado, é o mesmo.

Os arquivos privados, como o de Edmundo Gardolinski são fruto de uma série de subjetividades, desde a intervenção do próprio “dono”, passando pela dos familiares e depois, do arquivista da instituição que o obtém. Nesse sentido, há uma ressignificação do acervo como fonte, expondo diferentes assuntos a partir da organização com a qual ele fora pensado neste vaivém. Sob esta ótica, o arquivista, por exemplo, se torna um produtor de fontes (HEYMANN, 2008), na medida em que tem uma ação sobre o acervo. Nesse ínterim, devemos pensar que poderiam existir outras formas de organização e outros assuntos a serem colocados em realce. As teorias da arquivística propõe, geralmente, manter a organização constituída pelo próprio indivíduo “produtor” do arquivo. Este compõe-se não apenas de documentação e livros, produzidos e recebidos ao longo dos anos pelo titular, mas de objetos memorialísticos, já que “Guardar papéis, fotos, objetos, enfim, lembranças pessoais ou de um grupo é algo que fazemos na tentativa de preservar nossa memória e, por essa mesma via, nossa

própria identidade.” (HEYMANN, 2005: 3). Segundo Heymann (2008:5),

Ao longo da segunda metade do século XX, a ampliação do universo documental, fruto do processo de explosão das informações e de seus suportes e, sobretudo, o desenvolvimento de uma cultura memorialista, de proliferação e circulação de memórias (...) Essa proliferação de memórias está relacionada a um processo amplo e complexo, (...) no qual disputas memoriais estão na base de lutas por afirmação identitária e por direitos, em um mundo marcado pela diversidade dentro das fronteiras nacionais, mas também pelas comunidades transnacionais, no qual têm lugar demanda por revisões e novas interpretações do passado.

Nesse sentido, percebemos não apenas a necessidade de se trabalhar com as questões da memória e história, mas também da identidade, de maneira a pensar a diversidade de interpretações sobre determinados tipos de arquivo.

Com base nestes pressupostos, traçamos um panorama de como ocorreu a imigração dos poloneses no Rio Grande do Sul, para entendermos a importância de se pesquisar este grupo étnico e por quais motivos, Gardolinski investiu boa parte de sua vida a ela.

### **Os poloneses no Rio Grande do Sul: uma história a ser contada**

A imigração polonesa está inserida no contexto das ondas imigratórias providas da Europa rumo a América, principalmente do último quarto do século XIX até 1930, as quais estão no bojo da oferta de trabalho e terras que os países americanos dispunham, do aumento demográfico e de pressão social nos países do “velho mundo”, e do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação ao longo do século XIX.

Como aponta Wachowicz (1974), na Polônia do século XIX, a situação era extremamente particular, uma vez que, oficialmente, o país não existia, estando seu antigo território dividido entre os Impérios Prussiano, Austríaco e Russo, cada qual com diferentes maneiras de administrar a situação dos poloneses. Somado a isto, o fim da servidão e a instalação do modo de produção capitalista na região criaram uma série de dificuldades para o camponês polonês, a

principal delas, a questão da falta de terra e da proletarização da mão de obra rural. As propriedades dos camponeses tornavam-se cada vez menores e/ou acabavam nas mãos dos grandes latifundiários que as compravam e, por conseguinte, contratavam a mão de obra do campesinato. A partir desta situação, uma das alternativas foi a emigração. Esta ocorreu em duas vias principais: os Estados Unidos, que recebiam indivíduos, os quais na maioria das vezes emigravam sozinhos em busca de serviços urbanos. E outra foi o Brasil, que ofereceu lotes coloniais nos estados sulinos para famílias de camponeses ansiosos por melhorar sua condição de vida, ainda que permanecendo no campo.

Neste contexto, o Rio Grande do Sul foi um dos estados que recebeu estes imigrantes, que ocuparam os últimos lotes de colonização disponíveis na região<sup>5</sup>. Apesar de o marco da imigração ser 1875, com a chegada de alguns poloneses na Serra Gaúcha, são os anos de 1890 a 1894 os definitivos para a emigração polonesa, etapa conhecida como a “goraczka brazijliska”, ou “febre brasileira”, quando milhares de poloneses, na sua grande maioria camponeses, espalharam-se pelo território gaúcho, alguns poucos, nas cidades de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre e outra parte no interior do estado, ganhando lotes que variavam de 12,5 ha até 25 ha (Gardolinski, 1958; Stawinski, 1975).

Conforme apontam vários autores, ainda que seja muito difícil precisar o número de poloneses que ingressaram no Rio Grande do Sul, principalmente em função da usurpação do território da Polônia por seus vizinhos mais poderosos, pode-se tomar como parâmetro dados dos censos demográficos das primeiras décadas do século XX, que contabilizam “estrangeiros”, e, segundo os quais, os

---

<sup>5</sup> Segundo a historiografia “clássica” sobre a imigração polonesa, por ter se dado de maneira efetiva no final do século XIX, portanto depois das ondas imigratórias alemã e italiana, os poloneses foram deslocados para as últimas fronteiras de mata do Estado, os vales de alguns rios da Serra, os quais foram abandonados paulatinamente, mas não totalmente, ao longo da primeira metade do século XX. Outros foram deslocados para colônias no Noroeste gaúcho e algumas colônias foram criadas em outros territórios, como na região das atuais cidades de Mariana Pimentel e Dom Feliciano.



procedentes da Polônia ocupavam a quarta posição, vindo atrás de alemães, italianos e uruguaios (WEBER, WENCZENOVICZ, 2012: 160). A média de 10 mil “estrangeiros” poloneses, que tanto pode ser constituída de velhos imigrantes do século XIX quanto de imigrantes recém-chegados, não contabiliza descendentes de poloneses nascidos no Brasil, os quais, entretanto, compõem o que se chama “grupo étnico”. Tentando registrar e dar visibilidade a estes poloneses no sul do Brasil, é que Edmundo Gardolinski viajou pelo estado, colecionou fotografias antigas e novas, reuniu publicações e manteve contato através de correspondências com outras lideranças poloneses. É com base nesse conjunto documental recolhido pelo engenheiro, que fazemos as considerações a seguir.

### **Possibilidades de pesquisa:**

Os documentos que inicialmente gostaríamos de destacar do acervo são as cartas, não apenas por estarem preservadas em grande quantidade, mas pelo caráter pessoal que carregam com relação ao correspondente. As missivas encontradas no arquivo são, na sua maioria, as recebidas por Edmundo Gardolinski, entretanto, existem diversas cópias de correspondências remetidas por este aos mais diversos destinatários, dentre eles o senhor Jan Krawczyk<sup>6</sup>, Ceslau Biezanko<sup>7</sup>, Alberto Stawinski<sup>8</sup> e Józef Zajac<sup>9</sup> alguns expoentes do grupo polonês do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, pensando de acordo com Gontijo (2004), as correspondências de intelectuais são ao mesmo tempo fontes e objetos de estudo, sendo instrumentos

---

<sup>6</sup> Escritor e jornalista polonês, que emigrou ainda criança para o Rio Grande do Sul (WACHOWICZ, SCHR, 2000: 204).

<sup>7</sup> Entomólogo polonês, que veio para o Brasil no início dos anos 1930, sendo considerado o introdutor da soja no estado, na cidade de Guarani das Missões no Rio Grande do Sul (WACHOWICZ, SCHR, 2000: 33).

<sup>8</sup> Foi um frei de origem polonesa e também escritor, historiador e jornalista, sendo responsáveis por escrever uma das obras clássicas para a imigração polonesa: *Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)* (WACHOWICZ, SCHR, 2000: 362).

<sup>9</sup> Padre e redator do periódico em polonês “LUD” de Curitiba. (WACHOWICZ, SCHR, 2000: 435).

capazes de verificar a questão da sociabilidade e a interpenetração do privado e do público. A autora, ao citar Trebitsch, destaca que

por ser um *ato de sociabilidade*, a correspondência pode fazer parte de uma prática social mais vasta, não restrita à ordem do privado. Ao invés disso, ela tenderia a favorecer a interpenetração entre o público e o privado. Ao mesmo tempo, a correspondência intelectual pertence a uma prática textual global, com um nível de linguagem e uma retórica específica. Ela seria uma espécie de “‘zona enigmática’ entre a vida e o texto.” (GONTIJO, 2002: 1)

Assim, podemos observar uma série de elementos de contribuição das missivas de intelectuais, tais como nos revelar “a afirmação de uma imagem pública do intelectual, mencionadas pelos missivistas sobre si mesmos ou sobre outros” (GONTIJO, 2004: 166). Para analisar as correspondências devemos observar uma série de questões tais como: a) construir uma tipologia dos documentos; b) identificar tipos de missivistas, observando para quem e como eles formulavam demandas; c) mapear redes de trocas de favores, observando a posição social do destinatário; d) analisar a dimensão subjetiva dos diálogos estabelecidos, com destaque para as mediações e argumentos utilizados (GONTIJO, 2002: 6).

Diante destes aspectos, podemos verificar que essas fontes históricas são de grande valia para delimitarmos a “rede de sociabilidade” da qual fazia parte Edmundo Gardolinski, bem como por quem era formada a “elite” intelectual do elemento polono-brasileiro, quais questões eram debatidas, quais os papéis desempenhados pelos respectivos correspondentes e que tipo de informações circulavam no seio deste grupo. Além destes elementos, como aponta Angela de Castro Gomes (2004) a correspondência também é uma “escrita de si” (2004: 7), portanto, este “objeto cultural” serve e é importantíssimo para o desenvolvimento de estudos históricos do “gênero biográfico”.

Se entendermos as missivas privadas como geradoras de redes de sociabilidade entre intelectuais, faz-se necessário uma melhor explicação acerca da apropriação feita do conceito de “intelectual”. Duas definições foram geradas pelos trabalhos com a temática, uma mais restrita, “baseada na noção de engajamento” e

“pela notoriedade eventual ou especialização, reconhecida pela sociedade em que [o intelectual] vive” e outra mais ampla e abrangente, englobando “tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito” (SIRINELLI, 2003: 242). Para o caso dos intelectuais identificados por esta pesquisa, esta classificação mais extensiva produz um melhor direcionamento, uma vez que a intelectualidade com a qual o senhor Edmundo Gardolinski estabeleceu contato variava de lideranças religiosas a comunitárias, até membros da comunidade científica e acadêmica. Operando com esta noção de “intelectual”, outro aspecto a ser discutido é o fato de que, na medida em que eram membros da “elite” do grupo polonês, estes poderiam se tornar lideranças destacadas daquele. Neste caso, se tornavam responsáveis, portanto, pela representação do grupo identificado como “poloneses”, fosse em festas, encontros, eventos, etc. Estes dois papéis, de intelectual e liderança, são possibilidades com grande potencial de análise e estudo, ao mesmo tempo que ainda pouco exploradas na historiografia acadêmica acerca da imigração polonesa. Nesse sentido, como acima referido, o gênero biográfico, a partir da revalorização do indivíduo na história, surge como proposta plausível, podendo servirmos, por exemplo, dos estudos sobre os imigrantes e descendentes de alemães. Um deles é o trabalho sobre de J. Aloys Friedrich, trabalhado por Haike da Silva (2008), utilizando em parte o arquivo pessoal do líder teuto-brasileiro para construir sua trajetória de vida.

Outra fonte que existe em grande quantidade no acervo, que até o momento não foi utilizada, são os periódicos, sejam eles jornais ou revistas recolhidos e guardados por Edmundo Gardolinski. A utilização dos jornais e periódicos é de grande valia por conter uma série de “notícias”, entrevistas, textos produzidos por intelectuais entre outras informações sobre o grupo polonês. Como Elmir (2007: 14) nos elucida, o jornal

(...) pode ser apropriado de formas mais diversas. Quero propor uma breve digressão acerca de duas maneiras de ler o jornal para fins de pesquisa. Uma delas, aparentemente mais simples, consiste em tomá-lo (1) como fonte de informação. A segunda delas, aparentemente mais complexa, faz dele (2) objeto intelectual da

pesquisa. Evidentemente, nenhuma das duas exige o pesquisador de realizar a indispensável crítica do documento.

Guardadas as ressalvas feitas por Elmir, assim como por De Luca (2008), a possibilidade de utilizar os periódicos surge como uma boa expectativa de pesquisa. Talvez, o principal periódico do acervo seja o “LUD”, de Curitiba que, no entanto, tem muitos textos sobre o Rio Grande do Sul e escrito por autores “gaúchos” ou radicados neste estado, como o caso do próprio Edmundo Gardolinski. Também existe uma revista de Curitiba chamada “Kalendarz Lud”, com datas que variam da década de 1920 até 1970, num formato diferente do anterior, mas funcionando da mesma maneira, com escritos de diversos intelectuais do Rio Grande do Sul e textos sobre o estado. O problema maior em trabalhar estas fontes é a questão do idioma, pois estão todos escritos em polonês o que dificulta a sua análise. Existe um estudo sobre a “Gazeta Polaca no Brasil”, revista bilíngue do início do século XX que circulou no sul do Brasil e na região platina, no qual a abordagem central é nas imagens fornecidas pelo periódico buscando compreender como “o grupo polonês através das páginas da Gazeta Polaca expressou imagens identitárias particularizadas sobre seus hábitos e tradições sócio-culturais, sendo, pois, as imagens lidas enquanto indícios interpretativos do real, isto é, são reflexos da forma com que o grupo deseja se mostrar à sociedade e ao contexto em que estavam inseridos” (MOLAR, LAMB, 2011: 2). Este é um exemplo de como podemos tomar os periódicos e procurar problematizá-los com a temática da imigração polonesa sem necessariamente dominar o idioma polonês.

Ao tratar da questão das imagens, não podemos deixar de por em relevo uma parte constituinte do acervo de Edmundo Gardolinski, a qual tem sido muito profícua para quem tem se dedicado a ele: as fotografias. Em primeiro lugar, muitas das fotos foram tiradas pelo próprio Edmundo Gardolinski, estudadas em parte por Ivania Susin (2010). São fotografias de visitas e solenidades, personagens políticos (como Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra); da construção da Vila IAPI (nota); viagens de

família; das colônias polonesas, entre outras<sup>10</sup>. Há também uma coleção de fotos que não foram feitas por Gardolinski, mas foram arquivadas por este no seu acervo. Entendemos a fotografia como documento que “compreende diferentes substratos de temporalidade que conduzem a pesquisa em múltiplas direções” (SUSIN, 2010: 6). E, como aponta Rouillé (2009: 18)

Como o discurso e as outras imagens, o dogma de ‘ser rastro’ mascara o que a fotografia, com seus próprios meios, faz ser: construída do início ao fim, ela fabrica e produz os mundos. Enquanto o rastro vai da coisa (preexistente) à imagem, o importante é explorar como a imagem produz o real. O que equivale a defender a relativa autonomia das imagens e de suas formas perante os referentes, e reavaliar o papel da escrita em face do registro.

Com essa advertência devemos pensar as fotografias como fonte, capazes de trazer à tona uma visão do real e de proporcionar uma memória, de alguma forma. Com relação ao acervo de Gardolinski, as fotografias se justapõem a uma série de outras fontes, bastante diversas, todas tendo em comum a vocação memorialística ou intelectual do seu colecionador/produtor, às quais cada historiador que delas fizer uso poderá dar outro sentido.

## **Considerações finais**

O NPH da UFRGS permite a consulta do material disponível no Acervo Edmundo Gardolinski contribuindo para a pesquisa na área da imigração polonesa. Como pretendemos demonstrar ao longo deste artigo, apesar das dificuldades do idioma, da pouca visibilidade dos poloneses, além de outras limitações, existe um grande potencial de fontes e temas de pesquisa capazes de, não

---

<sup>10</sup> Segundo Ivania Susin (2010: 3) “Quanto às fotografias, Gardolinski mantinha sistemas diversos de organização. Para um dos montantes, separou as fotografias em pastas de papel, com o título daquele conjunto, coladas em folhas de ofício tamanho A4. Abaixo de cada foto, escrevia uma pequena nota, identificando o evento representado. Infelizmente, nem todas as fotografias foram incluídas neste sistema, o que fez com que muitas delas não fossem identificadas.

apenas contribuir para o aumento da produção acadêmica sobre os poloneses, mas também, para a produção sobre a Imigração, como fenômeno social amplo e dinâmico, o qual vem ocorrendo, sob diferentes aspectos e contextos, ao longo da História, sendo o Brasil, um dos principais receptores dos imigrantes.

## Referências

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

ELMIR, Cláudio Pereira. *Uma Aventura com o Última Hora: O jornal e a pesquisa histórica*. Conferência de abertura do Colóquio Fontes periódicas: imprensa política e cultural latino-americana do PPG da UFRGS, 2007

GARDOLINSKI, Edmundo. *Escolas da colonização polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ESTSLB; Caxias do Sul: UCS, 1976.

GLUCHOWSKI, Kazimierz. *Os poloneses no Brasil: Subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil*. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005.

GOMES, Angela de Castro. *Nas malhas do feitiço: o Historiador e os encantos dos arquivos privados*. In: Revista Estudos Históricos, vol. 11, n. 21, Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. Cartas de Capistrano: fragmentos de discursos sobre a história e os historiadores da I República. In: *Anais do X Encontro Regional de História*. ANPUH-RJ, Rio de Janeiro, 2002.

HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões. In: *Seminário CPDOC 35 anos: A*

Interdisciplinaridade nos estudos históricos, 2008, Rio de Janeiro.  
<Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)>

\_\_\_\_\_. Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de FHC: alguns comentários. In: *Seminário internacional arquivos pessoais de titulares de cargos públicos: curadoria e tratamento técnico*, 2007, Rio de Janeiro. Disponível em [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br).

\_\_\_\_\_. *Velhos problemas, novos atores: desafios à preservação dos arquivos privados*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

MOLAR, Jonathan de Oliveira; LAMB, Roberto Edgar. Imigração Polonesa: o sentimento identitário representado nas imagens da revista “Gazeta Polaca no Brasil”. *História, imagem e narrativa*, Rio de Janeiro, n. 12, abril, 2011. Disponível em <http://www.historiaimagem.com.br>. acessado em 10/04/2012

ROUILLÉ, André. *A fotografia*. Entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Editora SENAC SP, 2009.

SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

\_\_\_\_\_. A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de contexto. In: GUAZZELLI, Cesar A. B., PETERSEN, Silvia, R. F., SCHMIDT, Benito B., XAVIER, Regina C. L. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

SILVA, Haike. R. K. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)*. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2006. v. 500.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SUSIN, Ivania Valim: O Acervo Fotográfico de Edmundo Gardolinski como lugar de uma memória arquivada. In: *Anais do XIV Encontro Regional de História*. ANPUH-RJ, Rio de Janeiro, 2010.

STAWINSKI, Alberto Victor. *Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)*. Porto Alegre: EST/UCS. Caxias do Sul, 1976.

WACHOWICZ, R.C. *O camponês polonês no Brasil: Raízes medievais da mentalidade emergente*. Curitiba, PR. Tese de Livre Docência. Universidade Federal do Paraná, 1974.

WACHOWICZ, Ruy Christovam, SCHR, Zdzislaw, M. *Perfis polônicos no Brasil*: Ed. Vicentina, Curitiba, 2000.

WEBER, Regina, WENCZENOVICZ, Thaís J. Historiografia da imigração polonesa: avaliação em perspectiva dos estudos sobre o Rio Grande do Sul. In: *História UNISINOS*. São Leopoldo, RS Vol. 16, n. 1 (jan./abr. 2012), p. 159-170.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaína. *Edmundo Gardolinski: um engenheiro memorialista*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.



# AS INFLUÊNCIAS DA ESPANHA E HOLANDA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Roberto Rodolfo Georg Uebel<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente trabalho visa apresentar um breve compêndio sobre a influência de duas nações europeias – Reino da Espanha e Reino dos Países Baixos – na formação econômica do Brasil desde os primórdios da sua colonização até a metade do século XX, bem como as consequências decorrentes dessa influência nas relações comerciais do Brasil com a Espanha e Holanda após a expansão do mercado interno brasileiro devido à globalização gerada no pós-Guerra Fria. Sabe-se que Holanda (destituída neste trabalho das demais nações que compõem o Reino dos Países Baixos) e Espanha muito interferiram no desenvolvimento socioeconômico da América Latina, formando *a posteriori* soberanias independentes; sendo assim, abordar-se-ão os motivos, causas e consequências que levaram tais países a inserirem seus complexos produtivos e de exploração no território brasileiro, bem como a situação comercial tripartite entre esses países. O presente trabalho traz à tona as principais questões derivadas das influências neerlandesas e espanholas que atuaram em todo o contexto da formação econômica brasileira até a contemporaneidade e permitiram que o Brasil fosse uma das maiores potências sul-americanas, graças aos incentivos e ao estabelecimento de complexos produtivos dessas duas nações em nosso território nacional.

*Palavras-chave:* Influência Cultural, Espanha, Holanda, Exploração Econômica.

---

## Introdução

Quando Portugal iniciou a conquista e exploração dos recém-descobertos territórios americanos, sua hegemonia sobre o espaço colonial americano foi ameaçada por outras nações europeias, principalmente Espanha – antes da União Ibérica –, França e Holanda, que passaram a realizar incursões exploratórias cada vez

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Maria, Pesquisador do Laboratório de Estudos Internacionais – LEIn/CNPq. E-mail: robertouebel@mail.ufsm.br.

mais frequentes ao longo dos séculos XVI e XVII. Vicentino (2006) define com exatidão tais incursões, que *a posteriori* levaram à exploração econômica europeia no Brasil:

Desde o século XVI, as elites políticas e econômicas europeias disputaram, em contínuos confrontos, a exploração das riquezas e dos espaços de exploração capitalista. Somente diante de ameaças e revoltas populares ou projetos antielitistas – inimigo número um a ser enfrentado – é que adiavam suas disputas internas e os confrontos (VICENTINO, 2006, p. 187).

O desenvolvimento comercial dos Países Baixos e a adoção do protestantismo pela maioria da população, impulsionando ainda mais suas atividades econômicas, foram os principais fatores que levaram as elites mercantis neerlandesas a lutar pela autonomia política diante do domínio espanhol e católico. Em decorrência da União Ibérica, os Países Baixos estenderam sua inimizade pelos espanhóis ao Império Lusitano.

Com a situação de *status belli* iminente tanto no âmbito econômico e comercial como no político, a Holanda fundou, no ano de 1602, a Companhia das Índias Orientais, com o objetivo principal de manter suas tradicionais relações comerciais com os domínios ibéricos, por meio de ações como saques na costa brasileira e a conquista de domínios espanhóis na Ásia e na África, assumindo grande parte do tráfico de mancipios africanos, que posteriormente injetariam maior mão de obra na produção açucareira brasileira.

Na formação do povo brasileiro, sempre existiu a influência da imigração espanhola. No entanto, essa questão não foi objeto de nenhum estudo detalhado até o momento, sendo abordada sempre de forma superficial, diferentemente de outros grupos (como portugueses, italianos e alemães, entre outros), sobre os quais se pode encontrar grande quantidade de informações. A presença espanhola no Brasil é muito maior do que se tem atribuído, ocorrendo desde os primórdios da colonização do território brasileiro.

No presente artigo de revisão, intentar-se-á explicar a influência da Holanda e da Espanha no Brasil, distinguindo-se, no primeiro caso, duas etapas: o período da ocupação holandesa no

Nordeste do Brasil e as relações comerciais entre os dois países na contemporaneidade. No caso da Espanha, a análise distinguirá três etapas, com base na bibliografia disponível: os primeiros exploradores do Brasil (1500) e a colonização, a União Ibérica (1580-1640), relações hispano-brasileiras após a independência do Brasil, e a imigração espanhola na contemporaneidade.

### **Influências neerlandesas**

Algumas décadas após o descobrimento, Portugal sentiu-se pressionado a colonizar suas novas terras, pois outros países europeus também possuíam interesse no local recém-descoberto. Os portugueses decidiram, então, viabilizar a exploração do espaço colonial com o desenvolvimento da exploração açucareira, inicialmente em função da possibilidade de comercialização com o amplo mercado consumidor europeu e as condições climáticas que favoreciam seu plantio no Brasil, além do domínio português sobre eficientes técnicas de plantio (SOUSA, [2010?]).

Contudo, apesar tantas vantagens apresentadas pelo desenvolvimento dessa atividade, a produção açucareira exigia uma complexa infraestrutura que envolvia o uso de grandes propriedades, a farta disponibilidade de mão de obra, manutenção de pastos para animais de tração, extração de madeira e a construção de instalações apropriadas para o beneficiamento da cana-de-açúcar.

Não tendo todo o capital exigido para o negócio, Portugal contou com o auxílio de banqueiros europeus que financiavam uma considerável parte desse empreendimento, dentre os quais se destacavam os banqueiros holandeses, que, com o passar do tempo, passaram também a intermediar a negociação do produto em diferentes pontos da Europa (SOUSA, [2010?]).

O expressivo papel desempenhado pelos holandeses na consolidação da empresa açucareira foi de grande importância para a expansão da classe mercantil daquele país. Além disso, o ritmo de exploração e desenvolvimento dos centros de produção no Brasil provavelmente não teria sido o mesmo sem a participação do capital holandês. Apesar do bom relacionamento comercial entre Portugal e

Holanda, essa parceria tomou outros rumos no final do século XVI (SOUSA, [2010?]).

O rei de Portugal, dom Sebastião, tinha apenas 24 anos quando morreu em uma batalha contra os mouros em Alcácer-Quibir, atual Marrocos. O trono foi entregue então a um tio, o cardeal dom Henrique. Morto dois anos depois, o novo rei não deixou herdeiros. Depois de uma acirrada disputa entre vários pretendentes, a Coroa Portuguesa acabou nas mãos do rei espanhol Filipe II (1556-1598). O novo monarca uniu as Coroas Portuguesa e Espanhola sob seu comando, dando início à chamada União Ibérica.

Apesar das boas relações entre holandeses e portugueses, com a União Ibérica, tradicionais adversários da Espanha tornaram-se inimigos de Portugal. Após serem dominadas durante algum tempo pela Espanha, a Holanda e outras províncias da região dos Países Baixos declararam sua independência em 1579, inaugurando um período de conflitos com a Espanha que só terminaria no ano de 1648.

Por essa razão, em 1621 o governo da União Ibérica fechou seus portos e os de suas colônias aos navios holandeses. A decisão desagradou aos comerciantes flamengos, que, em represália, decidiram ocupar o nordeste da colônia portuguesa, principal centro açucareiro da América, utilizando para isso a Companhia das Índias Ocidentais, fundada naquele mesmo ano. Após uma fracassada ação na Bahia em 1624, a Companhia resolveu invadir Pernambuco em fevereiro de 1630, quando soldados holandeses desembarcaram na costa pernambucana e, apesar de terem encontrado resistência, acabaram por ocupar Recife e Olinda, sede da capitania.

Em 1637, a Companhia das Índias Ocidentais enviou a Pernambuco o conde João Mauricio de Nassau, com a missão de governar todo o nordeste holandês – que passou a ser chamado de Nova Holanda. O período Nassau foi sinônimo de boa administração: urbanização, construção de pontes e monumentos, o inédito estabelecimento de liberdade religiosa, volumoso e importante legado artístico e científico, financiamento e comercialização da produção de açúcar. Todavia, em meados de 1644 a produção açucareira de Pernambuco passava por uma séria

crise, provocada por incêndios nos canaviais, epidemias entre os escravos e períodos de seca. Para agravar a situação, os preços do açúcar no mercado internacional caíram e os senhores de engenho ficaram sem recursos para quitar as dívidas contraídas com a Companhia das Índias Ocidentais. Nassau queria que a Companhia agisse com moderação em relação a essas dívidas. A Companhia, entretanto, não só exigiu a quitação imediata das dívidas, mas também aumentou os impostos sobre o açúcar. Devido a esse e outros fatos, Nassau apresentou sua renúncia e regressou aos Países Baixos em maio de 1644. O Conde, um humanista que veio a ser Príncipe do Sacro Império Romano-Germânico, permanece no imaginário brasileiro como o primeiro governante democrático, esclarecido e amigo das artes no País, criador de um projeto sem par na história colonial (EMBAIXADA DO BRASIL EM HAIA, [2010?a]).

Após 1644, o Príncipe de Nassau foi substituído por administradores pouco talentosos. Na Europa, Portugal recobrou, em 1640, sua independência da Espanha, perdida em 1580. Os preços do açúcar na Bolsa de Amsterdã sofreram brusca queda. Os luso-brasileiros voltaram a empenhar-se em ações de guerrilha e finalmente formaram-se como exército. Todos estes fatores resultaram na expulsão dos holandeses, consolidada com a rendição da Campina do Taborda, em 1654 (EMBAIXADA DO BRASIL EM HAIA, [2010?a]).

Durante sua permanência no Brasil, os holandeses adquiriram o conhecimento de todos os aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira, o qual vai constituir a base para o desenvolvimento de uma indústria concorrente, de grande escala, na região do Caribe. A partir desse momento, estaria perdido o monopólio, que nos três quartos de século anteriores se assentara na identidade de interesse entre os produtores portugueses e os grupos financeiros holandeses que controlavam o comércio europeu. Devido ao aumento da oferta, gerado pela produção caribenha, no terceiro quartel do século XVII o preço do açúcar se reduziria à metade, e persistiria nesse nível relativamente baixo durante todo o

século seguinte, o que levaria ao fim dos gloriosos anos da empresa agrícola-colonial portuguesa (FURTADO, 2007).

### ***Relações comerciais Brasil-Holanda na contemporaneidade***

Desde o período colonial, conforme pode-se observar no presente artigo, a Holanda tem sido um dos maiores parceiros comerciais e econômicos do Brasil, tanto na exportação como importação.

Segundo os dados fornecidos pela Embaixada do Brasil em Haia ([2010?b]), no ano de 2007, a Holanda era o maior parceiro comercial e maior mercado de produtos brasileiros no continente europeu, sendo o quarto maior destino das exportações nacionais em âmbito mundial, ficando atrás apenas de Estados Unidos, China e Argentina. Naquele ano, o Brasil exportou para os Países Baixos US\$ 8,84 bilhões em mercadorias. Entre os principais produtos exportados encontram-se, por ordem de valor: soja, pasta química de madeira, óleos brutos de petróleo, carne de frango, ligas de alumínio, ferronióbio, carne bovina, etanol, suco de laranja e frutas (uvas, maçãs e melões). Por outro lado, as importações brasileiras dos Países Baixos somaram no mesmo ano cerca de US\$ 1,11 bilhão, o que permitiu à parte brasileira alcançar expressivo saldo comercial de US\$ 7,73 bilhões. Entre os produtos comprados dos Países Baixos figuraram como principais, por ordem de valor: óleo diesel; medicamentos; preparações para ração animal; sulfato de amônio e outros produtos químicos.

Tais dados representam que a Holanda contribui em 5,5% nas vendas externas brasileiras, principalmente por meio de instituições como a Shell, Philips, TNT – Mercúrio e Unilever, que muito contribuíram para a industrialização tardia até os anos 50 e contribuem para a tecnologização pesada do setor industrial brasileiro. A Tabela 1 apresenta os investimentos recentes e a participação neerlandesa na balança comercial brasileira.

Tabela 1 Investimentos holandeses no Brasil

| Ano  | Investimento em bilhões de dólares | Posição entre os países investidores |
|------|------------------------------------|--------------------------------------|
| 1998 | US\$ 3,3                           | 3                                    |

|      |          |   |
|------|----------|---|
| 1999 | US\$ 2,0 | 4 |
| 2000 | US\$ 2,2 | 4 |
| 2001 | US\$ 1,8 | 4 |
| 2002 | US\$ 3,3 | 1 |
| 2003 | US\$ 1,4 | 3 |
| 2004 | US\$ 7,7 | 1 |
| 2005 | US\$ 2,2 | 2 |
| 2006 | US\$ 3,5 | 2 |
| 2007 | US\$ 8,1 | 1 |

Fonte: Embaixada do Brasil em Haia, [2010?c].

Analisando-se a tabela acima se infere uma variação de 54% nas exportações de 2007 em relação a 2006; além disso, segundo os dados da Embaixada do Brasil em Haia [2010?b], houve uma variação nas importações, no mesmo período, de 40%. Há, portanto um superávit constante nas operações comerciais bilaterais em favor do Brasil. Nos últimos dez anos, o saldo acumulado ultrapassa de 50 bilhões de dólares.

A Tabela 2 apresenta os números do comércio bilateral entre Brasil e Holanda no período de 2005 a 2007 (dados do Ministério de Indústria e Comércio Exterior).

Tabela 2 Dados do comércio bilateral entre Brasil e Holanda no período de 2005 a 2007 (em milhões de dólares)

| Período                  | 2005  | 2006  | 2007  |
|--------------------------|-------|-------|-------|
| Exportações brasileiras  | 5.283 | 5.749 | 8.841 |
| Importações brasileiras  | 586   | 786   | 1.116 |
| Saldo em favor do Brasil | 4.697 | 4.963 | 7.725 |

Fonte: AS RELAÇÕES ..., [2010?].

De acordo com os últimos dados do Banco Central do Brasil (posição no final de 2007), e fazendo-se a distribuição dos investimentos por país de origem, a Holanda tem investido e reinvestido no Brasil um valor acumulado de US\$ 45 bilhões, ocupando com isso o segundo lugar entre os principais investidores, atrás dos Estados Unidos. No ano de 2007, a Holanda ocupou a primeira posição no rol dos investidores estrangeiros no Brasil, com o montante de US\$ 8,1 bilhões. Grande parte de seus investimentos no país foi inicialmente realizada na indústria de transformação; porém, nos últimos anos vultosas somas foram dirigidas para o setor

de serviços financeiros e de comércio, conforme se pôde observar acima.

Tendo-se em vista a reestruturação industrial e de infraestrutura no território brasileiro promovida após a redemocratização do país nos anos 80, o capital holandês interessou-se mais por investir no território nacional devido às facilidades e apoios institucionais concedidos pelo governo brasileiro, e não só pela prévia colonização holandesa, mas também pela proximidade de portos estratégicos provindos das rotas de Roterdã e Amsterdã.

## **Influências espanholas**

### ***Os primeiros exploradores do Brasil (1500) e a colonização***

Para a historiografia oficial portuguesa, o Brasil foi descoberto em 22 de abril de 1500 pelo navegador português Pedro Álvares Cabral, o qual chegou ao litoral sul da Bahia, na região da atual cidade de Porto Seguro, mais precisamente no distrito de Coroa Vermelha. No entanto, há inúmeros documentos provando que os espanhóis, liderados por Vicente Yanez Pinzon e Diego de Lepe, foram os primeiros a descobrir o Brasil, em janeiro de 1500, exatamente 83 dias antes da chegada dos portugueses.

Nesse processo, não se deve esquecer de mencionar o Tratado de Tordesilhas, que resolveria temporalmente as disputas surgidas pelas descobertas ultramarinas ao estabelecer a divisão das áreas pertencentes a Portugal e Espanha. Para Portugal, foram dadas as terras “*descobertas e por descobrir*” situadas antes da linha imaginária que demarcava 370 léguas (1.770 km) a oeste das ilhas de Cabo Verde, e à Espanha as terras que ficassem além dessa linha.

Após a assinatura do Tratado, as duas coroas levam a cabo a exploração, invasão, ocupação e colonização do Novo Mundo, no que foram seguidas por Inglaterra, França e Holanda.



## ***A União Ibérica (1580-1640)***

Nos séculos XVI e XVII, a Espanha tornou-se a primeira potência mundial, em concorrência direta primeiro com Portugal e depois com a França, a Inglaterra e o Império Otomano. É nesses séculos que aparece a União Ibérica, a integração das Coroas Espanhola e Portuguesa. Logo, o Brasil une-se à Coroa Espanhola durante 60 anos, em um período marcado por agressões frequentes de britânicos e holandeses contra o Brasil (algumas já discutidas na seção relativa às influências neerlandesas).

Os ataques e invasões holandesas no Nordeste brasileiro, como sequência da guerra entre Espanha e Holanda, não serão as únicas consequências da União Ibérica. Uma das principais é o rompimento do Tratado de Tordesilhas, o qual, devido à unificação das Coroas Portuguesa e Espanhola, deixou de ter sentido, visto que todo o território pertencia à Coroa Espanhola.

Em 1640, após a separação das coroas ibéricas, o Brasil se tornou uma possessão de Portugal e houve um período de paz entre a Espanha e Portugal na América do Sul que durou até 1680, quando uma expedição de portugueses invade o sul da margem leste do Rio da Prata, onde funda uma colônia, causando uma longa série de problemas que não serão concluídos até 1828, com a criação da República Oriental do Uruguai.

Este é um período importante para o desenvolvimento econômico e cultural dos territórios portugueses no Atlântico, até então ainda pouco conhecidos.

## ***Relações Hispano-Brasileiras após a Independência do Brasil***

A relação entre Brasil e Espanha, como Estados soberanos, começou a tomar forma com a independência do Brasil, que ocorreu exatamente a 07 de setembro de 1822 mas só foi reconhecida oficialmente pela Espanha em 1834. Essa demora no reconhecimento *de jure* por parte da Espanha deu-se porque o governo espanhol temia que o Brasil, ao ser reconhecido oficialmente como um Estado soberano, afetaria a legitimidade dos movimentos de independência das antigas colônias espanholas.

Durante a monarquia brasileira, a Espanha mantinha boas relações de solidariedade, mais por interesses monárquicos do que pelos interesses latino-americanos naquele país. Quando D. Pedro II foi deposto e caiu a última monarquia americana, a questão era: como a Espanha reagiria à república brasileira? Novamente, a Espanha demorou a reconhecer a mudança no regime político brasileiro, o que não chegou a causar uma ruptura, pois as relações bilaterais entre os dois países foram mantidas e melhoradas, retomando projetos já em andamento.

No início do século XX, o Brasil é considerado na Espanha um país com muitas possibilidades para o futuro, e sua enorme riqueza e falta de mão de obra especializada, principalmente, provocam um fluxo de imigração espanhola para o Brasil. Na década de 20, aparece uma rivalidade entre os dois países para conseguir um assento permanente na recém-criada Liga das Nações, que deu origem à atual Organização das Nações Unidas (ONU). Durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), muitos voluntários brasileiros foram à Espanha para apoiar a república espanhola.

Em 1964, há a relação de convergência de estratégias de desenvolvimento entre a ditadura militar brasileira iniciada naquele ano e os planos para o desenvolvimento da Espanha. O ano de 1979 também pode ser considerado uma data chave nas relações Espanha-Brasil, com a visita de Adolfo Suarez (primeiro presidente no período democrático da Espanha) ao Brasil, o que “marca o início de uma nova fase de relações bilaterais entre esses países” (CALDEIRA, 2008).

Outros eventos favoreceram as relações bilaterais e estabeleceram maiores laços entre os dois países: retorno à democracia no Brasil em 1984, as bases da nova política democrática da Espanha para a América Latina e a reconsideração do papel do Brasil, a adesão espanhola à União Europeia e a participação do Brasil no âmbito da iniciativa espanhola da criação e ao desenvolvimento do Mercosul.

## ***Influências contemporâneas***

A maior influência espanhola no Brasil deu-se no estado do Rio Grande do Sul. Desde a formação desse estado tão singular, a participação espanhola teve importância na pecuária, no dialeto da fronteira e nas influências culturais. Analisando-se sob a ótica econômica, a introdução de bovinos durante o século XVII foi a contribuição mais destacada. O gado foi introduzido pelos jesuítas para garantir a alimentação de seus tutelados (os índios guaranis). Quando os jesuítas foram expulsos, o gado espalhou-se e se proliferou, tornando-se uma atração para portugueses e espanhóis. Os paulistas das bandeiras e os lagunenses que primeiro ingressaram em território gaúcho o faziam em busca de gado (SILVEIRA, [2010?]).

A respeito da presença espanhola em terras brasileiras, em resumo, pode-se ponderar que esta acontece desde o início da colonização do Brasil, como se observou até o momento. Mas só se pode falar de uma efetiva imigração de espanhóis para o Brasil a partir do final do século XIX. Na década de 1880, chegou a primeira leva significativa de imigrantes espanhóis no Brasil, sendo 75% com destino às fazendas de café em São Paulo. Os maus-tratos contra espanhóis nessas fazendas e o trabalho de semiescravidão fez com que Espanha restringisse a ida de seus cidadãos para a terra do café. Todavia, com a Guerra Civil se produzirá um novo fluxo de imigrantes. Após a Segunda Guerra Mundial, esse fluxo volta a cair, devido à recuperação econômica da Espanha.

Atualmente, as relações entre os dois países passam por um momento excelente, com grandes investimentos da Espanha no Brasil, e a implementação de vários projetos em diferentes setores e domínios. A intensificação das relações representa para a Espanha a consolidação de uma estratégia de recuperação da sua presença na América Latina. A política espanhola para a América Latina é baseada em uma estratégia de investimento que colocou a Espanha como o segundo maior investidor no Brasil em termos de investimento acumulado, atrás apenas dos EUA e como o principal investidor da União Europeia, seguido pelos Países Baixos.

## Conclusões e inferências

Consoante os dados observados no presente artigo de revisão acerca dos principais fatos influenciadores na formação econômica do Brasil por parte da Espanha e Holanda, infere-se que ambas nações foram e ainda são essenciais para a economia de dependência externa brasileira, e também para a formação social do povo brasileiro, haja vista o considerável número de imigrantes provenientes dos dois países vivendo em terras nacionais, desde o período colonial até o pós-guerra.

A influência da Holanda na formação econômica do Brasil foi essencial para o desenvolvimento industrial, comercial e financeiro nacional. Além disso, a colonização e exploração neerlandesa muito contribuíram para a formação do pensamento e sociedade brasileira, conforme se pode observar na formação da cultura nordestina. Como maior mercado europeu do Brasil e segundo maior investidor no país, trata-se de importante nação na formação da balança comercial brasileira anual, cuja contribuição foi essencial no processo de industrialização e especificação de produção e no desenvolvimento do parque tecnológico brasileiro no fim do século XX e início do século XXI.

Para fins de análise, argui-se que, *a posteriori*, a Holanda, como maior mercado brasileiro na Europa e uma das maiores parceiras comerciais da América Latina, ficando atrás apenas da Espanha, tem como grande potencial e meta no Brasil o desenvolvimento do mercado comercial e de serviços, visto sua total imersão no setor industrial e tecnológico. Segundo estimativas do Consulado da Holanda em Porto Alegre, o Mercosul deverá ser o maior alvo comercial da Holanda nos próximos dez anos, ultrapassando inclusive a liderança chefiada pela Espanha.

Para concluir, consoante arguido nesta breve análise, houve grande influência da Espanha na formação econômica do Brasil. Ao longo do tempo, as circunstâncias de cada um dos países evoluíram. A Espanha viveu um forte crescimento econômico, situando-se como a oitava potência mundial, e a grande internacionalização de suas empresas possibilitou investimentos e presença no Brasil. Entretanto, com a chegada da crise de 2009, sua situação piorou

bastante, situando-se atualmente na décima posição mundial das economias globais. O Brasil, pelo contrário, depois de passar pelo subdesenvolvimento, nos últimos anos está crescendo economicamente e diminuindo as disparidades sociais. Seu PIB supera o da Espanha e sua posição vai aumentando entre as economias mundiais. O País está alcançando um nível de protagonismo político e comercial na América Latina que é muito superior ao que a Espanha pode conseguir na União Europeia. Por conseguinte, as relações entre ambos os países devem se projetar no futuro considerando essa realidade.

Contudo, ainda é lastimável que não seja dada a importância devida ao tema, porque hoje em dia existem mais de 15 milhões de brasileiros de ascendência direta espanhola. Espera-se assim que isto mude com a aproximação dos dois países, não só econômica, mas cultural e socialmente.

## Referências

AS RELAÇÕES econômicas entre brasil e os países baixos. [2010?] Disponível em: <<http://saopaulo.nlconsulado.org>>. Acesso em: 16 nov. 2010.

CALDEIRA, Giovana Figueira Herdy. *As relações políticas e econômicas entre Brasil e Espanha da transição democrática a nossos dias*. 2008. 1 v. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2006.

EMBAIXADA DO BRASIL EM HAIA. *O Brasil holandês*. [2010?a]. Disponível em: <[http://www.brazilianembassy.nl/emb\\_12.htm](http://www.brazilianembassy.nl/emb_12.htm)>. Acesso em: 11 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Relações comerciais*. [2010?b]. Disponível em: <[http://www.brazilianembassy.nl/emb\\_24.htm](http://www.brazilianembassy.nl/emb_24.htm)>. Acesso em: 16 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Investimentos holandeses no Brasil*. [2010?c]. Disponível em: <[http://www.brazilianembassy.nl/emb\\_25.htm](http://www.brazilianembassy.nl/emb_25.htm)>. Acesso em: 16 nov. 2010.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2007. 352 p.

SILVEIRA, Agnaldo Felix. *Espanhóis – Influência cultural e econômica*. Disponível em: <<http://mitologiagaucha.blogspot.com>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

SOUSA, Rainer Gonçalves. *Os holandeses e a economia açucareira*. Disponível em: <<http://mcaf.ee/975bc>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

VICENTINO, Cláudio. As disputas europeias pela colônia portuguesa na América. In: VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História para o ensino médio: história geral e do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2006. Cap. 17, p. 187. (Parâmetros).

# **AS VISÕES DO PADRE BALDUÍNO RAMBO S. J. SOBRE A IMIGRAÇÃO E A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL**

Ana Paula Juchem Bohn<sup>1</sup>

*Resumo:* O Pe. Balduino Rambo exerceu uma grande influência em várias áreas de conhecimento, principalmente pelos seus escritos, relatos e contato com os descendentes de alemães. Este projeto busca reconstruir a memória do povo tupandiense (de onde o Pe. Balduino Rambo é natural, e onde é pouco reconhecido) e das demais pessoas interessadas, para esta figura tão ilustre e admirada por muitos pela pessoa que era e seus feitos e escritos deixados para nós. O Padre Rambo, como é mais conhecido atualmente, se destaca não somente na área da botânica, como muitos pensam, mas também, como um grande líder, educador, escritor, cientista, poeta e pensador, ou seja, um verdadeiro gênio universal. Era um jesuíta apaixonado pelo ser humano, pela ciência e por Deus.

Por meio deste projeto pretendo compartilhar vários aspectos da vida do Padre Balduino Rambo e de seus estudos e relacionamentos com os teuto-brasileiros, juntamente com seus relatos e experiências com o assunto da imigração alemã, envolvendo o associativismo e cooperativismo, práticas desenvolvidas pelos descendentes de alemães com o auxílio do Padre Rambo.

*Palavras-chave:* Pe. Balduino Rambo, imigração, teuto-brasileiros, associativismo, cooperativismo.

---

## **Justificativa**

Escolhi o presente tema devido à influência que o Pe. Balduino Rambo exerce em várias áreas de conhecimento, principalmente pelos seus escritos, relatos e contato com os descendentes de alemães. Mas, também, por ele ser tão lembrado e conhecido em quase todo o Rio Grande do Sul, contudo não muito em sua cidade de origem, Tupandi, de onde também sou natural e moro atualmente. Tentando, através deste projeto reconstruir a

---

<sup>1</sup> Graduanda em História. Projeto de TCC em Andamento. Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Witt – UNISINOS.

memória do povo tupandiense e das demais pessoas interessadas, para esta figura tão ilustre e admirada por muitos pela pessoa que era e seus feitos e escritos deixados para nós.

O Padre Rambo, como é mais conhecido atualmente, se destaca não somente na área da botânica, como muitos pensam, mas também, como um grande líder, educador, escritor, cientista, poeta e pensador, ou seja, um verdadeiro gênio universal. Era um jesuíta apaixonado pelo ser humano, pela ciência e por Deus.

Por meio deste projeto pretendo compartilhar vários aspectos da vida do Padre Balduíno Rambo e de seus estudos e relacionamentos com os teuto brasileiros, juntamente com seus relatos e experiências com o assunto da imigração alemã, envolvendo o associativismo e cooperativismo, práticas desenvolvidas pelos descendentes de alemães com o auxílio do Padre Rambo.

## **Objetivo geral**

Promover o conhecimento e o reconhecimento da importância de identificar e analisar a história e as obras deixadas pelo Pe. Balduíno Rambo.

O humilde filho de colonos, Balduíno Rambo, morador da comunidade de Tupandi por volta do ano de 1910, tornou-se pouco tempo depois, um dos maiores sacerdotes, filósofo, naturalista, poeta, escritor e líder popular que o Rio Grande do Sul e até mesmo que o Brasil já conheceu.

Nasceu no dia 11 de agosto de 1905, em Tupandi, distrito de Montenegro na época. Filho primogênito de Nicolau Rambo e Gertrudes Vier Rambo teve onze irmãos, Raimundo, Fridolino, Roberto, Ida Maria, Ida Rosalina, Tecla Leopoldina, João Bertoldo, Ana, José e Blásio, ou Braz, como muitos o conhecem, e entre os dois últimos uma menina *nati-morta*. Porém sete faleceram antes dele, dos quais cinco ainda crianças. Destes, dois foram jesuítas e uma irmã foi religiosa franciscana.



Sua família era de origem simples e modesta, agricultores, ou como preferirem colonos, que tinham que trabalhar muito em sua pequena propriedade rural para obter o sustento da família. Eram católicos, aliás, toda comunidade o era, pois Tupandi foi uma das únicas paróquias da ex-colônia alemã do Rio Grande do Sul a não se misturar com outras religiões, e que foi dirigida desde o início por jesuítas alemães.

A língua que Balduino adquiriu de berço foi o dialeto Hunsrück. Por volta do ano de 1912, passou a frequentar a pequena Escola Comunitária, na localidade onde residia, ministrada por Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade, vindas da Alemanha, onde aprendeu o alemão gótico.

Como Balduino se interessava muito por estudar, e não gostava muito de trabalhar na roça com sua família, seu pai Nicolau o levou para a Escola Apostólica no ano de 1917, no Colégio de Pareci Novo. As condições financeiras eram poucas, porém, como a família prezava muito a religião, sentiam um grande orgulho em ver um de seus filhos tornar-se padre e seguir a vida religiosa se dedicando a Deus.

A partir dali sempre se destacou dos demais colegas devido aos seus fantásticos talentos e seu grande esforço. Foi naquele ano de 1917 que Balduino teve seu primeiro contato com a ciência, através do Pe. Rick, então professor de Botânica do seminário de Pareci Novo.

E, de fato, a decisão então tomada se transformaria na maior razão de ser da vida do Pe. Rambo. (...) E, à medida que as suas outras paixões – a literatura, a batalha pelo bem-estar dos colonos, o empenho na preservação da germanidade – foram sendo atropeladas e frustradas pelo andar do tempo, pelas circunstâncias históricas e, por que não dizê-lo, pela incompreensão dos homens, sua pesquisa científica avançou num crescendo contínuo. A morte prematura colheu-o no auge de sua produção científica. (RAMBO, 2007 p.12).

Ter entrado no seminário de Pareci Novo, representou a abertura de várias facetas na vida de Balduino Rambo, onde encontrou os diversos campos do conhecimento, pelos quais é mundialmente conhecido.

Balduino sempre teve uma inclinação muito forte pela Botânica, onde através de seu esforço e dedicação catalogou mais de 84 mil espécies de plantas, que encontram-se atualmente preservadas no Instituto Anchietano de Pesquisas.

Entre as suas principais obras destacamos “A fisionomia do Rio Grande do Sul “ de 1942 e “Em busca da Grande Síntese”, que foi uma parte publicada de seu diário, entre os anos de 1919 e 1961.

Além disso, Padre Rambo foi o principal redator da Revista Sankt Paulusblatt, desde sua criação no ano de 1942 até os anos da Campanha de Nacionalização do Estado Novo de Getúlio Vargas. Esta existe até os dias atuais, sendo a única revista em língua alemã sobrevivente da Campanha.

Também escreveu um total de 21 contos em dialeto alemão (Hunsrück), publicados entre os anos de 1937 e 1962, todos os textos foram escritos e orientados a cultura e tradição germânica ou ao pensamento teuto-brasileiro, destinados aos colonos ou seus descendentes. Entre os principais podemos destacar:

- Pedrinho fica padre – WiedatPittchePadawoais;
- Porque o João ficou irmão Jesuíta – Warumde Hannes JesuiteBruderwoais;
- A educação do pequeno Matias – WieausdemMattieche em Matteswoais;
- O casamento sem noiva – Die HochzeitohneBraut;
- Sua majestade o colono – De Bauerekeenig.

Podemos notar também, que todos os contos de autoria do Padre Rambo, foram pensados, planejados e escritos com a finalidade de constituir um ideal de vida correta segundo os preceitos da Igreja Católica da época.

De autoria do Pe. Balduino Rambo, S.J., editados no IgnatiusKalender (Almanaque de Inácio), estes contos apresentam representações, imagens, conselhos e normas próprios do catolicismo Restauração. Para o tradutor dos contos – Arthur Blásio Rambo –, tal material serve de espelho para a sociedade colonial da época. (SILVA, 2000 p. 58).

Entre as principais realizações de Balduino Rambo, não podemos esquecer-nos de mencionar a iniciativa de criar o Parque dos Aparados, em Cambará do Sul, no Rio Grande do Sul. Época esta em que Pe. Rambo dirigia o departamento de História Natural da Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul. Ele passava os fins de semana neste lugar coletando espécies de plantas, conhecia tudo e todos nesse ambiente.

Já em 1957, Padre Balduino Rambo impulsionou um movimento que impediu que o estado vendesse o horto florestal, uma área de aproximadamente 800 hectares, situada entre Sapucaia do Sul e São Leopoldo. A área depois foi incorporada ao Parque Zoológico. Na mesma época demarcou a área onde hoje se encontra o Jardim Botânico em Porto Alegre.

Balduino sempre gostou de trabalhar e lidar com os colonos teuto-brasileiros, por este modo, procurou ajuda-los em tudo o que fosse necessário, principalmente na questão de enfrentar as adversidades da cidade, ou seja, quando tivessem que sair da colônia em que viviam.

Porém, Padre Rambo, auxiliou os colonos através da “negação do outro”, ou seja, “o outro” seria o cidadão da cidade. Rambo afirmava que era ele quem trazia as desgraças para a colônia, afastando o teuto da religião e dos costumes alemães.

Penso que isto se torna um aspecto negativo, pois ao invés de negar um ou outro, julgando-o como melhor ou pior, ou ainda, como errado e correto, devemos considerar as ligações e convivências entre os teuto-brasileiros e os habitantes da “cidade grande”, como muito válidas. Tornam-se construtivas essas relações, na medida em que as vivências, costumes e hábitos das duas esferas se encontram, pois assim, uma se torna melhor através de exemplos da outra.

Todos nós sabemos da importância do associativismo e do cooperativismo para as colônias teuto-brasileiras da época e dos dias atuais. O associativismo está relacionado aos métodos de trabalho que estimulam a confiança, a ajuda mútua e o fortalecimento do capital humano. Já o cooperativismo está ligado à união de pessoas

para o atendimento de ideais necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de sociedade coletiva.

Balduino Rambo foi um seguidor do Pe. Theodor Amstad, ele mesmo considera-se um herdeiro espiritual. Amstad foi o precursor do cooperativismo entre as colônias de imigrantes e descendentes de alemães no sul do Brasil. Rambo continuou o seu trabalho, atuando no meio rural entre os colonos, auxiliando-os em todos os aspectos da colônia, como já vimos anteriormente.

Pe. Theodor Amstad foi um personagem jesuíta que serviu de inspiração para Pe. Balduino Rambo, devido a suas ações e atitudes tomadas em vida. Entre as suas principais realizações destacamos a criação do associativismo e do cooperativismo através do Volkverein.

Pe. Rambo atuou dentro de variadas associações em seu meio na época em que vivia. Foi sócio do Instituto Hans Staden em São Paulo e da Fundação Martius. Auxiliou na fundação do Centro Cultural 25 de Julho de Porto Alegre, em 1951. O Instituto Hans Staden publica um anuário e organiza eventos, exposições e palestras.

Já o Centro Cultural 25 de Julho participou junto com o SEF (Socorro à Europa Faminta). Neste comitê, Rambo também colaborou ativamente entre os anos de 1946 e 1948, organizando e reunindo alimentos, agasalhos e medicamentos para serem enviados a Europa durante o “pós-guerra”.

Outro aspecto relevante que devemos destacar é a questão pela qual o Pe. Balduino Rambo passou durante a época do Estado Novo de Getúlio Vargas. Pois, como já sabemos, Vargas implantou a Campanha de Nacionalização, onde em território brasileiro devia-se conservar o espírito de patriotismo, e não podia-se falar e nem escrever nada em outra língua a não a ser a brasileira.

Como estes acontecimentos ocorreram concomitantemente aos da Segunda Guerra Mundial na Europa, Getúlio Vargas e todos os demais atores do governo federal estavam receosos com a possibilidade de formar uma colônia no sul do país que apoiasse o

governo e as ideias de Hitler, devido aos imigrantes e seus descendentes que lá residiam.

Porém, Rambo não concordava com esta atitude, pois acreditava que a fala materna (dialeto alemão) do povo teuto era uma forma de manter viva e de não se perder esta importante cultura alemã, que tanto influenciou a população do sul do Brasil.

Por este motivo, por causa da sua imposição contraditória ao Governo Vargas, não foi mais chamado para ser o redator da Revista Sankt Paulusblatt depois que esta retornou como o fim da Campanha de Nacionalização.

Como o meu objetivo principal é difundir o nome e a representatividade do Padre Balduino Rambo na cidade de Tupandi (sua terra de origem), na região do Vale do Caí e para todas as pessoas interessadas no tema, pude constatar que existe um considerável número de homenagens para o Pe. Rambo, porém somente uma em Tupandi, o nome da escola do Morro da Manteiga, localidade de origem do Balduino.

No estado de Santa Catarina encontramos o nome de uma rua na cidade de Tubarão e de uma escola em Tunapólis em homenagem ao Padre Rambo. Já no Rio Grande do Sul, temos duas escolas em Porto Alegre e uma em Pelotas e ainda o nome de uma rua em Arroio dos Ratos. Também existem duas exposições permanentes sobre a vida dele no Colégio Anchieta, em Porto Alegre e uma na Universidade de Caxias do Sul.

O horto florestal encontrado entre as cidades de Sapucaia do Sul e São Leopoldo recebeu o nome do Pe. Rambo. E para não nos esquecermos das associações, encontramos dois centros culturais em homenagem à Balduino no Itaibézinho e em São João do Oeste, no estado de Santa Catarina.

Padre Balduino Rambo falece aos 56 anos de idade no dia 11 de setembro de 1961, devido a um derrame cerebral que se originou da pressão alta, com o qual Padre Rambo sofria.

Ao examinarmos sua obra, iremos constatar que Padre Rambo constituía-se num homem especial, que deixou inúmeras marcas,

seja pelos textos publicados ou inéditos, seja pela significativa influência nas comunidades da colônia alemã por onde passou. Sua pregação apontava a todos seus fiéis o imperativo da conservação do ambiente natural. Com efeito, foi um dos que inaugurou a ecologia brasileira. (SANDER, 2007 p. 06).

Penso e concluo que o Padre Balduíno Rambo foi uma pessoa tão simples e humilde que viveu em prol do próximo. Suas qualidades e obras realizadas chegam a um ponto inatingível, pois dedicou sua vida aos seus estudos, pesquisas, coletas e também para ajudar as comunidades teuto-brasileiras.

E este orgulho de possuir o sangue de um teuto, tornou-se uma paixão tão forte e imensa como a que ele tinha pelas plantas. Enfim, Balduíno é um personagem que a História jamais deverá esquecer e o tempo poderá apagar, afinal, ele se tornou além de tudo, um exemplo de perseverança, dedicação e amor pelas suas causas, pelas causas do colono e principalmente pelas causas de Deus.

## Referências

ARENDT, Isabel Cristina e SILVA, Haike R. Kleber da. *Representações do discurso teuto-católico e a construção de identidades*. Porto Alegre: EST, 2000.

FISCHER, Luís Augusto e GERTZ, René. *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.

GERTZ, René. *O Perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1991.

MORAES, Carlos de Souza. *O Colono Alemão – uma experiência vitoriosa a partir de São Leopoldo*. Porto Alegre: EST, 1981.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia Alemã Histórias e Memórias*. 2.ed. Porto Alegre: EST, 1981.

RABUSKE, Arthur. *Balduíno Rambo, S. J. Sacerdote, Naturalista, Escritor e Líder Popular*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1987.

RAMBO, Arthur Blásio; GRÜTZMANN, Imgart; ARENDT, Isabel Cristina. *Pe. Balduíno Rambo – A Pluralidade na Unidade*:

memória, religião, cultura e ciência. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

RAMBO, Balduino. *O Rebento do Carvalho – Contos Dialetais*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2002.

SANDER, Martin. *Aparados da Serra – Na Trilha do Padre Rambo*. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

SILVA, Haiké Roselane Kleber. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão*. São Leopoldo: Oikos, 2006.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

# IMIGRAÇÃO JUDAICA NO RIO GRANDE DO SUL APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Bruna Krimberg von Mühlen<sup>1</sup>

Marlene Neves Strey<sup>2</sup>

*Resumo:* Este trabalho é um recorte da dissertação da primeira autora, que engloba a História da imigração judaica no Rio Grande do Sul e a Psicologia intercultural, através do conceito de aculturação. A imigração impulsiona mudanças de atitudes, valores e identidade. A imigração judaica no sul do Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, foi tomada como ponto inicial para realizar essa pesquisa, pois estudos sobre sobreviventes geralmente focam na experiência de guerra em si, e não na de imigração, que também pode ser estressante. Esse estudo consistiu em uma análise de documentos de entrevistas realizadas com sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, da etnia judaica, que imigraram para o Brasil. Tais entrevistas foram realizadas pelo Instituto Cultural Judaico *Marc Chagall*, e nele arquivados para fins de pesquisa. Como resultado, constatamos que os imigrantes passaram por um processo de aculturação no RS em que suas identidades étnicas gradativamente ganharam novas marcas, a partir de uma nova construção social através do processo de imigração, e das experiências vivenciadas. Compreender a trajetória dos imigrantes judeus que ajudaram a construir a história do RS, tornou possível ver que a identidade é algo em constante movimento, influenciados pelo contexto de cada cultura, e pela experiência imigratória.

*Palavras-chave:* Imigração Judaica no Rio Grande do Sul, Segunda Guerra Mundial, sobreviventes e Aculturação.

---

## Introdução

Quase 70 anos após o fim do Holocausto da Segunda Guerra Mundial, seu significado segue sendo explorado por testemunhos de sobreviventes, museus, filmes, políticos, organizações sem fins

---

<sup>1</sup> Psicóloga e Mestranda em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul com bolsa CNPq. E-mail: brunakm.psic@gmail.com.

<sup>2</sup> Psicóloga, Pós Doutora e Professora Adjunta da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Orientadora da mestranda. E-mail: streymn@pucrs.br.



lucrativos, e pelo campo de estudos sobre este tema que reafirmam que mesmo milhões de vidas sendo apagadas pelos nazistas, elas seguem impossíveis de serem esquecidas e difíceis de serem compreendidas (HOWES, 2008). No entanto, o enfoque dado pelos pesquisadores quase sempre é a experiência da guerra em si, o que é muito importante. Contudo a imigração, que geralmente também tem uma conotação de experiência, muitas vezes marcada por um forte nível de stress de aculturação, raramente é focada. O significado da imigração para os sobreviventes ainda foi pouco explorado, e, portanto, pouco compreendido. Como bem relata Maurício Wainrot, argentino e conhecido internacionalmente por seu trabalho como coreógrafo de balé contemporâneo, filho de sobrevivente da Segunda Guerra Mundial: *“Quando papai voltava a contar a história eu me dizia ‘Uh, outra vez!’ Creio que não me dava conta do que havia sido, por exemplo, a imigração. Recém me dei conta quando vivi no exterior, da magnitude de mudar de idioma, de cultura, de idiosincrasia, de coisas comuns. Uma pessoa toma como natural mas foi uma coisa imensurável de ter que se adaptar a uma nova cultura de uma maneira tão abrupta”* (WANG, 2007, p. 174).

Por isso, estudar as experiências de aculturação dos poucos judeus europeus que sobreviveram ao Nazismo foi o objetivo da dissertação da primeira autora, que fez um levantamento para descobrir quantos sobreviventes do Holocausto, que estiveram em campos de concentração ou conseguiram fugir da perseguição, imigraram para o Brasil, antes ou depois da guerra e ainda estão vivos em Porto Alegre.

### **A imigração judaica no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial**

Desde antes de Hitler assumir o poder em 34, ele já atuava no governo nazista. A ascensão do nazi-fascismo, forneceu um modelo para o antissemitismo, que são concepções negativas estereotipadas sobre judeus (CRUZ, 2009; LESSER, 1995). Em 1933, os nazistas, recém-eleitos, organizaram um boicote de um dia a todas as lojas e negócios pertencentes a judeus na Alemanha.

Fixaram cartazes de propaganda que diziam “Alemães, defendam-se! Não comprem dos judeus”, seguida de muitas outras violentas ondas de propagandas difamatórias (WELCH, 2002). Já era uma premonição do Holocausto. O que explica o grande número de imigrantes naquele período.

As Leis de Nuremberg foram criadas em 1935 as, fazendo com que judeus perdessem a sua condição de cidadãos alemães e fossem banidos de quaisquer lugares na função pública, de exercer profissões ou de tomar parte na atividade econômica (REIS e SCHUCMAN, 2010). Entre 1938 – quando houve a operação antissemita conhecida como Noite dos Cristais – e 1939, mais de 180.000 judeus fugiram da Alemanha (KESTLER, 2007).

Logo após o final da Segunda Guerra Mundial as primeiras migrações que ocorreram foram intra-europeias. No entanto, esses imigrantes não permaneciam nesses países, e após cumprirem o seu contrato de trabalho, retornavam com o dinheiro para os seus países de origem (JUNIOR, 2009). Outros muitos usavam o dinheiro para conseguir visto para imigrar para outros países que recebessem judeus, ou que simplesmente conseguissem entrar, mesmo que com vistos falsos ou de turistas. De 1939 a 1947, 12.884 judeus imigraram para o Brasil – números incluem apenas os imigrantes registrados (LESSER, 1995).

A Constituição de 1937, art. 2º, sobre a entrada de imigrantes no Brasil, dizia que a União tinha o direito de *“limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização”*. Após o fim da Segunda Guerra, o Decreto-Lei 7.967, de setembro de 1945, dizia no artigo 1º que *“Todo estrangeiro poderá entrar no Brasil desde que satisfaça às condições desta lei”* que eram segundo o artigo 2º *“Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência européia”* (ZAMBERLAM, 2004). Ou seja, em tempos de guerra, havia uma política imigratória antijudaica no Brasil, com essa lei discriminatória, que seguia a ideologia nazista da raça ariana, além de ter o centralismo inspirado

nas Cartas fascistas da Itália e da Polônia (BERDICHEWSKI, 2001).

Apesar do crescente discurso de oposição na década de 30 no Brasil, a entrada de judeus e a proibição não impediram a entrada dos mesmos no país. A quantidade de judeus que entraram no Brasil entre 1920 e 1930 foi somente 11% superior à taxa dos que imigraram entre 1930 e 1940. Isso porque havia muitas queixas de empresários judeus americanos, canadenses, ingleses ao governo, fazendo com que o Brasil cedesse à pressão internacional e aceitasse os refugiados. Com isso em 1938 o Brasil estipulou novas regras para a imigração judaica, abrindo suas portas, e fazendo com que mais judeus do que em qualquer um dos dez últimos anos escolhesse o Brasil como seu novo lar. Por fim de 1939 a 1942 houve altos e baixos na admissão de refugiados judeus, mostrando contradição, além de que os judeus nunca foram considerados socialmente desejáveis na Era Vargas (LESSER, 1995). A tabela abaixo ilustra esse período:

Imigração Judaica para o Brasil, por país de Origem, 1933-1942

| Ano    | Polônia | Alemanha | Romênia | Outros | Total  |
|--------|---------|----------|---------|--------|--------|
| 1933   | 1.920   | 363      | 210     | 824    | 3.317  |
| 1934   | 1.746   | 835      | 292     | 921    | 3.794  |
| 1935   | 1.130   | 357      | 127     | 144    | 1.758  |
| 1936   | 1.147   | 1.172    | 177     | 322    | 3.418  |
| 1937   | 405     | 1.315    | 85      | 186    | 2.003  |
| 1938   | 22      | 445      | 7       | 56     | 530    |
| 1939   | 845     | 2.899    | 107     | 750    | 4.601  |
| 1940   | 455     | 1.033    | 68      | 860    | 2.416  |
| 1941   | 333     | 406      | -       | 759    | 1.500  |
| 1942   | 15      | 4        | -       | 89     | 108    |
| Totais | 8.018   | 9.431    | 1.085   | 5.019  | 23.445 |

Fonte: *Lés Juifs dans l'Histoire du Brésil, Rapport d'Activité pendant la Période 1933-1943*, HIAS-Brazil, pasta 1, YIVO-NY, citado por LESSER (1995, p. 320).

## **Aculturação**

O termo aculturação está dentro do estudo da Psicologia Intercultural, que é o estudo científico dos modos como forças sociais e culturais modelam o comportamento humano. Enfatiza a

diversidade do comportamento humano no mundo e a relação do comportamento individual ao contexto cultural em que ocorreu (NETO, 2002). Nesse caso, judeus que viveram séculos na Europa antes da Segunda Guerra fizeram de tudo para integrar-se à cultura local, aprendendo o idioma do país no qual estavam instalados e investindo na educação dos filhos, levando a uma rápida ascensão social acarretando em significativas contribuições à vida científica e cultural às sociedades na qual estavam inseridos (LAQUEUR, 2007). E no Brasil tiveram que passar por um novo processo de aculturação em um contexto cultural distinto.

## **Método**

Esta pesquisa teve uma abordagem qualitativa, que trabalha com interpretações das realidades sociais, valorizando o significado dos dados coletados e a importância do contexto social em que foram expressos, interpretando o corpus e gerando sentido por trás do que é explícito (ALLUM, 2002).

## **Procedimento de coleta de dados**

Foi realizada uma Análise documental, visto que foram utilizados documentos como Corpus do estudo. A construção do *Corpus* de pesquisa se deu através de um levantamento realizado em parceria com o *Instituto Cultural Judaico Marc Chagall de Porto Alegre* (ICJMC), o qual tem arquivado documentos de imigrantes judeus. Os documentos para realizar a coleta dos dados foram produzidos pelo ICJMC, que elaborou o projeto chamado de Preservação da Memória Judaica, com a gravação de entrevistas sobre imigração judaica no Rio Grande do Sul, a transcrição e arquivamento no Acervo de História Oral, além de um Arquivo de documentos – como vídeos – e Fotografias (CHAGALL, 1992).

Já que o objeto de pesquisa é parte específica da vida desses sobreviventes que envolva a aculturação no processo de imigração, utilizamos recortes dessas histórias de vida para a análise. Por isso a Análise de Documentos é adequada, proporcionando informações

sobre ocorrências passadas que não se observaram (CALADO e FERREIRA, 2006).

## **Participantes**

Foram encontrados 4 sobreviventes ainda vivos, de diferentes nacionalidades européias, que imigram para Porto Alegre em diferentes momentos, e cada um deles e dela, com histórias de vida bastante única. Três são homens e uma é mulher.

## **Procedimento de análise dos dados**

Para compreender como se deu o processo de aculturação na imigração para o Brasil, perpassando por questões culturais, étnicas e de relações de gênero, a partir da história de vida de quatro sobreviventes judeus, usamos a Análise de Documentos através da Análise de Discurso proposta por Rosalind Gill (2002).

Segundo Gill (2002) há muitos estilos de análise de discurso, mas todas rejeitam a ideia de que a linguagem é um meio neutro de refletir, e defendem a importância do discurso na construção da vida social, caracterizada por conflitos de diversos tipos. O termo discurso se refere às todas as formas de fala e a todos os tipos de textos. Um(a) analista de discurso está interessado(a) no texto em si mesmo, além de ver todos os discursos como prática social, inseridos em um contexto, e não em um vácuo social. A autora diz que a variedade de diferentes enfoques da análise discursiva se diferencia em tradições teóricas, tratamentos e disciplinas. A análise de discurso utilizada neste estudo sobre os imigrantes sobreviventes vai se dar à luz das teorias feministas dos estudos de gênero (COLLING, 2004; SCOTT, 2002; STREY, 2004), que compreendem o masculino como hegemônico nas diferentes sociedades e submete as mulheres a um papel de inferioridade, colocando-as à margem de um sistema patriarcal. Entretanto, gênero não pode ser visto e analisado de forma isolada. Mais do que isso, gênero é dinâmico e se articula com outros eixos de diferenciação, como etnia, levando-se em consideração que todas as diferenciações sociais compreendem estruturas de poder (KOSMINSKY, 2007).

## Resultados

Em relação a identidade, que é entendida como fonte de significado e experiência de um grupo. São diferenciados pelo idioma e cultura que o representam. Essas características de distinção representam fontes de significados definidas pelas próprias pessoas, mostrando que não nascemos com uma identidade e que ela é uma construção social que depende da cultura em que cada pessoa é inserida. Portanto a identidade é um processo de construção contínuo, permanecendo sempre inacabada (PEDRO, FERREIRA, e MORAES, 2009). Como vemos nos seguintes exemplos nas histórias de vida dos sobreviventes:

Durante a Segunda Guerra Mundial, Benjamin foi escondido por uma família européia protestante, e consequentemente, por anos freqüentou a Igreja protestante. Após a guerra, já no Brasil, sua esposa foi convidada para uma noite de Natal em uma Igreja, e eles aceitaram o convite. Benjamin chorou ao se lembrar da cultura protestante conforme foi educado pela família que o “adotou” durante a guerra. Diz ter orgulho disso sem deixar de ser judeu. E ainda continua com medo de ser judeu; a consciência de que é perigoso não o abandona. Assim como reuniões judias lhe fazerem pensar que seria fácil alguém colocar uma bomba. Diz que se sente vontade de ir à sinagoga vai, se sente vontade de ir à igreja vai. Se sente vontade de se identificar como europeu faz; se sente vontade de se identificar com a cultura latina, faz. Mas que não quer ser apresentado como judeu europeu, e sim como europeu judeu.

Moisés, no seu país natal, era judeu europeu (e não europeu judeu). Já no Brasil diz que existe uma cultura bem fácil, que entrou na cultura brasileira normalmente. Estava acostumado a viajar o mundo e concluiu que tem que se enquadrar no lugar onde está. Em Porto Alegre foi para o Bom fim. Então começou a entrar na vida dentro do Brasil. Foi obrigado a se adaptar: Ou se adaptava ou ficava fora. Judeus em Porto Alegre tem uma colônia pequeníssima, e se adaptou, pois não pretendia ficar sozinho. Federação Israelita faz tudo para judeus se enquadrar dentro da cultura brasileira. Judeus no Brasil são brasileiros em primeiro lugar e depois judeus. Aqui judeu é brasileiro, há igualdade. Se fosse diferente não teria a assimilação.

Já em relação a cultura, que tem função fundamental tanto na perspectiva prática na disseminação de conceitos, tantos judaicos, como sociais, passando de geração para geração conceitos e práticas que ainda vigoram nos dias atuais nas comunidades, no caso as judaicas, e na sociedade como um todo, vemos o seguinte exemplo:

Benjamin realizou seu Bar-mitzvá (cerimônia judaica que os homens realizam ao completar 13 anos, como símbolo de que atingiu idade para assumir responsabilidades) para honrar o pai morto; ou seja, algo que passa de geração para geração e tem um significado forte para a cultura judaica.

Ao considerar mudanças na identidade e questões culturais, após a imigração, há que considerar também as relações de gênero, em que a mobilidade favorece uma intensificação das agências femininas e masculinas fazendo com que negociações entre homens e mulheres fiquem mais transparentes (SCOTT, 2011). Assim, independente de questões de espaço e nacionalidade dos imigrantes, gradativamente os homens estão assumindo papéis considerados femininos; e mulheres estão exercendo papéis considerados masculinos (MUHLEN e STREY, 2011). Como nos seguinte exemplo:

Na Europa, a mãe de Hana trabalhava, mas no Brasil era mal visto mulheres trabalharem. Hana, ao imigrar, estudou 3 meses de secretariado. Trabalhou em uma firma, como secretária. Hana fez um supletivo, com 35 anos. Passou em 1º lugar na faculdade que queria. Começou a escrever livros.

Já na história de Benjamin, sobre ser homem na América do Sul, no primeiro país que morou, havia costume de meninas fazerem festas de 15 anos, para a partir dali a mulher ser considerada “casável”, maior número de convidados, maior número de candidatos. Diz que para conquistar mulheres se precisava de quatro rodas e um motor, e todo contato que os meninos tinham com garotas era para leva-la para cama, para demonstrar para os amigos a masculinidade. Neste primeiro país, associou-se a um clube centenário, que naquele ano pela 1ª vez entraram mulheres!

Por fim, no que diz respeito ao passado, há um forte interesse pelas memórias históricas, provavelmente, pois há uma aceleração das mudanças sociais e culturais que ameaçam as identidades, ao separar o que somos daquilo que fomos (BURKE, 2004). O que vem de encontro com o crescente interesse de pesquisadores por memórias de sobreviventes do holocausto e da segunda guerra mundial, que ocorre num momento, coincidentemente ou não, em que esses acontecimentos traumáticos estão deixando de fazer parte da memória viva.

## Referências

ALLUM, Nicholas C. In Martin W. Bauer; George Gaskell (Ed.), *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERDICHEWSKI, Ivone Herz. A adaptação, segunda parte: Terra gaúchas. In Gladis Wiener Blumenthal (Ed.), *Em terras gaúchas: a história da imigração judaico-alemã* (pp. 39-60). Porto Alegre: Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência, 2001.

BURKE, Peter. O que é história cultural? Tradução Paula, Sérgio Góes de, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 191p, 2005.

CALADO, Silvia, & Ferreira, Silvia. *Análise de documentos: método de recolha e análise de dados*, 2006.

CHAGALL, Instituto Cultural Judaico Marc. *Imigração Judaica no Rio Grande do Sul* (Vol. 2). Porto Alegre, 1992.

COLLING, Ana M.. A construção histórica do feminino e do masculino. In Marlene Neves Strey; Sonia T. L. Cabeda; Denise R. Prehn (Ed.). *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CRUZ, Natália dos Reis. A imigração judaica no Brasil e o anti-semitismo no discurso das elites. *Política e Sociedade*, 8(15), 225-250, 2009.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In Martin W. Bauer; George Gaskell (Ed.). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.



JUNIOR, Lucio Jablonski. As questões demográficas, religiosas e culturais na Europa do século XXI: Imigração, multiculturalismo e o choque de civilizações. *Revista Direitos Fundamentais e Democracia*, 6, 1-20, 2009.

KESTLER, Izabela Maria Furtado. Herbert Moritz Caro: exílio e vida no Brasil. *Revista Contingentia*, 2, 6-14, 2007.

KOSMINSKY, Ethel V. Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero. *Estudos Feministas*, 13(3), 773-804, 2007.

LAQUEUR, Walter (Ed.). *Os últimos dias da Europa*: Epitáfio para um velho continente. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

LESSER, Jeffrey (Ed.). *O Brasil e a questão judaica*: imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

MÜHLEN, Bruna von, e STREY, Marlene Neves. *Judeus de bombachas*: marcas de gênero na imigração judaica no Rio Grande do Sul. Anais...I Seminário Latino-Americano de geografia e gênero: Espaço, gênero e poder. ISBN: 2237-1834, 2011.

NETO, Félix Fernando Monteiro. *Psicologia Intercultural*. Lisboa: Universidade Aberta, 2002.

PEREIRA, André Alves; PONTAROLO, Fábio. A representação social e a masculinidade em textos de 1840 e 1920 da literatura brasileira. *Revista polidisciplinar eletrônica da faculdade de Guairacá*, v.2, ed.2, p. 31-48, 2010.

SCOTT, Joan W. Fantasy echo: História e a construção da identidade. *Estudos Feministas*, 1(2), 2002.

SCOTT, Parry. Fluxos migratórios femininos, desigualdades, autonomização e violência. gênero In: Arend, Silvia M. F., Rial, Carmen S. d. M., e Pedro, Joana M. (orgs.). *Diásporas, mobilidades e migrações* (p.47-66). Florianópolis: Ed. Mulheres, 326p, 2011.

STREY, Marlene Neves. Ser sujeito ou ser o outro? Algumas reflexões históricas. In Marlene Neves Strey, Cabeda, Sonia T.L., Prehn, Denise R (Ed.), *Gênero e cultura*: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

HOWES, Dustin Ells. “Consider If This Is a Person”: Primo Levi, Hannah Arendt, and the Political Significance of Auschwitz. *Holocaust and Genocide Studies*, 22(2), 266-292, 2008.

MUHLEN, Bruna Krimberg Von, & STREY, Marlene Neves. Judeus de bombachas: marcas de gênero na imigração judaica no Rio Grande do Sul. *Anais Seminário Latino Americano de Geografia e gênero*. Rio de Janeiro, 2011.

WELCH, David. *Hitler – Perfil de um Ditador*, 2002.

WANG, Diana. *Los Hijos de La Guerra: La segunda generación de sobrevivientes de la Shoá* (Vol. 1). Buenos Aires: Marea, 2007.

REIS, Alice Casanova; SCHUCMAN, Lia Vainer. A constituição social da memória: lembranças de uma testemunha da II Guerra Mundial. *Psicologia em Revista*, 16(2), 388-408, 2010.

PEDRO, Helena Mara Dias, FERREIRA, Aline Silveira, e MORAES, Viviane Lopes De. Notas sobre identidade: identidade no contexto contemporâneo *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, 3(6), 232-239, 2009.

# **NACIONALISMO XENOFÓBICO? REVISANDO OS PROJETOS DE NAÇÃO DA ARGENTINA E DO BRASIL E A RELAÇÃO DESTES COM OS INTELECTUAIS DOMINGO FAUSTINO SARMIENTO E MANOEL JOSÉ DO BOMFIM**

Dênis Wagner Machado<sup>1</sup>

Vítor Aleixo Schütz<sup>2</sup>

*Resumo:* Por xenofobia se entende as múltiplas formas de ódio e aversão ao estranho. As atitudes xenofóbicas baseiam-se notadamente na animosidade e no temor gerado pelas relações com o outro, podendo este ser uma pessoa, uma cultura ou uma dada sociedade. Não raramente constata-se por meio da expressão de um posicionamento hostil, de reações radicais ou transversalmente por sentimentos nacionalistas que repudiam quaisquer origens estrangeiras, conflagrando-se inclusive em visões e projetos de controle civilizacional. Articulado texto e contexto, a reflexão que pretendemos desenvolver abordará as políticas imigrantistas desenvolvidas pelas nações argentina (séc. XIX) e brasileira (séc. XX) a luz do entendimento de dois intelectuais. Concernente à primeira pátria citada tomar-se-á para análise as ideias sobre imigração e a relação entre civilização e barbárie presente no pensamento de Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) e a relação para com o projeto de nação desenvolvido pelo autor enquanto presidente da Argentina. Atinente à segunda nação mencionada adotar-se-á para diagnóstico o escrito nominado de *Imigração... Lima...* (1935), de autoria de Manoel José do Bomfim (1868-1932) – almeja-se ainda relacionar o referido texto bomfimmiano ao projeto nacionalista em curso no Brasil na década de 1930.

*Palavras-chave:* Projeto de nação, Nacionalismo, Xenofobia, Domingo Faustino Sarmiento, Manoel José do Bomfim.

---

---

<sup>1</sup> Graduado em História e Mestrando do PPG Educação – Unisinos/Bolsista PROEX CAPES.

<sup>2</sup> Graduado em História e Mestrando do PPG Educação – Unisinos/Bolsista PROEX CAPES.

## **Introdução**

Argentina e Brasil, nações tão díspares quanto análogas, adentram a segunda década do século XXI com o mesmo desafio: a construção de um projeto de nação democrático. Projetos amplos, sociais e inclusivos, capazes de reformar seus Estados, universalizar seus direitos e garantir à ética, a justiça e a vida humana. Projetos defensores das soberanias nacionais e ao mesmo tempo revisores de seus modelos econômicos. Projetos promotores das oportunidades de trabalho, da escolarização de qualidade, da proteção ao meio ambiente e da ampliação da participação popular. O dilema não é novo, na verdade está intrincado no processo de formação da sociedade latino americana. Nestes dias, que antecedem o pleito eleitoral brasileiro, às margens de uma crise econômica global de proporções ainda não completamente dimensionadas, o problema acima referido, ganha a atenção das sociedades argentina e brasileira. Nações vizinhas que dividem não apenas as mesmas fronteiras, mas também as mesmas incertezas frente aos planos, idealizações e programas de governo filiados às legendas e coligações partidárias de toda ordem. Amplamente deliberados por veículos midiáticos, redes sociais e coletividades de indivíduos destes países e outros, o que se percebe com facilidade são propostas superficiais, impotentes e anacrônicas. Estrategicamente, uma elite composta por artistas, intelectuais e desportistas brasileiros endossam campanhas, personagens e concepções políticas genéricas, convenientes, dispersas e indignas.

Entendendo que uma das funções do historiador é lembrar a sociedade daquilo que foi negligenciado, esquecido, mascarado e dissimulado, este trabalho almeja dar início a um estudo maior que pretende, dentro das suas limitações e possibilidades, verificar a relação entre as ideias e políticas concernentes à imigração (sobretudo às intencionalidades e os dispositivos – a favor e contrários), desenvolvidas pelas nações argentina (século XIX) e brasileira (século XX), e as concepções pensadas e proferidas em escritos pelos intelectuais Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) e Manoel José do Bomfim (1868-1932).

Sarmiento foi escritor, professor, intelectual e presidente da nação argentina em meados do século XIX. Formulou e divulgou suas visões em ampla bibliografia, culminando, em última instância, na aplicação de um projeto de desenvolvimento, no qual defendia a retirada do povo de um estágio de barbárie. Em algumas de suas obras, como *Facundo, civilização e barbárie*, e *Conflicyos e Armonías de las razas em América*, demonstra a relação que traça entre a formação do povo argentino, com o desenvolvimento precário da nação e a imigração como possibilidade de mudança de paradigma, através da incorporação de um povo considerado de “cultura superior”<sup>3</sup>.

Bomfim, pensador e interprete do Brasil, foi também médico, político e educador. Embora menos conhecido que o estadista argentino, mas tão prolixo quanto esse, foi autor de pensamentos radicais que pretendiam reformar o recente Estado republicano brasileiro por meio da educação e do acesso a direitos sociais historicamente denegados. Combatente ideológico das teses importadas da Europa amparava seus argumentos na elucidação das causas geradoras das mazelas brasileiras e latino-americanas. Falecido em 1932, teve parte de sua obra tomada como referencia pelo projeto nacionalista em curso no Brasil da década de 1930. Recentemente, foram atribuídas a ele e Alberto Torres, as bases teóricas que teriam dado origem ao nacionalismo xenofóbico no Brasil daqueles dias. Adotar-se-á como foco de análise, além do período, o escrito nominado *Imigração... Lima...* um excerto de outro livro de Manoel Bomfim que foi incluído numa coletânea pessimamente organizada por Carlos Maul e publicada em 1935.

Sarmiento e Bomfim, ambos pensadores recentemente revisitados no livro *Fontes do Pensamento Pedagógico Latino-Americano – uma antologia* (Autêntica, 2010), organizado pelo Professor-Doutor Danilo Romeu Streck, são também temas de pesquisas atuais, respectivamente, de Vítor Aleixo Schütz e Dênis

---

<sup>3</sup> Se entende como cultura superior o povo que apresenta noções de civilidade (europeizado, como higiene, vestuário) e conhecimentos técnicos, a fim de servir como mão de obra.

Wagner Machado. O primeiro visa entender o projeto de desenvolvimento e emancipação socioeconômica, pretendido por Sarmiento, tendo como base a reformulação do sistema de ensino argentino. Assim compreender a relação educação e desenvolvimento, inserida no contexto da nação argentina do século XIX, perante o desenvolvimento do imperialismo, baseado no capitalismo industrial. Já o segundo pretende analisar a relação entre a concepção político-educacional de Manoel Bomfim, expressa nos manuais escolares que este elaborou e usou nas primeiras décadas da jovem república brasileira, e o significado que suas ideias tiveram no campo educacional e no meio social em que viveu. Almeja também verificar sua produção intelectual e a representação desta frente ao projeto de educação como redenção nacional. Portanto, os estudos desenvolvidos aqui, compõem investigações mais amplas que ainda estão em desenvolvimento.

Após a revisão do estado do conhecimento (DESLANDES, 1994, p. 33) constatou-se a inexistência de trabalhos voltados ao propósito deste estudo, ou pelo menos, a existência de lacunas com relação ao tema. Sob o ponto de vista metodológico – e embasados numa perspectiva dialética – optamos por trabalhar com a metodologia histórico-crítica, procurando articular texto e contexto, analisando a produção bibliográfica dos intelectuais referidos anteriormente como documentos históricos, que se constituem em fontes para o nosso trabalho. Assim, a consideração do cenário histórico foi fundamental no sentido de propiciar uma compreensão adequada do assunto que estudamos. Especificando ainda mais, adotamos neste trabalho as definições de Dermeval Saviani, principal articulador do que passou a se definir como pedagogia histórico-crítica. Sobre o método adotado para análise textual apresentamos a técnica estrutura por Laurence Bardin conhecida como análise de conteúdo. Destarte, trabalhamos com a operação classificatória de acordo com categorias temáticas analíticas. Ou seja, realizamos o desmembramento do texto em unidades (categorias) segundo reagrupamentos analógicos.

Este estudo aspira fornecer maiores subsídios ao conhecimento histórico que está implicado nas elaborações teóricas

dos intelectuais observados. Deste modo, como finalidade última, aspira promover a ampliação e/ou renovação da (re)fundamentação teórico-política educacional latino americana. Primeiramente vamos nos debruçar sobre o caso argentino, devido exclusivamente à temporalidade dos eventos, facilitando assim o entendimento da nossa construção. A seguir, verificaremos o episódio brasileiro. Encerramos conjecturando nossas considerações finais.

### **Domingo Faustino Sarmiento**

Domingo Faustino Sarmiento nasceu em 1811, numa família humilde, na província de San Juan, Argentina. O gênio forte, marca de sua personalidade, fez com que esse argentino chegasse ao cargo de presidente da nação. Integrante do partido Unitário, foi grande opositor do Caudilhismo, principalmente de Rosas, tendo que emigrar para o Chile. Na década de 1840 publica o que viria a ser sua mais famosa obra: *Facundo, civilização e barbárie*. Neste épico da literatura argentina escreve sobre a vida do caudilho Facundo Quiroga. Entretanto, muito mais do que uma aparente obra bibliográfica, Sarmiento retrata a paisagem do “deserto” argentino, exaltando e criticando as mazelas sociais que afligiam o povo.

Como presidente da nação, idealizou e pôs em prática um plano de desenvolvimento econômico fundamentado na reconstrução do sistema educacional, tornando-o público, gratuito, obrigatório e laico. Dentro desse projeto, a imigração aparece como peça fundamental no projeto desenvolvimentista pensado por Sarmiento. Contudo, a fim de se entender a relação entre o projeto e o papel da imigração é indispensável o entendimento do projeto de desenvolvimento, com raízes profundas no projeto da modernidade e sua ligação com os fatores que sustentavam a matriz produtiva da Argentina durante o século XIX.

Procurando por um modelo de sociedade que pudesse atender suas expectativas, Sarmiento empreende viagens a fim de descobrir tanto um modelo educacional que pudesse ser transportado para a

América Latina<sup>4</sup>, bem como um modelo de sociedade que permitisse uma verdadeira transformação do cenário da época. Na Prússia encontra o modelo de educação, mas é nos Estados Unidos, aclamados por Tocqueville, que encontra seu modelo ideal de sociedade civilizada.

Quando Sarmiento elogia a vida comunitária do país do norte segundo a visão de Tocqueville e segundo a viram seus próprios olhos, não é difícil perceber o eco de antigas utopias em que o povo organizado em comunas provê tudo o que é necessário sem a presença tutelar e dominante de um Estado. A América do Norte aparece como a terra da pantisocracia (governo igualitário para todos) e do aspheterismo (generalização da propriedade individual); o Estado é uma sombra quase imperceptível. Nessa sociedade Sarmiento vê realizada a afirmação – ou no pior dos casos, em vias de realização – “a cada um conforme seus trabalhos”, na qual não se oculta uma ressonância Saint-simoniana. Sarmiento gosta disso; acredita que o mérito pessoal de ser incentivado e obter seu prêmio. Frente ao homem-massa, o indivíduo. Frente ao antigo princípio hierarquizador da linhagem, a igualdade de oportunidades. Os Estados Unidos eram o exemplo e o próprio Saint-Simon, em 1817, já o havia assinalado adiantando-se a Tocqueville (POMER, in: SARMIENTO, 1983, p. 16).

Assim, Sarmiento viu na sociedade estadunidense o exemplo de sociedade que buscava: organizada, de direito, civilizada e produtiva. Através desse modelo, pretendia retirar a Argentina da periferia tornando-a um país central dentro do cenário econômico mundial, resgatando-a do papel de colonizado e pondo-a junto com os colonizadores.

Pensar em um plano de desenvolvimento econômico para uma nação requer levar em consideração vários fatores que dão base à matriz produtiva. Pensar nessas variáveis é entender a relação entre a produção e a formação da sociedade civil, a infraestrutura, principalmente no setor de transportes e talvez um dos mais importantes: a formação de mão de obra. Considerar esses fatores

---

<sup>4</sup> Essas viagens foram financiadas pelo governo chileno, que desejava reformular seu sistema educacional.



dentro de uma jovem nação, onde a matriz produtiva estava centrada na produção agropecuária, onde o latifúndio e uma educação insuficiente criavam legiões de trabalhadores desqualificados, ou ainda, uma vasta gama de desocupados, era perceber que esta nação estava fadada ao papel de fornecedor de matérias-primas, ocupando uma posição de colônia perante os países industrializados.

No intuito de vencer esses obstáculos, traçou seu plano de ação baseado em povoar de estrangeiros, construir ferrovias e educar, educar e educar. Entretanto, o que se apresentava como um plano de desenvolvimento econômico e de emancipação sócio-política acabou por servir mais a oligarquia empossada do que ao povo sofrido.

Ao se tratar da ideia de imigração, dentro do plano de desenvolvimento de Sarmiento, percebe-se que várias facetas do importante papel dos imigrantes para a reestruturação da nação argentina. O foco principal era tornar a Argentina mais colonizadora que colonizada, nem que se tornasse colonizador de si mesmo. Primeiramente, a imigração teria um papel de colonização das áreas improdutivas, contando com a mão de obra do imigrante.

A questão implícita não era a falta de um número necessário de pessoas para ocuparem essas áreas, a questão esteve centrada na qualificação destas. Para Sarmiento o indígena vivia na selvageria e o *gaucho* estava imerso na barbárie. Como seu plano era tornar a Argentina um país agroexportador e industrializado, esse perfil de trabalhador não se encaixava, não só pelo nível de educação, mas também por uma herança colonial, que colocavam nesses personagens os rótulos de encenqueiros e vagabundos. Pensando por este contexto, entende-se a preocupação em buscar um novo tipo de estereótipo de ser humano.

Mas não somente a questão da mão de obra imperava na visão de Sarmiento. A imigração tinha como função, também, auxiliar a educação em uma mudança cultural do povo argentino.

Da compasión y vergüenza en la República Argentina comparar la colonia alemana o escocesa del Sur de Buenos Aires y la villa que forman en el interior; en la primera, las casitas son pintadas, el frente de la casa siempre aseado, adornado de flores y arbustillos

graciosos; el amueblado secillo, pero completo; la vajilla, de cobre o estaño, reluciendo siempre; la cama, con continillas graciosas, y los habitantes, en un movimiento y acción continuos. Ordeñando vacas, fabricando mantequilla y quesos, han logrado algunas familias hacer fortunas colosales y retirarse a la ciudad a gozar de las comodidades. La vida nacional es el reverso de esta medalla: niños sucios y cubiertos de harapos viven con una jauría de perros hombres tendidos por el suelo en la más completa inacción; el desaseo y la pobreza por todas partes; una mesita y petacas por todo amueblado; ranchos miserables por habitación, y un aspecto general de barbarie y de incúria los hacen notables (SARMIENTO, 1851, p. 20).

Enquanto a educação traria as bases “teóricas” para essa transformação cultural, os imigrantes, no cotidiano, dariam o exemplo prático, complementando assim, o ensinamento começado nas instituições de ensino.

Essas mudanças culturais abraçariam bem mais que o estímulo ao trabalho, aparentemente foco principal, deveriam entrar no cotidiano do povo. Através da educação e do exemplo, apreender-se-iam noções de trato pessoal e civilidade. Não bastava ensinar-se a ler, mas era dever ensinar higiene pessoal, bons modos e, inclusive, a forma civilizada em se vestir, tudo espelhado na sociedade estadunidense.

Os graus de civilização ou de riqueza não estão expressos, como entre nós, através de cortes especiais de roupa. Não há jaqueta, nem poncho, mas um vestuário comum e até uma rudeza de modos que mantém as aparências de igualdade da educação. Porém ainda não é esta a parte mais característica daquele povo: é sua atitude para apropriar-se, generalizar, vulgarizar, conservar e aperfeiçoar todos os usos, instrumentos, procedimentos e auxílios que a mais adiantada civilização pôs nas mãos dos homens. Nisto os Estados Unidos são únicos na Terra. Não há rotina invencível que retarde por séculos a adoção de um melhoramento conhecido; há, pelo contrário, uma predisposição a adotar tudo (SARMIENTO in: POMER, 1983, p. 91).

A princípio, o que parecia ter pouca importância, ganhou contornos mais sérios no pensamento de Sarmiento, ainda mais quando se comparou a moradia do *gaucho* tradicional, com a dos imigrantes alemães. Conforme Sarmiento, enquanto a primeira era

tomada de sujeira, abandonada à falta de higiene, onde o próprio homem fazia suas refeições diárias rodeado de animais, a moradia dos imigrantes alemães, mesmo que simples, mostrava todas as condições para uma vida civilizada: limpa, organizada e bem cuidada. Até o homem, mesmo trajado de forma simples, estava bem aseado. Entretanto, ao se tratar da imigração no pensamento de Sarmiento, deve-se perceber o que perpassa por detrás da ideia de colonização: o temor com o capitalismo industrial e o branqueamento do povo.

Mesmo com o vislumbamento, o medo perante as nações fortemente industrializadas, neste caso os Estados Unidos e a Inglaterra, por conta de um crescente imperialismo, fundado no capitalismo industrial, põem Sarmiento em alerta. Não bastava desenvolver nem economicamente, nem socialmente seu país, era necessário protegê-lo, deixando-o a salvo dessas grandes potências.

A Argentina foi agregada a um sistema mundial do trabalho organizado pelas grandes potências capitalistas a partir do início da segunda metade do século XIX; seu “destino” foi traçado de fora e aceito com prazer por criadores de gado e mercadores: devia produzir alimentos (POMER, 1983, p. 21).

Com esse intuito, tem na imigração o caminho para a transformação do tipo de habitante. A possibilidade da miscigenação entre os colonos e os nativos abriria passagem para o processo de branqueamento da população argentina. Através desse processo, Sarmiento esperava mudar as tradições culturais e os costumes rudes do povo.

Contudo o projeto imigratório de Sarmiento fracassou no ponto primordial: o tipo de imigrante. Sarmiento sonhava com pessoas instruídas, moralmente criadas e capazes de preencher o vazio que existia no setor produtivo. Porém, os imigrantes que desembarcaram na Argentina foram, em grande parte, uma escória disgregada e faminta, de capacidades fabris e morais questionáveis, enfim, o mesmo tipo de ser humano que Sarmiento acredita povoar o deserto que pretendia erradicar.

## Manoel José do Bomfim

Filho de pais humildes, nascido em Aracaju (Sergipe), em agosto de 1868, Manoel José do Bomfim viu, conviveu e cresceu com a realidade da escravidão durante o Brasil imperial. Trocou suas raízes pelos ares da capital, formou-se em medicina, acompanhou os momentos que antecederam a assinatura da Lei Áurea e conheceu na efervescência cultural carioca ilustres brasileiros como Machado de Assis, José do Patrocínio e Olavo Bilac. Casou, tornou-se pai, perdeu a filha. Estudou psicologia, virou e educador e atuou como membro do Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal por dois momentos (1895-1900/1905-1907). Crítico do governo republicano, sua vida social no Rio de Janeiro frequentemente aproximava-o de fervorosas polêmicas políticas.

Sua obra mais contundente, *A América Latina: males de origem*, publicada pela primeira vez em junho de 1905, trazia um discurso pró-conscientização, antialienação. Sugeriu um combate contra a escravidão intelectual e moral, uma ação à teoria das raças inferiores e a crítica à instrução em história do período. No livro, Bomfim apontou subtramas intimamente ligadas à inadequação atávica e a intolerância étnica. Percebeu a influência dos índios, dos afrodescendentes e dos mestiços brasileiros no *ethos* nacional. Na obra referida o que emerge é um anseio de rebater as impressões que os povos europeus tinham frente aos povos da América Latina, que para Bomfim eram marginalizadoras. Para tanto, evidencia que os retrocessos sociais, políticos e econômicos da região centro-sul continental não se produziam simplesmente pela suposta inaptidão das massas ao progresso, nem por uma presumível inferioridade racial, mas sim pela qualidade das condições de desenvolvimento do povo e das violências pelas quais eles haviam padecido, século após século.

*Males de origem* é uma reação clara à visão negativa que os europeus tinham da América Latina. O sentimento antilusitano de Manoel Bomfim, chamado por Darcy Ribeiro de “lusofobia” devia-se ao fato que no Brasil daqueles dias perseveraram as adorações aos artistas, aos costumes e as ideias importadas da ex-metrópole. Em *Males de origem*, Bomfim criticava o pensamento dominante do

período (positivista, evolucionista e racista). Atribuindo às elites intelectuais e políticas a responsabilidade pelo atraso do continente, dizia que a exploração e a dominação colonial – o parasitismo ibérico – seriam os responsáveis pelos nossos “males de origem”. Ao desmascarar os parasitas que infectaram e adoeceram a nação, Manoel Bomfim tencionava à sua maneira, a luta ferrenha contra o ideário preconceituoso que diminuía tanto brasileiros quanto latino-americanos. À época, *males de origem* irritou as certezas dos intelectuais brasileiros, precisamente por oferecer num pensamento fronteiriço, uma postura descolonial. Ao bradar aos quatro ventos que os nossos males de origem não vinham do povo, mas sim da escravidão, que os brasileiros e latino-americanos não eram povos inferiores, mas sim inferiorizados, Bomfim fazia inimigos por toda parte. Ronaldo Conde Aguiar denota que múltiplos fatores tributaram para a não aceitação das teorias de Manoel Bomfim imediatamente. Estes vão do estilo literário à negação oficial feita a Machado de Assis em participar da Academia Brasileira de Letras, onde poderia ter composto o primeiríssimo elenco de imortais do Brasil. Aguiar observa também o fato de Bomfim ter abdicado da contestação às controvérsias levantadas por Sílvio Romero, que no período abrangia a esfera literária e política do Distrito Federal.

Falecido em abril de 1932, seu legado compreende uma vasta produção cultural que infelizmente não poderá ser mais bem explorada neste estudo. Contudo, é necessário ilustrar que a década de 1930 no Brasil foi notadamente marcada pelo autoritarismo, que gerava como prole o conceito de segurança nacional. Livremente inspirada no totalitarismo europeu promulgava a crença de um Estado forte, autônomo cultural e politicamente, repressor do liberalismo, dos estrangeirismos e das lideranças operárias advindos do exterior. Essa tendência nacionalista baseava-se na percepção sobre as grandes greves ocorridas noutros países. Apoiava-se principalmente na defesa ao progresso, este, por vezes, materializado na proteção e manutenção dos empregos brasileiros para trabalhadores brasileiros.

É neste cenário que Carlos Maul (1889-1973) encabeça a publicação de uma coletânea intitulada *Brasil* (Coleção Brasileira,

volume 47, 1935), reunindo extratos dos livros de Manoel Bomfim. Conforme Ricardo Sequeira Bechelli a montagem foi prejudicial ao entendimento do livro, principalmente pela não citação das fontes originais (que segundo este pesquisador foram extraídas das obras *O Brasil na História* (1928), *O Brasil na América* (1929), e *O Brasil Nação* (1929)), que Maul havia deixado de fora. Tal como deixou de fora também às críticas de Bomfim à direita política, às críticas da revolução de 1930 e ao fascismo de Mussolini. Bechelli elucida as opções de Carlos Maul, inclusive, apontando que este teria participação do Manifesto Nacional Fascista.

Um dos excertos da coletânea, especificamente *Imigração... Lima...* teve parte de seu conteúdo citado no livro *A história das constituições brasileiras – 200 anos de luta contra o arbítrio* (Editora Leya, 2011), de autoria de Marco Antonio Villa. A intencionalidade de Villa foi interessada: usar um argumento de Manoel Bomfim (e outro de Alberto Torres) para ilustrar a tendência (de ambos os pensadores) frente à vinda de imigrantes para o Brasil. Segundo Villa, são esses os autores que lançam as bases teóricas do nacionalismo xenofóbico. O trecho em questão, retirado da obra produzida por Maul, diz o seguinte:

Dado o nível médio-mental, social, e politico das populações, não é possível a grossa e intensa injeção de imigrantes, sem que o desenvolvimento natural se desequilibre profundamente, sem que a vida geral da Nação se perturbe, e que todo o caracter nacional se resinta (BOMFIM, 1935, p. 337).

De forma isolada, podemos até afiançar que este pequeno fragmento é potencialmente nocivo à questão da imigração. Contudo, conhecendo um pouco a obra de Manoel Bomfim, portanto, sabendo que a muito mais em seus inscitos que uma primeira leitura possa revelar, decidimos nos voltar para o texto completo (conforme recortado por Carlos Maul), relacionando-o com a conjuntura espaço-temporal daqueles dias.

Penúltimo excerto da coletânea (dotada de 67 textos distribuídos em 349 páginas) ocupa apenas as páginas 331 a 338. Infelizmente não será possível aqui reproduzir na totalidade as linhas escritas. Por isso realizamos uma análise de seu conteúdo, na

tentativa de verificarmos, como operava o pensamento de Bomfim. A leitura, o fichamento, a impressão e o levantamento de categorias analíticas nos possibilitou perceber três instancias de argumentação, que se sobrepunham umas sobre as outras conforme se dava o avanço do texto.

A primeira categoria perceptível refere-se à elite dirigente do Brasil e as práticas políticas exercidas por estes e voltadas para a imigração. Bomfim os acusa de “continuadores” (pag. 331) dos métodos do período colonial ao apelarem para a política de imigração. Chama-os de “desfructadores do trabalho alheio” (pag. 331). No caso, refere-se aos fracos (população negra africana) como os “escravizados de hontem” (pag. 331), e ao povo como os “dominados e explorados de hoje, em nome de uma pretensa superioridade de raças” (pag. 331). A questão em torno da superioridade de raças é tão forte que incide numa categoria própria, que será abordada mais a frente para o melhor entendimento. Olhando para o modelo praticado nos Estados Unidos, Bomfim prospectou que se tivéssemos imitado o exemplo estadunidense teria o Brasil ao menos engordado suas receitas econômicas. Vai dizer que

Extacticos ante a prosperidade material da grande Republica Americana, nunca lhes ocorreu (aos governantes brasileiros) verificar as condições em que se fazia, ali, a copiosa entrada de novos habitantes, como se preparavam aquelles yankees para recebel-os, como os distribuíam, quaes os remotos efeitos de desenvolvida immigração e, sobretudo, a lição que os norte-americanos, e outros povos, em paizes despovoados, tiraram de uma tal precipitada e basta populisação (BOMFIM, 1935, p. 332).

Essa citação se conecta com a segunda categoria percebida, no caso, a ovação ao modelo norte-americano de imigração. Bomfim retorna as origens da nação estadunidense para explicar como a mesma se fez forte e opulenta, para tanto, adentra o espírito do *self-government* norte-americano. Generaliza ao dizer que o povo, e aqui não faz menções a classes sociais, era plenamente consciente dos seus direitos, dotado de “boa educação política, na pratica effectiva do regimen adoptado, com uma relativa instrucção para ser a maioria esclarecida, propria para a vida que proclamavam” (BOMFIM,

1935, p. 333). Voltando-se para o Brasil, Bomfim explica que sem a preparação em massa da população para a recepção de imigrantes com mentalidades e paixões patrióticas superiores aos dos brasileiros, seríamos nós, nativos, quem mais sofreríamos.

Mas a apologia de Manoel Bomfim ao modelo norte-americano tinha seus limites. Este percebeu que a nação nortista fartou-se da mão-de-obra e manufaturas geradas pelas facilidades que promoveu ao inserir emigrantes em seu meio. Mas também pagou por isso. Se Ricardo Sequeira Bechelli estiver certo – e provavelmente sim – em afirmar que os textos que compõem a coletânea de Carlos Maul são oriundos de três obras escritas e lançadas por Manoel Bomfim no final dos anos de 1920, então Bomfim estava a par da crise econômica em que os Estados Unidos estavam metidos nos idos de 1929. Seria necessário um estudo mais amplo para apurar com mais exatidão quando a nação estadunidense começou a dificultar a entrada de imigrantes, tendo em vista exatamente a questão da manutenção e/ou geração de empregos naquele momento.

Este ponto é de inigualável importância para este estudo, pois é aqui que Manoel Bomfim começa a defender a não-entrada de imigrantes no Brasil. Elucidando como a falta de controle nas políticas imigrantistas estadunidense piorou a crise que o país já sofria ainda na década de 1920. Alfineta mais uma vez o governo brasileiro dizendo que este deveria aprender com o exemplo nortista, no caso, promovendo a regulação de imigrantes no país, como bem faziam outros países na época (Canadá, Austrália e Nova Zelândia).

A troca de um violento incremento de população, e concomitante prosperidade material, a Norte America turbou a coesão nacional, criou problemas internos e externos (...) desequilibrou certos aspectos no desenvolvimento nacional, e exgottou antecipadamente algumas das suas riquezas naturaes. Tudo isto, apesar de serem tidos os norte-americanos, pelos imigrantes, como – de raça superior, e de facto, politicamente bem organizados e inteligentemente conduzidos (BOMFIM, 1935, p. 335).

A citação acima traz elementos que interligam a segunda e a terceira categoria percebida no texto, à questão da superioridade de



raças. Manoel Bomfim então repõe o cenário brasileiro em pauta e atribui aos políticos daqui à falta de um projeto eficiente em torno da imigração. Retomando o íntimo de *Males de origem*, Bomfim traz à tona a problemática decorrente da imigração e da relação de raças e etnias dotadas de espírito superior a do inferiorizado nativo brasileiro. Para Manoel Bomfim, a efetiva grandeza humana de uma nação estaria no valor moral e mental de seus indivíduos e jamais na sua quantificação. Pondera presumindo: “quando um povo se mostra incapaz, e começa por dizer-se inferior, não deve procurar imigrantes: prepara-se primeiro, procura remir-se da inferioridade efectiva” (BOMFIM, 1935, p. 335). E justamente, por não haver no Brasil daqueles dias

Uma população superiormente preparada – para impor a sua mentalidade aos milhões de imigrantes, que, si realmente têm valor humano, necessariamente se sentirão superiores ao povo a que se vêm incorporar, e que ao influxo da extranheza e dos expatriamentos, ostentarão a mesma superioridade, criando formidável dificuldade para a conveniente assimilação (BOMFIM, 1935, p. 337).

Chamando a política imigrantista brasileira de arcaica, por buscar braços para o labor na lavoura como nos tempos da escravidão, Bomfim vai asseverar ironicamente que a melhor imigração realmente foi a que esteve em prática justamente por trazer do exterior massas de indivíduos condenados a miséria e a exploração. Disparando sarcasmo, característica presente em todos os seus escritos, Bomfim assenta que imigrantes que se reputavam superiores deveriam ser rejeitados e exemplifica citando o caso dos “alemães immigrados ao sul do Brasil” (BOMFIM, 1935, p. 336), que preservaram seu idioma e cultura muito mais do que os compatriotas que se estabeleceram nos Estados Unidos. Bomfim vai atribuir essa diferenciação brasileira, de sobremaneira, ao “sentimento de superioridade (que os alemães tiveram) sobre os seus vizinhos” (BOMFIM, 1935, p. 336). Dada toda está articulação, fica mais plausível compreender a citação utilizada por Marco Antonio Villa, mas nem por isso podemos absolvê-la, uma vez que, pelo menos no excerto analisado, não se percebe latente inclinações à xenofobia, como esse vai atribuir. Para Manoel Bomfim, a boa

imigração não seria aquela que iria sobrepujar a sociedade brasileira, ou compor novas massas de explorados, mas sim aquela que iria complementar o tipo brasileiro, tornando possível, como no exemplo nortista, elevar a nação de forma social, cultural, econômica e política.

## **Resultados parciais**

Por xenofobia se entende as múltiplas formas de ódio e aversão ao estranho. As atitudes xenofóbicas baseiam-se notadamente na animosidade e no temor gerado pelas relações com o outro, podendo este ser uma pessoa, uma cultura ou uma dada sociedade. Não raramente constata-se por meio da expressão de um posicionamento hostil, de reações radicais ou transversalmente por sentimentos nacionalistas que repudiam quaisquer origens estrangeiras, conflitando-se inclusive em visões e projetos de controle civilizacional. Dito desta forma, manifestamos aqui nosso entendimento, a luz de nosso tempo, sobre nossos objetos de pesquisa.

Domingo F. Sarmiento foi um pensador preocupado em mudar a situação econômica da Argentina e em conseguinte transformar o papel que a nação tinha frente aos países imperialistas. Entretanto o plano migratório de Sarmiento fracassa, pois comete um erro fundamental, nega a existência, também nas nações europeias, de uma parcela indesejável do povo. Parcela que acaba sendo enviada de bom grado aos países necessitados que abrissem seus braços. Essa massa de trabalhadores, ao invés de auxiliar no desenvolvimento de uma indústria nacional forte, acaba por fazer parte da ideia de tornar a Argentina uma nação exportadora de bens primários, atendendo assim as potências externas e ao interesse de um seletivo grupo que se beneficiava com essa situação.

Manoel Bomfim foi um pensador radical, combateu ideologicamente o racismo e o evolucionismo que o darwinismo social pregava nos seus dias. A recompensa por seu contra discurso veio na forma de desprezo, escárnio, censura, má compreensão e ostracismo. A triste sina histórica que transforma intérpretes do Brasil em ilustres desconhecidos vem acompanhada, neste século, de

outro fado: a atribuição equivocada de culpabilidades. Infelizmente não será possível perguntarmos a mãe de Manoel Bomfim, de origem portuguesa, se o filho manifestará a ela a sua predisposição ao xenofobismo. Compete a nós historiadores, verificarmos todas as possibilidades antes de afirmarmos algo. E se há algo que se deve continuar a pesquisar na vida de Manoel Bomfim é justamente como alguém que pregava a aproximação dos povos e a superação das diferenças étnicas por meio da educação, poderia sugerir a recriminação, cultivar o ódio e embasar a xenofobia aos estrangeiros.

## Referências

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. 561 p.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70, 2011. 279 p.

BECHELLI, Ricardo Sequeira. *Nacionalismos anti-racistas*. Manoel Bomfim e Manuel Gonzalez Prada (Brasil e Perú na passagem para o século XX). São Paulo: LCTE Editora, 2009. 149 p.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: Males de origem*. Edição do centenário. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. 390 p.

\_\_\_\_\_. Imigração... Lima... In: *O Brasil*. Coleção Brasileira. São Paulo: Ed. Nacional, v. 47, série 5, 1935, p. 331-338.

BRAVO, Héctor Félix. *Domingo Sarmiento*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

CELLARD, André. A análise documental. In: *A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008, p. 295-316.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu; DESLANDES, Suely Ferreira. *Pesquisa social – teoria, método e criatividade*. Vozes, 1994. 80 p.

D. F. Sarmiento. *Política*. Org: León Pomer. São Paulo: Ática, 1983.

GENTILI, Pablo. *O Direito à Educação e as Dinâmicas de Exclusão na América Latina*. Campinas: Resvista Educação e Sociedade, v. 30, n. 109, 2009, p. 1059-1079.

PUIGGRÓS, Adriana. Domingo F. Sarmiento ou os antagonismos da cultura e da educação argentinas. In: STRECK, Danilo R. *Fontes da Pedagogia Latino-americana: Uma antologia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 105-109.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, Antropólogo. In: *A América Latina: Males de origem*. Edição do centenário. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, p. 11-22.

SARMIENTO, Domingo F. *Conflicto y armonías de las razas en América*. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1915. (formato digital)

\_\_\_\_\_. *Facundo: civilização e barbárie*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. 10ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. 156 p.

VILLA, Marco Antonio. *A história das constituições brasileiras – 200 anos de luta contra o arbítrio*. São Paulo: Leya, 2011. 156 p.

## **A SAÚDE DO TRABALHADOR É A SAÚDE DA NAÇÃO: EUGENIA E IMIGRAÇÃO NO ESTADO NOVO**

Elisa Paula Marques

O século XX assistiu a medicina constituir-se numa forma de conhecimento muito diversa de tempos anteriores. De acordo com Foucault, “ o olhar dos nosógrafos, até o final do século XVIII, era um olhar de jardineiro: tratava-se de reconhecer, na variedade das aparências, a essência específica” (FOUCAULT, 1994, p. 136). Assim, a medicina social, vai diferenciar-se de séculos anteriores, quando a intervenção médica tinha um caráter curativo, e se fazia presente quando o paciente manifestava sinais de doença, para tornar-se preventiva. O campo de atuação dos médicos alargou-se e começou a abranger setores de uma sociedade em transformação, como as relações familiares e de trabalho.

A medicina tomou para si uma tarefa além da cura das moléstias individuais, e assumiu uma responsabilidade maior, que no Brasil dos anos 30 pôde traduzir-se como; um desejo de “supervisionar a saúde da população, não só visar ao bem estar dos indivíduos, mas à prosperidade e à segurança do Estado” (MACHADO, 1978, p. 253). A saúde do cidadão passou a ser motivo de preocupação para o governo do país.

O Estado Novo colocou “o corpo na ordem do dia e sobre ele se voltaram as atenções de médicos, educadores, engenheiros, professores e instituições como o exército, a igreja, a escola, os hospitais” (LENHARO, 1986, p. 75). A utilização do corpo como metáfora promoveu ricas comparações utilizadas politicamente a favor de Vargas. O país utilizado na propaganda ganhava dimensões maiores ao ser veiculado como uno, integrado e funcional. Comparado ao corpo humano, que necessita do funcionamento harmonioso de todos os órgãos para executar suas funções, moldou-se a imagem do Estado brasileiro que teria como governante a

cabeça (Getúlio Vargas), dirigindo o corpo, idealizado como sociedade sem conflitos (LENHARO, 1986, p. 75).

O presidente Vargas como dirigente da nação teria a missão de zelar pela saúde do país, e assim como se extirpa um órgão doente para o bem de todo o organismo, era dever do governante extinguir todo o foco de discórdia na sociedade. Tudo e todos os que estavam em desacordo com a ordem do momento deveriam ser enquadrados ou, então, deixar de fazer parte do grande projeto pensado para o Brasil.

Nos planos do governo o operário tinha um papel importante, era ele quem deveria conduzir com seu trabalho o país a um patamar de destaque na economia mundial, e que, em anos de guerra daria seu sangue pela pátria. “Soldados, afinal somos todos, a serviço do Brasil, proclamou Vargas no comício de 1º de maio de 1942 . Estratégia de militarização psicológica, converter toda uma classe de trabalhadores em soldados da pátria” (LENHARO, 1986, p. 86). Todavia havia um tipo específico de cidadão que se encaixava no perfil esperado do trabalhador-soldado brasileiro, fornecido pela medicina higienista da época, com forte inclinação eugênica.

O tipo ideal, no Brasil dos anos 30 passava pela discussão sobre a imigração como propulsora do branqueamento seguro da população do país. O imigrante desejável seria o de origem agrária e dócil, como os portugueses, italianos e espanhóis, sem esquecer os nórdicos, os eslavos e poloneses. Restrições dificultavam a entrada de negros, asiáticos e judeus. “O preconceito contra judeus, negros e japoneses expõe a ferida de uma sociedade sedenta de segurança e domínio” (LENHARO, 1986, p. 114). E sobre a qual, acreditavam os médicos, pesava uma herança colonial nefasta promotora da mestiçagem.

Uma política eugenista de imigração deveria barrar os grupos indesejáveis, mas também

os portadores de moléstias, taras hereditárias, infecções crônicas, doenças transmissíveis, mutilações e enfermidades irremediáveis (...) concentrados em certas raças portadoras de psychopathias transmissíveis aos descendentes – herança mórbida – posta em circulação pela maré montante de tarados de toda a espécie que

sobrecarregam a sociedade com um enorme peso morto.  
(LENHARO, 1986, p. 131)

A preocupação com a constituição de um tipo de brasileiro europeizado, saudável física e mentalmente transpassou para o cuidado com o desempenho físico e mental do operário. A exemplo da Alemanha nazista, o governo voltou suas atenções conjuntamente com os médicos para estabelecer medidas visando disciplinar corpos e mentes; a educação física tornou-se obrigatória nas escolas e nas fabricas, “Assim é que o corpo fisicamente educado faculta o desenvolvimento das mais elevadas faculdades morais. O corpo não é mero produtor de moralidades, mas é também seu transmissor (LENHARO, 1986, p. 77).

A produção de corpos fortes e dóceis, necessitava de uma política de caráter repressivo e preventivo para assegurar que somente a transição de genes sadios ocorreria. Dessa forma “impunha-se tomar medidas eugênicas como em outros países para impedir o desencadeamento de uma prole nefasta e inútil”. A procura de uma solução para o problema passava pela defesa da regulamentação dos casamentos e os testes pré-nupciais, como forma de afastar a união de indivíduos “eugenicamente nocivos a sociedade e de casamentos consangüíneos, outra ameaça disgênica, porque somava as taras preexistentes” (LENHARO, 1986, p. 79).

Para combater a decadência a Liga Brasileira de Higiene Mental<sup>1</sup>, recebeu apoio do governo, sobretudo em suas campanhas antialcoólicas. Este apoio ligava-se, por um lado, “a vigilância policial mais severa dos delinqüentes, alcoólatras e outros marginais e, por outro lado, a criação do Departamento Nacional de Saúde. Este departamento, que reagrupou no plano nacional todos os dispositivos institucionais psiquiátricos do país, havia aparentemente, aderido às idéias de combate ao alcoolismo propostas pela L.B.H.M.” (COSTA, 1976, p. 47).

---

<sup>1</sup> Fundada no Rio de Janeiro em 1923 pelo psiquiatra Gustavo Riedel, tinha entre seus representantes a elite psiquiátrica do Brasil. Justificava sua ação baseada na noção de eugenia.

A prevenção e o combate ao vício da embriagues vinham de encontro as políticas eugênicas para a reformulação da sociedade brasileira, mas “o alcoolismo, embora fosse um problema efetivamente grave na época, estava longe de ser o flagelo em que os psiquiatras queriam transformá-lo. As medidas repressivas pedidas para o combate ao alcoolismo revelavam não a importância do problema, mas a crença que eles tinham na possibilidade de intervir eugenicamente no nível da sociedade” (COSTA, 1976, p. 48).

O indivíduo alcoólatra atrasava o desenvolvimento do país na medida em que era péssimo operário, com rendimento inferior no trabalho, além de formar uma prole degenerada. Essa preocupação com a economia não está apenas na saúde de quem produz, uma vez que o doente representa gastos por parte do estado. A perda de um corpo saudável representa prejuízos para a nação, pois deixara de produzir e gastara dinheiro público no período da doença. Para os médicos

havia que se evitar a decadência física, moral, material. Não bastava sanear lugares e pessoas contaminadas pela decadência. Havia necessidade de prevenção e manutenção do estado de higiene- claro, limo, transparente, asséptico. Como consequência um corpo forte, saudável, bem nutrido, disciplinado, pronto para atender a qualquer chamado para o qual fosse convocado (pela pátria ou pelo médico)

A maior questão contudo era o que fazer com aqueles que já se encontravam doentes ou impossibilitados de cura. Para esses necessitava-se criar e organizar instituições que viabilizassem o grande projeto e fiscalizassem continuamente a rede social. A estrutura existente era apontada pelos médicos como insuficiente e precária.

Campanhas pela construção de manicômios se intensificaram à partir dos anos 30, mobilizando médicos, políticos e a sociedade. Os incapazes de contribuir para o engrandecimento da nação seriam segregados. Por trás dos muros dos asilos, casas de mendicância e hospitais psiquiátricos, prendeu-se os incapacitados mentais e físicos.

A tutela dessa pessoas cabia aos médicos que assim como o governo tinham grande preocupação na saúde dos indivíduos para o



trabalho. O termo trabalhador, mais do que designar quem desempenha determinada atividade passou a ser elogio. Do mesmo modo que palavras como louco e bêbado passaram a ser pejorativas ao designar pessoas inaptas para exercer uma atividade produtiva, por motivo de doença mental e vício de substâncias químicas.

A noção de trabalho preconizada demonstrava a “necessidade de formar estes trabalhadores, desde o primeiro momento, o discurso médico pretendia atingir o indivíduo em todas as suas atividades; mais ainda, pretendia formar, criar o cidadão”(RODRIGUES, 1997, p. 85). Para alcançar-se a sociedade almejada a população precisa ser esclarecida através de campanhas e medidas saneadoras. O espaço para o diferente, o doente, o pobre foi delimitado, como possíveis ameaças para a formação de cidadãos de segunda classe, não poderiam ficar sem assistência perambulando pelas ruas, contribuindo para a degenerescência da população.

Com entusiasmo desmedido foram construídas instituições para amparo e tratamento da parcela carente da população, mas ao abrigar toda a sorte de enfermidades esconderam por muitos anos problemas não apenas de saúde, mas sociais que permaneceram intocados.

## **Referências**

BASAGLIA, Franco Ongaro. Loucura/Delírio. In: *Enciclopedia Einaudi*. Inconsciente – Normal/anormal. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1994.

COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.

\_\_\_\_\_. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DESVIAT, Manuel. *A reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

\_\_\_\_\_. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. São Paulo: Papirus, 1986.

MARQUES, Elisa Paula. *As mudanças nos conceitos de loucura da Antiguidade Clássica à Idade Moderna e a reforma de Philippe Pinel*. IX Encontro Estadual da AMPUH. 2002.

MELMAN, Jonas. *Família e doença mental: repensando a relação entre profissionais de saúde e familiares*. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

ORNELLAS, Cleuza Panisset. *O paciente excluído: História e crítica das práticas médicas de confinamento*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

PERBART, Peter Pál. *Da clausura de fora ao fora da clausura; loucura e desrazão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PESSOTTI, Isaias. *A loucura e as épocas*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

\_\_\_\_\_. *O século dos manicômios*. São Paulo: 34, 1996.

RABELO, Cristina M. et ali. Signos, Significados e Práticas Relativos à Doença Mental. In: *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

RODRIGUES, Marília Mezzomo. *A Prevenção da Decadência*. Curitiba: Aos quatro ventos, 1997.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SERRANO, Alan Índio. *O que é psiquiatria alternativa*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SOUZA, Iara Maria A. *O asilo revisitado: perfis do hospital psiquiátrico em narrativas sobre doença mental*. In: *Experiências de Doença e Narrativa*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

# **OS SÚDITOS DO KAISER ESTÃO ENTRE NÓS: AS CONSEQUÊNCIAS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL PARA OS ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS EM CURITIBA (1914-1918)**

Pamela Beltramin Fabris<sup>1</sup>

*Resumo:* São objeto de estudo deste trabalho os fatos ocorridos na Capital Paranaense com o advento da Primeira Guerra Mundial, logo, o recorte temporal compreende o período em 1914 até 1918. As consequências da Grande Guerra, com a decisão brasileira de suspender a neutralidade e mais tarde declarando guerra ao Império Alemão, desencadearam reações por diversos setores da sociedade curitibana. Imigrantes alemães e seus descendentes passaram a ser vistos, por alguns, com desconfiança o que ocasionou, por vezes, momentos de tensão e violência. Através da análise da imprensa da época, assim como o acesso a demais documentos, foi possível adentrar em uma conjuntura conflitante na história dos contatos entre pessoas de origens diversas em Curitiba.

*Palavras-chave:* Primeira Guerra Mundial, Imigrantes alemães, Teuto-brasileiros, Imprensa de Curitiba.

---

Passa hoje o aniversário de S. M. Guilherme II, o kaiser Allemão. Esta data sem a mínima dúvida é altamente auspiciosa para a numerosa colônia allemã que entre nós estabeleceu seu lar e sua tenda de trabalho. A Allemanha sempre foi um país amigo do Brasil; numerosos dos seus filhos concorrem para o nosso progresso, seja ensinando em nossas escolas, seja militando em nossos exércitos. E devemos também confessar: a Allemanha é quase que a única das grandes potencias da Europa da qual jamais recebemos qualquer agravo (...) Estampando hoje em nossas colunas o retrato do kaiser; a figura de maior destaque no cenário europeu, desejamos com isso enviar nossas felicitações, não só a colônia allemã entre nós domiciliada, como também a sua grande pátria, cuja felicidade na paz e no trabalho ardentemente desejamos. (Diário da Tarde, 27 janeiro 1917)

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal do Paraná.

Aos leitores do *Diário da Tarde*<sup>2</sup> já era comum nos dias 27 do mês de janeiro deparar-se com a notícia do aniversário do *Kaiser* Guilherme II<sup>3</sup>. Contudo, o ano apresentado na epígrafe acima contem marcantes peculiaridades. O mundo estava envolto nos acontecimentos gerados pela Primeira Guerra Mundial. O conflito, cuja duração muitos acreditavam que não se estenderia, já estava entrando em seu terceiro ano. A posição diplomática brasileira era de neutralidade e a imprensa, ao menos teoricamente, seguia a mesma orientação. Logo, não era de se espantar que o aniversário de Guilherme II fosse mencionado no jornal curitibano, tendo em vista que habitavam na cidade centenas de alemães<sup>4</sup> e seus descendentes, denominados pela imprensa como membros de uma colônia.

Três meses depois do aniversário do *Kaiser* o mesmo jornal, ao tratar de certos boatos, que circulavam pela cidade faz a seguinte observação:

Nós sabemos quanto o povo allemão é ousado, e disso ele deu provas nessa grande guerra da Europa. E os seus compatriotas que habitam o sul do Brazil, não desmentem o gênio perseverante e audacioso do allemão europeu. E d'elles temos a temer. (Aeroplanos voaram em terras paranaenses, 21 abril 1917).

O que a sociedade curitibana deveria temer da, outrora, “auspiciosa colônia alemã”? Teriam os alemães e seus descendentes que habitavam Curitiba tomado partido nessa guerra, despertando possíveis reações por parte do restante da sociedade? Enfim, quais poderiam ser os motivos de tal desconfiância quanto às pessoas de

---

<sup>2</sup> Utilizamos em nossa pesquisa os jornais, *Comércio do Paraná*, *A República*, e o *Diário da Tarde*. Segundo Alexandre Benvenutti (2004), o “*Diário*” era o órgão caracterizado por suas críticas ferrenhas ao governo. E diferente, dos outros dois periódicos, este não mantinha, ao menos explicitamente, conexão com partidos ou associações. *A República*, o mais antigo entre estes três, foi fundado em 1886, como órgão do Club Republicano. E o *Comércio do Paraná* surgiu em Curitiba em 1912, com caráter informativo. (PILLOTO, 1976).

<sup>3</sup> Através de outras pesquisas realizadas já foi possível averiguar que desde 1900 o mesmo jornal publicava com grande destaque o aniversário de Guilherme II.

<sup>4</sup> Calcula-se que em Curitiba, entre 1886 a 1939, 13,3% (NADALIN, 2001) dos estrangeiros na cidade eram de origem germânica.

origem germânica naquele momento? O que de fato ocorreu, no decorrer destes três meses, e que, certamente, pode ter contribuído para esse temor divulgado pela imprensa, foi a suspensão da neutralidade do Brasil no conflito mundial. Isso se deu após o torpedeamento do vapor “Paraná” por submarinos alemães no dia 5 de abril de 1917. A partir dessa data até o final da Primeira Guerra Mundial notamos uma radical mudança de discurso por parte da imprensa da capital do Paraná. Mas isso se deu, interligado ao fato de que a própria sociedade curitibana assumia uma nova postura quanto aos alemães e seus descendentes. Uma postura sintomática de quem parecia ter identificado um elemento a ser “temido”, e, em alguns momentos, até um verdadeiro inimigo de guerra. Desde o início do conflito mundial, intelectuais, políticos, a imprensa e outros setores da sociedade brasileira, manifestavam suas opiniões quanto aos eventos que se desenrolavam no “Velho Mundo”. Mas a suspensão da neutralidade do Brasil e depois a declaração de guerra à Alemanha, em outubro de 1917, provocaram uma cadeia de reações que despertou um forte sentimento patriótico em diversos locais, inclusive em Curitiba. Essas reações, juntamente com demais eventos ocorridos na capital desde a eclosão da “Grande Guerra”, são nosso objeto de estudo neste trabalho.

Em julho de 1914 teve início a Primeira Guerra Mundial. O Presidente brasileiro Venceslau Brás declarou que o Brasil era neutro neste conflito; contudo, segundo, Francisco Vinhosa, nossas ações (ou falta delas) eram determinadas, em grande parte, pela Inglaterra. Uma das explicações mais plausíveis para esse fato era a forte dependência econômica do Brasil em relação a esse país. Em 1916 a Inglaterra elaborou e recomendou a aplicação da lista negra no Brasil. Nesta lista estavam presentes empresas alemãs, com as quais o Brasil deveria limitar relações comerciais. Em todo país eclodiram críticas a essa imposição, já que a mesma prejudicava interesses nacionais, causando problemas à economia do país.

Diversos representantes do governo, intelectuais e grande parte da imprensa, mostravam de forma explícita a preferência pelos inimigos da Alemanha, e admiravam, de diversas formas, as ações da França. Um exemplo bastante sintomático nesse sentido, é a

própria criação da Liga Brasileira pelos Aliados em março de 1915, cujo presidente era Rui Barbosa<sup>5</sup>. A forte propagação das ideias que, aparentemente, mostravam o interesse da Alemanha no Sul do país, parece ter sido outro fator que influenciou na preferência brasileira pelos aliados. Mesmo que, por diversas vezes, essas ideias tenham ganhado um aspecto fantasioso, o fato é que o próprio governo brasileiro, com a eclosão da guerra, procurou averiguar essas informações. Segundo a autora Norma Breda dos Santos, em novembro de 1914:

O Ministro brasileiro em Londres consulta o *Foreign Office* a fim de saber se a Alemanha havia demonstrado algum tipo de interesse com relação ao sul do Brasil. Sem poder dar nenhuma informação concreta, o governo britânico comunica, todavia, que no caso de os alemães ganharem a guerra, dever-se-ia esperar uma tentativa de estender seu domínio a outros continentes. (SANTOS, 1997, p.43).

Ainda nesse período de neutralidade, era um fator preocupante, para muitos, ter como Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, um teuto-brasileiro. Com o decorrer da guerra, a opinião pública passa a questionar a própria postura do Ministro, diversas vezes o acusando de germanófilo. Com o torpedeamento dos mercantes brasileiros a pressão sob o Ministro aumentou de forma expressiva, logo, no dia 3 de maio de 1917 o mesmo deixa o cargo sendo substituído por Nilo Peçanha. (SANTOS, 1997).

Com os avanços da Grande Guerra a Alemanha declarou, em fevereiro de 1917, que os navios neutros passariam a serem alvos de ataques sem avisos prévios. Segundo Camargo (2006), essa medida era preventiva contra as tentativas de abastecimento dos países inimigos da Alemanha. Motivos à parte, o fato é que a Alemanha torpedeou no mínimo quatro navios mercantes brasileiros.

---

<sup>5</sup> Em 1916, em um discurso na Faculdade de Direito de Buenos Aires, Rui Barbosa tornou internacional sua posição pró-aliados. (VINHOSA, 1990). Em Curitiba também verificamos, através da análise das fontes a criação da Liga Paranaense pelos Aliados, contudo, há escassas informações sobre a mesma nos jornais pesquisados.

Para alguns teuto-brasileiros radicados no Brasil era hora de ajudar a “pátria mãe”. Segundo Magalhães (1998), após o início da Primeira Guerra, foi publicado um anúncio no jornal *Deutsche Zeitung*, jornal do Rio Grande do Sul, solicitando, a população teuta, contribuições a Cruz Vermelha alemã. Analisando as crônicas das Irmãs da Divina Providência<sup>6</sup>, constatamos que essa prática também ocorreu em Curitiba: as comemorações patrióticas realizadas nos primeiros anos da guerra renderam considerável lucro financeiro que, através do Consulado alemão, foi entregue à Cruz Vermelha. Também neste contexto, Luz (1992), afirmou que, alguns teuto-brasileiros donos de casas comerciais e de fábricas estariam enviando expressivas somas de dinheiro à Alemanha, o que foi encarado em Curitiba, por parte de alguns empresários e empregados, como uma afronta a população.

Um mês depois do início da guerra, o Diário da Tarde tentou afirmar sua posição de neutralidade, pois, já circulavam boatos que a imprensa estaria ao lado dos aliados, causando descontentamento aos alemães e teuto-brasileiros. O jornal afirmou então:

Esse descontentamento tem-se manifestado também em Curitiba, cujos órgãos de publicidade são acusados de parcialidade contra o império germânico ao relatar os acontecimentos. Em relação a alguns jornais de outras terras, essa queixa tem razão de ser, embora não seja extranhável que a imprensa do Brasil tenha decidido pender pela nação francesa, que além de glória da raça latina, é o farol da nossa intelectualidade. Mas quanto a imprensa do Paraná a absoluta injustiça por parte da colônia alemã. (...) Temos razões fortíssimas para amar a França; por outro lado, ao concurso dos alemães devemos a grandeza do sul do Brasil; portanto, sejamos neutros no assumpto. (A attitude da imprensa..., 17 agosto 1914).

Apesar dos alemães e seus descendentes habitarem a décadas Curitiba, e mais abrangentemente o Paraná desde 1829, o jornal ao se referir aos mesmos os chama de pertencentes à *colônia alemã*. Para nós, o uso dessa expressão aponta alguns aspectos relevantes. Parece-nos que, os termos utilizados para se referir aos elementos de

---

<sup>6</sup> *Chronik Unserer Niederlassung in Curitiba. 1895-1944* (manuscrito).

origem germânica variavam de acordo com a conjuntura da época. No início do conflito mundial, quando ainda não havia ocorrido fatos mais graves envolvendo o Brasil, notamos uma generalização por parte dos jornais ao abarcarem alemães e teuto-brasileiros como membros pertencentes a uma colônia (apesar de inseridos no ambiente urbano), contudo, com o envolvimento direto do Brasil no conflito outros termos passaram a ser utilizados para denominar os mesmos, um exemplo, nesta conjuntura, é o uso do termo teuto-brasileiro. Além da utilização deste, os jornais passaram, inclusive, a questionar o que significava ser teuto-brasileiro<sup>7</sup>.

Para Seyferth, “A opinião pública brasileira mostrou-se hostil à Alemanha desde o começo da guerra, (...)” (2003, p. 53). Contudo, após a observação das nossas fontes, precisamos fazer alguns adendos em relação a essa colocação da autora. O Diário da Tarde, por exemplo, apresentou em alguns dias do mês de fevereiro<sup>8</sup> de 1915, publicações assinadas por Dicesar Plaisant (1915), que tinham como título, “Pela Alemanha”. Em suma, o conteúdo destas era em torno da defesa da Alemanha, apontando, por exemplo, uma história de lutas e o legado cultural que oferecia a humanidade. Também fazia referências à colônia estabelecida no Paraná que, com sua contribuição “fez o progresso desta terra”. O autor afirmava que a Alemanha não deveria ser a única responsabilizada pelo conflito mundial e criticava as políticas da Inglaterra e da França. Também, em 1915, no mês de dezembro, encontramos textos com o seguinte título: Porque amo a Germânia. Estes eram assinados por Scharffenberg Quadros, e o conteúdo se assemelhava ao de Dicesar Plaisant. Como tudo indica, tentando manter a posição de neutralidade, o Diário pendia, ora pela Alemanha, ora pelos Aliados.

Em fevereiro de 1915 o Diário da Tarde afirmou que as freiras da Divina Providência organizaram um passeio e marcharam pelas ruas da capital levando apenas a bandeira alemã. Para o jornal:

---

<sup>7</sup> Essa questão será retomada no decorrer do trabalho

<sup>8</sup> Mais especificamente nos dias nos dias 12, 15, 18, 22, 23 e 24 de fevereiro.



(...) facto grandemente censural de terem as Irmãs da Divina Providencia, do collegio á rua do Rosário dado uma prova flagrante do que acima dos sentimentos, já não dizemos de brasileirismo, mas de gratidão, collocam os sentimentos do germanismo e de ingratidão. Respeitamos o sentimento dos estrangeiros que aqui vivem, sem se esquecerem das suas amadas pátrias distantes; mas não podemos tolerar que esses mesmo estrangeiros menosprezem o nosso paiz, ensinado aos nossos filhos o desamor e o desrespeito pelo Brasil. (Respeitemos o nosso pavilhão, 25 fevereiro 1915).

No dia 05 de abril de 1917 o Diário recebeu um telegrama, cujo conteúdo iria abalar de forma visível o cotidiano da cidade de Curitiba, marcando o inicio de um período de tensões. Era informado naquele dia, a perda do mercante brasileiro “Paraná”. Nessa mesma edição o jornal lamentou o ato, mas, afirmou que, preferia não discutir se a Alemanha tinha ou não o direito de torpedear navios de países neutros no conflito.

Poucos dias depois desse fato manifestantes indignados com a postura da Alemanha passaram a organizar os chamados *meetings*<sup>9</sup>. A imprensa cobriu esses eventos, e, por diversas vezes, participou diretamente dos mesmos. Ao comentar sobre os primeiros *meetings*, o Diário da Tarde apontou que, eram organizados por acadêmicos. Estes, juntamente com o restante da população, reuniam-se nas praças, principalmente na Praça Tiradentes e na Praça Osório, promoviam longos discursos, cantavam hinos dos países aliados e a Marselhesa, e saíam pelas ruas de Curitiba carregando bandeiras das nações amigas do Brasil. Fazia parte do ritual dos manifestantes, seguir, vaiando no decorrer do caminho os estabelecimentos alemães, até as sedes dos jornais e dos consulados dos países aliados. Quando esses atos ocorriam, os representantes dessas instituições discursavam para os manifestantes; geralmente, expressavam suas opiniões sobre a guerra e sobre os alemães que se encontravam na nossa cidade.

---

<sup>9</sup> “*Meetings*” era o termo utilizado pela imprensa para se referir as manifestações do contexto que estamos trabalhando.

Camargo (2006) e Silva Jr. (1994) analisaram, respectivamente, em Santos e em Porto Alegre, as manifestações de ruas que ocorreram nestas cidades também após a notícia da perda do vapor “Paraná”. Nas duas cidades o formato, o ritual, das manifestações eram muito parecidos. Nas três cidades analisadas ocorriam os seguintes eventos: protestos em praça pública, visitas a jornais e consulados, e utilização da Marselhesa como uma espécie de lema.

Segundo Camargo (2006), naqueles momentos em que os ânimos estavam mais exaltados, qualquer ato poderia ser interpretado como uma afronta ao nacionalismo. Isso ocorreu no primeiro dia de manifestação; o jornal A República registrou que:

O jovem Frederico Tod, brasileiro nato e de origem escocesa, assistia a manifestação de chapeo na cabeça, inadvertidamente. (...) O povo julgando tratar-se dum súbdito do Kaiser, que nos insultará, furioso avançou para o jovem, que foi atirado para dentro da vitrine da Casa Azulay, cujo vidro voou em estilhaços. (O Torpedeamento do ‘Paraná’, 11 abril, 1917).

O “*Der Kompass*”<sup>10</sup>, pelo que as fontes indicam, foi o primeiro alvo identificado pelos manifestantes para exteriorizarem sua indignação contra a Alemanha; a sede desse jornal foi apedrejada logo no primeiro dia de manifestações. Contudo, outros estabelecimentos também sofreram represálias nesse primeiro dia, a saber: o “Teatro Hauer”, a “Escola Allemã”, a “Sociedade Teuto-Brasileira” e algumas casas residenciais. O “Diário” noticiou que a multidão foi contida por 20 praças, e lamentou os atos de excesso afirmando que era preciso ter mais calma com a população de origem alemã.

Nos dias de abril que se seguiram foram organizadas diversas manifestações. Segundo os jornais, mais de dois mil pessoas caminhavam pelas ruas de Curitiba cantando hinos e carregando

---

<sup>10</sup> Este jornal era editado pelos padres franciscanos em língua alemã e tinha como público alvo alemães católicos e luteranos que habitavam Curitiba (apesar de ter circulado em outras cidades do Brasil). Circulou por Curitiba entre 1902 a 1942.

bandeiras. Em um dos *meetings*, o orador Domingo Petrelli convidou o povo a fazer uma visita ao sapateiro Elias. Segundo boatos que circulavam na cidade, este senhor de origem germânica, estava despedindo de suas oficinas os trabalhadores brasileiros. O povo seguiu o orador e, no caminho protestavam e esbravejavam “disposições menos louváveis”. Um grande tumulto se formou na frente da casa do sapateiro, e a presença do Chefe de polícia dispersou a multidão. No dia seguinte, os funcionários brasileiros da sapataria de Elias foram à redação do Comércio do Paraná para declarar que até o presente momento ninguém havia sido despedido.

Esse caso que acabamos de relatar, juntamente com outros que virão no desenrolar do trabalho, apresentam um fator bastante comum nesses momentos de tensões, a saber: a circulação de boatos. Estes alimentavam a imaginação de muitos, e serviam como espécies de combustíveis que impulsionavam os atos hostis. Camargo (2006), ao falar sobre os eventos em Santos afirmou que, os boatos que a imprensa ajudava divulgar causavam momentos de pânico, “(...) fabricando imagens fantasiosas que estimulavam o medo e, portanto, necessidade de reagir contra um estado de coisas ameaçador.” (CAMARGO, 2006).

Em suma, sobre as manifestações em Curitiba ocorridas no mês de abril, os jornais registraram *meetings* nos dias: 09, 10, 11, 12, 15, 18, 24 e 25. No dia 15, ocorreu grande comício que, segundo os jornais, chegou a reunir mais de 20 mil pessoas nas ruas que, cantavam e se emocionavam carregando bandeiras dos países aliados e protestando contra a Alemanha. É difícil sugerir uma precisão quanto a essa quantidade numérica de participantes realmente ativos nos atos, ou seja, levamos em conta aqui, também a enorme quantidade de gente que acompanhava os protestos por curiosidade ou outro motivo qualquer, não estando todos, necessariamente envolvidos politicamente e/ou ideologicamente aos atos contra estabelecimentos e instituições de origem germânica na cidade.

Se por um lado não podemos precisar a real intenção de todos os manifestantes, por outro, foi possível constatar que a multidão despertou medo na população alemã e teuto-brasileira. No

dia 12 de abril, por exemplo, o jornal A República publicou que diversos negociantes alemães e teuto-brasileiros haviam solicitado ao Chefe de Polícia garantias aos seus estabelecimentos, entre eles Antonio Schneider, diretor do outro jornal alemão de visibilidade na cidade, o “*Der Beobachter*”.

Atos de violência também pareciam, de certa forma, ser tolerados por órgãos da imprensa naquele momento. Exemplificamos com a publicação do Comércio do Paraná com a notícia “Aventuras do Anacleto”, um:

(...) minúsculo homem, falador e beerrão, que quando bebe tem a mania de se preocupar com as cousas magnas da política nacional (...) Anacleto fôra preso. E sabem os leitores porque? Pelo facto de ser patriota em excesso. Meio alcoolizado, o nosso heroe tentou aggreir aos teutos aqui residentes. Pobre Anacleto, nem patriota pode ser! (Aventuras do Anacleto, 10 abril 1917).

Ainda no mês de abril constatamos mais alguns eventos marcantes. No dia 18 de abril de 1917 foi publicada no Diário da Tarde a matéria “O germanismo no Paraná”. Nesta, havia as seguintes informações: os três deputados teuto-brasileiros, Bertholdo Hauer, Alfredo Heisler e Nicolau Mader, agiam de acordo com os ideais do Kaiser; entre os redatores do “*Der Kompass*” estava um oficial reformado da marinha alemã, e este junto com os padres franciscanos conspiravam contra a segurança nacional; tanto o “*Der Kompass*” quanto o “*Der Beobachter*” funcionavam como órgãos do imperialismo alemão; as filhas do comerciante alemão Carlos Quentel, residentes em Curitiba, desejavam ver a Alemanha dominar “(...) o sul do Brasil para cuspir no rosto dos brasileiros.” (Diário da Tarde, 18 abril, 1917). Pouco tempo decorrido após essa matéria, o Comércio do Paraná afirmou ter recebido informações de que na redação do “*Der Kompass*” funcionava uma estação radiotelegráfica. Para se ter uma ideia do alcance e da seriedade que esses fatos pareciam assumir na época, apontamos a reação do Chefe de Polícia: este não permitiu que os manifestantes “empastelassem” o “*Der Kompass*” após a circulação dessas notícias, isso porque, era preciso averiguar os fatos e revistar o local.

Ora, de fato, todas essas notícias e boatos elucidam um ambiente tomado por uma emergente desconfiança que a sociedade atribuía aos indivíduos de origem germânica. Mais do que ao próprio indivíduo, a desconfiança surgia do não entendimento, ou da não aceitação, naquele momento, de ter que conviver com pessoas que se autodenominavam “teuto-brasileiras”. Nesse sentido, o *Commércio* do Paraná publicou um intrigante apontamento, com a seguinte matéria:

A denominação teuto-brasileira aos descendentes de alemães não se justifica nem perante a lei, nem em face do sentimento cívico que deve ser definido e único. Com a permanência de semelhante situação moral, fica o chamado teuto-brasileiro com duas meias pátrias e, conseqüentemente, com duas portas abertas para a defecção, para a traição. (...) Assim, a expressão teuto-brasileira sobre ser anphibia é a todo ponto perigosa naquilo que diz respeito a integridade do carácter nacional. Chegamos ao instante de definir posições: ou brasileiro ou alemão. Pão pão, queijo queijo. (Pão pão, queijo queijo – Não há teuto-brasileiros, 21 abril 1917).

Na última semana de abril sugeriram diversas notícias relacionadas à atuação da igreja católica alemã em Curitiba. Para o *Diário da Tarde*, os franciscanos e as freiras da ordem da Divina Providência estavam agindo de acordo com as ambições do *Kaiser*. O jornal acusou os membros da igreja de “teuto-brasileiros de caráter dúbio e agressivo”, demonstrando que o descontentamento para como pessoas “teuto-brasileiras” parecia estar, naquele momento, evidentemente em voga. Além disso, o jornal constatou que essa identidade dúbia fazia parte de mais uma das artimanhas do “perigo alemão”.

As notícias que eram publicadas nos jornais davam respaldo para as ações dos manifestantes. As freiras da Divina Providência, após uma série de “ataques”, manifestavam sua opinião:

Nos primeiros três meses tudo ocorreu conforme estávamos acostumadas. Ninguém imaginava a tormenta que estava formando devido a situação política brasileira, ocasionando o corte das relações diplomáticas entre a Alemanha e o Brasil. O povo brasileiro aproveitou a ocasião para demonstrar o seu ódio o qual já estava escondido contra o povo alemão. Diversas manifestações de rua aconteceram naquele tempo, principalmente na Rua do Rosário,

uma vez até com apedrejamento da nossa casa. Mas graças a rápida intervenção da polícia somente uma das janelas foi quebrada. Em uma das classes nós achamos também uma bala de pistola a qual tinha sido atirada contra nossa casa. (*Chronik Unserer Niederlassung in Coritiba*, 1917). (grifo nosso).

Esse trecho das “Crônicas” nos parece bastante significativos. Ora, é bem provável que essas memórias tenham sido escritas no calor dos acontecimentos. Logo, precisamos levar em conta que o sentimento dos teuto-brasileiros e alemães certamente estavam abalados diante da complexidade da situação. Contudo, aponta um fator que, no mínimo, levanta uma série de questões. O que significa a afirmação, de que a população brasileira já carregava um ódio aos alemães antes da guerra? Teriam sentido as freiras a proximidade de vários intelectuais, alguns políticos e parte da imprensa pela França? Qual a imagem que a população brasileira foi formando no decorrer dos anos em relação aos imigrantes alemães e seus descendentes? Esse trabalho não tem como responder essas questões, mas ao apontá-las acreditamos estar cumprindo parte do dever do historiador, a saber: apontar novas questões a partir da interpretação.

De maio a outubro acompanhamos a explosão de notícias relacionadas a necessidade de nacionalizar as escolas alemãs, além de ressurgirem, com mais intensidade, as notícias relacionadas as ambições pangermânicas no sul do Brasil.

Em outubro, após o torpedeamento de mais dois navios, o Brasil declarou guerra à Alemanha. Parece-nos que, esse período pode ser caracterizado, como o momento de maior tensão na história dos alemães e seus descendentes até, aproximadamente o desenrolar da segunda década do século XX, momento com outra conjuntura, mas igualmente marcado por tensões entre os grupos. Nas palavras das Irmãs da Divina Providência:

Nos últimos dias de outubro aconteceu a declaração de guerra do Brasil para com a Alemanha. Agora estourou o ódio e a perseguição contra a descendência alemã. Diariamente apareciam nos jornais artigos difamadores contra imigrantes alemães e a Alemanha, em geral. Também nós não fomos poupadas. Os jornais e principalmente o Diário da Tarde, a República e o Comércio do

Paraná, publicavam as maiores difamações contra nós e a nossa escola. Pior ainda acontecia aos sacerdotes alemães e principalmente aos franciscanos. Líamos e ouvíamos diariamente expressões como esta: Morra a Alemanha. Morra o Kaiser. Morram as freiras alemãs. Abaixo os padres. A língua alemã foi proibida. Em qualquer lugar público, bonde, ônibus ou casa, estavam anexadas as palavras “é proibido falar em língua alemã.” Também na nossa querida igreja alemã silenciou a oração em alemão e também os hinos em alemão como também os sermões. (...) Era a lei do silêncio que tomava conta de nós. O martírio se tornava cada vez mais sério (...). Curitiba, a tão querida, se tornou uma cidade muito difícil para todos os descendentes de alemães.

*(Chronik Unserer Niederlassung in Coritiba, 1917)*

Os *meetings*, após a entrada do Brasil na guerra tornaram-se mais violentos. No dia 28 de outubro de 1917, as associações *Verein Thailia* e *Handwerker Unterstutzungs Verein*, o Teatro Hauer, e a “Escola Allemã” foram invadidos pela multidão. Bandeiras da Alemanha, retratos do *Kaiser*, e outros ornamentos foram arrancados desses locais e queimados em uma grande fogueira na Rua XV. Em seguida a multidão dirigiu-se até o “*Der Kompass*” que foi “empastelado” e incendiado. Nas crônicas temos o seguinte relato:

Todas as noites estávamos preparadas para receber a visita destruidora dos propagandistas contra alemães. Em algumas noites ficávamos esperando até as três horas da madrugada intercedendo pela ajuda de Deus. A noite de 29 de outubro se tornaria então para nós uma noite terrível. Nós já havíamos escondido todas as bandeiras, bandeirolas, quadros, fitas, e que estivessem ligados às cores da bandeira alemã ou austríaca. (...) Perto das 8 horas, chegou uma multidão de mais ou menos mil pessoas que estavam diante do colégio. Felizmente o portão, a entrada estava bem fechada. Esta multidão pedia que deixássemos entrar, e pediam também que déssemos a eles o quadro do Kaiser. Como não permitimos a entrada da multidão, seis dos mais corajosos passaram por cima do muro, (...) De repente cessaram as batidas. O chefe de Polícia havia chegado e estava fazendo tudo para nos libertar. Diante de seu aviso insistente e repetitivo “Deixem disso, são simplesmente mulheres indefesas”, (...) alguns mesmo assim gritavam: morram e abaixo as freiras. Felizmente conseguimos nos safar novamente do grande susto que levamos. (...) Desde este dia, tínhamos dentro do colégio uma vigilância formada por dois soldados.

*(Chronik Unserer Niederlassung in Coritiba, 1917)*

Quanto às medidas oficiais, tomadas, segundo o Chefe de Polícia, por medias de segurança, as seguintes resoluções foram colocadas:

Art. nº12- As sociedades alemãs ficaram impedidas de funcionar até segunda solução. Art. nº 13- Não será permitida nenhuma reunião de súbditos allemães. Art. nº 14- (...) a) a nenhum alemão será dada licença para commerciar em armas. b) nenhum commerciante poderá vender armas a súbdito allemão, sem que este exiba permissão dada pela polícia. (Relatório do Chefe de Polícia. 1917. p. 24.) Art. nº 15- É vedada a residência de allemães nas proximidades de Quarteis, Fortalezas ou em qualquer ponto que os domine, sempre que a autoridade entender prejudicial aos interesses nacionaes. (Relatório do Chefe de Polícia. 1917. p. 24).

Ao anunciar a elaboração do documento “Salvo-Conducto”, o Chefe de Polícia, Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, justificou que:

No intuito de exercer maior vigilância e impedir a espionagem e os planos insidiosos que os inimigos da nossa pátria e dos nossos aliados costumam por em prática, tornei obrigatória a prova de identidade para as pessoas que quisessem viajar no Estado (...) (Relatório do Chefe de Polícia, 1917, p. 24.)

Ao conceder o “Salvo-Conducto” às pessoas que desejavam viajar, seus nomes ficavam registrados no documento “Desertores”.

Após o estabelecimento das medias oficiais as manifestações e atos contra alemães e teuto-brasileiros diminuíram. As autoridades cumpriam seu dever, e, por vezes, chegaram a efetuar prisões, como essa descrita pelo “Diário”:

E toda vez que seis súbditos do Kaiser, se reúnem e esgotam seis dúzias de *bier*, lá vai *Deutschland über alles...* Os guardas passaram pelos boches e pediram para as manifestações cessar, mas... ‘*Goth unter uns, und bier auch*’. Foram presos. (*Deutschland über alles...*, 29 outubro 1918).<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> A frase “*Deutschland über alles*” (Alemanha acima de tudo) faz parte da canção “*Das Lied der Deutschen*” (A canção dos alemães), criada por August Heinrich



Na elaboração desse trabalho buscamos resgatar resquícios de um evento pouco conhecido na história dos contatos sociais, no ambiente curitibano da segunda década do século XX. Muito se escreveu a respeito dos benefícios surgidos do contato dos imigrantes alemães e seus descendentes com a sociedade curitibana e, de suas contribuições para o desenvolvimento econômico, cultural e social da capital paranaense. Ao passo que, aspectos conflituosos do contato entre diferentes grupos, na mesma região, foram poucos explorados pela historiografia. Para Bega (2001), nos últimos anos há um esforço em criar uma imagem de Curitiba pautada, quase que exclusivamente, nos moldes europeus; ou seja, a boa imagem do imigrante europeu é resgatada, ficando as situações de conflitos gerados desde o início da imigração até os momentos como os das duas guerras mundiais em relativo esquecimento.

Os estudos que abrangem a temática de situações conflituosas entre germânicos e seus descendentes em solo brasileiro são, em sua grande maioria, referentes ao contexto da Segunda Guerra Mundial. Acreditamos que tal enfoque se dá, graças aos esforços da historiografia em manter e resgatar as memórias em torno de um dos mais conhecidos e tratados temas da História Contemporânea. Evidentemente, nem este nem qualquer outro objeto de estudo, dentro do campo da História, pode ser considerado exaustivamente e suficientemente explorado; ora, novas abordagens sempre aparecerão. Contudo, a mesma situação não se aplica quando enfocamos em outros recortes temporais relacionados a esse tema. Exemplificando, podemos destacar a escassez de pesquisas referentes às consequências da Primeira Guerra Mundial para os grupos de origem germânica no Brasil. Tanto é que, encontramos trabalhos relativamente atuais afirmando que:

Curiosamente, o Brasil, na primeira das guerras, era um país que ainda não se autopatruhava ideologicamente. Não havia perseguições públicas aos simpatizantes de um lado ou de outro.

---

Hoffmann Von Fallersleben, em 1841. Mais tarde, trechos da mesma, formaram o hino nacional da Alemanha. *Goth unter uns, und bier auch*, poder ser traduzido como: Deus entre nós, e cerveja também.

Diferentemente do que aconteceria na Segunda Guerra, quando comerciantes alemães, italianos e japoneses sofreram retaliações da população, sob a forma de preconceito sutil, direto ou mesmo de violência física. (GARAMBONE, 2003, p. 25).

Se por um lado, o Brasil pouco se envolveu diretamente nas batalhas que ocorriam no “Velho Mundo”, por outro, as consequências desse evento internacional foram duramente sentidas no cotidiano da capital paranaense, sobretudo para pessoas de origem alemã.

Estudar imigrantes alemães e seus descendentes no período da Primeira Guerra Mundial significa adentrar em um campo repleto de estigmas e particularidades. Ao esmiuçar as fontes, elementos que compõe a complexidade da conjuntura emergiram. O olhar do historiador direcionado para uma análise crítica dos documentos nem sempre acha respostas para suas indagações. No entanto, também se insere no ofício historiográfico o levantamento de novas abordagens, e/ou problematização de novas ou velhas questões. Nesse sentido atentamos para a questão em torno da categoria teuto-brasileira, baseada nos preceitos do *Deutschtum*, enquanto elemento constituinte de identidade, dentro, por exemplo, de um espaço urbano como Curitiba como objeto de pesquisa que necessita ser problematizado.

Tendo em vista que a imigração, de forma geral, comporta variados tipos de investigações históricas, acrescentamos que novas problemáticas podem ser consideradas. Um exemplo nesse caso, é que pouco se vê a respeito de estudos que abordam as relações entre Alemanha e Brasil, principalmente no que tange aos imigrantes. Existem escassos estudos que tratam, por exemplo, da posição ou dos interesses do Imperador Guilherme II em relação ao Brasil e a América do Sul em geral. O autor Cunha (1998), ao discorrer sobre essa situação afirmou o que, a nosso ver, é no mínimo intrigante:

O processo de aceitação e assimilação dos imigrantes alemães e seus descendentes pela sociedade brasileira surgiu da articulação de relações de cooperação e de conflitos das quais resultaram composições que tornaram possível a unidade social. Esse processo exigiu dos imigrantes e seus descendentes a construção de uma identidade teuto-brasileira. O estofo dessa construção foi, e em

muitas de nossas comunidades interioranas continua sendo, o mesmo conjunto de ideias étnicoculturais que alicerçaram as ideologias no Estado Nacional e do nacionalismo de velha tradição na Alemanha. Daí a resistência da academia de tratar das minorias 'teutas' daqui. (CUNHA, 1998, p.16).

A especificidade do ofício historiográfico, frente a outras narrativas do passado, talvez se ache no processo de pesquisa, ou seja, o historiador produz um conhecimento histórico que segue métodos, os quais fundamentam sua estrutura argumentativa conclusiva extraída dos vestígios do passado, nas fontes. Considerando essa condição, nos embasamos em certos fundamentos teóricos de Jacques Revel. Como nos adverte este historiador francês, a narrativa é um recurso que a História utiliza, “É um das maneiras possíveis de contribuir para a construção e para a experiência de uma inteligibilidade dos objetos que o historiador estuda, (...) inseparável da elaboração crítica de uma interpretação.” (REVEL, 2010, p. 233). Atentos a esses aspectos, imersos nas balizas da história social (sem com isso excluir os demais campos historiográficos), buscamos, então, contribuir para a história dos contatos sociais, tendo em vista relações conflitantes geradas a partir dos mesmos, durante a conflagração de um evento de ordem internacional, a Primeira Guerra Mundial.

Grande parte dos estudiosos que notaram na imigração alemã diversos elementos para análises concordaram, ao menos em partes, que o processo de sociabilidade do imigrante germânico com a população majoritária foi, no mínimo, carregado de polêmicas. E, neste sentido, parece-nos que este trabalho não fugiu a esta perspectiva.

## **Fontes**

JORNAL Diário da Tarde. Curitiba. 1914-1918

JORNAL A República. Curitiba. 1914-1918

JORNAL O Comércio do Paraná. 1914-1918

Crônicas das irmãs da divina providência (*Chronik Unserer Niederlassung in Coritiba*). Curitiba. 1914-1918

## Referências

BEGA, M. T. S. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. 2001. 444 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

BENVENUTTI, A. F. *As reclamações do povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)*. 2009. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/1446>> Acesso em: 29 de maio 2009.

CAMARGO, H. L. *Santos, 1917: guerra, conflitos internos e “boches atrevidos”*. Disponível em: <<http://www.historiahistoria.com.br>>. Acesso em: 20 de fev. 2012.

COLATUSSO, D. E. *Imigrantes alemães na hierarquia de status da sociedade luso-brasileira (Curitiba, 1869 a 1889)*. 2004. 102 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

CUNHA, J. L. Historiografia recente sobre a emigração alemã para o Brasil. In.: *Fronteiras: revista de história*. Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e Associação Nacional de História (ANPUH-SC). – n°6. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1998.

GARAMBONE, S. *A primeira guerra mundial e a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

LUZ, R. M. *A modernização da sociedade no discurso do empresariado paranaense: 1890-1925*. 1992. 290 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1992.

MAGALHÃES, M. B. de. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Unicamp / Fapesp, 1998.

NADALIN, S. *Imigrantes de Origem Germânica no Brasil: Ciclos Matrimoniais e Etnicidade*. 2. ed. Curitiba: Aos Quatros Ventos, 2001.

PILOTTO, O. *Cem Anos de Imprensa no Paraná (1854-1954)*. Curitiba: Edição do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

REVEL, Jacques. Recursos narrativos e conhecimento histórico. In: REVEL, Jacques. *História e Historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SANTOS, N. B. dos. Relações Brasil-Alemanha, 1914-1919. In: MENEZES, A; KOTHE, M. (org.) *Brasil-Alemanha, 1827-1997: perspectivas históricas, 170 anos da assinatura do Primeiro Tratado de Comércio e Navegação : anais do II Seminário de Estudos Teuto - Brasileiros*, Brasília, 1997.

SEYFERTH, G. A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, Neide Almeida (org.). *Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: Ed. Da UFSC; Tubarão: Editora Unisul, 2003.

SILVA JUNIOR, A. L. O Povo X der Pöbel. In: MAUCH, C.; VASCONCELLOS, N. *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

VINHOSA, F. L. T. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências*. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

# **DOS CAMPOS EUROPEUS AOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ: ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE IMIGRANTES POLONESES NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA-PR (1890-1914)**

Renata Sopelsa<sup>1</sup>

*Resumo:* Verão de 1890. Dias ensolarados como habitualmente ocorria nessa época do ano na região dos Campos Gerais. Cenário agradável aos olhos de centenas de famílias que, após a difícil travessia do Atlântico, enfim visualizavam o lugar em que recomeçariam suas vidas. No município de Ponta Grossa, esperavam realizar o sonho de tornarem-se proprietários rurais, distantes da perseguição cultural empreendida pelas nações que haviam subjulgado sua terra natal. No entanto, o recomeço não foi livre de dificuldades. Vistos como ‘estranhos’ em meio à sociedade local, faladores de outra língua, donos de outros costumes, não tardou para que os poloneses passassem a ser vistos pelos brasileiros não apenas com desconfiança, mas também com certo desprezo e receio. E muitas vezes essa relação tensa e conflitiva motivou o envolvimento dos imigrantes em brigas, que acabaram em crimes, como lesões corporais e homicídios. É, portanto, considerando os indícios fornecidos por processos criminais que este trabalho busca evidenciar o processo de ressocialização dos imigrantes poloneses, desvelando a reconstrução das suas redes sociais, as novas formas de sociabilidade que vivenciaram, bem como seus afetos e desafetos, gostos e desgostos, enfim, suas sensibilidades e identidades reconstruídas e defendidas nesse outro mundo social.

---

Campos Gerais, verão de 1890. Dias ensolarados como habitualmente ocorria nessa época do ano nessa região do Paraná, e que forneciam uma sensação agradável ao olhar e à sensibilidade de dezenas de famílias polonesas que após uma longa viagem haviam, enfim, chegado ao lugar em que recomeçariam suas vidas.

Certamente tratava-se de um ‘recomeço’ para homens e mulheres, jovens e velhos, que haviam tomado decisão de deixar a

---

<sup>1</sup> Doutora em História Professora do Departamento de História, Unicentro/Irati.

Europa em busca de um cotidiano melhor no “novo mundo”, afinal, para esses indivíduos transpor o Atlântico era muito mais difícil que entrar e sair de um navio. É importante considerar que para além da mudança geográfica fazer essa travessia sem passagem de volta significava passar por um processo de ‘desenraizamento’ em que se perde a paisagem natal, a casa, os vizinhos, as festas, a maneira de se vestir, o entoadado nativo de falar, o modo de vida enfim, rompendo assim com as múltiplas raízes que os ligavam a região e a sociedade de origem.

Entretanto, uma vez feita a escolha, e a viagem, tornava-se inevitável escapar das dificuldades de adaptação a uma nova paisagem e clima e à uma outra língua, bem como era impossível fugir da complexa experiência de estranhamento em relação aos códigos, valores, visões de mundo e normas sociais comungados pelos integrantes desse outro mundo social e que lhes eram completamente desconhecidos.

Vistos como ‘estranhos’ em meio à sociedade receptora, faladores de outra língua, donos de outros costumes, não tardou para que os poloneses passassem a ser vistos pelos brasileiros não apenas com desconfiança, mas também com certo desprezo e receio. E muitas vezes essa relação tensa e conflitiva motivou o envolvimento dos imigrantes em brigas, que acabaram em crimes, como lesões corporais e homicídios. É, portanto, considerando os indícios fornecidos por processos criminais originados desses momentos de conflito que este trabalho busca analisar o processo de ressocialização dos imigrantes poloneses, desvelando a reconstrução das suas redes sociais, as novas formas de sociabilidade que vivenciaram, bem como seus afetos e desafetos, gostos e desgostos, enfim, suas sensibilidades e identidades reconstruídas e defendidas nesse outro mundo social.

### **De emigrantes a imigrantes**

Com efeito, no final do século XIX centenas de imigrantes de origem polonesa aportaram na região dos Campos Gerais em busca de um futuro mais próspero ou, em todo caso, mais tranquilo.

Cabe salientar que, em sua maioria, esses indivíduos atravessaram o oceano fugindo da miséria e das perseguições político-culturais.

Cabe evidenciar, como afirmou o historiador Ruy Wachowicz, que se nos séculos XVI e XVII a Polônia era uma das ‘nações’ mais poderosas da Europa, mas ainda no século XVII encontrou a decadência e tornou-se alvo dos vizinhos desejosos de expansão territorial, a Prússia no ocidente e a Rússia no oriente. (WACHOWICZ, 1981, p. 22). Dessa forma, enquanto dos dois lados encontravam-se monarquias absolutistas e exércitos organizados, a Polônia padecia com um poder central enfraquecido e a falta de um exército permanente, confiando sua defesa às milícias camponesas que eram mantidas e controladas pela nobreza. Não tardou para que seu território fosse dividido. Desse modo, em 1815, durante o Congresso de Viena que reestruturou o mapa político da Europa, a Rússia tomou posse de vários territórios poloneses, como o antigo Ducado de Varsóvia, criado por Napoleão, depois denominado de Reino da Polônia. Por sua vez, a Prússia incorporou a Pomerânia, a Posnânia e a maior parte da Silésia, enquanto a Áustria ficou com a Galícia e a outra parte da Silésia.

Após as anexações a servidão já extinta entre os poloneses foi reestabelecida, enquanto a maioria dos camponeses passou a viver em situação de extrema pobreza. Tal condição levou a um grande descontentamento e ao surgimento de diversos momentos de revolta, sendo que a principal delas aconteceu no ano de 1863. Wachowicz observa que essa revolução ficou conhecida pela sua violência, que em contrapartida foi a mais duramente reprimida dentre aquelas que surgiram a favor da independência. A partir desse evento a repressão aos poloneses aumentou, chegando até mesmo à Igreja Católica que por ter participado com vários de seus membros no movimento revolucionário passou a ser abertamente perseguida. Iniciou-se, desse modo, um processo de eliminação da cultura polonesa. Oprimidas e empobrecidas, milhares de poloneses optaram pela emigração, e milhares de famílias rumaram para o Brasil.

No caso dos imigrantes que foram direcionadas para os Campos Gerais, após a chegada dos primeiros grupos em 1890,



novas levas foram instaladas na região nos anos seguintes como aqueles encontravam dificuldade para cultivar a terra, que por mais que semeassem não produzia os cereais tão comentados nos discursos oficiais. Desanimados com o pedaço de terra que lhes fora destinado, belo ao olhar, mas infértil, muitos imigrantes abandonaram as colônias e dirigiram-se para os espaços urbanos, principalmente para a cidade de Ponta Grossa.

Assim como Castro, Palmeira e Lapa e outras cidades dos Campos Gerais, Ponta Grossa desenvolveu-se em função do caminho das tropas. Localizadas a distâncias regulares umas das outras, durante o século XVIII e mesmo no início do XIX essas cidades nada mais eram que locais apropriados para que as comitivas em trânsito descansassem após uma etapa da longa viagem pelo Caminho das Tropas.

Todavia, ao final dos oitocentos alguns desses núcleos urbanos vivenciaram um gradativo aumento populacional e a diversificação do setor econômico, até então ligado essencialmente a atividade pecuarista.

Nesse ínterim, Ponta Grossa sofreu um contínuo processo de urbanização e modernização da sua economia, impulsionado não somente pelo movimento trazido pelos trens, como também perante a colaboração dos diversos grupos imigrantes que ano a ano instalavam-se no seu espaço urbano.

Por conseguinte, muitos estrangeiros “passaram a trabalhar como oleiros, marceneiros, fundidores, carpinteiros, seleiros, alfaiates e sapateiros, entre outras atividades artesanais nas quais demonstravam novas habilidades técnicas, enquanto outros se dedicaram a vender banha, hortaliças, broas e linguiças de casa em casa ou ainda areia fina que serviria para manter certa limpeza nos assoalhos das residências, afinal naquele tempo ainda não havia sido inventada a cera. (CHAMA, 1998, p. 45).

Cite-se ainda que muitos poloneses deixaram o campo e vieram para a cidade, onde montaram pequenos negócios. De acordo com dados fornecidos por Francisco Kuiut, entre os alvarás de licença expedidos pela Prefeitura de Ponta Grossa pode-se encontrar

diversos pedidos feitos por imigrantes com sobrenomes poloneses, tais como:

...nº 4 a favor de João -Kwiczenski – Secos e Molhados; nº 35 a favor de José Cholewicz, Moinho de Cereais; nº 46 a favor de Estanislau Tranczynski, Torrefação e Moagem de Café, nº 58 a favor de Jacob Przekwas, Bar e Conjeneros, destes o 1º ainda no ano de 1900 e os demais em 1901. No ano de 1902 foram expedidos os seguintes: nº 81 a favor de Pedro Smolka, Açougue; nº 119 a favor de Anastácio Pietarski, Bar. De 1903 até 1908 os seguintes: – nrs. 127 e 158 a favor de Casemiro Sokolowski, para serviços Hoteleiros e Fabricação de Café, respectivamente; nº 138 a favor de Stefano Kaminski para Secos e Molhados; nº 149 a favor de José Pavloski para Tanoaria (Barricaria); nº 160 a favor de Romão Medzenski para Marcenaria; nº 175 a favor de Ludovico Szesz para Fabrica de Café e outros; nº 185 a favor de Vicente Koscin para Padaria; nº 187 a favor de Jacob Kali-nowski para ferraria; nº 208 a favor de Miguel Schimandeira para Comércio; nº 320 a favor de João Krigarowicz para Fabrica de Café. (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 1893).

No entanto, embora alguns grupos de imigrantes tenham conseguido melhorar de vida ao aproveitar os espaços de trabalho na sociedade local, consequentemente ajudando no crescimento econômico da cidade, muitos não tiveram a mesma sorte. Um número significativo de poloneses continuou no campo, produzindo somente o necessário para a sobrevivência da família, e outros tantos conseguiram ou decidiram tão somente inserir-se em apenas em atividades esporádicas e mal remuneradas. Em outras palavras, muitos poloneses permaneceram pobres.

Resta que, ao fim e ao cabo, esses estrangeiros sem posses acabaram aproximando-se e, por vezes, misturando-se aos negros que viviam suas primeiras experiências como trabalhadores livres, assim como aos mulatos e brancos despossuídos. Por certo, perante a proximidade na pobreza, as dificuldades diárias, o encontro nas ruas ou no trabalho, e consciente ou inconscientemente atendendo ao desejo de integrar-se nesse mundo social desconhecido onde não tinham amigos nem conhecidos, os imigrantes aproximaram-se dos grupos sociais menos favorecidos da cidade. E com eles começaram

a conviver não somente nos espaços e horários de trabalho, mas também nos intervalos, nos períodos de descanso.

Com efeito, as fontes criminais nos permitiram entrever que a vida dos imigrantes não girava somente em torno da busca pela sobrevivência. Eles também viviam o tempo destinado ao lazer promovendo ou participando de bailes, corridas de cavalo, jogos de carta, ou simplesmente de conversas nas casas de comércio que acabavam em bebedeiras.

Não obstante, a embriaguezera comumente apontada como a culpada de todas as discórdias, claro que não a deles, mas sim dos brasileiros. Foi isso que alegou o polonês Esthephano Rugensky após ter sido preso pela agressão física a Juvêncio Francisco de Oliveira após saírem da “casa de negócio de Ricardo Dias Baptista”.

A briga aconteceu no dia 22 de dezembro de 1901, após vítima e agressor beberem e trocarem provocações na citada casa de comércio. De acordo com Martinho Chenicgassessky, lavrador polonês de 27 anos de idade e casado, naquele lugar,

...chegou Juvêncio Francisco de Oliveira aonde foi fazer algumas compras e logo de chegada dizendo a Deus a Vicente Cheniganesky, este-lhe respondeu que não dizia a Deus para negro (...) Ela testemunha viu Juvêncio dizer a Vicente que lhe dava um tapa por que estava acostumado a surrar gente na estrada e logo sahiu para fora e Vicente Cheniganesky o acompanhou com uma faca na mão e aí ella testemunha com mais outras pêssoas que alli se achavão intervierão e não deixarão haver dezordens... (PROCESSO CRIMINAL, 1901).

No entanto, se naquele momento a luta foi contida, na estrada ela não pode ser evitada, afinal embriagado, ofendido e disposto a brigar o “negro” Juvêncio os seguiu na estrada para a colônia Lagoa e quando os alcançou bateu com o “relho no braço” da testemunha, que correu. Mas seus companheiros decidiram ficar e brigar, afinal, estavam em maior número. Como “havam tomado pinga” estavam “todos quentes”. Um deles, o citado Esthephano Rugensky, descrito por uma das testemunhas como “turbulento” e por outra como “esquentado”, irritado com as provocações “deceu uma pancada na

cabessa de Juvêncio com um pau que levava na mão e esse caiu emediatamente quazi morto”.

A análise desse processo, portanto, nos leva a aferir sobre alguns aspectos inerentes ao processo de ressocialização dos imigrantes poloneses na sociedade local. Primeiramente nos aponta que tanto na cidade quanto a área esses estrangeiros teceram novas redes de sociabilidade que envolviam tanto seus parceiros de emigração como os nacionais. Com eles frequentavam casas de negócio, corridas de cavalo, bailes e festas, desfrutando os momentos de descanso momentos, nos quais apesar das diferenças culturais, vivenciavam um tempo de alegria e prazer geralmente embalados por músicas e bebidas.

Todavia, e nisto esta o segundo aspecto, embora os imigrantes tivessem construído relações de amizade ou vizinhança com os brasileiros, principalmente em casos como esses em que estavam na cidade há mais de uma década, o bom andamento e a cordialidade de suas interações dependiam, e muito, de algumas características básicas, como a proximidade ou não na convivência diária, a reciprocidade, o tipo de dependências e interdependências que os envolviam, o ânimo e a personalidade de cada um. Paralelamente a tudo isso estavam as diferenças étnicas, que rompido o tênue equilíbrio entre as partes emergia em forma de conflito.

Por conseguinte, percebe-se que se tanto no campo quanto na cidade os imigrantes não encontraram grandes dificuldades para inserir-se nos espaços de trabalho e produção, e promover ainda que basicamente a sua subsistência, o mesmo não ocorreu no que tangia às relações sociais.

O encontro com o ‘outro’, o brasileiro, sobretudo de cor, não foi sempre pacífica, sem traumas, nem conflitos. Antes foi um ‘desencontro’ social e cultural.

Semelhantes situações de conflito e violência decorrentes de diferenças étnicas foram encontradas por Karl Monsma em seu estudo sobre o oeste paulista. Após analisar inquéritos policiais e processos criminais, o autor percebeu que nesses tipos de

documentos encontram-se, com certa regularidade, situações de sociabilidade e interação amigável entre imigrantes e pretos, mestiços ou caboclos que desembocavam em violência. Logo, para ele, ao mesmo tempo que se descobriam como etnias, os imigrantes europeus, para os quais a cor tivera pouca relevância antes da imigração, assumiram a identidade racial dos brancos, porque encontraram no Brasil um contexto altamente racializado. (MONSMA, 2004, p. 17).

Tal como a situação de conflito estudada pelo autor, as pesquisas com fontes criminais revelaram que também na cidade de Ponta Grossa as relações entre os imigrantes e os homens de cor eram atravessadas por tensões e conflitos. E, tomando como o exemplo a paulada que o imigrante Estephano desferiu na cabeça de Juvêncio, após afirmar em público que não dizia adeus para negros, os processos permitem entrever claramente que nenhum desses indivíduos, no seu dia a dia, na interação face a face, escapava a essa tensão.

Muitos poloneses deixaram de reagir quando chegavam a uma situação limite, xingando, desafiando, chamando o outro para a briga, dando tiros, porretadas, garrafadas, pedradas, ou até mesmo jogando no rosto do outro o olhar de superioridade e indiferença que acabava tendo o mesmo efeito da agressão física, porque mexia com sentimentos tão intensos como a honra e o orgulho pessoal.

Foi essa a justificativa apresentada pelo jovem polonês Basílio Bakovick, que na noite do dia 05 de agosto de 1906, caminhava pelas “ruas centrais da cidade” quando começou a ser seguido por alguns garotos brasileiros que o chamavam depreciativamente de “polaquinho”.

Basílio era aprendiz de sapateiro e tinha à época 15 anos de idade. Sabia ler e escrever. E, segundo consta nos autos, voltava para casa quando agrediu com uma pedrada na cabeça a Aprizio Martins, pontagrossense de apenas 11 anos de idade. O processo foi instaurado, porém, em poucos dias julgado improcedente pelo juiz.

O termo “polaco”, acentue-se, trazia implícito uma desqualificação dirigida ao jovem imigrante. A estigmatização do

imigrante polonês em terras paranaenses já foi tema de discussão de Ruy Wachowicz em diversos trabalhos que procuraram mostrar como esse trabalhador foi alvo de olhares pejorativos por parte dos brasileiros, que a eles se referiam através de frases e palavras carregadas de preconceito como “polaco é nego do avesso”. (WACHOWICZ, 1970, p. 29).

Roberto Lamb e Jonathan Molar também comentaram essas “adjetivações pouco lisonjeiras” recebidas pelos poloneses. Para os brasileiros, entre os indivíduos dessa nacionalidade os “homens eram bêbados, vagabundos; as mulheres prostitutas; ascrianças preguiçosas”. Para os autores, a denominação “polaco” representava, de forma ampla, algo ruim, empregada até mesmo em assuntos que não estavam relacionados aos poloneses”. (LAMB & MOLAR, 2007).

Como diria Norbert Elias, o conflito é inerente às relações sociais, ou seja, às relações humanas. Não há vida de indivíduos em sociedade que não gere qualquer tipo de conflito, e que este, por sua vez, gere agressividade e até a violência. Mais ainda, no âmago de todo este processo estão “os diversos, muito complexos e muitas vezes divergentes papéis sociais desempenhados pelos homens”. Por conseguinte, e como não poderia deixar de ser, a relação entre imigrantes poloneses e brasileiros em Ponta Grossa seguiu o itinerário comum a qualquer outra interação que envolvesse indivíduos e grupos portadores de características culturais diferentes, imersos em uma sociedade que pautava todos os seus valores sociais e interesses na exclusão do “outro”, seja pela cor da pele, seja pela quantidade de posses.

Entretanto, a postura adotada por Basílio nos remete às discussões de Pierre Bourdieu sobre a questão da identidade. De acordo com o autor, “sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a ideia.

